00100.187196/2026-57

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI SUP. ÚNICO AO Nº 144, QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2026

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ana Carolina Lemos Oliveira Ferreira
Diretora da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de Junho de 2026 6

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 7 de Julho de 2026 (em conjunto com a 49ª Reunião da CDH)**(Vide item 1.5)**

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Agosto de 2026 114

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2026 158

Ata da 48ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de Agosto de 2026 (em conjunto com a 59ª Reunião da CDH) 188

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Agosto de 2026 265

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Junho de 2026 317

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Junho de 2026 406

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de Julho de 2026 425

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2026 464

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Junho de 2026 521

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de Julho de 2026 557

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Julho de 2026 617

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2026 655

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2026 662

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Agosto de 2026 695

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2026 749

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de Setembro de 2026 816

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 49ª Reunião, Conjunta, realizada em 7 de Julho de 2026 (em conjunto com a 40ª Reunião da CAS) 841

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Julho de 2026 917

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2026 956

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Julho de 2026 1016

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2026 1073

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Agosto de 2026 1114

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Agosto de 2026 1165

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Agosto de 2026 1206

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Agosto de 2026 1270

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2026 1330

Ata da 59ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de Agosto de 2026 (em conjunto com a 48ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.2)**

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Agosto de 2026 1372

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2026 1462

1.5.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Ata da 1ª Reunião, realizada em 6 de Maio de 2026 1519

Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de Julho de 2026 1527

Ata da 3ª Reunião, realizada em 13 de Julho de 2026 1536

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Agosto de 2026 1639

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Julho de 2026 1672

1.8 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Agosto de 2026 1702

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Agosto de 2026 1737

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de Setembro de 2026 1801

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de Setembro de 2026 1853

1.9 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Junho de 2026 1899

1.10 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Julho de 2026 1935

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Cid Gomes, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Camilo Santana, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Hermes Klann, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jorge Kajuru, Irajá, Rogerio Marinho, Carlos Portinho, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira, Laércio Oliveira e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 26, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se para o financiamento do Programa de Transformação Digital e Cidade Inteligente de Caxias do Sul - PRODIGITAL Caxias do Sul." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 27, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Assuntos Econômicos n° 67, de 2026 que: "Requer ao TCU o encaminhamento de relatórios de auditorias, resultados de inspeções, de representações, de relatórios técnicos e demais documentos relacionados à atuação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM em procedimentos envolvendo o caso Ambipar, o Banco Master S.A. e a atuação do então Diretor e Presidente Interino da CVM, Otto Lobo" **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 47/2026 - CAE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Comparecimento do Presidente do BRB. **Participante:** Sr. Nelson Antônio de Souza, Presidente do BRB. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/09

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de junho de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico às Senadoras e aos Senadores que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício nº 21.469/2026, do Banco Central do Brasil; Ofício nº 28.391, de 2026, do Ministério da Fazenda; Ofício nº 25.756, do Ministério da Fazenda; Ofício nº 268/2026, da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste; Mensagem 434, da Presidência da República; Ofício nº 875/2026, da Câmara Municipal de Juiz de Fora; Moção de Apoio, da Câmara Municipal de Diadema.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 17ª Reunião, realizada em 27/05/2025.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 67, DE 2026

- Não terminativo -

Requer ao TCU o encaminhamento de relatórios de auditorias, resultados de inspeções, de representações, de relatórios técnicos e demais documentos relacionados à atuação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM em procedimentos envolvendo o caso Ambipar, o Banco Master S.A. e a atuação do então Diretor e Presidente Interino da CVM, Otto Lobo

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento é de autoria da nossa querida Senadora Damares, e eu vou colocá-lo em apreciação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Damares.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se para o financiamento do Programa de Transformação Digital e Cidade Inteligente de Caxias do Sul - PRODIGITAL Caxias do Sul.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PRS apresentado.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, o Município de Caxias do Sul é um Município de extrema importância no Rio Grande do Sul, é um polo metal mecânico, é polo da vitivinicultura e um daqueles municípios de tradição no estado.

O projeto Prodigital é extremamente importante, tem o objetivo de promover a transformação da administração municipal, incorporando tecnologias inovadoras, principalmente para beneficiar a educação, segurança pública, meio ambiente e serviços municipais. E também é um grande incentivo à inovação e ao desenvolvimento econômico, porque prevê a criação de ambientes voltados ao empreendedorismo tecnológico – já é uma realidade naquele município –, incluindo um centro de inovação que tem o potencial para abrigar dezenas de *startups*.

A concepção do programa está alinhada aos princípios internacionais de cidades inteligentes.

A Corporação Andina de Fomento reconheceu a importância do projeto.

Analisando, vemos que a Secretaria do Tesouro Nacional prestou todas as informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia por parte da República Federativa do Brasil.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional também se pronunciou pela regularidade na apresentação das comprovações requeridas pela legislação.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres, em que destaca que o ente cumpre os requisitos da Portaria nº 500, de 2023, do Ministério da Fazenda, assim como também cumpre os requisitos necessários para a obtenção de garantia da União.

A Secretaria do Tesouro também informou que a operação de crédito sob análise está inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contrato não contém cláusulas de natureza política atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, também cláusulas que sejam contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

Assim, Presidente, o voto é que o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado.

Destaco do projeto, Presidente, o valor da operação já mencionado de US$40 milhões com US$10 milhões de contrapartida. Há várias parcelas que serão entregues até o ano de 2029. São 216 meses. A taxa é a SOFR, que é a taxa utilizada para empréstimos em dólares.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consequentemente, vemos que a proposta da Presidência da República, que favorece o Município de Caxias do Sul, está dentro de tudo que é da legislação vigente.

É o nosso parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Aprecio igualmente requerimento de urgência apresentado coletivamente por vários Srs. Senadores.

Em votação, o requerimento de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 27, DE 2026

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Não apresentado

Esse projeto, igualmente, é de autoria do Presidente da República e tem como Relator o nosso querido Senador Cid Gomes.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra a V. Exa. para a leitura do seu relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Agradeço, Presidente, a palavra e agradeço a designação como Relator desta matéria que, sem dúvida nenhuma, será uma matéria que trará grandes benefícios à cidade de Fortaleza, que é a quarta capital do país, com mais de 2,6 milhões de habitantes e que tem à frente o Prefeito Evandro Leitão, eleito há cerca de dois anos, ou um ano e meio, para cumprir o mandato de quatro anos.

Como V. Exa. já fez referência, é um financiamento de US$150 milhões. Se a gente fizer a transposição disso para o real, para a moeda nacional, nós estamos falando de algo em torno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de R$750 milhões, que serão utilizados no Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza, que é uma iniciativa da prefeitura realizada com apoio financeiro da Corporação Andina de Fomento (CAF), que tem sido uma instituição que tem celebrado diversos financiamentos a municípios. Normalmente as instituições – Banco Mundial, Banco Interamericano – se fixam no Governo central, no Governo Federal e em governos estaduais, mas a CAF, entidade que inicialmente era composta por apenas quatro países andinos e de que mais recentemente o Brasil passou a ser um dos sócios, tem sido democrática na possibilidade de ofertar crédito a vários municípios. Seguramente, mais de cem municípios brasileiros já tiveram a oportunidade de acessar a carteira de financiamentos da Corporação Andina de Fomento, que, aliás, tem outro nome: ela mantém a sigla CAF, mas, hoje, chama-se Banco da América do Sul, salvo engano.

Então, um dos principais objetivos desse programa é melhorar a mobilidade urbana. Para isso, estão previstas intervenções destinadas a tornar os deslocamentos mais rápidos e seguros para motoristas, passageiros do transporte coletivo, ciclistas e pedestres. As ações incluem construção de várias obras viárias, reorganização de trechos do sistema de circulação e ampliação da infraestrutura cicloviária, contribuindo para uma melhor integração entre os diferentes meios de transporte.

O programa também contempla a recuperação e a pavimentação de ruas em diversos bairros de Fortaleza. Essas intervenções visam facilitar o acesso da população aos serviços públicos, reduzir os problemas relacionados à poeira e à lama em períodos chuvosos e melhorar as condições de circulação de veículos e pessoas.

A modernização da iluminação pública, com instalação de luminárias de tecnologia LED, também faz parte das ações previstas, que, além de melhorar a luminosidade, reduzem o consumo de energia.

Outro eixo importante é a drenagem urbana. Fortaleza enfrenta historicamente problemas de alagamentos em determinadas áreas durante períodos de chuva intensa. Para minimizar esses impactos, o programa prevê implantação e ampliação de sistemas de drenagem, galerias e redes de escoamento das águas pluviais. Essas obras contribuem para reduzir riscos à população e preservar a infraestrutura urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A dimensão ambiental ocupa papel relevante no programa. Estão previstas ações de arborização, recuperação de espaços públicos e implantação de soluções que favorecem a adaptação da cidade às mudanças climáticas. O plantio de milhares de árvores e a ampliação de áreas verdes buscam melhorar o conforto térmico, contribuir para a qualidade ambiental e tornar os espaços públicos urbanos mais agradáveis para a convivência da população.

Além das obras de infraestrutura e meio ambiente, o programa inclui investimentos em equipamentos comunitários e esportivos destinados a ampliar as oportunidades de lazer, esporte e integração social.

Dessa forma, o Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza não se limita à execução de obras físicas, mas procura promover melhorias abrangentes na qualidade de vida urbana, fortalecendo a capacidade da cidade de atender às necessidades atuais e futuras de seus habitantes.

Passamos ao relatório.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle pelo Senado Federal das operações financeiras externas de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O programa foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamento Externo (Cofiex). A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Município de Fortaleza, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos.

Adicionalmente, informou que o mutuário recebeu classificação B+ quanto à capacidade de pagamento. Saliente-se que essa classificação só conseguiu ser alterada agora, o que privou Fortaleza de realizar operações de crédito durante todo o exercício de 2025.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), do Ministério da Fazenda, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como a concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa do Ministério da Fazenda nº 500: adimplência do ente, o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

A Secretaria de Tesouro Nacional emitiu o Parecer nº 1.063, de 2026, aprovado em 1º de abril de 2026. No referido parecer constam a verificação dos limites e condições para a contratação da operação de crédito, a análise de requisitos legais e normativos referente à concessão das garantias da União e as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional.

O mencionado parecer conclui no seguinte sentido: tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos e considerando-se a verificação dos limites e condições constantes da Resolução do Senado Federal nº 43, o ente federado cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito. Em relação à concessão de garantia da União à operação de crédito pleiteada, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos e considerando a verificação dos limites e condições da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, entende-se que o ente federado cumpre os requisitos legais e normativos.

O prazo de validade da verificação dos limites e condições para a contratação da operação de crédito e para a concessão da garantia da União é de 270 dias, contados a partir da data da primeira assinatura do parecer, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43 resultou em percentuais de comprometimento inferiores a 80%. Entretanto, caso a operação não seja contratada neste exercício e o referido prazo de validade esteja vigente, será necessária análise complementar da Secretaria do Tesouro Nacional.

A Secretaria de Tesouro Nacional informa também que a operação de crédito sob análise está inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro – Crédito Externo (SCE-Crédito), TB-180-877.

Cabe ainda enfatizar que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que impliquem compensação automática de débitos e créditos. Fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo, cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua extrema relevância.

Trata-se de iniciativa que, com certeza, trará enormes ganhos à população de Fortaleza e ao Estado do Ceará.

Por todo o exposto, Sr. Presidente, em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação de operação de crédito externo prevista no projeto de resolução desta Casa, que vai em anexo. Portanto, peço a dispensa de sua leitura.

Era esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria...

Senador Camilo Santana.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Só quero pedir a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Submeto também à apreciação o requerimento dos Senadores Camilo Santana e Cid Gomes, requerimento de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta parte agora da nossa reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de comparecimento do Presidente do BRB, em atenção ao Requerimento 47/2026, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, de autoria da Senadora Damares Alves.

Eu tenho a honra e a satisfação de convidar para tomar lugar à mesa o seguinte convidado: Presidente, Sr. Nelson Antônio de Souza – Presidente, é uma honra grande recebê-lo aqui.

Sras. e Srs. Senadores, declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, convocada com o objetivo de discutir e esclarecer aspectos relacionados às operações e relações institucionais e negociais estabelecidas entre o Banco de Brasília (BRB) e o conglomerado Master, que patrocinou a maior fraude financeira já vista no planeta.

A realização desta audiência insere-se no exercício legítimo e constitucional da função fiscalizadora do Parlamento e desta Comissão.

Trata-se de uma iniciativa orientada pelos princípios da transparência, da responsabilidade institucional e da proteção do interesse público, valores indispensáveis para a preservação da confiança da sociedade no Sistema Financeiro Nacional.

O setor financeiro ocupa, como todos sabem, posição estratégica na economia brasileira. A solidez das instituições bancárias, a segurança dos depositantes, a adequada gestão de riscos e a efetividade dos mecanismos de supervisão constituem pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico, a estabilidade monetária e a proteção da poupança dos cidadãos.

Nesse contexto, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é dever desta Comissão acompanhar fatos relevantes que possam suscitar dúvidas quanto à governança, à conformidade regulatória ou aos mecanismos de controle existentes no mercado financeiro. Não se trata de antecipar juízos, condenações ou conclusões. Ao contrário, esta audiência tem como propósito reunir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações, ouvir esclarecimentos e promover um debate qualificado e responsável sobre temas de evidente interesse público.

Além dos esclarecimentos específicos relativos às relações entre o BRB e o conglomerado Master, esta audiência oferece, sem dúvida, uma oportunidade valiosa para refletirmos sobre o próprio arcabouço regulatório e de supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

Esteve aqui recentemente o Presidente do Banco Central e eu tive oportunidade de dizer tudo isso para ele e de perguntar por que o Banco Central colaborou tanto com a criação e com o crescimento, sobretudo, do Master ao longo da sua existência até a liquidação. E tornei públicas algumas informações cuja existência o próprio Presidente do Banco Central negou, como, por exemplo: o Banco Central, sob a sua gestão, sob a gestão de Gabriel Galípolo, pediu empréstimo ao FGC para o Banco Master, R$11 bilhões. Tornei público o documento com o pedido de empréstimo do FGC para o Master. E disse mais para ele, que negou a existência do fato: que o FGC ainda chegou a liberar, desse pedido de empréstimo, R$6,7 bilhões para o Banco Master. Então, essas informações são fundamentais para que se possa compreender o contexto efetivo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer: liberou ou autorizou?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Liberou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Transferiu o dinheiro?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Transferiu o dinheiro: R$6,7 bilhões.

O Parlamento, como todos sabem, deve estar atento à necessidade permanente de aperfeiçoamento da legislação, dos instrumentos de fiscalização prudencial, dos mecanismos de governança corporativa e das práticas de gestão de risco que asseguram a integridade do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As transformações recentes do mercado financeiro, o surgimento de novas estruturas societárias, a crescente sofisticação das operações e os desafios relacionados à supervisão de conglomerados econômicos exigem constante atualização normativa e institucional.

O Congresso Nacional tem a responsabilidade de contribuir para que o ambiente regulatório brasileiro permaneça moderno, avance ainda mais, seja eficiente e capaz de prevenir vulnerabilidades que possam comprometer a estabilidade financeira.

De fato, a sofisticação das fraudes do Master não encontrou limites, chegou até mesmo aos fundos de previdência dos estados e municípios, como, por exemplo, o Fundo de Previdência de Maceió, que aplicou, proporcionalmente, o maior valor em títulos do Master de município, além de ter sido a única capital que fez esses aportes.

Como isso tudo ocorreu diante dos olhos dos órgãos de supervisão? Quem levou o Master para realizar negócios com a Prefeitura de Maceió e com o seu fundo de previdência? Quem ressarcirá os prejuízos dos aposentados do fundo de previdência de Maceió e dos demais fundos lesados?

Por essa razão, esta audiência transcende a análise do específico. Ela representa, sem dúvida, uma oportunidade para identificar eventuais lacunas regulatórias, avaliar a suficiência dos instrumentos atualmente disponíveis aos órgãos supervisores e discutir medidas que fortaleçam a transparência, a governança e a confiança no sistema financeiro nacional.

Agradeço a presença honrosa do Presidente do Banco Regional de Brasília e de todos os participantes que aceitaram contribuir para esse importante, fundamental, insubstituível debate. Tenho convicção de que os esclarecimentos prestados e as reflexões aqui produzidas auxiliarão esta Comissão no exercício de suas atribuições legislativa e fiscalizatória, com espírito republicano, respeito ao devido processo legal e compromisso com o interesse público.

Damos início aos trabalhos desta audiência pública.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa., pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em seguida darei a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Bem, são dois pontos que eu gostaria de levantar.

Primeiro, V. Exa. citou aí a questão do empréstimo do FGC para o Banco Master a pedido do Presidente Galípolo. Tem esse documento dele pedindo isso ou não?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Esse documento foi exibido na última audiência pública, com a presença do Presidente Galípolo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, tá.

É só para mostrar a gravidade disso, porque teve uma reunião no Palácio do Planalto com o Presidente, da qual participou o Galípolo, e o Presidente sugeriu ao banco que não vendesse para o BTG, porque depois, ou seja, quando o Galípolo assumisse, poderiam resolver as questões. Isso é uma questão que a gente precisa resolver.

Mas aqui a questão de ordem que eu quero fazer, Presidente, é a seguinte. Eu solicitei... Aliás, tem aqui um documento do BRB, do dia 12. Em janeiro de 2025, o BRB disse que constituiu um grupo interno de trabalho e que contratou a Price Waterhouse e também a Lefosse Advogados. E, no dia 28 de março, então, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, a celebração do contrato da compra e venda das ações do BRB com o Banco Master. Além disso aqui, no dia 22 de dezembro eu solicitei também ao Presidente Nelson uma série – aliás, dia 8 de dezembro – de informações, e ele me respondeu no dia 22 de dezembro, dizendo o seguinte: que não poderia, com o devido respeito e competência da Casa Legislativa... tinha um fato relevante divulgado dia 2 de dezembro, e o BRB contratou o escritório da Machado Meyer Advogados, com assistência da Kroll, mas que naquele momento ele não podia disponibilizar essas informações, tendo em vista a questão da CVM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci, V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu só pergunto uma questão de...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, mas pergunta antes da introdução?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu não estou entrando no mérito. Estou perguntando se nós vamos ter acesso a esses documentos antes da audiência. Posso perguntar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode, pode sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então eu estou perguntando: a esses documentos de Price e advogados, nós vamos ter acesso antes da audiência?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, o Presidente, antes mesmo da sua introdução, para responder rapidamente ao Senador Izalci.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia, Presidente Senador Renan Calheiros, do nosso Nordeste, de tantas lutas lá quando eu passei como Presidente do Banco do Nordeste. Primeiro, é um prazer estar aqui nesta Comissão muito importante para o Brasil, em especial para o Legislativo brasileiro.

Aproveito, antes de responder – se me permite, Senador Izalci –, para agradecer aqui esse convite da Senadora Damares. Vou pegar os três Senadores pelo Distrito Federal, a Senadora Damares, o Sr. Izalci e a Leila, e, nas pessoas de vocês, cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes na Comissão de Assuntos Econômicos. Quero dizer que é um prazer estar com vocês hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à pergunta, Senador Izalci, com relação aos achados e ao relatório da Machado Meyer, que é um escritório de auditoria independente, com assistência da Kroll, que é a maior empresa de investigação da América – do mundo, na realidade –, foi uma decisão adotada por esta administração que assumiu no dia 27 de novembro de 2025, pós-Operação Compliance Zero.

Quanto a esses achados, em função da própria definição do STF, nós os encaminhamos aos órgãos regulatórios e fiscalizatórios, como, por exemplo, o Banco Central, a CVM, o STF, a Procuradoria-Geral da República.

Esses próprios achados, através desse relatório, culminaram com a abertura de um novo inquérito policial. E nós não estávamos e não estamos autorizados a encaminhar esses relatórios para nenhum outro órgão fora esses citados – logicamente, eu posso dizer que nem ao Governador e Governadora atual do GDF. Foi isso que eu falei para o senhor, quando esteve conosco, e eu mantenho, até porque isso foi o solicitado por todos esses órgãos competentes já relacionados aqui na minha fala anteriormente.

Logicamente, esse relatório está se desdobrando. A cada dia nós estamos vendo o produto, os achados que teve nesse relatório da Machado Meyer e da Kroll, que é uma auditoria forense independente. As ações estão sendo adotadas por esses diversos órgãos de que eu falei, tais como o Banco Central, Polícia Federal, CVM, STF. Então, é isto.

É lógico, Presidente Renan Calheiros, nós vamos, sim, sobre algumas coisas que foram perguntadas, falar alguns achados. Não podemos abrir todos, até porque isso não cabe ao BRB, mas, quanto às perguntas que foram feitas, nós vamos ter um momento de diálogo muito grande.

Eu estive vendo outros colegas que passaram por aqui e vi a importância e a riqueza do que está sendo o debate, como podemos chamar, desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Se o senhor me permitir, Presidente, não sei se está o.k...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, porque são duas questões. O anterior, o que foi feito pela Price e que gerou, realmente, uma autorização do conselho... Esse também não tem, a gente não...?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Quanto ao da Price, ele culminou numa circularização de recursos, que foi exatamente quando aquelas ações, que também estão dentro desse relatório... quando nós já descobrimos que houve uma circularização de recursos, em que 23,5% das ações do BRB estavam em nome de algumas pessoas do conglomerado Master. E nós, prontamente, peticionamos no STF e fizemos um arresto. Então, estão bloqueadas, e queremos agora liberá-las para que o banco possa ser ressarcido desses valores.

Só acrescentando os dois itens, Presidente, se eu puder...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Antes de conceder a palavra para a sua colocação inicial, eu consulto a Senadora Eudócia Caldas sobre se deseja fazer uso da palavra agora. (*Pausa.*)

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Bom dia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Bom dia, Sr. Nelson Antônio, Presidente do BRB. Bom dia a todos os colegas Senadores, colegas Senadoras aqui presentes.

Primeiro, eu quero fazer uma consideração, Sr. Presidente, de que o Iprev de Maceió, de que o senhor sempre fala reiteradas vezes... E que coincidência: aconteceu em vários municípios, mas parece que Maceió é o seu foco, se eu não estou equivocada. Mas eu tenho algumas considerações a fazer.

Primeiro, o Iprev é uma instituição autônoma, tem presidente, tem conselho. Essa é a primeira colocação que eu quero fazer. A segunda: o Iprev triplicou – triplicou! – os recursos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentados e dos pensionistas. Não sei se o senhor estudou essa parte, mas, se o senhor estudar profundamente, o senhor vai confirmar. Infelizmente, não trouxe aqui os números, mas, da próxima vez, eu trago. Triplicou.

Outra coisa que eu quero colocar é o seguinte. O senhor colocou que... Eu quero fazer uma consideração sobre o grupo de trabalho que o senhor criou aqui. Eu queria propor a V. Exa. que o senhor possa assinar a CPI – que dá amplos poderes, muito mais do que um grupo de trabalho – que é a CPI do BMG-Master, porque tudo começou no BMG, essa questão de consignado, quando o senhor era Presidente do Senado... Tudo começou lá atrás, Senador Izalci. É só estudar a história pregressa. E esse grupo de trabalho que foi criado aqui é antirregimental. Só para o senhor ver, Sr. Senador, Sr. Presidente, aqui, esse grupo de trabalho que o senhor fez tem o risco de transformar a Comissão numa CPI paralela, porque olhem o que diz o art. 99 do Risf (Regimento Interno do Senado Federal): atribui à CAE competência sobre sistema bancário, política de crédito, contudo essa competência deve ser exercida dentro das atribuições regimentais de acompanhamento e fiscalização, não se confundindo com atividades investigativas próprias de órgãos de persecução ou de CPI.

E eu criei, colegas Senadores aqui presentes, Senadoras... Eu solicitei, Leila, fiz o requerimento sobre a CPI BMG-Master, cujo assunto é o mesmo. Aí, Sr. Presidente, daria amplitude para a gente estudar... E, seguindo a Constituição Federal, a Constituição Federal diz o seguinte: que as Lideranças partidárias têm que indicar os membros. E o senhor colocou na Instrução Normativa nº 1, de 2026: a Presidência da CAE decide. Então, é o senhor que decide. Aí, depois, vem: sob coordenação do Presidente. Então, o senhor também coordena. Aí, depois, o senhor designa os membros. É o senhor que designou. Depois, o senhor apresenta a proposta de trabalho, que está aqui também junto com... A proposta de trabalho o senhor que fez. Depois, o senhor preside esse grupo de trabalho, o senhor relata, o senhor decide, o senhor faz a pauta... Então, o senhor, o senhor, o senhor, o senhor! O senhor está sendo monocrático...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A senhora está sugerindo acabar?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Licença. Espere aí, o senhor não me deu a palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, democraticamente, por favor. Claro!

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Então me deixe concluir.

O senhor está colocando palavras na minha boca. Em nenhum momento eu falei que eu quero acabar com esse grupo de trabalho. Eu estou explicitando que esse grupo de trabalho deveria ser uma CPI e não um grupo de trabalho. Eu estou propondo uma forma melhor de conduzir essas fiscalizações – uma forma melhor.

E a gente ampliaria: começaríamos pelo BMG, que foi a origem de tudo, 20 anos atrás, porque, fazendo uma analogia com a medicina – e a minha pauta aqui no Senado é o câncer –, fazendo analogia, quando o paciente tem diagnóstico de câncer, a primeira coisa que o médico solicita é a biópsia do câncer, para ver a celularidade e daí poder tratar. Então, se a gente quer realmente investigar os casos Master, a gente tem que começar pelo BMG, que também foi sobre consignados dos aposentados e pensionistas. Então, vamos lá no início: BMG-Master.

Eu estou propondo criar uma CPI, que eu já criei, mas que o senhor possa assinar, que os colegas que estão aqui também possam assinar, e não ficar resumido... Eu não estou falando aqui em acabar com o grupo de trabalho, não – mais uma vez, repito, não coloque palavras na minha boca. Eu estou querendo dar amplitude à investigação do Master, incorporando também a investigação do Banco BMG. Na época, o senhor era Presidente do Senado Federal e, dentro do BMG, o senhor foi citado várias vezes.

Agora, só para complementar: na época, o meu filho, o JHC – todo mundo já conhece o JHC, filho da Senadora Eudócia –, era o Governador... Desculpa, desculpa, era o Prefeito. Só que eu quero lhe dizer uma coisa, Sr. Presidente: eu nunca ensinei meu filho a roubar – e é isso que às vezes você coloca, porque você repete várias vezes em Maceió –, diferentemente do senhor, infelizmente. Infelizmente, eu tenho que colocar isso diante de todos os colegas, porque quem conhece o senhor são os alagoanos, e eu sou alagoana. Só que o senhor me subestima, principalmente por eu ser uma Senadora mulher, infelizmente, como o senhor colocou no vídeo lá atrás, falando em saia, falando que o JHC solicitou a mãe para o estar defendendo. Eu defendo o povo, eu defendo o Brasil, eu defendo Alagoas – Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha proposta é que o senhor assine – por gentileza, estou fazendo um pleito – a CPI BMG-Master. Estão faltando nove assinaturas; com a do senhor, ficam faltando oito. Aí a gente amplia esse grupo de trabalho. É isso que eu quero dizer.

E só para concluir, Sr. Presidente, só para concluir, eu queria colocar o seguinte: voltando para a questão do Iprev, em Maceió, queria colocar que o Prefeito JHC, o ex-Prefeito JHC, deu autonomia, porque é autônomo o Iprev – que isso fique bem claro para os colegas Senadores e Senadoras aqui presentes –, deu autonomia ao Presidente do Iprev e a seu conselho; autonomia, porque ele é autônomo. E, na época, caros Senadores e Senadoras, o que o Presidente colocou – e o senhor pode até pesquisar aí –, ele o fez, como a maioria fez, acreditando que era algo lícito, algo correto, certo? Aí, depois é que foi deflagrado tudo isso. Mas tudo isso na CPI a gente vai esclarecer.

E, só para colocar mais uma coisa, o JHC não conhece o Daniel Vorcaro. Na lista do celular do Daniel Vorcaro, em nenhum momento tinha o nome do JHC e não terá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu nunca falei que ele conhece.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Mas eu estou falando agora. O JHC não está, não conhece Vorcaro, não sabe quem é esse homem. Agora, o senhor esteve três vezes com ele.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Quando ninguém conseguiu falar com o Vorcaro, o senhor falou. E esse projeto de lei aqui protegendo o Vorcaro, quando o senhor coloca esse projeto de lei de sua autoria, quando o senhor coloca para o FGC (Fundo Garantidor de Créditos) pagar o rombo do Master...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Protegendo os aposentados.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Não! Não! O senhor não está protegendo os aposentados, o senhor está protegendo Vorcaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os aposentados lesados.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Quem tem que pagar é o Vorcaro, não é o povo brasileiro. Se o FGC pagar, quem vai pagar é o povo. O povo brasileiro precisa saber disso, Sr. Presidente.

Então, quem fez essa minuta para o senhor? Quem fez? Foi o povo do Vorcaro? Ligado ao Vorcaro? Porque o senhor está sendo advogado do Vorcaro. Ele não teria um advogado melhor do que o senhor. O senhor está defendendo o Vorcaro. Então, o Vorcaro rouba, o Vorcaro desvia o dinheiro público do povo brasileiro e o senhor vai botar para o Fundo Garantidor de Créditos pagar? Isso daqui é um absurdo, isso é um desrespeito ao povo brasileiro, ao povo de Alagoas e a todos os nobres Senadores e Senadoras que estão aqui. Isso é algo absurdo. O senhor está advogando para o Vorcaro.

Então, o senhor respeite o povo brasileiro, respeite o povo de Alagoas e respeite os pares, colegas Senadores e Senadoras que estão aqui presentes e coloque para o Vorcaro pagar essa conta, não o povo brasileiro. O Vorcaro tem que pagar essa conta.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria gentilmente, respeitosamente, dizer à Senadora Eudócia Caldas que não é da índole desta Presidência se servir de condução da mesa para debates paralelos, palanqueais que sejam estranhos ao objeto desta presente convocação. A senhora teve e terá sempre a palavra democraticamente e, dessa forma, eu vou começar a sessão.

Queria apenas dizer que, como Senador da República, eu vou obrigar que os ladrões do dinheiro dos aposentados do Iprev de Maceió devolvam, seja quem for o ladrão. Eu não sei quem é e nem quero prejulgar, mas seja quem roubou vai ter que devolver porque os aposentados e os pensionistas não podem ser surrupiados, roubados. A senhora que me desculpe, mas isso vai acontecer.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu estou com a palavra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – E eu estou pedindo a palavra pelo povo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu respeitei democraticamente...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Democraticamente, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu respeitei...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou lhe dar a palavra, mas aguarde, por favor.

E, se a senhora dispõe de alguma informação dada sobre mim ou sobre qualquer Senador, é um dever da senhora, como Senadora da República e como cidadã, procurar as autoridades com uma *notitia criminis,* fazer o que eu fiz com relação ao escândalo do Iprev de Maceió.

Eu entrei na Justiça, apresentei uma *notitia criminis* e pedi o bloqueio dos bens dos Prefeitos, do Vorcaro, do Augusto Lima e de todos os envolvidos subordinados do Prefeito de Maceió no instituto de previdência da capital alagoana.

Façam o que eu fiz: peçam o bloqueio. Leve a notícia-crime para uma autoridade investigar. É isso que nós devemos fazer, e não tentar aqui querer esvaziar o trabalho de um grupo que, diante da impossibilidade de se andar com a Comissão Parlamentar de Inquérito, está, na forma do Regimento, na forma da Lei Complementar 105, de 2021, acompanhando a investigação e recolhendo as informações que são fundamentais para que a gente possa evoluir com a responsabilização desses ladrões que, de uma forma ou de outra, roubaram os brasileiros aposentados, os pensionistas. E, como Senador da República, eu tenho que colocar o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandato – e eu coloco o meu mandato – à disposição para que essas pessoas sejam exemplarmente punidas.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou dar a palavra...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou dar a palavra...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu tenho outra Comissão para ir, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A senhora tem outra Comissão... Todos nós também temos aqui.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Por gentileza. Eu estou pedindo por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo a palavra a V. Exa. por 20 minutos. Se precisar de mais tempo, eu darei o tempo que for necessário para a sua introdução.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Que pena, Sr. Presidente. Que pena...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu depois darei a palavra outras vezes, quantas forem...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Não, eu preciso da palavra ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, o Presidente do BRB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Mais uma vez, bom dia.

Eu quero também aqui aproveitar e agradecer a presença do Deputado Distrital, aí o... Estamos falando aqui do Fábio Felix, que parece que está ali – obrigado por ter vindo –, e o Leandro Grass, que também está conosco – ou que eu tinha visto, não sei se continua conosco –, amigos aqui de Brasília.

Eu agradeço o convite, mais uma vez, Senadora Damares, para comparecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos e prestar esclarecimento sobre a situação do Banco de Brasília, as medidas adotadas pela atual administração e os próximos passos para o fortalecimento dessa instituição.

Assumi a Presidência do BRB em 27 de novembro de 2025 – lembrando que a Operação Compliance Zero foi em 18 de novembro de 2025 –, em um momento de elevada pressão institucional, regulatória e reputacional, decorrente do afastamento da administração anterior e do avanço de auditorias e investigações relacionadas a operações envolvendo o Banco Master.

Desde o primeiro dia, a nossa prioridade foi assegurar a continuidade operacional do banco, preservar a confiança dos clientes, garantir a estabilidade dos empregados e estruturar uma resposta técnica, responsável e tempestiva aos desafios que se apresentavam. Nossa atuação concentrou-se em três eixos fundamentais: liquidez, sem a qual o banco quebraria de imediato, capital e governança.

No campo financeiro, reforçamos o monitoramento das posições de liquidez, aprofundamos análises patrimoniais e operacionais e ampliamos os procedimentos de auditoria necessários para compreender com precisão a situação da instituição. Mantivemos diálogo permanente com o Banco Central, órgãos de controle e auditorias independentes e demais autoridades competentes. Nosso objetivo sempre foi o mesmo: apurar fatos, corrigir fragilidades e construir soluções consistentes para preservar a estabilidade do Banco de Brasília. Com esse propósito, contratamos o Escritório Machado Meyer, com apoio técnico da Kroll, para conduzir investigação corporativa independente e relacionada aos fatos apurados na Operação Compliance Zero e também as operações que pudessem envolver o Banco de Brasília. Também instituímos um comitê independente de investigação composto exclusivamente por profissionais sem qualquer vínculo com o BRB durante o período investigado – então, pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que chegaram e não participaram do que tinha havido anteriormente. A investigação foi concluída e seus resultados encaminhados às autoridades competentes.

Paralelamente, foram adotadas medidas administrativas, judiciais e patrimoniais voltadas à proteção dos interesses da instituição e à recuperação de eventuais prejuízos. A atual gestão está integralmente dedicada a enfrentar os efeitos herdados, proteger o patrimônio do banco e fortalecer sua capacidade de cumprir sua missão institucional.

Como resultado das medidas adotadas, o BRB permanece operando normalmente, atendendo seus clientes, honrando seus compromissos e desempenhando plenamente sua função econômica e social. O banco continua observando os requisitos prudenciais exigidos pelos reguladores sem interrupção de atividades ou prejuízo à prestação de serviços.

Ao mesmo tempo, promovemos importantes aperfeiçoamentos em nossa estrutura de governança. Houve substituição de dirigentes vinculados ao período investigado, recomposição de posições estratégicas com base em critérios técnicos e fortalecimento dos mecanismos internos e supervisão de controle. Revisamos estruturas de comitês, aperfeiçoamos controles internos, ampliamos a segregação de funções, fortalecemos a supervisão institucional e vinculamos a Corregedoria diretamente ao Conselho de Administração, ampliando sua independência.

Realizamos também política de governança, gestão de risco e controles internos, além de revisar normas relacionadas a operações de crédito, liquidez e investimentos. Cumprimos integralmente as medidas prudenciais determinadas pelo regulador, que é o Banco Central, e avançamos na implementação de controles adicionais voltados ao tratamento das irregularidades identificadas.

Paralelo a isso tudo, foi construída uma solução institucional destinada ao fortalecimento da estrutura de capital do BRB. O acordo firmado entre União, Distrito Federal, Banco Central tem a participação do FGC e das instituições financeiras, especialmente S1, que são as grandes instituições financeiras, como Banco do Brasil, Caixa Econômica, BTG, Bradesco, Santander, e foi homologado tudo isso pelo Supremo Tribunal Federal, criou as condições necessárias para a operação, observando integralmente as regras do Sistema Financeiro Nacional e os limites legais aplicáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa operação, Senadora Damares, é inédita no país, nunca houve, ainda mais com a chancela do órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro, que é o STF. Estavam à mesa, numa demonstração eminentemente republicana... E quem está falando aqui é um técnico, eu não sou político, não tenho pretensão política, sou um técnico que já passou na presidência de quatro grandes bancos, como Caixa Econômica Federal; Banco do Nordeste, que é o banco da região do Presidente Renan Calheiros; Banco de São Paulo, que é uma grande unidade, a maior unidade federativa nacional; e agora Banco de Brasília. Então é um acordo inédito. Todos sentaram, homologaram e assinaram. Eu fui um dos que assinaram também esse documento. É uma engenharia financeira jamais vista neste país.

É importante também destacar que essa solução não envolve transferência direta de recursos da União, nem concessão de garantia ou aval federal. Trata-se de uma estrutura compatível com os marcos legais e regulatórios vigentes, construída com segurança jurídica e responsabilidade fiscal.

Eu vou me dirigir aqui hoje, inclusive, aproveitando que o Deputado Fábio Felix está aqui... Hoje à tarde nós temos uma assembleia, nós temos uma reunião sobre um projeto de lei importantíssimo para o Banco de Brasília, que é a aprovação, a homologação do que foi acordado lá no Supremo Tribunal Federal pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. É importantíssimo isso tudo para a sobrevivência do Banco de Brasília, é fundamental. Bem, o processo ainda depende de cumprimento de etapas técnicas e regulatórias, mas o banco já promoveu os ajustes necessários, em consonância com o regulador Bacen, para que o recurso integralizado possa produzir efeitos graduais sobre o seu capital regulatório.

Permita-me abordar também o tema demonstrações financeiras. A divulgação ocorrerá... Eu estou falando aqui das demonstrações financeiras do exercício de 2025, findo em 31/12/2025. A divulgação ocorrerá tão logo sejam concluídos os procedimentos de auditoria independente, validação contábil e tramitação regulatória exigidos pelas normas aplicáveis.

Estejam certos de que a quem mais interessa divulgar o balanço é o próprio BRB, tendo em vista a corrida de liquidez que cada vez se acentua, tendo em vista a não divulgação desses balanços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A opção da atual administração é assegurar a divulgação de informações completas, auditadas e tecnicamente consistentes, em respeito ao mercado, aos clientes, aos órgãos de controles e à sociedade.

Quero dirigir uma mensagem aos clientes, investidores, empregados e cidadãos do Distrito Federal: o BRB continua funcionando normalmente, nunca deixou de cumprir uma obrigação, nenhuma, depois do dia 18 de novembro de 2025. O BRB segue operando regularmente, fortalecendo sua governança, aprimorando sua estrutura de capital e avançando em um processo consistente de organização institucional.

A esta Comissão, reafirmo o meu respeito ao papel fiscalizador exercido pelo Senado Federal. Esse acompanhamento é legítimo, necessário e contribui para o fortalecimento das instituições públicas.

Para concluir, reconhecemos os desafios enfrentados pelo banco BRB e não minimizamos a importância dos fatos que estão sendo apurados, mas também é importante reconhecer que hoje existe um caminho institucional, jurídico e tecnicamente estruturado para assegurar a continuidade e o fortalecimento do BRB. Nosso dever é preservar o BRB, corrigir falhas, colaborar com a responsabilização de eventuais irregularidades e garantir... colaborar com a responsabilização de todos aqueles que cometerem irregularidades e garantir que o banco continue servindo a população com solidez, segurança e transparência.

Compareço a esta Comissão para afirmar, com serenidade e responsabilidade, que o BRB tem direção, possui um plano de fortalecimento em execução, conta com mecanismos de controle reforçados e reúne condições necessárias para continuar cumprindo sua missão de promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Muito obrigado. Coloco-me aqui à disposição, Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, para explicar tudo aquilo que for necessário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu agradeço ao Presidente do BRB por suas palavras introdutórias, iniciais.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. *Fora do microfone*.) – Presidente, depois eu quero falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá, por favor.

Nós vamos estabelecer cinco minutos para cada Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Cinco só?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Cinco inicialmente, mas o Senador poderá ir à réplica, e o depoente vai novamente explicar o que se perguntou, o que se indagou, e nós poderemos ter tréplica, de modo que, se for necessário repetir esse processo, também nós repetiremos. Este debate, quanto mais profundo, melhor, para darmos as respostas que todos os brasileiros cobram da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e de todos nós.

Eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves. Com a palavra, V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu sei que a gente está com o tempo bem corrido, mas eu queria lhe fazer um pedido. Eu vou precisar de três minutinhos, só para fazer... Como nós estamos ao vivo, o Brasil inteiro está de olho nesta sessão, eu queria fazer uma explicação sobre o grupo de trabalho e depois eu entro nas minhas perguntas, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, o senhor não é o único que está sentado nessa mesa neste grupo de trabalho. Este grupo de trabalho já trouxe o Presidente do Banco Central, da CVM, de outras instituições. Este grupo de trabalho nasce lá atrás, e tudo que está sendo feito aqui é com muita maturidade, Presidente.

Deixe-me lhe explicar. Quando tudo começou a surgir com relação ao Banco Master, a CAE começou a acompanhar, mas a gente já tinha indício de que viria uma grande operação policial. Então, a CAE não poderia atrapalhar nenhuma grande operação policial, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente em abril, nós aqui – os três Senadores do DF – já tínhamos pedido uma audiência pública, em abril de 2025, com o Presidente do BRB aqui na mesa e o Banco Master. Abril de 2025. A audiência não aconteceu já por conta das operações, mas, em 12 de maio, para a gente não esperar tanta audiência, eu faço um ofício ao BRB, e, em 27 de maio, o antigo Presidente apresenta as respostas às minhas perguntas, e, depois, esse documento veio para o grupo de trabalho. Ele manda como confidencial para o meu gabinete, mas virou instrumento de trabalho do nosso grupo de trabalho. E nessa resposta dele começam a surgir dúvidas, inclusive dúvida que eu levei para o senhor, que nós levamos para o senhor no nosso primeiro encontro. Esse grupo de trabalho já teve um encontro com o senhor, assim que o senhor assumiu lá no BRB. E aí a dúvida que a gente levou lá para o senhor – e aí o Izalci já colocou aqui – é com relação às diligências... O BRB selecionou BwC como assessor contábil financeiro estratégico e o escritório Lefosse Advogados. Quando nós levamos isso para o senhor, o senhor se assustou, mas estava na resposta do antigo Presidente. Quem tinha que ter vindo para a mesa era ele, mas não deu tempo, não deu tempo.

Quando foi março de 2026 agora, acompanhando tudo que aconteceu – nós tivemos CPMI aqui do INSS, e os três Senadores acompanharam, fazendo recorte BRB –, em seguida, o Presidente Renan entendeu a necessidade de se formar o grupo de trabalho. O grupo de trabalho já se reuniu com diversas instituições, e nós fizemos uma caminhada na Esplanada, mas uma caminhada mesmo, várias reuniões com várias instituições. Em todas elas, está lá: BRB, BRB... Não tem como falar de Banco Master e não falar de BRB.

Agora, em março de 2026, a gente faz as perguntas ao senhor por ofício. O senhor manda as respostas para o grupo de trabalho, nós temos as suas respostas, mas as suas respostas deram origem ao requerimento da sua presença aqui hoje.

Tem todo um organograma de trabalho para que o senhor esteja sentado aqui hoje. Não é constrangimento, é necessidade de respostas.

Por que, Presidente? BRB não é mais um problema só do DF, ele é um problema do Brasil. Na nossa última reunião aqui, o Presidente Renan deixou muito clara a preocupação dos estados com os depósitos judiciais que estão dentro do BRB. Se BRB quebra, não quebra só o DF. Se BRB quebra, nós vamos quebrar tribunais do Brasil inteiro. Então, nós temos inúmeros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores nesta Casa que também têm um olhar para esse recorte BRB. Não estão aqui apenas os Senadores do DF preocupados com o que vai acontecer com o nosso banco, é o Brasil. Não dá mais para falar de fraude bancária nesta nação sem citar BRB, infelizmente. Eu quero que o senhor entenda que, para mim, é doloroso estar falando isso.

Nós temos muitas dúvidas, eu tenho dúvidas enormes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora começa a minha fala, para escutar.

São dívidas enormes, esta audiência não se esgota aqui, nossas perguntas não vão se esgotar aqui, mas vejam só. Até abril, a pergunta era: o que aconteceu entre BRB e Master? Era a pergunta que o Brasil inteiro fazia. Hoje, a pergunta é: quanto essa crise vai custar para o DF, para o Brasil e para os cidadãos aqui do Distrito Federal?

Presidente, eu não vou me atentar à corrupção lá atrás, não vou. Um dos corruptos que conduziram o banco antes do senhor já está preso – acho que só um, né? –, mas eu quero ver muitos na cadeia ainda – não é só ele, não; muitos.

Mas eu vou me atentar, Presidente, daqui para a frente.

Nós temos um plano de reconstrução do banco, que é o que me preocupa hoje e que é a preocupação de todos os Senadores, aqui, hoje. E essa nossa preocupação...

Eu tenho inúmeras perguntas. Inclusive eu vou pedir, Presidente, que a gente possa fazer o encaminhamento de algumas perguntas por escrito ao BRB. Como o senhor foi muito solícito respondendo o nosso primeiro ofício, gostaria muito de ter a sua colaboração de nos responder algumas perguntas depois, por escrito. Por exemplo, cartão BRB, patrocínio BRB, Flamengo. Nós temos dúvida com relação ao programa de milhagem, com o que aconteceu no programa de milhagem com o cartão BRB, mas hoje eu vou focar aqui na reconstrução do banco, nesse plano que os senhores estão trazendo.

A minha pergunta é: o BRB participou desse plano de reconstrução? Qual foi a participação do BRB na construção desse plano? Porque o que a gente estava vendo? O STF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participando, o Ministério da Fazenda participando, inúmeras autoridades participando. A pergunta é: a proposta nasceu dentro do BRB ou a proposta nasceu dentro do Governo do Distrito Federal, sendo o Governo do Distrito Federal o controlador do banco? O BRB construiu a minuta dessa proposta?

As garantias oferecidas, Presidente, para essa proposta de reconstrução. Nós já ouvimos falar, inclusive, de uma das garantias, que é o nosso fundo constitucional. Isso procede? É verdade que o fundo constitucional nosso está sendo colocado na mesa?

Garantias como não ter aumento de salário para os nossos servidores, não ter mais concurso público: até quando e até onde?

Garantias como patrimônio do Distrito Federal: quais patrimônios nossos realmente serão comprometidos nesse plano de reconstrução?

Presidente, e a pergunta que não se cala: qual é o valor do rombo? Esse plano de reconstrução está sendo construído, proposto, eu estou vendo o STF homologando, o Banco Central homologando, mas, por favor, Presidente, me diz: qual é o valor do rombo? O plano está sendo trabalhado em cima de um valor específico? Porque nós temos, Presidente Nelson, uma sopa de números, e a gente não consegue entender essa sopa. Ora, fala-se em R$2 bilhões; daqui a pouco, em R$7 bilhões; já se fala em R$17 bilhões: a gente não entende o valor real do rombo do BRB. E o plano que está sendo construído é para cobrir tão somente o rombo ou já é para dar uma margem aí aos senhores de tranquilidade para continuar os programas do BRB?

Outra coisa: nesse programa de reconstrução, de reestruturação do banco, as políticas sociais serão interrompidas, uma vez que este banco está desenvolvendo mais de 30 políticas sociais aqui do Distrito Federal?

Então, eu vou focar, Presidente. Eu quero ouvir sobre esta reconstrução. Já ouvi falar que a melhor coisa era a liquidação do banco. Discordo completamente, esse é um patrimônio nosso, nós temos que lutar por esse patrimônio, mas qual é o preço dessa luta, Presidente? Por favor, seja o mais transparente possível. E eu quero lhe pedir um compromisso agora de que as demais perguntas que eu tenho para fazer o senhor nos responda, por meio de ofício, para esta audiência não ficar tão longa, mas me diga, por favor, o valor do rombo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... quem escreveu a minuta de reconstrução e o preço que o Distrito Federal, os servidores, a população e o Brasil... Porque agora os tribunais do Brasil inteiro estão preocupados, acompanhando esta audiência, e eles querem uma resposta de tranquilidade ou de desespero nessa manhã.

Obrigada por estar conosco agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Presidente, para as respostas à Senadora Damares, e eu encareço, Presidente – me desculpe, não é demais –, que muitas dessas perguntas possam ser antecipadas e respondidas agora, sobretudo essas perguntas que falam do rombo, da homologação do Supremo. Como o Supremo homologará um acordo desse sem conhecer a extensão do rombo? São perguntas que precisam ser respondidas antes de qualquer coisa.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Senadora Damares, vocês estiveram conosco pelo menos duas vezes, conversamos. Quero deixar bem... dividir bem direitinho com relação à nossa chegada; não só a minha, mas de vários diretores que vieram do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, vieram do mercado. Eu cheguei no dia 27 de novembro de 2025; a Operação Compliance Zero foi em 18 de novembro. A partir dali, nós colocamos três grandes itens. Eu respondo já as perguntas; são várias perguntas na realidade.

A partir dali nós buscamos – a primeira coisa, sem julgar nem pré-julgar – trazer pessoas para substituir toda a diretoria do banco, conselho de administração, comitê de auditoria, todas pessoas de mercado, técnicos, isentos, e imediatamente abrimos uma auditoria forense independente, que é Machado Meyer e Kroll, e aprovamos – no dia seguinte à minha chegada, Senador Izalci, no conselho de administração do banco – a possibilidade de o BRB como assistente de acusação, em quaisquer locais em que o BRB possa ir buscar os recursos. O BRB, de tudo isso que está acontecendo, dentro desse arcabouço Master – vamos chamar assim –, foi a empresa mais fraudada de todas, mas eu vou falar nos números também.

Agora, feito isso, hoje nós temos aqui a Paula, que era Vice-Presidente do Banco do Brasil, Diretora de Controle e Risco; tem o Barreto lá, o Barreto está conosco aqui, Vice-Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco do Brasil, hoje Vice-Presidente Financeiro do BRB; valores do próprio banco BRB, ex-Diretor do Consórcio Brasil Central, tem lá o Bruno Watanabe e vários outros; Diretora Jurídica da Caixa, hoje Diretora de Pessoas daqui do BRB, a Janiele, e outros; Diretora, que eu fui buscar de volta no mercado; Hellen, Diretora Jurídica, entendeu? Eu não estou vendo outros mais aqui, mas tem vários aqui, que são grandes nomes do mercado financeiro brasileiro, que se incorporaram, acreditando que é o maior problema, sim, do sistema financeiro nacional.

Eu tenho 45 anos de banco. Fui Presidente da Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste, do Banco de São Paulo e do Banco Regional de Brasília agora. Nós estamos aqui por um propósito: salvar o BRB e devolvê-lo com saúde ao povo de Brasília e região, porque ele está em outras regiões, mas primeiro é cuidar de Brasília. Mas sobre o que a senhora perguntou, podemos chamar, com relação... A senhora fez algumas perguntas, a primeira delas... As perguntas que forem direcionadas ao BRB, se não tiver sigilo bancário, todas serão respondidas – todas –, sem julgar nenhuma, todas serão respondidas. Não temos interesse nenhum em encobrir qualquer coisa do passado e, pelo contrário, nós estamos trabalhando de mãos dadas com a Polícia Federal, com a Procuradoria-Geral da República, com o Banco Central, com o STF e por isso nós estamos aqui hoje, nesta Comissão, que tem feito tanto, buscando solucionar problemas deste país.

Quero falar aqui também sobre o item que a senhora chamou de depósitos judiciais. Depósito judiciais... porque o Banco BRB está presente em cinco estados, onde participou de licitações ou pregões eletrônicos e logrou êxito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor tem essa ordem cronológica que estados...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Tenho... tenho... tenho...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... e municípios? Poderá disponibilizar?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Tenho aqui. Tenho aqui. Nós falamos já. Eu vou só continuar, mas tem aqui a ordem cronológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nós temos TJDFT, nós temos Tribunal de Justiça de Alagoas, Tribunal de Justiça da Paraíba, do Maranhão e da Bahia. No total são R$30,6 bilhões...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – De depósitos judiciais.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – ... em depósitos judiciais. São R$30,6 bilhões totalmente segregados e servindo de *fundi,* em especial para a carteira de habitação, que cresceu tanto. A senhora, que é daqui de Brasília – que está em Brasília –, Senador Izalci e Leila sabem o tanto que o BRB cresceu em carteira habitacional. Nós temos 64% do mercado de Brasília. É uma carteira de quase R$15 bilhões – estou só colocando. Então, sobre depósitos judiciais, todos eles foram feitos dentro do regime de licitações. Essa foi a primeira pergunta que foi feita. Eu estou dando uma explicação em relação aos depósitos judiciais.

Quero dizer que o Banco de Brasília desaparecendo, ou vindo a ser sido liquidado, ou em um Regime de Administração Especial Temporária (RAET), que seria uma sanção do Banco Central, não é problema para depósitos judiciais, é problema para Brasília inteira e para todos os locais que o BRB está presente. A nossa chegada foi exatamente para que não aconteça uma liquidação no BRB. E o BRB tem condições estruturais de permanecer de pé, de maneira sólida.

O que está sendo feito lá, tecnicamente, tem como ser feito, e está sendo feito.

Eu acredito piamente, senhores e senhoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aliás, Senadores – desculpa; ando tanto na Câmara Legislativa, converso tanto lá na CLDF... Mas é possível, sim, estruturalmente, deixar o banco de pé. E hoje ele já é mais saudável do que era antes do dia 18 de novembro.

Tem muito trabalho? Sim. O que foi feito com o BRB foi cruel, foi muito difícil. Não está sendo fácil a recuperação do BRB. Os valores colocados foram muito grandes. Nós estamos falando – e eu vou falar de números agora – de uma transação, entre compras e vendas de carteira, que, por sinal, vou deixar bem claro, é uma operação normal do mercado, feita diariamente, entre todos os bancos públicos e privados. O que se precisa é ter *compliance*, análise de risco, governança, o que em alguns momentos não foi seguido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desses R$30 bilhões transacionados, R$21,9 bilhões ficaram dentro do BRB como ativos – ativos! Desses, R$12,12 bilhões... Foi quando detectou-se... E hoje eu posso falar, Senador. Conheço bem o senhor há muito tempo. Eu hoje posso falar. Não podia falar no dia, Fábio Felix, em que eu cheguei a primeira vez para fazer a sabatina na Câmara Legislativa. Eu não tinha número, eu não estava lá dentro. Hoje eu posso falar: R$21,9 bilhões. Desses, R$12,12 bilhões foram objeto para a Operação Compliance Zero. O que foi detectado de imediato, Senadora Tereza Cristina... Ela está aqui? Não está, não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para interpelar.) – Desculpa. Só uma pergunta: esses R$12,12 bilhões eram de títulos podres?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Não, não. Não estamos falando de títulos podres, mas eu respondo já a sua pergunta – é importante – para esclarecer o que tem dentro dos R$21 bilhões, tá? É importante. Mas só para não perder o raciocínio, o senhor me permite?

Esses R$12,12 bilhões foram o que estartou a Operação Compliance Zero, dos quais, de imediato, nós detectamos que R$2,6 bilhões – carteira Tirreno – não existem, não têm lastro, não têm nada, certo? E fomos pegar essas carteiras todas e fomos detectar o que, efetivamente, tínhamos que provisionar, porque é assim que a legislação do mercado financeiro define, as diversas leis. Provisionamos, no balanço do banco, como possíveis perdas – provisões são possíveis perdas –, R$8,8 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É referente à Tirreno, né?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não; referente a todo... Bom, eu vou retornar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá. Desculpe.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Foram R$30 bilhões transacionados; R$21,9 bilhões ficaram dentro do... é o ativo da carteira do Master que está dentro do BRB. Desses, nós pegamos esses R$21 bilhões e verificamos o que tínhamos que provisionar de imediato, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou não tinha o ativo, ou ele era um ativo frágil, que no futuro pode se tornar um ativo que chamamos de difícil recuperação, ou ativos podres – entre parênteses, né?

Provisionamos para quê? Para termos a responsabilidade de não trabalhar e definir uma capitalização do banco e, logo em seguida, termos que..."Ah! Mas esse valor não era suficiente". Deixando bem claro – se eu estiver errado, vocês podem parar que eu corrijo –, é importante entender isso: R$8,8 bilhões foi o que nós abrimos, em uma assembleia geral extraordinária, para capitalizar o banco – está em toda a mídia – e fomos buscar, para capitalizar esse banco, um empréstimo junto ao FGC de R$6,6 bilhões.

Como completar os R$8,8 bilhões? Securitização da dívida do GDF, o valor é de R$52 bilhões. Fizemos a primeira *tranche*: R$1,17 bilhão, já está dentro do BRB. Temos as segunda e a terceira *tranches*, que poderão chegar – entendeu? –, no mínimo, a uns R$3 bilhões. Mas daí nós só precisamos de R$2,2 bilhões, que, somados aos R$6,6 bilhões, dá o aporte de R$8,8 bilhões, e nós estamos com essa assembleia geral extraordinária aberta para fazer a integralização desses recursos. Está aí na mídia, está em todo lugar, estamos aguardando, já temos R$1 bilhão.

Então, é importante essa pergunta, Senadora, que a senhora fez, até para ficar bem claro; eu acho que esse fórum é fundamental, discutir esse assunto aqui.

Com relação, esse foi o... Então, eu falei de depósitos judiciais, falei de... A senhora falou, entre aspas, "quanto é o rombo?". Eu chamo de provisão, que é o nome... mas tudo bem. E pedimos R$6,6 bilhões. Como foi esse arranjo financeiro – que eu acredito que é o acordo junto ao STF –, como ele surgiu?

Esse empréstimo não é para o BRB, é um empréstimo para o... do FGC para o controlador, que é o BRB, porque o acionista... para o GDF – para o GDF –, que é o controlador do BRB – 53% do BRB. Esse empréstimo surgiu tendo em vista que esse próprio Senado sabe que tem uma definição, que ele define por lei – é a 43, se eu não me engano – o valor de quanto pode ser emprestado, mas também existe um outro valor, que é definido em cima de... 16% da receita corrente líquida são o máximo que eu posso tomar de empréstimo, qualquer... ou o Distrito Federal ou o estado podem tomar emprestado, e dá R$6,6 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses R$6,6 bilhões, o GDF não tinha... estava com Capag C. Com Capag C, dentro da legislação, não seria possível tomar nenhum empréstimo, mesmo tendo capacidade de pagamento, mesmo tendo livres ali os 16%. Eu sei que essa parte é um pouco... são muitos números, mas é importante nós falarmos. Deu R$6,6 bilhões.

Como surgiu no STF? Por que foi ao STF? Se eu não me engano, essa foi a pergunta, não é isso, Presidente? Se eu estiver errado, pode me corrigir, Senadora, por favor.

Fomos com um comandado de segurança junto ao STF, solicitando que fosse considerado Capag C, já tem casos desse tipo.

Dos três itens que enquadram as Capags, só tinha uma que era referente à poupança, que era 95% do GDF e estava dando 95,27% – 0,27% acima. Com acessibilidade. E lógico, fizemos vários, vários *roadshow*s na Faria Lima, fui várias vezes, posso dizer que... E quero agradecer a todos os presidentes de bancos, eu venho do grupo desses bancos, até porque eu fui Presidente de quatro bancos, tentei sim proximidade.

Quando eu cheguei, Senador, Ministro, já foi Ministro, já foi Presidente do Senado, é o Presidente da CAE. Então, o que acontece? Sabe quantos bancos operavam com o Banco BRB, quando nós chegamos lá, em operações compromissadas ou trocas? Nenhum, fora o Master. Estava ilhado, ilhado.

Então, esse acordo surgiu como? Nós temos conversado há muito tempo, desde o primeiro dia em que chegamos, com os bancos, especialmente os grandes bancos, S1, que são Caixa Econômica, o Banco Brasil, Bradesco, Santander, Itaú, BTG, os grandes bancos, fazendo operações compromissadas, vendas e compras de carteiras de originação própria. Não mexemos na carteira desses R$21 bilhões do Master, está certo?

Eu vou já concluir. Com isso, procuramos também o Governo Federal, por quê? A senhora disse uma coisa... Que não é só o BRB, esse problema é muito maior. O BRB é a maior vítima, mas o problema é muito maior, e na sensibilidade do próprio Governo Federal, do próprio GDF, do regulador Banco Central, dos bancos públicos e privados, do Sistema Financeiro Nacional, do próprio FGC, da Procuradoria-Geral da República, da AGU, todos esses assinaram esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documento, que foi homologado pelo Ministro Fux, no STF. E eu fui um dos que assinou também lá, já que o único que estava com o pires na mão era o BRB, do qual eu sou o CEO.

Olha, eu posso dizer o seguinte, eu tenho 45 anos no mercado financeiro, mas eu nunca vi uma engenharia financeira feita dessa natureza, e tão republicana. E digo mais, vou falar não no aspecto político, mas vou falar do aspecto técnico. É um empréstimo do FGC, que é um fundo privado, que é constituído pelas contribuições dos bancos públicos ou privados.

Ele vai, faz para o GDF, com a fiança ou com a garantia dos bancos, dos grandes bancos brasileiros, e a contragarantia de FPE e FPM dada a esses bancos pelo GDF, ou seja, Senador Izalci, é uma engenharia financeira jamais vista neste país.

E ainda tem outro fato, no que foi homologada no STF, ainda diz o seguinte, quaisquer ações que venha a ter serão remetidas imediatamente para o órgão máximo do Poder Judiciário, que é o STF. Então vejam que...

E lá não foi ninguém obrigado, todos foram lá, foi uma audiência de conciliação. Todos foram lá e assinaram.

Estou vendo lá o Senador por quem eu tenho o maior respeito, o nosso, o meu Sergio Moro, desculpe-me, que entende tanto desse mercado financeiro, Sergio Moro, e sabe o que eu estou dizendo, a importância do que foi feito.

Então, esse plano, que a senhora chamou de STF, creio que foi conduzido e não tinha como ser conduzido melhor do que isto.

E o último item que a senhora colocou, se eu não estiver errado aqui, é: os programas sociais vão continuar? Eu queria ver bem, eu quero mostrar aqui uma coisa, o plano. O plano é esse?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Plano...?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Bem, nós temos aqui o que se chama plano de negócios, esse plano de negócios de 2026-2030. Ele é exatamente o que mais nos preocupa enquanto técnicos de banco, ou de qualquer empresa, que é, após a capitalização, ter condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sobreviver e como vai sobreviver. Se não tivesse, não tinha por que a gente estar perdendo o nosso tempo aqui, não faria sentido.

Quanto é esse empréstimo nas condições? As condições que nós sugerimos do empréstimo... Isso não quer dizer que vai ser isso, até porque quem vai emprestar diz quanto é, mas nós pedimos um empréstimo de R$6,6 bilhões com 18 meses de carência, taxas de juros de IPCA, mais 4,5% ao ano. Nessas condições, ele daria a primeira prestação a pagar a partir de 2028, na faixa de R$95,6 milhões por mês.

Nós fizemos esse novo plano: em 2025, nós vamos estar, todo ele, com o impacto dessas carteiras do Master; em 2026, ainda com a sobra das carteiras do Master; em 2027, nós já passamos a ter uma boa posição de lucro recorrente; em 2028, quando nós começarmos a pagar o empréstimo, nós já teremos mais de R$1 bilhão de lucro, acima de R$1 bilhão de lucro. Isso, Senadora – as suas perguntas foram várias, mas muito importantes –, é para esclarecer como está o banco hoje, o que está sendo feito e para onde esse banco vai. Então, obrigado, viu?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É só para fazer a réplica.

Presidente, o senhor falou que são R$6 bilhões que estão sendo pedidos emprestados lá, mas eu tenho um quadro aqui que fala... Olha os números, por que me dão confusão? Eu quero que o senhor imagine que eu estou pensando como a dona de casa que está me assistindo agora.

Primeiro, R$2 bilhões da tentativa de aquisição do Banco Master, não deu certo, graças a Deus. R$16,7 bilhões de operações investigadas, BRB-Master. Depois vêm ativos apontados como problemáticos, R$12,2 bilhões, e de tudo eu tenho a fonte aqui, tá? E aí vêm outros valores: acordo União-GDF-STF, vêm R$6 bilhões. Primeira etapa de capitalização, um...

Se eu tenho aqui um apontamento de que são R$16 bilhões em operações investigadas, como é que o senhor me garante que esses R$6 bilhões, que estão sendo, agora, emprestados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o banco, vai resolver o problema, Presidente? Eu vou endividar o GDF e vou resolver o problema? É isso que eu quero muito claro. Eu acho que não está ficando claro, está faltando alguma coisa que a gente precisa entender. "Tem alguma coisa que a sua mente não consegue captar", mas não é só a minha, é de todo o povo aqui do DF. Se nós temos mais de R$17 bilhões em operações sendo investigadas como problemáticas, sem contar as outras coisas que a gente está descobrindo agora, como é que os R$6 bilhões vão resolver?

Outra coisa, o senhor não me falou das garantias – essa é a nossa maior preocupação.

Presidente, por fim: transparência. Nós, esses três Senadores aqui, que dão a vida pelo DF, soubemos dessa tentativa da compra daquele banco de corruptos, o Master, pela imprensa. A Vice-Governadora, a então Vice-Governadora soube pela imprensa. Nós não queremos mais, Presidente, ser surpreendidos pela imprensa de nada que está acontecendo lá dentro. É um banco público. Nós temos, pelo menos a bancada federal... Mais que a bancada federal, os Deputados Distritais, que daqui a pouco vão ter que tomar uma decisão, não podem ser levados a erros. Não podem. Então, o que nós queremos, Presidente? Transparência.

E a pergunta, só para essa sopa de números aqui ser respondida: o que está sendo pedido emprestado, que vocês homologaram no STF, é suficiente? As garantias que foram dadas são suficientes? Meu povo vai pagar esse preço?

É só isso, Presidente. E aí os demais colegas têm um monte de perguntas para fazer.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Está ótimo. Mas é bom porque a gente conclui aquele raciocínio que nós começamos. Eu vou recapitular.

Esqueçam todos os números que estão aí. Vamos pegar os números que eu acabei de falar, porque eles enquadram todos: R$30 bilhões foi o valor transacionado de ativos entre Master e BRB; R$21 bilhões é uma carteira que tem aqui.

O Senador Oriovisto fez uma pergunta que eu vou aproveitar. Ele pediu para esclarecer como estão esses R$21,9 bilhões de ativos. Nós temos quatro grandes carteiras. Nós temos carteira de pessoa física, vamos pensar, o Credcesta, o tão falado Credcesta. Nós temos CRIs (Certificado de Recebíveis Imobiliários). Nós temos fundos – são 19 fundos, 17 nacionais e dois em paraísos fiscais. E temos a carteira de pessoa jurídica, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, então foram R$30 bilhões as transações entre Master e BRB?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Foi. Foram R$30 bilhões, porém...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em que período? Desculpa, quero só perguntar...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – De 2024 até outubro de 2025, 2024 e 2025.

Então, Senadora, só para não ficar sopa de números, R$21,9, divididos nessas quatro grandes carteiras que o Senador Oriovisto acabou de falar.

E, agora, pergunta clara, não só para o povo de Brasília, para todos, porque aqui está indo para o Brasil inteiro: quando nós solicitamos um aporte de R$8,8 bilhões, nós fomos verificar em cima dos R$21,9 bilhões, que é o que tem de ativo dentro de casa, quanto nós teríamos que fazer de provisão de perdas disso aí. Eu podia colocar só os R$2,6 lá da Tirreno, que simplesmente não existem; mas não é só isso, existem outros ativos frágeis que, pela análise que já fizemos, chegam a esse R$8,8 bilhões, que é o que nós estamos pedindo de aporte de capital.

Seriam R$6,6 bilhões de empréstimos junto ao FGC e R$2,2 bilhões oriundos da securitização da dívida do GDF. É muito importante saber isso aí. O resto, se foram R$2 bilhões para lá, para cá, são valores significativos, mas eles estão dentro desses R$21 bilhões. É isso que nós estamos querendo dizer – não estamos querendo dizer; estamos dizendo, entendeu? É isso que nós estamos dizendo.

E é importante entender o global para fazer um método dedutivo. Como é que eu vou chegando até aqui? Por que eu cheguei a R$6 bilhões? Por que eu cheguei? De onde vêm esses R$8 bilhões? Isso é que nós estamos explicando aqui bem direitinho. E como estão constituídos, Senador Oriovisto, esses R$21 bilhões em cima de quatro grandes blocos de ativos – este portfólio de ativos: CRIs, fundos, carteira de atacado e carteira de pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Oriovisto tem uma dúvida sobre esse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Sr. Presidente, até por ser o único Senador que não é de Brasília, eu sou do Paraná, mas, como a Senadora Damares disse, o assunto interessa ao Brasil todo, eu quero só fazer uma reflexão muito rápida...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – ... e deixar para os meus colegas Senadores de Brasília e para os Deputados Distritais de Brasília que estão aqui pensarem no seguinte aspecto: o brasileiro tem grande dificuldade de aprender com a história. O nosso país passou, em 1996 até ali 2002, através de um programa chamado Proes (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária), pelo fechamento e liquidação de dezenas de bancos estaduais. No Paraná, foi fechado o Banestado, que foi comprado pelo Itaú; no Rio de Janeiro, foi fechado o Banerj; em São Paulo, foi fechado o Banco do Estado de São Paulo.

E eu quero dizer o seguinte: nunca mais, no Paraná, ninguém falou em abrir um banco público, porque lá se faz uma pergunta muito simples: o que um banco estadual faz que o Bradesco não possa fazer, que o Itaú não possa fazer, que a Caixa Econômica Federal não possa fazer, que o Banco do Brasil não possa fazer? Nada, nada. Não tem resposta, Senadora Damares.

Um estado ou um distrito federal abrir um banco é tão absurdo quanto se esse estado ou se esse distrito federal resolvesse abrir uma empresa pública de fabricação de automóveis para concorrer com a Volkswagen. É este o objetivo do Governo do Distrito Federal: ser banqueiro? Precisa disso? É um banco ineficiente. O Presidente disse ainda há pouco: "Foi o mais fraudado". Não, não foi o mais fraudado, Presidente; foi o que mais se autofraudou, porque é uma administração incompetente, cujo Presidente está na cadeia. Isso nunca aconteceria no banco privado.

Estamos discutindo aqui saídas para esse banco. Não estaríamos discutindo se ele fosse privado, já teria quebrado há horas. O Supremo atende o BRB, o Supremo não ia atender um banco privado e não ia se meter nessas confusões. Sabe, é uma coisa assim: tem um desvio de função. O Governo do Distrito Federal, como o governo de qualquer unidade da Federação, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que estar preocupado em fazer fábrica de automóvel ou banco, é tão absurdo um quanto o outro.

Ele tem que estar preocupado com educação, com segurança. E a senhora falou muito bem, Senadora Damares: Quem vai pagar a última garantia nesse plano tecnicamente genial que foi feito? O último garantidor é o Governo do Distrito Federal; é o povo de Brasília que vai pagar. E essa coisa está muito mal contada, a senhora tem toda a razão na sopa de números. Não vai entender, não dá para entender mesmo. A senhora sabe que eu sou do ramo, eu gosto de entender essas coisas. Não dá para entender isso, porque nem eles sabem. Nem eles sabem quanto daquilo é podre, quanto daquilo foi inventado pelo Vorcaro para levar dinheiro público embora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – E por que se deixaram envolver? Eles se deixaram envolver porque o dinheiro não era deles, era público, porque o Presidente que está preso levou vantagem, porque a corrupção acontece quando você... O que aconteceu no Governo do Rio de Janeiro é a mesma coisa. O dinheiro dos aposentados do Rio de Janeiro foi tudo para o Banco Master, por quê? Porque o Governador, que está em vias de ir para a cadeia também, que já não é mais Governador, estava tomando Macallan em Nova York com o dono do Banco Master. A senhora acha que o dono do Itaú ia tomar Macallan com o Vorcaro e ia dar o dinheiro do Itaú para ele? Não, você só se deixa roubar quando a coisa não é sua. Quando a coisa é sua, você não se deixa roubar.

Por isso que essa administração pública... Esse conceito de estados da Federação terem banco é a origem de toda essa confusão – é a origem de toda essa confusão. Estado, Governo do Distrito Federal, Governo de unidades da Federação estão aí não para fazer banco, mas para cuidar de educação, de segurança, do bem-estar do povo, de tudo que tem que é função pública específica. Não é função pública específica fazer banco. Vai concorrer com o Itaú? Vai concorrer com o Bradesco? Ah! Não tem o que fazer?

É preciso que os Deputados do Distrito Federal que estão aqui pensem nisso. Vão arrumar um rombo e agora vamos sair de herói porque vão consertar o rombo que eles mesmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram... até o próximo rombo! Acabem com esse banco! Vendam isso! Não é função de estado ter banco!

Olhe, aí nós vamos ficar aqui discutindo o passado. Nós temos que pensar no futuro. O futuro de qualquer unidade da Federação não é ter banco, é ter uma administração eficiente. No Paraná faz 30 anos que não tem banco, e o estado vai muito bem, obrigado. E lá não tem esse escândalo. Por que não tem esse escândalo? Porque não tem banco. Se tivesse, teria também. Todo lugar que tiver um banco público vai ter escândalo.

Enfim, Sr. Presidente, me dá preguiça discutir o assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Alguma pergunta adicional, Senador Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – A minha pergunta é: Quando é que vão liquidar esse banco e fechar isso de uma vez por todas? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A pergunta é: O senhor acha que essa liquidez em função do empréstimo é para sempre?

Com a palavra V. Exa. E vou dar a palavra ao Senador Izalci.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Com todo o respeito, Senador Oriovisto, eu fui Presidente de quatro bancos públicos; dois estaduais e dois federais. Se o senhor me permitir, o que o senhor fala em relação a essa linha teórica que o senhor colocou inclui também os federais?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Inclui a possibilidade... É claro que, em termos federais, tem funções de estado que são fundamentais, que precisam ter banco, como é o caso do próprio Banco Central, como é o caso do BNDES.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Eu não falo o Banco Central, não. Eu falo os bancos múltiplos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Não, não, não! O BNDES, o Banco do Brasil, os bancos múltiplos, em termos federais, têm razão de ser. Não inclui, não. Inclui os estaduais, tá?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Tá bom. Então, eu vou... Assim, sou bem claro. Eu aprendi...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Rapidamente, Presidente, porque vai falar o Senador Izalci, e nós estamos...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Tá bom. Mas eu posso responder ali o...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não. É importante este debate...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É uma honra tê-lo aqui.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – ... do público e privado até porque eu sou... Eu sempre defendi que o melhor é o meio-termo entre público e privado. Até porque eu também já fui de privado, de banco privado.

Agora, o que se vê? A Senadora Damares falou uma coisa aqui que eu, inclusive, esqueci de responder. São 33 programas sociais no GDF. Bancos privados têm um papel fundamental dentro do sistema financeiro brasileiro, mas os públicos também têm. Aqueles estados... Quando houve o Proer, todos os bancos receberam recursos, inclusive os públicos federais, dos quais só sobraram cinco bancos públicos estaduais – Sergipe, Pará, Espírito Santo, Brasília e Rio Grande do Sul –, todos eles. E eu fui Presidente de um banco de São Paulo, o maior estado da Federação brasileira, que substituiu a nossa Caixa e substituiu o Banespa. Todos gostariam de ter um banco público para programas sociais e de chegar, talvez, com agência, em grotões a que nunca um banco privado vai chegar, porque cada um tem seu papel. Eu defendo, e aí eu não iria ficar isento nessa discussão. E há uma importância muito grande do banco público também. Quando eu aceitei vir para cá... E sou defensor até de privado, sou um dos maiores defensores de bancos privados, porém, entendo qual é o papel de um banco público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer ao povo de Brasília que ficar sem um banco... E o que me trouxe para cá foi a defesa do BRB enquanto banco público. Lógico, sou controlador e vim de uma empresa privada para defender o público. Embora respeite o Senador, respeite o posicionamento, cada um tem um posicionamento, programas sociais... Eu fui Presidente da Caixa, fui Presidente do Banco do Nordeste. Não chegam, tá, pessoal? Banco privado, de que eu fui também, é rentabilidade, *cross-selling*, são coisas que, às vezes, não são faladas em banco público, mas têm importância.

Então, eu queria só deixar isso e agradecer aí...

Já respondi à Senadora Damares quando ela falou de programas sociais. Vão continuar os 33 programas sociais sim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma pequena tréplica. Esse argumento dos rincões, dos grotões, é o argumento que os Correios usam para tentar continuar a sobreviver, fazendo bilhões e bilhões de prejuízos, porque é uma coisa que já foi superada. Os Correios são outra empresa estatal que precisa ser fechada, e vai ser fechada, é uma questão de tempo.

Quanto a programas sociais, Presidente, me permita lembrar que o Bolsa Família chega a todos os estados onde não tem banco estadual. Permita-me também lembrar, quando o senhor disse que bancos privados não fazem papel social, que a fundação do Banco Bradesco – eu não tenho nada com o Bradesco, nem conta lá quero ter – tem o maior programa de educação gratuita de alta qualidade, e que nenhum banco estadual tem nada nem parecido. Eu só queria fazer justiça nesses dois cantos.

E é claro que se nós entrarmos em uma ideologia que tudo deve ser do Estado ou que deve ser privatizado, isso aí é uma discussão que não tem fim. Os apaixonados pela estatização de tudo sempre vão existir, mas decididamente acho que nós temos um monte de exemplos de estados que não têm banco, que têm programas sociais, sim, que vão muito bem, sim, e que não passam por esses escândalos por que o Distrito Federal está passando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Izalci, Presidente, mas eu faço de novo um apelo para nós tentarmos objetivar algumas questões, sob pena de nós não avançarmos no que se quer. Por exemplo, até agora nós não sabemos qual foi o rombo mesmo do BRB, quanto roubaram do BRB.

Se o senhor tivesse que citar um número, diria qual?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Foram R$8,8.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foram R$8,8 bilhões.

Outra coisa, qual o valor de mercado do BRB hoje?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Hoje, o valor do BRB, tendo em vista que nós estamos com a ação de aproximadamente R$4, ela já foi uma ação de... Qual foi o máximo, Mário, a que chegou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – A R$8,50, mas já esteve lá no passado a R$17, né? Um valor de R$5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então são essas questões que os brasileiros não entendem: como um banco que vale no mercado R$3 a R$4 bilhões está fazendo um empréstimo homologado pelo Supremo Tribunal Federal de R$6,7 bilhões, dando o fundo de participação do Distrito Federal como garantia?

Eu não entendo como é que o Supremo aprova um plano sem que o BRB publique o balanço de 2025. Como se faz um plano? Um plano nas nuvens. E como homologar uma coisa dessa que o senhor defendeu – e eu o respeito muito, queria repetir –, mas não parece ser um plano sério, não parece ser um plano sério. E eu lamento até que um plano deste, sem premissa, sem base, sem o balanço de 2025 seja feito, e as pessoas acreditem que é isso que vai acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De quantos por cento o ladrão do Vorcaro é dono do BRB, direta ou indiretamente, Presidente? Quantos por cento o Vorcaro tem do BRB hoje?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Num trabalho que foi feito, inclusive, pela atual administração, nós conseguimos um arresto de 23,5% das ações que estavam em poder, não digo do Vorcaro, mas de um grupo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Do grupo, direta ou indiretamente.

Eu, antes de dar a palavra ao Izalci, queria só saber duas coisas: qual o valor dos ativos do banco? O senhor tem?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Hoje R$80 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – De R$80 bilhões.

O tamanho do rombo foi R$8,8. Esse empréstimo ele vai resolver definitivamente o problema de liquidez? O senhor dá a sua garantia?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Ele vai enquadrar em todos os índices que nós precisamos para operar, que é 6,6 bilhões mais 2,2 bilhões, 8,8 bilhões de aporte de capital do controlador no BRB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – No seu entendimento e pelo que foi apurado pelas auditorias na gestão passada, o BRB foi alvo de um assalto, de uma fraude pontual ou apenas de uma gestão temerária? Há essas três hipóteses.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Para falar a verdade, na avaliação que nós temos lá, depois de seis meses – lembrando que nós somos da atual administração –, eu diria que as três hipóteses juntas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – As auditorias detectaram quantas vezes o Vorcaro ou algum preposto dele foi ao Banco de Brasília? Se o senhor tiver essa informação, em quais unidades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, eu não tenho, não tenho, não tenho! Realmente, esses detalhes nós deixamos para a Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci, com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, primeiro eu quero registrar, Dr. Nelson, que, se eu fosse criar um banco hoje eu contrataria essa equipe, V. Sa. como Presidente do banco, porque de fato, em termos de competência técnica, o senhor é bastante competente.

Agora, eu também sou técnico, mas também sou político. O que eu vejo como essa solução que foi feita, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal – que pode muita coisa, mas não pode tudo, do jeito que ele fez, inclusive, compromete até a Lei de Responsabilidade Fiscal –, como é que alguém tira um empréstimo para pagar em 15 anos, comprometendo os próximos Governadores, três próximos Governadores? Então, eu vejo assim: primeiro, não tem balanço, não tem informação, não tem auditoria, não tem nada. Só temos a fala de V. Sa. É lamentável, porque a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) – está aqui na resolução do Senado – poderia cobrar essas informações, inclusive, com relação aos empréstimos; a CAE poderia criar problema com relação a esses empréstimos, por falta de informação.

Bem, todo mundo já sabe aqui, já foi dito, realmente, foram comprometidos 16% da receita corrente líquida, ou seja, R$6,5 bilhões... R$6,6 bilhões, lembrando que a garantia desses 16% compromete a saúde, a educação, a segurança, porque o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios é para isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, além disso, nós temos também a questão da securitização da dívida, ou seja, nós temos para receber de impostos do GDF R$52 bilhões, que a gente sabe que não vai receber nunca, mas, de qualquer forma, V. Sa. já disse que deve receber em torno de R$3 bilhões de receita, que nós também teríamos que aplicá-la na saúde, na educação, na segurança, e não para cobrir o rombo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

roubo do BRB. Então, nós estamos comprometendo aí o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, a questão da receita tributária e, na prática, tem a vedação do art. 167 da Constituição, que diz claramente: 15 anos, durante 15 anos, não pode fazer concurso, não pode dar reajuste, não pode fazer praticamente nada. E eu não sei como o DF vai ser administrado se ficar, 15 anos, sem isso.

Eu até perguntaria, nessas negociações, como é que ficou essa questão da recuperação do recurso? Por exemplo, você tem o Fundo Garantidor, que teve um rombo aí, sei lá, de R$50 bilhões, R$60 bilhões, e tem o BRB, que eu acho que vai ser muito mais do que R$8,8, mas V. Sa. está falando que é R$8... Eu não acredito, porque eu não tenho os dados e não vou confiar que são R$8,8. O que eu sei é que desses R$21,6 aqui tem muito mais problemas relacionados a superavaliações... Um monte de problema que tem ainda. Como é que fica, se se recuperar nessa delação premiada? Suponhamos que o Vorcaro devolva R$40 bilhões. Esses R$40 bilhões vão ser para recuperar o Fundo Garantidor ou vêm primeiro para o BRB? Como é que ficou esse acordo com o Supremo Tribunal Federal?

Bem, o Supremo realmente extrapola de todas as formas. Eu lutei muito, participei, inclusive, da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque eu sou contador... E V. Exa. sabe...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sei, sei... Sempre o admirei por isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... o que acontecia com os Prefeitos e Governadores. Eles assumiam um monte de compromisso para o outro pagar a conta. E a lei foi feita para isto: exatamente para proibir que os governantes contraíssem empréstimos ou dívidas para o outro pagar.

E aqui está acontecendo exatamente isso. O BRB...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O GDF está assumindo uma dívida, um empréstimo que nós vamos pagar em 15 anos, quer dizer, os outros vão pagar. Os outros vírgula, a população do Distrito Federal, que já não tem saúde, que já não tem educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já não tem segurança e que agora ainda vai ficar 15 anos com esse problema. Então, esse é um problema.

A outra questão. O senhor falou R$30 bilhões. Eu vi uma reportagem do *Correio Braziliense* em que um delegado da Polícia Federal disse que as aplicações chegaram a R$40 bilhões. O senhor falou em R$30 bilhões, mas, de qualquer forma, R$21,9 bilhões mais R$12,2 bilhões já dão R$34,1 bilhões. Então, são R$34 bilhões de aplicações. Desses R$12,2 bilhões, R$2,6 bilhões são da Tirreno. E os outros... Tem uma série de outros problemas. Eu pergunto aqui quanto a essa questão... O senhor falou aqui a respeito do dinheiro do Judiciário. Tem R$30,6 bilhões, e, em carteira, tem R$15 bilhões de empréstimo de financiamento imobiliário. Esse valor de R$30 bilhões está garantido no balanço? Tem esse dinheiro separado? Se houver um problema no BRB, essas previdências vão receber, os institutos vão receber de volta isso? Ou melhor, os tribunais que investiram aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os TJs – TJs.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Os TJs aqui. São R$30 bilhões. Esses TJs têm o dinheiro garantido separado na contabilidade do banco? Então, essa também é uma...

Outra coisa. Eu participei da CPMI do INSS. A gente tem realmente sérios problemas com relação à questão dos consignados. O BRB tem, nessa carteira, os consignados do Banco Master – ou do Banco Máxima, na época – que, desde aquela época, tem consignado? Isso está embutido nesses R$30 bilhões aí ou não? O INSS... Essa é uma preocupação grande que nós temos.

E, para finalizar, Presidente, o senhor falou aqui que o financiamento vai ser IPCA mais 4,5%. Eu tenho informação de que os bancos querem 97% da DI, que é praticamente a Selic, mais 4%, o que dá uma diferença razoável. Agora, como pagar essa dívida com dividendos? Dividendo... Se a gente colocar só o que V. Sa. colocou de R$5,9 bilhões de juros, com mais o principal, nós teríamos que ter um dividendo de R$833 milhões por ano para pagar essa dívida em 15 anos. Se for uma taxa diferente, vai ser muito mais. E lembro que dividendo não é lucro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte do lucro é pagamento de dividendo. Então, qual é a previsão de lucro que V. Sa. colocou para os próximos 15 anos? Dá para pagar essa dívida realmente?

Depois eu faço...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Presidente Nelson Antônio de Souza, para as respostas ao Senador Izalci Lucas.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Senador Izalci Lucas, que já esteve conosco lá por algumas vezes, com relação à securitização da dívida, foram várias perguntas, eu vou procurar respondê-las. Nós temos aí R$52 bilhões. Quando eu falo de R$3 bilhões, essa securitização de dívida vai ser feita por um Fidc ou por uma debênture. Eu estou falando é que os R$3 bilhões viram liquidez, porém as outras vão virar cotas subordinadas. Esses R$52 bilhões vão continuar existindo dentro do Governo. O Governo não perde. Logicamente que, para virar imediatamente R$3 bilhões de liquidez, para poder somar ali aos R$6,6 bilhões e dizer assim: o aporte está garantido...

Nós sabemos que a própria securitização da dívida... Hoje mesmo, está tendo alteração na LOA, é obrigatória, até porque isso não estava definido lá no orçamento – também está tendo isso aí do ponto de vista legal –, mas logicamente, durante esse período, muitos ativos virão via securitização da dívida. Entendemos também que, pela lei, isso é separado: uma parte pode ser feita ali como aporte ao banco e outra parte vai ser dividida logicamente com previdência, com outras coisas, como a legislação também... Isso aí está sendo observado, só para ficar bem claro.

Com relação à recuperação dos ativos, fruto de delações que venham a ter êxito de devolução de recursos, nós já peticionamos – eu estive lá com o Ministro André Mendonça – e já está num acordo que foi homologado pelo Ministro Luiz Fux que, sem prejudicar a fila de credores, que tem que ter – a legislação diz que tem a fila de credores –, nós queremos ser ressarcidos daquilo que o BRB comprou e que antecede a Operação Compliance Zero – comprou, mas não deu tempo de receber ou não transferiram. Se foi fraude, não interessa, esse bem é do BRB.

Outra coisa é: naquilo que foi posterior à Operação Compliance Zero e a que o BRB, de alguma maneira, tem direito, ele vai pegar, como qualquer outro credor, a fila de credores, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande maioria do BRB antecede ao evento Compliance Zero. Isso nós já peticionamos junto ao STF, e já está num acordo que foi feito e homologado pelo Ministro Luiz Fux essa devolução de qualquer delação que vier a ter. Certo?

Com relação ao art. 167-A da Constituição Federal, não cabe a mim falar sobre isso, cabe mais ao próprio Governo do Distrito Federal, porém vejo que há uma responsabilidade com relação ao atendimento, já que é a Constituição.

Trinta bilhões... Algo que o senhor falou também dos R$30 bilhões de depósitos judiciais *vis-à-vis* dos R$15 bilhões da carteira habitacional.

O que eu posso dizer é o seguinte... E aí dentro da clareza, da transparência, da responsabilidade que eu sempre tive, Senadora Damares, em todos os locais por que eu passei. Eu não passei por um banco nem em dois; eu tenho 45 anos, eu passei por grandes bancos. Caixa Econômica é um grande banco, e eu não fui lá na Caixa – eu sou concursado de lá – só Presidente; eu fui Vice-Presidente de Habitação por dois anos e meio; do BNB eu fui Diretor e fui Presidente; Banco de São Paulo, Presidente. Então, tudo isso tem um histórico.

Algo que nós... Não estou dizendo aqui, julgando nem pré-julgando. O próprio Presidente Renan Calheiros sabe, é de muitos anos que se vem tocando: uma das coisas de que nós não abrimos mão é transparência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Se o banco for liquidado, tem problema? Sim, tem problema. Tem problema porque tem um desequilíbrio de ativo e passivo, e é exatamente o que não pode acontecer – foi o que eu disse na Câmara Legislativa. Um regime de administração, um Raet, como nós chamamos, do Banco Central, ou uma liquidação extrajudicial, tem problema. Será a primeira vez em que os depósitos judiciais estarão em bancos que não sejam Caixa ou Banco do Brasil.

Agora, como é que funcionam esses depósitos lá dentro do banco? Ou em qualquer banco; não só na Caixa ou Banco do Brasil. Funciona da seguinte forma: os recursos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segregados, tudo em nome... Tem uma ação ali, da pessoa X; está lá, separada, esperando o processo transitar em julgado, para poder autorizar a liberação.

O BRB tem algo que ele fez, além da... Ele desenvolveu muito a parte tecnológica, e hoje ele tem o Pix judicial, que ninguém tem hoje. É uma facilidade para quem lida hoje no Poder Judiciário que opera com o BRB – tem isso aí, muito importante. Todas as licitações, todas essas compras de recursos dos tribunais foram feitas dentro de processos licitatórios. Então, é dessa maneira que funciona.

Consignados. Nesses R$21 bilhões, Senador Izalci, que são os ativos do Master que estão dentro do BRB, estão, sim, os consignados. Todos estão lá, o que nós chamamos de carteira de pessoa física, incluso também o Credcesta, está certo? Lá está incluso o Credcesta.

Com relação ao pagamento do empréstimo que o GDF está fazendo junto ao Fundo Garantidor de Créditos, no nosso plano, eu não sei qual vai ser a taxa de juros do indexador utilizado pelos bancos, pelo FGC e bancos que estão concedendo as garantias. Nós solicitamos IPCA mais 4,5; eu não sei se vai ser Selic mais 4,5, que o senhor está colocando. Não podemos falar sobre isso, porque eu fiz o cálculo em cima da nossa proposta; daria uma PMT de R$45 bilhões por mês, para pagar a partir de 28 – são 18 meses de carência –, e o banco já teria ali, dentro do nosso BP, plano de negócios...

Logicamente que o quadro do cenário atual é de incertezas, mas nós fizemos um plano conservador. Nós vamos ter condições, pela competência dessa equipe que veio para o BRB, de chegar a 28, sim, já com o LL – lucro líquido – acima de R$1 bilhão. E, logicamente, que, no próprio acordo do STF, se houver devolução para o BRB – logicamente, a devolução é para o BRB, até porque foi o BRB que foi lesado –, embora o empréstimo seja com um controlador, há uma sinalização de amortização ou liquidação desse empréstimo. Isso está escrito, está no acordo, no ACO 3755, do STF.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Satisfeito? Com a palavra, V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quero ponderar aqui algumas coisas. Primeiro, eu não estou aqui duvidando da competência da equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito pelo contrário, eu os contrataria se eu fosse dono de banco, mas, como banco público, V. Exa. foi muito bem. Como eu coloco R$8,8 bilhões num banco que vale R$4 bilhões?

Agora, lembro aqui: nós temos R$52 bilhões de créditos. São créditos que, em grande parte, não serão recebidos. Quem já foi Prefeito ou Governador sabe disso. Para você receber 5% disso, é uma vitória. Então, dos R$52 bilhões, R$3 bilhões – que é o que normalmente se recolhe – vão para o BRB. Esses R$3 bilhões de impostos, que poderiam estar na saúde, estão indo para o BRB. A pergunta que eu fiz neste contrato – e aqui não está claro, eu estou com o contrato aqui do Ministro Fux, o acordo –, eu perguntei assim: vamos recuperar R$40 bilhões na delação premiada – R$40 bilhões? É evidente que o prejuízo do FGC foi muito maior. Eu pergunto aqui: Bem, tem R$40 bilhões. Esses R$40 bilhões vão primeiro para o FGC ou vão para o BRB? Porque o que está aqui, no acordo, está assim:

> Os recursos eventualmente recebidos pelo Distrito Federal em ações cíveis ou criminais, bem como acordos ou quaisquer outras espécies de composição envolvendo prejuízo causado ao BRB e ao ente distrital ficam vinculados ao cumprimento e satisfação das obrigações financeiras assumidas na operação de crédito[...]

Então, aqui não disse se o FGC tem prioridade ou o BRB. Se a gente tivesse, no acordo, que o BRB teria prioridade, eu ficaria mais tranquilo.

Com relação ainda ao consignado sobre o qual V. Exa. acabou de falar, eu participei da CPMI do INSS e lá foi constatado – a gente não foi até o final, porque os consignados a gente... ficou só um pedaço –, ficou estabelecido lá, pelos dados, que só no Banco Master tinha 250 mil contratos sem biometria. Eu pergunto se esses contratos de consignados sem biometria ou com fraude compõem esses R$21 bilhões do BRB.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Eu vou pegar pela última pergunta. Esses R$21 bilhões que estão... Os ativos que são do Master dentro do BRB podem ter alguns desses consignados. É isso que nós fizemos, por isso que nós colocamos. Apesar de constatado 2,6 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carteira Tirreno, que não existe, ele subiu para uma provisão de 8,8. Então, tem vários itens desses. Por exemplo, tem valores que estão sendo pagos, os clientes estão pagando alguns consignados, e o fluxo não está vindo para o BRB, sendo que a carteira está no BRB. Isso aí nós também já solicitamos ao liquidante que está fazendo o trabalho dele.

Agora, com relação a esse outro item que foi falado, do... Desculpa. Do contrato... Não; da delação – da delação. É importante entender isso. Se houver... A pergunta do Senador Izalci é importante. Uma coisa é: se o cliente emprestou... se o cliente aplicou, em qualquer banco, seja no Master, via plataforma ou direto no Master, para auferir uma remuneração maior – CDI mais 45, como era –, concorda que, acima de R$250 mil, é risco de quem? Do investidor. Não é fraude.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – (*Fora do microfone.*)

... dos R$250 mil?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não; acima de R$250 mil, eu estou falando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso aí já ficou com o investidor, mas eu digo: o prejuízo do FGC...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, mas eu vou voltar aí. O que eu quero chegar é: eu estou fazendo um *vis-à-vis*.

No BRB, nós estamos atrás das carteiras que foram compradas e não vieram fisicamente para o BRB; dos fundos que foram colocados para o BRB, foram comprados pelo BRB, o BRB tem participação, e esses fundos não chegaram ao BRB.

Então, Senador, é isso que nós estamos falando. Não se trata de entrar em concorrência de credores. Trata-se de dizer assim: eu comprei este celular, é meu, antes da Operação Compliance Zero, e ele não está no meu patrimônio. Embora ele esteja constando nos R$21,9 bilhões, ele não está aqui. Então, fruto de qualquer delação... Foi isso que nós conversamos com o STF...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu acho que o senhor está se referindo ao caso do banco Will, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Eu falo do banco Will, do Banco Pleno ou de qualquer outra carteira que não esteja conosco. Tudo isso nós já peticionamos junto às instâncias – ou à primeira instância ou ao STF. Em quaisquer situações, nós vamos buscar o que foi fraudado do banco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Tem muitos casos, como o do banco Will, em que carteiras foram vendidas e nunca foram entregues.

Eu vou... Está suficiente, Izalci?

Nós vamos continuar. Você vai poder perguntar outras vezes e tal.

Eu vou dar a palavra à Senadora, à nossa querida Senadora.

Antes, eu queria deixar só duas coisas.

As negociações com o Master circularam pelas auditorias apenas na Presidência do BRB ou em diretorias também?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Na realidade, pelos achados da Machado Meyer e Crowe, elas tiveram uma centralização. Embora não se possa dizer que foi tudo lá, na Presidência, mas houve, sim, uma centralização, e esses achados foram enviados para os órgãos competentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E transitaram por diretoria especificamente, Presidente?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não... Obrigatoriamente tem que passar para a aprovação das diretorias, sim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O BRB – é só uma pergunta, Leila, que vai ensejar – o BRB abriu apuração para verificar as propinas de R$146 milhões, R$74 deles já pagos ao ex-Presidente Paulo Henrique Costa?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Especificamente sobre fatos descobertos lá fora, não. O que nós temos que fazer é abrir apurações para todos os dirigentes, para empregados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para qualquer um que foi citado dentro do relatório da Machado Meyer, ou de apurações que venham a chegar, nós estamos entrando. Então...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, nesse relatório...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – ... civil ou administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... aparecia o Paulo Henrique Costa, e quantos diretores da sua...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Houve bloqueio de bens, houve bloqueio de bens de alguém...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Isso, bloqueio...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... já teve?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Estamos com essas ações todas em andamento. Houve bloqueio de bens com relação ao arresto, por exemplo, das ações que estavam lá, os 23,5% das ações do BRB, que estavam em *free float*, esses nós já bloqueamos, está certo? E essas outras todas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Os bens dos gestores, de bens dos gestores já foi solicitado o bloqueio?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, não, não. Bloqueios nós não, não somos nós que solicitamos. Nós entramos... estamos com os processos na Justiça, estamos com processo em corregedorias, sejam elas do GDF... no fórum que cabe a cada um, porque o fórum que julga, por exemplo, o empregado sem função não é o mesmo que julga o Presidente ou os diretores, não é o mesmo, embora nenhum esteja mais na atual gestão do banco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Há um procedimento investigatório interno para apurar a aquisição dos imóveis em São Paulo do BRB? Dos imóveis recebidos pelo Paulo Henrique Costa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, esse é a Polícia Federal, esse não é do BRB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas não tem nenhuma providência interna?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, com relação...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Vamos pedir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos pedir.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – ... aos 146...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Estamos pedindo já a abertura, estamos pedindo a abertura publicamente.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nós estamos aqui, está passando aqui a nossa... vamos ingressar com a ação de responsabilidade civil contra todos os ex-administradores. Então, todos, todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, quando V. Exa... comunique, por favor, a esta Comissão. Tire-me uma dúvida, Presidente: quantas folhas de pagamento o BRB administra no Brasil?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nós temos as principais, nós temos aqui, além do GDF, Tocantins, temos a Prefeitura de João Pessoa, a Prefeitura de Alagoas – está certo? – e alguns tribunais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Prefeitura de Alagoas, não.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – De Maceió, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, Prefeitura de Maceió.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Prefeitura de Maceió.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Responda-me: O que faria uma Prefeitura de capital do Nordeste contratar o banco como intermediário, gestor de uma folha de pagamento, um banco regional – banco regional –, o que possibilitaria isso?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Bem, o que eu vi, o que aconteceu lá...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Especificamente, porque isso me diz respeito, é um problema lá de Maceió.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – O BRB fez uma expansão, hoje ele está em 19 estados, além do Distrito Federal. E vários... teve uma política de desenvolvimento além de Brasília e entorno, e nisso vieram várias operações de entes públicos e entes privados.

Não vou entrar aqui se era a melhor estratégia, eu não gosto de comentar gestão passada. Mas, respondendo a pergunta do Presidente Renan, é exatamente isso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Só nos interessa o público, o privado eu não...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – É, mas não, mas houve essa política de expansão. Se tivéssemos, por exemplo, uma estrutura, por exemplo, de capital e até mesmo de pessoas suficiente, talvez tivesse sido logrado êxito, porém não havia essa capacidade instalada e essa estrutura de capital suficiente para ter êxito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O TJ de Alagoas, a folha do TJ está no Banco de Brasília?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Está no BRB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A folha do TJ está no BRB. Isso tem a ver com os 3 bilhões de depósitos judiciais do TJ? Foi uma operação casada, ou independem, não têm nada a ver?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, foram momentos diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá. Foram em momentos diferentes?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Foram, momentos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Leila, com a palavra V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente Renan. Eu cumprimento o senhor, os colegas aqui presentes e também todos os representantes e diretores, enfim, todos que estão envolvidos na administração do BRB hoje.

Sr. Nelson, você falou que o tamanho do rombo hoje, o problema do banco, chega a R$8,8 bilhões. Eu pergunto ao senhor: por que até agora os balanços não foram publicados? Eu pergunto por quê? Tem alguma decisão judicial que autoriza a não publicação desses balanços?

E antes, Sr. Presidente, eu queria até pedir a V. Exa., Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu queria, assim, para a gente não diluir a resposta do Presidente Nelson, eu queria fazer de três em três perguntas, eu posso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode, claro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Para que ele possa me responder, me esclarecer melhor...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Hum-hum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Porque são muitas perguntas, e eu estou sentindo que, de repente, ele está se embaralhando um pouco em responder pergunta por pergunta. Então, eu vou de três em três.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas o Presidente Nelson também...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso, né? Obrigada. Então, eu pergunto se tem alguma decisão judicial que autorizou a não publicação desses balanços, porque existe uma falta de transparência que é absolutamente angustiante.

Então, eu pergunto se existe alguma decisão judicial que o impeça de apresentar à sociedade e a nós esses balanços.

No plano de recuperação, está prevista a venda de subsidiárias e carteiras de consignados? Eu pergunto ao senhor. E, em caso afirmativo, como ver a sustentabilidade do banco após o empréstimo e a venda desses ativos mais rentáveis?

E, por fim, nessa primeira leva: nas demonstrações financeiras do segundo trimestre de 2025, que são as mais recentes publicadas pelo BRB, segundo trimestre de 2025, o patrimônio líquido consolidado do banco era de R$3,98 bilhões, e isso muito antes de qualquer provisionamento por prejuízos do Master.

O senhor falou em R$8 bilhões de provisionamentos de prejuízos até agora. Só isso é muito mais do que o último patrimônio, o último balanço patrimônio divulgado pelo banco, em 2025. Sobre isso, eu pergunto: qual é a situação patrimonial atual do banco? Essa capitalização está sendo usada para cobrir um patrimônio negativo? O banco colocará esse novo dinheiro em que ativos?

Essas são as três primeiras perguntas.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Perfeito. Vamos aqui.

Leila, o primeiro é com relação ao... Senadora Leila, com relação ao...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A não divulgação dos balanços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – A não divulgação do balanço.

Nós apresentamos um plano de capital, no dia 6 de fevereiro de 2026, ao regulador, Banco Central, está certo?

A partir dali, nós temos 180 dias para essa capitalização.

Balanço: nós somos referenciados em bolsa, ou seja, nós temos ações em bolsa. Nós tínhamos que ter publicado até o dia 31 de...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – De maio?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – ... março...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, de março...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – ... de março de 2026.

Por que não publicamos até então? Dois itens.

O primeiro deles. Após o dia 31 de dezembro de 2025, várias instituições foram liquidadas, como a Reag, como o Banco Pleno, PKL e outras mais, menores, o Will. Cada uma dessas aí, essas empresas, elas operam em todo o sistema financeiro. Um banco tem uma auditoria independente que obrigatoriamente tem que assinar as demonstrações financeiras de qualquer empresa do banco. Cada vez que surge um item desse, a empresa, no nosso... independente, ela tem que voltar lá no balanço e dizer assim: "Vamos ter que reabrir o balanço para constar isso tudo". E, após, também... Fora isso, no nosso aqui é a Grant Thornton, a empresa independente, a auditoria independente.

No caso do que nós contratamos para a auditoria forense independente, que foi o caso da Machado Meyer e da Kroll, eles concluíram em 31 de março também de 2026, e isso para se fazer um *shadow*, que é uma checagem pela outra empresa de auditoria que é contratada para dar credibilidade, senão o mercado não aceita, principalmente porque nós somos referenciados em bolsa. Tudo isso nos levou a segurar o balanço, por questão de transparência e responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então não tem nenhuma ação judicial? Na verdade foi uma decisão do banco?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nenhuma ação judicial.

E também outra coisa: agora, quero deixar bem claro que, como nós somos referenciados em bolsa, nós... Há uma sinalização do Banco Central, com o que ele tem que fazer? A partir do dia 31 de março de 2026, teria que multar, por não entregar no prazo, o BRB. Nós recorremos, por quê? Porque nós não entregamos não porque não quiséssemos. Porque o maior interessado em divulgar o balanço é o BRB, porque isso cria uma corrida de liquidez.

E o outro item é: quando nós capitalizarmos o banco, você resolve plenamente tudo isso. Mas, se fôssemos só capitalização, nós já teríamos feito. Não é só por isso. O primeiro é por isso que eu acabei de explicar, e é bem importante explicar isso também.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Inclusive, vocês estão pagando multas diárias – nós, né? O BRB está pagando multas diárias.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nós recorremos, e está *sub judice*. Qual vai ser o desfecho? A pergunta é: estaríamos pagando? Dependendo do resultado, sim. É obrigatório. Isso é que cabe a uma empresa referenciada em bolsa. Entendeu?

E tem um outro item...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E o plano de recuperação?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – O plano de recuperação...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O que está previsto? Estão previstas vendas, vendas de subsidiárias, carteiras de consignados? O que está previsto nesse plano de recuperação, que até agora não está claro?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – O plano de recuperação... Vocês lembram, principalmente os Senadores que são aqui do Distrito Federal, que, logo no início, nós colocamos um *menu* de opções para a capitalização do banco. Tinha aporte de capital, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivesse, o fundo de investimento imobiliário, em que os imóveis passaram até na Câmara, na CLDF, e outros itens mais, como, por exemplo, a venda de subsidiárias. Tudo isso nós achamos... Constam lá, sim, mas nós não pretendemos utilizá-los porque seria intempestivo para o que nós estamos precisando para capitalizar o banco. Então, isso é com relação à pergunta da subsidiária, viu, Senadora Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Mas com relação à recuperação de ativos, o que nós estamos fazendo? Segregamos a carteira do Master – e nós não falamos isso aqui ainda, viu, Presidente Renan? – de R$21,9 bilhões, fizemos um Fidc para a gestora de ativos, que é a Quadra, e colocamos R$15 bilhões, sendo R$3 bilhões de cotas seniores e R$12 bilhões de cotas subordinadas. Nós estamos falando de R$15 bilhões. Segregamos esse ativo do Master para poder dar liquidez.

Fora isso, nós fizemos o plano de negócio, que é o *business plan*. E onde nós colocamos os principais itens? Para vocês terem uma ideia, nós temos 11 milhões de clientes. Desses 11 milhões de clientes nós não temos a metade ativos. Então, nós estamos, primeiro, trabalhando a recuperação desses clientes, para que eles voltem a operar com o banco; verificando as taxas de juros que estão desatualizadas; verificando quantos produtos... ou seja, aquilo que cabe a um banco múltiplo.

E outra coisa: austeridade – estou falando já de como estamos fazendo – na redução de despesas. Por exemplo, nós tínhamos mais de R$200 milhões de patrocínio com publicidade e com outros itens. Nós baixamos para R$78 milhões e, mesmo assim, estamos reduzindo mais. Poderíamos falar aqui, um tempo muito grande, de cada item de bloco que nós estamos fazendo de redução de despesas.

Lógico, para ter eficiência, tem que ter o quê? Despesa total sobre receita total. Estamos trabalhando também, principalmente, nas receitas.

Esse é o plano de negócios de maneira pé no chão, factível, sem querer... não precisaríamos nem buscar novos clientes. Essas folhas que nós compramos de Maceió, de João

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoa, é para intensificar esses clientes que passarão a operar mais conosco, o que será bom para nós e será bom para as próprias prefeituras que confiaram no BRB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Qual é a remuneração específica de Maceió?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Maceió... Na realidade, eu posso dizer as condições. Você tem aí as condições em que nós compramos, porque cada uma... Foi uma concorrência, um pregão eletrônico. Tanto compra de qualquer folha, ou Maceió, ou João Pessoa, ou Tocantins, como também compra dos depósitos judiciais têm uma concorrência, têm um pregão, têm...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas há uma média, né? Tem que ter um rendimento médio.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, mas... Desculpa, Presidente, é porque o rendimento que nós colocamos é: pagamos a folha lá para os empregados, esses empregados operam conosco, e isso é o que realmente dá o retorno. Agora, nós pagamos um valor, logicamente, para a Prefeitura. Quanto foi o valor? (*Pausa.*)

Foi de 53 milhões a compra da folha de Maceió, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foram 50... Pagos à vista?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Foram todos à vista, Paula? (*Pausa.*)

À vista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pagos à vista.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Por favor, Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O senhor não me respondeu sobre a situação patrimonial do banco, qual é, e se essa capitalização está sendo usada para cobrir um patrimônio negativo.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – A capitalização está sendo usada para cobrir um patrimônio negativo, por conta da provisão que estamos fazendo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E o banco colocará esse novo recurso em que ativos?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nós vamos botar em capital. Vai ser um capital que nós vamos aumentar o capital do banco, entendeu? Ele vai para o patrimônio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode, claro, sempre.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Agora, vamos finalizando aqui. O GDF está propondo uma capitalização de R$6,6 bilhões para salvar o BRB, que nem sabemos se será o suficiente. Mas, mesmo que seja, são mais de R$2,2 mil para cada pessoa que mora no DF, desde as crianças até os idosos, desde a pessoa mais rica, enfim, até a mais vulnerável, cada aposentado, cada trabalhador. Eu pergunto ao senhor: o senhor acha razoável que a conta do negócio feito pelo BRB com o Master recaia sobre quem nunca foi consultado, quem nunca se beneficiou desse processo?

Pergunto também: as auditorias realizadas que indicam que o Daniel Vorcaro, do Banco Master, e o João Carlos Mansur, da Reag, entraram no capital do BRB por meio de fundos, enquanto o banco captava R$1 bilhão em 2024... Sobre isso, eu pergunto: o senhor sabe quem são todos os acionistas que entraram por essa porta dos fundos? Quero saber se o senhor sabe. E se houve outras fraudes cometidas por eles contra o BRB?

E, quando o Banco Central começou a investigar uma empresa chamada Tirreno, como o Izalci falou, que não ficou muito claro, teria sido usado para fabricar novos contratos e tentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enganar os auditores, forjando os documentos no valor de R$12,2 bilhões. O senhor já entregou à Polícia Federal as comunicações internas que mostram quem deu essa ordem, quem fiscalizou, quem se omitiu e quem participou dessa transação?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Começando pela última, sim. Esses nomes foram... estão nos achados, estão no relatório entregue no dia 31, foi concluída pela Machado Meyer. Aqui nós temos incluído... Machado Meyer está presente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Quais são os nomes? Leila, desculpa.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Os nomes dessas pessoas que originaram...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, na verdade, eu quero saber se você entregou...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Entregamos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... justamente quem são esses acionistas que entraram pela porta dos fundos e ajudaram.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Sim, sim. Nós dividimos em três grandes...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Que deve ser muita gente com bastante...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Essa auditoria forense...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Estou louca para saber quem são.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – ... foi dividida em três grandes dimensões. Primeira, quem... Aí eu vou pegar aqui desse caso dos fundos do aporte de capital 1 e 2, quando nós descobrimos para onde essas ações foram e como elas foram dentro dessa circularização de recursos, aonde elas chegaram, que são aqueles 23,5% de ações que chegaram. Está lá no relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro item: se quem causou foi pelo menos citado dentro do relatório de auditoria forense independente, juntamente com a assistência da Kroll, participou das compras e vendas de carteiras e se, por algum motivo, teve alguma participação – sem querer julgar. Não estamos dizendo aqui se são culpados ou não são culpados, mas todos estão nesse relatório enviado à Polícia Federal, à CVM, ao Banco Central, ao STF e a todos esses órgãos.

Com relação a outro item de que você falou... Eu falei das pessoas, dos fundos, da ACP 1 e da ACP 2; basicamente foram as três perguntas que você fez.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, mas com relação a esse valor, a todo esse rombo cair no colo da população do Distrito Federal, o que o senhor acha? O senhor, enquanto CEO, um cara que já foi Presidente de quatro bancos, vê essa conta recaindo sobre a população do Distrito Federal?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Senadora Leila, não concordo, como cidadão, com nenhum pagamento – entendeu? –, com nada que recaia em cima não só de Brasília, mas de qualquer região.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas já está recaindo, porque nós estamos dando como garantia o fundo de participação de estados e municípios. O GDF está abrindo mão de 1,5 bilhão, que seria para a educação, para a saúde, para a mobilidade. Estamos abrindo mão disso, o que o senhor acha disso?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Bem, eu gostaria que a senhora me permitisse explicar a operação que está sendo feita.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tá.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Eu disse uma vez, mas é importante entender como essa operação está sendo feita. Ela é inédita no mercado financeiro brasileiro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Até porque o rombo é inédito também, não é, Sr. Nelson?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – O rombo é o maior da história do sistema financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, ele é inédito também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Do mundo, do mundo.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não é do Brasil, é do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Do mundo.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Mas o que acontece? É uma operação que não tem recursos públicos emprestados, é do FGC para o Governo do Distrito Federal. E eu aqui não estou defendendo A, B ou C, eu sou um técnico – um técnico. Hoje, quando se quer saber quem é quem, basta abrir o Google, ChatGPT, qualquer um, e ver quem é quem. O único interesse nosso é salvar o BRB. Um item, esse é o que nos trouxe para cá.

Bem, mas nesse caso da operação – foi difícil fazer essa operação –, sob a coordenação do STF, nós pegamos o setor privado, o Sistema Financeiro Nacional, que vai dar garantia desse empréstimo através dos bancos, grandes bancos, ao Fundo Garantidor de Créditos, que é privado, emprestando para o GDF recursos privados, com a contragarantia do FPE e FPM.

Agora, com o que eu concordo parcialmente: se o GDF não pagar, usam-se FPE e FPM, mas antes disso...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O senhor acha que o GDF vai conseguir pagar, já que inicialmente tem um rombo de 5 bilhões nas contas públicas? O senhor acha que o GDF vai ter condições?

Assim, Sr. Nelson, é muito sério, aqui ninguém está de brincadeira. O que nós estamos vendo é uma realidade que eu acho que está sendo tratada de uma forma muito pacífica, e nós estudamos isso aqui... A gente está acompanhando diariamente, nós estamos na rua. Desculpem, mas o STF, as instituições financeiras não conhecem a realidade do Distrito Federal, não conhecem a realidade da Ceilândia, não conhecem a realidade de São Sebastião, não conhecem a realidade de Planaltina, o que Brasília está vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo para o senhor: hoje o GDF não tem condições de bancar esse acordo. Vai cair no colo, sim, da população, que vai abrir mão de 1,5 bilhão para esses serviços essenciais, sim. Eu não tenho a menor dúvida disso. Alguém tem dúvida aqui?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Desculpe-me. Eu vou passar para o senhor, claro.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Tá.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Desculpe-me, Dr. Nelson. Eu até peço desculpas ao senhor e à sua equipe, porque o senhor chegou para ser o salvador da pátria...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – É verdade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... mas o meu recado é para o GDF, para o atual Governo, porque para tudo que está acontecendo aqui, por mais que o senhor queira defender, não tem defesa, não existe defesa! Existe um governo que colocou lá um presidente que fraudou. Teve rombo, não teve nenhum tipo de fiscalização e teve interferência, sim, de governo local, sobre o que a gente quer respostas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E da política.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Com certeza.

Então, é a minha última pergunta, é o meu *grand finale*, mas eu vou esperar o senhor concluir o seu raciocínio.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Está bom.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Desculpe-me.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Senadora, é muito importante. Eu também não nasci em Brasília, mas estou aqui há 23 anos. Deixe-me lhe dizer: eu não sou político, não pretendo ser político, eu sou um técnico. Eu vim para o banco, única e exclusivamente, a pedido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mercado e de outras pessoas que o entenderam, porque eu não gostaria de ter vindo. Eu vim para defender e salvar o banco. Não vou entrar... defender estado A, estado B, Distrito Federal, qualquer um que seja. Não cabe a mim fazer isso, não estou para isso! A obrigação que eu tenho, junto com a equipe que eu convidei, é salvar o BRB, porque acredito no BRB. Agora, se os acionistas A, B ou C vão ter condição de pagar... O que nós estamos levando é, tecnicamente, que 8,8 bilhões é o valor que o banco precisa para se capitalizar e colocar um plano de negócios de 2026 a 2035 de pé. Entendeu? Não sei se vou estar aqui, amanhã, mas eu posso fazer o seguinte: eu tenho convicção de que, fazendo isso, o BRB vai ficar de pé.

Não posso falar pelo GDF, não posso falar por outras prefeituras, não posso falar por alguns estados...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não posso, nem esse é meu papel. Não posso falar, não sou representante, mas pelo BRB eu posso falar. E o que está sendo dito aqui é – dentro de tudo que nós apuramos, não o Nelson, não o Barreto, não a Ana Paula, não ali o nosso Diretor, não a Machado Meyer – a que nós todos, buscando a verdade, com transparência, com governança, com *compliance* e com análise de risco, chegamos. De maneira transparente, eu quero dizer, Presidente Renan Calheiros: é isto que nós estamos trazendo aqui, a pura verdade. Se alguém não vai cumprir a sua parte, não cabe a nós.

Outra coisa: nós não abrimos mão de que quem efetivamente fez isso com o BRB pague e vamos buscar onde estiverem os recursos do BRB.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só mais duas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, até o momento, Dr. Nelson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CVM registrou abuso de poder de controle pelo GDF ao indicar a própria chefe de gabinete do Governador para o Conselho Fiscal. Eu preciso entender como é que funciona a independência da gestão quando quem fiscaliza o banco é subordinado direto de quem nomeou o gestor do banco. Isso para mim não é governança, isso tem uma aparência de governança, porque se o gestor... Mas eu vamos concluir.

Em outras palavras, se um órgão que deveria dizer "não" ao banco foi composto por quem o Palácio do Buriti indicou – e todo mundo sabe disto: que ele indicou a chefe de gabinete dele para o Conselho Fiscal –, como o senhor garante hoje que os erros do passado não continuam acontecendo durante a sua gestão?

E o BRB hoje tem 24 processos ativos na CVM – 24 processos. Isso já é um sinal por si só. E isso não inclui os processos sigilosos que parecem existir. Nenhum investidor sério vai alocar capital numa instituição com esse nível de disposição regulatória. Como o senhor pretende reconstruir a credibilidade? Isso é uma grande preocupação nossa. Como o senhor pretende reconstruir a credibilidade do banco no mercado?

Em 2023, o BRB destinou 40% de dividendos, com alerta de agências de risco, já calculado sobre a fragilidade do seu capital. O senhor concorda que foi uma gestão temerária drenar o caixa do banco para o Governo enquanto se comprava uma carteira podre do Master? E quem deveria responder por isso? Isto é uma grande curiosidade que eu tenho e a minha equipe também: quem é que deveria responder por isso, a partir dessa liberação de 40% dos dividendos?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Bem, Senadora Leila, quero deixar bem claro, eu disse isto lá atrás: nós chegamos para corrigir o que precisa ser corrigido, erros do passado... E eu vou falar aqui do aspecto político, que foi esse erro do passado quando... Eu vou chamar de você...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, por favor, fique à vontade.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Quando você coloca a política... E eu digo: eu não sou contra a política, a dimensão política está em todos os momentos da vida da gente. Nós só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos posicionar o que nós somos diante disso tudo. Eu nunca tive problema. Eu passei pelo BRB – podem pegar lá – em momento dificílimo – não foi, Ministro Renan Calheiros? –, e nunca tivemos problema. A única coisa que eu peço quando assumo qualquer função é autonomia, é que a última palavra seja minha. Não tive um problema na Caixa, não tive um problema no BRB – não era fácil, não –, nem no banco de São Paulo... Como? Aí eu vou para a segunda pergunta, Senadora Leila. Credibilidade. E credibilidade se faz com ações. Toda a Diretoria é nova lá, todo o Conselho de Administração é novo, todo o Coaud é novo, o Comitê de Risco é novo. Tudo é novo. Toda a política é nova. Não deixamos de estar em nenhum fórum, em nenhuma instância de peticionar ações, buscando o que é de direito do BRB e a gente definir qual é o lado da gente – não dá para ficar de um lado e de outro.

E eu digo mais. Eu me dou bem, tenho muitos amigos políticos em várias instâncias, em várias esferas, na oposição, na situação, em todos... Todos, no momento em que eu estava ocupando um cargo, todos, indistintamente... Ele não sabe – o político não é obrigado a saber – todas as regras de banco, ele pode chegar e dizer assim: "Eu quero isso aqui". Se chegar e dizer que não pode por isto, isso e aquilo, eu duvido: não insiste. E, se insistir, é o momento de você sair. Eu já saí de alguns locais. Isso não quer dizer que eu sou melhor que os outros. Isso quer dizer que tem que ter um posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Agora, com relação à credibilidade, a credibilidade é feita deste jeito: tomando as decisões corretas. E quanto a isso pode ter certeza. Nós praticamente só... Eu já fui hospitalizado, em seis meses – e eu nunca tinha sido –, quatro vezes – quatro vezes. Não é fácil. Agora, para quê? Para poder entregar disso o melhor.

Agora, nós temos certeza do seguinte: a nossa parte, enquanto instituição financeira, conglomerado BRB, nós vamos fazer. Nós não somos o dono do banco. O dono é o povo de Brasília, a região onde ele tem... mas o nosso melhor nós temos que fazer, e isso nós estamos fazendo. E estamos fazendo não de palavras, com neurolinguística; nós estamos fazendo com atos concretos, entregues. A população está vendo, e a mídia, a que eu quero agradecer, está assistindo à gente todo dia e está acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só um segundo, só um...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Eu vou dar a palavra. É que nós temos também alguns internautas que estão participando aqui da audiência pública.

Wagner, do Distrito Federal, fala assim: "[...] passados 202 dias desde que o senhor assumiu a Presidência do BRB, o que foi feito de investigação interna para punir os envolvidos?".

Diego, do Mato Grosso, pergunta: "Quais medidas foram adotadas pelo BRB para proteger seus ativos e minimizar possíveis perdas financeiras?".

Vítor, do Paraná, pergunta: "O mercado todo estava desconfiado dos CDBs altos [140% do CDI] do Master. Qual justificativa [Presidente] o BRB teve para querer comprar [o Master]?". Qual foi a justificativa? Que acesso?

Alessandra, do Espírito Santo, comenta: "Todos devem ser ouvidos, sem exceção ou proteção do [...] [Supremo Tribunal Federal]".

O senhor já ouviu falar da Genial?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – O mercado todo, sim, já ouviu. É uma empresa gestora de ativos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É uma gestora de ativos que esteve na operação do Iprev de Maceió. Foi uma empresa que intermediou. O CEO dessa empresa é Rodolfo Riechert, que é fundador e CEO da Genial Investimentos. Alvo da operação, o banco administra o Fundo Radford, de R$100 milhões. O Ministério Público afirma que o Fundo Radford foi constituído pelo grupo Mohamad, com o objetivo de servir ao esquema criminoso. A Genial Investimentos é citada sete vezes no documento que deu suporte à megaoperação deflagrada na última quinta-feira. Essa Genial foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, depois eu quero direito de réplica, tá?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá, mas terá. Nós temos mais 25 minutos, e aí começa a sessão do Senado Federal.

Essa Genial fez o que o banco Will fez com relação ao BRB em algumas operações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, antes de ele responder...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agora, me chamou a atenção – eu vou dar a palavra – que o senhor falou que o contrato, o pagamento da folha de pessoal de Maceió foi quanto?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Cinquenta e três milhões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Cinquenta e três milhões.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Porque isso é público, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É público.

O senhor sabia que a folha de pessoal da Prefeitura de Maceió é R$1,4 bilhão por ano? Se você multiplicar isso por 5, dá R$7 bilhões. E o senhor acredita que o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica não iam pagar esses R$53 bilhões? Na época, o senhor não estava na Caixa?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não estava.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não. Não estava na Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Qual foi o ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Foi 2022. Em 2022. Tem como olhar aí? Quando foi a compra da folha? (*Pausa.*)

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Em 2025? (*Pausa.*)

Em 2025.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em 2025.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – O TJ foi em 2022. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Izalci. Com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – É só um minuto. É só para esclarecer a quem está nos assistindo aqui. O que acontece? A Senadora Leila falou do balanço de março de 2025, que foi o último que foi publicado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Isso, no segundo trimestre.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Lá, naquele balanço, naquele balancete, tem lá um capital de R$3 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se você pegar esse balanço, o que vem agora? Você tem um prejuízo de provisão de R$8,8 bilhões. Então, você pega os R$8,8 bilhões que estão sendo solicitados de empréstimo mais a securitização – R$8,8 bilhões –, entram no capital R$8,8 bilhões e entram também, em prejuízo, R$8,8 bilhões, ou seja, zera e ficam R$3 bilhões normal. Ou seja, nós estamos pagando R$8,8 bilhões em um patrimônio que vale R$3 bilhões, na prática é isso. Não tenho dúvida.

Agora, quero concordar, realmente o que houve foi um desvirtuamento da função do BRB. O BRB era para ser um banco do DF, não era para competir com o Bradesco, com ninguém. Era para ficar aqui para desenvolvimento econômico, infelizmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É um banco de fomento.

Obrigado, Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para interpelar.) – Não houve... E outra coisa, eu gostaria que... O senhor não me respondeu a respeito dos dividendos dos 40%, que teve o alerta da fragilidade...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Sim, de 2023.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – De 2023. Claro, o senhor não era o Presidente, enfim... Mas o senhor concorda que foi uma gestão temerária, drenar o caixa do banco para o Governo, enquanto se comprava uma carteira podre do Master.

O senhor é um técnico, fale-me a sua avaliação técnica: quem deveria responder por isso, pela liberação de 40% desses dividendos do banco, drenando o caixa do banco?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Senadora Leila, sendo bem claro, eu não costumo fazer avaliação de gestão anterior. Eu não sei qual foi o indutor de colocar um percentual de transferência de dividendos de valor tão significativo naquele ano. Então, para mim... que não estava, é muito complicado. Não seguiu, por exemplo, a média do que vinha fazendo nos anos... Vamos pegar a década até 2025, até 2024 – porque em 2025 não houve ainda...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Distribuição, né?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Até 2024, que é o último mês... Nesse período, realmente, esse ano, eu tenho cuidado de olhar profundamente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vocês têm investigação em cima dessa liberação?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nós analisamos isso aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está no documento da auditoria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nós analisamos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está na auditoria?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nós analisamos. Não, nessa auditoria não, porque não era objeto disso; mas nós, como gestor do banco...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas é interessante a gente procurar saber.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nós, como gestores do banco... Porque aí essa coisa de transferência de dividendos, Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas são 40%, Nelson.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, não. É porque é o seguinte: o mínimo é 25.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu sei disso.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Mas o máximo não tem, entendeu? Depende de... É uma relação entre os conceitos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, a gente precisa saber quem liberou. É isso que eu estou querendo saber. Quem deveria responder por isso para você, que é técnico?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, isso aí eu vou ficar lhe devendo, porque eu tenho que entrar nos detalhes lá. É algo... Eu vi, mas, como é uma deliberação feita entre um controlador e outro...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A gente precisa saber melhor esses detalhes.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Tranquilo.

Viu, Presidente? O que não estiver aqui...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – ... nós fazemos questão, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ótimo, Nelson.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Pode nos procurar...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – ... com tranquilidade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Damares, com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Nós estamos chegando ao final de nossa audiência, e eu quero lhe agradecer, Presidente, por ter tido a coragem de ter pautado o requerimento e ter trazido o Dr. Nelson para cá, mas eu precisava pedir e fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem perguntas aqui que o Dr. Nelson realmente não pode responder, mas o Secretário de Economia do DF precisa responder. Eu não sei se a gente vai conseguir, se vai dar tempo de fazer uma audiência pública com o Secretário de Economia, mas ao menos uma reunião do grupo de trabalho com ele. Eu vou apresentar esse requerimento para que a gente faça uma reunião de trabalho com ele, porque há garantias que o GDF está dando para esse grande acordo, essa grande reconstrução, reestruturação do banco, sobre os quais nós temos que ouvir o Secretário de Economia do DF.

E aí, Dr. Nelson, eu vou falar direto com o senhor.

Ninguém aqui tem dúvida da sua capacidade. A sua biografia é espetacular. Inclusive, teve um momento em que eu perguntei: esse homem é um suicida? Porque onde o senhor estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era o sonho de muitos gestores estar. O senhor deixa uma posição confortável, onde o senhor estava fazendo um grande trabalho, para assumir essa missão. Eu não sei quem o convidou para essa missão, mas o senhor está diante do maior escândalo do mundo. E o senhor tem a oportunidade de escrever a sua história para o mundo. Quem o indicou sabia de sua capacidade, mas indicação não é sinônimo de conveniência e muito menos – muito menos – de subordinação indevida.

O senhor tem um compromisso com o povo do DF agora. Estes três Senadores aqui, apesar de estarmos em posições políticas diferentes, não estamos torcendo pelo "quanto pior, melhor". Nós queremos o melhor para o DF.

Então, da sua equipe eu conheço o Barreto, que tem uma história incrível; a doutora, que eu tive a oportunidade de conhecer. Essa equipe aqui que o senhor montou tem a oportunidade de entrar para a história no mundo como o time que resolveu um problema e que trouxe lucro para nós. Porque eu não quero só pagar a conta; eu quero que vocês paguem a conta, resolvam o problema e gerem lucro para o DF.

E vou lhe dizer uma coisa: o senhor já foi internado, mas nós também estamos perdendo o sono. O senhor acha que eu, Leila e Izalci não estamos tendo, o tempo todo... A gente não pode dar um pulo na rua! A gente não pode sair! Nós somos o tempo todo questionados, e nós temos compromisso com o nosso eleitor.

E eu queria trazer aqui para a mesa também uma pessoa que não está dormindo, que está nervosa, preocupada e já adoeceu, que é atual Governadora, que herdou... É herança maldita, sim! Desculpa; o senhor foi indicado pelo antigo Governo, mas a minha atual Governadora herdou. É uma herança maldita. E ela foi muito sábia quando disse que sucessão não é, de forma alguma, o que todo mundo estava pensando: conveniência, conivência com o erro. Ela está tendo a coragem.

A minha Governadora está fazendo o que pode para resolver. No momento em que ela tinha que estar se dedicando a cuidar do povo – e Celina sabe cuidar do povo –, Celina está gastando energia e tempo para resolver problema que ela herdou. Quem causou o problema é que vai ter que responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui vou dizer uma coisa. Eu sei que tem coisa que o senhor não pode falar porque está na Polícia Federal. Eu confio no Ministro André, que está conduzindo a questão do Banco Master, mas eu sei que vai vir muita coisa ainda – muita coisa! E eu queria, Presidente... Eu sei que a nossa Comissão não tem poder de polícia, de quebra de sigilo, por enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas apoiamos a Polícia Federal...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Apoiamos. Então...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... e o Supremo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. Eu tenho duas preocupações: primeiro, com os superendividados do BRB, não é, Leila? Os nossos servidores do DF estão superendividados por causa de uma farra de consignados e por causa do engano. Um banco que sabia enganar, porque, olha, foi tão bonitinho, aqueles almofadinhas estavam tão bonitinhos que eles enganaram tribunais pelo Brasil.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles enganaram prefeituras, enganaram fundos de pensão. Então, a turma que estava no BRB era muito preparada, mas eles tinham uma lábia para enganar e enganaram muita gente. Entraram em licitação e enganaram muita gente.

Então, Presidente, eu estou preocupada com os endividados do DF também, com o servidor público do DF, com o patrimônio do DF, mas vou lhe dizer uma coisa: eu quero patrimônios pessoais também bloqueados, gestores, e aqui nós vamos fazer isso – o Senador Renan já lhe provocou –, e eu quero dizer: quem foi laranja nessa história tem chance de uma delação ainda. Eu sei de muitos empréstimos que estão surgindo por aí de laranjas. Que os laranjas apareçam e entreguem os corruptos, ganhem o benefício da delação.

Eu me coloco, Presidente, à disposição para ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Renan, Leila e Izalci estão em campanha, estão correndo, mas eu não estou não, sou candidata a nada. Quem quiser mandar para o meu gabinete alguma coisa para que eu transforme em notícia-crime, eu transformo, não tenho medo – sei que Leila e Izalci também não têm medo.

Mas, Presidente Nelson, continue firme. Cuide da minha Governadora. Não deixe a sua equipe, ou seja quem for, induzir tanto a Câmara Legislativa, como o Governo, como este Parlamento a erro. Nós estamos confiando na sua capacidade técnica. Esta audiência foi para isso. Queremos entender.

Tudo foi respondido? Não. Estou com um monte de dúvidas aqui, os números continuam fervendo na minha cabeça. Mas nós vamos continuar perguntando e acionando o BRB.

Sucesso ao seu time, mas confesso que eu não saio tranquila desta reunião – não saio.

Presidente Renan, muito obrigada por ter realizado esta audiência pública, e ao povo que está nos acompanhando: não acaba aqui, nós vamos continuar investigando.

Obrigada, Presidente Nelson.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Presidente Nelson, antes de encerrar, algumas poucas perguntas diretas.

A indicação de Paulo Henrique Costa, em 2019, à Presidência do BRB foi feita pelo ex-Governador ou pela atual Governadora, Celina Leão? O senhor tem notícia disso?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Eu posso falar, na época... sugestão, eu era Presidente da Caixa Econômica, e o Paulo Henrique era o Vice-Presidente da Caixa Econômica, naquela época.

O convite, pelo que eu... lógico, eu não vi o convite na hora, mas, sim, pelo Governador, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor já tem uma relação de envolvidos. O senhor não acha que essa relação vai aumentar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir da delação que está sendo anunciada do Sr. Paulo Henrique Costa? Talvez esse plano não fosse mais prudente que aguardasse o balanço e a própria delação?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não entendi, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor não acha... O senhor disse que tem alguns investigados na Polícia Federal...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Sim, sim...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... e não tem nenhuma providência administrativa...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Nós estamos tomando todas as providências, criminal, civil – todas elas – e administrativas, tá?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor não acha que novos investigados aparecerão a partir da delação do Paulo Henrique Costa? E, inclusive, nós aprovamos um requerimento para que ele venha depor. Ele até tinha tentado marcar e não marcou a vinda para depor aqui nesta Comissão. Aliás, o que aconteceu com o Vorcaro, que mandou um recado para mim, e eu telefonei de volta, porque ele queria depor, ele estava admitindo que o noticiário estava sendo administrado pelo centrão e contra o Supremo Tribunal Federal. Então, ele mandou um recado que queria depor.

Eu acho que o erro estratégico do Vorcaro foi não ter antecipado o depoimento como esta Comissão propôs, e ele acabou se inviabilizando, porque novas prisões e novas prisões, que eu não tenho dúvida nenhuma, continuarão a acontecer. Muitas dessas operações não foram sequer investigadas.

A Polícia Federal pediu autorização para fazer a investigação da operação de Maceió, e até hoje o Supremo Tribunal Federal, através do nosso querido Ministro Relator, com quem nós estivemos lá – e foi uma conversa maravilhosa –, não autorizou a investigação. Para suprir essa vacância, nós pedimos para abrir uma investigação no Ministério Público de Alagoas, no MPE de Alagoas. Mas para suprir, porque até agora a polícia não foi autorizada a investigar a operação de Maceió. E ela tem agravantes, porque a estrutura do Iprev de Maceió já veio de um escândalo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Campos dos Goytacazes. As mesmas pessoas foram levadas, o Presidente do "iprev" de Campos dos Goytacazes foi levado para ser Presidente do Iprev, com as mesmas consultorias, Renan Calamia, Genial e outras pessoas que estão em outras investigações. Algumas já sofreram, em outras investigações, buscas, prisões, foram levadas pela Polícia Federal, e até agora nada aconteceu com relação a Maceió.

Nós estamos tentando suprir isso com a investigação do Ministério Público do Estado de Alagoas, onde pedi, inclusive, o bloqueio dos bens dos envolvidos e do Vorcaro, do Zettel, do Augusto Lima. E vou defender junto à Assembleia Legislativa de Alagoas que se abra uma investigação lá para investigar esses fundos de previdência municipais – se é que tem outro de Alagoas com aporte no BC, pelo menos Maceió tem –, mas que a Assembleia investigue isso, porque é da competência da Assembleia Legislativa.

E eu mesmo, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, me coloquei à disposição para ser a primeira pessoa a depor e a levar para a Assembleia de Alagoas essas informações que hoje nós já temos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Presidente, só acompanhando o seu raciocínio, aqui em Brasília também não avançou nada. Nós temos um Presidente só; o Presidente do BRB preso. Tem muita gente... Existe claramente, para mim, uma tentativa, até, às vezes, colocando um pouco do meu pensamento, de uma blindagem, porque nós estamos falando de um rombo claro em um banco, o maior rombo do mundo, de uma questão financeira – o nosso banco quase falido –, e só temos o Presidente do banco preso.

Quer dizer, é muito estranho que essa investigação ainda não tenha avançado para prender... Tem muita gente graúda, sim, que precisa, inclusive, dar muitas respostas para nós, e é essa transparência que a gente exige.

Então, assim, nós temos um Presidente apenas do BRB preso, para esse escândalo absurdo que nós estamos vendo aqui. E aí, Justiça? Nós estamos aguardando essas respostas, que são importantes para o DF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Presidente, o Governo do Distrito Federal foi informado previamente dos riscos apontados pelos órgãos técnicos do BRB com relação à compra do Master pelo BRB?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Essa pergunta, como é anterior, Presidente, eu realmente não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – As auditorias não tratam disso.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não tratam disso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas tratam, por exemplo, sobre quem fez a aproximação do BRB com o Master, quem foi que levou?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, eles entram nos detalhes do que aconteceu em relação a isso. Inclusive, eu estou aqui... Principalmente a da Machado Meyer. Caso o senhor queira ouvir rapidamente o João, que está aqui ainda... João, você quer falar alguma coisa sobre essa pergunta do... Se der tempo, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não. Se você se dispuser, nós o convidaremos para a próxima terça-feira.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Isso.

O SR. JOÃO REIS (*Fora do microfone*.) – Posso, mas eu tenho sigilo de advogado, que aí eu tenho que... Eu não sei, Senador. Assim, eu estou à disposição de todos os senhores, até para uma dinâmica mais interessante, já que tem ali a Comissão, o comitê...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Fale no microfone. A Taquigrafia... Para a Taquigrafia, fale no microfone.

O SR. JOÃO REIS – Perdão. Eu estou à disposição de todos os Senadores do Senado Federal, mas os trabalhos que a gente desenvolve têm o resguardo do sigilo cliente-advogado, tanto é que, ao longo da nossa investigação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bom.

O SR. JOÃO REIS – ... várias autoridades fizeram pedidos e, inclusive, a gente negou o acesso. Então, talvez uma dinâmica mais interessante aqui, sugerindo, para facilitar os trabalhos, é fazer o questionário, e a gente responde objetivamente. Eu estou aqui sugerindo, tá, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bom. Obrigado.

O SR. JOÃO REIS – Estou aqui à disposição do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

Presidente, os agentes envolvidos na operação foram afastados ou o banco ainda consulta alguns no dia a dia?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Todos foram afastados, todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E não são consultados mais?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, não, nós os afastamos. É o que nós falamos, mudamos a Diretoria Executiva toda, o Conselho de Administração, todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Algum integrante do Banco Central atuou abertamente em defesa da operação de compra do Master pelo BRB?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Bem, lá nós não detectamos isso. O que nós sabemos é pela imprensa, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela imprensa sabemos o quê?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Que houve alguma manifestação do Banco Central em relação a isso, porém nós não temos nada internamente do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Banco Central, só quero dizer que a atual gestão do BRB tem um relacionamento muito profícuo com o Banco Central, que tem trabalhado de maneira muito correta conosco, e fazendo o que precisa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor sabe que há uma acusação de que o centrão, que é um destacado grupo político partidário, administrava quatro bancos recentemente no Brasil: pela ordem, o Banco Master – são evidentes as ligações, a imprensa tem noticiado e, como disse a Senadora Damares, a Polícia Federal a cada dia está no encalço de mais gente –, a Caixa Econômica Federal... E V. Exa. foi até Presidente da Caixa. V. Exa. foi nomeado na época pelo centrão?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Na época do Presidente Temer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, mas foi o centrão que influiu na sua nomeação?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Eu sempre fui técnico, né? Eu fui convidado na época.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não... O senhor sempre foi técnico, mas nós conhecemos – eu estou aqui no Senado há quatro mandatos; este é meu quarto mandato no Senado –; sempre tem um esforço de alguém para as nomeações...

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Exato, exato.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... que são políticas, como a de V. Exa.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi o centrão?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Foi mais o centrão, assim como o BNB, por exemplo, foi o PT, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – E o BRB?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não; o BRB é o que eu digo... Boa pergunta, Senadora. O BRB...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe-me fazer para ficar em notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E BRB? Quem o indicou para ser Presidente? Qual é a indicação política sua?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Não, a indicação não é política. O BRB é um fato diferente. O BRB é um sistema financeiro... É algo que aconteceu no Brasil, do sistema financeiro, é muito mais amplo. Eu estava muito bem – sendo bem transparente – onde eu estava trabalhando, a senhora mesma sabe, e precisavam de alguém com uma equipe para poder realmente salvar o BRB. Quem me procurou foi o pessoal do mercado financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O senhor sabe que o Paulo Henrique Costa foi nomeado pelo centrão e que houve, inclusive, um café da manhã, com a presença de célebres representantes do centrão, no início do Governo do Ibaneis Rocha, e ele tinha indicado um outro nome para ser Presidente do BRB. O senhor sabe desse nome? Um que tinha sido, chegou a ser anunciado e apresentado à imprensa?

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Em que ano?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – No início do Governo. E, no dia seguinte, nesse café da manhã, o centrão levou o nome do Paulo Henrique Costa. E o então Governador Ibaneis anunciou o Paulo Henrique Costa, se despregando dos anúncios que tinha feito com relação a um outro presidente que ocuparia o banco, porque o centrão está nessa questão. O centrão tentou apresentar ou apresentou uma emenda para que o Legislativo exonerasse presidentes e diretores do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, no dia em que o Presidente Galípolo esteve aqui, cobrei o porquê de ele não ter reagido a isso, porque era uma óbvia pressão. E nós, que estamos delineando o papel do Banco Central independente, tínhamos que ter a ajuda dele próprio, que estava sendo pressionado para escancarar isso que estava sendo votado na Câmara dos Deputados.

Depois, eu tratei aqui da questão do crédito de carbono, que teve uma emenda do Deputado Hugo Motta, Presidente da Câmara, que foi aprovada. E o Master, a partir daí, passou a comandar um mercado que falam de 60 bilhões, 50 bilhões, a partir de uma fraude em um município da Amazônia, com terras públicas que foram incorporadas pelo Master. Depois, a própria irmã, o próprio irmão e a cunhada do atual Presidente da Câmara fizeram um empréstimo no Master de R$140 milhões, até hoje vencido, nunca cobrado e não pago – vencido, nunca cobrado e não pago. Inclusive, o liquidante ainda não cobrou, que é um dado mais recente, atualizando. Inclusive, o liquidante do Banco Central ainda não fez a cobrança. Então, essas coisas precisam ser esclarecidas.

Eu realmente entendo, louvo, relevo o papel da Senadora Eudócia, porque é mãe. Mãe, intuitivamente, obriga-se a defender, proteger. Eu já disse publicamente...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) – Isso é ridículo. O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu esperei pacientemente para falar, certo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Pela ordem.) – Eu só quero saber uma coisa: o senhor não vai, o senhor não vai, não vai bloquear a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, de forma nenhuma. O que é isso, Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu esperei aqui. Agora é a hora de eu falar ou não? Cada um teve dez, cinco, 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – V. Exa. tem a palavra – eu disse no início – quantas vezes quiser.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu quero o meu tempo normal, eu quero o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu só não vou fazer a V. Exa...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente, o senhor devia ter respeito a esta Casa. O senhor me trata de uma forma, como se eu... Eu sou Senadora igual ao senhor. Por que eu sou mulher o senhor está me tratando assim?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nenhuma dúvida com relação a isso.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Por que eu sou mulher? O senhor acha que eu tenho medo do senhor? Eu não tenho nenhum medo. Agora, tem muitas pessoas em Alagoas que temem o senhor. Eu não temo. Não adianta o senhor me enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu não quero enfrentá-la nunca.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu não temo o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nunca.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Se eu for falar aqui de corrupção, o senhor é o homem mais corrupto que tem no Brasil. Eu não ia mostrar, não, mas agora o senhor me obrigou. Isto aqui tudinho é contra o senhor: Renan Calheiros pegou propina, 30 milhões. Isto aqui não sou eu que estou falando, não: STF quebra sigilo de Renan Calheiros. E tem mais coisa, mas o senhor deve conhecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Eudócia, deixe-me falar só uma coisa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Não. Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu fui absolvido. Só um minuto.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Espere aí. Agora é a minha fala ou não? Só quero saber isso, porque eu quero meus dez minutos. Vai ser agora ou não?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – V. Exa. dispõe de cinco minutos. Está com a palavra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Cinco minutos é o suficiente. Eu falo agora ou não?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, está com a palavra.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Posso falar? Pronto.

Eu não ia falar, não, mas o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, fique inteiramente à vontade.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O senhor, toda vez, diz que eu sou mãe. Espere aí. Eu estou aqui como Senadora da República, representando o meu estado de uma forma honrosa e representando o povo brasileiro. O senhor me respeite, porque eu estou falando aqui como Senadora, não como mãe, não.

Primeiro, o JHC é filho sim. Mas não estou falando como mãe, estou falando como Senadora da República. Que isso fique muito claro para o senhor, para os meus pares, para o povo do Brasil e para Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor não me causa medo, como o senhor causa ao povo de Alagoas. Alagoas teme o senhor, porque o senhor anda com chicote na mão. Dos colegas aqui ninguém conhece o senhor. Eu conheço, eu conheço.

Agora comece a contabilizar os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – V. Exa. já ocupou um minuto dos cinco.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Comece agora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não, não, não, não.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu tive que interferir, porque eu sou reiteradas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – V. Exa. tem quatro minutos.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Mas as colegas tiveram o direito de falar depois, em réplica, tréplica. Eu acho que nós somos iguais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas a senhora também tem...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu acho que aqui na Casa nós somos iguais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É claro! Não há nenhuma dúvida com relação a isso.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O senhor não use da sua prerrogativa de Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, pelo contrário, nunca usei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O senhor fala quanto tempo o senhor quer, e o senhor coloca para mim cinco minutos. Eu não aceito. Se for contabilizar o que os outros colegas falaram, dá muito mais do que cinco minutos, e eu acho que eu sou igual a todo mundo aqui.

Primeiro ponto...

O Presidente Nelson saiu. Depois eu faço a pergunta a ele.

Presidente Nelson Antônio de Souza, eu considero que há ainda lacunas a serem preenchidas nesse caso do Master, perguntas a serem respondidas. Portanto, eu farei também as devidas perguntas via ofício, via *e-mail*.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Tá.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Porque aí o senhor responde no meu gabinete e qualquer dúvida eu vou até V. Exa. e converso com o senhor.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – Está ótimo.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O Presidente Renan falou sobre – Sr. Nelson, tenho só essa segunda colocação para falar para o senhor – o fato de o BRB ter ganho uma concorrência pública, que foi realizada pela Prefeitura Municipal de Maceió. O Presidente nunca foi gestor, certo? Como ele já falou, foram quatro vezes Senador e ele não sabe o que é gestão.

Então, a concorrência pública, para quem não conhece, é um ato de licitação. E o BRB apresentou a melhor proposta dentre todos os outros bancos que participaram. E esse valor que o senhor falou, Dr. Nelson, Sr. Nelson, perdoe-me, Sr. Nelson Antônio, Doutor, é lógico, que o senhor respondeu, esse valor que o Presidente Renan perguntou ao senhor, do valor que foi pago, está dentro da concorrência, está lá exposta. É pública, é pública. E com certeza o BRB não ia pagar esse valor à Prefeitura de Maceió se fosse ilícito. Vocês iam estar pactuando de um ilicitude e, com certeza, vocês não fariam isso. Então, concorrência pública acontece na gestão.

Já fui Prefeita, Sr. Nelson Antônio, de um município pequeno chamado Ibateguara, de minha terra natal, que tem 16 mil habitantes, Damares. E eu tenho orgulho de ter sido gestora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma cidade tão pequena, Damares e Leila, mas que me deu embasamento para eu poder entender de gestão pública. Então, sobre essa questão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... que o Presidente...

Eu não vou seguir...

O senhor vai ter que me dar mais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – V. Exa. tem mais dois minutos.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente, você está usando...

Está aqui nas notas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tem dois minutos.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Coloque aí nas notas que eu estou sendo retaliada.

Quero que conste nas notas taquigráficas a retaliação do Senador Renan à Senadora Dra. Eudócia, do mesmo Estado de Alagoas.

Por quê? O senhor tem medo do que eu vou falar?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, por favor.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Se o senhor não teme...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... me dê mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro!

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O senhor não tem medo. Então, mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dez, vinte.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Vinte! Vinte minutos – coloque aí, querida, na nota.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, conclua, tá? Porque nós estamos aqui...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Não, o senhor acabou de me dar vinte minutos. Só um minutinho.

Eu queria só dizer uma outra coisa, Sr. Nelson Antônio de Souza, Presidente: essa folha do BRB também está no Tribunal de Justiça de Alagoas, o.k.? Então, a tramitação foi a mesma.

Então, isso não quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foram na mesma época?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu estou com a palavra, Sr. Presidente, por favor.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA (Para expor.) – Foram em épocas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, é só uma pergunta, porque é para ele dizer.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Não, eu estou com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, pela ordem, pela ordem.

Pela ordem.

Sr. Nelson, eu estou com a palavra.

O SR. NELSON ANTÔNIO DE SOUZA – 2022 e 2025.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – 2022 e 2025.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pronto, perfeito.

Isso quer dizer que o Tribunal de Justiça não fez tudo como manda a Constituição, como manda a lei, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal? É óbvio que sim. Isso é uma questão.

Outra questão, sobre o Iprev de Maceió. O Iprev de Maceió é uma instituição autônoma. Isso quer dizer que tem autonomia – tem o seu Presidente e tem o seu conselho – e que o Prefeito não participa diretamente das decisões de qualquer órgão. Lá em Maceió se chama Iprev Maceió. Essa é uma segunda colocação.

A outra colocação que eu queria fazer é que, graças a Deus, senhores aposentados e pensionistas de Maceió, na gestão do Prefeito JHC, o Iprev triplicou o seu orçamento – era de R$500 mil e atualmente está em R$1,5 milhão. Então, Sr. Presidente, não precisa cobrir nada, porque tem dinheiro para os nossos pensionistas e tem dinheiro para os nossos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não precisa cobrir? Não tem que cobrar dos ladrões isso?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Ah, dos ladrões, sim.

O senhor não está com um grupo de trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, estamos tentando fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – A gente vai chegar aos ladrões – concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Estamos tentando fazer isso.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Vamos chegar aos ladrões.

E, outra coisa, falando em ladrões, a CPI que eu instaurei, Damares – e obrigada por você ter assinado, você, como sempre, na linha de frente ali, lutando pelo povo brasileiro e pelo povo, aqui, do DF –, aumenta esse leque, Sr. Senador Renan Calheiros. O senhor devia assinar também, já que o senhor quer pegar os ladrões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou assinar.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Nossa, que maravilha! Todos ouviram, né?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu vou assinar. Eu assinei. Eu não gosto é de participar de CPI, mas eu assino todas.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Todos ouviram.

Que bom que o senhor vai assinar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A do Master eu já assinei.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Então, se faltavam nove, só faltam oito.

Obrigada pela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A do Master eu já assinei. Quem parece que não assinou foi a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu assinei posteriormente. Eu acho que o senhor não está estudando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, posteriormente. Está bem.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Mas aí é no tempo que a gente quer. Ninguém é obrigado a nada, não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu sei.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu assinei, poxa. Agora, infelizmente o senhor não pesquisa, o senhor não estuda – infelizmente.

Outra questão que eu queria colocar é o seguinte: o senhor falou que já fez a notícia-crime, que já protocolou... Eu também protocolei notícia-crime contra o senhor. Então o senhor não precisa me orientar, porque eu também sou médica.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Fez o seu dever.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... sou médica. Sou médica...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Fez o seu dever.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – ... mas eu sou estudiosa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Fez o seu dever.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sou estudiosíssima, inclusive fui filha do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Douglas Lins de Araújo, que é muito respeitado em Alagoas.

Eu vim de uma família tradicional...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, pessoa que eu sempre tive como uma referência em Alagoas.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu vim de uma família tradicional e soube criar meus filhos sem roubar e sem desviar dinheiro, porque eu fui Prefeita de Ibateguara.

Nunca o fiz, e não seria o meu filho que faria, diferentemente do senhor, porque o senhor não soube dar essa orientação que é tão necessária para os filhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu não queria a sua para os meus.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Outra... Licença, eu estou com a palavra! Eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu não queria a sua para os meus.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu estou com a palavra, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Outra coisa: eu espero veementemente...

Sim, deixe-me só concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Conclua.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Já protocolei a notícia-crime; protocolei na Polícia Federal, no TCU, no STF e no MPF. Só falta uma coisa, que o senhor me orientou e eu até lhe agradeço: faltou solicitar o bloqueio dos seus bens.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faltou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Isso eu não fiz. Infelizmente, o seu patrimônio, Sr. Presidente Renan Calheiros, o seu patrimônio que vem de grilagem de terras, que vem de boi de ouro e que vem de empreiteiras... Porque, na época em que o senhor era Presidente do Senado, eu já era adulta – porque a diferença de idade é muito grande entre mim e o senhor –, eu já era adulta e eu acompanhei tudo – tudo! – porque, como sempre, eu fui muito estudiosa e sempre quis saber tudo sobre o Brasil, tudo sobre o meu estado. Infelizmente, o seu patrimônio é um patrimônio que vem de corrupção.

Eu não entendo, Presidente, como é que o senhor se senta nessa cadeira e, com tanta austeridade, fala de uma forma tão tranquila. Eu comecei a analisar aqui o senhor falando, e eu digo: "eu acho que ele deve ter um controle emocional muito grande para estar falando tudo isso".

Senador Renan, os ladrões têm que ser presos, por isso que eu abri a CPI... Eu sou autora do requerimento, não abri. Sou autora do requerimento da CPI BMG-Master, porque, na época, o senhor foi indiciado pelo desvio do dinheiro dos aposentados e dos pensionistas, não só de Alagoas, mas do Brasil. No caso BMG-Master, o senhor deve lembrar do Márcio Alaor de Araújo, que era Presidente do BMG e agora é do Master... (*Pausa.*)

Não faça assim com a cabeça, não, que o senhor sabe. E outra coisa: o senhor deve conhecer o Bruno Miranda, porque o senhor foi padrinho de casamento dele.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não conheço.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Então, Presidente, seja imparcial. Seja imparcial! Toda vez que o senhor se senta nessa cadeira aí, você tem que falar de Maceió. Que fale de Maceió! Que fale de Maceió, mas fale do Brasil como um todo, onde tem, caso a caso, especificamente. Mas o senhor agora tem uma obsessão com Maceió. Será que é porque estamos no ano eleitoral?

O senhor respeite esta Casa, respeite a sua cadeira. O senhor a está fazendo de palanque eleitoral. Será que é porque, nas eleições, o senhor está com receio de não prosperar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seja imparcial! Trate... Não subestime o povo brasileiro, não subestime o povo de Alagoas. Alagoas não tem dono; o dono é o povo. Tire o chicote da sua mão, e outra coisa: respeite essa cadeira aí de Presidente da CAE, que o senhor não respeita. O senhor fica direcionando o trabalho dessas mulheres, que são guerreiras, e de todo o grupo de trabalho que você criou, em que você legislou, em que você fez tudo. Tudo você, você, você, você, você. Tem que ser você.

O senhor até falou, na outra fala: "Eu vou obrigar". Obrigar? O senhor vai investigar. O senhor tem tanta capa de coronel que falou, sem querer: "Eu vou obrigar". Não, Presidente, o senhor vai investigar, junto com este grupo. Certo? Então, o que eu quero dizer a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, eu vou obrigar que os ladrões devolvam o dinheiro.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O senhor não vai obrigar, não, o senhor vai investigar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vou obrigar.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – A Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vou obrigar.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Então, o senhor está subestimando a Justiça do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não. Estou falando que eu vou...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – O senhor quer passar por cima da Justiça do Brasil e de Alagoas?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Conclua, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu estou concluindo. Calma. Eu estou concluindo.

E este documento aqui – só voltando para a questão do Iprev – é do Procurador da República Gabriel Pimenta Alves, do MPF (Ministério Público Federal), da Procuradoria da República do Distrito Federal. Ele está dizendo aqui que as instituições podem aplicar 20%. Está aqui neste documento. Então, não foi nada feito fora da lei.

Agora, se depois disso aconteceu o que aconteceu – muitas prefeituras, como a Damares até frisou aqui, foram enganadas, muitas instituições foram enganadas, muita gente foi enganada –, aí é a questão de ter uma bola de cristal para adivinhar.

Mais uma vez eu digo, só para concluir: concordo com as investigações, quero que seja investigado, tanto é que sou autora do requerimento para abrir uma CPI BMG-Master; não só Master, BMG também, porque elas se cruzam. O Alaor foi Presidente do BMG e tem vínculo também no Master, as denúncias se cruzam.

O senhor fez parte, lá no BMG, em 2024...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em 2024?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Em 2004, me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em 2004.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Perdoe-me, em 2004.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bom.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pronto, consertando: em 2004, 2005. É sobre a questão dos consignados dos aposentados e pensionistas. Está tudo nas reportagens, nem precisa balançar a cabeça, Presidente. Tem tudo. É só entrar no Google, é só entrar no Google.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não estou dizendo nada. Já pedi para a senhora notificar.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Já notifiquei, já notifiquei, não se preocupe.

Agora, eu quero dizer, por último, ao senhor, o seguinte: seja imparcial – imparcial –, porque nós merecemos respeito, o povo brasileiro merece respeito e o povo de Alagoas merece respeito. O senhor não use das suas prerrogativas para estar tratando de parcialidades e fazendo da CAE, de que eu faço parte, um palanque público.

Era isso o que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu, mais uma vez, entendo o papel da Senadora Eudócia Caldas, já disse isso publicamente. O caso que nós estamos vendo aqui é um caso de filhotismo às avessas, neste esforço hercúleo para defender um filho que não fala. Ele, como um *reborn*, um ventríloquo, nunca disse nada sobre as operações do Master, nunca falou nada, de modo que eu não tenho nenhuma pergunta a fazer à senhora, como Senadora e como mãe. Eu não tenho. Eu tenho muitas perguntas a fazer a ele.

E peço até... Isto é uma questão que deve ser levada em consideração: peço até que a senhora recomende a ele falar, fazer a parte dele, cumprir o seu papel. Se for preciso, repreenda-o. Uma mãe dá conselhos. Quando o filho não ouve os conselhos...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... ela pode repreendê-lo.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu, ontem...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu, ontem, me preparando para vir aqui, até folheei um livro de provérbios que diz exatamente isto: "Quem ama [enfrenta,] confronta". A mãe aconselha, se o filho não quiser seguir o conselho da mãe, a mãe pode confrontá-lo, enfrentar a situação. E se diz, em Provérbios, 27, 5, que "melhor é a repreensão franca do que o amor encoberto".

> O desconforto do confronto sincero é melhor do que o conforto do amor encoberto. Quem repreende [seu filho,] seu amigo com sinceridade ganha [...] [dele] o respeito; quem faz vistas grossas aos seus erros esconde o amor que deveria resplandecer. A repreensão franca é símbolo de amor responsável; o amor encoberto é sinal de [...] [fraqueza covarde]. A repreensão franca traz cura; o amor encoberto prolonga a enfermidade. A repreensão franca promove a santidade; o amor encoberto favorece o pecado.
>
> A repreensão franca abre [...] [feridas para fazer o tratamento]. A repreensão franca abre os olhos do faltoso para não cair no abismo; o amor encoberto, com medo [de perder o filho,] de perder o amigo, deixa-o cair no buraco. A repreensão franca é amarga ao paladar, mas doce ao estômago; o amor encoberto é doce ao paladar, mas amargo ao estômago.
>
> A repreensão franca coloca placas de sinalização ao longo do caminho; o amor encoberto deixa de avisar sobre os perigos da jornada. A repreensão franca [...] [é] alicerçada na verdade e adornada pela misericórdia; o amor encoberto tem como base a covardia e como adorno a hipocrisia. A repreensão franca desemboca na restauração do faltoso e promove a glória de Deus; o amor encoberto desampara o faltoso e entristece o Espírito [...] [Santo].

Eu queria dizer às Senadoras e Senadores...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Eu quero um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria dizer às Senadoras e Senadores que eu enfrentei...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... todas as acusações que me faziam, fiz a prova contrária. Essas acusações não foram investigadas, foram julgadas – foram julgadas. E eu fiz a prova contrária, que é a mais difícil prova do processo penal.

Vamos fazer um esforço para que os envolvidos no caso Master que, de uma forma ou de outra, surrupiaram o dinheiro do povo participem desse esforço para que tudo isso seja esclarecido e explicado.

O que é que cabe à gente nisso? Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos fazer a fiscalização do sistema financeiro. O que aconteceu foi a maior fraude contra o sistema financeiro do planeta, não foi só do Brasil. Falavam em 60 bilhões. Ora, 60 bilhões é do FGC, tem 31 bilhões de depósitos judiciais, tem 15 bilhões de fundos previdenciários, tem 60 bilhões de crédito de carbono, um mercado que o Master desenvolveu. O próprio Vorcaro, ladrão contumaz, já está querendo devolver R$60 bilhões – R$60 bilhões – para fazer essa delação.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meu Presidente, muito obrigado.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Você, mais uma vez, deu...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Pelar ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... uma demonstração da sua retidão, da sua transparência. Eu agradeço muito por tê-lo aqui.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço aos Senadores e às Senadoras...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) – Só quero dizer que o meu filho nem é bebê *reborn* nem ventríloquo e que esse crédito que o senhor leu foi para você. Por que você não evitou que seu filho roubasse combustíveis, andasse no avião do PCC?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... especialmente à Senadora Eudócia.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dez minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Beto Faro, Lourdinha Pereira, Wellington Fagundes e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6461, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às Emendas nº 1 a 5. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto e contrário às Emendas nº 1 a 5. **Observação:** 1- Rejeitados os Requerimentos nº 85, 86, e 87, de 2026-CAS, para votação em separado das Emendas nº 1, 2 e 4. 2- Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 88, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3522, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera o art. 391-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante em contratos de trabalho intermitente, temporário e por prazo determinado." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5608, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as condições de trabalho de mulheres com diagnóstico, em tratamento ou em período de espera de remissão de câncer de mama." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5238, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a Linfangioleiomiomatose." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 406, de 2024** que: "Institui o Programa de Detecção Precoce e Tratamento da Adenomiose." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Roberta Acioly. **Relatório:** Favorável às Emendas nº 1-PLEN, 2-PLEN e 3-PLEN. **Resultado:** Aprovado parecer favorável às Emendas nº 1-PLEN, 2-PLEN e 3-PLEN. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4817, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Síndromes de Ehlers-Danlos ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6683, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os requisitos essenciais relativos aos implantes cirúrgicos; e estabelece a notificação compulsória das falhas detectadas em implantes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 90, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4272, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, para aperfeiçoar o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1261, de 2022 - Terminativo -** que: "Regulamenta as profissões de tanatopraxista e técnico em tanatopraxia." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 82, de 2026** que: "Requer, os termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 531/2024, que “estabelece novo marco regulatório para a circulação, a comercialização, a fiscalização e a inspeção de produtos alimentícios artesanais e dos estabelecimentos que os produzem”." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 83, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informações sobre a disponibilização, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do medicamento Qarziba (betadinutuximabe), destinado ao tratamento de pacientes pediátricos diagnosticados com neuroblastoma de alto risco." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 84, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4035/2023, que “institui o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza”." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 85, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1 ao PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023"." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 86, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 2 ao PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023"." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 87, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 4 ao PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023"." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 88, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6461/2019, que "institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Projeto de Lei n° 1376, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado parecer favorável ao projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 89, de 2026-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 89, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1376/2025, que "institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 90, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6683/2025, que "dispõe sobre os requisitos essenciais relativos aos implantes cirúrgicos; e estabelece a notificação compulsória das falhas detectadas em implantes"." **Autoria:** Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/11

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI. Fala da Presidência.) – Cumprimento todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico o recebimento do seguinte expediente:

- Aviso nº 755, de 2026, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.959/2026, que trata de auditoria operacional realizada na Fundação Nacional dos Povos Indígenas, com o objetivo de avaliar a atuação da autarquia na proteção das terras indígenas.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

Para os Senadores que participam remotamente, as inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas pelo meio do recurso "levantar a mão" da ferramenta de videoconferência.

Informo que o item 6, Projeto de Lei nº 4.817, de 2019, foi retirado da pauta a pedido da Relatora, Senadora Mara Gabrilli.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4817, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Síndromes de Ehlers-Danlos ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação).

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Pela ordem, Excelência. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Pois não, Senador Carlos Viana.

V. Exa. pede a inversão da pauta para o item 4.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Pela ordem.) – Item 10, Excelência. Item 10. (*Pausa.*)

É um pedido de audiência pública, Excelência, para um setor que nos é muito caro em Minas Gerais, que é a questão das leis de comercialização dos queijos em leite cru.

Apenas para que os Senadores tenham noção, Senador Marcelo, estou pedindo essa gentileza porque o Brasil assinou recentemente um acordo com o Mercosul e com a União Europeia em que as regras para a comercialização dos queijos franceses são muito mais abrangentes do que as regras para a comercialização do queijo brasileiro. Nossas regras são de 1954 e espelham um outro tempo. Os franceses têm uma visão muito mais aberta sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção de leite cru para o queijo, e isso se torna desigual para os produtores brasileiros, especialmente para o meu estado.

Portanto, solicito essa audiência pública, em relação à qual quero agradecer também ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que foi o autor do pedido.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Vamos, então, ao item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 82, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, os termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 531/2024, que "estabelece novo marco regulatório para a circulação, a comercialização, a fiscalização e a inspeção de produtos alimentícios artesanais e dos estabelecimentos que os produzem".

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Passo a palavra... (*Pausa.*)

Vou então direto para a votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora o item 4. Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5238, DE 2025

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a Linfangioleiomiomatose.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente.

Antes de ler o meu relatório, eu só queria fazer um registro.

As instituições que trabalham com doenças raras e na proteção da pessoa com deficiência são extremamente ativas aqui, especialmente nesta Comissão. E nós as temos aqui atrás. E, hoje, a Cintia não veio. A Cintia era uma que estava todos os dias aqui com a gente. Há duas semanas, o grupo teve uma baixa: a Cintia partiu.

Eu queria fazer esse registro, porque essas instituições, esses ativistas pelos direitos das pessoas com deficiência, que ficam tão quietinhos ali atrás, são responsáveis por muitos dos avanços conquistados!

E para a minha tristeza, Senador Marcelo Castro, ela estava aguardando um remédio. A liminar foi deferida, o remédio chegou esta semana, e ela foi embora.

Inclusive, o grupo veio trazer aqui uma proposta para a gente pensar numa situação como esta. Esse remédio vai voltar para um depósito, vai ficar lá um tempo, até alguém ganhar uma outra liminar. Se a gente pudesse pensar, Senador Flávio Arns, no próximo da fila, já que ela partiu, no próximo da fila que está aguardando a entrega desse remédio, de esse remédio da Cintia já ser liberado para uma próxima pessoa que estava aguardando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero registrar a saudade que vamos sentir da Cintia, quero agradecer tudo o que Cintia fez aqui nos bastidores, e quero mandar um abraço para a família. Receba o nosso carinho, a nossa solidariedade.

Presidente, o projeto de lei, que relato de forma terminativa, institui uma política pública para a LAM, uma doença rara, pouco conhecida. Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e já foi amplamente debatido aqui na Comissão.

A LAM é uma doença rara caracterizada pela proliferação – já vou direto à análise – de células musculares lisas atípicas e formação de cistos nos pulmões, rins e sistema linfático. É considerada uma neoplasia de baixo grau, com potencial metastatizante.

A progressiva destruição do tecido pulmonar acarreta perda gradual da capacidade respiratória, podendo haver manifestações extrapulmonares, como tumores abdominais, especialmente angiomiolipomas renais. Em casos mais graves, a doença pode evoluir para insuficiência respiratória.

Quando ocorrem sintomas respiratórios, são recomendadas medidas como o uso de broncodilatadores inalatórios, a suplementação de oxigênio, a fisioterapia respiratória, o abandono do tabagismo e a vacinação para prevenção de infecções das vias aéreas.

Em casos avançados ou refratários...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – ... o transplante pulmonar pode ser indicado. A reabilitação pulmonar também melhora a capacidade de exercício e a qualidade de vida.

A única coisa que os pacientes da LAM querem é respirar. Estamos falando de uma doença que eles querem tão somente respirar. Ter uma política pública para acompanhar esses pacientes é mais que necessário.

A raridade da LAM, associada à inespecificidade de seus sintomas iniciais, dificulta o reconhecimento oportuno da doença. Muitas pessoas podem percorrer longo caminho até a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confirmação diagnóstica, especialmente quando seus sintomas são inicialmente atribuídos a outras enfermidades respiratórias mais frequentes.

Desse modo, a preocupação central da proposição é meritória: ampliar a conscientização sobre a LAM, favorecer o diagnóstico oportuno, organizar o encaminhamento assistencial e aprimorar a produção de informações epidemiológicas e clínicas sobre a doença.

Sob essa perspectiva, o projeto contribui para orientar a atenção do poder público para a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a LAM, favorecer o diagnóstico oportuno, qualificar o encaminhamento assistencial e aprimorar a produção de informações sobre a doença. Trata-se, portanto, de iniciativa que reforça objetivos compatíveis com os princípios do SUS, em especial a integralidade, a equidade e a organização regionalizada da atenção à saúde.

No mais, não se identificam óbices de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa que impeçam a aprovação da proposição.

Nós temos pacientes de LAM aqui, hoje, acompanhando e eles estão no Brasil inteiro nos assistindo.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.238, de 2025.

Temos uma paciente aqui do meu lado, servidora da Casa, lutadora pela causa.

Esse é o voto.

Eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu declaro encerrada a discussão e o submeto à votação nominal. (*Pausa.*)

Vou abrir agora.

O painel está aberto.

As Sras. e os Srs. Senadores, presencialmente ou remotamente, podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Enquanto os colegas votam, eu queria fazer um pedido muito especial. Nós estamos agora votando a instituição de uma política pública e nós temos um outro projeto – se fosse possível a gente trazê-lo extrapauta hoje – que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette.

O Brasil inteiro está esperando isso; é um voto curto e ele não é terminativo. Ele segue para o Plenário, e a gente encerra esta legislatura com grandes entregas.

Conquistei o senhor! Conquistei.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Enquanto as Sras. e os Srs. Senadores estão votando, nós vamos aqui ao item 9, para ganhar tempo.

ITEM 9

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 1261, DE 2022

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Regulamenta as profissões de tanatopraxista e técnico em tanatopraxia.*

Autoria do Projeto: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório:

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1- Em 15/7/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1261, de 2022, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Como já deu quórum, vamos então encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Houve 11 SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 6461, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Estatuto do Aprendiz; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 14.601, de 19 de junho de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns (Relator Ad hoc)

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às Emendas nº 1 a 5.

Observações:

1- Em 14/7/2026, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

2- Em 15/7/2026, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, com a relatoria, agora, do Senador Flávio Arns.

Informo ainda que, em 15/7, foi concedida vista coletiva.

Consulto se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista e coloco a matéria em discussão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Com a palavra V. Exa., Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu quero dizer para vocês que eu protocolei os destaques 1, 2 e 4, nesta Comissão, devido a haver, em algumas atividades que nós temos, alguns problemas com o menor aprendiz. Não é um problema, é que não tem como colocá-lo em algumas atividades.

Então, eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, a introdução do objeto dos destaques que foram protocolados nesta Casa.

Ajuste da lei.

Defendemos a aprovação dos destaques das Emendas 1, 2 e 4 para garantir que o Estatuto do Aprendiz cumpra seu papel social sem impor regras inexequíveis à realidade produtiva e operacional do país, em especial aos setores do agronegócio, transporte, infraestrutura e indústria. Solicitamos a votação em separado para resgatar o equilíbrio entre a proteção integral do jovem e a segurança jurídica das empresas.

Defesa da Emenda nº 1, de autoria do Senador Laércio Oliveira; tema: valorização da negociação coletiva e adequação setorial do art. 427-A.

Fundamento.

Permite que convenções e acordos coletivos regulem as normas de aprendizagem profissional, respeitando os direitos constitucionais indisponíveis dos jovens e o princípio da adequação setorial negociada, em conformidade com o Tema 1.046, do STF. Evita o engessamento da lei em setores com dinâmicas operacionais complexas, como agro, mineração, transporte e aviação, permitindo adaptações pactuadas entre sindicatos, empresas e entidades formadoras, para viabilizar a aprendizagem na prática.

Defesa da Emenda nº 2, também de autoria do Senador Laércio; tema: exclusão de ocupações de risco e altamente especializadas na base de cálculo do art. 429.

Fundamento.

Exclui expressamente da base de cálculo das cotas as funções relativas à segurança privada, à condição de veículos automotores e à operação de máquinas motorizadas que exijam habilitação específica, formação técnica regulamentada ou atuação em condições de risco, insalubridade e periculosidade. Protege o próprio adolescente de atividades perigosas vedadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Lista TIP, das piores formas de trabalho infantil, e pelas normas regulamentadoras. Evita que as empresas sejam penalizadas com multas por não alocarem aprendizes em funções juridicamente e tecnicamente proibidas para menores.

Defesa da emenda de minha autoria, do Senador Jaime Bagattoli; tema: delimitação realista da base de cálculo do art. 429-B e proporcionalidade das sanções do art. 434.

Exclui do cálculo da cota os contratos vigentes; funções proibidas, insalubres, noturnas, atividades externas ou sazonais, funções de contrato de safra ; e postos decorrentes do ciclo produtivo agrícola.

Faz adequação da penalidade por descumprimento da cota para R$1,5 mil por aprendiz não contratado, limitada a cinco meses, desfazendo a absurda equiparação com a multa aplicada a casos graves de exploração do trabalho infantil de R$3 mil.

Impede a criação de cotas artificiais no campo em unidades isoladas, onde a logística, a sazonalidade e a ausência de escolas formadoras inviabilizam a contratação prática. Evita transformar a política pública de aprendizagem em um mecanismo meramente punitivo ou arrecadatório.

Conclusão. Não somos contra a aprendizagem profissional, somos a favor de uma política pública responsável, humana e exequível.

Votar "sim" aos destaques das Emendas nºs 1, 2 e 4 é garantir formação real e segura para os nossos jovens, respeitando a realidade de quem produz e gera empregos no Brasil.

Sr. Presidente, eu quero aqui que meus pares e colegas entendam. Eu, antes de ser Senador da República, sou empresário, tenho diversos aprendizes lá, mas eu quero que vocês entendam que uma transportadora, um frigorífico... Há certas atividades de empresas que nós não podemos... que têm periculosidade. Motorista, por exemplo, em uma transportadora, Sr. Presidente. É por isso que precisamos aprovar esses destaques. Qual é a finalidade principal de uma transportadora? Se ela tem cem caminhões, ela tem cinco pessoas no máximo no administrativo. As outras cem pessoas que estão lá são motoristas, se ele tiver cem caminhões. Então, como essa empresa vai contratar mais 5 novos aprendizes sobre a principal atividade, que não pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Por favor, silêncio aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Para a principal atividade dessa empresa, não se pode, Sr. Presidente, ter pessoa menor de idade. É igual à situação, por exemplo, dentro de um frigorífico. Se o senhor vir como funciona uma empresa daquela... Ali tem empregos insalubres e não tem como a gente colocar uma pessoa menor de idade.

Então, eu quero que meus pares, colegas, entendam que nós precisamos... Sim, o nosso jovem aprendiz é muito importante nas empresas – é muito importante. Disso eu sou consciente, sei disso, já tenho grandes resultados de aprendizes nas empresas – não só na minha, mas nas demais empresas pelo Brasil afora –, mas nós temos que ter a responsabilidade com o nosso jovem. Por isso, eu peço o apoio dos nobres colegas a esses destaques que nós protocolamos hoje nesta Casa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Senador Jaime, seguindo o Regimento, eu tenho que submeter o requerimento de V. Exa. à votação. Seria uma votação simbólica, só que nós estamos numa sessão semipresencial. Na sessão semipresencial, o que eu vou dizer em votação simbólica? Se os Senadores estão presentes, "os Senadores permaneçam como estão".

Se ninguém se manifestar contrário, o requerimento de V. Exa. vai ser derrotado.

Se todos estiverem de acordo, eu vou sugerir, então, uma votação nominal, porque os que estiverem fora vão poder se manifestar favorável ou contrariamente.

Estamos de acordo?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. *Fora do microfone.*) – Pode ser, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Senadoras e Senadores que estão presentes ou remotamente assistindo à sessão, nós vamos fazer uma votação nominal para o requerimento do Senador Jaime Bagattoli. Ele requer que as emendas apresentadas sejam destacadas.

Então, quem votar "sim" vota pelo destaque das Emendas 1, 2 e 4.

Não é isso, Senador Jaime? Emendas 1, 2 e 4.

Quem votar "não" vota contra o destaque. (*Pausa.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Eu posso, Sr. Presidente...?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Como Relator.) – Eu estou aqui na condição de Relator *ad hoc*, já que o Senador Veneziano não pôde chegar a tempo a esta reunião.

Cumprimento V. Exa., cumprimento o Senador Jaime também. A gente tem participado de muitas iniciativas em conjunto.

Cumprimento os demais Senadores e também todos os aprendizes que estão aqui presentes, que são objeto desta nossa reunião.

O Estatuto Nacional do Aprendiz já está em debate lá na Câmara dos Deputados, lembro a todos que estão remotamente, há sete anos, foi discutido amplamente na Câmara dos Deputados e, ao mesmo tempo, chegou no Senado com 300 emendas aprovadas na Câmara dos Deputados.

O Senador Jaime Bagattoli traz preocupações pertinentes, mas que não se sustentam também, viu, Jaime?

Eu só queria dizer, com todo respeito, que, na Emenda nº 1, o que se pretende é que esse assunto seja levado para uma negociação coletiva. E essa negociação coletiva, já por decisão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal Federal, não pode acontecer. Você não pode aumentar vagas ou diminuir vagas numa negociação coletiva e, sim, na legislação. A legislação tem que abordar esse assunto.

Então, é isto que nós estamos dizendo: as vagas têm que ser estabelecidas na legislação.

A Emenda nº 1 tem esse grave problema, porque a proteção – e a Senadora Damares também está aqui – de crianças e adolescentes é uma matéria indisponível. Não se pode discutir mais vagas ou menos vagas.

E já existe o Tema 1.046, que afastou expressamente das políticas de inclusão de aprendizes a negociação coletiva.

Então, só para esclarecer quem vai votar em relação à Emenda nº 1, porque nós estamos discutindo se vamos apreciar ou não.

Quanto às outras duas emendas, nós temos, por exemplo a experiência em outros lugares sobre situações insalubres. Não se pode colocar a criança de 14 a 18 anos ou adolescente em condições insalubres, ninguém vai colocar, mas o Estatuto do Aprendiz diz que vai até os 24 anos. Então, é perfeitamente possível colocarmos pessoas dos 18 aos 24 anos como aprendizes, dentro da filosofia do Estatuto do Aprendiz, e em situações muitas vezes que, inclusive, aparentemente não conduzem ao trabalho, criam dificuldades, mas com absoluto sucesso.

Lá no Rio de Janeiro, por exemplo, no Senat, que é um exemplo de serviço de transporte no Brasil, 80% das pessoas estão trabalhando, quer dizer, trabalharam, aprenderam, foram aprendizes e foram contratados.

Então, não há essa dificuldade.

Inclusive, o que acontece é que a legislação atual abre alternativas para essas empresas que sentem essa dificuldade a que o Senador Jaime Bagattoli se referiu: não precisam contratar diretamente a pessoa, elas podem contratar, por exemplo, indiretamente, através da introdução da empresa-escola, da campanha nacional de estágios de empresa-escola.

O poder público pode assumir até a contratação de aprendizes da empresa contratada.

E tem uma quarta alternativa ainda: a empresa pode alocar aprendizes em outros tomadores de serviço públicos ou privados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, várias alternativas foram criadas para se ultrapassar o problema de eventualmente uma empresa não poder contratar, por quê? Porque o grande objetivo no Brasil é a pessoa aprender a trabalhar, trabalhar, ter chance no emprego.

Eu mesmo vi, outro dia, a pessoa, a família chegando no local para inscrever o filho para ser aprendiz, uma satisfação da família e uma satisfação da criança, do adolescente, dependendo do caso, porque entre 14 e 18 anos é adolescente, e jovem também nesse sentido.

Então, não há razão para que isso aconteça.

Se nós tirarmos essa situação, nós temos 1,2 milhão vagas, mais ou menos, no Brasil, para aprendizes – somente 700 mil delas estão sendo ocupadas –, ao mesmo tempo, nós vamos ter 400 mil vagas que vão ser abandonadas não só para o futuro, mas para o presente.

Então, o apelo que eu faço, Senador Jaime, é que a gente aprove isso, dê um voto de confiança para essa situação, para os jovens que estão aqui, para os jovens que estão nos acompanhando.

A questão do trabalho, do início do trabalho é algo essencial para a juventude, melhora a escola, para quem está lá.

Inclusive, lá no Paraná, eu fui ver os jovens que estavam sendo preparados – jovens sendo preparados, não crianças – para uma fábrica de explosivos lá no Município de Quatro Barras, mas tudo feito em articulação, com segurança, com discussão.

O grande objetivo nosso é fazer com que esses jovens vão para a escola, têm que ir para a escola, terminem a escola, terminem o ensino médio, comecem a trabalhar.

Lá no Rio, o Senat achou soluções perfeitas que podem ser replicadas no Brasil, em termos de segurança. Não é a criança que vai estar lá trabalhando em trabalho insalubre, perigoso, porque vai até os 24 anos, dos 18 aos 24 anos. Então, já dá para ser outra perspectiva também.

Então, eu diria, Jaime e Laércio – eu tenho uma grande amizade com o Laércio e também com V. Exa. –, para a gente aprovar esse estatuto, que é um grande avanço para o Brasil. E vamos pensar, junto com as empresas, em alternativas, replicar iniciativas que sejam importantes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu prefiro a gente chegar a esse acordo a propriamente votar "sim" ou "não", porque eu também estimo muito V. Exa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Com a palavra, a Senadora Damares Alves, para continuar discutindo a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Para discutir.) – Presidente, como o Senador Jaime falou, a matéria é de 2019. Eu era Ministra da Juventude quando a gente começou a discutir isso. Eu conduzi essa pasta. A discussão trouxe todo mundo na Câmara, 300 emendas, foi amplamente debatido.

Eu até concordo com alguns Senadores com o fato de que, aqui no Senado, a matéria está passando de uma forma muito rápida, mas é porque os meninos têm pressa, as famílias têm pressa.

E esta Comissão, Senador Marcelo, deu todas as oportunidades, a gente fez audiência pública, a gente teve oportunidade de discutir com o setor empresarial, de fazer as adequações.

Se a gente não chegou a um consenso nesta Comissão, eu queria fazer uma proposta, não sei se o Senador Jaime vai concordar. Esta matéria, inclusive, já está na pauta de amanhã, porque há uma expectativa de que ela seja aprovada aqui – na pauta de amanhã, no Plenário, há uma expectativa.

O grande problema, Senador Jaime, é este Colegiado se reunir depois da eleição. pós-eleição, vai ser um novo Governo, gente, um novo Congresso – olhem a profecia. Vai ser difícil a gente voltar a um assunto que não seja orçamento nesta Comissão. A gente vai se debruçar mais sobre orçamento depois da eleição.

Eu fico com medo de a gente não conseguir, por exemplo, se a gente adiar a discussão aqui hoje ou se a gente brigar pelos destaques, de a gente não conseguir levar isso para Plenário ainda este ano.

Eu teria uma sugestão: a gente poderia vencer esta etapa desta Comissão, e o setor empresarial, entre hoje e amanhã, conversaria com o Davi Alcolumbre, conversaria com o Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Plenário, mas o meu problema é este Colegiado aqui. Se a gente vencesse este Colegiado hoje, e as adequações, tentarem fazer lá no Plenário, talvez fosse mais fácil, só para a gente passar pelas Comissões.

Eu temo, Senador Flávio, o seguinte: eu conheço o poder dos empresários, eu temo a gente aprovar e não levar também.

Há a judicialização, e o argumento deles é muito forte: proteção do adolescente.

Então, eu tenho muito medo de a gente lutar, lutar, lutar por uma matéria de 2019, passar, e a gente sofrer a judicialização lá na frente.

Se a gente puder vencer esta etapa da Comissão hoje e a gente der essa oportunidade para o setor empresarial, os produtores, setor empresariais, entre hoje e amanhã, fazer adequações para Plenário, eu acho que a gente avançaria na discussão.

Fica uma proposta para o Senador Jaime, para todos os senhores, mas eu me preocupo é com este Colegiado. Se a gente não conseguir passar hoje ou se tiver briga, se não der quórum, se a gente pedir verificação de quórum aqui e derrubar hoje, quando a gente volta? Essa é a minha preocupação.

Se a gente pudesse vencer este Colegiado, deixaria as discussões entre os Líderes e os empresários lá no Plenário.

Fica uma sugestão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Senador Jaime Bagattoli, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, quando V. Exa. e o Senador aqui falam que, para alguns empregos, Senadora Damares, em que tem periculosidade, as pessoas podem ser de 18, de 20, de 22 anos, de 24 anos, essas pessoas, quando entram nesses empregos, já têm um contrato de experiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elas vão trabalhar com um contrato não só para aprender, mas com um contrato de experiência para ver se elas vão se adequar. Isso já existe hoje.

Eu quero que vocês entendam: gente, jamais o Senador Jaime Bagattoli é contra o jovem aprendiz. Não. Nós precisamos que o jovem, sim, entre cedo no campo de trabalho.

Agora, nós temos que ver onde ele pode se adequar, porque o nosso jovem, realmente, vocês estão cobertos de razão, tem que estudar e precisa entrar num campo de trabalho no qual ele vai ser um jovem aprendiz e se adequar naquilo que realmente ele quer.

Muitas vezes, Senadora Damares, o princípio do jovem é naquilo em que ele já tem futuramente, em que ele vai estudar, em que ele vai se formar, para ele já estar adequado e já começando naquele emprego.

Vocês já imaginam uma pessoa que quer ser um advogado, claro que ele pode ir, dentro de um escritório, naquilo é útil para ele, como é útil também nas nossas empresas, naquilo que a gente pode optar e ter o jovem aprendiz.

Agora, no caso de motorista de caminhão, não existe nem jovem, nem adolescente e nem pessoas adultas que podem aprender a ser motorista de caminhão num trânsito. É impossível isso. Isso é impossível. Não tem como isso ser admitido.

Então, é nossa grande preocupação que essas empresas também vão precisar contratar esses 5% de novos aprendizes.

Outra coisa também: quando nós falamos de uma multa, a multa de R$3 mil para R$1,5 mil, para o que foi feito também um destaque, nós temos que pensar que nós não podemos fazer algo só para arrecadar.

Senadora Damares, nós queremos, sim, nós queremos o jovem aprendiz. A maior falta hoje que as empresas têm é mão de obra. Hoje no Brasil não temos que nos preocupar em montar empresas. Nós temos que nos preocupar em como vamos fazer para adquirir a mão de obra dessas empresas. E o jovem aprendiz, é lógico que eu concordo que, em certas situações, ele será o canal, será a nossa salvação, será a porta de entrada para nós conquistarmos novos funcionários e progredirmos neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Como Relator.) – Ainda, Sr. Presidente, não querendo contradizer também o caro Senador Bagattoli, mas, para ser um motorista de caminhão, você tem que ter uma caminhada. Você não começa dirigindo caminhão no primeiro dia de um contrato de aprendiz. Tanto que lá no Rio de Janeiro, o Senat, Senai, Senac, Senar são referências nossas no Brasil; quer dizer, estão profissionalizando, dando trabalho para as pessoas. Obviamente que uma pessoa de 14 anos não vai dirigir, é de 18 para a frente, e é uma caminhada. E 80% das pessoas foram contratadas – 80%; quer dizer, são experiências bem-sucedidas, seja em qualquer área, o que falta é divulgar, termos obsessão... Mas principalmente, Jaime, a gente ter um compromisso com o jovem aprendiz, porque isso aí é algo essencial para o Brasil, quer dizer, estudar, trabalhar, ter dinheiro. V. Exa. não é contra, como já falou, mas para todos... Tem que haver uma responsabilidade social geral.

Por isso que eu até digo que é muito importante a gente aprovar, porque isso exige urgência de todos nós. Está há sete anos já em discussão lá na Câmara. Então, se a gente for para a votação mesmo, espero que V. Exa. ainda retire antes do pedido de votação, mas que a gente vote "não", para não... Dizer: "Olhem, nosso compromisso aqui no Senado é com o jovem aprendiz em todas as áreas". Vai diminuir... E nós não estamos alterando nada também, tudo aquilo que está na legislação, está na legislação atual, não está sendo acrescentado. "Não, agora tem que ser empresa de segurança, empresa de transporte...". Não, já está lá. Nós estamos só repetindo aquilo que está na legislação atual, esparsa, espalhada, está-se juntando numa só e abrindo oportunidades, inclusive para o setor público e para o microempresário – não que deva, mas que pode –, se ele quiser também fazer isso.

Então, nesse sentido, eu acho, assim, que a gente tem experiências bem-sucedidas. Eu posso citar lá do Paraná: a fábrica... explodiu tudo no outro dia, lá em Quatro Barras. Teve uma explosão que matou gente, mas estão lá trabalhando com jovens aprendizes dentro de um critério de segurança, de adequação, e todo mundo tem que se reinventar para fazer, ver como fazer as coisas. Mas o exemplo do motorista é um exemplo que deu certo. O Senat... A gente tem todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito por Senai, Senac, Senar, Senat, todo serviço de aprendizagem profissional, e existem condições de fazer isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Vou passar a palavra à Senadora Zenaide Maia, que quer discutir a matéria remotamente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - RN. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - PI) – Estou ouvindo bem, Senadora Zenaide. É um prazer ouvi-la.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu queria dizer que ouvi bem isso aí. Acho que, como foi falado, Flávio Arns, a gente tem que iniciar. E tudo que foi dito aí é o que acontece se a gente não começar, não cumprir.

E mais, mesmo considerando os argumentos do meu colega Jaime Bagattoli, eu queria dizer o seguinte: se não houver as multas, as empresas não vão cumprir, entendeu? E acho que um projeto que está desde 2003 tramitando, havendo a possibilidade do jovem aprendiz, como foi falado... A gente aí não está pedindo, como Flávio Arns falou... Se você só pode dirigir a partir dos 18 anos, sua carteira de habilitação vai ter essa possibilidade.

Eu acho que a gente deve aprovar isso aí e não aceitar essas emendas. E até falo como a colega Damares, porque ela disse: se vai ter emenda, que seja colocada em Plenário, quando o projeto de lei for para o Plenário. Mas adiar isso... Como foi provado aí, tem experiências exitosas no Brasil todo nisso, e é algo que a gente tem que fazer pela juventude, gente: oferecer educação pública de qualidade em tempo integral e a oportunidade de trabalhar, porque muitos não conseguem trabalhar e estudar, e esses adolescentes não vão ter um futuro melhor. Acho que esta é a hora de a gente se unir e dar essa possibilidade.

Tem como, sim, Jaime. Não tenha dúvida de que tem como, sim, até porque as leis já protegem, como se disse aqui. Fazer negociação coletiva já é proibido para menor. Não pode haver; isso já está na lei. Acho que o Senador Flávio Arns, que fez a relatoria *ad hoc*, e o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veneziano... Eu acredito que, se forem aprovadas essas emendas, esse projeto será desmontado praticamente, totalmente, porque não vai ter essa obrigatoriedade de, no mínimo, 5%, não vai poder cobrar multa... A gente não está falando aqui que o ideal é cobrar multa – não é –, mas, se existe uma lei e, infelizmente, não tiver uma pena a ser cumprida com multa, a gente não vai ter. A gente tem esse mesmo problema, muitas vezes, com as pessoas com deficiência, e é por isso que o Flávio já tem essa *expertise* há muito tempo.

Eu voto contra aprovar e incluir esses destaques, essas emendas nesse projeto de lei. Acho que ele está bem organizadinho. Mas também acho que, se a gente botar "não", para acordar aqui... E, concordo com Damares, se for a possibilidade, se quiser, colocar emendas no Plenário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Encerrada a discussão.

Vamos, então, iniciar a votação nominal.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam a favor do requerimento do Senador Jaime Bagattoli, para destacar as emendas, votam "sim"; quem for contrário, e favorável ao projeto, vota "não".

Está aberta a votação nominal.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

Procede-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Nós estamos votando o requerimento de destaque. Então, quem estiver favorável a esse destaque apresentado pelo Senador Jaime Bagattoli vota "sim"; quem for favorável ao projeto que já foi aprovado aqui, portanto, contrário ao destaque dessas emendas, vota "não". (*Pausa.*)

Então, já que deu quórum, vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Votaram SIM 2 Senadores; votaram NÃO 10 Senadores. (*Palmas.*)

Foi rejeitado então o requerimento do Senador Jaime Bagattoli.

Vamos colocar em votação o projeto que já foi aprovado aqui, agora em segundo turno.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 5.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Pois não, Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Pela ordem.) – Esse projeto de lei já estava no Plenário, voltou para a Comissão, para apreciação, debate, discussão, e agora está retornando ao Plenário.

Está na pauta de amanhã, mas, de qualquer forma, se for regimentalmente adequado, quero pedir a urgência também, né?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Pois não.

Em votação a urgência.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Item 5 da pauta.

Emendas de Plenário ao Projeto de Lei 406, de 2024, não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – ... silêncio.

ITEM 5

EMENDAS DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI Nº 406, DE 2024

Ementa do Projeto: *Institui o Programa de Detecção Precoce e Tratamento da Adenomiose.*

Autoria do Projeto: Câmara dos Deputados

Relatoria das Emendas: Senadora Roberta Acioly

Relatório: Favorável às Emendas nº 1-PLEN, 2-PLEN e 3-PLEN.

Concedo a palavra à nova Senadora Roberta Acioly para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Gostaria de ir direto à análise, Sr. Presidente.

Compete à CAS opinar sobre matérias relativas à proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A apreciação das emendas ora apresentadas, por versarem sobre o mesmo objeto da proposição principal, é regimentalmente adequada.

As Emendas nºs 1, 2 e 3 devem ser acolhidas. Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que realmente se tratam de emendas de redação. As alterações propostas não modificam o núcleo material da proposição, não suprimem ações, não restringem direitos, não afastam objetivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sanitários anteriormente aprovados pela Comissão e não alteram o sentido de proteção à saúde da mulher que orienta o PL nº 406, de 2024.

A Emenda nº 1 aperfeiçoa a técnica legislativa, ao substituir a expressão "Programa de Detecção Precoce e Tratamento da Adenomiose" por "Diretrizes para a Detecção Precoce e o Tratamento da Adenomiose". A modificação preserva a finalidade do projeto, mas confere ao texto maior adequação normativa, pois evita a criação nominal de um programa autônomo e favorece a integração das ações previstas às políticas públicas já existentes no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Essa solução é compatível com a fundamentação adotada no parecer anteriormente aprovado por esta Comissão. Naquela oportunidade, assentou-se que o projeto deve ser compreendido como norma geral de proteção à saúde da mulher, de caráter programático, voltada à promoção de informação, pesquisa, produção de dados e qualificação assistencial. Ao adotar a palavra "diretrizes", o texto passa a refletir com maior precisão essa natureza jurídica, sem perda de conteúdo ou de alcance sanitário.

A Emenda nº 2 é consequência lógica da Emenda nº 1. Ao ajustar o *caput* do art. 2º, a proposta harmoniza a redação do dispositivo com a nova formulação do art. 1º, assegurando coerência interna ao texto legal.

As ações listadas no art. 2º permanecem preservadas, abrangendo pesquisa, padronização de critérios diagnósticos, capacitação de profissionais, conscientização da população, campanhas e organização de informações epidemiológicas.

A Emenda nº 3, por sua vez, aprimora o art. 5º, ao explicitar que as despesas decorrentes da execução da lei serão custeadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, observada a disponibilidade orçamentária.

A redação proposta reforça a compatibilidade da norma com as regras de planejamento e execução orçamentária, sem criar obrigação financeira imediata ou incompatível com o processo regular de elaboração do orçamento público.

Também nesse ponto, a emenda preserva a conclusão do parecer aprovado pela Comissão quanto à constitucionalidade da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao explicitar a observância da disponibilidade orçamentária, o texto reduz margem de dúvida interpretativa e reforça que a implementação das diretrizes dependerá da organização administrativa, da regulação própria e das condições orçamentárias dos órgãos competentes.

As três emendas, portanto, não reabrem o mérito da matéria nem alteram a opção política já aprovada por esta Comissão. Ao contrário: aperfeiçoam a redação do projeto, conferem maior precisão terminológica, reforçam a coerência sistêmica da proposição e preservam integralmente sua finalidade de promover a detecção precoce, o tratamento oportuno e a atenção adequada às mulheres acometidas pela adenomiose.

Por isso, ante exposto, o voto é pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Roberta Acioly. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável às Emendas nºs 1, 2 e 3 de Plenário.

A matéria vai ao Plenário.

Item extrapauta, de autoria da Senadora Damares Alves.

Consulto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores sobre o requerimento da Senadora Damares Alves, para a inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 1.376, de 2025, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

PROJETO DE LEI Nº 1376, DE 2025

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes da leitura, quero cumprimentar a Senadora Roberta pela aprovação do projeto. Milhares de mulheres serão beneficiadas com esse projeto de lei.

Parabéns, Senadora!

E quero cumprimentar a nova Senadora, que está aqui do meu lado – está estreando hoje na nossa Comissão.

Bem-vinda, Senadora! Que a senhora tenha um tempo, conosco, de muita paz, de muitas realizações. É uma alegria!

Vem lá do Maranhão para reforçar aqui a Bancada Feminina.

Que Deus a abençoe.

Presidente, eu vou direto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Só quero saudá-la também.

Bem-vinda!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu vou direto à análise.

É uma proposta justa e meritória.

O PL 1.376, de 2025, carrega, em seu mérito, inquestionável relevância. A síndrome de Tourette é uma condição neuropsiquiátrica que, muitas vezes, impõe barreiras significativas à participação plena do indivíduo na sociedade, especialmente devido ao estigma e ao desconhecimento acerca dos tiques motores e vocais.

Nesse sentido, a proposição estabelece diretrizes essenciais para que o Estado formule e execute políticas públicas de elevado impacto social e individual, combatendo barreiras materiais e atitudinais que operam para marginalizar pessoas com a síndrome.

Ao propor medidas importantes, como o direito a acompanhante especializado no ensino regular e a adaptação razoável no ambiente de trabalho, a matéria assegura que a sociedade e o poder público irão se mobilizar para promover a inclusão efetiva.

A síndrome de Tourette pode manifestar-se de forma isolada, mas comumente está associada a outras condições neuropsiquiátricas, como transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno de ansiedade e transtorno do espectro autista (TEA).

Essas comorbidades podem agravar os desafios enfrentados pelas pessoas afetadas, dificultando seu acesso à educação, ao mercado de trabalho e a tratamentos adequados.

A síndrome de Tourette não é apenas uma condição clínica, mas também um fator que pode limitar a participação plena da pessoa na sociedade. Trata-se de um distúrbio crônico, caracterizado, como disse, por tiques motores e vocais que podem afetar significativamente a qualidade de vida dos indivíduos acometidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A avaliação e o manejo clínico da síndrome são complexos, em função da heterogeneidade dos sintomas e das comorbidades associadas, que podem incluir transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtornos de humor e comportamentais.

Além disso, Presidente, esse projeto de lei vai trazer uma grande qualidade de vida e vai fazer o enfrentamento à discriminação, ao preconceito.

O que tenho visto hoje é que essas pessoas com a síndrome têm sido ridicularizadas, têm sido estigmatizadas. Nós estamos vendo perfis na internet para rir de quem tem a síndrome.

Eu acho que a gente faz a entrega hoje de uma política, de um plano que também vai fazer o acolhimento das pessoas e trazer mais esclarecimento, no Brasil, de que as pessoas que têm essa síndrome estão excluídas.

Eu tenho feito audiências públicas, o Senador Flávio também, com crianças com a síndrome, e vejo as pessoas incomodadas quando essas crianças entram no Plenário, quando essas crianças entram nas Casas Legislativas. Se elas são estigmatizadas aqui dentro, imagine lá fora, Presidente.

Então, a aprovação desse projeto, essa iniciativa sobre os direitos da pessoa com a síndrome de Tourette relacionada ao acesso à saúde, educação, trabalho, assistência social e adaptações razoáveis no ambiente laboral é necessária e oportuna.

O texto prevê medidas de proteção contra discriminação, estabelece restrições à recusa de matrícula escolar – recusa, Senador Flávio! – e à discriminação no momento da contratação de planos de saúde, bem como define sanções administrativas em caso de descumprimento por instituições de ensino.

A cláusula de vigência dispõe que a lei decorrente do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Diante de tudo isso, Presidente, peço aos pares apoio ao projeto de lei, que a gente aprove hoje, e cumprimento a autora, a nossa querida Deputada Delegada, que veio para fazer a diferença. Um cumprimento a ela e toda sua equipe, que está aqui no Plenário com a gente.

Esse é o voto, e peço aos pares apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero apoiar integralmente o projeto, o relatório, a necessidade...

Tive muito contato, aqui no Senado Federal, com pessoas com a síndrome de Tourette também, e é algo muito importante, quer dizer, eu diria até, uso a expressão que eles têm usado, ter a linha de cuidado no decorrer da vida, desde antes da concepção, na parte genética, mas indo lá para a saúde, assistência, educação, trabalho, criança, jovem, adulto... E é um drama! É um drama para a síndrome de Tourette, mas é também um drama para as doenças raras, de uma maneira geral.

Eu acho que a assessoria parlamentar do Ministério da Saúde deve estar aqui presente também, porque, hoje à tarde, inclusive, vamos discutir no Ministério da Saúde a atrofia muscular espinhal tipo 3. As pessoas estão morrendo por falta de acesso ao medicamento. Estão morrendo! Em Curitiba, no outro dia, uma pessoa morreu; ficou dois meses no hospital e morreu. E também, por exemplo, para a doença de Batten, também há a dispensação do medicamento já autorizada, com protocolo clínico, com tudo em ordem, mas não tem o acesso ao medicamento. O STF, inclusive, decidiu que tem que ser aprovado pela Anvisa – e está aprovado –, aprovado pelo Ministério da Saúde – e está aprovado. Então, todas as doenças raras, e isso é o recado para quem coordena – e coordena bem –, uma pessoa muito atenciosa que coordena isso no Ministério da Saúde, mas tem que ter a linha de cuidado efetiva em todas as doenças raras.

Eu fico feliz com a síndrome de Tourette também, mas que isso aconteça para todo mundo. É um drama, um drama para a família. "Não, tenho um filho, filha com doença rara...". E a parte genética? E a parte de medicamento? E a parte de tratamento? Tem que entrar na Justiça. "Não, mas na escola...". O Ministério da Educação tem que articular tudo isso, o Ministério da Assistência tem que articular saúde e trabalho; é uma coisa interdisciplinar.

Então, parabéns pelo projeto, Damares. Parabéns! Não sei se a representação da área está aqui, mas a gente teve muito contato, como eu disse, e é merecido, é necessário, e vamos fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o apoio para que todas as doenças raras tenham isso, para que o pessoal possa não ir para a Justiça. O Ministério da Saúde está gastando mais dinheiro judicializando tudo, e com a judicialização poderia atender a população inteira, que custa muito mais do que atender com medicamento. Mas não é só saúde; é educação, é assistência, é o trabalho, enfim, a linha de cuidado no decorrer da vida.

Parabéns! Muito bom, estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Continua a discussão. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia com a palavra para discutir a matéria, o relatório da Senadora Damares Alves.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar a minha colega, com essa sensibilidade, a Senadora Damares, e dizer que a gente é a favor.

Inclusive, esta Comissão já aprovou – eu fui de Assuntos Sociais – o Projeto de Lei 4.767, considerando pessoas com síndrome de Tourette como pessoas com deficiência para todos os fins legais. A proposta faz a inclusão dessa síndrome. Na época – Damares até ajudou a aprovar também –, ressaltaram-se dificuldades clínicas, como ela falou, psicológicas, sociais enfrentadas por essas crianças e jovens que têm essa síndrome. Eu conheço de muito perto. É uma doença considerada rara, mas já tem bastante, gente. Aonde a gente vai, encontram-se pessoas com síndrome de Tourette, e a gente já sabe das dificuldades psicológicas e sociais.

E esse projeto que a Damares terminou de relatar amplia isso que a gente já aprovou na CAS. Essa inclusão no rol de pessoas com deficiência, que é o Projeto 4.767, que esta Comissão já aprovou, já, Flávio, incluía... a gente já tinha noção dessas dificuldades e de que a gente tem que ter uma lei para proteger, como foi falado aqui, todos os pacientes com doenças raras – Tourette, inclusive, eu conheço vários que têm essa dificuldade.

Então, esse projeto de lei agora vem ampliar o que a gente já aprovou nesta Comissão – o 4.767, de 2020. Então, Damares, parabéns! E vamos lutar para que os dois... eles foram aprovados na Comissão, acho que nenhum foi ao Plenário. Então, une isso ao que você ampliou – e a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já tinha noção das dificuldades de assegurar esses direitos a essas pessoas que têm essa síndrome, aos seus familiares, e é por isso que eu quero parabenizar. Vamos ver se com os dois juntos a gente tem mais força para levar ao Plenário e aprovar, porque é importante para esses pacientes e seus familiares.

Eu costumo dizer que só sabe o que é uma pessoa que tem uma doença crônica ou uma deficiência quem tem uma. E costumo dizer que os pais... Não estou falando aqui só de Tourette, que normalmente têm essas dificuldades todas, mas ela, por si só, dificilmente vai levar ao óbito, mas eu digo sempre: pais – principalmente mães – que têm filhos com deficiência têm medo de morrer. Isso é algo que é comum a todas as mães que os têm. Não quer que o filho morra, a gente faz tudo, mas também tem medo de morrer porque não sabe com quem vai deixar.

Então, parabéns, Damares! E vamos lutar e pegar esses dois projetos, porque na hora que a gente inclui pessoas com deficiência também já amplia esse leque de assistência e tudo.

Sou plenamente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Continua em discussão.

O Senador Paulo Paim solicita a palavra para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu queria me manifestar sobre o item 12. Gostaria de saber se é possível ser agora. É o requerimento de minha autoria. (*Pausa.*)

A minha fala, Presidente, é sobre o item 12.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Não, tudo bem.

Então, vou encerrar aqui a discussão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Por videoconferência*.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – ... e submeter à votação simbólica.

Declaro encerrada a discussão e submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Relatório aprovado, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu requeiro também urgência para apreciação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em votação o requerimento de urgência do Senador Flávio Arns.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 6683, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre os requisitos essenciais relativos aos implantes cirúrgicos; e estabelece a notificação compulsória das falhas detectadas em implantes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Pois não.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Primeiro, eu queria cumprimentar a Senadora Zenaide pelos comentários que ela fez, de toda a dificuldade das pessoas que passam por uma doença rara. E aproveito, Senadora Zenaide, para dar-lhe meus sentimentos com relação à sua perda.

Sr. Presidente, eu queria iniciar a leitura do meu relatório e queria mostrar minha solidariedade também, meus sinceros sentimentos, pela Cintia, uma ativista que tinha uma doença rara e que partiu sem conseguir ver o projeto de lei pelo qual tanto lutou ser aprovado aqui na CAS. Então, sentimos muitíssimo. Eu quero parabenizar a Senadora Damares por sua sensibilidade e pela aprovação do projeto que atende a luta em prol da LAM, a linfangioleiomiomatose, a doença rara que a Cintia tinha e que, assim como tantos milhares de pessoas com doenças raras, necessitava de apoio no âmbito do SUS. Os pacientes e suas famílias enfrentam inúmeros desafios, a começar pelo diagnóstico precoce.

Também quero parabenizar todos os jovens aprendizes que estão na CAS e milhares de outros que nos acompanham remotamente pela vitória da aprovação do Estatuto do Aprendiz. Eu me uno ao Senador Flávio Arns na defesa da aprendizagem e das cotas integrais para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprendizes. Trabalhamos para oferecer oportunidades profissionais para os jovens e às pessoas com deficiência como aprendizes, sempre integrados à educação e à conclusão dos estudos. E é o maior capital que precisamos desenvolver no Brasil: o capital humano. Hoje foi uma vitória imensa para a cidadania e para as futuras gerações.

Sr. Presidente, eu peço licença para ir direto ao voto... Perdão, para a análise.

A apreciação do PL nº 6.683, de 2025, por esta Comissão encontra fundamento no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere à CAS competência para opinar sobre matérias relacionadas à proteção e defesa da saúde.

O projeto trata de matéria que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe ao inciso XII do art. 24 da Constituição. Também está em consonância com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares – são os arts. 48 e 61 da Constituição, respectivamente. Não existem óbices, portanto, quanto à constitucionalidade da proposta. O mesmo pode ser dito em relação à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa da proposição.

Em relação ao mérito, observa-se que a proposta trata de tema de elevada relevância sanitária, considerando a importância dos implantes cirúrgicos para a assistência à saúde e os riscos associados à utilização de produtos que não atendam a requisitos adequados de segurança, qualidade, biocompatibilidade e desempenho.

Os implantes cirúrgicos integram o conjunto de dispositivos médicos submetidos a controle sanitário prévio e a monitoramento após sua entrada no mercado. Por sua natureza, são produtos destinados a permanecer, temporária ou permanentemente, no organismo humano, de modo que eventuais falhas de fabricação, problemas de desempenho, inadequação de materiais ou deficiências de rastreabilidade podem gerar consequências relevantes para a saúde dos pacientes.

Nesse contexto, o PL nº 6.683, de 2025, mostra-se meritório ao estabelecer regras gerais voltadas à ampliação da qualidade e da adequação do uso de implantes cirúrgicos. A proposição busca conferir maior segurança ao paciente, reforçar o controle sanitário desses produtos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assegurar que sua produção, importação, comercialização e utilização observem parâmetros compatíveis com a proteção da saúde.

O art. 2º do projeto veda a utilização de materiais de elevada toxicidade, alergênicos ou sem biocompatibilidade comprovada. A diretriz é compatível com a lógica regulatória aplicável aos dispositivos médicos implantáveis, uma vez que a avaliação da biocompatibilidade constitui requisito essencial para reduzir riscos de reações adversas, rejeição, inflamação, toxicidade ou outros agravos decorrentes da interação entre o produto e o organismo humano.

Também se mostra adequada a previsão do art. 3º, que condiciona a produção, a importação e a comercialização de implantes cirúrgicos à prévia autorização do órgão sanitário federal. A exigência reforça o papel do controle sanitário prévio como instrumento de proteção da saúde coletiva, impedindo que produtos sem avaliação adequada de segurança, desempenho e conformidade técnica sejam disponibilizados no mercado brasileiro.

O art. 4º, por sua vez, preserva espaço para a regulamentação técnica pelo Poder Executivo Federal, por meio do órgão sanitário competente, ao estabelecer que caberá a ele definir as especificações necessárias para garantir a segurança, a qualidade, a biocompatibilidade e a biofuncionalidade dos implantes cirúrgicos. Essa opção legislativa é adequada, pois permite que a lei fixe diretrizes gerais, sem imobilizar parâmetros técnicos sujeitos à constante evolução científica, tecnológica e regulatória.

Merece destaque, ainda, o art. 5º, que estabelece a notificação compulsória de falhas detectadas em implantes cirúrgicos por profissionais e serviços de saúde, públicos ou privados. A medida fortalece a tecnovigilância e contribui para a identificação tempestiva de problemas relacionados a produtos implantáveis, permitindo que as autoridades sanitárias adotem providências de investigação, prevenção, correção e retirada de produtos quando necessário.

A proposta também é positiva ao prever, no art. 6º, a aplicação de suas disposições aos implantes cirúrgicos importados, no que couber. A medida evita assimetrias regulatórias entre produtos nacionais e estrangeiros e assegura ainda que todos os implantes disponibilizados aos pacientes no país observem requisitos mínimos de segurança e qualidade, independentemente de sua origem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo sentido, o art. 7º fortalece a efetividade da futura lei ao estabelecer que sua inobservância configurará infração sanitária, punível nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis. A remissão ao regime sancionatório sanitário federal é adequada e contribui para conferir coercibilidade às obrigações previstas no projeto.

Embora a matéria já conte com disciplina infralegal relevante no âmbito da Anvisa, especialmente quanto à regulação, à segurança, ao desempenho e ao monitoramento pós-comercialização de dispositivos médicos, tal circunstância não retira o mérito da iniciativa. Ao contrário, o projeto atua de forma complementar ao arcabouço regulatório existente, conferindo estatura legal a diretrizes essenciais para a proteção dos pacientes submetidos a procedimentos com implantes cirúrgicos.

Assim, a proposta não substitui a atuação técnica da autoridade sanitária, nem pretende disciplinar de maneira exaustiva os parâmetros técnicos aplicáveis aos implantes. Sua contribuição principal está em estabelecer, no plano legal, comandos gerais de segurança, qualidade, controle prévio, notificação de falhas, tratamento isonômico de produtos importados e responsabilização por infrações sanitárias.

Essa opção legislativa confere maior estabilidade normativa e previsibilidade regulatória a requisitos considerados relevantes para a proteção da saúde, preservando, ao mesmo tempo, a competência do órgão sanitário federal para atualizar e detalhar tecnicamente os critérios aplicáveis aos dispositivos médicos implantáveis.

Diante disso, o PL nº 6.683, de 2025, de autoria da nobre Deputada Laura Carneiro, revela-se conveniente e oportuno, por reforçar a proteção dos pacientes, fortalecer a vigilância sanitária de produtos de maior risco, aprimorar o monitoramento de falhas e consolidar, em lei, diretrizes compatíveis com o regime regulatório já existente. Por essas razões, no mérito, a proposição merece aprovação.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.683, de 2025.

Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em discussão o relatório da Senadora Mara Gabrilli. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório aprovado passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. *Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Pois não, Senadora Mara Gabrilli. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero dizer que é sempre um prazer vê-lo nas manhãs das nossas semanas, e eu queria pedir a urgência desse PL.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Pois não.

Submeto o requerimento de urgência da Senadora à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Vamos ao item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 84, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4035/2023, que "institui o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Querido amigo Presidente Senador Marcelo Castro, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.035, de 2023, que "institui o mês de agosto como o Mês Nacional do Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza".

Convidamos para esse dia o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República; o Sr. Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; a Exma. Sra. Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania; representante da Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades; representante do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades no Brasil e da Ação Brasileira de Combate às Desigualdades; e representante, por fim, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

O projeto de lei, Presidente, propõe instituir o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade social e de enfrentamento à Pobreza. Essa iniciativa busca consolidar, no calendário nacional, um período para esse debate, em que vamos refletir, mobilizar, com o objetivo de fortalecer políticas públicas voltadas à construção de um país mais justo.

O Brasil permanece entre os países mais desiguais do mundo ainda, apesar dos avanços que tivemos. Essa realidade não se restringe aos indicadores econômicos: manifesta-se nas profundas diferenças de acesso à saúde, à educação, ao trabalho digno, moradia, segurança alimentar e saneamento básico, na questão da violência no país principalmente com os mais vulneráveis e na própria expectativa de vida entre diferentes grupos sociais. Trata-se de um quadro que revela que essas desigualdades estruturais historicamente produzidas resultam de um modelo de desenvolvimento marcado pela concentração de renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas desigualdades também possuem marcadores sociais bem definidos, afetam de forma intensa a população negra, as mulheres, os povos indígenas, os quilombolas, as pessoas com deficiência, a população idosa, a população LGBTQIA+ e milhões de brasileiros que vivem na situação de pobreza extrema.

Na condição de Relator da matéria nesta Comissão de Assuntos Sociais, considero fundamental que a sua instrução legislativa seja precedida de amplo debate com representantes do poder público, da academia, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil que atuam diretamente no enfrentamento da pobreza e das desigualdades.

Era essa a justificativa, Sr. Presidente, para que eu possa, então, realizar esta audiência pública para instruir essa data tão importante para os mais vulneráveis no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar o amigo Paulo Paim, autor do requerimento e sempre dedicado a estas causas, como quero cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli, que fez também uma exposição tão boa no projeto de lei anterior.

Paulo Paim, eu sou defensor de educação como primeira prioridade, educação como segunda prioridade e educação como terceira prioridade e todas as outras para que a desigualdade social e a pobreza diminuam. Então, eu considero essencial que o Ministério da Educação esteja presente para mostrar como isso, de fato, está acontecendo, pode acontecer, mas existem desafios ainda para a frente, particularmente para as populações mais vulneráveis, com a educação em tempo integral e a associação da iniciativa pública com o terceiro setor.

Então, eu faço um apelo ao caro colega e amigo Paulo Paim, aliás muito elegante no dia de hoje e sempre também, para incluir o Ministério da Educação também neste projeto, nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Por videoconferência.*) – Já está acatado, de minha parte. Seus argumentos são perfeitos, concordo plenamente.

Eu diria que foi uma falha na justificativa do projeto não ter colocado o Ministério da Educação, mas sempre teremos aqui um Flávio Arns para nos alertar quando alguma falha possa existir num debate tão importante como este.

Fico com V. Exa.

E usamos muito que a educação é que liberta. Sem educação de qualidade não vamos ajudar os mais vulneráveis.

Perfeito, companheiro, amigo Flávio Arns.

Está acatado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Vamos incluir, então, um representante do Ministério da Educação.

Em votação o requerimento.

A Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Paulo Paim, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Alan Rick, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Weverton, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Lourdinha Pereira, Dr. Hiran e Roberta Acioly. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 79/2026 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Lançar a pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), encomendada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF), sobre a relevância e as contrapartidas do setor filantrópico brasileiro. **Participantes:** Custódio Filipe de Jesus Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF; Vanderlei José Vianna, Advogado (representante de: Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas - ABIEE); Iraní Rupolo, Presidente da Associação Nacional de Educação Católica no Brasil - ANEC; Charles London, Presidente da Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná (representante de: Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB); e Marcelo Stori Guerra, Coordenador Juridico da Associação dos Hospitais Filantrópicos Privados - AHFIP. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/12

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 79, de 2026, Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a lançar a pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), encomendada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif) sobre a relevância e as contrapartidas do setor filantrópico brasileiro.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão, com a Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do Portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Eu quero, em primeiro lugar, saudar os expositores, a expositora também, a Iraní. É uma alegria tê-los e tê-la aqui, nesta audiência pública, para apresentação da pesquisa.

Quero cumprimentar todos e todas. Há tanta gente aqui também na Comissão, nas cadeiras da Comissão. Quero cumprimentar todas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, pelo Brasil todo, para tratarmos de um assunto da mais alta relevância, que é a importância, a relevância, a necessidade do terceiro setor, das instituições filantrópicas de nosso país.

O terceiro setor, para os que nos acompanham pelo Brasil e que não são da área, significa... O primeiro setor é o setor público; o segundo setor é o setor privado; e o terceiro setor é o setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem fins lucrativos, filantrópico, ou seja, quer dizer, não tem lucro... tem que ter, às vezes, sempre, pode ser negativo... mas o resultado financeiro positivo tem que ser reinvestido na própria entidade, na própria instituição. Se um dia a entidade deixar de existir, todo o patrimônio terá que ir para uma entidade congênere ou para o poder público. Não há divisão de lucro, não tem lucro. Resultado financeiro positivo reinveste-se na própria entidade. Nada contra o segundo setor, que é o privado, que tem o objetivo do lucro – é importante ter empresas, comércio, serviços, turismo, uma série de coisas –, mas áreas essenciais para o Brasil não existiriam se não fosse o terceiro setor: pessoas com deficiência necessitam de uma escola especializada, e APAEs, Pestalozzi e coirmãs são todos terceiro setor; hospitais, santas casas, hospitais sem fins lucrativos, todos também atendendo a população; idosos, crianças, doenças raras... Quer dizer, há uma infinidade de áreas.

É isso que o Dr. Custódio e os demais expositores estão trazendo para esta apresentação: os resultados de uma pesquisa para dizer para a sociedade brasileira a importância para o país do terceiro setor, não é verdade? É por isso que estamos aqui. E queremos repercutir isso, e muito ainda, a partir dessa pesquisa que foi realizada e que será apresentada no dia de hoje.

Então, sejam todos e todas muito bem-vindos.

Já recebemos várias perguntas das pessoas. Eu faço só questão de ler as que chegaram para todos verem que este momento está sendo acompanhado pelo Brasil também.

Marcos, de São Paulo, pergunta: "As instituições religiosas têm buscado se tornar [...] [organizações da sociedade civil] e se vincular às administrações, mas de que formas poderão contribuir com serviço público?".

Thaísi, do Mato Grosso do Sul: "Se as filantrópicas deixassem de atender o SUS, quanto o poder público gastaria para substituí-las e qual seria o impacto para a população?".

Thiago, de Goiás: "Como planejam fortalecer a parceria entre [...] [os estados e as organização da sociedade civil] para reduzir desigualdades e impactos ambientais?".

Renata, do Distrito Federal: "Qual o retorno social de cada R$1 em imunidade tributária nas áreas de saúde, educação e assistência, segundo a nova pesquisa?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, quero reforçar que ainda chegará o momento em que as pessoas do Executivo vão dizer: "Graças a Deus essas entidades existem, porque, se não fossem essas entidades, nós do Executivo e, por consequência, da sociedade estaríamos" – usando uma expressão bem popular – "ralados", não é verdade? "Não teríamos o que oferecer para a sociedade." Então, que bom que estamos aqui.

Feita essa introdução, eu quero dizer quem está presente e as pessoas que se apresentam aqui na mesa também: a representação do Fonif, da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas, da Associação dos Hospitais Filantrópicos Privados, da Associação Nacional de Educação Católica e também a representação da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

Passo, em primeiro lugar, a palavra ao caro Dr. Custódio. Pode falar lá do lado, Dr. Custódio Filipe de Jesus Pereira, que me informou que precisará de 20 minutos para apresentar a pesquisa.

Eu só quero também ressaltar que tudo que for falado, mostrado, o documento ficará aqui na página da Comissão. Então, se as pessoas quiserem depois se aprofundar, perguntar, estará tudo aqui na página da Comissão.

Com a palavra então o Dr. Custódio Filipe de Jesus Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, Fórum Nacional (Fonif).

O SR. CUSTÓDIO FILIPE DE JESUS PEREIRA (Para expor.) – Senador, muito obrigado pelo privilégio e pela oportunidade que nós temos aqui de rapidamente compartilhar a pesquisa feita recentemente. E na sua pessoa, cumprimento a mesa.

Eu quero fazer um destaque a todos aqueles que estão nos ouvindo, em nome de três pessoas aqui presentes, a Irmã Márcia, da Confederação dos Religiosos do Brasil, que representa mais de 40 mil religiosos no Brasil; o Reverendo Erní, que é Presidente da Sociedade Bíblica do Brasil; e a Irmã Tânia, que representa a Congregação das Irmãs de Santa Marcelina. Tem outros amigos aqui presentes, que não vou verbalizar para já não cometer o erro de não citar todos os nomes.

Eu não seria a pessoa mais indicada para apresentar a pesquisa, porque a pesquisa tem mais de 200 páginas. E desde já, quero informar que a pesquisa estará disponível no nosso *site* e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntas que eventualmente possam ter, a Fipe estará disponível para respondê-las. Essa pesquisa já está no ar, então todos aqueles que quiserem acessar já podem acessar.

A pesquisa estará em duas quantidades, um sumário executivo e a pesquisa completa.

A pesquisa foi feita pela Fipe, que é a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, superconceituada, todos conhecem, tem dezenas de anos de existência e é uma instituição que tem total credibilidade para fazer isso.

Por que esse estudo? Porque nós queremos não só conhecer e ampliar o nosso conhecimento sobre a importância do setor, mas principalmente, como falou o nosso querido Senador, que a sociedade e o Executivo possam perceber a importância do nosso setor.

Eu posso dizer para vocês, quando eu conheci a pesquisa, esta nova, é um misto de orgulho e responsabilidade pelo trabalho que esse setor faz pelo Brasil.

Então, primeiro, todos nós sabemos que há uma diferença muito grande entre a renúncia e a imunidade. Inclusive a Receita Federal insiste em chamar de gastos... Como é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CUSTÓDIO FILIPE DE JESUS PEREIRA – Gastos tributários, obrigado. Eu sou economista, aprendi contabilidade nacional, entendo o que são gastos tributários, mas no caso, não são gastos, são investimentos tributários. A gente precisaria até começar a mudar as rubricas da contabilidade nacional.

A diferença é que nós somos imunes, nós não podemos ser tributados. Depois, em algum momento, eu vou mencionar que nós estamos sendo tributados de forma indireta agora, por não termos o crédito do IBS e do CBS.

Então nós vamos apresentar o estudo, que mede o volume dos atendimentos, os preços de referência e a abrangência de onde nós estamos no Brasil.

Como grande parte das pessoas que nos ouvem sabem, nós temos que dar contrapartidas para ter a certificação Cebas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos falar sobre a pesquisa para as filantrópicas com Cebas, e o que a gente percebe é que há uma mudança, muitas vezes, porque algumas instituições, pelas exigências legais, pela dificuldade – nós somos fiscalizados por três ministérios, Tribunal de Contas, Controladoria, Receita Federal, e isso gera um custo que não está aqui –, muitas instituições estão com Cebas que não foram renovados. Então, isso também faz com que o nosso número diminua.

Na saúde, 60% dos hospitais têm que dar ao SUS; na educação, uma bolsa para cada cinco pagantes; e, na assistência social, a prestação gratuita do serviço à população vulnerável.

Passou.

A pesquisa tem três vetores: a pesquisa qualitativa, a valorização econômica e a análise estrutural.

Na qualitativa, foram feitas 12 entrevistas com instituições dos três setores – educação, saúde e assistência social –, para ter a percepção que, muitas vezes... Inclusive, essa pesquisa tem um aspecto que é diferente da pesquisa anterior que nós fizemos, que não tem o intangível, porque nós vamos ver aqui somente o intangível colocado pelo valor mais conservador possível. Então, o número que nós vamos ter aqui é um número muito conservador.

Vamos apresentar a valoração econômica e a análise estrutural.

Bom, a pesquisa é muito densa, de várias fontes. Estão aqui as várias fontes que foram utilizadas.

Análise qualitativa.

Eu vou ler aqui alguns extratos do que foi colocado por aquelas instituições que foram entrevistadas.

1) Desempenham papel estruturante e de difícil substituição. Eu acho que todos nós aqui estamos de acordo com isso. É um extrato de algumas das entrevistas, mas que, certamente, representa toda a opinião de todo o setor;

2) atuam onde o poder público não chega. Nós estamos em lugares em que o poder público não está;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3) complementam políticas públicas;

4) inovam, formam profissionais e entregam serviços de alta qualidade;

5) a imunidade tributária é elemento central deste modelo; e

6) sua fragilização pode gerar impactos relevantes para a sociedade e para o estado.

Tem uma pergunta aí: o que poderia acontecer se o setor filantrópico não existisse?

A análise quantitativa é a valoração econômica. Aqui nós vamos ter a quantidade de instituições filantrópicas no Brasil. Esse é o dado mais atual que temos, que é de 2024. Nós temos dados de 2025, mas eles não são consolidáveis – você tem de um ministério, mas não tem de outro –, então, nós pegamos os dados de 2025.

Na saúde, nós somos 1.386 mantenedoras e 3,6 mil mantidas; na educação, são 1.289 mantenedoras e 5.735 mantidas; e, na assistência social, 5.641 mantenedoras e 9.045 mantidas. Há um total de 8.316 mantenedoras para 18.411 mantidas dos três setores.

Vocês podem ver que a assistência social representa, nas mantidas, mais de 50% e, no total, ela representa quase 50%, em torno de 50%. A assistência social tem uma capilaridade, tem uma diversidade, tem uma complexidade muito grande, e nós vamos ver aí que esse setor presta um serviço muito grande.

Nesses impactos que eu mencionei aí da reforma tributária, as instituições de assistência social vão ser as mais penalizadas, porque elas sobrevivem e conseguem atender as suas causas graças a alguns serviços que fazem para gerar renda para os atendimentos, está certo?

A imunidade total – está em vermelho ali – das filantrópicas são R$18,8 bilhões, divididos em R$4,82 bilhões para a assistência social, R$4,45 bilhões para a educação, e para a saúde, que leva a maior parte, a soma das duas, R$9,54 bilhões.

Então, nós vamos dizer assim: "Poxa, esse é um tremendo de um gasto tributário!".

Agora vamos ver o que esse setor retorna em valores muito conservadores.

E aqui está esta valoração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para não ficar lendo todo o eslaide, nós temos: na saúde, o indicador, quer dizer, para cada R$1, sem se considerar o intangível, valorado pelo valor mais conservador que tem, o setor de saúde dá R$3,50 para cada R$1 de imunidade. Vale a pena o investimento? É lógico que vale; quer dizer, se fosse um investimento, quem não investiria nisso, está certo?

Na educação, o resultado é 1,64, portanto, uma vez e 64 vezes o valor das imunidades; e, finalmente, na assistência social, considerados aqui os R$20,13 bilhões, que é o Suas ampliado com o Cneas, fica 4,18. Então, na assistência social, para cada R$1 de imunidade, dá 4,18 vezes mais, está certo?

Aqui nós temos, então, um resumo: na saúde, 3,50; na educação, 1,64; e, na assistência social, 4,18. E, na hora em que você divide os serviços que são gerados pela forma mais conservadora possível, isso dá R$60 bilhões que nós entregamos para uma imunidade de R$18 bilhões, quer dizer, nós entregamos 3,23 vezes mais, quero repetir e enfatizar isso, por valores conservadores, está certo? Se se considerarem valores de mercado, isso aí mais que dobra; e, se se considerar o intangível, nós chegaremos àquele valor antigo que nós já tínhamos divulgado, que é alguma coisa em torno de nove vezes mais.

Eu quero destacar aqui que, na saúde, nós temos...

Aqui eu vou ler os eslaides, principalmente nos pontos mais importantes.

Nós temos 1.147 hospitais gerais com Cebas – 21% do total nacional –, 138 hospitais especializados com Cebas – 13,2% do total. Nós realizamos 273 milhões de atendimentos ambulatoriais. É lógico, uma pessoa pode ser atendida duas vezes, três vezes, mas vocês têm uma ideia do volume dos atendimentos. Como é que o Brasil sobreviveria sem ter as instituições de saúde com Cebas? Seriam 273 milhões...

Opa! Oh, querido Brito, bom dia. Tudo bem? Boa tarde. Tudo bom? Obrigado por ter vindo.

E 4,5 milhões de procedimentos hospitalares pelo SUS. E nós temos 725 municípios onde o único hospital é um hospital filantrópico.

E quero dizer – eu fui da rede de Santa Catarina por sete anos, como Conselheiro –, por exemplo, que nós temos um hospital Cebas em Tubarão. Então, ele era um hospital Cebas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tubarão, mas atendia mais de dez municípios. Aqui a relação é um hospital, único, que atende todo aquele município e muitas vezes outros municípios ao redor.

Na assistência social, nós temos 1.382 Centros-Dia, 70% das unidades e 73% das vagas do Brasil, quer dizer, isso é praticamente tudo. Nós temos 887 municípios onde o único Centro-Dia é Cebas, 39 milhões de pessoas atendidas; 892 unidades de acolhimento de idosos (45% das unidades e 50% das vagas); 574 municípios onde o único acolhimento de idosos é Cebas, são 31 milhões de pessoas atendidas; e 1,4 milhão de vagas de socioassistenciais.

Na educação, nós temos 4.255 estabelecimentos; 126 mil matriculados; 139 estabelecimentos de ensino superior; com uma nota no Enem superior à da rede pública. Em alguns casos, inclusive... No caso de linguagens, é 10% a mais e, no caso da matemática, é 30% a mais que nós performamos nas nossas escolas .Quando eu quero dizer que não está o intangível, quanto vale um aluno que estuda numa escola filantrópica cuja *performance* de resultados é melhor de que todo o mercado? Isso tem um valor que não está calculado aqui. Finalmente, a nota do Enade é superior à da rede privada. Em quase todos os cursos, ele é praticamente igual à rede pública. Essa é uma relevância do nosso setor. E, no final, 334.816 bolsas para alunos carentes, que realmente precisam, estudando em escolas de qualidade.

Aqui, o que eu quero destacar também é que, naqueles 725 municípios de hospitais gerais, nós temos aqui que, para ele ter um plano B, uma alternativa – se ele não pudesse ser atendido por aquele hospital filantrópico –, nós temos alguns casos em que ele teria que rodar 200km. Qual é a alternativa se não tivesse um hospital que muitas vezes atende um município, atende vários municípios? Se não tivesse aquele hospital filantrópico, teria que andar 200km, quer dizer, custo de ambulância, transporte e vidas que seriam perdidas.

Aqui é um gráfico que mostra claramente alguns dos hospitais que são únicos naquele município. Aqui tem o exemplo do hospital de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso: hospital geral sem Cebas e o público mais próximo fica a cerca de 200km. Veja isso aqui no Pará, que é um município enorme e ele está sozinho, não tem um plano B ali.

No caso da assistência social, nós temos também uma situação muito parecida. A única oferta local para 887 municípios... Eles dependem exclusivamente de Cebas em Centros-Dia, alcançando quase 40 milhões de pessoas. É um número muito grande. A alternativa pública que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode estar há dezenas de quilômetros: cerca de 65km para acolhimento de idosos e 68km para Centros-Dia. Quer dizer, o plano B é inexequível, não é?

Bom, como eu disse, no Enem os alunos das instituições Cebas têm desempenho igual ou superior ao do ensino privado, e no ensino superior os estudantes das instituições com Cebas superam os das instituições privadas e se aproximam dos das entidades públicas, quer dizer, há qualidade, abrangência. Está indiscutível que o setor filantrópico representa um grande braço do Estado.

Como falou o Senador no início, se nós tivéssemos esse reconhecimento, nós não estaríamos aqui hoje com essa corda no pescoço em função da reforma tributária, que vai em algumas rubricas aumentar 20%, 15%. A conta d'água para os hospitais vai custar 15% a mais; os serviços PJ dos hospitais também vão custar mais caro. Como uma santa casa vai conseguir sobreviver pagando 20%, 15% a mais num *software*, num ERP? Essa é a realidade que nós estamos tendo, quer dizer, isso é uma preocupação enorme.

Considerações finais – já partindo para o último eslaide.

O que o estudo demonstra?

Primeiro, a imunidade tributária não é uma renúncia fiscal; é uma definição constitucional dos limites do campo tributável. Não é uma escolha discricionária de política econômica. Tratá-la como gasto tributário é um equívoco analítico. E, não querendo ser redundante, repetitivo, hoje a reforma tributária manteve as imunidades. Nós continuamos imunes. Porém, nós estamos sendo tributados de forma indireta: nós estamos sendo tributados nas aquisições porque nós não temos o crédito de IBS e de CBS. E não temos margem para isso também. Como foi dito aqui com muita propriedade, nós não remuneramos os nossos conselheiros – nossos conselheiros não são remunerados –, e todos os recursos são reinvestidos na causa.

Segundo, os serviços prestados superam a imunidade em todos os setores. E essas estimativas são conservadoras, não capturam todos os benefícios. Isso são palavras da Fipe. A Fipe reconhece, em várias apresentações, em vários indicadores, que eles usaram o menor número para fazer essas contas, quer dizer, o valor dos editais... Quando é assistência social, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideraram os valores dos editais. Não se está considerando como um plano B dos privados, está certo? Você imagina: dos privados seriam duas, três vezes mais.

Terceiro, as entidades Cebas são parte estrutural da provisão de serviços públicos. Não são parceiros marginais ou complementares; são parte estrutural da infraestrutura social do país.

Quarto, em centenas de municípios, são a única alternativa disponível. Em 725 municípios, 19 milhões, quase 20 milhões de pessoas dependem exclusivamente dos Cebas para atendimento hospitalar em geral – padrão semelhante ao da assistência social.

E, finalmente, a última consideração. Na educação, há acesso ampliado com qualidade consistente: bolsas para baixa renda, desempenho superior ao privado tradicional no Enade e ao público no Enem.

Essa é uma visão, Senador e queridos que estão nos ouvindo, em um macrorresumo das duzentas e poucas páginas que estarão disponíveis para todos aqueles que se interessarem, pesquisarem, publicarem artigos, porque nós precisamos propagar isso, como falou o nosso querido Senador no início. Nós precisamos colocar isso para a sociedade nos conhecer melhor e o Executivo nos reconhecer como um braço do Governo.

E, finalmente, eu quero dizer que a nossa pesquisa vai estar no nosso *site*. Todos podem acessá-la. E, se houver alguma pergunta, alguma dúvida, por gentileza, pode mandar para o fonif@fonif.org.br, que nós vamos esclarecer todas as possíveis dúvidas, porque eu não sou estatístico, não sou pesquisador e certamente não consigo responder a todas as questões. Mas enfatizo que a pesquisa foi feita por uma das mais credenciadas instituições do país, que é a Fipe. Então nós temos aqui o que há de melhor em termos de pesquisa de dados.

Quero agradecer pela oportunidade e devolvo a palavra para o nosso querido Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Muito bem. Quero agradecer a apresentação do Dr. Custódio Filipe de Jesus Pereira, Presidente do Fonif, e ressaltar, de novo, para todas as pessoas que nos acompanham, que todo esse relatório, a pesquisa elaborada por essa instituição da mais alta credibilidade está disponível na página da CAS (Comissão de Assuntos Sociais).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero destacar também a presença do Deputado Federal, conhecido de todos e todas, muito bem conhecido também na área, Antonio Brito, PSD, Salvador, Bahia, que atua bastante nessa área. Lembrava, agora há pouco, com carinho, a falta que o Eduardo Barbosa, também Deputado Federal, de Minas Gerais, faz aqui no Congresso Nacional, a ausência dele, que faleceu também quase três anos atrás. Mas que bom.

Eu gostaria de dar a palavra ao Antonio Brito, porque ele tem um compromisso também lá na Câmara dos Deputados, com o Ministro. Seja muito bem-vindo, Antonio Brito, sempre.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PSD - BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Não há necessidade de pedir licença.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PSD - BA. Para expor.) – Muito obrigado a V. Exa., nosso Senador Flávio Arns, a quem saúdo, e aos demais Senadores aqui presentes, que estão nos assistindo. Quero dizer que V. Exa. tem sido uma representação, no Senado Federal, muito importante, não só de hoje, de muitos anos, na condução da sequência do nosso terceiro setor, da assistência social, das nossas APAEs, das nossas santas casas, hospitais, todas as instituições educacionais, saúde e assistência social.

Queria saudar a mesa, inicialmente o Presidente do nosso Fórum Nacional de Instituições Filantrópicas, nosso Custódio; o nosso Vanderlei, de muitos anos, meu colega no CNAS; também, representando as instituições evangélicas de ensino, a nossa Irmã Iraní, que representa a Anec; o Charles, que também é meu amigo de muitos anos, da Confederação Brasileira das Santas Casas – e aqui está presente o Spigolon, o Mário, tantas entidades, representando o nosso Flaviano e também o nosso Mirocles, e o nosso Guerra, que representa também as nossas instituições filantrópicas.

Queria dizer, neste momento, da importância dessa apresentação de pesquisa, porque o que não tem número não pode ser medido. É evidente que a gente sabe, de forma subjetiva, a importância do nosso setor filantrópico, seja ele na assistência social, na saúde ou na educação. Mas é muito importante, de vez em quando, nós relembrarmos, com os números e com os mapas que vimos aqui, o quanto essas instituições, de que eu participei ativamente, não só como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Federação das Santas Casas da Bahia, da Confederação Brasileira, da Confederação Mundial das Santas Casas, como o primeiro Presidente da história do CNAS, da sociedade civil, em 2002... Então eu tive a oportunidade de ver a formação do Cebas, a formação do terceiro setor e da legislação que hoje está vigente e que a gente precisa, a cada momento, transformar e trazer novas alternativas, como fizemos recentemente em uma explicação da Lei 187, sobre aspectos normativos que são muito importantes, oriundas, meu caro, da contribuição da Confederação das Santas Casas no recente projeto de lei que nós aprovamos, o 2.465.

Então, eu acho que é fundamental este debate no Senado Federal ter incumbido não só a liderança do nosso partido, o PSD, mas as articulações na Câmara dos Deputados, levando sempre os pleitos do Fonif, os pleitos da Confederação das Santas Casas e também do setor educacional.

Mas queria deixar esta mensagem não só nesta audiência pública tão importante e seleta, mas também para todo o Brasil: ou nós nos juntamos e temos a capacidade de demonstrar, por meio da Fipe, pesquisas sérias como essa; por meio da organização; por meio da forma clara de dialogar com a sociedade brasileira, a importância do nosso setor, ou, de vez em quando, pode ocorrer algum tipo de interpretação que não seja a da real da importância desse setor para o primeiro e segundo setores, digo, para o empresariado e para o Governo, seja ele *lato sensu*, Prefeituras, Governo de estado e Governo Federal...

Por isso, nobre Senador, agradeço muito pela oportunidade e digo que o Senador Flávio Arns, assim como o nosso saudoso Eduardo Barbosa, de quem tenho a memória, porque era sempre essa dobradinha... Quando eu nem sequer era Deputado e vim aqui buscar o Padre Zé, eram o Senador Flávio Arns e o Eduardo Barbosa para poder dialogar – e agora temos o Senador Flávio Arns.

Eu me coloco sempre à sua disposição para servir a V. Exa. nesse propósito que é, na Câmara Alta, tratar desse assunto e, lá na Câmara dos Deputados, levar todas as decisões que V. Exa. conduzir aqui com o terceiro setor.

Que Deus abençoe esse setor e que a gente continue servindo a população brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Obrigado, Antonio Brito. Bom trabalho. Sempre juntos.

Agradeço a bela exposição do Dr. Custódio Filipe de Jesus Pereira e toda a pesquisa feita por uma instituição das mais celebradas no Brasil, à disposição da comunidade brasileira. Parabéns!

Eu, inclusive, uso muitas vezes a expressão que a gente deveria ter... o terceiro setor são entidades públicas, não estatais – públicas, não estatais. Eu acho que seria a melhor expressão, porque quem é o dono de uma santa casa, quem é o dono de uma Apae, de um lar de idosos? É a comunidade, não tem dono. É a comunidade que é a dona, quer dizer... Mas parabéns! Muito bom, leva a muita reflexão.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Vanderlei José Vianna, que é Advogado, representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas. Seja muito bem-vindo.

Vamos combinar aqui de a gente ter, no máximo, dez minutos, porque às 16h começa o Plenário e a gente tem que terminar as audiências públicas até às 16h.

Obrigado.

Com a palavra, então.

O SR. VANDERLEI JOSÉ VIANNA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Quero cumprimentar V. Exa., sua assessoria também. E quero cumprimentar o Senado Federal que tem sido uma casa de ressonância desse terceiro setor.

Como V. Exa. bem explicou, o primeiro setor... O motor da economia é o setor público; o segundo setor são as empresas privadas; o terceiro setor são entidades privadas que realizam um trabalho público.

E quero parabenizar também o Dr. Custódio Pereira por essa nova pesquisa, uma pesquisa profunda com dados oficiais dos ministérios, que trazem realmente, como disse o Deputado Brito, um alento a esse nosso setor.

O Deputado Antonio Brito... Tive o privilégio de, há 20 anos, ser também representante da sociedade civil junto ao Conselho Nacional de Assistência Social. O Brito era Presidente, depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também fomos juntos da Comissão de Normas, fazíamos todas aquelas portarias. E o Brito depois já está no seu... Não sei há quantos mandatos – né, Hermes? – que está aí, sempre defendendo o terceiro setor. Tanto é que, nessa semana, o Presidente da República promulgou a Lei 15.486, e há uma inclusão importante feita pelo Deputado Antonio Brito de proteção também a essas entidades do terceiro setor.

Senador, nós temos no Brasil quase 1 milhão de entidades sem fins lucrativos, um número significativo. Dentro desse número, nós temos aí perto de 10,2 mil que, além de ter a imunidade de impostos, também usufruem da imunidade das contribuições sociais. No meu tempo, quando o Deputado Antonio Brito era o Presidente do CNES, nós fizemos um levantamento, havia 17 mil entidades certificadas com esse título que a gente chama de Cebas, que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Essas entidades são um conglomerado de 10,2 mil entidades dos setores de educação, saúde e assistência social pura, eleitas pelo Constituinte de 1988, que capacitou essas entidades com uma imunidade condicionada. O que é uma imunidade condicionada? Você não pode ter imunidade sem cumprir aquelas condições que são: na área de educação, de cada cinco alunos pagantes, você tem que ter uma bolsa integral; na área de saúde, você tem que prestar 60% de atendimento para o SUS ou 20% da sua receita também; e, na área de assistência social, você deve fazer a assistência social inteiramente gratuita para os usuários.

Evidentemente que eu quero aqui cumprimentar V. Exa. em nome do nosso Presidente, o Presidente da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas, o Pastor Valseni Braga, está aqui também presente o Diretor-Executivo da Abiee, o Pastor Carlos Silva, que representa um conglomerado de quase 1 milhão de estudantes evangélicos nessas entidades que usufruem também da imunidade tributária.

O que eu quero trazer aqui, muito rapidamente, é, primeiro, parabenizar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal na tramitação da reforma tributária. O que aconteceu? Por mais de 20 anos, o Brasil discutiu uma nova legislação dos tributos, sobretudo da tributação do consumo e, nesta discussão, tanto a Câmara como o Senado preservaram as imunidades das entidades, primeiro das organizações religiosas, das organizações sem fins lucrativos, dos partidos políticos e também das entidades de educação e assistência social que compõem o terceiro setor. Foi muito bom isso, porém houve um prejuízo por ricochete. O que é isso? Você atira numa coisa e acaba pegando outro sem querer. E eles, ao votarem a reforma, acabaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ricocheteando nesse setor algumas coisas que nós não esperávamos. Por exemplo, há uma base na Constituição de que esse novo imposto, esse novo sistema tributário que foi implantado no Brasil... O IVA não é o nome de um imposto. O IVA é um sistema – Imposto sobre Valor Agregado, valor adicionado – que já, no mundo, 174 países utilizam. A OCDE está em conversa com o Brasil há mais de 20 anos, e o Brasil é o país de número 175 que implantou esse novo sistema, que é um sistema mais facilitado, em que a tributação vai acontecendo por etapas. É uma tributação mais justa. E é exatamente por isso que nós, o setor e o Fonif, defendemos sem medo a reforma tributária, para que aquele manicômio tributário em que vivemos pudesse ser acertado.

E aí, nessa preservação da imunidade tributária, o que nós não esperávamos é que esse setor nosso não teria a recuperação dos créditos. Então, o segundo setor, as empresas privadas, poderá recuperar créditos que acontecem na cadeia tributária anterior, e isso não vai acontecer com as entidades do terceiro setor.

Então, olha só o que nós temos... E o Fonif fez uma pesquisa atualizada, e, a partir do ano que vem, com essa nova tributação, nós temos, por exemplo: aquisição de *softwares* vai subir 16,4%. Mas hoje eu até estava falando com a Irmã Iraní, e ela falou assim: "Por que nós todos estamos reunidos defendendo isso? E por que não mais gente?". É porque as pessoas ainda não tomaram consciência... No momento em que for fazer a guia para pagar, um professor PJ vai pagar 20% a mais, a partir de 2027; fornecimento de água, 15% a mais; contratação de treinamentos, 14% a mais; e assim por diante. Nós teremos um prejuízo, um dano que ricocheteou nessas entidades, porque tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado não queriam que as entidades tivessem mais tributação, mas, infelizmente, quando os tributaristas, os especialistas estão fazendo as suas contas... Então, hoje, uma escola confessional terá um custo maior, talvez, em algumas situações, que uma escola normal do segundo setor.

Então, é esse o nosso pleito, e nós queremos aqui, Senador, humildemente, rogar a V. Exa. que possa também continuar ajudando esse setor, fazendo uma correção, talvez – não precisa ser uma correção constitucional, mas uma correção –, na Lei Complementar 224 do ano passado, que implantou o sistema IBS-CBS, para que possa corrigir. Na Câmara dos Deputados há algumas iniciativas, e aqui no Senado também, para que essa correção possa acontecer, para que esse dano não possa afetar o desenvolvimento e a operação dessas entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço profundamente. V. Exa. realmente é um Senador que tem trabalhado profundamente, não só agora, mas durante toda a sua etapa no Senado Federal, para essas entidades, e trazemos o nosso pleito, o pleito de todo o setor filantrópico do país, para que as entidades possam continuar operando desde sempre para o bem da nossa nação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Agradeço, Dr. Vanderlei.

E só digo que, no final deste mês – e podemos discutir depois o texto da emenda também –, vai ser apreciado o projeto apresentado pelo Senador Izalci Lucas, exatamente nesse sentido apontado pelo senhor. Eu sou o Relator da matéria e deixamos muito claro lá que existe a concordância do autor do projeto, Senador Izalci Lucas – que, aliás, é uma pessoa muito ligada à área também –, com a emenda da nossa parte para prever que a imunidade tributária e compensação de créditos alcancem as operações realizadas por entidades beneficentes, sem fins lucrativos, que prestam serviço nas áreas de assistência, de saúde e de educação. Vamos discutir o relatório em conjunto, para ver se o relatório está adequadamente assim escrito para atender as necessidades. É um compromisso, mas para o final deste mês, naquela semana de 29. Está bom? (*Palmas.*)

É claro que a sua expressão foi bem adequada: mira-se lá, e há um ricocheteio, e vem para cá o estrago de alguma coisa também, mas tem que corrigir, como outras coisas já foram corrigidas também. Por quê? Porque estamos juntos nessa caminhada.

Em seguida, passo a palavra com satisfação ao Dr. Marcelo Stori Guerra, que é Coordenador Jurídico da Associação dos Hospitais Filantrópicos Privados.

Com a palavra, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO STORI GUERRA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Serei breve, Senador, na minha manifestação.

Em nome da Ahfip (Associação dos Hospitais Filantrópicos Privados), gostaria inicialmente de agradecer pelo convite de estarmos aqui conversando um tema tão relevante; agradecer a V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa., Senador Flávio Arns, por essa iniciativa de trazer, em uma audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, tema tão relevante ao país; agradecer ao Fonif (Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas), na pessoa do seu Presidente, Dr. Custódio Pereira, por conduzir esse processo de esclarecimento da importância dos hospitais filantrópicos no contexto da saúde nacional.

Gostaria também de ressaltar a importância do trabalho realizado pela LCA Consultoria Econômica sobre a importância do impacto da reforma da tributação do consumo sobre as instituições filantrópicas, como também do trabalho apresentado pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) sobre os benefícios econômicos e sociais às instituições filantrópicas, certificadas como entidades beneficentes de assistência social.

Gostaria ainda de destacar que os hospitais filantrópicos e as santas casas são pilares insubstituíveis que sustentam a assistência médica no Brasil, atuando de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essas instituições sem fins lucrativos respondem por cerca de 50% de todas as internações hospitalares públicas e chegam a quase 70% nos procedimentos de alta complexidade, como oncologia, cardiologia e transplantes. Em quase mil municípios brasileiros, as entidades filantrópicas representam a única estrutura hospitalar disponível para o atendimento da população. Concentram grande parte dos leitos de UTI e serviços de referência médica avançada que o Estado isoladamente não conseguiria suprir em volume equivalente. Funcionam como importantes centros de ensino, abrigando programas de residência médica e estágios práticos fundamentais para novos profissionais da saúde.

Diante de todo o exposto, acreditamos que o impacto da reforma tributária sobre os hospitais filantrópicos deve merecer uma especial atenção de todo o Legislativo para que esses não sofram maiores impactos econômicos, o que provocará uma grande dificuldade na prestação de serviços de saúde suplementar pelos hospitais filantrópicos no país.

Eu gostaria de destacar aqui as instituições associadas à Ahfip: A.C.Camargo Cancer Center; Hospital Ortopédico AACD; BP – A Beneficência Portuguesa de São Paulo; Hcor Associação Beneficente Síria; Hospital Alemão Oswaldo Cruz; Hospital Moinhos de Vento; Hospital Nipo-Brasileiro; Santa Casa da Bahia; Hospital Santa Isabel; Hospital São Camilo; Hospital Sírio-Libanês; Rede Santa Catarina e Hospital Infantil Sabará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Excelência, nós estamos falando de aproximadamente 6,3 mil leitos disponíveis; e, desses 6,3 mil, 1.229 são de UTI.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Agradeço também.

Escutando os depoimentos, a gente volta ao argumento do Dr. Custódio, que disse: "Olha, pesquisa pega aquilo que é tangível", porque, se olharmos o intangível, isso aumenta em inúmeras vezes. Isso até foi mencionado nove vezes ou mais. Ao mesmo tempo, há toda essa segurança que esse trabalho traz para a população – tranquilidade e segurança –, o que é muito importante.

Inclusive, uma vez, estive lá na Irlanda, em Cork, e eles fizeram um plebiscito, como é hábito em muitos países europeus, para ver se gostariam do atendimento, na área da pessoa com deficiência, público ou por terceiro setor. E pelo plebiscito disseram "terceiro setor", mais segurança, mais confiança, mudanças que não são repentinas, mudança de filosofia, de conceito; muda a pessoa, muda toda a política. Então, quer dizer, ter segurança, perenidade.

Parabéns!

Olha que exemplo bonito.

Passo, em seguida, a palavra...

Eu quero dizer que a Irmã Iraní já é assídua aqui, não só nas Comissões, mas também no Plenário. Então, que bom recebê-la de novo, sempre tranquila.

O pessoal do Paraná, na última vez em que esteve no Plenário, gostou muito da sua fala. Eu digo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Também é do Paraná, não é? Mas o pessoal todo, conhecido meu, disse: "Poxa, uma beleza de irmã."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a Irmã Iraní Rupolo, Presidente da Associação Nacional de Educação Católica no Brasil.

Aliás, o Papa João Paulo... João Paulo, não, o Papa Francisco até disse: "Olha, vamos abrir a educação cristã também". Quer dizer, vamos todos estar juntos.

A SRA. IRANÍ RUPOLO (Para expor.) – Senador Flávio Arns, em primeiro lugar, eu preciso relevar e exaltar este momento, proporcionado por esta Casa, o Senado, pela sensibilidade, firmeza, tranquilidade e credibilidade que, na função de Senador, o senhor tem dispensado ao terceiro setor. O nosso reconhecimento e agradecimento. E não é de hoje, é na sua trajetória – eu preciso reafirmar isso. Muito obrigada.

Quero cumprimentar o Dr. Custódio, pelo Fonif. Que beleza estarmos aqui no lançamento de uma pesquisa de qualidade e de uma pesquisa que traz credibilidade para o terceiro setor nesse âmbito! Como ele afirmou, os dados são os tangíveis, minimamente tangíveis, e poderão ser exponenciais, talvez.

Dr. Vanderlei, eu não vou me repetir no seu pleito, mas eu gostaria de reafirmar o desejo e o pedido, Senador, de que o relatório de V. Exa. contemple esta revisão para as nossas instituições todas, em benefício do país, não em benefício próprio de alguma organização, mas em benefício do serviço que o terceiro setor presta a essa população brasileira. Então, gostaria de me associar e não dizer novamente o que disse o Dr. Vanderlei.

Também quero cumprimentar o Dr. Marcelo Guerra, e respeitosamente agradecer o trabalho de toda essa rede hospitalar que o senhor representa; e também o Sr. Charles London, na representação das santas casas.

Preciso lembrar, que está aqui Irmã Márcia, que representa a conferência nacional das religiosas, e somos mais de 40 mil no Brasil, e, na totalidade, Senador, nós vivemos na simplicidade no serviço aos outros e a essa sociedade brasileira. Então, é afirmar quem escolhemos ser, não há exaltação nisso, é simplesmente publicizar quem somos e o que fazemos.

Bem, agora preciso falar em nome da Associação Nacional de Educação Católica, porque é uma associação que abrange todo o Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, preferencialmente na interiorização do país, onde muitas religiosas, religiosos, leigos, católicos ou não, não importa, estão conosco na mesma identidade católica cristã prestando serviço na educação, na assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social, nas mantenedoras, na saúde e, inclusive, muitas vezes nas pastorais, com aquele cuidado até da alimentação, do cotidiano de crianças que são até invisíveis ao poder público. Então, esse trabalho complementar às políticas públicas... Eu acredito que ele não é complementar, eu acredito que é essencial o que nós fazemos, porque as políticas públicas não conseguem alcançar, pois são milhões de brasileiros atingidos pelos nossos trabalhos, pelos trabalhos das pessoas que aqui se representam, e deveriam ser muitos mais, porque tem tantas entidades que cuidam da população brasileira despretensiosamente.

Dizíamos nós no encontro prévio que tivemos: de todos nós, o nosso trabalho não é remunerado nas funções de liderança das nossas organizações, porque nós o fazemos por opção, por escolha, por missão, e não estamos a cobrar isso, nós sabemos, essa foi a nossa escolha. Mas queremos dizer que isso tem diferença sim, porque uma missão qualifica, uma escolha de missão qualifica o trabalho.

Então, quando dedicamos um momento destes no Senado ao terceiro setor, isso é para nós um momento de olhar quem aqui se representa, mas há milhões de brasileiros que aqui representamos. Esta repercussão e os dados que o Fonif nos traz são numéricos, sim, porque precisamos ter indicadores, mas eles são muito mais qualitativos.

Exemplifico com a educação. Quando uma família escolhe a educação básica nas escolas católicas, sabe que lá terá educação de qualidade, segurança, cuidado; uma educação completa. Inclusive, diante do modismo atual de uso excessivo de telas, temos todo esse cuidado para uma educação que desenvolva a criança na sua integralidade. Quando se pensa em universidades católicas, e nós temos isso nos documentos do Vaticano, por exemplo, Ex Corde Ecclesiae, Sapientia Christiana... Ex Corde Ecclesiae é o documento, é a encíclica que trata das universidades e das escolas católicas, em que o Vaticano pede, através do Dicastério para a Cultura e a Educação, que devam ser diferenciadas na qualidade. Por isso, os indicadores das universidades e das faculdades e centros universitários católicos se distinguem, inclusive, nas avaliações do Ministério da Educação.

Nós também, nas universidades, mantemos hospitais universitários, mantemos uma curricularização da extensão quase imensurável, porque agora, recentemente, por ocasião de relatórios a serem apresentados ao Ministério da Educação sobre a renovação como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitárias, nós conseguimos ler números, mas dissemos que são intangíveis, porque, por vezes, acolhemos nas nossas universidades não 20%, mas esse número é, para nós, a base; o limite nós não mensuramos. Em vez de 20%, por vezes são 25%, ou até mais, é maior o número percentual de pessoas acolhidas, das quais muitas delas são a primeira pessoa da família em uma universidade. Que diferença isso faz!

Mas eu ainda preciso destacar, e vou ser breve, a pesquisa. A pesquisa nas universidades católicas tem um comprometimento ético de repercussão social, econômica, de organização, de uma qualidade que se evidencia com impactos na sociedade, inclusive sobre doenças raras, sobre atendimentos na pesquisa hospitalar, farmacêutica... Enfim, é bem ampla a repercussão do trabalho de estudos, de pesquisa, de extensão e de inovação das nossas universidades.

Então, vejam, a sociedade se beneficia, naturalmente, aos que têm condições, e lhes é caro, duplamente caro, quero dizer a palavra no duplo sentido, é querida, escolhida, a universidade e a educação católica, e também tem custo duplo, porque os pais já pagam impostos, e pagam duplamente por escolha. Então, são universidades, faculdades, escolas, lugares de assistência social, APAEs, onde nós trabalhamos formação para o trabalho, escolas técnicas, toda essa variedade de acordo com as diferenças regionais ou locais que são atendidas.

E vou concluir com alguns números só das associadas, porque nem todas as escolas católicas são inscritas na Anec: são 1.190 escolas de educação básica, a maioria delas de educação, fundamental e médio; muitas das creches não são inscritas, mas são atendidas; obras sociais são 260, no mínimo; 357 mantenedoras que tem essa rede de escolas; 75 universidades e faculdades inscritas; professores e colaboradores são mais de 200 mil pessoas – portanto, isso repercute também em sustento de famílias –; estudantes, 1,5 milhão. Enfim, se nós temos a certificação de reconhecimento na assistência social pelo Cebas, é certo que não o temos graciosamente como alguém que recebe um benefício, mas que é de fato uma contrapartida por um benefício que essas instituições fazem à universidade.

Portanto, apenas concluo reiterando o meu respeito ao senhor, como Senador, por trazer a discussão, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, desse tema tão relevante, tão caro e tão necessário, ou melhor, indispensável à sociedade brasileira. Portanto, que esta Casa e a Câmara dos Deputados também se sensibilizem diante desse grande valor das instituições filantrópicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou sem fins lucrativos em benefício da sociedade como um todo. É um serviço de valor educacional, de saúde, de assistência social, de integralidade, de formação dos jovens para o presente e o futuro do nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Quando eu vejo a Irmã Iraní, eu me lembro também das minhas tias freiras, porque três tias eram freiras da Ordem das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, dedicadas à educação também, e de dois tios franciscanos. Quase que eu fico franciscano também.

A SRA. IRANÍ RUPOLO – Já é. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – D. Paulo é bem conhecido, mas também é a Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, em Curitiba.

E meu pai, Osvaldo Arns, foi Reitor da PUC também. A universidade se transformou em PUC (Pontifícia Universidade Católica) no período dele, um momento importante também.

Mas que bom, Irmã Irani...

A SRA. IRANÍ RUPOLO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Foi uma reflexão tão boa e tão importante para a sociedade ver o valor do terceiro setor, a importância, a necessidade. Não são favores feitos, benefícios, como a senhora bem colocou. Não, é um trabalho efetivo e de muita qualidade a favor do povo brasileiro.

A SRA. IRANÍ RUPOLO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Parabéns.

Dr. Charles London, também é uma alegria recebê-lo aqui. A gente já se conhece há bastante tempo, né? É Presidente da Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Beneficentes do Estado do Paraná e representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

Com a palavra. Seja bem-vindo.

O SR. CHARLES LONDON (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Boa tarde a todos e a todas.

Primeiramente, quero saudar o Senador Flávio Arns. O Senador representa o povo do Paraná, o Estado do Paraná, ilustríssimo representante, é um profundo conhecedor do terceiro setor, como disse a Irmã, desde sempre, defendendo essas causas e trazendo luz aí para várias situações de dificuldade por que o setor regularmente passa.

Quero saudar o Presidente Custódio e parabenizá-lo pelo trabalho, pela condução, pelo material riquíssimo produzido pela Fonif, por quem foi contratada a Fipe, riquíssimo, muito importante, extenso, mas extremamente necessário.

Quero saudar a Irmã Iraní, representante feminina aqui na mesa – não poderia deixar de saudá-la e de saudar todos os aqui presentes –, e também registrar e agradecer a presença do Deputado Antonio Brito, um defensor das santas casas, dos hospitais filantrópicos; enfim, de todo esse segmento.

Tomei a liberdade aqui de fazer uma breve apresentação de algumas questões já apresentadas, mas que é necessário serem reforçadas aqui. Thaísi fez uma pergunta sobre o que acontece se essas santas casas e esses hospitais filantrópicos não existirem. Ninguém vai ter saúde no país ou vai demorar muito tempo para que isso seja, de alguma forma, reposto, de uma forma muito simples e muito direta. A estrutura, a qualidade que tem esse segmento dos filantrópicos é insubstituível, mesmo em longo prazo.

Eu trago aqui uma palavra da confederação, representando aqui o nosso Presidente, Flaviano Feu Ventorim, que, por questão de agenda, não pôde estar presente.

Se eu for escolher algum dos eslaides que eu preparei, talvez este aqui seja o mais importante de todos, porque traz o nosso tamanho e o tamanho, talvez, do problema, do desafio. Hoje são 1.868 hospitais filantrópicos; 900 são hospitais únicos em alguma região e cidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendendo de forma regional; representam 25% dos hospitais de todo o país. Mesmo sendo 25%, representam 40% dos leitos do SUS. É insubstituível isso a prazo longo – não falo nem a curto prazo, a prazo longo não se consegue. E 60% do atendimento do SUS é feito no sistema filantrópico, em alguns segmentos, mais; em outros, menos. Nas áreas de transplante e oncologia, esses números beiram quase 100% de atendimento.

Ressalto aqui, porque, às vezes, a gente tem uma visão parcial da situação: 80% dos hospitais são de pequeno e médio porte, e o problema aqui aumenta mais ainda, porque os de grande porte, às vezes, têm algumas alternativas para complementar seu orçamento, e esses de pequeno e médio porte, na grande maioria, ainda que tenham a exigência de atender 60% do SUS, atendem praticamente 100% do SUS. Então, eles não têm alternativa; qualquer aumento de despesa, qualquer aumento de custo pode inviabilizar a existência dessas unidades hospitalares.

Geramos hoje 1 milhão de empregos diretos. Acho que é importantíssimo sempre lembrar isto: qual é esse universo de pessoas envolvidas nesse sistema dos hospitais filantrópicos. É 1 milhão de empregos diretos. Segundo o Ipardes, lá do Estado do Paraná, para cada direto, se multiplica por 1,8 para os indiretos. Então, veja o tamanho da nossa responsabilidade e o tamanho da responsabilidade em tomadas de decisões.

Aqui eu trago uma linha do tempo sobre a implantação dessa reforma tributária, que atinge seu ápice na previsão em 2033, com a extinção definitiva de todos os tributos e a substituição só pela CBS e pelo IBS, já com reflexos previstos a partir de janeiro do ano que vem, ainda com alíquotas indefinidas, mas, nas alíquotas que estão sendo previstas, já com impactos significativos.

Já foi falado, mas é importante lembrar que elas têm a imunidade e a isenção da CBS e do IBS nas suas saídas, na prestação de serviço e fornecimento, mas vai ter impacto, porque, nos itens a serem adquiridos, serviços e tudo, vai ter um repasse de valores a mais, e a gente não tem a possibilidade de fazer geração de créditos dessas entradas. O tributo pago na aquisição, embutido nos preços dos fornecedores, torna-se custo definitivo e sem capacidade de recuperação no nosso caso. O resultado é um ônus tributário indireto, ricocheteado, como disse o Vanderlei, que acaba impactando o nosso custo.

Algumas das alíquotas previstas. Falava-se sobre 28,5%, então vão gerar novamente aumento real de custo. Hoje custo, custeio é o principal desafio dos hospitais filantrópicos. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitais filantrópicos, por recursos de emendas de Parlamentares, conseguem, às vezes, alguns investimentos, mas custeio é o grande problema. E todas as ações, todas as medidas que impactarem custeio dos hospitais só prejudicam e, muitas vezes, poderão inviabilizar alguns desses hospitais.

Então, no art. 9º, são imunes também ao IBS e à CBS, pela própria imunidade, mas sem a capacidade de fazer a tributação depois.

Algumas alternativas de que se tem falado sobre a questão de *cashback*. Entendemos que ela é inexequível, até pelo tempo. Novamente, há o problema de caixa, de fluxos de caixa; até que se efetive esse *cashback*, o dinheiro já foi, o gasto já aconteceu, o endividamento vem aumentando.

A redução de alíquota que está sendo estudada, de certa forma, não atende as necessidades dos hospitais, e há o impacto sistêmico com a inexistência desses hospitais ou a dificuldade no fornecimento de serviços.

Ainda se reconhece que a imunidade tributária foi preservada formalmente, entretanto o imposto incidente nas compras torna-se um custo definitivo, resulta na redução de capacidade de atendimento que é insubstituível a curto prazo. A regulamentação da reforma tributária não pode transformar essa imunidade em um custo oculto que reduz o atendimento à população.

A nossa preocupação... A nossa missão, a missão de todos os hospitais filantrópicos, como o senhor bem disse no começo: não há distribuição de lucro, tudo é revertido à própria população, e ela vai ser a grande prejudicada. Corrigir essa distorção não cria privilégio, preserva a capacidade do SUS de cuidar de milhões de brasileiros.

A palavra sempre é uma posição de neutralidade. Nós não temos nada contra, nem poderíamos ter nada contra a reforma tributária em si, mas temos uma preocupação muito grande com as dificuldades que isso venha a trazer, com até a perda de competitividade, porque outras entidades, mesmo do segmento hospitalar, terão uma redução do seu custo, dos não filantrópicos, sem a obrigatoriedade de atendimento ao Sistema Único de Saúde. Isso, do ponto de vista também de competitividade, reduz a nossa capacidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como já foi dito, a gente tem uma grande expectativa, Senador, da sua condução nesse relatório final, que possa minimizar ou zerar essas dificuldades que foram aqui apresentadas ao longo dessas apresentações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Eu agradeço a participação do Dr. Charles London. Também como já mencionei, nós já nos conhecemos há muitos anos. Parabéns pelo trabalho, assim como à Irmã Iraní!

Quero enfatizar, do ponto de vista religioso, que esse trabalho é inter-religioso também. Todas as denominações religiosas têm, na verdade, iniciativas importantes nessa área da educação, da assistência, da saúde. Eu conheço inúmeras no Paraná, no Brasil que fazem um trabalho de alta qualidade, de muita qualidade! Há também entidades que fazem um trabalho muito bom não tendo, não participando de alguma denominação religiosa, também trabalhos exemplares e, como foi colocado por todos, como carisma, como missão, como vocação não remunerada na área da administração também, da orientação. É claro que, quando há 1 milhão de empregos diretos, esses empregos são remunerados, mas, na quase totalidade, essa administração, esse gerenciamento não é pago, não é remunerado.

O importante deste momento foi oportunizar para o Congresso Nacional e também para a sociedade brasileira a apresentação de uma pesquisa de fôlego, importante, necessária para se ter os números e apresentar esses números para a sociedade brasileira.

Muito se discute sobre o terceiro setor. Todos nós que estamos nesta sala sabemos da importância, da necessidade, mas queremos que mais pessoas se envolvam nessa tarefa de compreensão do que seja o terceiro setor para o bem-estar do povo brasileiro. Por isso, a pesquisa que foi feita mostrando, radiografando, colocando visivelmente, tangivelmente o que acontece nessa área no Brasil. E, a partir dessa primeira pesquisa, até a gente sugere que outras pesquisas aconteçam em cursos, em trabalhos de conclusão de curso, nas faculdades, universidades, nos trabalhos de especialização, *lato sensu*, mestrado, doutorado. Quer dizer, tendo uma pesquisa, a partir dela muitas outras reflexões podem ser feitas. Então, eu tenho certeza disto, é uma coisa que vai continuar por muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos que valorizar isso e dizer "olha, essa é uma riqueza que o Brasil tem", de atender 25% da população. Por exemplo, dos hospitais, 40% dos atendimentos, todos os empregos diretos... Eu até diria, olha, em algumas áreas, a população estaria à mercê, ainda está à mercê, em muitas regiões, em muitas cidades, porque o terceiro setor também tem um fôlego que precisa receber recursos, incentivos para que possa expandir e atender melhor a população. Alguém, sendo Prefeito, e falar para os Prefeitos, ou Governador, ou Presidente da República, deveria chamar o terceiro setor: "Olha, vamos trabalhar juntos aqui; vamos fazer aqui o que podemos fazer, ampliar; olhar essa região, aquela outra".

Lá no Amazonas, o barco, o navio de saúde, percorrendo aquelas comunidades todas... Lá no interior do Pará, do Norte do Brasil, em regiões vulneráveis, quer dizer, muita coisa pode ser feita, e há necessidade de recursos. Porque, olha, uma vez eu visitei uma iniciativa lá no Paraná, coordenada por uma freira. Ela disse: "Eu já estou cansada de fazer *pizza*, de fazer feijoada, de fazer isso, não aguento mais; perdi, já estou cansada de fazer tanta iniciativa". E o poder público tem que ajudar, dizer "olha, que bom". Eu fui recebido nessa iniciativa da freira, nesse município, com os alunos tocando violino. Lá no interior do Vale do Ribeira, numa escola, essa é uma outra iniciativa, numa escola de 20km de estrada de chão.

Quer dizer, chego lá naquela escola, lá no interior do Vale do Ribeira, que é uma região extremamente debilitada também, com os alunos tocando violino também, escola em período integral. Eu digo: olha, é isso que é necessário. O Brasil tem jeito desde que o governante fale: "Olha, não sou eu, não sou eu Prefeito, não sou eu Presidente, Governador, sozinho; somos nós juntos". Nada sobre nós sem nós – é uma expressão. Vamos juntos, vamos trabalhar, somar esforços, caprichar mais nessa direção.

Então a gente está muito feliz, como Senado Federal, de ter aqui à disposição... Já combinei com a mesa e também com os participantes. Já está disponível o relatório, mas eu gostaria que ele fosse lido com cuidado também, para ver também a mudança na tributação e que qualquer outra necessidade seja apontada para o Senado – "Olha, aqui tem um problema, lá tem outro." – , para que as soluções possam ser conseguidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém perguntou, entre uma fala e outra... É claro que vamos pedir urgência para isso. Aprovando – acho que não vai haver problema nenhum em aprovar na Comissão –, pede-se a urgência para ir para o Plenário, para ser aprovado também, né? (*Palmas.*)

Muito bom.

Eu tinha dito, no início deste nosso encontro, desta nossa reunião, que teríamos que terminar até 16h, porque há o Plenário hoje, e hoje se discute no Plenário o Estatuto do Aprendiz. Está aqui o Antônio também, que está nos ajudando bastante nesse sentido. Não sou eu o Relator, mas acabei ficando, como se chama, Relator *ad hoc* na Comissão. E o Antônio é uma pessoa que entende muito dessa área, Presidente também da federação. O Clóvis está aqui também, que trabalhou com a Dra. Zilda, minha tia, durante 20 anos também, e foi do Conselho Nacional de Saúde; o Rafael Bertoldi, que coordena também. Sejam todos e todas muito bem-vindos e bem-vindas.

Agradeço, em primeiro lugar, à Secretaria, que sempre se desdobra para tudo dar certo, aos expositores e à expositora, né, Irmã Iraní? Animada, firme? Sim?

A SRA. IRANÍ RUPOLO – Sim, sempre.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Sim e sempre, né?

Quero agradecer aí a presença de todos e todas aqui no plenário da Comissão; agradecer aos meios de comunicação do Senado, o que é importante, porque o que foi falado hoje aqui vai ser repetido para o Brasil inúmeras vezes, e sempre haverá pessoas: "Olha, vou me deter mais nisso. Eu quero ver esses dados, quero ver essa pesquisa, me interessa". Isso é importante. Então, os meios de comunicação do Senado e todos que estão nos acompanhando... E eu penso que o grande objetivo da apresentação da pesquisa foi cumprido e o chamamento para continuarmos juntos, não é?

Então, obrigado a todos, obrigado a todas, aos expositores, à Irmã Iraní.

E declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (48ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (59ª REUNIÃO), EM 13 DE AGOSTO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dezoito minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Lucas Barreto, Dra. Eudócia, Wilder Morais, Paulo Paim, Laércio Oliveira, Roberta Acioly, Esperidião Amin, Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Alessandro Vieira e Flávio Bolsonaro e ainda dos Senadores, Ciro Nogueira, Carlos Viana, Irajá, Jaques Wagner e Eduardo Gomes, não-membros das comissões. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Eduardo Girão, Romário, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Lourdinha Pereira, Dr. Hiran, Sergio Moro, Cid Gomes, Marcos Rogério, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 55/2026 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 117/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater a jornada do paciente com Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN) no Sistema Único de Saúde (SUS). **Participantes:** Maria Cecília Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências – AFAG; Joana Corrêa de Araújo Koury, Médica Hematologista; Viviani de Lourdes Rosa Pessoa, Médica Hematologista; Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; e Marcos Laércio Pontes Reis, Médico Hematologista. **Resultado:** Realizada. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 58/2026 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 95/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Discutir os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento e políticas públicas para a Insuficiência Adrenal no Brasil, incluindo a Hiperplasia Adrenal Congênita e o Câncer Adrenocortical. **Participantes:** Maria Cândida Barisson Villares Fragoso, Médica; Adriana Santiago, Vice-Presidente da Associação Brasileira Addisoniana - ABA; Cheryl Berno, Advogada; Adriana Lúcia Wendt Fadel, Presidente da Associação Brasileira Addisoniana - ABA; e Renata Santarem de Oliveira, Representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Metabologia. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/13

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a 59ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Ó Comissão de Assuntos Sociais, vocês estão na 48ª, e eu já estou na 59ª. Corram para me pegar, corram! Falem para o seu Presidente.

Duas Comissões estão reunidas aqui hoje – isso mostra a importância que o Senado está dando ao tema –: a Comissão de Assuntos Sociais, que discute saúde, e a Comissão de Direitos Humanos. É porque nós não vamos mais falar de nenhuma doença sem trazer para o debate os direitos das famílias. Eu não quero falar só de tratamento, diagnóstico, remédio... Nós estamos inovando aqui no Senado. Nós vamos abordar também os direitos, o direito da mãe, o direito do pai, o direito do irmãozinho, o direito ao trabalho, o direito ao acesso ao mercado de trabalho, o direito à escola... Então, nós estamos fazendo sempre isso. Todas as vezes em que nós formos debater um tratamento, uma doença, uma síndrome, nós vamos trazer a Comissão de Direitos Humanos para o debate também.

A presente reunião divide-se em duas partes. A primeira parte atende aos Requerimentos 55, de 2026, da CAS, e 117, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater a jornada do paciente com hemoglobinúria paroxística... Falei certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Noturna. Eu vou aprender tudinho. (*Risos.*) No Sistema Único de Saúde.

A segunda parte atende aos Requerimentos 58, de 2026, e 95, de 2026, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater os desafios relacionados a diagnóstico, tratamento e políticas públicas para insuficiência adrenal no Brasil, incluindo hiperplasia adrenal congênita e o câncer adrenocortical.

Por que as duas na mesma audiência? Porque nós temos pressa. E por que nós vamos debater agora? O Orçamento da União começa a ser elaborado em outubro, e, se a gente tiver algum encaminhamento aqui que vai ter que tocar no Orçamento da União, eu não poderia deixar para depois. Então, nós estamos com uma fila enorme de doenças e síndromes para discutir. Assim, eu fiz a divisão do tempo para nós falarmos das duas doenças, e eu espero que vocês entendam. E aqui eu sei que um não quer aparecer mais que o outro: todo mundo quer tratamento e direito, não importa a condição do paciente.

Informo que as audiências têm a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contarão com serviços de interatividade com o cidadão, Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará recebimento de perguntas e comentários aos respectivos expositores via internet.

Cada expositor terá dez minutos para fala. Nós temos um cronômetro, eu peço à Secretaria que não toque campainha. Nós possivelmente tenhamos pessoas neurodivergentes, e a campainha incomoda. Eu vou acabar com essas campainhas no Brasil inteiro, e que venha um sinal sonoro bonito, né, Luciana? A gente vai... Lá na CDH, a gente já acabou, né? E apenas que avise ao expositor que o tempo dele foi vencido, ou com bilhetinho, ou dar um toque, mas a gente vai pedir para eles ficarem atento ao cronômetro que tem ali atrás.

Senhoras e senhores, esta audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nos reúne para debater a jornada do paciente com hemoglobinúria paroxística noturna. Falei certo agora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – A HPN, no Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma discussão que ultrapassa os limites de uma enfermidade específica. Estamos falando sobre o direito fundamental à saúde, sobre a efetividade das decisões do Estado e, sobretudo, sobre o tempo que separa a existência formal de um tratamento de sua chegada efetiva ao paciente.

A HPN é uma doença rara, adquirida e potencialmente grave, caracterizada pela destruição anormal das hemácias e associada a manifestações como anemia, fadiga intensa, insuficiência renal e eventos trombóticos. Dados apresentados pela Conitec, em 2026, registram que, entre 2008 e 2018, em dez anos, foram identificados 675 pacientes com HPN no sistema de informação do SUS, dos quais 52,4% eram mulheres, com prevalência estimada de aproximadamente um caso para cada 237 mil brasileiros.

A própria Conitec reconhece que a informação epidemiológica ainda é limitada, inclusive em razão da raridade das dificuldades de diagnóstico da doença – é exatamente isso que nós vamos falar. E na região ribeirinha do Brasil? E na região rural? Quantas subnotificações? Quantas pessoas sendo tratadas, porque o médico acha que é uma outra doença? Nós vamos falar também sobre a subnotificação.

HPN deve ser compreendida também no contexto mais amplo das doenças raras. O Ministério da Saúde informa que essas condições em conjunto podem atingir entre 3,5% e 5,9% da população mundial e que frequentemente são crônicas, complexas e exigem acompanhamento especializado e contínuo. No Brasil, estimativa divulgada pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia em 2025 aponta que cerca de 13 milhões de pessoas convivem com alguma doença rara. Portanto, embora cada enfermidade alcance individualmente um número reduzido de pessoas, o desafio coletivo está longe de ser pequeno.

No caso da HPN, o debate ganha especial relevância diante dos avanços terapêuticos ocorridos nos últimos anos. O SUS já disponibiliza o eculizumabe – falei certo? – para pacientes que atendam aos critérios estabelecidos no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas. Em março de 2024, o Ministério da Saúde decidiu incorporar também o ravulizumabe para o tratamento da HPN, estabelecendo expressamente o prazo máximo de 180 dias para efetivar sua oferta ao Sistema Único de Saúde. Entretanto, a página oficial do PCDT da Conitec, atualizada em julho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2026, continua indicando como protocolo vigente para HPN aquele aprovado pela portaria conjunta de 2019. É justamente nesse intervalo entre incorporação, atualização dos instrumentos assistenciais e acesso concreto que se encontra uma das questões centrais dessa audiência.

Não se trata apenas de um problema administrativo para quem convive com uma doença grave e progressiva. Tempo é parte do tratamento. A demora pode significar manutenção de sintomas incapacitantes, agravamento clínico, hospitalizações e maior impacto sobre a vida profissional, familiar e social. Pode significar também maior utilização de outros serviços do SUS e, em determinadas situações, a busca do Poder Judiciário como alternativa para obtenção de uma terapia já reconhecida pelo próprio Estado.

Essa preocupação ganhou confirmação institucional recente. Em março de 2026, no julgamento do Processo 039.346/2023-4, o Tribunal de Contas da União avaliou os processos de incorporação de tecnologias ao SUS e de elaboração dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. O tribunal determinou ao Ministério da Saúde que se definam responsabilidades pelo acompanhamento e controle do prazo previsto no art. 25 do Decreto 7.646, de 2011, e adote medidas para assegurar que as tecnologias incorporadas sejam disponibilizadas no menor tempo possível.

É um diagnóstico importante. Avaliar e incorporar uma tecnologia é apenas uma etapa. A política pública somente se completa quando aquilo que foi incorporado chega, efetivamente, na hora certa, a quem necessita.

O ordenamento jurídico é claro. O art. 25 do Decreto 7.646, de 2011, estabelece prazo máximo de 180 dias, contado da publicação da decisão de incorporação de tecnologia em saúde ou de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas, para que as áreas técnicas efetivem sua oferta ao SUS.

A Lei 8.080, de 1990, por sua vez, consagra a assistência terapêutica integral e determina que a avaliação das tecnologias considere evidências científicas de eficácia, efetividade e segurança, além da avaliação econômica comparativa de benefícios e custos. O desafio, portanto, não é apenas produzir boas decisões técnicas, mas assegurar a capacidade institucional para executá-las tempestivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil possui instrumentos importantes: um sistema universal de saúde, uma política nacional voltada a doenças raras, mecanismo de avaliação de tecnologias e participação social institucionalizada. Em 2025, inclusive, a legislação brasileira ampliou a participação social na Conitec, assegurando representação de organização da sociedade civil vinculada à condição da saúde analisada. O que precisamos garantir é que essas estruturas funcionem de maneira articulada, transparente e orientada para resultados concretos na vida das pessoas.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado cumprem aqui uma função essencial do Parlamento: ouvir pacientes, especialistas, gestores e sociedade civil, Governo; fiscalizar a execução das políticas públicas; identificar lacunas normativas e institucionais; e avaliar os aperfeiçoamentos legislativos necessários.

Em doenças raras, os números podem ser pequenos quando observamos cada diagnóstico isoladamente, mas nenhum número é pequeno quando representa uma pessoa aguardando o tratamento. Incorporar uma tecnologia é reconhecer seu lugar no sistema público de saúde, fazer com que ela chegue ao paciente no tempo adequado, é transformar esse reconhecimento em direito efetivamente exercido.

Que esta audiência pública contribua para reduzir essa distância e para fortalecer um SUS cada vez mais orientado por evidências, transparência, eficiência, equidade e respeito à dignidade humana! Que a gente caminhe nesse sentido durante a realização desta audiência!

Eu não posso deixar de falar o seguinte: são vocês – sociedade civil organizada, famílias, pacientes, andando nos corredores deste Congresso Nacional – os responsáveis pelo avanço da legislação na proteção e garantia dos direitos do tratamento dos pacientes. E vou dar um exemplo desta semana... dois exemplos desta semana. Ontem nós entregamos para o Brasil uma lei. E vocês não têm ideia da minha alegria. Nós entregamos ontem a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa – dos pacientes – com Síndrome de Tourette. E sabe como tudo aconteceu? Numa audiência pública como esta, lembram? Inclusive, quando a gente começou a trazer os pacientes com a síndrome, tinha gente no Congresso que se incomodava, porque eles faziam muito barulho. "É difícil, Senadora, falar com eles com esses tiques". Era de propósito que a gente os trazia. Uma discussão incrível!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para vocês terem uma ideia, não estava na pauta de terça-feira da Comissão. Aí eu cheguei aqui quietinha, o Presidente da Comissão estava aqui, de boa. Ele é um amor, o Senador Marcelo Castro. Aí eu de boa, de forma esperta – porque a gente aqui é boazinha, mas a gente é esperta, tá? –, falei assim: "Ô, meu Presidente, tem um projetinho tão bom, que é do coração de todo mundo; não está na pauta. O senhor não poderia colocar extrapauta?". E ele: "Pois não, minha Senadora, é um projeto bom?". "É", colocamos extrapauta a instituição de uma política nacional para os pacientes com a síndrome. Agora é uma política nacional, e ela é completa. Ele colocou na pauta. Tinha só três Senadores no Plenário.

Aí eu falei com os três Senadores: "Gente, isso aqui é perfeito". Passou por unanimidade, o meu voto, o do Presidente e do... Eu não passei a perna em ninguém, tá, gente? (*Risos.*) Podiam ter lido, mas passou. Só depois que passou, foi que toda a Comissão entendeu que extraordinário que foi.

Aí alguém disse: "E agora vai demorar para isso ser votado no Plenário". Saímos daqui eu, o Senador Alessandro e a Deputada Katarina, fomos para o Plenário e ficamos assim no Plenário: "Presidente Davi, tem um projetinho [olhem só a humildade da gente] que passou hoje, unânime, de que todo mundo gosta". "Ah, é? É bom?". "É bom", botou na mesa. "Vamos colocar extrapauta?". "Vamos", ele leu. Todo mundo teve a chance de ler, não teve? Ele leu, perguntou quem era contra, quem era a favor. Unanimidade!

Estratégia. Vocês estão entendendo? Conquistar o coração dos Senadores, estratégia... E tudo isso foi responsabilidade de vocês. Claro, a gente tem que pegar um dia em que está todo mundo de bom humor. Meu Deus, eu estou sendo filmada e estou falando isso?! São estratégias. E nós entregamos para o Brasil, terça-feira – não é, Luciana? – a política nacional para os pacientes e famílias com a síndrome de Tourette. Gente, vocês têm ideia do que é isso? As escolas vão ter que se adaptar, o mercado de trabalho vai ter que se adaptar para recebê-los, a inclusão deles no mercado de trabalho, as campanhas pelo fim de preconceito e estigmatização...

O.k., mas vocês acham que só foi isso esta semana? Não, não, não! Nós aprovamos também, de forma terminativa, já indo para sanção do Presidente da República – essas duas leis vão para sanção, tá? –, a política pública para os pacientes com LAM. Foi lindo! Aprovou-se em um minuto nesta Comissão de forma terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer, gente? De uma audiência pública como esta pode nascer uma lei instituindo uma política pública específica para o paciente da doença que vamos discutir aqui. Então, não é só para a gente se encontrar e debater, é uma audiência também para encaminhamento.

Mas eu não posso continuar a audiência sem fazer um registro triste. É a terceira vez que eu faço o registro esta semana. Eu fiz isso na CAS, na terça-feira, junto com Mara Gabrilli, e ontem na Comissão de Direitos Humanos, mas eu queria fazer este registro para vocês também. Eu falo que vocês, sociedade civil, são responsáveis por muitos avanços. Nós não teríamos a Lei Brasileira de Inclusão se vocês não tivessem nos corredores gritando por ela. Foram 13 anos. Eu era uma assessora lá na Câmara quando eu comecei a trabalhar com ela. Foram 13 anos que essa lei demorou para ser aprovada! Ela foi aprovada em 2015, estamos em 2026, e ela não foi toda regulamentada ainda. Olhem a nossa luta!

Nessas lutas nos bastidores, nós temos heróis anônimos. E uma das heroínas anônimas era a Cíntia. Com certeza, a Cíntia estaria aqui, hoje, sentadinha com a gente. Há duas semanas, Cíntia partiu, e nós estamos morrendo de saudade dela. A Cíntia fez um trabalho incrível de conscientização. Ela ia, com todas as suas limitações, de gabinete em gabinete, conversar com Senadores e Deputados. Ela esquecia a dor e a limitação e lutava por todas as doenças raras, por todas as pessoas com deficiência. Lamentavelmente, Cíntia estava aguardando um remédio, a liminar saiu, e o remédio chegou à casa dela uma semana depois que ela tinha partido. Ainda é essa a realidade que nós temos no Brasil.

Inclusive, depois disso, na terça-feira, um grupo de ativistas veio conversar com os Senadores para falar o seguinte: "Numa situação dessa, em que o remédio chega à casa, e a pessoa partiu, e a família lutou tanto por esse remédio caríssimo, o que fazer com esse remédio?". Nós tivemos informações de que, em alguns momentos, esse remédio, quando devolve-se para o laboratório, é incinerado, porque ele era de um paciente. Então, eu e Mara Gabrilli estamos pensando numa forma de a gente apresentar uma legislação de que, ao chegar esse remédio – ou, então, a sobra do remédio –, ele imediatamente ser direcionado, com a família participando desse processo, para o próximo paciente da fila que está há dois, três anos aguardando uma liminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para a Cíntia, demorou que aquela liminar fosse deferida. Nesse sentido, eu queria pedir a vocês – a gente falou muito da Cíntia esta semana, mas eu acho que este é o foro ideal –, em homenagem à Cíntia, de que nós vamos sentir tanta saudade, de que eu vou sentir saudade (*Manifestação de emoção.*)... Eu queria pedir que nós fizéssemos um minuto de silêncio pela partida dela. Eu queria convidar vocês a ficarem de pé.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dando sequência à nossa audiência, eu convido, para compor a primeira mesa, Maria Cecília Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências (Afag). Maria Cecília, seja bem-vinda! (*Pausa.*)

Eu acho que vou dar um *bottom* de Senadora para Maria Cecília. (*Risos.*) Ela está sempre aqui com a gente.

Eu convido para compor a mesa, para estar comigo aqui do meu lado esquerdo – só do lado, está bem? –, Joana Corrêa de Araújo Koury, Médica Hematologista. Doutora, muito obrigada por estar conosco. (*Pausa.*)

Convido para compor a mesa também agora Viviani de Lourdes Rosa Pessoa. Seja bem-vinda, Viviani. (*Pausa.*)

Nesta mesa também está conosco Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde. Natan está sempre com a gente nos debates. Obrigada, Natan.

Eu não posso deixar de reconhecer que o Ministério da Saúde tem se colocado à disposição para o diálogo. Talvez não tenhamos todas as respostas, mas ter Natan nesta audiência é uma demonstração de que estão dispostos a fazer o diálogo e a encontrar caminhos e solução. Como Natan está com uma agenda lotada – nós estamos numa semana de esforço concentrado no Congresso Nacional, os Parlamentares só estão aqui esta semana e os Parlamentares buscam o Ministério da Saúde o dia inteiro –, nós vamos ouvir Natan primeiro, de forma *online*. Inclusive, Natan, como você não vai poder ficar para a segunda etapa da audiência, já também aborde o segundo tema da segunda audiência. E vou fazer um pedido: as perguntas que vierem, os comentários que chegarem a Secretaria vai lhe encaminhar por *e-mail*, e você, por favor, junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com sua equipe, Doutor, encaminhe as respostas e os pedidos que a Comissão vai encaminhar para você.

Seja bem-vindo, dez minutos. E, se alguém da sua equipe puder ficar assistindo à audiência para ir anotando, para facilitar, inclusive, as suas respostas depois, eu acho que seria interessante. Bem-vindo, Dr. Natan, dez minutos.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Damares.

A equipe vai acompanhar aqui, sim, e a gente sempre revê, quando possível, as gravações das audiências que tratam do tema de doenças raras, para os alinhamentos internos, para a gente poder atender as demandas da população.

Queria agradecer o convite para estar aqui.

São dois temas bem complexos, delicados e com uma demanda muito específica da comunidade de pacientes, que é a questão do acesso a medicamentos específicos para suas condições.

Eu já queria fazer uma breve colocação sobre essa questão dos medicamentos em particular. Esse é um tema que tem sido tratado no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos, e, dentro dessa secretaria, a gente tem áreas específicas que lidam com a demanda.

No caso da HPN, da hemoglobinúria paroxística, tem um debate acontecendo neste momento, internamente ao Ministério da Saúde, sobre os medicamentos, sobre a oferta, sobre como o Ministério da Saúde, em conjunto com os estados – a gente não pode esquecer disso –, vai conseguir fazer o fornecimento desses produtos para atender as necessidades da população afetada pela condição. Já tive a oportunidade de conversar com a Maria Cecília aqui no Ministério da Saúde. Nós recebemos aqui as associações de pacientes para o diálogo, para tentar qualificar um pouquinho melhor, para entender um pouquinho melhor a demanda específica. Nós temos feito diálogos aí também com os representantes da indústria farmacêutica. Para a hemoglobinúria paroxística, são vários produtos neste momento em debate, dentro do Ministério da Saúde, alvos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí da avaliação da Conitec. Então, como esse processo é um processo em curso, e eu sou da Saes (Secretaria de Atenção Especializada), eu não vou avançar sobre esse tema.

Rapidamente, sobre a demanda também dos pacientes que são afetados ou que vivem aí com algumas das deficiências que a gente cobre pelo Programa de Triagem Neonatal, neste momento, particularmente a questão da insuficiência adrenal ou da hiperplasia adrenal congênita, do tumor adrenal, a gente tem tratado também isso com algumas iniciativas importantes. Já conversamos também com as associações de pacientes. Eu sei que a Adriana, por exemplo, está aí, já me mandou aqui uma mensagem no WhatsApp.

Enfim, a gente tem trabalhado... As duas situações são situações um pouquinho diferentes, Senadora Damares. Numa a gente tem uma oferta de diversos produtos, e aí há um debate sobre eficácia, preço, como é que a gente garante acesso para essas tecnologias, que é o caso da HPN. E, por outro lado, na hiperplasia adrenal congênita, a gente tem um problema diametralmente oposto que é o de a gente contar agora com medicamentos órfãos, quer dizer, de as indústrias farmacêuticas não se apresentarem ou a gente ter algumas dificuldades de fornecimento dos produtos necessários, exatamente porque a gente não tem uma matriz de fabricação desses produtos aqui no Brasil. Daí a importância de, junto com o Senado, junto com as casas de leis, a gente fortalecer, mediante orçamento, mediante iniciativas legislativas, o nosso complexo industrial para que esses produtos possam ser produzidos aqui no Brasil também. Então, nós já temos conversado com a equipe de Farmanguinhos, no sentido de prover medicamentos para algumas lacunas.

Mas eu queria brevemente falar de um outro aspecto que é um aspecto positivo de todo este debate, para trazer um pouquinho de alento também para quem nos ouve aqui.

No caso da hemoglobinúria paroxística noturna, a gente tem uma questão fundamental. O medicamento é superimportante, é definidor de qualidade de vida, de sobrevivência desses pacientes, a gente reconhece enquanto Ministério da Saúde a importância dos medicamentos, mas, para ter acesso aos medicamentos, a gente tem outra questão fundamental que é criar os pontos de atenção na rede de saúde para que os pacientes possam ser acolhidos. A gente está falando aqui de uma doença hematológica rara que pode estar relacionada aí com uma mutação gênica, que leva a alterações de células do sangue. Então, a gente precisa ter profissionais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consigam, em tempo oportuno, acolher os pacientes que vão estar com esse processo de dano no sangue, de hemólise intravascular, com as complicações que a gente tem também relativas à medula, às tromboses e a todo o quadro que afeta a vida, afeta a qualidade de vida, como a fadiga, a dor abdominal, a disfagia, enfim, a gente sabe disso. E, para a gente conseguir fechar esses diagnósticos de uma maneira melhor, dentro do Sistema Único de Saúde, a gente precisa prover também uma estrutura de diagnóstico. Então, no caso da hemoglobinúria paroxística, além das provas que a gente tem hoje ofertadas no SUS, há necessidade de a gente estruturar uma rede de laboratórios superespecializados que faça uma técnica específica chamada citometria de fluxo, que tem sido considerado o padrão ouro para detectar as alterações nas proteínas envolvidas com a HPN. A gente tem trabalhado nisso. Internamente, o Ministério da Saúde tem discutido como vai fazer com esse portfólio de produtos. E a gente espera que, no cenário da Conitec, uma decisão positiva para a comunidade de pacientes venha atendendo as necessidades. A gente tem parceria produtiva com a indústria, tem produtos de diversas naturezas que têm sido ofertados... Então, a gente tem feito esse trabalho.

Rapidamente, Senadora, para não me estender muito, por conta do tempo, queria falar também da outra demanda que está aí no plenário, com todos os pacientes das doenças adrenais. No âmbito da triagem neonatal, com o advento da nova portaria que foi elaborada, a gente instituiu a câmara técnica, que começou a fazer os debates necessários para a gente poder melhorar também o perfil diagnóstico dessas condições – algumas diagnosticadas na triagem neonatal, outras de modo mais tardio –, mas a gente tem feito um esforço qualificado no sentido de prover essa estrutura de diagnóstico para os pacientes e melhorar o nível de atenção também na rede. Essas condições têm diversas formas, essas doenças relacionadas à adrenal, principalmente a hiperplasia adrenal congênita, que tem sido um alvo recorrente do nosso debate, que tem forma clássica, forma não clássica, forma perdedora de sal... Então, a gente tem trabalhado para melhorar a triagem neonatal, para fazer esse debate junto aqui a laboratórios públicos para prover os corticoides necessários para o tratamento. A gente tem discutido também com as sociedades médicas como é que a gente melhora o perfil de atendimento, nesse caso de endócrino, de oncologia, e esse debate não se esgota só nos fármacos.

Eu sei que a associação de pacientes está em busca de respostas em relação aos fármacos, mas é importante dizer aqui que vocês têm em nós aqui na Coordenação de Raras – tanto os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes de HPN, quanto os de hiperplasia adrenal e tumor da adrenal também – um parceiro. A gente está tentando buscar, enquanto Ministério da Saúde, as soluções necessárias, pertinentes para poder atender vocês, mas, vejam, essas soluções passam por diversos elementos que são desafiadores para a gente e requerem, Senadora Damares, o apoio de vocês no Senado, o apoio dos Deputados também, que é isso que a senhora falou no início da sua fala. Então, a gente precisa definir orçamento adequado para atender essas necessidades de doenças raras em particular, a gente precisa de estrutura laboratorial, por exemplo, com emendas parlamentares dirigidas, orçamento previsto adequadamente para a gente poder levantar esses laboratórios, equipar esses laboratórios, prover os *kits*, garantir sustentabilidade, apoiar as equipes para que se instituam para atender esses pacientes. Isso tudo é necessário, e a gente só vai conseguir construir com soluções conjuntas entre o Executivo e o Legislativo.

Finalizando, eu permaneço aqui à disposição, Senadora Damares, das duas Comissões, das associações de pacientes, com que a gente já tem conversado bastante. E a gente está envidando aqui os esforços necessários para poder atender essas necessidades.

Eu deixo aqui uma saudação em nome do Ministro Padilha e de toda a equipe do Ministério da Saúde, mantendo essa porta, mantendo essa escuta ativa, aqui, esse diálogo ativo.

Desejo uma boa audiência aí para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dr. Natan, obrigada – obrigada – por participar.

Eu sei, Dr. Natan, que nem tudo depende do senhor. E conheço as suas motivações, mas conheço que é o sistema, como um todo, que tem que ser mudado. Não adianta o senhor estar bem motivado aí. Eu estive, como Ministra, no passado, bem motivada, e a gente esbarra num monte de obstáculo – um monte –, obstáculos que passam muito pelo orçamento.

Nós vamos ter que fazer uma mudança de paradigma, nós vamos ter que fazer uma mudança de conceito, nós vamos ter que incomodar o sistema – incomodar.

Quando eu vejo, Dr. Natan, que sai um relatório de que, nos últimos dois anos, os Prefeitos gastaram... Olha, gente, eu não tenho nada contra eventos culturais, nada contra – pelo contrário, eu gosto de forró, sou uma Pastora que gosta de forró –, mas, quando eu vejo que os Prefeitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastaram no Brasil, nos últimos dois anos, R$6 bilhões em *shows* e eu tenho famílias aguardando um remédio há dois anos... É uma questão de paradigma, é uma questão, Dr. Natan, de mudança de conceito.

Quando você chega aí e herda um PPA de outro ministério, esse conceito já está no outro PPA. Nós vamos ter que fazer mudanças de conceitos no PPA, planejamento, política pública, e é o que você disse: orçamento da União. Nós vamos ter que ser a base do orçamento da União e não o topo, lá em cima, para, quando a gente chegar a uma reunião – como eu já cheguei, Dr. Natan, como ativista e assessora, antes de estar sentada aqui como Senadora... Estou sentada aqui como Senadora por obra e graça divina, porque é impossível eu ter sido eleita Senadora diante da lógica da política nacional. Foi obra e graça, e hoje eu acho que foi a oração dos pacientes com doenças raras.

Estou aqui, mas já estive como ativista e como assessora em Ministério da Saúde, e ter ouvido no passado, num passado distante... Nos mais recentes, eles não falam isso, porque o ativismo das instituições tem imposto a eles um respeito maior ao se tratar do tema. Mas eu ouvi, Dr. Natan... Eu estava numa reunião sentada atrás do Parlamentar – porque assessor não fala – e ter que ouvir de um Ministro: "Não tem o que fazer. Eles são muito caros"... Então, é esse paradigma que a gente tem que mandar. Eles não são caros, eles são raros. É esse paradigma.

Então, Dr. Natan, entendo a sua motivação, mas confesso que eu estou preocupada. Nós estamos num período eleitoral, e eu estou futucando a rede social de tudo que é candidato a Senador, a Deputado e os presidenciáveis. Eu não estou ouvindo ninguém falar de doenças raras. Eu acho, inclusive, que as instituições que estão aqui vão ter que pedir a todos os presidenciáveis que falem, que façam um compromisso público com as doenças raras e que, no mínimo, digam que sabem que existe doença rara.

Então, eu acho que é o momento, inclusive, para esta audiência e para a gente ouvir... Por exemplo, o Presidente Lula, eu sei o que ele pensa, ele tem uma coordenação – Natan está querendo aí acertar –, mas e os outros? E se não for Lula eleito? E se não for Flávio Bolsonaro? Porque eu estou torcendo pelo Flávio Bolsonaro, é claro. E, se não for ele – porque eu vou ficar futucando-o – e vier um terceiro ou um quarto que nunca ouviu falar de doenças raras, a gente vai começar do zero?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é o momento também para que as associações que estão aqui cobrem posicionamento público não só dos presidenciáveis, mas também dos candidatos que vão vir para esta Casa.

Eu ainda tenho quatro anos de mandato para incomodar muito, Dr. Natan. Não sei se é o senhor que vai estar aí nos próximos anos, mas o senhor sabe da forma como eu trabalho, com muito respeito, mas sem me omitir diante do tema.

Dr. Natan, obrigada por estar conosco nesta audiência. Nós vamos procurá-lo, e as perguntas que chegarem vamos lhe encaminhar, mas o fato de ter aceitado o convite para participar mostra respeito ao debate, respeito ao tema. Que Deus te abençoe! Que tu tenhas sucesso aí no teu trabalho! Já agradeça ao Ministro Padilha e já o oriente a falar para o candidato Lula que faça um pronunciamento, um comunicado de como ele vai lidar, no quarto, quinto, sexto governo dele, com relação a doenças raras. Muito obrigada, Dr. Natan. Foi uma alegria tê-lo conosco.

Na sequência, ouviremos, com muito carinho, Maria Cecília Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências.

A SRA. MARIA CECÍLIA OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria muito de agradecer à Senadora Damares, às Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos, por realizarem esta audiência, por nos acolher, como sempre tem feito.

Gostaria de cumprimentar todos que estão aqui para falar; cumprimentar o Natan ao saber o quanto também ele se esforça e o quanto também ele tem limites a serem enfrentados, mas que a gente tem que enfrentar; cumprimentar a Dra. Viviani e a Dra. Joana, grandes amigas, médicas hematologistas e grandes especialistas em HPN. Também gostaria de cumprimentar o nosso querido médico Dr. Marcos Laércio, que veio e fez questão de estar aqui, um grande especialista em HPN, que sabe da importância do tema e falou: "Eu vou estar presente, conte comigo" – e ele está aqui. Gostaria de cumprimentar todos os nossos pacientes, as pessoas com doenças graves, raras e deficiências, principalmente as pessoas com HPN que estão aqui para trazer um pouco dessa história, os Parlamentares e o público em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Maria Cecília Oliveira, Presidente da Afag. Também represento a Febrararas (Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras) na Região Sudeste. E hoje eu estou aqui para falar não apenas de medicamentos, mas, como a própria Ministra falou, nós estamos aqui para falar de pessoas, de vidas, nós estamos aqui para entender as necessidades reais de cada um, o quanto um tratamento ou a falta dele impacta na vida dessas pessoas.

A Afag, neste ano, completou 21 anos, a maioridade. E a gente sempre buscou o quê? A luta pelo direito à saúde, à vida, à dignidade da pessoa. E sempre a gente trabalhou com o quê? Com acolhimento. Primeiro, a gente acolhe, a gente escuta as necessidades das pessoas do Brasil todo. E são realidades e necessidades extremamente diversas. Nós assistimos, atendemos e acolhemos milhares de pessoas, e a gente precisa, nessa escuta, entender essas particularidades e, a partir daí, poder promover as mudanças nas políticas públicas.

A gente faz parte de órgãos do controle social, como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E me lembro da Senadora lá, como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do quanto ela fez por nós. Ela sempre falava: "O meu ministério não tem dinheiro, mas aqui eu tenho muita vontade de fazer" – e ela fazia.

Também sou Conselheira Nacional de Saúde.

Eu estou aqui, hoje, para trazer um pouco da voz e dessa realidade que a gente vive.

Afag com HPN.

A nossa luta com HPN começou em 2007. No ano que vem, ela vai completar 20 anos. E, nesse período todo, a gente assistiu e acolheu mais de 800 pessoas com HPN, mais do que o próprio informativo oficial.

Atualmente a gente assiste, a gente acolhe, a gente escuta mais de 500 pessoas com HPN. Isso nos traz muita experiência e nos mostra a diversidade das pessoas. Isso nos faz ter uma bagagem desses anos todos para entender que cada paciente é único, que cada paciente precisa e deve ser respeitado nas suas individualidades.

Nessa trajetória toda, a gente não poderia deixar de falar da Margareth, da Margareth Maria Araújo Mendes, a nossa Margareth Pérola. Ela foi uma ativista incansável, uma pessoa com HPN, uma representante da Afag, uma amiga, como se fosse uma irmã. Ela lutou incansavelmente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas pelo tratamento dela, mas pelo tratamento de muitas pessoas. E muitos que estão aqui se lembram de toda essa história.

Infelizmente nós conhecemos da forma mais trágica, mais dolorosa o que é a falta de um tratamento, o que é a interrupção do tratamento. Nos anos 2016 e 2017, os pacientes tiveram a interrupção dos seus tratamentos. Naquela época, nós tivemos mais de 15 pacientes com HPN que faleceram, fora outros tantos de outras doenças raras. E nessa época nós perdemos a Margareth. Nós perdemos a nossa Margareth Pérola no dia 26 de fevereiro de 2018, e isso gerou uma dor, uma revolta e nos impulsionou a uma mobilização para criar o Dia Nacional de Conscientização sobre HPN. Muitos que estão aqui estiveram conosco aqui nesta Casa, lutando por esse dia. E nós conseguimos que o dia 26 de fevereiro se tornasse o Dia de Conscientização sobre HPN no Brasil, o dia em que levaram a Margareth, para que ele nunca seja esquecido. Isso é algo que a gente tem que sempre ter em mente, porque, por trás de cada decisão de acesso ou da falta de acesso, a gente nunca pode esquecer que existe uma vida, que existe uma família que tem esperança.

Sobre o tratamento

Realmente, e graças a toda a luta das associações, o tratamento de HPN avançou. Lá em 2007, era totalmente desconhecido, não tinha nada. As pessoas morriam, morriam quando eram diagnosticadas, se diagnosticadas, mas aí veio o ravulizumabe, veio toda a nossa luta pela incorporação, que conseguimos somente em 2019 – desculpa, em 2018, com o eculizumabe. E depois nós lutamos por uma nova tecnologia, que é um avanço do eculizumabe: o ravulizumabe. E, há mais de dois anos, ele foi avaliado, foi provada a sua eficácia, a sua segurança, a sua efetividade e ele foi incorporado, mas essa incorporação até hoje não foi efetivada. E nós temos também outras terapias que também necessitam ter essa mesma disponibilidade para os pacientes, porque o paciente de HPN é único. A doença é a mesma, mas como ela reflete na pessoa é diferente para cada um. E existem pacientes que, mesmo sendo tratados com os inibidores de C5, seja o eculizumabe ou o ravulizumabe, ainda não respondem, ainda têm sintomas severos da doença – temos aqui exemplos disso –, continuam tendo fadiga extrema, anemia, hemólise extravascular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles precisam dos tratamentos auxiliares para isso, eles precisam de outros tratamentos que estão agora nessa avaliação, e eles precisam ser aprovados, porque cada pessoa de HPN é única e ela tem que ser avaliada por critérios médicos efetivos de acordo com a especificidade. Se isso não é feito, aquele paciente continua sendo tratado de forma irregular, de forma indevida e não resolve o seu problema. Você continua tendo uma sobrecarga do sistema de saúde com tantas internações, sobrecarga dos profissionais de saúde. Isso é custo para o sistema. Quando você não trata bem um paciente, adequadamente, você gera custo para o sistema. O que a gente quer exatamente é aliviar isso. É o que a gente pede, é o que os pacientes pedem, é o que os profissionais de saúde pedem: um tratamento adequado para todos, de acordo com as suas especificidades.

Eu não vou me adentrar muito em cada tratamento, porque as médicas vão falar isso com maestria, mas na importância e principalmente no que a gente pede aqui: essa nova avaliação das três tecnologias mais a reavaliação do ravulizumabe, que é um medicamento que já foi incorporado. Isso a gente não pode aceitar, a gente não pode admitir, a gente não quer retrocessos. Está gerando uma insegurança tanto para os pacientes, para as famílias, como para os próprios especialistas que aguardam. E agora ele está sendo novamente avaliado.

Então, neste primeiro momento, o que a gente pede é a manutenção do ravulizumabe, que é um inibidor de C5 padrão ouro no mundo. Você ter avanços não significa você excluir uma tecnologia em prol de outra. Não, significa somar, você ter esse arsenal que possa atender o paciente nas suas especificidades. Isso é investir em saúde, porque cada paciente é único; cada paciente tem as suas necessidades, as suas especificidades. E, quando você trata inadequadamente, você gera custo para o sistema. Esse paciente deixa de trabalhar ou um familiar também, muitas vezes, tem que deixar de trabalhar para assistir esse ente da família. Isso é custo. Você gera uma sobrecarga no sistema, porque esse paciente – não é, Thaís? – tem que ficar internado quantas vezes, porque continua tendo hemólise por um tratamento inadequado. Aqui nós temos a Regina também, que teve essa situação. Então, cada um é único.

Muitos pacientes – e tenho aqui outros representantes que estão inclusive ali atrás – quando chegam próximo da nova infusão, por exemplo, do eculizumabe, que é a cada 14 dias, começam a ter sintomas graves da doença. Para esse paciente, um tratamento como o ravolizumabe, que é a cada oito semanas – entendeu? –, você tem uma vida dele no organismo extremamente maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui, qual é a oportunidade única também? A gente tem que cobrar o Governo, mas também tem que cobrar a indústria. Nós também temos que cobrar uma posição da indústria, e este é um momento, Senadora Damares, único para nós também, porque o Governo tem que ser proativo, e a indústria também tem que fazer a sua parte: oferecer condições mais favoráveis para que todos esses tratamentos estejam disponibilizados para os pacientes, porque cada realidade é única.

Então, nós estamos no momento, porque vai ter a reunião logo, logo, envolvendo todas essas tecnologias, ainda em agosto, provavelmente. E nós precisamos que a indústria faça a sua parte, que o Governo faça a sua parte, e que nós estejamos o quê? Controlando, cobrando e fazendo a nossa parte também, porque, muitas vezes, o que a gente vê numa reunião da Conitec? "Ah, não é custo efetivo, extrapola o orçamento". Está bom, mas por que fazem? Se esse valor não é custo efetivo, por que o Governo não vai atrás da indústria e fala assim? "Por esse preço eu não posso incorporar, mas por tal preço eu posso". Nós estamos falando de vidas. A gente tem que pôr, no centro da decisão, o paciente.

Eu não posso me estender mais, eu sei, mas é que eu gostaria... Até deixei de passar aqui porque eu me empolguei realmente, mas o que eu quero e que nós queremos aqui, pacientes, médicos e toda a sociedade e os nossos Parlamentares: que nenhuma pessoa com HPN fique para trás.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Uau! Eh, Cecília, você trouxe... Parabéns, Cecília! Eu não esperaria nada diferente de você. Você tem sido essa voz muitas vezes aqui no Congresso.

Mas eu queria terminar esta audiência com um encaminhamento. Você deu duas sugestões – né? –, a manutenção do tratamento e também um diálogo com a indústria farmacêutica.

Gente, ó, eu não tenho nenhum preconceito com a indústria farmacêutica, mas eu prefiro não atender-lhes. Sempre que eles me procuram, eu falo: "Em audiência pública – em audiência pública. Eu quero falar com vocês, e não preciso falar com vocês dentro do meu gabinete, é em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública", porque eu entendo que o remédio está com eles, e eu não posso também não ter diálogo com eles.

Mas eu acho que você trouxe hoje, aqui, duas sugestões. Aquela assessora, a Dra. Vanessa, ali, ó, ela vai trabalhar os encaminhamentos. Nós vamos sair daqui com documentos. Que documentos nós vamos encaminhar e para quem? Ministério Público Federal, Defensoria Pública, nós vamos encaminhar para a Abrafarma, nós vamos encaminhar para o Ministério da Saúde, mas eu acho que você trouxe dois grandes encaminhamentos – e muito obrigada, muito obrigada.

Eu acho que a gente está começando, no Brasil, a fazer história com relação às doenças raras e a este olhar diferenciado do Congresso Nacional para as doenças raras, tá?

A SRA. MARIA CECÍLIA OLIVEIRA – E eu agradeço muito sempre o seu olhar diferenciado para as pessoas com doenças raras, sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, obrigada.

Eu quero comunicar – e tem tanta gente no Plenário –, eu quero falar de Adriana Villas Bôas. Adriana está aqui, acho que todos a conhecem: Adriana foi a Coordenadora nacional das doenças raras no Ministério dos Direitos Humanos, no Governo passado. Porque hoje, doenças raras, isso está tão somente no Ministério da Saúde, e a gente entende que não tem que estar só lá.

No Ministério da Saúde é tratamento, no Ministério da Saúde é terapia, no Ministério da Saúde é remédio, é hospital, mas, nos Direitos Humanos, a gente trabalhava o direito. Aí era o trabalho de integração com a escola, com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Ciência e Tecnologia, com todos os outros – o direito da família, o direito do paciente.

Adriana fez brilhantemente... Inclusive, ela tem doenças raras, e está ao lado dela a D. Cida Villas Bôas, né? Nossa querida D. Cida, que também é voz do segmento. E D. Cida – eu vou contar um segredo – é candidata a Deputada Federal. Imaginem essa mulher na Câmara... D. Cida é esposa do nosso querido General Villas Bôas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E está também aqui a Luciana Medina, que é da Associação Inclusiva e candidata a Deputada Distrital, né, Luciana? Olha só, gente! Seja bem-vinda, Luciana!

Então vamos fazer o seguinte: nós vamos agora para a terceira fala já. Nós vamos ouvir a médica hematologista Dra. Joana Correa de Araujo Koury.

Dra. Joana, nós estamos com uma audiência muito grande. Eu estou recebendo um comunicado aqui de que não param de chegar perguntas, porque, quando a gente anuncia uma audiência dessas, pacientes lá do interior do Amazonas estão assistindo. Então, a senhora pode falar, inclusive, numa linguagem mais simples, porque eu tenho certeza de que tem alguém lá do outro lado, dizendo assim: "Será que o que eu estou sentindo é ou não é?". Entendeu? "Será que o meu médico acertou no diagnóstico?".

Então, fique à vontade. Eu sei que a senhora trouxe uma apresentação, mas pode falar numa linguagem mais simples, porque a sociedade está nos acompanhando. E eu tenho um objetivo de falar com a academia científica, mas eu preciso falar com a sociedade também.

Então, fique à vontade e obrigada, Dra. Joana, grande hematologista, de estar aqui conosco para falar sobre o HPN.

A SRA. JOANA CORRÊA DE ARAÚJO KOURY (Para expor.) – Sra. Presidente desta audiência, Senadora Damares Alves, representantes da Conitec, Srs. e Sras. Parlamentares, queridos pacientes e colegas profissionais de saúde, muito obrigada pela oportunidade de participar desta reunião.

Antes de falar sobre HPN, eu gostaria de falar sobre uma paciente. Uma mulher jovem, em idade produtiva, com família, sonhos, responsabilidades. Essa paciente tem que, a cada 15 dias, viajar 17 horas para receber seu tratamento. Por toda a vida. Ela tem 17 horas para chegar ao local da infusão, 17 horas para voltar para casa; 34 horas de deslocamento para a infusão, o tratamento; 34 horas longe da família, do trabalho, reorganizando a vida para se manter viva.

Essa paciente tem nome, mas hoje ela representa todos vocês aqui. Hoje estamos aqui por vocês, pacientes de HPN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria convidar todos a, se não fechar os olhos, pelo menos imaginar como seria se, dentro do vaso sanguíneo de vocês, estivessem explodindo seus glóbulos vermelhos, sendo destruídos não a cada hora, mas a cada minuto, todo dia, para toda a vida.

A HPN é uma doença rara, grave, potencialmente fatal. É uma doença genética adquirida. Todos que estamos aqui podemos ter HPN. Ela não é hereditária, não é prevenível, pode surgir em qualquer um. E, quando surge, muda completamente a trajetória de vida.

Imagine que a HPN é como se as nossas proteínas de defesa lutassem contra o próprio corpo, porque aqui a gente está falando das hemácias, que é o que chama mais a atenção, mas é contra todas as células do sangue. E isso, durante muitos anos, significou trombose, insuficiência renal, internação, incapacidade e morte.

Sete em cada dez pacientes com HPN não tratados estarão em óbito em dez anos. Eu vi isso acontecer. Por isso eu quero começar reconhecendo um avanço histórico. A incorporação do eculizumabe no SUS mudou a história da HPN no Brasil: salvou vidas, reduziu trombose, internação, transfusão, reduziu mortalidade.

Eu acompanho pacientes com HPN desde 2009. Eu sou parte da geração – que eu espero que não exista mais – de hematologistas que viram pacientes com HPN morrer. Por isso eu sou profundamente grata por esse progresso.

E eu também reconheço a responsabilidade enorme da Conitec, responsabilidade não só de equilibrar evidências científicas, mas com a sustentabilidade do sistema, com a necessidade dos pacientes. Agora, reconhecer uma conquista, gente, não significa ignorar os desafios, que continuam.

Eu quero que, se alguma mensagem minha for lembrada depois de hoje, seja a seguinte: sobreviver não é o mesmo que viver.

Hoje, muitos pacientes sobrevivem graças ao tratamento, e eu acho uma vitória extraordinária, isso me traz uma paz incrível, mas será que basta perguntar, ao conversar com um colega: "Aquele paciente continua vivo?". Será que não é importante saber se ele trabalha, se ele consegue estudar, se ele consegue cuidar da família, se ele consegue ter um projeto de vida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medicina não é feita só para evitar a morte. A medicina é feita para gerar vida.

E por que, ainda, a gente está discutindo novas drogas, não é? Talvez alguém possa se perguntar: "Se o eculizumabe mudou tanto, por que discutir novas terapias?". A resposta é simples: HPN é uma doença complexa e, há 20 anos, quando as primeiras drogas foram produzidas, não se sabia da real complexidade dessa doença. Não é porque o eculizumabe seja inadequado, mas a biologia da doença é complexa demais para o que se sabia quando se iniciou o tratamento com o eculizumabe.

Eu vou explicar de uma forma muito simples essas duas necessidades. Perdoem-me os técnicos, mas eu vou falar de uma forma que seja entendível para todo mundo.

Imagine um guarda na frente de uma porta, e o guarda tem um turno, ele trabalha. Para alguns pacientes, esse guarda larga mais cedo, larga antes de o rendeiro chegar. O guarda é o eculizumabe, a porta é a hemácia do paciente. Enquanto o guarda está lá, a hemácia não é destruída, mas uma horinha sem esse guarda, porque a medicação não durou os 15 dias esperados, tem nova destruição, e destruição dentro do vaso sanguíneo. Hemólise intravascular igual a óbito por trombose. É o que a gente chama de escape farmacocinético.

Mas é importante só para o paciente? Não. Por quê? Porque isso mostra que a estratégia atual traz situações – porque é o que a gente tem, o eculizumabe – que vão gerar um aumento de custo. Nesses pacientes em que a medicação não consegue esperar o 15º dia, é preciso aumentar a quantidade de droga, de 900 para 1,2 mil miligramas.

Eu fiz um levantamento – eu tenho um grande número de queridos pacientes de HPN, é um ambulatório exclusivo para pacientes com HPN no Hemopi: cerca de 27% dos meus pacientes fazem dose a maior por conta disso.

Então, foi justamente para responder a esse desafio que surgiram novas terapias como o ravulizumabe.

Eu não estou falando só de conveniência, gente. Eu estou falando que não basta a gente pensar só "vamos reduzir frequência de infusões". A gente está falando de permanência do mercado de trabalho, a gente está falando de participação social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem um segundo ponto muito interessante, que se chama de uma necessidade não atendida com o tratamento com o eculizumabe. Uma outra metáfora, certo?

A gente falou... Agora vamos imaginar uma casa com um muro, o muro – o eculizumabe ou ravulizumabe – é o inibidor do C5. Ele protege a casa do bandido, mas, às vezes, o inimigo pula o muro – pula –, e esse inimigo que pula o muro se liga à hemácia, ele marca a hemácia, e é como se ele dissesse: "Não vai morrer dentro do vaso, não? Pois vai morrer fora; vai morrer no baço". E aí a gente tem a hemólise extravascular, a hemólise de escape. O paciente vai continuar fadigado, ele vai continuar com aquela incapacidade, ele vai perder participação social, ele vai perder trabalho.

E, com isso, eu queria colocar e contemplar vocês com histórias reais, histórias de luta e histórias de vitórias. Eu vou começar pela vitória, porque a vitória traz espelho – né? –, traz o porquê de a gente estar procurando isso.

Eu tenho um paciente jovem, pai de família, trabalhador, que, pela história natural da HPN, ficou longe do trabalho, dependente de transfusão, trombosou, mil complicações, e dependente do benefício social. E quantas vezes a gente não vê críticas em relação ao paciente dependente do benefício social? Às vezes até a gente mesmo diz: "Poxa vida, será que não dava para trabalhar?". Mas esse paciente não conseguia. Era uma incapacidade pela anemia. Homem tem uma hemoglobina de 13; ele tinha hemoglobina de 8. Com 8 de hemoglobina, ele não conseguia nem passar em um teste para emprego. E aí, com acesso a uma nova terapia, a hemoglobina desse meu paciente está em 14. Ele não só voltou a ser produtivo; ele agora voltou a brincar com o filho, voltou a ter dignidade, a poder ser o provedor da família.

E vou trazer uma história que ainda é de luta. (*Manifestação de emoção.*) Desculpa. É a minha primeira paciente que eu diagnostiquei com HPN. (*Palmas.*)

Em 2009. Eu já tinha terminado a residência. E foi um desafio. Todo médico adora uma doença rara. Mas a medicação já começou difícil, ainda não tinha nem no Brasil, em 2009. Sobreviveu, conseguiu, está tomando o eculizumabe. Mas, apesar de ser uma pessoa doce, carinhosa, inteligente, uma professora de educação infantil, dedicada, ela tem faltas repetidas ao trabalho, muitas vezes não consegue permanecer no trabalho, porque, com 6 de hemoglobina, não se corre atrás de criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu estou querendo colocar é que o custo da doença não cabe só numa planilha, gente. Tem os custos indiretos do benefício do Governo – tem –, tem o custo indireto da transfusão, do transporte, tem muitos custos econômicos indiretos, mas nem tudo cabe numa planilha.

Os pacientes com HPN... E ninguém escolhe ter HPN – ninguém! E, sabendo que ninguém escolhe ter HPN, nós podemos, como sociedade, escolher como dar um melhor tratamento para resolver o problema desses pacientes.

Eu não estou falando apenas das drogas. Eu reconheço o eculizumabe, a sua incorporação ao SUS, com meus pacientes vivos até hoje – eles não estariam comigo mais –, mas hoje eu luto para que eles sejam vivos, livres, independentes, produtivos, brinquem, trabalhem igual a nós. E isso a gente consegue com o ravulizumabe infundindo a cada oito semanas, podendo fazer com que o paciente não perca 34 horas de vida atravessando o Sertão de Pernambuco para infundir. Que a gente tenha pacientes em que o bandido pula e ainda marca a celulazinha e quer destruir... Então, ele está vivo, está bem, mas continua com anemia, gente! É porque o eculizumabe falhou, o ravulizumabe falhou? Não, é a história da doença. E aí a gente tem drogas novas: pegcetacoplan, iptacopan, maravilhosas! Eu digo que são maravilhosas, porque eu vejo meus pacientes brilharem.

Thaís, minha linda! Olhem como ela está perfeita aqui na frente. É uma colega médica que pode trabalhar sem se preocupar se vai faltar em cirurgia por conta de transfusão, por conta de ter tratamento ou não.

Eu agradeço a oportunidade e quero trazer a todos que não é só mantermos todos vivos, pois sobreviver é importante, mas viver vai muito além disso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutora, que lindo! Ficaríamos aqui o dia inteiro ouvindo-a. A senhora traz conhecimento científico, mas a senhora traz coração. Eu acho que isso faz toda a diferença. Obrigada, Doutora.

A senhora colocou ali de uma paciente no Sertão, com 17 horas para ir e 17 para voltar, mas eu vou um pouquinho além. Eu vou lá para Marajó: são seis dias de barco para ir, seis dias de barco para voltar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês têm ideia como é difícil ser Senadora no Brasil? Esses dias, eu estava falando assim: "Por que eu não sou Senadora na Irlanda ou lá em Andorra?". (*Risos.*)

Vocês já viram falar de Andorra? Pois é, o país tem 70 mil habitantes, um país desse tamanhozinho, com um príncipe que rege. Eu até poderia ser princesa, não me importo. (*Risos.*)

Agora, eu estou numa nação chamada Brasil, com desigualdades regionais, com uma geografia incrível! Como falar de um tratamento de uma doença em que eu tenho um paciente que, primeiro, não tem um diagnóstico confirmado e que, se tem um diagnóstico, está lá numa cidade no interior do Amazonas! Gente, de São Paulo de Olivença para Manaus, que é o centro de referência, são sete dias de barco para ir e sete dias de barco para voltar! Como é...? Só para fazer a infusão foram 14 dias da vida, mas tem que ficar um dia lá no hospital fazendo... Foram 15! Gente, como é que a gente vai dar essas respostas?

Este debate aqui é para dizer como é difícil resolver os problemas no país, mas é possível com mesas como esta aqui. Eu lido muito com as associações de Brasília, e já é tão difícil – inclusive, a Lauda está aqui – resolver os nossos problemas aqui em Brasília, não é, Lauda? Aqui, o nosso paciente mais longe está a 40 minutos da gente. Nossa cidade mais longe do centro de Brasília está a 40 minutos. Se é tão difícil resolver os problemas aqui no meu DF, que meus eleitores me elegeram para resolver, aí eu sou Senadora da República para resolver de todo o país.

Mas, Doutora, eu não vou desistir, não. Com pessoas como vocês, com instituições como vocês... Não é, D. Cida, que serviu no Amazonas e que saiu de lá incomodada, porque não conseguia fazer nada lá, não conseguia fazer nada? Então, assim, nós não vamos desistir. Mas, Doutora, que contribuição que a senhora deu para o debate! Estou apaixonada pela senhora – apaixonada pela senhora. (*Risos.*)

Na sequência, vamos ouvir uma outra médica também extremamente preparada, a Dra. Viviani de Lourdes, médica hematologista. As duas são hematologistas.

Doutora, não se preocupe com os termos técnicos, tá? Esses seus eslaides... Eu quero, inclusive, dizer para o Brasil que os eslaides apresentados ficarão à disposição de todo o Brasil. E vou dizer uma coisa: às vezes, um eslaide, só um mostrado ali, dá uma tese de doutorado, dá uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tese de mestrado. Então, uma audiência como esta, gente, também contribui para os pesquisadores. Tem muitos médicos assistindo, muitos pesquisadores assistindo que depois buscam o material de vocês para estudar.

Obrigada, Doutora, por estar conosco.

Seja bem-vinda. Dez minutos.

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA (Para expor.) – Senadora, inicialmente, muito obrigada pela oportunidade de estarmos aqui. Obrigada pela presença de todos.

Eu trabalho com HPN há muitos anos, já nem sei mais há quantos anos, talvez 15 anos, mais de 15 anos, enfim. Sou médica hematologista no Hemorio, no Rio de Janeiro, onde eu tenho um grande número de pacientes. Venho participando de pesquisas clínicas de novas drogas para a doença e, por causa disso, por participar de pesquisas, eu tenho a oportunidade de ter os meus pacientes utilizando mais de um tipo de medicamento. Então, a minha fala aqui é com muita propriedade do quanto é importante os pacientes terem acesso aos diversos medicamentos existentes no mercado.

Rapidamente, mostrando para vocês o que é o HPN, o sistema complemento faz parte do nosso sistema imune. Então, o paciente com HPN... Como já foi dito aqui, é uma doença que tem uma mutação adquirida. Na verdade, pode acontecer com qualquer um de nós. A partir do momento que é adquirido, nós não sabemos por que ocorre. Então, ocorre uma mutação e esse sistema complemento, que faz parte do sistema imunológico, passa a agredir as nossas hemácias, como mostra aqui no eslaide. Essas hemácias rompidas dentro do vaso sanguíneo causam o que nós chamamos de hemólise intravascular. Hemólise quer dizer destruição do glóbulo vermelho intravascular, dentro do vaso sanguíneo. Essa destruição causa uma anemia severa, essa destruição causa uma fadiga intensa e um altíssimo risco de trombose. Dentro do que a medicina conhece, HPN é a doença com o maior risco de evento trombótico entre todas as doenças que nós conhecemos.

Bom, ao eculizumabe nós passamos a ter acesso em 2023 , no segundo semestre de 2023. Até então, nós não tínhamos como tratar os nossos pacientes, então, vários pacientes morreram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive, no meu número de pacientes, alguma perda. Nós temos no Hemorio um grande número de pacientes com esse diagnóstico e alguns morreram porque não tínhamos tratamento.

Apesar de o eculizumabe já estar disponível no mundo há muitos anos, nós só tivemos acesso em 2023. O eculizumabe vem salvando vidas. O eculizumabe mudou a história natural da HPN. Com a utilização do eculizumabe, os pacientes passaram a ter tempo de vida similar ao da população em geral. Então, isto nós entendemos: o eculizumabe vem salvando vidas, o SUS vem salvando vidas através do eculizumabe, mas é uma carga muito grande. Ir a um centro de tratamento a cada duas semanas para receber uma infusão venosa interfere, e muito, na vida dos pacientes. Então, agora nós precisamos reduzir a carga de cuidado, nós precisamos avançar. Não basta só ter o tratamento, nós precisamos melhorar as condições desse tratamento.

Então, quando nós falamos no eculizumabe a cada 14 dias, isso significa 26 infusões ao ano, isso significa ir ao centro de tratamento 26 vezes no ano. E não são apenas 26 aplicações – e é isto que a gente quer mostrar aqui, o quanto isso impacta –, são 26 deslocamentos, são 26 esperas, são 26 faltas ao trabalho ou às atividades escolares. Então, 26 vezes no ano, esses pacientes necessitam se deslocar, eles ficam aguardando no centro o preparo pela farmácia, depois a infusão, eles faltam ao trabalho. Imagine alguém faltar ao trabalho duas vezes no mês! Imagine alguém faltar à universidade ou onde ele estiver estudando duas vezes ao mês! Isso tem um impacto muito grande.

E existe um custo invisível. O medicamento é só uma parte dessa conta. Existe um custo invisível. Quando o cuidado depende da infusão frequente, o SUS também mobiliza o transporte. Para cada prefeitura, quando manda o seu paciente, existe um custo com motorista, combustível, agenda, então, cada prefeitura tem custos com esse paciente. E as salas de infusão. As salas de infusão do medicamento também são utilizadas para quimioterapia, para outros medicamentos; há cadeiras ocupadas, enfermagem mobilizada, serviço de farmácia e todo o material envolvido. Produtividade: ausência ao trabalho duas vezes ao mês. Então, existe um custo invisível. Não é um custo somente com a medicação, mas com o transporte, com a sala de infusão e com a produtividade, envolvendo o paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, reduzir visitas presenciais não é apenas comodidade. O que nós estamos pedindo aqui não é mais comodidade para o paciente. É muito maior do que isso. É liberar tempo, cadeira, equipe, transporte e orçamento para cuidar melhor.

Então, por que nós estamos falando aqui de outras drogas, né? Em teoria, já tem o eculizumabe, que trouxe excelentes resultados, que vem salvando esses pacientes. Por que nós estamos falando aqui de outras drogas? Por que incorporar um arsenal? Por que não só uma opção? Por quê? Porque o HPN é uma doença heterogênea. Pacientes têm necessidades clínicas e realidades logísticas diferentes.

Então, nós temos hoje eculizumabe venoso a cada 15 dias; mudou a história natural do HPN. Nós temos ravulizumabe, também venoso, a cada oito semanas. Isso significa ir ao centro de infusão a cada dois meses. Então, é uma mudança de qualidade de vida, é uma redução de custos. Ele tem o melhor controle da hemólise intravascular quando eu comparo com o eculizumabe. Eculizumabe é excelente? É, mas eu posso ter acesso a uma droga que consegue manter o melhor controle dessa hemólise, dessa destruição dos glóbulos vermelhos dentro do vaso sanguíneo, além de o paciente ir um número muito menor de vezes ao centro fazer infusão.

Crovalimabe também. Aí é uma droga subcutânea de uso mensal que o paciente faz na própria residência.

Pegcetacoplana é uma droga subcutânea; também controla a anemia, inclusive essa anemia extravascular, que é um evento adverso que pode ocorrer com os pacientes que usam eculizumabe ou ravulizumabe. Pela literatura, em torno de 30% desses pacientes podem seguir ainda com grau de anemia, mas não porque a doença não esteja controlada. Essas duas medicações controlam a doença. É um outro tipo de hemólise, é um outro tipo de anemia, que ocorre fora do vaso sanguíneo. É um evento adverso que pode ser controlado; quando essa anemia é significativa, pode ser controlado com pegcetacoplana ou com iptacopana, que é uma droga oral. O paciente toma duas vezes ao dia, em sua residência, sem necessidade de ir ao centro.

Mas eu quero ressaltar aqui: nós temos cinco drogas. Nós queremos as cinco drogas, porque cada paciente tem um perfil, cada paciente tem as suas particularidades. Num primeiro momento, quando eu vejo droga oral, todo mundo pensa: "é muito mais cômodo eu ficar em casa tomando comprimido", mas não é todo paciente que tem o perfil para fazer uma droga oral. A gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que lembrar que é uma doença grave, o remédio não pode ser esquecido. Então, é o médico, junto com o paciente, que terá a capacidade de definir o perfil da doença e o perfil do paciente e definir qual é a melhor droga. Então, nem todo paciente precisa do mesmo medicamento, mas todo paciente precisa da opção adequada. Perfil clínico diferente, estratégias diferentes, a distância, o tipo de trabalho, se o paciente tem acesso venoso. Tem paciente que não tem veia, gente! É grande dificuldade de acesso venoso, é um sofrimento para ser puncionado. Então, é necessário ampliar e reduzir a desigualdade.

Bom, meu tempo já está acabando, o que eu quero apresentar para vocês agora são dados reais.

O Dr. Roberto Carlos da Silva executou uma pesquisa no Rio de Janeiro com este título: "Desafios da jornada do paciente com hemoglobinúria paroxística noturna na perspectiva do SUS". Esse trabalho está publicado, e está aí a referência bibliográfica para quem quiser ter acesso.

É um estudo qualitativo com 21 pacientes assistidos em dois centros públicos de infusão. E aí eu quero chamar a atenção para isto: centros de infusão. O Rio de Janeiro tem dois centros de infusão localizados no Município do Rio de Janeiro. Um é no Hemorio, onde eu trabalho; como nós temos um número muito grande de pacientes, então o Hemorio atende somente aos nossos pacientes. Os demais pacientes com diagnóstico de HPN em uso de eculizumabe, no Estado do Rio, vão para outro centro, localizado também no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é um estado pequeno, mas os pacientes têm que se deslocar, tem pacientes que chegam a 500km de deslocamento, porque somente o município tem. Quando a gente pensa em Minas Gerais, que é um estado enorme, em alguns estados grandes, não pensem vocês que os pacientes com HPN vão lá no hospital onde eles fazem tratamento infundir o seu remédio. Não é assim. São pouquíssimos centros distribuídos no país, por isso, os pacientes necessitam fazer grandes deslocamentos a cada 15 dias para receber a medicação.

Então, o perfil do Rio de Janeiro. Ele avaliou 21 pacientes. Segundo a renda, 66,7% dos pacientes com até três salários mínimos; escolaridade, 57% dos pacientes até o ensino médio. Então nós podemos concluir que é uma população financeiramente vulnerável, dependente da infraestrutura pública para sobrevivência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele dividiu em etapas. Então tem uma etapa que é o pré-diagnóstico, uma etapa em que o paciente ainda não tem diagnóstico, não trata. O que esses pacientes relataram? Deles, 85% tinham sintomas de anemia, 81% tinham uma fadiga extrema – esses pacientes são extremamente fadigados, não só pela anemia; independentemente da hemoglobina, é uma doença que, por diversos mecanismos, causa uma fadiga intensa; e 71% relatavam urina escura. Isso é antes, antes de qualquer início de tratamento, do diagnóstico.

Aí vem a fase do diagnóstico, aí vem o gargalo. É o gargalo que a gente conhece para diversas doenças, principalmente as doenças raras: 33% dos pacientes aguardaram mais de cinco anos entre sintomas e confirmação do diagnóstico. Falta de conhecimento...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutora, isso é muito grave!

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA – Isso é muito grave.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Cinco anos para confirmação do diagnóstico? Seria falta de preparo do agente de saúde, do médico?

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA – Seria: 52% relatam, relato de paciente, 52% relatam que médicos não conheciam a doença. Então, são pacientes que chegam com anemia, tem muitos andando por aí. Infelizmente, muitos médicos tratando como anemia ferropriva, porque partem do princípio de que é o tipo de anemia mais comum no Brasil e não param para investigar causas de anemia, e HPN é uma delas. Trombose, o paciente chega com trombose para diversos especialistas, e a HPN não é investigada.

Barreira de acesso: 33% enfrentaram dificuldades extremas para conseguir vaga com um especialista no SUS.

É dificuldade de encontrar um médico que pense em HPN, é dificuldade de chegar ao hematologista no SUS. Então, é um gargalo importante. Eu estou falando do Rio de Janeiro, esse é um dado do Rio de Janeiro, tá?

E aí vem a fase 3, em que o paciente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu já ultrapassei meu tempo. Eu posso continuar?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutora, eu pergunto o seguinte: lá na formação do médico, na faculdade, ele nunca leu sobre a HPN?

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Então, seria um encaminhamento daqui desta audiência a gente mandar um documento aos Ministérios da Saúde e ao da Educação para que isso esteja no currículo escolar do médico?

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA – Senadora, eu acho que é focar na saúde básica.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Na saúde básica? O agente de saúde...

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA – Eu acho que é focar na clínica da família, na saúde básica. Quando o paciente chegar com anemia à clínica da família, que o médico pense em HPN.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Você está anotando aí, Vanessa? (*Pausa.*)

O.k.

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA – Aí o paciente, depois de muito tempo e muito sacrifício, conseguiu o diagnóstico. Ele chegou com uma fadiga extrema, pré-tratamento, e aí 76% deles relataram, reportaram, com o tratamento, melhorias perceptíveis e redução significativa da fadiga.

Então, o desafio atual do SUS não é a eficácia da molécula, mas é o modelo de entrega. O remédio existe, o tratamento existe, mas chegar ao tratamento não é simples, é complicado. Lembro-os de que estou falando do Rio de Janeiro, uma capital. Quando a gente pensa em outras áreas do Brasil, quando a gente pensa em interior, a realidade vai ser pior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à logística, resumindo: a cada 14 dias, o paciente deve ir ao hospital. Esse estudo também detectou que a distância percorrida por 66% dos pacientes varia de 50 a 500km. Quando eu penso, por exemplo, em Macaé, uma cidade do Estado do Rio, que está lá no extremo, ou nas cidades limítrofes, que estão longe do Rio... Repito: estou falando de Rio de Janeiro. Imaginem quando eu falo da Bahia, quando eu falo do Estado do Pará, quando eu falo de Minas Gerais. As distâncias são muito superiores a isso, como a Dra. Joana colocou no exemplo que ela deu.

Então, 57% indicam que essa frequência logística é inadequada e insustentável.

Custo oculto do tratamento gratuito: 66,7% vivem com três salários mínimos e, sobre o custo de deslocamento, 57% gastam entre R$50 e R$1 mil mensais.

A gente tem que pensar que esse paciente chega ao centro, fica o dia inteiro, tem que comer. Nem todos têm o transporte da prefeitura; ele gasta com passagem. Então, esse modelo centralizado transfere um alto custo financeiro e de tempo para populações altamente vulneráveis.

Ainda tem algumas coisas embutidas que a gente vê no dia a dia que o paciente relata. É o carro da prefeitura que levou o paciente: "E aí sua consulta já acabou?", "e aí, você já fez o remédio?", porque é um carro que leva vários pacientes. Então, tem coisas aí mascaradas que a gente não vê.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA – Não, ele não tem. Ele gasta; ele gasta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Inclusive, a própria diária do TFD (tratamento fora do domicílio) a gente tem que discutir o valor.

A SRA. JOANA CORRÊA DE ARAÚJO KOURY (*Fora do microfone.*) – Mas não dão. Não dão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Não dão?

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA – Não dão. Não dão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOANA CORRÊA DE ARAÚJO KOURY (*Fora do microfone*.) – Eu faço uma carta colocando o número da lei. Eles não dão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ah, eu quero mudar para Andorra. Eu não aguento. Eu não aguento.

A SRA. VIVIANI DE LOURDES ROSA PESSOA – Isso o paciente falando, 57% gastam entre R$50 e R$1 mil por mês, sendo que a média do salário deles é três salários mínimos.

Bom, estamos acabando já.

Do Rio de Janeiro ao restante do Brasil: desigualdades no acesso ao tratamento. Rio de Janeiro: mesmo em um estado menor, o deslocamento até o centro de tratamento já pode ser desgastante; custos indiretos, reorganização da rotina e impacto no trabalho ainda fazem parte da jornada do paciente; o acesso existe, mas nem sempre é simples ou leve para quem precisa de cuidado contínuo.

No restante do Brasil: em muitas regiões, a distância e a distribuição desigual dos serviços tornam o acesso ainda mais difícil; na Região Norte – aqui representada pelo Dr. Marcos Laercio, de Belém –, o transporte fluvial frequentemente faz parte da jornada até o tratamento – Dr. Marcos Laercio sempre relata para a gente uma série de situações de pacientes dele –; as barreiras geográficas ampliam desigualdades e afetam diretamente a qualidade de vida do paciente.

Equidade no cuidado não significa apenas disponibilizar o tratamento, mas garantir que o paciente consiga chegar até ele. Então, não adianta dizer: "Eu tenho eculizumabe no SUS". Só isso não é equidade.

E, para finalizar, recomendações. O caminho é fragmentado. Senadora, aqui eu trago algumas sugestões de recomendações para a reestruturação do SUS. Primeiro, capacitação profissional: treinar equipes de atenção primária para o reconhecimento precoce da HPN, eliminando o gargalo de cinco anos de subdiagnóstico; descentralização logística: expandir os centros de infusão para além das capitais e grandes polos, reduzindo o deslocamento de 50km a 500km no Rio de Janeiro – em outros estados a quilometragem é maior –; incorporação tecnológica: acelerar a adoção de novas tecnologias terapêuticas, incluindo terapias domiciliares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aquelas que exigem menos visitas aos centros de infusão – como é o caso do ravulizumabe – para reduzir o custo de deslocamento e desafogar a infraestrutura hospitalar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Gente, que aula, Doutora!

Enquanto a senhora estava falando, estava aqui com a Dra. Joana, e ela falando da formação continuada desse profissional da saúde. Ela estava falando que já viu pacientes com mutação... Explique aí, Doutora.

A SRA. JOANA CORRÊA DE ARAÚJO KOURY (Para expor.) – É uma doença genética adquirida. Então, você ter a mutação – e você consegue ter o diagnóstico da presença desse clone pelo exame que o Dr. Natan, do Ministério da Saúde, falou, a citometria de fluxo – não necessariamente indica que você tem atividade da doença.

Então, o PCDT é muito claro quando ele indica os critérios de tratamento. A importância de ter diversos centros de infusão, eu superconcordo, mas a gente tem que entender que uma doença rara precisa ter especialistas que tratam – eu acredito que outros colegas também possam ter, eu estava dividindo a experiência que eu tive há três anos, por isso que eu me dedico muito à educação continuada –, terem pacientes tratando... Chegou para mim de outros colegas: na realidade, eles tinham a mutação, mas não tinham HPN e estavam há um a três anos infundindo eculizumabe. Então, não ter educação continuada também é um gasto – também é um gasto.

A gente fala da medicação certa para o doente certo, ter a oportunidade de escolher, mas no momento oportuno, porque você tem que estar precisando. E há novas drogas. Quando a gente vai trocar do ravulizumabe para o iptacopana, por exemplo, para o pegcetacoplana, qual o critério? E isso exige treino, exige centros de tratamento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutoras, eu só quero agradecer à Maria Cecília; o Ministério da Saúde, que já falou; às duas grandes hematologistas, que deixaram tudo... Imagina, elas tiveram que mexer com todas as agendas delas para estarem aqui! O Senado não pagou um centavo de passagem para estarem aqui, para fazerem essa colaboração neste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Marcos está ali, lindo, jovem, é menino – menino, menino! Eu vou dar um minutinho para você também.

Mas eu queria agora pedir a todos vocês que a gente aplaudisse essa primeira mesa. Vamos fazer a segunda mesa e elas vão sentar lá na bancada. E tem umas perguntas que chegaram da internet, depois eu vou devolver a palavra para elas, por dois minutos, para agradecimento e respostas de pergunta.

Eu vou lhe dar a palavra também no final, está bom?

E aquele doutor lindo que está ali, gente!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Pode sim, pode sim.

Então, vamos fazer o seguinte: nós vamos aplaudir essa primeira mesa e vamos formar a segunda mesa. Doutores, muito bom! (*Palmas.*)

Deixe-me dizer uma coisa: tem eslaide que elas apresentaram que dá uma tese de doutorado, o material que elas apresentaram aqui pode ser um TCC, uma tese de doutorado. Então, a contribuição que vocês deram também, em nível de informação, vai ser muito buscada por especialistas, por médico, por universidade. Todo o material que elas apresentaram vai estar à disposição da sociedade no portal da nossa Comissão.

Doutoras, eu precisava que vocês trocassem de lugar agora com os nossos próximos... Depois eu vou abraçar vocês.

Eu quero convidar para vir para a mesa Maria Cândida Barisson Villares Fragoso... Ela está por videoconferência, né? Para a próxima mesa também, agora eu quero que venha para a mesa Adriana Santiago, Vice-Presidente da Associação Brasileira Addsoniana. Falei certo? Dra. Adriana está de forma presencial. E quero convidar para vir para a mesa, de forma presencial, Cheryl Berno, advogada, que está com a gente de forma presencial...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Videoconferência?

Então, nessa mesa só temos, de forma presencial, a Adriana, né?

Então, neste momento a gente vai partir para um outro debate. E aí, Doutora, vou passar a palavra... A senhora vai começar e, na sequência, nós vamos ouvir as duas que estão de forma *online*.

Mas, para minha mesa não ficar tão feia, só eu e você, nós vamos trazer um médico aqui para a mesa.

Doutor, vem sentar aqui do meu lado. Vamos ocupar esta segunda mesa comigo. (*Pausa.*)

A Sociedade de Endocrinologia está aqui. Vem para a mesa aqui comigo. Vamos compor esta mesa aqui.

E, Doutor, é só para sentar do meu lado. Ele não quer? É só para sentar aqui do meu lado, para esta mesa ficar bonita com a sua presença. Senta aqui à minha direita. A direita é o melhor lugar para se estar, tá, Doutor? (*Pausa.*)

A Presidente... Vem aqui, Doutora, Presidente da ABA, senta aqui também do meu lado.

Nós vamos agora para o segundo debate.

Que alegria! Pessoas que vieram de todos os lugares do Brasil, tá?

Meus pacientes vão embora? (*Pausa.*)

Vão trocar de lugar?

Então está bom. Eu adoro isso, esse rodízio aqui.

Nós vamos ter a alegria de começar o debate com a Dra. Maria Cândida Barisson Villares Fragoso, médica, que está participando deste debate por meio de videoconferência.

Dra. Maria Cândida, obrigada. Eu fico imaginando uma agenda da senhora hoje, quanta coisa para fazer, e separou esse tempo precioso para estar conosco aqui no Senado, neste grande debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Maria Cândida, dez minutos. Seja muito bem-vinda. (*Pausa.*)

Secretaria, o microfone dela está mudo.

Só um instantinho, Dra. Maria Cândida.

A SRA. MARIA CÂNDIDA BARISSON VILLARES FRAGOSO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Eu gostaria muito de agradecer o convite para estar aqui e participar de uma causa bem específica de doença rara, que está associada à insuficiência adrenal, que é o debate desta nova mesa.

Eu vou falar um pouco do câncer da adrenal. Adrenal ou suprarrenal são aquelas glândulas que ficam acima dos rins. Então, a gente tem que entender um pouco esse contexto. Dentro da síndrome de Li-Fraumeni, que é uma síndrome com predisposição ao câncer, um dos cânceres mais comuns dessa síndrome é o tumor do córtex adrenal. Existem outros também, que é sarcoma, tumor de mama precoce, enfim. E é uma síndrome de 1 a cada 3 mil, 10 mil pacientes. E, no Brasil, há uma situação específica de uma alta incidência de tumor adrenal pediátrico, em que eles têm uma mutação ou uma variante patogênica específica desse gene, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste do país. Isso faz com que a gente seja reconhecido no mundo inteiro, mas muitas vezes não somos reconhecidos pelos nossos pares da nossa necessidade de um diagnóstico precoce e o cuidar não só do paciente, mas de uma família que é carreadora dessa variante.

Então, eu sou Maria Cândida, eu sou do Icesp, do Hospital das Clínicas, e trabalho com a síndrome de Li-Fraumeni e tumores do córtex adrenal há 37 anos. Ou seja, eu tenho cem famílias carreadoras dessa variante, e com toda a complexidade do seu segmento.

Então, a síndrome de Li-Fraumeni, como eu falei, é essa predisposição hereditária ao câncer, que tem as variantes germinativas, ou seja, as variantes herdadas desse gene que é considerado o guardião do nosso genoma. Então, quando ele está alterado, eu favoreço tumores. Isso está principalmente na Região Sul e Sudeste do Brasil. E essa é uma variante específica que ocorre em uma população de aproximadamente 0,3%, ou seja, um a cada 300 indivíduos. Então, aqui é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase 15 vezes a diferença com relação ao mundo inteiro. Então, essa particularidade transforma essa síndrome, globalmente, em um problema de especial relevância para o nosso Brasil.

Então, aqui nós temos os tumores adrenocorticais, principalmente na primeira infância, que faz parte desse espectro, mas temos sarcomas, linfomas, câncer de mama precoce, antes dos 30 anos, leucemia, etc. Então, a identificação dessa criança que se apresenta com caracteres de puberdade precoce, devido a um tumor adrenal, abre porta para que eu diagnostique que ela tem uma mutação e que essa família também tem que ser abordada. Ela reconhece que tem uma família sob risco, e isso é muito importante. Então, eu não posso dar o diagnóstico molecular dessa família e dizer "olha, você tem a mutação e siga adiante". Não, ela tem que ser acolhida, e acolhida de forma correta. Ela vai ter que a vida inteira fazer exames para que, se eu tiver que achar algo, que seja pequeno, eu consiga dar maior chance de sobrevida a essa família.

E o que eu mais recebo? Os pacientes que não fizeram o diagnóstico de forma adequada, quer dizer, uma pessoa que teve câncer de mama bilateral aos 28 anos, e ninguém pensou em síndrome de Li-Fraumeni, apesar de ser da Região Sul e Sudeste; aí não se faz o diagnóstico correto; aí, agora, eu estou com a filha, que já vem com um câncer metastático avançado, e poderia ter sido feito o diagnóstico precocemente. Então, isso é muito triste de ver, a falta de consciência e a falta de conhecimento da doença, mesmo para os oncologistas.

Então, o diagnóstico genético é importante, o aconselhamento é fundamental, a vigilância e a possibilidade desse diagnóstico precoce, para quê? Eu quero aumentar a sobrevida, a qualidade de vida e diminuir o custo que esse paciente traz quando ele vem em situações de extrema complexidade para o serviço terciário.

Então, como é que se trata o carcinoma do córtex adrenal? Existe um único medicamento aprovado. Gente, ele é aprovado desde a década de 40, 50, e é ele a única droga aprovada. Então, foi visto que com esse inseticida, na época de quarenta e poucos, os cachorros morriam por insuficiência adrenal. Então, a partir desse inseticida, se formulou uma droga capaz de tratar o câncer do córtex adrenal. Ele não tem uma expectativa enorme de que todos os pacientes vão responder, mas é a única droga que eu tenho e, se eu não a uso, a velocidade de o paciente progredir é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há um problema, e até a Cheryl depois vai falar sobre isso, que é a nossa advogada que está presente, sobre o registro, sobre a importação. Então, em 2025, a Anvisa reconhece o caráter estratégico para tratamento dessa doença, quando o carcinoma é irressecável ou metastático, e tenta simplificar a importação. Mas eu não quero simplificar a importação, eu quero que todo e qualquer paciente, seja do SUS, seja do hospital particular, seja de onde ele for, tenha direito a esse único medicamento, porque já é difícil lidar com uma doença tão grave, agora ficar mendigando esse remédio não dá.

Então, o mundo inteiro trata o carcinoma do córtex adrenal com o mitotano.

O mitotano compromete a função adrenal normal e a que é também neoplásica. Se eu comprometo a função da adrenal contralateral, eu vou precisar repor, porque os hormônios produzidos pela glândula adrenal, pelo córtex da glândula adrenal são fundamentais à vida. Eu preciso do quê? Saber que eu vou ter efeitos adversos ao mitotano e eu vou precisar de quê? De glicocorticoide. E qual é o glicocorticoide melhor para ser usado? É a hidrocortisona. Quem tem hidrocortisona? Não temos. O mundo inteiro tem. É caro? Não. É barato, muito barato! O Hospital das Clínicas produz para os nossos pacientes. Então, precisa ter uma política para que todo mundo tenha o direito de usar a hidrocortisona – que não serve somente para essa situação de deficiência adrenal, mas para toda e qualquer situação de insuficiência adrenal, seja na hiperplasia adrenal congênita, seja quando se está desmamando o glicocorticoide de uso exógeno, seja quando está associado ao mitotano. Então, isso tem que ter, é inconcebível não ter o mitotano! Inclusive está lá no estatuto do teste do pezinho, da triagem neonatal, que, quando você faz o diagnóstico, você vai usar a hidrocortisona. Mas cadê a hidrocortisona? Esse é um problema grave, e a gente está batendo nessa tecla – eu, com tantos anos de profissão – há muitos anos.

Bom, quando se usa o mitotano, esses pacientes especificamente precisam de altas doses da hidrocortisona, porque o mitotano, por ações intrínsecas dele, lava rapidamente a hidrocortisona, e eu tenho que dar doses mais elevadas, e às vezes também a reposição de mineralocorticoide.

Sem reposição adequada, o paciente apresenta fadiga intensa, hipotensão, distúrbios hidroeletrolíticos, podendo fazer crise adrenal e evoluir a óbito. A crise adrenal é uma emergência potencialmente fatal para esse paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso garantir a hidrocortisona, a orientação das doses de estresse e o acesso ao atendimento de urgência. Para o empoderamento desse paciente, nós oferecemos cartilha para esse paciente sobre como ele deve agir em momentos de estresse, o que ele deve aumentar, enfim, para que isto possa estar garantido a ele, como a qualquer paciente que toma remédio para hipertensão, remédio para diabetes, esses pacientes raros têm que ter direito ao seu tratamento.

Onde estão essas lacunas?

- Doença rara, diagnóstico tardio, acesso desigual à genética e a centros especializados.

- Mitotano sem registro regular no país, que depende de mecanismos excepcionais de importação. Toda hora, eu me faço de advogada do meu paciente para ver como é que nós vamos conseguir para ele. Aí um paciente infelizmente falece. Aí eu falo: "Pelo amor de Deus, me dê o resto que sobrou, porque eu preciso para aquele outro". Quer dizer, é uma situação insuportável, né?

- Necessidade de acesso contínuo e previsível da hidrocortisona e da fludrocortisona quando necessário e de educação sobre prevenção e manejo da crise adrenal.

- Ausência de uma estratégia nacional integrada para pacientes e seus familiares com predisposição hereditária ao câncer adrenal.

Se isso, como o Paraná fez, está no teste do pezinho e faz o diagnóstico de que 1 para cada 300 nascidos tem essa variante, ou seja, ele tem chance de desenvolver algum tipo de câncer, ótimo, mas e aí?! Se você não dá suporte, não adianta eu dar o teste genético. Eu tenho que saber como conduzir. E como é que se conduz? Através de um protocolo. Você tem que fazer exames de ressonância, você tem que fazer exames hormonais, exames gerais e ir vendo... E, além disso, tem que ver quais são as famílias, pois, além de terem a variante, elas podem ter outros genes que predispõem que essa variante seja mais ou menos agressiva, só que para isso precisa abrir esse painel, além da arginina 337 comum, a outras variantes que modulam. Como eu tenho essa experiência de cem famílias, eu vejo que tem famílias em que são menos agressivos os tumores e tem outras em que são mais. Então, para que eu possa ser mais seletiva e economizar no manejo com essas famílias, eu preciso que me ouçam e que dinheiro venha para fazer isso, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economizar em outras coisas no futuro e para que eu preserve a vida desses jovens. Eu perco muitos jovens!

Esse registro nacional tem que ter. Eu acho que o nosso país é o único que não tem um registro da síndrome de Li-Fraumeni, e justamente nós somos os que mais temos a variante.

Os fluxos de referência para o diagnóstico genético, o aconselhamento, a vigilância em centros especializados...

Um acesso sustentável ao mitotano. Eu não tenho que ficar implorando... E vocês pensam que tem quantos pacientes no Brasil atualmente? Há uma ideia de ter 80, cem no máximo. Nós não estamos falando em custos absurdos, e ele nem é tão caro, se eu considerar como um agente quimioterápico. E há reposição dos medicamentos que precisa ser feita, devido ao efeito adverso do mitotano.

Então, a integração entre SUS, centros de referência, sociedades médicas e associações... Aqui, eu falo muito sobre a ABA (Associação Brasileira Addsoniana), que tem nos ajudado demais na distribuição do *kit* emergencial, na orientação desses pacientes. Nós precisamos nos unir.

Enfim, no Brasil, resumindo, essa variante genética existe, conecta famílias sob risco de câncer adrenal e insuficiência adrenal. Transformar o conhecimento em política pública significa garantir o diagnóstico, o tratamento precoce e a continuidade do cuidado, com aumento da sobrevida, melhora da qualidade de vida e redução de custos à saúde pública.

Eu fico aqui à disposição para perguntas de vocês.

E eu acho que é isso que eu queria resumir. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Doutora. Fantástico, fantástico! Muita gente acompanhando.

Nós agora estamos debatendo a segunda doença, que é a insuficiência adrenal. Já debatemos a primeira.

Os expositores da primeira estão aí? Vão falar, né? Tem perguntas que nós entregamos para vocês. Na hora da fala de vocês, tentem responder a uma ou outra pergunta que já chegou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E está chegando já pergunta sobre a insuficiência adrenal aqui, a que os expositores poderão responder.

Nós estamos tendo uma aula aqui de mestrado e doutorado, meu Deus do Céu, meu Deus do Céu! A audiência pública é um seminário de conhecimento, é um simpósio, um fórum!

Nesse sentido, nós vamos ouvir agora a Adriana Santiago, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Addsoniana... Eu aprendo tudinho depois! Addsoniana.

E eu quero dizer que, lamentavelmente, está ausente – foi convidada e nem deu retorno – a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde. Que pena, que pena! E eu lamento também... Tudo bem, até entendi hoje que o primeiro... o do Ministério da Saúde que falou, falou via videoconferência, deve estar numa semana muito corrida, mas a presença do Governo na mesa faz toda a diferença, né? Porque tem gente que vem de longe, gasta dinheiro para vir aqui, e eles entrarem via videoconferência... Eu fico triste. Eu queria que eles abraçassem. Apesar de que o Natan já esteve com a gente algumas vezes aqui. Natan é uma pessoa muito, muito comprometida, mas hoje, lamentavelmente, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde não veio nem justificou a ausência. Vamos puxar a orelha do Ministro, tá? Vou ligar para o Ministro depois.

Adriana Santiago, Vice-Presidente da Associação Brasileira Addisoniana. Aprendi, tá? Bem-vinda, Adriana.

A SRA. ADRIANA SANTIAGO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu sou uma mulher parda, cabelos castanhos, olhos castanhos, estou como Vice-Presidente da ABA, representando a insuficiência adrenal primária – conhecida como doença de Addison –, insuficiência adrenal secundária e terciária, hiperplasia adrenal congênita e câncer adrenocortical.

Primeiramente, gostaria muito de agradecer a todos os que estão aqui, agradecer à Luciana Mendina, ao Victor Mazzei, que também foram grandes articuladores, agradecer à Senadora Damares. Eu falei aqui com ela, ao pé do ouvido: a senhora hoje está fazendo história dentro da insuficiência adrenal. É a primeira audiência pública da insuficiência adrenal. Então, o tamanho da responsabilidade que me foi concedida pelos pares para que pudesse falar desse conjunto de doenças. Eu estou também como Conselheira Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso falar simples para que possam entender a gravidade da insuficiência adrenal. Existem duas glândulas em cima dos rins. Essas glândulas são conhecidas como glândulas suprarrenais. Essas glândulas fabricam o hormônio cortisol. O hormônio cortisol é o hormônio que a gente fala que é o hormônio do estresse, mas eu falo que é o hormônio da vida, porque é o único hormônio sem o qual a gente não pode viver.

Então, quando a senhora tem uma febre, as suas glândulas adrenais dobram, triplicam a quantidade de cortisol, e passa por essa febre. No caso das pessoas com insuficiência adrenal, elas têm que dobrar, triplicar esse remédio que elas tomam todos os dias para se manterem vivas para poderem passar por essa febre. Às vezes dá certo, então fica tudo bem. Mas, às vezes, não dá certo. E aí, o que acontece? Precisam ir para o hospital, entrar no soro e receber a hidrocortisona venosa, porque é uma doença potencialmente fatal – por uma febre, por qualquer infecção –, a crise addisoniana pode ser uma parte fatal.

Então, por isso que eu sempre gosto de dar essa explicação, para a pessoa entender, porque é uma deficiência invisível. Você olha para essas pessoas, olha aqui na nossa frente: alguém vai pensar em doença rara? O nosso principal... Eu falo que o nosso carro-chefe da insuficiência adrenal foi o Presidente dos Estados Unidos John Kennedy. Alguém imaginava John Kennedy com doença rara? E aí, é uma doença completamente negligenciada, tanto que o Dr. Natan falou "a Adriana já veio falar comigo" no discurso dele, porque não dá para fingir que a gente não existe. No conjunto da insuficiência adrenal, a gente está falando de mais ou menos 21 mil pessoas desassistidas – não tem como fingir –, juntando todas as insuficiências adrenais.

Nosso primeiro gargalo começa com o diagnóstico. Infelizmente, os médicos não conhecem a doença. Demora anos! Para a insuficiência adrenal... Eu, com a minha experiência, com a minha filha, foram três anos para conseguir o diagnóstico. Eu saí do Estado do Rio de Janeiro, como a outra colega falou, eu saí de uma capital atrás de diagnóstico e atrás de tratamento. A minha filha não morreu porque teve um erro médico que eu agradeço até hoje: falaram que ela estava com pneumonia típica e usaram o corticoide de que ela precisava. Então, a minha segunda parte do tratamento foi através de um erro médico, mas ela estava salva por um remédio. Mas quantas – Letícia é o nome da minha filha – Letícias estão mortas por aí? É por elas que eu penso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui acolhida em São Paulo, tratamento. Então, primeira parte do tratamento, a gente precisa de um remédio chamado teste da cortrosina, que é o ACTH sintético. Esse remédio não tem no nosso país. A gente não tem direito a diagnóstico! Então, o que é que faz? Vamos fazer o teste do ITT, que é o teste de tolerância insulínica, para fazer um diagnóstico. Então, primeiro gargalo.

Segundo gargalo, Senadora, é a medicação: a hidrocortisona. A hidrocortisona é a droga de melhor escolha. Tem no mundo inteiro, menos no Brasil. Até a Venezuela, com todo o caos que atravessa, tem a hidrocortisona. E por que o Brasil não tem? E aí eu lhe digo: sabe por que não tem? Porque é um remédio extremamente barato. Custa R$0,36 o comprimido. Só que, sem esse comprimido, essas pessoas morrem. Qual é o preço de uma vida? Se drogas caras demais, e que realmente merecem também, não podem... E a gente, que é centavos? E somos desassistidos! "A indústria farmacêutica não tem interesse." Vamos importar o remédio.

A gente tem aqui, eu trouxe para a senhora, um relatório de recomendação, por unanimidade, da Conitec, desde 2015, para a hidrocortisona. E não foi colocado em prática – não foi colocado em prática. São pessoas do Brasil inteiro, assistindo a esta audiência pública, clamando pela hidrocortisona.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Mas, Adriana, a hidrocortisona custa R$16 milhões uma dose?

A SRA. ADRIANA SANTIAGO – Não, R$0,36.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Não, não, eu vou repetir. Atenção, Brasil! Vou aproveitar que eu estou ao vivo. Há uma recomendação do uso do remédio, e esses remédios não estão sendo usados. Cada dose desse remédio custa R$16 milhões?

A SRA. ADRIANA SANTIAGO – Não, R$0,36 o comprimido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu vou embora do Brasil.

A SRA. ADRIANA SANTIAGO – Não, a senhora vai conseguir a hidrocortisona para a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu vou fundar a República do Marajó. Eu vou fundar o Principado do Marajó, vou ser princesa e vou mudar tudo, porque é inadmissível! E é a primeira audiência pública no Brasil em que nós estamos falando sobre o assunto! E olha só, gente, os pacientes estão aqui na frente.

Eu não sei... Às vezes, eu volto para casa, vocês acham assim... Vocês têm todo o direito de ficar indignados, mas eu tenho a obrigação de resolver. Então eu volto para casa indignada e eu tenho um outro sentimento, Adriana: impotência. Eu estou no poder, sou eu que resolvo, e como é que eu escuto isso?! Eu quero que vocês entendam como as dores também são nossas, que estamos aqui, que temos compromisso com a pauta.

Continua, Adriana.

A SRA. ADRIANA SANTIAGO – Então, aqui, ó, primeiro presente para a senhora: a recomendação da Conitec, de 2015, que recomendou a hidrocortisona por unanimidade.

Bom, vamos... Vou pegar aqui a minha cola.

Temos um outro remédio também, chamado fludrocortisona. Esse remédio tem na farmácia de alto custo, só que é um remédio que, vira e mexe, falta. E a gente só tem essa disponibilidade, que é o Florinefe, que é refrigerado. Existem outros remédios que não têm refrigeração, e a gente sabe do nosso país. Então, assim, no Norte e Nordeste, é difícil ter o Florinefe. Então a gente precisa que entrem outros remédios de fludrocortisona para que se possa abastecer.

Bom, dentro da hiperplasia, a insuficiência adrenal tem uma parte que não é genética. Então, eu falo que qualquer um que está aqui pode ser acometido pela insuficiência adrenal, porque é uma parte da autoimune. Mas tem a parte genética, que é a hiperplasia adrenal congênita. E aí, a gente sofre dentro da triagem neonatal: uma doença do teste do pezinho, triada, mas não tem o tratamento adequado.

Quando eu estava escutando aqui atentamente a primeira mesa, a senhora falou... Eu sei que a senhora tem um carinho especial por Marajó. A gente tem duas crianças lá de Marajó. Duas meninas. E o tratamento? Péssimo. Por quê? Porque não tem.

Então a gente precisa ver essa parte da triagem neonatal. Tem alguns lugares que estão "salve-se quem puder", porque a hiperplasia tem que ser diagnosticada, mais ou menos, em 12,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15 dias, no máximo, porque pode entrar numa crise addisoniana, uma crise adrenal, e essas crianças podem morrer.

Depois eu ainda vou falar com a senhora, porque eu gostaria, de antemão, de pedir uma especificamente para a hiperplasia, porque a gente tem um outro problema muito mais sério, mas hoje eu resolvi trazer só os medicamentos. Nos bastidores eu pego a senhora, está bom? (*Risos.*) Já estou...

Então a gente precisa da produção desse remédio; se não é a importação, que seja nos nossos hospitais públicos. A gente precisa ter centros de referência. No Rio de Janeiro, a gente já está começando a trabalhar para que um laboratório público possa fornecer a hidrocortisona, mas a gente tem um país inteiro para cuidar.

E tem uma outra coisa: o *kit* emergência. O *kit* emergência, Senadora, é... Eu falo com muita emoção – sabe? – porque, em todo o mundo... Mal comparando, seria a insulina dos diabéticos. Então, quando tem a crise adrenal, o que eu falei? Tem que ir para o hospital, recebe a hidrocortisona na veia, junto com o soro. Mas, na época da pandemia, tinha vaga para, por causa de uma febre, tomar um soro e receber a hidrocortisona? Qual é o desfecho quando não acontece isso? A morte! É a morte!

Eu, Adriana Santiago, e Adriana Fadel corremos risco de ser presas. Teve um painel consultivo internacional. Queriam saber quais seriam os primeiros pacientes da insuficiência adrenal. E a primeira coisa que falaram: "Vamos dobrar o número de *kits* desses pacientes em casa". Eu estava representando o Brasil. Falei: "o Brasil não tem *kit*". Eu só lembro de os Estados Unidos falando: "*Oh my God*". Falei: "Não, eu não quero '*oh my God*', eu quero ajuda internacional", porque, a partir do momento que eu falei, que eu denunciei o meu país, eu preciso de uma ajuda. Nisso, vários médicos ajudando, porque era um salve-se quem puder.

A gente pegou todo o trabalho... A gente é uma entidade sem fins lucrativos, que tem sete anos, e a gente pegou todo o dinheiro e comprou de hidrocortisona venosa, que não vende em farmácia. A Adriana é médica, Adriana conseguiu comprar. Fizemos um protocolo, a gente conseguiu junto à Sociedade de Endocrinologia para que fizesse e a gente distribuiu o remédio. A gente salvou vidas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA SANTIAGO – Esse é remédio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone.*) – Esse é o *kit*?

A SRA. ADRIANA SANTIAGO – Esse é o *kit*. (*Palmas.*)

Foram chegando dados: "meu filho foi salvo pelo *kit*". E a gente correndo o risco de ser presa, por salvar vidas, porque o Governo brasileiro não olhou para a gente! A gente era invisível, mas não dá mais para ser invisível.

Quando a senhora fala... Eu comecei a ocupar lugares para trazer a voz através disso, porque eu brinco, eu falo que a Adriana é a zen, mas eu sou a espoleta. Hoje eu estou dentro da Comissão da OAB das Pessoas com Doenças Raras. Fui a pessoa que idealizou a frente parlamentar da pessoa com doença rara no Estado do Rio de Janeiro. Eu me tornei Conselheira Estadual de Saúde para falar sobre insuficiência adrenal, e não só sobre a insuficiência adrenal, sobre todas as doenças raras.

Então, esse *kit* hoje é uma realidade. Sai no nosso país, mas através da nossa associação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA SANTIAGO – Teve sorte de não ter morrido.

Então, a gente precisa desses *kits* também no posto.

Bom, como me foi concedido aqui, eu quero trazer para a senhora, Senadora. A gente tem um abaixo-assinado pela volta do ACTH para que as pessoas possam ter diagnóstico. E a gente também tem uma campanha chamada Hidrocortisona Já. Não dá para esperar – como desde 2015 – ver se vai fazer a hidrocortisona. Não, não dá mais. Importa isso! Traz do vizinho até resolver aqui dentro de casa. A gente tem um abaixo-assinado de mais de 41 mil pessoas. Então está aqui para a senhora.

Bom, queria agradecer. A responsabilidade foi grande de falar em tão pouco tempo, mas quero dizer que cada vida importa, que R$0,36 não é o que custa a vida de vocês. A vida de vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vale muito e vale tanto, que eu sei que eu e Adriana não vamos desistir enquanto não se colocar a hidrocortisona no nosso país. Não vamos desistir do mitotano, que é a única droga que é usada no câncer em todas as fases do tratamento e também não está regulado no nosso país. E eu ouso dizer – porque eu sou uma pessoa ousada –: a gente tem uma pena de morte institucionalizada para esses pacientes. Quem tem câncer tem pressa. Cadê a Lei de 60 dias? Cadê? São muitas perguntas se não tem um remédio.

Desculpem pelo passar do tempo, mas a gente não poderia deixar de falar de todas as nossas demandas. Quero agradecer a cada paciente e familiar que está aqui e dizer: é por vocês que a gente entra, enfrenta, e eu tenho certeza de que a hidrocortisona vai entrar no nosso país, assim como o mitotano.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Adriana, eu não estava preparada para tantas emoções, não estava. Mas eu quero mostrar para o Brasil o *kit*. Olhe aqui, gente. Olhe o que é o *kit*.

Como é seu nome?

A SRA. TALITA SANTOS MIOTTO (*Fora do microfone.*) – Talita.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Talita ficou cinco anos sem receber.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Não, 20 anos sem receber! E não morreu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Olhe só. Olhe o que é o *kit,* gente. Veja só: duas luvas, um curativozinho para colocar na hora de aplicar, a seringazinha, o remédio – que está aqui –, e ainda vem num saquinho a orientação de como aplicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto custa esse *kit,* Doutora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – São R$25, já contando com o remédio.

Vocês têm ideia do que eu estou falando aqui, gente? Se isso aqui não causa, em quem está me assistindo, indignação, eu não sei mais o que causa. Recebi um relatório que, nos últimos dois anos, os Prefeitos do Brasil gastaram R$6 bilhões em *shows* e eventos. Nada contra a cultura. Nada! Eu até gosto de forró – gosto! –, gosto de teatro, mas R$25, um *kit* que pode salvar vidas?! Então, assim...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Tem escala, Senadora. Se eu compro para 21 mil pessoas...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sai mais barato!

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – ... sai muito mais barato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Porque, quando comprar em grande escala, sai mais barato.

Então, assim, gente, eu acho que a gente está fazendo história realmente hoje no debate sobre a insuficiência adrenal. Dê uma olhadinha, gente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutora, já que a senhora está na mesa, depois a gente passa a palavra para a Cheryl Berno.

Cheryl, é que o debate tomou outro rumo aqui. Segure um pouquinho aí, Cheryl.

Dra. Adriana está na mesa. Não estava previsto, mas ela é uma médica, ela vai falar.

Explique, Dra. Adriana. Eu não vou perder a oportunidade, não. Quem está com fome, compre um cachorro-quente, traga aqui, mas eu não vou perder essa oportunidade. Eu estou ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivo no Brasil e eu quero indignar o Brasil, e eu quero dizer para vocês: cuidado com os candidatos que vocês vão eleger em 2026 – vixe, agora eu vou ser censurada! –, porque, assim: ou vocês trazem candidatos comprometidos com isto aqui para o Congresso Nacional, ou vocês trazem candidatos comprometidos com isto aqui, porque não tem opção B.

Dra. Adriana, fale.

Mudei tudo aqui agora, estou com raiva.

A SRA. ADRIANA LÚCIA WENDT FADEL (Para expor.) – Eu só queria complementar aqui falando do *kit*, porque o *kit* é o item nº 2 de segurança da doença, mundialmente. O item nº 1 é esse cartão de identificação também – eu ando com ele, principalmente quando eu estou sozinha. E quero falar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – TV Senado, mostre aqui o cartão. Sim?

A SRA. ADRIANA LÚCIA WENDT FADEL – ... Senadora, que aqui tem o *kit* completo com tudo o que a gente envia para o paciente para salvar a vida dos pacientes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Cordão, identificação, o *kit* e o cartão. Meu Deus! Dá para fazer em uma impressora, no computador de casa. Meu Deus.

A SRA. ADRIANA LÚCIA WENDT FADEL – Sim, foi uma ação que nós fizemos. O pai de um paciente do Piauí que tem hiperplasia adrenal congênita tem uma hamburgueria e fez um dia de hambúrguer para a ABA, em que ele arrecadou R$5 mil, que era o valor para a gente comprar a impressora para fazer esses cartões e os insumos também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Meu Deus... Olhe aqui. A TV Senado está mostrando agora. Esse é o cartão de identificação deles. No *kit* vem o cartão para colocar no crachazinho. E o *kit*, gente, é isto aqui, custa R$25. Isto aqui salva vidas. Olhem só, gente.

Eu confesso que eu estou muito indignada com o que eu estou vendo aqui agora. Indignada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, TV Senado, por ter feito o *close*. Obrigada.

Dra. Adriana, pode continuar.

A SRA. ADRIANA LÚCIA WENDT FADEL – Posso falar? Bom...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Oito minutos, está bom?

A SRA. ADRIANA LÚCIA WENDT FADEL – Sra. Senadora Damares Alves, senhores e senhoras, representantes do Ministério da Saúde, que infelizmente não estão aqui, profissionais de saúde, pacientes, familiares e todos que nos acompanham, quero começar agradecendo à Senadora pela sensibilidade de abrir este espaço de escuta e diálogo, ao Senado Federal e a todos que tornaram possível esta audiência pública. E cumprimento com muito carinho e respeito cada paciente, cada familiar e cada profissional que está aqui hoje, porque estar aqui é também uma forma de lutar pela vida. (*Manifestação de emoção.*)

Eu sou Adriana, Presidente da Associação Brasileira Addisoniana (ABA), e hoje eu não venho falar apenas como presidente de uma associação, eu venho falar em nome de muitas pessoas que vivem com doenças adrenais e que precisam, todos os dias, lutar para ter acesso ao diagnóstico e ao tratamento de que necessitam.

A insuficiência adrenal pode ser invisível. Eu tenho insuficiência adrenal, e é uma doença invisível, o que torna mais difícil ainda o conhecimento da doença, mas uma crise adrenal pode ser fatal. Eu posso ter uma crise adrenal e morrer se não for atendida prontamente e corretamente. E, quando ela acontece, a hidrocortisona não pode faltar. Ter acesso à hidrocortisona adequada, inclusive à de forma injetável, não é luxo, não é privilégio: é uma questão de vida ou morte. Por trás de cada paciente existe uma pessoa, uma mãe, um pai, um filho; existem famílias, sonhos, trabalhos e uma vida que precisa continuar.

Nós não estamos aqui para pedir favores, estamos aqui para pedir que o direito à saúde seja uma realidade também para quem vive com uma doença rara. Precisamos de diagnóstico precoce, tratamento adequado, medicamentos disponíveis e profissionais preparados para reconhecer uma emergência adrenal. Ninguém deveria morrer por falta de acesso a um medicamento que pode salvar sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, nós estamos aqui para dizer: "Nós existimos, nós precisamos ser ouvidos e nós precisamos de acesso ao tratamento que salva vidas". Hidrocortisona já! Precisamos do acesso já, não só hidrocortisona. Vida já!

Muito obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, doutora. Que bom que eu lhe dei a palavra!

A nossa convidada que está *online*... Eu vou tentar pronunciar o seu nome, já me falaram aqui: Cheryl? Cheryl, que nome bonito, né?

A SRA. CHERYL BERNO (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Cheryl Berno é advogada.

Dra. Cheryl, obrigada por estar conosco. Dez minutos para a sua fala.

Depois, eu só quero saber se o Marcos e a Renata, os Doutores, vão falar sobre a insuficiência ou sobre a HPN?

O SR. MARCOS LAÉRCIO PONTES REIS (*Fora do microfone.*) – Sobre HPN.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – E você?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Então, depois eu devolvo a palavra e você fica por último.

Advogada, seja bem-vinda e muito obrigada!

A SRA. CHERYL BERNO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada. Eu sou a Cheryl.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, inicialmente, à Senadora Damares pela oportunidade, ao Vitor, à Adriana, a todos os pacientes de todo o Brasil que nos ouvem e acompanham, a todos os Senadores, ao Ministério da Saúde.

Eu estou aqui hoje, Senadora, porque eu sou advogada, sim, mas, antes da função de advogada, eu estou aqui porque eu sou paciente. Eu sou uma sobrevivente do câncer de adrenal, do qual a Dra. Maria Cândida falou aí no início.

Em 2020, eu tive câncer de adrenal. Eu não tenho nenhuma síndrome genética, eu não tenho nenhum problema genético, nem sequer se sabe porque esse câncer aconteceu. Eu sempre fui uma pessoa com hábitos saudáveis, eu vivi a minha vida inteira de forma correta, me alimentando bem, fazendo exercícios, e quando eu estava com 49 anos eu me dei com câncer de adrenal, que ninguém sabia o que era.

Até hoje, Senadora, no *site* do Inca não consta o câncer de adrenal. É como se ele não existisse, embora nós tenhamos, sim, pacientes, como a Dra. Maria Cândida explicou aqui, em todo o Brasil. Então é muito triste, além de você estar diante de um câncer muito grave, um câncer que pode te matar – e que normalmente mata –, você não ter sequer o direito ao acesso à informação.

Então, assim, o primeiro pedido que a gente faz é que divulguem o câncer de adrenal, que coloquem o câncer de adrenal nos mapas, nas listas, nos *sites*. Eu acho que é um direito do paciente. Eu recebi, dos Estados Unidos, na época, uma resposta do que era câncer de adrenal. Porque, quando a gente se depara com uma doença rara, a gente nem sequer sabe a respeito dela, e a gente quer saber. E a minha salvação veio da busca da informação.

Desde então, é essa luta para que outras pessoas tenham essa oportunidade de estar vivas aqui, para que vocês não precisem fazer um minuto de silêncio por mim e por todos os outros pacientes que estão aí ou nos assistindo em todo o Brasil, porque eles existem. O câncer de adrenal pode acometer crianças ou pode acometer adultos e, principalmente, mulheres.

A gente tem uma estimativa, Senadora, do Inca, de que 781 mil novos casos de câncer no Brasil vão aparecer de 2026 até 2028. Então, em tão pouco tempo, a gente vai ter quase mais 1 milhão de pessoas. Ele não escolhe a pessoa, então isso pode acontecer com qualquer um que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está nos ouvindo, que não tem nenhuma doença, assim como a insuficiência adrenal, que foi falada, pode acontecer em qualquer idade da vida, inclusive pelo abuso dos corticoides, porque muitos médicos, mesmo sendo médicos, não sabem tratar.

Então, eu estou aqui hoje porque eu entendi, na pele, na prática e na minha vida, que a burocracia mata, Senadora, porque essas pessoas não estão morrendo só porque elas tiveram câncer, elas estão morrendo porque elas não tiveram a oportunidade do diagnóstico precoce, porque elas não tiveram informação, como eu tive porque eu tenho uma condição melhor.

Viva o SUS, que dá essa oportunidade e leva essa oportunidade para todo o Brasil! A Senadora comentou aqui de outros países, mas a gente valoriza muito o Brasil – muito o Brasil –, porque é um dos poucos países que têm um sistema único de saúde como o SUS, que atende todos os 213 milhões de brasileiros e brasileiras. Então, nós somos muito gratos, mas nós temos muitas sugestões.

Nós precisamos que o Ministério da Saúde e o SUS inovem. A gente fala tanto em inteligência artificial, tanto em inovação, Senadora, e nem sequer nós temos uma rede para os médicos trocarem essas informações. Se não é fácil para o médico saber, Senadora, sobre o câncer de mama, imagine o que é para o médico saber sobre o câncer de adrenal – não é fácil nem para o médico.

Então, muitos médicos precisariam ter contato, por exemplo, com a Dra. Maria Cândida, que tanto nos ajuda e está sempre à disposição, atendendo gratuitamente pelo SUS. Quem está em São Paulo tem esse privilégio. Ela até dá conselhos pela internet, até atende, chama e salva pacientes e vidas – são tantas vidas que essa mulher salvou –, mas a gente precisa, Senadora, que pacientes de todo o Brasil tenham o mesmo tratamento que se dá no Instituto do Câncer de São Paulo, por exemplo, ou hoje, depois de muita luta e muita briga da gente, no Inca (Instituto Nacional de Câncer), do Rio de Janeiro.

Para dar um exemplo, a gente tem uma paciente – que está num hospital público federal, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – que não teve acesso ao principal quimioterápico de que a Dra. Maria Cândida falou aqui, o mitotano, que é essencial e que existe desde 1946 para o tratamento. É um medicamento do qual já caiu a patente, que poderia estar disponível no SUS de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o Brasil e não está. Essa paciente não recebeu o mitotano, porque ela está numa unidade que não sabe comprar, que não sabe lidar.

O Ministério da Saúde, sim, delega aos estados, então é obrigação dos estados, mas, em Minas Gerais, Excelência, a gente tem quatro pacientes que tiveram a metástase – o câncer se espalhou pelo corpo – que tinham mais chances de sobreviver e hoje lutam, como V. Exa. ainda falou, porque tiveram que entrar na Justiça. Isso é demorado, isso é tortuoso. No momento em que a pessoa está fragilizada, em que a pessoa sabe que pode morrer, ela não pode ficar com a família, ela tem que ir para a Justiça, que é cruel – não é fácil, é cruel – com esses pacientes. É muito triste, Excelência. É muito triste.

Então, a gente precisa, por exemplo, que os governos dos estados... Que o Senado cobre, envie cartas aos secretários de saúde dos estados para que eles tratem doenças raras, para que eles tenham atendimento para doenças raras. As doenças raras estão, no Ministério da Saúde, numa secretaria especial, mas o câncer raro não. Então, o câncer de adrenal se mistura no meio de vários cânceres.

Saiu o teste genético, por exemplo, para câncer de mama, mas não saiu para o TP53, que tem essa síndrome que predispõe a pessoa a ter câncer em qualquer idade da vida. Então é importante que a gente também tenha acesso a isso, não só esses pacientes.

Hoje, a nossa principal luta realmente é pelo quimioterápico oral básico que se chama mitotano, cujo nome comercial é Lisodren. Por questões burocráticas, porque a Cmed, que é a Câmara de Medicamentos, não concordou em aumentar o preço, essa empresa tirou do Brasil. Tirou e hoje a gente tem que importar. Ele existe importado, mas a gente precisa que o Ministério da Saúde organize isso tudo para que ele chegue aos estados. E, por ser raro, nós sugerimos ao Ministério da Saúde que compre e distribua.

Excelência, eu já fui buscar medicamento no Inca para levar, para mandar para as criancinhas lá no Rio Grande do Sul, para que elas tivessem acesso a esse medicamento, mas não sou eu que tenho que fazer isso. Nós fazemos, somos voluntárias todas aqui, e fazemos isso gratuitamente. Eu faço isso há mais de seis anos, mas nós queremos a organização, porque eu sempre disse que, se um dia eu morrer porque eu tive outro câncer e não foi metastático, foi um outro tipo de câncer, e se um dia eu morrer, eu quero que esse trabalho continue, eu quero deixar esse mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente. Eu quero que quem venha depois de mim tenha as oportunidades que eu tive que buscar, com conhecimento, porque eu tive essa facilidade, porque eu tive essa oportunidade; mas eu quero que todas as crianças, todas as mulheres e homens que são acometidos por esse câncer, tenham o fornecimento pelo SUS, independentemente se ele nasceu em Marajó, se ele nasceu no governo A, B ou C.

Aqui a gente não está falando de Governo, sabe, Senadora? Por quê? Porque, desde os governos anteriores, isso está uma dificuldade. E o Ministro Padilha tem seu mérito, que de fato ele entrou nesse ministério, e a gente vê que ele está tentando organizar as coisas. E é por isso que essas associações como a ABA, que é a Associação Brasileira Addisoniana, estão aqui para ajudar.

A gente agradece ao Ministério Público Federal que entrou com uma ação civil pública para que esses pacientes tivessem acesso a esse medicamento, mas infelizmente, mesmo com uma liminar – sabe? –, mesmo com uma liminar numa ação civil coletiva pública, numa ação civil pública, ainda assim isso não se organizou.

Então, a gente precisa que o Ministério da Saúde se organize. Nós precisamos que os Senadores reformem o Estatuto da Pessoa com Câncer para que se coloquem penas para quem se omitir das políticas que são já garantidas, tem que ter uma consequência se não der o tratamento no tempo certo.

A gente precisa que as listas de regulação sejam mais transparentes. Nós precisamos, Senadora, de mais emendas, que o dinheiro das emendas seja destinado, como o V. Exa. já bem colocou aqui, para a saúde pública, porque essas pessoas não podem morrer se existe o tratamento – e esse tratamento nem é caro como outros tratamentos que a gente vê.

Eles dizem: "Olha, tem uma doença rara e é muito caro". Não, a gente está falando de coisas viáveis, e a gente não tem dados, Senadora. Como é que a gente não tem dados de câncer no Brasil?! Nós temos que colocar obrigatoriedade de reportar esses casos. Esses casos têm que ir para um banco de dados para que nós possamos fazer e melhorar essa política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fiz uma relação aqui, Senadora, desses pontos todos em que a gente precisa da colaboração do Senado Federal, por V. Exa., para que nos ajude nesses encaminhamentos, para que realmente essas pessoas tenham acesso.

A Dra. Maria Cândida não fala nada, mas ela todos os dias vê pacientes morrerem. Todos os dias ela vê, inclusive, crianças morrerem; não pela falta do medicamento ou do tratamento, mas o triste é que ela vê essas pessoas morrerem de burocracia, porque essas pessoas não tiveram acesso ao tratamento como deveriam ter.

Como já foi dito aqui, está na Constituição Federal, está no Estatuto da Pessoa com Câncer, é um direito, seja no SUS, seja pelos planos de saúde.

A gente tem uma dificuldade muito grande. Hoje nós estimamos que tenhamos aí cem pessoas no Brasil com câncer de adrenal. Então, a gente não está falando de tanta gente assim. Então, o que nós entendemos é que, se não se conseguem tratar cerca de cem pacientes, como que vão tratar milhões? Então, é preciso.

Esse tratamento preventivo, esse tratamento na hora barateia para o SUS, ele barateia para o Estado. Por quê? Porque esse tratamento efetivo evita que a pessoa tenha recidiva, ele evita que o câncer se espalhe. Isso facilita. Então, uma pessoa, por exemplo, como eu, que fui tratada a tempo com cirurgia, ela sobrevive, sem maiores custos para os planos de saúde para o Estado. Então, isso é importante que fique muito claro.

É importante que o Ministério da Saúde entre em contato conosco e realmente faça um planejamento com datas. Porque há seis anos, Excelência, que nós cobramos do Ministério da Saúde isso, e isso já estava, não é de hoje que esse câncer existe. Então, a gente precisa efetivamente desses cadastros, a gente precisa dos exames, principalmente a PET *scan* oncológica. Porque, por incrível que pareça, se a pessoa tiver câncer de pulmão, ela consegue uma PET *scan*, mas se ela não tiver, se ela tiver de adrenal, ela não tem esse direito. O direito tem que ser igual para todos, para todas, em todo o Brasil! Isso é um direito, Senadora!

Então, o câncer mata, como V. Exa. sabe, se não tratado. O câncer tem pressa, o câncer se alastra. Então, a pessoa que tem câncer tem pressa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente agradece pela oportunidade, mais uma vez, de poder dar voz para todos esses pacientes que, neste momento, estão precisando do quimioterápico para sobreviver. A gente espera frutos, muitos frutos, Excelência, dessa audiência e tenho certeza de que, com a sua ajuda, eles vão acontecer.

Muito obrigada, muita vida e muita saúde para todo mundo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, doutora. Obrigada. Excelente participação.

Nós vamos ouvir agora a Dra. Renata. Não estava previsto, mas a gente vai ouvir a Dra. Renata, representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia, ainda sobre insuficiência adrenal.

Depois a gente vai para o final da audiência, dando dois minutos para os expositores de HPN, começando pelo Dr. Marcos – você pode ter mais um pouquinho, está bem, doutor? –, e depois vocês recebem também a palavra para agradecimentos finais.

Dra. Renata, seja bem-vinda.

A SRA. RENATA SANTAREM DE OLIVEIRA – Obrigada pela oportunidade, Senadora Damares, de hoje estar aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Aperta aí...

Aperta de novo.

A SRA. RENATA SANTAREM DE OLIVEIRA – Foi?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Foi.

A SRA. RENATA SANTAREM DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senadora Damares, pela oportunidade de estar hoje aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou endocrinologista pediatra. Hoje estou aqui a convite da ABA como representante da SBEM, que é a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, a convite também da Presidente da ABA, que é a Adriana.

Eu queria manifestar aqui o total apoio da sociedade a todas as falas que hoje foram apresentadas, inclusive pela nossa colega que é advogada, que falou com tanto primor e conseguiu transformar os termos científicos de uma forma leiga, enfim, eu acho que facilitou demais o entendimento.

Quero falar aqui que, na minha experiência como médica endocrinologista pediatra, é muito dolorosa a situação que a gente vê atualmente dos nossos pacientes, em especial as nossas crianças.

Então, existe uma desigualdade muito grande no acompanhamento. Tem aqueles pacientes que têm condições de compra da medicação, da hidrocortisona, e que mandam comprar na farmácia da USP – isso é enviado, enfim, pelo Correio, pelo Sedex a todo o Brasil –, e aqueles pacientes que não têm condições e acabam usando uma segunda linha de tratamento, outros tipos de glicocorticoides, que têm impactos no crescimento, na puberdade dessas crianças, têm efeitos metabólicos.

Isso é muito bem respaldado por todas as sociedades médicas, tanto nacionais quanto internacionais. Então, não é uma questão de dúvidas. O grau de evidência – a gente fala isso em medicina –, o grau de evidência científica é muito alto. Então, é inaceitável. A gente tem, às vezes, países da África que estão numa situação semelhante à nossa. E é inaceitável, quando a gente vai às conferências, aos congressos internacionais, a gente falar que no Brasil não existe hidrocortisona.

Então, eu acho que a audiência hoje é muito importante no sentido de a gente buscar uma resolutividade rápida, porque eu acho inaceitável. A gente tem PCDT, a gente tem um Programa de Triagem Neonatal, que, para hiperplasia adrenal, foi instituído em 2012. Tem algumas dificuldades, deficiências do Programa de Triagem Neonatal pelo Brasil – a gente sabe que existe essa desigualdade –, mas a medicação, que é uma medicação barata, se a gente for resolutivo e falar com quem a gente deve falar, a gente consegue resolver. Então, é preciso vontade política,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é preciso falar com os gestores certos, porque é muito fácil conseguir essa medicação. A gente não pode esperar. Os pacientes não podem esperar mais.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Doutora.

Nós encerramos o segundo ciclo de exposição. Esse segundo ciclo foi sobre insuficiência adrenal. Eu acho que informações preciosas foram apresentadas, e nós vamos agora para o final da audiência, que são os agradecimentos e considerações finais.

Eu vou devolver a palavra para os expositores do HPN, mas vou começar pelo Dr. Marcos. Não estava prevista a fala dele, mas ele vai abrir esse final, de agradecimentos e considerações finais do HPN.

Doutor, o senhor consegue falar em cinco minutos?

Então, nós vamos ouvir o Dr. Marcos Laércio Pontes, Médico Hematologista.

Doutor, seja muito bem-vindo. A gente agora vai voltar para o HPN. Inclusive, Doutor, eu lhe passei algumas perguntas. Se puder, responda uma ou duas.

A internet, gente, está fervendo de perguntas. Olha a audiência de um evento como este: nós estamos na televisão, nós estamos no YouTube, nós estamos nas redes sociais. E isso não se encerra aqui, Doutor. Depois, fica sendo reprisada esta audiência. Muita gente vai ver depois, à noite, de madrugada. E nós estamos com um número enorme de Senadores. É que não deu para mostrar o número de Senadores que estão presentes de forma semipresencial. Então, a audiência tem sido, está sendo um sucesso.

Dr. Marcos Laércio, seja bem-vindo.

O SR. MARCOS LAÉRCIO PONTES REIS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senadora Damares, é uma honra estar aqui neste momento tão inédito para nós, vários colegas hematologistas e os pacientes, que há tantos anos convivemos, cada um da sua forma,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o HPN. Nós da assistência, dando atenção aos pacientes, e os pacientes e familiares vivendo, vivenciando as dores e os desafios da HPN no Brasil.

Antes de mais nada, já que são finalizações de agradecimento, quero agradecer este momento tão especial, tão importante para a gente, porque há muito tempo a gente queria ter essa voz, e nós não conseguíamos ter e agora estamos tendo.

A gente poderia passar uma manhã inteira falando de HPN. Eu tenho duas amigas e irmãs que defenderam de uma forma brilhante o panorama do que é ter a HPN no Brasil. Então, eu não tenho mais a acrescentar.

Eu gostaria somente de aproveitar o meu tempo para responder algumas perguntas que vierem da internet, muito brevemente – estou vendo ali o meu cronômetro.

Então, Talita, de São Paulo, pergunta: "Quais são os principais gargalos para garantir o acesso efetivo ao tratamento da HPN no SUS?". Eu já aproveito para "linkar" com a pergunta da Evelin, do Paraná, que pergunta: "Quais são as principais dificuldades de acesso ao tratamento da HPN no SUS?".

Isso foi muito bem falado pelas duas colegas, mas só para relembrar, a gente tem diagnóstico tardio, encaminhamento tardio e dificuldades de conseguir uma consulta com especialista. Quando se chega ao especialista, não temos exames suficientes, não temos o exame ouro, em muitos centros do Brasil não tem. Eu venho do Norte do Brasil, eu venho de Belém, do Pará. Lá nós temos muita coisa, mas eu tenho outras regiões como Porto Velho, como Amazonas, enfim, da Região Norte e Nordeste também, em que não tem exames, às vezes, básicos, mesmo em lugares de referência.

O Brasil é muito desigual no SUS. Nós temos vários SUS dentro de um único SUS brasileiro. Então, são vários gargalos que volto a elencar, e quando a gente consegue, finalmente, ter esse diagnóstico... A gente já tem o Eculizumabe no SUS, mas nós precisamos de novas tecnologias que não somente deixam, como muito bem a Dra. Joana falou, o paciente sobreviver; não é mais sobre somente sobreviver, é sobre como viver e, principalmente, como viver com qualidade de vida. Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ediene, de Goiás, nos pergunta: "Doenças raras como HPN têm diagnóstico tardio. [Existe] [...] capacitação das equipes de saúde da família para suspeitar e encaminhar mais cedo?". Educação médica continuada é algo extremamente necessário e difícil de se fazer numa realidade tão diferente, tão desigual do Brasil.

A HPN é uma doença ultrarrara. Ela atinge aproximadamente 1 para 1 milhão e 1,5 para 1 milhão de pessoas. É difícil. Para nós, especialistas, é muito fácil o nível de HPN, mas, para quem está lá na ponta, no posto de saúde, lembrar-se de tudo do HPN, quando você tem hipertensão, diabetes, AVC e várias outras coisas que precisam ser pensadas, é difícil. A educação continuada é necessária, mas eu acho que, acima de tudo, para nós sermos práticos e eficientes, em nível de Brasil, nós precisamos que o médico se relembre de que, se uma anemia não tem diagnóstico ainda, ele encaminhe logo para o especialista e que esse encaminhamento se dê em nível de SUS, de forma mais breve e precoce possível.

Na minha realidade do Hemopa, onde nós somos o grande centro regulador de hematologia no Estado do Pará, nós demoramos, em média, três a quatro meses para conseguirmos uma consulta de primeira vez. Por quê? Porque são muitos pacientes. A gente está sobrecarregado de pessoas para tratar das mais variadas doenças possíveis. E lá no meio, a gente tem o HPN, mas tem o falciforme, o talassêmico, tem tantas outras doenças que é tão difícil a gente conseguir esse encaminhamento rápido.

Francisco, da Bahia, pergunta: "Como garantir que tecnologias incorporadas ao SUS cheguem efetivamente aos pacientes com doenças raras?". A primeira grande iniciativa está ocorrendo agora, Senadora. A gente está aqui discutindo como incorporar as nossas tecnologias. Mas existe algo, além de tudo o que já foi falado, que eu gostaria de relembrar. Todos nós, cidadãos brasileiros, conseguimos participar de consultas públicas no *site* da Conitec.

Nós, como cidadãos, como pessoas sensíveis a doenças raras e a várias outras doenças, precisamos exercer o nosso papel de cidadãos, de dar a nossa opinião frente à incorporação de várias tecnologias. Se nós formos agora ao *site* da Conitec, nós temos várias consultas públicas que querem ouvir todo mundo: quem é doente, quem é o médico assistente e quem é o cidadão. Tenho certeza de que a gente não exerce isso de forma plena em nível Brasil, isso é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante. Então, de tudo o que foi falado, nós como sociedade precisamos estar atentos e participar das consultas públicas.

E por último, mas não menos importante: "Doenças graves e progressivas [...]"... é um comentário, na verdade, da Maria, de São Paulo: "Doenças graves e progressivas não podem esperar, o SUS precisa cumprir na prática o que já foi formalmente incorporado no papel". E eu não posso concordar menos do que realmente finalizar os agradecimentos com essa frase: nós avançamos muito na HPN, mas isso não quer dizer que nós avançamos o suficiente.

Senadora e demais integrantes da mesa, muito obrigado pela atenção de todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Uau! Doutor, que bom ter lhe dado a palavra. O senhor fica onde, Dr. Marcos?

O SR. MARCOS LAÉRCIO PONTES REIS – Eu fico em Belém do Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Gente, ele veio de Belém do Pará!

O SR. MARCOS LAÉRCIO PONTES REIS – Bem aqui, do ladinho!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – E olha que ele enfrenta uma realidade totalmente diferente da nossa. Gente, olha, nós temos cidades em Belém... por exemplo, de Redenção para Belém são quase 18 horas de viagem de ônibus, tá? Nós temos as cidades nas regiões ribeirinhas. Nós temos Santarém, onde você só pode chegar de avião ou de barco. Então, imagine enfrentar tudo isso num estado daquele tamanho.

Eu vou contar uma coisa – Senadora Damares, também é cultura! –: o perímetro da cidade de Altamira é maior do que Portugal, do que o país Portugal. Vocês sabiam disso? Como enfrentar tanta diversidade naquele estado? Parabéns, Doutor, e obrigado por estar conosco aqui neste debate! Olha, eu estou encantada. A Secretaria vai pegar seu telefone, e o senhor não vai nunca mais ficar fora dos nossos debates aqui no Senado.

Para agradecimentos finais, voltando ainda à HPN. Maria Cecília Oliveira está aí? Aperte o botãozinho onde Maria Cecília está. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Maria Cecília, da Associação dos Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências (Afag).

Dois minutos, Maria Cecília.

A SRA. MARIA CECÍLIA OLIVEIRA (Para expor.) – Senadora, eu, Dra. Viviani e Dra. Joana gostaríamos de agradecer demais esta oportunidade, mas seria possível nós darmos esses seis minutos nossos, um minuto e meio para quatro pacientes de HPN falarem rapidamente?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O.k., se as três abrem mão, tudo bem. Então, você pode indicar o nome de um por um.

A SRA. MARIA CECÍLIA OLIVEIRA – É o Jorge...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Então, vamos embora. Primeiro, o Jorge. Um minuto e meio, Jorge. Que alegria ter você aqui. Fale o seu nome e de onde você é.

O SR. JORGE LUIZ DE PAULA JÚNIOR (Para expor.) – Boa tarde, meu nome é Jorge, eu tenho 40 anos, sou de Ribeirão Preto...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Uau!

O SR. JORGE LUIZ DE PAULA JÚNIOR – É uma honra estar aqui, mais uma vez – eu estive em outros momentos. Tenho HPN há 13 anos e eu acho que o que mais me comove é me enxergar em muitas coisas que foram ditas aqui. O Jorge que está aqui falando com vocês é o Jorge que sente uma fadiga, que tem essa carinha de cansado. As pessoas chegam para conversar e dizem: "Nossa, está com cara de cansado!" E eu falo: Eu sou cansado. Eu não desejo para ninguém... que alguém sinta a fadiga da HPN. Ninguém tem noção do que é a fadiga na HPN, ela é extremamente debilitante.

Eu me vejo no Jorge que não pôde exercer, aos seus 27 anos, a sua formação de engenheiro químico por que tinha que, em cada entrevista, mencionar que iria faltar a cada 15 dias ao trabalho. Eu não pude exercer a minha formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me vejo no Jorge que devastou a família com o diagnóstico, na família que se endividou para pagar médico particular, para pagar exame particular. Eu me vejo no Jorge que teve que viajar tantos e tantos dias para fazer infusão.

E me vejo, agora, no Jorge que não responde mais ao tratamento inicial. Eu sei o que eu passei, ontem, para estar aqui hoje e como eu estou me sentindo, mas eu preciso continuar lutando. Eu me vejo no Jorge que era amigo da Margareth, que conversava com a Margareth quase todos os dias, nas lutas para as quais a gente veio, porque a gente esteve aqui, e de tantas coisas que a gente ouviu. Lutamos juntos com a falta de medicação. A gente subiu a escada aqui desta Casa com hemoglobina de 6, 7. A minha hemoglobina, hoje, gira em torno de 8.

Desculpem-me por ter passado um pouquinho do tempo, mas é porque eu esperei tanto para falar aqui. Eu gostaria que o pessoal da Conitec, principalmente, entendesse que a gente não é apenas um número numa planilha, como vocês já disseram. Eu preciso viver, eu preciso trabalhar, eu preciso realizar os meus sonhos, eu preciso de um inibidor novo.

Gostaria que todo mundo entendesse... A senhora comentou, Senadora, no início da sua fala, sobre a Lei 8.080, de 1990. Eu acho uma lei muito bonita e ela é sobre equidade. Equidade é você dar o que é preciso para quem precisa. A gente precisa fazer isso ser cumprido, isso precisa ser cumprido.

Eu não quero sobreviver, eu quero viver. Eu quero poder trabalhar, eu quero poder viajar. Por que não? Eu quero poder ser um cidadão como qualquer um aqui e eu preciso de um inibidor novo.

Só para encerrar, eu acho – e deixo uma reflexão aqui – que a ciência, a medicina, a farmácia, têm que servir às pessoas. Elas não têm que servir somente ao mercado. E nós, como humanidade, devemos nos perguntar qual é a lógica de haver tratamentos, de haver tecnologias, se elas não chegam a quem precisa. Se a gente não consegue fazer isso acontecer, nós erramos enquanto humanidade e nada vai mudar até que esse cenário mude.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ô, Jorge!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutoras, que bom que vocês deixaram o Jorge falar. Jorge, que incrível!

Eu quero informar ao Brasil que eles vieram com recursos próprios. O Senado não paga passagem para a participação em audiência pública.

Jorge, seu testemunho foi provocador, foi desafiador. Obrigada. Mas você vai voltar para falar tudo.

Doutora, indique o próximo.

A SRA. MARIA CECÍLIA OLIVEIRA – A Regina.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Regina.

Fale seu nome e de onde você é, Regina.

A SRA. REGINA FURUTA (Para expor.) – Bom dia, eu sou a Regina. Todos me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

A SRA. REGINA FURUTA – Eu sou a Regina, sou de São Paulo. Convivo com hemoglobinúria paroxística noturna há 11 anos. Tenho 50 anos hoje.

Eu vim falar tentando representar alguns vários pacientes. Eu me solidarizo muito com os pacientes que hoje precisam viajar muito, percorrer longas distâncias para fazer um tratamento a cada 14 dias. Eu me identifico muito com a população do Norte, porque eu morei em Manaus durante 20 anos e eu sei o quão difícil é fazer todo esse caminho para fazer um tratamento que não cobre muito bem a doença, em todos os sintomas.

Assim como o Jorge, durante oito anos eu convivi com essa fadiga extrema, e eu sei o quão duro é fazer todos esses tratamentos. Eu perdi... fui desligada da empresa onde eu trabalhava por conta do tratamento, por conta de tudo que a doença traz. Então eu acho que o importante é a gente ter opções de tratamento, não é chegar numa prateleira e falar: "Não, eu quero aquele", o médico selecionar: "Esse, é bom para você; esse não é", mas a gente ter opções, ter oportunidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a primeira linha de tratamento, que é o que está disponível hoje, não atende todas as necessidades dos pacientes.

A maioria dos pacientes ainda tem muitos sintomas – assim como Jorge tem, assim como eu tenho, Cecília também tem –, então a gente precisa ter opções de outras linhas de tratamento para os pacientes que já tiveram experiência com inibidor de C5.

Hoje eu tive a oportunidade de fazer a transição de tratamento e eu sigo superbem, a fadiga já não me acomete tanto, mas não é a mesma oportunidade que tantos outros pacientes têm, que viajam longas distâncias e muitas vezes chegam até o centro de tratamento e não tem o medicamento disponibilizado. Então, eles contam com aquele tratamento, viajam três dias em barco, em balsas, e chegam lá e não recebem o tratamento. Então, acho que é sobre isso.

O Dr. Marcos falou muito sobre qualidade de vida. Como é que o paciente – mesmo em tratamento – que sente uma fadiga intensa vai conseguir ter qualidade de vida? Se ele viaja quatro dias de barco, daqui a dez dias ele vai retomar o tratamento para viajar mais quatro dias de barco para receber o tratamento. Isso sem falar na volta dele.

Então, eu acho importante a Conitec ter essa visão de que não é só custo. Tem todo o custo invisível, que não está na planilha: o custo do paciente, o custo que o Jorge tem. O Jorge pode chegar no centro de referência para fazer a infusão sem se alimentar – ou até mesmo eu. E chega lá, espera o dia inteiro, perde um dia de trabalho. Então, além de o tratamento não fazer a cobertura total da HPN, ele ainda tem todos os outros problemas que carrega consigo, e a família dele também.

Então, eu gostaria muito de agradecer as palavras do Dr. Marcos, da Dra. Viviani e da Dra. Joana, que expressaram muito bem o que é a trajetória e a carga da doença para o paciente e para a família.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, minha querida. Obrigada.

Doutora, a próxima?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CECÍLIA OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Cecília.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Cecília?

A SRA. ANA CECÍLIA DA SILVA BORDINI (Para expor.) – Cecília.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Diz de onde você é; nome e de onde você é.

A SRA. ANA CECÍLIA DA SILVA BORDINI – Eu sou do Rio de Janeiro, tive o diagnóstico há quatro anos. Tive, assim, a sorte de já estar usando o Ravulizumabe há um ano e meio e realmente mudou, assim, a qualidade de vida, porque realmente o cansaço é uma coisa horrível – a falta de ar –, e é muito importante esse remédio. E a importância de ter os outros também, porque, para mim, esse está funcionando, mas eu sei que, dependendo do caso da pessoa, vão ser necessários os outros remédios. Então, é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Cecília. Veio também com recurso próprio.

Dr. Marcos, quantas crianças na escola estão chamadas de preguiçosas, desinteressadas, porque estão em fadiga, e o diagnóstico não foi concluído.

A SRA. REGINA FURUTA – Eu era vista como uma preguiçosa, até mesmo pela minha família, porque, com a nossa fadiga, a gente não tem vontade de conviver socialmente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

A SRA. REGINA FURUTA – Não é nem vontade, né, Jorge? Nós não temos força.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Meu Deus!

A SRA. REGINA FURUTA – É questão de força. A fadiga que o Jorge tentou expressar é algo inexplicável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Meu Deus!

O SR. JORGE LUIZ DE PAULA JÚNIOR – Você precisa, literalmente, escolher o que você consegue fazer durante o seu dia, porque você não tem energia suficiente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Já pensou aquela menina que não consegue lavar a louça para ajudar a mãe, e a mãe acha que ela é preguiçosa, castiga, bate, põe de castigo? Eu estou aqui, juro para vocês, muito preocupada.

O SR. JORGE LUIZ DE PAULA JÚNIOR – E assim, Senadora, existe muito preconceito quanto a isso. Muitas pessoas acham que é corpo mole, mas não é; é uma fadiga que é incapacitante mesmo.

A SRA. REGINA FURUTA – É uma fadiga que – desculpa, Dr. Marcos...

O SR. MARCOS LAÉRCIO PONTES REIS – Imagina, imagina.

A SRA. REGINA FURUTA – ... é uma fadiga que prejudica a nossa cognição.

Então, eu sou engenheira, eu trabalho com números. Então, tudo o que eu deixava para fazer no meu dia a dia, no meu trabalho, eu concentrava tudo no período da manhã, que era a hora em que eu estava mais descansada – um pouco mais descansada – e tentava acelerar minhas atividades para tentar fazer naquele período e conseguir entregar a tempo.

Hoje, eu faço tratamento oral. E, sobre essa névoa mental, a gente sabe que essa névoa mental acomete todos os pacientes. E hoje gente conhece estudantes de medicina que, por conta da mudança do tratamento, dessa alternativa, fizeram a transição do medicamento, conseguiram estudar, prestar vestibular, conseguiram passar e estão cursando Medicina hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Doutora, tem mais algum paciente?

A SRA. MARIA CECÍLIA OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – A Thaís.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Então, a última paciente, para a gente ir para o final da adrenal, sim. Fala o nome e de onde é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAÍS DE SOUZA CÂNDIDO (Para expor.) – Boa tarde, meu nome é Thaís, tenho 32 anos, fui diagnosticada há 12 anos com essa patologia e fiz uso do Soliris, que é o eculizumabe. Ele foi bem funcional no início, depois, meu organismo já não respondia e eu precisei entrar com a pegcetacoplana, e ele está sendo fundamental.

Como vocês estão me vendo aqui, eu estou maravilhosa porque estou em uso, porém, se eu parar de usar, eu já volto para a estaca zero. Então, assim, é algo bem complicado para a gente que passa e sente na pele, e é nesse ritmo aí que a gente vai passando.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada.

Eu quero agradecer. Acho que a gente termina o ciclo, né, da HPN, e só quero dizer uma coisa: isso não vai se encerrar neste debate. E eu já vou dar um recado que também vai servir para a insuficiência adrenal: não nos deixem errar.

Um Parlamentar tem que ser extremamente eclético. Nós temos que pensar em tudo. Eu saio desta reunião aqui, vou ter que discutir questão indígena na próxima; eu saio da outra, vou ter que discutir segurança pública; eu saio da outra, vou ter que discutir agricultura; eu saio da outra, vou ter que discutir programa espacial. E, nessa questão de sermos tão ecléticos, às vezes a gente deixa uma audiência dessa no vácuo.

Então, para que esta audiência aqui tenha encaminhamento e resultado, vocês não podem me deixar errar, não podem deixar esta Comissão errar. E de que forma? Vocês estão organizados em grupos, instituições e associações, vocês vão ter que nos dar o norte, vocês vão ter que nos cobrar. É dessa forma que a gente vai trabalhar.

Por exemplo, um encaminhamento que a gente pode fazer daqui desta Comissão... Por dois anos, a Comissão de Assuntos Sociais, que é a Comissão de Saúde, teve uma Subcomissão chamada CASRARAS – lembram? –, que era presidida pela Senadora Mara e de que eu era a Vice-Presidente. Talvez o encaminhamento seja que a gente volte à Subcomissão CASRARAS – não pode voltar este ano, mas no início do próximo ano –, que o novo Presidente institua uma Subcomissão CASRARAS, e que a gente tenha, ali dentro dessa Subcomissão, grupos de trabalhos para fazer exatamente o que a gente fez aqui hoje, com respostas e com encaminhamento. Talvez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse seja... Quem sabe eu não serei Presidente desta Comissão no próximo ano? Então, é a gente trabalhar.

E eu quero dar um outro recado antes de passar a palavra pessoal da insuficiência adrenal: eu estou preocupada com a nossa representatividade no Congresso Nacional. Olha... Posso falar, né, Luciana? Nós temos uma bancada aqui de seis, que é dedicada ao tema "doenças raras". Sou eu, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Paulo Paim, Romário e Senadora Eudócia. Prestem atenção, Paulo Paim não será mais Senador; Flávio Arns anunciou que não será mais Senador; Mara Gabrilli não será mais Senadora, será Deputada Estadual; Senadora Eudócia não será mais Senadora. Dos seis, ficamos eu e Romário. E aí, quais são os Senadores que virão no próximo mandato?

Então eu quero que vocês entendam... Não é que os outros não se importam. Sim, na hora de assinar, assinam com a gente, mas sabe aquele grupo que pega, que vai, que grita, que berra? É um grupo de seis. E desses seis, eu vou ter uma baixa de quatro, vai ficar eu e o Romário. Romário é muito bom, mas esse grupo tem que ser ampliado. Então a nossa representatividade na Câmara Federal e no Senado precisa ser considerada, e que isso seja critério para quando vocês forem à urna votar. Os candidatos de vocês estão fazendo compromisso com a pauta? Eu precisava dar esse recado.

Vamos para o final, ouvindo agora os nossos convidados da insuficiência adrenal por dois minutos para agradecimentos e considerações finais. Maria Cândida Barisson Villares Fragoso. Adriana... A Maria Cândida...

A SRA. MARIA CÂNDIDA BARISSON VILLARES FRAGOSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – É, sou eu.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ela está *online*. Desculpa, Maria Cândida, desculpa.

A SRA. MARIA CÂNDIDA BARISSON VILLARES FRAGOSO (*Por videoconferência*.) – Eu realmente fiquei muito satisfeita, gostaria de parabenizá-la, você faz jus ao cargo que ocupa, uma grande mulher. Eu espero poder ajudar nessa empreitada. Eu sou corajosa, eu não desisto nunca, então, eu estou aqui. Se quiserem ter o meu *e-mail* para me mandar perguntas, sugestões, para o que eu puder fazer. Mas eu fiquei muito contente com esta reunião, muito satisfeita. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, doutora, foi uma alegria deixar toda a sua agenda para participar da audiência e ficar até o final.

Vamos ouvir Adriana Santiago por dois minutos; agradecimentos, considerações finais.

A SRA. ADRIANA SANTIAGO (Para expor.) – Bom, gostaria de agradecer pela oportunidade, por este momento histórico para a ABA, e eu vou fazer igual a uma colega ali: eu gostaria de passar pelo menos um minuto para uma pessoa que está me olhando aqui de frente, sabe, está aqui com os olhinhos... Eu nem falei o nome, e ela já sabe. Mas quero agradecer. E uma das coisas que eu penso, Senadora – eu sou muito resolutiva –, é criar a política nacional da insuficiência adrenal como um dos encaminhamentos. E se tiver que salvar dois medicamentos, que sejam a hidrocortisona e o mitotano. São esses os encaminhamentos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Fale seu nome e de onde você é.

A SRA. TALITA SANTOS MIOTTO (Para expor.) – Eu sou Talita Miotto, sou daqui de Brasília.

Fiquei muito emocionada de a gente poder estar aqui hoje falando dessa doença. Eu passei muitos anos sozinha. Tem 25 anos que eu fui diagnosticada com insuficiência adrenal primária. Foram dois anos na minha adolescência sem saber o rumo, com meus pais enlouquecidos, tentando achar diagnóstico para o que eu tinha.

E eu fico muito feliz que a gente consiga trazer essa informação e multiplicar essa informação para o Brasil todo e pedir essa medicação, que a gente não tem.

Eu ouvi o Jorge e pensei, a gente não falou que a gente também fica fadigado. A falta do corticoide deixa a gente fadigado. E na minha adolescência, acharam que eu estava anoréxica, que eu usava drogas. Eu, de repente, virei uma má aluna, eu não conseguia fazer as coisas.

Então cada dia que eu levo como empresária no Brasil, trabalhando, eu tenho que lidar com o meu problema de saúde. Eu tenho a sorte de ter o privilégio de ter minha medicação. Eu, ainda assim, não utilizo a medicação mais moderna, porque, quando comecei a utilizar, 25 anos atrás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tinha acesso, tinha que ser importado, e eu não tinha para quem perguntar. Eu tive que estudar no exterior, perguntar no exterior. "Oi, associação da Inglaterra, como eu faço? Oi, associação dos Estados Unidos, como eu faço?" E era uma coisa muito solitária.

Eu estou muito feliz de estar aqui, de ser voluntária da ABA hoje e de saber que a gente vai poder dar encaminhamento para muitas coisas que vão melhorar a vida de muitas pessoas, inclusive a minha, que estou aqui; cinco anos só que eu tenho um cartãozinho e um *kit,* e esse *kit* já me salvou a vida, antes de eu seguir para o hospital. Então sou muito grata por este momento aqui e espero que a gente continue trabalhando para melhorar a vida das pessoas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, obrigada.

A última, Dra. Cheryl Berno. Tomara que eu tenha acertado. Dois minutos para agradecimentos, considerações finais.

A SRA. CHERYL BERNO (Para expor. *Por videoconferência*.) – É Cheryl.

Eu gostaria também de agradecer, Senadora, agradecer principalmente pelos encaminhamentos que a gente sabe que V. Exa. dará aí aos nossos pleitos. Já enviei lá para o seu *e-mail* indicado, por escrito, para facilitar. E a gente está à inteira disposição para ajudar.

Quero dizer que eu acho que é um momento divino, é um momento de milagre, porque, assim, ter sobrevivido a um câncer raro no Brasil realmente deve ter algum motivo além. Meu filho fala que eu fui uma azarada, mas, na verdade, eu acho que eu fui uma sortuda, porque eu descobri a tempo e eu consegui curar e viver para poder ajudar, através da Associação Brasileira Addsoniana, outras pacientes, outros pacientes, inclusive as crianças, que se salvam se tiverem esse tratamento.

Então muito obrigada mesmo a todas e a todos que participaram conosco deste dia maravilhoso e histórico. A gente espera ter um mês aí para os cânceres raros também, espera que a gente entre no mapa do Brasil, porque são brasileiros e brasileiras, eleitores e eleitoras, e a gente está aqui para ajudar, para crescer junto com este país maravilhoso.

Viva o SUS!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senadora.

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada.

Como o Ministério da Saúde já não está mais conectado, nós não vamos passar a palavra para ele, mas eu quero agradecer.

Eu acho que nós cumprimos o objetivo dessa audiência.

Nós temos alguns encaminhamentos, a Secretaria ficou anotando, mas as instituições, os expositores vão precisar cobrar os encaminhamentos deles.

A Vanessa ali, aquela Vanessa...

Levanta a mão aí, Vanessa!

A Vanessa é responsável pelos encaminhamentos.

Eu quero agradecer ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Marcelo Castro – tão sensível! –, que decidiu fazer a audiência junto com a nossa Comissão de Direitos Humanos.

Tem como mostrar o painel? (*Pausa.*)

Eu queria que vocês vissem o nosso painel. Só de uma Comissão, quantos Senadores marcaram presença...

Mas, hoje...

Vejam só, gente, o que está em amarelo são Senadores presentes. Só que hoje eles estão de forma semipresencial.

Eles não estiveram aqui, mas todos marcaram presença na nossa reunião. Os seus gabinetes estão acompanhando também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou muito feliz com o número enorme de Parlamentares que participaram e que, com certeza, vão interagir com a Comissão para a gente continuar os encaminhamentos.

Eu quero pedir, só, perdão pelo seguinte. A minha agenda de 12h30 está me aguardando. Eu vou precisar encerrar e sair correndo. Eu não vou poder abraçar ninguém.

Todos se sintam abraçados. Foi uma honra estar com vocês!

A gente dá o primeiro passo, doutores, numa grande discussão.

Eu acho que o maior objetivo dessa audiência foi tirar as doenças da invisibilidade. Eu acho que esse objetivo a gente alcançou; pela interação que estamos tendo com a internet, esse objetivo a gente alcançou.

Desta forma, agradecendo às Secretarias das duas Comissões, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Lourdinha Pereira, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Roberta Acioly. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 84/2026 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 4035, de 2023, que "institui o mês de agosto como o Mês Nacional de combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza". **Participantes:** Guilherme Boulos, Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República; Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretora de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC; Alexandre Ferraz, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (representante de: Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades); Renata Boulos, Coordenadora-executiva da Ação Brasileira de Combate às Desigualdades e do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades; e Rud Rafael, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/25

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende o Requerimento nº 84, de 2026, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei 4.035, de 2023, que institui o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade e Enfrentamento à Pobreza, projeto de lei do Deputado Federal e Ministro Guilherme Boulos.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal Senado, da Rádio Senado. E contará com um serviço de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião, assim possibilitando o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

O Ministro Boulos, que é o primeiro que ia chamar para a mesa pela ordem que eu recebi aqui – para mim a ordem dos fatores não altera o produto, não é, Wellington Dias? –, o Ministro Boulos me disseram que está a caminho. Então eu começo com o nosso querido amigo... Se eu tivesse que dar uma medalha, a medalha número um iria para ti, viu? Aí, se o Boulos chegar, eu digo: "Também ganhou número um", os dois estão em primeiro lugar.

Então eu, com satisfação, registro a presença já aqui na mesa comigo do nosso querido amigo Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, que está fazendo um excelente trabalho, que orgulha a todos nós. (*Palmas.*)

Não só nós que estamos aqui, com certeza a todo o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido Luana Maria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Ó, viu? Ele entendeu nossa mensagem!

Então, Ministro de Estado da Secretaria da Presidência da República, Guilherme Boulos. (*Palmas.*)

Olha, como nós temos inúmeros convidados, a assessoria, aqui, dos trabalhos está propondo que a gente faça duas mesas: uma, com os dois Ministros. Eu preferiria tudo na mesma, confesso que eu preferiria, mas eles disseram que não tem espaço. Pode ser assim? E, em seguida, nós vamos para a segunda mesa, até porque o Ministro Boulos vai ter um compromisso em torno de 11h. É isso? (*Pausa.*)

O.k.

Mas já vou citar aqui os que vão compor a mesa e vão participar deste debate: Guilherme Boulos, que está aqui conosco, Ministro; Wellington Dias, Ministro, que está aqui conosco; Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretora de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Alexandre Ferraz, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e representante da Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades; Renata Boulos, Coordenadora-Executiva da Ação Brasileira de Combate às Desigualdades e do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades; e Rud Rafael.

Todos presentes, pelo que me informaram aqui. Então, agora, nós vamos para a fala do Presidente.

Eu vou tentar ser o mais rápido possível – viu? –, mas é um momento histórico este, e eu não posso deixar, com dois Ministros do meu lado, um à esquerda, outro à direita, e os dois de esquerda. Merecem uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. GUILHERME BOULOS (*Fora do microfone.*) – Você ficou à direita, hein, Wellington? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Não, mas os dois de esquerda! Na verdade, os três – né? –, porque o Senador também é! Mas vamos lá. (*Palmas.*)

Meus amigos e minhas amigas, esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais tem por objetivo debater o Projeto de Lei nº 4.035, de 2023, de autoria do Deputado e agora Ministro Guilherme Boulos, que institui o mês de agosto como mês nacional de combate à desigualdade social e de enfrentamento à pobreza. A relatoria desse projeto está sob a responsabilidade deste Senador que está presidindo os trabalhos.

A proposta é simples, mas muito importante: criar, no calendário nacional, um período para refletirmos sobre as desigualdades no nosso país; mobilizarmos a sociedade; fortalecermos as políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social.

O Brasil avançou em vários indicadores. O relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2026 mostra que, em 2025, a taxa de desemprego caiu para 5,6%, e o rendimento médio real cresceu 5,3%. Também houve avanços na segurança alimentar, na educação, na saúde, na redução do analfabetismo e na diminuição dos homicídios entre jovens.

São conquistas importantes, precisamos reconhecê-las.

Lembro que foi nos Governos de Lula e de Dilma que o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU. A política de cotas colocou o povo negro nas universidades e também no serviço público. Vocês não sabem como é bom para mim quando eu estou no Plenário, como foi, pouco tempo atrás, ao entrarem um jovem e uma jovem, ambos fruto das cotas, eles negros, e fruto de concurso público no Senado e são da Consultoria do Senado. Dois jovens que, graças à política de cotas, como a gente fala, abriram as portas. (*Palmas.*)

Mas outras políticas públicas e programas sociais fizeram e fazem a diferença: Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, Plano Safra da Agricultura Familiar, Luz para Todos e tantos outros – são dezenas e dezenas, né?

O mesmo relatório mostra ainda que temos um longo caminho pela frente. Já fizemos muito, mas eu digo sempre: temos ainda muito por fazer. Temos que combater, como exemplo, a concentração de renda, por trás dela estão milhões de brasileiros que ainda lutam todos os dias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para uma vida digna. A desigualdade aparece no mercado de trabalho. As mulheres, apesar do esforço do Presidente Lula e desta Casa, da lei que aprovamos de homem e mulher na mesma função, o mesmo salário, as mulheres continuam ganhando menos que os homens, e as mulheres negras estão na situação mais difícil: recebem pouco mais de 40% do rendimento dos homens não negros. A população negra também continua enfrentando maiores dificuldades no acesso à educação, à saúde, à alimentação adequada e a outros direitos fundamentais.

As desigualdades regionais também nos preocupam.

Quando falamos em desigualdade social, não estamos falando apenas em dinheiro. Estamos falando de oportunidades, de mais educação, de mais saúde, de mais moradia, de mais trabalho decente, de mais alimentação, de saneamento, também muito mais, de segurança, de acesso à cultura, à dignidade. Estamos falando principalmente de direito de cada brasileiro e de cada brasileira viver melhor. E essas desigualdades têm rosto e têm endereço: elas atingem de maneira mais dura a população vulnerável, que mora nas comunidades, a que chamávamos no passado de favela, onde a maioria são negros e negras e mulheres. E claro que nós também olhamos todos aqueles que são vulneráveis, sejam negros, sejam brancos, sejam indígenas, sejam quilombolas – como eu digo logo abaixo aqui: indígenas, comunidades quilombolas –, as pessoas com deficiência, a população idosa, a população LGBTQIA+ e milhões de brasileiros que ainda vivem numa situação de pobreza.

Combater a desigualdade não pode ser uma tarefa de um único governo, de um único partido ou de uma única instituição: é uma responsabilidade de toda a sociedade. Precisamos de crescimento econômico, mas precisamos também garantir que a riqueza produzida pelo país seja distribuída de forma mais justa.

Precisamos gerar mais empregos dignos e com direito a salários decentes. Precisamos ampliar o acesso à educação, à saúde, à moradia e aos serviços públicos. E aqui entro no tema que está na Ordem do Dia – e os dois Ministros já estiveram comigo falando deste tema –: precisamos acabar com a escala 6x1 e reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial. (*Palmas.*)

É mais saúde, menos acidente, é mais família, é mais vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois de 40 anos que estou aqui no Congresso, não sou mais candidato a nada, mas não saio da política do dia a dia e do bom combate. Saio de dentro do Congresso.

E vejam a simbologia: quando chegamos à Assembleia Nacional Constituinte, 1987, 1988, trazíamos como bandeira a redução da jornada de 48 para 40 horas semanais. Conseguimos 44 horas semanais, com uma liderança importantíssima na época: foi uma vitória de todo o povo brasileiro, mas lembro muito bem da importância do Lula na tribuna da Constituinte defendendo as 40 horas. De Lula, de Olívio Dutra. Lembro também das negociações que fizemos, envolvendo Ulysses Guimarães, Covas, Passarinho, Benedito e tantos outros. E foi nesse diálogo aberto, inclusive com o centrão... Eu gostaria que o centrão dessa época fosse parecido com o daquele tempo, viu? Nós não teríamos construído a Constituição Cidadã se não fosse o equilíbrio das negociações com o centrão da época.

Continuamos insistindo para ver se... Se na Câmara, de 513 Deputados, só 19 votaram contra, por que o Senado não pode fazer isso também? Foram mais de 90% favoráveis ao fim da escala 6x1.

Meus cumprimentos a todos os envolvidos nesse amplo acordo. E aqui eu cito agora o Presidente Lula, o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o Presidente da Câmara, Hugo Motta, o Presidente da CCJ, Senador Otto Alencar, e, com muito carinho e respeito, eu cito o Relator da PEC 221, de 2019, que está na CCJ, que é o Senador Omar Aziz. O Omar Aziz já declarou de público que o relatório vai estar pronto nessa semana de esforço concentrado. E ele já tem voto – como disse ele, e disse também o Presidente Otto Alencar. Palmas para os dois. (*Palmas.*)

Eu estarei lá acompanhando passo a passo.

Esse tema da redução de jornada dialoga profundamente com o combate à desigualdade social e o enfrentamento à pobreza. Precisamos enfrentar o racismo, o machismo e todas as formas de discriminação. Precisamos fazer isso de maneira permanente. E aí esse é o sentido do projeto que estamos debatendo hoje, de sua autoria, Ministro Guilherme Boulos.

O mês de agosto pode se transformar em um momento nacional de reflexão e mobilização, um momento para mostrar os avanços, mas também para olhar para a frente, para aquilo que ainda precisamos transformar. Não podemos aceitar simplesmente um país onde poucos têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito e milhões têm um pouco. Não podemos aceitar que o lugar onde uma pessoa nasce, a cor da pele ou o fato de ser homem ou mulher determinem a oportunidade e a sua faixa salarial.

Terminando, a desigualdade não é um destino; ela pode ser enfrentada por meio de políticas públicas, de justiça social e de compromisso com a democracia, porque eu sei que esses dois Ministros representam muito bem essa visão da mesa, como também todo o time do Presidente Lula. E eu sei que esses dois Ministros representam muito bem essa visão da mesa, como também todo o time do Presidente Lula.

Esta audiência é justamente para ouvir diferentes vozes, conhecer experiências, reunir propostas e fortalecer este debate. Quero agradecer a presença de todos e de todas e dizer que espero que no final dessa audiência tenhamos ainda mais clareza sobre os caminhos que precisamos seguir para construir um Brasil mais justo, mais igual e com oportunidades para todos.

Meus cumprimentos a todos vocês, a todos que estão na mesa. Meus cumprimentos àqueles que estão nos assistindo pela TV Senado e ouvindo pela Rádio Senado, mas eu quero dar um cumprimento especial... porque não é todo dia que aqui nesta Casa eu tenho dois Ministros do meu lado, defendendo as teses que são as razões das minhas vidas. O que vocês defendem, as causas vocês defendem, são também a razão da minha vida e a razão das vidas de todos que estão neste plenário e da maioria, com certeza, do povo brasileiro. Meus cumprimentos, então, ao Ministro Guilherme Boulos, ao Ministro Wellington Dias e ao Presidente Lula por tudo que já fizeram e por tudo que continuarão fazendo. (*Palmas.*)

São para eles as palmas. Eu só faço aqui a abertura.

De imediato, vamos aqui à nossa... Cadê ele? Cadê ele? Cadê ele? Cadê ele? Cadê a minha lista?

O SR. GUILHERME BOULOS (*Fora do microfone.*) – Sumiu o roteirinho do Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Não, o roteiro já foi no discurso. Falta a lista dos nossos convidados. É que eu falei agora, consumi a lista. Quer dizer, óbvio, terminou a sessão. Não, é com muita alegria e satisfação a descontração. É bom para mim um debate fraternal, equilibrado. Como eu digo sempre, não à guerra e sim à paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, com muito carinho e respeito, ao Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministro Guilherme Boulos, autor do projeto.

O SR. GUILHERME BOULOS (Para expor.) – Bom dia a todas, todos. Quero, antes de tudo, agradecer e cumprimentar esse gigante, que é o Senador Paulo Paim. O Paim é um cara em que – e eu não quero aqui falar de idade, não me interprete mal –, quando eu era moleque, eu me inspirava nele, nos discursos, na postura dele; assistindo. Estava começando a entender de política e via o Paim com essa postura firme, coerente, combativa. Para mim sempre foi uma inspiração.

O Paim está encerrando um ciclo ao fim desta legislatura, mas, como ele bem disse, os sonhos, a militância, a atuação política por aquilo em que a gente acredita e dá sentido para nossas vidas, esses não dependem de mandato algum – de mandato algum. (*Palmas.*)

E o Paim foi de uma generosidade tremenda ao topar assumir essa relatoria, chamar a audiência pública. Paim, agora, eu acho que o maior presente de encerramento desse ciclo seu no Senado Federal é a gente conseguir garantir que ainda antes da eleição, na primeira semana de setembro, no esforço concentrado, se aprove uma pauta que é uma pauta do Brasil, é uma pauta que veio da sociedade, incorporada pelo Governo Lula, mas é uma pauta que um dos primeiros a trazer foi o Senador Paulo Paim aqui no Congresso, que é a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, e eu tenho muita confiança em que nós vamos conseguir aprovar. (*Palmas.*) Tenho muita confiança que nós vamos conseguir aprovar. E deixo também esse apelo registrado.

Vi com alegria a postura tanto do Senador Otto como do Senador Omar Aziz, de prontidão. E, se votarem na CCJ até a segunda-feira do esforço concentrado, vamos dizer assim, tem todas as condições para se votar em Plenário. Na Câmara se votou em Plenário em primeiro e segundo turno num único dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Verdade.

O SR. GUILHERME BOULOS – Primeiro turno, quebra de interstício, segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Que pode ser feito igual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME BOULOS – Pode ser feito igual no Senado, e eu tenho certeza de que vamos ter maioria, porque é um grito do trabalhador brasileiro.

Mas eu queria também cumprimentar meu amigo, companheiro, o Ministro não só do Bolsa Família, mas o Ministro do combate à pobreza, o Ministro que representa o combate às desigualdades no Governo do Presidente Lula, que é o nosso companheiro Wellington Dias. (*Palmas.*)

Impressionante... Eu não sei se vocês ou quem está nos assistindo na TV Senado já teve a oportunidade de andar com o Wellington no Piauí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Não consegue andar.

O SR. GUILHERME BOULOS – Você não consegue andar, esse é o fato. Aliás, inclusive muito pelo trabalho do Wellington, pelo combate à desigualdade que fez naquele estado, pelas experiências de políticas públicas ousadas que fez naquele estado, um dos mais pobres do nosso país, mas que foi revolucionado pelos Governos desse companheiro aqui, não por acaso o maior percentual de votos de apoio ao Presidente Lula na última eleição quem deu foi o Piauí, por esse trabalho. E nós todos somos muito gratos, Wellington, ao que você representa e a essa jornada que você está cumprindo aqui.

Quero cumprimentar a Luana, do MDHC; o Alexandre, do Dieese; e os meus companheiros Rud e Renata, que estão aqui também e vão compor a mesa no segundo momento.

Olha, gente, esse projeto, quando eu o apresentei na Câmara dos Deputados, ainda em 2023, se não me engano...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Foi, 2023.

O SR. GUILHERME BOULOS – ... 2023, foi, digamos, uma encomenda do bem, do pacto contra a desigualdade. A gente montou ali a Frente Parlamentar pelo Combate às Desigualdades, tem um pacto com vários setores da sociedade civil que trouxe essa agenda, levou, e a gente fez o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei, Paim, francamente, que isso iria ser aprovado com aprovação simbólica e rapidamente aprovado, porque é um projeto que, pura e simplesmente, institui o mês de agosto como um mês de referência para balanço e mobilização social das políticas de combate à desigualdade; ou seja, não custa R$1 para o Erário público, não mexe com nenhum grande interesse, com nenhum grande *lobby*. Eu falei: seria fácil aprovar isso no Parlamento. Mas eu estava enganado, estava enganado.

Só na Câmara, nós conseguimos aprová-lo em 2023, mas não tivemos condições de aprovar os destaques, foi uma manobra feita pela extrema direita. E aí eu ia dialogar e fui dialogar de peito aberto com os Deputados da extrema direita, falando: mas, gente, vocês são contra? Vocês são a favor da desigualdade social? E alguns – alguns – chegaram a dizer: "Sim. O problema não é a desigualdade, o problema é a pobreza. A desigualdade é natural. As desigualdades são normais na sociedade, porque as pessoas têm méritos diferentes, méritos desiguais, e esse é um sonho utópico, comunista, socialista de querer combater a desigualdade. A única coisa que tem que se fazer na sociedade é se combater a extrema pobreza e pronto". E a sociedade, na cabeça deles, é inerentemente desigual. Talvez essa seja, meu companheiro Wellington, uma das grandes questões que hoje separa os dois polos políticos no Brasil.

A natureza do campo que nós defendemos é ter como centro da luta política, ter como centro do sentido da nossa atuação política o combate às desigualdades, porque as desigualdades são imorais. Nós não aceitamos as desigualdades porque nós não acreditamos, aliás, nessa fábula de uma meritocracia, porque é muito fácil dizer "olha, eu consegui isso porque tive mérito", quando o seu pai era banqueiro, quando você não sofreu racismo, quando você pôde estudar nas melhores escolas, enquanto um outro da sua idade não teve nenhuma oportunidade, viveu num ambiente de violência, viveu num ambiente de pobreza, teve que trabalhar desde cedo e não conseguiu concluir os estudos. Que igualdade de oportunidade é essa?

A fábula meritocrática de muitos dos liberais brasileiros ignora que a luta social é uma corrida de 1km em que alguns saem 700m à frente – não há igualdade aí, não há meritocracia aí. E é este ponto de partida que nós temos que enfrentar: dar condições iguais às pessoas, dar condições iguais de estudo, de alimentação, de trabalho, de dignidade, de vida para as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por isso, depois de muito tempo, insistimos, insistimos, conseguimos votar dois destaques que estavam pendentes. Veio ao Senado e agora, por sorte do destino, caiu a relatoria na mão do nosso companheiro Paulo Paim, que é uma das pessoas mais sensíveis a esse tema.

E aqui eu queria mencionar duas coisas muito rápidas, meu companheiro Paim. Primeira, nós conseguimos reduzir as desigualdades no nosso país a partir dos governos populares e das políticas públicas. E aqui, como nós estamos num período em que o povo, em que a população, para tomar sua decisão política de voto, compara, é importante a gente trazer dados de comparação. E eu trouxe alguns aqui. Muitos, é importante dizer, são de mérito direto do nosso companheiro Wellington Dias, porque tem a ver com a área dele.

Então vejam, em 2022, nós tínhamos 31,6% da população brasileira na pobreza – 2022, último ano do Governo Bolsonaro –; hoje, nós temos 23,1% da população brasileira na pobreza – isso é 2025 –; ou seja, em três anos, você reduziu de 31% para 23% o percentual da população brasileira na pobreza. (*Palmas.*)

Segundo, esse tem sido muito repetido pelo Presidente, pelas *fake news*, inclusive, que têm sido feitas.

Eu fico assombrado quando eu vejo um colega seu nesta Casa, o Senador Flávio Bolsonaro, fazer pilhéria com picanha, fazer pilhéria com alimentos. Veja, a inflação acumulada no Governo Bolsonaro foi de 27%; no Governo do Presidente Lula, de 20%. Agora, quando você chega à inflação de alimentos, a inflação acumulada no Governo Bolsonaro foi de 59%; nos três anos do Governo do Presidente Lula, de 13%, ou seja, quatro vezes menos. E isso toca diretamente no tema da pobreza e da desigualdade, porque uma parte expressiva da renda dos mais pobres é consumida – vocês sabem bem –, em bens essenciais, como alimento. Quando você consegue segurar o preço dos alimentos, você está liberando renda do andar de baixo para poder atender a outras necessidades; você está reduzindo o abismo que separa o andar de baixo do andar de cima.

Segundo: benefício de prestação continuada é outro tema importante. O BPC é alvo de tantos ataques, mas é a base de uma política de seguridade social neste país. O BPC é o que permite à mãe com uma criança com paralisia cerebral, à mãe com uma criança com autismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

severo, à mãe de uma criança com qualquer tipo de deficiência receber o mínimo para sua subsistência; essa pessoa que já sofre tanto com condições tão desfavoráveis.

Quanto ao BPC, no Governo do Presidente Lula, nós passamos de 5,115 milhões de beneficiários para 6,385 milhões de beneficiários; ou seja, 1,270 milhão de pessoas – parabéns, Ministro Wellington – foram atendidas por um trabalho de busca ativa no BPC.

E esse dado é extraordinário!

A gente ouve muito ataques preconceituosos ao Bolsa Família, dizendo que as pessoas não querem trabalhar. Todos aqui já ouviram isto: "As pessoas que estão no Bolsa Família ficam acomodadas"; "As pessoas ficam no Bolsa Família hoje, e ninguém encontra mão de obra para nada".

Eu ouvi outro dia alguns grandes empresários, um inclusive de bilhão, um tal do "Rei do Ovo", dizendo que é um absurdo, que ele não consegue. Mas eu tenho certeza de que se ele oferecesse um salário decente e uma escala de 5x2, ele conseguiria quem trabalhasse para ele. (*Palmas.*)

Eles querem que os trabalhadores trabalhem por um salário de fome, e morrendo de trabalhar.

Agora, o mais sensacional disso tudo, que os desmente – o Ministro Wellington tem vocalizado isso com muita precisão –: entre 2022 e 2025, nos anos de Governo do Presidente Lula, 2,893 milhões de famílias puderam sair do Bolsa Família porque superaram a pobreza; quase 3 milhões de famílias brasileiras. Isso é a contradição daquilo que eles dizem, de que a pessoa vai ficar acomodada no Bolsa Família. Não, senhor: 3 milhões saíram.

Eu poderia falar aqui do PAA, que aumentou 156%; do Gás do Povo, cuja oferta aumentou em 152%; das cisternas, também um trabalho extraordinário; do Mais Médicos, que dobrou durante o Governo do Presidente Lula; ou seja, de tantos outros dados, mas termino essa parte trazendo dois dados muito importantes.

Eu e o Wellington estivemos, faz uns seis meses, num evento do Pnud, da ONU, para celebrar algo que foi pouco falado e cujo dado saiu neste ano. O Brasil alcançou, no último ano, o maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da sua série histórica, chegando pela primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez na história do país... Nunca antes na história deste país tivemos um IDH tão alto! O IDH do Brasil, pela primeira vez, entrou na série do muito alto, que é a dos países desenvolvidos, 0,805, o maior IDH da série histórica, como resultado do conjunto dessas políticas. E, lógico, atingimos o Índice de Gini de 51,1, o segundo menor nível de desigualdade da história do país.

Então, vejam, esses dados mostram uma comparação. Quando um Governo, mesmo com os limites que tem o Poder Executivo, tem como política, como projeto o combate à desigualdade, isso faz efeito, faz efeito na ponta, muda a vida das pessoas, reduz pobreza, reduz desigualdade. E essa é a experiência de comparação na história recente do nosso país, com o que nós estamos vivendo hoje, com o Governo do Presidente Lula, e com o que nós vivemos quatro anos antes.

Agora, eu termino dizendo que, apesar de esses dados serem alentadores, animadores, eles não são suficientes, porque senão ficamos numa situação em que a gente celebra a redução da desigualdade, a redução da pobreza, e isso, sim, pode nos levar a uma situação de nos acomodarmos – "Ah, já fizemos". Não, nós temos muito a fazer; muito a fazer. O Brasil segue sendo um dos países mais desiguais do mundo, e essa é uma chaga que nós temos que continuar enfrentando.

Inclusive, quem está na pobreza tem urgência: a urgência da vida. Nós temos que enfrentar até em ritmo mais acelerado, e sempre mais acelerado do que aquele que nós conseguimos imprimir até agora.

Essa é uma responsabilidade, um dever moral e político que o nosso projeto representa, de conseguir enfrentar a desigualdade profunda que ainda rege a estrutura tributária brasileira, que é um dos fatores que amplifica a desigualdade, Ministro Wellington, Senador Paim.

Nós aprovamos uma reforma tributária neste mandato – o Senado aprovou, a Câmara aprovou – que simplifica os tributos. Foi importante, mas o segundo passo é aquele que se iniciou com a aprovação de zerar Imposto de Renda e começar a taxar em 10% quem ganha mais de R$1 milhão por ano, que é o de tributar mais rendas e patrimônios para poder aliviar o tributo sobre consumo, que pesa sobre os mais pobres e a classe média neste país. Isso é um desafio que nós ainda temos no combate à desigualdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O combate à desigualdade também é liberação de tempo livre, que é o bem mais precioso que nós temos: é o tempo, não volta. E a gente conseguir aprovar ainda este ano o fim da escala 6x1 será um passo importantíssimo no combate à desigualdade no nosso país.

Recuperar direitos dos trabalhadores, avançar em mais direitos, avançar nas políticas públicas e sociais... Há aqueles que querem retroceder, que dizem que a Constituição não cabe no Orçamento, que os direitos do povo não cabem no Orçamento. Ah, mas têm que caber – têm que caber –, e o caminho para isso é cortar em cima, não cortar embaixo.

Eu vejo muitas especulações em jornais, Wellington, sobre austeridade. Ontem veio uma matéria, com que eu fiquei indignado – fiz questão de responder –, no *Valor Econômico*, dizendo que o Governo do Presidente Lula estava considerando, e a campanha do Presidente, para um próximo mandato desvincular o salário mínimo da aposentadoria. Mentira, isso nunca foi discutido pelo nosso Governo! Nunca foi e não será! (*Palmas.*) Esse é o projeto de quem foi derrotado nas urnas em 2022, defendido publicamente pelo Sr. Paulo Guedes e que será novamente derrotado nas urnas este ano, ou seja, a gente ouve coisas de gente: "Ah, é a Faria Lima, austeridade, vai conversar com um, com outro...".

Olhe, o projeto que nos trouxe até aqui e o projeto que nós temos a oferecer e continuar oferecendo para o povo brasileiro é o de aprofundar ainda mais o combate às desigualdades.

Se tem onde cortar no Orçamento, vamos cortar nos juros escorchantes que se pagam para a dívida pública – quase R$1 trilhão todos os anos –; vamos cortar em desonerações fiscais para grandes empresas sem nenhuma contrapartida na geração de emprego. É aí que tem gordura e margem para cortar no Orçamento, não no BPC, não no Bolsa Família, não na educação, não na saúde. Ao contrário, aí nós temos que incrementar para poder fazer reparação histórica com o nosso povo que, historicamente, foi injustiçado neste país. (*Palmas.*)

Espero, meu companheiro Senador Paim, que a gente consiga fazer uma vez esta audiência, que inclusive era requisito para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Para poder aprovar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME BOULOS – ... poder aprovar o projeto. Que a gente consiga aprová-lo no Senado Federal, para que o Presidente Lula possa sancionar o quanto antes o mês de combate às desigualdades, e que seja a partir de agosto de 2027! Que a gente possa fazer deste mês um momento de mobilização, um momento de monitoramento da eficiência, da eficácia das nossas políticas públicas, de aprimoramento dessas políticas públicas! É para isso que este projeto foi feito.

Agradeço mais uma vez a sua generosidade e a generosidade e a parceria do Ministro Wellington, que é o maior responsável na Esplanada por todos esses números que eu trouxe aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Ministro Guilherme Boulos, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, pela excelente exposição.

Nem sempre a gente que está aqui tem todas as informações de tanta coisa que o nosso Governo fez, que vocês fizeram. E, quando vocês vêm aqui e fazem uma exposição desta para todo o Brasil, é como... Tem um funcionário meu que, se estivesse aqui, dizia: "Paim, foi uma aula magna a fala do Ministro". Ele deve estar aí. Cadê o Paulo André? Está aí, Paulo André, para não dizer que eu estou mentindo aqui? Ele estava aí pouco tempo atrás.

Vamos lá, meu amigo. Passamos de imediato a palavra para o Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, querido amigo Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Bom dia.

Olhem, uma aula magna aqui de dois professores: o nosso querido Paulo Paim...

E eu tive a honra de ser Deputado junto com o Paulo Paim e também Senador pela segunda vez aqui, no Parlamento – agora eu estou emprestado lá para o Executivo –, e também ao lado desse grande brasileiro... Quero dizer, Paulo Paim, que por toda a sua história... Eu sou daqueles que, quando você tomou a decisão de não ser candidato pelo Rio Grande do Sul, como a gente diz lá no Nordeste, "bateu a passarinha"! Depois, eu ouvi uma fala sua, e ninguém tem o direito de lhe cobrar nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente parar para pensar – e eu posso dar este testemunho –, a vida pública é algo realmente que tira a condição de você ter aquilo que a gente normalmente gosta: mais tempo para a família, mais tempo para fazer tantas coisas... Embora eu saiba, porque também eu sou assim, que, quando a gente faz política por amor, por paixão, a gente consegue enfrentar essas situações.

E estamos ao lado deste outro grande brasileiro que é meu querido Guilherme Boulos. Tenho o privilégio... Tivemos o privilégio de estar juntos no Parlamento, nas lutas sociais e, agora, na equipe do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu queria, primeiro, dizer do total apoio... Estava aqui pensando: marcando a votação, eu quero voltar aqui para estar no dia da votação deste projeto aqui no Senado Federal, porque é realmente uma necessidade, eu diria, na área social; é aquela meta que trata de todas as outras da área social. Alcançar um país com mais igualdade só é possível com a integração de um conjunto de políticas sociais. E essa – eu começo dizendo – é a grande diferença de um governo humanista e de um governo desumano.

Um governo que coloca o ser humano no centro das atenções pensa todas as fases da vida, desde a gestação, a criança, o bebê, o adolescente, a fase adulta, e olha o ser humano sob todos os aspectos, porque é preciso olhar a desigualdade de forma mais integral, mais completa, garantindo que, em todas as dimensões, a desigualdade seja tratada.

Esse é um ponto que eu destaco no começo desse trabalho, ao saudar aqui o meu querido Guilherme Boulos, o Paim. E me permita saudar aqui, Paim, a Luana: a Luana é filha de um professor da Universidade Federal do Piauí, meu Prof. Antonio José Medeiros, que foi Deputado Federal nesta Casa pelo Partido dos Trabalhadores, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone*.) – Palmas para o teu pai pela filha e palmas para o Ministro. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON DIAS – Quero saudar também o Alexandre Ferraz, com todo esse trabalho do Dieese; a Renata Boulos, com todo esse trabalho do Pacto pelo Combate às Desigualdades; e o Rud Rafael, do MTST, que tem impulsionado as lutas sociais em nome de outros que aqui trabalham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam, quando o Paulo Paim me anunciou, ele disse aqui o nome do ministério, e eu quero começar esta minha fala pontuando uma das diferenças deste mandato para outros mandatos que tanto o atual Presidente Lula já fez como outros Presidentes – como a Presidenta Dilma, também do nosso campo político – já fizeram: é a palavra "desenvolvimento" no nome do ministério. Não pensem que foi fácil colocar essa palavra, que na verdade é um compromisso, é uma mudança e é muito profunda.

Historicamente, o ministério começou... E aqui a gente deve ao nosso querido, também Deputado Federal e Líder mineiro, Patrus Ananias essa base da proteção social e da assistência social que trabalha o ministério, junto com a Tereza Campello, junto com a Márcia Lopes, com tantos que cuidaram dessa parte.

Depois o ministério deu um passo para o compromisso da segurança alimentar, e aqui destaco o Ministro Graziano, ex-Presidente da FAO, com um conjunto de líderes – tantos líderes – que ajudaram nessa construção para a gente ter o Sistema Único de Assistência Social, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Tenho o privilégio de contar aqui, Paim, com a nossa Secretária Extraordinária de Combate à Fome, nossa querida Valéria Burity; com a nossa Secretária Nacional de Renda e Cidadania, nossa querida Eliane Aquino, ex-Vice-Governadora por Sergipe e da área social também; com a nossa querida Lilian Rahal, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e há uma área nova também: o BPC historicamente era tratado dentro do Ministério da Previdência, e, neste mandato, a gente queria ter ali esse conjunto de ações mais integrado – o nosso Amarildo aqui coordena essa área nova.

E lá tem um coração muito especial dentro do ministério, que é o Cadastro Único. É provavelmente a maior invenção científica ou a que permitiu, deu condições de base científica para trabalhar o que o Brasil trabalha: um Plano de Segurança Alimentar, um Plano Brasil Sem Fome e um plano de superação da pobreza junto com proteção social. Então, é algo em que realmente você poder ter o coração do Brasil.

E é interessante que, nas mudanças que fizemos... Não está aqui a Rosilene, mas está aqui sua equipe, a Analúcia, que também agora cuida lá dentro do Gás do Povo, como lembraram aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e do Programa Luz do Povo, ou seja, os programas integrados. E a Rosilene é uma mineira que está também atuando nessa área da assistência social.

Mas por que eu disse aqui da importância da palavra "desenvolvimento"? Proteção social é algo já bastante conhecido, ou seja, é para seres humanos com que a sociedade falhou – na condição de cristão, mas também a ciência prova. Todos nós nascemos iguais, todos nós nascemos iguais. A partir daí, são as oportunidades depois de nascer. Partindo desse princípio, nós temos situações de, num país como o Brasil... Veja só, estou falando da décima maior economia do mundo. Chegou a sétima, e olha o que acontece quando o desmantelo vem, governos que desmantelaram políticas: caímos para a 12ª maior potência econômica do mundo. Portanto, atinge o social, mas atinge a economia como um todo quando dá errado. E aí, olha o efeito: reduz a classe média, cresce a pobreza, cresce a extrema pobreza, cresce a fome e cresce a desigualdade. Esse foi o efeito perverso do que aconteceu, e eu vou citar mais alguns indicadores importantes para todos entenderem.

Voltando. Na proteção social, a gente cuida da alta complexidade social. A gente cuida da atenção básica: o Cras (Centro de Referência de Assistência Social), comparado com a saúde, é uma UBS (unidade básica de saúde), cuida inclusive da prevenção, cuida ali das pessoas que têm vulnerabilidade. Mas tem o Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), e foi criado um Creas especializado em população de rua, que é a UTI, que é a referência de alta complexidade do social. São crianças abandonadas... Tente imaginar um ser humano abandonado na maternidade. Tente imaginar cuidar desse ser humano! Idosos, pessoas com deficiência, abandonados muitas vezes; migrantes, refugiados, pessoas que, por razões não planejadas, tiveram que sair dos seus países e aqui chegar; pessoas que, em razão de algum problema na sua vida, muitas vezes um estupro, muitas vezes em casa, muitas vezes crianças, adolescentes... É disso que eu estou falando. Então, como cuidar de um ser humano que viveu tamanha violência? E as mais outras violências? Mulheres vítimas de violência! Por isso, a importância do Pacto Contra o Feminicídio.

Então, quando ali chegamos, 4,8 milhões de pessoas, da média alta complexidade. O trabalho que faz o Suas, ainda pouco reconhecido, de cuidar dessas pessoas, proteger e reintegrar à família, reintegrar ao trabalho; algumas, reintegrar ao seu país. E olhem aí, cerca de 1 milhão de pessoas foram reintegradas de 2023 para cá. A gente tem falado um pouco disso. E outras que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam abandonadas, a gente alcançou próximo de 90% em unidades de acolhimento. Os recursos repassados para essa rede social... São 32 mil unidades públicas – federal, estadual, municipal – e também unidades privadas: as entidades têm um papel importante, as igrejas e empresas também que participam. E, olhem só, tinham cortado para 41% o repasse desses recursos: reduziu-se de 100% para 41%. Então, quando isso acontece, desmantela-se o sistema. Então, é a gente poder resgatar e acolher essas pessoas. Agora, inclusive, com a Política de Cuidados, da nossa querida Laís Abramo – filha do Perseu Abramo –, que é quem cuida dessa parte muito complexa no nosso país.

Por exemplo, imaginem que, em meio às pessoas de que tratamos, 5 milhões – normalmente quase na totalidade mulheres – que não podem estudar, não podem trabalhar, não podem, muitas vezes, ir ao cabeleireiro porque cuidam de uma outra pessoa, cuidam de uma criança, cuidam de um idoso, cuidam de uma pessoa com deficiência, de algum dependente químico, de alguém com problema de saúde mental, enfim, e não têm com quem deixar. E agora, escola de tempo integral, cuidoteca, centros de convivência, condições de acolhimento, pensando nessas pessoas. Já alcançamos mais de 1 milhão de pessoas a partir do Programa Acredita no Primeiro Passo, integrado com o MEC, com a área do trabalho, do empreendedorismo, que conseguem trabalhar em casa, num *call center*, ou que podem trabalhar porque têm com quem deixar numa escola de tempo integral, e a gente está dando novos passos.

Eu falo disso para poder vir ao ponto que eu considero crucial da desigualdade. A partir do Cadastro Único, a gente observa que a desigualdade tem várias faces. Nós temos uma igualdade de gênero quando um governo – e que governo no Brasil teria coragem? – encaminha o projeto, chama os Líderes e mostra a importância da aprovação do programa de igualdade na renda: tempo de trabalho igual, com trabalho semelhante, ali também um salário igual para homens e mulheres. Então, não temos nem noção do efeito que isso tem para o combate à desigualdade, porque aqui são milhões de desiguais nesse item.

Há a política de aumento real do salário mínimo e, sim, vinculado à aposentadoria, porque é compromisso para o combate à desigualdade. Qual era a tese anterior? A tese que outros defendem é que tem que esperar o bolo crescer, o bolo crescer, o bolo crescer, e um dia, quando ele estiver grande, a gente divide. O que diz o nosso Governo, o nosso campo político? Não, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vai dividindo à medida que cresce. Se cresceu o PIB, pela média desse crescimento tem o reajuste para a renda, e o salário mínimo é uma prova disso.

A isenção de tributos para até R$5 mil é política de combate à desigualdade na veia: dinheiro que antes ia para impostos, agora é renda para necessidades daquela família, daquelas pessoas. E até R$7,3 mil, desconto.

Há garantia de um conjunto de políticas que olha não só para a renda. E aí eu digo, sim, no nosso ministério, há a missão do combate à fome – a missão do combate à fome –, ou seja, garantir que há segurança alimentar. Olha o que o Ministro Boulos acabou de apresentar aqui! O que era em um governo anterior a inflação de alimentos e o que é a inflação de alimentos agora? Ou seja, uma inflação cerca de quatro vezes menor. Isso significa mais poder de compra agora, preservado, e menos poder de compra lá atrás comparativamente. Ou seja, garantir o Plano Safra, garantir subsídios para alimentos, proteger de tarifar sua produção na entrada dos insumos, garantir toda a proteção das empresas, dos empregos, tudo isso aqui tem a ver com o combate à desigualdade, com evitar crescimento da desigualdade e até ajudar no combate à desigualdade.

A desigualdade, portanto, começa no que eu chamo de primeiro passo. Tiramos o Brasil, sim, pela segunda vez, sob o comando do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vivenciou na sua vida a insegurança alimentar e a pobreza... Quantos presidentes do Brasil, quantos presidentes do mundo tiveram uma experiência como a dele? É preciso a gente refletir sobre isso. E olha só: novamente é trazido um conjunto de políticas, e o Brasil sai do Mapa da Fome. Transferência de renda, sim, complemento alimentar, alimentação escolar, cozinhas solidárias – e aqui destaco os nossos queridos Boulos e Paim, que tanto sustentaram essa bandeira aqui –, garantir que a gente tenha apoio aos pequenos agricultores na produção de alimentos e para o seu próprio consumo, ou seja... De vez em quando, eu vejo gente falar aí que uma proposta só que vai resolver o mundo. Não é possível. É preciso uma integração de muitas políticas para fazer acontecer. Foi isso que fez um país que, em 2022, tinha 33 milhões de pessoas passando fome, na insegurança alimentar, não ter o almoço de daqui a pouco e nem a janta da noite e nem o de amanhã. Insegurança alimentar é isto: 33 milhões de 100. Quantos se lembram da imagem dos ianomâmis quando visitamos Roraima no começo do mandato? Só o couro e o osso, como se diz. É a fome, que mata e matou – matou muita gente. Muitos morreram de covid, mas aproximadamente 700 mil também morreram de fome. Desnutrição, subnutrição, o que é isso? Fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu chamo atenção para mostrar que tiramos o Brasil do Mapa da Fome para o nível mais baixo da história. A FAO acaba de atestar 0,6% da chamada insegurança alimentar severa, grave, aquela que mata. Eram 8%, agora 0,6%. Estamos conformados? Não. Esse é dado de 2025, nós estamos atrás dos últimos. Cerca de 1 milhão de pessoas este ano – e já encontramos vários este ano – vieram para o sistema de proteção, porque a ordem é não deixar ninguém que ainda está na insegurança alimentar sem ser atendido. Aqui é a busca ativa, não é? Novamente, aqui sou grato a milhões de pessoas em todo o Brasil que participam desse desafio.

Garantir que saiu da fome, tirar da fome não é o fim; é só o começo, é só o primeiro passo. A partir daí, o passo que eu digo mais decisivo é a superação da pobreza. Meu querido Paim, a ciência mais complexa é a ciência de superação da pobreza. E não tive dúvida: procurei a academia. E é interessante: o primeiro que atendeu nem foi do setor público, foi do setor privado. O Insper, lá de São Paulo, topou o desafio e criamos a primeira pós-graduação brasileira em superação da pobreza. E agora – aí eu tenho o privilégio de dizer – é do meu Piauí, da universidade federal, o primeiro bacharelado em superação da pobreza e o primeiro ensino técnico, no instituto federal, de superação da pobreza. (*Palmas.*)

Trazer a ciência é uma máxima que a gente quer agora espalhar pelo Brasil – e está espalhando, porque, como eu disse, é uma ciência muito complexa. É muito complexa. Garantir que a gente possa ter um olhar para cada pessoa conforme a realidade dela, olhar ali cada família.

Olhem o que nos ensina, com a sua história de vida, o Presidente Lula. Tirar da fome? Ter renda? Não é só comida e não é só renda. Tem que se olhar as necessidades do ser humano de forma integral. Quem é essa família? Onde ela mora? Tem casa para morar? Não, mora de aluguel. Ou, às vezes, está na rua, está debaixo da ponte. É daí que vem o Minha Casa, Minha Vida, e não sei se vocês param para pensar, nós estamos falando hoje de uma casa de mais ou menos R$250 mil, ou apartamento, que no dia que é entregue para essa família vulnerável, ela recebe a chave da casa e recebe a quitação do imóvel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON DIAS – E recebe a quitação do imóvel. Por quê? Porque, veja, mesmo quando nessa família tem alguém trabalhando, se se paga um aluguel R$600, R$700, aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salário líquido, cerca de R$1.300, R$1.400, depois que se tira o aluguel, olha o tanto que fica. Daí a grande mudança.

E aqui, de novo – o meu querido Deputado Boulos e o Senador Paim ajudaram – a grande mudança que fizemos no novo Bolsa Família, nessa linha do desenvolvimento.

No Auxílio Brasil, o que estava acontecendo? Crescendo a informalidade no emprego e no empreendedorismo. Pode olhar a curva do crescimento da informalidade. Uma das causas era o medo de perder o benefício. Por quê? Assinava-se a carteira e perdia-se o benefício. Registrava-se o CNPJ, perdia-se o benefício. Olhe a mudança que fizemos: o Presidente encaminhou para cá e o Congresso aprovou uma regra de proteção – uma regra de proteção. Na verdade, é o maior estímulo à superação da pobreza. Agora, quando alguém vai para o emprego, a gente mede a renda. Divide a renda pelo número de pessoas da família. O salário mínimo para uma família de cinco, seis pessoas... ela não saiu nem da miséria. Por que eu vou cortar o Bolsa Família? Não, conta renda de trabalho, somente renda de trabalho. E assim, ao dividir pelo tamanho da família, neste mês de agosto há 4,5 milhões de famílias recebendo o salário da carteira assinada ou o do negócio da pequena empresa regularizada – recebendo 100% do Bolsa Família –, porque é assim a regra de proteção.

Cresceu a renda, ultrapassou a linha da pobreza, e agora? Agora continua recebendo o salário da carteira assinada ou o salário do pequeno negócio e, por até 18 meses, recebendo metade do Bolsa Família. E quando a renda ultrapassa a pobreza e passam esses 18 meses, sai do Bolsa Família, porque saiu da pobreza, mas não sai do Cadastro Único social. Olhe a mudança: permanece no Cadastro social.

Todo mês nós cruzamos a base de dados, uma delas com o Cnis, o cadastro do emprego.

E o que acontece? A gente fica sabendo quem está empregado, quem não está empregado. No passado, perdia o emprego, voltava para a fome; perdia o emprego, voltava para a fila do Bolsa Família. Agora, perdeu o emprego, nunca mais volta para a fome, nunca mais volta para a miséria; volta automaticamente para o Bolsa Família, para o benefício. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Presidente criou um programa que se soma aos que o Brasil já tinha. O MEC... Eu começo a falar aqui da política coordenada setor público e privado pelo Ministério da Educação; estados, municípios, setor privado, entidades, enfim, que trabalham a educação.

A condicionalidade que a nossa equipe acompanha – por isso esta rede de Cras: 12 mil equipes –: aquela criança está matriculada?; além de vacina, além de todo o acompanhamento, está matriculada?; está frequentando a aula?; o aprendizado na idade certa, a alfabetização na idade certa?; ela está sendo aprovada?

E olha o que acontece no resultado desse trabalho, Ministro Boulos. Todo ano, no nosso país, 1,3 milhão de pessoas do Bolsa Família, do cadastro social se formam em alguma coisa: se formam no nível técnico, se formam no nível superior. E qual o efeito disso? Oportunidade.

Eu visitei um garoto chamado Jardel, em Floresta do Piauí. Esse garoto – eu ainda era Governador – era filho de um auxiliar de pedreiro, trabalhava com o pai, trabalho infantil, para poder ajudar na renda em casa; a mãe nos cuidados domésticos, como diziam. E olha só, chega o Bolsa Família a essa família. Esse garoto passa a frequentar a escola. E olha o efeito: Jardel agora é médico. Ele passou em oito universidades e faculdades para medicina. (*Palmas.*) Ele é médico e trabalha como médico. Eu visitei lá a unidade de saúde dele, em Floresta do Piauí, uma cidade pequena do meu estado. Foi bom para ele e foi bom para a cidade dele.

Mais do que isso, estimulou a mãe a estudar. A mãe passou no concurso e agora é professora em Floresta do Piauí. Estimulou o irmão a estudar. Eles são dois irmãos. E agora o irmão dele, este ano, passou para medicina.

É isto o resultado do Bolsa Família, do trabalho social deste Governo: transformação. São pessoas que antes estavam na miséria e agora estão na classe média alta deste país.

E é com o Acredita que a gente pega pessoas como o pai do Jardel, que, de auxiliar de pedreiro, faz o curso, vira pedreiro e depois pode ser mestre de obra. Olha o efeito que a gente está fazendo, Paim.

São 82 setores da economia com os quais estamos trabalhando... Eu estava, esse fim de semana, na minha Teresina, e a empresa Equatorial, de água e saneamento, acabava de completar a contratação de 1,5 mil pessoas do Bolsa Família, do cadastro social, a partir do Acredita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui o nosso querido Luiz Carlos, que esteve lá comigo.

É isso. Olha o resultado disso: o Brasil cresce, a economia cresce. É um dos maiores crescimentos do mundo. Num mundo tumultuado de guerra, de tarifaço, de mudanças climáticas, e o Brasil com cerca de 3% de crescimento ao ano, e vai ter crescimento grande este ano. E eu vou ousar dizer, e vocês vão entender o porquê do que eu vou falar em seguida, é o PIB dos mais pobres, é o PIB dos mais pobres que empurra a economia para o crescimento. De 5,6 milhões – não sei se chegou a mais – de novos empregos formais do Brasil, do saldo positivo do Caged, em relação a 2022 – 5,6 milhões de empregos a mais, agora, no mês de julho, em relação a 2022 –, desses 5,6 milhões empregos, 91% é o povo do cadastro social, 83% é o povo do Bolsa Família.

Eu estou falando aqui de 5 milhões de pessoas que, lá em 2022, viviam do Bolsa Família e agora estão trabalhando; uns recebendo ainda, outros saindo da pobreza. São 10,1 milhões com os que trabalham informal – 10,1 milhões a mais do que lá atrás. E aqui, novamente, perto de 90% é o povo do Bolsa Família, do cadastro social.

Na área do empreendedorismo, da pequena empresa, do pequeno negócio, o Brasil está com 26 milhões, é o maior estoque de pequenos negócios da nossa história – o MEI, o pequeno, a empresa individual, enfim.

E olha só, desse crescimento de novos empregos, considerando os formais e os informais, das novas empresas, melhor dizendo, 10,2 milhões é do povo do cadastro social e boa parte do Bolsa Família. Quando a gente pega quem já regularizou o CNPJ... E aqui eu quero chamar a atenção – viu, Paim? –, nós temos que aprovar o nanoempreendedorismo – aquele que já aprovou aqui até 42 mil de faturamento – poder ser tratado como empresa pelo CPF. O programa Acredita já faz isto: começa com o CPF e depois regulariza.

E olha só a prova disso: das novas empresas, no Bolsa Família nós temos 4,6 milhões que são formalizados e, destes aqui, já se aproxima de 3 milhões os que são formais com o CNPJ e eram do Bolsa Família. Eu agora estou querendo saber quantos empregos os empresários, que principalmente são mulheres, do Bolsa Família estão gerando. Eu estimo, pelos dados lá do MDS, cerca de 1,3 milhão de empregos gerados no Brasil trabalham para alguém que um dia desse era do Bolsa Família. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É neste Brasil que eu digo em que o social é parte integrada do econômico. O desenvolvimento social – olha a importância da palavra – é parte integrada com o desenvolvimento econômico.

É este caminho, gente: emprego; empreendedorismo; na produção, cerca de 4,8 milhões são financiados para trabalhar no campo, o cooperativismo... Estou apaixonado pelo cooperativismo, pelo cooperativismo e pelo talento. Pessoas do Bolsa Família, do Cadastro Único, que estão saindo da pobreza pelo talento: é um sanfoneiro que quer botar uma banda de forró – nós apoiamos–; é um grupo que quer trabalhar um coral – nós apoiamos –; é um escritor que quer lançar um livro – nós apoiamos –; Mas também é o atleta, é um atleta. Na seleção brasileira feminina, que a gente vai torcer com toda a garra agora, quatro meninas que eram do Bolsa Família e, agora, estão na seleção brasileira vestindo a nossa camisa para nos dar a taça. (*Palmas.*)

Então, é esse o caminho.

E aí, eu encerro colocando para vocês: a desigualdade, desde o começo deste século... Nós começamos o século com a desigualdade de zero a um – quanto mais perto de um, maior a desigualdade; quanto mais perto de zero, menor a desigualdade. É isso que mede o Índice de Gini –. E olhem só: a desigualdade, começamos neste século em 0,642, se não me engano. E ali, no começo do mandato do Presidente Lula – e eu assumi como Governador junto com ele, está certo?

Só para dar um dado, Boulos, que eu acho que nos orgulha muito: o Estado do Piauí, sim, entrou neste século como o mais pobre do Brasil – eu tive o privilégio de, por quatro mandatos, 16 anos, ser Governador. E o nosso time está lá há 24 anos, completando 24 anos – com o IDH de 0,4, de muito baixo desenvolvimento. Depois passamos, já em 2006, para 0,5, baixo desenvolvimento. E comemoramos. Depois, em 2010, nós passamos para 0,7, médio desenvolvimento. Agora, o IDH do Piauí já se aproxima de 0,8, muito alto desenvolvimento. O Brasil chegou em 0,805, e o Piauí está bem pertinho.

Quanto à educação, a gente era a segunda pior do Brasil. Agora, nós somos a segunda melhor do Brasil em educação. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos lá em 0,8 em expectativa de vida. Nosso problema é o problema do Brasil, é na renda. E é aqui que eu coloco. Quando a gente estratifica o IDH, no Brasil também, nós estávamos lá em 0,456, no começo deste século – 0,456, não era só o Piauí, não, viu?, para a gente compreender aqui – e, de lá para cá, olhem o que aconteceu: o Brasil chegou agora a 0,805, e, quando a gente pega a educação, desculpem-me, no Brasil era 0,612, veio para 0,805. Mas o IDH são três colunas: educação, expectativa de vida e renda. Na educação, a gente estava em 0,456. E aí, nós passamos a crescer. Chegamos agora a 0,798. Na longevidade, 0,860. O Brasil está com uma média de vida, ao nascer, já de países muito desenvolvidos. E a renda, 0,760. Eu chamo atenção aqui para a renda: é o problema do Piauí e é o desafio do Brasil.

Eu encerro colocando para vocês que o Brasil não combate a desigualdade... nós não combatemos a desigualdade com uma única política pública. O combate à desigualdade que segue a ciência cria uma rede de políticas públicas: é na área do social, integrada com a educação, integrada com a saúde, integrada com o emprego, integrada com a área dos direitos humanos, das mulheres, dos povos indígenas, ou seja, com todas as áreas. E é esse caminho que eu acho que faz a diferença.

Veja que o Boulos citou ali que a gente estava com uma desigualdade... estava com uma pobreza de 34,7% e caiu para 23,1%. Isso significa que o Brasil caiu 11,6 pontos percentuais. E olha só o que eu vou dizer: são mais de 25 milhões de brasileiros que saíram da pobreza. Se a gente pensar que são três anos, são mais de 8 milhões por ano saindo da pobreza. É o crescimento na escala social: sai da extrema pobreza, sai da pobreza, sai da baixa renda e uma boa parte dessas pessoas – eu não vi o último dado, tem ainda de 2024, mas já eram 11 milhões de brasileiros – vai para as classes C, B e A. É o caso do Jardel que eu acabei de citar aqui. Sai da extrema pobreza ou sai da pobreza ou sai da baixa renda e está indo para a classe média e para a classe média alta. É esse caminho que, se o Brasil prosseguir...

Eu fiz aqui uma conta rápida, na desigualdade, o Índice de Gini começou ali em 2003, 2004, 2006, 2010 até 2014... o Índice de Gini vinha caindo ano a ano. Aí, deram aqui o golpe na Presidenta Dilma. E eu posso afirmar, dizer isso aqui: lá, quando da votação, mas hoje eu digo com o atestado do Judiciário brasileiro, tiraram, em nome de uma invencionice chamada pedalada, uma das pessoas mais honestas deste país do poder. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E olha o efeito disso! Para quê? Para deixar crescer a desigualdade, e ela foi crescendo. Ela estava em 0,494, o Brasil já tinha atingido abaixo de 0,5 – 0,494 nós atingimos já em 2015. E o que aconteceu? Voltou a crescer, recebemos com 0,542. E, agora, o Boulos deu o número aqui, mas o número que eu vou dar é o que está oficial, é 0,504 o Índice de Gini. A gente teve uma queda da desigualdade equivalente a 0,038, foi o tamanho da desigualdade no nosso país, a queda de 2023 para cá... de 2022 para cá. Ora, se a queda foi 0,038, isso significa que, o Brasil mantendo esse caminho por mais quatro anos, a gente cai para 0,466, para a gente ter uma ideia. É isso que significa mudar política social.

Eu quero aqui, na verdade, agradecer por esta oportunidade e dizer que eu estou otimista: eu quero viver num país sem desigualdade, eu quero viver num país de oportunidade, eu quero isso para meus filhos... Eu conheci o Paim, depois eu conheci o "avozim" e agora ele me disse que já é "bisavozim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone*.) – Bisavô!

O SR. WELLINGTON DIAS – Já é bisavô! Eu ainda sou avô. Eu quero um país em que meus filhos, minhas filhas, meus netos, minhas netas, mas também os filhos e filhas, netos e netas, e bisnetos de todos os brasileiros tenham uma condição de oportunidades iguais. Isso só se faz com democracia, com soberania, com compromisso social. É isso que a gente pode oferecer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, muito bem!

Duas aulas magnas. Pronto, não é preciso nem fazer comentário algum maior, mas só permita que eu diga – desculpe, o Boulos tem que sair – para você que, de fato, eu estava aqui no *impeachment* da Dilma, e nós fizemos a defesa dela na tribuna, e tudo. E eu perguntava para os Senadores: "Mas qual é o motivo por que vocês querem aplicar o *impeachment* nela?". Sabe o que me diziam? "Pedalada". "Mas o que é pedalada?". "Ah, não sei, mas me disseram que é pedalada". A resposta que eu recebi de diversos Parlamentares: "Ah, pedalada". "Pedalada"... E não sabiam me explicar o que era a tal de pedalada. A que ponto nós chegamos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho muito carinho pela Dilma e pelo Carlos Araújo, ex-marido dela, que já faleceu. Permita que eu diga isso, Boulos: "Peão metalúrgico, Foz do Iguaçu, Canoas, Grupo Tramontina. Um dia me aparecem, na porta da fábrica, Dilma, Carlos Araújo e Adair. Dilma e Carlos Araújo naquela época eram do PDT; Adair, um líder, professor, do PT. E foram essas três pessoas que me disseram: "Tu tens que ser candidato a Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos". Ali começou a minha vida política. (*Palmas.*) Então, Dilma, Araújo, Adair, ficam aqui as minhas palmas para vocês. O Carlos Araújo já faleceu.

O nosso querido Deputado Federal Guilherme Boulos, Ministro, tem que sair neste momento. Olhe que o horário dele era 11h e são 11h30. Então, eu vou conceder a ele as considerações finais, e nós vamos para a segunda mesa. Só me aguarde um pouquinho aí – é contigo –, fique aí!

O SR. GUILHERME BOULOS (Para expor.) – Não, na verdade, eu não vou nem fazer considerações finais, só uma correção e um agradecimento. A Eliane – depois que eu falei, e o Wellington, muito elegantemente, também – me corrigiu em que o meu dado de saída do Bolsa Família estava do fim de 2024, ou seja, estava desatualizado. Olhe como é a coisa! Tem gente que faz tão pouco que precisa exagerar no que faz. O nosso Governo faz tanto que a gente nem consegue acompanhar o ritmo. (*Palmas.*) Então, eu tinha falado que eram 2,8 milhões de famílias que tinham saído do Bolsa Família, porque superaram o critério da pobreza. A Eliane na hora falou: "Olhe o seu celular!" e me mandou um zap aqui, dizendo que na verdade são 5,4 milhões de famílias, quase o dobro do que eu tinha falado, porque isso foi de 2025 e acho que o dado atualizado de 2026 também.

Então, é extraordinário.

Quero parabenizar mais uma vez todo o time do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

Eu fiquei com ciúmes, Wellington, porque todo o secretariado do Wellington está aqui, e ninguém do meu secretariado veio prestigiar! (*Risos.*)

Isso é que é um Ministro com prestígio, bicho! Esse é que é um Ministro com prestígio! É o Wellington Dias! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegando lá à Secretaria-Geral, vamos fazer uma reunião com o secretariado para cobrar isso – viu, Novais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Posso lhe ajudar? Eles me ligaram perguntando se precisavam mandar... Eu disse: "Olhem, o pessoal do Wellington já lotou tudo". (*Risos.*)

"Então, nós não vamos, porque não tem mais lugar!"

Uma salva de palmas para sua equipe também, porque ela é muito boa também, embora não esteja aqui. (*Palmas.*)

O SR. GUILHERME BOULOS – E quero agradecer, gente, agradecer e parabenizar. Eu acho que hoje foi um grande passo esta audiência para que a gente consiga aprovar – não é, Paim? – ainda este ano o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Antes de você sair, eu assumo o compromisso de que este ano nós aprovamos. (*Palmas.*)

O SR. GUILHERME BOULOS – Muito bom, muito bom.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Só antes de sair, há um ponto que eu queria, em um minuto, colocar que é o seguinte. É um grande desafio para o Brasil. E o que eu vou dizer aqui eu queria que entendessem. O juro alto é hoje o maior alimentador da desigualdade. O juro alto é, para a meta da redução da desigualdade, o coronavírus, o bicho que mata as estratégias da redução.

Vejam que está aumentando a massa de emprego, com mais empregados, com mais salários, com mais empreendedores; está aumentando a renda; está aumentando a base no salário mínimo; e, ainda assim, está reduzindo pouco em relação ao que deveria ser a desigualdade. Então, por quê? Porque o juro cobrado dos mais pobres... Da rendinha que eles têm, os mais pobres pagam 4% ao mês, 5% ao mês, 10% ao mês... São 120% ao ano o que eu estou falando. É isso que os mais pobres estão pagando.

E, quando se soma isso com dívida alta, Selic alta, em que o Governo – vírgula, o povo – paga juros e serviços da dívida, tira através de impostos para estados, municípios e União,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transfere para quem? Principalmente para o capital não produtivo, que é prejudicial ao capital produtivo e é prejudicial principalmente aos mais pobres.

Esse é o principal desafio do Brasil para uma acelerada redução da desigualdade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Pessoal, ele vai sair, não vou discursar de novo, não. É só que a equipe... A minha equipe está aqui, a do Marcelo Castro também. Eles estão conversando e disseram para mim que eu poderia anunciar que nós vamos fazer de tudo para votar na semana que vem o projeto, pela importância da audiência pública, com o Ministro vindo pessoalmente aqui. (*Palmas.*)

Parabéns para os dois Ministros aqui!

O SR. WELLINGTON DIAS (*Fora do microfone.*) – Aí é troféu!

O SR. GUILHERME BOULOS (*Fora do microfone.*) – Vitória, vitória! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – O Senador Wellington Dias e o Ministro ficam conosco mais um período, espero eu, e de imediato vamos para a segunda mesa.

Convido Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretora de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (*Palmas.*); Alexandre Ferraz, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o nosso querido Dieese (*Palmas.*); representando também a Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades; Renata Boulos, Coordenadora-Executiva da Ação Brasileira de Combate às Desigualdades e do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades (*Palmas.*); e, por fim, Rud Rafael, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. (*Palmas.*)

Vamos já ganhar tempo de imediato, passando a palavra para a Luana. Luana é o nome de uma cotista que fez universidade pelas cotas, graças ao nosso Governo, e hoje é Consultora aqui do Senado – é Luana também.

Por favor, Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

Dez minutos para cada um. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Com a tolerância necessária, se todos concordarem, mas são dez minutos para cada um.

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Tranquilo. Acho que agora, depois de tudo que a gente já ouviu hoje, vai ser mais tranquilo e vamos tentar ser o mais breve possível, para aproveitar a discussão.

Eu queria iniciar agradecendo o convite que foi feito à Ministra Janine Mello, que infelizmente não pôde vir, mas o MDHC (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) se faz aqui presente hoje pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

É uma honra participar aqui desta audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.035, de 2023, do Deputado Boulos, como a gente já comentou, que destaca o mês de agosto para ser esse mês de combate às desigualdades sociais e de enfrentamento da pobreza, que é uma iniciativa que dialoga, como já foi mencionado várias vezes, diretamente com os desafios históricos do Brasil e com os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro na promoção dos direitos humanos, da cidadania e da justiça social.

Antes de tudo, como também já foi mencionado, é importante reconhecer que as desigualdades sociais e a pobreza são fenômenos múltiplos – fenômenos que não são simples – e não podem ser compreendidas apenas pela ausência de renda. A literatura, os organismos internacionais, a nossa prática administrativa, também já esplanada hoje, mais cedo, demonstram que a pobreza é uma realidade multidimensional, relacionada ao acesso desigual à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho decente, à alimentação adequada, à participação política, à segurança e, enfim, ao exercício pleno de todos os direitos que a nossa Constituição assegura.

Nessa perspectiva, combater a pobreza significa ampliar as capacidades, oportunidades e direitos, significa garantir que todas as pessoas possam desenvolver os seus projetos de vida em condição de dignidade e igualdade.

Então, a gente ter um mês focado nisso... E o Congresso vai debruçar toda a sua atenção nesse mês de agosto, que, como me lembrou a Secretária Ana Lucia, é o nosso mês mais longo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas que, por outro lado, também é o mês em que todo mundo retorna do recesso parlamentar, das férias escolares, então está todo mundo com a cabeça fresca para a gente fazer essa reflexão tão necessária e profunda sobre as políticas sociais que o Brasil já tem, mas precisa continuar, seguir trabalhando.

Então, o Brasil avançou bastante e a passos largos nas últimas décadas. Os dados mais recentes, como já foram trazidos aqui pelos Ministros, mostram redução do desemprego, ampliação do acesso à educação, redução da pobreza monetária e avanços dos mais diversos indicadores, como o IDH, o Índice de Gini. Entretanto, esses progressos convivem com desigualdades estruturais profundas, que continuam limitando o desenvolvimento humano e a inclusão social de milhões de brasileiros.

O relatório aqui do Observatório Brasileiro das Desigualdades, que é uma iniciativa do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades do Dieese, demonstra que a concentração de renda permanece bastante elevada: em 2025, que são os últimos dados que a gente tem, o rendimento médio do 1% mais rico era 31,5 vezes superior aos dos 50% mais pobres. As mulheres continuam recebendo rendimentos significativamente menores do que os homens, e as desigualdades raciais permanecem presentes em praticamente todos os indicadores sociais analisados.

Ao tratarmos as desigualdades no Brasil, é fundamental, sob a perspectiva do Ministério dos Direitos Humanos, mas também acredito que do Governo Federal como um todo, que a gente tenha uma perspectiva interseccional. Porque, quando a gente fala de desigualdade, de pobreza, a gente percebe muito claramente que a pobreza e as desigualdades atingem e têm efeitos diferentes nos diferentes grupos populacionais. E aqui a atuação do MDHC se destaca muito nessa esfera. O MDHC, obviamente, trabalha na promoção dos direitos humanos, na defesa e na proteção, mas a gente tem um foco específico naqueles grupos mais vulnerabilizados, quer seja a pessoa idosa, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, população em situação de rua ou pessoas migrantes. Então, sob a nossa perspectiva, falando sobre a cadeira que hoje eu ocupo do ministério, essa perspectiva da transversalidade de todas essas políticas, dar a atenção necessária a todos esses públicos é sempre bastante importante. Porque nem mesmo a pobreza é igual para todo mundo, cada grupo a sente de um jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me ver aqui. Vou tentar já pular para a gente não repetir um pouquinho os dados que já foram falados por todo mundo.

A superação das desigualdades exige muito mais do que ações isoladas. O enfrentamento da pobreza, das desigualdades demanda uma articulação entre as políticas de educação, saúde, assistência social, habitação, trabalho, segurança alimentar, igualdade racial, direitos das pessoas com deficiências, proteção e promoção dos direitos humanos. Da mesma forma, ela exige essa cooperação entre a União, estados, municípios e a atuação coordenada de diferentes Poderes – e eu acho que aqui o trabalho do pacto representa bastante isso. A gente precisa também ter o apoio sempre das universidades, da sociedade civil, dos movimentos sociais e, sempre que possível, do setor produtivo e também das organizações comunitárias.

E aí é justamente nesse contexto que se destaca o papel do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O ministério atua na formulação e na coordenação de políticas destinadas à promoção e proteção dos direitos humanos, com atenção especial, como eu já falei, aos grupos historicamente vulnerabilizados, incluindo crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas em situação de rua, pessoas negras, migrantes, refugiados, apátridas, povos e comunidades tradicionais e vítimas de discriminação e violência em geral.

O ministério desenvolve ações voltadas à promoção da cidadania, à proteção desses grupos vulneráveis e ao enfrentamento das mais diversas formas de discriminação. E a gente trabalha bastante, da mesma forma que os colegas do pacto e do Dieese, na produção de dados estatísticos e no desenvolvimento de estudos que visam demonstrar e colaborar na construção desse diagnóstico das dificuldades que o Brasil enfrenta. Nós temos uma iniciativa que se chama ObservaDH, em que a gente reúne, lá no *site* do ministério, diversos indicadores não só das políticas do Ministério dos Direitos Humanos em si, mas das políticas do Governo Federal como um todo.

E aqui, só para citar um pouquinho o que a gente faz, de exemplos concretos de onde o MDHC atua, em políticas que podem e que têm como finalidade última esse combate à desigualdade, a promoção dos direitos humanos, eu falo da promoção da documentação básica. O Brasil hoje é um país em que a gente considera formalmente que não há um sub-registro. Erradicamos o sub-registro de crianças de até cinco anos, porque os percentuais internacionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideram que, até 5% de crianças que não foram registradas até os cinco anos de idade, é considerado erradicado o sub-registro. O Brasil hoje tem ali em torno de 0,95% de sub-registro, mas ainda é visível que há, em localidades específicas, comunidades indígenas, no Norte, no Nordeste, números bastante elevados. Se você abre, então, o recorte para entender qual é o perfil da mãe que teve essa criança que não foi registrada ou cujo registro não foi comunicado às autoridades competentes no tempo hábil, você vê que são principalmente mulheres e meninas menores de idade, mães de até 15 anos de idade ou mães entre 15 e 19 anos de idade. Então, quando... A gente hoje, em muitas das políticas sociais – o que por um lado é uma coisa boa, mas é um desafio adicional, que é o desafio da busca ativa –, vê que "o.k., erradicamos o sub-registro", mas 40% das crianças, filhas de meninas de até 15 anos, da Região Norte, ainda estão subnotificadas, têm o seu registro não incluído nos registros públicos.

E a documentação básica, que hoje é uma coisa tão comum, em que a gente nem pensa, a criança já sai da maternidade com o CPF, é o direito a ter direitos. Se você não tem uma documentação, você não consegue acessar a saúde, não consegue acessar a educação, você é ainda mais invisibilizado ao Estado, que não sabe, não consegue nem identificá-lo ali nas estatísticas e não consegue se preparar... (*Pausa.*) Desculpa, é que a mãe precisaria pegar os filhos na escola, mas já está resolvido! (*Risos.*) Não consegue nem identificar que você precisa chegar ali naquele momento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Vixe! Já? Desculpa, vou me atentar.

Também queria falar da Política Nacional para a População em Situação de Rua e do Plano Nacional Ruas Visíveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Vai tranquila, que eu serei tolerante com todos os convidados. Vou lhe dar mais cinco minutos.

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Pode deixar, Senador, que eu sou do Piauí também, e o povo do Piauí, a gente, fala rápido. Então, pode deixar. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque o ministério tem uma atuação muito diversa nesse tema e eu não queria perder a oportunidade de falar.

Mas, já concluindo, eu queria destacar também a nossa atuação para a população em situação de rua. E aqui a atuação do ministério tem um foco e uma direção muito clara, que é: a população em situação de rua deve ser vista e tratada não como um problema de ordem pública, de segurança pública, mas como uma questão de garantia de direitos, uma ação de promoção e proteção dos direitos humanos. Quando uma pessoa está em situação de rua, ela está numa situação de múltiplas violações. Não é só uma dificuldade, uma negativa ao direito à moradia; é por muitas vezes uma negativa à saúde, à educação, ao trabalho e às vezes até à própria documentação, como eu falei.

Nós temos também políticas bastante específicas para a população com deficiência, pessoas com deficiência. E aqui eu destaco o programa Novo Viver Sem Limite, que tenta trazer e reforçar a importância dessa visão transversal da pessoa com deficiência e da necessidade de inclusão em todas as políticas públicas.

E, por fim, só para destacar mais uma política que, às vezes, a gente não vê como uma política, mas que, sob a perspectiva do Ministério dos Direitos Humanos, é essencial, que é o direito a acessar o Estado. Então, no Ministério dos Direitos Humanos, nós temos o Disque 100, nós temos a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, que são canais de recebimento de denúncias, em que a gente faz aquele acolhimento especializado, às vezes em mais de uma língua, com acessibilidade auditiva, mas que não só faz o acolhimento, ele faz também o encaminhamento. Então, lá, nós direcionamos as denúncias, quer seja para as instâncias internas do Ministério, um programa de proteção, um auxílio específico, uma população vulnerável específica, mas nós acionamos o Ministério Público, nós encaminhamos para a rede de saúde, encaminhamos para a rede de assistência social. Então, é uma política bastante central quando a gente fala de acesso a políticas públicas como um todo.

Então, só para finalizar, porque eu achava que ia dar três minutos e já foram treze...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Você tem três minutos ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Muito obrigada, Senador.

Não, eu queria finalizar e novamente agradecer a oportunidade que nos foi dada de estar aqui, agradecer em nome da Ministra Janine Mello e da Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, a Tassiana Carvalho. E quero falar que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania certamente será parceiro deste projeto tão logo ele vire lei. Estaremos juntos aí, todo mês de agosto, produzindo dados, informações, relatórios e fazendo toda a reflexão necessária para avançar nas políticas sociais de que o Brasil precisa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, muito bem, Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretora de Promoção dos Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania!

Olha, eu não posso me queixar: todos os ministérios, quando convocados, quando provocados, estão aqui nos auxiliando. E o Ministério dos Direitos Humanos com certeza recebe aqui meus aplausos!

Passo a palavra agora...

Eu falei "todos os ministérios", porque senão podem falar assim: "Pô, Paim! Nós que estamos sempre lá, e tu também não registaste?". Eu falei "todos'", né?

Então, vamos lá.

Alexandre Ferraz, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Com o Dieese, desde o movimento sindical, a gente caminha junto. Isso é 40 anos atrás, viu?

O SR. ALEXANDRE FERRAZ (Para expor.) – Obrigado, Paim.

O Wellington Dias estava lembrando aqui que ele também foi uma das pessoas que chamou o Dieese para dentro do estado dele.

O SR. WELLINGTON DIAS (*Fora do microfone.*) – O sindicato dos bancários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FERRAZ – O sindicato dos bancários.

Vocês todos são fundadores também deste Dieese que é hoje.

Bom, eu agradeço ao Senador Paim pelo convite para esta sessão. É uma honra também estar aqui ao lado do Senador Wellington Dias e de todos os demais colegas aqui presentes.

Eu queria dizer que é muito importante o pacto pela redução das desigualdades que foi feito em 2023, é um marco para a nossa sociedade civil e para o Governo. É importante que ele se transforme, que ele crie esta identidade de um mês de combate à desigualdade, porque nós não podemos naturalizar a desigualdade como naturalizamos num dos países que é um dos mais desiguais do mundo.

O caro Ministro e Senador Wellington Dias mencionou os avanços, mas o Brasil ainda é um dos dez países mais desiguais do mundo, fica atrás de poucos países da África Subsaariana e talvez da Colômbia... É, talvez, o sexto mais desigual do mundo, se eu não me engano, ainda. E isso tem avançado pouco nas últimas décadas na verdade.

Certas estruturas da desigualdade, como a colega do ministério falou, são estruturas profundas que atravessam a nossa sociedade. Têm fatores históricos, mas fatores também conjunturais, da dinâmica do capitalismo. E a gente precisa atacar esses fatores. Por isso, o pacto pelo combate à desigualdade é mais do que um pacto pelo combate à pobreza. Podemos ter o êxito – e estamos chegando muito próximo disso, porque temos políticas muito sólidas e uma sociedade civil com uma teia bastante densa – de acabar com a pobreza. A gente conseguiu sair do Mapa da Fome e a gente pode voltar a reduzir a pobreza, mas a gente ainda está muito longe de se tornar um país de iguais. É óbvio que nunca vai ser todo mundo igual, mas sermos iguais em dignidade, em acesso a serviços, como os países desenvolvidos, que é o que a gente gostaria de ser um dia, e não mais um país em desenvolvimento, como a gente vem sempre sendo. A gente quer chegar lá, e o Brasil tem esse potencial.

Como a colega lembrou – todos aqui lembraram –, as desigualdades têm muitas facetas, elas têm uma transversalidade muito grande. Eu vou puxar aqui um pouquinho para um tema que o Dieese conhece mais, que é o tema do trabalho. O tema do trabalho é um tema central na nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade e ele é um tema no qual as desigualdades se espelham, se reforçam, mesmo quando a gente tem avanços.

Vou lembrar aqui, brevemente, de uma socióloga, a Elisabeth Lobo, que foi companheira do Marco Aurélio Garcia, que escreveu um livro marcante: *A classe operária tem dois sexos*, porque não é igual ser um trabalhador homem ou um trabalhador mulher. E o relatório mostra isso com clareza, mostra as diferenças de renda entre mulheres e homens, que são diferenças persistentes na sociedade. E, mais do que isso, cruzando essas diferenças de gênero, a gente tem que incluir as diferenças de raça. E elas se sobrepõem. Então, a gente tem uma hierarquização da desigualdade no mercado de trabalho: o homem branco ganha mais que a mulher branca, a mulher branca ganha mais que o homem negro, e o homem negro ganha mais que a mulher negra. E são justamente essas desigualdades estruturais que a gente deve combater.

Como o relatório mostra, a gente teve alguns avanços, grandes avanços, de 2024 para 2025, mas essa estrutura continua a mesma: o desemprego das mulheres negras continua sendo maior do que entre as mulheres brancas, e o desemprego das mulheres brancas continua sendo maior do que entre os homens negros e do que entre os homens brancos.

Essas desigualdades também são regionais, né, Paim? O Senador é da Bahia, que tem uma das maiores taxas de desemprego do país, mas está melhorando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone*.) – Rio Grande do Sul.

O SR. ALEXANDRE FERRAZ – Rio Grande do Sul, desculpe, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone*.) – Paulo Paim já foi embora para a Bahia...

O SR. ALEXANDRE FERRAZ – Não, Rio Grande do Sul. Perdão.

A Bahia tem uma das maiores taxas de desemprego do país. Teve um dos maiores avanços no emprego, teve uma das maiores reduções na taxa de desemprego histórica, mas continua sendo uma das maiores do país. Enquanto a gente tem um desemprego de 2% em Santa Catarina, a gente tem quase 9% na Bahia. Então essas desigualdades se sobrepõem e atacá-las é muito difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos pontos fundamentais – eu acho que a gente vai ver um pouquinho do reflexo disso em breve, com um grande feito do Governo, que foi conseguir uma taxação mínima de 10% sobre o Imposto de Renda dos super-ricos, como a gente fala – é corrigir um pouquinho uma desigualdade estrutural que está calcada na nossa própria estrutura tributária. O relatório mostra como as rendas mais altas pagam menos imposto. É uma pena que, por uma questão gráfica até, o relatório só fala nos decis, mas se a gente vai para o centil, a gente vê que, no último decil, ainda é escandalosa a desigualdade, quando se olha centil a centil.

Bom, isso também se reflete numa outra questão: quando a gente compara o país internacionalmente, não só a gente é um dos países mais desiguais do mundo, mas nós somos um país onde a desigualdade antes e depois da tributação muda pouco. A nossa estrutura tributária é tão ruim que, antes e depois da tributação e benefícios – aí inclui Bolsa Família, BPC – , a desigualdade muda pouco. Tem países na nossa mesma faixa de renda, de PIB *per capita*, onde esse efeito pós-tributação e pagamento de benefícios proporciona um ganho maior para o cidadão em termos de renda disponível.

Então, eu queria novamente elogiar o Observatório Brasileiro das Desigualdades, do Pacto pelo Combate às Desigualdades; queria elogiar os nobres Senadores, o Deputado Boulos, Ministro, que teve que se ausentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE FERRAZ – ... pela criação desse mês simbólico de combate à desigualdade.

Espero que, dessa forma, a gente consiga mobilizar toda a sociedade para esse problema que é, de certa forma, maior do que o problema simplesmente de redução da pobreza e de combate à fome.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Alexandre Ferraz, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que fez uma bela palestra, colocando números e dados que ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupam a todos nós – e é nesse sentido que o nosso Governo trabalha –, que aqui também representou a Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades.

Passo a palavra agora para Renata Boulos, Coordenadora-Executiva da Ação Brasileira de Combate às Desigualdades e do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades.

A SRA. RENATA BOULOS (Para expor.) – Bom dia a todas, todes e todos.

Que alegria ver esta plenária tão cheia aqui, com a presença de gente tão querida!

Meu nome é Renata e eu coordeno o Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades.

O pacto tem aproximadamente 120 organizações da sociedade civil, que vão de organizações pequenininhas que trabalham no território até organizações grandes, e têm em comum todas essas organizações o fato de que acreditam que as desigualdades foram politicamente construídas e podem e devem ser desconstruídas todos os dias por cada um, cada uma de nós.

O pacto também conta com a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, a Associação Brasileira de Municípios, a Coalizão Negra por Direitos e as centrais sindicais de todo o país.

É uma alegria estar aqui hoje porque, lá nos primórdios, quando a gente estava criando o pacto, o nosso Ministro Wellington foi lá para São Paulo encontrar com as nossas organizações, com a Laís, que não estou vendo mais aqui, para conversar da importância dessa ação nossa. Então, estou muito feliz de vê-lo aqui com a gente depois desses anos, Ministro Wellington. E isto mostra que avançamos: esse já é o nosso quarto relatório; quando eu conversei com você, a gente estava publicando o primeiro, né? Então, fico muito feliz de estar aqui, e de estar aqui com o Senador Paim também, que acolheu aqui a relatoria do nosso PL.

Bom, o pacto tem também uma Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades, que foi criada pelo então Deputado e hoje Ministro Guilherme Boulos. E uma das primeiras ações dessa frente foi criar esse projeto de lei que transformava agosto em um mês de combate às desigualdades, que, como ele disse, a gente achava que ia ser algo muito simples, que até o fim do ano ia ser aprovado, a gente já ia começar as atuações, e acabou se estendendo muito mais do que a gente imaginava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a frente tem mais de 200 Parlamentares daqui do Senado, do Congresso, e é coordenada pela Maíra, que está aqui com a gente. Levanta a mão, Maíra. Não sei onde... Está por aí, escondidinha. Está ali atrás.

A gente criou isso e trabalha no pacto porque a gente acredita que não tem como falar do Brasil sem falar de desigualdades.

Tom Jobim dizia que o Brasil não é para principiantes – é exatamente isso. Nós somos um país com um monte de coisas boas, um monte de melhoras, mas a gente continua um país muito desigual.

E a gente não fala de desigualdade; a gente fala de desigualdades, porque a gente acha que elas estão todas interligadas: desigualdade de raça, de gênero, de território, de renda...

Então, foi aí que a gente juntou um monte de organizações da sociedade civil, especialistas em dados, IBGE, Ipea, Fiocruz, para pensar em indicadores que mostrassem se as políticas públicas estão, de fato, combatendo ou não as desigualdades. Não adianta só a gente falar – o Senador Paim sabe bem disso – de melhora, de segurança alimentar...

A Maíra chegou, é aquela ali que está entrando aqui. Eu tinha falado de você.

Não adianta só a gente falar que melhorou a segurança alimentar, se aumentou o número de crianças indígenas passando fome ou morrendo por desnutrição no Norte. A gente tem que pensar em desigualdades no Brasil, e os nossos indicadores mostram que, nesses quatro anos, o Brasil avançou e muito: 71% dos nossos indicadores, desse relatório que vocês viram aqui, são de avanços. Só que eu resumiria dizendo o que os nossos companheiros do Dieese sempre dizem: o Brasil avançou, mas sem superar a estrutura que reproduz e produz desigualdades.

Na verdade, esses números, essas porcentagens, termos técnicos, parecem muito longe da vida que a gente vive todos os dias.

Aquela mulher negra periférica está lá, acorda cedo todos os dias, morando numa ocupação, tem que acordar, fazer café da manhã, preparar os filhos para levar para a escola, fazer o café do marido, deixa os filhos na escola, passa aproximadamente três horas no transporte público, porque ela mora longe, é da periferia. Quando ela chega ao lugar em que ela trabalha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela sofre inúmeras violências. Por causa da desigualdade salarial, ela recebe bem menos do que um homem que trabalha com ela e faz muito menos trabalho. Ela não tem onde denunciar essas violências. Ela sai do trabalho correndo para poder chegar logo em casa e pegar os filhos, mas tem gente que fica no trabalho e, por isso, é mais reconhecido, e ela é constantemente cobrada por isso. E, depois de três horas, a escola já fechou – isso está mudando, graças a políticas aqui do nosso Ministro –, ela pega os filhos na casa do vizinho, chega em casa, o marido já está com fome, está reclamando porque ela demorou demais, porque o ônibus atrasou, ela tem que fazer jantar, ajudar o filho com a lição.

São essas mulheres que ainda têm que cuidar de um pai, de uma mãe, de uma sogra. E era disso que a gente estava falando na Política de Cuidados, também desenvolvida pelo nosso ministério. Depois, quando ela consegue dormir, acordar... E ela reproduz essa vida numa escala 6x1, seis dias por semana, para ganhar muito pouco e, no fim do mês, não conseguir pagar as contas.

Então, na verdade, pensar em IBGE, ajuste fiscal, desigualdade não é algo com que ela está preocupada neste momento. O que essas pessoas querem é uma vida melhor, ter um dia para descansar, para namorar, passear, ir à igreja, ao parque com seus filhos.

E é por isso que a gente sempre fala que falar de desigualdade é falar de injustiça, porque não é justo que alguém que viva nessas condições, trabalhando numa escala 6x1, às vezes 7x0, ganhe 20 vezes menos do que um Senador, um Deputado, ou mesmo um técnico de futebol – e eu estou falando do nosso técnico de futebol, que ganha mais de R$4 milhões por mês.

Quem sofre a maior parte dessas injustiças ou desigualdades de que a gente está aqui falando são as pessoas que vivem nas nossas periferias, nos rincões, no campo, na sua maior parte mulheres negras e mães. Foram as trabalhadoras e os trabalhadores periféricos que mais morreram na pandemia. Uma estatística muito diferente de todos o resto do mundo, em que morriam os mais idosos; aqui morriam os mais pobres. São as mulheres pobres e periféricas as mais afetadas pela justiça climática. São os entregadores e entregadoras de aplicativo que circulam pela rua sob sol e chuva, para garantir o nosso lanche, o nosso remédio, em pouquíssimo tempo, em troca de moedas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses dados que a gente reúne no nosso observatório, e a gente está aqui para debater, servem para alertar a cada um, a cada uma de nós se as políticas públicas que estão sendo executadas estão, de fato, melhorando a vida dessas pessoas, se estão chegando à ponta, aonde elas têm que chegar.

Porque, Senador, Ministro, Alexandre, vocês sabem muito bem que esse sistema que a gente vive hoje de produção não é fácil desconstruir, e ele não está funcionando há muito tempo, né?

Como pode, gente, uma pessoa só, no mundo em que a gente vive – a gente alcançou, neste ano, o primeiro trilionário –, ter mais dinheiro do que o PIB de países inteiros, enquanto ainda tem gente passando fome no mundo? Mas isso não é no Brasil. A gente ainda não tem trilionário, mas o nosso relatório também mostra que 1% do país ganha mais do que 30 vezes mais do que os 50% mais pobres.

Também tem notícia boa, né? A gente conseguiu, este ano, nestes últimos ciclos, bater um recorde de queda do desmatamento; temos mais crianças na escola; mais gente bem alimentada. Como o Ministro Boulos dizia, o Brasil entrou, pela primeira vez, no índice muito alto de direitos humanos do Pnud.

Isso dá esperança. Eu tenho esperança neste Governo, eu tenho esperança no trabalho de políticas públicas, no trabalho que os nossos movimentos sociais fazem diariamente, nas nossas organizações, no nosso... Eu ia falar Congresso, mas até respirei fundo antes de falar isso (*Risos.*), que eu não sei se eu tenho essa esperança agora, mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Tem gente boa ainda.

A SRA. RENATA BOULOS – ... nas centrais sindicais, nos nossos parceiros no esforço – tem gente boa, tem, alguns – de melhorar este país.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA BOULOS – Mas a gente... Eu vou terminar aqui, não é muita coisa, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Mais cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA BOULOS – A gente precisa lembrar, gente, que foram séculos, desde a invasão dos portugueses em 1500, de opressão, de violência, de racismo, de trabalho forçado e de destruição, e desconstruir isso leva muito tempo.

Nosso relatório mostra que, apesar de muitos avanços, as pessoas negras, principalmente as mulheres negras, são as que mais sofrem essas injustiças. A raça é um fator determinante de igualdade e de violência. O feminicídio é maior entre as mulheres negras: a cada dez mulheres assassinadas, oito são negras. As crianças negras vivem menos. Três em quatro vítimas de violência doméstica são negras.

O Estado, quando chega nas periferias, nas favelas, não pode chegar com polícia truculenta, violenta, mas tem que chegar com política pública pensada justamente para essas pessoas, como foi um exemplo do CEP para Todos, que foi criado pelo nosso Secretário de Periferias, Guilherme Simões, e que levou CEP e cidadania para muita gente aonde não existia.

Hoje, apenas 4,3% dos nossos municípios, Senador, são chefiados por mulheres negras – 4,3%. E, aqui no Senado... Você sabe qual é a porcentagem de mulheres aqui no Senado? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Deve estar em torno de 9%.

A SRA. RENATA BOULOS – É de 14% pelos meus dados. Pode ser que seja menor, não sei. Pode ser... É de 14% aqui no Senado. Se a gente continuar nesse ritmo, gente, a gente vai levar 144 anos para atingir a paridade de gênero. É muito tempo. Eu acho que a gente não pode esperar todo esse tempo – de verdade. (*Palmas.*)

E é por isso que a gente está aqui hoje, Senador, Ministro, porque criar um mês de combate às desigualdades é alertar para onde a gente está indo e o futuro que a gente quer para o nosso país. Eu acredito que isso seja responsabilidade nossa, porque nós estamos aqui e somos privilegiados.

Este ano, mesmo ainda não tendo... A Aline me lembrou aqui que aqui está o QR *code* para o nosso relatório, para quem quiser ver os dados; é só passar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este ano, embora a gente não tenha instituído oficialmente o mês de combate às desigualdades, a gente fez dezenas de eventos por todo o país. Nós fomos conversar na periferia de Belém, na comunidade Terra Firme, conversamos com crianças que foram vítimas de violência, até fizemos um evento lindo, falamos aqui no Congresso, falamos com os ministérios... Em São Paulo, no Museu das Favelas, estaremos depois de amanhã; amanhã, na Câmara de Vereadores do Rio; e, na sexta-feira, iremos conversar com comunicadores populares da favela da Maré, junto com o Pastor Henrique Vieira, que – a gente não comentou – é o Coordenador da nossa Frente Parlamentar Mista pelo Combate às Desigualdades.

Então, o que a gente quer, na realidade, com esse mês de agosto, é lembrar e pensar que este debate deve, todos os dias, pautar a vida, pautar políticas públicas que melhorem as vidas das pessoas.

As desigualdades matam todos os dias, matam as pessoas mais pobres, mais vulneráveis, crianças indígenas, quilombolas, mulheres negras e periféricas. Não é justo que a vida de algumas pessoas valha mais do que a de outras e que seja definida pela cor da sua pele, pelo local onde nasceu ou de onde se descende.

Eu falei que eu gosto de música, falei aqui de Tom Jobim, então, para terminar, eu vou citar Caetano Veloso, de que eu gosto também, que dizia: "Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome", mas eu acrescentaria ainda mais: é para brilhar, mas tampouco é para morrer lutando pelo seu território, por dignidade, por causas evitáveis, por desnutrição, nem assassinada pelo simples fato de ser uma mulher.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Renata Boulos, Coordenadora-Executiva da Ação Brasileira de Combate às Desigualdades e do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades. Parabéns, viu? Bela fala.

Agora, em último, mas não que os últimos não sejam os primeiros, na linha de frente lá do nosso MTST, Rud Rafael, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

O SR. RUD RAFAEL (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, depois de tantas falas, quero primeiro expressar o sentimento de orgulho de estar compondo esta mesa aqui, neste dia que é histórico.

Acho que 2026 precisa ser marcado como o ano em que não só o Brasil visibilizou a necessidade de um pacto nacional contra o feminicídio – que a gente também avance num pacto nacional contra a escravidão moderna, contra a escala 6x1 –, mas também um pacto nacional contra as desigualdades, como é o tema da mesa de hoje.

Estamos falando do PL 4.035, de 2023, mas também da riqueza das organizações que a gente tem construindo políticas públicas neste país, nas trincheiras que a gente tem de resistência também na institucionalidade, da representação aqui dos ministérios – e aí quero fazer menção ao Ministro Wellington Dias, aqui no Senado também, com o Senador Paulo Paim.

Então, acho que a gente sai com um pouco mais de esperança de que esse pacto nacional já esteja acontecendo a partir da atuação de cada um e cada uma que está aqui, porque não é aceitável, como Renata bem colocou, por mais que tenha uma elevação do IDH – o que a gente está comemorando também –, que a gente tenha 4,7 milhões de pessoas ainda no Brasil vivendo em áreas de risco, num contexto de mudanças climáticas, enquanto tem 11,4 milhões de domicílios vagos neste país. Nos 25 anos do Estatuto da Cidade, que se comemora este ano e que determinava, regulamentava, Ministro, a função social da propriedade da cidade, a gente ainda tem 11 milhões de domicílios vagos que não estão cumprindo a função social. E a gente tem vários instrumentos que podem ser aplicados. A Renata falou em 4% de municípios que são chefiados por mulheres. Se a gente for pensar: quanto desses municípios implementaram o IPTU progressivo, que é uma ferramenta fundamental para o combate à especulação imobiliária? Então, acho que é preciso pensar um pacto nacional não só contra esses inaceitáveis, mas também como uma projeção do futuro.

Como é que a gente fala... A gente não está falando só de um pacto nacional contra a pobreza, porque eu acho que é importante falar isso. O Brasil é hoje a décima economia do mundo, o segundo país com maior reserva de terras-raras e isso projeta o país para um projeto de desenvolvimento e também de inserção do país no debate das novas tecnologias. E a gente precisa parar de falar desses problemas e, quando a gente está pensando especificamente na questão da moradia, por exemplo – estamos aqui com a Secretária Lilian Rahal – quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrou nesse Governo, viu que existiam 33 milhões de pessoas passando fome neste país: um dos maiores produtores de alimentos do mundo tinha mais da metade da sua população com algum nível de insegurança alimentar. Esse pacto nacional contra a fome que a gente fez, a partir das cozinhas solidárias, também isso virando política pública e sendo abraçada pelo Ministro, a gente, a partir do MTST e das nossas 70 cozinhas pelo Brasil, conseguiu chegar à marca de 10 milhões de refeições entregues nas periferias. Essas periferias que continuam sendo marcadas por essas desigualdades, mas também hoje têm espaços e políticas públicas para projetar um futuro para este país.

Então, acho que trabalhar nessa perspectiva – pensando que o nível de desenvolvimento da nossa sociedade precisa ser marcado por uma leitura permanente sobre o combate a essas desigualdades – precisa ser o nosso norte. É fundamental! Políticas como as que já foram debatidas aqui, acho que o próprio relatório mostra isso, o quanto o déficit habitacional hoje reduziu o seu número em função do investimento em habitações, as ditas habitações precárias. A gente conseguiu reduzir esse número do déficit habitacional, mas, por outro lado, a gente tem uma problemática que é o crescimento do déficit a partir do ônus excessivo com aluguel. Então, o ônus excessivo é calculado com... As famílias não podem comprometer mais de 30% do salário da sua renda no pagamento de aluguel e infelizmente a gente tem hoje um salário mínimo em que – imaginem – 30% seriam o quê? Comprometer R$400 do salário mínimo no aluguel, e a gente sabe que em nenhum lugar do Brasil se aluga uma moradia adequada por R$400, mas poderia ser uma política pública o aluguel social nesses 11,4 milhões de domicílios que estão vagos hoje. Então, é a gente parar de pensar que moradia e combate à fome são problemas, mas que as políticas públicas sejam ferramentas de construir soluções a partir dessas desigualdades.

Acho que aprovar este PL é construir no mês de agosto – que pela cultura popular é o mês do desgosto, o mês de agosto é o mês do desgosto – um mês que seja o mês da esperança, o mês do gosto, o mês de a gente ter gosto pela vida, pelo gosto de defender a nossa soberania nacional, com um projeto de país que aponte para não visualizar as desigualdades, mas visualizar um projeto de prosperidade nacional em que todas e todos estejam incluídos.

Eu acho que é muito forte, tanto na fala de Alexandre como de Renata – e está bem definido aqui no relatório –, que essa desigualdade é racializada, que essa desigualdade tem gênero e que essa desigualdade é territorializada também. Acho que, quando você pega, por exemplo, o dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do déficit habitacional e vê que 60% do déficit estão concentrados nas mulheres e quando, por exemplo, a gente tem a partir da luta dos movimentos e também da institucionalização de uma política que diz que as moradias populares têm que estar no nome das mulheres, é uma política que a gente precisa defender, que a gente não pode, num momento como este, inclusive, em que a gente está aqui debatendo um pacto nacional contra as desigualdades e está vivendo um processo eleitoral... E sobre processo eleitoral eu estava lembrando aqui que, quatro anos atrás, eu estava aqui nesta mesma mesa numa audiência pública que defendia o sistema eleitoral brasileiro. A gente estava vivenciando – estamos vivenciando novamente – uma arquitetura do golpe nessa conjuntura.

Inclusive, quero colocar que é muito emblemático que a gente tenha vivenciado na semana passada a prisão de um artífice regional das extremas direitas que é o Fernando Cerimedo, que foi preso por tentativa de feminicídio na Bolívia. Ele é um dos principais articuladores da extrema direita, na gestão de fazendas de robô e tudo mais, ajudou na eleição de Kast no Chile, na eleição de Milei e de Keiko e também é um parceiro da família Bolsonaro. Inclusive, ele recebeu Eduardo Bolsonaro na Argentina. É desse tipo de ameaça, é desse tipo de sujeito também... Quando a gente está falando de um pacto nacional contra a desigualdade, é contra esses atores que a gente... A gente precisa também nomear e caracterizar quem está do outro lado.

A gente está falando aqui que as desigualdades têm o corpo de uma mulher negra, mas as barreiras a essa igualdade também têm cara. São os bilionários e agora trilionários... São esses atores políticos que têm impedido que a gente seja uma sociedade mais justa e mais igual. Então, que a gente também, num momento como este, consiga articular todo esse ecossistema de organizações e de sujeitos construindo esse pacto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUD RAFAEL – Que a gente tenha, na semana que vem, não só a aprovação da PEC do fim da escala 6x1, mas também da PEC que estabelece no mês de agosto esse mês de combate às desigualdades.

E que a gente saia daqui também se alimentando desses dados, das políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas e também apontando para o que Renata falou: a gente precisa trabalhar na direção de políticas públicas mais estruturantes, políticas de nova geração que articulem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate das mudanças climáticas com o combate às desigualdades, com a participação social, com a inovação, porque a gente tem uma sociedade civil que reúne todas as capacidades de apontar para isso nas universidades, no movimento social, no movimento de mulheres, no movimento negro, no movimento sindical, enfim.

Que esse pacto nacional se traduza em espaços como este, de debate permanente sobre esses temas, e que a gente chegue a um momento de não falar mais das desigualdades, mas falar do momento em que as superamos, e momentos como este são muito importantes nesse sentido.

Então, quero fortalecer nossa posição enquanto MTST também, que foi um dos movimentos que impulsionou todos esses debates que estão postos aqui: do fim da escala 6x1, da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R$5 mil, da taxação das grandes fortunas.

Que a semana que vem, semana de esforço concentrado, seja um esforço concentrado da sociedade brasileira e do Senado para acabar com a escala 6x1 e também aprovar esse PL que a gente está debatendo hoje. Espero que saiamos daqui, desta audiência, com esse compromisso e espelhemos isso também para a sociedade brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem. Rud Rafael, Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

Olha, já é meio-dia e 25, quase meio-dia e 30. A audiência pública atingiu todos os objetivos, tanto que, a partir da audiência pública, houve uma mobilização do Presidente Castro – está aqui a assessoria dele... Está ainda aqui ou não? (*Pausa.*)

Mas estiveram aqui, conversando com você? (*Pausa.*)

Isso. E ficou possível que a gente possa botar a matéria em votação na quarta-feira. É o PL 4.035, de 2023, que institui o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza. Autor do PL: Ministro e Deputado Federal Guilherme Boulos.

Não havendo...

A SRA. RENATA BOULOS (*Fora do microfone.*) – A gente vai cobrar, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Como?

A SRA. RENATA BOULOS (*Fora do microfone.*) – A gente vai cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Eu também. (*Risos.*)

Quem mais cobra aqui dentro sou eu. Para ter uma ideia, eu vou todo dia à tribuna para falar da aprovação desse sistema de interesse do povo trabalhador, mas eu quero ir além de só cobrar: eu quero saber qual vai ser a mobilização que nós vamos ter no país, na quarta-feira.

Ele, o Rud, falou muito bem ali – não é, Rud? –: é preciso que nós todos façamos também como já fizeram. Já fizeram movimento na Câmara dos Deputados e deu certo. E, na Câmara, como eu disse outro dia e repito agora, somente 19, meio encabulados ainda, porque votaram contra, de 513. Eu espero que a gente faça o mesmo percentual aqui no Senado.

Então, o apelo que eu faço nesse encerramento desta importante audiência pública é que a gente ajuste com o movimento social, com as centrais, com o movimento importantíssimo do fim da 6x1, que nasceu no Rio de Janeiro e se espalhou por todo o Brasil, porque quarta é um dia decisivo.

Deixe-me só informar a vocês – vou informar porque eu estou aqui dentro há 40 anos –: eu vi dezenas de propostas de emenda constitucional serem votadas sem o tal de interstício de cinco sessões, num único dia, para não dizer numa única noite. Não foi nem uma nem outra: inúmeras PECs foram discutidas, votadas na Comissão, dirigidas ao Plenário e no mesmo dia votadas. Não votarão se não quiserem.

E não foi falta de audiências públicas. Só eu realizei mais de dez, da questão da jornada sem redução do salário. Só no Plenário, duas, e uma com 56 painelistas – 56! Eu e um Senador que não é de esquerda, que é o Laércio, ficamos os dois lá presidindo; iniciamos de manhã, terminamos à tardinha. Não teve nem sessão no Plenário. Metade empresários e metade líderes dos trabalhadores. E, para a surpresa de alguns, quase que 90% disseram que tinham preocupação com a transição, mas que não eram contra acabar com a 6x1 e ficar com a 5x2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar o meu exemplo: eu nunca trabalhei 6x1, nunca. Sabe quando que eu começo a trabalhar? Com 12 anos já, eu me formei técnico do Senai, fui para a empresa, então, com 12 para 14, e nunca trabalhei na tal de 6x1. Os empresários já entenderam que os trabalhadores preferem fazer uns minutos a mais para não trabalhar no sábado. Então, a diferença que a gente está fazendo aqui são alguns minutos a menos por dia. São minutos, não chega a uma hora a menos por dia, e consagra aquilo que já existe: não trabalhar no sábado, ficar, então, 5x2.

Eu sempre conto um episódio de quando, ainda como sindicalista, eu fui à França representando o movimento sindical brasileiro, em plena ditadura. Quando cheguei ao aeroporto de São Paulo, eles prenderam o meu dossiê, que eu estava levando, porque com o dossiê eu ia contar o que estava acontecendo no Brasil. Muito bem. Eu digo: "O dossiê fica, mas eu o levo na cabeça". Fomos eu, o Abdias e o João Paulo. Lembram-se do Abdias, do Rio de Janeiro, e do João Paulo, já falecido, de Minas Gerais, de Monlevade? Chegando lá à França, eles me levaram para a beira de um rio que passa no centro da cidade, isso em Paris, se eu não me engano, e me mostraram um museu. Cheguei dentro do museu, um monte de máquina quebrada. Digo: "O que tem que ver esse monte de máquina quebrada com a questão que eu vim ver aqui na França?". "Nós estamos mostrando para mostrar para você que, com a automação, a robótica, enfim, as máquinas iam chegando e nós íamos quebrando, para não perder os empregos, porque uma máquina trabalhava por 10, 12, 20, 30, 40. Após cada máquina que nós quebrávamos, vinha uma mais moderna, e mais emprego nós perdíamos. Chegamos à conclusão de que era a redução de jornada sem redução do salário". Hoje, na França, o regime é de 36 horas semanais, e muitas empresas trabalham, inclusive, 32 já.

Então, é uma tendência mundial, com a pejotização, com a robótica, com a cibernética, que está aí, com a tal da IA, que está aí. Tudo isso mostra uma revolução no mundo do trabalho. Eu nem vou chamar de revolução industrial, é uma revolução no mundo do trabalho. Só os trabalhadores é que continuam da mesma forma que trabalhavam mais de 40 anos atrás.

Por isso, eu estou tranquilo de que esse projeto vai ser aprovado. Eu não tenho nenhuma preocupação. Esse projeto vai ser aprovado, e eu espero que seja já na próxima quarta-feira – esse de que nós tratamos aqui nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já para o fim da 6x1, nós vamos ter que fazer o que a gente chama de bom combate, uma grande mobilização, em cada estado, para que cada Senador saiba que quem votar contra não volta. Quem votar contra não volta! Eu digo isso tranquilamente, porque eles sabem; eu falo da tribuna isso. Eu falo quase todo dia sobre o fim da 6x1, e eles sabem a minha opinião, com toda clareza. E esse movimento é um movimento que cresce no Brasil – cresce no Brasil –, e eu estou acreditando muito, meu Ministro querido, que a gente vai conseguir aprovar, como aprovamos na Constituinte. O discurso deles lá e o de hoje são o mesmo, são exatamente o mesmo! E nós nos reunimos com o centrão da época – eu, o Lula, o Olívio e tantos outros, a Benedita – e os convencemos de que não seriam 4 horas que iriam quebrar o país. Dito e feito: o desemprego diminuiu. Chegamos, à época – primeiro o Governo do Lula já era –, a 5%, e eles, então, acabaram se convencendo de que não era esse o problema, e aprovamos exatamente o que vai ser agora. São 4 horas a menos. Lá foram 4 horas a menos, de 48 para 44; agora, de 44 para 40.

Mas, enfim, encerro aqui. Tenho certeza de que vai ter uma grande mobilização na quarta-feira para nós conseguirmos, então, fazer com que isso que parecia um sonho se torne realidade para o bem de todo o povo brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Uma palma para vocês, que resistiram aí, heroicamente, até este momento. (*Palmas.*)

E vamos tirar foto agora. Está encerrada já a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Oriovisto Guimarães, Jayme Campos, Marcelo Castro, Alan Rick, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Dra. Eudócia, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Ana Paula Lobato, Irajá, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Hermes Klann, Izalci Lucas, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Camilo Santana, Weverton, Humberto Costa, Leila Barros, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Renan Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Carlos Portinho, Magno Malta e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e sete minutos e reaberta às onze horas e treze minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 65, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável à Proposta e às Emendas nº 3, nº 4, nº 5, nº 6 e nº 17, parcialmente favorável às Emendas nº 10, nº 13, nº 14 e nº 15, e contrário às Emendas nº 1, nº 2, nº 7, nº 8, nº 9, nº 11, nº 12, nº 16, nº 18, nº19, nº 20, nº 21, nº 22 e nº 23, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com o acatamento total das Emendas nºs 3, 4, 5, 6 e 17; com o acatamento parcial das Emendas nºs 10, 13, 14 e 15, nos termos da Emenda nº 27-CCJ (Substitutivo); e contrário às Emendas nºs 1, 2, 7, 8, 9, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 40, 198 e 201 da Constituição Federal, para estabelecer o direito à aposentadoria diferenciada aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, bem como para determinar a regularização do vínculo funcional desses agentes; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, e contrário à Emenda nº 2. **Observação:** - Aprovado o Requerimento nº 26-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CCJ, de 2026, de calendário especial para a matéria, de autoria dos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Braga. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2304, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a fim de estabelecer a competência para processar e julgar o crime de estupro de vulnerável e os crimes que especifica quando praticados contra crianças ou adolescentes em ambientes digitais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 198, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre os institutos do divórcio e da dissolução de união estável post mortem." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº21-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de autoria da Senadora Eliziane Gama. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1242, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a proteção da imagem, da honra e da dignidade da pessoa e da família vítimas de crime ou acidente, inclusive quanto à divulgação de imagem de cadáver." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4186, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4978, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a transferência automática do montante da prestação alimentícia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 25-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de autoria da Senadora Ana Paula Lobato. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5672, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transferência simbólica da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 24-CCJ, de 2026, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgência para a matéria, de autoria do Senador Rogério Carvalho. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2239, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1, 2, 4 e 6 da CDH e à Emenda nº 8, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 4 e 6 da CDH, e as Emendas nºs 8 e 9, da CCJ, nos termos da Emenda nº 10-CCJ (Substitutivo). **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 22-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de autoria do Senador Hamilton Mourão. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4300, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a divulgação do serviço telefônico de denúncias relacionadas a violência contra a mulher." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 6683, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os requisitos essenciais relativos aos implantes cirúrgicos; e estabelece a notificação compulsória das falhas detectadas em implantes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3158, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a fim de tornar hediondos e insuscetíveis de fiança os crimes sexuais cometidos contra vulnerável e os crimes relacionados à pedofilia que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 23-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de autoria do Senador Weverton. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 21, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 198/2024, que "altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre os institutos do divórcio e da dissolução de união estável post mortem"" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 22, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 2239/2022, que "altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 23, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 3158/2025, que "altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a fim de tornar hediondos e insuscetíveis de fiança os crimes sexuais cometidos contra vulnerável e os crimes relacionados à pedofilia que especifica”." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 24, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 5672/2025, que “dispõe sobre a transferência simbólica da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano; e dá outras providências”." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 25, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 4978/2023, que “altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a transferência automática do montante da prestação alimentícia”" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 26, de 2026** que: "Requer Calendário Especial para a Proposta de Emenda à Constituição n° 14, de 2021, tendo como primeiro signatário o Deputado Federal Dr. Leonardo, que “Altera os arts. 40, 198 e 201 da Constituição Federal, para estabelecer o direito à aposentadoria diferenciada aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, bem como para determinar a regularização do vínculo funcional desses agentes; e dá outras providências”, a fim de que a matéria seja apreciada com urgência." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, Extraordinária.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à deliberação de 12 itens.

O primeiro item da pauta é o item 1.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável à Proposta e às Emendas nº 3, nº 4, nº 5, nº 6 e nº 17, parcialmente favorável às Emendas nº 10, nº 13, nº 14 e nº 15, e contrário às Emendas nº 1, nº 2, nº 7, nº 8, nº 9, nº 11, nº 12, nº 16, nº 18, nº 19, nº 20, nº 21, nº 22 e nº 23, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

- Foram apresentadas 25 Emendas à Proposta;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 18/06/2024 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;

- Foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Rogério Carvalho, o qual foi lido em 10/07/2024;

- Em 20/05/2026, a Presidência concedeu vistas coletivas da matéria, nos termos regimentais;

- Em 21/05/2026, foi apresentada a Emenda n° 24, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo (dependendo de relatório);

- Em 10/06/2026, foi apresentada a Emenda n° 25, de autoria da Senadora Roberta Acioly (dependendo de relatório).

Autoria: Senador e Vice-Presidente da CCJ Vanderlan Cardoso e outros Senadores.

Foram apresentadas 26 emendas à proposta.

Em 10/6, foi apresentada a Emenda nº 25, de autoria da Senadora Roberta Acioly, e a Emenda nº 26 (Substitutivo), de autoria do Senador Jaques Wagner, ambas dependendo de relatório.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para proferir seu relatório sobre as Emendas 24 a 26.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente Otto, obrigado, mas eu não posso começar a minha fala sem tecer elogios ao Presidente da CCJ.

Nos últimos tempos a gente tem convivido bastante – o Senador Otto, eu e o Senador Vanderlan Cardoso às vezes –, e a participação do Senador Otto foi primordial não só na condução independente e exemplar, mas sobretudo no aconselhamento. Toda e qualquer emenda que chegava, todo e qualquer argumento que chegava, eu conversava com o Senador Otto Alencar. Portanto, me permita, eu não sou dado a tantos elogios, mas seria injustiça minha não reconhecer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ao autor da PEC, o meu amigo Senador Vanderlan, eu digo até que a PEC antecipou a que eu apresentaria, mas, se veio de você, veio muito boa. E a gente lidou esses dois anos e cinco... dois anos e seis meses, até perdi a conta disso...

E até onde eu sei também, em se tratando de Pix, o Presidente Lula gosta desse tema Pix e não, por nenhum minuto, quis atrapalhar nessa situação.

Então, dito isso, eu passo às minhas considerações.

Já foi lido aqui o relatório apresentado, e duas emendas surgiram agora: uma do meu amigo Senador Veneziano Vital do Rêgo... Acaba de chegar uma; tem três.

Eu vou à consideração de por que eu rejeitei a emenda do meu amigo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A Emenda nº 24, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, propõe explicitar que a autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira conferida ao Banco Central pela PEC 65, de 2023, não afasta a atuação da Advocacia-Geral da União. Esse foi o grande argumento dele. A justificativa da proposta baseia-se na preocupação de que a transformação do Banco Central em entidade pública de natureza especial, desvinculada de ministério e de outros órgãos da administração pública, possa abrir espaço para interpretações que permitam a constituição de uma estrutura jurídica própria e independente.

Entretanto, a proposta se afasta dos objetivos centrais da PEC 65, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso. A finalidade da reforma é conferir ao Banco Central um grau mais elevado de autonomia institucional, compatível com a relevância de suas funções, com as melhoras práticas observadas entre autoridades monetárias independentes.

A vinculação obrigatória à AGU – e é isso que pretende o meu amigo Senador Veneziano – também reduz – por isso o argumento de rejeitar – a flexibilidade institucional da autoridade monetária. Ao elevar a matéria ao texto constitucional, a emenda impede que futuras reformas aperfeiçoem a estrutura jurídica do Banco Central para adequá-las às transformações do sistema financeiro e às exigências crescentes na regulação bancária e do mercado de capital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a experiência internacional demonstra que a autonomia dos bancos centrais não se limita à condução de políticas monetárias. Instituições como o Banco Central europeu, o dos Estados Unidos, o da Inglaterra dispõem de estruturas jurídicas próprias, que atuam diretamente na formulação regulatória, na defesa institucional e na condução de litígios estratégicos.

Também eu argumento, para rejeitar, que, no caso brasileiro, o Banco Central já conta com uma Procuradoria especializada e plenamente capacitada para lidar com questões monetárias, bancárias e financeiras.

A Emenda 24, contudo, busca impedir qualquer possibilidade de evolução desse modelo, constitucionalizando uma vinculação que hoje decorre da legislação infraconstitucional. Em vez de ampliar a autonomia da instituição, a proposta restringe suas possibilidades de desenvolvimento institucional.

Em síntese, a Emenda nº 24 introduz limitação incompatível com o propósito da PEC 65, de 2023. Ao preservar de forma obrigatória a vinculação jurídica do Banco Central à AGU, reduz a autonomia organizacional de autoridade monetária, restringe sua flexibilidade institucional futura e enfraquece a coerência do modelo de independência pretendido pela proposta.

Por essas razões, a emenda não contribui para o fortalecimento institucional do Banco Central e merece ser rejeitada.

Eu vou para outras emendas, Presidente? (*Pausa.*)

A outra emenda, da Senadora Roberta Acioly, foi apresentada nesta data, dez de junho de 2026, a Emenda nº 25, da autoria da Senadora Roberta Acioly, que deve ser rejeitada por desvirtuar o objeto central da PEC 65, de 2023, que trata da autonomia institucional do Banco Central, e não da reorganização do sistema de supervisão financeira brasileiro. A proposta promove a incorporação da Susep ao Banco Central, introduzindo mudanças estruturais complexas, que extrapolam o escopo da matéria originalmente debatida. Além disso, a fusão de competência regulatória demanda análise específica e aprofundada, incompatível com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

finalidade da PEC. A medida também pode gerar riscos operacionais e institucionais durante a transição entre os órgãos.

Por essas razões, a proposta deve ser discutida em iniciativa legislativa própria, e não no âmbito da PEC 65. Por isso, foi rejeitada. (*Pausa.*)

Do Jaques Wagner. Cadê a justificativa? (*Pausa.*)

A outra emenda é do Senador Jaques Wagner, que, na sua justificação diz – esse é o teor da emenda do Senador Jaques Wagner –:

> A presente emenda busca conferir ao Banco Central um regime orçamentário compatível com a natureza estratégica de suas funções, sem afastá-lo do controle público nem da disciplina fiscal. Ao prever orçamento próprio custeado por receitas financeiras da própria instituição, submetido à lei orçamentária anual e previamente aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, a proposta procura assegurar maior previsibilidade para despesas correntes, de pessoal e de capital, preservando limites anuais para a despesa total e para a despesa com pessoal.

Segundo o Senador Jaques Wagner:

> A medida também responde à necessidade de garantir continuidade operacional, capacidade técnica e modernização institucional em áreas sensíveis para a estabilidade monetária, financeira e tecnológica do país. Nesse sentido, a previsão de dotações mínimas para o funcionamento e a modernização do Pix é especialmente relevante, pois protege infraestrutura pública essencial de pagamentos instantâneos, hoje indispensável à população, às empresas e ao sistema financeiro. Ao mesmo tempo, a disciplina pelo Conselho Monetário [...].

Li aqui o principal da justificação do Senador Jaques Wagner, mas vou ao mérito e por que que eu devo rejeitar.

Quanto ao orçamento, a PEC já contempla. O Banco Central vai dizer o que precisa, o Conselho Monetário vai dizer o que precisa, IPCA+2,5%, corrigido. O Conselho Monetário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional aprova e manda para o Senado, para a Comissão temática. Portanto, essa preocupação do Senador já está contemplada.

Quanto ao Pix, eu não vejo maior segurança do que nós já colocamos há um ano. Já consta há mais de um ano, um artigo que diz que o Pix é do Banco Central, não pode terceirizar, não pode delegar essa prerrogativa a nenhum outro e não pode taxar pessoas físicas. Eu acho que isso aí é o grande ganho, e vejo isso, Senador Jaques Wagner. Por isso que eu elogiei o Presidente Lula quando disse que o Pix tem que ser do Brasil, tem que ser respeitado. E nada melhor do que colocar na Constituição. Então, isso a gente já contempla, por isso a emenda também foi rejeitada.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. o relatório e coloco a matéria em discussão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, eu reconheço todo o trabalho feito pelo Relator, essa matéria vem sendo discutida há um tempo bastante longo. Eu só recebi ontem, antes de ontem à noite, 10h, quando remeti a V. Exa. Essa emenda que foi apresentada, que, na verdade, é a posição de Governo sobre o Banco Central, foi escrita a várias mãos: pelo próprio Presidente do Banco Central – evidentemente que participou –; pelo Ministro do Planejamento, Moretti; e pelo Ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Eu sei que ela já está há um tempo longo, mas o Ministro me pediu se poderia ganhar mais uma semana na medida que ele só se transformou em Ministro há dois meses, no sentido de querer discutir mais alguns pontos. Eu reconheço que houve, nesse período, toda a evolução, com emenda inclusive feita pelo próprio Advogado-Geral da União, no sentido de superar o quesito.

Há uma preocupação – e aí as interpretações são diferentes – sobre eventual custo que pode trazer. Eu falei isso pessoalmente com o próprio Presidente do Banco Central, na medida em que qualquer prejuízo o Governo, o Tesouro tem que aportar. E, na medida que ele é um ente fora – vou chamar – do circuito Tesouro, aquilo poderia vir a impactar no próprio déficit primário do país. Então essa era uma das preocupações. A área de gestão tinha outra preocupação que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que foi superada com essa emenda a que eu me referi. A área da Fazenda ainda tem essa preocupação, por exemplo, com a queda que houve do dólar, do ponto de vista que você realiza um prejuízo, você teria que aportar. Se você aporta para fora do Tesouro, ou seja, você tem que fazer esse aporte... Eu até, quando conversei com o Presidente do Banco Central, disse: "Se for preciso, bote uma emenda que o prejuízo não terá que ser coberto pelo Tesouro", eu confesso que não sei se acabou sendo acolhido ou não esse detalhe no seu relatório.

É óbvio que se for votado aqui e aprovado ainda vai para o Plenário, nós ainda temos tempo de eventual ajuste disso aí, mas eu só estou querendo registrar a posição de Governo. Há um esforço, como houve o esforço tanto do autor quanto de V. Exa. e da Comissão, e ele me fez esse pedido realmente quando me entregou o texto, que foi anteontem, às 10h da noite, quando eu repassei ao Presidente aqui da Comissão.

Estou fazendo essas ponderações só para dizer que não há um antagonismo à matéria. Todo mundo reconhece que tem alguns absurdos que não são só do Banco Central. Eu confesso que nem sabia que alguém que trabalha à noite não pode ganhar adicional noturno no sistema nosso público, ou não pode ganhar uma hora extra quando vai trabalhar. Então é uma coisa meio maluca.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Senador, só uma dúvida sobre uma frase que o senhor proferiu. Pode ser?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quando a Fazenda, o Tesouro lhe diz que, se houver prejuízo, ele não seja lançado à conta do Tesouro, ele quis dizer isso materialmente – ou seja, quem é que vai pagar o prejuízo – ou se isso vai ser contabilizado como déficit primário?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Seria contabilizado para o déficit.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que é mais uma questão contábil do que o ressarcimento ou a cobertura do prejuízo, não é?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – É. Não, é óbvio que, quando eu falo com o Galípolo, ele diz: "Eu posso pagar isso como minha conta...".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é... Não, mas, então, isso é uma frase que deve ser entendida do ponto de vista...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Desse ponto de vista.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... orçamentário e contábil, quer dizer, esse prejuízo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – É que o mercado olha para o contábil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Exato. Isso aí não é déficit primário.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – É, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi isso que ele pediu. Eu acho ponderado e correto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Permitam-me só, Senadores Amin e Jaques, para que a população entenda o que a gente está tratando neste assunto aqui... Hoje é assim: o Banco Central tem lucro, Tesouro; o Banco Central tem prejuízo, aí vem parte daqueles lucros que ele deu várias vezes para cobrir o prejuízo do Banco Central. Hoje é assim. Nunca causou *frisson* nenhum no mercado financeiro. Então, é simples: lucro – semestral, me parece – vai para o Tesouro Nacional; prejuízo o Tesouro repõe. É só para que a população entenda o que a gente está discutindo neste momento.

Jaques, se a questão é essa, eu acho que a gente pode discutir antes de ir para o Plenário essa questão com esse adendozinho aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu acho que a Casa conhece o jeito que eu conduzo as coisas aqui. Eu não estou querendo botar procrastinação. Eu trouxe uma demanda do próprio Ministro da Fazenda, que, óbvio, se debruça mais do que se debruçava antes. De qualquer forma, ele era o Secretário-Executivo, e é evidente que ele acompanhava todas as matérias, mas o protagonismo agora é dele, ele não é mais Secretário-Executivo. Então, ele me fez essa demanda. Eu acho que a gente pode abrir esse espaço, uma vez votado e aprovado aqui, até a gente sentar com ele e conversar se tem alguma coisa para levar ao Plenário.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu acho importante para a nação é agora a gente votar aqui, é sair da CCJ, onde a gente já se encontra, aproveitar que o Senador Otto está presidindo a CCJ e conseguir tirar daqui. Quando a gente fala protelar, Jaques, você sabe que essa palavra é... Olhe só, se a gente não vota hoje: festa junina, Copa, eleição... Aí já era, já era. Então, a gente precisa mesmo votar hoje. O Banco Central precisa. Essa autonomia não só fortalece o sistema financeiro brasileiro, ela traz segurança, traz muita segurança para todos nós cidadãos comuns. Portanto, eu acho importante a gente votar e a gente tratar disso num outro momento depois de sair daqui.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu só estou pontuando essas coisas exatamente para que a gente abra essa possibilidade pós-votação aqui de sentar para discutir. É nesse sentido que eu estou falando. Eu não vou aqui ficar mais uma vez impedindo isso, até porque tem que andar.

O Senador Otto já contribuiu muito, V. Exa. também, o Vanderlan também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Plínio, se V. Exa. aceitar, a gente pode suspender aqui por um tempo para conversar com o Senador Jaques Wagner e ver se pode realmente adequar alguma coisa nesse sentido.

O Senador Oriovisto pede a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Peço, sim, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É apenas para louvar tudo o que disse o Plínio, o que disse o Jaques... Eu acho que estamos caminhando, finalmente, depois de anos de luta, para um consenso. A diferença que o Jaques citou é tão pequena, é tão ínfima que pode perfeitamente bem ser corrigida em Plenário.

Então, não há por que tentar aumentar a negociação agora, já houve um tempo mais do que suficiente para a negociação, e sempre fica para a última hora.

De forma que eu acho que esse assunto é relevante, é uma contribuição importante para o país essa autonomia do Banco Central, importante essa defesa agora colocando na Constituição a questão do Pix, que é brasileiro, que é nosso, que não pode ser privatizado.

Então, eu acho que a proposta amadureceu, chegou a hora de ser votada e pode ser aprovada nesta Comissão com tranquilidade. E eventual pequeno ajuste tem ainda todo o tempo daqui até o Plenário, que eu tenho certeza de que o Plínio poderá conversar com o Senador Jaques Wagner e fazer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Otto, respondendo a sua...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero agradecer ao Senador Oriovisto, concordo com as colocações dele, muito justas e corretas. O Senador Plínio deseja falar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu pergunto ao Senador Jaques Wagner... Mas deixe-me só clarear aqui, o prejuízo do BC vai ser coberto pela reserva de resultado que essa PEC está apresentando, esse perigo não tem. Eu só queria fazer aqui uma coisa, Jaques, a gente vai ali, acerta, coloca, e a gente volta aqui e chega a um consenso, para a gente tirar daqui e não ter que discutir mais esse assunto no Plenário? Vamos ali na sala. Acertando, aí a gente não precisa mais do Plenário, Oriovisto, porque aí não volta mais para cá. Eu tenho receio de que se a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode dar um tempo aí. Vejam ali, pode modificar a redação, suspendo... Vai ali, resolve, volta e vota.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu sugeriria isso, sugeriria essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque, como o Senador Oriovisto falou, a contribuição altera pouca coisa ainda do que... quase nada.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, isso. Mas se ela pudesse... Otto, agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, 15 minutos de prazo para o acordo e depois votamos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, a sua sugestão do Senador Esperidião é bem correta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se der, deu; se não der, vamos para o Plenário – vamos para o Plenário.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, deixem-me fazer uma ponderação. Evidentemente que quem domina mais essa matéria é a área da Fazenda. Eu não fico à vontade para, em 15 minutos, bater esse martelo. Aí eu prefiro que vote e depois... (*Pausa.*)

Hein? (*Pausa.*)

É, e podemos fazer ajuste no pleno. Não é que eu queira voltar para cá, não. Eu estou falando que eu não fico à vontade para fazer uma negociação que depende do Ministro da Fazenda. Apesar de eu ser Líder do Governo, tenho o costume de bancar essas coisas, mas eu não quero dizer aqui: "Ó, essa modificação para mim atende tudo". Eu prefiro que vote, então, o texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, aí, a gente precisa, Oriovisto, para uma maior garantia de que a gente vai avançar, que, ao término da votação, a gente peça regime de urgência para quebrar interstício – precisa-se de 54 Senadores –, aí as emendas são aprovadas lá... É um calendário especial que a gente está falando. Aí a emenda lá não precisa voltar para cá.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, tudo bem, eu não estou...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aí dá tempo, hoje temos o dia todo.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Você quer votar hoje no Plenário?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É possível regimentalmente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Bom...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É possível regimentalmente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... eu, evidentemente, vou trabalhar com... Aí eu tenho que ser franco, eu vou ter que trabalhar com...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Podia dar um tempo de oito dias para o Plenário, para ver se ajusta o texto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu acho que a matéria, do jeito que ela é...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O problema, claro...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu, pelo menos... Eu acho que... Repare, o Ministro da Fazenda me pediu pelo menos uma semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E é justo, o que você está querendo não é ilegal, tudo faz parte. Eu só tenho receio, Jaques, que nós estamos aí às vésperas de festa junina, Copa do Mundo, semipresencial...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Na semana que vem não vai ter sessão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A não ser que a gente amarre aqui também, Senador Otto, que na próxima sessão os maiores interessados virão para cá. Porque, senão, vai cair de novo, vai chegar na eleição e nós não damos autonomia ao Banco Central. E as manobras são justas, tá, Jaques? Não tem nada de injusto aí e nem de desleal, nem de desleal.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – O que eu estou dizendo só é que eu não acho que, para quem esperou dois anos, uma semana é o fim do mundo, é a minha opinião. Eu estou pedindo isso porque eu estou atendendo a um pedido do Ministro da Fazenda.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, uma semana é razoabilíssimo. Eu só tenho medo de que não seja uma semana.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Otto... Senador Otto...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente pode fazer um calendário especial, então – já saindo daqui com um calendário especial –, uma semana, dez dias, não tem problema, 15 dias, desde que a gente vá nesses 15 dias. Desde que esses 15 dias não se tornem...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Muito bem. Eu também acho que não vai se discutir *ad infinitum*.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, exatamente, é porque o último pedido de retirada de pauta demorou dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, eu não estou pedindo para retirar de pauta, não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não estou dizendo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu só estou dizendo o seguinte: o interstício entre uma votação aqui hoje e o Plenário é que eu estou falando de uma semana a duas semanas, só para...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Beleza. Eu vejo, desde que a gente faça, Otto, um calendário especial. Vai ser assim: "pou"!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não tem problema.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Otto, eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora Tereza Cristina está inscrita aqui já.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Ah, obrigada. Então eu aguardo. Eu sou a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, a senhora tem a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque eu já tinha visto que a senhora tinha levantado a mão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Ah, desculpe. Está bom. É que eu vi o senhor tão, assim, debruçado aqui na discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para contribuir também, porque eu acho que esse assunto já amadureceu. Há quanto tempo eu entrei na CCJ, saí da CCJ, voltei para a CCJ, e nós estamos aqui nesse assunto. É um assunto importantíssimo para o país.

A gente fazendo comparação com outros países do mundo, vê, lá nos Estados Unidos, se não tivesse a autonomia do Banco Central. Aqui a autonomia tem sido fundamental. A autonomia agora é orçamentária e financeira e ela precisa ser concluída para se ter uma autonomia definitiva.

Então, esses pequenos ajustes, eu acho que vindos com acordo com o Governo, fechado esse acordo aqui, se é uma semana, sete dias, eu acho justo, mas vamos fechar hoje esse acordo, para que possamos votar aqui na CCJ e ir com o acordo fechado para o Plenário.

Então, é isso que eu gostaria de pedir a V. Exa..

Muito obrigada.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, deixe-me ler para você. Houve esse artigo aqui que tinha me fugido e a assessoria mostra aqui: é o §7º do art. 1º: "A lei disporá sobre o relacionamento financeiro entre o Banco Central e a União, observado que balanço do Banco Central contemplará a constituição de reserva de resultado orientado...", aí diz o que eu penso que você estava querendo; é o §7º do art. 1º.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Está no texto?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está no texto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Ah, pensei que você ia introduzir.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Não, não, está no texto, o que não impede de aperfeiçoar.

Eu quero dizer que, assim como o Senador Otto e o Vanderlan, nós estamos abertos; a República merece todo o nosso carinho e respeito, só que esse assunto, ou a gente faz isso agora ou o Banco Central vai continuar correndo risco enorme de não realizar a sua tarefa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Jaques, tenha neste Relator toda a disposição para cima. Eu só queria votar calendário especial, porque eu conheço esse procedimento: vai vir festa junina, vai vir Copa do Mundo, aí vai vir, vai vir e a gente não vota. Então, eu estou aberto a isso sim, mas já está contemplado aqui, tá?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu não tenho dúvida de que é este o texto que pode ser complementado de sorte a atender a solicitação justa, eu entendo, do Tesouro e do Ministério da Fazenda.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – E poderíamos colocar isso para votar amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Vanderlan Cardoso.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Amanhã é quinta... depois, terça-feira. Amanhã é quinta. Terça-feira.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar aqui o Plínio e parabenizá-lo, Plínio. Nesses 2 anos e quase 6 meses, você ouviu a todos, conversou com todos, conversou com o Governo, com os trabalhadores, colaboradores do Banco Central, com a direção do Banco Central, diretores, com a imprensa. Então, esse texto já está bem maduro, todas as discussões, todos os pontos já foram acertados, inclusive essa questão, Líder Jaques. Existe o dispositivo, no projeto, do encontro de contas do Banco Central com o Governo, e precisa ser votado.

Então, a minha sugestão, Líder, é que a gente vote. E a questão de urgência para o Plenário, se vai votar hoje ou se será outro dia, é um passo em seguida depois da votação. A gente decide aqui, mas, devido já ao trabalho que foi feito pelo Relator... Confesso a vocês aqui e ao Líder Otto, o nosso Presidente, que, se eu fosse Relator, talvez eu não tivesse tanta paciência para discutir como foi discutido por V. Exa., Senador Plínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje o projeto está em boas mãos. Parabéns! O senhor, de uma forma republicana, conversou com todos, com muita paciência, com muito diálogo, e aqui é a Casa do diálogo.

Então, Presidente Otto, eu sugiro que a gente vote, e a decisão, se vai para hoje ou quando é que vai ser, em seguida a gente mesmo decide, porque nós somos soberanos para tomar essas decisões de um projeto que já amadureceu tanto, já está aí para cair de maduro. Essa é a minha palavra.

Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, repare, eu não criei nenhum obstáculo. Já disse que, se vai a votos, que vá a votos. Eu só estou dizendo que eu preciso responder ao meu Ministro da Fazenda. Então, é óbvio que eu vou trabalhar para não ser votado hoje no Plenário. Que seja em uma semana, duas semanas, porque ele construiu um texto; é óbvio que eu apresentei na forma de emenda, V. Exa. rejeitou. Não é aquele texto, tem algum ajuste que possa ser feito. Eu também não estou querendo que vá e volte para cá não; se há calendário para a gente fazer eventualmente ajuste na votação de lá, para mim tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que nós podemos votar o texto do Plínio hoje, não votar o requerimento de calendário especial e dar um prazo de oito dias para o Plenário, enquanto se chega a, talvez, uma adição aí do que propõe o Senador Jaques Wagner.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já que a gente está acordado, que a votação seja simbólica, então, né? Pode ser simbólica para não ter...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Tereza...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Desculpe, mas só há um problema: semana que vem é semipresencial. Nós vamos votar uma PEC?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se tiver o entendimento, posso fazer uma sessão semipresencial e votar, não tem nenhum problema. Se tiver que vir para cá, eu também venho. O pessoal fica no semipresencial, eu venho no presencial, não tem nenhum problema. Não tem dificuldade nenhuma, não.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Estou falando do Plenário – estou falando do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, o Plenário.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Semana que vem, no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, se tiver acordo, se for acordado, eu voto em Plenário também, como outras matérias já foram votadas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Depende do Davi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depende de... Se ajustar com o Governo, vota-se, não tem nenhuma dificuldade.

Senador Girão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu gostaria de ajustar. O Senador Davi me garantiu: se chegar esse pedido de urgência, devidamente assinado, ele coloca, mas eu também não vejo, Jaques... Eu acho que você está fazendo é razoável, é legítimo, não é desleal, só que a gente precisa, Otto, do calendário especial, que não seja próximo... Para dizer, para garantir, para que a gente se prepare para vir, porque esse assunto é extremamente importante para a República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vai ser... O próprio Davi pode não ser mais semipresencial, conversar com ele, para ser... Eu só queria, Otto, saber que nós vamos votar – entendeu, Jaques? Quinze dias não vão alterar, mas a gente precisa sair da CCJ hoje com essa votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, rapidamente, é só para cumprimentá-lo, cumprimentar todos os colegas aqui pela maturidade neste debate. A gente vê que chegamos a uma convergência. Eu acho que todas as manifestações mostram aqui que a gente está pronto para votar, e a decisão do Plenário deixa para o Plenário, deixa para o Presidente da Casa.

Eu quero cumprimentá-lo, Senador Otto, pela sua postura democrática aqui. Isso aí o Senador Plínio evidenciou, e eu sou testemunha disso.

Quero cumprimentar o Senador Vanderlan Cardoso também.

Eu participei aqui de alguns debates sobre esse assunto e vi que a agonia do Banco Central é grande. Ele tem prestado um grande papel para a população brasileira, para o nosso país. E essa autonomia financeira é algo extremamente legítimo e necessário para que se possa contratar quem tem que contratar, para o Banco Central continuar forte, fazendo o trabalho que está fazendo e resguardando o nosso país.

Então, eu acho que devemos votar agora, e, quanto à urgência para o Plenário, não vejo nenhum problema que a gente possa fazer também, mas deixa a decisão lá para o Presidente da Casa: se coloca, se não coloca hoje ou se coloca semipresencial na próxima semana. A gente já votou PEC semipresencialmente aqui. Então, não tem nenhum problema. Eu acho que a gente precisa botar um ponto final nessa agonia do Banco Central, que está realmente precisando do nosso apoio.

Muito obrigado e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Plínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Senador Otto, tudo que for acordado e for para melhor a gente concorda plenamente. A minha preocupação, repito – eu estou sendo chato –, é esta só: festa junina, Copa do Mundo, semipresencial.

Nós estamos aqui diante do Líder do Governo, nós estamos diante do Presidente da CCJ, e tudo que a gente fizer aqui será efetivado, eu não tenho dúvida nenhuma disso.

E eu gostaria, Jaques, depois de conversar, de mostrar que aquilo com que você está preocupado está contemplado, está bom? Se não estiver, a gente acrescenta, sem nenhum problema.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Bom, eu acho que a gente já construiu, ao longo desses três anos e cinco meses, um relacionamento de que estamos no tempo de a palavra ainda valer. Então, eu estou insistindo em que, por mim, se vote aqui. Se for o voto simbólico, para mim, tudo bem. E a única coisa que eu estou pedindo, para atender ao meu Ministro da Fazenda, é uma semana, quinze dias para tentar fazer algum ajuste. Não é para voltar para cá. Por mim, é para votar no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, diante disso, vamos colocar...

Tem algum Senador que queira discutir mais a matéria? (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador que queira discutir a matéria.

Encerrada a discussão.

Está em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à proposta, com o acatamento total das Emendas nºs 3, 4, 5, 6 e 17; com o acatamento parcial das Emendas 10, 13, 14 e 15; e nos termos da Emenda 27-CCJ (Substitutivo); e contrário às Emendas nºs 1, 2, 7, 8, 9, 11, 12, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25 e 26.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, só quero registrar este momento histórico aqui que a CCJ acaba de fazer, de afirmar. O Pix, que é esse patrimônio nacional, que é preocupação de todos nós, vai constar na Constituição, vai estar garantido na Constituição brasileira. Isso que a gente fez aqui é história. E mais: o cidadão comum, assim que essa PEC for aprovada definitivamente, terá a certeza de que ele será jamais taxado.

Isso é história, que a gente acaba de fazer aqui no Senado. Portanto, está todo mundo aqui de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a (*Fora do microfone.*) V. Exa., Senador Plínio.

A matéria foi aprovada e vai ao Plenário do Senado Federal.

O item 2 da pauta é um projeto que veio da Câmara dos Deputados e lá foi aprovado com grande maioria de votos – veio para o Senado.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 40, 198 e 201 da Constituição Federal, para estabelecer o direito à aposentadoria diferenciada aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

endemias, bem como para determinar a regularização do vínculo funcional desses agentes; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 2.

Observações:

- Foram apresentadas duas emendas à Proposta: a Emenda nº 1, de autoria do Senador Magno Malta; e a Emenda nº 2, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo;

- Em 08/04/2026, foi recebido Requerimento do Senador Magno Malta, solicitando a retirada da Emenda nº 1. O Senador Irajá é o Relator. Passo a palavra para ler o seu relatório.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio ao Plenário para o obséquio. (*Pausa.*)

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou direto à análise.

Não se identifica impedimento decorrente das limitações circunstanciais previstas no §1º do art. 60 da Constituição Federal, nem hipótese de reprodução, na mesma sessão legislativa, de matéria rejeitada ou havida por prejudicada, na forma do §5º do mesmo dispositivo.

No tocante às limitações materiais ao poder de reforma, a proposta não suprime nem esvazia cláusula pétrea. Ao contrário, insere disciplina específica de proteção previdenciária e de organização funcional para agentes que desempenham atividades essenciais ao SUS, em linha com os objetivos constitucionais de promoção da saúde, redução de desigualdades e valorização do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o prisma da juridicidade, a via da emenda constitucional mostra-se adequada ao objeto da proposta. A PEC modifica diretamente comandos da Constituição referentes a regimes previdenciários previstos nos arts. 40 e 201 e ao regime constitucional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, no art. 198, além de estabelecer normas transitórias de implementação. Trata-se, portanto, de matéria cuja conformação em nível constitucional é compatível com a sua densidade normativa.

Em relação à técnica legislativa, a proposição apresenta unidade temática suficiente. Todos os dispositivos convergem para um núcleo material claramente identificável: o regime jurídico-funcional e previdenciário dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, incluindo regras de transição, financiamento e medidas de implementação. O encadeamento entre os arts. 40, 198 e 201 da Constituição e as normas transitórias preserva coerência interna e atende à exigência de correlação temática.

No mérito, a PEC 14, de 2021, revela-se oportuna e socialmente justificada. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias exercem funções permanentes, territorializadas e diretamente vinculadas à prevenção de doenças, ao acompanhamento de famílias, à vigilância epidemiológica e à capilaridade do SUS. A experiência brasileira demonstra que tais categorias são decisivas para a atenção básica, especialmente em localidades vulneráveis e em contextos de emergência sanitária, como nós vivemos no período da pandemia da covid.

O reconhecimento constitucional explícito da atividade como essencial e exclusiva de Estado, acompanhado da vedação à terceirização e à contratação temporária fora de hipóteses emergenciais, contribui para maior estabilidade institucional das políticas públicas de saúde. Destaca-se que a continuidade do vínculo com o território e com as famílias atendidas é elemento fundamental deste tipo de trabalho.

No plano previdenciário, a fixação de requisitos diferenciados para a categoria encontra fundamento razoável na natureza das atividades desempenhadas e no mandamento já inscrito no §10 do art. 198 da Constituição Federal. A PEC avança ao explicitar, em sede constitucional, os parâmetros gerais dessa aposentadoria, com disciplina aplicável tanto ao RPPS quanto ao RGPS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que reduz assimetrias normativas e fornece maior segurança jurídica para agentes e, principalmente, para entes federativos.

As regras transitórias propostas, por sua vez, procuram acomodar a heterogeneidade de situações existentes no país. Ao prever regras de transição, a PEC permite implementação gradual e evita soluções abruptas. Trata-se de técnica legislativa usual em reformas previdenciárias, orientada pela proteção da confiança e pela transição ordenada entre regimes.

A comparação com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 185, de 2024, reforça ainda mais o mérito do quanto é factível a nossa PEC 14. O projeto de lei complementar já aprovado pelo Senado evidencia consenso institucional quanto à necessidade de concretizar a aposentadoria diferenciada dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, com integralidade e paridade. A PEC, contudo, oferece soluções mais abrangentes, por enfrentar simultaneamente a moldura constitucional do benefício, as transições, o financiamento e a regularização de vínculos ainda inseguros em parte dos entes federativos.

Não se trata de oposição entre os dois instrumentos, mas de reconhecimento de que a via constitucional pode conferir base mais estável e uniforme a direitos e deveres. A deliberação favorável à PEC 14, portanto, é compatível com a trajetória legislativa já construída pelo Senado em torno do tema.

No que se refere aos efeitos fiscais e atuariais, é natural que proposições dessa natureza demandem planejamento de implementação pelos entes e pela União. A própria PEC 14, entretanto, não ignora essa dimensão: além de prever transições, estabelece assistência financeira complementar da União para compensar aumento de despesas nos regimes próprios e aporte ao Fundo do RGPS em razão das aposentadorias concedidas com fundamento na emenda. Esse desenho busca compatibilizar a valorização da categoria com a responsabilidade federativa na execução do SUS.

A previsão de participação financeira da União é coerente com o papel federal de coordenação e cofinanciamento de ações estruturantes do SUS. Ao explicitar mecanismos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compensação, a PEC reduz incertezas que, em muitos casos, surgem precisamente quando novos encargos são reconhecidos sem disciplina normativa suficiente.

De igual modo, a disciplina de regularização de vínculos prevista pela proposta adota balizas objetivas de elegibilidade e de comprovação, com referência a processo seletivo público e a marco temporal definido, além de prazo para implementação pelos entes federativos. É uma solução que enfrenta passivos históricos de institucionalização da categoria sem desorganizar a prestação do serviço e sem impor imediatismo incompatível com a capacidade administrativa local.

Sob a ótica federativa, a matéria não reduz a autonomia de estados, Distrito Federal e municípios. A autonomia dos entes subsiste na gestão administrativa e na edição da legislação local necessária à implementação, dentro dos parâmetros constitucionais fixados pelo Congresso Nacional.

Também não se verifica, no texto, incompatibilidade com a repartição de competências ou com a separação de Poderes. O constituinte derivado pode disciplinar direitos e responsabilidades no próprio texto constitucional, desde que observados os limites materiais do art. 60 da Carta, o que, como visto, ocorre no presente caso. A opção por constitucionalizar determinados parâmetros revela decisão político-legislativa legítima, especialmente quando se busca uniformidade nacional e estabilidade normativa, evitando fragmentação de normas no território e rotatividade de recursos humanos.

Por fim, em relação à Emenda nº 2, que pretende manter a atual redação do §10 do art. 198 da Constituição Federal, entendemos que ela deve ser rejeitada. Isso porque a redação que a PEC confere a esse dispositivo dá direitos previdenciários mais amplos aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, além de uma maior segurança jurídica. Ademais, eventual aprovação desta emenda faria com que a PEC retornasse à Câmara dos Deputados para nova apreciação.

Deve-se esclarecer inicialmente que a aposentadoria especial é apenas uma das espécies de aposentadorias diferenciadas previstas na Constituição Federal, como, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores e policiais, que também possuem aposentadorias diferenciadas. Ademais, a aposentadoria especial é concedida apenas em casos de "efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde" e não pode ser concedida indistintamente para toda uma categoria profissional, como é o caso dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, em função da atual redação da parte final do §4º-C do art. 40 da Constituição Federal.

Assim, se for mantida a atual menção à "aposentadoria especial" dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias no §10 do art. 198 da Carta Magna, a concessão apenas poderá ser feita mediante regulamentação infraconstitucional e comprovação individualizada da efetiva exposição por laudo técnico de condições ambientais do trabalho.

Ao alterar a redação do §10 do art. 198 da Constituição Federal, portanto, a PEC permite que toda a categoria dos agentes comunitários de saúde e os de combate a endemias disponha de uma regra diferenciada de aposentadoria, com idade mínima e tempo de contribuição minorados. Além disso, não há qualquer impedimento para que haja também a regulamentação infraconstitucional de aposentadoria especial a ser concedida aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias que comprovem efetiva exposição a agentes prejudiciais à saúde.

O voto

Ante o exposto, no que tange à admissibilidade, manifestamo-nos pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela regimentalidade e pela boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição 14, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação e pela rejeição da Emenda nº 2.

Sr. Presidente, a nossa equipe do Legislativo fez questão de formular um pequeno resumo de uma página que traz, de uma maneira bem sucinta, quais são os avanços que contemplam a nossa PEC 14. Ele destaca, entre esses avanços, entre essas conquistas, sete pontos principais, que eu pedi que a nossa equipe pudesse compartilhar também com a equipe dos nossos colegas, Senadoras e Senadores, para que se pudesse trazer, de forma mais lúcida, mais clara e mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

taxativa, quais são esses ganhos a essa categoria de pais e mães de famílias que representam mais de 377 mil agentes comunitários de saúde e os de combate a endemias em todo o Brasil.

São grandes lutadores. São pessoas que merecem o nosso respeito e a nossa admiração pelo trabalho que realizam por toda uma vida e que, nos momentos mais difíceis e mais cruéis que nós já vivenciamos no passado recente, como foi o caso do enfrentamento do coronavírus, da pandemia do coronavírus, se não fosse a atuação, a dedicação e o empenho dos agentes nossos de saúde, nós não teríamos, infelizmente, o óbito de mais de 700 mil brasileiras e brasileiros; nós teríamos ultrapassado a casa de milhões de vidas que teriam sido ceifadas, mas o trabalho realizado por essa categoria evitou que milhões de vidas pudessem nos deixar.

Além do próprio trabalho rotineiro, do dia a dia, são pessoas que estão frequentando os bairros, os setores de todos os municípios brasileiros, dos mais longínquos rincões do Brasil. São pessoas que estão convivendo e ali exercendo a atenção básica à saúde, a saúde preventiva principalmente. Então é uma categoria extremamente importante, que desempenha um trabalho social, econômico, que merece o nosso reconhecimento e o nosso respeito. É por isso que nós fazemos aqui este apelo aos colegas Senadores e Senadores para que a gente possa aprovar esse reconhecimento a essa categoria. É disto que trata essa PEC 14: do reconhecimento a um trabalho histórico, dedicado por toda uma vida a essas pessoas que são brasileiros e brasileiras e são, como eu costumo dizer, o SUS do Brasil de carne e osso. Eles são, sim, o SUS de carne e osso no Brasil, que nos representam em todos os lares brasileiros.

Então eu peço, Sr. Presidente, encarecidamente, que a gente possa apreciar a votação dessa matéria aqui na Comissão de Constituição e Justiça e que possamos encaminhá-la, em regime de urgência, ao Plenário do Senado Federal ainda, se possível, no dia de hoje, para que a gente possa entregar a essa categoria essa vitória, essa conquista tão merecida.

Fica aqui o meu reconhecimento aos nossos agentes que estão aqui presentes, fizeram questão de estar aqui nos acompanhando, representados por diversas categorias, por diversas associações do Brasil e também dos nossos estados da Federação. Quero saudar, nas pessoas dos Ronaldos, que são das associações do Tocantins, saudar a presença de todos os agentes que se fazem presentes aqui, dos diversos estados do Brasil, certamente os 27 estados da Federação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão aqui hoje organizados, mobilizados, felizes e animados para que a gente possa votar essa matéria tão importante e esperada por esse setor tão importante da economia brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Oriovisto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, eu pedi para falar primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, o Senador Oriovisto pediu primeiro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, eu pedi primeiro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Sr. Presidente, conversando aqui com vários colegas, persistem dúvidas. Ninguém aqui é contra, ninguém é contra, ninguém quer impedir essa aposentadoria, mas queremos um tempo para examinar melhor a questão orçamentária.

Nesse sentido, vou fazer um pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo vista a V. Exa.

Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Vista coletiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, eu tinha pedido antes. Só quero fazer uma colocação aqui...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, não. O meu nome está inscrito aqui primeiro. O Senador Otto, Presidente, é que passou por cima de mim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu passei aqui, ele pediu primeiro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não vai passar, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor pediu questão de ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, eu pedi para discutir a matéria. V. Exa. me inscreveu primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz, foi pedido vista.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Vista coletiva.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Eu vou discutir essa matéria porque, veja bem, a minha região é uma região muito diferente do Paraná. A gente não pode esperar, só um minutinho.

Sr. Presidente, com todo respeito que eu tenho por V. Exa. e por todos os colegas Senadores e colegas Senadoras, nós estamos falando da Amazônia. Nós estamos falando de pessoas que estão lá na ponta, aonde você não chega. Nenhum de vocês chegou lá! Nós não estamos falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um centro urbano no Sul do país. Nós estamos falando da Amazônia, onde, se eu citar aqui o número de doenças que nós temos lá, muitos de vocês nunca ouviram falar! São pessoas que trabalham e merecem todo o nosso respeito.

Vocês estão questionando... Tenho aqui uma matéria do agronegócio que está todo mundo querendo votar, que tira bilhões e deixa de pagar muita coisa, e nós não vamos reconhecer o trabalho excepcional que esses agentes fazem? Estão pedindo para adiar essa votação, Sr. Presidente? V. Exa. é médico e V. Exa. sabe muito bem que, em comunidades ribeirinhas, tem pessoas, tem seres humanos que nunca viram um médico na vida, mas já viram um agente comunitário, um agente de endemias. São pessoas que estão lá para proteger e prevenir leishmaniose e uma série de doenças.

Agora, pelo amor de Deus, nós não estamos falando de qualquer categoria. Nós não estamos falando de pessoas que ficam no ar-condicionado. Nós estamos falando de pessoas que pegam uma embarcação, estão sujeitas a pegar uma malária, a pegar leishmaniose, a pegar uma hepatite A, hepatite B... Nós estamos falando de pessoas que arriscam as suas vidas para tentar prevenir vidas de outras pessoas, de outros brasileiros.

Eu faço um apelo a V. Exa., Senador Oriovisto, para que a gente possa votar essa matéria hoje. Isso é urgente, urgentíssimo, e eu estou falando para quem conhece o trabalho deles, porque eu sou da Amazônia, eu sou do Estado do Amazonas, um estado como o Estado do Pará, o Estado do Amapá, o Estado de Rondônia, de Roraima, de Tocantins, do Relator Irajá, de pessoas, de homens e mulheres, que diariamente...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Você vai esquecer o Maranhão, Omar?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – De jeito nenhum! O Maranhão também, mas de forma excepcional tem esse trabalho. O Senador Plínio conhece essa realidade.

Adiar é protelar – protelar. Nós sabemos muito bem, Senador Oriovisto, que, a partir da semana que vem, poucos ou quase nenhum Senador ou Senadora vai estar aqui. Vem a festa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junina do Nordeste, vem a campanha de 54 Senadores que são candidatos à reeleição; isto vai estar esvaziado. Ou votamos hoje, ou estamos protelando para depois da eleição, e isso não dá para esperar mais.

Por isso é que eu faço esse apelo, em nome da relação de amizade que eu tenho com a V. Exa. Vamos votar essa matéria hoje.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, como eu estou inscrito... Não, agora eu estou inscrito; eu vou falar.

Acho que, primeiro, eu não tenho nenhuma contestação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu só queria explicar que eu sigo o Regimento rigorosamente. Foi uma questão de ordem do Senador Oriovisto. A inscrição para discussão é outra coisa; V. Exa. concorda com isso.

Então, quem primeiro se inscreveu foi o Senador Omar Aziz; agora é V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Realmente, as ponderações do Senador Omar Aziz, na região dele... Mas nós estamos tratando de Brasil; não estamos tratando só de Amazônia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu só quero complementar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É claro que você vê lá a malária, que é uma doença endêmica, a febre amarela, uma doença endêmica. O Senador Mourão, o nosso General aí, que trabalhou na Amazônia, sabe das endemias que tem lá. Inclusive, casos de leishmaniose causados pelo *Trypanosoma cruzi*. Quem trouxe ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem começou com agentes comunitários de saúde no Brasil fui eu, quando Secretário, mas eu fiz isso porque eu enfrentei, em 1991, a cólera, e eu não tinha como levar a cada casinha do interior, onde não tinha água tratada, aquilo que era importante para conter a cólera, onde pessoas bebiam água de poço, água de riacho, e contaminava-se o aquífero. A cólera foi uma doença que matou muitas pessoas, num momento de interior do Brasil, que tinha dificuldades. Começou no Ceará, com o Governador da época, Tasso Jereissati, e na Bahia, com o Governador Antonio Carlos. Eu era o Secretário de Saúde, eu conheço exatamente o que é isso.

Mas não há como conceder vista a quem pede vista dentro do Regimento; eu tenho que seguir o Regimento – o Regimento da Casa prevê isso. A Senadora Tereza Cristina pediu vista coletiva. A discussão vai continuar, e eu estarei aqui para colocar, quando for devolvida a vista, em votação, sem nenhuma dúvida. Então, isso é regimental, e o Regimento é soberano à nossa vontade – é soberano à nossa vontade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas pode ser retirado o pedido de vista.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Isso aí depende da iniciativa de quem pediu vista.

Senador Amin.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Presidente, me inscreva por gentileza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu acho que, quanto ao mérito, o Senador Omar Aziz exerceu o direito de falar de drama regional, que de alguma forma todos nós vivemos. E quem pede vista cumpre o Regimento, isso é indiscutível. Agora, eu não posso deixar de trazer aqui uma contribuição singela.

Hoje, pela manhã, eu recebi a Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Santa Catarina, com 25 anos de serviço, e eu pedi: "Me dê um exemplo de uma visita que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora faz, ou de uma casa que a senhora visita". São 25 anos, 12 visitas por ano, 300 visitas a uma casa, isso é um trabalho de pastor religioso, é muito mais do que apenas o aspecto profissional, é um aspecto de assistência social, humana. Esse trabalho o Senador Omar Aziz focalizou, sob o aspecto do drama regional, que é respeitabilíssimo, mas eu queria falar do ponto de vista do agente. Essa doação, essa solidariedade, eu gostaria até de... Eu sonho que ela possa desenvolver outras interações com esta família a que ela assiste. Dou o exemplo aqui da Presidente do Sindicato de Santa Catarina, que vem da maior cidade do nosso estado, Joinville, como exemplo desse ser humano que pastoreia, Senador Plínio – pastoreia! Independente de qual é a geografia, a morfologia ou a topografia da região em que trabalha, ela faz o trabalho do pastor no amplo sentido da palavra, e, por essa razão, respeitado o pedido de vista, eu antecipo o meu voto favorável.

Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fabiano Contarato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu também quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estão inscritos os Senadores Weverton e, em seguida, a Senadora Eliziane.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero aqui também fazer coro à voz do Senador Omar Aziz.

Eu queria só fazer uma reflexão com os colegas Senadores e perguntar se os colegas sabem qual é a expectativa de vida de um brasileiro hoje. A expectativa de vida de um brasileiro hoje é de 77 anos de vida, mas, de um agente comunitário de saúde, a expectativa de vida é de 60 anos de idade. Olha, nós estamos aprovando uma aposentadoria especial para uma pessoa que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma expectativa de vida totalmente diferente de qualquer outro trabalhador. Nós estamos falando de agentes comunitários de saúde que estão aqui expostos a constantes doenças e agentes biológicos. Nós estamos falando aqui em ambientes totalmente insalubres: risco à integridade física e à saúde.

Eu não consigo entender: nós temos que tratar igualmente os iguais na medida que eles se desigualem. Por que tem que ter uma aposentadoria especial? É óbvio, por causa disto: se eu tenho aqui um dado técnico, científico, apontando que 50% dos agentes comunitários de saúde morrem antes dos 60 anos de idade, isso tem que ter um tratamento diferenciado na hora da aposentadoria. E a realidade do Amazonas, a realidade dos grandes rincões não é diferente do meu Espírito Santo.

Agora, eu já vi aqui este Senado dar vista, por exemplo, por uma hora. Então, dê vista por uma hora e vamos votar. Agora, você ter a possibilidade de a gente aprovar um projeto de fundamental importância é porque, com todo respeito, muitos colegas que estão aqui, Senadores e Senadoras, que já exerceram outros mandatos... E não tiro o mérito – eu fui delegado, fui professor –, mas eu queria ver se fosse efetivamente um agente comunitário de saúde, com a carga horária exaustiva, com a expectativa de 60 anos de idade, que, com um mísero salário, sem condições nenhuma de segurança, sem nenhuma proteção, entra onde o Estado está ausente, tendo essa expectativa de vida. É fácil para a gente, homens, brancos, ricos, engravatados, decidir a vida e ir protelando. Isso é muito fácil. Eu acho que o que falta muito, com todo o respeito ao Senado, às vezes, é exercer a empatia, e a empatia é se colocar na dor do outro. Eu acho que o que me move efetivamente em estar na política é isso. Eu tenho a plena convicção do lado que eu escolhi.

Aqui eu quero parabenizar o Senador Irajá, porque o que ele fez foi um trabalho técnico, o que ele fez foi um recorte socioeconômico de uma categoria que vem sendo vilipendiada.

É, nesse contexto, que eu faço este apelo: para que nós vamos efetivamente pedir vista? Esta é uma Casa democrática. Vamos para o voto. Quem for contra que vote contra. Coloque o seu rosto e o seu nome, representando e falando "eu vou votar contra", porque eu quero votar a favor, porque eu sei efetivamente o que é a função de um agente comunitário de saúde que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percorre esses rincões do Brasil, expondo-se a toda e qualquer sorte de ambiente insalubre, perigoso e de contaminação e que tem – eu volto a falar – a expectativa de vida de 60 anos de idade. Nós estamos aprovando uma aposentadoria especial, porque é óbvia para aqueles que mais efetivamente precisam.

Então, eu faço também um apelo aqui, na mesma linha do Senador Omar, para que nós tenhamos a empatia, a sensibilidade de votar, para dar esse reconhecimento tardio – tardio – da valorização dessa categoria.

Finalizo aqui, Senador, com uma frase que eu gosto muito do Victor Hugo, em que ele diz: "Nada é mais poderoso do que uma ideia cujo tempo chegou". Chegou o tempo dessa ideia de aprovação, de valorização dessa aposentadoria especial. Eu quero aqui, com toda humildade, enquanto cidadão – não como Senador, mas também como cidadão brasileiro –, agradecer ao trabalho que todos os agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias fazem por todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estão inscritos para discutir...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Otto, pela ordem depois.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um instante, Senadora, um instante.

Estão inscritos para discutir os Senadores Weverton, Eliziane, Senador Jader e Senadores Izalci.

Pela ordem, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu, primeiro, quero dizer que eu admiro o trabalho dos agentes comunitários de saúde, com certeza, não só na Amazônia, em todos os estados brasileiros. Acho que são sub-remunerados. Enfim, tudo o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já foi dito aqui e mais alguma coisa é pouco para o trabalho de pastoreio, como disse aqui o meu querido amigo Senador Esperidião Amin.

Então, conversando aqui com... Eu só acho que nós estamos abrindo uma porteira não contra os agentes, mas nós temos aí uma série de categorias que também querem isso.

Mas nós vamos retirar o pedido de vista, vamos à discussão e aos votos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, aos argumentos do Senador Fabiano Contarato, aos argumentos do Senador Omar Aziz, eu não sou insensível. É evidente que esse pessoal merece. É óbvio. E, se for a voto, eu quero dizer até que eu votaria favoravelmente.

Quando eu pedi vista, eu pedi vista preocupado com uma coisa só: não adianta aprovar e não ter dinheiro para pagar. Eu coloquei isso porque nós temos uma fila: nós temos bombeiros que merecem, que estão lá e que querem; nós temos veterinários que estão lá pedindo e que querem; nós temos mais de 20 categorias que querem piso especial. Isso não vai chegar a bom termo, embora seja justo, embora seja correto. Mas eu quero dizer o seguinte: não sou eu que vou criar problemas. Se a maioria entende que esse é um bom caminho, que deva ser votado e aprovado sem olhar antes a questão orçamentária, eu não vou criar dificuldade, Sr. Presidente. Eu retiro o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Eu quero informar, então, ao Plenário que o pedido de vista foi retirado e nós vamos à discussão, e à votação depois.

Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Para discutir.) – Presidente, quero cumprimentar aqui o Senador Oriovisto e a Senadora Tereza. Como foi retirado e vai ter a votação, então eu vou encurtar aqui a minha fala, só já declarando o meu apoio a esse projeto. Parabéns, Senador Irajá.

Eu tenho, já, nessa legislatura, uma lei aprovada em favor dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias. Ela autoriza a administração pública a indenizá-los quando fizerem uso do seu transporte, utilizarem o seu transporte particular para exercer a sua função. Eu tenho certeza de que, a cada dia, nós vamos fortalecendo ainda mais essa importante categoria, como aqui já foi falado, eu não vou ser repetitivo, da importância que nós temos e sabemos que os agentes têm no dia a dia, que são os que cuidam, lá na ponta, da saúde, principalmente preventiva, da nossa população.

Então, parabéns a todos os agentes comunitários e vamos para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Irajá pelo relatório, não seria diferente. Quero destacar a importância dos agentes comunitários de saúde no Brasil: é aquele que está lá na ponta, é aquele que vai lá na comunidade, que vai lá no povoado, que sabe o nome das pessoas pelo apelido, é aquele que conhece a realidade.

E uma coisa muito importante: nós temos uma maioria absoluta, mais de 60%, quase 70%, Senadora Tereza, dos integrantes dos agentes comunitários de saúde são mulheres. Então, são mulheres que estão de sol a sol, conversando com a população, ouvindo, contribuindo e evitando o agravamento de doenças sérias, que, lá no final das contas, incidem diretamente na alta complexidade. Se você não trata a base, você gera, de fato, um problema muito grave ao longo da história dessas famílias. Então, dar a eles salubridade, dar a eles proteção e garantias é um passo, de fato, fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns ao Senador Irajá pelo relatório. Cumprimento o Senador Oriovisto e a Senadora Tereza pela retirada do pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jader Barbalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, depois me inscreva.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de acrescentar um breve testemunho.

Tive a oportunidade, como Governador do meu Estado do Pará, na época do cólera, de enfrentar essa situação. A cólera é conduzida fundamentalmente pelas águas. E para nós, que integramos os estados amazônicos, a presença da água é por toda parte. E eu fiquei, àquela altura dos acontecimentos, profundamente preocupado, porque já havia ocorrido casos no Amazonas e, evidentemente, as águas do oceano amazônico iriam trazer para o meu estado, para o Estado do Pará.

Eu, na oportunidade, Presidente Otto, li uma publicação sobre os médicos de pés descalços da China. E exatamente os médicos de pés descalços eram estes, os agentes comunitários. São aqueles que, num país continental como a China e num país continental como o Brasil, onde as dificuldades da presença de um médico no interior do estado... Eu me recordo, como Governador, dos esforços que nós fazíamos para manter um profissional de medicina nos municípios do interior do estado. Então, a presença do agente comunitário de saúde era fundamental.

E eu quero, portanto, me associar, dar o meu testemunho, me associar às manifestações já aqui realizadas, inclusive por parte do nosso Relator, do Senador Irajá, e também do meu companheiro de Região Amazônica, do Omar Aziz, e dizer do meu voto favorável. São tantos os contrastes existentes num país rico e cheio de contradições como o Brasil. E eu gostaria de, neste momento, refazer esse registro para dizer do meu apoio favorável a este projeto, aos agentes comunitários de saúde, como tantas outras categorias, que são os anônimos que fazem parte da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade brasileira e que vivem espalhados neste país, lutando pela sobrevivência do povo brasileiro.

O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu também quero, primeiro, saudar aqui o nosso Relator Irajá.

Essa questão dos agentes não é só de ribeirinhos, nem da Amazônia, está aqui na capital da República também. Nós temos excelentes profissionais que merecem todo o nosso apoio. Quero aqui, inclusive, cumprimentar o nosso Presidente daqui do DF, o Iuri Marques.

Mas quero dizer da importância de a gente poder votar essa matéria aqui hoje e já antecipar meu voto favorável, porque, realmente, na própria saúde, 80% das questões de saúde você resolve com a atenção primária. E eles têm um papel fundamental nisso. Para quem não sabe – é importante, vocês que são Senadores precisam conhecer um pouco mais o Distrito Federal –, nós temos, a 12 quilômetros daqui, Santa Luzia, que não tem nem esgoto. E os agentes fazem um belo trabalho em toda a região.

Então, já antecipo meu voto favorável a esse projeto.

Parabéns, Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Plínio, do Estado do Amazonas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente Otto, que bom, hoje, realmente, o nível da discussão aqui está muito alto e bom, faz a gente se sentir feliz por estar Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que os agentes comunitários, os agentes do combate às endemias são importantes em todo o país, não se discute. Mas a Amazônia traz um apelo diferente, porque vocês ouvem muito falar de Amazônia, das ONGs ambientalistas criticando, pegando dinheiro, enriquecendo e deixando a Amazônia no abandono.

O Omar tem razão. Se não fosse esse agente, esse pessoal, o caos seria maior na Amazônia, porque ao contrário... E aqui reconheço que em todo o Brasil há a importância, reconheço o Distrito Federal, mas na Amazônia, estar trazendo à baila acaba com esse mito de que é só floresta. Pensam que a Amazônia é só floresta, com índios bonitos, com indígenas bonitas. Não é, não é. Então, o Omar trouxe à baila esse assunto porque é importante.

Nós na Amazônia estamos abandonados, não se tem assistência nenhuma, porque a Amazônia não pode tocar, a Amazônia não pode explorar minério, a Amazônia não pode plantar galho, a Amazônia não pode colher. Então eu quero aproveitar, ao elogiar o trabalho desses agentes de combate às endemias, dos agentes comunitários de saúde, porque eles sim são heróis. E você não pode tratar um herói como outro qualquer, você não pode tratar um herói como uma pessoa comum. Portanto, aqui é um reconhecimento a todos eles.

O Presidente do nosso sindicato, o Marquinho, não veio, mas recomendou, os agentes de saúde estão ali. Então que dizer, exatamente, Izalci: é importante o todo, reconheço, mas a Amazônia... Olha só, vocês estão agora sabendo que a Amazônia não é só verde, não é só uma floresta que tem que ser preservada. Há homens e mulheres habitando embaixo dessa floresta e há homens e mulheres, de forma heroica, cuidando da saúde dessa gente. Portanto, realmente...

E quando a Senadora Tereza e o Oriovisto pedem vista, não quer dizer nada demais; querem analisar e se aprofundar no assunto. Isso é normal, isso é muito normal. E ao ouvir o apelo que foi feito, cederam; o que mostra que esta Comissão está madura para discutir todo e qualquer assunto. E o relatório do Irajá só merece os nossos aplausos, Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inscrito pela ordem está o Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ausência do Senador Marcos Rogério, nós temos o Senador Rogério Carvalho, o Senador Veneziano e depois o Senador Eduardo Braga. Então, com a palavra do Senador Rogério Carvalho. E o Senador Omar Aziz, que pede outra vez a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar o Relator, cumprimentar o Senador Omar Aziz, que levantou a questão da relevância e da urgência da matéria.

De fato, os agentes comunitários de saúde cumprem um papel relevante na saúde pública brasileira, ajudaram a reduzir a mortalidade infantil e ajudam na vigilância das doenças crônicas, das doenças infecciosas, no acompanhamento de criança, no desenvolvimento e crescimento da criança, da gestante. Portanto, cumprem um papel extremamente relevante na saúde pública.

Então, cumprimento o nosso querido Senador Omar Aziz por levantar essa questão e o nosso voto também é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Presidente, os meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa. Bom dia a todas as nossas companheiras e aos nossos companheiros que integram o Colegiado desta Comissão. Cumprimento o meu amigo e irmão, Senador Irajá, na condição de Relator da matéria de muita importância.

Eu me somo às já trazidas palavras de apoio de todos os demais membros em favor da aprovação da mesma, pelas razões bem fundadas e bem conhecidas que nós temos.

Particularmente, Presidente Otto Alencar, tive a oportunidade, na condição de Prefeito de Campina Grande, de conviver diretamente com o trabalho realizado pelos nossos agentes. Os senhores podem até perguntar: "Veneziano, isso difere em quê?" Difere, porque, quando você está lidando com o servidor público, conversando, vendo mais proximamente, essa mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição que teve o Senador Eduardo Braga, na condição de Governador, e também o Senador Omar Aziz, sabedores somos e temos a dimensão exata dessa importância.

Depois, estando nesta Casa, é bom que nós recordemos e aplaudamos o trabalho de mobilização, Senador Otto e Senador Irajá, que têm as duas categorias: os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias. Foi por força dessa mobilização que nós conseguimos aprovar uma das demandas mais esperadas pelos mesmos e pelas mesmas – os senhores e o Senador Rogério Carvalho vão lembrar muito bem dessa grande vitória –, que foi o piso salarial de dois salários mínimos aos mesmos, que nós conseguimos destravar e dar a devida celeridade. E me recordo muito bem da ênfase que o nosso Líder Eduardo Braga fez quando defendia a matéria.

Vou citar uma outra conquista, fruto dessa mobilização e fruto da justeza do pedido dos mesmos, Senador Irajá. Antes, os agentes comunitários e os agentes ambientais não poderiam ter o segundo vínculo, porque não eram atividades tidas como atividades de saúde. Eu relatei essa matéria aqui e nós tivemos o sucesso, a sua aprovação, que se transformou em lei – vige, portanto –, garantindo aos mesmos, além do vínculo como agentes comunitários e agentes de combate...

Estou descendo e subindo aqui porque essa cadeira não para. Eu estou horrível nessa situação. (*Risos.*)

Está horrível, mas eu vou terminar assim mesmo, subindo e descendo.

Mas, enfim, são mais de 400 mil senhoras e senhores que se dispõem, lá nas vicissitudes, nas dificuldades extremas de quem tem que andar quilômetros e quilômetros de barco, que tem que sofrer muitas das vezes com as surpresas de animais peçonhentos lá no Nordeste, com as suas próprias dificuldades, e são merecedores, portanto, do nosso reconhecimento.

Eu quero fazer este registro porque, de toda e qualquer campanha apresentada e defendida pelos nossos agentes comunitários de saúde e pelos nossos agentes de combate às endemias, eu me sentirei com a alegria e a obrigação de poder participar, defendendo-os e votando, como hoje haverei de fazê-lo, saudando mais uma feliz iniciativa do Senador Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa feita, como relatou, na semana passada, a vitória estupenda que nós tivemos, com a autoria da matéria...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. *Fora do microfone*.) – Da nova lei do primeiro emprego.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É, da matéria que garante o primeiro emprego aos jovens entre 18 e 29 anos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Meu Presidente Otto Alencar, meu caro colega Senador Irajá, Relator da matéria, e meu caro amigo Senador Omar Aziz, que antes, mais cedo, enquanto eu estava numa reunião com o Presidente da Casa, falava aqui da importância dos agentes comunitários de saúde para o Estado do Amazonas.

Presidente Otto, V. Exa. é médico e, como médico, V. Exa. tem consciência do desafio da Amazônia e do Amazonas no enfrentamento da malária, no enfrentamento da dengue e, mais recentemente, no enfrentamento da pandemia. Obviamente, o Brasil sofreu, em regra geral, de norte a sul, de leste a oeste, com a pandemia, mais de 700 mil brasileiros morreram, mas, no meu estado, Presidente, os brasileiros amazonenses morreram por falta de oxigênio. Foi o único lugar do mundo em que faltou oxigênio. E foi exatamente nos braços dos agentes comunitários de saúde, dos agentes comunitários de saúde indígena, nos braços dos técnicos de enfermagem, de enfermeiros, de médicos que nós tivemos a dor e o heroísmo do enfrentamento de certas situações que, lamentavelmente, são de triste memória.

Portanto, reconhecer o papel e a importância dos agentes comunitários de saúde e dos agentes comunitários de saúde indígena – porque nós estamos tratando não só dos ACS, mas também dos agentes comunitários indígenas nesta mesma PEC – é dar o reconhecimento a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores que se dedicaram, ao longo da sua vida, a levar saúde aonde nenhum outro profissional de saúde chegava. Portanto, em nome da dedicação desses profissionais, em nome da dedicação desses profissionais em regiões inóspitas deste país, eu voto favoravelmente a esta PEC e me manifesto favoravelmente.

Não há um lugar no Amazonas, Presidente onde a gente chegue em que não há um grupo de profissionais da saúde – de ACS e ACSI – que não esteja lá com uma plaquinha pedindo apoio para esta PEC.

Portanto, eu não só voto, como peço, Presidente, a atenção de V. Exa. para que, tão logo seja votada a matéria, V. Exa. coloque em votação o regime de urgência para que nós possamos levar ao Plenário esta matéria e possamos votar em Plenário esta matéria em regime de urgência.

Portanto, fica desde já o requerimento a V. Exa. E eu tenho certeza de que esta matéria será aprovada, se não por unanimidade, quase pela unanimidade dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga, há pouco, nosso Líder também, Senador Jader Barbalho, já tinha me falado aqui para que a matéria tramitasse em calendário especial para ir para o Plenário e, sem dúvida nenhuma, nós vamos colocar a matéria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... o requerimento para votar depois que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... concluirmos a discussão...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque ainda está em discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, só por uma questão de ordem, como é PEC, não cabe regime de urgência, e, sim, calendário especial.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi o que eu falei calendário especial, tramitar em regime de calendário especial.

Eu queria passar a palavra ao Senador Omar Aziz.

O Senador Marcos Rogério, que estava ausente, depois vai falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu estava aguardando V. Exa. Não terminaria a discussão sem lhe conceder a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não é verdade. Ele não estava aguardando, já tinha passado por cima de ti.

Sr. Presidente Otto, quero aqui parabenizar o Senador Irajá e parabenizar a mobilização dos agentes comunitários e agentes de endemias, que foi muito grande aqui, no Senado Federal.

A qualquer lugar que a gente chegava no nosso estado, tanto eu como o Eduardo, existia um apelo para que a gente votasse essa PEC. E, graças a Deus, vamos votá-la hoje aqui, com a anuência do Senador Oriovisto e da Senadora Tereza Cristina, que – feito o nosso apelo – retiraram o pedido de vista. Nós sabemos muito bem que nós temos dificuldade agora, neste momento, de colocar um quórum qualificado dentro do Senado Federal. É uma realidade da qual não dá para fugir. Tanto é que esta é uma semana de esforço concentrado.

Mas aqui quero parabenizar o Irajá, parabenizar a mobilização, principalmente, desses agentes comunitários, que foi muito grande, e dos agentes de endemias, que foi muito grande, para que a gente pudesse chegar a esse resultado, a esse relatório tão bem-feito. Parabéns, Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos votar, Bancada do PSD. Eu, como Líder do PSD, vou encaminhar o voto "sim" a essa matéria importante para, de uma forma justa, essas pessoas que estão no dia a dia e que merecem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu também gostaria de me manifestar sobre este tema, que é um tema importante, cumprimentando o Senador Irajá pelo relatório apresentado, mas, sobretudo, cumprimentando o conjunto de Senadores desta Comissão de Constituição e Justiça pela compreensão em não pedir vista desta matéria e permitir que ela pudesse avançar.

O agente comunitário de saúde e o agente de combate às endemias estão nas ruas, estão nas casas, nos bairros, fazendo o trabalho de prevenção, de orientação e de controle de doenças. Nós não estamos falando aqui de favor, de privilégio; estamos falando de reconhecimento constitucional. Quem vive especialmente nos estados da Amazônia sabe o quanto essas categorias são importantes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, nós temos, no nosso Estado de Rondônia – e tenho certeza de que nos outros estados da Amazônia brasileira também –, um conjunto de profissionais que, ao longo do tempo, enfrentaram malária, usando inclusive produtos que hoje deixaram muitos com sequelas, sofrendo, e outros tiveram suas vidas encurtadas. Esses trabalhadores, esses profissionais, que, nas décadas de 70 e 80, enfrentaram essa dura realidade do Brasil real, lá na ponta dos rincões da Amazônia, não conseguiram o reconhecimento, não conseguiram indenização, não conseguiram nada. Muitos já partiram, muitos já não vivem mais. Então, quando nós discutimos uma matéria como esta, que é importante, que é estratégica, é um reconhecimento em tempo e hora.

Portanto, eu defendo a proposta. Eu entendo que há o argumento de que "ah, isso aqui é uma despesa, é um gasto". Na verdade, gasto, despesa, é quando você não cuida do dever de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casa, da prevenção, é quando você não faz o enfrentamento na fase certa e, depois, com o agravamento, o Estado gasta muito mais.

Então, cumprimento o Relator pelo relatório apresentado. Nós estamos aqui defendendo justamente o interesse da população. O agente valorizado significa saúde mais próxima, prevenção mais forte e atendimento mais eficiente para quem precisa. Minha saudação e cumprimentos a todos os agentes de endemias, que fazem um trabalho tão importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Eu gostaria de destacar aqui a presença da Dra. Elane, que é uma das líderes do meu estado, lá da Bahia, com outros representantes de outros estados. Ontem ela esteve comigo no gabinete, pediu para que a PEC pudesse ser o segundo item da pauta, e nós colocamos.

Realmente, os agentes comunitários de saúde têm uma participação muito grande para a prevenção de doenças. Hoje nós temos, no Brasil, 23 viroses controladas por vacina – 23 viroses –, e eles vão de casa em casa olhar a carteira de vacinação, saber se a criança foi vacinada, vão também levar educação e saúde. Na época da cólera, como falou o Senador Jader Barbalho, em muitas áreas do meu estado não tinha água potável. Eles que levavam o hipoclorito, para botar 2% do hipoclorito em um litro de água para a água se tornar potável e não se recontaminar com o vibrião do cólera. Então, prestaram grandes serviços ao Brasil para a prevenção de doenças que são redutíveis por vacina, doenças que também são redutíveis com a água potável – não sendo potável, várias pessoas se contaminaram com esquistossomose, amebíase, outras enfermidades –, de tal sorte que é relevante, realmente, esse projeto, essa PEC do Irajá, dar essa condição.

Eu fico muito feliz porque, em 1991, quando a cólera chegou na Bahia – e começou pelo Peru, depois veio para o Amazonas e desceu toda a costa brasileira até chegar no meu estado –, os agentes comunitários de saúde... Eu tive a oportunidade de criar, na Bahia, em 1991, os agentes comunitários de saúde, e vejo hoje que eles continuam prestando relevante serviço ao país, a todos os estados. Portanto, de alguma forma, é necessário contemplar aqueles que recuperam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, salvam vidas – e eles salvam muitas vidas –, evitam muitas doenças, como eu falei, veiculadas pela água, por falta de vacina e até por educação e saúde.

De tal sorte que, encerrando a votação, eu quero parabenizar a todos, mas o meu colega médico e amigo, Senador Marcelo Castro, pede a palavra, e eu a concedo, para, depois, colocar a matéria em votação.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Otto. Eu estava presidindo a Comissão de Assuntos Sociais e por isso me atrasei um pouco, mas não poderia deixar passar essa matéria sem a minha manifestação, pela importância dessa matéria que traz aposentadoria especial para os ACSs e os ACEs, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, que são categorias que prestam relevante serviço à saúde pública do Brasil.

E não vem de hoje, vem desde sempre. Quando eu era menino, na minha cidade, lá no interior do Piauí, as casas tinham escrito lá: "CEM, nº 145, nº 147...", que era a Campanha de Erradicação da Malária. Vem desse tempo. Depois, passou para Sucam, e aí vêm, até hoje, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias.

Então é uma categoria que presta relevante serviço lá no Piauí, combatendo o barbeiro lá, de casa em casa, fazendo a pulverização e, sem nenhuma dúvida, merece o reconhecimento desta Casa.

Então era só para isso que eu queria fazer a minha manifestação, naturalmente, já declarando que votarei favoravelmente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Como Relator.) – Presidente, eu queria aproveitar o momento, que é histórico, e também registrar a presença do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Federal Toinho Andrade, que está nos prestigiando nesta sessão e que é também um defensor como eu dessa pauta, como todos os colegas e as colegas aqui presentes.

Eu também não poderia deixar de agradecer a intervenção do Senador Omar Aziz e a sensibilidade da Senadora Tereza Cristina e do Senador Oriovisto, por terem refletido e aceitado a retirada do pedido de vista, o que nos vai permitir finalmente votarmos neste dia histórico esta pauta. E, na sequência, nós faremos o pedido do calendário especial por se tratar de uma emenda à Constituição. Já existe um entendimento e um diálogo com o Presidente Davi Alcolumbre para que ele possa apresentar na pauta do Plenário do Senado Federal a votação dessa PEC. Portanto, nós poderemos, sim, concluir a votação e finalmente ter aprovada essa PEC tão importante.

Então, fica aqui meu agradecimento a V. Exa. também pela condução aqui da nossa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, é só para fazer justiça ao presidente da associação de agentes comunitários de saúde do Amazonas, o meu amigo Marquinhos, que se empenhou de forma muito intensa em torno do assunto. Ainda hoje, pela manhã, falamos sobre o assunto. Portanto, aqui minhas homenagens ao presidente da associação dos agentes comunitários de saúde do Estado do Amazonas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Srs. Senadores e Senadoras, eu quero registrar a presença de um estimado amigo, o Deputado Túlio Gadêlha, que está presente. Foi membro lá da Comissão Especial da PEC 14, que defende também os agentes comunitários de saúde. E o Túlio está engrandecendo o nosso partido, o PSD, e é pré-candidato ao Senado Federal pelo Estado de Pernambuco. A sua presença eu quero registrar, e parabenizar V. Exa. pelo seu trabalho na Câmara Federal.

Estando encerrada a discussão, eu coloco a matéria em votação.

Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovada a PEC 14 na Comissão de Constituição e Justiça. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como foi solicitado pelo Senador Jader Barbalho e pelo Senador Eduardo Braga, eu coloco em votação um requerimento de pedido de tramitação em calendário especial aos Srs. Senadores para apreciação agora.

Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento para tramitação em regime especial da PEC 14, saudando todos os representantes dos nossos agentes comunitários de saúde.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E eu os convido para virem até aqui para tirar uma foto conosco.

Por dois minutos, está suspensa a sessão.

(Suspensa às 11 horas e 07 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos reabrir a sessão. Nós temos aí dez matérias para serem apreciadas e... Senador Irajá, Senadores, nós temos agora mais dez matérias para serem apreciadas.

Está reaberta a sessão – está reaberta a sessão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está reaberta a sessão. Vamos lá.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos reabrir a sessão. A sessão está reaberta.

Eu passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para relatar o item 9 da pauta.

Senador Hamilton Mourão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente. Eu sou a Relatora do item 3, Presidente. (*Pausa.*)

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu sou a Relatora do item 3, então eu pediria a V. Exa... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. pediu a retirada para reexame.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Mas eu sou do item 4 também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então vamos.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 198, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre os institutos do divórcio e da dissolução de união estável post mortem.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, como o senhor já colocou, nós pedimos a retirada do item 3 para fazer alguns ajustes e seguiremos aqui ao item 4, com a permissão de V. Exa. já indo direto à análise.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É o Projeto de Lei nº 198, de 2024, da minha querida amiga Deputada Laura Carneiro, que altera a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que é o Código Civil, para dispor sobre os institutos do divórcio e da dissolução da união estável *post mortem*.

Vamos direto aqui à análise.

Quanto à constitucionalidade, não há o que se opor ao projeto de lei, tendo em vista que: compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, *caput*, inciso I, da Constituição Federal; cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto afigura-se escorreito, pois: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado; a matéria também inova o ordenamento jurídico.

A respeito da regimentalidade, observa-se que, conforme disposto no art. 101, *caput*, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, realmente compete à CCJ opinar sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, assim como emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, entre as quais, aqui cumpre destacar, as que versem sobre direito civil.

Quanto a seu mérito, é digno de elogio, pois há de evitar que a morte, ocorrida depois do ajuizamento da ação, apague uma vontade já formalmente manifestada em juízo. Se a pessoa buscou o divórcio ou a dissolução da união estável em vida, não parece justo que o falecimento posterior torne inútil o processo e produza, por simples acaso, efeitos contrários à realidade da ruptura.

Portanto, Presidente, indo ao voto, em vista do exposto, manifesto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 198, de 2024.

Esse é o relatório, Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu peço a urgência desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Requerimento de urgência da Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado e vai ao Plenário.

Item 9, do Senador Hamilton Mourão.

Depois, Senador Marcelo Castro.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2239, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1, 2, 4 e 6 da CDH e à Emenda nº 8, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 23/03/2026, foi apresentada a Emenda nº 8 (Substitutiva), de autoria do Senador Laércio Oliveira.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse nosso projeto trata da questão da gratuidade de justiça. É uma matéria em que há certa controvérsia, principalmente porque não havia critérios objetivos para definição. Esse projeto busca, então, traçar esses critérios.

Indo direto à análise, compete a esta Comissão opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, e emitir parecer, quanto ao mérito.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade. Trata de matéria de competência da União, sujeita à deliberação do Congresso Nacional, sem reserva de iniciativa.

Quanto à juridicidade e à regimentalidade, as conclusões são as mesmas, pois não vislumbramos vícios dessa natureza. Registramos que essas questões também foram apreciadas pela CDH, que não apontou qualquer vício nesses pressupostos.

Adentrando especificamente no mérito, entendemos ser a proposição digna de aprovação.

A gratuidade de justiça é um benefício que, desde a sua concepção, pretende garantir o acesso à Justiça para os excluídos. Era comum a utilização do vocábulo "pobre" para designar o beneficiário dessa benesse do Estado, o qual estava ainda presente, até há pouco tempo, na Lei 1.060, de 5 de fevereiro de 1950.

Esse resgate é importante, porque é preciso alinhar o benefício à sua razão fundamental de existir, ou seja, garantir que hipossuficientes economicamente possam ingressar em juízo para defender seus interesses.

Apesar de o Código de Processo Civil atual ter avançado bastante na disciplina da gratuidade de justiça, após mais de dez anos de sua vigência, ele se mostra insuficiente para regulamentar, de forma satisfatória, a concessão do benefício.

A sistemática do código admite que a gratuidade de justiça seja concedida à pessoa natural por meio de simples declaração, que se pressente verdadeira, ou seja, havendo a autodeclaração, a regra passa a ser a concessão da gratuidade. Não é uma situação ideal, e ela parece ser contrária ao tratamento que a Constituição pretende dar ao assunto, já que ela determina que o Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deverá prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem a insuficiência de recursos (art. 5º, *caput*, inciso LXXIV, da nossa Constituição).

Se o interessado precisa comprovar ser hipossuficiente para obter assistência jurídica pelo Estado, pela mesma razão deve comprová-lo a fim de obter a benesse da gratuidade de justiça, que possui finalidade semelhante de garantia do acesso e pode ser incluída no escopo amplo da assistência jurídica.

O panorama atual proporciona, portanto, que qualquer pessoa tenha acesso ao benefício, ainda que não se enquadre no critério de insuficiência de recursos. O resultado, infelizmente, é a concessão indiscriminada da gratuidade, beneficiando indevidamente pessoas que não se encaixam na moldura legal e constitucional. Além de prejudicial ao Estado, considerando a natureza jurídica tributária das custas processuais, a concessão indevida do benefício também prejudica os credores das verbas de sucumbência, considerando que o benefício da justiça gratuita garante a suspensão da exigibilidade dessas verbas.

Esse último ponto, aliás, é um dos principais motivos pelos quais litigantes oportunistas buscam obter o benefício: valer-se da gratuidade para não ter que recolher as verbas de sucumbência e, assim, escapar ilesos dos ônus decorrentes do ajuizamento do processo.

Daí anda bem, paralelamente às preocupações principais do projeto, regulamentar aspectos relacionados à litigância abusiva, tal como proposto pelas emendas acolhidas na CDH.

Existe ainda outro problema. Por conta da falta de parâmetros objetivos previstos em lei para a análise da concessão, mesmo nos casos em que juízes e tribunais exijam a comprovação, a concessão costuma pautar-se em critérios puramente subjetivos, muitas vezes baseados na experiência de vida particular do magistrado, que acaba levando em consideração convicções puramente pessoais, afrontando a isonomia material. Assim, duas pessoas que estejam na mesma situação econômico-financeira podem se deparar com diferentes respostas ao pedido de gratuidade, a depender do órgão julgador.

O projeto de lei resolverá esses dois problemas. Em linhas gerais, ele estabelece um sistema no qual será possível a concessão da gratuidade da justiça por duas vias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira via, o PL estabelece critérios objetivos nos quais a gratuidade de justiça será concedida *ope legis*, ou seja, pelo simples preenchimento dos requisitos legais. Esse rol inclui aqueles isentos de apresentar declaração de Imposto de Renda, os que percebem renda mensal líquida de até dois salários mínimos, os beneficiários de programas sociais federais e os representados em juízo pela Defensoria Pública, situações em que a lei passará a pressupor que o litigante não tem condições de pagar as despesas do processo, não havendo espaço para apreciação subjetiva do magistrado. Também há previsão de gratuidade para a mulher em situação de violência doméstica e familiar e para o membro da comunidade indígena ou quilombola, desde que figurem no processo ou demandem serviço da Justiça em virtude dessa condição.

Na segunda via, o PL estabelece a concessão da gratuidade *ope judicis*, isto é, por análise do juiz, mediante a comprovação da insuficiência de recursos em cada caso concreto, o que abre espaço para as pessoas que não se encaixarem naqueles critérios de gratuidade pelo simples preenchimento dos requisitos legais.

Com isso, compreendemos, Sr. Presidente e caros colegas, que o PL traz um critério objetivo, garantidor da isonomia e que proporciona um parâmetro razoável de gratuidade. Ao mesmo tempo, o projeto também evita a utilização exclusiva desse critério objetivo, permitindo que outros sujeitos, igualmente necessitados, possam recorrer ao juiz para obter o benefício.

Acreditamos que o projeto, da forma como se encontra, não promove aumento de despesa pública; pelo contrário, racionaliza a concessão do benefício, dotando o julgador de parâmetros razoáveis, para que a gratuidade de Justiça seja concedida de forma justa efetivamente a quem precisa.

Assim, nos posicionamos de forma favorável à aprovação do projeto.

Registramos que esse parecer contou com a colaboração do Ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça, que, além do amplo conhecimento na matéria, foi relator do recurso repetitivo discutido no âmbito do STJ que versava justamente sobre a adoção de critérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivos para a aferição da hipossuficiência. Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao nobre magistrado.

Por fim, embora consideremos haver bastante mérito no substitutivo proposto pela CDH, propusemos alguns aperfeiçoamentos.

Mantivemos a ideia do limite objetivo baseado na renda líquida do beneficiário, mas realizamos ajustes, de modo a voltar com o critério da dispensa da declaração do Imposto de Renda, em consonância com a recentíssima decisão proferida pelo STF na Ação Direta de Constitucionalidade nº 80. Também estipulamos como critério objetivo a renda líquida de até dois salários mínimos, estabelecendo, no §8º, a forma de cálculo dessa renda líquida, que deverá excluir despesas como previdência, Imposto de Renda, pensão alimentícia oriunda de direito de família, despesas com tratamento de saúde e despesas para aquisição de imóvel em programa habitacional prioritário às famílias de baixa renda, inclusive com financiamento.

Incluímos, no art. 99, §2º, inciso II, previsão de que a condição de beneficiário de programa social do Governo Federal deverá ser comprovada mediante inscrição no CadÚnico.

Incluímos, no inciso III do §2º do art. 99, ressalva para concessão da gratuidade também aos casos do cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão de vítima de violência doméstica e familiar, nos casos em que promoverem ações de reparação civil motivada pela prática de crime com resultado morte da vítima.

Ajustamos a redação do inciso IV do §2º, para excluir a menção ao órgão indigenista e conferir à regulamentação a previsão das condições específicas da verificação da condição de membro de comunidade indígena ou quilombola.

Incluímos, no art. 99, §3º, uma hipótese expressa de gratuidade para a microempresa e a empresa de pequeno porte que comprove ter sido diretamente afetada por efeitos de desastre que tenha originado decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal, a exemplo do aconteceu no Rio Grande do Sul, no ano de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incluímos, no art. 99, §3º, as pessoas jurídicas em geral, antes tratadas no §8º do art. 99, pois seguem a mesma lógica das pessoas naturais.

Fizemos ajustes redacionais no §3º-A do art. 99.

Suprimimos também os §§9º e 10 do art. 99, por entender que os órgãos judiciários já desenvolvem ações nesse sentido, que atendem as expectativas por maior transparência. O Conselho Nacional de Justiça, por exemplo, publica anualmente o relatório Justiça em Números, informando dados sobre concessão de gratuidade de Justiça.

Suprimimos as alterações ventiladas ao art. 98 do CPC, entendendo que as disposições iriam de encontro à sistemática prevista atualmente naquele artigo, de responsabilidade do sucumbente beneficiário da gratuidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios.

Incluímos modificação no art. 100, parágrafo único, para majorar o valor da multa em caso de má-fé – agora 15 vezes o valor da ação.

Suprimimos a alteração proposta ao art. 101, para manter a sistemática atual de cabimento do agravo e evitar o acúmulo de agravos nas instâncias recursais.

Removemos o dispositivo que mandava aplicar automaticamente as regras da gratuidade de Justiça do CPC ao processo do trabalho. Então, da Justiça trabalhista – é outra questão.

Por fim, retiramos as modificações no projeto que visavam a vedar a cessão de crédito para créditos laborais.

Nosso substitutivo, portanto, permanece contemplando as Emendas nº 1, 2, 4 e 6 da CDH, nos termos do substitutivo. Ademais, também acolhemos a Emenda nº 8, da CCJ, do Senador Laércio Oliveira, mantendo, no nosso substitutivo, a disciplina da litigância abusiva.

À guisa de fecho, somos, portanto, favoráveis à aprovação deste projeto de lei, na forma do substitutivo que idealizamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.239, de 2022, pela aprovação das Emendas nº 1, 2, 4 e 6, da CDH, e Emenda nº 8, da CCJ, nos termos do substitutivo que se segue.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Hamilton Maurão, quero parabenizar V. Exa., que se aprofundou num tema que é muito importante para as pessoas, segundo o termo jurídico, hipossuficientes, para pagamento de custas judiciais.

Portanto, parabenizo-o e passo a palavra para discutir a matéria – porque a matéria está em discussão –, ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fabiano Contarato, para discutir a matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Hamilton.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, só antes do meu amigo, o colega Fabiano, o Senador Rogério Carvalho apresentou uma emenda supressiva, que é em relação à questão da litigância abusiva. Realmente, essa questão da litigância abusiva tem muito mais a ver, na minha visão, com o papel do advogado, que procura, a toda hora, algum cliente e estabelece esse tipo de litigância. Não seria o caso aqui quando nós estamos tratando única e exclusivamente da questão da hipossuficiência para a gratuidade da Justiça.

Então, Presidente, eu vou acatar aqui a emenda do Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acatada a emenda do Senador Rogério Carvalho, aceitando-a no relatório do Senador Hamilton Mourão.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu só queria fazer uma ponderação ao Relator num ponto, Senador Otto, que, para mim, eu acho muito caro, eu acho perigoso.

Eu trabalhei na Defensoria Pública e, quando a gente quer objetivar um conceito subjetivo, isso é muito grave. Eu vou dar um exemplo aqui, Senador Otto.

Esse projeto fala que a gratuidade da Justiça se alcançará para aquela pessoa que tiver renda mensal líquida de dois salários mínimos. Hoje não existe isso. Hoje você pode ganhar, por exemplo, R$7 mil, mas, se provar que você tem ali custos com medicação, com R$1 mil de medicação por mês, com a creche do seu filho; a escola, você se torna uma pessoa hipossuficiente, razão pela qual você precisa da gratuidade da Justiça.

Então, quando nós colocamos num texto, Senador Hamilton Mourão, um requisito de natureza objetiva, nós vamos dificultar o acesso das pessoas que têm direito à gratuidade da Justiça.

Eu acho que nós tínhamos que retirar, ter uma emenda supressiva para retirar esse inciso I, voltando ao poder discricionário para que o juiz, analisando caso a caso, pudesse falar: "olha, esse caso precisa efetivamente da assistência judiciária gratuita". Agora, se eu coloco um patamar de que dois salários mínimos é o limite para uma pessoa ter acesso à Justiça, com todo respeito, nós vamos inviabilizar o acesso à Justiça das pessoas que mais precisam.

Eu estou falando por experiência, com toda humildade, porque eu trabalhei na Defensoria Pública. Não é simplesmente você falar que aquela família que ganha dois salários mínimos não vai poder ter assistência judiciária. Você está violando o direito dela, porque é uma garantia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional o acesso à assistência judiciária gratuita. Isso não é um mero capricho, isso não é uma mera faculdade; isso é uma garantia constitucional.

Eu trabalhei no interior em que a delegacia não tinha fórum. Quando eu falava "olha, você tem que entrar com uma ação lá na outra comarca", a 60km de onde eu era delegado, a pessoa nem ia. Agora você vai chegar e vai falar: "olha, você teve um direito violado, você tem que entrar na Justiça para ter seu direito, mas eu vou ter que lhe falar que você não pode ter assistência judiciária gratuita, porque você ganha dois salários mínimos". Eu acho, com todo respeito, que nós estamos inviabilizando aquele direito para as pessoas que mais precisam.

Então eu faço aqui um humilde apelo. O relatório foi perfeito, foi muito bem escrito, foi desenhado, mas eu só queria que não tivesse... A minha solicitação e o apelo ao Relator é: vamos suprimir o inciso I quando ele fala "perceber renda mensal líquida de até dois salários mínimos". Veja bem, eu queria ver uma pessoa ganhando dois salários mínimos, que tem três, quatro filhos, que tem que pagar um plano de saúde, ou nem plano de saúde tem, que tem uma despesa com médico, que tem despesa com farmácia, que tem despesa com escola, porque eles com muita dificuldade pagam uma escola particular para um filho, dois salários mínimos, e ele não vai ter acesso à assistência judiciária gratuita. Então eu faço aqui um apelo de que nós possamos aprovar esse projeto, sim, mas, por favor, vamos manter o requisito de natureza subjetiva para que o juiz... Eu tenho que partir da premissa... Olha, isso, em direito administrativo, se chama presunção de legitimidade dos atos praticados pela administração pública. Eu tenho que acreditar que o juiz, quando concede assistência judiciária gratuita, está analisando caso a caso, e toda decisão judicial tem que ser fundamentada. Isso não sou eu que estou dizendo; é a Constituição Federal. Então eu não posso partir da premissa de que aquele juiz que não concedeu ou que concedeu violou qualquer norma. Não, ele fez de forma fundamentada.

Agora, a partir do momento que a gente altera a lei de assistência judiciária gratuita e coloca um requisito de natureza objetiva, que hoje não tem, nós vamos dificultar o acesso das pessoas que efetivamente têm direito à assistência judiciária gratuita.

Fica aqui o meu apelo para que seja feita uma... Faço aqui uma solicitação de uma emenda oral para supressão do inciso I, que limita o atendimento da assistência judiciária gratuita para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela pessoa que receber renda mensal líquida de até dois salários mínimos. Tiramos esse requisito de natureza objetiva e volta o requisito de natureza subjetiva, para que o juiz analise caso a caso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Senador Fabiano Contarato, eu sei que V. Exa. domina o direito como ninguém e eu respeito V. Exa. por isso, mas acho que V. Exa. não leu...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Eu li.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... tudo. Nós mantivemos a via de o juiz poder definir se há ou não o interesse da gratuidade da Justiça, então existem duas vias. O primeiro requisito que está colocado é o daqueles que estão dispensados de pagar Imposto de Renda. Hoje são R$5 mil, que é muito mais que dois salários mínimos. A questão dos dois salários mínimos foi colocada exatamente no conceito de renda líquida, quando vamos colocar o seguinte: o senhor, por exemplo, que tem o seu salário de Senador, mas vamos dizer que o senhor paga plano de saúde, o senhor tem ação judiciária para pagar, o senhor tem tratamento de saúde da sua mãe que o senhor paga, e aí a sua renda de Senador, que é muito acima dos dois salários mínimos, cairia no valor. Então, o limite foi traçado nisso aí. Então, há todos os, vamos dizer assim, parâmetros que permitem que seja ou pela via do critério objetivo que nós colocamos – o primeiro deles é exatamente a isenção do Imposto de Renda, que abrange hoje 90% da população brasileira – ou pela própria análise do juiz. Então, eu considero que a petição que V. Exa. está colocando já está atendida no projeto, está bem?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só volto a falar porque agora inverteu-se o ônus. Agora o ônus... Antes você tinha a presunção de boa-fé, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que você vai ter a assistência judiciária gratuita. Agora não, agora isso não vai mais acontecer. Eu só faço o apelo nesse sentido.

Respeito a decisão de V. Exa., mas eu li, sim, o projeto, detidamente, fiz questão de sair de lá para vir aqui, porque justamente já foi tentado fazer isso, colocando requisito de natureza objetiva, quando nós tivemos aquela fala no final do ano passado – os colegas sabem – para a votação de fundo para a Justiça Federal, e colocava-se lá assistência judiciária para quem ganha até R$5 mil. Agora volta-se com esse requisito de natureza objetiva, que, para mim, com todo respeito à decisão do Relator, é um retrocesso para aquelas pessoas que vão precisar de assistência judiciária gratuita.

Respeito a decisão de V. Exa. e, mais uma vez, parabenizo-o pelo relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório do Senador Hamilton Mourão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Vamos ao item 5, como pede o Senador Marcelo Castro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. É que estávamos no 9, o meu é o 10.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele pediu antes de V. Exa. Depois eu coloco o seu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Otto, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A não ser que ele, num gesto à Senadora, queira abrir mão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Senador Marcelo, V. Exa... É porque eu estou com uma agenda aqui... Vou até pedir uma ajuda para o meu colega aqui ler para mim. Realmente, eu não consigo ficar.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Otto, eu queria solicitar urgência para esse PL.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Me ajuda, Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O Senador Hamilton Mourão pede, e eu acato, um requerimento de urgência para a votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência do Senador Hamilton Mourão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O Senador Marcelo permite?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Marcelo ou a Senadora Eliziane?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu passo a palavra à Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, eu vou direto ao voto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... porque eu acho que ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode, Senadora.

É o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 4300, DE 2025

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a divulgação do serviço telefônico de denúncias relacionadas a violência contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Na verdade, é um item atrás do outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. me permitir, eu vou lendo apenas o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem problema.

Está autorizada, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, vamos lá.

É o Projeto de Lei nº 4.300, de 2025, que é o item 10, da Deputada Laura Carneiro, que dispõe sobre a divulgação do serviço telefônico de denúncias relacionadas à violência contra a mulher.

Do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias, elas, na verdade, são compatíveis, do ponto de vista constitucional, regimental e também no mérito.

Aliás, no mérito, eu quero parabenizar aqui a Deputada Laura Carneiro pelo grande projeto, até porque nós temos um alto nível de violência de gênero na sociedade brasileira, e projetos dessa natureza acabam realmente reduzindo essa violência de forma significativa.

Então, diante disso, Presidente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.300, de 2025, da Deputada Laura Carneiro.

E, na verdade, eu sou aqui Relatora *ad hoc* da minha querida Senadora Mara Gabrilli.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora querendo discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, o outro projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 6683, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre os requisitos essenciais relativos aos implantes cirúrgicos; e estabelece a notificação compulsória das falhas detectadas em implantes.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Projeto de Lei nº 6.683, de 2025, também da minha querida amiga Laura Carneiro.

Então, do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade e pelo mérito, o nosso relatório é favorável.

É um projeto que traz um item muito importante, porque a proposição não adentra em aspectos técnicos de competência, sobretudo, o órgão sanitário federal. Todavia, ao conferir *status* legal, a matéria reforça as normas infralegais sobre o tema, conferindo-lhe maior eficácia e, assim, concretiza o compromisso do Congresso Nacional com o compromisso do dever estatal de promover a saúde.

Mais uma vez, os meus cumprimentos à Deputada Laura Carneiro.

E o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e o mérito é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.683.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador que queira discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável à matéria.

Vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 3158, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a fim de tornar hediondos e insuscetíveis de fiança os crimes sexuais cometidos contra vulnerável e os crimes relacionados à pedofilia que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Por último, Presidente, o Projeto de Lei nº 3.158. Também, pela regimentalidade, juridicidade e pelo mérito, o nosso parecer é favorável.

O projeto de lei da Deputada Laura Carneiro altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a fim de tornar hediondos e insuscetíveis de fianças os crimes sexuais cometidos contra vulneráveis e os crimes relacionados à pedofilia, que especifica.

Quero pedir, inclusive, Presidente, sendo aprovado aqui, o pedido de urgência a esta matéria.

E o meu colega Senador Weverton Rocha tem um projeto da mesma natureza. Se V. Exa. me permite, vou dar aqui um aparte a ele, só para uma explicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Para discutir.) – Presidente, eu apresentei o projeto, nesta Casa, o PL 4.600, de 2024. Ele se encontra aqui na CCJ e trata de um assunto correlato e similar, em que eu propus o aumento da pena dos crimes cometidos contra a dignidade sexual, quando praticados na presença física ou virtual de crianças, adolescentes e também cônjuge, companheiro ou parente de vítima, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 4º grau.

O surgimento desse projeto, Senadora Eliziane, foi engatilhado por um evento trágico de que V. Exa. é conhecedora, e repugnante, que aconteceu no nosso estado, lá em Central do Maranhão, na Baixada Maranhense, em 2024, quando delinquentes assaltaram um circo, Senador Marcelo, e dois assaltantes arrastaram pelo cabelo uma artista e, na frente do filhinho dela, a estupraram.

Então, eu queria fazer esse pedido para que lá no Plenário, para que a gente não retarde o andamento desse projeto, a gente possa fazer o pedido de apensamento e ele possa tramitar juntamente com esse projeto que a Senadora Eliziane Gama está relatando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem, Senador Weverton.

Portanto, Presidente, a gente segue com o relatório e o apensamento será, como o Senador Weverton coloca, no requerimento que nós apresentaremos em Plenário.

Diante disso, o nosso relatório é pela aprovação do projeto de lei com a redação: corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de crianças e adolescentes ou de vulnerável, divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.

Este é o nosso voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, e também com a proposta encaminhada pelo Senador Weverton, que foi acatada de acordo com o encaminhamento e a letra da lei acrescida ao projeto relatado pela Senadora Eliziane Gama.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – E o pedido de urgência para tramitação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede V. Exa., encaminhado o pedido de urgência.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só agradecendo o meu colega Marcelo Castro pela paciência e o parabenizando, ele que está despontando em primeiro lugar lá no Piauí para voltar para esta Casa, pela competência e pela atuação dele aqui, e ele sabe disso. Não é porque ele cedeu espaço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para eu falar não, Presidente, mas ele é um dos Senadores mais atuantes desta Casa e muito competente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane Gama, V. Exa. deve saber que o Senador Marcelo Castro é psiquiatra. E, se V. Exa. precisar de alguma consulta, eu tenho a impressão de que ele vai concedê-la pelo Sistema Único de Saúde. (*Risos.*)

Senador Marcelo Castro.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1242, DE 2026

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a proteção da imagem, da honra e da dignidade da pessoa e da família vítimas de crime ou acidente, inclusive quanto à divulgação de imagem de cadáver.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o nosso projeto aqui que eu vou relatar, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é o Projeto de Lei nº 1.242, de 2026 (PL nº 9.600, de 2018), da Deputada Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Eliziane relatou três projetos da Deputada Laura Carneiro. Eu vou relatar aqui o quarto, é uma fábrica de projetos.

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre a proteção da imagem, da honra e da dignidade da pessoa e da família vítimas de crime ou acidente, inclusive quanto à divulgação de imagem de cadáver.

O que motivou esse projeto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foi o acidente que aconteceu com a cantora e compositora Marília Mendonça, cuja imagem foi filmada e divulgada e isso causou um grande trauma. Esse projeto visa exatamente proteger essas imagens de pessoas que são vítimas de acidente ou de violência.

Então, as modificações aqui tanto ocorrem no Código Civil quanto no Código Penal.

No Código Civil, nós temos o Capítulo dos Direitos da Personalidade, que estão no art. 20, e o projeto da Deputada Laura Carneiro introduz mais um parágrafo. Tem o parágrafo único e passa a ter o §1º e o §2º. E o §2º, que é acrescido, diz assim: inclui-se na proibição a que se refere o *caput* deste artigo a "divulgação de imagem que identifica a vítima de crime ou de acidente, por qualquer pessoa ou meio de comunicação, inclusive na internet, ressalvada a divulgação de fatos e informações de relevante interesse público".

Nós preferimos fazer uma modificação e, para isso, estamos apresentando um substitutivo. Então, o §2º, no nosso parecer, está sendo modificado para ficar assim: “inclui-se na proibição a que se refere o *caput* deste artigo o registro...". Nós estamos acrescentando aqui o registro e não só a divulgação. Então, vai ficar proibido, diante de um acidente desse, a pessoa fotografar, registrar e também divulgar, por qualquer meio, imagem que identifica a vítima de crime ou de acidente. E acrescentamos aqui, que não estava no projeto da Deputada Laura, o cadáver também. Isso é referente ao Código Civil.

Quanto ao Código Penal, nós temos o Capítulo Dos Crimes contra a Honra, que são a calúnia, no art. 138, a difamação, no art. 139, e a injúria, no 140. Então, a Deputada cria o art. 140-A: "divulgar, por qualquer meio, pessoas...". Nós também tentamos melhorar, com a ajuda aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da assessoria do Senado, pois ela não havia colocado o *nomen iuris*: "registro ou divulgação de imagem de vítima de crime ou de acidente". Então, no art. 140-A, nós colocamos assim: "Registrar ou divulgar, por qualquer meio, sem justa causa, imagem que identifica a vítima [...]".

E o projeto que foi aprovado na Câmara traz reclusão de um a três anos. Nós estamos mudando reclusão para detenção. Por quê? Porque os crimes de calúnia, injúria e difamação trazem detenção. Como está no mesmo capítulo, para manter a coerência, estamos mudando de reclusão para detenção.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor permite?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não sei como é que na aula de Psicologia se diferencia difamação e injúria de calúnia, mas há uma diferença jurídica.

Na calúnia, eu imputo, ou seja, eu acuso a vítima desta ofensa, eu atribuo a ela a prática de um crime. Portanto, a graduação não pode ser essa, não pode ser uma coisa similar para os três tipos. Pelo menos injúria e difamação podem ser merecedoras de detenção; calúnia, não, porque eu estou atribuindo ao outro um crime, psicologicamente, ele está mordendo a maçã – para voltar lá para a primeira contravenção da humanidade, lá no Gênesis –; mas, no mundo civilizado, uma difamação é um desaforo, injúria também é um outro desaforo. Seria chamar a ambos, a V. Exa., grande atleta que é, e a mim de carecas. Isso seria uma xingação apenas, ou tentativa de xingação, quer dizer, nos atribuindo, sei lá, o que quer que seja, um defeito... Agora, a calúnia é diferente. Na calúnia, eu estou acusando o passivo, o agente passivo da minha ação, da prática de um crime; é uma outra coisa.

Então, eu queria chamar a atenção para esse aspecto, talvez até pedir uma assessoria técnica. Eu não estou preparado para discutir esse assunto, mas essa me saltou aos olhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Amin, nós não estamos modificando isso que está no Código Penal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, o que está aqui no Código Penal hoje? "Calúnia. Art. 138 – Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como crime, é isso que...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – "Pena: detenção, de seis meses a dois anos, e multa. Difamação. Art. 139 – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo; pena – detenção. Injúria. Art. 140 – injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro; pena – detenção, de um a seis meses, e multa".

Então, o que é que ocorre? O projeto que foi aprovado na Câmara não altera aqui o Código Penal, continua como está. Ele acrescenta um outro item, que é o "registro ou divulgação de imagem de vítima de crime ou de acidente".

Então, nós temos crimes contra a honra: calúnia, difamação, injúria. Agora, se for aprovado o projeto aqui, nós teremos: calúnia, difamação, injúria e registro ou divulgação de imagem de vítima de crime ou de acidente. Aí foi acrescentado, lá na Câmara, o art. 140-A.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que é o da calúnia?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, o da calúnia já está lá. É o "registrar ou divulgar vítimas de acidente". Está entendendo? Aí o que é que ocorre?

Como nós estamos no capítulo do crime contra a honra, ela colocou aqui "reclusão", como todos os outros três são "detenção", para manter a coerência, nós estamos mudando "reclusão" para "detenção", para manter a mesma calibração que é feita hoje pelo Código Penal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas no Código Penal, já no Código Penal, a pena de detenção no caso de calúnia vai a quanto tempo? De dois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Aí depende.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De calúnia.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se for calúnia, vai de seis meses a dois anos mais multa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, vai a dois anos, que é o limite da detenção – é o limite da detenção.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o máximo da detenção.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

Então, nós estamos acrescentando, quer dizer, a Deputada Laura Carneiro está acrescentando no Código Penal mais um tipo, além da calúnia, da difamação, da injúria, agora a divulgação e o registro de imagem de vítima de crime ou de acidente, ou seja, a partir de agora fica proibido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. esclareceu. Está esclarecido.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E também no capítulo do Código Penal, dos crimes contra o respeito aos mortos, então nós temos o art. 212, que é vilipêndio a cadáver. O que é que a Deputada fez? Está criando – que é o art. 212 – o art. 212-A: "Fotografar, filmar e divulgar, por qualquer pessoa ou meio de comunicação, imagem que identifica o cadáver".

Nós acreditamos que estamos aperfeiçoando e criando aqui um registro, modificando o artigo, botando assim: “registrar [nós estamos incluindo também o registrar] ou divulgar, por qualquer meio, sem justa causa, imagem de cadáver".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ela coloca também "reclusão" e nós estamos substituindo por "detenção". Por quê? Porque no capítulo aqui do crime contra o respeito aos mortos também está "detenção". Então, como está no mesmo capítulo, não seria correto um ser "detenção" e o outro "reclusão".

Então, feito esse esclarecimento, Sr. Presidente, tudo aqui está dentro da regimentalidade, constitucionalidade. Achamos que o projeto é meritório, é oportuno. Não se pode fazer exploração de pessoas que são vítimas, que estão lá indefesas, a não ser que haja interesse público na divulgação, que é um caso para ser analisado.

Por isso, nós apresentamos parecer favorável à aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo e parabenizo V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria está em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda 1, da Comissão de Constituição e Justiça (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5672, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a transferência simbólica da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano; e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

É um projeto de lei do Deputado Federal Leo Prates, do Estado da Bahia, que é relatado pelo Senador Jaques Wagner, que não está presente. Vou passar a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

Diz respeito ao nosso hino da Bahia, o Hino ao 2 de Julho, que é um hino que realmente diz o que foi a luta pela liberdade e pela independência do Brasil.

É um hino que começa dizendo exatamente assim:

> Nasce o Sol a 2 de julho
> Brilha mais que no primeiro
> É sinal que neste dia
> Até o Sol, até o Sol é brasileiro!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "j", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, respectivamente, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, especialmente a transferência temporária da sede do Governo Federal.

Sob a ótica da constitucionalidade, não vislumbramos óbices ao projeto. A sede do Governo Federal é Brasília, enquanto Capital Federal, conforme previsto no art. 18, §1º, da Constituição. Não obstante, o texto constitucional autoriza a transferência, desde que temporária, da sede do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal para outra localidade, mediante lei ordinária, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. Ademais, não há iniciativa privativa para a matéria.

Na sequência, sob o prisma da juridicidade, consideramos que a proposta se encontra apta a integrar o ordenamento jurídico de maneira harmônica, coesa e coerente.

Não é a primeira vez que se promove a transferência temporária da sede do Governo Federal, nem é a primeira vez que Salvador a recepciona. A Lei nº 8.675, de 7 de julho de 1993, transferiu a sede simbolicamente para Salvador nos dias 15 e 16 de julho de 1993, datas de realização das reuniões de cúpula da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Outro exemplo, mais recente, é a Lei nº 15.251, de 3 de novembro de 2025, que transferiu a sede do Governo Federal para Belém, no Pará, no período de 11 a 21 de novembro de 2025, durante a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Da mesma forma, a análise da proposição no plano da regimentalidade não indica qualquer empecilho à sua livre tramitação.

No mérito, somos pela aprovação da matéria.

Salvador, nossa primeira capital e berço histórico da formação política do Brasil, simboliza o lugar em que nosso país deixou de ser apenas uma declaração formal às margens do Ipiranga para se tornar, de fato, uma nação livre. Nesse contexto, reverenciar Salvador, com a transferência temporária da sede do Governo Federal, é reconhecer o papel decisivo do povo baiano na construção das nossas identidade e soberania nacionais.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 5.672, de 2025, bem como, no mérito, por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa. e destaco a iniciativa do Deputado Federal Leo Prates, do Estado da Bahia, para discutir esse projeto para a transferência simbólica da sede do Governo Federal para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município de Salvador, no Estado da Bahia, no dia 2 de julho, quando nós comemoramos a independência do Brasil, com um dos hinos mais bonitos da nossa independência, que é o Hino ao 2 de Julho.

Portanto, eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Se nenhum Senador ou Senadora quer discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Quero pedir urgência, Presidente, pela natureza da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. pede urgência.

Eu acato o seu requerimento e o coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento do Senador Rogério Carvalho permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria vai, em regime de urgência, para o Plenário do Senado Federal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4978, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a transferência automática do montante da prestação alimentícia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

É de autoria da nobre Deputada Federal Tabata Amaral, que está presente.

Eu coloco em votação.

E V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço licença para ir diretamente à análise.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PL nº 4.978, de 2023.

No que concerne à juridicidade, o projeto mostra-se sem defeitos.

A respeito da regimentalidade, também não há reparos a serem feitos.

No que concerne ao mérito, a proposição merece aplausos.

A proposta acrescenta dispositivo ao art. 530 do Código de Processo Civil para possibilitar ao exequente requerer, em qualquer fase do cumprimento de sentença, a transferência automática, mês a mês, do valor da prestação alimentícia para conta de sua titularidade ou de seu representante legal.

O texto também prevê, na falta de saldo suficiente, a indisponibilização automática de ativos financeiros do executado, limitada ao valor atualizado da prestação em atraso, inclusive quando se tratar de empresário individual, ainda que os ativos estejam afetados à atividade empresarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui-se, assim, um fluxo automático e contínuo voltado ao pagamento mensal da pensão, com menor dependência de novos requerimentos a cada inadimplemento.

A proposição merece acolhida, porque enfrenta problema recorrente nas execuções de alimentos: a necessidade de sucessivas provocações judiciais diante de inadimplementos mensais.

Ao permitir a transferência automática da prestação alimentícia e a indisponibilização automática de ativos financeiros em caso de insuficiência de saldo, o projeto confere maior efetividade à decisão judicial já proferida, sem transformar a execução em medida desproporcional.

A medida também contribui para reduzir a inadimplência estratégica, aumentar a previsibilidade financeira do alimentando e desestimular o uso de expedientes destinados a dificultar o pagamento da pensão. Trata-se, portanto, de solução simples, objetiva e compatível com a natureza urgente da obrigação alimentar, além de coerente com os princípios da efetividade, da economia processual e da razoável duração do processo.

Em termos de técnica legislativa, o conteúdo sugerido como §1º do art. 530 do PL deve ser inserido em dispositivo autônomo, sob a forma de art. 529-A. O art. 529 do Código de Processo Civil trata da satisfação continuada da obrigação alimentar por meio do desconto em folha de pagamento do devedor. Já o proposto §1º do art. 530 do PL institui modalidade própria de adimplemento, ao disciplinar a transferência automática mensal da prestação alimentícia, com indicação de conta, forma de operacionalização e providências correlatas.

Por isso, faz-se necessário ajuste meramente redacional, para fazer constar o §1º do art. 530 do PL como novo art. 529-A do Código de Processo Civil, bem como converter o §2º do PL em parágrafo único do art. 529-A.

Em vista do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.978, de 2023, nos termos das emendas de redação apresentadas no relatório já publicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senadora Ana Paula Lobato, e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discuti-la, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado esse relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, da CCJ, e 2, da CCJ, de redação.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. Como Relatora.) – Presidente, inclusive, eu queria lhe pedir urgência, para que esse projeto fosse ao Plenário, se possível, ainda hoje, por conta de ser um projeto importante, urgente, que trata de crianças, adolescentes, mães solo que precisam desse valor, todos os meses, para dar aos seus filhos educação, transporte, saúde.

Eu lhe peço urgência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acato, como pede V. Exa., o requerimento de urgência, para votação no plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento de urgência da nobre Senadora Ana Paula Lobato permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como não há nenhuma outra matéria a ser apreciada – nós votamos e aprovamos as dez matérias –, encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcelo Castro, Alan Rick, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Dra. Eudócia, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Sergio Moro, Hermes Klann, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Camilo Santana, Weverton, Leila Barros, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Carlos Viana, Damares Alves, Paulo Paim e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Renan Filho, Jayme Campos, Otto Alencar, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao REQ 11/2026 - CCJ, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e do Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Finalidade:** Instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 1, de 2026, que "*Altera com eficácia a partir de 2027, o art. 195, I, "a", da Constituição Federal*", de autoria do Senador Laércio Oliveira (PP/SE) e outros. **Participantes:** Sr. Fellipe Rodrigues Andrade, Superintendente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal (SEAC/DF) (representante de: Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE)); Sr. Ermínio de Lima Neto, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado (FENASERHTT) (representante de: Sind. das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (SINDEPRESTEM)); e Sr. Marcelo Costa Martins, Vice-Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (ADIAL BRASIL). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Laércio Oliveira

Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/30

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhoras e senhores convidados para esta audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2026, que altera, com eficácia a partir de 2027, o art. 195, I, "a", da Constituição Federal, conforme o Requerimento nº 11, de 2026-CCJ, de iniciativa do Senador Vanderlan Cardoso.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates, e será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0613311.

O primeiro convidado para esta audiência pública é o Sr. Fellipe Rodrigues Andrade, Superintendente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal, representante da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse).

Fellipe, por favor, sente-se aqui.

O outro convidado é o Sr. Ermínio de Lima Neto, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado (Fenaserhtt), representante do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra e de Trabalho Temporário (Sindeprestem).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Ermínio fará sua apresentação de forma remota.

E o terceiro convidado é o Sr. Marcelo Costa Martins, Vice-Presidente da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial Brasil).

O Sr. Marcelo está presente, por favor.

O Sr. Dario Durgan, Ministro da Fazenda, justificou a ausência e também alegou não enviar nenhum representante para esta audiência pública. Recebemos aqui um *e-mail* da secretaria dizendo:

> Em atenção ao convite encaminhado para participação na audiência pública, informamos que, infelizmente, não será possível envio de representante do Ministério para a referida reunião.
> Entendemos que a representação mais adequada do Ministério da Fazenda seria por meio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Entretanto, o Secretário encontra-se em viagem oficial durante esta semana, o que impossibilita sua participação.
> Permanecemos à disposição para contribuir com o tema em outra oportunidade. Caso haja interesse, podemos buscar o agendamento de uma reunião ou audiência futura com o Secretário Barreirinhas para tratar especificamente do assunto.
> Agradecemos o convite e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.
> Atenciosamente,
> Rita Parente
> Coordenadora-Geral de Assuntos Legislativos e Federativos do Ministério da Fazenda.

Essa é a justificativa apresentada pelo Ministério da Fazenda.

Vamos seguir, né?

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: primeiro, os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos; a palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição; os Senadores interpelantes dispõem de três minutos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assegurando igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Fellipe Rodrigues Andrade para a sua exposição, por dez minutos, viu, Fellipe?

O SR. FELLIPE RODRIGUES ANDRADE (Para expor.) – Boa tarde, senhores e senhoras.

A minha fala vai ser concisa. Eu gostaria de começar aqui agradecendo a oportunidade que o Senador tem nos concedido aqui, ao setor de serviços, em especial a Cebrasse e também o Seac-DF, porque a gente fala aqui hoje em nome do Presidente Antônio Rabello e do Presidente João Diniz.

A minha questão aqui é mais a defesa... porque a gente tem uma questão do descompasso e um diagnóstico acerca da insustentabilidade da folha de salários.

O atual modelo que é regido hoje pelo INSS, que é o regime geral, é baseado na incidência de 20% sobre a folha de salários, e isso aí é um obstáculo no crescimento econômico e na formalização dos trabalhos em nosso país.

Esse sistema enfrenta um colapso estrutural, e aí a gente tem alguns fatores que foram anotados. A gente tem o descompasso demográfico, porque, ao longo dos 20 anos, a gente tem um número crescente de 43% mais ou menos do volume de carteira assinada contra um volume de quase 68% no regime geral, ou seja, que hoje recebem benefícios.

A gente tem um outro ponto também que é o déficit crescente do resultado negativo da arrecadação desse regime de previdência social como é hoje. A gente tem um crescimento desse déficit em torno de 67%, salvo engano, que saiu de 1,6% para 2,5% do PIB, e isso tem sido muito temerário, e aí uma das coisas que o setor tem vislumbrado é o problema desse déficit.

E também, correlato a isso, a gente tem a pressão do envelhecimento. Tem uma projeção de que o número de idosos irá dobrar nos próximos anos, mais ou menos em 20 anos, e a gente tem uma queda também da população jovem em torno de 17%.

Correlacionado a isso também tem um risco tecnológico, porque a gente tem novas profissões e a gente não acompanha essas profissões da forma que a gente deveria acompanhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem cada vez um estrangulamento da forma como o regime de previdência atual é regido.

Dito tudo isso, a gente traz uma proposta que é a redução do custo do trabalho com a neutralidade arrecadatória. É uma proposta que é centrada em quê? A alíquota hoje de 20% da folha é pesada para o nosso serviço, para o nosso setor. E aí a gente tem, como contraprestação dessa supressão dos 20%, 1,4% sobre a receita bruta das empresas – CPRB, que a gente chama aqui. Então, o que a gente defende? Que essa troca, esse *trade* aí que a gente está fazendo dos 20% sobre 1,4% da receita vai causar, vai acarretar a neutralidade e a sustentabilidade hoje do INSS. Então, a gente tem uma queda de 34,8% para 14,8% sobre o ônus da folha das empresas, o que representaria hoje uma redução de 57,5% – ou cinquenta e sete e meio por cento – no custo tributário da mão de obra. Coisa que a gente está precisando, realmente, para fortalecer aí a nossa contratação formal. E essa neutralidade aí, essa expectativa de 1,4% sobre a receita bruta vai garantir a manutenção da arrecadação sustentável do INSS.

Dito isso, o que a gente tem em suma é que toda essa receita demonstra ser uma alternativa que contribui para a sustentabilidade do INSS, alivia aí o custo sobre o trabalho, desonera o setor – aí eu vou puxar a sardinha para o nosso setor, um dos maiores, senão o maior, em termos de carteira assinada, de produção de bens e serviços – e a gente impulsiona a geração de empregos dentro da nossa economia no Brasil.

Então, este aqui é o nosso pleito: que a gente possa ter essa desoneração da folha, continuar com a desoneração da folha, em contrapartida da neutralidade arrecadatória a partir da CPRB.

Eu agradeço aqui o espaço que foi concedido a nós. Muito obrigado mais uma vez, Senador, pelo convite. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Fellipe, por sua exposição.

Eu quero conceder a palavra a Marcelo Costa Martins, para a sua exposição neste momento, por dez minutos.

Por favor, Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO COSTA MARTINS (Para expor.) – Senador Laércio, agradeço a oportunidade de vir expor o posicionamento da Adial Brasil.

A Adial é uma entidade multissetorial composta de grandes empresas nacionais e multinacionais. E o nosso principal objetivo, enquanto entidade, é a promoção de políticas de desenvolvimento regional.

O que nos traz aqui é a discussão em relação à PEC 01, sobre a contribuição previdenciária sobre a folha ou, como está proposto na PEC, a contribuição sobre o faturamento ou a receita. E aí, nesse sentido, eu trago um exemplo de operações de associadas da Adial. Nós temos ali um setor intensivo em mão de obra, que são os frigoríficos, e um setor não intensivo em mão de obra, que é dos laticínios.

Hoje, consideramos nesse mesmo *proxy*, nesse mesmo exemplo, um faturamento de R$1 bilhão por ano para cada uma dessas empresas, com um salário médio de R$3,5 mil, para mantermos a avaliação dentro do mesmo parâmetro. Só que os frigoríficos, pelas especificidades da categoria, têm um número de colaboradores para um faturamento de R$1 bilhão, isso considerando o *benchmark,* de 1,5 mil colaboradores; e os laticínios, 400 colaboradores. Então, dentro dessa lógica, a folha de pagamento dos frigoríficos, nessa condição, é de R$68,25 milhões por ano. Então, a contribuição sobre a folha é de R$13,65 milhões, uma receita bruta de R$1 bilhão, que é o que nós estamos considerando. Então, a contribuição sobre o faturamento é de R$14 milhões. E aí a diferença entre a contribuição sobre a folha, em detrimento da contribuição sobre o faturamento, seria de R$350 mil. Então, não seria tão significativa.

No entanto, do outro lado, nós temos um setor que tem um faturamento alto para uma quantidade de colaboradores bem menor, pelas suas características também. Então, a folha de pagamento dos laticínios seria da ordem de R$18,2 milhões, a contribuição sobre a folha de R$3,64 milhões, e aí, avaliando também a contribuição sobre o faturamento, assim como o frigorífico, R$14 milhões. E aí, nesse caso especificamente, a diferença é significativa, de R$10,36 milhões.

Então, pegando esses dois exemplos, nós teríamos que com uma alíquota de 1,4% para os frigoríficos não haveria uma alteração tão significativa, considerando que, no momento atual – e eu vou mostrar isso um pouco mais à frente –, essa contribuição era de 1%, e depois vai ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reordenamento nesse processo, mas para os frigoríficos não é tão significativa. Mas, para os laticínios, que é um setor onde você tem uma menor demanda por mão de obra, é muito significativo, Senador. Essa diferença pode ser a diferença entre manter ou não manter um laticínio competitivo.

Os frigoríficos vêm demandando, ao longo do tempo, uma contribuição sobre o faturamento, e isso ficou muito claro nas discussões da Lei nº 12.546, de 2011, e mais recentemente, nas negociações da Lei nº 14.973, de 2024, mas a alíquota, nesse caso, era de 1%, não era de 1,4%, então nós estamos tratando de 40% a mais do que foi o aprovado, do que foi sancionado na Lei nº 12.546.

Com a Lei nº 14.937, está havendo uma readequação. Então, até 2028, salvo alguma alteração, o regime volta a ser integral em 20%.

O que nós gostaríamos de sugerir, Senador?

Primeiro, caso avance a PEC 01, considerando os setores que são menos demandantes de mão de obra, que exista a possibilidade de uma opção por parte dos setores. Nós já temos isso na Lei Complementar 204, que trata das transferências de mercadoria, em que eu posso optar, por exemplo, alternativamente, por transferir ou não transferir o meu imposto. A ideia é que nós possamos incluir na PEC 01 essa possibilidade de opção por parte da empresa. Aí, ela faria a opção e, como na Lei Complementar 204, a cada ano ela asseguraria: "Olhe, eu vou continuar contribuindo pela folha" ou "Eu vou continuar contribuindo sobre o faturamento".

Caso isso não seja possível, eu gostaria de uma consideração do senhor e dos demais Senadores em relação às preocupações e às dificuldades que nós estamos tendo enquanto setor privado neste momento. Nós temos tido uma redução da competitividade para os setores não intensivos em mão de obra, por várias questões que eu acho que não estão aqui no escopo da discussão, mas que eu gostaria de comentar. Nós temos hoje uma alta taxa de juros; nós este ano tivemos uma redução de 10% dos benefícios fiscais federais; nós estamos discutindo agora uma alteração da jornada de trabalho que, de certa forma, vai majorar, e muito, os nossos custos; estamos discutindo também a questão do tabelamento de frete, que é outro fator que, de uma certa forma, onera os nossos custos; nós não sabemos ainda a alíquota de tributação sobre bens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e serviços, da CBS e do IBS; e os nossos incentivos fiscais, no sentido de promover a regionalização, vão acabar.

Então, o que eu peço que o senhor avalie – peço a sensibilidade do senhor e dos demais Senadores – é que, caso prospere essa PEC, se dê oportunidade para que as empresas que não são intensivas em mão de obra possam optar por continuar contribuindo sobre a folha, sob o risco de ser mais uma oneração que teremos em relação aos nossos custos em um momento que, de uma certa forma, tem sido muito difícil para o setor, em virtude de todos esses aumentos de custos que estamos tendo e que não são inerentes ao processo produtivo.

Agradeço a atenção, peço a sensibilidade do senhor em relação a essa questão, porque, se de fato houver a oportunidade de ser alternativo, de ter a opção, eu acho que contribuirá, e muito, para os setores demandantes e também para os setores não demandantes, não intensivos em mão de obra.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço, Marcelo, a sua intervenção, a sua participação na audiência.

De imediato, concedo a palavra, pelo sistema remoto, ao Sr. Ermínio de Lima Neto para a sua exposição. (*Pausa.*)

Está conectado o convidado?

O SR. ERMÍNIO DE LIMA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Laércio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não. Eu o estou ouvindo bem.

O SR. ERMÍNIO DE LIMA NETO (*Por videoconferência.*) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu o estou ouvindo bem.

O SR. ERMÍNIO DE LIMA NETO (*Por videoconferência.*) – Está ouvindo? Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde, Senador Laércio Oliveira. Quero, primeiramente, agradecer ao Senador Vanderlan Cardoso, Relator dessa proposta, pela abertura para que a sociedade possa refletir sobre essa importante proposta para o setor produtivo.

Cumprimento o senhor, Senador Laércio, primeiro pela apresentação da PEC, que é muito robusta, pois tem mais de 59 signatários, Senadores signatários... Portanto, é muito importante essa proposta não só para o Senado, mas para toda a sociedade.

Eu represento aqui a Fenaserhtt e o Sindeprestem, representando o Presidente Vander Morales, para participar com muito prazer desta audiência pública. Primeiramente, eu queria lamentar a não presença do representante do Ministério da Fazenda, ou mesmo da Receita Federal, porque nós poderíamos ter um debate mais apropriado e mais intenso sobre, exatamente, o estudo que o próprio Ministério da Fazenda fez, que é base da proposta de V. Exa. Normalmente, o Ministério da Fazenda tem fugido de explicar qual, realmente, é essa relação de recolhimento da folha de salário e dessa opção que nós estamos tendo de desoneração da folha.

Primeiro, essa é a primeira emenda do Senado à Constituição. Portanto, espero muito que ela nos traga o protagonismo de ares positivos para que o Congresso Nacional olhe com mais atenção ao setor de empreendedorismo do Brasil, na medida em que o setor empreendedor, o setor produtivo, tem, nos últimos tempos, recebido altas, entre aspas, "bombas", como essa aí, por exemplo, da mudança da escala 6x1.

O trabalho humano no emprego é fortemente tributado e pouco flexível no Brasil. É surreal, Senador, que a sociedade tenha uma percepção de que o emprego dá em árvore ou cai do céu, que não é fruto de muito investimento, de muito trabalho, de muita dedicação, para que se possa gerar emprego no Brasil. A impressão que se tem, pelas propostas que são encaminhadas aí no Congresso e na Justiça do Trabalho, é de que o emprego, realmente, cai do céu. O empreendedor ou a empresa parece que não têm nenhuma importância. É a tal da pós-verdade.

Em 2017, a Universidade de Oxford fez um estudo que mostrou o quão equivocadas as pessoas estão a respeito da própria realidade que se vive. É o predomínio da percepção sobre o conhecimento da realidade na formação da opinião pública. É isto o que eu digo: as empresas são tão maltratadas pela opinião pública, que geram todas essas propostas que nós estamos todos os dias tendo que enfrentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com certeza isso explica, pelo menos em parte, por que o Brasil cresceu tão devagar nos últimos 50 anos.

O país abriu mão de quase 70% do PIB nesses últimos 50 anos, nesse período. Isso foi o que concluiu agora um seminário do jornal *Estadão*. Por que isso acontece? Por que nós estamos atrasados em 50 anos? Exatamente por esse tipo de proposta, que desvirtua a discussão do que é mais importante.

Eu cito como exemplo aqui – e o Sr. Senador Laércio é testemunha de tudo isso – a regulamentação da terceirização, que é tão importante para as empresas que competem no mundo globalizado, altamente competitivo. A parceria entre empresas é muito importante para que elas possam se manter competitivas. No entanto, a regulamentação demorou mais de 20 anos – 20 anos para nós aprovarmos uma proposta importantíssima para as empresas, portanto importantíssima para a economia do país. Então, isso é só para mostrar o quão deletérias são a grande maioria das propostas que são apresentadas que oneram ou dificultam para as empresas.

Pois bem, a PEC que desonera a folha, na medida em que essa PEC... Alguns estão dizendo que estão tratando como desoneração da folha. Na verdade, essa PEC não desonera folha nenhuma; ao contrário, ela mantém a arrecadação. A proposta, que é o estudo da própria Fazenda, determina que ela mantenha a arrecadação dos 20% da parte patronal. Portanto, não tem nenhuma desoneração aqui. Eu não sei em relação aos 17 setores em que está havendo algum incentivo, mas que também não se demonstra claramente. Daí, mais uma vez, era importante a presença do Ministério da Fazenda nesta audiência, para que possa debater isso.

Então, por exemplo, o custo, a tributação sobre a folha de salários pode atingir hoje quase 58%, enquanto nos Brics – nos países dos Brics – e nos próprios países da OCDE é de 23%. Essa proposta é uma proposta justa, na medida em que equilibra a participação dos segmentos no financiamento da Previdência.

O colega Marcelo levantou um ponto importante, que, realmente, alguns setores – aqueles setores em que não predomina o trabalho humano – realmente vão sentir um pouco mais, mas, em compensação, há um, entre aspas, um "barateamento", uma desburocratização para os setores que contratam as empresas prestadoras de serviços. Eu acho que os laticínios, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, têm que levar em consideração que a parceria, a contratação de terceiros, vai deixar o seu produto também um pouco mais barato.

É evidente que as empresas que têm predominância de mão de obra – que são 70% da PEA brasileira – têm contribuído muito mais para a Previdência do que as empresas tecnológicas, as empresas que empregam bem menos. Nisso tem que haver um equilíbrio, e essa PEC realmente propõe isso. Eu até entendo que essa sua proposta de opção pode ser muito bem analisada nos debates, Senador Laércio, mas nós não podemos carregar só um setor – tão importante para a economia, porque emprega 70% dos trabalhadores da economia, portanto gera riqueza, distribui riquezas – continuar sendo penalizado.

Cálculos da Tendências Consultoria também chegam ao mesmo cálculo desse 1,4: dos 320 bilhões, 1,4 da receita substitui claramente.

A mesma coisa é um estudo que a Fenaserhtt e o Sindeprestem encomendaram à LC Assessoria Econômica, que mostrou no mesmo sentido. A única diferença aqui é que, na época, havia uma discussão de se excluir da contribuição todos aqueles salários de até dois salários mínimos. Então, esse estudo foi baseado nesta exclusão, portanto com 1,4% também você substitui isso. Isso, comparativamente, mostra que 1,4% do faturamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERMÍNIO DE LIMA NETO (*Por videoconferência.*) – ... é até muito mais, segundo o próprio estudo da Fazenda.

Muito bem, então, nas projeções de 2024 a 2060, são 58 milhões de pessoas que estarão com mais de 65 anos pelo Ministério da Economia, no estudo do Ministério da Economia, e aí nós temos desembargadores recebendo R$1,3 milhão por mês, afastados dos seus trabalhos.

Segundo a consultoria McKinsey, de 2018 até 2030, o Brasil pode perder cerca de 16 milhões de empregos pelo processo de automação. A análise do FMI demonstra que 40% dos empregos dos países emergentes estão expostos devido ao impacto da inteligência artificial. O déficit da Previdência de 2024 foi exatamente de R$320 bilhões. Então, o sistema continua atuando, as empresas intensivas de mão de obra. As empresas do simples, que empregam, são as mais beneficiadas; apenas 20% não serão beneficiadas. E aí, a pergunta: se nós sabemos que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego, que o investimento é o que move a economia, por que, então, esse sistema de geração de emprego, geração de renda, é tão maltratado? Por que dispensamos um olhar de paisagem para isso? É isso que nós precisamos debater e colocar claro. Nós precisamos... É óbvio falar sobre isso, claro, mas nós precisamos olhar para isso.

A geração de empregos, a distribuição de renda, portanto o pagamento de imposto precisa ser muito mais valorizado do que vários setores pensam.

Portanto, a proposta é excelente para recuperar investimentos sustentáveis, que, por sua vez, geram emprego de qualidade, que geram e distribuem riquezas: função primordial das empresas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço a exposição do nosso convidado Ermínio de Lima Neto e consulto se Marcelo ou Fellipe querem acrescentar alguma coisa ao que foi dito até aqui, ou trazer as considerações de vocês. (*Pausa.*)

Nada.

Senador Bagattoli...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eles já falaram. Eu só passei para o caso de eles quererem complementar alguma coisa ou fazer as considerações finais.

V. Exa. também é um dos que subscrevem a PEC 01. Caso o senhor queira discutir ou acrescentar alguma coisa, a palavra está franqueada para V. Exa. ou para algum Senador.

Tem algum Senador pelo sistema remoto ou não? (*Pausa.*)

Não.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Tem algum remoto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Não.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente... (*Fora do microfone.*)

Quero cumprimentar aqui o Presidente Laércio, o Fellipe e o...

O SR. MARCELO COSTA MARTINS (*Fora do microfone.*) – Marcelo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Marcelo.

Quero dizer para vocês que, sobre essa questão de geração de emprego, se nós colocarmos uma alíquota, seria, no máximo, de 1,4%. Não é isso?

O SR. FELLIPE RODRIGUES ANDRADE – São dados da Receita Federal, que, infelizmente, não está aqui conosco.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Então, deixa... Eu até estou conversando com o meu pessoal, porque eu tenho diversas atividades, e nós estivemos olhando... Eu olhei para dentro de mim, para dentro das empresas nossas, para ver essa situação.

Nisso tem que ter um diálogo com a Receita Federal, para ver como vai ser esse percentual, porque o percentual – o máximo – é de 1,4%. Ele pode ser 0,5%, dependendo do faturamento da empresa, 0,7%, 0,8%, 1%, enfim. Ele vai representar os 20% da parte patronal; os outros 11%, que são da parte do funcionário, a quem ele paga, de quem as empresas descontam... Continuaria normal, não é isso? O projeto continuaria normal, as empresas contribuindo com os 11%, que são já da parte do funcionário e não da parte patronal. O que afeta aí diretamente são os 20%.

O SR. FELLIPE RODRIGUES ANDRADE – Ela tem uma neutralidade, Senador. A gente propõe a neutralidade a partir dessa alíquota de 1,4%, via PEC.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E outra coisa: a partir do momento que nós colocamos a PEC – porque vai ser uma PEC, não é isso? –, ela vai ficar em lei, e as empresas também não vão mais ter – como é que eu vou lhe dizer? – como optar por voltar a recolher no modelo antigo. Não vai mais ter esse... Seria exatamente só desse momento para a frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos supor que começasse a valer em 2027. A partir, por exemplo, de 2027, a empresa poderia optar pelo atual sistema e não pelo faturamento bruto? Ou eles teriam que optar, diretamente, somente pelo faturamento, independentemente de o percentual ser 0,5%, se for 1%, se for até 1,4%?

O SR. MARCELO COSTA MARTINS (Para expor.) – Senador, se o senhor me permitir...

Eu trouxe, Senador, justamente essa sugestão de, alternativamente, a empresa poder optar por um sistema ou outro, porque nós temos setores que são intensivos em mão de obra e temos setores que não são intensivos em mão de obra.

Eu tive a oportunidade de trazer dois exemplos, um de frigorífico e um de laticínios, em que, para o mesmo faturamento e o mesmo valor médio salarial, um tem, por especificidade do setor, 1,5 mil colaboradores e o outro tem 400 colaboradores. E aí a diferença é muito significativa.

Faço até questão de, ao final, apresentar esses números para o senhor, para o senhor ter uma noção da importância de ter a oportunidade da opção entre um sistema e o outro.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aqui eu vou dar um exemplo aqui para vocês. Por exemplo, o confinamento, que é uma das atividades, assim, que eu conheço, e que até é uma atividade nossa também. Por exemplo, um confinamento, hoje, matando em torno de 30 mil cabeças – vamos fazer um preço médio aí –, é um faturamento de aproximadamente R$200 milhões. Correto?

Você vai utilizar, no máximo, em média, 30 funcionários – 30. Uma empresa dessas é impossível... Outra coisa: a margem dela já não é quase, quase nada. Se ela tivesse certeza de ter 3% de margem líquida, aí já estaria de bom tamanho de certeza. Porque o faturamento é altíssimo, mas se não tem nem a certeza dos 3% – de 3 a 5%.

E aí, o que acontece? Uma empresa dessas não tem como, não existe nenhuma possibilidade... Por isso é que tem que ter a regra de ela optar pelo recolhimento diretamente na folha. Porque é isso que ele falou – é isso que o Marcelo falou: tem a situação de frigorífico; essa situação de que eu estou falando, de algumas transportadoras, entendeu? Então, como é que vai ficar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande preocupação é que tem que ser feito um estudo junto com a Receita Federal para ver como é que vai ser o faturamento. Agora, que tem que ter um mecanismo para nós diminuirmos o custo das empresas para a geração de emprego no país, tem que ter. Está insuportável – está insuportável. Porque você pega hoje 20% da parte patronal e 11% da parte dele, então só ali você já tem 31%; praticamente quase um terço do salário do funcionário já vai diretamente para a previdência.

Seria, para quem estiver nos acompanhando no Brasil, impossível – seria impossível – a previdência social hoje estar quebrada. Seria impossível ela estar quebrada se nós partíssemos hoje do zero com essa contribuição, hoje, de praticamente quase um terço sobre o valor da folha – fora aquelas outras taxas ainda que tem aí, que chegam a mais 3%, 4%, sei lá quanto que dá aquilo lá.

Enfim, nós temos que arrumar realmente o mecanismo. A ideia, esse projeto – esse projeto, não, essa PEC – vem ao encontro no momento certo, e nós precisamos ajustar isso para que isso, na minha concepção, seja idealizado, seja concretizado, talvez antes de entrar 100% a reforma tributária.

O SR. FELLIPE RODRIGUES ANDRADE – Senador... Senador, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Quer falar?

O SR. FELLIPE RODRIGUES ANDRADE – Só um instantinho.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Rapidinho, por gentileza.

Pode falar.

O SR. FELLIPE RODRIGUES ANDRADE (Para expor.) – É justamente sobre isso, essa discussão que, acertadamente, a PEC 01 do Senador nos traz, porque a gente hoje está trazendo de forma ampla e genérica, inclusive o setor que é a nossa defesa, o setor de serviços, que é o que mais emprega e o que mais é onerado. E aí, acertadamente, o Senador nos traz a PEC 01, que é justamente para que a gente possa abrir esse amplo debate, para que a gente possa ter uma forma de equalizar essas questões de diferenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de agradecer mais uma vez ao Senador: muito obrigado por trazer essa PEC, por trazer essa discussão aqui para o Senado, para a gente. Isso, para o setor de serviços, é uma questão de sobrevivência, está bem? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Você quer falar mais alguma coisa?

O SR. MARCELO COSTA MARTINS (Para expor.) – Senador, quero só agradecer a oportunidade de participar desse debate e colocar a Adial Brasil à disposição para continuar discutindo tecnicamente, trazendo números. Enfim, esse tema é muito relevante para as nossas associadas.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado.

Ermínio, quer falar alguma coisa? Suas considerações finais?

O SR. ERMÍNIO DE LIMA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer ao Senador Laércio, aos Senadores signatários dessa proposta.

Eu acho que o debate é importante. Tem uns segmentos que entendem que vão sofrer um pouco mais; mas é importante, neste momento de automação, neste momento de inteligência artificial, que nós tenhamos um olhar para o emprego, para o ser humano. Então, precisamos encontrar uma saída para as empresas, para o segmento que mais emprega no país.

Então, é isso que... Não sei se essa opção feita agora – de que, de 20%, se pode arrecadar 1,4% – seria a solução. Daí, infelizmente, a não presença do Ministério da Fazenda... Mas nós precisamos olhar para o empreendedorismo e, principalmente, para aquele que gera emprego. Nós vamos enfrentar uma situação muito difícil pela frente com a entrada da inteligência artificial.

Ou, então, que a previdência... Porque a própria Constituição já diz que a previdência tem que ser financiada por todos da sociedade.

Então, é isso. Precisamos discutir, mas a proposta vem num momento importante da economia do país.

Muito obrigado e sucesso aí, Senador, na condução dessa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Ermínio. Agradeço a sua participação.

Você quer falar, Jaime?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Só para concluir, quero parabenizar o Senador Laércio. Senador, quero parabenizá-lo por essa iniciativa dessa PEC. Eu assinei... Eu acho que, logo que você apresentou, eu já assinei essa PEC.

E, como acabaram de falar agora aí, nós precisamos que a Receita Federal esteja presente nisso, porque ela é de suma importância para ver os efeitos que nós vamos ter não só dentro da situação da Receita, mas...

Como já foi falado aqui: hoje, quem mais emprega, na verdade, é a parte que presta serviços. A parte que presta serviços é a que mais contribui, mas, hoje, ela é a mais penalizada quando nós falamos desse peso que tem hoje sobre a carga de impostos dentro da geração de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu queria fazer umas considerações breves antes de encerrar o assunto.

Primeiro, a gente tem, diante de todos nós, brasileiros, a questão da previdência. Como foi dito aqui por um de vocês dois, a força de trabalho do país está envelhecendo a cada dia que passa, e esse ônus está sendo transferido para a sociedade. E todo mundo sabe que, todo final de ano, a previdência precisa de mais recursos para poder fechar as suas contas.

O 1,4% não caiu do céu, é o número de um estudo produzido através de uma provocação que eu fiz ao Ministério da Fazenda, que me trouxe esse número. Portanto, esse é um número basilar, que vai medir o suporte e a arrecadação necessária para salvar a previdência social. Essa é a primeira missão dessa PEC.

E, segundo, essa PEC enfrenta dois problemas que o mundo do emprego enfrenta hoje: a informalidade e a pejotização. É outro caminho que essa PEC vai de encontro. E essa PEC promove um estímulo: estimula quem emprega mais. Quem emprega mais tem condição de o resultado final da apuração do seu imposto ser um imposto menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o custo do emprego no Brasil é muito alto. Para enfrentar esse assunto, talvez essa PEC seja um caminho. É claro que nós estamos no começo da discussão sobre isso, e tenho conversado com o Relator Vanderlan Cardoso, que tem ouvido muita gente e vai trazer as suas contribuições, mas é preciso que as empresas que atuam no nosso país, independentemente de ter muita mão de obra ou pouca mão de obra, tenham compromisso com a previdência social, porque elas têm um compromisso com a previdência social e a gente enfrenta o custo do emprego. Quando você tira 20% da guia da previdência que é responsabilidade do empregador, você está automaticamente tornando o custo do emprego bem menor do que aquele que a gente enfrenta hoje.

Esta audiência pública cumpriu o seu papel. A gente volta em breve à Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Senador Vanderlan Cardoso, para apreciar o relatório dele e seguir com a tramitação desse projeto de emenda à Constituição.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente, só antes de terminar.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não, Presidente Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Quero só concluir, só para vocês verem a dificuldade que nós temos hoje de mão de obra no Brasil.

Nós aprovamos o PL 715, conhecido – como vocês devem ter ouvido – como "emprego safrista". Futuramente, nós queríamos chegar... Talvez poderíamos avançar além do emprego, porque esse emprego é mais para mão de obra manual no campo – na laranja, no café, na maçã, na uva, na fruticultura, enfim... E aprovamos, foi unânime. Eu fui Relator. Foi unânime no Senado, foi unânime na Câmara dos Deputados, e infelizmente o Governo vetou.

Eu só não consigo entender como que faz um veto... Se uma pessoa está no Bolsa Família hoje recebendo R$600, R$700, ela vai vir para o emprego formal, trabalhando por 90 dias ou podendo permanecer no máximo até seis meses... Ela vem para um emprego formal, recolhendo à previdência todos os encargos sociais – todos os encargos sociais –, enquanto aqui simplesmente ele só recebe o Bolsa Família. Infelizmente, o Governo vetou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dizem – ouvi falar – que agora ele voltou atrás.

Foi construído um acordo. Eu construí esse acordo, inclusive, com o Ministro de Assistência Social, na época era o Wellington Dias – o Wellington Dias, eu acho que era –, e estava tudo certo, e infelizmente o Governo vetou.

Então, nós temos que procurar... O Brasil tem que entender que, em todos os setores, nós temos dificuldades já de contratação de gente, de contratação de mão de obra. Nós temos que fazer algo para que as empresas consigam sobreviver e para que o campo consiga sobreviver, e nós não tenhamos mais perda de colheita nos campos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Com a palavra do Senador Jaime Bagattoli, agradecendo aqui a participação do Fellipe, do Marcelo e do Ermínio, pelo sistema remoto, a gente declara encerrada esta audiência pública.

Obrigado a todos que estiveram aqui presentes, nos acompanhando pela TV Senado ou aqui na nossa Comissão.

Boa tarde.

(*Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1° DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezessete minutos do dia primeiro de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Sergio Moro e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Professora Dorinha Seabra, Jayme Campos, Alan Rick, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Dra. Eudócia, Efraim Filho, Omar Aziz, Rodrigo Pacheco, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Hermes Klann, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Camilo Santana, Weverton, Leila Barros, Tereza Cristina, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Wilder Morais e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Renan Filho, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Eliziane Gama, Magno Malta e Rogerio Marinho. A Presidência registra a presença do Ministro Herman Benjamin, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e do Ministro Luis Felipe Salomão, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 9ª Reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3085, de 2026 - Terminativo -** que: "Regulamenta o regime de relevância das questões de direito federal infraconstitucional para admissão dos recursos especiais no Superior Tribunal de Justiça e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.085, de 2026, com o acolhimento parcial das Emendas nº 2-T, nº 3-T, nº 5-T e nº 6, nos termos da emenda que apresenta, pelo acolhimento total da Emenda nº 4-T, e pela prejudicialidade do PL nº 3.804, de 2023. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei nº 3085, de 2026; aprovadas parcialmente as Emendas nºs 2-T, 3-T, 5-T e 6, nos termos da Emenda nº 7-CCJ; e aprovada a Emenda nº 4-T-CCJ. Aprovado o Parecer pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3804, de 2023, que tramita em conjunto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6191, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto dos Cães e Gatos." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4186, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 206 da Lei nº 10.406,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4413, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Contrário ao Projeto, por inconstitucionalidade. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário ao Projeto, por inconstitucionalidade, por unanimidade. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2332, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para permitir que servidor público possa ser microempreendedor individual (MEI)." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria: Relatoria *Ad hoc*:** Senador Esperidião Amin, que substituiu o Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3801, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui a Programa Nacional de Modernização da Infraestrutura dos Setores de Energia Elétrica e de Telecomunicações (PNMIET), com o objetivo de promover a segurança urbana, a organização do espaço público e a preservação das cidades brasileiras." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao Projeto com 8 emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2672, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar de forma mais gravosa os crimes de homicídio, lesão corporal, constrangimento ilegal, ameaça, incitação ao crime e desacato e os crimes contra a honra, quando cometidos contra profissionais da saúde e profissionais da educação, conforme especifica, no exercício de suas funções ou em decorrência delas; e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 27-CCJ, de 2026, de urgência para a matéria, de autoria do Senador Dr. Hiran. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4668, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 302 e 303 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incrementar as penas do homicídio e da lesão corporal praticados na direção de veículo automotor, quando o condutor estiver sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, e o art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, prever a possibilidade de decretação de prisão preventiva nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 27, de 2026 que: "Requer urgência para o PL 2672/2025, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar de forma mais gravosa os crimes de homicídio, lesão corporal, constrangimento ilegal, ameaça, incitação ao crime e desacato e os crimes contra a honra, quando cometidos contra profissionais da saúde e profissionais da educação, conforme especifica, no exercício de suas funções ou em decorrência delas; e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos)"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/01

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em tempo, eu quero registrar aqui a presença do Ministro Herman Benjamin, Presidente do STJ – seja bem-vindo, Ministro –, e também do Ministro Luis Felipe Salomão, que é o Vice-Presidente. Sejam bem-vindos, bem como toda assessoria.

Quero dar as boas-vindas aqui ao nosso Presidente, Senador Rodrigo Pacheco. É uma honra ter V. Exa. aqui em nossa Comissão. Esta Comissão é de V. Exa. também, que é membro dela.

Item 1 da pauta. Tramitação conjunta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3085, DE 2026

- Terminativo -

Regulamenta o regime de relevância das questões de direito federal infraconstitucional para admissão dos recursos especiais no Superior Tribunal de Justiça e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.085, de 2026, com o acolhimento parcial das Emendas nº 2-T, nº 3-T, nº 5-T e nº 6, nos termos da emenda que apresenta, pelo acolhimento total da Emenda nº 4-T, e pela prejudicialidade do PL nº 3.804, de 2023.

Observações:

- Foram apresentadas as Emendas nº 2-T, de autoria do Senador Izalci Lucas; nºs 3-T e 4-T, de autoria do Senador Eduardo Gomes; nº 5-T, de autoria do Senador Laércio Oliveira; e nº 6, de autoria do Senador Jorge Kajuru;

- A Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Jader Barbalho, foi retirada pelo autor;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramita em conjunto.

Projeto de Lei nº 3804, de 2023.

Terminativo também.

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de regulamentar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional como condição de admissibilidade do recurso especial.

Autoria: Senador Marcos do Val.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro para proferir o relatório.

Com a palavra, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Como Relator.) – Presidente, Senador Vanderlan, o projeto aqui – só ressaltando a importância dele, porque é um projeto muito técnico –, no fundo, visa viabilizar o Superior Tribunal de Justiça, que hoje sofre com o acúmulo de processos. É claro que a preocupação não é exatamente com a carga de trabalho dos ministros, mas com a necessidade de racionalizar o sistema de justiça. A importância desse projeto é retratada pelo fato de o autor dele ser o próprio Senador Davi Alcolumbre. E quero destacar aqui, antes de começar, o papel importante do próprio STJ, aqui representado pelo Presidente Herman Benjamin e também pelo Ministro Luis Salomão, bem como pelo nosso ilustre colega, Senador Rodrigo Pacheco, junto com a OAB, que prepararam o anteprojeto que foi encaminhado a esta Casa.

Então, vou ao relatório.

Vêm ao exame desta Comissão o Projeto de Lei 3.804, de 2023, de autoria do Senador Marcos do Val, que altera a Lei 13.105, a fim de regulamentar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional como condição de admissibilidade do recurso especial; e o PL 3.085, de 2026, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que regulamenta o regime de relevância das questões de direito federal infraconstitucional para admissão dos recursos especiais e altera a Lei 13.105.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambos os projetos visam a regulamentar o previsto no art. 105, §§2º e 3º, da Constituição Federal, conforme texto incluído pela Emenda Constitucional nº 125, de 14 de julho de 2022. Por isso, esses dois projetos foram apensados e estão sendo liberados em conjunto.

Foram apresentadas as emendas já mencionadas por V. Exa.

O relatório segue descrevendo, um a um, os dispositivos dos dois projetos.

Passo à análise, Presidente.

As proposições vêm à CCJ, para o exame de sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno. Adicionalmente, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito das matérias de competência da União, em especial as relativas a direito processual.

Sob o aspecto da constitucionalidade e juridicidade, os dois projetos mostram-se adequados e oportunos. Com efeito, a Emenda Constitucional nº 125 alterou o art. 105 da Constituição, para nele inserir o §2º, que estabelece que, "no recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional, nos termos da lei". Essa previsão constitucional, portanto, remete à lei a regulamentação do conceito e das hipóteses de relevância.

As proposições em questão cumprem o comando constitucional ao preverem e detalharem os critérios para a demonstração da relevância. Os projetos são, portanto, compatíveis com a Constituição, pois as regulamentações propostas para a relevância conferem clareza e previsibilidade à aplicação do novo filtro recursal, permitindo finalmente a sua implementação pelo STJ. As proposições não incorrem, ainda, em qualquer vício formal de constitucionalidade.

No que se refere à regimentalidade, a tramitação da matéria observa as disposições regimentais pertinentes. Os projetos foram regularmente despachados à CCJ para exame em decisão terminativa, sendo assegurada a abertura de prazo para as emendas.

A determinação de tramitação conjunta encontra amparo nas normas regimentais que disciplinam o apensamento de proposições correlatas.

Ao mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambos os projetos são necessários e pertinentes em vista da necessidade da regulação legislativa do filtro processual da relevância como requisito de admissibilidade do recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, conforme previsão do art. 105, §2º, da Constituição Federal, com a redação de Emenda Constitucional 125, de 2022.

Sobre a necessidade do filtro, é ela notória, em vista da profusão de recursos no sistema processual brasileiro, o que sobrecarrega o STJ com recursos em números crescentes, com potencial de comprometimento do exercício adequado de suas funções institucionais essenciais. Na exposição de motivos do PL 3.085, elaborado pelo ilustre Senador Davi Alcolumbre, o tamanho do problema e os números assustadores foram assim expostos – abro aspas –:

> Segundo balanço das atividades jurisdicionais de 2024, apontou-se recorde absoluto no número de processos recebidos e julgados: 677.255 julgamentos, ou quatro a cada três minutos durante todos os dias do ano. Este número é superior ao que a Corte Superior produziu nos seus primeiros 11 anos de existência. Ou seja, desde a sua instalação em abril de 1989 até o final de 1999, o tribunal julgou 615.809 processos. Apenas em 2024, esse total foi ultrapassado em outubro. A média por ministro superou 20 mil julgados pela primeira vez na história do STJ. Em 2010 essa média era de 10 mil. Atualmente, o acervo processual do STJ é de mais de 332 mil processos. Contudo, ao longo de 2024, o número de ações distribuídas foi de 501.024 – foi a primeira vez na história que o tribunal superou a marca de 500 mil ações distribuídas e registradas [de 2022] [fecho aspas].

A prestação de justiça cabe ordinariamente às cortes e aos tribunais de primeira e segunda instâncias. A análise das questões de fato e das provas exaure-se, aliás, nessas instâncias. Estabelecer um filtro de relevância para recursos perante o STJ não representa, portanto, denegação de justiça, já que ela se realiza nas instâncias ordinárias. Cabe aos tribunais superiores a decisão de questões de direito, e sua principal função é a formulação de precedentes que guiarão as demais instâncias em seus julgamentos.

Essa afirmação é importante para deixar claro para o cidadão que nos ouve que a colocação de um filtro de relevância em nada impede o acesso à Justiça que é realizada pelas cortes ordinárias, cabendo aos tribunais superiores outra função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os tribunais superiores, a racionalização do volume recursal é medida indispensável, pois a submissão de dezenas ou centenas de milhares de recursos acarreta morosidade e compromete, mesmo diante dos esforços dos ministros, a qualidade dos julgamentos.

As duas proposições adotam estratégias distintas para disciplinar a matéria. O PL 3.804, de 2023, opta por intervenção legislativa mais enxuta. De forma distinta, o PL 3.085, de 2026, propõe disciplina mais abrangente, com o propósito de aproximar o regime da relevância no STJ ao regime da repercussão geral no STF, sem, contudo, sugerir um rol de hipóteses em que haverá relevância.

Nesse aspecto – e apesar de reconhecer o grande trabalho que foi feito pelo Senador Marcos do Val na elaboração do PL 3.804 –, o PL 3.085, de 2026, adota a formulação preferível, reportando-se à própria regra constitucional sobre os casos nos quais a relevância é presumida, ou seja, ao §3º do art. 105 da Constituição Federal, sem pretender ampliar o rol. Sendo o objetivo primário filtrar os recursos especiais segundo a sua relevância, é inconveniente ampliar por lei o rol já previsto no texto constitucional. Aqui uma posição minha, pessoal: *de lege ferenda*, o mais apropriado seria, na verdade, a reforma do próprio dispositivo constitucional para restringir os casos nos quais a relevância é presumida, mas isso não cabe, evidentemente, nesse projeto de lei.

No mesmo sentido, é cabível questionar a exigência do voto de dois terços do órgão colegiado para negar a relevância às questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, proposta no §6º do art. 1.035-A do PL 3.085. Com efeito, o quórum qualificado é superior à maioria necessária para o julgamento de mérito do próprio recurso, o que parece contraditório e desnecessário. O mais apropriado seria o contrário, que a relevância só fosse reconhecida com o voto de dois terços do colegiado. Entretanto, aqui cumpre reconhecer que a proposta apenas reproduz o quórum exigido pelo próprio texto constitucional do §2º do art. 105 da Constituição Federal, o que não poderia ser diferente. Ouso aqui recomendar – de novo, minha posição pessoal – que, no futuro e após a consolidação da experiência sobre o filtro processual, afastando-se os fantasmas do receio infundado de que o filtro seja demasiado, cogite-se alterar o texto constitucional e, sucessivamente, o legal, para corrigir a inversão lógica.

A abordagem do PL 3.085 também se destaca por propor uma regulamentação mais completa e sistemática da matéria do que no PL 3.804. Assim, embora o texto do último tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o mérito e a qualidade técnica necessária, cabendo elogiar o trabalho de seu autor, o Senador Marcos do Val, é mais apropriado aprovar o mais moderno, por sua maior abrangência.

Além disso, o PL 3.085 tem origem no próprio Superior Tribunal de Justiça, tendo sido apresentado pelo Presidente desta Casa, o Senador Davi Alcolumbre, que teve a sensibilidade de acolher na íntegra o texto construído pelo próprio Tribunal da Cidadania dada a *expertise* dos magistrados que o compõem.

Aqui faço só uma reflexão, Senador Vanderlan, porque eu recebi muitas sugestões, dos mais variados processualistas do país, mas esse texto, pelo que me foi informado, foi trabalhado pelo próprio STJ e pelo Obre para se buscar um texto de consenso, inclusive com o trabalho do nosso ilustre Senador Rodrigo Pacheco aqui. E existe uma urgência na regulamentação dessa matéria que vem desde 2022. Então, talvez, no texto, lido por muitos processualistas gabaritados no país, sempre tenha alguma coisa ou outra que se queira apontar, que se gostaria que fosse diferente. Mas creio que nós temos uma missão aqui de aprovar esse texto consensuado o mais rápido possível, para que o instituto possa ser implementado para, com isso, dar uma maior racionalidade ao trabalho do STJ e, com isso também, uma prestação jurisdicional dos tribunais superiores mais adequada às necessidades do nosso tempo.

Passo agora à análise das emendas apresentadas perante esta Comissão no prazo regimental.

A Emenda 1-T, de autoria do Senador Jader Barbalho, foi retirada, posteriormente, a pedido do próprio autor.

As Emendas 2-T e 3-T, de autoria dos Senadores Izalci Lucas e Eduardo Gomes, respectivamente, possuem mesmo teor e visam a estabelecer um prazo para a suspensão dos processos ordenada no exercício dos poderes previstos no §7º do art. 1.035-A, a fim de afastar receios de que ela poderia se estender indefinidamente. Resolvo acolhê-las parcialmente, nos termos da emenda que apresento, por entender que a fórmula mais apropriada seja a fixação de um prazo de seis meses, prorrogável por uma única vez por mais seis meses. Antevejo a possibilidade de ocorrerem instruções e discussões mais longas, com audiências públicas ou participação de terceiros interessados na resolução de recursos especiais com questões de direito infraconstitucional mais complexas, situações nas quais a prorrogação do prazo faz-se necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda 4-T, também de autoria do Senador Eduardo Gomes, levanta questão igualmente pertinente, pois o parágrafo único do art. 992 do Código de Processo Civil, com a redação proposta pelo PL 3.085, exagera ao impor multa de 20% do valor da causa pelo ajuizamento de reclamação inadmissível. A preocupação com um excesso de reclamações é legítima, mas a abordagem sugerida na proposição mostra-se excessiva, razão pela qual acolho a emenda integralmente. Mas sugiro aqui que, após a implementação dessa lei e do instituto, havendo um excesso de reclamação, se possa, Senador Pacheco, discutir um instrumento para eventualmente limitar o emprego da reclamação, caso isso realmente se mostre excessivo. Mas, em favor da tramitação rápida do projeto, acabei acolhendo essa emenda de autoria do Senador Eduardo Gomes, após debater, inclusive, com os nossos colegas ministros e com o Senador Rodrigo Pacheco.

Por fim, no que se refere às Emendas 5-T e 6, dos Senadores Laércio Oliveira e Jorge Kajuru, respectivamente, que visam a suprimir o §7º do art. 1.035-A proposto, entendo que a preocupação manifestada é meritória, já que é significativo o poder do relator do recurso especial de ordenar a suspensão de todos os processos em trâmite no território nacional que versem sobre a questão federal cuja relevância foi reconhecida. Entretanto, embora pareça, em primeira análise, um poder excessivo nas mãos de um único ministro, trata-se de reprodução do mesmo mecanismo utilizado no recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida e que tem, em regra, bem funcionado no sistema processual. Além disso, a ordem de suspensão só cabe após o reconhecimento pelo colegiado da relevância da questão de direito federal infraconstitucional, com o que, de certa forma, não fica entregue à deliberação exclusivamente monocrática.

De todo modo, para minorar as preocupações dos ilustres Senadores e de outros quanto à eventual suspensão desnecessária de milhares de processos, entendo que é possível o acatamento parcial da referida emenda nos termos da emenda que proponho, visando agregar as expressões – entre aspas – "mediante justificativa" e "total ou parcial" no texto do §7º do art. 1.035-A do PL 3.085, de modo a deixar explícito que a suspensão dos processos deve ser fundamentada – não bastando o reconhecimento prévio da relevância – e pode ser parcial. Afinal, podem ocorrer situações em que a suspensão dos processos não seja necessária ou poderia ser determinada de forma mais restrita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A esse propósito, até em notícia da semana passada no Supremo Tribunal Federal, uma decisão do relator de um recurso extraordinário sobre pejotização permitiu que a suspensão, que antes era total, fosse apenas parcial; e que fosse realizada a instrução antes da suspensão dos processos.

Com esses adendos, a aprovação do Projeto de Lei 3.085, de 2026, é imperativa, a fim de recolocar o Superior Tribunal de Justiça na trilha imaginada pelo Constituinte de 1988, ou seja, a de constituir uma verdadeira corte de precedentes, distanciando-a da função de mera terceira instância recursal. A racionalização do recurso especial, com o filtro de relevância, permitirá julgamentos em menor número, mas de maior qualidade, com a valorização da função do Superior Tribunal de Justiça de formação de precedentes vinculantes, que reduzirão a fragmentação do sistema processual e contribuirão para o fortalecimento da segurança jurídica no país.

Ao voto, Presidente.

Em vista do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL 3.085, de 2026, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 2-T, 3-T, 5-T e 6, nos termos da emenda que apresento; pelo acolhimento total da Emenda 4-T; e pela prejudicialidade do PL 3.804, de 2023, nos seguintes termos:

> EMENDA Nº – CCJ
> Dê-se a seguinte redação ao § 7º do art. 1.035-A da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), como proposto no art. 2º do PL nº 3.085, de 2026, nos termos a seguir:
> [Então, fica a redação do §7º do art. 1.035-A nos seguintes termos.]
> "Art. 1.035-A .....
> .....
> § 7º Reconhecida a relevância da questão de direito federal infraconstitucional, o relator no Superior Tribunal de Justiça poderá, mediante justificativa, determinar a suspensão, total ou parcial, do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, pelo prazo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6 (seis) meses, prorrogável, uma única vez, por mais 6 (seis) meses quando houver a necessidade de audiência pública ou a participação de terceiros."

É o voto, Presidente.

Com isso, creio que nós damos uma resposta importante ao nosso sistema processual de justiça, porque o acesso em demasia aos tribunais superiores, pelo acúmulo de milhares de processos nessas cortes, acaba dificultando a porta de saída, e o cidadão quer ver o final do processo. E o estabelecimento de um filtro de relevância terá a possibilidade de converter o Superior Tribunal de Justiça numa verdadeira corte de precedentes de legislação infraconstitucional, o que, a meu ver, era o propósito originário do Constituinte de 1988. Isso vai possibilitar uma prestação jurisdicional de maior qualidade e de maior velocidade para o nosso jurisdicionado e para o cidadão brasileiro.

Só finalizando aqui, agradeço mais uma vez a contribuição do Senador Rodrigo Pacheco e a confiança do Senador Davi Alcolumbre, assim como o diálogo permanente que tivemos com os Ministros do Superior Tribunal de Justiça para a elaboração desse parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Sergio Moro. Parabéns pelo seu relatório. Relatou com confiança e muito conhecimento.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, se me permite, não há oradores inscritos para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não. Não tem oradores, até o momento, não tem oradores inscritos.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG) – Então, eu queria sugerir que pudéssemos fazer a votação – encerrar a discussão e fazer a votação –, esse é o meu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu quero fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Esperidião Amin, comente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – É uma inscrição, portanto.

Eu quero me congratular com o esforço, sempre revestido de profundo conhecimento de causa e da causa, do nosso Senador Sergio Moro. Acho que ele, nas diligências que desenvolveu, recobriu o assunto com todas as particularidades que ele envolve e tem delas implicações, de sorte que eu me sinto muito satisfeito pelo trabalho do Senador Sergio Moro, sem prejuízo de todos os outros que contribuíram, tanto os Ministros – alguns deles aqui presentes, a quem eu saúdo – quanto o próprio proponente e o nosso prezado Senador Rodrigo Pacheco, que, em situações tais, sempre tem uma ponderação adicional e valiosa para fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores sobre se podemos realizar votação única para o PL 3.085, de 2026, e para as emendas a ele apresentadas, nos termos do parecer.

Em votação.

As senhoras... Já está aberto? (*Pausa.*)

Por favor. (*Pausa.*)

O.k. (*Pausa.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – O voto será no papel.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu sou contra a votação em cédula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só lembro, Senador Jayme, que é matéria terminativa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, pela ordem.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra o Senador Rodrigo. Em seguida, o Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – A preferência é do Presidente do Congresso.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG) – Por favor, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – V. Exa. foi Presidente, tem precedência.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Cumprimento o Presidente Vanderlan pela condução dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu gostaria, Sr. Presidente, primeiro, de registrar os meus cumprimentos pelo trabalho realizado ao Senador Sergio Moro, na relatoria desse projeto, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que se soma a um outro projeto, de autoria do nosso colega Senador Marcos do Val, numa obra que constitui o exaurimento de um tema – se me permite o trocadilho – muito relevante para a Justiça brasileira, que é o estabelecimento do filtro da relevância das teses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurídicas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça para o conhecimento de recursos especiais, que são os recursos dirigidos àquela corte, ao Tribunal da Cidadania.

O Senador Sergio Moro teve a percepção de compreender que esse texto foi um texto concertado entre o próprio Superior Tribunal de Justiça, que tem uma autoridade natural para poder, a partir do seu conhecimento e do seu dia a dia, entender que há uma necessidade de conter um volume extraordinário e que contraria a essência, a natureza da própria corte do Superior Tribunal de Justiça. Então, é um texto que é proposto pelo Superior Tribunal de Justiça e também com a participação do diálogo da Ordem dos Advogados do Brasil, representando a advocacia brasileira. E digo que é um exaurimento porque ele advém de uma emenda constitucional, a Emenda Constitucional 125, promulgada – e tive a honra de promulgar na ocasião, como Presidente do Congresso Nacional – no ano de 2022.

Essa emenda constitucional estabelece esse filtro de relevância nos recursos especiais, mas um ponto muito importante de ser destacado e esclarecido, Senador Vanderlan, é que, quando houve essa discussão lá atrás de se inserir na Constituição esse tema da relevância – há até um dado curioso, Senador Sergio Moro –, eu, como Deputado Federal, quando essa emenda constitucional passou na Câmara dos Deputados, fui um dos sete votos contrários à emenda constitucional, tal como concebida na Câmara dos Deputados, porque entendia que aquilo era um dificultador do acesso à Justiça e da própria advocacia ao Superior Tribunal de Justiça.

Calha de eu vir para o Senado Federal, assumir a Presidência, e quanto a essa emenda constitucional, que até então tinha o meu voto contrário como Deputado, que eu pudesse conduzir uma concertação naquele instante que permitisse que se pudesse conciliar o interesse legítimo e absolutamente correto do Superior Tribunal de Justiça de se limitar essa quantidade excessiva de recursos no âmbito da corte com os interesses da advocacia brasileira. Foi quando, então, fizemos a excepcionalização da regra para que todas as ações penais, todas as ações de improbidade administrativa, as ações cujo valor da causa ultrapasse 500 salários mínimos, todas as ações que possam gerar inelegibilidade, as hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça fossem exceções à regra e que a relevância, então, fosse presumida, não precisasse ser demonstrada pela parte e pelo seu advogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com esses acréscimos e com essa excepcionalização, foi possível se chegar naquele instante a um entendimento entre magistrados, entre a advocacia e foi feita a emenda constitucional promulgada para bem da Justiça brasileira, estabelecendo esse filtro de relevância que redundará numa redução estimada de 25% dos recursos em tramitação no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

E este projeto de lei agora, no seu tempo, com amadurecimento próprio, construído novamente a partir de um diálogo muito robusto, feito pelo STJ e pela OAB, vem a regulamentar essa emenda constitucional, descendo a detalhes de como isso deve se dar no dia a dia do trâmite judicial.

Foram inúmeras reuniões, e aqui eu quero enaltecer o trabalho muito empenhado e muito dedicado da direção do Superior Tribunal de Justiça, tanto do Presidente, Herman Benjamin, quanto do Vice-Presidente, Luis Felipe Salomão, ambos aqui presentes e que nos honram muito com suas presenças na CCJ do Senado. Eles se dedicaram muito e participaram ativamente desse debate, demonstrando ao Senado Federal, especialmente ao eminente Relator Sergio Moro, a importância da aprovação desse projeto.

Mas quero destacar também outros Ministros do STJ que, ao longo dessa trajetória, também se dedicaram muito à tramitação desse projeto, como o Ministro Mauro Campbell e o Ministro Marco Aurélio Bellizze. Com o próprio Ministro Marco Aurélio Bellizze fizemos algumas reuniões, algumas que não chegaram a um consenso com a Ordem dos Advogados do Brasil, mas, ao final e ao cabo, conseguimos então conceber, sob a subscrição do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, um projeto que pudesse atender não só àquilo que pensa o STJ, àquilo que pensa a advocacia, mas àquilo, sobretudo, que interessa à Justiça brasileira e aos jurisdicionados do Brasil. Portanto, um projeto em bom termo, em bom tamanho.

Houve dois pontos, depois da apresentação do projeto pelo Senador Davi Alcolumbre, que mereceram atenção de nossa parte, especialmente provocados que fomos pelo Presidente da Ordem dos Advogados, Beto Simonetti. O primeiro, em relação à possibilidade de reconhecida relevância, de haver uma determinação da suspensão da tramitação de processos Brasil afora. Havia uma súplica da OAB para que esse prazo fosse um prazo improrrogável de seis meses, e o Senador Sergio Moro consegue, ao acolher uma emenda, fazer um meio-termo, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de uma única prorrogação pelo mesmo prazo de seis meses e de caráter excepcional, desde que haja absoluta necessidade, audiências públicas, participação de terceiros, o que, de certo modo, também atende parcialmente àquilo que a OAB reclamava após a apreciação, após a apresentação do projeto. Então, esse ponto fica superado dentro desse termo que o Senador Sergio Moro adotou, e com o qual eu estou de acordo, e, por isso, já apus o meu voto "sim" ao projeto.

O segundo ponto era relativamente a uma multa prevista no caso de reclamação improcedente ou inadmissível. Entendíamos que, de fato, há uma multa excessiva, tanto por um aspecto qualitativo, já há previsões no Código de Processo Civil de multas por atentado à dignidade da Justiça, por litigância de má-fé, além de o percentual de 20% também sobre o valor da causa ser absolutamente excessivo.

Então, o Senador Sergio Moro acolhe a emenda com a supressão desse parágrafo e faz a advertência de que, se no dia a dia desta nova realidade com o filtro de relevância se identificarem reclamações recorrentes e manifestamente improcedentes, não havendo um remédio adequado nas leis gerais do Código de Processo Civil, poder-se-á pensar no futuro em relação a algo dessa natureza. Mas, por ora, é muito prudente e muito adequado que se evite a positivação de uma multa dessa natureza, porque prejudicará e prejudicaria muito a advocacia brasileira, que já concorda com que haja esse filtro dentro desses limites e com essas exceções. De fato, havendo uma multa dessa natureza, isso seria um inibidor do acesso ao Superior Tribunal de Justiça a título de reclamação, o que, quero crer, todos nós reconhecemos ser absolutamente legítimo que uma parte que se vê lesada no tribunal de origem possa acessar o Superior Tribunal de Justiça a título de reclamação.

Portanto, com esse acolhimento da emenda de autoria do Senador Eduardo Gomes pelo eminente Relator, Senador Sergio Moro, nós estamos absolutamente aderentes a esse projeto. Já, como disse, inseri o meu voto "sim". Peço o apoio dos demais colegas da Comissão de Constituição e Justiça, haja vista que este projeto é terminativo aqui na Comissão, para que ele possa logo ser encaminhado à Câmara dos Deputados, onde abordaremos o Presidente Hugo Motta, para que se dê efetiva celeridade e, enfim, possamos exaurir essa ideia que nasceu lá atrás de poder dar ao STJ condições de poder julgar processos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, são milhares de processos para cada ministro e muitos processos que, de fato, poderiam se resolver no âmbito da primeira e da segunda instância, nas instâncias ordinárias, sem precisar recorrer, em relação a todos esses processos do Brasil, ao Superior Tribunal de Justiça.

Portanto, com esses argumentos, quero cumprimentar, uma vez mais, o eminente Relator, os autores da proposição, todos os pares do Senado, pela aprovação desse projeto, que eu quero acreditar que, em instantes, será anunciada pelo Presidente Vanderlan.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza.

Obrigado, Senador Rodrigo Pacheco.

Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Vanderlan, Sras. e Srs. Senadores, permitam-me saudar aqui o ilustre Ministro Herman Benjamin, nosso querido e estimado amigo Dr. Luis Felipe Salomão, mas, de forma toda especial e carinhosa aqui, também a nossa querida conterrânea Ana Lya, que é a nossa Presidente da Ajufe e também está participando hoje, aqui desta Comissão, dessa votação. Seja bem-vinda, amiga!

Mas, Presidente, da mesma forma que agora vai ser votada e aprovada essa matéria de muita relevância, sobretudo meritória – um projeto da autoria do Senador Davi Alcolumbre, com o zelo e a competência do ilustre Senador e querido amigo Sergio Moro –, com que eu tenho a certeza de que nós estamos melhorando o serviço do Poder Judiciário brasileiro, todavia, nós temos uma outra matéria tão importante quanto esta aqui, que já se encontra na CAE e será remetida a esta Comissão, que é o Projeto de Lei 429/2024. É um projeto – talvez alguns colegas não tenham conhecimento – extremamente importante para que possamos criar um fundo na Fejufe, que vai permitir melhoramos também as nossas atividades da Justiça Federal. Não vai dar prejuízo para ninguém, muito pelo contrário, não vai entrar no bolso de nenhum cidadão brasileiro. Nós estamos propondo aqui... Essa proposta desse projeto é dar possibilidade de que a Fejufe tenha recurso em curso até mesmo para melhorar as instalações próprias. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora a digitalização, a questão da inteligência artificial, e a destinação desse recurso será muito bem aplicada, tenho a certeza absoluta, dando essa possibilidade de que a Justiça possa aprimorar, dar mais celeridade em todo o seu trabalho, nesse imenso Brasil.

Lamentavelmente, hoje a escassez de recurso é muito grande e, com isso, torna-se muitas vezes até impossibilitada a Justiça Federal, através dos nossos TRFs, de poder proporcionar, com certeza, um trabalho como a sociedade espera.

Por isso eu quero já pedir de antemão aos nossos colegas Senadores, querido amigo Rodrigo Pacheco: essa matéria está tramitando, ela já esteve no Plenário da Casa. Todavia, houve uma emenda por parte do Senador Veneziano; ela retornou para a CAE; a CAE vai com certeza votar já e virá para esta Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos votar.

Eu particularmente já quero manifestar que eu sou favorável, porque muitas pessoas falam "criar fundo"... O fundo, quando é criado com finalidades, é importante. Não vejo nada para me fazer votar contrário. Então, é uma matéria importante, eu imagino que na próxima semana já vai estar aqui, e quero crer que os senhores, de forma consciente, estarão votando em favor deste projeto, ou seja, deste PL que é o 429/2024.

Essa é a minha fala, Presidente, até porque eu sei que nós temos que acabar de concluir essa votação e iniciar outra. Obrigado.

E vou contar com os senhores aqui, porque eu acho muito importante a aprovação desse fundo em favor da Justiça Federal. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero primeiro parabenizar a iniciativa do nosso Presidente, Davi Alcolumbre, e também o belo relatório aqui do Senador Sergio Moro e agradecer-lhe pelo acatamento da Emenda 2-T, com relação ao prazo.

Então, é só para agradecer, parabenizar e dizer que já votei "sim" nesta matéria. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Vanderlan...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Hiran, com a palavra, pela ordem.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero, ao mesmo tempo em que saúdo aqui a presença dos amigos fraternos Ministro Luis Felipe Salomão e Ministro Herman Benjamin e todas as autoridades do Poder Judiciário que nos acompanham aqui presencialmente nesta sessão, parabenizar também o nosso Presidente Alcolumbre pela pertinência desse projeto de lei e a relatoria do nosso querido colega Senador Sergio Moro, porque acho que não haveria, com a devida vênia dos colegas, um Relator mais qualificado para relatar essa matéria aqui na nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Ao mesmo tempo, Presidente, gostaria que V. Exa., se possível, pudesse inverter a pauta, porque eu tenho um item, o nº 7, que é um item importante, que trata do agravamento de penas contra violências que são efetuadas contra médicos, profissionais de saúde e professores no seu ambiente de trabalho. Se o senhor puder fazer a inversão de pauta, eu lhe agradeço.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Hiran.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Presidente, uma...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Como Relator.) – Presidente, uma última reflexão apenas, aqui.

Primeiro, quero agradecer as gentis palavras aqui do Senador Rodrigo Pacheco, que sempre foi um grande condutor desse projeto. Espero também que a Câmara possa aprová-lo em prazo razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, para um melhor entendimento daquele cidadão que acompanha a nossa sessão, que pode parecer às vezes que estamos colocando um dificultador para ingresso no Superior Tribunal de Justiça com recursos, nós temos que entender o seguinte: um tribunal que tem 33 Ministros, com 500 mil processos ao ano, é humanamente impossível ter uma atenção que esses recursos precisam. E um cidadão que entra com uma ação na Justiça, na primeira instância, na segunda instância, quando ele perde, é natural o sentimento dele de querer recorrer. E, se ele puder, ele recorre para o STJ; se ele puder, ele recorre ao STF; se puder, ele recorre até, aqui brincando, ao Papa, para resolver a questão dele. Mas a racionalidade do sistema recursal exige que isso seja uma pirâmide e que os tribunais de primeira instância e as cortes de apelação... são elas que vão decidir os casos concretos e dar justiça no caso concreto. O STJ e o STF são cortes de precedentes para resolver questões de direito e orientar as demais cortes.

Então, assim como foi importante a repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, tem igual valia, para viabilizar o STJ, para reconduzi-lo ao local próprio, essa arguição de relevância.

Não é algo que acontece diferentemente em outros países. A gente tem sempre o exemplo muito citado da Suprema Corte norte-americana, que, na prática, lá nos Estados Unidos, reúne as atribuições tanto do Supremo Tribunal Federal como do Superior Tribunal de Justiça. Aquela corte julga não mais do que cem processos no ano e nem por isso perde prestígio, nem por isso é vista como limitadora do direito à prestação jurisdicional dos cidadãos daquele país.

Então, esse projeto – só para finalizar, para bom entendimento – é para evitar uma sobrecarga, porque, ao chegar a um tribunal superior, se ele for muito fácil, às vezes é difícil sair pela sobrecarga de processos. E aí não adianta nada o cidadão chegar com recurso ao STF ou ao STJ e demorar anos para ser julgado.

Dessa forma, eu creio que nós racionalizamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – ... o nosso sistema de justiça, nós prestigiamos o Superior Tribunal de Justiça e nós atendemos à grande demanda do cidadão brasileiro, que é uma prestação judicial de qualidade de um processo que tem começo, mas tem também um final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Consulto o Plenário para saber se todos já votaram.

Todos já votaram, podemos abrir?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Consulto o Plenário se já podemos abrir.

Podemos abrir?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Hiran, está autorizado?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está autorizado.

Senador Izalci, Senador Pacheco, Senador Moro, Senador Amin, está autorizado? (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – SIM, 16; NÃO, nenhum.

Abstenção também não. (*Palmas.*)

Aprovado o Projeto de Lei 3.085, de 2026; aprovadas parcialmente as Emendas nºs 2-T, 3-T, 5-T e 6, nos termos da Emenda nº 7, da CCJ; e aprovada a Emenda nº 4-T, da CCJ.

Em votação, Senador Rodrigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação – é sequência ao projeto – a declaração de prejudicialidade do Projeto nº 3.804, de 2023, que tramita em conjunto.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei 3.804, de 2023, que tramita em conjunto.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Senador Sergio Moro, que é o Relator dessa matéria... Senador Sergio Moro, Senador Rodrigo, algum Senador quer fazer pedido de urgência ao Plenário? (*Pausa.*)

Ah, é terminativo, vai direto.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Item 7.

Dr. Hiran, o pedido de V. Exa. foi atendido. Consultei os pares aqui, e todos concordaram.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado aos pares e ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2672, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar de forma mais gravosa os crimes de homicídio, lesão corporal, constrangimento ilegal, ameaça, incitação ao crime e desacato e os crimes contra a honra, quando cometidos contra profissionais da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde e profissionais da educação, conforme especifica, no exercício de suas funções ou em decorrência delas; e altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Autoria: Deputado Federal Goulart.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para proferir o seu relatório. Com a palavra Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente Vanderlan, permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Permissão concedida.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nos termos do art. 101, inciso II, letra "d", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer quanto a matérias que envolvam direito penal, como ocorre no presente caso.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade formal, não se vislumbram vícios, porquanto observada a competência privativa da União para legislar em matéria penal, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal. É possível, pois, que o respectivo processo legislativo seja deflagrado por iniciativa parlamentar, conforme disposto no art. 61, *caput*, do texto constitucional.

Não identificamos, ademais, nenhum óbice de ordem material, na medida em que o presente projeto de lei não viola nenhuma norma ou princípio constitucional. Ao contrário, a proposição legislativa em apreço reforça a tutela da saúde e da educação como bens jurídicos de alta relevância social e envergadura constitucional.

Quanto à sua juridicidade, o PL nº 2.672, de 2025, é adequado, uma vez que sua forma e conteúdo são condizentes com os objetivos que declara perseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito do projeto, cabe apresentar algumas ponderações acerca do preocupante panorama de violência enfrentado cotidianamente pelos profissionais da saúde e da educação.

Um levantamento do Conselho Federal de Medicina indica que os casos de violência contra médicos aumentaram 68% nos últimos dez anos. Pesquisa recente realizada pela Associação Brasileira de Medicina de Emergência revelou que oito a cada dez profissionais da saúde atuantes em serviços de emergência já foram vítimas de algum tipo de agressão no local de trabalho.

Entre 2020 e 2024, cerca de 14.981 boletins de ocorrência foram registrados em todo o país por médicos que relataram episódios de ofensas verbais e físicas sofridas em ambiente hospitalar.

As agressões não são dirigidas apenas aos médicos. Conforme constatado em estudo do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, quase 80% dos profissionais de enfermagem daquele estado relatam terem sido vítimas de alguma forma de violência durante o exercício de suas atividades profissionais.

Na mesma linha, pesquisa recentemente divulgada pelo Instituto de Pesquisa e Estatísticas do Distrito Federal aponta que cerca de 69% dos profissionais de enfermagem do DF já sofreram agressões verbais, físicas ou assédio moral no trabalho.

Profissionais da educação também são vítimas frequentes de violência em ambiente laboral. Conforme indicam dados de uma investigação internacional abrangendo mais de 100 mil professores e gestores escolares, o Brasil lidera o *ranking* de violência contra docentes dos países membros da OCDE. Cerca de 12% dos profissionais de ensino ouvidos no Brasil afirmam ser vítimas de insultos verbais ou intimidações ao menos uma vez por semana.

Uma análise de dados nacionais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo revelou que o número de casos de violência no ambiente escolar mais do que triplicou nos últimos dez anos.

Somado a isso, o Brasil atravessa um período marcado pela recorrência de atentados graves em escolas e universidades. Ao longo das últimas duas décadas, foram registrados 49 ataques a instituições de ensino no país, que resultaram em incontáveis pessoas feridas e em perdas irreparáveis de vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O aumento de casos de agressões a trabalhadores da saúde e da educação demonstra que os mecanismos jurídicos e institucionais atualmente disponíveis são insuficientes para assegurar um ambiente de trabalho digno e seguro para esses profissionais.

É necessário, portanto, que o Estado fortaleça a rede de proteção aos profissionais da saúde e da educação, pois garantir a sua integridade física e psicológica é essencial para o bom funcionamento dos sistemas educacional e de saúde.

Nesse sentido, o aumento das penas dos crimes praticados contra esses profissionais no exercício de suas funções ou em razão delas é uma das medidas necessárias não apenas para preservar direitos fundamentais das vítimas, como também para assegurar a continuidade e a excelência do atendimento à saúde e a formação escolar dos cidadãos. Portanto, a aprovação do presente projeto de lei é fundamental para alcançarmos esses objetivos.

Todavia, são necessários alguns ajustes no texto da proposição para sanar pequenas incongruências.

Inicialmente, são necessários dois ajustes de redação para que as alterações promovidas pelo PL não entrem em conflito com modificações recentes no Código Penal e na Lei dos Crimes Hediondos.

O projeto de lei em análise modifica o Código Penal para inserir o inciso X no rol de hipóteses de homicídio qualificado descritas no §2º do seu art. 121. Todavia, a Lei nº 15.159, de 3 de julho de 2025, já acrescentou o décimo inciso ao mencionado artigo do Código Penal para qualificar o homicídio praticado, entre aspas, "nas dependências de instituições de ensino".

Sendo assim, para preservar a lei recentemente promulgada, que compartilha as mesmas finalidades do PL em tela, impõe-se a aprovação de emenda redacional para atualização numérica do novo inciso. Com efeito, o acréscimo proposto pelo presente projeto de lei deverá ser materializado como inciso XI do §2º do art. 121 do Código Penal, preservando-se sua redação original.

Do mesmo modo, a Lei nº 15.159, de 2025, também já introduziu a alínea "c" ao inciso I-A do art. 1º da Lei de Crimes Hediondos, prevendo como hediondos os crimes de lesão corporal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticada nas dependências de instituição de ensino.

Dessa forma, é necessário aprovar a emenda de redação para que a modificação pretendida seja materializada como alínea "d" do art. 1º, I-A, da Lei de Crimes Hediondos.

Além disso, o Projeto de Lei pretende adicionar o inciso I-C ao art. 1º da Lei 8.072, de 1990, para classificar como hediondo o homicídio praticado contra profissional de saúde no exercício de suas funções, ou em decorrência delas. Todavia, tal modificação mostra-se desnecessária. Isso porque, nos termos do art. 1º, I, da Lei 8.072, de 1990, as hipóteses de homicídio qualificado previstas no Código Penal já são classificadas como crimes hediondos. Logo, ao qualificar o homicídio praticado contra profissionais de saúde, o conteúdo do inciso I-C proposto já estaria perfeitamente contemplado.

Dito isso, em homenagem à melhor técnica legislativa, propomos a supressão do trecho do art. 3º do PL que propõe a inclusão do inciso I-C ao art. 1º da Lei de Crimes Hediondos para evitar redundâncias.

Finalmente, após análise técnica, constatamos a necessidade de aumentar a pena mínima do crime de lesão corporal de natureza grave para evitar a tutela deficitária dos direitos dos profissionais de saúde e da educação vítimas de lesões corporais.

Explicamos.

Presidente, eu queria pedir um pouquinho de silêncio porque, senão, eu vou perder a voz aqui de tanto gritar. Um pouquinho de silêncio aí, Presidente.

Muito obrigado a todos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O PL acrescenta o §14 ao art. 129 do Código Penal para qualificar a lesão corporal simples praticada contra profissionais de saúde e da educação, no exercício de suas funções ou em decorrência delas, punindo a prática com pena de reclusão de dois a cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o PL adiciona o §15 ao mencionado artigo para prever o aumento das penas cominadas às lesões corporais de natureza grave, gravíssima e lesão corporal seguida de morte, previstas, respectivamente, nos §§ 1º, 2º e 3º, quando praticadas nas circunstâncias constantes no §14.

Ou seja, em se tratando de lesão corporal simples contra profissionais de saúde e educação, aplica-se o crime qualificado do novo §14; nos casos de lesões corporais qualificadas pelo resultado, prevalecerão as penas previstas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 129 do Código Penal, aumentadas de um terço a dois terços.

Dessa forma, verificamos que o PL produz uma distorção indesejada, uma vez que o delito capitulado no §1º do referido art. 129 – das lesões corporais de natureza grave – comina pena mínima de um ano, enquanto o tipo penal proposto pelo projeto de lei no §14 prevê pena mínima de dois anos.

Nesse cenário, a lesão corporal de natureza grave praticada contra profissionais de saúde e da educação poderá, em situações concretas, ser punida com pena menos gravosa do que lesões corporais simples cometidas nas mesmas circunstâncias. Essa incongruência somente pode ser sanada com o aumento do patamar mínimo da pena cominada ao crime de lesão corporal grave.

Portanto, para preservar a proporcionalidade da reprimenda, apresentamos a emenda ao PL com proposta para o aumento de pena mínima do crime capitulado no §1º do art. 129 do Código Penal, passando de um ano para dois anos.

Esse é o voto, Presidente.

E, pelo exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.672, de 2025, com as demais emendas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Hiran, pelo seu relatório!

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CCJ a 3-CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, eu ia solicitar a urgência, mas já que V. Exa. encaminhou essa matéria ao Plenário, eu já estou contemplado. Eu posso pedir a urgência?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pode pedir a urgência, não é terminativo.

O Presidente Vanderlan cometeu um erro anterior, agora não vamos cometer mais.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu pediria, então: acrescentaria o pedido de urgência à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Em votação o requerimento de urgência.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O pedido de urgência é com o Projeto nº 2.672, de 2025, relatado pelo Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, você me concede um minuto, Presidente, só para eu agradecer a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Na hora, Senador. Tem toda a palavra que o senhor precisar, todo o tempo que o senhor precisar.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Quero agradecer aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, porque a aprovação desse projeto é uma sinalização de que nós estamos protegendo carreiras fundamentais que prestam serviço principalmente às pessoas mais humildes, que procuram, por exemplo, o sistema de saúde do SUS. Muitas vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, não só médicos, mas a equipe multiprofissional da saúde que está à frente dos prontos-socorros, das UBS, terminam recebendo toda a carga de angústia, às vezes por questões de falta de estrutura ou por sobrecarga de trabalho. E essas pessoas, muito comumente, são vítimas de violência de todo o tipo.

Além do quê, nós não nos esquecemos dos nossos professores, que, às vezes, estão nas escolas dos mais diferentes rincões deste país e também são submetidos a todo tipo de violência, o que compromete a sua atividade.

Eu quero aqui agradecer a V. Exa. e a todos os Senadores e Senadoras que dão essa resposta à sociedade, que clama por uma punição mais enérgica a essas pessoas que causam danos a esses profissionais tão fundamentais na formação e na atenção do nosso povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Sergio Moro com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Pela ordem.) – Eu queria só fazer uma reflexão aqui e também elogiar o Senador Dr. Hiran pelo relatório desse projeto, e acompanhar as razões dele, porque, de fato, os profissionais da saúde – e aqui também incluídos os da educação – ficam sujeitos... Às vezes, em momentos de tensão, o cidadão acaba insatisfeito com uma demora que não é do serviço de saúde, mas das condições que não são as melhores para o atendimento, e acaba reagindo negativamente contra o profissional da saúde.

Então, essa elevação de pena aqui proposta, esse agravamento, com o intuito de proteger o profissional da saúde e o profissional da educação, vem em boa hora e significa também um reconhecimento, pelo Senado, da relevância e do trabalho desses profissionais. E não poderia estar em melhores mãos do que nas do Senador Dr. Hiran, que, ao longo dos seus mandatos, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Deputado, seja agora como Senador, tem sido grande defensor, nesta Casa, da classe médica e dos serviços de saúde essenciais.

Então, registro aqui o meu elogio também a V. Exa. e ao projeto em questão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4413, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Contrário ao Projeto, por inconstitucionalidade.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Autoria: Deputado Federal Daniel Almeida.

Relatório contrário ao projeto por inconstitucionalidade, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Rogério para proferir o seu relatório.

O Senador Rogério está presente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, agradeço a V. Exa. a oportunidade de relatar esta matéria, que tem em si um mérito importante, mas, neste momento, em sede da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a análise que faremos se restringe aos aspectos de constitucionalidade: se a matéria é ou não constitucional, se atende ou não os requisitos constitucionais e também os aspectos de boa técnica legislativa e redacional.

Portanto, essa matéria vem à análise da Comissão. É um projeto que busca alterar a lei de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem (Cofen e Coren), ampliando o número de membros das citadas autarquias federais.

De acordo com a proposição, que é de autoria parlamentar, o Cofen passaria dos atuais 9 para 27 membros. Além disso, o mandato passaria a ser de quatro anos, em vez do atual triênio.

Submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, o projeto de lei recebeu a Emenda nº 2, da CAS, que dispõe sobre a proporção, na diretoria, de enfermeiros e profissionais das demais categorias, bem como detalha a forma de eleição dos citados membros.

Eu estou fazendo, Sr. Presidente Vanderlan, Sras. e Srs. Senadores, este preâmbulo, esta introdução, com este relatório breve sobre o que é o projeto e o que ele propõe, porque nós passaremos a fazer análise, agora, sob a ótica da constitucionalidade. Embora na outra Comissão o tema tenha sido tratado sob a ótica do mérito, de ser justa ou não a proposta apresentada, a CCJ deve ter o cuidado, o filtro no aspecto daquilo que obedeceu ao caminho formal ou não para ter validade.

Passo à análise.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) manifestar-se sobre constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito da proposição, nos termos do art. 101, inciso I, e inciso II, alínea "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse contexto, percebe-se que a proposição é eivada de incontornável vício em relação à sua constitucionalidade. Com efeito, trata-se de autarquia federal vinculada ao Poder Executivo; e, além disso, pretende modificar a duração dos mandatos dos dirigentes dessas autarquias. Ora, tais matérias são, como se sabe, de iniciativa privativa do Presidente da República, por expressa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dicção constitucional (Constituição Federal, art. 61, §1º, II, alíneas "c" e "e"), e eu acrescentaria aqui dentro da oralidade também a alínea "a" do art. 61, §1º, II, da Constituição Federal, já que tratam de entidades do Poder Executivo federal, bem como de regime jurídico dos servidores.

Nesse mesmo sentido, aliás, decidiu recentemente o Supremo Tribunal Federal, em julgado de relatoria do Ministro Luiz Fux. Eu passo aqui, de maneira muito sucinta a trazer trechos dessas decisões. Não é recorrente Relator na CCJ fazer a transcrição da leitura de trechos que fundamentam a decisão, mas, neste caso, estou fazendo em razão do mérito desta questão e do respeito que tenho aos profissionais que têm interesse nesta matéria. Diz trecho dos julgados sobre este tema sob a lavra do Ministro Luiz Fux – abro aspas –:

> Os conselhos de fiscalização profissional, na jurisprudência da Corte, ostentam natureza jurídica de autarquia federal.

Outro trecho:

> [...] As leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração são de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme dispõe o artigo 61, § 1º, II, [alínea] *a*, da Constituição [Federal] [...]

Continua o voto do Ministro sobre o tema, citando aqui projetos

> [...] de origem parlamentar, que, respectivamente, criaram o Conselho Federal e os Conselhos Regionais [neste caso aqui eram] de Educação Física e disciplinaram a forma de eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Educação Física, padecem de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa.

Fecho aspas, citando aqui trechos de votos do Ministro Luiz Fux, na verdade voto vencedor, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Da mesma forma, o tribunal considera que “qualquer alteração ou inovação na estrutura ou atribuição dos órgãos do Poder Executivo [...] são de competência típica da Administração” – o que atrai a incidência da regra de reserva de iniciativa do Presidente da República, conforme a ADI nº 6957, também de relatoria do Ministro Edson Fachin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, este é exatamente o caso sob exame: pretende-se, por projeto de lei de iniciativa parlamentar, modificar a forma de composição do órgão diretivo de uma autarquia federal, ampliando-lhe a composição de 9 para 27 membros.

E ainda acrescenta algo que é grave do ponto de vista do vício de constitucionalidade: a Emenda nº 2-CAS modifica até mesmo a forma de eleição desses conselheiros, o que demonstra que, juntamente com os dispositivos que pretendem ampliar o mandato dos dirigentes, está-se, em verdade, redesenhando a composição de uma entidade do Executivo – no caso, uma autarquia federal – à revelia daquele Poder. Isso equivaleria, *grosso modo*, a que o Presidente da República quisesse propor um projeto de resolução para dispor sobre o mandato dos Presidentes de Comissão desta Casa – um rematado absurdo, obviamente.

Trata-se, portanto, de um caso clássico e inquestionável de proposição contaminada pela inconstitucionalidade formal, especialmente pelo famoso vício de iniciativa, e que deve, portanto, ser rejeitada por esta Comissão, nos termos do art. 101, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com o qual: "quando a Comissão emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente [...]".

Portanto, Sr. Presidente, não parece e não é possível sanar o vício desse projeto de lei apenas por emenda ou sanção presidencial, se for mantido o núcleo da proposta apresentada. Lei parlamentar, ou seja, um projeto de lei de iniciativa parlamentar, não pode redesenhar a estrutura básica de autarquia federal vinculada à administração pública.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do PL nº 4.413, de 2021, por inconstitucionalidade, aplicando-se-lhe o arquivamento imediato previsto no art. 101, §1º, do Regimento Interno.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

Prezado amigo Senador Marcos Rogério, substituindo aqui momentaneamente o Senador Vanderlan, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto, por inconstitucionalidade, nos termos do art. 101, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu me congratulo com o Senador Marcos Rogério pela clareza elementar do seu parecer, com o qual também concordo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Senador, qual prefere fazer primeiro: o de que V. Exa. é Relator *ad hoc* ou o Relator já definitivo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – O 5, porque o 7 será retirado de pauta, eu já antecipo, porque eu tinha estabelecido, com as entidades interessadas nesse assunto do projeto de autoria do Senador Fernando Dueire, que eles... (*Pausa.*)

É o sexto, o item 6.

Eu, então, antecipo a retirada de pauta, porque tempestivamente as entidades preocupadas com esse projeto, que, aliás, é muito interessante e versa sobre o Programa Nacional de Modernização da Infraestrutura dos Setores de Energia Elétrica e de Telecomunicações, promovendo estímulos para que se enterrem fios e cabos nas cidades, ou seja, ele dá uma consequência modernizadora ao projeto da lei dos postes, que está na Câmara e deve ser relatado na semana que vem... Como as entidades interessadas apresentaram efetivamente, até ontem à noite, várias emendas, eu próprio, como Relator, o retiro de pauta para poder ter o tempo de análise das propostas objetivas que fizeram.

Então, com a sua autorização, eu assumo a relatoria *ad hoc* do Projeto de Lei nº 2.332, de 2022, de autoria do nosso querido Senador Nelsinho Trad, que altera a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para permitir que servidor público estável possa ser microempreendedor individual, fazendo a ressalva de que o comissionado não pode ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é de autoria do Senador Irajá – e eu concordo com ele – e a análise é muito singela.

Em respeito ao art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem como posicionar-se quanto ao mérito.

No parecer aprovado pela CAE, foi abordado pelo Relator Senador Irajá, com mais profundidade, as questões de mérito, resguardando para o pronunciamento da CCJ os aspectos formais indicados no parágrafo anterior.

A proposição preenche os requisitos de juridicidade, a saber: inovação, coercibilidade, generalidade, abstratividade e imperatividade.

A matéria objeto do projeto de lei não vulnera a Constituição Federal. Destaca-se que os temas nele tratados estão no rol de atribuições legislativas do Congresso Nacional, bem como não se colocam entre os quais compete privativamente ao Presidente da República deflagrar o processo legislativo.

A técnica legislativa foi observada e, na esteira do posicionamento anterior do próprio Senador Irajá, a matéria – eu confirmo – é meritória e digna de aprovação.

Projeções indicam mudanças demográficas aceleradas devido ao envelhecimento da população, tornando essencial ampliar, e não restringir, o número de pessoas aptas a empreender, para preservar o nível de desenvolvimento econômico nas próximas décadas.

Vale destacar que a atividade dos servidores como MEI não prejudicará a administração pública. Já existem situações em que servidores acumulam cargos ou mantêm empregos privados. Portanto, é incoerente permitir tais situações e impedir que eles exerçam o microempreendedorismo, que prevê receita anual ainda limitada a R$81 mil.

Além disso, a proposta protege a administração ao vedar, como já salientei, que ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança sejam MEI, por incompatibilidade com as responsabilidades dessas posições, conforme art. 37 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso haja legislação específica sobre conflito de interesses ou dedicação exclusiva, como está previsto na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, esta prevalecerá.

O projeto não aumenta despesas públicas.

Por isso nos alinhamos com o parecer já conferido na CAE e a ele agregamos aprovação da proposição também pelos prismas da constitucionalidade, da juridicidade e da regimentalidade.

Portanto, o voto que eu assumo é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei 2.332, de 2022, votando pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Agradeço a V. Exa. por aceitar a incumbência da relatoria *ad hoc,* e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

É matéria terminativa, então a votação é nominal.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Vamos abrir aqui a votação e pedir, então, à Secretaria que faça as necessárias chamadas.

(*Procede-se à votação.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR) – Então, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto...

Não, espere aí, é este aqui. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o Projeto 2.332, de 2022.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2332, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para permitir que servidor público possa ser microempreendedor individual (MEI).

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.)

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3801, DE 2025

- Não terminativo -

Institui a Programa Nacional de Modernização da Infraestrutura dos Setores de Energia Elétrica e de Telecomunicações (PNMIET), com o objetivo de promover a segurança urbana, a organização do espaço público e a preservação das cidades brasileiras.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao Projeto com 8 emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezessete minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Jayme Campos, Alan Rick, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Dra. Eudócia, Otto Alencar, Omar Aziz, Rodrigo Pacheco, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Jaime Bagattoli, Fabiano Contarato, Camilo Santana, Weverton, Jaques Wagner, Humberto Costa, Leila Barros, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Nelsinho Trad, Marcos do Val e Carlos Viana, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Renan Filho, Oriovisto Guimarães, Eliziane Gama, Lourdinha Pereira, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência registra a presença Sr. Carlos Nascimento, jornalista; e do Sr. Edmilson Tatico. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6191, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto dos Cães e Gatos." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4186, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para fixar em 20 (vinte) anos o prazo prescricional da pretensão de reparação civil das vítimas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4668, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 302 e 303 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para incrementar as penas do homicídio e da lesão corporal praticados na direção de veículo automotor, quando o condutor estiver sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, e o art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, prever a possibilidade de decretação de prisão preventiva nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4 - Projeto de Lei n° 372, de 2026 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir os atos infracionais praticados com violência contra animal entre as hipóteses de internação." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4262, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 314, de 2026 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a prevenção da violência praticada por adolescentes, a corresponsabilização educativa de pais e responsáveis e a adoção de medidas socioeducativas relacionadas à proteção e ao cuidado dos animais." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4306, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais quando praticados por motivo fútil, torpe, com requintes de crueldade ou outros agravantes, e estabelece medidas acessórias de prevenção e repressão." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4363, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 147, de 2026 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, para instituir mecanismos de prevenção, detecção e repressão qualificada aos maus-tratos a animais, inclusive por meio de sistemas tecnológicos de apoio à investigação, agravamento de penalidades em situações específicas e programas obrigatórios de reabilitação." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 172, de 2026 - Terminativo -** que: "Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Responsabilizadas por Maus-Tratos contra Animais (CNMA); estabelece o dever de consulta prévia em processos de alienação de animais a qualquer título; fixa responsabilidades para alienantes, criadores e intermediários digitais; e prevê sanções administrativas para o descumprimento destas normas." **Autoria:** Senador Bruno Bonetti (PL/RJ). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 356, de 2026 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir, em caráter excepcional, a violência grave contra animal, praticada com crueldade extrema ou com potencial concreto de causar lesão grave ou morte, como hipótese de aplicação da medida de internação." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 155, de 2026 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena da coação praticada com a finalidade de ocultar maus-tratos a animais." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 151, de 2026 - Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas ou Responsabilizadas por Maus-Tratos a Animais." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 433, de 2026 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para redefinir os crimes contra a dignidade e a vida animal, dar nova redação ao art. 32 e acrescentar os artigos 32-A, 32-B, 32-C e 32-D." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do PL nº 4262, de 2025, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 4306 e 4363, de 2025, e 147, 151, 155, 172, 314, 356, 372 e 433, de 2026, que tramitam em conjunto, e da Emenda 1-CMA ao PL n° 4.363, de 2025. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 4262, de 2025, na forma da Emenda nº 1-CMA-CCJ. Aprovado o Parecer pela declaração de prejudicialidade dos PL 314/2026; PL 4306/2025; PL 4363/2025; PL 147/2026; PL 172/2026; PL 356/2026; PL 372/2026; PL 155/2026; PL 151/2026; PL 433/2026; e da Emenda nº 1-CMA ao PL 4363/2025. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3453, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** - Aprovado o Requerimento nº 28-CCJ, de2026, de urgência para a matéria, de autoria da Senadora Eudócia. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3984, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 14.432, de 3 de agosto de 2022; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2790, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 120 e 124 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer a obrigatoriedade de realização de orientação vocacional na escolarização e na profissionalização do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2329, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs (Facor) e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais de crianças e jovens órfãos por meio do apoio a instituições e famílias, e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(MDB/PB). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1229, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para obrigar o condutor do veículo automotor envolvido em sinistro de trânsito a se submeter a teste, exame clínico ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência e dispor que o homicídio na direção de veículo automotor será considerado crime inafiançável e insuscetível de graça, indulto e anistia." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CSP. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1985, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Institui o Protocolo Nacional Obrigatório de Padronização do Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar, com foco na humanização." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL). **Relatoria:** Senadora Roberta Acioly. **Relatório:** Pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 5352, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria a Universidade Federal do Vale do Juruá (UFVJ), com sede no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Alan Rick. (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedido vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1447, de 2026 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a coleta de identificação biométrica da parturiente e do recém-nascido no momento do parto e estabelece diretrizes para seu registro na Declaração de Nascido Vivo, com a finalidade de reforçar a segurança na identificação civil e prevenir fraudes e substituição de recém-nascidos." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Relatoria:** Senadora Roberta Acioly. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 1447/2026. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 28, de 2026** que: "Requer urgência para o PL 3453/2024." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/12

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprova, Senador Amin? O senhor aprova?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone.*) – A nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Senador Mourão, o senhor também aprova?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone.*) – Aprovo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 12.

Senador Amin, o senhor pediu a palavra, mas antes, Senador Amin, eu quero fazer um pedido aos Relatores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos aqui 12 matérias a serem deliberadas, e Senador Fabiano Contarato, que é um dos um dos Relatores hoje... Aliás, Senador Fabiano Contarato, se eu não me engano, são três projetos e já estão *online*.

Os Relatores são o Senador Fabiano Contarato, a Senadora Eliziane Gama, o Senador Laércio Oliveira, a Senadora Roberta Acioly, o Senador Alan Rick, a Senadora Roberta Acioly novamente – são dois projetos –, a Senadora Professora Dorinha Seabra, a Senadora Leila Barros, a Senadora Eudócia e a Senadora Soraya Thronicke.

Então peço, por gentileza, aos Relatores...

Nós vamos dar sequência, já que são 12 projetos.

Senador Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Pela ordem.) – Eu pedi pela ordem, Presidente, porque, independentemente de estarem presentes ou não, este assunto já foi provocado ontem por mim, mais uma vez, e eu estou hoje deixando isso registrado na CCJ, com o maior respeito, admiração e amizade que tenho pelo titular, querido amigo Otto Alencar.

Eu tenho que historiar.

Em junho do ano passado, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão que despertou grande controvérsia: considerou o art. 19 do Marco Civil da Internet parcialmente inconstitucional e depois dispôs – ele legislou – sobre como lidar com isso.

O art. 19, que era considerado, na imprensa mundial, um primor de respeito à liberdade, versava sobre o seguinte: se o senhor colocar uma mensagem numa plataforma, injuriando a mim ou ao Senador Mourão, nós podemos imediatamente pedir à Justiça, e o Judiciário brasileiro... Inclusive, aqui em Brasília, tinha plantonista para deliberar. Então, com a decisão judicial, se retira. Sem decisão judicial, não. Porque, sem decisão judicial, você está estabelecendo a censura prévia. Se alguém me caluniar, eu retiro e entro na Justiça. É assim que é no Estado de direito.

O Supremo tomou uma decisão enviesada. Eu cuidei disso. Eu entrei com o Projeto de Lei 893, que diz o seguinte: se retirar alguma mensagem sem decisão judicial, isso é um escândalo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A OAB tem que ser informada, o Conselho Nacional – criado pela Constituição – de Comunicação Social tem que ser informado, o Ministério Público tem que ser informado, enfim, quem defende a democracia – o Congresso tem que ser informado. Porque, daqui a pouco, tiram três mensagens suas. Isso é perseguição. Isso é intimidação. É para evitar isso.

Mas esse projeto de lei não tramitou. Está aqui. Está aqui na Comissão de Justiça.

Eu peço ao Secretário que dissesse a situação do 893, projeto de lei do ano passado. Como é que está hoje, por favor?

Então, era uma maneira de não confrontar com a decisão do Supremo, mas chamar a atenção da opinião pública: "Olha, estão tirando mensagens sem decisão judicial". E, com as perseguições que houvesse, nós seríamos alertados.

O tempo passou, e, em maio deste ano – exatamente no dia 20 de maio –, o Presidente da República editou um decreto regulamentando este vazio, em complemento àquilo que o Supremo também regulamentou.

Neste decreto, ele empodera a AGU, e isso é inconstitucional, porque ficou empoderada uma autoridade nomeada pelo Presidente. Tem lado!

Você vê que nós estamos saindo da Justiça e chegando a um cargo em comissão – aliás, a um cargo em comissão muito bem ocupado – eu considero o Ministro um homem competente –, mas que, inclusive, pode ter outras implicações e indicações, inclusive para o Supremo.

Nada pessoal. É apenas um registro.

Não bastasse isso, o próprio TSE, já seguindo o decreto presidencial... Ou seja, estamos formando uma cascata, uma bacia hidrográfica. Tem o rio principal e os seus afluentes e subsidiários.

Ora, o que é que eu faço? (*Pausa.*)

Foi designado para Relator o Senador Sergio Moro. Como ele não faz parte da Comissão, o projeto de lei – este que mencionei – está deserto, ou seja, está, como dizia o Cruz e Sousa, como o cego de nascença nos desertos esquecidos. Bonito, mas triste, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Está como o cego de nascença nos desertos esquecidos.

E aí prossegue a desventura da censura. O decreto do Presidente tinha 60 dias para entrar em vigor. Quatro PDLs estão aqui, desde esse dia, sustando o decreto presidencial. Nenhum deles teve Relator designado. Estão aí.

Ontem, mais uma vez, eu pedi que fosse apreciado no Plenário um requerimento de minha autoria. Quando entrou em vigor o decreto... O decreto é de 20 de maio, ia entrar em vigor 60 dias depois. Dia 20 de julho, eu entrei com requerimento e pedi as assinaturas para dar maioria, para preencher o requisito regimental para sua apreciação pelo Plenário. Não estou pedindo favor, não. Ontem o Presidente informou que vai conversar com o nosso querido Senador Otto Alencar, representado aqui por V. Exa.

Ora, não bastasse isso, ontem – ontem – o estuário, essa bacia hidrográfica da censura, ganhou mais um ponto.

Todos se lembram de um jornalista lá do Maranhão que foi enquadrado no 4.781 – presta atenção, o Inquérito 4.781, que é a maior demonstração de AI-5 que nós temos há sete anos e meio – sete anos e meio. Todos os Presidentes – o Barroso, o atual – disseram: "Isso tem que acabar". Mas não acabam. É difícil acabar com a inquisição. A Igreja pagou muito isso. Não, não, mas a inquisição é mais rápida. Você chamando o sujeito no particular, apertando umas tarraxas lá, ele fala. Isso é inquisição, é uma tentação, já que eu tenho uma maneira... Eu estou lendo um livro sobre a inquisição contra os judeus brasileiros de Pernambuco, da Paraíba... Então, se não for o potro, que é um método de persuasão, a gente tem um outro que é pior, que é o polé, que é terrível. Ele fala... ele falou, o sujeito falou, depois de passar por um, escapou de um, foi para o outro, deu com a língua nos dentes pela dor. Então, é uma tentação o 4.781 – é uma tentação –, porque eu ameaço te incluir no 4.781. (*Pausa.*)

Corrigindo aqui, o meu projeto de lei é o 893... (*Pausa.*)

Perdão, é o 3.283. E ele está com quem? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa, então. Quero retificar: é o 3.283, que está sem Relator. Muda o número, muda a história, mas o fato é o mesmo, ou seja, ele está sem Relator.

Então, eu queria só prosseguir, para concluir, dizendo que esse jornalista foi alvo de uma decisão do Ministro Alexandre de Moraes, a pedido da Polícia Federal, e resultou no seguinte fato: a casa do jornalista foi visitada pela Polícia Federal, recolheram-se seus instrumentos de trabalho, e ontem se procedeu à diligência sobre a fonte – a fonte, quem é que te deu a informação. Aliás, é uma outra tentação: "Como é que esse cara publicou essa nota contra mim? Quem é que vazou isso para ele?". Isso também é uma tentação, mas é uma tentação inconstitucional. O art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal protege o sigilo da fonte. Isso é um instrumento elementar da democracia. Você já imaginou se o jornalista tiver que dizer: "mas quem é que te contou isso?". E se tiver que dizer isso na chefatura de polícia e sob a proteção da lei? Acabou a liberdade de imprensa.

Então, a liberdade, nesta véspera de eleição, está sendo solapada, não é uma ação isolada. Repito, começa lá com o art. 19; continua com a legislação criada pelo Supremo provisoriamente; prossegue com o Decreto Presidencial 12.975, de 20 de maio deste ano; prossegue com as instruções do TSE, que eu não estou dizendo que são de má-fé, não, eu estou dizendo que é um encadeamento; e se materializa com este fato: nós não vamos deliberar, as próximas sessões só no dia 3 de setembro, a campanha já está funcionando a pleno vapor, e nós temos um aparato institucional que favorece flagrantemente a censura prévia e a intimidação.

Então, é este alerta que eu quero deixar aqui na Comissão de Justiça: consciente ou inconscientemente, nós todos estamos permitindo que isso floresça, cresça e daqui a pouco nos sufoque. Então, chamo atenção mais uma vez.

Não tenho nenhuma paranoia em relação a isso, não sou usuário de rede social para lacrar ninguém, mas acho que estamos perdendo o equilíbrio. É necessário o equilíbrio, e o equilíbrio estava previsto, decisão judicial. Se tem aparência, se tem característica de calúnia, tira fora, além de responder pelo fato. Agora, pressionar a plataforma para tirar o que eu quero, aí descamba – como diz o nosso manezinho – e passa a ser intimidação do adversário e censura em pleno período eleitoral de uma democracia que cada um de nós lutou para ver acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu peço que V. Exa. transmita mais uma vez ao meu amigo – que eu respeito muito –, o Senador Otto Alencar, que nós não deveríamos deixar sem Relator, nem o Projeto de Lei 3.283, que não tem Relator e que pelo menos permitiria se conhecer cada retirada que acontecesse.

E a última informação. A AGU já pediu remoções, pelo menos três remoções de conteúdo de plataforma sem decisão judicial. E a primeira mostra o viés dos seus pedidos – não vou tornar público aqui. A primeira requisição de retirada de mensagem em aplicativo é para proteger a Presidência da República, ou seja, o exercício está em curso, vai crescer ou não de acordo com o tamanho da nossa omissão. E eu não quero me omitir.

Estou deixando esse registro aqui sem querer ofender ninguém, mas o Senado está consentindo, por omissão, que a censura e a intimidação se estabeleçam.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Senador Amin, com certeza vou repassar isso, vou conversar com o Presidente Otto Alencar.

É muito sério o que V. Exa. está falando, Senador Amin. A partir do momento em que começa a ter esse tipo de julgamento antecipado, a imprensa vai ficar sem suas fontes, com certeza. Falar com jornalista em *off* muito menos, porque aí ficam os dois lados em perigo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O *Diário Oficial* não terá concorrente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Não terá concorrente. Eu converso muito com jornalista em *off*, então eu fiquei preocupado agora.

Já temos aí Relator presente? (*Pausa.*)

O Senador Fabiano Contarato está presente? Está *online?* (*Pausa.*)

Item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6191, DE 2025

- Não terminativo -

Institui o Estatuto dos Cães e Gatos.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato para proferir o seu relatório.

Senador Fabiano, tem mais dois projetos de que V. Exa. é Relator hoje. Não é isso, Ednaldo? (*Pausa.*)

Mais um, não é? O item 8. Se já quiser preparar para a sequência, como V. Exa. está presente aí, com a anuência dos Senadores também presentes e dos que estão aí virtualmente, nós passaremos já em seguida para o item nº 8, de que V. Exa. é Relator.

Com a palavra, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - ES. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente Vanderlan Cardoso. Quero aqui cumprimentar virtualmente todos os meus companheiros, meus colegas, Senador Amin, Senador Mourão, enfim, todos os Senadores e Senadoras presentes nessa tão importante Comissão de Constituição e Justiça.

Como o relatório já foi disponibilizado, vou fazer uma síntese direta para a leitura e aprovação desse voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei nº 6.191 revela-se meritório e oportuno ao instituir um marco normativo abrangente destinado à proteção, à promoção do bem-estar de cães e gatos no Brasil.

A proposta responde a uma demanda social crescente por instrumentos jurídicos mais eficazes da tutela animal, consolidando em um único diploma normas, princípios, direitos e deveres de mecanismo de responsabilização atualmente disperso no ordenamento jurídico.

Inicialmente, merece destaque o reconhecimento expresso de cães e gatos como seres sencientes, aptos a experimentar dor, sofrimento, prazer e outras sensações, o que se harmoniza com a evolução da doutrina jurídica, da medicina veterinária e da própria jurisprudência brasileira em matéria de proteção animal. Ao afirmar a dignidade animal como princípio orientador da interpretação e aplicação da norma, o projeto concretiza o comando constitucional contido no art. 225, §1º, inciso VII, da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de proteger os animais contra práticas cruéis.

A proposta também se destaca por estabelecer um catálogo de direitos básicos dos cães e gatos, contemplando aspectos relacionados à vida, à integridade física e psíquica, à alimentação adequada, ao abrigo, à assistência veterinária, à socialização e à proteção contra situações de abandono, negligência e violência. Trata-se de importante avanço legislativo, pois confere maior densidade normativa aos deveres de proteção já reconhecidos pela legislação ambiental e pela jurisprudência dos tribunais superiores.

Outro aspecto que recomenda a aprovação da matéria é a previsão de deveres claros e objetivos para os responsáveis legais dos animais. Ao disciplinar obrigações relacionadas a alimentação, saúde, identificação, prevenção de fugas, vacinação e guarda responsável, o projeto fortalece a conscientização social e contribui para a redução dos índices de abandono e maus-tratos, problemas que afetam milhões de animais em todo o país e geram impactos relevantes para a saúde pública e para a gestão urbana.

Igualmente relevante é a atribuição de responsabilidades específicas ao poder público. O projeto determina a implementação de políticas permanentes de esterilização, microchipagem, atendimento veterinário, educação para a guarda responsável e fiscalização de criadouros e estabelecimentos comerciais. Essas medidas possuem caráter preventivo e contribuem para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle ético da população animal, reduzindo a incidência de zoonoses, acidentes e situações de vulnerabilidade envolvendo animais domésticos.

A regulamentação dos chamados animais comunitários constitui outro mérito da proposição. Ao reconhecer juridicamente a realidade dos animais em situação de rua que recebem cuidados de comunidades locais, o projeto oferece segurança jurídica a cuidadores, entidades de proteção animal e gestores públicos, além de incentivar soluções humanitárias para o enfrentamento do abandono.

Merece destaque, ainda, a disciplina conferida à adoção responsável. O estabelecimento de critérios mínimos para adoção, aliado à formalização do vínculo mediante termo específico e ao acompanhamento pós-adoção, contribui para reduzir devoluções indevidas e promover relações mais estáveis e responsáveis entre animais e adotantes.

No campo sancionatório, o projeto fortalece os mecanismos de prevenção e repressão aos maus-tratos mediante a previsão de sanções administrativas proporcionais à gravidade da conduta, além da obrigação de ressarcimento dos custos decorrentes dos danos causados aos animais. A possibilidade de perda da guarda e de impedimento temporário para adoção de novos animais por infratores reincidentes revela-se medida adequada para prevenir a repetição de condutas lesivas e garantir maior efetividade à tutela jurídica dos animais.

Também merece aprovação a criação de tipos penais específicos voltados à proteção de cães e gatos. A criminalização de condutas como abandono, omissão de socorro, exploração sexual, experimentação dolorosa e obstrução da fiscalização atende ao princípio da proteção suficiente e reforça o caráter pedagógico e preventivo da legislação. A tipificação mais detalhada dessas condutas tende a proporcionar maior segurança jurídica às autoridades responsáveis pela investigação e repressão dos ilícitos.

Por fim, o projeto encontra respaldo em valores constitucionais relacionados à proteção do meio ambiente, à promoção da dignidade da vida em todas as suas formas e ao dever estatal de assegurar políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo.

Ao consolidar direitos, deveres e instrumentos de proteção animal em um único diploma legal, a proposição contribui para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro e para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a construção de uma sociedade mais ética, responsável e comprometida com o respeito aos animais.

Diante dessas considerações, conclui-se que o Projeto de Lei 6.191, de 2025, apresenta elevado mérito legislativo e social, razão pela qual encaminhamos pela sua aprovação.

Voto.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 6.191, de 2025.

Aqui eu faço um apelo aos companheiros, colegas, Senadores e Senadores, pedindo o apoiamento para a aprovação desse importante projeto de lei.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado, Senador Fabiano.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2329, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs (Facor) e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais de crianças e jovens órfãos por meio do apoio a instituições e famílias, e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 07/10/2025 foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para proferir o relatório.

Senador Fabiano... (*Pausa.*)

Senador Fabiano, com a palavra, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu pediria a sensibilidade de V. Exa., só que, verificando com a minha equipe – eu estou aqui no Estado do Espírito Santo –, não está nas minhas mãos o relatório para proferir a leitura. Se V. Exa. autorizar alguém que esteja aí ou que esteja com acesso ao relatório para fazer a designação de um Senador *ad hoc* para a leitura, eu agradeço a V. Exa., porque, aqui onde eu estou, não estou com esse relatório, mas eu não queria que deixasse de ser apreciada essa votação. Se V. Exa., assim, permitir que alguém pudesse abrir esse relatório e procedesse à leitura, eu agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado, Senador Fabiano.

Eu consulto aqui os Senadores presentes. (*Pausa.*)

Senador Hamilton Mourão fará a leitura do relatório *ad hoc* do item 8.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Por favor, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Essa proposição vem a esta CCJ para o exame de sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno deste Senado. Adicionalmente, compete à Comissão opinar sobre o mérito das matérias a ela submetidas.

A proposição versa sobre proteção à infância e à juventude (competência concorrente da União prevista no art. 24, inciso XV, da Constituição Federal), assistência social (competência privativa da União prevista no art. 22, inciso XXIII, da Constituição) e financiamento público por meio de loterias (competência privativa da União prevista no art. 22, inciso XX, da Constituição).

Quanto à constitucionalidade formal, a iniciativa parlamentar mostra-se adequada. O PL não cria nem transforma órgãos da administração pública, não institui cargos ou funções, não altera regime jurídico de servidores, nem dispõe sobre organização administrativa do Poder Executivo. Limita-se a instituir fundo e programa de natureza legal, a definir diretrizes gerais de política pública de assistência a órfãos e a alterar a destinação de parcela da arrecadação da Loteria Federal. Portanto, não se identifica vício de iniciativa.

No que se refere a eventuais alegações de interferência no Poder Executivo, cumpre salientar que a instituição de fundos públicos e a definição de suas fontes de receita e destinações configuram exercício típico da função legislativa, desde que observadas as normas constitucionais sobre finanças públicas. O inciso IX do art. 167 da Constituição veda a instituição de fundos sem prévia autorização legislativa, o que o projeto justamente busca suprir, ao criar o Facor por lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se verifica, na proposição, ingerência em atos de gestão interna do Executivo, como escolha de estrutura administrativa, nomeação de gestores ou definição de procedimentos operacionais, que permanecem no âmbito da discricionariedade administrativa.

No tocante à repartição federativa e à destinação dos recursos, o projeto prevê que os valores destinados ao Facor, oriundos da loteria de prognósticos numéricos, serão repassados diretamente às secretarias estaduais ou distrital competentes, proporcionalmente ao montante das apostas em cada unidade federativa. Como a fonte principal do Facor decorre de loteria, e não de imposto, não se configura violação à vedação de vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

Em relação à possibilidade de criação de financiamento por loterias, a Constituição atribui ao Congresso, como já ressaltado, competência para dispor sobre sistemas de consórcios e sorteios, nos termos do art. 22, inciso XX. A Lei nº 13.756, de 2018, já estrutura o regime jurídico das loterias federais e a destinação de suas receitas, inclusive para diversos fundos e políticas públicas. A alteração proposta pelo art. 6º do PL 2.329, de 2021, insere o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos, com redução proporcional da parcela destinada ao agente operador.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade material, a proposição alinha-se aos objetivos fundamentais da nossa República de redução das desigualdades sociais e regionais e de erradicação da pobreza, além da promoção do bem de todos. Ao instituir mecanismo de apoio financeiro a crianças e adolescentes órfãos em situação de vulnerabilidade e às instituições que lhes prestam assistência, o projeto busca concretizar esses comandos constitucionais.

Quanto à regimentalidade, o processo legislativo ordinário está de acordo com o art. 59 e seguintes da Constituição Federal. A distribuição da matéria à CDH, à CAE e a esta Comissão, com atribuição de decisão terminativa a esta última, harmoniza-se com os arts. 90, 97, 99, 100 e 101 do Regimento Interno do Senado, que definem as competências temáticas das Comissões. Não se verifica afronta às regras regimentais sobre iniciativa, tramitação, apreciação em Comissão ou deliberação terminativa, nem desrespeito às vedações regimentais quanto à apresentação e ao processamento de proposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à juridicidade, a proposição apresenta coerência com o ordenamento jurídico, respeita a hierarquia das normas e não conflita com princípios gerais de direito. A instituição do Facor e do Procor por lei ordinária mostra-se compatível com o regime jurídico dos fundos públicos, em consonância com o art. 167, inciso IX, da Constituição Federal. A vinculação de parcela do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos ao Facor não afronta a vedação de vinculação de receita de impostos prevista no art. 167, inciso IV, da Constituição, por se tratar de receita de loteria, que não possui natureza tributária.

Quanto ao mérito, a proposição possui relevante conteúdo social. Oferece resposta normativa estruturada a uma situação de vulnerabilidade extrema, que se agravou em razão da pandemia de covid-19, mas que transcende esse contexto, ao alcançar crianças e adolescentes que perderam pais ou responsáveis por quaisquer causas. O desenho do benefício assistencial, condicionado à baixa renda familiar *per capita* e vinculado ao guardião legal do órfão, busca mitigar o risco de pobreza e desproteção material, ao mesmo tempo que preserva a possibilidade de cumulação com benefícios previdenciários.

Por conseguinte, a opção por financiar o Facor com parcela da arrecadação de loteria revela-se adequada sob a ótica de política pública, utilizando receita não tributária, de caráter voluntário para o apostador, e já tradicionalmente destinada a finalidades sociais. A redução do percentual destinado ao agente operador da loteria atende ao princípio da responsabilidade fiscal, na medida em que realoca recursos dentro do próprio sistema lotérico, sem ampliar gastos ou comprometer a viabilidade operacional da loteria.

Assim sendo, não se identificam vícios de constitucionalidade formal ou material nos dispositivos deste PL, tampouco afronta às normas regimentais aplicáveis. A técnica legislativa mostra-se adequada, com estrutura clara, definição de objetivos, fontes de recursos, critérios de elegibilidade e mecanismos de transparência, cabendo ao Poder Executivo, em momento posterior, detalhar a execução por meio de regulamentação, nos limites da lei.

Por fim, à luz das contribuições que foram colhidas na audiência pública realizada em 7 de outubro do ano passado, a proposição demanda ajustes, com o objetivo de incorporar as pertinentes sugestões apresentadas pela sociedade civil, e essas sugestões consistem em:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) substituição da expressão “crianças órfãs” por “crianças e adolescentes em condição de orfandade”;

b) definição de orfandade como, abrem-se aspas, “decorrente da morte de um ou de ambos os pais ou cuidadores primários”, fecho aspas, nos termos da Resolução nº 256, de 12 de dezembro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) adoção da terminologia “crianças e adolescentes” em substituição a “menores”, de acordo com o ECA;

d) ampliação do alcance da proposição para contemplar expressamente o acolhimento familiar, por se tratar de modalidade preferencial, nos termos do art. 34, §1º, do ECA;

e) previsão de destinação de 5% dos recursos do Facor para a produção de conhecimento sobre a questão da orfandade no Brasil;

f) supressão do rol taxativo de entidades, em favor de disciplina mais aderente ao modelo previsto no art. 92, §5º, do ECA; e

g) ampliação da regra de cumulação dos benefícios do Facor, de modo a abranger, de forma expressa, benefícios sociais, além dos previdenciários.

Assim, Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da proposição e, por haver mérito, pela aprovação do PL nº 2.329, de 2021, na forma do substitutivo que segue.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

O Senador Hamilton Mourão fez o relatório *ad hoc* do Projeto de Lei nº 2.329, de 2021, do Relator Senador Fabiano Contarato, do qual teve a concordância.

Coloco em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pediu pela ordem, Senador Camilo? Com a palavra.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Eu queria, Presidente, parabenizar a autora, Senadora Nilda Gondim, parabenizar o Senador Fabiano Contarato, mas eu quero pedir vista desse projeto, até porque eu acho que é preciso fazer alguns ajustes para aprimoramento do substitutivo. Portanto, eu queria pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Alguém mais quer usar a palavra, Senadores presentes aqui ou também virtualmente?

Concedo vista coletiva do Projeto de Lei nº 2.329, de 2021.

Item 10 da pauta.

O item 10 e o item 12 são relatados pela Senadora Roberta Acioly. Então, nós vamos fazer já a leitura do item 10 e, em seguida, Senadora, já do item 12, já que a senhora está aqui presente.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 1985, DE 2026

- Não terminativo -

Institui o Protocolo Nacional Obrigatório de Padronização do Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar, com foco na humanização.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL)

Relatoria: Senadora Roberta Acioly

Relatório: Pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do Projeto.

Observações:

- Em 11/08/2026, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Magno Malta (dependendo de Relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

O relatório é favorável ao projeto e à Emenda nº 1.

Concedo a palavra à Senadora Roberta Acioly para proferir o seu relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR. Como Relatora.) – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Senadores.

Gostaria de pedir permissão para irmos direto para a análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das proposições submetidas ao seu exame, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria insere-se, portanto, no campo de atuação desta Comissão.

Quanto à constitucionalidade formal, a iniciativa parlamentar é adequada, à luz do art. 61, *caput*, da Constituição, que atribui a qualquer membro do Congresso Nacional a iniciativa de leis ordinárias, não se tratando de hipótese de iniciativa reservada ao Presidente da República, elencada no §1º do mesmo artigo. Não se identificam, assim, vícios de iniciativa ou de usurpação de competência no projeto.

No plano da constitucionalidade material, a iniciativa proposta guarda conformidade com o catálogo de direitos fundamentais enunciados pela Constituição, especialmente no que respeita à igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres e à dignidade da pessoa humana. A promoção e proteção da mulher são alguns dos principais objetivos da Constituição, e permeiam todo seu texto, tendo como corolários importantes avanços legislativos na esfera civil, penal, trabalhista, previdenciária, eleitoral, entre outras.

Também sob a ótica da compatibilidade material com a Lei Maior, o projeto ora sob exame reforça um compromisso com o combate à violência de gênero. Nesse sentido, o art. 226, §8º, determina que o Estado assegure a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, o projeto é dotado de generalidade e abstração e inova o ordenamento jurídico.

À luz da regimentalidade, a proposição tramitou de acordo com os ditames do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante à técnica legislativa, o texto se apresenta consentâneo com os parâmetros instituídos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto à Emenda nº 1-CCJ, entendemos meritório o aperfeiçoamento da redação proposta. A substituição da expressão "gênero e interseccionalidade" por "especificidades e fatores de vulnerabilidade das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar" confere maior objetividade e precisão à redação do dispositivo, vinculando de forma mais direta o conteúdo da capacitação às diferentes circunstâncias de vulnerabilidade que podem atingir as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A modificação preserva a finalidade protetiva do projeto e não implica redução de direitos ou garantias fundamentais, mantendo íntegros os objetivos de atendimento humanizado, não discriminatório e adequado às particularidades de cada vítima. Dessa forma, não identificamos óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental ou de técnica legislativa ao acolhimento da Emenda nº 1-CCJ.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 1.985, de 2026, e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CCJ.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado, Senadora Roberta. Parabéns pelo seu relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório e a emenda.

As Senadoras e os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 1447, DE 2026

- Terminativo -

Dispõe sobre a coleta de identificação biométrica da parturiente e do recém-nascido no momento do parto e estabelece diretrizes para seu registro na Declaração de Nascido Vivo, com a finalidade de reforçar a segurança na identificação civil e prevenir fraudes e substituição de recém-nascidos.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Relatoria: Senadora Roberta Acioly

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra à Senadora Roberta Acioly para proferir o relatório, a sua leitura. Com a palavra, Senadora.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR. Como Relatora.) – Sr. Presidente, gostaria de ir novamente direto para análise, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Por favor. Autorizado.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ pronunciar-se sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como sobre matérias de natureza jurídica.

Não se identificam óbices de constitucionalidade ou juridicidade à aprovação da proposição, conforme já exposto. A matéria encontra amparo na competência legislativa da União para dispor sobre registros públicos, prevista no art. 22, inciso XXV, da Constituição Federal, e relaciona-se também à proteção da infância e da juventude, matéria de competência legislativa concorrente, nos termos do art. 24, inciso XV.

A proposição encontra fundamento material, ainda, no art. 227 da Constituição Federal, que impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais da criança.

Há, entretanto, aspecto de técnica legislativa que recomenda o aperfeiçoamento da proposição mediante substitutivo.

A Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, estabelece, entre os requisitos de sistematização das leis, que o mesmo assunto não deve ser disciplinado por mais de uma lei, salvo quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

No caso em exame, o ordenamento jurídico já contém disciplina legislativa diretamente relacionada ao objeto da proposição.

De um lado, o inciso II do art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, obriga os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, a identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outro, a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, constitui o diploma legal específico sobre a expedição e a validade nacional da DNV (Declaração de Nascido Vivo). Seu art. 4º enumera os dados que obrigatoriamente devem constar do documento, enquanto o art. 5º disciplina a consolidação dos dados das DNVs em sistema de informação do Ministério da Saúde e sua interoperabilidade com outros sistemas públicos.

Desse modo, não se mostra recomendável criar diploma legislativo autônomo para disciplinar aspectos da identificação biométrica diretamente relacionados à DNV.

Gostaria de pedir silêncio, por gentileza, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – A incorporação das novas regras à Lei nº 12.662, de 2012, promove maior organicidade, concisão e coerência ao ordenamento jurídico, além de facilitar a identificação e a aplicação das normas pertinentes pelos seus destinatários.

Propõe-se, por essa razão, substitutivo que acresce dispositivos ao art. 4º da Lei nº 12.662, de 2012.

Além das disposições constantes do texto original, o substitutivo incorpora os aperfeiçoamentos promovidos pela Emenda nº 1-CAS, que se mostram meritórios. Em especial, preserva-se a exigência de vinculação individualizada e rastreável entre a identificação biométrica da mãe e a do recém-nascido, destinada a assegurar a autenticidade da identificação e a integridade das informações registradas.

Também se preservam as normas do projeto relativas à finalidade do tratamento dos dados biométricos e à observância da Lei Geral de Proteção de Dados. Trata-se de providência particularmente relevante por serem os dados biométricos, quando vinculados à pessoa natural, classificados como dados pessoais sensíveis pela legislação de proteção de dados.

Por outro lado, não há necessidade de reproduzir integralmente a previsão do art. 5º do projeto, segundo a qual o Poder Executivo poderá integrar as informações aos sistemas nacionais de registro civil e de informações de nascidos vivos. O art. 5º da própria Lei nº 12.662, de 2012, já determina que os dados colhidos nas DNVs sejam consolidados em sistema de informação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde e estabelece a interoperabilidade desse sistema com os sistemas de registro civil e com o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil. A repetição da disciplina seria, portanto, desnecessária.

A previsão de regulamentação pelo Poder Executivo é mantida apenas naquilo que se mostra necessário à definição dos padrões técnicos aplicáveis à coleta, ao registro e à vinculação das informações biométricas.

Como medida adicional de harmonização do ordenamento jurídico, o substitutivo promove ajuste no inciso II do art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Em sua redação vigente, o dispositivo determina a identificação do recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe.

O substitutivo suprime a referência à impressão digital do recém-nascido, de modo a uniformizar essa disciplina com a sistemática prevista na Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, que passa a contemplar, para fins de registro na Declaração de Nascido Vivo, a impressão plantar do recém-nascido e a impressão digital da mãe.

Evita-se, assim, a manutenção de exigência de coleta biométrica não contemplada pelo projeto, conferindo-se maior coerência à disciplina legal da identificação realizada no momento do nascimento.

Finalmente, mantém-se o prazo de 180 dias para a entrada em vigor da futura lei, de modo a proporcionar aos estabelecimentos de saúde e à administração pública tempo adequado para as adaptações técnicas e operacionais necessárias.

O substitutivo, portanto, não modifica os objetivos materiais da proposição nem afasta os aperfeiçoamentos aprovados pela CAS. Busca apenas inserir nova disciplina no diploma legislativo que já regula a DNV, eliminar redundâncias normativas e conferir maior sistematicidade ao texto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 1.447, de 2026, e da Emenda nº 1, da CAS, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.447, de 2026, e da Emenda nº 1, da CAS, na forma do seguinte substitutivo – Emenda nº 1, da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

E peço aqui apoio aos pares que aqui se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado, Senadora Roberta.

Eu coloco em discussão a matéria.

Senadora Eudócia, com a palavra, para discutir a matéria.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente Vanderlan Cardoso. Bom dia, minha querida Senadora Roberta Acioly.

Quero te parabenizar pelo brilhante relatório do item 12, que dispõe sobre a coleta de identificação biométrica da parturiente e do recém-nascido. É um tema de grande relevância, como você colocou agora, e que os pares possam entender dessa importância. E, com certeza, sim, todos têm essa consciência, e, com certeza, irá ser aprovado, e aí nós iremos mudar a história dos nossos recém-nascidos para não terem o risco de serem trocados ou, de outra forma, de serem confundidos com outro bebê, enfim, de ter algum tipo de fraude.

Parabéns pela sua relatoria, Roberta Acioly!

Por gentileza, Presidente, eu queria fazer uma consideração sobre o item que, ora, a Roberta, há 10, 15 minutos, relatou, que é sobre a violência contra a mulher, que é exatamente o Projeto de Lei nº... Eu estou sem o número aqui, mas, enfim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL) – É o de nº 1.985.

Esse projeto de lei, Sr. Presidente, fala sobre a violência contra a mulher, a violência doméstica, a violência sexual, mostrando o avanço dos feminicídios no nosso país.

Para vocês terem uma ideia, em 2025 aconteceram 1.571 feminicídios – no ano passado –, de sorte que, Senadora Roberta Acioly, fica uma média de quatro mulheres assassinadas por dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em razão de sua condição de gênero. E aqui eu coloco: foram 4.189 tentativas de feminicídio; mais de 641 mil medidas protetivas concedidas; 21,4 milhões de mulheres foram vítimas de algum tipo de violência em 12 meses. Isso tudo é relativo ao ano de 2025. E 35,2% das mortes de mulheres ocorrem dentro das residências; então, caracterizando a violência doméstica, algo muito, muito preocupante.

Outro levantamento que eu fiz também registra 3.870 tentativas de feminicídio, um crescimento de aproximadamente 19% em relação ao ano anterior. Imagina!

Então, em 2025, foi 19% maior o número de feminicídios do que em 2024. Se isso continuar dessa forma, nós iremos, cada vez mais, ter índices de feminicídio aumentando no nosso país. Isso é muito grave.

Quero parabenizá-la, Senadora Roberta Acioly, pela relatoria, brilhante relatoria. É uma honra para mim, que fui autora desse projeto de lei, tê-la como Relatora. E também quero parabenizá-la pelo projeto de lei que acabou de relatar.

Era isso que eu queria considerar.

Muito grata, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Tem a palavra, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MT. Pela ordem.) – É apenas para fazer um complemento à fala maravilhosa da Senadora Eudócia.

A nossa preocupação hoje, no Brasil, é com a questão do feminicídio. Vamos ser honestos: a violência aumentou sobremaneira. As organizações criminosas tomam conta, praticamente, do Brasil, lamentavelmente.

Eu falo isso pelo Mato Grosso, que é hoje o estado bicampeão em feminicídio, para se ter noção – foi bicampeão, e caminha para ser tricampeão. É o estado onde se mata, na sua proporção em relação à população, mais no Brasil. Algo tem que ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O poder público, lamentavelmente, está perdendo para as organizações criminosas. O que nós temos acompanhado pela mídia: esse fim de semana mesmo, teve três ou quatro assassinatos só no Estado de São Paulo. Isso é uma vergonha – uma vergonha! As leis têm que ser endurecidas.

Agora, evidentemente, o que se percebe é que a reação do poder público, em relação ao que está acontecendo, é muito pouca. Nós temos que fazer um enfrentamento muito mais sério.

Projetos, nós temos vários. A senhora tem projetos aqui, como eu tenho bons projetos também aqui na Casa para serem aprovados, entre eles, o de o cidadão que agride mulher estar impossibilitado também de ser servidor público no Brasil. Não poderia nem fazer concurso público.

E eu também tenho um projeto, que já foi aprovado aqui e se encontra lá na Câmara, que é o do fundo nacional para as mulheres agredidas. O que permite isso aí, Senador Vanderlan? Esse projeto...

Hoje, o que acontece no Brasil? São dados estatísticos: a maioria absoluta das mulheres que são agredidas têm medo de dar parte do marido, ou seja, de levar ao conhecimento das autoridades policiais, para penalizá-los, na forma da lei, aplicando a lei a essas pessoas. Por quê? Ela tem uma família e, muitas vezes, não tem condições de levar o alimento para a sua casa, para ela e para os filhos.

Feito isso, nós estamos propondo, e esse projeto foi aprovado aqui no Senado e já está se encontra na Câmara, que o Governo Federal, através desse fundo, que é um fundo que... Vem de onde o recurso? Vem das multas penais que existem no Brasil. Cria-se um fundo, e essa senhora passará a receber, durante seis meses, um salário mínimo, o que dá a ela a possibilidade de fazer um curso profissionalizante, para que possa também viver em condições dignas, com a força do seu trabalho. Ela pode aprender a ser costureira, manicure, pedicure, etc., etc.

São projetos meritórios, para que possamos encorajar as nossas mulheres a dar parte. Hoje, lamentavelmente, você percebe que muitas não dão parte com medo de não terem nem o que comer em casa no outro dia.

Então, tem vários projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outro projeto aqui, Senador Vanderlan, nosso Presidente, para que as crianças fruto do feminicídio, lamentavelmente, tenham prioridade. Para dar a elas prioridade no Minha Casa, Minha Vida, dar prioridade a essa família, para que tenha uma habitação onde morar.

Em síntese, eu me encontro muito preocupado, porque o Mato Grosso, particularmente – V. Exa. conhece, talvez, tanto quanto eu –, é um estado de dimensão continental, com 900 mil quilômetros quadrados. Imagine que quase 50% das cidades de Mato Grosso ainda não têm um delegado de polícia. Um delegado de polícia responde por cinco cidades, muitas vezes – cinco –, e não são instâncias pequenas.

Fazer a transferência de um preso de uma delegacia lá da Vila Rica até Água Boa são 400km, 500km, você imagine. Então, não tem nem autoridade policial.

Muito mal e porcamente, muitas vezes, tem um destacamento da polícia ali, desfalcado, e não tem nenhum policial para fazer atendimento à ocorrência, não tem nem quem socorrer a mulher, para ela pedir *help*, sei lá. "Socorro, não deixem me matar."

Então, eu quero cumprimentar a V. Exa. e dizer, Senador Bagattoli, que esse tem que ser prioridade no Brasil. Hoje, nós temos que priorizar para que pare. O que está acontecendo é um absurdo.

Onde se mata mais mulher é no Peru. Lá no Peru se matava muita gente, na China também. Hoje o Brasil foi lá para cima, e me parece que a reação das autoridades do poder público é aquém daquilo que nós temos que fazer.

Então, eu estou fazendo um aparte a V. Exa., uma questão de ordem aqui, pedindo para o nosso Presidente querido para que esta Casa aqui, que é a Casa de Leis, faça leis, mas leis de fato implacáveis, penalizando esse cidadão covarde.

O homem que bate em mulher teria que ser enforcado na praça pública, botar-se a corda no pescoço dele e puxar – enforcar em praça pública. Essa é a tese que eu defendo. Ou ser castrado, como dizia o velho Senador aqui, de cuja sessão eu participei aqui, Jaime Bagattoli, lá de sua terra, pai do Ivo Cassol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. *Fora do microfone*.) – Filho, é o Ivo Cassol.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MT) – Não é o Ivo, é o velho. Sr. Reditário.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. *Fora do microfone*.) – Foi o filho, não foi o...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MT) – Foi o pai dele, era suplente dele. Era o velho. O pai do Ivo Cassol pediu castração do cidadão. Ele falava sempre da segurança, então era interessante.

Então, essa é a minha opinião como cidadão, porque já fui três vezes Prefeito, duas vezes Senador, Governador, e sei da importância que nós temos que fazer em relação à defesa da mulher brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado, Jayme.

A discussão continua.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL. Pela ordem.) – Só mais uma questão.

Se os colegas Senadores e Senadoras aprovarem, se o senhor pudesse colocar logo o item 5, em virtude de uma agenda externa que eu tenho agora, eu ficaria muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – É o próximo item, Senadora. É o próximo item.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Mais alguém quer discutir a matéria? (*Pausa.*)

Eu estava aqui ouvindo o Jayme, ouvindo a Eudócia e a nossa Relatora e lembrando que este ano eu faço oito anos aqui, Leila, e eu vejo aqui o debate nesses anos, falando de feminicídio, e as mulheres numa defesa, principalmente a Senadora Leila, que é enfática na defesa, e, agora, a nossa Senadora aqui do nosso querido Estado de Roraima, a Roberta, Relatora, a Senadora Eudócia... Então, as mulheres aqui no Senado Federal têm debatido esse tema não é de agora. Esse tema, desde que eu cheguei aqui ao Senado, em 2019, é um tema que está sendo debatido aqui.

E o que o Senador Jayme aqui está falando precisa, sim... Às vezes, tem que se tomar algumas medidas que para alguns podem significar extremas, mas às vezes tem que ser tomadas, para ver se esses indivíduos, esses que ainda acham que são donos de toda a verdade...

Então, acho que essa questão da castração aí, Jayme, é um negócio que está em discussão. Então, vamos aprofundar mais esse tema aí.

Essa questão também, Jayme, de, em praça pública, o caboclo passar por um constrangimento, nem que alguém vá ali e corte a corda... Mas, vamos lá!

Alguém mais para discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto.

Trata-se de matéria terminativa. A votação é nominal.

Já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Eu quero aqui, em tempo, registrar uma presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está nos dando a honra aqui nesta manhã o Sr. Edmilson Tatico.

Obrigado pela presença aqui, Edmilson.

E também o jornalista Carlos Nascimento estou vendo lá atrás, sempre acompanhando aqui a CCJ, aliás, as Comissões.

Eu agradeço a toda a imprensa que sempre está acompanhando as Comissões, a CAE, a CCJ, todas elas, né? Obrigado pela presença de vocês.

Já podem votar.

A Senadora Roberta é de um estado em que eu morei, um estado, eu digo para vocês, injustiçado. Já falei isso aqui várias veze. É um estado em que muitas atrocidades foram cometidas, principalmente com algumas demarcações que aconteceram, e aqui eu quero...

Já falei aqui, Senadora Roberta, por mais de uma vez, que a gente não pode esquecer isso.

Eu fui para Roraima em 1980, com a minha família, para ser assentado do Incra pela reforma agrária àquela época.

A verdadeira reforma agrária, que muitos acham, Senador Mourão, que começou há pouco tempo, começou na época dos militares, e o Senador Jayme lembra disso.

A reforma agrária, na década de 70, começou ali, em Barra do Garças, Amazônia Legal – que começa aqui em Barra do Garças, em Mato Grosso –, e se estendeu aí para vários estados, e o *slogan* eu não lembro muito bem, Jayme, talvez V. Exa. lembre...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MT. *Fora do microfone*.) – "Vamos ocupar para não entregar".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – "Vamos ocupar para não entregar", e o Governo Federal incentivou que famílias fossem para esses estados.

E minha família, Senador Jayme e Senadora Leila, não teve condições de ter um pequeno pedaço de terra aqui em Barra do Garças, ali começando... Inclusive, fomos para Barra do Garças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou de Iporá, e fomos para Barra do Garças, para participar da reforma agrária, e não teve condições.

E ali surgiu a oportunidade em Roraima, porque, na época, quase ninguém queria ir para lá, Senadora; era muito longe.

E ali nós acreditamos naquele projeto que foi passado aos brasileiros de outros estados para irem para Roraima, para irem para Rondônia, e assim por diante, Senador Jayme.

Então, ali eu conheço tudo. E, quando nós fomos para lá naquela época, eu fui para a região de Serra da Lua.

Nós fomos para lá, a minha família, iniciar ali um trabalho em uma área destinada à reforma.

Não tinha índio. Tinha alguns poucos caboclos que vinham da Guiana Inglesa para trabalhar naqueles assentamentos, naqueles produtores.

E, algum tempo depois, foi criada uma reserva indígena, foram buscar alguns caboclos na Guiana para criar-se uma reserva indígena.

Todos perderam. E meu pai, nós, que acreditamos no Governo Federal, fomos para ali, como muitos acreditaram agora...

E o debate está tendo, com algumas atrocidades cometidas.

Não estou aqui defendendo invasões de terra, como ali no nosso Pará, Apyterewa e tudo mais, porque esse pessoal acreditou há 40, 50 anos, e foi para lá. Incentivados por quem? Pelo Governo Federal.

Reforma agrária na década de 70, 80.

E o Jayme conhece muito bem disso, sabe do que eu estou falando – não é, Jayme? Porque nós somos ali, também, conterrâneos.

Roraima é um estado que tem maravilhas.

Eu sou apaixonado por Roraima, até digo que sou o quarto Senador de Roraima, porque eu defendo Roraima. Morei 14 anos em Roraima. Chegamos ali com a roupa do corpo, Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leila – com a roupa do corpo. Minha família não tinha condições. E, graças a Deus, Roraima nos deu oportunidade.

Conheço Roraima, talvez, como conheço o meu Estado de Goiás. Tudo: Ilha de Maracá, que vem príncipes, reis para visitar; os rios...

Maravilha, já deu quórum. Já vamos abrir.

Eu precisava falar isso, Senadora, porque a senhora, que mora num estado pujante, um estado que já produziu o melhor arroz deste país em Raposa Serra do Sol... E aqueles caboclos, chamados de índios, que tinham ali, tinham participação daquela riqueza gerada.

E o senhor conhece muito bem, né?

Então, é só fazer uma observação, porque, às vezes, a população não sabe da verdadeira história da reforma agrária, desses que acreditaram e foram para essas regiões contrair malária, como eu mesmo – cinco malárias.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MT. *Fora do microfone*.) – E não morreu. É forte, né?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Graças a Deus.

Podemos encerrar? Consulto se a gente pode encerrar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Podemos encerrar?

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Pela ordem.) – Podem encerrar, mas, Presidente, o maior programa de reforma agrária para o pequeno produtor, feito na década de 70, de que se iniciou a documentação de terra em 1975, foi então com o hoje estado... Emancipou o estado só em 1981. Era Território de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tinha três territórios: Rondônia, Roraima e Amapá. O Amapá e Roraima foram emancipados em 1988, na Constituição, e Rondônia foi emancipado... O maior projeto de reforma agrária para o pequeno produtor foi no Território de Rondônia.

Por isso, eu costumo falar e falo, sim, com conhecimento e com os dados que hoje nós temos: é o único estado do Norte e Nordeste que tem o dobro de carteira assinada, contra Bolsa Família. É o único do Norte e Nordeste que tem o dobro de carteira assinada. E o grande fator disso é esse programa de reforma agrária, que deu certo e que tem documento – igual o Senador, nosso Presidente, falou aqui – e ainda assim, em algumas regiões, depois de 40, 50 anos vieram e estão tentando criar reserva indígena onde foi feito o loteamento, onde foi feita a distribuição de terra, onde o Incra tinha uma anuência que não existia. Não tinha sobreposição de indígenas, e ainda assim temos problema hoje... Mas esse foi o grande projeto da década de 70.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MT) – Presidente, V. Exa. me dá um aparte também, só para fazer uma complementação?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Com a palavra, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MT. Pela ordem.) – Eu venho de um estado em que também foi feita uma grande reforma agrária. Foram criadas cidades: Lucas do Rio Verde é uma das cidades mais ricas do país em termos de IDH, de distribuição de renda; Guarantã do Norte, que é na divisa do Mato Grosso com o Estado do Pará; temos várias lá. Terra Nova do Norte, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Canarana, Água Boa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MT) – Canarana já foi privada, feita pelo Norberto Schwantes, que era um presbiteriano; criou uma cidade lá, que hoje é uma cidade moderna.

O que acontece, General Mourão? Na verdade, naquela época, era de interesse nacional a ocupação da Amazônia brasileira. Eu lembro muito bem: a Escola Superior de Guerra, na década de 60 até 70, fez o estudo da divisão do Brasil, que permitia o quê? O Mato Grosso era um estado uno; foi dividido em 1978 pela Lei Complementar 78. Dividiu-se o Mato Grosso, para que melhorasse, com certeza, essa ocupação da nossa Amazônia.

Foi um estudo muito bem-feito – participei na Escola Superior de Guerra, em algumas audiências, palestras que eram feitas por vários brasileiros que a compunham –, e foi a coisa mais acertada, porque nos permitiu a ocupação. Lá, na época, se você derrubasse 50 alqueires, o Incra mesmo passava e repassava para você mais 50 alqueires, porque era para fazer o desmato para a ocupação. Por isso, houve essa ocupação da Amazônia brasileira, que era uma preocupação de todos nós, sobretudo com a abertura da Cuiabá-Santarém ao longo da BR-163, que saiu do Mato Grosso indo até o Estado do Pará, lá em Santarém.

É histórico esse movimento nacional, de todos nós, do qual participei ativamente. O Júlio Campos ainda participou como ex-Deputado Constituinte e, antes disso, lá na década de 1980, como Governador do Estado de Mato Grosso. O Júlio era Governador e eu era Prefeito em Várzea Grande naquela oportunidade.

Então, isso foi muito bom! Quando você fala dessa reforma agrária, como ele fala, Rondônia só cresceu dessa maneira! Hoje é um estado pujante, sem dúvida alguma, Rondônia. O Mato Grosso virou esse eldorado brasileiro, a verdadeira Califórnia brasileira, com essa produção nacional, contribuindo sobremaneira com a balança comercial nossa: maior ponto de soja, de algodão, de milho, maior rebanho bovino... E de forma o quê? Sustentável, o que é muito importante nós acrescentarmos aqui. Então, isso foi graças a essa política de reforma agrária que surgiu no Brasil lá na década de 70, que foi, acho, assim, de uma inteligência fulcral daqueles que prepararam o Brasil para hoje.

Dessa maneira, V. Exa. tem toda a razão. Lamentavelmente, alguns foram buscar índio, que é o caso lá do baixo e médio Xingu, no Araguaia, no médio e norte Araguaia: não tinha índio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquela reserva do Suiá-Miçu; buscaram cinco, seis índios lá embaixo e os colocaram ali. E ali eram praticamente... Tem hoje 9 mil famílias assentadas ali, criadas, com posto de gasolina e escola, e foi desocupada na taca, na porrada. Alguns se suicidaram, porque, lamentavelmente, eles tinham jogado a vida deles lá, e de lá para cá foram jogados na lata do lixo.

Mas nós temos que reconhecer que o Governo Federal, através, lá atrás, do Governo advindo da Revolução de 1964, fez um trabalho exitoso nessa política da reforma agrária em todo o país, particularmente no meu querido Mato Grosso. E aqui, de público, eu tenho que reconhecer esse trabalho, porque, certamente, todos nós que temos o mínimo espírito de respeito e de civilidade reconhecemos aqueles que fazem e fizeram muito pelo Mato Grosso. Só assim o Mato Grosso cresceu, prosperou e hoje tem quase 4 milhões de habitantes, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado, Senador.

Eu consulto o Plenário, quero saber se todos os Senadores já votaram.

Podemos encerrar, então? (*Pausa.*)

Peço que abra o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – SIM, 16; NÃO, nenhum.

O substitutivo é aprovado e será submetido ao turno suplementar, nos termos do art. 282 do Risf.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Senadora Eudócia... A senhora pediu a palavra? (*Pausa.*)

Ah tá. Pensei que era...

Item 5 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3453, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autoria: Deputada Federal Felipe Carreras... Deputado, aliás, Deputado Federal Felipe Carreras.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia para proferir o relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL. Como Relatora.) – Quero, inicialmente, parabenizar o meu querido amigo e Deputado Federal Felipe Carreras pela iniciativa desse projeto de lei de grande importância. E quero, aqui, também, cumprimentar o Presidente da Confederação dos Notários e Registradores, o Dr. Rogério Portugal Bacellar, que se encontra aqui, presente na CCJ.

Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise. Peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Permissão concedida, Senadora.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui me manifesto pela aprovação da iniciativa que supre uma lacuna da legislação. Efetivamente, apesar de o Capítulo VI do Título II da Lei dos Cartórios disciplinar as infrações disciplinares e as penalidades aplicadas aos notários e aos oficiais de registro, o diploma legal não dispõe sobre os respectivos prazos prescricionais nem sobre o seu termo inicial.

Os tribunais, para suprir a omissão, têm usado, por analogia, em alguns casos, o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Federais, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que, em seu art. 142, fixa o prazo de cinco anos como máximo para a prescrição de ações disciplinares ou, em outros, os prazos previstos nos estatutos dos servidores do respectivo estado.

Essa prática tem provocado contestações e insegurança jurídica, tanto que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em decisão recente, tomada no dia 20 de maio de 2025, nos autos do Pedido de Providências nº 6.887, o relator, Conselheiro Mauro Campbell Marques, entendeu que cabe sempre se aplicar ao caso a citada Lei nº 8.112, de 1990, uma vez que, conforme informa o Informativo de Jurisprudência nº 6, de 2025, daquele Colegiado: "se as penalidades estão em lei federal, o vazio legislativo quanto ao prazo prescricional e o termo inicial deve ser preenchido por lei de igual origem".

Assim, a presente proposição vem, correta e oportunamente, suprir a lacuna ao encontro da decisão tomada pelo CNJ.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL) – A aprovação da matéria com certeza contribuirá para trazer maior segurança jurídica para a atividade cartorial, garantindo tanto o interesse público como os direitos daqueles que lá atuam.

Em relação ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PL nº 3.453, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado, Senadora. Parabéns pelo seu relatório.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria requerer de V. Exa. o envio desse projeto de lei com urgência para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Coloco em votação o pedido da Senadora Eudócia: pedido de urgência ao Plenário do Projeto de Lei nº 3.453, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senadora Eudócia. Vai ao Plenário.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Item 4. Tramitação conjunta.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 372, DE 2026

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir os atos infracionais praticados com violência contra animal entre as hipóteses de internação.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do PL nº 4262, de 2025, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 4306 e 4363, de 2025, e 147, 151, 155, 172, 314, 356, 372 e 433, de 2026, que tramitam em conjunto, e da Emenda 1-CMA ao PL nº 4.363, de 2025.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente;

- Votação nominal.

Tramita em conjunto o Projeto de Lei nº 4.262, de 2025, terminativo. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais, que é de autoria do Senador Confúcio Moura.

Tramita em conjunto o Projeto de Lei nº 314, de 2026, terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor sobre a prevenção da violência praticada por adolescentes, a corresponsabilização educativa de pais e responsáveis e a adoção de medidas socioeducativas relacionadas à proteção e ao cuidado dos animais. Autoria: Senador Jorge Seif.

Também tramita em conjunto o Projeto de Lei nº 4.306, de 2025, terminativo. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando praticados por motivo fútil, torpe, com requintes de crueldade ou outros agravantes, e estabelece medidas acessórias de prevenção e repressão. Autoria: Senador Cleitinho.

Tramita em conjunto o Projeto de Lei nº 4.363, de 2025, terminativo. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais. Autoria: Senador Humberto Costa.

Também tramita em conjunto o Projeto de Lei nº 147, de 2026, terminativo. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, para instituir mecanismos de prevenção, detecção e repressão qualificada aos maus-tratos a animais, inclusive por meio de sistemas tecnológicos de apoio à investigação, agravamento de penalidades em situações específicas e programas obrigatórios de reabilitação. Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

Também tramita em conjunto o Projeto de Lei nº 172, de 2026, terminativo. Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Responsabilizadas por Maus-Tratos contra Animais (CNMA); estabelece o dever de consulta prévia em processos de alienação de animais a qualquer título; fixa responsabilidades para alienantes, criadores e intermediários digitais; e prevê sanções administrativas para o descumprimento destas normas. Autoria: Senador Bruno Bonetti.

Tramita também em conjunto o Projeto de Lei nº 356, de 2026, terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para incluir, em caráter excepcional, a violência grave contra animal, praticada com crueldade extrema ou com potencial concreto de causar lesão grave ou morte, como hipótese de aplicação da medida de internação. Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Tramita em conjunto Projeto de Lei nº 155, de 2026, terminativo. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar a pena da coação praticada com a finalidade de ocultar maus-tratos a animais. Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

Tramita também em conjunto Projeto de Lei nº 151, de 2026, terminativo. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas ou Responsabilizadas por Maus-Tratos a Animais. Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também tramita em conjunto Projeto de Lei nº 433, de 2026, terminativo. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais, para redefinir os crimes contra a dignidade e a vida animal, dá nova redação ao art. 32 e acrescenta os arts 32-A, 32-B, 32-C e 32-D. Autoria: Senadora Eliziane Gama.

Relatoria: Senadora Leila Barros.

Relatório: Pela aprovação do PL nº 4.262, de 2025, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 4.306 e 4.363, de 2025, e 147, 151, 155, 172, 314, 356, 372 e 433, de 2026, que tramitam em conjunto, e da Emenda 1-CMA ao PL nº 4.363, de 2025.

Observações: Nos termos do art. 282 do Risf, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

A matéria foi apresentada pela Comissão de Meio Ambiente e a votação é nominal.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros, para proferir o relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Como Relatora.) – Bom dia Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Bom dia!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Para ver a complexidade da missão, né?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – É árdua.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Primeiro, quero parabenizar os nossos colegas todos citados pelo senhor, pela importância do trabalho de cada um, interessados nessa temática dos maus-tratos aos animais, uma temática que vem despertando muito a atenção da nossa sociedade de um modo geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, primeiramente, antes de fazer a leitura do meu relatório...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – ... agradecer às entidades: a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, a Associação Brasileira dos Peritos Criminais Médicos-Veterinários, o GT Animal da Frente Parlamentar Mista Ambientalista do Congresso Nacional, a Associação Gaia Libertas e o Humane World for Animals. Todas essas entidades, de alguma forma, inclusive o GT, composto no Congresso Nacional, nos ajudaram muito, juntamente com a minha equipe, minha assessoria legislativa na construção desse relatório.

Sr. Presidente, vêm ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em tramitação conjunta, os Projetos de Lei (PLs) nºs 4.262, de 2025, do Senador Confúcio Moura; 4.306, de 2025, do Senador Cleitinho; 4.363, de 2025, do Senador Humberto Costa; 147, 151 e 155, de 2026, da Senadora Soraya Thronicke; 172, de 2026, do Senador Bruno Bonetti; 314, de 2026, do Senador Jorge Seif; 356, de 2026, do Senador Jorge Kajuru; 372, de 2026, do Senador Fabiano Contarato; e 433, de 2026, da Senadora Eliziane Gama, que dispõem sobre medidas de prevenção e repressão aos maus-tratos contra animais.

O PL 4.262 altera a Lei de Crimes Ambientais (LCA) para modificar a pena aplicável ao crime de maus-tratos contra animais em geral, de detenção de três meses a um ano e multa, para reclusão de um a quatro anos, multa e proibição de guarda; eleva também a causa de aumento de pena quando ocorre a morte do animal, que passa a ser de dois terços.

O PL 4.306 altera a LCA para aplicar a todos os animais as penas atualmente previstas para os crimes de maus-tratos contra cães e gatos. A proposição também cria formas qualificadas do crime e estabelece medidas de restrição à convivência com animais aos condenados pelo delito.

O PL 4.363 altera também a LCA para aplicar aos crimes de maus-tratos contra animais em geral as penas atualmente previstas para os crimes praticados contra cães e gatos. O projeto também eleva para dois terços a causa de aumento de pena incidente quando ocorre a morte do animal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 147 altera a LCA e a Lei 14.064, de 2020, para instituir mecanismos de prevenção e repressão aos maus-tratos contra animais, cria o Sistema Nacional de Prevenção e Detecção de Maus-Tratos a Animais e o Fundo Nacional de Proteção Animal.

O PL 151 institui o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas ou Responsabilizadas por Maus-Tratos a Animais.

O PL 155 altera o Código Penal para criar causa de aumento de pena para os crimes de coação no curso do processo, ameaça, fraude processual e favorecimento pessoal quando a conduta tiver a finalidade de impedir ou dificultar apuração do crime de maus-tratos contra animais.

O PL 172 também cria o Cadastro Nacional de Pessoas Responsabilizadas por Maus-Tratos contra Animais. A proposição estabelece, como dever geral, a consulta prévia a esse cadastro para a transmissão da posse de animais. Além disso, estabelece restrições à custódia de animais em decorrência de condenação por maus-tratos.

O PL 314 altera o ECA e a LCA para prever uma série de preceitos destinados a prevenir condutas violentas praticadas por crianças e adolescentes contra animais. A proposição também prevê medidas socioeducativas.

O PL 356 altera o ECA para admitir, em caráter excepcional, a aplicação da medida socioeducativa de internação quando o ato infracional envolver violência grave contra animal, praticada com crueldade extrema ou com potencial concreto de causar lesão grave ou até morte.

O PL 372, de modo semelhante, altera o ECA para incluir os atos infracionais praticados com violência contra animal entre as hipóteses de aplicação da medida socioeducativa de internação.

E, finalmente, o PL 433 altera a LCA para redefinir o crime de maus-tratos contra animais e para estabelecer novos tipos penais autônomos de negligência na guarda, de lesão corporal animal e zoocídio. Também estabelece a obrigatoriedade da realização de exame de corpo de delito quando a infração penal deixar vestígios.

As proposições foram inicialmente encaminhadas, já citado pelo senhor, à Comissão de Meio Ambiente, que aprovou o parecer favorável ao PL 4.262, de 2025, na forma de substitutivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que consolida as proposições em sete artigos. Primeiramente, ela modifica a LCA para promover ajustes nos crimes de maus-tratos contra animais, elevando a pena-base e estabelecendo formas equiparadas, qualificadas e causas de aumento. Também tipifica a omissão de cuidados básicos e estabelece como efeito da condenação restrições à custódia de animais e ao exercício de atividades que envolvam o contato direto com eles.

O substitutivo também promove alterações no ECA relativas à educação para a prevenção da violência, a prestação de serviços à comunidade e entidades de proteção animal, a aplicação excepcional de medida de internação em caso de violência grave contra o animal e as medidas destinadas também aos pais ou responsáveis.

O substitutivo altera ainda a Política Nacional de Educação Ambiental para estabelecer que o poder público incentivará programas intersetoriais de proteção animal e de proteção da infância e da juventude.

Por fim, o substitutivo determina a instituição de sistema nacional de prevenção e detecção de maus-tratos integrado a cadastros de pessoas condenadas por tais crimes.

Após a deliberação da CMA, as matérias foram encaminhadas a esta Comissão, CCJ, à qual compete apreciá-las em caráter terminativo, além da emenda substitutiva, que foi apresentada e aprovada na CMA, da Senadora Tereza Cristina.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Análise.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, as proposições inserem-se, de um lado, na competência privativa da União para legislar sobre o direito penal. De outro, relacionam-se às matérias de competência legislativa concorrentes da União e dos estados, especialmente a proteção à infância, à juventude e ao direito animal. Ao estabelecer disciplina nacional sobre essas matérias, as proposições permanecem no âmbito das normas gerais atribuídas à União e preservam a competência suplementar dos entes subnacionais.

Quanto à iniciativa, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre essas matérias, não se identificando hipótese de iniciativa legislativa privativa de outro órgão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, as proposições inovam o ordenamento jurídico por meio de normas gerais, abstratas e dotadas de coercitividade.

Sob os prismas da regimentalidade e da técnica legislativa, não se identificam óbices.

No plano material, as proposições mostram-se compatíveis com a Constituição Federal.

A vedação à crueldade constitui fundamento central do direito animal brasileiro e confere proteção aos animais individualmente considerados.

Essa proteção constitucional também se relaciona à dignidade da pessoa humana, na medida em que a submissão de animais à crueldade degrada os próprios valores éticos que devem orientar as ações humanas e a atuação estatal.

O substitutivo da CMA aprimora a tutela jurídica ao graduar a resposta estatal conforme a gravidade das condutas, distinguir hipóteses qualificadas, tipificar formas omissivas e estabelecer efeitos da condenação voltados à prevenção de novas ocorrências. (*Pausa.*)

Perdão, Sr. Presidente. Está muito seco. É Brasília nessa época.

Ao mesmo tempo, articula medidas penais, educativas e preventivas, amplia os mecanismos de integração de informações e supera uma abordagem exclusivamente repressiva, que é a maior preocupação que nós tínhamos aqui nesse detalhamento.

Diante dos recentes episódios envolvendo maus-tratos contra animais, este Parlamento dá uma resposta adequada às lacunas jurídicas que exigem medidas contundentes do Estado para prevenir e reprimir de forma eficaz a violência contra os animais, inclusive através de maior rigor punitivo, inclusive no âmbito socioeducativo, já citado.

Portanto, a matéria merece ser acolhida por estruturar resposta normativa completa, eficaz e coerente contra o fenômeno dos maus-tratos contra animais.

Isto aqui é um resumo, Sr. Presidente, mas todo o relatório já está exposto, porque, na verdade, a gente só acolheu o que já vem no substitutivo da própria CMA, que foi um trabalho belíssimo, né?

Então nós vamos para o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições em exame e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.262, de 2025, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 4.306 e 4.363, de 2025, e 147, 151, 155, 172, 314, 356, 372 e 433, de 2026, e da Emenda 1-CMA ao PL nº 4.363, de 2025.

Sr. Presidente, mais uma vez, só reforço o belo trabalho feito por todos os Senadores, que apresentaram as suas proposições, o trabalho que já foi desenvolvido e aprovado por unanimidade na CMA e que a gente chancela nesta manhã aqui na nossa CCJ, também agradecendo às entidades que conosco colaboraram para finalizar esse relatório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Senadora Leila, parabenizamos a todos os Senadores e Senadoras, mas quero fazer aqui um agradecimento especial a V. Exa. pelo belíssimo relatório.

Coloco em discussão as matérias. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Substitutivo oferecido ao PL nº 4.262, de 2025, na forma da Emenda nº 1-CMA.

Trata-se de matéria terminativa e a votação é nominal.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Pergunto ao Senador Hamilton Mourão se V. Exa. pode assumir a Presidência aqui por uns minutos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone.*) – Agora? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Consulto os Senadores, as Senadoras e a Relatora se já podemos encerrar a votação. Já temos números suficientes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF. Como Relatora.) – Sim, Presidente, já agradecendo ao Senador Otto e ao senhor também, por terem me designado para essa importante matéria. Era uma demanda da sociedade, principalmente daqueles defensores da causa PET. E eu fiquei muito feliz de participar desse processo na construção e na elaboração desse relatório. É só agradecer mesmo, Presidente Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Está em boas mãos, Senadora.

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Encerrada a votação, abertura: SIM, 13; NÃO, nenhum.

Abstenção, nenhuma.

E o quórum de 14.

O resultado: o Substitutivo ao PL nº 4.262, de 2025, é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Risf.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Em votação a declaração de prejudicialidade dos Projetos nºs...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - DF) – Sr. Presidente, não é turno suplementar? Tem o turno suplementar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – E agora nós vamos colocar em votação a declaração de prejudicialidade dos Projetos nºs 4.306 e 4.363, de 2025, e 147, 151, 155, 172, 314, 356, 372 e 433, de 2026, que tramitam em conjunto, e da Emenda nº 1, da CMA, ao PL 4.363, de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer pela declaração de prejudicialidade dos projetos que tramitam em conjunto e da Emenda nº 1, da CMA, ao PL nº 4.363, de 2025.

As matérias serão encaminhadas ao Plenário.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 5352, DE 2025

- Não terminativo -

Cria a Universidade Federal do Vale do Juruá (UFVJ), com sede no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão (Relator Ad hoc)

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Alan Rick.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Morão, como Relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

Com a palavra, Senador Hamilton.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto à análise, nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do nosso Senado, a CCJ deve examinar as matérias que lhe são submetidas quanto à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como decidir quanto ao mérito das matérias de competência da União, ressalvadas as atribuições das demais Comissões.

No que tange ao mérito, essa proposição é irretocável e digna de elogios. A iniciativa demonstra profunda sensibilidade a uma demanda histórica e vital para o Estado do Acre. A interiorização do ensino superior público, especialmente em territórios com as peculiaridades socioambientais e os desafios logísticos do Vale do Juruá, é medida de inegável e urgente interesse público. Lembrando que o ponto de instalação, a cidade de Cruzeiro do Sul, fica praticamente no extremo oeste do Acre, muito mais próximo dos nossos vizinhos do Peru do que do centro do país.

A proposta foi fundamentada ainda na necessidade de interiorizar o ensino superior público e consolidar a presença do Estado brasileiro na Amazônia, considerando que a região do Vale do Juruá, embora possua imensa riqueza e diversidade socioambiental, sofre com o isolamento geográfico e com a escassez de infraestrutura educacional.

Atualmente, a oferta de cursos universitários permanece concentrada na capital, Rio Branco, e no *campus* da Universidade Federal do Acre em Cruzeiro do Sul, o que restringe o acesso da população local à formação profissional, limitando o desenvolvimento econômico e tecnológico da região.

Assim, para transformar essa realidade, a instituição da Universidade Federal do Vale do Juruá atende a uma demanda histórica da comunidade acreana, com o objetivo de complementar, e não substituir, a rede federal já existente. A nova universidade terá um foco estratégico alinhado às vocações regionais, priorizando áreas como bioeconomia, agricultura familiar, saúde, conservação ambiental e biotecnologia, unindo o conhecimento científico aos saberes tradicionais.

Todavia, a despeito da nobreza e justeza de seus propósitos, ao adentrarmos no exame da constitucionalidade formal da matéria, verificamos que o projeto padece de inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Ao propor a criação de uma nova instituição federal de ensino superior, entidade que ostenta natureza jurídica de autarquia ou fundação pública federal, um projeto de autoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar invade esfera de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, expressamente consagrada no art. 61, §1º, inciso II, alíneas "a" e "e", da Constituição Federal de 1988.

Diante desse quadro, propõe-se aqui a conversão da proposição em projeto de lei de natureza autorizativa, por meio do qual o Congresso Nacional manifesta sua anuência legislativa para que o Poder Executivo promova a criação da Universidade Federal do Vale do Juruá (UFVJ).

A proposição passa, então, a atender à exigência prevista no inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, segundo o qual somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Por essas razões, Presidente, apresentamos emenda destinada a transformar a proposição em projeto autorizativo.

Em complemento, registra-se que foi enviado, ao Ministério da Educação, a Indicação (INS) nº 4/2026, a qual confere ciência formal dessa manifestação legislativa e reforça a importância da adoção das medidas necessárias pelo Poder Executivo à implementação da instituição, em consonância com os objetivos de desenvolvimento regional e inclusão educacional que inspiram a presente autorização.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.352, de 2025 e, no mérito, por sua aprovação, na forma da emenda a seguir apresentada.

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se a seguinte redação à ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 5.352, de 2025:

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Juruá – UFVJ, no Estado do Acre.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Vale do Juruá – UFVJ, fundação pública federal vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, e atuação *multicampi* em toda a região do Vale do Juruá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão, e parabéns pelo relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Hamilton Mourão, eu queria fazer só um comentário com relação a esse projeto e a outros projetos que criam ou transformam institutos federais mais antigos, que já têm cursos de graduação, em universidades. Penso eu que este também é um dos caminhos que tem.

Parabenizo o Relator do projeto e também V. Exa., como Relator *ad hoc*.

Eu apresentei, no Senado Federal, um projeto de lei para a transformação do Instituto Federal de Rio Verde, Goiás, em uma universidade, a pedido de todos os profissionais, já que aquele instituto federal tem vários cursos de graduação.

Ele é um dos antigos do nosso país, ali em Rio Verde.

Apresentei a pedido de políticos, autoridades, a sociedade civil organizada ali, que es teve conosco encabeçada ali pela Deputada Marussa Boldrin, atuante na cidade, que representa ali o sudoeste do Estado de Goiás, e pela Vereadora Nayara Barcelos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone.*) – É do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – É do seu partido a Deputada Marussa Boldrin.

Aprovamos aqui no Senado Federal, foi para a Câmara dos Deputados, já passou em duas Comissões e agora está com pedido de urgência para ir para o Plenário da Câmara para ser deliberado e votado.

Mas só quem tem uma universidade no seu município ou em sua região sabe a importância de um projeto como esse aqui.

Conheço bem o Estado do Acre e o crescimento que há em pesquisa, em desenvolvimento de um modo geral em todas as áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero parabenizar por esse projeto, porque eu tenho acompanhado. Eu fui o coordenador, e nós conseguimos, através do nosso trabalho e de mais alguns Senadores na Comissão que nós criamos, a transformação de seis *campi* universitários do nosso Brasil – dois no Estado de Goiás, um em Tocantins, um em Mato Grosso, um em Pernambuco e um no Piau –, em universidade de fato e de direito. E eu tenho acompanhado, já que eu coordenei esse trabalho e sinto-me responsável por essa transformação, pelo crescimento que houve depois que se transformou em uma universidade mesmo, com um orçamento próprio, autonomia administrativa, orçamentária e administrativa.

Para a V. Exa. ter uma ideia, aqui no Município de Catalão, depois que transformou, Senador Amin, em uma universidade mesmo, de fato e de direito, já proporcionou ter orçamento, além de ter orçamento próprio, mais corpo docente e também receber emendas.

E tanto o é, que já, já vai ser inaugurado ali o prédio da área de saúde, com emendas parlamentares.

E houve crescimento ali não só em número de vagas em Medicina, mas outras que abriram depois dessa transformação.

Da mesma forma foi Jataí, no Estado de Goiás.

Então, é um projeto de suma importância.

Tem muitos que, às vezes, criticam tanto as nossas universidades, os nossos institutos federais... Em todos os lugares nós temos maus exemplos também, mas é essencial...

A nossa Universidade Federal de Goiás, Câmpus Samambaia, tem os melhores pesquisadores do nosso país, inclusive de doenças raras, como a ELA.

A nossa Universidade Federal de Goiás é reconhecida mundialmente com o avanço que teve no curso de graduação Inteligência Artificial, um dos melhores não é do Brasil não; do mundo! Está ali na nossa Universidade Federal de Goiás.

É a importância que tem uma universidade federal, um instituto federal numa região.

Então, por esse projeto eu parabenizo V. Exa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Pela ordem.) – Depois deste pequeno conclave que as câmeras filmaram – não adianta dizer que não houve –, eu me coloco na posição do terceiro mosqueteiro mais atrevido e incauto: em nome dos senhores, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Senador Amin, foi uma decisão sábia de todos aqui: do Relator, do Presidente... Então, se há alguma dúvida, a vista...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Sim, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. Pela ordem.) – O Senador Amin entra na figura do mosqueteiro Aramis, que representava a astúcia.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Astúcia. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O meu foi do quarto, que é o D'Artagnan, que era o mais imprudente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – O D'Artagnan era imprudente, tinha a coragem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - GO) – Concedo vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos condutores desse processo aqui na Comissão: ao Ednaldo, que é o nosso Secretário; à Rose, adjunta; à Roberta; ao David; e à Wilce – é isso? Falei certo?

Que Deus abençoe a todos vocês. Obrigado.

Está encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dois minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Fernando Dueire, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Dra. Eudócia, Paulo Paim, Camilo Santana, Humberto Costa, Leila Barros, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Hermes Klann e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Wellington Fagundes e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 23ª, 24ª e 25ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4403, de 2024 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 2-CDH e 3-CDH. **Resultado:** Aprovados o projeto e as Emendas nºs 2 e 3-CDH/CE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 96, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 359, de 2017 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX)." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, pela rejeição da Emenda nº 1-CAE, e pela aprovação da Emenda nº 2–CAE, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto e as Emendas nº 2-CAE/CE e nºs 3, 4 e 5-CE. Fica rejeitada a Emenda nº 1-CAE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3878, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática." **Autoria:** Senador Castellar Neto (PP/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da emenda nº 1 - CDH e de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1076, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Frei Orlando no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2379, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional dos Congados e Reinados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6044, de 2025 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 32, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o Curso de Enfermagem Intercultural Indígena em execução na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), reconhecer seu pionerismo e inovação de sucesso no ensino superior brasileiro, e nesta oportunidade debater a aplicação do modelo para replicação nacional em parceria com a futura Universidade Federal Indígena – UNIND." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 33, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 32/2026 - CE sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu-MEC); representante do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI); representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 34, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 96/2024, que 'altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública'." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/09

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de junho de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 23ª, 24ª e 25ª Reuniões, realizadas em 26 de maio e 2 de junho.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco alguns itens terminativos que exigem votação nominal.

Valorizando a presença física do nosso querido Senador Paulo Paim, nós vamos inverter a pauta, começando pelos itens de relatoria do Senador.

O primeiro é o item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2379, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional dos Congados e Reinados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Dandara.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, eu vou pedir um favor para a V. Exa., que, na verdade, não é por mim, é por eles e elas. Eu poderia ler – a senhora pediu e faço questão de ler – o relatório do nosso querido Flávio Arns, que é o item 5. E depois, se eu puder apresentar o relatório sobre o projeto do Senador Esperidião Amin, eu o farei também. E por que estou deixando esse por último? É porque a Deputada Dandara, tão querida de todos nós, está vindo para cá e pediu, pelo amor de Deus, que eu fizesse esse apelo a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu disse: "Deixa Deus fora, porque ela vai atender".

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Apelo aceito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se eu pudesse começar pela sugestão...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, começaríamos pelo item 5...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... depois o item 7, e aí voltaríamos para o 6.

Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Posso tocar?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode, pode.

É o Projeto de Lei 1.076, no caso, não terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1076, DE 2023

- Não terminativo -

Inscreve o nome de Frei Orlando no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 26/05/2026.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Prof. Paulo Fernando.

A relatoria *ad hoc* será feita pelo Senador Paulo Paim, a quem eu já passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, eu vou ler o relatório. O relatório é longo, aí é conforme o seu interesse para manter o quórum. Eu posso ler todo o relatório ou posso sintetizar, para mim é indiferente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode sintetizar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Posso sintetizar, tudo bem.

Eu vou direto à análise, então.

Já entro dizendo que a Carta Magna determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

No que concerne à técnica legislativa, o texto está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto do Senador, querido amigo de todos nós, Flávio Arns, que está atravessando um problema de saúde sério, como eu também tive, e agora dei uma melhorada.

Eu vou ler parte da justificativa.

Frei Orlando, nome religioso de Antônio Álvares da Silva, nasceu em Morada Nova, Minas Gerais, em 13 de fevereiro de 1913. Órfão ainda na infância, foi criado em ambiente de forte formação católica, ingressou cedo no seminário e, após formação franciscana iniciada no Brasil e aprofundada na Holanda, retornou ao país e foi ordenado sacerdote em 1937.

Enfim, aqui no relatório tem diversos aspectos da vida dele.

Este aspecto de sua vida revela elemento particularmente relevante para a presente homenagem: antes mesmo de seguir para a guerra, Frei Orlando já havia demonstrado compreensão concreta do serviço ao próximo, articulando fé, educação, ação social e aproximação entre sociedade civil e soldados do Exército.

Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Frei Orlando apresentou-se voluntariamente para integrar a Força Expedicionária Brasileira. Em 13 de julho de 1944, foi nomeado capelão militar e incluído no efetivo do 11º Regimento de Infantaria, levando ao Teatro de Operações, na Itália, não apenas assistência litúrgica, mas também presença moral e humana junto aos pracinhas brasileiros. Enfim, o seu papel junto à FEB transcendeu a dimensão formal do ofício religioso.

Sra. Presidente, vamos em frente.

Nessa perspectiva, a figura de Frei Orlando encarna forma singular de heroísmo: não o heroísmo das armas, mas o heroísmo do cuidado, do altruísmo e do sacrifício pessoal em favor dos combatentes brasileiros. Sua situação demonstrou que a defesa da pátria também se realiza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por meio do sustento moral da tropa, do cuidado espiritual dos vulneráveis e da preservação da dignidade humana em contexto extremo.

Avançando: sua morte causou profunda comoção entre os expedicionários, que lhe prestaram honras militares e religiosas, reconhecendo nele não apenas o sacerdote, mas o companheiro de campanha que compartilhara os riscos e sofrimentos da tropa brasileira.

O reconhecimento nacional posterior confirma a excepcionalidade de sua trajetória. Em 1946, Frei Orlando foi consagrado Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército, circunstância que demonstra a permanência institucional de sua memória no âmbito das Forças Armadas e a força simbólica de seu exemplo para gerações sucessivas.

Sob o prisma da política de memória, a inscrição de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria revela-se medida inteiramente adequada. A homenagem não se dirige apenas a um religioso ou a um militar, mas a uma personalidade cuja trajetória de vida integrou valores espirituais, ação assistencial, compromisso pedagógico e dedicação extrema à coletividade nacional em cenário de guerra.

Estou terminando, Presidenta.

À vista desses elementos, a proposição mostra-se não apenas juridicamente viável, mas materialmente justa e historicamente fundada, por reconhecer a exemplaridade de uma vida marcada por serviço, sacrifício e autêntico compromisso com a pátria amada Brasil.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.076, de 2023, do nosso querido Senador Flávio Arns, numa homenagem pós-morte a Frei Orlando, colocando-o no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

O voto é pela aprovação.

A votação é simbólica.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Projeto aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos para o item 7, ainda com o Senador Paulo Paim.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 6044, DE 2025

- Terminativo -

Inscreve o nome de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Eu cumprimento o Senador Esperidião Amin e, ao mesmo tempo, eu o cumprimento, Sra. Presidenta, quando ele inscreve o nome de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Se V. Exa. permitir, eu vou tentar resumir também o contexto, já que os argumentos aqui são, todos eles, contundentes.

Entendo que esse projeto... Eu verifiquei que ele atende aos requisitos constitucionais formais e que se apresentam igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental. Não vislumbramos, ademais, vícios de juridicidade.

Quanto ao mérito, a proposição merece prosperar.

Nilo Procópio Peçanha nasceu em 2 de outubro de 1867, em Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Filho de Sebastião de Sousa Peçanha, padeiro, e de Joaquina Anália de Sá Freire, ligada a uma família de agricultores locais, veio de origem humilde e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1887. Atuou como advogado, jornalista e defensor das causas abolicionista e republicana, tendo fundado o Clube Republicano de Campos e o Partido Republicano Fluminense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sua trajetória política teve início na Assembleia Nacional Constituinte, de 1890 a 1891. Depois, exerceu mandatos como Deputado Federal entre 1891 e 1903, foi Senador em 1903 e Presidente do Estado do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906. Nesse período, assinou o Convênio de Taubaté, voltado à valorização do café, e consolidou liderança política própria, apoiada por um grupo fiel de correligionários, os chamados nilistas.

Em 1906, foi eleito Vice-Presidente da República na chapa de Afonso Pena, com expressiva votação. Com a morte do titular, em 14 de junho de 1909, assumiu a Presidência da República, aos 41 anos, exercendo o cargo até 15 de novembro de 1910. Seu Governo buscou preservar a paz política em meio às disputas oligárquicas da Primeira República e promoveu medidas institucionais relevantes, como a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria e do Serviço de Proteção aos Índios, precursor da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Na área da educação, seu nome está associado à criação das Escolas de Aprendizes...

Eu estudei numa escola cujo principal herói era ele, a escola Senai Nilo Peçanha, só que eu não sabia que ele era negro; fui descobrir depois que ele foi o primeiro Presidente negro.

Na área da educação, seu nome está associado à criação das Escolas de Aprendizes Artífices, que lançaram as bases do ensino profissional e tecnológico no Brasil. Por isso, é reconhecido como Patrono da Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de um legado de grande alcance social, ligado à formação para o trabalho e à ampliação de oportunidades para a população brasileira.

Seu legado na educação profissional permanece reconhecido em diversas instituições de ensino e formação técnica em todo o país, que levam seu nome em homenagem à sua contribuição histórica para a qualificação dos trabalhadores brasileiros – casualmente, o Flávio Arns aqui assegura –, a exemplo do Senai Nilo Peçanha, de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul – foi lá que eu estudei e tenho, neste momento, a alegria de fazer o Relatório *ad hoc* –, instituição na qual este Relator realizou sua formação profissional. Olha, ele foi estudar até o Relator. Parabéns, Flávio Arns!

Reconhecido como o primeiro e o único Presidente negro do Brasil, Nilo Peçanha teve, durante muito tempo, sua origem racial encoberta e minimizada, embora a sua ascendência negra tenha sido reafirmada por pesquisadores e historiadores. Filho de mãe negra, foi alvo de crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de racismo, a exemplo da imprensa, que o apelidou de "mestiço do Morro do Coco", em razão dos seus traços negroides.

Sra. Presidenta, eu quero aqui fazer uma pequena retificação: eu emendei os dois relatórios. Este relatório aqui, do projeto de que o Senador Esperidião é o autor... Ele foi estudar a minha história como aluno do Senai Nilo Peçanha e ele cita aqui, então, na matéria...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Na justificação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E concedeu a mim a relatoria.

Depois que ele deixou a Presidência, voltou a atuar na vida pública como Senador, advogado e, novamente, em função política no Estado do Rio de Janeiro. Faleceu em 31 de março de 1924, aos 56 anos – muito jovem. Sua biografia reúne origem humilde, formação intelectual, participação na consolidação da República, passagem pela chefia do Estado, contribuição decisiva à educação profissional e presença histórica da população negra no mais alto cargo da nação.

Entendemos que o conjunto de fatos biográficos justifica plenamente a inscrição de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, como reconhecimento de uma trajetória marcada por serviço público relevante, contribuição institucional duradoura e elevado significado histórico para o Brasil.

Diante do exposto, eu faço aqui meu reconhecimento a esse homem, que foi o primeiro Presidente negro da história do país, e cumprimento o autor, o Senador Esperidião Amin, que me deu a honra de relatar.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 6.044, de 2025.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

O parecer é pela aprovação.

A votação será nominal, em painel eletrônico; ao final, faremos em bloco.

Quero registrar a presença da Senadora Professora Dorinha, Relatora de três pontos da pauta, e também da Deputada Dandara, a quem o Senador Paulo Paim pediu que esperássemos para que ele relatasse o próximo projeto, que é o item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2379, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional dos Congados e Reinados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Autoria: Deputada Dandara.

Eu já concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Cumprimento mais uma vez V. Exa. por ter atendido ao nosso pedido: inverteu a pauta duas vezes para que você chegasse aqui, Dandara, viu? Jogou um para cima e um para baixo, para o seu ser o terceiro, que estaria sob a minha relatoria.

Já com a presença, então, da autora, a Deputada Dandara, eu vou direto à análise, com a permissão de V. Exa.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar em proposições que versem sobre a instituição de datas comemorativas.

Quanto ao projeto, no que tange à constitucionalidade, a matéria insere-se no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, especialmente com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010. De acordo com essa norma, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve ser acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem sua alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 7 de novembro de 2023, audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, na qual foram ouvidos mestres, mestras, congadeiros, congadeiras, reinadeiros e reinadeiras, os quais apoiam e enaltecem a iniciativa da Deputada Federal Dandara.

O projeto não possui óbices de natureza regimental, tendo sido redigido de acordo com a boa técnica legislativa e em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação ao mérito, de fato, os congados e reinados constituem uma das mais importantes manifestações culturais populares do Brasil, reunindo fé, música, tradição e identidade comunitária em celebrações que atravessam gerações e gerações. Presentes especialmente em diversos estados brasileiros, essas festividades preservam costumes históricos e fortalecem vínculos sociais por meio de cortejos, cantos, danças e celebrações religiosas que mobilizam milhares de pessoas todos os anos.

Com forte dimensão simbólica e coletiva, os congados e reinados representam espaços de convivência, devoção e continuidade cultural. As guardas, ternos e irmandades mantêm viva uma tradição construída ao longo de séculos, transmitindo ensinamentos, valores e memórias entre diferentes gerações.

Essas manifestações também possuem grande relevância histórica por estarem ligadas a experiências vividas pelo povo negro brasileiro desde o período colonial. Em meio às dificuldades impostas pela escravidão e pela exclusão social, os congados e reinados surgiram como espaços de organização comunitária, preservação cultural e expressão de fé. Elementos das matrizes africanas foram incorporados às celebrações e permanecem presentes até hoje nos ritmos, nos símbolos, nos tambores e na oralidade que caracterizam essas tradições.

A força dos congados está justamente na capacidade de unir religiosidade, cultura e memória popular. As homenagens a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e outros santos representam devoção religiosa e construção...

Sra. Presidenta, além de todo o valor cultural que eu já descrevi, além desse valor cultural e religioso, os congados e reinados também movimentam atividades econômicas ligadas às festas populares, ao artesanato, à confecção de vestimentas, à música e às celebrações comunitárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de uma cadeia cultural construída coletivamente e que gera oportunidades, fortalece tradições locais e impulsiona o turismo cultural em inúmeras cidades brasileiras.

O reconhecimento institucional dessas manifestações significa proteger tradições populares que ajudam a contar a história do nosso país e reafirmar a importância da diversidade cultural na formação da identidade nacional. Nesse contexto, a preservação dos congados e reinados contribui também para ampliar o conhecimento sobre a contribuição das culturas africanas e afro-brasileiras na construção do Brasil.

Terminando, Presidenta.

Por tudo isso, reconhecer oficialmente o Dia Nacional dos Congados e Reinados é valorizar uma tradição, repito, que une fé, memória, cultura e resistência popular. É assegurar que essas celebrações continuem sendo transmitidas às futuras gerações como parte fundamental da riqueza cultural brasileira e como expressão viva da pluralidade que caracteriza a identidade do nosso povo.

Voto.

Ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei 2.379, de 2023, da querida Deputada Dandara, que está aqui ao meu lado, sob a orientação de V. Exa.

Se ela tiver oportunidade de dar uma palinha, como a gente fala... É provocação minha, porque ela não pediu, não, viu? Ela ficou firme no entendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

Então, o projeto está em discussão.

Eu posso conceder, sim, a palavra à autora, que nos prestigia com a sua presença, por alguns minutinhos, para concluirmos a nossa pauta de hoje. Da minha parte, já parabenizo também a autoria do projeto e o relatório, tão simbólico e que destacou tantas coisas importantes dessa manifestação.

Deputada Dandara, você tem a palavra.

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG) – Obrigada, Presidenta, nossa Senadora Teresa. É uma alegria estar aqui nesta Comissão presidida pela senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito ao nosso Senador Paim, a nossa grande referência de caminhada, de luta, de construção política. Eu me sinto muito honrada em poder viver no mesmo tempo histórico que esse grande homem. Aprendi muito com o Senador Paim e tive a oportunidade de compartilhar relatorias, como, por exemplo, da nova Lei de Cotas, que foi uma grande vitória para o povo brasileiro nas universidades.

Hoje, uma outra grande vitória vai ser aprovar o dia nacional dos congadeiros e reinadeiros.

O congado é uma importante manifestação cultural, religiosa, negra, com ancestralidade viva, que ecoa em muitos estados do nosso país. Eu, como sou de Minas Gerais, tenho a oportunidade de rodar muitas cidades. Eu faço questão de visitar todas as regiões do estado e eu tenho a oportunidade de ver, sentir, vivenciar na prática a diversidade dos congados. São catupés, marujos, marinheiros, moçambiques, diversos tipos de congados e reinados presentes hoje no nosso Estado de Minas Gerais. O congado é a fé que canta e dança. O congado é a manifestação negra que reúne uma diversidade magnífica, gigante, que resistiu ao longo dos séculos a tantas opressões, a tanto preconceito, a tanto ataque.

O congado, nos dias de hoje, ainda enfrenta dificuldades. Por isso, a nossa resposta foi apresentar um dia nacional dos congadeiros e reinadeiros, e foi também articular junto ao Iphan o reconhecimento do congado como patrimônio cultural imaterial do nosso país. Querem proibir o congado em cidades pequenas, em câmaras municipais. Tem ações de intolerância religiosa atacando o congado nas ruas de grandes cidades. A nossa resposta hoje, aprovando no Senado Federal o dia nacional do congadeiro e do reinadeiro, é muito clara: não calarão os nossos tambores.

Sete de outubro é uma data nacional de reconhecimento dos nossos congados e eu quero dedicar essa vitória de hoje a todos que fazem os congados e os reinados e estão aqui com a gente: o Capitão Ramon, o Capitão Zezão, a Madrinha Lindaura.

A nossa fé vai continuar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Deputada.

Sejam muito bem-vindos os representantes do congado aqui presentes na nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o relatório irá ao voto em bloco no painel eletrônico.

O item 4 da pauta foi retirado a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3878, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática.

Autoria: Senador Castellar Neto (PP/MG)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto, da emenda nº 1 - CDH e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDH.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 12/05/2026, 19/05/2026 e 26/05/2026.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Nós temos dois requerimentos a votar no final e vamos, então, voltar para os itens da relatoria da Senadora Professora Dorinha: os itens 1, 2 e 3 da pauta.

Professora Dorinha, são três itens: dois de votação nominal e um de votação simbólica.

Passo, então, a palavra a V. Exa. para a relatoria do item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4403, DE 2024

- Terminativo -

Dispõe sobre protocolo de atendimento em face de situações de racismo, misoginia, discriminação por motivo de orientação sexual ou de identidade de gênero, e outras formas de discriminação e preconceito nas redes de ensino.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 2-CDH e 3-CDH.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 2 e 3-CDH e pela rejeição da emenda nº 1.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 12/05/2026, 19/05/2026 e 26/05/2026.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Será realizada a única votação, em bloco, no painel eletrônico.

A Professora Dorinha tem a palavra para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sra. Presidente e Senador Paim.

Quero aproveitar para parabenizar pela matéria aprovada. A importância para nós, que lidamos com a área da educação e da cultura, do reconhecimento enquanto manifestação... Eu tenho certeza absoluta de que não só dará uma oportunidade e visibilidade para que a gente possa manter vivo... Meu estado tem também – Goiás também tem muito –, Tocantins, então quero parabenizar pelo relatório e pela iniciativa da Deputada Dandara.

Eu vou direto à análise, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pois não.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O PL 4.403, de 2024, envolve uma matéria educacional e atende a todos os requisitos de constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade. E ele enfrenta um problema concreto e recorrente das redes de ensino brasileiras: a inexistência ou a insuficiência de procedimentos padronizados para orientar a atuação das instituições escolares diante de episódios de discriminação e preconceito.

Embora as escolas convivam cotidianamente com situações de racismo, misoginia e outras formas de hostilidade, o que se observa, na prática, é uma resposta fragmentada, excessivamente dependente da iniciativa individual de professores ou gestores, sem fluxos definidos de encaminhamento, registro, acolhimento e acompanhamento. Essa ausência de balizas institucionais gera insegurança para os profissionais da educação, fragiliza a proteção das vítimas e contribui para a subnotificação dos casos.

Nesse cenário, o projeto sob exame apresenta mérito ao deslocar o foco da resposta improvisada para a atuação institucional organizada e ao prever a elaboração de protocolos de atendimento. Tais protocolos vão ter caráter orientador, para que a escola saiba como proceder, quem acionar e quais devem ser as providências que deverão ser adotadas.

Outros aspectos são a formação continuada, disponibilização de materiais pedagógicos, espaço para o diálogo e apoio psicossocial. O projeto adota uma abordagem preventiva e formativa, condizente com as atribuições próprias das instituições educacionais. Trata-se de uma medida que contribui para qualificar a atuação docente e reduzir a naturalização de práticas discriminatórias no cotidiano escolar.

O PL também se mostra adequado ao respeitar a diversidade das redes de ensino e a autonomia dos sistemas educacionais, ao estabelecer diretrizes gerais, a serem detalhadas em regulamento, sem impor modelos rígidos ou soluções incompatíveis com as realidades locais distintas. Essa opção normativa favorece a implementação progressiva e articulada de medidas que devem ser organizadas no âmbito do poder escolar, inclusive em consonância com políticas já em desenvolvimento no âmbito do Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em vista do exposto, nós somos pela aprovação do Projeto de Lei 4.403, de 2024, e das Emendas nºs 2-CDH e 3-CDH.

Este é o nosso voto, Sra. Presidente, oportunidade em que parabenizo a iniciativa de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O relatório está em discussão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, eu, como estou há poucos meses do meu último mandato, depois de 40 anos... A gente vai fazendo um grupo de amigos por aí, na estrada, né? E tem um grupo com que eu me reúno – há pouco tempo, eu quase fiquei aqui dentro, sempre –, sobre políticas humanitárias, e eles fizeram um pequeno recado aqui para senhora e para Relatora, se me permitir, tanto para senhora, Teresa Leitão, como também para a Professora Dorinha, que é a nossa Relatora. Prometo que serei breve, não serei longo.

Na verdade, é uma homenagem a ambas: "Cumprimentamos a Senadora Teresa Leitão, pela iniciativa, e a Relatora, a Senadora Professora Dorinha, pelo parecer. O projeto enfrenta o racismo, misoginia, homofobia, transfobia e outras formas de discriminação nas escolas.

A escola deve ser espaço de aprendizagem, respeito, acolhimento e proteção. Educar também é ensinar o respeito. Nenhuma escola pode ser território livre para o preconceito. Nenhuma criança ou jovem pode ser humilhado, excluído ou violentado por sua cor, gênero, orientação sexual, identidade de gênero ou origem.

O texto prevê formação dos profissionais da educação, materiais pedagógicos, diálogo com a comunidade escolar e apoio às vítimas. Também cria protocolo para identificar, notificar e encaminhar casos de discriminação.

Termino. A proposta fortalece a cultura de direitos humanos, a igualdade e a diversidade. A CDH como agora esta Comissão não poderiam ter uma posição diferente.

Voto com a Relatora e com a autora, pela aprovação do projeto e das emendas aqui acolhidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui então o cumprimento de um grupo de pessoas militantes das políticas humanitárias tanto à Presidenta Teresa Leitão como à Senadora, Relatora, Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bem, obrigado, viu? Não chore mais no meu ouvido. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode agradecer também ao seu grupo. Eu solicito que essa declaração seja encaminhada para os Anais da Comissão.

Agradeço também o relatório da Professora Dorinha. Eu acho que aperfeiçoa e realça um projeto que nós sabemos, como bem disse o relatório da Professora Dorinha, que trata de fatos concretos, infelizmente ainda existentes, mas em que nós precisamos atuar para superá-los.

Então o projeto será votado em bloco com os demais constantes da votação nominal.

Retorno a palavra então para a Professora Dorinha, para a apresentação do relatório do Projeto de Lei nº 96, de 2024, não terminativo. É um projeto da Câmara dos Deputados.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 96, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Idilvan Alencar

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 12/05/2026, 19/05/2026 e 26/05/2026.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Atendidos todos os requisitos regimentais e constitucionais, trato diretamente da análise e do voto.

A Constituição Federal, em seu art. 206, inciso V, estabelece como princípio do ensino a valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma de lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, e, complementarmente, o art. 206, inciso VIII, prevê o piso salarial profissional nacional para os profissionais de educação escolar pública nos termos da lei federal.

Esses mandamentos constitucionais revelam a centralidade que o Constituinte atribuiu à valorização do magistério como condição indispensável à qualidade de ensino.

No plano infraconstitucional, o art. 67 da LDB concretiza esses princípios ao elencar as garantias de valorização dos profissionais da educação. O inciso II, que a proposição pretende alterar, trata especificamente do aperfeiçoamento profissional continuado, dimensão essencial à carreira docente, que permite ao professor atualizar-se, aprofundar-se em seus conhecimentos e desenvolver novas competências pedagógicas ao longo da sua carreira profissional.

A alteração proposta é meritória e pertinente. A redação vigente no inciso II do art. 67, ao limitar-se a prever genericamente “aperfeiçoamento profissional continuado”, não especifica as atividades formativas que devem ser compreendidas nesse conceito. Essa lacuna pode gerar interpretações restritivas por parte dos sistemas de ensino, especialmente no que se refere ao reconhecimento de atividades de pós-graduação e de pesquisa como integrantes do aperfeiçoamento profissional.

Com a nova redação, o dispositivo passará a explicitar que o aperfeiçoamento profissional continuado compreende, entre outras atividades: 1) cursos de qualificação; 2) cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; 3) período para realização de pesquisa na área da educação. Trata-se de elenco exemplificativo, como indica a expressão “entre outras atividades”, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

preserva a flexibilidade necessária para que os sistemas de ensino possam reconhecer outras formas de aperfeiçoamento profissional.

A especificação das atividades de pós-graduação – tanto *lato sensu* quanto *stricto sensu* – como integrantes do aperfeiçoamento profissional é particularmente relevante. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e estabeleceu, na sua Meta 16, a formação em nível de pós-graduação de 50% dos profissionais da educação básica e a garantia de formação continuada.

Na mesma direção, o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que aprovou o novo PNE, aprofunda esse compromisso em sua Meta 17, ao estabelecer a garantia de 70% dos docentes da educação básica concluam cursos de pós-graduação relacionados com a respectiva área de atuação. O mesmo Objetivo 17 contempla, ainda, a Estratégia 17.2, que prevê a formação em nível de pós-graduação dos docentes em cursos preferencialmente alinhados à área de atuação e prioritariamente ofertados por instituições de ensino superior públicas. A Estratégia 17.23 determina a valorização e o reconhecimento da formação adequada como integrante dos planos de carreira dos profissionais da educação básica pública. A Estratégia 17.27 prevê a ampliação de incentivos e de bolsas de estudos para acesso e permanência de professores na pós-graduação, especialmente nos cursos de mestrado e programas de doutorado profissionais.

A explicitação da pós-graduação e da pesquisa educacional no texto da LDB reforça, portanto, a coerência do ordenamento jurídico educacional e confere maior segurança jurídica aos profissionais da educação, buscando elevar a qualificação, em plena sintonia com o arcabouço do último PNE.

Do mesmo modo, a inclusão do período para realização de pesquisa na área da educação como atividade de aperfeiçoamento é medida acertada. A pesquisa educacional, quando realizada pelo próprio docente, favorece a reflexão sobre a sua prática pedagógica, a produção de conhecimento aplicado ao contexto escolar e a inovação nos processos de ensino-aprendizagem. Trata-se de reconhecer que o professor não é apenas receptor de conhecimento produzido pela academia, mas também é agente capaz de produzir saberes a partir da sua experiência profissional.

Cabe registrar que a proposição não cria novas obrigações financeiras diretas para os entes federados, uma vez que o licenciamento periódico remunerado para fins de aperfeiçoamento profissional já está previsto na redação vigente do dispositivo. O que a alteração faz é especificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o conteúdo desse aperfeiçoamento, orientando os sistemas de ensino na formulação de seus planos de carreira e estatutos do magistério. Nesse sentido, a medida contribui para uniformizar o entendimento acerca das atividades que devem ser reconhecidas e valorizadas como aperfeiçoamento profissional, reduzindo a disparidade de tratamento entre os diferentes sistemas de ensino do País.

Por fim, não há reparos quanto à técnica legislativa, nem quanto à juridicidade da proposição.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 96, de 2024.

Esse é o nosso voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora.

O relatório é bastante explicitado naquilo que tem relação com o PNE recentemente aprovado. Acho que dá conta da importância, do significado, da formação e do aperfeiçoamento profissional como elementos de valorização, Senadora.

Parabéns!

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só quero dizer que a orientação da bancada é para votar, em bloco, sob a orientação de V. Exa. e da Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto está aprovado.

Eu aproveito, Senadora Dorinha, para dizer que tem um outro projeto que trata também dessa política de aperfeiçoamento. Nós estamos para distribui-lo. V. Exa. foi uma das Senadoras que solicitou a relatoria. É o 2.709, de 2022. Nós vamos chegar a um acordo, muito em breve,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sobre a relatoria, para a gente também, na esteira deste, já colocá-lo na pauta deste semestre, para concluirmos esses projetos concernentes ao aperfeiçoamento, aos cursos de pós-graduação, aos especialistas. Eu acho que tudo isso, na esteira do Plano Nacional de Educação, tem uma validade e uma importância bem significativas.

Então, o projeto foi aprovado em votação simbólica.

Vamos para o terceiro, o item 3 da pauta.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Queria só fazer a solicitação, Presidente, de que pudesse ir ao Plenário, na urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Urgência para o Plenário, perfeito.

Aprovada a urgência para o Plenário.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência ao Plenário.

Sobre o item 3, eu quero só fazer uma observação antes. O item 3 é também da relatoria da Professora Dorinha.

Quero registrar a presença do querido Senador Zequinha. Ele está muito embevecido, nem viu o meu bom dia. Olhe para mim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Dê um bom dia bem bonito.

Eu sei porque o senhor está aqui: é por causa do item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, DE 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX).

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto, pela rejeição da Emenda nº 1-CAE, e pela aprovação da Emenda nº 2–CAE, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 03/10/2023, 28/04/2026, 12/05/2026 e 19/05/2026.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Nós tivemos na última reunião uma proposta de encaminhamento desta Presidência de que qualquer outro pedido de autorização ou de transformação de Cefets em universidades, institutos tecnológicos ou em criação de novas universidades passasse por um processo mais extenso de diálogo, de audiência pública, de posicionamento do MEC, porque estamos sendo questionados por vício de iniciativa.

Nós já aprovamos recentemente um projeto deste, acho que de uma universidade, de uma transformação de um Cefet no Rio de Janeiro, sob o argumento de que eram projetos autorizativos. Como esse projeto já estava na pauta há muito tempo, nessa Legislatura já tinha sido, inclusive, pautado, como os senhores viram e a senhora, em 2023, nós mantivemos este na pauta para apreciação e deliberação da reunião de hoje. E, doravante, a gente segue o que o parecer da consultoria, que está disponível no *site* da Comissão, nos indica.

Houve também por parte do MEC um pedido para que a gente pudesse avaliar de maneira mais ampla e, sobretudo, o que decorre disto em termos de estrutura e de provimento de cargos para configuração de uma instituição. Mas este está a salvo, vamos dizer assim, por conta do período em que ele já vinha tramitando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, sem mais delongas, somente dando essa explicação para não parecer que nós estamos contradizendo o que nós próprios propusemos na reunião antepassada, eu já passo a palavra, diretamente, para a Relatora, a Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à Comissão opinar sobre proposições que tratem de instituições educacionais. Ademais, por força da deliberação em caráter terminativo que lhe foi incumbida, devemos nos pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No que respeita à constitucionalidade, lembramos da existência do entendimento firmado pelo Plenário do Senado Federal, a partir da ratificação do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para outro Poder que pratique atos inseridos no âmbito da respectiva competência.

Com efeito, em face desse entendimento, o projeto de lei sob exame seria inconstitucional. Todavia, se tomarmos como precedente as deliberações do Senado Federal após o advento do Parecer nº 903, de 2015, a falha em questão não é incontornável.

Isso é o que se pode extrair, especialmente, da decisão expedida pelo Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.272, de 2016. O propósito exclusivo do PL em tela era a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí.

No entanto, uma vez instada a se manifestar sobre a matéria, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou uma emenda substitutiva à iniciativa, mediante a qual agregou à proposta original a criação da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, a partir do desmembramento do *campus* da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Submetido ao Plenário na sequência, o substitutivo em alusão foi ratificado. Uma vez enviado à Câmara dos Deputados, foi integralmente aprovado. Ao cabo, o projeto de criação das duas universidades restou sancionado pelo então Presidente da República, com o que se tornou o texto da Lei nº 13.651.

Em síntese, a despeito do entendimento adverso, a iniciativa parlamentar de criação expressa de uma entidade da estrutura do Poder Executivo, sem o subterfúgio à autorização, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

chancelada em todas as instâncias da formação do *decisum*, talvez por não lhe faltar também, na ocasião, um forte apelo social.

Dessa forma, apresentamos como emenda modificativa incidente sobre a ementa e o art. 1º do PLS sob exame, para explicitar a finalidade da proposição como sendo a criação da UFX, em lugar da previsão de autorização de criação. Com isso, contorna-se o viés autorizativo do projeto, que daria azo à arguição de inconstitucionalidade.

De resto, a proposição guarda conformidade com a compreensão adotada para a apresentação e acolhimento do substitutivo em comento, que deu causa à instituição da celebrada e bem-sucedida da UFAP. A exceção, cabe um registro, fica por conta da criação de cargos e funções, que, a nosso juízo, parece mais afeita às competências e atribuições do Poder Executivo, pelo que se mostram adequados os termos do PL a esse respeito.

A propósito do mérito, lembramos que a criação e a implantação de uma universidade, embora tenha caráter permanente, encontra forte sintonia com os anseios da sociedade expressos no fim da educação brasileira e, especialmente, no Plano Nacional de Educação. Notadamente, não se pode deixar de apontar a aderência do projeto às metas da educação superior atinentes ao incremento dos indicadores de matrícula líquida (percentual da população de 18 a 24 anos).

Particularmente em relação às taxas bruta e líquida de matrícula, cumpre consignar que os percentuais almejados para o final da execução do plano, o que seria em junho de 2024, eram de 50% e 33%. Entretanto, os resultados alcançados restaram inferiores a 80% desses indicadores.

Quanto ao mais, releva destacar que, para além da importância dos efeitos positivos diretos da expansão da oferta da educação superior, com a melhoria da formação do capital humano e um efeito em cadeia na própria qualidade de ensino, a implantação de uma instituição autônoma com capacidade em pesquisa e extensão contribui sensivelmente para a transformação da realidade social e econômica do seu entorno.

No que tange especificamente ao exame da adequação orçamentária e financeira, lembramos que são deveras diferenciados os custos iniciais para a implantação da nova universidade a partir de um desmembramento de um *campus* integrante da estrutura da instituição já preexistente. Com isso, o Poder Executivo ganha tempo para as condições de melhor ordenação das necessidades e estruturação da instituição nascente. Ademais, conforme

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mencionado, esse aspecto do projeto foi judiciosamente avaliado no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Feitos esses apontamentos, somos da opinião de que a matéria tem relevância social e educacional, sendo, pois, oportuna a sua aprovação pelo Congresso Nacional, uma vez acolhidos os aprimoramentos suscitados na formulação das emendas oferecidas.

Nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 359, com a rejeição da Emenda nº 1, da CAE, pela aprovação da Emenda nº 2, da CAE.

> EMENDA Nº 3-CE
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado [...] a seguinte redação:
> Cria a Universidade Federal do Xingu, por desmembramento da Universidade Federal do Pará.
> EMENDA Nº 4-CE
> [...]
> "Art. 1º Fica criada a Universidade Federal do Xingu (UFX), por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA), criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957.
> ....."
> EMENDA Nº 5-CE
> [...]
> "Art. 4º O *campus* de Altamira da UFPA passa a integrar a [Universidade Federal do Xingu,] UFX.
> *Parágrafo único*. O disposto no *caput* deste artigo inclui a transferência automática de:
> I - cursos de todos os níveis, independentemente de qualquer formalidade;
> II - alunos regularmente matriculados, que passam a integrar o corpo discente da UFX, independentemente de qualquer outra exigência;
> III - cargos ocupados e vagos [dentro] do quadro de pessoal da UFPA, disponibilizados para funcionamento do *campus* referido no *caput* deste artigo [...]"

É este o nosso voto, Sra. Presidente, uma vez que essa alteração na CAE foi para dar abrigo a essa questão orçamentária. Como o *campus* já existe, seria feito através do desmembramento e da regulamentação interna do próprio Ministério da Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Isso salva, de fato, Senadora, as questões relacionadas preocupantes. Foi esse mecanismo que foi feito com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Universidade do Agreste, que funciona em Garanhuns, que era um *campus* da Universidade Federal Rural.

A matéria está em discussão.

O relatório é pela aprovação, com as emendas apresentadas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero aqui dizer da alegria de ter tido a Senadora Dorinha Seabra como Relatora desse projeto. Educadora, tem uma história na educação brasileira, principalmente no Estado do Tocantins.

Quero agradecer. Meu estado é um estado que parece um país, em termos de dimensão territorial. A população não é tão grande, mas já estamos chegando a 9 milhões de habitantes. Nós já criamos duas universidades para atender a algumas regiões muito distantes da capital.

Foi criada primeiro a Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede na cidade de Santarém. Para se ter uma noção, dentro de um estado onde você pega um voo comercial da Gol, TAM, qualquer uma e leva uma hora e dez minutos da capital para aquela cidade... Não é um estado qualquer. É 1,248 milhão de quilômetros quadrados. O Estado de São Paulo é exatamente uma fração nossa: São Paulo tem 248 mil quilômetros quadrados; nós temos 1,248 milhão. O Estado de Minas Gerais tem 853 municípios e só 586 mil quilômetros quadrados, para se ter uma noção. Nós só temos 144 municípios.

Então, é um estado maravilhoso, com uma dimensão territorial gigantesca, e há a necessidade de atender esse povo que está tão distante da capital. A distância entre Belém e a cidade de Altamira, que é o principal polo da Transamazônica, é em torno de 850 km, quase a mesma coisa para se chegar a Santarém e um pouco menos para se chegar a Marabá.

Então, há um vazio nessa região da presença da universidade pública para preencher esse espaço, atendendo não só a cidade de Altamira, que já é, digamos, a sede da extensão da UFPA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

lá, que faz um trabalho extraordinário, mas que não tem pernas para atingir os municípios do Xingu – que descem o Rio Xingu –, tampouco na Transamazônica, tanto seguindo para a Região Oeste ou retornando aqui para o leste.

Criar a Universidade Federal do Xingu, a partir do desmembramento do *campus* da UFPA, que lá temos, seria a virada de chave para a gente atender essa população, em torno de 500 a 600 mil habitantes, uma população de estudantes muito grande, de nível fundamental e básico, que precisa ter a oportunidade da universidade pública para fazer seu curso superior, compatibilizando naturalmente a questão da economia regional, que é muito forte nessa região.

O Pará é privilegiado em termos de solo, agronegócio e outras atividades que chegam lá. O turismo é muito forte. A gente precisa transformar limão em limonada, e a universidade é exatamente essa ferramenta que a gente precisa para fazer isso andar.

Então, eu quero aqui dizer do nosso apoio irrestrito e total. Esse projeto ainda é de 2017, quando o Senador Paulo Rocha aqui estava. A gente precisa avançar com ele. Compreendo essa questão burocrática, legal, autorização – "você não precisa fazer não sei o quê" –, mas vamos superando isso e vamos deixar este debate para a CCJ, com certeza, para que a gente possa avançar, o que justifica aqui todo esse empenho.

Eu agradeço muito à Relatora, Senadora Dorinha, por superar isso, pegando exemplos do Nordeste, trazendo-os para cá da forma como foi conduzido lá. É maravilhoso.

Então, obrigado pela oportunidade de pautar para essa data, o que nos deixa muito felizes, na certeza de que nós estamos atendendo e fazendo justiça a uma região que precisa, urgentemente, dessa unidade com autonomia financeira, em que a bancada paraense possa colocar recursos, em que a gente possa buscar atender à demanda regional dentro da vocação econômica daquela região tão linda, tão maravilhosa, com potencial extraordinário e que se possa avançar na vida. Fazer isso aqui não é só criar uma universidade, é contribuir com o desenvolvimento daquela região, do Estado do Pará e do norte do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Senador, a sua presença inclusive aqui, na nossa Comissão.

A matéria continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bem rápido, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Senador Paulo Paim e, em seguida, Senadora Dorinha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Antes que nossa Relatora conclua, eu não poderia deixar de falar aqui do meu querido amigo e sempre Senador, sindicalista – fundamos a Central, a CUT, juntos –, Paulo Rocha, por essa iniciativa. O sonho dele – você deve estar assistindo agora, Paulo Rocha – está se tornando realidade. Eu sei que a votação será praticamente por unanimidade pela importância dessa universidade.

Feita a devida homenagem ao autor, o Senador Paulo Rocha, eu faço também à nossa querida Relatora, a Professora Dorinha Seabra, e também à defesa contundente do Senador Zequinha Marinho. Eu tenho certeza de que o Paulo Rocha está mais feliz hoje do que ontem e será mais feliz quando for efetivada lá, definitivamente, a universidade.

É isso, obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Na verdade, Presidente, eu gostaria só de destacar que esse modelo de desmembramento é possível.

No meu estado, nós tivemos a Universidade Federal do Norte do Tocantins. Ela ainda vive dificuldades porque houve todo um processo que as novíssimas universidades vêm enfrentando: são seis universidades que foram propostas no final do Governo da Presidente Dilma, depois foram votadas e iniciou-se a implementação já no Governo Bolsonaro, no seguinte.

Neste caso, é uma realidade em que a universidade-mãe dá suporte para o processo de implantação, então não tem o custo inicial da estrutura de uma reitoria, vice-reitoria e pró-reitorias, e permite esse planejamento, inclusive com o envolvimento da bancada do Estado do Pará, que é um procedimento que nós temos adotado no âmbito do meu estado. Realmente, quem conhece o Estado do Pará sabe da necessidade de dar condição para um processo de implantação em uma região, embora rica, ainda muito desassistida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então eu entendo que não teremos problema na CCJ com esta aprovação, e gostaria também de registrar que o Senador Paulo Rocha me ligou há alguns dias, reforçando o pedido e o acompanhamento. Ele, hoje, está à frente da Sudam – estava, pelo menos quando falou comigo –, fazendo referência da importância dessa universidade para o Estado do Pará, e quando a gente fala Pará, é um desenvolvimento regional que afeta o meu estado, que é vizinho, e outros estados vizinhos. A formação da pesquisa, da extensão, é uma ação importante.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem. Ele também nos ligou insistentemente. O ex-Senador Paulo Rocha não renovou o mandato – não se candidatou, a bem da verdade –, mas ele ficou cuidando daquilo que ele deixou aqui. Um desses projetos, nós conseguimos aprovar depois de um longo debate, que foi a regulamentação da prática da acupuntura, que vai ter o decreto agora; e, agora, a Universidade do Xingu. Isso é importante, porque mostra que o compromisso não se restringiu ao tempo em que ele aqui esteve.

Quero também parabenizar o debate feito. O relatório da consultoria dá conta de que são várias abordagens nessa criação, em proposta de desmembramento, em proposta de transformação do Cefet ou em proposta de novas universidades, dá conta dessa diversidade e nos recomendou essa cautela. Mas acho que o relatório, Senadora Dorinha, também aborda com muita contundência, com muita pertinência, essas dificuldades que, porventura, a gente pudesse ter, sobretudo na alteração da ementa.

Todos os projetos que eu vou colocar agora em bloco são de votação nominal. Eu vou ler todos eles e, enquanto a gente vota, nós temos dois requerimentos para aprovar.

Então, vamos passar agora à votação nominal em bloco dos itens 1, 3, 6 e 7 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Estarão em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados, todos pela aprovação – portanto, quem vota com os relatórios, com os Relatores e as Relatoras, vota "sim" –: PL 4.403, de 2024; PLS 359, de 2017; PL 2.379, de 2023; e PL 6.044, de 2025.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Enquanto a gente apura os votos, eu vou ler os itens 8 e 9 da pauta, são dois requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 32, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o Curso de Enfermagem Intercultural Indígena em execução na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), reconhecer seu pioneirismo e inovação de sucesso no ensino superior brasileiro e, nesta oportunidade, debater a aplicação do modelo para replicação nacional em parceria com a futura Universidade Federal Indígena (Unind).

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

A Universidade Federal Indígena já está aprovada aqui nesta Comissão.

O Senador não está, mas eu assumo a votação do requerimento.

Quem aprova o requerimento permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Veremos a data oportunamente, com a presença do Senador Wellington Fagundes.

O segundo requerimento é da autoria desta Presidência. Na verdade, é para inclusão de convidados.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 33, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 32/2026 - CE sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu-MEC); representante do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI); e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Essa audiência já foi aprovada aqui na Comissão, inclusive com todos os representantes, e vai ser na quinta-feira.

Eu peço só a inclusão desses três representantes.

Simbolicamente, em votação. (*Pausa.*)

Então, estão aprovados os dois requerimentos: o do Senador Wellington Fagundes e o da minha autoria.

Estamos agora aguardando o quórum necessário para a abertura do painel, para a aprovação das quatro matérias terminativas: o protocolo, em fase de situações de racismo, misoginia e discriminação; a Universidade Federal do Xingu; a instituição do Dia Nacional dos Congados e Reinados; e a inscrição do nome de Nilo Procópio Peçanha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

São essas quatro matérias que estão em votação nominal.

Eu solicito às assessorias dos Senadores que estão *online* que possam acioná-los, para completarmos os votos necessários. O quórum é 11, e nós temos 5.

Chegou o Esperidião Amin. Suas matérias todas aprovadas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu vim aqui pedir para ele aprovar a do Nilo Peçanha.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Já está em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – E eu agradeci, por ter lembrado que lá eu estudei; e me indicou como Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Foi um belo relatório, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu acho que é uma figura muito pouco conhecida pelo brasileiro.

A senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – O que me chamou a atenção: primeiro, um negro – parece que a história esquece isso –; segundo, criou as escolas técnicas federais – é pouco isso?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A senhora, que é uma educadora emérita, sabe o peso que foi essa decisão, ainda hoje insatisfatoriamente atendida pelo nosso sistema, mas ele foi um pioneiro. E eu acho que só essas duas características justificam.

E eu quero agradecer o relatório do meu querido amigo Paulo Paim e à senhora, que está me olhando com a alegria de quem foi alfabetizada pela Sra. Leonor de Barros, irmã da Antonieta de Barros – não é pouca coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Criadora do Dia do Professor e da Professora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Do Dia do Professor.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Deputada Estadual.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E primeira mulher que exerceu um mandato eletivo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Negra e de Florianópolis, para contrariar os baianos. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O ACM dizia para mim: "Esse Cruz e Sousa é notável, mas ele devia ter nascido na Bahia" – por puro ciúme. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então V. Exa. pode votar.

O relatório foi lido e muito bem recebido.

Estamos com sete votos, o voto de V. Exa. será o oitavo, e nos aproximamos cada vez mais dos onze votos necessários.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu já votei?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ainda não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente, por favor. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quantos votos?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Faltam dois. Aliás, falta um.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria sugerir que telefonassem agora para o Senador Izalci, para a Senadora Eudócia...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só falta um agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É só telefonar, porque os dois estão na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu vim de lá. Não haverá nenhuma dificuldade. (*Pausa.*)

Já deu.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pronto. Deu o quórum.

Eu solicito a abertura do painel de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Aprovados os projetos, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Quero parabenizar a todos que aqui estiveram. Tivemos uma reunião muito produtiva, muito simbólica, muito cheia de conteúdo, o que desafia esta Comissão a produzir sempre mais em defesa da educação e da cultura.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e treze minutos do dia hum de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fernando Dueire, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Romário, Paulo Paim, Camilo Santana, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Hermes Klann, Weverton, Marcos do Val, Lucas Barreto, Styvenson Valentim, Cleitinho e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Magno Malta e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 17/2026 – CE e REQ 25/2026 - CE, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** 2ª Audiência Pública do Ciclo de Debates para subsidiar a Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 2023. **Participantes:** Sra. Silvania de Queiroz Pfluck, Coordenadora da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina; Sra. Sirlei Corrêa de Almeida, Coordenadora de Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais (PR); Sra. Aline Zero Soares, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação; Sra. Andreika Asseker Amarante, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Pernambuco (UNDIME/PE) e Secretária de Educação de Igarassu (PE); e Sra. Deigla Cassia de Oliveira Cavalcante, Gerente de Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista (RR). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/01

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta é a segunda audiência pública, realizada nos termos do Requerimento nº 17, de 2026, da Comissão de Educação, e do Requerimento nº 25, de 2026, também da Comissão de Educação, de minha autoria, para avaliar o Programa Escola em Tempo Integral no exercício de 2026.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Neste exato momento, nós estamos ao vivo pelos canais do Senado e possivelmente mais tarde também estaremos ao vivo pela TV Senado.

Esta audiência tem como objetivo examinar – esta audiência é um cumprimento do Regimento Interno do Senado Federal – a adesão dos entes federativos ao Programa Escola em Tempo Integral, a expansão da oferta de matrículas e a capacidade institucional das redes de ensino para implementar essa política pública de forma efetiva e sustentável.

Na audiência anterior, esta Comissão debateu os mecanismos de financiamento, os investimentos realizados e a sustentabilidade financeira da política.

Inclusive, nós queremos entregar o relatório da avaliação antes da aprovação do Orçamento da União, porque nós estamos discutindo os mecanismos de financiamento e, se tivermos que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no Orçamento da União, trazer emendas de texto, de redação – tanto para a LDO como para a LOA –, nós queremos, por meio dessa avaliação, fazer esses apontamentos.

Buscamos compreender, na última reunião, se os recursos disponibilizados pela União são suficientes para viabilizar a expansão da educação em tempo integral e quais desafios financeiros ainda persistem para estados e municípios.

Hoje – na reunião de hoje – queremos compreender como essa política tem se materializado nos territórios. Queremos entender por que alguns estados e municípios conseguiram expandir rapidamente a oferta de matrículas em tempo integral, enquanto outros avançam em ritmo mais lento. Queremos identificar quais fatores explicam essas diferenças e quais lições podem ser extraídas das experiências em curso.

Essa discussão é especialmente importante, porque os dados revelam uma realidade bastante heterogênea no país. Embora a educação em tempo integral tenha avançado nacionalmente nos últimos anos, sua distribuição permanece desigual. Existem estados e municípios que já alcançaram níveis elevados de implementação da política, enquanto outros ainda enfrentam dificuldades significativas para ampliar a oferta.

E aí a gente vai trazer aqui uma informação. Talvez as pessoas que estão nos assistindo vão dizer o seguinte: "Claro, mas um país desse tamanho! Nas regiões mais distantes e mais pobres, está difícil de implementar a política". Nós vamos ver, na discussão de hoje, que esse discurso não se sustenta, porque nós vamos trazer um estado rico aqui, pertinho da gente, e em que o número de alunos matriculados na educação integral não é igual ao dos estados mais pobres.

Então, qual é o fator? O que está acontecendo? É isso que a gente quer fazer nesta Comissão hoje, nesta audiência, e continuar essa discussão. Atribuir tudo às diferenças regionais, às desigualdades sociais, ao tamanho da nação, à distância para que algumas políticas públicas não sejam efetivadas, esses discursos às vezes não se sustentam.

Isso nos leva a algumas perguntas fundamentais. As diferenças observadas decorrem principalmente da disponibilidade de recursos financeiros ou seriam explicadas por outros fatores igualmente relevantes, como capacidade institucional, planejamento, governança, cooperação federativa, organização da rede de ensino e prioridade política atribuída ao tema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também precisamos compreender se a expansão da política está ocorrendo de forma equitativa. Os territórios mais vulneráveis estão conseguindo acessar essa política na mesma velocidade que os demais? Os municípios de menor porte possuem condições institucionais para aderir e implementar a educação em tempo integral? As diferentes realidades regionais estão sendo adequadamente consideradas no desenho e na execução da política? É exatamente sobre essas questões que pretendemos refletir nesta audiência.

Nosso objetivo hoje é compreender: um, como tem evoluído a adesão dos estados e municípios ao Programa Escola em Tempo Integral; dois, se a expansão da oferta ocorre de forma consistente entre os diferentes entes federativos; quais capacidades institucionais são necessárias para implementar e sustentar a política; quais fatores explicam as diferenças observadas entre estados e municípios; e se a expansão da educação em tempo integral está alcançando de forma efetiva os territórios e populações que mais necessitam dessa política.

Lembrando, eu sou educadora. Eu estou com 62 anos – não parece, não é? Este rostinho de menina, assim, linda –, mas eu fui para a educação muito cedo. E, quando a gente falava de educação em tempo integral, era uma realidade tão distante, era um sonho. Hoje a gente tem a política. E hoje nós estamos aqui para avaliar se essa política, que era um sonho do Brasil, está realmente sendo efetiva.

Para contribuir com essa reflexão, convidamos representantes de diversos níveis da Federação e de diferentes experiências de implementação. Ao reunir diferentes perspectivas, esperamos identificar fatores que contribuam para o aperfeiçoamento da política pública e para a construção de estratégias capazes de ampliar a oferta de educação em tempo integral com qualidade e equidade em todo o território nacional.

Por isso, agradeço desde já a presença de todos os convidados.

Aqui, do meu lado, já sentada aqui à mesa, de forma presencial – a participação dela vai ser presencial –, está Aline Zero Soares, que é Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação. E aqui eu quero agradecer ao MEC, que está nos mandando hoje a Coordenadora-Geral do programa.

Na semana, na última reunião, Profa. Aline, esteve conosco o seu colega, e a participação dele foi incrível. Ele foi extraordinário nas respostas, na interação com os demais convidados. E, hoje, que bom que é a senhora que está aqui conosco! Eu já agradeço ao Ministro – é Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

agora? É Ministro, não é? – por ter indicado, por ter mandado, deixado você vir colaborar com a Comissão de Educação nesta importante avaliação. Muito obrigada.

Participarão de forma remota – não menos importante a participação, mas vai ser de forma remota – Silvania de Queiroz... Silvania, seu último nome, eu vou tentar falar, tá? "Pluqui".

Está certo? (*Pausa.*)

Quase acertei. Quase.

Depois, você corrige. (*Risos.*)

Ela é Coordenadora da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigada, Profa. Silvania, por estar conosco.

Olhe, quando é educação, eu chamo todo mundo de professora. Quando é o Ministério da Justiça, eu chamo todo mundo de doutor. Quando é Ministério da Saúde, eu chamo todo mundo de médico. Se não for, me corrija.

Mas, Profa. Silvania, muito obrigada por estar conosco. Dê um abraço do meu querido Governador, meu amigo Jorginho, meu pré-candidato de novo a Governo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não é? (*Pausa.*)

Ele é. Ele vai à reeleição, não é? É verdade. Dê um abraço no Jorginho.

Obrigada por estar conosco.

Andreika... Agora esse vai ser difícil. A Andreika Asseker Amarante, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco.

Gente, está lá de Pernambuco. Ela devia ter vindo presencialmente, porque a gente ganhava bolo de rolo. Tá vendo? Ela ficou de longe. (*Risos.*)

Andreika, muito obrigada por estar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ela é Secretária de Educação de Igarassu. Que legal! Eu conheço Igarassu, viu? Eu conheço. Que alegria ter você com a gente, Profa. Andreika. Bem-vinda! Nós vamos ter aqui uma tarde bem, bem agradável com vocês.

Temos ainda a convidada que vai fazer a participação *online*, Sirlei Corrêa de Almeida – falei certo, não é, Sirlei? –, Coordenadora de Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais, no Paraná. Obrigada, Professora, por estar conosco. Depois eu quero falar um pouquinho de São José dos Pinhais, quando eu for passar a palavra para ti.

E, também de forma remota – olhe só, gente, estão de norte a sul aqui –, está conosco Deigla Cassia de Oliveira Cavalcante, Gerente de Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista, Roraima. Obrigada, Professora! Era mais uma que tinha que estar aqui para trazer castanha para a gente, para trazer açaí.

Meu Deus, não pode fazer isso não, Comissão! (*Risos.*)

Professora, obrigada por estar conosco. Estamos ansiosos para te ouvir, para ouvir a sua experiência aí em Roraima.

Informo também que foi convidado o representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que não pôde comparecer a esta audiência, mas a gente vai insistir no convite.

Bem, nós vamos começar pelo MEC.

Nós vamos passar a palavra para a Aline, que está de forma presencial, a Profa. Aline, Coordenadora-Geral de Educação Integral e Tempo Integral do Ministério da Educação.

Professora, muito obrigada. Mas, como eu sei que hoje é uma quarta-feira e é o dia que vocês coordenadores-gerais mais atendem Parlamentares e Prefeitos, eu vou dizer o seguinte: se a senhora precisar falar e precisar sair, fique à vontade, tá? E as dúvidas que nós tivermos e as perguntas que chegarem a gente manda por *e-mail*. Mas obrigada por estar conosco. Temos um cronômetro ali, você pode acompanhar seu tempo, mas, se precisar passar um pouquinho, fique à vontade. Muito bem-vinda, Professora.

A SRA. ALINE ZERO SOARES (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu é que agradeço, em nome do Ministério da Educação, do nosso Ministro Leo Barchini, da nossa Secretária Kátia Schweickardt, da nossa Diretora Tereza Santos, por esse convite. E a parabenizamos também pela iniciativa. É muito importante que a gente tenha nossas políticas públicas avaliadas e que construamos esse diálogo entre os Poderes para a gente fazer as políticas avançarem e serem aprimoradas cada vez mais. Então, obrigada pelo convite e parabéns pela iniciativa.

A minha apresentação já está ali, não é? Acho que, antes, vou só mencionar que sou servidora da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Estou no MEC há quase dez anos e, nesse programa – no time desse Programa Escola em Tempo Integral –, desde 2023, quando ele foi instituído. E agora, a partir deste ano, estou nesse papel de Coordenadora-Geral; então, tive a felicidade de ver esse programa nascer e trabalhar com ele desde o seu início.

Vou, então, devido ao tempo, ir direto aos nossos dados, às nossas informações que a gente gostaria de compartilhar nesse processo de aumento da transparência e de publicização do que o Programa Escola em Tempo Integral vem construindo desde 2023.

A gente sabe que ele é um programa que foi instituído por uma lei. Essa lei desenhou parte do programa, que depois foi normatizada por atos infralegais, e, nesse processo de normatização, ele trouxe um processo em que os entes ofertariam matrículas em tempo integral; uma meta para todos os municípios do país, os estados e o Distrito Federal. Então, ele não foi um programa que selecionou; ele foi um programa que incluiu a todos e que ofertou essa possibilidade de fomento financeiro para todos os municípios, independentemente do grau de avanço em que o ente já estava.

E a gente teve um índice de participação e adesão muito grande desde o primeiro ciclo. Acho que isso demonstra uma vontade do país, mesmo, de fazer avançar a quantidade e também a qualidade, claro, e a equidade dessas matrículas em tempo integral.

Como a você dizia, Senadora, a gente viu essa agenda já muito enfraquecida, com muitas dificuldades, porque as nossas escolas nem sempre tiveram essa oportunidade de incluir mais alunos com o tempo de uma jornada expandida. Mas a gente teve, no nosso último Plano Nacional de Educação e no plano atual, metas bastante ousadas, que fizeram com que os entes também procurassem se engajar. Então, nós tivemos 26 estados mais o Distrito Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

participando do programa nos dois ciclos. Nós tivemos 4.910 redes, o que corresponde a quase 88% das redes municipais, participando do Ciclo II. Esse número também foi bastante elevado no Ciclo I, com cerca de 83%.

E nós fizemos, do primeiro para o segundo ciclo, um processo de busca ativa, de ir atrás dos entes, de entrar em contato com os entes que não tinham aderido ao primeiro ciclo para tentar compreender e fazer a informação chegar, porque, muitas vezes, são as redes que mais precisam que não aderem; às vezes por falta de informação ou por falta de acompanhamento. Então, a gente foi atrás e conseguiu aumentar, em mais 194 redes municipais, a adesão no segundo ciclo.

Isso é muito importante por quê? Porque um dos objetivos desse programa é exatamente diminuir as desigualdades regionais. Então, se a gente tem todo mundo aderindo... A gente tem municípios em que não havia nenhuma matrícula em tempo integral e que começaram a sua trajetória ali, em 2023, a partir dessa mobilização, a partir dessa sensibilização e desse engajamento com um fomento financeiro.

E aqui estou falando de fomento financeiro, mas nós tivemos também seis outros eixos do Programa Escola em Tempo Integral de assistência técnica, que eu vou apresentar nos próximos eslaides.

A gente percebe que a adesão foi expressiva não apenas nos números de municípios e estados que aderiram, mas no quantitativo de matrícula em tempo integral que o país teve nos últimos anos. A gente vê, de 2022 a 2025, um incremento de 18% para 25,8% de matrículas em tempo integral. A gente tem hoje 8,8 milhões de matrículas na rede pública, ou seja, a gente teve um incremento nas redes estaduais de quase 600 mil, 590 mil matrículas, e de 1,8 milhão de matrículas nas redes municipais.

Então, a gente percebe que houve um crescimento consistente, sem a gente retroagir, porque os desafios envolvidos na educação integral em tempo integral são tão grandes que, muitas vezes, uma rede expande num ano e depois ela retroage – daí a importância de a gente ter políticas públicas no plano nacional, no plano estadual e no municipal, para que a gente mantenha as condições e o engajamento para essa sustentabilidade, para esse processo contínuo de crescimento das matrículas.

Um dos eixos importantes do programa foi a mobilização e a oferta de uma série de ações de assistência técnica para a gente apoiar os entes na construção de suas próprias políticas locais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque não adianta o Governo Federal ter uma política pública voltada ao tempo integral quando no plano municipal a gente não tem uma norma que dialogue com as necessidades e as potencialidades daquele território.

Entre 2023 e 2025, a gente chegou ao dado de mais de 90% dos entes federativos participantes do programa tendo anexado suas políticas no Simec, o nosso sistema do Ministério da Educação. Então, é um índice que a gente considera de bastante sucesso, porque isso envolve todo um processo local de discussão dessa norma, de construção dessa norma, seja um decreto, uma lei ou uma portaria. A gente percebeu esse engajamento dos entes federativos em discutir e dizer, combinar essas regras de quais seriam as formas de organizar a sua educação integral no município, de como essa política precisa dialogar com esse território.

A gente teve também nesse processo o engajamento dos conselhos de educação, já que todas essas políticas nesses 90% dos entes precisaram passar pelos conselhos de educação municipais e estaduais. Então, houve um diálogo muito forte também com o Foncede, com a Uncme, um engajamento de todos para que essas políticas tivessem um diálogo com a população local, um diálogo com as diversas instâncias representativas no âmbito local.

Nós tivemos, então... Inclusive, nesta sexta-feira, a gente vai lançar um estudo sobre essas políticas, um estudo que analisa a aderência dessas políticas à norma do Conselho Nacional de Educação, a Resolução 7, que são as Diretrizes Operacionais da Educação Integral em Tempo Integral. Estão todos convidados a participar com a gente de um webinário que a gente vai conduzir, na manhã desta sexta-feira, para lançar esse bonito estudo.

A gente tem, felizmente, um índice que não foi muito desigual entre as regiões nessa entrega dessa política local, não. A gente teve, é claro, as Regiões Sul, Nordeste e Norte com percentuais um pouco mais elevados; Centro-Oeste com um ponto de atenção; mas a discrepância não foi absurda entre as regiões na entrega, tanto que a gente tem aí 90% dos entes tendo entregado as políticas.

Outro eixo muito importante do Programa Escola em Tempo Integral foi a formação. A gente precisa de recursos financeiros para trabalhar infraestrutura, para trabalhar alimentação, para cuidar de contratação de profissionais, mas a formação humana – seja dos profissionais da educação, seja das capacidades institucionais das redes de ensino – é um pilar central para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

implementação dessa agenda, porque a gente, quando fala de educação integral, em tempo integral...

E aí eu reforço... Parece uma repetição do conceito, Senadora, mas a gente, na verdade... O arcabouço legal, inclusive do Conselho Nacional de Educação, e o próprio Plano Nacional de Educação trazem esse termo educação integral em tempo integral, para a gente diferenciar que nós não estamos falando só da expansão da jornada, da ampliação do tempo na escola, mas também de uma perspectiva que traga e valorize aspectos múltiplos da formação humana, do desenvolvimento físico, que é um direito dos estudantes, o acesso à cultura, o desenvolvimento e a garantia das aprendizagens por meio desse currículo integrado e multidimensional.

Então, nós ofertamos 28 mil vagas, entre 2023 e 2025, para a formação continuada. Participaram 24 estados, 3.793 municípios em 2025, com 3.817 entes com inscrições válidas em 2025. Então, houve uma adesão muito grande dos entes federativos participando dessas formações.

A gente fez essas ações em parceria com universidades federais, a UFPA, Pará, Goiás, Universidade Federal da Bahia, do Ceará, Universidade Federal de Minas Gerais e a da Fronteira Sul, parceiros aqui. E eu destaco aqui a importância dessa relação entre a educação básica com a educação superior para a gente fazer essas ações de formação continuada chegarem até as redes de ensino.

Então, tivemos taxas elevadas de conclusão, engajamento grande. Eu falo que o pessoal da educação integral, Senadora, é muito engajado, o pessoal se envolve e realmente... É um curso à distância, e nós tivemos 75% de concluintes. Então, para um curso à distância é um índice bastante elevado, alto, não é?

Houve a participação de conselhos estaduais e municipais também, conselheiros, nesse curso, com alguns encontros presenciais e uma seriedade muito grande da nossa área de dados para depurar os dados por CPF, para a gente ter todos os dados bem corretos, identificar inconsistências no processo de implementação para qualificar essas estatísticas.

Convido também para esse mesmo webinário de sexta-feira, em que nós vamos levar a próxima formação, que vai chegar ao nível da escola, para professores e coordenadores pedagógicos – uma ação bastante esperada pelas escolas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos as diretrizes nacionais da educação integral em tempo integral, que eu considero ser um dos maiores legados dos últimos anos para a educação integral em tempo integral, porque ela normatiza, esclarece uma série de questões que as redes tinham como dúvidas na hora de implementar ali a parte operacional, a parte de currículo, os aspectos relacionados à infraestrutura.

Então, é um ganho muito grande e o Ministério da Educação, por meio de uma série de seminários regionais, por meio de construções técnicas e com especialistas, encaminhou uma série de subsídios para o CNE, para trazer da sociedade também insumos para essa construção.

Outro eixo do programa é o Eixo Fomentar, em que a gente valoriza experiências inspiradoras, que nos trazem como, lá na rede, ou na escola, as experiências que estão mais avançadas, ou mesmo que estejam no início, mas que têm coisas boas para contar, para partilhar, para inspirar, como elas estão fazendo.

Então, a gente abriu já dois editais para que as redes se inscrevessem. Já temos mais de 1,8 mil experiências reconhecidas pelo Ministério da Educação, com 25 estados e o DF participando.

E, além de fazer esse reconhecimento, e mapear, vocês estão vendo ali que tem um *site* onde você vai poder clicar em todas elas, abrir, conhecer, ver como a rede está conduzindo, seja o seu currículo, seja a organização da gestão na própria secretaria. Tem experiências de todas as naturezas, das modalidades educacionais, na educação escolar indígena, quilombola, entre outras. Tem eixos, esse mapeamento está dividido por eixos, que valorizam uma série de questões importantes para a implementação da ação no território.

Além desse mapeamento, nós realizamos encontros nacionais com mais de 500 pessoas para que essas redes pudessem mostrar, partilhar. Publicamos um caderno de narrativas – já tem o segundo em produção também – com detalhamento das 25 experiências classificadas e rede de trocas, em que as redes... São mais de 150 redes, e a gente financiou essa viagem deles. Então, temos as redes anfitriãs e as redes que viajam. Uma rede recebe outras redes para mostrar, conhecer e partilhar como ela está fazendo. A gente percebe que as redes aprendem demais umas com as outras. Então, a gente precisa aproveitar esse potencial de quem sabe fazer, que está lá no território mesmo.

O Eixo Entrelaçar é um eixo em que a gente apresenta e valoriza questões de intersetorialidade. Na educação integral, em tempo integral, se a gente não se aliar, se a Secretaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Educação não se aliar com a cultura, com a ciência e tecnologia, com o esporte, com saúde, com assistência social, a gente não consegue implementar uma agenda de um currículo diversificado, dessa observação de múltiplos direitos dos sujeitos.

Então, aí estão alguns exemplos de ações que nós fizemos. Não vou entrar no detalhe dos números por causa do tempo, mas a gente tem uma parceria muito bonita com o Ministério da Cultura, em que a gente fomentou experiências. Está em andamento ainda, os estados estão implementando ações de trazer arte e cultura para as escolas, trazer artistas, mestres, promover uma série de ações relacionadas à promoção de cultura e arte, inclusive a sua integração no currículo, porque é isso que a gente quer. Quando a gente também fala de intersetorialidade, a gente está falando do desafio de sair de um currículo fragmentado, em que a gente tem, às vezes, oficinas à tarde de um certo tema completamente desconectado do currículo, para um formato, para um modelo, para uma perspectiva de educação que integre a arte e cultura com os demais componentes curriculares, que integre e que tenha intencionalidade pedagógica, e que tenha um propósito curricular nessas ações.

Então, eu entendo que esse é um passo que a Resolução 7 do Conselho Nacional de Educação nos trouxe como um passo importante de ser dado. Muitas redes já estão muito nesse caminho, mas eu entendo que esse é ainda um dos desafios que o país enfrenta, para a gente poder melhorar mesmo a qualidade dessa implementação da educação integral.

A gente fomenta, junto com o MCTI e com o CNPq, um edital em que a gente financia feiras e mostras científicas, e ontem nós lançamos uma ação de esporte e movimento, em que a gente vai ofertar materiais pedagógicos, formação continuada, mapeamento de ações de esporte, estudos sobre a relação entre o esporte e o desenvolvimento integral, também com o Ideb.

Esses ali abaixo são alguns dos materiais que nós produzimos e disponibilizamos, junto com parceiros: a Universidade Federal da Fronteira Sul, a Cátedra Unesco, a Undime, a Fundação Itaú – com os quais a gente constrói orientações.

E, por fim, o Eixo Acompanhar, que é um eixo de monitoramento, avaliação e governança.

Vale ressaltar que uma das duas principais estratégias de governança do Programa Escola em Tempo Integral é o seu Comitê Nacional de gestão, que é o Conapeti, no qual participam o CNE (Conselho Nacional de Educação), o FNE, a Undime, o Consed, o Uncme, Foncede, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a gente possa acompanhar, monitorar e corrigir rumos necessários a esse aprimoramento da política.

E a Renapeti, que é uma rede de 53 articuladores, em todos os estados, indicados pela Undime e pelo Consed, que fazem a política pública chegar aos territórios.

Atualmente, nós estamos em andamento com um ciclo formativo, em que esses articuladores estão replicando orientações sobre a Resolução 7 do Conselho Nacional de Educação, para que as redes possam revisar suas políticas locais à luz dessa resolução e verificar em que pontos que elas precisam ser melhoradas.

O programa envolveu a construção, no âmbito do Conapeti, dos parâmetros de qualidade e equidade da Educação Integral em Tempo Integral. A gente construiu subsídios para encaminhar para o CNE e o CNE já aprovou esses parâmetros, que estão no MEC e chegaram, na semana passada, para homologação.

Então, muito em breve, nós vamos ter um novo documento, para além da Resolução 7, que vai nos apontar caminhos e critérios, requisitos mínimos de qualidade e equidade da oferta nas escolas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E vai ter o nome de avaliação também o documento?

A SRA. ALINE ZERO SOARES – Ele se chama Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade.

O que a gente tem como plano, Senadora, dentro do Programa Escola em Tempo Integral, é lançar uma autoavaliação. É, assim, preparar subsídios técnicos para as redes promoverem suas autoavaliações e verificar se elas estão aderentes a esses parâmetros de qualidade.

A gente entende que, para as redes, é um desafio e tanto implementar a educação integral em tempo integral. Então, é um processo.

Então, esse próprio documento dos parâmetros está organizado no seu anexo, em que estão listados os parâmetros mesmo, os itens, num formato em que o ente vai poder olhar para si e dizer: "Bom, eu estou no início, eu estou em andamento", ou "Isso está bem consolidado aqui na minha rede", porque, tanto aqui no plano nacional, quanto no estadual e no municipal, temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que entender que não é da noite para o dia que as escolas vão ser transformadas, que a educação em tempo integral vai alcançar o seu nível de excelência. Mas é importante que a gente tenha referências e que se passe por esse processo de autorreflexão, até para que outros também, seja o Legislativo, sejam os órgãos de controle, possam também conhecer o que é essa qualidade, quais são as referências para que a gente possa observá-la.

Então, acho que esse vai ser um documento bem importante nesse sentido. E nós temos ações de assistência técnica já previstas para apoiar nesse processo.

E nós temos o Valdoir, nosso colega Diretor, que esteve aqui na semana passada e é responsável por essa frente do monitoramento e avaliação do programa.

Então, lá no *site* do nosso programa tem uma série de documentos, seja o próprio plano de monitoramento, uma série de boletins que vão trazendo dados sobre cada fase da política, com estatísticas, e relatórios também de avaliação.

Esse que eu coloquei é um relatório que eu destaco para quem tem interesse no programa e quer se aprofundar sobre essas disparidades entre as regiões. É um relatório que saiu há pouco tempo e traz muitas informações bacanas produzidas lá pela Dimam, a área de monitoramento da Secretaria de Educação Básica.

A equidade – eu estou terminando aqui, gente – é um outro ponto muito importante para o programa, desde o seu desenho inicial. A gente sabe que o Brasil tem um desenho interfederativo, em que quem implementa mesmo as políticas públicas e educacionais são estados e municípios; o plano federal não tem uma ingerência absoluta, mas os desenhos das políticas podem fomentar ou não resultados mais ou menos iguais. Então, o desenho do programa foi nessa linha de ofertar para todos os entes federativos e de pedir para os entes que fossem priorizadas matrículas em escolas com o maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Então, esse é um comando da política, é um pedido da política.

Já há algumas avaliações iniciais com achados preliminares quanto às desigualdades regionais. Como você disse, a Região Norte é uma das regiões que ainda mais precisam avançar no percentual. Então, nos desenhos das nossas políticas, por exemplo, na formação continuada, quando a gente vai alocar recurso, a gente aloca mais recursos proporcionalmente para a Região Norte, até para poder endereçar questões do tipo de a locomoção, o transporte ser muito mais caro. Então, qualquer ação que se vai fazer custa mais mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma diferença grande também no Brasil entre as redes municipais e estaduais. Então as redes estaduais avançaram mais no percentual de matrículas em tempo integral do que as municipais, no seu todo. E há um desafio de a gente fortalecer a oferta nas modalidades: educação escolar indígena, quilombola, do campo, educação especial, educação bilíngue de surdos. É muito importante a gente avançar nesses quesitos.

Por fim, na minha última tela, eu falo um pouco da incorporação, da integração, do financiamento dessa agenda ao Fundeb. Acho que foi um passo muito marcante para a política de financiamento da educação brasileira, no sentido de que, a partir de 2026, por uma emenda constitucional, no mínimo 4% do Fundeb de cada rede devem ser aplicados para a expansão.

Esse é um processo ainda em construção. É um processo em que tanto o Governo Federal quanto os governos municipais e estaduais estão nesse caminho de compreender e de implementar mesmo, no seu primeiro ano aqui; mas a gente já tem materiais de referência. Então já há um guia orientando sobre isso, e amanhã nós vamos lançar um guia específico de assistência técnica sobre o plano de expansão, porque um dos quesitos dessa emenda constitucional foi que esse uso dos 4% fosse regulamentado por uma pactuação entre estados, municípios e União. E essa pactuação foi feita por uma resolução na Comissão Intergovernamental de Financiamento (CIF), em que ela indicou que cada ente federativo deve ter o seu próprio plano de expansão.

Então, como próximos passos, como rumo, como próximos capítulos da educação em tempo integral, a gente entende que esse plano de expansão e essa aplicação desses 4% do Fundeb são os nossos eixos futuros.

Esse guia vai ser lançado amanhã, ele traz informações sobre diagnósticos, sobre como planejar, sobre objetivos e sobre ações que a gente construiu, no sentido de estarem alinhados à Resolução 7 do Conselho Nacional de Educação, para que a gente alie instrumentos de planejamento com instrumentos normativos da área da educação integral em tempo integral. E a gente vai passar a ter tanto a política local quanto o plano de expansão como dois instrumentos que vão trazer luz para a implementação da agenda no país.

Acho que eu finalizo.

Entendo que essa é uma agenda que coloca para todas as redes desafios muito significativos, sejam voltados à infraestrutura, à alimentação escolar, voltados à contratação de profissionais, voltados à formação dos profissionais, mas é uma agenda que a gente já viu – nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

últimos anos e mesmo em períodos anteriores – colher muitos frutos voltados, realmente, a melhorar a qualidade, a transformar a vida das crianças, dos bebês, dos adolescentes e dos jovens na escola pública. Então, que tenhamos cada vez mais financiamento, que tenhamos cada vez mais peso para essa agenda.

Obrigada, fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estava demorando ela falar de dinheiro, vocês viram, né? (*Risos.*)

Professora, eu quero agradecer.

Eu acho que ela fez uma abordagem geral, acho que para todos nós foi muito bom.

Estão nos acompanhando aqui, e também via *online*, Professora, os técnicos e os consultores da área da educação do Senado, que vão ajudar a escrever o relatório final da avaliação, e eles me trazem duas perguntas. Já vou lhe fazer, se a senhora já puder responder.

A SRA. ALINE ZERO SOARES – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quais fatores o ministério identifica como mais relevantes para explicar essas diferenças de implementação entre regiões, estados e municípios?

A segunda pergunta: na avaliação do MEC, quais são hoje os principais desafios para atingir a meta de expansão da educação em tempo integral prevista no novo Plano Nacional de Educação?

Eu vi que a equipe está muito comprometida, as entregas de vocês ali são, inclusive, maiores do que eu imaginava, tá? Maiores do que eu imaginava.

A SRA. ALINE ZERO SOARES – Que bom!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E amanhã eu quero ver o guia.

Mas quais são os principais desafios para atingir a meta de expansão, Professora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALINE ZERO SOARES – Eu acho que, como toda política complexa, Senadora, as soluções também merecem olhares complexos e interconectados, né? Então, se eu disser que é só financiamento, eu vou estar aqui deixando de considerar a complexidade mesmo de uma política pública como essa, que toca em todos os eixos estruturantes da qualidade da escola pública brasileira. Por isso é que fazer educação integral precisa relacionar todas as áreas de uma secretaria, porque ela não é um tema específico a ser tratado só por uma coordenação, ela é transversal.

Mas, é claro, infraestrutura e financiamento de infraestrutura – a gente tem até um plano, um PL aqui no Congresso, para o uso de recursos do pré-sal para a educação. Essa, certamente, é uma agenda de que o país se beneficiaria muito...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. ALINE ZERO SOARES – ... de contar com essa aprovação desse projeto de lei, porque as escolas, a gente nota, estão chegando – e as secretarias nos trazem isso – à sua capacidade máxima de uso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. ALINE ZERO SOARES – Então, a gente teve aí, nos últimos anos, um aproveitamento dos espaços existentes, muitas reformas – às vezes, as redes trazem ali uma sala de audiovisual nova para poder trabalhar no tempo integral, uma sala multiuso, expandem um refeitório, cobrem uma quadra –, mas a gente percebe que o país está chegando nesse limite. Se quiser expandir, no próximo decênio, para 50% dos estudantes em tempo integral, como nos traz o nosso plano, infraestrutura certamente é um dos pontos importantes, mas não é o único. Infelizmente a gente sabe que só construir não vai nos ajudar. Se a gente não tiver...

O Ministério da Educação, nos seus últimos anos, aumentou em 55% o Pnae, mas essa é uma agenda a que o MEC está sempre atento, porque sem alimentação não é possível que os estudantes permaneçam na escola em turno único. Então, a alimentação escolar eu diria que seria um segundo, talvez, ou, enfim, ali, sem querer hierarquizar, porque eles são bem inter-relacionados mesmo, como eu disse, é um ponto muito importante. Mas só isso também não é possível, porque se você não tem transporte para transportar, se você não tem formação humana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se você não tem ações de assistência técnica, de formação de professores, formação de gestores, essa política não chega à sala de aula, porque quem está ali na sala de aula é quem... Então, é multifacetado. A gente precisa de políticas públicas que tragam tanto financiamento quanto ações de formação, ações integradas mesmo.

E aí nós temos o desafio de ser um país continental, com municípios, com estados que priorizam mais ou menos também do ponto de vista político. A gente percebe que, muitas vezes, com um orçamento menor, um município de receita menor prioriza mais e faz essa agenda avançar mais. Então, certamente a priorização política é também um fator que pesa muito para que essa agenda avance mais ou não.

E aí um ponto, um último ponto que eu comento, para não tomar muito tempo aqui mais: a gente tem os 4% do Fundeb como uma referência, mas é importante que as redes, enfim, as prefeituras, os governos estaduais e a União não parem por aí, porque o Fundeb teve um aumento expressivo nos últimos anos, mas ele certamente não é capaz de financiar o nosso próximo plano nacional de educação sozinho. Então, só com o Fundeb, as redes não vão conseguir, sem contar que a disparidade desse aumento do Fundeb entre as redes também é diferente, também varia. Então, a capacidade das redes precisa ser olhada também na sua individualidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, eu quero agradecer. Por mim, a gente pegaria todos os bens de todos os corruptos, os bilhões de reais dos vorcaros da vida, para a gente ampliar lá para a nossa secretária. Estão todas com vontade de falar ali, olha. A senhora falou o que elas queriam ouvir: recurso, recurso, estrutura.

Eu acho que a gente tem a questão do pré-sal, mas acho que dá para a gente pensar um pouquinho mais. Por exemplo, as casas de apostas, as *bets*. A gente regulamentou isso, eu não queria, mas passou, mas, já que passou, por que é que esse dinheiro não vem para a gente? Por que é que a gente não começa a conversar?

Porque nós que somos políticos ou secretárias, deixe-me falar para vocês, no período de campanha, é o que nós mais ouvimos as famílias nos pedirem: escola em tempo integral. Isso eu escuto há muitos anos. E não é só porque eu fui candidata agora, não; eu trabalho com processo político há 30 anos. É o que todo mundo quer, porque as mães precisam trabalhar e têm medo de essas crianças ficarem, no contraturno, muito soltas e serem aliciadas pelo crime. Vocês sabem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o que a família, lá na ponta, quer, a preocupação da família: a mãe poder trabalhar tranquila, saber que o filho está no contraturno, com todas aquelas imagens lindas que você mostrou ali. Inclusive, o seu primeiro eslaide, da banda, me encheu o coração de alegria, da banda marcial ali, me encheu o coração de alegria.

Só quero dizer para vocês o seguinte: que é uma política em que, na hora em que eu falo que vou ter tempo integral, tudo dobra. Tem que dobrar as salas, tem que dobrar o professor, tem que dobrar o alimento, a merenda escolar tem que dobrar. Tem que dobrar tudo, né? E as atividades paralelas.

Então, assim, não é fácil – não é fácil. Mas eu acho que a gente tem que começar, talvez, no nosso relatório, a trabalhar na indicação de fontes – de fontes –, porque, se a gente quer alcançar a meta, a gente vai ter que ter dinheiro – vai ter que ter dinheiro – e vamos ter que trabalhar essa questão da fonte.

Profa. Aline, muito obrigada.

Eu sei que ela passou dos dez minutos – tá, mulheres?, eu sei –, mas a gente precisava ouvi-la. Eu acho que a participação da Aline é primordial para a gente fazer essa avaliação, inclusive, para a gente saber do guia que vai ser lançado amanhã. Queria muito que você compartilhasse isso com a gente.

Mas vamos para prática agora. Vamos lá para ponta. Nós vamos ouvir Santa Catarina. Nós vamos ouvir a Silvania de Queiroz.

Silvania, eu não vou arriscar falar seu nome de novo, seu segundo sobrenome. Silvania de Queiroz. E a gente quer ouvir, Silvania: por que Santa Catarina tem uma adesão tão pequena no programa da educação em tempo integral? Por quê? É porque é um estado rico e as famílias não querem as crianças o tempo todo na escola? É porque as crianças têm outras alternativas que as crianças lá de outras regiões não têm? Essa dinâmica a gente queria conhecer, porque, olha, eu vou dizer uma coisa para você, Silvania – ontem eu o disse numa Comissão –: eu queria ser Senadora na Noruega, eu queria ser Senadora na Finlândia. Tudo homogêneo. Você entendeu? É tudo igual. Aí, como é que eu tomo uma decisão aqui, em Santa Catarina, que é extremamente diferente de Roraima? E a gente trouxe as duas pontas aqui hoje. Como é que eu tomo uma decisão para Pernambuco, que é totalmente diferente do Marajó, que é totalmente diferente do interior do Amazonas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gente, vocês pensam que é fácil ser Senadora da República Federativa do Brasil? Não é, não! E é aí que vêm os equívocos, porque a gente senta aqui e toma uma decisão de forma uniforme e não considera as especificidades. E eu não estou nem mais falando de territorialidade, não. Estou falando de diversidade cultural. Eu tenho povos tradicionais nesta nação, e muitos. Só indígenas, são 305 diferentes. E não é fácil para a Aline, dentro de uma coordenação nacional, atender às necessidades específicas das regiões.

Então, a gente vai ouvir você, Silvania. Fale para nós como é que está a política aí e a pergunta que a gente quer ouvir: por que a adesão de vocês não tem sido como a de outros estados? Bem-vinda! E obrigada por estar conosco.

A SRA. SILVANIA DE QUEIROZ PFLUCK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Pergunta fácil, né? Para começar, assim, já, a nossa conversa. (*Risos.*)

Então, primeiramente, eu quero me apresentar.

Eu sou a Profa. Silvania. Atuo na Gerência de Ensino Fundamental, na Coordenação de Educação Integral. Sou articuladora Renapeti.

Quero cumprimentar a Senadora, cumprimentar também a Aline, nossa querida Aline, com quem eu tive o prazer de conviver aí nesse último um ano e meio. Quero cumprimentar minhas colegas que vão falar também, das demais secretarias.

Eu tinha certeza de que essa pergunta viria quando a gente começou a pensar essa apresentação.

Como foi falado, são vários fatores; eu acredito que não tenha um único fator. Santa Catarina tem uma meta alta de educação integral, e nós somos o estado que tem, acho, a menor oferta de matrículas de tempo integral. Eu acredito que isso se deve a vários fatores; entre eles, eu indicaria o fator cultural. Existe uma resistência, por parte de muitas famílias, com relação à educação integral, principalmente dos alunos mais do ensino médio. Existe também uma questão do mercado de trabalho, de os jovens, os adolescentes quererem ir para o mercado de trabalho, mas de muitos precisarem também ir para o mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por mais que Santa Catarina seja um estado rico, ele tem também a sua diversidade, as suas especificidades. Então, tem, em várias regiões do estado, áreas, por exemplo, de vulnerabilidade social, e existe, sim, a necessidade da oferta da matrícula de tempo integral.

Eu vou apresentar, vou começar com a minha apresentação, até para organizar a fala...

Só um minutinho.

Só me avisem, por favor, se está visível.

Está, não é?

A SRA. ALINE ZERO SOARES – Sim. Está sim, viu?

A SRA. SILVANIA DE QUEIROZ PFLUCK (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Eu trouxe um pouco esse contexto histórico aqui de Santa Catarina.

Santa Catarina possui educação integral em tempo integral há muitos anos. Nós temos escolas, regiões que têm uma tradição já de oferta de tempo integral há vinte, vinte e poucos anos, só que eu acho que também essa dificuldade na oferta tem a ver com a falta de continuidade política, com a não existência, até então, de uma política voltada para a educação em tempo integral, porque o que a gente percebe? Hoje nós vivemos um movimento aqui no estado para ampliar a oferta de educação integral, e essa ampliação, que eu vou apresentar para vocês daqui a pouquinho, foi bastante significativa. Então, ela vem mostrando que há, sim, o interesse das famílias, há a necessidade das famílias, das comunidades na oferta de tempo integral.

Só para a gente se situar, a nossa meta estadual, no plano estadual de educação que se encerrou – agora a gente está construindo o novo –, para a educação em tempo integral era de 65% das escolas públicas e 40% dos estudantes, ou seja, era mais do que a meta nacional, que era de 55% das escolas. E o que nós temos? Até 2024, o Estado de Santa Catarina alcançou 16,6% da meta dos estudantes, isso somando todo o estado: a rede federal, que tem a maior parte da oferta; a rede estadual, que é a oferta mais tímida, com 4%; e as redes municipais, com 22% da oferta. E nós chegamos a 38% das escolas, sendo 75% das redes federais, 7,2% das escolas estaduais e 46% das escolas municipais.

Então, o que a gente percebe, olhando para esse cenário? O Estado de Santa Catarina fez a adesão ao Programa Escola em Tempo Integral em 2023, e a partir daí a gente vem trabalhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– as equipes da Secretaria, nosso Secretário de Estado e nosso Governador – para colocar a educação integral como uma prioridade na agenda estadual.

E aí a gente construiu, então, um movimento, a gente fez um movimento muito bonito, participativo, democrático, a gente fez um movimento de construção da política do Estado de Santa Catarina. Esse movimento ocorreu com a participação de cerca de 300 pessoas, as equipes das secretarias, as instituições, a Undime, a Fecam, representante do Fórum Estadual de Educação, representante dos professores das escolas que ofertam educação em tempo integral.

Então, a gente fez esse trabalho conjunto que resultou num caderno da política de educação em tempo integral e também que resultou na Resolução 024, que instituiu as diretrizes da política de educação integral aqui em Santa Catarina. Esse é um ponto muito positivo em que a gente percebe esse movimento ganhando corpo aqui no estado para consolidar, para construir e, agora, para implantar a nossa política.

E aí eu trouxe o que nós temos pactuado e vou focar mais agora na rede estadual, porque, na rede municipal, a grande maioria dos municípios de Santa Catarina fizeram adesão à política. Dos 295 municípios, nós tivemos 290 que fizeram adesão, adesão ao programa e criaram as suas políticas. Então, por isso é que eu vou fazer o recorde mais da rede estadual, o qual eu represento neste momento.

Então, na rede estadual, a gente tinha 113 escolas que ofertam educação em tempo integral e 13 mil estudantes, num total aí de 535 mil –, então, é um número tímido. Esse é o dado do ano passado, que foi consolidado no início deste ano.

A partir da nossa secretária, do nosso Governador, a gente lançou agora o programa SC Integral, Santa Catarina integral, que visa a ampliar essa oferta de educação em tempo integral, qualificando, como já falado há pouco pela Aline, que também trouxe toda a complexidade que envolve a educação integral, tempos, espaços e metodologias para buscar melhorar o processo de ensino e aprendizagem, e ampliar os direitos das crianças, jovens e adolescentes aqui de Santa Catarina.

Esse programa foi lançado – a gente fez um grande movimento em parceria com as coordenadorias regionais de educação do estado, com as 37 coordenadorias – e tem como base a legislação vigente. No caso do Estado de Santa Catarina, a nossa proposta curricular de 2014 já fala da necessidade da educação integral, voltada para integralidade humana, para a formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

humana dos sujeitos, para o plano estadual de educação, para o nosso currículo base do território catarinense, para a própria legislação do Programa Escola em Tempo Integral, para a Resolução 024, que instituiu a política, e também para a Resolução 07, de 2025, que instituiu as diretrizes operacionais nacionais. Então, a partir da legislação, a gente criou o programa SC Integral, que busca essa formação integral.

A nossa preocupação sempre, além de ampliar o tempo, é qualificar esse tempo. A gente sabe que o grande desafio é que, se o tempo não for qualificado, se a gente não diversificar as metodologias, é muito difícil a permanência, a adesão do estudante nessa oferta. Então, a gente vem trabalhando nesse sentido para ampliar e qualificar esse tempo integral.

O objetivo, como traz o nosso currículo, é uma formação humana voltada para a cidadania, para a emancipação, para a liberdade, para processos críticos e ativos, para o pleno desenvolvimento e pela apropriação do conhecimento e da cultura historicamente produzida. Então, esse é o objetivo da oferta do tempo integral.

E aí cito novamente a Resolução 07, que já foi comentada, mas eu vou destacar mais esse aspecto de como está funcionando hoje aqui em Santa Catarina.

Então, o Estado de Santa Catarina possui quatro formatos de oferta de educação integral em tempo integral. A gente tem a ETI no ensino fundamental, em que a educação é seriada, tem um currículo integrado, ou seja, não tem aquela separação de base comum e contraturno. Ela tem duas matrizes – as escolas puderam fazer a adesão –: a matriz com 41 aulas semanais ou com 45 aulas semanais.

É importante dizer que a oferta da ETI não é imposta a nenhuma escola. A gente construiu todo o movimento, que tem que ter a consulta dos professores, a consulta da comunidade, tem que ter nela uma reunião, uma ata, com o interesse, o desejo da comunidade também em ofertar a educação em tempo integral. Então, nesse formato, nós temos hoje 34 escolas que ofertam a educação integral no ensino fundamental, com essa matriz integrada.

Nós temos também o ensino médio com cursos técnicos, também com oferta seriada e currículo integrado. As matrizes variam entre 40 e 45 aulas semanais, e é esse ensino técnico voltado para o interesse do estudante, para o contexto regional. Então, existe também essa adesão e esse movimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Temos também a oferta de tempo integral nas modalidades e diversidades curriculares, como a educação no campo e as casas familiares rurais. Eu até quero mostrar aqui só um recorte do nosso currículo. No caso, esse recorte é do ensino fundamental. A gente tem a base comum – ali os componentes da base comum –, e mais os componentes da parte diversificada, que inclui a dança, o teatro, a literatura, educação digital, o Leia, que é o componente que visa a fortalecer a leitura, a escrita e a interpretação. A gente tem a musicalização, a ética e cidadania, educação para sustentabilidade, o esporte, a educação financeira, a iniciação científica, Libras e também projetos interdisciplinares locais.

É importante dizer que alguns componentes são padrão, todos os estudantes fazem, mas tem alguns componentes que são optativos, a escola pode optar conforme a escuta à comunidade, ao interesse também dos estudantes. Então, esse é um exemplo do currículo integrado.

E nós lançamos agora, mais recentemente, então, neste ano, o Mais Tempo, Mais Saber, que é a oferta de educação em tempo integral no formato não seriado, com atividades formativas de contraturno. Como eu falei, não é seriado, é por demanda da escola e por adesão dos estudantes.

Então, o Mais Tempo, Mais Saber foi um movimento gigantesco que a gente está realizando na rede, e aí as escolas puderam fazer ali a sua consulta, informar as famílias, os estudantes, e fazer a indicação de, no mínimo, três atividades formativas, três atividades para completar a carga horária de 35 horas semanais.

Então, esta é a diferença: enquanto os outros três formatos são curriculares, com matriz integrada e seriados – todos os estudantes fazem os mesmos componentes –, o Mais Tempo, Mais Saber é no formato de contraturno, com atividades formativas voltadas aí para ampliar as aprendizagens, desenvolver habilidades cognitivas, físicas, sociais, emocionais, éticas, culturais, esportivas, tecnológicas e ambientais.

Entre os princípios do programa, há a educação integral como um direito humano e público; a garantia da equidade, da qualidade e da inclusão educacional; a articulação entre currículo base do território e as atividades formativas de contraturno – a gente sabe que esse contraturno não pode ser qualquer coisa, então essas atividades têm que ter intencionalidade pedagógica, têm que ter alinhamento com o currículo. Agora, a gente está fazendo um movimento também da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

formação dos professores, capacitando esses profissionais para que eles consigam trabalhar com essa oferta, que é nova aqui para Santa Catarina.

A centralidade tem que estar no estudante, focada nas necessidades, nos interesses e nas identidades que compõem o Estado de Santa Catarina; a participação ativa dos estudantes no processo de produção do conhecimento, enfim; o reconhecimento e a valorização das diversidades; a valorização dos territórios educativos, entendendo que a educação não se dá somente dentro da escola, mas sim ao pensar outros espaços físicos e materiais e outros contextos que também contribuem para a formação humana integral. E, também, outro princípio é a intersetorialidade entre as políticas e órgãos públicos – é como a Aline já falou também, no início, sobre a importância de pensar a intersetorialidade para poder ofertar e manter a qualidade na educação integral em tempo integral.

E aí, então, esse programa – esse formato, que é o Mais Tempo, Mais Saber – foi organizado em eixos, e aí a gente está focando no desenvolvimento de potencialidades; no caso, a oferta de... A gente tem um programa que atende os estudantes migrantes, por exemplo, o PAM; então, agora, o estudante migrante vai poder fazer o PAM e mais uma atividade complementar para fechar o seu tempo integral.

A gente tem eixos focados na linguagem, como escrita criativa, como segundas línguas estrangeiras – a gente tem algumas regiões do estado que têm a oferta do alemão, do italiano, enfim. A gente tem o eixo da arte e cultura, em que há a dança, a música – vários tipos de música –, a fanfarra, a banda marcial. E ali há os demais componentes, em que entram a educação para sustentabilidade, o regionalismo; as trajetórias profissionais voltadas mais aos estudantes do ensino médio e voltadas para o empreendedorismo também; a educação digital; o esporte, as diversas modalidades do esporte, vôlei, basquete, xadrez, enfim, ginástica rítmica; a educação empreendedora, que também é um eixo que eu comentei; e o eixo da cidadania.

Então, hoje, a oferta de educação em Santa Catarina está aumentando significativamente a partir desse formato. O que a gente tem agora? Claro, a gente está na fase de consolidação dos dados do censo, mas a gente conseguiu a ampliação. No início, eu mostrei 117 escolas, e agora, em 2026, a gente conseguiu a adesão de 423 escolas e mais 22.640 estudantes matriculados nesse formato, além daquele que eu apresentei inicialmente, que tem os componentes curriculares integrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem também, então, o Mais Tempo, Mais Saber. Então a gente está vivendo, e esse movimento mostra que existe, sim, a necessidade, o desejo também, aqui em Santa Catarina, pela oferta de educação integral, em tempo integral.

E aí, a gente está na fase agora de construção do plano de implementação da política e também da estratégia de expansão dessa política, porque a gente quer ofertar e também manter e ampliar a oferta de educação em tempo integral. Então a gente está trabalhando aí, as equipes estão trabalhando para ampliar a oferta, para fortalecer o regime de colaboração e a intersetorialidade, com os demais órgãos do estado e dos municípios.

A gente, a equipe também tem feito um trabalho gigante, a Secretaria de Estado, voltado para a infraestrutura das escolas, que é o nosso principal... A principal dificuldade é a infraestrutura. Então têm sido feitas reformas, foi feita a climatização de todas as escolas da rede estadual e inúmeros processos de reforma e ampliação das escolas da rede estadual, que nós temos aí 1.040 unidades escolares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, para ir concluindo já, tá?

A SRA. SILVANIA DE QUEIROZ PFLUCK (*Por videoconferência*.) – Estou fechando, é o último ponto.

E aí, a gente então está trabalhando nessa implementação.

E a gente tem também, foi criada agora uma gerência voltada para a formação dos professores, de todos os profissionais, inclusive dos profissionais que atuam na ETI. Então a gente tem agora uma formação presencial para todos os profissionais que estão nesse formato de oferta e também fazendo levantamento aí das demandas de apoio de material, material pedagógico, apoio técnico também para apoiar as escolas.

Enfim, resumidamente seria isso, bem resumidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela caiu ou encerrou? (*Pausa.*)

Encerrou.

A SRA. SILVANIA DE QUEIROZ PFLUCK (*Por videoconferência*.) – Encerrei, encerrei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, eu tenho duas perguntas, mas eu tenho aqui uma grande coincidência. Roraima vai falar também, e a senhora trouxe um ponto que eu acho que é comum aos dois estados. A senhora falou dos imigrantes. Eu sei o quanto Santa Catarina tem levado imigrantes, inclusive alguns da Venezuela. Quando Ministra, eu buscava em Roraima, no programa de interiorização, para levar para Santa Catarina. Eu fiz muito isso, fiz muitos movimentos, chegando com aviões lotados a Santa Catarina, porque Santa Catarina tem o emprego, tem a oferta do emprego. Mas Santa Catarina não recebe só venezuelano; nós temos lá haitianos, uma quantidade enorme, nós temos outras nacionalidades.

E a senhora falou da adaptação da escola em tempo integral para os alunos imigrantes, filhos de imigrantes. E eu quero ouvir essa experiência também no tempo integral lá em Roraima, como é que está sendo feita. A senhora poderia explicar só um pouquinho mais, Profa. Silvania, sobre isso?

E aí, já aproveito, já vou lhe fazer as duas perguntas que a coordenação técnica me mandou. A primeira: quais são hoje os principais obstáculos para a ampliação da oferta no estado? Infraestrutura, disponibilidade de profissionais, organização da rede, modelo pedagógico ou outros fatores? A senhora já até iniciou falando que tem uma questão cultural também, que interfere bastante no estado.

E o segundo: que mudanças seriam necessárias para acelerar a expansão da educação em tempo integral na rede estadual? Porque é o seguinte, no dia em que tiver premiação aqui para o Governador que mais matriculou, o Jorginho vai ficar de fora. Aí eu quero que a Profa. Aline tenha dó de Jorginho. É o povo lá que não quer educação integral, está entendendo, Aline? (*Risos.*)

Lá tem uma questão: os meninos querem trabalhar, não querem ir para escola, ficar o dia inteiro na escola.

Então, não tire o prêmio do meu Jorginho!

A senhora pode responder a essas três questões, Profa. Silvania, num tempo bem breve, no máximo que a senhora puder resumir.

A SRA. SILVANIA DE QUEIROZ PFLUCK (*Por videoconferência.*) – Sim, vou. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao programa, o Estado de Santa Catarina criou, em 2021, um programa de acolhimento aos estudantes migrantes. Então, nós temos desde – se eu não me engano agora da data – 2021, 2023. Santa Catarina é um dos estados que mais recebe imigrantes, como a senhora já citou.

Esse programa não ocorre só no tempo integral. Na verdade, ele é um programa em que ocorrem atividades complementares de contraturno. Qualquer escola que tenha mais do que dez estudantes matriculados pode solicitar o apoio, a contratação de mais um professor, que, no caso, para os anos iniciais, é um pedagogo, ou, para os anos finais, é um professor de língua estrangeira, português e língua estrangeira, e ele tem o papel de fazer esse acolhimento desses estudantes.

Então, o PAM ocorre tanto na escola de tempo integral quanto na escola de tempo parcial. O que a gente conseguiu foi que, agora, com essa oferta do Mais Tempo, Mais Saber, o PAM vai ser incluído também nas escolas e vai contar como tempo integral, porque antes ele já ocorria em duas tardes ou duas manhãs, mas ele não contava por tempo integral. Então, agora, a gente está ampliando a carga horária para que esse estudante possa ser recebido, ser acolhido e também contar como um estudante de tempo integral.

E ele é um programa maravilhoso. Vale a pena. Dá para falar muito tempo sobre ele. Muita coisa positiva acontece. Ele é o nosso queridinho aqui da Secretaria.

E, com relação aos obstáculos, eu acho que o grande obstáculo é a questão da infraestrutura nas escolas, como eu já comentei. E acho que o outro obstáculo é o fato de a gente não ter uma política, de a gente não ter um alinhamento.

Eu vejo a política de educação em tempo integral como algo muito positivo. O Governador Jorginho já colocou a educação integral como uma de suas prioridades.

Eu acho que esse antes era o obstáculo, a falta de continuidade política, a falta desse alinhamento. Então, agora, com a educação integral como uma prioridade, tenho certeza de que Santa Catarina vai ampliar...

Sobre mudanças necessárias com relação à oferta, eu acho que a mudança é um trabalho lento, como a Aline também falou antes, é um trabalho lento. A construção da política... A gente fica muito agoniada, às vezes, porque a gente quer que a coisa se resolva logo, mas a gente sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que é processual... É um trabalho coletivo. Não pode ser um trabalho feito individualmente ou com alguma imposição em nível de secretaria.

Então, a gente tem trabalhado muito no diálogo com as secretarias, com as equipes técnicas, com as coordenadorias e também com a Undime nos municípios, para construir uma política que tenha a cara e a necessidade de Santa Catarina.

Muitos jovens não precisam, querem trabalhar, mas temos, sim, muitos jovens em Santa Catarina, muitas crianças principalmente, que precisam da educação integral.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Profa. Silvania, obrigada. Obrigada.

Mas a senhora acabou me dando uma ideia. A senhora falou que já está, inclusive, no programa do Jorginho, como pré-candidato ao Governo.

Eu acho que vou fazer um acompanhamento, Silvania, de todos os pré-candidatos a Governadores no Brasil durante esse período de avaliação...

A SRA. SILVANIA DE QUEIROZ PFLUCK (*Por videoconferência*.) – Ótimo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... porque a nossa avaliação vai até pós-período eleitoral. E vou ver os presidenciáveis também. Inclusive, tem gente da imprensa aqui e vou desafiar um certo jornalista que está aqui no meu pé, para ele acompanhar quais são os pré-candidatos que estão apresentando, na sua proposta de governo, a educação integral, e de que forma eles estão fazendo isso.

Você me deu uma boa ideia e parabéns ao Jorginho. Vocês já viram que eu sou apaixonada pelo Jorginho, né?

A SRA. SILVANIA DE QUEIROZ PFLUCK (*Por videoconferência*.) – O seu abraço será entregue.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ô, Silvania, muito obrigada.

Agora nós vamos sair do frio – a Silvania está tão agasalhada, a Silvania está tão bonita na tela – e vamos lá para o calor, nós vamos lá ver a Andreika, lá no interior de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Olhem a diferença, olhem que país incrível a gente tem, né, Aline? Que coisa! A gente vai sair lá do Sul e agora vai ouvir a Secretária de Educação de Igarassu, Pernambuco, mas, além disso, eu preciso informar que a Andreika é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Ela não é só Secretária no município, ela é a chefona, ela manda em todos os secretários municipais de educação do Brasil!

Profa. Andreika, seja bem-vinda.

Agora, vejam só: olhem como a Silvania estava vestida, e agora vejam a Andreika. Olhem só que país incrível! Olhem o calor!

"Bora", Andreika! Dez minutos. Obrigada por estar conosco.

A SRA. ANDREIKA ASSEKER AMARANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora, obrigada pelo carinho, pela recepção calorosa. Até que não faz tanto calor aqui não, viu? A gente está passando uma semana num friozinho, mas é um friozinho assim de 27ºC, 25ºC...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olhem o frio dela! Olhem o frio! (*Risos.*)

A SRA. ANDREIKA ASSEKER AMARANTE (*Por videoconferência*.) – Vou tentar fazer aqui minha apresentação... Vocês vão me dizer se abriu e se está em modo apresentação, tá?

Foi?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está tudo bem, está apresentando. (*Pausa.*)

Não está em modo apresentação. Coloque em modo apresentação.

A SRA. ANDREIKA ASSEKER AMARANTE (*Por videoconferência*.) – Vou tentar novamente. A gente fez esse teste... Vamos ver agora, acho que agora vai.

Foi?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Espere aí, está entrando.

Foi, agora está legal. Pode ir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIKA ASSEKER AMARANTE (*Por videoconferência.*) – Estou muito feliz em poder estar aqui discutindo educação integral.

A Aline... A gente já se encontrou – né, Aline? – em vários debates.

Faço parte também do grupo de estudo, do grupo de trabalho, representando a Undime nacional, e eu fico muito feliz em discutir educação integral.

Vou tentar ser rápida, até porque muitos pontos que eu trago nos meus eslaides a Aline já colocou, e a Silvana também já os colocou; eu vou só complementar e trazer alguns pontos a mais, então, tem alguns eslaides aqui que eu vou passar bem rapidinho, porque já foi falado, né?

Pernambuco, eu acho que vale ressaltar, é um estado... No nível estadual, Pernambuco já alcançou a meta, né, Aline? Ele já vem com experiência em educação integral já há um tempo, já há uns anos, e está bem avançado nesse processo de educação integral, inclusive das escolas de referência, das escolas técnicas, também, integrais, da rede estadual... Hoje a gente está tentando impulsionar a rede municipal, mas, como já foi dito...

Desta lâmina aqui eu não vou nem falar, vou só falar esse final aqui da lâmina, em relação à adesão: a gente teve uma adesão de 100% dos estados, mas não teve uma adesão de 100% dos municípios. Nesse processo de adesão – a Aline acompanhou muito esse processo –, a gente teve a reabertura do Simec algumas vezes, a gente teve alguns desafios para os municípios.

Em relação a prazo, a própria informação são as barreiras que a gente colocou que acabaram atrapalhando um pouco a adesão dos municípios. Também em relação a financiamento, nesse processo de diferentes formas de financiamento... Desde o primeiro ciclo era uma forma de financiar, agora se tornou outra forma de financiar; como a própria Aline falou, depois da Emenda 135, a lógica do financiamento para a educação, para a expansão das vagas de educação integral, mexeu um pouquinho e mexe muito também com os municípios de pequeno ponte, que é sobre o que eu vou falar aqui agora, que eu acho que é o que ressalta bem um dos grandes desafios para a expansão das vagas em tempo integral.

Então, a Aline também já trouxe, batemos a meta do último plano; mas bater a meta traz um retrato, nesse atingimento da meta, desigual – não foi igual o atingimento da meta. Todos não conseguiram alcançar os 25% da mesma forma. A gente tem esse alcance desigual, principalmente entre as etapas: a gente tem a educação infantil – chegamos a 36%; anos iniciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– 21%; anos finais – 24%; e ensino médio – 27%. Então, a gente tem aí uma desigualdade dentro do próprio atendimento e da modalidade de tempo integral para as etapas de ensino.

Atrás dessa média nacional e dessas desigualdades entre as redes, a gente institui quatro grandes aspectos que eu acho que falam um pouquinho dessa desigualdade que a Senadora, inclusive, já apontou – uma delas –: a disparidade regional. A gente coloca essa disparidade regional não apenas como a localidade e os aspectos culturais e sociais – que são também desafiadores para as redes de educação –, mas também os aspectos de disparidade regional de quem já tinha educação integral.

As redes partiram de pontos diferentes. Teve redes que já tinham estruturado a política, teve redes que já tinham um percentual alto, a exemplo de Pernambuco, por exemplo. O Estado de Pernambuco já tinha um percentual elevado de educação integral, outros estados e municípios também já tinham. Então, essa expansão foi desigual porque o ponto de partida também entre as redes foi desigual: havia redes que já tinham e outras redes que sequer tinham ainda instituído a política de educação integral.

Outro ponto é a capacidade técnica, que também é desigual entre as redes. A gente tem o país – vou repetir o que a Senadora falou – de uma dimensão continental, com aspectos muito diversos entre as regiões e dentro das próprias regiões, você tem estados e municípios completamente diferentes dentro da própria região Nordeste, por exemplo.

Então, a gente tem capacidade técnica diferente também: municípios de pequeno porte, municípios de áreas mais difíceis, municípios mais distantes da capital, municípios que não têm, por exemplo, núcleos de formação de ensino superior ou de ensino técnico, em que as pessoas precisam viajar para outros municípios para fazer essa formação continuada... Isso influencia diretamente a formação das equipes técnicas das secretarias e das escolas para fazerem esse estudo e essa discussão de educação integral.

Então, também temos dificuldade nas equipes das secretarias para fazer o planejamento, para inserção no sistema, para pensar em como fazer essa articulação, essa reestruturação da própria rede em relação à infraestrutura e tudo mais, a currículo – pensar currículo, pensar professor, pensar toda essa parte de apoio técnico mesmo, operacional. Por mais que a gente tenha o apoio do MEC... O MEC vem ajudando muito – e eu já, em nome da Undime, agradeço, Aline, por todo o trabalho que o MEC vem fazendo em relação a esse apoio –, a rede de apoio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação em tempo integral (Renapeti) tem dado uma ajuda, tem sido fundamental para as redes municipais. Sem o Renapeti a gente não conseguiria avançar tanto, principalmente na instituição das políticas de educação integral nas redes municipais.

Mas só isso também não é o suficiente, porque as redes, em uma parte delas isso se torna desigual, algumas têm muito e outras têm muito pouco, e isso acaba também dificultando e sendo um aspecto importante a se pensar sobre essas diferenças entre as localidades.

O porte do município importa muito. O município grande de capital, com alta arrecadação, próximo ao núcleo de formação de professores, é diferente ao se lidar com a inserção da construção de uma nova política; é diferente naqueles municípios de pequeno porte, porque não têm poder, por exemplo, de complementação de investimento de recurso federal, de complementar esse investimento que vem do recurso federal, para complementar com fonte própria. Tem município... E olha que é uma grande parte dos municípios, viu, Senadora? Não tem como precisar aqui o percentual, mas, uns anos atrás, a gente fez essa discussão, a Confederação Nacional dos Municípios fez essa discussão e, naquela época, quase 80% dos municípios estavam usando mais de 80% do Fundeb só para pagar a folha dos professores.

Acho que é importante a gente pontuar – e a equipe técnica do Senado verificar se a gente tem esses dados mais atualizados – para poder identificar que tem municípios que estão usando grande parte do Fundeb para pagar folha de profissionais, esse mesmo Fundeb que hoje está tendo que disponibilizar também 4% dele para expandir a sua rede. Então, municípios de pequeno porte, de grande porte, em relação à arrecadação e em relação à distribuição do Fundeb, também têm realidades diferentes.

E a infraestrutura de apoio: cozinha, refeitório para atividades, laboratórios, a própria expansão das matrículas acaba também sendo desigual, porque algumas redes já tinham alguma estrutura e outras redes não tinham estrutura quase nenhuma, era inexistente. Então, a capacidade institucional se configura como um grande gargalo para essa expansão e para a implementação das políticas de educação integral.

Eu aponto como primeiro ponto, que a gente vem discutindo muito, inclusive, na Comissão Intergovernamental de Financiamento, de que também faço parte, a gente vinha tendo discussões inclusive para a Resolução 23, agora, sobre a Emenda à Constituição 135, que passa a deixar de ter aquele apoio institucional do Governo Federal enquanto complementação financeira e passa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a incluir o Fundeb como a grande fonte, 4% dele como a grande e praticamente única fonte que a gente vai ter para a expansão das vagas. Lembrando que é o mesmo Fundeb, não é fonte nova de financiamento, é o Fundeb.

Por isso que quando a Aline coloca essa questão do PL do pré-sal, é uma discussão que muito nos alegra e que a Undime inclusive apoia, defende essa vinda do pré-sal, principalmente, não só para a educação, mas uma parte vindo do pré-sal para expansão e manutenção das escolas em tempo integral, porque o Fundeb continua o mesmo, a forma de dividi-lo é que está sendo diferente.

E aqueles municípios em que o próprio Fundeb já não dava sequer para dar conta das suas redes, das suas matrículas regulares, hoje vão ter que tirar do seu recurso – que já era pouco –, para manter a sua rede, vão ter que disponibilizar uma parte dele para abrir novas vagas, para expandir novas vagas. Então, acho que essa é uma grande discussão e é um dos grandes desafios que as redes vão ter, principalmente aquelas redes de pequeno porte, aquelas redes que sobrevivem do Fundeb. Quando a gente fala que as redes precisam encontrar complementações do fundo municipal para manter a expansão, que é vontade política... Não necessariamente, às vezes a vontade política existe, o que não existe é o recurso propriamente dito, porque o recurso propriamente dito, hoje, já não dá conta.

Foi falado do Pnae, o Pnae teve um aumento, a gente agradece extremamente. Pela primeira vez em anos, a gente tem dois aumentos seguidos, que dão quase 50% de aumento para a merenda escolar, mas, mesmo assim, se configura um valor muito pequeno frente ao que a gente precisa fornecer para o aluno em tempo integral. Se a gente for pensar, por exemplo... Eu vou trazer o exemplo da minha rede, que tem café da manhã, lanche, almoço e lanche da tarde; imagina você fornecer isso a quase R$2. Então, é muito complicado manter a alimentação dos estudantes – isso também se configura como um desafio, e é um desafio que está dentro do financiamento.

Sobre plano de carreiras, eu volto para o professor: hoje também se torna um desafio para as redes municipais ter professor em tempo integral. Muitos já não tinham seus planos de carreira estruturados e, com a vinda da educação em tempo integral, manter o piso, manter a evolução da carreira vertical e horizontal para esses professores em tempo integral acaba se transformando em um desafio muito grande. É um desafio para a carreira e é um desafio financeiro, é um duplo desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A permanência dos estudantes, principalmente no que se refere à infraestrutura... Quando a gente fala em expansão de vaga, a gente tem que falar em estrutura que acolha o estudante por um tempo ampliado na escola. E você ter um aluno em tempo ampliado na escola é você ter a possibilidade de ter espaço para convivência, espaço para esporte, espaço para cultura, espaço para tecnologia, espaço para a sala de aula. São diferentes espaços que a escola precisa ter para que o aluno se sinta bem lá e consiga se desenvolver de maneira integral, porque falar de escola de educação integral não é falar só de expansão de tempo, é falar de formação integral do indivíduo.

Então, imagine você passar o dia todo numa escola em que você já não tem... Por exemplo, aqui no Nordeste, vamos pensar no Nordeste. A Senadora falou muito bem do calorão daqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Climatizar.

A SRA. ANDREIKA ASSEKER AMARANTE (*Por videoconferência*.) – Tem mês que, aqui no Nordeste, dá 35 graus, 36 graus, com 35 alunos, 40 alunos dentro de uma sala de aula sem ar-condicionado, com um ou dois ventiladores fazendo zoada. Imagine você manter, sem nenhum outro espaço – a escola não tem quadra, não tem área de convivência –, você forçar uma ampliação de tempo escolar sem você ter o mínimo de estrutura para isso. Não tem condição! Então, a infraestrutura é um desafio para as redes municipais, porque elas ainda estavam estruturando.

Com o novo Fundeb, as complementações aumentaram, e isso deu uma respirada para os municípios, a gente começou a se estruturar a partir desse novo financiamento; mas não significa que tinha dinheiro sobrando. Pode ser até que tivesse mais recurso para as redes maiores que têm alta arrecadação, mas, para a grande parte dos municípios, que é a realidade do Brasil – municípios de pequeno porte, que não têm grandes arrecadações, que não têm indústria, empresa na sua região, que não têm outra fonte de arrecadação, é o Fundeb a única fonte de arrecadação –, é muito complicado você conseguir dar conta do que já estava defasado e ainda ampliar as vagas. A gente tem que pensar na adaptação da rede que existia – para todos, não só para a educação integral – e ampliar as vagas, construir novas escolas para aquelas novas vagas que estão sendo criadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a formação continuada, com currículo de tempo integral, exige uma formação específica do professor. Exige que ele entenda que a educação em tempo integral não é só colocar mais tempo para matemática, para língua portuguesa, para história, geografia, mas é você pensar em um currículo de maneira diversa, um currículo que olhe o indivíduo na sua ampla dimensão, nos seus diferentes aspectos de formação humana – e disso a gente precisa muito, principalmente, volto a falar, nos municípios de pequeno porte.

Aqui eu já vou passando.

Eu já falei da emenda à Constituição dos 4% do Fundeb, que é um desafio e que será um grande desafio. Ali a gente teve uma expansão muito alta no início. A gente viu que a gente só conseguiu alcançar a meta que estava no Plano Nacional de Educação, com a instituição da política de Educação em Tempo Integral, da escola em tempo integral, do MEC, com o apoio e a instituição desses recursos a mais que vieram para ajudar a gente.

Com a entrada do Fundeb, dos 4%, agora, a nossa grande preocupação enquanto Undime é a de haver uma retração nas novas vagas, porque o recurso que os municípios recebem do Fundeb já são escassos para dar conta da manutenção das escolas que já existem nas redes. Essa é a nossa preocupação. Então, é necessário discutir esses 4% do Fundeb – estou terminando, esse é praticamente o meu penúltimo eslaide – e ampliar esse financiamento para ter outras fontes de financiamento.

E aí a gente tem as diferenças entre os portes dos municípios, que eu coloquei aqui. Municípios de grande porte, muitas vezes, têm sua equipe técnica dedicada, estrutura de projeto, maior capacidade de complementar os recursos. E o desafio deles é gerir essas desigualdades educacionais dentro da sua própria rede, e ter esse olhar mais amplo de desigualdade educacional.

Já para os pequenos municípios, que é a grande maioria dos municípios no Brasil, a gente tem acumulação de funções dentro da própria equipe da secretaria, que é uma equipe muito pequena para dar conta disso tudo; a gente tem dependência quase que total de Fundeb, como eu, como eu falei, e a gente tem o desafio do financiamento para a melhoria da infraestrutura das redes.

Para terminar, eu falei aqui das experiências. A gente tem muita experiência exitosa no Brasil, inclusive o Mapa de Experiências do MEC mostra que a gente tem muita gente fazendo muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

coisa boa em todo o Brasil e que, para além disso, a gente precisa olhar – e isso é o que a Undime defende aqui nesta audiência pública, para concluir – a assistência técnica continuada diferenciada para os municípios de acordo com o seu porte. E olhar, Aline, para aqueles municípios pequenos, com baixa arrecadação, com baixo apoio técnico ou com pequena equipe técnica. Ter um olhar mais específico, mais focado nesses municípios, para que eles possam dar passos largos como nos municípios de Grande Porte.

Que o financiamento não fique só baseado no Fundeb, que a gente consiga ter outras formas de financiamento para ajudar nessa expansão de vagas, que o apoio dos estados, dentro do regime de colaboração... Isso está na Resolução nº 23, foi discutido na Comissão de financiamento. Que isso seja acompanhado pelo MEC, que eles ajudem os municípios nessa expansão de vagas. Ora, é a sua rede. Não é a rede estadual, mas é o seu estado que está crescendo as vagas. Então, é dar esse apoio aos municípios, dentro do regime de colaboração, e isso ser acompanhado pelo MEC; apoio à formação específica de professores para jornada em tempo integral; critérios de equidade territorial mantidos e fortalecidos nos próximos ciclos e um diálogo permanente com a Undime, trazendo o olhar dos dirigentes municipais para esses desafios dos municípios.

E, para terminar, pela educação em tempo integral com equidade. Os municípios são protagonistas da implementação e eles precisam ser parceiros permanentes da construção dessas regras do programa. Então, precisamos desse diálogo constante, não só com o MEC, mas com o Senado.

Aqui eu já agradeço. Deixo um abraço muito forte do nosso Presidente, Professor Luiz Miguel, que está acompanhando a audiência pública – está em outra agenda agora. Quero dizer que a Undime está sempre à disposição para contribuir, para ajudar, para construir essa educação que a gente tanto deseja no nosso Brasil.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, obrigada. Obrigada, obrigada, obrigada. E que alegria!

Deixe-me lhe contar uma coisa, professora: eu sou educadora também. Eu fiz escola normal, vocês não eram nem nascidas. Eu fiz escola normal; e eu não sei se quem fez escola normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu fiz pedagogia também. Minha Escola Normal era de quatro anos, viu? Quatro anos numa Escola Normal para ser professora da educação infantil. Tempo bom, viu? Tempo bom.

Eu me lembro da matéria de recurso audiovisual; vocês fizeram também, não fizeram? Aí quando eu vi seus eslaides ali, me deu a lembrança de que, no passado, a gente estaria apresentando seus eslaides numa cartolina, lembra? Aí você se lembra de quando chegaram as transparências? Lembra, Professora? O meu sonho era fazer uma apresentação numa transparência. Aí eu vi seus eslaides ali... Tem Senador que não observa os detalhes porque não foi treinado para observar a apresentação audiovisual, mas a sua está muito bonita e quero parabenizar a Undime.

A senhora trouxe aqui dois pontos que a gente vai destacar. Enquanto a senhora se apresentava, eu estava conversando com os técnicos e cochichei aqui com a Profa. Aline também a questão do plano de carreira. A gente vem, a gente joga para vocês a obrigatoriedade da escola em tempo integral, mas a gente esqueceu esse elemento precioso: o professor e o plano de carreira. Como é que a gente vai lidar com isso, quando você disse que muitas redes ainda não tinham nem plano estruturado? Como é que nós vamos dar conta disso, tá?

E aí, a outra coisa que você coloca ali – seu eslaide está perfeito, aquele seu eslaide, inclusive, vai fazer parte do nosso relatório, Professora –: a permanência dos estudantes. Essa escola tem que ser atrativa para esse menino ficar, não é isso, Aline? Lá no meu tempo, ficar na escola com uma bola e brincar de queimada a tarde toda... a gente ficava muito feliz, tá? Mas como competir com a tecnologia em que os meninos estão loucos para ir para casa para pegar no celular? Como competir com as séries coreanas? Eu sou "dorameira", tá? Desculpe, Brasil! Todo dia eu conto um segredo. Como competir com os doramas? Diga-me, Professora. Se a senhora nunca assistiu a um dorama, a senhora tem que assistir. Presidente de Undime que não assiste a dorama não é Presidente de Undime. (*Risos.*)

Como competir com as séries coreanas? Como competir com os jogos eletrônicos?

Então, é exatamente isso que a senhora colocou aqui. A escola precisa ser atrativa, que é o problema que Santa Catarina encontra lá. Lá os meninos têm como atração o mercado de trabalho. No Nordeste, manter esse menino trancado numa escola sem ar-condicionado, em que lá em casa ele pode ficar debaixo de uma árvore com o seu celularzinho na mão, seu joguinho eletrônico... Eles têm muita opção hoje. A nossa geração não tinha tanta opção de lazer, concorda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Profa. Andreika? O nosso lazer era uma bola, um tabuleiro, no máximo um tabuleiro para a gente jogar dama, as panelinhas de barro para a gente brincar. Eu fiz muita comidinha na panelinha de barro, a senhora também fez, com certeza, mas, hoje, a escola tem que se esforçar para ser atrativa para que eles queiram ficar.

Então, a senhora traz dois elementos extremamente importantes para a gente fazer essa discussão. E cada vez que vocês apresentam, eu descubro que eu queria ser Senadora de outro país. Eu acabei de descobrir que eu quero ir para Andorra, lá para Andorra. Como é difícil tomar decisão! Não que eu não ame o meu país, sou apaixonada pelo meu país! Mas como é difícil tomar decisões, Profa. Aline, Profa. Andreika, Deigla, Silvania, numa nação tão diversa, tão complexa como a nossa, tão extraordinária como a nossa!

Mas muito obrigada, Andreika, por sua participação. Leve um abraço a todos da Undime. A gente reconhece o papel da Undime. Ai da educação brasileira se a Undime não estivesse fazendo o que faz. Dê um abraço em todos, e a gente vai continuar essa conversa. Eu não tenho nenhuma pergunta da equipe técnica porque seu eslaide foi completo, mas, ao longo da avaliação, se precisar, vou procurá-la, está bom? Muito obrigada.

Agora vamos sair do frio bárbaro de 27 graus, Andreika, adorei seu frio, viu, Andreika, e vamos lá para São José dos Pinhais. Nós vamos ouvir a Coordenadora de Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais, a Profa. Sirlei.

Sirlei, em 2019, eu era Ministra dos Direitos Humanos, da Família, Mulher e Direitos Humanos, e houve uma proposta do Governo anterior de enfrentamento à violência, em cinco municípios no Brasil, que foram escolhidos para essa experiência de enfrentamento à violência. E me chamou muito a atenção porque sou paranaense, Sirlei, nasci em Paranaguá. Eu vivi muitos anos no Nordeste, morei em diversos estados do Nordeste, morei em São Paulo também, agora estou há alguns anos aqui no DF, mas nasci em Paranaguá, e me chamou muito a atenção quando uma das cidades escolhidas para o programa integral de enfrentamento à violência foi São José dos Pinhais, porque vocês realmente tinham grandes problemas na área da violência e, no eixo de enfrentamento à violência, estava lá a educação e havia a indicação da educação integral como enfrentamento à violência. Profa. Aline, a gente tem a política instituída em 2023, no atual Governo, mas, no Governo anterior, a discussão da educação integral era trazida para o eixo do enfrentamento à violência. E vocês tiveram essa experiência lá atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente quer muito te ouvir também sobre essa abordagem, Professora: a educação integral, aplicada como vocês estão aplicando em São José dos Pinhais, influenciou na diminuição do índice de violência do município? A gente pode trazer para a nossa avaliação aqui no Legislativo mais dinheiro para a educação integral, vindo do sistema de segurança? Porque a Aline falou o tempo todo aqui do pré-sal, a Undime falou aqui das PECs, do recurso, mas, se a educação integral está também a serviço de enfrentamento à violência, o orçamento não poderia também ser compartilhado? Então nós queremos te ouvir, Profa. Sirlei, com muita expectativa: a experiência realizada em São José dos Pinhais, como é que está, do programa de educação integral?

Seja bem-vinda e obrigada por ter aceitado o convite.

A SRA. SIRLEI CORRÊA DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Senadora Damares Alves, trago um abraço da nossa Secretária de Educação, Fátima Cardoso, que não pôde estar hoje apresentando esta audiência porque ela inclusive está aqui em Brasília, em um evento do Criança Alfabetizada, e posso dizer que estou muito lisonjeada, agradecida a Deus por hoje ter esta oportunidade de estar trabalhando dentro da Secretaria de Educação, com a Educação em Tempo Integral.

Eu iniciei a minha carreira no município em 1996 e, de cara, eu caí na Educação em Tempo Integral. Eu já entrei trabalhando no Caic e, desde então, desde 1996, eu passei a trabalhar com a educação em tempo integral. De lá para cá, eu pude ver os avanços que nós estamos tendo na educação em tempo integral em São José dos Pinhais.

Relembro-me muito dessa questão de violência, quando eu ainda trabalhava como professora na educação em tempo integral, que nós tínhamos muitos casos que nós recebíamos diretamente do conselho tutelar, de violência mesmo. Tivemos até um caso – lembro-me de que me marcou muito –, uma situação em que essas crianças foram abrigadas, em que o pai matou a mãe na frente das crianças. Aquilo me comoveu muito, carreguei aquilo – carrego até hoje isso – e eu posso dizer que nós estamos avançando, sim, com a segurança.

Hoje, nós temos no município o Programa Muralha Digital, e tudo tem contribuído para a nossa educação. Inclusive, nós estamos colocando, estamos fazendo a reformulação da nossa deliberação, da nossa política, e um dos pontos que nós até queríamos colocar e abordar na nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

política seria o atendimento especial para as crianças filhas de mãe solo, as que sofrem violências, porque a gente sabe que isso é um assunto que mexe com a gente.

Eu vou começar aqui a minha apresentação, eu acho que vocês podem passar. Eu vou pular um pouquinho e, só relembrando, eu quero colocar que o Município de São José dos Pinhais, em conformidade com o Plano Nacional de Educação e o plano municipal, tem buscado implementar mesmo a educação em tempo integral, a qual é fundamentada pelo princípio da educação multidimensional, que visa a integrar as dimensões intelectual, física, social, cultural e emocional.

Nós trabalhamos dentro desses eixos com os nossos estudantes, com esporte e lazer, cultura e arte, promoção da saúde; com o aprofundamento da aprendizagem em língua portuguesa e matemática, o qual a gente sempre busca partir da ludicidade. A gente sempre tem trabalhado isso com os nossos professores para que eles não façam da educação integral mais do mesmo, como é feito lá no regular. Então, nós trabalhamos também com direitos humanos, tecnologia da informação, robótica educacional, meio ambiente, musicalização, fanfarra e memória histórica das comunidades tradicionais. E agora, também, nós estamos ampliando para a educação em tempo integral o inglês, que foi retirado do ensino regular e agora está sendo trabalhado na educação em tempo integral. Este ano é o nosso primeiro ano de experiência com o inglês e, assim...

Pode passar o eslaide, por favor?

Eu gostaria de falar só um pouquinho do histórico lá no município. Desde 1994, a única instituição que nós tínhamos no município era o Caic, que atendia alguns alunos de educação em tempo integral. Iniciou lá dentro da escola, porque tínhamos alguns profissionais que não tinham com quem deixar os seus filhos e, na época, o Diretor-Geral se comoveu e acabou arrumando uma sala onde esses profissionais poderiam deixar os seus filhos. A cada dia, um profissional da unidade se revezava para atender essas crianças.

Só que aí, com o passar do tempo, dos anos, o grupo foi crescendo. Começaram a chegar as crianças mais vulneráveis e aí, então, se buscou, junto à Secretaria de Educação, um meio para que pudessem ser atendidas essas crianças. Quando eu entrei, já estavam atendendo esse número, nós atendíamos 80 crianças. Elas ficavam só no período da manhã, no período da tarde iam para o regular. Esses alunos faziam atividades manuais, nós trabalhávamos com teatro, com música. Era totalmente diferente de sala de aula, a gente trabalhava muito com artesanato. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

único momento em que eles tinham em contato com o caderno era o momento da tarefa de casa, que nós fazíamos com eles, porque a gente entendia que, depois de passar nove horas e meia dentro da unidade, chegar em casa e ainda ter que fazer tarefa de casa era muita coisa para eles. Então, era o único momento.

E, assim, foi-se indo. O Caic era muito procurado porque era a única instituição no município que tinha educação em tempo integral.

E aí foi quando, lá em 2021 – se puder passar um pouquinho mais os nossos eslaides, para dar uma apurada no tempo –, veio o Programa Mais Educação. Eu já estava na rede e eu pude acompanhar toda essa trajetória, toda essa mudança, desde lá do Pronaica, quando era o Caic. Aí veio o Programa Mais Educação e o nosso município passou a atender cinco unidades com educação em tempo integral e em cada unidade eram atendidos cem alunos. E foi-se indo.

Em 2021, a gente ampliou: saiu o Programa Novo Mais Educação e o município aderiu, tomou conta dessa educação em tempo integral e passou a custear esses estudantes em período integral. Porém eram dez unidades somente e mudou-se o formato: não era mais para atender alunos vulneráveis, alunos encaminhados por conselho tutelar, era para atender alunos com dificuldade de aprendizagem. E assim ficou até 2023, quando foi implantado o Programa Escola em Tempo Integral.

Com a construção da política, nós pudemos avançar bastante no município. Lá, em 2023, nós conseguimos atender 20 unidades de ensino fundamental, atendendo 1.360 alunos de educação em tempo integral. No ano de 2024, a gente já conseguiu avançar mais porque, na nossa deliberação, foi instituído que o que a gente abria não se fechava mais. Então, daqui para a frente, nós só vamos crescer. Embora a gente saiba que as dificuldades são grandes, são imensas, ano após ano a gente vem crescendo; não como deveria, como teria que crescer, por falta de recursos, mas a gente tem crescido.

Em 2024, nós conseguimos atender 27 unidades de ensino fundamental, totalizando 1.768 estudantes, e também foi criada, no município, uma escola totalmente integral. Nessa escola, todos os alunos que estudam ali ficam em período integral. E também uma escola especial para surdos, que é totalmente integral, também no município.

Em 2025, a gente conseguiu avançar um pouquinho mais, já passamos para 29 unidades, já passamos para 2.130 estudantes atendidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, neste ano de 2026, conseguimos avançar mais um pouco também. Hoje nós temos no município...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SIRLEI CORRÊA DE ALMEIDA – Meu Deus, está acabando tudo!

Então, hoje, no município, nós estamos atendendo 40 unidades de educação infantil com educação em tempo integral, atendendo 1.180 alunos; no ensino fundamental, nós estamos atendendo 2.310 alunos. Temos uma lista de espera bem grande, tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental.

Os fatores que contribuíram para essa expansão da política de educação integral no município foram a política de educação integral, a nossa parceria, o comprometimento com a equipe gestora – porque a gente tem buscado, junto à secretaria, junto às outras secretarias, à prefeitura, esse apoio para o nosso crescimento no município – e, além disso, a gente busca integrar diferentes políticas e programas que nós temos juntamente com o nosso município.

Nós temos uma parceria com a instituição Sicredi, na qual eles fornecem uma assessoria pedagógica e a gente faz acompanhamento nas unidades. E também temos uma parceria com uma instituição filantrópica, que atende também 180 alunos em educação em tempo integral, em parceria com a Secretaria de Educação, a prefeitura, que fornece dois profissionais 40 horas.

Os mecanismos que nós usamos de planejamento para gestão.

A expansão da oferta exige um planejamento cuidadoso. Então, entre as principais estratégias adotadas, a gente faz o mapeamento das unidades com potencial de ampliação através de estatísticas mensais; a gente faz visita *in loco*; o planejamento gradativo, respeitando a capacidade do atendimento da rede; a formação continuada dos gestores, coordenadores – nós temos um articulador de educação em tempo integral em cada unidade de educação integral –; e o monitoramento das matrículas – que nós acompanhamos via *drive* –, que cada unidade compartilha conosco. Então, essas matrículas, a partir do momento que o aluno desiste ou a família tira, a gente já está ali de olho, para que ele seja substituído.

Podemos passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E há os nossos desafios, como cada um colocou aqui hoje. O nosso maior desafio enfrentado hoje é a nossa infraestrutura. Nós precisamos de espaço, é isso que pega na nossa oferta de educação em tempo integral. Hoje a gente já expandiu até onde a gente conseguiu, mas o que mais pega é a falta de espaço. Nós já temos previsão de uma escola integral numa área bem vulnerável, em que nós já temos atendimento, mas, até meados de 2027 para 2028, esperamos que ela já esteja funcionando, porque é do que realmente nós precisamos.

E precisamos de profissionais também. Graças a Deus, no município, nós trabalhamos na educação em tempo integral com profissionais concursados da rede, mas nós ainda temos a dificuldade de profissionais 40 horas, porque o profissional fica 20 e 20, nem todos ficam 40 horas na mesma unidade; e, no horário de almoço – esse horário vago –, nós contamos apenas com estagiários. Então, numa unidade em que nós atendemos, por exemplo, 40 alunos no período da manhã e 40 alunos no período da tarde, no horário de almoço juntam 80, e nós temos um número bem reduzido de estagiários que nos auxiliam nesse horário de almoço. Esse ainda é um desafio bem grande que a gente tenta resolver, essa questão, então é um dos maiores desafios que nós enfrentamos no município atualmente.

E há a questão do transporte também e alimentação escolar. Nós até temos uma unidade na área mais vulnerável do município e nós não fazemos o atendimento na escola, nós fazemos num espaço à parte. Então, nós dependemos de transporte escolar para que peguem esses alunos ali nessa unidade, levem até esse espaço; peguem os alunos que estavam ali, levem de novo para outro espaço. Então, isso ainda tem deixado a desejar, a gente falha bastante nisso, falta bastante investimento ainda aí.

Então, acredito que seja mais ou menos isso. Como cada um colocou, acho que os nossos problemas são praticamente iguais em todo o Brasil, na verdade. E o que a gente espera é que venham mais recursos para nós podermos ampliar cada vez mais e para nós conseguimos atingir a meta. No município, nós conseguimos atingir a meta de 50% em unidades, mas em número de estudantes ainda falta um pouco.

E, no final, se você quiser ir passando, tem umas fotinhas de algumas atividades que nossos alunos realizam – atividades de horta, de pintura –, é bem o desemparedar, bem o fora de sala de aula mesmo, que a gente procura trabalhar com os nossos professores.

Eu acredito que no momento seja isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, quero agradecer, lamentando a senhora não estar aqui, porque a gente podia estar na mesa agora comendo pinhão cozido, que a senhora ia trazer...

A SRA. SIRLEI CORRÊA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Ah, ia mesmo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... a tapioca lá de Roraima, o bolo de rolo de Pernambuco, a cuca de Santa Catarina... E vocês todas à distância!

Professora, parabéns, eu só tenho uma pergunta para lhe fazer: como o município identifica e prioriza territórios e públicos mais vulneráveis na expansão da oferta de tempo integral? Vocês vão fazer isso aberto ou vocês vão realmente priorizar? "Naquela área a gente vai investir mais em tempo integral porque aquela é uma área de mais risco, de mais vulnerabilidade." Como vocês vão fazer a identificação e a priorização?

A SRA. SIRLEI CORRÊA DE ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Nós vamos realmente fazer a priorização das áreas mais vulneráveis, esse é o nosso primeiro critério para ingresso na educação em tempo integral, nas unidades que não são totalmente integrais. A gente tem que ter critérios para conseguir atender, ser mais justa no atendimento. E, para a construção dessas unidades, a gente está priorizando mesmo as áreas mais vulneráveis. Inclusive, essa unidade que vai ser construída – já está em andamento, em construção – é na área mais vulnerável do município.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Professora, aqui eu vou dar uma sugestão para a Aline e acho que eu posso falar isto para a Silvania também, não sei se ainda consigo falar com Roraima e Pernambuco nessa direção, mas para a Undime sim: eu acho que a gente poderia pensar em discutir, ao longo dessa avaliação, a parceria público-privada, certo?

Eu vejo aí, Silvania, as grandes empresas de Santa Catarina. Como é que a gente poderia trabalhar a mudança da legislação da parceria público-privada no investimento na infraestrutura? Eu vejo São José dos Pinhais, uma cidade rica – a gente sabe que é rica –, uma cidade extraordinária, todo mundo que vai ao Paraná tem que passar por sua cidade, tem que descer no aeroporto aí. Como essas grandes empresas poderiam colaborar? Que incentivos nós poderíamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dar para essas grandes empresas que vocês têm virem para o programa da iniciativa público-privada, o PPI, especialmente de investimento na educação integral?

Eu acho que dá para a gente conversar, inclusive, em nível de Governo Federal, sabe, Aline? Há tantas empresas querendo vir para o Brasil... Qual é a sua contrapartida? "A educação em tempo integral em tal cidade, as escolas de tempo integral em cada cidade." Talvez a gente possa começar a buscar alternativas, não somente no Orçamento da União, mas também alternativas criativas.

Você mostrou, Sirlei, a parceria com uma instituição, é uma instituição que está ajudando vocês, atendendo 180 alunos. Eu não sei se está na hora de a gente bater na porta de algumas igrejas também. Eu sou pastora, então eu tenho legitimidade para falar; vocês não podem, mas eu posso brigar com a igreja, eu posso. Há igrejas gigantes, por exemplo, com 40 salas de aula, que só abrem no domingo de manhã, para uma aulinha de 40 minutos numa escola dominical. Esses templos e esses equipamentos fechados a semana inteira, Sirlei, Deigla – fechados a semana inteira –, igrejas isentas de impostos, cada vez com o patrimônio maior... Desculpa, eu posso falar, tá? Vocês não; eu posso, eu ainda tenho imunidade parlamentar.

Por que essas parcerias, essas contrapartidas também não serem colocadas na mesa aqui? Queremos educação integral para os nossos alunos, mas essa atividade extra não pode ser feita na quadra de esporte da igreja ali da esquina? As outras instituições não podem vir também? Então, talvez a gente trabalhe o nosso relatório de avaliação, Aline, fazendo algumas indicações nesse sentido. Por que tem que ser só o Estado o responsável por tudo isso? É obrigação do Estado, da família e da sociedade cuidar das crianças. Então, vamos trazer a sociedade para discutir a escola em tempo integral também, vamos trazer os empresários.

Sim, Sirlei, vou te dar a palavra. E aí eu já vou direto para a nossa última palestrante.

Vai, Sirlei. (*Pausa.*)

Abre o seu microfone, Sirlei.

Pronto.

A SRA. SIRLEI CORRÊA DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, nós, no nosso plano que nós estamos construindo aqui, de expansão, já temos mapeado para buscar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

essas parcerias em igrejas mesmo, para buscar salas para que a gente possa estar ampliando o nosso atendimento da educação integral.

E, quanto às contrapartidas, nós já temos também algo que vai ser construído, em contrapartida, com uma empresa que veio agora aqui para o Município de São José, um Cemei para nós. E a escola em tempo integral que nós temos aqui foi também reformada e ampliada como contrapartida de um condomínio que tinha próximo à unidade – era muito pequena a escola e foi em contrapartida com eles. Por isso, nós conseguimos ampliar e fazer essa escola em tempo integral.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Compartilha com a gente depois essa experiência. Eu vou aí, tá? Eu vou dar uma passadinha aí para te conhecer, para a gente ver a tua experiência, conhecer a escola.

Obrigada, viu? Muito obrigada.

Agora a gente sai lá do friozinho do Paraná e nós vamos lá para o calor de Roraima.

Deigla Cavalcante, seja bem-vinda, obrigada por estar conosco. A Deigla Cavalcante foi convidada para esta audiência pública porque é a Gerente de Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista.

Estamos ansiosas para ouvi-la, Deigla. Obrigada por estar com a gente nesta audiência.

A SRA. DEIGLA CASSIA DE OLIVEIRA CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Eu sou Deigla, sou técnica da Secretaria de Boa Vista, no extremo norte, no calorzinho daqui. Só para ressaltar que aqui é paçoca, carne seca, que não é açaí, não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Paçoca! Aí você deixa a gente mais triste ainda. Gente, é paçoca mesmo.

A SRA. DEIGLA CASSIA DE OLIVEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – É a maior paçoca reconhecida.

Eu estou aqui ao lado da Superintendente de Educação Básica, a Angelita, que vai celebrar com a gente este momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vou pedir aqui para compartilhar só a nossa apresentação, para dar um panorama da rede. Vocês estão conseguindo visualizar? Está aí?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos.

A SRA. DEIGLA CASSIA DE OLIVEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está linda, inclusive.

A SRA. DEIGLA CASSIA DE OLIVEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Pronto. Vou deixar um pouquinho assim para ficar melhor.

Então, nós somos a capital reconhecida, aqui no extremo norte, como a capital da primeira infância. Boa Vista celebrou a Escola em Tempo Integral, em 2024. Nós pactuamos 1.530 matrículas, a princípio.

Pensando nessa perspectiva, o nosso dirigente municipal no período, o secretário, no período, analisou de que forma a gente poderia atender esse programa tão robusto, essa meta tão robusta em que a gente precisa realmente avançar a cada ano. Então, a gente pensou na etapa da creche, que é o nosso carro-chefe, vamos dizer assim, aqui na capital.

Contextualizando um pouquinho a nossa cidade, a nossa capital, nós ficamos bem no extremo norte do país e possuímos 485 mil habitantes. Nós temos aproximadamente, só na capital, 60% da população, que é boa-vistense. Esse cenário aí faz parte da nossa capital.

Esse eslaide aqui é de um pouquinho da nossa matrícula, já referente agora ao mês de março de 2026.

Vou tentar, aqui, fazer uma apresentação falando especificamente da escola em tempo integral e esse é o nosso panorama. Nós temos 54 matrículas. E atendemos o ano todo. A nossa matrícula... O nosso diferencial, aqui no município, é que a matrícula não tem um período em que fecha. É o ano todo fazendo essa matrícula, principalmente por uma questão migratória, que afeta todo o país. Tem a questão da interiorização, mas a gente sabe que a porta de entrada é aqui em Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos só de imigrantes 17%, quase 18%, desse alunado. Temos também os indígenas Warao, que são os venezuelanos, também na mesma proporção de 17%. Isso traz um impacto bem grandioso na nossa rede. Temos os alunos com NEE, os indígenas do campo. Nós temos também essa representação fortíssima no nosso estado, que são as escolas indígenas do campo. Nós temos 12 escolas indígenas e cinco escolas do campo, que alcançam 4%, e nós temos a nossa EJA, escolas de jovens adultos e idosos, que não chega a ser nem 1%. Então, pensando nessa perspectiva, a gente está atendendo em número de creches dentro da etapa.

Em Boa Vista, a gente tem uma composição de 145 unidades. Com esse programa, a gente contemplou, a princípio, 37 escolas; no ano passado, foram inauguradas mais quatro escolas. Dentro do percentual dos nossos alunos, nós tivemos um crescimento de quase 91% em cima das matrículas. Fazendo um comparativo do total de alunos matriculados com hoje, só com a etapa de creche, a gente chegou a 91% de expansão de matrícula. O crescimento foi bem conceitual. Claro que a gente tem a nossa... Nós tivemos a nossa portaria para instituir o ETI (Escola em Tempo Integral). Nós colocamos lá, como meta, 10% a cada ano. Então, a gente teve 91% de atendimento com esses alunos de creche.

Ainda neste ano, nós temos uma matrícula na escola rural, que é a José David, é uma escola de ensino fundamental. A gente começou na etapa de educação infantil em creche, mas a gente, este ano, já fez. Nós temos as matrículas de tempo integral para uma escola do campo, na área rural, atendendo à sua especificidade, e a gente está com uma perspectiva ainda de crescimento maior.

Então, assim, no geral do total de matrículas da nossa rede, pelo número de matrículas, de acordo com a meta nacional, a gente consegue finalizar o ano com 10%. No momento, nós temos 9%, mas a gente sabe que agora, no segundo semestre, para esse novo momento, vai ter esse novo atendimento.

Então, aqui é a nossa estrutura de professores e apoio de escola no geral. A gente tem aqui 7.649 servidores, distribuídos nessas 145 escolas. A gente mobiliza, quando não oferta as formações no âmbito geral. Posso falar, enquanto gerência, que a gente faz acompanhamento de 42 programas, entre programas federais e os parceiros. Como a colega citou aí o Sicredi, ele é também um parceiro aqui na nossa rede, ele trabalha a questão da educação financeira; nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

temos o Sebrae, que é a educação empreendedora. Então, a gente tem esses parceiros também e a gerência faz esse acompanhamento.

Aqui vem a questão das formações. A gente celebra também a formação, a atualização dos nossos professores. A gente tem a valorização dentro da nossa rede, que é o nosso Prêmio Gestão, começa lá. Então, a gente vem fortalecendo a rede em questão de fortalecimento de acordo com as políticas públicas. Neste momento, inclusive, a gente está no processo de... Nós tivemos que fazer a revisão da nossa proposta curricular. A gente já está aguardando parecer do conselho municipal, já atendendo a essas novas políticas, a essa nova gestão para esse público mesmo, que é a equidade, que é a educação midiática, é escola em tempo integral. Então, a gente precisou... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, está nos ouvindo? Caiu?

Oh, ela ficou *online* o tempo todo. Que pena, né? Deveríamos ter passado logo a palavra para ela. Lá a internet realmente oscila.

Vamos fazer o seguinte, nós vamos nos encaminhar para o final da nossa audiência, e aqui a gente devolve a palavra, por dois minutos, para todos os convidados, para agradecimentos e considerações finais.

Eu já vou começar a devolver, se a professora voltar *online* a gente termina de ouvir a exposição dela. Então, por ordem de fala, Profa. Aline, dois minutos para considerações finais. Antes disso, professora, enquanto a gente estava fazendo a reunião, estavam chegando perguntas e comentários pela internet.

Geovane, de Santa Catarina, perguntou o seguinte: "Quando se fala em tempo integral, é somente o estudante em sala de aula? Ou terá outras atividades complementares?". Acho que isso já ficou claro, que são outras atividades.

Márcia, do Acre: "Os alunos têm liberdade para escolher que atividades podem realizar no contraturno? O conteúdo inclui ensino de inovação tecnológica?". Foi o que falamos, Silvania, é uma escola atrativa, né?

Marcos, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Se a Lei 14.640 avalia o ensino integral, por que excluir o *homeschooling*, que já é integral e entrega resultados muito superiores?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cézar, do Pará, fez o seguinte comentário: "Tempo integral só faz sentido com formação profissional: técnicos no fundamental e médio preparando jovens para o trabalho e o futuro".

Marcela, de São Paulo, perguntou: "Como a gestão pública avalia os impactos da escola integral para além da carga horária, das notas e da frequência escolar?". Eu creio que a maioria dessas perguntas já foram sendo respondidas diante das exposições.

Lucas, de Goiás: "Quais as medidas ou ações que estão sendo feitas para 'integrar' a família nos processos de ensino e aprendizagem em escolas de tempo integral?".

Fernanda, de Goiás: "Qual será o método de avaliação das escolas sobre a efetividade do ensino e como isso pode ser usado na hora de repassar recurso financeiro?".

Cristiane, do Distrito Federal: "Como o currículo integrado vai superar a mera sobreposição de turnos e oficinas desconectadas?".

Cássia, do Distrito Federal, faz o seguinte comentário, não é pergunta: "Apoio o fortalecimento da escola em tempo integral por entender que ela amplia as oportunidades de aprendizagem [e reduz a] evasão".

E Raquel, de Minas Gerais, diz o seguinte: "A escola em tempo integral pode ser uma grande oportunidade para ampliar a aprendizagem, porém é essencial garantir estrutura adequada".

Vocês viram que foram perguntas e comentários do Brasil inteiro, mesmo sendo uma audiência pública de uma avaliação, é uma audiência pública mais técnica, mais grupo de trabalho mesmo, e mesmo assim a sociedade está participando, o tema interessa ao Brasil, não é Profa. Aline? Todo mundo quer falar sobre o tema.

Dois a três minutos, professora, para considerações finais, se quiser responder alguma pergunta, e agradecimentos.

A SRA. ALINE ZERO SOARES (Para expor.) – Obrigada, Senadora Damares.

Agradeço a todas as pessoas que perguntaram, que comentaram. Como você disse, muitas já foram endereçadas ao longo desta jornada aqui de hoje à tarde, mas acho que vale a gente, neste momento, tanto celebrar os avanços que essa agenda da educação integral, em tempo integral, teve, com o Brasil chegando aqui ao seu maior percentual de estudantes em tempo integral da sua história, a gente, neste ano, bateu essa meta do Plano Nacional de Educação, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

25,8% de estudantes, ao mesmo tempo em que a gente avança também na qualificação dessa educação, sem desconsiderar os muitos avanços, os muitos desafios, na verdade, que ela ainda representa.

Então, nós temos desafios de todas as naturezas, como foram mencionados: financeiros, foram ressaltados aqui desafios relacionados à contratação dos profissionais, desafios relacionados a esse aumento da jornada dos professores; e da própria concepção de educação, pensando no currículo, nessa necessidade de integrar o currículo, integrar essas atividades diversificadas. Mas os resultados já têm mostrado também o potencial que a gente tem para transformar vidas, para transformar o interesse dos estudantes por essa escola.

Ontem, a gente estava celebrando, no Ministério da Educação, um ano da lei que restringiu o uso de celular nas escolas, e uma das falas da nossa secretária de educação básica foi exatamente enaltecer o potencial desse fazer educacional por meio, também, das tecnologias. Então, a gente tem o tempo a mais na escola como esse potencial para a gente tornar a escola mais atrativa, para a gente formar cidadãos, cidadãs e ampliar, realmente, os direitos de acesso a todos os tipos de aprendizagem, seja nas suas dimensões cognitivas, físicas, sociais, culturais, artísticas.

Então, é importante que a gente celebre esse avanço e que realmente esteja na pauta, neste ano eleitoral, Senadora, como você mesma comentou; que a sociedade continue acompanhando o quanto esse tema está presente ou não nas agendas dos próximos anos, nesse contexto eleitoral.

Como Ministério da Educação, agradeço o convite. Agradeço às demais colegas, que trouxeram informações tão valiosas, e a gente continua à disposição lá no Ministério da Educação para esses diálogos e para o fortalecimento dessa agenda tão valiosa para o país.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A gente agora devolve a palavra à Deigla, porque ela já faz o final da apresentação dela e também as considerações finais. Está bom, Deigla?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DEIGLA CASSIA DE OLIVEIRA CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pronto, voltei.

A internet é uma situação, é um desafio aqui a nossa internet, mas, enfim, só para... Acho que vale ressaltar que nós pactuamos, inicialmente, 1.530 matrículas, e hoje nós temos 4.777 matrículas. Então, a gente sabe que nós temos muitos desafios ainda, temos muito a crescer, a colaborar nessa perspectiva para alcançar a meta, e a gente precisa fazer esses ajustes do currículo, da formação do professor, a questão estrutural, fazer as parcerias, para dar esse atendimento, realmente, que preconiza a lei e os direitos dos nossos alunos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Deigla, só uma pergunta para a gente encerrar a sua participação: na questão dos estudantes imigrantes; vocês têm a realidade indígena e a realidade dos imigrantes, né?

Eu sei que você está em Boa Vista, acho que o grande problema, o maior problema seria lá em Pacaraima; mas como vocês têm feito, já que é uma população flutuante? Nem todos os imigrantes que entram na cidade ficam, eles estão passando, mas às vezes essa passagem é de oito meses, dez meses, um ano. Como vocês estão lidando com a educação em tempo integral a esse público específico que são os imigrantes?

A SRA. DEIGLA CASSIA DE OLIVEIRA CAVALCANTE (*Por videoconferência*.) – Sim.

Eu convido aqui a nossa superintendente, Angelita Schmitz, para ela estar falando desse ponto, desse processo das matrículas flutuantes, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

A SRA. ANGELITA SCHMITZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde, tudo bem?

Eu achei tão importante essa fala sobre a migração, porque realmente é uma realidade dentro do Município de Boa Vista.

A gente atende hoje nas creches os nossos alunos venezuelanos, e a gente tem, em média, de 80 a 90 alunos matriculados em tempo integral. Aqui a gente não distingue matrícula. Todos os alunos que estão na creche, que estão naquela escola que foi contemplada com o tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

integral, vão participar. Então, não tem oferta para A ou para B, a oferta é para todos que estão matriculados naquela escola e naquela etapa de atendimento.

Realmente é uma dificuldade muito grande para os municípios que atendem aos migrantes. Não pela capacidade deles, porque a gente atende com todo o coração porque são estudantes, e todo estudante merece o melhor atendimento possível de qualquer rede que o receba, então a gente tenta manter a equidade e a qualidade para todos. Mas, realmente, é dificultoso porque, quando a gente começa com a matrícula... Na creche, a gente fica com o aluno mais tempo, mas no fundamental ela é bem flutuante. A gente começa com uma turma de 1º e 2º anos com 30 alunos – do lado de abrigos que a gente tem aqui e que recebem os imigrantes – e termina com outra turma, no final do ano, com 30 alunos.

Então, nesse processo de alfabetização é bem complicada essa questão, porque a gente alfabetiza e manda para Santa Catarina. Santa Catarina está recebendo os nossos alunos *tops,* e a gente está recebendo novos alunos para formar e para mandar para Santa Catarina, porque o maior público nosso vai para lá. Eu sou daí de Santa Catarina e estou aqui em Boa Vista. A gente atende, mas tem muita, muita, dificuldade.

Aproveitando que o MEC está bem aí do ladinho... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aproveite, peça tudo para a Profa. Aline.

A SRA. ANGELITA SCHMITZ (*Por videoconferência.*) – Vou aproveitar que o MEC está aí do ladinho.

A gente precisa... A gente está sentando com o estado e com os outros municípios pensando nessa política dos resultados do Saeb, do Inep. O que acontece? Temos essa demanda de 17% da rede que é flutuante – muitos desses alunos participam dessa avaliação –, a gente recebe alunos o ano todo. Há matrícula o ano todo, a gente não fecha a matrícula por períodos, a gente recebe alunos o ano todo. Por determinação da legislação, esse aluno que a gente recebe depois de três meses, de quatro meses de aula, já entra reprovado. É o que a gente chama de uma matrícula condicional, que deve acontecer lá em Santa Catarina também se ele não participou de nenhuma rede antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a gente é pior, porque a gente recebe direto. Sem nenhuma documentação, esse aluno entra reprovado na rede e aumenta o nosso índice no nosso fluxo de reprovação e diminui o resultado da rede. Uma rede que consegue atingir um Ideb de 6.4, 6.5, baixa para 5.7, porque tem o fluxo da migração que baixa o nosso resultado, porque o aluno já entra com essa condição.

Então, isso é o que impacta de verdade, não é o atendimento, porque o atendimento Boa Vista faz com excelência e oferece tudo o que tem de melhor para esses estudantes, para que consigam atingir, dentro dos seus anos de séries, aquilo que é ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANGELITA SCHMITZ (*Por videoconferência.*) – Aí eles passam pelos processos e também fazem a avaliação chegando ainda no censo ativo, mas chegam para nós em abril, em maio, em junho, julho, e, como ele estão no final do ano aqui, acabam fazendo a prova também, sem terem passado por todo o processo de atendimento que a rede faz. Então, hoje, o que mais impacta mesmo é isso.

Em relação à educação de tempo integral, a gente tem, sim, proporcionado a todos eles – tanto imigrantes, indígenas quanto os próprios roraimenses e boa-vistenses – a mesma qualidade de ensino para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professora, eu só tenho que parabenizar vocês. São dificuldades, necessidades e especificidades que precisam ser consideradas.

Que o MEC realmente considere isso na hora de avaliar, porque, assim como o meu Governador Jorginho pode perder prêmio porque os meninos não querem ficar, o Governador Arthur tem que ser premiado também, o seu Prefeito tem que ser premiado também, porque vocês têm as especificidades. E é exatamente isto: o estudante imigrante chega sem falar a língua, no meio do ano, como é que fica tudo isso? E é uma população flutuante: uma escola pode ter 70 alunos hoje, mas, como todos eles, conseguiram ser interiorizados – Santa Catarina levou todo mundo embora –, amanhã essa escola tem 10, então como lidar com isso? Como lidar com esse profissional? O professor chegar numa sala de aula e não ter mais nenhum aluno, só ter dez na escola inteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então eu realmente fico aqui muito preocupada, porque eu vou tomar decisões para vocês, eu vou fazer a indicação do orçamento para vocês, e como fazer essa decisão que atenda você, atenda Santa Catarina, atenda o Paraná, atenda Pernambuco.

Bem difícil, mas olha, a sua participação agora no finalzinho foi assim, *show*, não foi?

O MEC quer responder?

Vamos aproveitar, gente. Vamos aproveitar. Peça tudo para o MEC, que ela é boazinha, está aqui do meu lado...

A SRA. ALINE ZERO SOARES (Para expor.) – Eu que agradeço a palavra, Senadora, e a questão trazida pelas colegas de Boa Vista.

Realmente são questões que nos fazem pensar o papel até da avaliação. A avaliação não pode ser um instrumento de desincentivo para as redes atenderem toda a diversidade de público que têm que atender, incluindo, no caso, estudantes migrantes. E acho que isso é muito alinhado com a perspectiva da educação integral, que promove a ideia de que os sujeitos não têm só que ser olhados e de que as aprendizagens não têm que ser só olhadas do ponto de vista cognitivo, mas do ponto de vista de outras aprendizagens também.

Então, nós mesmos lá, na nossa área técnica, a gente tem uma série de materiais que orientam sobre como as escolas precisam começar, e as redes podem começar a construir novas formas de olhar as aprendizagens e novas aprendizagens relacionadas a esse desenvolvimento integral. Então, se o estudante imigrante aprende a língua, por exemplo, aprende o português nesse processo, ele pode não ir tão bem no Ideb, mas ele vai ter aprendido uma língua nova, então, isso precisa ser considerado, entre outras habilidades e competências relacionadas a esse desenvolvimento integral.

Entendo que esse pleito de vocês está muito alinhado com essa perspectiva da educação integral, acho que, cada vez mais, a gente tem que estreitar o diálogo com as áreas de avaliação – seja do MEC, dos estados, dos municípios –, para a gente ir construindo essa nova perspectiva também de olhar os resultados educacionais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Professoras de Roraima, vocês me devem uma paçoca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALINE ZERO SOARES – Gente, está dando fome mesmo esta mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, meninas.

Vamos agora para considerações finais, agradecimentos.

Silvania de Queiroz, lá de Santa Catarina, Coordenadora da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

A SRA. SILVANIA DE QUEIROZ PFLUCK (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero começar agradecendo a oportunidade de falar um pouco sobre o contexto de Santa Catarina, quero dizer que foi muito bom ouvir as colegas apresentar.

A rede estadual hoje, em Santa Catarina, se não me engano, está com cerca de 18 mil estudantes migrantes, a gente chama migrantes ou refugiados, muitos vindos de vocês. A gente também trabalha para garantir o acesso de todos e a gente sabe que tem muitas questões, até seria bom a gente conversar com mais tempo, porque a legislação não atende à necessidade, quando se trata do aluno migrante e quando se trata de educação em tempo integral.

Então, são sempre muito bons esses momentos de diálogo para pensar junto, para construir junto. Destaco essa questão da importância de pensar a educação integral como um fazer coletivo e complexo, então a gente agradece.

A gente tem trabalhado muito, Senadora Damares, para que o nosso Governador não perca pontos e não seja punido. A meta é ampliar significativamente a oferta de educação integral aqui em Santa Catarina, e tenho certeza de que, com a política, a gente vai conseguir, daqui a um tempinho, daqui a uns anos, alcançar a nossa meta dos planos estadual e nacional.

Agradeço também à Aline pelo apoio, ela está sempre nos orientando, nos apoiando enquanto Renapeti, enquanto Ministério da Educação.

E deixo um abraço a todas as colegas. Estou com inveja aí de quem está com calor, porque eu estou com frio. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Profa. Silvania. Foi uma alegria tê-la conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora, para considerações finais, agradecimento ou responder a alguma pergunta, Andreika Amarante, Presidente da Undime.

É só abrir o microfone, Andreika.

Pronto.

A SRA. ANDREIKA ASSEKER AMARANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – "Bora"!

Boa tarde, novamente.

Queria só deixar um agradecimento à Senadora Damares, pelo convite, por este momento importante de avaliação da política. É sempre muito importante a gente avaliar a política no seu percurso e ouvir os municípios. Quero ressaltar a importância do MEC, da rede Renapeti nesse apoio técnico de documento, de formação, de toda a parte de estruturação das políticas nos municípios – sem o MEC, sem a rede Renapeti, volto a dizer, a gente não conseguiria ter avançado tanto.

Quero deixar aqui, ressaltar a importância de se pensar formas de financiamento, não só utilizando o Fundeb, mas trazendo outras formas de financiamento e de apoio técnico – quem sabe, usando o PAC, o PAR e outras formas de financiamento que possam ajudar as redes de menor aporte, de menor capacidade de investimento nas suas escolas, na educação, na sua arrecadação própria. Acho que é importante pensar essas diferentes formas; sem isso, a gente não vai conseguir avançar. Eu sei que não é o único fator, mas é um fator predominante muito importante para que a gente avance.

E quer deixar aqui, ressaltar ainda mais que a maior parte das matrículas em nível nacional está nos municípios, porque, na educação básica, o maior bolo de matrículas fica a cargo dos municípios. Então, a maior responsabilidade, a maior demanda financeira, a maior rede para estruturar a política de educação integral está na ponta, nos municípios. Então, olhar para eles de uma forma carinhosa, de uma forma específica, com as suas dificuldades, com as suas especificidades, olhando municípios – principalmente de pequeno porte e grande porte –, com as suas diversidades e as suas características, acho que é extremamente importante para se pensar e se conseguir avançar ainda mais na educação em tempo integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero deixar aqui o abraço da Undime e dizer que estamos à disposição para discutir, para analisar; para mobilizar as redes municipais, como sempre; para apoiar, porque a nossa missão é esta: educação pública com equidade e qualidade social.

Obrigada ao Senado, a todos da equipe da Comissão de Educação e obrigada ao MEC e a todos que fizeram parte desta audiência com as suas experiências, acho que foi muito rica.

Então, boa tarde para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Andreika, obrigada por ter gastado esse tempo conosco.

A gente quer realmente isto: educação integral de verdade acontecendo, porque era um sonho do Brasil, era um sonho de todo brasileiro. Então, a gente agora quer ajudar, o Legislativo está aqui para ajudar.

E a gente encerra agora ouvindo a Sirlei Corrêa de Almeida, lá do Município de São José dos Pinhais, para agradecimentos e considerações finais.

Sirlei...

A SRA. SIRLEI CORRÊA DE ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ai, ai, que tarde maravilhosa, não é?

Eu quero agradecer a oportunidade de poder participar desta audiência pública e dizer que foi um espaço muito importante de escuta, de construção coletiva.

Que as contribuições compartilhadas hoje venham fortalecer as políticas públicas e nos ajudem a construir uma educação cada vez mais inclusiva, mais equitativa, de qualidade. A gente segue com a certeza de que o diálogo entre município, estado e Governo Federal é o caminho para transformar as boas ideias em ações concretas.

Que possamos continuar trabalhando juntos pela nossa educação em tempo integral e por mais momentos como este.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom, assim a gente chega ao final da nossa audiência, cumprindo a finalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui, sabem... A gente está no computador, a gente está acompanhando vocês aqui. Vocês aparecem no telão, mas eu e a Aline temos a imagem. Como está linda essa mesa, não é, Aline? Mulheres guerreiras, incríveis, mulheres poderosas.

Obrigada. Obrigada, professoras, por terem separado esse tempo para nos ajudar, para ajudar a Comissão de Educação do Senado a ajudá-las, porque é aqui que a decisão acontece, é aqui que o orçamento é construído.

Então, em nome da Presidente da Comissão de Educação, nossa querida Senadora Teresa Leitão, em nome de todos os membros da Comissão de Educação e dos nossos técnicos da Secretaria, eu quero agradecer ao MEC e agradecer a todas vocês que vieram aqui para participar desta reunião de avaliação. Assim que o nosso relatório for construído, a gente vai encaminhá-lo, mas à medida que a gente for precisando de informações, a Secretaria da Comissão fará contato por *e-mail*, por telefone. Desde já eu agradeço.

Cumprida a finalidade desta audiência pública e agradecendo à Secretaria, eu declaro encerrada a nossa reunião.

Mas, olha, não vou ficar sem cuca, sem paçoca. Como é que é? Pinhão. O que mais? Bolo de rolo. Vou visitá-las, vou visitá-las.

Que Deus as abençoe!

E obrigada pela participação.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Flávio Arns, Izalci Lucas e Romário. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Camilo Santana, Laércio Oliveira, Damares Alves e Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 36/2026 - CE, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater a alimentação escolar, a assistência estudantil e o orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Participantes:** Magnífico Reitor Júlio Xandro Heck, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Magnífica Reitora Veruska Machado, Vice-presidente de Relações Institucionais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação- Setec/MEC; Sr. Ray Silva, Coordenador-geral da Federação Nacional de Estudantes de Ensino Técnico (FENET); Sr. Paulo Viana, Diretor de Relações Institucionais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); e Sra. Letícia Holanda, Diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/06

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de julho de 2026.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater a alimentação escolar, a assistência estudantil e o orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em atenção ao Requerimento nº 35, de 2026, de nossa autoria.

Eu nunca atraso, viu? Eu sou muito pontual. Eu só cheguei agora porque tive que usar a tribuna primeiro, por 25 minutos, e eu o fiz, com muita consciência. Falei do fim da escala 6x1, que nós defendemos a 5x2.

Também falei da situação da Venezuela, quase 4 mil mortos, milhares de pessoas que perderam as casas, e outros tantos feridos, pelas informações que eu relatei lá da tribuna.

Falei também da solidariedade nacional e internacional. Eu disse que no Rio Grande do Sul eu tenho o Centro de Integração Paulo Paim, que não é uma ONG, é um espaço público que eu tenho lá para atender os mais necessitados: os refugiados, os vulneráveis, pessoas que não têm aonde ir.

Lá a gente não abriga ninguém, a gente passa informações. Eles chegam lá, a ONU é que dá alimentação a eles. Quando eles não têm almoço nem café, eles dão.

A partir daí, eles são orientados sobre onde tem emprego, onde é o tratamento hospitalar, enfim. Lá se tornou, agora, um centro de acolher doações, que estão vindo de todo o estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como fica perto de Porto Alegre, perto do aeroporto também... Então, vem de todas as cidades: vem de Gramado, vem de Canela, vem de Caxias do Sul, principalmente daquela região, e eu sou daquela região ali, né? Vem de tudo quanto é lugar: São Leopoldo, Novo Hamburgo, chegam caminhões lá de doação, e ali os voluntários recebem, colocam dentro do espaço que eu tenho, na parte de baixo – são três andares –, e está lotado lá. Daí os caminhões vêm, patrocinados pela ONU, e levam, então, para os aeroportos de Porto Alegre, de Santa Catarina e do Paraná.

Vamos lá. Enfim, vamos para a nossa reunião.

Convido para tomar lugar na mesa os seguintes convidados:

- Magnífico Reitor Júlio Xandro Heck, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – vamos lá, então; (*Palmas.*)

O SR. JÚLIO XANDRO HECK (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está aqui já.

Estamos juntos, Júlio.

- Magnífica Reitora Veruska Machado, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); (*Palmas.*)

- Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) – seja bem-vindo, a senhora também, que não a cumprimentei; (*Palmas.*)

- Coordenador-Geral da Federação Nacional de Estudantes de Ensino Técnico (Fenet), Sr. Ray Silva – seja bem-vindo; (*Palmas.*)

- Sr. Paulo Viana, Diretor de Relações Institucionais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); (*Palmas.*)

Participa de forma remota: Sra. Letícia Holanda, Diretora de Relações Institucionais da União Nacional de Estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Cada convidado terá o tempo de dez minutos.

Eu farei agora, em nome da Presidência do Senado, uma abertura oficial.

Ao declarar aberta esta audiência pública da Comissão de Educação, destinada a discutir alimentação escolar, assistência estudantil e orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, quero saudar os estudantes, professores, reitores, dirigentes, pesquisadores, representantes da entidade, de entidades da educação, do movimento estudantil e todos aqueles que dedicam suas vidas à construção de uma educação pública de qualidade. Estamos falando de muito mais do que números, planilhas ou dotações orçamentárias; estamos falando de sonhos, estamos falando de oportunidades, estamos falando de vidas, quando discutimos alimentação escolar, assistência estudantil e financiamento da Rede Federal. Não estamos debatendo apenas políticas públicas, estamos debatendo o futuro da nossa gente, do nosso país.

Uma nação não se constrói apenas com estradas, máquinas ou fábricas. Constrói-se, antes de tudo, formando pessoas, educando crianças, jovens e trabalhadores; produzindo conhecimento, despertando talentos, abrindo porta para quem nasceu sem privilégios – que é o papel dos senhores e o fazem com muita competência. Eu costumo dizer que ninguém escolhe o lugar onde nasce, mas uma sociedade justa deve garantir que todos possam escolher o lugar aonde querem chegar. Foi exatamente isso que aconteceu comigo. Ainda menino, aos 12 anos, tive a oportunidade que mudaria completamente o rumo de minha existência. Passei no Senai. Ali aprendi um curso técnico, uma profissão, aprendi disciplina; ali aprendi a importância da solidariedade; ali eu dei os primeiros passos para deixar de ser vendedor de frutas e ser um profissional que me trouxe aqui.

Aprendi que o conhecimento dignifica o ser humano. Aprendi que o trabalho, quando acompanhado da educação, é direito. Ele transforma destinos. Foi naquela escola que me tornei metalúrgico: escola Senai Nilo Peçanha. Depois de estar lá, por alguns anos, eu descobri que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

primeiro Presidente negro do país foi Nilo Peçanha. Enfim, foi ali que começou uma caminhada que me levou ao movimento sindical, à Assembleia Constituinte, à Câmara e ao Senado da República, onde eu completo 40 anos – e está na hora de voltar para casa; voltarei em dezembro.

Os direitos humanos, os trabalhadores aposentados, as pessoas com deficiência, a igualdade racial, os povos indígenas, a juventude e tantos outros segmentos da sociedade brasileira... É porque um dia alguém acreditou que nós podemos estar onde quisermos estar.

Por isso, quando defendo a educação profissional, não falo apenas como Senador, falo como alguém cuja vida foi profundamente transformada por ela. Cada estudante que ingressa em um instituto federal, em um Cefet, em uma escola técnica ou mesmo numa unidade do Sistema S carrega consigo uma história que ainda está sendo escrita. Ali pode estar uma futura engenheira, um pesquisador, uma cientista, um técnico informático, uma enfermeira, um agricultor, um doutor, um empreendedor, um professor ou simplesmente um jovem que sonha em oferecer uma vida melhor para a família.

É por isso que nenhuma política de assistência estudantil pode ser vista como gasto: quem sente fome não consegue aprender; quem não tem recursos para o transporte abandona a escola; quem não encontra condições mínimas de permanência vê seus sonhos interrompidos antes mesmo de começar. Alimentação escolar não é um benefício, é um direito. Assistência estudantil não é um privilégio, é um instrumento de justiça social. É a ponte que liga o acesso à permanência e a permanência à conclusão dos estudos.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica representa uma das maiores conquistas da educação pública brasileira – terminando. Ela está presente nos grandes centros urbanos e também no interior deste país continental. Chega aonde, durante muito tempo, o Estado esteve ausente. Leva conhecimento para as regiões antes esquecidas, produz ciência, desenvolve tecnologia, estimula inovação, fortalece os arranjos produtivos locais, forma cidadãos comprometidos com a liberdade, com a democracia, com a sustentabilidade e com a transformação social.

Nenhum país alcançou o desenvolvimento duradouro sem investir pesadamente em educação. Alemanha, Coreia do Sul, Japão, Canadá – só como exemplo –, todos compreenderam que riqueza verdadeira nasce da inteligência do seu povo, da educação. O Brasil também precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fazer essa escolha cada vez mais; já está fazendo. Fizemos muito, como eu digo, mas temos muito por fazer.

Precisamos acreditar que o maior patrimônio de uma nação não está escondido em seu subsolo, nem apenas em suas riquezas naturais. O maior patrimônio de um país caminha pelas ruas, está na sala de aula, nos laboratórios, nas bibliotecas, nas oficinas, nos jovens que estudam durante o dia e trabalham à noite, nas meninas e nos meninos que enfrentam longas distâncias para não abandonar seus estudos, nos professores que insistem em ensinar mesmo diante das dificuldades.

Nós servidores, mesmo que façamos a nossa parte aqui no Congresso, temos que fazer muito mais. Quando investimos em educação, estamos dizendo que acreditamos nas pessoas. Quando fortalecemos a assistência estudantil, estamos afirmando que ninguém deve ficar para trás. Quando garantimos a alimentação escolar, estamos protegendo a dignidade humana. Quando investimos na Rede Federal, estamos plantando desenvolvimento econômico, inclusão social e esperança. Investir na educação é investir na paz, na cidadania, na democracia e na dignidade de todo um povo.

Parabéns a todos vocês, reitores, professores. As palmas são para vocês, não são para os discursos que eu fiz aqui. (*Palmas.*)

Vamos, de imediato, então, dar a palavra, na ordem que eu aqui recebi, aos convidados.

Magnífico Reitor Júlio Xandro Heck, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dez minutos.

O SR. JÚLIO XANDRO HECK (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

Em primeiro lugar, Senador, quero cumprimentá-lo e, na sua pessoa, cumprimentar aqui todos os demais colegas de mesa, cada um fazendo uma representação importante, atores fundamentais, Senador, nesse processo de discussão do financiamento público da educação profissional e tecnológica do Brasil e, mais especificamente, Senador, do fomento para a assistência estudantil e para a alimentação escolar, que aqui é a nossa pauta prioritária para o dia de hoje. Então, saúdo todos os demais colegas de mesa aqui, nossos estudantes, representantes aqui presentes, o Paulo, o Ray, o Secretário Bregagnoli – a quem a gente agradece enormemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

todo o carinho, toda a sensibilidade com as nossas pautas, Secretário; também, ficamos muito felizes com a sua presença – e minha colega querida Vice-Presidente, Profa. Veruska.

Senador Paim, primeiramente, cabe a mim, na condição de Presidente desse conselho, apresentar-lhe o público, a plateia que o senhor tem aqui à sua frente. Nós temos aqui hoje reitoras e reitores das 42 instituições que hoje fazem parte do nosso conselho. Somos 39 institutos federais, com o 39º recentemente criado aqui, por este Parlamento, 2 CEFETs e também o Colégio Pedro II.

Também cabe a mim, Senador Paim, na condição de Presidente, dizer que nós estamos aqui, e isso mostra a legitimidade desse coletivo, representando aproximadamente 1 milhão de estudantes, que diariamente saem das suas casas para frequentar algumas das nossas mais de 600 unidades atualmente em funcionamento em todos os 27 estados da Federação do Brasil. Portanto, é um coletivo altamente representativo, é um coletivo altamente legitimado pelas suas comunidades e é um coletivo, Senador Paim, que tem a educação profissional e tecnológica como sua pauta diária de batalhas, de lutas e de enfrentamentos.

O Conif, já há mais de 17 anos, é o conselho responsável pela defesa dos interesses da Rede Federal. Ao fazê-lo, ao fazermos a defesa dos interesses da nossa Rede Federal, estamos fazendo, sem dúvida, Senador Paim, a defesa dos interesses da população mais vulnerável deste país, a população a que o senhor tão brilhantemente se referiu no seu preâmbulo, citado brilhantemente pelo senhor em vários momentos, e nós aqui representamos esse coletivo. Esse conselho, Senador Paim, ao longo dos seus quase 18 anos de existência, tem comprado, tem vivido várias lutas e várias disputas. Em governos mais amistosos, em governos menos amistosos, a nossa defesa, a nossa causa sempre é a educação profissional, científica e tecnológica deste país. No entanto, Senador, há aproximadamente três anos, esse conselho concluiu que a pauta mais importante para estes tempos que vivemos – sem prejuízo das demais, porque temos outras que nos afetam, que nos afligem, que nos desacomodam, que nos mobilizam em outras lutas paralelas... Porém, escolhemos como pauta prioritária desse conselho, desde 2023, a alimentação escolar. A alimentação escolar é um dos aspectos, é um dos itens que fazem parte do ecossistema da assistência estudantil que todos os dias contempla os nossos estudantes, que inclui moradia, inclui transporte, inclui acesso à cultura, aos esportes, inclui uma série de itens, Senador. Mas nós entendemos que era momento de esse conselho focar sua energia e sua luta prioritária – e, insisto, sem prejuízo das demais – na luta pela alimentação escolar. Então, desde 2023, temos feito vários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

movimentos no sentido de fortalecer essa luta, com o apoio dos movimentos estudantis, representados pela Fenet, pela Ubes, pela UNE, que concordam com a nossa pauta, Senador Paim, e que entendem o quão importante a alimentação escolar é para que nós tenhamos permanência e êxito dos nossos estudantes.

Para o senhor ter uma ideia, Senador Paim, dos nossos aproximadamente 1 milhão de estudantes, 70%, ou seja, 700 mil estudantes fazem parte de famílias cuja renda familiar média é menor do que 1,5 salário mínimo. E essa foi uma das perguntas enviadas pelo Victor, lá de Goiás, do Elias e da Unei, daqui, nas perguntas recebidas: "Qual é o universo de que estamos falando quando falamos em dar comida para os nossos estudantes?". São 700 mil estudantes, Senador – e isso acho que é altamente simbólico –, desta Rede Federal – repito, porque acho importante para o momento –, que fazem parte de famílias que têm renda familiar de até 1,5 salário mínimo.

Portanto, Senador, o Conif fez vários movimentos que já lograram êxito; e um primeiro movimento, o qual eu destaco, foi convencer o Ministro Camilo Santana, com a ajuda do Secretário Bregagnoli, de que nós não deveríamos apenas falar em expansão. Quando em 2023, o Ministro Camilo, recém-empossado, junto com o Presidente Lula, se dispôs a construir mais de cem novas unidades. E nós dissemos: "Ministro, além de construir novas [e somos parceiros, Secretário Bregagnoli], também é importante que nós possamos dar melhores condições para as unidades já existentes". E escolhemos os restaurantes estudantis, Paulo, como um dos equipamentos públicos que deveriam fazer parte do enxoval básico de cada *campus* do Brasil.

O Ministro Camilo, com alta sensibilidade, incorporou isso ao PAC, Senador, e os restaurantes passaram a fazer parte das obras do PAC. Com isso, 272 restaurantes, Senador – e eu repito o número, porque ele é simbólico –, 272, Secretário Bregagnoli, ou já foram construídos e inaugurados ou estão em ritmo acelerado de conclusão e, nos próximos meses, ainda no ano de 2026, no mais tardar, no início do ano de 2027, teremos a inauguração desses restaurantes. (*Palmas.*) Um passo importante, Senador, pelo Governo Federal entendido que era necessário que tivéssemos o aparelho construído, que tivéssemos o espaço físico garantido pelo Secretário Bregagnoli, e também, Senador, o mobiliário e o equipamento para cada um dos 272, Secretário Bregagnoli, o *kit*, o enxoval para cada um dos nossos restaurantes, no valor aproximado de R$550 mil.

Mas não basta o restaurante, a cozinha montada, o prato, o talher. O mais importante vem agora: precisamos de um financiamento perene, Senador. E é aí que entra o Parlamento brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso não pode significar que a cada ano o reitor e a reitora venham ao Senado, à Câmara dos Deputados, literalmente – com o perdão da simplicidade da analogia –, de pires na mão, pedindo recurso para comprar comida. Nós precisamos de um fomento, de um financiamento que seja perene, para que nós saibamos, Paulo, todos os anos, que contaremos com aquele valor para as compras serem feitas, para a compra da agricultura familiar, inclusive, Senador, que é nosso objetivo e que nós queremos fazer tendo recurso disponível. Portanto, Senador, isso é para que o ecossistema fique completo.

E há mais um elemento importante que eu trago para o senhor: o Parlamento brasileiro criou a rubrica específica para alimentação escolar, fruto da luta deste conselho. O Conif criou condições, instrumentalizou o Parlamento para que, sabiamente, fosse criada a famosa rubrica da Ação 21IV, que permite agora, que guarda lá um espacinho para que caiba orçamento ali dentro e a gente possa executar a política pública de operacionalizar o funcionamento desses restaurantes.

Então, Senador – encaminho-me para a minha conclusão para ficar dentro do prazo regimental –, precisamos que o Parlamento brasileiro... E por isso é tão importante, e a gente agradece, que a Comissão de Educação e Cultura do Senado... Vejam a simbologia, colegas reitoras e reitores: pela primeira vez, uma Comissão tão importante deste Senado abre as portas para que fique registrado em ata...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO XANDRO HECK – ... para que fique registrado nos *Anais* desta Casa que, em 6 de julho de 2026, reitores e reitoras e movimento estudantil vieram a esta Casa para cobrar deste Parlamento, Senador, com a sua ajuda, com o seu intermédio, que esse processo seja finalizado; finalizado com a constituição de um fundo de financiamento perene, que preveja anualmente, discriminado no Orçamento da União, um valor específico para a alimentação escolar dessa meninada, que tanto briga e tanto luta por comida.

E nós, reitores e reitoras aqui, Senador, garantimos que a nossa parte está sendo feita e continuará sendo feita para que a comida chegue ao prato do sujeito que é de direito, que é esse aluno em situação de vulnerabilidade.

Muito obrigado, Senador Paim; muito obrigado, demais membros da Comissão. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Magnífico Reitor Júlio Xandro Heck, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Eu quero também, em nome da Senadora Presidente desta Comissão, Teresa Leitão, dizer que vocês podem contar com certeza com ela, ainda mais agora em que ela é Líder do Governo. Terá mais peso, mais força para interagir junto ao nosso querido Presidente Lula.

E quem assume a Presidência da bancada vai ser também um professor, que é o Senador Camilo, que é também um grande Senador. Então, eu acho que estamos todos bem encaminhados.

Passo a palavra agora à Magnífica Reitora Veruska Machado, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pelo tempo de dez minutos.

O Magnífico Reitor foi pontual: dez minutinhos.

A SRA. VERUSKA MACHADO (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Queria cumprimentar e agradecer ao Senador Paulo Paim por abrir aqui essa possibilidade de o movimento estudantil e as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica estarem aqui nesta Comissão de Educação e Cultura.

Para eu não me delongar, eu vou direto a alguns pontos que dialogam com aquilo que representa as instituições da nossa rede e, mais especificamente, com a questão da alimentação. Eu vou fazer rapidamente uma digressão histórica aqui até a nossa Constituição de 1988.

A nossa Constituição de 1988 é considerada a nossa Constituição Cidadã e é a Constituição que traz a perspectiva de democratizar acesso, permanência e êxito aos níveis básico e superior para todos os brasileiros e brasileiras. É importante fazer essa retrospectiva rápida aqui, porque essa retrospectiva permite que a gente contextualize o momento em que a Rede Federal foi criada. Lá em 2008... Embora nós já tenhamos, desde 1909 com o Nilo Peçanha, as escolas técnicas de artífices, embora a gente tenha isso desde o início do século XX, é importante dizer que a rede foi criada por meio de uma lei em 2008, ela foi reconhecida como rede em 2008. E, ao ser reconhecida como lei em 2008, ela é reconhecida dentro de uma seara diferenciada, porque ela é reconhecida como uma rede que vai trazer instituições que têm uma preocupação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

democratizar o acesso a uma educação profissional que é diferenciada. Não é uma educação profissional tal qual, muitas vezes, nós conhecemos e que tem a sua importância, mas é uma educação profissional que tem o objetivo de emancipar trabalhadores e trabalhadoras.

Então, trabalhadores e trabalhadoras que estudam nas instituições da nossa rede têm todo um aparato que possibilita que esses sujeitos saiam de lá não apenas formados – eximiamente formados – nas áreas técnicas, mas também formados como cidadãos e cidadãs, que agem politicamente com capacidade de transformação de seus territórios.

É importante colocar isto: a Rede Federal traz uma perspectiva de educação profissional que se coaduna com a soberania do nosso país, em relação ao desenvolvimento que a gente tem do Brasil. Então, é uma rede que traz... Eu costumo falar, Senador, que é uma rede que traz um arranjo pedagógico muito diferenciado. E é um arranjo pedagógico muito diferenciado, porque trabalhadores e trabalhadoras que nela estudam têm oportunidade de vivenciar ensino, pesquisa, extensão, inovação, arte, cultura, esporte, política, discussão de cidadania. É uma rede que trabalha numa perspectiva desse cidadão e dessa cidadã como um ser humano completo, nas suas múltiplas dimensões. Para além disso, é uma rede que tem a sua atuação interiorizada. Então, nós estamos nos interiores do país, nós estamos territorializados. Onde o Estado muitas vezes não chega, há um *campus* de uma instituição da Rede Federal atuando para que o Estado possa chegar.

Nesse sentido, a gente tem, dentro desse arranjo pedagógico diferenciado, atendido a estudantes de todos os níveis e modalidades de educação do nosso país. Então, nós atendemos a educação básica, nós atendemos a educação superior e, dentro da educação superior, atendemos também a pós-graduação. Essa é a política de verticalização. É a política que permite que um estudante comece fazendo um curso de pedreiro em um *campus* e, de repente, saia de lá com um mestrado em engenharia.

É possível construir uma trajetória, uma trajetória profissional, uma trajetória pessoal, uma trajetória acadêmica. Então, nós queremos técnicos e técnicas, profissionais que pensem, executem o que pensam e sejam capazes de transformar aquilo que lhes é solicitado.

Então, nessa perspectiva, a gente recebe estudantes em vulnerabilidade. E nós estamos para isso. Nós estamos lá interiorizados em regiões vulnerabilizadas, porque essa rede foi criada para isso. A Constituição Federal traz essa perspectiva de abertura das instituições de ensino para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

diversas pessoas, brasileiros e brasileiras. Mas agora a gente está numa luta, Senador, que é a luta pela permanência desses estudantes, porque o acesso já está bastante garantido, com todas as políticas que a gente tem, de acesso, sendo discutidas, mas a gente tem que ter permanência. E a permanência envolve assistência estudantil e envolve alimentação. E a alimentação, além de ser um direito, um direito humano, é um direito também garantido em todo o regramento do nosso país, no que se refere à educação básica. Todos os estudantes que estão numa instituição pública e estão na educação básica têm o direito de se alimentar nessa instituição.

É importante dizer que alimentar – e várias pessoas colocaram aqui algum questionamento; a gente tem vários questionamentos aqui, pessoal, e várias pessoas colocaram questionamento sobre essa questão da alimentação – não é encher barriga, como os meninos do movimento estudantil falam; não é comer uma coxinha com Coca-Cola, como os meninos do movimento estudantil falam. Alimentar-se é alimentar-se de forma saudável e nutritiva, como os nossos nutricionistas falam na nossa Rede Federal; alimentar-se é ter a alimentação como foco do nosso currículo, como organizador do nosso currículo, porque a alimentação, para além de trazer um conforto humano, também traz a possibilidade de evitar doenças no futuro, de cultivar a saúde, de cultivar hábitos, de cultivar a cultura do nosso país. Então, alimentar é algo muito amplo e que deveria estar no centro de toda discussão de educação básica.

Nesse sentido, os movimentos estudantis unem-se ao Conif, e a gente se une também aos sindicatos, solicitando que a gente tenha sustentabilidade em relação à alimentação na nossa Rede Federal. E por que essa sustentabilidade, pessoal? Porque, neste momento, os estudantes da Rede Federal sofrem com uma falta de isonomia. É isso mesmo. Os nossos estudantes de educação básica da Rede Federal não têm o direito, garantido por lei, à alimentação, enquanto os estudantes dos estados e municípios o têm.

E por que isso acontece? Porque, quando nós fomos criados, dessa forma tão original, tão maravilhosa, nós fomos criados dentro de uma perspectiva de que nós temos legislação para a educação superior, legislação para a educação básica. Só que nós fazemos os dois, de forma integrada, na modalidade de educação profissional. Então, nós ficamos com uma grande lacuna, do ponto de vista da legislação, em relação a como vamos garantir o recurso para os nossos estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos o recurso da assistência estudantil, que é um recurso que vem na rubrica 2.994. Acontece que o recurso da assistência estudantil é um recurso para todos os programas da assistência estudantil. São dez, de acordo com a Lei 14.914, de 2024.

E, além de serem dez, a gente precisa atender a um recorte na assistência estudantil, o recorte daquelas pessoas que estão em maior condição de vulnerabilidade, que é um salário mínimo.

A gente entra num processo que é um processo, às vezes, difícil de compreender. Por quê? Porque nós temos o recurso da assistência estudantil – temos –, mas nós não temos o recurso da alimentação, pois o recurso da alimentação precisa ser calculado numa perspectiva de universalização. As leis do nosso país colocam: todo estudante de educação básica tem o direito de alimentar-se dentro das instituições públicas.

É por isso que a gente chega a esse imbróglio hoje. É por isso que a gente ainda precisa falar de alimentação dentro da educação básica nas nossas instituições de ensino. A gente precisa ter a garantia desse recurso, que hoje é garantido, nos estados e municípios, muito pelo Fundeb, mas a gente não acessa o recurso do Fundeb...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERUSKA MACHADO – Somos instituições da rede federal.

Para que eu também fique dentro do tempo, do que a gente precisa? A gente precisa de um fundo de apoio à permanência dos estudantes na educação profissional, porque, se a gente acredita – e a gente tem provas de que essa rede transforma as vidas, as famílias, os territórios e as regiões –, a gente precisa fazer com que mais pessoas tenham a oportunidade de terem suas vidas transformadas, conseguindo permanecer nas nossas instituições de forma sustentável e com recurso específico para a alimentação.

Fim da falta de isonomia para os estudantes da Rede Federal!

E viva a Rede Federal! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Magnífica Reitora Veruska Machado, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me dar o direito de não fazer nenhum comentário para ganharmos tempo.

Passo a palavra agora ao Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), por dez minutos.

O SR. MARCELO BREGAGNOLI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Uma boa-tarde a todas as pessoas que estão aqui e que estão nos acompanhando de forma remota.

Gostaria de iniciar saudando o nosso Senador Paim. Quero agradecer, Senador, por todo esse trabalho. O senhor é um espelho para nós. É uma honra estar aqui ao seu lado. Eu sempre tive o senhor em grande estima, justamente pela forma diferenciada de atuação parlamentar, e espero que a gente tenha mais Parlamentares com o mesmo espírito público que o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. MARCELO BREGAGNOLI – Então, faço um agradecimento aqui em meu nome e em nome do Ministro Leonardo Barchini – que manda um abraço –, agradecendo por este momento.

Quero saudar aqui todos os reitores e reitoras nas pessoas dos meus amigos Júlio e Veruska; todo o corpo estudantil que aqui está presente nas pessoas do Ray e do Paulo; e os servidores da Rede Federal.

Nós temos uma pequena apresentação, mas, antes disso, também gostaria de prestar minha solidariedade ao povo da Venezuela, nossos irmãos bolivarianos que passam por esst triste momento, como o senhor bem colocou. E estou certo de que, em uma atuação conjunta, juntamente com o Brasil, especialmente a Rede Federal – e aqui falo em nome, principalmente, dos reitores e reitoras da Região Norte –, nós iremos atender da melhor maneira possível para que passemos por este momento e para que a gente consiga ter esperança, como nós temos neste momento a esperança de uma educação pública gratuita, inclusiva e socialmente referenciada no país, através da Rede Federal.

Eu fiz uma pequena apresentação aqui para falar um pouquinho sobre alimentação escolar e política nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paim, não combinei nada com Veruska ou com o Reitor Júlio, mas muito do que eles já comentaram vai estar aí, e eu acho que isso só ratifica o nosso posicionamento conjunto de que a alimentação é essencial, de que a assistência estudantil é essencial às pessoas, sobretudo aos estudantes, para que a gente consiga obter o que diz a lei da Pnaes, que é a questão da permanência e do êxito.

Então, nós temos uma lei. O Pnaes foi aprovado em 2024, em julho de 2024, como uma lei muito específica. A gente tem atuado de uma forma bastante conjunta com o Conif, para regulamentar realmente, de fato, essa lei, e a gente tem alguns parâmetros que são colocados, que é o princípio da democratização do acesso e a garantia da permanência – como foi muito bem colocada pela Veruska, pelo Prof. Júlio –, reduzir as taxas de evasão, minimizar as desigualdades e promover justamente o princípio da inclusão. E isso é o que a gente traz, com muita honra. Foi aprovado no ano retrasado e agora a gente tem estabelecido através de diversas ações – algumas a gente vai poder comentar aqui.

Então, os pilares são justamente o princípio da democratização e a garantia das condições de permanência. Então, a redução da taxa de evasão e obviamente um maior índice de êxito dos estudantes.

A base é uma base financeira, com programas de assistência estudantil, com programa de bolsa, principalmente o Bolsa Permanência. E justamente o benefício da Bolsa Permanência vem articulado com outros programas de políticas sociais, e aí eu cito o CadÚnico – é importante a análise do CadÚnico para a concessão desse benefício, existe esse princípio.

O Programa Bolsa Permanência, então, tem um tempo estendido e sem tempo restritivo – são observações do programa, não vou entrar tanto em detalhe –, e também, a política traz, o princípio da infraestrutura. E aí, Prof. Júlio, ele já traz um histórico do que foi a inclusão dos restaurantes estudantis dentro desse processo.

Então, é muito importante que o Ministro Camilo, o Senador Camilo, tenha tido esse entendimento à época, Senador Paim, e a compreensão da necessidade, tanto que a gente parte de um número... Não sei se foi coincidência ou não, mas nós tínhamos naquele momento 270 unidades da rede federal com restaurantes estudantis, e a gente consegue, através de uma interlocução, 270 restaurantes; e conseguimos mais dois no futuro. Quer dizer, depois de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

momento de inclusão, então, 270 já instalados mais 270. Talvez seja o maior programa de efetivação de restaurantes estudantis da rede federal de uma única vez, historicamente.

A questão do transporte também é algo essencial, nós conseguimos alterar a lei e inserir a rede federal, foi um passo importante, e agora a gente está trabalhando a questão do orçamento, de onde vai sair o fundo. Foi muito bem colocado aqui que a gente espera fortemente – não é, Fernanda? – que a gente tenha o fundo social, os *royalties* do pré-sal sendo direcionados não somente para o Pnat, mas para a assistência estudantil de modo geral. É isso que a gente espera.

E também, logicamente, o programa do Pnae traz o princípio da nutrição, dentro de um princípio balanceado. Acho que a rede federal... e aí eu vou poder, de um modo bastante rápido, Senador, dar o exemplo de uma ação que a gente está fazendo junto às redes estaduais, dado o nosso êxito que temos junto ao programa do Pnae. A rede federal hoje é um exemplo de execução do Pnae, principalmente em articulação com os arranjos produtivos locais, com os arranjos dos agricultores familiares, e a gente está levando isso agora também para as redes estaduais – já se fazia anteriormente, mas de uma forma mais sistêmica.

Temos dentro do programa também a questão dos cuidados – não vou detalhar tanto por conta do tempo –, é a questão da inclusão e adaptação. São os programas de permanência, de acessibilidade.

Aqui, a gente tem a importância do Pnaes dentro da rede federal, o quanto essa política vai possibilitar o direito à educação, a permanência e o êxito acadêmico estudantil.

Em uma análise bem rápida – a gente já vem trabalhando isso desde 2023 e principalmente em atuação conjunta com o TCU –, nós criamos o Plano Nacional de Acesso, Permanência e Êxito da Rede Federal. Tenho que agradecer à Reitora Nídia que, através de uma articulação que fizemos, criamos a Rede APE, tão importante. Todas as unidades da rede, todos os institutos – hoje, 42 instituições – aderiram à Rede APE, Senador Paim. Então, hoje é um motivo de orgulho construído de forma coletiva, algo muito bem encaminhado dentro da rede federal.

Como eu falei hoje – e o Reitor Júlio colocou –, nós já inauguramos – ato de inauguração – 49 restaurantes estudantis e, neste momento, 67 concluídos ou com, pelo menos, 90% de execução no nosso sistema, ou seja, nós estamos falando em mais de cem restaurantes dos 272 estabelecidos. E aí coloco como meta aos meus amigos reitores e reitoras: nós queremos chegar a 220 restaurantes finalizados e entregues às comunidades até o final do ano. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma meta em que a gente agradece muito essa atuação conjunta dos gestores e das gestoras.

Quanto ao valor da assistência estudantil – bem comentado aqui e que a gente, às vezes, simplifica –, a gente sempre fala, Veruska, 2994, porque a nossa ação sempre está na nossa cabeça, mas são os nossos programas de assistência estudantil, Ray, são as bolsas de moradia, alimentação, creche. Inclusive, sobra pouco. Zé Carlos está instituindo, em Cabo de Santo Agostinho, uma creche. Acabou de ser feito esse convênio, essa atuação, para a formação de uma creche lá, e tantos outros que acontecem.

Eu vou tentar dar uma celeridade aqui por conta do meu tempo.

Dos valores instituídos da 2994, isto é importante destacar: em 2021, eram R$409,9 milhões e, para o ano passado, Senador, foram R$604,5 milhões, ou seja, a gente teve um acréscimo considerável nesses valores. Para este ano – e aí já foi bem comentado pelos dois reitores que me antecederam –, a instituição da 21IV, que é uma rubrica específica, uma dotação específica. Quero agradecer muito, Veruska, a atuação dos Parlamentares que, no ano passado, fizeram uma diferença muito grande, para que a gente instituísse essa diferenciação, mas, sobretudo, evidenciar que essa ação é prioridade na rede federal. Então, hoje, dentro da nossa chamada PLOA, estão previstos R$624,3 milhões para as duas ações orçamentárias.

Importante destacar também o acordo de cooperação técnica que estabelecemos com a Conab.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BREGAGNOLI – Cada instituição vai fazer o seu plano de trabalho, possibilitando a aquisição de gêneros alimentícios nas suas instituições. Isso sem contar as parcerias que existem em municípios, estados, e muitos, aqui, reitores e reitoras poderiam dar esse testemunho.

Esse valor – foi importante a gente colocar esse gráfico aí – é do Pnae. De 2023 para cá, o aumento do Pnae foi da ordem de 55% de reajuste. Em 2025, R$49,4 milhões foram executados, mas previstos para este ano são R$62 milhões. Então, há de se considerar esse valor e, sobretudo, esse olhar de valorização do Pnae também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, muito rapidamente, Senador, é a contribuição da rede federal com as demais redes. É o Curso Nacional de Merendeiras. Esse convênio foi assinado 20 dias atrás. É uma ação conjunta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO BREGAGNOLI – ... para que a gente apoie justamente as redes estaduais.

Então, de uma forma bastante rápida, é um curso direcionado para merendeiras, normalmente que não tinham nenhum tipo de acesso à qualificação profissional, nenhum tipo de qualificação em cima dos pilares que a gente coloca como princípio da alimentação básica. E a rede federal está trabalhando nisso em todas as regiões.

Então, eu fico aqui à disposição, Senador, agradecendo por este momento e deixando o MEC, a Setec, à disposição, para qualquer esclarecimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Setec-MEC.

De imediato, passamos a palavra ao Coordenador-Geral da Federação Nacional de Estudantes de Ensino Técnico, Ray Silva.

O SR. RAY SILVA (Para expor.) – Primeiro, muito boa tarde.

Eu queria cumprimentar todo mundo presente aqui nesta audiência pública. Quero saudar o espaço. Assim, como foi falado, acho que é muito importante ter as portas abertas do Senado, da Casa do povo, para os Reitores e para o movimento estudantil, para debater um tema que é de muita importância.

Estou aqui representando a Fenet (Federação Nacional de Estudantes de Ensino Técnico), uma entidade estudantil que nasce praticamente com esse marco histórico na história do ensino técnico, do ensino profissional, científico e tecnológico, que é a criação dos IEFs. E, de lá para cá, a gente sempre pautou como prioridade que, o.k., entrar, nós já entramos no Instituto Federal, nos Cefets. Agora, a principal pauta é permanecer.

Então, justamente, eu acho que as pautas dessa audiência pública – alimentação escolar, acesso estudantil e orçamento –, primeiro, não estão descoladas. São pautas que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

complementam. Então, não existe alimentação estudantil, assistência estudantil sem o orçamento. Então, acho que primeiro é colocar assim porque nós sabemos o desafio que é para os estudantes permanecerem nas instituições de ensino, principalmente nas que têm o ensino integral. Nós passamos a maioria do nosso tempo aí, na nossa instituição, como é principalmente no caso dos Institutos Federais, que possuem uma educação de qualidade, enfim, integral, onde a gente pode ali acessar nossas aulas, a pesquisa, a extensão. Isso é de muita grandiosidade.

Então, o papel que cumpre a essas instituições de ensino público eu acho importante a gente demarcar. São instituições de ensino público, gratuito e de qualidade. Nós estamos realizando esta audiência num momento em que a gente vê, em todo o nosso país, um processo de privatização da nossa educação, de tentativa de venda da nossa educação. É como, por exemplo, agora tem acontecido no Rio Grande do Sul, no estado do nosso Presidente do Conif, de venda, de entrega da educação.

Então é muito importante a gente defender, sim, o ensino profissional, científico, tecnológico, público, gratuito e de qualidade, em que o cenário, principalmente dos estudantes que fazem parte, como já bem foi colocado, é de estudantes de baixa renda, pois 70% da rede são de estudantes filhos e filhas da classe trabalhadora, que têm esse instrumento, que é a instituição de ensino, para ter uma oportunidade, o que muito é negado, muitas vezes, à nossa juventude. Então, o acesso à educação de qualidade.

E nós temos esse instrumento, nós temos essas instituições de ensino de qualidade, mas é esse o desafio que a gente vem pautando, de permanecer dentro dessas instituições.

Por isso que a pauta dessa audiência é de extrema importância para as nossas instituições sobreviverem, porque não adianta só a gente entrar, nós temos que permanecer com qualidade. E isso passa pela assistência estudantil, porque as bolsas... todo o conjunto que engloba a assistência estudantil, o acesso à moradia estudantil, as bolsas estudantis, a pesquisa e extensão também são medidas de assistência estudantil, porque, pelo menos para mim, sempre foi decisivo se eu ia fazer um projeto de extensão ou se eu ia trabalhar, por exemplo; então, também são medidas de permanência dos estudantes dentro dessas instituições.

Então, eu acho que, quando a gente está debatendo isso, a gente está debatendo o futuro da nossa juventude, a gente está debatendo se, de fato, vão existir condições concretas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

permanência para esses estudantes poderem aproveitar de tudo que pode ser ofertado por essas instituições de ensino.

Essa pauta da alimentação, nós, os estudantes no geral, há alguns anos a gente também elencou, junto com o Conif e o Movimento Estudantil, como prioridade, porque nós vivemos um cenário, principalmente, em que até um tempo atrás, a maioria dos *campi* das instituições, principalmente dos institutos federais, não possuía um acesso à alimentação.

Então, nós saímos desse cenário e tivemos avanços importantíssimos, como muito bem já foi colocado aqui na mesa pelo MEC, pelo Conif. A gente tem que reconhecer esses avanços – importantíssimos que foram – depois de muita luta conjunta dos reitores, dos estudantes. O Bregagnoli deve estar irritado já com a minha cara, do tanto que eu apareci ao longo desses anos... (*Risos.*)

... do tanto que a gente apareceu lá no Ministério da Educação. Os estudantes sempre foram recebidos, acho que é importante demarcar isso, porque houve momentos históricos em que os estudantes e reitores não eram nem recebidos no Ministério da Educação. Então, acho que é importante demarcar isso também. (*Palmas.*)

E teve esse marco importante quando o Ministério da Educação nos apresentou essa possibilidade de colocar – depois de muita luta, a gente cobrando essa questão da alimentação estudantil –, alocar, no novo PAC, a questão dos restaurantes estudantis. Isso foi de muita importância.

Agora, nós temos esse novo desafio, que é inaugurar todos esses restaurantes estudantis e garantir um acesso à alimentação de qualidade para todos os estudantes dessas instituições de ensino que vão receber esses restaurantes estudantis. É um marco importantíssimo para a vida dos estudantes, para não só entrar nas instituições de ensino, mas permanecer com qualidade, poder ter acesso à educação, que muito é negada à juventude.

Isso passa por essa questão do orçamento. Nós precisamos, de fato, efetivar este debate que a gente vem fazendo, de ter, de fato, um orçamento fixo, um orçamento que seja previsto. Como o Presidente do Conif já colocou, para que a gente não precise, todo ano, voltar aqui no Parlamento, passar o pires para recolher migalhas para a assistência estudantil, para o orçamento das nossas instituições, mas que a gente tenha aí uma política de Estado que garanta um orçamento robusto e fixo para a educação do nosso país, para garantir, de fato, esse direito à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação para a nossa juventude, porque não adianta estar no papel o nosso direito à educação. Ele tem que ser exercido na prática. E, para isso, nós precisamos dessa política de Estado, de investimento na nossa educação. E é uma questão política, porque, muitas vezes, a gente tende a achar que é uma questão técnica, quando vem se falando de orçamento; mas é uma questão de prioridade política desta Casa, enfim, dos Governos.

Então, essa discussão política que a gente está fazendo é importantíssima, porque nosso país não é um país pobre – é um país riquíssimo –, mas que tem que fazer as suas escolhas para onde vai destinar essas riquezas, esse orçamento: se vai para a educação ou se vai para quem muito já tem, para os banqueiros, para os grandes empresários, para o agronegócio.

Então, essa discussão política que a gente vem fazendo é importantíssima. Acho que a gente tem tido muito a avançar e temos esse caminho a trilhar de efetivação de uma educação pública gratuita e de qualidade, de uma assistência estudantil fortalecida, em que os estudantes possam ter acesso a ensino, a pesquisa, a extensão, a bolsa e a alimentação de qualidade, porque... E até a gente recebeu uma pergunta aqui que eu achei curiosa, que é da Renata, aqui do Distrito Federal, que colocou: "Que protocolos serão adotados para manter a alimentação aos estudantes vulneráveis durante os recessos [as férias estudantis]?".

Nós estamos debatendo aqui como a gente vai garantir o acesso à alimentação para os estudantes enquanto eles estão no período de aula, mas já chegamos a essa preocupação de garantir no recesso, porque é a realidade que muitos estudantes – principalmente das periferias, e que são a maioria nos institutos federais e na rede federal de educação profissional científico-tecnológica –, muitas vezes, vão contando com a comida que vai ter na escola. Essa, infelizmente, é uma realidade, e nós ainda estamos debatendo aqui, e com muitos avanços, essa questão de implementação nas aulas, mas agora há essa preocupação de onde vamos comer durante as férias. Acho que é uma reflexão que a gente pode colocar para debates futuros, mas eu acho que é isso: temos avanços importantes e ainda muito trabalho pela frente para a gente, de fato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAY SILVA – ... garantir essa efetivação de uma educação em que não só os estudantes entrem, mas permaneçam com qualidade, tenham acesso a tudo aquilo que pode ser oferecido. E é uma questão fundamental para a vida da juventude também, que muitas vezes é disputada para vários outros caminhos que não a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o acesso à educação também é uma questão de vida da juventude. Se a juventude vai escolher entrar no instituto federal, numa educação técnica, se formar, ter acesso a uma boa condição de vida, ou se vai entrar no tráfico, por exemplo. É uma questão de vida para a nossa juventude e a gente tem que tratar como tal.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

Ray Silva, Coordenador-Geral da Federação Nacional de Estudantes do Ensino Técnico (Fenet).

Sr. Paulo Viana, Diretor de Relações Institucionais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

O SR. PAULO VIANA (Para expor.) – Olá, boa tarde. Muito obrigado, Senador.

Gostaria de saudar aqui toda a mesa, na sua pessoa, e saudar aqui os reitores, na pessoa do Presidente do Conselho Júlio, e também saudar os estudantes que estão me acompanhando.

Bom... Prazer, eu sou Paulo. Sou o Diretor de Relações Institucionais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, fundada em 1948, nesse mês completa 78 anos de luta pelos estudantes brasileiros; então, é muito importante esse momento para a gente.

E já começo aqui dizendo que, neste momento – falo em nome da minha Presidenta Roberta Pontes –, a gente está em Niterói debatendo no Seminário de Educação Nova Escola Brasil, Senador; a Nova Escola Brasil, em que a gente tem se referenciado muito no modelo dos institutos federais. Como a Profa. Veruska pautou aqui, trouxe o que é o instituto federal, que não é só uma educação tecnológica, tecnicista, mas uma educação que forme o ser humano por completo, de forma integral, que integre cultura, educação básica, esporte, lazer, tudo isso.

E a gente tem pensado isso para a escola: qual é o papel da escola pública para o desenvolvimento nacional do Brasil?

E aí, a partir disso também ficou claro – e a gente sabe muito bem disso – qual é a importância da rede federal hoje para o Brasil. A rede federal não é só uma política pública para educação, mas uma política pública de desenvolvimento nacional. Onde tem *campi* do Instituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Federal, dos CEFETs, tem desenvolvimento daquela região, não só a partir da educação pública de qualidade, que a gente sabe muito bem, mas é onde, às vezes, a partir dali, ao redor do *campus*, chega um supermercado, chega uma parada de ônibus, chega um poste. Então é muito importante porque é uma rede que está não só na capital – como a gente fala muito, é do interior à capital, ao litoral – e que atende esses estudantes.

É muito importante a gente defender a expansão, mas que, acompanhado disso, a gente defenda o acompanhamento do orçamento. Um orçamento que acompanhe a expansão, porque se o plano do Governo é chegar nos mil institutos federais, é preciso também chegar a um orçamento que contemple esses mil institutos federais, desde o funcionamento básico até os programas de assistência estudantil.

E aí, saudar bastante... Eu acho que foram trazidos aqui importantes relatos, e quero trazer essa preocupação da alimentação escolar... O reajuste do Pnae, no ano passado, ainda não é o suficiente para universalizar e garantir essa isonomia da alimentação. A gente tem curso de tempo integral, tem estudante de ensino superior, tem estudante de pós-graduação. Como o professor trouxe, são um milhão de estudantes, e 70% dessa rede é composta por estudantes de baixa renda e que precisam ser atendidos. Isso é expressão de que a educação pública de qualidade tem chegado na periferia, tem chegado no estudante jovem trabalhador, filho de trabalhador, mas que esse estudante não pode só entrar, precisa permanecer e precisa sair com o seu diploma, e que saia diretamente para o mercado de trabalho com um salário digno e de qualidade.

Também gostaria de trazer a questão da sustentabilidade orçamentária da rede federal. Quando há redução de recursos, o impacto acontece diretamente na vida dos estudantes, diretamente no funcionamento dos institutos federais. A professora bem sabe, e acompanha os diretores gerais, que há uma preocupação todo ano se vai ser cortado ou não na Lei de Orçamento Anual – se vai ser reduzido ou não – o orçamento da rede federal. E como a gente vai trabalhar, como é que a gente vai dividir esse recurso que já se mostra insuficiente para o funcionamento básico, conta de água, conta de luz, conta de internet e ainda salário de professor, tudo isso que a gente precisa considerar e, principalmente, garantir que os estudantes vão conseguir estudar o ano inteiro. A gente precisa pensar nisso.

Eu acho que uma estratégia a partir disso é pensar o avanço do PLP 265, de 2025, de o Programa Nacional de Infraestrutura Escolar sair dos cálculos do arcabouço fiscal. Acho que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito importante trazer isso, e aí também pensar no fundo que a Profa. Veruska trouxe, um fundo permanente para rede federal, um fundo permanente que garanta a alimentação dos estudantes para que a gente não precise todo ano ficar dependendo de emenda parlamentar. Acho que essa é a maior contradição do Brasil, a gente ter R$60 bilhões em emendas parlamentares e pouco orçamento para a rede federal, para a educação pública.

E a gente sabe muito bem qual é a disputa que está colocada, que a gente vai disputar neste ano, mas que a gente precisa trazer isso para um campo que mostre isso para a população, porque, como a gente já colocou aqui, é um tesouro do Brasil o instituto federal.

E aí, Senador, eu trouxe aqui uma nota da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, para entregar para o senhor. A gente vai entregar para a Presidente da Comissão, a Teresa Leitão. Eu trouxe algumas pontuações – a Ubes –, em que a gente solicita o apoio desta Comissão de Educação em seis pontos.

Primeiro, a defesa da recomposição e ampliação do orçamento da Rede Federal na elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2027; o fortalecimento de rubrica específica para alimentação estudantil na Rede Federal, com metodologia de cálculo que considere número de estudantes, jornada escolar, vulnerabilidade socioeconômica, localização dos *campi*, realidade regional e custo efetivo das refeições; a ampliação dos recursos destinados à assistência estudantil, garantindo orçamento permanente, previsível e compatível com a demanda real dos estudantes; a construção de mecanismos de acompanhamento da demanda reprimida por alimentação e assistência estudantil nos institutos federais; a participação das entidades estudantis nos espaços de formulação, monitoramento e avaliação das políticas de permanência estudantil da Rede Federal; e, por fim, o apoio à aprovação do PLP 265, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, que é o arcabouço fiscal, para garantir o Programa Nacional de Infraestrutura Escolar, com um orçamento robusto e permanente.

E aí eu acho que é isso. A Ubes vai estar lado a lado com o Conselho Nacional de institutos federais, para defender cada vez mais a nossa educação nos institutos.

Eu sou fruto do Instituto Federal de Brasília. Foi a Profa. Veruska que assinou o meu diploma, gente. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sou formado em Técnico em Informática. Eu tenho minha amiga Júlia, que é formada em Técnico do Trabalho, do Instituto Federal de Ceilândia, que é uma periferia, a maior periferia do Distrito Federal, e a gente sabe muito bem o que é enfrentar três anos de instituto federal.

Ela trabalhava logo após a aula e ficava até meia-noite. Eu tive o privilégio de estudar os três anos, mas vi estudantes da minha sala de aula saírem e se evadirem do IF, porque eram do entorno do Distrito Federal, e, não sei se o senhor sabe, mas a passagem do entorno do Distrito Federal é R$10, ida e volta. Então, chega a um custo de R$300 por mês; além disso há a alimentação.

Então existe isso, e essa é a realidade que está colocada para a gente; e, enquanto a gente precisa fortalecer... A gente tem um investimento muito caro no instituto federal, e a gente precisa fazer valer a pena, para que esses estudantes saiam direto, que seja para o mercado de trabalho, que seja para o concurso público, mas principalmente para a universidade federal.

Então era um pouco disso que eu queria trazer na minha fala. Contamos com o apoio desta Casa, do seu mandato, para que a gente possa avançar cada vez mais e mais a educação pública, mas principalmente o instituto federal e a Rede Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Paulo Viana, Diretor de Relações Institucionais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). Parabéns!

E, por fim... (*Pausa.*)

Eu digo: "Eu a faço chegar às mãos da Presidenta"; e diz ele: "E do Presidente Lula também". (*Risos.*)

Faremos, faremos.

Passo de imediato à Sra. Letícia Holanda, Diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE), por videoconferência.

A SRA. LETÍCIA HOLANDA (*Por videoconferência.*) – Oi, gente, todo mundo consegue me ouvir direitinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. LETÍCIA HOLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ai, pronto.

Bom, eu queria começar agradecendo e saudando a audiência na pessoa do Senador Paulo Paim, que é esse grande parceiro dos estudantes no que diz respeito à defesa da educação; saudar os reitores e as reitoras nas pessoas do Júlio e da Veruska, que fazem parte também – presentes – da mesa; e saudar os estudantes que acompanham esta audiência, seja presencialmente, seja virtualmente, em nome da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Eu quero começar dizendo que quando nós falamos de orçamento, muita gente imagina que nós falamos apenas de números e cálculos, quando, na verdade, a gente sabe que quem vive a universidade sabe perfeitamente que o orçamento nunca foi somente uma questão técnica. O orçamento é, de fato, uma decisão política. É o orçamento que define quais são as prioridades de um país, é ele que responde a uma pergunta muito simples: em que futuro nós queremos investir?

Por isso, discutir o orçamento da Rede Federal de Educação é discutir muito mais do que recursos financeiros: é discutir o desenvolvimento, é discutir a soberania do nosso país, é discutir o combate às desigualdades e o direito da juventude brasileira de construir um futuro melhor.

A Rede Federal é um dos maiores patrimônios da educação pública brasileira. Ela está presente em todas as regiões do país, como foi falado aqui; interiorizou oportunidades, levou a educação pública para lugares onde antes não existia, produz ciência, produz pesquisa, produz inovação, produz tecnologia e transforma a realidade de milhares de municípios – e, automaticamente, do estado e, consecutivamente, do nosso país. Mas existe uma transformação que talvez seja a mais importante de todas: ela mudou o perfil de quem chega às universidades e aos institutos federais.

Hoje entram nesses espaços os filhos e as filhas da classe trabalhadora: entram estudantes negros, entram indígenas, entram quilombolas, entram jovens da periferia, entram jovens do campo, entram pessoas que durante muito tempo ouviram que a universidade pública não era para eles – não era esse o lugar, não era esse o espaço. E essa talvez seja uma das maiores conquistas da educação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para nós da União Nacional dos Estudantes, essa conquista nos apresenta um novo desafio também: o desafio de que a nossa geração não é apenas garantir o acesso – ela é garantir a permanência, porque nós ainda estamos dizendo para muitos estudantes: "Ei, você conseguiu entrar na universidade, mas talvez você não consiga permanecer". E é exatamente aí que entra a assistência estudantil.

Às vezes ela é apresentada como se fosse apenas uma bolsa, apenas um auxílio, e, para nós, não. A assistência estudantil é muito mais do que isso: ela é o restaurante universitário que garante que o estudante faça a sua principal refeição do dia, ela atravessa a moradia estudantil para quem precisou deixar a sua cidade, é o transporte para quem atravessa quilômetros todos os dias, é a inclusão digital, é a acessibilidade, é o apoio pedagógico, é a saúde mental, é a creche para as estudantes mães.

Então, ela transforma a permanência estudantil, transforma a vida dos nossos estudantes. É garantir que os estudantes não precisem escolher entre trabalhar para sobreviver ou estudar para construir o seu futuro. E, quando essa política não existe ou é insuficiente, acontece aquilo que talvez seja um dos maiores problemas da educação superior brasileira: a evasão.

Eu queria muito que nós refletíssemos sobre isso. A UNE, a Ubes, a ANPG constroem historicamente a luta em defesa da educação, e nesse último período, a gente tem se debruçado muito sobre a evasão que tem acontecido, não só dentro das escolas como também nas universidades, na galera que faz pós-graduação. Porque, quando um estudante abandona a universidade, nós não perdemos apenas uma matrícula; a gente perde um projeto de vida, a gente perde um pesquisador, a gente perde um professor, nós perdemos um engenheiro, uma enfermeira, perdemos um cientista, nós perdemos alguém que poderia contribuir para o desenvolvimento do nosso país. E acaba que o país perde, consecutivamente, duas vezes, porque, quando a gente fala que a educação precisa ser investida é porque realmente a educação é um investimento. E, quando o país não cuida da evasão, a gente não está cuidando exatamente desse futuro da educação, então acaba perdendo duas vezes, porque deixa de formar um profissional e deixa ali de fazer com que esse profissional contribua para um projeto de país em que nós acreditamos. Por isso, investir na assistência estudantil não é apenas ampliar os gastos; ao contrário, é tornar o investimento público mais eficiente, é reduzir a evasão, é garantir que os recursos destinados à educação cumpram a sua finalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, nós precisamos reconhecer uma conquista que é muito importante, uma luta da UNE, da Ubes, da ANPG, que é a aprovação da lei da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que foi resultado de muitos anos de luta do movimento estudantil brasileiro. Foi uma vitória importante, porque transformou a assistência estudantil em uma política de Estado, mas nós aprendemos uma coisa na luta política: que os direitos inscritos na lei também precisam aparecer na lei orçamentária; caso contrário, vai continuar sendo apenas um papel escrito, uma lei garantida, sem que a gente faça com que essa implementação da Pnaes consiga ser eficiente. E, para isso, nós sabemos que dependemos de um financiamento suficiente para garantir a alimentação, a moradia, o transporte, a inclusão digital, a saúde, a cultura, o esporte, a acessibilidade, enfim, todas as condições necessárias para que os estudantes concluam sua formação.

E é exatamente por isso que esta audiência tem esse viés de discutir os caminhos. A UNE defende que o Brasil tenha a coragem de colocar a educação no centro do seu projeto de desenvolvimento. Nós defendemos um Plano Nacional de Educação comprometido com a ampliação progressiva do investimento público de 10% do PIB. A gente fez uma luta muito gigantesca na Comissão Especial, quando queriam reduzir para 7% com investimento privado. Nós sabemos que a lógica disso, com certeza, não ia contribuir para uma educação cada vez mais democrática, porque quem conduz a banda é quem vai tocar a música. Então, para nós, conseguirmos garantir os 10% do PIB foi muito importante.

Nós defendemos também a preservação da destinação dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Recentemente, inclusive, teve um debate no Senado sobre a gente ter um fundo social direcionado ao agronegócio, a pagamento de dívidas do agronegócio. E para nós não existe a gente tirar recursos do Fundo Social do Pré-Sal que não seja para outro espaço sem ser a educação, porque a gente acredita que a riqueza produzida hoje deve financiar o conhecimento, deve financiar a ciência, deve financiar as oportunidades das próximas gerações.

E nós defendemos também, além disso, a recomposição permanente do orçamento das universidades, dos institutos federais e da assistência estudantil, para que essas instituições possam planejar o futuro, e não apenas sobreviver, ano após ano, inclusive, às vezes, na maioria das universidades, à base de emendas parlamentares para conseguir complementar o seu orçamento, para não deixar ali o restaurante universitário fechar, para não deixar faltar bolsa e auxílio estudantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que a gente sempre pontua que investir na educação é importante, mesmo que digam que investir custa caro, mas para nós não perguntam quanto custa um país sem ciência. Então, acho que essa é uma pergunta que a gente também precisa fazer: quanto custa um país sem ciência, ao invés de a gente ouvir que investir na educação custa caro? Quanto custa formar menos professores? Quanto custa produzir menos pesquisa? Quanto custa abandonar uma geração inteira de jovens talentosos porque faltou uma bolsa, um restaurante universitário ou um lugar para morar? Então, a educação nunca foi gasto, ela sempre foi o investimento mais inteligente que uma nação pode fazer quando ela quer ser soberana.

E aí eu quero concluir dizendo que a nossa geração recebeu uma grande missão: as gerações que vieram antes de nós lutaram para abrir portas das universidades públicas e a nossa responsabilidade agora é garantir que os filhos e as filhas da classe trabalhadora não apenas entrem nessas instituições, mas que saiam delas com o seu diploma na mão, porque sem a permanência, sem o acesso e sem permanência, é uma democratização incompleta para nós. Então, para que nenhum jovem... Nós acreditamos que nenhum jovem deveria abandonar seu sonho por falta de condições, e abandonar a universidade não está economizando recursos, está desperdiçando inteligência, talento, desenvolvimento e futuro.

Então, a UNE seguirá defendendo a Rede Federal forte, universidades públicas fortalecidas, socialmente referenciada e uma assistência estudantil capaz de garantir que o direito à educação seja pleno, democrático e, cada vez mais, com o filho da classe trabalhadora entrando na universidade e saindo com o seu diploma na mão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Letícia Holanda, Diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nós estamos sempre correndo atrás do tempo, não é?

Eu fiz uma conversa aqui, rapidamente, na mesa... No encerramento, eu proporia – e vocês que decidem – que falaria o Sr. Marcelo Bregagnoli, em nome do Governo, que está aqui na mesa; e uma pessoa que vocês indicassem, que falaria em nome dos outros painelistas. Na última reunião, foi o Magnífico Reitor Júlio Xandro que falou.

Pode ser? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então está.

Como as mulheres foram minoria aqui na mesa, eu diria que o Plenário escolheria uma mulher para também fazer as consagrações finais.

Pode ser?

Vocês vejam quem é. (*Pausa.*)

É aqui? Devolveram para você. Então está, vamos lá então.

Eu passo, de imediato, ao Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Se puder – se puder – falar em cinco minutos, eu agradeço; mas, também, se não puder, não tem problema. Eu tenho que sair daqui às 16h30.

O SR. MARCELO BREGAGNOLI (Para expor.) – Ótimo, Senador, eu vou tentar ser bastante objetivo.

Na verdade, quero agradecer ao senhor, a todos da Comissão, à Senadora Teresa Leitão, sempre uma companheira nos assuntos.

Eu queria reforçar aqui uma questão de destaque porque, às vezes, a gente não tem a percepção da dimensão que foi a recomposição do orçamento, sobretudo, de 2022 para cá. E aí eu queria dar alguns dados para que a gente reforçasse isso, porque a gente falou muito da 2.994, que é a nossa assistência estudantil da Rede Federal, mas o aumento qualitativo e quantitativo do valor da 20RL, que é o orçamento total das instituições.

A gente sai de uma realidade, da PLOA de 2022, de R$2,132 bilhões, para um valor, efetivo deste ano, Senador, de R$3,2 bilhões. Isso foi a diferença que foi incorporada ao orçamento das instituições, para além da 2.994; então, estão aí a 2.994 mais a 20RL. Ou seja, as instituições também tiveram um acréscimo considerável do orçamento, em função, sobretudo... E aí eu falo que a PEC da Transição foi essencial quando o Presidente a negociou, senão a gente não conseguiria passar 2023, e o aumento da nossa LOA.

Inclusive, nós estamos no momento de rever a nossa matriz – a gente fez isso, Senador, em 2023, para sua aplicação em 2024 –, e eu já falei isso ao pessoal da Setec, do MEC: nem que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assuma a comissão paritária da matriz, mas em novembro nós vamos ter uma nova portaria de matriz de distribuição de orçamento em função de fatores, sobretudo, qualitativos.

E aqui eu destaco a questão do nosso – e aí eu uso uma palavra muito utilizada pela Veruska – trabalhador estudante, ou seja, aquelas instituições que estão favorecendo a abertura de cursos noturnos, para que a gente atenda realmente o nosso trabalhador estudante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Como eu estudei, como eu estudei. (*Palmas.*)

O SR. MARCELO BREGAGNOLI – A exemplo do senhor! Eu fiquei muito feliz de saber que o senhor também é filho da escola técnica, da educação profissional e tecnológica.

E valorizar também as instituições que fazem esse atendimento dos estudantes acerca dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, do RIP, que a gente tanto fala, a questão das instituições que estão atendendo os percentuais legais, principalmente a oferta de cursos técnicos, licenciaturas, EJA; então, a gente tem que ter um olhar voltado para uma matriz que valorize, uma matriz que também verifique a análise qualitativa dos resultados do Enade, do IGC. Nós vamos colocar isso... E logicamente é um trabalho muito integrado com o Conif, mas a gente precisa ter isso instrumentalizado, e a gente tem certeza de que o valor-referência vai se elevar. Eu tenho certeza de que o Ministro Leonardo Barchini vai trazer isso novamente – também está como pauta central –, e, com o apoio do senhor e dos demais congressistas, a gente espera esse aumento.

Então, estou falando aqui de uma questão orçamentária, e logicamente não tem como eu não destacar o apoio que vocês deram na aprovação dos 16,3 mil cargos, aprovados no início deste ano. Isso foi uma diferença muito grande para a Rede Federal; a gente já tinha liberado 694 cargos, dos quais muitos nutricionistas, psicólogos que vão ajudar nesse processo de permanência estudantil, mas esses 16,3 mil cargos vêm efetivar isso que o Sr. Júlio falou, que é o princípio da consolidação e o da expansão, conjuntamente.

Então, é o maior número histórico de aprovação de cargos por um Governo para a Rede Federal, então só tenho a agradecer e parabenizar a todos pelo trabalho coletivo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Marcelo Bregagnoli, Secretário de Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação (Setec/MEC), que deu um resumo, e me senti contemplado quando você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

disse que, em torno de 17 mil – em torno, estou falando – foram contratados para garantir o nosso ensino técnico.

Passamos a palavra... Agora alguém escolhe: quem quer falar primeiro, a Magnífica Reitora ou o Magnífico Reitor? Escolham. (*Pausa.*)

Então, passo a palavra à Magnífica Reitora Veruska Machado, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Estou falando rápido por causa do tempo, viu? O importante é ouvi-la! (*Risos.*)

A SRA. VERUSKA MACHADO (Para expor.) – Vou falar rápido também.

Eu queria só fazer uma retrospectiva, porque, às vezes, não dá tempo de fazer na primeira fala, em relação ao momento em que a rede surge na 11.892. É um momento de grande pujança que a gente tem até 2015, mais ou menos. A gente surge em dezembro de 2008; de 2009 até 2015, a gente entra numa grande pujança; e, quando a gente entra naquele movimento de conseguir fazer todas as ofertas – do técnico integrado, do técnico subsequente, das licenciaturas, dos cursos tecnólogos –, quando a gente entra naquele movimento de conseguir fazer toda a política e toda a verticalização, a gente começa a ter uma forte retração no investimento em educação pública no país. Isso é em 2016.

Então a gente precisa compreender a rede nesses momentos históricos: a rede não está solta dentro do quadro sociopolítico do nosso país. Em 2016, a gente tem uma retração e a gente tem o não investimento na educação pública. E o que acontece? A gente está ampliando. A gente está aumentando o número de estudantes, aumentando o número de ofertas e começando a ser reconhecido como uma rede que é altamente inclusiva, com uma alta procura de pessoas com deficiência, por exemplo.

E o que acontece de 2016 a 2022? A gente tem uma retração no investimento com um aumento da oferta da rede em todos os sentidos. Então a gente passa a fazer um trabalho, que é bastante desidratado do ponto de vista de recurso, mas a gente não deixa de cumprir essa missão. Em 2023, a gente tem uma retomada com uma tentativa de recuperação gradativa que a gente reconhece, feita pela Setec, pelo MEC, mas a gente tinha crescido muito, e foram muitos anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sem investimento. Então a gente tem um déficit de investimento que vai precisar continuar acontecendo ao longo dos próximos anos.

Isso tem uma relação total com a questão da alimentação. A gente tem – e isso é louvável – um aumento no valor da alimentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar do FNDE, mas a gente tem que destacar que o Pnae é suplementar, ou seja, ele é um apoio. A gente tem que ter as condições efetivas de alimentação.

Nesse sentido, o que eu acho que a gente precisa realmente trazer é: investir em educação, como Fenet, Ubes e UNE trouxeram, é investir no país. Não há que se questionar acerca de um país sem produção científica; não há que se questionar acerca de um país sem formação de trabalhadores e trabalhadoras, sem desenvolvimento regional. Então investir na educação profissional e tecnológica é investir no país. Portanto, não há que se falar de gasto, há que se falar de investimento. E é isso que eu acho que a gente precisa construir: caminhos para que a gente possa efetivar, ainda de forma mais brilhante, aquilo que essa rede tem feito na vida das pessoas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Magnífica Reitora Veruska Machado, Vice-Presidente de Relações Institucionais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Então, para concluir, Magnífico Reitor Júlio Xandro Heck, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O SR. JÚLIO XANDRO HECK (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim.

Então, me cabe, Senador, enquanto Presidente, iniciar com dois agradecimentos: primeiro ao senhor e aos demais colegas desta Comissão, pela sua sensibilidade, pela sua compreensão de cenário e de momento político que o Brasil vive, e, principalmente, pela compreensão da importância do nosso tema, Senador. Então, em nome dos meus colegas reitoras e reitores, aqui fica registrado o nosso agradecimento ao senhor e aos demais colegas da Comissão.

Também, Senador, quero agradecer e destacar o trabalho, à frente da Setec, do Secretário Marcelo Bregagnoli, que, além de Secretário, é ex-Reitor, tal qual muitos aqui de nós presentes e que, por conta disso, sempre teve uma sensibilidade aguçada e um entendimento dos problemas que afligem a Rede Federal, incluindo a alimentação escolar e tantos outros, né, Secretário? Quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também, Senador, destacar o trabalho antes feito e liderado pelo Ministro Camilo e, agora, pelo Ministro Leonardo, mas, em especial, aqui, destacar o trabalho do Secretário Bregagnoli e de toda a sua equipe.

Senador, também acho que é desnecessário o convencimento sobre a importância da pauta. Basta qualquer cidadão brasileiro ouvir não o Júlio e a Veruska, mas ouvir o Ray e o Paulo, que estão aqui do meu lado, que foram absolutamente brilhantes e firmes nos seus entendimentos e na defesa que fizeram e convictos disso. Nada como ouvir do usuário da Rede Federal, do principal usuário, do motivo da nossa existência por que reitores e reitoras lutam por alimentação, Senador. Então, se havia – e não é o seu caso, evidentemente – alguma dúvida sobre a importância desse tema, ao ouvir Paulo, ao ouvir Ray, certamente vocês têm a convicção de que é o tema do momento e de que nós precisamos do apoio do senhor e dos seus colegas daqui, de Senado.

A pauta da alimentação é a pauta da vez. Nós, reitores e reitoras, Senador, por vezes, já nos manifestamos cansados, inclusive, com o tema, que é redundante, é repetitivo, é cansativo, porque, há três anos, cada um de nós, ao encontrar um Deputado e um Senador, a gente fala sobre o mesmo assunto. Mas eu quero dizer com isso, Senador, que nós não pararemos de fazê-lo. Enquanto este tema não estiver resolvido, enquanto nós não pudermos dizer, Paulo e Ray, que a alimentação escolar não é mais um problema para a Rede Federal, nós continuaremos com esse discurso, com essa luta, com esse entendimento, porque nós entendemos que, de fato, esse é o principal mal que aflige hoje e que incomoda a Rede Federal e, principalmente, os seus estudantes.

Por último, Senador, quero registrar aqui, para que fique oficialmente nos *Anais* deste Senado e desta Comissão, o nosso pedido por apoio, apoio na tramitação do PLOA, para que o número, Secretário Bregagnoli, o orçamento da Rede Federal seja digno, justo e que, de fato, reflita as nossas necessidades. Esse dia está se aproximando. Muito em breve, teremos, finalmente, o PLOA 2027 e saberemos o número do orçamento que nos cabe. Então, contamos com o senhor para essa ajuda. Contamos com o senhor também – tenho certeza de que teremos o senhor como parceiro de primeira hora – para a pauta da alimentação escolar na Rede Federal.

Agora sim, colegas, vou me permitir aqui uma pequena quebra de protocolo e fugir um pouco do tema da audiência, para falar do Senador Paulo Paim, como gaúcho que sou, eleitor dele em inúmeras eleições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Paulo Paim completa 40 anos de Legislativo federal, foi Deputado Federal Constituinte, (*Palmas.*) com incontáveis mandatos como Deputado Federal, três mandatos como Senador da República. O Senador Paulo Paim não é um patrimônio do Rio Grande do Sul, Carlos e Nídia, meus colegas Reitores aqui lá do Sul, é um patrimônio do Brasil. O Senador Paulo Paim esteve em inúmeras e incontáveis pautas de que todos nós hoje nos beneficiamos, como a Lei de Cotas, escala 6x1, que está em debate. Inúmeras conquistas dos trabalhadores brasileiros devem-se muito ao Senador Paulo Paim, tanto que, no Estado do Rio Grande do Sul, o Senador Paulo Paim é uma unanimidade. Eu me atrevo a dizer que campos conservadores e progressistas têm no Senador Paulo Paim alguém que os representa; alguém que é ouvido; alguém que, quando abre a boca para falar, seja lá qual for o tema, Senador Paim... seja lá qual for a vertente política de quem lhe ouve, parará para ouvi-lo.

Então o povo gaúcho vai sentir muito a sua falta. Eu particularmente a sentirei no dia de apertar lá os numerozinhos na urna, mas o povo gaúcho vai senti-la nos próximos muitos anos, e tenho certeza de que o povo brasileiro certamente lhe fará justiça por esses 40 anos de Parlamento.

Então, em nome do povo do Rio Grande do Sul, dos meus colegas Carlos e Nídia, mas também do povo brasileiro, nosso reconhecimento e nosso muito obrigado à sua trajetória.

Parabéns e muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu que agradeço, Magnífico Reitor Júlio Xandro Heck, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Científica.

Eu estou controlando no meu relógio e cheguei à conclusão aqui de que eu tenho mais cinco minutos. Então, é mais do que legítimo...

Eu fui Relator do Estatuto da Juventude. São três jovens: uma falou pela juventude, a Letícia, falou o Ray e falou o Paulo. Quem dos três quer falar pela juventude? Escolham aí, porque só pode um. (*Pausa.*)

Ele se escalou já lá, vai. (*Risos.*) Então vai lá, vai lá. (*Pausa.*)

Vai lá, Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO VIANA (Para expor.) – É mais para agradecer novamente este espaço e apresentar para o Conif que vamos estar lado a lado, mais uma vez, nas próximas sessões, e que vamos continuar fazendo a pressão, seja aqui dentro do Parlamento, seja dentro das bases dos institutos federais, que são os grêmios estudantis, que são os centros acadêmicos, que são as associações de pós-graduandos, para que também os estudantes possam conhecer a realidade das instituições em que eles estudam; para que eles sejam formados para cobrar as pessoas certas; e para que, neste ano, na disputa eleitoral, esses estudantes estejam formados e votem naqueles que também defendam a rede federal.

É porque não é à toa, não nasceu do dia para noite essa decisão, essa precarização que a gente vê, principalmente das instituições federais, e esse ataque que a gente sempre sofre, todo dia, que é uma deslegitimação da universidade federal, que é uma deslegitimação do ensino público. Não é à toa que a gente vê, cada vez mais, projetos conservadores avançando dentro desta Casa, como a própria disposição do Fundo Social do pré-sal, como a linha de crédito para a agropecuária, como as escolas cívico-militares, como o *homeschooling*.

Então a gente precisa, cada vez mais, defender as instituições públicas, gratuitas, de qualidade, fortalecidas. E a gente vai estar ombreando, cada vez mais, a rede federal nessa luta pela independência.

E queria dizer que não existe soberania nacional se não tiver um instituto federal forte com os estudantes fortalecidos, com os estudantes que tenham aparato público para garantir que eles possam sair com o seu diploma e ir diretamente para o mercado de trabalho.

Então, é isso.

A gente não pode se comparar a outros países, mas a gente precisa chegar no mesmo nível. Porque se a China é o que é hoje, é porque ela investe R$3,92 trilhões em ciência e tecnologia, e a gente precisa ainda reivindicar os 10% do PIB para a educação pública. É campanha permanente das entidades estudantis essa luta.

Era um pouco disso o meu desfecho.

Agradeço novamente. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Paulo Viana, que falou pela juventude, naturalmente representando o Ray e a Letícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou entregar aqui para o representante do Governo a carta que eu recebi dos estudantes. Tomei a liberdade de pedir uma cópia: uma fica comigo, que eu vou dar para a Senadora Teresa Leitão – e vou levar uma comigo, depois tiro cópia –, mas vou dar para você também, em nome da moçada aí, essa carta, que é um documento. Eu o li aqui rapidamente, está muito bem construído. Embaixo ele fecha com as propostas. Parabéns!

Pessoal, eu realmente tenho que sair, porque eu estou fazendo um tratamento e, no máximo às 5h10, eu tenho que estar lá, e é fora daqui. E por isso só que eu não vou ficar mais tempo com vocês. Por mim eu ouviria todos vocês, um por um, mas quero só dizer para vocês assim: não é uma despedida, porque despedida ainda vai ser até o fim do ano – eu saio daqui em dezembro.

Quero só dizer para vocês que, nesses 40 anos, eu fiquei muito aqui dentro – muito, muito, muito. Eu praticamente fico entre os Senadores... Se tiver cinco com a maior presença aqui dentro, eu estou entre os cinco. Não quero dizer que eu fico em primeiro; eu fico entre os cinco. Foram mais de mil projetos apresentados nesse período, desde a Constituinte. Em torno de 150, entre autoria e relatoria. Entre eles, eu tenho orgulho de dizer: o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência; Relator da juventude, da política de salário mínimo, da política de cotas... Eu vou parar, senão vou falar aqui do cento e poucos, e não dá.

Mas eu queria dizer que, muitas vezes, lá no Rio Grande, alguns não compreendiam por que eu não estava lá: era porque eu estava aqui. Eu fui eleito para ficar aqui, trabalhando e estando aqui com vocês. Por exemplo, hoje, que eu poderia ouvir um por um. Eu vou para o Rio Grande do Sul uma vez por mês. E vou na sexta e volto no domingo – todo domingo eu volto para segunda-feira estar aqui. E fiz isso durante 40 anos. E deu certo, porque a gauchada acabou me mantendo aqui 40 anos.

Teve uma das eleições para o Senado em que faltou meia dúzia de votos para 4 milhões de votos. Então, eu agradeço a todo o povo do Rio Grande. Se votou em mim ou não votou, não importa; importa que eles foram às urnas defender a democracia e a soberania. E eu fui indicado nesse período todo.

Eu tenho dito uma frase que, quando eu cito, eu meio que me emociono – meio porque fico meio emocionado, e eu me seguro. Depois de 40 anos, é como se eu estivesse numa batalha permanente fora do meu país. É como se eu estivesse fora e, depois de 40 anos, terminou aquele combate e eu tenho que voltar – quem sabe até por causa da idade, o bom combatente não pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ter idade muito avançada. Então, o que eu estou dizendo é que, embora muito insistiram para eu continuar – muitos e muitos pediram para eu ficar mais um período pelo menos –, eu digo: "Pessoal, chega a hora de passar o bastão e chega a hora de eu voltar para casa". (*Palmas.*)

Outros virão e vão continuar esse trabalho.

Para terem uma ideia, eu tenho uma bisneta que eu não conheço. Ela já está com quatro anos, e eu não a conheço. E ela queria muito que eu fosse visitá-la. Está no exterior, ela nasceu fora do Brasil. Queria que eu fosse lá como Senador. Eu vou tentar ir ainda e vou ter que ir até o final do ano.

Mas em momentos como este, em que a emoção vai tomando conta, vocês podem ter certeza: eu gostei muito do que eu fiz aqui. (*Manifestação de emoção.*) Se perguntassem o que eu gostaria, se eu tivesse a oportunidade... Se Deus dissesse – eu já estou com 76 –: "Você vai voltar para os 18, você gostaria de fazer o quê?", eu gostaria de fazer tudo de novo o que eu fiz. Começar no movimento estudantil... Fui Presidente do Ginásio Noturno para Trabalhadores, em plena ditadura, e não vou entrar aqui nos detalhes do que aconteceu; fui Presidente de sindicato; fui Vice da CUT Nacional; fui Presidente da Central Única do Rio Grande do Sul. E foi num congresso que eu saí para ser Constituinte, indicado pelo povo gaúcho.

Eu gosto muito daquela música My Way, que é de um francês, mas cantada muito por Frank Sinatra. Ela diz e resume o que eu disse aqui agora – vou só pegar uma frase, porque eu a adoro, mas não sei de cor, né? –, a My Way diz: se errei, se acertei, se chorei, se sofri, o importante é que eu fiz do meu jeito – e faria tudo outra vez. As políticas humanitárias sempre em primeiro lugar.

Um abraço muito grande a todos vocês, contem comigo até o fim do ano e depois também. (*Palmas.*) Eu saio do Parlamento, mas não sairei das lutas; estarei junto, em defesa da democracia, da soberania e de todo o nosso povo.

Que Deus nos ilumine!

Senador Paim está voltando para casa.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Teresa Leitão e Camilo Santana, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Eduardo Gomes, Wilder Morais e Giordano, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Eleição**. **Finalidade:** Eleição de novo Presidente da Comissão de Educação e Cultura para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Eleito o Senador Camilo Santana como presidente da Comissão de Educação e Cultura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Camilo Santana
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento os Senadores que estão nos acompanhando e cumprimento o Senador Camilo Santana.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Seção Legislativa da 57ª Legislatura que se realiza nesta data, 8 de julho de 2026.

A presente reunião destina-se à eleição de Presidente para completar o mandato relativo ao biênio 2025-2026, em decorrência da renúncia da Senadora Teresa Leitão ao cargo, nos termos do art. 88, §4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada até o momento a indicação para Presidente do Senador Camilo Santana.

Não tendo sido registrada outra chapa, consulto os senhores membros se concordam em realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Chamo a atenção do Senador Camilo Santana para o alto quórum com que nós estamos aqui no dia de hoje, um quórum muito significativo, muito relevante, muito à altura deste momento que a gente está vivendo de eleição de um novo Presidente.

Coloco em votação por aclamação o nome do Senador Camilo Santana. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade, para Presidente da Comissão de Educação e Cultura.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito, por aclamação, o Senador Camilo Santana Presidente desta Comissão.

Convido o Presidente. (*Palmas.*)

Antes de fazermos a transição física... (*Risos.*)

porque a política já está feita, eu quero fazer alguns comentários, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao concluir esse biênio à frente da Comissão de Educação e Cultura, registro toda a minha gratidão aos Senadores e às Senadoras, ao Presidente Davi Alcolumbre, pelo apoio institucional e, em especial, ao Senador Camilo Santana, companheiro na reconstrução da agenda educacional brasileira.

Nós estamos com um Presidente, Senador, ex-Ministro da Educação com entregas, com realizações, como diz o Presidente Lula, que nos orgulham, orgulham todo o Governo.

O Presidente Lula diz que ele vai ser inscrito como o melhor Ministro da Educação dos seus Governos.

Para mim, nesta Comissão, como Presidenta, foram dois anos marcados pela retomada do planejamento da educação como política de Estado.

Depois de um período de descontinuidade, restrições orçamentárias e enfraquecimento da participação social, o Brasil voltou a construir coletivamente seu futuro educacional. Esse processo teve dois marcos históricos: a aprovação do Sistema Nacional de Educação e o novo Plano Nacional de Educação.

Pela primeira vez, o país passa a contar com um plano concebido sobre a vigência do Sistema Nacional de Educação, fortalecendo a cooperação federativa, a governança e o acompanhamento das políticas públicas. Essas conquistas foram precedidas pela retomada do Fórum Nacional de Educação, na gestão do Senador Camilo, como Ministro, pela realização das conferências de educação e pelo grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério da Educação, reunindo governos, conselhos, entidades e sociedade civil. Foi um processo construído pelo diálogo e pela participação democrática.

A Comissão de Educação fez desse tema a sua prioridade nesse último período. Promovemos dezenas de audiências públicas sobre o PNE, e mantivemos intensa atividade legislativa em temas como: valorização dos profissionais de educação, financiamento, educação básica e superior, inclusão, equidade, ciência, inovação e cultura. Pauta em que também avançamos e que temos pontos importantíssimos para a continuidade do trabalho desta Comissão.

Neste biênio, aprovamos 70 matérias em decisão terminativa; emitimos 40 pareceres adicionais aprovando matérias; realizamos 59 audiências públicas; aprovamos 87 requerimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e contribuímos para que 43 proposições fossem transformadas em lei. Entre elas, destaco as que já citei e mais algumas: o Sistema Nacional de Educação, o Plano Nacional de Educação, a Carteira Nacional Docente, o Cadastro Brasileiro de Creches, a inclusão dos professores de educação infantil na carreira do magistério, medidas de proteção nas escolas, alimentação escolar saudável, educação financeira, fortalecimento das bibliotecas públicas e importantes iniciativas voltadas à educação indígena, quilombola e do campo.

Também apresentamos propostas para o projeto sobre a educação midiática e digital e a PEC da universalização da educação em tempo integral, além de criar a Subcomissão Permanente do Plano Nacional de Educação, que acompanhará a sua implementação ao longo da última década.

Registro meu reconhecimento ao trabalho do então Ministro Camilo Santana, do atual Ministro Leonardo Barchini, da equipe do Ministério da Educação, do Fórum Nacional de Educação, da equipe do Ministério da Cultura e de todas as instituições que contribuíram para essa reconstrução.

Agradeço, de forma muito especial, aos servidores da Comissão, na pessoa da Secretária-Executiva Andréia Mano, da Secretária-Adjunta Camila Bittar, nossa retaguarda segura e serena aqui na Comissão da Educação e a toda a equipe técnica, cuja dedicação foi essencial para os resultados alcançados.

Transmito, hoje, a Presidência desta Comissão ao Senador Camilo Santana com a convicção de que ele recebe uma Comissão fortalecida, respeitada e comprometida com a implementação do Plano Nacional e com a consolidação do sistema nacional. O maior legado deste biênio foi demonstrar que, quando o Parlamento, o governo e a sociedade trabalham juntos, somos capazes de construir políticas públicas permanentes para garantir o direito à educação e fortalecer a democracia.

Com a consciência tranquila e com a melhor das expectativas, a gente não podia ter um Presidente, neste momento, com esse suporte, com esse conhecimento de todas as pautas que aqui tramitam, porque tratou delas, trata delas ao longo da sua história, como o Senador Camilo Santana.

Parabéns, Camilo! Sucesso para você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos trocar de cadeira. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Vou primeiro dar um boa tarde e cumprimentar aqui minha querida Senadora Teresa Leitão, que agora assume – já assumiu, né – uma nova missão importantíssima para o Governo do Presidente Lula e para o país, como Líder do Governo no Senado Federal.

E quero parabenizá-la, Senadora, não só pela sua história em defesa da educação, mas por toda a contribuição que a Senadora deu ao longo desses quase 3 anos e 7 meses como Senadora e como Presidente desta Comissão. Eu sou testemunha disso porque, como Ministro da Educação, em muitas das pautas que nós encaminhamos e debatemos – aqui nesta Comissão e no Senado Federal –, tivemos sempre o apoio dos Senadores, desta Comissão e, principalmente, da Presidenta Senadora Teresa Leitão. Então, eu queria lhe agradecer por isso.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que estão de forma semipresencial participando e agradecer a confiança. A Senadora Teresa colocou a sugestão de eu assumir esta Comissão. Eu sei que é por pouco tempo – que é até completar este mandato, este período –, mas para mim é uma grande honra, porque a educação, para mim, é um princípio de vida; e muitas das conquistas que alcançamos ao longo deste terceiro mandato do Presidente Lula passaram por esta Casa.

E vou reforçar aqui, mais uma vez, o Sistema Nacional de Educação, que, para mim, foi um marco importante para... É o SUS da educação brasileira, que há muitos anos estava na Casa e que, sob a liderança da Senadora Teresa Leitão, sob a Presidência do Alcolumbre, a gente conseguiu colocar para votação e aprovação. O próprio Plano Nacional da Educação eu acho que foi em um tempo recorde, né? É só lembrar quanto tempo passou para o plano nacional anterior ser debatido nesta Casa: anos. E a gente conseguiu implementar um plano objetivo, técnico, bem conciso e que foi aprovado; que agora é a nossa diretriz para as para a implementação das políticas neste país.

E posso aqui, também, lembrar de vários pontos importantes que passaram por esta Comissão, que passaram por esta Casa, como a aprovação do programa Pé-de-Meia, cujos resultados saíram recentemente: nós conseguimos reduzir em 61% a evasão escolar no ensino médio brasileiro em escola pública – acho que foi um grande conquista para o país; a aprovação, também, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, em que também tivemos um avanço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

importante neste terceiro mandato: todos os estados brasileiros e municípios brasileiros aderiram à política de alfabetização na idade certa. Inclusive, o Senado criou uma premiação para premiar os estados que apoiam e fortalecem essa política. E conseguimos sair de 36% de crianças que sabiam ler e escrever para 66% em 2025. Acho que é um grande avanço, importante.

A retomada de obras. Para retomar as obras, Senadora Teresa, a gente precisou aprovar, aqui no Senado, uma lei permitindo corrigir os valores das obras que estavam há cinco, dez anos paralisadas. Foi uma ação importante para entregar creches e escolas neste país.

O Programa Escola em Tempo Integral, com que atingimos a meta do PNE passado, 25,8% das matrículas de ensino básico em tempo integral.

A lei que restringiu o uso de celulares nas escolas, a nova Lei de Cotas, a Universidade Indígena, a Universidade do Esporte, enfim, muitas ações importantes, que passam sempre por esta Casa e com grande contribuição de Senadores e Senadoras, fora várias outras políticas que foram sugeridas, votadas e aprovadas por decisões de Senadores e Senadoras, por iniciativa de Senadores e Senadoras aqui desta Casa.

Posso lembrar também que o novo piso do magistério foi uma luta com a categoria e com os Prefeitos e Governadores deste país. Pela primeira vez, a gente fez uma mudança importante, para que nunca mais um professor deixe de ter um reajuste, pelo menos, da inflação, mas com ganho real do magistério brasileiro.

Então foram muitas ações, e eu quero dizer que assumo aqui esta Comissão, já recebendo aqui um balanço do biênio, de muitas matérias importantes aprovadas nesta Comissão, com audiências públicas e com matérias também que serão aprovadas aqui, a que eu darei prosseguimento.

Quero contar aqui muito com a equipe competente desta Comissão, saudando e parabenizando. E a Senadora Leitão já me passou as informações de quanto a equipe é competente.

Então eu quero dizer aqui que estarei aqui mais como um servidor, para ajudar nessa construção, por acreditar que a educação é o grande caminho de uma nação, de um país que se diz soberano, independente, justo; isso se dá através da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então eu me coloco aqui à disposição, trazendo um pouco da minha experiência desde a época de Governador de estado, de Ministro da Educação, com muita honra, e agora, tendo a honra de presidir esta Comissão, para que a gente possa fazer um bom debate. Eu sempre digo que a educação precisa estar acima de qualquer questão política ou partidária neste país. O que está em jogo é a qualidade da educação para as nossas crianças e os jovens deste país.

Temos muito ainda a fazer, muito caminho a ser percorrido.

Mas, Presidente, queria agradecer a confiança, a confiança dos meus colegas titulares e suplentes desta Comissão e dizer que estaremos aqui à disposição para dar essa contribuição até o final deste mandato.

E mais uma vez, parabenizo essa grande Senadora, essa grande mulher, essa grande professora, nossa querida Senadora Teresa Leitão.

Bom, não havendo mais nada a tratar, não tem pauta hoje, eu convoco a próxima reunião da Comissão de Educação e Cultura, a realizar-se na próxima terça-feira? Terça-feira, dia 15. Então, fica convocada a Comissão para a próxima reunião no dia 15 de julho.

Declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e treze minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Camilo Santana e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Romário, Teresa Leitão, Paulo Paim, Humberto Costa, Lourdinha Pereira, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Weverton, Otto Alencar, Lucas Barreto e Carlos Viana, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 29ª, 30ª, 31ª e 32ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4600, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a divulgação e transparência pública das informações relativas à autorização e reconhecimento dos cursos superiores e ao credenciamento das instituições de educação superior." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*ad hoc*), em substituição ao Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3878, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática." **Autoria:** Senador Castellar Neto (PP/MG). **Relatoria:** Senador Humberto Costa (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da Emenda nº 1-CDH e com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com as Emendas nºs 1 – CDH/CE e 2 – CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2234, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para adequar a obrigatoriedade à educação básica à forma disposta na Constituição Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CDH (de redação). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com a Emenda de redação nº 1-CDH/CE. **Observação:** 1. A matéria vai ao Plenário. 2. Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3061, de 2024 - Terminativo -** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

"Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet); a Lei nº 14.835, de 4 de abril de 2024 (Sistema Nacional de Cultura); e a Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), a fim de determinar o fomento prioritário às expressões culturais reconhecidas pelo Estado como manifestação da cultura nacional ou como patrimônio cultural do Brasil." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 - CE (substitutivo) oferecida ao projeto. O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 743, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para permitir a utilização de transporte escolar oferecido aos alunos da educação básica pública residentes em área rural pelos seus professores ou por estudantes da zona urbana e da educação superior; e revoga dispositivo da Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Camilo Santana ((*ad hoc*), em substituição à Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CE nos termos da Emenda nº 2 – CE (substitutivo). **Observação:** 1. A matéria vai ao Plenário. 2. Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 663, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1036, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Carreiro de Boi." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (*ad hoc*), em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 39, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2234/2024, que 'altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para adequar a obrigatoriedade à educação básica à forma disposta na Constituição Federal'." **Autoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 40, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 743/2023, que 'altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para permitir a utilização de transporte escolar oferecido aos alunos da educação básica pública residentes em área rural pelos seus professores ou por estudantes da zona urbana e da educação superior; e revoga dispositivo da Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013'." **Autoria:** Senadores Camilo Santana e Lourdinha Pereira. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Camilo Santana
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/12

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de agosto de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 29ª, 30ª, 31ª e 32ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 30 de junho e 1º, 6 e 8 de julho de 2026.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3878, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática.

Autoria: Senador Castellar Neto (PP/MG)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto, da Emenda nº 1-CDH e com um emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDH.

2. Em 09/06/2026, o projeto foi retirado de pauta.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Sr. Senador Humberto Costa sobre se pode ser o Relator *ad hoc* da matéria. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, posso ir diretamente à análise?

Trata-se de projeto de autoria do Senador Castellar Neto que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais, para incluir a exigência de aprovação em banca de avaliação prática.

Análise.

Compete à CE opinar sobre matérias alusivas à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, conforme previsto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise do PL 3.878, de 2024, por este Colegiado.

A proposição observa requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa. Não há óbices à aprovação da matéria no que concerne a esses aspectos.

Em relação ao mérito, o projeto é pertinente e representa avanço significativo na promoção da acessibilidade, ao buscar aprimorar a prestação de serviços oferecidos por tradutores, intérpretes e guias-intérpretes de Libras. A medida propõe o estabelecimento de critérios rigorosos para a habilitação profissional, conferindo maior segurança e qualidade na comunicação com pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

As medidas veiculadas na proposição encontram fundamento no art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, que declara ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Dessa forma, compete à legislação estabelecer os parâmetros necessários para que os profissionais sejam considerados aptos ao exercício de determinada atividade.

No caso da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete, a regulamentação atual está prevista na Lei 12.319, de 2010, cujos requisitos não têm se mostrado suficientes para assegurar a qualidade e a eficiência necessárias ao exercício profissional. Dada a complexidade e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

importância da interpretação de Libras nos mais diversos contextos, é essencial que seja assegurada a competência prática do profissional, além da formação teórica, de forma a conferir concretude à igualdade material das pessoas com deficiência. É esse o objetivo da proposição em comento, que, no entanto, carece de pequenos ajustes.

Nesse contexto, a Emenda nº 1-CDH promove aprimoramentos relativos à técnica legislativa e ao mérito da proposição, especialmente no que concerne às especificações de avaliação para o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras.

Não obstante, entendemos importante ressaltar que o presente projeto diz respeito somente à Lei 12.319, de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), não se estendendo aos tradutores públicos e intérpretes comerciais, disciplinados pela Lei 14.195, de 2021, e regulamentados pela Instrução Normativa 52, de 2022, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração. Assim, apresentamos emenda para que a especificidade do projeto fique clara.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.878, de 2024, e da Emenda nº 1-CDH, com a emenda que segue.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, lembrando que a votação será nominal e realizada em bloco.

Passo agora para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 663, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 30/06/2026.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE. Como Relator.) – Peço permissão a V. Exa. para partir diretamente da análise.

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas. Conforme estabelecido no inciso I do art. 49 também do normativo interno, foi confiada à CE competência para decidir terminativamente sobre a matéria.

Em razão do caráter exclusivo da proposição, cabe a esta Comissão pronunciar-se também em relação à constitucionalidade e juridicidade da matéria em questão.

Quanto à constitucionalidade, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura. Observa-se legítima a autoria parlamentar, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

Portanto, não há vícios relacionados à constitucionalidade e juricidade nem falha de natureza regimental.

No que diz respeito ao mérito, entendemos que a matéria deve prosperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição Federal de 1988 representa um marco civilizatório na história do Brasil ao garantir não apenas direitos sociais fundamentais, mas também o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Nesse espírito, o SUS transcende sua dimensão estritamente sanitária para se constituir como expressão genuína da identidade e dos valores do povo brasileiro. Reconhecê-lo formalmente como manifestação da cultura nacional é a formalização de algo que já pertence ao patrimônio cultural do país.

Desde sua regulamentação, o SUS incorporou princípios que refletem anseios históricos da sociedade brasileira: universalidade, integralidade, equidade e participação social. Esses valores não nasceram em gabinetes isolados, mas foram forjados em décadas de luta popular, em movimentos sociais, em conferências de saúde e no cotidiano de comunidades que exigiam o direito de viver com dignidade. Trata-se, portanto, de uma construção coletiva que carrega em si a memória, os saberes e as práticas de um povo.

O SUS também dialoga profundamente com as culturas populares ao incorporar conhecimentos tradicionais, práticas integrativas e complementares e a medicina comunitária em sua estrutura. Ao reconhecer e valorizar essas expressões no âmbito da saúde pública, o SUS atua como guardião de um saber plural e diverso, representativo das múltiplas identidades do Brasil. Essa dimensão cultural do SUS, frequentemente invisibilizada nos debates técnicos, merece ser celebrada e protegida com o mesmo zelo dedicado a outras manifestações do patrimônio imaterial brasileiro.

A proposta de reconhecimento formal do SUS como manifestação da cultura nacional foi aprovada na 17ª Conferência Nacional de Saúde, em 2023, e reflete a compreensão de que políticas públicas de tamanha envergadura não são apenas instrumentos de gestão, mas também símbolos da capacidade organizativa e civilizatória de uma nação. Dar visibilidade a esse reconhecimento por meio legal é uma forma de consolidar o SUS diante de eventuais ameaças, reafirmando seu papel insubstituível na vida dos brasileiros e seu caráter de conquista permanente e irrenunciável.

Reconhecer o SUS como manifestação da cultura nacional é, em última análise, reconhecer o Brasil em sua melhor versão: um país que escolheu a solidariedade como fundamento de sua política de saúde, que financiou coletivamente o cuidado com a vida e que transformou a luta por dignidade em sistema público. Resguardar e dignificar o SUS é, portanto, resguardar a identidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de um povo que, apesar de todas as adversidades, construiu uma das maiores e mais abrangentes políticas de saúde pública do mundo.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 663, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Sr. Senador Humberto Costa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, lembrando que a votação será nominal e realizada em bloco.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1036, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Carreiro de Boi.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 16/06/2026 e 30/06/2026.*

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Flávia Morais.

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra.

Consulto se o Senador Humberto Costa pode ser o Relator *ad hoc* da matéria. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, observam-se igualmente cumpridos os pressupostos materiais e a inexistência de falhas regimentais na proposição.

Pelo prisma da matéria, harmoniza-se com o dever do Estado de proteger as manifestações das culturas populares e o patrimônio imaterial, conforme preceituam os arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

No tocante à juridicidade, a matéria atende plenamente aos requisitos da Lei 12.345, de 2010, que exige a comprovação de alta significação para a sociedade mediante consultas ou audiências públicas.

Quanto ao mérito, a matéria alcança patamar de excelência ao propor o reconhecimento de uma categoria que personifica a própria gênese da identidade rural brasileira. Os carreiros de boi atuam como os guardiões de um saber tradicional que assegurou, por séculos, a integração territorial e a pujança da logística agrícola do país. A labuta, pautada pela resiliência e pela transmissão de conhecimentos geracionais, foi o alicerce que permitiu o escoamento da produção e a sociabilidade em regiões onde outros meios de transporte eram inexistentes.

Os protagonistas dessa tradição são o trabalhador rural e sua família que, ainda nos dias de hoje, se organizam em comitivas para desempenhar os papéis de carreiro e candeeiro, este último geralmente exercido por jovens aprendizes. A magnitude do compromisso com a preservação da fé e do legado ancestral evidencia-se em jornadas que superam 100km ao longo de sete dias consecutivos. Motivada pela gratidão por bênçãos recebidas e pelo cumprimento de promessas ao Divino Pai Eterno, essa peregrinação transforma o carro de boi em uma "casa volante", na qual o convívio familiar reforça o sentimento de pertencimento à cultura sertaneja. A prática demonstra virtudes intrínsecas à categoria, como a resiliência diante das intempéries, a solidariedade nas estradas e o domínio técnico necessário para conduzir a boiada e manter o característico "cantar" do eixo.

A romaria de carros de boi da Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade, Goiás, foi reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2016, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, inscrito no Livro das Celebrações. Em 2025, a manifestação atingiu patamares inéditos ao reunir 432 carros de boi, marca que a consagra como a maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

celebração do gênero no mundo. A pujança desse movimento também é ratificada pelos indicadores da festividade, que registrou a presença de mais de 4,3 milhões de fiéis durante o período comemorativo, o que demonstra a preservação e a valorização do patrimônio cultural.

A romaria em Goiás destaca a figura do carreiro como um ícone nacional que transcende fronteiras regionais. Manifestações análogas existem em Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina e atestam a representatividade desse modo de vida.

Em Alagoas, a cidade de Olivença promove a Festa do Carro de Boi em 10 de janeiro, ocasião em que uma extensa procissão conduz a imagem de São Sebastião e mobiliza a população local e regional. Em Minas Gerais, a tradição manifesta-se em Gonçalves e alcança grande relevância em Vazante. No Rio de Janeiro, o Distrito de Raposo, em Itaperuna, realiza desfiles em homenagem a Maria ao final de maio, período próximo ao qual Santa Catarina também registra festividades similares em São João do Sul.

A escolha de 6 de setembro para o Dia Nacional do Carreiro de Boi fundamenta-se na convergência de marcos legais e na expressiva representatividade dessa cultura em diversas regiões brasileiras. A data possui precedência jurídica em Goiás, estado que instituiu a efeméride em 2008, e guarda harmonia com o ciclo de celebrações rurais do Sudeste, a exemplo das tradicionais procissões de Minas Gerais. A padronização nacionaliza, pois, o reconhecimento de um ofício que, embora apresente calendários distintos em estados como Alagoas, Rio de Janeiro e Santa Catarina, compartilha a mesma essência de integração do território e de salvaguarda dos saberes ancestrais.

A instituição do Dia Nacional do Carreiro de Boi consolida-se como um ato de salvaguarda da memória histórica e das manifestações que definem o modo de vida sertanejo. A valorização desses heróis sem medalha reconhece a resiliência e o saber tradicional de quem, orientado pelo "cantar" do eixo de madeira, abriu caminhos e integrou as fronteiras produtivas do país.

Mais do que fomentar o turismo e a economia local, a efeméride cumpre a missão educativa de transmitir às futuras gerações a nobreza de suas raízes e a relevância do ofício. Portanto, é tributo necessário àqueles que, entre a lida e a fé, desbravaram o Sertão e permanecem como guardiões da identidade nacional no Brasil das toadas e das estradas boiadeiras.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.036, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

A matéria está em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Para discutir.) – Disseram-me que, na sua infância, o Senador Humberto Costa... Senador Humberto Costa, me disseram que o senhor ajudou a compor a seguinte música a respeito disso. Segundo versinho:

> Carro de boi que não geme não é bom.
> Carro de boi que é bom é o gemedor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Mas não fui eu, não. Não tenho essa criatividade. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Se fosse, teria sido muito inteligente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Mas essa toada é muito comum em todo lugar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Aliás, o carro de boi também é uma referência importante no Nordeste.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Sim, são vários estados que são referidos, mas, como o meu também foi, eu quero compartilhar com o senhor. Esse versinho é tipicamente nordestino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – E é assimilado também no Sul do Brasil, como eu disse aqui.

Eu apenas disse que o senhor é o autor, porque o senhor não ia pedir direito de resposta para isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Meu voto é favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Amin.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Bom, passamos agora para o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4600, DE 2025

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a divulgação e transparência pública das informações relativas à autorização e reconhecimento dos cursos superiores e ao credenciamento das instituições de educação superior.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A relatoria é do Senador Confúcio Moura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Senador Amin sobre se ele pode ser o Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Como Relator.) – Presidente, eu fico muito honrado por, emergencialmente, substituir o Senador Confúcio Moura pelo profundo respeito que eu tenho a ele, que sempre foi um lutador, um microfone a favor da educação. E eu tenho uma estima muito especial, talvez realçada pelo penteado, não é? Mas nada que supere os méritos dele como Senador. Igualmente à Senadora Jussara Lima, que merece toda a minha admiração.

O projeto é de muito boa índole e boa destinação.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador, para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Eu vou direto à análise somente para ressaltar que o projeto, além de meritório, preenche todos os requisitos de constitucionalidade e regimentalidade e toma todas as preocupações que a própria LDB tem para si e para o projeto, conferindo segurança aos estudantes quanto à qualidade da instituição e segurança quanto ao curso em que estudam ou estudaram, bem como à sociedade, que terá assegurada a formação adequada dos novos profissionais.

A expansão quantitativa do ensino superior tem demandado esse tipo de cuidado. V. Exa., que, até há pouco, era o Ministro da Educação, sabe que todas as profissões habilitadas por curso superior de alguma forma se preocupam com a qualidade em função da meritória expansão física, quantitativa que tiveram.

Eu, pessoalmente, conheço isso, Presidente, desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1972. Santa Catarina foi pioneira, como estado da Federação, ao alongar de quatro para oito anos o chamado ensino básico ou fundamental. Nós fizemos isso lá um ano e meio antes da Lei 5.692, de 1972. E sempre se teve a preocupação de como é que nós vamos qualificar o professor, como é que nós vamos dotar a escola. Então, esse projeto vem ao encontro desta preocupação.

É lógico que um projeto não vai satisfazer essa demanda de perquirição, de pesquisa para assegurar, mas é um degrau a mais que se coloca na escada da necessária ampliação com a preservação e o aprimoramento da qualidade que o ensino deve prover.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o voto é pela aprovação. E eu enalteço aqui tanto o trabalho da Senadora Jussara Lima quanto o relatório que eu apenas leio, com a preocupação do Senador Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Amin.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Pela ordem.) – Presidente, sobre o item 3, eu não sei se eu preciso pedir urgência antes, mas gostaria de fazê-lo no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Até porque é uma outra homenagem que eu presto à grande figura que presidiu a Comissão de Educação e hoje preside a Comissão de Ciência e Tecnologia – eu estava sob a sua batuta –, o meio catarinense...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Flávio Arns.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... Senador Flávio Arns. Eu costumo sempre dizer que é o quarto Senador de Santa Catarina, pela origem em Forquilhinha, dessa família que enobrece o Brasil, a família Arns, a ponteá-la Zilda Arns, o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns e tantos outros que servem de luz para nós brasileiros.

Então, eu deixo o pedido de urgência condicionado à prática regimental.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – O.k.

Em votação o pedido de urgência.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2234, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para adequar a obrigatoriedade à educação básica à forma disposta na Constituição Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CDH (de redação).

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CDH (de redação).*

A autoria é da Câmara dos Deputados, da Deputada Laura Carneiro.

A pedido do Senador Esperidião Amin, ele fará a leitura *ad hoc* da matéria, em nome do Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Como Relator.) – Repito, Presidente: agradeço-lhe por poder fazer a leitura do relatório do querido amigo Senador Flávio Arns.

O projeto é simples e meritório.

Ele faz o alinhamento da exigência para a educação do que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente à legislação da educação brasileira, substituindo a expressão "estabelecimentos de ensino fundamental" por "estabelecimentos de educação básica" e modificando o art. 57, para prever o estímulo do poder público a pesquisas, experiências e novas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

propostas voltadas à inserção de crianças e adolescentes excluídos da educação básica obrigatória.

Portanto, é um projeto meritório, porque alcança uma determinada vulnerabilidade adicional do menor e do adolescente. Se eles já são, pela própria natureza e idade, vulneráveis, mais ainda numa situação de excepcional conduta.

Assim, a proposição afigura-se meritória porque harmoniza a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente à norma constitucional e legal, ao declarar que a garantia de oferta da educação gratuita e obrigatória se estenderá a toda a educação básica e não apenas à etapa do ensino fundamental.

Em vista disso, o nosso voto – o voto do Senador Arns, que eu endosso – é pela aprovação do projeto de lei e da Emenda nº 1, que já foi a ele incorporada na Comissão de Direitos Humanos.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1, da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

Eu queria solicitar ao querido Senador Esperidião Amin se pode ocupar aqui a Presidência da Comissão para darmos continuidade à deliberação das matérias.

Por gentileza, Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Ex-Ministro da Educação e Senador que eu admiro, Senador Camilo, eu me arvoro aqui na condição não de ex-aluno, mas de ex-aprendiz do Padre Zé Linhares, que é a nossa referência em matéria de educação do Ceará, junto com o meu amigo, meu Professor e meu amigo, Antenor Naspolini.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Ele foi meu Professor na Escola Superior de Administração e Gerência e é catarinense, prestou grande serviço à educação no nosso Estado do Ceará.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Saudoso Padre Linhares e o grande...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Antenor Manoel Naspolini.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – ... Antenor Naspolini. Grandes homens públicos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Concedo a palavra ao Senador Camilo Santana para a leitura do PL 3.061, de 2024, do qual S. Exa. é Relator.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE. Como Relator.) – Presidente, obrigado.

Nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre a cultura, caso que nós estamos analisando nesse projeto de lei, projeto do Senador Rogério Carvalho.

Ademais, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao projeto. A proposição respalda-se nos arts. 24, 48 e 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, atendendo aos requisitos formais de constitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O texto apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da lei complementar de 26 de fevereiro de 1998.

Em relação ao mérito, o projeto é apropriado no que diz respeito ao fomento prioritário às expressões culturais reconhecidas pelo Estado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Contudo, merece pequeno reparo no que diz respeito à prioridade ao fomento às manifestações culturais que não são registradas como Patrimônio Cultural brasileiro, sob a égide do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

O instituto do registro, enquanto mecanismo de proteção do Patrimônio Cultural, é um mandamento constitucional, previsto no art. 216, §1º, da Constituição da República. Para materializar esse dispositivo, o Estado brasileiro promulgou o Decreto nº 3.551, de 2000, o qual instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o PNPI, gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Desde então, os bens culturais registrados são oficialmente reconhecidos pelo Governo Federal como "Patrimônio Cultural do Brasil". Esses bens distinguem-se por representarem práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos como elementos essenciais de sua identidade coletiva. São transmitidos entre gerações e constantemente recriados pelas comunidades em função do seu ambiente, da interação com a natureza e de sua trajetória histórica, promovendo um senso de identidade e continuidade. Com isso, contribuem para o respeito à diversidade cultural e para a valorização da criatividade humana.

Os bens culturais imateriais que podem ser registrados pelo Iphan são aqueles que apresentam continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e constituem referências culturais dos grupos que compõem a sociedade brasileira. A inclusão desses bens em um dos livros de registro decorre da instauração e instrução do processo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, conforme diretrizes fortemente técnicas estabelecidas pelo Iphan.

O processo de reconhecimento é complexo e de análise técnica admirável. Geralmente, as pesquisas duram anos e promovem relatórios de milhares de páginas com informações preciosas acerca da manifestação cultural em análise. Não se pode comparar tal processo com o simples reconhecimento simbólico de uma atividade como manifestação da cultura nacional mediante a apresentação de um projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Neste caso, ainda que haja um mérito louvável, pode-se dizer que o juízo é subjetivo, afastando-se de uma análise cuidadosa e técnica.

Ademais, o fomento prioritário às manifestações reconhecidas via projeto de lei pode gerar uma proliferação no já alto número de manifestações reconhecidas sem o rito do processo técnico-administrativo. Assim, nos parece razoável limitar o fomento prioritário àquelas expressões culturais reconhecidas por meio de processo administrativo de registro conduzido pelo Iphan como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Nesse sentido, após diálogo envolvendo o Ministério da Cultura e o Iphan, optou-se pela apresentação de uma emenda substitutiva, que preserva o mérito da proposição inicial, mas também resguarda o arcabouço político-normativo do marco regulatório do fomento à cultura e o arcabouço político-normativo da Lei Rouanet.

A Lei Rouanet, por exemplo, através da alínea "g" do §3º do art. 18, já contempla a preservação do patrimônio cultural material e imaterial dentre os segmentos que podem ser atendidos com as doações e os patrocínios passíveis de dedução do Imposto de Renda.

A presente emenda substitutiva, portanto, limita-se a inscrever, no diploma legal que institui o Sistema Nacional de Cultura, o fomento prioritário às expressões culturais reconhecidas como patrimônio cultural imaterial do Brasil e a estabelecer que tal fomento será materializado por meio de editais específicos, de linhas exclusivas em editais, da previsão de cotas, da definição de bônus de pontuação, da adequação de procedimentos relativos à execução de instrumento ou prestação de contas, entre outros mecanismos similares.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.061, de 2024, nos termos da seguinte emenda substitutiva... Preciso ler a emenda ou não? A emenda anexada ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Se não for... Eu confesso que eu estou curioso. (*Risos.*)

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Na realidade, nós temos incentivos fiscais, as leis...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Desculpe-me, mas eu estou curioso sobre o reconhecimento.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Sim, é para reconhecer o patrimônio cultural do Brasil como prioridade para atender...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Está bem, mas quem faz o reconhecimento?

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – É estabelecido por lei que é uma comissão através do Iphan e do Ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O Iphan e o Ministério da Cultura. Eu tenho essa curiosidade, porque nós temos sido beneficiados, inclusive, por decisões recentes. Por exemplo, a freguesia mais antiga...

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Existe um comitê que aprova todos os projetos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Sim, eu participei da reunião lá. Eu fui lá...

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – ... com representantes da sociedade civil, com representantes de vários ministérios, com representantes de várias instituições para aprovar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Exatamente. Eu participei de uma reunião no ano passado que considerou um distrito – hoje distrito, mas era uma freguesia – do Município da Palhoça como a mais antiga freguesia da história de Santa Catarina. Tem 280 anos de existência. Não é tão antiga quanto o Ceará, não é?

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – E é reconhecida como manifestação cultural nacional.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Foi aprovada em uma sessão da qual eu participei. Então, o reconhecimento é cercado por esse conselho, e, naturalmente, há deliberação. E quem lidera isso é o Iphan, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Quero deixar muito claro aqui para os Senadores que o objetivo desta lei é alterar a Lei Rouanet, que – também a Lei Rouanet – prioriza as expressões culturais reconhecidas pelo estado como manifestação da cultura nacional como patrimônio. Esse é um pouco do resumo. Que elas possam ter prioridade...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Que é a letra "j" do §3º?

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Muda a letra "j" do §3º?

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Portanto, o senhor foi aprovado como Relator e como mentor do projeto do Senador Rogério Carvalho. (*Risos.*)

Eu tenho que colocar... A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Eu já discuti, estou satisfeito com a resposta. Por isso, não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será nominal.

Eu vou pedir licença para... (*Pausa.*)

Bom, está encerrada a discussão.

Eu lhe devolvo a Presidência, para o senhor colocar o conjunto em votação. Pode ser? Você reassume a Presidência. (*Pausa.*)

Não. Então, tudo bem.

O senhor quer prorrogar o meu mandato?

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Quero prorrogar por mais alguns minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Concedo a palavra ao Senador Camilo Santana para a leitura... (*Pausa.*)

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 743, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para permitir a utilização de transporte escolar oferecido aos alunos da educação básica pública residentes em área rural pelos seus professores ou por estudantes da zona urbana e da educação superior; e revoga dispositivo da Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 16/06/2026.

2. Em 15/06/2026, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Camilo Santana (PT/CE).

A autoria vem da Câmara dos Deputados, do meu amigo Deputado Pompeo de Mattos – o único que sabe mais de Payadas, de Jayme Caetano Brauwn, do que eu; e o que é mais importante: ele as compõe também –, do querido amigo Pompeo de Mattos.

E, aqui, a Relatora seria a Senadora Jussara Lima, substituída *ad hoc* pelo nosso Senador Camilo Santana.

Concedo-lhe a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Este projeto de lei do Deputado Pompeo de Mattos, vindo da Câmara dos Deputados, altera a Lei 10.880, de 2004, para permitir a utilização do transporte escolar oferecido aos alunos da educação básica pública residentes em área rural pelos seus professores ou por estudantes da zona urbana e da educação superior. Então, quero aqui dizer da importância deste projeto que dá oportunidade também para usar esse transporte aos professores e estudantes da zona rural que têm dificuldade de acesso. Essa já é uma política importante do Governo Federal, que é o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar. Então, ele altera essa lei, que é uma das mais importantes políticas do país em relação a garantir o transporte escolar para os alunos.

A nova redação do §4º, além de estabelecer que a assistência financeira destinada ao transporte escolar tem caráter suplementar, determina que o transporte é destinado aos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais, com as ressalvas do §7º. Este último, por sua vez, nos termos do PL, permite que os veículos utilizados no transporte escolar, desde que não haja prejuízo ao atendimento dos alunos rurais e existam assentos vagos disponíveis, possam também ser empregados no transporte de seus professores ou de estudantes da zona urbana e da educação superior, em trechos autorizados, cabendo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a regulamentação dessa permissão.

Então, muitas vezes, os alunos do ensino superior utilizam o transporte, os Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – É uma otimização do meio.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Mas isso deve implicar um cadastro, né?

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Claro. E autorização também por parte dos municípios e do estado.

Então, a análise desse projeto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete esta Comissão opinar sobre o assunto.

Por se tratar da única Comissão em que o projeto será apreciado antes de seguir para o Plenário, vale mencionar que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa.

Verifica-se que a proposição promove um avanço significativo na gestão dos recursos públicos destinados ao transporte escolar. De fato, concilia a finalidade precípua do Programa Nacional do Transporte Escolar de garantir o acesso e a permanência na educação básica dos alunos residentes em área rural, com princípios publicísticos de eficiência, de economicidade e de racionalização administrativa, como o Presidente colocou.

A principal inovação do projeto é autorizar professores e estudantes da zona urbana e da educação superior a poder utilizar esses veículos.

A medida revela-se plenamente justificável.

A proposta guarda coerência sistemática com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Cumpre destacar também que o projeto respeita o princípio federativo ao atribuir aos entes federados subnacionais a competência para regulamentar os trechos autorizados para o transporte compartilhado.

No que tange ao mérito da emenda... Primeiro quero dizer que, do ponto de vista social, a medida beneficia diretamente os professores que atuam em áreas rurais, muitas vezes submetidos a longos deslocamentos em condições precárias, bem como estudantes de áreas urbanas e do ensino superior que residem em localidades onde o transporte regular é escasso e, ao mesmo tempo, preserva integralmente o atendimento prioritário aos alunos da educação básica. Quer dizer, não pode prejudicar qualquer atendimento aos alunos regulares da educação básica. Aliás, esse mecanismo de compartilhamento já existe, nós estamos apenas regulamentando e oficializando.

E eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, de sugerir uma Emenda nº 1 a esta Comissão, manifestando-me pelo seu acolhimento, nos termos do substitutivo apresentado ao final, aprimorando o texto original do projeto, conferindo clareza e abrangência da permissão de uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de assentos ociosos dos veículos de transporte escolar rural, incluindo também expressamente os estudantes dos institutos federais no rol dos beneficiários. Então a emenda considera a natureza estudantil multiforme dessas instituições, porque os institutos federais também são alunos da educação básica do Brasil, assim como outros cursos de educação profissional.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone*.) – Permite estudantes do ensino superior?

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Isso, permite do ensino superior. É que não estavam claros os institutos federais.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Posso perguntar?

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não, eu sou absolutamente a favor, mas eu acho que deve haver, primeiro, um cadastro.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Está previsto.

Segundo, garantidos os usuários, digamos, prioritários...

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Da educação básica.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... deve haver uma escala de prioridade para admissão de outros...

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... dentro daquela ótica que eu resumi, otimização de um recurso público, de acordo com...

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – E só vão poder ser utilizado os assentos ociosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Esgota... Vamos supor: tem 25 clientes permanentes, tem mais dez vagas, tem que haver uma gestão equilibrada, sensata, de prioridade dessas dez vagas. Mas eu sou absolutamente a favor.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – E o projeto atribui aos entes federados essa gestão e competência de regulamentar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – A minha última visita, para o seu conhecimento, ao *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina de Curitibanos, foi para entregar um ônibus, porque a sede fica fora do centro urbano. E aí começa: e o instituto federal, mais eventuais alunos do ensino fundamental, de acordo com um critério de prioridade. É a sensatez que o projeto busca.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Portanto, Sr. Presidente, entendemos que o substitutivo que apresentamos tem perfeita sintonia com os princípios da eficiência administrativa e da otimização dos recursos públicos, promove concomitantemente a inclusão social e a redução das barreiras de acesso à educação, sem, contudo, comprometer, vou destacar isso, a prioridade absoluta conferida aos alunos da educação básica rural. Com efeito, a utilização dos veículos por professores e por estudantes da zona urbana, da educação superior e da Rede Federal de ensino, permanece condicionada à inexistência de prejuízo ao atendimento principal (estudantes da educação básica e residentes na zona rural) e à disponibilidade de assentos vagos.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 743, de 2023, e da Emenda nº 1 da Comissão de Educação, nos termos da emenda substitutiva em anexo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – A matéria está em discussão.

Queria aproveitar para saudar a presença da Senadora Lourdinha, do nosso querido Estado do Maranhão, que substitui aqui a nossa Senadora Ana Paula. Quero dar-lhe as boas-vindas e, se a senhora quiser se manifestar, o microfone é seu, acho, para a sua estreia em Comissão.

A SRA. LOURDINHA PEREIRA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - MA) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Seja muito bem-vinda. Eu falo em meu nome e em nome do Presidente, que, neste momento, é o Relator.

A SRA. LOURDINHA PEREIRA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - MA. Para discutir.) – Obrigada pelo acolhimento.

É um projeto muito importante. E a gente que vem lá do interior do Maranhão...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – De onde?

A SRA. LOURDINHA PEREIRA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - MA) – De Coroatá. Então, a gente sabe dessa realidade, vê a realidade por que passam nossos estudantes e os professores. Para vocês terem uma ideia, até quando eu ainda estava Vereadora, sabe de quanto era ajuda por quilômetro que um professor recebia para se deslocar da sede para a zona rural? Onze centavos. O que se faz com R$0,11? Por quilômetro, mas, mesmo assim, pouco demais.

Então, os nossos professores passam por muitas dificuldades com transporte, muitos não têm transporte. Quem tem uma moto ainda arrisca, a maioria não tem. Estou falando da zona rural, se deslocar da sede para a zona rural.

Então, é um projeto muito importante e a gente fica feliz de, na minha estreia aqui, poder participar da votação de um projeto como esse.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – É um projeto, se a senhora me permite, que vai ao encontro de suprir uma necessidade da vida real, que não aparece nos livros nem na publicidade – é da vida real. É a realidade das coisas que está sendo facilitada sem nenhuma despesa, apenas pelo ordenamento, com prioridades de alcance e utilização de um bem público colocado para suprir uma necessidade pública.

Muito obrigado. Fico muito grato por ter tido essa oportunidade de acolhê-la aqui, neste momento, na condição de Presidente eventual da Comissão.

Não sei se o Senador Camilo Santana quer acrescentar alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE. Como Relator.) – Queria só, Sr. Presidente, pedir aí a urgência da matéria para ir direto ao Plenário, para que se coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Bom, eu vou colocar em votação, mas eu iria passar a Presidência para o senhor, porque vai colocar em votação todos os itens. Então, o senhor pode usar... (*Pausa.*)

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Esse que eu relatei agora não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Bom, este que foi aprovado... (*Pausa.*)

Desculpe. Nós aprovamos, por votação simbólica, e ele irá para o Plenário.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Nós já aprovamos este? Então, é isso que eu ia fazer.

Aprovado o relatório... Perdão, a votação é simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

E a primeira concordância foi da própria Senadora Lourdinha.

Está aprovado.

A senhora pode pedir urgência para ir para o Plenário.

A SRA. LOURDINHA PEREIRA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - MA. Pela ordem.) – Sim, é isto que eu iria fazer: pedir urgência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Faça isso.

Eu consulto o Plenário imediatamente se está de acordo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LOURDINHA PEREIRA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - MA) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – A urgência para este projeto está concedida.

Agora eu devolvo a Presidência... Tem mais algum para aprovar? (*Pausa.*)

Agora eu devolvo a Presidência a quem é de direito, sem postergações, porque ele adora prorrogar o mandato alheio. (*Risos.*)

E cumprimento-o pela oportunidade que me deu.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Esperidião Amin, grande Senador, Senador respeitado por todos os colegas aqui no Senado.

E queria também, mais uma vez, cumprimentar a Senadora Lourdinha, do Maranhão. Seja bem-vinda.

E passaremos agora à votação nominal em bloco dos itens 1, 2, 4, 6 e 7.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

A votação pode ser feita pelo aplicativo ou aqui presencialmente.

Em votação...

Está aberta? (*Pausa.*)

Está aberta a votação? (*Pausa.*)

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 4.600, de 2025; PL 3.878, de 2024; PL 3.061, de 2024; PL 663, de 2024; e PL 1.036, de 2024; todos terminativos.

Os Senadores que votam com os relatórios votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos, comunicados da Presidência:

1) Ofício do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede), manifestando apoio ao Projeto de Lei nº 3.481, de 2026, que retira a obrigatoriedade de as férias escolares de 2027 coincidirem com a Copa Feminina de Futebol;

2) Ofício da Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, encaminhando moção de apoio ao Projeto de Lei nº 5.102, de 2023, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro, em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais e em Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro.

Quero dizer que este projeto, da informação aqui, foi aprovado; portanto, foram avaliadas algumas inconstitucionalidades pelo Presidente da República. Acho que foi este, né? Foi este projeto aqui que foi vetado, com o compromisso... Quero informar a todos e a todas que acompanham esta Comissão que o Presidente da República encaminhou um projeto de lei para a criação da Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais e da Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro, que já se encontra na Câmara Federal; inclusive, ontem conversei com o Presidente Hugo Motta para pedir a urgência do projeto. Portanto, em breve nós aprovaremos, aqui também no Senado, a criação, a transformação desses dois CEFETs em universidades.

Então, agradeço o ofício da Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, e informo também aos diretores dos CEFETs esse encaminhamento da negociação que foi feita com a Presidência da República.

Continuando:

3) Ofício da Câmara Municipal de Cosmópolis, São Paulo, encaminhando moção de apoio ao Projeto de Lei nº 1.338, de 2022, que dispõe sobre a oferta domiciliar da educação básica;

4) Despacho do Conselho Nacional de Educação (CNE) em resposta à consulta de entidades acerca do PL nº 1.338, de 2022, sobre educação domiciliar, colocando o conselho à disposição desta Comissão para debate do tema;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

5) Nota do Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais (Consec), contra a apreciação e regime de urgência do PL 1.338, de 2022, sobre educação domiciliar;

6) Manifestações e notas técnicas contrárias ao PL nº 1.338, de 2022, que dispõe sobre a oferta domiciliar da educação básica, enviadas pelas instituições a seguir: da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs); da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec); da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; da Rede Nacional Primeira Infância; da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva; da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas; do Instituto Ayrton Senna; do Instituto Reúna; do Laboratório de Educação; da Plan International Brasil; da Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes, Colégio São José, Rede Santa Paulina; da Associação Educativa Maria Teresa, Colégio Nossa Senhora das Dores; do Colégio Anchieta, da Rede Jesuíta de Educação; do Colégio Catarinense, da Rede Jesuíta de Educação; do Colégio Murialdo, de Araranguá, Santa Catarina; da Escola Medianeira, da Rede Santa Paulina de Educação; e de cem organizações unidas contra o *homeschooling*.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Está encerrada já? (*Pausa.*)

Está encerrada... O quórum está com 15, né? (*Pausa.*)

Então, está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Então, o resultado... Vou proclamar, aqui, o resultado da votação: 14 SIM; 0 NÃO.

Nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, aprovados, por unanimidade pelos que votaram, os projetos nos termos dos relatórios apresentados do PL 4.600, de 2025; do PL 3.878, de 2024; do PL 3.061, de 2024; do PL 663, de 2024; e do PL 1.036, de 2024.

O substitutivo aprovado ao PL 3.061, de 2024, será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos – agradeço à equipe, agradeço aos Senadores e Senadoras que estão participando de forma remota e parabenizo, mais uma vez aqui, a Senadora Lourdinha, desejando-lhe sucesso nesse período aqui no Senado Federal, representando o Estado do Maranhão – e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e doze minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença do Senador Paulo Paim, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Camilo Santana, Laércio Oliveira e Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 17/2026 – CE e REQ 25/2026 - CE, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** 3ª Audiência Pública do Ciclo de Debates para subsidiar a Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 2023. **Participantes:** Sra. Josiara Diniz, Gerente de Relações Governamentais do Instituto Sonho Grande; Sra. Odisséia Pinto de Carvalho, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sr. Fábio Pereira Bravin, Diretor de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (DEED/INEP); Sr. Cesar Callegari, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); e Sra. Jucineide Fernandes, Secretária de Estado da Educação do Ceará (SEDUC/CE) e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/18

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta é a terceira audiência pública realizada, nos termos do Requerimento 17, de 2026, da Comissão de Educação e do Requerimento 25, de 2026, da Comissão de Educação, ambos de minha autoria, para avaliar o Programa Escola em Tempo Integral no exercício de 2026.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Tenho a alegria de convidar para compor a mesa, para estar conosco, convidados extraordinários que, ao receberem o convite, o aceitaram e estão de forma presencial.

Convido, com muita alegria, para estar do meu lado esquerdo – não é o melhor lado, mas está aqui, à minha esquerda –, Cesar Callegari, com muito carinho, Presidente do Conselho Nacional de Educação. Obrigada, Professor. (*Palmas.*)

Bem-vindo. Muito bem-vindo, Professor.

Convido para estar comigo também, agora do meu lado direito – que é o melhor lugar –, o Fábio Pereira Bravin, Diretor de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Que alegria! (*Palmas.*)

Muito bem-vindo. Obrigada por estar conosco, tá bom? (*Fora do microfone.*)

Agora, para a gente deixar esta mesa bela, nós vamos chamar, para compor a mesa, para estar aqui do meu lado direito, a Sra. Odisséia Pinto de Carvalho, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Que alegria! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que bom. Obrigada por ter vindo, viu? Vamos ficar aqui do meu lado. (*Fora do microfone.*)

E também convido, para completar esta mesa, de forma presencial, Josiara Diniz – Sra. Josiara Diniz –, Gerente de Relações Governamentais do Instituto Sonho Grande. Que alegria! (*Palmas.*)

Nós também teremos a participação nesta audiência pública, de forma remota, a nossa querida... – Josiara? Não. Josiara Diniz? Não, desculpa. A Jucineide; a Josiara já está aqui – Jucineide Fernandes, que é a Secretária de Educação do Estado do Ceará, que já participou de uma audiência da avaliação do Programa Escola Integral e vai novamente estar conosco nesta tarde.

Senhores, esta audiência tem como objetivo examinar se a expansão da educação em tempo integral está alcançando de forma efetiva os estudantes, escolas e territórios prioritários da política pública, bem como se a aplicação da jornada escolar vem sendo acompanhada de qualidade pedagógica compatível com os objetivos estabelecidos pela Lei 14.460, de 2023. Nas duas audiências anteriores, esta Comissão debateu os mecanismos de financiamento, a infraestrutura e a sustentabilidade da política e, em seguida, a adesão dos estados e municípios ao programa, a evolução das matrículas e as diferenças observadas entre as redes de ensino. Inclusive, os dados apresentados na audiência já estão públicos, mas farão parte do nosso relatório final.

E informo, Prof. Cesar, que as audiências foram muito ricas, foram extremamente interessantes, só que a nossa avaliação não se limita às audiências públicas; nós também estamos trabalhando buscando dados, por meio de requerimentos de informações, por meio de consultas, por meio de diligências – é dessa forma que a gente vai fazer a entrega do relatório. Audiências públicas são apenas uma das formas com que nós estamos avaliando a política, atendendo ao Regimento Interno do Senado, no art. 96, que obriga as Comissões a avaliarem, ao longo do ano, uma política pública temática.

Hoje, queremos compreender o que acontece depois que a matrícula em tempo integral é criada. Queremos saber se a ampliação da jornada escolar está sendo acompanhada de uma proposta pedagógica consistente, capaz de promover o desenvolvimento integral dos estudantes. Queremos entender se a política está chegando prioritariamente às escolas, aos estudantes e aos territórios que mais necessitam dessa oportunidade educacional. E queremos identificar quais condições são indispensáveis para transformar o aumento do tempo de permanência na escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em melhoria efetiva da aprendizagem, da permanência escolar e da redução das desigualdades educacionais.

Essa discussão é especialmente importante, porque ampliar o número de matrículas em tempo integral, por si só, não garante que os objetivos da política sejam alcançados. A educação integral pressupõe muito mais do que o aumento da carga horária; ela exige reorganização curricular, integração entre diferentes experiências de aprendizagem, formação adequada dos profissionais da educação, fortalecimento da gestão escolar e capacidade das redes de ensino de oferecer uma proposta pedagógica coerente com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Além disso, a própria expansão da política precisa ser analisada sob a perspectiva da equidade. É fundamental verificar se os investimentos públicos estão beneficiando prioritariamente os estudantes e territórios em situação de maior vulnerabilidade social e educacional, contribuindo efetivamente para reduzir as desigualdades historicamente existentes no sistema educacional brasileiro. E aí, senhores, por que eu insisti que a audiência acontecesse mesmo com os Senadores participando, nesta semana, de forma *online*? Porque tão logo se encerre a eleição, a gente começa o debate do Orçamento da União. E a gente gostaria, inclusive, de nesta audiência, se possível, voltar ao tema, no que for necessário, com relação ao financiamento e ao Orçamento. Eu não tenho política pública fortalecida sem dinheiro, e o lugar de discutir o Orçamento é nesta Comissão, desta Comissão para a Comissão de Orçamento. Então, é por isso que eu estou insistindo demais em a gente fazer a avaliação antes de a gente fechar o Orçamento da União.

Para contribuir com essa reflexão, convidamos representantes de diferentes instituições, cada uma responsável por uma dimensão essencial da política pública. Reunimos hoje especialistas na produção de evidências e indicadores educacionais, na implementação da política pelas redes estaduais de ensino, na pesquisa e disseminação de boas práticas em educação integral, na promoção da equidade educacional e na representação dos profissionais da educação. Ao reunir essas diferentes perspectivas, esperamos identificar elementos que contribuam para o aperfeiçoamento desse programa, fortalecendo sua capacidade de oferecer uma educação em tempo integral que combine expansão da oferta, qualidade pedagógica e promoção da equidade em todo o território nacional. Por isso, agradeço aos convidados por terem aceitado o convite – alguns que vieram de longe – para estarem presentes nesta importante reunião de avaliação da política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu informo aos nossos convidados que acompanham a audiência os consultores do Senado na área de educação, responsáveis pela elaboração do relatório, assessores técnicos de Senadores membros desta Comissão, que também estão acompanhando a avaliação, alguns de forma *online* e nós temos também alguns que estão de forma presencial aqui no nosso Plenário.

Com muita alegria, eu convido, como primeiro convidado, o Sr. Fábio Pereira Bravin – falei certo o Bravin? –, Diretor de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A princípio, Dr. Fábio, nós estamos lhe concedendo dez minutos, mas, se for necessário ultrapassar um pouquinho para completar o raciocínio, terminar a apresentação, nós não vamos tocar campainha, o senhor fique à vontade, mas, se a gente puder ficar neste prazo de dez minutos para cada um, porque nós estamos ao vivo, temos uma outra Comissão ainda – eu ainda vou ter que participar de uma outra Comissão... Seria interessante a gente permanecer no tempo estabelecido.

Seja muito bem-vindo. Tenha o seu tempo para sua fala.

O SR. FÁBIO PEREIRA BRAVIN (Para expor.) – Obrigado, Senadora Damares. Agradeço, em nome do Presidente do Inep, Prof. Manuel, o convite para participarmos deste debate.

Trago alguns números, que são produções do Inep em relação às estatísticas educacionais, que podem auxiliar no entendimento da dimensão do que a gente chama de matrículas de tempo integral no Brasil.

Aos demais colegas da mesa boa tarde também.

Trazendo aqui números de 2025, que são números do último Censo Escolar, a gente tem um conjunto de matrículas que acontecem em jornada do tempo integral na rede pública, ou seja, 26,6% das matrículas na rede pública hoje são matrículas que têm uma jornada de sete horas diárias ou 35 horas semanais.

Quando a gente olha no total, juntas, rede pública e privada, são 24,5. A rede privada tem um desempenho menor nesse quesito em relação à rede pública.

Só para a gente lembrar, do que é que a gente está falando? O Censo Escolar é uma pesquisa estatística e, como pesquisa estatística, tem uma missão, que é computar. É uma missão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em que, através dos métodos quantitativos, nós alcançamos algumas realidades educacionais. E no caso, a forma como nós alcançamos a questão do tempo integral, na educação básica, é através da sua jornada.

Então o Censo Escolar da Educação Básica coleta essa informação desde 2008, e provavelmente é possível ver, nesse período, em todo esse período, as mudanças dos processos relacionados aos programas e às políticas e como isso influi sobre os resultados que se alcançam na rede.

Então a gente está usando a definição que vem há algum tempo. Ela está presente lá na Lei 14.640, que foi citada aqui pela Senadora, mas ela está presente também em outras disposições desde 2007, ainda lá no programa Mais Educação, enfim, e na trajetória. Qual é a definição? A matrícula presencial, cuja permanência do aluno na escola ou em atividades escolares é igual ou superior a 35 horas semanais, o que daria uma média de sete horas diárias, considerando cinco dias na semana, cinco dias úteis.

Nesse contexto, é importante a gente lembrar que não se trata apenas das atividades na escola, mas, sim, as atividades escolares. O que o quesito da pesquisa entende por atividades escolares? É aquela atividade que está sob governança da escola. A escola ativamente participa da construção e da inclusão dessa atividade no currículo escolar, atendendo aos requisitos do desenvolvimento do currículo que a escola estabeleceu.

Ela pode se dar num ambiente fora da escola, num ambiente público, às vezes, uma quadra pública, um pátio público, porque às vezes, a escola não tem essa infraestrutura. Mas ela pode acontecer fora do ambiente da escola.

Eu trouxe um recorte de dez anos, mas a gente tem uma série histórica maior do que isso, mas só para a gente poder ilustrar o debate aqui. Aqui é o comportamento, então, de 2016 até 2025. E a gente vê, no azul mais claro, o desempenho da rede pública; o amarelo é a rede privada; e o total vai ser uma composição entre esses dois, porque a matrícula total compõe as duas redes.

A gente observa aí 13 pontos de ampliação da matrícula. Então a gente tem uma ampliação de 13 pontos percentuais da matrícula, de 2016 a 2025, uma ampliação das matrículas de tempo integral. E a gente vai observar que a gente tem... Na rede, a diferença, em 2025, entre a rede pública e a rede privada está na ordem de 11 pontos percentuais, de participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, quando a gente olha a distribuição da matrícula de tempo integral, da jornada, pelas etapas de ensino, então a gente observa que, na educação infantil, existe uma maior proximidade entre as duas redes, a rede privada e a rede pública, e especialmente na creche, a gente tem um componente, que a moda da matrícula, quer dizer, a maior quantidade de matrículas na creche, é em tempo integral, mas a gente, no ensino fundamental, observa um distanciamento, uma redução e uma volta ao crescimento ali no ensino médio, com uma reaproximação – ainda que distante, mas uma reaproximação – entre as duas redes, a rede privada e a rede pública. Esses aqui são dados de 2025.

Aqui, vale uma menção, só para a gente entender, porque os números que eu estou apresentando vão ficar depois à disposição, e aí as pessoas vão consultar e vão falar assim: "Ah, mas lá no painel de monitoramento do PNE, que é o instrumento que o Inep utiliza para disseminar e para acompanhar as metas do PNE, os valores são um pouco diferentes. Qual é o sentido dessa diferença?".

Bom, eu trouxe os dados de 2025, porque o painel não está ainda atualizado. Ele tem um ciclo de atualização, que não se atualizou ainda para o ano de 2025, então eu estou antecipando alguns valores, mas esses valores não são exatamente iguais. E por que não são exatamente iguais? Porque, dentro da construção do indicador para o PNE, você tem que fazer algumas eleições para representar melhor o que está objetivado na legislação do PNE, do plano nacional.

Então, por exemplo, a equipe técnica que trabalha com o indicador do PNE teve que fazer alguns ajustes, por exemplo, em relação a determinar quem seria um público-alvo específico da educação em tempo integral. E, quando a gente olha, por exemplo, as modalidades não regulares, como o EJA e a educação profissional técnica subsequente, esses componentes não necessariamente são componentes que estão participando do indicador do PNE, mas, de alguma forma, participam do indicador geral que a gente produz nas estatísticas do censo.

Então, tem uma diferença, mas, como vocês podem observar, o comportamento é exatamente o mesmo, porque a fonte é a mesma, mas a diferença metodológica na exclusão ou na inclusão de um quesito gera uma variação de menos de um ponto percentual, que também é bastante razoável. Só para se entender a diferença, para não ficarem, depois, assim: "Ah, mas em qual número eu confio?". Os dois números são corretos, são adequados, mas, para o acompanhamento do PNE, para que nós sejamos justos exatamente com o que está descrito e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que está sendo monitorado, a gente precisa representar, efetivamente, a metodologia que está lá.

Aqui a gente observa a variação dos últimos dez anos e como se deu a ampliação da matrícula em tempo integral, na rede pública especificamente. Se a gente descer para baixo de 2016, a gente vai ver que esse padrão ali, mais inicial, de uma certa sustentação – uma sustentação meio inquieta ali, porque sobe e desce, sobe e desce – é mais coerente, mas, a partir de 2021, a gente tem, a partir da pandemia, um crescimento consistente, uma ampliação consistente da matrícula em jornada de tempo integral na rede.

Aqui é quando a gente observa essa distribuição pelas regiões do Brasil. Então, a gente vai ver que as regiões são bastante diferentes. A Região Nordeste hoje tem uma participação maior. O percentual de matrículas em tempo integral na rede da Região Nordeste é maior do que nas demais redes. Temos ali um desafio relacionado à Região Norte, embora a Região Norte, nos últimos anos, mostre um crescimento também, até um pouco mais inclinado do que nas demais regiões. E a Região Sul, que talvez seja uma região... Enfim, as Regiões Centro-Oeste e Sul, que são regiões em que a gente observa, ainda assim, um comportamento mais moderado em relação ao crescimento.

Quando a gente olha a variação desse decênio, se eu pegar a última década, a região que teve o maior crescimento do número de matrículas em tempo integral foi a Região Nordeste, seguida pela Região Sudeste, e depois pela... Isso é crescimento relativo. Não é o número total de matrículas, mas em relação à proporção de matrículas, à ampliação da proporção de matrículas em relação ao total da matrícula na rede. Então, a gente tem um crescimento maior na Região Nordeste, seguida pela Região Sudeste e a Região Sul, com o menor crescimento, nesse período de dez anos.

Quando a gente olha a distribuição por sexo, a gente vê que, por sexo, não tem tanta diferença. Enfim, a distribuição por sexo segue um padrão quase que meio a meio em quase todos os indicadores, em participação não tem uma diferença muito grande. Por cor e raça, a gente tem uma participação do tempo integral para as pessoas de cor preta e parda um pouquinho maior do que para as pessoas brancas.

Olhando essa distribuição, de novo, por cor e raça, pelas etapas ensino, a gente observa uma coisa bem interessante: na creche, os alunos de cor branca têm uma participação, em tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

integral, maior do que os alunos de cor preta e parda. A gente tem quase 70% da população branca sendo atendida em tempo integral e a população preta e parda com um atendimento de 55,7% das matrículas. Quando eu olho para as demais etapas do ensino fundamental e do ensino médio, a gente inverte, a gente tem uma maior participação do tempo integral na matrícula das pessoas pretas e pardas. E as pessoas brancas têm um percentual menor de matrículas de tempo integral.

Olhando aqui pelas características da educação, pelas modalidades, quando eu olho a educação especial, a participação das matrículas em jornada de tempo integral, para os alunos com deficiência, é bem maior do que o total da rede. Então, 41,1% das matrículas dos alunos com deficiência acontecem na forma de uma jornada integral.

Os alunos quilombolas estão muito próximos do total geral, 27,2%, e os alunos indígenas, talvez por questões que precisam ser avaliadas culturalmente, têm uma participação muito menor em relação à jornada de tempo integral na matrícula.

De uma forma geral, são esses os dados. Acho que, pelo tempo, não dá aprofundar muito, mas, desde já, a gente se coloca à disposição para fornecer outras informações, Senadora, que forem necessárias para o processo de avaliação, tanto através dos requerimentos de informação quanto de outros instrumentos. Mas esses são os alguns pontos que eu destacaria dessa pequena apresentação.

A gente tem – hoje o indicador está no ponto mais alto da série – 26,6% da matrícula da rede pública ocorrendo em jornada de tempo integral. Esse crescimento tem sido mais importante e mais consistente desde 2021. Antes, a gente observava uma certa variação em que não dava para perceber um comportamento. Então, desde 202, o comportamento é uma tendência de ampliação.

A média nacional tem problemas ou desafios, eu diria assim, porque o Brasil é este país desafiador que nós temos, um país continental, de uma diversidade territorial grande, de uma diversidade social também grande e de uma desigualdade social também grande. Então, a gente vai ver que nesses 26,6%, esconde variações, atendimentos menores do que esse valor e atendimentos maiores do que esse valor. Por exemplo, se a gente pega as Regiões Nordeste e Sul, essas são regiões que estão com atendimentos menores do que os da média nacional – e são duas regiões bem diferentes, obviamente –, mas a Região Nordeste tem um desempenho maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do que o da média nacional. Então, essas são as diferenças, as diversidades que a gente observa. Quando a gente olha a média nacional é uma questão e, quando a gente começa a distribuir isso no território, a gente verifica que tem essa diversidade, essa variação, essa variabilidade.

A jornada de tempo integral na creche tem sido a norma. Então, assim, o padrão do atendimento na creche é um padrão em jornada de tempo integral, que não é acompanhado na pré-escola. Na pré-escola, a gente reduz bastante o atendimento em tempo integral e segue-se, também, uma redução do atendimento em jornada de tempo integral no ensino fundamental, só retomando lá no ensino médio, ainda em números bem inferiores, mas retomando algum crescimento no ensino médio, provavelmente também decorrente das alterações do próprio ensino médio nos últimos anos.

E a gente tem algumas desigualdades no atendimento dentro do próprio indicador, como eu mostrei aqui, a questão da educação indígena, a questão, enfim, da distribuição por cor e raça. A gente tem algumas diferenças aí que podem ser indícios a ser explorados sobre a forma de oferta e atendimento pelas redes de ensino.

O papel das estatísticas é um papel um pouco menos associado diretamente a um programa ou a uma política. É um papel em que a gente acaba construindo um constructo para que eu possa fazer uma medição e essa medição, desde 2008, quando a gente a implementou, não se altera no censo. Então, ela consegue, justamente... Essa variação não decorre de uma variação da forma de se captar a informação, mas ela decorre muito provavelmente da mudança do que acontece efetivamente na rede. E aí vocês vão poder, acompanhando a série histórica, observar ao longo, dessa série histórica, vincular isso com outros programas, com outras perspectivas e, talvez, observar o quanto cada programa influencia sobre os resultados que as redes apresentam. Para este momento inicial é isso.

Agradeço a disponibilidade e estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Não tirem os eslaides do Professor, não!

Prof. Fábio, eu agradeço, tá? Eu acho que seus eslaides dão uma tese de doutorado, de mestrado, dão livros, tá? E quero cumprimentá-lo, inclusive, pela apresentação. Não sei se os senhores sabem, eu também sou educadora e comecei na educação infantil. E, para quem está na educação infantil, o material audiovisual é tudo para nós. Eu estaria, no meu tempo, fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma cartolina. O senhor hoje está aí com eslaides maravilhosos. Parabéns pela apresentação muito didática!

Mas eu queria voltar ao eslaide exatamente – veja se consegue, Secretaria – que mostra o número na educação indígena. (*Pausa.*)

Não, é o próximo. É o próximo. (*Pausa.*)

É.

Não, é o penúltimo.

É.

O senhor traz ali quilombo e área indígena, mas nós temos outros povos tradicionais também, né? Nós temos os povos ciganos, 1,5 milhão de ciganos no Brasil. Eu não sei como é que a gente está acompanhando as crianças ciganas no ensino integral, se elas entram lá na escola como não ciganas e estão dentro de tudo isso, mas eu acho que a gente vai precisar trazer um olhar para os demais povos tradicionais no Brasil. E eu me assusto com o número da educação indígena.

Nós sabemos que existem as especificidades de cada povo, dos povos. Nós temos povos, por exemplo, em que menina não estuda com menino. Tem escola onde a menina vai de manhã, de tarde vai o menino – e eles não podem estar juntos. Nós temos as práticas culturais que a gente ainda respeita, mas algumas são extremamente nocivas. Eu tenho crianças indígenas com quatro anos na roça. E a gente não se envolve nisso, porque é uma questão cultural.

E aqui, gente, quem está falando é uma mãe de indígena. É uma mulher que trabalha com direitos dos povos indígenas há 35 anos, que é questionada muitas vezes, e eu quero que vocês entendam que eu tenho certa legitimidade para falar: mas o número para mim assustou ali.

Aí eu trago ali para o Inep o seguinte. Um estado como Roraima, em que nós temos um número enorme de comunidades indígenas, esse estado, então, nunca vai alcançar a meta. Esse estado nunca vai estar bem avaliado, quando a gente for avaliar a educação integral – o estado inteiro é indígena. E aí gente vai ter problema com o Amazonas, a gente vai ter problema com o Acre, a gente vai ter problema com Rondônia, nós vamos ter problema com o Amapá, com uma comunidade indígena imensa. E eu vejo ali que o número está realmente muito baixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Trouxeram quilombo, trouxeram a questão indígena, mas eu tenho a região ribeirinha também. Eu não sei se a gente precisaria fazer um olhar com um recorte da região ribeirinha também com relação à educação integral. Então, fica aí... Essa minha observação não é um questionamento, mas eu tenho duas perguntas.

Há possibilidade de cruzamento, professor, de dados da educação integral com resultados do Saeb e do Ideb?

O SR. FÁBIO PEREIRA BRAVIN – Sim, tecnicamente sim! É possível fazer estudos específicos nesse sentido. Aí precisaria avaliar... O do Ideb é mais complexo, mas também é possível. A gente pode ter uma avaliação a partir de uma composição do indivíduo. Então, eu olho o indivíduo que está com a jornada de tempo integral, pode ser feito algum recorte em relação à participação do conjunto de matrículas na escola e separar esses indivíduos também por aqueles que estão em escolas que têm uma maior participação da jornada de tempo integral.

É um estudo específico, não faz parte da divulgação geral do censo, porque a gente no censo tem tantas questões, tantas informações, que a gente precisa concentrar em algumas. Mas um estudo específico poderia, sim, fazer esse relacionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tá bom. Obrigada.

Mais uma pergunta só, e já passo para o próximo expositor. Considerando a experiência acumulada pelo instituto, quais aperfeiçoamentos, professor, nos sistemas nacionais de avaliação seriam necessários para que a efetividade da educação integral pudesse ser verdadeiramente monitorada de forma mais abrangente e consistente?

O SR. FÁBIO PEREIRA BRAVIN – Olha, eu posso responder pela parte do censo, que é o que compete à diretoria. Eu acho que a gente tem alguns desafios dentro de um instituto de métodos quantitativos de trazer elementos relevantes para a educação como categoria de medida do qualitativo, porque o qualitativo vai se operar de acordo com a comunidade acadêmica atendida pela escola. E ele pode ser muito diferente, imagino, considerando o atendimento do tempo integral para uma comunidade quilombola ou uma comunidade indígena, e o atendimento de uma população numa periferia urbana, numa grande metrópole, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há diferenças qualitativas em termos de categoria, de como é que eu conseguiria reunir isso em categorias de medição, de forma que seria um pouco difícil a gente poder ter elementos dentro do próprio censo que pudesse revelar essa qualidade. Porém, como a senhora colocou, é possível você fazer uma avaliação entre aqueles que participam dessas comunidades e o desempenho que eles têm em relação aos seus pares que participam da mesma comunidade ou de comunidades semelhantes e não têm o tempo integral, como aqueles que não necessariamente são os seus pares, que também podem ter ou não ter o tempo integral. São estudos específicos – precisaríamos modelar estudos específicos com esse objetivo –, mas é possível ter uma dimensão, mas, ainda assim, é uma dimensão quantitativa da qualidade que vai ser operacionalizada, provavelmente, se eu pegar o Saeb, pelos instrumentos do próprio Saeb. Quando a gente está falando em tempo integral, em educação em tempo integral, vai ter outros elementos que talvez a gente tenha dificuldade de aferir em relação a essa dimensão, mas é uma dimensão possível ainda de ser feita.

Só para trazer em relação à questão da separação, o que nós temos de separação na pesquisa são as escolas que se identificam como escolas que ofertam a educação indígena, a educação para as comunidades quilombolas. Então, não é uma informação que está na pessoa, na verdade está dentro do contexto educacional: a escola que oferece a educação indígena, a escola que oferece a educação para uma comunidade quilombola. E, recentemente, a gente também incluiu as escolas que atendem outros povos e comunidades tradicionais. Então, seria possível também a gente ter um recorte para esse grupo específico.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O.k. Obrigada, Professor. Obrigada.

Teremos a alegria agora de ouvir o Prof. Cesar Callegari, Presidente do Conselho Nacional de Educação.

É uma alegria, Presidente, recebê-lo, mais uma vez, na nossa Casa. Se o senhor quiser um voto de Senador, a gente já lhe arruma um voto, porque acho que o senhor merece esse voto. Bem-vindo! O senhor tem seus dez minutos iniciais, mas fique à vontade se precisar ultrapassar o tempo.

O SR. CESAR CALLEGARI (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-la por ter agarrado com força, dedicação e entusiasmo este tema, que é tão importante para o país, tão importante para as crianças, jovens e adultos, que é o tema da educação integral, não apenas em tempo integral, mas uma educação integral.

Eu gostaria de dizer que o Conselho Nacional de Educação – acho que todos aqui sabem – é o principal órgão normativo infralegal do sistema brasileiro educacional, que trabalha com educação superior e educação básica, envolvendo todas as etapas e modalidades. E nós temos trabalhado com muita intensidade, em uma cooperação muito forte com o Ministério da Educação e com o sistema nacional, que envolve os estados, os municípios, os conselhos estaduais, os conselhos municipais de educação, naturalmente as secretarias municipais e estaduais de educação... Eles têm nos acompanhado, de uma maneira muito participativa, na elaboração de um conjunto de normas, todas elas direcionadas àquilo que nós entendemos que é uma educação de qualidade, que deve ser um direito de todos.

Contribuímos aqui também, nos diálogos com o Congresso Nacional, com a produção de várias normativas de natureza legal, que são da maior importância para a implementação de uma política de Estado, como a senhora destacou. Trata-se de uma política de Estado e não de uma política de Governo, e isso está bastante recepcionado não apenas no Plano Nacional da Educação que se encerrou recentemente, mas no Plano Nacional da Educação que foi agora aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, com metas que são audaciosas e importantes no que diz respeito a todas as etapas, as modalidades e os níveis de ensino, mas, em especial, a uma atenção para a educação integral.

No momento que nós estamos vivendo, com os desafios geopolíticos, culturais, ambientais para a humanidade, nós temos aí a responsabilidade de proporcionar uma educação que prepare as pessoas, os cidadãos e as cidadãs brasileiras, para que possam, de uma maneira muito ativa e participativa, participar da construção de uma sociedade que nós entendemos que deva ser justa, igualitária, democrática, desenvolvida. Enfim, são esses os fatores que dependem – todos eles – da educação de qualidade.

Eu queria fazer uma referência a dois pontos.

Primeiro, é ao Plano Nacional de Educação, que, como nós todos sabemos, reforça metas de ampliação qualificada da educação integral. Nós, no período passado – na década passada que se encerrou do plano anterior –, já tínhamos uma meta ousada. Ela não foi cumprida, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como acabou de ser apresentado, ela evoluiu. Nós não podemos só olhar para o copo vazio, há a parte cheia, lembrando que foi um período, nessa década anterior, que foi muito tumultuada, principalmente pela ocorrência da pandemia. Isso significou impactos muito profundos não apenas no período próprio da pandemia, mas também no período que nós estamos vivendo hoje. Isso tem repercussões muito grandes e isso envolve um trabalho muito intenso do sistema educacional e de todos nós.

Um outro ponto que eu gostaria de destacar – e a senhora lembrou com muita propriedade na sua primeira alocução – é que, para que nós possamos realizar objetivos, metas e estratégias no que diz respeito à educação em geral, mas à educação integral em especial, nós precisamos de recursos. Esses recursos precisam ser mobilizados. Isso tem a ver com as decisões do Congresso Nacional e tem a ver também com os compromissos que Prefeitos, Governadores e também Presidentes da República devem assumir em termos de políticas. Voltamos a dizer: nós acreditamos que a educação tem que ser uma política de Estado. É uma política não apenas de longo prazo, mas é uma política que tem que estar ligada a uma perspectiva, a um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social e democrática em que nós acreditamos. Então, a educação, nem precisamos dizer, é a base de tudo isso.

Mas há um ponto que precisa ser destacado aqui, e aqui quero, mais uma vez, elogiar a contribuição decisiva do Congresso Nacional de aprovar o sistema de financiamento da educação básica no que se refere ao Fundeb. Nós podemos dizer que o Fundeb hoje é um Fundeb para a equidade. Ele tenha talvez uma das obras únicas, no contexto até internacional de financiamento seguro para a educação, que proporciona previsibilidade e que traz... Esse novo Fundeb, que agora é parte permanente da Constituição brasileira, garante, inclusive, incentivos próprios à educação integral, como também à educação infantil, e um dispositivo novo: uma parte do Fundeb é chamada Vaar (Valor Aluno Ano Resultado), que aponta claramente para as necessidades e até os deveres – daqueles que trabalham com política pública – de promover a equidade em todos os momentos da educação, inclusive no que diz respeito à educação integral. O Vaar, como todos nós sabemos, tem cinco condicionalidades principais, e uma dessas condicionalidades é a redução de desigualdades entre grupos socioeconômicos e heterorraciais, uma das preocupações que a senhora acabou de levantar.

Esses são dois pontos entre tantos outros que nós poderíamos destacar aqui, com a participação ativa do Congresso Nacional e desta Casa em particular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu também gostaria de dizer aqui que o Conselho Nacional da Educação, como estava aqui expondo, tem trabalhado de uma maneira muito intensa neste particular, e ainda este ano nós aprovamos – já foi homologado e, portanto, é norma nacional – as diretrizes relacionadas aos parâmetros de qualidade para a educação integral em tempo integral. Esse é um documento importante, porque nós sempre temos que lembrar que a educação – principalmente a educação básica – perpassa todos os níveis governamentais, mas ela é executada por estados e municípios, e é fundamental que nós, primeiro, respeitemos as peculiaridades e as características de cada um desses territórios administrativos da educação. Essas diretrizes são uma orientação muito objetiva para que, no que diz respeito à educação integral, os estados e municípios e até as escolas – até as escolas particulares – trabalhem no sentido de ter um diagnóstico muito claro em relação às características fundamentais para a qualidade da educação integral. Então, essa resolução – é a Resolução nº 4, agora de julho deste ano – foi trabalhada com intensa participação e diálogo com os municípios e estados, conselhos estaduais, conselhos municipais de educação, entidades, como entidades representativas dos trabalhadores... Enfim, todos nós estivemos juntos para construir essa resolução, que traz nove pontos que eu queria apenas destacar em geral, não dá para aprofundar.

Primeiro, é a necessidade de que os sistemas de ensino, até outubro deste ano, preparem um plano de implementação desta etapa para a qualidade da educação integral. Esse plano de implementação envolve um conjunto de características que estão ali bem tipificadas e que envolvem, primeiro, uma compreensão clara do perfil do alunato, o que envolve todas essas dimensões como a étnico-racial, a questão socioeconômica... Todas as dimensões precisam ser bem caracterizadas para que o sistema de ensino compreenda essas características e atue sobre elas, sobretudo na direção da equidade.

Outro ponto que é uma das dimensões de reunião de dados, caracterização e preparação desse plano de implementação se refere ao perfil do corpo dos profissionais da educação. Aqui nem precisamos dizer, mas é algo que... Todos nós sabemos: não há política educacional de qualidade, não há educação de qualidade sem que haja no Brasil, e em qualquer lugar do mundo, profissionais da educação qualificados com uma carreira que seja realmente estimulante, justa e com remuneração adequada. Então, o perfil do corpo docente precisa ser caracterizado, porque nós temos ainda hoje um desafio imenso a cumprir no país. O país, apesar de ter dado avanços, ainda tem muito a fazer no sentido de formação de professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, tenho repetido, lá no Conselho Nacional de Educação e em todos os lugares, que nós temos duas tarefas nesse ponto que são centrais para consecução e realização de todos os objetivos e métodos educacionais, inclusive para a educação integral. Primeiro, a formação inicial tem que ser consistente – as instituições que formam professores no Brasil precisam formar melhor –, e nós precisamos – são dois lados – valorizar os 2,3 milhões de professoras, professores e demais profissionais do magistério, que atuam na educação básica, com a sua valorização, com o respeito à sua atividade e com a recompensa, inclusive salarial, necessária para a sua valorização. Enfim, é um trabalho de formação continuada que não é apenas um direito desses profissionais, mas também é uma necessidade dos alunos – uma atualização permanente. Portanto, políticas permanentes de formação continuada devem ser implementadas. O Conselho Nacional da Educação deve aprovar agora, no próximo mês, as diretrizes relacionadas à formação continuada dos profissionais da educação, profissionais do magistério, que envolvem um conjunto de medidas que vão nessa direção.

A formação inicial é um grande desafio. Nós acabamos de ter os resultados do Enade das Licenciaturas, um trabalho magnífico realizado pelo Inep, que mostra, primeiro, avanços que têm acontecido no país, mas também desafios imensos. E nós precisamos avançar muito. Na minha visão pessoal, nós não podemos achar que professores devem receber menor atenção do que médicos, na sua formação inicial. Então, na minha visão, embora a gente respeite todas as características, a formação de professores tem que ser em tempo integral – isso é o ideal, embora ainda não aconteça – e presencial. Isso significa aprender, desenvolver relações humanas desde o seu processo de formação inicial e perceber as características próprias.

Temos que avançar muito, e o Conselho Nacional de Educação acabou de aprovar diretrizes importantes para a formação inicial de professores que contribuem para aquilo que nós estamos falando na educação integral.

Não vou aqui me alongar, mas esse diagnóstico, que nós estamos, inclusive, recomendando, parte por parte, tópico por tópico, característica por característica, variável por variável, trata também da infraestrutura, porque sabemos também todos – eu sei, acompanhei um pouco o que aconteceu nas últimas sessões e audiências sobre essa natureza – que não se trata de fazer mais do mesmo. A educação integral não é apenas um contraturno em que se repete, de alguma maneira, o que se faz no turno anterior; exige uma nova concepção curricular, e os projetos político-pedagógicos das escolas devem refletir uma concepção curricular integral. Não é apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma repetição, não é apenas para deixar um pouco mais a criança ou o jovem na escola, porque a mãe tem que trabalhar ou porque é melhor ele ficar na escola do que ficar na rua. É outra história. Então, quando nós falamos em infraestrutura na escola, ela tem que estar pronta para o desenvolvimento de um conjunto de outras atividades integradas que dê conta dessa formação integral do indivíduo.

Ontem mesmo, Senadora, o Ministro da Educação e a Ministra da Cultura, conosco, homologaram as diretrizes do ensino e de aprendizagem da arte na educação básica, um avanço muito importante. No mundo em que nós estamos vivendo hoje, não se trata mais, no ambiente escolar, de passar conteúdos. Isso é pouco. A escola não é só para passar conteúdos, é para desenvolver, de uma maneira plena, o indivíduo, sobretudo nas suas características e habilidades relacionadas à criatividade, ao espírito crítico, à compreensão de contexto e à colaboração. Isso muito se dá também – não é só, mas também – pelo ensino-aprendizagem da arte, e essas diretrizes novas complementam a Base Nacional Comum Curricular, que é uma outra norma da maior importância elaborada pelo Conselho Nacional de Educação e que estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, que devem estar articulados com aquilo que nós estamos chamando da compreensão curricular.

Para terminar, há avaliação e acompanhamento. A senhora chama bem a atenção a respeito dos processos avaliativos. Evidentemente que o Inep – muitas vezes acompanhado também por sistemas de avaliação que são realizados em muitos estados e nos municípios – tem feito um trabalho bom, muito interessante, muito precioso para dar indicadores gerais; mas isso não substitui a responsabilidade da rede de ensino e da escola de estabelecer processos de avaliação de natureza formativa, de tal forma a orientar não apenas os seus profissionais e os estudantes, mas também as famílias e a comunidade no sentido dessa articulação.

Essas avaliações são fundamentais para aquilo que nós imaginamos, precisamos e estão agora nessas diretrizes de uma articulação com outros ambientes que não são só escolares. A educação precisa se articular evidentemente com a família – isso é fundamental, é outra dimensão essencial da educação –, mas precisa estar articulada com o sistema de assistência e promoção social do município e do estado, como também com a área da saúde e com a área de segurança; enfim, tudo isso tem que estar muito articulado. Portanto, as avaliações e os dados devem estar compartilhados para a confecção, a elaboração de políticas públicas integradas no território para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que tudo isso, de fato, aconteça. Então, chamo a atenção de que isso é uma das dimensões desses parâmetros de qualidade e equidade que nós acabamos de aprovar.

Para terminar, eu falei agora da articulação intersetorial e da participação numa governança democrática. Não se trata de... Qualquer política pública só pode ter uma perspectiva de bons resultados se compromete a todos, a todas. Então, a governança democrática é essencial. Ela depende de dados, depende de comprometimento político e estratégico. Reforço mais uma vez a sua direção: tem que ser de todos. É uma política de Estado, não é apenas de governos, até porque nós sabemos que a educação sempre é uma política de longo prazo.

Então, eu queria dar essas informações básicas a respeito das atividades.

Só queria apenas dizer que – para terminar – esta Casa de Leis aprovou uma legislação da maior importância, que é a lei do Sistema Nacional de Educação. Essa lei articula, como Sistema Nacional de Educação, as várias esferas governamentais para uma política comum, e está na lei do Sistema Nacional de Educação o Fórum dos Conselhos de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

O SR. CESAR CALLEGARI – Então, essa lei estabelece, portanto, a existência desse fórum. Esse fórum já foi instituído sob a Presidência nossa, do Conselho Nacional de Educação, e harmoniza políticas públicas relativas aos estados e municípios, também de natureza normativa. E as questões relacionadas a políticas de educação integral estão no topo das preocupações de harmonização de políticas desse Sistema Nacional de Educação.

Então, essas são informações iniciais.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Parabenizo V. Exa. por sua preocupação e também os Senadores que pertencem a esta Comissão pelo trabalho que têm desenvolvido.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Para interpelar.) – Professor, obrigada. Eu sou uma entusiasta das suas falas, mas o senhor ouviu que a equipe técnica traz perguntas para mim, e, se eu não perguntar, eles me exoneram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou fazer as perguntas técnicas, mas eu tenho uma outra preocupação que eu quero compartilhar com o conselho.

Professor, as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral estabelecem que a ampliação da jornada deve estar acompanhada de uma proposta pedagógica, exatamente o que o senhor falou aqui, integrada.

Quais são os elementos indispensáveis para que uma escola possa ser considerada efetivamente uma escola de educação integral na avaliação do conselho?

O SR. CESAR CALLEGARI (Para expor.) – Basicamente seria a articulação daqueles elementos a que eu rapidamente estava chamando atenção.

Primeiro, uma proposta curricular. Nós temos que saber o que queremos fazer.

O segundo ponto é que essa proposta curricular não pode vir de cima. Ela tem que vir de um processo efetivamente de gestão democrática, em que as famílias sejam ouvidas, em que os profissionais sejam ouvidos e respeitados e em que nós tenhamos uma perspectiva de não apenas de atender o imediato, mas a médio e longo prazo.

Eu acho que as balizas estão bastante colocadas nesses parâmetros de qualidade e equidade que eu estava aqui muito rapidamente descrevendo e que estão nessa nova resolução do conselho.

Realizado tudo isso, com essas características, aí, sim, nós podemos imaginar que a educação se realiza de uma maneira integral e, sobretudo, que faça sentido para os estudantes. Mesmo para uma criança pequena, estou me referindo até às crianças na idade de creche, tem que fazer sentido. Elas têm que ser ouvidas, são parte significativa. Quando a gente imagina a gestão democrática, é levar em consideração não apenas as características gerais dessa população a ser atendida, mas as suas vozes, as suas expectativas e a maneira como elas se manifestam.

Na perspectiva curricular, realçar os aspectos da participação efetiva dos próprios estudantes e, claro, dos profissionais da educação, respeitando as suas condições de trabalho, é a condição fundamental para que a educação integral de fato aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tem alguns aspectos, Professor, que têm sido mais difíceis de se incorporar pelas redes? Vocês identificam algum aspecto das diretrizes que tem tido mais resistência ou que está sendo mais difícil de ser incorporado?

O SR. CESAR CALLEGARI – São muitos os aspectos, mas um aspecto que eu gostaria de aproveitar para chamar atenção é uma articulação muito forte e necessária com as famílias. O pai e a mãe não podem olhar a escola em tempo integral apenas como um local para deixar os seus filhos. Precisam participar. E a escola tem que se envolver de uma maneira muito ativa nesse processo todo.

Há algumas experiências no Brasil muito interessantes de que a escola vai à família. A escola não apenas recebe a família, mas vai à casa das crianças.

Esse é um desafio muito grande de uma efetiva participação.

E é claro que há muitos fatores, alguns dos quais eu falei. Nós temos um desafio enorme ainda a ser trabalhado que é a formação dos profissionais da educação – todos. Não apenas professores e professoras, mas a equipe dirigente da escola, enfim, a estrutura toda de uma secretaria da educação, os demais funcionários da escola, todos devem estar muito envolvidos dentro de um projeto que tem que ser concebido de uma maneira colaborativa e participativa e implementado por todos.

Então, essa consciência, essa cultura é algo que o Brasil já sabe como fazer, mas ainda precisa ser espraiado em todo o sistema educacional, sobretudo nas escolas em tempo integral e de educação integral – não podemos confundir, embora estejam ligados, o tempo integral com a educação integral; são duas dimensões complementares, mas o projeto é muito maior.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Professor, fantástica a sua exposição, mas eu vou lhe fazer uma pergunta e depois eu quero estender a pergunta à CNTE.

A pergunta é a seguinte: vocês vão sabatinar os pré-candidatos à Presidência da República, os candidatos já, os presidenciáveis? Sabe por que eu estou te perguntando isso? Porque a educação integral... Você sabe que tem alguns que acham que é programa de governo, que não é programa de Estado, que não é política de Estado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CESAR CALLEGARI – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – E eu tive a curiosidade – não me pergunte nome, tá, gente –, eu imprimi todos os programas de governo apresentados pelos presidenciáveis e eu li. O senhor sabia que tem um presidenciável que, em seu programa inteiro, não fala uma única vez a palavra "criança"?

A pergunta é: os conselhos vão fazer, nem que seja no segundo turno, uma sabatina com os presidenciáveis? Porque eu preciso ouvir o que eles pensam sobre educação integral. Isso aqui nem coloquem na ata, tá? Mas eu queria saber: vocês têm interesse de fazer isso, de fazer uma pergunta, uma cobrança? Eu, inclusive, estou correndo com a avaliação, porque eu vou encaminhar, por meio desse sistema de avaliação, alguma coisa para os presidenciáveis. Se der tempo, ainda antes do primeiro turno; se não, aos dois que ficarem em segundo turno – mas eu quero ver antes do primeiro turno, porque vai que não tem segundo turno. Eu quero me posicionar! Como avaliadora da política da educação integral, eu quero me posicionar aos presidenciáveis.

O conselho está planejando alguma sabatina? E também a confederação?

O SR. CESAR CALLEGARI – Bem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Se não está, comece a pensar nisso, pelo amor de Deus!

O SR. CESAR CALLEGARI – Bom, eu só quero dizer, Senadora, que, do ponto de vista pessoal, se eu for convidado, terei a maior alegria de participar de algum tipo de diálogo. Enfim, eu acho que é muito importante que nós tenhamos uma atenção redobrada em relação a todos os que venham a se candidatar agora nessas próximas eleições, sejam Deputados Estaduais, Deputados Federais...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Senadores.

O SR. CESAR CALLEGARI – ... Senadores, candidatos a Governador de estado, candidatos a Presidente da República, enfim, e verificar como isso está no seu programa e o que é que tem sido feito também, porque muitos são candidatos a novo mandato, candidatos Parlamentares, ou são candidatos à reeleição em cargos do Executivo. O importante é que haja, de fato, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

avaliação em profundidade em relação à implementação de políticas, sobretudo as políticas educacionais, e sempre na direção que eu tenho certeza de que é a sua visão.

A política de educação não pode ser pensada apenas como uma política de governo – embora seja importante, os governos têm que ter responsabilidades com a educação –, mas é uma política de Estado, é uma política de longo prazo, e o Brasil está desafiado a fazer com que esse longo prazo seja mais curto, porque o desenvolvimento econômico-social de um país como o Brasil depende da educação de qualidade como direito de todos e de cada um.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – É, e aí eu também estendo a minha preocupação para o próximo Congresso Nacional. Este Senado Federal vai ter uma renovação, vocês não têm ideia do que tem de Senadores que não vão à reeleição. Nós temos um número enorme, como Paulo Paim, Flávio Arns, Senadores comprometidos com a educação... Nós temos um número enorme de Senadores... E alguns comprometidos com a educação estão se candidatando a governos, e com chance de ganharem como Governadores. Que bom! Vão cuidar dos seus estados, mas dois terços do Senado serão renovados. Então, eu estou preocupada com que Congresso nós teremos.

Inclusive, Profa. Odisséia – não sei se vocês sentiram –, a aprovação do PNE no Senado foi tão tranquila. E sabem por quê? Porque nós temos uma legislatura muito madura, e eu estou me sentindo honrada de fazer parte desta legislatura. Eu fui assessora por 24 anos no Congresso Nacional, mas esta atual Comissão de Educação é uma Comissão tão sensata que, enquanto se discutia o PNE lá na outra Casa, a gente acompanhava as discussões lá, para que, quando o PNE chegasse aqui, a gente fizesse só pequenos ajustes.

Conseguimos entregar o PNE, e com uma outra proposta: uma Subcomissão que, a cada dois anos, nesta Comissão, vai avaliar o PNE. É um monitoramento do Senado. Eu e Teresa temos ainda quatro anos e a gente vai manter isso mesmo, a gente vai lutar muito por isso. Mas eu confesso que também estou preocupada com o próximo Congresso que nós teremos – muito preocupada.

Mas era só uma pergunta de interesse. Se vocês não pensaram na sabatina, eu botei minhoca nas suas cabeças. Comecem a pensar.

Na sequência, a gente vai ouvir a Odisséia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência é melhor Jucineide, porque já acaba, e aí a Odisseia vem, lutando pelos profissionais, porque não tem educação integral sem profissional fortalecido – não é, Odisséia?

Então, nós vamos ouvir – também para não perdermos a conexão, porque a gente morre de medo de cair a conexão – Jucineide Fernandes, Secretária de Estado da Educação do Ceará, mas que, neste momento, está representando o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Bem-vinda, Jucineide. É uma alegria tê-la de volta conosco nesta Comissão.

A SRA. JUCINEIDE FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora; boa tarde a todos que estão fazendo parte da mesa, a todos que estão nos acompanhando no Senado.

Está ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim, estamos ouvindo bem, Jucineide.

A SRA. JUCINEIDE FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Então, é um prazer representar o Consed nesta audiência pública, que avalia o Programa Escola em Tempo Integral. Eu participei da segunda audiência, no caso, representando o Estado do Ceará, mostrando a experiência do Estado do Ceará, mas agora eu vou falar dos desafios que os estados – representando o Consed – sentem com a implementação de uma política como a educação em tempo integral.

Então, agradeço muito a possibilidade de o Consed estar aqui representado e também apresentando o seu pensamento.

O primeiro ponto, todos que nos acompanham, é que nós, estados, temos a convicção de que a educação em tempo integral é uma política estratégica para a educação brasileira. Todos nós envidamos muitos esforços, nos últimos anos, para aumentarmos a matrícula, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio – em toda educação básica. Então, foram muito importantes os dados que o Inep apresentou, trazendo esse cenário da educação brasileira, o crescimento nos últimos anos em relação à educação em tempo integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos também que, com a ampliação do tempo de permanência, são mais oportunidades de aprendizagem, convivência e desenvolvimento integral.

O Inep trouxe os dados e o Prof. Callegari trouxe a concepção de educação em tempo integral na qual nós acreditamos, que é uma concepção de educação que desenvolva todas as potencialidades do estudante, todos os seus talentos. Ter mais tempo na escola também permite isso.

O Professor falou, muito bem, que não é aumentar mais horas para você ter mais tempo para fazer o mesmo. Então, um ponto importante é que o projeto de educação integral, o projeto de educação pedagógica, é importante para garantir o que a gente deseja: mais aprendizagem e mais desenvolvimento para as nossas crianças.

Aí eu vou trazer, na minha fala, um pouco do que o Consed visualiza como desafios para a sustentabilidade dessa política. Nós tivemos o programa com um incentivo a matrículas, com um recurso por estudante, para incentivar a matrícula, e depois temos a emenda constitucional que deixou uma parte, 4% do Fundeb, para que pudesse ser direcionada para a ampliação de matrículas e também para a manutenção dessas matrículas. Mas nós ainda avaliamos, com o Estado, que nós precisamos de mais investimentos. A educação em tempo integral tem uma mudança, são necessários mais recursos para tudo: na infraestrutura, porque você precisa de mais escolas ou de mais salas de aulas; você precisa da alimentação escolar. Numa escola de tempo parcial, você só tem um lanche, na alimentação escolar, e na escola de tempo integral, se a gente trabalhar com as 45 horas, temos mais o almoço, mais um lanche. Nós precisamos contratar mais professores para aumentar esse tempo de aula. Precisamos – inclusive mudança recente da LDB, e isso não só para a escola de tempo integral, claro, mas para a escola pública brasileira – ter uma infraestrutura que garanta espaços de aprendizagem seguros, de qualidade, para os nossos estudantes. Mas a escola de tempo integral precisa de mais espaço: precisa de vestiário, precisa de uma cozinha com mais estrutura, precisa de espaços para outras atividades, para além das cognitivas. Então, o primeiro ponto que a gente destaca como desafiador é o financiamento.

O Callegari falou, a Senadora também falou sobre isso, que quando a gente, já em breve, for discutir o orçamento, precisaremos de mais recursos e que os recursos sejam suficientes. É um avanço. Nós temos 4% do Fundeb para essa pauta, mas nós precisamos... Esse recurso já estava, já fazia parte do Fundeb. Então, a gente precisa de mais recursos. Na análise do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

orçamento, precisamos de políticas de financiamento para apoiar estados e municípios nessa ampliação e para dar sustentabilidade, manutenção, das matrículas.

Um outro ponto. Quando a gente coloca o financiamento como o ponto principal, tudo o que a gente vai falando depois acaba sendo uma consequência dos recursos que a gente precisa para fazer mais e com mais qualidade.

Quando a gente pensa em ampliar – e eu quero novamente destacar que os estados fizeram muitos esforços para ampliar a sua matrícula em tempo integral –, nós precisamos garantir também as demais responsabilidades: valorização dos professores, manutenção das escolas, transporte, inclusão, tecnologia, diferentes modalidades de aprendizagem. Nos dados do Inep, foi falado lá, nós ainda temos, para as populações indígenas, um desafio maior; para a Região Norte, um desafio maior; para o ensino fundamental nos iniciais... Então cada etapa precisa desse olhar para que a gente possa, que o Estado brasileiro, que o país Brasil possa aumentar suas matrículas com qualidade, com infraestrutura, com valorização dos profissionais da educação.

Então, esse é um desafio muito grande. Não é só financiamento, passa por gestão, passa por ter uma política estruturada, organizada. Nós estamos agora no período em que estados e municípios têm até outubro para fazer a revisão das suas políticas, para elaborar um plano de expansão, mas quando a gente começa a elaborar esse plano, a gente percebe que a gente precisa de mais recursos para ofertar essa educação com a qualidade que os estudantes brasileiros precisam.

Outro ponto que a gente traz, que envolve financiamento, é também, como eu já falei, a questão da infraestrutura. Nós precisamos garantir um espaço adequado, ou seja, uma requalificação dos espaços. Para você ter uma ideia, pegando só um exemplo do Ceará: nós estamos construindo mais de cem escolas de ensino médio para poder garantir espaços adequados para o tempo integral e também para dividir matrículas de outras escolas, para a gente poder garantir... Porque uma escola em tempo integral também não pode ser uma escola muito grande, você perde acompanhamento, tem os outros espaços de aprendizagem.

Um outro ponto que a gente traz é da dimensão das pessoas, dos professores, dos profissionais de educação, dos gestores. Porque eu já fui diretora de escola em tempo integral, então quando você fica com o estudante o dia todo na escola, você acaba precisando ter uma organização de pessoal, de mais pessoas, e também com umas habilidades de acompanhamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de escuta. Assim, é um desafio também a questão das pessoas. Então, quando a gente pensa em infraestrutura e pessoas, elas estão aí no campo do financiamento.

A quarta dimensão é a pedagógica. Eu penso que as orientações que nós estamos tendo do MEC... Foi muito bem estruturada a política para a dimensão pedagógica, inclusive com parâmetros para a educação integral em tempo integral, com aquelas etapas, com assistência técnica, com a rede de profissionais que representam estados e municípios nessas discussões sobre a política; eu vejo que está bem orientado.

O professor falou da questão sobre o ensino de artes, mas a escola em tempo integral, como ela tem mais... Os tempos pedagógicos não são voltados apenas para a parte cognitiva, você precisa de espaços para arte, leitura, espaços *maker;* e isso também está relacionado, é a dimensão pedagógica que acaba sendo relacionada também com a infraestrutura.

Então, a escola em tempo integral, eu digo, precisa ser uma escola viva, uma escola com muitas atividades, para o estudante poder escolher a sua trilha, aquilo que mais está relacionado ao seu projeto de vida.

E um outro ponto. Um grande desafio para a gente é a dimensão da equidade. Nós vamos ter estudantes que têm essa oportunidade de ter mais tempo na escola, de ampliar o seu repertório, de ampliar a possibilidade de desenvolver o seu potencial. E como é que a gente vai fazer para isso não gerar mais desigualdade, considerando estudantes que não podem participar da escola tempo integral? Eu tenho dito que a gente precisa pensar como sociedade, por que alguns estudantes não podem ter esse direito de estudar no tempo integral – porque são de famílias mais vulneráveis, porque estão em localidades mais desafiadoras?

Então, isso envolve aqui um sexto ponto que a gente trouxe, que é sobre a intersetorialidade. Às vezes, uma pessoa diz assim: "Ah, o estudante não pode estudar no tempo integral porque tem que cuidar da irmã enquanto a mãe trabalha". A gente já tem que pensar numa política de creches para essa irmã poder ficar na creche, para a mãe poder trabalhar, e ele poder estar na escola o tempo integral. Essa dimensão da equidade, para além dos resultados de aprendizagem, está relacionada também, inclusive, ao acesso.

A gente vai precisar da intersetorialidade, de uma articulação intersetorial para garantir que todos os estudantes possam estar no tempo integral, porque a gente acredita que estar no tempo integral garante maiores possibilidades de desenvolvimento para o estudante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós, enquanto Consed, eu aqui como representante das secretarias estatuais de educação, avaliamos a política como bem estruturada, a política que o Senado está avaliando, temos expansão de matrículas, nós temos evidências sobre o potencial de aprendizagem das escolas de tempo integral, se tem análise – acho que o Instituto Sonho Grande vai falar sobre isso.

Nós temos análises de que as escolas de tempo integral garantem melhores resultados de aprendizagem, menos abandono, então, é uma oportunidade histórica que o nosso país está adiando. Nós não podemos perder essa oportunidade de ampliar a matrícula em tempo integral e de garantir aos estudantes o pleno desenvolvimento das suas potencialidades, mas aí a gente reforça, principalmente, a questão do financiamento, para que essa ampliação venha acompanhada de todas as condições necessárias para que a escola possa cumprir a sua função de desenvolvimento integral dos estudantes.

Então, assim, a gente, como Consed, considera que, mais do que ampliar o tempo, a educação integral tem esse objetivo de ampliar oportunidades, de poder contribuir para o desenvolvimento pleno dos estudantes e ampliar seus horizontes.

A gente, como Consed, agradece a oportunidade de poder trazer aqui a nossa reflexão sobre a política e de trazer aqui, resumindo, o que para nós é o principal desafio, que é o desafio do financiamento, para a gente poder implementar a política com a qualidade que os estudantes e os profissionais de educação brasileiros merecem.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Secretária.

Professora, eu só vou fazer uma pergunta rápida. Como a gente vai ouvir os trabalhadores da educação, eu vou fazer uma pergunta que vai fazer diálogo com ela. A pergunta é: quais têm sido os principais desafios para a formação de professores, gestores escolares e equipes pedagógicas diante das exigências deste novo modelo educacional. Quais os desafios que os estados têm encontrado, Professora?

A SRA. JUCINEIDE FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu falei um pouco anteriormente sobre como a formação para o tempo integral exige do professor outras competências para além apenas da sua formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo: eu sou uma professora licenciada em História. Numa escola do tempo integral, como o Prof. Callegari falou e eu falei, não é só ter mais aula, pois a gente acaba tendo outros componentes curriculares. Nós acabamos diversificando o currículo mais. Por exemplo, tem professor de História, como eu, que vai ensinar projeto de vida, que vai ensinar desenvolvimento socioemocional, e isso precisa de processos formativos, porque a graduação, a formação inicial não garantiu a gente para isso.

Também isso fica com a responsabilidade dos estados, e acaba tendo também para o professor ensinar, para além do seu componente curricular de formação, outros componentes curriculares. E também é você compreender essa escola para além de ser a escola que ensina conteúdo. É uma mudança de concepção, que não deve ser apenas, claro, da escola de tempo integral. Essa mudança de concepção – não é, Prof. Callegari? – tem que ser da escola como um todo, mesmo em tempo parcial, porque a escola não é só para desenvolvimento cognitivo, e, sim, para desenvolvimento de todas as potencialidades.

Então, a construção desse projeto pedagógico, coletivo, democrático, que envolve os professores também nessas decisões, envolve também processos formativos para os professores.

Eu vejo como um ponto positivo – e aqui no Estado do Ceará a gente tem essa experiência – o de poder garantir que o professor – e a gente está trabalhando muito para isso – fique com sua lotação em uma única escola. Esse é um desafio da educação brasileira, e a gente tem trabalhado para isso, mas acaba que ele precisa ensinar também outros componentes devido à diversificação do currículo.

Eu acho que esse é um desafio que está aí à mesa e que exige do professor o desenvolvimento de novos saberes e das redes apoiar os professores com materiais, com processos formativos, para poder trabalhar esses novos componentes curriculares que acabaram surgindo nos currículos das escolas de tempo integral.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Professora. Obrigada. Se puder continuar até o final, nós só temos mais dois expositores.

E nós vamos ter alegria agora de ouvir a Profa. Odisséia Pinto de Carvalho, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por estar de forma presencial com a gente. Muito obrigada.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO (Para expor.) – Eu é que agradeço.

Uma boa tarde a todos e todas.

Trago aqui um abraço da Fátima Silva, Presidenta da CNTE, que estava cumprindo uma outra agenda e solicitou que eu viesse aqui para falar de um assunto muito importante que é a educação integral em tempo integral.

E quais são os desafios que a gente tem pela frente para a implementação desta educação integral? Então, isso é algo que a gente vai estar debatendo aqui agora, nesse sentido.

Então, nós estamos aí com as diretrizes... Essa questão da educação de tempo integral já vem desde a LDB, no seu art. 34, §2º, em que o ensino fundamental tem que ser ministrado progressivamente em tempo integral, mas a critério dos sistemas de ensino. E agora a gente vê a nossa Lei 14.640, que institui esse programa de educação integral, em tempo integral, que cria uma política de incentivos para que estados e municípios possam ampliar essas matrículas. A gente percebe que esta proposta de aumentar para sete horas por dia ou 35 semanais é um desafio para todos nós, porque nós precisamos saber que não basta apenas ampliação da carga horária. Nós precisamos tornar esse tempo integral de qualidade na formação plena dos estudantes que ali estão.

O Plano Nacional de Educação, que foi aprovado agora em 2026 e que vai até 2036, no seu objetivo sexto, fala em ampliar essa oferta da educação integral em tempo integral, principalmente focando na escola pública, mas assegurando essa qualidade de ensino e principalmente com essa intenção de desenvolver atividades pedagógicas dentro da escola. Para isso a gente tem vários desafios pela frente.

A CNTE é a favor, sim, sempre foi de uma escola de tempo integral, mas que seja de fato uma escola de educação integral.

Nós temos aí uns dados. Fizemos uma pesquisa e estabelecemos que, em matrículas públicas, a gente avança para uma variação de menos 7,3% e, em matrículas privadas, de mais 10,9%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós percebemos, nesse quadro que está aí colocado, que, na verdade, baseado no censo escolar, com esse quantitativo de matrículas, não atingimos o ideal que desejamos para que realmente tenhamos a implementação da escola em tempo integral.

Pode passar.

Aí a gente vê o vínculo profissional principalmente no percentual de professores efetivos nas redes estaduais e municipais. Principalmente nas redes municipais, há uma queda de profissionais realmente efetivos. Portanto, são profissionais que muitas das vezes se tornam temporários, terceirizados.

Existem alguns municípios, inclusive, com regime de RPA, ou seja, nem vínculo direto com processos seletivos têm.

Eu sou do Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. Nós temos RPA não só para profissionais, funcionários administrativos. Chegamos ao absurdo de termos professores em RPA (Regime Próprio Autônomo). Quer dizer, nem vínculo, na verdade, com o processo seletivo têm, porque o processo seletivo é autorizado por dois anos e prorrogável por mais dois anos; o RPA, não. Então, é um verdadeiro absurdo.

E nós estamos também, em relação às redes estaduais, com essa queda, vamos dizer, desse percentual. Isso, para nós, é muito preocupante, porque percebemos que a carreira do professor é uma carreira que a gente fala que é quase em extinção. Se não houver uma política pública, uma política de Estado de valorização efetiva desses profissionais da educação, essa carreira se torna um bico, ou seja, temporária. Os professores estão ali, mas, na verdade, eles querem outro tipo de vínculo empregatício, que seria mais rentável. Isso é muito preocupante para todos nós nesse sentido.

Pode passar.

Quanto à carga horária dos professores, a gente vê – a gente estava falando sobre isso – que, até 20 horas, nós temos 12,8%; até 10 horas, 0,9%; de 11 a 20 horas, 11,9%; e, de 21 até 40 horas, são 17,5%. É um total de 43,1%. É também um desafio nosso estarmos buscando que esse profissional tenha a carga horária de 40 horas e cumprida dentro da própria escola em que trabalha, porque um profissional com carga horária de 10 horas, de 20 horas – a gente sabe da diversidade existente no nosso país – tem que correr de uma escola para outra para complementar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a sua renda e, muitas vezes, ele não consegue dar conta de, inclusive, planejar as suas aulas para que elas sejam realmente de qualidade.

Isso também é preocupante nesse sentido de que a gente não pode permitir que esses profissionais não consigam ter qualidade de planejamento, de ganhar bem. A gente sabe que, hoje, o piso nacional numa carga horária de 40 horas é de R$5.130,63 e a gente precisa, sim, discutir essa ampliação. Para discutir escola em tempo integral, nós temos que discutir também a ampliação da jornada de trabalho desses profissionais, a carreira, o piso, a formação – tudo isso está interligado – e o planejamento. Dentro de uma carga horária de 40 horas, pelo menos um terço tem que ser de forma em que este profissional possa ter tempo de se planejar, de corrigir, de preparar com dignidade as suas atividades e as suas aulas.

Pode passar.

Aí a gente fala sobre a questão da infraestrutura das nossas escolas. A gente vai perceber que, numa média, 22,31% ainda têm dificuldades nesses espaços de atividades pedagógicas. E o que a gente entende como espaço de atividades pedagógicas? É auditório, laboratório de ciência, laboratório de informática, sala de multiuso, sala de leitura, biblioteca. A realidade de quem está no chão das escolas hoje, no dia a dia, é muitas vezes uma sala de leitura se transformar numa sala de aula; uma biblioteca se desmontar, porque a falta de infraestrutura naquela unidade escolar faz com que a demanda seja tanta que 60 alunos sejam divididos em duas turmas. E qual é o espaço que se tem para poder incluir esses alunos dentro da escola pública? É a utilização da biblioteca, aproveitando todos os espaços existentes. Então, é preciso que haja, na verdade, também um planejamento associado a essa ampliação da educação integral.

Pode passar.

O que a gente percebe? Quais são os desafios para que a gente possa assegurar uma educação pública integral e de qualidade? É garantir a educação integral, a qualidade, a gente falou muito aqui sobre a equidade da educação básica para promover, principalmente, o desenvolvimento integral dessas crianças e jovens.

E aí eu quero relatar uma experiência própria. Em 1986, no meu primeiro concurso público como professora alfabetizadora, fui trabalhar no Ciep, de Darcy Ribeiro, do grande Darcy Ribeiro! E como eram esses CIEPs? Educação em tempo integral onde o aluno, na parte da manhã, tinha todos os conhecimentos; na parte da tarde, tinha como se fossem duas horas de aulas de reforço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não só em matemática e português, mas em várias disciplinas, para que ele pudesse ampliar o seu conhecimento; e as demais horas trabalhadas eram biblioteca, atividades culturais, esportivas.

Então, nós acompanhávamos esses alunos nessa jornada de tempo integral para que pudesse ter o desenvolvimento integral do ser humano. Além disso, nós tínhamos os nossos animadores culturais. Quem eram esses animadores culturais? Eram pessoas que buscavam a cultura daquela região e daquela comunidade, traziam essa proposta de trabalho para dentro das escolas para poder fazer essa integração com a arte, com a cultura, com a música.

Então, nós tínhamos os alunos que entravam às 7h30 da manhã e, às 5h da tarde, saíam, entregues às suas famílias, sabendo que aquele era um espaço em que eles tinham não só um espaço para que a mãe pudesse trabalhar, mas, principalmente, um espaço em que havia um desenvolvimento integral enquanto seres humanos, e isso é muito importante.

A gente percebe também uma preocupação de estarmos ampliando a jornada de tempo integral nos institutos de profissionalização, e isso também é algo importante, porque ali o aluno pode ir para o mercado de trabalho ou ser inserido nas universidades, mas é preciso que ele tenha esse olhar de forma integral.

Assegurar os recursos financeiros é fundamental, e a proposta da CNTE é que a gente possa ter, quem sabe, os nossos 10% do PIB de investimento.

Foi fundamental o Fundeb permanente. A gente lutou muito para que esse Fundeb não fosse temporário, mas fosse permanente. E a nossa luta tem que continuar para que esse Fundeb garanta, e não só ele, mas os 25% que estão estabelecidos dentro da Constituição dos municípios e estados, e os 18% da União. Quer dizer, a gente, às vezes, pensa no financiamento da educação pública apenas e somente no Fundeb. Não, tem também os demais recursos que são necessários. Para além disso, a gente tem que ter essa garantia de que, minimamente, temos que ter um investimento na educação, principalmente nessa proposta de trabalho de educação integral em tempo integral, e também que a gente possa atingir os 10% do PIB.

Necessidade da expansão da infraestrutura física e pedagógica também a gente já falou sobre isso. É preciso ter a articulação interna com as demais disciplinas; desenvolvimento social, cultura e esporte estarem ali sendo integrados com as demais disciplinas curriculares ali apresentadas é essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Garantir a valorização dos profissionais da educação. Eu não posso aumentar uma carga horária dos nossos alunos se vou ter necessidade de também ampliar a jornada desses profissionais, mas com qualidade. Não dá para, como a gente viu e vê em alguns municípios principalmente, você colocar uma ampliação da carga horária no contraturno. Esses alunos, muitas das vezes, não conseguem retornar para a escola, não ficam o horário integral, o contraturno; e as atividades desenvolvidas, muitas das vezes, são meramente para ocupar aquele tempo dos alunos ali dentro da escola, sem um planejamento pedagógico para a formação desse ser humano de forma integral. Isso também é preocupante.

Então, é necessário que você tenha aquele tempo dentro da escola pública de tempo integral e que tenha preocupação com mais professores, sim, e com mais funcionários, porque quem vai fazer a limpeza do local? Quem vai fazer a merenda de qualidade que precisa ser administrada ali? A equipe pedagógica, nós temos que pensar nisso também, em quem será e em como será essa equipe pedagógica que vai estar ajudando em todo o processo. É necessário que a gente também pense na gestão democrática – é fundamental a gestão democrática. Quando eu falo de gestão democrática, não vem uma proposta de cima para baixo, mas uma proposta construída através de um projeto político-pedagógico dentro das unidades escolares. E, para isso, a gestão democrática é fundamental.

Nós não podemos ter pessoas com indicações. A gente sabe que existe isso ainda no nosso Brasil afora, apesar de todo o esforço nosso em relação à construção das eleições de diretores, da questão da gestão mesmo, em si. É preciso que esse aluno que está dentro da escola, essa comunidade que está ali diretamente da escola, os funcionários, os professores possam votar em quem vai administrar e gerir aquele projeto político-pedagógico construído de forma coletiva, vamos dizer assim.

Então, sobre o piso... Falei do piso.

Sobre o plano de carreira, foi perguntado aqui sobre a questão da formação. A formação precisa ser inicial e de qualidade para esses professores. Nós tivemos agora, nesta semana, um debate na Comissão de Educação do Congresso sobre a educação à distância de formação de professores. Nós somos totalmente contrários ao que estava aí sendo colocado. Ainda bem que, agora, o conselho apresenta uma nova proposta, no sentido de não permitir que essa educação à distância seja totalmente presencial, mas, sim, que a gente reverta essa questão. Então, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

debate foi muito importante. Nós não podemos permitir que a educação de um professor seja de formação totalmente à distância. Precisa esse professor ter, sim... Pode ser até uma parte presencial e uma parte à distância, mas é necessário que a gente possa estabelecer esse vínculo direto.

Eu até citei um exemplo, de quando, há 38 anos, eu me formei como professora e, no meu estágio – porque todos nós temos estágios, cumprir o estágio, a parte prática dentro da sala de aula –, eu tinha preparado a melhor aula do mundo, era o que eu achava, com a música, com a parte de texto, tudo. E, quando eu me deparei com 35 a 40 alunos em sala de aula e a tomada não funcionou, eu tive que me virar para pensar no que eu ia fazer para dar aquela aula que eu tinha preparado da melhor maneira possível. Eu me vi desesperada. É lógico que eu consegui dar conta. Eu saí depois chorando daquela primeira aula, mas com a certeza de que ali era a minha tarefa enquanto profissional da educação, porque era o que eu queria fazer e foi o que me fez ficar na alfabetização. Inclusive, fiquei não só na alfabetização, como também cheguei a ministrar aula no ensino superior. Eu me dediquei realmente por entender que a educação pública de qualidade é uma tarefa importantíssima para todo ser humano.

Sobre essa questão nossa, voltando, do plano de carreira e da formação inicial, é preciso ter a formação inicial e a formação continuada, mas é preciso também ter a valorização desses profissionais, principalmente no nosso plano de carreira. Vocês estão acompanhando agora o debate sobre o piso nacional, em que foi suspensa a votação no STF, em que a gente precisa garantir que o piso nacional seja votado no início de carreira. No Estado do Rio de Janeiro, infelizmente, nós temos um plano, e o Governador anterior –não é este que está atualmente de forma interina – colocou o piso no nível 3 do nosso plano de carreira, 3, 4 e 5, ou seja, achatou o nosso plano de carreira. Pessoas que estão no início do plano de carreira e as que estão no final ficaram totalmente sem nenhum reajuste, vamos dizer assim. Então, é preciso garantir o piso nacional no início de carreira e ter a sua valorização dentro do plano de carreira.

Definição de currículos interdisciplinares, como saúde, cultura, esporte, assistência social.

Reduzir as desigualdades regionais e priorizar os estudantes em situação de maior vulnerabilidade. Sem dúvida nenhuma, é uma preocupação, pelo que eu percebi, não só do Conselho Nacional, mas também do Ministério da Educação e nossa, da CNTE, de que essa política de escola em tempo integral seja principalmente para esses estudantes em situação de maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vulnerabilidade social, para que a gente possa realmente atingir essa clientela tão necessária, que precisa realmente extrapolar e ver através da educação uma forma não de ascensão social – não é isso, é muito mais do que isso –, mas uma forma de ser mesmo, de se tornar um cidadão concreto, capaz de interferir na nossa sociedade de uma forma justa. Isso é porque todos nós aqui – apesar de termos diferentes pensamentos, visões de mundo e políticas partidárias – eu tenho certeza de que a gente quer e deseja que o nosso país seja um país mais justo, mais igualitário, mais fraterno. Para isso, a gente perpassa, como diz o nosso Patrono da Educação, Paulo Freire, pela educação. Eu não tenho dúvidas sobre isso. E, para isso, nós estamos aqui com esses desafios para os quais nós estamos aqui apontando.

Para isso, nós estamos aqui à disposição, para contribuir. Nós que somos os representantes da CNTE, que representa a educação básica, que vai desde a educação infantil até o ensino médio, estamos aqui para darmos as nossas contribuições.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Professora, obrigada.

Tinha uma série de perguntas que a assessoria técnica mandou, mas eu vi que as perguntas foram todas respondidas na sua exposição.

Nós vamos direto, agora, para a nossa última expositora, a Josiara Diniz, Gerente de Relações Governamentais do Instituto Sonho Grande – é claro que você vai apresentar o instituto para a gente antes.

Seja bem-vinda, você tem dez minutos. É uma alegria ter você aqui.

A SRA. JOSIARA DINIZ (Para expor.) – Bem, boa tarde.

Primeiro, obrigada, Senadora, pelo convite, por confiar no Sonho Grande para ajudar na qualificação deste debate. Queria agradecer ao seu gabinete na pessoa da Viviane, que, desde o início, foi muito solícita conosco em pegar as evidências.

Eu vou nos apresentar. A gente é uma organização que muito acredita em política pública baseada em evidências. Então, eu trago aqui uma trajetória de dados para poder qualificar o debate, que, em resumo, só intensifica tudo o que já foi dito nesta mesa. Tenho uma responsabilidade em falar depois de pessoas tão qualificadas, mas eu espero que a gente consiga dar uma contribuição para poder ampliar essa política, que há dez anos já foi avaliada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, por uma proposta do Senador Cristovam Buarque – que era Senador também pelo Distrito Federal –, que depois foi levada a cabo pelo Senador Paulo Paim, mas a política mudou muito na última década. Então, é uma felicidade estar aqui, inclusive voltando à Casa em que eu também fui assessora durante alguns anos. Então, fico muito feliz pelo convite.

Bem, vamos lá.

O Instituto Sonho Grande... Tem a apresentação... Acho que falhou. A gente vai trazer uma trajetória aqui do... Acho que vai agora. Pode passar.

Eu vou apresentar primeiro o Instituto Sonho Grande. Nós somos uma organização sem fins lucrativos. Nós hoje estamos em 18 estados da Federação, somos uma organização apartidária – e, quando eu falo que nós estamos nesses estados, é porque a gente trabalha na operacionalização do ensino integral nesses estados. Então, hoje – pode passar –, no nosso mapinha – pode passar –, o verdinho é onde nós temos atuação no Brasil. A gente hoje está em 18 estados parceiros, já estivemos em mais, já estivemos em menos. A gente impacta mais de 6 mil escolas em todo o território nacional e mais de 1 milhão de estudantes. E a gente trabalha pela melhoria da educação pública com qualidade.

Eu queria propor um recorte de análise aqui na mesa. Eu vou focar muito mais na etapa do ensino médio, se na idade correta, dos 15 aos 17 anos, pela delicadeza dessa etapa... Então, a gente está falando de pessoas jovens e adultas que estão ali pré-universidade, pré-mercado de trabalho. E hoje é onde a gente tem mais evidências de que a política pública tem impacto. Ao longo dos dez anos, com todos esses pilares de apoio que a gente dá para os estados, a gente conseguiu reunir evidências numéricas, quantitativas, qualitativas de que o ensino médio em tempo integral tem um impacto enorme na sociedade. E aí – contribuindo e reforçando o que os meus colegas de mesa falaram – é o ensino integral em tempo integral, porque, como eu vou colocar aqui, não é só a ampliação de jornada.

Hoje, a gente trabalha nesses pilares com os estados que nós apoiamos, tanto na análise de expansão – se o estado fala que não sabe como ampliar a educação integral no estado, a gente faz o estudo de viabilidade – como na execução desse programa – como melhorar esse processo – e em formação de professores, revisão curricular, avaliação... Uma política pública bem feita é uma política pública também bem avaliada. No ciclo, a gente não abre mão desse processo, dessa etapa do ciclo de políticas públicas. Então, a gente gera dados tanto do ponto de vista de como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

está a implementação dessa política, qual é a condição de operação dessa escola – como é que está a merenda, como é que está a infraestrutura escolar –, como na comunicação, porque política pública também se comunica. Temos um desafio com famílias. A gente sabe que não é uma virada necessariamente trivial de uma família que, às vezes, está numa condição socioeconômica muito vulnerável entender que o filho não vai para o mercado de trabalho antes do tempo, mas, sim, para uma escola em tempo integral. Então, comunicar bem para as famílias, comunicar bem para governos – porque aqui, falando de ensino médio, eu estou falando de governos estaduais – é muito importante; e agora aqui, comunicando para dentro do Congresso Nacional.

Falando de ensino médio, como eu sei que estamos com consultores aqui do Senado, eu queria pedir um olhar especial para essa etapa da educação básica. Hoje, a gente tem um ensino médio em crise. Do ponto de vista de alunos, estudantes que estão fora da escola, a gente tem 2,5 milhões de jovens que estão fora da escola ou em atraso escolar – isso aqui falando do ensino médio. A cada 100 jovens de 15 a 17 anos, 21 cursam o ensino fundamental ou o EJA, ou seja, estão fora da etapa correta que eles estariam, e 4 estão fora da escola.

Para além disso – pode passar –, boa parte dos estudantes que conclui o ensino médio não aprende o suficiente, não tem uma aprendizagem adequada. Então, quando eu estou falando... E aqui a gente já está usando dados do Saeb de 2025; a gente fez um esforço, sabendo que estaria com a Senadora, para poder atualizar ao máximo esses dados. Quando a gente fala dos estudantes de 3º ano do ensino médio, 34% não têm aprendido o adequado em língua portuguesa – não estou falando que aprenderam mais, é o básico –; 8% somente têm aprendizagem adequada em matemática. O que eu quero dizer com aprendizado adequado em língua portuguesa? É um estudante que sabe diferenciar fato de opinião, que sabe interpretar um texto, que sabe inferir e não só inferir, mas entender aquilo que ele acabou de ler. Aprendizado adequado em matemática é um estudante do 3º ano do ensino médio que sabe fazer um cálculo básico de porcentagem, que sabe o que é 10% de determinado número. Então, a maioria dos estudantes não consegue resolver problemas básicos como porcentagem ou equações.

Pode passar.

A gente pegou este dado, que é de um estudo que foi realizado em 2025, que coloca que as desigualdades raciais na aprendizagem, em 2023, estavam maiores do que em 2013. É muito preocupante, porque, quando a gente pega os dados, que até o Inep trouxe... Quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pega o ensino médio, a maioria dos estudantes de escolas integrais são alunos negros. A gente vê uma desigualdade que já é estrutural no Brasil, que é a desigualdade racial: a gente sabe que estudantes pretos e pardos têm uma aprendizagem inferior à de alunos brancos. Em uma escola que não é bem pensada, que não tem intencionalidade pedagógica, que não consegue dar elementos necessários para uma aprendizagem adequada, as desigualdades são aprofundadas. Então, a gente continua reproduzindo desigualdades que já estão colocadas dentro da sociedade.

Pode passar.

E aí a gente do Sonho Grande foi... E a gente olha o que o mundo, o que os melhores países... Claro, tem diferenças socioeconômicas, o Brasil é um país de extensão continental, mas, quando a gente vê o que está dando certo fora do Brasil, a gente vê que o que a gente tem no Brasil é, na verdade, meia escola. A escola completa, a ideia de uma escola com jornada ampliada e com intencionalidade pedagógica, é realidade em países que são referência em educação. Os estudantes passam mais tempo na escola, não só para ter mais tempo de aula, como a gente viu bem com os outros colegas, mas para conseguir construir um ecossistema de aprendizagem que os transforme em cidadãos melhores.

Pode passar.

Por que o integral funciona? Aqui eu quero fazer com muita calma, indo a alguns pontos mais específicos do porquê de a gente acreditar que essa política pública seja tanto um vetor para diminuição de desigualdades sociais, raciais, socioeconômicas, como também para trazer retornos econômicos para o Brasil. Quando a gente fala de uma escola integral, enquanto Instituto Sonho Grande, em consonância com o que a mesa colocou, a gente acredita que uma escola boa em tempo integral tem, pelo menos, oito pilares. Projeto de vida. Então, como a Secretária Jucineide falou, às vezes, o professor dá aula de uma eletiva específica, vai para o projeto de vida... O projeto de vida é essencial. Às vezes, a gente não se dá conta de quanto um estudante de uma classe, de um nível socioeconômico mais baixo ter acesso a um projeto de vida pode ser transformador. Protagonismo juvenil, acolhimento, orientação de estudo, eletivas, o tempo integral dentro da perspectiva de educação integral, aprendizagem na prática. A gente acredita que, do ponto de vista... E aí, como foi muito bem colocado pelo Prof. Cesar, com intencionalidade, com uma visão de acolhimento pedagógico desse estudante, a gente acredita que esses oito pilares são bem importantes e a gente viu isso, inclusive, em outros sistemas de educação pelo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

E aí o que foi que a gente observou ao longo do tempo? A gente rodou várias pesquisas, tanto pesquisa de impacto, pesquisa com egressos do ensino médio em tempo integral... Quando a política é bem implementada, é bem integrada dentro da escola, a evasão cai em 20%. E isso está falando... E o maior impacto é em estudantes com atraso escolar.

Para além disso...

Pode passar.

A gente tem uma série de externalidades positivas da política. Então, a gente não está falando só do impacto direto na política de educação. Eu estou falando de uma proteção social ampla. A gente tem evidências, a gente rodou pesquisas com o Prof. PB, do Insper, com a FGV. Os egressos do integral têm 20 pontos percentuais mais chances de entrar no ensino superior. A renda média de um estudante formado no integral é 14% maior depois de formado. A gente rodou uma pesquisa em municípios que implementaram o integral, a política de educação integral. As cidades reduziram em até 50% a taxa de homicídios. Eu estou falando de desafogar, inclusive, outras políticas que não têm a ver com a educação. Eu estou falando de política de segurança pública. O dado de baixo, para a gente, é bem elevante, que é de uma pesquisa do Instituto Natura: 1 mil matrículas a mais no modelo integral significam menos 114 jovens grávidas entre 15 e 17 anos. A gente está falando, inclusive, da proteção de meninas e mulheres, porque, com os filhos mais tempo na escola, essas mulheres conseguem entrar no mercado de trabalho. Então, a gente já tem, inclusive, uma quebra de dependência feminina, ou de relacionamentos abusivos, ou de uma história de pobreza, da repetição de uma história de pobreza. A gente acredita que a educação integral é como aquela pedrinha jogada no lago: a gente foca na educação, mas ela vai virando ondinhas para conseguir atingir outras áreas, que são desafiadoras para qualquer gestor – e aqui falando de Governadores especificamente.

Pode passar.

E aí, aqui já tendo dados do Ideb, que saiu semana passada, a gente coloca que escolas 100% integrais, hoje, atingem o Ideb de 4,8, 0,5 ponto percentual acima de escolas parciais. O que eu quero dizer com isso? Esse estudante... E 0,5 parece muito pouco, mas, em escala de Ideb – o meu colega do Inep vai poder confirmar –, isso significa aprendizagem. Às vezes, é um ano ou mais na escola, do ponto de vista do que significa a aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As escolas 100% e parciais... E este recorte é importante, porque, com a complexidade da política, a gente sabe que a gestão pública, às vezes, nos leva a alguns tipos de concertações. Então, às vezes, você tem uma escola que não é 100% integral, porque ela tem uma turma em tempo integral. Então, na escola vão funcionar o parcial e o integral ao mesmo tempo. Aqui a gente faz o recorte para a política 100% integral, escolas em que todas as matrículas daquela escola estão em tempo integral.

Pode passar.

E o integral no Brasil. Eu fiz toda essa trajetória com vocês, primeiro, para mostrar que temos, dentro da educação básica, pela nossa perspectiva, uma etapa muito sensível, que é o ensino médio... E a gente tem evidências de que a política funciona. Então, a gente tem pesquisa de impacto, a gente tem pesquisa quantitativa e qualitativa que consegue dar colchão para dizer que o integral, nessa etapa da educação, é extremamente relevante, traz ganhos para o Brasil, tanto ganhos econômicos... Uma cidade menos violenta é uma cidade que consegue ter mais aparelhos de cultura, as pessoas transitando melhor na cidade. Em uma escola mais segura, os adolescentes conseguem se desenvolver melhor, os estudantes conseguem ter, não só do ponto de vista de relação com professores, relações emocionais mais saudáveis.

Então, o ensino em tempo integral, do ponto de vista do Sonho Grande... A gente não acredita em bala de prata de educação, mas a gente acha que é uma aposta muito potente, escalável e que tem, do ponto de vista de contribuição para o Brasil, um grande mérito.

Então, agora eu vou falar especificamente de Brasil e dados de Brasil.

A gente viu que, ao longo dos anos, pelas falas dos colegas, essa foi uma política que foi amadurecendo. Então, falando especificamente de ensino médio, Pernambuco foi o ponto de partida do ponto de vista de construção jurídica, do ponto de vista de intencionalidade de governo, que começou a apostar nessa política no ensino médio.

Então, quando a gente pega o *ranking* deles do Ideb, em 2004, eles estavam na 18ª posição, era um estado com graves problemas de aprendizagem. Naquele momento... O ensino médio em tempo integral é uma decisão política também, então o Governador tem que comprar essa ideia, ele tem que entender que isso pode melhorar a gestão dele e a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na época, a gestão comprou essa ideia e, dez anos depois – porque tudo, em educação, no Brasil, a gente demora um tempo para ver, mas acreditar faz com que a política aconteça, e eu acho que essa é a aposta da Comissão –, em 2014, o ensino médio integral já estava em todos os municípios. Em 2015, eles saltam, 11 anos atrás, da 18ª posição para o primeiro lugar no Ideb, dentro do ensino médio, acreditando numa escola completa, que faz sentido tanto do ponto de vista do professor, do trio gestor, dos estudantes quanto da política pública como um todo.

Pode passar.

E, como eu disse, essa política foi amadurecendo ao longo do tempo, e as evidências em torno dela também foram amadurecendo. Então, a gente sai, em 2016, de 8,7%...

Quando a gente pega a linha, a gente está falando de escolas; quando a gente pega o bloquinho, a gente está falando de matrículas.

Então, a gente sai ali, de 2016, com 5,7% de matrículas, para 2025, com 24,2% de matrículas em ensino médio em tempo integral.

A gente tem, agora, falando aqui do Plano Nacional de Educação, uma ambição – quem acredita sempre alcança, já diriam – de chegar a 65% das escolas e 50% de matrículas integrais.

A gente sabe que é um desafio para o Brasil, mas, para problemas complexos, soluções complexas. Então, a gente sabe que é possível.

E aí o próximo eslaide pode trazer algumas ideias de como está o Brasil do ponto de vista de desenho de ensino médio em tempo integral.

Aqui a gente tem a expansão do ponto de vista... O gráfico está falando de escolas e o brasilzinho pintado ali está falando de matrículas, porque são duas coisas diferentes. Há escolas que têm matrículas nos dois tipos, tanto parciais como integrais. Alguns estados – o Piauí a gente observa que fez um salto importante nos últimos anos, Ceará também é relevante, Pernambuco – já alcançaram ou estão muito próximos da meta que o Plano Nacional de Educação colocou. São estados que evoluíram, expandiram e acreditaram na expansão.

Alguns estados ainda estão um pouco mais distantes dessa meta e precisam acreditar na política – é uma decisão agora do Governador –, mas também precisam apontar em qualidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque uma escola integral que não tem uma pedagogia voltada para ela e essa preparação não vai trazer resultados de aprendizagem.

E, mais para a frente, vou falar que é também preciso – e é um desafio nosso – falar de infraestrutura.

Então, este é o quadro do Brasil hoje.

Quando a gente vai para o próximo eslaide, eu consigo falar um pouco melhor de matrículas.

Então, ali eu tenho a meta do PNE, que é 50% de matrículas. E hoje a gente tem ali Piauí, Pernambuco, Ceará e Paraíba, que já atingiram a meta que está para daqui a dez anos, mas a gente tem uma longa trajetória em relação aos outros estados.

Senadora, eu trouxe ali uma... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Oh, não precisava mostrar o DF, não precisava. Que vergonha! Desculpe, vai, continua.

A SRA. JOSIARA DINIZ – Tudo bem.

A gente acredita que é possível. Então, o Brasil mesmo não atingiu essa meta, ainda tem um caminho pela frente, mas a boa notícia é que nós temos uma década.

Então, dez anos atrás, essa política foi avaliada. A gente viu que, dez anos atrás, ela era 8% do Brasil e pulou para 24%. Então, é possível.

Pode passar.

E aí, respondendo à Senadora: como a gente escala com qualidade? Como os estados conseguem se preparar? Há muitos desafios, há desafios orçamentários, há desafios do ponto de vista de gestão da administração pública, contratuais, de pessoa, de planejamento, mas a gente tem aqui algumas pílulas que podem ajudar como o Brasil pode lidar.

Aqui, eu trouxe dados do Ideb, e aí a gente viu que a Senadora apresentou um requerimento de informação na semana passada, perguntando se expandir o ensino integral trazia retornos do ponto de vista de aprendizagem. A gente tentou fazer esse exercício, nos últimos dias, correndo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dentro de casa, a gente colocou o pessoal de dados para trabalhar, para a gente trazer aqui algumas pílulas que são relevantes.

Quando a gente pega um recorte de escolas 100% integrais, elas têm uma performance superior no Ideb em todos os níveis socioeconômicos. Então, quando a gente pega um indicador de nível socioeconômico, que é esse Inse, a gente vai do nível II até o nível VII, sendo o nível II e o III os níveis com mais precariedade socioeconômica, com mais desigualdade.

A gente vê ali que, em todas as etapas, em todos os níveis, a escola de ensino médio em tempo integral performa melhor, mas é importante ver nos níveis mais baixos, porque é sinal de que, quando eu estou falando de alunos numa situação de vulnerabilidade econômica mais intensa, a escola em tempo integral pode ser uma das respostas que a gestão pode dar para melhorar a aprendizagem desses estudantes.

Pode passar.

Quando eu pego as cem melhores escolas do ponto de vista do Ideb, ou seja, as cem melhores escolas do Brasil que performaram no Ideb, 77% são integrais. Isso aqui eu estou falando das 100% integrais. Se eu somo com as mistas – ou seja, escolas que têm alguma turma ou algum quantitativo de matrículas de escola integral –, eu pulo para mais de 90% de escolas... Fiz a conta certa? Dá 88%, quase 90% de escolas que são as melhores em termos de Ideb.

Pode passar.

E aí eu trago também mais um dado. No Distrito Federal, as escolas de ensino médio 100% integrais atingem a nota 5 – a meta Brasil é 5,2 –, 1,4 ponto percentual acima das escolas parciais, ou seja, elas performam muito melhor. Essa vantagem de 1,4 ponto percentual é a maior entre todas as redes estaduais – ou seja, entre as 27 unidades da Federação – e quase triplica a média nacional.

Então, quando a gente pega escolas de ensino médio em tempo parcial e escolas de ensino médio em tempo integral, o resultado que a gente sabe de aprendizagem de português e matemática, que é o maior *gap* que eu falei lá atrás, para escolas integrais traz um resultado muito importante para os estudantes.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente também fez um cálculo dentro de casa, porque a gente está falando de escola onde esses estudantes vão estudar, onde é que eles vão ter aula. E aí a gente fez um cálculo dentro do Sonho Grande em que, para a gente atingir aquela meta do Plano Nacional de Educação de 65% de escolas em tempo integral, a gente precisaria avançar 415 escolas por ano até 2031 e 618 escolas até 2036. Isso aqui é uma projeção de crescimento de escolas.

E aqui vai um desafio que eu acho que é importante considerar na avaliação da política: infraestrutura. Se você não tem uma escola que tenha uma quadra, que tenha um espaço de alimentação básico, que tenha espaços de leitura, espaços de socialização, a intencionalidade pedagógica acaba que fica em segundo plano. Se você não tem uma escola em que esse estudante consiga chegar na escola e consiga não passar por calor ou por chuva, isso é muito relevante.

Infraestrutura a gente acha que é central neste debate. E o que vem primeiro: o ovo ou a galinha? A gente precisa de dinheiro para conseguir garantir a infraestrutura. A gente precisa que o orçamento consiga conversar com esse desafio, consiga conversar com o fato de que a escola em tempo integral, para trazer esses resultados que eu trouxe aqui, precisa acontecer.

E a gente tem ali fatores de sucesso, Senadora. Primeiro, a prioridade política. Os Governadores, do ponto de vista de ensino médio, e os Prefeitos, nas outras etapas, precisam entender que é uma política prioritária. Sem a participação dos gestores políticos, a gente não consegue cascatear. Você pode ter um professor muito dedicado, muito próximo da política, mas a gente sabe que a caneta do ponto de vista político vai entender qual é a direção.

A gente fez uma pesquisa que mostra que, nos planos de governo de 2022, 22 dos 27 candidatos que ganharam as eleições de Governadores se comprometeram com o integral. Agora, a gente vai ter o dado para essa eleição, mas é preciso um compromisso no plano de governo e na gestão, com direcionamento de recursos, planejamento e articulação intersetorial.

Às vezes, o estado tem mais condições de oferecer uma política de qualidade e precisa conversar com municípios que não conseguem acompanhar. Então, os acordos entre estados e municípios são bem relevantes para conseguirem dar conta.

Trazendo mais uma pílula aqui, Senadora, para falar do DF, para chegar àquela meta de 65% das escolas – não estou falando de matrículas, estou falando de escolas –, a gente está falando de seis escolas por ano até 2031 e três escolas por ano até 2036. E aí os fatores de sucesso para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

chegar nesse patamar são exatamente os mesmos: prioridade política dos gestores políticos – então, Governador, secretário –; direcionamento de recursos – então, precisa de dinheiro para construir essas escolas –; planejamento e articulação intersetorial.

Nesse terceiro ponto, o Sonho Grande oferece, sem nenhuma contrapartida, todo o apoio para as redes que a gente tem apoiado ao longo dos anos.

Então, eu colocaria como desafio aqui orçamento, mas já foi bastante estressado pela mesa, mas eu diria que esse desafio de infraestrutura é bem relevante.

Como resposta a ele, para fechar minha fala, anexado ao Plano Nacional de Educação, veio um PLP que é um PLP que garante recursos para o Programa Nacional de Infraestrutura Escolar. Esse PLP hoje está na Câmara dos Deputados. A gente acha que é bem relevante ele ser aprovado porque ele libera recurso para poder trabalhar com infraestrutura escolar.

Hoje a gente tem um desafio fiscal de conseguir lidar com isso por todas as legislações que foram colocadas.

A aprovação desse PLP liberaria um pouco mais de recurso para a gente conseguir dar colchão, que é infraestrutura, para que as escolas funcionem com a intencionalidade pedagógica, como nós colocamos, e também com todos os recursos necessários para que a política seja implementada com qualidade.

Eu agradeço o espaço e estou disponível para perguntas.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Josiara, antes de fazer a pergunta, me permita usar o Cesar e a Odisséia para dizer da alegria que é ver sua geração falar com tanto entusiasmo sobre educação – eu vou colocá-lo também, o cabelinho dele está branco também. Você sabe que para nós, que estamos aqui, há anos, na estrada, a nossa maior preocupação é a continuidade do debate com qualidade, com a forma como você trouxe. Então, eu preciso fazer esse registro. Acho que o Cesar concorda comigo – concorda comigo – e parabéns pelo trabalho do instituto – parabéns mesmo.

Eu não tenho pergunta para fazer para o instituto, mas eu vou devolver a palavra aos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como a gente avançou um pouquinho no tempo, eu só vou poder permitir três minutos para cada um, para considerações finais; se puderem responder a alguma pergunta que chegou pela internet, fiquem à vontade.

Eu estou sendo chamada na outra audiência, porque está tendo briga na outra audiência – eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e está tendo briga lá.

Eu queria devolver a palavra ao Fábio Pereira Bravin, Diretor de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Dr. Fábio, por favor, três minutos para agradecimentos, considerações ou responder a uma das perguntas que chegaram aqui na nossa mesa.

O SR. FÁBIO PEREIRA BRAVIN (Para expor.) – Eu queria só agradecer mesmo a oportunidade de poder contribuir para o debate educacional.

Acho que as estatísticas cumprem grande parte deste desafio, que é a gente reduzir a assimetria no debate, ao oferecer informações que estão presentes aqui aos diferentes atores. Observando, o Legislativo usa, o Conselho Nacional de Educação usa, o instituto usa, o CNTE usa. Quando a gente olha as informações que estão apresentadas, sempre tem ali: "Fonte: Inep, Censo Escolar". Então, o quanto a produção das estatísticas é uma – vou chamar aqui – política de Estado, no sentido de assegurar informações críveis, confiáveis, sistemáticas e sustentadas ao longo de um tempo, o que permite aos diferentes atores que participam no debate educacional trazer ideias, contribuições ao avanço da educação brasileira.

Então, nesse sentido, eu queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade e, desde já, nos colocar à disposição sempre, quando for necessário, para que a gente possa seguir com a contribuição.

Em relação a uma pergunta, especificamente, que trata sobre... É do Felipe, do Distrito Federal. Ele pergunta: "Como o programa acompanha evasão e frequência para saber se a jornada ampliada melhora a permanência dos estudantes na escola?". É como eu comentei no início: é possível que a gente desenvolva estudos no sentido de olhar, formar duas categorias – os estudantes que estão na educação em tempo integral, educação integral em tempo integral, e aqueles que não estão – e a gente avaliar isso. Acho que um pouco da fala da colega do Instituto Sonho Grande já apresentou um pouco das diferenças de resultado entre esses grupos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto Inep, a gente tem feito um esforço na discussão sobre os indicadores que vão fazer o monitoramento do próximo PNE, e há todo o esforço que a legislação colocou no sentido de permitir que essa análise possa se realizar para diferentes grupos, de forma a observar indicadores de avanço na equidade dos resultados – não só um avanço em termos de melhoria dos resultados, mas na redução das desigualdades. E certamente é possível a gente fazer uma apresentação, uma avaliação nesse sentido, que vai ganhar provavelmente a forma concreta após a definição dos indicadores para o próximo plano. É perfeitamente possível a gente ter estudos nesse sentido.

No mais, queria, mais uma vez, parabenizar a oportunidade de fazer um debate público em torno de uma política tão relevante para a educação nacional e dizer que estou muito satisfeito também de poder estar neste momento aqui, contribuindo para o debate.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Professor.

Eu não posso deixar de registrar meus agradecimentos ao Inep. Em 2024, esta Comissão me deu a responsabilidade de avaliar a Meta 7 do PNE, e eu contei com vocês o tempo todo. Muito obrigado por, em 2024, terem me ajudado e agora, também, nessa avaliação da qual a Comissão me nomeou Relatora.

Prof. Cesar Callegari, Presidente do Conselho Nacional de Educação, agradecimentos, considerações.

Se quiser responder uma pergunta, fique à vontade.

O SR. CESAR CALLEGARI (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Primeiro, eu quero cumprimentá-la, e também os integrantes da Comissão aqui do Senado, por esse trabalho e esse acompanhamento sistemático de políticas públicas, que é uma responsabilidade do Poder Legislativo, e nós, que trabalhamos de alguma maneira dentro do Poder Executivo – no caso, o Conselho Nacional de Educação é um órgão subsidiário das decisões do próprio Ministério da Educação –, estamos sempre à disposição para estar aqui, em uma parceria virtuosa em favor da educação brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria apenas aproveitar essa oportunidade de três minutos para dizer que, falando aqui para o Brasil, nós temos um dever muito importante a cumprir neste momento, em relação ao Plano Nacional de Educação, porque os estados têm a responsabilidade de elaborar agora os seus planos de educação, e a mesma coisa, os municípios, que têm até o ano que vem para elaborar também os seus planos. Isso não pode ser plano para ficar apenas no papel e ser engavetado; ele tem que representar um compromisso: compromisso dos gestores, compromisso dos legisladores estaduais e municipais também, compromisso dos profissionais da educação e compromisso das famílias.

Portanto, a elaboração desses planos com objetivos, metas e estratégias, no âmbito dos municípios e do estado, tem que ser um processo de mobilização da sociedade. Ele tem que ser construído verdadeiramente de uma forma democrática, e a democracia só se realiza se ela for participativa. Então, fica esse alerta, no que diz respeito à educação integral – em tempo integral –, de que estados e municípios, que são os operadores dessas políticas, têm uma responsabilidade muito grande de fazer esse dever de casa.

Fora isso, muito obrigado pela oportunidade. Contem com a nossa participação sempre quando formos convocados.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Prof. Cesar.

A Jucineide está *online* ainda ou ela caiu? (*Pausa.*) Está *online?* (*Pausa.*)

Jucineide, três minutos para considerações finais e agradecimentos.

A SRA. JUCINEIDE FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer a oportunidade de estar aqui representando o Consed, dizer, repetir, reforçar que os estados têm o maior interesse em ampliação da política, que nós consideramos a escola em tempo integral uma oportunidade para a educação brasileira, para o desenvolvimento dos jovens, para a garantia de oportunidades.

O ponto principal do debate para a gente reside na questão do financiamento – quero reforçar isso, no financiamento – para a gente poder ter uma escola com estrutura, ter professores bem remunerados e ter todo um projeto pedagógico variado – diversificado, na verdade –, que possa realmente desenvolver toda a integralidade dos nossos estudantes, como está previsto nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

diretrizes para a educação integral em tempo integral, como está previsto no padrão de escolas que a escola pública deve ter para garantir as oportunidades aos estudantes.

Então, obrigada pela oportunidade.

Agradeço também ao Consed a oportunidade de representá-lo nesta audiência.

Parabéns aos colegas também da mesa, que fizeram as suas apresentações.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Profa. Jucineide, Secretária de Educação do Ceará.

Mas eu registro os meus protestos: mais uma reunião sem castanhas, não é, Professora? Mais uma reunião sem castanhas.

Deus te abençoe, Jucineide.

Nós vamos ouvir para agradecimentos, considerações e, se quiser, responder perguntas a Profa. Odisséia Pinto de Carvalho, que veio do Rio, não é?

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Muito obrigada, Professora.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO – Do interior do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Que bom! E não trouxe biscoito Globo, não trouxe.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO – Desculpe-me. Eu sou de Campos dos Goytacazes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Professora, para agradecimentos e considerações.

A SRA. ODISSÉIA PINTO DE CARVALHO (Para expor.) – Eu queria, primeiramente, responder à pergunta em relação à CNTE, apresentar uma carta-compromisso da educação não só aos candidatos à Presidência da República como também ao Legislativo e ao Executivo, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

só a CNTE como os seus sindicatos filiados. É importante que a gente faça esse debate sempre do compromisso com a educação pública de qualidade.

A Luísa, do Mato Grosso do Sul, pergunta: "Como garantir que o ensino em tempo integral tenha recursos, infraestrutura e professores capacitados, sem ampliar as desigualdades?".

Não tenho dúvida de que para essa educação integral – não apenas em tempo integral, mas com infraestrutura adequada, com valorização profissional, com piso, com carreira, com jornada adequada, com um terço de planejamento – é essencial que nós tenhamos condições dignas de trabalho, e isso vai garantir, com certeza, que esses profissionais que vão atuar dentro da educação de tempo integral possam ser valorizados.

E também nós temos aqui a pergunta da Mariane, do Paraná: "Como garantir que ampliar o tempo na escola resulte em mais aprendizagem, e não em uma jornada mais longa?".

Sem dúvida nenhuma, é apresentando uma proposta de formação integral, seja na dimensão física, intelectual, cultural, artística, como foi muito bem colocado, seja no esporte e na integração de disciplinas; é assim que a gente constrói uma aprendizagem realmente digna, e não simplesmente um aumento de carga horária dentro da escola de tempo integral.

Quero dizer que não existe educação integral sem a valorização dos nossos profissionais da educação e não existe escola de tempo integral sem infraestrutura e sem financiamento. Nós precisamos estabelecer uma política educacional e precisamos ouvir quem está no chão da escola pública, e, para isso, a gente prima pela gestão democrática. Nós não queremos apenas ter a escola de tempo integral por ter, nós queremos que essa escola de tempo integral aumente o direito da população mais vulnerável à democracia e à educação de qualidade. Então, é um direito da população, e, para isso, nós temos essa condição de apresentar esta proposta.

A CNTE está à disposição para este debate sempre, porque nós precisamos fazer com que o nosso país realmente seja um país com mais democracia, com mais soberania, com uma qualidade de ensino, principalmente para a população mais carente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Professora, eu só acrescentaria à qualificação e estrutura a palavra segurança. Se a gente não discutir a segurança dos nossos bravos educadores, nós vamos ter problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só acrescentaria a palavra segurança, porque é o que tem me incomodado muito nos últimos anos.

Professora, obrigada. Leve a todos os trabalhadores da educação o abraço desta Comissão.

E, por fim, Josiara, que foi a nossa surpresa nesta audiência, representando o Instituto Sonho Grande.

A SRA. JOSIARA DINIZ (Para expor.) – Obrigada. Obrigada, Senadora, por este espaço tão generoso conosco e por ter nos convidado para ajudar na qualificação do debate. Queria agradecer aos colegas da mesa, com quem eu aprendi bastante.

Queria, nas minhas considerações finais, responder ao comentário do Lucas, de Santa Catarina: "Não sou a favor do tempo integral aos estudantes no Brasil, por conta da saúde mental e [...] [de] exaustivos mais de 15 anos até o ensino superior".

Como a gente é uma organização, como vocês viram, bem baseada em evidências, uma coisa que a gente gosta bastante, a gente tem uma pesquisa que nós rodamos com o Instituto Natura sobre o impacto das escolas em tempo integral na saúde mental dos estudantes.

Uma escola bem implementada... Como nós colocamos aqui, a gente não está falando de uma escola em que você fica lá sete horas e aí vai jogar xadrez. Não é a nossa proposta. Uma proposta de uma escola bem implementada, com todas aquelas intencionalidades que nós colocamos, passando por infraestrutura, que é bem relevante e central pela nossa perspectiva, tem o poder de diminuir atritos emocionais, atritos entre pares e atritos entre superiores – ou seja, professores com diretoria, trio gestor; estudantes com professores; e estudantes com estudantes. Quando a gente desenvolve arte, cultura, aprendizagem adequada, projeto de vida, tutoria e acolhimento, é uma escola que, na verdade, cria um ambiente mais seguro para desenvolvimento, e não um ambiente mais arisco.

Então, respondendo ao comentário do Lucas, é exatamente para lidar com a questão de saúde mental, dentro da escola de ensino médio em tempo integral, que a gente consegue diminuir desigualdades – a gente sabe que desigualdade gera sofrimento socioemocional –, que a gente consegue diminuir violência dentro das escolas – aumenta o que a gente chama de situação de paz escolar – e que a gente consegue lidar com os desafios educacionais do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente, enquanto Instituto Sonho Grande, agradece. Estamos à disposição do gabinete da Senadora, dos consultores, para trazer mais dados e insumos da política. Eu acredito que essa política ainda vai trazer muitas surpresas e resultados para o Brasil.

A gente tem um grande desafio, mas a gente também fica muito feliz em poder construir essa mudança de Brasil melhor, não só para a gente aqui dentro desta Casa Legislativa, mas também para todos os 5 mil municípios, que estão por aí e que precisam de uma educação de qualidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada. Obrigada, Josiara.

A SRA. JOSIARA DINIZ (*Fora do microfone*.) – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Nós chegamos ao final da nossa audiência, eu quero registrar... Eu acho que foi uma audiência riquíssima. As pessoas, às vezes, não gostam de assistir a uma audiência de avaliação de uma política pública, porque acham que "ah, é muito cansativo", mas eu acho que o debate foi extraordinário.

Em nome de toda a Comissão, de todos os membros da Comissão, do Presidente da Comissão, Senador Camilo – agora, é ele o Presidente; a nossa Presidenta está agora como nossa chefe lá no Plenário, como Líder de Governo –, eu quero agradecer, em nome de toda a Comissão, a colaboração e só queria solicitar uma gentileza de todos os expositores.

É possível, caso a gente tenha alguma dúvida ou queira esclarecer um ou outro dado, a equipe técnica entrar em contato com os senhores por *e-mail* para esclarecimento. Tão logo o relatório fique pronto e aprovado na Comissão, nós também vamos compartilhar com os senhores.

Agradeço a presença de quem acompanhou aqui no Plenário, quem acompanhou de forma *online* e pela televisão também. E, assim, agradeço à Secretaria, a essa incrível Secretaria. Obrigada.

Nada mais tendo a tratar e dando por alcançada a meta desta audiência pública, eu declaro encerrada a nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Camilo Santana, Laércio Oliveira e Alan Rick. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 37/2026 - CE, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater o tema "Democracia nas redes sociais: como construir um debate saudável". **Participantes:** Sr. Frederico Franco Alvim, Representante da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral; Sra. Patrícia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta; Sr. Tadeu Sposito, Coordenador das Redes Sociais do Senado Federal; Sra. Sara Reis, Coordenadora do Senado Verifica; Sra. Gabriela de Almeida, Pesquisadora e especialista em tecnologia e sociedade; Sr. Samuel Barros, Professor do Departamento de Ciência Política da UFBA, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação; Sra. Maria Laura Soares e Silva, Jovem Senadora do estado do Rio de Janeiro; e Sra. Lara Schuquel Dauinheimer, Jovem Senadora do estado do Rio Grande do Sul. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/20

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de agosto de 2026.

Objetivo e diretriz da reunião. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública... Em todas as audiências públicas o ritual é esse, e vocês hoje são os Senadores e as Senadoras.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Democracia nas redes sociais: como construir um debate saudável", em atenção ao Requerimento nº 37, de 2026, de minha autoria.

Convido a tomar lugar à mesa – teremos convidados aqui, painelistas, e teremos alguns à distância – os seguintes convidados: o Sr. Tadeu Sposito, Coordenador das Redes Sociais do Senado Federal. (*Palmas.*) Parabéns pelo trabalho que a equipe toda e você estão fazendo. É uma alegria vê-lo aqui.

Convido a Sra. Sara Reis, Coordenadora do Senado Verifica. (*Palmas.*) Esse é muito importante também. O Verifica é para ver se é verdade ou é mentira. Parabéns, coordenadora.

Convidamos a Sra. Gabriela de Almeida, Pesquisadora e Especialista em Tecnologia e Sociedade. (*Palmas.*)

Convidamos a Sra. Maria Laura Soares e Silva, Jovem Senadora do Estado do Rio de Janeiro, que vai participar aqui da mesa dos debates com direito à palavra. (*Palmas.*) Seja bem-vinda.

Se depender de mim, todos vocês falarão, viu? Vamos só ver como é que a gente toca aqui. Ninguém vai ficar de fora. Não dá para botar todos na mesa. Escolhemos dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não sei por quê, não sei qual é o motivo de também estar aqui à mesa... Mas eu estou elogiando, não estou criticando, não. Foi um gesto da equipe toda que está aqui com vocês. Consultados alguns jovens também, falaram comigo e eu disse: "Não há problema nenhum". Convido também, porque esteve no meu gabinete, como vocês estiveram nos gabinetes de outros Senadores, a Srta. Lara Schuquel Dauinheimer, Jovem Senadora do Estado do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Participam de forma remota o Sr. Frederico Franco Alvim, representante da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral – uma salva de palmas; embora à distância, é muito importante –, que está representando aqui o Tribunal Superior Eleitoral (*Palmas.*); a Sra. Patrícia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta (*Palmas.*); e o Sr. Samuel Barros, Professor do Departamento de Ciência Política da UFBA, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (*Palmas.*).

Antes de passar a palavra, quando eu farei um pronunciamento em nome da Presidência, eu comunico a todos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Os Parlamentares são vocês que estão no Plenário. Se batemos palmas para os convidados, palmas para os Parlamentares. (*Palmas.*)

Estão todos os 27 aqui. É quórum absoluto. Isso não é todo dia que acontece na Casa.

A fala inicial, eu a faço em nome da Presidência.

Quero iniciar cumprimentando o Presidente da Comissão de Educação e Cultura, o Senador Camilo Santana, ex-Ministro da Educação. A Teresa Leitão, que a presidia até pouco tempo, a cede para o Camilo, porque ela virou Líder do Governo. Então, reafirmando, cumprimentamos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Educação e Cultura, o Senador Camilo Santana, pelo belo trabalho que realizou à frente do Ministério da Educação – agora ele está aqui no Senado, à disposição da Casa – e pela dedicação com que faz o trabalho nesta Comissão, como se Ministro fosse, com a mesma competência e a mesma qualidade.

Então, reafirmando, cumprimentamos o Presidente da Comissão de Educação e Cultura, o Senador Camilo Santana, pelo belo trabalho que realizou à frente do Ministério da Educação – agora ele está aqui no Senado, à disposição da Casa – e pela dedicação com que faz o trabalho nesta Comissão, como se ministro fosse, com a mesma competência, a mesma qualidade.

Cumprimento também a Senadora Teresa Leitão, que presidiu este Colegiado por um longo tempo, mas deixou porque teve que assumir a Liderança do Governo. E quero também agradecer à Teresa Leitão, que apoiou o requerimento desta audiência pública, como também o Presidente Camilo Santana, em exercício, com a participação dos nossos Senadores e Senadoras jovens.

Registro ainda, na pessoa da Secretária Andréia, meu agradecimento a todos os servidores e servidoras desta Comissão e desta Casa. Uma salva de palmas a eles pelo trabalho que exercem com toda essa competência. (*Palmas.*)

Quem conhece o dia a dia desta Casa sabe que ninguém faz nada sozinho. Cada audiência, cada sessão, cada debate é fruto de muitas mãos. É um belíssimo trabalho coletivo, que eu acompanho aqui em três mandatos como Senador.

Aos nossos convidados também ficam aqui meus aplausos – a todos eles, a todos os convidados. (*Palmas.*)

Aos representantes das instituições públicas, da sociedade civil e da academia, que vão contribuir muito para este debate.

Deixo o meu abraço fraterno a todos que estão aqui conosco presencialmente na Comissão e também àqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelos demais canais de comunicação da Casa.

É claro que eu quero também, com muito carinho, um carinho especial, dizer que vocês, Jovens Senadores e Senadoras, são o sujeito dessa história. Vocês é que emocionam a todos quando falam que a juventude chegou, está aí e quer participar ativamente. Vocês estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mostrando isso. Jovens, com alegria, ao reencontrar vocês, sei que estou vivendo intensamente cada momento desse programa junto com vocês e toda a equipe que organiza.

Eu falo um pouco aqui, e um pouco eu improviso, não pensem que é só papel. E o improviso faz com que eu saia do texto.

Eu tenho certeza de que essa semana ficará para sempre na memória, no coração e na alma de cada um de vocês. Quero muito ouvir essa juventude. Não só eu que quero; nós queremos ouvir muito essa juventude. O olhar de vocês será de extrema importância para a audiência de hoje, para darmos luz a este debate nas redes sociais.

Vamos tratar de um dos maiores desafios do nosso tempo: a democracia nas redes sociais. Como se construir um debate saudável, honesto, que é legítimo.

E vocês já começaram a conversa antes mesmo de chegar aqui no Senado. Começaram pelas redações que escreveram. Começaram pelas reflexões, pelos caminhos que os trouxeram aqui, no dia a dia das suas vidas. Foram essas cartinhas que levaram cada um de vocês ao primeiro lugar do programa em seus estados e no DF. Olha, não é pouca coisa. Eu queria viajar no tempo e que, no meu tempo, tivesse um Programa Jovem Senador e que eu botasse uma medalha de primeiro lugar no meu estado, de todos que fizeram redações. E foram milhões que, nesses 14 anos, fizeram.

Então, medalha de primeiro lugar! O Brasil não ganhou a Copa do Mundo, mas vocês ganharam a Copa do Brasil como os jovens em primeiro lugar. (*Palmas.*)

Muitos de vocês tocaram num ponto que é central: democracia não é pensar igual. E eu quero dizer que eu concordo.

Não queremos redes em que todos pensem da mesma forma. Isso não seria democracia. Defendemos a liberdade de expressão, que é um direito fundamental, mas liberdade de expressão não é licença de mentir, ameaçar, perseguir, odiar e até matar, como eu falei na abertura, discriminar ou atacar a dignidade de alguém. A democracia é o coração da própria liberdade, é o coração da vida. Sem democracia, não há liberdade; sem liberdade, não há democracia. O que precisamos é de um ambiente em que as pessoas possam debater, divergir, defender suas posições, sem transformar o outro num inimigo. Eu mesmo, a oposição aqui dentro, para mim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu me dou com todos. Eles não são meus inimigos. Pensamos diferente e, no debate, nós vamos construindo o bom caminho – assim eu espero.

É um desafio que fica ainda maior com a chegada da inteligência artificial. Vocês sabem o potencial da inteligência artificial. A inteligência artificial já é capaz de criar imagens de fatos que nunca aconteceram, reproduzir a voz de alguém dizendo palavras que jamais foram pronunciadas – isso é inteligência artificial, que ela venha para o bem, não para o mal –, fabricar vídeos cada vez mais difíceis de entender ou saber se é realidade ou não. A mentira sempre existiu. Agora, com a tecnologia, ela ganhou velocidade, ganhou alcance, ganhou força. A mentira, infelizmente, eu digo; não é a tecnologia, à qual sou totalmente favorável.

Mas nós todos sabemos que a mentira não pode ser o eixo desse debate e não pode ocupar o mesmo lugar de um fato que é verdadeiro. Por isso, quando falamos de democracia nas redes, falamos também de responsabilidade: responsabilidade das plataformas, responsabilidade das instituições, responsabilidade de quem produz uma informação, de quem recebe e também de quem compartilha – tem que ver o que compartilhar –, responsabilidade de todos nós. Não basta ter a informação ao alcance da mão, precisamos ser cidadãos digitais. É urgente saber, compreender, questionar, verificar, conhecer a fonte e distinguir o que é confiável do conteúdo que pode ser enganoso.

E, com a inteligência artificial, devemos desconfiar até daquilo que os nossos próprios olhos e ouvidos parecem confirmar. Por isso, considero a educação midiática uma das grandes alfabetizações do nosso século. E quero deixar aqui uma coisa muito clara: educação midiática não trata de dizer às pessoas no que devem ou não acreditar. Eu diria que, ao contrário, é dar condições para que cada um pense com a sua própria cabeça, questione, escolha e forme livremente a sua convicção – que eu tenho certeza de que será do bem e não do mal –, para que não seja conduzido somente para o interesse do algoritmo, onde muita gente ganha dinheiro com isso, para que não seja levado pelo medo, pelo ódio, pela desinformação, para que preserve uma das liberdades mais importantes que temos: a liberdade do pensar. Porque, afinal, que liberdade de escolha existe quando alguém decide acreditando em uma mentira? É essa batalha que nós todos haveremos de travar. Essa batalha não começa hoje nesta audiência, ela já vem de uma longa caminhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero reconhecer aqui, por exemplo, o Senado Verifica. Sei que tem outros que fazem esse trabalho belíssimo que vocês receberam aí.

O Senado Verifica é uma iniciativa desta Casa que checa conteúdos, enfrenta a desinformação e ajuda a esclarecer o que é fato e o que é *fake*. Vocês têm aqui todos os caminhos para consultar, no momento que entenderem necessário, lá do seu estado, de onde vocês estiverem.

Termino dizendo: reconheço também a atuação do Tribunal Superior Eleitoral, das organizações da sociedade civil, das universidades e de todos que vêm contribuindo para esse esforço, como nossos convidados que estão aqui e à distância. Esse trabalho está longe de terminar; ainda temos muitos e muitos desafios pela frente.

Agora, fica aqui uma promessa minha... Eu falo demais, mas todo político fala demais, porque o instrumento do político é a voz! Se ele não falar, ninguém vai saber quem ele é. Levem essa mensagem junto: tem que falar mesmo, mas tem que saber escutar! Lembrem-se do discurso primeiro que eu fiz: escutem mais do que falem.

E hoje eu prometo fazer isto: escutar, escutar e escutar. Quero ouvir nossos convidados; quero ouvir vocês, Jovens Senadores e Senadoras. Somente reunindo diferentes experiências, gerações e olhares, conseguiremos encontrar os melhores caminhos. Eu sempre digo que um poeta espanhol falou que o caminho a gente só faz caminhando – e vocês vão ter que caminhar, como eu e todos nós que estamos aqui caminhamos.

Eu tenho muita esperança, como eu disse naquele discurso inicial, na juventude. Tenho muita esperança na juventude e, por isso, estou saindo do mandato para passar o bastão para os mais jovens – mas também estava na hora, né? Depois de 40 anos e com 76...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Enfim, pessoal, eu tenho muita esperança na juventude, esperança que vocês ajudem a fazer da rede um espaço mais humano, mais responsável, verdadeiro e democrático. E aí, com essas palavras, "verdadeiro", "democrático", e com a palavra "esperança", da esperança num mundo melhor para todos, eu concluo a minha fala.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Prometi não falar muito, mas já falei muito! Agora eu encerro; agora é com vocês.

Então, vamos, de imediato... Deixe-me ver como está aqui a minha... (*Pausa.*)

Aqui.

Agora eu vou chamar cada um dos expositores para que usem da palavra pelo tempo de dez minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Frederico Franco Alvim, representante da Assessoria Especial de Enfrentamento – é uma palavra boa, mesmo, essa – à Desinformação. Ele aqui representa o Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. FREDERICO FRANCO ALVIM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Muito obrigado. Bom dia a todos e todas.

Conseguem ver os meus eslaides? Só para confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Estamos ouvindo-o, mas não o estamos vendo na tela.

O SR. FREDERICO FRANCO ALVIM (*Por videoconferência.*) – Não está aparecendo? (*Pausa.*)

Ainda não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Você não.

O SR. FREDERICO FRANCO ALVIM (*Por videoconferência.*) – Pessoal da técnica aí, por favor, se puderem me incluir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Está sendo ajustado aqui, em seguida poderemos vê-lo.

O SR. FREDERICO FRANCO ALVIM (*Por videoconferência.*) – Está joia, mas me interessa mais que vejam os eslaides, porque eu tenho alguns números para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – O.k. (*Pausa.*)

O.k., o senhor pode começar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FREDERICO FRANCO ALVIM (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado. Bom dia a todos e todas.

Quero trazer uma discussão sobre letramento midiático. Para mim, o mais importante é a gente entender que, para tentar uma transformação social positiva, de que o país tanto precisa, a gente tem que ter em mente que não se dispute a implementação de uma pedagogia democrática no limbo; a gente precisa ter muito claro o contexto em que essa pedagogia poderia ser aplicada.

E eu começarei fazendo alguns alertas. Estou trazendo dados aqui da pesquisa do Barômetro mundial de Confiança da Edelman, do ano passado, com dados de um recorte estritamente do Brasil. O que se verificou nessa pesquisa é que hoje basicamente um terço da população brasileira percebe o ativismo hostil como um meio viável para promover mudanças. Em conexão com essa percepção, no Brasil, 18% das pessoas acreditam que é lícito, normal e aceitável a gente atacar outras pessoas no ambiente *online*; 20% das pessoas acreditam que é válido espalhar a desinformação intencionalmente; 17% das pessoas acreditam que ameaçar ou cometer violência de ameaça física, simbólica ou patrimonial também está tudo dentro do jogo; e também 17% das pessoas acreditam que é normal e aceitável, para buscar mudanças, destruir o patrimônio público ou privado.

Chama a atenção o fato de que esses números são ainda maiores. Eu vinha falando da média da população quando a gente fala da população jovem. Entre as pessoas de 18 a 34 anos, o índice não é de 31%; 40%, ou seja, quase metade da população acredita que essas atitudes são aceitáveis.

A questão é: como é que a gente chega aqui? Tudo tem a ver, obviamente, com o entorno social que é muito moldado pelo tipo de informação que a gente consome. Nós que somos mais velhos estávamos acostumados, antes da internet, com o sistema em que a difusão de ideias e opiniões vinha da mídia profissional, vinha de uma fonte que tinha uma curadoria profissional, que não dava vez e voz para pessoas com pensamentos extremistas, para pessoas que defendiam teorias conspiratórias. Para chegar à mídia você tinha que passar no portão e só saíam dali aquelas informações que tinham sido verificadas por uma verificação de fatos e por uma verificação de fontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante, quando a gente entra no tempo da internet, a gente tem uma mudança, e o ecossistema de produção de informações já não está só nessa mídia profissional que tem um cuidado com aquilo que difunde, mas em diversas outras instâncias que trazem para a gente interpretações da realidade que não são objetivas e que não passaram por um processo que buscasse alguma garantia de qualidade na comunicação.

Temos também o fato de que hoje milhões e milhões de informações são publicadas nas redes sociais, mas os algoritmos das redes sociais distribuem aquilo que efetivamente vai chegar para as pessoas. E, como os algoritmos são desenhados para maximizar o engajamento, o que o algoritmo quer é que a gente mantenha contato e interaja com esses conteúdos para que eles possam extrair dados das nossas interações que são vendidos a anunciantes privados e políticos, o fato é que a gente também tem dentro das redes sociais uma realidade deturpada, porque a realidade, a complexidade da realidade não cabe num fio de rede social. Os algoritmos maximizam uma comunicação mal-humorada, que faz com que a gente consuma informação não usando a parte racional do nosso cérebro, mas especificamente aquela parte mais movida por paixões, a parte irracional. Os algoritmos maximizam uma comunicação mal-humorada, que faz com que a gente consuma informação não usando a parte racional do nosso cérebro, mas especificamente aquela parte mais movida por paixões, a parte irracional.

Dados recentes de uma pesquisa do Comitê Gestor da Internet, publicada dois meses atrás, mostram que hoje, no Brasil, as redes sociais são a principal fonte de informação para mais de 70% das pessoas e que só 34% das pessoas consomem informações na mídia tradicional, ou seja, 34% das pessoas garantem no mínimo uma dieta informativa saudável, ao tempo que quase três quartos das pessoas estão consumindo informações não verificadas. Obviamente, nós temos apostado em jornalismo de verificação de fatos, em um trabalho de letramento midiático, mas a nossa aposta é pouco eficaz. Na medida em que a gente está tentando publicar informações corretas, a gente posta e reza para que as pessoas, tendo contato com aquelas informações, automaticamente, de uma maneira quase mágica, aprendam a pensar, mas o fato é que não estamos levando em consideração que as pessoas consomem informações, buscam interpretações da realidade em locais que têm uma visão de mundo mais consentânea com as suas próprias visões e, no Brasil, de acordo com dados do próprio CGI, 36% das pessoas se esquecem de verificar, 33% não têm tempo, 33% não têm interesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente que, quando a gente percebe que os jovens também são os menos engajados em práticas de verificação, fica claro, em conexão com aqueles dados de polarização, que o público jovem deveria estar no horizonte prioritário dessas práticas de letramento informacional. Não obstante, os jovens são também mais expostos a essas questões por um fenômeno pernicioso que está ligado à redução daquilo que a gente chama de vigilância epistêmica. A gente que é mais velho, que tem mais dificuldade em transitar em meios digitais, presta mais atenção naquilo que a gente está lendo e naquilo que a gente está compartilhando. Como para os jovens tudo é muito simples, fácil e familiar, eles percorrem esses conteúdos prestando menos atenção e, portanto, eles estão mais fadados ao erro, a acreditar que é verdade aquilo que é mentira ou acreditar que é mentira aquilo que é verdade, quando lidam com conteúdos digitais.

O grande problema é que a polarização, ao gerar esse estado de mau humor e essa precondição negativa para a gente dialogar com pessoas que pensam de maneira diferente, alimenta o ressentimento. A base daquela hostilidade que a gente discutiu na primeira tela vem da polarização, mas nós já superamos o estado de polarização e entramos agora naquilo que se chama de estado de insularidade, de isolamento. A gente praticamente passa a não confiar não só nas instituições, aquela desconfiança vertical, mas a alimentar cada vez mais uma desconfiança horizontal arraigada entre a própria cidadania. Aqui no Brasil, nós perdemos oito pontos de confiança em apenas um ano – estou trazendo dados do Barômetro de Edelman de 2026 –, de maneira que hoje, no Brasil, nós, que vínhamos, já há muito tempo, perdendo confiança nas instituições, em tribunais, na imprensa profissional, na academia, nos cientistas, etc., mas agora também já não temos confiança nos nossos vizinhos. A gente hoje está se desenvolvendo dentro de uma sociedade em que a gente só confia nas pessoas que espelham a nossa cosmovisão. Com isso, a gente se afasta ainda mais, e esse é um cenário que retroalimenta a perspectiva de polarização. No Brasil, hoje, sete em cada dez pessoas têm uma mentalidade insular: 72% das pessoas só confiam nas pessoas que têm o seu mesmo pensamento.

E, por isso, para concluir a minha fala, é especialmente importante a gente pensar que o letramento midiático, essa educação para a gente usar as redes de forma responsável, compartilhando conteúdos com consciência, continua sendo uma medida necessária, mas insuficiente. A gente teria que trabalhar, na minha visão, num letramento holístico. Além de letramento midiático, é a gente trabalhar com letramento informacional para que as pessoas aprendam a diferenciar uma fonte confiável de uma fonte não confiável, aprendam a distinguir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um argumento honesto de uma argumentação falaciosa, aprendam a saber se uma pessoa que se posiciona como uma autoridade especialista merece, de fato, esse título, aprendam quando a gente está lidando com uma afirmação de fato ou quando a gente está simplesmente tendo contato com uma opinião subjetiva. A gente precisa também trabalhar num letramento algorítmico para entender que rede social não é espelho da realidade, que enquetes e plataformas digitais podem ser forjadas e são enviesadas quando aplicadas em portais de nicho, mas o mais importante, na minha visão, é o letramento socioemocional, porque nós temos investido muito tempo e muita energia em tentar fazer as pessoas perceberem quando é que alguém tenta enganá-las, esquecendo que a maior parte do problema está em processos internos. E, portanto, a gente precisa também compreender o que são heurísticas, compreender o que são vieses cognitivos, compreender pressão de grupo para a gente ter uma dimensão maior não só de como é que nos enganam, mas de como é que a gente se autoengana cotidianamente.

É urgente trabalhar numa educação para cultura democrática, que tenha uma pedagogia para civilidade, mas a gente só vai ter sucesso também se tiver a exata dimensão de que essa comunicação não é uma comunicação voltada para mente racional das pessoas, é uma comunicação prioritariamente centrada na nossa parte passional. E, por isso, ela tem que ser toda moldada – aqui eu estou falando de conteúdo, vou encerrar falando de forma – para uma comunicação adaptada para contextos de alta polarização. Ninguém consegue mudar a mente de ninguém. O máximo que a gente pode fazer é dar ferramentas para que essas pessoas possam reavaliar a solidez, a validade e a percepção, e a solidez das suas próprias percepções...

Recebi o aviso de 60 segundos, já vou encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Mas pode ficar tranquilo para concluir o pensamento. Se precisar de mais dois, vai ter mais dois ou mais três.

O SR. FREDERICO FRANCO ALVIM (*Por videoconferência.*) – Obrigado. São apenas alguns segundos mesmo, Senador.

O fundamental aqui, para encerrar a minha exposição, é que a gente precisa adaptar metodologias de comunicação que nos permitam falar com o sentimento das pessoas, para que as pessoas consigam efetivamente ter elementos para reavaliar essa postura de hostilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, felizmente, temos uma nova vertente da educação surgindo, baseada em psicologia do comportamento, entre outras questões, em que a gente pode trabalhar, por exemplo, *frame* de consequências concretas, porque a gente não vai fazer ninguém abrir os olhos, por exemplo, para o problema da desinformação, com argumentos teóricos, abstratos, irracionais, mas, quando a gente, coletivamente, senta para refletir sobre episódios trágicos que decorreram dessas questões, a gente consegue dimensionar essas questões de uma maneira muito melhor.

Muito obrigado e um bom dia a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Obrigado, gratidão. Nós é que aqui estamos dizendo isso para você, pela exposição. Muito obrigado ao Sr. Frederico Franco Alvim, representante da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral.

Pela qualidade já do primeiro expositor, eu fico muito feliz só em saber que a TV Senado e a Rádio Senado estão transmitindo esta audiência para todo o Brasil. Eu diria que vai ser uma aula magna sobre o tema, pela qualidade dos expositores e também de vocês, Jovens Senadores e Senadoras.

Passo a palavra de imediato à Sra. Patrícia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta.

A SRA. PATRÍCIA BLANCO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, bom dia, Senador.

Todos me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Bom dia. Seja bem-vinda. Estamos ouvindo-a.

A SRA. PATRÍCIA BLANCO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada pelo convite.

É sempre uma alegria poder revê-lo, mesmo que à distância, e também ouvi-lo nessa defesa tão intransigente da educação midiática como forma de melhorarmos o ambiente informacional, principalmente visando à construção da cidadania.

Eu queria também cumprimentar, na pessoa da Jovem Senadora Maria Clara, todos os demais Jovens Senadores e Senadoras que estão aí nos acompanhando e dizer que é uma alegria ver tantos jovens envolvidos nessa temática e, principalmente, na defesa da democracia, né? A gente precisa estar sempre atentos e atentas para essa defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou compartilhar a minha tela aqui.

Também aproveito para cumprimentar os meus colegas expositores, na pessoa da Gabriela de Almeida – é um prazer revê-la também –, e também para dizer que a fala do Frederico se alinha muito com o que eu vou trazer aqui.

Eu vou compartilhar a minha tela, para que a gente possa mostrar um pouquinho o que a gente tem feito aqui no Instituto Palavra Aberta de combate à desinformação, mas principalmente visando... Desculpa. Ai, meu Deus, fiz uma besteira aqui. A apresentação dos eslaides... Eu não sei se todos já veem a minha apresentação. (*Pausa.*)

Se puderem me confirmar, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Está indo bem a apresentação. Estamos todos lendo aqui.

A SRA. PATRÍCIA BLANCO (*Por videoconferência.*) – Então está ótimo.

Muito rapidamente, eu gosto sempre de trazer que o ambiente informacional que a gente vive hoje, repleto de desinformação em todas as suas formas, desde as chamadas *fake news*, ou mesmo conteúdos fora de contexto, ou informações fabricadas... elas não são novidade, mas elas ganham um novo espaço, vêm ganhando um novo espaço de atenção por conta da mudança no formato dos sistemas comunicacionais e na forma como nós nos relacionamos com os conteúdos que são produzidos por todos.

Nós temos aqui diversas questões que eu gosto sempre de trazer. Na medida em que a produção de conteúdo ficou mais acessível para todos, todos nós passamos a ser não só consumidores, mas também produtores e disseminadores de informação. Temos aqui as tecnologias cada vez mais acessíveis; o baixo letramento informacional da sociedade; o viés de confirmação, como bem colocou o Frederico, que são as emoções que influenciam aquilo que nós acreditamos e o que nós compartilhamos; e também o papel das plataformas, que acabam vigiando, ou privilegiando, ou direcionando conteúdos que a gente tem que engajar ou engaja.

Uma outra questão aqui que eu gosto sempre de trazer é lembrar que, se é *fake*, não pode ser *news*, porque *fake news* são inverdades, fabricações, mentiras, conteúdo produzido com o objetivo mesmo de causar desconfiança ou de desestruturar a credibilidade de instituições – acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que a pesquisa da Edelman Trust Barometer é muito clara nesse sentido –, e uma notícia é equilibrada, é objetiva, deve apresentar evidências, citar especialistas e assim por diante.

Mas o que eu queria trazer, já entrando no tema da nossa conversa aqui, é que a reconstrução desse espaço, ou de um espaço de diálogo saudável e democrático, tanto nas redes sociais, na internet, quanto no nosso dia a dia, exige mais do que combater a desinformação, esse ambiente de desinformação em que a gente vive, em que parece que a gente é inundado todos os dias quando a gente recebe informações o tempo todo. Ela demanda uma mudança estrutural na forma como nós nos comportamos e interagimos com esse ecossistema e nesse ecossistema.

Aí, Senador, o senhor falou muito sobre a questão da educação midiática, e eu sou uma fiel escudeira e acredito muito na educação midiática como uma forma de construir e de desenvolver habilidades para que o cidadão possa de fato exercer plenamente a sua liberdade de expressão, a sua atuação no ambiente informacional, de forma ética e responsável, e saiba acessar e analisar criticamente as informações, produzir conteúdo com responsabilidade – e aqui a gente tem tantos jovens que têm já essa habilidade de produzir conteúdo – e entender melhor qual é o seu papel nesse ambiente de avalanche informacional.

A educação midiática, muito rapidamente – a gente chama de mandala do EducaMídia, que é o programa de educação midiática do Instituto Palavra Aberta, o qual eu presido –, trabalha com três grandes eixos: o eixo ler, que é do letramento da informação e da análise crítica da mídia; o eixo escrever, da autoexpressão e da fluência digital, e aqui a gente trabalha também questões relacionadas à habilidade, na fluência digital, até de como entender como os mecanismos acabam afetando a forma como a gente acredita, a forma como a gente se estabelece nesse universo digital; e o terceiro eixo, que para mim talvez seja o mais importante, é o eixo do participar, que trata muito da questão da cidadania digital e da participação cívica.

Aqui a gente atua muito nesse desenvolvimento das habilidades socioemocionais de entender qual é o meu papel neste ambiente. Se eu aprendo a ler criticamente uma informação, a escrever corretamente, a participar desse ambiente democrático, promovendo a minha autoexpressão, eu também aprendo a não disseminar discurso de ódio, a não passar desinformação e a participar desse ambiente de forma responsável.

A gente entende, aqui no EducaMídia, que a verdadeira inclusão digital está nas habilidades e não apenas no acesso – então é preciso ir além do acesso – e que a educação midiática é hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um direito fundamental do cidadão para que ele construa autonomia e criticidade, com foco na segurança, na equidade para a coletividade e na participação cidadã desse universo democrático.

E, para isso, nós lançamos já, em 2022, no âmbito do EducaMídia, o programa #FakeToFora – Quem vota se informa, visando ao combate à desinformação no período eleitoral para jovens no ensino médio, principalmente jovens que vão votar pela primeira vez, porque a gente entende que a educação midiática hoje é um guarda-chuva, em que a gente pode atuar também na educação cidadã, na educação para a democracia, no letramento algorítmico, no letramento da inteligência artificial e principalmente no letramento para que haja de fato essa participação cidadã.

O #FakeToFora é uma trilha com já 11 conteúdos. Ela está disponível no faketofora.org.br. Ela tem aqui 11 conteúdos. São trilhas mesmo, com planos de aula, nos quais a gente convida o professor a oferecer para os alunos essa noção, esse entendimento do que é democracia, do que é a Constituição brasileira, os três Poderes, o papel de cada um deles, do Congresso Nacional, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. A gente tem um módulo muito interessante sobre o processo eleitoral, sobre a urna eletrônica e o funcionamento dela, uma vez que a urna eletrônica é atingida sempre nos processos eleitorais, por desinformação, por questionamentos... Então, a gente traz aqui uma explicação clara, objetiva, direta, para que o jovem possa entender.

E os resultados, coletivo de checagem e assim por diante.

Vou só concluir aqui, passar um pouquinho mais rápido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Fique tranquila que você tem mais três minutos.

A SRA. PATRÍCIA BLANCO (*Por videoconferência.*) – Está ótimo, muito obrigada.

Então, a gente busca incentivar os jovens à prática cotidiana do entendimento do que é a leitura crítica da informação, a checagem dessa informação e como esse jovem pode atuar, entendendo qual é o propósito, qual é o contexto, qual é a audiência, para quem que foi criado aquele conteúdo, a execução, entendendo o seu papel nesse processo de se tornar um embaixador do combate à desinformação, atuando principalmente para fora dos muros da escola. Nós incentivamos que esse jovem, na medida em que ele aprende, que desenvolve essas competências, se torne um influenciador de boas práticas para auxiliar as suas comunidades, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

auxiliar as suas famílias, o seu entorno na prática da defesa da democracia a partir do combate à desinformação no período eleitoral.

Nós temos um prêmio – e aqui eu queria convidar a todos –, o Prêmio #FakeTôFora 2026. Ele é voltado para professores que criem coletivos de checagem, grupos de checagem dentro das escolas, para fazer com que esse jovem se torne de fato um protagonista, para incentivar que ele seja esse ator atuante na sociedade neste momento. E o que a gente entende, Senador, é que existe, sim, um espaço muito grande para que o jovem se torne um protagonista contra a desinformação. E, ao desenvolver as habilidades críticas necessárias, há uma mudança de fato, uma mudança cultural, que permite que a gente possa construir de fato um debate saudável nas redes sociais.

E, aqui, só um ponto. Eu gosto sempre de trazer alguns resumos. Como a gente pode construir um debate saudável? Substituir esse espírito bélico pelo debate de ideias, promovendo a pluralidade, a diversidade, que são avanços necessários da nossa sociedade; desarmar o engajamento baseado em emoções extremas, aqui combatendo de fato aqueles cliques, fazendo desacelerar aqueles cliques que têm a intenção de causar mais dano e que estão por trás dos conteúdos digitais; valorizar o jornalismo profissional, a partir da formação de audiências críticas; promover o protagonismo jovem, com o exemplo prático que a gente tem com o #FakeTôFora; e fortalecer a educação midiática como ferramenta de cidadania.

Deixo aqui os meus contatos. Para quem tiver interesse em conhecer mais a fundo o #FakeTôFora, o EducaMídia, o Palavra Aberta, fica meu *e-mail* e agradeço mais uma vez a possibilidade de conversar aqui com vocês, de falar nesta audiência pública, que eu julgo de extrema importância e tão necessária para o momento atual.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Sra. Patrícia Blanco, Presidente do Instituto Palavra Aberta.

Eu gostei daquele símbolo ali, #FakeTôFora. Vocês conseguem repetir comigo? Todo o Brasil vai ouvir: #FakeTôFora.

A SRA. PATRÍCIA BLANCO (*Por videoconferência.*) – #FakeTôFora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – #FakeTôFora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Valeu. Vamos em frente.

A SRA. PATRÍCIA BLANCO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Agora passaremos a palavra para dois expositores do Senado.

Eles combinaram: eles vão ter dez minutos cada um, mas o total dá vinte. Quem quiser falar cinco, falar oito ou falar doze fala, desde que fique dentro do limite e com o limite ainda meu, porque eu dou um pouco mais sempre.

Então, dividirão a palavra pelo tempo de vinte minutos os seguintes expositores do Senado: o Sr. Tadeu Sposito, Coordenador das Redes Sociais do Senado Federal; e a Sra. Sara Reis, Coordenadora do Senado Verifica.

O SR. TADEU SPOSITO (Para expor.) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos que compõem a mesa aqui comigo. Bom dia, Jovens Senadoras, Jovens Senadores, professoras e professores, todo mundo que está acompanhando na TV Senado, Rádio Senado, mídias sociais, enfim.

Senador, primeiro, não posso deixar de dizer que é uma honra estar em uma audiência pública presidida pelo senhor, uma grande oportunidade que eu tenho aqui e no âmbito do Programa Jovem Senador, que também é algo que mexe muito comigo e de que eu gosto muito. (*Palmas.*)

Inclusive estou acompanhando esses meninos e meninas durante a semana inteira.

E por que eu estou aqui hoje? Porque, à frente do setor que cuida dos perfis oficiais do Senado Federal, em todas as plataformas, a principal função nossa, o nosso trabalho é justamente promover o debate democrático, é levar a cidadãos, a brasileiras e brasileiros, em qualquer parte, informação sobre o Senado, mostrar a atividade dos Parlamentares de um jeito que as pessoas entendam e, mais do que isso, de um jeito que elas saibam como aquilo impacta na vida delas, mostrar que o Senado não está desconectado da realidade e que, sim, ele mexe com a vida de todas e todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E por que é tão importante a gente disputar esse espaço? Ou seja: por que é tão importante a gente estar nesses ambientes digitais? Aqui trago alguns números.

O Frederico já trouxe um que é sensacional, no sentido de que mostra o quão alarmante... Diz que 75% quase das pessoas se informam por mídias sociais. Quer dizer: a gente não pode negligenciar esse espaço.

São 150 milhões de brasileiras e brasileiros com perfis nessa plataforma, quase 99% das pessoas que têm acesso à internet neste país estão nas plataformas de mídia social e, gente, usando, em média, 20 horas semanais de rede social. É bastante tempo.

Portanto, é lá que a gente está consumindo informação, é lá que a gente está exercendo boa parte da nossa cidadania e das nossas vidas.

E como são esses ambientes?

Vocês, Jovens Senadoras, Jovens Senadores, como são muito jovens, talvez não tenham vivido isso, mas, quando tudo começou, as redes eram muito mais sociais do que são hoje. O que a gente percebe é que essas plataformas migram de um modelo que antes era muito mais relacional, ou seja, a gente via as coisas das pessoas que a gente conhecia: via nossos amigos, nossos parentes, as pessoas que a gente seguia, e estão mudando para um modelo cada vez mais midiático, ou seja, a lógica é: a gente vê coisas semelhantes àquelas que a gente consome ou àquelas com as quais a gente interage.

E olhem que dado alarmante a respeito disso: só 17% do tempo consumido no Facebook e 7% do tempo que você consome no Instagram são de conteúdo que vem dos seus amigos ou das pessoas que você segue; todo o resto é relacionado ao seu consumo de mídia. E esse consumo de mídia, ou seja, essa mídia que é entregue para você, ela é feita por recomendação de um algorítimo, que leva em conta todas as suas interações ali, para entregar para você aquilo que vai mantê-lo ali, afinal de contas, o que essas plataformas querem é a sua atenção, o seu clique num anúncio, o seu dinheiro, para impulsionar um conteúdo sobre o seu negócio, e elas são arquitetadas de um jeito que mexe com as nossas emoções.

Não sei se acontece com vocês, mas, quando você posta aquela foto linda na sua rede social, você volta ali pelo menos dez minutos depois para ver se alguém curtiu, não volta? Para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ver se tem um comentário. Uma curtida é uma recompensa emocional que você recebe ali, e a gente vicia nisso.

Então, esses ambientes são feitos para que a gente fique o máximo de tempo possível e consuma conteúdo ali.

Eu iria falar "pode passar", mas eu que estou passando. (*Risos.*)

E esses algorítimos, o que é que eles entregam para a gente? Aquilo que mexe com a gente, ou seja, aquilo que desperta emoções positivas, mas muito frequentemente negativas, e aquela indignação é poderosa para fazer com que você engaje, para que você comente, para que você dê visibilidade para um conteúdo, e também para aquilo que reforça a sua visão de mundo.

E aí eu trouxe alguns pensadores importantes que estão aqui com a gente, que são trechos das redações dos nossos jovens Senadores.

Então, esses algoritmos entregam conteúdos alinhados a interesses individuais e criam um ciclo de repetição informacional – isso está na redação da Maria Grasielle, da Paraíba. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. TADEU SPOSITO – E qual é uma das consequências disso? Isso leva à cristalização de bolhas ideológicas, onde o debate público é substituído por câmaras de eco – isso foi o que a Marília, do Ceará, colocou na redação. (*Palmas.*)

Então, a gente está ali interagindo com aqueles e aquelas que têm mais ou menos a nossa visão de mundo, e muito menos um debate do contraditório, que é mais ou menos o que o Maycon, de Rondônia, colocou na redação dele. Como consequência, o direito ao debate democrático que pressupõe o confronto de ideias, ou seja, a gente precisa ser exposto a opiniões divergentes à nossa para que a gente aprenda, para que a gente construa algo. E isso é substituído por um monólogo coletivo. É quase como todo mundo estar falando, e não necessariamente estar todo mundo se escutando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Maycon. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TADEU SPOSITO – Gente, infelizmente, para as plataformas digitais, tanto faz se o conteúdo é verdade, porque o objetivo das empresas por trás das redes sociais – o objetivo, a meta delas – não é fortalecer democracias ao redor do mundo; é ganhar dinheiro, como toda empresa privada.

E aí eu trago um dado que a Lara, aqui do Rio Grande do Sul, ressaltou na redação dela: conteúdos falsos têm 70% mais chance de viralizar do que notícias verdadeiras, e as notícias falsas se espalham seis vezes mais rápido do que as notícias verdadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. TADEU SPOSITO – E qual é o tipo de conteúdo que se sobressai nessas plataformas? Aquele que é raso e rápido, ou seja, aquele que não é muito aprofundado, que não é muito reflexivo. Gente, não dá para falar sobre qualquer coisa de modo aprofundado e reflexivo em 40 segundos, em um minuto. Às vezes a gente vai precisar de mais tempo, e não é esse o tempo das plataformas.

E, como colocou a Lívia, do Espírito Santo, na redação dela, o ser humano privilegia esses estímulos rápidos, evitando conteúdos que exijam um maior esforço cognitivo. (*Palmas.*)

Nós, seres humanos, somos um pouquinho preguiçosos para pensar, essa é uma característica da espécie. Então a gente tem que lutar um pouco contra isso, para que haja, de fato, o debate construtivo.

E aí, gente, nessas plataformas, a gente está tendo a democracia ou é sabor democracia? Porque o que acontece nessas plataformas? Todo mundo pode falar, mas será que todo mundo é ouvido?

Gente, quando, há muitos e muitos anos, eu estava lá na escola de jornalismo, me formando, estudando, a gente ouvia ali que no Brasil a gente tem quatro ou cinco grandes empresas que controlam a mídia, portanto, que controlam aquele assunto que ganha ou não visibilidade. E aí, quando começa a surgir a internet, também vem uma visão que hoje se prova um tanto ingênua, que é pensar que, já que não há essas empresas no meio do caminho, todo mundo tem voz. Só que a gente substituiu essas quatro ou cinco empresas por quatro ou cinco *big techs* que controlam o fluxo de informação em nível mundial, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esses algoritmos definem a visibilidade de bilhões de vozes que passam por esses critérios privados e obscuros, porque não há transparência. Não existe, lá no *site* da Meta, do X ou de qualquer plataforma, um botãozinho "Entenda o nosso algoritmo e os nossos critérios de distribuição". Ao contrário, isso é mantido em segredo ou, enfim, em sigilo. Então, quando a gente tinha essas quatro ou cinco empresas, pelo menos a gente tinha o jornalismo profissional. Então, você tem ali o jornalista profissional, que vai fazer uma checagem. No modelo de rede social, a gente jogou a checagem para a ponta, é responsabilidade do público agora ver se aquilo é verdadeiro ou não.

E aí eu trouxe o que, inclusive, a Patrícia mencionou na apresentação dela: um desses mecanismos psicológicos que favorecem a desinformação é o viés de confirmação, que é essa tendência de a gente ser muito menos criterioso e rigoroso com aquilo que confirma os nossos valores e visões de mundo. Se você recebe um negócio que tem tudo a ver com o que você pensa, você tende a compartilhar com muito mais facilidade. Se você recebe algo que é absolutamente contrário às suas ideias, o que você vai fazer? Você vai checar, vai ver se aquilo é verdadeiro, "não, não pode ser", vai tentar desmontar o argumento. Esses são alguns dos mecanismos psicológicos que fazem com que isso aconteça.

E aí, indo para a parte propositiva, o que a gente pode fazer para garantir um debate mais saudável nesses ambientes? Primeiro, gente, acho que é importante a gente discutir um pouco de transparência algorítmica, que as plataformas compartilhem com a sociedade que está ali quais são os critérios, o que faz com que um vídeo tenha 10 milhões de *views* e outro tenha 100 visualizações. E isso, gente, dificilmente vai surgir de forma espontânea de uma empresa. De algum modo, isso tem que ser induzido ou exigido pelo Estado, que são justamente os debates acerca de regulamentar, de trazer regras para essas plataformas.

Sobre educação midiática contínua, que foi o tema das pessoas que me precederam e que vai continuar sendo o tema aqui, eu não vou me alongar, porque já passei do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Está indo muito bem. Não passou, não. Vamos tocando, que está bonito.

O SR. TADEU SPOSITO – Obrigado, Senador.

Claro que a gente tem o compromisso individual com a checagem, cada uma e cada um de nós. É evidente que a gente não pode confiar só no indivíduo, deixar tudo nas costas do indivíduo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para que as coisas funcionem bem, mas é importante que cada uma e cada um de nós assuma sua responsabilidade de, antes de compartilhar, antes de publicar, dar aquela conferida em fonte oficial.

E, por fim... Não por fim, mas, enfim, por fim dessa minha listinha aqui: ferramentas institucionais que podem ser nossas aliadas, ferramentas como o Senado Verifica, que vai ser apresentado pela minha amiga Sara Reis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Palmas para a exposição brilhante, como todas as que a antecederam. (*Palmas.*)

A SRA. SARA REIS (Para expor.) – Bom, pessoal, bom dia.

Senador Paulo Paim, estou muito emocionada de estar aqui hoje com o senhor. O Senador Paulo Paim foi o primeiro Senador que eu entrevistei quando eu era estagiária, quando eu entrei aqui como estagiária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Deu sorte. Está aqui hoje.

A SRA. SARA REIS – Dei sorte. Estou aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Palmas para ela, não é? (*Palmas.*) Entrou como estagiária e hoje está aqui fazendo palestra para nós.

A SRA. SARA REIS – Eu era uma jovem como vocês. Depois de 22 anos, agora estou aqui no Senado Verifica.

Quero cumprimentar também meus colegas expositores, cumprimentar vocês, Jovens Senadoras e Jovens Senadores, convidados, todo mundo que está aqui presente e a minha equipe do Senado Verifica, que também está aqui, a Aline e a Lídia. Obrigada por estarem aqui.

Bom, vamos passar aqui. (*Pausa.*)

Bom, pessoal, quando a gente fala de desinformação, a gente fica assim: "Mas é possível a gente conceituar desinformação? Desinformação é tudo? Desinformação é uma apuração errada?". O que seria essa desinformação de que a gente tanto fala? Hoje, desde a pandemia da covid-19, tem muitos acadêmicos se dedicando a pesquisar esse assunto. E sobre o que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

já tem algum consenso é que a desinformação parte de uma intenção de prejudicar as pessoas, ela é uma informação fabricada, manipulada, com intenção de causar danos, porque, às vezes, as pessoas podem falar coisas erradas, elas podem apurar de forma errada, mas quando a gente tem uma intenção por trás disso, a gente está falando em desinformação. Mas, no meio de tudo isso, a gente também tem conteúdos misturados, verdade, fato, *fake*, opinião, sátira, meme, como é que a gente diferencia isso tudo, se a gente está aqui na telinha do celular e não foi educado para estar nesse aparelhinho aqui?

E a gente tem hoje uma autora muito relevante, a Raquel Recuero, que fala que a desinformação, pessoal, não é mais aquela notícia ali publicada, que parece uma notícia, mas não é, que é uma *fake*, a desinformação é um sistema. A gente está vivendo hoje um fenômeno sistêmico, porque é a plataforma, é a notícia que foi publicada, é a forma como a gente está lidando sem estar alfabetizado para estar ali. É um problema sistêmico e, para problemas sistêmicos, a gente também precisa de um debate sistêmico. É como se ela fosse a bola, o juiz, os jogadores, o campo de futebol, tudo isso contribui para o problema da desinformação.

E tem uma questão que tem acontecido muito, e eu também quero chamar a atenção de vocês. Quando vocês pegam o celular e ouvem uma influenciadora falando: "Olha, eu tomei a canetinha e isso funcionou para eu emagrecer. Eu tomei uma canetinha e engravidei", isso é um relato pessoal ou é uma evidência científica? Então, é relato pessoal – né, Senador? Mas hoje, Senador, o relato pessoal está sendo confundido com evidências. As pessoas não estão questionando esse influenciador, de onde ele tirou essa informação? Pessoal, vá ao comentário: "Eu quero saber a fonte original, por favor, me informe a fonte original, de onde você tirou essa informação?". Não confiem porque vocês acham que são melhores amigos daquele influenciador ou da influenciadora.

Fiquei sabendo aqui que teve uma pessoa que achou que tinha direito de ver a cabine do piloto, se ficasse por último no avião, porque isso estava no TikTok, imagina? Então, pessoal, não dá para confiar.

E como é que funciona a dinâmica da desinformação? A gente tem esse conteúdo desinformativo sendo impulsionado por algoritmos que vão maximizar esse engajamento e esse alcance; temos os agentes, que são pessoas, perfis falsos, influenciadores espalhando aquela desinformação; a gente tem os usuários, que acabam amplificando aquilo porque comentam, porque interagem com o conteúdo; e a gente tem os danos, que são o quê? Confusão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

polarização, a gente perde a confiança. E perder a confiança é muito ruim para a nossa democracia.

A desinformação não usa qualquer coisa, ela tem uma gramática, existem táticas por quem espalha a desinformação. Então, geralmente vem acompanhada daquela linguagem sensacionalista, "isso é urgente", "isso é absurdo", "ação urgente", "compartilhe agora". Ela mexe com esse emocional, ela faz com que a gente não pare para pensar. Fontes genéricas, "estudos mostram", "especialistas afirmam", "segundo Harvard"... Gente, "segundo Harvard"? Tem um monte de coisa falando que Harvard falou e que não tem nenhum fundamento. Informação escondida: "Eles não querem que você saiba, mas o Congresso aprovou de madrugada um projeto que vai taxar quem tem mais de dois filhos", é o tipo de desinformação que a gente tem que desmentir lá no Senado Verifica. O Congresso, gente, tudo que o Senado e a Câmara fazem está no portal, está transmitido pela TV Senado e pela TV Câmara, tem nota taquigráfica. Não se preocupem, não vai ter votação de madrugada sem uma publicidade do que está acontecendo aqui.

Existe também uma técnica de divisão, nós contra eles, é igual a um fla-flu. A gente está sempre... A gente é um grupo e há o outro.

E essa apropriação para simular autoridade, credibilidade, igual a um médico... Drauzio Varella é uma das personalidades que é mais vítima de *deepfake*.

E, falando em *deepfake*, não acreditem nos olhos, não acreditem no que vocês estão vendo, não achem que "não, eu sei discernir o que é uma inteligência artificial do que não é", nós não temos essa capacidade mais. A IA evoluiu, a gente está passando por realismo enganoso, credibilidade falsa, que usa essa questão. Paolla Oliveira, usam a atriz, usam uma imagem de uma pessoa famosa para nos enganar. Então ver para crer, Senador, não basta mais. A gente tinha a IA de seis dedos, as pessoas faziam ali seis dedos, mas isso já não acontece mais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SARA REIS – O Senado Verifica foi criado em 2020. A gente já completou agora seis anos e nós somos o serviço oficial de combate à desinformação. A Casa entendeu ali na pandemia que a gente precisava enfrentar a desinformação, as pessoas não sabiam o que o Congresso estava aprovando e as coisas estavam chegando de forma deturpada, manipulada para elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente trabalha com uma equipe especializada de jornalistas, trabalha com toda a checagem de fatos, a identificação, os documentos oficiais, e a gente também trabalha de forma integrada com outros setores, outras áreas técnicas. A partir do momento em que a gente recebe a dúvida do cidadão, as pessoas mandam pelo nosso WhatsApp, de forma individual, e a gente vai lá e fala: "Secretaria-Geral da Mesa, isso aqui aconteceu mesmo?"; "Olha, Consultoria Legislativa, isso aqui foi aprovado mesmo?". Então, a gente tem esse trabalho de forma integrada.

A gente classifica os conteúdos como "fato", "*fake*" e "impreciso". Fato, o que é verdade mesmo, está 100% certo; *fake*, isso não aconteceu; e o impreciso é aquele "calma lá", muita calma nessa hora, que tem que estar ali misturando uma coisa verdadeira e algo que é falso, uma coisa fora de contexto, por exemplo.

Além da checagem, desde setembro, o Senado Verifica passou a produzir também conteúdos com foco em educação midiática, e a gente está superfeliz porque hoje nós fazemos parte também do Mapa Brasileiro da Educação Midiática.

E tem mais, pessoal: véspera de eleição, as coisas ficam ainda piores, e o Senado Federal – fiquei muito feliz aqui de ver o meu colega Frederico Alvim –, nós somos parceiros do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral. Então, se vocês também tiverem dúvidas sobre a eleição, se vocês receberem conteúdos enganosos sobre a eleição, vocês podem falar com o Senado Verifica.

E aí, como verificar? Vá à fonte original. Se é uma autoridade, vá ao perfil oficial daquela autoridade. Se é uma proposta aprovada, vocês têm que ir ao perfil do Senado Federal, lá no *site* da Câmara dos Deputados.

Pesquise no buscador. Vocês não vivem fazendo pesquisas aí no Google? Gente, vá lá e pesquise: "Isso aconteceu mesmo? É verdade que fulano falou isso?". Porque, se aquilo é fato, vocês vão ver aquela publicação em vários *sites*. Então, isso já é um indicativo de que aquilo ali aconteceu. Se você não achou nada, muito cuidado, que aquilo ali tem grandes chances de ser mentira.

Não confie nos seus olhos nem na IA. A gente não pode confiar na nossa avaliação nem confiar que a IA vai nos dar uma fonte correta da informação. A IA alucina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Questione quem enviou e publicou. Se o amigo publicou lá no grupo, questione o seu amigo: "Venha cá, quem lhe mandou isso aqui? De onde você recebeu isso aqui?". Não podemos confundir a confiança que a gente tem nas pessoas da nossa família, nos nossos amigos com a confiança na informação, são coisas diferentes.

Confira a data. Gente, vocês recebem as coisas, e às vezes não vai lá e vê a data. E é uma foto que está com outra data; aquilo aconteceu há cinco anos e você está achando que aconteceu agora.

E outra coisa, vamos parar de ler título e achar que a gente entendeu tudo? Para a gente entender, a gente tem que ler, a gente tem que ver tudo, a gente tem que assistir até o final. Então, a gente vem nessa história, Senador, do *clickbait*, que são aqueles títulos para engajar, que não são reais, e a gente acha que já sabe tudo pelo título.

E qual é a saída, para a gente finalizar? A saída está na redação de vocês. A gente pegou aqui alguns trechos e eu queria que o Senador visse.

A Kauane Maria Cabral – não é do Paraná, é do Piauí, tá, pessoal? Tem um erro aí – diz: "Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre a transparência dos sistemas de recomendação".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Vamos bater palmas de novo. (*Palmas.*)

A SRA. SARA REIS – A Lara, do Rio Grande do Sul: "Devem ser desenvolvidos programas permanentes de letramento digital".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

A SRA. SARA REIS – E a gente tem aqui no Senado um projeto que prevê a educação midiática de forma obrigatória nas escolas.

"Instituir um programa nacional de educação midiática nas instituições de ensino". É a Maria Laura Soares, do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

"Promover programas que visem a conscientizar a população sobre a importância do respeito mútuo ao participar de debates online". Gustavo de Souza, Minas Gerais. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a Lorena, do Mato Grosso do Sul...

Lorena, obrigada. Eu aprendi uma coisa nova com você.

"O Congresso Nacional deve regulamentar o *friction design*, pausas deliberadas antes do compartilhamento, mecanismo capaz de desacelerar a viralização impulsiva". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Lorena.

A SRA. SARA REIS – Então, Senador, imagine se hoje a gente tivesse esse mecanismo em que, antes de compartilhar, a plataforma questionasse ou fizesse você parar ali para refletir o que você está compartilhando...

Vou deixar aqui no telão, pessoal, o QR *code*.

Falem com a gente, através do nosso QR *code*. Estamos no WhatsApp e também temos toda a publicação no nosso portal.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Sra. Sara Reis, Coordenadora do Senado Verifica, e ela e o Sr. Tadeu Sposito, coordenador das redes sociais do Senado, jogaram com 20 minutos, e, com isso, eles falaram 25.

O SR. TADEU SPOSITO – Ficou bom, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Ficou bem, ficou bem no limite, viu? Parabéns a ambos.

E me permitam que eu diga: parabéns por terem interagido com o Plenário, porque às vezes a gente, que está aqui na frente – alguém prepara o palanque, e a gente só fala, né? –, a gente fala muito da nossa visão, e eles conseguiram puxar para a tela a visão de cinco, seis, meninos e meninas que deram contribuição para este debate. Então, vocês todos estão de parabéns pelas contribuições que já estão dando. Todas. (*Palmas.*)

Agora passamos a palavra para a Sra. Gabriela de Almeida, pesquisadora e especialista em tecnologia e sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GABRIELA DE ALMEIDA (Para expor.) – Bom dia, todos e todas.

Quero agradecer, em especial, inicialmente, ao Senador pelo convite. Também é um prazer conhecê-lo, realmente é uma honra, assim como a Sara, e agradecer também o convite da Comissão de Educação e Cultura, a presença de todos vocês...

Eu fiquei muito feliz de ver jovens aqui. Então, a participação dos jovens do Programa Jovem Senador também é riquíssima, superimportante, para estar nessa discussão, não só como ouvintes, mas também na mesa. Isso é raro e é superimportante.

Também gostaria de cumprimentar os colegas que também participam desta audiência pública, a Patrícia e os demais colegas, é um prazer estar aqui discutindo esse tema tão relevante com vocês.

Eu fiz aqui uma fala e tentei... Eu costumo me empolgar muito com esse assunto, porque eu fico muito empolgada e feliz de poder discutir, debater e trazer para este espaço político essa conversa. Então, vou tentar me guiar aqui, para a gente não se perder tanto.

Esse tema me acompanha, Senador, há muitos anos, em diferentes lugares. Eu sou jornalista de formação, hoje sou Chefe de Comunicação da CGU, mas é algo que, enquanto pesquisadora, atravessa minha vida e minha jornada como pesquisadora, como jornalista, trabalhando ali com desinformação e violência política, mas também um trabalho com influenciadores, para promover a influência responsável e, mais recentemente, ouvindo adolescentes e jovens sobre a experiência que eles têm nas plataformas na internet, e aí conversa muito com o que a senhora trouxe.

Eu acho interessante também que nossa fala, todas as falas estão em diálogo, assim, todo mundo está contribuindo um pouco. Parece que a gente vai elevando o nível. Então, quando a Sara trouxe ali as experiências também, as gerações de vocês, e trouxe também, por exemplo, a questão do *design*, que faz com que a gente fique, a importância... O *design* tem ali algo que freia a gente para a gente não compartilhar.

Esse trabalho que eu fiz com os jovens também tem uma parte muito importante disso. Quando a gente olha para a experiência que o jovem tem na internet, nas plataformas, a gente consegue pensar em saídas.

E, talvez, justamente por ter chegado a essa discussão, por tantos caminhos diferentes que me trouxeram até aqui, eu queria propor uma mudança na pergunta que está convidando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a pensar e estar aqui hoje, né? Quando a gente fala em como construir um debate saudável nas redes sociais, promover a democracia, a gente pode ser levado a pensar que a gente está falando só de comportamento, e do comportamento individual de cada um e de cada uma: como a gente pode fazer com que as pessoas sejam mais educadas, mais gentis, menos hostis, menos agressivas, mais responsáveis. Isso tudo importa, obviamente. A gente tem que ter realmente um papel cidadão. E a gente tem que ter responsabilidade pelo que a gente publica, a forma como a gente age nas redes sociais. Mas a gente também tem que entender que tem muito mais.

A democracia nunca significou a ausência de conflito – o Senador falou isso na sua fala inicial. O conflito não é um problema. A divergência de ideias não é um problema. É importante que a gente saiba debater de forma saudável. A gente tem ideias diferentes, a gente vai continuar tendo ideias diferentes, mas a gente tem que saber conviver. E o radicalismo e esses algoritmos que os colegas também trouxeram fazem com que a gente tenha perdido a capacidade de dialogar, porque aumenta esse radicalismo, a gente cria ali muros que muitas vezes são intransponíveis. Então, uma democracia de fato saudável comporta a divergência, a disputa, a crítica, a indignação, o dissenso. Tudo isso faz parte de uma democracia.

Então, para mim, um debate saudável não é um debate sem conflito. Ele realmente é um debate em que o conflito pode acontecer sem que a gente tenha a necessidade de querer eliminar o outro, porque eu acho que isso que é o risco da radicalização. (*Palmas.*)

Obrigada.

Quando a gente entra num lugar de raiva, de ódio, como os colegas... Eu fico muito feliz, porque eu participei de muitos debates e eventos sobre desinformação nos últimos oito anos, e é o primeiro em que eu vejo que todos os palestrantes falaram sobre as emoções, porque é isso que move realmente, é isso que faz com que a gente compartilhe, com que o conteúdo viralize. Quanto mais a gente se indigna... E quem fabrica desinformação, *fake news,* sabe muito bem como operar, como manipular essas nossas emoções. A gente fica muito feliz quando vê um gatinho, um bebê fofinho, e aí a gente "ai, que fofinho", curte também. Mas o que indigna mais, o que faz com que a gente tenha muita raiva é o que realmente move as pessoas de uma maneira ainda mais visceral. A gente manda para as pessoas para que elas saibam o que está acontecendo.

Então, hoje, a gente está, em 2026, falando sobre as emoções. É importantíssimo... Então, a gente pensar nesse lado também socioemocional, Senadora, é superimportante, desenvolver isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dentro também do pacote de educação midiática que a gente está promovendo, esse diálogo que a gente tem feito sobre a distinção de como a gente precisa viver hoje um ambiente informacional em que possa existir conflito, porque ele existe, e também tirar essa ideia de que é um comportamento individual, do indivíduo. A gente está colocando muito na conta do cidadão comum toda a responsabilidade, que é muito maior, que envolve megaempresas, empresas que são riquíssimas, que não têm compromisso com o usuário; têm compromisso com o mercado. Então, a gente precisa olhar... Porque as plataformas não são espaços neutros. Elas realmente têm um ganho. Quando a gente pensa em uma plataforma como essa.... Um colega trouxe que a gente fica 29 horas por semana em plataformas de redes sociais. E a gente não paga nada.

Quando a gente não paga nada por um serviço em que a gente fica tanto tempo, o preço que a gente está pagando são os nossos dados, é a nossa atenção. E isso é muito caro. O que a gente tem feito com o nosso tempo e com a nossa atenção? A gente pode começar a pensar sobre isso agora.

Essa forma de operar que as plataformas têm escolhe muito bem o que ganha visibilidade, o que é mais importante, o que desaparece, o que não vai aparecer para você de jeito nenhum. Na palestra anterior falaram que 7% somente dos conteúdos que chegam para a gente no Instagram são dos nossos amigos, o resto é de pessoas que você nem segue, não conhece. Então, isso tem um porquê.

Se vocês... não vou falar para vocês fazerem isso agora, mas eu peço que depois da audiência pública vocês comparem a abinha Explorar de vocês no Instagram. Vocês vão ter abas completamente diferentes, porque aparece para vocês de acordo com o que vocês consomem, mas também muito mais com o que eles gostariam que você consumisse, o que faria com que você ficasse mais tempo na plataforma. Então, comparar a abinha Explorar, o Para Você do TikTok, é importante para a gente entender como são esses mecanismos de manipulação e como o algoritmo é construído também realmente para reter a nossa atenção.

Quando a gente fala sobre construir uma democracia nas redes sociais, fortalecer a democracia, a gente tem que discutir não apenas o que as pessoas dizem, mas em que condições elas estão sendo levadas a falar, ouvir e reagir. Então, que condições são essas? Qual é realmente o escopo que elas têm?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, eu tive a oportunidade de participar da elaboração de um guia, Senador, que eu convido inclusive o senhor ao lançamento. Será na terça-feira, dia 25, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. É um guia chamado "A gente usa, a gente decide". É um guia de apoio à implementação do ECA Digital a partir da experiência do usuário jovem. É um guia que foi construído pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, o IEPS. Então, a gente fez esse guia, e a parte mais importante dele foi realmente a gente olhar para os jovens e escutá-los. Conversamos com 24 jovens, a gente falou com adolescentes de 14 a 20 anos, de diferentes regiões do Brasil, e eles não participaram apenas como fonte. A gente não ficou escutando só eles, "como é que vocês acham... como é que é a experiência de vocês nas redes sociais?". Não, foi um trabalho de coparticipação, cocriação. Eles também fizeram, analisaram as informações que foram trocadas, falaram das suas experiências e ouviram também – a escuta é muito importante – como outros jovens do Brasil têm experienciado questões que são urgentes.

A gente falou sobre *bets*, e aí uma colega trouxe assim, "por exemplo, na minha escola, a gente teve uma situação: a diretora proibiu o celular muito antes de ter virado uma regra oficial, porque ela já via que era um problema na escola, na retenção da atenção, um problema maior. E porque ela também via uma questão de vícios em apostas entre os jovens". E ela falou, "e depois a gente tem notado que tem jovens que começaram a apostar pelo relógio, porque descobriram que tem como apostar pelo relógio". Então, tem que entender o que está acontecendo com esses jovens para a gente poder buscar saídas que realmente contemplem a realidade deles. Assim, essa escuta com eles e com elas foi muito importante para a gente entender o que eles estão querendo nos dizer e que precisam coparticipar dessa construção, inclusive da implementação de algo tão importante como o ECA Digital.

Portanto, quando a gente fala sobre o que os jovens pensam sobre redes sociais, frequentemente a gente entra em um lugar comum de pensar que o jovem está... "Ah, é só tempo de tela o problema, né? Ah, e quantas horas ele está *online* ou não?". E quando a gente pergunta para os jovens mesmo, eles falam outras coisas para a gente. Não é só tempo de tela. Tempo de tela é uma coisa que eles comentam, obviamente, mas tem muito mais. Eles falam muito da arquitetura da plataforma, de como a plataforma tem um *design* que foi feito para reter sua atenção, para manipular; falam de mecanismos desenhados para dificultar que você vá embora.

Muitos citaram também, inclusive, isto: você não conseguia sair, tirar a sua conta. Então, ele sentiu uma dificuldade vendo também que isso é um impedimento. Falaram da opacidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

algorítmica, da comparação permanente, que é algo muito importante para a gente falar quando a gente pensa que tem filtros, que a gente está ali se comparando o tempo inteiro; da publicidade que nem sempre parece publicidade, não é, Sara? Você falou dos influenciadores, que é um tema também que eu vou citar, mas a importância é deixar muito claro o que é publicidade e o que não é. E há a sensação de que eles precisam estar presentes o tempo inteiro. O famoso Fomo, não é? E aí, é como se, se você não entrasse, não estivesse naquele *chat*, naquele grupo ou naquele servidor do Discord, enfim, você estivesse perdendo algo, assim, imperdível. Você fica com aquele sentimento de ansiedade.

Então, essas foram algumas respostas. E isso muda muito a conversa. A gente tem que, em vez de pensar por que o jovem não larga o celular, por que esse menino não larga esse telefone, pensar qual é o ambiente que a gente construiu, que as plataformas construíram para que seja tão difícil para esse jovem largar o celular. Quando a gente desloca a pergunta, a gente consegue buscar saídas que são coletivas também, não é? A gente pode perguntar assim, por exemplo: que tipo de comportamento a arquitetura das plataformas, a forma como elas são criadas, está recompensando essa forma de a gente se comportar? Se a indignação gera clique, se o confronto gera permanência, se a simplificação gera compartilhamento e se a radicalização mantém a atenção, existe um problema democrático que não pode ser resolvido apenas com apelos individuais à civilidade. Não basta virar para vocês e falar: "Por favor, se comportem bem. Por favor, não compartilhem" se a gente tem um problema que é muito maior. A gente tem que ter responsabilidade individual, mas é um problema maior.

Durante algum tempo, Senador, eu trabalhei na Redes Cordiais, que é uma organização de educação midiática. E a gente trabalhava com o conceito que a gente chama de influência responsável. E influenciar hoje é exercer poder. A gente não pode ter uma pessoa que tem centenas de milhares de seguidores, que tem um poder de alcance...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GABRIELA DE ALMEIDA – ... – eu vou terminar – muito maior do que qualquer um de nós que está aqui nesta mesa hoje, inclusive o Sr. Senador, porque eles têm uma forma de alcançar as pessoas. Eles utilizam muitas vezes esses mecanismos de atenção, sensacionalismo e tudo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, como é que essas pessoas que têm esse poder de influência tão grande estão se comportando nas redes? A gente tem que ter um olhar crítico também para o nosso consumo de influenciadores, olhar para quem a gente está seguindo e falar: "Como essa pessoa me afeta? O conteúdo dela me deixa como? Eu fico com mais vontade de comprar no Tik Tok Shop? Eu fico com mais ansiedade, com tristeza, com raiva? Eu me comparo?". Então, esse olhar crítico também é importante para a gente pensar, porque o poder que eles exercem implica uma responsabilidade.

Nas escutas que a gente fez com o guia, isso apareceu de diversas maneiras. Eles trouxeram muito como os influenciadores aparecem como referências também, porque a gente tem pessoas que exercem uma influência responsável sim, mas também são pessoas que podem causar essa comparação, um incentivo muito grande ao consumo e também produtores de imaginários sobre o que é um corpo perfeito, o que é o sucesso. E aí se promove, consequentemente, um sofrimento em saúde mental. Então, essa responsabilidade precisa muito ser desenvolvida e estimulada por todos nós.

Eu vou falar de uma outra dimensão que eu considero importante, que colegas trouxeram também e que, desde o início, o Senador pontuou, que é a educação midiática, a gente promover ali o desenvolvimento do pensamento crítico. As escolas têm feito um trabalho fundamental, mas esse é um pacto que tem que ser coletivo, tem que estar em todos os espaços, nas escolas, nas casas.

A gente teve umas perguntas aqui que mandaram pelo Portal e-Cidadania, que era perguntando muito sobre o papel dos pais nesse combate, no apoio ali aos jovens. Os pais são responsáveis, as pessoas que estão responsáveis pela criança e pelo adolescente também são responsáveis, mas é um pacto coletivo de fato. É como a vacina, gente: realmente todos nós temos que ser responsáveis por isso. Então, a educação midiática também é compreender como a informação chega até nós, como os colegas trouxeram.

Por que eu estou vendo isso? Por que isso chamou a minha atenção? Aquelas perguntas que eu trouxe mais cedo para a gente pensar... Quando a gente começa a se perguntar, a gente começa a consumir aquilo de uma maneira crítica. A gente desenvolveu o pensamento crítico sobre o que a gente está vendo, lendo, enfim. E aí é preciso pensar também em quem produziu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

essa informação, qual é a intenção. Quando a gente pensa sobre a intenção por trás dela, isso também é superimportante.

E eu quero acrescentar uma última dimensão, que vem da minha pesquisa acadêmica.

Eu fiz uma dissertação de mestrado na UnB que era sobre desinformação e discurso de ódio. Eu olhava como a família da Marielle Franco enfrentou a desinformação sobre ela e a violência política. E aí eu encontrei algo... A gente fica muito, às vezes, preso ali no: "Ah, foram criadas muitas *fake news* sobre ela, um discurso de ódio absurdo, um volume grande" – até hoje são criadas essas peças mentirosas. Mas a família... Para além do desmentir e do enfrentamento, criou-se ali uma rede de apoio, que foi a criação do Instituto Marielle Franco, uma saída coletiva. Então, é isso que eu falo quando a gente pensa em enfrentar a desinformação: tem que ser um pacto coletivo. Para a gente ter um debate saudável nas redes, tem que ter um pacto coletivo. O amor como prática política não é um amor romântico, gente. É Bell Hooks: a gente falar sobre como são as ações, como é a prática coletiva de a gente poder falar, inclusive, com nossos pares.

A gente está tendo um problema grande agora do sarampo em São Paulo, uma volta brutal do sarampo. E é um dever nosso, enquanto cidadãos, olhar para esse problema e falar com nossos pares. Então, esse é o amor como prática política.

Estou encerrando aqui a minha fala, mas a gente precisa pensar em como a gente pode realmente, de fato, ter uma experiência individual melhor. Quando a gente pede ali para os jovens recomendações de como eles gostariam de ter uma internet melhor, eles falam que o ideal seria que não tivesse mecanismos de retenção, que denúncias realmente funcionassem, menos competição social, algoritmos orientados ao bem-estar, educação midiática, transparência no uso de inteligência artificial, combate à desinformação, diversidade e equilíbrio de ideias e debates saudáveis. Então, os jovens pedem para participar da construção de uma internet melhor. Então, estar aqui com vocês hoje também é importante para a gente ver que isso está acontecendo: vocês estão aqui, nesta discussão tão importante, porque vocês querem também uma internet melhor.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, muito bem, Sra. Gabriela de Almeida, pela sua exposição, a senhora que é pesquisadora e especialista em tecnologia e sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O papo está muito gostoso, por isso que eu vou dando um minuto, um minuto, um minuto. Ninguém aqui falou menos que 14 minutos, mais ou menos. Acho que você falou menos, você não falou tanto. Mas daí ela recuperou – ela recuperou.

Vamos em frente então. Quanto menos eu falar, mais eu estou ajudando o Plenário para dar a oportunidade de todos falarem, até depois, se nós entrarmos no debate.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Samuel Barros, Professor do Departamento de Ciência Política da UFBA, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

A palavra é sua, por dez minutos, com uma tolerância de minuto em minuto.

O SR. SAMUEL BARROS (Para expor.) – Senador Paulo Paim, muitíssimo obrigado.

É uma enorme satisfação poder participar desta sessão. Eu tenho uma enorme admiração e agradecimento à contribuição que o senhor deu a esta República, de modo que estar aqui participando justamente com o senhor e com os demais colegas que compõem a banca, mas também com os jovens Senadores, é uma enorme satisfação para mim.

Falo desde a Universidade Federal da Bahia, desde o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital, onde temos desenvolvido uma série de reflexões sobre estes assuntos. Minha fala é elaborada a partir de reflexões minhas e dos meus colegas pesquisadores dos campos da comunicação e da ciência política.

Bom, vamos lá. A democracia é um regime que preza pela participação da cidadania. Alguns acham que é suficiente votar, outros tantos acham que o importante é o engajamento dos cidadãos na produção de soluções para a comunidade política. Em todo caso, todo mundo entende que as plataformas de redes sociais são relevantes para a experiência democrática contemporânea e que, ao mesmo tempo em que oferecem novas possibilidades de participação, podem fomentar a polarização, a fragmentação de agendas e o autoritarismo.

A cidadania em movimento, atualmente especialmente nas redes digitais, trabalha na identificação de questões que demandam ação do Estado na forma de políticas públicas ou de problemas que demandem ação da própria sociedade. Os problemas são muitos e suplantam a capacidade do Estado e da sociedade. Por isso, também, a sociedade precisa estabelecer prioridades. As soluções propostas e implementadas, contudo, podem trazer mais malefícios do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que benefícios, não obstante as boas intenções declaradas pelos seus... (*Falha no áudio.*) As soluções também podem ser ineficientes e consumir recursos escassos. Precisamos ter atenção.

Um entendimento da democracia como sendo um regime sustentado pela troca pública de argumentos orientados para a solução de problemas coletivos implica entender que o debate deve acontecer não apenas na identificação dos problemas a serem resolvidos, isto é, na formação da agenda da sociedade e do Estado, mas também – e quem sabe isso seja mais importante – no debate quanto às soluções que são mais adequadas para cada um dos problemas que enfrentamos.

Em relação aos problemas enfrentados relacionados às plataformas de redes sociais não é diferente. Nós alcançamos relativo consenso no diagnóstico de que as plataformas de redes sociais e seus muitos usos podem ser um problema para várias facetas da experiência democrática. Sabemos também que o problema é complexo. Não se vê no horizonte uma única solução capaz de abordar as muitas dificuldades que a vida social tem enfrentado nestes tempos de plataformização das relações sociais. As pessoas precisam entender como as plataformas funcionam. Para isso, universidade, jornalismo e iniciativas de educação podem ter um papel importante. Precisamos criar condições para que cada cidadão tenha uma compreensão mínima do funcionamento das plataformas. Essa é uma condição para a cidadania nos nossos dias.

Não precisamos de didatismo exacerbado nessas iniciativas, devo dizer. Quando iniciativas de educação não respeitam o que as pessoas já sabem – e as pessoas já sabem muito – tendem a ser ineficazes, porque chatas. Saber o porquê de as plataformas serem desenhadas com certas características e não com outras, entender minimamente o funcionamento dos algoritmos de visibilidade e ranqueamento, por exemplo, é um direito de todo cidadão.

Não podemos esquecer que as plataformas são um negócio de seus donos e são usadas por muitos para ganhar dinheiro. Os conteúdos precisam chamar a atenção em um ambiente de muita disputa. Os produtores de conteúdo e as plataformas fazem de um tudo para garantir a atenção dos usuários. Em suma, as plataformas não são neutras, suas características produzem efeitos na vida social.

A universidade tem um papel principalmente na produção de explicações sustentadas na empiria para evitar a mistificação sobre como funcionam as plataformas. A verdade é que muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente produz explicações sobre as plataformas baseadas meramente no impressionismo. Precisamos superar o primeiro susto e produzir conhecimento qualificado.

Já sabemos também que algumas práticas, tanto das plataformas quanto dos usuários, precisam ser reguladas. A dificuldade é produzir entendimentos compartilhados por todos quanto às práticas que deveriam ser proibidas, bem como estabelecer a estratégia adequada para implementar tal proibição. A complexidade das políticas de regulação é maior porque as proibições precisam dialogar com a preservação dos direitos individuais e coletivos já estabelecidos. Nesse terreno, não temos solução fácil, mas precisamos tocar a conversa na expectativa de que entendimentos mínimos sejam produzidos no percurso.

O próprio acúmulo da história e da experiência social nos ajuda a entender que certas práticas deveriam ser proibidas. Aqui, a compreensão com precisão da ação das plataformas é um dificultador para que se promova a regulação. Não por acaso, as plataformas são reticentes em criar condições favoráveis para a pesquisa acadêmica.

Os novos usos das inteligências artificiais são uma nova camada de complexidade. O contexto político brasileiro, em que muitos atores parecem dispostos a ações contra a democracia e as instituições, implica uma dificuldade extra para um debate sobre como deveriam ser as plataformas de redes sociais. A dificuldade política, porém, aponta para a necessidade de mais conversa – e não o contrário. Não se trata de achar que o diálogo resolve tudo, mas é suficiente que se produzam entendimentos básicos sobre como deve ser um ambiente digital democraticamente estabelecido.

É verdade que o Brasil já fez movimentos importantes no sentido de proteção das crianças com o ECA Digital. Muito ainda precisa ser feito, é verdade, mas, de novo, reafirmo: a dificuldade do desafio histórico que temos pela frente não deve nos furtar da necessidade de nos engajarmos nesse trabalho – que é individual e coletivo ao mesmo tempo – de produzirmos um ambiente digital democraticamente saudável. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – É com o senhor ainda, o senhor tem cinco minutos.

O SR. SAMUEL BARROS (*Por videoconferência.*) – Eu agradeço, já foi suficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Ah, tá. Meus parabéns aí, viu? Meus parabéns pela fala. (*Palmas.*)

Sr. Samuel Barros, Professor do Departamento de Ciência Política da UFBA, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, parabéns pela fala.

De imediato, vamos passar a palavra para o Rio de Janeiro. E alguém vai dizer: "O Rio de Janeiro fala?" (*Risos.*). Calma aí, é só para descontrair um pouquinho!

Passamos a palavra, neste momento, à Sra. Maria Laura Soares e Silva, Jovem Senadora do querido Estado do Rio de Janeiro.

A palavra é sua. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA LAURA SOARES E SILVA (Para expor.) – Bom, primeiramente, quero agradecer ao Senador pela oportunidade e a todos aqueles que estão compondo a mesa. É uma honra estar sentada aqui, ao lado de pessoas tão incríveis.

Também gostaria de agradecer aos meus amigos Senadores, que estão aqui representando cada um o seu estado; aos professores que vieram nos acompanhar; a toda a equipe do Senado e às pessoas que estão nos assistindo neste momento.

Falar sobre esse tema, bem, é uma coisa sobre a qual todo mundo aqui já possui um certo conhecimento, até porque fizemos uma redação abordando esse tema e foram diversas redações, milhares, e estamos aqui como os vencedores representando o nosso estado, através de uma redação que abordou esse tema. E muitos aqui têm diversas perspectivas e opiniões sobre como construir um ambiente digital que possa ser democrático e respeitoso.

Algo que eu abordei muito na minha redação é que, de forma bem particular, eu acredito que nós não devemos repelir o poder das redes sociais e da tecnologia, até porque isso já está inserido na sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Muito bem! De fato! (*Palmas.*)

A SRA. MARIA LAURA SOARES E SILVA – Acho que negar isso seria construir um pensamento ignorante, porque nós estamos avançando para uma sociedade cada vez mais digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A tecnologia tem avançado cada vez mais. A inteligência artificial, em questão de dois, três anos, avançou de forma inexplicável. Em 2022, 2023, como foi citado aqui antes, uma imagem de IA tinha seis dedos, por exemplo, e hoje é um realismo surreal, onde você nem consegue mais identificar o que é verdade e o que não é.

E eu acredito que algo que foi citado e que me fez pensar muito, até pelo especialista Frederico Alvim, é a questão de como nós, a juventude, consumimos muito o conteúdo no meio digital. A maioria de nós, da juventude em si, não consome notícias em portais oficiais, em *sites* jornalísticos, não consome matéria, notícia real. Às vezes, um vídeo de 60 segundos nos traz mais informações, nem sempre boas, do que um artigo, por exemplo, porque nós consumimos mais isso. Não, claro, desmerecendo os artigos, porque eles são verídicos, mas é uma coisa que está presente no nosso cotidiano. Acredito que poucos de nós... Talvez aqui até uma maior porcentagem, mas no cotidiano não é comum que nós, a juventude, estejamos a todo momento consumindo artigos jornalísticos, lendo os portais oficiais, consumindo conteúdo oficial. É muito mais fácil, muito mais prático e muito mais habituado no nosso cotidiano vermos um vídeo no TikTok, um *post* no Instagram, um comentário no Twitter ou algo do tipo.

E eu acredito de verdade que a nossa comunicação está avançando para uma situação em que, futuramente, os maiores meios de comunicação que utilizaremos serão os que estão inseridos nas plataformas digitais, no meio digital. E eu acho que é por isso que os portais oficiais, os canais de notícia verídicos precisam se adaptar a essa nova geração, porque nós somos uma nova geração. Como o especialista Frederico Alvim citou, as antigas gerações tinham muito esse tipo de consumo voltado ao meio jornalístico tradicional, digamos assim. Já essa nova geração não está totalmente inserida nesse meio.

E eu acho que é extremamente necessário que os órgãos públicos e os canais de mídia estejam habituados a esse novo consumo de informação jornalística não repelindo o poder do meio digital, mas, sim, se inserindo, se integrando nisso, porque estamos avançando para uma era cada vez mais digital, cada vez mais tecnológica. E repelir isso, como eu disse, seria alimentar um pensamento ignorante, porque agora isso já está inserido no nosso cotidiano, não vai ter como a sociedade inteira desinstalar todas as plataformas digitais, nós regredirmos 40 anos, quando ninguém utilizava as mídias. Isso só vai aumentar cada vez – cada vez mais –, gradualmente. Por isso eu acho necessário nós nos adaptarmos a esses novos meios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunicação, nós termos noção do poder da tecnologia, do poder da inteligência artificial e utilizarmos isso de forma consciente e de forma democrática, é claro.

Uma coisa que eu achei interessante foi um comentário, no Portal e-Cidadania, de uma pessoa chamada Karolina, de Minas Gerais. Ela perguntou como que nós jovens estamos nos adaptando às notícias verídicas. Eu vou até ler aqui a pergunta dela, deixe-me encontrá-la aqui, um minutinho. Ela disse: "A desinformação digital infelizmente é uma realidade. Nossos jovens precisam ser instruídos nesse meio". Eu concordo totalmente com ela, porque de fato nós precisamos estar inseridos em um meio onde a informação real, a informação verídica possa ser a única utilizada. Não podemos dar palco para o sensacionalismo, para as *fake news*. Temos que combater isso o máximo possível, mitigar esses danos.

Agora estamos entrando em um período eleitoral, e não é novidade para ninguém que essa época é quando as notícias falsas mais se espalham e mais possuem engajamento nos meios digitais. Nós vimos isso nas eleições anteriores, como que isso causou um grande impacto. Como que isso vai continuar na sociedade nos próximos anos? Como nós iremos nos adaptar a isso? A educação midiática é uma forma de combatermos essa desinformação, até porque eu acredito que a educação é a maior ferramenta de transformação social existente. E acredito que todos aqui possuem talvez o mesmo pensamento, porque estamos aqui graças à educação. E eu acho que utilizar a educação como ferramenta de combate a *fake news*, a notícias maliciosas e até mesmo conteúdo sensacionalista é uma das formas mais inteligentes de combatermos todo esse sensacionalismo, toda essa desinformação presente. (*Palmas.*)

Bom, para não estender muito a minha fala, irei finalizar dizendo: é necessário nos adaptarmos às mudanças e avanços tecnológicos de modo consciente, pois assim podemos construir um ambiente digital, democrático e respeitoso para todos.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Meus cumprimentos à nossa Jovem Senadora, Srta. Maria Laura Soares e Silva, Jovem Senadora do Estado do Rio de Janeiro. Preparem-se os painelistas, porque, na hora final, eu vou dar uma nota para cada um, e as duas estão disputando para serem as melhores já. Eu tenho certeza com a fala da Maria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E agora com a palavra a Sra. Lara Schuquel Dauinheimer – consegui pronunciar –, Jovem Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul.

A SRA. LARA SCHUQUEL DAUINHEIMER (Para expor.) – Bom dia a todos aqui presentes, aos que nos acompanham pela TV Senado.

Eu cumprimento todos que acompanham a nossa mesa. É uma grande honra poder estar aqui, poder discursar e principalmente poder representar a juventude gaúcha que está nos acompanhando – muitos.

E, apesar de os discursos hoje que foram apresentados talvez parecerem seguirem todos o mesmo viés e talvez falarem repetidamente sobre alguns eixos, essas são problemáticas que infelizmente estamos vivenciando no nosso cotidiano e que foram normalizadas e muitas vezes romantizadas. Em especial, temos as relações sociais com a transformação que nós tivemos, como o comportamento humano e social vem se transformando com a transformação das redes sociais, o embate que isso tem com o pensamento crítico, o nosso consentimento, o posicionamento ideológico e a nossa opinião própria, o que é fundamentado muitas vezes em conteúdos sem embasamento científico ou embasamento realmente verdadeiro. Através dessas desinformações, dos discursos de ódio, das notícias distorcidas, de sensacionalismos, de *fake news* e das influências, às vezes, de muitas pessoas sem embasamento e sem conteúdos aprofundados, nós temos um cenário digital enfraquecido, que infelizmente vem enfraquecendo também a nossa democracia.

Na minha redação, eu falei um pouco sobre como há a disseminação dos conteúdos sem um embasamento real e concreto e também como nós não nos preocupamos com isso, como o nosso comportamento vem se conformando com esse cenário, e não há realmente uma transformação social, não há a busca social pela nossa transformação.

A educação midiática é um dos meios que eu acredito serem mais cruciais para essa transformação e... (*Pausa.*)

Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Está indo bem, está indo bem! (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LARA SCHUQUEL DAUINHEIMER – É um pouco nervosismo por estar aqui.

As redes sociais ampliaram nossa participação social, nossa participação política e vêm transformando realmente o nosso comportamento, mas não há um acompanhamento com a educação – esse foi um dos principais eixos de que eu tratei na minha redação.

Tive o prazer de poder ler alguma das redações que estavam expostas – podemos ter o privilégio de ter nossas redações expostas aqui no Senado –, e, em todas elas, houve a crítica à polarização que há nas redes sociais e à falta de análise crítica que nós temos. Não é por conformidade, não é por acaso que em todas as redações praticamente esses eixos foram tratados. É um cenário que, infelizmente, vimos vivenciando cada vez mais. E, como a Maria Laura disse, nós precisamos nos adaptar e nos transformar quanto a isso, precisamos buscar utilizar dessa ferramenta que é muito crucial para nós a nosso favor e não para disseminação de discursos de ódio, de *fake news*, de notícias sensacionalistas e distorcidas.

No meu formulário de intenção legislativa, por exemplo, e no de Marília também, nós falamos um pouco sobre conteúdos que vêm se agravando, como, por exemplo, a misoginia – em que nós estamos trabalhando um formulário de lei –, em que há os discursos de ódio contra a mulher explicitamente, sem medo de ter uma condenação por isso, de ter um julgamento. Há a crença de que as redes sociais são uma terra sem lei, em que não há parâmetros do que é real, do que é falso, do que é bom de ser falado, de ser discursado, ou não.

Então, este é um cenário que exige muito a nossa preocupação juvenil, pois obviamente nós somos mais ingressados nisso, mas também uma reflexão político-social contra esse parâmetro.

Então, resumindo um pouco, essa é a minha opinião. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Parabéns pela exposição, Jovem Senadora Lara Schuquel Dauinheimer, do Rio Grande do Sul.

Eu quero dizer que as duas foram muito bem. Agora, que os outros convidados me perdoem, eu vou dar nota em primeiro lugar para elas. Eu vou dar nota dez para as duas. (*Palmas.*)

Estou orgulhoso, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quanto aos outros convidados, eu vou criar uma expectativa e vou dar essa nota no final.

Estou bem metido a professor. Não tem os "profs." aí? Estou metido a professor aqui. Os "profs." estão aí, não? (*Pausa.*)

Estão aí. Então, uma salva de palmas para os "profs." aí. (*Palmas.*)

Eu provoquei essa notinha pensando em vocês, viu?

Agora nós estamos nos preparando para o encaminhamento final, pelo que eu sei do nosso horário, mas aqui eu tenho mania – é mania minha, viu? –, em toda Comissão, de abrir a palavra, para que algumas pessoas do plenário falem.

O George está me olhando já: "Paim, nós temos programação". Posso abrir aqui, George, para quantas? Porque eu tenho tempo, tem que dar um parâmetro para mim. (*Pausa.*)

Como eu dou uma tolerância, eu vou jogar em seis. (*Risos.*)

Então, vamos lá. Eu peço seis inscrições. Vocês podem perguntar para a mesa, podem dizer o que estão pensando e perguntem para as convidadas nossas aqui – todas, inclusive as colegas de vocês que estão na mesa.

Eu vou pedir que rapidamente seis levantem o braço.

Fala o nome, para nós registrarmos aqui, e o estado. Então, nome, estado e professor, só para registro. Vai ser chamado depois.

Ela pede, a assessoria... Você fala ali no microfone dela. Isso, só para registro.

A SRA. ANA CLARICE GOMES DE OLIVEIRA LIMA (Para expor.) – Ana Clarice, Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – "Prof."?

A SRA. ANA CLARICE GOMES DE OLIVEIRA LIMA (*Fora do microfone.*) – Professora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem.

Agora, quem mais? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Viu ali? Aquele ali é do DF, eu estou sabendo.

Fala aí no microfone teu nome.

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES (Para expor.) – Calebe Fernandes, Jovem Senador do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Perfeito.

Temos um.

"Prof."?

O SR. NELSON GONÇALVES MACHADO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Prof. Nelson, representando o Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Só um? Três. Quem mais?

A SRA. RITA DE CÁSSIA MEDEIROS DA SILVA (Para expor.) – Jovem Senadora Rita de Cássia, representando o Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, quatro. Eu vou lá ganhar o Título de Cidadão, viu? Você tem que estar lá, vai ser agora. Eu pedi para ser na época da praia, eu já vou estar aposentado. Eu vou lá ganhar o título da Assembleia.

Quem mais? (*Pausa.*)

Ninguém mais quer falar? (*Pausa.*)

Se não falar, eu vou convocar, hein? (*Risos.*)

Então, bem na minha frente, tem uma aqui.

Como é teu nome? Bote aí.

Pode falar.

A SRA. TAVINE PIETRA DE ALMEIDA LARA (Para expor.) – Tavine Lara, Jovem Senadora do Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Ó, viu? Está aí, olhem, da

Região Sul. Vão dizer que sou bairrista e não tem nada a ver. (*Risos.*)

Escolham aí alguém mais, pessoal. Tem uma aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Mais uma.

Isso... Muito bem!

A SRA. MARIA CLARA DA SILVA OLIVEIRA (Para expor.) – Maria Clara, do Estado de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Está bem.

E, como eu sou bem amplo... Eu sou da frente ampla, viu? Frente ampla pelo Brasil. É uma proposta que eu escrevi 20 anos atrás, mais ou menos.

Então, temos a prof... Tá. (*Pausa.*)

Só falta uma. Ou um.

Eles estão dizendo que não falta nenhum, mas eu estou insistindo que só falta uma.

Ó, viu? Eu sabia que você iria falar... (*Risos.*)

Agora deu. Ela ali...

Eu achei que uma das duas iria falar, pelo olhar que tinha aqui.

A SRA. IOLANDA PAIVA FAVACHO RIBEIRO (Para expor.) – Iolanda Paiva, Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Tá.

Muito bem. Vamos lá agora...

Entre os inscritos aqui, no primeiro lugar está a Profa. Ana Clarisse. (*Pausa.*)

É do Maranhão é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA CLARICE GOMES DE OLIVEIRA LIMA – Sim, Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Maranhão.

Na hora em que for falar, levantem e já digam o nome e o estado.

A SRA. ANA CLARICE GOMES DE OLIVEIRA LIMA (Para expor.) – Está certo.

Ana Clarisse, do Maranhão, professora da Ana Brícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – O.k.

Vou perguntar ao meu chefe, aí, o meu orientador: Jorge, quantos minutos cada uma?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Dois? Então, é três, três, três... (*Risos.*)

Ele sabia que eu iria dar mais um. Então, ele é... O que que é também... Ele é meio orientador total aqui.

Três minutos.

A SRA. ANA CLARISSE – Na pessoa do Senador Paulo Paim, pelo qual eu tenho grande estima, uma grande admiração – ele sempre está muito solícito aqui no programa –, quero dar bom-dia a todos.

Quero falar deste momento ímpar na minha vida profissional, na minha vida pessoal, de estar participando de uma Comissão de Educação e Cultura aqui, falando justamente sobre as redes sociais, um assunto muito relevante, retratado aqui nas demais redações, 27 redações de cada estado.

E é um orgulho para mim estar participando desse programa, como professora orientadora, pela segunda vez consecutiva, porque isso é um grande orgulho para mim, representar o Cemarp, a minha escola, representar o Maranhão, e através da educação, porque a educação transforma a vida de todo mundo, como transformou a minha.

Sou professora da escola pública e vim de uma escola pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A educação midiática é necessária, necessária, e implementada – como sugestão, até na parte diversificada – como um componente curricular mesmo, porque nós tivemos formações maravilhosas – ontem foi com a Sara, com o Tadeu – e percebemos como ela é necessária, porque os olhos enganam: nem tudo que reluz é ouro. Nós podemos ver isso nitidamente presente na sociedade, todos os dias, e é um turbilhão, é um bombardeio de informações.

Lá, no Maranhão, nós temos uma disciplina de letramento em língua portuguesa, sou professora, tem o letramento em matemática, e por que não letramento digital, né?

Isso já fica como uma sugestão aí, porque já está em tramitação para votação. Espero muito que dê certo, que seja aprovado, porque cada vez mais que nós investirmos em políticas públicas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CLARICE GOMES DE OLIVEIRA LIMA – ... cada vez mais que investirmos na educação, com certeza vai frutificar. Um exemplo claro disso é o Programa Jovem Senador. O Programa Jovem Senador é um programa que transforma vidas através da educação. (*Palmas.*)

Eu sou, assim, uma apaixonada por esse programa, e essa temática não poderia ter sido melhor, principalmente no período em que estamos vivendo.

Parabéns!

E também quero agradecer ao Senado Verifica, uma das políticas públicas daqui, que é justamente voltada para o combate à desinformação, o combate à ignorância.

Meu muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Disciplinada! Ficou exatamente nos três minutos. Parabéns pela fala e pelo horário. Você ficou exatamente nos três minutos.

Vamos de imediato para o Calebe Fernandes, aqui do DF.

Três minutos também, Calebe.

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Muito obrigado pela oportunidade de estar falando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor, Senador. Eu posso fazer uma pergunta para o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Eu vou, inclusive, botar o teu tempo de volta. (*Risos.*)

Volta ali os três minutos de novo.

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES – Eu queria fazer uma pergunta para o senhor, Senador Paim. Eu queria saber qual é o seu sonho para o futuro da tecnologia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Vou tomar nota. Podes ir falando, porque senão eu vou pegar o teu tempo.

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES – Porque eu, vindo de uma geração que tem a tecnologia tão presente na vida, acredito que ela é uma parte fundamental hoje para a sociedade – eu não acho; eu tenho certeza disso. E, desde que eu escrevi a minha redação para o Jovem Senador, eu venho amadurecendo muito nesse tópico, porque, além de entender como funciona, eu comecei a passar a estudar tecnologia da informação e inteligência artificial, e eu concordo muito com o que a Maria Laura falou. Eu acho que a gente não deve reprimir o uso das redes sociais no Brasil, mas a gente deve ser uma potência no uso dela. A gente tem que ser exemplo para as outras nações de como se deve usar uma rede social de forma bem-sucedida.

Eu queria saber do senhor qual é o seu sonho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Quer que eu fale agora ou fale no final?

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES – Pode ser agora. Era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Não foi combinada comigo essa pergunta, né? Quero deixar bem claro aí.

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES – Não foi combinada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Ele me deu o gancho que eu queria que alguém desse, mas não combinei com ele. O que eu não gosto é de mentira. Então, aqui entre nós, não tem mentira.

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES – Não foi combinado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Deixe-me falar. Inclusive, como alguns já falaram desse tema, eu venho do movimento sindical e sempre falei para todos: não adianta combater. A automação, a IA, que está aí, a alta tecnologia, a robótica, a cibernética, enfim, isso é irreversível. E por isso eu sou apaixonado, desde a Constituinte, pela redução da jornada sem redução de salário, porque reduzir a jornada é o caminho do mundo, é o caminho, não tem volta, porque, quanto mais avança a tecnologia, mais a máquina vai substituindo o homem.

E para não argumentar, para não dizer todos os argumentos que eu gostaria de dar aqui – eu falo 20 minutos quase todo dia na tribuna sobre esse tema, viu? –, eu só vou dar aquilo que é um exemplo quando vou falar, inclusive, para os empresários. Eu digo o seguinte: eu era sindicalista, recém-formado, dirigente da Central Única dos Trabalhadores – era Secretário-Geral e Vice, em seguida Vice –, daí virei Constituinte. Eu fui para a França, a convite dos sindicalistas da França, para conhecer como é que estava este debate da jornada lá – o que significa tecnologia. Tecnologia, a gente não pode imaginar que elimina empregos. Ela é geradora de emprego, mas tem que ver a compensação também para o trabalhador. E daí os sindicalistas me levaram na beira de um dos rios principais lá. Eu disse: "Mas o que tem a ver redução de jornada, automação, tecnologia com esse rio?". "Mas está vendo aqui do lado, Paim? Isso aqui é um museu." Eu disse: "Sim, é um museu. E daí? Tudo bem". "Agora você vai entrar dentro do museu." Até ali eu estou tateando ainda. Cheguei dentro do museu, vi um monte de máquina quebrada, mas um monte de máquinas quebradas de anos diferentes. Eu disse assim: "Mas por que vocês quebraram as máquinas?". Aí eles me disseram: "É aqui que eu vou te dar a resposta. Nós, quando começou a robotização, a tecnologia mais moderna, cada máquina que vinha substituía no mínimo dez homens". No mínimo dez. A máquina precisava de um operador e não precisava dos dez manualmente. Aí eles me disseram o seguinte: "Nós aprendemos que é um erro, é um equívoco" – o que vocês falaram também – "ser contra o avanço" – inclusive da IA. Que a IA venha para atender também o social, e não só para enriquecer os mais ricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente aprendeu e descobriu que o caminho era um caminho que os mais velhos já tinham dito e nós não queríamos entender, que é redução de jornada sem redução de salário como forma de gerar emprego.

A França hoje é um dos países que tem menos emprego, e a jornada lá não é de 40 horas, é de 36 horas. E tem muitas empresas que já estão nas 32, são lá 4x3.

Então, quando eu falo isso, neste momento aqui, agora... Eu sei que o Davi Alcolumbre, o Presidente da Casa, cumpriu o acordo conosco. Ele disse que a partir do momento em que o Presidente Lula dialogasse com ele, ele iria botar na pauta. Ele botou na pauta, já está na CCJ a proposta que veio da Câmara. Para se ter uma ideia, lá na Câmara, só 19 votaram contra. Isso é um exemplo típico para o aprendizado também de vocês, que serão os políticos do amanhã, cada um no seu espaço: de 513, só 19 votaram contra. Isso significa que 97% votaram a favor e 3%, contra.

O Davi botou, encaminhou para a CCJ. Falei com o Otto Alencar, Presidente da CCJ, meu amigo, meu parceiro da Bahia – viu, quem é da Bahia aqui? O Otto Alencar é uma referência para todos nós e já falou publicamente que ele vai botar na CCJ em votação, e ele tem voto garantido para apoiar a proposta de 5x2, e não a proposta de hoje, que é 6x1, que obriga a trabalhar praticamente toda a semana.

Vida longa, redução da jornada, sem redução de salário. (*Palmas.*)

O Senado há de fazer a sua parte.

Eu não combinei com você, eu não ia falar sobre isso – não ia falar –, mas é uma bandeira que vocês podem levar para o debate dos seus estados: como é que está aqui, como está acontecendo e que vai ser votada provavelmente durante a convocação de 31/8 a 4/9. Não estou aqui dizendo se vai ser aprovada ou não, mas sei que o Senado há de cumprir a sua parte.

É com você agora. Vou retomar o seu tempo, hein?

Porque você deu o seu tempo para mim, mas valeu a pena, viu? Eu gostei.

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES – Eu concordo, Senador.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Nada, três minutos.

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES – Eu concordo, Senador. A tecnologia não veio para prejudicar os seres humanos, ela veio para somar com eles. E eu me lembro de que, quando a Revolução Industrial veio, todos acharam que eles iam ser trocados por máquinas, mas isso não aconteceu. O que aconteceu foi que foram gerados novos empregos, novas oportunidades, novos cargos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem. Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES – Eu acredito que a revolução da IA vai ser a mesma coisa e, mais do que isso, não só para trocar os empregos que existem, mas para melhorar a qualidade de vida do ser humano, tirar os seres humanos do trabalho braçal, tirar os seres humanos dos trabalhos massivos, maçantes, estressantes e deixar isso para as máquinas, enquanto os seres humanos coordenam tudo por trás, pensam e fazem aquilo que deveriam fazer, que é desfrutar da vida e melhorar o mundo.

Esta é a minha visão sobre a tecnologia para o futuro: eu não acredito que a tecnologia e a inteligência artificial venham para destruir o mundo, mas sim, para melhorar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Por isso é que eu acredito na juventude, viu? Um depoimento vindo da juventude se somando aos mais velhos e apontando o caminho do amanhã só enriquece esta Casa, inclusive, viu? Eu vou usar a sua fala, viu? Posso?

O SR. CALEBE FERNANDES FREIRE VAREJÃO GOMES – Pode. Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Valeu. Obrigado, viu?

Vamos em frente.

Ana Clarice, do Maranhão. (*Pausa.*)

Ah, tá. O Prof. Nelson, exatamente. De Sergipe, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Prof. Nelson, por favor.

O SR. NELSON GONÇALVES MACHADO (Para expor.) – É uma honra estar com você, é uma honra estar neste espaço, sendo presidido pelo senhor, Senador. Estar ao lado de professores e alunos neste espaço também é muito gratificante. É uma alegria muito grande estar com colegas, amigos e categoria, todos juntos.

Passamos, nesses dias, por várias atividades, o que provocou várias reflexões, e agora os pesquisadores trouxeram aqui mais algumas, não é? Nesse sentido, vou tentar organizar mais ou menos isso aí para ver se a gente consegue pensar alguma coisa.

A ideia é que a chegada das redes sociais e as várias possibilidades do uso dos espaços digitais nos demandam um conjunto de desafios antigos. Não necessariamente são coisas novas, mas juntas geram, renovam os desafios. A raiz do problema talvez não sejam as redes sociais, como foi dito, mas sim, o contexto em que as redes sociais ganharam espaço na vida cotidiana do cidadão brasileiro. Essa constatação reforça a urgência de várias atividades e várias propostas que foram feitas aqui: o letramento digital, informacional, psicossocial. Mas também nos chama a atenção para algo que para mim seria talvez até mais importante e que a Profa. Gabriela falou, que é a necessidade de fortalecer a participação cívica.

Nesse sentido, o programa de que nós estamos fazendo parte, o Jovem Senador, age nesse duplo combate, luta nesse duplo *front*.

E aqui eu aproveito para agradecer a oportunidade de fazer parte, bem como também de parabenizar o programa por ter se colocado para além de uma participação e ação política, mas de realmente uma ação institucional, que já dura aí pelo menos 14 anos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Já tem mais um minuto agora.

O SR. NELSON GONÇALVES MACHADO – Isso fortalece a democracia. Não tenha dúvida de que cada um de nós, de alguma forma, de algum jeito, está sendo tocado, mexido; a cabeça está sendo direcionada; perspectivas diferentes são abertas diante desse evento.

E aí minha questão fica muito... Eu hoje trabalho numa cidade chamada Umbaúba, no Estado de Sergipe, que tem 24 mil habitantes. E aí fica a questão: e nas cidades onde a política acontece de uma forma muito sensível, muito cotidiana... E a gente tem a premissa de que a democracia se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprende fazendo democracia na democracia, por isso que essa vivência é tão rica. E aí fica um pouco a tentativa de colocar quais seriam os estímulos, os incentivos possíveis para que as prefeituras tenham esse espaço também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON GONÇALVES MACHADO – Sei que vários estados, várias prefeituras já fazem, mas também para que todas possam ter essa ação, cada uma de acordo com sua realidade. Por que não o ILB, em que a gente teve acesso a professores e aulas, pudesse coordenar uma ação fora a fora? Não somente disponibilizar cursos virtuais que existem, que são muito bons, mas também já coordenar mesmo uma ação para os municípios onde as pessoas moram, que são os pequenos municípios no nosso Brasilzão grandão.

Então, muito obrigado. É uma honra e uma alegria estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – *Show*, *show*, *show*, Prof. Nelson, de Sergipe. E pode crer que a sua sugestão pode avançar, porque muitas vezes... Eu vou dar um exemplo aqui, que é bom para vocês: nesses 40 anos que eu tenho aqui, eu apresentei mais de mil projetos. E apresentei, entre autoria e relatoria, no fim, que viraram leis em torno de 150. E alguém me perguntou, numa palestra que eu fazia: "Mas quem é que te manda tanto projeto que tu apresentas?". Eu digo: é o povo, meu amigo, é a voz do povo. O povo se comunica, manda cartinha, manda isso, manda aquilo, manda uma sugestão como essa, e eu encaminho. Para quem? Para os consultores do Senado. E lá, quando eu estava na Câmara – lá foram quatro mandatos –, eu encaminhava para lá. E eles formulavam.

Assim nasceu, para ter uma ideia... Não pensem que foi o Paim que inventou o Estatuto do Idoso. Veio uma propostinha do Rio de Janeiro, de um senhor que já faleceu. O Estatuto da Pessoa com Deficiência veio de um grupo de pessoas com deficiência. Um deles inclusive se tornou o meu chefe de gabinete, porque ele viajava – deficiente visual – para fazer palestra sobre o estatuto nos estados. Dou o nome dele aqui para vocês entenderem que não é mentira: Santos Fagundes. O Estatuto da Igualdade Racial – em um segundo – eu recebi das mãos da Winnie Mandela quando eu fui à África do Sul com uma comitiva – Benedita, Paim, Caó e Edmilson, eram esses quatro – exigir a libertação do Mandela. Eu recebi da mão dela a Carta da Liberdade do povo sul-africano e aqui transformamos no Estatuto de Igualdade Racial.

Vou parar por aqui, senão vocês não falam, só eu que falo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deixem-me seguir o ciclo e vamos embora.

Agora é Rita de Cássia Medeiros da Silva, Jovem Senadora do Rio Grande do Norte.

A SRA. RITA DE CÁSSIA MEDEIROS DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar todos aqui presentes e parabenizar todos os Jovens Senadores, porque eu ainda não tive como parabenizar todos.

Bom, em primeiro lugar, eu quero dizer que, pessoalmente, eu me sinto muito triste que uma ferramenta tão útil e tão boa, com alcance tão abrangente, ainda seja utilizada de maneira má e até mesmo hedionda em diversas situações.

E, como já citado aqui pela nossa Jovem Senadora Maria Laura e por outros aqui presentes, não se deve combater a tecnologia, mas aliar-se a ela da maneira correta, utilizando-a para disseminar a verdade e para distribuir o acesso a todas as pessoas do nosso Brasil e do mundo, de maneira que todos nós tenhamos um acesso igualitário a informações, a – perdão, eu esqueci a palavra – tudo, que tenhamos um acesso igualitário a processos, a informações, a ações.

E eu espero verdadeiramente que, com todo o Brasil representado de maneira maravilhosa aqui pelos Senadores, consultores, pelos Jovens Senadores e professores, a discussão que estamos tendo hoje aqui não fique presa na barreira teórica, não se mantenha só na teoria, que sejam desenvolvidos programas e políticas para realmente promover a democracia dentro do ambiente digital. Que isso não seja um trabalho em vão, que sejamos fortes o suficiente para desenvolver soluções verdadeiras, soluções práticas e implementá-las no Brasil e que não se prendam novamente somente no âmbito nacional, que sejamos pioneiros nesse caso e inspiração em nível global...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RITA DE CÁSSIA MEDEIROS DA SILVA – ... de maneira que todo mundo, no futuro, possa ser democrático também no ambiente digital, uma vez que esse é o ambiente mais comum para nós nos dias atuais.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Rita de Cássia Medeiros da Silva, Jovem Senadora, que fortaleceu a ideia de que nós não somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

contra a tecnologia, em hipótese nenhuma, ninguém aqui é contra, nós queremos que ela avance e avance para todos e que o resultado, no final, seja para que o povo brasileiro seja beneficiado e não alguns somente.

Em frente, Tavine Pietra de Almeida Lara, Jovem Senadora de Santa Catarina.

A SRA. TAVINE PIETRA DE ALMEIDA LARA (Para expor.) – Primeiro, muito obrigada pela oportunidade de falar.

Eu gostaria mais de trazer uma reflexão: as redes sociais estão apenas dando novas ferramentas para a democracia ou estão também mudando a forma como nós entendemos o que é participar dela? Porque nós vemos muita democracia acontecendo nas redes sociais, campanhas, propagandas, notícias, enfim, mas, de longe, por serem postagens curtas, nós não conseguimos entender como ela funciona. Essa semana foi algo que mudou completamente a minha mente, porque eu imaginava algo completamente diferente, e o que eu percebo é que aqui nós estamos realmente fazendo uma democracia, é algo que as outras pessoas não têm noção. Então, há muitos discursos de ódio, muita polarização política também, justamente porque eu acredito que as pessoas não entendam realmente o que é essa democracia.

E, além disso, as redes sociais criam muitos canais de falas para nós, então, também nos cabe aprender a falar tanto quanto aprender a ouvir opiniões que não concordam com as nossas, opiniões de pessoas que não são do mesmo partido, que não defendem as mesmas coisas, entender e buscar melhorar, argumentar em cima disso, em vez de disseminar um ódio que não é necessário.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – (*Fora do microfone.*) ... humanitárias, né? Sim ao amor, não ao ódio. É isso?

Maria Clara da Silva Oliveira, Jovem Senadora de Alagoas. Está certo?

A SRA. MARIA CLARA DA SILVA OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, eu queria agradecer pela oportunidade de expressar a minha opinião e queria parabenizar todos, porque todos aqui têm um pensamento incrível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que a tecnologia em si é incrível, ainda mais porque ela aproxima as pessoas e permite que causas importantes ganhem espaço mais rápido, que chegue a informação mais rápido, mas o problema é como a gente está usando essa ferramenta.

Como a Tavine bem colocou, as redes sociais, hoje em dia, viraram uma disputa de "lacração" e busca por curtida, em que o algoritmo lucra promovendo a raiva e dividindo as pessoas em bolhas. Na minha redação, eu abordei muito os filtros de bolhas virtuais, pelos quais o algoritmo acaba enviando apenas postagens com base na minha opinião. A gente vive numa democracia, onde é preciso as pessoas discordarem, porque, quando discordam de você, a reação imediata das pessoas é atacar e espalhar desinformação ou tratar como inimigo, e isso não é um debate democrático; é só uma briga, mesmo.

A tecnologia, como bem pontuado, veio para somar, não veio para dividir, para excluir, porque o debate só vai ser saudável quando a gente aprender a discutir ideias sem atacar pessoas, usando a internet para entender o outro e não só para vencer a discussão.

Enquanto a gente não aprender a escutar a opinião do outro de forma saudável, a gente nunca vai viver uma democracia. Então, é preciso discordar, porque a gente vive numa democracia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA CLARA DA SILVA OLIVEIRA – É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Maria Clara da Silva Oliveira, Jovem Senadora.

Na tua fala... Porque eu não tenho fala final, viu? Eu aproveito para dizer, porque eu estou ouvindo todos vocês aqui: sim à paz e não à guerra, porque as guerras que existem são mais pela política de ódio e da avareza de alguns países, que acham que eles têm que ser o xerife do mundo. Não serão.

Não à guerra e sim à paz.

Iolanda Paiva Favacho Ribeiro, Jovem Senadora do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IOLANDA PAIVA FAVACHO RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos! Eu estou muito feliz por estar aqui hoje.

Eu cumprimento a Mesa Diretora; só pessoas incríveis. Tenho uma estima muito grande pelo senhor e pelas minhas colegas Jovens Senadoras.

Na verdade, eu queria fazer um comentário. Durante a nossa semana de vivência legislativa, o que mais nos foi questionado foi: os debates nas redes sociais, os discursos de ódio, a polarização realmente podem fragilizar os princípios da nossa democracia?

Eu acredito que a resposta seja "sim", porque isso foi muito bem exemplificado pelo 8 de janeiro. O dia 8 de janeiro foi inicialmente impulsionado pelos discursos de ódio nas redes sociais, e a democracia foi, de fato, violada na vida real. O senhor destacou a redução da jornada de trabalho sem reduzir o salário. Eu acredito que essa seja uma pauta que deve ser colocada nas redes sociais, uma pauta que, de fato, valorize a vida do trabalhador, que melhore as condições de vida dos brasileiros, não discursos que tentam questionar os princípios da nossa democracia, que querem sempre incitar o ódio. Eu acho que isso deve ser retirado de circulação, princípios que tentam ferir a nossa democracia, e as pautas que são mais relevantes para o povo brasileiro devem ser colocadas em discussão.

E o tema desse ano foi muito pertinente. Eu acredito que nós vivemos em um mundo cada vez mais conectado. Todos nós sabemos disso, nós abrimos o celular, nós somos bombardeados por diversas notícias, algumas não são sequer verificadas. E nós temos que pensar que não foram milhares de redações, foram milhares de estudantes que efetivamente escreveram e, de certa forma, refletiram sobre o tema da democracia, sobre o uso indiscriminado de discursos de ódio nas redes sociais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IOLANDA PAIVA FAVACHO RIBEIRO – E eu acredito que seja assim que se educa uma geração inteira, justamente colocando esses jovens para refletir sobre a nossa democracia, sobre os nossos princípios e sobre o uso das redes sociais.

Muito obrigada a todos, viu? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Iolanda Paiva Favacho Ribeiro, Jovem Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, nós contemplamos o Plenário e agora, neste momento, já combinei com o Jorge... Ele vai dizer: "Combinou quando comigo?". Está na mesa, estou aqui. O Jorge sabe que eu faria isso. Eu vou deixar agora a oportunidade para que haja as considerações finais dos que estão na mesa, que poderão usar de três a cinco minutos. Quem usar cinco é cinco, três é três, e daí nós encerramos. Certo? Vamos seguir a lista? (*Pausa.*)

Está bom.

Então, de imediato, passo a palavra para o Sr. Tadeu Sposito, Coordenador das Redes Sociais do Senado Federal. Teve dois convidados que tiveram que se retirar, então ficaram só um, dois, três, quatro, cinco.

O SR. TADEU SPOSITO (Para expor.) – Bom, gente, para encerrar, então, minha participação nesta audiência pública, quero mais uma vez agradecer à Comissão de Educação e Cultura, ao Senador Paulo Paim, ao Programa Jovem Senador, a todos e todas que estão aqui, e algumas considerações sobre o que todo mundo disse por aqui. Acho que estamos seguindo uma certa consonância, a gente tem que entender que tecnologia é ferramenta; ferramenta não é boa nem ruim. Bons ou ruins podem ser os usos que a gente faz delas, então a gente pode fazer bom uso ou mau uso de qualquer ferramenta.

E, para começar, a gente discutir isso aqui é muito importante, acho que o debate foi muito produtivo. Para o professor que mencionou que mais programas como esse seriam muito interessantes, vou dar uma pequena sugestão aí porque, nas minhas andanças por aí, junto com o programa Interlegis, que é o programa do Senado Federal que presta apoio a câmaras municipais e assembleias legislativas, encontrei muitos programas de vereadores mirins, deputados mirins ou deputados por um dia. Tem várias assembleias legislativas e câmaras municipais que têm iniciativas semelhantes e até mesmo inspiradas no Jovem Senador. Eu acho que essa também pode ser uma provocação que pode ser feita nos municípios de vocês aos Vereadores e Vereadoras, até porque são eles que estão mais perto do cidadão no dia a dia, embora os Senadores, Deputados Federais, Estaduais também. É interessante, pode ser um caminho.

Sei que posso falar pela Sara também, a gente também tem vontade de desenvolver coisas... Eu trabalho com o Interlegis, fazendo coisas em câmaras municipais e assembleias legislativas, mas ia adorar que esses braços do ILB que vão para as pontas do Brasil também trabalhassem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com escolas, universidades. Gostaria muito que isso acontecesse. Acho bom que essa ideia vá para a frente, que seja encaminhada.

E, para que a Maria Grasielli, que está com fome aqui na minha frente – não fique brava –, eu vou encerrar a minha participação por hoje.

Obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Uma salva de palmas para o Sr. Tadeu Sposito, Coordenador das Redes Sociais do Senado Federal. (*Palmas.*)

Deixe-me só dizer isso, porque tinham mandado para mim aqui um recado falando o que você falou, de forma improvisada, exatamente o que a equipe me mandou. Eles estiveram no meu gabinete essa semana, estiveram lá uma hora falando comigo. Foi exatamente essa fala. Então, não vou repetir aqui. Eu me propus, inclusive, uma vez aposentado, lá no Rio Grande do Sul, ajudá-los pelo número de municípios que não foram contemplados. Segundo eles, a maioria dos municípios não foram contemplados, porque não há uma sintonia ainda. Seria um belo trabalho. Parabéns!

Então, ficam aqui nossos elogios ao ILB e ao programa Interlegis, que fazem essa ponte, que pode ser aprimorada a partir da tua sugestão própria. (*Palmas.*)

Vamos de imediato, agora, à Sra. Sara Reis, Coordenadora do Senado Verifica.

A SRA. SARA REIS (Para expor.) – Olá, pessoal. Boa tarde. Já estamos chegando, né? Já passamos do bom dia.

Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar representando o Senado Verifica aqui; também agradecer à minha gestora, Ester Monteiro, que é a responsável, que foi quem começou o Senado Verifica – quando tudo era mato, ela que estava lá, capinando o lote, e hoje é a minha gestora da assessoria de imprensa do Senado.

Senador, eu fiquei muito reflexiva e bem impressionada, porque eu li as redações de vocês e eu estou, assim, muito feliz de ver tantas pessoas que falam tão bem, tantas pessoas que escrevem bem, tantas pessoas que estão informadas, os autores que vocês usaram, as palavras que vocês usaram... Assim, eu fiquei muito orgulhosa da juventude que a gente tem no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a desinformação – para vocês verem, a gente está lidando com guerras no mundo – foi apontada como o maior risco global da atualidade. E isso já vem sendo apontado desde 2023 pelo Fórum Econômico Mundial. Então, não é uma simples notícia da tia do zap, é uma coisa muito mais complexa.

E a gente recebeu uma pergunta da Priscila, de Minas Gerais. Ela fala assim: "Como cobrar transparência das redes contra *fake news* sem ferir a liberdade de expressão dos jovens?". E aí, Senador, esses dias eu estava vendo no Instagram e vi uma fala da Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, explicando o que é liberdade de expressão. Pessoal, a gente não pode confundir liberdade de expressão com crime. A gente não pode falar o que a gente quer na rede social, porque, senão, a gente pode ser, sim, responsabilizado sobre o que está falando. Então, a internet não pode tudo.

E como é que a gente garante isso? A gente precisa estar bem informado. Eu estou lidando com uma sociedade em que 47% das pessoas evitam se informar por meio de notícias. Como vamos garantir uma liberdade de expressão se as pessoas não querem se informar? Como vamos garantir uma liberdade de expressão quando as pessoas leem um título que é exagerado, que é um *clickbait*, que foi feito para você clicar, e acham que sabem tudo sobre aquele assunto? Então, é a reflexão que eu trago para vocês. A gente tem que garantir a liberdade de expressão, mas, para garantir a liberdade de expressão, a gente tem que saber se informar. E saber se informar envolve ir à fonte original, buscar o que realmente, de fato, aconteceu. Então, eu deixo aqui este recado para vocês: tenham autonomia. E aí eu dialogo ali com o que o Caleb falou: não temos que temer a tecnologia, mas, para usar a tecnologia, a gente tem que ter autonomia; e, para ter autonomia, a gente precisa aprender a usar a tecnologia a nosso favor.

E é esse o meu recado, Senador.

Mais uma vez, obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – E brilhante também, como todos os nossos convidados, foi a Sra. Sara Reis, Coordenadora do Senado Verifica.

Com a palavra a Sra. Gabriela de Almeida, Pesquisadora e Especialista em Tecnologia e Sociedade.

A SRA. GABRIELA DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Tocaram no seu tema: tecnologia...

A SRA. GABRIELA DE ALMEIDA – Pois é, adorei essa conversa, acho que foi muito rica.

E eu queria também, inclusive, dialogar com a fala da Sara de agora e com a que o Senador trouxe mais cedo, porque grande parte desse dado de as pessoas não quererem se informar tem uma ligação muito direta com a exaustão. Você trabalha uma longa jornada, fica muito tempo em um transporte público... Isso leva você, naturalmente, a ficar... Você está cansado, não tem acesso ao lazer... Então, a gente tem que pensar também no acesso, no uso das redes sociais, da plataforma, no uso intensivo, olhando para essas políticas que vão fazer com que o trabalhador, o cidadão tenha uma qualidade de vida melhor. Então, isso também está muito relacionado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, muito bem. (*Palmas.*)

A SRA. GABRIELA DE ALMEIDA – E eu queria parabenizar esse programa brilhante, que eu conhecia por alto, mas eu não tinha ainda tido contato com Jovens Senadores. Então, esse diálogo de vocês, esse processo dessa imersão que vocês têm é importantíssimo para a gente poder, realmente, promover a democracia.

E enfrentar a desinformação, gente, é muito difícil. Vocês perceberam que é muito complexo. Promover um ambiente digital saudável é muito complexo e exige, realmente, um trabalho coletivo. E aí a gente que está aqui pesquisando, trabalhando, às vezes, ali checando as notícias, tentando ajudar a enfrentar, se sente um pouco enxugando gelo, mas eu falo muito que, se eu plantar uma sementinha em uma pessoa, eu estou feliz. E aí o que vocês tiveram com este Programa Jovem Senador é um grande trabalho de promoção da democracia e também de enfrentamento à desinformação e de promoção de um ambiente digital mais saudável. Mil alunos no Brasil pensando, discutindo, refletindo, escrevendo sobre isso se tornam multiplicadores. Então, é importante a gente sempre reverenciar projetos como esse. Então, eu queria agradecer e também pedir que vocês voltem para os seus estados e pensem em como vocês podem atuar com isso no dia a dia de vocês. Talvez a proposta da Patrícia, do Palavra Aberta, de criar clubes de checagem, em que as escolas possam também utilizar essas ferramentas para promover essa discussão, também seja muito útil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu deixo a pergunta do Caleb, ali do DF, que é meu parceiro aqui também – eu moro em Brasília –, para que cada um e cada uma saiam daqui hoje e pensem: qual é o futuro que vocês querem?

Qual é o sonho que vocês têm para o futuro da tecnologia no Brasil? E vamos falar de presente também: o que a gente quer para o hoje? Está bom?

Obrigada, gente, e até a próxima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, muito bem, Sra. Gabriela de Almeida, Pesquisadora e Especialista em tecnologia e sociedade, que fortaleceu que a tecnologia, a própria IA – eu falo muito da IA aqui dentro do Congresso – tem que vir para o bem comum e não só... Teve um debate que eu fiz em que um especialista em IA me disse o seguinte – eu tenho que dar este registro –: "Paim, eu fui convidado a fazer uma palestra e explicar como se aplica a IA naquela empresa. A empresa tinha 200 empregados. E eu tenho registrado isso. Eu reduzi para 20 empregados, mas convenci os empresários de que não era demitir só as pessoas. Vamos tentar colocá-los em outro sistema, aproveitando a tecnologia". Ele conseguiu sair mais ou menos ainda, mas é um dado concreto, a IA naquela empresa fez com que ele reduzisse. Se isso é verdade, só tem um jeito: reduzir a jornada, sem redução de salário, gerando mais empregos.

Vamos lá.

Agora eu passo a palavra para o Sr. Samuel Barros, Professor de Ciência Política da UFBA, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

O SR. SAMUEL BARROS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Gente, muitíssimo obrigado; Senador, muitíssimo obrigado.

Foi uma satisfação estar aqui com vocês.

Quero parabenizar os Jovens Senadores pelo engajamento nessa iniciativa. Aprendi muito com vocês aqui, nesses momentos.

Acho que é importante dizer que a academia brasileira tem produzido conhecimento sobre esses assuntos. Acho que é importante que a gente tenha estes momentos de debate, de diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que muito a gente já conseguiu explicar e entender sobre o funcionamento dessas novas tecnologias digitais, que são tão importantes e tão relevantes para a democracia que a gente está construindo.

Então, quero agradecer por isso e dizer da importância de nós continuarmos na investigação. É uma investigação baseada em empiria, em pesquisa bem-feita, de modo que a gente consiga subsidiar o entendimento coletivo, o entendimento social, o entendimento dos fazedores de políticas públicas sobre quais são os caminhos que nós devemos seguir daqui para a frente.

Então, é isso. Um abraço. É uma satisfação estar com vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Cumprimento o Sr. Samuel Barros, que é Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Por fim, com a palavra, Maria Laura Soares e Silva, Jovem Senadora do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. MARIA LAURA SOARES E SILVA (Para expor.) – Finalizando, só tenho a agradecer a oportunidade ao Senador Paulo Paim, a todas as autoridades e especialistas aqui presentes nesta mesa. Foi uma honra compor esta mesa com vocês e com a minha amiga Lara, Jovem Senadora, e estar presente com todos os meus colegas que fazem parte do Programa Jovem Senador e os professores, além de todos aqueles que estão trabalhando conosco e que estão nos dando suporte aqui no Senado. Obrigada pelo trabalho e atenção de todos vocês.

Finalizando, só gostaria de enfatizar isto: como este debate é rico.

Hoje, o que nós vivemos aqui, nesta Comissão de Educação e Cultura, é uma prova da democracia no nosso país, ouvindo opiniões e pensamentos diferentes e respeitando uns aos outros. É isso que diferencia a liberdade de expressão do conteúdo malicioso, do desrespeito.

Acho que isso é algo que a gente tem que enfatizar e voltar para os nossos estados com esse pensamento, para sermos influenciadores do bem.

Acho importante reforçar como programas voltados à educação midiática são necessários, programas como o Senado Verifica – não é mesmo? –, e implementarmos outros programas como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esse, porque é o que eu disse: não podemos repelir o avanço tecnológico; devemos nos integrar, cada vez mais, a ele, de forma consciente e respeitosa, é claro.

Gostaria de finalizar, novamente agradecendo por esse debate, por essa construção tão rica que foi hoje. É uma honra estar aqui com vocês, com todos vocês.

E espero que todos nós possamos voltar para os nossos estados, aqueles que nós representamos com tanto orgulho – eu, representando o Estado do Rio de Janeiro, a minha cidade, Areal –, e possamos voltar mais informados e mais preparados para podermos influenciar outras pessoas quanto a como é importante discutirmos e debatermos, de forma democrática, sobre os avanços da tecnologia na sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, muito bem, Maria Laura Soares e Silva, Jovem Senadora do Estado do Rio de Janeiro.

Parabéns, fala brilhante, como todas as outras, na mesma linha; afirmativa positiva... Não contra a tecnologia, mas no caminho em que ela contemple a todos, né?

Passo a palavra, neste momento, à Lara Schuquel Dauinheimer, Jovem Senadora do Estado do Rio Grande do Sul.

A SRA. LARA SCHUQUEL DAUINHEIMER (Para expor.) – Cumprimento novamente a todos os presentes.

Peço perdão pelo embaralhamento das minhas ideias que eu tive antes.

Eu gostaria de pontuar, primeiramente e especialmente, que a diversidade de opiniões que nós tivemos aqui e os meios que podem transformar esse cenário digital hoje exemplificam o que é uma democracia realmente, e esse Programa Jovem Senador tem sido uma experiência maravilhosa para que nós possamos aprender como a política realmente funciona na prática e como ela não é fundamentada apenas no pensamento pessoal, e sim na coletividade, em prol do nosso país.

Quanto ao ambiente digital, eu acredito ser algo que possa ser transformador para o nosso país, tanto na nossa participação política quanto nos conhecimentos que nós podemos adquirir com isso, e a educação deve estar alinhada ao ambiente digital, possibilitando que nós possamos ter um pensamento mais crítico quanto ao nosso uso e usar esse meio a nosso favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer um agradecimento em especial a todos os presentes, obviamente, mas à Comissão de Educação e Cultura, a todos que fazem parte dela, ao Senador Paulo Paim, por poder nos dar essa oportunidade, e a todos que fazem parte da equipe do Jovem Senador, que vêm nos explicando e compartilhando o conhecimento que vocês têm. Tem sido uma experiência muito rica.

Agradeço a todos os jovens também, pela troca de opiniões que nós tivemos.

E é isso. Então, muito obrigada pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Lara Schuquel Dauinheimer.

As duas fizeram uma fala final que deu um brilho especial ao Plenário, porque as duas fecharam em nome de vocês todos.

Eu queria muito, muito, agradecer, em nome da Comissão, em nome do Senado, em nome do Presidente da Casa, o Davi Alcolumbre, e de todos os ex-Presidentes, porque todos, todos sempre ajudaram muito esse Programa Jovem Senador, os consultores...

Enfim, quero dizer que cumprimos nossa missão.

A fome está pegando vocês e está pegando a mim também, viu? (*Risos.*)

E eu tenho diabetes ainda. Não posso ficar muito tempo sem comer alguma coisa.

Mas nós nos encontraremos novamente amanhã, na despedida. Eu fiz questão de ficar de plantão em Brasília esta semana, que não tem atividade presencial. O Plenário ficou à disposição de vocês. E é com muita alegria que eu vou falar amanhã lá. Amanhã vocês vão ouvir a minha fala.

E, aqui, eu diria já que fica dez para todos os painelistas – não me esqueci da nota –, dez para o Plenário e nove para mim, porque eu tenho sempre que aprender um pouquinho, e eu aprendi bastante hoje.

Uma salva de palmas a todos vocês. (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia hum de setembro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Camilo Santana e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Fernando Dueire, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Dra. Eudócia, Teresa Leitão, Paulo Paim, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda do Senador Fabiano Contarato, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Magno Malta e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 34ª e 35ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3061, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet); a Lei nº 14.835, de 4 de abril de 2024 (Sistema Nacional de Cultura); e a Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), a fim de determinar o fomento prioritário às expressões culturais reconhecidas pelo Estado como manifestação da cultura nacional ou como patrimônio cultural do Brasil." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 94, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 199, de 1° de agosto de 2023, para possibilitar o compartilhamento de informação pelas administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Munícipios com a instituição financeira pública federal, agente operador, nos termos do inciso II do art. 3° da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, de estudantes beneficiados por financiamento estudantil com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1772, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para estabelecer parâmetro para o reajuste dos encargos educacionais cobrados pelas instituições participantes e suprimir a previsão de definição de valores semestrais máximos e mínimos de financiamento." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4594, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para dispor sobre a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos, representações artísticas e conteúdos audiovisuais destinados à veiculação em meio de comunicação social ou aplicação de internet." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2483, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever a obrigatoriedade de que as instituições de ensino superior divulguem suas políticas de acompanhamento de egressos, assim como realizem pesquisas anuais sobre seu perfil." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3467, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o Mapa de Vulnerabilidade Educacional (MAVE) como instrumento de priorização do apoio técnico e financeiro da União às redes públicas municipais de educação básica com baixos indicadores de desempenho e alta vulnerabilidade socioeconômica." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Camilo Santana. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CE. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4254, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** 1. Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para o projeto. 2. A matéria vai ao plenário. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 127, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Basquete ao Município de Franca, no Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2362, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Pé de Moleque ao Município de Piranguinho, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*ad hoc*), em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 41, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4254/2025, que "reconhece como manifestação da cultura nacional a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco"." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente ata, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dez minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Camilo Santana
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/09/01

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas, Senadores e Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de setembro de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 34ª e 35ª Reuniões, realizadas em 18 e 20 de agosto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal.

Itens retirados da pauta.

Ficam retirados de pauta os itens 4 e 5, a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4594, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - para dispor sobre a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos, representações artísticas e conteúdos audiovisuais destinados à veiculação em meio de comunicação social ou aplicação de internet.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do projeto e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 16/06/2026.

3. Em 09/07/2026, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Nelsinho Trad (PSD/MS).

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2483, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever a obrigatoriedade de que as instituições de ensino superior divulguem suas políticas de acompanhamento de egressos, assim como realizem pesquisas anuais sobre seu perfil.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 19/05/2026.)

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 94, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 199, de 1º de agosto de 2023, para possibilitar o compartilhamento de informação pelas administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a instituição financeira pública federal, agente operador, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, de estudantes beneficiados por financiamento estudantil com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

Senador, bom dia!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - RO. Como Relator.) – Bom dia!

Sr. Presidente, como já foi previamente distribuído o relatório, eu vou já entrar na análise, destacando apenas os parágrafos mais significativos.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso do projeto de lei em análise.

No que se refere ao mérito educacional, cumpre dirigir o foco da análise à sustentabilidade do Fies, à sua capacidade de atender novos estudantes, assim como de oferecer aos financiados condições justas de pagamento dos empréstimos.

Estou saltando alguns parágrafos.

Com esta reformulação, o Fies, que costumava ficar entre os maiores desembolsos federais, em 2021 restituiu ao Tesouro mais do que recebeu, gerando receita de R$322 milhões. Isso também ocorreu em 2022, com receita de R$2,6 bilhões. Tais resultados decorreram da existência de mais contratos antigos que se encontram em fase de pagamento, em comparação com os contratos novos ainda em fase de desembolso.

Apesar dessa mudança, o programa enfrenta dificuldades na cobrança de empréstimos, com a necessidade de recorrer a custosos processos judiciais. Nesse sentido, parece-nos procedente que sejam tomadas medidas para assegurar o ressarcimento dos valores financiados. Vale lembrar que a legislação tem amparado a possibilidade de renegociações de dívidas do Fies. Já a medida ora proposta busca facilitar a recuperação de crédito dos estudantes que, embora tenham como honrar o empréstimo obtido, não o fazem. Com base nas informações recebidas das autoridades fiscais, os operadores do Fies poderão avaliar melhor a efetiva capacidade de pagamento dos devedores, o que proporcionará decisões mais adequadas sobre o modo de conduzir cobranças e renegociações, preferencialmente de forma extrajudicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao final, além de permitir que cada financiado salde seus débitos conforme suas condições, a providência sugerida pelo projeto de lei em exame contribuirá para a sustentabilidade do Fies e a ampliação do montante de recursos disponíveis para a concessão de novos financiamentos.

Assim, do ponto de vista educacional, julgamos que a matéria deve ser acolhida por este Colegiado, assegurada a decisão da CAE sobre a fundamentação jurídica do proposto compartilhamento de dados dos contribuintes beneficiados pelo Fies, entre outros temas.

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 94, de 2024.

É esse o relatório, com o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Pois não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - RO. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar uma inversão de pauta: para o item 9 agora ser o segundo. Ele é de autoria da Senadora Professora Dorinha e relatado... Aliás, o relatório é da Dorinha, a autoria é lá da Câmara dos Deputados, do Deputado Bilac Pinto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – O.k., Senador.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2362, DE 2022

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Pé de Moleque ao Município de Piranguinho, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura (Relator Ad hoc)

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 16/06/2026 e 30/06/2026.

A autoria é da Câmara dos Deputados, do Deputado Bilac Pinto.

Consulto se o Sr. Senador Confúcio Moura poderia fazer a relatoria *ad hoc*... O.k., já confirmado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - RO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, o voto, o relatório e a análise são um pouco longos, mas, de certo, como a Dorinha é uma Senadora muito criteriosa, ela deve ter analisado muito bem. E o tema... Por certo, este brilhante Deputado mineiro Bilac Pinto colocou a cidade de Piranguinho como Capital do Pé de Moleque, pois ele conhece bem lá a cidade, e, por certo, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

especialidade daquele município. Assim sendo, sem mais delongas, eu vou já entrar aqui no finalzinho da relatoria, lendo só os dois últimos parágrafos para economia.

A magnitude desse legado manifesta-se, de forma apoteótica, na celebração anual da Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo, momento em que a comunidade se reúne para, em um esforço conjunto, "apurar o tacho da identidade local". Na edição de 2025, o esmero dos produtores e o vigor da economia criativa resultaram em um doce monumental de 31m, atraindo um público superior a 17 mil pessoas a essa cidade. Mais que um evento festivo, a ocasião simboliza a hospitalidade mineira e a capacidade de transformar uma prática artesanal em um espetáculo de reconhecimento nacional.

Em perspectiva que une a tradição das bancadas à prosperidade regional, a produção do doce é a verdadeira joia do tabuleiro da região, adoçando os rumos para o desenvolvimento do Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas. A atividade permeia o cotidiano da localidade, por sustentar um mercado que impulsiona o Produto Interno Bruto municipal, estimado em R$136 milhões. Portanto, conferir à cidade este título honorífico consagra o recanto onde a pujança do amendoim e o lume da rapadura se equilibram no ponto de fio da vitalidade, ao nutrir a alma com a energia exata e a doçura que é o patrimônio daquela terra.

Voto.

Sr. Presidente, conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.362, de 2022.

É esse o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Confúcio.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco. (*Pausa.*)

Vamos passar aqui para o item 6 da pauta.

Eu solicito ao Senador Confúcio, como eu sou Relator do Projeto de Lei nº 3.467, do Senador Rogério Carvalho, que ocupe a Presidência, para darmos continuidade à deliberação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, Presidente. Vou levar meu cafezinho. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - RO) – Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3467, DE 2025

- Terminativo -

Institui o Mapa de Vulnerabilidade Educacional (MAVE) como instrumento de priorização do apoio técnico e financeiro da União às redes públicas municipais de educação básica com baixos indicadores de desempenho e alta vulnerabilidade socioeconômica.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Camilo Santana

Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta.

Observação: em 1º de setembro de 2026, foi recebido novo relatório.

Eu concedo a palavra ao Senador Camilo Santana, para a leitura do seu relatório.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 3.467, de 2025, do Senador Rogério Carvalho, que institui o Mapa de Vulnerabilidade Educacional (Mave) como instrumento de priorização do apoio técnico e financeiro da União às redes públicas municipais de educação básica com baixos indicadores de desempenho e alta vulnerabilidade socioeconômica.

O PL institui o Mapa de Vulnerabilidade Educacional com o objetivo de identificar redes públicas municipais de educação básica que apresentam baixos indicadores de desempenho e alta vulnerabilidade socioeconômica, a fim de priorizar o apoio técnico e financeiro da União a essas localidades. Nos termos do §1º do art. 1º, compete ao Ministério da Educação a elaboração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e a atualização periódica do mapa, aplicando-se ao Distrito Federal os dispositivos da lei no que couber.

A identificação das redes públicas municipais de educação básica incluídas no Mave levará em conta, além de outros critérios definidos em regulamento, o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), taxas de abandono ou evasão escolar, índices de vulnerabilidade social obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), entre outras fontes, além da localização em regiões como o Semiárido ou a Amazônia Legal como critério adicional de ponderação (art. 2º).

A inclusão de uma rede pública de educação básica no Mave servirá como critério de prioridade para a implementação de diversas políticas públicas federais, incluindo repasses financeiros, assistência técnica, formação de profissionais, expansão do tempo integral e investimentos em infraestrutura (art. 3º). Em contrapartida, as redes beneficiadas deverão realizar a prestação de contas dos recursos e resultados, sujeitando-se à revisão de sua permanência no programa em caso de uso inadequado ou descumprimento de metas, assegurados o contraditório e a ampla defesa (parágrafo único do art. 3º).

O projeto prevê, ainda, a possibilidade de a União firmar convênios ou acordos de cooperação com estados, Distrito Federal e municípios para viabilizar as ações (art. 4º) e determina a publicação anual de todos os dados e critérios do Mave em sítio eletrônico público, para garantir a transparência e o controle social (art. 5º).

Por fim, o art. 6º traz cláusula de vigência imediata da lei em que se tornar a proposição.

Para justificar a iniciativa, o autor destaca que, para a efetiva concretização do direito à educação, é necessário combater as desigualdades territoriais que impactam as redes municipais de ensino em situações de vulnerabilidade. Nesse contexto, o Mave é apresentado como um instrumento de gestão pautado em dados, destinado a orientar a priorização do suporte técnico e financeiro da União.

A proposição foi distribuída exclusivamente à Comissão de Educação e Cultura para decisão terminativa, não tendo recebido emendas.

Nos termos regimentais, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, por se tratar de decisão em caráter terminativo, insta mencionar que a proposição atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade, e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa. No que se refere à constitucionalidade, ao final apresentamos emenda para sanar pequeno vício.

Passando à análise do mérito, a proposição alinha-se aos imperativos constitucionais que consagram a educação como direito fundamental e dever do Estado, voltado ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao preparo para o exercício da cidadania (art. 205 da Constituição Federal – CF).

A criação do Mave se apresenta como uma medida estratégica para o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais brasileiras. O desafio de mitigar as desigualdades regionais e locais exige instrumentos de gestão que superem a distribuição de recursos baseada em critérios genéricos.

O projeto visa a superar essa lacuna, ao instituir uma ferramenta pautada em dados objetivos, para identificar as redes municipais que apresentam baixos indicadores de desempenho e alta vulnerabilidade socioeconômica.

A matéria, portanto, reveste-se de mérito inquestionável. Contudo, tendo em vista questões de ordem constitucional, sugerimos que a menção a “Ministério da Educação” seja substituída por “União” no §1º do art. 1º do PL, uma vez que compete ao Presidente da República a organização e funcionamento da administração federal, nos termos do art. 61, §1º, inciso II, alínea “e”, e do art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal.

Além disso, também sugerimos emenda de redação ao §2º do art. 1º, de modo a retirar vírgula indevida.

Não obstante, acrescentamos outras duas emendas.

A primeira estabelece que a implementação das medidas previstas nesta lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira, as dotações consignadas aos órgãos e às entidades competentes, a compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, e os limites individualizados de despesas primárias de que trata a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, sem prejuízo do cumprimento dos requisitos previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, quando aplicáveis. A segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estabelece que a inclusão de rede pública de educação básica no Mave não gera direito subjetivo ao recebimento de recursos ou transferências da União.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.467, de 2025, com três emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - RO) – Está em discussão.

Bom, desse projeto, eu gostaria de fazer um breve comentário, porque esse projeto é simplesmente...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - RN. *Fora do microfone*.) – Quero dar os parabéns!

Eu cheguei agora, mas pode falar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - RO) – Posso falar?

Esse projeto é simplesmente extraordinário! É extremamente justo porque ele estabelece a criação de um mapa educacional no país, identificando aqueles municípios de maior vulnerabilidade social e econômica.

Então, a partir dessa reação do próprio Governo, esse estímulo a esses pequenos municípios, nós poderemos ter um monitoramento e uma avaliação anual, e assistir ao espetáculo da transformação da educação, através desse incentivo e desse acompanhamento muito bem-feito pelo Ministério da Educação, pelos órgãos competentes, para não se repassar dinheiro para quem não reaja de maneira positiva.

Então, eu acho que ele é oportuníssimo!

Eu estou aqui na condição de Presidente, e podia estar comentando, mas, agora que abriu a palavra ali, eu acho extremamente importante debater esse assunto, apenas para aplaudir – da minha parte é aplaudir.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, pensem num projeto que tem... A gente tem que ter esse olhar diferenciado, porque a gente vê muita fala sobre educação, mas a gente sabe que existem estas divergências: cidades pequenas, pessoas mais vulneráveis, e sem educação aonde nós vamos.

A educação é a base de tudo, e com isso, Senador Camilo – parabenizo o senhor como Relator e o nosso colega Rogério, que teve essa ideia –, primeiro, nós estamos dando visibilidade à população brasileira de que nós estamos, sim, o Poder Executivo e o Legislativo, pensando em como melhorar os índices de educação. E não tem como fazer isso sem o suporte financeiro, e a gente sabe que não se faz saúde sem o suporte financeiro.

Sem educação, eu costumo dizer, ninguém reduz a violência. Reduza a violência sem educação? O Brasil já é a terceira maior população carcerária do mundo, né? A gente só perde para a China e os Estados Unidos. E nós sabemos que precisamos investir em educação pública de qualidade, em tempo integral, porque senão nós vamos só enxugar gelo. Povo educado é povo mais saudável porque acredita na ciência, povo educado é menos violento, e nós estamos no caminho certo.

E esse projeto de lei, eu costumo dizer, edifica, constrói e educa. Então, parabéns a Camilo, parabéns a Rogério, parabéns a todos nós aqui.

E precisamos dizer ao país que as pautas aqui não são só pautas negativas, temos pautas que edificam, e essa é uma delas. Vamos colocar, como eu costumo dizer, vamos botar nossa saúde, nossa educação, nossa segurança e assistência no orçamento deste país. Um projeto desses, com apoio do Poder Executivo, nos enche de orgulho, e vamos para cima, como eu costumo dizer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - RO) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar, ao vê-lo na Presidência, mas quero cumprimentar também o nosso colega, Senador e ex-Ministro Camilo Santana, uma alegria vê-lo aqui também na Comissão, com uma vida também dedicada a esta área, além do Governo também do estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero ressaltar que esta era uma preocupação muito grande quando nós aprovamos o novo Fundeb. O novo Fundeb inclusive aprimorou os critérios para levar em conta justamente o desempenho, a qualidade, a dificuldade, o emprego de recursos, quer dizer, ter justamente tudo isso montado para que haja mais recursos para a educação, em primeiro lugar, tornando-os definitivos, e, em função da caminhada anterior, aprimorar os critérios para que essas populações mais necessitadas de recursos na educação pudessem ter isso.

Eu acho que o grande mérito desse projeto é você fazer isso de maneira articulada, quer dizer, é um mapa que se faz da população vulnerável, regular, acompanhando bem de perto. E, mesmo que ela não tenha um desempenho adequado, como a gente gostaria que acontecesse, a tarefa do gestor público, seja municipal, estadual, federal, é justamente ver como contribuir para mudar essa realidade. Nós temos que mudar a realidade.

Muitas pessoas dizem: "Ah, eles não estão bem, então não merecem os recursos". Não, a mentalidade nossa tem que ser no sentido de dizer o que está acontecendo naquela realidade para que o desempenho possa ser melhor. Se a gente tiver o sentido negativo, sempre vai ser naquele sentido de dizer que o aluno é que vai ser o prejudicado. Não. O que está acontecendo? Eu fui Secretário de Educação, visitava todas as escolas e, às vezes, eu chegava na escola e dizia: "Meu Deus, acho que aqui não está bom". Na grande maioria estava muito bem, mas, às vezes, dizia assim: "Olha, não está bom". Então, o que nós podemos fazer para que ela seja melhor, uma escola que atenda com qualidade, para aquilo que a gente tem por objetivo, que é todo mundo ter educação de qualidade, ser bem acolhido, competente?

Então, esse mapa dessa questão, essa reprogramação normal que o Senador Rogério Carvalho propõe me parece muito interessante também nessa direção. Acho que vai ser um instrumento forte para que a educação se aprimore cada vez mais no Brasil, que é o grande objetivo de todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - RO) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Eu devolvo a Presidência ao Senador Camilo Santana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu queria também parabenizar o Senador Rogério e os que me antecederam aqui – Senador Flávio Arns, Jussara – por esse mapa de vulnerabilidade educacional. Aliás, hoje aprovamos também na CAE um projeto da minha autoria que cria o fator amazônico de financiamento da educação. Eu acho que são políticas que vão garantir equidade no acesso à qualidade da educação, sem deixar ninguém para trás neste país, buscando sempre os melhores resultados.

Bom, eu queria passar aqui para o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 127, DE 2019

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Basquete ao Município de Franca, no Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A autoria da Câmara dos Deputados, da Deputada Renata Abreu.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO) - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Estive em Franca no final de semana, no outro final de semana, e quero cumprimentar o Prefeito Alexandre, e o pessoal do aeroclube lá, o Bosco e etc.

Se me permite, eu vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado, cumpre a esta Comissão apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, como é o caso do título de capital nacional de que trata o presente projeto.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição, incumbe igualmente a esta Comissão a apreciação dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

Quanto à constitucionalidade, a proposição observa os requisitos formais aplicáveis à espécie normativa e não afronta dispositivos materiais da Constituição Federal.

No tocante à juridicidade, a matéria está em conformidade com o ordenamento jurídico nacional, inclusive, de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 95, de 1998.

No mérito, somos a favor do projeto.

O Município de Franca, situado no interior de São Paulo, é unanimemente reconhecido como a Capital Nacional do Basquete. A relação da cidade com a modalidade remonta à década de 1940, quando o esporte se consolidou como elemento central da identidade local. Desde então, Franca tornou-se sinônimo de basquete no Brasil, formando atletas, técnicos, árbitros que projetaram a modalidade em âmbito nacional e internacional.

A equipe do Sesi Franca Basquete figura entre as mais tradicionais e vitoriosas do basquete brasileiro, ostentando inúmeros títulos do Novo Basquete Brasil, do Campeonato Paulista, da Liga Sul-Americana e da Liga das Américas, além de conquistas no Fiba Intercontinental Cup. O Ginásio Pedro Morilla Fuentes, conhecido internacionalmente como “Pedrocão”, é um dos palcos mais emblemáticos da modalidade no País, abrigando, ao longo de décadas, partidas memoráveis e a torcida apaixonada que se tornou marca registrada da cidade.

Mais do que tradição esportiva, o basquete em Franca configura verdadeiro patrimônio cultural e econômico. O esporte mobiliza escolas, projetos nacionais, categorias de base, academias e estabelecimentos de comércio, gerando empregos diretos e indiretos e fomentando o turismo esportivo. Franca exporta atletas para a seleção brasileira e para ligas internacionais, contribuindo de forma decisiva para a projeção do basquete nacional.

Pela tradição de décadas, pelo reconhecimento nacional, pelos resultados esportivos expressivos e pela importância cultural e econômica do basquete no município, Franca consolida-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se com mérito como a capital nacional do basquete, razão pela qual somos favoráveis à formalização desse reconhecimento por meio de lei federal.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 127, de 2019.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Bom, passamos agora para o item 1 da pauta.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 3061, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet); a Lei nº 14.835, de 4 de abril de 2024 (Sistema Nacional de Cultura); e a Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), a fim de determinar o fomento prioritário às expressões culturais reconhecidas pelo Estado como manifestação da cultura nacional ou como patrimônio cultural do Brasil.*

Autoria do Projeto: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Camilo Santana

Relatório:

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 12/08/2026, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 3061/2024, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Até o momento, não foram oferecidas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284, do Risf. Do Regimento Interno do Senado Federal, não é isso o Risf? (*Pausa.*)

Estou aprendendo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passamos para a votação em bloco dos itens nominais.

Passaremos agora à votação nominal em bloco dos itens 6 e 9.

Solicito à Secretaria para que abra a votação.

(Procede-se às votações.)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.467, de 2025, e PL 127, de 2019. (*Pausa.*)

Então vamos voltar? Então...

O Senador Fernando...

Antes da votação, vamos trazer aqui o item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4254, DE 2025

- Não terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação do projeto.

A autoria é do Deputado Túlio Gadêlha, da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.

Prazer, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PE. Como Relator.) – Meu estimado Presidente, muito obrigado.

Nesse esforço concentrado, nós estamos com muitos relatórios – o Senador Flávio Arns sabe bem disso – em diversas Comissões. Portanto, agradeço a V. Exa. a permissão de ler o relatório, que tem grande importância para o Nordeste, para Pernambuco e para essa região do sertão pernambucano.

Vem ao exame da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, do Deputado Túlio Gadêlha, que reconhece como manifestação da cultura nacional a poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco.

A proposição contém dois artigos. O art. 1º promove o reconhecimento, tal como designado na ementa, e o art. 2º estabelece a vigência da lei para a data de sua publicação.

Na justificação, o autor destaca a relevância e a importância da poesia do Pajeú para a identidade cultural da região e para o conjunto das manifestações populares brasileiras.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída exclusivamente à Comissão de Educação, de onde seguirá ao Plenário em caso de sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A poesia do Pajeú constitui expressão cultural de enraizamento profundo na região do Pajeú, sertão pernambucano, onde floresceu uma das mais ricas tradições de poesia oral e escrita do Brasil. Trata-se de manifestação viva, transmitida entre gerações, que abrange a cantoria da viola, o repente, o cordel e outras formas poéticas de improviso e de versos, cujos praticantes são reconhecidos como poetas de bancada, repentistas e cordelistas.

A região do Pajeú, Sr. Presidente, é o berço de nomes fundamentais da poesia popular nordestina, como Patativa do Assaré, e abriga festivais, encontros, repentistas e iniciativas de prevenção e preservação que reafirmam o caráter vivo e dinâmico dessa tradição.

A poesia do Pajeú transcende o âmbito local e regional, pois dialoga com a identidade nacional, influencia a literatura brasileira culta e é reconhecida por estudiosos e pesquisadores do folclore e da cultura popular como patrimônio imaterial de valor inestimável.

Essa proposição poética ultrapassa a dimensão estética. Ela é vínculo de memória coletiva, de resistência cultural, de crítica social e de celebração da vida sertaneja.

Por meio de estrofes, sextilhas, décimas e outras formas métricas tradicionais, os poetas do Pajeú narram a história, os valores, as crenças e os desafios de suas comunidades, mantendo acesa a chama de uma identidade cultural singular.

O projeto em tela, portanto, contribui para dar visibilidade institucional a uma manifestação que já integra, na prática, o conjunto das expressões mais representativas da cultura brasileira. O reconhecimento proposto não cria obrigação material indevida nem interfere na competência de órgãos de proteção patrimonial; antes, afirma, no plano legislativo, a relevância nacional de manifestação cultural plenamente consolidada na vida social do Nordeste e do país.

Peço a V. Exa. permissão para o voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025.

É o que eu tinha que relatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Camilo Santana, eu pediria a V. Exa., se for aprovado, claro, pelos pares e por V. Exa., o regime de urgência, para que possa ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Em votação o regime de urgência do Projeto de Lei nº 4.254, a pedido do Senador Fernando.

Os Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Bom, queria informar que – e me encontro aqui na presença dele – o Senador Marcelo Castro foi designado Relator do Projeto de Lei nº 2.531, de 2021, que institui o piso salarial nacional para os profissionais de educação básica pública...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – ... que exercem funções de apoio administrativo, técnico e operacional.

Parabéns a todos os profissionais.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Pois não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PI) – Em primeiro lugar, eu queria agradecer a V. Exa. a confiança a mim depositada para relatar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

essa matéria tão importante dessa categoria de profissionais da educação, que inclui aqui os secretários escolares, auxiliares administrativos, técnicos, merendeiras, profissionais de limpeza, vigilantes e tantos outros trabalhadores essenciais à vida da escola.

Este é o Projeto de Lei nº 2.531, de 2021. Já foi aprovado na Câmara, está aqui no Senado, vai passar aqui por nossa Comissão, depois vai para a CAE. Sem nenhuma dúvida, nós vamos fazer um trabalho ouvindo todas as partes, vamos fazer audiência pública e esperamos dar um parecer consistente em defesa dessa categoria que tanto trabalha para que o Brasil tenha a educação que tem, a evolução que estamos tendo nos últimos anos da nossa educação.

Aliás, aproveito aqui para parabenizar a V. Exa., não só como Ministro da Educação, mas como ex-Governador do Ceará, porque o Ceará, nos últimos anos, tem sido destaque nacional na sua educação.

Então, eu queria agradecer e dizer que vamos fazer um trabalho para dar um salário digno, justo para essa categoria que tanto trabalha pela educação do país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Marcelo Castro.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Muito bem.

Eu quero também seguir a orientação do Senador Marcelo Castro, o projeto está em boas mãos, o debate tem que acontecer. Um estabelecimento educacional, uma escola, só funciona com qualidade, adequadamente, com a participação de todos os profissionais. Por isso que a gente fala Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, profissionais pedagogos, professores... Se a secretaria bem montada, a biblioteca e toda a infraestrutura da escola estiverem em harmonia com os objetivos da educação, isso é um avanço extraordinário.

Eu me orgulho muito, enquanto Secretário de Educação no Paraná, de termos aprovado a legislação específica para os profissionais da educação naquele período. Então, foi fruto também, como V. Exa. colocou, de uma reflexão, de um debate, de uma discussão e chegamos a uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conclusão, que atendeu tudo aquilo que o APP-Sindicato, no caso do Paraná, propunha também aos profissionais e chegamos a uma conclusão.

Eu acho que nós temos que fazer isto, este debate aqui no Senado Federal. Já está aí há bastante tempo, contem com o meu apoio também, naquilo que puder ajudar aí na discussão.

Parabéns, parabéns para o Presidente também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu queria aqui registrar e cumprimentar todos os profissionais da educação aqui presentes, na Comissão da Educação. Nas pessoas deles, cumprimento todos os profissionais do Brasil que constroem a educação do dia a dia nas escolas brasileiras. (*Palmas.*)

Esta Comissão vai tratar desse assunto com um olhar muito carinhoso, porque todos os profissionais merecem, constroem as escolas deste país.

Bom, passaremos agora à votação nominal, em bloco, dos itens 6, 8 e 9.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação, as seguintes matérias nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.467, de 2025; PL 127, de 2019, e PL 2.362 de 2022.

Os Senadores que votam com os relatórios votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Bom, enquanto está na votação, eu vou fazer alguns comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: moção de aplausos da Câmara Municipal de Salvador (Bahia) pelo Dia Internacional da Não-Violência, celebrado no dia 2 de outubro; moção de congratulações e aplausos da Câmara Municipal de Mogi Mirim (São Paulo), à Igreja Universal do Reino de Deus, pela celebração dos seus 49 anos.

Ofício da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifestando apoio ao Projeto de Lei nº 154, de 2024, que inclui os estudantes das escolas comunitárias credenciadas pelo poder público que atuam no âmbito da educação do campo, com a pedagogia da alternância, e das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

áreas de assentamento e de reforma agrária na Lei nº 14.818, de 2024, Programa Pé-de-Meia; Acórdão nº 2.040, de 2026, proferido pelo Tribunal de Contas da União, referente ao processo de auditoria operacional realizado na Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) e em 69 universidades federais, com o objetivo de examinar o acesso e as causas da não ocupação de vagas novas nos cursos de graduação dessas instituições de ensino superior.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período. (*Pausa.*)

Faltam ainda Teresa... Astronauta acabou de sair daqui... (*Pausa.*)

Foi? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Santana. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - CE) – Vou ler os votos apresentados: SIM, 10; NÃO, 0.

Quórum 11.

Estão aprovados os projetos, nos termos dos relatórios apresentados: o PL 3.467, de 2025; o PL 127, de 2019; e o PL 2.362, de 2022.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão. Muito boa tarde a todos e todas. Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (49ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (40ª REUNIÃO), EM 07 DE JULHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e dois minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Hermes Klann, Teresa Leitão, Paulo Paim, Dr. Hiran, Damares Alves, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Leila Barros, Fernando Dueire, Zenaide Maia, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Marcelo Castro, Alan Rick, Efraim Filho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Jayme Campos, Wilder Morais e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 60/2026 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 70/2026 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 32/2026 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre: "Os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da crescente expansão das apostas esportivas on-line (“bets”) no Brasil". Participantes: Cláudio Felisoni, Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo - IBEVAR/FIA; Luciana Telles da Cunha, Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Marcelo Chaves Aragão, Diretoria de Fiscalização da Atenção Primária à Saúde da AudSaúde - Representante do Tribunal de Contas da União - TCU, Unidade de Auditoria Especializada em Saúde; Ione Amorim, Consultora do Conselho Diretor do Instituto de Defesa de Consumidores em Serviços Financeiros para o Consumidor; Marcelo Dayrell Vivas, Defensor Público do Estado de São Paulo e Membro da Comissão da Saúde da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos; Jessica Lobo, Desenfluenciadora de jogos do tigrinho; e Eduardo de Salles, Analista de Processo Legislativo do Senado Federal. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e oito minutos. Após aprovação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/07

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês.

Eu declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que ocorrem de forma conjunta, ou seja, CDH e CAS, duas grandes Comissões aqui da Casa revisora da República, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de julho de 2026.

É importante salientar que nós estamos aqui numa sessão bem ampla, bem inclusiva e que é a segunda sessão. São tantos expositores sobre essa pandemia que a gente está vivendo, que é a tragédia humanitária das casas de apostas, da jogatina, dos jogos de azar no Brasil, que a gente fez duas sessões. Ouvimos, na semana passada, dia 2, uma parte – nós tivemos aqui inclusive representantes do Governo Federal, pessoas que participam de movimentos, especialistas no assunto, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda –, e, hoje, nós vamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros convidados especiais, porque eu acho que, depois disso, a gente já terá muito material para tomarmos uma atitude, que já está demorando demais.

Para mim, para mim e alguns outros Senadores, é para acabar, para proibir, é algo que nunca deveria ter sido liberado. O *lobby* atuou forte aqui, e mesmo com os alertas que nós fizemos na época da votação, acabaram fazendo essa liberação, essa regulamentação totalmente frouxa, que está causando tanto mal ao Brasil e aos brasileiros.

Então, esta segunda audiência pública sobre o tema será realizada nos termos dos requerimentos nºs 60 e 70, de 2026, da CDH e nº 32, de 2026, da CAS, aprovados nesta e naquela Comissão, para debater – atenção – os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da crescente expansão das apostas esportivas *online,* as *bets,* no Brasil.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Repetindo: você pode participar mandando suas perguntas e questionamentos – já chegaram vários aqui –, que eu vou passar para os nossos expositores. Quem se sentir confortável para responder, já chegaram várias perguntas aqui de algumas partes do Brasil.

Se você quiser ainda, participar: www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto. Você vai lá e coloca sua pergunta, seu comentário, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações e o material que vai ser exposto aqui, as apresentações, estará disponível no nosso Portal do Senado – fica nos *Anais da Casa*.

Então, eu queria agradecer a todos vocês que estão aqui. Muito obrigado pela presença.

Nós temos alguns participantes que vão falar de forma virtual.

A mesa aqui está composta já pela Luciana Telles da Cunha, Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Muito obrigado pela sua presença. Daqui a pouco ela tem que pegar um voo; então ela vai falar e vai ter que sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo Chaves Aragão, da Diretoria de Fiscalização da Atenção Primária à Saúde, representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Unidade de Auditoria Especializada em Saúde. Muito obrigado pela sua presença. Na última audiência você estava participando, ouvindo, né?

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO (*Fora do microfone*.) – Era o Diretor que estava participando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Diretor estava aqui – eu vi.

Marcelo Dayrell – está certo? Acertei? Dayrell? Não, me diga como é que se pronuncia.

O SR. MARCELO DAYRELL VIVAS (*Fora do microfone*.) – Eu falo Dayrell.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dayrell. Então eu vou falar Dayrell.

Marcelo Dayrell Vivas, Defensor Público do Estado de São Paulo e membro da Comissão da Saúde da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos. Muito obrigado pela sua presença também.

Temos Rio de Janeiro e São Paulo, duas grandes defensorias do país, presentes aqui.

A Jessica Lobo. Essa eu já tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, lá em Juazeiro do Norte – na verdade, foi ali bem na divisa com Barbalha onde a gente se conheceu, né, Jessica? Ela se autodefine como desinfluenciadora de jogos do tigrinho e de outros tipos de jogos, de casa de aposta, dessas *bets*. Ela vai contar um testemunho para a gente. Um ente querido dela pagou com a vida por causa disso aqui, ou seja, é algo terrível. A partir dessa dor profunda, ela montou um movimento que tem salvado muitas vidas e tem esclarecido muitas pessoas.

Por videoconferência, o Dr. Claudio Felisoni, que é o Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar) e é do FIA Business School. Ele vai entrar e, inclusive, pediu também para... Depois da Luciana, ele vai ter que se ausentar. Então, ele vai ser o segundo a falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ione Amorim, também por videoconferência. Ela é Consultora do Conselho Diretor do Instituto de Defesa de Consumidores, em serviços financeiros para o consumidor.

Olhem, eu não sei se os expositores sabem, mas eu venho do esporte. Eu fui Presidente de um clube muito importante do futebol brasileiro, o Fortaleza, e, desde aquela época, eu já era contra e já não deixava bebida em estádio. Por mim, não teria bebida em estádio de futebol. O *lobby* das cervejarias também é poderoso, coo o dessa turma. Mas a gente segurou até enquanto eu estava lá, como Presidente, essa questão de *bet* também, que está mandando hoje no futebol, infelizmente está mandando na CBF. A Série A e a Série B são patrocinadas por casas de apostas.

A gente já fez CPIs aqui sobre manipulação esportiva. É o pau que rola, como diz na internet, isso aí. E também a gente está vendo a perda da essência do futebol, que é feito para unir, feito para entreter, para uma vida saudável, e está ao inverso completamente, inverteram-se os valores.

Não é à toa o fracasso completo da seleção brasileira. Tem um livro chamado *A Bola Não Entra por Acaso*, e eu, um dia, vou fazer um capítulo extra, vou tentar escrever sobre a experiência que tive no Fortaleza e sei que a ética, que ter o respeito, que ter as premissas de valores e princípios faz com que a bola entre; quando é o inverso, a bola não entra. Então, o que aconteceu com a seleção brasileira, pode ter certeza, é o sofrimento de muitos brasileiros, não podia uma seleção dessa ser campeã: aqui é o paraíso mundial das *bets*.

A Noruega, que ganhou do Brasil, tem restrições altíssimas, civilizatórias, na questão de apostas. Na Inglaterra, os times não podem mais nem colocar na camisa esse negócio de *bet*, é proibido. No Brasil, é uma palhaçada o que está acontecendo, estão destruindo um patrimônio do povo brasileiro que é o futebol, aqui é a nação, é o país de chuteiras, é a paixão nacional. Então, até isso essas apostas conseguem destruir, destroem tudo. E é um caso de sensibilidade, é uma questão de humanidade, que a gente vai tratar aqui com dados. Nós já ouvimos especialistas, semana passada, e esta audiência vai complementar para que a gente possa, quem sabe, botar os projetos para a frente, para acabar isso ou para restringir totalmente a publicidade, como no cigarro. O testemunho das pessoas dizendo o que acontece quando joga, é desmontar essa farsa de que o brasileiro pode ganhar dinheiro com isso. Quem ganha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro são os magnatas, quem ganha dinheiro é o crime organizado, que nunca lavou e lucrou tanto a partir dessas casas de apostas.

Então, já vou passar a palavra imediatamente para a Dra. Luciana Telles da Cunha, Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado. A senhora tem a palavra por dez minutos, com tolerância aqui desta Presidência.

A SRA. LUCIANA TELLES DA CUNHA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Agradeço a todos pelo convite, especialmente ao Senador Eduardo Girão, que agora sabemos também que participa ativamente dessa nossa luta contra esse problema seriíssimo que têm sido as *bets*.

Eu vou começar a minha apresentação fazendo, na verdade, uma pergunta: quem já viu propaganda de *bet* hoje? Eu tenho praticamente certeza de que todos, unanimemente, vão responder que sim, porque está em todos os lugares, na televisão, em qualquer horário, sem nenhuma preocupação com o público que está assistindo ou não, nos campos de futebol, nas placas publicitárias e, especialmente, no celular, a pessoa recebe mensagens convidando, incitando a jogar. Isso é todo dia, o dia inteiro, é o que a gente chama de publicidade massiva.

E o que essa publicidade massiva tem de querer, os objetivos que ela quer? Ela quer convencer o cidadão de que jogo é uma oportunidade de ganhar renda extra. Eu nunca vi perder dinheiro com opção de renda. Outra coisa que eles tentam incutir é que é um entretenimento inofensivo. Eu não sei onde está o erro, se é no entretenimento ou se é no inofensivo porque, quando a gente vê as tragédias que vão se sucedendo por conta do vício em jogo, a gente começa a entender a grandeza do problema que nós temos adiante.

E eu falo com alguma propriedade porque, lá no Núcleo do Consumidor, nós atendemos superendividados, que são aquelas pessoas que chegaram a um ponto tal de endividamento que não condições de quitar suas dívidas integralmente, precisam de um tratamento diferenciado, serem olhados pelos credores de uma forma mais coletiva, enfim, um tratamento legal que seja diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já estão chegando na Defensoria os superendividados que confessam que a sua razão de estarem ali é as *bets*. Muitos a gente percebe que têm vergonha de dizer que jogam, alguns falam: "Já joguei, mas nunca tive problema com jogo", mas a gente percebe pela história, pelo caso, que muito possivelmente aquela pessoa também perdeu muito dinheiro com jogo. Porque é isto, eles vendem essa ideia de que é uma forma de ganhar dinheiro fácil, e aí a pessoa que já estava endividada se endivida ainda mais para conseguir ter a perspectiva de ganhar alguma coisa, mas a regra é muito clara, a gente sempre soube disto: a banca sempre ganha.

Como eu costumo dizer, Senador, se o nome da coisa é "jogo", o sobrenome é "de azar"...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Isso.

A SRA. LUCIANA TELLES DA CUNHA – ... porque já está dito, não precisa enganar ninguém, é jogo de azar: você vai ter azar, você vai perder. E é por isso que eu acho que a gente precisa investir em várias iniciativas, especialmente da publicidade. A publicidade tem que ser refeita, a gente precisa pensar em contrapublicidade. Da mesma forma que eles são massivos ao divulgar o jogo deles, a sociedade também precisa fazer uma grande campanha de conscientização de que jogo é de azar, de que jogo é um comportamento que pode ser perigoso, que pode ser a causa de muita desintegração familiar, o que é outro ponto em que eu gostaria de tocar, Senador: o superendividado não se endivida sozinho, o superendividado arrasta a família inteira. A gente vê lá casamentos completamente desagregados porque um dos dois cônjuges se endividou, se superendividou. Filhos que deixam de ter oportunidades na vida porque os pais poderiam ter essa chance, poderiam oferecer essa chance, mas que são privados dessa chance porque o pai se superendividou ou a mãe se superendividou. Então, são famílias inteiras que são arrastadas para o mesmo buraco a que as *bets* levam o jogador, especialmente o jogador compulsivo.

Eu queria falar também, Deputado, que tem um problema muito sério que a gente percebe lá. Eu falo sempre que tem duas pontas no final das *bets*, uma cai na Defensoria, com o superendividado, e a outra ponta vai cair no SUS, porque o vício em *bet*, a chamada ludopatia, é aquele comportamento em que a pessoa fica viciada na dopamina que é gerada naquela sensação de que: "Posso ganhar a qualquer momento", e isso é uma coisa que para a natureza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humana é extremamente estimulante. Eles sabem disso, eles jogam isso contra o cidadão, e a pessoa não consegue, é uma compulsão real. Então, a pessoa precisa de tratamento, um tratamento que não é barato. É um tratamento, no mais das vezes, multidisciplinar: ele vai precisar de psiquiatra, vai precisar de psicólogo, de assistente social, vai precisar da Defensoria Pública porque só quem atende endividado é a Defensoria Pública. Qual é o advogado que vai patrocinar a causa do devedor que não paga nenhuma conta? Só tem a gente, que é serviço público. Então, o Estado está pagando tudo isso.

E por que nós chegamos a esse ponto tão grave? Eu acho que porque a legislação deu a permissão para a atuação dos jogos em 2018 e previa que num prazo de dois anos a lei seria regulamentada, só que se passaram dois anos, se passaram quatro anos, chegou-se a cinco anos. Aí foi quando, no final de 2023, saiu a lei que regulamentava as *bets*, que previa, por exemplo, mecanismos de autoexclusão, que previa algum nível de proteção de publicidade para o cidadão. Só que eles operaram cinco longos anos indiscriminadamente, com uma liberdade para fazer o que bem entendessem. E o que é curioso: fazer o que bem entendessem sem pagar nada ao Estado. Porque, nessa época, durante esses cinco anos, eles não foram tributados. Não se pode nem dizer que o jogo de aposta é uma fonte de receita tributária, porque, durante cinco anos, o Estado abriu mão dessa receita.

Hoje em dia, o que é preciso para legalizar uma *bet* é fazer um depósito de uma outorga de R$30 milhões para você ter o direito de explorar três *bets* por cinco anos. Cada uma dessas *bets* a gente sabe que gera renda bilionária. Então, será que R$30 milhões, Senador, são o suficiente para compensar o dano que está sendo causado ao SUS? O dano de serviço que está sendo impactado nas Defensorias Públicas? É um público que, se a gente não tivesse a legalização das *bets*, a gente provavelmente não teria nem SUS, nem Defensoria.

Por isso, a gente tem que pensar, e eu tenho proposto isso, Senador e demais ocupantes aqui, em investir, se não no que é ideal – que seria a nova proibição das bets –, pelo menos em uma campanha de conscientização da população para entender qual é o *game*, qual é a jogada. "Você vai perder, a banca vai ganhar." Isso precisa ser dito com todas as letras. Então, a gente precisa investir em contrapublicidade, porque eles dominaram – o futebol é deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No horário nobre, no horário matutino, em que às vezes a criança está vendo televisão, é *bet* o tempo inteiro, não tem nenhuma restrição a que o público seja de menores de idade ou de adolescentes – é uma liberação total. Então, a gente precisa, sim, fazer a contraparte disso daí, que é a contrapublicidade, explicar os malefícios que o jogo pode causar.

Acho que, infelizmente, precisamos equipar melhor os nossos Caps e as nossas Defensorias, porque nós estamos sendo tragados por um problema que não foi criado pela sociedade. É um problema que foi criado para a sociedade, mas não pela sociedade. Acho que precisamos, todos, sim, unir forças. Em tudo aquilo que a gente puder colaborar, a gente está à disposição, e tenho certeza de que os outros atores também. Porque quem está na ponta, recebendo esse devedor endividado, sabe bem a tragédia humana que é. Eu falo que, quando chega na nossa frente, o endividamento tem rosto. Ele passa a ter CPF: é o Sr. João, é a D. Maria. E aí você não trabalha mais pelo salário no final do mês ou por uma questão de vocação; você trabalha porque você realmente quer ajudar o Sr. João, a D. Maria, porque é isso que faz um defensor feliz.

Agora, a gente não precisaria fazer isso de negociação de dívida, que é muito difícil às vezes, para o Sr. João e para a D. Maria, se a gente não tivesse esse pecado marginal que é o jogo de apostas de cota fixa. Então, eu conclamo ao Legislativo, a todos os atores do cenário nacional que a gente foque nisso, nessa contrapublicidade, na restrição da publicidade que eles fazem, porque é inacreditável que não tenha restrição de horário.

Respondendo aqui à Luzia, de São Paulo: eu concordo, sim; a publicidade das *bets* deveria seguir o mesmo padrão da publicidade de cigarro, que é proibida, e ainda tem no maço de cigarro aquelas fotos dos resultados que o cigarro pode causar. A mesma coisa deveria ser aplicada às *bets,* ao nosso sentir.

É isso, Senador. Eu posso dizer o seguinte: a Defensoria é uma das pontas finais do endividamento, do superendividamento que as *bets* vêm causando, cada vez em maior quantidade; a outra ponta, Senador, está no Caps. E isso em troca de R$30 milhões de outorga e uma tributação que acho que, se não me engano, agora é de 18%. Será que essa conta está fechando? Será que a gente está gastando em saúde menos do que está arrecadando? Eu ousaria dizer que não, não compensa. E não compensa ver as pessoas perdendo a vida, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem mais precioso que se tem, por conta de uma expectativa de gerar renda tributária ou de gerar emprego – e isso nem emprego gera.

No tempo do bingo, a pessoa tinha que sair de casa para ir ao bingo jogar; tinha o garçom, tinha o faxineiro, tinha o porteiro, você gerava esse tipo de emprego. A *bet* você joga no celular, você não está contratando ninguém para nutrir o seu emprego, o seu negócio. A pessoa está jogando, às vezes, de madrugada, no escuro lá, e não tem ninguém vendo, porque ela esconde da família. Então, não gera emprego, não gera renda tributária suficiente, mas gera um custo social enorme e gera perda de vidas. Isso não tem preço.

Senador, eu peço licença ao senhor e agradeço muito o convite. Saiba que estamos sempre à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Eu que agradeço, Dra. Luciana Telles da Cunha, Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Antes de a senhora sair, eu quero cumprimentá-la pela sua serenidade. A gente vê que a senhora está tocada também, no seu trabalho está vendo a ponta, cada vez está aumentando o número de pessoas que procuram a Defensoria Pública, eu já ouvi isso também de defensores do Estado do Ceará. Nós temos que reforçar a Defensoria Pública, não apenas por esse caso, mas também os Caps, que a senhora colocou, importantíssimos.

Eu tenho percorrido, desde que assumi o mandato, o interior do Ceará. Eu faço questão de sair dessa bolha, da ilha da fantasia de Brasília, e a gente ir aonde o povo está, conversar na praça, no mercado. E eu vejo as pessoas cada vez mais me procurando desesperadas, médicos, enfermeiros nos hospitais dizendo: "Olha, a gente precisa de uma ala exclusiva para viciados em jogos". Está desse jeito. Eu não sei mais o que fazer, os leitos estão ocupados com pessoas que tentaram suicídio. Será que ninguém está percebendo isso no Brasil?

A gente recebeu aqui – nesse lugar em que o senhor está, Dr. Marcelo –, na semana passada, uma senhora do Ministério da Saúde. Ela esteve aqui, responsável por essa área de álcool, drogas e jogo de azar, e ela falou que esse dinheiro não chega nem perto do que já está gastando o custo social. Você imagine isso a médio prazo, porque isso é a curto prazo. O nível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de propaganda... Isso aí é uma irrigação de dinheiro, muito, bilhões, como a senhora falou. Você vê jogadores da Seleção Brasileira, técnicos, pessoas importantes do Brasil, apresentadores, *influencers* agindo assim o dia inteiro, fazendo propaganda disso – é um crime! –, como se fosse inofensivo. Isso está levando as pessoas para o abismo.

E aí, a gente tem que ver aqui, por exemplo, os exemplos que a gente tem que têm se rebelado contra esse *status quo* do dinheiro, porque ali tu achas que o patrocínio de um jogador desses, de uma *influencer* dessas... É muito dinheiro! Agora, quando você vê, por exemplo, um técnico – e a gente tem que pegar os bons exemplos –, o Filipe Luís, que foi Presidente do Flamengo, deu uma declaração de que, por dinheiro nenhum, ele faria propaganda disso, porque ele tem consciência social do estrago. Esse jogador aí, da França, o Mbappé, também disse que, nos bairros da periferia, está uma tragédia e que ele jamais faria usar a exposição que ele tem para jogo de azar, para divulgar jogo de azar.

Então, parabéns pela sua participação. Muito obrigado.

Quero alertar à senhora o seguinte: a próxima bomba que eles vão tentar aqui, em novembro, depois das eleições... Eles não vão fazer antes da eleição, não. Preparem-se todos vocês: eles vão tentar voltar bingo e cassino. "Além da queda, o coice", porque o compromisso... Aí acabou. Então, vamos mobilizar a sociedade, porque eles vão tentar depois das eleições, naquele interregno, quando os Senadores que ganharam – e os Deputados – não assumiram ainda, e os que estão aqui vão sair. Então o compromisso já... Então, que Deus nos livre de mais essa jogada.

Estou deixando muito claro que, durante a legalização dos jogos de azar, nós tivemos denúncia de Deputados que receberam R$35 milhões – que teriam recebido – em propina, para facilitar... Eu denunciei na PGR o nome dele e tudo. Continua como Deputado Federal, nada aconteceu. Revista *Veja,* capa: os interesses por trás da legalização das casas de apostas. Um Deputado teria recebido R$35 milhões para agilizar na Câmara dos Deputados a aprovação. E conseguiu! Na véspera do Carnaval, votado a toque de caixa, com os Deputados votando pelo celular, porque já era Carnaval, já estava na véspera, não tinha ninguém, então botaram a sessão... Eles jogam sujo, o jogo é bruto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui no Senado, também tivemos situações... Não com denúncias de corrupção, que não chegou; a gente não tem algo concreto como a matéria de lá, mas foi votado de forma semipresencial, com movimentações muito estranhas, trocando gente na hora de votar – Senadores que eram contra saem, entram Senadores que eram a favor –, e ganharam, por dois votos, na questão dos bingos e dos cassinos. Então, está no Plenário. Eu acredito que em novembro eles vão tentar. Sociedade, fique atenta! Vamos mobilizar, porque, senão, não dá mais.

Eu já passo imediatamente a palavra para o Dr. Cláudio Felisoni, que é Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar) e também da FIA Business School – não sei o que significa "FIA" aqui.

Muito obrigado pela sua participação. O senhor tem dez minutos, com o tempo de tolerância da Casa. E o senhor... Eu sei, eu já vi alguns dados – não sei se o senhor vai compartilhar conosco aqui – sobre o canibalismo que está acontecendo com o setor produtivo, do varejo. O varejo é o que mais perde, da economia brasileira, porque é transferido esse dinheiro. As pessoas ficam sem comprar, porque acaba o dinheiro, porque vai para as apostas.

Tem teses de economistas, Dr. Marcelo, dizendo que a inflação do Brasil só não está maior – olha que loucura! – porque as casas de aposta estão tirando o dinheiro das pessoas comprarem comida. E aí isso fica reprimido ali, a demanda, a pressão sobre os preços, e só não está pior a situação do país por causa disso. Mas o varejo está sofrendo e há perda de emprego, porque os magnatas estão ganhando e não geram nenhum emprego.

Então muito obrigado pela sua participação.

Eu alertei lá atrás, viu, Dr. Cláudio? Eu fui à CNC, eu fui à Federação das Indústrias, antes de esse projeto ser liberado. Talvez não tenha sido ouvido. Eu tentei, eu alertei que isso ia acontecer. Mas agora eu acho que, juntos, a gente pode reparar o mal que foi feito ao Brasil.

O senhor tem a palavra por dez minutos. Obrigado pela sua participação. Com a tolerância desta Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO FELISONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Muito obrigado, Exmo. Senador Eduardo Girão, na pessoa de quem eu cumprimento todas as pessoas que fazem parte desta sessão.

Senador, a FIA Business School é uma escola de negócios e, portanto, tem um compromisso óbvio com a sociedade. E o Ibevar tem um compromisso com as organizações de varejo.

Então esse estudo que foi conduzido pela FIA Business School, em parceria com o Ibevar, aborda grande parte das questões que estão colocadas já na sua abertura e também na fala da pessoa que me antecedeu, sob a perspectiva econômica. Creio que vai ser alguma coisa complementar.

Então o tema, o nome da apresentação é "O Ralo digital", o que já dá uma ideia do que isso significa. E como o Pix transformou o celular do brasileiro em caixa eletrônico das *bets*.

Muito bem. Então a pergunta central que o estudo da FIA procura responder é: o brasileiro está reduzindo o consumo? E complementarmente: e o que dizer sobre o patrimônio?

Como é que nós chegamos a essa resposta? Como é que nós respondemos a isso? Nós respondemos com os dados em séries temporais, que são os dados do Banco Central e do Ipea, portanto dados públicos, auditáveis. E esses dados foram submetidos a modelos estatísticos, modelos econométricos.

Vou antecipar a resposta aqui e depois nós vamos detalhar como nós chegamos a essa conclusão: as apostas pesam quase o dobro do que os juros e o crédito somados.

Então quais são as variáveis que interferem no endividamento das famílias? Nós estamos sempre aqui trabalhando, Senador, com as variações do endividamento, observando como é que essas variações são respostas a diferentes variáveis.

Então uma delas evidentemente são os juros. Como é que a variação da taxa de juros impacta a variação do endividamento? É de se esperar, obviamente, que uma variação dos juros para cima impacte o endividamento positivamente, ou seja, maior variação dos juros, maior variação do endividamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É de se esperar que, com o tempo, inclusive por conta da própria interferência da taxa de juros, nós tenhamos um declínio do endividamento das famílias, considerando que as outras variáveis estão devidamente controladas, então é de se esperar que isso tenha um declínio, ainda que leve.

A terceira variável é o volume de crédito – o crédito que é concedido – em relação à renda das famílias. Essa variável pode ser positiva ou pode ser negativa, ou seja, pode ampliar o endividamento, como pode reduzir. Em que condições amplia e em que condições reduz o endividamento? Ela reduz o endividamento se as condições de crédito são favoráveis. Não é o caso, obviamente; nós sabemos que a oferta de crédito se dá em condições bastante perversas. Portanto, é de se esperar que o aumento da oferta de crédito leve exatamente a um impacto positivo, a um crescimento do endividamento.

E a última variável é a instalação e a operação das *bets*. É uma variável de caráter qualitativo, e nós medimos o impacto da entrada e a permanência das *bets*.

Essas são as variáveis que foram consideradas.

Quais são esses impactos? Então, do lado esquerdo, nós estamos vendo as variáveis: o crédito, os juros, o tempo e as *bets*.

Na segunda coluna, os senhores e as senhoras estão vendo os sinais, ou seja, a relação: se é positiva, aumenta; se é negativa, diminui.

E, na terceira coluna, nós estamos vendo os impactos. De forma, assim, para ser bastante simples, imaginem isso como uma balança em que, de um lado, nós colocamos os pesos e, do outro lado, nós colocamos o endividamento – apenas para facilitar o raciocínio.

Então, podemos entender aqui esse coeficiente; todos esses coeficientes são comparáveis, porque eles estão medidos com a mesma dimensão, portanto eles são comparáveis. Vamos então dizer o seguinte: são quilos. Só para facilitar, 44kg. Então, o crédito pesa 44kg; os juros, 71kg. Se somar 44 com 71, são 115kg.

O tempo, nós percebemos que, de fato, tem um sinal negativo. Nós temos uma tendência de redução do endividamento no tempo, controladas as demais variáveis. Se nós somarmos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto do crédito com o impacto dos juros, são 115kg, que é um pouquinho menos que o dobro das *bets*. Mas, na verdade, esse impacto aqui está subestimado, porque parte do impacto do juro já está no crédito, então estou contando duas vezes. Então, certamente, o impacto das *bets* é mais do que o dobro do impacto dos juros com o crédito.

Isso aqui só acontece no Brasil? Nós temos aqui alguns estudos. Um deles, que nós trouxemos, é o "Gambling Away Stability: Sports Betting's Impact on Vulnerable Households", que foi desenvolvido pelo Prof. Scott Baker. E o que ele mostra? Que cada dólar gasto em aposta reduz quase um dólar em investimento no mercado financeiro. Dois: a queda nos investimentos atinge especialmente ativos voltados à poupança de longo prazo. E terceiro, e mais importante: famílias com menor poder aquisitivo comprometem parcela mais significativa e, portanto, há maior deterioração do orçamento familiar.

Para onde vai o dinheiro das *bets*? Essa é outra pergunta que o estudo responde. Para responder a essa pergunta, é preciso entender os agregados monetários. A política monetária tem três agregados – isso pode ser encontrado, essas informações, nos relatórios do Banco Central –: o M1 mostra a liquidez imediata; o M2 é a poupança e depósitos; e o M3 é a riqueza financeira ampla.

De uma maneira um pouco mais detalhada, o M1 é o papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista; é o dinheiro do dia a dia, diretamente usado para consumo e pagamentos. O M2 é o M1 mais poupança, CDB, RDB e fundos de renda fixa de curto prazo; reflete decisões de poupança e investimento de curto prazo. E o M3 é a riqueza financeira mais ampla, é o M2 mais fundos de renda fixa, é uma maior parcela de riqueza. Muito bem.

Nós temos três modelos – três modelos com dados do Banco Central. No primeiro modelo, nós tomamos M3 menos M2. O que é o M3 menos M2? Esse é o hábitat do dinheiro grosso, o caixa das grandes empresas, as reservas financeiras de famílias de alta renda. O modelo M2 – o que é o modelo M2? O modelo M2 representa todo o dinheiro das empresas e dos cidadãos comuns. E o M2 menos M1? É o colchão de segurança, o patrimônio acumulado das famílias e das pequenas empresas. Muito bem.

E o que esses modelos revelaram?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No modelo em que nós trabalhamos com M3 menos M2, o que nós vimos? Contração associada a juros e *bets*. Se a taxa de juros da pessoa jurídica subir um ponto percentual, R$5,59 milhões são reduzidos de M3 menos M2. As empresas não estão tirando dinheiro dali porque encontraram um investimento melhor, elas estão tirando dinheiro porque a sua liquidez simplesmente secou. Elas estão queimando o colchão de liquidez para cobrir despesas correntes, salários ou dívidas.

E no modelo M2, o que se verifica no modelo M2? Mais uma vez, contração associada a juros e *bets*. Se as pessoas tirassem o dinheiro da poupança apenas para comprar comida, trocassem a caixinha e colocassem em uma outra conta, o que aconteceria – se, em vez de colocar numa caixinha, colocassem, por exemplo, no supermercado? O bolo M2 continuaria do mesmo tamanho. A queda do M2, que está observada, o que mostra? Ela prova que o dinheiro está efetivamente saindo da economia produtiva. Ele é retirado dos bancos e enviado para fora do sistema.

Finalmente, M2 menos M1. Mais uma vez, contração associada a juros e *bets*. Uma redução M2 menos M1, no contexto desse modelo, significa destruição de patrimônio, ou seja, queima de poupança. As famílias e as pequenas empresas estão resgatando o dinheiro que estava guardado para o futuro – talvez, essa seja a dimensão mais perversa.

Portanto, por isso que nós chamamos de dreno digital – três drenos.

O primeiro é o das famílias que destroem o saldo bancário para pagar juros abusivos, corroendo o patrimônio acumulado.

Dreno 2: pequenas empresas queimam caixa para sobreviver, fazer o negócio girar – como o Senador estava dizendo, o varejo é extremamente impactado por isso –, comprometendo a liquidez operacional.

E o dreno 3: o dinheiro que sobra é enviado, via Pix, para plataformas de apostas.

Bom, a última pergunta a que nós respondemos nesse estudo: por que as *bets* capturam o cérebro? E aí o Prof. Daniel Kahneman, que é Prêmio Nobel de Economia – é um psicólogo, mas ganhou o Prêmio Nobel de Economia de 2002 –, mostra o seguinte, que nosso cérebro funciona

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuando em dois sistemas: um sistema rápido, emocional e automático, que age antes que a razão intervenha; e um sistema lento, racional e deliberativo.

O que as *bets* fazem? As *bets* foram projetadas para acionar exclusivamente o sistema 1. Então nós somos capturados, as pessoas são capturadas exatamente no que diz respeito à sua cognição.

Acrescento a isso um outro aspecto, que também vem sendo estudado na área de economia comportamental, que é chamado fator de zero atrito – e o Pix acaba simplesmente retirando esse atrito. O que é o zero atrito? Quanto ao zero atrito também, um outro Professor Nobel de Economia, de 2017, o Prof. Thaler, mostra o seguinte: pequenas barreiras de fricção freiam decisões impulsivas. O Pix eliminou essa fricção. O intervalo entre querer apostar e ter apostado é hoje de segundos. A tecnologia removeu o freio, removeu o único freio que continha o viés cognitivo.

Além disso, aversão à perda. Isto também os estudos mostram: perder dói duas vezes mais do que ganhar nos agrada. Quando se perde, procura-se recuperar aquilo que foi perdido, gerando um ciclo autodestrutivo. E existe a ideia também do *near miss*, ou seja, do quase acerto. Perder pouco ativa o mesmo circuito de recompensa que vencer, o que significa manter o apostador preso naquele sistema, naquela dinâmica.

E finalmente aquilo que se chama desconto hiperbólico. A recompensa imediata é supervalorizada frente ao bem-estar futuro, destruindo a capacidade de poupar.

Tudo isso me trouxe à lembrança um conto fantástico de Jorge Luis Borges, que é "A Loteria em Babilônia". Ele constrói uma ideia de uma empresa que domina essa cidade, esse lugar, e o jogo deixa de ser um entretenimento para se tornar um sistema compulsório, que devora o livre-arbítrio e dita a realidade.

No Brasil, as *bets* assumiram o papel dessa loteria onipresente. Não por força bruta, mas pelo sequestro da nossa arquitetura cognitiva. Na Babilônia de Borges, quem não apostava era visto como um ser apequenado. A mídia, com personalidades cooptadas, e aqui já foi mencionada essa propaganda massiva, pretende algo diferente do que em "A Loteria em Babilônia", do Borges?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E – aqui já foram desenhadas algumas considerações –, termino, dizendo o seguinte: *in medio virtus*, a máxima, surge como o único fundamento ético e jurídico capaz de conter o colapso patrimonial provocado pelas apostas digitais.

O equilíbrio ideal exige conciliar dois pilares. As questões da indústria de cigarro etc. são paradigmas que, eventualmente, podem nos orientar nesse absurdo em que nós estamos metidos. Primeiro, a liberdade individual, que é preservação do direito da escolha do cidadão. Sim, sem dúvida: nenhuma política pode ser autoritária ou proibicionista de forma totalitária. Por outro lado, há necessidade de uma proteção urgente, defesa contra o sequestro do livre-arbítrio. Requer regulação que restaure a fricção cognitiva eliminada pelo Pix.

Então, o brasileiro não está apenas reduzindo o consumo; ele está destruindo o patrimônio.

O Senador começou dizendo o seguinte: a bola não entra por acaso. É verdade, quer dizer, esse endividamento não é por acaso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado. Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

Quero aqui cumprimentar o nosso Dr. Cláudio Felisoni, Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar) e da FIA Business School, que fez uma apresentação aqui muito clara, transparente, trazendo exatamente o esgarçamento do tecido da economia, com dados que são mais uma vertente que nos mostra que a gente precisa fazer algo aqui no Congresso Nacional.

Eu já disse que o Governo, o Governo Lula, poderia mandar imediatamente para cá um projeto de lei, porque não pode ser mais por decreto, como ele fez na década de 90, acabando com bingos. Quando viu a corrupção se alastrar e toda aquela situação, os escândalos, ele acabou com os bingos naquela época, porque estavam acabando com os idosos – dia, noite, lá, jogando, perdendo tudo. A mesma tragédia, só que agora está aqui no celular, digital.

Que o Presidente Lula, se realmente tiver compromisso com os pobres, como ele diz ter, com os menos favorecidos, já que a sua bancada cometeu o erro de aprovar isso aqui, junto com o centrão, possa encaminhar imediatamente para o Congresso Nacional. E eu quero ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual é o Deputado, qual é o Senador que vai votar contra o Presidente Lula, para acabar com isso.

A gente já fez uma audiência pública aqui com a Presidente da Anatel, que diz que é possível fazer um muro virtual para proibir mesmo em todo o território nacional. Não tem outro jeito. Ah, pode ser paliativo acabar com a publicidade? Pode. Como com o cigarro? Pode. Mas vai acontecer ainda de muita gente se viciar, e eu acho que o mal tem que ser cortado pela raiz. Ainda mais num país continental desse, com tanto problema de educação. Não tem como.

Então, eu acho que é uma questão emergencial que seja feito isso.

Muito obrigado, Dr. Cláudio Felisoni, que vai ter que sair, se eu não me engano. Ele pediu para falar antes. Mas eu lhe agradeço muito a sua participação.

Eu quero aproveitar e ler aqui algumas perguntas de algumas pessoas que mandaram para a gente.

O Rodrigo, de Goiás, perguntou: "Quais políticas públicas de saúde mental estão previstas para tratar o vício em apostas (ludopatia) de forma ampla pelo SUS?".

Nós estávamos com uma representante do Ministério da Saúde, e essa sua pergunta ela respondeu em parte. Rodrigo, nós vamos encaminhar para ela; e a nossa Mesa aqui vai anotar o seu endereço eletrônico para ver se ela pode responder diretamente para o senhor. Obrigado pela sua participação.

A Luzia, de São Paulo – que já teve a pergunta respondida aqui pela Dra. Luciana há pouco tempo –, perguntou: "Assim como foi feito com os cigarros, por que não proibir comerciais de *bets*?".

Perfeito. É paliativo, mas era já necessário acabar com esse negócio de *influencers* fazendo isso... E essa pergunta já foi respondida: concordo, concordamos, temos projetos para isso. Tem um projeto, inclusive, que já passou pela Casa, já foi aprovado e está lá na Câmara – o grande *lobby* disso aqui está lá na Câmara, começou tudo lá e está parado já faz quase um ano –, um projeto do Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte, igual, praticamente igual ao nosso, ao com que a gente entrou, para restringir bastante a publicidade, mas a Câmara dos Deputados, para surpresa zero, está com isso parado lá. A sociedade precisa pressionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristiele, de Minas Gerais: "Quais falhas da regulamentação atual mais preocupam os especialistas?".

Fica esse questionamento aqui para os nossos especialistas que vão falar daqui a pouco.

A Margarete, da Bahia: "Foi o maior erro a autorização desse tipo de jogo. Não trouxe nada de positivo, só enriquecimento dos donos das *bets*. Tem que acabar!".

Está certa a Margarete, ela faz um comentário. Inclusive, tem Senador andando para cima e para baixo em jato desses donos de *bets*. A CPI que a gente fez aqui, das *bets*, que o diga; vai lá que você vai ver. Senador que está envolvido também com o Banco Master, isso não é coincidência. Tem essas bancadas aqui, da jogatina.

A Cristiele, também de Minas Gerais, pergunta – a mesma Cristiele: "A educação financeira obrigatória nas escolas pode prevenir o superendividamento causado pelas *bets*?".

Sim, a longo prazo, sim. Educação, mas precisamos agora estancar essa hemorragia que o Brasil está vivendo. Mas a educação financeira é fundamental para essa e outras situações.

A Tamires, de Minas Gerais: "Quais são os benefícios econômicos das apostas para o país e eles compensam os impactos sociais?".

Em tese – há pouco tempo a gente respondeu isso aqui –, benefício econômico zero, pelo contrário. Aliás, para os magnatas, sim; para o *lobby,* total, estão ganhando bilhões e bilhões que nunca viram, até do Bolsa Família estava sendo possível jogar até pouco tempo atrás, dinheiro que é para a subsistência do brasileiro. Aqui não compensam nunca os impactos sociais. O SUS está aí, lotado de gente desesperada, os médicos e os enfermeiros nos procurando.

Mikeias, do Paraná: "A regulamentação atual protege menores de idade contra as apostas?".

Tem lá os pré-requisitos e tudo, mas isso aí se burla. E outra coisa: você está formatando essa geração agora, de jovens, de crianças, para serem apostadores com esses outros jogos que parecem não ter nada inofensivo, mas as crianças estão viciadas. Então, elas estão sendo preparadas para irem para esse mercado, para caírem nessa armadilha, nessa arapuca nefasta que é a das apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que se faz propaganda de manhã, de tarde, de noite? E a gente sabe que de madrugada ficam os adultos viciados, né? Ficam lá, de madrugada, escondidos. É uma tragédia. É tudo errado; está tudo errado.

A Cirene, do Rio de Janeiro: "Sou a favor da proibição de todas as *bets* no Brasil. [Estamos juntos, Cirene! Obrigado pela sua participação.] Que ninguém, ninguém mesmo, possa ter acesso às *bets.* [Parabéns, Cirene!] Pelo bem do povo brasileiro".

Está aí. Foi preciso derramar muito sangue, mas está se levantando uma nação, está se levantando. É uma coisa que não volta. A irmã da Jessica não volta; o amor dela é para sempre, mas ela transformou a dor numa luta, e a gente vai ouvir o testemunho dela daqui a pouco, para salvar outras vidas – e tem salvo outras vidas, eu sou testemunha disso.

Que a gente possa reparar esse grande mal para o país que está acontecendo. Que as pessoas de bem que têm se levantado se levantem mais para essas instituições que estão fazendo espontaneamente... Tem várias! Nós recebemos aqui na semana passada uma delas também, que é a Juliana Prates, que faz um trabalho lindíssimo; perdeu o irmão dela e transformou a dor numa razão de viver para evitar outras tragédias.

Olhem, os depoimentos são muito fortes, e isso está acontecendo o tempo todo; o gabinete da gente – né, Francisco? – está sempre recebendo.

Mas vamos em frente. Vamos ouvir agora...

Eu quero só pedir licença... O Eduardo Salles está aqui, uma pessoa por quem eu tenho um profundo respeito, funcionário desta Casa, passou no concurso público há pouco. Ele foi uma pessoa muito influente no clube de que eu fui Presidente, o Fortaleza Esporte Clube. Cearense, neto de um dos maiores radialistas do Brasil, Júlio Salles, que partiu para o mundo espiritual no ano passado... No ano retrasado, né, Eduardo? No ano passado.

Ele me mandou aqui uns dados que eu não vou nem repetir, porque eu estou falando até demais. Eu queria que você desse uma palavrinha sobre eles, daqui a pouco; eu queria ouvir o seu testemunho. Você estava lá – eu saí e você continuou no clube –, então você tem informações sobre isso importantes, mais atualizadas. Na época em que eu estava lá, em 2017, não tinha essa loucura, propaganda como tem hoje, mas o nosso clube acabou infelizmente se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rendendo, baixando a cabeça para essas *bets*, que estão matando os torcedores tricolores, estão matando a galinha dos ovos de ouro, que é o patrimônio maior do Fortaleza, que são os clubes.

Estão endividados; vão deixar de pagar o sócio-torcedor, é claro, porque é a primeira coisa que tem que parar, para comer. A prioridade é comer, mas, para as pessoas viciadas, a prioridade é jogar, não é nem comer, né?

Então, o Fortaleza não foi pelo caminho da responsabilidade social. Para mim, como nada acontece por acaso, não é à toa que isso também colaborou para que ele estivesse hoje em declínio, com a dívida de, segundo o próprio CEO, agora... Eu já tinha avisado lá atrás e fui mal-interpretado, porque, como eu sou político, acharam que era política.

Não coloquei nada de política, só fiz dizer que o meu amigo de infância estava sendo liquidado pela ambição, pela politicagem lá dentro e pela irresponsabilidade de gestão financeira. Eu dizia que a dívida era de R$100 milhões já – isso no ano passado –, e hoje já está em 300, segundo o CEO; 300. O que a irresponsabilidade e a ambição de certas pessoas fazem com um clube com uma história tão bonita como o Fortaleza Esporte Clube!

Eu quero passar a palavra agora para o Marcelo Chaves Aragão, da Diretoria de Fiscalização da Atenção Primária à Saúde, da AudSaúde. Ele é representante do Tribunal de Contas da União (TCU), da Unidade de Auditoria Especializada em Saúde.

Eu não sei se é seu colega, mas tem uma pessoa que eu respeito muito, que é cearense, que é representante do Ministério Público lá no TCU, que é o Dr. Lucas Rocha Furtado. Eu tenho a maior admiração por ele. É uma pessoa de bem, uma pessoa que tem feito um grande trabalho, que é um servidor público exemplar, que, com as restrições que ele teve – com AVC, com tudo –, continua firme, diariamente trabalhando. Se o senhor trabalha com ele e tudo, mande meu abraço, minha consideração para ele, porque eu tenho certeza de que, nessa causa, ele vai nos ajudar lá no que ele puder fazer.

Então, Dr. Marcelo Chaves Aragão, muito obrigado.

O senhor tem dez minutos, com a tolerância desta Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO (Para expor.) – Bom, eu queria cumprimentar o Senador Eduardo Girão e agradecer o convite que foi feito para a nossa Unidade de Auditoria Especializada em Saúde, do Tribunal de Contas da União; saudar os demais membros desta reunião e participantes à distância, *online*; e dizer que essa temática, Senador, de fato é uma temática que passou a ter prioridade no Tribunal.

Eu não posso falar em nome dos Ministros. Falo em nome do corpo técnico, de auditores; mas passou a ter uma prioridade e eu vou apresentar – pedir licença para apresentar – algumas dessas fiscalizações, muitas com o foco, com o escopo mais de lavagem de dinheiro, que é uma preocupação. Eu estou na área de saúde, mas estou conduzindo, participando de uma... vamos chamar de auditoria, um acompanhamento, uma auditoria *pari passu* sobre o plano de ação que foi desenhado e está sendo implementado pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Eu vou aproveitar a nossa apresentação – coloquei como título "Jogos de Aposta e a Atuação do TCU" –, mas vamos focar um pouco mais no trabalho nosso da saúde: a questão do jogo patológico, transtorno do jogo e todos os impactos que já foram colocados pelos demais participantes, em outras reuniões que eu tenho acompanhado, e muito preocupam o Tribunal.

Então, o título é "Jogos de Aposta e a Atuação do TCU". A nossa Secretaria é a Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável; tem área de educação nessa secretaria, nossa área de auditoria na área da saúde e uma parte também... São várias políticas públicas que envolvem essa secretaria, e nossa área é especializada em saúde.

Vou falar um pouco e explicar um pouco, Senador, porque esse assunto – jogos de aposta e o transtorno do jogo – passou a ser uma prioridade do Tribunal. Vou falar um pouco – muito pouco –, porque os dados sobre o impacto socioeconômico e também de saúde pública são muito grandes. No nosso relatório – está em elaboração ainda esse trabalho –, a gente faz uma visão geral com diversas referências importantes. E aqui eu apresento o contexto e o cenário.

Com a Lei 13.756, de 2018, que legalizou as apostas de cota fixa, e com a Lei 14.790, de 2023, que consolidou a regulamentação do setor, o país passou a vivenciar uma expansão acelerada do mercado de apostas, acompanhada por publicidade... Já foi dito aqui, esse é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema, de fato, essa falta, essa lacuna na regulação dos jogos de apostas e falta de restrição à publicidade.

O senhor muito bem falou da Dinamarca... Dinamarca, não, da Noruega...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Noruega.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Noruega, Reino Unido também...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Reino Unido.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – V. Exa. muito bem apontou. A Espanha tem uma experiência de restringir a publicidade. A continuar com essa publicidade massiva, alcançando os jovens, os menores de idade, em horários inadequados, com facilidade de acesso às plataformas, como já foi dito aqui, Senador, em outras reuniões, com a participação de celebridades, de *influencers*, V. Exa. falou mais cedo, outros países já restringiram.

Então, respondendo até a pergunta do cidadão, e V. Exa. respondeu muito bem, eu endosso a resposta: de fato, essa lacuna regulatória, essa ausência de uma prevenção, vai colocar em xeque, certamente, todos os custos e a própria efetividade da política pública do SUS, porque se não houver essa restrição à publicidade, acho que já foi dito aqui, alguém disse que vamos enxugar gelo.

Esse processo tem gerado impacto crescente na saúde pública, com repercussões clínicas. Esses dados, Senador, são do próprio Ministério da Saúde, nos documentos que estão lá no Plano de Ação do Ministério: ou estão no Guia de Cuidado, que foi já publicado pelo Ministério da Saúde, comunicado a toda a rede de atenção psicossocial, ou está na nota técnica que trata de diretrizes, orientações também, tanto da Secretaria de Atenção Primária quanto da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

A vulnerabilidade econômica é um fator central: estima-se que as famílias mais pobres cheguem a apostar cerca de 32% a mais do que as famílias mais ricas. Esse é um dado do Ministério da Saúde, também nos documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lógica predatória desse mercado: as pessoas que apostam em níveis prejudiciais à própria vida são responsáveis por gerar cerca de 60% das receitas da indústria do jogo.

Uma grande referência, Senador, nesse trabalho que nós estamos desenvolvendo é esse Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad), na sua terceira edição, e esses dados, Senador, são de 2023, 2024, então, veja que isso já evoluiu a tal ponto que já tem outro cenário atualmente. Então, esse Lenad, esse levantamento nacional, é uma referência importante para o nosso trabalho; é uma referência também para o Ministério da Saúde, ele cita o Lenad em diversos documentos.

A prevalência de apostas: 25,9% da população já apostou ao longo da vida – isso lá em 2023, o resultado da pesquisa – e 17,6% o fez no último ano, 2023, o que representa aproximadamente 28 milhões de brasileiros.

Adolescentes, essa situação que preocupa muito: apesar da proibição legal, 10,5% dos adolescentes de 14 a 17 anos relataram aposta no último ano; e mais da metade, 55% dos adolescentes que apostaram já apresentam indicativo de jogo de risco ou problemático.

E a popularidade das *bets*: cerca de 9 milhões de brasileiros (5,6%) – esse número já deve estar bem maior – apostam, e o uso das plataformas *online* é mencionado por quase um terço dos apostadores.

Prevalência do jogo de risco e problemático: 7,3% da população brasileira, aproximadamente 10 milhões, 11 milhões de pessoas com 14 anos ou mais. Quase um a cada quatro apostadores foi considerado em situação de risco ou classificado como jogador problemático, e mais da metade, 66,8% dos apostadores que usam as plataformas digitais, as *bets*, apresentam indicação de jogo de risco ou problemático, em contraste com 26,8% entre apostadores que usam outras modalidades.

Então, eu apresentei esse breve cenário, Senador, nada de novo, são dados já divulgados, mas que estão presentes no... Acho que V. Exa. já falou mais cedo que o Governo... Praticamente, há um consenso dos efeitos negativos em relação aos jogos de apostas, jogos de azar, como a defensora falou, e a consequência é o transtorno do jogo, o jogo patológico, a ludopatia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já há o consenso, só falta é a ação efetiva para acabar com esse drama, com essa agonia.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Perfeito.

Senador, aqui um apanhado rápido das fiscalizações que o TCU tem sobre jogos de apostas.

Aqui, no primeiro momento, eu aponto trabalhos de outras unidades de auditoria especializada do tribunal. O "TC" é o número do processo.

O TC 024.146/2024 foi um levantamento no comprometimento de renda dos beneficiários do Bolsa Família com aposta *online*. O acórdão... A maioria desses trabalhos tem como Relator, lá no tribunal, o Ministro Jhonatan de Jesus, que é um médico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Filho de um Senador, que saiu há pouco para assumir lá o tribunal de contas, mas filho do Senador Mecias de Jesus, a quem eu tenho muito apreço.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – Perfeito.

E é médico, que é bom que é médico, então, está em boas mãos.

O Acórdão 2.529, de 2025, de plenário... Não são trabalhos da minha área, Senador, mas, se eu não estou enganado, o acórdão apontou, fez uma série de alertas e comunicações, enfim, ao Ministério Público Federal, a algumas pastas ministeriais, a alguns órgãos, no sentido de um volume muito expressivo de movimentação de recursos envolvendo pessoas beneficiárias do Bolsa Família; há o risco da lavagem de dinheiro envolvendo essa situação.

Outro trabalho foi um acompanhamento – que é mais a cara de uma auditoria, que o levantamento é mais um diagnóstico, o acompanhamento é mais uma auditoria mesmo – das ações do Coaf e da Secretaria de Prêmios e Apostas para prevenir lavagem de dinheiro, no que se relaciona a apostas de cota fixa de eventos esportivos. Ministro Jhonatan também como Relator, e o Acórdão 2.841, do 2025, fez uma série também de recomendações importantes ao próprio Coaf, à SPA, sobre a melhoria de controles, políticas e procedimentos em relação a esse risco da lavagem de dinheiro envolvendo as *bets*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro TC ali embaixo, o TC 025.609, de 2024 também, é o acompanhamento das ações propostas pelo Governo Federal para prevenir o roubo de dados dos apostadores e outros aspectos relacionados à tecnologia da informação das empresas. Se eu não me engano, esse trabalho, embora tenha já uma deliberação, o acórdão ali está dito, ele foi absorvido por um outro trabalho de uma auditoria, que eu vou mostrar aqui na sequência.

Então, outros trabalhos. O TC 012.123, de 2025, acompanhamento com o objetivo de verificar o cumprimento dos requisitos necessários à outorga de autorização definitiva de operação de apostas de cota fixa pela Caixa Loterias, ainda sem deliberação, está em comunicação.

E, mais recentemente, há uma auditoria operacional sobre o combate à lavagem de dinheiro por meio dos jogos virtuais *online*. Aí tivemos o Ministro Jorge Oliveira como Relator no Acórdão 1.296, de 2026, TCU, Plenário, que apresenta muitas recomendações adversas. Até para a Enccla foram encaminhadas as recomendações importantes, no sentido de aperfeiçoar todo o enfrentamento à questão do combate à lavagem de dinheiro, por meio das *bets*, de jogos virtuais e diversos outros... a própria Secretaria de Prêmios e Apostas, do Ministério da Fazenda, enfim.

Aqui, Senador, chegamos aos trabalhos nossos na saúde. Primeiro foi feito um grande diagnóstico nesse trabalho, em 2024, cuja decisão da liberação do tribunal foi em 2025, no Acórdão 1.173, que foi um levantamento sobre o impacto das *bets* na saúde mental das pessoas envolvidas com jogos de apostas.

Naquele momento, Senador, ainda estava o grupo de trabalho interministerial montado – o Ministério da Fazenda, o Ministério do Esporte, o Ministério da Saúde e a Secretaria da Presidência que trata da comunicação –, então, ainda estavam em tratativas para fazer o desenho, a implementação e a divulgação de um plano de ação. Então, esse diagnóstico apontou uma série de riscos naquele momento e, recentemente – eu estou agora com essa missão participando desse acompanhamento, desse último Processo 014663, de 2025 –, há o acompanhamento das ações do Ministério da Saúde, em parceria com outras pastas ministeriais, para enfrentar e mitigar o impacto dos jogos de apostas na saúde mental da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Provavelmente, Senador, nesta semana, fecharemos esse relatório. Esse relatório tem... Eu não posso antecipar, infelizmente, porque o Ministro Relator ainda não sabe, e eu preciso encaminhar ao Ministro para que o Ministro encaminhe ao Plenário, ao tribunal, para deliberar. E ainda temos lá, Senador, no tribunal, uma norma, a Resolução 315, que é uma construção participativa com o gestor sobre as soluções. O tribunal pergunta ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Fazenda – a quem nós devemos encaminhar as propostas – qual é a posição deles em relação às nossas recomendações, se entendem que são viáveis ou não. Então, ainda estamos nesse momento, nessa fase.

Vou apresentar aqui o objetivo geral desse acompanhamento, dessa auditoria: avaliar a coordenação do Ministério da Saúde com a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), com os demais atores (Ministério da Fazenda, Ministério de Esporte, Conass e Conasems), bem como a existência de dados e estudos sistemáticos, campanhas educativas, normatização específica sobre o jogo patológico, interlocução federativa, de modo a identificar oportunidade de melhoria na prevenção, no cuidado e mitigação de danos associados. Esse foi o objetivo desenhado pelo próprio Relator, Ministro Jhonathan de Jesus. E a questão fundamental...

Você pode passar?

Opa, tem um *delay*! Eu vou voltar aqui um pouquinho.

Aqui.

A questão fundamental desse trabalho é analisar se o plano de ação que foi elaborado pelo Ministério da Saúde em articulação com outros órgãos, para enfrentar os impactos dos jogos de aposta na saúde mental da população, compreende medidas suficientes para a adequada prevenção da doença e o cuidado aos pacientes, se possui metas e indicadores próprios e confiáveis para medir os resultados esperados.

O que eu posso antecipar para esta reunião é que, infelizmente, nós temos, assim... Eu acho que a gente tem que reconhecer o esforço do Ministério da Saúde.

Eu acho que, como V. Exa. colocou, esteve presente aqui a representante lá da unidade, da diretoria que cuida dessa questão da saúde mental, em relação ao álcool, às drogas e, agora mais recentemente, aos jogos de apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – O Ministério da Fazenda esteve aqui.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – O Ministério da Fazenda. Então, foi um esforço articulado entre o Ministério da Fazenda e o Ministério da Saúde. Esse plano de ação compreende e contempla ações importantes, produtos importantes, como a própria nota técnica de orientação aos profissionais do SUS, o Guia de Cuidado, uma linha de cuidado também.

Até respondendo à pergunta – acho que foi o Rodrigo, lá de Goiás –, se o Senador me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Claro, por favor.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – "Quais políticas públicas de saúde mental estão previstas para tratar o vício em apostas (ludopatia) de forma ampla pelo SUS?"

O que está sendo feito é: esse plano de ação está capacitando os profissionais, Rodrigo, capacitando os profissionais de saúde, porque a ludopatia é um fenômeno relativamente recente para o SUS, para os médicos, para os psicólogos e para os médicos psiquiatras.

Então, existe toda uma ação de capacitação dos profissionais. Foi elaborado um guia de cuidado. Então, a plataforma de autoexclusão também – já com centenas de milhares de exclusões – é uma iniciativa importante. Então, é dizer: agora, no nosso trabalho – embora eu não possa ainda divulgar detalhadamente –, nós estamos apontando algumas lacunas, Senador, sobre esse plano de ação – vamos chamar de oportunidade de melhoria, né? –, com algumas recomendações importantes, apoiados por alguns especialistas.

Uma coisa que nós percebemos – acho que isso eu posso dizer – é que a literatura especializada de saúde orienta, com relação a essa questão do tratamento aditivo, à questão das atividades compulsórias, ao vício... Há uma orientação de atuação em três camadas: uma camada mais de prevenção ambiental, em que eu já apontei o problema da falta de restrição da publicidade, que é um problema; a camada do meio, que é uma linha de cuidado intermediária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nisso, o guia – toda a política pública que está sendo desenhada pelo Ministério da Saúde, em parceria com o SPA – está bem estruturado, mas falta ainda, Senador, nesse plano de ação, uma lacuna importante para os casos mais complexos. Não tem um protocolo específico, por exemplo, para o suicídio; ainda não tem. Isso nós estamos tentando já desenhar com especialistas para orientar, como uma oportunidade de melhoria, como a contribuição do TCU para o aperfeiçoamento desse plano, desse esforço que foi feito aí, articulado.

E aí, já respondendo o Rodrigo, lá de Goiás, nessa pergunta sobre as políticas públicas: existem, mas precisam ser ainda mais consolidadas.

Outro aspecto que eu posso antecipar, Senador, é que nós perguntamos ao Ministério da Saúde, no trabalho, qual seria a metodologia que eles teriam para avaliar se, a partir desse conjunto de ações de produtos que foram desenhados, conseguiriam, de fato, alcançar resultados satisfatórios; se conseguiriam, de fato, mudar essa realidade.

Os indicadores ainda não existem. Os indicadores ainda vão ser desenvolvidos no observatório, e o observatório só vai ser implementado, de fato, em parceria, no final do ano – deste ano, 2026. E nós estamos aí apresentando indicadores importantes de cuidado clínico, não só de processo, no sentido de contribuir para o Ministério da Saúde, no sentido de melhor avaliar o impacto dessas ações que estão sendo desenhadas.

É isso que nós estamos desenvolvendo no tribunal e esperamos, em breve, estar encaminhando, como todos os trabalhos, o tribunal encaminhou ao Senado Federal, encaminhou à CPI das Bets, que infelizmente, V. Exa. já apresentou em outras reuniões, infelizmente, não foram para a frente alguns encaminhamentos importantes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Foi derrotado o relatório, não é.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO – ... isso.

Então era isso que eu tinha que apresentar e fico à disposição para alguns questionamentos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bom, Dr. Marcelo Chaves Aragão, da Diretoria de Fiscalização da Atenção Primária à Saúde, da AudSaúde, que é representante do Tribunal de Contas da União (TCU), de uma unidade de auditoria especializada em saúde. É muito bom saber disso, o TCU é um órgão muito importante, já tive oportunidade de ir algumas vezes lá, fui muito bem recebido, inclusive nessa parte de gestão. É referência internacional o trabalho feito lá pelo Ministro Augusto Nardes, apresentando em vários países um modelo de gestão. Tem também o ex-Senador Anastasia, que também foi um homem muito sensível e que tenho certeza de que vai abraçar essa causa também, e o próprio Dr. Jorge Oliveira, de que o senhor falou também, estive com ele.

Enfim, nós temos aí, eu costumo dizer, na maioria dos órgãos, na maioria não, posso até afirmar, em todos os órgãos, todos, a maioria de pessoas de bem, pessoas que têm compromisso. Então a gente precisa acessar essas pessoas, levar o grande mal que está acontecendo em nossa nação, para a gente poder juntos fazer uma força-tarefa para barrar tudo isso. Então eu fico muito feliz em ver o Tribunal de Contas focado – me surpreendi –, focado, com muitos dados, preocupados. Na última sessão, vocês estiveram aqui colaborando, está presente o TCU. Então, parabéns, leve o meu abraço para todos que fazem parte, especialmente ao senhor, que está liderando isso.

Imediatamente, passo a palavra à Sra. Ione Amorim. Ela é Consultora do Conselho Diretor do Instituto de Defesa de Consumidores, em Serviços Financeiros para o Consumidor, vai participar de forma remota, *online*, aqui, e a senhora tem dez minutos, com a tolerância da Casa, Muito obrigado pela sua participação, Ione Amorim.

A SRA. IONE AMORIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Eu quero iniciar a minha fala aqui agradecendo a todos e todas, agradecendo especialmente ao Exmo. Senador Eduardo Girão, em nome do Idec, agradeço o convite para participar juntamente com os demais membros desta audiência e a todos que nos acompanham.

É uma oportunidade extremamente relevante tratar desse tema, o impacto das *bets* e das apostas na vida das famílias brasileiras. Na minha fala hoje, eu vou trazer um resumo, Senador, de um levantamento que fiz, no ano de 2024, para uma primeira audiência no STF, e trago esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relato baseado na perspectiva dos consumidores. Foi um levantamento feito com 600 reclamações contra 30 casas de apostas.

Naquela ocasião, nós tínhamos um momento ainda bastante sem dados estruturados sobre o que acontece. A gente tinha, pontualmente, já os primeiros sinais do comprometimento dessas famílias, dos danos causados pelas apostas, mas dessa perspectiva que eu trago aqui é mais o operacional, como atuam essas empresas. Eu faço da minha voz aqui um complemento de todas as que me antecederam, mas ela tem esse olhar da forma com que essas casas de apostas operacionalizam a sua forma de atuação, como elas afetam os consumidores e trazem as pessoas para dentro desse ambiente tão nocivo à saúde financeira e mental das famílias.

Então, eu vou iniciar aqui a minha apresentação, vou compartilhar aqui e a gente vai falar um pouquinho sobre essa experiência. Todos conseguem ver a minha primeira tela? Vamos lá.

Eu fiz aqui uma breve linha do tempo, mas ela já foi, inclusive, destacada aqui pela fala de outros dos participantes anteriores, que é a questão do tempo e do vazio normativo que a gente viveu durante o período entre a aprovação da lei, em 2018, e essa regulamentação que chegou – e é importante dizer que ela chegou de forma tardia. E aqui, o ponto central da minha fala é destacar como os consumidores foram envolvidos nesse processo; nós estamos aqui destacando uma ausência da participação da sociedade civil.

Como o senhor lembrou anteriormente, Senador, da forma como o Governo Lula proibiu os bingos em 2004, pelo dano que eles causaram à população – sobretudo aos idosos, que iam até essas casas para apostar presencialmente e perdiam tudo –, nós estamos falando agora numa nova realidade, em que essas pessoas tiveram a questão de jogos, de uma forma muito mais ampla, aprovada sem um debate com a sociedade.

Posteriormente houve uma regulamentação, cinco anos depois; quando um dano bastante significativo já estava em andamento, a regulamentação veio, sem a participação da sociedade. E agora, quase dois anos depois, nós estamos aqui novamente para falar do problema, porque a regulamentação se mostra, de alguma forma, insuficiente e a gente tem o escalonamento dos problemas, tanto no impacto da saúde – com as sobrecargas em hospitais e relatos de pessoas que admitem perder total controle sobre a sua capacidade de administrar essa questão – quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na parte financeira, com o superendividamento alcançando os maiores patamares já registrados no país.

Então, isso mostra, mais do que nunca, que, além do equívoco de ter aprovado uma lei sem debate – nós tivemos uma regulamentação que não alcança –, nós estamos atingindo os piores indicadores de impacto de saúde e financeiro, e esse problema não pode continuar nessa escala. Acho que isso... A gente vai discutir um pouquinho, nessa perspectiva, como essas 600 reclamações foram analisadas e o que elas ainda não apontam, mas dentro do que a gente tem discutido sobre a publicidade, sobre a participação de vários atores que atuam nesse segmento.

E ainda tem muitos que não estão nem sendo citados, mas a gente vai perceber agora, por essas informações, onde ainda existem muitos espaços em que precisa ser colocada uma lupa, mais bem debatidos. Dentro desse aspecto, o que a gente gostaria mesmo é que fosse suspensa essa atividade.

Aqui só, de novo, a gente traz as consequências: o impacto social, a tragédia humana dentro desse endividamento, dessa incapacidade de o ser humano sair sozinho desse processo, a ruptura social, a destruição de famílias, de lares, o impacto econômico, que é a maior dependência de crédito e o superendividamento em crescimento, e a questão dos casos mais extremos, de pessoas que dão fim à própria vida por não conseguirem driblar esse processo.

Eu acho que nesse quesito aqui, a gente falou da publicidade, mas eu teria até de acrescentar que, além do futebol, a gente tem outras esferas em que a gente vê que a publicidade está na mídia televisiva, nas redes sociais, mas ela está dentro do transporte público, ela está dentro dos terminais de trem, dentro dos metrôs. Então, esse ambiente está muito além do aparelho de celular, 24 horas por dia.

Nós estamos falando de um aspecto, ainda, que está muito capilarizado dentro da realidade das famílias, o que dificulta para a gente, de fato, combater essa atividade tão nociva à saúde financeira e psicológica das famílias, que vem fortemente como uma hospedeira: ela precisa de um ser vivo de atrativo para existir. Então, quando a gente associa o termo de apostas a entretenimento, um jogo de azar em que você vai ter um aspecto psicológico de acreditar se você tem sorte ou não, se você vai ganhar ou não, e chamar isso de entretenimento... Ou seja, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associar essa atividade a uma atividade efetivamente de entretenimento, que é o esporte, seja o futebol, ou outras modalidades que a gente pode acompanhar.

Esse levantamento foi feito entre abril e outubro de 2024. Na ocasião, eu levantei as reclamações e, olhem só, não existia naquele período um órgão oficial de acolhimento, as plataformas regulares não tinham nenhum espaço para cadastrar uma reclamação de uma plataforma de apostas. Eu recorri a uma plataforma privada, que é a Reclame Aqui, levantei as reclamações do que vinha acontecendo com essas empresas, quais eram as mais reclamadas, e aí cheguei aqui a esse cenário em que eu selecionei as 30 que tiveram maior destaque, 20 reclamações de cada uma delas, então analisei essas 600 reclamações.

Aqui, nesse quadro ao lado, estou pontuando uma tabela só para a gente ter uma ideia do que seria esse volume de reclamações nesses seis meses com a base constituída pelo consumidor.gov.br de todas as reclamações que foram registradas, nesse mesmo período, de todos os setores que estão cadastrados dentro do sistema. Então, se a gente observar aqui, nós tivemos, nesses seis meses, nessas 30 empresas, 43 mil reclamações no Reclame Aqui.

Eu estou falando da plataforma consumidor.gov. Mas quando a gente olha a plataforma consumidor.gov, se a gente olhar ali os dez primeiros, eles respondem praticamente com mais de 50% de tudo que foi reclamado. E olhando o primeiro e segundo colocados, ou seja, a gente está falando aqui, os bancos tiveram o maior volume de reclamação na plataforma consumidor.gov, com 98 mil reclamações. Na segunda posição, estão as operadoras de telefonia, com 56 mil reclamações.

Se as *bets* estivessem cadastradas dentro da plataforma consumidor.gov, esse volume que eu consegui levantar, só essas 30 empresas estariam ocupando o terceiro lugar. Só que naquela ocasião, nós tínhamos mais de 2 mil *bets* operando no país. Então, se fosse capaz de reunir todas as reclamações que foram produzidas por essas casas de aposta, nós teríamos provavelmente o setor mais reclamado pelos consumidores, em função das práticas que elas acumulam.

Aqui eu tenho só um pouco o *ranking*, quem são as 30 que foram selecionadas. O critério de classificação, que é apresentado aqui pela própria Reclame Aqui, que são as melhores e mais procuradas, só as mais procuradas, as melhores e as piores. E aqui algumas que ainda não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam em operação, porque eu trouxe os dados para comparar os últimos seis meses de 2024 com os mesmos registros em 2023 e em 2022. Então a gente observa que várias foram entrando, porque a ausência de regulamentação, como já foi dito aqui antes, promoveu uma entrada de várias instituições de todas as origens, de ilhas, de outros países que não têm uma regulamentação.

Então o que acontece com esse levantamento? Eu gerei aqui uma análise que me levou a 15 classificações sobre as ocorrências mais frequentes em todas essas reclamações. Então aqui, em primeiro lugar, obviamente a gente tem as reclamações voltadas à publicidade, propaganda enganosa e abusiva. Na segunda posição, bloqueios de contas sem justificativa e com saldos. Aqui eu não vou correr todas as 15, porque a gente tem um tempo limitado, mas eu posso deixar esse material disponível depois.

Eu vou me concentrar aqui nas quatro primeiras, porque entendo que essas aqui vão ter um impacto mais direto, mas não descarto a importância de analisarmos todas as outras, porque dentro dessas reclamações aqui, há uma série de violações do Código de Defesa do Consumidor, há uma série de violações aqui sobre a questão de falta de transparência, estruturação de produto, falta de fiscalização.

E eu diria até que um ponto sensível, porque quando a gente fala da reclamação das plataformas, a gente vai ler muitas reclamações que nem teriam que ser uma reclamação. Por quê? Porque quando uma pessoa está pedindo socorro, para ser atendida dentro de uma plataforma de reclamações, o que a gente não está enxergando ali é que ali não é um lugar adequado. Se a pessoa está dizendo que ela não está suportando mais esse relacionamento e ela precisa sair, talvez ela ainda não seja um caso para ser cuidada dentro de um serviço médico. Mas ela também não é uma reclamação. Então a gente observa que há lacunas, e precisaríamos ter uma entidade com olhar permanente ao que acontece dentro desse ambiente, que é cercado por várias questões, assim, com pouca transparência e que geram os questionamentos.

Aqui eu vou trazer um pouco desses primeiros casos a que eu estou me referindo, que são sobre a publicidade e a propaganda, muito do que já foi dito aqui. Então, eu trago aqui, eu peço até licença, porque eu não trabalhei os textos, estão exatamente com a forma como, no momento em que a pessoa estava ali emocionalmente afetada, escreveu a sua reclamação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu destaco a questão, a pessoa diz que em cinco meses jogando na plataforma, o objetivo dela era fazer uma segunda fonte de renda, e a plataforma não consegue gerar essa renda para ela. Então, ela diz que vendeu o carro para tentar sair desse tal ambiente e da fonte de renda. Então, a gente observa quanto a publicidade induziu essa pessoa a acreditar que este meio seria capaz de fazê-la gerar uma segunda renda, a ponto de se desfazer de um bem para se colocar dentro dessa situação. Esse é só um relato de centenas que trazem esse mesmo perfil de narrativa.

No caso das reclamações com um forte viés de dependência e de vício, eu trato que não seria um caso de uma reclamação, não há uma relação de consumo, ele está aqui quase pedindo socorro. Então, como a gente trata uma pessoa que está quase dentro, que talvez ainda não seja um viciado? Como eu poderia acolher, como eu poderia evitar que essa pessoa chegasse a esse limite, em que ela diz aqui que fez a aposta e que ela usou recursos que estavam destinados para pagamento de aluguel? Ela coloca aqui:

> Fiz aposta hoje, ganhava, tirava e botava, e isso se repetiu ao longo [...] [de mais um] dia [...] a *bet* rejeitou o último saque, valor de 400 reais, disse que eu ia bloquear a conta. Até aí, o.k., mas eu preciso do meu dinheiro para pagar o meu aluguel e eles sabem que muita gente como eu tenta a sorte com dinheiros de compromisso. Estou desesperada, preciso pagar ainda hoje, dia 01/10, meu aluguel, então, favor botar no meu Pix e nunca mais entro nessa plataforma.

Então, a gente vê promessas de arrependimento, de culpa. Esses relatos mostram a vida real das pessoas, como elas estão enfrentando isso. Então, ter uma publicidade proibida, "jogue com responsabilidade", "não jogue das seis à meia-noite", não vai impedir que essas coisas continuem acontecendo, é preciso ter uma fiscalização muito mais severa, para não dizer que é preciso proibir mesmo, porque isso aqui não traz nenhum benefício. É uma atividade, um segmento que não produz riqueza, não produz serviços, não produz emprego. A arrecadação dele não cobre os danos do que ele impacta na vida das pessoas.

Então, só dando continuidade aqui, de novo: "Segunda vez que faço dessa plataforma enganosa. Emprestei dinheiro para tentar ganhar, e minha água e luz estão no corte". Ou seja: é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pessoa que provavelmente usou o dinheiro de conta para pagar, para fazer apostas. Aí ele afirma que ganhou R$1,5 mil e que a empresa não paga.

Aí entram todos os critérios a que eu me referi naqueles outros pontos que foram analisados, que são assim: "Eu ganhei, mas a plataforma não me paga, ou retém", ou "Eu fiz um Pix e o dinheiro não caiu na plataforma".

A gente entende que o Pix é uma transação automática. Por que demora na plataforma da *bet* até dois dias para o dinheiro entrar para começar a operar jogos? Então, toda essa dinâmica de abusos que são praticados continua, mesmo após a regulamentação. Esse estudo foi feito antes, mas eu até, eventualmente, passo lá de novo para verificar. Está lá, continua acontecendo da mesma forma.

Deixe-me só avançar mais um pouquinho.

Aqui é nessa linha do que eu acabei de colocar, o bloqueio de conta sem justificativa. "Minha conta foi bloqueada. Eles pegaram o saldo e falaram que não vão devolver." Aliás, essa é uma recorrência porque há um discurso de que houve a identificação de uma operação indevida. É óbvio que, dentro desse ambiente, tem muitas tentativas de fraudes também, tem muita retenção de dados, tem operações que o consumidor alega não reconhecer que foram feitas. Chega ali e registra a reclamação. Às vezes, na resposta que é encaminhada através da própria plataforma de reclamações, o Reclame Aqui, simplesmente a empresa diz que foi por uma decisão comercial e que não haverá mais retorno do valor pago. E, às vezes, o valor vai além desse que foi o objeto questionado, às vezes saldos que já estavam em conta também não são devolvidos. Simplesmente, as *bets* respondem dizendo que foi objeto de uma operação fraudulenta, não devolvem e fica por isso. O consumidor, por ser uma operação de aposta, se sente intimidado a questionar esse tipo de cobrança em outras esferas.

Então, só para concluir aqui, essas 600 reclamações não são números, a gente precisa trazer isso para dentro dessas experiências humanas reais, não é uma estatística. São momentos em que o consumidor, ao entrar nesse ambiente de jogos, está exposto pela falta de uma estrutura que o vá acolher num caso em que há uma ausência de clareza dos mecanismos e regras estabelecidos para que essas empresas operem. Muitas delas, já proibidas no país,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguem driblar, entrar no sistema e são alcançadas pelos consumidores. Eles simplesmente não têm a quem recorrer.

Então, quando a gente discute a regulamentação e as esferas de competência da Secretaria de Apostas ou dos canais de reclamação... O canal de reclamação, em tese, não teria que alcançar esse tipo de problema, porque não é uma relação de consumo. Eu não estou comprando um produto, eu estou sendo lesado por uma instituição que explora o potencial de sorte de um cidadão em que o algoritmo, no caso dos jogos eletrônicos, tem uma interferência extremamente grande, em que as empresas administram o comportamento desse consumidor e estabelecem políticas de premiação, de bonificação, de ODS, que estão muito questionáveis em várias dessas reclamações. Há falta de clareza nessas regras também. É um ambiente que explora a vulnerabilidade dos consumidores e que deixa um ambiente extremamente vulnerável e com alto potencial de perda, ainda que haja um número grande de consumidores que dizem: "Não pode ter protecionismo porque é um ambiente de jogos".

Nesse sentido, eu estou já aqui destacando que, quando coloquei aqui a questão da portaria, ela ainda estava sendo discutida em vários aspectos e, nesse momento, a gente não tinha toda a clareza que temos hoje sobre as limitações, o cadastro para não se estar exposto – "eu não quero mais jogar" –, mas não por plataforma. Isso tem que ser algo que possa blindar toda a estrutura dos jogos.

Então, um ponto central que eu identifiquei nesse estudo é a atuação dos – eu estou até confundindo aqui, porque eu trabalho tanto com superendividamento e eu estou trazendo correspondente bancário – influenciadores nesse trabalho. O trabalho dos influenciadores não se reduz apenas à atividade da exploração das *bets*, eles estão dentro do sistema. Existem ali uma série de camadas de atuação de multiplicadores, do influenciador, que, por indicação, vai ser... Do influenciador não, do apostador, que, por indicação, também constitui uma rede que se beneficia disso. Então, a gente tem ali um organismo vivo, que, além da publicidade, essa estampada, é essa estrutura extremamente estruturada, com formadores de opinião sobre resultados, que também se alimentam dessa estrutura dentro do ambiente de apostas.

Esse mecanismo não está só restrito ao ambiente do futebol. Hoje os grandes eventos culturais, como o Carnaval, o Festival de Parintins, festas de rodeios, eventos sertanejos, grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

shows de rock, todos eles estão dominados pelo patrocínio das *bets*. Então, todos esses cenários estão extremamente comprometidos. Os estabelecimentos comerciais próximos a grandes estádios, os ônibus, os transportes públicos estão cercados de publicidade dessas empresas.

Nós temos hoje um ambiente em que... Eu vou falar agora até por uma experiência minha pessoal de ver pessoas, dentro do ônibus, apostando ali e jogando, porque a gente está falando dos eventos que têm maior impacto com os esportes, os joguinhos eletrônicos, dentro de um transporte público, onde um cidadão fica, às vezes, uma hora e meia, duas horas. Aquilo ali causa danos absurdos, porque ele vai usar para se distrair durante a viagem dele e ficar ali nas apostas. Eu já presenciei isso.

Eu já acolhi trabalhadores que vieram com problema de dependência, conseguiram sair, conseguiram ficar um ano sem jogar, mas com uma situação de superendividamento extremamente alta. E aí foi onde eu entrei para acolher e estruturar o seu endividamento, mas isso não acaba aí, por mais que ele tenha se afastado disso. Por quê? Porque hoje ele é um dependente de medicamento. Ele toma medicação permanente para controlar os impulsos de retornar ao ambiente dos jogos.

Então, veja, é uma situação que a gente está discutindo aqui que é irreversível se não for realmente banida ou muito asfixiada dentro do potencial risco que esse ambiente de jogos de apostas e jogos eletrônicos é capaz de trazer para a vida dos trabalhadores, dos cidadãos de modo geral.

Acho que vou concluindo aqui a minha fala, deixando um pouco essa reflexão sobre a aposta. Ela pode ser individual, mas o preço é coletivo. Nós estamos pagando através do endividamento das famílias, da doença mental que ela ocasiona. Nós estamos falando de um processo de superendividamento – como eu trouxe, nós tivemos aí os maiores índices de endividamento – que vem nessa esteira.

Então, quando a gente fala da sobrecarga na saúde – e aí nós lembramos aqui a defensora que falou no começo da nossa audiência sobre a sobrecarga na Defensoria –, a gente tem vários setores públicos que estão sendo sobrecarregados para acolher a demanda dessa atividade tão nociva à vida da sociedade, à economia, às finanças pessoais, à saúde mental dessas famílias, em benefício de um setor que só trabalha em prol do próprio lucro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu até agradeço – não sei se eu corri demais para cumprir o tempo – e fico à disposição para novos esclarecimentos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom! Que bom! Parabéns, Ione Amorim, Consultora do Conselho Diretor do Instituto de Defesa de Consumidores em Serviços Financeiros para o Consumidor.

É muito rico o material que você trouxe aqui. Quero deixar claro que vai ficar para os *Anais* daqui da Casa, todo esse material que você apresentou fica anexado. Além de esta nossa audiência ficar no YouTube para a eternidade, esses documentos ficam aqui para pesquisas de estudantes, de catedráticos, enfim. Foram muito importantes esses dados que a senhora trouxe.

E eu gostei muito da sua frase final ali. É isso, a senhora representou. A aposta pode ser individual, mas o preço quem paga é toda a coletividade. É um preço social muito alto, e a gente está vendo isso. A senhora está certa, eu concordo com a senhora, tem que proibir mesmo, e isso é possível. A sociedade precisa se unir e cobrar estes cidadãos aqui que estão eleitos e os que vão vir. Essa tem que ser a pauta, a população está com ojeriza a isso.

Eu lhe digo, porque é muito claro, o meu posicionamento é muito claro: eu sou de direita, sou conservador. Muita gente de direita acha "Não, mas tem que ter liberdade econômica para se fazer o dinheiro que quiser", mas aqui, meu amigo, tem as externalidades negativas para a sociedade, a gente tem que ter esse bom senso.

Eu sou totalmente contra, tem que proibir totalmente. E eu digo para você: esse assunto transcende direita e esquerda, quem é contra o Governo, quem é a favor do Governo. Você vê que eu sou Vice-Presidente da frente parlamentar contra a jogatina, e você sabe quem é o Presidente? Senador Humberto Costa, do PT. Nós estamos juntos para acabar com isso. Ele faz pronunciamento quase todo dia cobrando posicionamento do Governo, fazendo ações, e a gente está aqui para isso. Então, é muito importante.

Imediatamente, eu já passo a palavra agora para... Eu não vou errar seu sobrenome de novo, não; então, eu vou chamar Marcelo Vivas, que é Defensor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse sobrenome é de que país?

O SR. MARCELO DAYRELL VIVAS (*Fora do microfone*.) – É inglês.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É inglês. É "deirrio", é isso?

O SR. MARCELO DAYRELL VIVAS – "Deirel".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dayrell. Agora pronto. É difícil, porque a gente não...

É Defensor Público do Estado de São Paulo e Membro da Comissão da Saúde da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos.

Dr. Marcelo, muito obrigado pela sua participação. Obrigado à Defensoria Pública de São Paulo e à Associação Nacional pela sua presença aqui. O senhor tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para fazer as suas explanações.

O SR. MARCELO DAYRELL VIVAS (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Queria agradecer o convite, Senador, em nome da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos. A gente representa todos os defensores e defensoras públicas no Brasil e, tanto na área de consumidor, como a Luciana trouxe, como na área da saúde, o tema das *bets* tem chegado a defensores e defensoras públicas de diferentes formas, muitas vezes pelas famílias, na verdade, que chegam preocupadas e querendo alguma saída. Quando chega à área da saúde, muitas vezes é a família que procura; na área do consumidor, às vezes é a pessoa que quer organizar as dívidas que vai atrás. Quando chega à gente na saúde, é aquele desespero de mãe, esposa, filhos querendo saber o que podem fazer, como ajudar.

Na última audiência, trouxeram vários dados sobre o impacto das *bets*. Eu vou até repetir alguns que o meu colega trouxe, o meu xará trouxe aqui, mas a gente se preocupa muito porque, no tema de apostas, há grupos mais vulneráveis e mais expostos.

Se a gente pegar a faixa de 14 a 17 anos... Esse levantamento não pega abaixo de 14, é o Terceiro Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, que foi divulgado em 2025, com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amostra de 2023. Ele indicava já que 4% eram adolescentes de 14 a 17 anos. Se a gente pegar a faixa de jovens de 18 a 24 mais a faixa de idosos – esse final do bloco de 50 a 64 mais o de 65 –, dá quase 50% de pessoas que estão em grupos vulneráveis.

Se a gente olhar isso por anos de estudo, a gente vê claramente que 75% concluíram apenas o ensino médio ou menos; se pegar os com ensino fundamental só ou que não frequentaram a escola, dá 30% das pessoas que participam de apostas.

Pegando o quesito de raça e cor, praticamente 65% são pessoas pretas e pardas, que a gente sabe que é o grupo que, em geral, é de menor renda. E aí, olhando para a renda, 65% ganham menos do que três salários mínimos de renda mensal familiar – então, em geral, uma renda que vai manter quatro, cinco pessoas.

Esses dados são uma amostra de 2023, então agora, em 2026, com a maior divulgação, maior ampliação – divulgação em TV e tudo o mais –, é bem provável que isso esteja em números muito maiores, não é? A gente não tem dados tão atuais. A Ione trouxe um levantamento bem interessante, mas são dados ainda de 2024; então, provavelmente, hoje está muito pior o número de reclamações e queixas.

Olhando até as perguntas e comentários que chegaram, a Cirene, do Rio, e a Margarete, da Bahia, falam de proibir, porque não trouxe nada de bom. A gente fala sobre regulamentar, proibir propaganda, porque algumas proibições a gente acha que é luta perdida, então a gente pensa, às vezes, na Defensoria, assim: "Vamos buscar o menos, porque, de repente, a gente consegue, porque, muitas vezes, olhar para a proibição imediata não seja tão atrativo assim".

Se a gente pegar o grupo de adolescentes, a gente vai ver que 14% dos adolescentes já apostaram na vida e 10% apostaram no último ano e, pegando o que a gente chama de ludopatia, que seria o vício em jogos, se se pegar somente esse grupo que preenche critérios diagnósticos, a gente vê que 55% são adolescentes e 52% são pessoas que recebem até um salário mínimo, e a maior parte se diz usuário de *sites* de aposta *online*.

Então, no grande público de aposta, de dependência em aposta, a gente está pegando pessoas mais pobres, mais vulneráveis e, muitas vezes, mais jovens, além de a aposta estar focada no grupo de apostas *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, é importante a gente ver que não regulamenta somente o assunto a Lei das Bets. Se a gente pegar cada grupo vulnerável, cada grupo em especial tem uma regulamentação, tratados internacionais a que o Brasil é obrigado... A Constituição... A gente tem leis específicas; no caso de infância e juventude, a gente tem o ECA Digital, que entrou em vigor este ano. Há diversas medidas que o próprio arcabouço jurídico permite que sejam adotadas.

Então, uma das formas de possíveis atuações é monitorar dados, é restringir uma faixa etária, é fazer ações de formação e de educação, é formar educadores sobre isso e promover algumas limitações.

A Luzia, de São Paulo, perguntou por que não proibir comerciais de *bets*, como foi feito com o cigarro. É uma medida que a gente vê como essencial, assim como a proibição de comerciais de cigarros e bebidas alcoólicas, ou ao menos em determinados horários, foi essencial para reduzir o vício em tabaco. O Senador falou do uniforme, de tirar o nome das *bets* em uniforme, algo que seduz muito. Você vê aquele jogador ou aquele time de que você é fã com o nome da *bet* lá, mesmo que você nunca tenha ido atrás, você vai lá pesquisar o que é aquele nome que está lá. E aí você vê, é sedutor o *site*, você vai uma vez, tudo...

Eu nunca entrei em *site* de *bet*, mas eu estava fazendo uma comparação: eu fazia curso de línguas por esses aplicativos de celular, e, assim, é desesperador. Você não fez um dia, já vem a mensagem lá: "Você não fez um dia, você vai perder sua ofensiva". E aí vem eternamente, eu estou há 300 dias sem fazer a minha aula de língua e duas vezes por dia vem: "Você precisa voltar, os seus jogadores estão à sua frente". Isso porque é algo sobre línguas, na verdade, imagino como é ofensivo quando a gente fala sobre jogos.

E, se a gente for para os direitos das mulheres, há diversos relatos sobre o aumento da violência doméstica por vários motivos que envolvem apostas e jogos, sejam mulheres que são vítimas de violência porque elas mesmas jogaram, ou porque os filhos jogaram, ou porque o companheiro ou o marido jogou e perdeu naquele dia. Então você tem um relato de aumento de violência doméstica associado a práticas de jogos.

O mesmo a gente vai ver também com pessoas idosas, que muitas vezes têm uma menor habilidade ali para jogar, bloquear, e se seduz até por, às vezes, estar em dificuldade por perder emprego e, por ter tempo livre, acaba aderindo a essas plataformas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nos diversos grupos vulneráveis, que é o nosso grande público da Defensoria Pública, a gente vê diversos pontos que precisam de atenção: garantir uma proteção especial ou reforçada; um tratamento diferenciado; ser grupo prioritário em políticas públicas; esse dever do Estado em proteger e usar os próprios mecanismos digitais para evitar que crianças tenham acesso, que a partir de determinada porcentagem de uso da sua renda você não possa mais jogar; garantir o atendimento e o acesso à Justiça; um atendimento humanizado integrado na rede de saúde; e a questão da vedação à discriminação.

E aí, olhando para o SUS, olhando para a área de saúde – e é uma área que é muito cara à gente da Comissão da Saúde, a gente tem um grupo de defensores que atua muito nisso e é um tema que para mim é muito caro, eu fiz a minha dissertação sobre políticas e normas em saúde mental –, a gente tem hoje uma rede de saúde mental posta nos últimos 25 anos, desde a Lei 10.216, que é composta pela Unidade Básica de Saúde, que é aquele posto do bairro mais próximo; pelos Caps em seus diferentes tipos – álcool e drogas, infantojuvenil e o Caps geral –; você tem as UPAs para atender urgências, casos de suicídio e coisas parecidas; você tem o Samu... Mas existe uma coisa muito nova ainda sobre o tema de vício em jogos.

O Prof. Hermano, da USP, veio aqui na última audiência – eu fui aluno dele. Ele já falava isso em 2014, já mostrava que o mecanismo da dependência no cérebro é o mesmo do vício em drogas, é o mesmo do vício em cigarros, mas era algo muito restrito em 2014, era jogo do bicho, o bingo proibido, era ser acumulador, vício em sexo, eram alguns vícios ali. Hoje, com as *bets*, isso democratizou de uma forma muito negativa. E não necessariamente as redes de saúde e de assistência estão prontas para isso, não só porque falta conhecimento, mas também porque a demanda já é muito grande.

Num Caps, por exemplo, você precisa criar um grupo diferente para tratar desse tema; numa UBS, você vai criar outro horário para isso. Não adianta você ter um grupo de dependências e colocar o usuário de *crack*, o usuário de álcool e o jogador crônico. Quando você coloca o usuário de drogas ilícitas e de lícitas, um já não se identifica com o grupo, e é difícil falar; se você sair da parte de substâncias e for para outros vícios, menos ainda vai ter identidade ali. Embora a gente tenha política atual, guia, tudo, ainda é algo muito novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala sobre suicídios, que faltam leitos, de fato, para atender suicídios, embora as UPAs já atendam, eu acho que um grande desafio que a gente tem é o próprio acolhimento na rede de saúde. A gente tem a dificuldade do preconceito da pessoa, da família e do profissional, às vezes, de atender aquela pessoa que atenta contra a vida. E você tem o depois da alta. A pessoa tentou praticar o suicídio, tem a internação, e que rede é essa que, depois da alta, vai acolher, receber e dar continuidade ao tratamento? E como é que se acessa essa rede?

Eu acho que o grande desafio que a gente tem – e eu coloco para a Defensoria Pública – é a questão de fortalecer o nosso papel também em educação, em direitos, porque acho que isso ajuda a vencer preconceitos, acho que as pessoas passam a se ver e a se identificar.

Acho que um tema que a gente enfrentou nacionalmente, enquanto país, é a questão do uso de álcool e outras drogas. Em 2012, as pessoas tinham vergonha de falar disso, governantes tinham vergonha de investir nesse tema, e hoje é um tema de saúde pública: as famílias falam, procuram e entendem como de saúde, e não como mau-caratismo ou sem-vergonhice da pessoa. Isso a gente encara, hoje, como algo da saúde, e acho que, sobre o vício em jogos, a gente ainda não tem essa compreensão e reconhecimento.

A questão da educação financeira, sobre a qual alguém perguntou... A Cristiele, de Minas, falou da educação obrigatória nas escolas. É uma forma, sim, de prevenir o superendividamento, para a pessoa se organizar, saber em que ela está entrando, saber como que se organiza uma *bet*, qual é o fim dela. Aquela lógica que a gente ouvia dos nossos mais velhos, de que a casa sempre ganha, é essa lógica que a gente precisa repetir.

Essa parte que eu falei do preconceito e da educação em saúde mesmo, é também sobre saber onde procurar. Eu acho que, a partir do momento em que a pessoa não vê aquilo como um vício – e mesmo que veja –, ela não acha que é na saúde que ela vai. Ela pensa na saúde quando já está a situação de um quadro de transtorno mental, de um risco de suicídio, mas, lá no começo, quando começa um comportamento um pouco mais compulsivo, ela não pensa isso como algo a tratar e a falar na UBS, falar com o seu agente de saúde

E a questão sobre direitos. A forma como é colocada nas redes sociais ainda tem aquela conotação de algo meio proibido, meio ilícito, então a gente não acha que a gente tem direito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ir atrás. Quem vai atrás é na situação em que muitas vezes perdeu tudo já. A pessoa não sabe onde procurar ajuda.

Quando chega à Defensoria, nessa parte em que a pessoa procura porque ela está com dívida, é na situação em que a pessoa não tem como comprar comida, não tem como pagar aluguel. Não é que está comprometendo o orçamento, é que já comprometeu tudo, já tem dívidas, já vendeu carro, já pegou com agiota, está com o nome sujo e já fechou todas as portas.

Quando a família procura também na área da saúde, é na situação quando vê que está vendendo as coisas de casa, está tendo violência doméstica, não está indo trabalhar, passa a noite jogando, não toma banho. É uma situação que já está muito grave. Então, quando a pessoa pede ajuda, já talvez seja muito tarde. Então, por isso que eu fiz... Essa parte de educação em direitos pode permitir que a gente chegue antes, que a gente chegue com algo um pouco mais preventivo. Não acho que é como deveria ser, Marcelo, de chegar lá atrás na prevenção mesmo, eu acho que a gente chega já naquela parte de reabilitação, sabe? Teve o acidente, a pessoa perdeu a perna já, você precisa reabilitar para trabalhar. Então, já chega muito tarde.

E eu vejo que... A Defensoria de São Paulo, que é a maior do Brasil hoje, com 900 defensores, a gente está com 20% dos municípios de São Paulo. A gente não atende 80% dos municípios com defensores. A gente atende com convênios. Então, para você pensar em educação em direitos, se você não organiza isso – ou Defensoria, ou município –, e não enfrenta isso de fato como uma pauta da saúde e de consumo, você fechou todas as portas. E aí a saída da pessoa vira: "Eu vou pensar em me matar, porque aí minha família não é cobrada".

Eu passei acho que bastante do tempo, mas obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bom... Aqui eu fui passando o tempo, eu fui passando o tempo aqui, porque eu acredito no seguinte... Nós já fizemos, Dr. Marcelo, várias audiências públicas nesse sentido, dezenas. Agora, nenhuma, eu acredito, foi tão rica, em termos de consequências, como esta. Porque nós fizemos uma na semana passada, aqui é a continuação. Ouvimos o quê? Umas seis, sete pessoas, sete especialistas, na semana passada, mais ou menos. E hoje mais esse número. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que a gente tem aí uma massa crítica muito importante para que a gente tome a decisão. Porque durante aquele processo de "libera, não libera, regulamenta, não regulamenta, como é que vai ser", a gente fez várias, e os alertas foram dados. Agora, com a tragédia estabelecida, a gente está vendo que precisa correr.

Então, muito obrigado. Foi muito importante. Esses seus dados ficam conosco aqui. Parabéns pelo trabalho.

Vamos sequenciar. Nós temos duas pessoas para ouvir e, como é uma audiência pública, nós temos aqui uma pessoa que pediu a palavra, de uma instituição. A gente vai dar a ela depois para fazer considerações. É uma audiência pública, para ouvir a sociedade. Então, a gente está aberto a ouvir aqui a sociedade. É para isso.

É até para quem quiser defender também. Audiência pública é para isso. "Não, tem que ter, tem que ter jogo...". Vem! Nessas horas... Na época da legalização vieram em peso e foi com torcida organizada, inclusive. Eu, obviamente, deduzo que deviam ter algum tipo de remuneração, porque não tem cabimento, como é que você vai... Há pessoas que querem isso. A pessoa está... Nós estamos vendo aí essa pandemia acontecendo. Não tem como. Não tem como alguém defender isso, a não ser que esteja ganhando. Mas vamos lá, vamos lá.

Eu queria ouvir agora a Jessica Lobo. A Jessica Lobo é cearense, mas morava em São Paulo. Ela vai contar a história dela. Teve que voltar, às pressas, de São Paulo. Por quê? Vocês vão entender. Hoje está radicada lá no interior do Ceará. Ela se autointitula desinfluenciadora de jogos do tigrinho. A vida dela estava resolvida lá, crescendo profissionalmente. Aí aconteceu um problema na família, ela teve que voltar e lá se deparou com uma realidade que jamais imaginava, de um ente querido. Ela largou tudo em São Paulo e disse: "Olha, o negócio está muito mais sério do que eu imaginava. Tem outras pessoas próximas aí, amigos". E começaram a chegar relatos. Teve aquele caso que eu queria que você contasse, lá de Santa Catarina, em que você teve que entrar na linha, de madrugada. E essa é a realidade.

A Ione trouxe aqui falas de pessoas que entraram no sistema e escreveram: "Pelo amor de Deus, me ajudem a recuperar os R$600. Peçam para me devolverem R$600, pelo menos R$600. Eu gastei tudo, mas pelo menos R$600, para eu comprar comida. Eu prometo nunca mais entrar nisso". E muitas pessoas começam com aquela coisa de "Ah, vou apostar um pouquinho aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque isso aqui... Vou ganhar uma graninha aqui, quero ver como é que é". Aí tem a sorte do principiante. Não é sorte de principiante, não, ali é tudo programado. A pessoa ganha e vai se viciando. É a dopamina, é aquela coisa do visual, é aquela coisa da felicidade momentânea... felicidade não, prazer momentâneo. Depois está envolvida e não consegue recuperar o que perdeu. Aí começa aquela corrida para recuperar e vai perdendo mais, mais, mais e mais, vai pedindo dinheiro emprestado, vai vendendo as coisas de casa, vai se separando porque o marido diz: "Essa mulher só quer saber de...", ou vice-versa, né?

Jessica, muito obrigado por você ter vindo a Brasília, eu sei que não foi fácil você chegar até aqui, mas, muito obrigado. Você tem dez minutos, com a tolerância da Casa, para fazer o seu testemunho, as suas colocações, que eu acho que são mais do coração e da alma do que dados técnicos. Então, muito obrigado.

A SRA. JESSICA LOBO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Sou Jessica Lobo, sou cearense, irmã de Ângela Maria. No dia 12 de dezembro de 2023, às 9h da manhã, a minha irmã decidiu não viver mais, e deixou a gente numa lacuna sem resposta, porque a gente não sabia por que ela decidiu não viver mais. Eu recebi uma ligação da filha dela, de 11 anos na época, desesperada, e para mim foi assustador porque me pegou no impacto: "A minha mãe morreu, tia, me ajuda, minha mãe, a minha mãe". E a única coisa que passou na minha cabeça foi: ela descobriu uma doença, achou que a minha mãe não ia mais suportar e resolveu partir. E assim eu fui organizar minhas coisas para ir de São Paulo para o Ceará, para poder me despedir da minha irmã.

E, quando eu cheguei à minha casa – engraçado que o cenário se repete em todas as casas, Senador, de quem se envolve com jogos –, quando eu cheguei à minha casa, passei por aquele momento de ver a minha irmã, toquei nela, perguntei por que ela fez aquilo com a gente. Entrei, fui lavar minha mão, e não tinha água na torneira; aquilo para mim já foi bem assustador. Olhei para o armário, tinha uma sacola com algumas coisas de mercado, e a minha mãe falou: "Foi Sandra que trouxe". Aí eu peguei a sacola para guardar. Quando eu abri o armário, o armário estava vazio, e, a cada passo que eu dava dentro da minha casa, eu não reconhecia a minha casa, porque, como uma família pobre, Senador, na minha casa, a gente sempre priorizou comida, meu pai e minha mãe sempre priorizaram comida, e naquele dia não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha comida na minha casa. E a minha irmã cuidava de todas as finanças da minha mãe. A minha mãe era funcionária pública, hoje aposentada, com quase 59 anos – dia 30 agora, minha mãe faz 59 anos –, e a minha mãe perdeu meu pai muito cedo – meu pai morreu com 47 anos –, minha mãe perdeu mais dois filhos, então só restavam eu e minha irmã; éramos quatro, e, como eu vim embora para São Paulo, a minha irmã tomava conta de tudo em casa. E ali nada para mim fazia sentido, não tinha água, não tinha alimento, e, cada vez mais que eu andava na minha casa, eu não entendia o que estava acontecendo.

Uma das coisas que me chocou foi que a minha irmã se corrompeu de uma forma que eu não a reconhecia. Ao longo de quando eu fui entendendo o que estava acontecendo, eu entendi que o jogo corrompeu a minha irmã e a transformou numa pessoa irreconhecível.

Quando a minha prima me entregou o telefone da minha irmã, falou assim para mim: "Eu preciso conversar com você. Abra aqui o aplicativo dela do banco, da Nubank". E aí, quando eu entrei, eu vi várias transferências de contas da minha mãe para ela; e dela para uma casa de aposta. E aí eu peguei o telefone dela e fui procurar, ela tinha apagado tudo. A gente conseguiu recuperar algumas coisas e eu encontrei o grupo de que ela fazia parte – porque a casa de aposta fez ela entender que ela era uma pessoa que já entendia o jogo, eles a nomearam como uma pessoa VIP dentro do jogo. E aquilo a induziu a continuar ali, porque ela pensou: "Já descobri o macete, já sei ganhar dinheiro".

Eu voltei as conversas lá para agosto – que foi até onde me permitiu voltar – e eu fui vendo ali uma enganação surreal, uma lavagem surreal. Por quê? Eles a fizeram entender que ela tinha que ter um limite de saque, porque ela já entendia o jogo. Então, para sacar, ela tinha que ter de saldo R$5 mil. E aí ela ia depositando, ia perdendo; quando chegava próximo, ela ia lá e reclamava – ela ia lá e reclamava –, e aí eles baixavam aquele saque para R$1 mil, para ela poder continuar. E, assim, a levaram ali dentro até o dia 12 de dezembro de 2023 – e, por incrível que pareça, naquele dia, o único dinheiro que a minha irmã conseguiu foi R$20. E, mesmo assim, ela acreditou que, com R$20, ela iria recuperar tudo o que já havia perdido; e, antes de tirar a própria vida, ela depositou R$20 e jogou. (*Manifestação de emoção.*)

Conhecendo a irmã que eu tive, a pessoa que me criou, a pessoa que trabalhou desde os 13 anos para me sustentar – era mãe solo, mãe de três filhos –, o jogo trouxe para minha vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma luta que, hoje, eu não posso falar que tenho prazer, mas que eu consigo lutar. Não falo que eu sou feliz aqui – porque, para estar aqui, eu tive que perder a minha única irmã que me restava –, mas eu tenho que estar.

Então, eu decidi ouvir a minha irmã, porque ela deixou um áudio para aquela casa de aposta, dizendo que ela iria tirar a própria vida, mas que iria alertar outras pessoas antes de aquilo fazer. E aquele áudio ecoou na minha cabeça por várias vezes, até que eu decidi fazer a minha primeira *live*, levar para as redes sociais, fazer aquilo que ela não conseguiu. E me chocou, porque eu encontrei várias Ângelas Marias; eu encontrei várias mães, vários pais, vários filhos, vários irmãos, todos dentro do mesmo vício. Todos na mesma narrativa, que acreditaram em um influenciador, que acreditaram em uma mensagem que veio pela operadora de telefone, que acreditaram em uma proposta, em uma oferta, e estavam à mercê do fim da vida.

Então, eu entendi que o meu caminho era aqui, que eu tinha essa missão, que eu tinha que lutar por essas pessoas, que eu tinha que fazer alguma coisa por elas, e eu dei início aos grupos de apoio. Por incrível que pareça, Deus me abençoou, Ele me encaminhou para o caminho certo e Ele colocou... As primeiras pessoas que Deus colocou no meu caminho foram as pessoas que resolveram, de fato, lutar para sair dali; porque não é fácil, eu confesso para vocês que não é fácil. Eu não vivo o jogo, mas eu vivo a ressaca dele: eu perdi a minha empresa, eu perdi o meu trabalho, a minha mãe perdeu a casa.

Então, só me restou isso aqui. Só me restou lutar, dar voz para essas pessoas que se sentem silenciadas, para essas pessoas que não têm apoio 100% de um sistema, para essas pessoas que são silenciadas pela vergonha que elas têm de escancarar o que elas vivem.

Então, essas pessoas que chegaram até mim decidiram lutar para se salvar e lutar para salvar vidas. Hoje está aqui comigo uma dessas pessoas, que eu tenho muito orgulho de ter ao meu lado e que, há quase dois anos, é meus pés e as minhas mãos naqueles grupos. A gente enfrenta muita coisa, a gente escuta diariamente muitas histórias.

Inclusive, eu quero mostrar para vocês o que chegou para a gente ontem. É assustador, porque parece que, com o tempo, com a regulamentação, com tudo o que o Governo vem fazendo, parece que acabou, mas não. A gente está na ponta do *iceberg,* a gente não conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabar com 1% do que os jogos fazem. A gente está conseguindo camuflar o que os jogos fazem, essa é a verdade.

Eu vou pedir permissão para mostrar para vocês este áudio.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

A SRA. JESSICA LOBO – Essa é a realidade de muitas pessoas hoje no Brasil.

Respondo também aqui a Mikeias, do Paraná, que perguntou se a regulamentação atual protege os menores de idade contra as apostas. Eu quero apresentar para vocês o José Matheus, de 16 anos, do sertão central de Quixeramobim, no Ceará, que tirou a vida no dia 5/11/2024, após perder R$20 mil da mãe para as *bets*. Então, não, nós não estamos protegendo as nossas crianças e os nossos adolescentes.

O futuro do nosso país está se envolvendo com jogos, com apostas, porque estão vendo influenciadores, estão vendo nomes do nosso futebol brasileiro, entre um jogo e outro, entre uma copa e outra, trazerem casas de apostas, trazerem lançamentos, trazerem ganhos, e a gente está perdendo as nossas crianças. Então, eu acredito que não, a gente não está conseguindo proteger o nosso futuro, que são os nossos adolescentes.

Eu acredito, Senador, que, se esta Casa, assim como o nosso Presidente, de fato, quiser fazer alguma coisa pelo nosso povo, dá para fazer.

Hoje eu tenho 21 grupos de apoio, com quase 10 mil pessoas, pessoas de todos os estados, todas as raças, cores, idades, sexualidades, inclusive a gente tem gente de fora do país também, que sofrem. E eu repito para vocês: eu ainda estou na ponta do *iceberg*. Todos os dias, a gente recebe histórias como essas, relatos. A gente ajuda pessoas com alimento, porque a gente conhece a história de verdade.

Eu quero agradecer aos colegas aqui que trouxeram dados. E parece que foi combinado, porque todos vocês trouxeram dados, e eu optei por trazer a realidade do povo.

Eu queria pedir para vocês passarem um pouco de depoimento. Consegui alguns depoimentos hoje nos grupos. E eu quero que vocês conheçam um pouco da realidade do que os jogos fazem com as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. JESSICA LOBO – Vocês conseguem perceber que a história se repete e que todos ressaltam a influência da divulgação?

Então, hoje a minha vinda aqui, Senador, é exatamente para falar sobre a divulgação, que precisa ser proibida para ontem, porque são exatamente os grandes influenciadores que acabam levando as pessoas a voltarem a jogar. E eu falo isso porque a gente faz um trabalho nos grupos e, às vezes, a pessoa está ali há três, quatro meses sem jogar, e aí ela vê uma divulgação, vê um influenciador, daqui a pouco ela recai e volta desesperada.

Quando nós discutimos a publicidade de aposta, nós não estamos discutindo apenas o *marketing*, estamos discutindo uma indústria que alcança pessoas vulneráveis 24 horas por dia, dentro do celular, muitas vezes, usando a imagem de atleta, artistas e influenciadores que transmitem confiança. Essa é a verdade das apostas.

A minha irmã não teve uma segunda chance, a minha família não teve a oportunidade de levar a minha irmã a um psicólogo, a um Cras, a lugar nenhum. A única coisa que nos sobrou foi velar e enterrar, sem ao menos saber o que estava acontecendo nas primeiras horas. Mas eu acredito, Senador, que milhares de brasileiros esperam essa segunda chance, milhares de famílias clamam por essa segunda chance. E, verdadeiramente, eu acredito que, se a gente conseguir barrar as divulgações, se a gente conseguir barrar a influência dessas pessoas que eles usam para lucrar em cima da desgraça alheia, nós vamos ter um grande avanço.

O Brasil não precisa mais de apostas, o Brasil precisa de proteção, e a proteção tem que sair daqui desta Casa, porque, quando a gente vota, a gente acredita que os nossos Parlamentares estão ali para nos proteger. E é com essa voz, com esse pedido que eu peço, no mínimo, que a gente acabe com as divulgações para ontem ou o nosso caos vai ser maior no Brasil.

Quero agradecer o espaço, quero agradecer o convite, agradecer aos amigos que trouxeram importantíssimos dados para complementar. Eu acredito que a gente vai ter uma grande conquista a partir desta audiência de hoje. Eu acredito que a gente vai conseguir falar não só com Parlamentares, mas eles vão nos ouvir e ouvir tudo o que a gente trouxe como seres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos, porque esta é uma questão humana: você ver o sofrimento do outro e você sentir. Não é só sobre ser político, é sobre ser humano e usar a influência da política para fazer o bem para a sociedade, está certo?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Entendeu? Vocês entenderam por que esse vício é uma droga? É uma droga – é uma droga. E é uma droga que você não tem que sair daqui para comprar numa boca de fumo, é uma droga que está aqui ao alcance direto, em casa, instantaneamente em casa. Depoimentos fortes aqui foram colocados.

Meus sentimentos, Jessica, pela perda da sua irmã. Meus sentimentos.

Naquele áudio ali daquela senhora, a gente percebe na alma o desespero, não é? Eu não sei, espero que ela tenha sido acolhida, que tenha tido uma intervenção de pessoas boas ali, porque aquilo é um passo para a pessoa tirar a própria vida.

Por isso é que a gente precisa de muita compaixão, de muita empatia nesse momento, porque um instante, um pedido de socorro, o sinal... Eles dão sinais, não é? A gente tem que aproveitar e ir lá, porque isso está acontecendo em milhões de famílias hoje no Brasil. E, quando eu vejo essas *influencers*... Tem uma famosíssima que esteve aqui no Senado, sentada aqui, na CPI das Bets, Senador batendo foto com ela. No jogo da Argentina contra Cabo Verde, ela fez uma *live* dizendo: "Olhe, aposte. Eu tenho certeza de que o Vozinha [que é o goleiro] vai segurar, Cabo Verde vai... Olhe aqui a razão, a proporção. Você vai ganhar muito dinheiro". Aí no final diz: "Mas olhe, aposte com responsabilidade". O Governo tem essa propaganda também, é um incentivo. "Aposte com responsabilidade", que história é essa, rapaz?

É um negócio surreal, tem que acabar com a publicidade, e é para ontem, isso aí é para ontem. Vai no decreto, faz uma portaria! O que é que estão esperando? É porque tem muito dinheiro, tem muita gente ganhando com isso – gente importante. Acabem com isso. Uma portaria e acabou, não pode *influencer*, jogador de futebol... Inclusive, essa menina é namorada, casada, sei lá o que é, com um jogador de futebol famosíssimo do Brasil, jogando a Copa do Mundo, titular. É uma combinação explosiva isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pessoa vai, quando vê no time, Flamengo, Fortaleza, Eduardo de Salles, quando vê ali na camisa "cassino *online*", não sei o que, *bet* não sei o que, a pessoa vê e fala: "Poxa, eu acho que eu estou ajudando o meu time fazendo isso". É normal o meu time, que é o amor da minha vida... Para muita gente o time é o amor da vida da pessoa, ele coloca o nome do filho, o nome do jogador de que gosta, o nome do fundador. Quantos Alcides Santos tem lá no Ceará, que é o fundador do Fortaleza? Tem, lá na minha cidade, na minha terra, quantas pessoas com o nome de Alcides Santos, porque é a tatuagem do Fortaleza que não sai nunca? Aí, o cara vê: "Meu time está botando ali na camisa, está fazendo propaganda, os meus atletas... Ah, isso é coisa boa". O cara faz automaticamente.

É uma irresponsabilidade de um dirigente fazer um negócio desse, e aí o Eduardo de Salles vai explicar a bolha que está se criando, que está estourando, desse mercado do futebol, que é a paixão nacional, que é o meu *hobby* aqui. Nos poucos momentos de lazer que a gente tem com a família, eu assisto ao futebol, eu adoro futebol. Estamos perdendo isso, estamos perdendo ali, é tudo combinado, muitas vezes fica combinado o resultado do jogo por causa de *bet*, além de os clubes estarem causando esse grande vazio nas pessoas, em vez de causar alegria, em vez do esporte que é feito para unir.

Então, eu queria aproveitar a fala da Jessica... Nós vamos ouvir o Eduardo, mas antes eu queria ouvir uma pessoa que eu peço à TV Senado, gentilmente, para não filmar, que está aqui no plenário e foi citado. A Jessica não falou o nome dele, é uma pessoa que ajuda esse movimento de resgate, esse movimento humanitário para tentar esclarecer as pessoas, buscar evitar mais tragédias. É o Douglas, que trabalha com a Jessica. Eu vou passar a palavra para ele, mas peço à TV Senado que mantenha a câmera aqui na gente. Ele está aqui nesta audiência pública, mas pediu, e a gente compreende perfeitamente, para poupar a sua imagem.

Douglas, muito obrigado pela sua presença aqui, pela sua coragem de se posicionar. Está certo? Você tem um tempo para dar o seu testemunho, o que aconteceu na sua vida, e alguma fala que você tenha para esta Casa, para estes Senadores, para este Governo, porque isso vai chegar às pessoas aqui, tenho certeza. Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não queria falar, não vou mentir para vocês. A Jessica... Primeiramente, eu quero agradecer a Deus por ter colocado a Jessica Lobo na minha vida, porque eu sei que é muito triste a perda que ela teve da irmã dela, o sofrimento com a Ângela, com a família, mas o projeto salva vidas, e eu sou uma prova viva disso, entendeu?

Eu sou um pai de família, tenho três filhas, sou casado, e o jogo me levou praticamente tudo, entendeu? Tudo que vocês pensarem ele tira do ser humano. (*Manifestação de emoção.*)

Desculpem-me, mas vocês ouvem o áudio que a Jessica postou agora há pouco, e é todos os dias isso, todo santo dia. Eu estou sem jogar dentro dos grupos, junto com a Jessica Lobo. Há um ano e onze meses eu estou indo. Eu a conheci hoje, tive o prazer de conhecê-la hoje pessoalmente. E, desde a hora em que eu cheguei aqui, cada coisa que vocês falaram aí, eu ia ligando ali os pontos, que nem o rapaz aqui do Ministério Público falando, divulgando que são pessoas negras, pardas, que a gente tem 70% da escolaridade no segundo grau, faixa de renda de até três salários mínimos ou menos... E é basicamente isso, pessoal, entendeu? Atinge mesmo, atinge todas as classes, mas quem mais sofre é quem tem menos condições, entendeu?

Eu tenho situações de pessoas que têm cartão do Bolsa Família na mão de agiota, entendeu? Eu tenho mãe de quatro, cinco filhos que faz empréstimo em conta de energia para apostar. E a pessoa não faz porque quer, ela está num vício, que às vezes pode ser pior do que o vício da droga, porque ele está do seu lado. A droga... Se você for ali comprar uma quantidade de droga e usá-la, você vai passar mal ou alguma coisa e vai parar. Você não gasta R$50 mil de droga numa noite, e eu tenho situações de pessoas que gastam isso sozinhas, porque o seu companheiro é o seu celular que está ali, entendeu? Então, é uma destruição total.

E o paliativo vai ajudar? A longo prazo pode ajudar. A questão de falar: "Vamos proibir a divulgação"... Eu vou dar um exemplo meu: eu sou um apaixonado por futebol, sou tricolor também, sou tricolor do São Paulo. Sou apaixonado e fiquei um ano e meio sem olhar uma partida de futebol, um ano e meio sem ver uma partida de futebol, entendeu? E eu não compro uma camisa do meu time mais, eu não tenho coragem de usar uma camisa do meu time, porque acabou. O que eu vou fazer, entendeu? Eu perdi tudo, eu perdi casa, carro! Graças a Deus, eu não perdi minha família, e estive próximo de perder minha vida, entendeu? (*Manifestação de emoção.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é assim como eu vejo nos grupos, todo santo dia.

Então, gente, eu vou falar para vocês: é a ponta do *iceberg*, e as coisas são mais sérias do que parecem, muito mais sérias. Vocês podem entender isso, e os dados não mostram a metade. Nós fizemos uma vez um levantamento – só para finalizar –, num dos nossos grupos, com 70 pessoas, 70 trabalhadores, e todas as pessoas no grupo, 70 pessoas, relataram lá comprovadamente que essas 70 pessoas, só elas, gastaram mais de R$15 milhões em casa de apostas, entendeu? Aí vocês imaginam as pessoas que ganham R$2 mil, R$3 mil, R$4 mil, R$5 mil, R$10 mil, R$15 mil: é uma destruição total! Tem pai e mãe que tiram da boca dos filhos, tiram da feira, do supermercado, ficam sem água e sem energia, porque não conseguem se controlar, entendeu?

As situações que acontecem do Governo, que é a regulamentação: "Vamos melhorar!". Não vai melhorar, vocês estão piorando. O bloqueio ajuda demais, mas ele ainda é falho. O bloqueio é falho. As pessoas solicitam o bloqueio, pedem autoexclusão, que é para acontecer em determinada quantidade de dias, e as casas de apostas não fazem isso; demora dois, três meses, e a grande maioria das casas de apostas deixa uma quantidade de pessoas sem bloquear, mesmo as pessoas tendo solicitado a autoexclusão – as casas regulamentadas. Na hora em que a gente vai para as casas chinesas, a destruição é maior ainda, porque não tem regulamentação, as pessoas infelizmente estão no vício, saem de um e pulam para o outro.

Qualquer um de vocês que abrir uma rede social de vocês aí agora e colocar *bet* no seu Instagram vai passar a semana todinha vendo anúncio de propaganda de casa de aposta. A semana inteira, entendeu? Eles ligam para as pessoas. Quando a pessoa fica sem jogar, eles ligam, telefonam: "Por que você não está jogando mais? Tem um bônus lá para você". Quer dizer, imagina isso para um viciado. Eles telefonam, gente, não é brincadeira. Eu recebi várias e várias ligações de casa de aposta: "Ué, mas por que não está? Tem um bônus para você". Vem cá, volta para cá!". Entendeu? E é isso que funciona.

E, infelizmente, as pessoas tiram da sua mesa. Eu tirei da mesa da minha casa, da minha família, entendeu? Não tenho vergonha de falar para vocês aqui. Queria poder expor meu rosto, mas não posso fazer isso. Mas eu tirei da boca das minhas filhas e da minha esposa para apostar. E, assim, eu não sei por quê. Eu não sei, entendeu? Mas eu tirei, né? Eu consegui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

literalmente destruir a minha vida, entendeu? Eu estou reconstruindo hoje. Graças a Deus que eu estou com a minha esposa, com minhas filhas, que são as únicas pessoas que sabem onde eu fui parar e a minha amiga Jéssica e as pessoas que estão no grupo. Nesse período todo, eu nunca contei para ninguém, entendeu? A não ser nos grupos, sobre o que eu passei, né?

Mas até hoje ainda eu tenho... Em grande parte, eu não utilizo dinheiro, praticamente. Eu não tenho acesso, praticamente, às minhas contas bancárias, porque eu não quero voltar para onde eu saí, para onde eu estava. Então, praticamente, eu tenho muito pouco acesso, supervisionado pela minha esposa, entendeu? Porque eu não vou mentir, eu tenho medo de, às vezes, eu ainda recair, porque eu não tinha dinheiro mais para fazer tratamento, eu não tinha para onde correr, entendeu? E, quando a gente entrou, que a gente viu a situação que estava... O que a gente consegue fazer é tentar ajudar as pessoas. É tentar um bloqueador, é tentar ajudar com o alimento aqui, outra coisa ali. A gente tem que ter um cuidado até para comprar um alimento para uma pessoa que está numa situação dessa, porque você não pode mandar o dinheiro para ela. Eu, na porta do mercado quando eu estava fazendo compra, peguei o dinheiro para apostar. Então, o ser humano, gente, quando ele está nas apostas... A ludopatia, que nem o senhor falou, Senador, é uma destruição total.

E outra coisa, só para finalizar. Hoje, o senhor citou a questão de Senador tirando foto. Eu moro aqui em Brasília, acho que é a terceira vez que eu venho aqui, não vou mentir para vocês. E eu encontrei essa pessoa, que é uma pessoa que eu admiro muito, entendeu? Como Parlamentar eu admiro muito, como político. E eu, vindo para cá, tentando descobrir o local que eu viria, eu saí por baixo lá e o encontrei chegando. E foi uma coisa que eu falei para essa pessoa. Eu falei: "Eu gosto muito de você, entendeu?". Mas eu estava vendo a audiência, eu assisti praticamente toda a questão da CPI das Bets. E, assim, desculpa eu falar, eu estando aqui no local em que eu estou; eu vi o circo e a palhaçada que foi com a cara da população. Desculpa eu falar para vocês, eu vi bem, entendeu?

E eu falei para essa pessoa: "Eu fiquei triste, porque eu tenho uma grande admiração por você, entendeu?". E ele olhou para mim e falou: "Não, rapaz, eu me arrependo disso, entendeu? Eu me arrependo disso, porque foi minha filha que pediu". Eu falei: "Não, tudo bem, mas foi um circo o que fizeram aqui".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pensei que iria sair algo de melhor daquelas situações todas aqui, entendeu? Mas acabou que ficou e morreu, e todo dia morre um: morre uma Ângela Maria, vai morrer um Gabriel, vai morrer um Fernando, e assim vai morrendo, entendeu? Todo santo dia a gente vai ter situações – as que são expostas na mídia, e várias e várias outras que não vão ser –, mas vocês podem ter certeza: se não cortar na carne, não vai resolver, entendeu? E pode se lembrar que todo dia vai ser uma a mais, vai estar morrendo uma família todo dia, porque não é só uma pessoa que morre; morre uma família, morre um lar. Na casa da minha amiga Jéssica, não foi só a irmã dela que foi embora; foi toda uma família, entendeu? E a gente tem várias e várias situações que é uma destruição total, entendeu?

Então, gente, façam o que vocês puderem para acabar com esses jogos, porque, senão, eles vão acabar com a nossa população. Podem ter certeza disso. (*Manifestação de emoção.*)

Desculpa, viu? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Douglas. Obrigado pelo seu testemunho, pela sua fala.

Só para lembrar aqui que, naquela CPI das Bets – é bom porque está nos Anais da Casa, quem quiser pesquisar é a história –, tinha Senador sendo aqui denunciado por estar voando nos jatinhos do dono do tigrinho, o cara lá do Piauí, dono do tigrinho. E aí, teve muita situação de Senador aqui que supostamente estaria cobrando dinheiro para não chamar um dono de uma casa de *bets*. Aí, o Senador veio e disse: olha, você estava cobrando, denunciou na Polícia Federal... Foi uma esculhambação aquilo ali.

Eu estava presente e procurei fazer a minha parte. No dia da votação do relatório que estava indiciando a *influencer* e muitas outras pessoas, eu votei a favor do relatório, mas caíram de paraquedas Senadores que não participaram de nenhuma sessão, nenhuma audiência, nenhum requerimento. Vieram só para blindar, para derrotar o relatório e blindar os poderosos. Está aí, basta pesquisar o nome deles! Que não esqueçam disso! Está aqui, basta ir atrás. Está tudo registrado – os debates aqui –, tudo. Então, um dia, as pessoas vão saber quem é quem.

Mas, quando o senhor falou aí que a droga, por exemplo, você tem que sair para comprar e você não consegue gastar o dinheiro que você gasta numa noite de *bet*, de tigrinho, o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem razão. O senhor pode pegar as drogas aí mais caras – droga física, química –, essas aqui são muito mais perigosas.

Eu sou contra todas elas – acho que todas têm que ser proibidas, tem que ter repressão –, eu sou. Não tem que ter meio-termo com relação a isso. Maconha, cocaína...

Teve o Supremo Tribunal Federal que entrar, porque o Congresso não legaliza isso. O Congresso... A população cobra da gente a tolerância zero às drogas. Engraçado... Não passa jamais aqui. Oitenta por cento da população é contra a legalização de maconha, por exemplo, mas o Supremo lá – os caras com a toga, votados por ninguém – vão, com uma canetada, pressionados por entidades que são a favor disso – pressionados não, instigados.

E nós temos aí a tragédia: tem digitais na mão dessa turma. Eu já falei aqui várias vezes também, eu falo, eu estou aqui para isso, eu não tenho ninguém para pegar aqui. A independência minha é essa.

E eu digo para você o seguinte: essa coisa da maconha, que o senhor comparou com droga, que em uma noite você detona todo o dinheiro que você não consegue com a droga, na droga pelo menos você tem a percepção visual, a pessoa fica diferente, ali tem uma coisa que você percebe, dá sinais mais claros; e, muitas vezes, aqui é à noite, de madrugada, e você não tem sinal, quando foi, já foi; quando você vai ver, já acabou tudo. Na droga, pelo menos, você tem alguns sinais em casa. A pessoa começa a aparecer com coisa, com a mão, com certas situações... Enfim, não sei.

Você está querendo concluir? Pode falar, pode falar. Pode apertar esse botãozinho aí.

O SR. DOUGLAS – Senador, mais uma coisa para falar para o senhor. Às vezes, a gente está vendo acontecer tanta liberação de crédito do Governo, isso é um outro grande prejudicial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim.

O SR. DOUGLAS – Porque o Governo faz empréstimo com FGTS, adiantamento disso, daquilo – entendeu? –, e a pessoa que está dentro do vício dos jogos vai só se endividando mais e diminuindo o seu poder de compra. Isso é uma coisa que a gente vê. Às vezes, a pessoa ganha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$2 mil, R$ 3 mil, mas ela está com salário de R$1,1 mil, R$1,2 mil, porque o restante está tudo em empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

O SR. DOUGLAS – Outra coisa, gente, auxílio do Governo – pelo amor de Deus! –, Bolsa Família, como é que o Governo permite empréstimo em Bolsa Família? Gente, empréstimo! As pessoas fazem empréstimo no Bolsa Família e apostam.

Teve um bloqueio um tempo atrás, depois o STF derrubou: as pessoas que recebem Bolsa Família não poderiam jogar, o STF derrubou. Hoje em dia a gente tem, existe modo de liberação de empréstimo para as pessoas no benefício que elas recebem. Vejam isso, gente, isso não poderia existir para as famílias. Entendeu? Porque é uma ajuda para a família nessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Muito bem, Douglas. Você tem razão, total razão.

Tudo isso está sendo anotado – nossa assessoria está aqui, o Francisco –, para ver o que a gente pode fazer em termos de medidas, no que tiver ao nosso alcance. A gente tem muitas medidas nesse sentido, mas vamos pegar essas suas sugestões.

A Jessica queria só complementar um detalhe da fala dela, antes de a gente passar para o próximo palestrante. Tem umas pessoas aqui também que estão nesta audiência que querem falar, e eu vou abrir. Audiência pública é para isto: é para o povo falar. E aqui é para isto: é para a gente ouvir.

Jessica.

A SRA. JESSICA LOBO (Para expor.) – Depois de todos esses gráficos, relatos e histórias, hoje eu não peço a este Parlamento que escolha entre economia e proteção, eu peço que coloque a vida acima do lucro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Jessica, você tem total razão. E não tem preço a vida. A vida não tem preço. E a família é a base de uma sociedade saudável. Você quer ver o caos – e é isso que a gente está vendo – é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destruir a família. Isso é uma forma de destruição da família, pelo dinheiro, pelo egoísmo, pela ambição.

O Douglas falou aqui: ele é louco por futebol, doido por futebol, mas pegou abuso do futebol. Eles tiram até o lazer da gente, eles chegam ao ponto de tirar o prazer popular do jogo. Eu me coloco no lugar da família, da sua esposa, das suas filhas: "Poxa, papai perdeu tudo com esse negócio de futebol". Porque é isso que vai...

Você podia até levar para o jogo aqui, numa partida de futebol no estádio, a família. Vai ver se vai querer ir de novo. Não vai, porque viu a dor por causa disso. E é um ambiente que tem placa, em tudo que é lugar, de *bet*. Rapaz, é o abuso, a pessoa pega ojeriza, a população está com ojeriza disso. E a gente tem que transformar essa força agora para acabar com isso, esse vício desenfreado, essa perda de vidas e tudo.

Então, muito obrigado.

O Dr. Marcelo Aragão queria também fazer uma pequena inclusão na fala dele aqui, ele me pediu, e eu lhe passo a palavra.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

É que eu esqueci... Eu fiz muita referência aos Ministros Relatores dos trabalhos de fiscalização e esqueci de mencionar que foi na gestão do Ministro Bruno Dantas, quando estava na Presidência do TCU, que, encaminhando uma comunicação ao plenário, começaram os trabalhos de fiscalização em relação aos jogos de azar, enfim, apostas e o transtorno do jogo.

E quero fazer também referência, lembrar que eu participei aqui desta audiência por indicação do nosso Auditor-Chefe lá da AudSaúde, a Unidade Especializada de Auditoria em Saúde, que é o Alexandre Giraux.

Então, quero fazer esses registros, porque foi uma omissão da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Daqui a pouco, a gente vai ouvir a Dra. Rosa Irlene, que é Conselheira Federal do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; e também vamos ouvir aqui o Sr. Adenilson Cruz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é do Instituto Adenilson Cruz, aqui de Brasília, que tem aí estudos de relação de feminicídio com essa questão de vício de jogos. É importante a gente ouvir também.

Mas, Eduardo, meu xará, você... É interessante, porque você vivenciou, ali do meu lado, praticamente, quando do advento dessas *bets* – eu estava saindo da Presidência do Fortaleza, e você já estava ajudando bastante, mas continuou na outra gestão. E você viu minha luta ali contra a bebida alcoólica dentro de estádio, contra esse negócio de *bet*. A gente estava reconstruindo o Fortaleza, que estava, quando eu cheguei, quando nós chegamos, na terceira divisão do Campeonato Brasileiro. Conseguimos, com um trabalho de pacificação, de profissionalização, de organização, de ética e de respeito ao torcedor, colocar o Fortaleza na segunda divisão, durante meses da minha gestão, deixando a bola na marca do pênalti para a sequência da nossa gestão levar o Fortaleza para a primeira, e chegou a ser vice-campeão da Sul-Americana, algo inimaginável para muitos, mas olha a força do esporte feito com ética. A bola não entra por acaso e ela entra por uma razão de ser.

Então, a gente... Você me mandou alguns dados. Por exemplo: desde a sessão passada você está aqui participando, ali no cantinho, me mandou alguns dados: por exemplo, a final do Cearense desse ano teve ali 50% do tempo do torcedor cearense assistindo com influência de *bet*, se eu não me engano é isso. E você me deu outros dados agora assustadores, de que eu não sabia, dessa bolha que está para estourar: por que os clubes, que estão viciados... Os clubes estão viciados também, não é só... os clubes estão viciados porque eles precisam do dinheiro das *bets*.

Foram para o caminho fácil e se viciaram. E aí vão ter que sair disso aí, não tem jeito, porque tem um preço a se pagar para os próprios clubes. A torcida não vai ter dinheiro para pagar o sócio-torcedor, que era a maior fonte de renda. Eles foram para o caminho fácil, rápido, instantâneo de ganhar dinheiro, de receber recursos, que é com *bets*. Fez a escolha errada, dirigente! Fizeram a escolha errada. E tem um preço a se pagar. Tem uma bolha crescendo que vai estourar.

Eu não sei hoje – Eduardo, se você tiver informações... – quais são os clubes que não entraram ou se já entrou todo mundo. Eu sei que antes tinha um clube que não tinha entrado. Se eu não me engano, era o Athletico Paranaense. Ele disse que não entrava, não sei se mudou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se acabou se rendendo. Era possível ter ficado sem ser... O Fortaleza não entraria comigo, não entraria, podem ter certeza disso. Eu tenho certeza de que Deus fecha umas portas e abre outras, e a gente estaria em uma situação hoje muito melhor, porque aquilo que a gente plantou, a gente está colhendo agora. Então, são energias que a gente um dia vai entender.

Eduardo Salles, funcionário desta Casa hoje, que passou no concurso público, um cara inteligentíssimo, que eu tenho a oportunidade de conhecer, meu conterrâneo, hoje Analista de Processos Legislativos aqui – não é isso? –, você tem a palavra por dez minutos, com a tolerância. Muito obrigado pela sua participação. Você é um experto em jurídico de clube, em *marketing* e pode falar sobre o futebol brasileiro, antecipar o que vai acontecer, o que você vivenciou e as suas opiniões sobre isso.

O SR. EDUARDO DE SALLES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão da palavra e pelas gentis palavras também a mim dirigidas.

E aproveito o ensejo para, na pessoa de V. Exa., cumprimentar também todos os meus colegas aqui de mesa e todos os debatedores presentes aqui nesta tarde, já iniciando a noite deste dia. E também quero cumprimentar a população brasileira, os cidadãos aqui presentes e os que acompanham pela internet, pelas redes sociais, este debate sendo realizado nesta Casa.

Como o senhor mencionou, sou agora servidor desta Casa, servidor público, e venho aqui com uma missão, já uma difícil missão, de representar não só toda a experiência que a gente traz do meio esportivo, mas também os meus pares desta Casa, os servidores recém-ingressos, que eu também me sinto representando neste momento, uma turma que vem com um grande gosto, gás para poder servir a população brasileira. O Senado recebe agora vários servidores que vêm com vontade e qualidade para poder colaborar com este debate público. E venho aqui, então, representando também esta turma.

Também é uma difícil missão suceder os depoimentos da Jessica e do colega Douglas, pois, enfim, eles trazem a realidade fora dos números, eles trazem a realidade que o cidadão brasileiro vivencia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu trabalho aqui, agora, nesta contribuição com este debate legislativo, Sr. Presidente, é pegar um pouco dos dados que foram apresentados e trazer um pouco de teoria também, para que V. Exas., no debate legislativo, possam, então, construir as melhores soluções.

Como o senhor já mencionou, um primeiro dado que eu queria trazer... Eu peço até vênia para fazer a leitura de um trecho da matéria do jornal *O povo*, veículo de grande circulação da nossa cidade, da capital cearense, que relata essa situação de que o torcedor cearense foi exposto a patrocínio de *bets* em 50% do tempo da final do Campeonato Cearense deste ano, que envolveu o Fortaleza Esporte Clube e o Ceará Sporting Club, as duas maiores torcidas do estado.

Houve, então, essa presença no seguinte formato: as marcas de apostas esportivas apareceram de diferentes formas durante a cobertura televisiva, alternadas nas placas de LED, nas laterais do campo, em painéis fixos, próximos às metas, estampadas nos uniformes dos jogadores e também, Sr. Presidente, no próprio nome da competição. Ao todo, quatro casas de apostas foram identificadas com presença recorrente nas imagens dos confrontos que deram título ao Fortaleza diante do Ceará.

Essa primeira fonte de informação nos mostra, inclusive, que não há sequer uma exclusão entre as casas, elas atuam em até algum grau de cooperação, porque, via de regra, quando a gente verifica no âmbito de contratos de patrocínio, pede-se até exclusividade de que outro concorrente não pode participar na mesma oportunidade de exposição. Mas o próprio jornal *O Povo* traz, então, essa informação de que quatro marcas diferentes apareciam ao torcedor durante essa transmissão, que foi transmitida não só na TV local cearense, mas também para todo mundo, através das redes sociais, por conta dos contratos de direitos televisivos.

Então, essa é a primeira perspectiva que eu queria trazer, para vocês poderem entender como está a entrada das *bets* no âmbito do mercado esportivo.

Uma segunda informação, agora já a título comparativo. Eu, particularmente, Sr. Presidente, entendo o esporte como um meio que reflete também a nossa sociedade. No estádio de futebol, a gente vê muito da expressão social brasileira. E eu puxei, recentemente, dados – aí está uma pesquisa disponível na rede mundial de computadores, na internet, com essas informações, e eu tive acesso a esses dados – de um comparativo entre os patrocínios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clubes de futebol em 2006 e em 2025. Eu vou ficar devendo a informação do Athletico Paranaense, pois, no ano passado, eles estavam na segunda divisão, e eu puxei os dados da primeira divisão. Eu peguei o ano 2006, o último ano em que o Fortaleza, nos anos 2000, tinha participado da primeira divisão, e em 2025, que ano passado estavam tanto o Fortaleza quanto o Ceará na primeira divisão.

Em 2006, nós tínhamos empresas de diversos ramos, diversos setores da economia. Nós tínhamos plano de saúde, nós tínhamos indústrias, nós tínhamos empresas de eletrodomésticos, construtoras, nós tínhamos uma gama diversa de empresas que investiam no esporte. Isso mostra também a diversificação da economia brasileira à época e um processo que reflete também algum grau de até decréscimo em que a gente entende a situação econômica do nosso país; e o futebol, mais uma vez, demonstrando que a gente, então, trocou o setor econômico produtivo por um setor que eu vou me limitar a chamar de não produtivo.

Em 2025, Sr. Presidente, dos 20 clubes da primeira divisão do Campeonato Brasileiro, 18 eram patrocinados por empresas de apostas esportivas, um clube tinha uma proprietária que é uma marca de bebidas energéticas, então, tinha uma exclusividade, e um outro clube, por uma questão histórica deles, um clube de menor expressão do interior paulista, também tinha uma empresa local apoiando. Mas, a grande maioria das equipes tinha essa betdependência – é assim que eu chamo.

E longe de mim querer fazer qualquer comparativo do sofrimento que o cidadão tem tido ao ser exposto a essas *bets* e entrar no vício, entrar nesse caminho que, às vezes, parece sem volta, mas eu deixo desde já um recado, como os colegas que me antecederam já disseram, há volta, há possibilidade. Mas os clubes também sofrem dessa betdependência; os clubes sofreram um processo de captura orçamentária. E eu quero falar um pouco aqui, na teoria, sobre essas repercussões socioeconômicas da entrada das empresas de aposta esportiva no mercado do futebol brasileiro.

A gente vive, Sr. Presidente, um fenômeno que a teoria econômica chama de *crowding out*; em português, seria o deslocamento, o efeito de expulsão. O que é isso? As *bets* chegaram com um imenso volume de recursos nunca antes visto na história do futebol brasileiro. O futebol brasileiro vive de uma forma muito difícil, deficitária, fora dos grandes centros. Isso, sem sombra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dúvidas, seduziu grande parte dos dirigentes, fazendo com que essas *bets* tivessem esse espaço, mas esse espaço não foi somente por essa questão dessa atratividade dos recursos; também tem por esse efeito *crowding out*. Essas empresas chegaram com volumes nunca antes vistos, afastando também aquelas empresas do setor produtivo que não podiam concorrer pela aquisição dos espaços nas camisas e acabavam nem sequer oferecendo ofertas ou as ofertas que chegavam não eram atrativas diante do contexto vivido no futebol brasileiro.

Então, colocando-se também no lugar dos dirigentes da época, desse período, especialmente no início dessa década de 2020, a gente verifica que muitos dirigentes ficaram até em uma encruzilhada: eu não vou fechar o contrato, mas o meu concorrente vai fechar o contrato. Isso foi o início do sequestro que as *bets* fizeram com futebol brasileiro. Quando alguém entra no mercado pagando valores muito acima do que ele vale, ele expulsa os demais compradores. Em um dado momento, você acaba ficando refém. Então, ao oferecerem essa publicidade por valores nunca antes vistos, bancos, indústrias e o varejo saíram de campo. E o problema, Sr. Presidente, cidadãos, colegas debatedores. aparece quando essa maré vira.

A colega que me antecedeu, a Dra. Ione Amorim, falou sobre um deslocamento de mercado, que até algumas empresas já estão saindo do âmbito da publicidade no futebol e estão indo para outros ramos. Estão indo oferecer a publicidade em eventos de música, em eventos de cunhos diversos, em eventos culturais, mostrando que, uma vez o mercado do futebol já tendo sido sequestrado, também irão para outros mercados. Essa é uma prática antieconômica, essa é uma prática, inclusive, que deve ser objeto de apreciação pelas eventuais agências regulatórias, considerando, numa perspectiva inicial, que há pelo menos uma violação aos princípios da ordem econômica estabelecidos no art. 170 da Constituição Federal.

A gente enxerga também, Sr. Presidente, um efeito econômico conhecido como doença holandesa. Qual é a origem desse termo? Nos anos 60, a Holanda descobre amplas reservas de gás natural, e a economia então recebe uma pujança de investimentos exclusivamente deste setor do gás natural, desse setor energético, mas, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a gente vê um decréscimo do preço dessa *commodity* no mercado internacional. A gente vê, então, uma crise também na Holanda, que aprendeu o seguinte: eu não posso depender de um setor exclusivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o futebol brasileiro sofre da doença holandesa. Na segunda divisão, há clubes que estão sem patrocínio, porque as *bets* não querem patrocinar, não estão no momento de patrocinar, porque acreditam que esse é o ano de colocar dinheiro nas transmissões da Copa do Mundo. Então, há clubes sem patrocínio, e os clubes sequer olham para outros mercados porque eles estão "*bet*-dependentes", eles entendem que nada irá suprir a não ser aquele recurso trazido pelas *bets*.

Só que isso é uma bolha. Na hora em que esse dinheiro sair – e ele está começando a sair –, nós ficaremos com um cenário de fragilidade no futebol brasileiro. Clubes inflaram salários porque as receitas foram infladas; os atletas têm conhecimento disso e, naturalmente, pedem salários maiores. Os salários foram inflados, o modo de se comunicar com o torcedor, Sr. Presidente, ficou até "*bet*-dependente". Vou dar um exemplo, alguns clubes chegaram a dar um incentivo para fazer sócio torcedor do seguinte formato: "Olha, se você fizer o seu sócio torcedor, a sua primeira mensalidade será revertida em bônus para jogar nas casas esportivas". Diversos clubes da primeira divisão e da segunda divisão tiveram essa conduta; os dados são públicos para todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – O nosso clube não fez isso, não. Fez isso também?

O SR. EDUARDO DE SALLES – Fez, foi um dos clubes nesse sentido, certo?

A gente, então, enxerga um cenário inevitável: há uma grande possibilidade que, no curto prazo, essa bolha estoure, e a gente tenha uma crise sem precedentes no futebol brasileiro – clubes vão quebrar. Então, mostra que essa é uma situação que envolve também regulação da atividade econômica e os efeitos nos diversos setores do mercado, haja vista que a indústria do futebol é uma importante indústria para a economia brasileira.

Então, essa contribuição que eu faço, Sr. Presidente, é para lembrar que, além da necessária e prioritária proteção do cidadão, proteção das pessoas, proteção da vida, é necessário também entender que, positivamente, uma revisão regulatória do mercado de apostas esportivas também será, no longo prazo, benéfico para o futebol brasileiro, porque vai ensinar o esporte brasileiro a andar com pernas saudáveis, andar sem muletas provisórias, andar sem fontes de receitas que não contribuem para o seu crescimento. Uma revisão regulatória é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessária também para a gente ter um resgate do ambiente esportivo brasileiro e reequilibrar as forças, porque hoje nós temos um desequilíbrio de forças. Clubes que tinham contratos com as empresas de valores astronômicos estão tendo vantagens, mas em breve também terão esse prejuízo que os clubes de contratos mais antigos estão sentindo agora,

Então, é uma bolha, é um problema econômico, é uma prática, como eu mencionei aqui, do *crowding out*, que afasta outros investidores e que precisa, então, de uma intervenção, para que a gente tenha um reequilíbrio econômico desse setor da indústria do esporte.

São as considerações que eu trago aqui, Sr. Presidente. Fico à disposição para eventuais perguntas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, eu estou no esporte há muito tempo e, desde o advento das *bets*, das casas de apostas, eu nunca tinha visto uma explanação tão objetiva, tão clara, com dados feitos por alguém que vivenciou isso no setor jurídico e de *marketing* de um clube de futebol como o Eduardo de Salles lá no Fortaleza Esporte Clube.

Então o senhor está trazendo aqui, Dr. Eduardo, um alerta nacional para a paixão do povo brasileiro, que é o futebol, uma paixão nacional. A pátria de chuteira. O senhor está trazendo um alerta que pouca gente, e nem eu, tinha noção desses desdobramentos com a betdependência. E eu acho que caberia até um artigo, não sei se o senhor já fez, e eu tenho certeza de que o jornal O Povo, por exemplo, publica, que é a bolha da betdependência que pode gerar uma crise sem precedentes no futebol brasileiro. Que pode não, que vai. É uma questão de tempo. Então, a gente está vendo aí.

Até porque o Governo, se tiver um mínimo de responsabilidade, ou este ou o próximo Governo, vai acabar com essa farra. E aí, na hora em que fechar as portas disso aqui, as *bets* não vão ter essa grana para colocar nesses clubes. Já não estão fazendo em alguns, e já caíram os valores – já caíram. você vê que o Fortaleza tem dificuldade para fechar, o Ceará também. Então quer dizer, já caiu, e os salários dos jogadores estão astronômicos. Não é à toa o que está acontecendo. Foram mais pelo caminho da porta larga e não da porta estreita. Está aí o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente pode ter um problema mais grave para o futebol brasileiro, que emprega gente – a gente sabe –, são pessoas abnegadas, funcionários qualificados de todas as áreas – da cozinha, da parte desportiva –, levam turismo para a nossa terra. O Flamengo foi ano passado, este ano não vai mais, mas ia o Flamengo jogar duas vezes; ia o Palmeiras jogar duas vezes; o Corinthians jogar duas vezes. Isso gera o quê? Vaga em hotel, gente comprando o nosso artesanato, gente consumindo...

Essa *bet*, essa... É como você falou: é uma atividade não produtiva, é um câncer que está corroendo tudo. E os caras lá charlando, gastando em aviões e não sei o quê, ganhando muito dinheiro, patrocinando muito *influencer*, jogadores e tudo. Mas tem um custo social e econômico muito grande num grande setor, num setor que enche os olhos do mundo, que é o futebol brasileiro, que produz grandes jogadores, que estavam ficando aqui e que agora vão sair muito depois dessa bolha. Porque essa bolha já estourou em alguns lugares, porque já começou a proteção social, já começou a diminuir bastante a publicidade, então lá a bolha já está menor. Então o futebol brasileiro vai sofrer muito.

Essa derrocada aí da Copa é a ponta do *iceberg*. Nós vamos ver momentos do futebol brasileiro lá embaixo, perdendo seus atletas... De novo vai ser uma crise grande. Faltou responsabilidade social, especialmente da CBF – especialmente da CBF.

Mas vamos lá. Vamos ouvir agora, para a gente encerrar a sessão... Já estamos aí com quantas horas desde que começamos? Já estamos com três horas e tanto, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hã? Três horas e meia de sessão. Na última semana tivemos, realmente, também mais, ou acho que foi similar, né? E a gente tem muito material aqui.

Vamos ouvir... Deixem-me começar pela ordem aqui. Eu gostaria de ouvir – eu vou pedir só três minutos no máximo, tá? –, para a gente encerrar, o Instituto Adenilson Cruz, que falou para mim aqui do feminicídio e que está observando. Eu queria que o senhor pudesse trazer esses dados que o senhor está vendo que dizem, na sua opinião, que teria que se proibir. Se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor puder utilizar no máximo três minutos para dar a sua mensagem, a audiência pública é para isso.

Eu lhe agradeço aqui a presença nesta audiência pública.

O SR. ADENILSON CRUZ (Para expor.) – Boa tarde a todos; boa tarde, Senador Girão, e obrigado pela oportunidade.

Eu estive presente aqui na Casa quando eles estavam tentando regulamentar esse monstro que a sociedade está vendo, inclusive – é engraçado, né? – eu fui até barrado por um Parlamentar ali que eu nem sabia quem era ele, e ele falando que era de suma importância regulamentar as *bets*. Aí eu virei para ele e falei: "Mas então o senhor é a favor da destruição da família brasileira, né?", porque no meu entendimento, no trabalho que eu exerço lá na rua, na ponta, como a antecessora aí, a jovem que fez o depoimento... E meus pêsames aí, você não está sozinha, pode contar comigo aqui, tá? Então, ao longo de dez anos, eu faço um trabalho lá na ponta que é com população vulnerável, pessoas em situação de rua, famílias vulneráveis, famílias que dependem do Bolsa Família, como o outro amigo comentou, o Douglas, anteriormente, e eu vejo o quanto isso está sendo devastador na vida das pessoas, não só das famílias, mas de jovens dessas famílias. E eu vejo assim...

Hoje eu atendo tribo indígena, e dentro de uma tribo indígena tem os índios adolescentes que estão jogando essa praga aí que o Governo regulamentou – vou falar assim dessa forma, porque eu presencio diariamente várias pessoas que estão na rua porque ficaram endividadas, largaram das suas famílias, das suas esposas, e com muitos relatos da Lei Maria da Penha, de briga, de casais, mulheres que se endividam, mulheres até que se vendem para tentarem arrumar dinheiro, para reporem aquilo que elas tiraram da família. Há casos, aqui no Entorno, de feminicídio, de marido levar sua esposa a óbito, por conta de vício, e até o poder público tomar conhecimento disso, já passou, já jogaram areia em cima.

Assim, o meu desabafo aqui é para saber até quando a sociedade pública, que somos nós, vai aguentar o Governo... O que o Governo está recebendo em troca? Será que essas perdas imensas que o nosso país está tendo valem a pena para o Governo? Será que valem a pena? Porque, pelo depoimento anteriormente do Dr. Marcelo ali, e do nosso amigo ali de São Paulo também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então há um custo muito maior para tentar reparar esses danos, e esses danos são irreparáveis porque não existe um remédio para curar quem está viciado, porque eu trabalho com pessoas com vício de droga, de *crack*, de álcool, e agora com pessoas que têm esse vício. Então há um custo muito maior para você tentar reparar esses danos do que você simplesmente apertar um botão e cancelar tudo.

O jogo do bicho não é proibido no país? Por que a gente não pode proibir o jogo das *bets*? Entendeu? Por quê? Por que vários Parlamentares – eu estive aqui – estavam torcendo para que fossem aprovadas essas *bets*? E veio uma curiosidade: eu deixei de assistir futebol há muito tempo devido a algumas coisas que eu não vejo mais, não existe esporte mais no futebol.

Recentemente, houve uma estranheza. Eu acho até que a Casa deve levar isso em conta, rever o que aconteceu na Copa do Mundo: um Relator da CPI, representando lá, supostamente, um canal de TV que estava fazendo, abertamente, em nível mundial, propaganda das *bets*. Um Relator da CPI daqui.

Aí você pega uma pessoa que o país inteiro conhece, como um ícone, um jogador de futebol, uma pessoa pública que se coloca nessa situação. Então, assim, são dois pesos e duas medidas que a gente tem que ver.

Eu, na minha opinião, acho que a gente tem que parar já com essas *bets*. Não tem mais para onde ir; tem que cortar mesmo o mal pela raiz, como diz o nosso amigo, enquanto há tempo – enquanto há tempo. Então, fica o meu repúdio às *bets* no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. ADENILSON CRUZ – E que nós possamos lutar para cancelar esse câncer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado! Muito obrigado pela sua participação, Adenilson Cruz, do Instituto que leva o nome dele, Adenilson Cruz, daqui, de Brasília.

Eu passo a palavra, imediatamente – como nossa última participante aqui, que vai fazer, nesta audiência pública, não sei se é comentário ou pergunta, enfim, ou consideração –, à Dra. Rosa Irlene, que é Conselheira Federal do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocupacional. Muito obrigado pela sua presença. Peço, se puder, em três minutos, para a gente encerrar esta audiência.

A SRA. ROSA IRLENE MARIA SERAFIM (Para expor.) – Bom, Senador Eduardo Girão, em nome da categoria profissional, terapeutas ocupacionais, profissionais que trabalham na reabilitação destas pessoas que estão em situação vulnerável, o avanço das apostas esportivas *online* tem produzido consequências que vão muito além das perdas financeiras. Estamos diante de um problema crescente de saúde pública, que afeta a saúde mental, rompe vínculos familiares, compromete o desempenho no trabalho e nos estudos, interfere profundamente na capacidade das pessoas de conduzirem sua própria vida com autonomia e dignidade.

Nesse contexto, a terapia ocupacional exerce um papel essencial. O terapeuta ocupacional atua na reabilitação de pessoas que apresentam comprometimentos decorrentes da dependência comportamental, auxiliando na reconstrução de rotinas saudáveis, no fortalecimento da autonomia, na retomada de papéis ocupacionais, na reinserção social e laboral e na recuperação da qualidade de vida. Trata-se de um cuidado que vai além do tratamento de sintomas; busca restabelecer a capacidade de viver e conviver, produzir e participar da sociedade. Por isso, o enfrentamento dos impactos das apostas *online* deve contemplar não apenas medidas regulatórias, mas também o fortalecimento das políticas públicas de prevenção, promoção de saúde, tratamento e reabilitação, com atuação multiprofissional e valorização do terapeuta ocupacional como profissional indispensável nesse processo.

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, por meio da comissão que eu estou aqui representando com a minha colega que está aqui ao lado, Dra. Fran, reafirma seu compromisso com a construção de políticas públicas que protejam a população brasileira e assegurem uma atenção integral, humanizada e baseada em evidências para todas as pessoas afetadas por este grave problema de saúde pública.

Eu ainda tenho alguns segundos, vou passar aqui para a minha colega complementar.

A SRA. FRANCILENA BESSA (Para expor.) – Boa tarde, boa noite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou cearense, assim como você – aqui hoje está repleto de cearenses –, sou a Francilena Bessa, sou terapeuta ocupacional e fisioterapeuta e represento aqui a Comissão de Ações Políticas do Coffito, que é o nosso conselho federal.

Eu queria fazer um pedido. Enquanto terapeuta ocupacional, a gente tem no Ceará, em especial, a Raps (Rede de Atenção Psicossocial), composta... Eu ouvi sua fala, muito obrigada, ela foi enriquecedora. Nós temos lá terapeutas ocupacionais na atenção primária, na atenção secundária, na atenção terciária, porém, Senador, quero lhe pedir uma atenção especial. Nós temos serviços precarizados, nós temos profissionais que estão saindo, mas que precisam de uma qualificação. E nós, enquanto conselho – eu sou do Conselho Regional do Estado do Ceará, mas também estou compondo o Conselho Federal nesta Comissão de Ações Políticas –, queríamos pedir uma atenção para esses profissionais, que precisam sair e ter condição de trabalho, minimamente.

Era essa a minha fala.

A SRA. ROSA IRLENE MARIA SERAFIM – E eu já nos coloquei à disposição da Jessica Lobo, e, enquanto Coffito, nos colocamos à disposição do senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Eu só tenho que agradecer a vocês duas, que desde o início estão aqui, eu tenho acompanhado. E a nossa equipe, o Francisco e a Adriana estão aqui, ó, nessa ponta direita, e, assim que terminar, eles vão falar com vocês para ver o que o nosso mandato, o nosso gabinete pode fazer, o que a gente pode reforçar. Não sei se é o caso, mas a gente tem emendas parlamentares em alguns setores para isso, ou algum projeto de lei, ou alguma outra situação que esteja aqui dentro do Senado, para a gente ver o que a gente pode fazer, tá?

A SRA. ROSA IRLENE MARIA SERAFIM – Eu vou pedir, então, rapidinho... Nós temos o Projeto 3.364, que está aguardando o encaminhamento, para regulamentar a nossa profissão. Ela já é regulamentada desde 1969, e nós estamos atualizando. Então, a gente pode conversar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom; lhe agradeço demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jessica, pediu uma palavrinha aqui? (*Pausa.*)

Jessica, fica à vontade.

A SRA. JESSICA LOBO (Para expor.) – Ela me chamou ali e pediu: "Escuta a minha fala, porque eu ouvi a sua história e eu acho que a gente pode se ajudar, pode se agregar, estamos à disposição". Eu quero agradecer a vocês e quero complementar que o terapeuta ocupacional é quem vem nos ajudando dentro dos grupos. Nós custeamos, semanalmente, um terapeuta ocupacional para nos ajudar, e é assim que a gente vem conseguindo resgatar essas pessoas. Então, muito obrigada pela disponibilidade e vamos entrar em contato, sim, viu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Agora, Jessica, você se esqueceu de dar aqui, para quem está nos assistindo, está querendo informação, está querendo ajuda, o Instagram de vocês ou – não sei – esse grupo de WhatsApp, o número. Dá para essas pessoas que querem mais informações, que querem...

Olha, vocês que estão nos assistindo e nos ouvindo distribuam esta audiência pública, assim como a da semana passada – exatamente há uma semana –, compartilhem isso, porque aqui teve muito dado interessante sobre esse problema que talvez seja o maior problema do Brasil hoje, então, compartilhem.

Nós ouvimos aqui pessoas que trouxeram dados, especialistas, pessoas capacitadas, comprometidas. E, Jessica, você que vem dessa coisa lá do braço social, lá da ponta, que sofreu com isso, para as pessoas que estão aí preocupadas, que conhecem alguém da família que está envolvida com isso, ou que querem alertar a família para não se envolver com isso, o que você diz aí de sugestão de *sites*, enfim?

A SRA. JESSICA LOBO (Para expor.) – Bom, nós temos o SUS, nós temos... A gente disponibiliza os grupos de apoio, temos... me ajude a lembrar o nome, só lembro o número, que é o 188. Como que é o nome do...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O volta à vida? O CVV...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JESSICA LOBO – Isso, o CVV também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que em alguns estados é 188, mas o 188 é o padrão. É o CVV, Centro de Valorização da Vida.

A SRA. JESSICA LOBO – Isso, CVV. E vocês também encontram apoio na ONG Ângela Maria. Como eu costumo dizer, minha irmã precisou partir para que a gente pudesse vir resgatar. Nós temos reuniões semanais com terapeutas, gratuitas, para quem faz parte dos grupos de apoio; nós temos rodas de conversa, em que essas pessoas conseguem conversar abertamente, porque o adicto precisa dessa abertura, pois ele já se sente muito culpado por tudo que faz. E aqui, do nosso lado, a gente faz a nossa parte. Então, a gente arca com o que a gente pode, às vezes encontra uma parceria ou outra, agrega, disponibiliza o nosso tempo, nosso ouvido, nosso coração.

E para as pessoas que estão do outro lado, que costumam dizer, "joga quem quer", que é o que a gente sempre costuma ouvir, "jogou porque quis, joga quem quer, eu não tenho pena, eu não tenho dó", eu peço que vocês usem um pouco desses gráficos que nós trouxemos hoje aqui, porque eu acredito que vai ser o suficiente para que vocês tenham até vergonha dessa fala, porque hoje a maior pandemia do Brasil são os jogos *online*.

O Brasil, o brasileiro, precisa, de fato, de mim, do Senador, de todos vocês e até de quem está dentro de casa, porque sair do vício, sair do jogo, sozinho, é impossível. Então, que vocês acolham, que vocês abracem, para que vocês não tenham que vir um dia aqui contar o relato de vocês. E se esta Casa pudesse receber todo mundo que tem uma história para contar, porque o Brasil está cheio de histórias de perdas por causa das *bets*... É triste, mas infelizmente acontece, e acontece dentro da nossa casa, assim como aconteceu na minha, sem eu nem saber. Que vocês acolham, que vocês vejam os sinais, que vocês abracem. Que você adicto, você apostador busque ajuda, porque a sua vida importa. Você consegue, se você acreditar em você, se você olhar para a sua família e você não desejar para a sua família a realidade que a minha família vive hoje. Você consegue e você não está sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, então, com essas palavras, nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos vocês que estão aqui conosco, que participaram desta sessão... Eu agradeço aqui por esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados, por essa verdade aqui colocada, por essa humanidade aqui colocada por todos e declaro encerrada a presente sessão.

Que Deus abençoe o Brasil e os brasileiros! Amém!

(*Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinco minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Hermes Klann, Teresa Leitão, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 46ª e 49ª Reunião da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6524, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância (Snipi) e cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público no âmbito da primeira infância." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, tendo em vista a aprovação do requerimento nº 105/2026-CDH, de instrução da Projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2525, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Lourdinha Pereira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3662, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para tornar autônomo o crime de lesão corporal por razões da condição do sexo feminino, adequar o exame de corpo de delito à nova tipificação e incluir suas modalidades gravíssimas e aquelas seguidas de morte no rol dos crimes hediondos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Roberta Acioly (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa a Senadora Roberta Acioly como relatora "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH (de redação). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6461, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para dispor sobre o atendimento psicológico remoto, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para mulheres brasileiras em situação de violência no exterior." Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Relatoria: Senadora Lourdinha Pereira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1976, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para permitir à mulher vítima de violência doméstica e familiar a alteração de seu nome completo nos casos que especifica." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4598, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como circunstância agravante, a prática de crime contra a pessoa com deficiência ou neurodivergente e para estender a causa de aumento de pena, tornando-a aplicável independentemente do local da prática do crime." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Paulo Paim como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 306, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, para incluir as categorias de pessoas desaparecidas voluntária, involuntária e forçada e prever a adoção de medidas diferenciadas para cada categoria." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3543, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 13.812, de 16 de março de 2019, para estabelecer a obrigatoriedade de alerta imediato em caso de desaparecimento de criança, de adolescente, de pessoa idosa e de pessoa com deficiência, denominado Alerta Pri." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2273, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de audiodescritor." Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Jaime Bagattoli como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 10 - Sugestão n° 3, de 2026 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a "Simplificação Fiscal para Prestadores de Serviços de Engenharia como Empresa Individual"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Jaime Bagattoli (*Ad hoc*), substituiu Senador Laércio Oliveira. Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei complementar que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Jaime Bagattoli como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei Complementar que apresenta. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 104, de 2026 que: "Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir a transferência de pessoas do sexo masculino, que se autodeclaram mulheres, para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (Colmeia), seus impactos sobre os direitos fundamentais das mulheres custodiadas e as responsabilidades institucionais dos órgãos de gestão prisional do Distrito Federal e da União." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Em seguida, é aprovada a inclusão extrapauta do requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento com o objetivo de, além da realização da audiência pública, visitar a Penitenciária feminina (Colmeia). ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 105, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6524/2019, que “institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância(Snipi) e cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público no âmbito da primeira infância”." Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Senadora Damares Alves submete o requerimento à inclusão extrapauta. Na sequência, o Senador Paulo Paim subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/08

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de julho de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 46ª e 49ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião é destinada à deliberação de proposições apresentadas à Comissão e ocorre de modo semipresencial.

Para os Senadores que participam remotamente, o uso da palavra pode ser solicitado por meio do recurso "levantar a mão" ou por mensagem escrita no *chat* do aplicativo.

Nós temos dez itens na pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos o item 2, o item 4 e o item 5... Item 2, Relatoria da Senadora Ana Paula; item 4, Relatoria da Senadora Ana Paula; o item 5, Relatoria do Senador Alessandro Vieira. Houve solicitação dos Relatores para tirar esses três itens de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2525, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH, CSP e CCJ.*

- Em reunião realizada em 01/07/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 6461, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para dispor sobre o atendimento psicológico remoto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito do Sistema Único de Saúde, para mulheres brasileiras em situação de violência no exterior.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

- Em reunião realizada em 01/07/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1976, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para permitir à mulher vítima de violência doméstica e familiar a alteração de seu nome completo nos casos que especifica.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.*

- Em reunião realizada em 17/06/2026, a apreciação da matéria foi adiada.)

Vamos para o item... Temos algum outro Relator presente para a gente fazer a deliberação? (*Pausa.*)

Qual o item está *ad hoc* e quem fará a leitura *ad hoc*? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do item 3 da pauta, Senadora Roberta, a senhora poderia fazer a leitura *ad hoc* do relatório da Senadora Ana Paula? É um projeto de lei de consenso sobre proteção da mulher.

Eu pediria à Secretaria que providenciasse o relatório.

É possível a senhora fazer a leitura, Senadora?

Então, nós vamos para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3662, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para tornar autônomo o crime de lesão corporal por razões da condição do sexo feminino, adequar o exame de corpo de delito à nova tipificação e incluir suas modalidades gravíssimas e aquelas seguidas de morte no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

- Em reunião realizada em 01/07/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

A autoria é da Câmara dos Deputados, da Deputada Federal Nely Aquino.

Concedo a palavra à Senadora Roberta Acioly, para fazer a leitura *ad hoc* do relatório do Projeto de Lei nº 3.662, de 2025.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relatora.) – Bom dia, Sra. Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de ir direto à análise, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, compete à CDH opinar sobre matérias alusivas aos direitos das mulheres e à garantia e promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise da proposição atende aos critérios de regimentalidade.

Em relação ao mérito, a proposição é relevante, pois aperfeiçoa a tutela penal da mulher vítima de violência de gênero, conferindo tratamento normativo mais claro, proporcional e coerente à gravidade da lesão corporal praticada por razões da condição de sexo feminino. A criação de um tipo penal autônomo tende a fortalecer a coerência do sistema e a conferir maior densidade normativa à proteção penal da mulher, evidenciando não se tratar de agressão comum, mas de uma conduta inserida em contexto estrutural de opressão e discriminação.

A proposição, ademais, alinha-se a movimento legislativo recente de especialização dos tipos penais relacionados à violência de gênero. Sob essa ótica, a autonomização da lesão corporal praticada por razões da condição de sexo feminino favorece a correta identificação dessa modalidade delitiva nos registros de ocorrência e nas estatísticas criminais, permitindo ao poder público conhecer com maior precisão a incidência concreta dessas agressões.

Sem prejuízo dessas considerações, identificamos a necessidade de correção de aspectos redacionais, de técnica legislativa e de alguns lapsos manifestos. A esse respeito, sob o prisma redacional, propomos que a conceituação de “razões da condição de sexo feminino”, reproduzida, na integralidade, a partir do art. 121-A, §1º, do Código Penal, seja substituída por remissão ao mesmo dispositivo. A previsão de forma duplicada do mesmo conceito, além de contrária à melhor técnica legislativa, poderia gerar resultados indesejáveis na aplicação da lei. Aprimoramos também a redação das denominações das qualificadoras do tipo penal proposto.

Além disso, no aspecto de técnica legislativa, identificamos que o art. 1º, inciso I-C, foi recentemente incluído na Lei de Crimes Hediondos, com a previsão do crime de vicaricídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, faz-se necessária a renumeração do dispositivo sugerido pela proposição, de forma a preservar a referida alteração legislativa.

Por fim, na dimensão do lapso manifesto, o relatório aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, que adotou o substitutivo encaminhado à esta Casa, propôs que "as hipóteses mais graves de lesão corporal contra a mulher sejam incluídas na legislação de crimes hediondos". Ocorre que o dispositivo incorporado no bojo da Lei de Crimes Hediondos contempla apenas parte das causas de aumento propostas para a lesão corporal em razão da condição de sexo feminino. Essa configuração nos parece decorrente de erro, razão pela qual procedemos à sua correção também na forma de emenda de redação.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei no 3.662, de 2025, com as seguintes emendas de redação.

Emenda... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como as emendas estão devidamente publicadas, não há necessidade de leitura.

Obrigada, Senadora Roberta.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, de redação, da CDH.

A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

Obrigada, Senadora Roberta.

Nós vamos agora para os itens 9 e 10 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do item 9, o Relator é o Senador Flávio Arns, e fará a leitura *ad hoc* do item 9 o Senador Jaime.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2273, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade de audiodescritor.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH, CE e CAS, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Jaime para fazer a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, com sua permissão, vou direto para a análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre matéria relacionada à proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, o que torna regimental a análise do PL nº 2.273, de 2025, por este Colegiado.

No mérito, a proposição trata de tema de grande relevância sob a perspectiva dos direitos humanos: o fortalecimento dos recursos de tecnologia assistiva para a promoção da inclusão social, com destaque para a audiodescrição.

Para isso, o PL regulamenta a profissão de audiodescritor. Apresenta definições, atribuições, requisitos mínimos para o exercício da função e limites para a jornada de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao disciplinar profissão diretamente ligada à efetivação dos direitos fundamentais à informação, à cultura e à participação social das pessoas com deficiência, o PL está plenamente alinhado à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que determina que os Estados Partes tomem as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha.

Ao valorizar o recurso de tecnologia assistiva da audiodescrição, a proposição também se harmoniza com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que, em seu art. 74, garante à pessoa com deficiência o acesso a serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.

Ademais, a LBI também determina que serviços de radiodifusão de sons e imagens permitam o uso do recurso da audiodescrição; prevê que os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa escrita, na internet, no rádio, na televisão e nos demais veículos de comunicação abertos ou por assinatura disponibilizem, conforme a compatibilidade do meio, a audiodescrição; e dispõe que as instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural ofereçam à pessoa com deficiência a audiodescrição.

Ademais, o perfil profissional do audiodescritor já encontra respaldo em instrumentos como a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o que evidencia sua inserção no mercado de trabalho e nas políticas públicas de inclusão. Soma-se a isso a existência de norma técnica específica, a NBR 16452:2016, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata especificamente da audiodescrição.

Nesse sentido, a regulamentação do exercício da audiodescrição contribuirá ainda mais para a profissionalização do setor e favorecerá o reconhecimento da profissão e a capacitação dos audiodescritores, podendo, ainda, promover a ampliação da oferta de serviços de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiodescrição em múltiplos contextos: educacional, cultural, turístico, institucional, entre outros.

Não obstante a relevância e a oportunidade da proposição, entendemos que seu texto pode ser aperfeiçoado. Por isso, apresentamos substitutivo, que considera contribuições importantes advindas de associações integrantes do setor da audiodescrição.

As alterações promovidas podem ser agrupadas em quatro frentes principais.

Em primeiro lugar, aprimora-se o conceito de audiodescrição, definida como modalidade de tradução intersemiótica dotada de parâmetros normativos, científicos e éticos próprios. Amplia-se, ainda, o rol de possíveis beneficiários do recurso, que passa a abranger, além das pessoas com deficiência visual, pessoas idosas, pessoas com baixo letramento e pessoas neurodivergentes, reconhecendo a aplicação multifacetada que a audiodescrição assume na prática.

Em segundo lugar, reconhece-se formalmente a figura do audiodescritor revisor como integrante da equipe de audiodescrição, com atribuições próprias de checagem da correspondência entre imagem e roteiro e de padronização técnica e estética do produto final, o que confere maior qualidade e segurança ao processo produtivo.

Em terceiro lugar, passa-se a exigir que a função de audiodescritor consultor seja exercida exclusivamente por pessoa com deficiência visual, cega ou com baixa visão.

Essa medida é relevante, pois a experiência perceptiva da pessoa com deficiência constitui parâmetro indispensável para aferir a suficiência informacional e a usabilidade do roteiro de audiodescrição.

Em quarto lugar, os critérios de habilitação profissional, antes restritos a duas alternativas genéricas, são substituídos por três trilhas de habilitação — formação aliada à experiência laboral, formação aliada à pesquisa e formação, simplesmente —, com exigências de escolaridade, carga horária e comprovação documental mais precisas, além de regra de transição que assegura, por 24 meses, o exercício da atividade a quem ainda não reúna integralmente os requisitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a implementação dessas modificações, entendemos que o projeto complementará e consolidará o exercício da profissão de audiodescritor, a qual, cada vez mais, deve estar presente para garantir completa acessibilidade a todas as pessoas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.273, de 2025, na forma da emenda substitutiva.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador Jaime. Parabéns ao Senador Flávio Arns.

Eu não sei se vocês entenderam a grandiosidade desta matéria. Nós estamos versando aqui hoje, nós estamos deliberando aqui hoje sobre a profissão do audiodescritor. Acessibilidade para todos! Que matéria incrível! Senador Paim, que alegria as pessoas com baixa visão e as pessoas cegas serem incluídas! Nós já avançamos muito na questão da Libras, mas a audiodescrição ainda é uma barreira. A gente ainda encontra resistência para a audiodescrição. E a gente versar sobre a profissão do audiodescritor... Eu até pediria à Comissão que desse a todas as instituições que trabalham com pessoas com deficiência ampla divulgação da deliberação desta matéria, em que o Senador Flávio Arns apresenta um voto com um substitutivo, apresenta um voto extraordinário, que teve hoje o apoio e a participação do Senador Jaime.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerro a discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1 da CDH, que é um substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura e depois vai à CAS em deliberação terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador.

Item 10 da pauta, em que o Senador Jaime também fará a leitura *ad hoc*... Projeto de lei... É uma sugestão.

ITEM 10

SUGESTÃO Nº 3, DE 2026

- Não terminativo -

Dispõe sobre a "Simplificação Fiscal para Prestadores de Serviços de Engenharia como Empresa Individual".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei complementar que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH*.

O Relator é o Senador Laércio Oliveira, de Sergipe, que apresenta um relatório favorável à sugestão e transforma – ai que coisa linda, eu gosto tanto quando sugestão vira projeto de lei – a sugestão em um projeto de lei complementar que apresenta.

Quem propôs essa sugestão foi Leonardo, em 19/9/2025, e obteve, Senador Paim, 23.107 assinaturas de apoiamento.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para a leitura *ad hoc* do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, quero cumprimentar aqui essa relatoria do Senador Laércio Oliveira e parabenizá-lo – eu já até havia dado uma olhada – pela excelente relatoria desse projeto.

Com sua permissão, vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – De acordo com o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

O Ofício da Secretaria de Comissões nº 2, de 4 de fevereiro de 2026, informa que a SUG nº 3, de 2026, "recebeu apoiamento superior a 20.000 manifestações individuais". Ainda de acordo com o referido documento, 12 de janeiro de 2026 é a data de alcance do número de apoios necessários. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 3, de 2026, seja apreciada por esta Comissão.

Reconhecemos a necessidade de incentivar os profissionais liberais, como engenheiros e arquitetos. Entretanto, não é prudente restringir o alcance da norma tributária apenas a essas categorias profissionais, sob pena de violação dos princípios constitucionais.

A concessão de benefício fiscal do Imposto sobre a Renda para determinada categoria não é possível, em face da igualdade de tratamento tributário, expressamente prevista no inciso II do art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil.

O dispositivo constitucional veda a distinção tributária em razão de ocupação profissional exercida pelo contribuinte. Desse modo, a referência profissional (no caso engenheiros e arquitetos) não pode ser o critério para concessão de benefício fiscal. Nessa linha, destaca-se o seguinte trecho no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.276/MT pelo Supremo Tribunal Federal (STF)...

Para ficar compatível com o texto constitucional, o critério legal deve se restringir a aspecto objetivo, independentemente da profissão exercida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o advento do MEI-Caminhoneiro (validado no julgamento da ADI nº 7.096), o STF reconheceu a constitucionalidade de expandir o regime simplificado para categorias específicas por iniciativa parlamentar, visando à proteção social e à redução da informalidade. Esse precedente apoia a tese de que a inclusão de profissionais liberais no regime de microempreendedor é uma escolha política legítima.

Cabe recordar que a Emenda Constitucional nº 132, de 2023, que instituiu a reforma tributária do consumo, previu regimes diferenciados para serviços de educação, saúde e profissões intelectuais submetidas a fiscalização por conselho profissional, estabelecendo reduções de alíquota de 60% e 30%, respectivamente. Essa diferenciação constitucionalizada é mais um reforço à ideia de que o Constituinte derivado reconhece a necessidade de um tratamento específico para o setor de serviços e para os profissionais liberais.

A proposta de criação de um regime tributário simplificado para profissionais liberais visa a atenuar a percepção de injustiça fiscal. Como se sabe, o prestador de serviços de natureza intelectual é submetido a uma carga tributária e a uma complexidade administrativa desproporcionalmente superiores àquelas aplicadas a atividades de natureza manual ou puramente comercial.

Para o profissional liberal que atua como pessoa física (autônomo), a carga tributária é regida por uma estrutura progressiva e cumulativa de tributos. O Imposto de Renda incide sobre o rendimento líquido com alíquotas que alcançam até 27,5%. Complementarmente, o profissional deve contribuir para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na condição de contribuinte individual, com uma alíquota padrão de 20% sobre seus rendimentos, respeitado o teto previdenciário. Somando-se o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), cuja alíquota municipal varia entre 2% e 5%, a carga tributária efetiva total pode, assim, ultrapassar 32% do faturamento bruto do profissional.

Embora a apuração do Imposto de Renda permita a dedução de despesas essenciais para a manutenção da atividade (escriturações em livro-caixa), como aluguel de consultório, materiais técnicos e salários de funcionários, a complexidade desse controle e o peso das alíquotas marginais criam um forte incentivo para a busca de alternativas de formalização empresarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A unificação de impostos e a dispensa de obrigações acessórias complexas permitem que o profissional foque na prestação do serviço e reduza gastos com conformidade. Ademais, os jovens profissionais que hoje operam na informalidade ou como pessoa física com carga tributária sufocante teriam uma porta de entrada viável para o mercado formal. Garante-se, dessa maneira, a proteção previdenciária básica para uma massa de profissionais que hoje não contribui para o INSS devido ao custo elevado do autônomo (20%).

Elimina-se também a diferenciação discriminatória entre atividades de mesma escala econômica, baseada puramente na natureza do conhecimento técnico envolvido.

A sugestão apresenta, assim, méritos indiscutíveis do ponto de vista da gestão administrativa e do fomento ao empreendedorismo inicial.

A criação de um regime específico, como o Microempreendedor Profissional, ora proposto, com alíquota percentual e limite de faturamento superior ao do MEI tradicional, apresenta-se como a solução mais equilibrada. Ela reconhece a maior capacidade econômica média desses profissionais em comparação com o MEI “comum”, ao mesmo tempo em que oferece uma carga tributária significativamente inferior à do Simples Nacional.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 3, de 2026, do Programa e-Cidadania, e da sua conversão em projeto de lei para que tenha o regular processamento nesta Casa Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Jaime.

Uma sugestão vinda da sociedade para a simplificação fiscal para prestadores de serviços de engenharia como empresa individual. E, conforme o voto lido pelo senhor, feito pelo Senador Laércio, isso vai favorecer muito o empreendedorismo desses profissionais. Parabéns!

Agora, a sugestão que veio da sociedade por meio do Programa e-Cidadania está sendo proposta agora, nós vamos votar para que se transforme em um projeto de lei.

Em votação o relatório apresentado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Veja bem, esses profissionais liberais, se não for feito um mecanismo de simplificação para o faturamento que eles têm na sua profissão, esses engenheiros, essas pessoas que têm uma profissão em que elas atuam praticamente individualmente, se não tiver uma base de cálculo, uma formação de uma simplificação para o reconhecimento, elas vão para onde? Elas acabam indo para o mercado informal, não recolhendo INSS para a Previdência, não recolhendo as taxas que deveriam recolher e os impostos que teriam que recolher, porque são muitos. A simplificação, pode ter certeza, vai trazer muito mais profissionais para o trabalho e para contribuição com a nação dentro de empregos formais, reconhecendo o imposto pelo Simples, porque ele é o mais moderado e o mais acertado que pode ser feito para essas classes.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico, Senador.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a nossa discussão.

Em votação o relatório apresentado à Sugestão nº 3, de 2026.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, nos termos do projeto de lei complementar – será um projeto de lei complementar.

A matéria agora vai para a Secretaria Legislativa do Senado Federal, e ela começa a tramitar agora como projeto de lei complementar.

A gente quer aqui cumprimentar o Leonardo por ter tido a coragem de apresentar, no nosso Portal e-Cidadania, uma sugestão que teve mais de 23 mil apoiamentos. Eu peço que, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favor, a Secretaria também informe o Conselho Federal de Engenharia sobre essa proposta que agora começa a tramitar, porque, com certeza, eles terão interesse em acompanhar a matéria.

Já que nós estamos ao vivo, deixe-me dar um recado para todos vocês que estão nos assistindo: participem do processo legislativo, né, Senador Paim? O Portal e-Cidadania é uma porta para qualquer cidadão brasileiro apresentar uma proposta que pode virar uma lei. Olha aqui essa proposta hoje, que extraordinária! Várias que já entraram pelo portal já viraram lei. Eu fico muito feliz que a sociedade participe dessa forma ativa do processo legislativo.

Senador Jaime Bagattoli, obrigada por ter feito a leitura. Comunico o Senador Laércio também e cumprimento-o pelo voto.

Nós vamos para o item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4598, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o Decreto Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como circunstância agravante, a prática de crime contra a pessoa com deficiência ou neurodivergente e para estender a causa de aumento de pena, tornando-a aplicável independentemente do local da prática do crime.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.*

- Em reunião realizada em 17/06/2026, a matéria foi retirada de pauta.

- Em reuniões realizadas em 24/06 e 01/07/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha que matéria incrível!

O Relator é o Senador Alessandro Vieira.

Dada a importância da matéria, o Senador Paulo Paim, hoje – em parceria com o Senador Alessandro Vieira – fará a leitura *ad hoc* do relatório. Assim, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que tem muito compromisso com as pessoas neurodivergentes, muito compromisso com as pessoas com deficiência.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidenta Damares, por ter me convidado para fazer o relatório *ad hoc*.

Alguém me perguntou: "Mas esse projeto é do Flávio Bolsonaro, campos opostos, oposição ao seu Governo". Eu disse: eu não quero saber o nome do autor; eu quero saber se a matéria é justa. E o relatório é do Alessandro Vieira, que eu conheço muito bem, que fez um belo relatório.

Então, eu leio o relatório com muita tranquilidade, concordando com o parecer pela aprovação. Se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à proteção das pessoas com deficiência e à garantia e promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a análise da proposição atende aos critérios de regimentalidade.

No mérito, a proposição busca reforçar a tutela penal da integridade física e da dignidade de pessoas com deficiência. Com efeito, a previsão de circunstância agravante para crimes praticados contra pessoas com deficiência sinaliza maior reprovabilidade da conduta do agente que se aproveita da vulnerabilidade da vítima, em consonância com a centralidade da dignidade da pessoa humana e com o dever estatal de promover a integração social de grupos em situação de desvantagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero dizer que a orientação da Bancada do PT também foi favorável, não fui só eu.

A ampliação do escopo da causa de aumento de pena no crime de lesão corporal dolosa contra pessoa com deficiência, desvinculando-a do local da infração, também se harmoniza, em tese, com a finalidade de proteção integral, pois a gravidade da agressão não se reduz quando praticada no domicílio, em via pública ou em outros ambientes.

Todavia, a forma como a alteração foi redigida demanda aperfeiçoamentos – o que fez o Relator, o Senador Alessandro Vieira. O dispositivo modificado foi originalmente introduzido pela Lei nº 15.159, de 2025, no contexto de reforço da proteção contra violências praticadas nas dependências de instituições de ensino. A lógica normativa da causa especial de aumento de pena estava diretamente associada ao ambiente escolar e à especial reprovabilidade de agressões cometidas nesse espaço, especialmente por agentes que exercem funções de autoridade, cuidado ou convivência cotidiana com os estudantes.

Ao suprimir a expressão "praticada nas dependências de instituição de ensino", a proposição acaba por deslocar a incidência da majorante para quaisquer hipóteses de lesão corporal praticadas pelos agentes descritos na alínea "b", independentemente de qualquer vínculo com o ambiente escolar. Com isso, a alteração termina por descaracterizar a finalidade originalmente conferida ao dispositivo pelo legislador, esvaziando a centralidade da proteção do espaço educacional e da comunidade escolar.

Além disso, a supressão do elemento espacial torna o trecho final da alínea "b", que menciona "professor ou funcionário da instituição de ensino", parcialmente descontextualizado, comprometendo a coerência interna da norma e dificultando sua interpretação sistemática.

Dessa forma, embora seja legítimo o propósito de ampliar a proteção penal conferida às pessoas com deficiência, entendemos necessária a apresentação de emenda para preservar a racionalidade do dispositivo e evitar distorções na aplicação da causa especial de aumento de pena.

Feitas essas considerações, vislumbramos ainda outras possibilidades de aprimoramento na proposição. A agravante proposta pelo PL nº 4.598, de 2025, engloba as pessoas com deficiência e as pessoas neurodivergentes. O primeiro conceito possui dimensão biopsicossocial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e robusto regime jurídico, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O segundo, contudo, é conceito amplamente debatido e que abrange situações muito heterogêneas, incluindo desde deficiência intelectual até superdotação, além de condições como o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, entre outras.

Terminando, Sra. Presidenta.

A inserção de termo tão polissêmico no Código Penal pode suscitar questionamentos quanto ao princípio da taxatividade da lei penal, em razão da amplitude e da imprecisão de seu significado.

Dessa forma, oferecemos emenda para aprimorar – somente para aprimorar – o escopo de aplicação da norma, assim como aperfeiçoar outros elementos de técnica legislativa constantes da proposição. Cumpre notar que essa delimitação não resultará em proteção penal deficitária para pessoas neurodivergentes que forem enquadradas no conceito de pessoa com deficiência, nos termos da legislação vigente.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.598, de 2025, com a seguinte emenda...

Preciso ler a emenda?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não precisa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, pronto, pela aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Paim. Que matéria importante!

Estou colocando em discussão e eu queria participar da discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agredir uma pessoa com deficiência é uma das piores covardias que eu conheço. Esta Comissão discutiu, mês passado, em uma audiência pública, um caso, Senador Jaime, de um menininho que tem a síndrome Prader-Willi. Com essa síndrome, a criança fica obesa. Eu tive um sobrinho com essa síndrome. Foi esse meu sobrinho que me trouxe para a causa das pessoas com doenças raras. O meu sobrinho nasceu em 1989 e faleceu em 2002. Inclusive, a expectativa de vida deles não era – hoje, a medicina mudou muito – muito longa. E o meu sobrinho, no dia que morreu, tinha 12 anos, Senador, e tinha 180 kg. Então, a criança fica obesa.

E no Ceará, os colegas pegaram uma criança obesa, com essa síndrome, levaram para o banheiro e o fizeram comer oito pedaços de bolo. Forçadamente. Ele poderia ter morrido nessa agressão. A glicose poderia ter subido muito; poderia ter morrido. A gente está vendo muita violência com crianças com deficiência, especialmente crianças com autismo. E o projeto fala sobre isso.

Esta semana, a gente também foi surpreendida com uma notícia absurda. Um pastor de 64 anos esperou a esposa e o filho saírem de casa para irem para o culto. Mandou a esposa e o filho para o culto. E ele voltou para o quarto, estuprou a sogra dele, idosa, de 91 anos, uma pessoa com deficiência, na cama.

Então, a gente não aguenta mais ver tantas notícias de agressões covardes a pessoas com deficiência.

O voto do Senador Alessandro Vieira, esse aperfeiçoamento que ele traz ao voto, vai garantir o aumento da pena quando a vítima for uma pessoa com deficiência ou um neurodivergente.

Senador Paim, a gente está entregando uma boa matéria hoje. E foi o que o senhor disse, se a matéria vai lá na ponta salvar vidas, beneficiar pessoas, não interessa quem é o autor; se é de direita, se é de esquerda. O senhor aqui hoje dá mais essa demonstração do que é maturidade política. O autor da matéria é uma pessoa de direita, o Relator original é de centro e quem fez o voto aqui, agora, é um Senador de esquerda. Então, é isso, isso é política.

Essa é a boa política, isso é a maturidade política, porque aqui os três tiveram apenas um olhar: a pessoa com deficiência e a pessoa neurodivergente. Parabéns, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão ainda. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

Obrigada, Senador Paim.

Nós temos agora dois itens de que eu sou Relatora.

Senador Paim, mas antes de passar a palavra, me parece que o senhor tem um pedido extrapauta. Eu vou fazer o seguinte, a gente podia apreciar o seu pedido extrapauta, aí eu passo a palavra para o senhor e eu faço o encerramento, ou não tem mais?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está aguardando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então vai aguardar... acho que o seu partido está pedindo para aguardar o seu pedido extrapauta.

Então vamos direto para...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Na verdade, é o requerimento de uma audiência pública sobre um tema que ainda não foi apreciado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso não quer dizer que não possa ser lido o requerimento do pedido de audiência pública da Senadora Teresa Leitão, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual ela especifica... Inclusive, o parecer aqui é pela votação favorável ao projeto relatado pela Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então o senhor quer apresentar o pedido extrapauta já?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já poderia apresentar para instruir o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusão de requerimento extrapauta. Nós vamos incluir tanto o do Senador Paim, como um de minha autoria: o 104 e o 105. O 104 é meu e o 105 é da Teresa Leitão, que o Senador Paulo Paim está subscrevendo.

Aqueles que concordam com a inclusão desses dois requerimentos extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 6524/2019, que "institui o Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância(Snipi) e cria o relatório Orçamento da Primeira Infância (OPI), como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público no âmbito da primeira infância".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer a leitura do requerimento de autoria da Senadora Teresa Leitão, que ele acabou de subscrever.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – V. Exa. já leu o importante, o eixo do tema. Ela propõe uma audiência com a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento; representante da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento; representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; representante do Fundo nas Nações Unidas para a Infância; representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; representante da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente...

Eu vou ler só a primeira parte da justificativa, bem rapidamente.

O Projeto de Lei nº 6.524, de 2019, propõe a instituição do Sistema Nacional de Informações da Primeira Infância e a criação do relatório Orçamento da Primeira Infância, com a finalidade de fortalecer a transparência, o monitoramento e o controle social das políticas públicas destinadas às crianças na primeira infância.

Com essa leitura, eu deixo claro que o objetivo é aprofundar o debate de um belo projeto e de um belo relatório.

É só isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório apresentado pela Senadora Teresa Leitão, subscrito pelo Senador Paim, de realização de audiência pública.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de realização de audiência pública.

Isso não quer dizer, Senador Paim, que se as duas acabarem se entendendo – se as contribuições que os expositores trariam na audiência puderem ser apresentadas antes, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela adeque o relatório – a gente não possa suspender a audiência pública, se as duas se entenderem, mas está aprovado já...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O diálogo e o acordo em primeiro lugar. Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso. Está aprovado já o requerimento.

Senador Paim, o senhor pode presidir?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Com certeza. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tem um Deputado me aguardando no gabinete, mas não há problema nenhum. Ele espera um pouquinho, como eu espero também sempre quando eu vou visitar um Deputado ou um Senador. A prioridade vai ser a sua pauta aqui.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Item 7 – como a Presidenta é a Relatora, passou a Presidência para mim.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 306, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, para incluir as categorias de pessoas desaparecidas voluntária, involuntária e forçada e prever a adoção de medidas diferenciadas para cada categoria.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

A autoria é da Deputada Federal Laura Carneiro, e a relatoria é da Senadora Damares Alves, a quem eu passo a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise, que vou, inclusive, fazer de uma forma resumida, porque é uma matéria de consenso. Esta Comissão já tem discutido esta matéria.

Informo que a matéria apresentada no projeto de lei é digna de ser acolhida. O desaparecimento de pessoas configura-se como um grave fenômeno que atinge a sociedade brasileira, constituindo-se em uma severa violação de direitos humanos que reclama ações céleres e efetivas. A dimensão e a gravidade dessa problemática são evidenciadas pelos dados oficiais mais recentes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que apontaram um recorde histórico em 2025 com o registro de 84.760 novos desaparecimentos no país, o que representa uma alarmante média de 232 ocorrências por dia. Esses indicadores evidenciam a necessidade de contínuas atualizações no ordenamento legal para fazer frente ao problema.

Com relação ao arcabouço legal vigente, a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, marcada como a primeira política pública de âmbito federal, permanente e unificada para coordenar a busca de qualquer cidadão desaparecido, foi instituída pela Lei 13.812, de 16 de março de 2019, e vem recebendo inúmeros aperfeiçoamentos.

Quero informar, Presidente, que, em maio de 2021, o Ministério da Justiça instituiu a Campanha Nacional de Coleta de DNA de Familiares de Pessoas Desaparecidas. A iniciativa buscou abastecer o Banco Nacional de Perfis Genéticos, que, embora criado em 2013 com foco em investigações criminais, contava com menos de 3 mil amostras de parentes cadastradas frente à estimativa de 80 mil desaparecimentos anuais no país. Coordenada junto às secretarias estaduais de segurança pública, a mobilização focou na coleta voluntária de material biológico de familiares de primeiro grau e no recolhimento de itens de uso pessoal dos desaparecidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visando conferir maior proatividade ao Estado e utilizar tecnologias de ponta para viabilizar a identificação por vínculo biológico.

Em 2022, em um avanço estratégico fundamental para a consolidação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, o então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Rio de Janeiro firmaram um acordo de cooperação técnica para unificar soluções tecnológicas.

As iniciativas de cooperação institucional e de aprimoramento dos sistemas de busca e identificação contribuíram para o fortalecimento dos mecanismos de registro, monitoramento e localização de pessoas desaparecidas no país.

A autora da matéria, Presidente, a Deputada Laura, é do Rio e ela acompanhou esse processo. Por isso ela apresenta essa matéria.

Os dados mais recentes demonstram que o desaparecimento de pessoas permanece como desafio grave e crescente para o poder público.

Os números evidenciam a persistência e a gravidade do fenômeno do desaparecimento de pessoas no Brasil, realidade que frequentemente permanece invisibilizada no debate público e cuja busca por respostas, não raras vezes, recai de forma desproporcional sobre a família.

Diante disso, a matéria propõe o uso da categorização apresentada pela Promotora Eliane Vendramini, em sua pesquisa de doutorado. Essa categorização envolve três tipos, Presidente. Primeiro, o desaparecimento voluntário, quando uma pessoa, maior de idade e capaz, decide, por vontade própria, cortar vínculos com sua família e amigos; então, respeitando o direito da pessoa que quer desaparecer, aquela pessoa ameaçada de morte, aquela mulher que está sendo vítima de um marido agressor. Então, isso é chamado agora de desaparecimento voluntário. Segundo, desaparecimento involuntário, que envolve situações como desastres naturais, acidentes, crises de saúde mental ou crianças e adolescentes que se separam de seus responsáveis de forma não intencional. E, terceiro, desaparecimento forçado, Presidente, tipo mais grave, relacionado a ações diretas de terceiros, o que envolve coação, violência, abuso de poder ou fraude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, dessa nova forma de classificação dos desaparecidos proposta pelo projeto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 306, de 2025, de autoria da Deputada Laura Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Parabéns à Senadora Damares e também à Laura Carneiro.

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3543, DE 2025

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 13.812, de 16 de março de 2019, para estabelecer a obrigatoriedade de alerta imediato em caso de desaparecimento de criança, de adolescente, de pessoa idosa e de pessoa com deficiência, denominado Alerta Pri.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CCT, CDH e CSP.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Delegado Francischini.

A matéria já recebeu parecer favorável da CCT.

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Damares Alves, para que ela faça a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, versa sobre o mesmo tema: desaparecimento. É de outro Deputado. Essa matéria já foi, inclusive, apreciada aqui na Casa. E vou para a análise, de uma forma resumida também.

Sob a ótica dos direitos humanos, a proposição concretiza comandos constitucionais e internacionais de proteção integral.

O desaparecimento de pessoas, Presidente, é um problema grave e persistente no Brasil. Os números são assustadores, e todos os dias a gente tem no Brasil mais de 230 pessoas desaparecidas. Esses números revelam que o desaparecimento não é fenômeno episódico, mas desafio nacional de segurança pública, proteção social e matéria de direitos humanos. A gravidade é ainda maior quando envolve crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, grupos que, pela condição de desenvolvimento, dependência, limitação cognitiva, mobilidade reduzida ou maior exposição à violência, demandam resposta imediata e articulada do Estado.

Presidente, no Brasil, já há iniciativas em curso que comprovam a validade técnica da proposta apresentada aqui pelo Relator. Contudo, a experiência brasileira ainda depende de adesões, convênios e cobertura limitada a determinados públicos e plataformas.

O mérito do Projeto de Lei nº 3.543, de 2025, está justamente em superar essa fragilidade, conferindo base legal mais ampla e estável ao sistema de alerta, com previsão de participação das empresas de telefonia móvel, provedores de aplicações de internet, serviços de mensageria e redes sociais. O que propõe o projeto, Presidente? Aprimorar os projetos e iniciativas de alerta de desaparecimento de pessoas, especialmente, de crianças.

Portanto, o Projeto de Lei nº 3.543 é juridicamente adequado, socialmente necessário e institucionalmente oportuno ao fortalecer a Política Nacional de Busca de Pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desaparecidas e ampliar os canais de alerta imediatos. Desapareceu uma criança aqui, imediatamente todos nós, no nosso celular, vamos receber um alerta que aqui na região uma criança desapareceu para que a gente já comece, imediatamente, a ajudar a procurar.

Assim, Presidente, dado o mérito, dada a grandiosidade do projeto, em razão de todos os argumentos apresentados no parecer publicado, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.453, de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, o requerimento... (*Fora do microfone.*) Queria fazer a defesa do Requerimento 104 que nós apresentamos extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 104, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir a transferência de pessoas do sexo masculino, que se autodeclaram mulheres, para a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (Colmeia), seus impactos sobre os direitos fundamentais das mulheres custodiadas e as responsabilidades institucionais dos órgãos de gestão prisional do Distrito Federal e da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) Inclusive, Presidente, eu estou conversando com instituições que trabalham com mulheres transformação, que estão preocupadas com o que está acontecendo. Alguns homens que não são mulheres trans estão se autodeclarando trans só para ir para o presídio feminino e aí, quando chegam lá, eles, de uma forma absurda, agridem as mulheres trans – porque eles ficam na cela com mulheres trans e com travestis. Então eles agridem essas mulheres trans porque eles só se autodeclaram, sem serem.

Isso tem matéria, tem relatório, nós vamos fazer uma discussão séria, pé-no-chão, inclusive indo à Colmeia. Este é o objetivo: de uma audiência pública e uma visita *in loco* à Colmeia. Eu peço apoio aos pares para aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto, de imediato, à votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Presidenta Damares, permita-me que eu, sentado aqui na Presidência, possa informar algumas mulheres aqui de Brasília que nos ajudaram na formulação de um projeto. Eu recebi aqui um recado de uma delas, a Mia Costa, ela pede: "Dá para falar com a Senadora Damares?" – estou falando aqui ao vivo, viu? – "Se o PL nº 1.025, de 2026 está para entrar em pauta?".

Ela me disse que está pronto o relatório, favorável, está fazendo a revisão final e, se depender dela, na quarta-feira que vem vai ser votado.

Olhem a liberdade que eu tenho. Elas me falaram isso em sigilo, e eu estou falando para todo o Brasil, mas sei que o seu objetivo é votar esse projeto o mais rápido possível.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, só para informar a quem está nos assistindo, nós teremos uma diligência nesta semana liderada pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ah, muito bem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, se o senhor quiser apenas informar como está a organização da diligência e qual a expectativa lá no estado... É uma diligência da Comissão que vai acontecer no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É uma diligência no Rio Grande do Sul, porque nós conseguimos, com muito esforço aqui, no Congresso, transformar os Lanceiros Negros em herói da pátria. Uma vez aprovado aqui também, no Senado, agora o Estado do Rio Grande do Sul – a Assembleia Legislativa – pediu se nós não poderíamos ir lá para falar um pouco do chamado Museu dos Lanceiros Negros.

Todos sabem que é uma história triste, que os lanceiros negros foram praticamente massacrados, num massacre lá perto de Pinheiro Machado. Então, nesse local – estou resumindo a história –, a gente quer colocar lá um museu. E é importante essa diligência nossa lá, porque nós poderemos, a partir dela, com a participação, inclusive, do Governo, que vai estar também com os seus representantes, avançar na construção desse Museu dos Lanceiros Negros, no Rio Grande do Sul.

Eu tomo a liberdade de dizer – vou dizer em parte – que nós sempre fizemos emendas de Comissão. Eu quero daqui, porque o mérito é seu. Conversando com a Presidenta se poderíamos apresentar uma emenda de Comissão para ajudar na construção do Memorial dos Lanceiros Negros, lá em Pinheiro Machado, ela diz: "Apresente; de minha parte, terá todo o apoio".

Então é uma boa notícia que eu estou passando.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Falei só com a senhora em sigilo, e agora o Brasil todo sabe, a torcida do Grêmio e a do Brasil, até a do Brasil mesmo, que está chorando a derrota que tivemos, infelizmente, recentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, e, se aprovada a emenda na Comissão, se aprovada no orçamento e se liberada, nós vamos construir o museu, e eu quero estar lá na inauguração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, já é nossa convidada – já é nossa convidada. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Levarei essa boa notícia, o.k., Presidenta?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada por ter nos ajudado. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Leitura de expedientes.

Comunico ao Colegiado o recebimento das denúncias constantes dos Expedientes 417 e 418, informando que ambas receberam os devidos encaminhamentos no âmbito das competências desta Comissão.

No Expediente 418, o coletivo Felipa Maria Aranha, entidade da sociedade civil integrante do Comitê Estadual de Políticas Penais do Estado do Pará, encaminha manifestação institucional relatando possíveis violações de direitos humanos no sistema prisional paraense, com informações sobre supostos episódios de violência, deficiência na assistência às pessoas privadas de liberdade, fragilidades na condução de procedimentos disciplinares e necessidade de fortalecimento dos mecanismos de fiscalização.

Informo que a Comissão deliberou pelo encaminhamento de ofício da Secretaria Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará e ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, solicitando informações acerca das providências adotadas para apuração dos fatos, prevenção de violações de direitos humanos, proteção das pessoas privadas de liberdade e fortalecimento dos mecanismos de fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico ainda o recebimento da resposta ao ofício constante no Expediente 416, informando que recebeu o devido encaminhamento.

Comunico também o recebimento da solicitação constante do Expediente 419, informando que recebeu o devido encaminhamento.

Eu queria fazer um comunicado. Sobre esses nossos encaminhamentos, esses nossos expedientes, esses nossos ofícios de denúncias que chegam aqui, nós estamos recebendo *feedbacks* muito positivos. Deixe-me dar uma informação. Nós recebemos aqui uma denúncia, na Comissão, de que foram encontrados fetos esquecidos e de tamanhos diversos, bebês – eu não chamo "fetos", eu chamo "bebês" –, na sede da Fiocruz. Foi isso, Kamila? Fiocruz, né? E estava todo mundo falando sobre isso nas redes sociais, porque houve uma denúncia de uma funcionária, uma ex-funcionária. Nós recebemos e mandamos para a polícia do Rio, perguntando como estava a investigação. Acreditem os senhores que foi a primeira comunicação oficial que a polícia do Rio recebeu, porque estava todo mundo comentando, mas ninguém teve a iniciativa de fazer o registro oficial. Então, o nosso ofício se tornou um comunicado oficial e foi aberta uma investigação.

Então, tudo que chega a esta Comissão, nós... Por exemplo, nessa que chegou agora do presídio, da violação de direitos humanos do presídio em Belém, uma única denúncia resultou em cinco encaminhamentos para cinco instituições diferentes. E a gente fica aqui muito feliz com os *feedbacks* que nós estamos recebendo. Dá trabalho, Secretaria, eu sei que dá: pegar uma denúncia e uma única denúncia, e são muitas que chegam à Comissão, a gente transformar em cinco expedientes diferentes. Mas quando o *feedback* chega, por exemplo, quando o Comitê de Tortura nos deu uma resposta sobre o que fez com essa denúncia de Belém, é uma sensação enorme do dever cumprido da Comissão.

Então, eu precisava fazer esse registro e, depois desse registro, eu submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos aqui, os expedientes lidos aqui hoje, para a deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Informo que, nos temos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da CDH. Os demais permanecem na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminando o prazo, os documentos serão arquivados.

Eu quero agradecer a todos que nos ajudaram na realização da audiência pública desta segunda-feira, em que nós falamos sobre os avanços do ECA. Nós estamos completando esta semana 36 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei 8.069 é de 1990 e nós fizemos aqui um debate sobre os avanços. Foi uma audiência muito emocionante, porque vieram atores que estão lá na ponta, cuidando da infância, mas vieram também especialistas apontar onde avançamos e onde ainda precisamos avançar na proteção da criança.

Ainda em comemoração ao ECA, nós teremos nesta quinta-feira uma audiência pública em que nós vamos discutir o trabalho infantil no Brasil, onde nós avançamos no enfrentamento ao trabalho infantil, onde precisamos avançar. E nós vamos trazer aqui as novas modalidades de trabalho infantil, porque, quando a lei foi construída, quando todo esse enfrentamento surgiu, nós pensávamos no menino engraxate – lembram-se deles? –, nós pensávamos no menino vendendo bala no farol, nós pensávamos nas crianças que estavam nos canaviais, nós pensávamos nas crianças que estavam nas carvoarias, mas agora nós temos uma outra modalidade de trabalho e, pasmem, pais pedindo autorização para as crianças trabalharem no mundo *online*, pequenos influenciadores mirins sob constante tensão e pressão; pasmem, crianças e adolescentes sendo consultores na internet de jogos *online*! Nós vamos discutir as novas modalidades de trabalho infantil no Brasil.

Então, a audiência será amanhã, que horas? (*Pausa.*) Às 10h da manhã. Participem do debate! Você pode mandar pergunta via internet, pelo telefone com uma ligação gratuita de qualquer lugar do país. Participem do debate amanhã!

E encerro a audiência celebrando: aprovamos ontem, no Plenário, o Projeto de Lei 3.069, de 2025, que nasceu na Câmara – autoria do Deputado Osmar Terra –, passou muito rápido lá. Chegou nesta Comissão numa sexta. Na sexta à tarde a gente conseguiu entregar o relatório, na quarta colocamos em votação, aprovamos aqui e aprovamos o regime de urgência para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plenário. Em duas semanas, a matéria tramitou no Senado e ontem o nosso ilustre Senador Contarato apresentou o voto de Plenário, e nós entregamos mais uma lei.

E ontem, gente, nós demos um golpe; vocês não têm ideia do golpe que nós demos no crime ontem! Nós ontem quebramos as pernas e os braço dos abusadores *online*, dos estupradores que usam o mundo *online* para estuprar crianças. Ontem nós instituímos no Brasil o fortalecimento... Nós ontem empoderamos o agente policial, o delegado e o agente policial que trabalham no enfrentamento aos crimes cibernéticos. Nós agora teremos ronda policial. Sabem aquelas viaturas que vocês veem na rua? Pois agora elas vão estar no mundo *online*. Nossos agentes estão empoderados e vão fazer prisão em flagrante.

Eu quero ver todo mundo na cadeia, inclusive os dois empresários do Rio Grande do Sul que foram encontrados com 100 terabytes de imagens de estupro de crianças, adolescentes, bebês e recém-nascidos. Eu vou repetir o que são 100 terabytes, porque as pessoas às vezes não entendem: mais de 50 milhões de imagens na mão de dois empresários, mais de 50 mil horas de vídeos de estupros de criança! Estão soltos, porque eles prometeram que vão se comportar daqui para a frente, que vão fazer tratamento psicológico. Eu conheço um bom tratamento psicológico para eles. Vocês conhecem? Papuda, Papuda cura tudo! Pode mandar para lá. Eu estou aguardando a Justiça do Rio Grande do Sul. Eles estão respondendo – não é que eles estão absolvidos, não –, eles estão respondendo em liberdade! Eu quero ver uma sentença, e a sentença, nós já preparamos também a lei. Com a lei, agora, o estupro de criança começa com 20 anos a pena, de 20 a 40. Eu quero aqueles dois empresários milionários – dizem que eles têm muito dinheiro –, quero vê-los na cadeia de 20 a 40 anos! E ontem nós entregamos o PL 3.066, de 2025. Não vou me cansar de repetir meus agradecimentos ao Senador Contarato.

Essa é também uma demonstração de maturidade política. O autor do projeto é um Deputado conservador. O projeto passou por esta Comissão aqui e foi aprovado por Senadores conservadores e não conservadores. E ontem quem fez a leitura do relatório foi um Senador do PT. Quando a matéria é de interesse da sociedade, está todo mundo se unindo. E o Senado... Gente, esta legislatura – escreva o que eu estou falando – vai entrar para a história, como a legislatura que mais aprovou matérias de proteção da criança e do adolescente. Os criminosos não contavam com a nossa astúcia. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembram-se dessa frase? Os criminosos não contavam que tinha dentro deste Senado, nesta legislatura, um exército imparável. Ninguém para o exército de defensores da infância que está reunido. Deus reuniu, nesta legislatura, homens e mulheres, de todos os partidos, que formaram um exército incansável de proteção à infância. Vamos entrar para a história. Meu nome vai estar lá na história, junto com o do Contarato, Magno Malta, todo mundo. Nós estamos entregando matéria. Vocês não têm ideia. O crime está aí, ó, que nem uma barata tonta: "O que está acontecendo no Senado?" Estamos cuidando das crianças e dos adolescentes.

Assim, nada mais tendo a tratar, celebrando com alegria pela aprovação do PL ontem, declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e doze minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Romário, Hermes Klann e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Eduardo Gomes, Sérgio Petecão e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 11/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 49/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre: "Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho, voltada à conscientização social, à prevenção e ao fortalecimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil no Brasil". Participantes: Fábio Meirelles, Secretário Nacional Substituto da Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Taciela Cordeiro Cylleno, Juíza Titular do TRT da 1ª Região e Representante da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho- ABMT; Roberto Padilha Guimarães, Coordenador de Erradicação e Fiscalização do Trabalho Infantil/Auditor Fiscal do Trabalho do MTE; Fernanda Brito Pereira, Procuradora do Trabalho e Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do MPT; Edvania Freitas de Lima, Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais/DPSE/SNAS do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Christiane Azevedo Barros, Auditora-Fiscal do Trabalho, Coordenadora do Projeto de Inserção de Aprendizes no Trabalho da SRT/MG e representante Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; e Rita Coelho, Coordenadora-Geral de Educação Infantil - Representante do Ministério da Educação - ME. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/09

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 11 e 49, de 2026, de minha autoria, aprovados nesta Comissão, para debater o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil – o dia mundial hoje, olhem só, crianças! –, celebrado em 12 de junho, voltada à conscientização social, à prevenção e ao fortalecimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil no Brasil.

Comunico a todos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, meninos e meninas que estão conosco... TV Senado, mostre para o Brasil como o nosso plenário está lindo hoje! Nós estamos com crianças e adolescentes acompanhando esta audiência e – já bati um papo com eles aqui – eles estão muito interessados no assunto. Tem uns meninos aqui, doutores, que querem trabalhar, querem ser *influencers*, querem ser atores de novela, jogadores de futebol. E aí? Eles podem ou não podem trabalhar?

Esta audiência pública, realizada em alusão ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho, reafirma o compromisso desta Comissão com a proteção integral de crianças e adolescentes, a promoção da dignidade humana e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil. O trabalho infantil constitui uma grave violação de direitos humanos, pois compromete o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social de crianças e adolescentes, prejudica sua educação – ixe, e agora, meninos? –, perpetua a pobreza e amplia desigualdades. Trata-se de um problema complexo que demanda a atuação integral das áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, desenvolvimento econômico e garantia de direitos.

De acordo com a Pnad Contínua 2024, do IBGE, cerca de 1,65 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil, correspondente a 4,3% da população dessa faixa etária – é muito! Apesar da redução em relação aos anos anteriores, os números ainda são preocupantes e demonstram a necessidade de fortalecer as ações de prevenção, proteção, fiscalização e promoção dos direitos da infância e da adolescência.

O trabalho infantil está diretamente relacionado às desigualdades sociais, à pobreza, à insegurança alimentar, à baixa escolarização das famílias, às dificuldades de acesso às políticas públicas e às vulnerabilidades territoriais. Muitas crianças ingressam precocemente em atividades econômicas para completar a renda familiar, enquanto outras são submetidas a atividades ilícitas, exploração sexual, trabalho doméstico ou atividades insalubres e perigosas.

Além disso, grande parte desse fenômeno permanece invisível às estatísticas oficiais. Crianças em semáforos, feiras, vias públicas, atividades de reciclagem, comércio ambulante e mendicância frequentemente passam despercebidas, embora vivam em situação de vulnerabilidade. A ausência de uma base nacional consolidada sobre crianças em situação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rua ou submetidas à exploração econômica informal dificulta a formulação de políticas públicas e evidencia uma importante lacuna informacional.

Outro aspecto que merece destaque é a estreita relação entre trabalho infantil e evasão escolar. Crianças que trabalham tendem a apresentar maior defasagem idade-série, menor rendimento escolar e maiores índices de abandono dos estudos. A permanência na escola, especialmente em tempo integral, aliada à educação infantil de qualidade, reduz fatores de risco, fortalece vínculos familiares e comunitários e amplia oportunidades de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Ao promover este debate, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa reafirma sua missão constitucional de acompanhar a implementação das políticas públicas, fiscalizar sua efetividade e contribuir para o aperfeiçoamento da legislação nacional. Que este encontro, senhores, fortaleça a articulação entre as instituições aqui representadas e produza encaminhamentos concretos! Essa é a responsabilidade que nos une e o compromisso que esta Comissão renova perante toda a sociedade brasileira.

Iniciaremos a audiência com uma apresentação artística de teatro de fantoche e música infantil, conduzida pela Tia Shashá e os Guardiões do Lar, que abordará o tema do trabalho infantil de forma lúdica e educativa.

Bem-vinda, Tia e os Guardiões do Lar.

(*Procede-se à apresentação artística, com a Tia Shashá e os Guardiões do Lar.*)

(Procede-se à apresentação artística, com a Tia Shashá e os Guardiões do Lar.) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom dia, Théo!

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você é muito bonito, Théo.

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Que isso, tia? São os seus olhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você parece um Senador, Théo.

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Uh, tia, seria uma honra. Já pensou ter um fantoche Senador? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É!

Ô, Théo, aqui no Senado, os Senadores são todos vovôs e vovós.

O SR. THÉO (FANTOCHE) – É, tia?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E tem alguns Senadores, Théo, que tomam decisão pelas crianças, mas eles não estão conversando com as crianças. Por isso é que você veio. Está bom, Théo?

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Está bom, tia. Muito obrigado, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, Théo, nós vamos todos os dias encher o Senado de criança, porque aqui também é o lugar delas. Está bom?

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Está bom, tia. E me chama, tia; me chama!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Chamo. (*Palmas.*)

Théo... Théo...

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Oi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você sabe o que um Senador faz, Théo?

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Tia, acho que não. Minha mãe não me falou, não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Théo, Senador faz leis. Sabia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Eita, tia! Isso é muito massa!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou fazendo uma lei bem legal, Théo.

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Qual é, tia?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou acabar com a matemática na escola. (*Palmas.*)

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Uh! O quê, tia? Meu Deus!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. É muito ruim prova de matemática.

Aí eu vou fazer uma outra lei, Théo.

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Qual é, tia?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A hora do intervalo vai ser de duas horas na escola.

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Eita, tia! Que legal! Com sorvete, pipoca e algodão doce!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aí, da terceira lei que eu estou fazendo para as crianças, Théo, elas vão gostar: seis meses de férias e só seis meses de aula. (*Palmas.*)

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Meu Deus! Eita, tia! Tia, a senhora é muito legal. Tem como a senhora me levar para sua casa, tia?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Levo você para minha casa. (*Risos.*)

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Então, está bom, tia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada por estar conosco, Théo. Foi uma alegria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Criança tem que brincar, criança tem que se divertir, criança tem que estudar.

E assim nós agora vamos chamar os tios que vão falar.

Muito obrigada, Théo.

O SR. THÉO (FANTOCHE) – Tchau, tia.

Obrigado, gente. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Valeu.

É, gente, às vezes, eu fico pensando que o Senador Davi Alcolumbre está um pouquinho arrependido de ter colocado a Damares como Presidente da Comissão. (*Risos.*)

Eu falei, doutores, que a gente ia encher este Senado de criança e falei que nós iríamos ouvir as crianças aqui, dentro do Senado.

Nesse sentido, eu convido para vir à mesa, com muita alegria, para estar comigo aqui, o Dr. Fábio Meirelles, Secretário Nacional substituto da Secretaria Nacional dos Direitos da Crianças e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Na minha terra, a gente bate palma para convidado. (*Palmas.*)

Obrigada, Dr. Fábio, por estar mais uma vez com a gente. Já leve para a nossa Ministra, que tem sido parceira desta Comissão, o nosso abraço.

Convido para estar conosco aqui à mesa Roberto Padilha Guimarães, Coordenador de Erradicação e Fiscalização do Trabalho Infantil e Auditor-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Doutor, bem-vindo! (*Palmas.*) Obrigada por estar conosco.

Convido para estar conosco também uma auditora – ela vai explicar para vocês o que faz uma auditora –, a Auditora-Fiscal do Trabalho, Coordenadora do Projeto de Inserção de Aprendizes no Trabalho – Minas Gerais, Doutora? – e representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Dra. Christiane. Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também faz parte desta mesa, só que de forma *online*, a Dra. Fernanda Brito Pereira, Procuradora do Trabalho e Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, que vai fazer a participação por meio de videoconferência.

Também, por meio de videoconferência, já convido para compor a mesa a Dra. Edvania Freitas de Lima, Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Ainda, a Juíza Titular do TRT da 1ª Região e representante da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho, a Dra. Taciela Cordeiro Cylleno.

E, ainda, a Dra. Rita Coelho, Coordenadora-Geral de Educação Infantil, representante do Ministério da Educação.

Então, nós temos na mesa o Governo Federal, nós temos na mesa os auditores, nós temos na mesa aqui pessoas que estão preocupadas com o tema e que enfrentam esse tema todos os dias no Brasil.

Nós vamos começar ouvindo... Eu vou comunicar aos nossos convidados presenciais que a gente vai fazer uma dinâmica: vai falar um da mesa, um que está em videoconferência, para ficar um pouco mais dinâmico.

Eu sei que tem uma pessoa que tem agenda e que precisaria falar... É o Dr. Fábio, né? Então a gente vai começar com o Dr. Fábio Meirelles.

Eu imagino que hoje seja um dia, para todos os senhores que trabalham com o tema, de muitas agendas. Então, eu sei que alguns vão precisar falar e sair. E a gente vai compreender, a gente vai entender.

Quero cumprimentar todos que estão nos acompanhando pela TV Senado, pela internet. Estão chegando muitas perguntas, doutores, sobre o tema. Depois eu compartilho com os senhores as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Fábio Meirelles, temos um cronômetro lá atrás, são dez minutos para a sua exposição, até dez minutos. Fique à vontade.

O SR. FÁBIO MEIRELLES (Para expor.) – Obrigado, Senadora Damares.

Queria agradecer, em nome do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o convite à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, especialmente à Senadora Damares.

Estive aqui no 18 de maio e agora no 12 de junho. A Senadora sempre lota esses auditórios, essas salas de Comissão com crianças e adolescentes. Então a gente tem muito prazer de estar aqui dialogando com o Senado Federal e dialogando com vocês sobre esse tema tão caro para nós, que é o enfrentamento ao trabalho infantil.

Eu queria trazer uma saudação da Ministra Janine Mello, enfim, de todo o Governo Federal.

Eu sou o Fábio Meirelles, já fui apresentado. Eu hoje estou como Diretor de Proteção e Secretário Nacional substituto dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma secretaria que a Senadora Damares conhece muito bem – a Secretaria da Criança e do Adolescente – de um ministério que a Senadora também conhece muito bem, e estou hoje também como Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que é um conselho que protege e promove direitos de crianças e adolescentes, aprova resoluções. Então estou muito feliz de estar aqui.

Vou fazer uma breve autodescrição: sou um homem branco, alto, de barba e estou com um terno cinza, uma blusa branca e uma gravata vermelha, caso a gente tenha pessoas cegas ou com baixa visão nos acompanhando, tanto aqui no plenário quanto *online*.

Eu preparei uma apresentação rápida para a gente dar um panorama aqui sobre como é que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem se organizado com relação ao debate do enfrentamento ao trabalho infantil.

Nosso ministério e a nossa secretaria têm uma área específica que é a Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. A gente também tem uma área de enfrentamento à violência sexual, uma área de fortalecimento do sistema de garantia de direitos, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma área da convivência familiar e comunitária. A gente coordena também o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e a gente tem também a coordenação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPcaam). Então, a gente trabalha diretamente com a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em várias dimensões da política, em articulação com vários ministérios do Governo Federal.

Fico muito feliz também de estar aqui à mesa com colegas do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Educação. Eu acho que isso mostra, confirma o compromisso do Governo do Presidente Lula com relação ao tema dos direitos da criança e do adolescente.

Feita essa saudação inicial, queria pedir para a gente colocar a apresentação.

Eu já falei aqui que... Esta é a nossa campanha, a campanha do Governo e também da sociedade civil, da Conaeti, do Fórum Nacional: 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil. Esse é o mote da campanha e da nossa perspectiva de enfrentamento ao trabalho infantil.

Importante dizer que quando a gente fala sobre trabalho infantil, a gente está falando sobre crianças e adolescentes urbanas e rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, com deficiência, migrantes e refugiadas, em situação de extrema vulnerabilidade, só para a gente dar conta dessa diversidade de crianças e adolescentes que estão... São mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras com menos de 18 anos, sendo que dessas 1,6 milhão de crianças e adolescentes estão em situação de trabalho infantil no Brasil. A Senadora apresentou aqui um diagnóstico e um panorama dessa situação. Então, essa é uma problemática que merece o esforço do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais, enfim, de todos os parceiros que são comprometidos com relação ao tema do trabalho infantil.

Aqui estão alguns dados sobre o trabalho infantil no Brasil também.

E a gente gosta de destacar que caiu o número de 2,112 milhões para 1,6 milhão em 2023. Então, é uma redução de cerca de 24% que levou o nível do trabalho infantil ao menor patamar da série histórica. Então, acho que a gente também, nesse 12 de junho, tem o que comemorar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque estamos atuando com relação ao trabalho infantil e estamos no menor patamar da série histórica.

Aqui estão alguns dados. A maioria dos que estão trabalhando são meninos. A maioria são meninos negros, pretos e pardos. Aqui eu trago também alguns recortes de atividades, distribuição por setor de atividade, em que crianças e adolescentes estão trabalhando no Brasil.

Dois colegiados... O Prof. Roberto aqui vai tratar largamente sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), que fica vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Essa comissão e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente são dois colegiados, um de composição quadripartite, o outro de composição paritária, que estão olhando no tema da governança para o enfrentamento ao trabalho infantil.

A gente olha para esses dados de trabalho infantil e atua no âmbito da governança, tanto no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego quanto no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, via Conanda.

O Roberto também vai apresentar o novo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Então a gente está com o novo plano lançado agora, dia 25 de junho. É um plano que é bastante ambicioso, orienta as políticas do Governo e também as políticas intersetoriais de 2026 até 2035. Foi um longo processo de construção desse plano nacional e a gente está muito feliz e celebrando por apresentar à sociedade um novo Plano Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Foi uma construção participativa da matriz nacional, com pactuação de metas, indicadores, ações estratégicas, uma articulação nacional entre órgãos governamentais, sociedade civil com participação absolutamente ativa. Hoje a gente tem ações pactuadas, com metas, indicadores, prazos, para o enfrentamento ao trabalho infantil, e um plano que olha até 2035. Então, acho que é um momento de a gente celebrar esse novo plano nacional; celebrar o menor patamar da história de trabalho infantil e celebrar que a gente agora tem um novo plano nacional que olha até 2035 com metas, indicadores e ações estratégicas e com uma construção absolutamente participativa.

A gente, no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, acabou de lançar também, quase junto com o plano nacional, um painel de dados sobre o trabalho infantil, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observatório de Direitos Humanos. A gente tem aqui o QR *code*. Então esse painel possibilita o monitoramento contínuo de indicadores, o acompanhamento de séries históricas, a identificação de perfis sociodemográficos, a realização de análises territoriais sobre o trabalho infantil. A gente sabe que, quando a gente olha para um fenômeno que é um fenômeno de política pública, a gente precisa ter dados e indicadores, e olhar para esses dados e indicadores e construir políticas públicas. Então a gente está com esse painel de dados lançado agora em junho, praticamente junto com o nosso plano nacional.

A gente tem uma série de cursos no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania também para profissionais do sistema de garantia de direitos. Então a gente faz a formação desses profissionais. Se vocês entrarem no portal da Endica, que também tem ali o QR *code*, vocês vão ver um curso recentemente lançado: A Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção do Trabalhador Adolescente na Perspectiva da Proteção Integral dos Direitos Humanos e Fundamentais. Então a gente atua nesse âmbito da formação, da oferta e divulgação de cursos – a Endica é a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –, na capacitação técnica para identificação, atendimento e encaminhamento de casos, na qualificação da rede para a melhoria da identificação desses casos e no fortalecimento e garantia de direitos e ampliação da atuação integrada. Então a gente tem essa atuação no âmbito da formação. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem uma atuação destacada no âmbito da formação dos profissionais do sistema de garantia de direitos, e a gente faz isso via Endica e escolas de conselhos, escolas de socioeducação.

A gente está com algumas pesquisas também no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Então, com a Universidade Federal da Paraíba, a gente está olhando para o fenômeno do trabalho infantil doméstico. Então a gente tem diagnósticos, metodologias, protocolos e uma matriz nacional de formação sobre trabalho infantil doméstico. Com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a gente está olhando para o tema do trabalho infantil na fabricação de fogos, com também diagnósticos, protocolos e capacitações do sistema de garantia de direitos.

Com a Universidade Federal de Minas Gerais, a gente está olhando para o trabalho infantil no tráfico de drogas, com diagnósticos regionais e protocolos de atuação. Com a SRT e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, a gente está olhando para cadeias produtivas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor têxtil, com estudos sobre subnotificação para aprimoramento, identificação e prevenção de casos.

Então, a gente está com várias parcerias, com instituições públicas de ensino superior, com cooperação internacional, olhando para algumas cadeias produtivas e olhando para alguns fenômenos e para as piores formas de trabalho infantil. A gente vai lançar alguns diagnósticos, metodologias, protocolos, matrizes, nas próximas semanas e meses, junto com essas universidades brasileiras.

A gente também está olhando para o fenômeno que a Senadora Damares tratou, sobre trabalho infantil no ambiente digital. Então, a gente também está olhando para isso. O CNJ acabou de lançar formulação... Não, uma resolução sobre o tema. A gente tem um comitê intersetorial para proteção de direitos de criança no ambiente digital e a gente está olhando para o fenômeno dos influenciadores digitais, criadores de conteúdo, para os jogadores de esportes eletrônicos, para empreendedores mirins, e olhando principalmente para os riscos, porque nós somos o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Então, para a exposição excessiva da imagem da rotina de crianças e adolescentes, assédio e violência no ambiente virtual, exploração econômica e monetização indevida, pressão por desempenho e engajamento – crianças e adolescentes estão sofrendo pressão por desempenho nas redes e por criar engajamento –, ausência de limites de jornada e para impactos de educação, descanso e convivência familiar.

Então, a esse tema também a gente está bastante atento, observando e tentando avançar em uma formulação que proteja e promova direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital.

Chegando para o fim aqui da minha contribuição, a gente lançou também o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas. Na verdade, quem lançou foi a Senad, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem um foco na elaboração de conteúdos técnicos, disponibilização do observatório, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes no enfrentamento de contextos de vulnerabilidade associados às piores formas de trabalho infantil. Então, esse observatório também é um instrumento, uma ferramenta bastante recente e que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar a gente a olhar para o fenômeno do trabalho infantil, as piores formas de trabalho infantil e o tema das drogas.

Acho que é isso.

Aqui, alguns fluxos nacionais que também o Roberto vai aprofundar, trabalho infantil sem explorador identificado, trabalho infantil em regime familiar, exploração sexual comercial, também em parceria com algumas universidades, e por fim só, tem vários colegas de Governo aqui, ao meu lado; então, eles vão aprofundar os aspectos do trabalho e emprego, do desenvolvimento social, da educação, que eu vi que a Rita também está aqui com a gente, do Ministério da Educação, mas coloco o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania à disposição nesse papel de articulação entre ministérios, entre políticas públicas, entre governos estaduais e prefeituras, entre diálogo que a gente faz com a sociedade civil via Conanda e outros fóruns.

Então, agradeço novamente o convite, Senadora Damares. Coloco o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania à disposição e quero dizer que é sempre uma honra para nós estar aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e com a Senadora Damares, discutindo os temas. Neste mês de julho, agora, a gente tem o aniversário do ECA, né, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim!

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Então, a gente viveu o 18 de maio tratando sobre enfrentamento à violência sexual; agora, no mês de junho, a gente olhou para o tema do trabalho infantil; e agora, na semana que vem, o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente completa 37 anos.

Então, estamos aqui também à disposição para dialogar sobre os desafios e perspectivas da implementação do ECA.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Fábio, que alegria tê-lo aqui! Eu sei que o senhor vai precisar sair e vai sentar-se no seu lugar uma criança, tá? É, você vai dar o seu lugar para uma criança. Mas eu queria perguntar-lhe uma coisa. O senhor falou ali no enfrentamento à questão das drogas, que é um desafio para os adolescentes, mas a gente sabe que lá na comunidade o traficante tem usado criança e adolescente para o trabalho, para ser o "aviãozinho". Existe esse enfrentamento pelo olhar da erradicação do trabalho infantil ou esse é um enfrentamento só em nível de segurança pública? Como é que a gente aborda isso? Porque às vezes a criança lá é obrigada mesmo a trabalhar para o traficante.

O SR. FÁBIO MEIRELLES – Sim, eu acho que, principalmente os meus colegas do Ministério do Trabalho e Emprego, a Auditora Fiscal vão aprofundar, mas hoje o trabalho no tráfico de drogas, de crianças e adolescentes, é considerado uma das piores formas de trabalho infantil. E, na verdade, essas crianças e adolescentes devem ser objeto de políticas públicas, de proteção, de cuidado. Então, é um outro olhar que não é o olhar para a repressão, porque a gente hoje, quando a gente pensa em crianças e adolescentes trabalhando no tráfico de drogas, a gente sempre pensa primeiramente na repressão. Então, a gente tem feito uma articulação interministerial que os meus colegas vão aprofundar, mas para ter um olhar de proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes que vêm sendo obrigadas a trabalhar no tráfico de drogas. Então, é uma articulação entre uma política de segurança pública e uma política de direitos humanos que a gente vai aprofundar ao longo do debate, aqui.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Fábio, muito obrigada por ter vindo. Corra para o ministério, porque eu sei que lá está cheio de atividade hoje, por causa da data! Agradeça à Ministra, ao Secretário! E nós estamos aqui à disposição para, juntos, fazermos o enfrentamento ao trabalho infantil.

Mas hoje é dia 12 de junho, que também é Dia dos Namorados. E criança não namora nem de brincadeira, não é isso, Doutor? Fale para eles aí: criança não namora nem de brincadeira. Estão ouvindo? (*Risos.*) (*Palmas.*)

Dr. Fábio, muito obrigada. Deus o abençoe! Está bom? Obrigada, obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós agora vamos ouvir uma Juíza. Gente, a Juíza vai falar pela internet. É a Dra. Taciela Cordeiro Cylleno.

Dra. Juíza, eu vou fazer uma pergunta para a senhora: quando eu era criança, minha mãe pedia para eu lavar a louça em casa e arrumar o quarto. Isso é trabalho? (*Risos.*) Eu sou obrigada a arrumar o meu quarto e arrumar os meus brinquedos? Nós queremos ouvi-la, Dra. Taciela. E muito obrigada por estar conosco nesta audiência.

Ela é Juíza Titular do TRT da 1º Região e representante da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho.

Bem-vinda, Doutora!

A SRA. TACIELA CORDEIRO CYLLENO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

Eu que agradeço o convite em nome da ABMT e parabenizo a Senadora por este momento tão importante e pela presença das crianças e adolescentes na Casa Legislativa.

Eu inicio a minha fala, Senadora Damares Alves, Sras. e Srs. Parlamentares, demais autoridades, crianças e adolescentes presentes. Começarei com a minha autodescrição. Eu sou uma mulher branca, estou de cabelos presos, uso brincos dourados, uso uma camisa bege e tem um quadro verde atrás de mim.

Eu falo nesta oportunidade representando a Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho (ABMT) e eu gostaria de começar a minha fala com uma pergunta: quando a infância vira conteúdo digital, quem está protegendo a criança? Durante décadas a sociedade brasileira travou uma longa batalha para retirar crianças das fábricas, das lavouras, das minas e das ruas, mas hoje o nosso cenário é outro.

Hoje, muitas crianças já não estão mais nesse tipo de trabalho. Elas estão trabalhando com a própria imagem, com a própria rotina, com a própria intimidade nos ambientes digitais, e é justamente por isso que esse fenômeno ficou tão difícil de ser enxergado e ser trabalhado. A exploração perdeu a aparência que ela tinha anteriormente, mas não quer dizer que isso tenha desaparecido, né? Nós vivemos uma economia muito diferente daquela para a qual o nosso sistema de proteção foi originalmente pensado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Juíza do Trabalho, representante da ABMT, temos uma preocupação muito grande com a exploração do trabalho infantil de crianças e adolescentes. No Brasil, mais de 90% das crianças entre 9 e 17 anos usam a internet regularmente, segundo dados oficiais, e cerca de 80% delas já acessam as redes sociais ou as plataformas de vídeo. Isso significa que, na prática, tem uma geração inteira de crianças cuja infância está acontecendo precipuamente dentro do ambiente digital.

As estimativas internacionais indicam que a chamada economia de influenciadores movimenta hoje mais de US$20 bilhões por ano no mundo, com a participação crescente de conteúdos produzidos por crianças e adolescentes. Então, na economia digital, o ativo mais valioso deixou de ser apenas a força de trabalho: hoje, a atenção, o engajamento também geram riqueza e, nesse novo modelo econômico, algumas crianças passaram a ocupar uma posição central na produção desse conteúdo.

Quando a imagem, a presença, a rotina de uma criança passam a integrar uma atividade econômica organizada, produzindo receita financeira de forma sistemática, nós estamos diante de uma realidade que exige proteção jurídica. Se uma criança atua em um comercial de televisão, por exemplo, o Estado exige autorização judicial, conforme o entendimento consolidado do STJ, não é? Mas e no ambiente digital? Se a criança aparece todos os dias em conteúdos digitais, monetizados para milhões de pessoas em redes sociais, quem garante que esses direitos das crianças e adolescentes estão sendo protegidos?

O aspecto juridicamente relevante é que a imagem da criança passou a produzir um valor econômico e, sempre que a exploração econômica envolve crianças, nós, da área do direito, precisamos olhar esse fenômeno com muita atenção.

Nos últimos anos, nós temos testemunhado um fenômeno de crescimento global chamado de *kid influencers*, que são as crianças influenciadoras digitais, produzindo conteúdo e participando de campanhas publicitárias digitais. Essas atividades envolvem monetização, publicidade, contratos com marcas, produção sistemática de conteúdo, exploração comercial da imagem dessas crianças e adolescentes e, muitas vezes, esse fenômeno ocorre no ambiente (*Falha no áudio.*)... trabalho (*Falha no áudio.*)...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É a dela ou é a nossa? (*Pausa.*)

Ela está *online*? Enquanto ela volta, eu quero dizer que já está compondo a nossa mesa o Gabriel. Você tem quantos anos, Gabriel?

O SR. GABRIEL ÁDRYAN ALENCAR (*Fora do microfone.*) – Treze.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Treze anos. Você mora onde?

O SR. GABRIEL ÁDRYAN ALENCAR (*Fora do microfone.*) – Brazlândia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mora em Brazlândia. Seja bem-vindo.

Gabriel é do Instituto Mãos Solidárias também?

O SR. GABRIEL ÁDRYAN ALENCAR (*Fora do microfone.*) – Do Mãos Solidárias.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do Mãos Solidárias. Parabéns a esse instituto incrível que faz um trabalho... (*Palmas.*)

Bem-vindo, tá? Você vai nos ajudar hoje.

Ela conseguiu voltar, a Dra. Taciela? (*Pausa.*)

Não, não voltou. Lamento.

A Dra. Taciela é a Presidente da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho. São os juízes que julgam todos os processos relacionados às relações trabalhistas, os processos de trabalho. (*Pausa.*)

A imagem dela voltou? Vamos ver se a gente consegue terminar de ouvi-la. (*Pausa.*)

A SRA. TACIELA CORDEIRO CYLLENO (*Por videoconferência.*) – Voltei?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Voltou! Voltou, Doutora. Que bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TACIELA CORDEIRO CYLLENO (*Por videoconferência*.) – Peço desculpas.

Eu vou retomar, peço desculpas, para seguir com a minha exposição.

Eu abordava a questão dos riscos relevantes com essa superexposição pública da criança e dos adolescentes no meio digital, que é o que a literatura hoje chama de "economia da infância digital". Esse fenômeno dos influenciadores mirins precisa ser analisado sob três perspectivas complementares: a dimensão econômica, que é essa monetização hoje da atenção infantil; a dimensão dos direitos fundamentais, que é a exposição digital permanente, como isso pode afetar a privacidade, a imagem e, inclusive, a saúde mental das crianças, que se sentem pressionadas por esse tipo de trabalho; e há uma dimensão também de como essas pressões são incompatíveis com a vida saudável da criança.

O nosso art. 227, da Constituição da República, estabelece que as crianças são destinatárias de proteção integral e prioridade absoluta, e, no mesmo sentido, o art. 7º, inciso III, da Constituição da República.

No passado, o trabalho infantil era visível. Hoje, ele acontece dentro de casa, diante de uma câmera, e, muitas vezes, ele é confundido com uma brincadeira, com entretenimento. Esse talvez seja um dos maiores desafios do Direito contemporâneo, reconhecer a violação de direitos fundamentais quando ela não têm mais a aparência tradicional de exploração que tinha no passado.

O nosso ordenamento jurídico já possui instrumentos relevantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que já foi citado hoje, o ECA Digital, a Lei 15.211, de 2025, que ampliou a proteção de crianças e adolescentes no meio digital, e, recentemente, como também citado nesta reunião, a resolução do CNJ. São marcos importantes na proteção digital da infância no Brasil, mas a discussão sobre os influenciadores mirins, as crianças e adolescentes que atuam nas plataformas digitais, também envolve direitos da personalidade das crianças, não envolve somente os direitos sociais ao trabalho. Envolve a privacidade, o direito à proteção à própria imagem, porque é importante que se diga que essas imagens permanecerão nas redes, na internet, por muitos e muitos anos. Então, cria uma identidade digital permanente, que pode acompanhar essa criança por toda a vida dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, apesar de todo esse marco regulatório que nós já temos, não há uma regulação direta do fenômeno do trabalho digital infantil, porque não são enfrentadas questões como monetização da imagem da criança, exploração econômica em plataformas, responsabilidade dos anunciantes, a questão da gestão patrimonial da renda gerada dessas crianças... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está mudo o seu microfone.

A SRA. TACIELA CORDEIRO CYLLENO (*Por videoconferência.*) – Pronto.

Provavelmente apareceu mudo. Perdão.

Essa realidade das plataformas demonstra um fenômeno: são crianças que produzem conteúdo, geram audiência, movimentam receitas publicitárias, e esse é um problema também de segurança digital.

Então, nós precisamos endereçar esses desafios. É necessário, primeiro, diagnosticar esse trabalho, identificar esse trabalho dos influenciadores de crianças e adolescentes; verificar a ausência de transparência financeira sobre a monetização desse trabalho e a baixa capacidade de fiscalização, uma vez que esse trabalho muitas vezes ocorre na casa dessas crianças, no ambiente familiar.

Para termos uma ideia da dimensão desse problema, as estimativas indicam que somente 0,2% dos casos de trabalho infantil são alcançados pela fiscalização formal no país.

Eu não vou me estender, mas a experiência internacional já demonstra caminhos regulatórios possíveis. Nós vimos isso na França, nos Estados Unidos... A França foi a primeira, foi pioneira, a criar uma legislação específica para influenciadores mirins, exigindo, por exemplo, autorização estatal e protegendo parte da renda dessas crianças. Na União Europeia, cresce a preocupação com a proteção da identidade digital das crianças e com os limites da exploração econômica das presenças nas plataformas. Então, o debate que hoje nós temos no Brasil não é um debate isolado, ele é um debate global que visa a proteger não só o conteúdo que está sendo comercializado, mas a própria infância dessas crianças, a rotina das crianças, a intimidade, a história dessas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, essa discussão ultrapassa o direito do trabalho. É o direito dessas crianças ao futuro. E é importante que o direito consiga alcançar essas crianças a tempo de protegê-las. Foi assim durante a revolução industrial, foi assim com as inúmeras formas de trabalho surgidas ao longo da história e, agora, com o trabalho em plataformas digitais por conta da tecnologia. Regular o trabalho infantil digital não significa limitar essa inovação nem proibir que as crianças e adolescentes atuem nesses meios, mas, sim, impedir que essa inovação produza retrocessos civilizatórios. Antigamente os desafios eram as fábricas e – ainda são – as ruas, mas também hoje é relevante o desafio que é enfrentado nas telas. E eu tenho convicção de que nós teremos, com criatividade legislativa, a resposta para essas perguntas, para esses desafios de uma forma correta.

Eu gostaria de apresentar neste momento três propostas legislativas, de forma bastante sucinta, que eu acredito que podem contribuir para a proteção da infância no ambiente digital. São elas: um marco regulatório do trabalho infantil digital, com uma norma que reconheça juridicamente o trabalho infantil digital, estabeleça critérios objetivos para esse reconhecimento e exija autorização judicial ou administrativa para ele, com limites de jornada, preservação da frequência escolar e proteção da saúde da criança.

O segundo ponto seria a proteção patrimonial da criança, com a obrigatoriedade de, por exemplo, uma reserva de um percentual mínimo dessa renda gerada pela criança.

E, em terceiro lugar, a responsabilidade das plataformas e a transparência digital, para que essas plataformas tenham a identificação dos conteúdos monetizados quando envolverem menores e transparência sobre as receitas geradas.

Então, eu concluo no sentido de que nenhuma inovação tecnológica pode ser construída à custa da infância. Nenhum interesse econômico pode prevalecer sobre o direito de toda criança de viver plenamente a sua infância com liberdade, dignidade e proteção.

A ABMT (Associação Brasileira dos Magistrados do Trabalho) se coloca à disposição para contribuir com a construção desse marco regulatório moderno, equilibrado e sempre comprometido com o melhor interesse das crianças.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Muito obrigada. Que Deus abençoe o trabalho de todos os juízes que fazem um enfrentamento todos os dias, os magistrados do trabalho. Muito obrigada, Doutora.

E agora quero mostrar para o Brasil que também está ocupando a mesa a Isabele Alayra – Alayra? É assim que fala?

Eu queria que a TV Senado mostrasse o sorriso dela, olha o sorriso! Ela chegou aqui à mesa, não foi, Dra. Christiane? Ela foi abraçando todo mundo; olha o sorriso da princesa, gente. E eu vou dizer uma outra coisa para vocês: atenção Brasil, o Senado não está pronto para as crianças. Ela se sentou, a cadeira ficou baixa, ela ficou pequenininha, aí a produção correu, arranjou uma almofada, o que mostra, Dra. Christiane, que esta Casa não foi projetada para criança, tá? Isabelle, se a sua perninha cansar muito, você avisa, para a gente arranjar alguma coisa para colocar lá embaixo para o seu pezinho não cansar. Mas muito bem-vinda, está? A Isabelle é atendida pela Associação Viver, ela faz atividades no contraturno da escola, na associação. Você é muito linda. Você tem jeito de Senadora, tá? Começa a pensar nisso, começa a pensar nisso.

Agora nós vamos ouvir, com muita alegria, o Dr. Roberto Padilha Guimarães, Coordenador de Erradicação e Fiscalização do Trabalho Infantil, Auditor Fiscal do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Mas Doutor, eu fiz a pergunta para a juíza se eles podiam arrumar o quarto, se isso é trabalho, limpar a casa, ajudar a lavar a louça, ela esqueceu de responder; quem vai responder isso é a Christiane.

Mas eu vou fazer uma outra pergunta para o senhor, tá? Cadê as fotos? Eu vou mostrar para o senhor a foto da minha filha, tá? Por favor, vou mostrar. Atenção crianças, vão conhecer a minha filha agora. Está pronto aí, produção? São três fotos da minha filha. Olha lá, Doutor, como a minha filha é linda. Olha lá, Isabelle. É a cara da mãe, está vendo? Vocês vão ver a minha filha.

E aí Doutor, eu vou fazer uma pergunta exatamente sobre... Essa é a minha filha. Não é linda? A cara da mãe, né? A minha filha se chama Kajutiti Lulu Kamayurá. A minha filha está hoje com 28 anos, ela é uma indígena do povo camaiurá. Aí eu quero que segure essa foto. Ali, Doutor, é a minha filhinha, ela nasceu em 1998, né? E ali... Não, ali é ela em 1998. É isso? É. E ali é ela hoje. Ela está olhando para ela mesma quando era pequenininha. Ela que fez essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montagem. Ficou bonita, não ficou? Mas quando a Lulu veio para minha vida, Doutor, ela era exatamente aquela menininha, ela tinha 6 anos, ela era tão pequenininha... E ali ela já estava gordinha, o cabelinho crescendo. Ela, quando veio para minha vida, num trabalho de resgate de crianças indígenas em situação de vulnerabilidade, ela era tão pequenininha que a gente teve que fazer um raio-X da mão para saber se ela realmente tinha seis anos. É a filha querida, amada, minha única filha.

Doutor, ela veio para morar comigo porque ela estava em trabalho. Aí eu pergunto, Doutor... As crianças indígenas, por uma questão cultural, trabalham, e trabalham pesado, vocês sabiam disso, crianças, que as crianças indígenas trabalham muito? A pergunta é, Doutor – a escola já chegou à aldeia –: os senhores também têm um olhar atencioso, um olhar especial para as crianças de povos e comunidades tradicionais? Então, se o senhor puder, ao longo da sua fala, falar sobre isso. Essa é minha filha, linda como a mamãe. Ela só tem um problema: ela torce pelo Flamengo.

Obrigada, gente. Obrigada. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO PADILHA GUIMARÃES (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes. Cumprimento os integrantes da mesa na pessoa da Senadora Damares. Muitas pessoas aqui presentes para falar no dia de hoje, companheiras de luta contra o trabalho infantil, Christiane, Edvania, Fernanda, Fábio Meirelles, todos companheiros nessa luta contra o trabalho infantil.

Mas a minha saudação especial é para as crianças aqui presentes, porque, quando a gente fala nessa luta contra o trabalho infantil, nós estamos falando de garantia de direitos de crianças e adolescentes. Então, é exatamente disso que estamos falando. Lutar contra o trabalho infantil é buscar essa garantia, exatamente ao que a Senadora se referiu, o direito de estudar, o direito de brincar, de sonhar e de só trabalhar na idade certa, quando alcançar a idade certa para o trabalho, que não é a idade da infância, sem dúvida nenhuma.

Eu vou pedir, se puder, para compartilhar minha apresentação.

Eu vou falar um pouquinho sobre políticas públicas e os instrumentos de governança para o combate ao trabalho infantil. O primeiro ponto que eu queria destacar na minha fala é que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de erradicar o trabalho infantil não é uma questão apenas do nosso país, uma questão do Brasil; é uma questão mundial. Essa preocupação com o trabalho infantil, que é uma situação que viola direitos das crianças, que viola esse seu momento importantíssimo que é a infância e parte da adolescência, não é uma preocupação apenas do nosso país, mas é uma preocupação mundial. Então, nós temos várias normas, normativos, compromissos internacionais que o Brasil assumiu para a erradicação do trabalho infantil.

Então, a gente vê que a Convenção 138 – que fala que o país tem que ter uma idade mínima para trabalhar, não é qualquer idade para trabalhar, tem que ter uma idade mínima –, nada menos que 176 países a assinaram. A proteção contra as piores formas de trabalho infantil – e aqui, dentro da pergunta que a Senadora colocou para o colega Fábio Meirelles sobre a questão de crianças no narcotráfico, em atividades ilícitas, que é a pior forma de trabalho infantil – tem que ser vista como uma violação de direitos, e essa pior forma está consagrada na Convenção 182 da OIT e no decreto que regulamentou essa convenção no Brasil. Nada menos que 187 países assinaram essa convenção, uma preocupação para as crianças e os adolescentes não estarem nessas chamadas piores formas de trabalho infantil, trabalhos que prejudicam diretamente, causam riscos imediatos à saúde, à segurança de crianças e adolescentes.

E nós temos também a Convenção dos Direitos da Criança, que muito sabiamente fala na proteção da criança contra a exploração econômica. E aí entra a fala da magistrada sobre essa questão do trabalho em plataformas digitais. Temos que proteger a criança dessa questão de exploração econômica, utilizando imagens, por exemplo, de crianças. Então, nós temos todos esses compromissos internacionais que o Brasil assumiu e que não são uma preocupação apenas no nosso país, mas uma preocupação mundial.

Outro ponto importante são os nossos compromissos nacionais, que é importante nós trazermos. A nossa Constituição Federal de 1988, muito sabiamente, colocou o tema do trabalho infantil entre os direitos e garantias fundamentais, porque o trabalho infantil é uma violação de direitos. O art. 227 nos dá o caminho. Quem é o responsável por combater o trabalho infantil? É uma obrigação apenas do Governo? É uma obrigação apenas do Estado, de forma ampla? Aí o art. 227 traz a resposta: fala que é dever da família, da sociedade como um todo e do Estado a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Então, é uma obrigação de todos nós trabalhar e lutar pela erradicação do trabalho infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos ainda a Consolidação das Leis do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que também apoiam essa questão e desenvolvem esses direitos. Nós temos o decreto que traz uma lista de trabalhos considerados como piores formas de trabalho infantil e nós temos o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, de que eu vou falar um pouco mais à frente.

Um ponto que nós temos que ter muito claro em relação ao trabalho infantil é que o trabalho infantil é um fenômeno, como nós chamamos, complexo. O trabalho infantil é muito associado à questão da pobreza, e não sem razão. A questão da pobreza das famílias está relacionada também como uma das causas importantes do trabalho infantil, mas não é apenas essa a causa do trabalho infantil.

Existem famílias que realmente não têm condições, mas o trabalho infantil muitas vezes não está associado a isso, está associado também a outras causas, como, por exemplo: a questão da necessidade de ampliação de políticas públicas, o trabalho decente para os pais dessas crianças, a cultura que defende que criança deve trabalhar desde cedo e que essa vai ser a grande questão para a sua educação. A educação da criança, como nós falamos, está dentro da escola, e não no trabalho infantil.

Então, as causas do trabalho infantil são múltiplas, as consequências do trabalho infantil são múltiplas, e nós temos ali também não apenas um tipo de trabalho infantil, pois o trabalho infantil se apresenta de diversas formas: nós temos a criança que trabalha com a família; a criança que trabalha nas ruas; a criança que é colocada para trabalhar dentro de uma empresa, de um estabelecimento; nós temos a questão do trabalho na internet; do trabalho desportivo; do trabalho artístico.

Cada um desses tipos de trabalho infantil vai demandar uma metodologia, uma abordagem diferente. Eu não vou abordar de uma maneira igual aquele trabalho em uma família que está passando necessidades – a gente precisa apoiar essa família – e um caso de exploração do trabalho de uma criança ou de um adolescente.

Aqui são algumas ações da Auditoria-Fiscal do Trabalho. A Auditoria-Fiscal do Trabalho trata de um tipo específico de trabalho infantil, que são as questões de exploração, de crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e adolescentes explorados em situação de trabalho infantil, com exploração. Um foco muito forte para a questão de piores formas.

Então, 34,5 mil operações de fiscalização foram realizadas desde 2022 até o mês passado, 13,7 mil crianças foram retiradas de situação grave de exploração de trabalho infantil, e 80% estavam nas piores formas de trabalho infantil, casos gravíssimos.

Outra política importante, que a minha colega Christiane vai abordar, é a questão da importância da aprendizagem profissional como uma ação, uma política preventiva ao trabalho infantil. Hoje, o Brasil tem 307.839 aprendizes com idade abaixo de 18 anos, e é realmente uma política que transforma vidas.

Como enfrentar o trabalho infantil? Essa é a pergunta que nos fazem, e a resposta que nós damos é: enfrenta-se o trabalho infantil não com uma política ou com duas, mas com um conjunto de políticas públicas e ações intersetoriais.

Às vezes a gente ouve, Senadora Damares, que só a educação vai resolver o trabalho infantil, que só a proteção social... O que vai resolver o trabalho infantil é o conjunto dessas políticas atuando de maneira coordenada: educação, saúde, fiscalização. Apenas o conjunto das políticas – e essas políticas têm que ser coordenadas e articuladas – não vai adiantar se elas atuarem de maneira isolada, elas têm que atuar de maneira coordenada e articulada, senão não se vai chegar ao combate ao trabalho infantil.

Tivemos este ano a Conferência Mundial sobre a Erradicação do Trabalho Infantil. Como eu tinha dito, o trabalho infantil é uma preocupação mundial, e um dos pontos trazidos pela Conferência de Marraquexe é a melhoria das estruturas de governança para a eliminação do trabalho infantil.

E o que significa isso? As estruturas de governança são exatamente o que dá o ambiente necessário para conseguirmos coordenar nossas políticas e ações.

E como é que nós observamos isso aqui no Brasil? O primeiro ponto: além de Coordenador de Erradicação e Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, eu trabalho hoje como Coordenador da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Temos uma comissão nacional com composição de Governo, trabalhadores, empregadores, sociedade civil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema de Justiça e também representantes convidados, dentre eles representações, três representações de adolescentes. Ou seja, nós ouvimos na Conaeti a questão das demandas dos adolescentes e é importante eles estarem representados. Só que não basta uma comissão nacional para erradicarmos o trabalho infantil no Brasil. Nós precisamos de comissões estaduais e de algumas comissões municipais. Então, as comissões são um dos instrumentos de gestão importante para a erradicação do trabalho infantil.

O segundo ponto importante para conseguirmos a erradicação do trabalho infantil é uma estratégia nacional – uma estratégia e um compromisso ao mesmo tempo –, e, como referiu o colega Fábio, foi lançado, no mês passado, o IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com muitas inovações, entre elas o monitoramento, que está sendo trabalhado que haja o monitoramento da execução das ações do plano pela internet e por todas as pessoas. Então, esse plano, mais do que um plano, é um compromisso de toda a sociedade, do Estado brasileiro com a prevenção e erradicação do trabalho infantil. Então, esse plano representa muito mais do que um conjunto de ações, mas a renovação de um compromisso e um compromisso decenal, o IV Plano tem uma vigência de dez anos, então é a nossa grande estratégia.

Mas não basta uma estratégia nacional. Nós temos que ter estratégias regionais, e aqui eu trago a importância de os estados terem os seus planos estaduais de erradicação do trabalho infantil. E aí questões, Senadora Damares, como o trabalho infantil com comunidades e povos tradicionais, deve estar incorporada... Ela está incorporada no plano nacional, mas ela deve estar incorporada especialmente nos estados que enfrentam esse desafio com maior profundidade. Então, além de um plano nacional, temos que ter planos estaduais.

Trazendo o terceiro pilar dessa articulação e coordenação de políticas: comissões, planos e o terceiro são fluxos de atendimento de crianças e adolescentes. É o trabalho do dia a dia. Não basta falarmos que temos uma rede de proteção da criança e do adolescente se essa rede não estiver alinhada e articulada para a questão do enfrentamento e com o fluxo de enfrentamento ao trabalho infantil.

Finalizando a minha fala e respondendo à pergunta que foi colocada sobre a questão de povos e comunidades tradicionais. Nós temos as comissões; nós temos comissões em que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abordam o trabalho infantil; nós temos os planos que são a nossa estratégia do combate ao trabalho infantil; nós temos que ter fluxos de atendimento que são o trabalho do dia a dia da rede para abordar o trabalho infantil. E esses instrumentos de governança devem tratar e discutir cada tipo de trabalho infantil, cada forma de trabalho infantil e a melhor metodologia de enfrentamento.

Sobre a questão do trabalho infantil em povos e em comunidades tradicionais, essa foi a primeira preocupação – que eu digo – da Conaeti na sua atuação, nos últimos anos. Foi publicada uma recomendação da Conaeti, tratando exatamente dessa abordagem do trabalho infantil em povos e comunidades tradicionais. Vai ser abordada da mesma maneira que qualquer outro tipo de trabalho infantil? Com certeza que não; mas devemos abordar e chamar a atenção para essa questão do trabalho infantil nessa perspectiva? Sem dúvida nenhuma que sim. E essa recomendação da Conaeti traz caminhos e alinhamentos de como nós podemos fazer essa integração entre proteção dos direitos da criança – e a questão do combate ao trabalho infantil é direito da criança – e a questão dos aspectos culturais dos povos e comunidades tradicionais. E essa recomendação traz exatamente essa intersecção e todos os atores que devem ser envolvidos nessa temática, nesse tipo de trabalho infantil.

Encerro aqui a minha fala. Desculpe se eu ultrapassei um pouco.

Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade – muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. É interessante ouvir a preocupação e o olhar para os povos tradicionais.

A minha filha começou a trabalhar aos três anos de idade – dos três aos seis –, porque é uma questão cultural. As crianças lá trabalham por uma questão cultural, e a gente vai precisar falar sobre cultura, sobre trabalho, sobre proteção da infância. Então, a gente já tem feito esse debate há alguns anos, mas eu fico feliz que vocês estejam com esse olhar especial. Existem práticas culturais nocivas, Doutor, e a gente vai ter – atendendo todas as recomendações internacionais e a nossa Constituição – de ter a coragem de falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouviremos agora a Fernanda Brito Pereira, por meio de videoconferência, Procuradora do Trabalho e Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, do Ministério Público do Trabalho.

Bem-vinda, Doutora.

A SRA. FERNANDA BRITO PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, obrigada, Exma. Senadora Damares Alves, Presidenta desta audiência pública, na pessoa de quem eu cumprimento todas as demais autoridades e presentes, em especial as crianças e adolescentes que estão aí no Senado Federal.

É uma honra falar pelo Ministério Público do Trabalho nesta audiência pública, que está sendo realizada em alusão ao Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Meu nome é Fernanda Brito Pereira. Eu sou uma mulher branca, tenho 46 anos, olhos e cabelos claros. Sou Procuradora Regional do Trabalho e coordeno a Coordinfância, que é a Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

O dia 12 de junho não é apenas uma data de conscientização, é também um momento para refletirmos – e essa é uma oportunidade ímpar – se o caminho que estamos percorrendo permite avançar na erradicação do trabalho infantil ou se nós começamos a perder conquistas construídas ao longo de décadas.

Eu gostaria de iniciar destacando o que considero os três maiores desafios que o Brasil enfrenta nesse campo.

O primeiro deles é que o enfrentamento ao trabalho infantil perdeu o ritmo. Apesar de avanços importantes nas últimas décadas, o Brasil está longe de erradicar o trabalho infantil, inclusive nas suas piores formas. Ao mesmo tempo que a comunidade internacional reconheceu que a Meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, que previa a eliminação do trabalho infantil até 2025, não foi alcançada, nós também reconhecemos que ela se tornou inalcançável, em razão das transições demográficas e digitais, das mudanças climáticas, do aumento das desigualdades e da sobreposição de crises econômicas, políticas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanitárias. Isso significa que o nosso desafio já não é mais apenas acelerar os avanços, é também impedir os retrocessos.

O segundo desafio, igualmente preocupante, é que nós vivemos em um momento em que propostas legislativas e interpretações judiciais colocam em debate os pilares fundamentais da proteção constitucional que foi dada às crianças e aos adolescentes. Estão sendo discutidas a redução da idade mínima para o trabalho, a redução da maioridade penal, e aqui eu chamo a atenção para o fato de o trabalho infantil no tráfico de drogas ser uma das piores formas de trabalho infantil. Há mudanças, estamos discutindo também mudanças que fragilizam o estatuto da aprendizagem profissional, com diminuição de vagas e substituição de contratações por pagamento de multa; além do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de tema que pode tornar significativamente ampliada a pejotização e trazer impactos nefastos para o mundo do trabalho. Todas essas iniciativas revelam o mesmo risco: que direitos historicamente consolidados, antes mesmo de serem concretizados, podem ser relativizados.

O terceiro desafio para o qual eu quero chamar a atenção, e talvez seja o mais recente, é que o trabalho infantil continua presente na agricultura, nas ruas, na exploração sexual, no comércio informal, mas ele passou hoje também a ocupar novos espaços. Hoje ele está nas redes sociais, nas plataformas digitais, na monetização da imagem de crianças e adolescentes, na produção permanente de conteúdo e em modelos de negócios que nem sequer existiam quando grande parte da nossa legislação protetiva foi construída.

O ECA Digital representa um importante avanço na adaptação das normas de proteção às novas tecnologias, ele reforça o sistema de garantias inaugurado pela Constituição Federal e consolidado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Contudo, a atividade do influenciador digital não se enquadra na exceção legal relativa ao trabalho infantil, que é exclusiva para o trabalho artístico, em razão da assinatura, pelo Brasil, da Convenção 138 da OIT. A possibilidade de concessão de autorização judicial para atividades artísticas não pode servir de fundamento para legitimar novas formas de exploração econômica, sob a aparência de entretenimento, produção de conteúdo ou empreendedorismo digital.

Esses três desafios demonstram que o combate ao trabalho infantil exige compreender a complexidade desse fenômeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para refletir neste momento sobre essa complexidade, eu recorro à pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) intitulada "Municípios pelos ODS", que analisa a proteção da infância, da adolescência e o enfrentamento ao trabalho infantil à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da ONU. Essa agenda parte de uma ideia muito simples, mas profundamente transformadora: que não existe desenvolvimento sustentável quando parte da população permanece excluída. Não existe crescimento econômico verdadeiro quando milhões de crianças têm suas infâncias interrompidas pelo trabalho.

Esse compromisso foi sintetizado em uma frase extremamente poderosa: "Não deixar ninguém para trás". E talvez nenhuma violação de direito humano traduza melhor essa ideia do que o trabalho infantil. Isso porque ele nunca surge isoladamente; ele é consequência da pobreza, da fome, das desigualdades. Como o Roberto acabou de dizer, é um fenômeno multidimensional e a sua erradicação depende da concretização de diversas ações e diversas proteções sociais. Nós temos que chegar nas crianças com a nossa proteção antes que outros cheguem, como foi citado por V. Exa. já nesta audiência pública.

Vamos começar aqui a analisar pela pobreza, que ainda atinge quase 40% das crianças brasileiras. Não existe política séria de combate ao trabalho infantil que ignore a realidade econômica das famílias. Para muitas delas, a inserção precoce no mercado de trabalho é vista como uma estratégia de sobrevivência. Mas o que parece resolver o problema imediato perpetua uma exclusão: a criança trabalha, estuda menos, qualifica-se menos e ingressa na vida adulta em ocupações precárias. Os seus filhos provavelmente vão repetir essa mesma situação, porque o trabalho infantil não combate a pobreza; ele transmite a pobreza de uma geração para outra. É o ciclo intergeracional da pobreza. E romper esse ciclo exige fortalecer políticas públicas de transferência de renda, inclusão produtiva e proteção social.

O mesmo raciocínio vale para o combate à fome. Quando milhões de crianças e brasileiros estão em situação de insegurança alimentar, aumenta a pressão para que as crianças ingressem precocemente em atividades produtivas, especialmente na agricultura. Não é por acaso que uma parcela expressiva do trabalho infantil ainda se concentra no meio rural. Então, garantir alimentação adequada e garantir políticas públicas de segurança alimentar também são políticas de proteção à infância e de prevenção ao trabalho infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro objetivo essencial é o direito à saúde. Nós ouvimos com frequência uma frase que parece inofensiva: "Eu trabalhei quando era criança e não morri", mas essa afirmação ignora milhares de acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes. Ignora mortes, amputações, intoxicações, lesões permanentes, transtornos emocionais e psíquicos, que vão acompanhar aquela pessoa por toda a sua vida. E ela também ignora que os riscos que existem no ambiente de trabalho e que atingem as pessoas adultas, atingem, de forma muito mais severa, crianças e adolescentes, cujos corpos e mentes estão em fase especial de desenvolvimento. Então, os prejuízos provocados pelo trabalho infantil vão comprometer o desenvolvimento integral da criança e repercutir por toda a sua vida adulta.

E talvez a educação seja o instrumento mais poderoso de prevenção. Os dados mostram que os adolescentes em situação de trabalho infantil apresentam frequência e desempenho escolares inferiores ao dos demais estudantes. Por isso, políticas como educação em tempo integral, educação no campo e programas de permanência escolar representam investimentos diretos na erradicação do trabalho infantil.

A criança que trabalha perde muito mais do que horas de estudo. Ela perde o direito de conviver com sua família, de brincar, de descansar e de se desenvolver plenamente.

Nós também precisamos olhar o fenômeno do trabalho infantil sob a perspectiva da desigualdade de gênero. O trabalho das meninas permanece muitas vezes invisível. São elas que assumem precocemente os cuidados com a casa, cuidam dos irmãos menores, realizam atividades domésticas sem remuneração e acabam afastadas da escola e de oportunidades de desenvolvimento.

Aqui, eu vou chamar a atenção para a pergunta que a Senadora fez sobre arrumar a cama, arrumar o seu quarto, se isso é trabalho infantil...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Atenção, crianças! A Doutora vai responder agora. Fala, Doutora, olhando para os olhos delas.

A SRA. FERNANDA BRITO PEREIRA (*Por videoconferência*.) – É porque nós precisamos diferenciar afazeres domésticos, que são aquelas pequenas atividades que a criança realiza enquanto integrante daquela família para o bem-estar de todos da família, nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferenciar isso de trabalho infantil doméstico, que é uma das piores formas de trabalho infantil. A criança que arruma a sua própria cama, que lava o seu prato, que deixa o seu ambiente limpo e organizado está contribuindo com a organização daquela casa. Isso é muito diferente de uma criança que é responsável por lavar a roupa de todas as pessoas da casa, por cuidar de todos os demais integrantes da casa, sejam crianças, sejam idosos, sejam outros adultos, por limpar, por cozinhar... E, se existe alguma dúvida de quando eu estou diante de afazeres domésticos e quando eu estou diante do trabalho doméstico, essa dúvida desaparece se esse trabalho está sendo realizado na casa de terceiros. Então, a criança que auxilia dentro da sua casa com afazeres domésticos, mantendo o seu ambiente limpo, arrumado, colaborando com aquela comunidade, não está em situação de trabalho, mas a criança que cuida da casa, que cuida de outras pessoas, que cozinha, que lava, que passa, que trabalha mantendo a organização da casa e substituindo o trabalho que deveria ser feito por um adulto está em situação de trabalho infantil.

E este trabalho infantil, que é uma das piores formas de trabalho infantil, atinge de forma muito mais concertada meninas do que meninos.

Também entre as piores formas de trabalho infantil, nós temos a exploração sexual, que atinge de forma especialmente mais grave meninas.

São violações frequentemente invisibilizadas, que muitas vezes transformam as vítimas em culpadas e muitas vezes nem sequer são reconhecidas como trabalho infantil.

Nós precisamos lembrar – e aqui eu faço um apelo para que possamos ter políticas públicas que vejam o trabalho infantil de forma integral – que o trabalho infantil não atinge todas as crianças da mesma forma. Ele tem cor, ele tem CEP, ele tem classe social. Ele se concentra entre crianças negras, que representam sete a cada dez crianças que trabalham, ou seja, sete a cada dez crianças que trabalham são pretas ou pardas.

São crianças pobres e, em regra, residentes nas regiões historicamente mais vulnerabilizadas do nosso país. Então, combater o trabalho infantil também é enfrentar essas desigualdades estruturais. Significa promover crescimento econômico, inclusive sustentável, trabalho decente e oportunidade para todos, conforme previsto no ODS nº 8. Significa também fortalecer as instituições, porque nenhuma política pública vai ser suficiente se o sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantias de direitos de crianças e adolescentes não trabalhar de forma integrada. E aí o Roberto destacou a importância da Conaeti, a comissão da qual o MPT também faz parte, que tem trabalhado diuturnamente e se fortalecido nos últimos anos, depois da sua reinstituição em 2023, o que inclusive gerou a aprovação do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.

Nós precisamos fortalecer conselhos tutelares, assistência social, educação, saúde, a própria fiscalização, o Ministério Público, a Justiça do Trabalho, de forma que cada um possa exercer as suas atribuições e fazer com que a violação do direito de crianças e adolescentes por meio do trabalho infantil não seja invisibilizada. Sem instituições fortes, o trabalho infantil vai ser invisível, apesar de atingir 1,6 milhão de crianças e adolescentes brasileiros. Nós não estamos falando de estatísticas; nós estamos falando de infâncias interrompidas, de sonhos adiados e de direitos fundamentais diariamente violados.

É justamente nesse ponto, Senadora, que eu gostaria de pedir uma reflexão do Parlamento brasileiro. Se nós ainda estamos diante da necessidade de erradicação do trabalho infantil, seria natural que todas as iniciativas legislativas caminhassem no sentido de fortalecer a proteção da infância. Mas, infelizmente, não é isso que nós observamos.

O estatuto da aprendizagem, que atualmente tramita perante o Senado Federal, pode eliminar dezenas de milhares de vagas de aprendizagem ao reduzir e flexibilizar a contratação de aprendizes e admitir o pagamento de multa em substituição à contratação, fragilizando uma das políticas públicas mais importantes de prevenção ao trabalho infantil. Então, nesse sentido, nós precisamos pensar que a criança que não vai ter a vaga de aprendizagem não vai perder a necessidade de trabalhar, então ela vai migrar para outros lugares.

E, finalizando, eu agradeço a oportunidade de fala e termino dizendo que proteger crianças e adolescentes não é um custo; é um investimento social, econômico e humano muito importante que o Brasil precisa fazer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Fernanda, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vocês ouviram a Dra. Fernanda. Ela é Procuradora do Trabalho, ela é poderosa. Ela é Coordenadora Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Ela disse que tem o Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe o trabalho infantil, mas tem o estatuto da mamãe e do papai, e vocês precisam ajudar nos afazeres domésticos. Cuidar da cama não é trabalho infantil, né? Levar o cachorrinho para comer lá fora também não é trabalho infantil. Mas trabalhar na casa de terceiros aí é trabalho infantil. Estou certa, Dra. Christiane?

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS (*Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Perfeitamente? Então está bom. Espero que a minha filha esteja me ouvindo lá em casa. (*Risos*.)

Estão conosco aqui no auditório: Ivanir da Paixão Santana, Diretora da Associação Viver; Raissa Lopes, Conselheira Tutelar de Taguatinga; Daniela Reis Santos, Conselheira Tutelar de Taguatinga; Jane Yunoki, Coordenadora do Instituto Mãos Solidárias; Andrea Lemos, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB - Águas Claras; Naide Nunes dos Santos, Assistente Social da Associação Namastê; e Camila Flores, do Instituto Isabel.

Vamos ouvir agora, por dez minutos, a Dra. Edivania Freitas, Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Dra. Edivania, eu agradeço ao Ministro por ter designado a senhora para estar conosco nesta audiência.

A SRA. EDVANIA FREITAS DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas. Inicialmente, eu quero cumprimentar a Exma. Presidente da Comissão, a Senadora Damares, a todas as autoridades presentes e aos meus colegas que também estão participando de forma presencial e remota, Roberto e Dra. Fernanda.

Quero dizer que é uma honra, Senadora, estar participando desta audiência, em que se discute um tema tão importante e tão caro para nós, em todo o território brasileiro, mas também em todo o mundo. Quero dizer que, em nome do ministério, em nome do MDS e da SNAS, a gente agradece o convite para estarmos participando deste debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero iniciar aqui fazendo a minha audiodescrição. Eu sou uma mulher parda, sou assistente social, estou vestindo uma camisa branca, estou com o fone aqui para poder ouvir e falar melhor. Estou em um ambiente de estudos; aqui atrás tem uma parede branca com os livros dispostos da minha trajetória, os livros do serviço social que me acompanham na minha trajetória profissional, mas também toda a legislação que fortalece e constrói os Suas neste país.

Quero dizer que nós estamos felizes e agradecidos pela oportunidade de participar dessa audiência, mas também quero cumprimentar todas as crianças e adolescentes que estão aí. Afinal é por elas que estamos aqui, que estamos fazendo as reflexões no dia de hoje, que estamos atuando de forma articulada e integrada em todo o território nacional para o enfrentamento desse fenômeno tão complexo que é o trabalho infantil.

Então, cumprimento a todos, todos os representantes dos órgãos públicos, do sistema de garantia de direitos, da sociedade civil, trabalhadores e trabalhadoras do Suas que também possam estar nos assistindo neste momento, o Sistema Único de Assistência Social, que traz e fortalece a proteção social em todo o território brasileiro.

O trabalho infantil, como já foi dito aqui pela Exma. Senadora e por todas as pessoas que me antecederam, é uma das mais graves violações de direitos humanos na infância, e não se trata apenas da inserção precoce no trabalho, mas da interrupção da infância, da restrição de oportunidades de desenvolvimento e da negação dos direitos assegurados às nossas crianças e adolescentes a partir dos princípios constitucionais.

Já foi falado o que traz e sobre o que versa o art. 227 da Constituição Federal, que estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar com absoluta prioridade os direitos das crianças e adolescentes, protegendo-as de toda forma de negligência, de discriminação, de exploração, de violência e de opressão. E esse comando se fortalece, se reafirma a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também no âmbito da Política de Assistência Social, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social, e também pelas Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho e pela Agenda 2030, que também já foi colocada, especialmente pela meta 8.7, que prevê a erradicação do trabalho infantil em todas as suas formas. Isso já traz para nós – e em todas as falas que foram colocadas aqui anteriormente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o grande desafio que nós temos, enquanto sociedade, enquanto Estado brasileiro, nesse enfrentamento.

Quando a gente vai partir para essa discussão do enfrentamento ao trabalho infantil, eu sempre tenho trazido uma premissa central, que é reforçar que quando a gente discute o trabalho infantil, a gente está discutindo também a capacidade protetiva do Estado brasileiro através das políticas públicas, através da atuação coordenada, da governança, como disse o meu colega Roberto, que me antecedeu, para fortalecer as ações nos territórios, nos estados, nos municípios, que é onde se materializa essa proteção social, essa atuação integrada e articulada no enfrentamento do trabalho infantil.

E aí acho que é importante a gente refletir que cada caso de trabalho infantil, cada situação revela para nós... Como também já foi colocado, mas acho que é importante a gente sempre reforçar, as situações de trabalho infantil identificadas nos revelam falhas, fragilidades na proteção, desigualdades econômicas, raciais, territoriais e de gênero, fragilidade no acesso às políticas públicas, e por isso esse enfrentamento não pode se limitar ali à retirada, ao ato da retirada da situação de exploração. Eu acho que o desafio que nos interpela é muito maior, é muito mais amplo, que é garantir proteção antes que a violação ocorra, é responder de forma qualificada quando ela acontece e acompanhar as famílias para evitar as reincidências. Então, nós temos um desafio muito grande, Senadora, nesse contexto, né?

É a partir dessa lógica que o Sistema Único de Assistência Social se orienta, através de seus diversos serviços nos territórios: mais de 5 mil Cras, mais de 3 mil Creas (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), e todos os serviços que nós temos aí em todo o Brasil. Então, a assistência social integra a seguridade social brasileira e tem a função essencial na garantia da proteção social não contributiva às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Essa proteção se organiza, no âmbito da assistência social, por meio da proteção social básica, que atua nos territórios por meio dos Cras, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atuando na situação de ações preventivas, protetivas, fazendo ali a prevenção do território, fortalecendo, identificando possíveis situações de risco, fazendo a gestão do território para identificar as situações, mas também para reconhecer as características e as especificidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse trabalho infantil, e por meio da proteção social especial, por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), e os demais serviços que estão postos na proteção social especial, atuando ali nas dimensões complementares, atuando ali no atendimento especializado e se fortalecendo de forma complementar, trazendo essas dimensões para uma mesma política pública.

Eu acho que é importante a gente refletir também... A Dra. Fernanda trouxe um pouco dessa importância de a gente retomar e rediscutir, de trazer para a agenda pública o debate do trabalho infantil. Eu acho que durante muito tempo prevaleceu a ideia de que o Estado atuaria apenas após a violação, e hoje nós sabemos que essa lógica é insuficiente. Então, proteger significa atuar antes, durante e depois da violação. Antes é quando a gente identifica as situações de vulnerabilidade, quando a gente realiza a busca ativa, quando a gente fortalece os vínculos familiares e comunitários, quando a gente amplia o acesso aos direitos e desenvolve ações preventivas nos territórios, então a gente tem aí a assistência social, em todo o território brasileiro, desenvolvendo essas ações. Durante é quando a gente assegura ali a proteção social imediata, o acompanhamento especializado, a articulação com o sistema de garantia de direitos, o acesso às demais políticas públicas. E depois é quando a gente segue acompanhando ali as famílias, fortalecendo as suas capacidades protetivas e prevenindo a reincidência e o agravamento das violações.

Então, essa perspectiva para o Suas expressa o que a gente tem chamado de um contínuo protetivo, que é um contínuo de proteção que não se dá através de uma atuação isolada, mas uma trajetória contínua dessa proteção social, construída pelo Estado, em articulação com as famílias e o território. E essa lógica também qualifica a relação entre os serviços da assistência social no âmbito da proteção social básica e da proteção social especial, quando a gente tem ali o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), que fortalece, através do serviço de proteção e atendimento integral às famílias, vínculos familiares e comunitários, amplia acessos e reduz vulnerabilidades; quando a gente tem o Creas, que realiza o acompanhamento especializado das situações de violações de direito, que promove a interrupção e articula as respostas intersetoriais; o serviço de convivência, trabalhando com as crianças e os adolescentes o vínculo, ampliando o pertencimento, a participação social e a convivência familiar e comunitária; e uma área muito importante no âmbito da assistência social, que é a vigilância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social assistencial, que vai trabalhar a partir das características, identificando as especificidades do trabalho infantil em cada território, transformando dados em planejamento e orientando decisões baseadas na realidade do território.

Então, essas ações acontecem de forma articulada e integrada. E é nesse contexto que se inserem as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Aepeti). As AEPETIs não são um programa paralelo aos Suas. São uma estratégica nacional de gestão voltada a fortalecer a capacidade institucional dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, para organizar respostas qualificadas ao trabalho infantil por meio dos cinco eixos estratégicos – informação e mobilização, identificação, proteção social, defesa e responsabilização, e monitoramento –, no sentido de fortalecer a atuação, a governança, o planejamento territorial, a articulação intersetorial e a produção de respostas coordenadas.

Nesse sentido, em 2025, foi retomado o cofinanciamento das ações estratégicas, que apresentam fortalecimento dessa agenda estratégica para a política de assistência social. Até o momento, 1.034 entes federativos aderiram ao cofinanciamento federal, abrangendo todos os estados, o Distrito Federal e 1.007 municípios, priorizados segundo critérios técnicos instituídos. Então, já foram repassados mais de R$43 milhões para apoiar a execução dessas ações estratégicas.

E, mais do que ampliar recursos, esse investimento fortalece a capacidade dos territórios de produzir diagnóstico, identificar, qualificar as equipes, organizar fluxos, como foi colocado aqui anteriormente pelos meus colegas, ampliar o atendimento, desenvolver ações preventivas, fortalecer a articulação entre as políticas públicas e aprimorar o monitoramento das situações de trabalho infantil. E nesse contexto eu queria destacar rapidamente, até trazendo também o que foi colocado em relação aos públicos pela Senadora, que nós trazemos, nessa retomada do cofinanciamento, um público prioritário que dialoga diretamente com o que foi colocado aqui anteriormente, que entre essas ações de fortalecimento, de identificar, de qualificar essa proteção, a gente tenha um olhar, considerando as novas dinâmicas... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode abrir...

Só um instante, Doutora. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caiu? (*Pausa.*)

A senhora está sem áudio. Pode ligar, Doutora?

A SRA. EDVANIA FREITAS DE LIMA (*Por videoconferência.*) – ... destacando migrantes, refugiados, afetados por eventos climáticos e crimes ambientais, crianças e adolescentes em contexto de trabalho digital, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil pertencentes a grupos populacionais tradicionais específicos, crianças e adolescentes em situação de exploração sexual e as principais incidências de trabalho infantil que estão nos territórios.

E aí, a partir desse olhar, reconhecendo essas especificidades, eu quero reforçar aqui que o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil é uma oportunidade de reafirmar o nosso compromisso permanente com a infância brasileira. E mais do que retirar as crianças do trabalho, a gente precisa construir condições para que elas nunca precisem reingressar precocemente nessas atividades que comprometem seu desenvolvimento. Isso significa fortalecer as famílias, ampliar o acesso, reduzir desigualdade, produzir proteção social continuada, e essa é a missão do Suas.

Quero reforçar que a gente segue aqui à disposição, agradeço a oportunidade em nome da SNAS e reafirmo o nosso compromisso institucional com o fortalecimento da capacidade protetiva do Estado brasileiro e com o aperfeiçoamento contínuo das políticas voltadas à prevenção e à erradicação do trabalho infantil.

Muito obrigada e me desculpem pelo tempo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Edvania. Obrigada. Agradeça a todos do ministério, e parabéns pelo seu trabalho!

Eu quero só registrar a presença da Emanuelle Melo, que está conosco, Coordenadora do Cepai. Gente, o Cepai é uma das instituições mais incríveis aqui de Brasília. Eu estava com saudade de você. Dê um beijo em mãinha, um beijo em todo mundo lá. Ela faz um trabalho lindo no contraturno, com crianças lá em Samambaia. E está conosco o Bob Machado – olhe o nome dele, gente; que nome bonito, Bob Machado –, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vai falar agora, em nome do sindicato, a Auditora-Fiscal do Trabalho, Coordenadora do Projeto de Inserção de Aprendizes no Trabalho lá de Minas Gerais e representante do sindicato.

Doutora, antes de te passar a palavra, eu quero cumprimentar o Richard Bryan, que tem 14 anos. Ele veio aqui à Comissão. Ele é famoso. Quem não conhece o Richard, acompanhe na internet. O Richard quer trabalhar e fez um barulho aqui. Vocês se lembram da fala do Richard? "Eu quero trabalhar, e o conselho tutelar não me deixa." E ele ensina como o adolescente empreender. Ele está dando curso de como se arrumar, se vestir, deixar a sua mercadoria bonitinha. O Richard quer trabalhar, e a senhora vai falar sobre a inserção de aprendizes.

Só que, crianças, vocês vão ter que me ajudar agora. Estão vendo este relógio aqui? Quando der dez minutos, porque acabou o tempo dela, vocês levantam a mão assim para a gente não tocar a campainha? Todo mundo faz assim para ela ver que acabou o tempo dela. Está bom? Você viu o desafio? Está bom?

Então, vamos ouvir a Dra. Christiane, que veio de Minas para estar conosco. Eu quero lhe agradecer, Doutora, por sua parceria, parabenizar o trabalho que vocês estão fazendo lá, e, claro, cumprimentar o nosso sindicato.

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas. Bom dia a todas as crianças e adolescentes presentes.

Gostaria de cumprimentar todos vocês e, especialmente, a Senadora Damares, pela iniciativa, pela coordenação e pelo convite.

Eu sou uma pessoa branca, de cabelos pintados de louro, porque mulher não fica velha, fica loira. Tenho mais de 40, estou na meia-idade. Pareço ter um pouco menos do que a minha idade de verdade, mas tenho 55 anos. E sou Auditora-Fiscal do Trabalho.

Vou falar sobre a fiscalização do trabalho, porque quando eu cheguei, a Senadora Damares até mencionou. Eu acho importante que a gente saiba o que o Senador faz, o que a auditoria fiscal faz, conhecer esses agentes públicos que exercem uma função em nome do Estado e sua atuação na sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A auditoria fiscal do trabalho tem a competência legal de fiscalizar o cumprimento das normas trabalhistas, essas normas tão importantes que regulam o mundo do trabalho, tanto dos jovens, das crianças, na medida em que há uma proibição, quanto dos adultos. E aí há uma gama de legislação que protege tanto em relação à jornada, em relação ao registro, em relação às contribuições de Fundo de Garantia e previdenciária, em relação à jornada, em relação à segurança; então esse é o papel da fiscalização do trabalho.

Em relação a crianças e adolescentes...

Antes disso, eu queria destacar que as primeiras normas sobre o trabalho foram criadas para proteger crianças e adolescentes. Então mundialmente, na época da Revolução Industrial, as primeiras normas sobre trabalho foram instituídas para proteção de crianças e adolescentes, que tinham jornadas absurdas, exaustivas, e tinham condições de trabalho piores do que as dos outros adultos, por serem pessoas frágeis, cujo poder de negociação e de ponderação era reduzido. Então, a situação do trabalho de crianças e mulheres era pior do que a dos homens adultos, que têm uma formação corporal mais adequada do que a da criança para o início do trabalho. E a inspeção do trabalho também nasceu para proteção da criança e do adolescente, para regular. Então, as primeiras regulações foram feitas em 1891, em relação ao trabalho infantil, em relação à jornada, a determinadas formas de trabalho, insalubres, perigosas, etc.

Sobre o trabalho infantil, as pessoas que me antecederam aqui foram brilhantes na exposição, como o meu colega Roberto Padilha, que está representando o Ministério do Trabalho e também é um Auditor-Fiscal do Trabalho e falou sobre as regras, as regulações. E eu queria dizer um pouco mais sobre a atuação da inspeção do trabalho na erradicação do trabalho infantil, e dizer que além de retirar do trabalho... E uma das perguntas aqui que estão presentes nesse questionário que me foi apresentado... Como essa atuação vem de um planejamento, de uma análise de dados que nos são disponibilizados, vem de denúncias, de informações, então, há um planejamento estratégico e também uma atuação em relação às denúncias que nos chegam sobre trabalho infantil.

Então, dentro dessa atuação, os auditores fiscalizam os estabelecimentos, os locais onde existe o trabalho infantil, com uma priorização especial às piores formas de trabalho infantil, e retiram do trabalho essa criança, esse jovem, adolescente, que está trabalhando em condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrárias à legislação. Ao retirar do trabalho, há um acionamento da rede de proteção, porque o nosso papel de auditor é a retirada e a penalização administrativa daquele empregador que contratou esse jovem e o manteve em situação irregular, ilegal, trabalhando.

Mas esse trabalho não se encerra no cumprimento da legislação por parte do auditor. Há uma série de mobilizações que são feitas, há o acionamento da rede de proteção, do conselho tutelar, do Ministério Público do Trabalho – tivemos aqui uma representante do Ministério Público do Trabalho, Dra. Fernanda –, do Ministério Público estadual, e às vezes a responsabilização é dos pais, porque às vezes há uma exploração por parte da família ou dos pais, daqueles que assumem a responsabilidade. A Senadora Damares nos reportou a situação da filha dela, que se encontrava numa situação de abuso. Então, às vezes, há situações em que esse responsável legal vai ser culpabilizado pela exploração promovida em relação à criança e ao adolescente.

Uma das ferramentas mais importantes no trabalho infantil juvenil, para prevenção e como medida paliativa, quando se encontra esse jovem trabalhando, é a aprendizagem – porque pode haver uma indagação: o que a gente faz, como se pode trabalhar então, como o jovem pode experimentar o trabalho, aprender e se qualificar? Este é o contrato mais importante, a forma mais importante, a alternativa mais importante que a gente tem no Brasil, que é exemplo mundial, inclusive, Senadora, para outros países: é o contrato de aprendizagem.

Dentro da competência da fiscalização, também fiscalizamos os estabelecimentos sociais e comerciais que são obrigados a ter aprendizes, para que haja contratação dos aprendizes. Para ser aprendiz, o jovem pode ter entre 14 e 24 anos de idade. E por que a partir dos 14 anos pode se trabalhar como aprendiz e não nas demais formas de trabalho? Porque o contrato de aprendizagem possui uma série de contornos que o tornam diferenciado, é um ingresso de forma protegida no mundo do trabalho. O aprendiz tem direitos trabalhistas e previdenciários, tem controle de jornada, a jornada do aprendiz, em geral, é de quatro, no máximo seis horas diárias. Dentro desse contrato de trabalho, que é por prazo determinado, ele se submete a uma formação profissional. Então, em alguns dias, o jovem, em vez de ir ao trabalho, vai para uma entidade formadora, especializada em qualificação profissional e proteção ao adolescente, se submeter a uma qualificação profissional. Esse jovem também é obrigado a frequentar a escola. Um dos requisitos do contrato de aprendizagem é que o adolescente, o jovem, esteja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frequentando a escola, e não pode ter reprovação por falta. Há um acompanhamento do aproveitamento escolar dele e há um acompanhamento, uma monitoria, uma parceria com essa entidade formadora na prática profissional do aprendiz.

Então, a gente tem uma forma de controle bastante importante, que torna essa forma de contrato de trabalho diferente das demais e que também propicia a possibilidade de que jovens, a partir de 14 anos, ingressem no trabalho.

Eu queria destacar, então, e conclamar aqui, diante disso, porque, no papel preventivo da aprendizagem, quando o jovem ingressa e já tem uma remuneração, ele tem o exemplo dos colegas, há uma mobilidade social, inclusive de locomoção mesmo, porque, às vezes, se o jovem mora em determinado bairro e estuda lá, ele não conhece nem o centro da cidade.

É uma formação diferente para cá, para Brasília, que não tem esse formato. Mas muitos jovens aprendizes não conheciam outros locais da própria cidade, porque viviam ali na sua comunidade sem oportunidade de transitar, de aprender, de socializar, de aprender com os colegas, de ambicionar outras ascensões escolares, de fazer um curso técnico, de fazer um curso superior.

Então, a gente tem vivenciado, com muita alegria, a aprendizagem como instrumento de prevenção ao trabalho infantil, um instrumento paliativo, porque fazemos o encaminhamento do jovem retirado do trabalho infantil para a aprendizagem com bastante sucesso, e, vendo esses jovens galgarem outras funções, outras formações de maneira muito feliz.

Então, eu conclamo pela proteção. As demais formas de trabalho são rechaçadas pela legislação, pelos comprometimentos que elas ocasionam.

Estava chegando ao final. Agradeço pela parceria, pela informação... (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É a melhor campainha...

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS – Sucesso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, é a melhor campainha que a gente inventou no Senado. Você viu como...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS – E a mais linda de todas. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, deixe-me fazer uma pergunta, porque eles vão querer saber.

Vocês auditores fiscalizam quando alguém está explorando uma pessoa, trabalho escravo, exploração – a gente tem muito isso no Brasil, eles precisam saber –, especialmente muitos estrangeiros que vêm para cá e ficam trancados em casas e quartos, trabalhando, costurando dia e noite, não é?

Se eles souberem de alguém, Doutora, de uma criança ou de um adolescente que estão explorando, que essa criança ou adolescente está trabalhando demais – não é aquele que está ajudando a mãe e o pai, mas o que estão explorando –, para quem eles denunciam, Doutora? A senhora é essa...

Ó, tem conselheiro tutelar, mas ela é como se fosse um conselheiro tutelar de adultos, mas que também cuida de criança.

Para quem eles fazem a denúncia? Para quem está nos assistindo também, Doutora, e sabe de uma criança ou adolescente em trabalho, que está sendo explorado no trabalho infantil, para quem eles denunciam?

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS – O Disque 100 é uma fonte interessante, porque pode ser o trabalho em situação de exploração sexual, pode ser o trabalho em situação informal, diversas formas de trabalho, e o próprio tráfico.

Vou pedir ajuda para o Roberto. É o Ipê, não é?

O SR. ROBERTO PADILHA GUIMARÃES (*Fora do microfone.*) – Ipê Trabalho Infantil.

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS – Ipê Trabalho Infantil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Atenção, gente, ele vai falar.

Fale aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO PADILHA GUIMARÃES (Para expor.) – Nós temos um canal de denúncia específico sobre o tema do trabalho infantil que pode ser acessado pelo celular, pela internet. É claro que não desmerece o Disque 100. No Disque 100, qualquer pessoa pode pegar o telefone e denunciar.

Nós temos o Sistema Ipê Trabalho Infantil, cujo endereço é ipetrabalhoinfantil.trabalho.gov.br. Esse é o canal de denúncias específico sobre o tema do trabalho infantil. Vai direto para a nossa coordenação de fiscalização e, de lá, para a apuração.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

Mais alguma coisa, Christiane? Se sentiu contemplada?

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim? Está bom.

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS – Estou aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – À disposição.

Nós agora vamos ouvir a última, a Dra. Rita Coelho, Coordenadora-Geral de Educação Infantil, representante do MEC.

Dra. Rita, eu agora tenho um fiscal de tempo aqui e eles vão fiscalizar seus dez minutos. Como a senhora não vai ver as mãos levantadas, eles vão começar a aplaudi-la quando a senhora completar seus dez minutos.

Tudo bem assim, Dra. Rita? (*Pausa.*)

Ela está *online*?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela está *online*.

É a última, está bom, crianças? Depois a gente já vai à finalização.

A SRA. RITA COELHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

Dra. Rita, as crianças vão controlar seu tempo, vão bater palmas quando chegar a dez minutos, está bom?

A SRA. RITA COELHO (*Por videoconferência*.) – Elas não vão precisar fazer isso (*Risos*.), porque o tempo aqui é um exercício de democracia, de igualdade de oportunidade. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso! Já estão aplaudindo!

A SRA. RITA COELHO (*Por videoconferência*.) – Muito bem, Senadora Damares, por essa estratégia de, em vez da campainha, as mãozinhas sinalizando.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim...

A SRA. RITA COELHO (*Por videoconferência*.) – Então, eu queria, de uma forma muito confiante, cumprimentar a nossa Senadora e essa iniciativa da audiência, muito importante. Na pessoa dela, estou cumprimentando todas as autoridades e todos os participantes desta audiência, especialmente as crianças, os adolescentes aqui presentes, que é outra estratégia política da maior relevância ao fazermos esse tipo de discussão.

Eu sou a Profa. Rita Coelho, sou a Coordenadora-Geral de Educação Infantil, aqui na Secretaria de Educação Básica do MEC. Nesta audiência, com muita honra, estou representando a nossa Secretária Kátia, que está de férias e envia, então, os nossos maiores cumprimentos e o nosso compromisso com essa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou uma mulher de meia-idade, eu estou com 78 anos de idade... Quer dizer, não de meia idade, eu sou uma mulher idosa. Eu tenho cabelos grisalhos, eu estou na minha sala no Ministério da Educação. Atrás de mim, há uma janela com árvores, eu estou vestindo uma blusa branca, um colar de pérolas, um óculos e estou aqui à disposição de vocês.

Queria agradecer demais aos colegas que me antecederam e que abordaram, de forma muito brilhante, a questão do trabalho infantil, que é uma questão muito séria, principalmente na perspectiva da prevenção e da proteção, e não apenas da fiscalização, do acompanhamento.

Queria chamar a atenção de vocês. Eu trabalho numa área que abrange apenas a faixa etária de zero, desde o nascimento, até 6 anos e 9 meses de idade. Nesta faixa etária, entendida no Brasil, regulamentada no Brasil como primeira infância, o Estado é obrigado a garantir a todas as crianças a educação infantil, que abrange duas etapas: creche, até 3 anos e 11 meses, e pré-escola, de 4 anos a 6 anos e 9 meses, uma etapa obrigatória, matrícula obrigatória a partir de 4 anos.

Nesta faixa etária, o nosso percentual de trabalho infantil é baixo. As colegas que me antecederam, a própria Senadora disse isso com muita clareza. Entretanto, nós precisamos falar mais disso por várias questões, uma das questões importantes é o exemplo da filha da Senadora. E a outra questão é que esse trabalho é disfarçado. Ao ser disfarçado, é subnotificado. Ele é disfarçado em estratégias informais: um bebê no colo, no sinal, pedindo esmola; uma criança de quatro anos vendendo pipoca no sinal, com um adulto que, às vezes, nem está segurando-a – o adulto está atrás, vigiando e pressionando.

A questão do trabalho doméstico – abordado com muita competência pela nossa colega – , também é complicado, porque não é apenas o trabalho doméstico da criança fora da própria família que pode se configurar como uma violação do direito. Dentro de casa, a criança pode ser explorada; explorada no trabalho; e explorada sexualmente. E esse disfarce é muito difícil de ser constatado e acaba que é subnotificado. Então, esses canais de denúncia – o Disque 100 e o Ipê – são muito importantes, porque a gente consegue, às vezes, observar isso. No próprio atendimento na educação infantil, às vezes, a gente observa isso, e podemos denunciar. E, às vezes, um vizinho, um outro familiar ou uma criança mais velha: vocês aí, adolescentes, que brincam, às vezes, com essa criança pequena, vocês também podem denunciar. Então, chamar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção ao trabalho doméstico, na faixa etária dessa criança de até seis anos, é muito mascarado pela informalidade, pelo trabalho doméstico, e também pela subnotificação.

Por outro lado, eu quero ressaltar aqui uma coisa que não foi ressaltada: todos temos uma infância. Nenhuma pessoa deixa de ter uma infância. Não existe infância roubada. Existe infância violada; existe infância infeliz; existe infância sofrida; existe infância agredida, mas esta ideia de "porque eu trabalhei, porque eu fui explorada, eu não tive infância" não há, essa infância está lá dentro dessa pessoa para o resto da vida – para o resto da vida. Então, toda a nossa estratégia de proteção, de respeito à infância, é importantíssima. Ela é o começo de tudo, é para o resto da vida.

E a infância não termina aos seis anos. Sou eu que estou falando desse pedacinho, porque eu estou aqui, no ministério, falando do direito à educação, do dever do Estado com a educação, por isso eu estou fazendo esse recorte. A infância não termina aos seis anos! Nós temos infância até 12 anos. É um período muito estratégico da vida; é um período potente de desenvolvimento; é um período em que a criança se desenvolve nas interações e nas brincadeiras com outras crianças, com os adultos e com o meio ambiente. Ela constrói conhecimento assim. Então essa criança que trabalha, que é explorada passa a ter uma outra visão do mundo. Ela está conhecendo um mundo mau, ela está conhecendo um mundo violento.

Então, eu destacaria a subnotificação, as formas despistadas do trabalho infantil e o direito à infância marcado por essa infância, às vezes, sofrida.

Não confundir questões culturais com violação de direito. As questões culturais são legítimas, mas elas também podem extrapolar o direito. Uma criança de três anos, indígena, trabalhando, em geral na zona rural, em geral na plantação, em geral com carvão, está sendo desrespeitada, e nós temos que proteger essa criança.

Parabéns, Senadora, pela iniciativa. Parabéns, crianças aqui presentes, vocês são nossas parceiras, vocês são as melhores e mais competentes parceiras na discussão da infância. E muito obrigada por esta oportunidade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Elas estavam ansiosas para controlar seu tempo. (*Risos.*)

Professora, eu agradeço demais sua participação. Agradeça ao Ministro.

A forma como a senhora trouxe é exatamente o que a gente quer. É um debate... Todo mundo fica assim: "É só mais um debate". Não, é para marcar mesmo a data e para sinalizar que nós temos iniciativas que estão dando certo. É difícil enfrentar o problema, mas nós temos pessoas comprometidas. Então, a sua fala, a fala da Christiane, a fala do Roberto, a da Juíza, a de todos que participaram aqui mostram para o Brasil que os agentes públicos não estão de braços cruzados, eles estão fazendo alguma coisa, estão enfrentando. E, no caso dos auditores, muitas vezes colocando suas vidas em risco.

Então, a nossa última participação foi a da Professora representando o MEC. E aí, nós vamos para o final de nossa audiência, mas eu queria dizer que o Gabriel está na mesa.

E aí, Dr. Roberto?

O Gabriel está com a camisa do time, da seleção. A seleção que nos deixou muito tristes, não foi? Perdemos, né? Depois a gente conversa com eles. Mas nós temos meninos jogando. Nós temos atletas mirins, Doutor. Nós temos meninas que representam o Brasil em Olimpíadas, em competições internacionais. E tem um jogador na internet... Eita, mas ele dá muito trabalho! É o Pedro Cabelo. Conhece ele? Vocês conhecem? Acompanhem o Pedro Cabelo. O Pedro Cabelo perturba a vida de todo mundo. Ele tem 12 anos – 12 para 13 –, é jogador. Mas ele perturba a vida de todo mundo. Coitada da madrasta dele. E o pai? Ele chama o pai de "salsichão" porque o pai come salsicha. Esse é o Pedro. E o Pedro trabalha. Ele treina, trabalha, é jogador de futebol, mas o Pedro nasceu para fazer resenha.

Aí eu pergunto aqui, esses meninos poderão continuar jogando? Poderão continuar sendo atletas? Poderão continuar trabalhando? Então, nesse sentido, como a gente já acabou as nossas exposições...

Foi a Dra. Fernanda? Foi? (*Pausa.*)

A Dra. Fernanda pediu de volta a palavra porque ela quer fazer esse esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitando, eu estou mandando um abraço para o Pedro Cabelo, que me faz rir o dia inteiro.

Dra. Fernanda, a senhora queria fazer um esclarecimento, então nós vamos devolver a palavra para a senhora.

A SRA. FERNANDA BRITO PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, agradeço imensamente.

Só para que não haja nenhuma dúvida em relação à minha fala, existe, sim, trabalho infantil doméstico dentro de casa – e muito. Muitas crianças têm suas infâncias violadas, como a Dra. Rita acabou de colocar, têm suas infâncias prejudicadas pelo trabalho infantil doméstico dentro das suas próprias casas.

Eu gostaria, então, só de fazer uma divisão. Dentro da casa existem as tarefas domésticas, que é aquilo que a criança faz como integrante daquela comunidade, e que não se compara com a violação que pode acontecer dentro da própria casa quando uma criança é colocada como responsável, substituindo o trabalho que deveria ser feito por um adulto, lavando para a casa inteira, fazendo comida para a casa inteira, cuidando de outros membros da família. O trabalho infantil doméstico acontece dentro de casa e, obviamente, na casa de terceiros. Quanto à casa de terceiros, nós não temos nem discussão: a atividade que ele realiza de cuidado, de cozinhar e de limpar é trabalho infantil doméstico. E ela também pode acontecer na própria casa.

Eu precisava deixar isso bem claro, para que nós não tenhamos nenhum tipo de entendimento que possa violar direitos de crianças e adolescentes. Nós queremos ver esses meninos e meninas que estão aí crescendo, participando, ocupando lugares públicos em que seus direitos são discutidos, estando esclarecidos dos seus próprios direitos, para que eles possam denunciar, ser guardiões dos seus próprios direitos.

E aqui aproveito também para colocar o *site* do Ministério Público do Trabalho à disposição, como um local em que podem ser apresentadas denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, em especial de trabalho infantil. É o www.mpt.mp.br.

Obrigada pela oportunidade de fala. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora.

Olha, pela internet, Mikeias, do Paraná, perguntou: "A evasão escolar está diretamente ligada ao aumento do trabalho infantil?".

Regina, de Minas Gerais: "Quais as dificuldades para identificar o trabalho infantil no meio urbano e rural?".

Gente do Brasil inteiro fez pergunta.

Elenice, de São Paulo: "Qual o critério usado para identificar e separar o aprendizado do trabalho infantil, uma vez que a criança deve ter seus deveres?".

Antônia, do Pará, perguntou: "Quais medidas são adotadas pelo poder público para identificar crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil?".

Eu acho que tudo isso foi respondido durante as exposições.

Vitória, do Maranhão: "Como garantir a legalidade das autuações fiscais de trabalho infantil doméstico em face da garantia de inviolabilidade do domicílio?".

Fênix, de São Paulo: "Como o Senado enfrentará o conflito entre interesses agropecuários e a erradicação real do trabalho infantil?" – pergunta complexa.

Gustavo, de Minas Gerais: "Como combater o trabalho infantil e auxiliar famílias que vivem em condições precárias e não possuem o mínimo para sobreviver?".

Eloize, do Rio Grande do Norte: "Que tipo de campanha pode ser feita para sensibilizar pessoas sobre a proibição do trabalho infantil?".

E a Letícia, aqui do Distrito Federal, comentou: "Proteger a infância é garantir o futuro. Debater o combate ao trabalho infantil é um compromisso de toda a sociedade".

Eu fiz questão de registrar as perguntas que vieram pelo e-Cidadania, mas o Gabriel tem uma pergunta para te fazer, Dra. Christiane. O Gabriel está aqui à mesa com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel, pode ligar o microfone aí. Fale só seu nome e sua idade e pode fazer sua pergunta.

O SR. GABRIEL ÁDRYAN ALENCAR – Gabriel, 13 anos.

Eu queria perguntar qual a idade para começar a trabalhar no Jovem Aprendiz.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele está querendo trabalhar, estão vendo?

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS (Para expor.) – E a gente apoia; na condição de aprendiz, tem totalmente o nosso apoio.

É a partir de 14 anos, Gabriel. Então, a partir de 14 anos, o adolescente já pode ingressar na condição de aprendiz. Como eu disse na minha fala, o contrato de aprendizagem tem características especiais que trazem maior proteção para o ingresso no mundo do trabalho para os adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Doutor.

O SR. ROBERTO PADILHA GUIMARÃES (Para expor.) – Só quero abrir um parêntese: para ser aprendiz tem que estar na escola.

A SRA. CHRISTIANE AZEVEDO BARROS (*Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. ROBERTO PADILHA GUIMARÃES – Se não estiver na escola, aí não pode ser aprendiz.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Entenderam, crianças?

Bom, gente, enquanto a gente falava aqui – e estas delicadezas precisam ser registradas –, o pessoal da copa, que serve cafezinho e água, foi lá à Isabelle, chamou a Isabelle de Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e perguntou assim: "Senadora Isabelle, a senhora quer um cafezinho?". Ela disse: "Eu posso?". E ele: "É, você é Senadora hoje, você pode".

Isabelle, mostre para o Brasil como é que você tomou o seu cafezinho.

Gente, olhem como é que uma Senadora toma cafezinho! (*Risos.*) (*Palmas.*)

Senadora Isabelle, a senhora quer falar, quer fazer alguma pergunta sobre trabalho infantil? (*Pausa.*)

Não? Então, ela veio hoje só para tomar café e sorrir e abraçar, porque o sorriso dela encantou!

Nós vamos encerrar, mas, para a gente encerrar, eu preciso ser justa. A Ivanir da Paixão Santana, Diretora da Associação Viver, pediu dois minutos para a sua manifestação. Ela está aqui? (*Pausa.*)

Pode ser, Ivanir? (*Pausa.*)

Está bom.

A SRA. IVANIR DA PAIXÃO SANTANA – Alô? Estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim.

A SRA. IVANIR DA PAIXÃO SANTANA (Para expor.) – Primeiro, Senadora, gratidão. Muito obrigada por tudo, pelo que a senhora tem feito pelo Brasil, pelo que a senhora tem feito pelas instituições.

Agradeço também à Marisa Romão, que está sempre em contato conosco, nos atendendo sempre com muito carinho.

E aqui, gente, todo mundo recebeu palmas, vamos pedir uma salva de palmas para a Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVANIR DA PAIXÃO SANTANA – Meu nome é Ivanir, eu solicitei dois minutos, eu sou bem rápida mesmo. Eu sou Diretora da Associação Viver.

E hoje nós tínhamos que estar aqui, porque nós estamos na Cidade Estrutural, ao lado do antigo lixão, na porta de entrada, hoje aterro sanitário. Nós começamos lá na década de 90, com um grupo de pessoas da Igreja Presbiteriana do Cruzeiro, que é a mantenedora daquele trabalho lá. E lá nós começamos com um trabalho chamado Peti, que – não sei se todos aqui sabem – é Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Por quê? Porque as mães e os pais iam para o lixão catar lixo, as crianças iam junto, e lá morriam muitas crianças. Nós começamos ali um trabalho com poucos irmãos da igreja, que é a mantenedora, para tirar as crianças do trabalho infantil. E hoje nós estamos lá há 29 anos, no contraturno escolar. As crianças chegam às 8h da manhã, tomam café, realizam todas as atividades: informática, esporte, futebol, caratê, judô, vôlei, informática, temos canto coral. E assim nós estamos lá há 29 anos combatendo, erradicando o trabalho infantil.

Nós somos pioneiros, nós começamos lá... Lá não era Cidade Estrutural, era Vila Estrutural. Assim nós estamos lá, hoje nós tínhamos que estar aqui, Senadora, porque nós fazemos parte da erradicação do trabalho infantil.

Começamos como Peti. Se você chega lá hoje, nós estamos na cidade, no bairro oeste ali, as pessoas falam assim: "É o Peti! É o Peti!". Ainda tem essa referência, né?

Quero agradecer a vocês, que têm feito tanto por essas crianças, né? Eu sou voluntária lá, diretora voluntária, e, de tijolo em tijolo, com cada um de nós, a gente vai construindo, fazendo um futuro melhor para essas crianças. O trabalho é difícil, não é fácil, ele é árduo, mas, com pessoas como você e como a Senadora, que têm lutado pelo direito da criança e do adolescente, a gente vai conquistando, conseguindo e a gente vai mudando a história dessas crianças, né?

Muitos de nós não precisamos fazer isso, porque nós temos um conforto, temos uma vida, nunca precisamos trabalhar, mas nós temos que olhar para os nossos. É assim que a Bíblia diz.

Obrigada, Senadora; obrigada, Marisa; obrigada a toda a equipe aí da Senadora, tá? Parabéns por esta audiência, ela é importantíssima e nos fortalece. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ivanir!

Eu quero aproveitar e cumprimentar todas as instituições da sociedade civil, Christiane, Dr. Roberto, que estão lá na ponta fazendo esse enfrentamento, porque os auditores, às vezes, não chegam nos lugares aonde vocês podem chegar. Aí eu quero cumprimentar todos vocês que estão nos assistindo. Parabéns pelo trabalho, especialmente instituições como o Cepai, que, no contraturno, ocupam esses meninos, para que ninguém os explore no contraturno escolar. A escola que tem orientado; então, esse é o enfrentamento de todos nós.

Então, que as instituições permaneçam firmes, e, se alguém estiver nos assistindo – não esqueçam – e souber de alguma ocorrência de trabalho infantil, não esqueçam de denunciar, Disque 100.

Raisa Lopes está aqui ainda? Raisa também pediu... Dois minutos, Raisa, para a gente encerrar. Nós estamos com o horário bem vencido, e as crianças precisam ir embora.

Ela é Conselheira Tutelar em Taguatinga, né?

A SRA. RAISA LOPES (Para expor.) – Isso, estou Conselheira Tutelar em Taguatinga, há dez anos. Queria parabenizar a nossa Senadora Damares, porque já estamos na caminhada lá de trás, da época que eu era do Fórum Colegiado Nacional, e ela era Ministra, uma grande Ministra para nós também. Agora, como Senadora, como bem diz ela, viu Gabriel e Isabelle, foi mentora dessas leis.

Eu queria falar da minha região, que é Taguatinga, aqui, no Distrito Federal. Eu vim representando o meu colegiado; a Tia Dani – como a gente chama, né? –, Conselheira Dani também, que também está conosco aqui. O sonho dela, ela acabou de externar, é ter um instituto para cuidar das crianças. Nesse projeto, desses dez anos, gente, eu posso falar para vocês: Taguatinga tem umas particularidades, exploração sexual, tem a questão do trabalho infantil. A gente combate muito lá a questão dos semáforos e dos supermercados, porque também tem o processo de mendicância do trabalho infantil lá, com essa exploração dos familiares, que é uma questão cultural, mas, como bem a colega colocou, há essa questão da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu posso falar – porque eu já visitei o município mais inóspito do país, que foi Uiramutã, em Roraima – dessa questão dos povos originários, das questões tradicionais. Parabenizo a Damares pela filha, né?

Vamos combater também essa questão do trabalho infantil e pedir que continue essa parceria com os agentes fiscais do trabalho, dentro da questão do conselho tutelar, porque, no conselho tutelar, a gente recebe a denúncia e a gente encaminha paras o órgão de competência, como bem a Dra. Christiane falou, que é responsabilidade... Às vezes, a gente recebe ao contrário: às vezes, a gente recebe a denúncia para a gente apurar um estabelecimento comercial, mas a gente não tem competência para tal.

Mas quero agradecer também aos conselheiros, porque eu vi que o Gabriel é de Brazlândia... Em Brazlândia, os conselheiros tutelares, no dia 8 de junho, recentemente, fizeram uma atuação com a polícia militar, na qual desmantelaram um caso de um adolescente de 15 anos de idade, vítima de exploração sexual, vindo do Maranhão. Eu sou filha de maranhense, então, é uma realidade que eu conheço muito bem em Taguatinga – lá é Maranhão, Piauí e Bahia –, porque é a nossa maior cidade para receber. Taguatinga e Ceilândia é que recebem os nordestinos.

Então, quero agradecer essa parceria, com o terceiro setor também, porque o contraturno é muito importante para nós, gente. Muito importante para o conselho tutelar. Se não fosse o terceiro setor, se não fossem as instituições da sociedade civil fazendo o papel delas, o Estado não daria conta. Eu, como agente do Estado, não consigo.

Então, quero agradecer demais, porque a gente sabe que quatro anos é o horário integral, como bem a nossa representante do Ministério da Educação colocou, mas, depois desse horário... Eu, que sou mãe de uma filha de três anos de idade, se não fosse a creche no período integral, eu não teria como estar aqui, neste momento, com vocês.

Então, como mãe solo, como conselheira tutelar há mais de dez anos, quero agradecer demais por este momento, este fórum mesmo, e agradecer também às crianças, porque para mim... Assim, eu trabalho com elas, são meu público-alvo, criança e adolescente são o nosso público no conselho tutelar, e o Dia contra o Trabalho Infantil, depois da data do 18 de maio, é uma das mais importantes para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim... Você vê: 8 de junho, uma menina de 15 anos, exploração sexual, com escravidão, em Brazlândia; dia 12 de junho, esse dia marcante.

Então, eu queria agradecer imensamente à sociedade civil e à nossa Senadora por esta Comissão do trabalho infantil, aos demais da Casa e ao nosso também representante do ministério, o Secretário, que hoje não está mais aqui.

Gratidão. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Raisa Lopes.

A gente aproveita e cumprimenta a todos os conselheiros tutelares do Brasil, esses guardiões, esses vigilantes, esses agentes tão importantes do sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

E, para encerrar, por dois minutos, Jane Yunuri, Coordenadora do Instituto Mãos Solidárias.

Jane, obrigada por ter ficado até agora, viu?

A SRA. JANE YUNOKI (*Fora do microfone.*) – É Yunoki.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Y... Vou repetir: Yunoki. Yunoki.

A SRA. JANE YUNOKI (Para expor.) – Jane Yunoki. Eu sou a Coordenadora do polo de Brazlândia.

Nós temos seis serviços de convivência, e cada um atende a 200 crianças nas cidades-satélites Estrutural, Santa Maria, Itapoã I, Itapoã... Duas parcerias, Itapoã I e II... E Brazlândia. E Estrutural – também temos uma parceria lá.

Eu quero agradecer, Senadora, por esta oportunidade. Estou aqui representando a nossa Presidente, Juliana Alves, e nossa Cofundadora, Juliana Nunes, e venho aqui falar... Para quem não sabe, a nossa Senadora levou a robótica para Brazlândia, e, nisso (*Palmas.*) já estamos lá, com o terceiro ano, caminhando agora para o quarto ano de parceria, através de uma emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar. E ela não levou só a robótica; ela levou a criatividade, o lúdico, a transformação de vida para cada criança que está lá, em situação de vulnerabilidade social.

Então, quando a conselheira tutelar falou ali da situação que foi da adolescente, nós temos crianças... O maior público nosso... Brazlândia é uma cidade que é contornada por chácaras. Então, nós fazemos esse atendimento a essas crianças. Elas têm até uma certa dificuldade de chegar até nós, porque não tem o transporte público, mas isso não impede. Nós atendemos essas crianças lá e prevenimos esse trabalho infantil. Por quê? Porque num período ela está na escola, no outro período está conosco e no outro período ela vai estar no conforto da casa dela.

Então, eu quero agradecê-la, Senadora, por você levar essa robótica. Eu acredito muito no trabalho do serviço de convivência, que é um serviço de excelência, mas com a emenda parlamentar teve uma grande transformação. Então, Senadora, muito obrigada.

Muito obrigada a todos aqui. Obrigada, minhas crianças que estão aqui presentes conosco, que são só uma parcela dessas crianças. A gente queria trazer todo mundo, mas, como a gente não pôde, tem aqui nossos representantes: o Gabriel, que está na mesa, que eu escolhi porque, na robótica, ele se destaca. (*Palmas.*) Eu acredito muito no potencial dele, e aproveito aqui para falar que, lá, em vez de ele estar trabalhando, ele está se capacitando para ser um ótimo trabalhador no futuro, porque, através dessa emenda que a nossa Senadora está trazendo aí, você vai ser um ótimo funcionário.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

A gente – eu só queria encerrar – tem sempre o encaminhamento nas nossas audiências públicas, doutores.

Com relação à lista das piores formas de trabalho infantil, nós vamos fazer um encaminhamento no sentido de contextualizar essa lista. A gente já falou muito sobre isto aqui hoje, sob uma ótica multicultural para as crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, ribeirinhas, ciganas, de comunidades tradicionais, visto que estão entre os trabalhos prejudiciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à saúde e à segurança as atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, que são atividades comuns e corriqueiras para crianças e adolescentes desses segmentos. Eu destaco também os pescadores artesanais, as marisqueiras. Então, que esse olhar para essa lista tenha esse olhar multicultural.

Dessa forma, cumprida a finalidade da nossa audiência, quero dizer que o Senado Federal não se omitiu neste dia e que nós vamos estar vigilantes pela erradicação do trabalho infantil no Brasil, porque nós queremos todas as crianças felizes, doutor, todas as crianças na escola, todas as crianças brincando, todas as crianças alegres e, quando quiserem trabalhar e tiverem 14 anos, Gabriel, sendo aprendizes.

E está no Senado, o Estatuto do Aprendiz está aqui no Senado. Nós queremos votar logo. Está demorando porque existem interesses econômicos atrás dele. Tem um *lobby* – vocês não têm ideia – contra a aprovação do Estatuto do Aprendiz, mas a gente vai resolver isso. Vamos fazer essa entrega o mais rápido possível.

Desse modo, quero agradecer a todos os expositores que vieram, que participaram da audiência, à Secretaria, às instituições aqui presentes e, em especial, aos meninos e às meninas que vieram: a minha Senadora Isabelle, o meu Senador Gabriel... E, dessa forma, feliz, eu declaro...

Antes eu quero dizer uma coisa: tem muita gente querendo falar comigo; eu só vou atender uma senhora que veio do Sul, uma apóstola. Vou dar um abraço nela lá atrás e vou abraçar as crianças. Eu preciso sair imediatamente, porque eu tenho uma agenda às 14h. Então, só vou falar com a apóstola, tá?

Desse modo, eu encerro esta reunião, declarando, feliz, que alcançamos o nosso objetivo.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e seis minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Eliziane Gama, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Hermes Klann, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana, Izalci Lucas, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Veneziano Vital do Rêgo e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 52/2026 - CDH, de autoria Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 56/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Ciclo de debates para subsidiar a "Avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, instituído pelo Decreto nº 11.074, de 18 de maio de 2022, no exercício de 2026.". Participantes: Sonia Isoyama Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, dos Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde; Denise Antonia de Paulo, Ouvidora Nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Michael Farias Alencar Lima, Secretário Municipal de Assistência Social, Habilitação Social e Direitos Humanos; Carlos Eduardo Simões Moraes, Promotor de Justiça Adjunto da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude (MPDFT); e Fabio Francisco Esteves, Conselheiro - Representante do Conselho Nacional de Justiça. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/14

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta é a terceira audiência pública do ciclo e será realizada nos termos dos Requerimentos 52 e 56, de minha autoria, que tem como objetivo avaliar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, no exercício de 2026. Essa avaliação é ao longo do ano. Nós temos até o final do ano para entregar o nosso relatório.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no seguinte endereço: www.senado.leg.br/ecidadania; ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Inclusive, desde o momento em que nós anunciamos que nós faríamos mais uma reunião de avaliação, já estão chegando perguntas pela internet.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Esta audiência, senhores, também está sendo realizada de forma semipresencial – o Senado está, nesta semana, de forma semipresencial. É possível que algum Senador entre de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma semipresencial, e é por isso que alguns não estarão sentados aqui. Ela tem como objetivo avaliar os Objetivos 5, 6 e 7, do plano nacional, que tratam de atendimento integrado, prioritário e especializado às crianças e adolescentes vítimas de violência, do fortalecimento do sistema de garantia de direitos e do aprimoramento dos serviços de denúncia e notificação. Então, nós temos o plano nacional, do qual nós vamos avaliar três objetivos hoje.

Nas audiências anteriores, examinamos duas dimensões fundamentais desta política. Na primeira, discutimos a prevenção da violência, o fortalecimento das famílias e a participação das organizações da sociedade civil. Foi muito lindo! A gente vê que, lá na ponta, a sociedade civil está fazendo muita coisa que o Estado nem imaginava. Quanta gente boa cuidando de crianças no Brasil! Na segunda audiência, nós avaliamos a governança do plano, a articulação entre os diferentes órgãos e políticas públicas e a coordenação entre União, estados e municípios. E foi aí que a gente se surpreendeu, especialmente com a falta de interação, integração e diálogo.

Hoje, avançamos para uma terceira dimensão, talvez a mais concreta de todas: queremos saber o que acontece quando a violência já ocorreu. Nós não vamos falar da prevenção, mas quando a violência já ocorreu. Quando uma criança revela que foi vítima de violência, quando uma denúncia chega ao Disque 100, quando um profissional de saúde identifica sinais de abuso, quando uma escola comunica uma suspeita ou quando um conselheiro tutelar ou um conselho tutelar recebe um caso, começa um percurso que pode envolver diferentes órgãos, serviços e profissionais. É esse percurso que a gente vai avaliar.

A denúncia precisa ser recebida e encaminhada. A violência precisa ser identificada e notificada. A criança precisa ser protegida. A vítima e sua família precisam ser atendidas. Os órgãos responsáveis precisam compartilhar informações, definir responsabilidades e atuar de forma coordenada. Quando necessário, o autor da violência precisa ser investigado e responsabilizado. E tudo isso precisa acontecer sem submeter a criança a novos sofrimentos, sem obrigá-la a repetir inúmeras vezes o relato da violência e sem permitir que ela se perca entre instituições que não conseguem atuar de forma integrada e fique pulando de lugar para lugar ao ponto em que algumas famílias desistem de continuar a denúncia. Esse é o desafio que queremos examinar nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os números mostram a dimensão desta responsabilidade. Os dados do Sinan que analisamos ao longo desta avaliação revelam crescimento expressivo das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes nos últimos anos. Em 2002, foram registradas 42.083 notificações – em 2022. Em 2025, esse número já ultrapassa 60 mil registros. Está crescendo! A pergunta é: cresceu a notificação ou cresceu a violência?

Ao mesmo tempo, milhares de denúncias envolvendo crianças e adolescentes chegam todos os anos ao Disque 100, aos conselhos tutelares, às unidades de saúde, às escolas, às delegacias e ao sistema de justiça. Mas receber uma denúncia ou registrar uma notificação é apenas o início da resposta estatal.

As questões que precisamos enfrentar são: o que acontece depois? A denúncia chega efetivamente ao órgão que deve agir? Existe acompanhamento das providências adotadas? Os sistemas de informação conversam entre si? Os profissionais sabem qual é o fluxo de atendimento? As medidas protetivas são aplicadas ao tempo necessário? A criança consegue acessar atendimento especializado? Os órgãos responsáveis pela proteção, pelo atendimento e pela responsabilização atuam de forma coordenada ou a vítima continua percorrendo instituições isoladas, repetindo sua história inúmeras vezes, aguardando encaminhamentos e correndo o risco de sofrer novas violações?

A Lei 13.431, de 2017, representou um avanço fundamental ao estabelecer mecanismos como a escuta especializada e o depoimento especial, ao promover a integração das políticas de atendimento e ao assegurar que a atuação do poder público não produza novas formas de violência institucional.

Deixe-me contar uma para vocês, Doutores, que estão aqui, do relato de um servidor de um IML. É o de uma criança para fazer uma perícia de um estupro. É uma menina, uma adolescente, que fica na fila com todos os outros que vão fazer a perícia. Aí o atendente do perito sai na porta: "Menina de tal [diz o nome bem alto], que foi estuprada, entre, é sua vez". É mais uma violência contra aquela menina: a exposição e a forma de conduzir.

O plano nacional que estamos avaliando reafirma esses compromissos de proteção da criança. Mas, quase uma década após a aprovação da Lei, em 2017, da Escuta Protegida, e quatro anos após a instituição do plano nacional, precisamos avaliar em que medida esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos estão funcionando na prática. Precisamos saber se o sistema de garantia de direitos funciona efetivamente como um sistema, porque temos muitas instituições envolvidas, temos canais de denúncia, temos sistemas de notificação, temos conselhos tutelares, temos serviços de saúde e assistência social, temos delegacias especializadas, temos o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário. Temos normas, protocolos e fluxo de atendimento.

Mas a existência de todas essas estruturas, por si só, não garante que uma criança seja protegida. A efetividade da política depende da capacidade de essas instituições atuarem juntas, compartilharem responsabilidades, acompanharem cada caso e assegurarem continuidade ao atendimento. É justamente esta cadeia de proteção que pretendemos examinar hoje: estão todos cumprindo o seu papel? Um não está usurpando a função do outro? É isso que queremos entender hoje.

Reunimos, nesta audiência, representantes de instituições que ocupam diferentes posições nesse percurso institucional de uma criança vítima de violência: da denúncia à notificação, da proteção ao atendimento especializado, da atuação dos órgãos locais à resposta do sistema de justiça.

Agradeço, portanto, a presença de todos os convidados que aceitaram contribuir com seus conhecimentos, suas experiências e suas propostas para o aprimoramento do plano nacional e para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos.

Nossos convidados estão divididos nos de forma presencial, que estarão aqui do meu lado, sentadinhos do meu lado, e nós vamos ter convidados que farão a participação por meio de videoconferências.

De forma presencial, está conosco o Dr. Fabio Francisco Esteves, Conselheiro, representante do Conselho Nacional de Justiça, do qual sou fã número um.

Está conosco Carlos Eduardo Simões, Promotor de Justiça Adjunto da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude aqui do meu DF. Obrigada, Dr. Carlos, por estar com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está conosco, também de forma presencial, Dra. Carla Góis, Diretora de Formação do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares. Obrigada, Dra. Carla.

Por videoconferência, a Dra. Denise Antonia de Paulo, Ouvidora Nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Obrigada, Dra. Denise, já estive aí no seu lugar, sei o tamanho dos seus desafios.

Está conosco também a Sonia Isoyama Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde tem um protocolo para notificar a violência.

E está com a gente Michael Farias Alencar, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social da linda cidade de Vitória da Conquista. E Michael eu conheço, anos caminhando juntos. Obrigada, Michael, por estar conosco nesta audiência. E vocês, hoje, verão um trabalho diferenciado: Vitória da Conquista se tornou referência na escuta protegida e no atendimento integrado da criança. Inclusive, eu estava lá com Michael no dia da inauguração da sede. Vamos reviver este momento hoje, Michael. É uma alegria ter você conosco.

Nós vamos, então, convidar para vir à mesa o Dr. Carlos Eduardo aqui do meu lado. Vai ficar do lado da esquerda aqui hoje, Dr. Carlos – à minha esquerda. Pode vir, Dr. Carlos, é uma alegria. E a gente aplaude convidados, gente. (*Palmas.*)

O Dr. Fabio não chegou ainda, não é? Então, nós vamos ter, neste momento, aqui do meu lado, o Dr. Carlos.

Nós vamos ter agora o início da fala dos nossos convidados. Cada convidado tem dez minutos. E aí, Dr. Carlos, tem ali – olhe, está dando para o senhor ver? – um cronômetro. Nossos convidados que estão de forma *online*, quando estiver faltando um minuto, vocês vão ouvir uma voz, não se assustem. Mas, se precisarem de um pouquinho mais de tempo para completar a fala, para não perder o raciocínio, podem usar. Eu só estou com um problema hoje: nós temos uma sessão às 16h; então, teremos que correr com a nossa audiência pública.

Nesse sentido, nós vamos ouvir duas pessoas primeiro de forma *online*. Nós vamos começar ouvindo a Dra. Sonia Isoyama... Sonia, eu acho que eu aceitei seu nome, não é? Isoyama Venancio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência*.) – Acertou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – ... Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde. Doutora, já agradeça ao Ministro por você estar com a gente hoje nesta audiência. É uma alegria ter você aqui. Vamos ouvir a Dra. Sonia.

Dra. Sonia, a senhora tem dez minutos para a sua fala.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas, uma saudação especial à Senadora, quero parabenizá-la pela condução dessas audiências, dessas sessões de avaliação do plano nacional. É uma pauta muito importante, muito cara para o Ministério da Saúde. E gostaria de agradecer pela oportunidade de compartilhar com vocês a perspectiva do Ministério da Saúde e algumas das ações que vêm sendo implementadas no âmbito desse plano nacional.

Eu vou compartilhar uma apresentação e vou procurar respeitar o tempo. Deixe-me só... A gente ensaia, mas, chega na hora...

Acho que está compartilhando com vocês a apresentação, então, qualquer coisa, qualquer problema, vocês, por favor, me avisem, tá?

Bom, queria começar ressaltando que a violência é um fenômeno complexo e multifacetado, especialmente quando a gente trata de crianças e adolescentes, e, pela sua natureza multidimensional, o seu enfrentamento requer uma resposta articulada e intersetorial, como já foi destacado aqui.

Nesse sentido, a gente trabalha para fortalecer o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Então, é muito importante a articulação da saúde, da educação, do Ministério Público, do Poder Judiciário, da segurança pública, da assistência social, do conselho tutelar. Precisamos trabalhar de uma forma articulada, em rede, para poder responder às necessidades das crianças e dos adolescentes e suas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Senadora falou, no Ministério da Saúde, nós temos um sistema de informação, o Sinan, para notificação de violências interpessoais e autoprovocadas. Então, eu trago aqui brevemente alguns dados também.

No período de 2022 a 2025, a gente totalizou 556.470 notificações de violência interpessoal contra crianças e adolescentes. Na tabela 2, a gente vê a distribuição por faixa etária; então, a gente vê um predomínio no sexo masculino de 1 a 4 anos – 24% – e um predomínio de 10 a 14 anos entre as meninas – 32,6%. Em relação aos tipos de violência, a gente também consegue monitorar através do sistema e a gente tem, então, um predomínio aí da violência sexual, representando 28,5% nesse período.

Dada a importância da violência sexual contra as crianças e os adolescentes, a gente vem publicando boletins. A Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, em parceria aqui com a nossa Coordenação-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens, publicamos, agora em maio, uma atualização desses dados sobre violência sexual.

Eu queria destacar o que a gente identifica em relação às desigualdades étnico-raciais, tanto em meninas quanto em meninos. A gente vê um predomínio de pretas ou pardas – crianças e adolescentes pretos ou pardos –, e também um dado que chama bastante a atenção é a alta frequência de casos com recorrência, que já ocorreram em outras ocasiões: 41,5% entre meninas, 36,4% entre meninos.

Um outro dado também que chama muito a atenção e a que nós precisamos estar atentos quando a gente pensa na implementação das políticas é que, entre meninas, 29% dessa violência foi cometida por familiares, 24,6% por amigos e conhecidos e, entre meninos, também um percentual alto, 32% entre amigos e conhecidos e 29,6% entre familiares.

Uma outra iniciativa importante também do Ministério da Saúde, em parceria com o IBGE, é a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Essa pesquisa traz muitas informações sobre a situação das adolescências daqui do país, e eu destaquei aqui só um dado, que é importante: o percentual de escolares de 13 a 17 anos que foram agredidos fisicamente alguma vez por mãe, pai ou responsável nos 12 meses anteriores à pesquisa. No conjunto da amostra, a gente tem: de 13 a 17 anos, 20%; de 13 a 15 anos, 22,3%; e, de 16 a 17 anos, 16%. Então, acho que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados mostram a importância da notificação para a gente poder monitorar e ter o cenário, de fato, da violência contra crianças e adolescentes aqui no país.

A Organização Mundial da Saúde, a Unicef e outros parceiros têm trabalhado com um conjunto de estratégias, uma iniciativa chamada Inspire. Eles colocam sete ações estratégicas que a gente deve implementar para poder enfrentar e acabar com a violência contra crianças e adolescentes.

Então, a gente tem implementação e aplicação das leis – e acho que aqui no Brasil a gente tem um arcabouço legal bastante robusto, que coloca crianças e adolescentes como prioridade –; trabalho com normas e valores da sociedade – trabalhar com campanhas de mobilização, como a campanha Faça Bonito, que a gente faz sempre no mês de maio –; estabelecimento de ambientes seguros também para o desenvolvimento de crianças e adolescentes; apoio aos pais e cuidadores – trabalhar as questões da parentalidade desde cedo –; fortalecimento da renda e da economia; serviços de resposta e suporte de saúde, assistência social e educação; e desenvolvimento de educação e habilidades para a vida.

Entrando na questão do plano, eu vou trazer aqui para vocês algumas ações desenvolvidas no âmbito da saúde. Todas essas ações são orientadas pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (Pnaisc), de 2015. O objetivo dessa política, basicamente, é não só reduzir a mortalidade infantil, mas também garantir o pleno desenvolvimento de todas as crianças. Trabalhamos, também, em relação à saúde dos adolescentes, com diretrizes nacionais de atenção integral à saúde dos adolescentes.

Então, a gente tem algumas estratégias para organizar essa rede de cuidados na saúde, e a linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência tem se mostrado uma ferramenta importante para o diálogo com gestores e com profissionais de saúde. Temos essas publicações disponíveis, o SUS disponibiliza para gestores estaduais e municipais, para que se fortaleça essa rede de cuidados.

Como se dá, então, a organização desse atendimento, como colocou aqui a Senadora? A porta de entrada na saúde é a atenção primária à saúde. A atenção primária vai identificar precocemente sinais e situações de violência, vai fazer o acolhimento, vai avaliar necessidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde, vai fazer a notificação, vai acompanhar longitudinalmente e articular esse cuidado com a rede, sempre pensando aí nos princípios do SUS.

Em algumas situações, vai ser necessária a articulação com atenção especializada, ou seja, com a atenção ambulatorial, hospitalar e de urgência, sempre pensando que esse trabalho deve ser feito por equipes multiprofissionais, que vão estabelecer um plano de cuidado. E outros componentes muito importantes para a gente conseguir monitorar são a notificação e a vigilância.

Na linha de cuidado, a gente não trabalha somente as orientações para os profissionais da saúde, mas a gente sempre coloca a necessidade nessa articulação intersetorial de toda a rede de proteção.

Bom, temos também a iniciativa da Sala Lilás, de 2024. Temos aí uma nota técnica conjunta e o guia para a implementação da Sala Lilás, para oferecer um atendimento privativo e individualizado nas situações de violência.

Eu vou passar um pouquinho mais rápido, para mostrar para vocês algumas ofertas importantes que a gente tem para qualificar os profissionais.

Então, a gente tem esse curso EaD sobre a escuta de crianças e adolescentes, que é um curso sobre a escuta especializada, então, para formar os trabalhadores do SUS; e temos também um curso EaD disponível sobre a linha de cuidado para a atenção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

O foco não é a prevenção, mas eu quis destacar aqui também o papel do Programa Saúde na Escola, que prioriza como uma temática a questão das violências no ambiente escolar (*Falha no áudio.*) ... então, especialmente a questão ainda da subnotificação tem melhorado, mas a gente tem que qualificar ainda essa notificação; a capacitação insuficiente dos profissionais – então, tem que ser feito um investimento e um esforço para ampliar cada vez mais essa qualificação –; a integração frágil da rede – então, precisamos fortalecer essa articulação de toda a rede do sistema de garantia de direitos –; a lentidão e revitimização no sistema de justiça; também a violência *online* em expansão, que merece atenção; os fatores estruturais e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso desigual a serviços; a questão da cultura e normas sociais; e a questão também da importância do financiamento e sua continuidade.

Então, enfrentar esses desafios é fundamental, para que a gente consiga realmente garantir os direitos das crianças e dos adolescentes e dar uma resposta efetiva, tanto na rede de atenção à saúde, como também em toda a rede de proteção.

Obrigada.

Eu estou à disposição aqui para eventuais questões.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dra. Sonia, obrigada, muito obrigada.

Dra. Sonia, quando a gente começou esta audiência, eu estava falando com os senhores expositores que nesse trabalho a gente não faz crítica a governo, porque essa é uma política de Estado. Então, a gente fala do todo: a política está dando certo ou não está?

E o objetivo dessa avaliação, Doutora, é realmente fazer encaminhamentos, e esta Comissão escolheu exatamente essa política, porque a gente tem, de quatro anos para cá, um novo decreto falando do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, e o Ministério da Saúde faz parte desse plano. E a senhora colocou aí de uma forma bem técnica e bem direta.

Doutora, mas eu tenho quatro perguntas para lhe fazer, e eu já vou fazer, porque aí eu já libero o expositor, se ele precisar sair.

Esta é uma reunião extremamente técnica; é uma audiência pública mesmo, técnica, e estão aqui os técnicos do Senado que estão me ajudando a construir o relatório final.

A primeira pergunta, Doutora: o crescimento das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes registrado pelo Sinan nos últimos anos decorre de aumento da violência, melhoria da capacidade de identificação e notificação pelos serviços da saúde ou da combinação desses fatores? Que evidência o ministério possui para interpretar adequadamente essa evolução?

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é uma combinação, porque a gente vê, de fato, aí um movimento grande para sensibilizar os profissionais e qualificá-los, para que a gente consiga realizar essas notificações, conforme as recomendações que a gente tem, mas acredito que a gente também esteja vivenciando uma ampliação do número de casos. A gente não tem – como a senhora perguntou – como identificar o percentual que decorre, de fato, desse aumento. O que a gente sabe é que é esperado que tenha um aumento do esforço para a qualificação da notificação, mas a gente não pode atribuir esse aumento somente ao aumento das notificações. Provavelmente, a gente tem também aí uma ampliação do número de casos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutora, quais são hoje os principais fatores associados à subnotificação e à baixa qualidade do preenchimento das fichas de violência contra crianças e adolescentes? O Ministério da Saúde consegue identificar estados, municípios ou tipos de serviço nos quais essas fragilidades são mais acentuadas e atuar para corrigi-las?

Eu até posso dar um exemplo aqui, Doutora. Eu sei que, às vezes, vocês têm muito cuidado nessa abordagem, mas eu diria: a violência contra o agente de saúde, as ameaças contra os agentes de saúde são ingredientes que têm ajudado que a gente tenha uma subnotificação absurda no Brasil da violência contra a criança? Um agente de saúde que está inserido, por exemplo, numa comunidade dominada pelo crime, o medo e a insegurança desse agente são um elemento?

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência*.) – Sim, com certeza.

Em primeiro lugar, em relação a essa vigilância, o sistema de informação permite, de fato, a gente acompanhar esses dados em relação a estados e municípios. Quem faz a gestão desse sistema é a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, na qual existe a Coordenação CGViva, responsável por esse monitoramento e análise desses dados. A gente, claro, procura oferecer apoio e ir a esses territórios que demandam uma atenção maior.

Essa questão que a senhora coloca é, de fato, enfrentada por profissionais das equipes de atenção primária, em geral, que identificam essas situações. Então, a gente sempre trabalha na perspectiva de que a gestão tem que estar fortalecida, tem que oferecer uma proteção para esses profissionais. As notificações não podem ser personalizadas, individualizadas. De fato, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que acontecer um movimento da gestão municipal para que esses profissionais se sintam seguros para realizar essa notificação. Não é um trabalho individual, tem que ser um trabalho, de fato, da equipe de saúde com o apoio também da gestão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dra. Sonia, quais são hoje os principais obstáculos jurídicos – eu já vou para a área jurídica –, os obstáculos técnicos e institucionais para a interoperabilidade ou integração das denúncias e notificações de violência e para a construção de um diagnóstico nacional mais preciso? Quais indicadores a senhora acha que a gente tem que trazer ainda para o Sinan, incorporar ao Sinan, Doutora?

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência.*) – Essa questão da interoperabilidade vem sendo tratada e a gente tem buscado avançar na integração, na interoperabilidade, dos sistemas de informação. Vou dar um exemplo aqui em relação à primeira infância. A gente tem hoje uma política nacional integrada e isso tem favorecido esse diálogo entre os setores e uma ação mais coordenada para que a gente consiga fazer a integração desses sistemas, definindo quais são as questões, quais são os indicadores que podemos obter a partir dessa integração, para poder oferecer uma resposta também mais efetiva e intersetorial.

Eu acredito que a integração do nosso sistema de informação... Inclusive, a CGViva e a SVSA vêm conduzindo um processo de revisão dessa ficha de notificação, organizando melhor as informações relacionadas à violência interpessoal e à autoprovocada. Foi feita uma ampla revisão participativa de todos os campos, daqueles campos que, de fato, conseguem oferecer informações para uma análise mais detalhada. Foram excluídas algumas questões, incorporadas outras, sempre de uma forma participativa de quem, de fato, utiliza essas fichas.

É uma discussão interfederativa também porque é muito importante ouvir estados e municípios. Então, acho que essa qualificação da ficha de notificação do sistema e a integração com os sistemas, por exemplo, do MDHC – a gente tem aqui uma colega que vai falar na sequência –, podem, de fato, compor um cenário mais completo para que a gente possa pensar em ações intersetoriais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutora, tem sentido resistência da rede privada, especialmente com relação à capacitação de seus profissionais?

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência*.) – Então, na nossa coordenação não fazemos diretamente esse diálogo com a rede privada. É claro que a notificação é possível, mas o nosso diálogo juntamente com estados, municípios tem um foco nos serviços que são integrados ao SUS (Sistema Único de Saúde).

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tá.

Dra. Sonia, eu quero agradecer a sua participação, muito obrigada. Ao longo da avaliação, nós vamos ter que conversar ainda com a senhora, então, permita que a minha equipe, coordenada nessa avaliação pela Dra. Viviane, faça contato com a senhora, com a coordenação, talvez algumas reuniões mais reservadas. Eu queria muito poder contar com essa receptividade de vocês no nosso trabalho. Tudo bem, Doutora?

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência*.) – Tudo bem, eu agradeço a oportunidade. Como eu falei inicialmente, a gente segue à disposição. Temos acho que um objetivo comum que é conseguir implementar esse plano e oferecer uma resposta para as crianças e adolescentes, então podem contar comigo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Doutora, muito obrigada.

Nós vamos ouvir agora a Denise Antonia de Paulo, Ouvidora Nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Dra. Denise, já agradeça à Ministra por ter designado a senhora para estar conosco nesta audiência. O ministério tem sido muito parceiro desta Comissão. Eu ainda não tive a oportunidade de abraçar a atual Ministra, mas leve para ela o meu abraço.

Seja bem-vinda à nossa audiência. A senhora tem dez minutos, Doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DENISE ANTONIA DE PAULO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Quero cumprimentar a Senadora Damares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; quero cumprimentar os Parlamentares, os colegas gestores, representantes das instituições que compõem o sistema de garantia de direitos, e os meus colegas em gestão pública.

Eu sou Denise, Ouvidora Nacional de Direitos Humanos, uma mulher negra de pele clara, de cabelos crespos e claros, com tonalidade de cobre, usando um terno neste momento – um terno preto –, e aqui à disposição desta Comissão.

Primeiramente, eu queria tentar ser o mais breve possível, mas acho que a gente vai tentar. Eu trouxe uma apresentação que eu queria colocar rapidamente aqui. Em alguns momentos eu vou agilizar um pouco, em função do tempo. (*Pausa.*)

Pode colocar. Vamos colocar.

É porque ela estava achando que a equipe iria colocar minha apresentação. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Nós estamos colocando por aqui, tá, Doutora?

A SRA. DENISE ANTONIA DE PAULO (*Por videoconferência*.) – Então, por favor.

Na primeira parte, eu vou ser bem rápida, para a gente apresentar os dados que foram solicitados. Está certo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O.k..

A SRA. DENISE ANTONIA DE PAULO (*Por videoconferência*.) – Então, a gente organiza. A gente acha que é importante considerar que...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Pronto, já está na tela, Doutora. Estamos vendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DENISE ANTONIA DE PAULO (*Por videoconferência*.) – Bom, então, por favor, por gentileza.

Eu trago aí a questão do Disque 100, que eu acho que todo mundo já conhece – eu vou passar bem rápido –, que funciona 24 horas por dia.

Pode passar, por favor.

Bom, os canais. Os canais no Disque – como é que ele funciona –, os canais de atendimento, em associação com o usuário, o cidadão, o Disque 100. Aí, a gente vai ter o WhatsApp, o Telegram, o *chat*, *chat* Libras, o atendimento presencial.

Pode passar.

Pode passar. Esses são os dígitos. A gente não vai fazer referência a eles agora, não é necessário.

O fluxo de denúncia, que são múltiplos canais, múltiplas denúncias, múltiplos encaminhamentos e múltiplas instituições. Ou seja, nós estamos falando também não só da criança e do adolescente, mas para além de todas as violações ocorridas.

Os atendimentos que ocorrem no Disque 100, a gente vai ter os atendimentos, o encaminhamento, o monitoramento e o retorno de contato do cidadão.

Pode passar, por favor.

O fluxo de encaminhamento, conforme foi solicitado: a central do Disque, que atua com em torno de 600 pessoas na atividade. Nós temos aí a proteção, a atuação da proteção, junto com os conselhos tutelares, a rede socioassistencial – que são o Cras e os Creas –, os conselhos de direito e a Justiça. Então, são esses encaminhamentos que são feitos através do Disque 100.

Pode passar, por favor.

Nós temos aí, então, 50 mil instituições assistenciais ou de persecução penal que atuam junto conosco também nos encaminhamentos, além dos Cras e Creas, que já citei anteriormente.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o painel de dados, que eu também não vou entrar em detalhes, mas, caso alguém tenha interesse, você identifica através da análise de denúncia, análise do perfil da vítima, análise do perfil do suspeito e o mapa de calor, caso seja algum efeito de traço de imagem ou coisa do gênero. Então, para identificar, esse painel fica no *site* do Ministério dos Direitos Humanos, no *link* da Ouvidoria Nacional.

Pode passar, por favor.

Sobre os protocolos de denúncias, não vou entrar em detalhes aqui, agora, mas é só para exemplificar. A gente sempre fala que uma denúncia tem várias violações, está certo?

Pode passar, por favor.

Aí também a gente vai ter os protocolos de denúncias, que a gente vai encontrar no painel. São os protocolos de denúncias, com as denúncias e as violações. A gente vai observar as experiências aí exatamente como eu disse: que uma denúncia tem várias violações.

Pode seguir.

Bom, aí a gente traz alguns dados que a gente acha que são importantes.

Para exemplificar aqui, a gente fez essa leitura a partir de 2003 até agora, no primeiro semestre. No período de 2023 a 2026, foram registradas em torno de 126.481 denúncias de violação sexual contra crianças e adolescentes. E a gente observou todo um crescimento significativo nos registros entre 2023 e 2025. A gente observa aí que, em 2023, nós tínhamos 31.303; em 2024, 36.792, e, em 2025, 37.640, que representa aí um acúmulo de 20,24%.

Pode passar, por favor.

Bom, a gente separou também as unidades federativas que têm maior recorrência dos registros.

Em São Paulo, a gente observa aí 28.381 denúncias; em Minas Gerais, 12.476 denúncias; no Rio de Janeiro, 12.075 denúncias; no Rio Grande do Sul, 7.919 denúncias; e, na Bahia, 7.859 denúncias. Então, esses cinco estados aí concentram aproximadamente 55,96% de denúncias registradas entre os três estados com maior recorrência. São Paulo é responsável por 23,12% de registros desse grupo que a gente recebeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

Os municípios com maior recorrência.

Volta, por favor.

Municípios com maior recorrência – é o anterior. (*Pausa.*)

Municípios com maior recorrência.

A gente vai ver São Paulo com 7.676 denúncias; Rio de Janeiro, com 4.526 denúncias; Manaus, com 2.381 denúncias; Porto Alegre, com 2.103 denúncias, e Belo Horizonte, com 1.963 denúncias. Esses cinco municípios concentram aproximadamente 14,74% das denúncias registradas entre os 15 municípios com maiores recorrências. Mais uma vez, o Estado de São Paulo é responsável aí por 6,07% dos registros desse grupo.

Pode passar, por favor.

Espécies de violações.

Foram registradas 276.778 violações sexuais contra crianças e adolescentes, entre 2023 a 5 de julho de 2026, considerando que, em uma mesma denúncia, pode haver mais de um tipo de violação, como eu falei anteriormente. As violações mais recorrentes foram: estupro de vulnerável, 79.791 registros; abuso sexual psíquico, 47.516; estupro, 41.882; importunação sexual, 31.831; e assédio sexual, 25.627.

Os dados evidenciam a predominância de violações relacionadas a estupro de vulnerável e a abuso sexual psíquico das vítimas, reforçando a importância de ações de prevenção, proteção e fortalecimento da rede de garantia de direitos.

Pode passar, por favor.

Faixa etária das vítimas: foram registradas 127.229 denúncias envolvendo crianças e adolescentes durante esse período. Eu já fiz referência anteriormente. As idades com maior número de registros foram 13 anos, 13.284 denúncias; 14 anos, 12.292 denúncias; 12 anos, 11.713 denúncias; criança/adolescente idade não informada, 10.077; e 15 anos, 9.498. Essas cinco faixas etárias representam 44,69% do total de denúncias deste grupo vulnerável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

Bom, o gênero das vítimas. Nós temos aí 126.704 denúncias envolvendo crianças e adolescentes. As vítimas do gênero feminino somaram 91.626 denúncias, que significa 72,32%, enquanto as do gênero masculino totalizaram 23.310 denúncias.

Pode passar, por favor.

Bom, também foram registradas aí, então, 126.704 denúncias envolvendo crianças e adolescentes, voltando aí, e as vítimas da raça branca somaram 46.511 denúncias e 36,73%, enquanto as da raça parda totalizaram 44.302 denúncias. Somando pretos e pardos, a gente tem uma população negra já em evidência.

Os dados evidenciam também que as denúncias concentram-se predominantemente entre vítimas brancas e pardas, que juntas representam cerca de sete em cada dez registros, reforçando a importância de políticas públicas e ações de proteção voltadas para esse público especificamente.

Pode passar.

Cenário de violações. Concentram-se principalmente na casa onde residem a vítima e o suspeito, com 57.002 denúncias, e na casa da vítima, 22.014 denúncias, e evidenciando a predominância das violações no ambiente doméstico. Também se destaca a casa do suspeito, com 18.848, e o ambiente virtual, no âmbito da internet, 6.474.

Os dados demonstram que as violações sexuais contra crianças e adolescente ocorrem predominantemente na casa onde residem a vítima e o suspeito, 45,04%, reforçando a necessidade, mais uma vez, de fortalecer a prevenção, a proteção e o acompanhamento familiar e institucional.

Pode passar, por favor.

O principal suspeito – o que causa indignação, mas é verdade – é a mãe da vítima, com 23.534 denúncias; seguido por pai, 17.426; outros, 15.632; padrasto/madrasta, 14.091; e desconhecidos, 7.026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somando-se o número de mãe e pai, destaca-se o quantitativo de denúncias representando o total de 32,34% dos registros totais.

Mais uma vez, os dados evidenciam que a maior parte das violações é praticada por familiares próximos, especialmente pelos pais, das vítimas, parentes, tios, reforçando aí a necessidade de fortalecer as ações de prevenção, proteção e acompanhamento familiar.

Pode passar.

Bom, aí, Senadora, colegas de mesa e gestores públicos do Governo Federal, a gente tem grandes desafios. As informações às vezes chegam de forma insuficiente e muitas vezes são auferidas por terceiros e testemunhas; há a dificuldade em obter dados mínimos necessários para o acolhimento e o encaminhamento adequado.

Outro desafio é a percepção da confiabilidade. A gente tem sentido que a denúncia pode ser detalhada, mas a pessoa pode fazer a denúncia de forma anônima; há a desconfiança do cidadão quanto à proteção da identidade; há a necessidade de reforçar o sigilo como garantia do serviço.

Agora, a falta do retorno dos órgãos responsáveis é um desafio, com a ausência de devolutivas sobre as providências adotadas e as dificuldades em informar ao cidadão sobre o desfecho da denúncia.

Acho importante dizer que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos vem atuando, na medida da sua competência, no monitoramento do retorno dessas devolutivas. E às vezes nem sempre a gente é correspondido da forma que a gente gostaria; mas é isso.

Agradeço a oportunidade e queria reiterar que nesta audiência a gente reconhece que é um ciclo de audiências na perspectiva mesmo de avaliar essa questão do plano, mas a gente tem o conhecimento e o acompanhamento da Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente, que ativamente está aí atuando junto a esta Comissão.

Estamos aqui à disposição.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dra. Denise, obrigada.

Inclusive, Dra. Denise, eu sou uma das maiores incentivadoras de a gente ampliar esse canal de denúncia. Está aqui, no Plenário, com a gente, a Pastora Dani Linhares. A Dani é de Minas e é uma das mulheres que faz um trabalho dentro da igreja evangélica brasileira, Dr. Fabio, para que a igreja divulgue cada vez mais o canal. Eu acho que o canal precisa ser mais divulgado.

Eu ia lhe fazer uma pergunta – e a senhora já trouxe praticamente no final a resposta – sobre as devolutivas, Doutora. A gente recebe uma denúncia no Disque 100, que é encaminhada ao órgão. Tem mais ou menos uma ideia ou uma média de devolutiva de os órgãos informarem de volta à ouvidoria as ações adotadas, as providências adotadas? E hoje vocês têm uma rastreabilidade de uma denúncia desde o recebimento no Disque 100, o encaminhamento, até a resposta de volta, Doutora?

A SRA. DENISE ANTONIA DE PAULO (*Por videoconferência*.) – Pronto?

É porque eu achei que estava aberto aqui.

A nossa devolutiva está em torno de 52% dos encaminhamentos das denúncias, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – É um bom número – é um bom número.

A senhora traz aí também, Doutora, a questão de que é o terceiro geralmente que denuncia. Nós ainda temos ou vocês adotaram um mecanismo de que a criança seja autora da sua própria denúncia? Nós estamos trabalhando isso? Já temos registro disso?

A SRA. DENISE ANTONIA DE PAULO (*Por videoconferência*.) – Não especificamente, mas em alguns casos a gente tem. Eu não posso prontificar isso para a senhora neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tá.

Doutora, mais uma pergunta, para a gente já ir finalizando: onde está a central do Disque 100? Está aqui perto? Ou ela está em algum outro lugar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DENISE ANTONIA DE PAULO (*Por videoconferência*.) – Ela está no Distrito Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tá. Na Ride. O.k.

Doutora, mais uma pergunta para a gente – e, realmente, eu prometo que estamos acabando com a senhora –: quando uma situação de violência é comunicada pelo Disque 100, existe mecanismo capaz de identificar a duplicidade dos registros e de reunir essas informações em torno da mesma vítima ou ocorrência? E outra pergunta, Doutora: o tempo transcorrido entre a chegada da denúncia pelo Disque 100, o encaminhamento para o órgão e as providências tomadas... Tem, mais ou menos, uma média de quanto tempo isso demora?

A SRA. DENISE ANTONIA DE PAULO (*Por videoconferência*.) – O Disque 100, Senadora, funciona 24 horas. Como ele funciona 24 horas, ao chegar a denúncia, imediatamente ela é encaminhada para os órgãos. Pode, às vezes, ocasionar uma certa demora, caso seja final de semana ou feriado. Mas, fora isso, do ponto de vista do Disque 100, chegou a denúncia, imediatamente ela é encaminhada para os órgãos competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tá.

Doutora, como sou eu que faço o Orçamento da União, há uma pergunta que não quer se calar – e aproveite esta oportunidade –: sobre o orçamento da ouvidoria, o recurso destinado tem sido suficiente? Ou a senhora acha que este é um tema que eu posso trazer no meu relatório: a ampliação do orçamento para a ouvidoria nacional, para o Disque 100?

A SRA. DENISE ANTONIA DE PAULO (*Por videoconferência*.) – A senhora pode colocar no seu orçamento, na sua avaliação, como relevante, por dois motivos: a ouvidoria funciona aqui no 9º andar do Ministério de Direitos Humanos, mas ela tem uma atuação expressiva nas comunidades, nos territórios periféricos. Então, essa ouvidoria atua também nos territórios, com ouvidorias itinerantes, com a rede Escuta Brasil, que é uma rede de ouvidores nacionais, estaduais e municipais, muito no sentido de preparar e orientar. E, mais do que isso, o Disque 100 – a gente tem um projeto aqui na ouvidoria que se chama ciclo formativo – tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação contínua; ou seja, a gente exige, é necessária essa capacitação, essa formação contínua da equipe da ouvidoria e da equipe do Disque 100.

Então, evidentemente, são casos... A senhora já teve a oportunidade de estar também neste lugar aqui, sabe o que eu estou dizendo. Eu também preciso cuidar, especificamente, da cabeça desses profissionais que atuam nessa área. Então, eu considero uma proposta relevante, para que a gente possa garantir um bom funcionamento da ouvidoria e ter aquela capilaridade em estados e municípios.

Acho importante também considerar que a gente tem um acordo de cooperação técnica do Disque 100 com municípios e estados, para que a gente possa informar os dados, os indicadores de violações naquele território, para apoiar a sua gestão pública.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutora, eu quero agradecer e, com certeza, vou lutar para mais orçamento para a ouvidoria. Eu sei da necessidade de cuidar de quem está cuidando lá na ponta.

A senhora trouxe um argumento fortíssimo: esses meninos e essas meninas, esses senhores e essas senhoras que ficam no Disque 100 recebendo denúncias o tempo todo, nós precisamos cuidar deles. Eu já tive caso de acompanhar – antes de ser Ministra, inclusive, Dra. Denise – surto, porque os relatos são tão aterrorizantes, de ter atendente do Disque 100 entrando em surto.

E é por isso que na equipe tem, a cada plantão, um psicólogo de plantão para acompanhar quem está lá na ponta recebendo a denúncia.

Dra. Denise, a gente vai continuar essa conversa. Eu quero também lhe pedir que a gente possa ter um canal aberto junto com a equipe técnica que está construindo o relatório. Parabéns pelo seu trabalho e, assim, Dra. Denise, a senhora nos incomodou muito aqui na mesa com os números. Os números, de fato, são assustadores, e eu acho que um dos grandes papéis do Disque 100 é isso: trazer indicador para a gente conduzir a política pública. O Disque 100 é um retrato; é um retrato, inclusive, para nos conduzir até mesmo aqui, na hora de a gente tomar decisões legislativas, na hora de a gente decidir sobre o orçamento, na hora de a gente decidir como ajudar na condução da política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Denise, para a senhora e para toda a equipe, muito obrigada pela participação. Se a senhora precisar sair, fique à vontade. Eu sei que é um dia de muito trabalho, mas eu quero agradecer a sua disposição em nos ajudar.

Na sequência, a gente vai ouvir quem está *online* de novo, para a gente não perder a conexão – e depois a gente ouve os dois aqui da mesa –: o Michael Farias Alencar Lima, Secretário Municipal de Assistência Social, Habilitação Social e Direitos Humanos da linda cidade de Vitória da Conquista. Meu protesto de você não estar presencialmente trazendo biscoitinho para nós.

Você sabia que Conquista é a capital nacional do biscoito de polvilho? É, Vitória da Conquista. Sabia? Eu morei muitos anos em Vitória da Conquista, sou apaixonada pela cidade e conheço o trabalho do Michael há muito tempo.

Seja bem-vindo, amigo. Dez minutos para sua fala.

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde, Senadora Damares, a todos que estão compondo essa mesa e a todos que nos acompanham *online* também.

É uma honra muito grande a gente estar dialogando em uma audiência que trata de um dos temas mais desafiadores que o país tem atualmente, diante de um cenário muito desafiador para os municípios, também, e para o Estado brasileiro, de um modo geral. Então, eu me sinto muito honrado com o convite e nós, da Prefeitura de Vitória da Conquista, não poderíamos nos furtar de participar de um debate tão necessário.

Eu tenho viajado bastante o país e participado de muitas ações em estados diferentes, e tenho visto o desafio que é pensar uma resposta sistêmica às violências contra crianças e adolescentes no país, principalmente no contexto dos desafios que ainda persistem da implementação da Lei 13.431, de 2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida. É visível que os municípios ainda têm muitos desafios para se pensar, na ponta, como materializar as diretrizes dessa lei, que traz algumas novas institucionalidades.

Então, aqui em Vitória da Conquista, a gente vem fazendo um trabalho desde 2019 na perspectiva de poder tirar a lei do papel e, de fato, criar as bases estruturantes para se pensar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento não revitimizante e, sobretudo, em respostas mais eficazes e mais eficientes às violências.

Em que pesem os avanços que a gente vem vivendo desde 2019, Vitória da Conquista, como um município de grande porte, com mais de 350 mil habitantes, cortado por uma BR, sendo um entreposto comercial, a gente tem alguns desafios que ainda persistem.

Então, para contextualizar um pouco a historicidade do que nós temos aqui, do que a gente vem construindo, a partir desse compromisso da Prefeita Sheila Lemos e de toda a nossa equipe de Governo, para, de fato, estruturar o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência...

Então, em 2015, muito antes de a gente chegar ao Governo, nós já tínhamos o Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Ele foi um equipamento fruto de deliberações de conferências municipais dos direitos da criança e do adolescente em que o Governo municipal se mobilizou na perspectiva de fazer valer aquilo que foi objeto das discussões nessas conferências.

Em 2015 nasce o Cidca (Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente), na perspectiva de que, em um só lugar, nós pudéssemos ter o atendimento de crianças cujos direitos foram violados. Do ponto de vista da sua estrutura, ele é um órgão público municipal financiado com recursos próprios da Prefeitura de Vitória da Conquista. E, dentro dessa estrutura, a gente tem a presença de outros órgãos, inclusive para além da estrutura da administração pública municipal, como órgãos estaduais. Então, do ponto de vista da Constituição e dos órgãos que estão lá presentes, a gente tem, do sistema de justiça, a presença da Promotoria da Infância e Juventude, da Vara da Infância e da Juventude e, também, da Defensoria Pública estadual.

Na segurança pública, no sistema de segurança pública, a gente tem a presença da Polícia Civil, através do núcleo da Polícia Civil, porque Vitória da Conquista... Aqui na Bahia, Senadora, a gente tem um desafio muito grande: apesar de sermos um estado com 417 municípios, salvo engano eu acho que nós só temos duas delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes; esse é, talvez, um dos principais gargalos que a Bahia apresenta, uma resposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda frágil em relação à estruturação da política de segurança pública no que se refere ao atendimento especializado de crianças em contextos de violência. Então, nós não temos ainda uma delegacia instituída em lei, mas, fruto dessa articulação entre a prefeitura e a Secretaria de Segurança Pública da Bahia, foi criado um núcleo onde todos os procedimentos relativos a crimes contra crianças e adolescentes tramitam através de uma estrutura própria, que fica lá dentro do centro integrado.

Além disso, a gente tem a guarda municipal. Foi criada a Ronda Araceli na perspectiva de se trabalhar, dentro das estruturas do município, a prevenção, também, às violências. Então, a guarda municipal também está conectada com isso. Temos a presença dos conselhos tutelares: aqui em Vitória da Conquista, nós temos quatro conselhos tutelares, dos quais três estão dentro da estrutura do centro integrado; um não está porque, como a cidade é cortada pela BR, do lado oeste da cidade nós necessitávamos ter a presença do conselho tutelar lá.

Temos também, dentro da estrutura do Sistema Único de Assistência Social, a presença de um Creas; inclusive, criamos recentemente mais um Creas para estar dentro da estrutura do centro de atendimento integrado. Temos o Família Acolhedora e, também, o Novo Olhar, que é o Creas especializado em oferta do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto.

Além disso, dentro da estrutura do Sistema Único de Saúde e a partir do processo de implementação da Lei da Escuta, nós tínhamos verificado que existia um *gap* no atendimento breve, psicoterápico, de crianças vítimas ou testemunhas de violência. Muitas vezes a criança estava em crise diante da violência sofrida e necessitava desse atendimento especializado breve, então nós criamos também esse núcleo de psicologia, que é vinculado ao SUS e que está dentro da estrutura do centro de atendimento integrado.

Temos também a instância de controle social; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está lá dentro também. E, no âmbito da política de educação, a gente tem uma brinquedoteca que faz um trabalho específico com crianças que estão sendo atendidas dentro do centro de atendimento integrado.

Como eu falei, em 2019 nós demos os passos iniciais, com o apoio da Childhood Brasil, para a implementação da Lei da Escuta Protegida. Logo depois, também, tivemos o investimento, por parte do escritório do Unicef no Brasil, para nos apoiar tecnicamente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação dessas diretrizes da lei. Em 2020, nós assinamos um termo de cooperação com a Childhood e criamos todo um processo sinérgico com os atores locais para falarmos sobre a Lei da Escuta Protegida, quais seriam os desafios e os principais gargalos para se pensar a perspectiva de tirar essa lei do papel.

E, desde esse momento, a gente vem construindo o que a gente chama de uma série de estatutos estruturantes para se pensar de que forma nós criaríamos a retaguarda, tanto para trabalhar a dimensão da prevenção, como também a do enfrentamento às diversas violências.

Lembrando que a lei traz um desafio muito grande para o Estado brasileiro, que é poder pensar também essa sinergia entre as respostas relacionadas à violência em si, mas, sobretudo, conjugando a proteção com a responsabilização dos autores de violência, trabalhando uma perspectiva muito mais integrativa da rede e pouco fragmentária, que é um traço característico, no Brasil, da dificuldade. Eu ouvi há pouco, inclusive, a Ouvidora Nacional, quando ela apontava a dificuldade com a sistematização dos dados – que são muito assimétricos –, a baixa qualidade daquilo que se produz na dimensão informacional. Esse também era um desafio que nós tínhamos.

Então, nós, ao longo desse tempo, criamos a instância de governança dessa rede de proteção social, que é o Comitê Municipal de Gestão Colegiada, uma estrutura absolutamente necessária para se pensar essa relação interinstitucional entre o Poder Executivo e os demais Poderes na construção das respostas. Então, Vitória da Conquista se orgulha muito desse movimento que conectou o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os conselhos tutelares, as estruturas que integram sistemas públicos e que são operadas pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, e nós, aqui da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Então, assim, isso tem sido uma oportunidade de muitos aprendizados. E, talvez, dentro deste debate que a gente está fazendo aqui nesta audiência pública, pensando na perspectiva de plano nacional, eu tenho sido muito defensor da necessidade, Senadora, de a gente poder pensar a estadualização do pacto pela escuta protegida. Não tem como a gente discutir atendimento integrado de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sem a integração efetiva dos órgãos que tanto vão promover o cuidado com essa criança, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também aqueles que têm a responsabilidade de trabalhar a dimensão da responsabilização dos autores de violência.

Eu acho que esse é um grande gargalo que o Estado brasileiro vive, pensar essa perspectiva de integração. Então, recentemente, inclusive, eu estive no CNJ; inclusive, Vitória da Conquista foi premiada com prioridade absoluta, fruto dessas experiências que a gente veio vivendo com o Complexo de Escuta Protegida. E foi exatamente na expansão dos centros de atenção integrada, foi nessa perspectiva da construção, da implementação da lei que nós criamos o Complexo de Escuta Protegida, que é um espaço – inclusive, no período, a senhora estava como Ministra dos Direitos Humanos e esteve na inauguração –, um local que segue todas as diretrizes para a implementação do depoimento especial, a partir da resolução do CNJ que traz o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense como um elemento metodológico fundamental para se evitar a revitimização de crianças e adolescentes.

Mas acho, Senadora – e é aqui que eu quero deixar minha contribuição, a partir da experiência que a gente vive, dos diálogos que eu venho construindo pelos lugares onde eu passo Brasil afora –, que a gente precisa pensar os centros de atendimento integrado a partir de uma perspectiva de cofinanciamento interfederativo. A experiência de Vitória da Conquista, em que pese o apoio da Childhood Brasil, do Unicef – nós participamos, também, dos *kits* de equipagem do Ministério dos Direitos Humanos... Mas a gente precisa de um financiamento contínuo para a manutenção das ações dentro dos centros de atendimento integrado.

Já existe um desenho metodológico nacional, inclusive fruto dessa articulação entre Childhood e Ministério dos Direitos Humanos, e a gente precisa tirar isso do papel, mas não tem como tirar isso do papel sem pensar numa perspectiva de financiamento contínuo dessas ações estruturantes dos centros de atendimento integrado.

É preciso também que os órgãos gestores estaduais assumam essa corresponsabilidade de apoiar os municípios na estruturação desses espaços privilegiados e mais amigáveis a crianças e adolescentes. Mas eu acho também, e tenho dito isso reiteradamente, sinto muita falta da maior integração entre Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, inclusive produzindo documentos conjuntos de orientação dos profissionais, porque, se uma das diretrizes mais importantes da Lei da Escuta Protegida é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensar a perspectiva integrativa do atendimento, na ponta isso é muito difícil. O profissional que está no Cras, o profissional que está na unidade de saúde, às vezes, falta a qualificação necessária para entender como deve ser feito o manejo para evitar a revitimização de crianças e adolescentes. Daí a responsabilidade, por parte do Governo Federal, de pensar esses documentos conjuntos, para poder trabalhar essa dimensão integrativa da rede de proteção social. Para um desse viés, quem tem que cuidar disso é a assistência social; não, quem tem que cuidar disso são todas as políticas públicas, em especial a política de saúde, educação e assistência social, conforme está no Decreto 9.603, de 2018. Mas, na prática, ou melhor, nas práticas, nos municípios brasileiros, não é isso que tem acontecido. Então eu acho que tem que ter uma postura mais ativa por parte do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e do Ministério do Desenvolvimento Social, em articulação com o Ministério dos Direitos Humanos. Eu penso que se esses documentos não saírem lá de cima, produzidos conjuntamente, os novos gestores estaduais também, se não estiverem conectados e criar essa ambiência favorável junto com os municípios para gerar essa sinergia, a gente vai avançar pouco.

E outro ponto, ouvi atentamente a fala da Ouvidora Nacional, é essa questão da assimetria informacional. Então, aqui em Vitória da Conquista, fruto dessa parceria com a Childhood, nós estamos em diálogo para a construção de um *software* em que a gente possa fazer, através desse *software*, a gestão dos casos de violência, em que todos os atores, obviamente resguardados os níveis de acesso a algumas informações, possam acompanhar em tempo real o que está acontecendo com essa criança na rede. Esse é um dos grandes gargalos que o nosso país tem, considerando que os sistemas informacionais são muito assimétricos, têm parâmetros diferentes e, quando a gente vai sistematizar essas informações, para a gente poder pensar a política pública, para a gente poder pensar a estratégia de prevenção, a forma como os dados são organizados é muito frágil, e isso não permite a gente ter clareza nem fidedignidade das informações que estão lançadas em sistemas informacionais.

E acho que se discute pouco no país a questão de políticas de prevenção. Eu vejo poucas escolas falarem sobre prevenção. Eu vejo também as unidades de saúde falando pouco sobre isso. E tenho percebido que recai muito sobre a política de assistência social ter que dar respostas diante de violências contra crianças e adolescentes. Acho que não temos mais tempo suficiente, diante dos indicadores ainda negativos do nosso país, para poder ter esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descompasso entre essas três importantes políticas públicas: saúde, educação e assistência social. Acho que a gente precisa repensar isso, os próprios ministérios precisam se alinhar internamente, orientar os órgãos gestores estaduais e, a partir daí, de forma capilarizada, isso chegar até os municípios.

Eu sinto falta disso e eu acho que seria muito importante para o país, para a gente, de fato, construir a integração do atendimento na perspectiva da proteção social de crianças vítimas ou testemunhas de violência.

Considerando que o tempo é curto, então eu sei que também outras pessoas ainda irão falar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim...

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência*.) – ... eu me despeço por aqui e me coloco à disposição.

Agradeço à Senadora Damares e a todo o Senado Federal o convite e a oportunidade de estar aqui, fazendo um debate tão importante.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Michael, Secretário, que alegria ouvi-lo!

Deixe-me falar uma coisa: no dia que eu for Presidente da República, nós vamos ter o Ministério da Criança, e você vai ser meu Ministro da Criança, eu já te falei isso uma vez. (*Risos.*)

Michael, deixe-me lhe falar... Eu acho inclusive que a gente pode deliberar, se a gente tiver tempo este ano ainda, da Comissão... Ir uma comitiva para conhecer o centro, e eu já convidei aqui o Dr. Fabio e o Dr. Carlos, porque eu considero o Cedica de Vitória da Conquista a referência para o Brasil – a referência.

Mas eu tenho duas perguntas para lhe fazer, Michael, que vão fazer parte do nosso relatório, inclusive para a gente incentivar, incrementar e fomentar outros centros no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é: quem assume a responsabilidade por acompanhar integralmente cada caso e assegurar que nenhum encaminhamento seja interrompido, uma vez que todos os órgãos estão dentro do mesmo espaço? Quem assume a cobrança dos órgãos, o encaminhamento para que não haja a interrupção do atendimento?

E outra coisa: o que você usa como gestão de casos? Como que é o prontuário? É um prontuário integrado? Você falou da criação de um *software* agora. O sistema compartilhado de informações ou outros mecanismos de acompanhamento, você podia explicar isso para a gente?

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência.*) – Excelente pergunta, Senadora.

Quando a gente fez o diagnóstico inicial para pensar a implementação da lei, ficou nítido que nós tínhamos esse gargalo de pensar como, de fato, essa criança transitaria na rede e quem teria a centralidade para dar organicidade ao processo de acompanhamento. Então, nós caminhamos em dois sentidos: para poder pensar um protocolo interno para o próprio centro de atendimento integrado para construir essa centralidade...

Então, atualmente, como é que nós estamos fazendo até que esse *software* esteja pronto? Nós estamos compartilhando as informações entre três núcleos setoriais, em articulação com os conselhos tutelares. Então, a gente criou, dentro da Secretaria Municipal de Educação, o Núcleo de Prevenção e Monitoramento da Violência. Então, nessa equipe lá, você tem psicólogo, assistente social, advogado, eles monitoram como esse caso está sendo acompanhado na rede.

Temos também, no âmbito da política de saúde, um grupo de trabalho que integra as informações de como essa criança está sendo atendida na rede.

Dentro do órgão gestor da política de assistência, que é onde eu faço gestão, a gente tem a gerência de relações com o sistema de Justiça, sistema de garantia de direitos, que também monitora os casos dentro da rede socioassistencial. Então, a gente tem uma planilha na qual a gente acompanha esses casos, mas é óbvio que, pelo tamanho do município, pelos desafios que nós temos, isso não é suficiente. Por essa razão é que a Childhood Brasil vem nos apoiando na construção desse *software*, para gerar exatamente essa centralidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que tem uma questão em cima da pergunta da senhora à qual eu acho que é muito importante a gente estar atento, os municípios que acompanham aqui este debate: que uma das questões trazidas com a lei e com o Decreto 9.603, de 2018, é a necessidade de construção de fluxos e protocolos de atendimento integrado.

São eles que vão dar os direcionamentos necessários de quem é quem na fila do pão, quem faz o quê, quais são as condutas previsíveis dos profissionais que integram a política de saúde, a política de educação, a política de assistência social. Então, nós estamos encaminhando, nós já temos o fluxo, nós temos o protocolo, nós estamos disseminando isso na ponta lá, para quem trabalha na unidade de saúde de família, para quem trabalha no Cras, para quem trabalha na escola, mas isso ainda tem se mostrado, Senadora, que não é suficiente para a gente gerar maior conexão, coesão da rede nas respostas às violências. Por isso que, para nós, a estruturação desse *software* vai ser o caminho necessário para que, de fato, a gente tenha a plena centralidade do atendimento e os casos não se percam na rede, porque esse é o grande desafio que nós temos aqui no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Michael, a ideia é compartilhar depois com todos os outros centros o *software*?

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência*.) – Sim, exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ótimo, então vocês não vão ficar donos sozinhos, vão compartilhar com a gente, né?

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência*.) – É um compromisso que a gente assumiu, foi isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Na prática, Michael – nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil inteiro, nós estamos ao vivo –, Vitória da Conquista tem três conselhos tutelares, certo, pela população?

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência*.) – Quatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – E tem o centro. Como é que funciona na cabeça da população? Na hora de uma violência, as pessoas correm para o centro ou correm para os conselhos tutelares?

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência*.) – Boa pergunta. Quando a gente trabalhou o fluxo e o protocolo, Senadora, a gente pensou as múltiplas formas de entrada, porque, por exemplo, nos casos de revelação espontânea, não existe um lugar onde a criança vai decidir falar, então pode ser que ela revele espontaneamente na escola, lá nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na unidade de saúde, eventualmente, em um atendimento. Então, para cada porta de entrada, nós pensamos um fluxo específico, embora em todas as situações em que há incidência de prática de violência contra a criança, obrigatoriamente, tem que ser feita a notificação para o Sinam e também a notificação via Sipia. E, até que nós tenhamos o *software*, a gente criou um formulário padrão em que a gente lança, a primeira pessoa que faz a escuta especializada, que tem fins protetivos, lança as informações básicas nesse formulário e as informações lançadas no formulário vão subsidiar os conselhos tutelares na aplicação de medidas protetivas e os demais órgãos, que vão precisar de mais informações, trabalhando um aspecto da Lei da Escuta Protegida que é muito importante: o que circula na rede não é a criança nem a família, são as informações. Mas é óbvio que o formulário ainda não é uma resposta tão contundente e tão eficaz. Por essa razão, a gente tem como questão prioritária agora a finalização desse *software*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tá.

Michael, deixe-me te fazer uma pergunta: quais foram os principais obstáculos jurídicos, administrativos, institucionais encontrados para compartilhar informações, integrar essa equipe e estabelecer fluxo, especialmente respeitando a autonomia dos órgãos? Deixe-me te explicar uma coisa, Michael: quando Ministra da Mulher, eu fui Ministra da Criança, mas fui da Mulher, muitos Prefeitos não queriam a Casa da Mulher Brasileira porque não tinha como integrar os órgãos no mesmo espaço. A gente chegou a oferecer para capitais e eles diziam que não queriam. E nós tínhamos uma experiência de uma casa que estava fechando porque os órgãos não queriam fazer parte da Casa da Mulher Brasileira, por causa da autonomia e, cá entre nós,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por causa da vaidade também, às vezes. Você encontrou esse tipo de obstáculo institucional? Como é que você lidou com isso, Michael?

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência.*) – Excelente pergunta, Ministra. A gente trabalhou duas frentes. Nós tínhamos clareza de que não seria tão fácil assim implementar a lei e essas novas institucionalidades.

A primeira coisa foi pensar a estruturação do comitê municipal de gestão colegiada da rede. Isso aí é um passo estruturante fundamental, e não existe voluntariedade dos municípios; os municípios são obrigados a criar esses comitês. Esse daí foi o primeiro passo.

O segundo... Eu não vou dizer nem que foi um segundo passo, mas um passo concomitante que a gente deu foi trabalhar em dois níveis de diálogo. O nível local, com os atores locais – e Vitória da Conquista já tinha uma sinergia muito grande quando nós iniciamos o processo, em 2019. O centro de atendimento integrado tinha sido construído em 2015...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência.*) – ... então, os atores já estavam no mesmo espaço, já se conheciam; já tinha uma ambiência favorável. Por isso eu tenho por reiteradas vezes dito, por onde eu tenho passado, como os centros de atendimento integrado podem gerar uma maior sinergia entre os atores locais.

Então, nós já tínhamos uma ambiência favorável em nível local, mas – e essa é a tese que eu venho defendendo atualmente – tem questões que quem decide não é o juiz local; tem questões que quem decide não é o promotor local; tem questões que quem decide não é o delegado de polícia; tem questões que envolvem os tribunais de Justiça; tem questões que envolvem os procuradores-gerais de Justiça, que são chefes do Ministério Público estadual; e tem questões que envolvem também a secretaria de segurança pública.

Então, nós fizemos dois movimentos: nós trabalhamos em nível local e trabalhamos em nível estadual. Inclusive, tivemos audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça à época; tivemos audiência com a Procuradora-Geral de Justiça, a Dra. Norma, que, inclusive, foi uma das grandes incentivadoras de a gente poder pensar a implementação da lei aqui em Vitória da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conquista; tivemos conversa com a Defensora Pública Geral do estado; e criamos uma institucionalidade necessária, que foi a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre Prefeitura de Vitória da Conquista, Tribunal de Justiça da Bahia, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e Secretaria de Segurança Pública. Nesse acordo de cooperação, nós tínhamos como objeto implementar a Lei da Escuta e, ao mesmo tempo, fazer a gestão compartilhada do complexo de escuta protegida, que é essa estrutura, dentro do centro de atendimento integrado, onde acontece a tomada do depoimento especial, tanto na modalidade policial como também na modalidade judicial.

O que foi também impactante é que a construção desses consensos de como a rede iria se organizar, tanto com diálogo local como estadual, materializou-se através do fluxo do protocolo de atendimento integrado, que foi um processo de mais de dois anos para ser construído.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O.k.

Michael, eu quero te agradecer e dizer que você é mágico: você conseguiu se sentar com todo mundo e fazer essa articulação. Tem que ter muita habilidade e muito amor às crianças.

Michael, só uma pergunta: a unidade socioeducativa da cidade já está funcionando? Vocês têm integração com a unidade socioeducativa?

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência*.) – Aqui na Bahia, a Fundac, que é uma fundação gerida pelo Governo do estado, faz a semiliberdade e também a medida de internação. Então, a gente tem a unidade de internação, que já foi inaugurada, já está plenamente funcionando, e também a semiliberdade, cujo serviço é ofertado por uma OSC, fruto de uma parceria com o Governo do estado. Eles também participam das discussões, participam junto ao conselho municipal, e, obviamente, pelo fato de nós termos um fluxo e um protocolo que foi fruto desse consenso, eles também seguem a partir daquilo que está pactuado dentro do comitê.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Michael, eu vou só te pedir permissão – porque nós teríamos mais perguntas – de encaminhar algumas perguntas por *e-mail* para você nos ajudar na construção do relatório. É possível?

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência*.) – Com certeza, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tá, mas, antes de você sair da tela, deixe-me só contar a quem está presente aqui – Dr. Fabio, Juiz, Dr. Carlos, nosso Promotor – um testemunho pessoal, foi um dia muito especial na minha vida.

O Michael conhecia a minha história, mas não sabia detalhes da minha história. Quando a gente foi inaugurar o centro integrado, inclusive com a presença *online* da Rainha Sílvia, foi um evento com a Unicef, foi um evento lindo, porque aquele evento marcou, inclusive, a luta pela proteção da criança, e o Michael não sabia, já em parceria comigo, que foi exatamente em Vitória da Conquista que eu fui estuprada. Todo mundo conhece a minha história: dos seis aos oito anos de idade, eu fui barbaramente estuprada. Foi uma coincidência absurda o primeiro centro que a gente inaugura ser na cidade exatamente onde eu fui estuprada.

Eu contei isso publicamente, da emoção de estar ali, trabalhando a proteção da criança, exatamente no cenário onde eu não fui protegida, onde eu não tinha agentes, naquela época, de proteção. Eu não tinha uma promotoria, eu não tinha um CNJ, não tinha conselheiros tutelares. Foi um dia de muita emoção para mim e acho que foi para você também, Michael, ter descoberto.

Chamou a atenção do Brasil esse fato, mas não foi em Vitória da Conquista que tinha o pé de goiaba. O pé de goiaba foi em Feira de Santana, onde eu passei anos em cima de um pé de goiaba chorando por causa das dores causadas pelo estupro. Então, acredita que a imprensa chegou a ir a Feira de Santana, subir o muro da igreja, da casa pastoral, para ver se ainda tinha um pé de goiaba, para rir da então Ministra? Então, infelizmente a gente ainda tem o deboche da violência contra a criança.

Eu queria testemunhar isso publicamente, Michael, que foi um dia especial para mim, também sei que foi para você, como tem sido. Vitória da Conquista ainda vai perdê-lo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda vai trazê-lo para Brasília, para você nos ajudar a construir, no Brasil inteiro, os centros integrados.

Obrigada por sua participação. Que Deus abençoe você e toda a sua equipe.

O SR. MICHAEL FARIAS ALENCAR LIMA (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Valeu.

Nós agora vamos para a nossa fala presencial do Dr. Fabio Francisco Esteves, Conselheiro do CNJ, representando aqui o CNJ.

Dr. Fabio, quando você estava chegando, acho que você não ouviu que eu anunciei seu nome, que eu pus a plaquinha aqui e eu disse publicamente ao Brasil que eu sou sua fã número um, tá? Então, se você não sabia, que fique sabendo disso, doutor.

É uma alegria tê-lo conosco mais uma vez na Comissão, hoje com a missão de a gente avaliar os três objetivos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.

Você tem o seu tempo, Doutor.

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero, para que possamos integrar as pessoas com deficiência visual à nossa audiência aqui, dizer que sou um homem de pele preta, tenho os cabelos crespos, tenho barba, destaque para um cavanhaque, estou falando sentado, vestindo um terno cinza quadriculado e uma gravata lilás sobre uma camisa azul.

Eu queria, antes de tudo, agradecer o convite, dizer o tanto que é importante o Poder Judiciário integrar esta discussão; dizer da importância desta audiência pública, isso significa dizer que nós estamos tendo governança sobre uma política pública; e dizer que o Conselho Nacional de Justiça, o Poder Judiciário como um todo tem uma compreensão menos reativa. Antes, nós tínhamos um juiz que ficava ali esperando o evento acontecer e, de alguma forma, produzia algum tipo de medida para sanar a violência. Hoje, o Conselho Nacional de Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entende que essa política também é uma política judiciária nacional e que precisa desenvolver vários mecanismos para a execução dessa política e permitir que haja uma atuação nacional uniformizada para a magistratura brasileira.

E aí, Ministra, nós temos aqui acontecimentos recentes no âmbito do desenvolvimento dessa política que eu creio que são importantes para a gente avaliar aquilo que estamos vendo aqui. Nós ouvimos agora a experiência de Vitória da Conquista e nós sabemos que esse é um tipo de política que não acontece de maneira isolada. A questão, sob o ponto de vista interinstitucional, é indispensável.

E nós, do Judiciário, estamos aprendendo a lidar muito com isso. O juiz, que tem sempre uma função muito solitária, uma função muito ali do gabinete, agora, tem se integrado à rede, tem compreendido a necessidade do diálogo, tem compreendido essa emergência que, infelizmente, ainda toma conta das nossas energias. Eu quero muito que, daqui a uns dez anos, a gente não tenha esse tipo de audiência, não tenha esse tipo de experiência, que é uma experiência muito dolorosa.

Quando eu me titularizei, aqui no Núcleo Bandeirante, eu saí do Tribunal do Júri. Havia dez anos que eu estava julgando homicidas. Já tinha feito 780 sessões do Tribunal do Júri. Então, quando eu fui para o Bandeirante julgar crimes comuns, eu imaginei que era algo ia ser muito tranquilo, e, quando eu cheguei ao Núcleo Bandeirante, eu vi que tinha coisas muito piores do que o homicídio: o abuso sexual infantil. Ali, às quintas-feiras, que era a audiência que a gente designava para isso, pior, era um horror. E eram muitos, mas muitos crimes.

Eu me lembro que, à época, em 2015, a gente tinha uma audiência que acabava sendo muito frustrante, porque, quando a prova chegava lá, a prova já estava muito ruim, porque, normalmente, o professor ali, mesmo com toda boa vontade, não sabia abordar a criança, e, quando entregava à rede, a rede tinha alguma dificuldade. E aí, no fim das contas, estava lá a criança de mão dada com o ofensor, com o agressor, lá para a audiência, ou seja, eu já via que aquela prova já estava totalmente imprestável.

Eu me lembro que, à época, nós qualificamos a rede de ensino. Levei os professores lá para o plenário do Tribunal do Júri – e aí o Tribunal do Júri prestou algo positivo – e nós fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma qualificação, junto com o psicossocial do tribunal, de 1,6 mil professores, para identificar e saber acolher aquela prova e encaminhar para a rede, tendo uma proteção.

Sem contar que essa função era muito para proteger também os professores. Tinha muitos professores ameaçados, professores violentados, porque essa coleta de informação acabava que assustava a criança, a criança levava para casa... "Contei ao professor isso", e aí estava lá o agressor, querendo agredir o professor.

Em termos de avanços desse processo todo, nós estamos cada vez mais avançando nesse sentido. É aqui do DF toda uma experiência da polícia civil quanto à escuta protegida. Eu acho que nós temos aqui, no Distrito Federal, os dois maiores especialistas do país em depoimento especial. Eu fui recentemente à delegacia, ela está linda. Fizeram uma reforma na delegacia, construíram um parquinho, enfim, está uma coisa muito bonita, e os dois agentes que construíram, que ajudaram a construir todo o protocolo da oitiva forense, estão lá ainda. Então, a gente tem a experiência viva ali, a história ali, viva.

No âmbito do conselho judiciário, que é o órgão do Poder Judiciário, hoje, responsável por toda a indução e execução das políticas nacionais programáticas, nós temos uma política nacional da criança e adolescência, inclusive com destaque para a primeira infância, e, dentro dessa política, nós temos alguns pilares importantes.

Um dos pilares é a infância protegida. Essa gestão, inclusive, do Conselho Nacional de Justiça, tem isso no plano estratégico do conselho. É por isso que há uma designação, um investimento muito forte nesse aspecto.

E a mim foi confiada, então, a função de supervisão nacional da política e, claro, com uma prioridade absoluta ao pilar da infância protegida. E nesse mês de maio, então, nós fizemos duas entregas muito importantes para o depoimento especial. Primeiro, durante alguns meses, eu estive visitando vários tribunais, várias unidades, para a gente estimular que as nossas unidades judiciárias sejam equipadas de maneira a acolher adequadamente as crianças para a escuta qualificada, para o depoimento especial.

Mas nós adotamos duas resoluções importantíssimas, uma resolução conjunta com o CNMP – e essa é, realmente, um avanço muito grande, que é aquela que, dentro do norte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

central, que é a não revitimização, determina que hoje o depoimento especial seja tomado imediatamente após a ocorrência, seja tomado de uma única vez e seja documentado na condição de uma prova antecipada. Então, isso hoje qualifica muito, ou seja, nós temos um aspecto temporal, imprescindível para esse tipo de violência.

Nós estivemos agora, no mês de maio, visitando alguns tribunais, e aí a gente fez uma campanha para priorizar os processos que envolviam violência sexual contra a criança. E eu estive num estado e foram feitas as seleções dos processos, Senadora, e ali a gente tinha um processo que havia acontecido há dez anos. A vítima estava agora casada, com filhos, o esposo nem sonhava com uma tragédia dessas na vida dela; e aí vai o Judiciário chamar essa vítima para ir de novo ao fórum. Então, isso não tem como, né?

Portanto, com essa medida agora, a gente não vai precisar mais fazer isso, porque vai ser feita essa oitiva. E aí, é claro que esse depoimento especial vai ter todo o aparato necessário; hoje, no Poder Judiciário brasileiro, ninguém pode realizar depoimento de qualquer criança vítima de violência sem a capacitação adequada. Nós ainda estamos com uma estrutura que não é a ideal; infelizmente, a gente ainda tem realidades no país que não permitem que as salas sejam devidamente equipadas, né?

Nós estamos hoje, inclusive, com normativas que determinam ao juiz organizar adequadamente essa pauta. O juiz não pode marcar uma tarde inteira de depoimento especial sem observar um intervalo para acolher essa criança, um espaço para acolher essa família e introduzir aquele processo de uma maneira que não seja constrangedora para aquela criança. Mas, hoje, a gente tem avançado muito nisso e creio que, num curto espaço de tempo, nós teremos essa estrutura para isso.

O fato é que, hoje, se alguma autoridade pretender fazer a oitiva da criança, tem que estar capacitada – o juiz pode até fazer. Então, esse é um grande avanço que a gente tem, que é esse depoimento, hoje, sendo tomado uma única vez e na condição de prova antecipada. Registramos esse depoimento e, durante o processo, ele vai ser usado e o contraditório vai ser exercido ali; mas hoje, a gente tem essa antecipação da prova.

Junto com essa outra medida, aprovamos uma resolução, também no Mês da Infância Protegida, que é para estabelecer um formulário, o Fonade, formulário nacional para a aplicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na ocasião do depoimento especial. Esse vai ser um instrumento extremamente importante para a governança da política, porque o formulário vai coletar informações não só sobre o depoimento, mas toda a estrutura que envolve o depoimento: se as pessoas que estão tomando o depoimento têm a capacitação necessária, se o ambiente em que está ocorrendo o depoimento tem as condições estruturais necessárias, se o tempo em que o depoimento está sendo realizado é o tempo adequado. E também um histórico: o histórico da violência e o histórico da vítima, para que nós hoje consigamos entender quais são os ajustes necessários que precisamos fazer.

Eu particularmente tenho dito que nós estamos protegendo as infâncias e as adolescências. Significa dizer que a gente tem que olhar para esse sujeito especial de direitos não como um sujeito universal. As infâncias do Nordeste do país, as infâncias do Sul do país, as infâncias meninas, as infâncias negras, as infâncias pobres têm, no âmbito da escuta protegida, uma assistência que deve ser um tanto mais especial.

Então o Fonade vai nos permitir atender essa política de uma maneira adequada, até porque é ali que nós vamos produzir o que é, para mim, algo fundamental para uma política pública: dados. Nós temos agora condição de entender o que está acontecendo no país em termos dos dados.

Então essa é também uma questão do Conselho Nacional de Justiça. E aí, a gente tem colocado isso para todo tipo de depoimento. Recentemente, nós estamos estudando a resolução para o resgate internacional de crianças, que também pode ser um processo vítima de violência. E lá tem um depoimento especial nesse sentido.

E o Conselho Nacional de Justiça está debruçado agora sobre a confecção e, em breve, aprovação pelo Plenário do Protocolo para Julgamento com Perspectiva da Infância e Adolescência. Isso significa dizer que não é só no campo da violência especificamente, mas em tudo quanto é coisa que for julgada pelo Poder Judiciário, a perspectiva da infância é a prioridade. Então o juiz que está fazendo uma fusão, uma dissolução de empresa, uma desocupação, antes de qualquer coisa, ele vai ter que analisar se aquela decisão não tem um impacto desproporcional na vida dessas crianças. E aí, julgar com essa perspectiva da infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos com todo o Poder Judiciário hoje, as escolas de formação, trabalhando com a capacitação de juízes.

E uma última questão que tem sido trabalhada com bastante intensidade: nós aprovamos uma resolução, no Conselho Nacional de Justiça, criando as equipes, disciplinando a atuação das equipes técnicas, que são indispensáveis para o depoimento especial. Nós estamos com dificuldades, porque se trata de uma estrutura que envolve custos, e hoje muito do Judiciário...

Aqui no DF, é diferente. Aqui no DF, a gente tem uma realidade um pouquinho diferente, mas no Poder Judiciário lá fora, é muito comum, e aí, eu imagino que Vitória da Conquista deve assistir o Poder Judiciário com profissionais municipais que fazem esse trabalho. E aí, a gente corre determinados riscos, porque nem sempre os municípios conseguem manter essa estrutura de maneira contínua. E para esse tipo de atividade, eu não posso ter profissionais que rodiziam o tempo todo, que estejam envolvidos com outra atividade.

Então nós temos agora um normativo, uma resolução do Conselho Nacional de Justiça que tem disciplinado as atividades e tem exigido que os tribunais façam concursos públicos para terem quadros próprios de profissionais da psicologia, da assistência social e da antropologia. Uma criança indígena não pode ter um depoimento especial feito por um profissional que não compreende essa condição desse sujeito. Crianças quilombolas, ciganas. Então qualificar essa escuta com relação à violência envolve, inclusive, essa especificidade.

E aí, as equipes multidisciplinares hoje estão se tornando uma realidade mais forte no Poder Judiciário. Nós vamos promover agora um fórum nacional para os profissionais das equipes técnicas, para fazermos esse alinhamento, que é função do conselho, uniformizar a atuação dos agentes nesse sentido.

Então hoje eu posso dizer que o Conselho Nacional de Justiça tem centralizado a questão da violência contra a criança.

Especificamente para o tema da audiência de hoje, em termos de avaliação, as medidas que estão sendo empreendidas são para, cada vez mais, tornar o depoimento especial, essa escuta especializada, uma realidade em todas as unidades do país, com juízes e profissionais capacitados, porque eu preciso que, mesmo que o juiz não faça parte do processo, como é aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no DF – aqui no DF a gente tem um núcleo para fazer essas oitivas –, o juiz entenda o que é essa oitiva, até para não interferir negativamente e, é claro, depois, saber interpretar essa prova.

Então, as escolas de formação judiciárias estão hoje produzindo formação para qualificar todo esse quadro de agentes. Temos agora o formulário Fonade para coletar dados e permitir que nós aperfeiçoemos a política; inclusive, assim que nós tivermos a primeira rodada de dados – o formulário está em fase de implantação eletrônica – encaminharei aqui para a Comissão, para a Comissão hoje ter dimensão em termos de números. É uma falha da política: eu não tenho hoje exatamente qual é a dimensão real diante dessa realidade do Brasil, mas teremos em breve essa documentação.

Também um dado que vai vir importante com o Fonade é a real dimensão do atendimento à violência pelo Poder Judiciário brasileiro. Isso vai permitir à gente comparar, por exemplo, o que chega ao Disque 100, o que chega às delegacias, o que passa pelo Poder Judiciário e o que fica fora de tudo isso. A gente viu ali aqueles números, que são extremamente horríveis, trazidos pelo Disque 100, e a gente sabe que aqueles números não expressam a realidade, porque existem outras fontes e também uma quantidade enorme de subnotificação, que o formulário, com certeza, vai nos permitir indicar.

Por último, a questão das nossas equipes técnicas que estão sendo qualificadas para a gente ter esse processo. É claro que a gente tem, cada vez mais, do Judiciário, a exigência de uma postura cada vez firme nesse sentido. Nós sabemos que precisamos garantir os direitos processuais dos réus, dos acusados, mas sabemos também que nós estamos lidando com um tipo especial de violência, com um tipo especial de réu.

A Senadora Margareth tem conversado comigo quase que diariamente. Eu falo Senadora porque... Ela tem acompanhado, tem me ligado todos os dias para poder fazer com que nós avancemos na criação do banco nacional...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – É urgente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – ... dos pedófilos e das pessoas que cometem crimes sexuais. Estive com a Ministra Cármen Lúcia na semana passada para a gente avançar nesse aspecto, porque a gente também...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Tem esperança?

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – Sim, há esperança. Temos uma gestão junto ao INI, e creio que alguma coisa vai nos ajudar nesse sentido.

Então, esse é o estado-da-arte quanto ao que cabe ao Poder Judiciário em termos da escuta.

O que fica aqui para a gente, em termos de gargalo, é o quadro. Eu, hoje, não tenho um quadro sobre o qual eu possa dizer: "Lá no Rio Grande do Sul, todas as minhas unidades estão assim, assim e assado" – mas teremos em breve.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Essa seria a minha primeira pergunta, Dr. Fabio. Então, vocês não têm um diagnóstico de quais tribunais já implementaram, efetivamente, a lei?

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – Todos os tribunais implementaram. Todos os tribunais, hoje, implementaram. Nenhuma autoridade, hoje – inclusive é causa até de nulidade –, pode fazer depoimento de criança se não for capacitada. O juiz, para fazer, tem que ser capacitado. Nenhum depoimento especial, hoje, é feito sem aplicação da lei, do procedimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – O que eu digo que eu não tenho ainda – um quadro – é qual é a estrutura que está à disposição do Judiciário, hoje: se a gente tem as salas devidamente especializadas, se a gente tem uma pauta de audiência devidamente organizada, se eu tenho um lugar para essa família ser acolhida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente tem, agora, é que trabalhar a qualidade desse depoimento. Ele é, hoje, uma realidade em todos os lugares; agora, eu preciso trabalhar a qualidade do procedimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dr. Fabio, como a gente tem acesso direto ao senhor, eu vou fazer algumas perguntas, depois, por *e-mail*...

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – ... por exemplo, eu queria muito

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Por exemplo, eu queria muito te ouvir sobre sugestões que devem ser adotadas pela União, pelos estados, pelos municípios para que o plano seja, de fato, efetivo, mesmo porque a violência contra a criança é dinâmica. Eu não tinha, há dez anos, a violência que eu tenho hoje. A violência e o agressor se inovam todo dia, a gente também tem que se inovar na proteção da criança.

Então, eu vou te encaminhar umas perguntas por escrito, mas eu vou lhe dizer uma coisa: o Judiciário é frio; às vezes, chega a ser hostil o ambiente para a criança. Você é fora da curva, porque você é diferente. Nós temos um grupo espetacular de magistrados com muita sensibilidade, como o senhor, mas ainda sinto que as crianças têm muito medo do juiz, as famílias têm muito medo do juiz.

Às vezes, não veem no Judiciário um lugar de proteção, mas um lugar em que: "Será que vão acreditar em mim?" – um lugar de julgamento. E a gente tem visto também, Doutor, e eu sei da sua atuação, a relativização da violência por alguns magistrados, pelas decisões de alguns magistrados, ao ponto em que eu tive que apresentar um projeto de lei dizendo: "Ó, Excelência, se tu não entendeu, está aqui ó, é estupro de vulnerável", deixar claro o que já estava claro – inclusive, o projeto já passou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, assim, essa forma de o julgador lidar com a violência contra a criança, você acha que a gente vai ter um dia? É a última pergunta que eu te faço, ela é bem subjetiva e eu não quero te colocar em situação delicada: nós teremos um Judiciário em que a criança possa entrar, sentar, olhar para a mesa e ver o julgador como protetor dela?

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – Com certeza. E aí, nós temos... E eu digo isso de forma objetiva, nem tanto subjetiva, porque nós estamos trabalhando no protocolo para julgamento com perspectiva da infância. E, Senadora, a senhora tem razão quando a gente ainda não tem absorvido de maneira adequada o que a nossa Constituição disse sobre a criança.

Nós viemos de uma tradição que é Código de Menores, uma tradição menorista. Através dessa perspectiva, o juiz olha para as questões da criança como um monte de coisa irregular. Se a gente pegar as sentenças do passado, era aquela coisa: o juiz achava que só tinha que intervir quando a criança estava na situação irregular, e ele via a criança como a própria situação irregular.

Em 1988, a Constituição vem e diz: "Não, ele é sujeito de direitos, lá no art. 226". O ECA, que nesta semana, dia 13 agora, completou 36 anos, vem dizer, no art. 100: "É sujeito de direitos". Só que a gente ainda não coloca esse sujeito de direitos na prioridade absoluta, a gente ainda não leva em consideração o superior interesse desse sujeito de direitos. E aí, eu me lembro muito bem, com a senhora falando isso, realmente tem essa coisa.

Eu me lembro de que, quando eu fazia as minhas audiências na época em que a gente não tinha o depoimento especial ainda – isso quando a gente tinha vítima, no júri, que era criança também... Tive um caso, aqui no Paranoá, em que o réu catou a criança pelo cabelo e, quando ia desferir a facada, a mãe voou nesse réu; e acabou que essa criança teve que ir para o fórum, porque era a única testemunha que tinha. E eu me lembro de que nós chegamos lá – e eu ainda não tinha experiência –, a gente foi para uma sala, eu tirei a minha toga e entreguei para a criança. Ela vestiu a minha toga e eu disse a ela: "Agora você tem todos os poderes do mundo, para falar sem nenhum medo". E aí, essa criança realmente falou tudo, aquela coisa toda.

E aí, a gente brincou ali, com aquela coisa, e funcionou, mas eu não posso fazer isso de maneira amadora e individualizada; por isso o protocolo com perspectiva da infância. Eu penso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, nesses dois anos de Conselho Nacional de Justiça, se deixarem que eu faça só isso, já está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Uau!

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – Porque daí, a gente vai conseguir fazer com que esse juiz seja cada vez mais sensibilizado com relação ao aspecto da infância. Temos muitos juízes incríveis, realmente, fazendo um trabalho incrível, mas eu preciso do Poder Judiciário. Não só um juiz da infância, é o Poder Judiciário como um todo, olhando para tudo o que for fazer na perspectiva da infância, com as lentes da infância e da adolescência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, doutor, o senhor me enche de esperança, viu?

O SR. FABIO FRANCISCO ESTEVES – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Me enche de alegria.

Nós vamos ouvir o nosso último convidado, que é o Dr. Carlos Eduardo Simões, Promotor de Justiça Adjunto da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude aqui do meu DF.

E quero registrar a presença do mais lindo Senador do Distrito Federal. Você sabia que você é o mais incrível Senador? Porque as outras duas são Senadoras, tá? Vocês entenderam, né? Meu querido colega Senador Izalci, obrigada por estar conosco.

Nós vamos ouvir o Dr. Carlos Eduardo.

Se o senhor precisar, quiser falar, tá?

Então vamos ouvir o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO SIMÕES MORAES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente agradeço à Senadora Damares pelo convite. O Ministério Público do Distrito Federal se sente muito agraciado e feliz com esse convite de poder demonstrar e mostrar sua experiência e seus gargalos em que ele tem atuado nesse tema.

Agradeço também a presença do Senador Izalci, por ter comparecido, e do Conselheiro Fábio e também dos demais palestrantes que foram por videoconferência.

Inicialmente eu já deixo uma fala de que eu vou tentar passar por diversos pontos o mais rápido possível, já pensando que o nosso objetivo de hoje é destacar desafios do plano que podem ser melhorados. Então vou levantar diferentes pontos para podermos aprimorar ao longo do tempo.

Primeiro, eu já começo do final da fala do Conselheiro Fábio, de demonstrar, olha, esse microsistema, essas novas leis foram muito importantes para alterar a perspectiva da criança, colocar a criança como um sujeito de direitos, e não como mero objeto. Não como, olha, a prova está ali. Não, a criança não é uma prova, a criança é um direito, ela tem direitos, ela é um sujeito de direitos. Ela vai expressar a prova em algum momento, mas esse não é o objetivo final daquela criança.

Sobre o depoimento especial, ele, sem dúvida, é tecnicamente excelente. A prática forense de entrevista é necessária, ela evita a revitimização, ela é um suporte técnico excelente, mas há um gargalho estrutural que é necessário ser solucionado. Nós aqui no Distrito Federal, que somos muito privilegiados, comparado com diversos estados, diferentes municípios, ainda temos um extremo gargalo com a nossa pauta de depoimentos especiais. Para se ter uma noção, hoje, se eu ajuízo essa produção antecipada de prova, essa vítima só é escutada daqui a um ano e três meses.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Quanto?

O SR. CARLOS EDUARDO SIMÕES MORAES – Um ano e três meses, ou seja, durante esse tempo, o que pode acontecer? A família pode falar, porque ela tem que se retratar, porque muitas das vezes, o agressor é aquela pessoa que está naquele ambiente, é o provedor daquela família; ela pode falar, olha, eu não quero mais isso, eu estou cansado disso, eu não quero mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me expor, eu estou cansado. Ou então vamos pensar numa criança muito jovem; a memória dela é muito fraca, ela vai ter uma fidedignidade daquela memória, no longo prazo, muito ruim. Então tem um certo perecimento desse ponto.

Então o depoimento especial é excelente, mas é necessário que ele seja mais bem estruturado. Aqui no Distrito Federal, isso é necessário com estrutura tanto de salas quanto de suporte de pessoal.

E um ponto necessário também é para o depoimento de neurodivergentes, porque hoje o nosso depoimento especial é ligado em fala, em oralidade. Outras pessoas, outras pessoas de diferentes compreensões não conseguem se expressar, e nós não conseguimos nos entender. Ou melhor, elas se expressam, e nós não nos entendemos. Então esse é um ponto necessário.

Sobre a integração de políticas públicas, há sempre uma necessidade de se integrarem diferentes órgãos, e foi muito dito hoje que é o objetivo principal da nossa audiência pública. E o que nós temos observado é que existem silos, feudos de diferentes órgãos, e cada um tem a necessidade de falar, não, essa parte é minha, e eu não quero perder o meu quinhão de poder ali.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Vaidade.

O SR. CARLOS EDUARDO SIMÕES MORAES – E a vaidade. E nós precisamos atuar de forma conjunta, fazer com que todos se sintam presentes.

Uma coisa que nós temos observado aqui no DF é o sucesso do Projeto Ágora, do Ministério Público. E o que é esse projeto?

Olhem, nós temos sim um fluxo geral do Distrito Federal inteiro, que é do GGCORP, que tem um grupo para isso, mas nós vamos tentar acionar regionalmente – por exemplo, em São Sebastião, no Núcleo Bandeirante, em cada região – os atores daquele local, porque, por exemplo, dependendo da região, não tem um CAPSi, então não faz sentido encaminhar, falar: "Olha, vai ser encaminhado para o CAPSi" – mas é do outro lado do Distrito Federal! Aquela pessoa não vai para aquele local. Nós precisamos integrar aquelas pessoas para que elas consigam fazer uma noção de que vai além do processo penal, de que é um processo de cura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integral daquela criança e de toda a sua família, porque todos vão ser impactados naquela violência. É uma aproximação humana e de desconstruir o isolamento que todos vão integrar de forma conjunta, e esse fluxo vai ser local.

Por que ele é local? Porque cada um tem a sua especificidade: pode ser que ele tenha uma UBS, pode ser que o local de profilaxia de doenças sexuais seja próximo, mas pode ser que seja distante; então, cada local vai precisar do seu fluxo, e ele é mutável ao longo do tempo, porque os locais vão evoluindo, vão criando programas, vão tirando programas... Mas, é lógico, terá sempre um modelo, que tem de ser muito similar em todos os locais.

Por exemplo, o modelo de revelação. Nós criamos o nosso modelo de revelação e o estamos implementando na rede, porque tem determinadas perguntas, informações que são necessárias. É lógico que nem sempre a criança vai falar todas aquelas informações que estão presentes, mas o máximo de informações que ela disser sem um induzimento são importantes para nós. Por exemplo, ela cita o nome? É importante falar o nome do agressor. Onde é que foi? É importante falar onde foi. Como é que foi? É lógico que não vai ser um induzimento que aquilo vai fazer, mas é importante que aquela rede esteja engajada ativamente naquela atuação, porque ela vai confiar no outro colega, na pessoa do SUS, na pessoa do Suas, no Cras, no MP, e ela tem que falar: "Olha, se eu encaminhar para tal local, vai acontecer alguma coisa". E não é só encaminhar e falar: "Olha, não tem a devolutiva [que foi o que o Disque 100 falou], não há uma continuidade". Qual é essa noção de continuidade?

Um outro ponto muito importante é a necessidade de reeducação e reabilitação do agressor. E por que eu falo isso? Não necessariamente nos casos de crime sexual ou nos casos graves de tortura, mas a gente vai ter que pensar que muitos dos casos de violência são pais e mães que agridem como forma de correção. Pode ser que, em determinado momento, determinado período de tempo, eles vão ficar afastados daquele núcleo familiar como medida protetiva, mas em algum momento eles vão retornar a conviver com aquela criança. O pai tem direito a conviver, a criança tem direito a conviver com o pai e com a mãe. E como ele vai voltar? Se ele não foi reeducado de que aquilo é uma violência, está introduzido nele que é uma forma de educação, que ele tem o direito de bater naquela criança – não, ele não tem! Ele tem que ter mecanismos psicossociais, de estrutura, de reeducação, para que eles voltem a conviver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, dentro dos dados do Distrito Federal, 70% dos agressores são da família; cerca de 20% são pessoas que conhecem aquela criança. Quando a gente vai pensar assim: "Ah, o agressor é aquele maníaco da rua" – não! Ele é, na minoria, o maníaco da rua; o agressor está dentro de casa, ou muito próximo de casa.

E há uma ideia que eu também acho, já nos crimes sexuais... Sempre a pessoa fala assim: "Nossa, ele é doente!". Desculpem-me, mas eu não acho que ele é doente; é uma consciência social: ele acredita que aquilo ali não é nenhuma violência.

Ele vai e fala "não, mas ela deu em cima de mim". Mas ela tem 13 anos. Não existe essa ideia, você não tem esse direito. Isso não é uma doença. Poucos casos, casos mesmo que a gente pega, em que a gente vê uma crueldade de doença, mas são pouquíssimos casos. A maioria é uma cultura social que não está muito ligada à educação. Então, é preciso que haja uma prevenção de educação.

E, dentro disso, há sempre a atuação preventiva, que já foi falada, que já foi sempre ligada em outras audiências públicas, até pelo nosso colega.

E um ponto que é necessário integrar ao plano é o setor privado. Por que é que eu digo isso? Porque nessas reuniões de rede que nós vamos fazendo sempre no Ágora, nós percebemos que o setor público está sempre presente. Tem sempre membros da rede de ensino, da rede de saúde, há sempre locais do público, mas dos privados não tem. E há sempre um conflito de interesses ali dentro. Será que o educador, o coordenador tem interesse de expor o núcleo familiar que paga a mensalidade? Talvez, não. Talvez ele fique com medo de perder aquele cliente. E é um medo válido. Talvez ele poderia fazer mais encaminhamentos anônimos? Talvez, sim.

E isso é algo que nós não recebemos muito no nosso dia a dia, que são relatos de escolas privadas. De escolas públicas, nós recebemos. De privadas, pouquíssimas. Da mesma forma, na relação de hospitais e instituições privadas de saúde. Nós recebemos muito mais públicos que privados.

E no momento em que eu vi a apresentação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS EDUARDO SIMÕES MORAES – ... logo no início, do Sinam, são inúmeras as notificações compulsórias, mas essas notificações compulsórias são restritas ao sistema de saúde, eles não comunicam diretamente com o sistema de persecução penal. Então há um gargalo informacional entre saúde e persecução penal. Nós não temos essa informação completa. São poucos os casos em que há a dupla notificação. Isso é um ponto necessário para que haja esse...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutor, acabaram de cometer uma violência contra criança aqui na Comissão (*Risos.*), porque estava proibida essa campainha. Essa campainha, gente, é não recomendável para criança neurodivergente. Este espaço do Senado não pode mais assustar. Quem tocou a campainha está de castigo hoje. Eu tenho uma outra campainha que eu já pedi para colocar, como é linda.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Não! Quebraram a minha campainha. Vamos consertar isso, está proibido.

Doutor, pode continuar, viu?

O SR. CARLOS EDUARDO SIMÕES MORAES – Então é necessária também a capacitação interdisciplinar continuada. Como o Dr. Fabio disse, eu que trabalho com crianças e adolescentes, eu nunca tive uma educação, um curso sobre depoimento especial. E eu atuo todos os dias com depoimento especial, e nunca me foi disponibilizado esse curso. Eu já vi inúmeras, centenas de depoimentos especiais. Talvez eu saiba, mas muito mais como um rábula de conhecimento prático do que pelo curso que me foi feito.

Por favor, pode colocar o *site?*

E aí, minha última contribuição é um *site* que é uma ferramenta digital do Distrito Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. E por que é que eu estou mostrando esse *site*? Porque nós tentamos buscar diferentes interfaces. Por exemplo, olha, se sou uma criança ou um adolescente, ele já entra ali, a comunicação é facilitada, ele vai saber o que é o direito dele, onde ele tem que comunicar, o que ele tem que fazer, qual... Porque é diferente, olha, talvez a pessoa nem saiba que ela está sendo violentada, que aquele crime sexual que ela está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofrendo é uma violência. Ele acha que é um carinho. A gente pode ir... Por exemplo, ele vai falar, olha, "para entender", "cuidados digitais", "os meus direitos", depois ele vai colocar em "preciso de ajuda". Tem toda uma interface e uma comunicação direcionada para essa criança.

Pode ir para o próximo, por favor.

Já, no nosso segundo, é só um pai, uma mãe e um responsável. E aí já tem outra realidade: "Olha, qual é o sinal de alerta que pode estar acontecendo com o meu filho? Onde eu posso agir? Onde eu posso denunciar?". E o que é alguém que é prático de escuta protegida? É para eu não chegar lá e falar assim... Olha, nós pegamos diversos casos, filmando a criança, e falam assim: "Seu pai te bateu? Ele fez isso? Te aconteceu isso?". Está induzindo, fica difícil, aquela não é uma escuta protegida, não é um livre relato, e acaba que vai piorando ao longo do tempo. O que é uma violência? E lá tem os canais de comunicação.

Retorne, por favor.

E, por último, já é só rede de proteção. O que é? Olha, vamos mapear a rede de proteção, olhar o modelo de relatório espontâneo, o relatório do conselho tutelar. E como é que nós vamos comunicar? Qual que é o fluxo que vai ser? E aí nós temos mapeado, no Distrito Federal, quais são os agentes por cada região, para facilitar essa comunicação, para facilitar a lógica e o entendimento de todos os envolvidos nessa persecução penal.

E, por fim, eu queria que apertasse no painel de dados, por favor... E aí pode passar para o próximo.

Nesse a gente vai pegar, por exemplo, os autores de estupro. E aí foi aquele dado que eu disse no início: 70% são de familiar, 20% são de conhecido, e 10% só que são de desconhecidos. Então, o risco está muito mais próximo de nós do que nós estamos pensando. Não é o maníaco da rua, e sim a pessoa que convive, é o pai, o padrasto, o tio, independentemente de gênero – já peguei casos de avós, de tias, de agressores de todas as formas.

Agradeço a oportunidade e espero ter contribuído para a construção do plano.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dr. Carlos, a minha equipe estava olhando eu assim para você: apaixonei, apaixonei! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Carlos, onde você estava que eu não o conhecia pessoalmente? Que Deus o abençoe!

O SR. CARLOS EDUARDO SIMÕES MORAES – Amém.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Você sabe que esses magistrados jovens, como o Dr. Fabio, os novos promotores e procuradores têm me trazido muita esperança, tá? Eu não vou nem lhe fazer pergunta, porque, como eu sei que você é do DF, a gente pode fazer essa interação. Mas eu quero cumprimentá-lo pelo Portal da Criança e do Adolescente. Que iniciativa incrível – que iniciativa incrível! É exatamente isto: aquela frieza do Poder Judiciário, é aquela frieza do Ministério Público, mas vocês trazem aí um instrumento poderoso. Eu quero cumprimentá-lo!

E o senhor trouxe, Dr. Carlos, grandes contribuições, e a gente tem uma lei maravilhosa. Quando fomos aos foros internacionais, nós recebíamos elogios pela nossa lei de 2017. Eu ficava quietinha, tipo assim: "A lei é legal, mas não saiu tudo do papel ainda". Eu ficava quietinha, recebia os aplausos e elogios, mas muito angustiada pela efetividade, que é o que nós estamos fazendo aqui hoje, essa avaliação.

E me permita, Dr. Carlos, eu e a minha equipe, a gente te procurar, a gente ter um momento contigo, com mais tempo.

O SR. CARLOS EDUARDO SIMÕES MORAES – Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu pago o café. Fica tranquilo que eu pago o café. (*Risos.*)

É para a gente te ouvir, mas eu estou muito feliz, muito contente, por ser o meu Distrito Federal, de a gente ter um agente tão especial como o senhor lá no Ministério Público. Muito feliz!

E uma das perguntas que eu vou deixar para os senhores – não quero a resposta agora, e o Izalci vai falar agora – é a seguinte.

Durante este período, esta semana, este mês, nós estamos comemorando o aniversário do ECA e com inúmeros contatos com atores. E a gente tem ouvido muito os conselheiros tutelares não quererem ficar mais com a prefeitura, mas ficarem, tipo, como auxiliar do Ministério Público,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficarem, tipo, como – quem sabe? – auxiliar do Judiciário, saírem do âmbito da prefeitura exatamente pela falta de compromisso com alguns gestores municipais lá no Executivo.

Mas a gente queria muito falar com vocês depois sobre esse agente importante no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente que são os conselheiros tutelares, que são agentes extremamente protagonistas na proteção da criança, no enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente. Quero ouvi-los depois com calma sobre isso. Não farei pergunta, mas quero continuar o diálogo com o senhor. Estou encantada com o seu trabalho.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Muito bem, Damares.

Primeiro, quero parabenizar o trabalho aqui da Comissão. Você tem feito um debate importante, e tudo acontece aqui nas Comissões. No Plenário, a gente vota os projetos, mas as grandes discussões acontecem aqui!

Quero cumprimentar o Fabio – já nosso conhecido antigo –, que representa aqui o nosso Distrito Federal.

O Carlos Simões é irmão da minha nora, viu? Se você precisar contactá-lo, pode me procurar. Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Pode ser na sua casa (*Fora do microfone.*), naquele quintal da sua casa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode ser. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Um café lá para a gente falar sobre a violência contra a criança.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bacana a apresentação também, para mim, que apoio muito o conselho tutelar, que hoje está funcionando, mais ou menos, graças às minhas emendas. Se alguém comprou carro, geladeira, computador, mesa, não sei o quê, foi através de emenda, porque nem isso eles têm. E, de fato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles têm razão – viu, Damares? – de querer sair realmente do Executivo, porque eles não são atendidos em nada. As demandas que se apresentam, todas são demandadas ao Executivo, que não faz, seja vaga em escola, seja... Hoje o que predomina muito é a questão das drogas, que está realmente tomando conta dos jovens, da criança e do adolescente.

A gente precisa criar depois tudo o que você está fazendo aqui para os idosos, para nós, tá? Porque hoje, no Brasil, nós temos mais idosos do que crianças, para você saber. Então, tudo isso a gente tem que fazer e se preparar, porque realmente os idosos estão sofrendo muito também. Eu já tinha um pouco de conhecimento sobre o que foi falado aqui, com relação à violência que acontece dentro de casa, e grande parte, inclusive, com os avós, né? Eu, que sou avô, fico assim: poxa vida, como pode, né? E também, principalmente, padrasto, que é o grande responsável, ou seja, dentro de casa, está a prova aí de que ocorre a grande maioria.

Parabéns! Continue esse grande debate aí, porque os temas precisam ser discutidos aqui com muita propriedade. Parabéns pela apresentação!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senador Izalci.

Nós chegamos ao final de nossa audiência. Nós recebemos contribuições da internet, eu só quero dizer: Danielle, do Distrito Federal; Luara, do Distrito Federal; Larubia, de Minas Gerais; Marta, da Paraíba; Alan, do Rio de Janeiro; Francys, do Rio Grande do Sul; Vitória, do Maranhão; Mikeias, do Paraná; Márcia, do Rio Grande do Sul; e Luara, de novo, do Distrito Federal. Eu creio que as perguntas foram respondidas ao longo das apresentações.

Senador Izalci, a gente quer entregar um relatório de avaliação do Plano Nacional. Não vai dar para a gente entregar antes da eleição. Está programado para a gente entregar em novembro, já no Governo de transição. E a gente quer muito que o Presidente ou a Presidenta eleita, realmente, no Governo de transição, nos ouça, mas, já agora, Dr. Fabio, eu tenho feito contatos com alguns presidenciáveis, com alguns pré-candidatos.

Hoje, inclusive, eu conversei com o Romeu Zema, que virá semana que vem para a gente ter um encontro. Ajudei a escrever uma proposta para o presidenciável Flávio. Já conversei com o Augusto Cury. Eu acho que com o Presidente Lula a gente tem conversado dessa forma, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio dos ministérios dele, mas quero conversar... Eu acho que os presidenciáveis vão ter que falar sobre o enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente, e vão ter que fazer seus compromissos públicos.

Então, a gente está num ano em que a gente vai precisar ouvir quais são as propostas deles para a gente enfrentar a violência contra criança e adolescente. E, se tem algum presidenciável querendo conversar com a Comissão, nós estamos dispostos. Já há o que nós já temos aqui de proposta da avaliação do plano para oferecer, para ofertar, mas, no Governo de transição, quero estar lá, seja quem for eleito. É claro que eu quero que o Brasil seja conservador, desculpem.

É a gente ter de fato, Doutora, a efetividade. A lei é boa, o plano escrito é bom, mas a gente quer, de verdade, ver criança e adolescente do Brasil sendo prioridade absoluta. E, agora, tendo julgamento na perspectiva da infância, na perspectiva de criança e adolescente, eu acho que muda muita coisa.

Eu quero agradecer aos técnicos da Comissão. Gente, eles estão cansados, porque é uma audiência atrás da outra – e a culpa não é minha, não é minha. A Comissão está fazendo muita entrega. Obrigada, Comissão.

Quero agradecer às pessoas que estiveram presentes, a todos que colaboraram, à Pastora Dani Linhares, que veio de Belo Horizonte. O primeiro Culto Laranja do Brasil foi ela que fez, ela motiva a comunidade cristã do Brasil há anos. Eu conheci a Dani em 2004, era uma menina, e ela já estava querendo trazer, como você disse, a iniciativa privada, mas eu quero falar do terceiro setor, eu quero falar das agências religiosas. Eles precisam vir para o enfrentamento à violência contra criança e adolescente.

E, nesse sentido, dando por satisfeito – todos estão satisfeitos com as exposições, acho que a reunião alcançou seu objetivo – e nada mais tendo a tratar, agradecendo muito, muito a participação dos expositores, eu declaro encerrada a segunda reunião da avaliação da política de enfrentamento à violência contra criança e adolescente.

Obrigada a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Hermes Klann, Paulo Paim e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 50ª, 51ª e 52ª reuniões da CDH, que são aprovadas.. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1096, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dar prioridade, nos serviços próprios ou conveniados do Sistema Único de Saúde (SUS) ou por ele contratados, ao atendimento psicológico de crianças e de adolescentes que tenham sofrido abuso, violência ou exploração sexual." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2525, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Lourdinha Pereira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6461, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para dispor sobre o atendimento psicológico remoto, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para mulheres brasileiras em situação de violência no exterior." Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Lourdinha Pereira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1976, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para permitir à mulher vítima de violência doméstica e familiar a alteração de seu nome completo nos casos que especifica." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI). Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Astronauta Marcos Pontes como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4915, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o § 4º do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer aumento de pena em caso de estelionato cometido em contexto de violência doméstica ou de relacionamento amoroso." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Hermes Klann. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 6 - Sugestão n° 9, de 2020 - Não Terminativo - que: "Destinação dos recursos do fundo eleitoral para saúde" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves designa o Senador Astronauta Marcos Pontes como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 106, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 105/2026 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 6524/2019 seja incluído como convidado o Senhor Edson Ferreira Liberal, Sociedade Brasileira de Pediatria." Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 8 - Minuta de Indicação Nº , de 2026 que : "Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Saúde, a regulamentação, por portaria, do prazo de 30 dias entre o diagnóstico e o tratamento da fissura labiopalatina no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Sen. Damares Alves. Resultado: A Comissão aprova a apresentação da Minuta de Indicação perante o Plenário.. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 108, de 2026 que: "Requer audiência pública para debater a situação regulatória do medicamento Elevidys (delandistrogene moxeparvovec), destinado ao tratamento da Distrofia Muscular de Duchenne (DMD), bem como as políticas públicas voltadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às doenças raras, especialmente no que se refere ao acesso a terapias avançadas, aos procedimentos regulatórios adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e às ações do Ministério da Saúde." Autoria: Senador Hermes Klann (PL/SC). Resultado: A Senadora Damares Alves submete o requerimento à inclusão extrapauta, que é aprovada. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 107, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5115/2025, que "altera as Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para determinar a instalação de centros-dia para pessoas idosas atendidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas)"." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, o submete à inclusão extrapauta, que é aprovada. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de julho de 2026.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 50ª a 52ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declare verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1096, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dar prioridade, nos serviços próprios ou conveniados do Sistema Único de Saúde (SUS) ou por ele contratados, ao atendimento psicológico de crianças e de adolescentes que tenham sofrido abuso, violência ou exploração sexual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria: Deputado Federal Raimundo Santos.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima, de forma remota, para a leitura do seu relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PI. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sra. Presidente, Senadora Damares Alves, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Passo diretamente à análise do PL 1.096, de 2023, considerando que o texto do relatório já foi disponibilizado para os Srs. Parlamentares.

Quanto ao mérito, a relevância dos temas relacionados ao abuso, à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes é amplamente reconhecida.

O abuso sexual é a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de atos de natureza sexual, geralmente praticado por pessoa com quem a criança ou adolescente tem uma relação de confiança e que participa do seu convívio. Entre os tipos mais frequentes, destaca-se o estupro, que concentra a maior demanda por atendimento.

Todavia, ainda que essa seja uma das premissas subjacentes ao projeto de lei em análise, a forma pela qual o PL busca enfrentar esse problema, em contexto de recursos assistenciais escassos e necessidades crescentes, recomenda cautela. O ponto central não está na relevância do atendimento às vítimas, que é inequívoca, mas na adequação de se instituir, por lei, nova prioridade assistencial específica no SUS.

É relevante registrar que as normas infralegais vigentes atribuem às secretarias de saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a adoção das providências necessárias à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização do serviço, ao cadastramento dos estabelecimentos, à definição de fluxos de referência e contrarreferência, ao acompanhamento, controle e avaliação das ações e à implementação de estratégias de apoio intersetorial. Esses elementos reforçam a conclusão de que a ordenação concreta do atendimento se situa no campo da gestão assistencial do SUS.

Assim, o problema enfrentado pela proposição parece residir menos na ausência de comando legal de prioridade e mais na necessidade de fortalecimento, de financiamento, de organização, de monitoramento e de execução das normas e dos fluxos já existentes. Por essa razão, o substitutivo preserva o objetivo de proteção e de cuidado das crianças e adolescentes em situação de violência sexual, mas evita instituir nova prioridade legal rígida no atendimento do SUS.

Por esse motivo, propõe-se o aperfeiçoamento da matéria por meio de substitutivo que, em vez de instituir prioridade legal, incorpore ao ECA dispositivo voltado à organização, no âmbito do SUS, do atendimento em saúde e psicossocial a crianças e adolescentes em situação de abuso, violência ou exploração sexual.

O dispositivo proposto, a ser inserido no art. 87 do ECA, em consonância com o inciso III do referido artigo, explicita linhas de ação da política de atendimento, tais como: acolhimento e escuta qualificada; articulação com a rede de proteção; capacitação permanente de profissionais e equipes de saúde; fortalecimento da rede de atenção psicossocial; notificação compulsória, nos termos da legislação sanitária; e ampliação da oferta de serviços de saúde mental.

O substitutivo também corrige falha de técnica legislativa da proposição original ao incluir cláusula de vigência, em conformidade com o disposto nos arts. 3º, inciso III, e 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com isso, preserva-se o objetivo de assegurar proteção e cuidado às crianças e adolescentes em situação de violência sexual, ao mesmo tempo em que se mantém a coerência com a organização institucional do SUS, com as normas infralegais já aplicáveis à matéria e com a estrutura normativa do Estatuto da Criança e do Adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.096, de 2023, na forma do substitutivo apresentado.

Esse é o meu voto, Sra. Presidente Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senadora.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo).

Parabéns, Senadora Jussara. Que Deus te abençoe.

A matéria agora vai para a Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1976, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para permitir à mulher vítima de violência doméstica e familiar a alteração de seu nome completo nos casos que especifica.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

- Em reunião realizada em 17/06/2026, a apreciação da matéria foi adiada.

- Em reunião realizada em 08/07/2026, a matéria foi retirada de pauta.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do relatório, como Relator *ad hoc*.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Se me permite, eu vou direto à análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo a proteção aos direitos da mulher, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

O PL, sem qualquer dúvida, mostra-se meritório.

Segundo dados do Painel “Violência contra a Mulher”, do Conselho Nacional de Justiça, o número de medidas protetivas concedidas passou de 336.494 em 2020 para 849.377 em 2024, mais que o dobro em apenas quatro anos. Esse crescimento revela uma ampliação do acesso a esse instrumento jurídico, mas também evidencia a necessidade de seu aperfeiçoamento. Isso porque, apesar do aumento nas concessões, os casos de feminicídio seguiram a mesma tendência, conforme dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública: foram 1.347 vítimas em 2020 e 1.463 em 2024.

Vale frisar que a medida proposta busca frear um cenário que tem se agravado ao longo da última década, e os dados reforçam a urgência de proteção para as mulheres, enquanto há tempo. Os números de 2024 seguem chocantes: no último ano, todos os dias, pelo menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, totalizando 1.492 casos, sendo o maior registro desde 2015, ano de vigência da lei que tipificou o feminicídio. Ainda assim, é possível que o número real de mulheres mortas por razões de gênero seja maior, já que estudos indicam que parte dessas mortes não é contabilizada como feminicídio, em grande medida, pela forma como profissionais do sistema de justiça classificam esses eventos.

Esse cenário reforça a urgência de desenvolver alternativas e soluções inovadoras que tornem mais eficaz o enfrentamento da violência doméstica e familiar. Nesse sentido, vislumbramos que o projeto de lei em análise representa uma ferramenta relevante para transformar essa realidade.

A alteração de prenome e sobrenome já encontra previsão no ordenamento jurídico brasileiro, com hipóteses extrajudiciais previstas na Lei de Registros Públicos, além da possibilidade de alteração da identidade civil no âmbito dos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, disciplinados pela Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

Essas previsões demonstram que a proteção da identidade civil pode constituir instrumento legítimo, inclusive para preservação da segurança de pessoas submetidas a situações excepcionais de risco. Contudo, a aplicação dessa medida no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher exige análise cuidadosa quanto aos seus limites, alcance e efetividade.

Inicialmente, é necessário reconhecer que a alteração do nome, embora possa representar importante instrumento de proteção, não constitui, isoladamente, mecanismo suficiente para afastar todos os riscos decorrentes da violência. A identidade civil de uma pessoa não se resume ao seu nome, estando vinculada a diversos registros e bases de dados, razão pela qual a simples alteração nominal pode não impedir, por si só, a localização da vítima pelo agressor.

Essa limitação é ainda mais evidente quando se considera que a alteração do nome, sem alteração de outros elementos identificadores, pode não representar uma ruptura completa dos mecanismos de rastreamento existentes. Assim, embora possa contribuir para a proteção da mulher em determinadas situações, a medida deve ser compreendida como instrumento complementar, inserido em uma rede mais ampla de proteção e apoio estatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a alteração do nome civil produz efeitos relevantes sobre a vida da pessoa. O nome constitui elemento da personalidade e está relacionado à história individual, aos vínculos familiares, afetivos, sociais e profissionais da mulher. Por essa razão, a medida deve ser adotada de forma excepcional, mediante manifestação da própria ofendida e observância das cautelas necessárias para evitar que o instrumento, criado para protegê-la, acabe produzindo efeitos revitimizantes.

Nesse sentido, embora a alteração do nome possa ser adequada em determinadas situações, pode não se mostrar suficiente para responder aos casos de maior gravidade, especialmente aqueles em que há ameaça concreta e atual à vida ou à integridade física da mulher.

A experiência dos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas demonstra que a alteração da identidade civil, quando necessária, integra um conjunto mais amplo de providências voltadas à preservação da segurança da pessoa protegida. Nesses programas, a alteração do nome não constitui medida isolada, mas parte de uma estrutura que pode envolver acompanhamento especializado, restrições de acesso a informações, mudança de localidade e outras providências necessárias a neutralizar ameaças graves.

Por essa razão, entendemos que, nas situações excepcionais em que os instrumentos ordinários previstos na Lei Maria da Penha se revelem insuficientes, deve ser possibilitada a avaliação da inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar em programa especial de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.

A medida, contudo, deve possuir caráter subsidiário e excepcional. O ingresso no programa implica restrições significativas à rotina da pessoa protegida e pode produzir impactos relevantes sobre seus vínculos familiares, profissionais e comunitários. Assim, não deve substituir as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, mas funcionar como instrumento adicional para situações em que o risco ultrapasse a capacidade de resposta dos mecanismos ordinários de proteção.

A proposta busca, portanto, estabelecer uma gradação dos instrumentos de proteção disponíveis. Em situações nas quais a alteração do nome seja considerada adequada e proporcional, poderá ser autorizada como medida excepcional e de urgência de proteção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identidade da vítima. Nos casos de risco extremo, caracterizado pela existência de ameaça concreta, atual e relevante à vida ou à integridade física da mulher, poderá ser avaliada sua inclusão em programa especial de proteção, observados os requisitos e procedimentos previstos na Lei 9.807, de 1999.

Considerando as consequências pessoais decorrentes do ingresso no programa, entendemos que a iniciativa deve partir da própria ofendida, em respeito à sua autonomia, e depender de avaliação técnica dos órgãos responsáveis pela execução da política de proteção, além da manifestação do Ministério Público.

Dessa forma, o substitutivo busca conciliar a finalidade protetiva da proposição com a necessidade de preservar a segurança jurídica, a autonomia da mulher e a lógica da Lei Maria da Penha, que deve priorizar a proteção integral da vítima sem impor, como regra, o rompimento de seus vínculos familiares, afetivos e comunitários.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 1.976, de 2025, na forma da seguinte emenda substitutiva que já foi apresentada aos componentes da Comissão.

Esse é o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Em discussão a matéria.

Eu vou falar sobre a matéria, acho que a Jussara está ouvindo.

A matéria é extremamente necessária...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PI. *Por videoconferência*.) – Estou ouvindo sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – ... mas nós estamos, lá na Comissão de Segurança, Jussara, fazendo a avaliação da política nacional de proteção a vítimas, proteção a pessoas ameaçadas de morte e proteção a testemunhas. E o grande problema que a gente está encontrando lá, Jussara, especialmente agora com o Cadastro Único, é que, quando o programa está protegendo uma pessoa, tira a pessoa lá do Maranhão e leva lá para o Rio Grande do Sul, se essa pessoa passar mal e tiver que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ir para um postinho de saúde ou para um pronto-socorro, na hora em que ela entrar no sistema de saúde, imediatamente todo mundo sabe onde ela está, porque o Cartão SUS e o CPF não podem ser mudados.

Então, nós estamos encontrando óbices no Brasil na forma de proteger testemunhas. Inclusive, Senador Marcos Pontes, a gente teve um caso aqui em Brasília de uma mulher que estava protegida num processo contra os milicianos e ela teve um abortamento, quase seis meses um abortamento, e ela não foi para o hospital, porque se ela entrasse no hospital para fazer a curetagem, ela seria identificada, e o pessoal da milícia que a estava perseguindo tinha informante em tudo que é órgão do Brasil. Então, na hora em que ela entrasse, estaria registrado.

Então, Jussara, a proposta é extraordinária, mas a gente possivelmente vai encontrar óbice lá no Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Como vai para a CCJ, eu queria só, para colaborar com a matéria, Jussara, pedir que a Secretaria da CDH – nós não vamos pedir redistribuição, o.k.? – encaminhasse essa matéria lá para a Comissão de Segurança. Apenas informe ao Presidente da Comissão que existe esse projeto de lei, para que ele seja incluído lá na avaliação também, porque aí o relatório da avaliação lá na Comissão de Segurança, Jussara, poderá ajudar o próximo Relator lá na Comissão de Constituição e Justiça.

É extremamente necessária essa matéria, mas é para a gente não aprovar na CCJ uma matéria que encontre óbice na Comissão de Segurança. Então, apenas para colaborar. E eu queria... Eu que estou fazendo avaliação lá na Comissão de Segurança. Então, vocês encaminham oficialmente, para que o nosso grupo de trabalho lá analise esse projeto, essa ideia extraordinária da Senadora Jussara, e o voto apresentado, mas a gente vai encontrar esse gargalo. A gente vai trocar o nome, mas como fica o CPF dela, como fica o cartão SUS, como fica a assinatura eletrônica no Sistema Gov, que é tão difícil de incluir? Então, a gente tem aqui um desafio técnico, não no mérito, mas um desafio técnico.

Eu quero parabenizá-la, Jussara, pela iniciativa. Aqui nesta Comissão é mulher pensando na proteção da mulher o tempo todo, o tempo todo. Parabéns pela iniciativa. e o Senador Alessandro já trouxe um voto, com substitutivo, melhorando ainda a matéria. Mas eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisar que a Comissão de Segurança ajude o Relator na Constituição e Justiça a pensar essa matéria, está bom, Jussara?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PI. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Senadora Damares, eu só quero agradecer pela sua excelente sugestão. Realmente é de grande relevância.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senadora Jussara.

Eu já votei? Já?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Em votação o relatório...

Sim, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Pela ordem.) – Eu queria somar uma ideia, dentro disso, ligada à tecnologia. Um dos desafios que nós temos no país é a integração dos dados dos diversos estados em bancos de dados gerais que possam ser integrados. Isso aí na segurança pública é extremamente importante, os crimes cometidos em um estado para que sejam conhecidos em outros e assim por diante. E isso agora tem sido mais facilitado com a introdução de inteligência artificial e as possibilidades de análise de dados com muito mais rapidez. E esses dados, quando são acessados, por exemplo, no SUS, quando são acessados, eles têm a indexação com o nome da pessoa, CPF e assim por diante. Mas sistemas mais atuais conseguem fazer essa indexação de forma anônima ou com *alias*, vamos chamar assim, que são apelidos, ou seja, o nome pode ser substituído por outro de forma que o sistema, embora saiba de quem se trata naquilo lá, em todas as respostas pode dar um nome trocado, vamos dizer assim. Então, dificultaria muito o acesso a essa informação, exceto para pessoas que estão dentro do sistema. Obviamente, dentro disso também entra a segurança cibernética necessária nesses bancos de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um dos fatores maiores de risco de segurança cibernética é o que a gente chama de engenharia social, que são as próprias pessoas. Às vezes, o risco não está no sistema, por falha do sistema ou falha de alguma proteção do sistema, mas em pessoas que acabam tendo acesso de forma não, eu diria, ilegal, mas de forma incorreta àquele sistema e acabam fornecendo informações que não deveriam.

Mas é possível.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Aonde eu quero chegar no final dos cantas é que a tecnologia, hoje em dia, já permite tornar anônima essa pessoa ali, desde que nós consigamos englobar todos esses bancos de dados, ou integrar todos esses bancos de dados.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Senador, o senhor está na CCJ?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Infelizmente, não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu ia sugerir, se o senhor estivesse, pedir a relatoria desse projeto da Jussara lá, e a gente fazer essa construção com tudo o que o senhor está dizendo.

Mas vamos lutar para ter um bom Relator lá, Jussara, e que aguarde um pouquinho a Comissão de Segurança encaminhar contribuições para o relatório.

Jussara, parabéns!

Em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer a CDH, favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1.

Parabéns, Senadora Jussara!

A matéria segue para a CCJ.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PI. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada.

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 9, DE 2020

- Não terminativo -

Destinação dos recursos do fundo eleitoral para saúde

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

A Relatoria é do Senador Marcio Bittar, mas ele não pôde vir, está numa missão muito importante: está nanando o bebezinho dele que nasceu – o bebê está bem? Tem notícia? Fez um mês já!

Estamos ansiosos pela volta do Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que, em solidariedade ao nosso pai, que está lá em casa cuidando do bebê, fará a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Parabéns ao Marcio e sucesso. É sempre um momento muito importante na vida esse.

Se me permite, eu vou direto à análise.

De acordo com o Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise deste tipo de proposta.

Por sua vez, o parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, do Senado Federal, que regulamenta o Programa e-Cidadania, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do Portal e-Cidadania que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art.102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos, dando-se conhecimento aos Senadores membros. Assim, em face das informações prestadas pelo Diretor da Secretaria de Comissões a esta Comissão, acima registradas, a Proposta nº 9, de 2020, encontra amparo regimental para sua apreciação por esta Comissão.

Passando a analisar a matéria, cabe registrar que não é mais possível realizar a proposta original contida na presente sugestão, vale dizer, destinar os recursos dos fundos eleitoral e partidário em razão da emergência pela calamidade na área de saúde pública em razão dos efeitos do covid-19 – que, obviamente, já passou.

Com efeito, esta proposta surgiu em momento crítico, durante a pandemia de covid-19, quando a necessidade de recursos para a saúde pública se tornou premente. Como visto acima, a proposta visava redirecionar recursos dos fundos partidário e eleitoral para mitigar os impactos da emergência sanitária, econômica e social decorrente da pandemia.

Todavia, entendemos que podemos aproveitar a sugestão sob análise e transformá-la em projeto de lei que contemple a possibilidade de os partidos políticos destinarem os recursos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm direito do fundo eleitoral ou do fundo partidário para fazer frente a despesas com situações de calamidade pública.

Como temos visto, emergências provocadas por calamidades vêm se tornando recorrentes, como as causadas pelas enchentes na Bahia, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Uma legislação permanente como a ora proposta permitirá a utilização de recursos do fundo eleitoral ou do fundo partidário, por iniciativa dos partidos políticos, sem necessidade de um novo processo legislativo a cada ocorrência.

Cabe recordar que, nos termos hoje vigentes, a Lei das Eleições autoriza os partidos políticos a renunciarem aos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Contudo, não há uma destinação para os recursos a que se renuncia, bem como não está claro na lei se essa renúncia pode ser parcial, ou se obrigatoriamente tem que haver a renúncia da totalidade desses recursos.

Por outro lado, não há qualquer previsão nesse sentido no caso da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), que regulamenta o fundo partidário.

Desse modo, conforme estamos propondo, a partir da sugestão que ora analisamos, por meio do acréscimo de um §17 ao art. 16-C da Lei das Eleições, os recursos desse fundo a que os partidos renunciarem poderão, por disposição do partido renunciante, ser direcionados, ao Erário, para fazer frente a despesas decorrentes de calamidades públicas. E estamos também a alterar o §16 para estabelecer que a renúncia poderá ser parcial ou total.

Ademais, por meio do acréscimo do art. 41-B à Lei das Eleições, estamos propondo que, da mesma forma quanto aos recursos do fundo, os partidos políticos também poderão renunciar aos respectivos recursos do fundo partidário e direcionar tais recursos igualmente para fazer frente a despesas decorrentes de calamidades públicas.

O prazo para os partidos renunciarem aos recursos será até o dia 1º de junho, no caso do fundo eleitoral, que é o prazo fixado pela Lei das Eleições para o Tesouro repassar os recursos para o TSE. E, no caso dos recursos do fundo partidário, conforme prazos fixados pelo Tribunal, pois esses recursos são repassados por meio de duodécimos (art. 40, § 1º, da Lei dos Partidos Políticos) ao longo de todo ano, seja ano eleitoral ou não e não é fixada data para tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, estamos propondo que a vigência da lei se dê nos termos do art. 16 da Constituição Federal, que estabelece a regra da anuidade, ou seja que toda lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando, contudo, à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. Isso para afastar eventuais usos eleitoreiros da proposta, uma vez aprovada.

Desse modo, a Sugestão nº 9, de 2020, embora originada em um contexto específico, pode ser adaptada e convertida em nova proposta legislativa capaz de fortalecer a resposta do poder público a emergências de natureza sanitária, econômica, social e ambiental. Tal medida pode contribuir para a ampliação da capacidade de atuação do Estado em situações de crise, alinhando o uso de recursos públicos às prioridades impostas por cenários excepcionais.

O voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Sugestão 9, de 2020, com sua transformação em projeto de lei, nos termos que se apresenta no projeto de lei enviado aos membros da Comissão.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Só para lembrar, Senador Marcos, que quem enviou essa informação, essa sugestão, foi Vagner Paulo, que é do Estado de Santa Catarina. Ele enviou essa sugestão para o portal no dia 17 de março, de 2020, e, no dia 31 de maio, de 2020, ele tinha alcançado 22.485 assinaturas. Então, assim, uma matéria que teve grande apoiamento. E agora o Senador Marcio Bittar, de forma inteligente, aproveitou a ideia. Ela era para aquele momento de covid, mas ele aproveitou a ideia e a transformou em projeto de lei, para que possa ser também aplicada em outros momentos. Então, parabéns, Senador Marcio Bittar, pelo relatório.

Que a Secretaria informe ao autor da sugestão, que está desde 2020 esperando uma deliberação. É a sociedade participando do processo legislativo. Mesmo que seja um não, eu acho que as sugestões precisam ser apreciadas para que as pessoas se sintam valorizadas e a gente possa motivar mais pessoas a participarem do Portal e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo voto.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Presidente, é só para um comentário extra com relação a isso, se me permite.

É que nós tivemos a pandemia em 2020, e é importante lembrar que nós teremos outras pandemias. Às vezes as pessoas não querem falar sobre isso ou pensar sobre isso, mas esse é o fato. A ciência e a história demonstram isso. E o Brasil tem, costumeiramente, utilizado uma cultura extremamente perigosa de não pensar em prevenção ou em gerenciamento de risco. Sempre se deixa para tentar tomar providência depois. Isso é muito ruim. A gente está falando de pandemias e de desastres naturais. Nós temos aqui vários projetos de lei – inclusive um dos meus projetos, o 5.002, de 2.023, que trata de gerenciamento de risco –, que ficam parados, esperando acontecer outra tragédia.

Da mesma forma como a gente vê as tragédias nas escolas, com a violência nas escolas, com ataques a professores e alunos, quando aí tem toda aquela comoção, tem a imprensa em cima. Então, acontece um salto de galinha, vamos dizer assim, um voo de galinha nos projetos de lei que estão aqui parados, e, depois, para de se falar, e esses projetos ficam esperando acontecer de novo.

Então é importante, relembrando que isso aqui foi de 2020, mas é um sistema de proteção ou é um adendo às possíveis proteções, prevenções ou gerenciamento de risco para outros casos que vão acontecer na frente. Então, é importante terem andamento essas coisas aqui, no Congresso, de forma geral.

Então, parabéns ao Marcio Bittar, por aproveitar a ideia. Eu espero que esse projeto ande, assim como os outros que tratam da prevenção e do gerenciamento de risco, lembrando que prevenção é uma parte do gerenciamento de risco. Eu trabalhei 30 anos com isso, e às vezes as pessoas confundem uma coisa e falam assim: "Mas já tem uma lei de prevenção". Não, isso não é gerenciamento de risco. Prevenção é uma parte do gerenciamento de risco que inclui prevenção, preparação, resposta, correção e uma série de coisas.

Então, parabéns ao Marcio. Pode contar aí com o meu apoio na tramitação dessa lei também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senador. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei.

A matéria vai à Secretaria Legislativa, para autuação e despacho do novo projeto de lei.

Obrigada, Senador Marcos Pontes.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4915, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o §4º do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer aumento de pena em caso de estelionato cometido em contexto de violência doméstica ou de relacionamento amoroso.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Hermes Klann

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

Concedo a palavra ao Senador Hermes, para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, se me permite, vou direto à análise.

Sra. Presidente, como o relatório foi previamente apresentado e já é de conhecimento, apresento a síntese da análise, devido à sua extensão.

Sra. Presidente, a proposição enfrenta uma modalidade de crime que tem crescido de forma preocupante, o chamado estelionato sentimental, em que o criminoso utiliza ou simula uma relação afetiva para obter vantagem patrimonial ilícita. Trata-se de uma fraude que ultrapassa o prejuízo financeiro, pois também causa profundos danos emocionais e psicológicos às vítimas, especialmente às mulheres, muitas vezes inseridas em contexto de violência doméstica, familiar ou dependência afetiva.

O projeto acerta ao prever aumento de pena para estes casos e ao reconhecer que essas relações podem ocorrer tanto presencialmente quanto exclusivamente por meio de redes sociais, aplicativos e outros ambientes digitais, realidade cada vez mais comum.

Apresentamos, contudo, um substitutivo para aperfeiçoar a técnica legislativa. Em substituição à expressão "relação amorosa", adotamos o conceito de relação íntima de afeto, já consagrado pela Lei Maria da Penha e amplamente reconhecido pela jurisprudência, conferindo maior segurança jurídica e precisão ao texto legal.

Também promovemos ajustes redacionais para deixar claro que a causa de aumento de pena alcança igualmente as relações estabelecidas ou mantidas exclusivamente em ambiente digital.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.915, de 2025, na forma da emenda substitutiva apresentada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC) – Pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Senador, parabéns pelo voto! Eu sou autora do projeto, estava aqui torcendo para o senhor votar logo para ninguém discutir, ninguém pedir vista. Tinha um povo aí atrás do senhor – sabe, Senador? –, um povo do Governo, que queria pedir vista. (*Risos.*)

Aí a gente combinou: "Pede vista na outra Comissão, nessa daqui não. Temos que proteger as mulheres desses estelionatos amorosos que estão acontecendo no Brasil".

Então, as contribuições que chegaram ontem, com certeza o próximo Relator na CCJ pode absorvê-las e apresentar um outro relatório.

Senador.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente Damares, eu quero parabenizar a senhora pela iniciativa dessa importante proposição e agradecer a oportunidade de relatá-la. O estelionato sentimental é uma violência que vai muito além do prejuízo financeiro: ele destrói a confiança, a dignidade e a segurança emocional das vítimas, especialmente das mulheres. A urgência deste debate é evidente.

Segundo o Observatório da Violência contra a Mulher da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no meu estado foram requeridas 31.655 medidas protetivas em 2025. Aqui no Distrito Federal foram registradas mais de 23 mil ocorrências de violência doméstica e familiar em 2025, demonstrando que é preciso enfrentar todas as formas de violência, inclusive patrimonial, e a praticada no ambiente digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aos colegas pela aprovação do relatório, e tenho a convicção de que hoje damos mais um passo para proteger as mulheres e tornar nossa legislação mais eficaz no combate a esses crimes.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senador.

O número é absurdo, né, Senador? O número da violência contra a mulher é absurdo! Obrigada, Senador.

O senhor tem um pedido de inclusão extrapauta, é isso?

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC) – Sra. Presidente, eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação regulatória do medicamento Elevidys, destinado ao tratamento da distrofia muscular de Duchenne, bem como as políticas públicas voltadas às doenças raras, especialmente no que se refere ao acesso a terapias avançadas, aos procedimentos regulatórios adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e às ações do Ministério da Saúde.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Sr. Napoleão Bernardes, Deputado Estadual de Santa Catarina;

- o Sr. Max Lemos, Deputado Federal;

- a Sra. Deborah Rassele, mãe do paciente Raul Rassele;

- o representante da Anvisa;

- o representante da Roche Farmacêuticos;

- o Sr. Humberto Scherer, pai do segundo paciente medicado com Elevidys.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O.k.?

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu quero colocar em votação a solicitação para inclusão em pauta do requerimento que o Senador apresentou.

Aqueles que aceitam que seja incluído extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao mérito.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 108, DE 2026

- Não terminativo -

Requer audiência pública para debater a situação regulatória do medicamento Elevidys (delandistrogene moxeparvovec), destinado ao tratamento da Distrofia Muscular de Duchenne (DMD), bem como as políticas públicas voltadas às doenças raras, especialmente no que se refere ao acesso a terapias avançadas, aos procedimentos regulatórios adotados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e às ações do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Hermes Klann (PL/SC)

Em votação, o Requerimento 108, de 2026, já apresentado pelo Senador Hermes, já defendido.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Vamos com a Secretaria, Senador Hermes, já ver uma data para a gente fazer a realização dessa audiência, dada a urgência da matéria; então, a Secretaria depois, junto com a assessoria do Senador, já marcar uma data. E, como a gente vai trazer também as outras terapias, lembremos de trazer a Anvisa para sentar-se à mesa e trazer a Conitec para sentar-se à mesa também. O.k.?

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC) – Senadora, eu não tinha noção desta doença, e a gente vai tentando... vai pegando as informações. É muito grave, é doído, a gente sente muito. Então, é para ontem, não é para... Essa gente não pode esperar, não tem como!

Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senador.

Também apresento o pedido de inclusão extrapauta do Requerimento 107, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, que eu subscrevo.

Aqueles que concordam com a inclusão do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 107.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5115/2025, que "altera as Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para determinar a instalação de centros-dia para pessoas idosas atendidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas)".

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e outros

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu estou subscrevendo esse requerimento.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 105/2026 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 6524/2019 seja incluído como convidado o Senhor Edson Ferreira Liberal, Sociedade Brasileira de Pediatria.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado, que, na audiência pública objeto do Requerimento 105 – já aprovado –, com o objetivo de instruir o PL 6.524/2019, seja incluído mais um convidado, o Sr. Edson Ferreira Liberal, da Sociedade Brasileira de Pediatria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou subscrevendo o requerimento da Senadora Teresa.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 8 da pauta é uma minuta de uma indicação que nós estamos enviando para o Governo Federal, fruto de uma audiência pública aqui nesta Comissão, quando grandes especialistas, pacientes, instituições vieram a esta Comissão discutir o tratamento da fissura labiopalatina, e a gente decidiu que o encaminhamento, a proposição desta Comissão ao pedido das instituições, seria uma indicação para o Governo Federal.

Então, eu estou colocando a minuta da indicação, que já foi publicada, devidamente publicada, em discussão. Vou ler apenas a ementa da indicação. Eu acho que eu não preciso ler a justificação, porque a gente discutiu muito, é tudo fruto da audiência pública, e está muito clara a justificativa da sugestão.

A indicação.

ITEM 8

MINUTA DE INDICAÇÃO Nº , DE 2026

Sugere ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Saúde, a regulamentação, por portaria, do prazo de 30 dias entre o diagnóstico e o tratamento da fissura labiopalatina no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senadora Damares Alves

Nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sugerimos ao Poder Executivo federal, por intermédio do Sr. Ministro de Estado da Saúde, a regulamentação, por portaria, do prazo máximo de 30 dias entre o diagnóstico e o início do tratamento especializado da fissura labiopalatina no âmbito do Sistema Único de Saúde. O que isso quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer? Na hora em que se identifica que a criança tem a fissura labiopalatina, imediatamente, em 30 dias, já começam o atendimento e o tratamento.

Inclusive, nós aprovamos aqui o teste do ceuzinho. O bebê nasce e, às vezes, tem uma fissura que não é nos lábios, mas uma fissura palatina, que ninguém identifica no primeiro momento. Só depois de muitos dias que o bebê está em casa, com dificuldade de mamar, com dificuldade de comer, aí se descobre o problema. É uma fissura no palato. E aí já se perdeu muito tempo. Então, com o novo teste do ceuzinho, que aprovamos no Senado e de que já vai vir a lei, porque veio da Câmara, de autoria da então Deputada Celina Leão, hoje minha Governadora do DF, nós vamos ter esse diagnóstico lá na hora do nascimento.

Aqui é para além do teste do ceuzinho. Havendo o diagnóstico da fissura labiopalatina, imediatamente, no máximo 30 dias após o diagnóstico, deve começar o tratamento. Então, essa é a sugestão que a gente encaminha ao Ministério da Saúde.

Os Senadores que concordam com a minuta apresentada permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a minuta, que será enviada ao Ministério da Saúde.

A Secretaria vai encaminhar para a Secretaria Legislativa, que encaminhará ao Ministério da Saúde uma indicação de autoria desta Comissão.

Eu tenho expedientes para fazer a leitura, não são muitos.

Comunico ao Colegiado o recebimento da denúncia constante do Expediente 415.

Informo que recebeu o devido encaminhamento no âmbito das competências desta Comissão.

Comunico ainda o recebimento das respostas de ofício constantes dos Expedientes 421, 422, 423, 425 e 426.

Informo que todas receberam os devidos encaminhamentos, destacando que:

- No Expediente nº 421, em resposta ao ofício expedido por esta Comissão, referente à denúncia sobre o falecimento de uma criança, com alegações de possível negligência no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento prestado por unidades de saúde, o Ministério Público do Estado de São Paulo informou que a manifestação foi registrada como notícia de fato e distribuída à Promotoria de Justiça Criminal da capital. Informo que o caso permanecerá sob acompanhamento desta Comissão.

A família foi notificada já do recebimento? (*Pausa.*)

Vai ser notificada a família, depois da aprovação aqui. O.k.

- No Expediente 423, em resposta ao ofício expedido por esta Comissão, decorrente de manifestação da defesa de custodiado condenado pelos atos de 8 de janeiro de 2023, que relatava agravamento de seu estado de saúde e episódios de ideação suicida, a unidade prisional informou a realização de avaliação médica, exames laboratoriais e encaminhamento para avaliação psiquiátrica especializada em ambiente hospitalar, além da manutenção do acompanhamento multiprofissional. Informo que a Comissão permanecerá acompanhando o caso.

- No Expediente 426, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça comunicou a instauração de procedimento administrativo para acompanhar as ocorrências apontadas no relatório de diligência externa de visita institucional a pessoas custodiadas no âmbito dos eventos de 8 e 9 de janeiro de 2023, determinando ainda a ciência do caso ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com recomendação de fiscalização, acompanhamento das questões identificadas e apresentação de informações complementares. Informo que a Comissão acompanhará os desdobramentos das medidas adotadas.

Deixe-me falar com o Brasil. Nós aprovamos, nesta Comissão, a visita aos presos de 8 de janeiro. Nós aprovamos lá atrás, no início de 2025, e demorou um ano para o Ministro Alexandre nos autorizar a visitar os presos de 8 de janeiro como Comissão de Direitos Humanos. Fizemos a visita, e o Ministro ainda fez o seguinte: "Não vai toda a Comissão". Era para ir toda a Comissão, Senadores, membros da Comissão queriam visitar os presos. "Vai apenas a Presidente com um assessor e só pode visitar três por dia". Para demorar bastante, para a gente demorar a identificar a situação de cada custodiado. E detalhe: só autorizou visitar os presos que estão em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília. Tem uma excepcionalidade: nós visitamos o Filipe Martins, que está em Ponta Grossa, no Paraná.

Aí, depois que a gente foi, a gente fez um relatório – o relatório já foi publicado –, e nós começamos a encaminhar esse relatório para o Brasil e para o mundo. É verdade, foi para cortes internacionais, para outros Parlamentos de outros países, para todas as comissões de direitos humanos do Brasil, para diversos órgãos. Agora, a gente tem aqui a notícia de que os ofícios das visitas que nós encaminhamos com o relatório... A gente já tem aqui a notícia de que já começam a se movimentar os órgãos para quem a gente encaminhou o relatório do 8 de janeiro.

Quem não leu o relatório, leia. Nós temos preso, por exemplo, que é do Acre. Ele está aqui, mas ele mora no Acre. Ele está, desde o ano passado pedindo transferência, e a legislação diz que custodiado tem que ficar preso numa unidade próxima da família. A família desse preso não consegue vir do Acre para visitá-lo; ele está abandonado. É um advogado que vai de vez em quando visitá-lo. Nós temos a mesma história com um outro preso de Vitória da Conquista que está aqui, pedindo há mais de um ano a sua transferência. Nós temos presos do 8 de janeiro que já alcançaram a progressão de pena para o regime semiaberto, desde outubro do ano passado. Eles já têm o direito ao semiaberto e estão presos.

Um deles tem em torno de 67 anos, e a esposa, 73. E mora na área rural. Ela está sozinha, na área rural, cuidando do sítio dela. Ele não dorme de noite, preocupado com a esposa.

Então, essa é a realidade que a gente viu dos presos de 8 de janeiro, e a gente só está pedindo o seguinte... Nós não vamos discutir, Sr. Ministro Alexandre, o mérito. Nós só queremos que a lei seja aplicada a eles, porque a lei já não foi aplicada quando foram condenados. Não foi, porque nós não temos ali terroristas. Eu não vi terroristas na cadeia; eu vi homens e mulheres que estavam se manifestando aqui na Esplanada.

Bom, foram condenados? Eu não vou discutir o mérito, porque não cabe mais. Só numa revisão criminal. Mas vamos ver então, agora, como é que está a aplicação da pena. Então, eu fui para ver a aplicação da pena na Lei de Execução Penal. Muitas violações de direitos na aplicação da pena. Então, o relatório apontou isso, que essas pessoas recebam um mínimo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dignidade, um mínimo, porque a vida delas já acabou. Serão condenadas para a vida inteira. É lamentável.

Comunico também o recebimento da solicitação constante do Expediente 424. Informo que recebeu o devido encaminhamento.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos, para a deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da CDH. Os demais permanecem na Secretaria, para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Antes de encerrar esta reunião, eu tenho duas notícias.

Uma, na verdade, não é notícia. É uma manifestação de indignação, de tristeza, de dor, de pesar pela morte da menininha, lá em Fortaleza, de 10 meses de idade, que foi vítima de estupro coletivo. É: 10 meses. Mais de uma pessoa, é estupro coletivo. E ela morre estuprada, esganada, de forma cruel, pelo namorado da mãe, e parece que o primo do namorado da mãe junto. Dez meses, estupro coletivo.

Nós estamos falando tanto sobre proteção da criança. E nós estamos, nesta semana, celebrando os 36 anos do ECA. Esta Comissão fez audiência para celebrar o ECA, mas esta Comissão também fez esta semana uma audiência porque nós estamos fazendo avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes e, nessas audiências de avaliação, nós estamos vendo o absurdo do absurdo.

Nesta Comissão, em maio... Está aqui a Pastora Dani Linhares. Nesta Comissão, em maio, no Maio Laranja, um dos coordenadores da Polícia Federal, o Coordenador do Programa Guardiões da Infância, um grande programa que a Polícia Federal está desenvolvendo, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentou, nessa tela, a foto do menino mais jovem estuprado no Brasil. Ele tinha quatro horas de vida. Ele foi estuprado logo após o parto.

E nós estamos o tempo todo falando do estupro de bebês, de recém-nascidos, nós estamos sempre falando sobre isso, e tinha gente que, no passado, quando eu falava, achava que eu estava exagerando. Hoje, os dados estão aí. As notícias estão aí. O caos está posto.

Na semana passada, dois empresários foram presos no Rio Grande do Sul com 100 terabytes de imagens de estupro de crianças, adolescentes, bebês e recém-nascidos – 100 terabytes significam 50 mil horas de vídeos – e imagens, em fotos, 50 milhões de fotos. Para eles terem 50 milhões de fotos de crianças estupradas, vamos imaginar que algumas fotos sejam repetidas, sejam das mesmas crianças em idade diferente, que estão em cárcere privado – de idade diferente, posição diferente, dias diferentes –, para eles terem 50 milhões de fotos de crianças estupradas, no mínimo, 10 milhões de crianças foram estupradas. Eles têm imagens do mundo inteiro. E sabe o que aconteceu com os empresários? Eles foram para a delegacia, ficaram 24 horas e foram para a rua, porque eles prometeram que vão fazer um tratamento psicológico.

Eu sei o que vocês estão sentindo – é o que eu sinto –, mas o meu sentimento ainda é pior do que o de vocês, porque eu estou aqui num lugar de poder e de decisão. E a minha sensação de impotência, como Senadora, é tão grande!

Quando eu abro a internet, a população está perguntando: "O que a senhora está fazendo?". Eu estou fazendo tudo que eu posso. São 24 horas por dia dedicadas ao meu mandato. Eu prometi que meu mandato seria dedicado à infância. E eu não me omito, a minha equipe não se omite. Nós estamos o tempo todo tentando encontrar respostas e solução, mas que resposta legislativa eu posso dar para um padrasto e o primo do padrasto cruéis que, dentro de casa, longe da polícia, longe dos holofotes, longe da gente, dentro de casa, estupram uma menina de dez meses e a matam de forma cruel? Qual é a resposta a mais que eu tenho que dar? Prisão perpétua? Pena de morte? O que fazer, gente? Eu pergunto, porque eu sou cobrada: "A senhora está fazendo o quê?". Fazer mais o quê?

Eu acho que a gente vai precisar, na próxima legislatura, talvez, de um Congresso mais corajoso. E nós estamos vendo aqui, na avaliação da política de proteção de criança, no plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional de enfrentamento à violência, que nós vamos ter que ter mais orçamento, nós vamos ter que ter mais pessoal qualificado, nós vamos ter que ir para a ponta, nós vamos ter que empoderar quem está na ponta, cuidando de criança, qualificar quem está na ponta cuidando de criança.

Como a gente consegue dormir com notícias como esta: um menino de quatro horas de vida e agora uma bebê de dez meses vítima de estupro coletivo? Aonde a gente vai chegar como nação brasileira? Aonde?

E eu não canso de fazer este chamamento público: "Bora, gente, vem comigo. Bora! Bora mudar essa história no Brasil".

Às vezes, acham que eu sou exagerada, mas, quando a gente pega a idade desses agressores, são tão jovens! O que aconteceu com essa geração? Nós erramos lá atrás, na década de 80 e 90, quando a gente deixou uma erotização precoce de criança, quando a gente liberou pornografia? A coisa era muito solta e essa geração que cresceu erotizada virou predadora hoje? Será que nós erramos? Onde nós erramos? Vamos fazer contenção nas próximas gerações? O que a gente vai fazer? Vamos trabalhar o fortalecimento de vínculos familiares? Vamos trabalhar a formação de novos pais? O que a gente vai fazer?

Eu confesso para vocês que, do mesmo jeito que vocês estão aí do outro lado se sentindo impotentes, eu aqui sentada, presidindo uma Comissão e como Senadora da República, também tenho o sentimento de impotência muitas vezes. Que Deus tenha misericórdia das crianças do Brasil! Todo dia estamos batendo um recorde, recorde sobre recorde: a menina mais jovem do mundo, com boletim de ocorrência, estuprada no Brasil tinha cinco dias de vida, ainda estava com o cordão umbilical; o menino mais jovem do mundo com boletim de ocorrência registrado no Brasil tinha quatro horas de vida; agora eu acho que essa bebê é a mulher mais jovem do mundo vítima de estupro coletivo. Eu não sei se tem algum outro caso no mundo de uma mulher tão jovem, apenas dez meses, vítima de estupro coletivo. É desanimador o quadro, mas a gente vai continuar aqui firme.

E só o que me deixa triste, gente, é que as pessoas estão brigando por tanta besteira, e eu não vejo essas pessoas que estão brigando por tanta besteira com o mesmo empenho para salvar criança. Tem gente que gasta energia 24 horas para me atacar e atacar as Senadoras desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casa. Por que essas pessoas não gastam energia e não promovem um trabalho como vizinhos vigilantes, em que o vizinho que escutar um choro estranho imediatamente denuncia? Por que essas pessoas que gastam tanta energia na internet brigando não gastam energia criando programas de proteção da infância no Brasil?

Eu confesso para vocês que eu estou às vezes desanimada, às vezes triste, mas digo para vocês que não estou cansada, e a gente não vai desistir. Eu tenho, neste Senado, um exército de homens e mulheres que também estão incomodados e que querem fazer a diferença, mas nem tudo depende do Senado, a gente depende lá da Câmara. A gente aprova uma proposta incrível aqui e vai para a Câmara. Ó, fica, fica... Então, a gente vai precisar de, no próximo ano, ter um Congresso valente e corajoso. Que os valentes sejam reeleitos e voltem para esta Casa! Que os valentes e corajosos da Câmara sejam reeleitos e que a gente traga novos valentes e corajosos para o Congresso Nacional! Que Deus abençoe o Brasil!

Mas eu quero encerrar esta reunião, que é a última do semestre, fazendo uma pequena apresentação do trabalho da Comissão de Direitos Humanos neste semestre. Olhem só, me desculpem os Presidentes de outras Comissões, mas nós somos a melhor Comissão do Senado. Nós tivemos 121 matérias despachadas para a CDH; das 121, nós apreciamos 108 neste semestre. Nós tivemos 22 reuniões deliberativas, nós não tivemos nenhuma reunião deliberativa suspensa nesta Comissão e nós respondemos a 426 expedientes e os deliberamos. E o que são expedientes? São denúncias que chegam à Comissão.

Esta Comissão virou uma central de recebimento de denúncias dos mais variados temas de violação de direitos humanos no Brasil.

Vejam só, e aqui nós temos algumas fotos, é porque o relatório vai ser publicado. Bora lá.

Projetos aprovados em decisão terminativa. Isso quer dizer projeto que parou aqui, foi aprovado, já foi para sanção ou já foi direto para a Câmara. O PL 670, de 2023, que institui o Programa Mulher Alerta. Depois a gente teve o PL 3050, de 2025, que institui medidas de enfrentamento à violência contra a mulher no âmbito do turismo. Foi bem bacana essa aprovação, vocês lembram? Foi extraordinário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Comissão é, na maioria das vezes, a porta de entrada dos projetos de lei. Poucas matérias são terminativas aqui, mas a gente conseguiu fazer entregas de matérias terminativas.

O PL 1.020 cria o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres e Meninas Indígenas. Inclusive, neste dia, as nossas Deputadas indígenas estavam aqui no Plenário e a gente celebrou juntas. E a gente também aprovou o Projeto de Lei 3.893, que institui a Política Nacional de Juventude, de forma terminativa, já foi para a Câmara.

Aí nós temos fotos de momentos emocionantes da Comissão. Mas a gente também teve propostas que foram convertidas em lei. A Lei 15.386, combate à violência contra mulheres indígenas, como foi terminativo, então esta Comissão deu para o Brasil uma lei, como também deu uma nova lei, em 2025, que foi a 15.398, de 2026, o Programa Antes que Aconteça, que também institui... A matéria passou por urgência, diretamente ao Plenário, após análise na CDH, e um detalhe, foi uma iniciativa da nossa Senadora Daniella Ribeiro.

Mais uma proposição convertida em lei: transparência nos conselhos da infância, olha lá, Lei 15.426, que passou por aqui. A Lei 15428, denúncia de violência doméstica, aumenta o prazo para denúncia, porque antes dessa lei... Só volta. Antes dessa lei, a mulher tinha um prazo de 6 meses para denunciar quando era vítima de violência. Agora a gente aumentou para um ano.

Pode passar.

Veja só, mais fotos das pessoas que passaram por esta Comissão. Participação social, a CDH como um canal direto do cidadão. Nós recebemos inúmeras sugestões legislativas no programa e-Cidadania.

Pode passar.

E foram transformadas em lei.

Só passar, olha.

A gente teve sugestões que vieram do e-Cidadania que se transformaram em projeto de lei. Piso salarial para médicos veterinários, era uma sugestão da sociedade. Isenção do Imposto de Renda para militares; ainda me lembro do rostinho do Styvenson aqui lendo esse projeto e lutando por ele. Reajuste anual do bolsa-formação do programa Mais Médicos. Tudo que veio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sociedade a gente transformou em projeto de lei. Transformamos também sugestões em indicação executiva, como a regulamentação da carga horária dos militares das Forças Armadas, e demais sugestões aguardam relatório dos respectivos relatores, mas todas estão tendo encaminhamento.

Pode passar.

Lembram dessa audiência? Lembram? A gente trouxe para cá os movimentos que trabalham com pessoas com nanismo. Fizemos alguns desafios para o Brasil.

Diálogo e fiscalização, ampla mobilização para debate de políticas públicas. Nós aprovamos 106 requerimentos de audiências públicas, diligência externa, avaliação de políticas, pedido de informações e convites a autoridades. Tivemos 31 audiências públicas nesse período. Trabalhamos, hein, gente? Bora. Vamos ver se os outros conseguem chegar perto da gente. Olha essa audiência, foi incrível.

Deixe-me contar uma experiência – volte – com essa Doutora que está batendo palmas. Vocês lembram o que aconteceu com ela?

Eu vou contar para quem não lembra porque ela permite. Ela veio para um debate sobre política pública para pessoas com nanismo e quando chegou a porta estava fechada. Vocês sabem... para quem não consegue ver – acho que a TV Senado não consegue mostrar – a nossa porta de entrada para a Comissão metade é madeira, metade é vidro. Quando ela chegou e viu a porta, não percebeu que era vidro e bateu na porta, e ela bateu feio, tanto que – ali naquela foto não dá para ver – a testa dela estava machucada, e nós ficamos olhando por que ela bateu.

Nós estávamos discutindo sobre nanismo, aí a gente observou que a marcação da porta de vidro, essa faixa que é obrigatório se colocar em todas as portas, está na nossa altura. Como ela tem nanismo não olha para cima, olha aqui. A partir dali, a gente descobriu que a marcação das portas no Senado precisava ser rebaixada.

Então, nós temos uma para uma altura dita normal e agora nós temos em todas as portas do Senado o rebaixamento da marcação, porque é uma porta de vidro. Então, esta Comissão, mesmo quando não quer, inova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi muito legal essa audiência, e ela, mesmo com dor, gente – olha a alegria dela –, ficou na Comissão do primeiro ao último minuto da audiência – olha você sorrindo lá atrás, Camila, você também estava muito feliz!

Pode passar.

"Fiscalização. Temas em debate: Proteção integral e enfrentamento à violência. Crianças, adolescentes e juventude".

Nós fizemos muitos debates sobre isso. Estamos fazendo a avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças, agora, em 2026. Mas, em 2025, a gente fez a avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Pode passar. (*Pausa.*)

Agora – volte, volte àquele eslaide –, a gente também fez o enfrentamento ao desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil e também ao trabalho infantil.

E, quando a gente falou de crianças desaparecidas – pode passar –, nós mostramos algumas fotos e essas fotos eu trago de volta.

Aqueles dois menininhos ali da direita, a menininha de blusinha amarela e o menininho de blusinha laranja são as crianças de Bacabal – lembram? Nós temos uma diligência para ir a Bacabal, esta Comissão vai a Bacabal.

Essas crianças não foram encontradas. Inclusive, a gente fez aqui um protesto. Alguns internautas estavam dizendo que elas foram encontradas num contêiner, que tinha 60 crianças sendo traficadas, que houve morte entre policiais federais, troca de tiro. Tudo mentira!

Quando se conta uma mentira como essa, deixa-se de divulgar as fotos. Então, a gente fez, inclusive, uma denúncia à Polícia Federal desses perfis que estavam falando que as crianças foram encontradas num grande tráfico internacional, porque é um desserviço à proteção da infância.

A menininha de vestidinho ali, com a faixinha amarela, é a nossa querida Elisa, do Marajó. Nós ainda vamos encontrar Elisa. Nós já estivemos no Marajó por causa dessa menina. Ela desapareceu aos dois anos de idade e os traficantes, que desapareceram, de vez em quando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltam à casa da mãe e mostram a foto dela: "Ó, estamos com ela, mas a gente só vai devolver quando vocês entregarem a criança que nós compramos". A mãe relatou isso, a família relatou. Inclusive, em uma das vezes, os traficantes levaram a menina para a mãe ver. Dois suspeitos já foram mortos – um, inclusive, morto sob o poder do Estado –, mas ninguém dá resposta sobre essa menina. Mas a Comissão já esteve no Marajó, e a gente vai continuar procurando Elisa.

Eu quero mandar agora um abraço especial para a avó de Elisa, D. Marinete, que não descansa, dia e noite procurando a sua netinha. Que menina linda! Que crianças lindas, gente, as quatro crianças!

E aquele menininho é o Edson Davi, do Rio de Janeiro, que se perdeu nas barraquinhas da praia, que disseram que morreu afogado. Não, não, não! A história não está bem contada, e agora a mãe conseguiu reabrir o caso.

Aí nós temos, recentemente – a gente fez aqui a manifestação, – o desaparecimento de José Arthur Souza Barros. Que bebê lindo! Que bebê lindo! Essa, gente, é aquela história de Eldorado do Carajás, no Pará, em que ele estava brincando no quintal de casa e foi sequestrado.

Novamente fotos de Elisa. A gente precisa ficar repetindo as fotos para o Brasil não se esquecer das crianças.

Temas em debate: nós discutimos pessoas com fissura labiopalatina, políticas públicas para pessoas com doenças raras, síndrome de Prader-Willi, acondroplasia, hipofosfatêmico ligado ao cromossomo X, neuromielite óptica, instituição do Dia Nacional das Porfirias. A gente também trouxe a regulação do sistema dos pacientes em tratamentos médicos injetáveis nas farmácias de manipulação. Nós estudamos, debatemos e defendemos aqui a saúde e a violação de direitos humanos na área da saúde. Nós cuidamos das pessoas com doenças raras e doenças crônicas neste semestre. Mas a gente não parou aí, não.

Olhem: lembram-se dessa menina? Ela tem a síndrome de Prader-Willi. Volta. E por que a gente fez essa audiência? As crianças com Prader-Willi – como um dos sintomas – ficam obesas. Teve um menininho, Dani, em Fortaleza, que, por ser obeso, por causa da síndrome, os coleguinhas o levaram para o banheiro e o forçaram a comer oito pedaços de bolo. Ele poderia ter morrido, porque a glicose sobe. A síndrome era pouco falada. Então, nós decidimos fazer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate aqui sobre essa síndrome e fizemos vários encaminhamentos sobre essa síndrome. Essa menina, por estar recebendo tratamento desde que nasceu, não ficou obesa, é uma menina linda, extraordinária. Várias famílias vieram a essa audiência. Foi um momento muito especial aqui, na Comissão. Inclusive, enquanto ela assistia à audiência, eles faziam um desenho para mim. Eu estou ali com um desenho de princesa. Na verdade, eu me sinto princesa. Na verdade, na idade em que eu estou, já me sinto rainha, tá?

Pode passar.

Temas em debate: nós tivemos inclusão e promoção da cidadania, vários temas da inclusão em PCD. A gente discutiu o direito das pessoas com síndrome de Down e aqui a gente fez um grande debate sobre pessoas, crianças com altas habilidades e superdotação. E o nosso debate ajudou a aprovar a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades e Superdotação.

Direito sociais do trabalho: discutimos o Dia Nacional do Frentista, o PL das instituições de longa permanência para pessoas idosas, a regulamentação do cuidador de pessoas idosas, foco na dignidade da pessoa idosa. Mais fotos das nossas audiências e aí vai.

Mas também nós cuidamos dos povos tradicionais, educação e direitos humanos.

Falamos, estudamos, debatemos sobre povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, direito das crianças indígenas, direito das crianças quilombolas, violação de direitos humanos envolvendo povos e comunidades tradicionais – por diversas vezes, este Plenário esteve lotado de povos e de comunidades tradicionais –, educação, cidadania e direitos humanos, liberdade educacional e moral dos filhos, contribuição de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira.

Quem se lembra da banda cantando aqui – foi lindo, não é? –, e daquele professor que veio com a turma dele? Por que não à guerra e sim à paz? Foi um outro debate que o Senador Paim fez sobre a paz. E a gente teve aí os nossos meninos, na audiência passada, em celebração ao aniversário do ECA. Inclusive eles são filhos de nossa servidora aqui.

Nós tivemos outros temas relevantes: enfrentamento a novos impactos sociais, debates sobre impactos sociais e econômicos, na saúde pública, das apostas esportivas – quem lembra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos uma Comissão anti-*bet*, antiapostas. Nós somos uma Comissão, por enquanto, antijogos de azar –, análise, regulação e proteção de grupos vulneráveis diante do mercado de apostas. Vimos testemunhos e depoimentos muito tristes aqui. Também nós falamos sobre modernização e planos institucionais do Senado, plano de equidade e raça, plano de acessibilidade, plano de sustentabilidade ambiental.

No plano de acessibilidade foi que a gente mudou aqui a marcação da porta.

E tivemos, na semana passada, essa princesa que veio aqui e encheu este Plenário de sorriso, de graça.

Nós temos agora a Subcomissão Yanomami, que foi criada agora e já instalada nesse semestre, que tem plano de trabalho aprovado. Já começaram as audiências públicas, já fez uma diligência em Boa Vista. inclusive, a Joana está aqui. A Joana que veio esta semana de Roraima para uma audiência pública. Ela é do sindicato dos trabalhadores da área da saúde. Então, agora, o povo Yanomami tem uma Subcomissão permanente aqui dentro da Comissão de Direitos Humanos.

Tivemos diligências externas no Rio Grande do Sul, em Roraima, visitas institucionais aos custodiados, em decorrência dos eventos de 8 de janeiro.

Pode passar.

Essa foto é maravilhosa.

Esse aí é o Geraldo Guajajara, não é? É o cacique, não é? (*Pausa.*)

É o Francisco Guajajara.

Pode passar.

Nós tivemos aí inúmeras reuniões técnicas.

Nós tivemos a participação também de tios e tias, com arte, música, para falar de temas tão importantes, do nosso querido professor, que veio falar sobre direitos humanos dos povos tradicionais e igualdade racial.

Bem, esta Comissão, nesse semestre, trabalhou bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório está disponível.

Eu quero agradecer os Senadores membros da Comissão, toda a Secretaria, as instituições que apoiam esta Comissão, o Governo, que tem sido legal comigo, não é Leila? O Governo, o bom diálogo. Nós temos bom diálogo com todos os ministérios. Para vocês terem ideia, na audiência pública de quarta-feira da semana passada, nós tínhamos quatro ministérios na mesa. Nas nossas avaliações, os ministérios estão vindo. Não há nenhuma resistência do atual Governo em fazer a discussão nesta Comissão, porque aqui nós respeitamos o trabalho de todo o profissional que está lá na ponta.

Então, gente, eu fiquei muito feliz com o relatório.

Obrigada! Eu não sabia que a gente ia apresentar tão bem, tão lindamente assim.

Antes do encerramento, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de terminar, vou dizer para os outros Presidentes de outras Comissões: querem ter um relatório deste? Lutem, lutem para chegar perto de nós. (*Risos.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e sete minutos do dia três de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 17/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Promover a campanha "Agosto Dourado" – Mês do Aleitamento Materno, seus impactos nas práticas de saúde, nos direitos das crianças e das mães, os indicadores nacionais e os desafios para a implementação de políticas públicas eficazes. Participantes: Miriam Oliveira dos Santos, Representante da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (rBLH-Fiocruz).; Marcos Rogério Duailibe Barreira, Capitão/Coordenador do Programa Aleitamento Materno do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; Sra Stephanie Amaral, Especialista em Saúde e Nutrição do UNICEF no Brasil; Sra Maria das Graças Cruz Rodrigues, Coordenação de Políticas de Aleitamento Materno SES-DF; Sonia Isoyama Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde; Rossiclei de Souza Pinheiro, Pediatra e Neonatologista - Sociedade Brasileira de Pediatria - Departamento Científico de Aleitamento Materno; e Luisete Bandeira, Consultora Nacional – Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde - Escritório da OPAS/OMS no Brasil. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/03

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 3 de agosto de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 17, de 2026, de minha autoria, aprovado nesta Comissão, para promover a campanha Agosto Dourado, mês do aleitamento materno, seus impactos nas práticas de saúde, nos direitos das crianças e das mães, os indicadores nacionais e os desafios para a implementação de políticas públicas eficazes.

Comunico a todos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

A nossa Senadora está presente hoje na audiência. Então, eu queria convidar a Senadora para sentar-se aqui do meu lado. Por favor, Senadora. Cadê a minha Senadora? Vem cá, Senadora. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso fazer audiência sem a Senadora, gente. Ela esteve conosco em uma audiência, ocupou a mesa e falou de forma brilhante. Ficou famosa no Brasil inteiro, e hoje ela voltou. Mas hoje ela não vai falar, hoje ela vai cantar – não é isso? – com o coral dela, mas ela tem que vir para a mesa. Lugar de Senadora – estou certa ou não estou? – é na mesa.

Nós hoje vamos falar de um assunto muito importante, não é, Senadora? Ela sabe. Nós estávamos conversando ali.

Senhores, o objetivo da audiência pública de hoje é promover o debate sobre o aleitamento materno, seus impactos nas práticas de saúde, na proteção dos direitos das crianças e das mães e os desafios para o fortalecimento das políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa integra as ações do Agosto Dourado, campanha instituída pela Lei 13.435, de 2017, que reconhece o leite materno como o padrão ouro da alimentação infantil e reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a promoção, a proteção e o apoio à amamentação.

Ao promover esta audiência, a Comissão de Direitos Humanos cumpre sua missão constitucional de acompanhar políticas públicas que assegurem a efetividade dos direitos humanos. Falar de aleitamento materno é falar do direito à vida, à saúde, à alimentação adequada, ao desenvolvimento integral da criança e à proteção da maternidade. Inclusive, muita gente está perguntando: por que a audiência está sendo na Comissão de Direitos Humanos? Eu estou justificando: é direito da criança o aleitamento, então nós estamos na Comissão certa. Esta é a Comissão que cuida do direito da criança, do direito da mulher, do direito da mãe, então nós estamos no fórum certo: a Comissão de Direitos Humanos.

Trata-se de uma política pública que produz benefícios simultaneamente para crianças, mulheres, famílias e para toda a sociedade. As evidências científicas são inequívocas. A Organização Mundial da Saúde e o Unicef recomendam o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e sua continuidade com alimentação complementar adequada até os dois anos ou mais. Estima-se que a ampliação dessa prática possa evitar centenas de milhares de mortes infantis e maternas em todo o mundo a cada ano, além de reduzir significativamente a incidência de infecções respiratórias, diarreias, obesidade, diabetes e outras doenças crônicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, embora os indicadores tenham evoluído nas últimas décadas, ainda persistem desafios importantes. Dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil e das ações de monitoramento do Ministério da Saúde demonstram que o país avançou na prevalência do aleitamento materno exclusivo, mas permanece distante da universalização recomendada pelos organismos internacionais. Persistem as desigualdades regionais, dificuldade de acesso à informação qualificada, necessidade de maior apoio às mulheres durante o pré-natal e puerpério, e obstáculos relacionados ao retorno ao trabalho e à manutenção da amamentação.

Esses desafios revelam que o sucesso do aleitamento materno não depende exclusivamente da decisão individual da mãe; ele exige uma rede articulada de proteção, envolvendo os serviços de saúde, a família, os empregadores, a sociedade e o poder público. Nesse contexto, políticas como a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, a iniciativa Hospital Amigo da Criança e, especialmente, a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano constituem exemplos reconhecidos internacionalmente de boas práticas em saúde pública.

É motivo de especial satisfação destacar a presença, nesta audiência, de representantes do Ministério da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde, do Unicef, da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, da Sociedade Brasileira de Pediatria e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nossa gloriosa corporação, cujo Programa Aleitamento Materno demonstra como a integração entre instituições pode ampliar o acesso ao leite humano por meio da coleta domiciliar e do apoio logístico às famílias. A diversidade deste painel certamente enriquecerá o debate e contribuirá para o aperfeiçoamento das políticas públicas nacionais.

Dessa forma, desejo a todos que estão nos acompanhando um momento especial, um momento em que nós vamos falar de vida, de proteção à vida, de proteção à infância. Que esta audiência seja um marco.

E algumas pessoas perguntam: "É necessário que o Parlamento esteja atento?". Sim.

E eu vou contar uma experiência para vocês que aconteceu uns 15 anos atrás. Nós não tínhamos ainda o Agosto Dourado. Eu era só uma assessora. E eu entrei na Comissão de Seguridade – na época, era a Comissão de Seguridade Social lá da Câmara dos Deputados – e tinha um projeto de lei para o qual estava tudo articulado. Ele entrou extrapauta e era um projeto de lei que, quando eu li, falava de embalagens de leite. Eu achei estranho aquele projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter entrado assim... Eu não vou dizer nomes, não vou dizer estado, não vou dizer o projeto. E o projeto de lei estava dizendo o seguinte: para tirar das embalagens de leite longa vida aquela frase que nós conseguimos colocar com muita luta, que os nossos valorosos precursores, lá atrás, nas décadas de 80 e 90, conseguiram colocar nas embalagens de leite: "nada substitui o aleitamento materno", "este alimento não substitui o leite materno". Foi uma luta para colocar aquilo. Vocês sabem disso. E o projeto de lei era para retirar aquela frase das embalagens de leite no Brasil. Eu achei estranho e fui perguntar ao pessoal: "Por que isso?". Pergunte ao Deputado autor. Eu fui lá e perguntei: "Deputado, por que o senhor quer retirar essa frase da embalagem de leite?". E ele disse: "Porque, se a gente retirar a frase, a impressão da embalagem vai ficar mais barata, porque fica muito caro na gráfica essa frase. Então, a gente vai tirar a frase. A embalagem vai ficar mais barata e a gente automaticamente vai baratear o custo do leite no Brasil". Eu olhei para a cara do Deputado e disse: "Será que ele pensa que eu sou burra?". Acho que ele pensava. Aí eu fui conversar com o assessor dele. O assessor dele disse assim: "Senadora, pensa...". Eu não era Senadora. "Doutora, pensa o seguinte: se em cada cidade do Brasil uma pessoa, na hora em que pegar a embalagem de leite – uma pessoa, são 5,6 mil municípios –, ler 'Este alimento não substitui o leite materno' e uma pessoa em cada cidade deixar de comprar 1 litro de leite, são 5,6 mil litros de leite que a gente não vai vender." Eu disse: "Então, o problema é dinheiro?". "É. É dinheiro, mas no outro sentido. Nós queremos incentivar as pessoas a comprarem mais leite". Eu disse: "Eu não acredito nisso". Aí eu sei que entrou uma Deputada e a gente pediu vista do projeto. E, na outra sessão, nós lotamos a Comissão de mães amamentando. E aí a gente ganhou no peito – literalmente no peito. (*Palmas.*)

Então, o Parlamento precisa estar atento, porque, por mais que esteja consagrada a campanha do Agosto Dourado, por mais que esteja consagrado o entendimento e que esta geração hoje esteja consciente do aleitamento materno, se a gente não estiver atento aqui no Parlamento também, nós podemos ser surpreendidos com boas iniciativas que, na verdade, não são tão boas assim, têm outros interesses.

Então, por isso, o Senado Federal está aqui em alerta. Nós estamos falando para esta geração, mas nós fizemos questão de trazer a próxima geração para o debate também, a próxima geração de mães para o debate também, de pais, para entenderem a importância e começarem agora, podemos falar agora, já na sala de aula, sobre o aleitamento materno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, teremos agora a apresentação artística do coral da Associação Viver. Essa instituição, que fica na cidade Estrutural, ao lado do aterro sanitário, foi fundada e é mantida pela Igreja Presbiteriana do Cruzeiro por meio de doações e por meio de contribuições e repasses públicos também. Atendem crianças de 6 a 14 anos no contraturno escolar, com atividades como canto, coral, informática, judô, jiu-jítsu, vôlei, futsal, dança, jogos, brincadeiras e capelania. Além disso, fornecem quatro refeições diárias a essas crianças: café da manhã, almoço, lanche e jantar. E é nessa associação que nós temos a nossa "Senadora", a nossa "Senadora" Isabelle – né, Isabelle?

O coral irá cantar três músicas em sequência. São as seguintes músicas: Ousado Amor; Maria, Maria; e Pais e Filhos.

"Senadora", pode ir para o seu lugar para cantar, depois, se a senhora quiser, pode voltar para a mesa – tá, "Senadora" Isabelle?

Regente do coral José Dantas Will, muito obrigada. Eu quero agradecer ao regente e ao coral por estarem conosco.

Nós vamos começar a nossa audiência com o que nós temos de mais belo no Distrito Federal: as nossas crianças.

O SR. JOSÉ DANTAS WILL – Um bom dia a todos. Bom dia a todos!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JOSÉ DANTAS WILL – O Coral Viver saúda a todos os presentes, a esta Casa, à Exma. Senadora Damares. Muito obrigado por esta oportunidade. E queremos trazer uma mensagem por meio dessas canções, mensagens dos nossos dias, o amor de Deus, que jamais poderá estar tão longe de nós, a cultura, as Marias do nosso Brasil. E falar um pouquinho também sobre pais e filhos, dessa relação tão calorosa e amorosa, como deve ser.

(*Procede-se à apresentação da música Ousado Amor.*) (*Palmas.*)

(Procede-se à apresentação das músicas Pais e Filhos e Monte Castelo.) (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ DANTAS WILL – Esta é a nossa última canção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos deixar aqui o convite a todos vocês para visitarem a nossa associação, a instituição Viver. Serão super bem-vindos e vocês vão conhecer mais de perto o nosso trabalho por completo, de todos os dias, no contraturno. Vai ser um prazer recebê-los. (*Palmas.*)

(*Procede-se à apresentação da música Maria, Maria.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Gente, na minha terra a gente bate palmas mais alto. "Bora", gente! (*Palmas.*)

Quero agradecer à Associação Viver por estar com a gente. Vocês cantaram lindamente.

Parabéns à Igreja Presbiteriana do Cruzeiro pelo projeto. Estão todos convidados...

A minha "Senadora" já vai embora? Vem cá, "Senadora", dar um abraço. Isabelle, vem cá.

Eu quero agradecer ao Maestro e a todos da associação. Obrigada pelo trabalho. (*Pausa.*)

Obrigada, viu?

Obrigada pelo trabalho que vocês estão fazendo com essas crianças.

E muito obrigada, crianças. Vocês brilharam novamente aqui no Senado Federal. Muito obrigada.

Pronto. Tchau para vocês. Foi uma alegria.

As crianças estão ocupando o Senado Federal. Nós avisamos! Querem Damares Presidente da Comissão? As crianças vão ocupar o Senado Federal.

Obrigada, Secretaria. Obrigada, Maestro, obrigada.

Eu quero convidar agora os nossos expositores, pessoas que aceitaram o convite de estar conosco neste grande debate.

Nós temos de forma presencial – eu quero que já ocupem a mesa – a Stephanie Amaral, Especialista em Saúde e Nutrição do Unicef no Brasil – obrigada, Stephanie, por estar conosco; pode ocupar a mesa aqui, fique aqui à minha direita. Eu quero convidar para vir também para a mesa a Miriam Oliveira dos Santos, representante da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano da Fiocruz – muito obrigada, Dra. Miriam. Convido para ocupar a mesa o Capitão Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério Duailibe Barreira, Capitão Coordenador do Programa Aleitamento Materno do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – obrigada, Capitão.

Nós ainda temos, como convidados que participarão via *online*, por videoconferência, a Sonia – Sonia, eu vou ver se acerto seu nome, tá? – Isoyama – acho que acertei – Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde – obrigada, Dra. Sonia, por estar conosco. Ainda temos, em forma de videoconferência, a Dra. Rossiclei de Souza Pinheiro, Pediatra e Neonatologista da Sociedade Brasileira, Departamento Científico de Aleitamento Materno – obrigada, Doutora, por estar conosco. E também, de forma *online*, a Luisete Bandeira, Consultora Nacional da Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde do Escritório da Opas/OMS no Brasil – obrigada, Doutora, por estar conosco.

Nós vamos fazer uma combinação aqui com a mesa, um acordo. Para a gente não perder as conexões, nós vamos fazer o seguinte: uma pessoa que está aqui à mesa vai falar, e a gente já dá a palavra para dois que estão na forma de videoconferência, para a gente não ter o risco de perder a conexão. Pode ser?

Então nós vamos começar o nosso debate ouvindo a Stephanie Amaral, Especialista em Saúde e Nutrição do Unicef no Brasil. Na sequência, a gente vai ouvir a Dra. Sonia, depois a Dra. Rossiclei. Vamos fazer essa ordem de fala. Tudo bem? Algum problema? Pode ser? Combinado? (*Pausa.*)

Então, Dra. Stephanie Amaral, dez minutos. Seja bem-vinda. Obrigada pelo Unicef estar conosco nesta manhã.

A SRA. STEPHANIE AMARAL (Para expor.) – Muito obrigada. Eu que agradeço a oportunidade de estar aqui falando com vocês. Muito bom dia, Sra. Presidente Damares, e a todos os nossos convidados, meus companheiros de mesa, todos os que estão nos escutando hoje. Acho que esse é um tema tão importante, tão bonito e queria muito agradecer realmente esse cuidado de trazer esse tema para debate hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria iniciar já a minha fala trazendo três pontos, entre muitos pontos que são importantes em relação ao aleitamento, mas três pontos que eu considero os mais importantes do porquê que a gente tem que fortalecer este debate.

Primeiro, porque é uma questão de direito, como a senhora mesma trouxe na abertura desta audiência. Toda lactante tem o direito de amamentar e todo bebê tem o direito de receber esse que é um composto ouro – não só um alimento, não vou restringir o leite materno como um alimento, porque ele é muito mais do que isso. Ele é um composto vivo que, inclusive, se adapta à sua cria, às necessidades da sua cria.

Então, amamentação também é o início da efetivação do direito humano à alimentação adequada. Tem vários benefícios já aliados à amamentação e como que a alimentação prossegue a partir daí. Então, é um direito – ponto. Nós precisamos falar sobre o direito.

Em segundo lugar, porque o investimento na amamentação tem um grande custo-benefício para a sociedade como um todo. Então, as estimativas do Unicef – do Unicef e da OMS – trazem que a ampliação da amamentação poderia evitar quase 400 mil mortes de crianças e cerca de 140 mil mortes maternas a cada ano no mundo; e que, para cada dólar investido na amamentação, a gente tem um retorno de aproximadamente US$59, devido a todos os impactos da amamentação na saúde, no desenvolvimento cognitivo da criança, entre outros, sem falar na diminuição dos custos também com a compra dos substitutos do leite materno. E temos que falar também do impacto ambiental que o leite materno não traz em comparação com substitutos do leite materno.

Em terceiro lugar, porque, apesar disso tudo que já foi falado aqui, a gente ainda tem um crescimento muito tímido da taxa de aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses, que é uma meta que a gente usa como comparação, visto que esta é a nossa grande recomendação do Unicef, da OMS, dos organismos internacionais, que os bebês sejam amamentados exclusivamente pelo leite materno durante os primeiros seis meses de vida. Em 2012, a taxa de aleitamento exclusivo nos primeiros seis meses era em torno de 37%, hoje é em torno de 47%, e o Brasil segue essa mesma tendência: em 2012, também era por volta de 37%, e hoje também está por volta de 47%. A gente tem que celebrar este aumento dos dez pontos percentuais, mas a gente pode crescer muito mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece para a gente não ter esse aumento de algo que é tão importante? Acredito que a gente ainda tenha grandes desafios, especialmente no que diz respeito às mulheres que amamentam, ao contexto em que elas vivem, às desigualdades que as cercam. A gente não pode falar de proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno sem considerar as barreiras, grandes barreiras que ainda existem para o aleitamento acontecer.

E aí eu queria também destacar dois momentos que eu acho que são cruciais para o estabelecimento do aleitamento materno.

Acho que o primeiro é o momento em que a mãe tem o bebê e vai para casa. Então, a gente se pergunta sobre tudo o que aconteceu ali, durante a gestação, durante o parto, no pós-parto, se teve esse início da amamentação na primeira hora. A mãe, a gestante, sua família, acompanhante, parceria foram devidamente informados? Ela teve apoio dos profissionais de saúde até a descida do leite sobre o que fazer, como lidar com a amamentação? Houve um olhar para a pega? Então, acho que esses são pontos fundamentais, são oportunidades que não podem ser perdidas de promoção do aleitamento materno. Acho que o Brasil já tem feito muito nesse sentido, mas ainda tem que fortalecer a atenção primária nesse sentido, as orientações hospitalares, a Iniciativa Hospital Amigo da Criança... Então, a gente tem avançado, mas acho que esse é um momento-chave.

E um segundo momento-chave é o retorno ao trabalho. Eu gostaria de lembrar que ainda a maioria das nossas mulheres tem uma licença maternidade apenas durante os primeiros quatro meses, e, nessa volta ao trabalho, se torna praticamente impossível continuar amamentando, principalmente se a gente fala de grandes centros urbanos, de mulheres que trabalham em longas distâncias, que não têm condições favoráveis para retirada e armazenamento do leite materno. Ainda tem muitas creches, apesar das legislações, que ainda não fornecem o leite materno. Então, ainda precisa muito fortalecer esse ponto.

E, trazendo este ponto específico da licença-maternidade, eu acho que é importante trazer que essa conta não fecha. Se a gente quer falar sobre ampliação dessa taxa de aleitamento exclusivo durante os primeiros seis meses, a gente precisa rediscutir a questão da licença-maternidade, inclusive, talvez – trazendo exemplo de outros países –, trazer uma discussão de uma licença parental que tem sido estabelecida e que tem sido muito favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trazendo esses desafios, eu queria também destacar que o lema da Semana Mundial de Aleitamento Materno deste ano é "Amamentação para um começo de vida sustentável: fortaleça o que funciona". Esse lema nos convida a olhar para o que nós já sabemos que dá certo e a ampliar essas ações. E, ao longo dessa trajetória que nós temos de promoção do aleitamento materno, a gente já sabe muito das oportunidades e dos gargalos que a gente tem em relação às políticas públicas para efetivação desse direito. Então, eu queria destacar algumas dessas políticas que são marcos aqui no Brasil e que, inclusive, vão ser mencionados aqui.

Começo falando do banco de leite, que é o nosso orgulho brasileiro, o maior banco de leite que existe no mundo – o país, inclusive, exporta isso para outros países. Então é muito bom saber que o Brasil tem, cada vez mais, trazido essa oportunidade a mães que não podem amamentar seus bebês prematuros, que têm essa oportunidade de oferecimento do leite materno, que salva vidas.

Queria trazer também que, na América Latina, o Brasil é um dos poucos países que realmente implementam o código que aqui é colocado como a Lei 11.265 ou a conhecida NBCAL, que regulamenta a comercialização dos alimentos para lactantes e crianças na primeira infância. Isso é muito importante como proteção para o leite materno, e novamente o Brasil se destaca na América Latina. E também há o protagonismo recente do Brasil junto ao México, numa agenda internacional de proteção do aleitamento materno, na Assembleia Mundial da Saúde, propondo a resolução relacionada ao *marketing* de substitutos do leite materno, *marketing* digital.

Então, essas são iniciativas que mostram como o Estado consegue trabalhar para proteger, para promover, para apoiar o aleitamento materno, e, como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar esses direitos com prioridade absoluta.

Então, eu queria deixar aqui esta mensagem de que fortalecer o que já funciona significa garantir que nenhuma mulher esteja sozinha ao amamentar, nessa função ou no desejo de amamentar. Significa assegurar que as políticas públicas, os serviços de saúde, os ambientes de trabalho e as redes de apoio estejam alinhados para proteger esse direito.

Então, eu agradeço aqui a esta Casa, que traz esse tema tão importante para debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria também destacar que um avanço importante desse ano foi também a discussão sobre a ampliação da licença-paternidade, que foi proposta nesta Casa, passou e está em implementação agora. Acho que é um dos passos também muito importantes nessa parceria, para que o homem, na licença-paternidade, possa acompanhar e apoiar o aleitamento materno e os cuidados com o bebê ali no início da vida do bebê.

E queria colocar: a gente precisa realmente discutir e colocar esse direito como prioridade absoluta, e o Unicef se coloca à inteira disposição desta Casa, do setor público, dos serviços de saúde, para continuar apoiando e promovendo esse direito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Stephanie. Obrigada.

Para quem está ligando a televisão agora, para quem está começando a nos acompanhar pelas redes sociais, nós estamos debatendo hoje a importância do aleitamento materno, porque nós estamos no Agosto Dourado. É um mês inteiro – desde 2017, nós temos um mês inteiro – dedicado ao tema.

E talvez alguém esteja dizendo: "Mas o que eu tenho a ver com isso?". Tudo. Não é isso, Dra. Miriam? É um tema que envolve toda a sociedade. Por exemplo, na sua igreja que você frequenta, tem uma cadeira de aleitamento? Tem um espaçozinho para a mulher amamentar durante a missa ou durante o culto? Aí, na sua empresa, tem um lugar especial para as funcionárias poderem amamentar? Aqui no Senado, a gente tem uma sala, fica lá do outro lado da rua, e às vezes eu sinto essa necessidade quando tem mães nas nossas audiências públicas. Nós temos um bebê aqui; se essa mãe tiver que amamentar, ela vai ter que correr aqui num cantinho. Nós vamos ter que conversar com o Senado para trazer para mais perto do público que frequenta as nossas audiências públicas esse suporte. Mas eu pergunto: todas as empresas estão envolvidas, Doutora? Todas as instituições da sociedade estão já envolvidas com o tema? Aleitamento materno não diz respeito a uma única mãe.

E, quando a senhora falou aqui, Stephanie, da licença-paternidade, é o pai participar desse processo, a família toda se envolver com esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, esta Comissão faz um debate, nós estamos trazendo dados, números, nós estamos trazendo iniciativas, mas a gente quer muito, ao final desta audiência, motivar todo mundo a participar das campanhas de incentivo ao aleitamento materno.

Nesse sentido, nós vamos ouvir agora a Sonia Isoyama – acertei, né, Sonia? – Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Jovens, do Ministério da Saúde.

Obrigada, Dra. Sonia, por estar conosco.

A SRA. SONIA ISOYAMA VENANCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas.

Eu quero começar parabenizando a Senadora Damares pela iniciativa desta audiência tão importante para debater esse tema tão importante.

Eu queria também agradecer o convite, a oportunidade de participar deste momento tão especial.

Não sei se a "Senadora" Isabelle ainda está aí, mas, na pessoa da "Senadora" Isabelle também, quero cumprimentar a todas as crianças e adolescentes que nos brindaram com esse momento tão emocionante, que tocou os nossos corações, e quero dizer que é um prazer participar desta audiência, ao lado de tantas pessoas representando instituições que trabalham em prol da amamentação aqui no país.

Eu queria pedir licença, permissão, para compartilhar uma apresentação.

Acho que vocês já conseguem ver a tela compartilhada. Qualquer problema, podem me avisar.

Então, nós iniciamos hoje o mês de agosto, começamos o mês de agosto, comemorando a Semana Mundial da Amamentação de 2026. Então, vou falar um pouquinho sobre a semana, que é um momento de grande mobilização em todo o mundo. Ela foi idealizada pela Waba e é comemorada em mais de 150 países, com este propósito de promover, proteger e apoiar a amamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as semanas de amamentação têm estes objetivos de: informar a população sobre a importância de monitorar os avanços no aleitamento materno; também consolidar a implementação da amamentação, por meio das políticas públicas e diretrizes que alcançam toda a cadeia de apoio às mulheres e às famílias; engajar os indivíduos e organizações, como a Senadora falou, pois a amamentação é uma responsabilidade de toda a sociedade – então, o engajamento de todos os indivíduos e organizações, para fortalecer a colaboração e o suporte ao aleitamento materno –; e promover ações para melhorar a promoção, a proteção e o apoio ao aleitamento, utilizando as lições aprendidas.

O tema deste ano, então, é "Amamentação para um começo de vida sustentável: fortaleça o que funciona", e, para fortalecer o que funciona, então, a gente precisa monitorar os avanços, avaliar impactos e também aprender com as experiências exitosas, com as lições aprendidas, e disseminar também essas experiências, para que elas possam subsidiar as políticas públicas e as ações intersetoriais.

Já foi aqui falado sobre os benefícios da amamentação. Então, não vou me alongar. São inúmeros os benefícios para as crianças, destacando aí a importância para a redução da mortalidade infantil – é a intervenção isolada que tem o maior potencial para a redução da mortalidade infantil, mas também protege contra doenças crônicas –, e também a gente tem estudos mostrando o impacto positivo no desenvolvimento do cérebro e na inteligência.

Também traz benefícios para as mulheres: logo após o parto, reduz o risco de hemorragia e ajuda na recuperação do peso; fortalece o vínculo mãe-bebê; também previne algumas doenças, como câncer e doenças crônicas. E há os benefícios para a sociedade e o planeta como um todo, uma vez que é um alimento sustentável que vai contribuir para a melhora da nutrição, educação e saúde e reduzir também os gastos do sistema de saúde.

Como já foi falado, o Brasil vem expandindo a prática da amamentação, porém a gente tem algumas metas para 2030; então, eu trouxe aqui só um panorama de alguns indicadores. Nós temos, na última pesquisa do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil, de 2019: que 62% das crianças eram amamentadas na primeira hora de vida, e a nossa meta para 2030 é 70%; 45,8% de amamentação exclusiva em menores de 6 meses, e a nossa meta é chegar a 60%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2030; e 35,5% de crianças amamentadas até os 2 anos, sendo a nossa meta para 2030 alcançar os 60%.

Então, nós temos que comemorar os avanços do Brasil – o Brasil é reconhecido como um dos países que vêm conseguindo sucesso, êxito na expansão da amamentação –, mas temos ainda grandes desafios. E quais são esses desafios?

A literatura mostra para a gente quais são os fatores que interferem na amamentação, quais são os determinantes da amamentação. A gente tem que considerar: os determinantes individuais, que são as características da mãe, do bebê e dessa relação entre eles; as características ambientais, então, como funcionam os sistemas e serviços de saúde, o apoio da família e comunidade, as condições do emprego e local de trabalho – é muito importante aqui a gente falar dessas desigualdades que afetam as mulheres e as famílias –; e os determinantes estruturais, que são o quanto a amamentação de fato é valorizada na sociedade e as condições de mercado. As evidências mostram que a expansão do mercado das fórmulas infantis também afeta a adoção da amamentação.

Para a gente enfrentar, então, todos esses determinantes, a gente precisa de intervenções em diversas camadas: a gente precisa de mobilização social, que é o que a gente faz no Agosto Dourado; a gente precisa de legislação, de políticas de financiamento, monitoramento; e a gente precisa oferecer apoio efetivo para as mulheres, através do aconselhamento, apoio e manejo da lactação.

Eu não vou ter tempo aqui de detalhar toda essa linha do tempo, mas eu queria só destacar, então, que o Brasil inicia suas ações em prol da amamentação na década de 80, com o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, e desde então a gente vem implementando: ações de proteção, como a licença-maternidade e a NBCAL; ações de promoção, como a Semana Mundial da Amamentação, o Agosto Dourado e também a campanha de doação de leite humano; e ações de apoio efetivo às mulheres, como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), os bancos de leite, o Método Canguru, a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil e também as salas de apoio à amamentação nas UBS.

Eu vou passar, então, rapidamente para vocês um panorama sobre essas ações que são componentes, hoje, do nosso Programa Nacional de Promoção, Proteção e Apoio à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amamentação. Eu quero dizer que todas essas ações funcionam; então, elas precisam ser fortalecidas; a gente tem evidências científicas do impacto que essas ações têm na amamentação.

Começando pela NBCAL, a gente tem a implementação em 1988. É a principal estratégia que a gente tem para regulamentar a promoção comercial, a rotulagem e a comercialização dos produtos para lactantes e crianças na primeira infância – a importância dela. A Senadora Damares citou o episódio da tentativa de retirar a frase da embalagem de leite. Então, olhe a importância que essa ação tem de fato para a proteção da amamentação!

A Stephanie já citou que o Brasil liderou a aprovação de uma resolução na Assembleia Mundial da Saúde também para enfrentar o *marketing* digital dos substitutos do leite materno, que tem sido um grande desafio na atualidade.

A gente segue formando os profissionais para conhecerem essa legislação tão importante. A gente tem cerca de 12 mil profissionais formados num curso oferecido pelo SUS em relação à NBCAL.

Eu acho que a Miriam vai falar bastante sobre a Rede brasileira de Bancos de Leite Humano. Quero só destacar que de fato é um grande orgulho do nosso país. Ela vem sendo implementada em 1998. É a maior rede do mundo de bancos de leite. Atualmente a gente tem 239 bancos de leite humano, 261 postos de coleta de leite humano, e a gente sabe do papel importante dos bancos de leite não somente para a coleta, o processamento e a distribuição do leite para os bebês prematuros nas unidades neonatais, mas também a importância dos bancos de leite nesse apoio direto às mulheres que amamentam.

A Iniciativa Hospital Amigo da Criança (Ihac), desde 1992, é uma estratégia que qualifica o cuidado ao nascimento e aos primeiros dias de vida, promovendo e apoiando a amamentação. A gente tem no país 464 avaliadores da Ihac, 334 hospitais amigos da criança, o que significa, o que impacta em cerca de 25% dos nascimentos das crianças brasileiras em hospitais amigos da criança.

As campanhas de mobilização social. Nós temos aí a semana mundial, que estamos comemorando; temos o Agosto Dourado; temos também o Dia Nacional de Doação de Leite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humano. Essas campanhas são muito importantes para sensibilizar e conscientizar toda a sociedade sobre a importância da amamentação.

Temos também o Método Canguru, que é a principal estratégia para a gente promover a amamentação para os recém-nascidos de baixo peso, prematuros. A gente tem evidências científicas robustas do impacto do Método Canguru nas taxas de amamentação. E temos 333 maternidades com leitos do Método Canguru, 1.548 leitos no país.

A estratégia Mulher Trabalhadora que Amamenta é uma parceria com a SBP – a Rossiclei, que está aqui, também eu acho que vai falar sobre isso. Ela, na verdade, trabalha tanto o incentivo à implementação da licença-maternidade para 180 dias pelas empresas, a existência das creches no local de trabalho, como a implantação das salas de apoio à amamentação. Então, nós temos atualmente 437 salas certificadas pelo Ministério da Saúde; estamos incentivando também a implantação dessas salas nas unidades básicas de saúde.

Temos 108 tutores dessa ação distribuídos nos estados para apoiar a sua implementação. Essa estratégia é muito importante no retorno da mulher ao trabalho. Isso aumenta a satisfação da mulher, melhora a sua produtividade, faz com que as crianças adoeçam menos, então é uma estratégia que precisa ser adotada pelos empregadores.

A Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil é a principal estratégia para trabalhar a questão da amamentação e a implementação do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos na atenção primária à saúde. Então, a atenção primária à saúde inicia esse trabalho de incentivo à amamentação já durante o pré-natal; depois, na alta da maternidade, a atenção primária acolhe e recebe a mulher, a família e o bebê e pode oferecer, então, todo o apoio necessário para a amamentação. A gente tem, então, mais de 9 mil tutores dessa estratégia formados no Brasil em mais de 2 mil municípios.

Porém, como eu disse, a gente tem um desafio. Para alcançar as metas da OMS para 2030, a gente precisa expandir essas ações em todo o território nacional, a gente precisa de escala. Isso depende também de uma articulação dos entes federativos – federal, estadual e municipal –, precisa da articulação entre a atenção primária e os demais níveis de atenção, também da integração intersetorial – o envolvimento da educação, da assistência social – e do compromisso de toda a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero finalizar reforçando que, sim, acho que este é o espaço mais adequado para a gente discutir a amamentação, uma vez que a amamentação é um direito da mulher e da criança, é uma responsabilidade de toda a sociedade. Então, eu queria só destacar aqui que a gente tem, na nossa legislação, no marco legal da primeira infância, que aprimorou o Estatuto da Criança e do Adolescente, vários artigos que citam esse direito à amamentação. Então, isso é muito importante, mas eu queria destacar que nós estamos acompanhando o Projeto de Lei 4.768, de 2019, que propõe a instituição de uma Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno, reforçando todas essas ações que estão em curso no país.

Então, estamos monitorando. Neste momento, esse PL aguarda um despacho da Secretaria Legislativa do Senado Federal, e acho que seria um passo muito importante de fato para a gente fortalecer essa agenda no nosso país.

Eu encerro aqui e fico à disposição.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dra. Sonia, muito obrigada.

Eu estava comentando aqui com as colegas do lado: metas ousadas – metas ousadas. Sair de 35% para 60% no número de crianças até dois anos de idade amamentadas eu acho que são metas ousadas, mas parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo.

Quando a senhora apresentou a linha do tempo em que tudo começou, com essa grande revolução pela amamentação na década de 80, em 1981, depois a Constituição veio com a licença-maternidade e todas as campanhas a partir daí, eu olho para trás e pergunto: começamos tarde, por quê?

Eu me lembro de que eu era uma jovem ativista de direitos humanos e eu tinha que ir para comunidades rurais, Dra. Sonia, para falar de amamentação com as mães, porque vendeu-se a ideia de que a fórmula era melhor que o leite materno. E ainda se falava também sobre a vaidade: "Quem amamenta, as mamas vão ficar flácidas.

Foi uma luta, Dra. Sonia, uma luta para que as mulheres voltassem a amamentar no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, todo mundo fala: "Damares, isso já está decidido". Não está. Não vimos ali a luta dela, com relação ao *marketing digital* hoje, para a gente motivar as pessoas a participarem de campanhas?

Então, eu queria fazer um desafio aos *influencers* do Brasil, e alguns que ganham milhões de reais nas redes sociais: "Vambora", transformem hoje, a partir de hoje, os perfis de vocês em dourado.

Eu quero convidar o Brasil inteiro. "Vambora" lá. No seu perfil, coloque uma imagem dourada, a partir de hoje. "Vambora" ficar o mês de agosto, todo mundo, com o perfil na cor dourada.

Vamos nos envolver na campanha. Vamos falar da importância do aleitamento materno.

Parabéns ao Ministério da Saúde, a toda a equipe, pelo que estão fazendo. E eu espero que, até 2030, a gente consiga alcançar todas as metas estabelecidas.

Parabéns, Dra. Sonia. É uma alegria ter a senhora conosco.

Na sequência, nós vamos ouvir a Dra. Rossiclei de Souza Pinheiro, Pediatra e Neonatologista da Sociedade Brasileira de Pediatria, Departamento Científico de Aleitamento Materno.

Doutora, é uma alegria ter a senhora conosco. (*Pausa.*)

Enquanto abrem o microfone dela, eu queria chamar, para vir à mesa, estar conosco, a Maria das Graças Cruz Rodrigues, Coordenadora das Políticas de Aleitamento Materno da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Obrigada por estar conosco, Coordenadora. É uma alegria recebê-la.

Dra. Rossiclei...

A SRA. ROSSICLEI DE SOUZA PINHEIRO (*Por videoconferência.*) – Eu...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSSICLEI DE SOUZA PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou aqui. Muito obrigada.

Obrigada pelo convite.

A amamentação é muito mais do que um ato; é uma estratégia de saúde pública, dada a importância na repercussão da mortalidade infantil materna e o desenvolvimento de toda a população.

Obrigada, Senadora Damares Alves, obrigada a todos que estão aqui presentes, que são as pessoas que mais podem influenciar nesses nossos indicadores.

Eu represento a Sociedade Brasileira de Pediatria, uma instituição científica e médica, a maior sociedade de especialidade do Brasil.

Nós estamos há mais de cem anos lutando pelos direitos das crianças, desde 1910, e a amamentação é uma cláusula pétrea para a gente.

Nós acreditamos que o estímulo à amamentação realmente combina com o desenvolvimento sustentável.

Eu vou pedir para compartilhar uma tela com vocês.

Eu prometo ser mais breve, até porque a Dra. Sonia Venancio já adiantou muita coisa que para a gente é fundamental, mas lembrando que este mês – acho que vocês estão vendo. Será? Tudo bem, né? – é o Agosto Dourado, um mês que, no Brasil, virou lei desde 2017, lembrando que nós também temos o Agosto Lilás, de proteção contra a violência à mulher, temos o Agosto Verde, que é a proteção da infância...

Então, tudo isso vem junto com o nosso tema deste ano da Semana Mundial da Amamentação, que é o aleitamento materno para um começo de vida sustentável.

O que é que nós podemos fazer para melhorar os nossos indicadores?

Então, a Smam, que ocorre nessa primeira semana de agosto, ocorre em mais de 120 países, juntos pela mesma causa. No Brasil, a mobilização ocupa o mês inteiro, que é o Agosto Dourado, visto que é o padrão ouro de alimentação, e ele vem justamente identificar, avaliar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampliar o que já mostrou resultado, como a Dra. Sonia já mostrou. Então, a gente tem a intenção de monitorar, de avaliar, de ampliar e de mostrar o quanto é importante a gente manter essas ações.

Então, amamentar é um direito – nós já vimos isso, isso é constitucional. A mulher tem o direito à licença-maternidade desde a década de 40. Então, nas leis trabalhistas, o Brasil também é exemplo para o resto do mundo. A gente pode ver que alguns países até estendem a licença-maternidade por mais tempo, mas não com um retorno financeiro de 100%, como o Brasil já investe desde a CLT.

Então, é um direito da criança, porque é o alimento seguro e disponível desde a primeira hora de vida, dá proteção imunológica, ou seja, a criança vai ficar menos doente, vai ter menos mortalidade, tem um vínculo afetivo e um desenvolvimento pleno. A criança que é amamentada exclusivamente nos seis primeiros meses de vida é uma criança que vai ter um QI de pelo menos 3.8, acima da média geral de quem não é amamentada, e com isso vai diminuir a desigualdade social também. É um direito para a criança que está garantido pelo ECA, que tem direito à alimentação saudável. E é lógico que a mãe, dadas as leis trabalhistas, pode ter de 120 dias de licença-maternidade até 180 dias, nas empresas que são cidadãs, e hoje no Brasil já tem mais de 25 mil empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã, dando direito às pausas quando ao retorno ao trabalho, de duas pausas de meia hora. Eu acho que todo profissional de saúde deve saber que a mãe tem que ter direito a essas pausas, para apoiar a implantação das salas de apoio à amamentação, como a Dra. Sonia já colocou também, que está dentro de uma estratégia, que foi uma iniciativa do Ministério da Saúde junto com a Sociedade Brasileira de Pediatria, e a gente tem trabalhado incessantemente em várias capacitações para ter tutor.

Eu sou do Amazonas, e 100% das empresas no nosso polo industrial são empresas cidadãs, muitas delas já têm sala de apoio à amamentação.

Então, também precisamos trabalhar para que a mãe tenha uma decisão livre, sem pressão do *marketing* de alimentos infantis, lembrando que fórmulas infantis são ultraprocessadas, e a gente tem trabalhado incessantemente contra a obesidade, contra as doenças crônicas. A gente incentivando o aleitamento materno, essas crianças serão mais saudáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a amamentação, como já foi bem colocado, diminui diarreia, diminui infecções respiratórias, que eram as principais causas de mortalidade infantil. De 1990 até 2020, a gente já teve uma diminuição dessa mortalidade. Por conta, inclusive, do incentivo à amamentação, nós aumentamos os nossos indicadores de prevalência de aleitamento materno, mas também o aleitamento sozinho pode diminuir até 13% da mortalidade infantil em crianças menores de cinco anos. Mas lembro que o Prof. Cesar Victora, que é o nosso maior estudioso no Brasil, é um epidemiologista lá do Rio Grande do Sul, na série *The Lancet*, em 2016, mostrou que pelo menos 800 mil crianças menores de cinco anos poderiam ter tido menos morte, inclusive as mortes maternas também poderiam ser menores, visto que a amamentação diminui a chance de câncer de mama, câncer de ovário. Então, as doenças crônicas que hoje são as que mais contribuem para a mortalidade infantil e mortalidade no mundo podem ser diminuídas através da prática da amamentação, por isso que nós precisamos proteger.

O último Estudo Nacional de Nutrição Infantil que a gente tem relatado, que é o Enani de 2019, mostrou que mais de 96% das crianças foram amamentadas alguma vez e as mães tinham vontade – a amamentação precisa ser iniciada durante o pré-natal, por isso a importância de ter pelo menos três consultas no pré-natal falando sobre a amamentação para que as mães tirem as dúvidas e consigam amamentar logo de início –, mas só 62% foram amamentadas na primeira hora de vida. Das crianças que nasceram bem, que não tiveram intercorrência, que não foram prematuras, dessas crianças que tiveram a oportunidade de ter o contato pele a pele e de serem amamentadas, de cada dez crianças, só seis tiveram essa chance. Então, o que está acontecendo para que a gente consiga incentivar esses nenéns a serem amamentados na primeira hora?

E, quando a gente pensa que da primeira hora até seis meses, nós tivemos uma perda de pelo menos 15%, ou seja, por que essas crianças não continuaram sendo amamentadas? Lembro que a nossa CLT só dá 120 dias de licença-maternidade e, se é Empresa Cidadã, vai a 180 dias. Então, daí a gente incentivar para que todas as crianças possam ter a oportunidade de serem amamentadas exclusivamente por seis meses. E lembro também que somente 43% das crianças, segundo o Enani, continuavam sendo amamentadas no segundo ano de vida, e a gente quer chegar a 60%. Então, a média de amamentação fica em torno de 15,9 meses, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano e três meses, e a gente sabe que a gente quer dois anos de amamentação para que as crianças tenham uma alimentação saudável.

Então, tudo isso é uma luta. E muito obrigada, Senadora, por você ter pedido esta audiência pública para a gente conscientizar dessa importância. O ponto de ruptura maior é entre quatro e cinco meses.

Já estamos terminando.

A janela crítica é quando a mãe volta ao trabalho e, com isso, a gente precisa trabalhar a Estratégia Mulher Trabalhadora que Amamenta, para que a gente consiga ter igualdade social também, percebendo que as mulheres que mais recebem informação são as mulheres que mais amamentam. Então, existe essa lacuna de 25 pontos, de que a Dra. Sonia já falou, e a gente precisa cumprir essa meta de chegar a 70% até seis meses. Para isso, a gente tem que trabalhar o que já funciona no Brasil: Hospital Amigo da Criança; o Método Canguru; os bancos de leite; Amamenta e Alimenta Brasil; Iubaam, os dez passos na unidade básica de saúde; e a monitoração da Nbcal, protegendo as famílias da pressão comercial. Então, na maternidade, na atenção primária e no aconselhamento, ter uma escuta ativa; o informar, sozinho, não se sustenta, tem que ter rede de apoio.

Então, a meta de 2030 não pede uma ideia nova, pede que o que já funciona chegue a todas as famílias. A Sociedade de Pediatria está junto dessa luta e disponível a todas as ações.

Muito obrigada pela oportunidade, muito obrigada pela ação. Que a gente consiga alcançar a nossa meta para o desenvolvimento sustentável!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Doutora. Quero cumprimentá-la pelos eslaides, ficaram lindos.

Eu quero informar a quem está nos acompanhando que todo o material apresentado aqui ficará à disposição de qualquer cidadão, vai estar no portal da Comissão – e vocês viram que os eslaides trazem aí aulas. Um eslaide daquele dá um debate de mestrado e doutorado, apenas um eslaide que a senhora apresentou!

Obrigada, Doutora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSSICLEI DE SOUZA PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada e sucesso no trabalho de vocês. A senhora trouxe uma informação aqui com que até eu vi as pessoas se incomodarem. Espere aí: o aleitamento materno inclusive implica o QI da criança, e olhem quantas doenças evita!

Eu sei que algumas mães agora que não conseguem amamentar ficaram ali: "E agora, o que eu faço? O que é que eu faço? Meu bebê não tem acesso ao meu leite, não consigo". Aí vem a solução, vêm os bancos de leite no Brasil, que é sobre o que a gente vai, neste exato momento, ouvir a Dra. Miriam.

Dra. Miriam, nós estamos numa nação imensa, numa nação que... Desde a primeira fala aqui, foi falado sobre as desigualdades regionais: eu ainda tenho cidades no Brasil que não têm energia elétrica; eu ainda tenho regiões no Brasil extremamente isoladas. Como aceitar o desafio do banco de leite no Brasil em regiões isoladas, regiões ribeirinhas? Como vocês estão lidando com isso? É possível a gente alcançar a meta de vocês de banco de leite em todos os lugares do Brasil, para que todas as crianças tenham direito ao leite materno, para que nenhuma criança fique para trás?

Nós estamos ansiosos para te ouvir, Doutora. Muito obrigada por estar conosco.

A SRA. MIRIAM OLIVEIRA DOS SANTOS (Para expor.) – Primeiramente, gostaria de agradecer à Senadora Damares por essa iniciativa, que é de extrema importância para todos.

Quero falar que eu estou aqui representando a Rede de Bancos de Leite Humano, mas também todos os trabalhadores que trabalham nessa rede espalhados pelo nosso país; inclusive, aqui no Plenário a gente tem vários representantes desses funcionários que trabalham, que correm, que fazem esse trabalho.

É importante a gente pensar que toda criança necessita do melhor alimento no início da vida. A Rede de Bancos de Leite Humano é uma casa de apoio à amamentação; então, todas as mulheres que desejam amamentar, seja uma gestante que quer tirar dúvidas, esteja ela amamentando, podem nos procurar com o objetivo de serem apoiadas. Uma coisa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece é que a maioria das mães que a gente consegue apoiar no aleitamento materno se tornam doadoras de leite humano.

Nós estamos presentes em todo o território nacional e ligados às unidades neonatais, principalmente. Por quê? Esse bebê de risco, esse bebê que está internado na UTI neonatal, muitas vezes, nasce antes porque a mãe tem algum problema na gestação. Então, nos primeiros momentos, essa mãe não está apta. Ela não consegue, pela sua própria saúde, oferecer o seu leite para o seu bebê. E, às vezes, esse bebê também não tem condições de sugar o seio. Então, o banco de leite humano está centrado, neste momento, no atendimento das crianças que estão internadas nas unidades neonatais. É lógico que a gente gostaria de poder atender a todos os bebês, a todas as mães, mas, para isso, a gente precisa – a primeira coisa – melhorar a amamentação no nosso país.

Quando a gente pensa que o Agosto Dourado com a Semana Mundial da Amamentação é para fortalecer o que funciona, a Rede de Bancos de Leite Humano do Brasil é uma coisa que funciona. O Dr. João Aprígio, que é o idealizador e que, vamos dizer assim, é o que alavanca e que leva a gente, todos os dias, a novos desafios, já foi reconhecido pela Organização Mundial da Saúde duas vezes pelo seu trabalho, esse trabalho coletivo que ele coordena. E, com isso, surgiram muitos desafios.

Hoje, nós estamos presentes do Oiapoque ao Chuí, em todas as unidades da Federação, mas mais concentrados próximo às maternidades de risco, onde os estados, as unidades da Federação se organizam para que essas mulheres que têm gestação de risco tenham seus bebês nesses locais. Além dos 239 bancos de leite humano, nós temos 261 postos de coleta, que fazem toda a questão do apoio à amamentação e que fazem a coleta e mandam para o banco para ser pasteurizado, para ser distribuído. Eu creio que esse é um grande desafio. Nós temos um país continental, mas, ao mesmo tempo, a gente conseguiu avançar muito.

A Rede de Bancos de Leite Humano é a primeira rede temática do SUS. Desde lá da década de 90, a gente se conecta com o Sul e tudo, do Sul ao Norte, do Centro-Oeste ao Nordeste, ao Sudeste. A gente tem a Região Sudeste como a região que mais tem bancos de leite humano, sendo o Estado de São Paulo o local que mais tem banco de leite humano no mundo. Isso é um orgulho muito grande para nós brasileiros, mas eu acho que o nosso grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desafio é apoiar as mães para que elas consigam amamentar, porque nós só vamos ter leite para poder distribuir para as outras mães se a gente tiver amamentação.

Então, o que a gente quer deixar bem claro e à disposição é essa disposição que a gente tem da rede, pois somos unidades de saúde que fazem esse apoio à amamentação. E, também nos seus municípios, nos seus estados, essa rede também está disponível para fazer capacitação dos profissionais de saúde, da atenção primária, secundária, da comunidade, porque o apoio da comunidade para a mãe amamentar é de extrema importância, Senadora. E a senhora, que tem esse trajeto na sua vida de trabalhar também com comunidade, sabe disto: que a comunidade faz a diferença. Então, como rede, nós temos que pensar nisso. Esse trabalho não é um trabalho individual, é um trabalho coletivo, é um trabalho de pessoas, é criado esse vínculo.

E a gente tem muito a agradecer à Fundação Oswaldo Cruz, porque a Fundação Oswaldo Cruz é o berço e a mantenedora de todo esse projeto, quem faz investimento, quem corre e quem luta pela melhoria da saúde das nossas crianças.

Que a gente realmente tenha condições de apoiar todos os estados a terem, dentro das suas maternidades de risco, onde essas mulheres são atendidas, a condição de ter a Rede BLH lá implantada.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dra. Miriam. Obrigada.

Hoje a gente tem o banco de leite, mas, quando eu era criança, tinha as mães de leite. Eu não sei se tem alguém aqui da minha idade que vai lembrar. Havia até um afeto nessa relação. As crianças tinham a mãe, a madrinha e a mãe de leite, que eram as mulheres que, voluntariamente, amamentavam bebês de mães que não conseguiam amamentar. E eu me lembro que, na nossa igreja – eu venho do Sertão do Nordeste –, nós tínhamos as irmãs de leite. As crianças cresciam dizendo: "É minha irmã de leite, a minha mãe amamentou ela e eu fui amamentado pela mãe dela". Então, era uma relação de afeto. Numa época em que nós não tínhamos os bancos de leite, a gente incentivava as mães de leite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, olha, mães que estão nos assistindo: sejam mães de leite. Se você tem leite, doe o seu leite. Imagine um bebê que está precisando. Nos bancos, às vezes, o estoque fica lá embaixo. Vamos falar também de doação. Como é que a gente faz para doar? Daqui a pouco a gente vai ouvir aqui o nosso capitão. Como é que a gente busca esse leite? Aqui no DF, como é que funciona?

Olha quanta coisa, no Agosto Dourado, a gente pode falar, Doutora, quanta coisa! Vamos ser mãe de leite! Vamos adotar um bebê que a mãe não está conseguindo amamentar! Vamos ajudar nesse processo!

E, olha, é direito da criança. Eu quero falar que é direito da mãe, mas é direito da criança também.

Nós vamos ouvir agora, de forma *online*, para a gente não perder a conexão, a Luisete Bandeira, Consultora Nacional da Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde do Escritório da Opas aqui no Brasil.

Obrigada, Doutora, por estar conosco. É uma alegria.

E vamos falar das mães de leite agora também.

O SR. DRA. LUISETE BANDEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Vocês me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

A SRA. LUISETE BANDEIRA (*Por videoconferência*.) – Obrigada. É um prazer estar com vocês nesta audiência. Obrigada, Senadora, pelo convite. Em nome do nosso representante do Escritório da Opas aqui no Brasil, gostaria de agradecer esta oportunidade.

Eu vou só compartilhar uma apresentação... Podem me falar se é possível visualizar?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim, já estamos visualizando, Doutora.

A SRA. LUISETE BANDEIRA (*Por videoconferência*.) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, trouxe o tema da campanha e as políticas recomendadas internacionalmente para avançar, porque já foram faladas de maneira brilhante por diferentes colegas, diferentes instituições aqui. Vou procurar ser o mais rápida possível.

Então, a gente tem evidências concretas sobre a importância de investir em aleitamento materno, o quanto isso salva vidas e promove o desenvolvimento econômico sustentável, os indicadores regionais e globais e as políticas de fato recomendadas por serem eficazes para aumentar as taxas de aleitamento materno.

A gente tem aí os benefícios já citados pela Senadora e por minhas colegas Rossiclei e Sonia: a melhora da saúde e do desenvolvimento das crianças. Então, aumenta em cerca de três a quatro pontos o quociente de inteligência a amamentação exclusiva; maior escolaridade; maior produtividade; economias mais fortes vão se estabelecer a partir disso; além da redução dos custos para os sistemas de saúde.

E, como a Senadora comentou, a melhora para a saúde das mulheres é inegável, né? Então, a gente saiu daquele imaginário da década de 80 para a clara conscientização, baseada em evidência, de que o aleitamento materno reduz o risco de câncer de mama e de ovários e melhora a saúde das mulheres. Além de trazer todos esses benefícios para a saúde da criança, também traz benefícios para a saúde materna e contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de inúmeras maneiras, seja como bem-estar e saúde, educação, trabalho, redução de desigualdades, tudo isso que já foi falado, não é?

O aleitamento materno é fundamental para uma primeira infância saudável, para o pleno desenvolvimento da criança, e é fundamental para um país que busca melhores condições de vida para todos, sem deixar ninguém para trás, reduzindo, então, as desigualdades.

Bom, aqui eu trouxe os dados do mundo e da região. A gente tem ainda um longo caminho para alcançar as metas até 2030, pactuadas pelos países e Estados-membros na Assembleia Mundial da Saúde do ano passado. O Brasil tem uma liderança internacional em relação às políticas de aleitamento materno, mas ainda precisa investir mais para alcançar essas metas. A gente vê um aumento das taxas de aleitamento materno exclusivo em diferentes países, e o Brasil é um dos países líderes nesse aumento das taxas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu trouxe as políticas recomendadas para proteger, promover e apoiar o aleitamento materno. Então, a Semana Mundial do Aleitamento Materno deste ano é muito clara: fortalecer o que funciona. E o que funciona? A gente já sabe o que funciona. E como a gente sabe? Com base em evidências. Então, aumentar o investimento em aleitamento materno aumenta em até 58% as taxas de aleitamento materno exclusivo. Ao aumentar as licenças remuneradas, os intervalos remunerados, as instalações no local de trabalho, uma revisão sistemática aponta que se aumentam em até 52% as taxas de aleitamento materno exclusivo. Implementar os dez passos para o sucesso da amamentação nas maternidades, da Iniciativa Hospital Amigo da Criança, aumenta em até 45% as taxas de aleitamento materno.

Então, a gente precisa continuar fortalecendo a implementação do Código Internacional de Comercialização de Substitutos; melhorar o aconselhamento, especialmente na atenção primária e também nos diferentes níveis de atenção; reforçar o apoio da comunidade, que é fundamental, isso já foi falado também; monitorar o progresso dessas políticas; e apoiar o aleitamento materno e a alimentação complementar saudável em emergências.

Então, a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano vem mostrando que isso é possível, junto com o Ministério da Saúde, como, por exemplo, na resposta à crise climática do Rio Grande do Sul, e vem apoiando que outros países também façam isso, para que esse recurso terapêutico esteja disponível para os recém-nascidos prematuros e de baixo peso em emergências, e a gente salve vidas. Então esse também é um desafio.

Aqui é um pouco do panorama global de como está a implementação dessas políticas. Vocês podem ver que a meta, até 2030, é 25% dos países investindo pelo menos US$5 por habitante no financiamento de doadores ao aleitamento materno, e a gente tem apenas 4%. Quanto à implementação integral do código com legislações substancialmente alinhadas ao código, que é o caso do Brasil, apenas 17% dos países possuem legislações substancialmente alinhadas ao código, e a meta é que sejam 40% até 2030. E vai aqui mostrando as metas e o quanto que ainda está aquém a implementação no nível global.

Então a gente precisa continuar priorizando audiências como essa, a semana mundial, o trabalho do Ministério da Saúde, da Sociedade Brasileira de Pediatria, do Unicef, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares, tudo isso é o que vai fazer a diferença para que a gente consiga reverter e alcançar essas metas de fato.

Então aqui está se referindo ainda a essas oito políticas e como que está sua implementação no nível global.

E qual é o chamado para a ação que a Organização Mundial da Saúde, o Unicef, o Coletivo Global de Aleitamento Materno fazem para este ano? Como já foi falado também pelas colegas, é acelerar e ampliar a escala destas políticas: implementar e fiscalizar o código internacional, a NBCAL, incluindo a regulamentação do *marketing* digital e a promoção cruzada; ampliar a proteção da maternidade em locais de trabalho, inclusive às mulheres em condição de trabalho informal; implementar mecanismos de monitoramento e prestação de contas; sistemas de saúde que ofereçam apoio de alta qualidade ao aleitamento materno, nos diferentes níveis de atenção; aconselhamento qualificado, formação dos profissionais, a continuidade do cuidado desde a gravidez até os primeiros anos de vida; e ambientes familiares e comunitários de apoio, com esse aconselhamento de base comunitária, e apoiar adolescentes, mães que trabalham e outros grupos vulnerabilizados a enfrentar as barreiras de acesso e dos determinantes sociais e ambientais, para que se tenha essa oferta de aleitamento materno de maneira adequada.

Aumentar o investimento é inegável, então é necessária essa atuação cada vez mais integrada dos diferentes setores, incluindo a amamentação nos planos de desenvolvimento, de saúde, de nutrição, alinhando ao investimento nas agendas de educação, trabalho, crescimento econômico. Porque é isto que é o impacto real do aleitamento materno: ele impacta no crescimento econômico do país. Por isso, investir nessas políticas abrangentes, ampliar as intervenções, dar escala a essas intervenções comprovadas.

Quanto mais investimento, mais vidas serão salvas, o capital humano será mais forte, teremos mais retornos econômicos a longo prazo, maior bem-estar e maior qualidade de vida. Então, é necessário fortalecer as parcerias. Acho que este momento aqui representa isso. Então, quero agradecer mais uma vez por esta oportunidade. Que a gente tenha cada vez mais força para trabalhar e mobilizar recursos de maneira conjunta!

O chamado que a Opas faz nesta semana é a proteção ao aleitamento materno diante da crescente influência do *marketing* digital. Então, a partir do momento que uma mulher se torna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestante, ela é acessada por diferentes mídias, por diferentes meios de comunicação digital, o que interfere na sua capacidade de escolha. Então é necessário agir.

E, promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, além de isso ser um imperativo de saúde, é um dos investimentos mais inteligentes que um país pode fazer para investir no desenvolvimento econômico sustentável. Inegavelmente, essas intervenções são comprovadas e o retorno econômico também. Então, a nossa tarefa é esse desafio de investir para escalar essas ações e torná-las acessíveis a todos. Sozinho, nenhum ator consegue suprir essa lacuna de investir em aleitamento materno. É isso: a gente tem determinantes que são estruturais, ambientais para além dos individuais. Uma mulher sozinha não é capaz, ela não pode estar sozinha. Quando todos apoiam as mães, a amamentação é mais fácil.

Então, convido todos a acessar nossas redes sociais, para conferir os materiais da semana deste ano e fico à disposição para esse excelente debate.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dra. Luisete, muito obrigada, muito obrigada!

Eu queria fazer-lhe uma pergunta. Nós enfrentamos muita desinformação nessa era digital. Nós passamos muito por isso com relação às vacinas, né? A gente teve inclusive queda de crianças vacinadas em vacinas consagradas, como sarampo, como poliomielite. A pergunta é, Dra. Luisete – a gente sabe que há desinformação sobre aleitamento, isso está se escalando –: existe um monitoramento sobre a desinformação sobre o aleitamento? Existe algum grupo de trabalho sobre a desinformação? Eu não vi nenhum debate nas Casas Legislativas, nos últimos anos; fala-se sobre a desinformação em diversas áreas, mas eu não vi nada sobre aleitamento materno. Vocês têm algum monitoramento específico sobre a desinformação nas redes sociais, Doutora?

A SRA. LUISETE BANDEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora, pela pergunta muito importante neste cenário atual que a gente enfrenta.

O que nós viemos trabalhando junto com o Unicef, que é uma agência parceira, é justamente no monitoramento das estratégias de *marketing* digital, que nada mais são do que práticas agressivas de *marketing* que colocam as mães, as famílias em dúvida sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetividade do aleitamento materno. Então, no momento em que você se encontra vulnerável – eu sou mãe, sei como é esse período pós-parto, em que a gente está com dúvidas em relação à continuidade do trabalho, porque muitas vezes a gente se pergunta: "Quando eu vou estar pronta para voltar ao trabalho?" –, muito vulnerável, há essas informações agressivas, não baseadas em evidências. Então, a gente pode falar de desinformação.

E esse relatório foi baseado em um monitoramento em oito países, olhando para como essas informações chegam para mulheres e cuidadores e o quanto afetam essa prática do aleitamento materno ou comprometem a prática exclusiva do aleitamento materno. Então, a gente vem trabalhando justamente olhando para essas práticas.

E, na última Assembleia Mundial da Saúde, como dito pela minha colega Stephanie, o Brasil foi um dos líderes, junto com México e outros países, na aprovação de uma resolução subsequente ao Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, que justamente incentiva os países a avançarem nessa proteção a esse *marketing* agressivo, *marketing* digital agressivo relacionado à amamentação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutora, obrigada, obrigada. Eu acho que foi extremamente enriquecedora a sua fala. Muito obrigada.

A SRA. LUISETE BANDEIRA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Além da Associação Viver, está conosco aqui no plenário também o Instituto Mãos Solidárias. E eu quero agradecer por vocês estarem participando conosco. Eu sei que vocês têm um horário para sair; quando precisarem sair, fiquem à vontade, mas muito obrigada. E são mães que estão aqui com a gente, mães que lá na ponta estão fazendo um trabalho incrível também sobre aleitamento materno. Obrigada por estarem conosco.

Além do Instituto Mãos Solidárias, estão conosco: Lilian Silva Favilla, Gerente de Assistência Multidisciplinar do Hospital Regional da Asa Norte, da Secretaria de Estado de Saúde do DF; Ivanir da Paixão Santana, Diretora de Contatos da Associação Viver; Andressa, também da Associação Viver; Lewander Francisco Pedrosa, Diretor Comercial da Astem Comércio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representações e Serviços, empresa especializada no fornecimento e na manutenção de equipamentos médico-hospitalares; Raquel Rosane Meireles, Assessora Parlamentar do Corpo de Bombeiros; e Alci Malaquias, Conselheira Fiscal da Associação Viver. Nós temos Marcos Rogério Barreira, Coordenador do programa Aleitamento Materno do Corpo de Bombeiros do DF; Maria Helena, Chefe do serviço do Banco de Leite Humano aqui do Iges, Hospital Regional de Santa Maria; Natália Oliveira, membro da Secretaria Executiva da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano; Raquel Medeiros, representante do Hospital Materno Infantil de Brasília (Hmib) – a gente é apaixonado pelo Hmib –; Natália Conceição Clarentino, Chefe do Centro de Referência do Banco de Leite Humano; Luíza de Marilac Queiroz, responsável pelo Instituto Mãos Solidárias; Vanuza, Gerente Multidisciplinar do Hospital Regional da Asa Norte; Thaís, Enfermeira Obstetra do Hospital Regional de Planaltina; e Sebastiana Neide de Oliveira, Banco de Leite do Hospital Regional de Planaltina. Muito obrigada pela presença de todos.

Nós vamos ouvir agora um homem – que bom ter um homem aqui no debate conosco – que é o Capitão Marcos Rogério Duailibe Barreira, Capitão Coordenador do programa Aleitamento Materno do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Capitão, é uma honra recebê-lo! E queremos entender como o Corpo de Bombeiros participa do banco de leite aqui no DF, no programa Aleitamento Materno aqui no Distrito Federal. Seja bem-vindo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO DUAILIBE BARREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos, em especial à Senadora Damares pela iniciativa, pela nobre iniciativa de abordar um tema tão importante não só para o bebê, não só para a mãe, mas para toda a família, para toda a sociedade.

Saúdo todos os presentes aqui e os que estão virtualmente presentes.

O corpo de bombeiros se orgulha, e é uma honra para o corpo de bombeiros participar desse programa, dessa promoção, desse apoio à primeira infância, à família.

O corpo de bombeiros, Senadora, hoje é um braço que chega à mãe doadora. Entre várias mãos que compõem todo esse programa, um programa tão importante, o corpo de bombeiros é um facilitador para a mãe. Você imagina como seria difícil na rotina dessa mãe, no dia a dia, com os seus afazeres que continuam ali. Várias mulheres aqui já passaram por essa situação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser mãe, de ter seu bebê. Elas têm seus compromissos ali em casa, seus compromissos ali com aquele bebezinho, então o corpo de bombeiros é esse facilitador. Ele vai às mães.

O nosso trabalho hoje, aqui no Distrito Federal, em parceria com a secretaria de saúde, é de coleta e transporte do leite materno. A gente cobre todo o Distrito Federal, a gente se orgulha disso e a gente também cobre boa parte da nossa região geoeconômica, do nosso entorno. São muitas mães que vêm ao Distrito Federal ter seu bebê aqui, e aqui elas recebem todo o apoio e elas continuam tendo esse apoio por parte da secretaria de saúde, por parte do corpo de bombeiros também, indo até as suas residências fazer essa coleta e deixar o material necessário para que ela possa também fazer essa retirada, esse armazenamento, dando todo o apoio.

Então, basicamente, o corpo de bombeiros usa da sua *expertise* logística para chegar a essas mães. É uma parceria de sucesso.

A gente conta aqui com uma enciclopédia. Eu chamo a Dra. Miriam de enciclopédia. Desde 1989 – né, Dra. Miriam? –, existe essa parceria de sucesso. E, desde o primeiro momento em que o corpo de bombeiros se fez presente nessa parceria, a gente viu ali, no primeiro dia, o fruto dessa eficiência, dessa logística, dessa *expertise* que a gente tem, que o corpo de bombeiros tem.

Vou relatar aqui, falar de uma situação que ocorreu no primeiro dia, né, Doutora? Ela não vai me deixar mentir. A equipe de corpo de bombeiros foi trabalhar, era o primeiro dia de coleta, e essa coleta era feita durante todo o dia, por outras equipes. O corpo de bombeiros saiu, pegou todo o material e retornou ao meio-dia, por volta de meio-dia, das 13h. E o pessoal foi preparar todo aquele material novamente. Aí o pessoal: "Não, a coleta já foi toda feita, já foi toda executada".

Então, a gente entra com essa parte técnica nossa, operacional. É uma missão muito afiada com aquela nossa missão de "vida alheia e riquezas salvar".

Eu ouvi agora há pouco um brado aqui indicando o tempo e me veio à memória o seguinte: o corpo de bombeiros atende várias ocorrências. Essa coleta diária em que hoje, neste momento, vários bombeiros estão rodando em todo o Distrito Federal e entorno, para a gente é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma ocorrência, e esse brado aqui é o brado do bebê. Eu me emociono porque a minha esposa já precisou desse serviço e foi muito bem recebida; isso facilitou demais a nossa vida, porque essa dificuldade da mãe reflete em toda a família. A gente absorve... quem é pai, quem é família, quem está próximo e vê essa dificuldade sem poder ajudar, a gente se entristece. Quando a gente soube, muito depois, que a gente tinha... O Estado hoje oferece esse serviço, ele é gratuito.

Como é que a mãe pode receber esse atendimento? São vários canais. Ela pode ir diretamente. Se a mãezinha tem o leite, ela amamenta seu bebê, está tendo dificuldade – não é, Doutora? –, ela pode buscar um banco de leite. Como é que ela faz para doar? Há essa facilidade, são vários canais que ela pode buscar. Hoje a gente conta com o telefone aqui no DF: o 160, opção 4. A gente tem um *site* também onde ela pode buscar, fazer o seu cadastro, pegar muitas informações que podem facilitar para ela na amamentação e, a partir desse conhecimento, ela consegue amamentar.

Vou falar pela experiência que eu tive dentro de casa. Minha esposa estava com dificuldade para amamentar. Assim que ela soube, que ela teve esse auxílio do banco de leite, ela pôde amamentar a nossa bebê, e ela pôde ser doadora; ela foi doadora. Então, eu pude acompanhar quase todo esse processo e os benefícios que esse programa traz para a sociedade. Então, o corpo de bombeiros não pode se furtar a isso. A nossa missão é "vida alheia e riquezas salvar". Então, a riqueza é o símbolo, está aqui o símbolo, nesse padrão dourado, é o alimento-ouro. As propriedades que existem nesse leite são imensuráveis. A gente vê os benefícios que ele traz – é uma vacina natural: é o benefício para o bebê, é o benefício para a mãe, é o benefício para a família. Para o corpo de bombeiros, é a riqueza e a vida a salvar todo dia a gente saber o destino desse leite: trazer um alento para a mãe, alimentar aquele bebê, nutrir aquele bebê.

Então, basicamente, o corpo de bombeiros trabalha com essa missão, e isso a gente exporta. A gente se alegra de hoje ser autossuficiente, de o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal poder atender a toda a sociedade do Distrito Federal. Só que a gente também não se tranquiliza com isso. A gente – Dra. Miriam, Graça, todos os presentes aqui, todas as pessoas que apoiam, que promovem esse programa – tem buscado ampliar cada vez mais, divulgar esse serviço, mostrar como ele tem sido feito aqui, tentado aprimorar também. Isso a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode nunca ficar... se tranquilizar. A gente tem que melhorar. A gente tem sempre que estar melhorando, e a gente tem tentado, da melhor forma, estar levando também essa *expertise,* a forma com que a gente trabalha aqui, para outros estados e também para outros países.

Então, assim, eu agradeço demais, Senadora, a iniciativa dessa audiência tão importante, num momento tão importante, o Agosto Dourado, e que este momento possa estar se replicando não somente nesse período, mas sempre. A gente precisa muito divulgar – a gente precisa divulgar –, e eu falo isso porque eu sou do corpo de bombeiros.

Na época em que eu entrei, já se tinha uma equipe trabalhando dentro da secretaria de saúde – eu já vou finalizar aqui –, e eu senti que a gente precisa divulgar mais, a gente precisa ajudar, porque eu sei que ajuda, beneficia: ajuda a família e ajuda os bebês que estão internados.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Capitão! O senhor trouxe afeto para nossa audiência.

Quando o senhor diz que, quando tem um incêndio, toca uma campainha, um alarme, e vocês saem com as viaturas... Mas, para o leite, a campainha é o choro de fome de um bebê. Isso é muito lindo, né? Isso é muito lindo! Parabéns!

Mas só uma pergunta, Capitão: vocês só buscam para quem está doando, ou vocês levam para quem está amamentando, para o bebezinho? Vocês só fazem a coleta do leite ou levam para o bebê que precisa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO DUAILIBE BARREIRA – O leite coletado, na verdade, é para suprir aqueles bebês que estão internados...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Estão internados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO DUAILIBE BARREIRA – ... nas UTIs, nas maternidades. A gente não leva o leite; a gente recolhe somente. E ali, dentro do banco de leite – depois eu acho que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoal aqui, a Graça, pode falar com mais propriedade –, esse leite é beneficiado lá dentro dos bancos de leite, é pasteurizado, e ali ele é distribuído para os bebês.

Depois a Graça ou a Dra. Miriam pode falar. A intenção hoje – o projeto que se tem, que eu recentemente achei muito interessante – é de a gente expandir: não só abastecer aqueles bebês que estão internados, que estão na maternidade, mas também abrir essa possibilidade de estar nutrindo esses bebês que, por algum motivo, ainda não conseguem ser amamentados diretamente na sua mãe.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O.k., Doutor. Obrigada, Capitão, que alegria!

Então, quer dizer que, entre uma mãe e um bebê – uma mãe que está doando e um bebê –, nós temos um bombeiro. Parabéns! Parabéns! Que orgulho de vocês!

Nós vamos para o final de nossa audiência, ouvindo a Maria das Graças Cruz Rodrigues.

Maria das Graças é Coordenadora das Políticas de Aleitamento Materno da Secretaria de Saúde do DF.

Maria das Graças, àquelas pessoas que estão nos escutando agora, ainda tem preconceito de algumas pessoas dizerem: "Eu não quero leite de uma outra mulher. Eu não sei a origem, eu não sei como esse leite está armazenado, eu não sei como foi coletado". Você pode dizer para as pessoas que estão nos assistindo que o programa é seguro, que o leite, quando é coletado, tem todo um procedimento, um cuidado, e que esse leite vai chegar de forma segura ao bebê que precisa?

Muito obrigada por estar com a gente nessa manhã.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS CRUZ RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia!

Eu que agradeço. É uma honra muito grande estar nessa mesa tão seleta, onde a gente tem a nossa enciclopédia, citada pelo Duailibe, onde a gente tem o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e agradeço muito a sua iniciativa – nós agradecemos no DF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar, de pedir a licença da senhora para cumprimentar uma pessoa aqui que está representando todas as mulheres do Brasil – que são mulheres que precisam ser acolhidas a partir deste momento. Então eu quero cumprimentar a Maria Helena e o seu bebê que está na barriga, que é o nosso alvo primordial nesse Agosto Dourado, no nosso trabalho de amamentação.

Como já foi dito, o aleitamento materno não é questão de saúde, é uma questão muito maior: diz respeito a uma responsabilidade que deve ser compartilhada pelo Estado, pela sociedade, pelo serviço de saúde, sim, mas também pelos empregadores, pela família, pelos amigos, pelos vizinhos. Então o aleitamento materno é algo que deve ser mensurado de forma global, como a nossa rede já é.

Quando a gente fala de aleitamento materno e de doação de leite humano, a gente sempre pensa só naquele produto que vai para um banco de leite e que é distribuído para um bebê. Mas, para que isso aconteça, como a Dra. Miriam já falou, é necessário que a mulher amamente; é necessário que mulheres como a Maria Helena sejam orientadas no pré-natal; isso é que é fortalecer o que dá certo.

Então, a gente precisa fortalecer o pré-natal; fortalecer os profissionais que fazem esse pré-natal; fortalecer as unidades, os hospitais, para que eles ofereçam para a mulher o que ela precisa naquela hora do parto e depois que o neném nascer. Já foi falado sobre a primeira hora de vida, quando só 60% dos bebês, muito pouco... A mãe está ali – a mãe e o bebê –, se esse bebê está bem e essa mãe está bem, precisa ser incentivada essa primeira hora de vida...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Doutora (*Fora do microfone.*), a mãe pode exigir isso na hora do parto?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS CRUZ RODRIGUES – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Na primeira hora, "eu quero amamentar"?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS CRUZ RODRIGUES – Pode. E muitas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Nós estamos orientando as mães a fazerem esse pedido, a exigirem esse direito?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS CRUZ RODRIGUES – É no pré-natal que ela vai saber disso. Se ela for orientada no pré-natal, ela vai saber o direito, porque é questão de direito: essa mãe tem o direito de amamentar na primeira hora, então ela precisa ser orientada. Fortalecer isso vai trazer muito mais benefícios, nós vamos ter menos dificuldade de amamentação, então a gente precisa fortalecer profissionais para que eles atuem no momento que a mãe precisa, desde o pré-natal até o acompanhamento dessa amamentação depois que ele nascer.

Deixem-me olhar a minha colinha aqui, gente. (*Risos.*)

A gente falou da rede de banco de leite, não é? A gente fala da rede. A rede é algo que promove a amamentação, e 70% do nosso trabalho é isso: promover a amamentação. Não é fazer a coleta do leite, processar esse leite, é promover a amamentação. E a gente promove quando uma mulher que teve esse bebê prematuro ou doente ou de baixo peso se sente acolhida ali porque o seu bebê recebeu o que ele precisava, o que ela não consegue dar por estar fragilizada depois de um parto prematuro, depois que descobre que o seu bebê tem algum problema de saúde.

Então, essa mulher está sendo apoiada ao ser oferecido um leite próprio para aquele bebê; e esse leite é, sim, seguro, a gente pode garantir. Nós temos uma rede global de banco de leite humano, que já foi falado, que exporta tecnologia para os outros países, e nós temos normas técnicas que garantem a segurança desse leite. Esse leite é processado, tem controle de qualidade e é distribuído de acordo com a necessidade desse bebê. Então, é garantida, sim, a segurança desse leite. Nenhuma mãe precisa se preocupar com a qualidade, viu?

Mas ainda existem mulheres que nunca ouviram falar desse projeto, ainda existem mulheres que nunca ficaram sabendo que existe um banco de leite, que existe uma equipe preparada para apoiar a amamentação dela – hoje, 2026, existem mulheres que não sabem disso.

O que a gente precisa fortalecer, então? É fortalecer o que funciona, é exatamente divulgar na mídia. Como o Duailibe falou, precisa-se divulgar. Por quê? Porque os nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inimigos – são inimigos, porque estão promovendo outro tipo de alimentação para esses bebês – estão dizendo que os alimentos que eles produzem são substitutos do leite humano, e não são. Essas pessoas têm muito dinheiro para fazer a divulgação do produto deles; e a amamentação, não, a amamentação precisa ser divulgada.

Nós precisamos fortalecer essas mulheres, quando a gente oferece para elas a informação de que elas têm onde buscar apoio, de que elas podem buscar apoio nos bancos de leite, na UBS. No Brasil inteiro, existem bancos de leite – são 239 bancos de leite e 271 postos de coleta, que prestam assistência a essas mulheres.

Quando a senhora perguntou sobre aquele pessoal ribeirinho, tem os profissionais que podem apoiar aquela mulher a amamentar. Mesmo que lá não tenha um banco de leite ou um posto de coleta, existem os profissionais que precisam de capacitação, precisam ser vistos como objetivo de capacitação, para serem preparados para apoiar aquela mulher, porque, muitas vezes, aquela mulher não precisa de leite, ela só precisa de orientação, ela só precisa saber posicionar o seu bebê no colo, saber qual é a pega adequada.

Então, o que nós precisamos fortalecer, hoje, é o profissional que está na ponta apoiando essas mulheres, oferecendo a informação de que eles precisam e de que essa mulher precisa, para conseguir sanar as dificuldades de aleitamento materno que ela tem. E precisamos, sim, dessa divulgação, precisamos, sim, de eventos como este, eventos como este que mostram isso para o Brasil inteiro.

E aí, como a minha chefe-mor, a Dra. Miriam, falou do João Aprígio, eu não posso deixar de falar dela. Eu tenho uma honra muito grande de estar representando a Secretaria de Saúde, porque, aqui no Distrito Federal, nós temos políticas que promovem o aleitamento materno, que são modelo para o Brasil.

Aqui no DF, nós temos uma lei que diz que nenhum hospital que tem unidade neonatal pode deixar de ter um banco de leite ou um posto de coleta, todos têm que ter, para que possam oferecer apoio às mulheres, para que possam oferecer o leite humano para esses bebês. Isso foi protegido, teve uma luta muito grande da Dra. Miriam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer, em público, aqui, diante do Brasil inteiro, o trabalho de 20 anos que a Dra. Miriam fez para que essas políticas fossem mantidas, para fortalecer o que estava dando certo – e nós desejamos que continue dando certo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dra. Graça. (*Palmas.*)

Nós podemos chamar a Dra. Miriam de nossa mãe de leite – mãe do leite –, não é?

Nós vamos para o final da audiência, e eu vou devolver para todos que falaram, inclusive para quem está *online*, por dois ou três minutos, para agradecimentos e considerações finais.

Eu queria dizer que nós tivemos participação *online*. Se algum de vocês quiserem responder uma dessas perguntas...

Mizael, de São Paulo, pergunta: "Como o Agosto Dourado vai ampliar a consciência sobre a amamentação e apoiar, com bancos de leite, as mães que não conseguem amamentar?". Eu acho que isso já foi respondido durante a audiência.

Francys, do Rio Grande do Sul: "Quais medidas podem reduzir o desmame precoce, especialmente entre mães de primeira viagem?". Fantástica pergunta.

Renata, do DF: "Que parcerias podem ampliar o apoio às famílias no período pós-parto e de amamentação?".

Rogério, de São Paulo, fez o seguinte comentário: "Todo programa para aproximação materno infantil deve ser planejado e/ou melhorado para melhor criar um ambiente familiar".

Suellen, do Espírito Santo: "Quais políticas públicas podem ajudar mais mães a manter a amamentação pelo tempo recomendado?".

Henrique, do DF: "Como debater incentivo ao aleitamento sem ignorar mulheres em tratamento de câncer de mama?". Bela pergunta.

Mizael, de São Paulo: "Como o Agosto Dourado pode ajudar a cobrar dos municípios a criação de mais salas de apoio à amamentação nos espaços públicos e empresas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui Luara, do DF, comenta: "O apoio familiar, profissional e institucional é fundamental para o sucesso da amamentação".

É o público participando. A nossa audiência pública teve, na nossa TV Senado, uma grande audiência, todo mundo acompanhando.

Vou devolver a palavra à Stephanie Amaral, representante da Unicef.

Dois minutos, três no máximo, Stephanie, para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. STEPHANIE AMARAL (Para expor.) – Sim.

Eu queria agradecer novamente, acho que foi um debate muito rico. Acho que nós aprendemos, celebramos e conversamos realmente sobre o que precisa ser fortalecido.

Eu queria deixar, até principalmente para quem está nos escutando, para a nossa população: amamentar é fisiológico, mas nem sempre é instintivo. Então, existem vários desafios, tanto pela questão de dor, pela questão de dificuldade de pega do bebê, como também das nossas crenças, do que a gente coloca na nossa cabeça, do que vem da nossa sociedade, incluindo, por exemplo, a partir de um ano de idade, como algumas pessoas julgam, inclusive, a amamentação.

Então, é importante que as mulheres que estão nos escutando, as famílias, os parceiros, os homens – que estão com suas mulheres e que também são pais – saibam que as mulheres têm onde procurar um apoio caso tenham qualquer dificuldade em relação à amamentação. Como aqui foi falado, tem os bancos de leites, tem os profissionais de saúde, tem os agentes comunitários de saúde. Nós, no Brasil, temos uma gama de profissionais que podem fazer essa orientação.

Que a gente tenha, realmente, todos os serviços operando para promover e proteger o aleitamento materno. Que uma mulher não saia de um hospital, de uma maternidade, já com uma prescrição de fórmula infantil, que a gente sabe que isso acontece por interferência da indústria de produção desses produtos.

E é isso. Acho que, juntos, Governo, Ministério da Saúde, os serviços, as famílias, todos nós temos um papel muito importante nessa promoção do aleitamento materno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Stephanie.

Vamos devolver a palavra à Dra. Sonia Isoyama Venancio, Coordenadora-Geral de Atenção à Saúde das Crianças do Ministério da Saúde.

Dra. Sonia, deixe-me só lhe contar um segredo.

O SR. SONIA ISOYAMA VENANCIO (*Por videoconferência*.) – Pois não...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu era muito jovem, eu falava de amamentação e eu não tinha as informações científicas que vocês têm. Eu ia à zona rural e falava o seguinte com as mães: Vocês já viram uma vaca no curral fazendo mingau para dar para o bezerro?. "Não". Então, está vendo? Se a vaca não faz mingau, por que você tem que fazer o mingau? Porque havia uma época em que se substituía o leite materno, Dra. Miriam, pelo mingau de farinha de mandioca, porque era o que as mães na região rural tinham. Então, elas pegavam o leite e enfiavam a farinha de mandioca para substituir pelo leite materno, e era esse o argumento que eu usava. E dava certo, viu? Dava certo.

Dra. Sonia, três minutos para considerações finais.

O SR. SONIA ISOYAMA VENANCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Bom, eu queria agradecer, mais uma vez, então, esta oportunidade. Acho que foi um momento muito importante, muito rico de debate. O Agosto Dourado significa este momento de uma grande mobilização no nosso país. É um momento em que a gente comemora os nossos avanços, e a gente reflete sobre como a gente pode avançar cada vez mais.

Eu queria deixar uma mensagem aqui. Como a Luisete falou, a gente já sabe o que dá certo, o que a gente tem que fortalecer. Quando a gente trabalha a amamentação, a gente tem que trabalhar protegendo, promovendo e apoiando. Então, a promoção é o que a gente está fazendo aqui: esta grande mobilização para disseminar cada vez mais as informações – tem algumas perguntas aí – sobre como a gente pode ampliar os conhecimentos da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Agosto Dourado é muito importante para isso. A gente tem que proteger com leis a ampliação da licença maternidade, avançar na licença parental, fortalecer a implementação da nossa Nbcal – que é uma legislação muito avançada aqui no país, mas ela precisa ser cumprida –, e fortalecer os nossos serviços de saúde para oferecerem o apoio de que as mulheres e as famílias necessitam.

Nesse sentido, eu quero reforçar a importância também da atenção primária à saúde. Na atenção primária, as unidades básicas estão em todos os municípios do país, e a gente tem trabalhado para qualificar cada vez mais os profissionais, para que possam oferecer esse apoio necessário à amamentação. Além das unidades básicas, a gente vem trabalhando a qualificação das maternidades, o fortalecimento da rede de banco de leite humano, a expansão da sala de apoio à amamentação. Então, é através do fortalecimento dessas ações que a gente vai conseguir avançar.

Eu quero reafirmar aqui o compromisso do Ministério da Saúde e também fazer um convite para que todos se engajem para fortalecimento dessa agenda.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dra. Sonia, obrigada.

Antes de a senhora desligar o seu computador, quero dizer que nós vamos deliberar, como iniciativa desta Comissão, sobre o que vamos enviar, ainda hoje, para o Presidente do Senado em um ofício, para a imediata distribuição do Projeto de Lei 4.768, de 2019, que é o projeto de lei que institui a Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno. E vou dizer mais uma coisa, Dra. Sonia, eu vou lutar para ser Relatora desse projeto. Vou lhe dar mais uma promessa aqui, vou fazer mais uma promessa: nós vamos aprovar antes do final do ano de 2026, nós vamos lutar para aprovar esse projeto de lei. Conversei com a Stephanie sobre como pode um projeto de lei dessa importância, desde 2019, estar tramitando nas Casas, e a gente não aprovar. Então, eu prometo, Dra. Sonia, vamos fazer aqui um grande mutirão. Eu quero o apoio de todos vocês. Nós vamos lutar para aprovar no Senado, até o final de 2026, o Projeto de Lei 4.768, de 2019. É uma promessa que faço para a senhora e para toda a sua equipe, Doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora a Dra. Rossiclei de Souza Pinheiro, para considerações finais.

Dra. Rossiclei? (*Pausa.*)

Liga o microfone dela. (*Pausa.*)

Dra. Rossiclei, nós não estamos te ouvindo. Só um instantinho, espere aí.

Está ligado? Vê se não é o seu que está desligado, Rossiclei. (*Pausa.*)

Não, não estamos te ouvindo. Liga de novo. (*Pausa.*)

Não, liga de novo seu microfone. Tenta agora.

Pronto, pronto.

A SRA. ROSSICLEI DE SOUZA PINHEIRO (*Por videoconferência.*) – Deu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Deu.

A SRA. ROSSICLEI DE SOUZA PINHEIRO (*Por videoconferência.*) – Deu certo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Deu.

A SRA. ROSSICLEI DE SOUZA PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, pronto.

Mais uma vez, obrigada. Obrigada, Senadora. Obrigada a todos, porque tivemos a oportunidade de fazer um debate tão rico.

Como é importante nós protegermos a amamentação! A gente lembra que amamentar não é uma escolha individual – a gente já percebeu isso pelos estudos –, é uma estratégia global para promover a saúde de toda a população para promover equidade – ou seja, todos têm que ter oportunidade de ter a experiência de fazer o melhor pela família, pelos seus filhos – e promover o desenvolvimento econômico do nosso país e a sustentabilidade ambiental também.

Então, investir na amamentação é investir no cumprimento da Agenda 2030. Mais uma vez, a Agenda tem 17 objetivos, e pelo menos uns 9 estão cobertos pelo aleitamento materno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos muitas estratégias, e a Sociedade Brasileira de Pediatria tem investido em todos os setores, principalmente naquela lacuna de quatro a seis meses do desmame precoce para a mulher trabalhadora que amamenta no retorno ao trabalho. Que elas não precisem optar entre trabalhar ou amamentar e que todos tenham os mesmos direitos.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dra. Rossiclei. Muito obrigada.

Dra. Luisete Bandeira, da Opas, três minutos para considerações finais.

A SRA. LUISETE BANDEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada mais uma vez. Parabéns pela realização desta audiência tão importante.

Acho que as perguntas são excelentes, e a semana deste ano faz esse chamado, que é aumentar o investimento nas políticas que funcionam – que a gente sabe que fazem diferença e que mudaram a realidade de diferentes países, como o Brasil –, e esse investimento precisa do compromisso de todos. Então, seja o Parlamentar municipal, estadual, federal; as emendas parlamentares; os governos, nos diferentes níveis interfederativos; a sociedade; as famílias: a gente precisa priorizar o aleitamento materno.

A Senadora falou sobre desinformação, que aconteceu com a imunização, e o aleitamento materno é uma das intervenções de saúde pública mais efetivas, assim como a imunização. A gente está falando de uma intervenção que salva vidas, que promove desenvolvimento econômico sustentável e equitativo, como já foi falado, então a gente precisa continuar fazendo esse bom trabalho. Acho que o Brasil segue num caminho de um trabalho de excelência, caracterizado pelo compromisso de diferentes atores da sociedade – do Governo, do Legislativo –, e a gente precisa continuar avançando e sabe como fazer isso.

Acho que o Brasil mostra também que sabe muito bem, tanto que tem a maior rede de bancos de leite do mundo. Então, são mulheres brasileiras que doam leite humano, por meio de uma rede pública que promove isso em outros países. Então, a gente tem tudo para continuar fazendo ainda melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, obrigada, Doutora. Foi uma alegria tê-la conosco.

Para considerações finais, Capitão Marcos Rogério.

Eu vou deixar a senhora por último, a senhora é a nossa mãe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO DUAILIBE BARREIRA (Para expor.) – Novamente, eu queria agradecer, Senadora Damares, pela iniciativa e dizer que o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal se sente muita à vontade por estar participando, promovendo esse apoio. A gente também está aqui disponível, dentro do que a gente pode, para apoiar outros entes.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, capitão.

Tenho uma boa notícia, gente: a Mesa Diretora informou aqui à Secretaria que já vai estar no próximo despacho com o Presidente do Senado o nosso pedido. Está vendo como vale a pena uma audiência pública como esta?

Dra. Maria das Graças, três minutos para considerações finais.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS CRUZ RODRIGUES (Para expor.) – A senhora falou sobre o monitoramento dessa informação. Nós temos como monitoramento do aleitamento materno, da implementação da Nbcal, que foi falada no início pela Dra. Sonia, a Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar, que é um órgão internacional, mas, no Brasil, como ela falou também, nós temos protagonismo no mundo em relação a esse monitoramento. Então, é importante citar a Ibfan, que é a sigla desse órgão, como um grande parceiro e grande ator da promoção, proteção e apoio à amamentação, durante os últimos trinta e poucos anos. Então, a gente precisa citar a Ibfan como um órgão que tem feito o seu papel.

Muito obrigada, muito obrigada mesmo, este momento foi muito forte, foi muito importante. Eu gostaria que muitas pessoas pudessem assistir a este evento, porque foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dadas informações importantíssimas, que podem chegar a quem pode mudar, como a gente já viu aí que aconteceu.

Quero citar o Corpo de Bombeiros também como um exemplo para o Brasil todo. Como o capitão falou, o Corpo de Bombeiros atua no DF inteiro, com 80% da nossa coleta, mais de 80%, quase 90% da coleta do DF, porque nós temos hospitais privados que também fazem coleta, então eles não atuam. Mas o Brasil inteiro precisa disso, o Brasil inteiro precisa romper essas barreiras na dificuldade da coleta do leite.

Eu quero finalizar minha fala com isto: nós precisamos fortalecer o que funciona, os nossos profissionais que atuam em amamentação, os nossos bombeiros, que podem fazer a coleta. E algo muito importante que precisa ser dito, estou muito feliz que seja a última coisa: precisamos capacitar os nossos profissionais de saúde que estão se formando...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS CRUZ RODRIGUES – ... precisamos atuar dentro das universidades, dentro das escolas, para que os profissionais já saiam entendendo a importância do aleitamento para a saúde, não só para as crianças, mas para a saúde da população inteira, porque a gente sabe que o aleitamento materno não é só para a infância, é para a vida inteira.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Graça.

Vamos ouvir, por três minutos, a mãe do leite, a enciclopédia sobre aleitamento materno e bancos de leite humano no Brasil, Dra. Miriam.

A SRA. MIRIAM OLIVEIRA DOS SANTOS (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer a iniciativa da Senadora Damares e também agradecer, eu acho que não só em nome da rBLH, mas de todos os profissionais que trabalham com aleitamento, desde a atenção primária até a atenção especializada, por este momento que a senhora está dando para a gente, de correr

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atrás do PL para políticas de aleitamento materno no Brasil. O Brasil é reconhecido no mundo por esse trabalho, e ter uma lei para isso vai ter um incentivo muito grande.

Queremos deixar à disposição a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, que busca diariamente qualificar todos os profissionais que estão na ponta, para que todo bebê que necessite, que esteja internado na unidade neonatal, receba o melhor alimento, tenha a melhor chance de início de vida. E quero lembrar, como vários falaram, a cada mãe que esteja amamentando e que tenha condições de ter uma rede de bancos de leite próxima ao seu domicílio, que um pote de leite materno de 250ml, por exemplo, pode alimentar até dez bebês por dia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Puxa vida!

A SRA. MIRIAM OLIVEIRA DOS SANTOS – Então, ela pode fazer a diferença nisso lá, ao fazer esse ato.

E, às vezes, as mães pensam... Sabe, Senadora, uma coisa que muitas mães pensam é que elas precisam... "Ah, eu vou precisar encher dois, três, quatro, dez potes por semana". Não! Um pote de 250ml, que ela tem uma semana para encher, vai fazer a diferença na vida de muitas crianças – e falo mais: não só de crianças, mas daquela mãe que está, naquele momento, fragilizada e precisando desse apoio; é como se ela fosse abraçada por elas, por todos eles.

Então, muito obrigada a todas as doadoras de leite humano deste país e aos profissionais de saúde que estão aí nessa luta diária para melhorar a saúde das crianças do nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dra. Miriam. Muito obrigada.

Esta é uma Comissão que também cuida dos direitos dos povos tradicionais, Dra. Miriam.

Dra. Sonia, quero aproveitar que a senhora ainda está presente. O Sisvan (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), do Ministério da Saúde, não tem atualizado o seu relatório de acesso ao público no recorte de aleitamento materno de comunidades tradicionais indígenas. Os relatórios são somente de 2015 a 2022, não estão sendo lançados os dados de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2023, 2024, 2025 e 2026. Isso eu sei que não é responsabilidade da sua secretaria, é lá da Secretaria de Saúde Indígena, mas a gente vai fazer um encaminhamento também, Dra. Sonia, para que esses dados sejam atualizados.

Especialmente agora, eu quero manifestar minha preocupação: as aldeias estão tendo acesso à internet, e o meu medo é as desinformações chegarem às aldeias e a gente ter uma queda no aleitamento materno entre os povos indígenas. Lembrando, Dra. Sonia e todos que estão me ouvindo... Como eu estou falando para a sociedade e está todo mundo me assistindo, deixe-me falar em uma linguagem que todo mundo possa entender.

Em 1999 e 2000, nós estávamos estudando sobre câncer de mama entre mulheres indígenas; era quase zero. E as pessoas perguntavam: "Por quê? É porque elas vivem em contato com a natureza?". Também; o estilo de vida delas é diferente do nosso. "É porque elas têm uma alimentação saudável, têm acesso a um alimento mais fresco?" Também, mas o que mais implicava era que a mulher indígena amamentava a criança até 2, 3 anos de idade.

Então, mulheres do Brasil que estão me ouvindo, sejam espertas! Vejam só: se aqui a gente está mostrando que a amamentação pode evitar o câncer de mama, sejam espertas, mulheres! Sejam espertas; vamos amamentar! A história está aí para nos mostrar. As mulheres indígenas estão aí para nos mostrar.

E eu quero dar um recado também para as mulheres do Brasil: Deus é perfeito. Eu sei que o Estado é laico, mas, como eu sou terrivelmente cristã, me permitam falar uma coisa: Deus foi perfeito quando nos fez. E deixe-me mandar um recado para quem não crê em Deus: nenhum cientista é maior que a natureza. Nenhuma empresa de fórmula ou de leite não natural é maior que a natureza. Não; a natureza é perfeita. E, quando Deus fez o peito da mulher aqui, bem aqui em cima... Por que Deus não fez o peito na perna? Porque, no ato de amamentar, está comprovado que esse olhar da mãe nos olhos do bebê também desenvolve afeto e vínculo. Então, vejam como Deus é perfeito! Amamentação é vida, é vínculo, é afeto, é proteção. Então, eu precisava falar dessa forma bem popular para todo mundo do outro lado ouvir. Está muito além. É muito além do que alimentar: é vida, é vínculo, é direito. E a gente vai continuar nesta Comissão lutando pelos direitos da criança de ser amamentada e da mãe de amamentar, porque os dois são beneficiados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É Agosto Dourado. Venham todos vocês conosco nessa campanha!

Eu quero agradecer aos especialistas que vieram aqui e trouxeram informações riquíssimas, todos os que estão aqui de forma *online* e os que vieram de forma presencial.

E, dessa forma, a Comissão de Direitos Humanos... (*Pausa.*)

Sonia, você quer responder sobre o Sisvan? Parece que você já fez uma pergunta, que vai verificar uma questão... (*Pausa.*)

O.k., Sonia. Recebi sua mensagem aqui.

Dessa forma, eu agradeço a todos os que participaram de forma presencial e *online*, todos os que estiveram no plenário, todos os que nos acompanharam pela TV Senado, e damos por cumprida a missão da Comissão de Direitos Humanos de iniciar... A primeira reunião de agosto no Senado Federal – olhem que lindo! – foi sobre o Agosto Dourado.

Muito obrigada a todos vocês.

Assim, nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa reunião, a nossa audiência pública.

Obrigada a todos vocês. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e treze minutos do dia quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 81/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 87/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 96/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre a memória do Holocausto Cigano (Holocausto Romani), o enfrentamento ao anticiganismo, ao antissemitismo, às perseguições étnicas e à intolerância, bem como a importância da preservação da memória histórica das vítimas do regime nazista. Participantes: Dra. Aline Miklos, Doutora em Direito pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais/ França) e Gerente de Advocacy, Assuntos Governamentais e Litígio Estratégico do Instituto Vladimir Herzog. Especialista em direitos humanos, com forte atuação em mecanismos internacionais de justiça de transição e combate à discriminação.; Dr. Carlos Reiss, Coordenador-Geral do Museu do Holocausto de Curitiba. Advogado e pesquisador dedicado à preservação da memória do Holocausto e à educação em direitos humanos.; Dr. Igor Shimura, Cientista Social; professor universitário; presidente do Instituto PluriBrasil; pertencente à etnia Cigana; Ex-conselheiro do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR); Ex-diretor no MMFDH; Membro do conselho da Aliança Brasileira de Apoio aos Ciganos e atual conselheiro no Conselho Estadual de Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, no Paraná.; Dr. Marcos Toyansk Guimarãis, Coordenador do Grupo de Estudos Ciganos do LEER/USP. Pesquisador e especialista em história dos povos ciganos e no Holocausto Romani.; e Dra. Hayanne Iovanovitchi, Coordenadora da Política de Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná. Advogada e pós-graduanda em Direito Penal e Criminologia. Fundadora do Coletivo de Mulheres Ciganas do Brasil (COMCIB) e idealizadora do Museu Virtual de Memórias da Imigração Cigana em Curitiba. Atua na promoção de políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais, com ênfase na defesa dos direitos dos povos ciganos, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valorização da identidade cultural e no fortalecimento da participação feminina.. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/04

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Declaro aberta a 55ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 4 de agosto de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 81, 87 e 96 – foram três requerimentos –, de 2026, de minha autoria, aprovados nesta Comissão para debater sobre a memória do Holocausto cigano (Holocausto romani), o enfrentamento ao anticiganismo, ao antissemitismo, às perseguições étnicas e à intolerância, bem como a importância da preservação da memória histórica das vítimas do regime nazista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito que passe o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Para discursar.) – Com a exibição desse vídeo, a gente justifica a abertura desta audiência pública.

O Brasil acabou de assistir ao relato de um sobrevivente do Holocausto cigano. É por isso que nós estamos aqui hoje. Nós precisamos lembrar para não esquecer o que aconteceu, para que nunca mais aconteça.

Eu comunico a todos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Senhores, existem acontecimentos que marcam profundamente a história e cuja lembrança constitui um dever permanente das sociedades democráticas. Entretanto, algumas dessas tragédias permaneceram por décadas à margem da memória coletiva. É o caso do genocídio sofrido pelos povos roma, sinti e outros grupos ciganos durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante muito tempo esse capítulo da história permaneceu pouco conhecido, apesar da dimensão das atrocidades cometidas contra os povos. No último dia 2 de agosto, foi celebrado o Dia Europeu em Memória do Holocausto Romani, instituído pelo Parlamento Europeu, em referência à noite de 2 para 3 de agosto de 1944, quando cerca de 4,3 mil homens, mulheres, idosos e crianças ciganas foram assassinados nas câmaras de gás de Auschwitz, episódio que marcou a liquidação do campo cigano. Estima-se que entre 220 mil e 500 mil pessoas pertencentes aos povos roma e sinti tenham sido mortas pelo regime nazista e seus colaboradores durante o Holocausto.

Embora muitos pesquisadores apontem que esse número possa ter sido ainda maior, em razão da escassez de registros históricos – conseguem imaginar 500 mil ciganos assassinados, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita gente não sabe disso? –, a preservação dessa memória possui significado que ultrapassa o resgate histórico. Ela representa um compromisso com a verdade, com a justiça e sobretudo com a prevenção de novas violações de direitos humanos.

A história demonstra que genocídios não começam com campos de extermínio. Eles têm início com a desumanização, com o preconceito, com a discriminação sistemática, com o discurso de ódio e com a naturalização da exclusão de determinados grupos da vida social. Nenhum ditador amanhece amigo e no outro dia faz um decreto: "Vamos instituir um campo de concentração". Há um processo lento até se chegar a um campo de concentração, e foi o que aconteceu com os nossos irmãos ciganos durante o Holocausto.

Infelizmente, hoje, o anticiganismo permanece sendo uma realidade contemporânea. O Conselho da Europa o reconhece como uma força específica de racismo dirigida aos povos ciganos, caracterizada por estereótipos, discriminação, exclusão social e violência. No Brasil, onde vivem comunidades pertencentes principalmente às etnias calon, rom e sinti, também persistem desafios relacionados ao acesso à educação, à saúde, à documentação civil, ao trabalho, à moradia, à segurança e a outras políticas públicas.

Reconhecendo essa realidade, o Governo Federal instituiu, em 2024, o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos, importante instrumento voltado à promoção da cidadania, ao enfrentamento do preconceito e da discriminação étnico-racial e à valorização da cultura cigana.

No âmbito legislativo, merece registro a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei 248, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o estatuto dos povos ciganos e atualmente tramita na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei 1.387, de 2022. A matéria permanece em tramitação, aguardando a criação de uma Comissão Temporária.

Eu tenho a alegria de informar que eu ajudei a escrever esse texto em 2015. Eu tenho a alegria de informar que, em 2014 e em 2015, eu era só uma assessora nesta Casa. E eu estava aqui nesta Comissão – lembra, Simone? – de Direitos Humanos, lutando para que a gente tivesse um estatuto dos povos ciganos. Trabalhamos sonhando que naquele ano a gente conseguiria aprovar – em 2015 – na Câmara e no Senado, mas, lamentavelmente, estamos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2026 e o projeto está parado na Câmara dos Deputados aguardando a formação de uma Comissão. E isso me deixa muito triste – muito triste.

Ao promover esta audiência pública, a Comissão de Direitos Humanos reafirma sua missão constitucional: acompanhar políticas públicas, fiscalizar a efetividade dos direitos fundamentais e promover o diálogo sobre temas essenciais à dignidade da pessoa humana. É motivo de satisfação receber nesta audiência pesquisadores, representantes de instituições de memória, especialistas em direitos humanos, representantes dos povos ciganos e organismos comprometidos com a promoção da igualdade. A pluralidade de experiências certamente enriquecerá este debate e contribuirá para o aperfeiçoamento das políticas públicas brasileiras.

Que esta audiência seja um espaço de reflexão, de escuta e de construção de caminhos capazes de fortalecer a cultura dos direitos humanos e o respeito às diferenças. Que esta audiência dê início a um novo ciclo de debates sobre tudo o que acontece no Brasil ainda com os povos ciganos.

Nesse sentido, reafirmo também o meu compromisso pessoal com os ciganos brasileiros, com essa comunidade que eu tenho certeza de que hoje, neste exato momento, tem a televisão ligada em diversos acampamentos do Brasil. Eu quero mandar um abraço a todos vocês que estão nos acampamentos, a todos vocês que estão nas suas casas, a todos vocês que estão nos seus trabalhos, a todos vocês que vão assistir depois – não neste horário agora, mas vão assistir a esta audiência. Eu quero transmitir o meu abraço e manifestar o respeito desta Comissão.

O Brasil não seria o mesmo sem os povos ciganos. A pluralidade desta nação não seria como é, o nosso povo não seria tão lindo, tão espetacular, tão extraordinário, se vocês não estivessem em solo brasileiro, nos ensinando a alegria, a resiliência, a resistência e enfrentando, muitas vezes sozinhos, o preconceito, a discriminação.

Hoje a gente vai lembrar. Hoje não é um dia para a gente falar tão somente do que vocês sofrem, mas hoje é um dia para a gente lembrar o que aconteceu em 1944, para que as próximas gerações não esqueçam, para que todas as formas de violações de direitos humanos no Brasil e no mundo possam ser evitadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu convido para compor a mesa comigo a Dra. Aline Miklos, Doutora em Ciências pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, na França, e Gerente de Advocacy, Assuntos Governamentais e Litígio Estratégico do Instituto Vladimir Herzog.

Na minha terra, a gente bate palmas para convidados. (*Palmas.*)

Obrigada, Dra. Aline.

Eu convido para compor a mesa o Dr. Carlos Reiss, Coordenador-Geral do Museu do Holocausto de Curitiba, Advogado e Pesquisador dedicado à preservação da memória do Holocausto e à educação em direitos humanos.

Obrigada, Dr. Carlos. (*Palmas.*)

Eu tenho a honra de convidar o meu amigo Dr. Igor Shimura, Cientista Social, Professor universitário, Presidente do Instituto PluriBrasil, pertencente à etnia cigana, ex-Conselheiro do Conselho Nacional de políticas de Igualdade Racial, ex-Diretor do Ministério dos Direitos Humanos, membro do conselho da Aliança Brasileira de Apoio aos Ciganos e atual Conselheiro no Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, no Paraná, e quem me fez, uns 20 anos atrás, me apaixonar por essa causa. (*Palmas.*)

Eu ainda convido para compor a mesa com a gente aqui a Dra. Hayanne.

Está certo? É "raiane" ou "aiane"? (*Pausa.*)

É "raiane".

Hayanne, só que o seu segundo nome eu não consigo... Eu vou tentar: Iovanovitchi. Acertei?

Ela é Coordenadora da Política de Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná, Advogada e Pós-Graduanda em Direito Penal e Criminologia, fundadora do Coletivo das Mulheres Ciganas do Brasil e idealizadora do Museu Virtual de Memórias da Imigração Cigana em Curitiba.

Muito bem-vinda, Doutora! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também está na mesa conosco, só que de forma virtual, o Dr. Marcos – Marcos, eu vou tentar – Toyansk Guimarãis. Acho que eu acertei. Ele é Coordenador do Grupo de Estudos Ciganos da USP, Pesquisador e especialista em história dos povos ciganos e no Holocausto romani.

Dr. Marcos, seja muito bem-vindo! É uma alegria tê-lo conosco!

Eu informo que, por uma questão de a gente conseguir garantir a conexão do Dr. Marcos, nós vamos fazer a seguinte ordem de fala: nós vamos começar com a Dra. Aline e, na sequência, vamos ouvir o Dr. Marcos, para a gente não ter o risco de perder a conexão.

Dra. Aline, seja muito bem-vinda! Obrigada por ter aceitado o convite para estar conosco nesta histórica audiência pública em que vamos lembrar ao Parlamento brasileiro, ao Congresso Nacional, à sociedade brasileira o que aconteceu durante o Holocausto. Fala-se muito do Holocausto no mundo inteiro, no Brasil, mas pouco se fala do Holocausto cigano.

Seja muito bem-vinda à nossa audiência! A senhora tem o seu tempo: dez minutos. Tem um cronômetro ali, mas não se preocupe: se precisar passar um pouquinho mais do seu tempo, fique à vontade.

Seja bem-vinda, Dra. Aline!

A SRA. ALINE MIKLOS (Para expor.) – Senadora Damares, eu gostaria de agradecer-lhe muito pela audiência, puxada pela senhora, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Gostaria de agradecer a todos aqueles que fizeram esta audiência possível e a todos vocês, também, que saíram de suas casas e que estão aqui participando. Para a gente é muito importante relembrar o Holocausto cigano, o Holocausto romani.

Eu sou de etnia rom, e a minha família sofreu bastante com essa questão do Holocausto. Muitas das famílias roms vieram para o Brasil depois do Holocausto e estão aqui.

Já tem alguns anos que eu trabalho com essa temática. Eu trabalhava nas Nações Unidas. A gente fez várias atividades relacionadas ao Holocausto cigano, romani. Sempre que a gente realizava essas atividades me perguntavam sobre por que relembrar o Holocausto romani no Brasil, sendo que foi tão longe no espaço, porque foi na Europa; sendo que foi tão longe no tempo, porque foi em 1940; sendo que essa população não é tão representativa no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre me perguntaram isso, tanto no Brasil quanto na Europa; tanto pessoas da sociedade civil quanto estados. Então, eu vou começar por isso: por que que relembrar o Holocausto romani no Brasil?

Como eu já falei, muitas das famílias que estão aqui vieram fugidas do Holocausto e das perseguições que aconteciam na Europa. Depois a gente vê que as ideias supremacistas migram, vieram da Europa para cá. Muitos dos que estão aqui são descendentes de famílias que vieram deportadas de Portugal. Tem muitos calons aqui, que é uma etnia diferente da minha. Chegaram ao Brasil no princípio da colonização, porque eram deportados. Junto com eles, dentro dos barcos, vinham também as primeiras normativas anticiganas de Portugal.

Até 1760, existiram mais ou menos 12 normativas, do Império Português, que serviam para o Brasil, dizendo como o Estado deveria tratar essa população. As normativas diziam que eles não deveriam estar em cidades grandes, que não deveriam andar em grupo, que não deveriam falar a língua, que era chamada de geringonça, e também se subentendia que toda a mercadoria que era encontrada junto com essa população era mercadoria roubada.

Então, assim, vocês veem, por exemplo, vários registros dos séculos XVIII e XIX em que a polícia chegava aos acampamentos ciganos romanis e tudo o que encontrava – chegava sem muito motivo – era capturado. Então, encontrava cavalos e falava: "Foram encontrados 20 cavalos roubado". Encontravam ouro: "Não, tudo roubado". Então, a polícia pegava para si mesma, pegava pelo Estado; muitas vezes distribuía e, muitas vezes, a gente não sabia o que acontecia.

Então, quando a gente fala de perseguição ao povo romani, a gente está falando de uma perseguição que vem de antes, que é histórica, que vem do princípio da colonização, que veio da Europa, que não começou na Segunda Guerra Mundial com o nazismo, que começou antes do nazismo e que se perpetua e existe até os dias de hoje.

Se a gente vê, hoje em dia, também, quando a polícia chega a um acampamento, a primeira coisa que ela faz é que, por exemplo, não existe a presunção de inocência. Então, teoricamente, todo cigano é bandido, e ela chega já com toda a violência. Então, quando a gente percebe essas coisas, a gente vê que é uma violência histórica. Por isso é que, quando a gente fala de anticiganismo, a gente está falando de racismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O anticiganismo é uma forma específica de racismo contra a população romani. É bem diferente, gente, a gente entender... Preconceito é quando a gente tem uma ideia prévia de alguma coisa, entendeu? Eu vejo uma cigana na rua e eu falo: "Vou guardar minha bolsa, senão ela vai me roubar". Isso é um preconceito.

Discriminação é quando uma mulher cigana ou um homem cigano vai entrar em uma loja e não o deixam entrar na loja. Então, é quando a pessoa é tratada de forma diferente.

Racismo é quando existe uma discriminação e um preconceito estrutural e há um movimento de exclusão estrutural, que começa no passado e vem até hoje. Então, o problema é muito maior. Não é só preconceito e não é só discriminação.

O Estado brasileiro não reconhece, até hoje, o anticiganismo como uma forma específica de racismo contra a população romani. Inclusive, o decreto que a Sra. Ministra citou aqui, de 2024, é um decreto muito interessante, mas eles tiveram a grande oportunidade de reconhecer o anticiganismo como uma forma específica de racismo; só que eles não escreveram isso, eles não reconheceram, entendeu? Eles falaram que é sinônimo de preconceito, discriminação e de palavras também que não têm a ver com... ou seja, têm a ver com o racismo, mas elas são menores que o racismo, porque o racismo não é só uma questão individual; é uma questão estrutural e histórica.

Então, no direito internacional, quando a gente está falando sobre um racismo histórico, uma das maneiras que a gente tem de lidar com isso é a partir da justiça de transição.

Então, o que é essa justiça de transição? Ela já foi aplicada em muitos países na Europa, está sendo aplicada também, por exemplo, na Espanha e em outros países também. E o que acontece é que, quando a discriminação e a exclusão são históricas, é preciso, primeiro, a gente saber a verdade do que aconteceu no passado. A gente precisa ter isso documentado, a gente precisa saber o que aconteceu com a gente, com a nossa família, para a gente ter o poder desse conhecimento para, depois, exigir justiça.

Então, a justiça de transição é uma justiça histórica, porque ela fala que, se a gente quer resolver um problema do presente, que é estrutural, a gente precisa pegá-lo pela raiz. Depois que a gente faz isso, a gente pensa em medidas de reparação e medidas de não repetição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabou de chegar um primo querido meu aqui, estou muito feliz de vê-lo, o Vitor. Bem-vindo!

Então, é por isso que, quando a gente está falando de justiça de transição, etc., também a gente está falando de memorialização, que é quando a gente entende que a gente precisa saber desse passado.

Quando eu trabalhava nas Nações Unidas, a gente começou com um projeto que se chama Mapa da Memória Romani nas Américas. Eu enviei o *link* dele para vocês, se vocês puderem passar aqui. O Mapa da Memória Romani está disponível em português, espanhol e inglês, e ele é bem interativo.

E como a gente fez? A gente fez uma chamada pública, e a gente convidou pesquisadores e pessoas romanis, calons, rom e sinti, para contribuir com o mapa. Eles enviavam uma proposta de ponto de memória, a gente avaliava para ver se estava tudo certo com informações, registro histórico, se tinha estereótipo ou não, e aí a gente publicava.

A gente já publicou duas versões que têm 50 pontos de memória em todas as Américas. E agora a gente está publicando a terceira versão, que vai ter mais 22 pontos. Se vocês puderem aproximar em algum ponto de memória e clicar nele, algum ponto no Rio de Janeiro aí, por exemplo. (*Pausa.*)

É, pode ser esse. Aí é... Não, vamos com esse aí.

Por exemplo, aqui a gente tem o Santuário da Gruta Santa Sara Kali, que está no Rio de Janeiro. Então, aqui a pessoa vai, conta a história da Santa Sara Kali, tem como colocar fotos, tem como colocar todas as informações.

Um outro exemplo também nesse mapa, se você puder ir até Goiânia, foi um ponto de memória que a gente fez justamente com o Vitor Caldeira. Ele entrou em contato com pesquisadores e tudo, que em Goiânia tem uma Praça dos Ciganos. Eu ficava: gente, de onde que vem esse nome? Por que tem esse nome? Aí, eu saí perguntando para um monte de gente. Eu perguntei para o Vitor: "Vitor, e essa praça?". Ele falou: "Nossa, Aline, justamente essa praça se chama Praça dos Ciganos, porque a minha família acampava lá na década de 70". Então, eu falei: "Não, vamos resgatar essa história". Aí o Vitor saiu falando com os tios dele, saiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurando fotografias, informações, etc. A gente reconstruiu a história dessa praça... Eu já estou finalizando aqui. A gente reconstruiu a história dessa praça, e a gente a colocou aqui no Mapa da Memória Romani.

Então, é isso. Depois, se vocês quiserem o *link* do mapa, eu posso enviar para vocês; mas, se vocês colocam "mapa da memória romani", na internet, já vai aparecer o mapa. Vocês podem consultar, vocês podem contribuir também com ele, etc. Esse mapa mostra que, a partir dessa memorialização e desse resgate da história, a gente pode entender e mostrar como a cultura romani, cigana, calon e sinti contribuiu para a cultura brasileira.

Também, a partir desse mapa, a gente pode ver as violências que o Estado brasileiro cometeu contra a população romani, porque, nesse mapa, também se registram, por exemplo, várias leis anticiganas que surgiram no Brasil e em outros países das Américas.

Esse mapa também registra vários massacres contra famílias ciganas que aconteceram no Brasil e vários outros episódios que a gente deve relembrar para que nunca mais aconteçam.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Muito obrigada, Dra. Aline.

É chocante, não é?

A SRA. ALINE MIKLOS – É chocante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – É chocante.

E saber que você é de uma família, que você é cigana, e você ter que se debruçar sobre esses dados, sobre esses números, sobre esses fatos – e é esse o objetivo da audiência mesmo.

Talvez alguns que estão ligando a televisão agora comecem a ficar impressionados com os números e dados que estão sendo trazidos. Mas essa também é a realidade de todo dia, vivida por eles no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Aline, parabéns pelo seu trabalho!

A SRA. ALINE MIKLOS – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Parabéns! Parabéns por sua apresentação!

Eu quero informar que a apresentação da Dra. Aline vai ficar à disposição do Brasil.

E quero convidar você que está nos assistindo, que estuda direito, que está fazendo mestrado, doutorado: eis um bom tema para a academia continuar discutindo, Dra. Aline. Eis um bom tema para a gente perpetuar as pesquisas, os estudos, os debates na academia, para a gente influenciar o Brasil.

Parabéns, Dra. Aline!

Na sequência, nós vamos ouvir, com participação de forma remota, o Dr. Marcos Toyansk Guimarãis – se eu errei o nome, por favor, corrija-me –, Coordenador do Grupo de Estudos Ciganos da USP; Pesquisador; e especialista em história dos povos ciganos e no Holocausto romani.

Dr. Marcos, aproveite e apresente com mais detalhe o vídeo que nós apresentamos no início. A gente precisou passar imediatamente o vídeo, porque houve uma falha técnica, biológica, aqui da apresentadora, da Presidente da Comissão, e a gente queria realmente mostrar ao Brasil.

Nós tivemos um holocausto cigano e nós precisamos falar sobre isso.

Dr. Marcos, seja muito bem-vindo!

O senhor tem o seu tempo, a princípio, de dez minutos.

O SR. MARCOS TOYANSK GUIMARÃIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, boa tarde.

Eu quero agradecer o convite para participar dessa audiência pública em memória ao Holocausto romani ou Holocausto cigano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço e cumprimento a Presidente da Comissão, a Senadora Damares Alves. Muito obrigado por organizar, propor esta audiência.

Eu quero, enfim, começar oferecendo uma breve contribuição sobre as relações históricas entre os dois principais povos perseguidos durante o regime nazista: os ciganos e os judeus. Então o meu objetivo é abordar essas aproximações, as experiências desses dois grupos e as diferenças também que marcaram as respectivas trajetórias.

Assim como a Aline, eu também, enfim, tenho origem cigana, mas também tenho origem judaica. Então aqui vem essa aproximação também de algo muito pessoal para mim.

Antes de abordar o período nazista, eu quero iniciar ressaltando uma questão recorrente com relação à identidade cigana, que tem sido a compreensão por meio de comparações com outras minorias. Então, são comparações que buscam identificar experiências compartilhadas, mas que às vezes acabam dificultando um pouco o entendimento da singularidade histórica e cultural dos povos ciganos.

Então, de modo geral, a gente pode entender que a história das identidades ciganas é bastante negligenciada e interpretada muitas vezes a partir de narrativas construídas para explicar a experiência de outros grupos que colocam os ciganos em uma posição de dependência interpretativa, subordinada a paradigmas que nem sempre dão conta da própria realidade e complexidade da experiência romani.

Obviamente há algumas aproximações possíveis. Então, quando consideramos a marginalização, o perfilamento racial, a escravização, enfim – muita gente não sabe, mas ciganos foram escravizados nos territórios da atual Romênia por séculos –, encontramos alguns paralelos com outros povos que também passaram por esses processos. Mas, quando a gente adota uma perspectiva histórica, dos últimos séculos, centrada nas perseguições, na imposição do rótulo de estrangeiros e desterritorializados, além de algumas semelhanças culturais, os judeus costumam ser apontados como o povo mais próximo dos ciganos. Essa proximidade, construída principalmente a partir das atitudes e ações das sociedades mais amplas com relação a essas minorias – quer dizer, algo externo –, acabou resultando em algumas ações colaborativas entre os dois grupos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para iniciar, é importante destacar que foram séculos de convivência entre ciganos e judeus no continente europeu. Ambos os grupos presenciaram as transformações políticas e sociais naquela região do mundo, e as formas como as sociedades tratavam as minorias. Havia, claro, algumas eventuais, esporádicas aproximações entre os dois grupos, geralmente envolvendo encontros culturais, por meio da música, de relações comerciais, de troca, mas, de modo geral, eram grupos que vivenciaram trajetórias sociais bastante distintas.

Então, nós temos casos, assim, um pouco excepcionais, como no caso da Bulgária, em que os dois grupos tinham uma proximidade, mas, de modo geral, havia algum distanciamento, realidades separadas; e as interações não eram tão frequentes. Mas a condição diaspórica e o compartilhamento de experiências de hostilidade fizeram com que os dois grupos fossem até associados – uma conexão real, imaginária, que resultou nessas ações colaborativas no combate às visões racistas e excludentes. Ambos compartilharam uma história de perseguição, genocídio, além de terem sido tratados como intrusos em diversos países.

Os paralelos históricos ganharam impulso a partir do mais trágico evento na história de ambos: o Holocausto, perpetrado pela Alemanha nazista e seus colaboracionistas. Obviamente essa não é uma história apenas do passado; aqui a gente está falando principalmente da década de 40. Nós não temos hoje, obviamente, felizmente, o extermínio das populações, mas aí nós temos formas de violência que permanecem muito atuais. Ambas as populações são afetadas pelo crescimento de crimes de ódio e estereótipos discriminatórios. A gente vê, atualmente, uma explosão do anticiganismo e do antissemitismo.

Então, enfim, fazendo um recuo histórico, voltando para o projeto nazista, a gente poderia apresentá-lo como uma perseguição sistemática de judeus e ciganos, porque era um ponto de convergência entre os dois grupos, que foram incorporados, quer dizer, o antissemitismo e o anticiganismo foram incorporados em um projeto racial nacional-socialista que precisava reorganizar a sociedade europeia segundo critérios biológicos e eugenistas. Então, ambos os grupos passaram a ser classificados como raças estrangeiras e submetidos a políticas de exclusão, segregação e extermínio, fundamentadas em argumentos pseudocientíficos.

Para alcançar esse objetivo, o regime nazista desenvolveu mecanismos de identificação dos indivíduos considerados indesejáveis. Promoveu pesquisas e instituiu um aparato jurídico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais discriminatório, destinado a esterilização compulsória, encarceramento e extermínio em massa.

A discriminação racial foi resultado da combinação de preconceitos sociais e étnicos legitimados por argumentos pseudocientíficos e implementados pelo aparato policial. Como primeira consolidação da segregação, nós temos as Leis de Nuremberg, de 1935, que excluíam judeus e ciganos do convívio com a população mais ampla. Pesquisadores também, como Robert Ritter, que era um médico nazista, sustentavam que a suposta criminalidade e comportamento antissocial dos ciganos eram características hereditárias. Eu digo "suposta" porque não há nada que demonstre que isso era real.

Em 1938, Himmler assumiu a chamada – entre aspas – "questão cigana" e promulgou o decreto de combate à – entre aspas novamente – "praga cigana", reforçando a ideia de que os ciganos constituíam um perigo biológico para a sociedade alemã. Ao mesmo tempo que os judeus eram apresentados como os principais inimigos políticos do *reich*, os ciganos passaram a ser incorporados ao imaginário da conspiração judaico-bolchevique. Então, no *reich*, essa política fazia parte de uma visão eugenista que pretendia "eliminar o crime e o atraso" – entre aspas novamente – da comunidade nacional alemã por meio de assassinatos sistemáticos, e, ao mesmo tempo, consideravam os ciganos como aliados dos judeus numa imaginária conspiração judaica para dominar o mundo.

Como resultado desse período, nós temos o extermínio de... o número é muito incerto, mas é estimado que de 220 mil a 1,5 milhão de ciganos foram presos e exterminados nos campos da Alemanha nazista, e no imediato pós-guerra não receberam o reconhecimento como vítimas de perseguição racial. Então, neste momento, nós temos um distanciamento entre a realidade dos judeus e dos ciganos: os sobreviventes judeus passaram a ser reconhecidos como vítimas de perseguição racial, enquanto os ciganos permaneceram excluídos dessa presunção jurídica e sendo obrigados a comprovar individualmente que haviam sido perseguidos por razões raciais.

Nós temos alguns pesquisadores, como Gilad Margalit e Julia von dem Knesebeck, que detalham bem esse processo. Os tribunais alemães, as autoridades continuaram a reproduzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

categorias, classificando ciganos como criminosos, antissociais, justificando seu aprisionamento como medidas de segurança pública, e não como expressão da política racial do Estado.

Apesar desse distanciamento, surgiram formas de colaboração e solidariedade entre judeus e ciganos. Muitos judeus participaram ativamente dos processos de reconhecimento do Holocausto romani, muitos pesquisadores que escreveram sobre o Holocausto cigano são judeus, entre eles Friedländer, Sybil Milton, Gilad Margalit, Guenter Lewy e Yaron Matras; outros, como o jurista Kurt Gerstein, que era Diretor do departamento de Hesse, defendiam os ciganos, acusando o Estado de ser responsável pela miséria deles. No entendimento dele, a marginalização decorria da pobreza e não da biologia, então defendia que os ciganos precisavam de um apoio estatal, principalmente no período pós-guerra, em que as comunidades haviam sido totalmente destruídas. Acho que merece também destaque o trabalho do pesquisador israelense Gilad Margalit, que descreve o longo caminho dos ciganos até o reconhecimento, e também o de outro pesquisador israelense, Yaron Matras, que demonstra como sobreviventes – ciganos – enfrentaram obstáculos específicos que não eram, enfim, presentes para outras vítimas.

Houve um grande envolvimento, e esse envolvimento decorre principalmente dessa aproximação que os dois povos tiveram durante o regime nazista, na medida em que foram submetidos a políticas de perseguição e extermínio.

Então, para finalizar esta breve contribuição, e como a Senadora Damares comentou, eu gostaria de exibir novamente um vídeo dessa trágica experiência vivida pelos dois povos. Esse vídeo foi produzido pela equipe do Leer, laboratório do qual faço parte na Universidade de São Paulo, sob a coordenação da Profa. Maria Luiza Tucci Carneiro, com o objetivo de registrar a memória do Holocausto. O vídeo é um testemunho de um sobrevivente judeu chamado Michael Goldstein, que nasceu na antiga Tchecoslováquia, na década de 30, e que foi enviado para o campo dos ciganos em Auschwitz.

Eu queria pedir a gentileza, se puderem, de exibir o vídeo novamente, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Vamos assistir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dr. Marcos, continua?

O SR. MARCOS TOYANSK GUIMARÃIS (*Por videoconferência.*) – Bom, só quero agradecer, muito obrigado pela atenção. Eu finalizo por aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dr. Marcos, é emocionante. Não tem como não arrancar lágrimas da gente ver o testemunho de um sobrevivente do Holocausto cigano. Eu acabei de saber pelo Dr. Carlos que ele está vivo, né? Apesar de esse vídeo ter sido feito há algum tempo, ele ainda está vivo.

Mas o senhor trouxe um dado que chocou a gente. Tudo que foi feito, foi feito com leis que respaldavam a violência contra o povo cigano. O senhor trouxe um dado histórico de, em 1933, já ter atos normativos. O senhor fala que eram considerados um perigo biológico para o povo da Alemanha; e o senhor nos mostra todo um respaldo legislativo para terem cometido tamanha atrocidade. E é por isso que nós temos que estar vigilantes, Dr. Marcos, com tudo que é aprovado no Parlamento brasileiro, com tudo que é debatido no Congresso Nacional, porque parte das atrocidades, às vezes, é legitimada. E a gente precisa ter esse cuidado, e esta audiência vem como um alerta, Dr. Igor – vem como um alerta.

Obrigada, Dr. Marcos, pela exposição.

Ele traz dados de 1933, mas nós estamos falando daquela noite de 1944. Isso quer dizer uma década de construção de ódio; e pode-se ter chegado ao número de 1,5 milhão de ciganos assassinados durante o Holocausto. Em uma única noite, 4 mil homens, mulheres e crianças. Não dá para a gente esquecer isso, não podemos esquecer isso. E esta Comissão vai fazer questão de lembrar o Brasil, sempre que possível, do Holocausto cigano.

Na sequência, ainda com muita emoção – obrigada, Dr. Marcos, se precisar se ausentar, a gente vai entender –, nós ouviremos agora a Dra. Hayanne Iovanovitchi, Coordenadora da Política de Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná. Ela é Advogada, pós-graduada em Direito Penal e Criminologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundadora do Coletivo de Mulheres Ciganas do Brasil e idealizadora do Museu Virtual de Memórias da Imigração Cigana em Curitiba.

Eu só quero chamar a atenção, Dra. Hayanne, de que eu já chamei três doutores para falar: já falaram a Dra. Aline, o Dr. Marcos, vai falar a Dra. Hayanne, e depois a gente vai chamar o Dr. Igor. São ciganos – deixe-me repetir isso –, eles são ciganos. E tem gente que pergunta: "Mas eles são doutores também?". São! "Mas os ciganos brasileiros não estão só em acampamentos?". Não! Eles estão em todos os lugares, eles estão em lugares de poder no Brasil também. Eles são doutores, eles são médicos, eles são dentistas, eles são crianças em fase de formação; são mulheres aguerridas, como a Hayanne; são doutoras pesquisadoras, como a Aline.

Então, que a gente lembre isso também, porque eu me lembro de que teve um momento em que a gente discutia nesta Comissão – e eu ficava sentadinha lá, como uma assessora – e tinha gente que falava: "Coitadinho do povo cigano". Coitadinho nada! Esse povo é incrível, é aguerrido, só nesta mesa há quatro doutores ciganos.

E, com muita honra, Dra. Hayanne, nós vamos te ouvir agora. Seja bem-vinda à Comissão de Direitos Humanos do Senado, em que nós estamos falando da memória do Holocausto cigano. Seja bem-vinda!

A SRA. HAYANNE IOVANOVITCHI (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Damares, demais componentes da mesa, autoridades e participantes desta audiência pública. Boa tarde a todos e todas.

Eu quero agradecer imensamente o convite para integrar esta audiência pública em memória do Holocausto romani e dizer que estar aqui possui um significado que ultrapassa o exercício do cargo que hoje eu ocupo no Governo do Estado do Paraná. Hoje eu falo como Coordenadora da Política de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná, mas, sobretudo, falo como uma mulher cigana romi. E faço questão de iniciar por esse lugar, porque, quando a gente discute a temática que me traz a esta mesa, eu estou diante de uma memória que infelizmente também me constitui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Holocausto romani vitimou diretamente povos rom e sinti, e eu pertenço a um desses povos. Isso significa que essa história carrega a história coletiva da qual eu faço parte. É a história de mulheres, homens e crianças, como foi dito aqui, que foram perseguidos porque a sua existência foi considerada incompatível com o projeto de sociedade idealizado pelo regime nazista. É também a história de mulheres romis e sintis submetidas à esterilização compulsória, à violência sexual, à separação de seus filhos e a experimentos pseudocientíficos, cujas vozes permaneceram invisibilizadas, mesmo depois do fim desse período terrível.

Durante décadas, o Holocausto romani permaneceu à margem das políticas de memória e do reconhecimento internacional, como se houvesse vítimas mais dignas de serem lembradas do que outras. Essa invisibilização me leva a uma reflexão central, de que o regime nazista terminou, mas as estruturas de produção do ódio que o tornaram possível não desapareceram com a derrota do regime.

O genocídio é sempre o ápice de um processo muito mais longo, que começa com a construção social de um inimigo, com a difusão de estereótipos, com a naturalização da discriminação e com a retirada progressiva da humanidade de determinados grupos.

Essa reflexão dialoga profundamente com a pesquisa que desenvolvi em meu trabalho de conclusão de curso, sobre a espetacularização do processo penal como um mecanismo de afirmação do anticiganismo. Ao analisar a forma como a mídia brasileira perpetua o retrato dos povos ciganos, eu percebi que a identidade étnica frequentemente deixa de ser uma característica de pessoa para se tornar uma explicação sobre a suposta prática criminosa. Então não se noticia um fato; noticia-se que o autor é cigano, como se a etnia fosse, por si só, um elemento de periculosidade. E, aí, a gente inverte o princípio da presunção de inocência para os ciganos, como o princípio da presunção da culpa no Brasil.

Essa construção narrativa alimenta o imaginário coletivo que associa os povos ciganos à fraude, ao furto, à violência ou à desordem, produzindo um estigma que atravessa gerações e legitima práticas discriminatórias.

É evidente que não estamos falando da mesma realidade vivida pelos povos rom e sinti durante o regime nazista, e qualquer tentativa de equiparar contextos históricos aqui seria inadequada. O que eu proponho é refletir que o regime foi derrotado, mas as ideologias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desumanização dos povos ciganos continuaram encontrando novas formas de se manifestarem, porque os mecanismos que antecedem as grandes violações de direitos – a construção do medo, a disseminação de estereótipos, a associação de determinados grupos à criminalidade, e a naturalização da sua exclusão – continuam presentes no Brasil.

E é justamente na encruzilhada desses desafios que a gente compreende o tema desta audiência em sua totalidade. Memória, enfrentamento ao anticiganismo e igualdade não são agendas isoladas; são três pilares indispensáveis de um Estado democrático de direito.

A preservação da memória é a base que impede o esvaziamento da nossa história e educa as instituições contra a reprodução do preconceito. O enfrentamento ao anticiganismo é a garantia de que a justiça e a segurança pública não atuarão sob o viés da suspeição generalizada dos nossos corpos. E a promoção da igualdade é a ferramenta prática que transforma o reconhecimento em orçamento, em direitos sociais e em presença institucional.

Um Estado que desconhece a história dos povos ciganos dificilmente formulará políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades que ainda nos atingem. A invisibilidade estatística, a dificuldade de acesso a direitos básicos, a ausência de formação específica para agentes públicos, e a reprodução cotidiana de estereótipos demonstram que o anticiganismo continua sendo uma das formas menos reconhecidas ou, em realidade, não reconhecidas de racismo em nosso país. Racismo, não apenas discriminação ou preconceito.

Quando a gente fala em promoção da igualdade, não estamos falando em conceder privilégios. Estamos falando em assegurar que os povos ciganos sejam efetivamente reconhecidos como sujeitos de direitos, e isso exige políticas públicas construídas com participação social, produção de dados, fortalecimento das organizações ciganas, valorização da nossa história e existência, formação continuada de agentes públicos, e inserção transversal da temática nas políticas de educação, cultura e direitos humanos. Exige, sobretudo, que os povos ciganos deixem de ser lembrados apenas em datas simbólicas e passem a ser considerados de forma permanente na estrutura do Estado.

Contudo, a promoção da igualdade também pressupõe compreender que não existe só um único povo cigano. O Brasil é formado por diferentes grupos étnicos – calon, rom e sinti –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada qual com a sua própria história, organização social, língua, processos migratórios e formas de construção identitária.

A igualdade material não significa tratar a todos de forma homogênea, mas reconhecer desigualdades e especificidades para produzir respostas qualificadas a violações de direitos. E é exatamente aqui que precisamos lançar um olhar vigilante e crítico sobre a atuação estatal nos dias atuais.

Políticas públicas verdadeiramente inclusivas não podem partir da lógica da padronização. O Estado brasileiro avançou nas últimas décadas ao reconhecer a necessidade de ações específicas, mas ainda enfrenta um desafio estrutural no âmbito do desenho das políticas públicas nacionais: garantir que toda a diversidade étnica cigana seja contemplada com equidade.

Quando as políticas públicas, os orçamentos, as pesquisas estatísticas e os espaços formais de representação passam a refletir assimetrias, contemplando reiteradamente apenas recortes específicos enquanto o povo rom permanece ausente ou deixado em segundo plano nas ações governamentais, produz-se, ainda que de forma involuntária, uma nova camada de invisibilidade.

A memória do Holocausto romani nos ensina que o apagamento é a primeira forma de violência. A promoção da igualdade não pode significar a substituição de uma invisibilidade por outra. O reconhecimento exige que o Estado seja capaz de enxergar a totalidade e a pluralidade que existe dentro dos povos ciganos.

Durante séculos, falaram sobre nós, legislaram sobre nós e decidiram por nós. Hoje precisamos ocupar os espaços onde essas decisões são tomadas. Políticas públicas não são produzidas apenas por normas, mas também por perspectivas, por experiências, enfim, pela participação daqueles que historicamente foram excluídos dos espaços de poder. A diversidade precisa estar presente nas instituições, porque um Estado verdadeiramente democrático se constrói com a participação de todas e todos.

Que esse Dia Europeu em Memória do Holocausto Romani não seja apenas um marco de lembrança, mas também um compromisso permanente com a dignidade dos povos ciganos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de todas as nossas comunidades. Preservar a memória não é apenas olhar para o passado, é assumir a responsabilidade de transformar o presente e impedir que ideologias de ódio continuem encontrando espaço para se reinventarem, mesmo nos tempos atuais.

A maior homenagem que podemos prestar às vítimas não está apenas na lembrança daquilo que lhes aconteceu, mas na construção de uma sociedade em que nenhuma criança cigana precise crescer acreditando que a sua identidade é motivo de vergonha, medo ou exclusão.

Pela memória daqueles que vieram antes de nós, pela dignidade daqueles que resistiram e pelo compromisso inequívoco com as gerações que ainda virão.

Na bistren, nais tumenia. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Uau, Dra. Hayanne, foi de tirar o fôlego! Uau, parabéns! Incrível!

Em 2024, Dr. Igor, nós elegemos muitos Vereadores ciganos no Brasil. Eu não sei se temos um mapeamento... Nós temos algum Deputado Federal cigano? Nós temos esse... Não temos? Nenhum Senador? (*Pausa.*)

Olha, gente, 2026 é ano de eleição; fica a dica, Dra. Hayanne, fica a dica.

Na sequência, nós vamos ter a honra de ouvir – eu vou te deixar por último, Dr. Carlos, vou te deixar por último.

Nós vamos ouvir o Dr. Igor Shimura, Cientista Social, Professor Universitário, Presidente do Instituto PluriBrasil, pertencente à etnia cigana, ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial, ex-Diretor do Ministério dos Direitos Humanos, membro do Conselho da Aliança Brasileira de Apoio aos Ciganos e atual Conselheiro no Conselho Estadual de Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, no Paraná.

Seja bem-vindo, Dr. Igor! A pergunta é: havia necessidade de a gente ter esta audiência pública? Você sonhou com esta audiência pública. Fale um pouco sobre toda esta construção de a gente trazer para o Parlamento a memória do Holocausto cigano.

Seja bem-vindo, Dr. Igor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IGOR SHIMURA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Eu quero cumprimentar, primeiramente, a mesa, na pessoa da Senadora Damares. Parabenizo a Senadora e toda a sua equipe pela iniciativa, e eu desejo que esta Comissão continue essa tarefa tão ávida por apresentar temas de alta relevância que realmente fazem sentido para o povo brasileiro, incluindo, inclusive, os marginalizados e esquecidos. Então, eu queria começar dessa forma. Também quero mencionar aqui a comunidade calon, de Trindade, que está aqui, a comunidade calon, de Caldas Novas, e também a comunidade rom, de Goiânia, que está presente aqui. Eu fico muito feliz de tê-los aqui nesta audiência.

Bom, para mim é uma grande emoção estar aqui nesta audiência justamente porque, como brasileiro e como bom brasileiro, faço jus ao que Darcy Ribeiro escreveu sobre a mestiçagem. Eu carrego muitos sangues comigo, muitas histórias, muitas origens, muitas identidades, inclusive ciganos e judeus – judeu por parte de mãe, minha mãe, Eva; e cigano por parte de pai, meu pai, André. Não obstante ter sido criado por uma família adotiva japonesa, minhas origens consanguíneas se misturam, e a gente se encontra aqui numa audiência que justamente trata dessa questão do Holocausto que atingiu essas duas nações. Então, por isso é uma emoção, e o tema promove esse encontro dos povos.

Para começar, eu queria citar a frase de um pastor chamado Martin Luther King, conhecidíssimo na história. Ele escreveu no seu livro *Strength to Love (Força para Amar)* que "A escuridão não pode expulsar a escuridão, somente a luz pode fazer isso. O ódio não pode expulsar o ódio, somente o amor pode fazer isso".

Diante dessa frase, eu quero aqui só mencionar um grande amigo, querido, que conheço há 17 anos, chamado Bozano. Ele é um dos líderes da comunidade de Sousa, na Paraíba, a comunidade mais vulnerável do Nordeste brasileiro. E numa das conversas, talvez há 15 anos, ele falou algo assim: "Os ciganos estão vivendo debaixo do ódio de quem não é cigano. É como se a gente fosse o pior tipo de gente da humanidade. Os não-ciganos, muitas vezes, se acham as únicas pessoas boas. É como se a gente estivesse na escuridão, esquecidos. Ninguém consegue ver, ninguém consegue nos enxergar. Se eles pudessem, eu acho que matariam todo o povo cigano no mundo". Essas foram as palavras do Bozano numa conversa que eu tive há muitos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos fazendo aqui hoje? Nós estamos lançando luz sobre as trevas. Nós estamos fazendo com que a luz se irradie de forma a dissipar as trevas, e essas trevas estão presentes na manifestação de racismo, de preconceito e também de discriminação.

Isso se faz de forma muito arquitetada através do discurso de ódio. E o discurso de ódio não nasce com a violência física. Ele começa nas palavras, nas categorias, nas classificações, nas narrativas que desumanizam determinados grupos – e o exemplo histórico disso, que é marcante, foi a expressão alemã "*Bekämpfung der Zigeunerplage*", que significava "combate à peste cigana". Isso foi utilizado, como o Marcos já disse, pelo Estado nazista para justificar a perseguição sistemática de povos ciganos, para além dos judeus e outros grupos, como a gente sabe.

Então, apresentar uma população, a população cigana, como uma praga a ser combatida... Isso você faz com insetos! Isso transformou preconceitos em políticas públicas de exclusão, em políticas de vigilância e, depois, de extermínio. Então, nesse caso, a gente pode pensar o quanto a linguagem nunca é neutra. Ela pode preparar o caminho tanto para a discriminação como também para a dignidade humana, e é justamente por isso que a educação desempenha um papel essencial na formação de uma sociedade capaz de reconhecer, de questionar, de enfrentar os mecanismos de discurso de ódio antes que eles se convertam em violência física. Ainda há tempo, ainda existe tempo para combater.

Dias atrás, eu estava em São Paulo, num sebo, e qual foi a minha surpresa, Carlos, quando vi – num sebo, em São Paulo – dois exemplares do *Mein Kampf* – *Mein Kampf* é o livro escrito por Hitler. Eu fiquei olhando, perplexo, como os livros estavam ali, acessíveis – e por um preço muito acessível! –, e fiquei pensando que poucas obras na história da humanidade produziram consequências tão devastadoras. Num trecho desse livro, Hitler fala o seguinte: "O mais forte deve dominar, e não se misturar com o mais fraco". E é uma questão de cosmovisão, ele traz uma visão de mundo, ele traz uma ideia. É só uma ideia, é apenas uma ideia, mas ideias matam, ideias podem matar.

E aí eu menciono aqui o filósofo conservador Richard Weaver. Ele escreveu um livro que resume uma verdade histórica: ideias têm consequências. Toda política nasce primeiro com uma ideia. A gente sabe que as políticas têm o poder de modelar uma sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro filósofo – que dialoga com esse – é o John Dewey, que foi um pedagogo norte-americano, considerado um dos maiores teóricos da educação do século XX. Ele defendia que as ideias nunca são neutras, elas moldam ações; elas moldam as relações sociais, elas moldam as instituições. Por isso, a educação precisa formar cidadãos capazes de examinar criticamente as ideias antes que elas produzam consequências destrutivas.

Para me manter no tempo, eu quero me ater a dois pontos.

Primeiro, o preconceito contra ciganos é algo baseado numa visão desumanizante. Como cristão, eu valorizo a dignidade humana em toda a sua extensão, desde a concepção até a preservação da memória pós-morte, e digo: qualquer desumanização tende também a ser animalização ou objetificação do ser humano, e isso começa com as várias formas de preconceito e discriminação, que evoluem para todo um histórico de racismo.

O preconceito contra os povos ciganos não se resume a estereótipos. Historicamente, ele se fundamenta na construção da ideia de que os ciganos seriam naturalmente inferiores, perigosos, criminosos, preguiçosos ou até incapazes de conviver em sociedade.

Quando um grupo de pessoas deixa de ser visto como um conjunto de pessoas com histórias, com direitos, com dignidade, esse grupo passa a ser tratado como um problema coletivo e abre esse espaço para a sua exclusão, para a sua perseguição e para a violência. Então, o discurso de ódio é o motor do processo que antecede e legitima políticas de segregação, deportação, genocídio. Afirmar isso supera qualquer espectro político: é uma questão humana.

Esse processo não é exclusivo da ciganofobia, do anticiganismo. Os judeus foram retratados como uma ameaça à sociedade. Negros, muitas vezes, são vistos como sub-humanos e inferiores, isso a gente viu na história. Indígenas, como atrasados e selvagens infantilizados. Pessoas com deficiência são vistas como um peso para a sociedade. Muitas vezes, meus amigos muçulmanos são vistos como terroristas em potencial. Evangélicos, como fanáticos e ignorantes ou incapazes de conviver democraticamente. Povos ciganos, como criminosos, trapaceiros e uma praga social.

Aí nós temos todo esse cenário, que precisa ser trabalhado urgentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o método é claro. Primeiro, cria-se um estereótipo. Depois se cria uma identidade coletiva em relação àquele estereótipo. Por fim se apresenta o grupo como um problema social a ser resolvido a todo custo. Quando você estuda a história do nazismo, você vai ver a expressão "a solução final". A solução final para a causa, para a questão judaica, para a questão cigana era a eliminação.

A história demonstra que, quando essa lógica não é confrontada pela educação, confrontada pelo Estado, confrontada pela sociedade, ela pode evoluir da discriminação cotidiana para formas graves de exclusão e violência. Por isso, combater o preconceito contra ciganos, assim como qualquer outro tipo de preconceito – contra judeus, contra negros, religiões de matriz africana, evangélicos, indígenas, etc. etc. – significa defender um princípio fundamental dos direitos humanos: nenhuma pessoa pode ser reduzida a um estereótipo nem pode ser privada da sua dignidade por causa da sua origem, etnia, religião, identidade e modo de vida.

Por fim, o Estado e a sociedade, em suas diferentes dimensões, têm o dever de combater todo e qualquer tipo de preconceito desumanizante. Isso exige uma atuação articulada entre Estado e sociedade. A promoção da dignidade humana, da igualdade e do respeito às diferenças constitui um dever compartilhado por instituições públicas e privadas. Então, o Estado deve garantir as leis, as políticas públicas, as instituições, a dignidade humana.

Respondendo aqui aos espectadores, à Samara, do Paraná, e à Evelin, o Estado deve promover, por meio da educação, a formação para direitos humanos, pensando de forma crítica a cidadania e o respeito à diversidade; deve fortalecer mecanismos de prevenção e enfrentamento aos discursos de ódio e às diferentes formas de discriminação. As instituições de ensino devem promover uma educação comprometida com a memória histórica e a formação ética dos seus estudantes. A mídia, as plataformas digitais, o jornalismo devem também trabalhar nesse rumo, entendendo que é necessário combater a desinformação, adotar medidas para reduzir a disseminação de discursos de ódio, etc.

Quero já encerrar dizendo que não só o Estado ou organizações de ensino, mas a própria sociedade civil e as comunidades religiosas também podem fortalecer uma cultura de diálogo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de empatia, de solidariedade, de convivência respeitosa, de forma que a gente possa, então, promover a paz social e a defesa da dignidade humana.

Eu quero encerrar questionando. Talvez alguém pode se perguntar: será que algo semelhante ao Holocausto poderia acontecer de novo? E a resposta vem de quem entende. Menciono aqui o Dr. Douglas Kelley, que foi um psiquiatra que estudou os membros do alto comando nazista presos em Nuremberg, em 1946, e ele disse o seguinte... Suas palavras foram as seguintes: "A única pista do que o homem pode fazer é o que ele já fez".

Quando educamos para os direitos humanos, nós não estamos protegendo apenas um povo. É proteger todos os povos, porque o preconceito nunca permanece restrito ao seu primeiro alvo.

Para encerrar, eu digo que *duvebaron achinhêle com atunsas, chindêle o vais doi em ribana de atunsas, dinhando buchins lachins pra saron giveis. Adiá se querele.*

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dr. Igor, o senhor trouxe elementos no seu discurso que nos fazem refletir, mas eu prestei bem atenção quando você falou de perseguição, vigilância, extermínio. Esta é a ordem, esta é a lógica: perseguição, vigilância, extermínio.

Em 2015, quando o Senador Paulo Paim escreveu o Estatuto dos Povos Ciganos no Brasil, nós estávamos enfrentando naquele momento uma forma de discriminação e preconceito tão absurda com as crianças ciganas, e a Hayanne trouxe a palavra "criança": criança cigana sonhar, ter direitos garantidos. Eu queria fazer um diálogo da palavra da Hayanne com a fala do Igor, e eu queria fazer uma volta a 2015, Igor, se você me permite.

Em 2015, nós encontrávamos nos dicionários do Brasil, e ainda podemos encontrar, o sinônimo de cigano. Era o seguinte, Dr. Carlos: trapaceiro, enganador, mentiroso. Lembram-se disso? E nós tínhamos uma ação que corria, por um valente jurista, em Uberlândia para que esses dicionários fossem tirados de circulação. As crianças ciganas eram chamadas de trapaceiras, os ciganos eram chamados de trapaceiros. E, para ajudar no debate com o Senador Paulo Paim, uma frente parlamentar do Senado trouxe para o Brasil uma campanha: "Sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cigano! Sou brasileiro! Não sou trapaceiro!". Quem se lembra da campanha? Eram crianças no vídeo, e o Igor foi idealizador do vídeo e eu o ajudei.

Eu queria resgatar esse vídeo, eu queria que vocês assistissem. Nesse diálogo da fala com a Hayanne, da fala com o Igor, eu queria que vocês assistissem ao vídeo de uma frente parlamentar que foi muito, muito, muito usado durante o debate do Estatuto do Cigano nesta Comissão.

E depois eu quero fazer um desafio, Igor. Nós vamos buscar essas crianças dez anos depois. Vamos saber se os sonhos delas foram realizados. Já estão adultas.

Vamos assistir a esse vídeo? Eu convido vocês.

(Procede-se à exibição de vídeo) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu estava observando, Hayanne, que uma tem o mesmo sobrenome que você. Foi uma das mais lindas obras que a gente fez, não é, Igor? Eu queria saber como essas crianças estão. Será que viraram engenheiros, atrizes? Era o sonho, elas tinham o direito de sonhar. E a gente queria muito passar esta ideia: quando elas abrissem o dicionário, no país delas, o que esse dicionário falava que era ela? Trapaceira? Foi uma luta, gente, foi uma luta. E a gente está aqui, 11 anos depois, sem o nosso estatuto aprovado, tramitando, patinando no Congresso Nacional.

Mas esta audiência tem um objetivo específico, que é falar sobre o Holocausto cigano. Foi de verdade, não foi uma brincadeira. Não é um fato histórico que está lá no livro apenas para registro: teve dor, teve morte, teve sangue, foi extermínio, Dr. Carlos.

E, nesse sentido, nós queremos ouvi-lo, Dr. Carlos. O Dr. Carlos é Coordenador-Geral do Museu do Holocausto de Curitiba, Advogado e Pesquisador dedicado à preservação da memória do Holocausto e à educação em direitos humanos. Obrigada por estar conosco.

O SR. CARLOS REISS (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todas e a todos.

Exma. Sra. Senadora Damares Alves, Presidente desta Comissão; autoridades aqui presentes; lideranças, pesquisadores e pesquisadoras dedicadas à memória do Porajmos, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Holocausto romani; representantes de instituições de memória, comunidades; servidores desta Casa, a quem eu agradeço – nada é possível sem vocês –; senhoras e senhores, é uma honra participar desta audiência pública. Eu quero registrar meu agradecimento, meu reconhecimento, Senadora, por este encontro aqui no Senado Federal, um espaço que reafirma o compromisso democrático com a memória, com os direitos humanos, com a dignidade de todas as vítimas de perseguição e de violência.

Eu cumprimento as lideranças, os pesquisadores e pesquisadoras aqui presentes também. A construção da memória do Holocausto romani só é possível graças ao trabalho de pessoas e instituições que, por décadas, recusaram o silêncio, enfrentaram o esquecimento e insistiram na preservação de histórias que, durante muito tempo, permaneceram à margem da memória pública. Durante décadas, o genocídio dos roms e sintis foi tratado como um capítulo secundário desse período histórico. Em muitos países, esse sofrimento nem sequer era reconhecido oficialmente. Documentos permaneceram dispersos, testemunhos deixaram de ser registrados, inúmeras vítimas continuaram sem nome, sem rosto e sem lugar nessa memória coletiva.

Esse apagamento não foi consequência apenas do tempo; também reflete preconceitos históricos que sobreviveram ao fim do nazismo. O anticiganismo, assim como o antissemitismo, não desapareceu em 1945, todos aqui sabem muito bem disso. Em diferentes formas, ele continua alimentando exclusões, discriminações, estereótipos, que dificultaram, inclusive, o reconhecimento das vítimas do Holocausto romani e também o desenvolvimento de pesquisas sobre esse capítulo da história.

É justamente por isso que recordar o Holocausto romani é um ato de responsabilidade democrática. A memória não existe, como disse a Dra. Hayanne, apenas para olhar para o passado. Ela serve para iluminar o presente, para projetar o futuro. A memória nos ajuda a reconhecer mecanismos de exclusão antes que eles se consolidem novamente. A memória nos ensina que nenhuma sociedade está imune à construção do ódio quando determinadas populações deixam de ser vistas como plenamente humanas.

Nesse contexto, os museus ocupam uma posição singular, e eu, hoje aqui, como Diretor do Museu do Holocausto de Curitiba, posso falar sobre isso. Um museu não é só um prédio, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

edifício que guarda objetos antigos: ele é um espaço de produção de conhecimento, de preservação, de educação e de diálogo com a sociedade. Eu acredito muito na museologia social, Senadora Damares, uma instituição com responsabilidade social, que participa das pautas públicas, que se faz presente, que presta um serviço para a comunidade, que constrói reputação, que gera credibilidade. O museu é um lugar onde documentos, testemunhos, objetos se transformam em instrumentos de reflexão e de transformação.

Por isso, quando a gente incorpora as narrativas sobre o Holocausto romani em museus do Holocausto, a gente está fazendo muito mais do que ampliar o acervo do museu: a gente está ampliando a própria compreensão do Holocausto.

O Museu do Holocausto de Curitiba, que é pioneiro no Brasil, entende que a memória deve contemplar a pluralidade de todas as vítimas perseguidas pelo regime nazista e por seus colaboradores. Cada grupo possui sua trajetória, suas especificidades e suas formas de resistência, e reconhecer essas diferenças não fragmenta a memória, meu amigo Igor Shimura, e sim torna-a mais completa, torna-a mais humana. É por isso que, ao longo dos anos, o museu tem buscado fortalecer essa perspectiva por meio de pesquisas, ações, produção de material didático, parcerias, atividades para professores, para estudantes, enfim.

Aproveito o meu tempo para responder uma pergunta que foi enviada pela Yasmim, do Distrito Federal, lá no Portal e-Cidadania; ela pergunta sobre educação, sobre currículos. Ensinar sobre o Holocausto romani significa oferecer ferramentas para compreender como preconceitos antigos podem ser institucionalizados, como discursos de desumanização podem ganhar legitimidade, como políticas públicas podem transformar discriminações em perseguições sistemáticas.

Essa educação – que a Yasmim pergunta e que a Luara, do Distrito Federal, pergunta também – procura formar cidadãos capazes de reconhecer processos de exclusão, identificar discursos de intolerância, compreender os valores e o valor da diversidade. Por isso, construir essa memória é um investimento na democracia.

Nenhuma instituição consegue cumprir essa missão sozinha, Presidente Damares. A memória é uma construção coletiva, depende da colaboração entre o poder público, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade civil, as comunidades diretamente envolvidas e as instituições que estão dedicadas a essa causa.

Nesse sentido, iniciativas como esta audiência pública possuem uma enorme importância: dão visibilidade institucional a uma memória que durante décadas permaneceu insuficientemente reconhecida. Iniciativas como essa ajudam a ampliar o debate público e reforçam que lembrar também é uma política de Estado.

A gente vive num tempo em que a velocidade da informação muitas vezes favorece a superficialidade, e é por isso que os museus se tornaram espaços cada vez mais relevantes: porque convidam também visitantes a desacelerar, a perguntar, a refletir e a transformar o espaço onde eles vivem. Lembrar o Holocausto romani é afirmar que, assim como aconteceu com os judeus e com outros grupos perseguidos, nenhuma vida pode ser considerada descartável e nenhuma vida deve permanecer esquecida.

O Museu do Holocausto de Curitiba e eu, pessoalmente, apoiamos a instituição do dia 2 de agosto como o Dia Nacional em Memória do Holocausto Cigano e também a criação e a execução de um plano nacional de combate ao anticiganismo. O Museu do Holocausto preparou um vídeo para essa data – ele tem cerca de um minuto, Senadora –, que eu gostaria de exibir e depois finalizar aqui a minha fala.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CARLOS REISS – Eu quero finalizar a minha fala, brevemente, dizendo que eu sou, Senadora, judeu e neto de quatro avós sobreviventes de guetos e de campos de concentração nazistas, incluindo Auschwitz. Chegaram ao Brasil sem nada, sem ninguém, reconstruíram suas vidas, foram acolhidos aqui.

Esse é um dos motivos por que eu tenho o dever moral, Senadora, de combater o antissemitismo e não deixar que essas histórias sejam esquecidas. E é justamente por isso que eu tenho também o dever moral de dar as mãos a vocês, irmãos ciganos, ajudar nesse combate ao anticiganismo e não deixar essas histórias serem esquecidas.

A quem está acompanhando esta audiência pública, Senadora, eu tenho um pedido a fazer: não deixem que essas histórias sejam esquecidas; não deixem que essas histórias virem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notas de rodapés de páginas dos livros de escola. A gente precisa contar, transmitir para as próximas gerações, porque justamente nós, seres humanos, temos a sementinha para que eventos trágicos como esse possam acontecer novamente.

Contem comigo. Contem com o museu. É, como eu disse, um dever moral estar aqui hoje e apoiá-los nessa luta por construção da memória e combate a essa forma de racismo.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Uau, Doutor!

Nós estamos chegando ao final da nossa audiência, mas eu vou devolver para os expositores a palavra por dois, três minutos, no máximo, para agradecimentos e considerações finais.

Eu quero registrar a presença de Renato Luiz, líder da comunidade rom-calon; Jader Windson, Associação Nacional de Sustentabilidade Cultural e Suporte aos Povos Tradicionais, que está aqui no plenário; Marcelo Vieira, Mestre em História na UnB, do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina; Nardi Teresina, minha amiga de WhatsApp – né, Nardi? –; Weverton Sebastião, da Secretaria Executiva da Confederação Brasileira Cigana; Cleiton Machado, Professor da Universidade Federal de Uberlândia – bem-vindo! –; Claudia Girotti – falei certo? –, Diretora da Associação Cultural Israelita de Brasília. Agradeço a presença de vocês, que estão aqui conosco.

E registro que a gente teve participação *online*. Algumas perguntas já foram respondidas.

Samara, do Paraná, pergunta: "Como escolas, universidades e meios de comunicação podem contribuir para combater estereótipos e preconceitos históricos?".

A Yasmim – o Dr. Carlos já respondeu –, aqui do DF: "Como integrar a memória do Holocausto cigano aos currículos escolares para combater o preconceito estrutural contra esses povos hoje?".

Thânia, de Minas Gerais: "[Em] quais canais [ou] atendimentos oficiais podemos denunciar [...] anticiganismo, racismo, antissemitismo e [...] intolerâncias étnicas?". O canal nacional, o canal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o qual vocês podem ligar agora se souberem que algum cigano está sofrendo preconceito, perseguição, discriminação é o Disque 100. Liguem agora para o Disque 100, denunciem! Mas nos estados, também, nós temos serviços de recepção de denúncias por intolerância, racismo e preconceito.

Luara, do Distrito Federal: "A educação é uma ferramenta essencial para enfrentar o preconceito e a discriminação".

Matheus, do Espírito Santo, também comenta: "Temos dados organizados sobre esses povos no Brasil?" – e eu faço essa pergunta para você, Igor; quantos ciganos nós temos no Brasil, Igor e Aline? – "Se não, deve-se conseguir, é importante conhecer suas realidades para protegê-los".

Sérgio, do Rio Grande do Sul, pergunta: "O silêncio histórico favoreceu a continuidade do anticiganismo?".

Evelin, do Paraná: "Como a educação sobre as perseguições nazistas pode reduzir a intolerância étnica e o racismo?".

Samara, do Paraná: "Quais políticas públicas o Brasil precisa fortalecer para combater o anticiganismo?".

E há um comentário de Carlos, do Rio de Janeiro: "É urgente criminalizar o antissemitismo promovido por movimentos políticos".

Lendo as perguntas, eu agora devolvo a palavra aos nossos expositores, a começar por Aline, pela ordem de fala.

Aline, dois minutos para agradecimentos, considerações finais e, se quiser responder a alguma pergunta; mas eu acho que, ao longo do debate, a maioria delas já foi respondida, né? Fique à vontade.

A SRA. ALINE MIKLOS (Para expor.) – Certo.

Muito obrigada, Senadora, e obrigada também por eu ser a primeira, porque infelizmente eu vou ter que me retirar; eu tenho um avião às 18h, eu tenho que sair correndo para o aeroporto daqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão do Matheus, do Espírito Santo, sobre se nós temos dados organizados sobre esses povos no Brasil, não, nós não temos dados organizados. A gente tem pouquíssimos dados; a população romani não é incluída nos censos nacionais, então é uma luta, inclusive, do movimento romani e cigano, para que seja incluída. Depois, os dados que a gente tem são muito mal organizados. A gente tem dados do CadÚnico, por exemplo, tem outros dados; vão sair outros dados agora, do Ministério da Igualdade Racial, que a gente não sabe quais são e como vão ser organizados. Então, essa invisibilização do povo faz justamente parte do racismo de que a gente estava falando, né? A ideia é apagar, é fingir que não existe, é fingir que não tem nenhum problema e está tudo bem, e o Estado passa por cima; seria basicamente isso.

Eu gostaria de agradecer novamente à Senadora e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Damares; muito obrigada por este espaço. Muito obrigada aos meus colegas também, pela fala; muito obrigada a vocês. Poucas vezes no Brasil foi comemorado o dia 2 de agosto, e eu espero que, a partir deste ano, a gente comemore todos os anos. Comemorar significa rememorar em conjunto, todo mundo, para que essa história nunca mais se repita.

É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dra. Aline. (*Palmas.*) Faça uma boa viagem, pode sair correndo. (*Risos.*)

A SRA. ALINE MIKLOS – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada.

Na sequência, Dr. Marcos, para agradecimentos e considerações finais.

O SR. MARCOS TOYANSK GUIMARÃIS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu queria agradecer, mais uma vez, à Senadora Damares, pela audiência para tratar de um tema tão importante, da importância de realizar novas pesquisas, enfim, sobre os ciganos no Brasil, mesmo quando a gente tratou agora do Holocausto cigano, ainda é um tema pouco pesquisado no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É crescente o número de pessoas envolvidas, trazendo novos relatos, informações sobre o que aconteceu nas décadas de perseguição nazista e até anteriores na Europa. Mas é muito importante também que a gente abra mais espaço para a difusão, para a pesquisa aqui no Brasil, sobre os ciganos que vivem em território brasileiro. Nós não sabemos quantos ciganos vivem aqui. Sabemos que são muitos, tanto os que vieram do leste europeu, da Península Ibérica, alguns estão aqui há séculos já. Então é muito importante.

Nós do Leer continuamos dedicando espaço para os ciganos, para as pesquisas sobre os ciganos. E disponíveis para dialogar sobre os temas que são relacionados aos grupos ciganos.

Então, mais uma vez, eu quero agradecer o convite, a organização; parabenizar os meus colegas pelas exposições; e pedir mais uma vez, recomendar que pesquisem mais sobre ciganos, busquem materiais que já estão disponíveis e até em língua portuguesa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dr. Marcos, muito obrigada pela participação em nossa audiência.

Na sequência, Dra. Hayanne, para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. HAYANNE IOVANOVITCHI (Para expor.) – Bom, inicialmente queria agradecer o convite. E desejo que momentos como este se repitam, que não sejam a exceção, mas que virem a regra no nosso país, porque, a partir do momento em que a gente fala sobre todas as questões horríveis que aconteceram no Holocausto, a gente também consegue refletir sobre em que medida todo esse ódio, o discurso de ódio tem começado a se construir aqui no Brasil, com relação a nós, e de que forma isso impacta no nosso acesso a direitos.

Faço aqui, enquanto idealizadora do Museu Virtual de Memórias da Imigração Cigana em Curitiba, um apelo para que todas as pessoas ciganas que estão aqui contem as suas histórias, contem as histórias das suas famílias, fortaleçam as iniciativas de memórias feitas por nós e para nós. O museu, a gente construiu, ali em Curitiba, como museu virtual, para acesso de outras pessoas também do Brasil para que consigam se identificar, de certa forma, com a história da imigração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha família veio da Iugoslávia no ano de 1927, e o meu avô me contava muitas histórias que, por sua vez, ele ouvia da avó dele. E dessa forma, registrando a nossa própria memória oral, conseguimos combater o racismo e gerar informação sobre quem nós somos, vindas de nós mesmos.

Então agradeço e espero que momentos como este se repitam, e que fortaleçamos a nossa luta cada vez mais. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dra. Hayanne.

Na sequência, Dr. Igor Shimura.

O SR. IGOR SHIMURA (Para expor.) – Senadora, mais uma vez, obrigado. Agradeço sua iniciativa, da sua equipe e de tantos que fizeram parte desse trabalho.

Mas eu queria desejar que o Congresso Nacional, através das Casas, especialmente esta Comissão, promova mais ações como esta audiência, permitindo este amplo debate sobre as proposições legislativas relacionadas ao enfrentamento do discurso de ódio, pensando no Holocausto cigano. Acho que tem muita coisa para ser feita ainda. Essa é uma das questões importantes para se falar aqui.

Queria só abrir um parêntese, acatando aqui uma lembrança de uma amiga: o Brasil teve dois Presidentes ciganos: Washington Luís e Juscelino Kubitschek. Isso é tão simbólico, é tão importante pensar sobre isso, porque nós estamos num país que foi dirigido por ciganos. E nós precisamos, então, melhorar um pouco mais a nossa atividade em relação a tudo que tem a ver com os ciganos no sentido da memória também.

Para responder algumas perguntas aqui levaria algum tempo, mas eu queria fazer um apelo também aos ativistas ciganos e não ciganos pró-ciganos que nós temos no Brasil, e é um grande grupo. Eu queria mencionar aqui o grupo Juntos Somos Mais Fortes, que é um grupo muito importante no Brasil, que gera uma discussão, e não só isso, mas os estudos ciganos... É um grupo formado por acadêmicos, historiadores, antropólogos, sociólogos, psicólogos, gente do direito. Eu aprendi, ao longo da minha vida, que, se a gente quer transformação de alguma coisa, a gente não pode trabalhar só na dinâmica do outro, mas "a começar em mim". Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu seja um agente de transformação, em primeiro lugar, e isso possa se espalhar e se refletir.

A unidade, a comunhão, esse trabalho em parceria e diálogo, humilde, eficiente e prático, isso realmente pode ser transformador. Então, fica aqui essa palavra de gratidão, também pensando em novos passos, quem sabe, para o futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dr. Igor.

Antes de passar a palavra para o Dr. Carlos, eu vou fazer dois encaminhamentos e um apelo. A gente não pode terminar uma audiência pública sem encaminhamento.

Primeiro encaminhamento, Dr. Carlos: o senhor falou de duas propostas legislativas que a gente pode trazer para o debate. Essas duas propostas já chegaram para a Comissão de Direitos Humanos, mas nós estamos deliberando no sentido de criar um grupo de trabalho para a gente dar uma lida nos textos que chegaram.

O primeiro projeto de lei é do Dia Nacional da Memória do Holocausto Cigano, e o segundo é uma política nacional contra o anticiganismo, para criar um projeto de lei. Nós temos um decreto, mas a gente quer criar uma lei, uma política nacional contra o anticiganismo.

As duas minutas estão prontas, nós vamos criar um grupo de trabalho, e eu queria fazer o convite à Dra. Hayanne, ao Dr. Carlos, ao Dr. Igor, à Dr. Aline e ao Dr. Marcos para fazerem parte desse grupo de trabalho, para lerem o texto, nos ajudarem a construir os dois textos e estudarem também, em nível constitucional, se as duas propostas podem ser apresentadas no Congresso Nacional.

Então, é a primeira deliberação.

Convite aceito? (*Pausa.*)

Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda deliberação é que nós não vamos – pelo menos eu tenho este ano e mais quatro de mandato – mais esquecer a data de 2 de agosto no Senado Federal.

Então, nesse sentido, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu delibero...

Atenção, Secretaria – eles ficam todos na expectativa.

No ano que vem nós não teremos apenas uma audiência pública. Eu delibero e encaminho que no ano que vem a gente tenha, paralelo à audiência pública – um seminário ou audiência pública –, uma mostra fotográfica aqui no Congresso Nacional.

Mas aí eu gostaria de fazer o apelo ao museu do Paraná, ao Museu do Holocausto do Paraná, e ao museu virtual também, para a gente fazer essas duas exposições aqui no Senado, por uma semana. Então, a Comissão precisa já mandar o ofício para a Diretoria do Senado, reservar o espaço um ano antes, e a gente trabalhar essa grande exposição com a participação dos dois museus.

Eu só quero que vocês digam "sim". Como a gente vai fazer isso, eu não sei.

É possível, Doutor? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS REISS – Para registrar, aqui no microfone: com certeza. Está registrado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – É possível, Hayanne, a gente fazer uma exposição interativa, durante uma semana, e as histórias que já estão coletadas pelo museu serem apresentadas no Congresso Nacional?

A SRA. HAYANNE IOVANOVITCHI – É superpossível. A gente já tem algumas ações em parceria com o Museu do Holocausto. Então estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Aí, Secretaria, vamos começar hoje a trabalhar. Então, no ano que vem, nós teremos um evento maior, ampliado, para a gente falar do... (*Palmas.*)

Nós vamos ter agora, para finalizar, uma apresentação com as dançarinas do Grupo da Comunidade Cigana de Trindade. A gente não vai terminar esta audiência triste, não, porque nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também temos muita coisa para celebrar. Nós amamos os povos ciganos que estão no nosso país. Então, a gente vai ter esse momento especial.

Mas, antes, o Renato, da comunidade Rom... Na audiência pública, a gente não pode abrir muito a palavra, mas o Renato está insistindo. Então, Renato, onde você está? Aperte aí o microfone. Em dois minutos é possível, Renato?

O SR. RENATO LUIZ – Até menos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Vá lá, Renato.

O SR. RENATO LUIZ (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu queria agradecer a Deus, hoje, por ter vocês ao nosso lado.

Eu sou líder da comunidade cigana do Estado de Goiás, a comunidade Rom. Hoje, em Goiânia, temos mais de 3 mil pessoas. Na maioria, somos empresários. Temos nossa igreja cigana, em Goiânia, temos os nossos salões de festa, temos nossas escolas. Entendeu? As nossas crianças estão todas, hoje, estudando, em Goiânia.

Sobre o Holocausto, o meu bisavô esteve em Auschwitz. Eu tive, também, o desprazer de conhecer esse campo de concentração, quando eu fui a passeio para a Alemanha. A gente, que é cigano, sente, quando entra lá, uma presença do que aconteceu.

Então, hoje, em memória aos nossos ciganos que passaram pelo Holocausto, agradeço a vocês e à Senadora Damares. Parabéns pelo trabalho de vocês. É um agradecimento de toda a comunidade cigana de Goiânia e, inclusive, de Brasília, porque minha família mora toda aqui também. Parabéns a você.

Sobre o que vocês falaram também, que somos perseguidos, sim, isso é verdade. Hoje, no nosso caso, da maioria, em Goiânia, somos empresários, construtores, só que uma grande parte é de vendedores de porta em porta. Eles compram a mercadoria, põem no carro e saem para vender, com família, criança. E aonde chegam, hoje, vendendo panelas, vendendo faqueiros, essas coisas, eles são discriminados, tanto pela população quanto pela justiça, pela polícia. Pensam que são ladrões, pensam que vão passar no cartão a mais. E hoje, se vocês virem no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Judiciário, no penal das cidades, em todo o Brasil, não existe um cigano rom cumprindo pena. Entendeu? Não existe. Então, é pura discriminação. Eles carregam o carrinho deles, vão vender as panelas e, quando chegam lá, é a polícia atrás, o pessoal já coloca nos grupos que tem ciganos na cidade. Então, é tipo assim: tem bicho na cidade, soltaram os leões na cidade. Entendeu? Isso é que a gente tinha que mudar.

Se vocês precisarem, se quiserem o meu telefone, estou com vocês quando vocês quiserem, para a gente mudar esse quadro. Sempre estarei com vocês.

Muito obrigado. Que Deus abençoe todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Muito obrigada, Renato.

Que bom que eu abri o microfone para ele – não é, Renato? –, porque a discriminação é de verdade. Ainda tem gente que acha que cigano rouba criança. Lembram-se dessas histórias do passado? Não, gente. É um povo que trabalha, é um povo alegre, é um povo trabalhador. É um povo que faz parte da formação da sociedade brasileira.

E eu tenho a honra agora – a gente vai encerrar a reunião de uma forma bonita – de chamar para fazer uma apresentação a Simone Soares – linda! –, de quem eu estava morrendo de saudade, a Tiane Soares e a Adriana Soares. Elas são dançarinas do Grupo da Comunidade Cigana de Trindade.

Nós vamos assistir a uma apresentação e, tão logo acabe a apresentação, a gente vai encerrar a nossa audiência pública.

A SRA. SIMONE SOARES (*Fora do microfone*.) – Eu posso dar uma palavrinha?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Pode sim, Simone. Pode usar este aqui. Quer falar no microfone?

A SRA. SIMONE SOARES – Eu quero agradecer esta oportunidade de nós estarmos aqui, porque é única. Quero agradecer à nossa amiga linda Damares Alves por esse convite, ao Igor e aos demais que estão aqui na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer essa dança em memória do nosso povo. Garanto que, se nosso povo tivesse o apoio que nós temos hoje, não teria morrido nenhum deles – nem crianças, nem mulheres, nem os homens.

E é isso aí, gente. Que Deus abençoe a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Simone.

Ela está emocionada. Elas já choraram muito aqui hoje.

(*Procede-se à apresentação artística.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Simone, Tiane e Adriana, foi a beleza de vocês, a alegria de vocês, as saias de vocês que incomodaram o nazismo.

Um milhão e meio de ciganos assassinados no Holocausto. Na noite de 2 de agosto, 4 mil mulheres e crianças foram exterminadas, em apenas uma noite. A gente não vai esquecer.

A alegria de vocês incomodou um povo raivoso, um sistema de ódio, mas a alegria de vocês vai só fazer a nossa nação cada vez maior e melhor. Vocês dançaram em memória a 1,5 milhão de ciganos que morreram no Holocausto.

E a gente encerra esta audiência.

Obrigada por terem vindo. Obrigada a todos vocês. (*Palmas.*)

Nada mais tendo a tratar, declaramos encerrada esta audiência.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e oito minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 7/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 113/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Discutir a segurança dos agentes de saúde que atuam em Terras Indígenas, no âmbito do ciclo de debates sobre os direitos humanos e o desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Participantes: Joana Gouveia Mendes, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Privado de Serviço de Saúde do Estado de Roraima SIEMESP-RR.; Lurdelice Moreira Nelson, Professora - Coordenadora do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena - FPCONDISI; Manoel Pereira de Miranda, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado de Tocantins SINTRAS-TO.; Fabio Ramos Nunes Fernandes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Chapecó/SC e Região SITESSCH.; Graciete Mouzinho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casa, Entidades Filantrópicas, beneficentes religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Amazonas - SINDIPRIV AM.; Lucimary Santos Pinto, Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde- CNTS.; e Mávia Mendes, Diretora da Coordenação Região Centro Oeste da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE).. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/06

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 56ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 6 de agosto de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 7, de 2025, e 113, de 2026, de minha autoria – percebam que nós estamos querendo discutir essa situação da questão da saúde dos trabalhadores que atuam em terras indígenas na área da saúde já faz um tempo.

Os requerimentos têm como objetivo discutir a segurança dos agentes de saúde que atuam em terras indígenas no âmbito do ciclo de debates sobre os direitos humanos e desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais.

Comunico a todos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Se alguém que estiver nos assistindo quiser mandar uma pergunta ou um comentário ao vivo, pode mandar agora, por meio da internet, pelo Portal do Senado ou pelo telefone. Não tem custo nenhum essa ligação. Eu vou repetir número do telefone: 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Senhores, todos os senhores que estão no plenário, que estão nos acompanhando via internet ou pela TV Senado, esta audiência pública é destinada a debater um tema de extrema relevância para a política de saúde indígena no Brasil: a segurança dos profissionais que atuam na assistência à saúde dos povos indígenas em seus territórios.

Eu agradeço a presença de todos os convidados, autoridades, representantes de instituições públicas, organizações da sociedade civil e, de modo muito especial, das lideranças indígenas que participam deste debate. A participação desses convidados enriquece esta audiência e fortalece a construção de soluções pautadas no diálogo e no respeito aos direitos dos povos indígenas.

Registro igualmente nossa profunda homenagem – reitero essa homenagem, pois já a fizemos aqui na Comissão – aos valorosos agentes indígenas de saúde, aos agentes indígenas de saneamento e a todos os profissionais que integram as equipes multidisciplinares de saúde indígena responsáveis pela execução da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que nós chamamos de Dsei.

Vocês vão ouvir muito esta palavra: Dsei. E o que é o Dsei? Distrito Sanitário Especial Indígena. São 34 os que existem no país.

São profissionais que, diariamente, enfrentam enormes desafios para assegurar o direito constitucional à saúde. Muitas vezes, deixam suas famílias por dias, semanas e até meses para percorrer longas distâncias, navegando pelos rios da Amazônia, caminhando por extensas áreas de florestas ou utilizando pequenas aeronaves para alcançar comunidades extremamente isoladas, levando atendimento àqueles que, em razão da distância ou da ausência de infraestrutura, não possuem acesso aos serviços públicos de saúde.

É claro que nós temos comunidades que estão em áreas urbanas, e o profissional da saúde indígena, também em área urbana, hoje precisa ter uma atenção, e é essa atenção que nós vamos dar aqui durante esta audiência, desejando que esta audiência abra um novo ciclo de debate sobre a segurança de quem faz a garantia da saúde dos povos indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A realidade da saúde indígena no Brasil é marcada por uma complexidade singular. Segundo censo demográfico do IBGE, o Brasil possui uma população de, aproximadamente, 1,7 milhão de indígenas, pertencentes a 391 povos, distribuídos em centenas de terras indígenas, localizadas em diversas regiões do país.

Na verdade, eu preciso dizer que, em todas as unidades da Federação, inclusive no Distrito Federal, nós temos uma área indígena. Trata-se de uma extraordinária diversidade étnica, cultural e linguística, que exige políticas públicas diferenciadas e sensíveis às especificidades de cada povo.

Além dos desafios geográficos, enfrentam importantes barreiras culturais e linguísticas.

O Brasil abriga a maior diversidade de línguas indígenas do mundo, com mais de 295 idiomas em uso. Cada uma dessas línguas representa uma visão própria de mundo, um patrimônio cultural inestimável e uma forma singular de organização social, aspectos que precisam ser compreendidos e respeitados na formulação e na execução das políticas públicas de saúde.

Entretanto, se os desafios estruturais já são significativos, preocupa-nos profundamente o agravamento das condições de segurança enfrentadas pelos profissionais que atuam nos territórios indígenas.

Nas últimas semanas, chegaram ao conhecimento desta Comissão inúmeros relatos, amplamente divulgados pela imprensa e pelas redes sociais, dando conta de situações de violência, ameaças, intimidações e graves riscos enfrentados por agentes de saúde durante o exercício de suas funções. São ocorrências que não apenas colocam em risco a integridade física desses trabalhadores, mas também comprometem a continuidade da assistência prestada às comunidades indígenas, afetando diretamente o direito fundamental à saúde.

Eu citei aqui que foi nas últimas semanas e que está sendo nos últimos dias que estamos recebendo uma série de relatos e eu quero atribuir esse fenômeno do recebimento de denúncias e relatos a uma audiência pública que nós tivemos aqui, no mês passado, nesta Comissão, em que nós estávamos discutindo especificamente a saúde no território ianomâmi, quando a valorosa representante do sindicato dos trabalhadores da área da saúde de Roraima, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Joana, que está aqui conosco de novo e será uma expositora, colocou a questão da insegurança e chocou o Brasil com sua fala.

Alguns acharam que foi exagero, mas, lamentavelmente, uma semana depois, há oito ou nove dias depois daquela audiência pública, nós tivemos o brutal assassinato do nosso agente de saúde ianomâmi, Geovane Yanomami, um trabalhador da área da saúde que foi morto a tiros em área, exatamente uma semana depois da audiência pública.

A partir desse episódio, a Comissão começou a receber, de todos os estados do Brasil, relatos muito, muito parecidos com o que Joana tinha colocado aqui. Dessa forma, esta Comissão não poderia se omitir.

Então, esta audiência pública de hoje foi provocada por uma audiência pública que já aconteceu em questão de 40 dias atrás aqui, nesta Comissão. E hoje nós não vamos ouvir apenas Joana. Nós vamos ouvir representantes da saúde indígena de diversas partes do Brasil.

Nós temos aqui desde o Rio Grande do Sul ao Amazonas. Nós vamos ouvir as diferentes realidades, mas vocês vão se chocar: as realidades são diferentes, mas os desafios são os mesmos.

É dever do Estado assegurar que esses profissionais possam desempenhar suas atividades em condições dignas, seguras e adequadas. A proteção daqueles que cuidam da saúde dos povos indígenas constitui requisito indispensável para o fortalecimento da política de atenção à saúde indígena e para a efetivação dos direitos assegurados pela Constituição Federal.

E esta é a Comissão que discute direitos. Não só o direito dos povos, mas o direito também do trabalhador em território indígena.

Esta audiência pública foi convocada justamente para ouvir todos os atores envolvidos, compreender as causas dessa preocupante realidade e identificar soluções concretas, capazes de fortalecer a segurança dos profissionais de saúde que atuam nos territórios.

Espero que os debates hoje contribuam para o aperfeiçoamento das políticas públicas, para o fortalecimento da atuação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação de ações efetivas que garantam a proteção daqueles que dedicam suas vidas ao cuidado da saúde dos povos indígenas brasileiros.

Eu convido para compor a mesa, para se sentar ao meu lado, a querida Joana Gouveia Mendes, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Privados de Serviço de Saúde do Estado de Roraima.

Bem-vinda de volta, Joana; corajosa, que expôs a situação numa audiência pública, e hoje nós vamos ter uma audiência específica para discutir as denúncias e as preocupações que você trouxe.

Muito obrigada, Joana.

Na minha terra a gente bate palma, viu? (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Eu tenho a alegria de convidar, para estar desse meu lado aqui, Manoel Pereira de Miranda, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Tocantins.

Muito bem-vindo, Manoel. Que alegria recebê-lo aqui! (*Palmas.*)

Ponha o Manuel aqui à minha esquerda e a Joana à minha direita.

Bem-vindo, Manoel. Obrigada por estar conosco. (*Fora do microfone.*)

O SR. MANOEL PEREIRA DE MIRANDA (*Fora do microfone.*) – O prazer é todo nosso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Prazer. Sinta-se bem-vindo. (*Fora do microfone.*)

Eu convido para compor a mesa Graciete Mouzinho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casa, Entidades Filantrópicas, Beneficentes, Religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Amazonas.

Bem-vinda, Graciete!

Veio de longe, gente. (*Palmas.*)

Que alegria! Obrigada por estar conosco hoje (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GRACIETE MOUZINHO (*Fora do microfone*.) – A alegria é nossa de estar aqui com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Convido ainda, para estar aqui do meu lado direito, Fabio Ramalho Ramos Nunes Fernandes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviço de Saúde de Chapecó, Santa Catarina. (*Palmas.*)

Olhem só: Amazonas, Santa Catarina...

Obrigada por ter vindo e já vou agradecendo, Fabio, por ter se deslocado de tão longe para estar conosco.

Muito bem-vinda!

Também está de forma presencial – por enquanto, vai ficar na bancada; depois a gente troca de lugar – Lucimary Santos Pinto.

Lucimary, bem-vinda! (*Palmas.*)

Ela é Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde como um todo, mas hoje ela vai especificamente falar dos trabalhadores de saúde indígena.

E está conosco também – muita alegria em te receber – Mávia Mendes, Diretora da Coordenação Regional Centro-Oeste, da Federação Nacional dos Enfermeiros.

Obrigada, Mávia, por estar conosco. (*Palmas.*)

E nós temos uma convidada que vai participar da audiência de forma *online*, que é Lurdelice, Capitã, Professora e Coordenadora do Fórum de Presidente de Conselhos Distritais de Saúde Indígena.

Bem-vinda, Lurdelice! (*Palmas.*)

Olha... E vocês observaram, pela... Quando eu citei a qualificação dos debatedores, vocês observaram que eles estão extremamente organizados em sindicatos, em fóruns, em associações. Os trabalhadores precisaram se organizar, fazerem-se representados, e eu sei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa discussão que nós estamos fazendo aqui hoje é feita todo dia nas instituições representativas dos funcionários, dos servidores da área de saúde indígena.

Nós vamos começar o nosso debate ouvindo a Joana.

Para a gente não perder a conexão – a gente corre muito o risco de perder a conexão –, eu vou pedir aos senhores que estão de forma presencial para ouvirmos a Joana, e, para a gente não ter o risco de perder a conexão, na sequência a gente vai ouvir Lurdelice, Capitã. Depois a gente volta para os convidados de forma presencial. O.k.?

Joana, você já conhece a Casa. Nós temos dez minutos. Ali tem um cronômetro.

Se precisar passar um pouquinho, pode passar, mas, ao final, nós vamos devolver a palavra para responder às perguntas. E nós estamos recebendo muitas perguntas pela internet.

Bem-vinda, Joana, que veio lá de Roraima, e eu quero agradecer por ter vindo de tão longe novamente.

E quero cumprimentar todos os agentes de saúde de Roraima, todos os funcionários da Secretaria Nacional de Saúde Indígena, nossos aguerridos e corajosos, que estão em luto. Perdemos um guerreiro nos últimos dias, mas quero cumprimentar todos vocês de Roraima.

Joana, você tem dez minutos.

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Senadora, em primeiro lugar, gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade que a senhora vem nos dando diante da grave situação que a gente vem passando e, em especial, por esse pedido nosso, para que as entidades, em nível nacional, possam estar na mesa discutindo. Isso é um assunto muito importante, como a senhora mesmo já enfatizou aqui.

Uma semana após a minha estadia aqui nesta plenária, aconteceu toda essa situação.

E a gente chama a atenção das autoridades, principalmente dos órgãos competentes da saúde indígena, para que tenha uma atenção especial para essa pauta, que é uma pauta de suma importância, porque a gente está tratando exclusivamente da segurança dos profissionais que atuam em território. São profissionais que fazem de tudo para prestar uma assistência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade lá na ponta, profissionais que não medem esforço para fazer esse trabalho lindo. Quem trabalha com a saúde indígena é um guerreiro, porque é um trabalho totalmente desafiador, porque você faz de tudo para você prestar uma assistência de qualidade lá na ponta.

Vou falar sobre a questão da segurança em território hoje. A gente fala no modo geral, porque, após a nossa audiência pública, a gente também teve vários informes de outros estados, como de Tabatinga, Vale do Javari, da Bahia, n estados que têm alguns distritos em que os trabalhadores também disseram: "Olha, Joana, a gente sofre por assédio moral, tem a questão do assédio sexual, não é só a questão da violência física". Então, sobre a questão desse debate, a importância dele é grandiosa, porque hoje um trabalhador não consegue trabalhar sendo coagido ou sendo ameaçado ou, principalmente, vendo que, a qualquer momento, ele pode perder a vida dele no exercício da sua profissão.

Então, Senadora, a gente está muito feliz, muito feliz mesmo, os trabalhadores agradecendo muito por essa oportunidade, porque nós estamos sendo ouvidos e a gente sabe que, através da sua pessoa, a gente vai ter a oportunidade de ter alguma resposta com relação a isso. A gente sabe que a senhora não está medindo esforços para tentar nos ajudar. E é isso que a gente quer, porque hoje a gente tem profissional em Roraima que não quer mais entrar no território. Então, depois que aconteceu essa situação, por último, do assassinato do Geovane, a gente já teve o assassinato do Vilson, que foi em novembro de 2024, de um técnico de enfermagem que perdeu a vida no exercício da profissão, infelizmente até hoje ninguém foi punido. Então, essa questão da impunidade também, Senadora, deixa os trabalhadores frustrados.

E assim, quando se fala da questão da segurança, vêm outras questões: a questão da valorização do profissional, porque o profissional está se arriscando 24 horas, a gente também tem que ver essa questão; a questão da saúde mental desses colaboradores; a falta de condições de trabalho não só em Roraima, mas em vários outros distritos, porque existe, sim, profissionais que trabalham em situações precárias. Aí você pergunta: "Como são essas situações precárias, Joana?". Falta de alojamento, falta de equipamento, falta de material, falta de remédio – as estruturas são estruturas precárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente vai para uma discussão pedindo que o profissional seja valorizado na questão econômica, que ele possa receber um pouco mais, a gente cobra a questão dos pisos salariais, aí o pessoal fala: "Não, porque já recebe muito e aquilo". Não, não é a questão que recebe muito, porque hoje, por exemplo, o profissional de saúde indígena está recebendo R$800 de auxílio-alimentação. Hoje um profissional nosso lá de Roraima gasta no mínimo R$1,5 mil para comprar alimentação para levar para o território. E sem falar que, por falta de estrutura, em vários polos não temos energia, então não temos como conservar frios; então, até a questão da alimentação desses colaboradores é comprometida, entendem?

Em 2023 nós entramos com uma ação civil pública em que nós pedimos melhorias das condições de trabalho – entre elas está essa questão da... A gente solicitou água potável, porque hoje, por contaminação do mercúrio, existem alguns polos em que não tem como os profissionais utilizarem a água, para beber e tudo, então a gente solicitou isso; solicitamos reformas e construções de polos-base das UBS. Há n situações, e o que a gente está cobrando são coisas do dia a dia, porque isso faz parte do ambiente de trabalho do colaborador. Como a senhora mesma enfatizou, esses profissionais ficam 15, 20, 30 dias ou até mais, porque é assim: ele tem uma programação para entrar, para ficar 30 dias, só que nem sempre ele fica 30 dias; às vezes tem atraso de voo por causa da chuva, às vezes tem atraso de voo porque as aeronaves não deram conta de...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Joana, quando você fala em atraso de voo, quem está nos assistindo, que passa pelos atrasos de voos em aeroportos, que às vezes atrasam meia hora, 40 minutos... Fala para o Brasil o que é atraso de voo! Não é? Não estou falando de minutos, estou falando de dias e, às vezes, semanas, porque, se a aeronave não conseguir pousar... Eu estive no território ianomâmi, gente. Tentei pousar duas vezes e não consegui – e olhem que eu estava com helicópteros da FAB!

Você se lembra disso, Joana. Explique para o Brasil o que é um atraso de voo para vocês.

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – Pessoal, quando a gente se refere a atrasos de voo, é o seguinte: por exemplo, hoje tem um voo de rotina, hoje é troca de equipe. A aeronave vai levar profissionais e vai retirar. Hoje não tem voo, então provavelmente vai ser amanhã ou depois de amanhã. Geralmente, quando tem atrasos de voo, atrasa dois, três dias, porque vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa sequência. Quando você atrasa uma rotina, por exemplo, a rotina do dia primeiro, você leva dois dias para colocar as rotinas em dia, então atrasam a do dia três, a do dia quatro, a do dia cinco, e o profissional que entrou para 30 dias acaba permanecendo no território mais cinco, seis, sete ou até oito dias.

Ainda tem a questão climática, porque, geralmente, durante o inverno, tem as missões que são feitas de helicóptero. Às vezes o helicóptero também não vai, porque tem local que não tem pista, tem só a clareira onde o helicóptero vai, chega e deixa a equipe, para a equipe permanecer 30 dias. O tempo fechou e tudo? O helicóptero não tem como fazer as missões.

E o helicóptero também depende dos voos de rotina, ou seja, dos aviões que levam os profissionais, que levam a alimentação, que levam a carga para um polo principal, onde o helicóptero tenha base, para ele poder fazer as pernas. Então, se esse material não chegar, Senadora, não existem trocas de equipe em subpolo, para o qual são feitas as missões de helicóptero – e muito menos as missões de avião.

Isso é para vocês verem, pessoal, como é uma questão muito complexa, né? O território ianomâmi hoje tem uma extensão de 9,66 milhões de hectares; é uma extensão muito grande, é maior do que Portugal! Então, as peculiaridades são enormes. E não é só lá: a gente tem também a colega aqui, a Graciete, que depois vai falar sobre os demais...

Hoje, o território indígena no Brasil é muito grande, então, os trabalhos são desafiadores mesmo! Não tem esse negócio de dizer assim: "Ah, Joana, será que tu não estás exagerando?".

Não estou, porque quem conhece a realidade sabe o que a gente passa. Então, assim, quando nós, entidades sindicais... porque, em primeiro lugar, eu sou trabalhadora. Trabalho na saúde indígena do Dsei Yanomami há 20 anos. Hoje eu não me imagino fora da saúde indígena. Por quê? Porque eu gosto, é um trabalho desafiador e hoje a gente sabe que nós podemos fazer a diferença, entendeu? Nós podemos fazer muito para ajudar os nossos colegas, os nossos trabalhadores.

Aí, só para vocês verem, hoje a nossa população indígena do Yanomami está em torno de 34.920 indígenas, distribuídos entre 84 polos base – subpolos, né? – e 429 comunidades indígenas. Aí nós também temos o Dsei Leste, que hoje já passa de aproximadamente 70 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas, porque eles estão fazendo a atualização do censo, né? Lá há um quantitativo de 330 comunidades e nós temos também no Leste aéreo e terrestre, onde as missões são feitas de carro e de avião, onde também a gente tem muitos problemas, porque no aéreo depende de avião, né? E fora outras peculiaridades, porque as problemáticas são as mesmas: falta de remédio, falta de estrutura, entendeu?

E é assim, pessoal, é complicado, é muito complicado, mas, hoje, Senadora, o gargalo principal para a gente é a falta de segurança em território e a questão da valorização dos profissionais. Hoje nós precisamos valorizar nossos profissionais para que eles sintam que realmente eles estão sendo valorizados, para que eles tenham um ânimo a mais – não é, enfermeiro? –, para poder ter aquela vontade mesmo de dizer: "Não, eu vou para o território, eu vou dar tudo que há de melhor para eu poder ter um reflexo do nosso trabalho". Porque hoje o que é que acontece? Às vezes o gestor fala assim: "Ah, o Fabinho não está atingindo a meta". "Ah, não, vou demitir o Fabinho porque ele não alcançou a meta". Mas aí eu pergunto a vocês: o Fabinho está num polo onde ele não tem estrutura, onde ele não tem remédio, onde ele não tem um barco, uma canoa para ele fazer as missões, para fazer as visitas domiciliares, onde ele não tem como fazer uma cobertura vacinal? Aí eu pergunto a vocês: essa equipe vai conseguir atingir meta? Não vai, porque eu entendo que, antes de você cobrar, você tem que dar condições, né?

Então, Senadora, mais uma vez, eu lhe agradeço demais e quero dizer que os nossos colegas de Roraima estão muito felizes por essa oportunidade e principalmente em saber que nós estamos sendo ouvidos. E agradecer também à nossa confederação, a CNTS, que, desde então, quando o sindicato os procurou pela primeira vez, eles sempre deram apoio e suporte, à FNE também, que é a Federação Nacional dos Enfermeiros. E assim, graças a Deus, de todos que nós procuramos a gente está tendo esse apoio e suporte. E a gente está feliz em saber que nós estamos caminhando, estamos trilhando um caminho certo e, principalmente, em saber que nós temos todo esse apoio para nos ajudar.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Joana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvir Joana é desafiador. Ela trouxe uma situação... Olha que eu trabalho com a questão indígena há 35 anos, quase 40 anos. Estou ligada aos povos.

Mas ela trouxe uma situação, um detalhezinho que eu não sei se vocês perceberam. Se vocês não perceberam, eu vou chamar a atenção. Quando a gente fica 35 dias em área... Especialmente aquele agente que tem uma dieta própria, aquele que tem que ter uma comida específica, porque às vezes é um diabético, alguém com problema de saúde tem que levar a sua alimentação na aeronave, mas eu quero que vocês entendam que eles não estão com superaeronaves em área. Tem peso – ele tem que levar a roupa dele, a alimentação dele, e às vezes tem a questão do combustível –, não pode ser muita coisa. Então, eu fico imaginando – eu nunca tinha pensado nesse detalhe –, é difícil levar alimento para 30 dias.

"Ah, por que não come a comida do indígena?". Os indígenas, na grande maioria, em áreas que estão, vivem de caça, de pesca. E o indígena caça e pesca para ele, já tem a família para sustentar; não podemos dar essa responsabilidade para o indígena, alimentar o agente de saúde. Joana, são detalhes em que eu, de fato, não tinha pensado. Olhe por que esse profissional tem que ser valorizado!

E há uma outra coisa que a que eu quero muito que... A do Amazonas fala, ela falou de carro, avião, mas eu tenho agentes que ficam dias no barco. O deslocamento é muito longo.

E há uma outra coisa, Joana, que, se a gente puder colocar até o final: eu recebi fotos de aeronaves cuja porta estava amarrada com um pedaço de pano.

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Nós temos também os acidentes de transporte. Nós não temos só o acidente em área por picada de cobra, ou agora pela violência; nós temos acidentes aéreos na Amazônia! E às vezes a empresa contratada tem umas aeronaves tão sucateadas. Eu vi imagens que foram enviadas para mim do risco da própria aeronave.

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Então, Joana, obrigada por ter colocado da forma como colocou...

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – Quero responder...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tá. Na hora de responder, você responde.

E a gente vai, com certeza, continuar esse debate. Esta é a Comissão, gente, que discute o direito do trabalhador; a Comissão do Senado que discute o direito do trabalhador é esta! A gente não discute só o direito dos povos indígenas. Eu tenho uma outra atribuição, e é o que nós estamos fazendo aqui, hoje.

Muito obrigada, Joana, que vai continuar na mesa, porque as perguntas estão chegando.

Vamos ouvir agora, de forma remota, Lurdelice, Capitã, Professora, Coordenadora do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena. Eu falei que tem 34 conselhos – 34 de 6 –, e ela é a Presidente desse Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais. Lurdelice, seja bem-vinda! Você tem dez minutos para sua fala. (*Pausa.*)

Está ouvindo, Lurdelice?

A SRA. LURDELICE MOREIRA NELSON (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim.

Está me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim, muito bem.

Obrigada.

A SRA. LURDELICE MOREIRA NELSON (*Por videoconferência*.) – Bom dia, meu nome é Lurdelice, do povo caiová, do Mato Grosso do Sul. Atualmente estou como Coordenadora do FPCondisi, dos 34 presidentes.

Obrigada pelo convite de participar dessa audiência, que fala sobre segurança de agentes de saúde em terras indígenas e também dos profissionais indígenas e não indígenas que trabalham com a gente. É um desafio enorme enquanto controle social, porque a gente fala de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir a participação ativa dos povos indígenas na gestão, de fiscalizar, definir essas políticas públicas de saúde do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Este é o nosso papel enquanto controle social: fiscalizar, acompanhar e garantir que tenha, em gestão participativa, também, respeito à cultura. A gente delibera, porém é um desafio enorme ainda quando a gente fala de segurança dos profissionais que atuam dentro dos territórios.

E, nesse desafio, a gente tem colocado, mapeado também questões de barreiras geográficas, porque – a colega já colocou ali – tem território que é por via fluvial, terrestre, voo, e são logísticas precárias realmente, como já foi citado também. E é um desafio enorme. Eu sempre falo que a gente tem que realmente valorizar os profissionais que estão ali com a gente, indígenas e não indígenas, e que trabalham com a gente. É um desafio enorme a logística. E eu falo da estrutura também, de reforma... Tem lugar que não tem estrutura para as equipes atenderem, é dentro dos carros, dentro dos barcos, ainda com condições precárias realmente. Então, tudo isso é um desafio realmente, mas a saúde indígena está aí, com precariedade, com dificuldade enorme.

Com o que a gente realmente vai se deparar? A precariedade de recurso. Quando a gente pede aumento de recurso para os distritos... Temos 34 distritos com EMSIs diferentes... Tem lugar que tem vários povos ao mesmo tempo, tem diferentes territórios, diferentes culturas, e cada território, cada local tem a sua maneira de viver, tem a sua maneira de lidar. E uma delas é a saúde indígena, que tem que entrar e dar conta daquele povo que está ali, que precisa também. E a gente se depara também com a logística, que muitas vezes não depende da gente, depende da boa vontade do clima... De território para território, de regiões para regiões, isso também tem suas peculiaridades e dificuldades.

E a gente tem colocado isso nas reuniões locais, nas reuniões distritais, nos foros dos presidentes, para que a gente possa realmente, de fato, buscar melhorias na questão da saúde para os povos indígenas do Brasil.

E uma dificuldade enorme que a gente enfrenta é a de os gestores realmente, tanto estadual, tanto municipal também, muitas vezes, estarem realmente no território, junto com o distrito, nos polos locais, realmente nessa busca de melhorias. E o papel também... E fazendo parte do município... Então, a saúde indígena não depende somente do Dsei, do distrito, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sesai, depende das outras parcerias, como com o município. Muitas vezes, no município, a gente faz uma comunicação e a gente recebe um "não, tenho responsabilidade somente do polo local ali e do Dsei". Então, é dificuldade com os próprios gestores municipais, que a gente enfrenta também, que não reconhecem o povo ali, local, que faz parte do município.

E a gente precisa realmente dessas articulações, Senadora, também, para que haja responsabilidade maior de cobrança em pessoas do município também, porque, no meu território, aqui, no Estado do Mato Grosso do Sul, a gente tem guaranis caiovás e terenas, tem oito povos, os quais eu represento também, e cada município tem as suas dificuldades de lidar com a população indígena realmente, de entender as suas dificuldades e de buscar melhorias junto com o Dsei, junto com o polo local, para que a gente consiga melhorar – na verdade, amenizar – as dificuldades que a gente tem encontrado ali dentro desses territórios. As dificuldades: segurança é uma delas. Muitas vezes, enquanto controle social, a gente entra em contato com a Funai; muitas vezes, a Funai aciona para a gente a Força Nacional; às vezes, tem que pedir realmente, para que a gente consiga levar a equipe com segurança nos territórios, mas eu sei que nem todos os territórios podem ter essa logística, devido à logística realmente de viaturas – eu falo de avião, de helicóptero, de barco, de navio – que a gente precisa, para que realmente a equipe chegue com segurança. E outro desafio que a gente enfrenta são as retomadas para levar. Então, são essas comunicações parceiras que a gente precisa também, muitas das vezes, acionar, para que acompanhe a equipe, para que tenha esse atendimento lá na ponta, onde a comunidade precisa. Então, não é somente a equipe só, mas toda a estrutura logística realmente que a gente precisa. É igual segurança alimentar. Eu falo assim: segurança pública é a questão de ter essa segurança para a equipe chegar.

E, dentro dos territórios, tem outro problema também. Quem está, todos os dias, com a comunidade é o agente de saúde, que, eu falo assim, é uma peça muito importante dentro e que a gente precisa bastante valorizar, reivindicando o reconhecimento cada dia mais. Tem incentivo que eles pedem bastante, tem estado que não reconhece, para que eles possam ter esse incentivo de reconhecimento profissional também, e todos os municípios recebem incentivo de recurso a mais que o agente de saúde indígena não recebe. É uma luta enorme aqui, no Estado do Mato Grosso do Sul, para que a gente consiga que tenha uma lei realmente de quem vai se responsabilizar por esse repasse de recurso, que já está destinado, porém falta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma política realmente de reconhecimento do estado para que seja repassado ou para o distrito ou para a AgSUS, para que seja passado para os agentes de saúde. Então, essa é uma das valorizações que a gente busca para eles também, sabe? Então, às vezes, a gente fala tanto de segurança, e, em questão dos agentes também, é um desafio enorme. É fazer com que a comunidade e a própria liderança entendam que esse profissional, a partir do momento em que ele trabalha, tem os seus direitos trabalhistas também, sabe? Não é somente da comunidade; é um trabalhador ali, que tem os seus direitos garantidos, como qualquer profissional não indígena também. Então, é um dos desafios que a gente enfrenta dentro da própria comunidade.

Eu acho que era isso que eu queria deixar para vocês também, para a gente poder realmente dialogar com as lideranças, mostrar o papel importante desse agente de saúde e seguro dentro dos territórios. Eu acho que era isso que queria colocar para vocês.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Lurdelice, muito obrigada. Inclusive, Lurdelice, eu fui repreendida aqui pela minha assessoria para lembrar o Brasil de que você não é só Presidente do FPCondisi, que é esse fórum que reúne todos os presidentes de sindicato. A minha assessoria está aqui brigando comigo, porque eu tenho que dizer para o Brasil que você é uma grande liderança indígena. Você é uma das maiores líderes no Brasil hoje, respeitada, na pauta indígena. Então, Lurdelice, que alegria ter você aqui!

Ela está falando de Mato Grosso do Sul e citou os guaranis caiovás. Deixe-me dizer uma coisa: o agente de saúde indígena também está em área de conflito, de disputa de terra. A gente sabe os inúmeros ataques que acontecem entre os povos do Mato Grosso do Sul por disputa de área mesmo. Esse agente está ali no meio do conflito. Ele não está só no conflito entre indígenas e garimpeiros, polícia e garimpeiros, não está só no conflito entre as etnias ou interno dentro da etnia, mas a gente tem essa outra realidade que é a realidade do Mato Grosso do Sul. Ela fala em nome dos 34 conselhos distritais de saúde indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela sua fala. Se você puder continuar conectada, o máximo possível, para ouvir as demais falas, seria muito importante, Lurdelice, muito importante você permanecer na audiência com a gente. Muito obrigada.

A SRA. LURDELICE MOREIRA NELSON (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – A Joana me mostrou uma foto aqui agora, do lado, extremamente chocante. Nós estamos falando da segurança física, nós estamos falando da segurança alimentar, do risco das aeronaves, do risco das embarcações, mas existe um outro desafio: a saúde emocional do trabalhador em área. Ela me mostrou uma foto agora de dois pacientes que foram assassinados dentro do polo-base.

Os indígenas, quando estão em disputas, em brigas internas em que eles entram, quando eles poupam a vida do agente de saúde, não poupam o agente de saúde de assistir à tortura, ao assassinato, à morte do rival. Então, nós temos episódios, ocorrências. Como é que fica uma mulher, agente de saúde indígena, sentada, atendendo uma paciente, e a paciente é tirada da mão dela e morta na frente dela? E a saúde emocional desse trabalhador? Então, eu acho que a gente precisa trazer detalhes para este debate também.

E eu quero dizer uma coisa: aqui não é uma audiência de denúncia, é uma audiência em que nós estamos nos deparando com os desafios e com o que nós vamos fazer para proteger esse profissional da saúde indígena. Se ele não estiver protegido, se ele não estiver valorizado, eu não tenho saúde de qualidade indígena na ponta. É isso, gente. A gente discute muito aqui um lado da saúde indígena. Hoje a gente está trazendo um lado que quase nunca tem voz.

Muito obrigada, Lurdelice, Joana, por estarem trazendo informações. Eu acho que o Brasil vai começar a ver agora de forma diferente esse trabalhador. Inclusive, eu estava pensando, Fabio e Manoel, em a gente convidar os Senadores para eles ficarem dez dias em área com vocês. (*Risos.*)

E sem contato com a realidade deles aqui fora, porque tem uma outra coisa que ninguém pensa: há rotina em uma comunidade e, quando um trabalhador chega, ele tem que se adaptar à rotina. Os indígenas vão para a rede, às 8h da noite, às 7h da noite, mas eles estão acordados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às 4h para começar a caça e a pesca, e o agente de saúde tem que se adaptar a isso. Então, são dois, três dias em que o corpo também reclama, porque tem que se adaptar à realidade da comunidade. Olhem um outro detalhe que a gente traz aqui. Eu não consigo me ver na cama às 7h da noite. E outra coisa, gente, é rede, tá? Eles têm que levar a rede deles também.

Gente, eu acho que este debate aqui vai ser um marco na discussão da proteção do trabalhador de área indígena, o trabalhador da saúde indígena.

Nós, com muita alegria, agora vamos ouvir Manoel Pereira de Miranda, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado de Tocantins.

Manoel, seja muito bem-vindo. É uma alegria recebê-lo aqui nesta manhã.

O SR. MANOEL PEREIRA DE MIRANDA (Para expor.) – Vou fechar a minha tecnologia aqui e usar a minha tecnologia principal, que é o meu papelzinho na minha frente.

Bem, gente, primeiro, é um prazer muito grande, Senadora, conhecê-la pessoalmente. Eu a conhecia de... Eu assisto muito à TV Senado e assisti à senhora várias vezes nas discussões, entendeu?

A nossa diferença de representante trabalhador nos coloca à frente de muitos desafios. Eu, como sou um sindicalista de muito tempo, já tive o desafio de conhecer todas as realidades de que a companheira Joana falou. E, chegando agora, após a reativação da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, da qual eu sou membro titular, representando a nossa Confederação dos Trabalhadores em Saúde no Brasil, que é a CNTS, eu me deparei com uma surpresa muito agradável, que é um protocolo para discutir a saúde indígena, porque a maioria das pessoas do Brasil não sabe, só vê o indígena, às vezes, aqui em Brasília, protestando, mas não vai aos territórios para conhecer a realidade do índio: "Ah, esse índio não tem o que fazer e está aqui em Brasília protestando", mas ele não sabe por que ele está ali protestando. As diferenças são grandes, as defesas que nós temos que fazer e o conhecimento que o trabalhador da saúde indígena precisa obter para atender essa população são totalmente diferentes. A cultura dele é diferente, e você tem que respeitar a cultura do índio.

Nós passamos a discutir, através da mesa, um protocolo de saúde indígena, que foi finalizado. Esse protocolo foi o Protocolo nº 11, que foi finalizado em 2024. E, através dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão, Senadora e nobres colegas que estão aqui presentes, eu fiz uma visita a um Dsei lá em Manaus. Visitei o Dsei, visitei a Casai e visitei um polo, no período dos rios secos, quando não tem como chegar próximo... O trabalhador de saúde, além de não ter condição... Nem todo tempo o barco chega próximo de onde ele vai ficar. A dificuldade... Nós andamos em areia, e tinha alguns colegas com dificuldade para caminhar. Teve colega que quase não conseguiu chegar porque eram 4km andando nas areias para chegar ao polo, porque os rios secam agora, as mudanças climáticas secam os rios, e tem uma dificuldade muito grande de chegar a esses polos. A Casa de Saúde Indígena que eu conheci lá em Manaus é diferente de todas as unidades que eu já vi. Participando de um hospital como o HGP, em Palmas, e tudo mais, porque eu represento a saúde pública e privada no meu estado, eu vi a diferença que é atender o índio na Casai. Eles ficam morando lá, gente. Eles moram lá, se alimentam lá, e a gente, conversando com eles... Tem uns que não querem nem ir embora, porque ali está mais tranquilo para eles. Mas a gente vê também a dificuldade daquela Casai em servir o índio naquilo que ele mais necessita, no seu atendimento à saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Manoel, esta audiência está sendo ao vivo para o Brasil, e tem muita gente agora em casa, com a TV ligada. Você falou a palavra Casai. Vamos explicar para quem está lá na ponta o que é uma Casai.

Nós temos os agentes de saúde que vão em área e fazem atenção primária à saúde, mas quando o indígena precisa de um tratamento ou de uma cirurgia, esse indígena é trazido para a cidade e fica na Casai. Em Brasília nós temos uma Casai, é Casa de Saúde Indígena, não é isso? Casai. Não tem "assistência", não é? Casa de Apoio à Saúde Indígena, não é? E aí, uma indígena, às vezes mãe de um bebê que está doente, não sai sozinha, nós temos a questão cultural. O marido e os outros filhos também têm que vir junto. Então, é muito comum a gente chegar em uma Casai e ela estar lotada, e às vezes – eu quero lembrar ao Brasil o que o Manoel falou aqui – esses índios vão para a regulação do SUS. Entre uma consulta e outra demora, aguardar uma cirurgia demora, não é isso, Manoel? Depois que ele faz a cirurgia tem o pós-operatório, aí tem que ficar esperando a aeronave para levar de volta. E quando a aeronave não desce?

Eu encontrei indígenas morando em Casai há mais de um ano. Na verdade, eu tinha um menino com síndrome de Down que já estava morando há oito anos numa Casai. Então a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem aqui uma outra sigla que ele falou... Eu preciso explicar isso porque tem muita gente nos acompanhando que não entende as siglas. Ele visitou uma Casai e ele está aqui preocupado com o que ele viu na Casa de Apoio à Saúde Indígena de Manaus – você viu a de Manaus, não é? Então continue, Manoel. Desculpe ter de explicar, mas é que tem muita gente na internet falando com a gente agora, entendeu?

O SR. MANOEL PEREIRA DE MIRANDA – Para nós é um prazer, ainda mais tendo uma Presidente que conhece. Muito obrigado por nos ajudar.

Eu conheci realmente realidades de extrema dificuldade. E é igual ela falou mesmo, como ela falou bem claro: é a família que vem, ele não anda sozinho. Não pode deixar um filho sozinho em casa para alguém cuidar, ele tem que trazer a família inteira porque um só está doente, e ali se alimentam. Ali tem um carro que leva para o hospital e traz para a Casai de novo, porque ali na Casai, apesar de ser atendido também em algumas situações de saúde, ele é atendido na questão social, alimentar. E os profissionais... Uma coisa que eu achei interessante, que eu acho que tem que se renovar, tem que melhorar neste Brasil nosso, foi a satisfação do atendimento daqueles profissionais de saúde, o carinho que eles têm com aqueles índios, com os indígenas. Eu achei muito bonito. É diferente do que eu vejo nos hospitais, onde as pessoas chegam e têm tratamento diferente, é meio protocolar. Não, lá você tem que tratar dificuldade dos indígenas, e o profissional de saúde é aquele familiar próximo que está ali.

Nós visitamos, Senadora e nobres colegas que estão nos ouvindo em todo o Brasil, também o polo. Pegamos um barco em Manaus, todos nós da mesa nacional – tem gente de tudo quanto é cidade do Brasil – e, ao chegarmos lá, tínhamos 4km de areia para caminhar, porque o barco não podia chegar, e também o barco pequeno não chegava, porque tem isso: começam a caminhar, a fazer visita, criando canais, criam-se os canais para poderem chegar, porque alguns lugares não têm canais para chegar, então não se chega. E nós caminhamos, e alguns colegas... Foi a maior dificuldade do mundo para chegarmos a esse polo de saúde. E, lá, falando com os profissionais, eles foram bem claros: se no Tocantins tem uma facilidade maior, porque se chega facilmente de carro às aldeias e não tem essa dificuldade que tem na Amazônia... Ela falou bem claro: os ianomâmis têm coisa muito pior do que em Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, é muito bom uma audiência como essa para demonstrar ao Brasil a necessidade que os Poderes públicos precisam ter, o cuidado... Quando eu falo Poderes públicos, eu não estou falando só do Governo Federal, não; estou falando do município, do estado. Lá, o que acontece? Índio? Não. É a Funai, não é o estado. E fica aquele atendimento capenga, tratando os índios de forma diferente, e aí a dificuldade aumenta muito mais, a doença piora muito mais. E nós somos profissionais de saúde e sabemos que tudo que é feito é feito através de um cuidado minucioso, para que aquele diagnóstico não piore e não venha a piorar a vida dos indígenas. Então as três esferas de Governo têm que ter a necessidade extrema de cuidar do índio.

Nós fizemos, nobre Presidente, esse Protocolo nº 11, de 2024, através da Mesa Nacional Permanente de Negociação do SUS (MNPSUS), que se reúne a cada dois meses em Brasília para discutir a saúde do SUS no Brasil. E nós nos reunimos para elaborar um protocolo muito importante sobre todas as dificuldades, sobre as prioridades, sobre o atendimento de saúde indígena e também sobre as necessidades deles; e sobre a necessidade do trabalhador, o que é preciso para esse trabalhador prestar um bom serviço. E eu tive a grata satisfação de encaminhar para a Comissão todos os nossos levantamentos da nossa comissão, que foi inclusive homologada pelo Ministro da Saúde e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, do qual a nossa companheira Mary é titular, e criou-se a resolução Conselho Nacional de Saúde nº 771, de 2025, que aprova esse protocolo. Esse protocolo é de suma importância para a saúde indígena, para direcionar como nós vamos atender o profissional de saúde, como vamos valorizar o profissional de saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Manoel, eu estou assustada. É de 2025 o protocolo?

O SR. MANOEL PEREIRA DE MIRANDA – De 2025.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Meu Deus!

O SR. MANOEL PEREIRA DE MIRANDA – Ele foi elaborado em 2024 e homologado e publicado em 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Mas os agentes estão em área há cem anos!

O SR. MANOEL PEREIRA DE MIRANDA – Pois é! Agora façamos a discussão...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Vocês estão entendendo o que ele está falando aqui? Em 2025, foi estabelecido um protocolo para o trabalhador da área de saúde em área indígena, e isso por causa de muita luta, não é, Manoel?

O SR. MANOEL PEREIRA DE MIRANDA – Com muita luta. E a dificuldade que é! Quando se vai discutir um problema de saúde indígena, a maioria da...

Por que nós fomos conhecer os polos? Porque muitos profissionais não sabiam o que era. Eu tenho a facilidade de ir lá no Tocantins conhecer o polo de saúde lá de Tocantins, eu vou lá em Itacajá, no polo de saúde lá de Itacajá, mas a maioria não tem conhecimento nenhum, entendeu? Eu não sou profissional da saúde indígena, eu sou profissional do estado, mas nós representamos e homologamos todas as dificuldades que eles têm.

Uma das coisas que eu quero informar para a nossa população, porque muitos estão preocupados com a AgSUS, e eu digo para vocês uma coisa: talvez começou-se a abrir um horizonte claro com a AgSUS, uma empresa pública que passaria a cuidar também do agente, também do profissional de saúde e também da saúde indígena, porque a obrigação agora passa a ser do Estado. O que o Estado fazia, Presidente e nobre Senadora? Contratava empresas e institutos que não conheciam nada de saúde indígena para pagar os profissionais e fazer que atendia os índios e fazer que pagava os profissionais, e todo mundo ficava a ver navios. Era uma dificuldade extrema. Agora, com a AgSUS, estamos elaborando um acordo coletivo de trabalho, com o apoio das entidades, da FNE, da CNTS, dos sindicatos de todo o Brasil, sindicato de base, para podermos criar um acordo nacional e um salário digno, pelo menos razoável, para atendimento e valorização desses profissionais.

Então, eu fico muito feliz porque, em vez de o poder público jogar para os outros a responsabilidade, ele agora está tentando assumir, e tem nós para cobrarmos do governo do estado, do Governo Federal, dos governos municipais, a obrigação que tem essa AgSUS de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestar um bom serviço à população através de um olhar das entidades sindicais, dos representantes sindicais e também tendo como base as entidades que discutem saúde neste Brasil.

Então, eu queria colocar a todos vocês que está encaminhada à Mesa, à audiência pública, para que possam utilizar esse documento, a Resolução 771, publicada no *Diário Oficial da União*, que está pronta para auxiliar no que puder. E à Mesa também, estamos prontos para ajudar no que puder, tanto a CNTS, que nós representamos, como as outras entidades que estão aqui representadas também.

Vamos cuidar do índio, mas cuidar do índio de verdade, não fazer que cuidamos e fazer com que o índio... O índio é o primeiro morador deste Brasil, ele era dono de tudo. Nós chegamos, tomamos conta e estamos tentando aniquilar os índios e acabar com os índios sem saúde, sem o cuidado devido.

Então, nossa Presidente, parabéns à senhora por esse olhar diferente – né, Joana? Parabéns a todos que estão aqui presentes e parabéns ao Brasil.

Agora tem uma coisa: o índio precisa ser cuidado de forma diferente, como ele realmente é diferente, mas utilizando o respeito e respeitando toda a sua cultura que é necessária.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Muito obrigada, Manoel. Muito obrigada.

Olha, ele é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado de Tocantins. Então ele falou da saúde como um todo. Eu fico animada em ver os sindicatos de saúde, o Conselho Nacional de Saúde começando a pensar.

Mas ele falou uma outra sigla e eu preciso explicar para o Brasil: AgSUS. Deixe-me explicar uma coisa para vocês, Brasil, porque esta audiência aqui, para mim, é um marco. O funcionário da Funai é concursado, ele está lá, concursado, tem plano de carreira, tudo bonitinho; o funcionário do Ibama é concursado, tem plano de carreira, está lá tudo bonitinho; o funcionário do ICMBio, também; mas e o funcionário da Sesai, e eles? Não são concursados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que acontece? Em 2008, quando a gente criou a Secretaria nacional de Saúde Indígena, eu era só uma assessora e eu fiquei correndo aqui, correndo, para a gente criar essa secretaria. A gente achava que, quando fosse criada a Secretaria nacional de Saúde Indígena, eles seriam considerados também como servidores públicos. Isso não aconteceu. Não tem concurso para saúde indígena; tem concurso para a Funai! E eles? Mas como é que eles eram contratados? Deixem-me explicar rapidinho, para vocês entenderem a importância deste debate.

O que acontece, gente? Antes, era a Funasa que fazia a saúde do indígena, era o pessoal da Funasa, contratado pela Funasa, mas teve um período em que era o Prefeito. Lembra-se disso, Manoel? Lembra-se disso? Diziam: "Aqui, olhe", e mandavam o dinheiro para a prefeitura contratar o agente de saúde indígena, mas, quando entrava no cofre da prefeitura... Vocês entenderam o que acontecia? Lembram? Lembra, Tupinambá? Ia para o cofre da prefeitura. Se não fosse um Prefeito comprometido, não tinha saúde de qualidade para o indígena – porque tem as especificidades, é caro! – e ficava tudo no cofre da prefeitura.

Aí, cria-se a Secretaria nacional Indígena, mas, quando se cria essa secretaria: "Quem vai contratar esses funcionários agora?". Ficaram doidos! Encontraram uma missão evangélica, chamada Missão Caiuá, que fazia a missão ali, no Mato Grosso, cuidando dos indígenas. Eles tinham um trabalho local, bonito. "Ah, mas como o trabalho deles é bonito, vamos pegar essa missão para contratar todos os funcionários indígenas, para pagar". Então, o dinheiro ia para o cofre da missão, para a missão contratá-los no Brasil inteiro. E eu dizia para a Missão Caiuá: "Não aceitem". Mas eles queriam tanto ajudar, porque iam ficar... este grupo aqui ia ficar perdido. Quem ia contratar? Aí, o Governo começou a buscar instituições, ONGs para contratá-los.

Até hoje a situação estava se repetindo, até que foi criada, agora, uma agência pública, a AgSUS – uma agência pública –, para que eles sejam contratados pela agência pública, e não por organizações privadas. Então, hoje há uma crítica muito grande à AgSUS, mas ele traz aqui que agora a gente pode cobrar, como poder público, de uma agência pública! Criamos? Então, vamos cobrar deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei interessante você trazer essa questão da agência e o Brasil entender... Deixem-me explicar: Joana está há 20 anos em área indígena, né, Joana? Ela se preparou, ela foi treinada, mas, de repente, ela pode ser descartada, porque ela não tem estabilidade! Aí, nós vamos gastar um tempão para contratar outra pessoa para chegar no nível que ela tem de conhecimento de saúde indígena.

Essa rotatividade também me preocupa, Manoel; o descarte do profissional me preocupa. Porque um político não gostou da cara dele, vai lá e manda demiti-lo? Eles estão sujeitos a tudo isso.

Olhem a importância deste debate aqui hoje...

Inclusive, eu quero avisar ao meu gabinete que nós vamos ficar um mês em área indígena, tá? (*Risos.*) Nós vamos começar pelo meu gabinete; meus assessores, que às vezes ficam 20 minutos dentro do metrô e reclamam, vão andar do polo até aonde tem um barquinho. Dá um dia às vezes de caminhada, né, Esequiel? Um dia, dois dias! Você vai de avião, depois pega o barquinho, depois caminha um dia para chegar no lugar de trabalho.

Entenderam a importância deste debate, gente? Brasil: o Brasil inteiro hoje está falando só de política, e o Senado para para discutir o direito de uma categoria extremamente importante para a nação brasileira.

Nesse sentido, nós vamos ouvir agora o Fabio Ramos Nunes Fernandes. Depois que o Fabio falar, eu vou pedir para os meninos, o Manoel e o Fabio, sentarem à bancada, e a gente vai trazer para a mesa as outras preletoras, tá?

Fabio Nunes Fernandes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Chapecó.

Amazonas, Tocantins, Rio Grande, está aqui, Roraima, e agora a gente vai ouvir o nosso guerreiro de Chapecó, Santa Catarina.

Ô, Fábio, tem indígena em Chapecó? Tem gente que não sabe disso.

O SR. FABIO RAMOS NUNES FERNANDES (Para expor.) – Vamos falar em Região Sul... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Região Sul.

O SR. FABIO RAMOS NUNES FERNANDES – Senadora Damares, queria cumprimentá-la e, ao cumprimentá-la, estendo às demais guerreiras aqui, Graciete, Joana, Manoel, nós aqui também representando os trabalhadores e as trabalhadoras da categoria da área da saúde. Também fazemos parte do sindicato que é dos trabalhadores da saúde, o Sitessch, que é de Chapecó e região.

Da mesma forma, quero cumprimentar também aqui a CNTS, a nossa confederação nacional, na pessoa do nosso Presidente, o Castagna, a federação também aí dos enfermeiros...

Quero dizer que eu sou técnico de enfermagem há 23 anos no Hospital Regional de Chapecó, agora me formando enfermeiro, e, na Região Sul, nós temos, sim, muitas áreas indígenas. Aqui vai então a nossa saudação a todos os indígenas do Brasil todo, mas em especial lá do Paraná, em especial lá do meu Estado de Santa Catarina, lá do Rio Grande do Sul...

Ou seja, lá em Chapecó, nós temos aí... Quero mandar um abraço então para as áreas indígenas lá de Ipuaçu, também lá de Chapecó, que nós temos o Toldo de Chimbangue, também temos a Aldeia Kondá, enfim, e outras aldeias que nós temos então daquela região, principalmente em Chapecó.

E essa entidade sindical, o Sitessch, nós temos desde... Estou finalizando o meu segundo mandato no sindicato, e a gente sempre teve, Meire, um carinho, desde a época do Adair, e agora a Maria que passou oito anos lá como Presidente... Agora estou finalizando a minha passagem dentro do sindicato, e dá o mesmo tempo.

Agora a nossa Vice-Presidente, a Sandra, também tem essa missão, Senadora, de acompanhar esses trabalhadores, de acompanhar todas essas... E já tem acompanhado, ela tem visto a realidade estrutural, a realidade dos povos e dos trabalhadores, não só dos povos que vivem nos territórios, mas também, da mesma forma, dos trabalhadores, as precarizações.

Queria que a senhora percebesse, olhasse, na época da covid, as condições de trabalho desses trabalhadores. Nós representamos quase 50 hospitais da nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa preocupação, Manoel, era também atender a todos os trabalhadores, de todos os setores, mas, quando a gente foi lá garantir a questão da saúde e a segurança desses trabalhadores indígenas que estavam lá dentro das aldeias, macacão todo arrebentado, jaleco todo rasgado, as máscaras todas de péssima qualidade... Nós perdemos aqui vários colegas, profissionais de saúde dentro das áreas indígenas da nossa região, na época da covid. Ou seja, nós temos que ter esse olhar.

E nós queremos aqui, em nome de todos os povos indígenas, em nome de todos os trabalhadores dos territórios indígenas – né, Manoel? –, agradecer à Senadora por abrir esse espaço, esse microfone desta Casa, do Senado Federal, para a gente poder – né, Joana? – fazer este debate.

Não é denunciar, mas trazer a realidade do mundo do trabalho a esses trabalhadores.

É por isso que nós estamos aqui com algumas... Temos que sair desta audiência aqui com alguns encaminhamentos. Certo? O Manoel já trouxe aqui a questão – e a senhora falou aqui – do processo histórico de como foi construída a questão trabalhista.

Nós, que estamos no mundo do trabalho... Também tem precarização, no mundo lá dos hospitais, das clínicas, dos consultórios, dos trabalhadores, sejam de CLT, sejam concursados, públicos, mas nós precisamos discutir... Para esse grupo de CLT, de trabalhadores da saúde dos centros das cidades, nós temos uma convenção coletiva de trabalho, nós temos o Ministério Público, nós temos várias ferramentas que garantem a segurança desses trabalhadores. Agora, para esses trabalhadores indígenas nós não temos, porque existe uma série de situações que nós precisamos enfrentar neste debate aqui.

Nós estamos aqui enquanto CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde), nós estamos aqui enquanto Federação dos Enfermeiros, enquanto entidades sindicais – né, Joana? – legais, legitimadas; então, nós estamos aqui é preocupados com os trabalhadores. Se estamos fazendo essa discussão, é porque nós estamos preocupados com esses trabalhadores e trabalhadoras dessas aldeias, desses territórios, ou seja, com a questão não só financeira, que é importante, mas também com a saúde física e mental desses trabalhadores. Precisamos fazer essa discussão! Certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho certeza de que nós, alinhando aqui Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério da Saúde, Ministério dos Povos Indígenas – certo? –, além de outros...

Há um grupo de trabalho que nós temos que montar – a Mary vai falar disso em nome da CNTS –, um grupo de trabalho permanente para o trabalhador que está lá na ponta, lá no meio do nada, fazendo saúde, saúde pública com os seus representados, enfim, com os povos que estão lá no meio da Amazônia, lá em Chapecó, em qualquer região deste país, que é grande; a gente precisa enfrentar.

Precisa ter, então, um grupo especializado, para a gente possa discutir um pouco mais, além dos movimentos sindicais, da nossa... da CNTS, das entidades sindicais, dos fóruns. Nós também temos que começar lá dentro dos conselhos municipais.

Por isso a importância de as lideranças que estão nos ouvindo e nos assistindo neste momento participarem, ocuparem todos os espaços. Para o Legislativo também indígena tem que concorrer agora, tem que estar lá, tem que... Esta Casa, este Senado tem que ter; a Câmara Federal tem que ter lideranças; Prefeitos, câmaras de Vereadores... Nós temos que ocupar lideranças em todos os espaços.

Por que é que eu digo isso? Porque é lá que a gente consegue... Lá no Conselho Municipal de Saúde, lá no Conselho Estadual, aqui no Conselho Nacional já tem representação, mas eu vejo, no meu Conselho Municipal de Saúde de Chapecó, nós temos lá... Nós trabalhamos para que houvesse, então, aqui, um representante lá dos trabalhadores dentro do Conselho Municipal de Saúde. Por quê? Porque estão lá dentro também da Cistt (Comissão de Saúde do Trabalhador).

E a gente já faz, começa a ocupar agora nos conselhos, nas conferências de saúde. Nós temos... Eu já participei de quatro conferências de saúde. A gente percebe que também eles estão se organizando, estão participando. E, às vezes, a gente está preocupado... Às vezes, quem vem representar faz todos os tipos de defesas desse grupo, mas não faz do trabalhador, porque eles têm umas outras agendas – né, Mary? –, tem outras agendas.

E a gente precisa se preocupar com os trabalhadores e as trabalhadoras, porque a precarização é de qualquer região dentro deste país – a precarização do mundo do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer aqui também que nós, enquanto movimento sindical... E movimento sindical, Senadora, não tem que ter bandeira política. Em movimento sindical contemporâneo, agora, a bandeira tem que ser a luta do trabalhador. Por que eu digo isso? A vida particular de cada um de nós nós temos, cada um faz o que bem quiser depois do seu horário de trabalho.

Eu costumo dizer, lá no meu sindicato, depois que eu finalizo o meu... É porque nós, sindicalistas, temos horário para começar a trabalhar, mas não temos horário para chegar à nossa casa, porque é o dia todo, visitando, trabalhando em prol dos trabalhadores, e o movimento sindical tem que ter estatística, dados, números. E é uma deficiência...

Nós temos o nosso sindicato e acabamos... No mês de março, no mês de abril, referente à campanha do mês de abril sobre saúde e segurança dos trabalhadores, nós fizemos uma pesquisa de campo, junto com os trabalhadores, para entender o trabalhador lá do hospital, da clínica, a copa, a cozinha, a higienização, o serviço de apoio à enfermagem, todos, mas nós não temos dados dos trabalhadores lá das áreas indígenas nossas. É uma grande falha nossa, e nós vamos procurar, a partir de agora, corrigir essas questões. Precisamos ouvir, ter um canal direto dos trabalhadores para ver, de fato, o que está acontecendo com esses trabalhadores.

Então, vamos sair certamente desta audiência aqui com vários encaminhamentos, o que vai ser muito bom para esses trabalhadores e trabalhadoras.

E, para finalizar, como o Manoel já falou aqui, nós já temos a questão da AgSUS, essa agência que a senhora acabou de explicar também para os trabalhadores. Nós precisamos é focar também nas questões legais.

Esse acordo, Mary, que nós temos com a CNTS, junto com todas as entidades legais – não é, Joana? –, que a gente construiu há mais de 60 dias, 70 dias, que nós estamos trabalhando nessa minuta de acordo coletivo de trabalho, vai ser bom para os trabalhadores, vai ser muito importante para os trabalhadores, porque nós pegamos e discutimos com os trabalhadores essa realidade.

Nós temos ali o que está naquele documento, que vai ser agora dia 10 ou 11 – dia 11, a gente vai protocolar... Certamente ali nós temos que garantir... Já garantimos nesse documento, nessa minuta. E que essa agência possa ver os trabalhadores, possa perceber que o que está ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é nada exagerado para quem fica 30 dias, para quem precisa estar lá e trabalhar em territórios distantes, de difícil acesso.

Nós precisamos institucionalizar. É nesse acordo coletivo de trabalho... E pedimos ajuda à senhora, também, Senadora, para que a senhora nos ajude a fazer essa discussão.

Tudo que nós colocamos naquele papel é o anseio, porque fizemos duas grandes assembleias. Nos últimos 20 dias, fizemos duas grandes assembleias com trabalhadores de base. Começamos a que horas? Eram 20h, e fomos até 1h da manhã, discutindo, com a sala cheia – virtual – de trabalhadores. E, na segunda, foi da mesma forma.

Nós, os sindicatos, as federações, as organizações sérias e comprometidas e legais com os trabalhadores estamos fazendo a nossa parte. Nós queremos estar junto com os trabalhadores e as trabalhadoras, porque juntos somos fortes. Nenhum direito a menos!

E vivam os povos indígenas e viva o SUS, o nosso sistema.

E, se só me permitir 30 segundos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Sim...

O SR. FABIO RAMOS NUNES FERNANDES – .. para falar da minha enfermagem.

Sei que o tema é a saúde indígena, os trabalhadores, mas não poderia deixar, estando no Senado Federal, onde começou a tramitar, alguns anos atrás – 2002, 2001 –, a questão do piso da enfermagem, que virou uma vergonha, Senadora... O que fizeram com a enfermagem brasileira foi um total descaso.

Já quando, Mary, lá na lei, cortaram a questão da garantia do aumento salarial a partir do INPC do período – na sanção do projeto de lei –, nós já começamos mal o nosso processo. Depois, as organizações patronais entraram em ação e, então, derrubaram a ADI (ação direta de inconstitucionalidade), com a questão do nosso piso da enfermagem.

Hoje, nós estamos dependendo da questão de o InvestSUS repassar esse recurso. Enquanto os trabalhadores do privado estão recebendo já, lá no base, nós, que somos dos filantrópicos, estamos recebendo pingado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou técnico de enfermagem, há 23 anos, no Hospital Regional de Chapecó, e o meu base... Para salvar vida, porque, num plantão, Senadora, a gente trabalha com a vida, com a alegria das famílias – nascer uma criança é a nossa maior alegria. No mesmo plantão, você tem um óbito, que para a gente chega lá, com a perda, o choro, o desespero daquelas famílias.

Todo mundo é importante: a copa, a cozinha, a higienização, a segurança, a imagem – todo mundo é importante –, mas somos nós, auxiliares, enfermeiros e técnicos de enfermagem, que estamos à beira do leito do paciente, somos nós que somos um pouco psicólogos, um pouco de tudo ali, para ouvir, somos nós que fazemos a higiene e o conforto dos pacientes, somos nós que dedicamos a nossa vida lá no dia do Natal, lá no primeiro dia do ano, todo mundo comemorando. Somos nós, de plantão, que fazemos isso – não é, Mary? –, porque nós amamos a nossa profissão.

Por isso, a gente pede encarecidamente que se resolva essa questão do piso da enfermagem, porque está um caos. Muitos trabalhadores estão deixando de trabalhar na enfermagem, porque não compensa mais.

O meu base, como eu falei, R$2,8 mil – com duas filhas, R$2,8 mil –, enquanto o colega que está lá na Unimed, que é uma empresa particular, está com R$3,6 mil, porque lá o base, pelo piso da lei, o Congresso já definiu... o Supremo definiu que teria que ser no base já o que estava na lei. Já receberam todas as reposições de três anos da lei, e nós, que somos 90% dos trabalhadores da enfermagem do Brasil, estamos nesta precarização – falta de trabalhador, assédio moral, toda essa precarização – que está acontecendo com os trabalhadores também da área dos hospitais, principalmente dos privados.

Fazemos essa queixa aqui e pedimos a sua ajuda encarecidamente, em nome de mais de quase 2 milhões – ou mais de 2 milhões – de trabalhadores da enfermagem.

Deus abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Fabio, muito oportuno.

Você tinha que falar por todos os enfermeiros, não só os enfermeiros da área indígena, mas todos os enfermeiros do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou atenta – tá, Fábio? Estou atenta.

E só vou lhe dizer uma coisa, Fabio: nem sempre anjos têm asas, anjos vestem jalecos também, tá? É assim que eu vejo os enfermeiros do país, é assim que eu vejo essa categoria.

Pode contar comigo.

Obrigada, Fabio.

Eu queria pedir ao Fabio e ao Manoel que, por gentileza, cedessem lugar na mesa para a Lucimary, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, e para a Mávia, da Federação Nacional dos Enfermeiros. Eu recebo as duas com muito carinho aqui na mesa.

Na sequência, a gente vai ouvir agora a Graciete Mouzinho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades Filantrópicas, Beneficentes, Religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Amazonas.

Bem-vinda, Graciete. É uma alegria recebê-la. (*Pausa.*)

Sim, Graciete. Pode falar.

A SRA. GRACIETE MOUZINHO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigada pelo convite. Senadora Damares, esse convite foi maravilhoso.

A gente está aqui falando sobre esse assunto dos profissionais da área indígena, que são importantes, tão importantes quanto todos nós que trabalhamos dentro dos hospitais privados e públicos do estado. Então, falando dos profissionais do Estado do Amazonas na área indígena, a gente costuma dizer que a atuação dos profissionais da saúde da área indígena no Amazonas é um relato de superação. Por quê? Pelas dificuldades que nós recebemos e pelas queixas estruturais de que não têm...

A gente sabe, como falou bem o Manoel, que fez o relato sobre Manaus, a dificuldade que nós temos e o desafio que temos diariamente para chegar até esses locais. O nosso desafio eu acredito que seja tanto quanto o de outros lugares, mas, para nós, no Estado do Amazonas, se torna mais complicado e difícil, porque quando chega a seca no Estado do Amazonas, na área em que os nossos profissionais ficam, na área indígena, têm essa dificuldade de caminhar não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só na areia, mas também enfrentando as lamas, que são as dificuldades maiores que a gente tem. Por quê? Os nossos profissionais, quando chegam na seca, precisam carregar sua alimentação, levar sua alimentação, levar a água, porque lá não tem água potável, então, eles precisam carregar muito peso para chegar a esses locais levando tudo isso.

Sobre a comida deles também, hoje, que enfrentam essa dificuldade, são muitas as queixas que a gente recebe, porque são enlatados. Lá nessas áreas, os profissionais só se alimentam deste tipo de alimentação: sardinha, conserva, salsicha, enlatados, o que causa problemas de saúde para esses nossos profissionais, que precisam, com certeza, ser valorizados, ser tratados de uma maneira diferenciada, ter um olhar diferenciado, porque não é fácil trabalhar num local desse, enfrentando todas essas dificuldades além de assédio moral, de assédio sexual, convivendo com essa parte dos crimes, como bem a nossa colega Joana relatou, porque você tem que assistir àquilo ali.

Precisa, claro, o nosso trabalhador, no todo, no geral, nessas áreas, de um tratamento, de um acompanhamento psicológico, porque, querendo ou não, é um isolamento, trata-se de uma forma de um isolamento. Não se fica só 30 dias nesses locais, passa de 30 dias, devido à dificuldade de transporte para que eles retornem para um local.

E esses nossos profissionais não convivem muito com a família deles, porque não têm como conviver. Passam mais tempo dentro desses locais trabalhando. Quando saem de lá, eles vão para os Dsei, ficam num local que é alugado e longe da família, porque não têm como chegar até a família.

O Amazonas é muito difícil. Para quem trabalha em Tabatinga, para quem trabalha em Tefé, é muito difícil o deslocamento. Eles convivem ali com os colegas no trabalho, encaminham valores e pagamentos que recebem para a família, mas não têm esse acompanhamento dos filhos, não convivem diretamente com a família. E do que eles precisam? Desse olhar diferenciado, Senadora. Por quê? Além de estarem distantes, não têm água potável, não têm luz, porque os geradores funcionam até um determinado horário, não têm como conservar essa alimentação, o que causa a esses profissionais doença, pela dificuldade que têm, problema renal. Nós temos trabalhadores nossos que estão enfrentando esses problemas devido a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comerem essa alimentação e a não terem a proteína que deveria ser necessária de acordo com o que deveria ser, não é?

Então, assim, precisamos muito desse tipo de ajuda de você, da Senadora Damares e do apoio de todos, porque o Amazonas é um estado diferenciado, onde os nossos profissionais ficam cercados por água, pela ilha, em que a dificuldade de transporte é maior. Apesar de ter o avião para levar ou trazer, tem essa dificuldade, como a Joana falou. E os acidentes de barcos existem constantemente ali, porque, com as rabetas, como eles chamam, que os levam até o local, já houve muitas explosões. Existe também a dificuldade, por não ter manutenção, de parar no meio do rio e de não ter como sair dali, de ficar muito tempo até conseguir se comunicar com alguém para que possa ir lá buscá-los. Há explosões que acontecem constantemente também ali, vários acidentes que são... Nem tudo isso é relatado, eles são camuflados. As pessoas não relatam muito sobre o que acontece dentro desses locais.

Esta audiência aqui é importante para que a gente possa colocar isso para fora, mostrar o que acontece com os profissionais nessa área, que são de grande importância para estar ali e dar esse cuidado, esse acolhimento à área indígena, aos índios, às famílias, porque nós, como profissionais técnicos de enfermagem e enfermeiros que somos e que trabalhamos ali, tratamos e acolhemos esses pacientes com muito carinho – com muito carinho mesmo.

O Manoel falou da parte do Dsei que fica no Amazonas, onde nós cuidamos da família, que são os indígenas, porque não vai só ele, vai a família, cuidamos muito tempo dos nossos profissionais lá que chegam, dos pacientes com problemas renais que passam muito tempo fazendo tratamento de hemodiálise na espera de um transplante renal – ficam, às vezes, quatro anos, cinco anos ali esperando por isso. E o nosso cuidado é um cuidado que a gente tem, assim, de acolhimento maravilhoso, porque nós estudamos para isso. Nós da enfermagem damos tudo de nós, acolhemos, cuidamos, damos carinho, damos atenção, somos psicólogos, somos tudo para essa família, para essa área, para esses pacientes indígenas.

A gente se dedica com tanto carinho e, dessa forma, nós queríamos também ser vistos pelos governantes para que nos olhassem com um olhar diferenciado, porque nós somos, como bem você falou, Senadora, anjos de branco, que botamos essa roupa e nos transformamos nesse anjo que acolhe, que cuida, que dá força. Quando eles estão tristes, porque eles ficam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem esperança, achando que não vão ficar bem, que não vão se cuidar, a gente leva isso para eles. Mas nós profissionais precisamos desse acolhimento também e que alguém nos escute, porque o nosso psiquê realmente está prejudicado. Nós cuidamos... São doentes cuidando de doentes. Enquanto nós precisamos desse acolhimento e desse tratamento, nós não estamos tendo isso. E a gente precisa disto: precisa desse olhar, precisa desse cuidado, precisa desse acolhimento, porque nós adoecemos no covid, adoecemos ali dentro, nesse isolamento, e não temos esse tratamento.

E, ao falar de salário, quando se dá um salário, por exemplo, de 12 mil para um profissional desse ainda é pouco, porque, para ficar isolado naquele local, 12 mil não é muito, é pouco para o que a gente faz ali dentro, para o que a gente sofre lá dentro, com os assédios, os ataques, tudo.

Nós não temos um local, por exemplo, privado para se tomar um banho, para se cuidar. É feito um local... a gente arma aquele local ali para podermos dormir e, assim mesmo, com muito cuidado, porque corremos o risco também de sermos atacados. Então, estar aqui, falar dos nossos colegas, mostrar para o nosso Brasil, para todos que estão nos assistindo... e ter essa oportunidade que você deu é maravilhoso. Fazer esse desabafo e botar para fora a dor que a gente sente também.

Eu estou falando como técnica de enfermagem e enfermeira, mãe de família, que deixa a família de lado para cuidar deles, para poder levar esse pão de cada dia para eles. E não é fácil para nós. Tudo o que a gente precisa é um olhar diferenciado, é um acolhimento, é uma valorização. É isso que nós da enfermagem queremos, todos nós que trabalhamos ali.

E muito obrigada – viu? – por tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Muito obrigada. (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Graciete, que incrível! A Graciete é do Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades Filantrópicas, Beneficentes, Religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Graciete, na pandemia – e foi bom o Fábio ter lembrado disso –, eu estava Ministra e eu sei de agentes de saúde indígena que não voltaram para casa por meses, porque havia uma regra de que ninguém entrava em área indígena. Então, se ele estava em área indígena, ele permaneceu meses em área indígena, longe da família. Aí eu quero que vocês se lembrem também da mulher trabalhadora em área indígena. Se essa mulher estiver grávida? Ou então for aquela mãe de uma criança com autismo? Aquela mãe está lá na área e não consegue falar em casa com quem está cuidando do seu filho. Tem muita especificidade esse trabalhador, muita.

E aí eu quero aproveitar, Fábio, e render homenagem a todos eles que no tempo de pandemia mantiveram os povos saudáveis, porque o índice de morte entre os indígenas foi muito menor que o índice nacional, porque vocês cuidaram deles em área. A gente sabe... a gente tem que reconhecer, porque havia um medo de que os povos indígenas fossem dizimados na pandemia, mas foram os trabalhadores da área de saúde indígena que os mantiveram saudáveis, em área. Então, a gente precisa fazer esse reconhecimento.

O índice foi... teve mortes, teve, mas em nível nacional o índice foi muito baixo, e o mundo se surpreendeu. "O quê? Lá no Brasil os indígenas não acabaram na pandemia?". Não. Os anjos estavam em área, e a gente precisa fazer... Eu acho que no dia que se fizer uma homenagem a todos os profissionais de saúde que atuaram em área indígena, tem que ser uma homenagem específica aos bravos guerreiros que estavam em área.

Nós agora vamos ouvir as duas últimas convidadas. Nós vamos agora ouvir, com muita expectativa, a Lucimary Santos Pinto, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Obrigada, Lucimary, por estar conosco. É Lucimary ou "Lucimeire"?

A SRA. LUCIMARY SANTOS PINTO – "Lucimeire".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – "Lucimeire", acertei agora.

A SRA. LUCIMARY SANTOS PINTO (Para expor.) – Bom dia. Está ligado?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Está ligado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIMARY SANTOS PINTO – Bom dia a todas as pessoas. Eu quero saudar, na pessoa da Exma. Senadora Damares, todos os componentes dessa mesa, as companheiras que trabalham nesse segmento da área da saúde indígena, a colega representante da Federação Nacional dos Enfermeiros, que é uma entidade parceira da CNTS.

Eu quero iniciar minha fala, Senadora, parabenizando V. Exa. por essa iniciativa de audiência pública, que não é a primeira e que certamente vai continuar esse trabalho.

Eu, ouvindo-a dali, fiquei extremamente emocionada com seu conhecimento acerca desse segmento da saúde indígena. E, ouvindo o relato das colegas também, a gente fica muito emocionada.

Eu não vim aqui... Eu até fiz algumas anotações acerca da organização que hoje envolve os trabalhadores desse segmento, mas, como já foi muito bem-colocado, eu quero tratar de outra questão.

Primeiro, eu quero identificar a entidade que eu represento. A CNTS é uma confederação ou é uma entidade nacional que representa hoje no país cerca de 250 sindicatos. Desses 250, 75 são desse segmento que fazem parte da AgSUS e são legalmente filiados à CNTS. Então, a CNTS tem feito um grande debate, inclusive está trabalhando na construção – o Fábio falou – de um acordo coletivo para levar condições de trabalho... Porque o acordo coletivo não visa a só ao tratamento das questões salariais, mas também das questões sociais dos trabalhadores, e a gente verificou nesta audiência de hoje o quanto esses trabalhadores carecem de providências nesse sentido. A gente tem relatos de situações que envolvem assédio moral, assédio sexual, dificuldades no deslocamento desses trabalhadores, a longa permanência deles nas regiões de trabalho. Então, todas essas situações precisam ser investigadas e precisa-se criar políticas públicas que resolvam essas situações e esses agravos vivenciados por esses trabalhadores.

O Fábio trouxe à baila aqui a questão da covid-19. Então, eu fiquei pensando o quanto foi doloroso para os profissionais da saúde, de um modo geral, esse período da covid, sobretudo para os trabalhadores que trabalham, que atuam em condições adversas, como são os trabalhadores da área indígena, que ficaram longe de seus familiares, que ficaram ali na situação de cuidar dos povos originários ao mesmo tempo sem ter quem cuidasse da sua saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero chamar à atenção das pessoas que estejam nos assistindo e dos Senadores aquela sua proposta de fazer uma visita nesses territórios...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dormir lá, comer lá!

A SRA. LUCIMARY SANTOS PINTO – Dormir e comer lá!

Eu quero colocar também que as representações sindicais, a Federação Nacional dos Enfermeiros e a CNTS, também sejam parceiras nessa agenda, porque a gente precisa vivenciar o que o outro está passando. Como diz o ditado, "só sabe onde dói o pé quem calça o sapato". Então, é importante que nós estejamos nessas regiões vivenciando o dia a dia desses trabalhadores, como é sofrida a luta desses trabalhadores.

Há outra coisa que a Senadora falou, e que eu, há algum tempo fazendo algumas reflexões, exatamente na época da covid... Senadora, aquele adjetivo "anjos". Eu acho que esse adjetivo acabou nos invisibilizando, porque, quando falavam, antes da covid, da enfermagem como "os anjos da enfermagem", eu, particularmente, sempre fui muito resiliente à questão desse adjetivo, porque, na medida em que nos adjetivam como anjos, que são seres espirituais, a gente não precisa comer, porque anjo não come, a gente não precisa de salário, porque anjo não tem salário. Enfim, nós somos seres humanos, nós somos trabalhadores e trabalhadoras.

E é nesse sentido que eu quero chamar a atenção nesta audiência pública, porque aquele trabalhador da área indígena é uma pessoa que adoece, é uma pessoa que tem doença crônica. A grande maioria dos trabalhadores da saúde, hoje, no Brasil, são adoecidos. Nós temos comorbidades. Eu precisei ir ao banheiro. Também tenho mais de 35 anos de atuação na área da saúde como técnica de enfermagem e exerci grande parte do meu mister na terapia intensiva, que é um lugar bem gravoso para a gente trabalhar, porque, como disse o Fabinho, a gente consegue salvar algumas vidas e outras, infelizmente, não. Então, o trabalhador é adoecido, ele sofre. Ele sofre por condições inadequadas de trabalho, ele sofre pelo sofrimento do outro, do doente, da família do paciente. Enfim, nós não somos anjos.

E aí eu gostaria de chamar a atenção nesta audiência, porque esses trabalhadores desse segmento indígena são pessoas que têm famílias, que têm comorbidades e que têm, sobretudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– eu quero chamar a atenção –, adoecimento mental. Hoje, nós, trabalhadores da saúde, a grande maioria – isso é dado – tem sofrido de transtornos mentais dos mais variados: síndrome do pânico, síndrome de *bornout* – não sei se eu falei o nome certo ou errado, porque a pronúncia é bem complicada –, ansiedade. Então, todas essas condições adversas agravam a saúde desses trabalhadores. Então, é necessário que esse caminho que a gente trilha aqui hoje consiga definir mecanismo de valorização desses trabalhadores, de condições adequadas, de verificação da saúde e da segurança desses trabalhadores, porque tudo isso reflete no exercício da assistência aos povos originários.

Então, é importante que a gente veja o trabalhador como um instrumento de fortalecimento da atenção à saúde, e ele precisa ser visto como um ser humano como outro qualquer. As pessoas têm uma dificuldade de enxergar o profissional da saúde como uma pessoa que também adoece, que também é sujeito de direitos. Eu tive relatos, Senadora, de colegas que trabalham nessa área, quando se falava das aeronaves que têm que levar o trabalhador, com seus suprimentos, com suas roupas, uma colega, uma vez, me relatou: "Mary, na aldeia, quando eu estou me alimentando...". Ela chamava de um nomezinho, porque ela é do Nordeste, ela chamava os indígenas crianças de curumins – era esse o nome que ela utilizou. Os curumins, quando ela se alimentava e eles sentiam o cheiro, eles ficavam lá ao redor do local onde ela se alojava lá e fazia a alimentação, e ela dava parte do alimento dela para eles, porque ela ficava com dó. Então, assim, olha só a situação do profissional de saúde nesse segmento da área indígena. É uma situação, Senadora, que precisa urgentemente ser vista, porque esses trabalhadores do segmento da área indígena continuam invisibilizados!

É nesse sentido que eu, já finalizando a minha fala, quero trazer como proposição para esta audiência pública que a gente possa criar um grupo de trabalho, que a gente chama de GT, para que a gente possa apurar o que hoje vem aqui como relato, mas que a gente precisa verificar *in loco*, quantificar, criar parâmetros para fortalecimento de informações, com o objetivo de criar políticas não só voltadas para a assistência, mas também para a saúde, para as condições de trabalho e de vida desses trabalhadores.

Mais uma vez, eu quero finalizar a minha fala a parabenizando, por duas razões. Primeiro, porque você é uma Senadora atuante, é uma mulher. Eu acho que as mulheres têm se fortalecido – a mesa é de mulheres – no Legislativo e eu acho que a senhora, como Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuante, vai fazer esses encaminhamentos. Conte com a CNTS como uma entidade parceira e não esqueça que nós queremos passar também esses dias lá, junto com vocês, para essa verificação *in loco*! Eu acho que vai ser uma agenda muito importante não só para o Legislativo, para os trabalhadores, para o movimento sindical, mas também para toda a saúde.

Por fim, eu quero informar que nós, pela CNTS, estamos também no Conselho Nacional de Saúde. Eu sou membro titular do conselho e eu vou levar para ponto de pauta... Nós temos reunião agora do Conselho Nacional nos dias 12 e 13, aqui em Brasília, no anexo do Ministério da Saúde, e eu já vou pedir que esta audiência seja incluída no ponto de pauta para que eu possa passar esses informes aos meus pares.

Muito obrigada e sigamos na luta!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Lucimary, obrigada, obrigada... (*Palmas.*)

Seja a voz deles no Conselho Nacional.

Deixe-me dizer uma coisa, Lucimary: a saúde mental... Você falou algo extremamente importante. Eu tive muitos episódios de perda de crianças indígenas – muitos. Eu tenho uma pauta bem específica com relação ao enfrentamento a práticas culturais nocivas, que existem, a gente sabe; a gente respeita, mas a gente tem que cuidar da criança, né? Você imagine uma enfermeira, como a Joana, em área, lutando pela vida de um bebê, segurando o soro, a criança no soro, ouvindo o barulho do helicóptero para descer, e o helicóptero não consegue descer por causa do tempo. Você sabe quantas crianças morrem no colo destas mulheres aqui? Como é que essa mulher volta para a cidade?

Cuidar da saúde mental do trabalhador de área: isso vai ter que ser muito debatido e levado em consideração, Joana.

Você sabe que também elas têm toda uma questão cultural. Elas presenciam práticas culturais que elas sabem que podem estar colocando em risco a vida de um idoso, de uma mulher, de uma criança – e não pode ter interferência. E a angústia de que não pode interferir na prática cultural?

Aqui, eu vou passar a palavra agora para a Mávia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mávia, há uma questão que a gente tem que entender também: a qualificação continuada desses profissionais. Imagine: são 391 línguas, né, Esequiel? São 391 línguas, e às vezes, ao mesmo tempo, dentro de uma Casai, estão falando 40 línguas diferentes! Como é que esse agente se comunica? Como é que esse profissional se comunica?

E dentro da Casai, Lucimary, tem práticas culturais diferentes. Tem lugar em que eu não posso colocar um povo junto com o outro, no mesmo quarto. Eu tive uma experiência na minha instituição – eu tenho uma instituição, tinha, agora eu não sou mais, não pertenço mais –, nós levamos o povo zuruaã e o povo xavante junto. E o povo zuruaã tem uma forma de lidar com o cocô do bebê: eles não podem ver cocô. Inclusive, assim que eles fazem as necessidades deles, eles cobrem com um buraquinho. E o xavante tinha uma outra forma de lidar. Aí, os meus zuruaãs não estavam comendo, estavam ficando com fome, porque eles não podiam comer, porque eles viam o cocô do outro bebê. Vocês estão entendendo as especificidades com que eles têm que lidar todo dia? Aí tivemos que separar zuruaã e xavante por causa do cocô do bebê. Vocês estão entendendo?

Então, a qualificação continuada desse profissional, e não podemos ter o descarte, Mávia, porque, para uma profissional dessa conquistar a confiança da comunidade, às vezes demora anos. Aí, quando o indígena começa a confiar nela, Manoel, aí vão lá e tiram ela. Esquecem a questão da afetividade, porque ela também ama aquele povo, está lá porque está apaixonada por aquele povo também. Então, a questão tem muita delicadeza. Olha, eu acho que a gente abre aqui hoje, Mávia, um novo horizonte, um novo tempo para a gente discutir as especificidades do trabalhador da área de saúde indígena.

Mávia, queremos te ouvir. Gente, ela é da Federação Nacional dos Enfermeiros, tá?

A SRA. MÁVIA MENDES (Para expor.) – Bom dia a todos. Agradeço a esta Comissão por abrir esta Casa para um debate tão importante. E quero agradecer aos colegas por todas as falas, que são legítimas e verdadeiras, com conhecimento de causa. E neste momento eu quero que vocês não me vejam como dirigente sindical, me vejam como enfermeira – enfermeira que atuou no Vale do Javari, no Amazonas, por três anos. E eu vou tentar fazer uma apresentação para mostrar a realidade do que a gente viveu, porque falar, todos têm a legitimidade de falar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas visualizar o que a gente passa é diferente. Então, hoje eu gostaria que vocês me vissem como enfermeira.

Pode passar, por favor.

Eu atuei no Vale do Javari por três anos. E lá eu aprendi que cada deslocamento, cada atendimento e cada encontro que leva saúde aos povos indígenas é muito mais que executar um serviço, gente – é muito mais; é tornar concreto um direito constitucional. E hoje a insegurança desses profissionais de saúde indígena, Senadora, não pode ser compreendida apenas como um risco de violência; ela é multidimensional. Como a senhora falou, como os colegas falaram, saúde mental, questão de deslocamento, de insumos, de precariedade de alojamento, precariedade de estrutura, precariedade de acolhimento desse profissional quanto à saúde mental dele, por tantas situações que nós passamos. E a questão da capacitação, da educação continuada.

Então, eu venho aqui hoje como enfermeira e do ponto de partida do Vale do Javari – não sei se vocês já ouviram falar. Acredito que a minha colega, companheira Graciete, conheça muito bem, porque ela é do Amazonas. O Vale do Javari é um dos maiores vales indígenas e onde existe hoje o maior número de índios isolados – e eu tive o privilégio de trabalhar com esses indígenas corubos. O Vale do Javari tem 8,5 milhões de hectares. Ele está numa trifronteira entre o Peru e a Colômbia. E lá nós temos imensos rios e grandes dificuldades.

E foi lá que eu compreendi, Senadora, que a maneira definitiva de levar a saúde aos territórios indígenas é muito mais que executar um serviço. E nesse território desses indígenas existem os corubos, que são isolados – que são aquelas setinhas –, e existem também os matis, os marubos e outras etnias. Então, é um deslocamento muito grande para se chegar nessas aldeias. Nem sempre a gente consegue chegar de meio fluvial e nem sempre a gente consegue chegar também de helicóptero por causa do tempo... E, como todas falaram – tudo isso é legítimo –, a gente tem que pesar para entrar nessas aeronaves, pesar o equipamento, nos pesar, o que eu achava um desconforto, Senadora. (*Risos.*) Todos os dias tinham que me pesar para saber qual o meu peso para ser juntado com os outros insumos. E a gente fazia essa missão, quando o rio já estava sem condições de se navegar, a gente ia de helicóptero para fazer todas as ações de saúde que eram determinadas dentro do plano. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, essa insegurança dos profissionais indígenas, como eu falei, não pode ser compreendida apenas pela violência física. Ela é multidimensional, porque a travessia é feita sem transporte adequado, há ausência de comunicação. Pense em a gente sair... Quando vocês puderem e tiverem a curiosidade, entrem no nosso mapa. Vocês vão ver o Vale do Javari: é imenso, está lá na ponta. Para a gente sair de Atalaia do Norte – onde era a nossa base – até a última aldeia que a gente percorria pelo Rio Ituí, a gente demorava 54 dias dentro de um barco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MÁVIA MENDES – ... para a gente descer até a cabeceira, já chegando no Acre, que é Cruzeiro do Sul, e para a gente voltar. Nós dormíamos na rede, junto com o técnico de malária, junto com a médica, junto com o técnico de enfermagem, o motorista e a cozinheira – não havia diferença –, todos nós juntos dentro desse barco! Já passamos 54 dias, Senadora. A senhora acredita? (*Pausa.*)

E a falta de comunicação é gritante, porque a gente, de uma aldeia a outra, ficava sem comunicação. Havia uma comunicação na hora em que a gente chegava na aldeia, em que a gente tinha um ponto de base para falar nos rádios, via satélite, para falar se teve algum problema, alguma situação. Então, essa questão de infraestrutura é uma situação gravíssima que nós precisamos debater, e fico muito feliz em saber que temos uma Comissão preocupada.

Além de tudo, há a pressão operacional, como todas também falaram, jornadas exaustivas – pense em você passar 54 dias! – e a exposição, Senadora, a doenças. Nós vamos para aldeias e vamos pegar as doenças da aldeia: pode ser picada de cobra, pode ser situação de malária.

Outra coisa que é muito agravante é a pressão de decidir ali o que eu vou fazer com esse paciente, sem recursos, porque os recursos são limitados. Eu não tenho como fazer muita coisa como um colega que trabalha numa santa casa, num hospital particular, numa unidade de urgência. Os recursos são limitados. Então, essa pressão operacional é imensa.

E outra insegurança que nós temos, o que também foi falado, é a ausência de protocolos claros para prevenir esses riscos, acolher as ocorrências, responsabilizar as instâncias que deveriam agir proativamente para nos defender. Nós não temos esses protocolos, a exemplo do nosso companheiro que falou que existe protocolo de 2025. Hoje, nós estamos aí tentando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo coletivo, muito louvável, de que a Lucimary falou, que não é só sobre as questões trabalhistas, mas sobre as questões sociais. Elas precisam ser levadas a sério, porque os nossos trabalhadores precisam dessas garantias.

Dentro dessa situação de risco, eu mostro para vocês o risco do deslocamento. Vocês veem na internet esta situação: essas lanchas bonitas, esses barcos bonitos... Essa imagem nos traz que não tem tanta dificuldade, com essas lanchas rápidas, esses rios lindos, largos, mas eu vou mostrar para vocês a foto de qual é a realidade. (*Pausa.*)

Essa é a realidade. Realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Chuva e sol.

A SRA. MÁVIA MENDES – Chuva e sol. Isso daí é o que nós enfrentamos – eu, como enfermeira, os médicos, todos os trabalhadores de saúde.

Nessa foto à esquerda, são os indígenas chegando para os atendimentos nas rabetas, como a nossa colega falou.

E esses aí somos nós: o técnico de malária, o técnico de enfermagem, a enfermeira... É assim que nós andamos, com as malas, mochilas, tudo dentro, entre sol, chuva...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – E tem uma hora em que a água potável acaba.

A SRA. MÁVIA MENDES – Acaba. Acaba, e temos que beber a água barrenta do rio.

Essa aí é a realidade, não é aquela foto que eu apresentei daquelas lanchas bonitas, daqueles portos com as lanchas organizadas.

Sobre essa aí, eu quero contar uma história para vocês. Esses aí são os indígenas marubos do Vale do Javari. Nós fomos acionados no distrito sanitário, pois ele tinha sofrido um acidente à noite, após uma caça, quando um pau adentrou seu rosto, e nós tivemos que sair para buscá-lo. Nós saímos, demoramos 36 horas para chegar até onde ele estava – eu e dois motoristas, para revezar dentro dessa lancha. À hora em que chegamos, é a pressão operacional, Senadora: o que eu vou fazer aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – E ele com dor...

A SRA. MÁVIA MENDES – Com dor, sinais de inflamações já no rosto... O que eu vou fazer, sozinha, com dois motoristas? Vamos retornar com esse indígena para a nossa base, pois nós temos que levá-lo para atendimento. Foram mais 36 horas para retornar. Onde nós dormíamos? No barco. Onde ele permanecia? No barco. O que comíamos? Barra de cereal, café solúvel, leite em pó, somente.

Chegamos em Atalaia do Norte. Depois de 36 horas, ele segue para Tabatinga, que é onde há aeroporto. E ele vai nessa lancha, também deitado numa rede. Mais uma hora e meia de lancha rápida, essa é a mais rápida que tinha no nosso distrito. Lá estamos nós, profissionais de saúde, dentro, para acompanhar até o fim. Chegamos em Tabatinga, pegamos um voo e fomos para Manaus. Em Manaus, foi recebido no hospital, no centro cirúrgico, para fazer limpeza, cirurgia na face, e foi para a UTI. E nós ficamos lá, até restabelecer, melhorar, a gente conseguir dar notícias, saber do quadro, saber a evolução, saber o prognóstico. O indígena fica, e a gente retorna para a base, e aí se seguem mais missões que vão surgindo.

Então, Senadora, esta Comissão realmente precisa olhar com os olhos, porque os trabalhadores da saúde indígena precisam muito. É uma invisibilidade.

E, na floresta, eu aprendi que ninguém atravessa um rio caudaloso sozinho: sempre há alguém remando ao seu lado. Talvez essa imagem traduza o compromisso que precisamos assumir, Senadora. Cuidar é um ato coletivo, e proteger quem cuida também precisa ser. Precisamos cuidar de quem cuida: cuidar na questão operacional, de estrutura, de saúde mental e de educação continuada, além dos acordos. Agora que nós estamos partindo com a AgSUS para garantir esses direitos – direitos sociais – e melhores remunerações.

Então, eu quero só apresentar aqui, rapidinho, porque a história foi meio longa, cinco situações que a gente, em nome da Federação Nacional dos Enfermeiros, traz para esta Comissão e para os meus colegas. São cinco direções prioritárias, Senadora. Eu já encaminhei o documento. A proteção dos profissionais deve ser tratada como condição de continuidade da atenção e dever permanente do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira prioridade: política nacional de proteção. Instituir uma política de segurança para os trabalhadores, com protocolos específicos.

Logística e comunicação. Como eu falei, é a situação de transporte terrestre, fluvial, aéreo, com manutenção regular dos equipamentos e meios de comunicação.

Terceiro: condições dignas de permanência. Gente, a permanência nossa dentro da aldeia é muito sofrida. Muitos colegas me veem e falam assim: "Como você conseguiu?". Eu fui com um propósito. Você dorme na rede. Lá onde eu trabalhei, no Vale do Javari, não podiam entrar alimentos. Você se alimentava apenas do alimento dos indígenas, porque, como eram índios isolados, eu não posso levar, então eu comia o que eles comiam. Então, essas condições dignas de permanência precisam ser valorizadas, têm que ter um olhar.

E outra coisa que a senhora falou, Senadora, que é louvável, é a questão da rotatividade, preservar a continuidade desse trabalhador na aldeia. Se o vínculo indígena – quando se tem – depois se troca, é muito difícil voltar a ter de novo. Então, essa rotatividade também é um debate que precisa estender. E a saúde mental, como os colegas falaram, e o apoio institucional.

E a quinta, não menos importante, é fortalecer a integração, o que alguns colegas também pontuaram, que é promover a integração total da União, estado, município, Dsei, Casai, conselhos de saúde, lideranças indígenas.

Eu acredito, Senadora, que esta Comissão, com essas medidas... Tem que ser feita não aqui no gabinete, mas lá. E por essa proposta de ir para lá, eu a parabenizo. Eu acredito que você vai gostar muito.

Então, gente, para finalizar, porque eu já passei do meu tempo, cuidado é um ato coletivo. Proteger os profissionais fortalece o SUS. Fortalecer o SUS assegura o cuidado nos territórios indígenas. Proteger os povos indígenas é honrar a história do Brasil.

Que saiamos daqui com a decisão comum: cuidar de quem cuida. Que nenhum povo fique sem cuidado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Comissão, volte ao eslaide dela, àquele do riozinho e o barco isolado, sozinho. Vou fazer uma reflexão sobre aquela foto e a gente já vai para o encerramento.

Mávia, que bom! Que bom que você veio!

Olha, que bom que a federação mandou alguém que esteve lá, gente, lá, que viveu isso.

Não é essa. É a outra, que tem um barquinho sozinho, a próxima. A próxima. Acho que é a próxima. Não, não! No meio do rio, o barquinho sozinho. Aquela lá.

Quando a gente está falando de segurança, e a gente vai ter que falar, e falar algumas verdades – não é, Mávia? –, vocês estão vendo aquele barquinho solitário, sozinho ali? O profissional também ajuda a remar, tá, gente? O profissional ajuda a remar. Ali vai chover. E eu tenho as imagens: eles ficam com o caneco tirando a água de dentro do barquinho. Eles já chegam na aldeia exaustos.

Deixe-me dizer uma coisa para vocês. Atenção, Brasil: a grande maioria de nossas áreas indígenas estão em área de fronteira. O Brasil já ouviu falar de piratas do rio? É com o que eu estou lidando todo dia ali na região do Marajó: piratas do rio. Vocês estão vendo que eles não estão sendo escoltados por nenhum barco de polícia? Eles estão sozinhos no meio da floresta, em um barquinho, no meio de um rio.

A gente está hoje, lamentavelmente – esta é uma Comissão que vai ter que provocar a Comissão de Segurança –, com narcotráfico nessa área. Nós estamos com dependentes químicos dentro de outros barquinhos, a serviço do narcotráfico, que acham que o aparelho de pressão dela vale muito. "Então, vamos atacar o barquinho dela, roubar o aparelho de pressão dela para a gente vender e comprar *crack* lá na frente da cidade." É com isso que eles estão lidando todo dia. Eu quero que o Brasil entenda a importância desta audiência pública. E eu não estou fazendo garantia à segurança de vida desses profissionais.

Eu passei ali agora para ir ao banheiro, olhei para a minha equipe e disse: "Obrigada, equipe; obrigada por esta audiência". Porque, olha, a gente poderia estar *online*, como todo o Senado está hoje, mas a minha equipe se organizou durante o recesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês acham que é fácil organizar uma audiência como esta? Inclusive, quero informar que todos eles vieram com recurso próprio, do seu sindicato, da sua associação, teve vaquinha, teve cota, porque o Senado não consegue pagar a passagem deles, mas estão aqui. Alguns estão aqui... E, para chegar a esta audiência e falar por dez minutos, são três dias longe de casa, porque tem o dia para se deslocar e chegar aqui, o dia para voltar e o dia para ficar aqui à disposição do Senado. Então, eu quero agradecer à Comissão e a vocês que se dispuseram a vir e a falar dessa forma muito clara para o Brasil. Mas eu...

Nós agora vamos para o encerramento, cada um vai ter três minutos para falar.

Mas a Mávia trouxe uma coisa em que a gente precisa pensar: a privação do sono. Vejam só, se esse profissional fica 15 dias em área e volta para casa por 15 dias, eu quero dizer que – a cada mês, são 15 dias lá – eles ficam seis meses em área. E foi exatamente o que a Graciete falou. Você acha que o sono deles é um sono completo, toda a noite? É um sono vigiado, gente, porque tem onça, tem cobra, tem os conflitos entre as etnias, e eles ficam no meio. É um sono que não é profundo, porque é um sono vigiado, toda hora acordam. São noites de privação de sono. Aí a pergunta, Mávia, Lucimary, Joana, Manoel, Graciete, Fabio, Lurdelice: eles têm ou não têm direito a uma aposentadoria especial?

A SRA. LUCIMARY SANTOS PINTO (*Fora do microfone*.) – Mais do que justo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – A gente vai ter que pensar nisso, porque cinco anos dela em área são quinze anos meus de trabalho aqui em área urbana, no ar-condicionado, gente. A gente vai ter que ponderar tudo isso. E eu quero anunciar, Mávia, a todos vocês que estão aqui que nós vamos criar um grupo de trabalho nesta Comissão. "Mais um, Senadora?" Mais um. Nós estamos aqui para isso. Eu vou dizer para vocês: eu juro que eu queria ser Senadora em Andorra. Eu queria ser Senadora na Irlanda. Olhem os problemas que nós temos que enfrentar como Senado, e a gente não pode ignorá-los mais. A partir desta audiência, o Senado não pode ignorar o que está acontecendo com o profissional de saúde em área indígena. E ninguém veio aqui denunciar Governo, ninguém veio denunciar o atual Ministro, não. Nós viemos mostrar uma realidade que é de décadas e que estava invisibilizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou devolver a palavra para todos vocês que falaram, por dois, três minutos, no máximo, para agradecimentos e considerações finais.

Só quero registrar aqui, gente, que nós não vamos conseguir responder a todas as perguntas que chegaram do Brasil. Eu só vou registrar de onde vieram. São muitas perguntas. A internet está fervendo, gente. O povo está participando no Brasil. Muita gente não sabia dessa realidade.

Por exemplo, vou contar só uma. Esequiel, quantos anos você morou em área? É meu assessor, gente.

O SR. ESEQUIEL ROQUE DO ESPÍRITO SANTO (*Fora do microfone*.) – Vinte anos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Vinte anos.

Quantas malárias você teve?

O SR. ESEQUIEL ROQUE DO ESPÍRITO SANTO (*Fora do microfone*.) – Onze.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Onze malárias, uma única pessoa.

Deixe-me dizer uma coisa para você: você acha que a malária depois que vai embora não deixa sequela no corpo? São sequelas para a vida inteira.

Aí, Mávia, você falou assim: "A gente não pode levar comida para lá quando vai a uma área isolada". E tem gente que está perguntando: "Por que ela não pode levar comida?". Deixe-me explicar uma coisa: korubo não tem acesso ao açúcar, não tem acesso ao sal. Como é que ela vai levar açúcar e sal para uma área? E, se a gente introduzir o sal sem os cuidados, como é que fica a pressão sanguínea desse indígena?

Mudar a rotina e a dieta de um povo pode colocá-lo em risco, gente. Então, ela não pode levar, para eles não despertarem o desejo. Tem toda uma questão antropológica de saúde envolvida.

Aí, ela fica privada do açúcar, ela fica privada do sal, de todos os alimentos nossos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe o que é comer, para quem não tem na dieta, o mês inteiro, caça?

Vocês já comeram açaí? Ela volta com o problema de nutrição dela também.

Então, gente, a gente trouxe tantas especificidades, e eu vou devolver a palavra para cada expositor, por dois, três minutos, para agradecimentos e considerações finais, mas a gente encaminha esta audiência, como o nosso segundo preletor, o Manoel, falou, "encaminhamento"... Nós não podemos encerrar esta audiência sem encaminhamento.

E acho que o mais importante encaminhamento que eu faço aqui, Manoel, é a criação de um grupo de trabalho. A gente inicia hoje um debate.

E eu vou dizer uma coisa. Eu ainda sou Senadora por mais quatro anos e meio. Enquanto eu estiver no Senado, esse grupo de trabalho vai funcionar, para a gente acompanhar a situação dos profissionais da área de saúde em áreas indígenas. (*Palmas.*)

Joana, dois a três minutos para encaminhamentos e agradecimentos ou responder a alguma pergunta.

Eu não vou ler as perguntas, porque não vai dar tempo, tá?

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES (Para expor.) – Oi? Pronto.

Senadora, eu acho que vou ter que contratar uma secretária só para responder agora às minhas redes sociais. (*Risos.*)

Pessoal, a gente não tem muito tempo, mas eu gostaria, Senadora, de responder a duas mensagens que chegaram para a gente.

O Fábio, do Rio de Janeiro, pergunta assim: "Como proteger profissionais de saúde indígena sem comprometer a autonomia dos povos indígenas?".

Então, aqui vai uma sugestão minha, como trabalhadora e como representante sindical.

Senadora, primeiro, eu entendo que precisa ser feito um trabalho de controle social dentro das comunidades – voltando para a nossa realidade lá dos conflitos. Teria esse trabalho do FPCondisi, do controle social junto com o Presidente do Condisi local, dos distritos, juntamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as lideranças, que são os conselheiros distritais, porque cada comunidade, cada polo base tem um conselho distrital e um presidente, que sai para representar toda a sua comunidade.

Então, eu entendo que, se tiver esse trabalho conjunto com o controle social; as lideranças, que são os conselheiros; e as organizações, que são as associações indígenas, isso pode ser de grande relevância. Por quê, Senadora? Porque hoje a gente viu – voltando à nossa realidade – o ataque ao Geovane no Polo Base do Xitei. Tinha três profissionais da Força Nacional, e nem isso inibiu a questão do conflito.

Então, assim, eu entendo que esse trabalho em conjunto do controle social vai amenizar e resolver uma parte dessa situação. Por quê? Quem são os principais líderes dos indígenas? São as suas lideranças, que são os conselheiros distritais, os tuxauas, entre outros.

Tem o Gentil, de São Paulo, que fala: "Como o MPT e [o] MP têm auxiliado nas ações sindicais para [a] defesa dos profissionais de saúde indígena no Brasil?".

Então... Lá na nossa realidade de Roraima, a gente procurou os órgãos competentes que também representam a nós, os profissionais. Então, diante desse trabalho e dos nossos anseios, hoje é um marco histórico para a gente; somos o primeiro estado, nós temos agora um ofício específico no Ministério do Trabalho, em Roraima, para tratar sobre esses assuntos específicos da saúde indígena, principalmente sobre as denúncias relacionadas aos profissionais, tanto que atuam em territórios como em DISEIs e CASAIs – e isso pode também ser estendido para os demais.

Chegou outra pergunta aqui da Janaína, que pergunta: "O que pode ser feito com relação à segurança alimentar?".

A segurança alimentar, hoje, precisa ser focada na questão dos trabalhos, dos projetos dentro da agricultura familiar. O agroindígena tem que ser o foco principal, principalmente nessas regiões em que são escassas a caça e a pesca. Então, esse trabalho de fortalecimento da agricultura familiar indígena, o agroindígena, pode trazer muitas questões.

Outro ponto: chegaram aqui várias mensagens sobre a questão da valorização do profissional. Foram citadas n situações, mas as principais são a segurança para o profissional atuar na ponta; a valorização, que são salários justos; benefícios sociais, que já foram citados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela colega; também, Senadora, a questão dos seletivos – eu recebi muitas mensagens aqui de que alguns locais têm seletivos, que não existe transparência; e o principal: hoje eu entendo que, para esses colaboradores, para nós, trabalhadores, também sermos valorizados, nós precisamos de uma promoção funcional. E como funciona essa promoção?

Eu sou técnica de enfermagem. Tenho 20 anos. Eu me formei agora enfermeira. Se está tendo duas vagas na região, então eu acho que eu merecia uma dessas vagas, pelo tempo de serviço que eu já dediquei à saúde indígena e, principalmente, por eu conhecer a cultura, por eu trabalhar, por eu conhecer a língua.

Às vezes, a gente, durante alguns anos, já começa a falar fluentemente a língua; às vezes, é uma necessidade você aprender algumas palavras na língua indígena, até para você se comunicar melhor com os pacientes.

Para finalizar, Senadora, mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade. Hoje, eu me sinto realizada, porque, desde a primeira vez que a gente vê que nós fizemos a denúncia e tudo, uma semana depois se concretizou... Às vezes...

Volto a repetir: a gente não é inimigo de gestão e de nenhuma entidade. O que nós queremos é que o profissional de saúde indígena seja reconhecido e que ele tenha todas as garantias de prestar uma assistência de qualidade lá na ponta, porque, se a gente não tiver esse apoio, esse cuidado, dificilmente a gente vai ter essa garantia. E, quando a Senadora acolheu o nosso pedido e tudo, as nossas denúncias, ela deu voz para aproximadamente 19 mil profissionais que hoje atuam na saúde indígena.

Vale ressaltar, Senadora, que não são só os profissionais da enfermagem; a gente tem profissionais de todos os segmentos: da nutrição, temos as cozinheiras, temos o pessoal da infra que faz parte da equipe, que faz reforma de alojamento, constrói as casas de apoio, UBSi. Nós temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – Isso! Os médicos também.

Então, assim, são vários profissionais que hoje atuam lá na ponta, e todos esses profissionais, Senadora, sem exceção, merecem valorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, para finalizar, eu estou extremamente feliz, principalmente porque isso é um marco histórico. E me sinto honrada por ser o primeiro sindicato que veio nesta tribuna, Senadora, que deu uma voz para todos os profissionais de saúde indígena. E, principalmente, quando a gente lhe pediu ajuda, você nos atendeu e hoje está aqui o resultado dos meus colegas que fazem parte das entidades em nível nacional e, principalmente, da nossa federação e confederação. Então hoje eu me sinto muito feliz e realizada por essa grande oportunidade.

Só gratidão. Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Joana. Obrigada.

Gente, no dia em que houve o assassinato do Geovane, fazia uma semana que ela estava aqui. Ela disse: "Isso está acontecendo". Na hora em que aconteceu, de madrugada a gente se falou, liguei, ela estava acordada porque o telefone dela não parava. Eu falei assim: "Joana, você foi uma profetisa do caos". Ela disse: "Não, Senadora, eu não fui profetisa, eu só fui voz do que já acontece".

Então, gente, inclusive, eu quero informar que segunda-feira, aqui na Comissão, nós teremos uma audiência da Subcomissão Yanomami para discutir todo o dinheiro que foi para a área. Chega a 1 bilhão – né, Esequiel? Um bilhão, né? (*Pausa.*)

Dois bilhões de crédito extraordinário para a área ianomâmi nos últimos três anos. A gente vai discutir isso.

E quero informar que segunda-feira, lamentavelmente, a gente vai ter que falar sobre as três crianças assassinadas, na semana passada, entre os ianomâmis. E elas foram assassinadas por ianomâmis usando arma de fogo. E eu tenho imagens muito fortes. Não foi só tiro, depois que teve tiro, elas foram flechadas também. As imagens são muito fortes. E a gente vai ter que falar sobre isto segunda-feira: esses conflitos entre os povos, conflitos internos que colocam em risco a vida do profissional.

Manoel Pereira, dois minutos para agradecimentos e considerações finais.

O SR. MANOEL PEREIRA DE MIRANDA (Para expor.) – Em primeiro lugar, Presidente Senadora, eu quero agradecer a Deus por mais essa oportunidade de ter dado essa facilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus abençoe seu trabalho e continue abençoando os trabalhos dos trabalhadores e dos representantes sindicais que aqui estão presentes. Como falou a senhora, há muita dificuldade, mas isso faz parte do nosso dia a dia. Com dinheiro ou sem dinheiro, temos que estar presentes para representar as pessoas que precisam, que são os nossos representados.

Quero dizer que apresentei à Comissão, via *e-mail*, os pontos que entendemos como importantes, que, através do nosso protocolo, que foi discutido, que com certeza ajudará esta Comissão a colocar um norte, melhorar a educação, qualidade de serviço, valorização, porque é diferente.

E sobre um ponto esta Comissão tem que falar, ela tem que pensar que a estabilidade do profissional da saúde indígena é diferente da estabilidade do profissional que trabalha na educação, nos hospitais públicos da educação, mas no caso da Ebserh. O tipo de seleção é diferente, tem que levar em conta o tempo em que a pessoa está lá dentro. Como falou a companheira, não é fácil, até porque não é fácil achar profissional para ir. Quando você tira o profissional, até conseguir achar de novo, ter a segurança e a confiança... Aí se não levar em consideração esse tempo em que a pessoa está lá, você vai colocar profissionais que não vão cuidar e não vão ter a confiança dos indígenas, a confiança da comunidade. Tem que se ter esse pensamento.

"Ah, a Constituição fala diferente" – nós estamos falando de índios, de pessoas que... As terras eram deles, e nós tomamos conta! Estamos falando de pessoas que são extremamente... A cultura é diferente. Nós não podemos intervir na cultura deles, mas temos condições, temos que dar um pouquinho de saúde, uma melhoria de qualidade de vida. Também esses profissionais precisam ser olhados diferentemente dos profissionais que estão hoje na ponta.

Eu quero só explicar e falar de uma pergunta que veio aqui do... Que fala sobre... Aqui, a da Albertina, do Piauí: "Como o poder público monitora a contaminação por agrotóxicos em terras tradicionais e que reparação é oferecida às vítimas?". Não monitora! Chega por água, chega por ar, e a maioria do agro fica tentando invadir essas terras, fazer como latifúndio próprio deles... Não monitoram, estão precisando monitorar.

Como você falou, senhora, a Comissão de Segurança precisa realmente dar segurança aos territórios indígenas, dar condição de vida para eles, porque não monitoram, não! O poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público precisa dar essa segurança, porque são povos extremamente diferentes, que precisam (*Falha no áudio.*) ... para valorizar a vida e dar condições de saúde aos nossos profissionais. Por isso, nós queremos dizer a eles: precisa ser monitorado, precisa (*Falha no áudio.*) ... e a quantidade de agrotóxicos que se coloca nos ambientes hoje coloca em risco não só a saúde do povo indígena, mas também a população – nós que estamos bebendo água contaminada e tudo mais –, porque o agro acha que o mundo, a terra é só deles, que nós somos meramente moradores ali próximos!

Era isso que eu queria colocar.

Quero dizer à senhora: parabéns! Parabéns por essa oportunidade que deu a nós de termos voz. Esta Comissão foi extremamente respeitosa com os profissionais de saúde, com a CNTS, com a FNE, com os sindicatos, com todos aqui presentes. E muito obrigado aos profissionais da sua equipe que organizaram isto. Eu pensei que seria mais uma Comissão, nós não íamos ter voz, não íamos falar, não. O nosso Castagna falou para nós: "Você vai ter voz e você se prepare para poder demonstrar o seu conhecimento". E eu pensei: o protocolo de saúde indígena da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS... Ela fará diferença nessa ajuda, ajudando a Mary, o Castagna, todos os profissionais aqui e a senhora, nesta Comissão tão importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Manoel, obrigada. Volte para o Tocantins com a certeza de que valeu a pena você ter vindo.

Graciete, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades Filantrópicas, lá do Estado do Amazonas.

A SRA. GRACIETE MOUZINHO (Para expor.) – Bom, eu deixo aqui o meu agradecimento, agradeço a Deus primeiramente.

Quero agradecer à Joana por ter tomado essa atitude. Parabéns, minha colega! Foi maravilhoso você ter feito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À nossa Senadora, que ouviu e está aqui conosco dando esse apoio, muito obrigada, porque era disto que nós precisávamos, uma voz, para poder ajudar os profissionais da saúde da área indígena. Agradeço a todos, agradeço à sua equipe – viu, Senadora? – maravilhosa; o trabalho que vocês fizeram foi de maravilha, mesmo. Parabéns pela sua equipe, por todos.

Estou muito feliz, saio daqui feliz. Eu me emocionei com as cenas que apareceram ali, os vídeos que a enfermeira apresentou do trabalho que ela fez ali, que não foi fácil, ela sabe, ela vivenciou isso. As visitas que eu cheguei a fazer também, que também me chocaram com muitas coisas que a gente vê, fica preocupado, sente a dor desse profissional. E isso é um trabalho maravilhoso.

Parabéns, mais uma vez, por você ter acolhido, por você estar abraçando essa causa e por nos ajudar, ajudar esses profissionais que tanto precisam e que estão carentes deste apoio, deste acolhimento. Obrigada mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Graciete, foi uma alegria recebê-la aqui.

Fabio Ramos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Chapecó, Santa Catarina.

O SR. FABIO RAMOS NUNES FERNANDES (Para expor.) – Quero finalizar minha fala agradecendo, em primeiro lugar, a Deus por essa oportunidade, por ser um instrumento de defesa daqueles que não têm voz – às vezes, né? –, e a gente poder fazer essa defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras da categoria da área da saúde é muito importante. Quero agradecer à Senadora por essa iniciativa. Obrigado, gratidão, em nome de todos os trabalhadores indígenas de todos os territórios; gratidão, obrigado por a senhora abrir esse espaço, esta Casa abrir esse espaço para que a gente pudesse aqui levar a voz de quase 20 mil trabalhadores que nós temos e, automaticamente, nós estamos fazendo a defesa de todos os povos indígenas.

Quero aqui finalizar, então, agradecer a todos os funcionários desta Casa, do Senado. E nós estamos falando do Senado Federal, isso é histórico. Coloque nos registros aí que isso é histórico, movimento sindical comprometido, sério, com os trabalhadores e as trabalhadoras, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas organizações, a nossa CNTS, a Federação dos Enfermeiros, todas as entidades aqui presentes, em defesa de uma causa que é justa e que é importante, e já passou da hora de a gente criar esse grupo e fazer essa defesa.

Finalizo, então, aqui e até me emociono, Senadora, quando nós falamos do momento do covid. Foi para nós que estávamos na linha de frente, para quem está nos assistindo, trabalhadores tanto das áreas indígenas como dos hospitais... Todos os profissionais que estavam na linha de frente sabem o quanto que nós trabalhamos para hoje, lamentavelmente, a gente não ser valorizado, respeitado por tudo aquilo que estava ali, aquilo que eu acabei de falar anteriormente. Num plantão, nós trabalhamos com a vida, com a alegria das famílias, na outra mão a gente trabalha com a morte, fazemos de tudo, junto com a equipe médica, com todos, para a gente trazer essa vida novamente, mas a gente não consegue. E isso é somático, por isso que a gente está aqui, às vezes, adoentado, porque isso é resultado da nossa dedicação, da nossa dedicação, daquilo que nós juramos para salvar vidas, esse é o nosso objetivo e essa é a nossa missão.

Então, nesta Comissão, em nome de todos os trabalhadores, eu quero aqui homenagear dois colegas meus que eram da enfermagem e que morreram na covid: o meu amigo Douglas, que era da minha igreja, cantava junto comigo na igreja, que era também técnico de enfermagem, assim como o Luiz, assim como outra colega também da área indígena, lá de Ipuaçu, que faleceram salvando vida. Em nome deles, quero, então, estender o abraço a todos e todas que trabalham na linha de frente. Que Deus abençoe a todos. Vivam todos os trabalhadores e trabalhadoras da categoria da área da saúde, todos, e também os trabalhadores das áreas indígenas! E viva o SUS, o Sistema Único de Saúde, o qual a gente defende aqui! Sou um militante do Sistema Único de Saúde. Deus abençoe a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Fabio. Leve para Chapecó o nosso abraço às famílias desses três guerreiros que tombaram em combate, tombaram cuidando dos nossos indígenas, do povo que tanto precisava durante o período do covid. Nós temos que registrar esse capítulo da história, os trabalhadores de área indígena, os guerreiros que ainda não foram reconhecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucimary, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Valeu a pena a audiência, Lucimary? Lucimary, Lucimary!

A SRA. LUCIMARY SANTOS PINTO (Para expor.) – Está ligado?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Está ligado. Pronto.

A SRA. LUCIMARY SANTOS PINTO – Com certeza, Senadora, é um momento ímpar.

E, enquanto representante da CNTS, eu só tenho a agradecer. Eu acho que se abre – neste momento, aliás, antes disso, porque a Senadora já vem trabalhando essa questão já antes da audiência de hoje – um novo cenário de expectativa para os trabalhadores da área indígena.

E quero aproveitar este momento para parabenizá-la, dizer-lhe o quanto nós estamos honrados, e falo em nome de 250 sindicatos representados pela CNTS de norte a sul deste país, que vai tomar conhecimento desta audiência pública e da sua atuação em defesa dos trabalhadores da saúde de um modo geral, e dizer-lhe que saio daqui muito feliz por uma proposição que é a criação do grupo de trabalho. Eu acho que criar um grupo de trabalho é a gente criar mecanismos para que a gente possa, a partir dos dados que vão ser elencados nesse GT, criar políticas públicas para resolver o problema dos trabalhadores desse segmento.

E respondo a um comentário do Leandro, de Sergipe, que fala: "[...] a proteção aos povos tradicionais e profissionais de saúde indígena. Invasões, violência e mortalidade infantil exigem ação urgente!". Com certeza, Leandro, e é por isso que hoje a Senadora Damares, através da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, está aqui e, com toda a sua equipe, mesmo em período de recesso, se empenharam na organização desta audiência pública por entender da urgência e da necessidade de proteção dos povos indígenas assim como dos trabalhadores em saúde desse segmento.

Muita gratidão, Senadora. Que Deus a fortaleça, lhe dê sabedoria e que a senhora seja a voz dos trabalhadores e trabalhadoras deste país!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada (*Fora do microfone.*) obrigada, obrigada por estar aqui com a gente!

Antes de passar a palavra para a Mávia, que é a última, eu quero só registrar que a Silvana Coelho está com a gente. A Silvana é Diretora do sindicato de trabalhadores em santas casas, que está acompanhando a nossa expositora, lá do Amazonas. Obrigada, Silvana, por ter vindo prestigiar a nossa audiência.

E está aqui também o líder tupinambá, que está em todas com a gente. Já viu, né? Está aqui o Amauri. Quem é a sua mãe, Amauri?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Não vai falar, não! Quem é a sua mãe, Amauri?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ele disse que eu sou mãe dele. Olhe a idade do meu filho! (*Risos.*)

Mávia, dois minutos para agradecimentos, considerações finais. Fique à vontade!

A SRA. MÁVIA MENDES (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Em nome da nossa Presidenta da Federação Nacional dos Enfermeiros, Solange Caetano, queremos lhe agradecer em nome dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, agradecer esta Comissão por ter aberto esta Casa para nos receber.

E, Senadora, esta audiência não pode terminar apenas com esses registros de relatos difíceis. Esta Comissão precisa ser tratada como uma condição de continuidade de atenção a esses profissionais de saúde indígenas.

Quero também responder a uma pergunta que chegou para nós, do Victor, de Goiás, que fala: "Chega de mortalidade infantil e violência no campo! Saúde indígena segura é um direito básico. Exigimos proteção para quem vive e [quem] trabalha lá".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui hoje para trabalhar para que esses trabalhadores e trabalhadoras de saúde tenham condições melhores nessas atuações nessas aldeias, sejam aldeias distantes, sejam urbanas, sejam ribeirinhas, porque há uma diversidade.

E a gente agradece mais uma vez. Fica o nosso muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Mávia.

Nós vamos dar continuidade. Inclusive, quero informar que as instituições presentes aqui serão convidadas para fazer parte do grupo de trabalho. E nós vamos trazer o Ministério Público para esse grupo de trabalho também, a Defensoria Pública... Ontem, a Defensoria Pública me procurou, perguntando por que que eles não foram chamados para esta audiência, mas serão para as próximas. E a gente vai dar continuidade.

Eu parto para o encerramento, mas eu quero fazer um registro e agradecer ao Khylvio e à Luana, lá de Roraima. Há anos, eu, Khylvio e Luana dividimos a paternidade e a maternidade de uma criança, que é o Arthur Yanomami. Khylvio e Luana, que me arrastaram muito para essa causa, eram enfermeiros na Casai, e um menininho foi rejeitado pelo povo. A história do Arthur é uma das histórias que têm a ver com a minha luta pelo enfrentamento ao infanticídio indígena. Eles adotaram o Arthur Yanomami – que vai ser Senador! E havia uma expectativa de que Arthur não ia viver mais que dois anos, Arthur está lindo, está um rapaz.

Inclusive, vou contar um segredo para vocês. O Prefeito da cidade onde eles moram que é... Monte Alto? Monte Alegre?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Alto Alegre. Eu fui lá pedir voto para o atual Prefeito, mas eu disse: "Eu só vou se você se comprometer que você vai se afastar um dia do cargo e vai dar posse a Arthur como Prefeito mirim". Não é que ele fez isso?! Arthur foi Prefeito por um dia da cidade! Gente, foi uma confusão, mas foi muito lindo!

E Khylvio e Luana se dedicaram aos profissionais da saúde indígena. Eu conheci a Joana por meio do Khylvio e de Luana e por todas as minhas idas a Roraima. Khylvio e Luana e Arthur,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu abraço. O Arthur fica na minha casa quando vem para o tratamento médico aqui. Amo o Arthur, amo a família.

E a gente vai para o encerramento.

Eu encerro dizendo o seguinte: ter posição é se envolver em confusão, e diante da saúde indígena não cabe neutralidade, a gente tem que ter lado. E eu tenho um lado, Joana. O lado são os indígenas, o lado são os profissionais de saúde indígena. E eu não tenho medo de confusão. Eu só vou encerrar dizendo que, 17 dias atrás, o Ministério Público Federal ingressou com mais uma ação contra mim, e dessa vez o Ministério Público Federal... Exatamente no momento em que eu estou fiscalizando o recurso que foi para a área indígena ianomâmi e em que estou falando sobre isso, o Ministério Público Federal entrou com uma ação de que eu sou racista, porque eu falei num documentário – e eu falo isto há 30 anos – que tem práticas culturais nocivas. A própria ONU reconhece isso, e há uma recomendação da ONU para o Brasil. Eu falei que nós tínhamos uma comunidade – temos – em que infelizmente há registro de estupro coletivo. Eu falei sobre isso, eu falei há tantos anos, mas só agora o Ministério Público entrou com a ação. Isso está na Suprema Corte, gente, para a Suprema Corte agora mandar para a PGR para a PGR saber se abre ou não o processo definitivo de que eu sou racista.

E racismo, vocês sabem que é um crime inafiançável e imprescritível; eu posso responder, inclusive presa, porque eu me levantei e tive a coragem de defender a mulher e a menina indígenas de estupro. Estupro não é cultura. As mulheres indígenas estão se organizando para denunciar e elas terão voz aqui. Não tenho medo de confusão. Inclusive vocês vão me visitar na cadeia se eu for presa – tá, Secretaria? (*Risos.*)

Eu não tenho medo de confusão. Eu respeito a Justiça e eu vou provar até o fim. Desde a hora em que eu toquei nesse assunto aqui, Joana, eu estou sendo perseguida, mas eu quero dizer para os profissionais de saúde indígena: eu não tenho medo e eu não vou recuar. A gente vai criar o grupo de trabalho e a gente vai lutar por vocês. Não é uma guerra contra nenhum governo; é uma guerra por uma categoria, é uma guerra pelos povos que tanto amo. Inclusive, Mávia, eu sou tão racista que eu sou mãe de uma indígena. A minha filha completou... Dois, olha o outro levantando a mão, que é meu filho também. Ele tem mais de 65 anos, gente, e é meu filho. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou mãe de uma menina indígena que conheci durante um tratamento de saúde indígena em que eu estava cuidando dessa menina. Está com 29 anos, é a cara da mãe. Se vocês colocarem Damares na cadeia, Lulu está aí, gente. Não queiram pôr Lulu como Senadora. Aí vocês vão ver o que é confusão.

Nesse sentido, respeitando todos os trabalhadores da área indígena, homenageando todos eles – como a Joana falou, é o enfermeiro, é o técnico, é o médico, é a cozinheira, é quem está pilotando o barquinho, é quem monta a estrutura, a barraquinha, para eles ficarem em área, é o homem do helicóptero, é o homem do avião –, a todos que estão envolvidos com a saúde indígena, nosso respeito e admiração. E a gente vai continuar lutando pela qualificação, pela valorização, pelo reconhecimento – e vamos ser sinceros: não tem reconhecimento sem dinheiro –, por melhores salários, por uma aposentadoria digna, pelo não descarte desse profissional e para que a Sesai reconheça que é hora de concurso público também – a gente vai falar sobre isso –, aproveitando quem já está lá. Vamos efetivar. Vamos pensar aí se existe uma possibilidade, Mávia. Já estão em área, vai efetivar? Não vai botar novos, não. Os que estão lá em área... Vamos conversar. Tem detalhes aqui que afetam inclusive a Constituição, mas a gente vai ter que ter coragem de tocar no assunto.

Muito obrigada a todos que nos acompanharam... Sim, Mávia.

A SRA. MÁVIA MENDES (Para expor.) – Só um minutinho. Quero agradecer e mandar um abraço para o Distrito Sanitário Indígena Vale do Javari.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Vale do Javari.

A SRA. MÁVIA MENDES – Meus queridos agentes comunitários de saúde indígena Baritsica, Dama e Maiah, meu grande abraço afetuoso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Valeu. Ela não esquece os colegas.

Assim eu agradeço a todos que estiveram de forma presencial e aos que estão nos acompanhando de forma *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje é o início de uma nova etapa, de um novo capítulo para os trabalhadores da saúde indígena.

Obrigada, Secretaria.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e dez minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Giordano, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Paulo Paim, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Beto Faro, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Jayme Campos, Wilder Morais, Sérgio Petecão e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcos do Val, Cid Gomes, Ana Paula Lobato, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 107/2026 - CDH, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PL 5115/2025, de autoria Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). Finalidade: Instruir o PL 5115/2025, que "altera as Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para determinar a instalação de centros-dia para pessoas idosas atendidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)". Participantes: Ruth Losada de Menezes, Conselheira titular no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado de Goiás; Antonio Costa, Ex-Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Valéria Maria de Massarani Gonelli, Coordenadora-Geral de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - DPSE/MDS; Eduardo Vieira, Consultor Jurídico - Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE- Goiânia; Sergio Gomes, Secretário de Assistência Social de Camboriú/SC; Gilvane Mazza Ribeiro, Diretora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da SMASDH de Resende/RJ; e Claudir Maciel, Secretário Municipal da Pessoa Idosa de Balneário Camboriú/SC. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/11

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura – olhem que coincidência, 57ª Reunião da 57ª Legislatura –, que será realizada nesta data, 11 de agosto de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 107, de 2026, de autoria do Senador Vanderlan e subscrito por mim também.

A audiência se destina a instruir o PL 5.115, de 2025, que altera a Lei 8.742, de 1993, e a Lei 10.741, de 2003, para determinar a instalação de Centros-Dia para pessoas idosas atendidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

Comunico a todos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas.

Senhores, o objetivo desta audiência pública é examinar, com especialistas, gestores e representantes da sociedade civil, a viabilidade do projeto de lei, seus impactos operacionais e orçamentários e as responsabilidades dos diferentes entes federativos.

O Brasil envelhece de forma rápida, estrutural. Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, o índice de envelhecimento do país passou de 44,8 pessoas com 60 anos ou mais para cada cem crianças de até 14 anos, em 2010, para 80 pessoas idosas para cada cem crianças, em 2022. No mesmo censo, a população com 65 anos ou mais alcançou 22,2 milhões de pessoas, correspondendo a 10,9% da população brasileira e representando um crescimento de 57,4% em apenas 12 anos.

Eu estou nesta estatística, tá? Pode não parecer, linda desse jeito, mas eu sou uma senhora idosa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Faz muito tempo. (*Risos.*)

Esses números nos obrigam a pensar não apenas na longevidade, mas também em como o Estado brasileiro organizará o cuidado em uma sociedade progressivamente mais envelhecida. Envelhecer com dignidade pressupõe preservar a autonomia, os vínculos familiares, a participação comunitária e, quando houver dependência, assegurar apoio adequado à própria pessoa idosa e à sua rede de apoio.

É exatamente nesse contexto que se inserem os Centros-Dia. O Projeto de Lei 5.115, de 2025, objetiva oferecer atendimento às pessoas idosas com algum grau de dependência, cujas famílias não consigam prover cuidados em tempo integral, e estabelece três pilares fundamentais: apoiar as famílias cuidadoras, prevenir a institucionalização precoce e promover autonomia, convivência e bem-estar – me permitam, eu conheço alguns Centros-Dia, e eu colocaria aqui: "vírgula, arranjar namorado, namorar e casar". Eu só vou para um Centro-Dia se vocês me garantirem isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante registrar, entretanto, que essa modalidade já possui presença na política pública brasileira. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social informa que o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade do Suas e pode ser ofertado em Centro-Dia, Creas, unidade referenciada ou no domicílio.

Isso coloca diante do Senado uma questão legislativa particularmente relevante: como fazer com que uma oferta já reconhecida administrativamente se converta em uma política suficientemente estruturada, acessível e sustentável em todo o território nacional?

Em análise, deve considerar ainda uma mudança normativa recente e muito importante, que foi a Lei 15.069, de 2024, que instituiu a Política Nacional de Cuidados e reconheceu o cuidado como direito, compreendendo o direito de ser cuidado, de cuidar e autocuidado. Entre esses públicos prioritários estão as pessoas idosas que necessitem de assistência, apoio ou auxílio para realizar atividades básicas e instrumentais da vida diária. A lei também estabelece a atuação integrada das políticas de assistência social, saúde, direitos humanos, trabalho, mobilidade e outras áreas.

Em 2025, essa política foi regulamentada pelo Decreto 12.562, que passou a organizar sua implementação. Essa implementação, porém, demanda uma análise completa. É necessário discutir financiamento continuado, critérios de implantação, distribuição territorial, capacidade instalada, equipes multiprofissionais, acessibilidade, integração entre Suas e SUS, apoio aos cuidadores e mecanismo de monitoramento e avaliação.

O desafio não é escolher entre a família e o Estado, mas, sim, construir uma rede na qual a família não fique sem amparo, a pessoa idosa não seja precocemente institucionalizada por ausência de alternativas e o poder público assuma a parcela de responsabilidade que lhe corresponde.

Esta audiência tem exatamente esta finalidade: ouvir experiências concretas, identificar lacunas, avaliar custos e responsabilidades, e verificar quais aperfeiçoamentos legislativos podem transformar o direito ao cuidado em uma realidade efetivamente acessível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é claro que a pergunta que vai nortear todo o nosso debate é: temos ou não que aprovar esse projeto de lei? Se já temos uma Política Nacional do Cuidado, se já temos outras iniciativas, nós vamos aprovar esse projeto? É necessário esse projeto ou não? O texto apresentado assegura direitos? É o que o segmento realmente quer? É o que o Brasil precisa? Então a audiência vai focar na matéria legislativa.

Que este debate nos permita avançar na construção de uma política de cuidado baseada em evidências, com funcionamento sustentável, cooperação federativa e integração entre assistência social, saúde e direitos humanos. Uma sociedade que vive mais precisa também estar preparada para cuidar melhor.

Nesse sentido, eu convido para estar do meu lado aqui, como convidada que aceitou – e obrigada por estar de forma presencial –, a Ruth Losada de Menezes, Conselheira titular do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado de Goiás.

Obrigada por ter aceitado, Ruth, estar conosco. É uma alegria! (*Palmas.*)

Eu tenho a alegria de convidar o Sergio Gomes, Secretário de Assistência Social de Camboriú, Santa Catarina.

Sergio, obrigada por ter vindo de tão longe para nos ajudar nesta discussão aqui! (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Sergio. É um prazer. Fique aqui do meu lado, no meu lado esquerdo. A esquerda é só o lado, por favor. (*Fora do microfone.*)

Eu convido o meu amigo querido Antonio Costa, ex-Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Este homem me deu um trabalho, este homem me deu... Eu fui Ministra dele. (*Palmas.*)

Ruth, deixa-me te contar uma coisa: lá no ministério, quando a gente ia começar as reuniões, ele chegava... Eu tinha oito secretarias. Ele chegava, mas ele abusava dos direitos: "Eu tenho que falar primeiro, Ministra, eu tenho prioridade". Aí eu também tinha a Secretaria da Criança, que também é prioridade absoluta; e eu tinha a Secretaria dos Direitos da Pessoa com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deficiência, que também é prioridade. Mas esse daqui levantava o dedinho: "Eu preciso falar primeiro". Menina, mas me deu muito trabalho!

O SR. ANTONIO COSTA (*Fora do microfone*.) – Eu ficava sempre por último. (*Risos.*) A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Era a secretaria mais rica também, viu? Ele tinha R$3 milhões por ano para gastar com todos os idosos. E conseguiu gastar tudo, não é? Aquela fortuna.

Eu também chamo para a mesa, com muito carinho, uma pessoa que a gente também já tem um relacionamento, Claudir Maciel, Secretário Municipal da Pessoa Idosa de Balneário Camboriú.

Vem cá, Claudir, senta aqui do nosso lado. (*Palmas.*) Aqui do lado da direita. Se é de Santa Catarina, tem que ficar na direita. (*Pausa.*)

Nós ainda temos à mesa, mas vai fazer a participação por meio de videoconferência, com muita alegria, Eduardo Vieira, Consultor Jurídico, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Goiânia.

Obrigada, Eduardo, por ter aceitado o convite e por estar com a gente.

Está conosco também, em forma de videoconferência, Valéria Maria de Massarani Gonelli – acho que eu acertei, Valéria –, que é Coordenadora-Geral de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Obrigada, Valéria. Já leva um abraço para o nosso Ministro. Obrigada por estar conosco nesta audiência.

Está conosco também a Gilvane Mazza Ribeiro, Diretora de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Resende, Rio de Janeiro.

Obrigada, Gilvane, por estar conosco nesta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observem que nós temos um município de... Nós temos representantes de lugares diferentes do Brasil: do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste. Estão aqui com a gente, né? É uma alegria.

Cada expositor terá dez minutos para a fala inicial. No final, se der tempo, a gente devolve mais três ou quatro minutos para agradecimentos e considerações sinais.

Informo aos senhores que estão chegando perguntas via internet. Nós já recebemos algumas aqui e, ao longo da audiência, a gente vai tentar responder às perguntas que estão chegando via internet.

Vamos começar nossa audiência ouvindo Ruth Losada de Menezes, Conselheira Titular do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado de Goiás.

Inclusive, Ruth, o autor desta audiência é o Senador do seu estado, Vanderlan. Eu o estou representando nesta audiência, porque ele não conseguiu vir. É uma semana extremamente complicada para quem está em campanha – é uma semana de fechamento de atas. Então ele se esforçou ao máximo e, no último instante, disse: "Senadora, cartório, registro de assinaturas... Não estou conseguindo ir". E a gente entende, Senador Vanderlan, isso faz parte do processo democrático. O período eleitoral é um processo democrático, a gente zela por esse período. Então, Senador Vanderlan, espero que eu o represente nesta audiência à altura e da forma como o senhor tinha proposto.

Ruth, dez minutos para a sua fala.

A SRA. RUTH LOSADA DE MENEZES (Para expor.) – Está o.k.

Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Boa tarde, Senadora. Obrigada pelo convite, ao Senador Vanderlan também. Cumprimento todos os membros desta mesa, as autoridades presentes e as pessoas que estão nos assistindo. Quero dizer que é uma honra para mim, como Professora da Universidade Federal de Goiás – sim, de Goiás, do estado do nosso Senador –, vir aqui falar para vocês.

Eu vou ter a projeção na tela? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vir falar para vocês, para pessoas especializadas que estão envolvidas na causa, é um desafio. Mas eu vim falar um pouco, então, para contextualizar essa proposta de projeto de lei, falando sobre envelhecimento, funcionalidade e cuidado. Qual o papel que os Centros-Dia para as pessoas idosas podem desempenhar? São subsídios técnicos. Muitas dessas informações são evidências que eu trago para vocês e que norteiam toda essa temática.

Alguém passa para mim, por favor?

Eu, como professora que sou, não podia deixar de trazer um caso para vocês, para ilustrar todo esse pano de chão que envolve essa proposta. Eu trago uma condição da D. Helena, de 79 anos, que convive com algumas condições crônicas e, progressivamente, começou a apresentar dificuldades para caminhar, preparar suas refeições, sair de casa sozinha, organizar algumas de suas atividades cotidianas, exatamente uma pessoa prevista para ser beneficiada por esse projeto de lei, pelo Centro-Dia. Ela não necessita de internação, não precisa de uma instituição de longa permanência, ela tem uma filha que a apoia nas atividades cotidianas e essa filha é a principal cuidadora. Essa é a realidade brasileira em relação aos cuidados com as pessoas idosas. Essa filha trabalha e se organiza entre os cuidados com a mãe e, aos poucos, passa a reduzir sua jornada de trabalho e reorganizar sua própria vida e a vida de sua mãe em relação aos cuidados. Essa é a realidade atual no Brasil.

Nós sabemos que, com o envelhecimento populacional, a maior carga de doenças concentra-se em doenças cardiovasculares, doenças neurológicas, aquelas que estão em vermelho, laranja, e a D. Helena apresenta hipertensão arterial e diabetes. São cargas de doenças crônicas que muitas vezes levam à incapacidade funcional, que é esse o público do projeto de lei. São pessoas que têm, como a Senadora já comentou, as dificuldades cotidianas nas atividades básicas de vida diária, atividades instrumentais de vida diária e avançadas. Nós sabemos que, com a curva da vida, nós diminuímos nossa capacidade funcional, não apenas por causa das doenças, mas por causa do meio ambiente. E equipamentos como o Centro-Dia podem facilitar a funcionalidade humana; e a sua ausência, a ausência de equipamentos como esse pode servir como barreira à funcionalidade humana.

Próximo, por favor. Pode passar, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dado importante: em anos vividos com a incapacidade, o Brasil ocupa nas Américas o segundo lugar. As pessoas vivem muito mais e estamos em segundo lugar vivendo com incapacidade.

Próximo, por favor.

E, para ilustrar as atividades de vida diária, aí eu trouxe recortes do projeto de lei, e faço o destaque em vermelho: "atendimento diurno de pessoas idosas com algum grau de dependência". A dependência pode ser para as atividades de autocuidado, que são as atividades básicas de vida diária; as atividades instrumentais de vida diária, relacionadas a tarefas no próprio domicílio; e as instrumentais de integração social, as avançadas. Namorar, como a Senadora colocou, em ambientes – trata-se de atividades avançadas de vida diária, porque para isso a pessoa precisa ter convivência, participação social.

Então tudo isso compõe o que nós esperamos: viver mais, viver melhor e exercendo todas essas atividades cotidianas. Fora isso, nós temos limitações e, nós falamos, no Centro-Dia, esse atendimento diurno para pessoas idosas com algum grau de dependência não está claro, mas acredito que seja em algumas dessas tarefas.

Próximo, por favor.

Para termos essa capacidade funcional, essa independência funcional, nós dependemos então... Eu já coloquei aqui sobre o ambiente externo, mas é também sobre o corpo. A Organização Mundial da Saúde estabeleceu um novo termo, que é a "capacidade intrínseca", e elencou seis domínios do corpo da pessoa que são determinantes para a capacidade funcional, que são: vitalidade, capacidade visual, capacidade auditiva, cognitiva, capacidade psicológica e locomotora.

Então, além de proporcionar um envelhecimento bem-sucedido e saudável, e especialmente com olhar específico para essas capacidades, se vocês perceberem, naquele desenho, a capacidade intrínseca é o corpo com essas capacidades preservadas, mas em volta de um ambiente. Quando nós temos uma interação harmoniosa com o ambiente, nós temos a independência funcional, a funcionalidade humana.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui agora eu trago dados, evidências dos últimos estudos que nós temos: 23,2% das pessoas com 50 anos ou mais relatam dificuldade em pelo menos uma atividade de vida diária no Brasil, muito por condições de saúde, pela presença de multimorbidades, que geram essas limitações funcionais e exigem o cuidado da família, do Estado.

Próximo.

Temos que 81,8% desse cuidado é exercido de forma informal, e 72,1% é executado por mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Nós somos boas, né, Doutora? A gente dá conta.

A SRA. RUTH LOSADA DE MENEZES – Somos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Nós damos conta.

A SRA. RUTH LOSADA DE MENEZES – Somos nós. Nós trabalhamos e nós cuidamos, somos mães e cuidamos, exercemos várias tarefas ao mesmo tempo.

Então o cuidado permanece predominantemente familiar, não remunerado e feminino.

Próximo, por favor.

Mais de 90% dessas famílias que convivem com idosos no Brasil assumem esse cuidado. Isso é um estudo feito – eu trago os destaques nos eslaides para vocês –, na perspectiva da atenção, um estudo feito na atenção primária no Brasil.

Próximo.

E 25,8% das cuidadoras familiares precisam abandonar o mercado de trabalho e suspender seus estudos, seu trabalho, por ter que cuidar do seu familiar que é idoso.

Próximo, por favor.

Esse problema não é só brasileiro. No mundo, uma em cada três pessoas necessita de reabilitação. Porque essa dependência que eu tenho citado e deixado grifada em vermelho, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependência... As pessoas com deficiência envelhecem. Todas as pessoas envelhecem, isso não é uma característica de só um grupo. Todas as pessoas envelhecem. Imagina a demanda mundial. O cenário é mundial então.

E eu trago essa...

Pode passar o próximo, por favor.

Eu mostro para vocês essa Aliança Mundial de Reabilitação, porque é um esforço, é um esforço mundial. Eu não sei se vocês já ouviram falar na Década do Envelhecimento Saudável da ONU, que prevê essa dependência funcional, assim como essa Aliança Mundial pela Reabilitação, até 2030. São, reconhecidamente então, problemas mundiais – e aqui não muda.

O Centro-Dia atua em duas frentes – eu vou tentar ser rápida –: ele traz um benefício para o cuidador, como um respiro, e para a pessoa idosa, porque é um local de socialização; é um local que deve garantir a mobilidade. São pessoas com algum tipo de dependência. E aqui na sua fala, Senadora, foi colocada muito bem a articulação entre o SUS e o Suas, porque essas pessoas têm algum nível de dependência. Elas vão passar o dia nestes locais, então deve existir uma harmonia e a presença de uma equipe, especialmente uma equipe de reabilitação, no ambiente do Centro-Dia.

O Centro-Dia, para ser eficaz – próximo, por favor –, necessita ser um Centro-Dia ativo, que proporcione a funcionalidade dessas pessoas nesses lugares.

Próximo, por favor.

Eu vou descontar meu tempo dos "próximos". (*Risos.*)

Próximo – eu já comentei.

Então, no eslaide passado, eu tinha assinalado algumas revisões sistemáticas, revisões de escopo, que comprovam que o Centro-Dia... Fora do Brasil, há estudos que comprovam que ele só vai ser eficaz se tiver a presença da equipe multiprofissional, também colocado pela senhora. Sem a presença da equipe multiprofissional, ele não será resolutivo.

Essa abordagem deve ser intersetorial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Aqui eu trouxe, ilustrando para vocês, que o cenário... Quando a gente traz a proposta do Centro-Dia, de mais um equipamento para garantir a funcionalidade da pessoa idosa, nós estamos alinhados com diretrizes mundiais. O Brasil responde dessa forma a essas diretrizes.

Próximo, por favor.

Aqui, finalizando, eu trouxe os destaques do PL 5.115.

Apoiar famílias cuidadoras: existem evidências científicas de que o uso do serviço reduz o estresse do cuidador comprovadamente, melhora o humor do cuidador e alivia depressões do cuidador familiar. Ali são imagens feitas com inteligência artificial: D. Helena antes do Centro-Dia; D. Helena no Centro-Dia, com a possibilidade de participação social; e, após, a D. Helena em casa, com um convívio saudável junto com a sua filha.

Próximo.

Outro destaque...

Próximo eslaide, por favor.

Outro destaque: prevenir institucionalização precoce. Muito bem colocado. Ele também, comprovadamente, evita – pelo que a participação no Centro-Dia proporciona – uma institucionalização tão precoce da pessoa idosa, uma vez que ali vai ser um ambiente que vai favorecer a funcionalidade dela.

Próximo, por favor.

E promover a autonomia e bem-estar. Aqui não está previsto, não sei de que forma isso vai estar articulado, nós vamos conversar aqui também, mas a necessidade da equipe multiprofissional e de saúde integrada e de reabilitação, para essas pessoas que têm dependência, é extremamente importante, porque elas estarão ali durante o dia.

Próximo.

E aí, a pergunta. Envelhecimento, funcionalidade e cuidado: qual o papel os Centro-Dia podem desempenhar para essas pessoas idosas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Foi o título.

Então, finalizando: que eles não sejam apenas espaços de permanência, mas serviços comunitários de cuidado, participação, apoio às famílias, à rede de apoio. Que eles estejam presentes em todo o território, porque todo o Brasil envelhece, e que promovam a funcionalidade, a autonomia, a participação e a vida em comunidade.

Aqui eu encerro.

Eu não vou encerrar o caso da D. Helena, mas ficou bem ilustrado para vocês que a presença de um Centro-Dia de forma ativa, integrada, com assistência multiprofissional vai mudar a história dela e de tantas outras pessoas no Brasil.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Ruth.

É professora mesmo. Seus eslaides mostram que é professora. Quem fez pedagogia... Eu fui de escola normal, tá? Olha a minha idade! A gente tem matéria só sobre recursos audiovisuais.

Será que ainda existe isso nas faculdades?

E, quando a gente vê um eslaide tão bonito assim, a gente sabe que ali tem a professora cuidando da apresentação.

Parabéns!

Olha, eu quero informar ao Brasil que esses eslaides ficarão à disposição de qualquer cidadão brasileiro.

E vocês viram que os eslaides dela têm informações que dão, cada eslaide, uma aula de mestrado e doutorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, uma grande contribuição que as audiências públicas trazem para o Brasil é isso, é informação. Tem gente que pergunta assim: Senadora, como é que a senhora fala de todos os assuntos no Brasil? A senhora fala da marisqueira, a senhora fala da mulher escalpelada, a senhora fala do Marajó – a senhora é daqui. A senhora conhece a realidade do Rio Grande do Sul.

Faculdade nas audiências públicas.

Então, essas Casas...

É ou não é, Luciana? A Luciana está em todas as audiências.

Esta Casa oferta conhecimento também. Uma audiência como essa aqui, gente, é um debate riquíssimo.

Então, D. Ruth, obrigada, Profa. Ruth, por estar conosco.

Nós vamos fazer assim: nós vamos ouvir dois presenciais e um *online* para a gente não perder as conexões.

Eu vou agora na sequência e aí...

Nós vamos ouvir o Antonio Costa, ex-Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, porque os dois estão trazendo a necessidade do Centro-Dia, e, na sequência, a gente vai ouvir o Ministério da Assistência Social, nós vamos ouvir a Valéria Maria.

Então, a gente vai ouvir duas pessoas que acho que são a favor do projeto, pelo que entendi aqui, e depois a gente vai ouvir a Valéria.

Depois a gente volta para a lista dos presenciais.

Secretário Antonio Costa, é uma alegria tê-lo conosco nesta audiência.

Dez minutos.

O SR. ANTONIO COSTA (Para expor.) – Boa tarde a todos, à Senadora.

Boa tarde a todos da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma alegria estar aqui de volta.

Eu vou mais me ater à parte operacional técnica do projeto, que é o orçamento e as questões de barreiras que, às vezes, impedem a execução de determinados projetos.

Esse projeto traz uma necessidade premente no nosso país. Dos 5.570 municípios, apenas 1.900 e poucos possuem Centros-Dia e a maioria desses centros-dia estão localizados na Região Sudeste do nosso país. Pouco se avança no Nordeste e na Região Centro-Oeste.

Esses centros-dia trazem uma perspectiva de prevenção importante e, muitas vezes, os governos dos estados, dos municípios e o apoio federal na parte de orçamento esquecem que esses equipamentos são equipamentos de prevenção, para um envelhecimento ativo e saudável.

Eu visitei, como Secretário, duas experiências maravilhosas, coincidentemente, em Balneário Camboriú e também – a Região Sudeste hoje é a região que mais desenvolve esses projetos – nós estivemos em Blumenau, visitando esses projetos.

Eu esbarro em duas conexões que gostaria de comentar para dar subsídio a esse projeto.

Primeiro, a média complexidade está direcionada aos Creas. Isso através do piso social básico que é passado fundo a fundo. Nós temos, também, políticas de cuidado.

Então, eu vejo que a forma operacional do orçamento para execução de um projeto dessa natureza é importantíssimo para a prevenção da saúde, que tiraria os idosos dos postos de saúde, das instituições de longa permanência e que poderia dar um contexto. Eu defendo que esse contexto não seja só da média complexidade, mas também de forma ampla, porque tem muitas pessoas idosas que ficam em casa, que não são acometidas de nenhuma enfermidade e que, ao serem levadas a esses centros-dia, poderiam passar o dia de forma maravilhosa, como é em Balneário Camboriú e como é também em Blumenau, as cidades que eu considero modelos nesse sentido.

Agora, a gente esbarra na questão do piso, porque o piso é repassado, na média complexidade, aos Creas e não aos Cras, de forma efetiva, na questão do Centro-Dia. Eu vejo que a maior necessidade seria criar uma alternativa dentro da política de cuidado, com um orçamento próprio que pudesse direcionar a construção, a manutenção e também o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direcionamento, na forma orçamentária, desses projetos, porque, hoje, nós temos apenas 1,9 mil.

E aqui um detalhe importantíssimo: esse Centro-Dia só tem um no país, Sra. Senadora, que traz o cuidado daquilo em que há um avanço permanente no nosso país, que é o Alzheimer. Então, tem que ter um estudo mais completo nesse sentido, porque o Centro-Dia envolve recursos humanos, ele envolve espaços. O Centro-Dia que eu visitei tinha piscina olímpica, tinha hidroginástica, tinha cultura, tinha teatro, tinha dança, e as pessoas precisam viver de forma a ter um envelhecimento ativo e saudável.

Então, esse projeto deveria ser cometido de uma forma mais ampla, parabenizando a iniciativa do autor, mas carece de um estudo melhor na questão orçamentária.

Da última vez que eu estive aqui para discutir as instituições de longa permanência, eu disse que, infelizmente, a Política Nacional da Pessoa Idosa ainda não está, de forma efetiva, Sra. Senadora, no orçamento da nossa União. Quando a gente vai para os municípios, então, não tem nada.

E o que trava, às vezes, são as políticas públicas esquecidas, como é o caso dos fundos municipais e estaduais da pessoa idosa, que simplesmente são desconhecidos nesses municípios e são fontes alternativas de financiamento. Então, eu vejo que a iniciativa é importante, abre-se uma discussão, mas, se não modificar o piso que é repassado fundo a fundo, não se avança, porque o piso não é atualizado, é um piso, ainda, que não carece de cumprimento da demanda do nosso país, dos 5.570 municípios.

E, quando você vai – eu fiz uma pesquisa nesse sentido – para os programas municipais, principalmente nas eleições, de cada 5.570 municípios, você encontra, no máximo, cem Prefeitos que falam da Política Nacional da Pessoa Idosa. Então, a política não alcançou os municípios.

Eu sou municipalista, eu acho que essas coisas só vão ser transformadas e que o idoso vai ter uma política de sustentabilidade quando chegar aos municípios, porque, hoje, a maioria dos municípios é que sustenta a economia com o BPC e com as aposentadorias, em especial quando há crise de desemprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vejo que, também, esse projeto do Centro-Dia irá amenizar as dificuldades dos cuidadores, que, hoje, você não encontra. Quem está cuidando das pessoas idosas são os familiares.

Foi muito bem citado pela Dra. Ruth que pessoas estão saindo dos seus empregos para cuidar. Eu, graças a Deus, casei-me com uma enfermeira, então não tenho preocupação nesse sentido (*Risos.*), mas hoje são as pessoas do próprio lar que estão cuidando dos nossos idosos.

E, quando você leva o idoso, a pessoa idosa para um Centro-Dia, ele tem uma vida melhor. Eu visitei um Centro-Dia que terminava às 6 horas, Senadora, e às 6 horas eles tinham que mandar o pessoal embora para casa. Eles não queriam ir para casa. E, durante a pandemia, o alto índice de violência cometida contra os idosos, a violência doméstica, foi também reduzida pela imposição do Centro-Dia, mas não dessa forma que está colocada, na média complexidade. Tem que ser de forma ampla e tem que ter recursos para dar sustentabilidade na formação de modelos de Centros-Dia: modelo A, com pequena população; modelo B, com média população; e os grandes centros, com populações maiores. E nós não temos esses projetos. São projetos que precisam ser revitalizados, precisam ser criados para dar sustentabilidade ao envelhecimento do povo brasileiro, que é notório.

Então, isso também pode ter uma alternativa nos espaços que estão hoje vazios com CEUs. Muita cidade tem um CEU, mas está vazio. Então, cito não só a construção, mas o aproveitamento dos espaços existentes nos municípios principalmente. Aqui em Brasília mesmo, com tanta quantidade de CEUs, alguns estão ociosos e poderiam ser ocupados por esse Centro-Dia.

Então, eu me preocupo muito com a sustentabilidade e aplicação de projetos. O projeto é muito bom, a iniciativa é boa, mas é aquela história: falta recurso, falta o piso especial para Centro-Dia, porque o piso está defasado. Quando chega ao município, se têm boa vontade os prefeitos, eles aplicam na política da pessoa idosa, mas, se não têm, isso se esvazia no contexto social. E o grande problema que nós vivemos hoje, nos Cras e nos Creas, é o envelhecimento que procura essas entidades, mas que não dão sustentabilidade de uma vida, de uma política saudável. Então, eu vejo que, dentro desse projeto, nós temos que criar alternativas, porque, pelo Cras, eu vejo que há um entrave, porque a média complexidade está no Creas. Então, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ser discutido. Eu vejo também que não há citação de fonte de financiamento. É o que preocupa nos projetos.

Então, esta Casa tem um espaço para discutir e, quem sabe, trazer novas experiências técnicas que possam dar o norte, mas o Governo Federal, ao longo desses anos todos, perde a oportunidade de diminuir os acometimentos que são feitos contra as pessoas idosas, a partir da violência. Hoje, se nós tivéssemos Centros-Dia aplicados, com certeza a redução da violência doméstica seria de 80%. Então, é uma redução de danos, tanto na saúde como também na parte social.

Eu agradeço a oportunidade. Para falar disso, eu precisaria, pelo menos, de um dia, mas tentei resumir o meu pensamento. Estou estudando sobre essa causa, como pessoa idosa, mas eu tenho um envelhecimento ativo e saudável, porque eu tenho uma criança de sete anos que eu tenho que cuidar, que dá muito trabalho.

Obrigado, Senadora. Estou sempre à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Secretário.

O Senador Vanderlan, que é o autor desta audiência, é o Relator da matéria. O projeto de lei nasceu em outubro de 2025, foi distribuído para esta Comissão, e nós designamos o Senador Vanderlan como Relator.

Pela minha experiência, Valéria, nesse projeto, se não tiver vontade política, ainda vão uns cinco anos de discussão, porque, infelizmente, é assim que o Parlamento lida com alguns temas. O estatuto da inclusão, a nossa Lei Brasileira de Inclusão, Luciana, demorou 13 anos tramitando dentro desta Casa. Hoje, a gente aprovou uma matéria de 2019, que é o Estatuto do Aprendiz, e não queriam aprovar hoje – 2019. Então, assim, Valéria, mesmo que o texto não esteja bom, ainda tem muito chão para a gente melhorar.

Nós queremos ouvir Valéria Maria de Massarani Gonelli, Coordenadora-Geral de Média Complexidade do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem-vinda, Valéria.

A SRA. VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas.

Eu tenho uma apresentação aqui, mas não sei se eu vou conseguir compartilhar. Vou pedir ajuda aqui, mas peço que se preserve meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O.k.. Vá tentando. (*Pausa.*)

Ela caiu?

A SRA. VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI (*Por videoconferência.*) – Não. Eu estou aqui, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Estamos te vendo.

A SRA. VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI (*Por videoconferência.*) – Estou encontrando a apresentação. (*Pausa.*)

Estou querendo apresentar rapidinho. Acho que enquanto a gente vai organizando a apresentação... mesmo sem que ela esteja sendo vista, eu queria já iniciar meio que pontuando algumas coisas, falando, assim, que em hipótese alguma a gente é contrária ao Centro-Dia, muito pelo contrário. Nós temos já Centros-Dias instalados.

Eu queria antes fazer algumas distinções dos serviços existentes para pessoas idosas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

Vocês estão vendo a apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Estamos, Valéria.

A SRA. VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI (*Por videoconferência.*) – Só eu não estou aparecendo aqui, mas acho que vocês estão vendo... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é o seguinte: só para fazer um breve esclarecimento, a assistência social, na verdade, a gente... (*Pausa.*)

Eu queria fazer uma distinção, principalmente em cima da fala do Antonio Costa. Ele está chamando Centro-Dia, o Antonio, de centro de convivência, entendeu? Então, a gente tem 550 mil idosos sendo atendidos no Brasil em unidades como essas que você descreveu, que são... eu tinha um senhor lá em São Vicente, no litoral paulista, que chamava de idoso enxuto. Assim como nós, eu, você, a Senadora Damares, nós somos idosos enxutos. (*Risos.*)

Então, os centros de convivência são, às vezes, tímidos em alguns lugares; são unidades que são desenvolvidos no Cras, quando o Cras tem possibilidade. São encontros... esses grupos de idosos se encontram três vezes na semana, às vezes cinco dias na semana.

Eu vivi uma experiência no Município do Estado de São Paulo – e talvez você pudesse ir lá visitar –, em São José dos Campos. Lá eles têm quatro unidades chamadas Casa dos Idosos. São unidades imensas, que atendem mais de dois mil idosos por mês, com tudo o que você pode imaginar: piscina aquecida... É um luxo! Atende muita gente, de todas as classes sociais. Não tem restrição. Foi um município que investiu, já muitos anos atrás, nesse tipo de serviço. Então, é um serviço que se diferencia da unidade Centro-Dia.

Eu queria me até à unidade Centro-Dia, que tem a ver com o que a Ruth colocou, que tem a ver com pessoas com dependência – e me parece que o projeto de lei trabalha nesta direção: são pessoas com algum nível de dependência, com abandono, com dificuldade de cuidados familiares. Então, é nesse contexto que o Centro-Dia atua. O Centro-Dia que nós temos é o regulado, que não difere do que está proposto no projeto de lei. Então, ele é um serviço regulado no Sistema Único de Assistência Social. Até mesmo antes da regulação do SUAS, o Centro-Dia já existia.

Por exemplo, se vocês quiserem conhecer uma experiência... Vocês chamaram Resende, mas, do lado de Resende, tem um Município chamado Volta Redonda, que tem Centro-Dia para idoso desde os anos 80, que acho que é um dos mais antigos do Brasil. Inclusive tem Centro-Dia para idoso com Alzheimer, já com a dependência de Alzheimer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, a gente tem um histórico já de Centro-Dia no país, de funcionamento desse serviço Centro-Dia regulado no Sistema Único da Ação Social, na chamada média complexidade, e que difere do que a gente chama de convivência e fortalecimento de vínculos, que são vinculados aos centros de convivência. Tem centro de convivência de idoso no Brasil que funciona cinco dias na semana, tem centro de convivência de idoso no Brasil que funciona três dias na semana.

Eu, por exemplo, tenho gente da minha família que frequenta centro de convivência e que ganhou uma baita de uma... Vamos dizer assim, é uma pessoa que teve câncer, que teve AVC, que está indo a um serviço de convivência, a um CRAS, em um município pequeno – é uma pessoa que é muito próxima a mim –, e que está com o restabelecimento de vínculos, de amizades, de contatos, de poder passear, de poder ir lá conversar. Isso é extremamente restabelecedor.

Então, deixando claro, esse é o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que é na proteção social básica do SUAS.

Estou trazendo aqui algumas informações sobre o Sistema Único. Aqui tem o artigo da Constituição que fala da assistência social como direito e dever do Estado, estendida a quem dela necessita.

A gente também...

Se eu puder passar eslaide... Acho que é para cá, não é? Não passa. Então deixa, pois não estou conseguindo passar o eslaide, mas aí a gente vai falando.

Então, assim, o Centro-Dia...

Então, pode fechar e eu vou falando sobre o que está colocado.

O Sistema Único da Assistência Social é um sistema já preconizado na Loas, que trabalha na organização da assistência social no Brasil. Então, acho que a maioria das pessoas que estão presentes... Pelo menos o Antonio faz um pouco de confusão do sistema único. O sistema único é vinculado... Ele tem a proteção básica, a proteção especial; ele é um sistema que operacionaliza a assistência social no Brasil. Então, não existe... O recurso transferido não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinculado ao piso de média complexidade. O piso de média complexidade é para o Paefi, que é desenvolvido no Creas. Então, nós temos um outro recurso que vai para a proteção básica, para fazer o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. A grande maioria dos municípios do Brasil recebe esse recurso para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que tem mais pertinência com o que o Antonio colocou.

Para o serviço de Centro-Dia, infelizmente, nós trabalhamos com o Centro-Dia...

Pode ir passando, porque tem dez minutos só. Eu já falei da especial e da básica.

O Centro-Dia é uma unidade municipal. Ele tem uma perspectiva de atender, às vezes, a depender do tamanho e da complexidade, de 30 a 50 pessoas na unidade. Eu trabalhei em um município onde tinha dois Centros-Dia, que atendiam 40 pessoas em cada unidade. Eram pessoas com dificuldades de permanência na família, no sentido de que a família precisava trabalhar, precisava desenvolver atividades, e a pessoa já tinha nível de dependência. Então, esses Centros-Dia atendiam essas pessoas. Aliás, em um deles, a quase totalidade das pessoas que eram atendidas nesse Centro-Dia eram deficientes também, eram cadeirantes, porque já tinham perdido bastante a mobilidade.

Então, tem crescido muito no Brasil esse tipo de demanda, e, inclusive, a gente tem apoiado os estados nessa perspectiva da abordagem do Centro-Dia. E aí eu estou falando... Já vou concluir. Eu estou fechando aqui a lógica do Centro-Dia muito vinculada ao que a Ruth já colocou. O Centro-Dia, vamos dizer assim, é um serviço, é uma unidade que oferece um serviço para a população, tanto para a pessoa com deficiência como para a pessoa idosa. Nós temos hoje no Brasil cerca de quase 200 Centros-Dia instalados, uma parte grande para pessoas com deficiência. Para idosos nós temos cerca de 100, e há uma parte maior para a pessoas com deficiência.

Tem um certo número de Centros-Dia no Brasil que recebem com financiamento federal, que foi uma experiência que a gente iniciou no Plano Viver Sem Limite, lá em 2012, 2013. Infelizmente, de lá para cá, nós não tivemos mais nenhuma ampliação de recursos para a política de assistência social. Nós só tivemos recursos suficientes para cobrir o que tem hoje até 2014. De 2014 para cá, a gente vive, inclusive, com lutas mensais ou trimestrais para recompor orçamento, para pagar parte, mas ainda tem 30% faltando para cumprir o que era de 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, particularmente, eu acho que, em termos legislativos, nós já temos o suficiente de legislação, tanto na LOA como na derivação dos serviços da tipificação, ou seja, esse serviço já é plenamente tipificado, já está organizado há muito tempo no Brasil, e também na lei nacional de inclusão. Então, acho que nós temos já essas questões colocadas, também no campo da lei do Estatuto do Idoso. Vamos dizer assim, em termos de legislação, não nos falta para implementar esse serviço; o que nós precisamos é de recurso.

E, aí, eu faço o apelo, porque nós estamos aqui falando para o Senado, e exatamente está parada aí no Senado, há uns dois meses, basicamente, a Emenda 7, a PEC, a Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2026, que garante 1%, de cada nível de governo, seja da União, seja do estado, seja dos municípios, da receita – líquida total? Não vou saber dizer agora, mas é da receita federal, estadual e municipal – para os serviços da assistência social.

Então, evidentemente, se o Senado aprovar essa PEC, nós teremos condições absolutas, independentemente de mais legislação ou não, de implementar, ou seja, o sistema único tem condição absoluta de implementar esses serviços em todos os lugares em que se fizer necessário, em termos de construir essa possibilidade de ser um serviço completo na garantia do cuidado da pessoa idosa, porque ele cuida do idoso, ele cuida da família e ele cuida do cuidador, porque o cuidador está na família, mas tem uma carga, tem uma peculiaridade, então é um serviço bastante completo.

A gente tem mais um serviço para idosos, nessa linha também dos cuidados, que é no domicílio. Tem algumas experiências no Brasil, uma bem grande na cidade de Belo Horizonte; em Nova Lima tem também, em Belo Horizonte – é um município da região metropolitana. Vou citar esses dois porque a gente fez oficinas com esses tipos, para divulgar para o Brasil e para mostrar possibilidades de desenvolver também essa outra possibilidade de cuidados no domicílio, que também envolve esse serviço.

Volto a falar na unidade Centro-Dia. Ele tem um cuidado um pouco mais, vamos dizer, completo e mais integral do que às vezes no domicílio, mas no domicílio também tem experiências muito, muitíssimo interessantes. A de Nova Lima eu também convido vocês a irem lá, a marcar, agendar e visitar o atendimento em domicílio de Nova Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, já passou meu tempo – desculpe aí –, mas a gente está aqui para novas colocações e novos esclarecimentos

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O.k., Valéria. Muito obrigada, Coordenadora.

Ela é Coordenadora do Ministério da Assistência Social. É a Coordenadora-Geral de Média Complexidade.

A gente já teve três exposições: a Ruth se manifestou favoravelmente ao projeto de lei; o Secretário Antonio, favorável com modificações no texto; e, pelo que entendi, Valéria se manifesta contrariamente ao texto, uma vez que já tem legislação que pode assegurar o serviço.

Na sequência, nós vamos ouvir Eduardo Vieira, Consultor Jurídico, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Goiânia.

Eduardo, para a gente não perder a conexão, eu estou falando já com quem está *online*, porque os que estão aqui eu sei que estão aqui pertinho; quanto aos que estão longe, eu tenho muito medo de cair a conexão.

Vamos ouvi-lo por dez minutos, Eduardo. E obrigada por estar conosco na audiência.

E eu fico muito feliz que o Senador Vanderlan tenha trazido para este debate a Apae, porque como fica o idoso com síndrome de Down? Com todas essas iniciativas no Brasil que querem acabar com as escolas especiais, como fica esse idoso? Como fica num Centro-Dia o cuidado para esse idoso com deficiência, com síndrome de Down; para um idoso que hoje é a criança público da Apae?

Eduardo, nós estamos ansiosos para ouvi-lo. Dez minutos.

O SR. EDUARDO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Exma. Sra. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do nosso Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Exmo. Sr. Senador Vanderlan Cardoso, aqui do meu estado, que por hora não está conosco, mas está muito bem representado e é o Relator dessa matéria; a Senadora Damares, que, além de presidir a sessão, é subscritora do requerimento que motivou esta audiência; e cumprimento também o Exmo. Sr. Flávio Bolsonaro, autor do projeto; as senhoras e os senhores expositores, os Senadores presentes e o público que também faz parte desta sessão tão importante do nosso Senado Federal.

Senadora Damares, de fato este é um momento muito oportuno para a gente ampliar as perspectivas do PL, e fico lisonjeado com a fala da senhora em relação à nossa Rede Apae no Brasil, porque eu sei que a senhora é uma apaeana e esteve conosco, com Flávio Arns e muitos outros Senadores, na luta por um apoio às nossas APAEs do Brasil.

Eu milito no movimento há mais de 20 anos, apesar de jovem, e tenho uma pessoa com deficiência na família, meu tio, que está com 65 anos de idade. Vocês imaginam, 60 anos atrás, no interior de Goiás, o que tínhamos para pessoa com síndrome de Down ou com algum tipo de deficiência. Os desafios eram muito maiores.

Vou dispensar minha apresentação, porque a senhora já o fez.

Eu falo aqui, então, em nome de uma rede que não discute o Centro-Dia em tese. Nós operamos todos os dias o Centro-Dia, e isso há décadas, há mais de 70 anos no país, obviamente que, muitas das vezes, não com essa nomenclatura, que é mais próxima de nós, não é tão remota, mas é um serviço desse de acolhimento.

Agradeço o convite e buscarei ser breve e objetivo na minha fala.

Senadora, eu trago três blocos: por que esse projeto é necessário; em que ele acerta; e trago quatro pontos de aperfeiçoamento técnico, que a rede socioassistencial submete, respeitosamente, à sua relatoria e aos demais Senadores.

O problema real que a gente precisa identificar aqui no tema em debate é que o Brasil envelheceu antes de organizar a rede de cuidado. Este é um fato: a realidade social. E, antes de entrar nesse ponto, eu peço licença só para compartilhar alguns dados institucionais, até para ficar mais claro o nosso lugar aqui de fala, a nossa pequena experiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos 148 centros de convivência na Rede Apae Brasil. Nós atendemos, temos disponibilizadas 14.759 vagas. Nós temos 1.195 Centros-Dia, Senadora. Hoje, a Rede Apae no Brasil representa, na parceria com o ministério, a maior rede de ofertas de Centros-Dia do país. São 130.684 pessoas atendidas, e nós temos hoje 67 unidades de acolhimento, garantindo 742 vagas.

Não vou entrar em outros detalhes da nossa rede, porque são mais de 1.250 escolas no país, e, enfim, na área educacional, também na área da saúde, são milhões de atendimentos realizados mês a mês. Os números são conhecidos em relação ao envelhecimento no Brasil, mas vale a gente repetir alguns deles aqui, porque explicam a urgência da discussão dessa matéria.

O Censo Demográfico de 2022 registrou 32,1 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. Isso representa cerca de 15,8% da população brasileira, um crescimento de 56% apenas em 12 anos, nos últimos 12 anos. A Pnad Contínua, de 2024 para cá, já aponta um acréscimo; esse percentual iria para 16,1%. E as projeções do IBGE indicam que até 2070, Senadora, quase quatro em cada dez brasileiros serão pessoas idosas. Então, vejamos a pertinência e a importância do tema.

Mas o dado que verdadeiramente interessa aqui a esta Comissão não é o envelhecimento. Que fique claro: na nossa singela compreensão, Senadora Damares, demais Senadores, o que nos interessa aqui é a dependência, porque envelhecer não é um problema social; envelhecer é um fato natural da vida. O problema é envelhecer sem suporte; aí, sim, é um problema social.

Aqui eu trago o recorte da rede que represento, e é esse recorte que raramente aparece nesse debate: além do envelhecimento da população, o Brasil vive dois fenômenos silenciosos, e vamos dizer, simultâneos.

O primeiro é o envelhecimento da pessoa com deficiência. Na deficiência intelectual, sobretudo, como a senhora acabou de citar a síndrome de Down, o envelhecimento é precoce. Os sinais de declínio funcional e cognitivo para a pessoa com deficiência – e eu tenho isso na minha família; estou falando, vamos dizer, de cátedra –, já aparecem, com frequência, a partir dos 40 anos ou 45 anos de idade. Se a gente faz um corte para 60 anos, esse público já estaria fora da política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo que eu trago é o envelhecimento do cuidador. Nas nossas APAEs no Brasil hoje, a cena mais comum que a gente tem não é a de um idoso sozinho; é a de uma mãe de 78 anos ou mais cuidando de um filho de 52 anos com deficiência ou mais. Então, são duas pessoas em situação de dependência, sob o mesmo teto, sustentadas por um trabalho de cuidado que é majoritariamente feminino, integralmente gratuito e socialmente invisível. É quase que uma tragédia social silenciosa acontecendo a cada segundo no nosso país, Senadora Damares! E quando essa cuidadora adoece? O sistema não oferece resposta intermediária. Só resta a institucionalização tardia, cara e traumática.

O Centro-Dia, então, é exatamente a resposta intermediária que hoje falta ao Brasil! Esse projeto de tirar o Centro-Dia de política de Governo e trazer para política de Estado é algo urgente.

O PL 5.115, sobre o qual nós estamos aqui nos debruçando, acerta ao conferir *status* legal a um serviço que hoje existe apenas como norma administrativa. O Centro-Dia está tipificado na Resolução do CNAS 109, que é de 2009, e foi objeto também da Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 7, de 2013, e da Resolução CIT/CNAS 4, de 2017. Nós já conhecemos bem essa estrutura, que obviamente é uma estrutura de uma política um tanto quanto precária, tanto o que significa a estruturação, como o cofinanciamento federal.

A resolução se altera com resolução. Numa canetada, muda tudo na política de governo; lei, não. Então, levar o Centro-Dia à Loas e ao Estatuto da Pessoa Idosa é dar estabilidade jurídica e previsibilidade orçamentária a quem hoje planeja praticamente no escuro. A política da assistência hoje é o primo pobre da nossa sociedade. A gente sabe disso, infelizmente. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que eu trago, de acerto do projeto, é que o projeto acerta ao escrever, no art. 37 do estatuto, a modalidade de Centro-Dia como forma de assistência integral – isso precisa ser dito e visto, enxergado –, obviamente dialogando com o art. 3º, §1º, inciso V do próprio estatuto. O que é que isso significa? Porque é aí que se impõe a prioridade do atendimento familiar sobre o asilar. Se a gente consegue atender esse público no ambiente familiar, isso é muito mais produtivo, saudável, muito mais digno do que o próprio abrigo, e dialoga com o art. 230 da nossa Constituição Federal. Segundo ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro ponto de acerto que eu trago aqui, do projeto, é que ele chega no momento certo. Nós temos hoje a Lei 15.069, de 2024, que instituiu a Política Nacional de Cuidados, e nós temos também o Decreto 12.562, agora, fresquinho, de 2025, que instituiu o Plano Nacional de Cuidados, mas a política e o plano são arquiteturas. Faltava o quê? O equipamento concreto. E qual é o tijolo, o equipamento concreto disso? É o Centro-Dia! Sem ele, o direito ao cuidado permanece uma declaração de intenções.

Então vejamos: feitos esses elogios aqui, os três elogios, eu preciso trazer algumas questões técnicas rápidas nestes 60 segundos. Peço talvez até a paciência das senhoras e dos senhores, mas tem alguns, quatro pontos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Fique à vontade, Eduardo.

O SR. EDUARDO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Tem quatro pontos aqui, importantes, a serem corrigidos, tecnicamente falando, aperfeiçoados, na nossa modesta e singela compreensão.

O primeiro deles: corrigir a localização do serviço dentro dos Suas. O Centro-Dia não é do Cras, Senadora. Esse é um dos pontos mais importantes aqui da minha fala. O projeto propõe instituir Centro-Dia junto ao Cras, inserindo um parágrafo no art. 6º-D da Loas.

Há dois problemas nisso aí. O menor é de técnica legislativa. Isso aí a gente vê a todo momento na legislação, que é pródiga no nosso país. Isso não causaria um trauma social tão efetivo, mas há um outro problema, que seria a norma ofertar algo em desacordo com a própria política. Então, o maior problema é conceitual: o Cras é unidade de proteção social básica, ou seja, prevenção, convivência, fortalecimento de vínculos; já o atendimento à pessoa idosa em situação de dependência, com cuidados pessoais ou apoio do cuidador, é proteção social especial, de média complexidade, referenciada também ao Creas, e não ao Cras.

Assim, a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, no cofinanciamento federal vigente, cujo Piso Fixo de Média Complexidade custeia o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, é, preferencialmente, no Creas; não é no Cras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há um problema aqui técnico, topográfico, vamos assim dizer: se a lei disser que é junto ao Cras, nós criaremos, Senadora Damares, um conflito entre a lei e toda a normativa de financiamento do Suas. Na ponta, o que isso significa? Vai confundir totalmente o gestor do município, reclassificar unidades, há a questão da convivência, e, no limite maior, significa perder cofinanciamento. O município pequeno não vai sobreviver a essa ambiguidade, esse é um fato.

Sugestão: substituir "junto ao Cras" por "em unidades especializadas referenciadas ao Creas, governamentais ou não governamentais". Até porque quem faz a política de assistência lá na ponta e o atendimento efetivo são as instituições, o poder público não tem essa capilaridade.

Enfim, uma primeira sugestão.

Uma segunda sugestão, Senadora, é reconhecer expressamente a rede socioassistencial não governamental na norma.

O próprio art. 6º-C da Loas já afirma que as proteções são ofertadas nas unidades públicas e pelas entidades sem fins lucrativos de que trata, obviamente, o próprio art. 3º da mesma lei. O texto do projeto, contudo, sugere oferta exclusivamente estatal. Isso não corresponde à realidade brasileira! Parcela expressiva da capacidade instalada de Centro-Dia no país... Acabei de falar na Rede Apae, são mais de 15 mil vagas ofertadas só na Rede Apae no Brasil. Quer dizer, vamos sugerir... Eu estou em Goiás, mas o Estado de Minas Gerais registrou, no Censo Suas, 366 unidades Centro-Dia ou similares. Então, o que isso significa? Em Goiás, na Rede Apae, nós estamos com 71 APAEs em dezenas de municípios. Toda a estrutura física, a equipe técnica multiprofissional e décadas de metodologia acumulada seriam desconsideradas, no texto do PL aqui.

Então a sugestão é menção expressa às entidades do art. 3º do Loas, inscritas na forma do art. 9º.

Terceira sugestão...

Senadora, eu não quero ser inconveniente, eu posso seguir ou preciso parar por aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eduardo, como a assessoria do Vanderlan está acompanhando, o gabinete está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhando e suas contribuições com certeza serão acolhidas pelo relatório, pode terminar, tá? Pode terminar, continua.

O SR. EDUARDO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Agradeço a deferência.

Terceira contribuição – só tenho mais duas –: corrigir o instrumento de financiamento.

O PL está falando em convênio, isso é um anacronismo. Não é uma crítica vazia, porque a norma vai se aperfeiçoando, a gente precisa se adequar a isso, e é importante.

Então, o §2º do inciso I remete o custeio à adesão a convênio, certo? Com todo o respeito, esse instrumento já não é o adequado em nenhuma das duas hipóteses possíveis, ou seja, entre os entes federados, o Suas abandonou o convênio há mais de uma década. O cofinanciamento hoje se dá por transferências regulares e automáticas fundo a fundo – acho que foi até dito pelo colega aqui anteriormente. Na forma da Loas, então, com a redação da 12.435, de 2011, o mais adequado é mediante pactuação na Comissão Intergestores Tripartite e deliberação do Conselho Nacional de Assistência Social.

Então, esse é um ponto.

Com relação às organizações da sociedade civil, o convênio foi substituído pelos termos de fomento, termos de colaboração, acordo de cooperação, o que está lá na Lei 13.019, que é o marco regulatório do terceiro setor. Diga-se de passagem, eu representei o movimento apaeano na época das discussões. Nós ajudamos a construir a Lei 13.019: ficamos um ano e meio nos reunindo aí no Palácio do Planalto, em Governo anterior, junto com os ministérios, e nós representávamos a sociedade civil organizada. E conseguimos trazer à luz a oportunidade para que o Congresso trouxesse à luz a Lei 13.019.

Então, o termo "convênio", na nossa pequena compreensão do tema, é impróprio. A redação que remete ao cofinanciamento fundo a fundo é mais adequada – pactuado via CIT e deliberação do conselho –, e também é admitida a execução em parcerias, e não convênios, com as instituições sem fins lucrativos, nos termos da 13.019.

A última contribuição, Senadora, é dar eficácia real ao verbo "determinar". O projeto estabelece "determinar a instalação", mas a norma que obriga "sem financiar" não se cumpre, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente sabe disso. Infelizmente, vai virar letra morta ou, se não vira letra morta, vai virar instrumento para que o Ministério Público, lá na ponta, pegue o gestor lá no município, ajuíze, judicialize a questão, e vira aquele drama, né? Tem que fazer porque está na lei; o Prefeito, o Chefe do Executivo fala que não tem o recurso, e aí vira aquele drama na gestão pública, principalmente nos mais de 5 mil municípios do nosso país, em especial nos menores municípios, né?

Então, a sugestão seria uma cláusula de implantação progressiva, com critérios de partilha e elegibilidade pactuados na CIT, priorizando municípios com maior taxa de envelhecimento – dá para se fazer esse estudo – e maior número de beneficiários do BPC, porque identifica a parcela da sociedade em estado já de vulnerabilidade social, e vinculando a expansão à previsão no PPA e na própria LOA. Quer dizer, seria uma harmonia entre os arts. 16 e 17 da própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, duas sugestões de conteúdo. Eu não vou entrar nessa questão, né?

Eu só vou encerrar dizendo às senhoras e aos senhores – encerro por aqui – uma frase que ouço com frequência, Senadora, nas nossas Apaes, nas mais de 2.371 Apaes no Brasil, que hoje atendem cerca de 1,6 milhão de pessoas com deficiência no nosso país. O que a gente ouve, principalmente das mães que já passaram dos 80 anos? Elas dizem assim: "Eu só peço a Deus para morrer um dia depois do meu filho". Nenhuma família deveria precisar fazer esse pedido. Permitir que essa mãe envelheça sem esse medo é precisamente a função de um Centro-Dia, né? Não se trata de escolher entre família e Estado, trata-se de o Estado não deixar a família sozinha.

Essa é a nossa singela contribuição, das Apaes do Brasil. Deixamos aqui o nosso abraço e parabenizamos a todos por essa iniciativa, por esse PL, que, com certeza, vai dar muitos bons frutos no nosso país.

Obrigado, Senadora. Receba o nosso abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Eduardo. Obrigada pela sua fala, sua rica contribuição. Que Deus abençoe vocês aí no trabalho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós agora temos três manifestações favoráveis ao projeto, com modificações no texto.

Eu quero informar que esta audiência também está sendo acompanhada pelos técnicos do Senado, assessoria legislativa, consultores jurídicos e legislativos do Senador, para a construção do relatório dele.

O Eduardo disse uma coisa muito importante. A gente tem a experiência e a gente concorda com a Secretária Valéria, mas a gente quer transformar essa experiência, que são ações de governos, em uma política de Estado. Tem gente que pergunta: há necessidade?

Só hoje, Valéria, nós aprovamos aqui no Senado três projetos de lei. Um instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette; o outro, a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a Linfangioleiomiomatose (LAM) – políticas diferentes, foram projetos de lei diferentes –; e também aprovamos hoje uma política nacional sobre adenomiose. Nós já temos da endometriose, mas precisava criar outra? Os segmentos entendem que, se tiver uma lei, obriga o Governo a cumprir a política. Então, é para ter a garantia da sustentabilidade e continuidade das políticas, das ações.

Acho que foi muito pensando nisso que o autor do projeto, que é o Senador Flávio Bolsonaro, apresenta o projeto, mas, é claro, a gente já viu aqui inúmeras contribuições para aperfeiçoamento do texto. Eu não estou antecipando o meu voto; eu só estou manifestando que é possível a gente aprovar um projeto de lei específico de uma política pública.

Agora, nós vamos ouvir três experiências exitosas.

Nós vamos começar ouvindo o Secretário de Assistência Social de Camboriú. Olhem, prestem atenção: aqui está Camboriú e aqui está Balneário Camboriú...

O SR. SERGIO GOMES (*Fora do microfone*.) – Ao contrário!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ah! Aqui está Camboriú e ali está Balneário Camboriú. São duas cidades vizinhas, lindas, incríveis, sou apaixonada pelas duas cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir a experiência, vamos começar por Camboriú: nós temos a alegria de receber agora o Sergio Gomes, Secretário de Assistência Social de Camboriú.

O SR. SERGIO GOMES (Para expor.) – Boa tarde, Senadora; boa tarde a todos. Muito obrigado pelo convite e por se lembrar da nossa cidade. Trago aqui um abraço do nosso Prefeito, que já foi também Senador da República, Leonel Pavan.

Estamos aqui para falar que Camboriú tem um carinho diferente com os idosos. Apesar de ser uma cidade financeiramente de recursos muito limitados... Diferentemente do meu colega Claudir, que é de Balneário de Camboriú, que nada em dinheiro, nós temos recursos bastante limitados, mas somos muito sensíveis à causa da pessoa idosa e implantamos e inauguramos, no início deste ano, em abril, o primeiro Centro-Dia voltado à pessoa idosa.

Eu trouxe aqui apenas, Senadora, o vídeo do Centro-Dia da pessoa idosa. Ele não abrange o serviço por fortalecimento de vínculos, que aí, sim, é feito nos Cras, porque lá temos os bailes, os bingos, a política de convivência da pessoa idosa. No nosso Centro-Dia nós temos uma espécie de... Eu vou falar o termo "creche da pessoa idosa", mas não é apenas isso: é aonde o idoso vai, passa o dia, é atendido por uma equipe multidisciplinar, composta por educador social, psicólogo, assistente social, profissional de educação física ou fisioterapeuta, advogado... Então, ele passa um dia diferente e, se necessário for, ele tem um encaminhamento para a secretaria de saúde – encaminhamento e acompanhamento.

Então, nós temos uma política diferenciada entre Cras e Creas. O projeto de lei... Realmente, concordo com todos que me antecederam. O Centro-Dia tem que ser vinculado aos Creas, e não aos Cras.

Eu vou pedir a gentileza de passar o vídeo, por favor, só para mostrar o nosso equipamento.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ANTONIO COSTA (*Fora do microfone.*) – Muito bem, parabéns!

O SR. SERGIO GOMES – Então, nós inauguramos esse equipamento no aniversário do município, em abril, destinado a cuidar de quem cuidou da cidade. É uma política prática, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancada, é custeada totalmente com recurso próprio. Então, realmente, se fosse pegar 1% – que é a proposta agora da alteração constitucional do Suas –, no nosso município seria R$4,5 milhões por ano. Hoje nós já investimos R$21 milhões na assistência social, então investimos cinco vezes mais do que se fosse somente 1%. É um valor bastante irrisório para a política de assistência social. E somente o gestor que tem o lado voltado para o social investe no social, o que, graças a Deus, é o nosso caso em Camboriú.

Então, o nosso fluxo de atendimento em Camboriú: temos um ônibus que vai à casa dos idosos, busca, eles recebem o café da manhã, o almoço, o lanche da tarde, e depois esse ônibus leva os idosos de volta aos seus lares. Isso é feito atualmente três vezes por semana; a ideia é ampliar para os cinco dias. E também vamos colocar algumas quadras de esporte, para que o idoso que tenha condição de praticar esporte se exercite, passe o dia, também leve o seu neto e interaja junto com pessoas de outras idades.

Eu quero aproveitar aqui, Senadora, e responder a uma pergunta. Posso?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Pode!

O SR. SERGIO GOMES – Da Lenin, do Espírito Santo. A pergunta é: "Como deve ser [feita] a equipe multiprofissional [nos Centros-Dia]?".

Como que nós fizemos? Nós fizemos um processo seletivo para o Creas, e lá colocamos educador social, psicólogo, assistente social, advogado. Essa equipe está hoje dentro do Centro-Dia com uma política de Creas, com processo seletivo. Foi assim que nós encontramos uma forma legal de equipar o Centro-Dia da pessoa idosa de Camboriú.

E, é claro, nós não abandonamos o serviço de convivência. Lá nós temos o local do baile, o local para namorar, Senadora. (*Risos.*) É vinculado aos Cras e acontece em outro equipamento, chamado Múltiplo Uso. Então nós temos as duas políticas públicas voltadas à pessoa idosa na cidade de Camboriú.

Eu não quero me estender com relação a esse... é redundante. Eu acho que todos os meus colegas que me antecederam falaram com muita propriedade com relação à unanimidade de que a política é do Creas. Concordo completamente com todos. Acho que foi apenas um erro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativo, tranquilamente fácil de corrigir. Não vejo necessidade de se alongar sobre isso, já que é unânime a correção.

Então, Camboriú tem isso. Nós temos esse Centro-Dia já em funcionamento. E concordamos que temos que ter uma legislação federal que dê um norte para que todos os municípios adotem essa política para essas pessoas.

E precisamos muito de orçamento. Precisamos que a União olhe para isso, porque tem municípios em que, se o gestor não tiver esse *feeling*, essa sensibilidade, não tem como implantar.

Então, precisamos adotar isso como política de Estado em cada município e com o carinho do Governo Federal, para aportar um dinheirinho lá, porque os idosos merecem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Secretário.

Eu só acho injusto o senhor vir trazer essas imagens porque, agora, eu vou perder assessor. Vai todo mundo querer ir morar em Camboriú, envelhecer em Camboriú.

O SR. SERGIO GOMES – Quero convidar a senhora para conhecer lá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Parabéns pelo trabalho.

Secretário, o senhor falou que o seu Prefeito investe em assistência social, mas eu lhe garanto que não é a realidade de todo o país. Por isso que a gente precisa da PEC, para fazer essa obrigatoriedade.

Inclusive, Valéria, eu estou lutando para ser a Relatora dessa PEC. Eu até falei com o Senador Davi: se o senhor me nomear de manhã, de tarde eu já entrego o voto.

Vamos fazer isso logo, porque a gente precisa. A gente precisa disso.

Então, parabéns à Prefeitura de Camboriú.

Daqui a pouco a gente vai conhecer a experiência de Balneário, mas a gente vai para o Rio de Janeiro agora para não perder a conexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir, agora, a Gilvane Mazza Ribeiro, Diretora de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Resende, Rio de Janeiro.

Gilvane, obrigada por estar conosco. Estamos ansiosos para te ouvir. (*Pausa.*)

Não estamos te ouvindo.

Tem uma mensagem dela no *chat*: com problema no áudio.

Ainda não estamos... Tenta de novo, Gilvane.

Ai, que pena. (*Pausa.*)

Gilvane, está me ouvindo? Tenta você habilitar o seu áudio aí, porque, para nós, dá a informação de que você não habilitou. Tenta.

A SRA. GILVANE MAZZA RIBEIRO (*Por videoconferência.*) – Eu vou... Eu estou indo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Pronto, conseguiu. Conseguiu, pronto.

A SRA. GILVANE MAZZA RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Olha, é uma honra e uma responsabilidade muito grande participar desta audiência pública, representando o Município de Resende.

Dizer para vocês... Espera aí só um minutinho. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Enquanto a Gilvane volta, nós estamos com... Gilvane voltou. Pronto, Gilvane.

A SRA. GILVANE MAZZA RIBEIRO (*Por videoconferência.*) – Vou colocar o carregador aqui.

Bom, quero dizer para vocês que é uma honra muito grande estar participando desta audiência pública na defesa de um serviço que é fundamental para atender a população idosa do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma apresentação. Não sei se vocês conseguiram localizar aí a minha apresentação. (*Pausa.*)

Boa tarde?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Nós já estamos colocando a sua apresentação.

Pronto. Está na tela já.

A SRA. GILVANE MAZZA RIBEIRO (*Por videoconferência.*) – Então, como a Profa. Ruth, eu também sou professora, tentei fazer uma apresentação acadêmica. Mas, diante de tantas falas, eu vou ser mais rápida nessa apresentação dos eslaides, porque eu tive o privilégio de inaugurar o primeiro Centro-Dia da pessoa idosa em Resende, em 27 de março de 2024.

Primeiro eslaide.

Pode passar para mim dois eslaides, por favor?

Mais um.

Este primeiro eslaide – os dados já foram apresentados aí, inclusive aqui teve a digitação errada – fala de envelhecimento, de a população envelhecer.

Aí eu trago uma questão que é muito importante para a gente analisar, agora já pensando como pesquisadora. A gente vive um processo de envelhecimento, e esse envelhecimento não é ainda... Existe um mito muito grande na população com relação ao envelhecer. Por quê? Quando você pergunta para as pessoas sobre envelhecimento, ninguém quer envelhecer, porque existe a ideia de que o envelhecimento está associado à finitude e à doença. Então, se a gente pensa em serviços como o Centro-Dia, que vão ofertar dignidade e cuidado, a gente está pensando em assegurar um envelhecimento mais saudável.

Outro dado muito importante que a gente tem que considerar é que a gente vive no Brasil um cenário de envelhecimento desigual. Por que o envelhecimento desigual? Porque o envelhecimento na população de classe média é diferente do envelhecimento da população pobre, que é o público que a gente atende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí pode passar para mim mais dois eslaides.

Esses eslaides vão falar o que vocês já falaram aí, que a gente tem um processo de garantia de entendimento do idoso, da questão da população idosa a partir da Constituição de 1988. Antes disso, não se pensava política para atendimento à pessoa idosa. Então a gente começa a engatinhar, a pensar nesse idoso como um cidadão que merece o atendimento, merece a atenção e merece o cuidado.

Aí a gente tem alguns ganhos nesse processo com relação a algumas legislações.

Pode passar.

Aí a gente tem, na Constituição também, a assistência social, quando ela vai assegurar a proteção à velhice e também, no inciso V, a garantia de um salário mínimo, que é através do BPC/Loas.

No próximo eslaide, a gente vai falar um pouquinho do conceito de Centro-Dia, do que é o Centro-Dia, onde ele está previsto – tanto na política nacional quanto no Estatuto da Pessoa Idosa – e para quem ele se destina.

Como o Eduardo e a Profa. Valéria falaram muito de centros-dia de uma forma geral, eu entendo que, aqui neste PL, a gente está defendendo um Centro-Dia especificamente para a pessoa idosa.

Por quê? Porque a gente, com esse processo de envelhecimento, percebe que essas pessoas – aí agora eu vou falar da minha experiência como Coordenadora e Assistente Social no Centro-Dia – são pessoas que vivem a questão do abandono, da negligência, da falta de cuidado, do cansaço do cuidador e da falta de condições de trabalho desse cuidador.

Então, de fato, o Centro-Dia para a Pessoa Idosa é uma política, é uma realidade que está posta. Não existe como a gente pensar um município hoje em que a gente não consiga ofertar um serviço que vá garantir o cuidado deles pelo menos durante um período do dia em que a família vai poder também cuidar e trabalhar.

Pode passar outro eslaide

Pode passar o próximo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O eslaide anterior fala o que é o Centro-Dia.

Este eslaide agora que vocês estão vendo vai mostrar quais são os objetivos principais desse Centro-Dia. Ele vai prevenir situação de risco, vai evitar o isolamento social, reduzir o número de internações, fortalecer os vínculos familiares, através de orientação às famílias, compartilhar com as famílias a produção do cuidado, incentivar e promover a participação da família.

E qual é a nossa realidade aqui em Resende? Como a gente trabalha?

A gente tem, hoje, uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogos, um educador físico, uma fisioterapeuta, que fazem atividades durante todo o dia com esses idosos.

Quando a gente fala de evitar o isolamento, de reduzir o número de internações e do fortalecimento dos vínculos, a gente vai falar de um trabalho intersetorial.

Dentro dos Suas, o Centro-Dia previsto dentro da assistência social não tem uma participação ativa da saúde. Ele não é da política de saúde, ele é da política de assistência, mas ele tem uma interlocução com as demais políticas públicas. Por isso a intersetorialidade vai ser fundamental.

Como o próprio Eduardo falou, ele é um processo desenvolvido para manter uma ampla articulação com a rede socioassistencial, o que é fundamental, viu, Eduardo?

Essa rede faz parte, está dentro do nosso território, e a gente precisa dela, com as outras políticas setoriais.

Essas parcerias e essas instituições nos permitem trazer para dentro do Centro-Dia atividades que vão cuidar e valorizar os nossos idosos, essas pessoas idosas como também os cuidadores que atuam lá.

A gente hoje tem vários cuidadores que trabalham também, que compõem essa equipe.

Pode passar o próximo eslaide.

Eu fiquei tão empolgada e tão feliz por participar desta audiência pública que, conforme eu fui ouvindo todo mundo falar, eu fui pensando em modificar toda a minha fala para trazer, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato, uma experiência real de dia a dia, de lidar durante todo o dia com a evolução do cuidado, com a autonomia que foi acontecendo no período em que eu atuei dentro do Centro-Dia. Foi passando um filme para mim, de tudo o que vocês falaram, para mostrar para vocês que, se vocês estivessem...

Já? Meu Deus!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Pode continuar.

A SRA. GILVANE MAZZA RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Então, pode passar o próximo eslaide.

A gente tem uma vigilância socioassistencial aqui, e eles nos passaram alguns números que são importantes para mostrar para vocês como é o nosso trabalho.

Em menos de dois anos, a gente já atendeu 47 idosos, 47 pessoas idosas. A gente tem hoje, ativo, 18. Temos uma fila de espera de idosos que estão fazendo os exames para inserção no serviço, e, com isso, a gente já teve um desligamento de 29 idosos.

Esses desligamentos, infelizmente, foram por óbito ou por questão de asilamento, porque eles já não tinham mais condições, já tinham passado da semi-independência.

A gente tem critérios de inserção também através da renda familiar e a gente tem também – pode passar para mim agora o eslaide de gênero – um número que não foge à nossa realidade quando cada um de nós pensar no nosso dia a dia das nossas relações, pensando em abandono, em solidão.

Do nosso número de idosos, a gente já teve, olhem, 29 do sexo masculino e 18 do feminino. Então, fica muito claro que existe um abandono muito maior em relação ao sexo masculino.

Isso nos faz refletir muito. Existe uma frase que eu ouvi uma vez que diz assim "quem está abandonado é porque um dia abandonou". O que diz isso? Aproximadamente 52% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Então, isso já impacta também na situação desses homens que abandonaram e hoje estão sozinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dado que é muito importante também no Centro-Dia e que nos faz muito refletir também é a questão de raça e cor. Dos 47 idosos que passaram por lá, a gente teve 25 idosos brancos, da cor branca, 11 da cor preta e 10, parda. Então, se a gente somar os pretos e pardos, a gente vai ter um número de 21 idosos contra 25 brancos.

Isso nos faz ver uma frase também que é muito interessante do Paulo Ventura: "o Brasil é negro, mas o envelhecimento é branco".

Pode passar esse eslaide para mim, por favor? Não, o anterior a esse.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Não tem na apresentação.

A SRA. GILVANE MAZZA RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Que pena.

Por quê? O que quer dizer isso? Que a gente tem uma desigualdade nesse envelhecimento também com relação à cor e à raça, porque as pessoas negras têm menos acesso a políticas públicas, à saúde, e há muitas questões também, inclusive, de violência. E isso aí faz um quadro de envelhecimento maior da população branca.

E aí, para finalizar, já que o meu tempo já se foi – peço desculpas pela falha aqui técnica do computador, eu não sei o que aconteceu –, eu trago uma frase para a gente refletir: “Nascer é uma possibilidade. Viver é um risco. Envelhecer é um privilégio!” - Mário Quintana. Porque é isto o que a gente quer: que com a implantação de Centros-Dias, assegurada em lei, esse privilégio seja de muitos, e que a gente consiga trabalhar o privilégio do acesso a políticas públicas para um número maior de pessoas idosas, pensando que a nossa população está num processo de envelhecimento. Para vocês terem ideia, hoje, o Município de Resende tem mais de 17% da sua população idosa.

E aí eu tenho um vídeo, que eu acho que não vai dar tempo de passar, mas é um orgulho e uma alegria muito grande poder ter trabalhado no Centro-Dia, inaugurado o Centro-Dia, ter participado de todo esse processo de construção em conjunto com ele, que está lá até hoje, e dizer que nós estamos prestes a inaugurar o segundo Centro-Dia e que isso para nós é um orgulho e uma alegria muito grande. Quero dizer que é necessário, sim, a gente ter os Centros-Dias assegurados em legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Gilvane, parabéns pelo trabalho.

Quando for a Resende, quero conhecer o Centro-Dia.

Foi uma honra tê-la nesta audiência, com as suas contribuições. Com certeza a equipe do Relator está anotando tudo.

Vamos para o último expositor.

A SRA. GILVANE MAZZA RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Foi um prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Nós vamos ouvir agora Claudir Maciel, Secretário Municipal da Pessoa Idosa de Balneário Camboriú.

E aí, ó, as duas competem, não é? Bora lá, Balneário Camboriú! Eu posso passar o dia em Balneário, dormir em Balneário Camboriú. Eu passo um dia no Centro-Dia dele e outro dia com vocês. É assim que a gente vai fazer.

Bora lá, Claudir, queremos te ouvir.

O SR. CLAUDIR MACIEL (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar os integrantes da mesa, fazer um cumprimento especial à nossa Senadora Damares Alves, e trazer de Balneário de Camboriú um abraço carinhoso, afetuoso e o reconhecimento à sua atuação em favor da família e da vida.

Quero trazer, nesta importante audiência pública, a experiência de Balneário Camboriú. A Prefeita Juliana Pavan, que assumiu a atual gestão, nos orienta que devemos enxergar os idosos como um todo, com as suas mais diferentes necessidades.

Entendo que o debate é sobre o Centro-Dia, mas o Centro-Dia é uma parte integrante da política municipal da pessoa idosa.

Faço apenas um pequeno contexto histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1888, os negros conquistaram a sua liberdade. Somente em 1932, as mulheres passaram a conquistar o seu direito a voto. E lá na década de 40, os trabalhadores passaram a ter a primeira CLT. E os idosos, que compõem hoje uma fatia significativa da nossa sociedade, só adquiriram a sua identidade em 2003. Apenas há 23 anos, o Estatuto da Pessoa Idosa escreveu, de maneira jurídica, que é proibido agredir um idoso, que é proibido negligenciar um idoso, que é proibido abandonar um idoso. Isso tem que ser trazido ao contexto porque, nesses últimos 50 anos, a população do Brasil praticamente dobrou a expectativa de vida. As pessoas estão vivendo mais e precisam viver melhor.

Nesse sentido, Balneário Camboriú passou a desenvolver uma política pública integrada – se puder botar meus eslaides – para a pessoa idosa que considera três pilares fundamentais.

Nós temos, lá em Balneário Camboriú, cerca de 30 mil idosos. Isso está beirando 20% da nossa população. As condições são favoráveis a isso, mas 30 mil idosos que moram em Balneário Camboriú representam uma população maior do que a população de 251 dos 295 municípios catarinenses. Vejam como é grande.

Em Balneário Camboriú, nós temos um programa que é um dos nossos pilares, que se chama Abraço ao Idoso. Uma equipe técnica qualificada com psicólogas, assistentes sociais, toda uma equipe de amparo, 24 horas por dia, para atender toda e qualquer demanda sobre algum tipo de violência contra os idosos.

Em 2024 - podemos ir passando -, nós tivemos cerca de 1,3 mil atendimentos. Em 2025, quando assumimos a gestão, olhamos a importância desse programa, demos amplitude, o estruturamos, e tivemos 1.970 atendimentos sobre algum tipo de violência contra o idoso; uma violência que não foi inventada, apenas estava invisível aos olhos do poder público e da sociedade.

Nós temos uma segunda política de atuação, que constitui o nosso segundo pilar, que é a promoção do idoso em Balneário Camboriú. Então, eu falei do idoso que sofre violência, mas nós temos um idoso que tem uma casa boa para morar, um apartamento bom, tem uma renda boa, mas ele vive isolado da sociedade e constitui a maior fatia da população idosa. Para esses idosos, nós vamos passar um videozinho ao final, nós oferecemos atualmente mais de 60 oficinas de atividades das mais diversas, que eles podem escolher, totalmente gratuito, em um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaço público, com aulas com horário determinado, agendado. Vai de pilates, vai de fisioterapia, vai de ginástica, vai de xadrez, vai de musicoterapia, vai de aula de espanhol, de inglês...

E aí eu trago um fator bem interessante: das mais de 60 oficinas oferecidas em Balneário Camboriú, cerca de 48 são coordenadas por voluntários da nossa sociedade, que não ganham salário. Dedicam uma hora ou duas por semana para transmitir suas experiências, mas também para promover o bem e, claro, eles também recebem o bem, porque eles acabam estimulando milhares e milhares de idosos – abro um parêntese, nós fazemos cerca de 8 mil atendimentos de idosos em Balneário Camboriú por mês. Esses idosos que entendem a necessidade de fortalecer o corpo, de fortalecer a mente, de fortalecer a alma, acabam encontrando uma razão para viver, e, claro, esse bem retorna para aquele voluntário que está fazendo ali uma aula integrativa.

Nós trabalhamos também com o terceiro pilar, que é o do acolhimento ao idoso. Nessa fase, que tem origem lá no Programa Abraço, identificada a vulnerabilidade do idoso, tem um decreto municipal que estabelece as condições: renda de núcleo familiar de até três salários mínimos, não ter residência, não ter mais laços afetivos mantidos, porque sempre a prioridade é que ele viva em família. Então, o município acolhe esse idoso. Nós administramos hoje o Lar São Vicente de Paulo.

Eu também sou administrador. Lá nós tínhamos, no ano passado, 42 idosos residentes, atualmente ampliamos, estamos com 51. Tínhamos uma fila de idosos, em janeiro do ano passado, de 15 idosos esperando para ser acolhidos, mas um idoso só era acolhido quando um outro idoso do Lar São Vicente falecia, então era cruel.

Com a autorização da Prefeita Juliana Pavan, nós abrimos um credenciamento de três instituições privadas. Nós pagamos R$7,5 mil para fazer o acolhimento desses idosos, com todas as garantias de atendimento médico, psicológico, de enfermagem, de técnicos e cuidadores, em que nós mantemos a fiscalização.

No lar dos idosos nós também implementamos o atendimento médico, o atendimento odontológico e caminhamos para deixar o Lar São Vicente de Paula autossuficiente, para que os idosos possam fazer ali tudo o que eles precisarem sem a necessidade de ter que encarar uma fila de uma unidade básica de saúde, estar sujeito a uma contaminação e, até, transmitir isso aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais idosos residentes, porque o ambiente é um condomínio de convivência que nós estamos caminhando para deixar muito mais do que como um depósito de idosos ou de pessoas, mas deixar uma ILPI com a cara de uma residência, de uma casa, com toda a sua parte laboral, de atividades e, principalmente, de alegria de viver lá.

E aí nós caminhamos para uma outra necessidade. Eu falei do idoso que não tem renda, que não tem casa, que não tem família. Eu falei do idoso que tem renda, que tem família, mas que também precisa. Agora tem outro idoso, que é o idoso que tem família, mas cuja família precisa trabalhar e ele precisa de uma atenção especial. Esse é o idoso do Centro-Dia – nós já estamos com o projeto pronto, vamos passar aqui. E também anexamos a esse projeto do Centro-Dia, que já tem um plano de toda uma equipe multifuncional para fazer esses atendimentos, um centro de convivência social para que idosos ativos possam participar e possam também servir de estímulo para aqueles idosos que têm alguma limitação.

Dessa maneira, nós teremos um avanço muito grande na política da pessoa idosa de Balneário Camboriú, deixando-a completa e conectada ao Núcleo de Atenção ao Idoso, uma unidade básica de saúde que já existe em Balneário Camboriú, onde se podem fazer ali exames laboratoriais de imagens, de reabilitação, enfim, fazer tudo o que o idoso precisa num único lugar – estamos chamando isso de cidade do idoso.

Então, a disposição de Balneário Camboriú é tornar essa política uma referência para que o Brasil entenda que o idoso não é mais aquela figura daquele velhinho esperando numa cadeira de balanço a morte chegar. Os nossos idosos estão vivendo mais, eles estão ativos, eles querem e precisam ser ouvidos.

Eu passo essa mensagem de Balneário. Se me permitirem passar o vídeo, eu acho que vocês vão gostar muito porque vai servir de referência também.

Essas são as atividades da Secretaria da Pessoa Idosa.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Isso é um pouco das oficinas que nós temos.

E, agora, do Centro-Dia. É mais um minuto só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CLAUDIR MACIEL – Só para concluir, Senadora, esse projeto está pronto, já em fase de iniciar a licitação dele, e é um marco para a política da pessoa idosa em Balneário Camboriú.

Uma sugestão: incluir isso em lei, essa questão do Centro-Dia, mas, principalmente, que o Congresso Nacional possa entender que quem está lá fora não pode esperar, muito menos os nossos idosos, que estão precisando, e muito, de que o Governo Federal consiga dar identidade aos idosos e destinar um orçamento próprio para atender a uma fatia significativa da sociedade do nosso país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Secretário, e agora? Eu vou morar em Camboriú ou Balneário Camboriú? Eu conheço...

O SR. CLAUDIR MACIEL – Balneário é privilegiada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dê um abraço na Prefeita; parabéns.

Balneário Camboriú tem suas especificidades. Eu fui conhecer, desde o início, todo o trabalho com as pessoas idosas lá. E lá tem uma população flutuante, que são as pessoas que vão para lá no período da praia, no período do verão, a população aumenta absurdamente. E a secretaria atende também esse idoso turista. Tem outra especificidade de Balneário Camboriú: é que muita gente, quando se aposenta, guarda dinheiro a vida inteira para comprar um apartamento lá em Balneário Camboriú, para envelhecer em Balneário Camboriú. Só que, quando chega lá, foi o que ele falou: a solidão, a tristeza... E a gente teve uma época de muitos suicídios entre idosos em Balneário Camboriú.

Então, eu só tenho que cumprimentar o poder público municipal por tudo que tem feito por essa população. E a cidade é incrível, Santa Catarina é um estado incrível, vou falar baixo que o Senador Amin entrou aqui, daqui a pouco ele vai dizer que é o melhor estado do mundo; você vai ver, ele vai querer falar. É uma alegria.

Nós chegamos ao final da nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar a presença de Newton Galvão; Daniel Duarte Uedo; Victor Felix Mazzei, que é da Comissão de Doenças Raras da OAB do Rio de Janeiro; Luciana Mendina, que é da Associação Inclusiva de Brasília; e Bernardo, que está vindo em todas as audiências com a gente, o Bernardo é estudante universitário, é um dos nossos jovens com autismo em Brasília, um fenômeno de inteligência, uma mente brilhante, e ele é integrante da Associação Inclusiva.

A Luciana pediu dois minutos. Vou passar só para a Luciana a palavra e depois eu devolvo para a mesa, por dois minutos, para agradecimentos e considerações finais.

Luciana Mendina, da Associação Inclusiva.

A SRA. LUCIANA MENDINA (Para expor.) – Obrigada pela oportunidade de falar, Senadora Damares. Agradeço a todos que estão presentes aqui.

Gente, esse tema é tão importante que este plenário deveria estar lotado, essa é a verdade. Por quê? Centro-Dia é dignidade para os idosos. Eu já tinha visto sobre o Centro-Dia no Rio de Janeiro e também sobre o Centro-Dia para pessoas com deficiência. Então, eu sou completamente favorável a esse PL 5.115, mas eu gostaria de dar uma sugestão: que ele também contemple as pessoas com deficiência.

Por quê? A gente está falando aqui de cuidadores que não podem trabalhar, porque precisam cuidar do idoso, e a gente vê essa realidade com as mães atípicas, com os pais atípicos, com as famílias em que a mãe não consegue trabalhar porque tem um filho autista nível 3 de suporte ou nível 2, que não consegue frequentar a escola regular nem a Apae. E ele fica em casa e não tem uma atividade, e essa mãe não consegue trabalhar, essa mãe não tem vida. E a maioria das mães, mais de 80% são mães solo, como a gente fala sempre, infelizmente.

Então, se a gente puder, porque sei da demora desses projetos de lei... Né, Senadora Damares? Levou tantos anos para a gente ter a Lei Brasileira de Inclusão! Então, se a gente aprova esse projeto, que é maravilhoso, ao qual sou totalmente favorável... Mas a gente vai levar mais dez anos para aprovar um Centro-Dia para as pessoas com deficiência? Essas mães querem trabalhar, essas mães querem dignidade, querem ter vida!

Eu estou com o Bernardo aqui, que está sempre, porque o Bernardo é nível 1 de suporte, gente. O Bernardo pode ir para escola, pode trabalhar – aliás, Damares, ele está namorando uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autista queridona! –, mas e as mães que não podem? Os pais, as avós...? Tem muita avó cuidando de neto que fala: "Eu gostaria de ter uma renda, mas eu não consigo, porque ele não tem onde ficar de segunda a sexta".

O Centro-Dia é dignidade para todos; então, contem com o meu apoio.

E outra coisa importante: as associações estão prontas para essa parceria. Então, por favor, prevejam nesse PL... Eu sou Presidente da Associação Inclusiva, agora até vou deixar para a minha vice, porque eu sou candidata; vou ter que deixar, o que eu acho que é uma atitude melhor, facilita. A gente quer isso, porque ninguém conhece mais os idosos e as pessoas com deficiência do que as associações! A gente pode cumprir esse papel, e podem nos chamar, porque a gente está preparado para isso.

Agradeço muito por estar aqui hoje, por este momento maravilhoso, que acho que vai mudar a realidade de muitas famílias.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Luciana.

Nós vamos para o final da audiência.

Eu vou devolver a palavra para a Ruth, do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado de Goiás.

Dois minutos, tá, Ruth?

A SRA. RUTH LOSADA DE MENEZES (Para expor.) – O.k.

Eu quero, mais uma vez, agradecer o convite do Senador Vanderlan e agradecer a sua recepção.

Eu acho que está colocada, majoritariamente, a importância do Centro-Dia como um equipamento para a pessoa idosa, para trazer saúde, participação social, respiro para o cuidador, para a filha cuidadora, e benefício para a funcionalidade da pessoa idosa.

Falar contra um equipamento desse é ser até etarista, diria eu, idadista, porque é natural, todos queremos envelhecer, mas nós não queremos envelhecer sozinhos, solitários. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe que a participação é tão importante... Viver de forma solitária causa demência comprovadamente. Esses espaços de convivência são extremamente importantes para a participação social e para a funcionalidade da pessoa idosa.

Com todas as considerações que o Sr. Antonio colocou, tão importantes... É óbvio que o Brasil todo envelhece. O atendimento, o serviço no Centro-Dia deve ser feito por uma equipe multiprofissional; inclusive, essa conexão com a saúde e com a reabilitação é extremamente importante, uma vez que são pessoas com algum nível de dependência.

Mas é isso, obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Ruth.

Senador Amin, nós estamos nos agradecimentos. A gente sabe que o senhor tem que correr para o Plenário, mas eu tenho certeza de que o senhor quer falar, porque Balneário Camboriú e Camboriú, as duas cidades do seu estado, deram um *show* aqui com os Centros-Dia de atendimento à pessoa idosa.

Eu sei que o senhor vai querer elogiar as suas duas cidades e dizer que o seu estado é o melhor do Brasil – eu tenho certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Aqui nós temos o ex-Secretário...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim?

O SR. ANTONIO COSTA (*Fora do microfone*.) – Antonio Costa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Antonio Costa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a senhora?

A SRA. RUTH LOSADA DE MENEZES (*Fora do microfone*.) – Ruth Losada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ruth Losada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas representa...?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Goiânia... Goiás. O Conselho da Pessoa Idosa de Goiás.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Goiânia ou Goiás?

A SRA. RUTH LOSADA DE MENEZES (*Fora do microfone*.) – A Universidade Federal de Goiás e o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Goiânia. A melhor definição que eu tenho de Goiânia é que Goiânia é um pedaço da Suíça que migrou para Goiás, de tão maravilhosa que é a cidade.

Eu quero cumprimentar ambos e, muito especialmente, os representantes do município-mãe e do município-filho, que cresceu muito. (*Risos.*)

Balneário Camboriú há 62 anos – não é isso, vencidos agora, dia 20 de julho, se a memória não me falha? – se emancipou ou foi emancipado da nossa Camboriú, que tem vários significados, mas, segundo o nosso historiador Isaque de Borba Corrêa, quer dizer "rio limpo"...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Rio limpo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... entre outras possíveis traduções.

Eu quero cumprimentar, então, especialmente os meus coestaduanos e dizer que eu vou desarquivar alguns projetos que os meus alunos fizeram. Pelo menos uns quatro projetos diziam respeito ao fato de que Balneário Camboriú, especificamente, é um abrigo de terceira idade, porque muitas e muitas pessoas que estão já, digamos, na idade da aposentadoria migram para Balneário Camboriú e lá se instalam para curtir os melhores ou, talvez, numa linguagem aritmética, os seus últimos anos de permanência aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há todo um projeto, inclusive esse da creche para o idoso. É uma creche em que, ao contrário das crianças, a fragilidade vai aumentar – enquanto, na da criança, o sentido é inverso, natural.

Eu queria cumprimentar especialmente o Sergio Gomes, que é o meu querido e velho amigo – apesar de não aparentar, ele é um pouco mais velho do que eu – (*Risos.*) e o Claudir Maciel, que é um velho companheiro de grandes lides políticas, de luta pela região e pela cidade.

E quero fazer aqui uma observação só. Pelo que eu li rapidamente, o programa de trabalho de uma creche-dia é muito de cuidar, e geralmente a pessoa que vai frequentar esse ambiente realmente tem limitações, mas eu queria fazer um apelo a quem tem experiência nisso para incluir uma frase que é estimulante para o idoso: "O vô sabe".

Eu desenvolvi esse programa, que valoriza...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone.*) – Conhecimentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... "Olha, ele sabe como resolver conflitos, até porque alguns ele não resolveu". Então, é a experiência – "o vô sabe" –, em outro momento, com outra tecnologia, mas o ser humano ainda tem o mesmo formato e, digamos assim, a CPU é a mesma, o que está mudando são os aplicativos e o *software*, se nós comparamos a uma máquina.

Então, que nós tenhamos essa visão de cuidar, é claro, mas também de valorizar, porque isso faz bem para o ego, e o ego manda numa porção de coisas na nossa vida. Sentir-se valorizado, pedir um conselho para o mais experiente, fazer um concurso de situações: "Nessa situação, você faria o quê?".

Só para terminar, lá em Balneário Camboriú, por exemplo, como era o nome daquele nosso boteco do lado sul da praia, famoso?

O SR. CLAUDIR MACIEL (*Fora do microfone.*) – Do lado sul? Estação Final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Exatamente! Os antigos frequentadores podem dar bons conselhos hoje também. (*Risos.*)

O SR. CLAUDIR MACIEL (*Fora do microfone.*) – E devem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E devem.

E é assim em cada cidade: seja da juventude, seja da vida em família, o vô sabe de uma porção de coisas que nos podem ser úteis.

Finalmente, queria cumprimentá-la, Senadora Damares. V. Exa. sabe da minha admiração pelo seu trabalho aqui no Senado, e é muito bom ver como olhar para a pessoa e se preocupar com ela lhe tem feito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não apenas pela facilidade com que se comunica, mas também pela sua expressão de alegria por ser útil. E a senhora pode desfilar com esta alegria, que talvez seja a mais bonita que um político pode almejar: a alegria de ser útil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, parabéns a todos, muito obrigado, e obrigado pela possibilidade de fazer essa intervenção.

Especialmente, cumprimento, então, o Sergio Gomes e o Claudir Maciel.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senador Amin. É uma alegria tê-lo com a gente.

Na sequência, nós vamos ouvir os nossos três que estão *online,* para agradecimentos e considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Vieira, dois minutos para considerações finais.

Você está *online* ainda? O Eduardo está com a gente ainda? (*Pausa.*)

Não, o Eduardo saiu.

Então, nós vamos para a Valéria, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

Dois minutos, Valéria, para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. VALÉRIA MARIA DE MASSARANI GONELLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – É só para me despedir. Boa tarde para todos vocês, então.

Eu insisto em dizer que nós não precisamos de mais legislação. Quero discordar do Eduardo, que diz que o Suas... Ele tentou afirmar aqui que o Suas é uma política de governo. O Suas é uma política pública instituída e incluída na Lei Orgânica da Assistência; os serviços estão instituídos desde 2009. Então, nós temos condição de implementar todos os serviços existentes lá, o que nós precisamos é de financiamento. Falo, repito e reafirmo: não existe nova legislação; sem recurso, não se anda para a frente.

Então, é importante – tem dois Senadores agora aí –, eu reforço o pedido, e acho que os outros gestores também já falaram isso, gestores principalmente da assistência, da nossa necessidade da aprovação da PEC no Senado Federal. Já foi aprovada pela Câmara e precisa ser aprovada no Senado.

A gente insiste na PEC 7, de 2026, para que a gente possa ter dinheiro para implementar Centro-Dia já regulamentado, ou seja, não há necessidade de nova legislação, e quem está defendendo pode olhar as outras legislações. Existe no Estatuto do Idoso, desde 2003. Se não se tem dinheiro, não se implementa, né? Não estou aqui fazendo pregação para vigário ou para pastor, mas a gente sabe que a falta é de recurso, e nós precisamos ter recurso previsível para que estados e municípios possam garantir os serviços.

Então, eu sou a única voz contrária ao projeto de lei, mas vou continuar sendo contrária, porque isso tudo já está posto em várias legislações brasileiras; não há necessidade de ter mais uma legislação. Daqui a pouco, nós vamos criar todos os serviços por lei, então se se vai criar o Centro-Dia, que se crie o centro de convivência também ou o que seja – é uma provocação para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os legisladores, para não criarem só pontinhos. Então, que se criem todos os serviços da tipificação, todas as unidades da tipificação, até porque o Centro-Dia é uma unidade, não é um serviço. O serviço é algo que acontece dentro da unidade.

Então, é um pouco isso. Estou aqui e sou voz única, num contexto muito apropriado para ser favorável, mas é esse o meu posicionamento aqui, e vou continuar com esse posicionamento todas as vezes em que o projeto de lei bater aqui na minha mesa.

Muito obrigada.

E desculpe aí a minha insistência e o meu posicionamento, mas eu tenho também essa definição concreta, para que a gente possa fazer o debate, mesmo sendo uma única voz nesse sentido, e discordando do Eduardo, porque o Suas não é uma política de governo, é uma política pública que foi instituída há 20 anos. Então, acho que é muito desleal falar que o Suas é uma política de governo. O Suas é uma política pública, constitucional; a Loas, de assistência social, é constitucional, está no art. 203 da Constituição.

Acho que a gente precisa olhar para todos esses pressupostos quando a gente vai defender alguma coisa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Valéria.

Foi um prazer tê-la conosco na nossa audiência.

Gilvane está *online*? (*Pausa.*)

Gilvane, dois minutos para considerações finais e agradecimentos.

A SRA. GILVANE MAZZA RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada pela oportunidade de participar. Peço desculpa mais uma vez pela parte da tecnologia, que falhou.

Falo mais uma vez da importância de a gente ter Centros-Dia em todos os municípios. Fazendo uma provocação aos representantes de Santa Catarina, que estão em maioria em plenário: o Rio de Janeiro é maravilhoso e a cidade de Resende é maravilhosa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Pronto, vou para aí. (*Risos.*)

A SRA. GILVANE MAZZA RIBEIRO (*Por videoconferência.*) – Aqui, o Complexo das Agulhas Negras é um local maravilhoso, que convido vocês a visitarem também. E aí aproveitem e visitem o nosso Centro-Dia, quem sabe já visitando o segundo Centro-Dia também.

Quero dizer que foi e é para mim sempre um orgulho defender esse serviço, essa unidade, a oferta de atendimento às pessoas idosas, e defender o Sistema Único de Assistência Social, e, como a Valéria também, pedir que vocês aprovem a nossa PEC 7, que é fundamental para que a gente possa garantir a efetividade do cumprimento da política pública de assistência social em todos os municípios, que é fundamental para que a nossa população e todos que dela necessitarem – já que a gente está falando de uma política que vem a assegurar direitos – possam ter acesso, com dignidade, e os municípios possam, de fato, implementar serviços que atendam a essa população.

Então, a aprovação dessa PEC é fundamental para os nossos serviços.

Muito obrigada, mais uma vez.

Estou sempre à disposição. Que a gente consiga avançar na assistência social!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Gilvane. Foi uma alegria tê-la conosco.

Nós vamos ouvir, por dois minutos, Sergio Gomes.

O SR. SERGIO GOMES (Para expor.) – Senadora Damares, muito obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui falando sobre um tema tão importante para a nação.

Sou totalmente favorável ao projeto, apenas com aquela correção de que ele é vinculado ao Creas, e não ao Cras – apenas esse detalhe –, mas é uma política necessária para que a gente cuide de quem cuidou do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos de um recurso, obviamente, os municípios. Se os gestores não veem – como alguns políticos não veem – essa política como essencial, então, tenho certeza de que, quando estiver em lei e tiver recurso, todos os municípios do Brasil o implantarão.

Muito obrigado a todos os colegas que debateram junto tão importante tema.

Obrigado à assessora do Senador Esperidião, que nos honrou com sua presença aqui no plenário, na Comissão, e a todos que participaram deste debate.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Secretário Antonio, dois minutos para consideração finais.

O SR. ANTONIO COSTA (Para expor.) – Eu vou usar da prerrogativa desta Casa: eu tenho direito à resposta porque meu nome foi citado (*Risos.*) à nossa coordenadora, a Valéria.

Em momento algum eu falei "centro de convivência", mas, ao mesmo tempo, eu fico feliz ao sair daqui, porque estamos combinando as nossas falas: a legislação já existe, isso eu defendo; a mudança de Cras para Creas é uma questão apenas didática e de orçamento, que a senhora mesma confessou que não existe.

Então, isso nos deixa bastante felizes, porque viemos aqui como pessoa idosa. Essas pessoas idosas não são uma inteligência artificial: nós somos a inteligência ancestral. Nós sabemos o que queremos, e, muitas das vezes, o Governo não proporciona aquilo que nós almejamos – eu ainda tenho mais alguns minutos –: reconhecer que o país está envelhecendo e que nós fazemos parte desse envelhecimento.

Agradeço à Senadora Damares porque, já pela terceira vez, quando o tema é envelhecimento, eu estou aqui.

Quando eu fui Presidente da Funai, ninguém falava meu nome, era só Presidente: "Ô, Presidente, ô Presidente...". E eu me honro porque, em todos os lugares a que eu vou, é: "Ô, Secretario, ô Secretário...". Isso me deixa bastante feliz.

Eu agradeço muito à Ministra Damares, minha eterna Ministra, porque foi através dela que eu comecei a estudar o envelhecimento, porque a minha especialidade é saúde indígena. Trabalhei 22 anos com populações indígenas, mas, hoje, eu tenho que cuidar, com estudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquilo que eu estou vivendo. Eu faço um envelhecimento ativo e saudável, porque eu defendo isso.

Então, que haja respeito, acima de tudo, quando a gente pronuncia as nossas falas, porque o que nós viemos debater é um PL, não uma fala do Antonio Costa.

Fiquem com Deus; Deus os abençoe. Que esta Casa nos ajude a colocar no Orçamento a pessoa idosa deste país.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada. (*Palmas.*)

Dr. Antonio, nós estamos ao vivo. A pergunta que não quer calar é: qual a sua idade, Dr. Antonio?

O SR. ANTONIO COSTA – Olha, teve um incêndio no cartório da minha cidade. (*Risos.*)

Hoje eu vou fazer 76 anos, mas, na verdade, eu tenho 50, porque não tem como corrigir – mas há muitos jovens! Eu tenho 25.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – A outra pergunta é: qual idade tem sua filha, Dr. Antonio?

O SR. ANTONIO COSTA – Tem 7 anos. Envelhecimento ativo e saudável. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dr. Antonio, obrigada por sua participação. O senhor é sempre muito lúcido, nos chamando para reflexões.

Ele foi gestor público a vida inteira. Então, quando a gente fala de política pública, a gente sempre traz o Dr. Antonio, porque ele tem a visão da gestão pública também.

O nosso último convidado, Claudir Maciel, é Secretário Municipal da Pessoa Idosa de Balneário Camboriú.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu descobri uma coisa, pelo sobrenome dos Prefeitos: o Prefeito da sua cidade é pai da Prefeita da sua cidade, é isso?

O SR. CLAUDIR MACIEL (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Que coincidência!

Então, Claudir Maciel, para agradecimentos e considerações finais.

O SR. CLAUDIR MACIEL (Para expor.) – Quero agradecer imensamente o convite para participar desta audiência, trazer as experiências que nós tivemos em Balneário Camboriú e, na pessoa da Senadora Damares e do Senador Esperidião Amin, nosso querido amigo, manifestar a nossa alegria de ver que o Brasil caminha para reconhecer a figura do idoso, a grande fatia que representa da nossa sociedade, e trazer a proposta do Centro-Dia, que vai levar um acalento a milhares e milhares de idosos.

Hoje a população idosa no Brasil representa mais de 30 milhões de pessoas, projetando-se para, em 2050, ultrapassar 65 milhões de pessoas. Logo, a estrutura que nós idealizarmos, estruturarmos, a partir de agora, vai proporcionar que os idosos possam chegar na velhice tendo melhores condições.

Eu tenho dito, nas minhas entrevistas em Balneário Camboriú, que discutir a questão da pessoa idosa não é só para quem é idoso, porque ficar idoso tem que ser desejado, e a nossa juventude precisa trabalhar para preparar a sua cidade de forma que a calçada, sendo boa para o idoso, vai ser boa também para uma senhora grávida, para uma pessoa com deficiência, para uma criança. Se a cidade é segura para o idoso, então ela é boa para todos! É desta forma que nós queremos caminhar e nos somar a esse grande movimento no Brasil.

Finalizando, respondendo à pergunta de Edivaldo, do Mato Grosso do Sul, sobre a questão de financiamento: olhe, um custo médio de R$3 milhões por Centro-Dia, bem estruturado, vezes mil, são R$3 bilhões! Só o Banco Master levou mais de R$60 bilhões do país.

O problema do nosso país não é orçamentário, não é financeiro: é eleger o que é prioridade para o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sr. Claudir, eu não queria falar, não, mas saiu uma matéria recentemente que os Prefeitos gastaram... Gente, eu não sou anticultura, não; pelo contrário: eu gosto de dançar, eu gosto de forró... mas os Prefeitos gastaram R$6 bilhões, em dois anos, em *shows* e eventos.

O SR. CLAUDIR MACIEL – Não é prioridade o idoso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Quantos Centros-Dia nós poderíamos estar mantendo? Depois que o senhor trouxe esse cálculo aí, eu fui provocada.

Eu quero agradecer a todos os convidados. Acho que a gente alcançou o objetivo desta audiência.

Chegaram muitas perguntas pela internet, mas não deu tempo de a gente responder. Ana, de Goiás; Denisey, do Pará; Lenin, do Espírito Santo, foi respondido; Márcia, de São Paulo; Rosane, de São Paulo; Luiz, do Rio de Janeiro; Edivaldo, que teve agora a resposta direcionada a ele, do Mato Grosso do Sul; Andressa, de Santa Catarina; Ana, de São Paulo; Victor, de Goiás; Érika, do Rio Grande do Sul; Evelin, do Paraná; e Pâmela, de São Paulo. Todas as perguntas, eu acho que, ao longo das exposições, foram respondidas, mas eu destaco a participação de Pâmela, porque ela também faz um apelo pela aprovação da PEC 7.

Eu acho que essa PEC 7... Eu defendo a aprovação da PEC 7, tenho conversado com os colegas nesse sentido.

Desta forma, acho que a gente contribuiu com informações e dados para o relatório do Senador Vanderlan. Com certeza, o gabinete dele, se precisar de mais alguma informação, poderá buscá-los por meio de mensagens eletrônicas ou telefonemas.

E quero agradecer. Acho que a gente trouxe para o Brasil hoje uma grande colaboração.

Eu gostaria muito que os demais candidatos à Presidência da República se manifestassem sobre a política nacional do idoso. Eu acho que a gente tem que cobrar isso dos presidenciáveis; eles precisam nos mostrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por coincidência... Olhem, quando o autor deste projeto o apresentou em outubro de 2025, ninguém imaginava que ele seria candidato, tampouco ele, porque ele foi escolhido depois. Então, eu já sei o que pensa um dos candidatos que é o Flávio Bolsonaro, o autor deste projeto de lei, mas gostaria que ele falasse mais sobre idoso, que o atual Presidente fizesse compromisso com mais orçamento para os idosos e que os outros candidatos também se manifestassem, porque isso pode ser, inclusive, um critério de escolha dos nossos candidatos. Então, que o Brasil observe as propostas.

Já falei também que eles estão falando pouco de criança. Eu quero saber o que eles estão falando para criança, para povos tradicionais, para indígenas... Então, nós precisamos ouvir. O debate tem que sair da polarização para vir para propostas.

Eu acho que a gente encerra esta audiência pública.

Eu quero agradecer a todos que estão aqui presentes – os que vieram de forma presencial e os que estão nos acompanhando de forma *online*.

Eu só vou pedir perdão a todos vocês, porque eu não vou poder abraçá-los. Eu vou ter que sair correndo para o Plenário e, depois, eu falo com vocês.

Muito obrigada aos expositores, que colaboraram de forma brilhante com o debate sobre o projeto de lei.

Parabéns.

Obrigada.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Romário, Humberto Costa, Weverton, Teresa Leitão, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Carlos Viana, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Sérgio Petecão e Jayme Campos, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Giordano, Cid Gomes, Lourdinha Pereira, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 53ª à 57ª reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 19, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Institui o exercício profissional social no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para profissionais que obtiveram diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições publicas ou privadas"." Autoria: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela rejeição. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Astronauta Marcos Pontes. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da sugestão. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6063, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a proteção a proteção à maternidade e a paternidade assegurada pelo art. 6º, 7º, XIX, 201, II, e 203, I da Constituição, reconhece a natureza de valor social fundamental à parentalidade, em todas as suas formas, e estabelece os períodos de gozo da licença parental." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Roberta Acioly (*Ad hoc*), substituiu Senador Hermes Klann. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade e arquivamento do projeto. Resultado: A presidente designa a Senadora Roberta Acioly como relatora "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela declaração de prejudicialidade e arquivamento do projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2525, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Lourdinha Pereira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6461, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para dispor sobre o atendimento psicológico remoto, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para mulheres brasileiras em situação de violência no exterior." Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Relatoria: Senadora Lourdinha Pereira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5533, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, para tipificar o desaparecimento voluntário, involuntário e forçado e para dispor sobre a criação de um sistema de alerta e notificação em tempo real para prevenção e resgate de pessoas desaparecidas." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Roberta Acioly (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A presidente designa a Senadora Roberta Acioly como relatora "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 6 - Projeto de Lei n° 154, de 2026 - Não Terminativo - que: "Obriga as unidades do Sistema Único de Saúde a garantirem acesso tempestivo a medicamentos para o tratamento da hipertermia maligna." Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 646, de 2026 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a proteção à maternidade no âmbito das atividades de pesquisa científica financiadas com recursos públicos e dá outras providências." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 109, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, apurar denúncias de negligência, superlotação e aumento expressivo de óbitos no Hospital da Criança Odorico Amaral de Matos, em São Luís, Maranhão, que afetam diretamente o direito fundamental à vida e à saúde de crianças e adolescentes." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 110, de 2026 que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 104/2026 - CDH seja incluída a convidada Doutora Fernanda Fenelon, Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB)." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 111, de 2026 que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 104/2026 - CDH sejam incluídos os seguintes convidados: representante MATRIA Mulheres, Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil; a senhora Ana Carolina Campos Santana, Policial penal lotada na Colmeia; o senhor Paulo Rogério da Silva, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do DF; e a Doutora Tatiana Dorneles, Procuradora da República, autora do livro "PrisioneirXs - Transmulheres nos presídios femininos e o X do problema"." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 112, de 2026 que: "Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir a segurança dos dispositivos médicos implantáveis destinados à saúde da mulher, especialmente os impactos decorrentes da utilização do sistema contraceptivo permanente Essure, os mecanismos de tecnovigilância adotados pelas autoridades sanitárias, a garantia do consentimento livre e esclarecido, o acompanhamento clínico das pacientes e o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à proteção dos direitos das mulheres afetadas por eventos adversos relacionados a implantes médicos." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 113, de 2026 que: "Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a situação de insegurança dos profissionais de saúde indígena em todo o território brasileiro." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 114, de 2026 que: "Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a CAS - objetivo de debater o cenário da Fibrose Pulmonar no Brasil, incluindo a Fibrose Pulmonar Idiopática (FPI) e as demais formas de Fibrose Pulmonar Progressiva (FPP), bem como os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento, acesso a centros de referência e estruturação da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). REQ. n.º 59" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 115, de 2026 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da publicidade e do patrocínio, de organizações esportivas, por marcas pertencentes a empresas e plataformas que explorem atividades econômicas relacionadas a anúncios de serviços de profissionais do sexo e à produção ou comercialização de conteúdo adulto, especialmente quanto à proteção das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres, das famílias, das crianças e dos adolescentes." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 116, de 2026 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os episódios recentes de censura no Brasil, a violação à liberdade de imprensa e seus impactos sobre as liberdades fundamentais." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 117, de 2026 que: "Requer realização de Audiência Pública, conjunto com a CAS, com o objetivo de debater a jornada do paciente com Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN) no Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do REQ-55/2026-CAS" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 118, de 2026 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 108/2026 - CDH." Autoria: Senador Hermes Klann (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 119, de 2026 que: "Requer, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, deferimento do pleito de participação de representante do MDS na Audiência Pública de instrução do PL 5.115/2025." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 120, de 2026 que: "Requer inclusão de convidado quando da realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os episódios recentes de censura no Brasil, a violação à liberdade de imprensa e seus impactos sobre as liberdades fundamentais." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A presidente submete o requerimento à inclusão extrapauta. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/12

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de agosto de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 53ª à 57ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião é destinada à deliberação de proposições apresentadas à Comissão e ocorre de modo semipresencial. Para os Senadores que participam remotamente, o uso da palavra pode ser solicitado por meio do recurso "levantar a mão" ou por mensagem escrita no *chat* do aplicativo.

Concedo a palavra ao Senador Paim, que já havia pedido antes de eu iniciar a abertura, antes de eu iniciar a reunião. Senador Paim com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. Pela ordem.) – Querida Senadora Damares, eu venho conversando há um bom tempo com V. Exa. sobre um projeto que trata de combate ao feminicídio, enfim, à violência contra as mulheres. V. Exa., como Presidente, mas muito elegante, que trata os colegas com muita – como diria um amigo no Rio Grande do Sul – elegância, a senhora me disse: "Indique o Relator, então, que você quer". E eu só lhe perguntei: "O que a senhora acha?". "Se você quiser, eu relato". E de imediato ela assumiu a relatoria, pediu um tempo para elaborar, construir, porque relatório não é só dizer sim ou não, né? E assim a senhora fez. E eu fiquei muito feliz quando eu vi uma luz, que na reunião de hoje nós poderíamos ouvir o seu relatório e aprovar a matéria. Então, eu pediria que a senhora colocasse extrapauta o seu relatório.

Olha bem, eu não li o seu relatório, mas eu tenho plena confiança de que a senhora só aprimorou o projeto. As pessoas que ajudaram na construção estiveram aqui quando o debate começou, e a senhora também estava.

Então, eu pediria para colocar, extrapauta, para votarmos hoje esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Meu eterno Presidente Paim, ontem, quando a gente falou, vamos votar, eu estava tão feliz, mas eu lembrei que eu não apresentei o relatório. Deixe-me lhe explicar o que aconteceu. Nós estamos no Agosto Lilás e nós estamos aproveitando esse Agosto Lilás para discutir o projeto de lei também. Eu estou tendo reuniões com delegadas, promotoras, juízas... Acabei de falar com uma das construtoras do projeto de lei. E a gente se organizou da seguinte forma, e queria combinar isso com o senhor: no próximo esforço concentrado, a gente votar o projeto. E por que eu estou fazendo essa construção com os juristas? Porque eu quero conversar com o Senador Otto e pedir nesta Comissão, sem passar pela CCJ, regime de urgência, para a gente tentar votar no Plenário nos 20 dias de ativismo, ainda em novembro deste ano, porque aí seria uma entrega do Senado nos 20 dias de ativismo.

A gente vai ter um esforço concentrado em setembro, certo? A gente volta em outubro, é o período em que a gente aprova aqui, a gente pede urgência a um dos colegas, nós vamos trabalhar... Então, eu estou construindo um voto também trazendo o parecer jurídico e constitucional. Estou dialogando com a CCJ para, se a gente aprovar o regime de urgência, Davi,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá no Plenário, se alguém pedir recurso, não voltar para a CCJ. E a gente faz essa entrega junto nos 20 dias de ativismo, passando em uma única Comissão aqui, apenas nesta. E aí eu acho que dá para a gente fazer essa conversa com a CCJ, com todo mundo, para ninguém pedir recurso, a gente conversa com o Senador Davi, mas o texto está quase prontinho, Senador.

Como eu me comprometi com mais um grupo de juízas – está todo mundo querendo participar –, a gente entrega em novembro, com a sua ajuda. É claro que o Davi Alcolumbre, a um pedido seu, não vai dizer "não" de a gente entregar essa matéria aprovada no Senado – não é só nesta Comissão – nos 20 dias de ativismo. Podemos fazer assim?

Inclusive, uma das construtoras do projeto estava conversando comigo sobre a gente fazer inclusive um caminho de proteção... Nós vamos melhorar. O meu texto, o meu relatório não está ruim, eu até ousaria apresentá-lo hoje, conforme nós conversamos ontem, mas eu fiz uma promessa a algumas juízas e a gente está fazendo reuniões *online*, várias reuniões, inclusive com alguns organismos de proteção de mulheres de municípios também.

E aí eu me comprometo, Senador, de entregar no máximo em uma, duas semanas, e, no próximo esforço concentrado – vai ser semipresencial também –, a gente coloca; mas eu disponibilizo bem antes o voto para todo mundo ler, com o compromisso de a gente votar aqui e já pedir regime de urgência, já combinado com o Davi e o Otto, pode ser?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Simplificando, a senhora explicou muito bem, a senhora é muito boa, é muito didática e explica com muita clareza qual é a dificuldade que ainda tem: é devido ao fato de que quer ouvir juristas, está consultando alguns.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Hã-hã.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Ficaria então ajustado, entre nós outros, todos aqui, que votaríamos no próximo esforço concentrado – eu estarei aqui em Brasília –, que é do dia 31 ao dia 4. Nesse período votamos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tá. Votamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – E já pedimos a urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – A urgência, para subir para o Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O.k.?

Agora, eu não recebi o parecer do Ministério das Mulheres ainda. Eu acho que não tem nenhum parecer do Governo ainda.

Leila, você providencie para mim os detalhes do projeto, para a gente não ter nenhum óbice na votação, porque a gente quer realmente subir para o Plenário, o.k.? Então, combinado assim, Presidente?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – O.k. Por mim, tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Gente, a matéria é muito boa, tá? Eu quero que vocês entendam que a gente está entregando uma grande política de enfrentamento ao feminicídio em forma de lei. Nós temos em forma de decreto e queremos entregar agora em forma de lei, para que haja continuidade, para que ninguém interrompa a política pública de enfrentamento da violência contra a mulher.

Combinado, Senador? E aí, o senhor encerra esta legislatura com mais uma grande matéria aprovada no Plenário.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6063, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a proteção a proteção à maternidade e a paternidade assegurada pelo art. 6º, 7º, XIX, 201, II, e 203, I da Constituição, reconhece a natureza de valor social fundamental à parentalidade, em todas as suas formas, e estabelece os períodos de gozo da licença parental.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Roberta Acioly (Relator Ad hoc)

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade e arquivamento do projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e CAS, em decisão terminativa.

Relatoria: Senador Hermes Klann.

Relatório: pela declaração de prejudicialidade e arquivamento do projeto, porque uma lei semelhante já foi aprovada recentemente.

Eu concedo a palavra à Senadora Roberta Acioly para a leitura *ad hoc* do relatório do Senador Hermes.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR. Como Relatora.) – Bom dia a todos. Bom dia, Sra. Presidente, minha amiga Damares. Bom dia aos demais Senadores.

Gostaria de pedir permissão para irmos direto para a análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece, em seus incisos IV, V e VI, a competência da CDH para opinar sobre matérias relativas aos direitos da mulher e à proteção à família e à infância.

A proposição ora examinada tem plena pertinência com esses temas e prevê um sistema flexível para o gozo de licenças parentais, que acomoda de modo mais realista os arranjos familiares e os regimes de trabalho contemporâneos. Vai, portanto, muito além da regulamentação da licença-paternidade, que estava pendente desde 1988.

Ocorre que foi publicada, recentemente a lei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso pedir silêncio, por gentileza?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu peço silêncio, para a Senadora ler o voto.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Ocorre que foi publicada recentemente a Lei nº 15.371, de 31 de março de 2026, que dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Diante da nova regulamentação, encerra-se a oportunidade de suprir a lacuna que até então havia em nosso ordenamento jurídico.

Em razão do que foi exposto e com fulcro no inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, concluímos pela declaração de prejudicialidade e posterior arquivamento do Projeto de Lei nº 6.063, de 2023.

Eu gostaria de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Tá. Já sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Em discussão.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. Para discutir.) – Presidenta, primeiro cumprimento pelo relatório da nobre Senadora, que o faz baseado numa lei que foi construída, encaminhada e aprovada há pouco tempo.

Eu só queria fazer uma consideração rápida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concordo com o relatório, porque realmente você não pode aprovar uma lei que vai tratar de uma lei já consagrada no período anterior. Eu apenas quero dizer que, quando eu apresentei essa proposta, isso foi baseado no grande trabalho do Constituinte Alceni Guerra. Eu já contei essa história, mas vou repetir, porque merece. Quando ele subiu à tribuna para defender a licença-paternidade, que não tínhamos no Brasil, foi praticamente, eu diria, não esculhambado, mas houve risos para todos os lados, perguntando se agora ele iria ser pai, que ele iria ser pai gerando a criança, e não pai do filho da esposa com ele. Então foi uma gargalhada para todo lado, uma confusão que se fez naquele Plenário. Eu lembro que até o Presidente em exercício fez uma pequena brincadeira com ele.

Ele foi à tribuna – ele é médico, Alceni Guerra, do Paraná –, deu um *show* para aqueles 513 com 81, quase 600 Parlamentares. Aí ele, sim, foi aplaudido de pé. Ele contou a história dele, como pai, com as duas filhas que ele tinha. E a filha dele, no futuro, inclusive, escreveu diversos artigos sobre esse momento.

Se eu puder, eu me comprometo com a senhora de concordar na íntegra, mas eu vou apresentar aqui um projeto de lei chamando essa lei, dando o nome para essa lei que já está aprovada – e não a esta aqui, mas a essa que está aprovada – de Lei Alceni Guerra. Eu acho que é uma questão de justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Ele deve estar com uns oitenta e poucos anos.

Eu fiz essa defesa na tribuna um tempo atrás e ele me ligou, e precisava ver a emoção dele.

Viu, meu querido Alceni Guerra? – médico do Paraná. Eu continuo insistindo! Eu ainda vou apresentar esse projeto de lei para que essa lei se torne Lei Alceni Guerra.

Se não fosse ele, não estaria na Constituição. A chance era zero de aprovar. E ele fez aprovar por 100% dos Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concordo com a Senadora e me comprometo a apresentar, para dar o nome para essa lei de lei Alceni Guerra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Fantástico. Senador Paim, deveria ter um documentário sobre aquele momento ímpar da história do Parlamento. Daria um filme lindo, não daria?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Daria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Um filme lindo.

Eu assisti, eu estava assistindo pela televisão aquele momento. E depois eu fui conhecer o Parlamentar.

Agora, recentemente, quando a gente aprovou a extensão da licença-paternidade, nessa frente Parlamentar de que a Tabata é a Presidente e eu sou a Vice, ele esteve com a gente nos debates aqui no Congresso. Que emoção! Que lucidez ainda, não é?

Então, eu acho que é justiça e uma homenagem merecida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Vou convidar a Comissão para assinar junto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – As novas gerações precisam ver aquele momento. Todo mundo ria, aí, ele sobe no Plenário, cala todos os Parlamentares e traz para a Constituição a licença-paternidade. Gente, foi uma inspiração que ele teve naquele momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Foi o momento mais bonito da Assembleia Nacional Constituinte.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu acredito que foi, eu acredito. A gente precisa resgatar essas imagens.

A gente agora estendeu a licença-paternidade, porque ele consegue trazer para a Constituição. E nós ficamos, desde 1988 até agora, para regulamentar isso. E só agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Engraçado que, no Brasil, o Carnaval são cinco dias e a licença-paternidade também era de cinco dias. É muito estranho, não é? Então, agora a gente amplia esse período da licença-paternidade, reconhecendo a importância de o pai estar junto com a mãe, mas na lei está bem certinho: o pai tem que estar morando junto com a mãe, tem que estar cuidando do bebê.

Eu acho que a gente fez uma grande entrega também nesta Legislatura. Então, é merecida a homenagem.

Em votação o voto apresentado pela Senadora Roberta *ad hoc*.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da matéria.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5533, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, para tipificar o desaparecimento voluntário, involuntário e forçado e para dispor sobre a criação de um sistema de alerta e notificação em tempo real para prevenção e resgate de pessoas desaparecidas.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Roberta Acioly (Relator Ad hoc)

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em reunião realizada em 17/06/2026, a matéria foi retirada de pauta.

O relatório é do Senador Marcio Bittar e quem vai fazê-lo *ad hoc* também é a Senadora Roberta Acioly. O Relator é o Senador Marcio Bittar, que não está aqui porque está de licença-paternidade. O Senador Bittar teve, recentemente, um bebê e está ali cuidando. Nós estamos loucos para conhecer o nenê dele. Ele tem que trazer na Comissão antes de terminar o ano.

Então, a nossa querida Senadora Roberta vai fazer a leitura *ad hoc*.

Concedo a palavra à Senadora Roberta para a leitura do voto.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR. Como Relatora.) – Gostaria de pedir permissão à Sra. Senadora para irmos direto para a análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre matérias relacionadas à garantia e promoção dos direitos humanos, o que torna regimental a análise do PL nº 5.533, de 2025, por este Colegiado.

A matéria é digna de ser acolhida. De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, plataforma do Governo Federal gerida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, observou-se, entre 2024 e 2025, aumento de 4,48% no número total de pessoas desaparecidas. No último ano, foram registrados 85.232 casos, o que corresponde a uma média de 234 desaparecimentos por dia.

O desaparecimento de pessoas é um fenômeno complexo e extremamente doloroso para aqueles que o vivenciam. Isso se deve, em parte, ao fato de que, culturalmente, o desaparecimento nem sempre é tratado com a urgência necessária, sobretudo quando não envolve crianças ou adolescentes, hipóteses em que não há, de imediato, indícios claros de ilícito. Como consequência, muitas famílias acabam assumindo, desde o início, a árdua tarefa de buscar informações sobre o paradeiro de seus entes queridos.

Diante desse cenário, damos nosso total apoio à matéria em análise, que busca, acertadamente, aprimorar a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas em três aspectos: i) categorizar as causas do desaparecimento em voluntário, involuntário e forçado, de modo a orientar a atuação estatal conforme as características de cada caso; ii) determinar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

busca imediata da pessoa desaparecida nos casos de desaparecimento involuntário ou forçado; e iii) instituir o Sistema Nacional de Alerta e Notificação de Pessoas Desaparecidas, ferramenta de elevada relevância que permitirá notificar pessoas em áreas próximas ao local do desaparecimento, possibilitando sua colaboração na localização da pessoa desaparecida.

Reconhecemos o mérito do PL, mas, a nosso ver, há espaço para aperfeiçoamentos. Por isso, apresentamos emenda substitutiva, conforme passamos a expor.

Inicialmente, a emenda busca ampliar o conceito de desaparecimento involuntário para incluir situações que envolvem doença neurodegenerativa e especificar grupos vulneráveis, como crianças ou adolescentes, pessoa idosa e pessoa com deficiência, que podem se separar involuntariamente de seus responsáveis ou cuidadores.

Ainda quanto à categorização dos tipos de desaparecimento, buscamos ajustar o conceito de desaparecimento voluntário à melhor técnica legislativa e, quanto ao conceito de desaparecimento forçado, propomos substituir a expressão desaparecimento forçado por desaparecimento criminoso, a fim de adotar a sistematização utilizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para os casos em que há indícios de crime relacionado ao desaparecimento.

Essa alteração busca evitar o uso inadequado da expressão desaparecimento forçado, que já possui sentido jurídico próprio no direito internacional e no ordenamento jurídico brasileiro, associado a hipóteses específicas que envolvem atuação de agente estatal, ou de pessoa ou grupo com autorização, apoio ou aquiescência do Estado, seguida da ocultação do paradeiro ou da recusa em reconhecer a privação de liberdade. Com isso, a redação passa a abranger de forma ampla os desaparecimentos com indícios de infração penal, sem gerar sobreposição conceitual ou insegurança jurídica.

Prosseguindo com nossa exposição, a emenda que apresentamos inclui parágrafos ao art. 3º da Lei nº 13.812, de 2019, para explicitar que a busca pela pessoa desaparecida deve ser iniciada imediatamente a partir do registro da ocorrência perante o órgão de segurança pública competente, independentemente da causa ou do tempo decorrido desde o desaparecimento e que a não observância desses parâmetros sujeitará a autoridade competente à responsabilização administrativa e penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa alteração se justifica porque, no momento inicial, a causa do desaparecimento é apenas presumida e pode ser revista ao longo da apuração, razão pela qual restringir a busca imediata a determinadas categorias poderia gerar atrasos indevidos e comprometer a localização da pessoa desaparecida. Com isso, buscamos reforçar que todo desaparecimento deve receber resposta urgente do poder público desde o primeiro registro.

Por fim, propomos a inclusão de dois parágrafos ao novo art. 5º-A da Lei nº 13.812, de 2019, para disciplinar a gestão, a coordenação e a operacionalização do sistema de alerta conforme regulamentação do Poder Executivo federal, assegurada a articulação com os órgãos de segurança pública da União, dos estados e do Distrito Federal e para prever a edição de protocolos operacionais específicos para cada modalidade de desaparecimento prevista na Lei, observando os fluxos de atendimento adequados, a articulação com as redes de saúde, assistência social e proteção de grupos vulneráveis, bem como a padronização dos registros destinados ao Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Em razão dos argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.533, de 2025, na forma da emenda substitutiva já disponível no sistema.

Peço aqui aos nobres pares a aprovação deste projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senadora Roberta.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo).

A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro agradecimentos ao Senador Marcio Bittar pela sensibilidade a uma matéria extremamente importante e à Senadora Roberta por ter colaborado com a leitura *ad hoc*.

Obrigada, Senadora.

Item 1 da pauta.

Como eu sou a Relatora, eu queria pedir ao Senador Astronauta Marcos Pontes para presidir a reunião. Eu farei uma leitura rápida.

Depois nós temos apenas... A Mara Gabrilli está online? Nós temos a Mara, que fará a leitura dos votos dela, e depois nós teremos requerimentos, inclusive do Weverton, que não está aqui, e do Girão, que eu vou subscrever, e a gente vai aprovar em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Com a permissão da Presidente.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 19, DE 2020

- Não terminativo -

"*Institui o exercício profissional social no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para profissionais que obtiveram diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas*".

Autoria: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela rejeição

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Como Relatora.) – Presidente, é uma sugestão, e esta Comissão preza muito por todas as sugestões que vêm da sociedade. Essa veio especificamente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, para instituir o exercício profissional social no âmbito do Sistema Único de Saúde para profissionais que obtiverem diplomas em cursos costeados com recursos públicos.

Eu vou, Presidente, direto à análise, inclusive de uma forma resumida, porque já foi publicado o voto. Infelizmente, nós estamos dando pela prejudicialidade e eu vou explicar o porquê.

Sob o aspecto constitucional, a primeira dificuldade decorre da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, prevista no art. 206, IV, da Constituição. A imposição posterior de uma prestação obrigatória de serviços como contrapartida à formação recebida em instituição pública desfigura a própria gratuidade assegurada pelo texto constitucional. No caso de instituições privadas beneficiadas por recursos públicos, eventual contrapartida poderia ser cogitada apenas dentro de regime jurídico próprio, transparente e previamente pactuado, e não por imposição genérica, indiscriminada e posterior ao curso.

Também se verifica tensão relevante com a liberdade de exercício profissional, assegurada pelo art. 5º, XIII, da Constituição. A sugestão não cria componente curricular, estágio supervisionado ou requisito formativo vinculado à qualificação profissional. Ela institui, depois da formação, prestação compulsória de trabalho em favor do SUS, por período de dois anos, como contrapartida financeira presumida ao investimento público realizado. Essa estrutura aproxima a medida de trabalho compulsório e cria restrição ampla ao ingresso livre do profissional no mercado de trabalho.

Por esta razão, por estar ferindo garantias e liberdades garantidas na Constituição, nós estamos dando voto pela prejudicialidade da sugestão. Embora eu reconheça a legitimidade e a preocupação que motivou a confederação, a aprovação da SUG 19, de 2020, significaria encaminhar como projeto de lei de autoria da CDH uma proposta juridicamente vulnerável, de difícil execução, com problemas de técnica legislativa e parcialmente superada por políticas públicas já existentes, mais recentes, fundadas em mecanismos de incentivo e adesão voluntária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente não quer que essa adesão, Presidente, seja compulsória, que as pessoas que se formaram com recursos públicos em instituições públicas se ofereçam, por exemplo, o médico para ir para a região ribeirinha, mas de forma voluntária. Seria ferir princípios de liberdades individuais a imposição do projeto de lei.

Por isso, o voto é pela rejeição da Sugestão 19, de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Muito obrigado, Relatora e Presidente Senadora Damares Alves, pelo seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório apresentado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da sugestão.

A matéria vai ao arquivo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Eu devolvo a Presidência a quem é de direito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 154, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Obriga as unidades do Sistema Único de Saúde a garantirem acesso tempestivo a medicamentos para o tratamento da hipertermia maligna.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS, em deliberação terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, minha Presidente. Bom dia a todos.

Damares, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Pois não, Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. *Por videoconferência*.) – Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão deve opinar sobre matéria atinente à garantia e promoção dos direitos humanos, o que a torna competente para opinar sobre o Projeto de Lei nº 154, de 2026, que versa sobre letalidade de pacientes.

Examinada sob a ótica dos direitos humanos, a proposição se revela muito nobre. Nada mais meritório do que procurar assistir àqueles que, inertes, passam a correr risco de morte decorrente da tentativa de se tratar de algum outro mal.

A proposição se revela ainda mais interessante, porque não ignora o fato de que o Sistema Único de Saúde (SUS), alguns estados e municípios, bem como o Conselho Federal de Medicina, conhecem o problema e já buscaram enfrentá-lo com normas de sua competência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, de modo inteligente, não se posta contra o que já existe, mas comanda, em verdade, um decreto unificador e racionalizador, que tem alta probabilidade de aumentar a eficiência do sistema já existente, e isso significará vidas salvas.

O Projeto de Lei nº 154, de 2026, também não altera princípios estruturantes do SUS, tais como a universalidade, a integralidade, a descentralização ou a regionalização, mas se limita a explicitar um dever específico de organização da assistência em contexto já abrangido pela atenção integral à saúde.

A realização de procedimentos com anestesia geral insere-se no âmbito da média e da alta complexidade, áreas que o SUS já normatiza, sob a forma de planejamento regional, definição de referências assistenciais e adoção de protocolos clínicos e de segurança do paciente.

A exigência de acesso tempestivo a medicamentos para o tratamento da hipertermia maligna, condição rara, porém grave e potencialmente letal, não é inovação estranha às responsabilidades já assumidas pelo SUS.

Ao remeter a matéria ao regulamento, o projeto preserva a capacidade de os gestores do SUS adequarem a exigência às realidades regionais, permitindo a definição de estoques estratégicos em unidades de referência, mecanismos de logística assistencial e fluxos de acesso rápido ao medicamento, em lugar da imposição de manutenção indiscriminada de insumos em todas as unidades, o que se revelaria irracional, dados o alto custo das medicações antagonistas da hipertermia maligna e a raridade de sua ocorrência.

A proposição, portanto, é oportuna, nobre e inteligente, merecendo prosperar.

Iremos, por fim, propor emenda de redação apenas para adequar a proposição às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, sem qualquer alteração nos dispositivos normativos.

O voto.

Em razão dos argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 154, de 2026, com a emenda de redação que apresentamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Mara.

Bela matéria, bela iniciativa do Senador Hiran e belo voto, viu, Mara? Belo voto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto com a Emenda nº 1, que é só um aperfeiçoamento da redação.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em deliberação terminativa.

Inclusive, queria pedir à minha assessoria para a gente brigar por essa relatoria lá na CAS.

Item 7.

Quer falar, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Não.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 646, DE 2026

- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção à maternidade no âmbito das atividades de pesquisa científica financiadas com recursos públicos e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE, em deliberação terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Mara, para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom, peço licença para ir direto à análise.

Compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa apreciar o Projeto de Lei nº 646, de 2026, quanto à garantia e promoção dos direitos humanos, aos direitos da mulher, à proteção à família e à primeira infância, à fiscalização e acompanhamento de políticas governamentais relativas a esses direitos, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria insere-se no campo da igualdade de gênero, da proteção à maternidade e à primeira infância e da prevenção de práticas discriminatórias em políticas públicas de ciência, tecnologia e pesquisa, o que justifica a análise de mérito por este Colegiado.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade formal, o projeto disciplina normas gerais incidentes sobre políticas federais de fomento à pesquisa, em contexto de competência comum dos entes federados, para proporcionar meios de acesso à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, conforme o art. 23, inciso V, da Constituição Federal.

A iniciativa parlamentar mostra-se compatível com o art. 61, *caput*, da Constituição, pois não recai sobre matérias sujeitas à iniciativa privativa do Presidente da República elencadas no §1º do mesmo artigo.

Não se identificam vícios de iniciativa, de competência legislativa ou de reserva de lei complementar que comprometam a constitucionalidade formal da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, a literatura especializada e os levantamentos empíricos recentes evidenciam que a maternidade constitui um dos principais fatores de assimetria de gênero na carreira científica. Em artigo publicado em 2019, pesquisadores do movimento Parent in Science identificam queda nas taxas de publicação por pelo menos quatro anos após a maternidade, fenômeno observado em diferentes áreas do conhecimento, inclusive nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Os resultados também indicam forte assimetria na divisão do trabalho de cuidado: 54% das respondentes declararam ser as únicas responsáveis principais pelo cuidado dos filhos, enquanto apenas 34% relataram divisão igualitária entre os pais. Essa sobrecarga limita o tempo disponível para atividades acadêmicas, pois somente 14% das pesquisadoras afirmaram conseguir trabalhar regularmente em casa. Além disso, 81% das participantes avaliaram que a maternidade impactou sua carreira científica, sendo 59% de forma negativa e 22% de forma fortemente negativa.

Consequentemente, as cientistas enfrentam maior probabilidade de interrupção ou desaceleração da trajetória acadêmica em decorrência da maternidade. Por conseguinte, a redução na taxa de publicação após a maternidade representa um prejuízo na disputa para a obtenção de bolsas de produtividade, prejudicando a pesquisa acadêmica e científica das mulheres cientistas.

Em tal contexto, períodos de afastamento por licença-maternidade, quando não adequadamente compensados por ajustes de prazos e critérios de avaliação, convertem-se em desvantagem estrutural para pesquisadoras mães.

Ademais, esses achados sugerem que o impacto da maternidade não se limita a um hiato temporal pontual, estendendo-se ao longo dos primeiros anos de vida da criança e ainda repercutindo negativamente sobre indicadores de produtividade que estruturam a progressão na carreira científica.

A nobre autora do Projeto, Senadora Soraya Thronicke, busca enfrentar esse problema por meio de três eixos normativos: a suspensão automática de prazos de bolsas, editais e projetos durante a licença-maternidade, com prorrogação proporcional; a determinação de que o período de afastamento não seja computado negativamente em avaliações de produtividade, mérito acadêmico, desempenho em projetos, elegibilidade para novos fomentos ou pontuação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curricular; e a vedação de critérios avaliativos que produzam efeitos discriminatórios, diretos ou indiretos, em razão de gestação, parto, adoção ou licença-maternidade. Tais medidas alinham-se à obrigação constitucional de proporcionar meios de acesso à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, prevista no art. 23, inciso V, e ao dever de combater causas de marginalização e promover a integração social de setores desfavorecidos, constante do art. 23, inciso X, ao mitigar barreiras específicas que atingem mulheres pesquisadoras.

Cumpre salientar, porém, que o texto original do Projeto de Lei nº 646, de 2026, estrutura-se como lei autônoma, paralela a marcos já existentes sobre prorrogação de bolsas em razão de maternidade e paternidade, em especial a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017. A experiência normativa e administrativa demonstra que a proliferação de leis autônomas sobre temas correlatos tende a gerar fragmentação, sobreposição de comandos, dificuldades de harmonização com regulamentos das agências de fomento e insegurança jurídica para pesquisadoras e instituições. Sob a ótica da técnica legislativa e da coerência sistêmica, mostra-se mais adequado que as inovações propostas se integrem à Lei nº 13.536, de 2017, que já trata de prorrogação de bolsas concedidas por agências federais de fomento em razão de eventos familiares, de modo a consolidar em um único diploma as regras de proteção à maternidade no âmbito do fomento federal à pesquisa.

Dessa forma, conferimos maior estabilidade, uniformidade e segurança jurídica às garantias já reconhecidas em atos administrativos, ao mesmo tempo em que ampliamos sua incidência para todo o sistema federal de fomento à pesquisa, inclusive bolsas de produtividade e programas estruturantes.

Ressalte-se, ainda, que as medidas propostas se concentram em ajustes de prazos, parâmetros de avaliação e vedações antidiscriminatórias, sem criação de novos benefícios financeiros nem ampliação de valores de bolsas, o que afasta, em princípio, impactos orçamentários significativos e reforça o caráter de correção de distorções estruturais, e não de concessão de privilégios.

Assim sendo, o substitutivo proposto preserva o núcleo material do PLC nº 646, de 2026, mas o insere em marco normativo já consolidado, o que favorece a sistematicidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordenamento, facilita a regulamentação pelas agências de fomento e reduz o risco de conflitos interpretativos.

Do ponto de vista de política pública, a integração das medidas à Lei nº 13.536, de 15 de dezembro 2017, permite alinhar a legislação federal às diretrizes administrativas já adotadas pelo CNPq, conferindo-lhes densidade jurídica superior e não mais permitir que a maternidade seja fator crítico de evasão e sub-representação de mulheres em níveis mais altos da carreira científica.

A aprovação do Projeto de Lei nº 646, de 2026, consolida, em âmbito federal, um regime jurídico robusto de proteção à maternidade e à primeira infância no sistema de fomento à pesquisa científica, em consonância com os dados empíricos disponíveis ou as melhores práticas já adotadas pelas agências de fomento.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 646, de 2026, na forma do substitutivo que apresentamos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Senadora Mara, que voto espetacular!

Sabe aquela matéria que a gente lê e fala assim: por que a gente não pensou nisso antes? É uma daquelas matérias, Mara. Parabéns à autora, Senadora Soraya, e parabéns, Mara, pela apresentação do voto. E aqui a gente agasalha esse público tão especial: as mulheres que estão envolvidas em pesquisas com recursos públicos, a proteção à maternidade no âmbito das atividades de pesquisa científica. Fantástico, Mara! Eu estou encantada com o seu voto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, substitutivo.

A matéria segue para a Comissão de Educação e Cultura.

Mara, antes de você desligar, tanto você como eu, ontem manifestamos na CAS a tristeza pela perda da nossa querida Cíntia. Mas eu acho que seria também oportuno a gente fazer um registro nesta Comissão, porque a Cíntia estava sempre aqui nos bastidores com a gente, nesta Comissão. Cíntia era uma ativista pela proteção e garantia dos direitos das pessoas com doenças raras, das pessoas com deficiência, esse grupo da sociedade civil organizada.

Esse grupo é responsável por muitos avanços e conquistas das pessoas com doenças raras, das pessoas com deficiência. E duas semanas atrás, Mara, a nossa querida Cíntia partiu. Vou sentir saudade de ver a Cíntia aqui pelos corredores, mesmo com suas limitações, em cadeira de rodas, vindo brigar, passando horas dentro de uma Comissão gritando pelos direitos das pessoas com doenças raras, daquele jeito muito especial, visitando gabinete por gabinete, conversando com todos os Parlamentares, na Câmara e no Senado. E eu vou sentir muita saudade dela. E ontem eu registrei, e também a Mara, na Comissão de Assuntos Sociais, e hoje a gente votou um projeto de lei de garantia de remédios para pessoas com doenças raras.

E aí, Mara, a minha tristeza é que Cíntia estava esperando uma liminar para receber um remédio, e Cíntia partiu sem o remédio. Uma semana depois que Cíntia faleceu, o remédio chegou. E aí, Mara, essas indignações tomam conta da gente, porque era uma mulher que lutava pelo direito de muitas pessoas, e o remédio dela chegou, via judicial, depois do prazo, quando a gente não tinha mais a Cíntia.

Inclusive, Mara, o grupo de que ela fazia parte veio conversar com a gente sobre de que forma a gente poderia... Por exemplo, esse remédio que foi destinado judicialmente para Cíntia, ele agora vai voltar para um depósito, para aguardar outro deferimento de uma outra liminar ou para ir para um outro paciente, para o SUS comprar. E elas estavam pensando: já que esse remédio está disponível e a família vai ter que devolver... E já houve caso em que a família devolveu e o remédio foi incinerado, Mara. E se a família demorar para devolver e perder a validade? Às vezes são doses que precisam ser bem- guardadas, bem-condicionadas, bem-armazenadas. Aí a família está num momento de dor, de luto, de sofrimento, brava porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remédio chegou depois. O que fazer numa situação dessas? Como a gente poderia aproveitar esse remédio, que é tão caro e que demorou tanto de chegar?

É de a gente pensar, Mara, numa proposta para que, esse remédio chegando, a família seja orientada; que seja devolvido e que a primeira pessoa que está na fila já tenha acesso. Porque para o laboratório vai ser bom esse remédio ser perdido, já que ele vai vender outro para o Governo. Então, Mara, trouxeram essa delicadeza ontem, e a gente precisa pensar no destino da medicação quando chega e na orientação da família sobre o que fazer com esse remédio.

Então, Mara, eu queria – eu tenho certeza de que você vai fazer coro – manifestar também, por meio desta Comissão, o nosso carinho para a família da Cintia, e manifestar também tudo o que Cintia foi aqui nos bastidores. Nós vamos morrer de saudade dela. Então, eu queria fazer, Mara, ainda com a sua presença, esse registro, em nome da Comissão de Direitos Humanos; esse ato de homenagem à Cintia e a todo o trabalho que ela fez nos últimos anos, nos bastidores, com os Parlamentares no Congresso Nacional, brigando pelos direitos das pessoas com doenças raras e pessoas com deficiência.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. *Por videoconferência*.) – Presidente Damares, eu fico muito lisonjeada de você me segurar um pouquinho para a gente poder falar da Cintia, para falar dessa doença raríssima, que tem um nome tão grande – o apelido é LAM, mas o nome é linfangioleiomiomatose. E a gente não quer perder mais Cintias nessa situação.

Isso que você está dizendo, de o medicamento chegar tarde, é uma coisa que, num outro âmbito, mas também na saúde, acontece com a cadeira de rodas. Uma criança acaba, muitas vezes, em regiões mais difíceis no Brasil, recebendo a cadeira depois de cinco anos, e a criança já cresceu, daí a cadeira vai para o lixo. Então a gente tem que ter, sim, devido à demora tanto de medicamentos quanto de equipamentos, alguma política que traga essa humanidade àquilo que foi perdido, e que a gente possa reaproveitar e salvar vidas. Então, eu até te agradeço, para a gente poder pensar juntas uma forma, pode ser uma lei mesmo, para que isso não aconteça.

E também quero registrar aqui todo o meu sentimento e o meu amor à família da Cintia, que era um símbolo e vai fazer muita falta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Muita falta, Mara. Obrigada por ter feito coro comigo. A família está muito triste, mas a gente continua aqui firme, Mara.

Eu vou sentir muito sua falta aqui. Esta semana eu estava, inclusive, orando. Desculpa, gente, o Estado é laico, mas eu sou terrivelmente cristã. Eu estava orando por sua vida, Mara, e agradecendo a Deus por tudo que você foi no Senado, na Câmara e por tudo que você vai ser aí no estado. A Mara tomou uma decisão de ser Deputada Estadual, de não ser mais Senadora. Mas olha, Mara, o que nós vamos buscar seu gabinete lá na Assembleia, para você nos ajudar na leitura dos pareceres, nos nossos votos. Nenhum voto a gente pode construir sem consultá-la, você é a especialista. Vamos morrer de saudades, mas sua Senadora Damares ainda tem mais quatro anos; vou ficar aqui acompanhando e nós vamos votar todos os seus projetos que ainda estão tramitando na Casa, Mara. Que Deus a abençoe e obrigada, Mara, por sua entrega!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. *Por videoconferência*.) – Ai, Damares, amei! Obrigada a você. Saiba que para mim o cargo é o de menos. Onde eu estiver, eu estarei fazendo e junto com todos aqueles que eu posso chamar de amigos e colegas, que trabalharam junto comigo. Então, não sinta minha falta, porque eu sempre estarei perto de você, Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, minha Senadora querida, minha amiga, minha inspiração. Deus a abençoe, Mara!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - SP. *Por videoconferência*.) – Amém! E obrigada pela oração.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Os itens 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 são dez requerimentos, apenas um é pedido de informação, os demais são de audiência pública.

O autor do item 8 é o Senador Weverton. Nós já conversamos. Eu estou subscrevendo, para a gente deliberar esse requerimento hoje, dada a importância dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também um da Senadora Jussara, que eu vou subscrever; um do Senador Hermes Klann, que eu vou subscrever; e um do Senador Girão, que é pedido de uma audiência pública, e eu também vou subscrever. (*Pausa.*)

Aliás, dois do Girão.

Farei a leitura em bloco dos requerimentos e colocarei a votação dos requerimentos em bloco.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 109, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, apurar denúncias de negligência, superlotação e aumento expressivo de óbitos no Hospital da Criança Odorico Amaral de Matos, em São Luís, Maranhão, que afetam diretamente o direito fundamental à vida e à saúde de crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA) e outros

Também subscrito por mim.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 110, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 104/2026 - CDH seja incluída a convidada Doutora Fernanda Fenelon, Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 104/2026 - CDH sejam incluídos os seguintes convidados: representante MATRIA Mulheres, Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil; a senhora Ana Carolina Campos Santana, Policial penal lotada na Colmeia; o senhor Paulo Rogério da Silva, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do DF; e a Doutora Tatiana Dorneles, Procuradora da República, autora do livro "PrisioneirXs - Transmulheres nos presídios femininos e o X do problema".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 112, DE 2026

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir a segurança dos dispositivos médicos implantáveis destinados à saúde da mulher, especialmente os impactos decorrentes da utilização do sistema contraceptivo permanente Essure, os mecanismos de tecnovigilância adotados pelas autoridades sanitárias, a garantia do consentimento livre e esclarecido, o acompanhamento clínico das pacientes e o aperfeiçoamento das políticas públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltadas à proteção dos direitos das mulheres afetadas por eventos adversos relacionados a implantes médicos.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 113, DE 2026

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a situação de insegurança dos profissionais de saúde indígena em todo o território brasileiro.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 114, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a CAS - objetivo de debater o cenário da Fibrose Pulmonar no Brasil, incluindo a Fibrose Pulmonar Idiopática (FPI) e as demais formas de Fibrose Pulmonar Progressiva (FPP), bem como os desafios relacionados ao diagnóstico, tratamento, acesso a centros de referência e estruturação da linha de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). REQ. n.º 59

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da publicidade e do patrocínio, de organizações esportivas, por marcas pertencentes a empresas e plataformas que explorem atividades econômicas relacionadas a anúncios de serviços de profissionais do sexo e à produção ou comercialização de conteúdo adulto, especialmente quanto à proteção das mulheres, das famílias, das crianças e dos adolescentes.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Autoria do Senador Girão, subscrito por mim.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 116, DE 2026

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os episódios recentes de censura no Brasil, a violação à liberdade de imprensa e seus impactos sobre as liberdades fundamentais.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Autoria do Senador Girão, subscrito por mim.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117, DE 2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública, conjunta com a CAS, com o objetivo de debater a jornada do paciente com Hemoglobinúria Paroxística Noturna (HPN) no Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do REQ-55/2026-CAS

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118, DE 2026

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 108/2026 - CDH.

Autoria: Senador Hermes Klann (PL/SC) e outros

Autoria do Senador Hermes, que eu subscrevo.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, deferimento do pleito de participação de representante do MDS na Audiência Pública de instrução do PL 5.115/2025.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria da Senadora Jussara, que eu subscrevo.

Solicitação de inclusão do Requerimento 120, extrapauta. Vou aprovar o pedido de extrapauta e, na sequência, o requerimento extrapauta, que é de minha autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120, DE 2026

- Não terminativo -

Requer inclusão de convidado quando da realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os episódios recentes de censura no Brasil, a violação à liberdade de imprensa e seus impactos sobre as liberdades fundamentais (Sen. Girão)

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

É um requerimento do Senador Girão, que vamos aprovar, e eu estou incluindo convidados no requerimento.

Em discussão os requerimentos lidos. (*Pausa.*)

Não tendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos nºs 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119 e o extrapauta também – o pedido de extrapauta e o requerimento extrapauta.

Vencemos a nossa pauta deliberativa.

Temos encaminhamentos e comunicados, mas o primeiro comunicado que eu quero fazer é um registro de dor e um registro de indignação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos exibir a foto das duas crianças? Eu não aguento mais terminar esta reunião lamentando a morte de crianças no Brasil – não aguento mais. E hoje eu mostro a foto das duas meninas. Essa história chocou o Brasil, essa história nos incomodou mais uma... Em duas semanas, são crianças de que eu trago a foto assassinadas por quem deveria estar protegendo: os pais. Essas duas meninas... O pai estava preso. E ao pai foi dado o direito de fazer a saidinha do Dia dos Pais. Ele foi à casa das meninas e levou as meninas para passar o Dia dos Pais com ele, e ele matou as duas filhas.

Eu estava lendo em uma das matérias – foram muitas matérias que saíram – que a motivação foi ciúme da mãe. Mais um episódio de violência vicária no Brasil. Duas lindas meninas; duas meninas. Eu fico imaginando-as arrumando a mochila para irem passear com o papai; talvez fizesse algum tempo que elas não viam o papai... E ele sai do presídio determinado a matar as filhas. Aí eu pergunto: a saidinha sendo concedida a pessoas que não estão em condições de viver em sociedade...?

A gente já aprovou uma lei aqui acabando com as saidinhas, mas parece que ele estava condenado por um crime que a lei não alcançava, porque a lei foi aprovada em 2024, ele estava condenado antes, e a lei só retroage para beneficiar o réu. Só serão beneficiados... Só serão proibidos da saidinha presos condenados a partir de 2024; os presos condenados para trás continuam tendo direito! E a gente tem um monte de bandidos perigosos que foram condenados antes de 2024 e que estão tendo direito à saidinha. Está aí.

E me parece que... Por que ele matou? Ele viu uma foto da mãe das meninas – ela estava parando de visitá-lo na cadeia – com as amigas num restaurante, num bar, alguma coisa assim. Uma foto, e ele tirou a vida de duas meninas! Que culpa essas meninas tinham?

Não dá mais! A gente semana passada mostrou a foto do menininho que foi assassinado pelo pai.

E, depois que ele assassinou as duas meninas, acho que bateu o arrependimento, ele viu o que ele fez, e ele foi à delegacia e disse o seguinte – eu não vou falar a palavra–: "Acabei de fazer uma 'm'". Tirar duas vidas de meninas, para ele, era só uma "m". Elas foram embora. Eu vi um depoimento da mãe extremamente doloroso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que a gente encontre mecanismos no Brasil para proteger mais nossas crianças.

São lindas, não são? Um abraço à mãe e à família. Que esse bandido, que vai ser condenado agora pelo assassinato delas, já depois de 2024, nunca mais saia da cadeia! Que ele tenha os direitos como preso garantidos, mas que ele nunca mais saia da cadeia!

Desculpem a minha indignação, mas eu não tenho outra forma de falar. Que Deus tenha piedade das crianças no Brasil!

Comunico também que a Comissão de Direitos Humanos está acompanhando 26 brasileiros detidos na República Democrática Popular do Laos. Não posso dar mais informações, mas as famílias procuraram a Comissão. A Comissão já está em diálogo com o Itamaraty; a Comissão também está em diálogo com a Embaixada do Brasil, com os nossos diplomatas. O Governo Federal está tomando todas as medidas necessárias. Não posso falar muito. Vamos esperar os brasileiros serem soltos, serem repatriados, e aí, sim, a gente faz uma prestação de contas, mas, como isso foi matéria jornalística, eu só estou informando ao Brasil que a Comissão... Nós não vamos... Inclusive, a gente tem um problema de fuso horário – lá é noite, aqui é dia –, e meus assessores estão ficando acordados à noite, o Embaixador do Brasil também. Nós estamos dando assistência às famílias e logo traremos, se Deus quiser, boas notícias para o Brasil.

Comunico também que a Sugestão 09 de 2026, que foi apresentada pelo Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador, será retirada de tramitação a pedido do autor. Quanto a essa sugestão, quando vem de uma instituição, não precisa ter tantos apoiamentos da sociedade, mas me parece que o instituto autor da sugestão quer fazer modificações na proposta. Então eles pediram a retirada, e esta Presidência deferiu a retirada da tramitação da Sugestão 09, de 2026.

Expediente nº 20. Comunico ao Colegiado o recebimento da denúncia constante do Expediente 456 e informo que já foram tomados os devidos encaminhamentos.

Comunico ainda o recebimento das respostas dos ofícios constantes nos Expedientes 427, 428, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446 a 450, depois 451, 452, 453 e 454. Informo que todos receberam os devidos encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco especialmente os Expedientes 428 e 437, que se referem ao mesmo caso, relativo ao acompanhamento das investigações de homicídios ocorridos no Estado do Ceará.

No Expediente 428, o Ministério Público informou que acompanhava a investigação e que havia se manifestado favoravelmente à prisão preventiva do investigado, posteriormente deferida e cumprida.

Já no Expediente 437, a polícia civil comunicou a conclusão do inquérito após mais de 20 oitivas, análise de imagens e outras diligências com indiciamento, a prisão preventiva do investigado e a remessa do procedimento ao Poder Judiciário. A Comissão manterá o acompanhamento institucional do caso.

Destaco também o Expediente nº 430, referente à denúncia sobre possível falta de transparência nas convocações de professores temporários da rede pública do Distrito Federal. A Controladoria-Geral do DF informou que a demanda foi registrada no ParticipaDF e encaminhada à Secretaria de Educação.

Destaco ainda o Expediente 435, referente à atuação da Comissão em favor de pessoa com grave lesão ortopédica, cujo quadro médico apresentava risco de amputação do membro. Após o acionamento dos órgãos de saúde, houve regulação para atendimento especializado no Hospital Geral de Bom Sucesso, com comparecimento do paciente à consulta e início do acompanhamento pela equipe assistencial da unidade.

Entre as demais respostas, destaco o Expediente 438, relativo à situação de criança brasileira cujo paradeiro no exterior permanece desconhecido. A Procuradoria-Geral da República informou que as autoridades dinamarquesas não reconheceram o caso como hipótese de subtração internacional abrangida pela Convenção de Haia, de 1980, e indicou, entre as alternativas para a localização da criança, consulta à Interpol sobre a possibilidade de emissão de alerta amarelo.

Comunico, por fim, o recebimento das solicitações constantes nos Expedientes 429, 432 e 457. Informo que todas receberam os devidos encaminhamentos.

Destaco o Expediente 429, que trata das dificuldades enfrentadas por famílias haitianas regularmente residentes no Brasil para a reunificação com cônjuges e filhos que permanecem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Haiti. Em decorrência da demanda e do exercício da função fiscalizadora da Comissão, foram protocolados os Requerimentos 569, dirigidos ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o Requerimento 571, dirigido ao Ministério das Relações Exteriores, solicitando informações sobre a implementação e a efetividade da política pública de reunião familiar prevista na Lei de Migração, inclusive quanto aos procedimentos aplicáveis às famílias haitianas.

A matéria permanecerá em acompanhamento pela Comissão.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos acima propostos para a deliberação desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos temos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos classificados como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da CDH, enquanto os demais permanecem na secretaria da Comissão por 15 dias úteis, ao fim dos quais serão arquivados.

Comunico ainda que a Comissão teve uma reunião esta semana por vídeo com a Clarice, mãe das duas crianças de Bacabal que se encontram ainda desaparecidas. A Comissão tem uma diligência marcada para Bacabal. Nós, inclusive, estávamos com datas já separadas e houve uma solicitação dos Senadores do estado para que a data fosse alterada. Mas a mãe está em desespero. Inclusive, a mãe está de forma muito ativa nas redes sociais. Eu quero cumprimentar a Clarice, que está esquecendo um pouco a dor para fazer da dor a luta e está de, forma ativa nas redes sociais, dando voz a outras mães também. Que coragem, Clarice – que coragem!

A Clarice esteve comigo, a advogada da Clarice esteve comigo por meio de vídeo, e eu quero cumprimentar todas as pessoas que estão ajudando a Clarice nesse grande movimento nas redes sociais.

Clarice, fique firme! Esta Comissão não vai te deixar para trás. Nós vamos persistir na busca das duas crianças de Bacabal, e eu queria solicitar à Secretaria que falasse com a assessoria dos três Senadores do estado. Eu acho importante a gente marcar essa visita a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bacabal o mais rápido possível, ir ao quilombo – essas duas crianças são de quilombo – é muito importante para a gente dar mais visibilidade ao caso.

Informo também que, na próxima segunda-feira, a outra criança cujo desaparecimento nós estamos acompanhando, a criança de Eldorado dos Carajás no Pará, aquele menininho lindo que estava brincando no quintal de casa – ele foi sequestrado do quintal... Essa família também está fazendo um grande movimento nas redes sociais, um grande movimento – o Estado do Pará inteiro está procurando essa criança –, e na segunda-feira haverá um ato em Eldorado dos Carajás, e a nossa Comissão foi convidada para ir. Nós vamos tentar ver se alguém nos representa, se algum membro da Comissão pode estar lá ou um dos nossos servidores. Eu não consigo ir a Eldorado dos Carajás na próxima segunda, mas quero cumprimentar a Câmara Municipal de Eldorado dos Carajás pelo ato que vai acontecer na próxima segunda-feira em busca daquela criança tão linda, daquele menino tão lindo.

A gente está acompanhando a dor da família e o envolvimento da cidade. Eu fiquei encantada como a cidade de Eldorado dos Carajás, assim como a cidade de Bacabal... Bacabal parou por muitos dias – vocês lembram? A gente acompanhou ao vivo as buscas. Eu quero cumprimentar todos os moradores de Eldorado, a Câmara Municipal, a Prefeitura, todas as autoridades.

Eu conheço a cidade Eldorado dos Carajás, eu conheço a região, aquilo é muito grande! É possível que aquela criança não esteja mais na região. Por isso a foto precisa ser o tempo todo mostrada para o Brasil – essa criança pode estar em qualquer lugar do Brasil. Nós temos que encontrar essas crianças, são mais de 60 mil crianças desaparecidas no Brasil – hoje aprovamos uma matéria também sobre o desaparecimento de criança.

Eu fico muito triste em terminar a reunião com tantos comunicados tristes, e a maioria é sobre crianças.

Dani Linhares está aqui com a gente. Que tristeza, não é, Dani? Dani, essa ativista pelo direito das crianças.

Eu quero registrar também a presença de Isany Kalapalo, a minha ativista pelo direito das crianças indígenas. Eu conheço a Isany há uns 15 anos, Isany? Você era uma menina. Era uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menina. A Isany foi uma das primeiras vozes indígenas que veio comigo na luta pelo fim do infanticídio indígena, e a Isany também é uma lutadora pelo direito da mulher indígena, pela violência que acontece em comunidade indígena e que alguns acham que é cultura. A Isany fala que não, não é cultura, isso não é cultura, é violência. Isany é uma guerreira, odiada nas redes sociais. Quem não acompanha a Isany, eu convido para acompanhar a Isany. É uma voz das mulheres, e ela mora em aldeia, tá, gente? E ela faz, dentro da aldeia, um movimento nas redes sociais que é impressionante. E, às vezes, tem que subir numa árvore para pegar a área, às vezes não tem energia, e porque na comunidade dela realmente não tem energia, são geradores. É muito complicada a situação da Isany, mas é a mais famosa youtuber indígena que nós temos no Brasil, né? E que já avançou outros países. A Isany é sempre convidada, e teve um momento que teve que ser obrigada a sair do Brasil para garantir a segurança da vida dela por causa das denúncias. Denuncia também os invasores de área, os descasos com os povos indígenas. A Isany é um fenômeno! As ONGs, que tanto usam os indígenas, né? E a Isany é pré-candidata a Deputada Federal, né, Isany?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ixi! Isso! Tem que ser voz aqui no Congresso.

Nós também estamos recebendo hoje no Plenário uma família de Minas Gerais, que também, aquela menina é um fenômeno nas redes sociais. E tudo começou por causa da dor, né? Ela perdeu um irmão e uma morte ainda não muito explicada. E depois que o pai começou a falar da morte do filho, querendo explicação, ele ficou famoso, gente. Ele está aqui. Ele tinha um carro de som e ele colocava um caixão em cima do carro de som, no interior de Minas, e ficava na frente do Ministério Público, gritando. Ele só queria saber o que aconteceu com o filho. E o protesto dele incomodou muita gente. E ele foi preso por causa do protesto. Era um protesto agressivo? Era, mas era um pai em dor. E foi a forma que ele encontrou de ser notado. Ele está aqui hoje. E aí a filha continuou a luta, porque depois que o pai foi preso, a filha foi para porta do presídio com o mesmo carro, com o mesmo caixão, gritando.

Gente, são histórias. E todas as histórias aqui movidas por dor. Eu vou receber a família hoje. A gente está acompanhando via Comissão o que está acontecendo com o pai, com a filha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas esta Comissão está aqui para isso, gente, para dar voz, para acolher. Mesmo que a gente não consiga resolver os problemas, a gente abraça, a gente ouve, a gente dá visibilidade.

E temos muito trabalho, né, Secretaria? A Secretaria não para, gente.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Damares Alves, e ainda do Senador Beto Faro, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Lourdinha Pereira, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos PL 452/2025, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), REQ 45/2026 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 47/2026 - CDH, de autoria Senador Marcio Bittar (PL/AC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Instruir o PL 452/2025, que proíbe a adoção de sistema de cotas em processos seletivos de programas de Residência Médica". Participantes: Frei David dos Santos, Educafro Brasil; Jerzey Timoteo Ribeiro Santos, Secretário Adjunto de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde - MS; Alcindo Cerci Neto, Conselheiro Federal pelo estado do Paraná - representante do Conselho Federal de Medicina – CFM; Raul Cutait, Academia Nacional de Medicina; Rosana Machado, Coordenadora-Geral de Trabalho e Política do Ministério da Igualdade Racial - MIR; Letícia Holanda, Diretora de Comunicação da União Nacional dos Estudantes - UNE; Edilson Martins Melgueiro (Baniwa), Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos indígenas - MPI; Gabriel Sanchez Okida, Presidente da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil - AEMED-BR; Caio Gracco, Vice-Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes - ANMR; José Santos Souza Santana, Diretor de Ensino, Pesquisa e Inovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil; Cleber Santos Vieira, Secretário Substituto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC; Priscilla Selares, Coordenadora-Geral de Articulação Institucional e Participação Social da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC; Cleunice Bohn de Lima, Conselheira Titular da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD), representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE; e Rodrigo Alves Rodrigues, Coordenador-Geral de Residências em Saúde do Ministério da Educação - MEC. Resultado: Audiência pública realizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/18

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 60ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 18 de agosto de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 45, da CDH, de 2026, de minha autoria, e também do nº 47, também da CDH, de 2026, de autoria dos Senadores Marcio Bittar e Dr. Hiran, e subscrito pela Senadora Damares Alves.

Qual é o objetivo? Instruir o PL 452, de 2025, que proíbe a adoção de sistema de cotas em processos seletivos de programas de residência médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico a todos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Antes de formar a mesa, já que muitos dos convidados estão ainda chegando, eu farei a minha manifestação como Presidente em exercício nesta Comissão. Desde já agradeço à Presidenta Damares, que mantém este ritual: quem apresentou o primeiro requerimento preside a sessão. Eu deixo claro que, nesta questão de cotas, ninguém tem dúvida de que eu tenho lado, sempre tive lado, tanto que, de todas as políticas de cotas que passaram aqui pelo Congresso, eu fui autor ou fui Relator. Neste caso, eu sou o autor do requerimento. Então, não estranhem. A partir da leitura desta minha fala, eu passarei, então, convidando todos a presidir os trabalhos. E eu vou presidir com equilíbrio necessário os dois campos que têm visões diferentes. O.k.? Então, vamos lá!

Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal tem por objetivo debater o Projeto de Lei nº 452, de 2025, que proíbe a adoção de sistema de cotas em programas de residência médica. De autoria do Senador Dr. Hiran, o projeto propõe proibir reserva de vagas sejam elas raciais, sociais ou de qualquer outra modalidade para ingresso em programa de residência médica em instituições de ensino superior públicas ou privadas bem como em unidades hospitalares e instituições afins reconhecidas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde.

O Exame Nacional de Residência é um processo seletivo unificado, de âmbito nacional, destinado a selecionar candidatos para o ingresso em programas de residência médica e de residência em área profissional da saúde multiprofissional. O exame foi criado com o propósito de democratizar o acesso aos programas de residência, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a redução das desigualdades sociais no nosso país. É justamente nesse ponto que precisamos concentrar a nossa atuação.

O PL 452, de 2025, ao proibir as ações afirmativas nos processos seletivos de residência médica, pode representar um retrocesso a uma política de inclusão que vem sendo construída

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao longo dos anos – longos, longos, longos; longa caminhada. Na prática, a proposta atinge mecanismos que possibilitam a reserva de vagas para candidatos negros, pretos e pardos, para pessoas com deficiência entre outros grupos historicamente sub-representados. Precisamos lembrar que a política de cotas não é um privilégio, é simplesmente um instrumento de correção de desigualdades históricas e de ampliação de oportunidades.

A Lei de Cotas representa um dos mais importantes avanços das últimas décadas na democratização do acesso à educação brasileira. Ela ampliou as oportunidades para estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e oriundos de escolas públicas e também brancos pobres comprovadamente vulneráveis. Esse processo de inclusão precisa alcançar também a formação especializada dos profissionais de saúde.

Quando falamos em residência médica, estamos falando do futuro da medicina brasileira, estamos falando de quem terá acesso às especialidades, aos hospitais, à pesquisa e aos espaços de maior qualificação profissional. Por isso, precisamos perguntar: que medicina queremos construir? Uma medicina que reproduza as desigualdades existentes na sociedade ou uma medicina que reflita a diversidade do povo brasileiro?

Queremos médicos negros, brancos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência ocupando todos os espaços da formação e da profissão. Queremos que jovens que vieram da escola pública também possam chegar às especialidades médicas. Queremos que a origem social não seja uma barreira intransponível para quem tem talento, dedicação e compromisso com a saúde da população.

O Brasil avançou muito com as políticas de ações afirmativas. As cotas ajudaram a abrir portas que, durante décadas e décadas, permaneceram fechadas para milhões de brasileiros. Não podemos permitir que essas portas sejam novamente fechadas. É preciso ter muito cuidado para que, em nome de uma suposta igualdade, não acabemos produzindo ainda mais desigualdades. Tratar igualmente pessoas que partem de condições profundamente diferentes não significa promover justiça – podem crer. A verdadeira igualdade pressupõe reconhecer as desigualdades e criar mecanismos para superá-las. Por isso esta audiência pública é tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos ouvir especialistas, entidades médicas, instituições de ensino, representantes dos movimentos sociais, pessoas com deficiência, estudantes e todos aqueles que têm contribuição a oferecer para este bom e qualificado debate. Não estamos discutindo apenas uma regra de seleção para programas de residência. Estamos discutindo que país queremos, que país queremos construir e que sistema de saúde queremos oferecer às futuras gerações.

A saúde pública brasileira precisa de profissionais qualificados, mas também precisa refletir a diversidade da nossa população. Uma coisa está ligada à outra. As ações afirmativas não diminuem a qualidade. Elas ampliam oportunidades e ajudam a construir uma sociedade mais justa, mais plural e mais democrática.

Espero eu – que estou presidindo os trabalhos – que este debate seja realizado com profundidade, respeito e espírito democrático, inclusive com aqueles que pensam diferente. Que possamos avaliar os impactos do projeto, sobretudo garantir que nenhum brasileiro seja excluído... Repito: sobretudo garantir que nenhum brasileiro seja excluído do sonho de se tornar especialista em Medicina simplesmente pela sua cor, sua origem social, sua condição de deficiência ou por pertencer a um grupo historicamente discriminado.

O Brasil já deu passos importantes na direção da inclusão. Não podemos retroceder. Queremos e precisamos avançar, porque democratizar o acesso à educação é a formação profissional e também é democratizar o acesso a direitos, oportunidades, cidadania; é ter o olhar claro sobre a responsabilidade de todos nós com as políticas humanitárias, e é esse compromisso que deve orientar o nosso debate nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Esta é a fala da Presidência.

Vamos agora, conforme já havia anunciado, formatar a mesa. Convidados presenciais. Segundo a Secretaria-Geral, esta ordem foi pela chegada dos nossos convidados.

Chamo para a mesa Jerzey Timoteo Ribeiro Santos, Secretário-Adjunto de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Rosana Machado, Coordenadora-Geral de Trabalho e Política do Ministério da Igualdade Racial. (*Palmas.*) Edilson Martins Melgueiro, Diretor... Seja bem-vindo, mestre! Sente-se aqui do meu lado, como autor e proponente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escolha, escolha! Por mim, pode se sentar aqui à mesa, porque ele é autor e proponente. (*Pausa.*)

Convido José Santos Souza Santana, Diretor de Ensino, Pesquisa e Inovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. (*Palmas.*) Cleber Santos Vieira, Secretário Substituto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi-MEC). (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O.k.

Conforme combinado, o Cleber ficaria na segunda mesa.

Muito bem.

Temos também os convidados por videoconferência.

Eu vou ter, se vocês assim entenderem, o cuidado de chamar um presencial e um por videoconferência. Pode ser? A mesa concorda aqui? (*Pausa.*)

Um presencial e um por videoconferência.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Senador Dr. Hiran, por favor, autor do projeto e um dos autores de requerimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR. Pela ordem.) – Bom, eu quero saudar todos da mesa e todos da plateia – muito boa tarde! – e eu queria solicitar a V. Exa. que inserisse nessa pauta de discussões o Prof. Raul Cutait...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Tranquilo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – ... que é uma referência da academia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que inclua, como eu também indiquei nomes recentemente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – O Prof. Raul Cutait, que é da Academia Nacional de Medicina, que vai se manifestar também. Eu acho que já foi encaminhado lá o... (*Pausa.*)

Muito bem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Estamos juntos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Bom trabalho a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Com certeza será um debate muito qualificado e do mais alto nível. É uma satisfação ter você aqui na mesa, Senador Hiran.

Passo a palavra, de imediato, por dez minutos para cada um, o.k.? É porque em cinco minutos ninguém consegue completar o pensamento.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Jerzey Timoteo Ribeiro Santos, Secretário-Adjunto de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

Eu vou pedir a todos que – quando der nove minutos, a campainha toca, é automático – façam um esforço para que concluam o pensamento nesses dez. São em torno de 15 painelistas, pelo que vi aqui.

A partir deste momento, os dez minutos para o Sr. Jerzey Timoteo.

O SR. JERZEY TIMOTEO RIBEIRO SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas. Uma boa tarde ao Presidente, Senador Paulo Paim, que preside esta audiência. Também saúdo o Senador Hiran, o Dr. Hiran, pela oportunidade da discussão desse importante tema para o Sistema Único de Saúde.

Eu sou Jerzey Timoteo. Sou médico, cirurgião-geral, coloproctologista, negro, preto, formado como coloproctologista no Estado de Sergipe, pela federal de Sergipe. Estou aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representando o Ministro do Ministério da Saúde. Trago o abraço do Ministro Alexandre Padilha, que não pôde estar presente.

Quero – se puder colocar a apresentação – trazer alguns elementos, para a discussão desta Comissão, de reflexão de seus membros neste debate tão importante.

Então, sou eu que passo ou quem passa? Só para eu... (*Pausa.*)

Perfeito, pode passar.

Então, quem forma o médico que cuida do Brasil?

Pode passar.

Eu começo partindo da Constituição Federal – a saúde é direito de todos e dever do Estado – e dos princípios do Sistema Único de Saúde: o da universalidade, em que todos entram; o da integralidade, em que não podemos só olhar doença, e, sim, a pessoa como um todo; e o da equidade, dar mais a quem mais precisa. Esses são os princípios do SUS, cravados na Constituição. Então, como um sistema fundado na equidade pode formar seus especialistas por um processo que não considera as desigualdades, como nós já conversamos aqui, no início? É essa a pergunta que o Ministério da Saúde traz à Comissão.

O próximo eslaide.

Onde o Brasil forma e emprega seus especialistas. A residência médica, como está disposto na Lei 6.932, de 1981, é a principal via de formação de especialistas no Brasil. A própria lei diz que é um treinamento em serviço. Ela não é uma pós-graduação, vamos dizer, *lato sensu*, como a gente vê na academia. Ela é algo diferente. É uma modalidade diferente a pós-graduação: é de treinamento em serviço, é a educação pelo trabalho. Ela acontece nos hospitais universitários de ensino, nas emergências, nas unidades de saúde, nas maternidades. São guiados pelos preceptores e preceptoras. Na sua grande maioria, são colegas médicos que fazem a residência acontecer.

Eles, durante o processo de formação, já compõem a equipe de saúde, com escala determinada de até 60 horas, com responsabilidade assistencial e, inclusive na lei, a previsão de plantão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para vocês terem noção, 90% das vagas das residências médicas são custeados pelo poder público, o que nos remete a que 90% de quase toda a força de trabalho dos médicos residentes e das médicas residentes são exercidos dentro da rede própria do SUS ou da rede conveniada do SUS. Só o Governo Federal tem a responsabilidade de pagamento de 35 mil bolsas de residência, e, neste ano de 2026, com residências, o Ministério da Saúde investiu – porque não é gasto, no nosso entendimento – R$3 bilhões, na nossa Lei Orçamentária Anual.

Próximo, por favor.

Aqui é um pouco essa disposição – vou deixar para, depois, estudos de quem quiser acessar a nossa apresentação – desse comportamento das bolsas custeadas por União, estados, municípios e recursos próprios, que, hoje, estão na ordem de 10% em todo o Brasil.

Próximo, por favor.

O precedente que o Brasil já firmou está cravado na Lei 12.990 e é no que a gente acredita – que foi atualizada agora em 2024 –, com a reserva de vagas em concursos públicos federais, reforçada na decisão do Supremo Tribunal Federal através da ADC 41: a composição da força de trabalho pública é matéria legítima de ação afirmativa. E o PL 452 pede uma exceção a essa decisão, e é por isso que a gente pede... E justamente pede em uma etapa em que o Brasil forma a principal força de trabalho médica, que é a formação de especialistas que atendem ao Sistema Único de Saúde.

Próximo.

Mas de qual Brasil é este que nós estamos discutindo a formação? Deste país que tem 55% da população negros – pretos e pardos –: 112 milhões de brasileiros, na sua grande maioria, que entram todos os dias pelas portas do Sistema Único de Saúde, seja no Samu, seja no transplante, seja na unidade básica de saúde.

Próximo.

E a medicina ainda não se parece com este país. Apesar de 55,5% de população serem negros, nós temos 4,7% de estudantes de Medicina negros em todo o Brasil hoje; 16,2% – eu trouxe uma especialidade: a cirurgia geral – são cirurgiões negros; e 1,7% dos professores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dão aula de Medicina são docentes pretos no nosso Brasil. Essa é a realidade descompassada. E vou dizer: quase que a gente poderia parar por este eslaide para questionar a pertinência deste PL, mas a gente quer trazer outros elementos para esta Comissão.

Próximo eslaide.

Na justificativa do PL 452, ele diz que, após a graduação, esse profissional compete em igualdade de condições. A igualdade no dia da prova não apaga a desigualdade no caminho até ela.

Há estes números que eu quero que vocês gravem. Hoje, 9% é o percentual da reserva de vagas que alcança os aproximadamente 245 mil estudantes de Medicina em todo o Brasil. Esse dado é o último dado atualizado, de 2022, é menos que a média do ensino superior brasileiro. Dos 9%, 97% são a fatia que está nas escolas públicas, nas universidades, por conta da lei, somente 0,3% é inclusão por reserva de vagas nas escolas privadas, que detêm 77% das matrículas de medicina. Então, 4,7% são o total de estudantes de Medicina do país que entraram por reserva de cunho étnico-racial, são 11 mil estudantes de 245 mil estudantes. E são 1,4 mil, quase 1,6 mil, 1,7 mil estudantes de Medicina com alguma deficiência.

A inclusão foi tardia, é menor do que a verificada no conjunto do ensino brasileiro e, nas escolas privadas, opera por dispositivos esporádicos, voluntários e sem regularidade. É quase como se a gente não encontrasse a realidade que o PL traz como existente. Nós estamos falando aí de 4,7% dos estudantes de Medicina que entraram, pelo menos, por reserva de cunho étnico-racial.

Próximo, por favor.

Um outro elemento é que esse funil é que abastece a residência. Então, nós estamos falando de cotas desse funil. O setor que quase não pratica inclusão é o que mais abastece a residência. Onde está a maior parte das vagas de Medicina hoje no Brasil? Nas escolas privadas. E são os estudantes egressos das escolas privadas que entram na residência, 62% dos médicos residentes se formaram em escolas privadas, onde a reserva de vagas alcança só 0,3%. E o financiamento estudantil, infelizmente, caiu, no período de 2012 a 2022, é o menor índice entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os seis maiores cursos de graduação do país, ou seja, a cota na graduação ainda não terminou o seu trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JERZEY TIMOTEO RIBEIRO SANTOS – Um minuto.

E a gente não pode terminar... Esse trabalho mal começou, porque a expansão da medicina se deu justamente num setor que não adota a cota. Então, por isso, é quase como fechar a porta no meio dessa travessia.

Próximo eslaide.

Eu vou tentar concluir o mais rápido possível.

O MEC vai falar junto com a HU Brasil sobre reserva de vaga...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Conclua o seu pensamento. Todos vão poder concluir. Se eu tiver que dar um ou dois minutos a mais, podem controlar que eu darei para todos.

O SR. JERZEY TIMOTEO RIBEIRO SANTOS – O.k.

O que eu quero dizer neste eslaide, Presidente, é que a reserva de vagas não rebaixa a nota, é a mesma prova, é a mesma exigência de nota mínima. Eu faço remissão ao Exame Nacional de Residência. O candidato optante concorre simultaneamente na ampla concorrência e, se ele alcançar a nota, ele libera a cota para um outro estudante, a vaga reservada segue para o próximo optante. E ainda mais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JERZEY TIMOTEO RIBEIRO SANTOS – ... a condição declarada passa por uma confirmação: heteroidentificação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Pode ter mais um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JERZEY TIMOTEO RIBEIRO SANTOS – ... avaliação biopsicossocial ou documentação étnica, conforme o grupo.

Pode passar os eslaides.

E os eslaides seguintes – pode passar – discorrem sobre exemplos que trago dos Estados Unidos, do Canadá e do Reino Unido, que não falam de cotas – é verdade –, mas falam de uma intencionalidade do sistema de garantir a diversidade. Enquanto o mundo corporativo e o setor público entendem e sabem pelas evidências que a diversidade fortalece a qualidade da assistência, a gente não pode ir na contramão desse movimento mundial.

Pode passar, por favor. Pode passar.

Finalmente, trago outros estudos – esses do ponto de vista de concordância médico-paciente –, estudos americanos e ingleses, em que, na relação médico-paciente, é perceptível o movimento de adesão. Óbvio, a gente não vai garantir médicos pretos, negros, pessoas com deficiência para todo segmento se sentir representado, mas, quanto mais diverso, quanto mais qualidade, mais chance a medicina – pode passar – e o Sistema Único de Saúde têm de acertar e de cuidar melhor das pessoas.

Deixo o último eslaide.

Pode passar. Pode passar. Pode passar.

O que está em causa é a médica de família indígena que atende a comunidade no idioma da própria comunidade; é o paciente pós-AVC em cadeira de rodas guiado por um fisiatra em cadeira de rodas que não só explica, mas demonstra; é a criança cuja pele, como a minha, não parecia tão inflamada, porque a régua que mede a gravidade da pele de uma dermatite atópica crônica foi desenhada para enxergar vermelho e não a pele negra; e o especialista formado e fixado no interior onde a rede depende de quem a escolher.

É isso, queridos.

Esperamos nós que tenham uma boa conclusão, um bom desfecho, um desfecho pró-SUS, um desfecho pró-Brasil, na conclusão dos trabalhos da CDH.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Sr. Jerzey Timoteo Ribeiro Santos, Secretário-Adjunto de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

Como eu havia dito, não farei nenhum comentário e vou somente chamando os convidados.

Passo a palavra ao Sr. Alcindo Cerci Neto, Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná, representante do Conselho Federal de Medicina.

É um à distância e um presencial.

O SR. ALCINDO CERCI NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Boa tarde.

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Perfeitamente.

O SR. ALCINDO CERCI NETO (*Por videoconferência*.) – O.k.

Muito obrigado pelo convite, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem eu cumprimento todos aí da mesa.

É muito importante esta diligência em levar os trabalhos principalmente para aqueles que têm opinião diversa. Agradeço ao colega Jerzey pela sua fala. É extremamente importante que a gente escute todos os lados.

Inicialmente, começando a minha fala, eu gostaria de colocar um limite no que a gente está conversando aqui. Nós não estamos falando aqui, neste momento, da política de cotas, das políticas afirmativas que já são implementadas neste país e são bem-sucedidas no que o colega acabou de dizer – em entrada em graduação, empregos públicos, vagas públicas, concursos... Enfim, não é isso que nós estamos discutindo. O Conselho Federal de Medicina não está aqui discutindo a política nacional de cotas e de inclusão social, com a qual nós concordamos – na graduação. O que nós estamos falando aqui é em relação a um momento de vida do médico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de formação médica, cuja formação vai ser aplicada ao Sistema Único de Saúde, que é a formação do médico especialista, que hoje está um pouco deturpada no que seria ou no que deveria ser, porque hoje – e concordo com o colega Dr. Jerzey – esse aumento indiscriminado de cursos de Medicina levou a residência a ser um ambiente de procura de formação médica que, infelizmente, os médicos não estão tendo na graduação. Então, a gente precisa dar essa baliza técnica do que está falando o Projeto de Lei 452, de 2025. Não estamos aqui, então, a combater o sistema de cotas – não é isso.

O que nós estamos dizendo aqui – o Conselho Federal de Medicina – é que, em termos de residência médica hoje sendo uma continuidade da graduação da Medicina e não um programa à parte, invariavelmente os médicos buscam a residência para sua continuidade formativa de especialidade ou não. Ela é um programa de pós-graduação que não se compara a um programa *lato sensu* ou *stricto sensu*. Ele é um programa de 60 horas semanais de trabalho médico destinado exclusivamente a médicos que saem do sistema de graduação e que queiram se formar ou continuar sua atividade de graduação. Então, esta é a primeira premissa: nós não podemos confundir ações afirmativas na graduação com ações afirmativas na residência médica.

A residência médica – como segunda premissa – é um espaço, é um momento de formação médica no qual os profissionais que têm direito de se submeter à entrada a ela ou não invariavelmente já passaram por um sistema de ações afirmativas. O estudante de Medicina que entra no curso de Medicina... É absolutamente irrelevante para nós professores ou para a formação se ele entrou por um programa de cotas ou por um programa de entrada universal na faculdade. Ele é submetido às mesmas provas, à mesma avaliação, aos mesmos professores. E nós não podemos dar a entender à sociedade que o médico formado que entrou por um sistema de cotas é diferente do médico formado que entrou pelo sistema de vaga universal. Eles são médicos, eles são profissionais.

Aqui, eu não vou discutir as questões sociais do Brasil, que são importantes, mas nós não podemos utilizar a residência para corrigir um problema que foi criado pela abertura indiscriminada de cursos de Medicina justamente pela iniciativa privada. E, aliás, quem toca a iniciativa privada é o próprio Governo, através dos Fies.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente coloca aqui "Olhe, você, médico formado na política de cotas, também vai entrar na política de cotas para entrar na residência", nós estamos dando uma mensagem equivocada para a sociedade. A maior injustiça social, do ponto de vista do CFM, é a formação de médicos que não estão preparados para serem médicos, estejam eles em quaisquer espaços da medicina, incluindo os espaços distantes, os espaços quilombolas, indígenas... Essa é a maior injustiça social.

Alguns números. De 2018 a 2024, nós aumentamos em 71% as vagas de Medicina à custa de faculdades particulares; hoje são 287 mil alunos. As vagas de residência cresceram 26%, ou seja, 71% de vagas, e 26% das vagas de residência. O resultado desse déficit de 11 mil vagas de R1: em 2024, acumulam-se no país, então, mais de 210 mil médicos generalistas. E nós estamos criando agora uma entrada diferente para esses 210 mil médicos generalistas que já se submeteram ao sistema de cotas e que, a nosso ver, são médicos como quaisquer outros médicos, que receberam em suas faculdades o mesmo tipo de educação.

Concordar com a política de cotas na residência especificamente é dizer que sim, os médicos formados por cotas e os médicos formados por entrada de vaga universal são diferentes e não são – não são.

Números em relação a isso.

Nós temos aqui: estudo publicado pela *Revista Brasileira de Educação Médica*, Valle, 2024, avalia o coeficiente de rendimento final do egresso da Unesp, no qual se constata que os alunos que entraram pelo sistema de cotas e os alunos que entraram pelo sistema de vaga universal têm absolutamente uma irrelevância estatística em termos de aquisição de conhecimentos. Outro estudo – nacional também, longitudinal – acompanhou 707 médicos na UnB e mostrou também que não houve diferença estatística significativa na taxa de aprovação para residência médica entre cotistas e não cotistas.

Então, veja: inserção profissional do médico é uma coisa; o estabelecimento de políticas de cota – tornando, para alguns grupos de médicos, praticamente impossível a entrada no sistema de especialização – e a admissão de que os médicos são diferentes, para o Conselho Federal de Medicina, é um problema seriíssimo – seriíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A política de cotas funciona e exaure a sua função reparadora na graduação, principalmente aqui na residência médica. E tem estudos internacionais também – o colega Jerzey mostrou aí – do efeito *mismatch* na literatura dos Estados Unidos – em países como os Estados Unidos – que concluem que a aplicação de reserva de vagas em etapas avançadas e de alta competitividade técnica, como a residência, reduz a objetividade dos critérios acadêmicos e gera distorções do mérito. Aliás, a nossa Constituição, apesar de não ter a palavra meritocracia, é toda baseada no mérito: concurso público, prova.

A residência médica lida com a vida humana em estado crítico; é um aperfeiçoamento contínuo, é uma busca contínua. Nós não podemos admitir que nós coloquemos no mercado de trabalho especialistas que foram especialistas não pelo seu mérito acadêmico ou pela sua competência técnica, mas, sim, por uma questão social. Isso gera, sim, um risco à sociedade. Não interpretem que há diferenças na formação médica: não há interferências na formação médica, não há diferenças. Acesso é outra coisa, mas, quando se cria acesso por um lado, se retira o acesso por outro lado.

A posição do Conselho Federal de Medicina já é histórica. Que bom a gente poder falar numa audiência pública. Infelizmente as nossas ideias às vezes não podem ser ouvidas, porque o Judiciário interpreta até de uma maneira equivocada, mas aqui, num espaço democrático – que é a Casa do Povo, o Congresso Nacional –, a gente pode falar o que o Conselho Federal de Medicina, que representa os médicos, pensa.

Existe aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Da mesma forma que ouvimos o primeiro convidado, estamos ouvindo o segundo, com o mesmo respeito com que cada um expressa o seu ponto de vista.

Pode continuar.

O senhor tem mais três minutos.

O SR. ALCINDO CERCI NETO (*Por videoconferência*.) – Tenho quanto tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Mais três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALCINDO CERCI NETO (*Por videoconferência*.) – Ah, eu estou indo rápido demais, então. Muito obrigado, Senador, pelo seu ato democrático, por ouvir o contraditório.

Continuando aqui, o Conselho Federal de Medicina já expõe isso em várias peças técnicas de divulgação – no seu Parecer CFM 21, de 2015, e em várias pautas. Nós somos acionados em diversas situações, por exemplo, em que as políticas de cotas acabam até ultrapassando mais do que a metade das pautas e das vagas de residência médica, e infelizmente nós, Estado brasileiro, criamos um problema de termos 500 cursos de Medicina: seremos 1,2 milhão de médicos em pouco mais de dez anos, as vagas de residência não crescem a contento e nós estamos retirando oportunidade desses médicos que estão entrando no mercado de trabalho e que querem se especializar, porque nós não conseguimos aumentar o número de residência. E aí, infelizmente, neste caso específico da residência, a política de cotas não funciona como agente agregador, mas funciona como agente desagregador, porque eu não consigo imaginar que a gente possa entender que um médico é menos médico por causa da cor da sua pele ou por causa da sua condição social.

Nesta Comissão de Educação, o de que nós precisamos é ter uma fiscalização rigorosa das faculdades em sua infraestrutura, Senador, porque, de fato, como eu já falei na minha fala prévia, um médico mal formado entrar no mercado de trabalho com uma formação ruim é algo socialmente inaceitável, tanto do ponto de vista pessoal, como, principalmente, do ponto de vista da população, que, ao estar doente, não escolhe o seu médico pela cor da pele, não escolhe o seu médico por outras questões que não de mérito. E a gente tem que ter muito cuidado na criação da especialidade dessa maneira.

Era com isso que eu gostaria de contribuir. Até terminei um pouco antes, porque eu queria estar dentro do tempo, mas, apesar dessa nossa opinião – nós respeitamos as opiniões diversas –, nós chamamos a atenção dos Srs. Senadores para o que nós estamos criando. O médico tem que ser o profissional mais técnico que a sociedade pode ter, porque a ele as nossas vidas são confiadas. E os pacientes não escolhem o médico por quem eles vão ser atendidos por conta de questões afirmativas, mas, sim, pela sua competência técnica.

Muito obrigado. Era isso o que eu gostaria de falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Esse foi o Sr. Alcindo Cerci Neto, Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná, representante do Conselho Federal de Medicina.

De imediato, passamos para a Coordenadora-Geral de Trabalho e Política do Ministério da Igualdade Racial, a Sra. Rosana Machado.

O tempo, até o momento, está em torno de 13 minutos para cada um.

A SRA. ROSANA MACHADO (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. Agradeço a oportunidade de falar aqui a respeito do tema.

Eu vou apresentar um pouco da perspectiva técnica do Ministério da Igualdade Racial.

Eu parto de um ponto de partida... O ponto inicial que eu trago é em relação ao tempo que nós temos de abolição da escravidão. Nós temos 138 anos de abolição, e a desigualdade racial permanece mensurável: ainda é possível ver a desigualdade racial no nosso dia a dia.

Parto também da perspectiva de que igualdade formal não produz necessariamente igualdade de oportunidades. E aí a pergunta que nós precisamos nos fazer é: a conclusão, na graduação de Medicina, é suficiente para eliminar as desigualdades raciais ao longo da trajetória médica?

E aí eu vou passar para a gente analisar o que propõe esse projeto de lei: ele propõe vedar as cotas raciais, sociais ou de qualquer outra modalidade na residência médica; proíbe reservas de vagas, bonificação ou pontuação adicional; propõe também aplicar a vedação a instituições públicas e privadas; propõe alterar a Lei nº 6.932, de 1981, que fala sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e pretende afastar a aplicação da Lei 12.990, de 2014, que foi atualizada, a todos os processos seletivos de residência médica.

E aí, antes de entrar na análise que eu estou propondo, é importante delimitar exatamente o que está sendo proposto. Não é regulamentar, não é aperfeiçoar as ações afirmativas; é uma vedação ampla e absoluta às ações afirmativas na residência médica.

E aí qual é a principal premissa do PL? Ele parte de três pressupostos: que as ações afirmativas já teriam cumprido sua função na graduação; que, após a formação em Medicina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os profissionais estariam em condições equivalentes de competição; e que a residência médica deveria ser orientada exclusivamente pelo mérito e desempenho.

Aí, a pergunta que eu faço: os dados confirmam essa igualdade? Bom, vamos ver como é que os dados se apresentam. Estudantes de Medicina, em 2023, segundo o Censo Médico no Brasil, publicado em 2025: 68,6% dos estudantes são brancos e 29,2% são negros. Então, quanto à população negra, a despeito de já termos políticas de cotas, de já termos políticas de ingresso na graduação, ainda existe uma diferença significativa nesse acesso. E mais: essa desigualdade só se acentua ao longo da carreira.

Se os estudantes de Medicina são 68% brancos e 29,2% negros, entre os docentes de Medicina – você consegue passar para mim? Não está dando aqui, obrigada –, essa desigualdade se amplia: são 77,4% de pessoas brancas e 21% de pessoas negras. Entre os médicos-cirurgiões, 79,9% de médicos-cirurgiões brancos e 16,2% negros. Então, quanto mais avançamos para posições de maior especialização, prestígio e autoridade profissional, menor é a presença negra.

E aí eu vou dialogar um pouco com os dados que o Sr. Alcindo, que falou antes de mim, trouxe para nós. Ele realçou um dado importante: que não existe diferença no resultado de rendimento desses estudantes. Isso é importante, porque, se nós estamos falando de mérito, se nós estamos falando de capacidade, se a nossa preocupação principal é a qualidade da medicina que nós entregamos à sociedade, os dados de desempenho dos estudantes não serem significativos, como ele mesmo trouxe, nos traz a percepção de que são outros os motivos que estão fazendo essas pessoas não entrarem na residência médica.

E aí trago uma reflexão para nós. Se não existe essa diferença, se nós entregaremos uma boa medicina, porque esses estudantes estão sendo muito bem formados, qual seria o problema em buscar que esses dados fossem mais equânimes? Qual é o receio de termos, então, pessoas negras, indígenas, quilombolas, PCDs ocupando os diversos bancos, as diversas especialidades da Medicina?

E por que é que a gente pensa, por que é que a gente traz que a residência é importante? A residência médica não é apenas uma etapa posterior à graduação. Eu não vou me atrever a falar depois do nosso colega Jerzey, ele explicou muito bem, mas o que é possível reconhecer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que a residência médica é a principal porta de entrada para a especialização, é a etapa decisiva das trajetórias profissionais, é o acesso à especialidade de maior reconhecimento e à formação de corpo médico especializado. Retirar as ações afirmativas nessa etapa significa intervir em um ponto estratégico da trajetória profissional.

Mas as cotas na graduação não resolverão o problema a médio ou longuíssimo prazo? Bom, as cotas são parte da solução. As cotas na graduação são parte da solução – isso é inegável –, mas elas não demonstram que as desigualdades posteriores estejam superadas. Uma trajetória não termina na graduação. Então, não é justo, não é saudável, não é interessante para uma sociedade que busca essa equidade interromper as possibilidades de ingresso por meio de cotas nas outras esferas.

Lembrando, nós temos graduação, residência, especialização, docência e pesquisa, liderança e posições de prestígio. Uma vai levando à outra numa caminhada. Acreditar que ampliar a entrada de pessoas negras na medicina transforma automaticamente todas as etapas posteriores da carreira não é adequado. Os dados mostram que a persistência e o agravamento da sub-representação nos níveis de maior especialização se mantêm ou se aprofundam, como eu disse.

Um ponto trazido, e aí eu quero tentar falar um pouquinho mais sobre ele – o Jerzey o trouxe também –, é que diversidade também produz efeitos no cuidado. A concordância racial ou étnica entre médico e paciente pode contribuir para melhorar a comunicação clínica, ampliar a confiança no profissional, aumentar a adesão ao tratamento, reduzir barreiras culturais no acesso ao cuidado.

Então, a representatividade que aqui buscamos não é apenas uma questão de buscar que tenhamos mais médicos negros, mais médicos indígenas, mais médicos PCDs. Não é só isso. É, além disso, a possibilidade de impactar na relação de cuidado. É a possibilidade de impactar na saúde que oferecemos para a nossa população.

Trago também as questões de mérito, igualdade e marco constitucional. Acreditar que um critério neutro gera um resultado necessariamente neutro é equivocado. Então, a ideia de que uma simples prova é o suficiente para a gente corrigir resultados de desigualdade tem se mostrado ineficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A necessidade que o Estado brasileiro trouxe, a necessidade que o Estado brasileiro viu de implementar cotas em diversos âmbitos, como foi citado pelo colega, pelo Alcindo, que se manifestou antes de mim – já existem cotas no serviço público, já existem cotas para ingresso nas instituições de educação federal, e isso tem sido replicado nos estados e municípios –, isso tudo foi por reconhecer que, tratando de forma igualitária, não se alcançava a equidade pretendida.

Então, o mérito é construído em trajetórias marcadas por diferenças de formação educacional, acesso a recursos, oportunidades de qualificação, capital cultural, redes institucionais. E o STF já se manifestou quanto a isso. A ADPF 186, constitucionalidade das cotas raciais no ensino superior. A ADC 41, constitucionalidade das cotas raciais no serviço público. A ADPF 973, o racismo estrutural existe no Brasil e existe uma necessidade de respostas institucionais. O Estado precisa fazer algo em relação a isso. Então, a jurisprudência do STF já reconhece que o enfrentamento das desigualdades raciais estruturais – reforço, estruturais – pode exigir medidas diferenciadas para promover uma igualdade efetiva.

Bom, a conclusão técnica, o que os dados nos permitem afirmar: primeiro, a desigualdade racial permanece na formação médica; segundo, ela se acentua nos níveis de maior especialização e prestígio; terceiro, a residência médica é uma etapa estratégica dessa trajetória; quarto, a diversidade médica pode contribuir para relações de cuidado mais responsivas às diferenças sociais e raciais; e quinto, não há evidência, nos elementos analisados, de que a graduação tenha eliminado as desigualdades posteriores à graduação.

Então, o posicionamento técnico do MIR é contrário ao PL e contrário à retirada das ações afirmativas da residência médica, pois ela não encontra respaldo suficiente nas evidências empíricas, no marco constitucional analisado e na realidade das desigualdades raciais presentes na formação e na carreira médica.

Portanto, tecnicamente, a questão não é se devemos escolher entre mérito e ação afirmativa; é fundamental a gente entender isso. A questão é se, diante de desigualdades que permanecem mensuráveis na trajetória médica, a retirada de um instrumento de correção seria capaz de produzir mais igualdade ou apenas reproduzir o padrão que os dados já demonstram de desigualdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho ainda um minuto e vinte e cinco. Vou aproveitar para responder algumas perguntas que chegaram para nós.

O Aristides, de Goiás, traz o seguinte – só irei tomar um gole de água –: "Embora qualquer raça, etnia, deficiência física possa ser médico, ser médico precisa de uma base de conceitos que as cotas não contemplam".

E aí, Aristides...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANA MACHADO – ... respondendo a essa sua questão: as cotas contemplam, sim. A ideia não é retirar o mérito, e sim reconhecer que somente uma prova não é suficiente para garantir a diversidade que nos interessa em todos os âmbitos da sociedade brasileira.

Vale salientar que os dados do Inep, no Censo da Educação Superior, dizem que o aproveitamento dos cotistas foi igual ou superior ao de não cotistas. A evasão de cotistas foi inferior à de não cotistas. Então, qual é essa preocupação? Não estamos querendo tirar o mérito. O mérito será mantido e, aí, entre os cotistas, ficarão os melhores. Vamos manter essa questão do mérito: os melhores entre os cotistas.

O que não é adequado é continuarmos criando castas que separam quem é pessoa possível de ocupar esses espaços na medicina ou na residência médica dos que não são.

Então, agradeço. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Rosana Machado, Coordenadora-Geral de Trabalho e Política do Ministério da Igualdade Racial (MIR).

Vamos, de imediato, à distância, por teleconferência, à Sra. Bianca Borges, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A SRA. LETÍCIA HOLANDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Oi, pessoal! Boa tarde!

Queria só fazer uma retificação. A Bianca, a nossa Presidenta, infelizmente não pôde participar da audiência porque teve um conflito com algumas agendas presenciais hoje. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos em um mês em que se celebram os 89 anos da UNE. Então, estamos com muitas agendas, e a nossa Presidenta acabou tendo conflito e não pôde participar. Mas estou aqui participando em nome dela e representando também a União Nacional dos Estudantes.

Eu me chamo Letícia Holanda, sou Diretora de Relações Institucionais da UNE. Já estive também em outros espaços com o Senador e quero começar, inclusive, saudando o senhor neste momento, Presidente desta Comissão, e, na pessoa do senhor, saudar os Parlamentares, os representantes dos Ministérios, entidades e outros movimentos e organizações que se fazem presentes aqui na audiência.

Eu quero começar fazendo uma consideração, a partir, inclusive, da penúltima fala que me antecedeu, deixando uma coisa clara: para nós não temos nenhuma divergência sobre a necessidade de formar médicos de excelência e de qualidade. A União Nacional dos Estudantes também defende isso, mas nós queremos médicos muito bem formados, muito bem preparados e que consigam também, a partir disso, uma residência médica de qualidade e uma medicina que seja capaz de cuidar da vida das pessoas com excelência.

A nossa divergência, na verdade, é outra. Aqui foi afirmado que não se é contrário às ações afirmativas, que não se coloca contra as cotas, mas que elas não deveriam estar na residência médica, e a nossa pergunta aqui neste momento é: por quê? Por que não estar na residência médica? Será que a desigualdade que justifica uma política de ação afirmativa vai desaparecer justamente no momento em que o estudante chega à residência médica? Será que o racismo, a desigualdade regional, a diferença de renda, a classe, as oportunidades acumuladas ao longo de toda a trajetória também desaparecem neste momento? E a resposta é não, elas não desaparecem. Inclusive, foram apresentados aqui os próprios dados pelo Ministério da Educação nesta audiência, e eles demonstram exatamente isso.

Nós estamos falando de um país que concentra mais de 55% da população como preta e parda, mas somente 4,7% dos estudantes de Medicina são negros, e 1% desses são docentes. Então, eu tenho uma dificuldade muito grande de aceitar o argumento de que a política de cotas cumpre a sua função na graduação, porque se tivesse realmente cumprido, se realmente estivesse sendo cumprida somente na graduação, por que a desigualdade continuaria tão evidente nas etapas seguintes da formação médica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero responder, inclusive, também a essa preocupação que foi colocada aqui pelo Conselho, que é a qualidade da assistência. É evidente que nós não podemos colocar diante de um paciente um profissional sem a formação necessária, eu acho que isso é um consenso de todos nós aqui desta audiência, mas eu não ouvi até agora uma demonstração de que médicos que ingressam por ações afirmativas sejam profissionais menos preparados. Ao contrário, foi colocado aqui na audiência que não existem diferenças significativas de desempenho entre cotistas e não cotistas. Então, acho que nós precisamos separar duas coisas. A primeira delas é garantir a competência profissional e a outra é garantir acesso às oportunidades de formação. A ação afirmativa atua exatamente sobre essa segunda coisa. Ela não substitui a formação médica, ela não vai substituir a avaliação, a residência, não vai eliminar os critérios técnicos; ao contrário, ela vai reconhecer que, em uma sociedade desigual, uma disputa aparentemente igual pode reproduzir desigualdades que começam muito antes daquela prova.

Aqui eu volto ao argumento do mérito, inclusive, que diz que todos devem fazer a mesma prova e deve entrar quem tiver o melhor desempenho. Mas aí a pergunta que fica é: o mérito começa no dia da prova? Porque, se começa, então, a gente já pode ignorar tudo que aconteceu antes: nós podemos ignorar a escola em que aquela pessoa estudou, nós podemos ignorar a renda familiar, nós podemos ignorar se ela precisou trabalhar durante a sua graduação para ajudar, muitas vezes, na sua renda de casa, podemos ignorar se ela teve acesso a cursinho, ignorar a região em que essa pessoa nasceu, ignorar as condições que permitiram que ela chegasse até aquela prova. Mas eu não acredito que seja essa medicina que nós queremos construir.

Falo isso também como alguém, uma jovem, que vem do Acre, que é acriana. Quando nós falamos de residência médica no Brasil, nós precisamos falar de desigualdade territorial. Não é a mesma coisa construir uma trajetória educacional em um grande centro do país e construir essa mesma trajetória na Região Amazônica, por exemplo. E isso não significa dizer que um estudante do Acre seja menos capaz, ou do Amazonas, ou do Pará, da Região Norte ou Nordeste, enfim, significa reconhecer que ele pode ter enfrentado obstáculos diferentes para chegar ao mesmo lugar.

Então, eu acho que, quando nós falamos em mérito, nós precisamos ter cuidado para não transformar a desigualdade de oportunidade em diferença de capacidade. Aí eu queria pontuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui um exemplo que foi quase pontuado pelo Ministério da Educação, que é exatamente nós termos uma prova que é igual – as mesmas questões, os mesmos quesitos, os mesmos critérios –, mas nós termos dois estudantes: um deles conseguiu estudar integralmente para essa prova, não precisou trabalhar, seu único foco era realmente a sua graduação, teve acesso aos melhores cursinhos que pôde, conseguiu estudar numa boa escola particular, conseguiu ter uma graduação muito boa e chega no dia da prova para conseguir garantir o seu resultado; e outro estudante que também vai fazer essa mesma prova, mas precisou trabalhar durante sua graduação, estudou em escola pública, vem de vulnerabilidades sociais e socioeconômicas muito grandes que nós temos no nosso país, é negro, ou é indígena, ou é quilombola – e vai fazer essa mesma prova. Então, acho que nós precisamos levar em consideração esses dois fatores, porque com certeza não dá para a gente querer dizer que as duas pessoas vão conseguir ter ali um bom desempenho por conta da sua trajetória. E a ação afirmativa é justamente para conseguir garantir que esse jovem não saia prejudicado por exatamente sabermos que existem capacidades iguais, tanto em um jovem de vulnerabilidade socioeconômica, quanto em um jovem que não precisou passar por nenhum tipo de transtornos relacionados a isso.

Então, eu quero terminar com uma provocação aqui: se o médico cotista e o médico de ampla concorrência são, como foi dito aqui, igualmente capazes, igualmente preparados, então, por que garantir que eles tenham condições de disputar especialização significa uma ameaça à qualidade da medicina? Eu acho que não é esse o caminho e que a verdadeira questão não é escolher entre mérito e ação afirmativa, talvez seja garantir que tenha qualidade e, ao mesmo tempo, que a gente consiga democratizar quem tem direito de chegar aos espaços mais especializados da medicina, porque nós não queremos uma medicina menos qualificada; nós, ao contrário, queremos uma medicina qualificada e representativa do povo brasileiro.

Para isso, não basta apenas abrir as portas da graduação e garantir a política afirmativa ou de permanência somente na universidade. Nós precisamos garantir que os estudantes que, historicamente, tiveram mais dificuldades para entrar na universidade também não encontrem uma porta fechada quando tentarem avançar e, na maioria das vezes, serem os primeiros das suas famílias a se formar na área da Medicina e conseguir ter um diploma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que esse é o principal argumento e o principal debate que nós precisamos fazer: a Medicina que nós queremos no nosso país, a saúde que nós queremos no nosso país precisa refletir, sim, a realidade do seu povo brasileiro, tal qual nós já estamos conseguindo avançar, a passos ainda que lentos, mas também refletindo a nossa universidade brasileira que, hoje, tem mais cara do povo, com filho e filha da classe trabalhadora conseguindo se formar nesses espaços e em cursos como na área da Medicina.

Então, para que isso consiga se perpetuar, nós precisamos também que, na residência médica, a gente consiga também fazer jus a isso que nós conseguimos... É isso.

Muito obrigada pela participação de todos. Obrigada, Senador Paulo Paim, que sempre é um grande parceiro aí da União Nacional dos Estudantes. Sempre que nós estivermos nos espaços, vamos colocar aqui o privilégio que foi conseguir falar sobre a reformulação da Lei de Cotas junto com a sua atuação no Parlamento, no Senado, que foi extremamente importante para nós.

Então, muito obrigada e contem com a União Nacional dos Estudantes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem.

Essa foi a Letícia Holanda, que falou em nome da União Nacional dos Estudantes (UNE).

De imediato, passamos a palavra ao Sr. Edilson Martins Melgueiro, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas.

O SR. EDILSON MARTINS MELGUEIRO (BANIWA) (Para expor.) – *Puranga karuka*, Senador Paim. *Puranga karuka*(*Expressão em língua indígena.*). Eu peço licença para traduzir, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Pois não.

O SR. EDILSON MARTINS MELGUEIRO (BANIWA) – Eu disse... Eu cumprimentei a Mesa, na pessoa do Senador Paim, em seguida, eu cumprimentei o público aqui, que está presente, e os que não estão presentes aqui na língua nheengatu, respeitando a diversidade cultural e linguística que nós temos hoje no Brasil, está bom?

E eu irei dialogar com vocês na terceira língua minha, tá, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Pois não.

O SR. EDILSON MARTINS MELGUEIRO (BANIWA) – Então, peço a gentileza... Em alguns momentos, se eu não pronunciar bem a palavra em português... Porque a minha língua tradicional é o baníua. Não existe sujeito na língua baníua, A gente começa a frase sempre com o verbo, depois o objeto. Então, começa aí a grande diversidade com relação à pauta que nós estamos discutindo.

Bom, eu quero aqui trazer alguns pontos de vista, em nome do Ministério dos Povos Indígenas, com relação ao PL. Não vou repetir o que o projeto está propondo nem a justificativa também, porque o Senador já colocou inicialmente isso. Mas eu trago aqui algumas reflexões, algumas posições do Ministério dos Povos Indígenas a partir de dois pontos.

Primeiro, do ponto de vista mais político, sobre política de ações afirmativas. E, num segundo momento, destacar alguns pontos mais técnicos com relação à formação, está bom?

Inicio dizendo a todos e a todas que não dá para discutir qualquer formação, seja ela Medicina, seja ela em outras áreas, sem levar em consideração as políticas de ações afirmativas. Esse é um ponto que nós, do Ministério dos Povos Indígenas, sempre defendemos: não existe formação em qualquer área sem considerar as políticas de ações afirmativas.

Diante disso, eu destaco alguns pontos importantes, reflexões que nós defendemos. Cumpre-se destacar que as cotas não representam uma ação afirmativa discriminatória, mas compensatória; as cotas não representam uma ação afirmativa excludente, mas complementar; as cotas não representam uma ação afirmativa unidimensional, mas multidimensional; e, finalmente, as cotas não representam uma ação afirmativa geradora de tensão histórica, mas geradora de distensão histórica.

Como demonstra a Manifestação 5.254, de 2025, da PR Minas Gerais? Ela diz assim, que é incontestável que a ausência de reserva de vagas para minorias étnicas nos processos seletivos de residência médica configura violação de direito ao princípio da igualdade material, ao direito fundamental à educação, aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e às normas específicas que impõem ao Estado, às instituições privadas conveniadas o dever de adotar medidas concretas para garantir a equidade racial no ensino superior. Portanto, é preciso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja estimulada e não coibida a construção de espaços e experiências de convivência multicultural entre os povos indígenas e a sociedade nacional, capazes de garantir harmonia, paz e tranquilidade sociopolítica. Os povos indígenas gostariam de compartilhar, nesses espaços de residência, o mundo, a partir da universidade, a partir de residências, seus saberes, seus valores comunitários, suas cosmociências, suas cosmologias, suas visões de mundo e seus modos de ser, de viver e de estar no mundo, onde o bem viver é a prioridade, não é o viver bem. O bem viver é a prioridade dos povos indígenas, como explica um grande pensador nosso da educação escolar indígena, o Prof. Gersem Baniwa.

A residência médica, embora constitua modalidade de ensino de pós-graduação, não está imune à necessidade de correção das desigualdades históricas que marcam a formação social brasileira. Ao contrário do que sustenta a justificação do projeto, a graduação não elimina as disparidades acumuladas por séculos de exclusão. As ações afirmativas não se esgotam no ingresso no ensino superior. Elas precisam acompanhar a trajetória acadêmica profissional de negros, indígenas, quilombolas e dos grupos historicamente marginalizados como instrumento de promoção contínua da igualdade material.

A tentativa de vedar a reserva de vagas no processo seletivo de residência médica contraria não apenas a orientação normativa da Comissão Nacional de Residência Médica, materializada na Resolução CNRM 17, de 2022, mas também os compromissos assumidos pelo Brasil em matéria de direitos humanos. A aplicação analógica das Leis 12.711, de 2012, e 15.142, de 2025, conforme reconhecido pela Manifestação 5.254, de 2025, da Procuradoria da República de Minas Gerais, evidencia que o ordenamento jurídico já consolidou entendimento favorável à extensão das políticas de ações afirmativas a esta etapa de formação médica.

Ademais, a presença de médicos negros, indígenas, quilombolas e integrantes dos demais povos e comunidades tradicionais nos programas de residência médica não representa apenas uma conquista individual, porque o mundo, muitas vezes, é muito individual, mas um ganho coletivo para o Sistema Único de Saúde e para a sociedade como um todo. A diversidade de corpo médico especialista qualifica a assistência à saúde, ao permitir o atendimento cultural sensível às populações tradicionais, fortalecendo as políticas públicas estruturantes com uma política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL 452, de 2025, ao propor a anulação dos processos seletivos que adotem ações afirmativas, pretende impor uma uniformidade excludente que desconsidere as especificidades e saberes dos diferentes grupos que compõem o Brasil. Acabar com a reserva de vagas para os grupos historicamente marginalizados é dificultar sua entrada nas residências médicas, o que teria como consequência o impedimento de que suas cosmologias, seus valores comunitários e suas visões de mundo integrem e enriqueçam o campo da saúde, empobrecendo a própria prática médica.

Portanto, conclui-se que o referido projeto de lei afronta a Constituição Federal de 1988, os tratados internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário, a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e o próprio arcabouço normativo infraconstitucional que rege as políticas de ações afirmativas no país. Mais do que isso, representa uma ameaça aos princípios de equidade e justiça social, que orientam a construção de um Estado democrático comprometido com a superação das desigualdades históricas. Por essas razões, o PL 452, de 2025, merece integral rejeição, preservando-se a obrigatoriedade de reserva de vaga para os grupos historicamente discriminados nos processos seletivos de residência médica, como instrumento de promoção da igualdade material e do direito fundamental à saúde, com qualidade, diversidade e respeito.

E finalizo a minha fala aqui defendendo que nós queremos não somente – no curso de Medicina – que seja uma medicina intercultural, mas, além disso, uma medicina com profissionais também interculturais.

Então, esse é o ponto de vista do Ministério dos Povos Indígenas.

(*Expressão em língua indígena.*), Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Edilson Martins Melgueiro, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas, do Ministério dos Povos Indígenas.

De imediato, vamos agora para o Sr. Raul Cutait, da Academia Nacional de Medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAUL CUTAIT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Paim. Boa tarde, Senador Hiran Gonçalves.

Eu gostaria de fazer alguns comentários.

Acho que minha imagem...

Está passando aí? Estão ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Perfeitamente, estamos ouvindo. Está perfeito!

O SR. RAUL CUTAIT (*Por videoconferência*.) – Tá. É que a minha imagem aqui congelou.

Eu gostaria de fazer alguns comentários em cima – vixe! – do tema.

Eu só peço licença um segundo, porque aconteceu um probleminha aqui.

Pronto.

Primeira coisa, é preciso entender que o Brasil é um país extremamente desigual sob vários aspectos, inclusive na área educacional. Para isso, foram criadas propostas que permitem promover inclusão e mobilidade social e que podem gerar oportunidades para grupos socioeconômicos menos privilegiados – e não só para eles, existe inclusive uma expectativa de que, em alguns momentos, essas pessoas poderão interferir positivamente em suas comunidades, fazendo-as inclusive melhorar em vários aspectos.

Nesse sentido, eu entendo que política de cotas é um grande avanço. Agora, é preciso entender que nós temos níveis educacionais distintos. O ensino básico, o universitário e o pós-graduado, tanto senso lato quanto senso estrito, e eles têm que ser tratados de formas também distintas.

No caso da graduação em Medicina, hoje, 45% das vagas são destinadas a cotas. A grande maioria é aplicada em faculdades públicas. Aqui, poder-se-ia discutir o percentual dos 45%, os grupos favorecidos, mas acho que não é esse o objetivo desta reunião. Agora, aí já dá para fazer a primeira pergunta: será que estão incluídos nesses 45% todos os que são de grupos que requerem ações afirmativas e que gostariam de fazer Medicina? A resposta é não, apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns que conseguem demonstrar um mínimo de competência – e com alguma frequência com notas inferiores às dos que entraram pela via clássica.

Passando para a residência médica, a pergunta que é o motivo desta reunião: seria apropriado haver cotas para a residência médica? Bom, eu só... Antes de continuar, gostaria de dizer que eu sou Professor de cirurgia da USP, além de membro da Academia Nacional de Medicina, bastante envolvido com educação médica, e o grande tema é que o residente é quem, na verdade, cuida, no dia a dia, dos pacientes. Então, uma coisa é você oferecer vaga para quem está se formando, e a outra é oferecer vaga para quem vai ter uma responsabilidade sobre a vida das pessoas. Embora seja bonito falar que tem professor, tem quem oriente, tem tudo isso, é muito, muito comum, em qualquer programa de residência médica, até na nossa, lá no Hospital das Clínicas, o residente tomar uma série de decisões, ou seja, ele precisa ter uma competência mínima para não pôr em risco o dia a dia dos pacientes que lhe são designados.

Vejam, todas as vagas de residência, de quase todas as áreas, são muito disputadas, até porque nós temos, em média, uma vaga para cada três formandos, e muitos que não entram vão disputar de novo no outro ano, e no outro ano... Então, a disputa tende a ser muito grande. Então, a residência médica, no meu ver, tem que ser um nível visto como pós-graduação e que se alcança por competência. O favorecimento, legítimo, por cotas na graduação, eu acho que pode haver para todos os níveis de graduação de todas as faculdades no país. Agora pós-graduação é outra coisa; é o mesmo que pensássemos também que mestrado e doutorado teriam que ter cotas para poderem ser cursados, e a competência passa a ser um fator eventualmente secundário.

A experiência do HC, lá na Faculdade de Medicina da USP, é que o desempenho dos cotistas para acessar programas é, em média, inferior ao dos alunos. Então, aí entra o problema. Se o indivíduo tem a chance de fazer uma boa faculdade, ou uma faculdade de Medicina, ele precisa aproveitar essa chance – essa oportunidade – para se preparar para disputar depois, em condições de igualdade, com todos aqueles que querem fazer uma determinada residência médica. A oportunidade já lhe foi oferecida. Agora, o que acontece? Observação: os cotistas tendem a ser menos competitivos, e o que lhes falta, eu acredito, é um maior apoio durante a graduação, não só do ponto de vista educacional, mas também emocional. Isso faz com que o seu empenho, o seu desenvolvimento e o seu desempenho sejam inferiores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para mostrar as dificuldades, em uma das residências do Hospital Sírio-Libanês, com três vagas, uma delas foi concedida a cotista. A nota dos dois que entraram, sem ser por cota, foi 90; a do residente que entrou por cota a nota foi 50. Ora, um programa de excelência quer residentes de excelência, porque inclusive é a maneira de ele manter a sua excelência. Nada contra o residente ter sido um cotista na faculdade, mas eu não acho que isso dá o espaço obrigatório para ele poder ser um cotista na residência médica. A residência médica é outro nível de formação, disputado, e aí as pessoas tiveram a oportunidade para crescer enquanto estudantes de Medicina, talvez com mais dificuldade para muitos, inclusive para suas condições socioeconômicas.

Eu sempre gosto de lembrar de um colega de turma – um ano, aliás, atrás de mim – que era servente de pedreiro. Primeiro trabalhou na roça, foi ser servente de pedreiro, fez cursinho de madureza na época, entrou na Medicina da USP, cursou a faculdade, fez residência de cirurgia. Ele dava plantão comigo e eu falava para ele: "Puxa, como é que você aguenta?", porque toda noite ele trabalhava no Banco do Brasil. Eu falei: "Como é que você aguenta essa vida?". E ele falou: "Olha, estou no céu". E, pelo esforço próprio, ele chegou a Professor Livre-Docente.

Então, querendo ou não, a residência é o primeiro passo daqueles que se esforçam mais, que se dedicam mais. A faculdade de Medicina é preparatória para que essas pessoas possam se desenvolver e vir a desempenhar depois. É importante que nós tenhamos gente de todos os grupos bem representada, mas tem que ser porque demonstraram competência.

Um último exemplo: numa faculdade, num programa de residência de cirurgia em Belo Horizonte, um dos cotistas era um autista de alto grau, e o chefe da cirurgia me disse que ele precisava destacar um residente para acompanhá-lo sempre. Nada contra autistas, só que tem que entender que é necessário que quem ocupa uma vaga de residência seja um indivíduo preparado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Eu apelo de novo, pessoal.

O SR. RAUL CUTAIT (*Por videoconferência*.) – ... e ele teve já essa chance anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizando, o título de especialista hoje é dado automaticamente pelo Ministério da Educação através do RQE, o que, aliás, contraria o que existe no mundo inteiro, onde o título de especialidade é dado por sociedades de especialidade com provas duras – no Brasil, uma média de só um terço dos candidatos passa na busca pelo título de especialista. Aqui, o indivíduo, se desempenhar bem ou mal, vai ter o título de especialista. Isso é perigoso para a população. Então, o indivíduo tem que estar preparado para fazer uma boa residência médica. Temos que pensar nisso também.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Esse foi o Sr. Raul Cutait, da Academia Nacional de Medicina.

Passamos de imediato agora a palavra ao Dr. Hiran, Senador da República, que é o autor do projeto em debate.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR. Para discursar.) – Bom, boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. Boa tarde, meu querido colega Jerzey. Boa tarde, Rosana. Boa tarde aos demais componentes da mesa.

Eu queria perguntar a vocês aqui quem é a favor de ter cota em residência médica? Levantem o braço, por favor. (*Pausa.*)

Bom, eu estou em um ambiente inóspito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – É um ambiente em que se pode perceber que o debate está em alto nível.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Mas eu gosto é assim, porque aqui é a Casa da argumentação e do convencimento. Aqui ninguém ganha nada no barulho, é na conversa. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – É isso mesmo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Olhem aqui o cara mais parcimonioso que eu conheço aqui nesta Casa! Vai fazer muita falta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou contar um pouco da minha história para vocês. Eu sou médico, sou oftalmologista, sou afrodescendente, como vocês podem ver. Nasci na beira do Rio Solimões, numa distância... É mais ou menos no meio do caminho subindo o Rio Amazonas em direção à Colômbia e ao Peru. Estudei o primário lá em Tefé e, depois, estudei... Naquela época, Jerzey, a gente fazia exame de admissão; era no 5º ano o exame de admissão; se não passasse, ia ficar fazendo o 5º ano três, quatro, cinco vezes... Ficava rapazinho sem ir para o ginásio. Graças a Deus... Naquela época, não tinha cotas, e eu fui para fazer um... O meu primeiro vestibular, Jerzey, foi no 1º ano do científico, eu passei para Medicina no 1º ano do científico; passei no 2º ano e... Eu fiz, concomitantemente ao científico que eu fazia, um curso de madureza, que era só para... Era como o EJA, mas eu já vislumbrava que eu poderia passar também no 2º ano, porque eu estudava muito. Eu passei no 2º ano e utilizei já o meu título lá de madureza e não do colégio onde eu estudava, para entrar na faculdade. Muito bem. Só tinha uma faculdade de Medicina lá no norte do país, lá no Amazonas. Fiz residência médica no Rio. Diferentemente da maioria dos médicos brasileiros – 70% dos médicos brasileiros optam por trabalhar aqui, no Rio, em São Paulo e Minas –, 44 anos atrás, eu decidi ir para Roraima.

Quando eu falo, as pessoas têm que me ouvir, porque eu não estou falando de estudos. Eu estou falando da minha vida.

E, Jerzey, eu continuo, com muito orgulho, a fazer medicina. Na sexta-feira, Presidente Paim, eu operei 12 pessoas. O senhor sabe, eu opero aqui também. Eu opero os Senadores aqui também, opero amigos. Toda quarta-feira, eu pratico medicina aqui.

E, quando nós tivemos aqui a lei, aquela Lei de Cotas, eu não só a apoiei, como apoiei a ampliação para 30% da Lei de Cotas. Vejam bem... (*Palmas.*)

Agora, uma coisa que se levantou aqui e que eu ouvi do nosso querido colega Raul Cutait, que é uma referência mundial em cirurgia do aparelho digestivo... Aquele cara que vocês ouviram aí é um dos homens mais respeitados do mundo em cirurgia do aparelho digestivo, um grande professor que nós respeitamos muito. Quando nós vamos falar de médico residente, ele não é de um estudante de Medicina, ele já é médico, ele já tem responsabilidade. E, como ele falou, na residência, nós é que tocamos os serviços e, muitas vezes, temos que tomar decisões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que o nosso preceptor não está ao nosso lado, não é isso, Jerzey? Você sabe disso. Então, a gente precisa entender essas coisas de uma maneira mais ampla.

Por exemplo, falou-se aqui que... O Jerzey falou: "Olhem, tem muito mais gente que entra na residência que é oriunda das escolas privadas". É verdade. Sabem por quê? Porque virou uma esculhambação a proliferação indiscriminada de escolas médicas neste país, virou um grande negócio. Medicina é uma *commodity*. Quem tem um curso de Medicina fica absolutamente rico, faz um IPO desse curso, joga em bolsa, vende o curso e pode ficar o resto da vida sem fazer nada, porque já resolveu sua vida, pois é de R$10 mil a R$15 mil, R$18 mil uma mensalidade de um curso de Medicina. E aí sabem o que aconteceu? De 2013 a 2023, houve uma moratória de abertura de cursos de Medicina no país. Foi a época em que mais se proliferaram cursos de Medicina sem nenhum critério de distribuição e de localização desses cursos no nosso país. Por quê? Porque as grandes corporações, com muitos recursos, foram para o Judiciário e conseguiram, através de liminares, abrir esses cursos, o que foi uma verdadeira deformação na nossa formação de médicos.

E é por isso que eu sou também Relator nesta Casa da prova de proficiência, mas a prova de proficiência não trata só da prova de proficiência. O projeto de minha relatoria que está aqui trata de estabelecer um marco legal de Estado, o Enamed. O Enamed passa a ser uma política de Estado para avaliar alunos, e o ProfiMed passa a ser uma política de Estado para avaliar médicos, quem já se formou.

Nesse projeto também, nós estabelecemos que precisamos fazer uma nova política discutindo com todos a questão da nossa política nacional de residência médica, porque não faltam vagas. Nós temos mais de 70 mil vagas; só se ocupam cerca de 50 mil; sobram mais de 20 mil. Vamos ver. Por quê? Porque tem muitas distorções. A primeira delas sabem qual é? É que um médico do Mais Médicos, muitos sem CRM, com salvo-conduto para praticar medicina nos rincões mais longínquos deste país sem CRM por quatro anos, ganha R$14 mil, Presidente Paim, e um residente ganha R$4,1 mil. Não é justo, não é justo, Dra. Rosana! Isso é uma injustiça. Aumentem a bolsa de residente para R$12 mil para ver se vão sobrar 20 mil vagas de residentes!

E vamos estabelecer para a descentralização, por exemplo, estímulos para que um médico vá para os vazios, como eu fui quando eu tinha 23 anos. O que é que eu tenho aqui nesta Casa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um projeto que diz assim: quem utilizou o Fies e for para um vazio deste país vai ter, a cada mês, abatido um percentual da sua dívida com o Estado brasileiro. Isso está aqui nesta Casa, só que anda devagar, mas está aqui nesta Casa. É um projeto que estimula o médico a ir para os vazios, onde a gente mais precisa de médicos, onde a nossa população que é atendida pelo SUS...

E eu atendo muita gente pelo SUS. Das 500 cirurgias de catarata que são feitas na minha clínica em convênio com o SUS – nós fazemos 500 cirurgias todo mês, estão lá, vão lá ao Conass, tem os dados –, 99% das cirurgias que fazemos lá são feitas pelo Sistema Único de Saúde, que é um patrimônio do povo brasileiro, que é o maior sistema universal, equitativo, integral, como o Jerzey falou, do mundo, do mundo! (*Palmas.*)

Agora, acabei de escrever uma matéria para um livro que vai sair no Conselho Nacional de Justiça em que falei sobre judicialização. Eu questiono, Jerzey, por exemplo, a universalidade do SUS. Sabem por quê? Porque, para mim, a universalidade do SUS tem que ser para nacionais ou para quem vem para cá e se regulariza como um residente nacional. Nós no meu estado, quando recebemos 1,3 milhão de venezuelanos que vieram daquele regime tirano de Nicolás Maduro... Aí, eu vi como é que é. Lá... A gente aqui paga os impostos... Presidente, desde quando você tomava leite Nestogeno, que naquela época não era NAN, era Nestogeno, os seus pais pagavam 40% de imposto. E aí, quando o senhor for operar sua catarata, o senhor vai entrar numa fila que tem mais venezuelanos do que brasileiros. Isso não é justo, não é justo! Na minha opinião, não é justo. Então, nós temos que avaliar a questão da universalidade do SUS. Tem muitos sistemas universais na Europa que são universais para os seus nacionais, como na Espanha. Isso tem que ser discutido também.

Precisamos, eventualmente, melhorar a bolsa para residente, porque eu não consigo conceber que, depois de nós respeitarmos a Lei de Cotas, que eu acho que é uma questão de justiça social, de reconhecimento de que o país é assimétrico e socialmente desigual... Quando a gente entra na faculdade, a gente tem as mesmas oportunidades, os mesmos professores. E, hoje, com a internet, com a democratização do conhecimento, com um telefone deste, se a gente se dedicar, a gente consegue aprender até medicina aqui – e aprende muito se estudar muito aqui. Depois disso tudo, a gente ainda ter cota para fazer residência? Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu falei aqui... A Profa. Rosana foi muito feliz nas suas colocações, defendeu o seu ponto de vista, que nós respeitamos muito – aliás, um debate de altíssimo nível, todo mundo respeitando as opiniões distintas –, mas a senhora falou assim: "Não é uma simples prova de residência". Professora, a prova de residência médica é uma das provas mais difíceis que um ser humano pode fazer! É uma das provas mais difíceis que um ser humano pode fazer! Eu tenho dois filhos fazendo prova de residência. Outro dia, meu filho fez uma prova de residência para uma universidade do Triângulo Mineiro e tinha mais de mil candidatos para uma só vaga. É muito difícil!

E é por isso que eu defendo, meus queridos amigos, assim como defendi cota racial para acesso nas universidades, nos concursos, enfim, aquilo que vocês conhecem da lei, eu defendi e apoiei a ampliação para 30%, mas, para a residência, com todo respeito que eu tenho a vocês, eu não consigo, eu não consigo apoiar, assim como não consigo apoiar alguns artifícios que fazem para passar na frente dos outros. Tem uma resolução que diz: "Quem fez Medicina e saiu de comunidade tem dez pontos a mais do que quem não fez". Bom, há que se discutir, mas para um caboclo da beira do rio que chegou aonde eu cheguei na medicina – não falo nem na política, na medicina –, até por uma questão de experiência da minha própria vida... Eu queria que vocês respeitassem o meu ponto de vista. Eu apoio todos os sistemas de cotas, mas assim como na OAB... Eu não vejo ninguém questionar que se tenha cota na prova da OAB – a prova da OAB não tem cota, não tem cota. Então, à analogia disso, eu não consigo conceber, com todo respeito...

Nós estamos aqui nesta Casa lutando, por exemplo, na prova de proficiência, para tentar cercear essa proliferação desenfreada de escolas médicas. Eu não vou colocar que foi culpa desse Governo ou daquele Governo. Não! O MEC foi muito desidioso com essa proliferação. Eu nunca vi ninguém fechar escola médica neste país, mas no projeto está... Presidente Paim, o projeto diz que, se não se aprovar um determinado percentual dos seus egressos, ou a gente diminui o número de vagas ou suspende temporariamente vestibular nesse curso ruim ou fecha a faculdade. Eu nunca vi fechar nenhuma neste país. E tem faculdade, pessoal, que vende diploma, que vendeu muita validação de diplomas feitos no exterior...

Aliás, nesta Casa, nós aprovamos o Revalida, que vocês lutaram muito para a gente fazer em escolas públicas... Foi uma luta minha, trabalhamos lá para aprovar, eu ainda era Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. Graças a Deus, aprovamos para que quem venha para cá, de fora, seja nacional ou estrangeiro, faça uma prova de habilidade, de conhecimento técnico, de comportamento de médico, de comportamento ético de médico, porque hoje você vê médico tão mal formado que é capaz de matar a própria mãe, estuprar o próprio filho, roubar, tem médico de péssima qualidade e péssima formação neste país. Nós precisamos encarar isso com seriedade, porque nós podemos ser vítimas disso.

Outro dia, Presidente Paim, lá no Amazonas, uma criança chegou com uma crise asmática, com falta de ar, e um colega mal preparado injetou 6ml de adrenalina endovenosa nessa criança. É um absurdo! Esse cara não sabe nada de medicina, e o Enamed falou isso: de cem médicos formados neste país, 30 não sabem nada. E nós vamos cair na mão deles eventualmente, porque muitos vão fazer pronto-socorro, porta aberta. A gente pode sofrer um acidente e cair na mão desses sujeitos que não têm o menor conhecimento técnico e habilidade para enfrentar e preservar a nossa vida.

Então, eu quero parabenizar V. Exa., que conduz com tanta maestria, parabenizar todos que participaram e que vão participar deste debate. Eu fiz questão de vir aqui, porque encaro isso com muita seriedade. Eu saí lá do Hemisfério Norte, de Roraima, ontem, à noite, voei a noite toda para vir aqui e participar presencialmente deste debate, porque eu acho que isso aqui é mais importante do que aquela eleição em que eu tenho candidatos lá que precisam de mim, do meu apoio. Eu disse: "Olha, vocês esperem aí, porque eu vou defender as prerrogativas e as boas práticas da medicina, que eu fiz durante 44 anos". Faço, procuro fazer com a maior dedicação, com o maior denodo, para honrar aquilo que Deus me concedeu, que é esse dom de poder cuidar das pessoas, dando o melhor de mim, porque isso é um princípio que me leva – certamente o Jerzey e todos os médicos que nos acompanham. É um princípio pétreo da nossa atividade médica.

Eu agradeço a todos vocês pelo respeito com que me ouviram. Respeito as opiniões divergentes, mas esse é o meu pensamento mais claro e honesto possível. Muito obrigado pela atenção de todos vocês, um grande abraço.

E àqueles que são médicos aqui e estão lutando para entrar numa residência médica: sucesso para vocês. Que vocês tenham uma vida profissional profícua e que vocês honrem essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissão, porque o Brasil e o mundo precisam muito de nós. Vocês viram na pandemia qual é a importância da equipe multiprofissional, e aí incluo também os médicos na preservação da vida e no cuidar das pessoas que pereceram nessa tragédia humana que nós vivenciamos e que eu espero que a gente não presencie mais tão cedo no nosso planeta.

Muito obrigado a vocês, um grande abraço e que Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Dr. Hiran, Senador da República, autor do projeto em debate, que fez a sua exposição do jeito que eu o conheço, com muita tranquilidade, com muita facilidade ao tratar de um tema como esse.

Passo de imediato a palavra ao Sr. Gabriel Sanchez Okida, Presidente da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil.

O SR. GABRIEL SANCHEZ OKIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Antes de começar o meu discurso, eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim, pela condução dos trabalhos; o Senador Hiran Gonçalves, por projetos tão importantes, com sua contribuição pelo SUS – não só com o projeto das cotas, mas também com o Profimed e o aumento da bolsa de residência –; e também o Dr. Raul Cutait, que fez um levantamento muito importante no seu discurso, colocando principalmente o paciente como ponto central – eu acredito que é assim que deva ser a medicina.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar todas as Senadoras e Senadores, Deputados, médicos, residentes, autoridades, entidades médicas e estudantes aqui presencialmente ou virtualmente.

É uma honra estar aqui presente, mais uma vez, nesta Casa, mesmo que por videoconferência, trazendo a voz do estudante de Medicina do Brasil aos lugares que lhe pertencem.

Agradeço o convite e o apoio dos respectivos Senadores e autoridades, como o Dr. Hiran Gonçalves, ao estudante de Medicina para ter voz e ter o seu lugar de fala.

Primeiramente, seria impossível vir aqui falar de residência médica sem falar do colapso da qualidade do ensino médico no Brasil nos dias de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, estamos vivendo uma emergência no ensino médico, algo que a Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil afirma há tempos. Primeiro, nos tornamos o segundo país com mais faculdades de Medicina no mundo. Posteriormente, a consequência disso foi que tivemos um Enamed que mostrou que cerca de um terço dos estudantes não está sendo formado adequadamente.

Nesse cenário, surge outro tema que merece reflexão: a implementação de cotas nos processos seletivos da residência médica. Ao longo desta fala, procurarei demonstrar por que entendemos que essa medida pode trazer consequências negativas não apenas para os estudantes, mas principalmente para aqueles que devem estar no centro de toda a formação médica: os pacientes.

A política de cotas no Brasil surgiu como uma estratégia de ação afirmativa destinada a ampliar o acesso ao ensino superior e reduzir desigualdades historicamente acumuladas. Seus principais objetivos eram promover a inclusão social, ampliar a representatividade de grupos historicamente sub-representados, reduzir as desigualdades no acesso à educação e democratizar o ingresso nas universidades públicas brasileiras, porém a política de cotas na residência se torna um risco, uma vez que são avaliados critérios técnicos.

A seleção para os programas de residência deve estar fundamentada em critérios objetivos relacionados às competências técnicas e acadêmicas dos candidatos. O treinamento em serviço exige elevado grau de conhecimento científico, capacidade de tomada de decisão e domínio de habilidades práticas, uma vez que os residentes participam ativa e diretamente do atendimento aos pacientes e assumem responsabilidades progressivas ao longo da formação, muitas das características citadas sendo adquiridas, claro, antes do ingresso no serviço de residência.

A defesa da manutenção desses critérios não implica a desconsideração das desigualdades existentes na sociedade brasileira; pelo contrário, reconhece-se a necessidade de desenvolver políticas capazes de ampliar o acesso à educação e de reduzir as diferenças de oportunidades ao longo da trajetória acadêmica. Entretanto, a residência médica possui objetivos específicos, relacionados à formação de especialistas e à qualificação da assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em saúde, o que justifica a preservação de mecanismos de seleção baseados predominantemente em critérios técnicos e acadêmicos.

Senhoras e senhores, trago alguns dados de alguns processos seletivos de residência médica para uma melhor compreensão da disparidade de conhecimento de que estamos falando. Trago aqui, por exemplo, o processo seletivo da Universidade Federal do Pará, de 2026, que tinha seis vagas para cirurgia geral – uma especialidade que tem um risco elevadíssimo para o próprio paciente –: tivemos um candidato com acerto de 56% que, por ter a cota, deixou um candidato com 79,2% de fora do processo seletivo. Dados que são públicos e podem ser pesquisados pelos senhores agora mesmo. Outro caso que aconteceu foi na pediatria da Santa Casa de São Paulo, onde um candidato que fez 57% entrou por ter a cota, enquanto o que fez mais de 75% ficou de fora do processo seletivo.

Agora eu faço um apelo e um questionamento a vocês: se fosse um familiar de vocês ou vocês mesmos, vocês gostariam de ser operados por um médico que obteve 56% do conhecimento – que não é uma nota mínima para ser considerado sequer proficiente no Profimed ou para atingir uma nota decente no Enamed, que é um teste considerado fácil – ou gostariam de um candidato que acertou quase 80%, mas não teve a oportunidade de exercer a profissão? Você gostaria de que quem atendesse o seu filho fosse uma pessoa que foi considerada, de acordo com aquele processo seletivo, a mais apta ou você a escolheria de acordo com a orientação sexual, cor ou origem?

Infelizmente, criou-se a ideia de que qualquer pessoa pode ocupar qualquer posição, independentemente da preparação necessária, no entanto a medicina exige responsabilidade, pois estamos tratando de vidas aqui, e a vida não permite inseguranças.

Os resultados do último Enamed, considerado por muitos uma avaliação fácil, como eu comentei, demonstram que ainda existem lacunas importantes na formação médica brasileira, mas deixo aqui claro: não somos contra a diversidade na medicina; muito pelo contrário, a diversidade é fundamental e deve ser buscada e desenvolvida. Ela é importante para o desenvolvimento científico, social e humano da profissão e da sociedade.

Somos contra presumir que a reserva de vagas na residência seja necessariamente o melhor instrumento para produzi-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil se posiciona totalmente contra qualquer natureza de cota ou bonificação para a entrada na residência, uma vez que defende que os critérios avaliados devam ser predominantemente técnicos e acadêmicos. Além disso, nós, estudantes de Medicina, não enxergamos diferença entre um médico ou outro pela sua origem ou por orientação sexual, uma vez que, quando saímos da faculdade, somos todos da mesma categoria, a categoria médica. Todos deveríamos estar devidamente aptos a trabalhar e a exercer a profissão. Independentemente da situação, o foco deve e sempre será o paciente.

Ao longo desta fala procurei destacar justamente isso. Muitas vezes é esquecido que o paciente não está no hospital para que nós mesmos, como estudantes de Medicina, aprendamos. Ele está ali para receber o melhor atendimento possível, da mesma forma que, durante uma cirurgia, o paciente não está sendo operado para que o residente adquira experiência. Ele está sendo submetido a um procedimento porque precisa de um tratamento e espera alcançar uma cura.

Por isso, acreditamos que as vagas destinadas à formação especializada devem ser ocupadas pelos candidatos mais preparados para exercer aquela função, de acordo com o processo seletivo.

Queremos uma medicina mais diversa, no entanto defendemos que essa diversidade seja construída por meio da ampliação das oportunidades antes e durante a graduação, garantindo condições mais equitativas de formação e de competição.

A residência médica representa a etapa final da formação do especialista. Neste momento, acreditamos que a seleção deve continuar priorizando o conhecimento técnico, a competência acadêmica e o compromisso com a excelência da assistência prestada à população.

Muito obrigado.

Agradeço a oportunidade de trazer a voz do estudante de Medicina, mais uma vez, para esta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Esse foi o Gabriel Sanchez Okida, Presidente da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, esta mesa está convidada a retornar ao plenário, mas antes o Dr. Jerzey Timoteo, por motivo de outra agenda urgente, pede apenas para se despedir de vocês. E daí nós vamos para a segunda mesa.

O SR. JERZEY TIMOTEO RIBEIRO SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado pela oportunidade da CDH, Senador Paulo Paim, Senador Dr. Hiran.

Quero dizer que acho que as suas falas corroboraram várias possibilidades de discussão, Senador Hiran. Uma delas é que a gente precisa evoluir os processos seletivos de residência. Acho que deu para chegar a uma conclusão. A gente não está questionando que precisa ter... Nós precisamos ter suficiência. O que é suficiência no processo seletivo de residência? Eu acho que isso é perfeitamente discutível, junto com o debate das cotas e não dissociado da discussão das cotas.

O senhor contando sua história, eu lembrei a minha história: eu era o diferente da turma, sempre fui, mas não foi pelo meu... Eu reconheço que não foi somente pelo meu mérito, eu reconheço onde a minha história virou. E foi graças aos meus ancestrais, e ouvindo a história deles, onde a história da minha vida fez uma curva, que me permitiu alçar alguns lugares que eu, de fato, não alçaria normalmente...

Tem histórias de muitos colegas meus que também superaram várias dificuldades, mas o que a gente está falando aqui é uma coisa em que a gente ainda não se resolveu: são os 338 anos de escravidão neste país, considerada pela ONU o maior crime da humanidade. (*Palmas.*) Nós não superamos isso. E parte disso é nós termos 1,8% de docentes negros nas faculdades de Medicina.

Na verdade, já existe uma cota na medicina, mas uma cota ao contrário. Eu participo, e ainda hoje existe processo seletivo de residência, Senador, com entrevistas. Eu participei de processo seletivo em que o meu... Por isso que não dá. Dialogando com o Dr. Alcindo, não partimos do mesmo lugar. Eu participei de entrevistas em que o meu colega vinha com um calhamaço assim de certificados e tal, porque ele conseguia viajar, conseguia ir para o congresso X, Y, Z. Na minha época de residência, valia, inclusive, a carta do Dr. fulano de tal, que fazia diferença numa entrevista. Então, é disso que nós estamos falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, a gente não está imprimindo cotas, mas quem quer... E aí o SUS quer diversidade, a gente quer permitir. Então, esse é o diálogo que a gente quer trazer, de não criar uma barreira sobre uma realidade que ainda não é vigente, Senador. Então rogo para que a gente possa... Que esta Comissão consiga discutir esse tema com maturidade, como o senhor falou, e que a gente possa não seguir, pelo menos, em frente com esse PL.

Mas já agradeço pela forma respeitosa com que a gente conversou aqui, como sempre a gente conversa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JERZEY TIMOTEO RIBEIRO SANTOS – ... pensando no povo brasileiro, no Brasil.

Obrigado, gente, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Dr. Jerzey Timoteo Ribeiro Santos, Secretário Adjunto de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

O Dr. Hiran está também com compromisso – ele já havia me avisado antes – e pede para fazer uma saudação para vocês, em torno de três minutos, como foi o Dr. Jerzey. E daí nós vamos para a segunda mesa.

Só um minutinho...

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Eu queria pedir ao Dr. Hiran se ele poderia fazer uma mensagenzinha breve antes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Eu acho que...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Perfeitamente.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Senador Paim, olha só, eu estou, assim, emocionado demais com a presença do Dr. Hiran. Eu não o conhecia pessoalmente, só por contatos, e ver que o senhor foi a favor das (*Fora do microfone.*) cotas me emocionou demais. E toda a sua trajetória...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – E eu fui testemunha disso.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – É mesmo? Que bonito isso.

Dr. Hiran, a fala do Dr. Jerzey, para mim, teve atrocidades tão profundas, que, para mim, convencem até as pessoas menos desinformadas. Como o senhor é uma pessoa do bem – eu percebi isso na sua fala – e o senhor é uma pessoa de um coração sincero, eu proponho – que tal? –, considerando que a maioria das falas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – ... foi a favor de que haja a cota, que tal – eu proponho ao senhor – avaliar e tirar esse projeto de pauta?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Você quer que eu... Posso falar agora?

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Deixe-me lhe falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Está no seu tempo agora.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Agora é meu tempo. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Se não, você fica na resposta dele. (*Risos.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Não, eu fico muito tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – O Frei David sempre surpreende a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Frei David, eu sou... Não, fique tranquilo. Você é uma pessoa de Deus e merece de mim todo o respeito.

Eu falei para o senhor que esta aqui é uma Casa da argumentação e do convencimento. O senhor vê que aqui nós estamos numa plateia absolutamente a favor das cotas para a residência médica; mas, quando nós discutimos com as nossas nove entidades médicas, oito são a favor de que não haja cota para a prova de residentes. Quer dizer, nós estamos tratando... Se a gente for tratar...

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – É outro Brasil.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – ... num outro fórum, quando a gente tiver um fórum diferente deste aqui, vai ter ocasiões em que nós vamos ter 100% de colegas médicos, que fizeram residência, que são profissionais que tiveram que lutar muito, como eu lutei, para ser médico, para fazer residência, que vão ser a favor do que eu estou falando.

Então, eu acho que esta Casa aqui é a Casa, sim, da discussão. Esse projeto ainda vai tramitar por várias Comissões, ele vai para a Câmara dos Deputados; e nós vamos estabelecer este debate com argumento, tentando convencer a maioria, porque é assim que se faz a democracia, que nós defendemos tanto aqui, não é, Jerzey?

A democracia é feita pela diversidade, e a opinião da maioria prevalece. O que vocês estão fazendo aqui foi uma mobilização muito bacana. A maioria de vocês defende que haja cota para prova de residente.

E eu, com muita convicção, como tenho convicção de defender a prova de proficiência em Medicina... Eu tenho muita convicção de aprovar esse projeto que abate as dívidas do Fies para aqueles alunos que saem da Medicina devendo R$1 milhão, um milhão e poucos mil reais, para que, se eles forem para um local distante, um local carente de médicos, abata-se um percentual da sua dívida a cada mês, para estimular o colega a ficar naquele local e tirar uma sobrecarga financeira dele de, quando ele termina a residência, estar devendo aquele absurdo. Eu tenho muita convicção disso também. Tem gente que é contra aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é a primeira Comissão; e na primeira apresentação do projeto nós fizemos esta audiência pública, aliás, muito pertinente, muito bacana, com todo mundo aqui se respeitando, todo mundo dando um exemplo de urbanidade e de educação, ouvindo opiniões divergentes, mas respeitando as opiniões divergentes.

Agora, eu não posso tirar esse projeto daqui, porque a gente ainda vai debatê-lo durante muito tempo. Tem projetos aqui que tramitam nesta Casa... Para o senhor ter uma ideia, para a gente fracionar – fracionar – férias para residentes, o senhor sabe quanto tempo a gente discutiu aqui? Para fracionar: "Olhe, você pode tirar férias: dez, dez, dez". Não é isso, Jerzey? Nós discutimos aqui quatro anos. Parece um negócio simples, não é? "Ah, está bom, vamos fracionar, como pode o servidor"...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RR) – Negócio simples.

Quatro anos, Frei – quatro anos.

Então, isso aqui vai ser debatido extenuadamente, e o projeto vai sendo aperfeiçoado.

Por exemplo, a gente tem o projeto da proficiência. O Governo, que é contra o conselho federal... É a favor de tudo que eu escrevi, só é contra que o Conselho Federal de Medicina faça a prova de proficiência à semelhança da OAB, que é uma autarquia federal especial que tem esse mister, não é? Mas aí o Governo apresentou uma medida provisória, que tramita nesta Casa, tirando do conselho federal e colocando no MEC essa atribuição, com o que a gente não concorda... Mas aí não vai tirar de pauta, a gente vai discutir aqui numa Comissão Mista, de Senadores e Deputados, e, ao final, a gente vai... Já tem 477 emendas – olhe só, 477 opiniões que não foram consignadas no texto da MP, e aí vamos discutir até o final. Não é isso, Senador?

Então, a gente vai discutir isso aqui. Isso aqui não é uma verdade absoluta. A gente vai discutindo, vai aperfeiçoando, o senhor dá uma opinião, o outro dá outra e vamos negociando aqui e ali e termina no final saindo o melhor texto que contemple a maioria das opiniões divergentes. Esse que é o princípio do Parlamento. Aqui a gente tem que ter muita paciência, certo?

Deus o abençoe, muito obrigado pela sua colocação. Um grande abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um grande abraço a todos também, Deus os abençoe, obrigado pelo respeito com que vocês me receberam aqui. Meu gabinete é o Gabinete 6. Quando o Prof. Paim não receber vocês direito, podem ir ao Gabinete 6 que vou lhes receber. (*Risos.*)

Tem sempre um chazinho e um café.

Um beijão para todos.

Tudo de bom. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Isso aí foi o Dr. Hiran, autor do projeto, Senador da República, que também vai ter que ser retirar, por motivos de força maior, e nós entendemos; a mesma coisa, o Dr. Jerzey.

Eu peço aos colegas que retornem ao plenário, nossos convidados aqui da mesa, que nós vamos para a segunda mesa. Temos a segunda mesa e concluímos os trabalhos.

De imediato para a segunda mesa:

José Santos Souza Santana, Diretor de Ensino, Pesquisa e Inovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. (*Palmas.*)

Cleber Santos Vieira, Secretário Substituto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Seja bem-vindo, Cleber. (*Palmas.*)

Cleunice Bohn de Lima, Conselheira Titular da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Seja bem-vinda.

Por fim, convidamos para esta mesa, também, Caio Gracco, Vice-Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes. (*Palmas.*)

Por fim mesmo, Frei David dos Santos, Educafro Brasil. (*Palmas.*)

O Sr. Caio Gracco, Vice-Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes, pediu que pudéssemos colocá-lo em primeiro lugar.

A palavra é sua, Dr. Caio Gracco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAIO GRACCO (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos. Queria cumprimentar aqui e agradecer a abertura para o local de fala. Eu acho que a ANMR é uma associação que é totalmente interessada nesse tipo de projeto. Então, queria parabenizar o Senador Paulo Paim pela condução desta sessão e parabenizar também o Senador Dr. Hiran, que é o autor do projeto, que não está mais aqui. Eu me apresento para vocês, meu nome é Caio Gracco, sou médico, sou cirurgião geral e, além da Associação Nacional de Médicos Residentes, também sou Presidente da Associação Brasiliense, aqui do DF.

No início da minha fala, eu queria fazer uma ressalva. É lógico que a gente precisa reconhecer problemas – desigualdade social, desigualdade racial, desigualdade econômica de gênero, todas elas existem, a gente não está questionando isso –, mas eu quero fazer um alerta e uma certa provocação: a residência médica é o momento ideal para a gente fazer essa correção?

Todos os meus antecessores falaram muito sobre residência médica e cotas, mas no sentido de uma cota étnica. Existem várias outras cotas que não foram abordadas e eu vou, inclusive, falar um pouquinho delas aqui. Então, em primeiro lugar, a gente tem cota para pessoas trans, que é uma modalidade bastante rara, mas ainda existe em alguns pontos do nosso país, Senador Paulo. Além dela, também há a cota racial, como discutimos bastante aqui. Também temos cotas para hipossuficiente e para PCD, e eu trouxe aqui alguns dados que são do último processo seletivo de residência médica do ano de 2025, para ingresso agora em 2026, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Portanto, tivemos 6 mil – eu vou falar os números aproximados para ficar mais fácil a compreensão... Tivemos aproximadamente 6,5 mil inscritos, das quais metade das vagas eram para ampla concorrência, 20% para candidatos negros, 20% para candidatos PCD e 10% para hipossuficientes. Então, desses 5,7 mil na ampla concorrência, para as 277 vagas, temos uma relação de 20 candidatos por vaga. Candidatos negros, 670 para 111 vagas, com uma relação candidato-vaga de 6; PCD, 145 candidatos para 111 vagas, com uma relação candidato-vaga de 1; hipossuficientes, 54 candidatos para 55 vagas – então, a gente tem, na verdade, mais vagas do que candidatos aqui.

Ao destrinchar uma por uma delas, a cota para hipossuficiente, para quem não sabe, é definida como um médico que recebe um valor mensal bruto inferior a R$1,5 mil. Eu não conheço – creio que vocês também não conhecem nenhum médico formado, porque residência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médica é para médicos formados – quem tenha uma renda inferior a isso. Mas acontece que a gente teve 54 pessoas que foram lá, 54 médicos que se inscreveram, que alegaram receber menos de R$1,5 mil brutos mensais, o que é praticamente impossível, porque, se você faz um plantão por semana, você já vai passar desse valor, e ainda assim eles estão lá, ou seja, a gente observa que o Estado, na tentativa de uma reserva de vagas acaba criando um descompasso grande entre o cenário econômico que, de fato, existe na vida de um médico e o que está definido no edital.

Então eu acho que ninguém aqui vai discordar: a gente não tem médicos ganhando menos do que esse valor. São pessoas que, de má-fé e desonestidade, vão e aplicam; isso é um problema gigantesco que a gente tem.

Então, quando a gente fala agora... – passando para a parte da cota de PCD – é lógico que a gente é a favor de que haja inclusão, de que pessoas com deficiência façam residência médica e que façam parte de todo esse processo, mas a gente tem que ser muito claro aqui. Eu, como contei para vocês, sou cirurgião-geral. Se – Deus me livre e guarde – acontece alguma coisa e eu perco o movimento da minha mão, eu não posso mais ser cirurgião. Eu posso ser psiquiatra, eu posso ir para outra área, agora cirurgião infelizmente não consigo mais ser.

A gente já teve aqui no Distrito Federal relato de residentes que não tinham a visão cursando Radiologia, fazendo especialização em Radiologia. Então, como ele vai analisar um exame? Ou então um residente cego em Anestesiologia: como é que ele vai garantir a perviedade numa via aérea, como é que ele vai intubar um paciente, manejar uma emergência? Não tem como. Tem certas deficiências que são incompatíveis com o exercício de certas áreas da medicina, isso é um fato.

E, passando agora a falar um pouquinho da parte de cota racial, vou voltar na minha frase lá do início, que vários outros expositores – Conselho Federal de Medicina, Academia Nacional de Medicina, Associação de Estudantes de Medicina do Brasil – já abordaram aqui: residência médica é para médicos já formados. Já houve uma política de acesso na graduação – a que a gente, logicamente, é favorável –, mas então até onde vai a política de cotas? Ela é presente na graduação, na especialização, na subespecialização, no mestrado, no doutorado. É isso que a gente critica e é por isso que o Senador Hiran, ao nos ouvir – nós da ANMR – e ao ouvir todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras entidades, decidiu ser o autor desse Projeto de Lei 452, que nós, da ANMR, apoiamos integralmente.

Eu quero deixar aqui uma reflexão final. Eu tenho certeza absoluta de que todos os presentes desejam ser atendidos e desejam que seus familiares, seus entes queridos – marido, esposa, filho, pai, mãe, todo mundo – sejam atendidos pelo médico com a maior capacidade técnica, com a maior aptidão possível.

Então, com essa... – com essa provocação, não, perdão – com essa fala final, eu gostaria de agradecer aqui mais uma vez o espaço. Respeito a opinião de todos vocês. Eu sei – assim como o Senador Hiran falou – que aqui estamos em minoria e eu acho que esta Casa é um ambiente saudável, realmente, para a gente praticar este debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Caio Gracco, que gentilmente fez a sua fala, com a elegância também do Dr. Hiran – tem que ser dito isso. Meus cumprimentos. Ele é Vice-Presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes.

Passamos agora para o Diretor de Ensino, Pesquisa e Inovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, o Sr. José Santos Souza Santana.

O SR. JOSÉ SANTOS SOUZA SANTANA (Para expor.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom dia a todas e todos. É um prazer grande estar aqui com vocês.

Meu nome é José Santana, eu sou Médico Sanitarista, Doutor em Saúde Coletiva. Atualmente, estou Diretor de Ensino, Pesquisa e Inovação da nossa HU Brasil – mudou de nome agora, não é mais a Ebserh –, e eu vim falar aqui para vocês um pouco sobre o processo de seleção de residência que a gente faz na HU Brasil, o Enare, que é o Exame Nacional de Residência.

Eu acho que traz um caso concreto, que pode servir um pouco para coroar essa discussão: trazer números do maior processo seletivo de residência realizado nacionalmente em todos os estados, para a gente entender um pouco como é que tem funcionado na prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes disso, o HU Brasil, para quem não conhece, é a estatal federal responsável pela gestão dos hospitais universitários das nossas universidades federais. Hoje, são 47 hospitais universitários e o Enare foi originalmente criado em 2020 para fazer o processo seletivo desses hospitais; ele vem crescendo ano a ano e hoje já conta com 309 instituições participantes. São mais de 14 mil vagas de residência ofertadas e a gente o chama e tem o objetivo de transformá-lo no que a gente está chamando de Enem da Residência, um processo nacional que garante que as pessoas façam as provas das suas cidades – ou seja, não gastem com deslocamento – e que façam uma prova que é a seleção, não tem entrevista, para que seja o processo mais justo possível.

Então, a gente fala que é um exame que democratiza o acesso à residência; mas, para democratizar o acesso à residência, ele precisa de um programa de ações afirmativas nele, porque senão não é democratização do acesso. Porque a gente tem que considerar – como os meus antecessores bem falaram aqui – que as pessoas partem de lugares diferentes, e não é porque elas se formaram em Medicina que elas automaticamente saem daquele lugar e vão para outro, não. Existem realidades sociais – eu pediria para colocar a apresentação – que as acompanham, e acho que aqui vou demonstrar porque isso é tão importante do ponto de vista fático.

Então, o Enare... Vamos lá. Pronto.

A política de ações afirmativas está aí desde 2021, começou com a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Em 2023, foram incluídas vagas para pessoas pretas e pardas e, a partir de 2024, também indígenas e quilombolas – todas as ações afirmativas vigentes alinhadas às legislações federais, nos mesmos percentuais, ressaltando o compromisso de democratização do acesso à residência.

Aqui é uma linha do tempo. A apresentação vai estar disponível para vocês, mas só colocando em gráfico o que eu falei agora, o momento de entrada de cada modalidade de residência, o que eu acho que é fundamental para balizar o debate.

A estrutura das reservas do Enare: primeiro, tem a inscrição no sistema – que é aberto para todo mundo –, a realização de prova objetiva e a aprovação. A aprovação é muito importante – sem a aprovação no exame, não se concorre às cotas. E hoje, o exame para acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direto – que é para mais de 90% das vagas de residência médica – é o Enamed, que é o exame que avalia a formação do estudante, que já foi citado aqui e que detectou, sim, várias deficiências no processo de formação. Acho que isso é uma outra discussão muito importante, o MEC já está tomando as medidas, mas voltemos à residência.

Então, a pontuação do Enamed é 60, ou seja, só vão concorrer às cotas os médicos que atingiram 60 – então, a gente está falando aqui de profissionais que passaram na prova. Como é bem falado aqui, a prova de residência é uma prova muito difícil, uma das provas mais difíceis, então esses profissionais aqui passaram; eles foram formados pela faculdade de Medicina deles e eles foram aprovados na prova de residência.

Em seguida, o profissional vai ter que confirmar a condição que ele declarou, ou seja, vai ter que comprovar a modalidade de cota em que ele entrou, se ele é PCD, se ele é preto ou pardo, se ele é indígena ou se ele é quilombola; e aí, só depois, o resultado final e a matrícula. Então, sem a confirmação desse processo ele não concorre à vaga reservada; sem a aprovação na prova de residência, ele não concorre à vaga reservada.

Quais são as reservas? São os percentuais já conhecidos e aprovados pela Lei 15.142, de 2025: 25% para pretos e pardos, 3% para indígenas, 2% para quilombolas (totalizando 30%) e 10% para PCD.

E aqui é só um quadro também – eu vou passar rápido aqui, a apresentação está disponível –, só explicando a dinâmica de quando é que a pessoa vai concorrendo para a vaga e a partir de quantas vagas já entra o candidato que passou por cota, e aí a gente vai conseguindo ver como é que funciona essa dinâmica de distribuição.

E aqui já há uma primeira distorção: programas que ofertam poucas vagas, no fim das contas, acabam não participando efetivamente da política de cotas porque, se tem menos vagas do que previsto, acaba-se não entrando, e essa é uma distorção que a gente está tentando trabalhar lá no âmbito da HU Brasil.

Como a condição é declarada e confirmada, também vou passar mais rápido. Conforme as regras para cada modalidade, algumas com comprovação documental, outras com avaliação biopsicossocial... Está aqui – também vou passar porque o tempo não é muito. As principais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regras de edital de reserva também. As regras estão postas no edital, e os optantes pela reserva de vagas, aprovados e convocados dentro do número oferecido para a ampla concorrência, não são computados para efeito de preenchimento de vagas, o que quer dizer que, caso um candidato que esteja em uma modalidade de cota seja aprovado dentro da ampla concorrência, aquela vaga dele vai ser ofertada para um outro candidato que foi por cota, como acontece nos concursos públicos.

Então, as nossas regras do Enare seguem exatamente o que se dá nos concursos, e aí, quando uma modalidade não é preenchida, ela é passada para outra modalidade conforme esse esquema aqui, que eu também não vou detalhar – a apresentação está disponível –, tudo conforme regras editalícias.

E aqui é aonde eu queria chegar, que eu acho que são os números que trazem materialidade para o que a gente está discutindo aqui: a evolução das vagas ofertadas e preenchidas no Enare. Aqui é o crescimento, a expansão do Enare ano a ano. A gente vê que ele começou pequenininho, era só para os hospitais universitários federais, e foi crescendo; como eu falei, 309 instituições. São 14.203 vagas: 8.287 de residência médica, 5.926 vagas para residência multiprofissional ou em área multiprofissional da saúde.

E aí aqui, vejam, esse gráfico é muito interessante, são as vagas ofertadas de 2020 a 2026. Esse primeiro gráfico de cima é a residência médica ofertada *versus* preenchida. Na primeira vez em que a gente ofertou a modalidade racial, pretos e pardos, a gente ofertou 539 vagas e preenchemos apenas 333. Em seguida, no outro ano, 867 vagas e preenchemos 315. Depois, ofertamos 2.082 vagas e preenchemos 1.228. Depois, 2.522 e estamos aguardando porque a prova ainda não aconteceu, vai ser dia 13 de setembro.

E aí a gente faz um paralelo para a residência "multi". Vejam que a distância entre o que a gente oferta e o que a gente preenche é muito diferente da médica. Na "multi", o que a gente oferta praticamente a gente preenche. E por que será? Isso condiz com os dados que foram apresentados aqui: os estudantes de Medicina pretos e pardos ainda estão numa proporção muito inferior ao que há na população e muito inferior ao que é ofertado em cota – isso é uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra realidade – é um dado que não está aqui, mas eu posso dizer para vocês – é que esse ano foram 98 mil médicos inscritos no Enamed. Desses 98 mil, apenas 11 mil optaram por algum tipo de cota, ou seja, nem 10% optaram, e a gente sabe que são mais de 10% nas faculdades. Aí tem uma hipótese principal que a gente trabalhando, a gente está iniciando um estudo lá na HU Brasil sobre isso, que é de que as pessoas que entram por cota nas nossas faculdades não estão indo fazer a prova de residência porque estão indo para o mercado de trabalho para conseguir, assim que saem, ajudar as famílias, porque o salário na medicina é um salário bastante atrativo e ele chama para o mercado.

Já da multiprofissional, cujo salário não é tão atrativo, eles vão para a residência, porque a bolsa se equipara ao salário. Então esses profissionais tendem a ingressar mais na residência. Mas isso aqui, como eu falei, é uma hipótese, porque a gente está ainda trabalhando em estudos para poder confirmá-la.

Aqui, vagas PCD também, a gente vê o número de ofertadas muito superior ao número de ocupadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SANTOS SOUZA SANTANA – A gente sabe que ainda é uma dificuldade para os candidatos, as pessoas com deficiência cursarem cursos na Medicina e em área de saúde no geral.

Vagas ofertadas e preenchidas indígenas também, esta é a realidade, ou seja, ela não é ocupada no percentual das cotas. Então a gente vê que o problema aqui é outro, na verdade. A gente precisa conseguir fazer com que essas vagas sejam ocupadas, e não retirar as cotas. A gente está ainda atrás na discussão.

A mesma coisa aqui, quilombolas, vocês veem a disparidade. E aí, eu acho que é importante a gente considerar, nesta discussão, e usando os dois minutos que faltam, que esta discussão para o acesso por cota é uma discussão, sem querer me repetir aqui, é uma discussão social de reparação. A gente não está fazendo, com essa política, com que pessoas que não são capazes de exercer medicina entrem para a especialidade. Pelo contrário, a pessoa se formou em Medicina, passou no vestibular, fez a graduação inteira, foi avaliada e passou por cada etapa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obteve o diploma, fez a prova de residência, foi aprovada. Residência é formação em serviço. Residência é onde ela vai aprender na prática.

Eu sou médico, eu passei pelo internato. O internato é um período de prática, os dois anos finais de curso, é um período de prática em que você começa a lidar com o paciente, faz o procedimento. Mas quem faz mesmo os procedimentos no dia a dia, do ambulatório, do curso, do serviço é o residente. O residente pega a mão ali. Então esse médico que foi aprovado na faculdade, que passou na prova de residência, não importa se ele ficou um pouco atrás do outro profissional, isso é por conta das diferenças históricas que já foram discutidas aqui, mas ele está apto a exercer a medicina.

Um médico pode exercer qualquer... Ele está habilitado para exercer qualquer procedimento, de qualquer especialidade. O que ele não pode fazer é anunciar que ele é especialista se ele não for.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ SANTOS SOUZA SANTANA – Mas ele é habilitado. Ele já está no mercado. A residência forma-o em serviço. Então a gente não está discutindo aqui de colocar pessoas inaptas para cuidar da população brasileira. A gente está falando de médicos formados, que foram aprovados no exame de residência, em que todos concorreram, mas ele entrou por cota, por uma questão legal, fez toda a especialização em serviço dele, foi aprovado ao final, e aí, sim, ele está indo para o mercado de trabalho cuidar da população brasileira.

Então não se trata aqui de colocar a população em risco; trata-se, sim, de fazer uma reparação histórica de um processo extremamente desigual que está no nosso país. Eu acho que a gente, sim, está fazendo história aqui, promovendo esse princípio da equidade, consagrado na Constituição.

É isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, José Santos Souza Santana, Diretor de Ensino, Pesquisa e Inovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Parabéns pela sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, para o Sr. Cleber Santos Vieira, Secretário-Substituto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Já esteve conosco aqui diversas vezes no debate nesta Comissão.

E eu quero, com muita satisfação, registrar a presença, já aqui conosco, da Presidenta da CDH, Senadora Damares, que tem mantido um critério muito democrático: aquele que apresentar o requerimento acaba presidindo a reunião. E ela vem sempre prestigiar. Quero aqui cumprimentar V. Exa. (*Palmas.*)

Quero aqui cumprimentar V. Exa. pela postura diante desta Comissão.

Cleber, é com você, meu amigo. (*Pausa.*)

Eu vou dar a fala no momento que a senhora entender adequado.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA (Para expor.) – Muito boa tarde a todas as pessoas presentes, e às que também estão acompanhando este debate, esta importante audiência, com o Senador Paim, que eu cumprimento, a Senadora Damares e meus colegas aqui de mesa neste momento.

Eu sou professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde atuo, de maneira concursada, desde o ano de 2010. E, desde o início de 2023, estou cedido aqui ao Ministério da Educação, trabalhando na Secadi. A nossa Secretária Zara Figueiredo, neste momento, inclusive, está lá na terra do autor do projeto, o Senador Hiran. Está lá em Roraima, fazendo uma visita às comunidades ianomâmis, onde a Secadi atua. Nós sabemos que, ainda hoje, prevalece a questão de calamidade, mas, com muito trabalho, vamos fazendo as coisas. Então, é desse lugar que eu falo, como professor, como secretário substituto, mas também como alguém que conhece desde cedo essa agenda de ações afirmativas no Brasil.

Então, nós acompanhamos, há décadas, talvez – são décadas acompanhando –, este debate, de maneira intensa, cotidiana, e, às vezes, eu fico surpreso com algumas questões que são colocadas.

Eu queria passar diretamente a um dos eslaides. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daqui a pouco chega. Já foi citado aqui, agora há pouco. É o eslaide que fala sobre a Resolução da Comissão Nacional de Residência Médica nº 17, de 21 de dezembro de 2022.

Essa resolução, em seu art. 45, traz :

> A reserva de vagas a candidatos que concorrerem no âmbito das ações afirmativas deverá constar dos editais dos processos de seleção para ingresso nos Programas de Residência Médica.
> Parágrafo Único. Os editais de que trata o *caput* deverão especificar as regras sobre a reserva de vagas.

Por que eu começo citando exatamente essa resolução? Porque 2022 foi um ano muito importante. Esta Casa – o Congresso Nacional, o Senado, a Câmara dos Deputados – aprovou a convenção interamericana de combate à discriminação racial, que nós sabemos que tem força de lei no Brasil. Aprovou, e isso foi no começo de 2022 – no começo de 2022.

E, de maneira bastante coerente, seguindo aquilo que o Brasil tem feito, as instâncias, sejam elas legislativas ou jurídicas, têm feito, no combate às desigualdades, o Congresso Nacional cumpriu com o seu dever e não apenas a transformou em forma de lei, como deu exemplo para outras instâncias, e a Comissão Nacional de Residência Médica resolveu, enfim, adotar as ações afirmativas.

Eis que, quatro anos depois, nós estamos aqui, nesta mesma Casa, debatendo se as ações afirmativas têm valor legal ou não, se devemos interromper o processo ou não.

E aí eu quero recuar um pouquinho mais, ainda, neste debate sobre as ações afirmativas, quando voltamos para o processo histórico.

Sou historiador, eu dou aula de teoria e prática do ensino de história e de educação para as relações étnico-raciais. Então, eu tenho uma história com minha companheira de profissão. É muito importante nós lembrarmos – e aqui quem está na luta há mais tempo vai se lembrar disso – quando o debate sobre as ações afirmativas, nas universidades do ensino superior, começou. E aí tínhamos uma série de mitos. O primeiro deles era o seguinte: nós vamos transformar as universidades em palco de conflito racial. O Brasil, enquanto nação, um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unido, com as cotas se transformará num palco de disputas raciais, com conflitos à la *apartheid*, ao contrário, da África do Sul. Era isso o que nós escutávamos.

Tinham outros mitos que percorriam a sociedade brasileira naquele instante, muitos outros mitos que foram colocados. O ensino, a pesquisa e a extensão vão fragilizar a educação superior brasileira. A graduação e a pós-graduação estarão caminhando para o fim, caso as cotas passem. Por quê? Porque o problema estava lá na base, na educação, no ensino médio e no ensino fundamental. Tinham outros mitos que percorriam esse debate ainda: o de que os alunos que entrassem por cotas não conseguiriam concluir porque não tinham base, porque não tinham fundamento; o de que não conseguiriam cursar as disciplinas, fossem de quais cursos fossem, em pé de igualdade com os demais.

Poderia arrolar uma série de outros mitos que foram expostos naquele momento. E um a um esses mitos foram caindo. Não fui eu que falei, não, foi o Senador Hiran que acabou de falar sobre as notas do ensino dos estudantes, dos vários cursos, que mostram que não há distorção nas notas do aluno que entra por cotas e do aluno que não entra por cotas.

Os conflitos raciais acabaram com a universidade brasileira? As universidades brasileiras caíram absolutamente em produção científica? Elas não produzem mais ciência há 14 anos após o estabelecimento da Lei 12.711, da Lei de Cotas? Não. O que nós temos aqui hoje, vamos avançar, é um debate sobre o que é retrocesso e o que é implementação daquilo que o Congresso Nacional reconheceu, daquilo que a Justiça brasileira reconheceu e daquilo que o Poder Executivo tem implementado de maneira tão vigorosa.

A ADPF 186, da relatoria do Ministro Lewandowski, reconheceu não apenas a constitucionalidade das cotas como a sua eficácia na redução de desigualdades educacionais. Da mesma forma que a ADC 41 reconheceu não apenas a constitucionalidade como, inclusive, os processos diferenciados de seleção e critérios para combater as fraudes de maneira eficaz. E, mais recentemente, o STF reconheceu a existência do racismo estrutural no Brasil, reconheceu a existência do racismo estrutural no Brasil.

Bom, se nós pensarmos que a residência médica está fora da estrutura do Estado brasileiro, aí, bom, vamos fazer um outro debate. Agora, se nós admitirmos que faz parte da formação de profissionais que atuam na área médica e que, portanto, faz parte da estrutura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado brasileiro, seja na forma de autorizar o funcionamento de instituições privadas, seja na manutenção, no monitoramento, na avaliação do sistema público, então nós temos de admitir que a residência médica faz parte da estrutura da sociedade brasileira e que, portanto, está sob a mesma leitura do racismo estrutural.

Temos que admitir isso, ou vamos colocar a residência médica fora desse processo. Se nós admitimos, portanto, que ela tem legislação... Ali, em 2022, a própria Comissão Nacional de Residência Médica reconheceu a existência de ações afirmativas. Reconheceu e pratica isso.

Então, nós estamos aqui num momento crucial da história das ações afirmativas, um momento muito importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... de, então, avançarmos sobre aquilo que significa o direito à educação, a educação, portanto, como um direito subjetivo e, portanto, com regras em que as ações afirmativas combatem, sim, como está comprovado, as desigualdades de todas as formas, ou não.

Eu queria avançar para mais um dado importante que nós debatemos. Eu representei o MEC aqui em muitas audiências, em muitos diálogos com colegas que atuam aqui, mas também com a assessoria de Senadores, de Senadoras, de Deputados e de Deputadas, sobre a própria Lei de Cotas no acesso à educação superior. Tinha um outro mito, ali se dizia que o aluno – isso ali que o representante da associação dos residentes falou –, que a nota do aluno cotista é baixa. A nota do aluno, é injusto concorrer com a nota superior de um aluno que não é cotista.

A Lei de Cotas mudou com a liderança aqui no Senado do Senador Paulo Paim, em que os alunos que se inscrevem por cotas passam a concorrer na ampla concorrência, obviamente, desde que alcancem as notas.

Entre 2024 e 2025, portanto, após essa lei passar a vigorar, foram mais de 28 mil pessoas – dados do Ministério da Educação –, mais de 28 mil pessoas que se inscreveram pelas cotas e não usaram, não precisaram das vagas reservadas porque alcançaram notas suficientes para disputar uma vaga na ampla concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é para desmontar mais um dos mitos de que existe uma baixa qualidade na concorrência em que os estudantes pleiteiam ali...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... a sua vaga, a sua instância.

Então, eu quero agradecer aqui, em nome do Ministério da Educação, a oportunidade de participar da audiência. É sempre uma honra discutir ações afirmativas no Brasil porque, de fato, ações afirmativas no Brasil são um processo de inclusão para valer.

Se nós falarmos de ações afirmativas nos Estados Unidos, nós estamos falando da inclusão de 12%, 13% da população. No Brasil, nós estamos falando de 55% da população. Portanto, com qualquer passo que dermos em relação às ações afirmativas, nós estamos num processo que, de fato, é a democratização da sociedade brasileira e da educação brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Cleber Santos Vieira, Secretário Substituto da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, que de fato em todos os debates aqui, para o serviço público, como também para a universidade, o Cleber sempre foi, eu diria, quase que um suplente de Senador. (*Risos.*) Ele está sempre ao meu lado colaborando e participando do bom debate, contribuindo para a aprovação.

Eu quero passar a palavra agora para a Sra. Priscilla, que pediu, pois ela está à distância e ela tem outro compromisso. Então, passo a palavra para a Sra. Priscilla Selares, Coordenadora-Geral de Articulação Institucional e Participação Social da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Por favor, Dra. Priscilla.

A SRA. PRISCILLA SELARES (Para expor. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*) ... essa mesa, todos que estão na plenária.

Eu vou me descrever primeiramente: sou uma mulher branca, com deficiência visual, tenho os olhos e cabelos castanhos – cabelos com mechas –, estou usando um *headphone*, vestindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma blusa marrom, ao fundo uma parede clara, e estou muito feliz e honrada com a possibilidade de poder participar desse debate importantíssimo sobre a garantia da continuidade das cotas justamente no acesso às residências do curso de Medicina.

Então, eu queria pedir o auxílio, por favor, para colocar as telas. É interessante que, quando eu preparei as telas – foram apenas três telas, são bastante objetivas –, logo no início das falas eu pensei assim: "Ah, eu já nem preciso mais discorrer sobre a primeira tela, que é justamente o conceito de ação afirmativa, porque várias pessoas já falaram sobre ele". Mas, depois de algumas falas, especialmente após as falas, principalmente de alguns médicos presentes, eu senti a necessidade de "não, eu vou ter que falar, porque acho que não ficou claro que cotas não constituem privilégios para quem é destinatário da cota", e por isso acabou que eu fiquei bastante satisfeita agora de ter sido antecedida pelas falas tanto do José quanto do Cleber, mas especialmente do José, por ele justamente trazer os dados que mostram que, na verdade, a permanência das cotas em momento algum consiste no acesso direto dos cotistas às residências.

A gente está falando que, naturalmente, qualquer pessoa que queira acessar a residência vai precisar passar por um processo seletivo, independentemente da sua condição, da sua característica ou de estar concorrendo ali nas cotas. Então, só para ressaltar, é a necessidade da manutenção das cotas enquanto ações afirmativas que visam corrigir injustiças sociais, promover, de fato, uma transformação social que prime por uma equidade, por uma igualdade diante de pessoas que vivem em condições tão desiguais.

Então, eu não poderia deixar de reforçar isso, até porque os exemplos trazidos, como, por exemplo, o do próprio Senador que é o autor do projeto de lei, tratam de exceções diante de uma regra predominante. Quando a gente olha para uma sociedade predominantemente composta por pessoas negras – já que são maioria, 55% –, e a gente tem apenas 4% como médicos, a gente já percebe que a gente não está falando de algo que possa ser considerado como uma regra geral.

Então, acho que essas exceções justamente reforçam a necessidade de regras como a manutenção das cotas e das ações afirmativas. Então, é só para fazer esse reforço, mas não vou me estender em face do curto tempo, já vou passar, por favor, para a próxima tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu venho aqui especialmente para fazer o recorte em relação às pessoas com deficiência – e aí fiquei feliz também na fala do José, nós fomos contemplados – porque, dificilmente, nesses debates, as pessoas com deficiência são referidas, mesmo nós tendo as nossas cotas previstas desde a Constituição da República de 1988. Então, fico feliz que tenhamos sido lembrados e inclusive que a primeira cota prevista no Enare tenha sido justamente para pessoas com deficiência.

Lamento o fato de ainda não conseguirmos ocupar as vagas como nós gostaríamos. Até quis trazer os dados das pessoas com deficiência no Enare, mas como não consegui no tempo hábil necessário, eu optei por trazer aqui dados para a gente fazer um paralelo sobre as diferentes cotas existentes – e aí aproveito para retomar a fala de um dos médicos que me antecedeu porque ele falou apenas da validade das cotas relacionadas ao acesso à graduação.

Quero destacar que as ações afirmativas como um todo são determinantes, como, por exemplo, a cota de acesso para as pessoas com deficiência às empresas privadas com mais de cem empregados. Mas o que eu quero trazer dessa cota é justamente o fato de que a mera existência da cota não determina a maior participação de pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Por exemplo, a gente tem a cota regulamentada desde 1999 e a lei foi publicada em 1991 – a gente, este ano, comemora 35 anos da Lei de Cotas, mas a sua regulamentação aconteceu em 1999 – e, quando a gente olha hoje, embora, de acordo com o IBGE, nós sejamos 14,4 milhões de pessoas, apenas 755.246 pessoas com deficiência estão ocupando um vínculo formal de trabalho. E se a gente olha para esse número, 93% dele é decorrente das cotas reservadas para as pessoas com deficiência por força de determinação legal; ou seja, se a gente não tivesse a cota nas empresas privadas determinando a obrigatoriedade das pessoas com deficiência, a gente sequer estaria ocupando esse espaço no mundo do trabalho.

Outro ponto também que eu coloco aqui é justamente sobre os dados da Pnad, de 2022, a Pnad Contínua, que falam... Aliás, ainda dentro da Rais: justamente dentro desse percentual de pessoas com deficiência no mundo do trabalho com vínculos formais, 55% ocupam postos que exigem nível médio ou nível superior incompleto, o que corresponde a 55%; superior completo, só 19%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer com isso? É que, muitas das vezes, o fato de a gente ter uma graduação não nos assegura um lugar no mundo do trabalho justamente porque, diferentemente do que foi falado – o que demonstrou um certo desconhecimento acerca da realidade da maioria da população brasileira –, ingressar na universidade não significa, primeiro, que a gente vai conseguir concluir e, uma vez concluído, que essa conclusão se deu da mesma forma para todas as pessoas.

Falando especialmente das pessoas com deficiência, nós enfrentamos inúmeras barreiras para conseguir chegar às universidades, e não estou me referindo ao acesso em relação a cotas, mas a toda a questão da mobilidade urbana que a gente enfrenta, desde a hora que sai de casa até o momento que chega à universidade, que acessa o prédio, e, principalmente, dentro da universidade, em relação à disponibilidade de todos os recursos que são necessários na perspectiva da acessibilidade para que a gente possa acessar os conteúdos transmitidos. E eu falo isso enquanto uma pessoa que fez Direito em uma universidade federal que não contava com nenhum recurso ideal para que uma aluna cega pudesse cursar Direito.

Então, assim, é um pouco distante da realidade simplesmente dizer que, uma vez que as pessoas concluíram a graduação, elas estão no mesmo nível, como se tantas desigualdades não existissem.

Pode colocar o próximo eslaide, por favor.

E agora já é o meu último eslaide. Quero só destacar os aspectos constitucionais que esse projeto de lei precisa observar, ou que ele deixou de observar. Primeiramente, o fato de que ele disciplina os processos seletivos, as residências públicas e privadas.

E aí, quero destacar que a Constituição já prevê, no seu art. 37, inciso VIII, que os concursos públicos reservarão vagas para as pessoas com deficiência. Então, prever a retirada da obrigatoriedade das cotas para as pessoas com deficiência seria, com base no art. 37, já uma violação constitucional.

Por outro lado, a gente precisa considerar também que a nossa Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, internalizada no nosso ordenamento jurídico pelo Decreto 6.949, de 2009, que foi o primeiro tratado de direitos humanos a ingressar no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordenamento jurídico com força constitucional, também prevê a obrigação dos Estados Partes de contribuírem para a redução das desigualdades sociais e veda toda e qualquer forma de discriminação em razão da deficiência.

No art. 5º, especialmente, fala-se da obrigação do Estado em remover as barreiras em todos os aspectos, inclusive legislativos, administrativos, que possam impedir a plena participação das pessoas com deficiência em igualdade de posição com as demais pessoas. E, se a gente olha para esse projeto de lei, a gente percebe a constituição de uma barreira de acesso às pessoas com deficiência nas residências médicas.

Por fim, mas não menos importante, a nossa Lei Brasileira de Inclusão, que tanto contou com a atuação do nosso Senador Paulo Paim, para que pudesse ser uma realidade para nós, e que justamente foi publicada à luz da nossa convenção, também prevê, no seu art. 4º, o fato de a gente não poder constituir qualquer ação que constitua discriminação das pessoas com deficiência. E aí, nesse caso, se a gente acaba com as cotas, a gente está justamente determinando que as pessoas com deficiência continuarão à margem das oportunidades de acesso às residências médicas.

Pode colocar o último eslaide, por favor.

Então, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do MDHC, já teve a oportunidade de se manifestar com relação a esse projeto de lei informalmente, mas, diante desse chamamento, dessa audiência pública proposta pelo Senador Paulo Paim, a gente não poderia deixar de vir aqui reafirmar o nosso posicionamento.

E aí, estou muito feliz com todas as falas que me antecederam, especialmente dos representantes dos ministérios – e eu tenho certeza de que não será diferente da fala da companheira do Conade, que vai me suceder –, mas, principalmente, quero ressaltar que, se as falas aqui são predominantemente contrárias ao projeto de lei é justamente porque estão sendo consideradas dos lugares de fala de quem são os destinatários da cota. E esta audiência pública visa justamente a isso: dar voz às pessoas que são destinatárias das cotas, diferentemente do que propõe o projeto de lei, que pretende nos manter fora das residências médicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, parabéns pela condução da audiência pública. Agradeço imensamente a oportunidade, e desejo um feliz resultado aí no final da audiência.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Parabéns, Priscilla Selares, Coordenadora-Geral de Articulação Institucional e Participação Social da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Agora...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – A Presidenta fala sempre aqui. A palavra é sua.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Pela ordem.) – Presidente, antes de eu falar sobre o tema da audiência, eu queria fazer um triste registro. Acabamos de receber a notícia de que a veterinária, nossa colega de trabalho aqui do Senado, que sofreu um acidente absurdo e trágico hoje... Nós temos cães farejadores dentro do Senado – faz parte da nossa segurança. Ela estava atendendo os nossos cães aqui dentro do Senado, e o cão a atacou de uma forma brutal no pescoço. Quando eu cheguei pela manhã havia muita tristeza, lágrimas e dor entre os colegas, e agora eu acabo de receber a notícia de que a Dra. Vitória Valle faleceu, ela não resistiu. Nossa colega é uma mulher extraordinária, e eu queria pedir permissão para a interrupção desta audiência, e a gente fazer um minuto de silêncio em memória da Dra. Vitória, nossa colega aqui no Senado, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – De imediato.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Nós que agradecemos a V. Exa., e fica aqui a nossa solidariedade total à família e aos colegas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Havia todos os requisitos de segurança. Era um cão com que ela lidava há muitos anos já, mas aconteceu o acidente.

E quero cumprimentar, Presidente, pelo debate. Eu – permitam-me todos da mesa que já falaram – gostaria de cumprimentar todos os senhores na pessoa do Frei David – já estamos juntos há algum tempo, não é, Frei David? Há algum tempo.

Todos os senhores sabem que o Relator já apresentou o voto dele ao projeto de lei, e esta aqui não é uma audiência tão somente protelatória, tá? É uma audiência realmente para a gente fazer uma discussão do tema. O tema despertou a atenção de toda a sociedade: classe médica, estudantes, defensores das políticas afirmativas. Então, não é uma audiência protelatória, é realmente para que dados sejam apresentados para influenciar o Relator na revisão do seu relatório, melhorar.

O Relator não está presente. Eu acho que já foi justificado: o nosso Relator é pai, está de licença paternidade – acabou de ter um bebezinho –, mas eu sei que toda a equipe técnica dele está acompanhando esta audiência. Claro que existem pedidos constantes para que a Presidente paute imediatamente a matéria, mas eu vou conversar com o Senador Paim, e nós vamos pautar a matéria quando o assunto estiver maduro para vir para a pauta.

Eu estou vendo todas as posições. As intervenções anteriores que eu não consegui assistir eu vou assistir de casa – depois a gente consegue pegar esta audiência, esta audiência vai ser repetida inúmeras vezes, reprisada inúmeras vezes. O debate está de alto nível, estou percebendo.

Eu estava presidindo uma outra audiência pública na Comissão de Educação, discutindo sobre educação em tempo integral, e não consegui terminar antes para chegar a tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que os elementos que estão sendo colocados à mesa, o Relator precisa considerar, esta Comissão precisa considerar, de ambos os lados. Nós estamos aqui de forma democrática ouvindo os lados, as versões e as posições divergentes.

Parabéns pela forma como o senhor está conduzindo. Vou ficar mais um pouco, ficar o máximo que eu puder. Temos outros compromissos, mas vou ficar. E as intervenções que eu não consegui, depois eu vou assistir.

Obrigada a todos que vieram à Comissão, que estão aqui de forma presencial. E saibam que a audiência está muito grande. A televisão está ao vivo, está nas redes sociais. Eu estou recebendo muitas mensagens.

Parabéns pela audiência e pela forma como o senhor está conduzindo.

E todos os convidados, sejam muito bem-vindos à Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Parabéns, Presidenta Damares. Eu não esperava outra posição de V. Exa., até porque, no dia em que havia uma vontade de algum Senador de votar, eu conversei com V. Exa., e V. Exa. me disse: "É regimental, Senador, você pede a audiência pública, eu vou tirar de pauta e vamos para a audiência pública".

V. Exa. tem sido muito, eu diria, companheira aqui em muitos temas polêmicos, inclusive da política de cotas, que nós aprovamos aqui e depois aprovamos no plenário.

Muito obrigado, Senadora. É um prazer trabalhar com V. Exa. nesta Comissão.

Eu passo a palavra, neste momento, à Sra. Cleunice Bohn de Lima, Conselheira Titular da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A SRA. CLEUNICE BOHN DE LIMA (Para expor.) – Boa tarde a todos, Sr. Presidente que está presidindo a sessão, Senador Paim, Sras. e Srs. Senadores.

Senadora Damares, muito obrigada pela sua presença, grande parceira também, como disse o Senador, de vários debates das questões das pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Hiran, que já passou por essa mesa, autor do projeto, assessores que estão aqui presentes, de outros Parlamentares, representantes do Governo Federal, colegas de mesa, enfim, representantes da sociedade civil e todo o público presente e quem nos assiste, boa tarde.

Meu nome é Cleunice. Podem me chamar de Cleo Bohn. Sou Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down e estou na condição, nesta mesa, de representante do Conselho Nacional pelos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem uma mesa ampliada de que eu faço parte. Eu sou Coordenadora da Comissão de Monitoramento da Convenção dentro do Conade.

Começo as minhas contribuições afirmando que esta não é uma discussão apenas sobre uma prova de residência médica. Estamos discutindo que tipo de residência nós queremos construir, que tipo de formação profissional nós queremos oferecer ao país e, principalmente, quais pessoas nós queremos que tenham acesso à carreira médica especializada.

O Projeto de Lei 452, de 2025, pretende proibir qualquer sistema de cotas nos processos seletivos de residência médica, substituindo qualquer política de ação afirmativa por uma seleção baseada exclusivamente no desempenho nos testes.

A proposta pode parecer, à primeira vista, uma defesa de igualdade, mas precisamos perguntar igualdade de quê? Igualdade não significa tratar como iguais pessoas que tiveram trajetórias marcadas por condições profundamente desiguais. É justamente esse o ponto que nós precisamos enfrentar nesta audiência.

A Nota Técnica nº 28, de 2026, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, é muito clara ao analisar esse projeto. A secretaria se manifesta contrariamente à sua aprovação e reconhece que a proposta pode produzir impacto negativo sobre os direitos das pessoas com deficiência. E há uma razão fundamental para isso. O Brasil construiu, nas últimas décadas, uma política de inclusão no ensino superior baseada na compreensão de que determinadas barreiras não desaparecem simplesmente porque uma pessoa conseguiu chegar à universidade. A Lei de Cotas e sua ampliação para pessoas com deficiência foram instrumentos para modificar o acesso ao ensino superior brasileiro. E a própria nota técnica reconhece que, apesar desses avanços, pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras adicionais para permanência, formação e ingresso no mundo do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ação afirmativa atua sobre o acesso. Ela não substitui a formação, ela não substitui a avaliação, ela não substitui a responsabilidade profissional. As ações afirmativas enfrentam barreiras históricas que fizeram com que determinados grupos sequer conseguissem chegar a esses espaços em condições de igualdade.

E há ainda uma questão particularmente importante quando falamos de medicina. A nota técnica do Ministério dos Direitos Humanos chama atenção para o fato de que a área de formação médica, assim como outras áreas da saúde, historicamente foi marcada por uma composição social muito pouco diversa e destaca que profissionais de saúde precisam estar preparados para atender populações igualmente diversas. Isso nos leva a uma pergunta simples: que medicina nós queremos formar, e as próprias pessoas com deficiência continuam praticamente ausentes dos espaços de formação e especialização médica? Uma medicina que conhece a pessoa com deficiência apenas como paciente ou uma medicina capaz de reconhecer a pessoa com deficiência também como estudante, pesquisadora, profissional, médica e especialista?

A diversidade afeta qualitativamente a própria qualidade da atenção à saúde. Quando pessoas com deficiência ocupam os espaços de formação e de trabalho, elas também têm papel fundamental no desenvolvimento da acessibilidade, da ética, do cuidado e da participação. Por isso, a presença de pessoas com deficiência na formação médica especializada não deve ser vista como uma concessão, é parte de uma universidade de um sistema de saúde verdadeiramente inclusivo. E nós conseguimos chegar ao doutorado. Nós temos cota no doutorado.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que integra o ordenamento jurídico brasileiro com *status* constitucional, estabelece princípios como a não discriminação, a plena participação, a inclusão social e a igualdade de oportunidades. A nota técnica do MDHC utiliza esses princípios para analisar o PL 452. E a convenção também reconhece o direito das pessoas com deficiência ao trabalho em igualdade de oportunidades, inclusive no que diz respeito ao recrutamento, à contratação e à permanência no emprego. Portanto, a nossa defesa não é de uma preferência concedida a um determinado candidato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quando se afirma que a política de inclusão já cumpriu sua função no momento em que o estudante ingressa na graduação, estão se desconsiderando as evidências sobre a experiência educacional de pessoas com deficiência no ensino superior.

A trajetória educacional não termina na porta da universidade e também não termina quando o estudante recebe o diploma de medicina. A residência médica é uma etapa de formação profissional, é uma etapa de aprofundamento, especialização e desenvolvimento de recursos e ferramentas importantes para o exercício profissional. E, se está em pauta a formação, precisamos reconhecer que a educação é um processo contínuo. Não podemos estabelecer uma fronteira artificial dizendo: "Até aqui a inclusão é legítima, daqui para a frente ela passa a ser privilégio". Essa separação não encontra respaldo nas evidências científicas sobre a inclusão educacional e na própria lógica das políticas brasileiras de inclusão.

E aqui existe uma questão que considero central para este debate: o projeto utiliza a ideia de mérito e de ação afirmativa como se fossem conceitos incompatíveis. Não são. Uma política de cotas não significa retirar do candidato a necessidade de demonstrar as condições necessárias para o acesso ao programa de residência. O próprio relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial do Programa Mais Médicos demonstra isso de maneira muito objetiva. Ao propor a reserva de vagas para médicos com deficiência, o relatório estabelece que os candidatos cotistas participarão do chamamento público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação. Isso é muito importante, porque precisamos parar de apresentar uma falsa escolha entre inclusão e qualidade. Não precisamos escolher entre diversidade e competência. Podemos e devemos trabalhar para termos os dois. A pessoa com deficiência que concorre a uma vaga reservada não deixa de ser avaliada. Ela continua precisando demonstrar aquilo que é necessário para exercer a sua profissão e a segurança do paciente dentro dos limites.

Defendemos uma política pública destinada a enfrentar barreiras que continuam presentes na trajetória educacional e profissional das pessoas com deficiência. Por isso, em nome da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down e na condição de representante do Conade, quero deixar uma mensagem objetiva a esta Comissão. Não precisamos retirar as ações afirmativas da residência médica para defender a qualidade na formação médica. Precisamos, ao contrário, aperfeiçoar as políticas de inclusão, precisamos garantir que os processos seletivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam acessíveis, precisamos assegurar avaliações adequadas, precisamos garantir a inclusão educacional em todos os níveis formativos, precisamos enfrentar barreiras atitudinais, institucionais e pedagógicas e precisamos produzir dados sobre a presença e a trajetória das pessoas com deficiência na formação médica e no exercício profissional.

O próprio Estado brasileiro já reconheceu essa necessidade. O Grupo de Trabalho Interministerial, criado no âmbito do Mais Médicos, foi justamente constituído para estudar e propor mecanismos de reserva de vagas para pessoas com deficiência e grupos étnico-raciais. E as evidências trazidas por esse grupo não entendem inclusão como uma ameaça à qualidade. Ao contrário, procura construir mecanismos para que a inclusão aconteça, preservando os critérios de avaliação e considerando as necessidades do sistema de saúde.

É esse o caminho que precisamos seguir. Não o caminho da proibição, mas o caminho do aperfeiçoamento. Não podemos transformar a residência médica em uma exceção dentro das políticas brasileiras de inclusão educacional. A medicina não pode ser uma ilha dentro da universidade. Se reconhecemos que pessoas com deficiência têm direito à educação em igualdade de oportunidades, esse direito precisa acompanhar toda a trajetória formativa. E, se reconhecemos que têm esse direito ao trabalho em igualdade de oportunidades, precisamos garantir que as barreiras não sejam reconstruídas justamente na passagem entre a formação e o exercício profissional.

Por isso, nossa posição é clara: somos contrários ao PL 452, 2025, e ao substitutivo, que mantêm a proibição das ações afirmativas nos processos seletivos de residência médica.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência também se manifestou formalmente contra a proposta, e a nossa colega falou aí, a Priscilla Selares. O que pedimos a esta Comissão não é um privilégio. Pedimos coerência, coerência com a Constituição, coerência com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, coerência com a Lei Brasileira de Inclusão, de autoria do Senador Paim – muito obrigada –, coerência com as evidências que sustentam a inclusão educacional e coerência com tudo aquilo que o Brasil vem construindo para que a educação superior seja, de fato, um espaço de diversidade humana e igualdade de oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que possamos formar médicos cada vez mais qualificados, mas que possamos também formar médicos que conheçam e valorizem a diversidade humana. Que a pessoa com deficiência possa estar na medicina e não apenas como paciente; que possa estar como estudante, como pesquisadora, como professora, como médico, como especialista e como parte ativa da construção do sistema de saúde brasileiro.

Muito obrigada e obrigada a todos os Senadores que nos apoiam nessa causa, aos presentes e a quem nos assiste.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Cleunice Bohn de Lima, Conselheira Titular da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Uma bela exposição, nossos cumprimentos.

Agora vamos para o Sr. Rodrigo Alves Rodrigues, Coordenador-Geral de Residências em Saúde do Ministério da Educação (MEC).

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Todos me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Perfeito.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Vou só abrir aqui a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – O.k.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Eu consigo compartilhar direto daqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Você pode, sim.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Está aparecendo para vocês?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Vou complementar um pouco as informações do Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – A Secretaria pede para que você coloque "modo apresentação".

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Modo apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Isto. Segundo eles, porque eles estão me orientando aqui – não fui eu que descobri –, tem que ser no F5 que você tem que tocar aí.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Agora foi? Não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Ainda não.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Eu vou tentar... Eu acho que eu vou tentar ir sem apresentação, então, por conta do tempo; senão não vai dar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Não, vai tranquilo. Tenta aí.

Vocês podem ajudá-lo daqui? (*Pausa.*)

Só um minuto que a assessoria vai tentar ligar para você. (*Pausa.*)

Eles estão pedindo para que você tente apertar no cantinho da tela, à minha direita aqui. No seu caso, deve ser à sua esquerda. (*Pausa.*)

Ao lado da régua do Zoom. (*Pausa.*)

Viu? O Dr. José Santos Souza foi quem nos deu a dica final.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Está aparecendo para vocês agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Agora está.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para complementar um pouco as informações do Secretário Cleber, queria trazer mais assim: a gente tem pensado as ações afirmativas lá na Comissão Nacional de Residência Médica – eu estou na Coordenação Nacional de Residência Médica –, e este debate vem sendo feito desde 2022. A Comissão Nacional é composta não só pelo Ministério da Educação, Ministério da Saúde, mas também pelo Conselho Federal de Medicina, pela Associação Médica Brasileira, pela ANMR (Associação Nacional dos Médicos Residentes), pela ANM. E, ainda na composição anterior, a Comissão Nacional aprovou essa normativa que o Cleber sinalizou, que prevê a adoção de ações afirmativas na residência. Analisando as atas da Comissão Nacional e também este debate que foi feito, tudo se deu muito em função da discussão e estruturação existentes das ações afirmativas no Estado brasileiro, então a gente tem as ações afirmativas como uma ação estrutural.

Foi citada a Constituição Federal do Brasil, que prevê que todos são iguais perante a lei; a Convenção Interamericana contra o Racismo foi incorporada, com força de emenda constitucional, e ela prevê expressamente que o poder público deve adotar as ações afirmativas.

O Brasil também é signatário dessa Declaração de Durban, que prevê as ações para enfrentamento do racismo, na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que também prevê a adoção de ações afirmativas.

Também, com base nas normas que foram apresentadas na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186 e ADC nº 41, foi também colocada essa tese que o STF fixou para a adoção de ações afirmativas, além de outras normativas também que vêm sendo adotadas pelo Estado brasileiro, como a Lei do Estatuto de Igualdade Racial, que prevê claramente também que o poder público deve adotar programa de ação afirmativa – prevê de forma expressa –, além também do Programa Federal de Ações Afirmativas e da própria Lei das Cotas, que instituiu o processo com a reformulação – a última reformulação da lei agora em 2023, com a Lei 14.723 –, que prevê a implementação das ações afirmativas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Então, a Lei das Cotas prevê essa adoção de ações afirmativas, inclusive igual à proporção de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência no respectivo estado da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente vai para o âmbito da Comissão Nacional de Residência Médica, essa normativa não é tão expressa sobre os percentuais, sobre como se deve dar o processo de seleção, utilizando as ações afirmativas, mas ela deixa evidente que as instituições devem adotar as ações afirmativas no processo de seleção.

E aí foram muito apontados já esses dados do perfil da população brasileira. Não vou destacar muito, mas a gente tem, por exemplo, aqui – foi tratado nessa última mesa agora, que foi composta –, que o percentual de pessoas com deficiência que a gente tem na população brasileira é em torno de 9%. Quando a gente vai avaliar na residência, esse percentual ainda é muito pequeno.

A gente tem feito uma discussão importante na Comissão Nacional de Residência sobre medidas que podem ser adotadas de suporte às pessoas com deficiência que ingressam na residência, as adaptações que são necessárias, as medidas que são necessárias, inclusive, para possibilitar que o residente faça ajuste nos seus cenários de prática, que os preceptores sejam qualificados também para poder, a depender do tipo de deficiência, organizar o projeto pedagógico do programa para conseguir acolher essas pessoas que estão ingressando na residência.

E é importante também a gente destacar essa diferença que já tinha sido apontada pela análise técnica que o Ministério da Igualdade Racial apresentou, inclusive, de forma muito coerente, porque, de fato, quando a gente analisa para os dados, essa representatividade da população brasileira no ingresso na residência se acentua. Ela é menor quando a gente analisa a graduação e ela é ainda maior quando a gente analisa as residências. E quando a gente também faz essa análise para as pessoas indígenas e quilombolas, esse percentual, apesar de algumas instituições já terem adotado as ações afirmativas com base nessa resolução da Comissão Nacional e também o Enare já ter feito esse processo de implementação, ainda é muito abaixo da representatividade da população brasileira, principalmente naqueles estados em que a gente tem o maior percentual de população indígena, como por exemplo, Amazonas, Roraima, que tem sido feito também um processo de expansão das vagas de residência.

Então eu acho que os principais pontos foram apresentados. Acolém disso, a gente tem feito uma discussão com as COREMEs, CODEMUs e CEREMs também, que são das comissões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais, sobre a necessidade de aplicação de medidas para auxiliar a inclusão dessas pessoas no acesso à realização das provas de residência médica, possibilidades que podem ser adotadas pelas instituições.

Para finalizar, o que a gente queria colocar também é que, na nossa análise aqui, a partir do que está previsto na Comissão Nacional de Residência Médica, a gente gostaria e acha importante a manutenção dessa legislação que a comissão já aprovou, na qualidade de entidade representativa. Isso foi aprovado na Comissão Nacional, está em suas atas. Isso porque a gente entende que a forma como o projeto de lei está proposto fere o que está previsto na Constituição brasileira, a partir do reconhecimento da necessidade expressa do poder público de adotar ações afirmativas e também, como foi colocado anteriormente, do reconhecimento pelo STF de que as ações afirmativas na educação superior são legítimas. Inclusive, na ADPF 186, reconhece que elas são constitucionais ainda que não tenham a previsão em lei em sentido formal, exatamente porque o STF entende que a Constituição prevê a inclusão desses grupos populacionais por meio das ações afirmativas. (*Pausa.*)

Vocês ainda me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Sim, você tem ainda no mínimo quatro minutos.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Quantos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Quatro.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – Quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – É, faltam dois, mais dois que eu dei para todos e, com o limite que eu sempre dou, vou lhe dar mais um; isso dá cinco.

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência.*) – O.k.

Uma questão importante foi colocada sobre as pessoas com deficiência. Acho que é importante a gente fazer uma reflexão sobre a Lei Brasileira da Inclusão, que prevê a inclusão independentemente da formação que a pessoa, o profissional for ingressar. Então, se a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensa na inclusão na engenharia e na pedagogia, isso não deve ser diferente da inclusão das pessoas com deficiência também na medicina. Então, cabe a gente refletir quais adaptações são necessárias para incluir as pessoas que são profissionais médicos já formados e já testados pela instituição da sua capacidade técnica de exercer a medicina. Então, a gente está tratando da residência de pessoas que passam por um processo de avaliação pelos professores e pelo colegiado de curso e que se formam com competências de exercer a medicina em qualquer das suas áreas. É claro que, a depender do tipo de deficiência, a pessoa vai optar ou não para uma especialidade ou outra. Inclusive, é importante a gente pensar estratégias. A partir do momento em que esse médico formado e apto a exercer a medicina ingresse em determinada especialidade ou não, é necessário a gente pensar em normativas, inclusive da Comissão Nacional de Residência Médica, para que faça um ajuste, inclusive possibilitando a migração de uma área para outra, caso a deficiência não seja compatível com o ingresso em determinada especialidade. Essa é uma das adaptações que pode ser feita.

Na Comissão Nacional, também vem sendo discutida uma adaptação importante sobre, a depender do tipo de deficiência, poder prolongar ou não o tempo da residência médica. Então, isso já foi discutido e já foi aplicado, inclusive em alguns casos concretos; são adaptações razoáveis e necessárias, a depender do tipo de deficiência. E a gente entende que é preciso avançar nesse caminho, enquanto Ministério da Educação agora, no sentido de possibilitar que as pessoas com deficiência, esses médicos formados com deficiência que ingressem na residência médica, a gente qualifique não só o corpo pedagógico dos programas como também promova orientações quanto a adaptações que são necessárias e razoáveis para essas pessoas concluírem a sua formação e poderem atuar em determinados segmentos da medicina, conforme as possibilidades. Então, acho que é importante destacar isso, porque, senão, se a gente for nessa perspectiva de que a pessoa com deficiência não deve ingressar na residência, a gente caminha na perspectiva anterior à Lei Brasileira da Inclusão de que elas não deveriam ser incluídas. Então, é muito ruim se a gente for nesse sentido. Então, a gente tem defendido que a gente siga o que está previsto na Constituição Federal para a inclusão das pessoas negras, das ações afirmativas, assim também como na Lei Brasileira da Inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem!

Terminou, Rodrigo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ALVES RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Sim, estou contemplado já.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Então, tá.

Meus cumprimentos.

Uma salva de palmas pela bela exposição. (*Palmas.*)

Esse foi Rodrigo Alves Rodrigues, Coordenador-Geral de Residências em Saúde do Ministério da Educação (MEC).

Como último orador inscrito, nós vamos passar a palavra ao Frei David dos Santos, da Educafro Brasil, que esteve em meu gabinete, disse que estaria presente e traria essa moçada toda que está aqui neste Plenário, como já fez em outras oportunidades.

Permita-me que eu peça uma salva de palmas. Agora, não para o senhor, para a Educafro; depois, para o senhor. (*Palmas.*)

Essa moçada aí são guerreiras e guerreiros de fé mesmo, mas eu estendo a saudação. Foi tão boa, que vale para o senhor também.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado! (*Fora do microfone.*) (*Palmas.*)

Eu saúdo, portanto, com muita alegria o Senador Paim, esse guerreiro. Eu sou contra ele ter deixado de disputar a próxima eleição para Senador, e quero ver se eu consigo convencer o PT a convencê-lo a disputar – ainda está em tempo – a vaga de Senador pelo Rio Grande do Sul.

Quero saudar também a Damares. O Paim é o Presidente desta reunião de hoje – o Senador Paim. O Senador Paim é de esquerda e é um homem do diálogo; a Damares é mulher de direita, do PL, e também é mulher de diálogo. E eu quero falar para a irmã Damares e demais irmãos de direita que eu tenho vários amigos da direita. Eu sou de esquerda – ninguém tem dúvida disso – e tenho vários amigos da direita, entre eles o grande Desembargador William Douglas, que quase foi Ministro do STF no Governo Bolsonaro.

Bom, também quero saudar os demais Senadores e demais Deputados Federais que irão debater esse Projeto 452.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o debate é sempre muito bom, no entanto, com muita sinceridade e humildade, eu peço aos meus irmãos Senadores e aos meus irmãos Deputados que sejam honestos com o Brasil, Deputados tanto de esquerda como de direita, como de centro – sejam honestos com o Brasil.

Vocês mesmos, Deputados, vocês mesmos, Senadores, aprovaram aqui, nesta Casa, e na outra Casa, na Câmara Federal, a convenção interamericana contra todas as formas de discriminação: contra meus irmãos deficientes, contra indígenas, contra quilombolas, contra negros. Vocês aprovaram! E, ao aprovar com alta margem de votos, vocês obrigaram o Brasil a incluir a convenção interamericana como lei constitucional.

E a convenção é límpida; ela exige que todos os órgãos particulares e todos os órgãos públicos – ela exige – trabalhem pela equidade. Senador Paim, a convenção não pede 20%, a convenção não pede 30%, ela pede equidade. Equidade é: nós afro-brasileiros somos 55% do Brasil, segundo o IBGE. Então me desculpem, não queremos mais 20%, não queremos mais 30%, queremos nosso direito: 55% das vagas da residência médica precisam ser para afro-brasileiro, sim ou não? (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Mas o mais duro eu vou falar agora: toda discussão – como eu falei, o Senador Paim, de esquerda, é um homem de diálogo, a Senadora Damares é uma mulher de diálogo –, toda discussão é válida, mas nesse assunto não tem mais o que discutir. Já está decidido! Quem manda neste país é a Constituição brasileira, e a convenção já está anexada à Constituição. Não tem mais o que discutir.

Se, por acaso, os meus irmãos Senadores de direita e meus irmãos Deputados de direita votarem a favor, vai cair no dia seguinte! Porque, no dia seguinte, a Educafro já reuniu um grupo de irmãos advogados, inclusive o Dr. Michael, que está aqui... Paim, acabou de fazer doutorado na USP. (*Palmas.*) É um dos pouquíssimos negros que termina doutorado na USP. Portanto, uma comissão de advogados já está prontinha para, no dia seguinte, entrar contra esse projeto de lei, se for aprovado aqui.

Então, que bom, vai discutir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu pedi ali ao meu irmão Senador... Não é Hiran, não.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – É Hiran?

Quando eu pedi para ele tirar de pauta, foi com sinceridade, porque eu sinto que temos tanta coisa para discutir... Isso já está resolvido, não precisa mais discutir! Mas, se vocês querem, vamos trazer tantos ônibus quanto forem necessários a todas as sessões que tiver, para fazer com que haja um despertar de consciência. Porque o grande problema da direita no Brasil, o grande problema do centro do Brasil – agora vou falar baixinho, hein! – e o grande problema da esquerda do Brasil é a falta de letramento racial. (*Palmas.*)

Senadores e Senadoras que vão ouvir ou que estão ouvindo esta audiência, o nosso irmão Dr. Jerzey, do Ministério da Saúde, deixou aqui evidente que 95% das verbas empregadas na residência médica são públicas. Se são verbas públicas, mais ainda se é obrigado a ter a cota na residência médica e mais ainda digo que é uma discussão que só vai roubar o tempo de vocês, Senadores, que recebem um salário muito alto em relação ao povo brasileiro, e vai gastar o dinheiro dos Deputados, que recebem um salário muito alto.

Quando o Senador Hiran, com muita sinceridade – não foi nem maldade dele – falou: "Olha, estou aqui em um grupo...", ele usou um verbo que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Inóspito.

Gente, foi equívoco dele. Ele não está em um grupo inóspito, ele está em um grupo de Brasil, em que normalmente esta Casa, boa parte dos Senadores, e a outra Casa, boa parte dos Deputados, não comungam conosco. Não nos enxergam, somos invisíveis para eles. E aqui está o problema: eles defendem exageradamente a classe dominante, a classe do dinheiro. Não enxergam a nós pobres, a nós negros, a nós deficientes. Isso tem que mudar, não pode continuar assim! (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Irmãos Deputados e irmãos Senadores, também o nosso irmão Jerzey, do Ministério da Saúde, disse: apenas 4,7% de quem faz Medicina são pessoas negras e entraram por cotas – 4,7% apenas entraram por cotas. Então vocês nos devem demais.

E eu pergunto: quando foi que uma associação médica, que só tem branco praticamente, levantou a voz, por menor que seja, quanto a essa baixaria que é o abuso dos brancos nas cotas de graduação? Na rede de medicina do Brasil, na rede federal de medicina e na rede estadual de medicina, de cada dez vagas, oito são ocupadas por brancos mentirosos, sem ética, que se declaram negros falsamente. E quando foi que uma associação desta defendeu e denunciou? Como é possível ter um médico sem ética? E todas as associações estão apoiando que formemos médicos sem ética, porque todo mundo que rouba não tem ética. (*Palmas.*)

Então, irmãos Senadores, irmãs Deputadas e Deputados, o PL 452 precisa responder e abraçar as necessidades do Brasil, e não da Noruega ou da Suíça.

Bem, agora quero fazer uma mensagem para meus irmãos e minhas irmãs que fazem parte dos vários conselhos de medicina no Brasil. Com vocês, meus irmãos conselheiros de medicina, infelizmente, já tenho um embate há quase 30 anos, porque vocês sempre foram contra as cotas. Eu já fui a várias faculdades de Medicina, antes de existir cota no Brasil, para fazer debate de cotas, sempre nas universidades. A única, ou melhor, a principal faculdade da universidade que era contra as cotas era a Medicina. Então, vocês, médicos brancos, precisam descobrir o Brasil, no sentido positivo da palavra, e não no sentido português da palavra.

Olhem só, irmãos Parlamentares de direita, meus amigos, meus irmãos, irmãos Parlamentares de centro e irmãos Parlamentares de esquerda, é impossível vocês serem honestos com o Brasil se vocês forem votar esse Projeto 452 sem ler este documento aqui: Equidade Racial: enunciados aprovados, pelo STJ. O STJ aprovou este documento dizendo que todos os órgãos públicos têm que respeitar esse documento para fazer qualquer movimentação no Brasil. Então, se algum Deputado, algum Senador votar sem ler este documento, está sendo desonesto com o Brasil e desrespeitoso com o STJ. (*Palmas.*) Também, para a nossa alegria, o Conselho Nacional de Justiça aprovou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para vocês votarem sem lerem esse documento. Esse documento é decisivo para dar a vocês luz.

Qual é o problema da esquerda, o problema da direita e do centro? É falta de letramento racial, mais uma vez estou repetindo. O que é letramento racial? É ler esses documentos que nós conquistamos com muito suor e lágrimas no CNJ, no STF e a nível mundial, que é a convenção interamericana. Gente, não dá mais para vocês desrespeitarem a convenção interamericana.

Eu quero lembrar, Senador Paim, que no Paraná nem 2% dos municípios tinham cota para negro no concurso público – nem 2%. Nós conseguimos convencer o Ministério Público do Paraná a fazer uma carta aberta a todas as prefeituras, comunicando às prefeituras que o Brasil assinou a Convenção Interamericana contra o Racismo e que agora, com a convenção, era lei constitucional, e que, se o Prefeito, sem precisar consultar os Vereadores, não criasse cota para negro, esse Prefeito poderia sofrer um processo por improbidade administrativa. (*Palmas.*)

Senador Paim, no Paraná, que é um dos mais conservadores estados do Brasil, infelizmente, só tinha 2% de prefeituras. Eu pergunto ao senhor: hoje, quantos por cento das prefeituras do Paraná, por causa da convenção interamericana, já adotam cota para negro, na sua opinião? Pode chutar, porque é um assunto que não circula. A imprensa não está divulgando isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Vou chutar, porque eu não tenho... Eu joguei futebol, e não era bom em fazer gols, viu? (*Risos.*) Eu era mais de centro-médio, ficava no meio de campo ali, dialogando.

Bom, de 2%, pela força da sua voz, eu diria que a gente está em 50%.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Oitenta e seis por cento! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Fui bem até.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Chutou bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De modo, gente, que, vejam só, graças a Deus, chegou um documento que realmente tem potência, tem respaldo jurídico e é incontestável – a não ser que queimem a Constituição, e isso eu acho que nós não vamos deixar. Ou vocês vão deixar?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Então pronto. Então pronto.

Portanto, irmãos Deputados e irmãos Senadores, vocês estão discutindo uma coisa que não vai dar em nada. A gente vai ao STF. Se por acaso, até lá, o STF virar para a direita, não tem problema. Vamos aos instrumentos internacionais, mas isso aqui não vai passar.

Olhem só, garanto a vocês que a falta de cota na residência médica não irá passar com certeza no Brasil. Eu estou certo disso e peço a vocês, irmãos brancos, que não entendem o drama do negro: vamos encurtar esse diálogo, vamos arquivar esse projeto e vamos sair para outras demandas, porque o Brasil precisa de tantas demandas a serem discutidas!

Também, eu queria partilhar que este projeto, o 425, corre o perigo de ser um projeto egoísta e anticristão. Por que egoísta? Porque é um projeto que está olhando só um lado do Brasil, que é o lado branco, o lado bem-sucedido, com muito dinheiro no bolso. Não olha para o lado dos oprimidos, o lado dos que são vítimas da escravidão, da exploração, da mão de obra desse povo. Então não dá para vocês pensarem um projeto com honestidade sem olhar esse outro lado.

E para ajudar vocês, brancos que apoiam outros brancos e ouvem facilmente outros brancos poderosos, sugiro a vocês que leiam o maior Professor da Universidade de Harvard, Michael Sandel. Michael Sandel escreveu um livro chamado *A Tirania do Mérito*. O que estamos discutindo aqui, junto com quem é a favor de não ter cota para negro na residência médica, nada mais é do que sobre pessoas que vivem inconscientemente – são pessoas boas – sob o domínio da tirania do mérito. Quem quiser entender isso, por favor, baixe no Google esse livro, parece que já tem edição livre aí. Michael Sandel é o nome do autor. Ele é o mais caro palestrante do mundo hoje, e o livro é *A Tirania do Mérito*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, eu fiquei assustado quando foi dito aqui – não sei quem foi que falou – que sobram mais de 20 mil vagas nas residências médicas no Brasil. Não sei quem foi que falou. Alguém lembra quem falou isso aqui no debate? Foi você? Não, né?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Está legal. Pois é, eu nunca imaginei isso! Gente, sobram 20 mil vagas na residência médica no Brasil!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Olha que legal!

Então, está na cara que o que está gerando essa doideira de jogar no lixo 20 mil vagas todo ano é a meritocracia injusta! Somente quem aplica meritocracia injusta faz uma besteira destas: faz uma prova ultradifícil para passar só quem tem dinheiro para pagar cursinho caro e jogar no lixo nós negros, nós pobres. Porque, na residência médica, só passa quem tem dinheiro. Gente, o valor da inscrição para fazer essa prova de residência médica é caro. O valor dos cursos preparatórios é uma violência para nós pobres e para nós negros. Insistir nessas violências não constrói um Brasil melhor.

Eu quero concluir e dizer para o Senador Paim e para todos vocês que há um precedente fantástico. Nós, 12 anos atrás, fomos convocados por um grupo de cotistas negros que foram aprovados na prova da AGU. O que é a AGU mesmo, gente?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Ó, o pessoal é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – A Cida reprovou vocês. (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone.*) – Não, não.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Ah, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS. *Fora do microfone*.) – Não, é porque o senhor já falou 30 minutos. (*Risos.*)

Eu fiquei aqui bem quietinho, não sou bobo. Vou falar contra o Frei David? (*Risos.*)

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Encerrando, 12 anos atrás, a AGU (Advocacia-Geral da União) votou... o Conselho da AGU votou que era proibido cota na promoção, cota na remoção, cota para subir nas etapas superiores. Por quê? Porque, na cabeça deles, para nós bastaria uma esmolinha. É cota somente no ingresso, e acabou. E aí a gente conseguiu convencer o Conselho da AGU... Foi de 14 a 0 que a votação ganhou para não ter cota na promoção e na remoção, etc.

A gente conseguiu convencer a AGU... Era a Grace? Foi no tempo do Temer, parece, o da Grace. Era a Grace? Alguém lembra aí? Não, né? A Grace, que era a Ministra da AGU, a gente conseguiu convencê-la de refazer, reconvocar todo o conselho para rediscutir o tema, e levamos pessoas bem preparadas. Gente, que coisa linda! Conseguimos reverter de 14 a 0 a nosso favor para ter cota na promoção, nas etapas superiores, na remoção. Então, essa discussão também já tem um precedente muito sólido, que está na AGU.

Concluo falando que a Senadora Damares, que é uma mulher que procura refletir, vai nos ajudar nesse processo da condução desse projeto, e o meu irmão Hiran também, Senador – porque eu vi que é um homem do bem, que defendeu tantas coisas boas para nós aí –, vai também rever a posição dele e vai mandar esse projeto ficar arquivado até um futuro momento, quando o Brasil "desassinar" a Convenção Interamericana contra a Discriminação e todas as Formas Correlatas de racismo.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Muito bem, Frei David.

O discurso do Frei David foi tão bom, nesses 30 minutos. Foi bom mesmo, sério! Falou firme, falou o que o senhor pensa, e isso é democracia, né? Pode alguém não gostar, mas eu vou dizer que nós gostamos. (*Risos.*) Nós todos aqui gostamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero dizer que tenho muito orgulho, Frei David, porque, quando eu era Presidente desta Comissão, eu fui Relator da Convenção Interamericana contra o Racismo.

O SR. DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Opa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Alguém poderia dizer: "O Paim diz que, em todo projeto aqui no Senado, quando trata de negros e negras, quilombolas e pardos, ele foi autor ou Relator". Mas também, só tem eu de negro aqui, eles vão dar para quem relatar essa matéria? (*Risos.*) Vão dar para quem? Tem que dar para mim mesmo!

É como foi aquele embate, até hoje eu lembro – e tenho orgulho de que o senhor estava lá, com a Educafro –, que foi no Supremo Tribunal Federal, para discutir se o Estatuto da Igualdade Racial, que queria cotas, era inconstitucional ou não. Lembra? O senhor estava lá, com toda a equipe. Aí fui eu e um desembargador ou promotor, de quem eu não vou dizer o nome, e disseram: "Paim, vai ter um Senador lá e o outro vai ser você". E eu disse: "Mas por que eu?". Daí eles disseram: "Porque só tem você de negro aqui. Vai, sim". E fui!

Vocês votaram no plenário, fizemos a defesa – não vou contar aqui detalhes, já contei muitas vezes, está no filme Raça, que V. Exa. colocou, está no filme Raça – e ganhamos de 10 a 0, foram consideradas constitucionais as cotas. (*Palmas.*) Mas foi pela mobilização, também, de todos nós.

Pessoal, é claro que eu, por mim, continuaria aqui, mas tem a Casa, tem os funcionários, todos os que também têm atividades – e tem outras amanhã já. A nossa audiência de hoje atingiu todos os objetivos, com a fala brilhante, agora no encerramento, do Frei David, que deixou claro o pensamento, eu diria, de 90%, inclusive, dos painelistas, que vão na mesma linha do que o Frei David falou.

E, assim, nós vamos encerrar a nossa audiência pública; ela atingiu, de fato, todos os objetivos. Só depende agora, naturalmente, de essa pressão continuar, de preferência para que a matéria não seja nem votada. Mas eu fico com a sua fala e acredito na força, inclusive, dos nossos advogados e que, se essa matéria for votada, poderemos ganhar no Supremo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas tem um fato aqui de que a assessoria me lembrou e que eu vou informar agora, com alegria, e eu espero que as palmas sejam de energia para ela. A assessoria disse para mim que chegou aqui agora que o informe que foi noticiado aqui sobre o falecimento da veterinária no Senado Federal foi um pouco precipitado, vamos dizer, o informe que deram aqui. A servidora encontra-se em estado grave na UTI, mas está viva. Esta Comissão – e falo em nome da Damares também, porque ela recebeu essa informação – deseja a pronta recuperação da nossa querida veterinária, e fica aqui também nosso total apoio à família. Vida longa à veterinária, que ela se recupere, e à família toda! (*Palmas.*)

Com essa notícia boa, damos por encerrado o nosso trabalho.

Vida longa à classe trabalhadora do campo e da cidade!

O SR. MICHAEL DE JESUS – Senador, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Vida longa ao movimento negro! Vida longa às cotas, em todos os sentidos! (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – ... o fácil eu faço hoje, o difícil eu vou trabalhando e o impossível eu quero atingir. Tem a palavra alguém que conquistou o impossível! (*Palmas.*) Vai lá! Não está encerrada a reunião.

O SR. MICHAEL DE JESUS – Obrigado, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Vai lá, meu amigo, te identifica aí.

O SR. MICHAEL DE JESUS – Tá, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Dou cinco... Ó, a tua fala é o encerramento!

O SR. MICHAEL DE JESUS – Não, perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Tu vais falar em nome de todo este plenário.

O SR. MICHAEL DE JESUS (Para expor.) – Eu vou falar em nome do Plenário aqui. Quero primeiramente agradecer ao nobre Senador aqui pela Presidência, por conduzir os trabalhos, aos convidados – é claro que divergências acontecem naturalmente, está tudo certo –, ao Frei David que sempre conduz essa galera aqui de uma maneira extraordinária e está sempre se fazendo presente nesses debates. Eu acho que o Brasil era um antes e depois da Educafro, não tenho como questionar isso. Eu acho que o Frei David...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Sou testemunha dessa história.

O SR. MICHAEL DE JESUS – Desculpe aqui o meu atrevimento no que eu vou falar, mas eu acho que o Frei David é a única pessoa que eu conheço que transita no Legislativo, no Judiciário e no Executivo e não tem um banco a favor dele (*Risos.*), então isso mostra o poder que o Frei David...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MICHAEL DE JESUS – Nem o Itaú. (*Risos.*)

Mas a questão aqui, para encerrar... Houve uma provocação que foi repetida várias vezes e não foi dado aqui um momento de nós nos manifestarmos. Independentemente da discórdia aqui em alguns pontos, da concordância em outros, algumas vezes nos fizeram a mesma pergunta, e o último foi o Dr. Caio – nada direcionado a ele, mas é que ele foi o último que falou –, perguntando para nós, se nós pudéssemos escolher passar com um médico que tirou 80 pontos ou um de 60, quem nós escolheríamos.

E isso me trouxe uma reflexão: qual é o critério de avaliação para nós sabermos em que medida esses pontos são atribuídos? Porque olhe só... Eu não vou falar do meu eu de hoje porque o meu eu de hoje tem acesso a uma medicina a que poucos brasileiros têm, mas o meu eu de ontem tinha acesso a uma medicina precarizada, e é aí que me vem a pergunta. Se perguntassem para o meu eu de ontem, entre uma pessoa que fez 80 pontos com base numa avaliação totalmente empírica, ligada a teorias, mas sem nenhum aperfeiçoamento humanitário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e uma pessoa que fez 60 pontos, mas vem de uma origem igual a minha, entende o corpo negro e conhece a comunidade da qual eu vim e as ferramentas que eu vou ter para seguir aquele tratamento, eu prefiro a pessoa que tirou 60 pontos. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Pronto, respondeu. Você respondeu, respondeu ao Brasil.

E assim, pessoal, cumprimentando a sua fala, que foi brilhante, eu vou encerrar agora por motivo de força maior (*Risos.*), que são os funcionários do Congresso aqui, mas nós vamos querer tirar uma foto em conjunto com todos vocês.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - RS) – Está encerrada a audiência pública de hoje, o.k.?

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eduardo Braga, Sergio Moro, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Lourdinha Pereira, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 55/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 66/2026 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Discutir a Linfangioleiomiomatose (LAM), doença rara que afeta predominantemente mulheres, bem como os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento e à estruturação de políticas públicas voltadas às doenças raras no Brasil". Participantes: Júlio César Abreu de Oliveira, Médico pneumologista - Professor Titular da UFJF e Doutor em Pneumologia pela UNIFESP; Maria Clara Castellões de Oliveira, Presidente da Associação dos Portadores de Linfangioleiomiomatose, entidade representativa de pacientes, com atuação na defesa de direitos e apoio às pessoas acometidas pela LAM; Paulo Henrique Feitosa, Médico - Chefe da Unidade de Pneumologia e Coordenador do ambulatório de Doenças raras do Hospital Regional da Asa Norte - Coordenador da Comissão de Doenças Raras da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia; Bruno Guedes Baldi, Especialista em Pneumologia, com atuação em doenças raras e císticas pulmonares, para abordagem clínica e científica sobre diagnóstico e tratamento da LAM; Renata de Paula Faria Rocha, Coordenadora-Geral de Doenças Raras - Substituta do Ministério da Saúde – DAET/SAES/MS; e Thais Piazza de Melo, Assessora Técnica do Departamento de Gestão e Farmacêutica – Tecnologista - Assessora Técnica Especializada da Coordenação-Geral de Gestão de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – CGPCDT do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde – DGITS (CONITEC) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde – SCTIE do Ministério da Saúde. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/20

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 61ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa – 61ª; eita Comissão que trabalha; estou orgulhosa dessa Presidente de vocês, viu? – da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que será realizada nesta data, 20 de agosto de 2026.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 55 e 66, da CDH, de 2026, ambos de minha autoria, para discutir – eu vou falar a palavra, o nome da doença, sílaba por sílaba, porque eu tento, mas não consigo – a lin-fan-gi-o-lei-o-mi-o-ma-to-se (LAM), a gente usa a sigla LAM, doença rara que afeta predominantemente mulheres, bem como os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento e à estruturação de políticas públicas voltadas às doenças raras no Brasil.

Comunico a todos que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Senhores, nesta audiência, trataremos de uma doença rara, progressiva e ainda pouco conhecida, a LAM. Nosso objetivo é discutir os desafios relacionados ao diagnóstico precoce, ao acesso ao tratamento e à estruturação de políticas capazes de assegurar cuidado adequado às pessoas que convivem com essa condição. Estamos diante de uma questão que ultrapassa o campo estritamente médico. O acesso ao diagnóstico e ao tratamento integra o direito fundamental à saúde, assegurado pela Constituição Federal, e este é o motivo de a audiência estar acontecendo na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Para esta Comissão, discutir doenças raras significa discutir dignidade humana, equidade, proteção social e capacidade do Estado de oferecer respostas também àqueles que, justamente por serem numericamente menos numerosos em cada condição específica, enfrentam maior risco de invisibilidade. Quando observamos as doenças raras em conjunto, percebemos a dimensão desse desafio.

Segundo o Ministério da Saúde, em informação publicada em agosto de 2026, estima-se que cerca de 13 milhões de brasileiros convivam com alguma doença rara, sendo aproximadamente 70% dessas condições de origem genética. Vamos imaginar que cada pessoa com doença rara tenha quatro pessoas na família. As doenças raras não afetam apenas o paciente, mas toda a família. Então, quando eu falo de 13 milhões de pacientes, eu estou falando de milhões de brasileiros envolvidos ou afetados por doenças raras.

A Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras considera rara no Brasil a doença que afeta até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos.

A LAM, a doença que vamos discutir hoje, apresenta características que exigem atenção particular. Trata-se de doença sistêmica rara que acomete predominantemente mulheres e compromete principalmente os pulmões.

O Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde reconhece a necessidade de parâmetros nacionais específicos para diagnóstico, tratamento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento das pessoas. Essa especificidade demonstra por que o diagnóstico oportuno e o acesso a profissionais e serviços capacitados são elementos essenciais da política pública.

O Brasil já construiu instrumentos importantes. Desde 2014, contamos com a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no Sistema Único de Saúde, concebida para organizar o cuidado, promover a detecção precoce, o tratamento oportuno e a melhoria da qualidade de vida.

No caso específico da LAM, o Ministério da Saúde aprovou, em 2021, Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de caráter nacional, que deve orientar a regulação do acesso assistencial nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

Também houve avanço terapêutico. Em 2020, após avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS, o Ministério da Saúde ampliou o uso do sirolimo para pacientes adultos com LAM, tornando disponível no SUS o primeiro medicamento especificamente ofertado para o tratamento da doença. A avaliação da Conitec identificou evidências de benefício sobre a função pulmonar e a qualidade de vida, embora também tenha registrado limitações metodológicas nos estudos disponíveis, reforçando a necessidade permanente de produção e atualização de evidências.

Mas a existência de políticas, protocolos e tecnologias não encerra o problema. O desafio central está em fazer com que aquilo que está previsto nacionalmente em leis, em atos normativos, alcance de maneira efetiva e tempestiva cada pessoa que necessita do cuidado. O próprio desenho do protocolo da LAM atribui aos gestores estaduais, distrital e municipais a responsabilidade de estruturar a rede assistencial, definir serviços de referência e estabelecer os fluxos de atendimento. Isso exige coordenação federativa, profissionais capacitados, serviços especializados acessíveis e mecanismos capazes de conduzir a paciente desde a suspeita diagnóstica até o acompanhamento continuado.

É significativo que, neste mês de agosto de 2026, o Ministério da Saúde tenha iniciado uma formação nacional de 160 horas, destinada a profissionais do serviço de referência em doenças raras, habilitados pelo SUS, com um conteúdo voltado, inclusive, à genômica clínica e à interpretação de exames. A iniciativa demonstra que a qualificação profissional e o fortalecimento da capacidade diagnóstica permanecem desafios atuais da rede pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há, portanto, uma questão de equidade que precisa estar no centro dessa discussão: uma doença ser rara não torna menos importante a vida de quem convive com ela, tampouco pode significar diagnóstico tardio, peregrinação entre serviços, dificuldade de acesso a especialistas ou desigualdade na obtenção do tratamento. Precisamos ouvir quem conhece a LAM pela ciência e pela prática clínica – e nós temos os melhores do Brasil aqui hoje –, precisamos ouvir quem trabalha na formulação e na implementação das políticas públicas e, sobretudo, quem conhece a doença pela experiência concreta de viver com ela – temos pacientes aqui hoje que terão a palavra. Essa combinação de conhecimento científico, gestão pública e experiência das pacientes é indispensável para identificarmos onde estão os gargalos e quais aperfeiçoamentos são necessários.

Que esta audiência nos permita avançar em questões objetivas: como reduzir o tempo até o diagnóstico, como fortalecer e integrar os centros de referência, como ampliar a capacitação dos profissionais, como garantir a aplicação efetiva dos protocolos em todo o território nacional, como assegurar o acesso oportuno às terapias indicadas e como produzir informações que permitam ao Estado conhecer melhor a realidade das pessoas com LAM.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que eu tenho a honra de presidir – e sou a Presidente mais bonita do Brasil –, reafirma seu compromisso de acompanhar esta matéria e de transformar o conhecimento produzido nesta audiência em encaminhamentos institucionais concretos. Não é só mais um encontro para falarmos da doença.

Quando falamos em doenças raras, falamos de milhões de brasileiros. Quando falamos em LAM, falamos de mulheres que precisam ser vistas, diagnosticadas, cuidadas e ouvidas. A raridade de uma doença jamais pode significar a invisibilidade de uma pessoa.

Estamos no Agosto Lilás, que é um mês inteiro dedicado ao enfrentamento da violência contra a mulher. Tem maior violência contra uma mulher do que não ter acesso à saúde? Então, o debate está no mês certo, no mês correto e está na Comissão certa.

Mas eu preciso informar aos senhores que nós temos também hoje a celebrar a lei aprovada na semana passada – e aí a Angela vai falar –, nós aprovamos uma lei nesta Casa que já foi para a sanção presidencial e que tenho certeza, esperança e fé de que o Presidente Lula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai sancionar sem nenhum veto, uma lei que institui a política nacional para os pacientes com LAM. (*Palmas.*)

Foi uma vitória. Nós trabalhamos muito, e vocês... É que vocês não puderam estar na hora da aprovação no Plenário, mas foi muita emoção, né, Angela?

Vou contar para vocês segredos e estratégias legislativas: a Comissão... Não estava na pauta, né, Angela? Entramos na Comissão. O Presidente da Comissão de Assuntos Sociais é um médico extraordinário, Marcelo Castro, que foi Ministro, e aí a gente, com muito jeitinho: "Presidente, dá para o senhor colocar extrapauta este projeto, que está redondinho, perfeitinho, e a gente já fez o debate?". Aí, ele gostou do meu jeitinho de falar. (*Risos.*) É, a gente tem estratégia! Às vezes a estratégia é o jeitinho de falar.

E o Presidente, muito sensível, e já tendo ouvido falar da LAM muito... Porque nós fizemos esse debate, ano passado, no mês de agosto inteiro, lembram? Ninguém no Senado pode falar que nunca ouviu falar de LAM; nós estamos fazendo todo mundo no Senado falar de LAM. Então, as pessoas já sabem da doença. E o Presidente colocou extrapauta.

Então, a primeira vitória foi aprovar o requerimento para incluir extrapauta. Aprovou-se o requerimento. Segundo: colocar a matéria para discussão. Colocou-se. O terceiro desafio: conquistar o voto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – É. E ainda invertemos a pauta! Entrou como número um na pauta. Foram quatro vitórias ao mesmo tempo!

E aí, conquistar o voto dos colegas que estavam no plenário. Passou no Plenário da Comissão por unanimidade. (*Palmas.*)

Aí, gente, o projeto de lei vira lei e vai para sanção presidencial, porque ele é terminativo na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês têm ideia de como a gente chorou, né, Angela? Vocês têm ideia da alegria de a gente entregar, de forma concreta agora, uma legislação que obriga a instituição de uma política nacional para os pacientes e para as famílias?

Nós estamos na expectativa da sanção, e no dia da sanção vamos fazer uma grande festa, se Deus quiser, mas isso tudo foi fruto de articulação dos pacientes, da sociedade civil organizada, das associações, dos ilustres profissionais que estiveram conosco o ano passado e comoveram o Senado Federal, comoveram as autoridades nacionais sobre a necessidade de se aprovar uma lei. Então, foi uma articulação de todos, foi uma busca de todos, é uma vitória conquistada por muitas mãos, e eu quero agradecer a todos vocês.

A sociedade civil organizada consegue vitórias inimagináveis. Parabéns a todos que participaram da construção, desde o texto! Eu tive a alegria de ser Relatora.

A gente tem outras novidades para contar aqui hoje, mas vamos dar prosseguimento ao debate sobre LAM.

Como nós estamos ao vivo, eu quero que vocês imaginem pessoas que estão em casa agora: uma mulher que está na cozinha fazendo a comida e ligou a TV Senado para acompanhar, um estudante de Medicina que está *online* assistindo porque ouviu falar e quer saber que doença é essa... Conseguem imaginar o Brasil inteiro conectado conosco agora, neste momento?

Estamos ao vivo para o Brasil. E especialmente para as pessoas que moram nas regiões remotas, as pessoas que moram na região ribeirinha, os indígenas que estão em aldeia agora assistindo à TV Senado, ouvir falar... Vocês têm ideia da importância de como uma audiência dessa pode salvar uma vida? Se todo o debate que fizermos aqui, a gente salvar uma única vida, valeu muito a pena os senhores terem saído dos seus estados, de suas casas para estarem conosco nessa manhã.

Neste sentido, eu convido, para compor a mesa, para estar aqui na mesa comigo, aqui da minha direita, que é o melhor lado para ficar – tá, gente? –, o Dr. Júlio César Abreu de Oliveira, Médico Pneumologista, Doutor pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), pesquisador visitante do Brompton Hospital - Imperial College London, Professor Titular aposentado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Departamento de Clínica Médica da Universidade Federal de Juiz de Fora, e ex-Diretor Clínico do Hospital Universitário da UFJF, com atuação na área de doenças pulmonares e relevantes contribuições na difusão de conhecimento médico. Vocês viram o currículo dele, gente? Meu Deus! Deixe-me dar um abraço nele. Doutor, seja bem-vindo. Seja bem-vindo, Doutor. Seja bem-vindo!

Gente, e eu preciso dizer que vem com recursos próprios. O Senado não paga passagem de expositores em audiência pública. Uma autoridade deste nível sentado aqui para falar com o Brasil sobre LAM! Doutor, que alegria, tá?

Também convido, para sentar aqui à mesa, a minha querida amiga Maria Clara Castellões de Oliveira, Presidente da Associação dos Portadores de LAM. (*Palmas.*)

Maria Clara, que fez no Brasil esse barulho e que conquistou tantas vitórias para o paciente.

Bem-vinda, Maria Clara.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Aqui, Maria Clara. Maria Clara, à minha esquerda, só na mesa, tá, Maria Clara?

Convido, para estar comigo, Paulo Feitosa, Médico, Chefe da Unidade de Pneumologia, Coordenador do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Regional da Asa Norte, Coordenador da Comissão de Doenças Raras da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, meu amigo e meu eleitor. (*Risos.*)

Obrigada, Doutor. Obrigada.

E eu tenho a alegria de estar sempre com o Dr. Paulo em reuniões, em rodas de conversa. E nós, nessas rodas de conversa, temos trazido tantas sugestões para o Parlamento. Dr. Paulo, o senhor é uma bênção na nossa vida. O senhor é uma bênção na vida dessas pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também, para estar comigo aqui na mesa, Bruno Guedes Baldi, Especialista em Pneumologia, com atuação em doenças raras e císticas pulmonares, para abordagem clínica e científica sobre diagnóstico e tratamento da LAM. (*Palmas.*)

Dr. Bruno, que alegria. Seja bem-vindo, viu? Muito bem-vindo.

E ainda, para compor a mesa de forma presencial, Renata de Paula Faria Rocha, Coordenadora-Geral Substituta de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde na mesa aqui de forma presencial. (*Palmas.*)

A Dra. Renata tem sido uma parceira.

E nós temos, de forma *online*, vai participar de forma *online*... Com muito prazer a gente recebe, em forma *online*, para compor esta mesa, Thais Piazza de Melo, Farmacêutica, Tecnologista, Assessora Técnica Especializada da Coordenação-Geral de Gestão de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde da Conitec da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde. Bem-vinda, Thais! É uma alegria tê-la na audiência conosco.

Senhores, nós temos uma ordem de fala...

Kamila, a ordem de fala foi passada na forma em que eu li, né? (*Pausa.*) Então, foi estabelecida uma ordem de fala entre os nossos convidados, porque é uma sequência de falas, uma fala complementa a outra. Nesse sentido, ouviremos o Dr. Júlio César Abreu de Oliveira.

Dr. Júlio, dez minutos iniciais, mas, se precisar passar, para terminar a sua exposição, fique tranquilo! Esta manhã é nossa, é uma manhã de debate e de muita importância para os pacientes, para o Brasil e para o Parlamento.

Seja bem-vindo, Dr. Júlio!

O SR. JÚLIO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Após a sua fala, Senadora, que foi tão completa e brilhante, quase que eu tive que rasgar o que eu tinha preparado aqui, porque a senhora já tinha coberto tudo. Entendeu? (*Risos.*) Então, muita coisa vai ser repetição do que a senhora falou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro bom dia, senhoras e senhores! Mais uma vez, faço um agradecimento à Senadora Damares Alves.

Quanto ao tema – eu não sei se a gente vai ter algum tipo de projeção –, eu só tenho um único eslaide, que é o do título: Enquanto o diagnóstico atrasa, a doença avança: o direito ao diagnóstico precoce nas doenças raras.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar desta audiência pública, nessa importante Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Eu falo como pneumologista clínico e falo também como alguém que convive de perto com essa realidade, por ser casado com uma paciente que hoje preside a Alambra e compõe esta mesa, que é a Maria Clara. Por isso quero dizer, com toda a clareza, que uma das maiores violências sofridas por pessoas com doenças raras acontece logo no início de sua trajetória, no sistema de saúde: o atraso no diagnóstico.

Quando falamos em LAM, em outras doenças pulmonares raras e progressivas e qualquer outra doença rara, não estamos falando de uma demora sem consequências nem de um simples entrave burocrático, estamos falando, no caso da LAM, de tempo perdido de pulmão, de tempo perdido de tratamento e muitas vezes de tempo perdido de vida. Muitas pacientes passam anos sendo tratadas como se tivessem outras doenças pulmonares, principalmente asma ou DPOC, que são doenças mais frequentes, sem que a verdadeira doença seja investigada de forma adequada.

É importante dizer com objetividade: isso não é um problema isolado; como a senhora disse, isso é um problema estrutural. Na ponta do sistema, muitas vezes, faltam as condições mínimas para reconhecer a doença no tempo certo, falta acesso oportuno à tomografia computadorizada de pulmão, falta acesso regular à espirometria de qualidade, faltam equipamentos calibrados, faltam profissionais capacitados para realizar e interpretar adequadamente o exame, e muitas vezes falta um fluxo assistencial claro para que o caso suspeito chegue rapidamente a um serviço com experiência.

O resultado disso é cruel. A paciente começa com falta de ar, piora progressivamente, passa por consultas sucessivas, recebe tratamentos inadequados e permanece presa no que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos chamar de limbo diagnóstico. E esse limbo custa caro: custa função pulmonar, custa oportunidade terapêutica, custa qualidade de vida e, em muitos casos, custa a chance de intervir antes que a doença avance demais. Em doenças progressivas como a LAM, cada ano sem diagnóstico correto pesa, cada ano perdido importa, cada ano sem resposta pode significar menos reserva pulmonar, menos autonomia e menos futuro.

Por isso, eu gostaria de afirmar nesta Comissão algo muito simples e muito sério: o direito ao diagnóstico em tempo oportuno é um direito humano – por isso, estamos nesta Comissão. Sem diagnóstico correto, não existe tratamento adequado. Sem tratamento adequado, não existe preservação do pulmão. E sem isso, o que se perde não é apenas saúde, o que se perde é independência, trabalho, convívio social e dignidade.

O Brasil precisa olhar com seriedade para essa etapa inicial do cuidado. Não basta discutir apenas terapias de alta complexidade se o paciente continua demorando anos para chegar ao nome da própria doença. Não basta termos conhecimento acumulado em centros especializados se a porta de entrada do sistema continua falhando em identificar essas pacientes. É preciso assegurar acesso oportuno à tomografia pulmonar. É preciso ampliar o acesso à espirometria. É preciso garantir qualidade técnica nesses exames. É preciso treinar equipes para suspeitar dessas doenças. E é preciso organizar fluxos de encaminhamento para que a raridade da doença nunca sirva de desculpa para a lentidão do sistema. A verdade é simples: em doenças raras, o tempo do sistema costuma ser lento, mas a progressão da doença não espera. E, quando o sistema demora demais, quem paga o preço é a paciente.

Por isso, aqui deixo uma mensagem final muito direta: em uma doença progressiva, o atraso diagnóstico não é uma falha menor, é uma falha que agrava a doença, é uma falha que reduz possibilidades terapêuticas, é uma falha que compromete vidas que poderiam ser mais bem cuidadas. Diagnosticar cedo não é apenas uma medida técnica, é uma medida de justiça, de dignidade e de respeito à vida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dr. Júlio. Com o senhor eu aprendi que tudo o que as pacientes de LAM querem é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respirar, elas querem ter o direito de respirar. E, quando a gente resume nessa frase, as pessoas tomam um susto: "Como assim?!". Mas é exatamente o que o senhor falou agora.

Obrigada, Dr. Júlio.

Eu queria agora passar a palavra para Maria Clara, Presidente da Associação dos Portadores de LAM. Maria Clara, eu queria te chamar a atenção para uma delicadeza. Olha o cuidado com que a Secretaria da Comissão fez o encarte para recepcionar os nossos expositores. Ficou muito lindo, não ficou?

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Lindo o encarte. Essa imagem está no *site* da... No *site*, não: no Instagram e no Facebook da Alambra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Muito linda.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – E está também no *site* do Senado.

Então, eu queria cumprimentar a Secretaria pela delicadeza e pelo carinho em recepcionar a associação e os médicos com um encarte tão bonito, tão bem-feito. Parabéns, mas não vão pedir aumento de salário, porque não vou dar, está bom?

Maria Clara, Presidente da associação.

E eu aprendi que a gente se fala "LAMigas".

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – "LAMigas".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – As pacientes de LAM são "LAMigas". E eu já me intitulo uma "LAMiga", porque eu sou apaixonada pela associação. A minha amiga que foi minha chefe há 20 anos, a Angela, que é minha colega hoje, no Senado – estamos agora, de novo, no Senado, juntas –, me ensinou o que é ser uma "LAMiga". E eu sou "LAMiga": amiga de Angela e de todas as pacientes.

Bem-vinda, Maria Clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Você tem seus dez minutos.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigada.

Eu acho que não há palavras para agradecer todo o empenho que a senhora vem dispensando às "LAMigas", à Alambra e, em termos gerais, às portadoras de doenças raras. A visibilidade realmente que a linfangioleiomiomatose alcançou no Congresso Nacional – no Senado, agora, especificamente – é inusitada. Eu sempre digo: eu acho que não há atualmente um Parlamentar que não tenha ouvido falar – pode não saber o que é, mas que não tenha ouvido falar – em linfangioleiomiomatose, em LAM. Isso a gente deve a políticos, a Senadores, como a senhora, como o Senador Alan Rick, e à Angela, que é assessora do Deputado Alan Rick, que tem feito... Eu falo Deputado, porque é um trabalho que ela vem realizando desde o momento em que ela assumiu essa posição junto ao atual Senador, mas antes Deputado. Então, o trabalho dela é um trabalho incansável, e a gente tem que reconhecer de público e agradecer de público todo esse empenho dela. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone.*) – Ela fez o Congresso falar a palavra LAM.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Exatamente – exatamente.

Eu tenho alguns poucos eslaides. A Flávia vai projetar o primeiro aí, que tem o título da minha interferência hoje: enfrentamento da linfangioleiomiomatose no Brasil, invisibilidade e direitos fundamentais. O que eu vou falar está muito também no diapasão que a Senadora falou e que o Dr. Júlio também mencionou – meu marido, Dr. Júlio.

Então, vou começar.

Eu acho que pode começar a contar os dez minutos de agora? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone.*) – Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores – eu acho que não tem nenhum Senador aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone*.) – Estão *online*.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – ... mas vão nos ouvir mais tarde, eles estão *online* –, membros desta Comissão de Direitos Humanos, pacientes com LAM que estão aqui presentes – e eu sei que algumas estão, como diz a Senadora, *online*, nos assistindo –, minhas companheiras da direção da Alambra, Angela e Márcia, que estão aqui – e, mencionando as nossas "LAMigas", a gente tem a Marleide, a Carina, a Carmelina, a Márcia, que está ali e é nossa membra da diretoria, Cibele... Quem mais? Eu acho que são essas que estão aqui presentes hoje. Angela já tinha mencionado... A Cinthia está chegando.

Então, minhas companheiras na direção da Alambra, meus companheiros de mesa e demais presentes.

Agradeço, então, à Senadora Damares Alves, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, agradeço a ela pelo convite para participar desta audiência, na qualidade de Presidente da Associação dos Portadores de Linfangioleiomiomatose do Brasil, a Alambra.

Também registro, então, como disse no início, o meu reconhecimento pelo trabalho que a Senadora vem realizando, desde há muito, em favor das pessoas com doenças raras e suas associações.

A Alambra tem construído, ao longo dos anos, uma atuação séria, persistente e comprometida com a defesa dos pacientes e das pacientes com LAM – porque a maioria dos pacientes com LAM são mulheres.

Esse trabalho já produziu resultados concretos. Na semana passada, como disse a Senadora Damares, por exemplo, nós tivemos uma conquista muito importante: o PL 5.238, de 2025, que institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a Linfangioleiomiomatose, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em caráter, como disse também, terminativo, aguardando a sanção, a aprovação do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República. Essa conquista nos encoraja, mas também evidencia que o reconhecimento institucional da LAM ainda não se converteu, na prática, em proteção efetiva para as pacientes.

É por isso que estou aqui hoje, para dar voz a centenas de mulheres brasileiras que convivem com uma doença pulmonar rara, progressiva, incapacitante, sem cura e ainda pouco conhecida pelas estruturas do Estado.

Trago, então... Pode, por favor, Flávia.

Trago, então, em nome da nossa comunidade, três reivindicações urgentes e concretas. A primeira é a capacitação técnica e humanizada das perícias médicas do INSS para que todos os laudos funcionais e exames de imagem sejam respeitados e para que a falta de conhecimento sobre a LAM e outras doenças raras não resulte na negativa injusta de benefícios. A segunda é a criação de uma política de suporte logístico para pacientes que precisam realizar tratamento fora de suas cidades ou estados de origem, sobretudo aquelas dependentes de oxigênio suplementar ou que necessitam de transplante pulmonar. A terceira é a garantia de proteção social integral e de acolhimento verdadeiro no SUS, assegurando que o direito à vida, à saúde e à dignidade dessas cidadãs não permaneça apenas no papel.

Quem ouve pela primeira vez a palavra linfangioleiomiomatose quase sempre se espanta, mas o que realmente assusta não é o nome difícil; é o que essa doença representa. Por trás da sigla LAM existem mulheres jovens, muitas vezes entre os 20 e 40 anos, que descobrem a doença justamente no auge da vida produtiva e pessoal. Mulheres que estavam estudando, trabalhando, construindo carreiras, sustentando suas casas, sonhando em ser mães ou cuidando de seus filhos pequenos, e, de repente, sem aviso, o ar começa a faltar. Surgem episódios repetidos e dolorosos de pneumotórax, que é quando o pulmão colapsa, às vezes desencadeados por situações rotineiras, como uma gestação, o uso de contraceptivos hormonais, um tratamento de fertilização, uma viagem de avião, um mergulho aquático. A partir daí, a vida se divide em antes e depois. Essas mulheres passam a perder a capacidade para atividades simples, autonomia, segurança e muitas vezes a possibilidade de manter o trabalho, a renda, a estabilidade emocional.

A doença por si só já impõe uma carga física e emocional devastadora, mas o que denunciamos nesta Casa é que muitas vezes o sistema impõe um peso ainda maior. A paciente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com LAM enfrenta a progressão da perda de sua função pulmonar, um longo caminho, como disse o Dr. Júlio, até o diagnóstico correto; e, depois disso, uma segunda batalha: a batalha burocrática para ter acesso aos direitos que a Constituição lhe garante. Isso se evidencia de forma dramática nas perícias médicas do INSS, seja para o afastamento temporário das atividades do trabalho, para a redução de carga horária de trabalho, para a concessão do benefício de prestação continuada (BPC) ou para aposentadoria por incapacidade permanente.

Imaginem esta situação: uma mulher jovem, cheia de planos, passa a viver com uma limitação funcional grave. Ela não consegue respirar adequadamente, não consegue trabalhar como antes, não consegue sustentar a própria vida com autonomia e, justamente quando mais precisa da rede de proteção social, é submetida a uma perícia feita muitas vezes por um profissional que jamais ouviu falar em linfangioleiomiomatose. O perito olha para uma mulher jovem, cuja doença não é visível a olho nu – olha como estamos bem, muito bem (*Risos.*) –,

então olha para essa mulher, cuja doença ele não consegue enxergar, e desconsidera exames complexos, como tomografia de alta resolução e testes de função pulmonar, e o resultado é a negativa.

E nós precisamos afirmar com toda clareza, nesta Comissão de Direitos Humanos, que, para uma paciente grave, essa negativa não é um simples indeferimento administrativo. Ela pode significar o fechamento da porta da sobrevivência digna. A falta de conhecimento técnico por parte do perito não pode significar falta de direito para a paciente. Por isso, defendemos com firmeza a capacitação das perícias médicas e a análise adequada dos casos de doenças raras e progressivas, para que a perícia não se transforme em mais um instrumento de sofrimento institucionalizado.

Também precisamos lançar luz sobre uma outra realidade invisível: a falta de atendimento especializado nos municípios e nos estados de origem de muitas pacientes. A despeito de a Alambra ter instituído juntamente com o HC, onde funciona a Clínica de LAM do Brasil, o centro de referência em pesquisa e tratamento da LAM, que é coordenado pelo Dr. Bruno Baldi, apesar de a gente ter conseguido abrir vários centros de tratamento para LAM, ainda falta um maior atendimento, né? Então, na maior parte das cidades brasileiras, não há especialistas em doenças pulmonares raras, não há exames de alta complexidade e não há protocolo adequado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento. Para se manterem vivas, essas mulheres precisam buscar atendimento fora de suas cidades e, muitas vezes, fora de seus estados. Essa travessia é extremamente difícil e se torna ainda mais cruel quando a paciente passa a depender de oxigênio suplementar. Viver ligado a um cilindro ou concentrador de oxigênio transforma qualquer deslocamento em um desafio imenso. O transporte não está preparado, o custo é elevado e esse peso recai justamente sobre famílias que já foram profundamente afetadas pela doença.

O cenário se torna ainda mais grave quando a única chance de sobrevivência passa a ser o transplante pulmonar. Para entrar e permanecer na fila de transplante, muitas pacientes precisam se mudar para outra cidade, outro estado, aproximando-se dos poucos centros transplantadores existentes no país. E para muitas delas, a porta se fecha, não por falta de indicação médica, mas por falta de recursos para custear deslocamento, moradia e permanência. Por isso, o nosso segundo objetivo é inegociável: a criação de uma política de suporte logístico e financeiro, com aprimoramento do tratamento fora de domicílio, o TFD, para essas pacientes.

Senhores aqui presentes, Srs. Senadores, de nada adianta o SUS oferecer um programa de transplante de excelência se a paciente não tem recursos para comprar a passagem ou pagar o aluguel na cidade onde poderá ser transplantada. Um acesso à saúde que existe apenas no papel não salva vidas, apenas perpetua a injustiça. Garantir transporte, suporte logístico e condições mínimas de permanência para quem precisa se tratar não é favor, é dever constitucional de proteção à vida.

Por fim, as pacientes representadas pela nossa associação não pedem privilégios, pedem apenas que a raridade da doença não se transforme na raridade do cuidado. A LAM não ataca apenas o pulmão, ela compromete o trabalho, destrói a renda familiar, afeta a saúde mental, rompe vínculos, interrompe projetos de vida.

É por isso que o nosso terceiro objetivo é a garantia de proteção social integral e de acolhimento verdadeiro no SUS. Estamos falando de mulheres brasileiras que estão perdendo os melhores anos de suas vidas entre filas, recursos administrativos, deslocamentos exaustivos e laudos negados. E esses anos não voltam; a função pulmonar perdida não se recupera; o tempo sem tratamento adequado não é devolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, faço um apelo a esta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal: olhem para as pacientes com LAM não como números, nem como exceções estatísticas, mas como mulheres, mães e filhas, cidadãs que têm direito à vida e proteção à dignidade.

Quando o Estado falha na agilidade do diagnóstico, nega o amparo previdenciário a quem não pode mais trabalhar, impõe barreiras ao tratamento e falha na proteção social, isso deixa de ser uma simples ineficiência de gestão, torna-se incontestavelmente uma grave e inaceitável violação de direitos humanos e de humanidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Flávia, deixe o último eslaide só para chamar a atenção do Brasil.

Para mais informações sobre a doença, conhecer as pacientes, ter uma interação, vocês podem acessar o *site* da Alambra. A Alambra é essa associação que se organizou no Brasil, com as pacientes, com médicos, com especialistas. Está lá o endereço, na internet: www.alambra.brasil.org. Eu faço questão de divulgar, porque, de vez em quando, eu visito o *site*, mas nós temos rede social também, Instagram, onde elas colocam os eventos, contam suas histórias. O perfil na rede social também é Alambra, não é? É Alambra, não é?

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – É @alambrasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – É @alambrasil, não é? Então, está lá o endereço.

Eu sei que muitos estudantes de medicina usam muito os conhecimentos divulgados lá no *site*. Então, eu chamo a atenção do Brasil.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Inclusive, nós temos alunos que já defenderam monografias de final de curso sobre a linfangioleiomiomatose. Estive em um congresso recente em São Paulo e havia vários trabalhos de alunos de várias universidades importantes do Brasil expondo os seus pôsteres sobre a doença.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Isso é fantástico, é divulgação. O conhecimento liberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – O conhecimento salva, não é?

Muito obrigada, Dra. Maria Clara.

Temos a alegria agora de ouvir o Dr. Paulo Feitosa, que é aqui do nosso Distrito Federal, Médico, Chefe da Unidade de Pneumologia, Coordenador do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Regional da Asa Norte, Coordenador da Comissão de Doenças Raras da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

Bem-vindo, meu amigo, Dr. Paulo Feitosa.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Estão ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Aperte aí o botão. Pronto.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – O.k.

Cumprimento a mesa, na pessoa da Senadora Damares, e cumprimento especialmente todas as "LAMigas" aqui presentes.

Tem um filósofo grego que diz que uma das maiores virtudes é a gratidão, e eu vou usar o filósofo para a gente agradecer à Senadora. E eu digo, sem medo de errar, que a Senadora Damares é a Senadora mais acessível que nós temos historicamente no Distrito Federal. É impressionante a capacidade dela de agremiar, de receber. E, com problemas que às vezes a gente pensa que são insolúveis, muitas vezes bato à porta dela e se tem uma solução. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. *Fora do microfone.*) – Obrigada, Doutor.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – Senadora, às nossas "LAMigas" Deus diz assim: "Você vai ter LAM, mas eu vou te dar dois genes diferentes: o gene da beleza e o gene da inteligência". Todas são bonitas e inteligentes. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é fácil se tratar de doença rara – não é fácil. É difícil, a gente precisa ter sensibilidade. E eu estava dizendo a um colega que eu tenho 660 pessoas no meu WhatsApp com doenças raras e que a gente se comunica. Ele disse: "É impossível". Eu disse: "Não é". A gente consegue fazer isso. E aí ele me perguntou especificamente sobre a LAM, e eu disse: "A LAM tem uma coisa extraordinária, que se chama Alambra".

Essa associação é encantadora. Ela faz um trabalho maravilhoso e um trabalho que deixa a gente assim feliz porque funciona. Faz com muito carinho, com muita atenção, com muita dedicação e se constrói uma grande família, Senadora. Aqui nós temos uma família, porque verdadeiramente elas são "LAMigas".

Nós tivemos um avanço importante, que foi o sirolimo entrar no PCDT, e a Alambra teve um papel extremamente importante. Se a gente tivesse outras associações com outras doenças, a gente já teria andado bastante. Talvez a gente precise chamar ao seu gabinete a Renata várias vezes para conversar, para discutir várias outras. Tem muitos avanços aí para a gente, para a gente caminhar, mas eu fico muito feliz e sou muito feliz com a Alambra. É incrível o trabalho dela e como ela trabalha.

Eu acho que, há cerca de 15, 20 anos, talvez, num encontro de aeroporto aí num congresso internacional, o Dr. Júlio me falou: "Descobri que minha esposa tem linfangioleiomiomatose". "Sério?". "Sério". E, algum tempo depois, a gente encontra a Maria Clara aí nesse trabalho pujante, bonito. A Alambra faz um trabalho maravilhoso.

Aqui no Distrito Federal, a Angela faz assim... Como se diz aí, tudo que é Parlamentar já sabe o que é linfangioleiomiomatose, né? Um dia desses o Ministro: "Como é o nome daquela doença que o pessoal chama de LAM?". Eu disse: "Opa!". Isso é importante e faz a diferença. Agora, nós ainda precisamos avançar. Tem avanços que são importantes. E tenho certeza de que a senhora pode contribuir muito.

Por exemplo, a paciente com LAM tem o direito de fazer concurso como pessoa de natureza especial. E é difícil. Por quê? Porque não se conhece a doença. Nós estamos andando com essa questão, para ver se se cria jurisprudência, mas eu acho que isso pode partir daqui.

A questão do *home office*, do trabalho em casa em situações especiais, é importantíssima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um exame que é importante para a doença. E esse exame o SUS precisa adotar. Esse é um passo que a gente precisa dar. É um exame laboratorial, feito apenas em poucos laboratórios no Brasil, mas que nos dá a possibilidade de ajudar no diagnóstico. A doença rara não tem o problema só do tratamento; ela tem o problema também do diagnóstico, do retardo do diagnóstico, e isso é muito importante para a gente.

Então, são passos, Senadora, em que a gente pode avançar, pode fazer a diferença. E como se faz a diferença? Como isso funciona bem?

Quando a Angela me pede para se fazer uma consulta *online* de um paciente que mora no interior do Brasil, eu digo a ela: "Vamos fazer. Faço com o maior prazer do mundo. Vamos fazer". E fazemos muitas. E isso é muito importante. A gente consegue ajudar, a gente consegue fazer a diferença. A gente consegue conversar com um colega que conhece pouco a doença e dizer como ele pode organizar melhor, como ele pode fazer melhor. E esses avanços vão crescendo, vão crescendo, vão crescendo. E a gente respira hoje melhor porque esse trabalho é feito.

Eu parabenizo muito a Alambra.

Aqui fica a nossa gratidão à senhora, Senadora. Isso faz uma diferença...

Alguém me disse: "Trabalhar com doença rara é trabalhar com a minoria". Aí eu digo: "Essa minoria é tão majoritária que a gente precisa ver com outros olhos".

E o que tem de sofrimento? No início da sua fala, a senhora falou que a família sofre, a família participa. Isso é uma verdade. Você tem um conjunto de pessoas que você termina ajudando. Você melhora a qualidade de vida, você melhora a assistência. E a gente sabe que o SUS tem condição de fazer isso, tem condição de melhorar ainda mais a assistência a essas doenças. E, passo a passo, nós vamos avançando, avançando, avançando, avançando. E encontramos pessoas como a senhora, pelo meio do caminho, que dão essa alavancada, dão esse impulso, e a doença toma outro ritmo, toma outra história, e a gente vai ajudando cada vez mais pessoas.

Se a gente retornar 20 anos, a gente praticamente tinha uma desassistência completa de uma doença. E hoje a gente tem muito mais facilidade de diagnóstico, tem uma compreensão maior pela classe médica, e isso faz a gente se sentir menos solitário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, terminando, eu volto a dizer que essas belas meninas, todas têm estas características: bonitas e inteligentes como característica. Deus disse assim: "Vou lhe dar a LAM, mas vou lhe dar esses dois genes aí". Que a gente continue crescendo, continue fazendo esse trabalho, continue assistindo com muito amor, com muito carinho. Eu, particularmente, sou apaixonado por todas vocês. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dr. Paulo, pela sua fala, eu acho que dá para todo mundo perceber por que o Dr. Paulo é tão amado em Brasília. E eu já disse a ele que, se eu fosse Presidente da República, ele seria meu Ministro da Saúde. (*Risos.*)

Doutor, está em tempo. Não, neste ano não dá mais, não. Mas quem sabe na próxima, Dr. Paulo?

Dr. Paulo, eu fico imaginando, depois dos debates, de dar visibilidade à doença, uma mulher chegar a um consultório com problema respiratório e, durante a consulta, ela perguntar para o médico: "Será que eu não tenho LAM?". E o médico que não estudou ficar olhando assim: "O que é isso?". Então, agora, as próprias mulheres, quando chegam ao consultório, estão obrigando os médicos a lerem sobre LAM. Então, eu acho que a gente também tem esse papel pedagógico quando a gente faz uma audiência pública como esta.

Dr. Paulo, muito obrigada. Deus o abençoe.

Nós agora ouviremos Bruno Guedes Baldi, Especialista em Pneumologia, com atuação em doenças raras e císticas pulmonares para a abordagem clínica e científica sobre o diagnóstico e tratamento da LAM.

Bem-vindo, Dr. Bruno. É uma alegria tê-lo conosco.

O SR. BRUNO GUEDES BALDI (Para expor.) – Obrigado, Senadora Damares. Obrigado à Comissão e à Alambra propriamente dita pelo convite.

Eu reforço bastante as palavras do Paulo, já convivo com as "LAMigas" de vários estados há bastante tempo e, realmente, é um orgulho muito grande ver o desafio que elas enfrentam no dia a dia em função não só da doença, mas de todos os obstáculos que a doença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporciona, as dificuldades de acesso, como já foi dito aí pela Maria Clara. Então, eu parabenizo novamente a Senadora Damares e a Comissão por valorizar essa questão das doenças raras. Como a senhora mesma disse, são 13 milhões no Brasil e no mundo são 360 milhões, mais ou menos. Então, elas são raras isoladamente, no conjunto elas têm um... Não é só uma questão especial por serem raras. No conjunto, o número de pacientes com doenças raras é muito grande e de fato precisa ser mais valorizado, e é o que a gente tem visto não só no Brasil, mas também em outros países.

Então, eu vou fazer uma dinâmica um pouquinho diferente. Eu vou mostrar mais alguns eslaides para a gente colocar pontos mais do meio para o final da evolução da doença, que é a questão da reabilitação e a questão do transplante pulmonar. Eu vou contextualizar na linfangioleiomiomatose, mas isso vale muito para as outras doenças respiratórias crônicas, que são pontos que a gente precisa evoluir muito, como eu disse, não só para LAM, mas também para as outras doenças respiratórias.

Então, isso tudo tem a ver com uma agenda de acesso, dignidade, sobrevida e, principalmente, qualidade de vida para as pacientes com LAM, que é o que, em última análise, a gente busca – e elas também buscam, principalmente, isso.

Na LAM e em outras doenças raras, as pacientes portadoras têm múltiplas barreiras no dia a dia, como já foi dito aqui. A LAM é uma doença cística, progressiva e tem um impacto muito grande, porque acomete mulheres jovens, então isso dá uma repercussão muito grande não só para família, mas também em relação a mercado de trabalho, por exemplo. Isso leva a um impacto físico, mental e social. A gente tem uma série de exemplos de pacientes com problemas familiares, às vezes até mesmo que se separam dos maridos por conta de todo o transtorno que a doença provoca.

Então, para a gente ter uma ideia de quão amplo isso é, e até dentro de uma pergunta que foi colocada aqui pelo Hélio, de São Paulo, os principais sintomas associados à doença são: falta de ar; fadiga em graus variados; e vai havendo uma limitação para atividades diárias, que começa às vezes para atividades maiores, como para uma caminhada maior. Essa falta de ar vai progredindo para caminhadas mais curtas, e tem algumas pacientes que têm falta de ar inclusive para tomar banho e para se vestir. Então, o impacto é tremendo, e uma boa parte das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes também vai evoluir com o que a gente chama de pneumotórax, que é quando surge uma dor e uma falta de ar de início muito agudo, que aparece na evolução. Esses são os principais sintomas associados à doença.

A doença é subdiagnosticada. Tem dados já mais consistentes mostrando que ela acomete 23 a 25 casos por milhão de mulheres adultas. Só para a gente ter uma ideia, como a gente pode ver ali à direita, no Brasil a gente estima que existam mais ou menos 3 mil casos, mas só em torno de 500 estão diagnosticados. Então, tem uma série de pacientes espalhadas por aí com outros diagnósticos, às vezes com asma, DPOC, e que não estão sendo acompanhadas de maneira adequada.

Existe um problema de acesso a métodos diagnósticos, que é um ponto importante, que já foi reforçado pelos outros apresentadores. Há poucos centros com experiência; a Maria Clara reforçou também a necessidade de expandir o número de centros capazes de acompanhar essas pacientes.

Eu reforço muito o que o Paulo falou, que a associação de pacientes é fundamental. O papel da Alambra... Eu considero que é um exemplo para todas as outras, não só as de doenças raras, mas também para as de doenças mais frequentes, como exemplo de associação engajada e que traz de fato benefícios não só para as pacientes, mas também para a gente, porque acaba sendo uma troca de conhecimento e de informações.

Bom, o primeiro ponto é a questão do transplante de pulmão. A LAM talvez, dentro das doenças pulmonares, seja aquela para a qual o transplante traz mais benefícios, com uma sobrevida maior. A gente tem até estudo lá do nosso grupo mostrando que a sobrevida em cinco anos chega a 80% para pacientes que, até o transplante, tinham uma perspectiva muito ruim. E ele é uma opção para a doença avançada, quando a capacidade pulmonar geralmente está abaixo de 30% do esperado – geralmente são pacientes utilizando oxigênio.

A gente tem, por exemplo, lá no nosso centro – aqui está a equipe de transplante, comandada pelo Dr. Paulo Pêgo – 29 pacientes com LAM que foram submetidas já a transplante de pulmão, dados até o ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só essa realidade do transplante de pulmão é um problema muito crítico, porque, se a gente olhar nos últimos dez anos, o número de transplantes de pulmão não aumentou. A gente tem mais ou menos aí em torno de cem – especificamente o ano passado, 96 pacientes com doenças pulmonares em geral foram transplantados. E a espera em lista de transplante de pulmão varia em torno de um ano e meio a dois. Então, é um problema, porque muitas vezes tem não só a LAM, mas outras doenças que podem progredir rapidamente e não dá tempo de ficar esse período todo em lista, e o paciente ou a paciente acaba falecendo em lista por conta do número limitado de centros, como a gente vai ver aqui em seguida.

Então, os casos de transplante de pulmão, como a gente pode ver, estão concentrados principalmente no Sul e Sudeste, mais de 90% dos pacientes transplantados ocorreram nessas regiões. E São Paulo e Rio Grande do Sul, como a gente pode ver ali abaixo, concentram esses casos aí, em torno de 85%. Então, a gente precisa ampliar o número de centros transplantadores. É um desafio grande, porque não é simples instaurar um centro de transplante, mas isso precisa ser feito para a gente dar a opção e descentralizar para outros locais menos favorecidos, principalmente Região Nordeste, Região Norte e também o Centro-Oeste, ampliar o número de locais capazes de fazer transplante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Dr. Júlio, é... Bruno, desculpa, volte o seu eslaide... Consegue voltar?

O SR. BRUNO GUEDES BALDI – Esse ou o outro?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Eu acho que esse eslaide é desafiador, ele é, na verdade, um soco no estômago da gente. Vamos, bora olhar lá o Norte, olha lá, Marisa, o seu Norte, olha lá... olha lá, Nordeste, apenas Ceará. Agora, olha o Norte do país, meu Deus do céu! Aí, quando eu penso no Pará, Doutor... vamos falar do Pará, eu sou apaixonada pelo Pará. Nós temos uma cidade no Pará, e o território de Altamira é maior que Portugal. A senhora sabia disso? A senhora sabia que dentro do Pará nós temos o Marajó? No arquipélago do Marajó cabem duas Suíças e meia, aí como é que eu digo para uma mulher com LAM, lá do Marajó, que de uma cidade para outra são seis dias de barco? Ou então vamos subir para o Amazonas, né? Eu sempre uso o exemplo de São Paulo de Olivença, porque eu tenho muita gente naquela cidade, muitos amigos, inclusive a Vice-Prefeita:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de São Paulo de Olivença para o primeiro centro de referência, sete dias de barco. Uma mulher no oxigênio e às vezes sem ter conseguido ainda o benefício do tratamento TFD, fora do domicílio. Ah, uma aeronave busca: como exigido o Estado? A aeronave é usada o tempo todo para buscar esses pacientes... Então, assim, esse quadro, esse seu eslaide, ele é realmente... Acho que eu e Renata, que estamos no serviço... eu, que estive no serviço público, a Renata, que está, é um eslaide que nos incomoda muito – né, Renata? –, dói ver esse eslaide. E aí, Doutor, eu sempre falo como é difícil ser Senadora no Brasil! Como é difícil, Renata, ser gestora no Brasil, porque é tão fácil a gente cobrar da Renata...

E eu quero, inclusive, cumprimentar o Ministério da Saúde por estar, de forma presencial, aqui com a gente, porque ela podia ter ligado e dito: "Olha, não posso ir", mas o fato de vir, Doutora, mostra respeito ao debate e vontade de a gente acertar. Então, eu tenho tido uma parceria muito boa com o atual Ministério da Saúde, especialmente nos debates, por não estarem fugindo dos debates.

Mas eu lhe digo, Renata, Dr. Júlio, Dr. Bruno, Maria Clara, Dr. Paulo: é difícil ser Senadora no Brasil. Eu até brinquei esses dias, eu queria ser Senadora na Irlanda, em Andorra, lá em Andorra, Dr. Júlio. (*Risos.*) Agora, tomar uma decisão, especialmente com relação a uma doença dessa, e quando a gente vê os centros de referência concentrados todos no Sul e Sudeste... Como é que ficam os nossos Norte e Nordeste? Vocês entendem o tamanho do desafio do Brasil?

Inclusive, doutores da área da associação de pneumologia, esta semana, eu passei horas lendo os programas de governo dos presidenciáveis, eu queria ouvir, ler, saber tudo que cada um deles estava prometendo, e me dá uma tristeza! Só para você ter uma ideia, tem um, em todo o programa dele, Renata, não falou uma vez a palavra criança. Então, eu acho que, em debates como este e com a sociedade civil organizada, a gente precisa rever esse quadro. Quem sabe, daqui a alguns anos, Doutora, a gente tenha um outro mapa aí, um outro mapa para mostrar para o Brasil? É muito triste – esse seu eslaide realmente me provocou indignação e tristeza –, muito triste!

Agora, eu preciso aproveitar esta oportunidade e falar para as instituições que acolhem o paciente que vem de longe, essas casas de acolhimento – né, Renata? –, que são pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extraordinárias, porque, às vezes, a pessoa até tem o TFD, mas chega, por exemplo, uma pessoa que sai lá de Roraima e que vai fazer um tratamento em Santa Catarina: frio, cultura diferente... Então, essas casas que tem no Brasil inteiro... Esta semana eu visitei uma em Brasília – eu fiquei tão feliz – que recebe esses pacientes, porque ficar num hotel é tão frio, é tão distante e não tem para quem ligar. Então, para essas casas de acolhimento que tem no Brasil inteiro e na grande maioria da sociedade civil, eu queria que vocês batessem palmas para essas instituições. (*Palmas.*)

Dr. Bruno, desculpe, mas eu não podia deixar de falar desses seus eslaides. Desculpe ter feito essa intervenção na sua apresentação.

O SR. BRUNO GUEDES BALDI – Não, foi muito pertinente e reforça essa desigualdade que a gente tem, né? Vou mostrar um eslaide muito parecido para a questão de centros de reabilitação também.

A caminhada até chegar ao transplante de pulmão, como a Maria Clara disse, é uma caminhada muito longa. Então, a paciente, primeiro, precisa ter o diagnóstico certo; depois, precisa chegar a um centro de acompanhamento que seja capaz de segui-la; e, principalmente no caso do transplante, a paciente precisa estar pelo menos a duas horas do local transplantador e de carro, esse é um dos desafios para o órgão ficar viável para o transplante.

Então, tem toda uma despesa com transporte, viagem repetida para avaliação, exame, moradia, alimentação, como a Maria Clara já disse, e uma rede de apoio, e existe a questão... Por exemplo, no HC tem um programa muito interessante que é Cuidando do Cuidador. O cuidador, se não tiver uma estrutura toda em torno dele, também adoece. A gente tem que se lembrar das pessoas que estão em torno desses pacientes.

Então, tem todo um rol de barreiras econômicas, sociais e psíquicas que, no final das contas, pode se tornar uma barreira de tratamento, e a pessoa não chegar para o transplante de pulmão.

A mesma coisa eu vou falar em relação à reabilitação, pois a reabilitação é um processo em que os pacientes precisam estar inseridos, porque precisam estar com a saúde adequada para tolerar um transplante de pulmão. Já tem uma série de estudos em LAM, inclusive, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostram que reabilitar diminui falta de ar, melhora a qualidade de vida, diminui ansiedade e depressão, melhora a capacidade de trabalho, então é uma medida essencial no acompanhamento das pacientes com LAM e com doenças respiratórias em geral.

É a mesma coisa quando a gente vê a questão da distribuição de centros de reabilitação cadastrados. Tem em torno de 152 centros, e a grande maioria também, em torno de 80%, está concentrada nas Regiões Sul e Sudeste. Se a gente olhar Centro-Oeste e Norte, esse número é bem menor – no Nordeste também – proporcionalmente. Então, isso entra nessa mesma questão de desigualdade, como a gente vê em relação aos centros transplantadores.

Todo esse processo, não só em relação à doença, mas de o paciente conseguir chegar a um centro de referência, conseguir chegar a um centro de transplante, conseguir chegar a um centro de reabilitação, isso tudo vai gerando mais angústia, vai gerando muitas vezes isolamento, depressão... Então, acaba-se entrando num círculo vicioso em que esse processo vai todo se perpetuando, e os pacientes vão piorando, vão acabar não tolerando seguir na jornada e acabam falecendo na evolução.

É claro que tem muitos desafios, como a senhora mesmo disse, mas a gente precisa tentar sempre evoluir para tentar minimizar essas situações e ampliar os centros que possam fornecer esses tipos de tratamento.

A gente tem algumas propostas neste momento, claro, mais superficiais, que seriam, como a Maria Clara mesmo comentou, a criação de uma bolsa de transplante de pulmão para todas as doenças respiratórias, incluindo, obviamente, a LAM, para transporte, moradia, alimentação, para os pacientes conseguirem se manter próximos ao centro transplantador; tentar ampliar o número de centros de transplante de pulmão, acho que esse é um grande desafio, e a mesma coisa em relação aos centros de reabilitação; garantir os fluxos nacionais de encaminhamento, talvez otimizar mais a questão dos TFDs, o que seria um ponto importante também; e, depois disso, se isso realmente conseguir ser otimizado, a gente monitorar de uma maneira adequada esses resultados.

E aí a questão da bolsa transplante seria a realização de uma ação nacional para transformar o encaminhamento em acesso efetivo, porque, vira e mexe, lá no HC, a gente recebe um monte de encaminhamento, às vezes por *e-mail*, ou por telefone, ou por rede social...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O médico de um centro mais distante vai lá, faz o encaminhamento, dá na mão do paciente, vira para ele e fala: "Agora, você se vira". Isso não vai resolver o problema. Então, a gente tem que fornecer os meios necessários para o paciente, de fato, chegar ao centro transplantador e permanecer nesse local. E aí a gente teria que atuar em cima desses quatro pontos, que é o transporte e as questões de moradia, de alimentação e mesmo da reabilitação, para ela se manter saudável, para chegar bem e para tolerar ser transplantada de uma maneira adequada.

Então, foi isso que eu quis reforçar nessa apresentação, mais o ponto do meio para o final da doença, para pacientes com doença moderada e mais avançada, que são as questões da reabilitação e de transplante de pulmão, que a gente precisa realmente otimizar e que são pontos que ainda deixam a desejar.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dr. Bruno. Obrigada.

Eu nunca tinha ouvido falar, nunca tinha pensado no termo "bolsa transplante pulmonar". Desafiador.

E agora, Dra. Renata, é contigo. Os desafios vieram para você.

Nós vamos ter a alegria de ouvir a Dra. Renata de Paula Faria Rocha, Coordenadora-Geral de Doenças Raras substituta do Ministério da Saúde.

Dra. Renata, bem-vinda. E viu as sugestões? Vamos tentar estudar juntas e falar juntas sobre essas sugestões.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA (Para expor.) – Obrigada. Bom dia. Vocês me escutam? Está ligado?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Bom dia a todas. Somos a maioria. Bom dia a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou da Coordenação de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Eu quero começar a minha fala até respondendo à pergunta da Elaine, de São Paulo: "Como incluir a perspectiva das pacientes na formulação de políticas voltadas a doenças raras?". E aí eu quero começar a minha fala.

A Senadora sabe disto: todas as vezes que nós, da Coordenação de Raras, somos convidados, eu estou sempre aqui – já vim em várias audiências públicas da Senadora –, porque eu acho que esse é um caminho para a gente conseguir ter esse diálogo. Não adianta quem está na gestão fazer políticas públicas que não são aplicáveis para quem realmente precisa fazer uso dessas políticas. Para que a gente consiga políticas públicas de saúde efetivas, a gente precisa conversar com quem usa essas políticas, então estes espaços de discussão são espaços muito importantes para a gente que está no papel de gestor entender as necessidades que vocês têm, do que vocês precisam. E aí acrescento também a associação dos pacientes, porque a gente está sempre aberto lá na coordenação, a gente recebe diversas pessoas, diversas associações de pacientes, exatamente para ouvir as necessidades de vocês.

A gente tem um desafio enorme na Coordenação de Raras. Aqui, a gente está falando de uma doença rara, mas a gente tem mais de 7 mil doenças raras e a gente tem um território nacional que é gigante. A gente viu ali, no mapa, a distribuição regional, como isso é difícil, como é difícil a gente alcançar todas as particularidades que a gente tem no nosso país.

A coordenação é uma coordenação nova – tem cerca de três anos que foi criada –, e eu considero a criação da coordenação como um ganho importante, o que mostra que os movimentos sociais das pessoas com doenças raras foram vistos pelo Ministério da Saúde, que entendeu a necessidade de a gente ter uma área para cuidar de pessoas com doenças raras. Só que nós somos jovens ainda, né? Nós temos três anos de coordenação, é uma equipe pequena, mas a gente vem trabalhando muito.

Vou começar falando da questão do acesso, que foi a pergunta da Renata, do Distrito Federal, da Maria, do Rio de Janeiro, do Isaque, do Distrito Federal, que também falou de acesso, e do Francisco, da Bahia, que também falou de acesso e diagnóstico precoce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão do acesso, se a gente pensar que o tratamento das doenças raras está dentro da atenção especializada, as pessoas chegam ao serviço de saúde, elas entram no SUS pela atenção primária. Então, a gente precisa da atenção primária, que está sobrecarregada, e a gente precisa de a atenção primária ter um olhar diferenciado para identificar sintomas que, muitas vezes, são comuns, de doenças comuns, e entender que, talvez, aquela pessoa que não responde ao tratamento pode ter uma doença rara.

Isso significa também que o médico que está lá na atenção primária, não dá para ele também referenciar todo mundo para um serviço de atenção especializada, para um geneticista, para um pneumologista, porque aí a gente tem filas de regulação, e a pessoa fica dois anos numa fila de espera.

Então, a gente precisa de um atendimento mais criterioso mesmo de quem está na ponta, e a gente vem trabalhando isso – até em outras audiências públicas isso foi levantado – e isto foi uma questão que a gente começou a pensar muito dentro da coordenação: como capacitar a atenção primária?

A gente já está em articulação com a Secretaria de Atenção Primária, a gente já pensou na questão de... Não é bem divulgação o termo que eu quero falar, mas um material informativo, não um guia robusto, não, mas um material simples, de orientações básicas para principais pontos de atenção. No que é que quem está lá, na atenção primária, precisa prestar atenção, para desconfiar de uma doença rara? Então, a gente já está elaborando um material nesse sentido, que foi até produto de outra audiência pública, na qual a gente conversou, levei isso para a coordenação, e a gente está trabalhando nesse material de divulgação.

A gente precisa pensar em ampliar a nossa rede de assistência, então a gente já aumentou muito os serviços de referência de doenças raras, a gente tem cerca de 50 serviços hoje, mas a gente sabe que ainda são insuficientes.

Mas a gente também precisa de equipe para esses serviços, né? Não é só ter uma estrutura. A gente precisa de equipe. E aí – eu acho que foi o Dr. Paulo que falou –, a questão do atendimento de telessaúde, uma estratégia que a gente vem trabalhando também, para a gente conseguir alcançar regiões que a gente não consegue alcançar presencialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo que a gente precisa de um suporte, em termos de não transferir a responsabilidade do paciente para uma casa de apoio, por exemplo. Eu entendo que isso é uma responsabilidade do gestor, a gente precisa trabalhar isso e talvez até melhorar o nosso programa de TFD, eu acho que isso é uma coisa que a gente precisa rever.

Com relação a diagnóstico, que foi outro ponto que foi levantado, a gente fez um levantamento da rede laboratorial. As diferenças regionais existem. Então, a gente está com algumas estratégias, não específicas para LAM, mas a gente está com algumas estratégias de centralização de alguns laboratórios, para que a gente consiga melhorar a questão do diagnóstico de doenças raras de uma forma geral. Então, a gente já centralizou algumas ações no Rio e em São Paulo, onde a gente tem laboratórios que têm uma capacidade maior.

Mas uma coisa que a gente pode usar muito também é o apoio desta Casa, em termos de emenda parlamentar, para ajudar em termos de melhoria dos serviços, melhoria da rede, para a gente conseguir ter laboratórios ou serviços em outras regiões. Então, as emendas parlamentares ajudam muito a complementar essas ações no Ministério da Saúde.

Com relação à reabilitação, já está, eu imagino, em vias finais uma política de reabilitação, porque o que a gente identificou lá dentro da atenção especializada? Que os serviços de reabilitação que a gente tem hoje são muito voltados para a parte de traumato-ortopedia. E, quando a gente pensa numa reabilitação cardíaca, numa reabilitação pulmonar, a gente identificou que esses pacientes na rede não conseguem ter esse acesso por ter poucos serviços. Então, a gente está trabalhando na elaboração da política de reabilitação, que engloba essas outras áreas, além da traumato-ortopedia.

O que mais foi perguntado?

Com relação a transplante, tem a questão de organização da rede, que a gente precisa, a gente vem trabalhando. E aí, pensando em doenças raras, a gente já começou um movimento, que ainda está embrionário, mas que partiu também dessa demanda dos pacientes, com relação à navegação. Navegação é um termo que vem sendo muito utilizado hoje dentro da área da saúde, que é a gente conseguir circular o paciente dentro da rede, que o paciente não pegue a sua pastinha, o seu encaminhamento, coloque embaixo do braço e vá, por conta própria, procurar algum médico ou algum serviço de reabilitação que possa atendê-lo. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso, pensando na extensão do nosso país e na quantidade de serviços que o SUS oferece, a gente precisa... a Coordenação de Raras acaba passando por diversas outras áreas, tendo interface com diversas outras coordenações.

A gente começou um movimento inicial de navegação muito pela enfermagem agora, mas aí a gente vai aos poucos incluindo as outras áreas para conseguir organizar a rede, porque a gente precisa de alguém que assuma o cuidado daquele paciente, né? Quem é o responsável por aquele cuidado? Quando a gente fala de doenças raras, essa ordenação do cuidado sai um pouco da atenção primária e foca mais na atenção especializada. A gente tem os ambulatórios específicos de pneumo ou de outras áreas... Então alguém precisa se responsabilizar por esse paciente para que ele possa circular dentro da rede. "Não, esse paciente agora precisa de um acompanhamento num serviço de transplante ou numa reabilitação, ou precisa de algum outro tipo de acompanhamento." Então isso é outra coisa que a gente vem trabalhando.

E aí, para finalizar a minha fala, eu quero colocar a Coordenação de Raras, especificamente, à disposição. O nosso *e-mail* é cg... de Coordenação-Geral, cgraras@saude.gov.br. Qualquer demanda que vocês tenham, seja sugestão, dificuldades, desafios, o que vocês quiserem mandar para a gente, a gente está à disposição – se quiser colocar "para enviar para a Renata", pode mandar, porque a gente lê todos os *e-mails* –, para que a gente consiga fazer políticas públicas que sejam mais assertivas e melhores para a população.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Renata. Eu já vou conseguir um bóton de Senadora para você, porque ela vem tanto aqui e, assim, gente, sempre muito disponível no diálogo. E aí, Alambra, eu acho que Renata é uma pessoa boa para vocês estarem fazendo o diálogo dentro do Ministério da Saúde.

Nós vamos ouvir agora a nossa última expositora e depois eu vou devolver a palavra a todos para agradecimentos e considerações finais.

Está aqui a Dra. Thais Piazza de Melo representando a Conitec. Dra. Thais, obrigada pela presença. É uma alegria tê-la conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço o convite.

Bom dia a todas.

Eu vou fazer uma pequena apresentação.

Conseguem ver e ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Sim, está perfeito.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Sim, perfeito.

Bom dia novamente.

Meu nome é Thais, eu sou servidora aqui da casa, do Ministério da Saúde. Atualmente sou Assessora Técnica Especializada aqui no Dgits (Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde) e também atualmente estou como Coordenadora-Geral substituta da Coordenação-Geral de Gestão de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.

Então, antes de eu chegar e trazer o papel da Conitec e o que a gente tem de produtos no âmbito da LAM, eu vou falar um pouquinho do papel desta Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, que eu vou passar a chamar obviamente de Conitec. Não sei se todos conhecem, então eu vou trazer um pouquinho sobre isso, para ficar mais fácil o entendimento.

Então, a Conitec é um órgão colegiado permanente e integrante da estrutura do Ministério da Saúde, que faz o quê? Justamente assessora o Ministério da Saúde na incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias pelo SUS e também na constituição ou alteração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – mais uma sigla, os PCDT. Então, são diretrizes clínicas que são elaboradas pelo Ministério da Saúde, e a Conitec tem esse papel permanente de assessorar o Ministério da Saúde tanto na elaboração desses documentos quanto na incorporação de tecnologias. E quando eu falo em incorporação de tecnologias, eu estou falando não só de tratamentos com medicamentos, por exemplo, mas também de tecnologias diagnósticas, como exames, procedimentos.

E como é composta essa estrutura? Então, como eu falei, eu trabalho aqui no Dgits, que é o Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, que é justamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável pela Secretaria-Executiva da Conitec, que faz a engrenagem da Conitec funcionar, mas a Conitec é composta por três comitês, e cada um delibera sobre os assuntos de sua responsabilidade. Então, a gente tem o Comitê de Medicamentos, o Comitê de Produtos e Procedimentos e o Comitê de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, e cada comitê é composto por 17 membros, que têm direito a voto. Então, cada um desses comitês vai determinar a incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias pelo SUS, a constituição de protocolos e, no final das contas, isso também vai se traduzir na atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais.

Aqui, eu trago a composição desses comitês, quem vota, quem decide sobre esses temas no sentido de decidir por uma recomendação favorável ou desfavorável por uma tecnologia, e essa recomendação obviamente vai ser endereçada ao Ministério da Saúde, que vai tomar a ação de incorporar de fato. Então, cada comitê é composto por 17 membros, sendo representados pelas oito secretarias do Ministério da Saúde, também pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, pela Anvisa, pela Associação Médica Brasileira, pelo Conselho Nacional de Saúde – aí a gente tem a representação da sociedade e dos pacientes –, pela gestão estadual e municipal, que é o Conass e o Conasems, respectivamente, pelo Conselho Federal de Medicina, pelo Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde, que tem toda a formação metodológica para avaliação de tecnologias em saúde. E também, mais recentemente, foi incluído representante da organização da sociedade civil nesses comitês, representando majoritariamente associação dos pacientes.

Além disso, a gente tem três membros ouvintes, que podem estar presentes, mas não votam, que são do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e também do Conselho Superior da Defensoria Pública.

Aqui eu trago só um resumo de como funciona essa incorporação de tecnologia. Então, inicialmente, a gente recebe uma solicitação de incorporação, que tem todos os requisitos administrativos de informações que devem estar presentes, sejam elas evidências científicas e os estudos também de avaliação econômica. Esse conteúdo vai ser avaliado e tem um prazo de 180 dias, prorrogável por mais 90, para que essa análise seja feita e isso seja avaliado pela Conitec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente recebe essa demanda, esse relatório inicial, precisa fazer toda uma análise, eventuais questionamentos, ajustes, para poder apresentar ao comitê.

Então, o comitê vai avaliar preliminarmente, depois vai encaminhar por um período de consulta pública, em que o tempo usual são 20 dias, e depois vai ter uma decisão final, que vai recomendar ou não ao Ministério da Saúde incorporar aquela tecnologia ou publicar aquele protocolo.

Então, quem publica essa portaria de incorporação é o titular da pasta da Secretaria de Ciência e Tecnologia, no caso o Secretário ou a Secretária, e, beleza, foi incorporado, está publicado no *Diário Oficial*; quando vai estar disponível? A legislação coloca que existe um prazo máximo de 180 dias para isso ser disponibilizado.

Essa etapa de disponibilização já é responsabilidade do Ministério da Saúde. Vai acontecer uma pactuação tripartite, para saber quem que vai fornecer, como é que vai fornecer – estado, município, União...

Enfim, essas etapas todas são posteriores às atividades da Conitec e outras áreas que são responsáveis por elas.

Então, como é que é composto esse relatório? Eu já falei de maneira geral: a avaliação de tecnologias em saúde vai verificar a questão da doença, a tecnologia e todas as evidências que existem, sejam elas clínicas, econômicas e de impacto orçamentário, e, depois disso, a gente vai rever essa busca, essa análise de evidências realizada pelo demandante, e qualquer pessoa da sociedade pode fazer essa demanda, desde que atenda a esses requisitos técnicos.

Além disso, vão ser trazidas as experiências internacionais de uso dessa tecnologia, o monitoramento do horizonte tecnológico, para verificar se existem outras tecnologias que também ocupam um papel parecido ou relacionado – ou o mesmo papel – e também os aspectos da perspectiva do paciente, que também está sempre presente ao longo das etapas de avaliação de tecnologias em saúde e também da elaboração de protocolos – sobre a qual eu vou falar mais adiante –, para, então, se chegar à recomendação da Conitec, preliminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois dessa recomendação preliminar, a gente tem uma etapa de consulta pública desse documento, sobre o qual toda a sociedade pode opinar, e, por fim, isso retorna, para a Conitec avaliar o resultado da consulta pública e ter a sua deliberação final.

Após a deliberação final da Conitec, essa decisão é encaminhada então para o Ministério da Saúde para as medidas cabíveis, como a publicação no *Diário Oficial*, caso o titular da pasta da secretaria entenda que vai seguir a recomendação da Conitec, que é o que usualmente ocorre.

Então, em linhas bem gerais, essas decisões envolvem aspectos clínicos, econômicos, mas também do paciente e da estrutura organizacional. Então, considerando toda aquela diversidade dos comitês, esses olhares são garantidos, justamente para uma decisão mais robusta.

E também trago aqui aspectos de participação social ao longo desse processo. Então, todas as gravações das reuniões da Conitec estão disponíveis, assim como as pautas e atas dessas reuniões.

Quanto às demandas de avaliação... e na avaliação, a gente tem planilhas que mostram o que está sendo avaliado nesse momento e também a gente tem a Conitec em tempo real.

Então, no dia da Conitec, no momento de cada deliberação, isso vai aparecendo em tempo real. Óbvio que a reunião vai ficar na íntegra disponibilizada posteriormente, mas em tempo real isso já é colocado, a decisão principal, e também os dossiês dos demandantes que solicitam essas tecnologias também estão disponíveis. Então, tudo isso está dentro do *site* da Conitec – certo? – e qualquer um pode acessar o www.gov.br/conitec.

E o que aconteceu no âmbito das tecnologias que já foram avaliadas para a LAM? A gente teve o Sirolimo, que foi incorporado em 2020 – ele foi avaliado pela Conitec, e o Ministério da Saúde incorporou – e é justamente para tratamento dos indivíduos adultos, e a gente também teve a incorporação de um exame, que foi a dosagem desse medicamento justamente para poder ajustar a dose para que essa dose fique adequada para aquela paciente. Então essas duas tecnologias já estavam disponíveis antes no SUS para outras condições, e naquele momento, 2020 e 2021, foram incorporadas especificamente para a LAM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com tecnologias incorporadas, eu preciso orientar o uso dessas tecnologias na prática clínica. Então, agora eu trago o aspecto rapidamente das diretrizes clínicas. A gente tem toda a legislação aqui que subsidia isso, e diferentemente da tecnologia, em que qualquer membro da sociedade pode solicitar essa incorporação, para a elaboração de diretrizes clínicas – e as principais hoje do Ministério da Saúde em quantidade são os PCDTs, Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – existem três vias possíveis na solicitação dessa elaboração de diretriz – elaboração ou atualização –, seja da incorporação ou alteração ou exclusão de uma das tecnologias. Eu estou quase acabando.

A minha projeção parou para vocês? Ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Continue, está o.k.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (*Por videoconferência*.) – Bom, continuo. Então, o.k. Está bom, porque para mim sumiu.

Além da incorporação, alteração ou exclusão de tecnologia... Como a gente viu, o Sirolimo foi incorporado, então, a gente precisa de um protocolo para ele, porque foi uma exigência para poder disponibilizar isso, no sentido de componente da assistência farmacêutica. Assim, o protocolo foi elaborado.

Outra possibilidade é a demanda vir do próprio Ministério da Saúde, de uma área finalística. Por exemplo, a Coordenação – a colega Renata está aí – de Doenças Raras entende, "olha precisamos de um protocolo para essa condição". Eles podem nos demandar a elaboração de novo ou a atualização.

E a outra possibilidade é quando acontece alguma atualização baseada nas evidências. Então a gente monitora isso anualmente, inclusive acompanha o MHT dessas tecnologias, faz enquete com estados e municípios via Conass, Conasems e Conselho Nacional de Saúde, para entender o que é prioritário para ser atualizado.

Então, neste momento a gente tem publicado, desde 2021 vigente, o PCDT da LAM. Isso foi publicado pela Portaria Conjunta Saes/Sctie/MS nº 13, de 12 de agosto de 2021. Além disso, além do documento, que é uma portaria na íntegra, a gente tem divulgado no *site* da Conitec o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PCDT resumido, que tem duas páginas e facilita essa interpretação pelos profissionais de saúde e, eventualmente, até no âmbito da atenção primária, porque é algo mais resumido, mais direto e mais palatável.

Então, aqui é meu último eslaide só para trazer que a Conitec trabalha com ciência, evidências e transparência a serviço do SUS o tempo todo. Assim, é neste sentido que a Conitec assessora o Ministério da Saúde, com esse propósito de garantir acesso às tecnologias em saúde mais eficazes, seguras e custo efetivas, justamente para promover a equidade, qualidade e sustentabilidade do Sistema Único de Saúde.

Eu permaneço à disposição para eventuais perguntas e deixo aqui o *site* da Conitec para qualquer dúvida, qualquer contato e agradeço mais uma vez o convite. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Thais. Obrigada. Sua participação foi brilhante.

Nós vamos devolver a palavra aos expositores, por entre três e cinco minutos, para agradecimentos, considerações finais ou uma interação entre um expositor e o outro.

Mas antes disso quero registrar a presença, está conosco em plenário: Cibele Cristina Albergaria de Magalhães, da Ortodontia Pediátrica Brasil, de Brasília. Aí eu quero aproveitar e mostrar o livro dela, olha só: é um livro de uma dentista, aqui o texto narra a história de Júlia, uma dentista que deseja ensinar a criança sobre a importância da saúde bucal. Mas eu sou educadora infantil, eu sou contadora de história, a primeira coisa que eu olhei e pensei: "Mas passarinho não tem dente. Como é que ela aborda a história com um passarinho?". Gente, está lindo isso aqui. E a ilustração, inclusive, está muito, muito linda. Parabéns, Doutora. Obrigada pelo presente. O meu está, inclusive, com dedicatória. Lindo o material, lindo. E depois vocês podem procurar na internet: *Julito e os Segredos de Sorriso Perfeito*. É maravilhoso e desafiador, porque não tem dente, como é que ele dá sorriso? Muito lindo.

Quero registrar a presença de Márcia Regina...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ah, tá! Eu acabei de saber que a Doutora também tem LAM. Cadê ela? A Doutora se levantou? Ah, ela está ali, a Doutora.

Eu quero registrar a presença de: Márcia Regina Cassiano, Administradora de Empresa da Clínica de Fisio & Terapias para Crianças, de Brasília; Carmelina Dias Bastos de Moura, da Alambra – bem-vinda, Carmelina –; Karina Garcia Nápoles, da Alambra, de Brasília – bem-vinda –; Adriana Carneiro Sampaio, Diretora do Hospital-Dia do Hospital Regional da Asa Norte (Hran), da Secretaria de Estado de Saúde do DF – bem-vinda –; Márcia Pereira Daniel Nery, Diretora Financeira do MedCenter Comercial Ltda. – bem-vinda –, de Pouso Alegre, Minas Gerais; e de Marleive Ferreira de Souza, que também tem LAM e está aqui com a gente.

Só preciso falar, Adriana, que você também é minha amiga de infância, né? Você e o Dr. Paulo. Bem-vindos.

Nós agora tivemos as exposições iniciais, nós vamos devolver a palavra... Eu já vi que algum dos nossos expositores responderam a perguntas, mas ainda tem uma pergunta aqui:

Renata, de São Paulo: "Qual o papel das associações de pacientes no financiamento de pesquisa e na pressão por políticas públicas de saúde para LAM?". Eu acho que ao longo da exposição isso foi respondido.

Oswaldo, do Rio de Janeiro: "Sugiro que seja incluído, no acompanhamento médico das mulheres, exames tipo VEF1/CVF, com especial atenção e obrigatoriedade durante a gestação". Aí, Dr. Paulo, uma sugestão.

Laura, do DF: "A atuação das associações de pacientes é indispensável tanto no suporte aos familiares quanto no apoio ao financiamento de pesquisas". Extraordinário esse comentário.

Renata, do DF: "O que pode ser feito para que mulheres de cidades pequenas tenham o mesmo atendimento das que vivem nas capitais?". Esse é o desafio, né, Renata?

Nesse sentido, nós vamos devolver a palavra, pela ordem de fala, ao Dr. Júlio, por três a cinco minutos para agradecimentos, considerações sinais ou, se quiser responder a alguma pergunta, fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu acho que o meu papel aqui principalmente é agradecer: agradecer à Senadora, agradecer a todos os membros da Comissão.

É muito interessante a gente participar de um debate desses, com todas essas opiniões, com as opiniões do Paulo, de ele lembrar que eu comentei com ele sobre o diagnóstico da Maria Clara – a gente é amigo de longa data –, com a participação do Bruno, que hoje é uma das pessoas mais importantes no campo das doenças intersticiais pulmonares, com esse ar tão jovem, né? Ele é jovem, e eu tenho um grande orgulho de ter sido professor dele...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Uau!

O SR. JÚLIO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA – ... de ter um ex-aluno – e o pai dele foi meu professor!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ah, que legal!

O SR. JÚLIO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA – Então, são coisas interessantes de a gente saber.

Bom ver também o papel da Renata, também tão jovem, com essa energia e com essa dedicação ao serviço público. Eu estava comentando aqui com ela sobre como a gente passa uma vida inteira – no meu caso, foi uma vida inteira – dedicada ao serviço público e muitas vezes a gente ainda ouve que quem está no serviço público não está fazendo nada, e sobre a dificuldade que é para se conquistar qualquer coisa no serviço público, para a gente que trabalhou, eu trabalhei a minha vida inteira em hospital público. Há essas dificuldades que a Senadora colocou de a gente conseguir viabilizar coisas pequenas, essa grande dificuldade que a gente tem de viabilizá-las.

Então, quero parabenizar todos esses aspectos.

Eu estaria chovendo no molhado para falar sobre a Alambra, que é uma associação de pacientes modelo, está servindo como um modelo para várias associações no país inteiro. A Maria Clara tem atuado até como uma consultora informal para outras sociedades, outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associações; a Maria Clara e toda a diretoria da Alambra, todas estão envolvidas com a Alambra. Então, a Alambra tem realmente tido um papel fantástico nisso, e eu tenho acompanhado aí junto, muito junto. Acho que aqui só posso dar os parabéns a todos.

Eu gostei muito do título do Julito, porque, se faz referência ao Júlio (*Risos.*), como eu tenho muitos dentes, eu posso dar um sorriso bem grande para poder falar que isto aqui foi uma reunião fantástica; valeu muito a pena ter vindo aqui, como sempre.

Quero agradecer por último, novamente, à Senadora, por todo esse papel.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dr. Júlio; muito obrigada.

É possível, Dr. Júlio, a gente falar de uma doença tão grave, que traz tanto sofrimento, com a leveza que a gente trouxe aqui para a mesa. E obrigada por ter elogiado a Renata, porque ela já teve audiências públicas comigo muito tensas, de estar sentada aqui e ter uma família no plenário para a qual o remédio não chegou a tempo. A gente sabe que eles precisam personificar um culpado e, na grande maioria, é a Renata a culpada, ela que é a coordenadora.

A gente sabe quão desafiador é lidar com o tema das doenças raras. Eu tive uma coordenação dessas quando Ministra dos Direitos Humanos, e como era doloroso! Alimenta-se uma expectativa no servidor e se personificam o sucesso e as derrotas no servidor.

A Renata não se omite de vir para o debate, e isso tem sido muito, muito positivo para nós. Parabéns, Renata.

Maria Clara, seus três, cinco minutos para agradecimentos, considerações finais.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Então, eu tenho... (*Fora do microfone.*)

Ah, apareceu a luzinha verde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho agradecimentos a fazer à Renata, como o Júlio falou, pelo trabalho fantástico e necessário que vem fazendo, pela sua generosidade de estar aqui hoje com a gente, falando sobre esse trabalho e nos ouvindo, ouvindo as nossas demandas.

Quero agradecer aos médicos que vieram aqui hoje compor esta mesa, porque é uma maneira de eles prestigiarem – como vêm prestigiando desde o início – toda a trajetória da Alambra, todas as ações da Alambra.

É difícil para o Bruno sair de São Paulo de manhã cedinho, chegar aqui e ainda voltar no mesmo dia, né? Então, como o Júlio falou, é um dos grandes nomes, se não o principal nome das doenças intersticiais no Brasil e, às vezes, a gente não tem dimensão da importância dele diante de tanta generosidade também. Acho que generosidade é uma palavra que percorre essa mesa, né? E também do Dr. Paulo, de estar sempre atendendo as pacientes de LAM, sempre que a gente pede. E a Angela é a nossa intermediária, ela faz essa ponte das pacientes com o Dr. Paulo. Então, é fantástica essa sua disponibilidade.

Mais uma vez, a Senadora e também a Dra. Thais, a quem eu tenho uma pergunta que eu gostaria que ela respondesse no final, mas porque eu tenho algumas outras considerações a fazer sobre a Alambra. A minha pergunta à Dra. Thais, para ela ir vendo alguma coisa que ela possa nos retornar, é sobre a portaria que instituiu a dosagem sérica do sirolimo. A Alambra, os centros de tratamento da Alambra, da LAM, estão tendo um grande problema na aplicação desse exame, né? A paciente tem o direito, usa o sirolimo, mas ela está tendo dificuldade em muitos estados. Fiz um levantamento nos grupos de médicos que trabalham nos centros e muitos deles não estão conseguindo fazer essa dosagem sérica do sirolimo. Então, o que a gente, a Conitec e talvez outros órgãos podem fazer para que essa portaria realmente, de fato, não fique só no papel, que ela entre em vigor, né? Isso é de fundamental importância para o tratamento das pacientes.

Eu vou respondendo em termos gerais questionamentos feitos pela Renata, do Distrito Federal, pela Maria, do Rio de Janeiro, pela Elaine, de São Paulo, pela Bianca, de São Paulo, e pelo Isaque, do Distrito Federal. Eu queria falar, então, em termos gerais sobre essas questões postas por eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando sobre a Alambra, incitando as pacientes que estão nos ouvindo e os médicos que estão nos centros de tratamento que façam com que seus pacientes, suas pacientes se cadastrem na Alambra. O cadastramento das pacientes, o cadastro que a gente tem através do nosso *site* é de fundamental importância para que a Alambra possa instituir, continuar instituindo as suas ações de curto prazo, de médio prazo e de longo prazo. Então, é através do conhecimento que a gente adquire dos pacientes, das pacientes, através dessas informações que são prestadas, que a gente pode determinar e escolher onde vamos colocar os centros que já temos e que vamos ampliar agora, a partir do ano que vem, para tratamento da LAM.

Então, hoje, nós temos no Brasil, com a ajuda do HC, como eu já falei, 16 centros para tratamento da LAM, envolvendo centros grandes, centros que a gente chama centros para tratamento da LAM e centros satélite, descentralizando esse tratamento que estava em São Paulo congestionando o HC. Então, nós espalhamos esses centros por várias capitais e por várias cidades do interior do Brasil. Nós fizemos essa ação importante e essa ação, para que a gente possa fazer isso, a gente precisa também de um processo de educação médica. Então, a Alambra faz, de dois em dois anos, cursos para educação sobre linfangioleiomiomatose.

Este ano, nós estamos oferecendo a dez médicos, indicados por médicos e por pacientes, um novo curso para que a gente possa ampliar para outras capitais do Brasil – principalmente para capitais do Norte e do Nordeste – esses centros. Então, isso é muito importante. E é muito importante que a gente conte com essa ajuda, com esse apoio parlamentar para a gente conseguir, então, instituir essas políticas públicas, essas audiências são extremamente importantes.

E como que a gente pode financiar projetos de pesquisa, pesquisas sobre a LAM? A gente não pode, a gente não tem dinheiro, a gente é uma associação pobre. Então, a gente conclama também a quem estiver nos ouvindo que doe, que faça sua doação para a Alambra. A gente tem no nosso *site* um lugarzinho em que, através de um simples clique, pode fazer uma doação mensal ou pontual para a nossa associação para que a gente possa continuar instituindo esses centros, ajudando pacientes dispersos pelo Brasil inteiro.

E uma coisa importante que talvez valha a pena mencionar aqui é o fato de que, como o Júlio falou, a gente presta uma assessoria muito grande a outras associações do Brasil e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exterior. Recentemente, eu fiz uma consultoria para que um centro de tratamento, uma clínica de LAM, uma associação de pacientes da Dinamarca pudesse se organizar. E, fundamentalmente, o que eu queria dizer é que a Alambra tem uma voz muito importante dentro da principal fundação de linfangioleiomiomatose do mundo, que é a LAM Foundation. A LAM Foundation é uma associação, a primeira de todo o mundo que financia pesquisas sobre a linfangioleiomiomatose. Tem assento no conselho consultivo da Alambra o Dr. Bruno, como médico, e recentemente eu fui escolhida como uma paciente para ter voz dentro de um comitê que vai escolher (*Palmas.*)... vejam a importância de uma associação de pacientes, que vai escolher os projetos de pesquisa que vão ser financiados pela LAM Foundation. É uma instituição, uma fundação muito rica, muito poderosa que estabeleceu um comitê de pacientes composto por três pacientes, duas pacientes dos Estados Unidos e uma dos outros países. Esta uma sou eu, do Brasil, que vou ter voz para poder escolher – em nosso nome, em nome de nós pacientes do Brasil, de muitas pacientes que não estão representadas ali, que não são dos Estados Unidos – projetos que vão beneficiar fundamentalmente a nossa saúde. É uma associação de pacientes forte, porque tem essa visibilidade, tem essa voz, mas não funciona sem o apoio de todo mundo, de todas as pacientes, de políticos, de funcionários dedicados, de médicos dedicados, como a gente tem.

Agradeço a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Doutora...

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – E a Dra. Thais vai me dar a resposta?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Na hora que eu passar a palavra para ela, ela lhe responde.

Eu registro ainda a presença de Cinthia Pereira Alves Nunes, da Alambra de Valparaíso de Goiás; Emanuel Soares da Silva, candidato a Deputado Distrital, aqui em Taguatinga – eu até vi o Emanuel lá atrás –; e Vitor Hugo da Silva, Assessor da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde do Ministério da Saúde, de Brasília/DF. Obrigada por estarem conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora...

Dr. Paulo Feitosa. Quando o senhor disse que a Alambra tem um *plus*, eu acho que ficou bem claro na fala da Dra. Maria Clara agora.

Dra. Maria Clara, quantos anos tem a Alambra?

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – A Alambra foi fundada em 2004. Ela já fez 20 anos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Olhem quanta coisa feita em 20 anos!

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Ela faz 22 anos no dia 23 de dezembro agora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Parabéns, Doutora, parabéns!

Dr. Paulo Feitosa, seus três, cinco minutos para agradecimentos, considerações finais.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA (Para expor.) – O primeiro agradecimento é à Senadora, gratidão pelo empenho, pela forma com que ela vem abordando tudo que a gente solicita. Uma vez, eu saí do gabinete da Senadora e fui olhar no Google para ver se ela tinha alguma formação em saúde, porque ela teve uma conversa extremamente técnica e eu falei: "Onde é que ela está estudando isso?". (*Risos.*) É importante a gente debater com quem conhece, quem sabe dos problemas, quem tem interesse também em resolvê-los.

Eu acho que a Renata tem um papel importante nisso que ela faz no Ministério da Saúde. E aí, Renata, a gente tem que sensibilizar um pouquinho mais a Conitec. Nas doenças raras, as evidências não são fáceis, é difícil se fazer evidência em doença rara. Esse olhar com sensibilidade é um olhar diferente. E a gente precisa avançar, porque eu sei que o dinheiro é finito, eu tenho muita noção de que o dinheiro é finito, agora eu também sei que a dor de quem sofre é infinita. E a gente também precisa pensar nisso. Olhar para assistência à doença rara é, acima de tudo, ter sensibilidade. E essa sensibilidade também precisa ser técnica. Então, eu acho que a Conitec precisa ter uma ideia... É fácil você ter evidência com coisas de muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevalência e difícil você ter evidências com doenças que têm dificuldade de você... Mas elas precisam ser assistidas também. E a gente precisa dessa sensibilidade. E acho que o papel de vocês é um papel importante. Eu já disse à Senadora que vou bater à sua porta quando a gente precisar pressionar a Conitec, porque, infelizmente, a gente tem que fazer isso. E não é fácil, é um trabalho difícil. Cada aprovação dessa é um trabalho de muita gente fazendo...

Daí a grande importância das associações. E a Alambra é o grande exemplo. Durante esta reunião aqui, eu sei que a Alambra... A gente fica de pires na mão pedindo, pedindo, pedindo, pedindo, mas me bateu uma ideia de como a Alambra pode buscar recursos. Tenho certeza de que bateu uma ideia na Senadora também. (*Risos.*) É muito mais fácil, é muito mais fácil. E o trabalho que a Alambra faz é fantástico e pode ter uma repercussão imensa em cima da doença, porque pode ajudar o paciente de várias formas. Então, vamos ver se no almoço de hoje a gente vai conseguir...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Tem almoço, é?

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – Tem um almoço...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ah! Eu não fui convidada. (*Risos.*)

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – A audiência não acabou ainda!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Ó Brasil, eu não fui convidada para o almoço, Brasil! (*Risos.*)

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – Tem uma coisa que eu vou cobrar também – viu, Angela? –: depois a gente vai dar uma camisa à Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Também acho! A Renata também quer uma camisa.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – Isso, vamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – Opa! Vamos... Isso é importante.

E, mais uma vez, obrigado, obrigado às "LAMmigas". Vocês são a força de trabalho... Como eu disse, Deus deu a LAM, mas deu beleza e inteligência a vocês.

E, Senadora, continue com esse trabalho, porque para quem precisa isso faz uma diferença fantástica.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dr. Paulo, obrigada.

Dr. Paulo, o senhor falou da Conitec, e nós estamos com muita delicadeza, porque a Thais está presente, mas eu não morro de amores pela Conitec. (*Risos.*)

Nunca amei a Conitec. Pelo contrário, às vezes eu tenho pesadelos com a Conitec, mas a Thais está aqui, fez parte dela, a culpa não é dela e ela tem uma pergunta para responder depois.

Eu quero ouvir agora, mais uma vez, com muito respeito e admiração, Dr. Bruno Guedes Baldi, Especialista em Pneumologia com Atuação em Doenças Raras e Críticas Pulmonares para Abordagem Clínica e Científica.

Doutor, que alegria tê-lo nesta audiência. Depois que a gente ouviu o seu professor ter falado de você do jeito que ele falou e que ele foi aluno do seu pai, é muito linda essa conexão. Obrigada, porque eu sei como que é uma agenda de um médico como a do Dr. Júlio, como a do senhor, como a do Dr. Paulo. Deixar tudo para vir aqui a uma audiência, se organizar... Eu só tenho que agradecê-lo, Doutor, por estar conosco.

Você tem de três a cinco minutos para agradecimentos ou alguma resposta ou alguma pergunta.

O SR. BRUNO GUEDES BALDI (Para expor.) – Não, eu serei breve. Quero mais agradecer mesmo à Senadora. Eu acho que essa mesa aqui é fundamental, porque ela reuniu pessoas de diferentes áreas: a questão da Comissão de Doenças Raras, a Conitec, associação de pacientes, políticos, médicos, então, isso dá uma visão ampla em relação a um tipo de doença rara que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes é negligenciada no nosso país. Então, acho que esse tipo de discussão acaba sendo muito saudável no sentido também de levantar a possibilidade de haver discussões semelhantes para outras doenças raras que também são negligenciadas, né?

E dentro dessa questão que a senhora colocou, dessa ligação com a Maria Clara e com o Júlio, realmente foi uma coincidência grande. A Maria Clara sempre falava que tinha me pegado no colo, inclusive, sem entrar em detalhes em relação às idades. (*Risos.*)

Mas foi uma coincidência muito feliz.

Esse é um trabalho que tem sido feito por uma parceria das pacientes, com o Conselho Científico da Alambra, com Paulo Feitosa, outros médicos e eu, que têm participado aí de uma série de discussões ao longo dos anos, que eu acho que é fundamental. E eu reforço – eu até sugeri isso para a Sociedade Brasileira de Pneumo – que isso precisava ser um modelo para as outras doenças também, e acho que o Governo, as Comissões tinham que – não sei exatamente como isso funcionaria – apoiar as associações de pacientes. A gente tem modelos internacionais que funcionam muito bem, e a gente vê, tanto baseado nos exemplos daqui quanto nos exemplos de fora, que, de fato, as grandes conquistas em relação a uma doença acabam acontecendo quando tem uma associação de pacientes forte.

Então, acho que isto é que a gente precisa reforçar, que eu acho mais importante a gente reforçar nesse tipo de reunião: a importância do paciente. E no Congresso europeu – só a minha última palavra –, no Congresso da Associação Europeia, que vai ocorrer daqui a duas semanas, o tema deste ano vai ser paciente. Os pacientes têm participado cada vez mais das discussões, inclusive dentro dos congressos. Eles são coautores das diretrizes também, porque são realmente quem vive a doença.

Então, eu acho que a gente precisa desenvolver formas de apoiar associações de pacientes sérias como a Alambra.

Essa é a minha última fala, agradecendo novamente à senhora pela oportunidade de estar aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Dr. Bruno. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ouviremos Renata, representante da Coordenação-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Renata, a lei aprovada no Senado Federal, que passou pela Câmara, aprovada por unanimidade na Câmara e por unanimidade no Senado, tem apenas cinco artigos, sendo que o 5º é: "Esta lei entra em vigor...". Então, é uma lei curta. Essa lei precisa ser regulamentada. Então, logo o Presidente Lula sanciona – e, por favor, Lula, não vete nenhum artigo –, mas a lei fala, na diretriz geral, entre outras coisas, da implantação do sistema nacional de coleta e processamento de dados sobre casos de LAM, para aprimorar o conhecimento epidemiológico e clínico acerca da doença e dar suporte à tomada de decisões. O art. 3º fala: "O SUS propiciará às pessoas com LAM o acesso a todos os meios disponíveis para o tratamento e o controle da doença". É exatamente o que o Dr. Bruno sugeriu: bolsa transplante, como lidar com o paciente, o transporte dele.

E aí eu queria te fazer uma sugestão antes da tua fala final. Quando for o momento da regulamentação da lei, eu ia sugerir que você chamasse a Alambra para se sentar à mesa para ajudar na regulamentação da lei – o Dr. Paulo, que fica aqui em Brasília, mais pertinho, e os demais –, porque só ter uma lei no papel não vai funcionar. Nós temos que regulamentar. E aí, com certeza, será a sua coordenação a responsável pela regulamentação.

O projeto de lei aprovado, gente, é 5.238, de 2025, que logo vai ter o número de uma lei federal.

Renata, três a cinco minutos para a sua fala final.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA (Para expor.) – Obrigada. Obrigada pelo convite.

Com relação à lei, a gente vai se debruçar sobre ela.

Com relação ao sistema de coleta de dados e de registro, a gente já está trabalhando nisso na Rede Nacional de Doenças Raras, para a gente criar um registro nacional de doenças raras. A gente está trabalhando nisso, porque não tem como a gente falar de políticas públicas se a gente não tiver dados. Então, a gente precisa de dados e a gente tem essa dificuldade quando a gente fala de doenças raras, então isso a gente já vem trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao art. 4º, se não me engano, ou o 3º, que fala do tratamento, aí a gente faz o *link* aqui com a Thais, com a importância da Conitec, porque o PCDT vem para isso. E aqui a gente está numa condição diferente de outras audiências públicas de que eu já participei com a Senadora, porque tem doenças para as quais a gente não tem PCDT ainda, e aqui a gente já está um passo à frente, porque a gente tem um PCDT. O que a gente precisa é organizar essa rede.

Com relação à pergunta da Maria Clara... Na verdade nem é para Thais, é para mim. Não é para Thais, porque, depois que está publicado, a disponibilização é pela secretaria que é responsável pela política. E, no caso, é a Secretaria de Atenção Especializada, em que eu estou inserida. E aí é o que eu falo da importância da participação nesses eventos e da comunicação. A gente vai fazer o levantamento, tá? Vou ver o que está acontecendo. A gente faz monitoramento dos serviços de referência, a gente tem encontros periódicos com os responsáveis pelos serviços de referência de raras. E a gente vai fazer o levantamento para ver o que está acontecendo com a dosagem do exame.

Eu não sabia disso. É uma informação importante para a gente saber o que está acontecendo na ponta, quais dificuldades os pacientes estão enfrentando.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – A gente sabe, a Alambra sabe, porque ela tem um grupo do WhatsApp – tem mais de 200 pacientes que compõem esse grupo – e a gente recebe essas informações via pacientes.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Ótimo.

Pode mandar isso para a gente por *e-mail*.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA – Está ótimo.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Pode mandar no *e-mail* da coordenação qualquer dificuldade que tenha, para a gente poder saber o que está acontecendo, porque, se a informação não chega para a gente, a gente acha que está tudo bem.

É cgraras@saude.gov.br, tá? Pode mandar lá para a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – Renata, não é difícil. São duas coisas que a gente precisa: um exame, que é diagnóstico, e ele é importante; e um outro para acompanhamento do tratamento.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Do tratamento é do monitoramento? Tá.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – Tem coisas muito mais complexas que vocês implantaram...

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Tem.

O SR. PAULO HENRIQUE FEITOSA – ... e para essas duas coisas não tem dificuldade.

A SRA. RENATA DE PAULA FARIA ROCHA – Sim, a gente vai ver o que está acontecendo. Pode deixar que eu vou procurar.

Só queria acrescentar aqui: não sei dizer prazos nem datas com relação a isso, mas a gente tem editais do Ministério da Saúde de apoio à pesquisa – teve alguém que perguntou. Então, é ficar atento aos editais para pesquisa.

E, só para deixar a deixa para a Thais, a gente sabe que, quando a gente fala da Conitec, da questão de doenças raras, a gente tem não só a questão das evidências científicas, de não ter evidências científicas muito robustas, mas a gente tem a questão do alto custo das tecnologias também. E aí, acho que, no mês passado – Thais, corrija-me se eu estiver falando errado –, em julho, a gente teve a publicação, no *Diário Oficial*, da criação de um comitê de negociação de preços.

Eu acho que isso foi um ganho, principalmente em raras... Não é só para doenças raras, mas é para qualquer situação que precise de negociação com a Conitec. Eu acho que para raras isso foi muito importante, considerando o alto custo das tecnologias que a gente tem. Então, a gente pode ter avanços importantes na incorporação de tecnologias que envolvam essas situações, até de evidências que não sejam... em que a gente não tenha uma população muito grande, mas a gente pode ter um acordo de compartilhamento de risco, o que for necessário para que a gente consiga incorporar novas tecnologias dentro de doenças raras. Então, acho que isso foi um ganho importante que a gente teve agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, gente. Obrigada e até a próxima, né, Senadora? (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Renata.

Eu estou me sentindo tão feliz de ter feito esta ponte aqui! O senhor não estava na mesa, Dr. Júlio, quando eu disse a ela que a lei vai ter que ser regulamentada. Sugeri a ela que a Alambra participasse das sugestões de regulamentação da lei e o senhor, que fica aqui tão pertinho, o diálogo... Basta só ligar ali para o Hran e ele vai correndo lá falar contigo.

Thais, a Renata te tirou da berlinda! (*Risos.*)

E quão dolorosa é a sua missão, Thais... O problema não é você, o problema é a Conitec. A gente lhe agradece muito por ter estado na audiência com a gente.

Seus três a cinco minutos, Thais, para considerações finais e agradecimentos.

A SRA. THAIS PIAZZA DE MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada mais uma vez.

Eu ia responder justamente à pergunta da Sra. Maria Clara. A Renata acabou me ajudando, mas eu acho que em muitos momentos se confunde um pouco até onde vai o papel da Conitec e até onde vai o papel da rede que tem que regular isso e tem que dispor disso. Então, sim, ouvir essas questões é bem importante; acho que isso já foi endereçado.

Algo que é interessante também estar claro é que a atribuição da Conitec está relacionada estritamente à incorporação de tecnologias – exclusão, alteração – e ao âmbito das diretrizes clínicas. E por que eu estou trazendo isso?

Diretriz clínica auxilia na tomada de decisão do clínico lá na ponta, na execução do cuidado. Agora, rede assistencial já foge totalmente da responsabilidade da Conitec. Qual é o centro de especialidade, como é o caminho, a navegação desse paciente... Isso não é a responsabilidade da Conitec por lei. Então, aí tem toda a questão assistencial que tem que ser vista. Óbvio, o Ministério da Saúde tem que ver, mas é em outros setores do Ministério da Saúde que isso precisa ser visualizado – por exemplo, um caminho são as linhas de cuidado. Também são outros documentos que auxiliam para que as diretrizes clínicas sejam executadas na prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente costuma dizer que são documentos que ajudam muito, e essa poderia ser uma das estratégias.

Com relação à colocação do Dr. Paulo sobre a limitação das evidências de doenças raras, sim, a gente não espera que existam ensaios clínicos randomizados, duplo-cego, enfim, termos muito técnicos para falar de estudos extremamente robustos, com um número grande de pacientes para essas doenças. O que a Conitec busca são as melhores evidências que existam, sejam de estudos observacionais, com um número pequeno de pacientes, porque é o que existe... Além disso, busca contato e opinião de especialistas e também de pacientes.

E aí eu puxo o gancho para uma fala do Dr. Bruno, e eu aproveito para fazer uma divulgação, até convidando a associação de pacientes que está aqui presente e qualquer outra que esteja nos ouvindo: a gente tem no *site* da Conitec um cadastro para associações de pacientes, e é importante que esse cadastro seja feito. Para quê? No momento em que um protocolo clínico venha a ser atualizado, o Ministério da Saúde vai lá, consulta quais são as associações que estão cadastradas e faz o convite para participarem desse processo. Então, é importante... E eu não sei se é do conhecimento de todos que também as diretrizes clínicas do Ministério da Saúde contam com a participação de pacientes. Esse cadastro das associações é fundamental. Então, também fica aí o convite para esse cadastro.

Eu não sei se eu trouxe tudo, mas, enfim, eu espero que esta visão de que a Conitec não está nos ajudando... Enfim, a gente precisa também entender o quão difícil é lidar com tecnologias cada vez mais caras. Muito bem colocado pela colega Renata, a Portaria 12.011, que foi publicada agora, em julho deste ano, trouxe essa questão, mas a gente ainda tem regulamentação que vai ser detalhada sobre esse Comitê de Negociação de Preços, muito no sentido de trazer a prática disso. E é para condições muito específicas. Então, tem a negociação do preço e tem outras questões que também vão ser detalhadas para casos mais específicos ainda, eventualmente até sigilo de preço, mas são para questões muito específicas, produtos que não têm concorrência... Enfim, tem outras questões. E tudo isso vai ser regulamentado nos próximos meses.

Acho que era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Obrigada, Thais. Obrigada pela sua participação, pelos esclarecimentos.

E nós chegamos ao final de nossa audiência.

Todas as audiências que eu realizo não se tornam apenas um debate, perguntas e respostas, elas também têm encaminhamentos. E, neste momento, a Maria Clara tem um encaminhamento. Ela vai fazer uma entrega de pedidos para a Comissão.

Maria Clara, eu lhe devolvo a palavra para fazer a parte dos encaminhamentos.

A SRA. MARIA CLARA CASTELLÕES DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Nós temos aqui, ao final desta audiência, uma série de proposições que a gente gostaria de entregar tanto à senhora quanto ao Senador Alan Rick, para que vocês possam avaliar a melhor forma de encaminhá-las no Senado Federal.

Então, a gente tem projetos de lei, indicações, requerimentos que nasceram dessas necessidades e dos desafios que a gente apresentou nesta audiência e que buscam contribuir para o avanço das políticas públicas voltadas para os pacientes com LAM e demais doenças pulmonares raras. A gente tem sugestões sobre a bolsa transplante, sobre a reabilitação pulmonar, sobre as políticas públicas, como a política nacional de atenção a doenças pulmonares raras.

Então, vou passar para a senhora as sugestões que a gente tem para a senhora avaliar e vou entregar à Angela, que está representando aqui o gabinete do Senador Alan Rick, as proposições que a gente tem para o Senador. E a gente gostaria de continuar contando com o apoio da senhora, para que essas propostas possam avançar e se transformar em leis, em medidas concretas – talvez, leis –, que vão beneficiar não só os pacientes de LAM, mas os pacientes de doenças raras em geral, os pacientes de doenças pulmonares raras.

E a gente agradece, mais uma vez, pelo apoio, pela parceria, pelo compromisso de todos também. Então, Renata e Thais, que estiveram presentes, muito nos honra, muito nos envaidece contar com presença de autoridades tão importantes em suas respectivas áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem certeza de que esta audiência é mais um passo importante para dar visibilidade às nossas demandas e buscar soluções efetivas para os pacientes.

Antes, então, de eu terminar, eu gostaria de passar à Angela a função de entregar, em nosso nome, em nome da Alambra e de todos nós, uma homenagem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Que coisa boa! E tem almoço também, né? (*Risos.*)

(Procede-se à entrega da homenagem à Senadora Damares Alves.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF) – Angela, obrigada.

Olha aqui, gente. (*Palmas.*)

Obrigada, gente, pelo carinho. Obrigada.

TV Senado, eu vou deixar aqui; TV Senado, filma aqui a minha homenagem.

Eles trouxeram a proposta, gente, já em formato de minuta de projeto de lei e já com meu nome lá embaixo, para eu assinar como autora. (*Risos.*)

Obrigada.

E também tem... Eles dividiram: eu ser autora de alguns projetos, e o Senador Alan Rick ser autor de outros. Aí eu vou combinar com ele: daquele de que eu for autora ele vai ser Relator, daquele de que ele for autor eu serei Relatora.

Nós vamos encaminhar isso para a consultoria jurídica e, sendo possível, a gente já apresenta imediatamente, e a gente termina a audiência com encaminhamentos bem claros, bem precisos.

Eu quero agradecer a presença de todos, de todas as pacientes, das minhas "LAMigas" – você sabia que eram "LAMigas"? "LAMigas", né? Minhas "LAMigas" –, de todos que participaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi uma honra presidir esta audiência e incentivar a sociedade civil a se organizar. Tudo isso aqui, Renata, é porque elas se organizaram. E trouxeram a academia, trouxeram os cientistas para o debate. Então, eu quero motivar as pessoas da sociedade a fazer isso.

Aí, eu quero fazer um destaque. Sabe aquela moça que está de pé, de blusa laranja, ali? Ela se chama Cintia Aquino. A Cintia Aquino é minha assessora. Foi assessora quando eu fui Ministra e está no meu gabinete agora. Nós duas fomos diagnosticadas com câncer muito próximo uma da outra. Quando ela me contou a história dela, eu chorei, chorei e chorei. Ela foi para o hospital fazer cirurgia, e a gente cuidando. Dias depois, eu também fui diagnosticada. Aí ela chorou, chorou e chorou. Cintia está bem; eu também estou bem, eu me sinto curada. O tratamento dela é um pouco mais complexo que o meu. Estava no hospital até ontem, né? Ela vai para o hospital, volta e está aqui, hoje, sentada. E a Cintia criou um movimento. Quando ela descobriu que os Parlamentares podiam mandar dinheiro direto para tratamento de câncer e prevenção, ela criou um movimento – eu não tenho nada a ver com isso, os colegas que fiquem bravos com ela – chamado Carimbo pela Vida. Então, ela vai na emenda do Parlamentar e descobre quem mandou o dinheiro para o câncer, e ela coloca no movimento: "Esse carimbou pela vida, esse carimbou pela vida". E está crescendo o movimento dela. Parlamentares, se seu nome não está lá, a culpa é dela, não é minha. (*Risos.*)

Ela faz esse diagnóstico de qual é o Parlamentar comprometido com a prevenção e o tratamento. Portanto, movimentos destes da sociedade têm um valor muito grande.

Cintia, é bom te ver aqui. Estava preocupada com você, já ia ligar para você, perguntar se está tudo bem. Não só está bem, como saiu do hospital e participou da audiência.

A todos que estiveram aqui, obrigada. Eu acho que nós nos damos por satisfeitos, com todos os objetivos da audiência pública alcançados.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dez minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Eduardo Girão, reúne-se a Subcomissão Permanente dos povos indígenas Yanomami com a presença dos Senadores Roberta Acioly, Marcio Bittar, Flávio Arns, Jaime Bagattoli e Eduardo Braga, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim e Paulo Paim, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Instalação e Eleição, atendendo ao requerimento REQ 87/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Instalação e eleição do Presidente da Subcomissão Permanente com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami. Resultado: Eleita, por aclamação, a Senadora Damares Alves para Presidente da CDHYANOM. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Plano de Trabalho - SF260945900910 que: "Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente Yanomami" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o plano de trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Subcomissão Permanente dos povos indígenas Yanomami

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/05/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª legislatura.

A presente reunião tem como finalidade a instalação dos trabalhos e eleição da Presidência desta Subcomissão, mas, antes de instalar, o Senador Girão pediu a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu quero desejar um bom-dia para senhora e um bom-dia a todos que aqui estão nesta Comissão.

Quero dizer que a educação brasileira está de luto.

Ontem, nós tivemos um fato muito triste: é mais um, ele não é o primeiro. E se não tomarmos as medidas cabíveis não será o último, infelizmente, de uma tragédia numa escola, a partir de uma criança de 13 anos, em posse de uma arma de fogo, que acabou vitimando duas professoras, ferindo outra e um aluno.

Eu quero dizer, Presidente, que eu estou aqui hoje, no Senado Federal, servindo ao povo do Ceará, aos brasileiros, justamente a partir de uma tragédia dessa que me despertou para vir aqui e lutar pelo controle de armas. A gente precisa ter muito cuidado com relação a isso.

No ano de 2018, ano da eleição presidencial, em fevereiro, dia 14, dia dos namorados lá nos Estados Unidos, meus três filhos estavam numa escola e eu vivenciei isso tudo junto com eles, porque na sala da minha filha do meio entrou um aluno também com arma e matou ali 17 pessoas de uma vez só. Foi uma carnificina o que aconteceu em Parkland. E a minha filha viu tudo, estava lá, presenciou o professor dela sendo morto em sala de aula, as coleguinhas delas sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assassinadas e naquele momento que a gente iria passar uma temporada nos Estados Unidos, eu resolvi ali, por gratidão a Deus por minha filha ter tido esse livramento, eu fiz ali um pacto com Deus de que o primeiro convite que eu tivesse para política, a partir daquele momento... porque eu já tinha tido vários, sempre recusados, mas o primeiro convite que eu tivesse eu iria aceitar, porque eu sabia que o Brasil ia estar discutindo esse assunto, que isso ia chegar no Brasil, e chegou. Nós tivemos o caso de Santa Catarina, também outra chacina. Nós não podemos banalizar e achar isso normal.

Então, temos várias medidas aqui na Casa, no Senado e no Congresso Nacional, como prevenção, mas a gente precisa muito se conscientizar com relação a um controle efetivo de armas de fogo. Infelizmente, arma não é a solução, eu até respeito que se tenha em casa, que se tenha no comércio para defender, passando por aqueles exames psicológicos, a arma guardada no lugar onde criança não chegue, desarmada, para apenas no momento emergencial ser utilizada, mas jamais que as pessoas possam andar nas ruas, umas contra as outras com armas, porque aí é a volta à barbárie, aí é a volta à Idade Média, é cada um por si, e isso não é um processo civilizatório que a gente quer para o Brasil.

Então, a minha solidariedade total à população de Rio Branco, às vítimas, especialmente dessa tragédia que aconteceu. Que fique mais uma lição para que a gente evite com ações, com medidas, com conscientização, com controle de armas para que não ocorra mais esse tipo de coisa no nosso Brasil.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, ontem eu vi o depoimento emocionante da Governadora Mailza, nossa antiga colega aqui, mulher incrível, minha amiga, quero muito bem à Mailza, da minha igreja, somos amigas há muito tempo, e vi também o depoimento do Senador Marcio Bittar, parece-me que é a escola onde ele estudou também. É a escola em que ele estudou, está aqui o assessor dele.

Então, assim, o estado está, Presidente, em grande tristeza. Mas eu quero lembrar a vocês que a gente teve Realengo, no Brasil. Lembra de Realengo? Em 2010, 2009. Nós tivemos Aracruz, no Espírito Santo. Eu estive em Realengo, eu fiz um trabalho com os Anjos de Realengo, que são os familiares. Suzano, também estive em Suzano, fui ver de perto. Saudades, Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembra a creche em Santa Catarina? E foi muito triste eu ir àquela creche, à cidade. Fomos eu e a ex-Primeira-Dama Michelle. Nós fomos lá abraçar a cidade e ver os pais que perderam os bebês. E encontramos uma criança sobrevivente, que foi cortada também.

Eu quero lembrar também, Presidente, de Janaúba. Daquele porteiro da creche que incendiou a creche. Lembra-se da história? A história foi... Quem foi presencialmente em Janaúba foi o Senador Magno Malta. E agora a gente tem o Acre, mas existem outros episódios no Brasil. E o agressor de ontem, Presidente, tinha só 13 anos de idade; acesso à arma do padrasto. Nós havíamos conversado, eu e o Senador Girão, que quem está de luto hoje é o Estado do Acre, é a educação brasileira.

Eu queria propor, Senador Girão, como o senhor tinha conversado comigo, de a gente fazer um minuto de silêncio pelas famílias do Acre, as famílias que perderam essas duas valorosas trabalhadoras da educação. Eu queria convidar a todos que, em posição de reverência, a gente fizesse um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. (*Pausa.*)

Eu devo passar a Presidência ao Girão ou não? Posso ir direto? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Continuando a nossa reunião, essa aqui é a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Comissão de Direitos Humanos com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami. E esta reunião hoje é para a instalação dos trabalhos e a eleição da Presidência.

O plano de trabalho, inclusive, a gente já publicou, mas precisamos eleger a Presidência da Subcomissão permanente. Gente, é uma Subcomissão Permanente. Mesmo eu deixando de ser Presidente, essa Subcomissão continua acompanhando. O Brasil precisa dar uma resposta para o povo ianomâmi. E a gente, hoje, tem que eleger a Presidência da Subcomissão.

A indicação para o cargo de Presidente, até o presente momento, é da Senadora Damares Alves. Eu consulto os Parlamentares se haveria outra indicação para o preenchimento do cargo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou se todos concordam que a ilustre Senadora Damares Alves, que é apaixonada pelo povo ianomâmi, seja Presidente desta Subcomissão. (*Pausa.*)

Considerando a indicação de chapa única e havendo concordância de V. Exas., gostaria de propor que a eleição ocorra por aclamação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aqueles que aprovam... (*Pausa.*)

Senador Flavio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Está me escutando, Senadora Damares?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, sim!

Não, eu só queria aproveitar a oportunidade para cumprimentar V. Exa. Nada mais justo do que essa aclamação acontecer, por sua trajetória de vida a favor de crianças, de adolescentes, dos povos indígenas, e, particularmente, na situação dos ianomâmis. Então, eu diria que é um trabalho extremamente importante.

Quero colaborar com a Senadora Damares, com V. Exa., no que estiver ao meu alcance, e creio que todos os Senadores e Senadoras farão isso, independentemente de coloração partidária, porque é um desafio que o povo enfrenta, mas que o Brasil, como nação, tem que enfrentar também de uma maneira muito correta, adequada, positiva, para que haja, assim, o encaminhamento para o futuro daquilo que é necessário para o povo e junto, obviamente, com o próprio povo.

Estamos nos colocando à disposição dos povos indígenas, dos povos ianomâmis, para que a gente possa trabalhar, escutar e agir em conjunto, para a elaboração de políticas adequadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o bem-estar, para o desenvolvimento, para a humanidade, para a economia, enfim, o que for necessário.

Mas eu quero destacar, Senadora Damares, que a aclamação da sua pessoa para a Presidência é algo muito importante. Significa essa unanimidade em relação ao esforço que vem sendo feito por V. Exa. no decorrer da vida.

Então, assim, não há o voto, porque há uma aclamação, mas eu quero externar o meu ponto de vista para dizer: vamos juntos em frente; nós, todos os Senadores e Senadoras, e a comunidade, de uma maneira geral.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Flávio Arns, vindo esse reconhecimento do senhor, isso me deixa muito feliz – muito feliz.

Neste instante, eu passo a Presidência da reunião para o Senador Girão, para que proceda à eleição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Antes, Presidente, eu queria só cumprimentar o Senador Flávio Arns. Inclusive, eu estive no estado dele, no Paraná, esse final de semana, e tive a oportunidade de visitar uma instituição que cuida de crianças, da Guarda Mirim lá de Ponta Grossa, que é um trabalho, assim, fantástico, reconhecido há décadas, e fiquei encantado com o apoio com que o Senador Flávio Arns ajuda a dar àquela instituição, porque são centenas de crianças que recebem princípios e valores – estavam muito felizes lá.

Parabéns, Senador Flávio Arns, por apoiar a educação.

Eu sei que o senhor é um dos maiores apoiadores da Apae que existem no Brasil, da fundação Pestalozzi, e isso é realmente se importar com as pessoas especiais.

Parabéns pelo seu trabalho.

Olha, nós vamos agora dar sequência aqui à questão da eleição da Presidência da Subcomissão Yanomami, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqueles que aprovam a eleição da Senadora Damares Alves para a Presidência desta Subcomissão Yanomami permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eleita a Senadora Damares Alves para a Presidência desta Subcomissão.

Parabéns, Senadora Damares!

Eu convido a Presidente para assumir esse posto importante, a Presidência desta Comissão, e fazer uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente Girão.

É uma alegria e é um dia histórico.

Desde o início da minha Presidência na Comissão de Direitos Humanos, nós temos manifestado uma preocupação muito grande com o povo ianomâmi.

E eu até propus um plano de trabalho, que eu já divulguei. Sendo eleita ou não, eu ia insistir para que esse plano de trabalho fosse cumprido. Ele está publicado.

Eu não vou ler o plano – que já está devidamente publicado –, mas informo que nós teremos diligência na área ianomâmi. E nós teremos, além de diligência de Senadores, visitas técnicas dos técnicos da Comissão.

Como o plano está publicado, eu coloco em discussão a aprovação do plano de trabalho.

Isso não quer dizer que ele é estático e que não possa ter alteração. Se depois precisarmos de alterar alguma atividade, ou a rota, ou a data, ou o cronograma, ou a diretriz, a metodologia de como vamos trabalhar, a gente pode adequar.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, assim, declaro encerrada a reunião de instalação e eleição do Presidente da Subcomissão Permanente com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

Obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinquenta e um minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Subcomissão Permanente dos povos indígenas Yanomami com a presença dos Senadores Roberta Acioly, Marcio Bittar, Flávio Arns e Jaime Bagattoli, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Relatório Legislativo - SF266035378135 que: "Relatório Subcomissão Permanente dos Povos Indígenas Yanomami - Diligência Externa a Boa Vista - Roraima (28 e 29 de maio de 2026)" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Subcomissão aprova o relatório. ITEM 2 - Requerimento da Subcomissão Permanente dos povos indígenas Yanomami n° 1, de 2026 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência externa, com a devida autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e observadas as articulações institucionais necessárias junto aos órgãos competentes, para visita técnica às comunidades Yanomami/Sanumá, localizadas no Estado de Roraima." Autoria: Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Em seguida, a Subcomissão aprova o requerimento para realização de diligência externa. ITEM 3 - Requerimento da Subcomissão Permanente dos povos indígenas Yanomami n° 2, de 2026 que: "Requer diligência externa que integra o Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente Yanomami, aprovado em 6 de maio de 2026, na 1ª Reunião da CDHYANOM, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Subcomissão aprova o requerimento para realização de diligência externa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Subcomissão Permanente dos povos indígenas Yanomami

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/08

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Povos Indígenas Yanomami da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de julho de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Yanomami.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata já está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião, destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Subcomissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Bom dia, Secretaria! (*Pausa.*)

Nós temos três itens na pauta da nossa reunião da Subcomissão. Nós temos dois requerimentos e nós temos a leitura do relatório da diligência externa – foi uma diligência técnica realizada por técnicos da Comissão em diversas reuniões em Boa Vista.

Eu vou fazer o seguinte, eu vou primeiro fazer a deliberação dos dois requerimentos.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI Nº 1, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência externa, com a devida autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI e observadas as articulações institucionais necessárias junto aos órgãos competentes, para visita técnica às comunidades Yanomami/Sanumá, localizadas no Estado de Roraima.

Autoria: Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS/RR) e outros

Nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência externa – mais uma –, com a devida autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e observadas as articulações institucionais necessárias junto aos órgãos competentes, para visita técnica às comunidades yanomami/sanumá, localizadas no Estado de Roraima.

Eu estou subscrevendo o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Roberta Acioly entende ser necessária essa diligência. Nós tentamos, no ano passado, ir às áreas, mas, por uma questão climática, nós não conseguimos descer. Nós sobrevoamos a área duas vezes no mesmo dia. Foi difícil, né, Leila? Dá até medo das chuvas, é bem complicado, mas agora a Senadora Roberta Acioly requer a ida da Comissão no momento de estiagem. Então, ela, que é do estado, junto com os técnicos, estão vendo qual é o melhor momento. E a gente não pode perder essa janela de oportunidade. E aí, inclusive, a gente vai repetir a comitiva.

Ah, a Senadora está na Casa? A Senadora Roberta está na Casa, e eu estava aqui subscrevendo o seu requerimento, Senadora. Você está bem? Tudo bem.

Senadora Roberta, estava explicando aos colegas o seu requerimento de diligência, e a senhora, por ser do estado, a senhora está considerando que a gente não perca a oportunidade da janela climática, porque a gente precisa ir no período em que a gente possa descer em área, em que a aeronave possa pousar.

Nós tentamos o ano passado, mas era período de chuva, e a gente não conseguiu. Então, a senhora está apresentando com base nas informações dos técnicos do estado e na sua experiência com relação às chuvas.

Então, nós estamos apresentando o requerimento para a gente ir à localidade. Não é só nos reunirmos com órgãos representantes em Boa Vista, como nessa última diligência, mas ir, como tentamos o ano passado.

Concedo a palavra à Senadora.

Eu estava fazendo a defesa do seu requerimento, mas eu concedo a palavra para a senhora fazer a defesa.

A SRA. ROBERTA ACIOLY (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para encaminhar.) – Bom dia.

Bom dia, Sra. Presidente, Senadora, amiga Damares Alves.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste requerimento, como foi muito bem explicado aí pela Senadora Damares, pela importância, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgência, pela necessidade de nós estarmos *in loco,* vendo como está a real situação dos nossos irmãos ianomâmis.

Então, a proposta é autorizar esta Comissão a realizar uma diligência às comunidades ianomâmi e sanumá em Roraima, diante de relatos de possível agravamento de insegurança alimentar, para que possamos ouvir as lideranças indígenas e os órgãos públicos responsáveis.

Não existe direito humano mais básico do que o direito à alimentação. Se há relatos de que comunidades podem estar novamente enfrentando insegurança alimentar, o Senado Federal tem o dever de verificar essa situação com urgência, responsabilidade e transparência.

Este requerimento não antecipa conclusões; apenas permite que possamos conhecer a realidade *in loco* e exercer o nosso papel institucional com responsabilidade.

É por isso que eu peço o voto favorável dos nobres colegas, para que esta Comissão possa cumprir com sua missão e ouvir, fiscalizar e agir sempre que houver indícios de violação dos direitos fundamentais.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós vamos votar em bloco o segundo requerimento, Requerimento 2, que também trata de uma diligência à área.

É um requerimento aprovado por mim, de minha autoria.

Eu preciso explicar para quem não a conhece: a Senadora Roberta é da área da saúde. Ela é do estado, da área da saúde, ela tem interlocução com lideranças indígenas, e ela tem recebido inúmeras reclamações, e a maior preocupação delas tem sido isso: comida.

Tem uma força-tarefa, tem um recurso destinado ao povo ianomâmi, mas há indícios fortíssimos de que está faltando comida na região.

Então, nós vamos fazer essa diligência e inclusive tentar, Senadora, que seja o mais breve possível, antes da aprovação do Orçamento da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês sabem que um dos motivos por que nós criamos esta Comissão é para a gente fazer a garantia da continuidade dessa força-tarefa ianomâmi. A gente quer, inclusive no Orçamento da União, pautar isso na hora do debate do Orçamento da União.

A gente não sabe quem vai presidir o Brasil no ano que vem – claro que o Brasil será conservador... –, mas, independente do Governo que estiver à frente do Brasil no ano que vem, nós vamos, como Comissão de Direitos Humanos, continuar acompanhando todas as ações voltadas ao povo ianomâmi. É por isso que a gente cria esta Comissão Permanente.

E aí, na ida lá, eu acho que vai nos ajudar a ter um olhar especial de onde vamos precisar melhorar a atual força-tarefa desenvolvida pelo atual Governo.

Em votação os requerimentos.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos.

Peço à Secretaria que, em parceria com o gabinete da Senadora Roberta Acioly e dos demais Senadores, especialmente os do estado – todos os três do estado precisam participar dessa diligência com a gente, mesmo os que não são membros da Comissão –, já organize a data, junto com a Funai, o MPI, a Liderança de Governo, quem mais tiver interesse e, claro, com o apoio da gloriosa FAB. Sem a FAB, a gente não consegue ir.

Se precisar, Senadora Roberta, nós vamos juntas conversar com o comando-geral, para que eles nos deem o apoio nessa missão. Sem a FAB, a gente não consegue ir.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

RELATÓRIO LEGISLATIVO - SF266035378135

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório Subcomissão Permanente dos Povos Indígenas Yanomami - Diligência Externa a Boa Vista - Roraima (28 e 29 de maio de 2026)

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

É o relatório da reunião que aconteceu recentemente. A Comissão de Direitos Humanos – os técnicos –, junto com assessores dos Senadores, estiveram em Roraima, e o relatório já está devidamente publicado.

Eu vou pedir permissão aos Senadores – a todos os Senadores – para que eu não faça a leitura do relatório na íntegra. Eu vou fazer apenas uma leitura mais especialmente da parte dos encaminhamentos. O relatório está publicado, e nós temos informações muito delicadas no relatório.

Eu peço, por favor, que todos os senhores – as assessorias – leiam o relatório na íntegra.

Quero cumprimentar a Consultoria do Senado, que participou da elaboração do relatório. Os assessores que estiveram presentes, leiam.

Lideranças indígenas foram ouvidas nesta diligência, mas lideranças que estavam em Boa Vista. Diversas instituições foram ouvidas: a Casa de Governo foi ouvida, o Governo local foi ouvido, a Funai foi ouvida.

Então, eu chamo a atenção.

E foram, inclusive, as informações dessa diligência que motivaram muito a Senadora Roberta a apresentar o requerimento hoje.

O relatório – eu vou só ler os encaminhamentos – apresenta uma série de encaminhamentos destinados a orientar a atuação da Subcomissão. Entre eles, destaca-se expedição de ofícios ao Ministério da Saúde, ao Ministério Público Federal, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para solicitar informações detalhadas sobre contratos e recursos destinados à logística aérea e assistência em saúde, funcionamento das unidades básicas de saúde indígena, cobertura vacinal, combate à malária, andamento das obras da Casai, processos relacionados aos povos Yanomami, situação das atividades educacionais em comunidades afetadas, investimentos em tecnologias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rastreamento do ouro, e medidas adotadas para enfrentar os conflitos e a circulação de armas no território.

Além disso, a Subcomissão recomenda a elaboração de proposições legislativas voltadas ao agravamento das penas para crimes ambientais praticados em terras indígenas; à implementação do Estatuto de Roma, para responsabilização de violação grave de direitos humanos decorrente do garimpo ilegal; à criação de rito processual específico para audiências de custódia em operações realizadas em áreas remotas; ao aperfeiçoamento dos mecanismos de acesso a benefícios sociais pelas populações indígenas; e ao fortalecimento da integração das políticas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, bem como da estrutura institucional da Funai.

O relatório conclui que a crise enfrentada na Terra Indígena Yanomami demanda uma atuação permanente, coordenada e integrada do Estado, capaz de consolidar os avanços obtidos com a desintrusão e fortalecer de forma duradoura as políticas públicas voltadas à proteção e à garantia dos direitos dos povos ianomâmi e iecuana.

Esse é o final do relatório, com os devidos encaminhamentos.

Aprovados os relatórios, os ofícios já estão prontos, as propostas estão prontas. A partir de hoje, todos os encaminhamentos já serão devidamente providenciados.

Em votação o relatório da diligência que constou de diversas reuniões técnicas da nossa Comissão, dos técnicos da nossa Comissão, com servidores do Governo Federal, Governo estadual, instituições e lideranças indígenas em Boa Vista, como parte de trabalho da Subcomissão.

Em votação o relatório devidamente publicado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Assim, nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada a reunião da Subcomissão Yanomami, e agradeço aos Senadores que estão presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós agora já vamos para a abertura da nossa reunião deliberativa, e cumprimento a presença do nosso querido Senador Jaime, de Rondônia, que também tem uma preocupação muito grande com a questão indígena, sendo o estado dele um estado com uma população indígena enorme.

(*Iniciada às 10 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e oito minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Subcomissão Permanente dos povos indígenas Yanomami com a presença dos Senadores Roberta Acioly, Flávio Arns e Jaime Bagattoli, e ainda da Senadora Professora Dorinha Seabra, não-membro da comissão. Deixa de comparecer o Senador Marcio Bittar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa. Finalidade: Audiência Pública para averiguar a efetividade das ações do enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami, nos termos do Plano de Trabalho aprovado na Subcomissão. Participantes: Nilton Luís Godoy Tubino, Diretor da Casa de Governo no Estado de Roraima - Casa Civil; Maria Lucilene Martins Santos, Secretária de Saúde Indígena; Dário Vitório Kopenawa Yanomami, Representante do Fórum de Lideranças na Terra Indígena Yanomami e Presidente da Hutukara Associação Yanomami; Marcos Kaingang, Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas; Camile Marques Sahb, Diretora do Departamento de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS; Mateus Sanuma, Presidente da Associação Ypassali Sanuma; e Joana Gouveia Mendes, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Privados de Serviços de Saúde do Estado de Roraima (SIEMESP-RR). Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Subcomissão Permanente dos povos indígenas Yanomami

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/13

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Povos Indígenas Yanomami da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de julho de 2026.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Yanomami.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial*.

Nossa reunião está sendo semipresencial. Então nós estamos com o Senado, nesta semana, de forma semipresencial.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de averiguar a efetividade das ações do enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), e de combate ao garimpo ilegal no território ianomâmi, nos termos do plano de trabalho aprovado na Subcomissão.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211 – eu vou repetir o telefone... Para quem estiver nos assistindo de casa e quiser mandar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pergunta, uma participação, tanto pode ser pelo *site* do Senado como pelo telefone 0800 0612211. Essa ligação não tem custo algum.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Primeiramente, eu quero agradecer a presença de todos os convidados e autoridades que estão participando desta audiência como expositores, e também às pessoas que estão no plenário, que vieram acompanhar, e às pessoas que estão nos acompanhando de casa, das faculdades. Sabemos que tem faculdades reunidas, neste momento, para assistir a esta audiência. Quero agradecer a todos que estão nos acompanhando.

Temos um único objetivo: acompanhar, fiscalizar e subsidiar o aprimoramento das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas da Terra Indígena Yanomami,, garantindo-lhes a proteção e a efetivação de seus direitos humanos. Todavia, sabemos que para que isso aconteça, é necessário um esforço conjunto de todos os Poderes da República. Por essa razão, o Senado Federal, por meio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, não se omite de sua responsabilidade de contribuir para o fortalecimento dessas ações.

Para tanto, logo após a declaração da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em janeiro de 2023, por meio da Portaria GM/MS 28, de 2023, e por meio do Decreto 11.405, de 2023, foram adotadas medidas para enfrentamento da emergência decorrente da desassistência à população ianomâmi e para o combate ao garimpo ilegal.

O Senado Federal não se omitiu de sua responsabilidade. Já em 15 de fevereiro de 2023, menos de um mês depois, por meio do Requerimento 34, de 2023, de autoria dos Senadores Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Chico Rodrigues, foi aprovada a criação da Comissão Temporária Externa do Senado com a finalidade de acompanhar *in loco* a situação dos indígenas ianomâmis e de retirar os garimpeiros do território, contribuindo para uma desintrusão realizada de forma humanitária e para a proposição de medidas voltadas à gestão da grave crise instalada no Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito dos trabalhos da Comissão foram realizadas duas diligências, durante as quais foram visitados órgãos responsáveis pela política indigenista e diversas comunidades localizadas no território.

Cabe ressaltar ainda que, nos anos de 2023 e 2024, foram aprovadas nesta Casa Legislativa as Medidas Provisórias 1.168, de 2023, 1.183, de 2023, e 1.209, de 2024, que garantiram créditos extraordinários superiores a 2,2 bilhões, destinados ao desenvolvimento de ações no território ianomâmi, abrangendo áreas como saúde indígena, segurança alimentar, educação, proteção territorial e proteção ambiental.

Em ato contínuo, esta Senadora apresentou o Requerimento 24, de 2025, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o qual foi aprovado e possibilitou a realização de mais uma diligência externa, que aconteceu em 29 de maio de 2025. Na ocasião, foram realizadas visitas a diversos órgãos públicos responsáveis pela promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas ianomâmis. Entretanto, não foi possível o pouso no território indígena em razão de condições climáticas adversas.

Ainda preocupados com a situação de vulnerabilidade enfrentada pelo povo ianomâmi, apresentamos, em agosto de 2025, o Requerimento 87, com o objetivo de instituir a Subcomissão Permanente Yanomami, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, nesta Comissão, destinada a acompanhar, fiscalizar e subsidiar o aprimoramento das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas da Terra Indígena Yanomami. O requerimento foi aprovado durante a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por unanimidade. Toda a Comissão entendeu a importância de termos uma Subcomissão Permanente para acompanhar tudo o que está acontecendo, o que está sendo feito na área. Posteriormente, foi publicada, no *Diário Oficial*, o nº 157, de 24 de setembro de 2025, a formação da Subcomissão.

Por fim, em 28 de maio de 2026, esta Subcomissão realizou sua primeira diligência externa ao Estado de Roraima, com o objetivo de monitorar, fiscalizar e propor medidas articuladas voltadas à garantia dos direitos fundamentais e à salvaguarda da integridade do povo ianomâmi, diante da complexidade da crise humanitária, sanitária e de segurança que afeta a Terra Indígena Yanomami.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na oportunidade, foram colhidas informações e levantados dados que subsidiaram as ações que passamos a discutir nesta audiência.

Por que acontece esta audiência? Porque já foi feita uma diligência pela Subcomissão, então originou esta audiência.

Esperamos contar com o apoio, o compromisso e a transparência de todos os presentes, para que juntos possamos construir os melhores caminhos e adotar medidas capazes de salvar vidas e assegurar a dignidade dos nossos indígenas ianomâmis.

Por fim, renovo meus agradecimentos pela presença e pela participação de todos.

Por que a Subcomissão nasce no Parlamento, e agora, especialmente neste último ano da legislatura? Porque nós queremos que tudo o que está acontecendo lá continue.

E, se houver uma mudança de Governo, nós queremos, por meio do Parlamento, insistir para que as ações continuem em área. Então, o Parlamento cria essa Subcomissão, neste ano eleitoral, para que a gente continue ajudando o atual Governo e insistindo que as ações continuem num próximo Governo, caso este não seja reeleito. Então, esse é o objetivo da Subcomissão. E é desta forma que a gente vai trabalhar: de forma cooperativa. Desde o primeiro momento, a Comissão de Direitos Humanos tem trabalhado de forma cooperativa com o Governo Federal, voltada às ações na área ianomâmi.

Para esta reunião, eu convido já para compor a mesa, para estar aqui do meu lado, Nilton Luís Godoy Tubino – eu falei certo, Nilton? –, Diretor da Casa de Governo no Estado de Roraima da Casa Civil. Obrigada por estar conosco, Sr. Nilton. Já estivemos juntos, muito obrigada.

Convido para estar comigo também, Maria Lucilene Martins Santos, Lucinha Tremembé, Secretária de Saúde Indígena. Que bom, Lucinha, que você está aqui com a gente. E você está linda, viu, Lucinha? Você está linda. Obrigada por estar conosco, tá? Muito obrigada.

Convido para estar com a gente o Marcos Kaingang, que já é membro praticamente desta Comissão – já vou dar para o Marcos um bóton de Senador, não é, Marcos? –, Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas. Obrigada, Marcos. Já agradeça, Marcos, ao Ministro por estar disponibilizando que você venha aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E convido Joana Gouveia Mendes, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Privados de Serviços de Saúde do Estado de Roraima. Ela veio de Roraima. Que bom, Joana. Achei que você fosse entrar *online*. Bem-vinda, Joana. Teu colar está lindo. Bom te ver, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dê um abraço em todo mundo. Saudade. Esta reunião tinha que acontecer lá com o Peixinho, não é, Joana? Com o Peixinho.

Nós temos mais três convidados que farão a participação *online*. Nós temos o Dário Vitório Kopenawa Yanomami, representante do Fórum de Lideranças na Terra Indígena Yanomami e Vice-Presidente da Hutukara Associação Yanomami. Seja bem-vindo, Dário. É uma alegria tê-lo conosco.

Temos, também de forma *online* – tomara que a conexão não caia, porque a gente já teve algumas experiências em que a conexão na região caiu; não sei se Mateus Sanuma está em Boa Vista ou está em área –, Mateus Sanuma, Presidente da Associação Ypassali Sanuma; e Ademir Silva, que será o tradutor do Mateus. Bem-vindo, Mateus. Bem-vindo, Ademir.

E temos, também de forma *online*, Camile Marques Sahb – acho que é assim que se pronuncia: "Sá"; deve ser –, Diretora do Departamento de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social. Camile, muito obrigada por estar conosco nesta audiência.

Quero informar aos nossos expositores que, a princípio, cada um tem dez minutos de fala. Ali atrás – estão vendo? –, tem um relógio que vai cronometrar, tá?

Quando tem crianças aqui, agora, a gente está usando uma técnica legal: as crianças ficam olhando aqui, esperando dar dez minutos, e elas levantam as mãos. Eu não vou pedir para vocês fazerem isso, tá? Mas eu vou pedir aos expositores que observem o tempo. Se precisarem ultrapassar para completar a exposição, fiquem à vontade.

Nós vamos começar ouvindo... Foi estabelecida uma ordem de fala. Se alguém precisar mudar, depois a gente conversa entre nós aqui na mesa – me parece que a Maria Lucilene tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horário de voo –, então, nós vamos começar ouvindo o Diretor da Casa de Governo do Estado de Roraima, o Nilton. E em seguida – a gente já, já ouve –, a Maria Lucilene, está bem?

Nilton, obrigada por estar conosco e obrigada pela forma como nos recebeu lá em Roraima. Sei que os seus desafios são enormes. E esta Comissão, Nilton, quer realmente ajudar.

Por que a gente está correndo com as audiências, Nilton? Porque, daqui a pouco, nós vamos começar a discutir o Orçamento da União. E eu tenho conversado muito com o MPI, tenho conversado com a Funai, tenho conversado com o Cesai. A gente vai precisar marcar presença na discussão do Orçamento da União. De repente, até, desta audiência, um dos encaminhamentos seja de fato uma proposta para o Orçamento da União. Sem dinheiro, vocês não fazem nada, por isso a gente está correndo com as reuniões.

Então, Nilton, seja bem-vindo, tenha o seu tempo, fique à vontade.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Damares, pelo convite.

Quero dar bom dia aos Parlamentares que estão acompanhando a sessão, ao público aqui, ao pessoal da Comissão.

Senadora, eu vou fazer a apresentação, tentar cumprir os dez minutos determinados aí.

Pode passar, por favor. O Marcos vai me dar uma ajuda aqui. Pode passar. Consegue? Está bom.

Então, só para recuperar, em 2023, como a senhora resgatou, quando saiu o Decreto da ISPN, o Governo Federal, naquela época, durante todo o ano de 2023, realizou, não só na parte de saúde, mas também na parte do combate ao garimpo ilegal, várias ações lá, com vários órgãos participando: Funai, Ibama, Ministério do Meio Ambiente, com seus órgãos, MPI. E, no final do ano de 2023, até também por uma avaliação das lideranças indígenas, que achavam que tinha que ter um órgão que centralizasse mais as operações, foi sugerido pelo Ministro Rui ao Presidente criar a Casa de Governo. Então, surge a Casa de Governo. O Decreto é do final de fevereiro, e a gente começou a atuar no início de março lá em Boa Vista. Eu sou lotado em Boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vista. A Casa de Governo tem uma equipe que é uma equipe enxuta – a senhora a conheceu lá na visita que fez à coordenação principal da operação de desintrusão.

Na sequência, o Ministério da Defesa editou a portaria criando a Operação Catrimani II. Em 2023, também teve a Catrimani I, mas, em 2023, o foco principal, naquela época, foi a distribuição de cesta de alimento utilizando os equipamentos, principalmente as aeronaves da Força Aérea, do Exército, das Forças Armadas. E aí, no final do ano, com a avaliação também de que teria que ter um outro modo de distribuição da cesta, saiu o decreto... a portaria criando a Catrimani II, também com o objetivo, com o foco maior na repressão aos ilícitos dentro da terra indígena e também fazendo ações subsidiárias à Secretaria de Saúde Indígena, ao MPI e outras ações necessárias, mas com foco mais no combate ao garimpo.

Também teve uma autorização do Ministro Barroso, na época, para dar uma segurança jurídica maior às Forças Armadas, autorizando esse trabalho de inutilização de equipamentos, de prisões, de todas as ações que fossem necessárias para reduzir o garimpo dentro da terra indígena. Então, teve uma autorização especial do Ministro Barroso para dar um conforto melhor para as Forças Armadas atuarem, mesmo sabendo que é área de fronteira o centro lá; se criou toda essa legislação para dar esse respaldo melhor.

Aí são só três momentos que a gente registra: a visita da própria Comissão de Direitos Humanos; a visita do Presidente Herman Benjamin, do STJ, lá também; e também, em setembro do ano passado, a visita do Ministro Barroso, como Presidente do CNJ. Ele visitou a Casa de Governo, visitou o território também, sobrevoou o território, fez reunião com as lideranças, no local; o Ministro Herman Benjamin também. Infelizmente, a Senadora não conseguiu chegar, por causa da meteorologia.

Bom, desde o início da operação, quando a gente começou, a gente montou dois eixos. Um é o eixo do combate direto ao garimpo, então as ações dentro do território. Mas já com todo o acúmulo de 2023, a atividade garimpeira consegue ter resultado, porque você tem todo um aparato, de logística, de combustível, piloto, que atua fora da terra indígena. Então, os nossos dois eixos principais da operação foram dentro da terra indígena – então, o combate – e também fora do território indígena – e aí também envolvendo várias agências do governo, não só... a Agência Nacional do Petróleo, a Anac, a ANTT, a Anatel, que são fundamentais nesse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta é a estrutura que tem dentro da terra indígena: as bases da Funai; os três pelotões de fronteira do Exército; foi criado recentemente, em 2025, o Destacamento Especial de Fronteira em Waicás; uma base provisória... Nós tínhamos, no início da operação, duas bases provisórias: de Kayanaú e de Pakilapi. Pakilapi o Exército desativou porque a Funai concluiu a base dela, e Kayanaú também está começando a ser desativada até o mês que vem, porque o Dsei concluiu a construção da unidade de saúde e a Funai também está construindo a sua sede. Depois, tem os polos e as unidades básicas. É importante registrar que, desses polos, hoje a gente tem 15 locais que têm o apoio da Força Nacional, tanto nas áreas de saúde quanto na Funai, e envolvem um efetivo em torno de 50 militares dentro do território indígena.

Essas são a Base de Apiaú, que está sendo construída pela Funai; Kayanaú, que foi concluída pelo Dsei; e aquela à direita ali é a Base da Funai de Pakilapi – é uma base maior, tem a capacidade de apoiar quase que entre 40 e 50 servidores para atuar na região.

Esse é o Destacamento Especial de Fronteira de Waicás. Essas são todas... Essa é a estrutura permanente dele, ele é um destacamento permanente. E nesse período já, desde a instalação que se fez, o foco principal dele é fazer o patrulhamento fluvial no Rio Uraricoera. Eles já fizeram mais de 49 ações, infiltração, utilizando também a aeronave. Então, o foco principal desse pelotão é fazer o combate ao garimpo e não deixar o trânsito dentro do Rio Uraricoera.

E desde 2023, foram aperfeiçoadas pelo Batalhão de Engenharia do Exército, a gente tem barreiras no Rio Uraricoera e no Rio Mucajaí, a Base de Walopali e a Base de Palimiu, para evitar... Em 2023, teve muitos conflitos, teve a morte de duas crianças em Palimiu, atingidas por disparos, por pessoas que estavam invadindo o território. E aí foram criadas essas barreiras, que continuam tendo um papel muito importante de evitar o trânsito que não seja dos povos indígenas.

E além do patrulhamento do Exército naquela região lá, a gente tem utilizado tanto a Marinha, que agora retornou. Na época da cheia a Marinha volta, porque os barcos têm um calado maior, e ela faz o patrulhamento dos Rios Branco e Catrimani; e a Força Nacional, com o apoio da Funai, faz o patrulhamento também nos outros rios. (*Pausa.*)

Não passou, Secretário. Volte um pouquinho ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse período todo, a gente fez muitas ações, inutilizando pista de pousos, tanto dentro da terra indígena, o que vai estar um pouco mais à frente, mas principalmente fora da terra indígena, que era do apoio logístico. Com o tempo, o garimpo e também a atividade ilegal vão se adaptando, né? E hoje o maior desafio que a gente tem é que a gente já identificou 36 estradas vicinais, que são aquelas estradas de terra no entorno da terra indígena, que são utilizadas para fazer a ação ilegal. Então ali, à direita, tem um avião parado numa dessas vicinais. É um problema de segurança. Esses dias, a gente fez uma reunião com o Governador do estado também, porque as pessoas fecham as estradas vicinais que são acessos de propriedades, com veículos, com pessoas armadas – né? –, e isso cria um problema, uma instabilidade na região. Mas a gente faz fiscalização diária, fazendo rodízio, para evitar a utilização desses espaços. (*Pausa.*)

Ah, passou.

E também a gente tem a Zida, a zona em que se faz a restrição aérea dentro da terra ianomâmi. Desde 2023, a Força Aérea tem essa função, e o Comae aqui em Brasília é que faz esse acompanhamento.

E, para vocês verem, neste ano aqui – a gente só está falando de janeiro a maio –, já teve todas essas intervenções, de mais de 15 alvos, que são aeronaves clandestinas e que sofreram a intervenção. Teve uma que foi obrigada a pousar com tiro de aviso, né?

Então esse trabalho é fundamental porque, lá, o grande acesso, a grande dificuldade de operações e o trabalho de todas as equipes lá do Governo Federal, é que o acesso principal à terra indígena é aéreo. Você não tem estrada, então você precisa usar o meio aéreo – e o garimpo também usa o meio aéreo, né? Então, o papel da Força Aérea tem uma importância nesse combate, o de combater essas aeronaves ilegais que circulam no território.

Com o tempo, com a diminuição da atividade garimpeira nos principais eixos, o que a gente tem enfrentado hoje são atividades no interior da selva. Então, aqui é só um exemplo, que é uma região que tem lá, que é a região do Rangel. Todas essas cores que vocês estão vendo são um trabalho que a gente está realizando, da Força Nacional com a Funai, do vasculhamento do território. Isso aqui é feito tudo a pé. Então, numa operação, a gente caminhou numa semana 90km; noutra, 100km, dentro da selva, para localizar equipamentos, máquinas, pessoas que possam estar no interior da selva. Hoje o grande desafio nosso... O Exército acabou de realizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também uma operação de uma semana numa região, que é você ficar um tempo maior, por causa da questão do deslocamento, para a gente não ter dificuldade.

Então, esse é um grande desafio hoje que a gente enfrenta no território.

Vou dar uma acelerada.

Aí com a Operação Catrimani, que também tem as suas ações em conjunto com a Casa de Governo. Então tem atendimentos médicos odontológicos, na parte de assistência, mas tem ações também noturnas, o que é fundamental, que só as Forças Armadas conseguem realizar com segurança, né?

E essas operações mais permanentes de combate ao garimpo, que eles realizaram principalmente durante 2025 e o início de 2026.

Uma das grandes atividades, principais, do Exército – era disso que eu estava falando – é a questão das pistas. A gente já inutilizou 50 pistas dentro da terra indígena. No gráfico, vocês vão ver um pouco... A gente começou em 2024; hoje, com a diminuição do garimpo, com a evolução da diminuição do garimpo, também, diminuiu a força de trabalho, mas vocês vão ver que tem algumas pistas que eram importantes para a atividade garimpeira que foram destruídas quatro, cinco, seis vezes, porque você destruía, como tinha a mão de obra dos garimpeiros, eles reconstruíam, porque a pista é fundamental para o trabalho deles, mas a gente já atingiu o número de 50 pistas que eram as principais pistas dentro da terra indígena.

Para vocês verem, 72% das operações que a gente realizou até agora são no entorno da terra indígena e, em torno de 29%, dentro da terra indígena.

A gente fechou até o dia 7, Senadora, 10.930 ações. Isso significa... A operação trabalha de segunda a segunda, não tem folga de fim de semana, o pessoal trabalha corrido. Desde março de 2024, em todas as ações ali que estão registradas, cada saída de equipe é uma ação; então, ou tem alguma coisa a combater, ou faz a fiscalização. A gente já realizou 10.930 ações, envolvendo Forças Armadas e todos os efetivos que estão envolvidos na operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somente agora de 1º janeiro a 7 de julho, a gente realizou 2.024 operações, principalmente naqueles principais rios ali: em cima é o Uraricoera, no meio é o Mucajaí, embaixo é o Catrimani e o Rio Apiaú, mas muitas ações nessa questão da logística ao garimpo.

Isso é só na parte externa, nesse período. Das 2 mil, 1.194 foram ações fora da terra indígena. O preço do ouro – tem uma pergunta de um ouvinte aqui – é um incentivo para ter essa pressão de tentar retornar para o território indígena. O ouro deu uma reduzida semana passada, mas estava em torno de R$800 o grama do ouro. Só para a senhora ter ideia: em 2022, o grama do ouro estava em R$200; hoje ela está beirando R$860, deu uma reduzida semana passada, quando se anunciou a paz com o Irã – deu uma reduzida –, deve aumentar de novo. Então, a pressão do preço do ouro é um incentivo maior para a tentativa de retomar o território.

E aqui já me encaminhando... No início da operação, que é o mapa à esquerda, foi identificado pelo Censipam, que é o Centro de Proteção da Amazônia, que faz o assessoramento para a Casa de Governo e a operação, 4.570 hectares de garimpo ativo – então, eram locais que tinham garimpos funcionando, que são aqueles marronzinhos ali –, e uma área de influência, que são aquelas áreas abertas, de mais de 2.600 milhões de hectares – 4.570 hectares dão em torno de quase 5 mil campos de futebol. Já que estamos em época de Copa, este era o tamanho do garimpo ativo. Isso a gente vai medindo mês a mês, em cima dos resultados dos trabalhos da operação, e o último dado agora, do início de junho, dos 4.570 hectares, a gente passou para 4,42 hectares com uma área de influência de 19 mil hectares. Isso não significa que acabou o garimpo total, porque a gente sabe que mudou um pouco a dinâmica, mas as áreas abertas de garimpo, desmatamento, isso realmente a gente conseguiu zerar há um bom tempo, o que dá uma redução da atividade garimpeira de 99,9%.

Esses são os alertas de novos garimpos, que são do Brasil Mais, que é um sistema a que vários têm acesso. Vocês vão ver que, há um bom tempo... Em 2026, a gente não teve quase nenhum alerta. Teve um em fevereiro, que não era de garimpo, era de roça, porque também o sistema identifica a área aberta, mas não identifica qual é a atividade daquela área aberta, né? As duas áreas abertas, dos dois que apareceram em janeiro e fevereiro, eram de roça das comunidades.

Aqui as aberturas de garimpos, que estão zeradas há um bom tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o resultado das 10.930 ações.

Pode passar.

Aqui, um pouco dos principais itens que a gente... Há um prejuízo hoje ao garimpo. Aquilo que a gente inutiliza dentro da terra indígena – ou no entorno ali, mas que é inutilizado – tem um prejuízo de já em torno de R$748 milhões, fora outras coisas.

Tem uns dados importantes: a gente nesse período retirou do mercado, por apreensões da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, mais de uma tonelada de mercúrio. Todo mundo sabe o impacto do mercúrio para a saúde; mais de uma tonelada de mercúrio foi retirada. Mais de 2 mil motores; 900 acampamentos; 260kg de ouro foram apreendidos nas diversas operações na terra indígena, mas principalmente fora da terra indígena.

Roraima hoje virou um corredor, na realidade, de ouro de outras regiões do Brasil que está passando por Roraima. Mais de duzentos e cinquenta e... Isso tem um peso muito grande, porque o garimpo só funciona se tiver combustível; se não tiver combustível, ele não funciona, e foram inutilizados mais de 258 mil litros de óleo diesel. E diversas aeronaves foram apreendidas ou inutilizadas nesse tempo.

Também tem ações que são importantes.

O Pelotão de Fronteira do Exército, que é da década de 80, com recursos até do crédito extraordinário... Surucucu é um polo muito importante, tanto para a saúde quanto para toda a logística dentro da terra indígena. Então, tem muito voo, as agências – a Funai, principalmente – atuam no território, ficam lotadas lá. Todos que vão trabalhar naquela região passam por Surucucu, e aí o Exército, a brigada de selva de lá tomou a decisão de fazer aqueles pavilhões novos de moradia para o pessoal, de alojamento provisório lá. Essa foi uma mudança importante, até porque também pesava muito no PEF, na sua estrutura, a quantidade de servidores que ficavam à toa na região.

Em Boa Vista – tem outros que o Dsei e o MPI vão relatar –, há o Centro de Referência em Direitos Humanos funcionando e o Centro de Atendimento às Crianças Yanomami e Ye'kwana também já funcionando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, só para fazer um registro, porque a jornalista Sônia Bridi acompanhou: aqui, em 2022, são as gêmeas que foram encontradas dentro do território, que foram retiradas; e depois, quando ela retornou, recentemente, ano passado, e ela encontrou as gêmeas também lá no território, né? Então, é uma mudança.

Na sequência, o que a gente, desde o final de 2024, apresentou para a Justiça Federal lá em Roraima. Todo mundo pergunta: "Bom, terminou o garimpo. Como é que fica para não ter o retorno do garimpo?". A gente já tem protocoladas e já iniciadas as ações; um plano de manutenção territorial; o plano de monitoramento, que o Secretário Marcos vai aprofundar mais.

Aqui é o plano de manutenção, que são as ações do Governo Federal, dos órgãos de segurança, junto com os órgãos ambientais e a Funai, para fazer a manutenção, para não deixar a atividade garimpeira retornar.

Tem vários trabalhos das equipes e tem várias, em torno de dez, bases, que são aquelas amarelas, que vão ser construídas pela Funai para reforçar o cercamento, vamos dizer assim, estratégico da terra indígena. A base de Apiaú já está sendo concluída; a base de Uraricoera está sendo construída. Então, a ideia é, até o final do ano, a gente ter outras bases já em processo de construção.

Era isso, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Nilton, eu queria que a Secretaria voltasse o eslaide. Marcos, eu vou te contratar como passador de eslaide, Marcos. Você está perfeito. Queria aquele eslaide, se tu puderes voltar. Vá e volte, é um em que aparecem os números bem grandes.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Ah, o do...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É... é... Vamos deixar parado nesse eslaide que eu vou daqui a pouco fazer uma pergunta sobre os eslaides. Mas se quiser tirar agora...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou fazer perguntas para o senhor, Sr. Nilton, bem rapidinho.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vou fazer perguntas primárias porque eu tenho uma responsabilidade com o público que está nos acompanhando. Eu vou fazer perguntas para que as pessoas compreendam, não que eu não compreenda tudo, mas é uma forma de dar também transparência ao povo brasileiro.

A Casa de Governo tem quantos órgãos? A Casa de Governo foi constituída e a coordenação é a Casa Civil. Quantos órgãos estão na Casa de Governo hoje, que participam ativamente da Casa de Governo?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Nós temos a... Bom, a Casa de Governo é uma estrutura e a gente tem a coordenação da operação.

Então, na operação, principalmente da desintrusão, a gente tem em torno de 13 a 14 órgãos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Treze a catorze órgãos federais.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Federais, federais, federais. Todos federais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, quando a gente fala a Casa de Governo, eu fui lá, não pensem vocês que é uma sede enorme. (*Risos.*) São duas salas onde ficam os técnicos.

A pergunta, Sr. Nilton: como é que é a relação da Casa de Governo com o Governo local, com o Governador, com os órgãos estaduais? Existe uma interação, uma integração? Existem diálogos ou vocês fazem as ações separadas?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Não, a gente mantém uma boa relação, tanto com a parte da Polícia Civil e da Polícia Militar... Semana passada, até estava reunido com a com a Delegada-Geral, a Dra. Simone. Então, há uma integração desde a época do antigo Governador Denarium e com o Governador atual, que é o que é o Soldado Sampaio. A gente sempre troca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações, relatórios, o que tiver. O estado sempre se colocou à disposição em apoio às atividades.

A gente não envolve muito os efetivos da PM local, mas eles fazem operações também, principalmente fora da terra indígena, de barreira, de fiscalizações, porque aí tem a metodologia de operação mesmo, tem dinâmicas diferenciadas dos órgãos de segurança que vão trabalhar. Mas, na parte, vamos dizer, mais política, de articulação e controle, tem uma boa relação. Sempre teve com o com o Governador Denarium e agora com o Governador Soldado Sampaio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., são 13 órgãos federais. Esses servidores que estão na Casa de Governo têm uma rotatividade, são servidores que estão lá desde o início ou os órgãos mandam servidores para missões?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Nós temos duas situações na Casa de Governo. A gente tem órgãos que têm sede lá em Boa Vista, boa parte dos órgãos tem lá, então a Funai como o Ibama, com servidores locais que acompanham a operação. E tem alguns órgãos – a Polícia Rodoviária Federal, e aí principalmente as agências que não têm sede lá, a Anac, ANP – que mandam os servidores. A Força Nacional tem uma dinâmica de, de seis em seis meses, fazer o rodízio do seu efetivo, então, no mínimo eles ficam seis meses lá no território. E as agências, principalmente de apoio, fazem também o rodízio de 20 por 20 ou 30 por 30, dependendo também da disponibilidade dos servidores. E o pessoal do Censipam, que é o órgão que faz todo esse acompanhamento nosso, faz troca, desde 2024, de 20 em 20 dias, de servidores.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Eles brigam ou não entre si?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Não, não, ninguém briga lá. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A pergunta que eu queria saber: os garimpeiros foram retirados. Quanto à recuperação ambiental, Sr. Nilton, da Terra Yanomami, traga-me traz informações sobre o plano de recuperação ambiental. Em que fase se encontra? E as comunidades estão sendo beneficiadas com o plano de recuperação ambiental?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Nós temos duas atividades – uma é coordenada pela Funai e outra pelo Ministério do Meio Ambiente – que tratam da recuperação ambiental. Então eles fizeram várias consultas às comunidades indígenas, mas uma coisa que é uma realidade, Senadora, é que desde 2024, com a desativação de várias áreas de garimpo, hoje você tem a recuperação ambiental natural. Então, em vários locais que em 2023 você passava e estavam abertos, hoje já há mata começando. Mas tanto a Funai quanto o Ibama estão fechando a proposta do... Porque você tem o grande problema lá que é uma dificuldade, por exemplo, você não entra com maquinário para fazer – máquina que eu estou dizendo são retroescavadeiras, essas coisas – uma intervenção de recuperação. E aí o grande desafio nosso são as cavas de garimpo que ficaram. As cavas de garimpo, que são aqueles buracos abertos, são vetores de mosquito e de doença, porque a água fica parada, a água contaminada fica parada. Então um grande desafio é como você vai administrar. Mas a informação que a gente tem – ainda não foi apresentado um plano fechado – é que estava sendo discutido com as comunidades indígenas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A pergunta: nós temos conflitos intercomunitários. Vamos ser muito transparentes aqui: a gente sabe que, no território ianomâmi, existe conflito entre eles, tá? Não estou falando do elemento externo. Os próprios indígenas, há conflitos entre eles, entre as comunidades. Quanto à circulação de armas de fogo entre esses povos, vocês têm apreendido, têm encontrado arma de fogo? E como estão os conflitos intercomunitários?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Bom, os conflitos... Aí eu vou relatar porque a gente faz diversas reuniões com essa preocupação, com a Funai principalmente, com o MPI e o Dsei. O que os antropólogos... Historicamente, sempre houve conflitos entre as comunidades. Até, vamos dizer assim, diminuiu no período em que estava o garimpo, porque ninguém tinha medo de circular porque tinha muito garimpeiro. Com a diminuição do garimpo e a redução muito grande do número de pessoas circulando, eles retomaram para um grau. Então, claro que antigamente... O garimpo vai deixar marcas históricas dentro da comunidade indígena, o dano que ele trouxe, a questão do álcool, da bebida, alcoolismo, armamento. A gente sabe – há relatos dos mais antigos e dos tuxauas – que tinha garimpeiros que compravam arma para dar para grupo, para eles guerrearem entre eles mesmo. Então, compravam para eles poderem dominar o território com garimpo. Isso é um fato. Não tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente tem feito, principalmente a Funai? Temos feito várias reuniões para tentar... O próprio Ministério Público pediu para fazer uma campanha de desarmamento. A gente: "Como faz uma campanha de desarmamento?". Você tem que ter uma confiança muito grande dos indígenas, porque tem que ser algo lado a lado, porque se uma aldeia entrega e a outra que é inimiga não entrega... Eles dizem: "Eu entrego se aquela entregar". Então é um processo muito delicado, mas a Funai tem feito muitas reuniões junto com o MPI, para fazer uma conscientização da necessidade de entregar arma.

Agora, tem uma realidade também que muitas das armas são utilizadas para caça, né? Então você tem ainda que fazer... A gente até foi fazendo uma discussão sobre tipo de armas teriam que ser entregues mais rapidamente, então revólveres, pistolas, se forem encontrados em algum lugar; e as armas de caça teria que ver caso a caso para você também não dar um outro prejuízo, porque elas são utilizadas também no dia a dia para a caça.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Sr. Nilton, as crianças que morreram são do Polo Base Palimiú – é isso, né?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, eu tenho as fotos das crianças, aquelas imagens me chocaram muito. Foi em 2023. A pergunta: o Polo Base de Palimiú está funcionando?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Está funcionando. O Polo Base de Palimiú funciona. É o efetivo maior que a gente tem de segurança. Na época, em um período, teve até o efetivo da Polícia Federal junto. Hoje a gente tem dez militares da Força Nacional, que fazem a segurança da barreira, porque tem a barreira ali, e a segurança do polo. O polo funciona desde janeiro de... Quando a gente assumiu a Casa de Governo, nós tínhamos quatro polos fechados, inclusive o de Kayanaú, que tinha sido queimado, em retaliação, pelos garimpeiros.

E, já em 2024, a gente conseguiu botar todos em funcionamento. Com essa questão da pressão de garimpeiro, Kayanaú tem quase 4 mil indígenas que ficaram um bom tempo sem assistência, porque o posto ficou fechado. Aí com a base do Exército, deu apoio para o Dsei começar a atender em barracas lá. E hoje concluiu a unidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Uma pergunta que chegou agora para mim: no relatório do ISA, em parceria com a Hutukara Associação Yanomami, e com a Associação Wanasseduume.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Seduume.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No documento de monitoramento – feito por satélite das áreas desmatadas de 2026, elas acumulam 5.564 hectares de área degradada pelo garimpo – aponta que, em 2025, houve o registro de 45 novos hectares de desmatamentos em razão do garimpo ilegal no território.

Essa informação é verdadeira? Isso quer dizer que vocês tiraram os garimpeiros e tem garimpeiros voltando?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Não, aí é uma discussão, Senadora. A gente tem um bom trabalho com as equipes de metodologia de acompanhamento. Quer dizer, nós temos 4.570, e eles tinham 5 mil, eles tinham um número maior de hectares abertos. No último relatório deles, eles reconhecem que 95% do garimpo está desativado já.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Noventa...?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Noventa e cinco deles. O nosso está com 94%.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas podem ter chegado novos garimpeiros?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Isso é um trabalho... por isso o trabalho diário das operações, é porque há a pressão do garimpo, e você encontra pessoas recentes lá dentro. Então, não há nas áreas tradicionais, isso é uma situação em que a gente consegue perto das comunidades, em volta da comunidade. É aquilo um pouco daquele eslaide. Hoje quem retorna e está ficando... Porque você também tem uma situação lá, que é uma situação, de quase trabalho... Quase não... De trabalho escravo, porque quem entra já entra devendo.

Quer dizer, hoje você só entra dentro do território indígena por via aérea. Hoje isso custa 10g de ouro, então, em torno de R$10 mil para a pessoa entrar dentro do garimpo. A vida do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garimpo todo é pensada em dólar, em grama de ouro. Só para dar um exemplo: um litro de óleo diesel dentro do garimpo custa R$70, um frango custa R$1,2 mil, uma garrafa de pinga...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ó, eu quero que vocês entendam.

Repita isso para quem está...

Atenção, Brasil, o que ele vai dizer é bem sério. Entendam!

Repita.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – A dinâmica do garimpo, principalmente ianomâmi, pelo custo que tem, porque é aéreo. Tudo o que chega é aéreo. Então, há o custo interno de quem trabalha no garimpo: alguém o leva. Ele vai, já paga para ficar. Mas ele desconta depois do que ele está investindo, né? É assim.

Então, o que a gente encontrou lá em 2024, principalmente em 2025? Tinha muito bar lá dentro, né? Os botecos, as mercearias, e tinha muito caderno de anotação, porque todo mundo compra fiado. E a gente foi olhando os dados. É tudo em grama de ouro, e lá é normal você dizer meio grama de ouro, como se não tivesse valor. Quando você começa a transformar isso em reais, aí você começa a se espantar. Então, isto que eu quero dizer: um frango dentro do garimpo custa R$1,2 mil; um pacote de linguiça custa em torno de R$1,5 mil; aquelas botas grandes que a gente fala botas de galocha – vamos dizer –, é R$700 um par. Então, a pessoa entra lá já devendo isso, porque ele ganha a bota, ele tem que se alimentar...

Uma garrafa de pinga custa um grama de ouro, então R$600, né? Um maço de cigarro custa 600... um grama de ouro. Então, tudo é grama de ouro. Então, quem está lá dentro ainda, muitas vezes, Senadora, a gente... Até o ano passado, a gente começou a trazer as pessoas conduzidas para a Polícia Federal, porque ela não tem condição de sair, porque ela está devendo. Então, ela vai ficar... ela pode ficar... A gente já pegou pessoas lá, deteve pessoas e conduziu que estão há quatro meses sem trabalhar, escondidas no meio da mata, porque elas não têm como sair, porque elas não têm os dez gramas de ouro para pagar o piloto, a aeronave, elas não têm esse recurso, e elas acham que em algum momento a gente vai diminuir a fiscalização e elas vão conseguir trabalhar. Como ele não consegue trabalhar, ele fica parado no meio da mata lá, no meio bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim, pessoal... Hoje, para você encontrar uma pessoa, dependendo de onde a gente pousa, a gente caminha 15km na selva, na selva fechada, não é em trilha e em estrada, é no meio da selva. Então, as pessoas... Então é isto que a gente diz: a gente reduziu o garimpo, reduziu muito o garimpo, mas a gente continua trabalhando diariamente, porque tem pessoas lá dentro ainda que a gente precisa retirar, que é um pedido até das associações.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Sr. Nilton, a pergunta: se custa R$1,2 mil um frango, é porque alguém pagava, é porque se paga. Isso quer dizer que ali dentro o movimento de dinheiro é extremamente absurdo. Tem muito dinheiro... Na questão do garimpo se envolveu muito dinheiro.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Não, envolve muito... E o garimpo, as atividades de garimpos, não só ianomâmis, mas todas elas, envolvem uma gama de pessoas, principalmente na logística, porque lá dentro é a pessoa que trabalha, é o que está trabalhando. Mas isso, para chegar lá dentro, envolve muita gente, muitas estruturas e muito dinheiro, e com rentabilidade muito grande.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso quer dizer, Sr. Nilton, que nós temos ianomâmis passando fome em cima de ouro, nós temos um povo pobre em cima de ouro. E quem descobriu isso foi lá, arrancou o ouro, usou o povo indígena, não fez nada por eles, ficaram ricos, pelo que eu sei, milionários, mas nós temos uma área rica e o nosso povo é pobre.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É, e ricos também são algumas pessoas, né? Porque até os que trabalham, ninguém ficou rico, né? Como se diz no garimpo, ninguém bamburra lá, ninguém pega e encontra a grande pedra e vai embora para casa. Então, não só o... além do prejuízo à terra indígena, aos indígenas, também a várias pessoas, pessoas de idade. A gente encontra pessoas com 70 anos que sempre foram garimpeiras...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois é.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – ... e que também não enriqueceram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E que foram também vítimas desse sistema.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É, desse...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Alguém ficou muito rico usando o pequeno garimpeiro para estar lá mexendo com o mercúrio, mexendo com o garimpo local.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Nilton, uma pergunta que não quer se calar. Crime organizado. Vocês identificaram... Aquilo que o senhor não puder falar a gente vai entender, aí a gente vai ter essa conversa pessoal. Se tem tanto dinheiro, eu não consigo acreditar – eu não consigo acreditar – que não tenha crime organizado. A pergunta é: grandes facções como PCC, Comando Vermelho e facções semelhantes, foram identificadas facções dentro da área usando os nossos indígenas, fazendo o garimpo ilegal? Posso dizer que é possível que tenha elementos do crime organizado na área?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Bom, Senadora, em 2023 teve um confronto na região do Uraricoera, onde foi identificado... que levou, no confronto com a Polícia Rodoviária Federal e o Ibama, à morte de uma pessoa que teria vinculação ao PCC. De 2024, quando a gente começou a operação, até hoje, a gente não teve... primeiro, a gente não teve mais nenhum confronto dentro da terra indígena...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – ... de troca de tiro com a Polícia Federal, com o Exército; de armamentos pesados, a gente não apreendeu nenhum armamento pesado, mesmo com operações noturnas, que são operações mais delicadas, em que você fica... porque, durante o dia, o pessoal sabe: desceu a aeronave, vai embora, "ah, então eles foram embora". Quando você fica uma semana, isso você tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente nunca pegou armamento pesado, metralhadora, fuzil, e, não, não teve nenhum confronto. E, hoje, com o esvaziamento da terra indígena, lá não tem; o que tem, aí sim, essa é uma discussão que é bem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Drogas?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Localizada em uma região, mais recentemente, principalmente na Região do Catrimani, a gente pegou alguma coisa de maconha, mas uma coisa que não é muito expressiva em termos do número de pessoas que poderia ter.

O que é verdade – essa, sim, é uma discussão que a gente tem que fazer também, separar um pouco – é que essa estrutura de financiamento de garimpos precisa... Não que seja uma facção, mas ela é organizada, porque você leva piloto... Você movimenta pilotos, muitos pilotos foram de Goiânia para lá. O salário de um piloto, só para a senhora ter uma ideia, lá no garimpo está em torno de R$150 mil por mês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como é que é?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É, um salário de piloto lá...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ganha cinco vezes mais que eu?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Mais ou menos. É, mas ele também pode morrer mais rápido que a senhora, porque vai cair a... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não sei. Depende de com quem o senhor briga no Parlamento. Não sei. (*Risos.*)

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Porque tem uma coisa que os pilotos fazem lá que é uma coisa... Por isso aquele número de aeronaves inutilizadas. Com a fiscalização, principalmente da ANP, você não tem o combustível específico para as aeronaves. Então, o que eles fizeram? Eles rebaixam os pistões da aeronave para usar gasolina ativada. Então, você numa aeronave que tem que ter um combustível específico... A possibilidade de queda da aeronave... Teve várias aeronaves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que caíram por dois motivos: uma pela redução e outra pelo peso. A gente fala muito no ouro, mas lá tem algumas regiões que têm muita cassiterita, que eles chamam de ouro negro, porque ela é um... A senhora viu aquela vez lá...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É um material denso, e ela teve um preço muito alto, uma valorização muito grande no mercado internacional, junto ao ouro: era em torno de R$150; hoje ela está quase R$270 o quilo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso quer dizer que o Yanomami poderia ser um dos povos mais ricos do mundo?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É. Depende da forma de... A grande discussão do garimpo – e falei até um pouco isso do Yanomami, falei até com o Ministro Barroso, da delegação – é que, talvez, se fossem tentar legalizar e exigir toda a parte da legislação, ele ficaria inviável. Ele é viável porque ele é ilegal, porque você explora, você não dá condição para a pessoa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não paga o salário.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – ... não paga salário, não recolhe imposto, aí dá lucro. Agora, se você tiver que fazer o alojamento, seguir todas as regras legais, pode ser que ele não seja tão rentável. Ele é rentável porque é ilegal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Volte para o eslaide e me dê o microfone. Eu vou fazer uma pergunta sobre o seu eslaide, Sr. Nilton, porque esse eslaide chamou a atenção do Brasil.

Eu vou lá para pertinho.

Vamos... São 10.933 ações realizadas...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... pela Casa de Governo com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Com seus órgãos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqui estão inclusas as ações de direitos humanos...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Não, aí só de repressão ao garimpo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só repressão ao garimpo?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Só repressão ao garimpo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em três anos...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Dentro e fora da terra indígena, só...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em três anos, 10 mil. Isso quer dizer: diligência, apreensão, ida ao local...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Fiscalizações...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... 10 mil. E nós temos o relatório das 10 mil atividades?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Tem, tem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.?

O senhor afirma que as ações deram um prejuízo, com base em elementos que vocês recolheram, de R$748 milhões ao garimpo ilegal?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso é uma média?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É, na realidade, o Censipam criou um *dashboard*, que é um material mais técnico – aqui a gente fez essa apresentação e fica mais fácil para o pessoal –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, e ele tem uma planilha de preços, que não são os preços de dentro da Yanomami, tá? Isso é uma discussão. Se a gente fosse botar o preço lá, esse valor passaria de R$1 bilhão, tranquilamente. É o preço de mercado de uma cidade: quanto custa um motor, quanto custa uma aeronave, porque lá a gente sabe que o preço é completamente diferente, mas aí se usou esse parâmetro de mercado de fora de terra indígena.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quantos ianomâmis nós temos em área hoje? Marcos, tem ideia?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Em torno de 30 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São 30 mil.

Então, 748 milhões.... Eu vou arredondar para 800 milhões, divididos por 30 mil, isso dá quanto? Quem que é bom de matemática?

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES (*Fora do microfone*.) – São 34.920 indígenas no território hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. Então vamos botar 800 milhões divididos por 34 mil. Olha quanto daria para cada indígena para a gente mantê-los vivo se esse dinheiro aqui fosse nosso, se esse dinheiro fosse do Governo.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Concorda?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas a pergunta que eu quero fazer é que chamaram a atenção 57 aeronaves inutilizadas. O que o senhor chama de inutilizadas?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Elas foram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor as destruiu?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Elas foram encontradas dentro da terra indígena, boa parte delas. Desde o início de 2024, elas são inutilizadas, o que significa que elas são destruídas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aí eu vou perguntar, porque o senhor sabe que nós estamos sendo acompanhados ao vivo. E a pergunta que todo brasileiro queria fazer para o senhor é por que vocês destruíram 57 aeronaves? E eu, lá na área indígena, tenho dificuldade com aeronave, estou pagando, acho, milhões e milhões de reais de hora de voo. E me explique, eu conheço a sua explicação, mas muita gente que está aqui não conhece, e o Brasil não conhece. Por que, quando vocês entram numa área indígena, que tem um garimpo ilegal, que tem uma aeronave funcionando, vocês a destroem? Aqui eu vi que o senhor destruiu. Aliás, o senhor, não, mas o grupo.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foram 57 aeronaves, 32... Isso aqui é trator?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Quadriciclo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Foram 32 quadriciclos. Gente, eu queria um desse para mim! Foram 32 quadriciclos, e, geradores, 501 geradores de energia. É de energia, né?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É energia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Os senhores destruíram 2,3 mil motores, apreenderam 1,3 milhão...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É 1,3 tonelada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De mercúrio?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – De mercúrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De mercúrio.

Acampamentos: destruíram 926. E, aqui, litros de óleo: inutilizaram – Meu Deus! – 258 mil.

E me diga: por que quando vocês encontram isso na área, vocês destroem e não fazem o reaproveitamento, inclusive para as áreas?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Bom, o primeiro motivo de a gente não conseguir retirar o material é o deslocamento. A gente usa aeronaves, que são as Esquilo – quem conhece? –, em que cabem quatro pessoas, então, nas operações, principalmente do dia a dia. E a própria Forças Armadas, quando usa a Pantera, que leva seis, sete pessoas, você tem um problema físico de como fazer. Até é uma dificuldade que a gente tem que administrar muito quando há detenções de pessoas dentro do território, porque a gente tem que trazer as pessoas para a Polícia Federal em Boa Vista.

Então tudo isso tem... E aí não é questão de custo, é a questão operacional mesmo. Você está lá, e, dependendo do horário que você chega, você não consegue tirar aquele equipamento, para depois buscar, botar as equipes, o que vira inviável. E aí, economicamente também, teriam um custo imenso. Então esses...

Alguns equipamentos – isto foi noticiado –, geradores, alguns materiais, a gente leva para a Funai, para as bases da Funai para serem utilizados, como material de pesca. Tem algumas coisas que o pessoal recolhe e até distribui nas comunidades, mas isso é secundário.

Então, a grande dificuldade nesses equipamentos maiores é de como você transporta. Com um quadriciclo daquele, a gente até fez uma operação, em que a gente levou um quadriciclo para atuar dentro, para encontrar esses quadriciclos, né? A gente teve que usar uma aeronave maior da Marinha, que é a Super Cougar, mas que cabe um quadriciclo só. Então, não cabem dois, não cabem três, cabe um só quadriciclo.

Então, para você fazer uma logística de se retirarem esses equipamentos, ela se inviabiliza financeiramente também pela dinâmica da operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, é mais caro retirar...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É mais caríssimo uma retirada do que você...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... ou levar para uma outra área que tem indígena...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – A gente sempre tenta contar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... do que destruir?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É mais barato você inutilizar lá do que você retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá, mas eu pergunto...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Agora das aeronaves a gente tem um...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então vamos para a aeronave. A aeronave foi voando.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela não chegou lá por um acaso.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A aeronave chegou voando. Se ela chegou voando, ela pode sair voando. Por que elas são destruídas?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Bom, aí a gente tem um conjunto de fatores. Primeiro, todas essas aeronaves estão com matrícula cancelada. Então, há muito tempo elas já estão proibidas de voar, porque não fizeram as suas vistorias, não fizeram a sua manutenção permanente. Então, todas as aeronaves... Muitas até têm dificuldade, porque eles utilizam em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum momento matrículas de aeronaves já até inutilizadas, eles repintam a aeronave para tentar burlar a fiscalização. Mas todas elas já estão... Tem aeronave que a gente inutilizou que estava desde 2020 proibida de voar, que ela já não poderia voar. Então, ela está há cinco, seis anos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, vocês têm medo de trazer de volta e o piloto morrer no caminho?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É, nenhum piloto... E aí tem a questão prática mesmo das alterações que foram feitas dentro... A gente estava pensando em uma aeronave, naquela aeronave tradicional, mas você tem uma aeronave de que foi retirada toda a estrutura, você não tem banco, você não tem nada. Só tem o banco do piloto, pessoal, não tem estrutura, porque ele precisa de espaço para carregar as coisas, carregar combustível, alimentação, até o seu peso máximo que é de 500kg. Então, desses 500kg, quem paga o frete – porque isso é um frete –, dependendo para onde ele vai, ele cobra R$25, R$30, R$40 mil. Esse frete o piloto cobra para as pessoas. Ele tenta botar o máximo de coisa. Então, você tem a manutenção que nunca foi feita, o cancelamento das matrículas e o grande problema maior é a mudança dos motores, você botar gasolina aditivada numa coisa que... Você ter boa parte...

Desses inutilizados, tem o número de aeronaves que caiu por conta própria mesmo, ela foi decolar e caiu dentro do rio, morreram pessoas. Então, por todos esses riscos, não tem como dar uma segurança de pegar um piloto que tem responsabilidade, que está em dia com a sua situação e dizer: "Vá lá e tira essa aeronave". A gente já fez isso com uma aeronave que o Estado pediu para ele e fez. Ele fez.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, isso que eu queria perguntar.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Mas foi uma situação muito delicada porque ele estava monitorando...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Estado que pede e vocês dão? Não pode ir lá buscar e se responsabilizar pelo transporte?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Bom, o grande problema é que você tem uma dinâmica da... Primeiro, se você até diz: "Por que não desmonta?". Aí você tem um custo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmontar e retirar. Então, é inviável também porque você tem que tirá-la por meio aéreo. O Estado se responsabilizar, assim que a gente localizar uma aeronave, é uma dinâmica que teria que ser muito... Porque alguém tem que fazer a segurança dessa aeronave quando ela estiver no território enquanto não chega alguém para tirar. A gente já fez, Senadora, operações... Uma operação de que a Força Aérea faz é complexa. Por que ela é complexa? Porque o Super Tucano, que é o avião patrulha, identifica a aeronave, ele a obriga a pousar em solo, o piloto pousa ou a tira, principalmente no local em que ele pousa. Neste momento, é acionada uma outra equipe do Exército que tem que ir de helicóptero para chegar naquele local lá para fazer a apreensão, ver o que estava lá.

A gente chegou em casos lá que quando... Até você mobilizar... Porque a dinâmica é isto: até você mobilizar o helicóptero...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Entre um ir e chegar...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – ... e ir lá, a aeronave sumiu, porque alguém já desmanchou a aeronave. Eles são bem mais rápidos e funcionais neste momento. Então, dizer assim: "Não, vai ficar lá para alguém retirar", teria que ser muito articulado e também alguém teria que assumir. Esse caso foi um caso muito específico que era uma aeronave, para surpresa de todo mundo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma. Uma aeronave boa.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É. E ela pousou no limite da terra indígena; ela não estava no interior da terra indígena, ela pousou no limite. Quando foi feita a abordagem dela, ela estava com droga, mas era uma aeronave que estava matriculada e com a sua situação em dia, porque o pessoal que transporta droga tenta dar uma legalidade maior à aeronave, porque muitas vezes são voos internacionais, que saem dali e vão para outras regiões, não é? A gente já pegou um voo lá que ia para Jamaica. Ele pousou... Então, tem toda essa dificuldade...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente tem instituições humanitárias no Brasil que usam aeronaves como instrumento para o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho. A gente tem muitas instituições que fazem voos humanitários. Alguma instituição humanitária requereu alguma dessas aeronaves? Se elas requererem, há possibilidade de estudar como foi feito nesse caso de uma aeronave para o Estado, de essa instituição verificar se pode ficar com a aeronave ou não? Existe essa possibilidade, Marcos?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Não. Nós nunca tivemos.... Nunca teve essa demanda lá. Se a demanda chegar, a gente vai tratar com os órgãos de segurança e, principalmente, com a Anac, que tem que fazer a avaliação. Isso não é impeditivo para a gente avaliar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por fim, a pergunta que não quer calar: cadê os 265kg de ouro? Só os que foram apreendidos cadê? Eu fico imaginando o que são 265kg de ouro. Dá esse espaço todo aqui cheio? Dá? Eu nunca vi ouro... Gente, nunca vi ouro de perto assim.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Dá bastante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Onde está esse ouro apreendido?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Bom, nos informes da Polícia Federal, tem uma parte que está ainda em processo de investigação; então, está na custódia...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Custódia de quem?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Da Polícia Federal. E uma parte também fica na custódia da Polícia Federal, mas é depositada na Caixa aguardando a tramitação...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do quê?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – ... dos inquéritos policiais, porque a Justiça, no final, pode dar o perdimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não há possibilidade de se fazerem ações cautelares e esse ouro já ser revertido para o povo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – O Ministério Público lá em Roraima já conseguiu uma decisão específica para cassiterita em 2023, e eles estão discutindo fazer o mesmo procedimento, com autorização judicial, para fazer o leilão do ouro. Há essa discussão dentro do Governo. Já começou, desde o ano passado, uma discussão de como é que poderia ser feito esse leilão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas a gente vai discutir isso junto. Concorda, Sr. Nilton?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com esse ouro todo aí, eu podia estar comprando cesta básica, aliviando o MPI, aliviando a Sesai, transformando esse ouro em remédio, transformando esse ouro em escola? Vamos conversar sobre isso?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Vamos, claro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se for preciso, inclusive, que seja por meio de proposição legislativa. É por isso que a Comissão nasce, Marcos.

Eu já fiz essa pergunta uns dois anos atrás, em outra Comissão. Se for necessário um projeto de lei que diga o seguinte: todo ouro e diamante apreendidos em área indígena imediatamente será transformado em dinheiro para o povo... Por que ficar esperando o inquérito para fazer que vistoria no ouro? Já viu que é ouro? É ouro. Então, libera.

Se for necessário, vamos pensar juntos num projeto de lei, numa proposta legislativa, com que a gente já transforma esse ouro que está apreendido em benefício para o povo. Inclusive, se foi apreendido na área ianomâmi, que seja do povo ianomâmi. Vamos pensar nisso?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Sim.

Até o pessoal da equipe técnica da Comissão esteve lá e colocou no relatório... Tem algumas questões que também teriam que ser aprofundadas. A pena para questão do garimpo, desses apoios, é muito baixa. Então, muitas vezes fica só um termo circunstancial lá para ele responder um processo, porque a pena é baixa. Então, muitas vezes não transforma... Se não tiver muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elementos para fazer um flagrante, o delegado corre o risco de não conseguir fazer o flagrante e a pessoa não vai nem responder. Então, essa era uma questão que teria que se debater melhor, não é? Por isso, essa questão de grupos organizados em algumas regiões tentarem... Porque sabem que a pena vai ser muito baixa.

Se for pega, a pessoa não vai nem presa na realidade, porque ela vai cumprir em liberdade. Então, quanto à essa questão, principalmente em garimpos, cada vez mais na Amazônia, teria que se dar uma rediscutida nesse processo. E a própria... Também a gente teria que avaliar – eu tenho discutido muito isso, Senadora – como é que se poderia melhorar a questão do combustível, porque se você... Aqueles 230... Aquilo ali é o que foi inutilizado...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Duzentos e cinquenta e oito mil litros de combustível, de óleo...

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É, fora o que... Porque esse aí tem boa... Não esse aí; esse aí foi inutilizado, porque boa parte dele foi dentro da terra indígena; mas, fora da terra indígena, a gente realiza a apreensão. Fora da terra indígena, a gente faz a apreensão e aí faz a doação para a Funai ou para o Corpo de Bombeiros de Boa Vista, ou para a Guarda Municipal de Boa Vista, porque tem muito combustível que a gente aprende em depósito clandestino que se estava preparando para levar para dentro da terra indígena. Então, quando a gente faz essas localizações, o pessoal de inteligência descobre, aí nesse caso a gente não faz a inutilização, faz a apreensão e faz a doação para Funai ou para a Guarda Municipal de Boa Vista – para quem seguidamente a gente faz –, ou também para o corpo de bombeiros, ou até a própria Funai para a cooperativa de agricultores, para utilizar em trator para fazer trabalho nas roças.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Agora, veja o que eu acabei de receber aqui, Marcos, todos vocês: o Plenário aprovou – eu só não vi a data, terça-feira, 8... de 2004 – que todo diamante bruto que foi recolhido em poder dos indígenas cintas-largas, a Caixa imediatamente revertesse em ações para os cintas-largas. É isso? (*Pausa.*) Então, se a gente tem esse precedente, a gente pode pensar numa MP, Marcos, imediatamente.

Agora uma coisa que eu quero fazer, atenção, um encaminhamento: eu quero ir ver o ouro com meus olhinhos. Onde está? Está na Polícia Federal e na Caixa Econômica. É uma questão só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de... Não é que eu esteja duvidando, mas eu quero ver o ouro, eu quero saber onde está o ouro! "Ah, Senadora, virou cédulas". O.k. "Ah, Senadora, é ouro de forma simbólica, porque já foi... Então, tem aqui 265kg de forma simbólica". Mas quanto que são 265kg de forma simbólica? Então, eu quero o encaminhamento da Comissão de que eu quero ver o ouro – eu nunca vi ouro desse jeito –, eu quero ver o ouro!

Seu Nilton, a pergunta para encerrar... Eu confesso, eu prometo para os demais que não vai ser tão longa a fala e as perguntas para os demais. A pergunta é, Seu Nilton: diante de sua experiência – todo mundo que o conhece tem grande respeito pelo senhor; o senhor encarou isso como uma missão de vida –, o senhor acha necessária a continuidade da Casa de Governo? Ela foi importante só nesse primeiro momento das buscas de todas as ações coordenadas? Porque o que eu vejo é que a Casa de Governo não executa; as ações são independentes, a execução é independente, mas a coordenação é pela Casa. O senhor entende, o senhor encaminha no sentido de que continue essa Casa de Governo?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Vai ter necessidade, por toda a demanda que tem e por tudo que está sendo investido em Yanomami, que tenha uma estrutura lá. Se não for a Casa de Governo, mas há necessidade de ter alguma estrutura mínima que faça um pouco essa articulação. Você tem muitos ministérios envolvidos. O acesso à terra indígena tem que ser combinado, até para a questão de ter uma racionalidade de hora-voo – em voo, tudo é caro – para não ter sobreposição. Então, isso tem sido discutido não só dentro da Casa Civil, mas também principalmente pelas lideranças. Várias... A senhora deve ter conversado...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – ... o pessoal da equipe técnica já conversou. A senhora, até na sua volta, já fez a manifestação da importância de manter a Casa de Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Há uma necessidade, pelo tamanho do território ianomâmi. A gente está falando de um território de 10 milhões de hectares. Pela população e pela sua dificuldade de logística, há uma necessidade de ter um órgão que centralize mais, ou ao menos que articule com os outros órgãos, para isso ter bons resultados e ter uma continuidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grande desafio, Senadora, é você ter uma continuidade das ações. Então, você reduziu em 99,9% o garimpo. Não tem como... Se você sair, o garimpo retorna.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Então, essas ações de manutenção, as ações que o Secretário Marcos vai aprofundar de monitoramento territorial com a participação dos indígenas são fundamentais, ações permanentes naquele território. Não naquele território, em territórios onde a atividade do garimpo tem presença. E aí fazendo uma ressalva: ianomâmi tem realidades de território. Há um baixíssimo envolvimento direto deles explorando. Em alguns lugares você tem outros envolvimentos, mas de ianomâmi especificamente, tem-se uma baixa movimentação. Eles foram muito impactados... São impactados pela atividade ilegal, mas eles não tiveram aquela... vamos dizer assim, até porque são de recente contato, tem toda essa questão, eles não utilizam o maquinário para explorar. Então, se não for permanente, vai ser por um longo período que vai ter que fazer o acompanhamento do território ianomâmi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se eu for Presidente da República, eu mantenho a Casa de Governo. (*Risos.*)

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por que eu estou falando isso? Eu queria ouvi-lo por sua experiência: a Casa de Governo foi uma boa iniciativa? O senhor está dizendo que sim. Eu vou ouvir os outros órgãos. Por que, Sr. Nilton, eu precisava fazer essa pergunta? Eu acho que a gente tem que ser muito prático aqui no Parlamento. Eu quero muito ouvir os presidenciáveis.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – Hum-hum.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quais são as propostas de Governo de todos os presidenciáveis para a área ianomâmi? E se eles não me apresentarem uma proposta, eu, como Subcomissão, vou ousar encaminhar para os presidenciáveis que considerem a possibilidade da continuidade das ações de Governo coordenadas como foi. Porque, a gente não sabe se este Governo continua. Eu vou lutar para não continuar, tá? Aí é outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, assim, se a experiência foi boa, esta Subcomissão não vai se omitir. Eu vou procurar um diálogo com todos os presidenciáveis: o Sr. Nilton veio aqui e mostrou resultados, então, como é uma ação constituída por decreto presidencial, e o decreto presidencial é uma norma regulatória frágil, pode cair – já falamos sobre isso, Marcos –, será que não é a hora de se ter um projeto de lei? Tipo: "É possível um projeto de lei com medidas temporárias, por dez anos se mantém esse projeto". Tá? Então, eu queria muito ouvi-lo, o senhor falou exatamente o que eu queria. A experiência foi boa, a Casa de Governo funcionou e a forma de coordenar as ações do Governo Federal centralizada em um órgão funcionou. Seria isso.

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – A gente reconhece isso, mas vários órgãos, né? O Fórum de Segurança Pública na COP fez documento, colocou como uma ação importante. O Ministério Público Federal do Amazonas também defende. Então, há um reconhecimento da Casa de Governo nesse formato de articulação e coordenação das operações. É que é um formato que talvez se tenha que se pensar para as ações na Amazônia. A Amazônia tem uma outra...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Talvez em outras áreas também?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO – É, não Casa de Governo, mas a gente faz outras operações com matriz de responsabilidade, que não necessariamente... Mas há uma necessidade de fazer ações, principalmente na Amazônia, mais permanentes, principalmente nos ilícitos, né? Tanto não só de garimpo, mas de roubo de madeira.

Você precisa talvez repensar a forma de atuação do Estado brasileiro – não só do Governo, mas do Estado brasileiro – nessa região, garantindo servidores. Você tem a dificuldade de manter servidores nesses locais pelo difícil acesso e pelo custo de vida. A Amazônia é um mundo à parte dentro do Brasil, pelo seu tamanho e por toda sua dificuldade. Então, eu acho que todas as experiências que possam ter resultados positivos têm que ser avaliadas.

E a Casa de Governo tem sido avaliada positivamente não só dentro do Governo, mas principalmente por fora. O que é importante é saber se está dando resultado. A gente tem conseguido não só essa ação do combate ao garimpo, mas também a ação da redução do garimpo permite a aplicação das outras políticas públicas dentro do território, porque é uma coisa imbricada. Não tendo garimpeiro, você não sendo ameaçado, isso traz uma tranquilidade para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MPI conseguir fazer as suas políticas, principalmente a Funai fazer o seu dia a dia e, principalmente, com segurança, a Sesai poder desenvolver, através do Dsei, a política pública.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k..

Sr. Nilton, eu só vou lhe dizer que já houve uma experiência antes da Casa de Governo de Roraima, que foi a experiência do Programa Abrace o Marajó, que era exatamente isto: coordenação de ações federais em um único comitê. A gente fez isso e deu certo. Um dia eu compartilho com o senhor os avanços do Programa Abrace o Marajó.

Sr. Nilton, obrigada pela participação. Que Deus o abençoe muito lá na sua missão, no seu desafio.

Nós vamos continuar essa conversa, tá? Eu fiz perguntas muito primárias, porque o Brasil inteiro está acompanhando. O senhor não tem ideia, a nossa audiência está lá em cima, viu? Nós estamos lá em cima na audiência. E eu quero agradecer a todos que estão participando.

Nós vamos ouvir agora a Maria Lucilene Martins Santos, Lucinha Tremembé, Secretária de Saúde Indígena.

Maria Lucilene, obrigada por estar conosco, viu? E eu vou repetir: você está muito bonita com o seu brinco e seu colar. Seja bem-vinda. Eu prometo que eu não vou demorar com você – é porque as perguntas mais técnicas realmente estavam aqui com a Casa de Governo.

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (Para expor.) – Oi. Bom dia a todos. Bom dia, Senadora. Gratidão pelo convite.

Eu cancelei um evento para estar aqui, porque entendo a importância da pauta e de estar aqui falando com todos vocês, mas principalmente com a Senadora que fez o convite.

Tenho uma apresentação, mas, antes de começar aqui os eslaides, quero dizer que eu acho que foi muito importante começar o Tubino, fazendo a apresentação, para a gente falar sobre as ações de saúde.

Eu assumi, há três meses e um pouquinho, a secretaria, mas eu estou na saúde indígena desde 2023 e tenho acompanhado a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Explica para quem está nos ouvindo: saúde indígena nacional ou local? Explica.

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS – Tá.

A Sesai é uma secretaria nacional – Secretaria de Saúde Indígena –, uma das secretarias do Ministério da Saúde, de âmbito nacional. E tem o Distrito Sanitário Especial Indígena: nós temos 34 deles, inclusive tem um que é Dsei Yanomami, que fica em Boa Vista, no Estado de Roraima.

E aí eu assumi a secretaria há três meses, mas estou acompanhando a pauta desde 2023 também. Inclusive, desde 2024, eu assumi o Centro de Operações Emergenciais, que é o COE Yanomami, que é instalado quando tem uma emergência.

Pode passar.

A gente vai começar aqui pelos dados.

Um dado que foi trazido em vários questionamentos é a questão de óbitos, quando se fala sobre a emergência ianomâmi. E o Tubino falou muito bem aí como é que foram todas as ações de retirada do garimpo. E a gente só pôde adentrar o território após essa desintrusão, de forma muito ordenada.

Então a gente tem aqui uma apresentação trazendo os dados de óbito de 2023, 2024 e 2025; são os dados fechados que a gente tem. A gente pode fazer uma série histórica, e aí tem uma porcentagem: de 2023 até 2025, a gente tem uma redução de 18,2% de óbitos no geral. Mas a gente quis trazer para vocês, como a gente está falando especificamente aqui das ações de saúde, dados dos óbitos mais agravantes e que tiveram ali na emergência, como fatos bem relevantes, que é a questão de infecção respiratória aguda, desnutrição e malária. Então vocês podem observar, no gráfico, que a gente tem uma redução, uma queda inclusive, muito importante. E tem abaixo o descritivo: redução de 53,2% no número de óbitos por desnutrição; redução de 29,83% na taxa de mortalidade na infância, menores de 5 anos; na mortalidade infantil, redução de 21,26%; óbito por malária, 80,8%; redução por infecção respiratória aguda de 16,7%; e redução de mortalidade infantil por causas evitáveis de 12,19%.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente trouxe também aqui dados da vigilância em saúde, que também são importantes de ser veiculados. Há a questão do acompanhamento nutricional, e aí vem a questão da desnutrição, que foi muito falada ali no início da emergência. A gente também tem o primeiro gráfico ali, da ampliação de crianças já com acompanhamento nutricional, o percentual de crianças menores de 5 anos – que é o que preconiza o SUS – acompanhadas pela vigilância. No caso, a saúde indígena acompanha até 5 anos; o SUS até 2, mas a saúde indígena, por conta das questões territoriais, de todas as questões específicas, a gente acompanha até 5 anos. A gente tem um dado que também é muito importante: de janeiro de 2023 a dezembro de 2025, a porcentagem de crianças acompanhadas também tem um gráfico muito importante de crescimento. De déficit de peso, o gráfico também é importante, porque ele cai, isso é muito importante; se eu passo a acompanhar, eu passo a observar e a cuidar dessas crianças. De vacinação de rotina, um aumento de 40% de doses aplicadas – também esse é um dado muito importante. Ampliação de 72,6% de exames de malária: isto é importante destacar, que a gente tem aí um aumento na detecção ativa, que é quando os profissionais vão até os usuários, e não o contrário. Isso foi verificado e foi encontrado ali em 2023, num cenário bem desastroso, a que todo mundo aqui pôde assistir, infelizmente, mas, com esse acompanhamento mais próximo, a gente consegue identificar a malária mais cedo e cuidar desse paciente, evitando assim óbitos. E houve a redução de 21% de casos confirmados de malária, que está aí também no gráfico abaixo.

Pode passar.

Vigilância em saúde também com relação à coqueluche. A gente teve um surto ainda este ano; esse surto, graças a Deus, já chegou ao fim.

A gente teve aí um atendimento de 9.989 pessoas; procedimentos contra transmissão, 1.074; indígenas vacinados, 3.053; doses variadas aplicadas, 4.683. Enfim, ao final, a gente teve 34 indígenas recuperados entre fevereiro e maio de 2026.

Pode passar.

Quantitativo de trabalhadores. Eu vi que tem até uma pergunta que chegou aqui, que tinha sido entregue... É bom que já respondo aqui a pergunta sobre o quantitativo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Só diga o nome da pessoa e a pergunta.

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS – Digo, sim. Aproveito e já vou respondendo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Isso.

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS – A Janaína, de Rondônia, pergunta: "Quantos profissionais de saúde [...] atualmente no território ianomâmi? Esse número é suficiente para atender a população?". Essa foi a pergunta.

Aqui temos o quadro de profissionais que a gente tem hoje, de 2023 a 2026. E a segunda pergunta da Janaína foi se esse número é suficiente. A gente tem buscado fazer a cobertura completa no território. Hoje, a gente ainda conta ali... Está com o processo seletivo, inclusive, aberto neste momento de 227 vagas, porque a gente entende que, com esse número, a gente consegue fazer uma cobertura mais qualificada no território.

O número também que eu considero muito importante é o número de médicos, porque, embora a gente tenha os outros profissionais, como técnico de enfermagem, enfermeiro, enfim, os demais, como nutricionista, que a gente fez muita questão de ter por conta do cenário de desnutrição, a gente também conta com os médicos, e a maioria deles, 90%, é do Programa Mais Médicos. Então, a gente também tem este número bem importante: de 2023, a gente sai de 36 para 63, e ali ainda tem 19 médicos para se apresentarem até 31 de julho, que é o final deste mês. Então, a gente vai ter um quadro de médicos também aí para fazer uma cobertura bem importante no território.

Pode passar.

Teve várias iniciativas dentro do território. Entre elas, a gente teve aí a iniciativa da tafenoquina. A tafenoquina foi implantada, é um tratamento para malária que reduz o tempo de tratamento do paciente. E aí era um dos dificultadores que a gente tinha, que a gente ouvia de relatos: para o paciente fazer o tratamento, eram 14 dias, antes da tafenoquina; e, aí, ele começava, Senador, o tratamento, melhorava e ia embora. Então, o risco de ter uma reincidência de malária e de ela ser mais complicada era muito grande. Com a medicação tafenoquina, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue reduzir esse tratamento pela metade e consegue a cura com menos tempo. Aí tinha uma problemática que era a tafenoquina pediátrica. Quando ela foi autorizada, era somente a adulta. Então, a gente fez aí várias incidências para que a gente tivesse tafenoquina pediátrica. Ela começa a ser distribuída, evidentemente, de forma controlada, em março deste ano, quando a gente começou já a aplicar a tafenoquina pediátrica dentro do território. Foram 14.550 comprimidos para o Dsei Yanomami, com 0,6% de recorrência. Esse também é um dado muito importante, porque a gente teve esse dado nos adultos, e isso nas crianças também é muito importante, porque está tendo menos recorrência para a pessoa pegar malária. Isso quer dizer que a tafenoquina, para além de diminuir o tempo, também reduz a recorrência, que é quando você pega novamente. E a expansão da estratégia é para todos os polos dos Estados do Amazonas e de Roraima.

A gente começou por lá, mas a gente também ampliou para todos os outros DSEIs que nós temos na Amazônia Legal.

Esse aqui é um dado também de muitíssima importância, que é a questão da infraestrutura dentro do território ianomâmi. A gente, de 2023 a 2026, fez 48 construções e reformas de estabelecimentos de saúde; ações pontuais de infraestrutura – que aí são pequenas reformas –; sistema fotovoltaico para as equipes de saúde indígena – isso também é um dado importante, porque a gente não tem energia elétrica e a gente precisa de um mínimo de eletricidade dentro dos territórios, principalmente por conta da vacina, do acondicionamento –; radiofonia e comunicação a gente também teve 42. Embora a gente tenha avançado com a questão da comunicação para dentro do território, a gente também conta com esses outros meios.

No gráfico, a gente consegue verificar, ali, construções e reformas. Em 2023, a gente começa ali ainda timidamente, mas quero dizer que, no Dsei, com a equipe que existia, só se conseguiam fazer oito construções por ano, por conta da questão logística. Em 2024, esse número aumenta: a gente faz nove construções e quatro reformas. Em 2025, são 14 construções do zero e quatro reformas; e agora, até este momento, a gente tem seis construções concluídas no ano de 2026 e tem oito em andamento.

É importante também dizer que houve outras estratégias também com relação à infraestrutura fora do território. Uma é dentro do território e é uma inovação muito importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o Centro de Referência em Saúde Indígena, que fica em Surucucu. Ele foi implantado e foi entregue em setembro de 2025. É uma estrutura muito importante para a gente ter também, para receber as emergências dentro do território e ali a gente poder sanear. Só quero referenciar que, para Boa Vista, o que realmente não puder resolver lá...

Há a Casai Yanomami. A gente começou a obra, mas teve uma interrupção por conta da empresa. Vai reiniciar agora em agosto. Já tem uma empresa, já foi feita a licitação, está tudo certo.

A sede do Dsei, que hoje está num prédio alugado, a gente vai mudar para o prédio da Funasa, onde está a Casa de Governo – a Senadora esteve lá na Casa de Governo, né? Vai funcionar o Dsei e a CAF, que é a Central de Abastecimento Farmacêutico, que também está sendo implantada lá, ao lado da Funasa.

A gente ainda fez aí, mesmo sendo pelos nossos próprios trabalhadores, que a gente contrata, 225 manutenções de pista – a gente tem alguns profissionais colaboradores, vou usar a palavra colaboradores, que a gente contrata para fazer também essa limpeza nas pistas – e 150 manutenções de sistema fotovoltaico, que é para a gente ter energia dentro dos territórios.

Pode passar.

Aqui são as imagens para vocês verem como era o centro de referência antes e como é que ele está hoje, tanto uma imagem de cima quanto por dentro, e como é que são as instalações do centro de referência.

Pode passar.

Essa aqui é a unidade de retaguarda hospitalar para os povos indígenas, e aí não é só para os ianomâmis, mas para todos os povos indígenas do Estado de Roraima. A gente tem hoje, já atuando, 36 leitos; e esses 36 leitos são utilizados por todos os povos ali que necessitem. Esse espaço respeita as questões tradicionais, trazendo aí, se for necessário, os nossos detentores de conhecimento para fazer rituais, tanto de rezo quanto, também, de uso de plantas medicinais. Até o momento, foram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lucilene, você falou que é para todos os povos do estado?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Do Estado de Roraima, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, a gente tem quantos povos no estado?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – A gente tem quatro no Yanomami e a gente tem no... Porque tem o Dsei Leste Roraima também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quantos povos são no total? Joana sabe dizer?

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES (*Fora do microfone*.) – Sete.

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Sete, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quatro no Yanomami, sete...

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Três no...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. Então, são 34 mil ianomâmis.

E os demais indígenas, quantos são?

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES (*Fora do microfone*.) – Do Dsei Leste, 60 mil indígenas cadastrados.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São 60 mil indígenas cadastrados que não são ianomâmis. É isso?

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – Do Dsei Leste.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do Dsei Leste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES (*Fora do microfone*.) – São uaiuai, uapixana, taurepangue...

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Macuxi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá. Então, essas melhorias desse hospital não são apenas para atender aos ianomâmis...

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São para atender a todos os indígenas do estado, né?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Sim. Lá tem algumas especialidades; ele não deixa de ser atendido pelos outros estabelecimentos de média e alta complexidade do estado, mas a gente quis trazer uma unidade específica que trouxesse esses aspectos que eu falei, considerando as questões tradicionais. Lá tem vários leitos que trazem ali as questões de como eles utilizam... Alguns não utilizam o vaso sanitário, então é colocado um outro meio lá dentro do estabelecimento, enfim. Até o momento, foram atendidos 665 indígenas dentro desse estabelecimento.

Pode passar.

Esse aqui é o polo de Auaris – são só algumas fotografias para vocês verem como que é a infraestrutura, como era antes e como é depois. A UBSI do Novo Demini, o antes e o depois; a UBSI Marauiá, quando estava sendo construída e quando terminou.

Pode passar.

São mais fotos das UBSI Ericó, Bandeira Branca, Maraxiú, Xiteii, Serrinho e Olomai. Todas essas aí estão entre os dois estados, tanto Amazonas quanto Roraima.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No saneamento no território indígena, a gente também teve vários avanços. A gente teve aí 304 ações voltadas para abastecimento de água; dentre elas, foram 93 poços tubulares construídos, melhorados ou reativados, mais 142 sistemas de filtração implantados ou melhorados e 69 reservatórios elevados. A gente teve a entrega de filtros de barro também, monitoramentos da água e ações de esgotamento sanitário, incluindo a implantação de novos sistemas. Aí abaixo, também, a gente pode ver o gráfico da evolução dessas ações de abastecimento de água.

E aí no quadrinho tem um dado que é importante também ser evidenciado: que no início, ali em 2023, a gente tinha 75 estabelecimentos de saúde indígena e 28 possuíam sistema de abastecimento de água. Hoje, a gente tem 84 espaços onde nossas equipes ficam e, dentre esses, 75 já possuem sistema de abastecimento de água. A gente cresceu, saiu de 37% para 89%. É importante dizer que os sistemas são implantados nas unidades por conta, também, da forma de organização social do povo ianomâmi, porque eles não se fixam.

Então, ao passo que eu fixo um poço nas aldeias, eu meio que os obrigo a permanecerem naquele lugar. Tem alguns que, inclusive, já começaram esse diálogo de estar pensando: "Ah, eu vou ficar aqui",. Então, pronto, a gente pode fazer um sistema de abastecimento de água. A gente também respeita essa questão de organização cultural e social.

Estas aqui são algumas fotos de como são os sistemas dentro do território. A gente também utiliza o sistema SALTA-z, que capta a água de onde tem a água que pode ser tomada. É feita toda a análise da água do rio para saber se há a possibilidade de trazer essa água, e ela ainda é tratada para se poder disponibilizar – é o sistema SALTA-z.

Pode passar.

Eu acho que já está quase.

Este aqui... Ali, olhem, é o pessoal fazendo a análise, captando a água e fazendo a análise, para poder ver como é que está.

E aí tem as ações voltadas para gerenciamento de resíduos sólidos. Isso é feito também em todas as aldeias, mas principalmente essas ações que estão na foto são no Amazonas, feitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntamente com o agente indígena de saneamento, que é indígena, mas também a gente tem o técnico de saneamento e outros profissionais do Dsei-Y que acompanham isso.

Pode passar.

Eu acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretária, obrigada por sua apresentação. Eu vou a três perguntas bem objetivas.

Primeiro: a Espin, em 2023, quando ela foi publicada, tinha um valor absurdo em dinheiro para a saúde indígena, para o enfrentamento dos problemas lá com o povo ianomâmi. Depois, a gente aqui no Congresso, em medidas provisórias, em decisões, foi trazendo aditivos; eu não sei se Marcos tem o valor total, mas o valor é surpreendente! Com todo esse valor e com uma Casa de Governo funcionando, com tudo funcionando, só diminuiu 18% a mortalidade entre os ianomâmis?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Só para informar aqui: o valor do crédito extraordinário, que é a que a senhora deve estar se referindo... A saúde não teve crédito extraordinário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Não. A saúde não teve crédito extraordinário; a gente utilizou o orçamento ordinário do Ministério. Não teve crédito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, o orçamento extraordinário era para estas ações aqui?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Para outras, para outros ministérios, para outras, mas, para a saúde... A gente fez todas as ações que eram necessárias para a atenção à saúde, mas não com crédito extraordinário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque, quando a Espin vem, a gente está num pós-pandemia, em que a gente teve sérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas de atuação em área, o Governo anterior teve, por causa de uma pandemia e de todas as regras que envolveram a questão da pandemia.

Mas eu não vou falar do Governo anterior, vou falar do anterior do anterior do anterior do anterior... O problema de saúde na área ianomâmi é antigo?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – O problema de saúde... Eu posso me ater aos dados que eu estou coordenando, que são de a partir de 2023. Evidente que a gente ali recebe um cenário; também não vou falar de Governos anteriores, anteriores, anteriores...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – ... eu vou falar do cenário que a gente pegou, que é a partir de 2023. Eu entendo que, para se chegar ao cenário em que as crianças estavam, em que a população estava, que era, principalmente, de desnutrição, não começou em 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vem de algum tempo. A gente tem desafios e, mesmo com tudo que vocês estão fazendo, tem desafios ainda?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS (LUCINHA TREMEMBÉ) – Temos muitos desafios, sim. A gente não tem medido esforços, como eu disse.

Embora a gente não tenha recebido crédito extraordinário, isso não foi um dificultador para a gente aumentar a força de trabalho, para a gente aumentar a infraestrutura dentro do território, para a gente fazer tudo isso aqui que eu apresentei.

A gente tem, inclusive, aqui do nível central, agora enquanto secretária... mas todas as outras secretárias do ministério têm unido forças para estar presente dentro do território, para estar presente não só no Dsei, mas dentro do território, para a gente olhar de perto e pensar em estratégias para a gente mitigar problemas que ainda temos. E temos muitos desafios: o território é muito extenso, a gente tem a questão logística, a gente tem as questões meteorológicas... A Senadora, inclusive, pôde passar por isto de não pousar dentro do território. Então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também tem isso quando a gente vai colocar nossas equipes em território, mas estamos totalmente dispostos a continuar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Lá em Rio Negro, a gente tem uma grave... Já não é mais ali Roraima, mas há um inquérito do Ministério Público Federal sobre a grave situação da comunidade de Santa Isabel do Rio Negro. Isso já está sendo solucionado? Inclusive, é um inquérito recente.

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS – Sim, sim, sim. A gente recebeu agora, recentemente, essa questão mesmo. Mas aí foi até explicado que a gente nem tinha sido notificado. A gente tinha recebido um ofício, aguardou a notificação do Ministério Público, e a gente não recebeu. Mas, enfim, está sim. Todas essas ações que eu passei aqui, não é só em Roraima, são para os ianomâmis dos dois estados.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Lucilene, houve um ataque violento a uma técnica de saúde lá em Parima. E, segundo informações, desde esse ataque violento a essa técnica – e aí é interessante a gente explicar que, às vezes, existe resistência aos técnicos –, desde esse ataque, esse posto está fechado. Isso é verdade? Ou vocês já conseguiram reabrir?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS – No Parima, a gente está com ações pontuais, porque nós temos alguns casos, como você mesma citou, de algumas questões de conflitos internos, mas a gente não tem deixado de fazer assistência. Inclusive, estava conversando com a Joana, que é a Presidente do sindicato, e até falei para a gente ter uma reunião depois, mas algumas questões para dentro do território... A gente tem resistência dos trabalhadores, porque aconteceu alguma questão. E a gente, enquanto Ministério da Saúde, não pode obrigá-los. Mas a gente tem feito articulações, inclusive, para trazer as lideranças para Boa Vista, lideranças que compreendem aquelas aldeias, para tentar um diálogo, para que eles entendam que, se eles continuarem com esse conflito, as equipes não vão entrar, e a gente acaba tendo um déficit na assistência.

Mas as nossas equipes, sim, têm entrado com missões menores, para ficar 10, 15 dias e retornar; a gente não tem deixado desassistida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Houve muita crítica do Parlamento, Lucilene, de que estava demorando os dados serem publicados. A gente chegou a ter quatro, cinco meses sem ter dados de vocês – de morte, de desnutrição... E o Parlamento fez severas críticas a isso. Por que a demora da divulgação dos dados? Vocês agora estão apresentando os dados com mais frequência?

A SRA. MARIA LUCILENE MARTINS SANTOS – Sim, esses dados que eu passei são, de certa forma, já públicos, porque são de outras secretarias. O dado que a gente demora um pouco mais não é porque a gente queira demorar, é porque há a questão logística também do Dsei, e a gente tem um sistema que é centralizado no Dsei, para a gente poder pegar os dados, compilar, mas é principalmente o dado de óbito, que eu sei que foi mais solicitado pelo Parlamento, pela sociedade.

Mas os dados de óbito, independentemente de serem numa emergência, podem ser publicados 24 meses depois, porque ele precisa ser analisado, ele precisa ser investigado, justamente para a gente não incorrer em fazer uma publicação de um dado com uma causa de morte e, depois, quando ele for investigado, ser de outra. Por isso que existem os comitês de investigação, inclusive tem um específico dentro do ianomâmi. E a gente faz isso.

Agora a gente está já consolidando o informe, considerando os últimos seis meses, e não é só a Sesai que faz isso, tem a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, que é uma das secretarias do ministério que trata sobre dados epidemiológicos. Então, todos esses dados são tratados por um epidemiologista, para a gente poder divulgar com todo o cuidado, para que a sociedade tenha conhecimento, mas conhecimento de um dado que seja fidedigno e não que a gente divulgue um dado e depois da investigação: " Ah, não era esse o motivo". Então, por isso o cuidado. Não é que a gente esteja escondendo alguma informação.

E a gente está à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Eu quero lhe agradecer, Maria Lucilene. Eu sei que você tem um voo, mas o máximo que você puder ficar na audiência, seria interessante.

Nós vamos continuar ouvindo o Governo, vou fazer uma dinâmica agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos para a apresentação *online* de Camile Marques Sahb, Diretora do Departamento de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar. E, depois dela, a gente tem um outro representante do Governo, que é o Marcos.

Mas aí, Marcos, eu vou lhe pedir permissão de a gente ouvir a Camile, como Governo – eu queria primeiro ouvir todo o Governo e, depois, a sociedade civil –, mas, para a gente não perder a conexão, nós vamos ouvir a Camile e o Dário, depois eu volto para você. Aí, depois a gente volta para a sociedade civil, representantes dos servidores também.

Camile, seja bem-vinda e obrigada por estar conosco nesta audiência.

Dez minutos para a sua apresentação.

A SRA. CAMILE MARQUES SAHB (*Por videoconferência*.) – Senadora, a gente havia combinado que o Marcos faria a fala, e eu iria fazer as complementações.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, você prefere assim?

A SRA. CAMILE MARQUES SAHB (*Por videoconferência*.) – Isso, como as ações são muito integradas...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu único medo era cair a conexão. Você está em Brasília, então não tem problema.

Então, eu vou fazer o seguinte: nós vamos ouvir o Dário, para a gente não perder a conexão, e aí eu passo para o Marcos. Marcos fala, e você completa. Aí, a gente vai escutar os demais, o.k.?

Então, Dário Yanomami, representante do Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami, Vice-Presidente da Hutukara Associação Yanomami.

Dário, dez minutos para a sua fala.

O SR. DÁRIO VITÓRIO KOPENAWA YANOMAMI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Tá, eu vou colocar aqui o relógio, aqui... Porque os brancos, eles usam relógio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode falar, Dário. Estamos te ouvindo e te vendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO VITÓRIO KOPENAWA YANOMAMI (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas, às autoridades, à autoridade civil, a algumas lideranças indígenas.

Em primeiro lugar, eu vou aproveitar esta oportunidade para registrar meu protesto, em relação ao meu impedimento de participar, juntamente com Hekurari Yanomami, né? Da audiência pública do GTMTI, Comissão Temporária, também do Senado Federal. Então, isso eu queria dizer em primeiro lugar.

Eu sou Dário Vitório Kopenawa Yanomami, eu sou o Presidente da Hutukara Associação Yanomami, só para corrigir, Senadora.

Bom, esta é uma grande oportunidade. Eu queria dizer sobre o acontecimento que aconteceu. Eu queria falar sobre as duas críticas do Governo passado e do Governo presente. Como a gente está falando sobre a situação do povo ianomâmi, então existe uma cicatriz que deixou muito claramente para a população brasileira e população do povo ianomâmi e iecuana, essa cicatriz que nós estamos enfrentando com o Governo passado. Ele abandonou, queriam acabar a população ianomâmi, queriam matar o povo ianomâmi. Essa é uma cicatriz que nós estamos sofrendo até agora. Então, isso aconteceu bastante, uma situação muito preocupante, situação muito triste. Por que eu estou falando isso? A minha revolta... Isso é uma responsabilização do Governo passado, uma responsabilização do Governo presente. Isso abandonou a nossa proteção do povo ianomâmi e iecuana. Então, isso significa uma responsabilidade do nosso Brasil, responsabilidade do Congresso federal, que é onde a senhora está sentada agora. Poderia proteger os povos indígenas do Brasil, não aconteceria... Isso é um resultado, uma grande cicatriz que se chama Congresso Nacional, em Brasília. Então, como Dário Yanomami, eu estou analisando é isso.

Falando como ianomâmi, o que aconteceu? Esses problemas que nós estamos falando agora, eu, como ianomâmi que represento, como ianomâmi, vejo meus parentes nas comunidades e nas aldeias...

Eu vou falar sobre garimpo ilegal. Sobre garimpo ilegal, vários governos representantes dos estados estão apoiando a atividade garimpo ilegal nas terras indígenas, especialmente na Terra Indígena Yanomami. Esse garimpo matou o meu povo, as águas estão sujas, águas poluídas, assassinaram o meu povo ianomâmi. Relembrando, Governo passado derramou garimpo ilegal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Terra Yanomami; Governo passado matou as crianças, 570 crianças foram mortas; utilizados maquinários, as dragas, arma de fogo, estupros, prostituição. Então, é sobre isso que nós estamos falando agora. E também a crise humanitária caiu. Os nossos parentes foram... morreram bastante, porque não tinha responsabilização do Estado brasileiro e também responsabilidade para proteger os povos ianomâmi e iecuana. Então é isso que nós estamos sofrendo hoje em dia.

Por que eu estou falando? Eu fico muito chateado quando a gente fala sobre o povo ianomâmi, por causa de meus primos, meus sobrinhos, meus netos que morreram. Então hoje nós estamos falando de uma situação muito preocupante e uma situação muito revoltante, e aconteceu isso.

Falando hoje de garimpo, de outros governos – como no caso do Governo que passou esses eslaides, as informações –, nós, como Hutukara Associação, acompanhamos esse tipo de sistema de alerta, toda a Terra Yanomami como um todo. Nós fizemos um trabalho, como Hutukara Associação Yanomami, que não é governo, para entregar esse nosso trabalho para a Casa do Governo, para fazer uma operação na Terra Indígena Yanomami de combate ao garimpo ilegal. Em cada região, na região de Roraima, como foi muito impactada, foi muito degradado o meio ambiente, teve extraído ouro na Terra Yanomami, especialmente pelos garimpeiros ilegais.

Então nós fizemos bastante trabalho e bastantes denúncias, entregamos todo o mapeamento e onde os garimpeiros estavam destruindo a nossa mãe natureza, matando o povo ianomâmi, matando as crianças. A gente fez nosso trabalho e, por isso, agora a gente está falando sobre isso. Metade do garimpo a gente expulsou na Terra Yanomami – metade. Mas os garimpeiros continuam na Terra Indígena Yanomami, nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e do Brasil com Guiana Inglesa, Guiana Francesa e Colômbia também. Isso o Governo Federal não está vigiando, não está monitorando, pela soberania nacional, para não acontecer mais na Terra Yanomami. A gente está fazendo o nosso trabalho e está denunciando cada vez mais na Terra Indígena Yanomami.

Então, isto é significativo: hoje o Governo atual conseguiu expulsar o garimpo ilegal na Terra Yanomami. Por que eu estou falando isso? Porque eu estou acompanhando. Eu estou acompanhando essas operações na Terra Yanomami e as denúncias na Terra Yanomami também. E de cada Terra Yanomami eles estão mandando as informações, as denúncias para nós, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hutukara Associação Yanomami, para fazer um relatório técnico e entregar para a Casa do Governo, para fazer essas operações na Terra Yanomami. Então eu queria falar um pouco sobre isso.

E também eu queria mencionar um pouco isto, como o Governo Federal... não é Governo Federal, é o Governo local. A gente está lendo o relatório e o Governo local não regularizou as escolas na Terra Yanomami. O Governo Federal fez três pontos ou sete pontos de escolas, que foram regularizados, mas não reconhecidos. E outras escolas não estão regularizadas. Então o Governo Federal está mentindo no papel, no relatório. Ele não pode mentir nesse relatório. Na Terra Yanomami, a gente não tem nenhuma escola estadual; o Governo estadual não construiu escolas na Terra Yanomami. Isso eu estou falando na Terra Yanomami como um todo. É uma responsabilidade do Governo estadual, que iria fazer escola, e não está construída nenhuma escola na Terra Yanomami. Então, isso eu queria dizer para você também através de relatório.

Hoje em dia, sobre a saúde ianomâmi, a gente, como a Hutukara, não recebeu mais essa denúncia das mortes das crianças e também de falta de remédio. Isso significa que já conseguimos, com a Hutukara acompanhando, conseguimos... A saúde está melhorando, mas a outra saúde não está melhorando, e o problema é a malária. Porque a nossa Terra Yanomami está destruída por maquinários, cheia de mosquitos, por isso a malária não está acabando.

Quero deixar bem claro... Você, Senadora, mencionou que os ianomâmis estão morrendo de fome. Não é isso. Sempre eu falo isto: os ianomâmis estão morrendo por causa de garimpo ilegal na Terra Yanomami. Os rios estão contaminados, os rios estão poluídos por mercúrio, cachaça, armas de fogo, drogas – por isto as crianças estão morrendo: porque os garimpos são presentes ainda na Terra Yanomami.

Falando nisso, hoje em dia, metade do garimpo foi expulso, e até agora os ianomâmis estão recuperando a vida para querer normalizar. Os ianomâmis querem cuidar de seus filhos. Hoje os ianomâmis têm as roças, estão trabalhando, e as crianças estão morrendo menos. As crianças morrem de malária, de algumas doenças como a que se chama pneumonia, por isso isso está acontecendo.

Eu estou falando que onde tem... Onde ficou muito impactado – Homoxi, Xitei e Kayanaú – , nessas regiões, têm muitas roças. Eu visitei e conheci onde os ianomâmis estão trabalhando hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria dizer que nós... As crianças ianomâmis não estão morrendo. Elas estão se recuperando, porque foram muito impactadas pelos grandes invasores que destruíram a casa deles. Então, isso eu queria dizer.

E também queria falar sobre questão orçamentária. Vocês estão falando do orçamento. É importante incluir a continuidade, para que a Casa de Governo faça operações na Terra Yanomami, esse orçamento, para continuar a fazer essas operações na Terra Yanomami. Isso não significa que vai acabar o garimpo ilegal na Terra Yanomami. Vão continuar sim, por isso é importante esse orçamento ser incluído na Casa de Governo, para fazer o trabalho para proteger os ianomâmis nas operações. Então, eu queria dizer isso também, são as minhas notas aqui.

Também eu estava ouvindo, Senadora, o que você falou: que os ianomâmis são pobres. Isso significa... Machuca muito. Eu sou ianomâmi. Eu sou filho de ianomâmis, eu falo ianomâmi. Então, a Senadora falou isso. E a terra é rica. Isso significa que o Brasil é rico, é rico de conhecimento, é rico de sabedoria, é rico de conhecimento próprio da sua terra. A nossa terra, do Brasil, é rica, sim, cheia de harmonia, cheia de alegria e cheia de vida.

Isso significa... Eu, como ianomâmi, respondo sobre ianomâmi.

Vocês estão dizendo: ianomâmis são pobres. Ianomâmis não são pobres. Ianomâmi sabe cuidar de sua floresta. Ianomâmi cuida de sua família. Ianomâmi cuida de seus filhos para trazer comida, para cuidar de seu povo. Ianomâmi sabe cuidar da floresta sem destruição, sem desmatamento. Isso significa... Eu, como defensor do povo ianomâmi, queria dizer isso.

E também queria dizer também, Senadora... A Senadora falou isso sobre leilões, sobre as apreensões de ouro... Nós povo ianomâmi não queremos negociar o ouro. Nós não queremos negociar, não queremos transformar esse em dinheiro, porque isso é muito perigoso. E outros GTs, como os GTs de mineração nas terras indígenas, querem regularizar essa justificativa... Por isso, nós ianomâmis não queremos negociar o ouro, que foi destruído e que foi trazido e que foi roubado na nossa Terra Yanomami. Então, queria falar um pouco sobre isso.

Também queria dizer... Senadora, você falou sobre conflito entre os ianomâmis na Terra Yanomami. Por que os ianomâmis estão matando? Porque os garimpeiros levaram arma de fogo pra Terra Yanomami. Foram aliciados. Em troca de ouro, em troca de terra, entregaram muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

munições na Terra Yanomami. E por isso está acontecendo isso. Não pode culpar os ianomâmis que estão se matando. Isto é responsabilidade do Governo Federal, o Governo passado, e Congresso Nacional: coibir usar arma de fogo nas terras indígenas. Isso é uma responsabilidade dos Senadores e responsabilidade dos Deputados e responsabilidade do Governo brasileiro. E, então, isso queria dizer para você.

Então, nessas minhas falas, queria falar um pouco isso.

E também queria deixar bem claro à Senadora: em outros GTs fomos barrados. De que GT estamos falando? GT de mineração nas terras indígenas. Porque os ianomâmis, como Hutukara, e o outro colega Hekurari, Urihi... A gente queria fazer parte de mesa de construção, com os nossos pensamentos, com a defesa do povo ianomâmi, para regulamentar a mineração nas terras indígenas. Nós ianomâmis fomos barrados, não fomos entendidos. Então, isso é muito preocupante.

Agora, como vocês estão aproveitando esses relatórios que foram construídos, especialmente a Senadora Damares, você responsável por esse relatório... Nós ianomâmis não participamos, porque não fomos convidados e também não fomos convidados anteriores em audiências públicas passadas. Nós não somos... Assim, usados como objeto quando vocês querem aprovar esses relatórios prontos. E nós não queremos. Queremos a participação de início nesses relatórios, para a gente construir juntos e falar a verdade, falar os problemas que nós estamos enfrentando. Era isso que eu queria dizer na minha fala.

Afirmamos mais uma vez: não há carimbo da Terra Indígena Yanomami. Essa é a minha frase – e do meu povo Yanomami – como representante do Fórum de Lideranças na Terra Indígena Yanomami.

Obrigado pela atenção de vocês aí.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dário, por sua participação, mas eu preciso lhe trazer algumas respostas.

Primeiro, na reunião que esta Comissão teve em Roraima, na primeira reunião, dois meses atrás, foram os técnicos da Comissão falar com algumas lideranças e com algumas autoridades. A Comissão está começando, Dário. No mínimo cinco anos, esta Comissão vai funcionar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto eu tiver mandato, esta Comissão vai funcionar. Nós teremos muitas reuniões. Você será convidado, e todas as instituições, para as demais reuniões. Então, não tem um relatório pronto. Tem um relatório dos servidores que foram a Roraima duas semanas atrás, três semanas. Eles fizeram um relatório de viagem. Nós estamos ainda construindo um relatório. Então, você e todas as instituições do Fórum de Lideranças na Terra Indígena vão participar.

A segunda coisa, Dário, que eu preciso deixar claro, porque nós estamos ao vivo, é que, no Governo anterior, toda terça-feira de manhã – eu fui Ministra, Dário –, o Presidente da República reunia os seus Ministros, e eu nunca ouvi uma ordem do Presidente Bolsonaro de dizer o seguinte: "Hoje cada Ministro vai matar um ianomâmi. Hoje vocês vão matar dez ianomâmis". Nunca houve uma ordem de um governo, nem desse atual Governo, nem do Governo anterior, nem dos governos anteriores, para se matar ianomâmi. Inclusive, Dário, falas como esta machucam.

Em 2023, eu fui acusada de ter matado criança ianomâmi. E você sabe que eu nunca entrei numa área ianomâmi, porque eu não era permitida. Como Ministra de Direitos Humanos, já que o tema indígena não era da minha pasta, eu não podia nem entrar em área ianomâmi. Vocês não me deixavam nem chegar perto dos ianomâmis. E, em 2023, eu fui acusada de matar criança ianomâmi.

Vamos deixar isto claro? O que existe é o seguinte: governos que acertam e governos que erram. Mas aqui, na mesa, está o Governo de que eu não faço parte e que está se esforçando, do mesmo modo que o nosso Governo anterior, Dário, também se esforçou. Houve várias operações policiais no Governo Bolsonaro para expulsar o garimpo de área. Nós já mostramos o número de operações.

E nós temos números... Por exemplo, Dário: em 2022, com pandemia e tudo, morreram 343 ianomâmis. Agora, em 2025, com tudo isso que eles estão fazendo, morreram 356. Então, se a gente for dizer que um é genocida, e outro não é, isso é muito perigoso. Em 2022, com pandemia, morreram menos ianomâmis que agora, em 2025, porque eles tiveram problemas com coqueluche, tiveram problemas com malária.

Então, não existe governos matando ianomâmis. Eu precisava deixar isto muito claro: existem ações que dão certo, ações que não dão certo. E esta Comissão aqui não defende nenhum governo. Mas, como você citou que o Governo anterior matava, eu nunca matei uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança ianomâmi. Bolsonaro nunca deu ordem para que seus Ministros matassem ianomâmi, assim como o Lula também não dá ordem.

Eu estou vendo aqui um empenho. Estamos acertando? É para isso que estamos aqui nesta Comissão. As ações que estão sendo feitas agora são ações que estão dando certo? Daqui para a frente, o que nós vamos fazer? O que vamos melhorar? Então, não estou fazendo tão somente a defesa do meu Governo, como também estou fazendo a defesa deste atual Governo. Não existe Presidente da República dando ordem. Que eu saiba, na história do Brasil, nenhum Presidente deu ordem para se matar ianomâmi. (*Palmas.*)

Mas a gente vai querer você com a gente participando dos debates. Vamos resolver.

Você acabou de dizer que tem garimpeiro em área. Você acabou de dizer que tem um monte de gente morrendo aí. Então, você diz uma coisa, contradiz com a outra, mas eu quero você o tempo todo do meu lado, Dário, sentado comigo, do meu lado. Juntos, vamos encontrar uma resposta para a área. Juntos, os problemas dos ianomâmis... Eles são crônicos: tem garimpeiro na área há mais de 70 anos, Dário. Não foi o Governo anterior que botou garimpeiro lá.

Todos os governos tentam. Eu estou aqui no Congresso há 30 anos. Há 30 anos eu vejo tirar garimpeiro – garimpeiro volta, tira garimpeiro. Onde os governos erraram? O que nós podemos acertar daqui para a frente? Então, é isso que estamos fazendo aqui.

Eu tinha motivos o suficiente para ficar brava com o atual Governo, porque agentes do atual Governo disseram que eu era assassina. Esqueci todas as minhas dores, todas, e todas as críticas que fizeram a mim. Vim para esta Comissão. Chamei o atual Governo e disse: "Vamos esquecer a diferença. Vamos brigar na urna, mas eu quero ajudar vocês a acertarem". E tenho sido assim, Marcos sabe – Marcos sabe, desde o primeiro momento – e Sesai e também sabe. A intenção desta Comissão de Direitos Humanos é ajudar, seja este Governo, seja o próximo que entrar.

Eu ainda tenho cinco anos, tá? Vão ter que me aguentar cinco anos, Marcos, aqui nesta Comissão. E, se ianomâmi não foi prioridade no Governo anterior e nos congressos anteriores, se os Parlamentares do passado não deram prioridade a ianomâmi, pois ianomâmi agora está na mesa. Tem Comissão Especial aqui neste Congresso Nacional, e eu quero agradecer a todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros da Comissão de Direitos Humanos e ao atual Presidente do Senado, que permitiu a gente criar uma Subcomissão Permanente Yanomami.

Dário, não vai embora, fica aí. Fiquei um pouquinho brava com você, porque eu entendo as suas dores, eu entendo a sua revolta e eu não quis dizer que teu povo era pobre. Eu quis dizer o seguinte: estão passando necessidade e poderiam estar muito bem se nós pegássemos todo esse dinheiro e ajudássemos mais ainda vocês com mais posto de saúde, com mais UPA, com mais hospital, com mais escola. Foi isso que eu quis dizer. Vocês merecem muito mais do que nós estamos dando.

Na sequência, vamos ouvir o Marcos, como Governo – Marcos, defenda o teu Governo; eu defendi o meu, defenda o teu agora –; Marcos é Secretário-Executivo do MPI. Marcos vai depois dividir a fala dele com Camile, que é do MDS.

Bem-vindo, Marcos, obrigado por estar aqui, viu?

O SR. MARCOS KAINGANG (Para expor.) – Ligou? Eu fico com o controlezinho aqui? Perfeito. Eu comecei, eu vou terminar com ele.

Quero só dar bom dia a todos e a todas mais uma vez aqui e cumprimentar os presentes aqui no modo presencial e os que estão no modo remoto que nos acompanham também.

Quero agradecer o convite, em especial, da nossa Senadora Damares, cumprimentar os demais membros aqui, Senadora, e agradecer sempre o espaço, a disposição da subcomissão e da própria Comissão de Direitos Humanos em estar acompanhando, estando sempre à nossa disposição. A Comissão tem sido muito parceira nos apontamentos, na fiscalização e no papel institucional desta Comissão, constituída especificamente para os ianomâmis.

Senadora, eu vou tentar ser bem breve e rápido, porque eu acho que a gente, à medida que for apresentando aqui, vai abrindo alguns pontos. Deixe-me ver... Perfeito.

Eu queria destacar algumas das nossas ações aqui também, porque eu não vou falar só enquanto Ministério dos Povos Indígenas – aqui é uma ação do Governo Federal: Nilton Tubino enquanto Casa de Governo, a Lucinha enquanto Ministério da Saúde. E, assim, a nossa ação no território ianomâmi é uma ação integrada do Governo Federal, desde 2023, na Terra Indígena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Yanomami, também com participação social e diálogo. Então, é só para destacar alguns dos ministérios aqui envolvidos; eu não vou falar só pelo Ministério dos Povos Indígenas aqui, é pelo Governo Federal também.

Ave-maria, está passando rápido isso aqui!

Aqui. Bom, pessoal, só para... Quando a gente fala em território ianomâmi, é importante a gente introduzir o que é esse território, porque às vezes o pessoal já fala e é sempre bom relembrar o que é o território ianomâmi, que é um conjunto de área de mais de 9 milhões de hectares, ou seja, é uma terra indígena maior que Portugal. E Portugal tem acesso todo por rodovia, tudo organizado; na Terra Indígena Yanomami, o modal é aéreo e fluvial, ou seja, é Amazônia Legal aqui, mata fechada, como o Nilton Tubino trouxe. O conjunto de povos lá é de cerca de 31 mil indígenas em mais de 380 aldeias, mas, só para a gente se situar, é uma região com o povo ianomâmi e o iecuana também. Eu já falei do modal ali, é só para vocês terem uma ideia de onde a gente vai chegar, na sequência.

Eu vou me ater aqui especificamente ao eixo de segurança alimentar, rapidamente. Aqui o Nilton Tubino trouxe o eixo de segurança pública, pela Casa de Governo, e a Lucinha Tremembé trouxe o eixo de saúde – são os dois principais eixos –, mas nós também temos um terceiro eixo que a gente destaca muito aqui, que é o eixo de combater a insegurança alimentar no território ianomâmi, para combater, inclusive, a desnutrição e ajudar nos dados de redução de morte por desnutrição também.

Nós, do Ministério dos Povos Indígenas, instituímos, em 2024, um contrato que é pioneiro na administração pública para fazer entrega de cestas de alimentos em todo o território ianomâmi, com foco muito especial, num primeiro momento, na região de Roraima. Então, é só para trazer para vocês que esse contrato aqui é o que ainda permanece funcionando até hoje no território ianomâmi – num primeiro momento, pelo Ministério dos Povos Indígenas; na sequência, agora conduzido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Nossa média mensal de entrega de cestas é de 4.772 – ficou uma listra bem no sete ali –, com uma média total, em 12 meses, de mais de 56 mil cestas de alimento entregues em um ano. E essa média perdurou ao longo de 2025 também, em que o contrato foi conduzido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Aqui, só para vocês terem um número, 257, de territórios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e comunidades – que a gente chama, especificamente... São comunidades na região de Surucucu, Auaris, Catrimani e Mucajaí. Então, é só para destacar os 404 pontos de entrega ao longo do nosso contrato, que permanece, até hoje, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Senadora, eu estou brigando com esse controle aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Tem que dar um *delay*...

O SR. MARCOS KAINGANG – Não, ele está com mais *delay* do que eu. (*Risos.*) Aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Vocês querem ir passando? É mais fácil eles irem passando.

O SR. MARCOS KAINGANG – Perfeito, senão eu vou quebrar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pronto, está demitido. (*Risos.*)

O SR. MARCOS KAINGANG – Eu já perdi minha função aqui.

Aqui é só para mostrar, Senadora, a complexidade do contrato. A Senadora já teve contato com esse contrato, como é que funciona a logística no Território Yanamami, desde a entrega da cesta de alimentos na Conab, aos depósitos, à saída de Boa Vista, à entrega nos pelotões de fronteira, à distribuição feita de helicóptero até as comunidades indígenas. Toda essa entrega de cesta de alimentos foi pactuada com as organizações indígenas que construíram... Não é só chegar lá e jogar uma cesta de alimentos que a gente entenda que seja importante e legal que seja entregue lá: foi montada e pensada com os indígenas do território essa entrega de cestas de alimento.

Pode passar.

Aqui é só para mostrar algumas imagens, Senadora, também das entregas que chegam por via aérea e que depois são distribuídas por helicóptero e, em outras partes, por caminhonete – as entregas nos territórios que vêm com aeronave de asa fixa lá de Boa Vista e pousam nos pelotões de fronteira, tanto em Auaris quanto em Surucucu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode avançar.

Aqui é só para ter um mapa, Senadora, um pouco do cenário de entrega na terra indígena. Aqui a gente trouxe os dados de entrega também pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) em todo o Território Yanomami. Havia, num primeiro momento, lá em 2024... Eles diziam: "Ah, mas o Amazonas está desabastecido". A gente também deu um foco, ao longo de 2024, 2025 e 2026, agora, em também dar assistência a todo o Território Yanomami, não só na Região de Roraima, mas também no Amazonas.

Pode avançar.

Aqui eu não vou me ater muito, Senadora. Aqui é por ano: entregas feitas em 2023. Pode avançar. Depois, se quiser, eu deixo à disposição também da Comissão e da Senadora esses dados e a apresentação.

Pode avançar.

Os dados eram de 2024 e 2025. A gente vê que tem uma média mantida ali. Eu falei que, lá em 2024, nós tínhamos entregado 52 mil cestas de alimento – pode avançar –, especificamente.

E tem os dados de 2026, agora, que a gente está fechando também, Senadora. A gente manda essa média aqui para a Senadora também ter o acompanhamento.

Toda a ideia, Senadora... Ali, era todo um processo emergencial. Eu mostrei ali a logística para a entrega de cestas de alimento em todo o Território Yanomami, mas sempre a nossa proposta, enquanto política pública... Eu acho que a Senadora foi muito feliz e estratégica em dizer isto: a gente não pode pensar só em estratégia de Governo, a política pública aqui é de Estado, então a nossa estratégia aqui é garantir a segurança alimentar, soberania alimentar – isso é um pouco dessa nossa estratégia –, num eixo emergencial, mas sempre levando em consideração... Eu chamo de Ministra ainda, mas é Senadora e Ministra também.

Então, sempre teve, como propósito aqui, a redução de toda essa emergência, mas com foco em algo estruturante, que é o quê? Fazer um conjunto de ações para além da entrega de cestas de alimento. É uma demanda das organizações indígenas e das lideranças, então isso também impacta, Senadora, porque a gente entregou muita ferramenta, fez muita roça... Acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Dario trouxe, no momento da fala dele aqui, a reabertura de roça, tanques de peixes, um conjunto de políticas públicas para além das cestas de alimento, porque as lideranças sempre deixaram muito claro para nós...

Saiu a apresentação ali?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Caiu geral a internet no Brasil...

O SR. MARCOS KAINGANG – Está voltando?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. MARCOS KAINGANG – Vamos ver aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero informar às pessoas que estão nos acompanhando que caiu a internet, está voltando agora, esperem aí só um instantinho. A gente vai conseguir, calma. Está voltando.

Enquanto volta, Marcos...

O SR. MARCOS KAINGANG – Hã-hã.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... eu quero registrar que estão presentes no Plenário:

O Reginaldo Veloso, Presidente da Atini, Voz pela Vida, que trabalha com crianças indígenas em situação de vulnerabilidade; o Cacique Francisco Guajajara: é uma alegria tê-lo aqui com a gente, é um parceiro que está sempre por aqui ajudando nos debates; o Amaury Tupinambá... Cadê o Amaury? Estava aqui agora, olhe lá, aquele não sai do Congresso também, tá, Marcos?

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E ele ainda fala para todo mundo que é meu filho. Você acredita nisso?

O Amaury Tupinambá. Bem-vindo, Amaury! O Amaury está com quase 80 anos e ainda diz que é meu filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui com a gente Vinicius Silva, chefe de gabinete da Deputada Coronel Fernanda, minha amiga. A Coronel Fernanda lidera uma Comissão Externa para acompanhar a investigação da crise humanitária dos ianomâmi, na Câmara dos Deputados. Então, a gente, inclusive, compartilha informações. O chefe de gabinete dela está aqui, ela tem se esforçado, tentou descer em área com a gente da última vez, também, a gente não conseguiu.

Está aqui a Anaia Matos de Souza, indígena pataxó, advogada do Movimento Indígena do Distrito Federal. Bem-vinda, Doutora.

Está ali a Fabi, nossa mestre Fabi, nossa, acabou de fazer mestrado na UnB, nossa querida Fabi que está com a gente.

Tem mais outras lideranças; eu vou, aos poucos, depois, informando os nomes das pessoas que estão presentes no Plenário com a gente.

Voltou? Tudo em ordem?

Então, Marcos, continue.

O SR. MARCOS KAINGANG – Perfeito, Senadora. Eu só dizia que aquela ali é a fase emergencial, mas o nosso foco foi sempre construir algo estruturante aqui. Isto aqui está diretamente conectado, Senadora. A nossa iniciativa sempre foi fazer uma fase emergencial e, com o tempo, com a abertura das roças, com as iniciativas e a proteção da terra indígena garantida, com a desintrusão avançando, os outros eixos, de saúde, segurança alimentar, ao natural iriam ter as condições de exequibilidade.

Então, a nossa proposta aqui, planejada, Senadora, sempre foi garantir que os territórios conseguissem retornar a seus modos de vida. Em que sentido? Com a abertura da roça, o pescado, a caça, e as iniciativas que os povos entendem importantes.

A gente tinha planejado aqui também, Senadora, uma redução gradativa da entrega de cestas de alimento, que é sempre a pactuação com as organizações indígenas, é o que eles mesmos falam: "Não queremos viver de cestas de alimento", até para não os tacharem, porque os nossos povos indígenas sempre foram tachados de vagabundos, preguiçosos, de que só queriam viver de Bolsa Família, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os povos indígenas ianomâmi e iecuana são muito trabalhadores, vivem de seus modos de vida e não quiseram entender que vão viver a vida inteira de cestas de alimento. Então, planejamos nessa direção, com a redução gradativa de cestas de alimento também, com a abertura de roças.

Pode avançar.

Aqui também, Senadora, são as imagens das entregas de ferramenta que se vai fazendo em cada comunidade. A Funai fez muito este trabalho aqui também, especificamente em cada comunidade. Além das cestas de alimento, você entrega as ferramentas, eles vão pedindo sementes também. E aqui teve um apoio muito importante também, Senadora, porque a gente não pode ir lá, só chegar e entregar a ferramenta; tem todo o trabalho, o apoio técnico do MDA, da Embrapa; também no apoio, em toda parte, tem suporte técnico para operacionalização, para plantio, inclusive para viveiro, Senadora.

Os indígenas pediram também criação de galinhas, que não é muitas vezes da cultura deles; pediram também o apoio e suporte técnico para isso. A Embrapa, o MDA deu todo esse suporte também, deu formação para os indígenas usarem esses equipamentos também, porque daqui a pouco a gente cede um facão e vai saber o que se faz com um facão no meio de um território! A gente está direcionando para uso da monocultura, da agricultura, da produção de alimento ou até, às vezes, da caça.

Então, queria destacar isso também.

Acho que vale destacar também os açudes para criação de peixe: uma coisa é ir lá pescar – né, Senadora? –, outra coisa é criar, dentro da terra indígena, essa iniciativa e dominar esse mecanismo de criação de peixe, por exemplo.

Então, tudo isto foi trabalhado: entrega de ferramenta, apoio técnico com o MDA, com a Embrapa também, uma iniciativa integrada também.

Pode avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também, Senadora, acho que vou só passar rapidamente aqui por alguns outros projetos que a gente apoiou, enquanto Ministério, que dialogam com a saúde e com a Casa de Governo aqui.

A Senadora até disse uma dúvida: "Por que a gente já não leiloou esse ouro?". A gente está trabalhando aqui no diagnóstico e na rastreabilidade do ouro, um projeto que é estratégico também, porque como é que eu vou saber que o ouro especificamente que foi apreendido é do território ianomâmi, por exemplo?

Então, a gente quer diagnosticar isso com a Polícia Federal e com a UnB; a gente tem trabalhado muito nisso, a gente dialoga diretamente.

Uma das apreensões, se a Senadora for ver, que foi feita lá com as equipes de fiscalização e de segurança pela Casa de Governo também... Inclusive a gente suspeita – não é, Tubino? – que Roraima é rota também de outras regiões, como o Pará. Então, em uma das apreensões, um dos aviões – Tubino, me corrija se eu estiver errado – saiu de Marabá; e Itaituba, um deles.

Então, é exatamente isto: daqueles 250kg de ouro... Acho que vale até a Senadora sugerir também... Quem está tocando esse projeto conosco é o Instituto de Criminalística aqui da Polícia Federal. Eles estão com um quantitativo ali de ouro apreendido nessas operações e eles estão diagnosticando exatamente de onde veio o ouro. É um projeto nosso para a gente saber, em nível do Brasil mesmo, de onde esses ouros que estão sendo apreendidos são e a quem eles pertencem – se é de ianomâmi, se é de Boa Vista, se é do Pará, do Amazonas, etc. Então, a gente tem apoiado muito fortemente isso, porque dialoga diretamente.

Pode avançar.

Aqui é só a parte do eixo de proteção territorial, porque a gente gosta de ter a participação social seja para elogiar, seja para criticar. Não há problema. A gente garante a participação para a gente construir juntos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS KAINGANG – Exatamente. É o momento de a gente se defender e defender as ações, replanejar, construir as iniciativas também, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é todo o apoio nosso no eixo de proteção territorial, no Fórum Yanomami e Ye'kwana, e lá estão informadas as ações que a gente está fazendo também. É preciso apoiar essas ações. Não é fácil se reunir no território também, tem uma logística caríssima. As lideranças demandam isso e cabe ao poder público proporcionar este momento.

Pode avançar.

No eixo de proteção territorial também, Senadora, é importante destacar isto que o Nilton Tubino trouxe: tem o papel do Estado, das forças de segurança, mas os povos indígenas – a gente sabe, é conhecedor – atuaram sempre de maneira autônoma para proteger o território. Então, um dos pedidos das organizações indígenas sempre foi: "Como o Estado brasileiro pode nos apoiar e nos fortalecer nesse processo aqui?". Em alguns momentos, os próprios indígenas andavam armados, fazendo a proteção lá das barreiras, como o Tubino trouxe, andando pelo território armado e etc. Então, a gente começou a dialogar com eles e fazer toda uma parte formativa, operativa com eles, de como eles podem ajudar com informações ao Estado brasileiro, que repassa as informações para as forças de segurança. Então, a gente começou a fazer toda uma parte formativa, de entrega de equipamento, de *drones* e etc., mas sempre deixando claro para eles que eles não podem se expor ao risco de fazer o papel que é das forças de segurança pública. Mas eles são os conhecedores do território e eles também querem contribuir nessa fase. Nós temos apoiado muito essa iniciativa, fazendo a certificação com órgãos de segurança pública, fazendo a formação deles nessa direção, para eles contribuírem no eixo de proteção territorial por parte dos povos indígenas.

Pode avançar.

Aqui também, um outro projeto, o Guardiões do Bem Viver. Aqui é um eixo de mulheres. Às vezes a gente não foca eixo geracional ou eixo de gênero, Senadora. A gente também fez questão de dar um foco a essa direção, porque as mulheres também trabalham na proteção territorial. Elas têm a dinâmica delas, suas formas de organização. E fortalecer esse processo é algo que nós, no Ministério dos Povos Indígenas, também estamos apoiando. Eu fiz paralelo ali... Naquela foto, tinha quase só homens. Nessa outra aqui, eu fiz destaque às mulheres indígenas no Território Yanomami também. Isso fortalece também a questão de combater a violência de gênero. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse também é um dado significativo também para nós. Depois eu posso até trazer detalhadamente – aqui eu não quis me estender.

Pode avançar.

Aqui também é um outro eixo que dialoga com a saúde: todo esse processo do pré-natal, que é uma questão muito delicada, Senadora. O consumo de mercúrio tem um impacto na gravidez, em toda a parte pré-natal e de saúde da mulher indígena, principalmente ianomâmi. Então, a gente focou um projeto aqui também, com a UFMG, com a Sesai, que hoje está em pleno exercício e também em execução no Território Yanomami. Então, a gente fez questão de apoiar, porque às vezes as universidades têm equipes qualificadíssimas, profissionais, mas não tem os recursos. A gente também apoia nessa articulação.

Pode avançar.

Aqui são só os detalhes do projeto, Senadora. Vou deixar depois, também, para não me alongar muito, as premiações e o que se propõe em todo o eixo de formação dos profissionais do Distrito Sanitário Yanomami para essa ação também, mas ele vale para outras regiões do Brasil, como o Pará, que também tem a presença do uso de mercúrio, por exemplo, em garimpo ilegal.

Então, também está sendo utilizado pelo serviço de saúde e formação desses profissionais que trabalham nos territórios indígenas com presença de garimpo ilegal.

Pode avançar?

Aqui, Ministra e Senadora, só agradecer. Eu fiz bem resumido o eixo de segurança alimentar que a gente tem trabalhado para somar as ações de segurança pública com o eixo da saúde que a Secretária Lucinha trouxe, que é o nosso foco aqui enquanto Ministério dos Povos Indígenas e Funai, para a gente garantir a segurança alimentar, a soberania alimentar, e a gente superar esse cenário. A gente tem avançado muito nessa direção, por isso que eu somei os dois projetos em paralelo com o roçado, etc.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcos, se você puder continuar, a gente ouve a Camile, aí eu já faço a pergunta para os dois, está bom?

Então nós vamos ouvir agora, ainda representando o Governo Federal, Camile Marques Sahb, Diretora do Departamento de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social.

Camile, obrigado por estar conosco, você tem seu tempo.

A SRA. CAMILE MARQUES SAHB (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

A gente tomou essa decisão de fazer essa apresentação compartilhada, porque toda essa ação de segurança alimentar vem sendo coordenada com a participação de diversos ministérios. Então, além do MDS, da Funai, do MPI, o MDA participam o Ministério de Pesca e Agricultura, a Embrapa participa além de parcerias com outras entidades, como as universidades e os institutos federais.

Então, podia continuar lá na apresentação, Aline?

A gente vai começar...

Pode passar a próxima.

Então, a saúde já apresentou várias iniciativas que foram implementadas no território para promover o acesso à água da população das comunidades indígenas ianomâmis. E aí, a gente também tem esse esforço, de forma coordenada também com a Sesai. A gente identificou quais seriam as áreas que o próprio MDS iria trabalhar por meio do Programa Cisternas, que são a implementação de tecnologias sociais no território. Então, o próprio programa aqui no ministério desenvolveu uma tecnologia específica, voltada para os povos ianomâmis, que envolvem a captação e o tratamento de água. Então, foram previstos inicialmente 30 sistemas, 24 já estão implementados. Eles estão todos na região do Estado do Amazonas.

Pode passar, aí é a foto do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na região já se implementaram 30 sistemas. Dos 30 sistemas ao todo, 24 já implementados e 6 serão entregues ao longo deste ano de 2026.

Essas são as tecnologias. Elas captam a água do rio, fazem o tratamento e disponibilizam para a comunidade.

Pode passar.

Aí é o esquema de como ela funciona.

Toda a comunidade foi capacitada para a utilização dessa tecnologia e também foram contratados – a Sesai fez a contratação – agentes indígenas de saneamento.

Pode passar também.

O outro projeto em que também o MDS tem atuado mais diretamente é com sistemas agroflorestais e bancos de sementes, e aí com parceria com a Embrapa. É importante dizer que, desde o início das nossas primeiras reuniões com as lideranças indígenas, isto foi colocado muito fortemente: que eles gostariam de reaver a capacidade produtiva deles e que não gostariam de ficar recebendo cestas de alimentos de forma continuada e para sempre, que era muito importante a retomada dos roçados. Então, o Governo Federal trabalhou com ações voltadas nesse sentido.

Em parceria com a Embrapa, a gente tem aí a previsão da implementação de oito unidades demonstrativas em que é previsto galinheiro, tanque de peixes, irrigação das roças, banco de sementes e também área de compostagem. Então, hoje a gente já tem implementadas duas dessas unidades – uma em Sikamabiu e outra em Surucucu, que finalizou agora, muito recentemente –, e as outras seis serão implementadas, quatro ainda este ano e as outras duas ao longo de 2027: Lasasi, Homoxi, Xitei, Uxiu, Olomai e Ajarani, todas essas já estão previstas, com recursos destinados para essas implementações.

Pode passar para a próxima.

Aí são fotos da implementação em Sikamabiu: os peixes já estão sendo servidos para alimentação própria; a criação dos aviários ali.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí também a instalação dos tanques de peixes.

Pode passar.

E agora também quero falar um pouco sobre aquisição de alimentos. O Programa de Aquisição de Alimentos é um programa que já vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal desde 2003, mas, neste Governo agora, ele também passou por uma nova etapa, em que foi pensado o Programa de Aquisição de Alimentos voltado para as comunidades indígenas, isso para todo o Brasil, e essa modalidade também está sendo implementada ali no território ianomâmi. A ideia é que o que é produzido nessas terras pelos povos indígenas seja também doado no âmbito dessa comunidade, para os equipamentos que existem naquelas comunidades, ou seja, é produzido pelos povos indígenas e é consumido pelos povos indígenas também. O dinheiro da venda dos alimentos fica na comunidade indígena, para os indígenas, para os agricultores indígenas, mas também o próprio alimento é doado e consumido ali no território.

Hoje já foram doadas cerca de 11 toneladas de alimentos, que foram compradas e destinadas para os territórios indígenas, tanto em Roraima quanto no Amazonas.

Pode passar. Pode passar para a próxima.

Então, eu acho que é isso. A gente tem trabalhado muito nessa possibilidade de retomada da capacidade produtiva dos indígenas, não só com a questão do PAA, mas também com essas unidades, esses sistemas agroflorestais que vêm sendo implantados, bem como também com a formação de técnicos indígenas, para que possam continuar essa assistência técnica.

O ministério também, além da segurança alimentar, tem trabalhado também com ações de proteção social, mas que eu acho que não é o foco aqui agora, são semelhantemente liderados ali no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Então, como contribuição, complementando a fala do Marcos, era isso que eu gostaria de mostrar agora, neste momento, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Camile, mas não desligue, não, que eu vou fazer umas perguntinhas para você bem rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro eu queria... Obrigada mesmo. Eu fiquei, inclusive, impressionada com um dado no seu eslaide, sobre as 11 toneladas doadas de alimento produzido na própria área indígena. É porque eu me lembro que no começo, naquela confusão toda, compraram sardinha e levaram para os indígenas. E aí o que fazer depois com a lata de sardinha na área? Como retirar aquele lixo, que se tornou um lixo que prejudicava o meio ambiente? Então vocês agora estão trabalhando a própria produção dos indígenas.

Marcos, eu vou direto para você, tá? Como é que vocês estão trabalhando para solucionar esses conflitos internos intercomunitários, a violência interpessoal, os ferimentos por arma de fogo, os acidentes ocorridos nas comunidades? Vocês estão trabalhando isso de uma forma mais efetiva?

O SR. MARCOS KAINGANG (Para expor.) – Então, Senadora, eu acabei... Uma dúvida que apareceu nas perguntas, por isso é que eu perguntei aqui se me permite, foi em relação às cestas de alimentos. Alguns acham que deram uma reduzida, que pararam este ano, mas gente permanece com toda a entrega. Como eu falei, a lógica é ir reduzindo gradativamente, porque as 11 toneladas de alimento que vão sendo produzidas lá também vão servindo para a própria soberania alimentar no território. E um dos eixos que eu destaco muito é isto, porque às vezes as lideranças me mandam, preocupadas: "Pararam as entregas!". Eu digo assim: "Não, a gente está reduzindo e repactuando as regiões que precisam; e outras regiões no território já não querem mais". Então, é importante sempre frisar isso.

Em relação aos conflitos internos, isso é uma dinâmica, uma prática muito cultural, né, Senadora? No meu povo nós temos isso também, e é um território menor que esse aí. Mas a gente tem trabalhado muito com a Funai, principalmente com a Frente de Proteção Yanomami, lá no território, no âmbito das formações, tanto com mulheres indígenas como com as lideranças que atuam, a vigilância e o monitoramento territorial. Porque com muitas das lideranças que ainda detêm uma arma de fogo muitas vezes a gente precisa fazer este trabalho educativo também do porquê não tem mais uma arma. Eles ainda acham que tem garimpeiro, mas não tem mais. A gente diz assim: "O Estado está fazendo o seu trabalho, então tu não precisas mais de uma arma de fogo", a gente destaca esse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é um trabalho fácil, como o Dário trouxe ali. Tem questões que, ao longo do tempo, se introduziram lá com o garimpo. É uma forma de defesa deles: contra invasores, muitas das vezes, mas também é usada em outros casos, para conflitos internos. Então, a gente tem feito diálogo com as organizações... A gente não consegue pensar um plano daqui de cima, Senadora, sem dialogar com as organizações indígenas, com as lideranças, que é o que a gente tem feito, né? Agora, a gente vai território por território, principalmente esses diagnosticados mais conflituosos, porque tem regiões que são, outras nem tanto. E tem os modos... Tem regiões, Senadora, para se ter uma ideia, em que eles resolvem o conflito à moda antiga cultural deles...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCOS KAINGANG – ... em outras tu já tens o armamento de fogo, que é o que nos preocupa, né?

Então, a gente tem tentado fazer esse trabalho, território por território, ali dentro das comunidades. Assim, não é uma tarefa fácil, mas a gente tem se empenhado muito com a Funai, tem feito diálogo, numa campanha, como o Tubino trouxe também, de desarmamento, de conscientização dessas lideranças de que não tem mais tanto garimpo aqui. Tem regiões em que eles ainda falam que tem garimpo, Senadora, mas não tem mais. Porém ficou aquele medo, aquele receio...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCOS KAINGANG – ... então tu não vais abrir mão de uma proteção ali.

Mas aí tem um problema: uma questão é ter uma arma de fogo às vezes, e outra questão é ter o consumo da bebida alcoólica e como isso pode ser usado também. Assim, a gente tem feito uma frente muito profunda nisso aí, e, sem dúvida, a gente iniciou desde 2024, quando isso se tornou um problema mais evidente também. A gente vem fazendo esse trabalho com a frente de proteção. Tem reduzido muito, mas, ao mesmo tempo, tem regiões de difícil acesso, e a gente tem trabalhado, sem dúvida, nesse foco.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E respeitando as questões culturais, né? Como você fala, eles têm o seu próprio tribunal para resolver os seus conflitos.

O SR. MARCOS KAINGANG – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E, às vezes, as decisões do tribunal deles não são as decisões que nós aceitamos. Como lidar com isso? E o conflito entre um povo e outro...

Então, às vezes, passa a imagem que é tudo harmonia e alegria. Não, como ser humano, nós temos os nossos conflitos. Eu tenho lá em casa, e sou eu e minha filha – ela estava até aqui –, a gente briga. Assim, imaginem grupos com modos de agir diferentes, e eles têm conflito entre eles. Então, existem mortes inclusive, a gente sabe disso. Tem tribunal, tem sentenças. Então é uma questão de ouvir também os povos e respeitar.

Mas teve uma situação que vocês trouxeram: por exemplo, a introdução da galinha em algumas áreas. Tem gente que questiona: "Espere aí, eles estão com fome, mas podiam criar galinha?". É uma questão que tem que respeitar a questão cultural.

O SR. MARCOS KAINGANG (*Fora do microfone.*) – Eles acham que a galinha é um parente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois então, gente. Deixem-me explicar uma coisa, para que o Brasil entenda: tem povos que acham que a galinha é um parente, e tem que se ter cuidado de como lidar com o respeito que eles têm pelo animal. Aí a gente vai lá e fala: "Vamos criar galinha para comer galinha" – é tudo muito complexo.

Deixem-me dizer uma coisa. Quando eu comecei a lidar com o povo da minha filha, uma vez a minha filha perguntou, e a Fabi lembra: "Vocês brancos dão comida para a comida". Ela não entendia como é que a gente dava comida para o boi, para depois a gente comer o boi: "Vocês dão comida para a comida" – você se lembra Fabi, dessas histórias, desses conflitos da Lulu lá em casa?

E é isso, tudo tem que ser trazido. Entendam que existem delicadezas, Brasil, delicadezas que precisam ser consideradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu tenho uma outra pergunta: como é que o MPI está vendo...? Quais são as ações adotadas na identificação dos indígenas provenientes da Venezuela? Deixem-me explicar uma coisa: existem muitas imagens que a gente identificou de ianomâmi que não eram do território brasileiro, que estavam fugindo da fome e dos conflitos da Venezuela. Como é que vocês estão lidando com isso? Nós estamos identificando? Nós estamos separando? Estão morando em comunidades separadas? Como é que vocês estão lidando com isso, Marcos?

O SR. MARCOS KAINGANG (Para expor.) – Então, Senadora, essa é uma realidade que o Dário já trouxe nessa preocupação dele em relação à fronteira. Para os povos ianomâmi e iecuana, os povos do território ianomâmi, não tem fronteira que a gente criou enquanto não indígenas. O povo ianomâmi que está ali na região do Auaris e outras regiões de fronteira com a Venezuela, para eles não existe essa fronteira. Então eles transitam o natural, né?

Então o que nós temos estruturado? São regiões que... Por exemplo, a Venezuela passa por uma situação delicada, todos sabemos, historicamente, e eles atravessam a fronteira em busca de serviços básicos de saúde, por exemplo, inclusive em busca da cesta de alimento, que às vezes é o único mantimento que eles têm, e geram-se conflitos internos entre eles também, porque outros vêm de outras regiões, outros estão ali estabelecidos com a roça já: "E como é que tu vens aqui na minha roça hoje, assim, querer se alimentar?". Ou se gera o conflito ou o abandono de roça, por exemplo.

Então, a gente tem trabalhado muito com a frente de proteção, que é o nosso principal órgão lá na ponta, Senadora, para a gente resolver, o que também gera conflito interno, vindo dos transfronteiriços ali.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCOS KAINGANG – Mas é uma região que também sobrecarrega o sistema de atendimento de saúde e outros serviços públicos, que a gente tem tentado ampliar na região e tem sido ampliado.

A questão é que é uma realidade muito difícil chegar e falar para o ianomâmi que ele não transite de um rio para o outro lado, para cá e para lá, porque o outro lado é Venezuela e aqui é Brasil. A gente tem trabalhado muito nessa direção, mas é uma realidade. Por exemplo, às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma realidade lá a questão do garimpo também e a questão da fome. Então, a gente intensifica inclusive o número de entrega de cestas de alimento para também dar conta dessas regiões, dessas famílias, dessas lideranças ianomâmis ou de outro povo que venha para o lado brasileiro. A gente nunca deixou de prestar assistência mesmo que seja do lado venezuelano ou colombiano ou de qualquer outro país que for. Por exemplo, hoje eu estou entregando 500 cestas mapeadas para x famílias ali, e a gente tem esse monitoramento com a Funai em tempo real, com a liderança indígena. Por isso, é importante ter o contato com eles, porque o que eram 500 famílias ali viraram 600 numa outra semana. E a gente precisa ampliar a oferta de serviço lá também, mesmo com equipes de saúde, porque eles vêm com problema de malária, às vezes desnutrição também, e a gente precisa...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não vêm vacinados.

O SR. MARCOS KAINGANG – Também.

E a gente aumenta o número de cestas de entrega, aumenta o serviço de saúde também. É uma realidade, é algo muito cultural ali, que a gente não consegue dizer para eles. Eu acho que nenhum Governo, nem nós nunca vamos conseguir dizer, enquanto Estado brasileiro: "Não atravesse para o outro lado porque você tem que ser atendido é pelo Estado venezuelano e não pelo Estado brasileiro". Nosso Sistema Único de Saúde, por exemplo, é universal, etc.

Então, a gente vai conscientizando também, Senadora. É um trabalho que a gente tem feito. E, assim, temos conseguido superar com os nossos serviços, ampliar aqui, dar uma reduzida outra hora ali, porque eles também migram; numa hora, estão aqui do lado brasileiro e voltam para a Venezuela. Então, assim, é uma dinâmica muito comum nas regiões fronteiriças e que nós do serviço público, enquanto MPI, Funai, Estado brasileiro, precisamos estar cientes disso e adaptar também o número de serviços prestados de acordo com a mudança ali geográfica, onde eles estão também.

Agora, o desafio do garimpo, por exemplo, é algo que a gente tem intensificado nas regiões e dialogado com o Governo venezuelano e com outras regiões, porque não adianta combater só no lado brasileiro e, no outro lado da fronteira ali, os indígenas estarem sofrendo com o mesmo problema. Aí eles vêm com malária, com subnutrição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tuberculose.

O SR. MARCOS KAINGANG – ... com tuberculose e acabam impactando outras comunidades que estão já bem estabelecidas, acabam impactando outros que têm uma saúde frágil, não é? Então, assim, essa dinâmica é complexa ali. Mas o que a gente tem como resposta? Sempre estar preparado para atender.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E sai do Orçamento da União do Brasil.

O SR. MARCOS KAINGANG – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É isto que a gente tem que entender...

O SR. MARCOS KAINGANG – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... que os outros países não estão dividindo essa fatura com a gente.

O SR. MARCOS KAINGANG (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, aí a gente faz, Joana, um planejamento de um orçamento para os indígenas brasileiros, a gente está tendo uma fatura extra aí e não tem com quem dividir, porque, na hora de comer, a gente tem que alimentar. Não importa se ele está vindo da Venezuela ou de um outro país. E não é só Venezuela, a gente sabe disso, mas a gente tem essa questão.

Eles são tratados como indígenas ou como imigrantes? Esse problema a gente tem com os warao. O warao que está no Brasil entrou, no Brasil, como imigrante venezuelano ou entrou como indígena? Ele vai ter o direito de buscar um território indígena em área brasileira? Então, gente, nós temos aí alguns gargalos para ainda estarmos discutindo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente... Quando a gente encontra um warao aqui na rua em Brasília, a gente pode aplicar o ECA ao warao que está nas ruas de Brasília – tem warao no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil inteiro – ou a eles não podemos aplicar porque eles não são imigrantes, são indígenas? Então, eu consigo entender.

Mais uma pergunta... Eu tenho várias perguntas que eu vou te fazer por escrito, tá?

O SR. MARCOS KAINGANG (*Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu tenho algumas que eu vou te mandar por escrito.

Quais organizações da sociedade civil atuam no território indígena ianomâmi hoje? Como elas são cadastradas e quais os serviços que elas estão desenvolvendo em parceria com vocês?

O SR. MARCOS KAINGANG – Quanto a essas aí, Senadoras, são diversas. Mas quem tem mais elementos para acompanhar, isso é a própria Fundação Nacional dos Povos Indígenas, a Funai, que controla – via Frente de Proteção, lá em Boa Vista, em Roraima –, faz esse controle, esse acompanhamento.

Mas, da nossa parte, como Estado brasileiro, todas são bem-vindas no âmbito de ajudar e contribuir, tendo esse acompanhamento por parte da Funai, da Frente de Proteção. Nós não temos uma limitação X ou Y, muitos dos pedidos chegam direto para Funai, lá em Boa Vista. Ela faz o controle de ingresso, de qual o trabalho a ser desenvolvido no território e etc., e aí depois a gente também faz um diálogo. Porque não é só o Estado brasileiro que trabalha na terra indígena, sempre houve um apoio das organizações da sociedade civil, a gente tem consciência disso, e é importante o trabalho delas. Mas as comunidades indígenas, as organizações também sempre fazem esse diálogo com a Funai para entender qual o trabalho e qual a pertinência. O ingresso também é controlado hoje pela Frente de Proteção Yanomami, lá em Boa Vista.

Então, assim, da nossa parte, são diversas organizações ali, mas com o tempo, na medida em que o foco se deu mais em combater garimpo agora, a gente recuperar a segurança alimentar e os eixos de saúde... Isso é um papel do Estado brasileiro mesmo, a gente não pode se furtar e jogar a responsabilidade para outro, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS KAINGANG – Seja o Governo X ou Y, somos todos nós aqui, porque, daqui a um momento, alguém pode estar na mesa aqui dizendo: "Ó, o Marcos, o Tubino e a Senadora Damares não deram conta", daqui a quatro anos, alguém falando.

Então, o nosso compromisso é permanente, estruturante, e as organizações da sociedade civil também fazem esse trabalho ali, tanto indígenas quanto não indígenas também, Senadora.

Então o diálogo a gente deixa muito a cargo da Funai, esse eixo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem instituições estrangeiras, Marcos, atuando lá, em área?

O SR. MARCOS KAINGANG – Olha, que eu tenha conhecimento, não, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não?

O SR. MARCOS KAINGANG – Nenhuma ainda não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. MARCOS KAINGANG – Mas eu acho que é uma boa pergunta também até para mandar para a Funai.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vou mandar para a Funai.

O SR. MARCOS KAINGANG – Para ter essa cientificação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Viu, Comissão, mandar para a Funai essa pergunta das instituições, o cadastro, quem são as pessoas e, inclusive, se tem instituição estrangeira em área.

Marcos, no grupo xexena, no Vale Ajarani, quais ações o MPI e demais órgãos têm feito de concreto para ajudar a resolver a situação de extrema vulnerabilidade? Eu estou recebendo fotos de lá que estão me assustando. Eu vou, inclusive, colocar no relatório: uma situação muito delicada, sem local de apoio na cidade, onde crianças, mulheres e adolescentes estão totalmente vulneráveis. Que ações estão fazendo especialmente para esse grupo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS KAINGANG – Perfeito, Senadora. Tem as ações que eu já mencionei, que são dentro da terra indígena: o eixo de segurança alimentar, apoio e entrega desses alimentos, recuperação de roças, toda a parte formativa que a gente faz ali.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCOS KAINGANG – Mas tem questões que são externas à terra indígena, a gente precisa fazer uma articulação muito próxima com o município, por exemplo, que aí o problema não está só interno, ele é externo também.

Então, a gente tem aprofundado muito com o MDS, tem feito um trabalho junto, de toda a parte de assistência social também aos povos que, muitas vezes, acabam trazendo as situações para fora da terra indígena. Então, a gente faz um trabalho muito próximo com os municípios. E, cá para nós, tem municípios sensíveis e outros nem tanto, né, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCOS KAINGANG – Então, a gente tem que fazer esse trabalho de aproximação e também sensibilizar da importância, da obrigação e do dever dos municípios nesse processo.

Acho que a Senadora trouxe muito bem também o papel do governo do estado; é estratégico. É importante ter um eixo a nos ajudar também. Todas essas políticas públicas que eu mencionei anteriormente aqui são para todas as regiões também, Senadora. No território ianomâmi, do Ajarani, não é diferente também, mas tem regiões mais próximas às cidades, municípios em que isso extrapola para outras questões de desassistência, de não suporte a essas lideranças ou membros do território ianomâmi, que não têm nenhum suporte, têm dificuldade de voltar para o território. Então, a gente tem focado muito nisso também com a Funai, com o MDS e com os municípios, sensibilizando quanto a essa importância.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcos, só uma curiosidade: quanto às 11 toneladas de alimentos produzidos – essa foi uma pergunta que chegou depois vocês mostraram, encantou essa informação –, como é que elas são distribuídas – por barcos, por avião –, visto que existe uma distância geográfica enorme entre as comunidades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS KAINGANG – Do que eu mostrei no nosso contrato, ele é muito focado no aéreo, mas tem fluvial, tem via terrestre para o caminhoneiro, tem de todas as formas. Até nas costas, se for... Os indígenas querem o alimento e são muito prestativos nesse sentido. Mas a gente, enquanto Estado brasileiro, dá todo o suporte logístico aéreo, fluvial... Tem épocas do ano em que é estratégico fazer fluvial; tem outra época, como a seca, por exemplo, que se aproxima agora para o final do ano, em que a estratégia é fazer mais no modal aéreo. Então, isso tem um custo logístico maior também. Você tem que dialogar com as comunidades indígenas para abrir espaço para pousar um helicóptero, fazer esse roçado ali para abrir o espaço. Em outro momento, a gente foca muito na abertura de roça; entrega de ferramenta. Tudo depende do momento e época do ano.

Como a Senadora conhece lá, a Amazônia é um outro contexto geográfico, climático também, em que nós, Estado brasileiro, temos que estar adaptando o meio fluvial, aéreo e terrestre. E tem momentos do ano que você não consegue fazer em nenhum lugar terrestre, tem que ser tudo fluvial. E até o aéreo impossibilita. Estava comentando com o Nilton Tubino, a gente estava com dificuldade de fazer algumas entregas em algumas regiões do território. Inclusive, o Ministro Eloy está lá no território. Eu estava até brincando com ele: "Tu vais, mas não sei se tu sais, porque tu levantas voo, mas não sabe se o helicóptero consegue levantar de lá".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCOS KAINGANG – Então, assim, são essas delicadezas no mesmo processo de entrega, às vezes, de alimento, de ferramenta. É a beleza e a riqueza do território ianomâmi, mas a gente também tem o desafio de adaptar todo esse cenário aí à questão climática. Então, a gente faz de todas as frentes, Senadora. Não tem restrição, não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcos, a última pergunta. São 30 mil indígenas ianomâmis – 30 mil e pouco, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Trinta e quatro mil. São 390 comunidades diferentes, tá? Em quantas comunidades já foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementadas todas as ações que vocês mostraram, tanto o MPI como o MDS? Já chegamos a todas as comunidades?

O SR. MARCOS KAINGANG – Olha, Senadora, a gente não tem... Não vou arriscar de dizer o número especificamente, mas em todas as regiões a gente tem implementado essa iniciativa, que é um pedido deles. Em algumas regiões, a gente inicia, aproxima o diálogo. E aí, por uma questão interna, um conflito, a gente também é obrigado a dar uma segurada, uma parada e repactuar.

Então, assim, tem regiões que avançou mais, outras nem tanto, mas em todas as regiões do território ianomâmi, com foco mais em Roraima, que é onde a gente tinha a situação de maior vulnerabilidade no eixo de segurança alimentar, a gente deu uma ênfase e um foco maior lá em diálogo com a Hutukara, com a Urihi, com todas as organizações indígenas do território. Em um dos casos, a gente faz diálogo mais aproximado com as lideranças da comunidade mesmo para implementar.

Na hora da entrega da cesta de alimento, a gente também já entrega a ferramenta, Senadora. Então, assim, você tem que ir com apoio, todo o suporte técnico do MDA, da Embrapa. Então, essa iniciativa é paralela. A gente não só entrega lá por entregar, tem toda a parte... Tem regiões em que você vai entregar a cesta de alimento, dependendo da época, você não sabe o que fazer com a lata da sardinha. A gente orienta também toda a parte do resíduo que é remanescente da cesta de alimento. Então, assim, ela é seguida desse conjunto de ação ministerial.

Eu acho que a Senadora trouxe muito bem. Por que a Casa de Governo surgiu nesse processo? Ela dá um belo exemplo nesse sentido: todos os ministérios, todas as instituições historicamente atuam cada uma do seu modo próprio. Eu acho que com a dinâmica ianomâmi e com outras ações que a gente tocou pelo Brasil, muitos exemplos da Casa de Governo, a gente aprendeu a trabalhar em conjunto. A ação minha da Funai não pode ser isolada da do Ibama, da Polícia Federal. O eixo de saúde só vai avançar graças à entrega articulada e bem efetiva da cesta de alimento e da ferramenta que vai produzir a roça. Então, assim, o eixo de proteção territorial ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É tudo concatenado, Senadora. Eu acho que é um exemplo que a gente faz também para cada comunidade dessas. Mas em todas as regiões, eu lhe asseguro que a gente tem implementado essa mesma estratégia planejada com as organizações indígenas.

Aí teve uma região que até me questionou num dia em que eu estava em Boa Vista: "Ah, Marcos, está chegando menos cesta de alimento". Eu disse: "A gente vai repactuar, vamos reorganizar", porque às vezes você tinha dez famílias, hoje são 40. E aí você tem que reorganizar o planejamento de entrega ou de ferramenta também. Eles não tinham ferramenta. Então a gente vai lá e orienta, para não ter o uso desviado de uma ferramenta, como o Nilton Tubino trouxe.

Às vezes, o problema é a arma de fogo, mas tem outras ferramentas que podem servir para o mesmo propósito. Então, a gente tem esse cuidado, Senadora, também. Mas é para todos, para poder lhe responder.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

Camile, eu vou fazer só uma pergunta e vou pedir permissão a você para mandar as demais por *e-mail*. Aí, você me responde, dado o adiantado da hora. A pergunta, Camile, que eu vou fazer agora é sobre o Bolsa Família. Não sei se você consegue responder. Qual a situação do Bolsa Família para as famílias indígenas ianomâmis? Quais ações estão sendo tomadas para resolver a situação da dificuldade no acesso ao benefício? Por exemplo, Camile, como fazer o documento, como buscar o cartão... Nós não temos agências bancárias disponíveis em toda a área. Como vocês estão lidando com as dificuldades com o Bolsa Família? Tem busca ativa? Vocês estão fazendo a busca ativa?

A SRA. CAMILE MARQUES SAHB (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, eu vou responder muito em linhas gerais e, se a senhora depois quiser encaminhar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. CAMILE MARQUES SAHB – ... por *e-mail*, a gente pode complementar aqui no âmbito do ministério, porque essas ações são encaminhadas junto com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania e com a Secretaria Nacional de Assistência Social. A chegada de recursos financeiros às comunidades é sempre um debate feito de maneira bastante polêmica, tem várias questões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisam ser observadas, como, por exemplo, a própria distância da comunidade com o centro urbano e qual é o apoio que essas comunidades, de quem vai lá buscar o recurso e gastar, qual é o apoio que têm nesses municípios, nesses centros urbanos. Então, tudo isso também tem sido discutido junto com as lideranças, com a liderança da Secretaria Nacional de Assistência Social, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, MPI e Funai, juntos, para que a gente possa trabalhar isso de uma maneira integrada que não desorganize a base comunitária desses povos. Então, é um assunto muito complexo e que vem sendo tratado de maneira integrada não apenas a chegada do Bolsa Família, mas as outras ações que precisam ser articuladas para que essa bolsa chegue sem desorganizar toda a estrutura comunitária dessas comunidades. Então, eu prefiro deixar que essas secretarias que estão atuando mais diretamente nesse assunto deem essa resposta mais completa para a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Camile.

Obrigada mesmo a todos vocês pela participação.

Para a gente não perder a conexão, nós vamos ouvir agora Mateus Sanuma, Presidente da Ypassali Associação Sanuma, com a tradução de Ademir Santos Silva. E não é a primeira vez que o Mateus participa de uma audiência aqui na Comissão.

Bem-vindo, Mateus.

O SR. MATEUS SANUMA (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução consecutiva*.) – Senhores e senhoras, é muito bom estarmos reunidos aqui. Poder ter essa participação, para mim, é uma honra muito grande. Então, vou expor aqui as minhas palavras.

Eu quero fazer o meu agradecimento também à Senadora Damares, porque, quando foi o início da fome, nós entramos em contato com a senhora e a senhora agilizou juntamente ao Senado.

Então, nós tivemos alimentação durante aquele tempo. E, novamente, a gente está recorrendo à senhora mais uma vez!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer meus agradecimentos aqui a algumas pessoas, principalmente ao Nilton Tubino. Foi um trabalho excelente de expulsar os invasores da terra lá, foi um trabalho muito forte o que ele fez. Eu quero fazer meu agradecimento diretamente a ele.

Eu quero agradecer todo o empenho, a força-tarefa juntamente à Funai, todo o grupo que se empenhou para fazer toda essa dinâmica de entrega de alimentação. Foi um trabalho muito grande. Todo mundo está unido. Então, faço também aqui meus agradecimentos.

Eu quero dizer para vocês que, da mesma forma como foi no passado, quando começou lentamente e depois explodiu a necessidade, estamos vivendo novamente essa necessidade. É por isso que eu estou gritando a vocês para nos ajudarem!

Eu quero dizer para vocês que eu não estou criando uma história para vocês aqui. Há uma grande necessidade na região. Eles estão lá, em linha de frente; estão mandando mensagem para mim, mandando vídeos para mim. E, através disso tudo, eu estou aqui dizendo para vocês: estamos com necessidade! Não estou mentindo para vocês.

Eu quero também colocar, diante dessa questão da fome: nós tínhamos também os nossos parceiros que estavam na nossa comunidade nos ajudando que foram retirados sem uma consulta prévia a nós. E, por terem saído aqueles parceiros, houve muita situação difícil na nossa comunidade: a bebida aumentou tremendamente, houve um descontrole em nossas comunidades... Então, isso foi muito ruim. Eu estou passando isso para vocês agora.

Eu não estou mentindo para vocês. Há uma grande necessidade, as pessoas já estão com muita ansiedade, porque acabou a comida naquelas regiões.

E, Marcos, eu quero me dirigir diretamente a você. Você disse que continua dando alimentação este ano. Eu quero que você apresente um relatório para a gente das comunidades que vocês estão dando este ano.

Marcos, é importante que todos nós sejamos verdadeiros e apresentemos aqui relatórios verdadeiros. Eu quero apresentar para vocês o que é verdadeiro também. Em 2026, eu não vejo... Não foi feito nenhum atendimento naquela região. Então, se você puder provar isso em documento, é muito importante. Se não, vamos tentar agilizar, porque a necessidade já começou por lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero falar para vocês também do índice de mortalidade naquela região. A partir de 2024, nós tivemos um índice muito alto de suicídio, muitas pessoas se suicidaram por lá. Então, eu queria que vocês também, dentro do relatório de vocês, comentassem sobre a questão do suicídio.

Sr. Dário, também, Presidente da Hutukara, eu quero dirigir diretamente as minhas palavras a você, Dário, porque você disse que os sanumás não estão passando fome, mas, na sua região no Amazonas, vocês têm comida, têm caça, mas, na nossa região, nós não temos isso. Eu não gostaria que você chegasse aqui e dissesse que nós não estamos com fome lá. Eu gostaria que você chegasse aqui e dissesse: "Olhem, sanumás, fiquem firmes aí, vamos tentar ajudar, ajudar a restaurar a vida de vocês, matar a fome de vocês". Mas não dizer que a gente não está passando fome, porque estamos, sim. Não tem caça, nem tem alimentação naquela região.

Então, Dário, eu não estou brigando com você aqui; nós estamos dentro de um diálogo, né? Mas, quando você chega e você diz que não tem necessidade de alimentação naquela região de lá, você deixa a gente numa situação difícil. Você tem que dizer assim: "Olha, de fato, vocês estão com necessidade". É porque você não conhece a nossa região, você não anda por lá, por isso é que você dá um relatório como esse. As pessoas podem pensar que nós, de fato, não estamos necessitados, mas estamos, sim.

Eu queria que você pudesse refletir sobre isso e reforçar às pessoas que podem nos ajudar e dar comida e dizer assim: "Olha, ajuda aquele pessoal de lá, porque nós não estamos precisando, mas os sanumás estão". Se você falar isso, é muito positivo, eu te agradeço.

Então, Dário, é do seu conhecimento também que os iecuanas, naquela região do Kuratanha, subindo o Rio Uraricoera, na boca do Auari, subindo, temos uaicás lá, e aquelas pessoas dali estão passando muita fome. Estão passando tanta fome que eles foram morar na comunidade dos iecuanas e não querem sair de lá porque não tem comida na região deles. E já houve uma briga, um pequeno conflito, que é do seu conhecimento. Os iecuanas já estão atravessando isso, juntamente com os sanumás ali, porque eles estão com fome.

É interessante a gente poder se unir agora e fazer alguma coisa para resolver essa situação da alimentação ali com os iecuanas. Por isso, eu quero que você nos dê a força para poder ajudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela região ali. Já começaram conflito, já tiveram briga e a coisa pode piorar, pode ficar pior ainda. Por isso, gostaria que você se prontificasse em poder nos ajudar naquela região ali.

Então, eu quero também falar para vocês que o motivo por que nós estamos pedindo alimentação para o povo é que muitos daqueles indígenas que moram nas fronteiras estão comendo uns coquinhos – a que dão o nome de "rokolaxi", tem na aldeia –, tem muitas frutas que eles estavam comendo, mas essas frutas se acabaram. E vocês sabem que há um fluxo muito grande de pessoas que vêm da Venezuela, vários indígenas que chegam dentro do Brasil, tantos iecuanas também. Com muita gente morando perto, todo mundo caçando e comendo, falta alimentação. Então, não estou aqui mentindo para vocês, há uma grande necessidade; eu não quero que aconteça o que aconteceu no passado e que muita gente venha a morrer. Por isso, estamos aqui pedindo que mandem alimentação para a gente.

Só falando para vocês também que continuamos com muitos casos de malária, ainda tem muitas pessoas morrendo de malária pelas regiões. O trabalho da Sesai tem sido um trabalho muito forte, tem perseverado; entretanto, não tem dado conta das mortes que têm acontecido. E o que é que acontece? Na nossa região faz muito frio e nós passamos por dificuldades; então, eu quero expor todas essas coisas para que a gente tenha o mesmo jeito de pensar e de falar, não precisamos contar outras coisas a não ser a verdade aqui.

Então, quero também falar um pouco sobre os projetos da Embrapa. Desde o início, nós temos falado as necessidades; tem sido um projeto que está em andamento, mas sem execução na nossa região lá. Ainda não chegou nenhum projeto de piscicultura, tampouco, também, das galinhas. Está prometido e tem várias outras situações que estão fazendo com que o projeto não chegue até lá, mas não foi feito ainda na nossa comunidade, até agora. Na região de Auaris, lá em cima, já teve um pouquinho, mas é muito pequeno o projeto para matar a fome dos indígenas. E aí, eu falo para vocês aqui: estamos reunidos para falar sobre o assunto da fome, e eu tenho que aproveitar que todos vocês estão com os ouvidos atentos para que eu possa fazer o meu pedido e vocês possam atender.

Eu quero dizer para vocês que eu não estou correndo atrás de projetos para engordar a minha própria vida. Não estou pedindo para mim, diretamente, para eu ficar com essas coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para mim mesmo, mas o meu objetivo aqui é matar a fome, suprir as necessidades daqueles que estão nas aldeias, daqueles que estão distantes.

Eu falei na outra fala, vou repetir aqui porque eu me perdi um pouco... Eu estava dizendo que quem está na cidade não consegue entender a dimensão do que é alguém estar dentro da aldeia, as necessidades são grandes. Então, eu tenho que ser o porta-voz e avisar a vocês o que está acontecendo por lá. Então, é por isso que eu estou falando para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ademir, para a gente já ir concluindo...

O SR. MATEUS SANUMA (*Tradução consecutiva*.) – Concluindo aqui, eu estava dizendo que são essas as minhas palavras. Se alguém tiver alguma pergunta, algum questionamento, eu estou pronto para poder responder aqui a qualquer pessoa. São essas as palavras.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ademir, antes de encerrar, eu quero chamar a atenção do Brasil porque nós ouvimos duas lideranças indígenas com visões diferentes, e o Mateus Sanuma trouxe uma realidade grave, de muita fome e, eles com fome, os conflitos aumentam.

Eu estava aqui, Ademir... Dá para colocar o Ademir na tela de novo e o Mateus? Eu quero falar olhando para eles. Eu estava aqui conversando com o MPI: para eles darem as respostas para você agora a gente vai prolongar muito a audiência, mas a gente estava combinando aqui, eu e o MPI, de a gente focar especificamente, junto com o Ministério do Desenvolvimento Social, no que vocês acabaram de falar porque, se tem fome, a fome não espera.

Está traduzindo para ele?

O SR. ADEMIR DOS SANTOS SILVA – Estou traduzindo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não sei se o Marcos vai querer falar publicamente, mas a gente combinou aqui: é grave o que vocês trouxeram, e a gente não vai subestimar essa informação, tá? Inclusive, o Tubino está aqui do meu lado, nós estamos conversando, e a Joana está confirmando aqui muito do que o Mateus está falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi muito bom ter te ouvido, Mateus. Você nos trouxe uma grande preocupação e você traz um outro dado aí que é a questão do suicídio. Então, se tem fome, suicídio, a gente vai, junto com o Marcos... Eu vou pedir para o Marcos receber a equipe técnica da Comissão o mais rápido possível e, se precisar, Ademir, fazer um vídeo com vocês, e a gente já dá um encaminhamento, mesmo porque a Comissão está indo à área, a Comissão está indo para Roraima, e a gente já dá uma resposta com relação a essa fome extrema de que vocês estão falando, especificamente desta área.

Então, são dois líderes indígenas que divergem na fala. Como é bom ouvir as lideranças indígenas.

Eu quero agradecer, Ademir e Mateus, pela participação na audiência. Eu vou sair daqui hoje incomodada com o que eu estou ouvindo. Parece-me que as instituições que estavam ajudando vocês numa medida do Ministério Público estão voltando. Confirma isso para mim, Ademir?

O SR. ADEMIR DOS SANTOS SILVA (Para expor.) – Sim. Eu pedi permissão para o Mateus aqui para poder falar. Então, boa tarde para vocês.

Eu sou mediador cultural e eu vou expressar um pouco da realidade.

Houve, de fato, já o Ministério Público com documento pedindo pelo retorno dos parceiros, mas ainda existem algumas coisas que precisamos conversar sobre esse assunto dos parceiros retornando; ainda tem algumas coisas que estão impedindo isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Ademir, o Marcos pediu a palavra para dar uma resposta imediata, mas o encaminhamento que eu fiz aqui vai acontecer, o de a gente se reunir especificamente sobre os sanumá.

Marcos.

O SR. MARCOS KAINGANG (Para expor.) – Senadora, serei bem breve, mesmo. Quero só cumprimentar aqui o Mateus, também o nosso tradutor aqui.

É só para explicar para eles: dentro desse nosso redimensionamento de entregas, a região aqui que ele especificamente citou está dentro do plano de reforço de entregas. Tem regiões em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente diminuiu a entrega porque já não precisam mais, já têm roçado, etc. A região dele – estava até olhando o nosso mapeamento aqui – está, sim, dentro das nossas prioridades aqui, tá, Mateus? Tu podes nos cobrar isso, fica tranquilo.

Inclusive, eu acho que vocês estão em Boa Vista, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS KAINGANG – Perfeito. Hoje vocês vão se reunir com o Ministro Eloy também, se eu não me engano. Vocês me confirmam isso? Eu acho que... Aproveitem esta tarde também, com o Ministro, até para reforçar isso lá na parte da tarde. Aí, eu me comprometo aqui também a mandar os dados, porque eu acho que é importante vocês que estão aí na frente de proteção já pegarem um pouco desse planejamento de entregas que serão feitas para a região que o Mateus trouxe aqui para nós, para atender as comunidades ali.

A gente tem um planejamento para outras regiões também, com a Funai, e a gente vai fazer essa entrega, mas é bom que eles tenham em mãos isso, esse planejamento, Senadora, pois com isso conseguem cobrar melhor também o direito da organização indígena de fazer esse trabalho, e, para os outros projetos também, tentar fazer diálogo aqui com o MDS, com os demais, com a Funai também. Vale o mesmo diálogo aí com a frente de proteção hoje – está bem, Mateus? –, para vocês verem como é que está o planejamento de execução dessas outras ações ali, tá?

Mas, sim, vocês estão dentro do nosso planejamento de reforço ali, porque a gente tira de outras regiões que não precisam mais, já foi pactuado, e reforça na região que mais precisa, está bem, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Ademir, só uma pergunta. Eu acabei de receber aqui: há uma ação do Ministério Público Federal contra a Funai e o MPI sobre as escolas: das 33 escolas criadas pelo decreto estadual, 12 estavam fechadas por inércia da Funai. As escolas na área do Mateus estão funcionando, Ademir?

O SR. ADEMIR DOS SANTOS SILVA – Vem, Mateus. O Mateus vai responder.

O SR. MATEUS SANUMA (Para expor. *Tradução consecutiva*.) – Então, a gente está muito triste porque a escola não está funcionando como funcionava antes. Os sanumá estão muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abalados emocionalmente, foi uma situação muito difícil, porque, retirando os parceiros, a escola parou de funcionar. Então está funcionando, numa expressão, meia-boca, só um pouco, mas estamos com muita dificuldade com essas escolas.

A gente ficou muito preocupado porque as escolas pararam de funcionar; cadernos, lápis, essas coisas que chegavam sempre, pararam de chegar. Não chegou mais merenda escolar. As crianças passaram fome, porque não tinha mais merenda escolar. A Funai não deu o verdadeiro apoio diretamente às escolas, por isso estamos passando este momento difícil. Isso é verdade.

Eu quero acrescentar: não somente a região dos sanumás, mas também a região de halikato-U, budu-U, palimiú. Essas regiões aí não receberam também mais a merenda escolar, nem os cadernos. Então, eles entram em contato comigo direto e perguntam: "Como é? Pode mandar a aeronave?". A aeronave também foi proibida de voar naquela região para levar os materiais e as merendas. Então, é um grande problema que estamos enfrentando naquela região.

E tinha os nossos parceiros que ajudavam a escola a funcionar, ajudavam no diário de classe com os professores, mas, retirando essas pessoas, as escolas pararam de funcionar, porque eles sozinhos não estão dando conta. Então, ficou muito difícil. Mas antes não era assim, nós funcionávamos muito bem. Na nossa escola, ia tudo bem na região, mas agora estamos passando por esse problema sério.

São essas as minhas palavras.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero agradecer, Ademir. Obrigada pela participação.

Mas vocês trouxeram mais um problema – eu acho que eu não vou dormir hoje –: morte, suicídio, fome, falta de escola. Só que a gente tem que entender que a questão da educação é responsabilidade do Governo estadual. Se os órgãos federais não tiverem bom diálogo com o Governo estadual, a gente não tem educação.

O Marcos pediu mais um minuto. Eu vou devolver para o Marcos e depois a gente vai ouvir Joana por dez minutos, que é a última participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já passamos bem do horário, Joana. Eu quero que você tente... Não vai ser só esta audiência, não; você vai vir em todas.

Então, o Marcos vai dar mais uma resposta, Mateus, para vocês.

Marcos.

O SR. MARCOS KAINGANG (Para expor.) – Nem vou usar um minuto, Senadora.

Quero só confirmar com o Mateus ali também, Senadora: no nosso planejamento de entrega, a região que o Mateus especificamente citou – estava olhando o nosso planejamento aqui – está para a semana que vem. Então, eu já ia sugerir para ele, à tarde – ele está em Boa Vista –, já para falar com a frente de proteção ali, como é que está marcado o dia, etc., porque as entregas estão ocorrendo normalmente, mas com foco em algumas outras regiões, inclusive na dele também, tá?

Só para manter essa cobrança e, se não chegar lá, ele nos avisar também dentro da data prevista.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso.

Corre lá, Mimika. Aproveita que o Ministro Eloy está aí. Fala tudo isso para ele. Diz que foi a Damares que pediu, o Marcos que pediu e o Tubino que pediu. Pronto, corre aí hoje para falar com o Ministro.

Joana, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Privados de Serviços de Saúde do Estado de Roraima.

Nós ouvimos o Governo Federal – o Tubino representa diversos órgãos – mais o MPI, ouvimos o Ministério do Desenvolvimento Social, ouvimos lideranças indígenas.

Agora a gente vai ouvir os funcionários, aqueles que estão pondo a mão na massa para fazer os projetos, programas e planos acontecerem.

Joana, tenta falar nos seus dez minutos, pode ser?

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES (Para expor.) – Oi, olá, pessoal, boa tarde – bom dia, né? Porque ainda não almoçamos – a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade e, segundo, à pessoa da nossa Senadora agradecer o convite e aos demais presentes.

Gente, se eu fosse falar tudo o que eu tenho de informação, ia passar o resto da tarde, todinha, mas vou me abster de alguma apresentação, porque praticamente todos já apresentaram, então vocês já entenderam um pouco da situação. Eu vou só pontuar algumas questões que hoje é o gargalo do nosso Dsei Yanomami.

Eu gostaria só de ressaltar para vocês...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Joana, explique – tem muita gente nos assistindo. A nossa audiência está enorme, gente – o que é Dsei e por que se chama Dsei Yanomami? Tem outro que não seja Yanomami? Explique direitinho.

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – O Dsei significa Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena, que é o Dsei Yanomami.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem outro Dsei?

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – Tem, tem o Dsei Leste. Em Roraima, nós temos dois distritos: o Dsei Yanomami e o Dsei Leste. No Dsei Yanomami, hoje, praticamente 99% da questão dos trabalhos é aéreo, ou seja, a troca de equipes, remoção e tudo é feito de avião. Temos apenas dois polos básicos, em que é terrestre. Já no Dsei Leste, uma parte é terrestre e temos mais cinco regiões que é feito pelo aéreo.

A saúde indígena tem um *slogan* muito importante, em que diz assim: "Saúde indígena é específica e diferenciada". Eu entendo que, a partir do momento em que você começa a tratar como específico e diferenciado, você consegue fazer um bom trabalho e trazer muitos resultados positivos, porque isso está além das leis, porque você está tendo um cuidado especial e específico.

Gostaria só de ressaltar sobre a questão do território. Vocês viram, quando o colega apresentou, que são 9,66 milhões de hectares. Então é um território muito grande, em que ele mesmo colocou que é maior do que Portugal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então gostaria de acrescentar aqui para vocês, hoje a população indígena do Dsei Yanomami é 34.920 indígenas, que são cadastrados hoje. São 84 polos base e subpolos, distribuídos em 429 comunidades dentro desse território, e foram apresentados pelo COE 2.130 profissionais contratados. Só que esse quantitativo de profissional hoje está distribuído no todo: é o pessoal da infraestrutura – cozinheira, as pessoas que trabalham na parte administrativa e tudo. E vale ressaltar que esse quantitativo não trabalha só em território, são os profissionais que trabalham dentro do Distrito Yanomami, que trabalham na Casai e trabalham em território.

E aí vem uma questão importante, porque a gente tem um número de 200 enfermeiros que trabalham em território, Casai e distrito, e aí nós temos 427 técnicos de enfermagem, que atuam nesses três setores.

E aí vem uma parte mais delicada ainda, a da nutrição: hoje nós temos apenas 35 nutricionistas contratados e 7 técnicos em nutrição. E aí, para fechar as informações, nós temos 190 ACEs. Vocês olhem só...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – ACE é Agente de Combate a Endemias, que são os profissionais que estão lá na ponta, que fazem a busca ativa, que fazem borrifação, nebulização. Então, assim, vocês viram que esse quantitativo está dentro dos 2 mil. Aí eu pergunto a vocês: vocês acham que esse quantitativo vai suprir a necessidade? A Secretária respondeu aqui que não, mas que eles estão tentando contratar mais pessoas, só que, na parte da desnutrição, fica um déficit muito grande, porque se está falando de um território de mais de 9 mil hectares distribuídos em 429 comunidades. Então você vê aí que...

A Sesai junto com todos os distritos têm se esforçado. Houve uma força-tarefa para que os trabalhos pudessem ser feitos, que tivesse uma resposta positiva, só que, infelizmente, em alguns segmentos a gente não está tendo essa resposta. Com relação à malária, vocês viram aí os índices da malária: é baixo demais. A gente tem áreas que são endêmicas. Então é muito complicado, muito delicado. Precisa se ver como vai ser feito esse replanejamento desses planos de ação. Existem algumas questões que deram certo, que já funcionaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, assim, pessoal, é preocupante quando é citado sobre alguns segmentos. Eu vou falar para vocês. A malária, hoje, é uma situação preocupante, porque houve praticamente uma epidemia de malária. Houve uma redução mínima. Precisa-se ter uma intensificação com relação aos trabalhos da malária, eles precisam rever essas questões. A gente tem uma situação sobre a questão da desnutrição, porque, além do tratamento, você tem que manter a vigilância, porque senão você perde todo um trabalho que já foi iniciado.

Com relação à desnutrição, eu vi aí a questão dos projetos, viu, Marcos? Inclusive, o Governo do Estado de Roraima, hoje, vem fazendo uma atuação muito importante com relação aos povos indígenas, e lá já tem esses programas que são executados, principalmente pela Secretaria do Índio. Eu acho que está faltando aí uma questão do diálogo mesmo para fortalecer isso. Hoje, inclusive, a Secretária da Secretaria do Índio vem fazendo esse trabalho forte. Eu entendo que, se tiver esse diálogo entre município, estado, Sesai e distrito, tem como ter uma resposta positiva, porque a gente sabe que ninguém vai conseguir trabalhar sozinho.

E seria um ponto crucial o fortalecimento alimentar. Hoje não tem como você fazer nenhum tipo de trabalho sem dar uma atenção especial a isso. Fico até feliz em saber que já se iniciaram as execuções. Como o Mateus falou, tem vários polos básicos que ainda não foram inseridos, por isso – acho – a preocupação dele e dos demais.

A informação que a gente teve é que o polo base piloto tinha sido o Sikamabiu, e os demais estavam aguardando para essa implementação. Então isso já é um avanço, um ponto positivo.

Hoje, dentro do território ianomâmi, a gente tem três gargalos, que são a questão da desnutrição, o problema da malária; melhorias e condições de trabalho; e o principal, a falta de segurança dentro do território. Vocês ouviram muito essa questão sobre o desmatamento, sobre a questão de conflito e tudo. Realmente isso acontece. Hoje, os indígenas estão se intensificando mais nessas questões. Isso é uma questão muito delicada até para a gente estar falando sobre isso, porque envolve uma questão cultural, mas às vezes é necessário a gente falar. Hoje, muitos desses nossos profissionais entram em território com medo.

Não sei se vocês assistiram pela mídia: em novembro de 2024, nós tivemos um assassinato de um técnico em território, em seu pleno exercício. Ele estava fazendo atendimento de manhã, ele foi assassinado pelo indígena dentro do território. Segundo informações... Essa questão está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo investigada, acompanhada pela Justiça, então a gente não tem muito acesso, mas algumas prévias da investigação que a gente tem é que o indígena ficou chateado porque não conseguiu carregar o celular. Ele saiu, retornou com o filho, disse para o técnico que o filho dele precisava de atendimento. O técnico, na sua boa vontade, com um médico, dentro do posto de saúde, foi atender o filho. E aí, quando ele foi surpreendido, já com o indígena entrando com a flecha armada, não deu tempo de correr, de pedir ajuda, de nada. Ele simplesmente disparou a flecha, atingiu o coração dele, e também, de acordo com as investigações, a flecha estava envenenada, e ele não resistiu. A questão do resgate também dificultou, porque o indígena... Foi uma coisa premeditada: quando ele retornou, ele cortou o sinal do Wi-Fi, quebrou a coisa da Starlink. Isso dificultou a questão do atendimento.

Então é complicado, porque hoje, quando você bota a escala para entrar... Isso aconteceu em uma das comunidades, no Maraxiú. Hoje, quando você diz assim: "Ah, fulano, José, tu vais para o Maraxiú", ele já fica preocupado. Depois que aconteceu essa situação, se instalou um caos, uma instabilidade em todo o território, porque hoje, onde qualquer equipe é ameaçada, ela já fica com medo, porque você não sabe até onde vai aquela ameaça. Aí, às vezes, a pessoa fala assim: "Ah, mas ele só falou da boca para fora", só que você não tem a garantia de que aquilo foi só da boca para fora. Porque lá atrás, eu, particularmente...

Como a gente está acelerando bem, eu esqueci de me apresentar, né?

Meu nome é Joana Gouveia, sou técnica de enfermagem. Há 20 anos atuo no Dsei Yanomami e, atualmente, estou como Presidente do sindicato. Durante todo esse meu período, eu nunca imaginei que iria receber ou ver chegando o corpo de um colega de trabalho, gente. Assim, para mim, que já tenho esse tempo todo, foi muito impactante. Você imagine para quem entrou recentemente! A gente não tem como garantir essa segurança.

Então, hoje, o meu pedido, Senadora, é para que todas as esferas – Sesai, junto com a Funai e todos os órgãos competentes – possam ver o que pode ser feito com relação a isso, se é um plano de ação, não sei como é que vai fazer, com a Casa de Governo. Porque a gente também precisa garantir a segurança dos profissionais, senão vai chegar um tempo em que ninguém vai querer entrar, porque é assim: a sua vida vale R$4 mil? Não. A nossa vida não tem valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existe dizer assim: "Ah, mas ele entrou sabendo dos riscos". Ninguém pede para ser ferido ou para acontecer algo pior, nem a tua família, porque, quando você entra, a sua família ali o deixa no Dsei ou na Voare, e ela está na esperança, na expectativa, de receber você, e não receber você em um caixão.

Assim, gente, nós do Dsei Yanomami passamos por situações muito críticas. O Dsei Yanomami é totalmente diferente dos outros distritos. São 34 distritos, e, nos outros 33, eu sei que cada um tem suas peculiaridades diferentes, mas o Dsei Yanomami é especial, ele é diferenciado. Então, ele precisa ser tratado como um todo, diferenciado, entendeu?

Eu ouvi atentamente vários relatos aí e gostaria de falar para vocês uma coisa: o trabalhador hoje precisa ser reconhecido, ser valorizado, ser ouvido e principalmente ter a sua segurança. Hoje o trabalhador tem uma instabilidade muito grande, porque, Senadora, começou uma rotatividade de profissional. Profissional entra, aí, daqui dois, três, quatro meses, ele já é demitido. Então, ele não tem nem como às vezes se programar. A gente tem vários profissionais que se identificam com a área, eles têm perfil, eles trabalham bem, e aí, do nada, eles são desligados. Nem as comunidades têm conhecimento disso. Às vezes as comunidades, o tuxaua, o conselheiro ligam: "Presidente do sindicato, eu gostaria de saber por que o fulano foi demitido", e eu nem sabia. Recentemente teve várias demissões, das quais a gente não entendeu os motivos. Inclusive, o sindicato entrou com uma ação de reintegração, porque se caracterizou demissão em massa, e onde disseram que tinham sido feitas umas avaliações, a gente pediu as avaliações, mas ninguém apresentou nada. Então, infelizmente, a gente precisou fazer a ação.

Eu gostaria também de ressaltar, Senadora, que, durante a minha gestão, já foram feitas 64 ações judiciais contra a Sesai e a União, mas essas ações foram feitas por falta de diálogo. O sindicato sempre procurou se aproximar para a gente dialogar, para a gente procurar fazer essa construção, só que infelizmente às vezes a gente tem uma barreira.

Eu gostaria de ressaltar aqui que o sindicato não é inimigo da gestão, nem da Sesai, nem de ninguém, só que a gente precisa defender os trabalhadores, porque hoje tem a defesa... Tem os direitos humanos que defendem os indígenas, tem uma defesa particular de A ou B, e a do trabalhador? Você não vê isso, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, hoje, infelizmente, o trabalhador de Roraima só tem o sindicato para os defender, e aí, quando eles procuram a gente, e a gente vai até eles, conversa e tudo, e diz: "Olha, está acontecendo isso, não fazem isso", aí, quando a gente pensa que não, as coisas acontecem, né?

Além disso, tem a questão do... Além das permanências e tudo, tem essa questão das melhorias das condições de trabalho. Nós protocolamos uma ação em 2023, da qual depois eu vou passar o número do processo para a senhora, onde a gente está pedindo reforma dos polos bases, das UBS; construção; melhorias de um modo geral; pedindo pelo menos um *freezer*, para que seja instalado, nem que seja com sistema solar em cada polo base; e, o principal, a água potável para os profissionais, porque, como vocês viram aí, há a questão da contaminação do mercúrio. Hoje tem polo base em que a água, digamos assim, não tem forma alguma para você utilizar, está inutilizável. e o principal, água potável para os profissionais, porque, como vocês viram aí a questão da contaminação do mercúrio, hoje tem polo-base em que a água, digamos assim, não tem forma alguma para você utilizar, está inutilizável.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quando tu falas de polo-base, o servidor da Sesai vai para a área. Quantos dias o servidor fica na área? Porque não dá para ir todo dia e voltar. Quanto tempo fica um servidor na área?

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – Hoje os profissionais, tanto os do Leste quanto os do Yanomami, estão ficando 30 dias.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles ficam 30 dias longe de casa?

A SRA. JOANA GOUVEIA MENDES – Trinta dias longe de casa. Só que tem uma ressalva: esses 30 dias são iniciais, eles podem ficar mais, como recentemente... Isso é normal, principalmente agora na época de inverno toda, ele fica 35, 36, 37 dias longe de casa, porque tem a questão climática e, às vezes, não tem como o voo ser concluído no mesmo dia.

E agora a gente tem uma situação mais delicada. A questão que eu gostaria também de ressaltar aqui e fazer logo um pedido é sobre a homologação das pistas. A gente teve interdição – eu acho que o Chefe da Casa Civil tem mais propriedade para explicar sobre isso – de várias pistas, foram interditadas e não são homologadas. Com essas interdições de pista, o helicóptero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passou a fazer as trocas de equipe. Por exemplo, leva a equipe para um polo maior, onde dá para ir o avião ou o Caravan, , naquelas pistas que não estão sendo operadas, as trocas são feitas de helicóptero. Então, a entrada e a retirada de equipe são de helicóptero, remoções são de helicóptero. E aí é onde está o problema maior, porque, com o tempo fechado, o helicóptero não vai. Teria que ter pelo menos, para que esses profissionais pudessem fazer as trocas de equipe nos voos de rotina normal, quatro ou cinco helicópteros. A última vez que eu tive acesso às informações, estariam operando três helicópteros. Hoje eu não sei lhe dizer se esses três helicópteros estão operando. Os trabalhadores passaram a informação para a gente de que tinha apenas um helicóptero operando e, recentemente, agora no início do mês, para a troca de equipe, do dia 1º ao dia 5, teve atraso até o dia 8, entendeu? Assim, o profissional passa do dia, já fica sem alimentação, e aí infelizmente ninguém pode fazer nada. Eu entendo que, se for resolvida essa questão da homologação das pistas, isso melhora tanto para o profissional quanto reduz o custo para Sesai e para a União, porque hoje uma hora de helicóptero custa quatro, cinco vezes mais do que uma hora normal de um avião, entendeu? Então, assim, é um recurso que poderia ser economizado, levando em consideração todas essas questões.

Antes de eu concluir, eu gostaria também de ressaltar essa questão do fortalecimento – viu, Chefe da Casa Civil? – entre o sindicato e a gestão, porque isso contribui muito para as questões de melhoria das condições de trabalho para o profissional lá na ponta. E a gente está aqui, como sindicato, para trabalhar em parceria, para estar dialogando. A gente também pode contribuir muito com os trabalhos e, principalmente, com os avanços.

Antes de finalizar a minha fala, eu gostaria de pedir para a Comissão que, quando fosse – parece que vai ter uma diligência –, fosse feito no Parima, Xitei, Olomai, para verificar essa situação que o Mateus expôs de perto –, Ketaa, Maloca Paapiú e Palimiú. Por que eu coloquei Maloca Paapiú? Eu sei que, neste momento, os nossos colaboradores estão todos atentos. Em Palimiú, recentemente, foi construído o polo. O Palimiú está dentro dos polos onde nós solicitamos construção e reforma dentro da ação de 2023. Por que eu quero que a Comissão vá? Para vocês verificarem hoje um polo que tem uma estrutura boa e um polo que não tem. Para que esses polos possam ser referência. Certo?

Então, era isso, Senadora. Muito obrigada pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se alguém quiser mais algum esclarecimento, eu estou à disposição. E, como a Senadora falou, fiquei até feliz, o sindicato vai participar de todas as audiências. Nós estamos aqui para colaborar, contribuir, e principalmente defender a nossa bandeira, que é a bandeira do trabalhador.

Obrigada, boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, eu acho que todas as homenagens que a gente fizer aos trabalhadores da saúde do Dsei Yanomami são poucas. Ficar 30 dias longe de casa – 30 é a previsão, mas, se chover, a aeronave não descer, não tiver combustível, 36, 38, 40 dias –, correndo riscos, inclusive, que vocês viram, de agressão, mas correndo risco de ficarem doentes.

Eu vou fazer uma pergunta para vocês verem. O Esequiel morou em área indígena. Ezequiel, quantas malárias você já teve?

O SR. ESEQUIEL ROQUE DO ESPÍRITO SANTO (*Fora do microfone*.) – Onze.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu assessor teve 11 malárias. Ele não mora mais em área indígena, ele está trabalhando aqui, na Comissão de Direitos Humanos, comigo.

Vocês também pegam malária, ficam doentes quando vão para a área. Eu quero que vocês imaginem o que esses bravos guerreiros enfrentam todo dia. E o salário desse tamanhinho. E não são efetivos, são contratados. E aí viu que ela disse que um grande problema é a alta rotatividade.

Antes de só perguntar para o Nilton sobre a homologação da pista, eu queria, em nome de todos os servidores do Senado, de todos os Senadores desta Comissão, eu queria aplaudir vocês. (*Palmas.*)

Joana, nós vamos continuar conversando muito. Eu acho que nós precisamos muito ouvir o funcionário que está lá. Porque passa Governo, entra Governo, eu vou deixar de ser Senadora, o Marcos vai deixar de ser Secretário-Executivo, o Nilton vai deixar essa função, o Governo dele vai embora – eu espero, tá? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou lutar, mas a gente vai estar junto, Marcos, em outras frentes. Mas eles permanecem. Vocês estão entendendo? Esta Comissão aqui muda, mas eles permanecem. Então, toda homenagem a você, Joana. Eu não consigo imaginar o que vocês passam no dia a dia – não consigo imaginar. Então, que Deus abençoe vocês!

Por isso que eu decidi que em toda essa Subcomissão, o sindicato vai estar conosco. Assim como a gente quer ouvir as lideranças indígenas, a gente quer ouvir o profissional de área. E a gente precisa, inclusive... Há um projeto de lei aqui, Tubino, para que o funcionário da Funai tenha arma. Está uma briga danada sobre dar a arma para o profissional. Eu não sei se a gente já vai ter que começar a pensar no profissional da saúde. Porque um garimpeiro ilegal em área pode atacá-los também. Eu não quero dizer que eles vão estar armados por causa do indígena, mas tem crime organizado em área. Como é que ele se protege? A gente quando fala do "polo", é uma casinha de madeira. Como é que eles vão se proteger de um bandido que está na área querendo roubar ouro, querendo garimpar ilegalmente? Então, eu acho que tem aí mais um gargalo para a gente pensar como Parlamento.

Dr. Nilton, quer responder só sobre a questão da homologação das pistas, e aí a gente encerra a audiência pública?

O SR. NILTON LUÍS GODOY TUBINO (Para expor.) – Então, Senadora, rapidamente, na Amazônia há uma flexibilização de uma portaria da Anac de autorizar o funcionamento de pistas, principalmente em terras indígenas, para a saúde. No ano passado, houve um entendimento da Procuradoria Federal, e ficaria a cargo da Funai dar essa autorização de funcionamento. E isso leva o órgão a ser o responsável pela pista. Então, a Procuradoria Federal da Funai começou a levantar dúvida, porque a Presidenta da Funai estaria ficando responsável por autorizar o funcionamento de pista ou não. Isso foi resolvido no final do ano passado. Então, essa parte já foi superada. A Funai agora volta a ter essa prerrogativa de fazer as autorizações e está se organizando para fazer, porque passa por aí também fazer manutenção dessas pistas. E o Exército ficaria responsável, com o MD, pelas pistas de Auaris, Maturacá, onde tem asfalto e tem os PEFs. Então, essa parte teve um impasse ano passado. Tem até uma ação do Ministério do TRF1, também, determinando que a Funai reassuma. Isso já foi superado. Agora, é uma parte mais de fazer a implementação de voltar a funcionar, principalmente, essas pistas que a gente tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quero só fazer uma ressalva: o problema que a saúde tem vale para todos os servidores. O pessoal da saúde fica, mas o pessoal da Força Nacional, que fica nas escoltas, também sofre o mesmo problema de saída também do servidor. Então, atinge o pessoal da saúde, que é mais prejudicado.

E aí, só para complementar, sempre que a gente é demandado na Casa de Governo, a gente sempre tenta compatibilizar. Por isso que tem 50 homens dentro da Força, boa parte em unidades de saúde. Não consegue cumprir todas, porque são mais de cem. Então, você precisaria de um efetivo que não tem nem em muitas cidades do Brasil. Mas, por isso que foi criado, recentemente, esse grupo Funai e MPI, para a gente discutir onde são os polos que têm gargalo, unidades que têm muito conflito, onde tem que se reestruturar a parte da segurança, para ter o trabalho dos profissionais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

Eu quero agradecer a presença de todos vocês.

O Marcos ficou até o final. Que bom, obrigada. Leve o meu abraço ao Ministro Eloy. Estou torcendo por vocês o tempo todo.

Nilton, parabéns pelo trabalho. Eu acho que a gente vai deliberar no sentido de encaminhar um documento a todos os presidenciáveis. Eles precisam se manifestar com relação à questão ianomâmi. E a Casa de Governo eu acho que é uma experiência que está dando certo e precisa estar lá no programa de todos os presidenciáveis.

Joana, obrigada. A gente vai querer continuar essa conversa com você. Acho que você não vai viajar agora à tarde, eu queria recebê-la no gabinete, para a gente conversar.

Quero agradecer a todos que participaram *online;* à Secretária da Sesai, que esteve aqui e já foi; e a todos vocês que ficaram até essa hora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim! Todos os trabalhadores do Dsei Yanomami, mesmo os que estavam em área, com internet,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam acompanhando, estão mandando mensagem aqui para ela. Vocês não vão ficar para trás, tá? Os trabalhadores do Dsei Yanomami, do Dsei Leste também, na verdade todos os trabalhadores de saúde indígena do país merecem nossas honras e nossas homenagens.

Essa é uma de muitas reuniões que nós teremos na Subcomissão. Nós vamos a Roraima. E ela está sugerindo que a gente visite essas áreas.

Vamos ver, Marcos, a questão da logística junto com Casa Civil, FAB – se vamos precisar de aeronave –, MPI. Nas nossas comitivas, a gente quer que MPI e Funai estejam com a gente, como estiveram na primeira.

O que eu quero dizer para vocês: independentemente de questão política, esta Comissão vai continuar, porque o nosso objetivo é ajudar o Governo que estiver no poder a encontrar resposta para o povo ianomâmi.

Obrigada a todos vocês que estiveram comigo.

Nós não vamos ter considerações finais, porque eu acho que a gente se deu por satisfeito, todos nós, não é?

Então, antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quatro minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Laércio Oliveira, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Angelo Coronel, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Jayme Campos e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Efraim Filho, Rodrigo Pacheco, Hermes Klann, Jaime Bagattoli, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 162, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 07/2019, aprovada em Santa Fé, em 16 de julho de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 461, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, assinada em Díli, Timor-Leste, em 24 de julho de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 266, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 267, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja, assinado em Bangkok, em 2 de julho de 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 340, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 344, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 359, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo, de 30 de novembro de 1972, para Alterar a Convenção Assinada em Paris em 22 de novembro de 1928 sobre Exposições Internacionais, alterado pelas Emendas de 24 de junho de 1982 e de 31 de maio de 1988." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 720, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST), adotada durante a 95ª Conferência Internacional do Trabalho, em maio de 2006." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 575, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 618, de 2026 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul (Ushuaia II), assinado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011, durante a XLII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/11

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião da Comissão, ocorrida em 7 de julho.

Os Senadores...

Ainda não dá para votar, né? (*Pausa.*)

Ainda não, tá.

Então... (*Pausa.*)

Vamos ler os relatórios primeiro, até dar o quórum, para a gente poder fazer as votações.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro solicitar a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme pauta publicada, a reunião destina-se à apreciação de projetos.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. (*Pausa.*)

Vamos começar com o PDL 575, de 2026.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 575, DE 2026

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Relator, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia! Tenho a satisfação em rever V. Exa. após esse período de recesso.

Peço permissão para ir direto à análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno deste Senado.

O rito de internalização do acordo-quadro está em conformidade com a Constituição Federal, preservando as competências formais dos Poderes Legislativo e Executivo, dispostas no art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal. Nesse sentido, permanece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hígida a atribuição do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

No plano da constitucionalidade material, o texto enquadra-se no dispositivo que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelos princípios da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da busca da integração dos povos da América Latina (art. 4º, inciso IX e parágrafo único da Constituição).

No mérito, a aprovação desse acordo reveste-se de singular importância para o desenvolvimento nacional de tecnologia espacial, a qual, por se situar na vanguarda técnica, tem o diferencial de transbordar para diversas áreas de interesse brasileiro, oportunizando ganhos estratégicos em soberania, proteção de recursos naturais e independência tecnológica.

O acordo, uma vez levado a efeito por projetos específicos, ampliará a cooperação binacional e a observação físico-territorial, permitindo às partes aprimorar mecanismos de controle em amplas faixas do território sul-americano, como, por exemplo, na observação da Floresta Amazônica e no monitoramento de atividades do crime organizado na região.

No campo de telecomunicações e tecnologias espaciais, divisa-se importante sinergia entre as partes, pois ambas têm experiência em lançamento de satélites geoestacionários. No ano de 2008, a Venezuela lançou o satélite de comunicações Venesat, e, em 2017, o Brasil lançou o Satélite Geoestacionário brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGCD), o primeiro controlado e operado inteiramente pelo Estado brasileiro.

Registramos, ademais, que o mapeamento via satélite tem sido essencial na coordenação de esforços para mitigar os danos que os terremotos de junho de 2026 infligiram à Venezuela. Nesse ponto, a distribuição de dados espaciais contribuirá para a gestão de eventuais desastres, subsidiando prevenção e atuação humanitária em calamidades dessa natureza. Lembremos que esse triste episódio provocou consequências sísmicas nas cidades da Amazônia brasileira, como Belém, Manaus, Boa Vista e Macapá.

A aproximação técnica entre Brasil e Venezuela data lá do longínquo ano de 1973, e aí eu destaco que neste ano houve o Campeonato Mundial... Perdão. O Campeonato Sul-Americano de Cadetes, né, do qual eu participei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Fomos campeões. (*Palmas.*)

Quando representantes dos Presidentes Emílio Garrastazu Médici e Rafael Caldera assinaram o Convênio Básico de Cooperação Técnica, fato histórico que evidencia o caráter de política de Estado da parceria bilateral, que se mantém firme, apesar de diferenças político-ideológicas nessas cinco décadas de colaboração.

Somos da opinião de que a permanente articulação com países vizinhos e o contínuo desenvolvimento da atividade aeroespacial são essenciais para resguardar a soberania e os interesses nacionais.

Ante o exposto, estamos certos de que a iniciativa reforçará a soberania brasileira, protegerá nossos recursos naturais e favorecerá o desenvolvimento nacional em tecnologia espacial, proporcionando benefícios em múltiplas áreas da ciência e tecnologia, com estrita observância do princípio da utilização do espaço exterior para fins pacíficos.

Apesar – viu, Presidente? – de esse acordo ter sido assinado já no longínquo ano de 2008... Então é muito tempo até ele ser efetivamente ratificado aqui dentro do Congresso, muita água correu debaixo dessa ponte ao longo desse período. Tivemos aí, recentemente, o aprisionamento do então Presidente da Venezuela pelo Governo americano. Não sabemos hoje, efetivamente, quem controla, as instituições daquele país e, no caso específico, quem tem o controle hoje do Venesat, não é? Então, apesar disso, o nosso voto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 575, de 2026.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Agradeço, Senador Hamilton Mourão.

Em discussão o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Para discutir.) – ... só quero fazer coro às palavras inteligentes, mas muito delicadas que o nosso querido Senador Mourão utilizou para dizer que o tempo é um tempo muito largo e as circunstâncias são não apenas diferentes, mas *sui generis,* porque esse tratado foi firmado quando havia Presidente eleito lá e Presidente eleito aqui.

Hoje nós temos Presidente eleito aqui. E o Presidente de lá, cuja legitimidade sempre foi muito discutida, eu não vou entrar no mérito, foi objeto de uma ação que eu acho que não tem paralelo na história da América Latina.

Como nós temos aqui o Tarciso, que é um estudioso, não me faz lembrar o sequestro pós-batalha e prisão do Imperador romano Valeriano, que foi apreendido pelos persas – hoje o Irã – e foi mantido vivo, irresgatável – não aceitaram resgatá-lo –, para exibição aos curiosos. E foi vítima de um processo de retirada da pele. O nosso Mané diz que foi descarnado porque nós temos um... Afinal, o sujeito, a pessoa que era o Presidente da República, apesar da proteção que cuidou, a proteção pessoal não funcionou. Houve um ataque digno de uma série da Netflix e parece que ele ia fechar a porta para ficar numa câmara mais privativa ainda e não conseguiu. Ele foi arroubado pelos *navy seals*.

Então, nós estamos numa situação completamente diferente, mas o tratado vale. Vamos remontar aqui a uma frase do Carlinhos Cachoeira: "vale o escrito". Então, nesse caso, acho que nós temos que referendar o que está escrito, mas assinalar que nós estamos numa circunstância absolutamente inédita em termos de direito internacional, e um dia vai ser estudada.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – E é importante destacar também, Senador Nelsinho e Senador Amin, que na Venezuela o Vice-Presidente não é eleito, ele é designado pelo Presidente da República. Pode-se trocar o Vice-Presidente a qualquer momento, de acordo com a Constituição deles lá. Então, a Delcy Rodríguez, que é a Vice-Presidente e Presidente em exercício lá, não foi eleita pelo povo venezuelano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Ou seja, não estava na cédula.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone*.) – Não estava na cédula.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Isso aconteceu inclusive no Brasil, com o Vice-Presidente do General Dutra, que foi Nereu Ramos, eleito pelo Congresso. Ou seja, não era eleito pelo povo, como foi eleito, no caso, o Presidente. Havia, digamos, uma gradação do nível de legitimidade do Vice-Presidente da República.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone*.) – Já tivemos um momento em que se votava no Presidente de uma chapa e no Vice da outra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Caso João Goulart/Jânio Quadros, derrotando Milton Campos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Encerrada a discussão.

Já temos quórum para votação.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O senhor permite, pela ordem, uma colocação, posteriormente a esse assunto?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, é o seguinte, Presidente.

Primeiro, eu sou responsável pelo item que era 1 e passou a ser 8. Se não houver objeção, V. Exa. poderia...

Mas eu não posso deixar de assinalar que a nossa Comissão, que sob a sua Presidência sempre foi muito diligente e sempre tomou iniciativas quando de situações, digamos, que não podem ser consideradas como normais ou rotineiras... Nós estamos vivendo um momento relativamente inédito para mim, pelo menos, nas relações internacionais do Brasil: o caso de o Brasil retirar o seu representante, primeiro, para conversa, e depois rebaixá-lo de fato. No momento, a nossa relação com a Argentina está rebaixada de nível, nós temos um encarregado de negócios em Buenos Aires; e a recíproca, se não é verdadeira, tem tudo para se tornar.

De igual sorte, estamos vivendo uma situação também inédita em matéria de *agrément*, né? *Agrément* é em francês, mas em inglês seria *agreement*, né?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone*.) – A linguagem da diplomacia é o francês.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – É o francês, né? *Honni soit qui mal y pense*.

O fato é que nós não temos ingerência sobre isso, nós não somos gestores dessa relação. Mas é impossível deixar de me manifestar aqui, sem tomar partido e sem fazer críticas. É uma situação que mereceria uma reflexão, pelo menos, por parte do Itamaraty, a respeito de como chegamos aqui e como sairemos dessa.

E para concluir... Especialmente porque a única coisa positiva, tanto no caso da Argentina quanto no caso dos Estados Unidos, é que a OMC, hoje os jornais confirmam...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone*.) – Resolveu trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não, que ela existe. Primeiro, todo mundo sabe que houve um esforço deliberado, desde Trump 1, do Joe Biden para esvaziar a OMC, não preenchendo os cargos. Não é que ela não tem quórum, ela não tem integrantes. É a mesma coisa que a CVM, que tinha cinco vagas, só duas preenchidas, de Diretor da CVM.

Quer dizer, num momento desses, não é intromissão indébita nós perguntarmos: é verdade... Começando pelo final, pelo último tópico: a OMC alega que os Estados Unidos estão dispostos a discutir tarifaço com o Brasil; ou seja, admite conversar. É um foro que, ainda que esteja prejudicado pelo preenchimento parcial e insuficiente de postos deliberativos, não tem... Não é que ele não tenha quórum, ele não tem existência por... Somos 81 Senadores, vamos imaginar que só estivessem providas 36 cadeiras. O que seria? O fantasma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Então, eu queria deixar assinalado que isso não pode passar despercebido; e, pelo menos, que chegue ao conhecimento do Itamaraty estas duas, aliás, estas três questões.

Primeiro, como é que vai se... Como é que se imagina que vai se desdobrar o episódio Brasil-Argentina se os insultos não acabarem, ou se continuarem, ou se redobrarem, ou se replicarmos, se houver réplica? Com os Estados Unidos, é verdade que o Governo americano tinha solicitado o *agreement,* e não foi dado curso a essa solicitação. Quanto à publicização do nome, parece que os Estados Unidos fizeram isso para forçar a barra, como se diz na gíria. Mas também imaginar qual é o desdobramento disso: é apenas eleitoral? Quer dizer, quando terminar a eleição, as coisas terão curso? Então a anormalidade foi eleitoral – não vou dizer que foi eleitoreira.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone*.) – De ambos os lados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O Senador Mourão não só captou a minha mensagem, como já foi lá nos "finalmentes", como a Escola Superior de Guerra imagina, aliás, prega. E, finalmente, esta questão da OMC, que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é a mais objetiva: nós participamos no ano passado, mais ou menos nesta época, terminando a nossa permanência lá nos Estados Unidos, cuidando, primeiro, do tarifaço. Agora, se se abrir na OMC alguma forma de negociação, eu acho que seria o caso de nós perguntarmos se o Itamaraty redobrará nossa presença lá, e se nos manterá informados. A última parte é esta: nos informarão ou nos darão alguma informação?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS. Como Relator.) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Informo a V. Exa. que eu vou ler o relatório do item 10, do qual eu sou Relator, que é bem curto e singelo, e posteriormente eu passo a palavra a V. Exa. para ler o item 8.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 618, DE 2026

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul (Ushuaia II), assinado em Montevidéu, em 20 de dezembro de 2011, durante a XLII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Vou direto à análise.

Compete à nossa Comissão opinar sobre proposições referentes a atos e relações internacionais.

No tocante ao Acordo, inexistem defeitos em relação à juridicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há vícios de constitucionalidade sobre a proposição.

Sobre o mérito, ressalta-se que o Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul (Ushuaia II), assinado em 20 de dezembro de 2011, aprofunda e atualiza o Protocolo de Ushuaia de 1998, sem revogá-lo. Enquanto o instrumento de 1998 previa resposta essencialmente reativa às rupturas da ordem democrática, o Ushuaia II adota modelo preventivo e gradual, aplicável também diante de ameaças de ruptura institucional.

Além de ampliar os mecanismos de consulta, cooperação e fortalecimento das instituições democráticas, o novo Protocolo prevê medidas progressivas de caráter político, diplomático, econômico e comercial, observados os princípios da proporcionalidade, da soberania estatal, da não intervenção e do respeito aos direitos humanos. Igualmente, valoriza a diplomacia parlamentar ao ampliar a participação do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e de outras instâncias parlamentares congêneres nos mecanismos de promoção e defesa da ordem democrática.

A entrada em vigor do protocolo permanece condicionada à ratificação por quatro Estados Partes do Mercosul. Embora Argentina e Uruguai já tenham depositado seus instrumentos de ratificação e o Brasil esteja em fase final de aprovação legislativa, faltaria a ratificação de mais um Estado Parte para sua entrada em vigor. No caso do Paraguai, ele não ratificou o protocolo, e o respectivo processo legislativo foi arquivado. A resistência paraguaia decorre, em grande medida, da suspensão do país do Mercosul em 2012, com fundamento no Protocolo de Ushuaia de 1998.

A ratificação brasileira possui, assim, relevância decisiva para a efetividade do novo regime democrático do Mercosul, mas sua entrada em vigor continuará condicionada à conclusão do processo de ratificação do quarto Estado Parte. Até que isso ocorra, as relações entre os Estados que ratificaram e aqueles que ainda não o fizeram permanecem disciplinadas pelo Protocolo de Ushuaia de 1998, que continua plenamente vigente e serviu como um dos fundamentos, por exemplo, para a atual suspensão da Venezuela do Mercosul, vigente desde 2017.

Ushuaia II representa, portanto, importante evolução institucional ao alinhar a cláusula democrática do Mercosul ao modelo preventivo consagrado no sistema interamericano, reforçando os mecanismos regionais de proteção da democracia e do Estado de direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, bem como constitucional, jurídico e regimental, no voto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 618, de 2026.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao projeto, que vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – O item 8.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 720, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST), adotada durante a 95ª Conferência Internacional do Trabalho, em maio de 2006.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, pela designação para tratar deste projeto de decreto legislativo que versa sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde do Trabalho, adotado durante a 95ª Conferência Internacional do Trabalho em maio de 2006.

O tema é muito relevante, e o transcurso do tempo não reduz a sua importância. Pelo contrário. Nós podemos dizer que, com o advento de tantas funções e empregos novos e aplicações novas do trabalho humano nesse tempo transcorrido, nós vamos precisar logo de uma adição, em função da tecnologia empregada quer em novos ambientes de trabalho, quer em trabalho remoto e nas suas circunstâncias.

De qualquer forma, o relatório já estava apresentado, e eu me permito me fixar apenas na análise.

Destacamos, de início, que compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Observamos, ainda, que não há vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

No mérito, como acentuado nos considerandos, os negociadores almejaram proteger os trabalhadores de doenças, de origem ocupacional ou não, e de acidentes de trabalho. Esse exercício é necessário e benfazejo, tendo em vista que, apesar de o ordenamento jurídico interno ser mais abrangente e rigoroso no tocante à saúde e segurança no trabalho que as normas consagradas pela OIT, o Brasil terá a oportunidade, por meio da cooperação internacional, de aprimorar sua legislação trabalhista, perante um mundo do trabalho em constante transformação – cada vez mais acelerada, por sinal –, servindo-se da troca de experiências e de boas práticas entre países.

Além disso, sinaliza-se, seja para os investidores e mercados estrangeiros, seja para a opinião pública global, o alto nível dos padrões de direito do trabalho que balizam as atividades econômicas desenvolvidas em nosso território. Nós podemos nos orgulhar das nossas normas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, cabe mencionar que o ato internacional, em vigor desde 20 de fevereiro de 2009, oferece marco legislativo seguro para todos os países que venham a se vincular ao texto, o que já foi feito, até o presente, por 77 Estados.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais e constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2024.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Partiremos para o item 4, cujo Relator é o Senador Humberto Costa, porém o Senador Hamilton Mourão fará a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja, assinado em Bangkok, em 2 de julho de 2021.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão (Relator Ad hoc)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Relator.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. Como Relator.) – Presidente, este acordo é constituído por dez artigos, que disciplinam, entre outros temas: os mecanismos de cooperação trilateral, mediante parcerias com outros países, organizações internacionais e agências regionais; a forma de implementação dos projetos; a estrutura de governança, planejamento e acompanhamento da cooperação, bem como os mecanismos de transparência e proteção de dados; além do apoio logístico ao pessoal técnico.

É responsabilidade da nossa Comissão opinar sobre assuntos dessa natureza.

Não se observam vícios quanto à juridicidade. O referido instrumento está de acordo com os ditames da Constituição Federal, principalmente com o art. 4º, IX, que trata da cooperação entre os povos como um dos princípios orientadores das relações internacionais do Estado brasileiro.

Também não se vislumbram óbices de natureza constitucional, jurídica, regimental, e, no mérito, ele é fundamental. Oferece ao Congresso a oportunidade de consolidar mais um importante canal de diálogo e cooperação entre o Brasil e os países do Sudeste asiático.

Ao aprovar o acordo de cooperação técnica celebrado com o Reino do Camboja, o Parlamento não apenas cumpre uma etapa constitucional, mas também transmite uma mensagem política em favor do entendimento entre as nações, do intercâmbio de conhecimentos e da construção de soluções conjuntas para os desafios do desenvolvimento.

A iniciativa insere-se na tradição de uma política externa brasileira ativa, soberana e universalista, que busca continuamente ampliar as relações do país. A aproximação com o Camboja fortalece a cooperação entre países do Sul Global, baseada na reciprocidade, no respeito às prioridades nacionais e no compartilhamento de experiências, sem a imposição de modelos externos. Essa cooperação pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das nações e ampliar a presença diplomática e institucional do Brasil em uma região de crescente relevância internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O acordo também estabelece bases concretas para que instituições de ambos os países desenvolvam projetos em áreas definidas conjuntamente como prioritárias, podendo envolver instituições públicas ou privadas, organismos internacionais e da sociedade civil, por meio de iniciativa de cooperação triangular com outros países.

Nesse cenário internacional marcado por tensões geopolíticas, desigualdades e desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais, investir na cooperação, no multilateralismo e na diplomacia, constitui uma escolha estratégica.

A aprovação do PDL 267, de 2023, contribuirá para diversificar as parcerias institucionais do Brasil, fortalecer vínculos com o Reino do Camboja e reafirmar o compromisso brasileiro com uma ordem internacional fundada no diálogo, na solidariedade e na cooperação para o desenvolvimento.

Assim, Presidente, o voto.

Por ser constitucional, jurídico, regimental, conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do PDL 267, de 2023.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Em discussão o relatório lido pelo Senador Hamilton Mourão, Relator *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Agora nós temos o PDL 359, cuja Relatora, Dra. Eudócia, não se encontra.

O Relator *ad hoc* é o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo, de 30 de novembro de 1972, para Alterar a Convenção Assinada em Paris em 22 de novembro de 1928 sobre Exposições Internacionais, alterado pelas Emendas de 24 de junho de 1982 e de 31 de maio de 1988.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin (Relator Ad hoc)

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, Relator *ad hoc*. Pode ir direto à análise.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Como Relator.) – Presidente, vou direto à análise, mas quero fazer só um pequeno introito.

É muito interessante que exposições internacionais sejam reguladas por tratados. Eu imagino o Imperador Dom Pedro II, nos Estados Unidos, participando da exposição internacional em que o Graham Bell estava, com o telefone na mão. Aí o nosso Imperador teve uma participação muito lúcida: e se ele trouxesse o telefone? Pode trazer, pode trazer curiosidades de uma exposição.

Então, eu acho muito interessante e aplicável...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não, não só trouxe... Não trouxe o telefone no bolso, mas trouxe o telefone como uma obstinação de que o Brasil fosse pioneiro nessa transmissão de dados e de vozes, no caso; mas isso evoluiu tanto que o Cristo Redentor foi o protagonista de um suposto pioneirismo na emissão do dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da ordem de ligação – coisa muito contestada no Rio Grande do Sul, porque o Padre Leonel Franca...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone*.) – Landell de Moura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Landell de Moura! O Padre Landell de Moura, jesuíta, teria sido pioneiro... Mas dou curso realmente ao que é da minha obrigação, e faço com muito prazer, em nome da Senadora Eudócia, cujo relatório primoroso eu apenas leio.

Conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CRE opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Acerca do projeto em apreço, registro não haver defeitos... Inexistem, por isso, quaisquer vícios, tanto no aspecto formal quanto no constitucional.

No mérito, o protocolo reveste-se de destacada importância. Como indicado na exposição de motivos interministerial, a aprovação congressional e posterior adesão do Brasil ao protocolo em causa possibilitará ao nosso país readquirir o direito de voto nas decisões do Bureau Internacional de Exposições. Assim – e além de cumprir com suas obrigações financeiras junto ao referido organismo –, as cidades brasileiras interessadas poderão se candidatar como sedes de exposições internacionais e mundiais. Isso é muito importante.

A abertura dessa possibilidade é, a vários títulos, benfazeja tanto para a imagem do país no exterior quanto para a divulgação entre nós dos temas abordados no âmbito de eventual exposição.

Por fim, recordo que a principal distinção entre uma exposição mundial (expo) e uma internacional são a sua escala e o escopo: enquanto aquela pressupõe evento global massivo, focado em inovação, cultura e progresso, a segunda é mais especializada e, em geral, ocupa-se de tema mais restrito, com menor número de participantes.

De toda forma, ambas são igualmente meritórias e contam com a sanção do Bureau Internacional de Exposições – por exemplo, a COP, recentemente realizada no Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais e por ser também constitucional, jurídico e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2024, no excelente trabalho da nossa Relatora, Senadora Eudócia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Agradeço, Senador Esperidião Amin.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Retomamos a pauta pela ordem devidamente descrita.

Senador Carlos Viana, item 1.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 07/2019, aprovada em Santa Fé, em 16 de julho de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana, solicitando-lhe que vá direto à análise.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um bom dia a todos que acompanham pelas nossas redes sociais do Senado; aos Srs. Senadores; ao Esperidião Amin, sempre com uma aula de cidadania e de República; ao nosso General Mourão, como bom infante, que tem o lema: "Montanha!"...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone*.) – Montanha!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG) – Para o alto, né? (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone*.) – Para o alto e para cima!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG) – Para cima. Montanha...

Senador Trad, o Senador Amin trouxe aqui uma alusão à história muito interessante, sobre a visita do Imperador Pedro II à exposição na qual ele conheceu o telefone, de Graham Bell, e decidiu trazer para o Brasil, tornando o país moderno.

É interessante que nos anos 30, General Mourão, o Rio de Janeiro foi comparado à Suíça; uma cidade de educação e de limpeza absolutas. O senhor veja o tanto que nós retrocedemos, especialmente nesses últimos 30 anos, em termos de política, de país. Nós precisamos retomar, deixar uma herança.

Mas há um outro ponto, Senador Trad, que eu gostaria de citar: Pedro II não fez essa contribuição somente, não! Pedro II fez uma grande viagem pela Terra Santa, por Israel, ainda no Império Otomano, e dali nasceu uma das maiores...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Foi à Palestina, né?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG) – Exatamente.

Ali nasceu uma das maiores e mais importantes imigrações para o nosso país, imigração dos nossos irmãos sírio-libaneses, que hoje são quase 30% de toda a população brasileira e dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais temos dois representantes aqui: o Senador Nelsinho Trad e o Senador Amin. Foi o Pedro II quem abriu as portas do Brasil à chegada dos imigrantes, e isso tornou, mudou completamente a história do nosso país.

Feitas essas observações aqui, vou direto à análise do Projeto de Decreto Legislativo 162.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ressalta-se, ainda, que a aprovação da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 7, de 2019, está em conformidade com a Constituição Federal, especialmente com o disposto em seu art. 49, I, e no art. 84, VIII.

Nesse sentido, permanece hígida a atribuição do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Dessa forma, não identificamos vícios de juridicidade sobre a proposição, tampouco defeitos no campo da constitucionalidade.

No plano da constitucionalidade material, a decisão veiculada pela proposição preenche o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, e que nosso país deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

O instrumento internacional em questão aprimora o Orçamento Mercosul, na medida em que unifica os orçamentos dos seguintes órgãos do bloco: Secretaria do Mercosul, Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão, Instituto Social do Mercosul e Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos. Inicialmente, ficam de fora da rubrica única os orçamentos do Parlamento e do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, sem prejuízo de decisões futuras que venham a incluí-los.

No mérito, a Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 7, de 2019, reflete o esforço conjunto para racionalizar a administração dos recursos financeiros do bloco mercosulino. Trata-se de medida que se insere na modernização institucional dos órgãos do bloco, a qual teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

início em reuniões da Cúpula política do Mercosul em 2007, passando pela resolução de 2011, que encomendou a elaboração de um orçamento único para o bloco, culminando, por fim, na aprovação da presente decisão.

A unificação do orçamento certamente trará ganhos de eficiência aos órgãos do bloco regional, otimizando a gestão de recursos e consolidando os excedentes orçamentários em uma só rubrica. Além disso, a decisão prevê auditorias externas abrangentes, conferindo transparência à execução dos recursos e permitindo melhor planejamento dos órgãos, de acordo com suas prioridades de gestão e em consonância com a disponibilidade orçamentária. Aprimoram-se, portanto, a eficiência, a economia de recursos e a transparência dos dispêndios financeiros do Mercosul.

A decisão em exame é fundamental para fortalecer a institucionalização da gestão orçamentária do bloco, demandando, com efeito, o engajamento dos Estados Partes nas discussões que envolvem a condução política e financeira do Mercosul, da qual a presente decisão constitui exemplo de cooperação.

Ademais, o texto respeita a soberania de cada país, promovendo a adoção de esforços com vistas à internalização da decisão aos ordenamentos jurídicos internos dos respectivos Estados Partes.

Por fim, estamos certos de que a Decisão nº 7 incrementa os mecanismos de apresentação, acompanhamento e controle da execução orçamentária do Mercosul. Fortalecem-se, dessa forma, as instituições do bloco regional e, em última análise, o processo de integração da América do Sul.

Nosso voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2022, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Agradecendo a manifestação do Senador Carlos Viana, em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Segue-se agora ao item 2.

Advirto, nobre Senador Carlos Viana, que V. Exa. é o Relator dos quatro próximos itens da pauta.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG) – Perfeitamente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) –

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 461, DE 2022

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, assinada em Díli, Timor-Leste, em 24 de julho de 2015.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Concedo a palavra ao nobre Relator, o Senador Carlos Viana, para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG. Como Relator.) – Obrigado, Excelência.

Não há dúvidas de que cabe a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre as proposições referentes a atos e relações internacionais. Portanto, não há vício de constitucionalidade formal. Nesse sentido, o envio do texto do acordo pelo Presidente da República ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes – arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal –, que exigem aprovação legislativa para tratados que acarretem compromissos e encargos para o patrimônio nacional.

Tampouco se verificaram aspectos contrários à juridicidade ou à regimentalidade.

Cumpre reforçar que a adoção de regras de proporcionalidade para o cálculo dos benefícios mitiga o risco fiscal. Em outras palavras, o Estado brasileiro responderá tão somente pela parcela correspondente ao tempo de contribuição decorrente de atividade efetivamente ocorrida no Brasil. Além disso, a restrição do âmbito de aplicação material da convenção – art. 3º –, que abrange apenas prestações referentes a invalidez, velhice e morte, sem abrangência, portanto, de benefícios não contributivos, impede a extensão indevida de proteção assistencial a trabalhadores estrangeiros que não contribuíram para o sistema nacional. A citada declaração interpretativa consignada no art. 2º do PDL vem reforçar essa proteção do sistema previdenciário brasileiro contra interpretações extensivas.

Excelência, esta decisão reforça um ponto muito importante na experiência e na vida de brasileiros que optaram por morar no exterior e trabalhar no exterior, já tendo contribuído no Brasil ou que estão contribuindo lá fora por uma decisão contratual ou de vida. Esses acordos garantem que exista multilateralidade nas previdências.

Nesse caso, entendo como muito importante e dou aqui o voto pela aprovação, Excelência, do PDL 461, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Muito obrigado, Senador Carlos Viana.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado na 134ª Sessão do Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana, Relator do projeto.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG. Como Relator.) – Excelência, esse é um tema que, a mim, é muito saboroso. Ao senhor também? (*Risos.*)

A mim também.

O PDL não apresenta vícios de juridicidade, tampouco de constitucionalidade. Sobre este último aspecto, vale o registro de que a proposição observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como forma de contextualizar o exame do mérito, vale recordar que a Organização Internacional do Café (OIC) foi estabelecida em 1963 – ano do meu nascimento – sob a égide das Nações Unidas, nos termos do primeiro Acordo Internacional do Café, em 1962.

Em sua origem, a OIC desempenhava papel de regulação no comércio global de café. É a única organização intergovernamental para o café e reúne governos exportadores e importadores. Atualmente, representa 93% da produção mundial de café e 63% do consumo mundial. Ademais, ao longo dos anos, sua vocação foi transformada e hoje constitui foro de diálogo permanente, cuja missão é fortalecer o setor cafeeiro global e promover sua expansão sustentável em um ambiente orientado pelo mercado, em benefício de todos os atores da cadeia global e também importadores do café.

Encontra-se em vigor o Acordo Internacional do Café de 2007, que foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto 89.822, de 1984. Antes desse acordo, vigoraram os acordos de 1962, já citei, e os demais, de 1968, 1976, 1983, 1994 e de 2001.

O acordo em exame traz inovações em relação ao de 2007.

A primeira delas consiste na afiliação de entidades do setor privado. Segundo o art. 6º do acordo, o Conselho Internacional do Café poderá reconhecer entidades do setor privado ou da sociedade civil como membros afiliados. Compete igualmente ao conselho definir os procedimentos para a análise das candidaturas a esse *status*. A OIC poderá contar com a assessoria técnica dos membros afiliados, que, por sua vez, terão a possibilidade de manifestar suas opiniões e participar das atividades da organização. Conforme dispõe o §7º do art. 6º, caberá ainda ao conselho estabelecer o valor das contribuições anuais devidas pelos membros afiliados.

A segunda mudança diz respeito à repartição dos direitos de voto na OIC, prevista no art. 13 do acordo, com repercussão nas contribuições devidas pelos membros. A definição dos direitos de voto, que expressa o peso relativo de cada país dentro da organização, foi revista com o objetivo de tornar o cálculo mais equilibrado. Em vez de considerar apenas os volumes exportados ou importados, o novo critério também incorpora o valor dessas transações. Essa mudança proporciona um retrato mais fiel da participação de cada membro no comércio internacional de café, contexto no qual o Brasil tende a preservar sua posição de liderança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A aplicação de semelhante critério nas contribuições, no Artigo 21, conforme a exposição de motivos, conduzirá à redução nas quotas de contribuição de países exportadores, com benefício ao Brasil: do patamar atual de contribuições, no valor de 362.050 libras esterlinas para o ano-calendário 2022/2023, o país passaria a contribuir com 260.966 libras a partir da vigência do novo acordo – isso porque deve haver aumento da responsabilidade de membros cuja participação no mercado global se pauta pela reexportação.

A terceira inovação é a constituição de um Grupo de Trabalho Público-Privado do Café, que consiste em um mecanismo multiparticipativo de parceria público-privada, cujo objetivo é identificar e implementar medidas práticas e com limites de tempo para tratar de questões relacionadas com os níveis de preços, a volatilidade dos preços e a sustentabilidade do setor cafeeiro no longo prazo.

Como maior produtor de café do mundo, interessa ao Brasil a constante modernização das regras que regem a OIC. Todas as inovações propostas se mostram muito bem-vindas.

Desse modo, a atualização e implementação do Acordo Internacional do Café é medida que certamente beneficiará o Brasil.

Diante do exposto, por ser conveniente e oportuno, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2023.

Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Em discussão o relatório.

Eu quero assinalar que eu estou quase que usurpando aqui a missão da Senadora Tereza Cristina, porque ela é a Vice-Presidente. Tem que assumir em caráter compulsório, né? E o senhor é Relator de mais dois.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Então, nos próximos dois, o senhor se prepare, porque a disciplina vai aumentar aqui. Quem vai presidir é a Senadora Tereza Cristina.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG) – Estaremos bem comandados, viu?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Muito bem.

Em discussão o relatório, agradecendo mais uma vez a sua disposição. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O próximo item é o item 5. Eu vou pedir para a Senadora Tereza Cristina ordená-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MS) – Bom dia. Bom dia a todos.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG) – Bom dia, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MS) – Desculpe o atraso.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 340, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Concedo a palavra ao Relator do projeto, Senador Carlos Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG. Como Relator.) – Obrigado, Excelência, nossa ilustre representante da Universidade Federal de Viçosa – lá de Lavras, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG) – Viçosa.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - MS) – Faremos cem anos este ano.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG) – Olha só...

O melhor doce de leite do Brasil, produzido lá pela universidade, em laboratório lá. Muito bom.

O tratado veiculado pela proposição em debate preenche o comando constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, o acordo tem por finalidade disciplinar a cooperação cultural entre os dois países e o faz, como expressamente consignado, tendo por referência a Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005.

Esse importante tratado consigna que a diversidade cultural é uma característica definidora e constitui patrimônio comum da humanidade.

Além disso, a referida convenção indica princípios orientadores que deverão inspirar, por igual, a aplicação do Acordo em discussão. Nesse sentido, respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais; soberania; dignidade e respeito por todas as culturas; solidariedade e cooperação internacional; complementariedade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento; desenvolvimento sustentável; acesso equitativo; bem como abertura e equilíbrio – deles se ocupa o Artigo 2 do texto convencional.

Essas as circunstâncias, a vinculação ao ato internacional em apreço propiciará ambiente favorável para reforçar não apenas os tradicionais laços de amizade entre as partes, mas também a cooperação em diversos domínios do campo da cultura. Esse contexto, por si só, poderá incrementar ainda mais as relações entre os dois países em prol das respectivas populações.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses brasileiros e também croatas, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 340, de 2024, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 344, DE 2024

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação na Área de Educação, assinado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Relator do projeto, Senador Carlos Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MG. Como Relator.) – Obrigado, Excelência.

Não há defeitos no que diz respeito à juridicidade do Projeto de Decreto Legislativo 344. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

No mérito, o ato internacional em apreço oferece marco jurídico seguro para as diferentes iniciativas bilaterais de cooperação no plano educacional. Ademais, o texto do tratado não destoa de outros instrumentos similares que já vinculam o Brasil a outros tantos países no domínio da educação.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2024.

É esse o relatório, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - MS) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Deliberação da ata.

Antes de encerrar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião da Comissão, ocorrida em 7 de julho.

As Sras. Senadoras e Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, vai à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e três minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Fernando Dueire, Sergio Moro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Tereza Cristina, Angelo Coronel e Hermes Klann, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Romário e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Beto Faro, Weverton e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às doze horas e vinte e um minutos e reaberta às quatorze horas e dezesseis minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4443, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 187, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação às Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 12.858, de 9 de setembro de 2013,, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS, que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1434, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar equipamento obrigatório o dispositivo de abertura interna em porta-malas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4881, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para destinar recursos à redução de tarifas de energia elétrica praticada em Estados da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2673, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional para a Gestão Integrada, a Conservação e o Uso Sustentável do Sistema Costeiro-Marinho (PNGCMar); e altera a Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n°**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

170, de 2026 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer critérios gerais de linearidade e moderação nos reajustes tarifários anuais de energia elétrica, bem como instituir regime compensatório transitório aplicável ao Estado de Roraima." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1758, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Giácomo Valentim Ferenzini a ponte localizada no Km 810 da rodovia BR-040, sobre o rio Paraibuna, no Município de Matias Barbosa, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação com emenda. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4621, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 57, de 2026** que: "Requer a inclusão do Sr. Sergio Bandeira de Mello, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (SINDIGÁS) como convidado na Audiência Pública Objeto do REQ 47/2026-CI." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 60, de 2026** que: "Requer o aditamento do REQ 34/2026 - CI para inclusão do Conselheiro da Casa Civil do Paraná na Audiência Pública." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 61, de 2026** que: "Requer o aditamento do REQ 45/2026-CI para inclusão da Senhora Elbia Gannoum, Presidente da ABEEólica, na audiência pública." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 62, de 2026** que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 1434 de 2023 que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório dispositivo de abertura interna em porta-malas de veículos automotores." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 63, de 2026** que: "Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 49/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a proporcionar um debate qualificado sobre a autonomia das agências reguladoras e a estabilidade institucional do setor energético brasileiro, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Jaime Bagattoli subscreve oralmente. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 64, de 2026** que: "Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 48/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a promover debate técnico e institucional acerca da política industrial brasileira, do fomento à cadeia produtiva de energia e da geração de emprego e renda, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Jaime Bagattoli subscreve oralmente. **ITEM 15 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 65, de 2026 que: "Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 47/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a promover debate técnico e institucional acerca da transição energética justa e do papel da matriz energética brasileira como vetor de sustentabilidade e liderança climática global, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Jaime Bagattoli subscreve oralmente. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 68, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4715/2023(Substitutivo-CD)" **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Rogério Carvalho subscreve oralmente. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 69, de 2026** que: "Requer a realização de diligência externa em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em comemoração aos 50 anos da promulgação da Lei Federal 6.346/76, de implantação da Ferrovia Senador Vicente Emílio Vuolo." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 72, de 2026** que: "Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 68/2026 - CI, destinada a instruir o PL 4715/2023 (Substitutivo-CD), que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas estrangeiras na Amazônia Legal”." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Rogério Carvalho subscreve oralmente. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 73, de 2026** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2026 - CI, seja incluído como convidado um representante da Associação dos Investidores em Autoprodução de Energia - ABIAPE." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 74, de 2026** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 48/2026 - CI, sejam incluídos como convidados representantes da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) e da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE)." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Rogério Carvalho subscreve oralmente. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 75, de 2026** que: "Requer a retirada de tramitação do REQ 16/2026 - CI." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 76, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública para instrução do PL 4812/2025." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Rogério Carvalho subscreve oralmente. **ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 77, de 2026** que: "Requer a inclusão do Senhor José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, na Audiência Pública objeto do RQS 49/2026." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 78, de 2026** que: "Requer a inclusão do Senhor José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, na Audiência Pública objeto do RQS 46/2026." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Projeto de Lei n° 5017, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica utilizada para atividade de irrigação, aquicultura e exploração de poços semiartesianos para dessedentação humana." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hermes Klann. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido e aprovado o relatório. Fazem uso da palavra os Senadores Wilder Morais, Laércio Oliveira, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli e Hermes Klann. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de julho de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Oficio nº 82, de 2026, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão consultivo e deliberativo integrante da estrutura do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, solicitando o encaminhamento de informações referentes às ações implementadas, aos resultados obtidos e às eventuais dificuldades enfrentadas na execução das recomendações aprovadas no âmbito do CNRH, com especial destaque às recomendações contidas na Moção 76, de 29 de novembro de 2022;

- Oficio 17.701, de 2026, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que encaminha a resposta ao Requerimento nº 18, de 2026, sobre a modelagem de tráfego e a formação das tarifas de pedágio no âmbito da concessão da BR-364 em Rondônia;

- Oficio 48, de 2026, da União de Câmaras de Vereadores de Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina, que encaminha moção de apelo à Anatel para ampliação e efetiva cobertura de sinal de telefonia móvel nos municípios de Alto Vale do Itajaí;

- Oficio 379, Câmara Municipal da Estância Turística de Batatais, São Paulo, moção de autoria do Vereador Matheus do Chama Viva, para que o Congresso Nacional promova a revisão do texto atual do PLP 152, de 2025, quanto à proibição do enquadramento como MEI para motoristas de aplicativo e quanto à forma de retenção tributária.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Agradecendo aqui a presença das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores que estão presencialmente, bem como daqueles que estão também no sistema remoto.

Nós temos um quórum de 15 Senadores que registraram presença na reunião do dia de hoje. Portanto, agradeço muito o empenho dos Srs. Senadores.

A todos os convidados muito bom-dia.

Sejam muito bem-vindos a esta reunião!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro, com muita alegria, a presença no Plenário da Comissão de Infraestrutura no dia de hoje do Prefeito da cidade de Cacoal, o Prefeito Tony Pablo.

Seja muito bem-vindo à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal!

O Prefeito assumiu recentemente o comando do Município de Cacoal. Está com uma agenda de trabalho muito intensa, com muitas entregas e um desafio de reorganizar a Casa, dialogando com a população e fazendo os enfrentamentos que são necessários para uma boa gestão, com entregas à população, e eu o cumprimento pelo trabalho feito e pelo empenho em defesa dessa importante cidade de Cacoal.

Seja muito bem-vindo à Comissão de Infraestrutura!

Vamos à pauta do dia de hoje.

Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 4443, DE 2025
- Terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 10-CAE (Substitutivo).

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

3. Em 28/05/2026, foram apresentadas as emendas n°s 11 a 13, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). Em 18/06/2026, foi apresentada a emenda n° 14, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP).

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois não, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Estou tentando fazer um acordo aqui com o Senador Alessandro. Eu pediria, até, se tivesse outro item, que a gente passasse para o segundo item.

A gente está já afinando, é uma questão de uma frasezinha aqui, e a gente, de repente, tem um acordo e o projeto vai passar aí, com certeza, atendendo ao contexto, também, do Governo e de todo o setor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Exa., que é o Relator da matéria, e, portanto, como é uma matéria com deliberação terminativa, havendo o entendimento, a construção de um entendimento, isso facilitará, com certeza, a apreciação desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo ao Item 2, sobrestando, portanto, o Item 1 ao comando de V. Exa.
Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 187, DE 2017
- Não terminativo -

Dá nova redação às Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 12.858, de 9 de setembro de 2013,, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras residenciais nas quais habite paciente incluído em assistência de atenção ou internação domiciliar, no âmbito do SUS, que requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos consumidores de energia elétrica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)
Relatoria: Senador Laércio Oliveira
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

A Relatoria é do Senador Laércio Oliveira, a quem asseguro a palavra para proferir o seu voto, que é pela aprovação, nos termos do substitutivo.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE. Como Relator.) – Bom dia a todas as senhoras e aos senhores aqui presentes que participam conosco na nossa Comissão de Infraestrutura. Sejam todos muito bem-vindos.

Cumprimento a equipe da Comissão de Serviços de Infraestrutura e o faço na pessoa do nobre Senador Marcos Rogério, meu amigo querido, que preside esta nossa Comissão com muita honra.

Quero a sua permissão, Presidente, para ir direto à análise do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Perfeitamente.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Quanto ao mérito, o PLS 187, de 2017, reflete a preocupação do autor – e o autor é o Senador Romário – em ampliar o acesso ao atendimento e à internação domiciliares, especialmente para pacientes que, por limitações temporárias ou permanentes decorrentes de suas enfermidades, enfrentam dificuldades para se deslocar a unidades de saúde. O PLS procura garantir a essas pessoas, especialmente as com renda familiar entre três e quatro salários-mínimos, melhores condições de acesso aos serviços de saúde, nos termos do art. 6º da Constituição Federal, por meio do seu enquadramento na tarifa social de energia elétrica, reduzindo o gasto da família com esse serviço essencial.

Atualmente, as famílias com renda mensal de até três salários-mínimos já possuem tal benefício. Nesse contexto, destaca-se que o atendimento domiciliar vem assumindo um papel crescente no tratamento de diferentes doenças, com vantagens como a redução de custos, a mitigação do risco de infecções hospitalares, e o aumento do tempo de permanência do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paciente no ambiente familiar, considerando o entendimento, hoje dominante no meio médico, de que a recuperação do paciente pode se dar de forma mais adequada e célere fora do ambiente hospitalar. Ademais, a atuação de equipes multidisciplinares nesse tipo de cuidado reforça o entendimento de que o processo de atenção à saúde deva ser integrado.

Nas situações em que o tratamento exige uso contínuo de equipamentos dependentes de energia elétrica, os custos podem comprometer a viabilidade desse tipo de iniciativa. É por esse motivo que se justifica a extensão da aplicação da TSEE a esses pacientes cujas famílias tenham renda mensal entre três e quatro salários-mínimos, garantindo a continuidade e a eficácia do atendimento domiciliar.

No intuito de evitar que a ampliação dos custos da TSEE onere os demais consumidores, como seria o caso se o subsídio adicional fosse financiado integralmente pela CDE, a proposta indica como fonte alternativa de custeio o Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351, de 2010, e destinado, entre outras finalidades, ao financiamento de políticas de saúde, nos termos da Lei nº 12.858, de 2013. Assim, a partir da destinação de recursos orçamentários do Fundo Social para a CDE, para custeio dos novos beneficiários, não se espera impacto aos demais consumidores.

Após entendimentos com integrantes do Governo Federal, especialmente dos Ministérios de Minas e Energia, da Fazenda e da Saúde, identificamos alguns ajustes a serem feitos no substitutivo aprovado pela CAE, com vistas a:

i) deixar claro que os consumidores que atualmente já fazem jus à tarifa social permanecerão sendo custeados integralmente pela CDE;

ii) deixar claro que os novos beneficiários serão custeados pela CDE, mas, em razão da previsão de destinação de recursos orçamentários oriundos do Fundo Social para esse custeio, não se espera que ocorra impacto tarifário aos demais consumidores de energia elétrica;

iii) explicitar que o Fundo Social poderá custear a Tarifa Social apenas dos novos beneficiários, que são famílias com renda mensal entre três e quatro salários-mínimos e que tenham entre seus membros alguém em tratamento domiciliar;

iv) estabelecer a vigência da lei a partir do exercício financeiro seguinte ao da publicação;

v) adequar o projeto a legislações supervenientes; e

vi) ajustar à técnica legislativa.

Por fim, para melhor entendimento do texto legislativo que se deseja consolidar, optou-se por apresentar nova emenda substitutiva, tomando como base aquela aprovada pela CAE, a qual restará prejudicada.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 187, de 2017, e da Emenda nº 1-CAE e, no mérito, pela sua aprovação, na forma da emenda substitutiva que consta do presente relatório, restando prejudicada a Emenda nº 1, da CAE.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Eu indago ao Senador Wilder e ao Senador Rogério Carvalho se já podemos voltar ao item 1 ou se ainda aguardamos. (*Pausa.*)

O.k.?

Então, voltamos ao item 1, que dispõe sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A autoria é do Senador Renan Calheiros. O Senador Wilder Moraes é o Relator, e o relatório pela aprovação, nos termos do substitutivo.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 10-CAE, em relatório também substitutivo.

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Em 28/05/2026, foram apresentadas as Emendas n°s 11 a 13, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). Em 18/06/2026, foi apresentada a Emenda n° 14, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Em 27/05/2026, foram realizadas duas audiências públicas de instrução da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Moraes para a leitura do seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço autorização para que a gente possa já ir direto à análise, tendo em vista que o nosso projeto já está disponível aos membros desta Comissão há alguns dias.

O projeto de lei propõe a criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), com a finalidade de dar ao país instrumentos para aproveitar as oportunidades de correntes da expansão da demanda mundial por minerais essenciais à transição energética e ao desenvolvimento tecnológico.

A proposição trata de matéria inserida nas competências legislativas exclusivas da União, nos termos do art. 48, combinado com o art. 22, inciso XII, ambos da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, dispor sobre a matéria.

Não há reserva constitucional de iniciativa nem exigência de espécie normativa diversa da lei ordinária. Assim, a proposição atende aos requisitos materiais e formais de constitucionalidade.

Sua análise se insere nas competências da CI, a quem cabe manifestar-se sobre proposições que versem sobre minas e recursos geológicos, nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. A proposição possui conteúdo próprio de lei ordinária, inovando o ordenamento jurídico de forma geral, abstrata, imperativa e coercitiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, entendemos que a proposição é conveniente e oportuna, razão pela qual merece prosperar, sem prejuízo dos aperfeiçoamentos propostos.

Em primeiro lugar, convém inserir um rol mais robusto de definições, em especial a diferenciação entre os minerais críticos e os minerais estratégicos. Propomos que a criticidade do bem mineral seja compreendida como potencial de escassez. Isto é, bens minerais necessários a setores-chave da economia nacional, cuja disponibilidade seja insuficiente, instável ou vulnerável em razão da deficiência de produção interna, da elevada dependência de importações, da concentração geográfica do fornecimento externo, de riscos geopolíticos ou de restrições de mercado e gargalos tecnológicos, representando, com isso, risco à economia nacional.

Já os minerais estratégicos são aqueles recursos relevantes para o país que, independentemente de sua condição de oferta interna, possuem relevância estrutural para os objetivos de soberania nacional e defesa, de segurança econômica, de autonomia tecnológica, de política externa ou de desenvolvimento industrial de longo prazo.

É urgente definir, como indicado no projeto de lei, princípios e objetivos para o aproveitamento dos bens minerais críticos e estratégicos. Mais do que isso, é necessário criar mecanismos capazes de assegurar que a exploração desses recursos – finitos por natureza – ocorra de forma aderente aos interesses permanentes da nação.

A experiência internacional demonstra que políticas dessa natureza costumam combinar instrumentos de planejamento, governança, controle estratégico, desenvolvimento industrial, financiamento, inovação e sustentabilidade. É justamente nessa direção que propomos o aperfeiçoamento da proposição.

Nesse sentido, propomos que a Lista Brasileira de Minerais Críticos e Estratégicos sirva de base para um Plano Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PLAN-MCE), que analise o cenário e as projeções futuras de cada um dos bens minerais, estabeleça estratégias de ação do Estado, conforme previsto no Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, da Câmara dos Deputados, e, sobretudo, defina os projetos estratégicos para o país.

Além disso, propomos a inclusão de instrumentos de governança e coordenação, como o Conselho Nacional para a Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CI-MCE) e o Cadastro Nacional de Projetos de Minerais Críticos e Estratégicos (CNP-MCE), destinados a conferir unidade, coordenação e previsibilidade à política pública.

A proteção da soberania nacional, a defesa do interesse público e o controle estratégico dos projetos também devem integrar a proposição, por meio do registro e do acompanhamento de operações societárias específicas, da instituição de sistema de rastreabilidade da cadeia produtiva de minerais críticos e estratégicos e da previsão de regras específicas para os procedimentos de disponibilidade de áreas, compreendendo ofertas públicas e leilões, quando cabíveis.

No âmbito da política industrial, entendemos que a criação das Zonas de Processamento de Transformação Mineral (ZPTM), há décadas discutidas pelo Governo Federal como instrumento de incentivo ao beneficiamento e à transformação mineral, merece receber assento legal. A partir desse marco, poderão ser implantadas em diversas regiões do País, promovendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o desenvolvimento regional, a agregação de valor à produção mineral e maior retorno econômico e social decorrente da exploração dos recursos minerais.

O fomento financeiro à atividade mineral também pode ir além das ZPTM. Propomos a criação do Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), inspirado em mecanismos de fundos garantidores já consolidados no sistema financeiro nacional, voltado não ao financiamento direto de projetos, mas à prestação de garantias que reduzam o risco dos investimentos e ampliem o acesso ao crédito.

Além disso, entendemos conveniente direcionar instrumentos públicos de financiamento já existentes para os objetivos da política. Nesse sentido, propomos que o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE), bem como o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), possam financiar, no âmbito de suas respectivas finalidades, projetos estratégicos e obras de infraestrutura relacionados aos minerais críticos e estratégicos, nos termos da Emenda nº 10-CAE.

Também entendemos conveniente incorporar outros mecanismos de financiamento e de incentivo ao investimento privado, como a concessão de créditos fiscais para projetos estratégicos, a possibilidade de emissão de debêntures incentivadas por empreendimentos estratégicos ou localizados em ZPTM, bem como a utilização de contratos de *streaming*, ampliando as alternativas de captação de recursos e reduzindo o custo de capital do setor.

De modo semelhante ao que ocorre em outros setores estratégicos da economia, propomos estabelecer obrigação legal de investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação, permitindo que recursos oriundos do próprio setor financiem projetos tecnológicos desenvolvidos em território nacional.

Propomos, ainda, a criação da Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação Profissional (RN-MCE), integrando universidades, instituições científicas e tecnológicas, *startups* e empresas para desenvolver tecnologias, formar mão de obra especializada e coordenar projetos de inovação mineral.

Por fim, entendemos conveniente instituir o Certificado Mineral de Baixo Carbono (CMBC), de caráter voluntário, destinado a diferenciar produtores com menor intensidade de emissões de carbono, ampliando sua competitividade internacional e fortalecendo a inserção sustentável da produção mineral brasileira nos mercados globais.

Quanto ao voto, nesse sentido, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, aprovação do Projeto de Lei nº 4.443, de 2025, com acolhimento parcial das Emendas nº 1, 3, 4, 5, 6, 7... (*Pausa.*)

Tá!

Continuando, na forma do substitutivo que apresentamos, e rejeição das demais emendas.

Presidente, esse é o nosso relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Concluiu, Relator?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Sim, concluí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa.

O parecer está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE) – Eu combinei aqui com o nosso Relator para pedir vista.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois não, Senador Laércio Oliveira?

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE. Para discutir.) – Eu queria também subscrever o pedido de vista coletiva feito pelo Senador Rogério Carvalho e os demais. Afinal de contas, estamos em vista coletiva.

Eu queria também fazer um apelo a V. Exa., que a gente...

Este tema é um tema muito importante. Quero cumprimentar o Senador Wilder Morais pela sua relatoria. Conseguiu condensar, de uma forma muito competente, no seu relatório, o alcance que esse projeto pode promover para o país, mas eu queria apelar a V. Exa. – eu sei que o senhor está numa maratona grande – para a gente definir um dia, amanhã, por exemplo, para a gente chamar uma outra reunião extraordinária da nossa Comissão de Infraestrutura, para que a gente pudesse avaliar este projeto. Eu queria deixar este pedido à mesa, para sua apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Laércio.

Nós vamos ter, eu penso que, nesta semana... Eu vou conversar com o Presidente Davi mais tarde para ver como vai ser a próxima semana no Senado Federal. Se nós vamos ter sessão deliberativa na próxima semana ou não, mas fica o registro de V. Exa. A depender do encaminhamento que o Presidente Davi der ao conjunto dos Senadores, nós podemos marcar ou mais uma nesta semana ou na próxima semana.

Mas agradeço a V. Exa. pela contribuição.

O Senador Esperidião Amin está conectado e solicitou a palavra pelo sistema remoto.

Eu ouço o Senador Esperidião Amin, e, na sequência, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero me congratular com o Senador Wilder Moraes, que, já no ano passado, depois que apreciamos este projeto – que é muito importante, e do qual tive a honra de ser o Relator –, manifestou grande interesse, conhecimento do assunto. O seu parecer hoje, o seu relatório, corresponde à nossa expectativa.

Eu quero dizer que considero este projeto – que nasceu na CAE, tem as impressões digitais, de autoria e de noção de oportunidade, do Senador Renan Calheiros – da maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância. Eu o considero bem elaborado, incluindo esta Emenda nº 10, já referida. Pode não ser perfeito, mas nós temos que ter esta política implantada. E vai ser um processo de permanente aperfeiçoamento.

Terras-raras, metais, minerais de natureza estratégica, coisas que faltam no mundo e que nós temos no Brasil se tornam, por isso, estratégicos, isso faz parte do nosso patrimônio. Esse assunto é momentoso, com ênfase num aspecto, que é nós termos capacidade para internalizar a manufatura, ou seja, o aproveitamento industrial, a agregação de valor, e evitar que se repita também com terras-raras, com minerais estratégicos, uma lamentável marca da nossa história, que foi a de exportar matéria-prima sem agregação de valor no nosso território. Acho que esta é a advertência-mãe. Nós somos afortunados em vários aspectos e deixamos de operar a manufatura, ou seja, a agregação de valor no nosso território, ficando com os salários mais baixos, ficando com os prejuízos ambientais e, não raro, recomprando aquilo que nós vendemos como matéria-prima, recomprando a um preço incrivelmente mais alto.

Eu não posso deixar de prestar uma homenagem a todos aqueles que já defenderam essa tese. E não posso deixar de mencionar uma ladainha, uma verdadeira ladainha pela repetição do saudoso Leonel Brizola.

As nossas relações de troca são historicamente injustas para o nosso país, mas não necessariamente por causa do determinismo histórico, mas principalmente por causa da nossa omissão legislativa e política, além daquelas que decorrem da iniciativa privada.

Portanto, eu sou favorável à aprovação. Nada contra prosseguir o debate, mas nós temos que ter uma política estabelecida que privilegie a manufatura, ou seja, a agregação de valor, a industrialização no nosso território, com tudo o que isso representa de enriquecimento tecnológico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Senador Esperidião Amin, agradeço a V. Exa. pela intervenção.

Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Bom dia. Bom dia a todos.

Eu vou enfatizar aqui novamente a importância dessa matéria e parabenizar o Senador Wilder pelo relatório.

Esse é um tema... Só para lembrar aqui, esses materiais críticos incluem terras-raras, 17 tipos de terras-raras, mas aproximadamente 14 tipos de materiais estratégicos aí no meio, ou seja, um pouco mais de 30 materiais diferentes. E o nosso país é privilegiado em termos de recursos naturais, e isso porque nós ainda não exploramos toda a nossa capacidade aqui.

Então, é bom que a gente lembre que essa utilização pode trazer muitos recursos para o nosso país, é uma oportunidade muito grande, e tem que ser tratado com muita seriedade isso, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista de soberania nacional, assim como no desenvolvimento da tecnologia.

Aqui eu vou colocar um pouquinho o chapéu de ex-Ministro da Ciência e Tecnologia. A transformação desses materiais ocorre por três etapas. A primeira etapa é a mineração: o Brasil tem a capacidade muito grande de mineração e tecnologia suficiente para que isso seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito completamente de forma sustentável, vamos dizer assim, respeitando o meio ambiente; ou seja, nós temos essa capacidade. Aí vem a segunda parte disso, que é a transformação do material extraído na mineração em material base; e depois, na terceira fase, esse material base em produtos.

E quando a gente fala desses materiais críticos, de terras-raras, lembro que a gente vai do setor aeroespacial, de materiais para o setor aeroespacial até o setor médico, em tudo. Materiais, por exemplo, terras-raras são utilizados para *lasers*, são utilizadas na construção de diversos dispositivos que vão na medicina, assim como os outros materiais, como titânio, grafeno. Nós tivemos a oportunidade, durante a minha gestão no ministério, de fazer essa etapa toda, essas etapas todas no grafeno, da grafite ao grafeno, do grafeno a equipamentos que vão desde lubrificantes até peças de avião. Portanto, é importante que isso seja feito, mas, para que isso seja feito da maneira correta, precisa-se de investimento, e esse investimento tem que ser parte desse sistema – eu vi que está no projeto, isso é muito importante – da utilização gradual, ou seja, os ganhos iniciais fornecem recursos para fundos que vão fornecer recursos para o desenvolvimento das tecnologias necessárias para o desenvolvimento dos equipamentos, ou seja, uma coisa apoiando a outra e, com isso, a gente consegue montar um sistema estável e sustentável economicamente, aqui no país. E isso é muito importante para a geração econômica e a geração de empregos no país, nota fiscal e emprego, como costumava falar muito lá no ministério.

Agora, do ponto de vista de soberania nacional, eu coloquei algumas emendas no sentido da importância da participação do Conselho de Defesa Nacional dentro das tomadas de decisão. Isso, sem dúvida nenhuma, faz parte e está no contexto não só pela utilização desses materiais dentro da indústria bélica do país, mas também, de fato, eles são estratégicos. Então, a proteção, a proteção das zonas para isso também é importante, e o controle disso principalmente nas áreas fronteiriças.

Então, parabéns ao nobre Senador Wilder pela relatoria!

E eu também assino, junto, a vista. É importante que nós tenhamos esse tempo para melhorar – eu diria assim –; eu não gosto de atrasar projeto, mas para melhorar! Isso seria importante sem dúvida nenhuma.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu queria também, de igual forma, cumprimentar o eminente Relator pela apresentação do seu relatório, que até fez um esforço para apresentar no dia de hoje, considerando justamente o período de recesso que o Congresso tem agora, no meio do ano, no mês de julho. É um projeto que tem impacto para o Brasil, impacto positivo, porque é um setor que ainda carece de uma regulamentação, especialmente no campo daquilo que representa um ativo econômico importante e estratégico para o Brasil. E aí destaco o meu Estado de Rondônia, que tem um potencial muito grande com relação a mineral, terras-raras.

Agora, o ponto que trago, e aí talvez o pedido de vista seja uma oportunidade para todos nós nos debruçarmos sobre esse assunto: para que a gente possa aprovar uma regra, uma lei que tenha efetividade, porque, às vezes, no afã de se aprovar uma matéria que vai dialogar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o interesse nacional da exploração de um ativo econômico que é estratégico, que vai gerar renda, que vai gerar emprego, que vai gerar desenvolvimento, que vai levar resultado para as regiões mais diversas do país, a gente acaba criando mecanismos que travam ainda mais, porque, se a lei vai na direção de criar apenas diretrizes, mas aponta para o Executivo um regulamento exacerbado, um regulamento que passa ou terceiriza o controle da ação, o controle do resultado para o campo do Executivo, a gente acaba por dar com uma mão e tirar com a outra, porque a gente sabe o tanto que o Executivo é burocrático, é moroso.

Aqui, tem aspectos relacionados à questão do licenciamento...

E aí eu estou fazendo algumas ponderações para reflexão, já que o Relator vai ter um tempinho para também refletir sobre todos esses aspectos, e todos nós vamos poder contribuir.

Por exemplo, com relação aos prazos. Você tem a Agência Nacional de Mineração, que vai ter a competência de atuar em relação a esta matéria. Estabelecimento de prazo seria um caminho aceitável ou não? O melhor caminho é deixar em aberto?

A questão da participação internacional, de estrangeiros. Esse é um ponto que a gente precisa olhar com muita cautela, porque, quando a gente está falando de minerais raros, minerais críticos, a gente está falando, inclusive, de elementos que têm componente de interesse nacional, de segurança nacional. São alguns aspectos que são importantes, que merecem e que recomendam, do ponto de vista da cautela, um olhar bastante atencioso.

E aí eu quero realmente cumprimentar o Relator. O relatório dele é um relatório que enfrenta pontos importantes, mas eu vou subscrever aqui – embora como Presidente nem precise, mas vou subscrever – o pedido de vista no sentido de cada um de nós olharmos para aquilo que foi o texto final apresentado, a par das emendas que foram acolhidas e daquelas que não foram, mas observando, sobretudo, esses dois aspectos. Há o aspecto da segurança jurídica e da previsibilidade, a previsibilidade real, sendo redundante, porque o que é previsibilidade? Se você tem uma matéria de lei que não tem um fim em si mesma, se ela delega para o Poder Executivo um poder regulamentar muito grande, você está em um ambiente de insegurança jurídica – o Governo tem mudanças frequentes, porque ele tem a prerrogativa interna de fazer como quer –, há concentração excessiva de decisões no campo do Executivo... É porque, repito... E todos aqui concordaram, o Senador Esperidião Amin falou sobre isso, destacou a importância; também o Senador Laércio Oliveira, V. Exa. da mesma forma, e mais ainda o Relator que conhece a matéria e sabe o quanto isso é importante para os estados do Brasil e para o Brasil. O Brasil é um país gigante, de dimensões continentais, riquíssimo em minerais de toda a natureza, mas é um país rico pobre, porque não explora aquilo que tem. E, quando explora, a exploração é ilegal, a exploração é clandestina, há um mercado paralelo, e o brasileiro não usufrui daquilo que é um ativo nosso. Então, por que não legislar? Então, por que não regulamentar? Mas aí o legislador, muitas vezes, ao regulamentar, acaba passando a outro Poder um poder de controle que engessa tudo e que vai favorecer apenas quem trabalha à margem da lei.

Eu estou apenas fazendo algumas ponderações para a gente poder refletir nesse tempo que a gente vai ter.

E o Relator, repito, é digno de elogios e reconhecimento pela agilidade, especialmente nesta semana, para trazer o relatório no dia de hoje e apresentar como foi apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou analisar o pedido também do Senador Laércio Oliveira para ver se a gente chama uma extraordinária, Senador Wilder, para trazer esta matéria ainda nesse período ou se a gente faz um tempo maior para esses ajustes finos, porque quanto menos a gente deixar – e aí estou sendo muito pragmático –, para o campo abstrato ou para o campo discricionário de quem está do outro lado e que nem sempre tem a visão daquilo que é o mais importante para o país do ponto de vista de agilidade – senão a gente continua como está hoje – e tendo algo que é nosso, que é do Brasil, que é do brasileiro, sendo explorado por vezes por quem não é legítimo, e o Brasil deixando de ter essa riqueza a serviço do interesse nacional...

Senador Wilder, eu asseguro a palavra a V. Exa. e, na sequência, vou apregoar o resultado e partir para o próximo item.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a participação aqui de todos os colegas Senadores, inclusive do Senador Alessandro, porque chegamos ao consenso da vista coletiva, até porque essa é, talvez, uma das matérias mais importantes que o Brasil está discutindo nos últimos tempos, até porque fala sobre soberania, mas fala também sobre o desenvolvimento do país, sobre a nossa economia, e, com certeza, isso vai dar o destino nosso em nível de tecnologia, em todas as áreas.

Sobre o projeto, eu fiz questão, Presidente, até porque sou engenheiro e também sou empresário – e talvez este debate que nós estamos fazendo aqui –, de colocarmos aqui e fazermos uma audiência pública, na verdade, dois dias, para ouvir todos os setores, os setores organizados. Nós ouvimos aqui a Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia – eles participaram conosco –; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; a Diretoria do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), que é a nossa Embrapa aqui na área da mineração; também o Setor Geológico do Brasil; o Presidente da Confederação Nacional da Indústria; com a presença também do Ibram, representando todos os setores de mineração no país.

Eu já queria deixar também aqui ao Senador Astronauta Marcos Pontes que as emendas dele, como eu tinha visto, nós vamos analisar e vamos acatar também.

Então, para esse projeto, eu peço, Presidente, se a gente puder ir o mais rápido possível, se a gente tiver sessão na semana que vem ou até uma sessão antes, eu acho que a gente ganharia muito tempo no nosso país, até porque é terminativo aqui nesta Comissão e daqui vai para a Câmara dos Deputados.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa. Esse esforço e essa compreensão certamente são da parte de todos nós por entender a importância desse projeto. Não existe soberania num país onde o povo é condenado a viver uma vida, às vezes, com muitas restrições, com tanta riqueza. Isso é negar a soberania do país. Agradeço a V. Exa.

Portanto, fica concedida vista coletiva à matéria, voltando à pauta em data a ser deliberada por esta Presidência.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1434, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar equipamento obrigatório o dispositivo de abertura interna em porta-malas.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Asseguro a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura de seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, vou direto à análise.

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno, manifestar-se sobre transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes; e outros assuntos correlatos.

A Constituição Federal também determina que compete à União legislar, com exclusividade, sobre trânsito e transporte. Desse modo, no que se refere à constitucionalidade do projeto sob o aspecto formal, não se faz presente qualquer ofensa à Constituição, tendo sido observados todos os preceitos constitucionais relativos ao processo legislativo constantes dos artigos da Constituição.

Do ponto de vista da juridicidade, o PL corretamente busca alterar o compêndio legal sobre o tema, em vez de produzir lei esparsa. Ademais, não conflita com nenhuma outra legislação vigente.

Quanto ao mérito, o projeto de lei revela-se adequado ao propor a incorporação de um dispositivo simples, de baixo custo e tecnicamente viável ao rol de equipamentos obrigatórios previsto no Código de Trânsito Brasileiro. Trata-se de medida alinhada à lógica de aprimoramento incremental da segurança veicular, historicamente adotada no País, por meio da qual dispositivos hoje amplamente consolidados — como *airbags* e sistemas de freios ABS — foram gradualmente incorporados ao ordenamento jurídico, contribuindo para a elevação dos padrões de proteção dos usuários.

A discussão acerca da obrigatoriedade de dispositivos de abertura interna do porta-malas ganha especial relevância quando se consideram situações envolvendo crianças, grupo particularmente vulnerável a acidentes domésticos e veiculares. Episódios de aprisionamento acidental em compartimentos de veículos, embora não sejam cotidianos, possuem elevado potencial de gravidade, sobretudo em razão das condições adversas de ventilação e temperatura no interior do porta-malas. Nesse contexto, a existência de um mecanismo simples que possibilite a abertura interna pode representar uma camada adicional de proteção, funcionando como medida preventiva compatível com o princípio da precaução que orienta a regulação de segurança veicular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob outra perspectiva, ainda que não se trate de política de segurança pública em sentido estrito, não se pode ignorar que o ambiente de uso do veículo também se insere no contexto mais amplo da proteção à integridade física dos cidadãos. Situações de restrição indevida da liberdade em veículos, como em casos de subtração da liberdade da vítima, evidenciam a necessidade de mecanismos que ampliem as possibilidades de autoproteção. Aliás, na semana passada, ou melhor, no dia 28/06/2026, na zona rural de São José do Rio Preto, também um casal foi apreendido dentro do porta-malas de um carro.

Nesse sentido, a disponibilização de um dispositivo interno de abertura do porta-malas não substitui as políticas para a segurança pública, mas agrega uma alternativa adicional que pode, em circunstâncias específicas, contribuir para a redução de danos.

Importa ressaltar que a adoção de medidas dessa natureza não implica incentivo a comportamentos de risco, mas, sim, a ampliação de instrumentos de mitigação de situações extremas. Assim como outros dispositivos de segurança passiva – cuja utilização não é permanente, mas eventual –, a abertura interna do porta-malas se insere na lógica de oferecer ao usuário meios adicionais de proteção em cenários adversos. Trata-se, portanto, de uma solução proporcional, de baixo custo e alinhada ao dever do Estado de promover condições mais seguras de circulação e uso dos veículos automotores.

Sob a perspectiva regulatória, a proposição preserva de forma adequada o equilíbrio institucional entre o legislador e o órgão regulatório, ao estabelecer normas gerais em lei e delegar àquele órgão a definição dos requisitos técnicos, prazos e condições de implementação. Tal modelo garante que a introdução do dispositivo ocorra de maneira progressiva, com a devida maturidade técnica e previsibilidade para a indústria, afastando preocupações quanto a eventuais impactos abruptos sobre o setor automotivo.

Ademais, a experiência internacional corrobora a pertinência da medida, na medida em que dispositivos de abertura interna de porta-malas já são exigidos ou amplamente adotados em mercados relevantes, como o norte-americano, evidenciando tratar-se de solução consolidada no âmbito da segurança passiva veicular. Soma-se a isso o fato de que o custo marginal de implementação é reduzido, sobretudo quando comparado a outros equipamentos já exigidos, o que reforça a razoabilidade da proposta sob o ponto de vista econômico.

Por fim, apresentamos emenda para aprimorar a técnica legislativa do texto, especialmente quanto ao conteúdo do art. 3º, que deve estar também incorporado ao art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro, em vez de estabelecer o comando relativo à regulamentação do Contran em lei autônoma.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.434, de 2023, com a emenda que foi já apresentada no texto que todos receberam.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório, Senador Astronauta Marcos Pontes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Do item 4 o Relator pediu a retirada de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 4881, DE 2023
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para destinar recursos à redução de tarifas de energia elétrica praticada em Estados da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)
Relatoria: Senador Plínio Valério
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

Eu vou ao item 5, de relatoria do Senador Rogério Carvalho.

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 2673, DE 2025
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional para a Gestão Integrada, a Conservação e o Uso Sustentável do Sistema Costeiro-Marinho (PNGCMar); e altera a Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

Com a palavra o Relator, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou direto à análise.

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, pronunciar-se sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, obras públicas, minas, recursos geológicos e assuntos correlatos. O Projeto de Lei nº 2.673, de 2025, insere-se nesse campo temático ao instituir um novo marco regulatório sobre o Sistema Costeiro-Marinho, espaço onde se desenvolvem atividades ligadas ao transporte marítimo, aos recursos minerais, aos portos e à logística costeira.

Acerca do mérito, o PL merece destaque por diferentes perspectivas. Ao instituir a Política Nacional para a Gestão Integrada, a Conservação e o Uso Sustentável do Sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costeiro-Marinho, a proposição concebe um tratamento integrado desse sistema, superando as abordagens setoriais fragmentadas, conforme a complexidade desses territórios.

São meritórios também os mecanismos de integração e articulação a políticas públicas vigentes, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima, bem como a efetivação da cooperação entre os entes federativos, evitando sobreposições institucionais e fortalecendo a coordenação entre diferentes esferas e setores relacionados.

Outro aspecto louvável da proposição é o reconhecimento dos serviços ecossistêmicos prestados pelos ambientes costeiros e marinhos. Ao incorporá-los a uma política de abrangência nacional, o projeto fortalece a integração entre conservação ambiental e planejamento da infraestrutura, reforçando que a manutenção desses ecossistemas também representa estratégia de redução de riscos e aumento da resiliência territorial.

Destacamos ainda a previsão de instrumentos voltados ao planejamento espacial e ao ordenamento dos usos do ambiente marinho e costeiro, especialmente num contexto de expansão de atividades nessa região. Nesse âmbito, a proposição subsidia a atuação do Poder Público para o planejamento voltado à ocupação racional desses ambientes.

Trata-se de uma proposição construída a partir de amplas contribuições de representantes de diversas instituições técnico-científicas, que permitiram estabelecer um referencial comum para planejamento, conservação e uso sustentável. Assim, reiteramos a importância do PL, que contribui para fortalecer a segurança jurídica e a previsibilidade das ações públicas e privadas desenvolvidas nesses territórios.

Diante do exposto, entendemos que o projeto merece prosperar.

O voto.

Por todas essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.673, de 2025.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria aproveitar, antes de o senhor passar para o próximo ponto de pauta, para subscrever os requerimentos que estão na pauta de hoje, o 68, o 72, o 74 e o 76. Os autores não estão aqui, não sei se estão remotamente. Aproveito para pedir a V. Exa. para subscrever (*Pausa.*)... o 68, o 72, o 74 e o 76.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Do próximo item, o item 6, o Relator está ausente. Do item 7, também Relator ausente. O do item 8, Senador Laércio, se encontra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos ao item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 4621, DE 2024
- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)
Relatoria: Senador Laércio Oliveira
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CCT a 4-CCT, e pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 CCT-CAE.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do seu relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE. Como Relator.) – Mais uma vez, Senador Marcos Rogério, quero cumprimentar V. Exa., quero cumprimentá-lo também pela condução do nosso item 1 e pela importância dele para o país. Que haja definitivamente uma conscientização de todos nós da necessidade que o Brasil tem de definir as regras muito claras dos minerais críticos, de ter regras muito claras também com referência ao Fertilizantes, que é um projeto que a gente vai enfrentar hoje no Plenário, pela importância dele! Em função de tantas questões geopolíticas, a gente pode ficar sem fertilizantes para o nosso agronegócio – eu estou ao lado de um grande produtor – e isso não é nada bom para o país.

Portanto, infelizes aqueles que pensam que o Senado Federal não cumpre o seu papel olhando para o Brasil, tentando enxergar o Brasil que seja bom para todos os brasileiros. Esta Comissão, sob a Presidência de V. Exa., tem esse compromisso. E o senhor uma das qualidades que tem, entre várias, é que enfrenta esses temas, sejam eles quais forem, desde que tenham uma identificação profunda com as mudanças que o Brasil merece e precisa enfrentar.

Esse relatório que farei agora é um relatório extremamente importante – é outro tema importante –, de autoria do Senador Esperidião Amin, que institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores.

Então, com sua permissão, eu gostaria ir à análise.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SE) – Como se trata de decisão de caráter terminativo nesta Comissão, compete-nos analisar não apenas o mérito da matéria, mas também seus aspectos formais e de técnica legislativa. Assim, do ponto de vista constitucional, o PL pode ser considerado compatível com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal principalmente por tratar de política pública de fomento industrial, inovação tecnológica e desenvolvimento econômico, matérias inseridas no âmbito da competência legislativa da União, e alinhadas aos objetivos constitucionais da ordem econômica.

Além disso, com as emendas oferecidas na CCT, não há criação de cargos, órgãos ou despesas obrigatórias, nem concessão de benefício tributário específico, ou também a criação de despesa obrigatória. Assim, o PL não afronta o art. 113 do ADCT, ou os arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De resto, salvo a exceção que trataremos a seguir, parece-nos que não há o que se criticar quanto à juridicidade e técnica legislativa da proposta, particularmente se acatadas as emendas que lhe foram apostas na CCT.

A única ressalva que vislumbramos dá-se em relação a seu art. 4º, que estipula prazo para a regulamentação da matéria. De fato, esse comando pode ser entendido como uma interferência e uma "ordem" dada ao Executivo, o que feriria a separação dos Poderes insculpida no art. 2º da Constituição. Nesse sentido, entendemos necessária emenda para suprimir esse prazo do PL, de forma a evitar questionamentos de sua constitucionalidade.

Do ponto de vista do mérito, o PL nº 4.621, de 2024, revela-se oportuno e estratégico para o desenvolvimento industrial brasileiro. A proposta reconhece que a fabricação de motores constitui elo central de diversas cadeias produtivas – automotiva, agrícola, naval, energética e de máquinas industriais –, possuindo elevada capacidade de geração de empregos qualificados, agregação de valor e difusão tecnológica. Ao incentivar a produção nacional, o projeto busca reduzir vulnerabilidades decorrentes da dependência externa de componentes críticos e fortalecer a autonomia produtiva do país em setor sensível para a economia nacional.

A proposta também se mostra alinhada às transformações tecnológicas e energéticas em curso no cenário internacional. A indústria mundial de motores passa por acelerado processo de transição, marcado pela busca de maior eficiência energética, redução de emissões e desenvolvimento de soluções baseadas em combustíveis de baixo carbono. Nesse contexto, o projeto acerta ao incentivar investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados a motores mais sustentáveis, especialmente aqueles compatíveis com biocombustíveis, hidrogênio e outras alternativas energéticas nas quais o Brasil possui vantagens comparativas relevantes.

Destaque-se também o fortalecimento da cadeia produtiva nacional, que tende a estimular a internalização de etapas produtivas de maior intensidade tecnológica, com ganhos de competitividade industrial e ampliação do conteúdo nacional de nossa produção. Ademais, ao prever ações de qualificação profissional e integração entre empresas, universidades e centros de pesquisa, o projeto contribui para formação de capital humano especializado e para a consolidação de um ecossistema de inovação no setor industrial brasileiro.

Por fim, com vistas a contribuir com o projeto, propomos cinco emendas com o seguinte conteúdo: a primeira delas tem por finalidade conferir à PNIFM um princípio orientador explícito, alinhado à realidade econômica, energética e industrial brasileira, reconhecendo que o processo de descarbonização do transporte deve ocorrer por múltiplas rotas tecnológicas, e não por meio de uma única solução prescritiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda delas visa a incluir, entre os objetivos do PNIFM, o de estimular o desenvolvimento e a fabricação nacional de motores e sistemas de propulsão destinados a veículos híbridos sustentáveis, especialmente aqueles compatíveis com biocombustíveis, com destaque para o etanol, em consonância com as características estruturais do setor energético e automotivo brasileiro.

A terceira emenda tem como finalidade assegurar que os instrumentos operacionais da PNIFM, em especial as linhas de financiamento, os mecanismos de crédito e o apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), reflitam de forma objetiva e eficaz as condições estruturais, energéticas e industriais do Brasil, bem como os objetivos da política industrial vigente, notadamente o Programa Mover e a Política do Carro Sustentável.

As Emendas n°s 4 e 5 propõem a substituição do termo “biocombustíveis” por “combustíveis de baixo carbono”. A mudança busca conferir maior flexibilidade à política pública, alinhando-a a uma agenda moderna de transição energética, sem restringir ou inviabilizar o desenvolvimento de outras rotas tecnológicas igualmente relevantes.

Do ponto de vista estratégico, a alteração fortalece a competitividade do setor automotivo nacional ao assegurar neutralidade tecnológica e maior aderência às tendências internacionais. Em um cenário global de rápida transformação, políticas públicas mais abertas criam condições para o desenvolvimento de novas soluções energéticas, ao mesmo tempo em que preservam e potencializam as cadeias já consolidadas.

Por fim, Sr. Presidente, ressalta-se que a ampliação conceitual não implica qualquer prejuízo aos biocombustíveis, que permanecem como ativos centrais da matriz energética brasileira. Ao contrário, a proposta os posiciona como parte de um conjunto mais amplo e complementar de soluções de baixo carbono, abrindo espaço para a evolução tecnológica contínua e para a construção de uma política pública mais eficiente, inclusiva e orientada ao futuro.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 4.621, de 2024, e, no mérito, por sua aprovação, com as emendas a seguir apresentadas, que constam deste relatório, bem como aquelas de nºs 1, 2, 3, todas da CCT, e da Emenda nº 4-CCT, na forma da subemenda constante do relatório também.

Este é o meu relatório, Sr. Presidente, com os meus agradecimentos pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Laércio Oliveira, pelo relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui, primeiramente, o nosso Senador pela excelente relatoria.

Quero dizer a você, Laércio, sobre a situação dos biocombustíveis no Brasil.

Há pouco a Chevrolet lançou um carro, o Onix, como era antigamente, como veio no final da década de 70, início dos anos 80, 100% a álcool, não é mais flex. Ele é um carro que vai usar 100% etanol, nem vai poder usar gasolina. Igual a como se lançou, lá no início. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse é um grande avanço, principalmente com a situação da guerra que nós temos aí. O petróleo voltou a subir – insustentavelmente – a valores impossíveis e nós não sabemos mais aonde isso vai chegar.

Hoje nós já temos 15% de biocombustível no diesel, já temos caminhões 100% a biocombustível. O Brasil é o único país que tem essa condição de energias renováveis. Essa é a grande vantagem que nós temos no Brasil: a produção de biodiesel é grande, a produção de etanol é grande. Nós não tínhamos... Dez anos atrás, nós praticamente éramos zero em produção de etanol de milho. Hoje, nós já estamos usando praticamente só de milho. O milho está sobrando, hoje, no Brasil, e os preços nunca estiveram tão baixos como estão agora. Nós já estamos esmagando 30 milhões de toneladas de milho por ano – vamos esmagar este ano, para a produção de etanol –, tendo o DDG para levarmos para a alimentação de suínos, bovinos. Enfim, essa é a grande revolução que nós temos nos biocombustíveis do Brasil. O Brasil é o único país do mundo que tem essa condição de chegar a 50% sem precisar do petróleo e poderá chegar, um dia talvez, aos 100%.

Eu quero cumprimentar, neste momento – obrigado pela presença – o Tony Pablo, que é o Prefeito lá de Cacoal, do Município de Cacoal, um Município de aproximadamente 100 mil habitantes. Quero dizer que é uma satisfação tê-lo aqui hoje acompanhando os trabalhos aqui desta Comissão de Infraestrutura, que é tão importante para o nosso país.

Talvez se nós tivéssemos tido, Senador Marcos Rogério, lá atrás, uma representatividade mais forte aqui, não teríamos causado aquele problemaço que nós temos hoje lá que é a situação da BR-364. Eu não sei aonde vai chegar aquilo e o que vai acontecer, mas espero o próximo governo que ganhar para discutir com o próximo Presidente da República aquela situação da nossa rodovia, da nossa BR-364, que causou um impacto grande naquilo lá. Vou dizer a vocês: nós vamos ter um impacto muito grande.

V. Exa., se Deus o abençoar, vai ser Governador do Estado de Rondônia e vai ver o impacto que nós vamos ter com aquela situação que causou a privatização, com aquela concessão da BR-364. Mas 2027 vem aí, se Deus quiser. As coisas estão se caminhando para que melhorem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jaime Bagattoli.

Esse tema, realmente, da BR-364 é um tema que preocupa muito o Estado de Rondônia. É uma pena que o Governo Federal não tenha compreensão do impacto real na vida das pessoas de uma concessão como essa. E o pior, Senador Jaime Bagattoli: o Governo Federal impôs a concessão da BR-364. Essa concessão não passa pelo Senado, não passa pela Câmara, não passa pelo Congresso; é decisão de Governo, com a agência reguladora na modulação.

E agora querem fazer também a concessão da nossa Hidrovia do Madeira. Não bastasse a BR-364, que está com a concessão, que tem um dos pedágios mais caros do Brasil – uma imposição, repito, do Governo –, agora querem fazer também a concessão da hidrovia. E nós estamos, de novo, alertando que isso faz mal à economia do Brasil, faz mal ao desenvolvimento da Região Norte do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para aceitar mais essa medida, absolutamente errada, atrasada, que o Governo Federal e o Ministério dos Transportes... No caso da concessão da rodovia, o Ministério dos Transportes; no caso da hidrovia, agora, é a Antaq que está discutindo esse tema junto com outras agências. O Ministério dos Portos também está discutindo isso, mas esse tema é um tema que nos interessa muito. Não vou trazer para cá um tema que é da disputa local, mas esse é um tema.

Eu vi, dias atrás, o Senador Jorginho Mello, ex-Senador Jorginho Mello, hoje Governador de Santa Catarina, o Governo Federal tentou impor uma concessão no Estado de Santa Catarina, e lá ele disse: "Aqui tem Governador, aqui não vai atropelar o Estado de Santa Catarina", e lá não aconteceu. Então, é uma pena que em Rondônia não teve essa situação, mas esse é um debate que nós vamos fazer lá no Estado de Rondônia.

V. Exa. solicita a palavra novamente e eu lhe asseguro.

Ao final, vamos dar encaminhamento à matéria.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Pela ordem.) – Antes que eu me esqueça: eu subscrevo aqui, Presidente, os Requerimentos 13, 14 e 15. Subscrevo esses três requerimentos: 13, 14 e 15.

Quero cumprimentar aqui também o nosso grande Deputado Federal Chrisóstomo, que é um grande batalhador, lutador lá.

Mas quero dizer para você, Presidente, que a Hidrovia do Madeira... Eu estive lá, fiz uma reunião, inclusive com a Fiero. Você pode ver, até a Fiero, há uns tempos – que é a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia –, estava a favor do negócio. Depois que eles viram o tanto que nos prejudicou a concessão da rodovia, pode ter certeza de que a Antaq irá repensar muitas vezes antes de fazer uma concessão na Hidrovia do Madeira.

Então, fica aí e eu subscrevo, Presidente, os Requerimentos 13, 14 e 15.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço, V. Exa.

Está em discussão o relatório apresentado pelo Senador Laércio Oliveira ao Projeto 4.621. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Submeto à votação.

Nesse caso, como é matéria terminativa, temos que ter votação nominal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema presencial e também pelo sistema digital.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Registro neste momento, enquanto buscamos a votação nominal, a presença, no Plenário da Comissão, do Deputado Federal Coronel Chrisóstomo, Deputado do Estado de Rondônia – muito bem-vindo a esta Comissão –, a quem parabenizo pelo trabalho feito pelos municípios do Estado de Rondônia. Um dos municípios contemplados pelo trabalho de V. Exa. é também o Município de Cacoal – está aqui o Prefeito Tony Pablo. V. Exa. tem sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parceiro desse município, aliás, a Bancada do PL, tanto o Senador Marcos Rogério, o Deputado Coronel Chrisóstomo, o Senador Bagattoli, como o Deputado Fernando Máximo também, garantindo recursos e investimentos para ajudar o Prefeito a tocar as demandas do município. Agradeço a V. Exa. pela presença.

Está em votação.

Os Senadores... (*Pausa.*)

Tivemos um pequeno, um pequeno...

Deu certo? Não precisou nem denunciar qual foi o problema técnico? (*Risos.*)

Caiu o sistema também.

Está aberta a votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras podem votar. (*Pausa.*)

A reunião está suspensa até que tenhamos de volta as condições técnicas para tal.

(Suspensa às 12 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Está reaberta a reunião deliberativa da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, depois de uma falha técnica abrupta. Eu acho que faltou o pagamento de energia. (*Risos.*)

Vamos retomar.

Nós estávamos em curso com uma votação nominal tanto no sistema presencial quanto no remoto. Nós tínhamos votos já em painel, mas o sistema caiu. Então, eu vou cancelar...

Para que conste em ata, fica cancelada a votação dessa matéria, em razão da queda no sistema. E aí, como é uma matéria terminativa, eu vou deixar para a gente submetê-la à votação na próxima sessão deliberativa da Comissão de Infraestrutura.

Portanto, fica retirado de pauta, de ofício, esse projeto, retomando na fase em que ele se encontra para a votação.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 63, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 49/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a proporcionar um debate qualificado sobre a autonomia das agências reguladoras e a estabilidade institucional do setor energético brasileiro, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG) (*Pausa.*)

Os requerimentos que estão na pauta aqui foram subscritos tanto pelo Senador Rogério Carvalho quanto pelo Senador Jaime Bagattoli.

Com a permissão do Plenário, eu vou fazer a leitura de todos os requerimentos que estão subscritos, para a gente fazer, ao final, a votação em globo.

Não havendo discordância, assim procederemos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 64, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 48/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a promover debate técnico e institucional acerca da política industrial brasileira, do fomento à cadeia produtiva de energia e da geração de emprego e renda, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 65, DE 2026
- Não terminativo -

Requer que seja incluído na lista de convidados da audiência pública objeto do REQ 47/2026-CI, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, destinada a promover debate técnico e institucional acerca da transição energética justa e do papel da matriz energética brasileira como vetor de sustentabilidade e liderança climática global, o Sr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Tem três... Eu acho que há um erro.

Eu vou pedir que a Secretaria da Mesa confira, porque são três requerimentos com o mesmo autor e com o mesmo convidado. (*Pausa.*)

A Comissão tem que verificar, quando vai fazer o roteiro, se estão repetidos os nomes. Não tem sentido votar três, quatro requerimentos com o mesmo convidado para o mesmo objeto.

As assessorias parlamentares das empresas e instituições acabam fazendo um movimento, que é muito conhecido aqui dentro, fazem apelo a vários Senadores para subscrever o mesmo pedido e depois a Comissão tem que votar dez requerimentos com o mesmo convidado. Isso é... Enfim, é até um desrespeito aos Senadores. Se pedem a um Senador que contem com ele para subscrever. Agora, três requerimentos com a mesma pessoa para o mesmo objeto... (*Pausa.*)

É, tem dois requerimentos para uma reunião, e tem um que é para uma terceira reunião... Uma segunda reunião.

Então, esse 47 se mantém? (*Pausa.*)

Os outros dois... Vamos lá, o item 15... Agora, o item 16 – acho que agora mudou.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 68, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4715/2023(Substitutivo-CD)

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também devidamente subscrito.

O 17 não foi.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 72, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 68/2026 - CI, destinada a instruir o PL 4715/2023 (Substitutivo-CD), que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas estrangeiras na Amazônia Legal".

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Item 20, também subscrito.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 75, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a retirada de tramitação do REQ 16/2026 - CI.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Item 22 também foi subscrito.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 76, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instrução do PL 4812/2025.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Portanto, é o último requerimento subscrito.

Indago, se algum Senador quer fazer algum encaminhamento. (*Pausa.*)

Não havendo, passo à votação dos requerimentos anunciados.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois não, Senador Hermes.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC. Pela ordem.) – Eu apresentei o relatório do PL 5.017, de 2019, e gostaria de pedir que colocasse a matéria extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois não, Senador.

Então, ficaria como item extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indago se há alguma discordância. (*Pausa.*)
Não havendo discordância, eu o anuncio extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 25
PROJETO DE LEI N° 5017, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica utilizada para atividade de irrigação, aquicultura e exploração de poços semiartesianos para dessedentação humana.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Hermes Klann
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Autoria: Deputado Federal Beto Rosado.
Com a palavra o Relator, Senador Hermes Klann.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, se me permite, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Perfeitamente.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, como o relatório é muito extenso e já estava disponível no sistema, apresento a síntese da análise.

O art. 1º do substitutivo que ora apresento mantém e aprimora os objetivos originais do PL nº 5.017, de 2019, ao ampliar o benefício tarifário para a exploração de poços semiartesianos destinados ao consumo humano, com a flexibilidade necessária para que pequenos e médios produtores rurais possam usufruir dos descontos em qualquer hora do dia, respeitado o período diário de 8 horas e 30 minutos, conforme escala de horário acordada com o concessionário ou permissionário de distribuição.

O art. 2º do substitutivo acrescenta os §§23, 24 e 25 ao art. 2º da Lei nº 10.848, de 2004, determinando à Aneel a realização de leilões para contratação de geração termelétrica na Região Norte que utilize gás natural de origem amazônica, no montante da diferença entre a potência instalada e a garantia física das usinas hidrelétricas contratadas por meio de leilão de projetos estruturantes, conforme estudos elaborados.

O art. 3º do substitutivo promove ajustes na Lei nº 14.182, de 2021, a lei da desestatização da Eletrobras. O dispositivo trata da contratação de 4,9 mil megawatts de centrais hidrelétricas.

Os arts. 4º e 5º do substitutivo incorporam a agenda de fortalecimento regulatório do setor elétrico brasileiro.

O art. 5º complementa essa medida ao acrescentar os §§6º, 7º e 8º ao art. 4º da Lei nº 9.991, de 2000, criando canal legal específico para que a Aneel destine percentual dos recursos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ao financiamento das atividades de inovação regulatória, tecnológica e institucional desenvolvidas pela agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 6º proposto autoriza, em caráter excepcional e restrito, que agentes ou ex-agentes amparados por liminares suspensas ou revogadas entre 2023 e 2025, e hoje inadimplentes no MCP em razão do risco hidrológico no MRE, ingressem em novo mecanismo concorrencial, desde que renunciem às ações judiciais e cumpram os demais requisitos legais.

O art. 7º do substitutivo atualiza a definição de "custo em óleo" constante do inciso II do *caput* do art. 2º da Lei nº 12.351, de 2010.

O art. 8º revoga o art. 1º-A da Lei nº 14.182, de 2021, e o §6º do art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 2004.

O art. 9º, por fim, estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PL nº 5.017, de 2019, e da Emenda nº 1-CRA, e, no mérito, votamos pela aprovação do PL nº 5.017, de 2019, e da Emenda nº 1-CRA, na forma da emenda substitutiva apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Obrigado ao Senador Hermes Klann pelo relatório apresentado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos do substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nós ainda tínhamos um último item, o item 12, mas, com a aprovação da matéria, fica prejudicado. Portanto, não há a necessidade de votação.

Indago se há mais alguma matéria a ser apreciada no dia de hoje. (*Pausa.*)

Não havendo, agradeço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras pela pauta do dia de hoje.

Nós vamos ficar pendentes em relação a uma nova sessão da Comissão para amanhã ou para a próxima semana, a depender do Presidente do Senado.

Imagino que, na semana que vem, regimentalmente, não teríamos expediente no Senado. Talvez tivesse que chamar para amanhã, a depender da disposição do Presidente em relação ao item que votamos hoje pela manhã. Mas eu vou aguardar a orientação do Presidente do Senado.

Submeto à apreciação dos Srs. e das Sras. Senadoras a ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam a presente ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Beto Faro, Rogério Carvalho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2026 - CCT, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Izalci Lucas (PL/DF), REQ 11/2026 - CCT, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 13/2026 - CCT, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), e PL 3018/2024, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 3018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial. **Participantes:** Roberto Anacé, Cacique da comunidade indígena Anacé, de Caucaia (CE); Paz Peña, Diretora do Instituto Latinoamericano de Terraformación (Chile); Igor Britto, Diretor-Executivo do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC).; Lorena Regattieri, Conselheira da Green Screen Coalition; Rárisson Sampaio, Assessor Político em Transição Energética e Justiça Socioambiental do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); André Lucas Fernandes, Diretor do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec); e Felipe Rocha da Silva, Codiretor do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (LAPIN). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/04

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

Desculpem-me pelo atraso. Eu tive que ir urgentemente ao Ministério da Saúde, e o meu interlocutor não foi muito pontual, mas aqui estamos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de agosto de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 3.018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos *data centers* de inteligência artificial, em atenção aos Requerimentos desta Comissão de nº 6, de 2026, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, nº 11, de 2026, de minha autoria, e nº 13, de 2026, de autoria do Senador Rogério Carvalho.

Participarão presencialmente, e já convido a tomarem assento à mesa, os seguintes convidados: Igor Britto, Diretor-Executivo do Instituto de Defesa de Consumidores; Rárisson Sampaio, Assessor Político em Transição Energética e Justiça Socioambiental do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)...

O SR. IGOR BRITTO (*Fora do microfone.*) – Como vai, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Como vai? Tudo bem? (*Fora do microfone.*)

André Lucas Fernandes, Diretor do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife; e Felipe Rocha da Silva, Diretor do Laboratório de Políticas Públicas e Internet.

Tudo bem?

Assim como a área, uma mesa jovem, mas, lamentavelmente, toda masculina. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é uma área muito desafiadora – não é? – para nós mulheres.

Então, participarão por meio de videoconferência – aí, sim, teremos duas mulheres –: Roberto Anacé, Cacique da comunidade indígena Anacé, do Município de Caucaia, Estado do Ceará – não sei se já está conectado, mas as nossas duas convidadas estão –; Paz Peña, Diretora do Instituto Latinoamericano de Terraformación, do Chile; e Lorena Regattieri, Conselheira do Green Screen Coalition. Minha pronúncia é bem ruinzinha.

Agradeço a presença de todos e de todas. Vou fazer uma breve fala de abertura, pontuando a importância desta audiência, a relevância do tema para esta Casa e, de forma geral, para a sociedade.

Então, dando sequência aos trabalhos desta audiência pública, gostaria de registrar a importância deste momento para o aprofundamento da discussão sobre o Projeto de Lei 3.018, de 2024.

Esta Comissão de Ciência e Tecnologia vem realizando um conjunto de audiências públicas destinado a subsidiar a análise do projeto de lei em tela. Cada encontro tem contribuído para o exame da matéria sob diferentes perspectivas. A audiência de hoje busca ampliar este debate, incorporando reflexões sobre sustentabilidade ambiental, impactos sociais e territoriais, governança de dados, transparência, privacidade, segurança da informação e proteção dos direitos fundamentais.

A transformação digital e o avanço da inteligência artificial tornam os *data centers* uma infraestrutura cada vez mais estratégica para o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico do país. Ao mesmo tempo, essa expansão suscita questões relevantes que precisam ser consideradas pelo Poder Legislativo. Foi justamente com esse objetivo que apresentamos o Requerimento nº 11, propondo a inclusão de especialistas com atuação nessas áreas, de modo a ampliar a pluralidade de perspectivas e qualificar o debate desta Comissão, já que tínhamos outros palestrantes indicados por outros Senadores.

Os convidados e convidadas desta audiência representam diferentes perspectivas sobre o tema, reunindo especialistas em direito e tecnologia, políticas públicas, defesa do consumidor, justiça socioambiental, governança de dados e representantes de comunidades tradicionais. Essa diversidade contribui para um debate qualificado e para o aperfeiçoamento da análise legislativa desta Comissão.

Tenho a convicção de que as contribuições apresentadas nesta audiência serão importantes para o aperfeiçoamento da proposta legislativa e para a construção de um ambiente regulatório, que concilie inovação, desenvolvimento tecnológico, segurança jurídica, sustentabilidade e proteção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos. Espero que esta audiência possa contribuir para ampliar o conhecimento desta Comissão sobre o tema e ofereça subsídios técnicos para o aperfeiçoamento da proposta legislativa.

Quando a gente tem qualquer audiência pública denominada de "audiência de instrução", a qualquer projeto de lei, significa que ele ainda está aberto para receber considerações que serão transformadas em emendas, a juízo do Relator ou por algum outro Senador que queira incorporar essas emendas ao relatório que está sendo constituído.

Então, desejo uma boa reunião para todos e para todas.

Antes de passar a palavra... Não, talvez eu deixe para depois. Vocês preferem que eu leia logo as perguntas que vieram do e-Cidadania ou querem depois da exposição?

O SR. ANDRÉ LUCAS FERNANDES (*Fora do microfone.*) – Acho que a nossa exposição pode atender algumas das...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – A exposição pode atender? Então vou ler bem rapidamente, viu? Deixe-me só tirar o som aqui.

Erick, do Distrito Federal: "Qual será a fonte de energia utilizada para suprir os *data centers*?".

Matheus, de Rondônia: "Como garantir que a demanda energética dos *data centers* não aumente a conta de energia para a população em geral?".

Taciano, da Paraíba: "Como será feito o controle ambiental do barulho gerado pelo *data center*? Tanto as pessoas quanto [os] animais sentem impactos devido ao barulho!".

Esse mora em São Paulo, mas é nordestino, porque a gente é que chama barulho, não é? Quem é de São Paulo chama zoada, não é não? Ou é ao contrário? (*Risos.*)

Lucas, de São Paulo: "Necessário clareza sobre governança" – isso é um comentário –: "a responsabilidade pelos dados é do aplicador de IA e não da infraestrutura física do *data center*."

Evelin, do Paraná: "Como o PL [...] pretende equilibrar a expansão dos *data centers* de IA com a segurança, a privacidade e a governança de dados?".

Alessandro, da Bahia: "Em um país que já tem histórico recente de secas e apagões, a instalação de *data centers* não irá agravar ainda mais essas situações?".

Bruna, do Rio de Janeiro: "Por que é importante ter parte da infraestrutura de nuvem sob controle nacional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luiz, de São Paulo: "Existe plano de negócios já feito e apresentado para justificar que empresas de fora do Brasil venham até aqui para [se] instalar [...]?".

Paulo, de Pernambuco, comentário: "*Data centers* devem ser tratados como indústria, portanto estar segregados a polos industriais, longe de áreas comerciais e residenciais!".

E Luciano, da Paraíba: "*Data centers* são ameaça à segurança hídrica de uma região e trazem poucos benefícios. Não é viável a sua instalação no Nordeste."

Então acho que as perguntas estão bem conectadas ao nosso interesse, ao foco da nossa audiência.

Pela nossa praxe de audiência, na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Tem um sinal ali que toca, ele é automático e meio estridente, não se assustem. Quando ele toca, ainda tem um minuto para as conclusões.

Vamos ver aqui a ordem da mesa.

Passo a palavra inicialmente para Igor Britto, Diretor-Executivo do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), para seus dez minutos iniciais.

O SR. IGOR BRITTO (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Teresa, demais presentes aqui na audiência pública e colegas que vão debater o assunto conosco.

Muitíssimo obrigado, Senadora, pela oportunidade desta audiência pública, e eu falo em nome de todas as pessoas que apoiam o trabalho da nossa organização, o Idec, que é a maior associação independente de consumidores do Brasil e que, no ano que vem, vai comemorar 40 anos de existência.

Eu tenho a oportunidade de representar essa organização aqui e todas as pessoas que, enquanto consumidoras e usuárias das plataformas, das tecnologias e dos serviços de IA, se importam – se importam e se importam muito – com de onde vêm essas infraestruturas que nós, como consumidores, estamos utilizando, a cada dia mais, nas nossas rotinas pessoais e profissionais; e com o que acontece também na cadeia produtiva do armazenamento dessas informações e dessas tecnologias.

Considerando o Senador aqui na presente audiência pública, teremos pessoas muito legítimas para falar sobre as questões ambientais, as questões de violações de direitos humanos que alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses empreendimentos estão causando ao redor do Brasil, as preocupações com o uso talvez indevido, exagerado e desproporcional de recursos naturais.

Então, considerando tudo isso, eu vou concentrar aqui a minha contribuição, pensando naquilo que talvez responda diretamente ao Erick, do Distrito Federal, ao Matheus, de Rondônia, ao Alessandro, da Bahia, que foram pessoas que contribuíram com perguntas, preocupações típicas de consumidores sobre os reflexos das instalações desses empreendimentos diretamente naquilo que impacta a nós consumidores especialmente de energia.

Eu organizei algumas contribuições e algumas ideias, e a primeira delas acho que vai muito ao encontro do que esses concidadãos que eu mencionei manifestaram de preocupação. E estamos ao lado deles, porque acredito que essas respostas não estão dadas tanto nas regras que nós temos, quanto nas propostas legislativas que ainda vêm.

Então, ainda é uma oportunidade, Senadora, para talvez responder a essa preocupação de nós consumidores sobre o alto gasto de energia que esses empreendimentos geram. E nós consumidores do Brasil inteiro é que vamos pagar por isso, se não houver soluções muito adequadas para tratar esses empreendimentos como gigantes consumidores de energia.

Hoje, nós temos a classificação de nós consumidores residenciais, que alguns consideram pequenos consumidores quando comparados ao setor produtivo, que são considerados grandes consumidores. Estes certamente são os gigantes consumidores de energia, e eu digo isso porque os *data centers*, diferentemente de vários outros empreendimentos que nós estamos acostumados a acompanhar, não possuem nenhum tipo de controle, não são capazes de controlar o seu gasto de energia durante o ano e o dia, ou seja, eles não conseguem estabelecer limites eficientes sobre os períodos de energia que vão gerar, porque eles acabam utilizando o nosso sistema nacional de energia sete dias por semana, 24 horas.

Nós temos vários empreendimentos de vários setores produtivos que já são organizados e se controlam sobre a hora que vão funcionar, para, por exemplo, evitar operar e consumir energia naqueles horários de maior pico, em que há um gasto muito grande de energia por toda a sociedade, um consumo muito grande de energia por toda a sociedade e uma insuficiência de geração de energia naquele momento, como, por exemplo, no fim do dia, à noite, quando já não tem energia solar para suportar, em determinados períodos do ano que não têm vento para abastecer as eólicas, ou quando nós estamos em período de seca, em que a gente já tem a diminuição de armazenamento de água disponível para as hidrelétricas, para as energias, ou seja, vários empreendimentos já lidam com isso e operam naquele momento em que há um baixo consumo de energia do dia. Isso não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece com os *data centers*, que não conseguem controlar e vão acabar sobrecarregando o sistema nesses horários de pico de consumo. E, para esses *data centers* conseguirem operar sem gerar essa enorme despesa para todos nós consumidores, porque, à medida que isso acontece, todos nós pagamos, é necessário infraestrutura para mais geração, para mais distribuição, e o pior é que todos esses custos também são bancados pela tarifa.

Então, é por isso que nós do Idec já trazemos aqui, para mitigar esse efeito danoso que os *data centers* geram para o consumo de energia da população e para o gasto de energia para a população – ou seja, estou querendo dizer, para aqueles que ainda não têm experiência de consumo com isso, que quem paga pelo gasto nesses horários de pico, para os investimentos necessários e para essa alta carga de energia, somos todos nós consumidores, por meio da tarifa que subsidia não só esses investimentos, mas também esse consumo nesses horários, né? –, então, nós propomos uma criação de encargo adicional específico para os setores de alto consumo de energia, a gente já está propondo isso há bastante tempo, para todos os setores que são grandes consumidores, mas, para a questão dos *data centers*, isso é mais crítico ainda, isso é uma exigência mais emergente, à medida que esse encargo adicional, que tem que ser calculado pela Aneel e cobrado desses gigantes consumidores de energia, tem que ser calculado conforme o custo gerado pela atividade ao sistema nacional de eletricidade, especialmente no que diz respeito às necessidades de expansão das estruturas necessárias para que eles deem conta de receber a energia que demandam sem gerar esses gastos para toda a população.

Além disso, outra questão relacionada aos *data centers* é que eles estão se instalando em locais sem haver qualquer reflexão e planejamento prévio das autoridades que cuidam desse planejamento do Sistema Interligado Nacional. Então, muitos desses empreendimentos estão se instalando com a promessa de autogeração de energia, especialmente com projetos de energia renovável. E aí, volto a dizer, energia renovável essa que não é suficiente para dar conta de empreendimentos que têm esse alto gasto energético, 24 horas por dia, durante toda a semana. De noite, a energia solar não abastece, não dá conta de abastecer esses empreendimentos em determinados momentos. Nós temos locais que, com energia eólica, possam atender essas necessidades, mas, talvez, em vários períodos do ano, isso não seja suficiente.

O que vai acontecer? Esses empreendimentos vão acabar tendo que gastar energia, consumir energia dentro do Sistema Interligado Nacional, sem um planejamento prévio – porque muitos dos grandes empreendimentos que nós temos aqui no Brasil são planejados com bastante antecedência, e isso também permite um planejamento das estruturas de energia para abastecer. Com essas instalações assim tão aceleradas de *data centers* no Brasil, sem esse planejamento necessário com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SIN (Sistema Interligado Nacional) e com as autoridades e os órgãos competentes para fazer esse planejamento, o que vai acabar acontecendo é um investimento não planejado – que será pago por tarifa, novamente – e também o despacho para termoelétricas, que todos nós vamos pagar, além de elas serem altamente poluentes. Nós deveríamos estar combatendo todos os empreendimentos que precisam ligar termoelétricas no Brasil.

Então, uma outra mitigação para essa situação é que esses empreendimentos sejam restritos para as localidades, para as regiões no Brasil onde já são necessários, onde já se sabe que é necessário esse tipo de energia que eles vão criar e vão demandar. Caso contrário, nós teremos problemas com o *curtailment*, ou seja, instalam-se essas usinas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR BRITTO – ... de energias renováveis – pode deixar que eu termino no meu minuto, Senadora – e, por consequência, em locais em que não há essa demanda, não há essa necessidade para a população local. Então, é preciso fazer este combinado: onde eles vão se instalar é onde o Brasil sabe que realmente precisa desse tipo de energia, para que seja útil para a população local também.

E, por fim, esta é minha última contribuição: é inegável – eu acho que muitos aqui vão falar sobre isto – o alto consumo de água e a baixa capacidade dos *data centers* de se adaptarem a essa sazonalidade climática, em razão da forma em que operam o tempo inteiro, todos os dias, durante todo o ano. Isso gera esse impacto do estresse hídrico regional, principalmente nos períodos de seca, e, portanto, como nós estamos acompanhando e denunciando, esses empreendimentos não podem passar por processos de licenciamento simplificado, como se fossem empreendimentos simples. Eles têm que ter, por regra, licenciamento de alto rigor, integrado, inclusive, com os órgãos competentes de gestão das águas nas localidades.

Terminei aqui, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Muito obrigada pelo rigor com o tempo e pela exposição bem interativa, eu diria, com aquilo que foi perguntado e com uma leitura do que é, do que será e do que pode ser. Acho que sua explanação um pouco levantou esses dados, né?

Vamos passar agora para o nosso próximo convidado, Rárisson Sampaio, Assessor Político em Transição Energética e Justiça Socioambiental do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), para os seus dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RÁRISSON SAMPAIO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes, cumprimentar aqui os meus colegas de mesa – o Felipe, o Igor, o André – e todos que estão participando também virtualmente.

Eu gostaria de iniciar tratando de alguns aspectos que foram trabalhados na fala do Igor, que muito contemplam esse debate atual sobre *data centers*.

Eu entendo que existe uma preocupação sobre o uso energético, mas eu pondero que o aspecto que foi trazido ao final da fala do Igor tem se sobressaído enquanto preocupação e, ao mesmo tempo, ficado subdimensionado nos debates públicos que nós enfrentamos sobre essa matéria, inclusive do próprio setor.

Veja bem, o motivo pelo qual nós temos essas estruturas de *data centers* chegando ao Brasil... E aqui nós falamos em *data centers* de hiperescala, esses *data centers* que são categorizados aqui como *data centers* de IA, porque têm uma capacidade computacional muito discrepante em relação a outras estruturas que já existem. O *data center* não é uma estrutura nova, não é uma estrutura inovadora, mas essa finalidade voltada para a inteligência artificial e outros usos, como mineração de criptomoedas e a manutenção desses serviços que nós utilizamos no dia a dia, tem demandado uma estrutura cada vez mais robusta e que consome muito recurso.

E, veja só, eu vou pontuar a minha fala em dois aspectos principais que certamente a gente vai poder aprofundar ao longo do debate, que são: o aspecto de salvaguardas e o aspecto de contrapartidas que não existem ou não estão bem posicionadas quando falamos sobre a regulamentação desses empreendimentos.

Sobre o uso de energia, além do que já foi trazido, vale a pena a gente ressaltar o seguinte: o Brasil já tem uma matriz elétrica com uma participação muito ampla de fontes renováveis. E essa fonte, economicamente, pelo seu próprio modelo de contratação do sistema brasileiro, é mais barata e vantajosa. Então, independentemente de haver ou não uma regulamentação que vinculasse e obrigasse essas estruturas a usar energia renovável, elas o fariam, porque, em termos de custo de transação, é uma energia mais barata do que aquela que é paga no mercado regulado – nós temos dois mercados de comercialização de energia no Brasil. Então, não é à toa que esses empreendimentos vêm. O Brasil tem uma disponibilidade energética muito grande. Inclusive, as empresas que têm atraído esses empreendimentos são do setor de energia renovável. Então, muitas empresas de energia eólica, de energia solar se juntam, fazem consórcios, *joint ventures* e se associam para ter um empreendimento de autoprodução. Isso também vem desse modelo – esse problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi colocado – como uma solução para essas empresas, para a venda de energia em um mercado que está estressado pela dificuldade e deficiência de garantir o escoamento de energia, que é o que acontece muito no Nordeste brasileiro, ou seja, nós temos uma alta produção e, por uma deficiência de planejamento que houve lá atrás, hoje há uma dificuldade de gerenciar-se bem esse sistema.

Pois bem, sabendo que energia renovável não vai ser o grande ponto para categorizar esses *data centers* como sendo verdes ou sustentáveis, que é o que se tenta atribuir ao setor, a gente vem para um outro uso de recurso, que é o uso de recursos hídricos. E esse é um debate muito sensível, por quê? A maior parte desses empreendimentos tende a se concentrar próximo aos polos de produção de energia que estão no Nordeste brasileiro, muito por conta desse fator econômico que eu situei agora para vocês, mas não se tem tido uma discussão sobre como se dará o uso desse recurso hídrico para poder abastecer esses sistemas de refrigeração que essas estruturas necessitam.

Nós temos muitos debates sobre várias tecnologias que podem ser utilizadas, sistemas abertos ou fechados de refrigeração, e é esse ponto que uma regulamentação precisa endereçar. Não é apenas colocar a adoção de boas práticas como sendo uma referência para o setor, mas exatamente estabelecer um parâmetro mínimo de eficiência, de uso de recurso hídrico e, principalmente, o tipo de fonte que precisará ser utilizado para que esses *data centers* não venham a aumentar ainda mais a situação de estresse hídrico que essas localidades vivenciam.

Por exemplo, o Ceará é um estado em que toda a sua porção territorial está situada em uma zona suscetível à desertificação, se você pega os mapas oficiais. E é justamente no Ceará, dentre outros outros estados do Nordeste, aonde vão chegar outros empreendimentos, onde se tem alocado uma das maiores estruturas de *data center* prometidas para o Brasil, além do que nós temos no Rio Grande do Sul.

E não se tem esse debate. Por exemplo, inicialmente se começou a falar sobre um sistema de resfriamento que não utilizaria uma quantidade de água equivalente a um município, por exemplo, porque é importante a gente situar isso. Quando falamos sobre o uso de recursos para *data centers*, estamos falando da adição artificial de um consumo de novos núcleos urbanos, às vezes equivalentes a uma metrópole, tanto em uso de água, quanto em uso de energia. Isso precisa ser dimensionado no planejamento do setor, para ambos os recursos de que estamos tratando aqui, mas sobre o uso de água especificamente.

Inicialmente se começou a falar sobre um sistema fechado de resfriamento; depois passou-se a falar em água de reúso; mas, quando foi feito o pedido de outorga de uso de recursos hídricos, que é concedido pelo órgão gestor estadual, pediu-se a abertura de novos poços. Então haveria uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competição para uso de água que seria também para abastecimento da população e dos núcleos urbanos do entorno – a mesma água.

Então, essa distinção precisa estar bem categorizada, para que a gente evite um aumento desse estresse e para que se evite também que a instalação desses equipamentos somente transfira ônus ambientais.

E aí eu venho para um outro ponto da minha fala, que é justamente sobre contrapartidas. Veja só, a instalação de várias estruturas que nós temos no país, sejam empreendimentos energéticos, energia renovável, sejam empreendimentos de mineração, seja exploração de petróleo, várias outras atividades que têm algum impacto e que dialogam muito com essa escala de setor que nós estamos trabalhando aqui, tem algum nível de contrapartida para o país, em termos do gerenciamento de minérios, que é um bem da União, seja a geração de energia, que tem uma utilidade pública...

Mas, quando nós falamos de inteligência artificial, de um equipamento instalado unicamente para esse fim, nós não estamos falando sobre uma política nacional de inteligência artificial para o Brasil. Nós estamos falando sobre uma política de instalação de equipamentos que vão apenas exportar esse serviço para empresas estrangeiras. E o que fica para o país, no que nós temos de arcabouço existente, legal, e no que nós temos de arcabouço em discussão no Congresso Nacional, o que fica para o país é unicamente o ônus ambiental. É o estresse hídrico desse gerenciamento de que nós estamos falando, é uma dificuldade de planejamento energético.

E qual o resultado dessa atividade? O que ela está gerando? É emprego? O que a gente verifica dessas estruturas são empregos concentrados, cada vez mais uma demanda qualificada, que não é encontrada com facilidade no mundo, porque o emprego e os serviços associados a essa tecnologia são de uma alta tecnologia, são de uma alta complexidade, em que é necessário investir e ter novos centros de formação, enfim, não é uma empregabilidade que a gente teria para a população em geral. Então são poucos empregos, concentrados em uma fase de construção. E a fase de operação vai demandar serviços cada vez mais escassos no país e mundo afora. Então, até mesmo esse discurso da empregabilidade não se sustenta como um retorno social que nós teríamos desse empreendimento.

E, quando nós vamos para a carga tributária, hoje o que se tem em discussão é justamente a redução de ICMS, é a concessão de incentivos fiscais para esses empreendimentos, para que eles possam se instalar sem gerar qualquer outra contrapartida para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a reflexão que eu gostaria de colocar aqui, que é justamente o para quê. Quando nós situamos esse debate sobre *data centers*, quando falamos sobre a governança e sobre as salvaguardas que são construídas, ao fim, nós estamos tratando de um empreendimento que vai servir unicamente ao interesse estrangeiro. Quem vai controlar essas estruturas não é o Governo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÁRISSON SAMPAIO – Quem vai controlar essas estruturas são empresas como a Meta, são empresas como a Google, são empresas que estão vinculadas a outros interesses próprios que não os do país. E, unicamente, o que fica é a vitimização do território.

E aí eu fecho a minha fala, dando também seguimento aqui ao nosso diálogo, falando sobre quem arca com esse ônus. Quando eu falo o Brasil, não é somente em nível de país, mas em nível de território. Nós temos representantes aqui de territórios que são impactados, como o território do povo Anacé, lá no Estado do Ceará.

Então, eu fecho a minha fala, deixando mais essa reflexão do que propriamente uma solução, de como nós olhamos para essa regulamentação de *data centers* no país, lembrando que não estamos falando apenas de uma estrutura pura e simples. Estamos falando de uma política que vai absorver ônus ambientais para o Brasil, enquanto exporta meramente serviços para empresas estrangeiras sem um maior ganho econômico com isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Muito obrigada, Rárisson.

São gritos de alerta, e a gente precisa se debruçar sobre eles.

Vou passar agora para uma das nossas convidadas, que vai trabalhar em termos de...

Como é por videoconferência, a gente vai alternando, dois daqui e um de lá, está bem?

Então, um de lá.

Eu passo a palavra agora para Paz Peña, Diretora do Instituto Latinoamericano de Terraformación, para os seus dez minutos iniciais, Paz.

A SRA. PAZ PEÑA (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Muito obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seria possível compartilhar com vocês uma apresentação? (*Pausa.*)

Muito obrigada.

Queria pedir desculpas a vocês, porque a minha intervenção aqui será em espanhol, muito embora a apresentação que eu vou trazer aqui esteja em português.

Eu agradeço ao Senado do Brasil por este convite e gostaria de contar que os objetivos da minha intervenção são divididos em três partes: mostrar que os impactos socioambientais dos centros de dados para a inteligência artificial são múltiplos; resumir alguns elementos da discussão da América Latina, centrando-me no que acontece, por exemplo, no Chile; e, finalmente, sugerir alguns pontos para a aproximação legislativa, ou a abordagem, o processo legislativo no Brasil.

Primeiramente, eu gostaria de reiterar que os impactos socioambientais dos centros de dados para inteligência artificial são múltiplos e passam muito somente pelo consumo energético e de água. É necessário que o olhar para esses impactos, então, seja integral, e o perigo de reduzi-los são vários, principalmente os custos sobre o ambiente e a saúde das pessoas.

Existem pelo menos quatro eixos principais de impactos socioambientais de preocupação.

Primeiramente, a questão da energia e mudança climática. Sabemos, por exemplo, que a elevada demanda de energia elétrica pode produzir pressões sobre as redes elétricas, além de contaminação atmosférica pelo uso de geradores a diesel de *backup,* e contaminação acústica ou contaminação de áudio, que afetam tanto comunidades próximas como a fauna. E mesmo que muitas empresas recorram a energias renováveis, várias pesquisas trazem a advertência de que essas nem sempre substituem o uso de combustíveis fósseis. Podem concentrar a capacidade de energia renovável mediante contratos privados e aprofundar desigualdades no acesso à energia e ao território.

Depois, também é importante falar sobre o consumo de água. Muitas instalações estão localizadas em áreas com estresse hídrico, onde competem com o consumo humano e contribuem para a pressão sobre os aquíferos, além de demandarem água de forma indireta por meio da geração de energia elétrica. Essa situação provocou conflitos sociais e controvérsias relacionadas à concessão de água outorgadas a empresas de tecnologia em contextos de escassez, como ocorre no México e no Chile.

Existe um terceiro eixo que diz respeito ao lixo eletrônico e aos produtos químicos perigosos. O *hardware* dos centros de dados para a inteligência artificial costuma ser substituído a cada três a cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, e esses resíduos contêm metais pesados e substâncias tóxicas persistentes associadas a danos hepáticos, câncer e problemas de desenvolvimento infantil. Além disso, quando o lixo eletrônico é eliminado por meio de queima ou de descarte em aterros, ele pode liberar gases de efeito estufa, incluindo metano, que pode agravar o seu impacto climático.

O quarto eixo é o uso do solo e do território. Os centros de dados – ou *data centers* – exigem grandes extensões de terreno e podem competir com o uso do solo para a habitação e contribuir para o aumento dos preços dos imóveis, e a sua expansão também transforma áreas rurais e agrícolas em infraestrutura digital. Em diferentes países, como na Índia e no México, existem relatos de conflitos relacionados à ocupação de terras ou uso de terrenos comunitários e a processos pouco transparentes de destinação ou doação de terras públicas para os *data centers*.

Esses eixos de impactos socioambientais reúnem o que mais sabemos até agora e ainda existem grandes lacunas em nossa compreensão dos impactos dos *data centers.*

E qual é o meu objetivo nesta primeira parte da minha exposição? É que os centros de dados – ou *data centers* – para inteligência artificial são infraestruturas com amplos impactos socioambientais e que o princípio da precaução como uma regra de proteção ambiental e da saúde pública parece ser o indicado como política pública para enfrentar os impactos crescentes e ainda desconhecidos dessas infraestruturas.

E a respeito dessa discussão regional sobre os impactos socioambientais, eu gostaria de fazer dois destaques aqui. O primeiro é o Índice Latinoamericano de Inteligência Artificial (Ilia), elaborado pela Cepal. Ele conclui que a sustentabilidade é um princípio ausente no desenvolvimento tecnológico regional. Existe uma baixa certificação ambiental, já que somente 20% dos *data centers*, um em cada cinco dos centros de dados da América Latina e do Caribe, cumprem os padrões internacionais de sustentabilidade. O outro é que a sustentabilidade não está integrada, de forma relevante, às políticas públicas dos países.

E o segundo documento é a declaração de 2026 da Redesca, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre os impactos da infraestrutura digital. Nessa declaração, a Redesca chama a atenção dos Estados para regulamentarem urgentemente a expansão de inteligência artificial, e exige que marcos regulatórios específicos, avaliações integradas dos impactos ambientais e climáticos, acesso público à informação, participação efetiva das comunidades e medidas para uma transição energética justa sejam conduzidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também é importante ter essa discussão aqui no Brasil, já que ela também assinala que aprovar megaprojetos sem medir os impactos cumulativos viola o dever estatal de prevenção e, de fato, insta à aplicação de moratórias temporárias se houver riscos graves para a água, o meio ambiente ou a saúde.

E o que a discussão regional nos indica? Que os governos do continente têm uma dívida em relação à sustentabilidade da inteligência artificial, que a autorregulação não funciona para a sustentabilidade dos centros de dados, dos *data centers*, e que o desafio, segundo a The Heller, exige marcos regulatórios específicos com uma série de condições.

E eu também gostaria de trazer uma discussão na perspectiva do Chile. Juntamente com o Brasil, o Chile busca se posicionar como um *hub* digital regional por meio da atração de investimentos de *data centers*. Mas devido à falta de salvaguardas legais claras que regulamentam os impactos socioambientais dessas infraestruturas, os projetos de *data centers* muitas vezes acabam judicializados, o que implica num elevado custo de capital e grande incerteza para as empresas e as comunidades afetadas.

Não há segurança na avaliação ambiental por três razões. Primeiramente, atualmente não existe uma tipologia de ingresso específica para os *data centers* no sistema de avaliação de impacto ambiental. O seu ingresso é avaliado caso a caso e geralmente com base em duas hipóteses acessórias. Primeiro, é o manuseio de substâncias inflamáveis, o diesel, e depois a infraestrutura elétrica que está relacionada à construção de redes elétricas ou linhas de transmissão.

As consequências é que se perde a avaliação do impacto ambiental integral dessa infraestrutura, pois é gerada uma assimetria de informações que dificulta que a comunidade, a academia e o próprio Estado compreendam o impacto total dos *data centers*. Além disso, o impacto total não é avaliado quando se trata de *hubs* de *data centers*.

E é importante notar também que não há controle da cidadania, da população. Diversas mudanças administrativas fizeram com que a maioria dos *data centers* apresentasse apenas declarações de impacto ambiental em vez de estudo de impacto ambiental, nas quais a participação cidadã não é obrigatória.

E os projetos acabam sendo judicializados. Como a avaliação do impacto ambiental não garante um espaço robusto de participação, as comunidades optaram pela judicialização e recorrem aos tribunais ambientais para defender a segurança de seus recursos básicos, como a água e a energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual lição que nós podemos aprender do Chile? É que a falta de marcos legais e políticas públicas adequadas fez com que os planos de desenvolvimento dessa infraestrutura fossem adiados. E não pode haver desenvolvimento dessas infraestruturas sem que as comunidades estejam envolvidas em todo projeto de avaliação ambiental.

Eu falei tudo isso para trazer algumas sugestões para o projeto de discussão política aqui no Brasil.

Primeiramente, é preciso ter uma estratégia para evitar o risco de judicialização e ineficiência de alto custo que represente todas as partes envolvidas e um planejamento socioambiental estratégico e participativo como papel do Estado. O Estado deve prometer um procedimento administrativo preventivo que busque tratar essa instalação de *hubs* de *data centers* no território. E cada território terá suas próprias condições socioambientais, que devem ser ponderadas de forma consistente, incluindo a possibilidade de moratórias para novas instalações.

Nesse ponto, o Estado poderia estabelecer sistemas juridicamente vinculantes para que, neste caso, no caso de escassez hídrica ou energética, seja priorizado o abastecimento humano. O segundo é que somente haveria licenciamento ambiental participativo no Estado, além de existência de métricas de medição, etc.

Como quarto, devem-se assegurar mecanismos de justiça energética como a avaliação de impacto ambiental das infraestruturas energéticas vinculadas aos *data centers* e também a proteção tarifária para que não ocorra o aumento das tarifas elétricas para os consumidores residenciais.

Por último, é importante não perder de vista as questões fundamentais para a política pública: a IA tem um valor social que, cada vez mais, é questionado de acordo com o Pew Research Center, dos Estados Unidos; a população está cada vez mais cética em relação ao impacto da inteligência artificial no mercado de trabalho; e existem riscos econômicos e financeiros da bolha especulativa sobre a inteligência artificial – o crescimento dos *data centers* pode alimentar uma bolha especulativa e gerar riscos para a dívida corporativa, as cadeias de suprimentos e os mercados se os investimentos não produzirem os retornos esperados.

Levando em consideração o valor social, cada vez mais questionado da IAA e os perigos de uma bolha financeira alimentada pelos *data centers*, a questão em aberto é como o Brasil deveria legislar para responder a esses perigos e proteger a sua economia e a sua população.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Muito obrigadas à Sra. Paz Peña.

Destaco um aspecto que até então não tinha aparecido e que não é desejável para nós legisladores, sobretudo, que são as ações judiciais oriundas de leis que não são devidamente organizadas, aprovadas. Assim que a lei é aprovada, começa um processo que interrompe a própria aplicação da lei, que não é uma coisa imediata. A gente sabe que tem muitas injunções.

Acho que esse aspecto levantado é algo em que a gente precisa também ter atenção.

Vamos fazer alternado: dois da mesa e depois você, viu, Lorena?

Vamos passar, agora, para André Lucas Fernandes, Diretor do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife.

O SR. ANDRÉ LUCAS FERNANDES (Para expor.) – Senadora, muito obrigado por nos receber aqui nesta audiência pública. É extremamente importante, é preciso destacar de pronto, a iniciativa. Não só agradeço à senhora como também ao Senador Rogério Carvalho, que tiveram a sensibilidade de perceber um ponto de denúncia que a gente vinha fazendo e que infelizmente acontece muito no Legislativo, que é esses espaços serem ocupados por agentes de apenas um grupo de interesse.

Então, o IP.rec se pauta muito na lógica de colaboração multissetorial entre Governo, academia, sociedade civil e setor privado, mas, muitas das vezes, projetos de tecnologia são instruídos apenas com uma voz: a do setor privado. E, do ponto de vista da complexidade da temática, a gente não pode esperar um resultado positivo se a gente não traz esse contraditório, essa amplitude da cognição, para poder a gente realmente entender o objeto a ser regulado.

Eu falo do IP.rec (Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife), que é uma organização com quase dez anos de atuação nordestina, e eu faço questão de destacar isso, como um conterrâneo da Senadora lá do Recife, do Pernambuco, que é o fato de que o Nordeste hoje é a fronteira de incursão desses projetos. A gente tem projetos – e acho que outros colegas vão falar – no Brasil todo, isso é verdade. O país como um todo tem uma política de atração de *data centers*, mas o Nordeste hoje vive uma fronteira que, ao mesmo tempo, é desafiadora e pode ser oportunística para a gente tratar a temática.

O ponto desafiador, eu acho, Senadora, de pronto, é perceber, nos estudos do IP.rec, que hoje o Nordeste já inicia um processo de guerra fiscal. Essa guerra fiscal acontece porque, na medida em que a gente tem uma orientação vinda de Brasília, no sentido da atração desses empreendimentos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apropriar esse dito excedente energético, os Governadores dos estados passam a editar regramentos próprios para dar mais. Afinal, se Brasília está dando, a orientação é que nós podemos continuar dando também, e isso inicia um dos cenários fiscais mais terríveis que pode ter no Brasil – e o Nordeste é fruto de crises de guerra fiscal sistêmicas desde a década de 60 –, em que os estados começam a competir por recursos entre si e isso vai gerando um processo de solapar, cada vez mais e mais, direitos e a proteção ambiental, social, etc. Então, é desse local de muita preocupação que a gente observa essa questão.

E é bom falar um pouco depois das outras pessoas, porque os colegas já trazem alguns elementos que são muito importantes: energia, água... Eu acho que a gente pode apontar alguns aditivos no que já foi tão bem colocado aqui. Por exemplo, o fato de que existe uma correlação problemática entre a água e a energia de *data center*. Então, quando a gente vê a propaganda de *data center*, que Rárisson mencionou, sobre circuito fechado, é apresentado para a gente como a resolução do problema. E, na verdade, a tecnologia que economiza água implica o aumento do consumo energético, porque todo sistema de circuito fechado exige o uso de *fans*, aqueles ventiladores enormes, para poder gerar o resfriamento. E essas *fans*, girando 24/7, aumentam.

Então, como já foi mencionado pela Profa. Paz Peña, WUE, que é o custo da água, e PUE, que é o custo energético, são medidas que estão relacionadas umas às outras. Ou seja, não dá para a gente pensar na resolução de um problema sem considerar o sistema do *data center* como um todo. E aí é importante a gente notar que, nessa análise sistêmica – que é um ponto que a gente tem colocado muito e, na nota técnica que a gente vai mandar para a Comissão, a gente aponta isso –, a gente percebe que *data center* também não é só água e energia.

Data center hoje – e cada vez mais a gente tem produzido evidências no campo acadêmico – envolve uma poluição por luminosidade, com alteração da estrutura e comportamento da fauna e da flora do entorno e da comunidade do entorno desses *data centers*. Eu não sei se os senhores já viram, mas é um aparato de iluminação incandescente. Mas ele também produz muito calor, com algumas pesquisas apontando, inclusive, que esses parques de *data center* – porque nunca é só um, são vários, eles vêm em sequência, o primeiro puxa todos os outros – geram um calor que opera num raio de dez quilômetros, aumentando a temperatura média daquela ambiência, isso obviamente com repercussões também sobre a natureza.

A gente tem repercussões na fauna e na flora e também de ruído.

E aí eu queria mostrar para vocês, se for possível...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à execução de áudio.)

O SR. ANDRÉ LUCAS FERNANDES – Eu não sei se o microfone vai captar, mas esse é o barulho da vizinhança de um data center. Aproveitei e usei o TikTok, que quer implantar o seu *mega data center* lá no Ceará, para mostrar isso. Inclusive, para realizar essa operação, não precisa do *data center* que está sendo proposto lá na região de Caucaia.

Então, imagine que a vizinhança conviva com esse tipo de ruído constantemente. Algumas pesquisas, inclusive... Os indícios estão sendo levantados – é tudo muito novo – indícios de mudança de comportamento animal por causa desse tipo de ruído, como pássaros, por exemplo. Todos os pássaros da região, que operam por um aprendizado com seus pares, pais, que geram essas novas aves, perdem a referência sobre o padrão de comunicação da espécie. Isso gera uma série de efeitos sistemáticos que ainda não estão bem delimitados.

Também é importante falar de soberania, porque a gente tem um cenário de *data center,* infelizmente, que pode ser apropriado no PL 3.018, que é o debate sobre controle e governança e regras de desenvolvimento tecnológico. Quando a gente fala de controle e governança – acho que Rárisson trouxe muito bem, e eu posso complementar nisso –, há o fato de a gente ter uma insistência, por parte do Estado brasileiro, de defesa de uma visão que, no campo da teoria da inovação, a gente chama de tripla hélice da inovação, que é uma lógica de que inovação se constrói apenas entre Estado, academia e setor privado. Essa é uma ideia da década de 40 do século passado. Isso ignora outros elementos centrais do debate de inovação hoje, que são o debate com sociedade civil e o debate transversal do meio ambiente

E aí o tema é muito oportuno, eu falei que tinha oportunidades também, porque aqui o Brasil pode se encontrar, existe uma oportunidade para a gente entre o discurso do Brasil da COP 30 – por exemplo, do mapa do caminho e do campeão ambiental global – e o Brasil da economia. Hoje esses dois países não convivem, eles falam para audiências distintas, mas a gente tem uma oportunidade aqui de agregar processos de inovação que incorporem perspectivas sociais e de meio ambiente, de modo que com isso a gente consiga apresentar, de fato, um diferencial, e não meramente reproduzir uma receita.

E por que tanto *data center*? E aí eu falo dessa receita, porque, infelizmente, até agora, o nosso país tem se portado como um reprodutor de uma receita, especialmente do Vale do Silício norte-americano, que é uma receita que pensa a inteligência artificial como modelos cada vez maiores, modelos que precisam de cada vez mais poder do processamento, mas cujo uso precípuo é o da IA generativa, que não é um uso produtivo para a sociedade, que não gera riquezas efetivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fala-se muito da computação em nuvem e de outros processos, mas os *mega data centers* que estão sendo aportados aqui no país, 200MW para cima... Esse áudio que eu mostrei eram 30MW, Senadora. Imagine 200MW em circuito fechado. E aí já tem outro lá no Ceará de 500MW, e tem outro no Delta do Parnaíba, que é uma região protegida, de 500MW. Rio Grande do Norte está atraindo, Paraíba está atraindo, Pernambuco está atraindo para si, toda a região do Corredor dos Ventos... Então, esse modelo de IA, que preda a natureza, que pede mais e mais e mais, é um modelo catalítico, ele consome tudo, nada sobra para ele. No final, tudo é feito com a grande promessa: da inteligência artificial geral, da cura do câncer, da resolução da crise climática, mas nenhuma dessas coisas precisa de modelos de IA generativa para poder ser solucionada. As técnicas matemáticas e estatísticas que a gente precisa para solucionar isso já estão postas, a gente já tem estudos. O problema é que a gente tem o indicativo da ciência, mas a gente não tem o comando da ação política sendo feito, adotando esses indicativos. Então, construir essas soluções não depende desse projeto que está sendo proposto a partir da lógica do Vale do Silício norte-americano. A gente tem aí um debate interessante na geopolítica global com a China, porque a China tem uma abordagem diferente no sentido de pensar otimização de modelos, e não que esses modelos cresçam mais e mais para resolver problemas. Esse é um caminho importante, mas eu acho que também, enquanto sociedade civil, vale a gente alertar que não é uma escolha entre um e outro, talvez o Brasil possa trazer um comando diferencial nesse aspecto. E além das sugestões que a gente vai trazer, incorporando tudo isso como comandos textuais explícitos para a Comissão, seria importante também que a gente tivesse um comando regulamentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUCAS FERNANDES – ... nesse PL 3.018 que colocasse uma espécie de marcador: *data centers* acima de 10MW já deveriam ser considerados como potencialmente causadores de significativa degradação ambiental, e, com isso, em consonância com a Lei Complementar 140, seriam obrigados a produzir EIA/Rima. Isso já seria um ganho evidente para a gente poder incorporar as considerações que foram feitas. E como a Profa. Paz Peña trouxe, é um EIA/Rima que traga a presença popular para o debate, porque essa presença popular, inclusive hoje, vem sendo sistematicamente desrespeitada. A gente vê no país, infelizmente, a reprodução das chamadas zonas de sacrifício socioambiental, ou seja, você tem populações que são populações já à margem e que passam a receber o custo máximo da implementação desses aparatos industriais em prol do desenvolvimento global.

Eu fico imaginando, Senadora, se a gente, ali no bairro de Casa Forte, ia querer um *data center* instalado ali naquela vizinhança, que é uma vizinhança supersilenciosa, ou ali no Poço da Panela,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perto da casa de Ariano Suassuna – com certeza isso seria rejeitado. Então, por que a gente aceita que a população Anacé receba isso e que a população de Eldorado do Sul receba isso? Por que a gente aceita que outras tantas populações recebam isso e não sejam sequer consultadas, conforme – eu vou me encaminhando para encerrar – a Convenção 69 da OIT, de que o Brasil é signatário, que exige que essa consulta seja livre, prévia – marque essa palavra – e informada?

E aí eu encerro por aqui e me coloco à disposição para os debates, mas já deixo claro que o IP.rec vai mandar uma nota técnica estruturada também para a Comissão com as sugestões de texto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Muito obrigada pela sua contribuição, Felipe. Acho que você tocou no ponto que, para nós também que fazemos leis, é fundamental. A abrangência técnica de qualquer abordagem em uma legislação é necessária, mas ela tem uma necessidade muito grande de um compromisso político, de um direcionamento político, de uma intencionalidade política. É isso que a gente almeja de todas as leis.

Vamos passar para o nosso último convidado.

Eu o chamei de Felipe, mas você é André. O próximo agora que é Felipe, eu me confundi.

O nosso último convidado da mesa é o Felipe Rocha da Silva, Diretor do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin). E, em seguida, nós vamos para a Lorena, perguntando ao pessoal se consegue localizar o cacique, se ele vai entrar ainda. Ele está conectado? (*Pausa.*)

Pronto.

Então, vamos para Felipe e, depois, para os dois últimos que estão na tela.

O SR. FELIPE ROCHA DA SILVA (Para expor.) – Excelente. Muito obrigado, Senadora Teresa Leitão, pelo convite.

Boa tarde a todas as pessoas presentes e àquelas que nos acompanham de forma remota.

Eu gostaria de iniciar parabenizando essa iniciativa da Comissão para este espaço tão fundamental em que a gente possa discutir a temática, de forma responsável, sobre *data centers*, porque a gente tem uma necessidade hoje, de fato, de regulamentá-la, e a gente tem boas propostas hoje aqui no Congresso Nacional, como o próprio PL 3.018, que traça boas diretrizes iniciais, e os projetos de lei também tramitando na Câmara dos Deputados, como, por exemplo, o da Deputada Duda Salabert, que também traz bons indicativos de como a gente pode estar endereçando essas questões de interesse nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, para balizar a nossa discussão, eu gostaria de iniciar deixando muito claro que os *data centers...* Quando a gente fala de *data centers,* pode parecer algo um pouco etéreo, mas, na verdade, significa – é bom a gente deixar claro – uma tecnologia de múltiplos propósitos. Ou seja, a gente pode usar *data center* nessa tecnologia de processamento de dados para as nossas transferências via Pix, para a transmissão desta audiência pública que está acontecendo via YouTube, para os portais de transparência do Senado Federal e de outros órgãos do Governo Federal, mas há também outros *data centers* que têm a finalidade – e eu acho que esse é o foco principal da nossa discussão – de treinar e executar modelos de inteligência artificial, como, por exemplo, essas inteligências artificiais generativas, que a gente vem utilizando com tanta frequência.

Eu acho que é muito importante deixar claro esse cenário e trazer alguns números, porque isso vai indicar melhor para nós o direcionamento dessa regulamentação. E aí, para trazer um exemplo concreto – para concretizar esses dados para a gente –, é importante a gente ter em mente, por exemplo, que hoje no Brasil a gente já tem quase 200 *data centers*, e eles já estão aí há muito tempo – desde pelo menos a década de 90 a gente já tem esses centros de dados, ou até antes –, só que esses 200 *data centers* que a gente tem hoje – o que, até então, tem sido o grande foco das discussões – consomem uma energia proporcional de 900MW de energia.

Quando a gente começa a falar de *data center* para inteligência artificial, a gente está falando de um *data center*, por exemplo, em Eldorado do Sul, de 5GW de energia, ou seja, de cinco vezes mais potência do que todos os 200 *data centers* que a gente já tinha hoje no Brasil. Para deixar mais clara essa analogia, a gente está falando de um *data center* que tem a capacidade de consumir o mesmo tanto de energia de – ou proporcional a – um terço do que a hidrelétrica de Itaipu produz, e estamos falando da terceira maior hidrelétrica do mundo.

Eu acho que é importante a gente ter claros esses diferentes usos, esses diferentes propósitos, para que a gente consiga ter uma legislação – e aí vai a primeira indicação – em que a gente consiga endereçar esses diferentes modelos de negócio. A gente está falando, então, de um *data center* pequeno, que pode servir a toda uma cidade para o processamento desses dados – de serviços públicos, do comércio – ou a gente está falando de megainfraestruturas que vão servir para o processamento de dados de empresas sediadas no exterior? Acho que essa é uma primeira questão que a gente precisa ter muito clara.

E, tendo isso em vista, é muito importante que a gente compreenda que, dentro dessa corrida global que tem havido hoje pelo avanço dessas tecnologias, a primeira questão que a gente tem que se colocar é exatamente qual é o tipo de desenvolvimento que a gente está buscando. Para quem é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse desenvolvimento? Quais serão os benefícios desse desenvolvimento? É muito importante que essa discussão aconteça de uma forma mais sistemática, porque, quando a gente está falando também de *data centers* aqui, a gente está precisando falar também da nossa soberania tecnológica, da nossa soberania energética, do acesso estratégico a minerais críticos. Todas essas são políticas, diretrizes, regulamentações que têm que andar em conjunto, e elas são fundamentais.

O Brasil tem sido um holofote hoje para essas discussões no mundo, porque, de fato, a gente tem importantes aspectos ambientais, econômicos, políticos que providenciam esse debate e essas discussões, e a gente tem que aproveitar e aprofundar essas discussões para que de fato a gente possa trazer um desenvolvimento que enderece as necessidades e os benefícios para nós brasileiros. Só que isso não tem acontecido.

Foi por isso que nós, do Lapin, agora, identificando essa lacuna de regulamentação no Brasil, fomos à Corte Interamericana de Direitos Humanos – algo que a Paz Peña, inclusive, trouxe para discussão –, justamente para que soltasse uma recomendação. E houve essa recomendação para que a gente, primeiro, sente, discuta, regulamente, para que a gente consiga ter um avanço interessante.

E é bom trazer esse cenário para a gente entender o que de fato tem acontecido no Brasil com a falta dessa regulamentação – isso já foi bem explorado aqui pelos colegas. A gente está falando de megaempreendimentos que têm construído em territórios já sensibilizados, já sensíveis, como o território da liderança Roberto – Cacique do povo Anacé – sem uma mínima consulta, sem um mínimo diálogo para entender o que é desenvolvimento. O que vocês estão entendendo como desenvolvimento? O que está sendo necessário para a população brasileira para a gente fazer um bom desenvolvimento dessa tecnologia? Não existe. Outros processos de licenciamento ambiental, que estão próximos de outras comunidades indígenas sequer identificam, ou seja, omitem, nos processos de licenciamento ambiental, que ali tem uma comunidade indígena e que ali vai ser necessário fazer essa escuta. A gente está falando de processos de licenciamento ambiental simplificado também, com isenção de tributos e outras formas de contrapartidas mínimas que a gente necessitaria para pensar esse desenvolvimento.

E aí, pegando esse tempo final da minha fala, gostaria de trazer dois aspectos principais: o primeiro é desmistificar alguns discursos que a gente tem presenciado no debate público, para que a gente possa fazer essa discussão de uma forma mais informada; e, segundo, algumas propostas mais concretas do que a gente precisa observar para conseguir avançar.

E, nessa linha de a gente desmistificar alguns discursos, é muito importante que a gente pare de colocar na mesa que esses empreendimentos são verdes, são limpos, têm comprometimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental, utilizam 100% de energia renovável, têm uma neutralidade de carbono. Isso contrasta diretamente com os dados que nós temos e realizamos nessa pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas e Internet. Isso para trazer apenas um desses dados.

As empresas têm colocado que alcançaram a neutralidade de carbono, mas essas mesmas empresas que estão indicando essa neutralidade de carbono, nos estudos que a gente identificou dos próprios relatórios de transparência dessas empresas, indicam um aumento de 4 trilhões de toneladas de emissão de gás carbônico em 2020 para emissão de 118 mil toneladas de gás carbônico em 2023, que foi quando pararam de ser divulgados esses dados. Esse é apenas um exemplo.

A gente também vai submeter essa nota para a Comissão, para a gente conseguir aprofundar nos debates, mas é muito importante que a gente tenha transparência para que, de fato, a gente consiga tomar decisões informadas, em sede de Legislativo, para fazer essa mediação de interesses.

E aí, o que a gente precisa de fato observar dentro das legislações que a gente vai propor? Primeiro, o mínimo básico: salvaguardas ambientais, considerações ambientais. Não existe uma dicotomia entre o desenvolvimento e o cuidado social e ambiental. Muito pelo contrário, só é desenvolvimento quando existe um cuidado social e ambiental. Aliás, a gente está, todo mundo, compartilhando aqui o mesmo planeta. Então, é importante a gente ter essa primeira consideração de importantes salvaguardas ambientais.

E, nesse outro estudo que nós elaboramos, como Lapin, a gente traz uma série de propostas legislativas, já bem direcionadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE ROCHA DA SILVA – ... para como a gente pode endereçar esses objetos.

Para além disso, a gente deve pensar... O André trouxe muito bem o contexto de COP, espaços multilaterais, e a gente tem que pensar também na transferência dessa tecnologia. Se o Brasil hoje é um holofote para esse tipo de discussão, a gente precisa, de fato, construir uma arquitetura regulatória que, de fato, enderece este momento para que a gente possa buscar um desenvolvimento com justiça social e ambiental.

Então, a gente precisa falar de transferência tecnológica, a gente precisa falar de capacitação das nossas universidades públicas, dos nossos centros de pesquisa. A gente tem muita solução, também, para oferecer para este debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, finalizando aqui o meu tempo, fazer este debate também integrado com outras questões prementes que a gente tem hoje, no cenário nacional, de discussão: soberania energética – muito importante –, discussões climáticas e de minerais críticos.

Muito obrigado pela palavra aqui na mesa de debate. A gente fica à disposição para as complementações.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Agradeço, Felipe, a sua explanação.

Você terminou tocando em um ponto que é objeto também de uma das prioridades do nosso Governo. Nós elegemos três projetos de lei para serem aprovados o quanto antes: o fim da jornada 6x1, a PEC da Segurança Pública e o PL dos Minerais Críticos – ele está em tramitação.

O projeto que está mais adiantado do que o que veio da Câmara – é um projeto que nasceu no Senado – toca em um ponto em que nós temos discordância e, por isso, estamos tentando não obstacular a tramitação, mas agregar o valor principal, que é a defesa da soberania, a constituição do conselho – que possa haver a participação da sociedade, para a gente não fazer das terras-raras mais um raro embate de disputa do nosso território, como tantos que vocês citaram aqui durante a explanação.

Muito obrigada a você.

Vamos passar agora para os nossos dois últimos convidados. Parece que o Cacique conseguiu entrar, mas eu passo inicialmente para Lorena Regattieri.

A SRA. LORENA REGATTIERI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá! Escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Estamos ouvindo.

A SRA. LORENA REGATTIERI (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

Sra. Presidente, Senadora Teresa Leitão, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, representantes das instituições presentes, boa tarde.

Agradeço o convite. Para mim é uma honra participar deste diálogo que, de onde falo hoje, é sobre, também, futuros possíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo em nome da Coalizão Green Screen, uma articulação internacional que aproxima direitos digitais e justiça climática, construída com movimentos, pesquisadores, ativistas e comunidades de diferentes regiões do mundo.

Em maio deste ano, em Lusaka, na Zâmbia, nós todos participamos de um encontro global de convergência chamado EarthKeepers vs. AI Empires, que eu vou traduzir aqui para vocês, livremente, como Guardiões do Planeta contra os Impérios da IA.

Esse encontro reuniu mais de 120 pessoas, 36 países, 80 organizações. Foi, no mínimo, um grande encontro, como vocês podem perceber, de movimentos ligados a todos esses temas que aqui estamos tratando e, principalmente, ao impacto da IA na agricultura, na poluição próxima aos rios, nas comunidades tradicionais impactadas, como indígenas, populações racializadas do mundo, imigrantes, enfim, um debate muito intenso e profundo sobre justiça climática e racismo ambiental, a partir das periferias.

Então, essa articulação, como eu mencionei, é de 36 países e, majoritariamente, das periferias do mundo, regiões que conhecem as infraestruturas digitais a partir do impacto que materializam, da sua logística, da poluição que espalham, também, e, pouco, dos seus benefícios. Então, a pergunta que nos guiou nesse encontro foi: o planeta, para nós, é a trama de relações que nos sustenta aqui na Terra, como conviver, então...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Lorena, nós estamos com uma zoada, aqui, parecida com a de um *data center*. Vamos localizar onde é para suspender. Não a estamos ouvindo.

A SRA. LORENA REGATTIERI (*Por videoconferência.*) – Que pena.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Vamos pedir para você recuperar a fala a partir do ponto que citou de justiça ambiental e territórios raciais.

A SRA. LORENA REGATTIERI (*Por videoconferência.*) – Está bem.

Obrigada, gente, obrigada pelo aviso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Conseguimos descobrir de onde vem?

A SRA. LORENA REGATTIERI (*Por videoconferência.*) – Conseguimos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Então, vamos fazer o seguinte: você continua, se vier de novo... A gente está tentando ver de onde é. Parece-me que é uma furadeira, parece-me que é de uma furadeira. Aí eu faço assim com a mão para você parar. Você está me vendo?

A SRA. LORENA REGATTIERI (*Por videoconferência.*) – Estou sim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Pronto. Está certo?

A SRA. LORENA REGATTIERI (*Por videoconferência.*) – E agora? Melhorou, então?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Melhorou. Pode continuar.

A SRA. LORENA REGATTIERI (*Por videoconferência.*) – Está, joia.

Obrigada. E peço desculpa a todos aí pelo...

Bom, como eu disse, esse encontro foi importante porque, como vocês estão percebendo hoje pelas falas, o mundo todo está lidando com a expansão dos *data centers* de hiperescala.

Segundo estimativas da ABI, a gente tem aproximadamente 8,5 mil *data centers* no mundo, esse é um número de 2025. Eles estão concentrados na Europa, na América do Norte e nas regiões Ásia e Pacífico. Essa expansão vem acompanhada de respostas que envolvem zoneamento, licenciamento, relatórios ambientais, outorgas de água, acesso à informação, ações judiciais e, mais recentemente, moratórias.

Em Nova York, recentemente, o Governo estadual estabeleceu, em julho, uma moratória de um ano para novos *data centers* de hiperescala. Essa medida traz a própria rejeição que se vem apresentando de maneira muito explícita nos Estados Unidos, mas também de uma organização local, uma resposta da sociedade civil nos Estados Unidos e dos movimentos a essa expansão desenfreada. Então, essa é considerada uma vitória, uma pausa na construção de próximos *data centers*.

Queria mencionar, também, que nós fizemos esse encontro, de que eu falei, na Zâmbia. Não foi à toa. Teve uma razão, também, muito importante para isso.

Em fevereiro de 2025, houve o rompimento de uma barragem de rejeitos de uma mina de cobre, que liberou mais de 50 milhões de litros de efluentes ácidos no sistema do Rio Kafue, um rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito importante para a Zâmbia – nós estivemos lá – e houve perda de plantações e de peixes, além da interrupção do abastecimento de água em uma cidade e em comunidades próximas.

Então, o cobre que é extraído nessa região integra as cadeias de produção de redes elétricas, cabos, equipamentos computacionais e, principalmente, semicondutores, enquanto as comunidades locais, como vocês podem imaginar, permanecem ali convivendo com esses resíduos e com os danos por um longo prazo. A gente também conhece essas realidades aqui no Brasil.

Então, eu estou trazendo aqui dados e leituras que são parte desse movimento global do qual eu faço parte. Eu estou aqui falando por esse movimento, como eu falei.

Então, eu trago também um dado aqui do relatório da organização MediaJustice, que também faz parte desse movimento global que eu mencionei, em que eles dizem – o nome do relatório é As Pessoas Dizem Não –, porque identificam, que cerca de US$200 bilhões em projetos de *data centers* no sul dos Estados Unidos estão, para os próximos anos, já projetados.

Então, você tem projetos de grandes *big techs* em regiões concentradas nos Estados Unidos, principalmente em regiões racializadas, negras, com maior... ou seja, em grandes periferias também.

Então, essa expansão dessas infraestruturas já está encontrando resistência, uma recusa à velocidade e a esse discurso, que é inevitável, e, num país, como a gente está observando, como os Estados Unidos, onde essa expansão vem ocorrendo num nível desenfreado.

Para se ter uma ideia, por exemplo, só no Estado da Virgínia a gente chega a ter mais de 460 *data centers*.

Então, uma reflexão que fica aqui para nós, por exemplo, é: quando nós vemos outros países passando – de novo, olhando para os Estados Unidos –, por uma expansão desenfreada, além dos impactos, e nós podemos ter a possibilidade de observar os impactos que isso tem, além da cadeia de valor da inteligência artificial, que também não é só sobre um modelo de desenvolvimento definido pelo país, pelo Brasil.

Então, vale a pena também a gente considerar como é importante planejamento de longo prazo e não só respostas instantâneas e muito, como vemos, as pressões dos setores.

Outro exemplo que eu trago de outra organização que faz parte desse movimento global se chama Beyond Fossil Fuels, que é o relatório *system overload*, ou seja, o sistema fora da capacidade. Ele traz que, na Europa, tem um crescimento rápido também da expansão dos *data centers*, que pode acrescentar 287TW a hora à demanda de eletricidade até 2030. Então, se você entende que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expansão vai ser atendida pela geração de renovável que já foi planejada, você tem aí quase 20% da nova eletricidade renovável prevista para a União Europeia sendo absorvidos por essas infraestruturas. Então, assim, são mais dados aí do continente da União Europeia, números que mostram que uma política energética precisa, sim, considerar não só essa origem declarada da eletricidade, mas o lugar dessa nova carga dentro do sistema e sua relação com outras prioridades de descarbonização – como o André, por exemplo, mencionou sobre as prioridades do Brasil.

Então, nós já temos dados, nós temos elementos para observar o quanto é importante considerar a geração de eletricidade, sim, claro, renovável, mas observando o quanto é importante que inclusive a energia renovável seja observada dentro das suas capacidades de redistribuição; senão, nós vamos acabar aí como a União Europeia, que já tem a Irlanda, por exemplo, com 20% da sua capacidade de eletricidade destinada aos *data centers*. Isso é um relatório também de uma das organizações desse movimento global: Friends of the Earth Irlanda.

Eu queria finalizar aqui, como brasileira parte de um movimento global, com essa preocupação, mas também eu acho uma visão esperançosa a existência desta audiência, a existência de diálogo e a nossa trajetória de participação social. Como nós vimos em tantos lugares do mundo, o desafio está posto, a sociedade está respondendo e as moratórias estão vindo.

Então, a minha sugestão aqui é que, ao instruir o projeto que está aqui nesta Casa, o Senado pode transformar todas essas questões e os dados que já temos do que está acontecendo em outras regiões – e eu volto a adicionar periferias do mundo – num contexto da capacidade pública de decisão e da participação social com transparência; uma regulação que possa distinguir a demanda projetada, a capacidade contratada e o consumo efetivo desses *data centers* de hiperescala, para que a gente não caia nessas armadilhas.

É muito importante... E eu sempre lembro, inclusive nesses ambientes globais, um referencial tão importante, brasileiro: Milton Santos, que sempre nos ensinou a compreender a técnica em relação ao território e o tempo. Não podemos entrar numa corrida sem observar o quanto é importante que a gente consiga conviver uns com os outros em sociedade, claro, inclusive com o planeta – uma solidariedade ecológica.

Eu queria lembrar que esse movimento global quer afirmar mesmo uma necessidade de convivência com o planeta, que nos recorda que as escolhas que nós fazemos hoje estão definindo os ecossistemas futuros dos filhos, das pessoas que estão aqui, dos netos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a expansão dos *data centers* pelo mundo oferece, sim, ao Brasil a possibilidade de aprender, antes que esses contratos de longo prazo, de incentivos e todas as obras associadas fechem outros destinos e oportunidades de futuro.

Muito obrigada, Senadora.

Eu quero celebrar aqui este momento de escuta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Nós é que agradecemos, Lorena.

Você trouxe um aspecto que é o da articulação internacional da sociedade civil. E destaco o que já foi tema até de uma Encíclica Papal: a de tratar a terra como nossa casa-mãe. Isso se traduz nessa solidariedade ecológica, que temos que praticar para nós e, sobretudo, para os que virão depois de nós.

Muito obrigada pela sua experiência e pela sua dedicação à luta.

Vamos passar, então, para o Cacique.

Conseguiu entrar, Roberto?

O SR. ROBERTO ANACÉ (*Por videoconferência.*) – Oi, boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Boa tarde.

O SR. ROBERTO ANACÉ (*Por videoconferência.*) – Estou por aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Pronto.

Então, vamos ouvir o Cacique da Comunidade Indígena Anacé, de Caucaia, Ceará, pelos seus dez minutos.

O SR. ROBERTO ANACÉ (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k.

Quero primeiramente agradecer à Senadora Teresa Leão, de vermelho – e vermelho, para a gente, é uma cor muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Eu sou outro bichinho, viu? Eu sou outro bichinho. Não sou Leão, sou Leitão. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ANACÉ – É o sangue da terra. E o leite também é sangue, não é? É importante, dá a vida.

Quero iniciar a minha fala agradecendo à mesa, agradecendo também a todos que vão ser contemplados com essas falas tão importantes, tão técnicas que me antecederam.Eu vou tentar somar, agregar nessas falas de uma forma meio matutinha, mas tradicional do nosso povo anacé.

Eu não entendo uma soberania quando os cabos são interligados a todos os outros países. Falar que o *data center* vai trazer soberania para o Brasil eu acho que é um equívoco, porque, se esse *data center*, se todas as coisas que estão sendo criadas fossem do Brasil para o Brasil, eu até entenderia um pouquinho de soberania.

Eu também não entendo, enquanto cacique do povo anacé, um progresso que destrói. Eu acho que tem uma tendência muito mais de retrocesso, não é?

Eu não entendo quando a Convenção 169 – tão importante, que tem alguns países signatários, assim como o Brasil e tantos outros, e que tem o peso de uma lei na Carta Magna – é desrespeitada quando algo acontece dentro do território, como a chegada desse navio, dessa caravela, desse novo formato de caravela chamado *data center*.

Antes de a gente saber o que era o *data center*, muitos indígenas, como eu – e a gente ainda faz uso –, não sabiam que o Google, na época, já era essa coisa da IA, já era um começo, já era alguma coisa. Então a gente já vem usando essas coisas até sem saber o que é.

Passamos a usufruir determinadas coisas sem a consulta, sem nos informarem a que ponto nós chegaríamos, ao ponto de o empreendimento chegar, invadir o território, adentrar sorrateiramente sem nos avisar, com um papel de coisas boas, dizendo que é o TikTok, que todo mundo gosta, aquela coisa toda... quando a gente percebe, por uma manchete do Intercept, a informação do que era o *data center*, do que ele trazia e do mal que ele poderia trazer também. E nós entramos... Participei também com a Loris desse encontro de defensores e guardiões do planeta, eu sou um dos guardiões do planeta... E eles não respeitam, de fato eles não respeitam.

A gente tem direito a um protocolo de consulta e nunca viram. Eu entreguei nas mãos de todas as repartições esse protocolo de consulta e não respeitaram. A gente teve vários diálogos, a gente foi à Semace, fechamos a Semace, ocupamos a Semace em busca do respeito ao protocolo de consulta; em nenhum momento a lei foi atendida. Na presunção do perigo ou do desconhecimento das pessoas, nem o protocolo de consulta foi imposto para a empresa que a gente nem conhece direito, que a gente nem conhecia direito, e o que ela ia causar. Ela atingiu a nossa soberania territorial muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes, até antes de ela ser construída, porque leis são muito rígidas para muitas comunidades, mas, para determinadas coisas, as leis se flexibilizam. Parece aquele menino que tem uma bola, que é dono da bola e, se ele não gostar do jogo, ele bota a bola debaixo do braço e vai embora. Então, essas leis estão sendo feitas assim.

Aqui no estado, flexibilizaram a tal ponto, que eu acho que tem muito mais lei para o Seu Zé do botequim, da vendinha, do que para um *data center*. Tem muito mais lei para derrubar uma carnaubeira para construir uma oca, uma moradia do nosso povo, do que propriamente para o *data center*. E quantas carnaubeiras foram derrubadas? Ninguém justifica quantos pássaros, quantas vidas foram tiradas para tirar ali. A propósito, a própria Constituição retrata e resguarda, primeiramente, a vida; mas nenhuma delas foi consultada se queria sair dali ou se queria morrer mais cedo ou mais tarde.

A outra parte que a Constituição e as leis resguardam bastante é sobre a água – a água primeiro para o humano. Aqui no Ceará, existe um cinturão de água, existe canal para um lado, existe o do trabalhador para o outro, existe uma coisa e tal, mas, primeiramente, passa nas indústrias, depois vem para a população e, por último, para os animais. Eu acho que até trocaram, porque a pecuária e o agronegócio tomam água primeiro que a população.

Voltando para a questão, a gente tem uma cartografia criada pela Adryane Gorayeb, uma Professora da UFC. Tudo o que o *data center*... o Governo sempre pergunta se a gente tem uma cartografia. A gente tem a nossa cartografia, mas, criada tecnicamente como eles desejam, a gente está criando agora, recentemente. É importante que isso fosse colocado, porque isso resguarda um pouco o nosso território.

Tivemos várias ações dentro do território – quero repassar aqui –, e muitas dessas ações, em primeiro lugar, são pela demarcação, e o nosso território está no processo. Agora, assinamos recentemente uma iniciativa para um plano de cooperação entre universidade, Funai e Idace para a demarcação do território anacé.

Esse formato de vida artificial não é sustentável para o povo do território, porque as pessoas que vivem vizinhas com esse território não têm nem água encanada; não dá nem para se sustentar direito, não dá nem para criar os seus animais. Isso não é sustentabilidade. Sustentabilidade é ter relação com o indivíduo mais próximo e ter correlação com todas as partes. Eles falam muito da questão da sustentabilidade, e isso me dói muito, porque muitos falam uma coisa, praticam e fazem outras coisas totalmente diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, recentemente, nós tivemos uma reunião com a empresa que está construindo o *data center* e com o Governo. Agora é que eles vieram nos ouvir, parece aquela história de que a carroça passou na frente dos bois. Em vez de ter a consulta, agora é que eles estão tentando nos consultar, porque nós fizemos várias ações – por duas vezes, nós fechamos o canteiro de obra –, e eles chamaram a gente para conversar.

Criaram algumas leis de convivência entre nós, o estado e a empresa. Na verdade, eles colocaram algumas coisas para a gente assinar, e a gente não assinou, porque a gente viu que estavam cessando até o nosso direito de reclamação, infringindo mais uma vez a Convenção 169, principalmente na... Eu só me lembro desta cláusula, que é a cláusula do arrependimento. Fizeram um documento que é para a gente não se arrepender e não voltar mais atrás. Isso é mais uma agressão, agride o nosso povo a todo instante, agride territorialmente, agride presencialmente, agride...

Eu peço – só um instante, eu já, já termino – que haja uma regulação para as questões de IA e *data center* dentro dos territórios tradicionais e originários, com a participação das comunidades. Uma regulação feita sem a participação das comunidades é ditatorial, é ditador. Então, é a participação, e a Convenção 169, as relações entre as pessoas reclamam por isso.

Não sei se eu consegui somar a tanta fala técnica e bonita que ouvi aqui, tão perfeitas, maravilhosas, mas é um pouquinho... Quero deixar uma frase que o meu pajé disse. Na inocência dele, ele disse: "Cacique, cobre deles o que eles estão estragando: a nossa natureza, a nossa espiritualidade".

O nosso *data center* são os nossos mais velhos. A nossa IA é a espiritualidade. O Google que a gente acessa é sempre o mais velho, é o tronco velho, que tem todos os saberes e todos os conhecimentos. Ninguém chegaria aqui se não fosse pelo mais velho – nem a própria academia. Tudo o que se busca é sempre no mais velho.

Assim como meu pai era agricultor, eu também sou agricultor. Agora eu tento, com as minhas palavras e com muitas ações, também ser agricultor de mentes e abrandar um pouco mais o coração das pessoas com relação à mãe terra. De fato, ela é mãe: a gente tira a água como o leite; a gente planta e se alimenta como o leite, sugando sempre do seio da terra.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT) - PE) – Muito obrigada dizemos nós, Cacique, pela sua intervenção, eu diria, com os pés na terra, o que inspira a sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero destacar um aspecto da sua fala que eu achei muito interessante, o da metáfora. Os *data centers* de hoje são as caravelas do colonizador, que tentavam iludir os indígenas com os espelhinhos, e agora estão querendo iludir com o Google, com o TikTok. E a gente precisa, de fato, saber o que isso significa, quais são os benefícios que eles trazem para nós e qual é o rito que é preciso ser seguido para não antepor desenvolvimento a sustentabilidade. Eu acho que isso é o grande norte que nós precisamos enfrentar. Enfrentar com rigidez.

Inclusive, no Plano Nacional de Educação, não havia nenhum objetivo nem meta destinados a tratar a sustentabilidade ambiental como política de educação, e nós incluímos. Incluímos e foi fruto sabe de quê? De audiências públicas. Foi ouvindo as pessoas nas audiências – as instituições e as entidades – que nós incluímos; e foi acatado pela relatoria. Porque, na educação, como disse o Cacique, muita coisa se constrói, seja pela técnica, seja pelos exemplos, seja pela ancestralidade, seja pelo próprio respeito à construção da civilização. A história sempre é contada pela ótica dos opressores, dos colonizadores. Então a gente precisa garantir também a ótica da resistência, a ótica de quem se articula internacionalmente, a ótica de quem estuda, a ótica de quem propõe. E propõe, como foi dito aqui na mesa, com esse foco do controle político da governança.

Governança não é uma posição meramente técnica de entrega de resultados, de planilhas. Hoje, os governos parecem *fast food*: entrega, entrega, entrega; metas, metas. Isso é importante, é claro. Se o resultado é bom para a sociedade, a gente tem que buscar esses resultados. E quando ele não é bom, a gente tem que tolher. Então acho que o espírito desta audiência, a mim, contempla plenamente.

O relatório será socializado com os demais membros. Nós estamos em processo eleitoral, muitos Senadores estão em campanha. Nós vamos funcionar normalmente a partir da próxima semana, quando teremos duas semanas de esforço concentrado.

Acho que a gente não teve posição contraditória. As posições foram todas complementares, cada um abordando mais um aspecto, mas esses aspectos se somam, e se somam, sobretudo, para orientar a nossa posição de legisladores. Eu vou levantar alguns pontos de atenção que eu tinha levantado previamente para subsidiar o requerimento – eu e os demais Senadores –, e acho que foram todos muito bem contemplados, e vou incluir, no finalzinho, o que existe como posição na Casa até agora.

Os pontos de atenção levantados: água, escassez hídrica; a situação de desertificação, especificamente no Nordeste – o Nordeste foi um foco –; a questão da energia, a expansão considerada compatível, como é que isso pode, para toda a sociedade, sobrecarregar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos dois projetos de lei sobre esse tema: um com tramitação mais avançada, porque nasceu aqui na Casa, que foi esse sobre o qual nós discutimos, o PL 3.018, de 2024, de autoria do Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte, com a relatoria do Senador Vanderlan Cardoso. Acho que o Vanderlan é do Mato Grosso... (*Pausa.*)

Goiás. Sabia que era do Centro-Oeste, é de Goiás.

E temos outro projeto, que não começou ainda a tramitar aqui na Casa porque é oriundo da Câmara de Deputados, mas já chegou, falta ser distribuído, que é o Projeto 278, de 2026, de autoria do então Deputado José Guimarães, do Ceará, hoje Ministro da Secretaria de Relações Institucionais – é o Projeto Redata. Nesse projeto, nós do Governo analisamos que os incentivos tributários são mais bem trabalhados, porque são condicionados a contrapartidas rigorosas, tanto no aspecto da tecnologia como, sobretudo, nos aspectos ambientais.

Mas acho que qualquer projeto que venha aqui, à riqueza do que vocês consideraram, à riqueza de todas as colocações... Acho que acertamos demais nos nossos convidados e convidadas. A complementação, a ótica específica de cada um, a experiência técnica, acadêmica, de vivência, de articulação foram muito bem-vindas e são muito ricas. E nós vamos, sim, considerá-las na tramitação seguinte, nos passos seguintes da tramitação do projeto.

Agradeço, portanto, a presença de todos e de todas.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e três minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Hermes Klann, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Carlos Viana e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 25ª e 26ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3844, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e dá outras providências, para dispor sobre a Cidadania Digital." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao projeto com as Emendas n° 1-CCT e 2-CCT. **Observação:** A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 49, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Nièdе Guidon." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao projeto com a Emenda n° 1-CCT (Substitutivo). **Observação:** A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 891, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Amparo aos Artistas de Cajazeiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 88/2026-CCT). **Observação:** O requerimento será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 906, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 89/2026-CCT). **Observação:** O requerimento será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 501, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações (REQ 90/2026-CCT). **Observação:** O requerimento será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 175, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Um Novo Amanhã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 192, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Botumirim, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 193, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 242, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Distrito de Angico - ASDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mairi, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 436, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tempo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 470, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Beruri, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 284, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Romão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Romão, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 545, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Lorena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lorena, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 751, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tocantins, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 156, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Eldorado para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Castro Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castro Alves, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo n° 348, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Zabelê FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Remanso, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo n° 365, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Radiovida de Botuporã (ACRB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Botuporã, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 372, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Tanque Novo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo n° 438, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraipaba, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo n° 519, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Banabuiú, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda n° 1-CCT (de redação). **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo n° 570, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Aracatiense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aracati, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo n° 665, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Popular de Jaguaruana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaruana, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 23 - Projeto de Decreto Legislativo n° 835, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bela Cruz, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 24 - Projeto de Decreto Legislativo n° 967, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro Social José Paulino para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 25 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1088, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Itainópolis - ACCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itainópolis, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 26 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1147, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré para executar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itacaré, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 27 - Projeto de Decreto Legislativo n° 418, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pedreiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedreiras, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 28 - Projeto de Decreto Legislativo n° 444, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Cândido Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Sales, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 29 - Projeto de Decreto Legislativo n° 298, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Chapéu de Couro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Newton Bello, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 30 - Projeto de Decreto Legislativo n° 400, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro do Santo Antônio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Candeias, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 31 - Projeto de Decreto Legislativo n° 492, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucumã, Estado do Pará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 32 - Projeto de Decreto Legislativo n° 497, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Transviçosa de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 33 - Projeto de Decreto Legislativo n° 551, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Muritiba, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 34 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização à Associação Radiodifusão Comunitária de Barro Alto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barro Alto, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 35 - Projeto de Decreto Legislativo n° 78, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maranguape, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 36 - Projeto de Decreto Legislativo n° 161, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá - ACODAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 37 - Projeto de Decreto Legislativo n° 584, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Município de Esperantina (Prefeitura Municipal de Esperantina) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Esperantina, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 38 - Projeto de Decreto Legislativo n° 591, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 39 - Projeto de Decreto Legislativo n° 435, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV Eldorado Catarinense Ltda., transferida por ocasião de cisão à Rádio Cidade FM de Tubarão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 40 - Projeto de Decreto Legislativo n° 438, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Canoinhas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 41 - Projeto de Decreto Legislativo n° 555, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 42 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1120, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 43 - Projeto de Decreto Legislativo n° 162, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 44 - Projeto de Decreto Legislativo n° 479, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada originalmente à Rádio Placar Ltda., posteriormente transferida à Rádio Canyon Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ortigueira, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 45 - Projeto de Decreto Legislativo n° 561, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caiobá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Curitiba, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 46 - Projeto de Decreto Legislativo n° 386, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Moriá FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Iguaraçu, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 47 - Projeto de Decreto Legislativo n° 498, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Zona Oeste de Bandeirantes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 48 - Projeto de Decreto Legislativo n° 997, de 2025 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Apucarana, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral da Mesa. **ITEM 49 - Projeto de Decreto Legislativo n° 414, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Canela Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Canela, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 50 - Projeto de Decreto Legislativo n° 120, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Água Boa Associação Comunitária - ABAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 51 - Projeto de Decreto Legislativo n° 462, de 2024 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 52 - Projeto de Decreto Legislativo n° 695, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 53 - Projeto de Decreto Legislativo n° 448, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Nova Palma para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Palma, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 54 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 84, de 2026,** que: "Requer a criação de Subcomissão Permanente para o acompanhamento de Vacinas de Interesse Nacional no âmbito da CCT." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 55 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 85, de 2026,** que: "Requer a inclusão do Senhor Alan Patrick Cavalcante da Silveira, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador (FPSTARTUPS), na audiência pública objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 3018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 56 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 86, de 2026,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o estabelecimento de um Centro de Terapia Celular." **Autoria:** Senador Flávio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 87, de 2026,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o programa nacional de drones." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **Observação:** Item extrapauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/08/12

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 12 de agosto de 2026.

A Presidência comunica o recebimento, para conhecimento do Senado Federal, do Aviso nº 734/2026 do TCU, Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.880/2026, proferido pelo Plenário daquela Corte de Contas, nos autos de auditoria operacional, com o objetivo de avaliar a efetividade da Política de Conteúdo Local (PCL) no setor de petróleo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e gás natural, especialmente quanto à sua capacidade de promover o desenvolvimento da indústria nacional, fortalecer a competitividade da cadeia produtiva brasileira e ampliar os benefícios econômicos e tecnológicos decorrentes da exploração dos recursos petrolíferos.

É um relatório da mais alta importância, como são sempre os relatórios do Tribunal de Contas da União, e é importante que a sociedade que nos acompanha também tenha acesso. Vai ficar disponível para leitura e reflexão do relatório para algo que impacta o nosso futuro.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A Presidência comunica, ainda, o arquivamento do documento lido na 25ª reunião desta Comissão, realizada no dia 15 de julho do ano corrente, vez que não houve manifestação de Senador ou Senadora membro da CCT para análise das matérias por este Colegiado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 25ª e 26ª reuniões desta Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias na Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

A pauta é composta por 56 itens, sendo um projeto de lei, um Projeto de Resolução do Senado, 51 projetos de decreto legislativo, relacionados a serviços de radiodifusão, e três requerimentos.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em globo os itens terminativos que exigem votação nominal.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Eu quero, em primeiro lugar, saudar o caro amigo, Líder do Senado aqui, Senador Nelsinho Trad. É uma honra tê-lo aqui na Comissão.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – E saudar o nosso amigo catarinense...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC) – Nós estávamos com saudade do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – ... que sempre diz que eu sou o quarto Senador de Santa Catarina, o nosso querido Esperidião Amin.

Pois não, Senador Nelsinho Trad.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC) – E eu pela ordem, Sr. Presidente. Depois da ordem, a segunda ordem é minha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – A segunda ordem é de V. Exa., está ótimo.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria que V. Exa., com a anuência do Senador Amin e dos demais que poderão estar nos acompanhando, pudesse inverter a pauta.

Eu tenho três decretos de radiodifusão para serem aprovados, são singelos... Apenas uma leitura formal eu penso que seja o suficiente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Faremos isso com prazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC) – Quanto aos de que eu sou Relator, Presidente, também peço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Também pede?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC) – O meu número é maior. Acho que são 17, né? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – O mesmo objetivo de inversão de pauta, para poder abordar o item, né? Senão, faríamos em bloco. (*Pausa.*)

É, habitualmente, dispensamos a leitura, mas sempre no arbítrio do Senador ou Senadora que deseje...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Não, pode perfeitamente. Está tudo de acordo.

Então, vamos inverter a pauta.

Vamos passar à apreciação dos itens de decreto legislativo relacionados aos itens de 3 a 53 da pauta.

Está correto, né? (*Pausa.*)

Muito bem.

Considerando que a publicação da pauta foi realizada com antecedência superior ao prazo determinado pelo Regimento Interno desta Casa, consulto V. Exa., em especial os Relatores, se, por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos, podemos realizar a dispensa da leitura dos relatórios, porque o Senador Nelsinho Trad e o Senador Esperidião me pediram para, nos relatórios específicos, poderem fazer considerações a respeito dos PDLs.

Nos demais itens, nós passaremos diretamente à discussão e à deliberação dos itens em dois blocos: o primeiro para as matérias que requerem votação simbólica, e o segundo para as matérias que exigem votação nominal.

Então, nesse sentido, não havendo objeção do Plenário, esta Presidência fará, em primeiro lugar, a abordagem dos itens de 3 a 53, com as falas já solicitadas pelos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dr. Senador Nelsinho Trad está com a relatoria do item 5, PDL 501/2023, pela apresentação de requerimento de informações; também do item 50, PDL 120/2024, pela aprovação do projeto; e PDL 462/2024 pela aprovação do projeto.

Com a palavra V. Exa., em relação aos três itens solicitados.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS) – Sr. Presidente, como V. Exa. já elencou a necessidade da economia temporal e processual, e vez que esses PDLs já foram devidamente encaminhados aos colegas Senadores, concordo com esse encaminhamento e apenas registro que as solicitações enumeradas nos relatórios, no meu entendimento, são importantes para a emissão do juízo final. E, quanto àquele que já esgotou essa informação, encaminho-o para a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Agradeço a V. Exa.

O Senador Esperidião Amin...

Ah, está aqui ao lado. (*Pausa.*)

Como? É, não, o Senador Esperidião Amin também quer fazer a abordagem dos itens dos quais ele é Relator.

Então, são os itens da pauta de nºs 38 a 42. É o PDL 591, de 2024; 39, PDL 435, de 2025; 40, PDL 438, de 2025; 41, PDL 555, de 2025, e também V. Exa., Relator do item 42, PDL 1.120, de 2025 também.

Então, Senador Esperidião Amin, se V. Exa... Não sei se tem algum problema processual aí de documento. (*Risos.*)

V. Exa. gostaria... Pode usar a palavra com toda a alegria para todos nós, porque V. Exa., assim como o Senador Nelsinho Trad, são pessoas das mais respeitadas aqui no Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC) – Quero agradecer a V. Exa. pela deferência e, dentro da maior rapidez possível, gostaria de ter o mesmo desempenho do Senador Nelsinho.

O senhor já apresentou os seus, Senador Nelsinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - MS. *Fora do microfone*.) – Já sim, senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC) – Vou tentar usar o mesmo sistema.

Primeiro, os nossos relatórios dizem respeito às seguintes rádios e emissoras – tem pelo menos uma emissora de televisão, não é? – ... (*Pausa.*)

... mas eu gostaria de me ater ao primeiro, porque eu quero fazer uma observação lateral ao relatório.

Trata-se do item 42, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.120, de 2025, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para explorar frequência de radiodifusão – sonora, no caso – em frequência modulada, no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.

O projeto está absolutamente regular, não tem nenhuma informação adicional quanto à institucionalidade, à regularidade.

O que eu faço questão de colocar lateralmente – como dizem os advogados, *a latere* – é uma história.

Este proprietário da rádio, o Luizinho, mais conhecido como Luizinho da Regional, obteve esta rádio, Presidente, talvez no primeiro grande evento de democratização das concessões.

Ele era um modesto empresário, não tinha sequer capital para ousar o que pretendia, e, durante uma estada do então Secretário da Comunicação, meu saudoso amigo Nelson Marchezan – isso em 1992 –, ele, numa palestra que se desenvolvia exatamente no dia 12 de junho de 1992, pediu a palavra e fez a seguinte pergunta:

> Secretário, eu sou proprietário de um pequeno jornal aqui na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, próxima de Florianópolis, e gostaria de um dia poder ser dono ou sócio de uma rádio FM. O senhor acha que isso é possível?

Houve uma gargalhada geral no auditório – não é? –, e o Marchezan se houve muito bem e disse o seguinte: "Este é um evento de uma entidade de *marketing* e vendas. Então, eu acho que o senhor fez a pergunta certa, na hora certa e para a pessoa certa. Sim, o senhor pode".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, daí, desenvolveu-se o procedimento democratizado de acesso a uma concessão de rádio e televisão, que, nós sabemos pela história, já atravessou apadrinhamentos de toda sorte.

Então, eu acrescento a este relatório o registro.

Ele lançou um livro sobre a aventura dessa concessão e teceu o seguinte comentário, que eu gostaria de transcrever, para que ficasse registrado:

> Não foi demagogia do Marchezan. A sua equipe, no Ministério das Comunicações, à época Secretaria, realmente prestou as devidas orientações para que o autor da pergunta pudesse ter uma emissora. E se passariam 13 anos para que isso se efetivasse, mas foi, de acordo com a liturgia mais democrática que até então se teria adotado, que a rádio regional passou a ser uma realidade em Florianópolis e na região.

E é esse o registro que eu quero fazer, deixando consignado, nos *Anais* desta Comissão, que, neste caso, nós passamos a viver um momento mais democratizante, mais aberto à possibilidade de um pequeno empresário passar a ser pioneiro na televisão em Santo Amaro da Imperatriz, que, diga-se de passagem, não é uma cidade qualquer; é a sede de um município rico, pelo povo, pelas águas e também pela história, porque Dom Pedro II criou as águas termais Caldas da Imperatriz, quer dizer, reconheceu o que a natureza nos tinha dado, e, mais do que isso, pelo calendário, a Princesa Isabel nasceu nove meses depois da sua estada lá. Então, parece que deu liga.

Isso já foi alvo até de um samba-enredo de uma escola de samba na nossa região.

Essa é a parte também folclórica, digamos assim, mas que eu gostaria de consignar.

E, passando para as outras, Sr. Presidente... O senhor permite que eu possa...?

Passo a leitura do parecer, do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Particularmente do voto, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC) – Ah, sim.

Na primeira, vou ler só o voto que eu acabei esquecendo, porque me empolguei.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 1.120, de 2025, não evidencia qualquer violação à legislação pertinente, nem à juridicidade, nem à técnica legislativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O mesmo vale, Sr. Presidente, para o seguinte, que é o da TV Eldorado Catarinense, com sede na cidade de Tubarão, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 435.

Tendo em vista que o exame da documentação mostra a regularidade do pleito para explorar os serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, voto pela aprovação do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, que segue acompanhando o relatório.

O próximo, Sr. Presidente, Rádio Clube de Canoinhas. Igualmente, sem qualquer restrição de natureza formal, razão pela qual opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Canoinhas Ltda., adaptado para o serviço de radiodifusão, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo, também originário da Câmara dos Deputados.

Ainda, Projeto de Decreto Legislativo nº 555, que aprova o auto de outorga à Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itajaí, Santa Catarina. Neste caso, não havendo qualquer embaraço legal, constitucional ou regimental, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo que veio da Câmara dos Deputados.

E, finalmente, o PDL nº 591, de 2024, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina, razão pela qual votamos pela aprovação do ato que está apresentado sob a forma de projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Estes são os cinco, se a memória me alcança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Agradeço a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SC) – São os cinco projetos de decreto legislativo com que V. Exa. me distingue com a relatoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Está perfeito. Agradeço ao Senador Nelsinho Trad e a V. Exa. pelas observações feitas, ressaltando aspectos dos relatórios. Quero saudar o Senador Marcos Pontes também. É uma alegria tê-lo aqui na Comissão.

E. não havendo objeção do Plenário em relação também à votação em bloco, com a dispensa da leitura dos relatórios dos demais itens, esta Presidência dá como lidos os relatórios apresentados aos itens 3 a 53.

Passemos à discussão do primeiro bloco, composto pelos itens 3 a 5 da pauta, projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão, com voto pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 891, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Amparo aos Artistas de Cajazeiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 906, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM' 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 501, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao ministro de Estado das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A votação é simbólica.

Coloco em discussão os itens 3 a 5 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação, em globo, os itens 3 a 5 da pauta.

A votação, como eu falei, é simbólica.

Em votação os relatórios apresentados.

Os Senadores que concordam com os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os relatórios apresentados aos projetos de decreto legislativo, que passam a constituir os pareceres da Comissão, em caráter preliminar, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Passamos agora ao segundo bloco, composto pelos itens 6 a 53 da pauta, projetos de decreto legislativo relacionados a serviço de radiodifusão, com voto pela aprovação, e aprovação com emenda.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 175, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Um Novo Amanhã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 192, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Botumirim, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 193, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Distrito de Angico - ASDA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mairi, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tempo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 470, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Beruri, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 284, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Romão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Romão, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 545, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Lorena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lorena, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 751, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tocantins, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 156, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Eldorado para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Castro Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Castro Alves, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 348, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Zabelê FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Remanso, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Radiovida de Botuporã (ACRB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Botuporã, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Tanque Novo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraipaba, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 519, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Banabuiú, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 570, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Aracatiense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 665, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Popular de Jaguaruana para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaruana, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 835, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bela Cruz, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 967, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro Social José Paulino para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1088, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Itainópolis - ACCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itainópolis, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1147, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Proteção ao Adolescente de Itacaré para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itacaré, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 418, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Pedreiras para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedreiras, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 444, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Cândido Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Sales, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Chapéu de Couro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Newton Bello, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro do Santo Antônio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Candeias, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 492, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucumã, Estado do Pará.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 497, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Transviçosa de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Viçosa, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 551, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Muritiba, Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiodifusão Comunitária de Barro Alto para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barro Alto, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 2024

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Maranguape, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Corumbá - ACODAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 584, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Município de Esperantina (Prefeitura Municipal de Esperantina) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Esperantina, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 591, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araucária Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 39

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TV Eldorado Catarinense Ltda., transferida por ocasião de cisão à Rádio Cidade FM de Tubarão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Canoinhas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 555, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1120, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 479, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada originalmente à Rádio Placar Ltda., posteriormente transferida à Rádio Canyon Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ortigueira, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 561, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caiobá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 386, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Moriá FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Iguaraçu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 498, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Zona Oeste de Bandeirantes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 997, DE 2025

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Apucarana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 414, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Canela Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Canela, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Água Boa Associação Comunitária - ABAC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2024

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 695, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 448, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Nova Palma para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Palma, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Coloco em discussão os itens 6 a 53 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação, em globo, os itens 6 a 53 da pauta.

A votação será nominal.

Peço à Secretaria que tome as providências em relação ao painel.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria vai abrir o painel.

Os Srs. Senadores e as Senadoras já podem votar. Pode ser remotamente. Peço inclusive às assessorias aqui presentes que entrem em contato com os gabinetes para que a votação possa acontecer.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Senador Marcos Pontes, enquanto a votação está acontecendo, o primeiro requerimento é o requerimento de V. Exa., que requer a criação de Subcomissão Permanente – importante até, conversamos também sobre o assunto – para o acompanhamento de vacinas de interesse nacional no âmbito da CCT, Subcomissão. A autoria é de V. Exa.

ITEM 54

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 84, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a criação de Subcomissão Permanente para o acompanhamento de Vacinas de Interesse Nacional no âmbito da CCT.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Concedo a palavra a V. Exa., autor do requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro quero cumprimentá-lo por estar de volta aqui, é muito bom te ver.

Esse requerimento trata da criação dessa Subcomissão para acompanhamento dos projetos de vacinas nacionais.

Queria lembrar que eu fui Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, e o desenvolvimento das vacinas está no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Eu vi a sua fotografia ontem no ministério, estava lá em audiência.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Ah, é? Estava lá?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Estava lá o Marcos Pontes, ex-Ministro.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – A aplicação das vacinas, o uso das vacinas dentro do SUS, isso é competência do Ministério da Saúde; mas o desenvolvimento das tecnologias de vacina é competência do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Eu tive, vamos dizer assim, o trabalho, e eu o fiz com muito orgulho durante a pandemia, o trabalho feito junto com os nossos cientistas no desenvolvimento de vacinas nacionais. Foram 17 iniciativas que nós incentivamos com recursos. Isso no âmbito da Rede Vírus MCTI, uma rede criada por mim no ministério, no dia 10 de fevereiro de 2020, um mês antes do início da pandemia, que foi no 11 de março de 2020. E a criação desse grupo foi muito, mas muito importante para o Brasil no desenvolvimento de proteção contra... ou proteger o país para as próximas pandemias também; não só para aquela, mas para as próximas pandemias. Tanto é que este grupo permanece ativo, a Rede Vírus. Se procurar na internet, o pessoal que está acompanhando vai poder achar: Rede Vírus MCTI. E ali são vários subgrupos; entre eles, análise de animais silvestres, análise de águas residuárias, infraestrutura de pesquisa.

Foi dentro dessa infraestrutura que nós criamos 17 laboratórios de nível de biossegurança 3, que é o tipo de segurança necessário para covid. Coloquei também – eu dei partida e está sendo continuado, isso é muito importante – o laboratório de nível de biossegurança 4, chamado Orion, lá em Campinas, do lado do lado do Sirius, o acelerador de partículas. É o único da América Latina e o primeiro no mundo ligado a um acelerador de partículas.

E, dentro dessas iniciativas, além do desenvolvimento de medicamentos no Brasil, existe a necessidade de desenvolvimento de vacinas. Eu fui surpreendido, assim como muita gente que assiste provavelmente não sabe... Lembro que eu sou engenheiro aeronáutico, não sou da área de biotecnologia, mas eu fui aprendendo ali durante isso, com os pesquisadores. Entre as tarefas que nós tínhamos no ministério, criadas por esse grupo de pesquisadores, estava o desenvolvimento de vacinas nacionais. Aí eu falei assim: "Bom, essa parte a gente já pode ticar, porque o Brasil já desenvolve muitas vacinas". Disseram: "Não, Ministro [na época, né?], na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade o Brasil produz vacinas com a tecnologia de fora". Então é produzido lá no Butantã, é produzido em Manguinhos, e assim por diante. Falei: "Mas a gente já...". "Não, a gente já desenvolveu vacina para febre aftosa, animal; para ser humano nunca desenvolveu nenhuma. A gente precisa desenvolver no Brasil". Falei: "Então vamos fazer isso".

Foi por isso que eu fiz a criação lá do Centro de Tecnologia de Vacinas em Minas Gerais, junto com a Universidade Federal de Minas Gerais, no BH-TEC, está funcionando lá. Hoje o Brasil tem capacidade de desenvolver as suas vacinas – qualquer vacina. E isso é extremamente importante. No Hemisfério Sul do mundo, o Brasil pode e deve ser o *hub* de desenvolvimento de vacinas, isso geopoliticamente também é muito importante. Mas isso não será feito se nós não tivermos o acompanhamento detalhado dessas vacinas que vão sendo criadas, e isso exige não só a infraestrutura no início, mas também o Capex, vamos chamar assim, e também o Opex – precisa-se de recursos para o desenvolvimento disso.

Então, lembremos que uma das dificuldades que nós temos na ciência e tecnologia no país é o recurso. Nós temos o FNDCT, que tem que ser protegido o tempo todo. Eu tenho até duas PECs que tratam disso, que precisam desembocar, continuar o andamento; estão lá na CCJ. Mas é esta Casa, é o Congresso Nacional que aprova os orçamentos. Então, esta Comissão de Ciência e Tecnologia ter uma Subcomissão ligada ao acompanhamento das vacinas é extremamente importante para o país, para a saúde dos brasileiros e extremamente importante para o futuro de cada uma dessas crianças que estão crescendo aí.

Então, esse requerimento tem esta proposta da criação dessa Subcomissão para acompanhar não só a parte técnica do desenvolvimento dessas vacinas, mas também e principalmente acompanhar os orçamentos necessários para que nós tenhamos a plena condição de desenvolver vacinas no Brasil. E é superimportante, como eu falei, para o país, é importante para todo o planeta, principalmente para o Hemisfério Sul da Terra.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Concordo com V. Exa. sobre a importância da necessidade de se criar essa Subcomissão Permanente dentro da Comissão de Ciência e Tecnologia para o acompanhamento de vacinas de interesse nacional. Parabéns! É muito importante.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Parabéns! (*Pausa.*)

Comunico também que temos sobre a mesa o seguinte pedido de inclusão de requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 57

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 87, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o programa nacional de drones.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Com a palavra V. Exa. também, se quiser fazer esclarecimentos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Nesse requerimento, eu proponho a presença dos convidados que seriam: o Sr. Claudio Ianelli, Diretor da Anac; o Sr. Daniel Longo, Secretário Nacional de Aviação Civil; o Sr. Major-Brigadeiro do Ar Fábio Luís Morau, Vice-Chefe do Emaer (Estado-Maior da Aeronáutica), da Força Aérea; o Sr. Manoel Coelho, CEO da Speedbird Aero; o Sr. Ulf Bogdawa, CEO da SkyDrones; e o Sr. Pedro Curcio Junior, Presidente da Associação Brasileiras das Empresas de Drones.

O que acontece? Nós temos acompanhado no mundo, infelizmente, a utilização de *drones* no sentido de destruição, utilizados para combate, né? – embora eu seja piloto de combate. Nós vemos que *drones* são realmente muito efetivos nesse tipo de atividade, mas a gente tem que pensar também na utilização positiva dos *drones*, e a cada dia nós temos mais possibilidade, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão desde entrega de material, de equipamento, remédio etc., dentro de cidades, até a entrega de material, por exemplo, num acidente. Numa cidade de São Paulo, com trânsito congestionado, quando acontece um acidente, até que as equipes completas cheguem, é importante chegar material também para os bombeiros, que muitas vezes chegam de moto antes, por causa da mobilidade, possam fazer atendimento, possam utilizar. Há utilização de *drones* para acompanhamento na segurança pública também, extremamente importante, em estradas, estradas inteligentes, cidades inteligentes, agricultura, ou seja, *drones* estão espalhados para uma miríade de aplicações. Mas tudo isso também tem o seu custo, e o custo envolve não só a organização de tudo isso, mas toda a parte de regulação, por isso a Anac tem uma importância muito grande nessa participação.

Quero lembrar que eles compartilham o espaço aéreo com outros tipos de aeronaves. Em São Paulo, vou pegar a cidade de São Paulo, nós temos helicópteros, nós temos a aviação geral de pequeno porte utilizando os corredores aéreos, depois, as aproximações e partidas em aviões maiores, ou seja, o tráfego é congestionado e é uma coisa complexa de se ter.

Portanto, a existência disso é não só para melhoria da coordenação, mas também para o desenvolvimento da indústria nacional ligada a isso, por isso que aí tem o pessoal de regulação, o pessoal de acompanhamento de tráfego aéreo e também a parte da indústria, as tecnologias utilizadas para isso e como a gente pode, no Brasil, fazer o melhor uso dessas novas tecnologias. Então a ideia é esta: ter essa audiência pública para que nós possamos conversar, discutir, ter as melhores ideias, que possam sustentar leis e regulações que melhorem o sistema de desenvolvimento e utilização de *drones* no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Concordo novamente. É muito importante, necessário. *Drones*, o conceito de *drones*, infelizmente, em função da guerra, está diariamente sendo mencionado, eles estão sendo mencionados, mas há um universo todo a ser abordado.

Parabéns.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos providenciar isso.

Consulto se todos os Senadores e Senadoras já votaram nos itens terminativos. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que o resultado seja apurado no painel de votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Votaram SIM 12 Senadores e Senadoras; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Quórum: 13.

Estão aprovados os projetos de decreto legislativo, itens 6 a 53 da pauta, nos termos dos seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Se V. Exa. permitir, passamos ao item 1 da pauta, que é de relatoria do Senador Alessandro Vieira, que penso tenha entrado em contato com V. Exa. para ser o Relator *ad hoc.*

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3844, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e dá outras providências, para dispor sobre a Cidadania Digital.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (Relator Ad hoc)

Relatório: Pela aprovação do projeto com 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Educação e Cultura após a deliberação da CCT.

A relatoria é do Senador Alessandro Vieira.

O Senador Marcos Pontes, gentilmente, se prontificou a ser o Relator *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Se me permite, eu vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes ao desenvolvimento científico e tecnológico, à inovação tecnológica, à política nacional de ciência, tecnologia, inovação e informática e a outros assuntos correlatos, o que torna regimental o exame do PL nº 3.844, de 2025, por este Colegiado.

De início, observamos que o projeto dialoga com o arcabouço jurídico brasileiro. O marco civil da internet estabelece, entre os fundamentos da disciplina do uso da internet, o exercício da cidadania em meios digitais, além de prever que a educação deve incluir a capacitação para o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania Da mesma forma, a Lei Geral de Proteção de Dados inclui, entre os fundamentos da proteção de dados pessoais, o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Mais recentemente, o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente consolidou, em nível federal, obrigações de segurança por padrão, verificação etária e proteção de dados de menores para plataformas digitais; e a Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, restringiu o uso de celulares em sala de aula na educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vê-se, portanto, que o legislador já reconhece a cidadania digital como valor a ser protegido, seja no uso da internet, seja no tratamento de dados pessoais, seja na relação de crianças e de adolescentes com plataformas digitais.

Falta, no entanto, dar a esse reconhecimento o devido alcance pedagógico: a lei diz o que deve ser protegido, mas não organiza, com a centralidade necessária, a política pública que prepara o cidadão para esse exercício.

É justamente esse passo que o projeto em análise vem dar, sob a perspectiva da política educacional: ao inserir a cidadania digital como eixo estruturante da Política Nacional de Educação Digital, a proposição dá maior ênfase à formação contínua de estudantes, famílias e profissionais de educação para o exercício da cidadania no ambiente digital.

Nesse sentido, entendemos que a proposição é adequada: os quatro eixos vigentes na lei tratam de acesso, infraestrutura e qualificação técnica, mas não, especificamente, da dimensão ética e comportamental do uso das tecnologias, aspecto que ganhou maior importância com a disseminação de desinformação, a manipulação algorítmica do consumo de conteúdo e a exposição de menores a riscos digitais. Além disso, é pertinente porque o §2º, inciso I, do art. 5º-A determina, expressamente, a articulação da cidadania digital com os demais eixos da Política Nacional de Educação Digital, o que evita sobreposição de competências entre os órgãos responsáveis pela execução da medida.

A oportunidade política da proposição é evidente. Dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil, via pesquisa TIC Kids Online Brasil 2025, mostram aumento da exposição de crianças e de adolescentes a riscos digitais, incluindo *cyberbullying* e desinformação. O Governo Federal já reconhece essa urgência: em março de 2025, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República lançou o guia *Crianças, Adolescentes e Telas*, com diretrizes sobre uso saudável de dispositivos digitais nas escolas e nas famílias; e, em março de 2026, entrou em vigor a regulamentação do ECA Digital, que criou o Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente e ampliou o papel da Agência Nacional de Proteção de Dados na fiscalização de plataformas voltadas a menores.

Apesar disso, o projeto merece aperfeiçoamentos. As “ferramentas de diagnóstico e autodiagnóstico para mapear níveis de exposição a riscos digitais”, do inciso V do §2º do art. 5º-A, precisarão observar a Lei Geral de Proteção de Dados no tratamento de dados de menores, sob pena de a própria política de proteção converter-se em nova frente de coleta de dados sensíveis sobre o comportamento *online* de crianças e de adolescentes. Propomos, assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda que explicita essa exigência, com o objetivo de reforçar sua harmonização com a legislação de proteção de dados, sem alterar o mérito da proposição.

Adicionalmente, identificamos lapso manifesto de técnica legislativa na numeração dos incisos do §1º do art. 5º-A, acrescido pelo art. 1º do projeto, uma vez que a sequência passa do inciso IV diretamente ao inciso VI. Trata-se de vício estritamente formal, que em nada afeta o mérito da proposição, mas que deve ser sanado antes do prosseguimento da tramitação, sob pena de comprometer a clareza e a exequibilidade do texto legal. Para adequar a proposição à técnica legislativa e assegurar a ordem sequencial da enumeração, apresentamos emenda de redação destinada a renumerar os atuais incisos VI e VII como incisos V e VI, respectivamente, sem alteração de seu conteúdo normativo.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei com as emendas que já foram apresentadas à Comissão e estão disponíveis na plataforma.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Novamente, quero parabenizar o Senador Kajuru pela apresentação do projeto, pela autoria, também a relatoria do Senador Alessandro Vieira e V. Exa. como Relator *ad hoc*, também sempre muito presente nessas discussões.

Está em discussão a matéria.

Pois não, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário.

O tema... Durante a leitura, às vezes não fica tão evidente a importância de um tema como esse, mas eu quero ressaltar alguns pontos aqui.

Nós temos diversos projetos, inclusive um dos meus projetos em tramitação aqui no Senado, que tratam da inclusão digital da sociedade como um todo, porque isso não inclui só os jovens, as crianças, adolescentes, mas também pessoas com maior vulnerabilidade, pessoas de maior idade, a terceira idade, vamos chamar assim, quilombolas, ribeirinhos, etc., que precisam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar integrados com o mundo digital. E isso não é só uma questão de aumentar a capacidade de acesso ao conhecimento. Sem dúvida nenhuma, essa é uma importância grande, mas também da própria proteção das pessoas com relação aos riscos que existem no mundo digital, com cibersegurança ou ciberataques. Isso inclui fraudes, e essas fraudes afetam não só órgãos em alto nível, como instalações críticas com ataques de segurança cibernética, mas também o Governo, empresas grandes, instituições e o cidadão comum. Então, as fraudes que acontecem no dia a dia afetam aquela pessoa que, às vezes, recebe o seu salário e acaba caindo numa fraude dessa e perdendo dinheiro ou outros bens. Então, é importantíssima essa instrução, essa inclusão digital.

E nós precisamos, lembrando dos riscos associados às novas tecnologias, incluindo inteligência artificial – e eu sou muito a favor da utilização e do desenvolvimento... Mas com isso vêm os riscos também, e a melhor maneira de se proteger é com conhecimento.

Para isso, vamos dizer assim, da maneira como eu vejo, é importante incluir a instrução de utilização dos meios digitais para as crianças desde pequenininhos, e isso vai do uso ao cuidado dos pais também com a utilização. Às vezes, o pai ou a mãe – ou os dois – chega e deixa lá o celular com a criança conectada, mas não faz ideia de com quem essa criança está conversando, não faz ideia do que ela está vendo. Às vezes, o tempo de utilização de tela também é outra coisa importante, que pode prejudicar a visão, pode prejudicar uma série de coisas. Mas com quem ela está conversando? Pode ser que seja um pedófilo do lado de lá, pode ser uma pessoa com as piores intenções, e os pais não estão prestando atenção. É responsabilidade dos pais observar, e não tem a questão de "ah, eu não vou invadir a privacidade", criança não tem privacidade. O pai tem que ter responsabilidade para olhar tudo que se passa com os filhos.

Então, parabéns ao Senador Kajuru, ao Senador Alessandro, por trazerem esse projeto, que se soma a outros projetos, porque a gente precisa preparar o nosso país para esse futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Exatamente. Muito bem colocado. E é o caminho que vem sendo seguido, eu diria, por quase todos os países do mundo, com essa preocupação em ter a educação digital, segurança digital também bem definida, né? Parabéns.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CCT e 2-CCT.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Passamos ao item 2 da pauta, caro Senador Marcos Pontes, que é de relatoria do Senador Alessandro Vieira, e V. Exa. como Relator *ad hoc* novamente.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda Niède Guidon.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (Relator Ad hoc)

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora após a deliberação da CCT.

A autoria é do Senador Marcelo Castro, Presidente aqui também da Comissão de Assuntos Sociais.

A relatoria é do Senador Alessandro Vieira, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Então, passo a palavra a V. Exa., Senador Marcos Pontes, como Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu sigo direto à análise, com a sua permissão.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a este Colegiado opinar sobre matéria relacionada ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação tecnológica, o que torna regimental esta análise.

Sob o prisma formal, a proposição é isenta de óbices constitucionais, visto que a organização e o funcionamento interno do Senado Federal inserem-se no rol de competências estabelecido pelo art. 52, inciso XIII, da Constituição. Inexistem, igualmente, impedimentos de ordem jurídica, pois a resolução consubstancia a espécie normativa adequada para o trato de matérias de competência exclusiva da Casa, em estrita observância ao Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao mérito, a proposição representa um significativo avanço na valorização do patrimônio científico nacional e no reconhecimento da excelência na pesquisa acadêmica. Ao mobilizar a sociedade e estimular o debate sobre a importância do progresso tecnológico, o projeto em análise cumpre a função essencial de promover a soberania do conhecimento e o incentivo à formação de novos pesquisadores no país.

A escolha do nome Niède Guidon reveste-se de densa significação e notável relevo histórico.

A distinção presta tributo à arqueóloga que consagrou a vida às investigações no Parque Nacional Serra da Capivara, cujas teses sobre o povoamento das Américas asseguraram ao Brasil protagonismo no cenário científico mundial.

Sua trajetória, pautada pela defesa da ciência como patrimônio da humanidade e concretizada na criação da Fundação Museu do Homem Americano, serve de paradigma para o reconhecimento do mérito intelectual.

A instituição desta honraria encontra amparo no dever constitucional de fomento à pesquisa e à inovação, pilares do desenvolvimento nacional. Por sua vez, o legado da pesquisadora, falecida em 2025, simboliza o imperativo de valorizar estudos que elevam o país ao patamar de referência global na produção do conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primazia intelectual, ratificada pelo doutorado na Sorbonne, e o arrojo de suas hipóteses sobre o povoamento continental conferiram ao Brasil prestígio incomensurável. Certamente, transcendeu o trabalho de campo, pois sua obra perenizou-se na salvaguarda de um acervo reconhecido hoje como patrimônio da humanidade.

Nesse sentido, a consagração de trajetórias paradigmáticas deve estar em estreita sintonia com a compreensão da realidade física e institucional que sustenta a pesquisa científica no país.

Para que a excelência intelectual não se restrinja a esforços isolados, a valorização do capital humano exige a contrapartida de um ecossistema de inovação adequado às dimensões do Brasil.

É importante destacar que o monitoramento das estruturas de pesquisa no Brasil, consolidado em 2026 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, revela uma rede ampla, porém marcada por profundos desafios.

O país dispõe de mais de 9.448 laboratórios de pesquisa e desenvolvimento cadastrados na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa, além de 63.311 equipamentos. Essa base física abriga pesquisadores que operam complexos científicos de vanguarda global, a exemplo do supercomputador Santos Dumont, gerido pelo Laboratório Nacional de Computação Científica, e do acelerador de partículas Sirius, vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais.

Contudo, persistem como desafios para a produção científica brasileira entraves decorrentes de assimetrias regionais e da carência cada vez maior de capital humano, gargalo evidenciado pelos indicadores oficiais, que apontam a concentração da maior parte da infraestrutura científica no eixo Sul-Sudeste.

Para além do mérito da proposição e da necessária adequação à Resolução nº 8, de 1º de julho de 2015, que uniformiza a composição e a renovação dos conselhos de premiação desta Casa, e à Resolução nº 1, de 13 de março de 2026, que oferece balizas para a melhor redação dessa espécie de norma, apresenta-se o substitutivo, que busca aperfeiçoar o texto da proposição.

É acrescentado, entre outros ajustes pontuais, dispositivo que versa sobre a sessão de entrega da comenda, preferencialmente na semana de 8 de julho, Dia Nacional da Ciência e do Pesquisador Científico, data instituída pelas Leis 10.221, de 2001, e 11.807, de 2008.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a vedação expressa a qualquer forma de remuneração pela participação ou colaboração junto ao conselho preserva o caráter honorífico e voluntário da função. Tal dispositivo reafirma a natureza dessas atividades, as quais se voltam exclusivamente à seleção dos agraciados e ao estímulo do desenvolvimento científico e tecnológico nacional, em plena harmonia com os princípios da transparência e da moralidade administrativa.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2025, na forma da emenda substitutiva que se apresenta no portal, disponível a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Agradeço novamente.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem... V. Exa...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Desculpe-me por colocar mais pontos aqui, Senador, mas esse é um fator – lembrando novamente que eu era o Ministro do setor de ciência e tecnologia...

Nós precisamos, realmente, parabenizar o proponente e o Relator dessa matéria, lembrando do trabalho da pesquisadora Niède, que fez um trabalho ao longo da vida dela importantíssimo para o Brasil, em termos arqueológicos.

Mas não é só isso. O exemplo dela é para, espero, milhares de meninas que nós gostaríamos que entrassem para ciência e tecnologia. Essa era uma das minhas lutas lá dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, trazer meninas para a ciência, e o exemplo dessa pesquisadora é extremamente importante. Uma comenda como essa, espero que tenha um significado muito maior, não só por seu valor honorífico, mas também em termos de motivação e para poder inspirar jovens para as carreiras de ciência e tecnologia.

O Brasil precisa tomar ciência da importância estratégica da educação focada em resultados, da ciência, tecnologia e inovação para transformar conhecimento em nota fiscal, empregos, ambiente de negócios, empreendedorismo, e isso só é feito através do desenvolvimento de pessoas. Cada dia mais, nós precisamos disso no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto a gente continuar a tratar a ciência e a tecnologia como algo acessório ou algo para daqui a 10 anos ou 20 anos, o Brasil vai ficar para trás perante outros países. E, hoje em dia, o que comanda a geopolítica não é armamento, é o conhecimento, e a ciência e tecnologia está na ponta de lança disso.

O pedido que eu tenho feito já há tanto tempo, desde o começo do ministério e continuo aqui: a todos aqueles que têm a caneta para tomar decisões ou têm a responsabilidade com a população brasileira de tomar decisões, que tomem a ciência, tecnologia, as inovações, a educação focada e o empreendedorismo como prioritários, prioritários.

Então, se a gente quer ter sucesso na vida da gente, primeiro a gente trata das coisas prioritárias e, depois, do restante das coisas.

Então, mesmo em termos de orçamento, como que eu gostaria de ver o orçamento do Brasil distribuído? Da seguinte forma: primeiro, do topo do orçamento, se tira educação, ciência, tecnologia e inovações e, depois, você faz o resto, porque, tendo isso aqui bem desenvolvido no país, os outros custos vão, gradualmente, ser reduzidos, vão melhorar as situações todas no Brasil.

Os problemas podem e vão ser melhorados através desse desenvolvimento, e a gente precisa colocar isso aí na cabeça dos nossos líderes de forma geral.

Quiçá, quem dera um dia a gente possa tomar essas decisões, a decisão vai ser tomada nessa direção.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Prioridades absolutas, né?

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, CCT, substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão Diretora.

Quero parabenizar também, novamente, o Senador Marcelo Castro, proponente; o Senador Alessandro Vieira, Relator da matéria; e V. Exa., Relator *ad hoc*.

Passando, temos mais dois requerimentos para aprovação.

Item 55.

ITEM 55

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 85, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor Alan Patrick Cavalcante da Silveira, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador (FPSTARTUPS), na audiência pública objeto do REQ 6/2026-CCT, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 3018, de 2024, que dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)

Assino também, subscrevo junto com ele.

É de inclusão de mais um nome (*Pausa.*)

na audiência pública.

Está em discussão matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação simbólica.

As pessoas que estiverem de acordo, Senadoras e Senadores, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 56, também um requerimento, de minha autoria – tomo a liberdade, inclusive, de ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 56

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 86, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o estabelecimento de um Centro de Terapia Celular.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Eu quero destacar, somente, que isso surgiu e tem que haver um debate sobre isso, vários debates, não é só um também, porque a gente tem que estruturar uma ideia.

Um centro de terapia celular é importante para inúmeras situações. A gente pode imaginar o Alzheimer, por exemplo, a esclerose múltipla, tantas doenças neurológicas, a parte da hematologia do fígado. O pessoal da USP fez um debate nesse sentido e disseram: "Olha, precisamos ter, no Brasil, um centro que estude isso, como tem o centro de vacinas", que tenha um centro de terapia celular, que é o desafio não só do Brasil, mas do mundo neste momento.

Então, estamos propondo, em um primeiro momento, pelo menos – depois, dependendo do primeiro momento, podemos, obviamente, ter outros momentos –, a presença do Dr. Guilherme Lepski, que é professor de Neurocirurgia e pesquisador da USP; da Dra. Grace Correa Pereira, juíza titular aqui no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e paciente dessa área; um representante da Anvisa, representando o Ministério da Saúde e representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

As Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa., Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Senador Flávio Arns, nosso grande Presidente...

Primeiro, eu queria parabenizar por essa iniciativa na criação desse centro. Nós temos, de fato, muitas novas tecnologias que são incluídas nesse escopo, todas elas com um valor inestimável para a preservação da vida, para a melhoria da saúde da população como um todo.

Eu gostaria de fazer um comentário aqui em relação aos centros.

É importante que nós tenhamos no Brasil... Eu sei que vou bater na tecla de novo na questão do orçamento, mas é sobre a importância de nós prestarmos atenção no orçamento, na manutenção desses orçamentos para a manutenção dos centros também, e não só a criação, a manutenção também.

Por exemplo, eu fui procurado, na época do ministério, em 2019, pelo Prof. Silvano Raia, que era uma figura sensacional, um dos maiores pesquisadores do Brasil, para a montagem de um centro de desenvolvimento de tratamentos através de transplantes, transplantes de órgãos de animais para seres humanos.

Parece estranho, na época eu até achei meio esquisito, se é que aquilo era possível, mas o grupo de cientistas ali era extremamente pesado, vamos dizer assim, extremamente competente e demonstraram, por A mais B, que sim, não só é possível, como é necessário.

Você vê que a fila de transplantes de rins, por exemplo, era uma fila de 100 mil pessoas, e entram na fila 33 mil, segundo os dados que ele me apresentou na época – pode ser que os números estejam alterados hoje. Assim, 33 mil pessoas entravam na fila, 22 mil conseguiam o transplante, e morria uma pessoa a cada seis horas – ou seja, é uma situação bastante crítica.

Uma das maneiras de se fazer isso é através do xenotransplante, utilizar o desenvolvimento de embriões de porcos com mutação genética, para reduzir a rejeição no transplante para um ser humano. Feito isso, então, esses porcos são criados, depois são retirados os rins, colocados na pessoa, e a taxa de aceitação é bastante alta.

Fazendo as contas disso aí, isso economizaria para o SUS, por ano, cerca de R$3 bilhões, que podem ser utilizados para outras coisas – por exemplo, a tabela SUS, que precisa ser melhorada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu, na época, lutando com o orçamento ali, não consegui colocar o orçamento no primeiro ano, a gente tentou, depois entrou pandemia, aquela coisa, depois conseguimos colocar alguma parte do orçamento. Aí, a USP entrou no consórcio, a USP e a Fapesp, e foi, finalmente, então realizado isso aí.

O laboratório existe lá dentro da USP, em São Paulo, o primeiro laboratório de xenotransplante do Brasil, com uma importância absurda, não é só para rins. Isso aí serve para córnea, serve para pele, serve para coração, serve para ilhotas de Langerhans, que produzem insulina no pâncreas... O.k., muito bom.

O problema é que, agora, por exemplo, foi feito o desenvolvimento da primeira porquinha, com mutação genética para isso aí, e ela foi recentemente sacrificada, não só porque estava previsto no protocolo, mas por falta de recurso, e aí é onde eu fico realmente chateado.

A gente não pode deixar as nossas estruturas afundarem no Brasil por falta de recurso. Então, esse é um exemplo típico, atual, que está acontecendo neste momento, e também é responsabilidade nossa aqui, de trazer esses recursos e fazer funcionar, proteger o SNDCT, independente do Governo que estiver plantão lá, pode ser de direita ou de esquerda.

Isso não tem nada a ver com ideologia, isso tem a ver com a saúde das pessoas, tem a ver com a saúde do país como um todo. Então, é importantíssimo que nós prestemos atenção nisso.

Novamente, parabéns pela iniciativa de criar um centro como esse, por fazer as discussões para a criação. E eu acho importante incluir também o Opex disso aí, como manter esses centros depois operacionais. Então, é criar – que é extremamente importante – e depois mantê-los também.

Então, parabéns! Estamos juntos, vamos dizer assim, para a criação e para a manutenção desse centro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – São desafios, mas têm que ser enfrentados, não é? E soluções têm que ser encontradas.

Parabéns! Concordo inteiramente.

Agradeço novamente à Secretaria da Comissão, sempre atuante, ao Matheus e toda a equipe. Obrigado pelo apoio todo. Agradeço às assessorias dos membros da Comissão, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consultoria, aos meios de comunicação do Senado, que sempre transmitem as sessões, as reuniões da Comissão para o Brasil inteiro. Este debate, essas ideias têm que proliferar pelo Brasil também, e a página da Comissão está sempre disponível não só para os documentos – a reunião –, para rever algum pensamento que tenha sido externado, mas também para receber as contribuições da população, não é, Matheus, nosso Secretário?

Agradeço também aos Senadores, ao Senador Marcos Pontes, particularmente, que nos ajudou muito hoje com as relatorias *ad hoc.* Quero deixar um grande abraço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia hum de setembro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Eduardo Braga, Fabiano Contarato e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática n° 91, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2470/2026, que "altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a proteção da saúde mental, do consumidor e da economia familiar no ambiente de apostas de quota fixa e jogos online, com ênfase na prevenção e redução de danos, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 91/2026 - CCT, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), e PL 2470/2026, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Finalidade:** Instruir o PL 2470/2026, que "altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a proteção da saúde mental, do consumidor e da economia familiar no ambiente de apostas de quota fixa e jogos online, com ênfase na prevenção e redução de danos, e dá outras providências". **Participantes:** Marcelo Kimati Dias, Diretor do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde (DESMAD/MS); Carlos Eduardo Cabral Lima, Presidente-Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR); Andiara Maria Braga Maranhão, Coordenadora-Geral de Monitoramento do Jogo Responsável da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF) (representante de: Daniele Correa Cardoso - Secretária de Prêmios e Apostas no Ministério da Fazenda); Francisco Cordeiro, Consultor Nacional da Coordenação de Equidade, Doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental da Opas/OMS (representante de: Maria Cristina Hoffmann - Consultora Nacional de Saúde Mental da Opas/OMS); Rebeca dos Santos Freitas, Diretora de Relações Institucionais do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) (representante de: Miguel Lago - Diretor-Executivo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS)); Daniel Amaral Nunes Carnaúba, Diretor do Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor do Ministério da Justiça (DPDC/MJ) (representante de: Ricardo Morishita Wada, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon/MJ)); e Carla Cristina Santos Rodrigues, Coordenadora de Plataformas e Mercados Digitais na Data Privacy Brasil (representante de: Rafael Zanatta - Diretor-Executivo na Data Privacy Brasil). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alessandro Vieira
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/09/01

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de setembro de 2026.

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira, deliberativa; e, em sequência, uma audiência pública interativa.

Passemos à primeira parte, destinada à deliberação do Requerimento 91, de 2026, da CCT, de minha autoria.

Passo à leitura do requerimento.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 91, DE 2026

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2470/2026, que "altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a proteção da saúde mental, do consumidor e da economia familiar no ambiente de apostas de quota fixa e jogos online, com ênfase na prevenção e redução de danos, e dá outras providências".

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluída a parte deliberativa da reunião, declaro aberta a segunda parte da reunião, destinada à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.470, que altera a Lei nº 14.790, para dispor sobre a proteção da saúde mental, do consumidor e da economia familiar no ambiente de apostas de quota fixa e jogos *online*, com ênfase na prevenção e redução de danos, e dá outras providências, em atenção ao Requerimento 91, ora aprovado.

Participarão presencialmente – e já os convido a tomarem assento na mesa – os seguintes convidados: o Sr. Francisco Cordeiro, Consultor Nacional da Coordenação de Equidade, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde – muito obrigado, Sr. Francisco –; e também o Sr. Carlos Eduardo Cabral Lima, Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável.

Participarão, por meio de videoconferência, os seguintes convidados: Marcelo Kimati Dias, que é Diretor do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde; Daniel Amaral Nunes Carnaúba, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; Andiara Maria Braga Maranhão, Coordenadora-Geral de Monitoramento do Jogo Responsável da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda; a Sra. Rebeca dos Santos Freitas, Diretora de Relações Institucionais de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps); e a Sra. Carla Cristina Santos Rodrigues, Coordenadora de Plataformas e Mercados Digitais na Data Privacy Brasil.

Informo ainda que foram convidados representantes da Associação de Bets e Fantasy Sports e também da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, os quais declinaram no comparecimento a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que a reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania. na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações eventualmente utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Faremos um encaminhamento alternado entre os convidados que estão aqui presencialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participando e aqueles que estão no modo remoto. E, ao final das exposições, a palavra será concedida a Parlamentares inscritos que quiserem fazer perguntas ou comentários. (*Pausa.*)

Perfeito.

Vamos começar – e peço tolerância e paciência dos presentes aqui – pelo Sr. Marcelo Kimati Dias, Diretor do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde.

Com a palavra, Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO KIMATI DIAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas as pessoas aí presentes.

Vocês conseguem me ouvir bem?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SE) – Perfeitamente.

O SR. MARCELO KIMATI DIAS (*Por videoconferência.*) – O.k.

Eu vou compartilhar uma apresentação. (*Pausa.*)

Bom, em nome do Ministério da Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada, eu queria agradecer o convite para estar presente nesta audiência, que acho que é bastante importante.

Eu vou... Pediram que eu fizesse uma apresentação rápida, em dez minutos mais ou menos, sobre a questão de jogos e apostas, o impacto na saúde mental e as respostas que nós temos desenvolvido ao longo desses últimos meses.

Eu vou tirar o meu fone de ouvido, porque está dando muita microfonia aqui, e, se tiver alguma questão, aí eu já coloco de volta.

Bom, vamos lá.

Questões relacionadas a problemas com jogos de apostas sempre aconteceram, a gente tem esses diagnósticos que eles não vêm de uma situação contemporânea, no momento atual, eles aparecem já com pessoas que têm problemas, mas que não estão relacionados a jogos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletrônicos. O que nós temos de novidade ao longo dos últimos anos é o aumento significativo que esse problema teve no campo da saúde pública, justamente por existirem as plataformas de um acesso muito mais simplificado e de uma distribuição absolutamente ímpar na história de problemas com jogos e apostas, e as pessoas têm, de uma forma geral, acesso a esse tipo de jogo através de aparelhos de *smartphones*. Então, é considerado, do ponto de vista da saúde, como um jogo de risco, um jogo problemático. Os diagnósticos estão relacionados ao CID-Z72.6, pessoas que têm, dentro do CID-10, um F63. Eles são considerados, dentro do campo determinantes comerciais de saúde, como atividades que são capitalizáveis – então, existe ganho em relação a isso – e que podem ser prejudiciais e trazer danos significativos à saúde mental. É importante dizer que aspectos relacionados à desigualdade social, que estão presentes como determinantes em várias outras situações, como raça, gênero, cor, aparecem como potencializados dentro de problemas relacionados com jogos e apostas.

Do ponto de vista epidemiológico, no Brasil, a gente tem 25 milhões de pessoas que apostaram em plataformas legalizadas no ano passado. E 1,2% a 9,9% da população mundial desenvolvem algum tipo de problema relacionado ao jogo. No Brasil, nós temos um dado do Lenad, do III Lenad, falando de 4,4%. Eu acho que a representante do Ieps vai falar um pouco a respeito do cálculo decorrente desse número do ponto de vista do impacto financeiro relacionado à saúde, mas é importante comparar com problemas importantes relacionados ao uso de cocaína, que chegam a menos de 1% no Brasil. Então, do ponto de vista de escala, é um problema de saúde público muito maior, que se configura muito rapidamente.

Populações mais jovens são mais propensas a ter esses problemas relacionados a jogos e apostas. Um a cada dez adolescentes aposta. Isso obviamente diminuiu bastante com a regulamentação e as ações de regulamentação que começaram a partir de 2023.

Populações mais vulnerabilizadas socioeconomicamente apresentam mais risco de terem desfechos negativos relacionados a jogos de apostas. E isso aparece, por exemplo, quando... A gente tem um estudo, divulgado mais recentemente, de que mães solo que vivem em regiões periféricas precisam ter dois, três empregos e acabam utilizando jogos e apostas como uma forma de complementação de renda. A ideia de complementar renda com jogos *online* tem uma probabilidade muitíssimo alta de essa pessoa desenvolver um problema importante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente com uma velocidade muito grande de aparecimento de problemas, principalmente com jogos compulsivos.

A cada pessoa em alto risco de problemas relacionados com jogos, outras seis são afetadas. Esse é um dado de 2017, mas a gente imagina, do ponto de vista de impacto econômico, do impacto financeiro e econômico que a gente vive no Brasil, que esse número é ainda maior.

Um dado da epidemiologia que é bastante consistente é que nós temos um risco de suicídio 15 vezes maior em pessoas que têm problemas com jogos e apostas. E, sobre esse risco de suicídio, a gente tem vários relatos do ponto de vista de estudos qualitativos no Brasil que apontam números semelhantes ou um risco semelhante a esse que está apontado.

E, como eu havia falado sobre a questão de aumento de vulnerabilidades que são já determinadas socialmente, a maioria das pessoas com problemas com jogos se identifica como uma população negra e de baixa renda, moradora de áreas metropolitanas e da Região Nordeste.

Existe uma relação com violência doméstica, e esse dado está ficando cada vez mais consistente, principalmente com jogos e apostas relacionados a partidas de futebol.

E cerca de 75% das pessoas que têm problemas com jogos desenvolvem algum outro tipo de transtorno mental. No Brasil, nós temos visto – dentro da amostra que nós fizemos dessas pessoas que foram atendidas de forma regular, e nós qualificamos esse atendimento a partir de uma análise de dados sociodemográficos dessas pessoas que foram atendidas – que mulheres têm uma tendência muito maior a desenvolver problemas, transtornos de humor, enquanto homens que têm problemas com jogos e apostas desenvolvem problemas muito mais relacionados a uso de álcool e outras drogas que estão associadas a isso.

Existem hoje, dentro da epidemiologia, alguns fatores que estão associados a problemas relacionados com jogos e apostas. Um é o acesso. Outro são pessoas que precisam de busca de alívio emocional ou fuga de problemas, principalmente pessoas que estão vivendo situações de transformação de vida, por exemplo, situação de separação e, principalmente, situação relacionada à perda de emprego. Outros são pessoas que já desenvolvem algum tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema relacionado a transtorno de humor, com quadros depressivos e de ansiedade; e pessoas que têm um caráter mais impulsivo e que procuram recompensas imediatas para situações no cotidiano. Existe um ponto importante, que é legal colocar, que são as influências culturais e sociais que romantizam o jogo. Então, isso a gente vê bastante dentro dessa associação que tem com jogos de futebol, que é um esporte que é muito aceito nacionalmente, e, na medida em que existe uma propaganda que faz esse tipo de associação, existe uma tendência para as pessoas que jogam de ver isso como uma coisa natural, incorporada ao cotidiano, aumentando a vulnerabilidade delas para desenvolverem algum tipo de problema. Outros são solidão e isolamento social, que estão relacionados àqueles outros dois pontos que eu coloquei anteriormente, principalmente situações de separação e de dificuldade financeira; e exposição precoce aos jogos de aposta. Então, muito importante, dentro desse processo de regulamentação, é delimitar a idade mínima para se ter acesso às plataformas.

Alguns pontos são, do ponto de vista clínico, importantes para a gente entender como alerta: alterações relacionadas ao humor, por exemplo, à alimentação, ao sono; pessoas que passam por uma situação muito grande de estresse e frustração; uma dificuldade grande de reduzir, e as pessoas que estão ao redor começam a identificar aquilo como um problema; a pessoa muito frequentemente mente em relação àquilo; comprometimento de relações pessoais e profissionais; associação com álcool e outras drogas; a pessoa ter sentimentos de vergonha e culpa relacionados aos jogos que estão realizando; ansiedade, irritabilidade, inquietação quando a pessoa não está jogando, indicando coisas muito semelhantes ao que a gente entende como situações de abstinência no uso de álcool e outras drogas; e comprometimento excessivo do orçamento familiar ou pessoal em razão de gastos com jogos de apostas.

Existem alguns fenômenos que são protetivos, e, dentro do grupo de trabalho interministerial, eles foram apontados como grandes indicadores para o desenvolvimento...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SE) – Por favor, só... Marcelo, o som baixou muito. Ele está sem o fone, está lendo, está fora do... Se puderem fazer um contato com ele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO KIMATI DIAS (*Por videoconferência.*) – ... o aumento de acesso para as pessoas em relação ao cuidado.

E há algumas recomendações que existem em algumas outras situações, em alguns outros países, como, por exemplo, redução de estigma, ações de redução de danos, intervenção breve e telessaúde, que é uma ação que o Ministério da Saúde tem desenvolvido com uma frequência maior, e elas têm sido entendidas como estratégia muito adequada para essa população especificamente.

Outra evidência que nós temos em relação... (*Pausa.*)

Vou falar um pouco mais alto, porque estão me mandando uma mensagem de que está muito baixo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SE) – Isso. Obrigado.

O SR. MARCELO KIMATI DIAS (*Por videoconferência.*) – Uma outra evidência que nós temos em relação ao problema, à questão de saúde pública é que nós tivemos um aumento muito grande de procura de pessoas que têm problemas com jogos e apostas à rede de saúde desde 2018. Então, entre 2018 e 2025, nós tivemos um aumento de 140% no número de atendimentos realizados para pessoas com problemas relacionados a jogos e apostas. E esse monitoramento nosso é feito a partir do número de diagnósticos com que as pessoas são atendidas dentro dessa rede. Ainda que esse número tenha crescido bastante ao longo desse período, nós entendemos que o número sempre esteve muito aquém do impacto epidemiológico que nós vemos dentro desse tipo de problema.

Dentro dessa descrição, nós vemos que os atendimentos na atenção primária chegaram, durante esse período, a 11 mil atendimentos, sendo que tivemos um pico aqui em 2025. Esse número mais baixo em 2026 está relacionado, obviamente, ao fato de o ano não ter terminado. E nós temos uma concentração desses atendimentos nas Regiões Sul e Sudeste, especialmente dentro do Estado de São Paulo.

Nós temos, dentro da rede de atenção especializada, principalmente dentro dos Centros de Atenção Psicossocial, um aumento desses atendimentos também, ainda que esse número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6 mil atendimentos dentro de um ano nós consideremos muito, muito baixo, o que nos obrigou a desenvolver estratégias de cuidado com acesso mais facilitado através de meio digital.

E aí esses são os dados, os números dos atendimentos que foram realizados dentro do primeiro Proadi, com teleatendimento na área de saúde mental, através do acesso pelo Meu SUS Digital, e nós somamos mais de 18 mil atendimentos num período bastante curto de tempo a partir de fevereiro deste ano, do final de fevereiro deste ano, sendo que o número de atendimentos disponibilizados, a partir desse trabalho-piloto que foi realizado até o final do mês passado, considerando que nós estamos em setembro, hoje é dia 1º de setembro, considerando isso, nós tivemos uma expansão em mais de cem vezes no número de atendimentos disponibilizados a partir de uma ação do Ministério da Saúde.

Fora o aumento do número de atendimentos, é muito importante dizer sobre o acordo de cooperação técnica com o Ministério da Fazenda, que tornou possível – vão falar sobre isso – o desenvolvimento de uma plataforma de autoexclusão, que está muito bem conectada tanto a esses teleatendimentos que são realizados quanto a uma fonte de dados que nós temos em relação ao número de atendimentos e dados epidemiológicos que são desenvolvidos, ao longo desses últimos meses, em relação a problemas com jogos e apostas, que a gente organiza dentro do observatório de jogos e apostas e saúde mental. Nós criamos uma linha de cuidado e um guia de cuidado, para que a rede estivesse mais qualificada. Desenvolvemos um curso, que é o Jogos de Aposta – Cuidado na Rede de Atenção Psicossocial, e uma série de conteúdos dentro do Meu SUS Digital de acesso universal.

A linha de cuidado para pessoas com problemas relacionados a jogos e apostas diz como é a trajetória no Sistema Único de Saúde das pessoas que têm esse problema. Todos esses documentos estão disponíveis de forma *online* e são gratuitos. Tanto a linha de cuidado quanto o guia de cuidado para pessoas com problemas relacionados aos jogos e apostas são duas publicações que a gente considera bastante importantes do ponto de vista de organização da lógica de cuidado na rede de atenção psicossocial.

Do curso que é autoinstrucional voltado para a Rede de Atenção Psicossocial nós já tivemos uma primeira série, uma primeira edição com 20 mil ofertas disponibilizadas. Realizamos mais de 15 mil qualificações, sendo que agora estão abertas as inscrições para uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda edição desse curso. Ele tem sido bastante bem avaliado e bastante bem utilizado na Rede de Atenção Psicossocial e pelos trabalhadores da rede.

O acesso é bastante inovador também. Através do Meu SUS digital, nós temos um miniaplicativo. E é muito importante fazer esse tipo de divulgação, porque a maior parte das pessoas que desenvolvem problemas com jogos e apostas não identifica isso como um problema. E nós entendemos que esse tipo de divulgação, esse tipo de debate é muito importante para que essas pessoas procurem esse acesso ao cuidado e o acesso ao tratamento.

Em considerações finais, é importante identificar isso como um problema de saúde pública com uma escala e uma velocidade de surgimento que é bastante rara dentro da saúde mental. Como todo trabalho que tem uma complexidade grande e afeta um número muito grande de pessoas, é muito importante dizer que esse trabalho vem sendo desenvolvido de forma interministerial, um trabalho conjunto, principalmente uma parceria muito importante que nós temos com o Ministério da Fazenda. Quero dizer que o custeio dessa rede e dessas ações que estão sendo desenvolvidas – que aparecem dentro da tributação de jogos e apostas, que dentro do Ministério da Saúde está com 1% da arrecadação – é extremamente baixo dentro do que vem sendo utilizado e tem sido desenvolvido dentro do campo de maior oferta na área de saúde.

E outro ponto que eu acho – para finalizar – importante é que, no desenvolvimento de estratégias de cuidado de pessoas que têm problemas com jogos e apostas, considerando que isso é uma situação de importância na saúde pública bastante grande e que é importante alertar outros países de que este é um problema que pode ter um impacto não só financeiro, mas no campo da saúde bastante importante, o Brasil está desenvolvendo uma resolução internacional que começou a ser articulada na Assembleia Mundial da Saúde deste ano, que vai ser discutida em Washington ao longo deste próximo mês dentro de uma assembleia da Opas e que tem tudo para ser aprovada ao longo deste próximo ano. Então, é importante dizer que o Governo brasileiro entende isso como uma questão importante de saúde pública e que tem um campo de atuação internacional bastante relevante dentro dessa área.

Muitíssimo obrigado pela atenção.

Eu vou encerrar e estou aqui à disposição para o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE) – Obrigado, Marcelo. Eu vou lhe pedir só um esclarecimento com relação à possibilidade técnica de classificação do risco das modalidades de jogos *online*, a dinâmica que eles têm, o ciclo contínuo, o evento esportivo real, os caça-níqueis... Enfim, é possível fazer uma gradação com base nos estímulos que cada modalidade oferta para o usuário? Uma classificação de risco, eu diria.

O SR. MARCELO KIMATI DIAS (*Por videoconferência*.) – É possível estimar alguns pontos, mas nós não temos dados epidemiológicos para falar isso de uma forma categórica. Como se trata de um fenômeno muito novo, de instalação muito rápida e numa escala muito grande... O que nós temos hoje é um estudo que está em andamento pela Universidade de São Paulo, que tem uma base populacional. Enquanto nós não tivermos um estudo de base populacional – e nós tivemos um estudo muito mais voltado para amostras de pessoas que nós atendemos –, os nossos dados vão estar muito incompletos. Então, é possível fazer alguma estimativa, mas isso como dado concreto para organizar e orientar uma ação na área de saúde seria precipitado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE) – Perfeito. Muito obrigado, Marcelo. Agradeço pelo seu tempo.

Passo a palavra para Carlos Eduardo Cabral Lima, Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL LIMA (Para expor.) – Bom, bom dia a todos e a todas.

Senador Alessandro Vieira, obrigado pelo convite. Quero saudá-lo e saudar os demais membros que estão participando aqui desta audiência pública hoje tão importante.

Vou começando aqui rapidamente pela minha apresentação.

Senador, primeiro, vou fazer uma rápida introdução sobre o IBJR. O IBJR foi fundado ali em 2023, no momento em que o Brasil começava a discutir a sua regulação, e tem como foco principal o combate ao mercado ilegal e a promoção do jogo responsável no Brasil. O IBJR hoje representa mais de 75% do mercado de apostas licenciadas no Brasil, 100% das empresas associadas ao IBJR são, claro, licenciadas, são licenciadas no âmbito federal. Temos como missão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promover um ambiente regulado, seguro e íntegro, sempre com foco no consumidor e com uma bandeira muito importante, que é o combate ao mercado clandestino do setor de apostas.

Acho que é importante, Senador, a gente trazer alguns números sobre o setor de apostas, sobre o que é hoje o setor de apostas no Brasil.

Um estudo feito pela LCA Consultoria mostra que, quando a gente olha o impacto que o setor de apostas tem no PIB, o setor de apostas representa apenas 0,46% do PIB hoje, com um gasto médio de apostadores no Brasil de R$122 por mês. Quando a gente olha, comparando quanto hoje o rotativo do cartão de crédito representa na vida da população brasileira, a gente está falando de um impacto de mais de 438%.

E, quando a gente olha uma ordem de grandeza do que efetivamente poderia estar causando endividamento da população brasileira, a gente vê que apostas ali aparecem em último lugar; juros de dívidas, celulares e acessórios, serviços de *streaming*, próprio consumo de bebidas alcoólicas representam hoje muito mais no endividamento da população brasileira do que efetivamente o setor de apostas. Inclusive, eu acho que, na semana passada, num evento da Febraban, o Presidente do Banco Central, Galípolo, ao colocar os principais fatores que representam hoje o endividamento da população brasileira, não citou o setor de apostas.

E, quando a gente olha o nosso universo de apostadores hoje – apostadores do mercado legalizado, do mercado licenciado –, a gente está falando hoje no número de 11,8% da população brasileira apostando, lembrando que, no setor regulado, apenas maiores de 18 anos podem ter acesso ao setor de apostas, somente esses maiores de 18 anos podem jogar hoje no setor.

Quando a gente fala do que está em jogo, hoje, aqui, no Brasil, é um setor que hoje representa R$9,6 bilhões de arrecadação para o país, que gera mais de 15,5 mil empregos diretos e indiretos, que contribui com contribuições sociais para o esporte e outros serviços como também saúde, enfim, o que dá algo em torno de R$7,5 bilhões, e é um setor que tem de faturamento bruto (GGR) R$35 bilhões. Então, quando a gente vê alguns números falando sobre o faturamento, o quanto o setor de apostas fatura hoje, no Brasil, a gente vê que esses números estão extremamente distorcidos. O faturamento oficial do setor de apostas hoje, no Brasil, divulgado pelo Ministério da Fazenda, é de R$35 bilhões – quando a gente fala faturamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bruto, R$35 bilhões –, ou seja, é um faturamento muito menor do que algumas empresas de alguns setores de maneira individual faturam hoje, no Brasil, inclusive algumas que estão ligadas ao endividamento do povo brasileiro.

E, quando a gente pensa em medidas discutidas no Congresso Nacional focadas em proibição, a gente tem que ter em mente que o jogo no Brasil sempre existiu e que a proibição não fará com que o jogo deixe de existir. Outros países proibiram jogos, a China é um exemplo muito grande disso, e o mercado ilegal chinês cresceu absurdamente. Então, sempre que a gente fala em termos de proibição, quem lucra com a proibição é o mercado clandestino, é o mercado ilegal.

E hoje o setor legalizado de apostas no Brasil, inclusive, é a única ferramenta que existe para se identificarem algumas fraudes. Então, quando a gente fala, por exemplo, em manipulação esportiva, que é um dos grandes medos da sociedade e também do setor regulado de apostas... Primeiro, sempre que há uma manipulação esportiva, a casa perde, enfim, o próprio setor perde. E o setor hoje é a melhor forma e a única forma de se identificar sempre que há uma manipulação esportiva – isso, inclusive, dito pelo próprio Ministério do Esporte.

O mercado ilegal, que eu acho que deveria ser o foco das principais discussões hoje no Brasil... E não digo que endividamento não seja um tema importante e que os outros temas que estão relacionados ao jogo compulsivo não devam ser debatidos, mas eu acho que a gente tem um tema muito sério a ser atacado, quando a gente pensa, hoje, na regulação no Brasil, que é exatamente o mercado ilegal, o mercado clandestino, mercado clandestino esse que vem reduzindo – o primeiro ano de regulação já teve uma redução significativa –, mas, num cenário mais pessimista hoje, 44% do mercado de apostas hoje, no Brasil, são clandestinos, ilegais.

No mercado ilegal não há verificação etária. Vi os dados do Lenad, dados de 2025, antes do período *full* da regulação. Hoje, é impossível que um menor de idade jogue numa plataforma legalizada, porque o Brasil, inclusive, foi pioneiro na utilização de uma ferramenta que é o KYC (conheça o seu consumidor), no qual você tem reconhecimento facial e uma série de outras medidas que impedem o acesso de menores de idade. E é importante dizer que o setor de apostas, no Brasil, é o único setor regulado no Brasil, mais uma vez, em que não há a possibilidade de um menor de idade adquirir ou participar do nosso setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há limite de depósito. Quando a gente pensa, hoje, no mercado clandestino, as pessoas apostam, apostam, apostam, apostam, sem limite definido. No mercado legalizado, isso não acontece. Uma pessoa, hoje, que quer apostar no mercado regulado consegue definir os seus limites, ela consegue definir seus tempos de conexão, em que ela quer ficar ali conectada, e, sempre que há uma fuga desse padrão, os operadores são obrigados a entrar em contato com esse consumidor.

Acho que um tema muito importante, quando a gente pensa em proteção de vulneráveis, é a ferramenta de autoexclusão. Hoje, existe uma ferramenta de autoexclusão em que qualquer pessoa que queira parar de jogar automaticamente acessa essa ferramenta de autoexclusão do Governo Federal e é automaticamente excluída de todas as casas licenciadas hoje em âmbito federal, e isso não acontece no mercado ilegal. Então, quando a gente pensa hoje em beneficiários de Bolsa Família, Desenrola, todos esses hoje já estão impedidos de jogar, porque todos eles, automaticamente, já são informados através da ferramenta de autoexclusão.

E, sempre que a gente pensa também em proibição, o resultado é menos proteção ao apostador, porque, como eu falei, o jogo continuará existindo. O que a regulação traz é, efetivamente, uma maior segurança para a sociedade e para o consumidor e para o país. A gente teria menos arrecadação, inclusive menos arrecadação para a saúde. Como foi dito antes pelo representante do Ministério da Saúde, uma parte da arrecadação é hoje destinada para o Ministério da Saúde. E aí, Senador, eu acho que há, talvez, um espaço para se dialogar, inclusive, se esse limite deveria ser alterado ou não, assim como as outras repartições sociais que vêm hoje do setor de apostas. E perde o esporte, porque parte do recurso, hoje, é destinado ao esporte. E perde-se, então, a capacidade do Estado de enxergar o mercado ilegal. Mais uma vez, a principal ferramenta que existe, hoje, para se identificar manipulação de esporte é exatamente o setor legalizado.

E aí, Senador, eu acho que tem um tema muito sensível que a gente precisa realmente atacar, quando a gente pensa em proteger a população, proteger vulneráveis e proteger menores de idade, que é o território sem lei que viraram, hoje, algumas plataformas digitais, algumas *big techs*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta pesquisa, Senador, eu fiz hoje de manhã, antes de vir aqui para a Comissão: eu acessei uma página aberta de um influenciador digital, que tem 1,1 milhão de seguidores. O perfil dele é verificado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL LIMA – ... e, então, é um número correto. E ele, no seu *story* ali, estava fazendo a divulgação de uma plataforma ilegal. Essa plataforma é que a gente deveria estar combatendo. Hoje, se eu sou menor de idade e acesso isso, ela não tem nenhuma obrigação de nenhuma proteção ao consumidor. Então, com um clique, hoje de manhã, eu acessei o *story* desse influenciador...

Acho que parou de passar aqui.

E está ali: aquele ali é o *link* dele: "Plataforma Nova, Clique". Eu cliquei e automaticamente fui direcionado para uma página, também dentro da plataforma, em que se estava ali impulsionando o jogo. Então, ele jogou R$2,80, e estava dizendo ali que, em questões de segundos praticamente, ele tinha ganho mais de R$1 mil.

Assim, isso é o que a gente deveria estar focando em combater quando a gente fala no setor de apostas no Brasil, porque é isso aqui que um menor de idade acessa, é isso aqui que uma pessoa vulnerável hoje acessa, uma pessoa do Bolsa Família acessa. No setor regulado, ela não consegue jogar. O setor regulado não pode dar bônus, e o mercado clandestino dá bônus. Assim, ele incentiva a pessoa, ele fala: "Jogue agora, aperte aqui, você vai ganhar". São com esses influenciadores é que tem aquelas fotos das pessoas aparecendo com notas e notas de dinheiro, dizendo que ganharam isso no setor de apostas. E, com certeza, são pessoas que estão ligadas ao mercado ilegal, ao mercado clandestino.

A gente tem aqui um exemplo. Quando a gente fala que o setor de apostas hoje atinge milhões de pessoas de uma maneira causando impacto negativo na vida das pessoas, são essas pessoas que estão acessando esses milhões de pessoas, não é o setor regulado de apostas. Então, a gente tem aqui a exposição de menores – claramente, é um perfil aberto, e qualquer pessoa poderia acessar. O risco é vendido como enriquecimento, o jogo é vendido como enriquecimento. O setor de apostas não vende jogo... O setor regulado no Brasil não vende jogo como forma de enriquecimento: a gente vende como uma forma de entretenimento. E está ali...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final, a gente está falando de um golpe digital. Então, acho que é sobre esses temas é que a gente deveria estar colocando muita energia também para combater.

Eu não aconselho aqueles que queiram fazer esse tipo de pesquisa a fazerem esse tipo de pesquisa, a não ser que queiram ser inundados posteriormente pelo algoritmo das *big techs,* pois vocês vão passar a receber quase que minuto a minuto mensagens desses influenciadores ou dessas plataformas.

Acho que travou... (*Pausa.*)

Senador, mais uma vez, o mercado regulado hoje é 100% regulado, ele opera sob regras, temos um domínio próprio que é ".bet.br". Eu não mostrei naquela outra tela, mas o domínio até tem o "bet" ali, mas ele não tem o ".bet.br". O "ponto" depois é um outro... Está induzindo o consumidor a jogar naquelas plataformas.

Nós temos hoje o KYC, conhecemos o nosso consumidor, bloqueamos a possibilidade de menores de idade jogarem.

Temos regras de publicidade bem estabelecidas. O Brasil é um sucesso na autorregulação publicitária de todos os setores regulados, e acabamos de revisar o Anexo X do Conar, no qual temos regras mais rígidas para o setor, inclusive, Senador, vedando o uso de animações, bichinhos, e tal. Então, agora, no Anexo X do Conar, o próprio setor regulado não poderá mais fazer anúncios com apelo infantil, utilizando bichinhos ou animações.

Proteção. Toda autoexclusão, como eu falei, é centralizada, com limites e com jogo responsável.

E o consumidor consegue operar. E eu acho que tem um ponto também, de que eu não falei, naquela plataforma ilegal: é que muito provavelmente aquele ganho não será resgatado pelo consumidor. A plataforma ilegal leva você a jogar, ela faz você ganhar, e, na hora em que você vai resgatar aquele dinheiro, a plataforma não existe, ou ela obriga que você faça algum depósito para resgatar aquele recurso, você faz o depósito e você perde aquele dinheiro. Então, é exatamente um golpe digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a gente vem trabalhando, então, Senador? Isso não é um caso isolado, a gente vê isso diariamente nas grandes plataformas. Ontem houve uma conversa das duas principais associações, que é o IBJR e a ANJL. Nós estamos notificando judicialmente todas as plataformas digitais, todas as *big techs*, para que efetivamente tenham medidas mais eficientes e mais eficazes para a derrubada desses *sites* e desses domínios.

O que a gente tem de contribuição ao PL? Enfim, quando a gente fala de proibição total e de publicidade de patrocínio, a gente acha que isso não deve ser feito dessa forma, porque isso vai deslocar o consumidor do mercado legalizado para o mercado clandestino. Proibição de produtos por risco excessivo: a gente entende que o PL tem muitas melhorias a serem feitas, inclusive a própria SPA agora está para soltar uma publicação, uma portaria, mudando as regras de *design* de jogos. Então, algumas das práticas que eram práticas que a SPA entendeu como práticas nocivas a gente está revisando. E a gente entende que o PL traz uma dupla porta regulatória e insegurança de competência.

Bom, pensando no que a gente acha que pode ser aperfeiçoado, eu acho que, na questão de apelo infantojuvenil, efetivamente o setor já está conforme com isso. Nós pedimos a alteração no Anexo X de autorregulação do Conar. Então, é efetivamente a vedação de personagens, linguagens e recursos gráficos do universo infantojuvenil, a exigência do selo 18+ e efetivamente um *age gating* que funcione, principalmente nas plataformas digitais também.

Como eu falei, influenciadores é um tema que não é caro só para o setor de apostas, eu acho que é um tema caro para a sociedade como um todo: com influenciadores, a gente vê a oferta de canetinhas ilegais, a gente vê a oferta de anabolizantes, enfim, outros produtos que são produtos nocivos e que vêm...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL LIMA – ... sendo banalizados por causa dos influenciadores.

Classificação de risco com método e devido processo; patrocínio esportivo, talvez a gente possa discutir regras para o patrocínio esportivo, mas ele não deveria ser banido; e, como a gente colocou, o mercado ilegal como prioridade de política pública. Qualquer medida hoje que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só seja aplicada ao mercado regulado vai servir de incentivo para o crescimento do mercado ilegalizado, e aquelas práticas, como eu mostrei, só serão agravadas.

Senador, mais uma vez, agradeço o convite feito ao IBJR para que a gente pudesse participar desta audiência. O setor aqui representado pelo IBJR está à total disposição da Casa para colaborar nesse processo de melhoria de um ambiente regulado de apostas no Brasil e, claro, também um ambiente em que a gente possa acabar com o mercado clandestino ilegal de apostas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SE) – Muito obrigado pela apresentação. O senhor tem informação ou dado de percentuais distinguindo a receita das associadas que vem de jogos de ciclo contínuo, como caça-níqueis, em comparação com as apostas em eventos esportivos reais? Vocês têm essa distinção?

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL LIMA – Isso varia muito hoje, Senador, de operador para operador. Eu diria que varia hoje entre 20% a 80% a até 60% a 40%. É um *range* bem grande.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE) – Cada plataforma vai ter um público mais específico?

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL LIMA – Vai ter um público diferenciado. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE) – E isso, provavelmente, por conta da forma de captação de cliente, não é? Perfeito.

Nós tivemos, durante o processo de discussão do chamado projeto antifacção, de que eu fui Relator aqui no Senado, uma série de medidas inseridas para aumentar o combate às ilegais – certamente vocês acompanharam –, e dois pontos me parecem centrais. Tanto quanto a legal, a ilegal só vai rodar se ela tiver divulgação pelas plataformas digitais, pelas *big techs*, e se tiver algum operador financeiro para poder transitar esse recurso. E, naquele projeto, que foi aprovado por unanimidade pelo Senado, nós inserimos a solidariedade na responsabilidade tanto pelas *big techs* como pelos operadores financeiros, porque na prática... Enfim, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completo, este ano, 25 anos como Delegado de Polícia e não me comovo muito com a história de que não se pode regular, porque vai todo mundo para o ilegal. Não é bem essa a realidade, senão, teríamos que legalizar qualquer prática ilícita, só porque não está fortalecendo a... Mas, de fato, existe uma assimetria, porque os grandes responsáveis por dar acesso e viabilizar a operação da ilegal, que têm pleno conhecimento do que está acontecendo, não têm responsabilidade nenhuma. Melhoramos um pouco, e os Deputados, infelizmente, não acataram, pela pressão financeira e econômica que tem. Eu quero ouvi-lo com relação a essa percepção, porque a percepção que tenho, e compartilho com alguns dos nossos colegas Senadores e Senadoras, é a de que trazer para o âmbito de responsabilização por permitir funcionamento de ilegais não só o poder público, mas o sistema financeiro brasileiro e as *big techs*, parece um bom caminho para a redução da ilegalidade.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL LIMA – Senador, obrigado, enfim, por trazer esses pontos.

O senhor está completamente correto. Esse seria o caminho. Infelizmente, acabei pulando aqui, não apresentei o meu último eslaide, mas eu acho que teria três medidas muito importantes a serem tomadas quando a gente pensa em estrangular o mercado ilegal.

Primeiro, a asfixia financeira. Precisa haver a responsabilização de quem alimenta e de quem sabe que aquele recurso está transitando ali dentro. Então, instituições financeiras são um ponto extremamente importante, porque, no final do dia, uma pessoa ou um operador – e não chamo nem de operador, mas de criminoso – que tem uma operação com uma *bet* ilegal, muitas vezes, tem o mesmo CNPJ utilizado para lavar dinheiro de tráfico de drogas, combustível clandestino, combustível ilegal... Então, todas aquelas mazelas do mercado ilegal acabam transitando, muitas vezes, por dentro dos mesmos operadores. Eu acho que esse é um ponto.

O segundo, Senador, é regular a cadeia de fornecedores. A SPA tem uma portaria para regular o que a gente chama de B2B, porque, quando a gente vê muitos dos jogos *online* hoje, você tem que um fornecedor que oferece para o operador legal é o mesmo que oferece aquele jogo para o operador ilegal. E muitas vezes esse fornecedor não quer se legalizar no Brasil, porque ele não é impedido de operar aqui, ele consegue vender para os dois lados. Esse é um ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o terceiro ponto, como o senhor mesmo colocou, é a responsabilização das *big techs* e a divulgação no meio digital.

Eu acho que são três medidas extremamente assertivas que têm o apoio do setor regulado no Brasil para a sua implementação.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE) – Perfeito. Agradeço.

E já passo a palavra para a Sra. Andiara Maria Braga Maranhão, Coordenadora-Geral de Monitoramento do Jogo Responsável da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

A SRA. ANDIARA MARIA BRAGA MARANHÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Alessandro Vieira, cumprimento todos que estão presentes nesta audiência.

Vocês estão vendo a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SE) – Sim, estamos vendo e estamos ouvindo-a.

A SRA. ANDIARA MARIA BRAGA MARANHÃO (*Por videoconferência*.) – Eu falo aqui da Coordenação-Geral de Monitoramento do Jogo Responsável.

Vou falar um pouquinho sobre aposta de quota fixa, reforçando que é um serviço público e que é uma relação de consumo. É um entretenimento, mas é um entretenimento com riscos, com externalidades negativas tanto para a saúde mental quanto para a saúde financeira.

A Lei 14.790 – e a gente trabalha nesse marco legal – traz muito da questão da publicidade e da propaganda, que devem seguir as regras do Ministério da Fazenda, e eu vou trazer um pouquinho desse histórico.

A autorregulação é incentivada, já foi falado aí, e o Conar tem trabalhado até mesmo para, quem sabe, montar até um banco em relação aos influenciadores, para que sejam certificados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que recebam cursos, principalmente para as legalizadas. A gente também tem um trabalho forte na SPA em relação às ilegais, mas a própria lei fala que a regulamentação tem que garantir os avisos, as ações de conscientização... Isso é proibido para menores de 18 anos, então, as apostas de quota fixa ter público infantil e adolescente é proibido. Foi reforçado ali o próprio cadastro, o KYC, para conhecer o cliente. Então, a criança realmente não pode apostar, nem o adolescente. A publicidade é só direcionada a adultos. A criança não pode ser objeto de aposta, não pode aparecer, não pode fazer publicidade, nada disso, porque estamos falando aqui do mercado legal. Tem várias vedações: de ganhos irreais, de associar sucesso pessoal, renda ou investimento a ser mais bonito, de alcançar crianças e adolescentes... Tem que ter sempre aquela classificação em que que ter o +18 e as tarjas de advertências novas que saíram agora na última portaria da SPA, de que eu vou falar também.

Tem que bloquear... O Ministério da Fazenda faz isso também... Bloquearam mais de mil... As ilegais, por semana, são mais de mil, a gente já bloqueou mais de 60 mil *sites* ilegais. É uma frente que a gente tem também, além de olhar para as legais, por óbvio.

Enfim, a própria lei diz lá dos impedimentos: menor de 18 anos nas legalizadas não pode de jeito nenhum; a gente também aqui do ministério; quem tem diagnóstico de ludopatia também não pode... Enfim...

Tem que ter canais de atendimento, como é uma relação de consumo. Tem que ter SAC, tem que ter ouvidoria, tem que conversar com esse consumidor.

A lei também traz aqui os direitos básicos, além do Código de Defesa do Consumidor, que considera todos os consumidores vulneráveis. A gente pode até discutir se tem os hipervulneráveis, que existem, como as crianças, os idosos, enfim, mas todo consumidor é vulnerável por si só, pelo Código de Defesa do Consumidor, já há 36 anos – vai fazer aniversário agora em setembro.

Tem uma série de obrigações que são impostas a partir da própria lei, e depois vem a regulamentação. Não pode ter linguagem dúbia, abreviada, genérica, enfim... Tem que ter os riscos de perda, de jogo patológico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também – e eu acho que isso é importante –, a lei considerou também o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que tem que atender os PROCONs estaduais e municipais – são mais de mil aí –, o Ministério Público, as defensorias, as delegacias especializadas em defesa do consumidor também.

E aí, temos a Portaria 1.231, que é essa portaria que vai trazer a proteção ao apostador, os direitos dos consumidores, os deveres também dos operadores de apostas de quota fixa e as diretrizes de publicidade e *marketing*. Eu não vou entrar em toda a portaria, eu quero falar, assim, só por que foi entendido como jogo responsável: porque essas regras é que protegem. O jogo não pode ser desativado, mas isso, internacionalmente, é conhecido assim, com essas regras protetivas: a exploração tem que ser econômica, deve ser saudável... a exploração econômica tem que ser saudável e socialmente responsável; tem que prevenir e mitigar os malefícios individuais e coletivos da saúde mental e da saúde física, garantir os direitos do consumidor para que não tenha problemas financeiros, endividamento e superendividamento nem problemas sociais decorrentes dessa atividade – que não tenha externalidades negativas, né?

Então, isso está na Portaria 1.231. É uma portaria que traz todas essas regras, e ela já traz muito dos limites prudenciais de aposta, de tempo, de perda, de quanto ele está depositando, da quantidade de aposta, de alertas que têm que ser feitos. Então, assim, a opção regulatória foi de essa obrigação estar realmente com os operadores e sendo monitorados pela SPA e pelos demais órgãos também.

Então, pausa, exclusão – a autoexclusão individual, que já existe, e a centralizada, que eu quero mostrar para vocês também, que tem um *link*... Enfim, os operadores precisam conhecer cada um de seus clientes. Tem que fazer as campanhas educativas, tem que ter uma política de comunicação, tem que ter uma ferramenta analítica que monitore cada um desses consumidores e identifique eventual descolamento daquele perfil – se está jogando demais, se está jogando de madrugada, se aumentou o número de depósitos, de apostas – e os canais para orientar e fazer todo esse atendimento de dependência, quando percebida.

Em 2025, ano passado, a gente teve um grupo de trabalho; fizemos até o relatório final do Grupo de Trabalho de Saúde Mental e de Prevenção e Redução de Danos do Jogo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Problemático, e saímos com algumas ações. Então, já saímos com a Ação 1, que é o modelo de autoteste de saúde padronizado. Nesse GT, estava o Ministério da Saúde, o Ministério do Esporte, a Secom e o Ministério da Fazenda. A gente se aproximou muito do Ministério da Saúde, até para tratar dessas questões da saúde mental.

A Ação 1 é um autoteste padronizado que já foi aprovado, e agora a gente vai sair também com uma portaria junto com o Ministério da Saúde para falar da orientação também das diretrizes mínimas de atendimento ao apostador – a Ação 4 –, mas o autoteste já está disponibilizado, foi validado e está na nossa plataforma também de autoexclusão – a plataforma de autoexclusão centralizada, onde você se exclui de todas as plataformas autorizadas em âmbito nacional. É importante dizer que os estados também, a lei autorizou que eles explorassem isso também de forma estadual; município não pode, mas estado, sim, mas essa plataforma exclui no âmbito nacional.

A gente já fez também até essa qualificação dos profissionais da Raps; o Ministério da Saúde apresentou também, isso já está acontecendo com as vagas que foram apresentadas.

Enfim, a gente tem trabalhado desde 2025, quando começou o mercado regulado, em 1º de janeiro de 2025, ano passado – ainda que a lei primeira tenha autorizado em 2018, e depois veio a 14.790, mas o mercado regulado começou em janeiro do ano passado.

Então, o que é essa plataforma de autoexclusão centralizada? Já quero até trazer dados. Ela foi publicada para utilização da sociedade brasileira em 10 de dezembro de 2025. Ela ficou pronta, então, em nove meses, e a gente disponibilizou. De lá até ontem, mais de 1 milhão de pessoas já se autoexcluíram dessas que são autorizadas pela SPA, inclusive as autorizadas da SPA. O *link* já está... Essa função já está disponível no nosso *site* desde o ano passado. O PL trata disso aqui, isso já é disponibilizado, com ".bet.br", que são autorizadas em âmbito nacional – isso não ocorre no âmbito estadual, vamos dizer assim.

E aqui você tem os motivos da autoexclusão. O maior é "Perda de controle sobre o jogo (saúde mental)". Depois você tem, como segundo, "Prevenir que meus dados sejam utilizados em plataformas de apostas".

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDIARA MARIA BRAGA MARANHÃO (*Por videoconferência.*) – Depois você tem "Decisão voluntária", "Não desejo informar", "Dificuldades financeiras", "Recomendação de profissional da área de saúde".

Nessa plataforma você consegue se autoexcluir. Se o prazo for determinado, há 1 mês, 3 meses, 6 meses, 9, 12, podendo prorrogar até 24 meses. E o indeterminado, que é, realmente, sair da plataforma.

É essa a nossa plataforma de autoexclusão, que tem um símbolo de "dar um tempo", vamos dizer assim.

Aqui você tem o "autoteste da saúde financeira", o "autoteste da saúde mental". Você tem todas as explicações de o que é esse serviço de autoexclusão, como é que contribui para um jogo responsável, por que é importante se autoexcluir. Você tem os *links* aqui da ouvidoria. A gente divulga, a gente tem essa parceria, a gente tem um acordo de cooperação técnica, tanto com a Secretaria Nacional do Consumidor, quanto com o Ministério da Saúde, quanto com a Seidigi, que é também de *design*, porque a gente está tratando dessa questão do *design*, como foi colocado também.

Então, a gente tem aqui um teste da saúde mental, para não apostar na sua saúde, o SUS, a Ouvidoria do SUS, dentro desse âmbito dessa parceria.

Vou passar bem rapidinho para vocês verem como é fácil essa autoexclusão. Entra como gov.br, coloca os dados, seleciona, então, quanto tempo, o motivo, aceita os termos de uso e a política, e, então, confirma a sua autoexclusão. Em três passos, você tem esse registro da autoexclusão – ele consegue gerar, o consumidor.

O autoteste do jogo foi esse que eu acabei de falar para vocês, que são quatro perguntas. Dar um "sim" para todas elas é um indicativo, e, então, o Ministério da Saúde faz todo esse acolhimento via SUS.

Temos o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro também, que foi aprovado pelo Banco Central e a Febraban, que dá uma noção da situação individual de cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos um curso que foi já elaborado, já lançado no ano passado, e agora está com as inscrições abertas também – se vocês quiserem divulgar –, que é o Direito dos Consumidores-Apostadores e as Bets – além do jogo. O Módulo 1 vai tratar do mercado; o 2 fala dos direitos dos consumidores-apostadores. Esse é um curso com a Secretaria Nacional do Consumidor, com a Escola Nacional de Defesa do Consumidor, também no âmbito do nosso acordo.

Temos um jogo com um módulo de jogo responsável, um módulo sobre saúde mental, um módulo sobre saúde financeira. Ele é gratuito, com 30 horas. Os aprovados também conseguem um certificado de extensão da Universidade de Brasília, tá?

Achei importante trazer uma portaria também que fala que "[...] não deve permitir que os apostadores transfiram dados [...]", conversem entre eles por meio da plataforma para não haver um estímulo entre eles. Eu acho que isso é importante, está sempre na nossa fiscalização.

Há a portaria recente com a SPA, com a secretaria e com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, que traz aí também um olhar – eu acho que o Daniel vai falar – sobre todas aquelas "[...] pessoas físicas ou jurídicas que produzam, promovam, patrocinem, divulguem, transmitam, distribuam, impulsionem ou veiculem ações de publicidade e de *marketing* relativas à modalidade lotérica [...]". O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor pode estar olhando para isso aqui também, tendo em vista que o objeto da SPA são os operadores autorizados.

Assim, muito rapidinho, era isso. O tempo aqui também acabou.

Queria agradecer. Estou aqui à disposição também.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Andiara Maria Braga Maranhão.

Apenas um questionamento com relação à estrutura da SPA, se ela já tem condição suficiente de trabalho ou se a senhora aponta uma necessidade de incremento, sob o ponto de vista de estrutura.

A SRA. ANDIARA MARIA BRAGA MARANHÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olha, Senador, na Esplanada, se perguntassem se todo mundo quer gente, a gente sempre vai querer gente, né? Hoje a gente tem uma estrutura que se assemelharia, assim, a como se fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma agência: uma área de autorização, uma área de fiscalização e uma área sancionadora. São três diretorias mais um gabinete.

Eu acho que é sempre bom a gente conseguir ampliar. Eu acho que essa é uma pergunta que, se o senhor fizer na Esplanada, vai ser sempre a mesma resposta.

Mas, independentemente disso, a gente tem feito muitas ações. É isto: mais de 60 *sites* derrubados, o monitoramento de processos administrativos, sancionadores... Enfim, a gente tem feito um trabalho árduo, não só com as ilegais – aí eu queria dizer isso também –, mas, principalmente, também com as autorizadas.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE) – Perfeito, obrigado.

Só registro que na definição de prioridades de investimento o órgão que diz que é bom fica no final da fila, e o que chora e pede, normalmente, vai mais à frente.

Eu passo a palavra à Senadora Damares Alves, para que possa se manifestar sobre o tema.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu quero cumprimentar o senhor pela realização desta audiência e pelo que mais me impressiona em você, Senador Alessandro, essa passividade. O mundo está desabando depois daquela porta, hoje é um dia extremamente complicado para o Congresso Nacional, para o Brasil – só de relatorias minhas hoje foram oito em Comissões. E aí eu quero informar aos nossos convidados que não se sintam desprestigiados. Muitos Senadores, especialmente os que assinam como autores, queriam estar nesta audiência hoje, mas essa coincidência de data com o esforço concentrado está nos obrigando a correr. E também hoje o Brasil acordou com mais um escândalo vindo do STF. Então, a gente está aqui, todo mundo pensando, cada um nos seus gabinetes, que medidas jurídicas nós vamos tomar a partir de hoje à tarde.

Mas eu quero te cumprimentar, Alessandro, porque o debate é necessário, oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu estava vendo ali o eslaide da representante do Governo e como eles colocam de forma tão romântica "jogo responsável"... Acho que eu vou entrar com uma medida de que não tem que ser "jogo responsável", tem que ser "perda responsável".

E vejo, assim, uma tendência de ninguém mais falar a palavra azar, é jogo de azar. Vamos embora, gente, vamos recuperar a terminologia; não é jogo responsável, é jogo de azar, é perda responsável.

Os Senadores estão muito firmes nessa proposta. Esse projeto de lei, tanto aqui como na Câmara, veio realmente para a gente fazer uma discussão muito madura e com muita coragem. Eu sou Relatora de outras matérias semelhantes, Senador Alessandro, tipo o fim da publicidade, especialmente para crianças e adolescentes... Eu trabalho com a infância, a infância me trouxe para esta Casa, e a gente não quer mais que as crianças tenham acesso à publicidade. Nunca! Nunca! Todo mundo vai saber que tem um jogo de azar e perda lá; quem quiser vai lá e busca, mas buscar, fazer busca ativa de apostadores, a gente não vai deixar mais no Brasil.

Então, Senador Alessandro... Inclusive, os incômodos que fazem a gente... Eu estou printando, sabe, Senador, toda vez que aparece um tal de tigrinho, outros aqui, desviando a minha atenção. O meu tempo é muito caro, eu tenho uma nação para cuidar. Cada segundo que eles tomam de mim, eu estou somando. Eu quero uma indenização pelos segundos roubados de minha vida, por quem não deveria estar fazendo publicidade, fazendo busca ativa de apostadores.

Então, Presidente, parabéns pela audiência. O projeto veio na hora certa, com certeza. Aos nossos convidados, muito obrigado por terem aceitado o convite para este debate. O que a gente faz depois de uma audiência dessa, senhores convidados? A gente vai para casa e a gente liga a televisão para assistir a esta audiência depois. Nossas assessorias estão nos gabinetes todas atentas, acompanhando. Então, senhores convidados, obrigado por virem a esta Casa nos ajudar no debate desse projeto de lei extremamente necessário para o Brasil. E parabéns, Alessandro, mantenha-se calmo que eu vou lá para fora continuar a briga, brigando com todo mundo hoje. Deus o abençoe, Alessandro!

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE) – Amém! Muito obrigado, Senadora Damares. Estarei a seu lado nas brigas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Brasil, como sempre estivemos nos últimos quatro anos. E vou aproveitar a sua fala só para fazer um registro: essa é uma batalha que eu enfrento há oito anos, a busca da compreensão pela sociedade do tamanho do alcance que têm as *big techs* e do quanto elas têm a plena consciência do mal que causam à sociedade, e ignoram, atropelam esse mal em benefício do seu lucro. Aquilo que a gente fala há oito anos aqui hoje está sendo reconhecido na base deles, que são os Estados Unidos. Eles foram forçados a reconhecer que o desenho, a arquitetura é toda feita para captura ativa de pessoas e para viciar essas pessoas. Esse é o desenho. E a base do dinheiro está na economia da atenção, no tempo que a gente dedica para eles. Esse tempo vai virar comércio, vai virar um monte de coisa. A gente não consegue mais falar sobre nenhum assunto sem receber aqui um anúncio, uma propaganda, alguma coisa. Isso é de uma ilegalidade extrema! Mas é muito difícil porque as pessoas estão demorando para compreender essa gravidade. Porém, vamos persistir no trabalho.

Então, a gente está junto nessa batalha, assim como estaremos nas outras batalhas, para as quais eu também tenho alertado junto com a senhora. Não são surpresa nenhuma essas informações que estão circulando no dia de hoje, dando conta, de forma ainda mais ostensiva, do grau de envolvimento de Ministros da nossa Suprema Corte com atividades praticadas por organizações criminosas. Usar terno e gravata, andar de jatinho não tira o título de bandido – é bandido! A gente tem juízes conversando com bandidos de forma cotidiana e enriquecendo nessa relação. Então teremos novas notícias, eu espero, em breve, com relação a isso.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Francisco Cordeiro, que é Consultor Nacional da Coordenação de Equidade, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS).

Sr. Francisco, o senhor está com a palavra.

O SR. FRANCISCO CORDEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria, de início, já desejar bom dia a todas as pessoas que estão aqui e agradecer a possibilidade de a Opas, a Organização Pan-Americana da Saúde, no Brasil, compor esse painel. Então, receba também os cumprimentos do nosso representante, Dr. Cristian Morales.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Opas, somente para fazer uma caracterização rápida para as pessoas que não estão familiarizadas com o que é a Opas ou o que é que faz a Opas, a Opas é uma organização internacional especializada em saúde pública na região das Américas, quando a gente engloba então América do Sul, América Central e América do Norte. Então, essa é uma parte do sistema interamericano de gestão. Assim como a ONU tem a sua abrangência mundial, a Opas tem a sua abrangência nas Américas.

E o que é que faz a Opas? A Opas proporciona para os países que fazem parte da região cooperação técnica, ou seja, a gente colabora com os países, no sentido de fortalecer os sistemas de saúde, fortalecer as experiências de cuidado às pessoas que precisam de cuidado nos mais diversos âmbitos, e, obviamente, esse tema da saúde mental, de uma forma geral, está incluído nesse escopo.

Então, atualmente, a representação aqui do Brasil tem diversos termos de cooperação com o Governo Federal, com os governos estaduais e com governos municipais. Então, nesse sentido, a gente colabora nos diversos âmbitos, desde a questão de gênero, raça, etnia, populações indígenas, quanto também na questão da vacinação, da imunização, entre outras coisas. Então, tem uma amplitude bastante grande aí de trabalho que a gente desenvolve já há bastante tempo, desde que a Opas existe. Então, isso é o nosso trabalho cotidiano.

E, além disso, a Opas representa também o nosso escritório regional, que é sediado em Washington. Ele é o escritório da OMS para a região das Américas. Então, ela tem essa dupla função.

Então, assim, parece uma coisa muito longe da nossa realidade aqui, mas eu queria dar esse cenário um pouco mais amplo e mencionar uma resolução que foi aprovada recentemente, agora, no final de junho, no âmbito da Assembleia Geral da OEA, da Organização dos Estados Americanos. Ela foi aprovada, e essa resolução cria a possibilidade de realizar um plano regional de saúde mental, com a liderança política da OEA e com a liderança técnica, com a cooperação técnica da Opas.

Nesse desenho desse plano, nessa descrição desse plano, foi incluída, como um dos aspectos prioritários desse plano, a questão de jogos e apostas. Ou seja, você fala de saúde mental, você fala também das questões de depressão, de ansiedade, de uso de álcool e drogas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e tudo mais, mas também se fala da questão dos jogos de apostas e os transtornos que podem ser derivados dessa questão, dos problemas que podem ser derivados disso.

Então, acho que isso é uma referência também, Senador – o senhor, como Relator dessa matéria –, que pode ser também utilizada como um argumento de que esse problema não está só no Brasil. Então, eu acho que isso eu queria também advogar: não é um problema exclusivo do Brasil, enfim, os nossos países vizinhos ou além-mar também sofrem com esse tipo de situação, e é um problema de saúde pública. Então, a gente não tem mais dúvida disso.

O Dr. Marcelo Kimati falou dos dados brasileiros. Os dados internacionais não são diferentes. A gente tem, cada vez mais, percebido um crescente número de pessoas que têm problemas relacionados a isso.

É importante dizer também que não é todo mundo que vai ter problema, mas tem uma fatia aí que vai ter problema, e a gente precisa pensar nisso.

Em relação ao caso brasileiro, eu queria só mencionar uma coisa. Eu acho que algumas pessoas já disseram da epidemiologia e tudo o mais. Acho que... Há uma recente pesquisa, que foi até mencionada – mas eu queria reforçar esse dado –, uma pesquisa relacionada só com mulheres e *bets*. Quando as pessoas começam a apostar para ter dinheiro, para chegar no fim do mês das despesas, é porque tem alguma coisa aí muito importante acontecendo, do ponto de vista social. É óbvio que a gente vai ter questões relacionadas à saúde dessas pessoas, que podem desenvolver situações X ou Y, mas, do ponto de vista social, do ponto de vista econômico e do ponto de vista familiar, isso junta de uma maneira que pode revelar uma questão que não tem só reverberações no campo da saúde – e eu acho que isso é importante que a gente consiga identificar. E eu acho que cada vez mais toda essa agenda, essa pauta, está também favorecendo que novas pesquisas surjam, ou seja, que a gente cada vez mais tenha números e mais números que ajudem a gente a compreender melhor essa questão e como intervir. Eu acho que cada pesquisa dessa é subsídio para o Sr. Relator e para as outras pessoas que vão, enfim, votar nesse projeto, se debruçar sobre essa questão. Então, acho que isso é importante que a gente consiga ter em vista.

Então, o que a Opas institucionalmente recomenda como soluções ou, pelo menos, estratégias que sejam efetivamente eficazes? Eu acho que tem um grande campo, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo da regulação. Como já está colocado, inclusive, algumas propostas aqui no projeto de lei eu acho que são muito interessantes. Eu acho que cada vez mais a gente não pode fugir desse debate; esse debate é central. Os mecanismos de fiscalização que são necessários têm que existir, têm que ser cumpridos, ou seja, não adianta só existir sem a fiscalização.

Infelizmente, a Senadora Damares saiu, mas essa pauta eu sei que é muito cara a ela – as crianças e adolescentes. E eu cumprimento a todos e todas, Senadores e Senadoras, que compuseram esse PL, porque ele vai de uma amplitude bastante grande, o que é interessante do ponto de vista de que esse problema captura o interesse de pessoas de diferentes espectros políticos. Proteger as crianças e adolescentes é fundamental, desde o ponto de vista de entrar, de estar apto a apostar, mas também de receber essas propagandas que chegam a todo tempo – e algumas pessoas também falaram sobre isso.

Sendo de um organismo especializado em saúde pública, é óbvio que eu... Não esquecendo dos outros campos e, pelo contrário, fazendo essa defesa aqui também, a centralidade da saúde pública nesse tema é fundamental; sem isso, a gente não consegue criar uma resposta que seja integrada, abrangente, efetiva, enfim, que seja realmente... que enderece, que enfrente esse problema.

Por exemplo, as disponibilidades e o acesso. Tem várias possibilidades de você acessar isso, seja pelo computador, pelo *tablet*, pelo celular, enfim, essa multiplicidade de fatores e as formas de acesso também têm que ser reguladas, porque não é possível que esteja disponível 24 horas por dia. Então, acho isso da regulação da disponibilidade do acesso. Da mesma forma, o controle dos horários e, por exemplo, você ter mecanismos de identificação, de caracterização de um perfil. Por exemplo, uma pessoa que está jogando há horas com valores cada vez mais crescentes, isso deve ser um sinal de alerta, deve haver um sinal de alerta nesse sentido para identificar: "Opa, tem alguma coisa aqui que está fugindo de um comportamento que era o de antes", por exemplo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO CORDEIRO – Então, acho que isso é interessante a gente pensar. E da verificação de idade, por óbvio, é importante que se fale.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo eixo é a publicidade, promoção e patrocínio. A limitação da exposição de crianças e adolescentes e populações vulneráveis em relação a isso, eu acho que é fundante, é uma estratégia que tem que ser adotada.

Quanto à regulamentação do patrocínio esportivo, eu acho que necessariamente ela tem que ser endereçada porque ela pode dar uma mensagem trocada ou, sei lá, pode querer dizer uma coisa que não se tem no mundo do esporte, por exemplo.

Quanto à supervisão das questões das promoções e dos bônus que são oferecidos, algumas pessoas até falaram, eu acho que é importante reforçar isso, que isso pode ser um chamariz para continuar e continuar. Então, acho que fazer essa restrição é importante. E diminuir as práticas e as estratégias para que pessoas que têm, talvez, uma característica de risco maior continuem jogando, que elas continuem jogando justamente para identificar algum resultado que possa ser desejado no sentido de falar: "Não, olha, você perdeu tanto, agora você tem que continuar para recuperar". Enfim, eu acho que isso é também um ponto.

No campo da prevenção, aumentar os fatores de proteção e das escolhas mais saudáveis, eu acho que também é uma diretriz. Fortalecer as pesquisas sobre isso. Por exemplo, o Dr. Marcelo acaba de falar do observatório sobre jogos e apostas, que está sendo feito em conjunto com a Opas e também com a Faculdade de Medicina da USP. Nós estamos colaborando com essa estratégia no sentido de divulgar informações, fazer análises e também de gerar novas informações.

E, ao final, Senador... Eu sou psicólogo, trabalhei no SUS, então, assim, não dá para deixar de pensar no fortalecimento do SUS, da resposta de saúde pública. Acho que tem algumas iniciativas bastante interessantes do ponto de vista da linha de cuidado, inclusive, por exemplo, da plataforma de autoexclusão centralizada... A gente, na Opas, também identifica experiências que podem ser compartilhadas com outros países, ou seja, a gente identifica boas práticas nesse sentido.

Então, acredito que com o observatório, a plataforma de autoexclusão, entre outras coisas, por exemplo, a possibilidade do atendimento presencial e do atendimento virtual, você amplia a possibilidade de estar junto com essas pessoas. Então, isso também é um trabalho que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz. E a formação, por exemplo, de recursos humanos, ou seja, com cursos e com publicações técnicas nesse sentido.

Devo dizer que, durante a Assembleia Mundial da Saúde deste ano, em Genebra, a gente também apoiou o Ministério da Saúde na realização de um evento paralelo relacionado a esse tema. Nunca havia sido feita alguma coisa nesse sentido até então. E acho que isso vai se desdobrar em outras ações do Estado brasileiro em relação a essa prioridade, porque... Como disse, não é uma questão que afeta somente o Brasil, porque, em contato com outros países da região das Américas e outros países de outras regiões, a gente consegue ver muito explicitamente similaridades. Eu digo, vai ter alguma divergência ou mais ênfase numa coisa ou mais possibilidade de trabalho em outra, mas, de uma maneira geral, é uma situação que nos afeta a todos.

Finalizando, Senador, a gente está sempre muito à disposição para colaborar com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados no sentido de aperfeiçoar essas questões. Então, o fato de o senhor fazer uma audiência pública sobre esse tema – e que caiu no dia de hoje, quando tem muitas outras coisas acontecendo –, eu acho que é louvável no sentido de priorizar uma agenda que também tem que ser priorizada, enfim, pela sociedade brasileira.

Agradeço a possibilidade de estar aqui com vocês hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB) - SE) – Muito obrigado, Dr. Francisco Cordeiro, pelas palavras, pela contribuição.

Passo a palavra para a Sra. Rebeca dos Santos Freitas, que é Diretora de Relações Institucionais do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), de forma remota.

A SRA. REBECA DOS SANTOS FREITAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Alessandro Vieira. Obrigada pelo requerimento, obrigada pelo convite.

Bom dia a todos que estão nos assistindo aqui. Cumprimento também os representantes de Governo e os demais convidados aqui.

Eu sou a Rebeca Freitas, eu represento aqui hoje o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, que é o Ieps.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só nos apresentando brevemente, nós somos uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, independente, apartidária e que contribui para a melhoria das políticas de saúde no nosso país. Nós também exercemos o papel, desde 2023, de Secretaria Executiva da Frente Parlamentar Mista da Saúde Mental. E foi nesse contexto, desse apoio ao Parlamento, que a gente elaborou uma série de estudos para contribuir com o tema das apostas *online* e os seus impactos na saúde.

Eu queria começar apontando para a importância do debate de hoje, no dia de hoje, como vários já explicitaram, e eu pretendo expor quatro motivos para esta Casa avançar com a aprovação do PL aqui discutido, 2.470, ou o PL Brasil contra *bets*, como ele vem sendo apelidado.

Antes de apresentar o problema, eu também queria reconhecer o que já foi feito. Eu acho que as falas aqui foram muito informativas. Os esforços do Governo para combater os danos das *bets* são muito frutíferos; a gente vê essa priorização do tema por todas as pastas. Mas a minha mensagem hoje é que esse avanço precisa ser ainda maior diante do tamanho do dano que as apostas *online* vêm deixando.

De toda forma, eu já queria dizer que fico bastante satisfeita com o consenso nas falas de que a gente precisa fazer alguma coisa. Acho que a tônica de hoje já não é mais provar ou dizer que as *bets*, apostas fazem mal. A gente está discutindo como regular, como a gente deve regular, e eu acho que isso é extremamente benéfico para os avanços da regulação.

Então, o primeiro ponto aqui é que, sendo legalizado ou não, na perspectiva da saúde, as apostas *online* são um produto comprovadamente nocivo. Então, aqui não somos nós Ieps falando; é uma comunidade científica. Uma das maiores referências científicas mundiais em saúde, a *The Lancet*, já trata apostas como trata produtos como tabaco e álcool, ou seja, são produtos que não são vício de algumas pessoas, são produtos que adoecem pela própria lógica de distribuição.

Uma frase que ficou bastante na minha memória quando eu li esse estudo da *The Lancet* pela primeira vez foi a que diz que um celular no bolso virou, para os efeitos da saúde pública, um cassino aberto 24 horas, e, na perspectiva da sociedade, essa é a mais pura verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a ciência tem a dizer é que o que produz o dano não é ter a licença ou não. Então, se a aposta é ilegal ou não, o desenho do produto é o que produz esse dano. Um exemplo é o que a ciência chama de quase vitória, quando um resultado passa perto e o cérebro do indivíduo responde como se fosse um ganho, mesmo que seja uma perda na prática. Um exemplo é uma perda disfarçada de vitória, com som, efeito visual de prêmio, enquanto o apostador está perdendo, na realidade, um dinheiro líquido. Esse é um exemplo real, é um exemplo que está disponível em quase toda operadora licenciada. Um exemplo muito paradigmático é o do próprio jogo do tigrinho, em que o próprio recurso do jogo aciona giros extras quando o resultado quase forma o que seria uma combinação vencedora. Esse é um mecanismo que a ciência chama de reforço por quase vitória.

Então, todos esses elementos são pensados dentro de uma lógica de *design* manipulativo para reter os usuários pelo máximo de tempo. Então, Senador, acho que um ponto bastante relevante da sua fala sobre economia da atenção é que não são só as redes sociais que se utilizam desses mecanismos para reter o máximo de tempo usuários numa plataforma.

Então, acho que a principal conclusão desse primeiro ponto é que essa engenharia de compulsão que prende esse apostador é a mesma – é claro que com regras específicas para as licenciadas, como muito bem a pasta do Ministério da Fazenda trouxe, mas, seja dentro ou fora da lei, existe essa engenharia da compulsão presente dentro dos produtos de apostas *online*, esteja a plataforma autorizada pelo Governo ou não. Então, a autorização do Estado define quem paga o imposto, a regulação traz o contorno e regras que nós achamos louváveis, mas a regulação não define quem adoece a partir desse *design* manipulativo.

E o resultado do que a gente chama de *design* manipulativo vem se traduzindo há alguns anos nas estatísticas brasileiras. Não vou me ater tanto aqui. Acho que o Diretor Kimati, do Ministério da Saúde, trouxe muito bem os dados epidemiológicos que temos, como o levantamento do Lenad, que encontrou quase 1 milhão de brasileiros com envolvimento problemático em jogos e apostas.

E a OMS classifica esse transtorno do jogo como um transtorno aditivo, da mesma família de dependência de substâncias, com código específico para essa modalidade que é predominantemente *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, basicamente esse eslaide traduz que os efeitos desse transtorno são devastadores do ponto de vista individual e, em muitos casos, podem até chegar a isolar de uma forma prolongada algum apostador do seu convívio social. Então, esse é um dos fatores que, por exemplo, para especialistas, explica por que alguém que tem transtorno do jogo tem quase 11 vezes mais chance de desenvolver qualquer outro transtorno mental comparado com a população geral. Entendendo não só no nível individual, mas que saúde mental tem que ser interpretada dentro de uma perspectiva de saúde coletiva, esse dano também é coletivo, esse dano não para em quem aposta.

Um estudo super-recente, divulgado esse mês, trouxe diversos achados muito relevantes, e um deles foi que mais da metade das mulheres brasileiras afirmam que já foram afetadas direta ou indiretamente pelas apostas, seja apostando elas mesmas, seja convivendo com alguém que aposta.

E aqui o elemento humano é relevante, esses números têm nome. Aqui é um caso que se tornou paradigmático, que foi bastante noticiado do Danilo, que era um policial militar que tirou a própria vida aos 41 anos, em 2023. Ele começou buscando renda extra para equilibrar contas. E a família fez de tudo, buscou ajuda psicológica, psiquiátrica, chegou a confiscar o celular dele, e nada disso acabou contendo a compulsão. Então, eu queria só que a gente pensasse nesses números como histórias de vida, que a gente guarde isso, principalmente quando a gente disser que a resposta é a responsabilidade individual, porque diversas famílias, como a da Raquel, do Danilo, tentaram. E o que faltou não foi o esforço pessoal, foi uma proteção que tem que ser coletiva, uma regulação que tem que ser coletiva.

O meu segundo ponto, falando em solução coletiva, é que as apostas também vêm dando prejuízo para a sociedade em geral. E aqui eu passo para o meu segundo ponto, que é: essa conta não fecha, e quem paga é a população.

Esse próximo eslaide é de um estudo nosso, publicado em dezembro do ano passado, em que a gente demonstra que a comparação do que o setor recolheu com o que é estimado como custo social das apostas significa que, para cada real que o Estado arrecada, o país gasta pelo menos algo em torno de R$4 para lidar com o estrago. Então, as nossas estimativas partem de uma metodologia muito séria do Governo britânico, claro que ajustada pela paridade do poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de compra. É uma metodologia bastante conservadora, porque ela só captura o que o sistema de saúde consegue registrar, que em danos de saúde chega a R$31 bilhões, e ela não computa, por exemplo, o custo de danos financeiros individuais, a perda dos jogadores ou de outras famílias, pessoas afetadas.

Passando para o terceiro ponto, esse terceiro ponto se relaciona a uma naturalização e uma onipresença das apostas *online* na nossa vida. Acho que isso apareceu bastante na fala da Senadora Damares, anteriormente na fala do Senador, que é que hoje não existe como a gente desver ou não ver as apostas. Então, cobertura esportiva se tornou indissociável da publicidade de apostas, todos os grandes clubes estampam, as placas giram em torno de uma partida, ou seja, o produto também está na mão da população 24 horas por dia, sem intervalo, entre um clique e outro. E isso não acontece à toa. Esses são dados do Ibope, de que em 2024 o setor triplicou o investimento em publicidade digital. Isso não acontece à toa, ele vai para redes sociais, ele vai para anúncio em buscadores, como Google e outros.

Aqui a gente está falando, então, de uma entrega algorítmica em massa de plataformas digitais, que são um produto que vicia a população. E é justamente nesses ambientes digitais – apareceu bastante na fala dos demais expositores – que as nossas crianças e adolescentes estão cada vez mais presentes. Então, por conta desse alastramento em meio digital, 53% das crianças e adolescentes brasileiros de 9 a 17 anos já viram alguma publicidade de aposta, chegando a um número alarmante de 63% entre 15 e 17 anos. E essa relação entre a exposição a esses anúncios, a publicidade, e o próprio consumo, o ato de apostar, é comprovadamente posto pela ciência.

Então, a gente traz aqui alguns dados de uma revisão guarda-chuva que cobriu oito revisões sistemáticas, 74 estudos, que sustenta uma relação que é causal entre a exposição à publicidade de apostas e o aumento da participação do ato de apostar e o maior risco de dano, especialmente para quem é mais vulnerável. Então, quanto mais dinheiro para a publicidade o setor coloca, mais novos apostadores, maior volume apostado e, por consequência, pode ser maior o potencial de dano.

Já me encaminhando para os últimos eslaides, diante de tudo isso, acho que a pergunta que fica para nós, enquanto sociedade, para todos nós, é: por que incentivar o consumo, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio da publicidade massiva e, enfim, de diversos mecanismos, de um produto que é nocivo à saúde?

Um precedente brasileiro: é claro que não são mercados equivalentes, mas é importante pontuar que o Brasil já enfrentou o caso do tabaco, em que a proibição de propaganda teve um papel relevante para a diminuição da prevalência de fumantes, que caiu de quase 35% em 1989 para quase 9% em 2023, que é uma queda de quase três quartos, bastante expressiva. E a avaliação feita, um estudo avaliativo dessas políticas mostrou que as restrições de *marketing* responderam por 14% desse efeito, que é algo bastante significativo.

Voltando para as apostas, a gente pretende lançar um estudo ainda este ano, a gente vem explorando experiências internacionais, e eu queria aqui só trazer... Por conta do tempo, eu vou focar no exemplo da Espanha, que é um exemplo de um decreto de 2020 que restringiu, por lei, a publicidade em TV e rádio, plataformas de vídeo, para uma janela de tempo que era entre 1h e 5h da manhã, da madrugada; vedou o uso de pessoas públicas, celebridades, influenciadores; proibiu o patrocínio de clubes e estádios. Foi realmente um decreto bastante amplo para impor esses limites à nova captação de usuários e para também providenciar a detecção de risco.

A avaliação – esses são dados do próprio regulador espanhol, a avaliação usa esses dados oficiais do regulador espanhol e foi publicada numa revista, revisada por pares – encontrou uma redução permanente de 263 mil novas contas e de 216 milhões de euros apostados por trimestre. Então, aqui, basicamente, nesses gráficos, a linha cheia é o que aconteceu, e a linha tracejada é o que teria acontecido sem o decreto. E aí, no primeiro painel, o que a gente vê é das contas novas; do segundo e do terceiro... Contas ativas, o segundo; e o terceiro, total apostado.

Então, na verdade, essa medida atingiu o recrutamento de novos apostadores, que é o esperado de alguma medida de prevenção, é exatamente isso. E não se alterou quem já jogava o montante apostado nas operadoras legalizadas. Então, a gente acha essa uma evidência bastante importante, que a gente vai publicar dentro das próximas semanas para suscitar este debate comparativo internacional.

E meu último ponto aqui, para fechar a exposição, são os cinco principais pontos que nós destacamos do PL 2.470, o que pode mudar quando aprovado e que nós vemos como muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benéfico. Então, o primeiro ponto, que é de enquadramento do problema: o PL trata as apostas como questão de saúde pública, e não com uma modalidade comum, comercial de entretenimento. Ele cria a classificação de risco sanitário, inclui o Ministério da Saúde como órgão competente para definir esse sistema de classificação de risco.

Então, só para trazer um pouco mais de materialidade, hoje o cassino ao vivo, os jogos de ciclo curto, apostas esportivas, eles seguem o mesmo tipo de regime. Então, o PL permite já distinguir esses produtos por alguns critérios técnicos objetivos relacionados a esse *design*, que podem ser levados em consideração para graduar esse dano.

Até conectando com a pergunta anterior, Senador, nós acreditamos que a via de classificação de risco pode se dar para esse *design* manipulativo, sem a gente precisar aguardar os dados epidemiológicos, que podem demorar bastante tempo para acontecer, e a gente está super à disposição para colaborar nesse sentido.

O terceiro ponto aqui é a restrição de publicidade, patrocínio e propaganda, já muito explicitada nas falas também. Isso aconteceria em diferentes meios de comunicação e eventos. Hoje a gente olha para os parâmetros de conteúdo, o que seria a publicidade responsável. Aqui a gente inverte e restringe de fato publicidade, patrocínio e propaganda.

O quarto ponto, até concordando com a exposição anterior do representante do IBJR, é que é necessário, sim, ampliar a responsabilização para as redes sociais, para as plataformas de anúncio, para os intermediários digitais de forma geral. A gente precisa alcançar essa cadeia de distribuição digital, que é justamente por onde o mercado ilegal também mais circula. Então, esse ponto também é trazido pelo PL.

E, por último, o PL também protege quem está em risco sem depender de que o próprio apostador peça para se autoexcluir. Então, proíbe também que as operadoras utilizem histórico de perda, de endividamento, tentativa de pausa, para direcionar bônus, notificações. E uma pergunta que a gente se faz aqui, em relação à proteção de grupos vulneráveis, é se, por exemplo, o setor de *bets,* o setor de apostas consegue calcular hoje qual o percentual da receita das empresas que acaba vindo dos apostadores que são classificados como apostadores de comportamento de risco. Esse é um dado que a gente gostaria muito de ter para entender se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse é, de fato, um modelo de negócios que é concentrado em pessoas que têm esse potencial de adoecer ou não.

Por fim, acho que o principal pedido aqui, pelo Ieps e pelas demais organizações que compõem uma coalizão que vem acompanhando – outras 21 organizações – a tramitação desse projeto de lei, é pela aprovação célere desse PL, que é muito relevante para o Brasil, e que as apostas *online* recebam uma regulação que seja compatível ao dano social e ao dano para a saúde que elas geram.

Mais uma vez, eu agradeço e interrompo por aqui a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SE) – Muito obrigado pela apresentação, Rebeca.

Vou passar a palavra para Daniel Amaral Nunes Carnaúba, que é Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

Daniel, a palavra está com você.

O SR. DANIEL AMARAL NUNES CARNAÚBA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, queria agradecer esta oportunidade e parabenizar a Comissão de Ciência e Tecnologia pela iniciativa de realizar esta audiência pública. Para nós, da Senacon, é uma excelente ocasião para que nós possamos tanto expor os trabalhos que estamos fazendo, até agora, com relação a esse problema – que não é apenas um problema econômico, mas é um problema social –, como também nos manifestar sobre possíveis melhorias no aparato regulatório que atualmente está posto no Brasil.

Eu dividi justamente, aqui, minha apresentação – vou fazer uma apresentação exclusivamente oral – em duas partes. Vou tratar um pouco do que tem sido feito com a atual legislação e em que sentido. E já adianto aqui: eu acredito que essa proposta, essa iniciativa do Senado de promover o aprimoramento da atual legislação é algo bastante meritório, é algo por que nós devemos nos felicitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira coisa, eu acho que uma das principais causas do problema que nós enfrentamos hoje com o mercado de *bets*, o mercado de jogos de azar – acho bom trazer a palavra de volta –, é justamente o fato de que elas foram autorizadas a funcionar em 2018, mas a regulamentação só veio mesmo a partir de 2023, ou seja, a gente teve um hiato de anomia, de falta de regulamentação que acabou produzindo um mercado que atua meio fora de qualquer parâmetro regulatório ou parâmetro normativo. E a gente está tendo uma dificuldade enorme agora de enquadrar esse mercado, de domesticar esse mercado que esteve tanto tempo acostumado a operar fora de qualquer regulamentação.

Nesse sentido, vejam, é natural que nós ainda não tenhamos atingido um estágio de maturidade regulatória. É um mercado novo, é um mercado que cresce exponencialmente nesses últimos anos – teve um crescimento bastante importante agora com a última Copa do Mundo –, e nós ainda estamos naquele estágio de fazer testes de acertos e erros, e de melhorias na legislação prevista, atualmente vigente. Nesse sentido, eu me felicito de ter falado aqui depois da Andiara, que já fez um bom panorama sobre a atual regulamentação desse mercado, mas não é algo que a gente deva considerar como definitivo. A gente está em construção, está em testes e avaliações para melhorar esse aparato regulatório.

Dentro do que a gente já tem, de todas as regulações e da própria lei de 2023, o que a Senacon tem feito? A Senacon tem atuado diretamente em dois setores aqui. Primeiro, com processos próprios, principalmente processos sancionatórios, sempre em diálogo muito forte, muito presente com a Secretaria de Prêmios e Apostas. E nós temos atuado também com uma das nossas funções institucionais, que é justamente a de coordenar todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, de coordenar principalmente a atuação dos PROCONs, das Defensorias e dos Ministérios Públicos, voltados à proteção do consumidor.

Pois bem, no aspecto sancionatório, nós temos aqui diversos processos atualmente em curso. Tivemos mais de 130 processos de monitoramento de mercado que foram abertos, em 2024, para averiguar a publicidade dirigida ao público de crianças e adolescentes e também o problema da bonificação, que muitas vezes era oferecida por empresas de *bets*, desrespeitando a regulamentação da própria Secretaria de Prêmios e Apostas. Nós temos também processos sancionatórios atualmente em curso averiguando condutas de canais de *streamings* e de canais de televisão, cuja publicidade pode ter violado as regras atualmente vigentes. Temos também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos sancionatórios em face a influenciadores digitais, diversos influenciadores digitais, que fomentam principalmente *bets* ilegais e também processos sancionatórios em face de empresas que fornecem jogos para o mercado ilegal. Então, temos atuado com base na legislação vigente, num diálogo muito forte com a Secretaria de Prêmios e Apostas, e nossa atuação, em certo sentido, é complementar à atuação sancionatória da Secretaria de Prêmios e Apostas. Em geral, a gente atua naquilo que foge ao escopo primordial da própria Secretaria de Prêmios e Apostas.

Paralelamente a isso, também dentro do nosso esforço de diálogo, de articulação com a secretaria, nós tivemos recentemente a publicação de uma portaria interministerial entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Fazenda que reforçou uma série de normas relativas à publicidade e à proteção do público infantil. É a Portaria Interministerial nº 73, de 2026, que, entre várias questões, primeiro, reforçou justamente a responsabilidade de *sites*, canais de televisão e influenciadores digitais pela divulgação de propaganda de *bet* ilegal. Isso já era algo que, de certa forma, era proibido pela própria legalização vigente, mas aqui a gente tem uma norma administrativa mais específica que vai tratar justamente desse problema. Essa portaria também estabelece de forma muito clara a responsabilidade das pessoas físicas que participam dessa cadeia de publicidade ilegal. Ela reforça uma série de outras regras de publicidade justamente a partir da experiência que tivemos com a Copa do Mundo. Acho que esse foi um momento em que a questão da publicidade de *bets* esteve muito em evidência, houve, de certa forma, uma comoção social em torno de uma série de práticas predatórias e ilícitas que foram implementadas por várias *bets* ilegais. E, por fim, é uma portaria que reforça a proteção da criança e do adolescente, evitando que eles tenham acesso a esse tipo de aplicativo, a esse tipo de mercado, e também para evitar que a publicidade lhes seja dirigida.

Paralelamente a isso, como órgão organizador e articulador do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, a Senacon tem desenvolvido operações conjuntas com os diversos PROCONs do país. Nós tivemos aqui, no mês passado, uma grande oficina, que contou com dezenas de representantes de PROCONs do Brasil inteiro, em que nós instruímos e, de certa forma, desenvolvemos um curso para fiscalização de *bets* e, principalmente, de publicidade ilegal de *bets*. E pretendemos aqui realizar *workshops* itinerantes em vários locais do país para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fomentar a participação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor na fiscalização dessa publicidade.

Pois bem. Apesar de a gente ter feito uma série de iniciativas voltadas ao mercado de *bets*, nós temos que reconhecer que o atual aparato regulatório não é suficiente. De novo, é um mercado novo, é um mercado em evolução. E a iniciativa do Senado de promover o aprimoramento da atual legislação parece justamente partir dessa ideia de que é necessário aprimorar. E o que eu acho interessante aqui – e a Rebeca, que me antecedeu – é que esse projeto de lei, o Projeto de Lei 2.470, de certa forma, endereça os principais problemas que nós encontramos hoje no mercado de *bets*, no mercado de apostas de quota fixa. Eu diria aqui que essa proposta legislativa é particularmente interessante, porque ela coloca justamente esse serviço de aposta como um produto de risco, de alto risco. Isso é muito importante para efeitos de regulação dentro do mercado de consumo, porque serviços e produtos de alto risco são regulados, têm uma regulação específica dentro da legislação consumerista, que são os arts. 8º a 10 do CDC, que preveem uma série de normas de informação e de segurança reforçadas para aqueles produtos que são considerados produtos de risco, produtos de alta periculosidade. Então, o reconhecimento legislativo de que esse produto, de que esse serviço é um serviço de risco é muito importante para efeitos de inserção desse tipo de serviço na regulação de consumo.

Essa legislação também é bastante interessante, porque ela aborda um segundo problema, que também foi mencionado pela Rebeca, que é o problema do *design* manipulativo, dos *data patterns*. Ela trata de maneira bastante clara, combate de maneira bastante clara essa prática que é feita não só pelas *bets* legais, mas também pelas *bets* ilegais de introduzir interfaces manipulativas que fazem com que direcionem os usuários a tomar decisões que provavelmente eles não tomariam se o cenário fosse apresentado de outra forma para eles. Cria proteção especial para os grupos vulneráveis, reforça as regras de autoexclusão e bloqueio de *marketing* para usuários de risco e trata da publicidade, propõe uma série de regras de publicidade destinadas a restringir essa publicidade abusiva e predatória, que hoje está tão disseminada no mercado. Então, eu diria que o projeto de lei, de certa forma, é bastante interessante, porque ele justamente toca nos pontos centrais que atualmente necessitam de um cuidado maior regulatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu gostaria só de finalizar – acho que já extrapolei o meu tempo – identificando aqui três pontos que eu acho relevantes e que geralmente são trazidos quando nós tratamos de regulação desse mercado. Eu estou bastante acostumado... Com bastante frequência, nós participamos, aqui, na Senacon, de mesas e de rodadas de conversa sobre regulação desse setor e, geralmente, nesse tipo de conversa, são apresentados três argumentos em relação aos quais a gente tem que ter um certo cuidado. São três argumentos que justamente visam a impedir ou visam a barrar qualquer tipo de avanço na regulação. E quais são eles?

O primeiro argumento que geralmente é levantado nesse tipo de roda de diálogo é que as *bets* não são culpadas pelo endividamento da população; que o principal culpado pelo endividamento são os bancos. E por que esse argumento é perigoso, por que esse argumento é falacioso? É óbvio, vejam: porque banco, evidentemente, em qualquer país do mundo – e não só no Brasil –, é o principal fator de endividamento de famílias. Isso é óbvio. Por quê? Porque o produto oferecido por banco é justamente o financiamento. Quando o banco oferece um financiamento de um imóvel, quando oferece um financiamento de um carro ou quando o consumidor toma um financiamento, por exemplo, para fazer estudos de ensino superior, ele evidentemente compromete grande parte da sua renda. Os bancos, pelo próprio serviço que oferecem, sempre vão ser a principal causa de endividamento em qualquer sociedade.

Ao que é que a gente tem assistido, contudo? As *bets* vêm, cada vez mais, se tornando o segundo maior fator de endividamento das famílias. Elas estão se aproximando... Óbvio, elas nunca vão se aproximar do mercado financeiro. No dia em que se aproximarem, no dia em que as *bets* representarem um terço da causa de endividamento das famílias, a gente estará num mercado de absoluto caos social. Então, a gente tem que ter bastante cuidado com essa comparação, porque são tipos de produtos bastante diferentes.

O segundo argumento que geralmente é trazido para essas rodas de conversa é que o problema são as *bets* legais, não propriamente as *bets* ilegais. E por que é que esse argumento é problemático? Porque ele ignora que as *bets* ilegais também cometem, também praticam uma série de condutas que induzem o apostador a uma situação de endividamento e, muitas vezes, a uma situação de exclusão social. Eu dou o exemplo aqui: o fenômeno das *dark patterns*, o fenômeno do *design* manipulativo, está presente tanto nas *bets* legais quanto nas *bets* ilegais; o fenômeno da publicidade predatória, da publicidade em massa, está presente tanto nas *bets*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legais quanto nas *bets* ilegais. Então, de fato, vejam: *bets* ilegais são um grande problema, mas isso não pode nos levar à conclusão de que nós não temos que aprimorar nossa regulação com relação às *bets* legais.

E, por fim, um outro argumento geralmente trazido para este tipo de ambiente de debate é que o mercado de *bets* é muito importante porque ele recolhe tributos, porque ele financia setores importantes, como, por exemplo, o setor esportivo, times de futebol, competições esportivas, e vejam, primeiro, a Rebeca acabou de trazer um dado importante de que isso não é verdade. Apesar de haver um ganho tributário, os malefícios sociais trazidos, no final do dia, não compensam esses ganhos. E eu iria um pouco além. É verdade: hoje, as *bets* são uma principal fonte de financiamento de eventos esportivos, mas a pergunta que a gente tem que fazer é: a que custo? Qual é o custo? De onde está vindo esse dinheiro? Porque, vejam, se a gente vai financiar esporte endividando família, provocando suicídio, fazendo com que os consumidores percam todo o seu patrimônio, eu acho que é um tipo de financiamento que não vale a pena, que a gente deve reavaliar, e eu acho que não há nenhuma outra entidade com melhor capacidade de avaliação para tecer esse juízo político do que o Legislativo.

Então, mais uma vez, parabenizo o Senado por essa iniciativa, por essa proposta de aprimoramento da legislação. Saibam que terão sempre, na Senacon, um grande parceiro para esse tipo de iniciativa.

E, com isso, encerro aqui a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SE) – Agradeço muito pelas palavras e pela contribuição.

E, para encerramento da audiência, passo a palavra para a Sra. Carla Cristina Santos Rodrigues, que é Coordenadora de Plataformas e Mercados Digitais na Data Privacy Brasil.

A SRA. CARLA CRISTINA SANTOS RODRIGUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Alessandro, senhoras e senhores da Comissão e todos que assistem. Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SE) – Sim, estamos ouvindo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA CRISTINA SANTOS RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Em nome da Data Privacy Brasil, agradeço primeiramente o convite para participar desta Comissão, desta audiência da Comissão, e contribuir para o debate sobre o projeto de lei em questão.

Meu nome é Carla Rodrigues. Sou Coordenadora de Plataformas e Mercados Digitais da Data Privacy Brasil, Doutora e Mestre em Comunicação Política pela Universidade Federal da Bahia e Pesquisadora, em estágio pós-doutoral, no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital.

Então, a Data Privacy Brasil, para vocês entenderem, saberem um pouquinho melhor, é uma organização sem fins lucrativos de ensino, pesquisa e incidência, fundada desde 2018, e que deu origem, em 2020, a uma associação de pesquisa.

Então, as duas entidades foram integradas em 2026, sob uma missão de promover os direitos fundamentais e valores de justiça social diante dessa "datificação" massificada de toda a sociedade, produzindo conhecimento e fortalecimento de construções de um ecossistema informacional justo.

Então, em oito anos, formamos mais de 6 mil profissionais, atuamos em casos estruturantes do próprio Supremo Tribunal Federal, integramos por dois mandatos o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais, da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), e secretariamos a força-tarefa de transformação digital do T20, sob a presidência brasileira em 2024.

Então, a partir dessa experiência, é que desenvolvemos pesquisas sobre plataformas e mercados, incluindo o que temos chamado sob "plataformização de vício", que é um estudo de como os dados da publicidade, recomendações, incentivos e mecanismos de engajamento podem estimular comportamentos recorrentes. Então, essa perspectiva nos permite olhar para apostas não apenas como uma escolha individual, mas como uma atividade inserida em um ambiente digital que pode favorecer o acesso à normalização e à dificuldade de interrupção.

Então, a primeira questão que eu trago aqui a todos é para a gente olhar e reconhecer que é uma escala de um mercado de apostas que alcançou o Brasil. As plataformas de apostas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como um todo, passaram a ocupar esse espaço extremamente relevante na nossa economia; então estão no esporte, no entretenimento, na publicidade, como foi dito aqui hoje.

Os dados mais recentes do próprio Procon reforçam justamente esta preocupação. Uma pesquisa que eles realizaram em dezembro de 2025 e em janeiro de 2026, com 2.724 consumidores, mostrou justamente que 39% dos apostadores declararam ter-se endividado depois de iniciarem a sua relação com *sites* de jogos e apostas *online*. Então, esses dados podem ser interpretados na dimensão da escala econômica e social do fenômeno, ou seja, milhões de pessoas e dezenas de milhares de reais movimentados por plataformas digitais, que combinam dados, publicidade, pagamentos instantâneos e mecanismos de engajamento e retenção. Por isso a discussão sobre redução de danos precisa considerar não apenas a decisão individual de apostar, mas também a arquitetura digital dessas plataformas.

Então, quando falamos da redução de danos, portanto, não estamos simplesmente tratando de um fenômeno pequeno, excepcional e estritamente privado a um indivíduo: estamos tratando justamente de uma atividade de escala nacional, organizada por empresas e plataformas capazes também de operar esses jogos dentro da sua arquitetura e em grande velocidade, com base em informações detalhadas sobre o comportamento de cada usuário. Então, os riscos associados a essas apostas não se distanciam igualmente pela população.

Uma pesquisa feita pelo próprio DataSenado, que a realizou com 21.808 pessoas, identificou que 12% da população de 16 anos ou mais havia realizado apostas esportivas nos últimos 30 dias anteriores à entrevista, sendo a entrevista em 2024. Esse dado indica uma presença significativa já das apostas entre famílias também de baixa renda.

O próprio Procon, também, de São Paulo, identificou justamente isso, a partir do momento em que ele nos traz os dados de que 38% dos apostadores tinham renda de até dois salários mínimos, enquanto 56% afirmaram ter se influenciado por propaganda com celebridades.

Então, mais do que indicar quem aposta, esses números nos ajudam também a entender em quais contextos a atividade está inserida – na juventude, quanto a desigualdade econômica, quanto a maior exposição a uma publicidade –, esses contextos em que os impactos podem ultrapassar o indivíduo e alcançar a economia familiar, comprometendo recursos destinados à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação, à moradia, à educação, à saúde e a outras necessidades básicas do brasileiro, e mesmo a quantidade apostada, que pode representar uma sequência muito diferente conforme a renda e as condições de cada família brasileira. É nesse sentido que o próprio PL 2.470, de 2026, acerta em aproximar a saúde mental, proteção do consumidor e economia familiar, que são dimensões extremamente fundamentais e que se influenciam mutuamente.

Essa perspectiva dialoga bastante com uma discussão sobre a economia do vício. Na Data Privacy Brasil, a gente tem um *podcast* chamado Dadocracia, e nele, no episódio 206, a gente trata, com o Professor de Estudos Avançados da USP Ricardo Abramovay, de como os mecanismos de dependência podem ser incorporados aos modelos de negócio digital, ajudando a compreender também essa dinâmica das apostas *online*. A gente traz para a sociedade uma forma de como essa compreensão, através da própria pesquisa em plataformas digitais, pode fazer com que a gente entenda um pouquinho dessa arquitetura. Então, o risco não está apenas na aposta, mas também na forma como essa experiência é desenhada para estimular essa permanência de retorno, como já foi dito aqui, nesta audiência.

Essas plataformas podem combinar velocidade, recompensas, notificações, bônus, *cashbacks*, cada vez mais apostas gratuitas e mecanismos de quase ganho, além de contagens regressivas, mensagens de urgência, *rankings*, animações, tudo que faça estimular o usuário a estar criando uma experiência de alta intensidade e baixa reflexão. Essa arquitetura reduz bastante as barreiras entre a aposta e uma próxima aposta, ou seja, o usuário pode receber uma notificação, acessar essa plataforma, utilizar um saldo disponível e apostar em poucos segundos, ou durante uma partida, ou no transporte público, ou logo após uma perda, por exemplo. Quanto menor a fricção, maior a possibilidade de repetição, dificultando cada vez mais a percepção sobre o valor acumulado e a própria extensão das perdas.

Esses mecanismos se relacionam completamente com o conceito que a gente chama de *addicted by design*: não significa que todo usuário perderá o controle, mas se reconhece que as escolhas de *design* não são neutras, elas podem alterar o ritmo das decisões de cada usuário, a percepção de risco e a probabilidade de novas apostas.

Ao mesmo tempo, existe uma forte assimetria de informações, então as plataformas podem monitorar comportamentos – e aí eu falo das plataformas de *big techs* –, testar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivos, identificar também estratégias de retenção de público, enquanto o usuário raramente sabe o que está sendo determinado enquanto oferta nas apostas *online*, sejam elas ilegais ou não. Esse estímulo lhe foi apresentado. Então, a redução de danos não pode somente se limitar a mensagens como "jogue com responsabilidade", é necessário regular também o próprio *design* do produto com testes independentes de risco, documentação das escolhas de *design* e auditoria de sistemas de recomendação e personalização. Se a plataforma é cada vez mais sofisticada ao explorar essas vulnerabilidades, essas escolhas também precisam estar sujeitas a uma regulação antes que o dano se consolide, e não apenas depois.

O segundo elemento, e último, dessa arquitetura é justamente a publicidade. As plataformas de apostas construíram uma presença massiva no esporte, no entretenimento, envolvendo clubes, atletas, influenciadores, artistas, criadores de conteúdo, transmissões esportivas. Essa presença também ocorre em conteúdos híbridos, nos quais a publicidade se mistura com o entretenimento, a análise esportiva, o humor, a experiência pessoal do influenciador, em que se torna muito menos evidente seu caráter comercial, potencializando essa persuasão caso a caso. O problema, portanto, não é apenas divulgar a existência de uma empresa, mas normalizar e estimular as apostas, associando-as à diversão no seu dia a dia.

Então, essa exposição é especialmente relevante para crianças e adolescentes e para pessoas que já apresentam comportamento de risco. E o cenário se torna ainda mais complexo quando a publicidade é personalizada para dados, sistemas, algoritmos.

O Brasil afirma que crianças e adolescentes não podem apostar, mas impedir que crianças e adolescentes criem contas em plataformas de apostas *online* não significa impedir sua exposição à aposta. Então, por exemplo, a própria TIC Kids Online Brasil, em 2025, mostrou que 53% dos usuários da internet, entre 11 e 17 anos, disseram ter visto vídeos e imagens de pessoas promovendo apostas *online*. Ou seja, o dado evidenciou a contradição com o ECA Digital, que reconhece as apostas como conteúdo nocivo, o que está no art. 6º, e também veda o perfilamento de crianças e adolescentes para a publicidade dirigida, como está no art. 22, e estabelece também a proteção contra o uso de dados e perfis comportamentais, inclusive aqueles que são construídos para inferências, como no art. 26. E essa exposição ocorre em redes sociais, vídeos, transmissões esportivas, de uma forma completamente ampla, e fora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também das plataformas de apostas, por isso a proteção não deve se limitar à verificação da idade dentro das plataformas, já que está no seu ambiente social como um todo.

A própria publicidade de apostas envolve esta cadeia de agentes, como operadores, anunciantes, *influencers*, clubes, plataformas, agências, empresas de tecnologia, com diferença em níveis de controle, influência e benefício também econômico, por isso as responsabilidades devem ser proporcionais ao papel de cada um, principalmente sobre a capacidade de prevenir e evitar esses danos.

Então, é preciso que a gente tenha mais transparência, fiscalização e responsabilização. É preciso saber quem recebeu determinado tipo de anúncio e quem foi alcançado. Sem essas informações, a fiscalização permanece limitada. E a proteção não pode ser transferida integralmente ao consumidor, que ocupa a posição mais vulnerável e menos informada da relação.

Então, senhoras e senhores, Senador, gostaria de encerrar retomando a expressão "economia familiar", presente no próprio título do Projeto de Lei 2.470, e reconhecer o avanço da matéria.

Os impactos das apostas não se restringem somente aos indivíduos. O Brasil já reconhece, e o próprio ECA Digital, que as apostas são conteúdos nocivos para crianças e adolescentes e que essas formas de perfilamento que acontecem através da própria publicidade e a regulação de apostas podem superar essa abordagem que transfere ao consumidor toda a responsabilidade, superar essa abordagem de comportamento diante das plataformas, que são desenhadas para estimular o engajamento e a recorrência.

Então, a principal contribuição da Data Privacy Brasil para esta audiência é, portanto, defender a prevenção de danos, para que ela comece muito antes de que o dano se consolide; e atentar para o desenho dos produtos, da publicidade no uso dos dados, nos sistemas de recomendação e arquitetura de plataformas.

Queremos proteger também a saúde mental, os consumidores, as crianças e adolescentes, a economia familiar. Precisamos regular o ecossistema das apostas e distribuir as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidades entre aqueles que desenham, financiam, promovem, direcionam e aqueles que também se beneficiam.

Então, estamos à disposição para colaborar. Muito obrigado por este espaço. Espero que seja muito proveitoso para todos este debate, que é muito importante, na Casa do Senado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - SE) – Agradeço pela contribuição.

Registro a colaboração, consideração, questionamentos, de diversos estados, de quem está nos acompanhando, e isso vai continuar no ambiente *online*. Esse é um projeto urgente para o Brasil. Claro e evidente que nós temos muito a conversar, a trabalhar em cima dele, mas a expectativa é que a gente possa já amanhã apresentar uma primeira versão de relatório para que esse projeto possa avançar.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas do dia hum de setembro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Wilder Morais, Carlos Viana, Fabiano Contarato, Eduardo Braga e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 86/2026 - CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater sobre o estabelecimento de um Centro de Terapia Celular. **Participantes:** Evandro de Oliveira Lupatini, Coordenador-Geral de Ações Estratégicas em Pesquisa do Ministério da Saúde (CGAEP/MS); Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CGSB/MCTI); Grace Corrêa Pereira, Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e paciente; João Batista da Silva Júnior, Gerente de Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (GSTCO/Anvisa); e Guilherme Lepski, Professor de Neurocirurgia e Pesquisador da Universidade de São Paulo (USP). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/09/01

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de setembro de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abro aspas, "debater sobre o estabelecimento de um Centro de Terapia Celular", em atenção ao Requerimento nº 86, de 2026, desta Comissão, de minha autoria.

Eu leio a justificativa do requerimento, quando este foi apresentado para a Comissão:

As doenças neurológicas representam uma das maiores cargas de sofrimento humano e incapacidade da atualidade. Condições como doença de Alzheimer e outras demências, esclerose múltipla, atrofia de múltiplos sistemas, sequelas de hipóxia cerebral, lesões medulares, doença de Parkinson e síndromes parkinsonianas atípicas acometem milhares de brasileiros.

Essas doenças não atingem apenas o paciente; elas transformam profundamente a vida de famílias inteiras.

Apesar dos avanços da medicina moderna, a maioria dessas doenças ainda não dispõe de tratamento causal efetivo. Em outras palavras, na maior parte dos casos, a medicina atual consegue apenas aliviar sintomas, retardar parcialmente a evolução ou oferecer medidas de suporte. Por isso, o desenvolvimento de terapias celulares regenerativas para doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neurológicas graves, progressivas e incapacitantes é uma área de extraordinária relevância médica, científica, social e estratégica para o Brasil.

Diante desse panorama, a realização desta audiência pública mostra-se fundamental para debater o apoio institucional e político do Senado Federal ao desenvolvimento de terapias celulares regenerativas no Brasil.

Então, é uma audiência da mais alta importância, atendendo a uma demanda que não é só da sociedade brasileira, mas é também mundial. Temos pesquisadores e instituições da mais alta relevância também em nosso país, para debatermos um centro de terapia celular.

Por isso, é importante a participação do Executivo, porque, inclusive, nós colocávamos a situação de que não é o Congresso Nacional que tem a autoridade de debater a criação de um centro de terapia celular. Essa é uma atribuição do Executivo, aqui presente nesta audiência, mas todos nós, em conjunto, inclusive com a sociedade em geral, temos que refletir sobre o assunto, achar caminhos, construir caminhos que realmente envolvam o atendimento das necessidades das pessoas.

Participarão presencialmente os seguintes convidados: aqui à minha esquerda, a Dra. Grace... "Greice" ou "Grace"?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – "Greice".

Dra. Grace Corrêa Pereira, Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e paciente, é importante que se destaque, nada sobre nós sem nós. Então, a pessoa como a Dra. Grace... Milhões de pessoas poderiam participar e contar a sua trajetória de vida, suas necessidades.

À minha direita, o Dr. Guilherme Lepski, que é Professor de Neurocirurgia e Pesquisador da Universidade de São Paulo.

Sejam bem-vindos, tanto o Dr. Guilherme como a Dra. Grace.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também à minha esquerda, Thiago de Mello Moraes, a quem agradeço a presença já de antemão, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ainda participará da mesa João Batista da Silva Júnior, Gerente de Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Está participando por videoconferência o Dr. Evandro de Oliveira Lupatini, Coordenador-Geral de Ações Estratégicas em Pesquisa do Ministério da Saúde. Muito bem-vindo também, Dr. Evandro.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. Agradeço já, de antemão, aos meios de comunicação do Senado, que, na verdade, mostram a audiência pública por diversas vezes para a sociedade brasileira, e tenho absoluta convicção de que todos que acompanharem esta audiência terão muito interesse nos desdobramentos.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. A gente vai prorrogar também por algum tempo para que não haja nenhum problema – sabe, Dr. Lepski? –, porque eu sei que a Dra. Grace e o Dr. Lepski já pediram um pouquinho mais e não haverá problema.

Eu quero saudar – mencionei o nome – o João Batista da Silva Júnior, que é Gerente de Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Muito bem, então já lemos o requerimento e a justificativa do requerimento.

Queremos dar novamente as boas-vindas aos convidados e à Dra. Grace também.

Passamos então, em primeiro lugar, a palavra à Dra. Grace Corrêa Pereira, Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GRACE CORRÊA PEREIRA (Para expor.) – E paciente... (*Risos.*)

Senhoras e senhores, boa tarde. Eu gostaria inicialmente de agradecer ao Senador Flávio Arns pelo convite, pela iniciativa desta audiência e cumprimentar todos os presentes.

Estou aqui, como dito, como paciente, recém-operada pelo Dr. Lepski, pronta para testar sua capacidade técnica para desenvolver pesquisas de altíssima relevância para o país. Essa causa me sensibiliza, porque uma das frentes de pesquisa... (*Pausa.*)

Certo.

Essa causa me sensibiliza particularmente, porque uma das frentes da pesquisa busca desenvolver novas possibilidades terapêuticas para o glioblastoma, doença que matou minha mãe anos atrás. Por isso, quando comecei a estudar o projeto, a primeira pergunta que me ocorreu foi: quanto custa investir em um grande programa nacional de pesquisa em terapia celular, medicina regenerativa e doenças neurológicas? E, diante de tantas carências da saúde pública, seria esse investimento realmente uma prioridade? Creio, porém, que existe uma pergunta prévia. Quanto custa ao Brasil não desenvolver novos tratamentos? Porque há uma premissa que precisa ser afastada de pronto: a ideia de que não investir representa uma economia. Essa alternativa não existe. O Brasil já paga. Paga pelo medicamento, pelo *home care*, pela incapacidade laboral, pela aposentadoria precoce, pela judicialização e pelas internações compulsórias em UTI na rede privada.

Apenas para termos uma dimensão, olhando para um universo muito menor, o Distrito Federal, em estatística de uma única vara, a Vara da Saúde, em 2025, demonstrou que os bloqueios de dinheiro público destinados a assegurar medicamentos e serviços na rede privada alcançaram cerca de R$13 milhões.

Segundo dados da AGU, em 2024, as demandas judiciais envolvendo medicamentos representavam aproximadamente R$2,7 bilhões, direcionados a menos de 6 mil pacientes. Esse montante equivalia aproximadamente ao orçamento do Programa Farmácia Popular, que beneficia mais de 25 milhões de pessoas. E o valor total, em 2025, da judicialização, pagos pelo Ministério da Saúde, foi de R$715 milhões. Esses números mostram algo importante: a ausência de uma resposta terapêutica eficaz ou preventiva também tem preço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante da imensidão do tema, fizemos um recorte muito mais modesto. Examinamos demandas relacionadas a doenças neurológicas submetidas ao NatJus. Entre elas, a esclerose múltipla teve presença expressiva. O ocrelizumabe, utilizado no tratamento da doença, apareceu em 42 solicitações. Considerando apenas como referência de ordem de grandeza um custo anual de R$130 mil por paciente, poucas dezenas de demandas relativas a um único medicamento já são capazes de representar a disposição econômica de vários milhões de reais.

Em outro conjunto de processos, identificamos demandas envolvendo a atrofia muscular espinhal, com solicitação de Zolgensma, medicamento cujo custo pode atingir aproximadamente R$8 milhões por paciente – encontramos 12 casos. Isso não significa que o Estado tenha desembolsado R$96 milhões, mas demonstra que apenas 12 pretensões individuais podem alcançar uma exposição econômica teórica próxima dessa ordem de grandeza.

Outro exemplo é o everolimo, utilizado também em determinadas manifestações da esclerose tuberosa. Na Nota Técnica 352665, de 2025, diante do aparente esgotamento das alternativas disponíveis no SUS, o NatJus manifestou-se favoravelmente ao pedido de uma criança de 4 anos com essa doença, para a compra de everolimo de custo estimado de R$108 mil por ano. E, como se trata de uso contínuo, esse não é o custo total da doença ao longo da vida, mas apenas de um ano de tratamento em uma única criança. Com este exemplo, temos a demonstração da cadeia: doença neurológica rara, tratamento prolongado, falha de múltiplas terapias, judicialização e um custo superior a R$100 mil em um único caso. Mas o everolimo traz um dado adicional: ele passou a integrar uma estratégia de transferência tecnológica e produção nacional por Fiocruz. A trajetória desse medicamento permite, portanto, formular outra pergunta: quanto pode o país economizar quando deixa de ser apenas comprador de tecnologia e passa também a produzi-la?

Mas o ponto central deste debate não é o preço do medicamento, a conta não termina no medicamento. Um estudo brasileiro publicado em 2025, a partir dos dados do INSS, identificou 16 mil benefícios relacionados à esclerose múltipla entre 2014 e 2023. Em 99% dos casos, a concessão foi considerada precoce: a idade média era de apenas 38 anos. O impacto previdenciário estimado ultrapassou R$657 milhões em dez anos, além de representar 23.717 anos acumulados de afastamento da atividade produtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repare, porém, que o custo dessa mesma doença aparece em diferentes lugares: no Judiciário, como demanda de puro acesso; na saúde, como tratamento de alto custo; na assistência social e na previdência, como incapacidade, benefícios e aposentadorias precoces. Esse conjunto é o que eu proponho chamar de passivo neurológico. Em outras palavras, quando não conseguimos prevenir, modificar ou retardar a doença, o Estado não deixa de gastar; ele apenas passa a pagar a conta em outros orçamentos e, muitas vezes, depois que a incapacidade já se instalou.

E todas essas contas possuem uma variável comum: o tempo; porque, na doença progressiva, tempo não é apenas prognóstico, é custo. Veja um exemplo: em um caso de paralisia cerebral registrado no NatJus, o orçamento de assistência domiciliar multiprofissional, equipamentos, materiais e medicamentos alcançava aproximadamente R$121 mil por mês, mais de R$1,4 milhão por ano para um único paciente. Não apresento esse valor como média nacional – não é. Apresento para demonstrar a dimensão longitudinal da incapacidade, porque, em determinadas doenças neurológicas, a pergunta econômica deixa de ser apenas "quanto custa tratar?" e passa a ser "quanto custa manter, durante anos ou décadas, as consequências da incapacidade?".

Existe ainda outra dimensão desse passivo: o custo jurídico do atraso. Quando a demora indevida no diagnóstico ou no tratamento produz perda comprovável de uma oportunidade terapêutica relevante, pode surgir também uma responsabilidade indenizatória do Estado. E antes mesmo da indenização, o próprio atraso pode tornar a assistência muito mais cara. O atraso, portanto, pode produzir um efeito perverso: aumenta o custo humano, o custo assistencial e pode aumentar também o custo jurídico da doença.

Mas existe uma segunda dimensão do tempo, não apenas o tempo do paciente pela progressão da doença, mas o tempo da sociedade pelo envelhecimento da população. É essa combinação, duração da incapacidade e expansão da população de risco, que tende a ampliar o passivo neurológico brasileiro. Nas demências, essa já é uma realidade particularmente visível. O Relatório Nacional sobre a Demência, do Ministério da Saúde, publicado em 2024, estima que cerca de 8,5% da população brasileira com 60 anos ou mais vive com demência e calcula o impacto econômico de cerca de R$87,3 bilhões por ano. E, dependendo do estágio da doença, entre aproximadamente 73% e 82% desse custo é indireto, relacionado principalmente ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidado prestado por familiares e amigos. Isso acontece porque a doença não retira apenas a autonomia de quem adoece; retira também horas de trabalho, renda e capacidade produtiva de quem cuida. Mantidas as condições consideradas na projeção, o impacto econômico anual da demência pode alcançar R$126,8 bilhões, em 2030, e quase R$200 bilhões, em 2050. Estamos, portanto, diante de um passivo neurológico com potencial de expansão demográfica, e é aqui que a pesquisa deixa de ser um tema economicamente separado do problema e passa a ser uma das possíveis respostas a ele.

Todo esse panorama evidencia o desafio de equilibrar o direito constitucional à saúde com os limites orçamentários e estruturais do sistema público, especialmente diante da crescente demanda por terapias inovadoras e de alto custo. Mas demonstra também que uma nova tecnologia não deve ser avaliada economicamente apenas pela pergunta: quanto custa essa terapia? Precisamos, na verdade, indagar que custos ela pode evitar, reduzir ou postergar.

E é aqui que se encontra uma parte essencial do valor econômico da inovação terapêutica. É evidente que não podemos afirmar hoje que células-tronco curarão Parkinson, Alzheimer, esclerose múltipla, tumores cerebrais. E nem é preciso partir dessas promessas para justificar a pesquisa. Em doenças progressivas, preservar função, retardar progressão ou reduzir incapacidade já pode produzir enorme benefício humano e econômico. A ciência terá que demonstrar se isso é possível, e é justamente por isso que pesquisas sérias, como as desenvolvidas pelo Dr. Lepski e sua equipe na USP, devem ser avaliadas e apoiadas segundo critérios científicos rigorosos.

Existe finalmente uma questão estratégica. Grande parte do conhecimento das tecnologias médicas de alta complexidade e dos medicamentos utilizados no Brasil é desenvolvida fora do país, e, no final dessa cadeia, o Brasil entra como comprador – às vezes, inclusive como comprador por ordem judicial. Uma política nacional de pesquisa em terapia celular e medicina regenerativa pode começar a alterar essa posição. Se conseguirmos desenvolver, no país, medicamentos, terapias ou tecnologias capazes de substituir ou reduzir a dependência de tratamentos importados de altíssimo custo, o ganho poderá ser não apenas científico, mas social, econômico e estratégico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que pesquisa custa, mas existe um risco econômico que raramente colocamos na mesma equação: o risco de continuar importando a inovação. Por isso, talvez a escolha diante de nós não seja entre investir em pesquisa ou economizar, porque o Brasil já paga – e paga muito – pelas doenças neurológicas e pela insuficiência do sistema. A verdadeira escolha, talvez, seja outra: continuaremos pagando pelas consequências da doença ou começaremos a investir com rigor científico também na possibilidade de modificá-las?

Talvez, sejam estas as duas perguntas que devam permanecer ao final desta audiência pública: quanto custa desenvolver o futuro da medicina neurológica brasileira? E, principalmente, quanto custará ao Brasil chegar ao futuro sem tê-lo desenvolvido?

Agradeço a todos a oportunidade da fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Muito bem.

Agradecemos novamente à Dra. Grace Corrêa Pereira, Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e também paciente nessa área. Muito bom, muito boa a abordagem.

Eu quero ler algumas perguntas que já chegaram pelo e-Cidadania, assim como comentários. Incentivo as pessoas a, depois, buscarem todo o material que a Dra. Grace já abordou também.

Eu vou ler algumas perguntas agora e depois eu leio as outras, também, que chegarem.

Ana, do Ceará: " Existe uma previsão para que terapias celulares consideradas eficazes e seguras possam ser incorporadas ao SUS?".

Poliana, do Distrito Federal: "Como garantir a segurança e a eficácia clínica na transição dos tratamentos regenerativos do ambiente laboratorial para os ensaios em humanos?".

Maurício, do Rio Grande do Sul: "Quais novos investimentos estão previstos para pesquisas com terapia celular regenerativa para AME [atrofia muscular espinhal, não é?] e para ampliar o acesso a esses tratamentos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cleonir, de São Paulo: "Qual modelo de governança será adotado para integrar pesquisa, regulação e assistência e transformar ciência em terapias seguras e eficazes?".

Há também comentários.

A Letícia, do Distrito Federal: "A criação do Centro [de Terapia Celular, que é objeto desta audiência pública] pode fortalecer a ciência brasileira e trazer novas perspectivas de tratamento para doenças neurológicas graves".

Elizabeth, da Bahia: "Que seja imediatamente revista a decisão da Anvisa restringindo a liberação dos testes e a distribuição da polilaminina da Dra. Tatiana Coelho".

Gelza, de São Paulo: "Considerando a frequência com que essas doenças estão afetando as pessoas, faz-se necessário um centro de estudos e pesquisas".

Eu vou ler já, acho, todas as perguntas também.

Theolis, da Bahia: "Qual o plano de disseminação das terapias para outros centros no país, a exemplo do ocorrido com a rede de transplantes?".

Márcia, do Paraná: "Quais doenças neurológicas graves apresentam as evidências científicas mais promissoras para tratamento por meio de terapias celulares?".

Larissa, do Pará: "Qual vai ser a distribuição desses centros de terapia? Pessoas da Região Norte terão acesso"?

Ana, do Ceará: "Sobre as práticas reabilitadoras, como fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, qual o espaço [que] essas categorias terão"?

E, finalmente, três comentários.

Henrique, do Distrito Federal: "A busca por novos tratamentos não deve criar falsas expectativas nem substituir cuidados já necessários".

Rafaela, de São Paulo: "Sou a favor do desenvolvimento de terapias celulares regenerativas, desde que sejam realizadas com segurança, responsabilidade e respaldo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Renata, do Distrito Federal: "O acesso às terapias comprovadas deve considerar renda, distância, diversidade regional e necessidades reais".

Então, várias perguntas, comentários.

Todas as perguntas e os comentários foram distribuídos para os expositores.

Em seguida, passamos a palavra ao Dr. Guilherme Lepski, Professor de Neurocirurgia e Pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), que é uma das universidades, todos nós sabemos, de maior prestígio no país e de grande prestígio no mundo. Muitas pessoas, profissionais, médicos ou não, dedicam-se à terapia celular na instituição. E o Dr. Guilherme Lepski veio trazer, então, a contribuição da USP nesse sentido.

Com a palavra, então, Dr. Guilherme.

Seja bem-vindo.

O SR. GUILHERME LEPSKI (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Dr. Flávio Arns, muito obrigado por essa oportunidade de debater essa questão e apresentar algumas ideias ao público aqui presente.

Dr. Thiago de Mello Moraes, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; Exma. Sra. Juíza de Direito Dra. Grace Corrêa Pereira; Dr. João Batista da Silva Júnior, representante da unidade de terapias celulares da Anvisa; demais membros aqui presentes, representantes de organizações nacionais, internacionais, ouvintes e participantes, debatedores. Boa tarde a todos e obrigado pela oportunidade de apresentar essas questões.

Como bem disse o Senador Arns, eu sou médico...

Primeiramente, sou médico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, também Pesquisador, Professor colaborador da Universidade de São Paulo, Departamento de Neurologia.

Minha atuação na área de terapias celulares já vem de mais de 20 anos, 23 anos. Começou em 2003, vale dizer, com fomento do CNPq num convênio com a Alemanha, DAAD, para inserção internacional, e depois fui repatriado e continuei trabalhando com isso, mais de 20 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para dar um pequeno panorama da situação de doenças neurológicas aqui mencionadas, em termos de suas prevalências e importância em termos de geração de incapacidade e morte no país, eu menciono aqui esse estudo da *Lancet Global Burden of Disease*, estudo geral de carga de doenças neurológicas.

Nós temos que, das dez causas de morte no mundo, três aí mencionadas são no âmbito da neurologia. Vocês têm aqui em segundo lugar o acidente...

Pode projetar, por favor? (*Pausa.*)

Ah, está aqui comigo. Perdão. (*Pausa.*)

Aqui. Das dez principais causas de morte no mundo, três se devem a doenças neurológicas. A segunda é o acidente vascular cerebral, com quase 6 milhões de pessoas ao ano no mundo. Depois, a doença de Alzheimer junto com outras demências – muitos têm acompanhado aqui na mídia a questão de uma demência específica, rara, que é a doença de Creutzfeldt-Jakob; Alzheimer é muito mais frequente que Creutzfeldt-Jakob, acomete mais de 1 milhão de brasileiros; eu vou falar a seguir – e o traumatismo crânioencefálico.

Então, de dez principais causas, três são de ordem neurológica. Como bem disse a juíza Grace, são causas, às vezes, incapacitantes para as quais não se dispõe de terapias causais, ou seja, aquelas terapias que revertem à condição inicial.

Para se falar aqui do drama do AVC (acidente vascular cerebral), nós temos um impacto aqui no Brasil em relação ao resto do mundo, onde nós contamos de dez a 14 anos perdidos por morte precoce ou deficiência a cada mil habitantes no Brasil, um sofrimento grande para a sociedade.

Em termos de câncer cerebral, por exemplo, nós temos também uma incidência intermediária em relação ao resto do mundo, sendo um pouquinho melhor que a África, mas um pouco pior do que a Europa e os Estados Unidos, com sete a dez pacientes a cada 100 mil por ano com câncer do sistema nervoso, câncer que, muitas vezes, mata com um intervalo médio de um ano e meio, a despeito de todas as terapias que a gente conhece: cirurgia, quimioterapia, radioterapia. Por isso a importância de novos horizontes, de esperança para essa população e para seus familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para citarmos aqui as maiores prevalências, as doenças mais prevalentes neurológicas no Brasil, distribuídas por suas faixas etárias: AVC, aí em verde, obviamente ocupando faixas etárias mais avançadas. Alzheimer, do mesmo modo; mas vejam ali – com uma menor importância, mas ainda assim relevante – a doença de Parkinson e a epilepsia, que pega doentes mais jovens.

Se a gente vai pensar em anos vivendo com incapacidade, nós temos a importância da epilepsia em doentes jovens, em sua plena idade produtiva, vivendo com a doença, ao passo que o AVC, o derrame, Alzheimer, Parkinson, pegando pessoas mais velhas. Então, veja a importância dessas doenças.

Em termos absolutos, a gente conta 2,3 milhões de pacientes com diagnóstico de AVC, o dito derrame, no Brasil, com 258 mil casos novos ao ano. Demências, quase 1,7 milhão de pessoas vivendo com demências no Brasil. Traumatismo cranioencefálico, a mesma situação grave, 1,6 milhão de pessoas. Epilepsia, aquelas epilepsias causadas sem uma doença estrutural, 820 mil pessoas. Traumatismo medular, 500 mil pessoas – vocês acompanham algumas coisas na mídia recentemente. Doença de Parkinson, 130 mil, e assim por diante.

Só essas poucas doenças que eu mencionei aqui, que são as mais prevalentes, já computam quase 7 milhões de brasileiros. Veja a importância do que nós estamos discutindo aqui, a abrangência desse centro para colocar novas tecnologias para direcionar registro de novos tratamentos no Brasil, seja no âmbito do Conitec, do SUS; da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e assim por diante.

É interessante notar que a dinâmica populacional no Brasil, com o envelhecimento crescente, acarretou, nos últimos 20 anos, um aumento real de mais de 20% nessa incapacidade, nesse dado de incapacidade.

Ou seja, o problema está se agravando, muito embora, com o avanço da medicina, a taxa de sofrimento por habitante tenha diminuído, mas acontece que o aumento de pacientes no sistema, por sua idade, tem sobreposto esse avanço tecnológico da medicina.

Se a gente vai para o contexto da judicialização, como bem mencionou a Juíza Grace, se a gente computar os custos diretos e indiretos das demências – aqui o Alzheimer é o maior representante –, nós estamos falando, para uma população atual de 220 milhões de brasileiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em quase R$100 bilhões, se a gente computar o custo direto do tratamento e os custos indiretos, também computando-se aí o familiar que tem que deixar de trabalhar para cuidar do seu parente doente em casa. Olhem o custo social disso.

Para a doença de Parkinson, a judicialização alcança R$3 bilhões por ano, e muitos custos de terapias caras, como estimulação cerebral profunda, e terapias de neurorreabilitação. Esclerose múltipla: R$1 bilhão por ano, mais aí o custo de medicamentos mais novos, modificadores de doença fora de protocolo usual e terapias imunológicas, que concentram os maiores litígios no SUS. O tumor cerebral maligno: também quase R$300 milhões por ano, considerando-se aí só a cirurgia, também foco de crescentes disputas. E a doença mencionada por um dos ouvintes aqui, a atrofia muscular espinhal, responde por quase R$1 bilhão por ano, e aí a gente está falando de uma única terapia, um remédio novo, Zolgensma, que está liderando a judicialização nesse setor.

A previsão é ainda pior. Eu fiz aqui um breve cenário, em que a gente gastou, em 2024, o Governo brasileiro, em todas as suas instâncias, R$1,9 bilhão com judicialização, tendo-se aí que quase um terço do orçamento de farmácia de muitos estados é comprometido com medicamentos fora do protocolo e por judicialização, e nós temos que esse cenário tende a se agravar. Fiz aqui três projeções – a pessimista, a média e a otimista –, e os custos são explosivos, podendo alcançar até R$35 bilhões em 2055.

O único jeito de nós escaparmos desse cenário é nós investirmos em tecnologia nacional, em centros de desenvolvimento tecnológico, mais do que já temos investido, mas também ambientando o leque dessas terapias desenvolvidas no país, para que a gente deixe de gastar com patentes internacionais o que pode ser gasto no orçamento do ministério com atendimento populacional para pessoas que têm doenças menos complexas, mais simples e que também necessitam de atendimento de saúde.

Então, essas patentes e essa inflação tecnológica, como eu chamo, consome recursos, drena recursos da saúde, e esse cenário tende a se agravar, se nós não começarmos a reagir o quanto antes.

Se a gente vai abordar aqui mais especificamente as terapias celulares, o que existe de precificação? O que existe de tendências para aumentar esses gastos exorbitantes com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judicialização? Essas células-tronco de adulto, que a gente chama de iPS. Surgiram trabalhos recentes, principalmente no Japão, mostrando estudos iniciais de Fases I e II – um indício de eficácia, mas com segurança, para a doença de Parkinson. Existem também células desta mesma linha sendo aplicadas em ensaios iniciais de Fases I e II para Alzheimer.

Nós temos, no contexto internacional e também nacional, as células dendríticas para tumores cerebrais malignos. No exterior, isso tem um preço que chega a 40 mil euros por dose ou US$100 mil por dose nos Estados Unidos, podendo atingir US$300 mil por paciente. No Brasil, não estou sabendo de judicialização nessa esfera, mas esse é o potencial de problema financeiro para o sistema, se nós não reagirmos adequadamente.

Os CAR-T, que são linfócitos T modificados geneticamente e que estão em voga para tratamento de alguns cânceres hematológicos, também estão com a sua indicação sendo ampliada, cada vez mais, pelo desenvolvimento científico. Também são células que custam aí na ordem de US$350 mil a US$500 mil por aplicação. São custos com que nós não podemos arcar do modo convencional, pagando patentes internacionais, e não vou me estender aqui nessa questão.

A nossa inserção dentro do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo na terapia celular vem de várias maneiras. Como eu mencionei brevemente, no câncer cerebral com células dendríticas, tivemos vários estudos publicados. O nosso recrutamento se encerrou em 2021 – já faz um pouco de tempo –, e depois daí vieram várias publicações com essa terapia. Estamos preparando um dossiê para a Anvisa, para a Fase III, nessa linha aqui, atendo-se às novas regulações.

Sobre doença de Parkinson, chegamos a publicar em animais de experimentação um misto entre células-tronco e estimulação cerebral profunda, que é considerada o tratamento padrão ouro para a doença, mostrando benefício em animais. Mencionei aqui os japoneses que já estão fazendo transplante em humanos.

Para lesão medular, há muitos *trials* no mundo inteiro fazendo transplante de células. Nós fizemos em animais com lesão medular, demonstramos benefício na dor que esses animais sentem, mas não transplantamos isso para humanos ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abordando aqui uma das perguntas que nos referenciaram os ouvintes, é complexa essa transição da pesquisa para a clínica. Isso requer uma série de etapas, por conta tanto do pesquisador quanto de muitos, muitos anos – às vezes, 10, 15, 20 ou mais anos – de pesquisa em animais, antes de termos a segurança necessária para iniciar os testes em humanos, com a superveniência das agências reguladoras. Então, essa transição, infelizmente, se dá numa velocidade que tanto pesquisadores quanto pacientes acham lenta demais, mas não tem outro jeito para garantir a segurança do que nós estamos falando.

Sobre encefalopatia crônica, vou mostrar o caso de uma menina, que está na mídia também, uma estudante de medicina que foi fazer uma cirurgia de amígdala e teve uma parada cardíaca, ficou em um estado vegetativo persistente e está tendo alguma resposta clínica à terapia celular. Esse é um horizonte novo, e nós publicamos recentemente um painel geral em que essas terapias podem se desenvolver, em que caminhos a gente deve concentrar recursos e tempo, acreditando numa melhora de atendimento para a população.

Então, as células que nós estamos propondo, num estudo que está sendo entregue ao Senado Federal via Senador Flávio Arns, é um estudo para avançarmos no entendimento de quatro doenças: a doença de Alzheimer, a esclerose múltipla progressiva, a encefalopatia pós-anóxica e a atrofia de múltiplos sistemas, em que temos várias Fases – I, II-A e II-B – e pretendemos usar células da medula óssea de pessoas adultas, autólogas, ou seja, do próprio doente, em que demonstramos in vitro que essas células...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME LEPSKI – ... têm o potencial, cultivadas em meio específico, de gerar células nervosas adultas. Então, estamos apresentando isso ao Senado. Esses documentos estão dispostos.

Agora, nós pretendemos... Nós precisamos sonhar mais alto, e sonhar mais alto, como instruiu o Senador aqui, pensarmos num grande centro de terapia celular. Eu menciono aqui um centro que já existe, International Neuroscience Institute, em Hannover, na Alemanha, cujo patrono é o Prof. Madjid Samii, e tem a forma de um cérebro. Esse centro, como mencionou um ouvinte... Não basta a gente ter o produto, a célula. Ele precisa ser aplicado em determinada situação, ter determinada infraestrutura e ser acompanhado. Não é só implantar qualquer coisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa ter uma reabilitação integrada, precisa ter um centro cirúrgico de alta complexidade, e tudo isso a gente idealizou num centro com tecnologias inovadoras.

À direita, vocês veem um aparelho de magnetoencefalografia, que não existe no Brasil; à esquerda, vocês têm um aparelho de ressonância com PET *scan*, nós temos um no Brasil, em uma unidade privada filantrópica; um EEG de alta resolução, geodésico, não temos no Brasil; cirurgia robótica, à esquerda vocês veem um robozinho fazendo uma intervenção na cabeça de um paciente; e um centro cirúrgico avançado com centro de neurorreabilitação integrado. Como disse um dos telespectadores, é preciso integrar tudo para que a gente fale em eficácia.

Então, não está na hora, eu pergunto aqui, de pensarmos e começarmos a discutir um centro nacional, não internacional, um instituto nacional de neurociências no Brasil, onde a gente pense um hospital... Mais do que um hospital, um centro de inovação de ciência e tecnologia? Eu acho que está na hora.

Esse centro deveria ter várias conexões, tanto com instituições de ensino nacionais... Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Alagoas e assim por diante, mas também as conexões acadêmicas internacionais, e trabalhar, com estreito vínculo, com as agências reguladoras: Ministério da Saúde, Anvisa, Agência Nacional de Saúde; as agências de fomento à pesquisa: CNPq, Fapesp; formação de pessoal específico em nível de pós-graduação, aí eu menciono a Capes; e assim por diante. É assim que a gente vai resolver esses dilemas e se preparar para um futuro melhor.

Agora, por que fazemos isso? Por que estamos aqui no Senado Federal discutindo ciência e tecnologia? No fim das contas, o que a gente pensa é nessa população, não é? Aqui eu mostro postagens de doentes em seus perfis pessoais ou, mais para a frente, postagens institucionais. Por isso eu me permito mostrar as faces, porque são informações públicas. São pacientes que venceram o câncer por meio de terapia com célula dendrítica, pacientes que estão vencendo a paralisia medular, o traumatismo raquimedular por meio de implante de neuromoduladores, pacientes que estão vencendo a paralisia de braços por meio de próteses robóticas controladas pela mente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso não é invenção do Elon Musk. Aqui é um vídeo antigo com um paciente que está comandando a sua pinça por meio de pensamentos cerebrais, e esse paciente não move a mão.

E pacientes como a estudante de Medicina que eu mencionei, que está lutando contra um estado vegetativo e está tendo alguma resposta ao implante celular, manifestando, pela primeira vez, um contato emocional com a família, respondendo "sim" e "não", chorando, rindo, interagindo, em uma situação que ela não conseguia fazer.

Isso, feito pelos meios corretos, com a supervisão da Agência de Vigilância Sanitária e fazendo-se a publicação científica correta, como espera a sociedade.

Então os cientistas se permitem sonhar. Nós temos os orgulhos nacionais, Senador: a Embraer, o EVTOL, o combustível de aviação da Petrobras, a Itaipu e a transformação no campo, que fez a Embrapa. Vamos sonhar em ter a neurociência como um sonho nacional. E os pesquisadores sonham, os Parlamentares ajudam a viabilizar o sonho, e a população se beneficia. Esse é o mundo ideal.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Agradeço sobremaneira ao Dr. Guilherme Lepski, que é professor de neurocirurgia e pesquisador da USP (Universidade de São Paulo). Muito obrigado pela apresentação também.

Todo o material ficará disponível no portal da Comissão também, para pessoas que desejem eventualmente acompanhar o que foi debatido.

Passo, em seguida, a palavra ao Thiago de Mello Moraes. Seja muito bem-vindo. Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Com a palavra.

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui. Gostaria de agradecer ao Senador Flávio Arns pela convocação da reunião e, na pessoa dele, cumprimentar todos os presentes aqui. É sempre um prazer discutir um tema tão importante e tão caro para o país, que é o investimento em ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a apresentação, os apresentadores que me antecederam aqui, tanto a Dra. Grace quanto o Dr. Guilherme deixaram bem claro o valor, o custo que a gente paga de não investir em ciência e tecnologia no país. Para quem trabalha no Ministério da Ciência e Tecnologia, eu sou servidor do ministério há 16 anos, é muito bom ouvir isso. A nossa luta diária dentro do ministério é conseguir aumentar o investimento em ciência e tecnologia dentro do país.

E aqui eu faço um agradecimento especial, tanto ao Senado quanto à Câmara, que, em 2021, aprovaram um PL que tornou o FNDCT, que é o principal fomentador de ciência e tecnologia dentro do país, um fundo incontigenciável. E a gente sofria, no passado, com o contingenciamento. Todo ano, é normal ter o contingenciamento de orçamento dentro do Governo Federal, e o FNDCT acabava entrando nesse processo, o que acarretava nos famosos voos de galinha da ciência e tecnologia, porque a gente conseguia algum recurso, depois vinha o contingenciamento, aquele recurso era contingenciado, a gente não conseguia dar continuidade no financiamento dos projetos de pesquisa. E isso, para a ciência e tecnologia, é um desastre. Você não começa um projeto, interrompe, desliga e depois volta. Ele precisa ter financiamento contínuo.

Então, em 2021, foi aprovado o descontingenciamento do FNDCT; em 2023, ele foi regulamentado, essa lei; e a partir daí, o FNDCT começou a operar com volume crescente de recursos, e hoje a gente tem um bom recurso no âmbito do FNDCT. É claro que não é suficiente para toda a ciência e tecnologia do país, mas existe uma perspectiva de aumento de arrecadação do fundo. Então isso nos dá um cenário mais positivo para pensar a longo prazo, conseguir ter um planejamento de ciência e tecnologia pensado a longo prazo.

E aí, nesse sentido, o Ministério trabalhou na nova Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, de 2024 a 2034, que foi publicada no ano passado, e ela dá o horizonte de investimento em ciência e tecnologia para os próximos dez anos.

É importante ter uma política pública de ciência e tecnologia porque você tem ali um balizador que vai orientar todo o financiamento para os próximos dez anos. Como eu falei, ciência e tecnologia precisam de continuidade e de pensamento a longo prazo, para que a gente não perca as ideias no meio do caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nova Estratégia de Ciência e Tecnologia foi elaborada nesse sentido. Com certeza, saúde é um tema prioritário e terapias avançadas são um tema prioritário dentro dessa nova Estratégia de Ciência e Tecnologia.

Eu acho que a Dra. Grace e o Dr. Guilherme trouxeram aqui números do custo, não só do custo financeiro, mas do custo social dessa dependência de tecnologias externas.

A gente trabalha no Ministério para conseguir desenvolver tecnologias no país e diminuir essa dependência, que é catastrófica tanto para o lado da administração pública – porque isso gera um custo enorme para os sistemas de saúde – quanto para os pacientes, para as pessoas que precisam acessar essas tecnologias, seja o custo financeiro, seja o estresse de precisar lidar com judicialização, de precisar esperar decisões judiciais para conseguir acesso ao tratamento. Além do sofrimento que a própria doença causa, tem todo o estresse desse processo. Então, a gente precisa, com certeza, investir mais em ciência e tecnologia dentro do país. Esse é o nosso objetivo.

Mas temos os desafios pelos quais a gente precisa passar e a gente entende que o Ministério precisa trabalhar nesse sentido. Um deles, o principal, é como aproximar a ciência da pesquisa básica com a geração de produtos de tecnologias desenvolvidas no país. Eu acho que esse é o grande desafio, não só para a área da saúde, mas para todas as áreas da saúde. A gente tem pesquisadores de excelência que geram conhecimento acadêmico de excelência, mas a gente peca no caminho da geração de novos produtos, de como a gente consegue gerar novos produtos a partir da ciência que está sendo feita nas nossas universidades. Esse é um grande desafio que a gente tem trabalhado no Ministério da Ciência e Tecnologia. Acredito que o Evandro, do Ministério da Saúde, também vai falar nesse sentido. A gente tem trabalhado muito próximo com o Ministério da Saúde nessa pauta de como aproximar esses dois mundos.

Um elo importante nessa aproximação entre pesquisa básica e geração de produtos é a Anvisa. Acho que o João vai falar também desse aspecto. O que acaba gerando um distanciamento entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada é que muitas vezes o pesquisador, quando vai começar o projeto de pesquisa básica, não está olhando para o processo regulatório, lá na ponta, pelo qual ele vai ter que passar, em algum momento, na sua pesquisa. Então, a gente tem trabalhado no sentido de criar uma cultura regulatória dentro dos ambientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pesquisa para que a pesquisa básica já esteja preocupada com o processo regulatório pelo qual vai passar lá na frente. Então, aquela pesquisa já nasce orientada com esse desafio de atender às questões regulatórias que estão postas para que a gente não precise ficar indo e voltando nesse processo.

A partir do momento em que o projeto atinge uma maturidade tecnológica, vai buscar a Anvisa para conseguir a anuência para fazer o seu ensaio clínico Fase I ou Fase 2 e precisa voltar duas ou três casas porque o seu desenvolvimento pré-clínico não foi adequado para aquele processo. Então, a gente quer criar esse ambiente de interação muito próximo de fomento com regulação para que a gente consiga trilhar um caminho mais fácil e mais célere nesse processo de transição.

Eu tenho alguns exemplos de iniciativas que a gente está tocando dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia. São várias chamadas públicas.

Acho que o Evandro vai falar da chamada de pesquisa que o Ministério da Saúde lançou, junto com o CNPq, em 2025, mas eu tenho aqui alguns outros exemplos, como a chamada da Rede Nacional de Métodos Alternativos, que lançamos este ano, e esses métodos alternativos trabalham justamente naquela transição, que já foi mencionada acho que até por um ouvinte, que foi uma pergunta encaminhada, de como fazer essa transição da pesquisa em animal para a aplicação em humano, e essa rede trabalha justamente nesse sentido de desenvolver novos métodos que auxiliem esse processo de transição da pesquisa básica em animal para aplicação em humano. Você consegue desenvolver organoides, você consegue desenvolver novos métodos organoides já com células humanas, que aceleram esse processo de transição de pesquisa em animal para humanos. Então, você desenvolver sua pesquisa básica a partir de organoides cultivados com células humanas acelera muito esse processo, você já tem um organismo muito mais próximo da realidade humana do que um animal. O Ministério tem investido nessa área justamente para conseguir acelerar esse processo e fazer essa transição.

Um outro desafio – e aí é mais tocado pela Finep, que é uma agência de fomento do Ministério da Ciência e Tecnologia também – é aproximar ICT de empresas, as empresas que vão fazer, gerar o produto final. A Finep tem lançado uma série de fomentos e editais justamente para fomentar tanto a pesquisa dentro das universidades quanto dentro das empresas e fazer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conexão entre esses dois mundos. Como eu falei anteriormente, a gente tem um desafio de aproximar esses dois mundos. O nosso cenário, o nosso ecossistema de inovação é diferente, ele não é como o europeu, ele não é como o americano, em que você tem, por exemplo, uma série de investidores e empresas muito próximas à inovação. O nosso cenário é diferente, então, a gente tem um distanciamento maior do que esses países entre a pesquisa básica e empresas, e é aí que precisam entrar as iniciativas do Governo que aproximem esses dois mundos.

Por um lado, a gente precisa pegar os projetos que estão sendo desenvolvidos dentro das ICTs e das universidades e trabalhá-los para que eles consigam atingir uma maturidade tecnológica melhor, até o final de uma fase clínica 1 mais ou menos, para aumentar o interesse do setor privado nesses projetos; e, ao mesmo tempo, a Finep vem com instrumentos que estimulem a participação do setor privado, de empresas, nesse processo de inovação. Então, a gente tem atacado as duas pontas, tanto o amadurecimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES – ... de projetos dentro das ICTs quanto instrumentos para fomento às empresas, para que a gente consiga conectar esses dois mundos.

Também foram investidas aí umas centenas de milhões de reais nos últimos anos em pesquisa na área da saúde, incluindo terapias avançadas, tanto para empresas quanto para ICTs. A Finep lançou grandes editais nesse sentido, um até encerrou a inscrição ontem, dia 31 de agosto, que era justamente subvenção econômica para empresas, e tinha lá o tema de terapias avançadas .São previstos R$300 milhões de investimento nessa etapa inicial do projeto, então a gente tem aí uma série de instrumentos colocados a partir da viabilização do FNDCT, para que a gente consiga estimular essa aproximação.

E aí entra um outro elo. Eu coloquei da necessidade de maturação tecnológica, da aproximação entre ICT e empresas, da aproximação com o regulatório, que é a questão de infraestrutura, que eu acho que é o tema principal da nossa audiência aqui hoje. A gente precisa criar infraestruturas dentro do país, isso está no nosso radar também, para que façam essa transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você vai aplicar, fazer um ensaio clínico em humanos, você precisa de uma infraestrutura adequada, com boas práticas de fabricação, com boas práticas de laboratório, para que eles produzam essas células, produzam essas tecnologias, e a gente consiga iniciar os ensaios clínicos em humanos. Isso está no nosso radar.

Também, juntamente com o Ministério da Saúde, a gente tem trabalhado iniciativas nesse sentido. Está sendo criado no CNPEM, em Campinas, o Programa de Inovação Radical em Saúde, que vai trabalhar um pouco nessa área, mas eu acho que a gente precisa também amadurecer essa questão pensando em terapias celulares. A gente gosta muito do trabalho de criação de redes, de fomento de redes de pesquisa, para que a gente consiga atender as regiões do país. Quando a gente fala em terapia celular, a gente tem uma gama muito grande de tecnologias diferentes e que precisam ser atacadas da mesma maneira.

Talvez o estabelecimento ou a retomada de redes de pesquisa nesse sentido seja uma etapa inicial que a gente consiga trabalhar e, posteriormente, estruturar centros de capacitação que vão produzir essas células, que vão produzir essas tecnologias, pelo menos o lote clínico para iniciar o ensaio clínico dentro do país, e a gente consiga avançar nesse sentido. É uma ação conjunta que a gente está tocando junto com o Ministério da Saúde para que a gente consiga fazer essa transição. Isso está no nosso radar, estamos pensando nesse processo.

Eu citei como exemplo esse inicial, mas tem outros que estão sendo gestacionados e esperamos que em breve tempo a gente consiga dar vazão nesse processo, porque não adianta só a gente conseguir dinheiro e ficar investindo em pesquisa básica se a gente não consegue fazer geração de produtos. A gente precisa atacar todas essas frentes, passando por infraestrutura, passando por regulação, aproximação entre ICT e empresas, para que a gente consiga transformar esse conhecimento que está sendo gerado dentro das nossas universidades em produtos que vão gerar não só autonomia e soberania na área da saúde para o nosso país, mas vão gerar renda para que a gente consiga mais investimentos e consiga colocar essa roda a girar de forma positiva para a gente. Acho que inicialmente é isso.

E fica o desafio: por mais que a gente tenha o descontingenciamento do FNDCT e o fomento da ciência e tecnologia no país, que está em uma crescente, a gente precisa financiar todas as áreas de pesquisa. É claro que saúde... Eu sou coordenador da área da saúde, eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre puxar a brasa para a minha sardinha, mas a gente tem que investir em ciência e tecnologia, desde inteligência artificial, pesquisa espacial, defesa, uma série de áreas em que se precisa investir, e o recurso não é suficiente para todas. A gente precisa estabelecer algumas prioridades, mas é sempre importante ter essas discussões, essas mesas de discussões, essa aproximação com o Legislativo para que a gente consiga ter instrumentos e aumentar o financiamento em ciência e tecnologia no país.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Muito bem. Agradecemos ao Thiago de Mello Moraes, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como ele enfatizou, da área da saúde, biotecnológicas e agrárias.

E várias doenças foram mencionadas aqui, doenças raras, outras dificuldades também, por exemplo, AME (atrofia muscular espinhal). Foi citado o Zolgensma, que é um medicamento e que pode custar até R$8 milhões, mas significa, vamos dizer, a cura da doença, desde que seja para um determinado tipo de AME, aplicado na idade correta. Mas, ao mesmo tempo, nós temos pesquisadores renomados no Brasil e que precisam ser, assim, valorizados.

Um centro de terapia celular poderia aglutinar, disseminar. Quem trabalha com AME no Brasil? Eu não saberia responder a essa pergunta, eu acho que praticamente ninguém sabe quem trabalha com AME; com ELA (esclerose lateral amiotrófica). Eu falei com a Universidade Federal de Goiás um tempo atrás, e eles diziam: "não, a gente se dedica muito a ELA". Glicogenose hepática? Hospital de Clínicas de Porto Alegre já veio aqui para falar sobre isso. Doenças metabólicas, foi falado na esclerose tuberosa. Quem trabalha com a esclerose tuberosa no Brasil? Um centro desses tem que reunir essas informações, disseminar: "olha, lá estão fazendo isso com AME; aqui é outra coisa, a questão do medicamento; é nível 3, nível 4, as evidências e tudo". Até tivemos audiência com o Ministro Padilha, três semanas atrás, com o pessoal da AME tipo 3 que precisa do medicamento. Isso significa o custo, que foi bem levantado, que a Dra. Grace comentou.

Então, um centro é um centro de disseminação de informação, de coleta, de articulação, de busca de financiamento. Poder contribuir, assim, independentemente... Também a articulação com o poder público. Foi falado da Embraer. A Embraer é um exemplo claro para o Brasil de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo que está dando certo; a Embrapa, que foi mencionada pelo Dr. Lepski também, é um centro de pesquisa e poderia ir até mais adiante porque já faz um trabalho muito bom.

Nesse sentido, é muito interessante a gente pensar que é uma iniciativa de múltiplas facetas que pode ser colocada. E a terapia celular é a terapia do momento, vamos dizer.

Muito bem. Passamos em seguida a palavra ao João Batista da Silva Júnior, da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), é Gerente de Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas.

Seja muito bem-vindo.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR (Para expor.) – Eu que agradeço, em nome da diretoria da Anvisa, ao Senador Flávio e a toda a Mesa aqui presente.

Para nós, é uma grande oportunidade e uma satisfação estar discutindo ciência e tecnologia. A Anvisa tem como base a ciência e a tecnologia para fazer seus trabalhos. Então, essa apresentação é um pouco nesse sentido.

Eu queria só agradecer também as pessoas que estão participando. São 14 perguntas, comentários que vieram, e eu achei engraçado porque, desses 14, sete mais ou menos tratam de um assunto interessante. Se a gente fizer uma análise, é claro, uma análise muito rápida do texto, você vai ver que vão ter sete que vão falar de segurança e, de alguma forma, da eficácia. Então, isso é muito interessante, mostra a qualificação de quem está participando e uma preocupação da sociedade. Aqui a gente vê pessoas do Sul, do Nordeste, do Norte. Então, eu acho que é muito interessante essa visão.

Vamos trabalhar um pouquinho com essa... É rápida a minha apresentação, é só para a gente entender como é que está o cenário das terapias avançadas, dentre elas a celular, e como é que o regulador pode contribuir nesse processo da infraestrutura e dos centros de tecnologia. Então, é um pouco esse o nosso tema.

Como vocês sabem, eu sou servidor da Anvisa desde 2005, então estou na Anvisa há muitos anos e trabalhando nessa área. Eu não tenho conflito de interesses, então qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação que tiver aqui, mesmo nome de produto, isso está público no Portal da Anvisa, então não tenho conflito de interesse nesse sentido.

Bem, a Anvisa é uma agência muito grande, vocês sabem disso, regula uma série de produtos e serviços. É uma agência que está ligada ao Sistema Único de Saúde, porque ela coordena também as vigilâncias sanitárias estaduais e municipais, então ela tem um papel fundamental nesse processo fiscalizatório. O Brasil é imenso, então a gente conta com as vigilâncias estaduais e municipais nesse processo. Eu gostaria de chamar a atenção para essas inúmeras atribuições de serviços e produtos que a Anvisa regula: a gente está falando desde cosméticos e serviços de saúde até sangue, tecidos, células e medicamentos.

Se a gente pega medicamentos, a gente vai ter uma lista ali: os antigos e mais clássicos medicamentos sintéticos, semissintéticos, fitoterápicos, os produtos biológicos e, mais recentemente, um tipo de medicamento específico que nós vamos chamar de produto de terapia avançada.

Aqui, eu queria só... Acho que eu avancei aqui, espere aí. Dei *spoiler*. Do ponto de vista de terapia celular, eu gostaria de chamar a atenção: a gente tem duas vertentes hoje, do ponto de vista técnico, e isso é importante porque define o mecanismo regulatório de cada uma dessas terapias. Se eu estou falando de uma terapia convencional, a gente vai ter um mecanismo – por exemplo, todos conhecem as células-tronco, as chamadas células progenitoras hematopoéticas para transplante de medula óssea. Essa é uma terapia celular muito antiga, muito reconhecida, inclusive o Ministério da Saúde tem um programa de transplante celular em terapias desse tipo, de transplante de células progenitoras, muito exitoso e que salva pessoas todos os dias. Então, é a terapia celular mais reconhecida que a gente tem e ela é regulada dentro do campo da terapia convencional, assim como o transplante de tecidos e órgãos, a transfusão de sangue, a fertilização *in vitro* também, em que a gente utiliza células para fazer embriões e fertilizações *in vitro*. Isso nós chamamos de terapia convencional, é classicamente reconhecida pela sociedade científica e pela prática médica.

A terapia avançada veio nos últimos anos trazer uma expectativa promissora para pacientes, principalmente em situações em que não se tem alternativas terapêuticas em doenças raras, ultrarraras, e aí a gente tem as chamadas terapias avançadas e tem células que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem ser classificadas nesse sentido, que a gente chama de terapia celular avançada. Eu vou falar disso um pouco melhor à frente.

Bem, o que separa uma da outra, por que uma célula progenitora hematopoética é considerada terapia convencional e essa mesma célula, a depender, pode ser considerada uma terapia avançada? Isso vai depender do mecanismo de processamento que você faz nessa célula. Se você pega uma célula de um doador, criopreserva, faz um processo de conservação, e depois transplanta, você está fazendo aí uma manipulação mínima. Não há alteração das características biológicas dessa célula, então o mecanismo regulatório é mais simples, você vai usar essa célula com a mesma função biológica. Agora, se você tem uma célula, célula-tronco, tirada da mesma medula óssea, e vai submeter essa célula a um processamento, a um cultivo celular ou até a uma modificação genética, eu estou falando aqui de um processamento específico, de uma manipulação substancial nessa célula. Isso faz com que essas células precisem ser desenvolvidas, estudadas, então, por isso que a gente chama esse tipo de terapia celular avançada, como um medicamento especial.

Vamos lá. Aqui eu trouxe... Só para vocês verem uma coisa, eu tenho dois... É só para entender bem isso, porque é muito importante para o pesquisador que está nos ouvindo entender o caminho que ele vai seguir.

Aqui nós temos uma terapia convencional e uma terapia avançada. Você pode ver que os caminhos aqui são muito parecidos: eu tenho um doador; eu tenho um mecanismo de coleta chamado aférese, que é um mecanismo específico de coleta de células; eu tenho aqui, do lado da convencional, células progenitoras hematopoiéticas, célula-tronco – eu falei para vocês do transplante de medula – e, do outro lado, por exemplo, eu tenho uma célula T, que é uma célula também do sangue, uma célula de defesa. As duas vão passar por processo de criopreservação e vão ter a finalidade terapêutica: uma é para transplante de medula e a outra é para infusão de células CAR-T – todo mundo falou nisso aqui –, que é uma terapia avançada. Eu vou falar para vocês depois.

Qual é a diferença? Por que uma é considerada medicamento e a outra não? Nós vamos ver o porquê. É porque, para chegar numa célula CAR-T, que é uma célula geneticamente modificada, eu preciso fazer uma manipulação muito importante nessa célula, eu preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modificá-la geneticamente. Então eu tenho que usar um vetor viral para isso, com um transgene, que é uma técnica de fazer a alteração, eu tenho que transduzir esse linfócito, eu tenho que fazer um cultivo celular, eu tenho que fazer uma formulação em uma dose, ou seja, eu estou modificando aquela célula, por isso eu preciso desenvolver esse processo. Preciso passar por fases clínicas – Fase I, Fase II –, desenvolvimento pré-clínico, porque eu estou alterando significativamente, através de um cultivo, através de modificação celular, essa célula original. Isso é só para entenderem a diferença.

Bem, a legislação brasileira... E a gente tem, então, uma lei, a Lei da Pesquisa Clínica. Eu estou muito feliz de estar conversando sobre isso aqui, porque é uma lei muito importante e que casa com as discussões que a gente está fazendo. Ela foi publicada em 2024, mas é fruto de uma discussão muito antiga sobre esse ponto. E, apesar de essa lei coordenar todo o processo de pesquisa clínica, ela conceitua terapia avançada. Isso é muito importante do ponto de vista de arcabouço legal. A gente tem não só normas da Anvisa, mas uma lei. E essa lei diz o seguinte: olha, terapia avançada é um tipo especial de medicamento complexo, ou seja, um medicamento específico, que tem complexidades, constituído por células que foram submetidas a manipulação extensa ou que vão desempenhar uma função distinta da original. Então, ali está o caminho definido. Se o pesquisador está trabalhando com células que vão passar por esses processos, precisa então se enquadrar como terapia avançada. E aqui também fala de gene, pessoal, porque nós estamos inseridos aqui na terapia gênica propriamente dita. Então, toda vez que eu estiver trabalhando com gene humano como material para produzir um medicamento, eu estou falando de terapia gênica.

Então, aqui a gente tem, hoje, na legislação brasileira, produtos de terapia celular avançada, engenharia tecidual, terapia gênica e produtos combinados. Como é que se regula isso? Isso é muito importante. Como é um medicamento, ele vai passar pelo ciclo de regulação do medicamento, ou seja, vai ter que ter estudos de pesquisa e desenvolvimento – nós estamos trabalhando muito nisso aqui, essa estrutura que está sendo desenvolvida aqui, discutida, é para isto: pesquisa e desenvolvimento –; vai passar por estudos não clínicos, que podem ser *in vitro*, podem ser em animais; vai passar pelos estudos clínicos; vai passar pelo registro na Anvisa – então esses produtos precisam ser registrados –; vai passar por uma avaliação de boas práticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fabricação; e aí vai seguir um ciclo de monitoramento e fiscalização pelo resto da vida. Isso não para mais. E aí essa fase é a que a gente chama de avaliação de benefícios e riscos.

Quando a Anvisa aprova um produto desse, vai passar para uma outra fase regulatória, que é a fase do acesso – como garantir que esse produto que foi aprovado chegue ao paciente –, então a gente tem, no Brasil, também, mecanismos para isso. Há mecanismos de precificação: existe uma câmara técnica específica de regulação de medicamentos, a Cmed, que precifica esse produto. E, depois, passa pelas autoridades, também, de incorporação aos sistemas de saúde: no caso, o Ministério da Saúde, através da Conitec, vai incorporar esse produto no SUS ou a ANS vai incorporar esse produto nos planos de saúde. Então, é mais ou menos esse o ciclo que segue esse produto.

Eu queria só trazer uma questão importante que tem muito a ver com a nossa discussão aqui: a regulação sanitária precisa entender esse processo e entender os mecanismos para se chegar a ajudar nessa translação.

Eu vi que tem aqui perguntas, muitas pessoas perguntando sobre a questão de como garantir segurança e eficácia desses produtos e, ao mesmo tempo, garantir uma regulação que permita que se desenvolva isso no país – porque, se tiver uma regulação muito rigorosa e talvez desproporcional, a gente não vai conseguir desenvolver – e que também seja capaz de proteger o participante de pesquisa e futuramente o paciente.

Então, a Anvisa desenvolveu mecanismos para lidar com esse tipo de produto: primeiro, um produto com a tecnologia muito inovadora; segundo, ele é dedicado, na maioria das vezes, a doenças raras, sem alternativas terapêuticas. Você precisa ter um olhar diferenciado para isso. Então, ela criou, por exemplo, mecanismos de avaliação prioritária. Toda vez que se classifica um produto para uma doença rara, uma doença negligenciada, uma doença, por exemplo, que está ligada a uma emergência de saúde pública, doenças em pediatria também e doenças que têm desenvolvimento no Brasil desde as fases iniciais, a Anvisa prioriza as análises.

Opa, passei até rápido aqui.

Então, este é um ponto: priorização desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, em virtude de as terapias avançadas terem muitas incertezas envolvidas no seu processo de desenvolvimento, é possível uma aprovação condicionada, ou seja, você pode ter dados preliminares, claro, de segurança e eficácia, mas eu preciso conformar e confirmar isso a longo prazo, desde que o benefício e o risco sejam favoráveis. Então, você faz um registro, permite que a população tenha acesso, mas faz um monitoramento muito rigoroso acima desses resultados. Isso é o que a gente chama de aprovação condicionada. Claro, tem que ser do interesse do SUS, tem que estar numa perspectiva de doenças raras, de alta carga, enfim. Então, a via para a doença rara proporcionou esses mecanismos mais adaptados de regulação.

Estou finalizando já.

Aqui é um outro processo interessante que a gente desenvolveu também e que até o Dr. Guilherme mencionou, que é uma situação, por exemplo, em que a gente não tem pesquisa clínica ainda aprovada no Brasil ou no mundo, talvez; a gente não tem produto registrado para aquilo, mas existem pesquisadores nas fases pré-clínicas e existe já, por exemplo, algum conhecimento, nem que seja ainda inicial, que pode favorecer determinado paciente. Nesse caso, gente, não é uma pesquisa, é um uso clínico experimental. Isso pode acontecer num paciente específico, sob responsabilidade de médico específico, por uma condição de risco de vida. Não dá para ser por uma estética, por umas coisas assim. Tem que ser uma situação, claro, obviamente, em que o paciente não tem mais alternativa, mas o pesquisador tem algum indício de que isso pode ajudar aquele paciente ou, pelo menos, vai dar um resultado para ele ali. Então, isso acontece numa situação emergencial. Não pode ser rotineiro, porque senão a gente está configurando o uso experimental rotineiro, que vai entrar em ensaio clínico, não pode ser feito por essa via. Então, isso tem dado certo. Nós tivemos no Brasil, desde 2020, quando definimos isso na legislação, mais de 62 situações dessas. Claro, cinquenta e tantos por cento vão a óbito, porque realmente, às vezes, o produto não foi, mas é uma tentativa ali coordenada e uma tentativa responsável. O mais importante desse mecanismo regulatório é que a Anvisa está acompanhando e tem pesquisadores e profissionais responsáveis por aquele processo.

Só para finalizar – com isso aqui, estou finalizando mesmo –, nós temos hoje, em terapia avançada no Brasil, falando de pesquisas clínicas aprovadas, mais de 90 pesquisas aprovadas. São pesquisas de várias frentes ali. Tem pesquisas com terapia gênica, com terapia gênica *ex vivo*, por exemplo, que é a de células CAR-T, com terapias celulares. E a gente vê um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento aí. Na época da covid, teve uma queda – houve um crescimento, depois teve uma queda – e agora há o crescimento de novo das pesquisas.

Claro, os maiores centros de pesquisa no Brasil estão nas Regiões Sul e Sudeste, mas a gente já começa a ver no Nordeste aparecer; na Bahia, tem um centro de pesquisa trabalhando nesse processo.

Aqui, pessoal, estou falando de quê? Estou falando de pesquisas que são patrocinadas por empresas internacionais, mas também pesquisas públicas. Eu vou falar um pouquinho sobre isso.

Fora isso, nós temos também nove produtos já registrados no Brasil, são produtos que já podem ser usados de forma populacional, em uma população grande no país, então são para doenças raras, ultrarraras – aí tem a AME também, tem a hemofilia, tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR – ... outras doenças desse tipo – e para doenças oncológicas recidivadas e refratárias, ou seja, onde aquele paciente já não tinha mais alternativa. E aí a gente tem as células CAR-T, que têm dado resultados interessantes, e a gente está neste momento com três produtos em avaliação para registro.

Então, eu queria voltar aqui para dizer o seguinte também sobre isso: no Brasil, nós temos mais ou menos 84% dessas pesquisas clínicas sendo patrocinadas por grandes indústrias – estou falando aqui de biotecnológicas muito grandes. Mas nós temos já pesquisa... Inclusive eu até gostaria de dizer aqui para vocês que uma dessas pesquisas aprovadas é para a AME. É uma pesquisa feita pela Fiocruz, que está fazendo uma pesquisa com terapia gênica *in vivo*, ou seja, estão estudando um vetor viral para levar o transgene, o gene até esse paciente. Está na Fase I ainda – obviamente tem que ser estudado com o maior cuidado –, mas é uma parceria da Fiocruz, quer dizer, além de ser uma pesquisa nacional, é uma pesquisa pública.

E a gente tem também outros produtos sendo investigados. A gente tem células CAR-T sendo estudadas por uma parceria Butantan e Hemocentro de Ribeirão Preto, com resultados bem interessantes já na Fase I também. E, inclusive, tem pesquisa em centros privados. Tem o Hospital Albert Einstein estudando também terapias gênicas para pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então – e aí eu vou terminar –, nós temos hoje no país uma estrutura científica e – eu vou falar – regulatória, que vai abarcar todas as discussões que estão aqui do ponto de vista de ter uma segurança jurídica e técnica para se fazer pesquisas no Brasil.

E eu trouxe essas frases para a gente trazer, claro, para a nossa sardinha aqui – como diz o nosso colega Thiago – da regulação. Então, é fundamental que a regulação seja rigorosa na proteção da saúde – isso é indiscutível, porque senão a gente vai estar fazendo experimentação de pessoas –, mas, se ela for rigorosa, se ela for previsível, se ela for proporcional ao risco e aberta à inovação, a gente vai ter um grande aliado para a gente ter produtos e serviços sendo desenvolvidos no Brasil com o mesmo rigor e qualidade de qualquer pesquisa no mundo. Essa é a ideia. A segurança não deve ser tratada como obstáculo ao desenvolvimento – pelo contrário –, assim como a inovação não pode ser utilizada para justificar a redução de exigências de qualidade, eficácia e segurança. E quem está nos ouvindo também proporcionou isso aí para a gente.

E, só finalizando mesmo, a Anvisa criou recentemente – agora estamos experimentando modelos para ajudar – o chamado aconselhamento regulatório. É o quê? É a Anvisa estando próxima de pesquisadores que estão no início do seu processo, para tentar introduzir o mecanismo regulatório já desde o início. É assim que acontece no mundo, é assim que se faz no mundo. Os pesquisadores, desde o início, começam a produzir, a desenvolver suas ideias baseados em regulação. E aí a gente rapidamente chega a processos e não quebra no meio do caminho. Então, o aconselhamento regulatório precoce qualificado a pesquisadores, universidades, *startups e* empresas pode ser um grande avanço.

Acho que é isso, pessoal.

Muito obrigado. Estou aqui à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Muito bom. Agradeço ao João Batista da Silva Júnior, da Anvisa.

Você mencionou... Permite-me chamá-lo de "você"?

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Você mencionou a Fiocruz. Tive a oportunidade de visitar de novo a Fiocruz do Paraná na semana passada. É um trabalho extraordinário – sabe? – o que é desenvolvido na Fiocruz, no caso, na que eu visitei, a do Paraná. E cem pessoas estão fazendo mestrado e doutorado lá – quer dizer, cem, uma centena. Eu disse: "Puxa vida, quanta gente!", o que é ótimo também para formar, assim, uma geração de estudiosos, pesquisadores, a favor desse conhecimento.

Obrigado, Doutor e Ph.D. também – estava vendo lá – João Batista da Silva Júnior. Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra, por videoconferência, para o Dr. Evandro de Oliveira Lupatini, que é Coordenador-Geral de Ações Estratégicas em Pesquisa do Ministério da Saúde.

Seja bem-vindo, Dr. Evandro.

O SR. EVANDRO DE OLIVEIRA LUPATINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns.

Gostaria só de saber se me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Perfeitamente.

O SR. EVANDRO DE OLIVEIRA LUPATINI (*Por videoconferência*.) – Perfeito, muito obrigado.

Sr. Senador, na sua pessoa cumprimento todas as Senadoras e os Senadores aqui presentes. Cumprimento também todos os demais participantes dessa importante audiência pública e também a audiência que nos acompanha tanto de forma presencial quanto pelo canal do YouTube.

Nós gostaríamos de agradecer esse convite feito ao Ministério da Saúde para estar aqui dialogando sobre um tema tão caro. E fico muito feliz também em escutar todas as falas daqueles e daquelas que me precederam; com isso, nós temos a oportunidade de apresentar o cenário aqui do ponto de vista de investimento em ciência, tecnologia e inovação nessa área de terapia celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que o Brasil tem uma capacidade científica, tecnológica. Temos pesquisadores, temos ambiente regulatório normativo, ético e sanitário muito bem definido, como a gente viu nas falas aqui dos meus colegas, do Thiago, do MCTI, e do João Batista, da Anvisa, duas instituições com que o Ministério da Saúde trabalha muito proximamente para que a gente, de forma integrada, consiga produzir e oferecer para a população brasileira mais saúde, mais acesso, mais qualidade de vida.

Tenho uma apresentação. Vou compartilhar aqui os eslaides e gostaria também, por gentileza, de um retorno para saber se já está em tela e se vocês...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Já está em tela e está perfeito.

O SR. EVANDRO DE OLIVEIRA LUPATINI (*Por videoconferência*.) – Perfeito, muito obrigado, Senador.

Bom, sou servidor aqui do Ministério da Saúde, da carreira de ciência e tecnologia, e trabalho no Departamento de Ciência e Tecnologia, que compõe a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, ou seja, vou falar do ponto de vista do que este departamento, que tem 26 anos, fomenta em termos de pesquisa estratégica para o Sistema Único de Saúde.

Nós temos atuado sempre em baliza, em seguimento com o que traz o Plano Nacional de Saúde, com o que é observado em diversos tipos de dispositivos, normas, leis e, especialmente, na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

Aqui foi muito bem caracterizado por todos que nos antecederam: nós temos um problema público, que é o sofrimento, incapacidade, perda de autonomia não só do próprio paciente, mas de seus familiares e da sociedade como um todo. Então, foi muito bem recebida por nós esta audiência pública, porque ela se soma a esse esforço também do Legislativo em dar visibilidade a uma série de tipos de causas e problemas que afetam a nossa sociedade.

Aqui foram destacadas algumas dessas condições, que foram citadas no requerimento e pelos demais palestrantes aqui. E a gente busca, por meio dessa apresentação, dar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

panorama muito objetivo sobre a ciência e tecnologia que o Ministério da Saúde tem direcionado para essas condições, em específico no recorte de terapia celular.

Aqui não vou me ater... O João Batista já falou muito bem, mas, quando nós falamos de produtos de terapia avançada, nós temos que entender que existem estas três categorias regulatórias de acordo com a Anvisa: a terapia celular, a gênica e a engenharia tecidual. E, quando a gente fala... E eu gostei muito das falas anteriores, Senador, porque elas trazem para nós que não é só uma questão de o produto ser desenvolvido, de se ter uma célula; e, sim, é todo um processo que envolve, como a gente vê aqui, a engenharia, a biomanufatura, pesquisas realizadas em condições de boas práticas, com controle de qualidade, para que essa evidência gerada, tanto do ponto de vista não clínico e clínico, seja de qualidade, possa ser utilizada com a finalidade de regulação – tanto para registro dessas terapias, como para uma eventual incorporação no SUS. Então, veja que esse centro de terapia celular – e eu vou mostrar que o ministério hoje já fomenta centro de terapia celular – integra desenvolvimento, fabricação, controle analítico, ensaios e monitoramento.

Essa é a agenda pública, com três exemplos aqui. O Thiago mencionou pesquisas fomentadas, então a gente destaca também um parceiro estratégico do Ministério da Saúde no fomento de pesquisa para saúde, que é o CNPq. Já foram 181 projetos selecionados nessas três chamadas que traziam linhas específicas para produtos de terapia avançada. Tivemos – e eu vou falar nos eslaides mais à frente –, essa parceria, o fomento do Ministério da Saúde, com a Embrapii, para estruturar um centro de competência em terapias avançadas. E, por fim, entre várias agendas regulatórias que o João Batista já citou, recentemente, no dia 14 de agosto, a Anvisa atualizou ali o seu formulário para dar ainda mais previsibilidade aos desenvolvedores e aos pesquisadores.

Como também já foi falado, para chegarem até o sistema de saúde, esses produtos precisam passar pela pesquisa clínica. E aqui o Ministério da Saúde trouxe um marco normativo inovador, que integra fomento, infraestrutura, digitalização e impacto. Com isso, o ministério pretende posicionar o Brasil estrategicamente nesse contexto global de pesquisa clínica, integrando instituições de ciência e tecnologia, indústria, reguladores, estimulando ensaios clínicos em todas as fases, com estudos multicêntricos, descentralizados, ou seja, para que participantes de pesquisa e pacientes possam participar em todas as regiões do Brasil, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoamento desse arcabouço regulatório, com equidade – um princípio, uma diretriz do SUS – e com uma perspectiva de governança integrada, de que eu vou falar também mais à frente.

Aqui, a portaria foi publicada em maio, e convidamos à leitura, mas a gente destaca cinco diretrizes estruturantes e seis componentes complementares do PPClin (Programa Nacional de Pesquisa Clínica).

E foi muito bem pontuado pela Dra. Grace o impacto quando a gente não investe em ciência e tecnologia a favor da vida, a favor da saúde.

A saúde é uma agenda transversal, ela está presente na agenda da Nova Indústria Brasil. Uma das seis missões em específico é relativa ao complexo econômico industrial para tornar o nosso Sistema Único de Saúde mais resiliente e menos sensível e vulnerável a essa dependência de tecnologias externas, ou seja, que a gente possa desenvolver uma base nacional produtiva com capacidade, com profissionais, com competência, para que esses produtos possam ser desenvolvidos e ofertados.

Cito também – aqui, o Thiago, do MCTI, também comentou – mais um programa recém-lançado, que foi o Programa Nacional de Inovação Radical em Saúde, pensando em todos esses gargalos e esses desafios – como a gente cita, e a literatura cita, o vale da morte entre a pesquisa básica que é realizada em laboratórios até essa pesquisa ter maturidade suficiente para avançar do ponto de vista de ensaios clínicos. Então, esse é mais um programa que, em parceria com a indústria farmacêutica, se atentando às necessidades estratégicas do SUS, vem trazer mais capacidade para se inovar do ponto de vista radical, para que a gente tenha o Brasil como referência em inovação em saúde.

Aqui também são previstas diversas estruturas para que a gente tenha uma governança em rede com o Ministério da Saúde, com ICTs, com *startups* e, obviamente, com o setor produtivo. São mecanismos que a gente tem viabilizado aqui no Ministério da Saúde para conectar ciência, produção e acesso em rede, para que se aproveite a capacidade instalada de diversos parques tecnológicos, fomentados pelo Ministério da Saúde, pelo MCTI, pela Finep, CNPq, Capes, entre tantos outros fomentadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é um exemplo, uma parceria do Ministério da Saúde com a Embrapii: foi lançado ontem esse parque tecnológico com uma plataforma de RNA mensageiro. A princípio, o primeiro alvo é uma vacina de RNA contra a malária, mas vejam que um ecossistema desse, uma capacidade dessa instalada é utilizada de forma multipropósito, então ela não serve apenas para vacinas, mas, sim, se configura como uma plataforma tecnológica para outros tipos de desenvolvimento, e isso está em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Toda essa etapa clínica consolida essa plataforma de um desenho que tem uma entrega com análise e produção clínica, para se gerarem evidências do ponto de vista clínico e regulatório, para que isso passe a compor um portfólio do SUS, ou seja, uma plataforma que se destina não só a doenças infecciosas, mas a câncer, doenças raras, entre tantas outras prioridades estratégicas do SUS, que são prioridades da saúde da população.

Cito aqui também – como o João Batista mencionou e o Thiago, do MCTI, também –, vejam, mais de R$0,5 bilhão de investimento estratégico realizado pelo Ministério da Saúde em três projetos, compatíveis com dois programas: uma plataforma de terapia avançada; plataforma para doenças raras, lá na Fiocruz; e um investimento nesse ecossistema do Hemocentro de Ribeirão Preto junto ao Butantan – tem lá o Nutera, com capacidade de ofertar e produzir centenas de tratamentos por ano, e a gente vê resultados extremamente promissores.

E, para falar de um terceiro programa que tem toda a conexão com esse tema, há o Programa Nacional de Genômica e Saúde pública de Precisão. É um programa de ciência e tecnologia para desenvolver estas duas grandes áreas, a genômica e a saúde pública de precisão. É um programa lançado em 2020, aperfeiçoado em 2025, que tem seis grandes eixos de atuação. Vejam, produtos desses, como terapias avançadas, exigem um grau de capacidade tecnológica e de saberes que movimentam esse nosso capital intelectual, sempre também pensando do ponto de vista da ética, da segurança do participante de pesquisa. Então o programa fomenta a capacitação de recursos humanos, investe em pesquisa e desenvolvimento, contribui para esse arcabouço de normas, estimula a indústria nacional. Em todas essas pesquisas que são fomentadas, os pesquisadores têm esse compromisso de disseminar o conhecimento para diversos públicos – não apenas entre os seus pares, com a publicação científica tradicional, mas também com produtos de divulgação, que são divulgados para escolas, ensino fundamental, ensino médio, em palestras abertas à comunidade, entre outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipos, para que esse conhecimento possa aproximar ainda mais a nossa sociedade da ciência brasileira.

Então, vejam, esse é um panorama, Senador, Senadoras, do que já foi fomentado: 269 projetos, um investimento de R$1,3 bilhão, incluindo pesquisas com o sequenciamento genômico da nossa população – já que a nossa população é uma das mais miscigenadas do mundo, a gente precisa ter pesquisas que atendam especificamente às nossas necessidades. E, aqui, essas barras coloridas mostram o aporte, o tamanho do investimento em determinadas áreas, agregadas obviamente, como genômica populacional, doenças oncológicas, doenças raras, entre tantas outras.

Realizamos diversas chamadas públicas com contratações diretas também de projetos estratégicos. O Prof. Guilherme citou um dado em relação a uma pesquisa que foi fomentada aqui também pelo Ministério da Saúde, que é o Relatório Nacional de Demência; ou seja, pesquisa e evidência que são utilizadas, do ponto de vista clínico, para subsidiar profissionais de saúde no cuidado com seus pacientes – já estou me encaminhando para o final da apresentação – e também pesquisa para auxiliar na tomada de decisão.

Esse é o recorte de produtos de terapia avançada fomentados no âmbito do Programa Genomas Brasil: 98 pesquisas, R$214 milhões.

Quando a gente pega desse montante o total em produtos, em projetos de terapia celular regenerativa, nós identificamos 21 projetos com investimento de R$51 milhões, distribuídos nessas regiões do Brasil, tanto por chamada pública quanto por contratação direta.

Aqui, um pouco mais de informação sobre esses projetos. Vejam que estão bem distribuídos em várias regiões do nosso país. E, aqui, especificamente, daqueles 21, sete são relacionados a doenças neurológicas: lesão medular, ELA, leucodistrofia, doença de Alzheimer. Então, temos coberturas, nesse recorte, daquelas doenças e condições clínicas que foram destacadas aqui no requerimento do Senador Flávio Arns, mas também temos lacunas, como Parkinson, hipóxia cerebral, entre outras condições.

Por fim, esse é o Centro de Competência Embrapii, que teve um edital. O Einstein, sociedade beneficente, ganhou esse edital. Lá são linhas técnicas que estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidas, como vetores, edição genômica, biomanufatura, entre outros componentes, para fortalecer a nossa capacidade nacional.

E, por fim – esse é o último eslaide –, vejam que tudo isso se conecta a um grande ecossistema que envolve o produto, o processo, a evidência e o acesso para a população, sem perder de vista a qualidade, a ética, o compromisso e a responsabilidade social com a nossa população. Então, é o Centro de Competência atuando diretamente em ferramentas, biomanufatura, desenvolvimento, e o SUS definindo prioridades, requisitos de evidência, avaliação, incorporação, financiamento e monitoramento, em especial, desses resultados.

Deixo aqui os nossos contatos, continuo à disposição para seguir o debate e agradeço muitíssimo a atenção.

Devolvo-lhe a palavra, Senador Flávio Arns.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Agradecemos ao senhor... Vamos bater palmas primeiro, né? (*Palmas.*)

Só para saber que as palmas estão sendo remotamente batidas, né? (*Risos.*)

Agradeço muito ao Dr. Evandro de Oliveira Lupatini, que é Coordenador-Geral de Ações Estratégicas em Pesquisa do Ministério da Saúde. Muito interessante, boa apresentação. Esse, vamos dizer, é o momento inicial de um debate, que deve continuar – eu não tenho dúvidas disso –, para que a gente transforme tudo isso numa linguagem muito acessível para o povo, para que o povo todo saiba o que está sendo feito, onde está sendo feito e se a gente precisa de alguma alternativa ou não.

Nós temos também às 4h, daqui a 20 minutos, o início da Ordem do Dia, e o Presidente sempre insiste em que a gente não tenha reuniões de Comissões. Então, nós vamos para uma consideração final agora. Passo de novo a palavra para que a gente possa, em três minutos, vamos dizer, falar, assim, o que achou, o que é necessário, como é que os expositores e a Dra. Grace, aqui, expositora, também perceberam esse assunto e como é que pode ser conduzido para a frente também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começamos com a senhora, então, Dra. Grace Corrêa Pereira.

A SRA. GRACE CORRÊA PEREIRA (Para expor.) – Na verdade, eu posso fazer perguntas? Posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Pode.

A SRA. GRACE CORRÊA PEREIRA – No caso, eu queria deixar a pergunta para o Dr. Thiago. Como é que poderia auxiliar no projeto do Dr. Lepski?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Isso.

A SRA. GRACE CORRÊA PEREIRA – Qual seria o caminho? – já que a gente precisa do apoio político, mas a gente precisa do Executivo para viabilizar e ele poder também ter essas oportunidades que a gente acabou de ver nessa última apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Isso.

Só vamos fazer o seguinte: cada um usa a palavra e, achando que deve fazer uma... Nós temos a limitação do tempo, mas, se cada um achar que uma pergunta deve ser feita, pode ser feita também.

Não sei se o Dr. Thiago entendeu a pergunta? Entendeu? Não?

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES (*Fora do microfone*.) – Não, a pergunta... Ah, não. Posso dar a resposta? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Não, mas aí eu passo a palavra para o Dr. Guilherme, e depois, na sua vez, você responde. Pode ser assim?

A SRA. GRACE CORRÊA PEREIRA – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Sem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Dr. Guilherme Lepski, que é Professor e Pesquisador da USP.

O SR. GUILHERME LEPSKI (Para expor.) – É só para agradecer a participação, Senador, e resumir um pouco aqui, até brevemente pincelar a resposta aos cidadãos que mandaram perguntas.

Tudo que estamos fazendo aqui – a interação de pesquisadores, sistema judiciário, o Parlamento, representado pela figura do Senador e de outros aqui presentes, as agências reguladoras, ministérios – é para acelerar esta translação tão desejada pela população de que a ciência de boa qualidade gere frutos positivos; que o investimento público seja otimizado; e que as agências, cumprindo seus papéis, consigam entregar ou permitir o registro para a população de um produto seguro, a que a população possa, por sua vez, ter acesso de maneira justa, equânime e, como uma cidadã mencionou, em todo o Brasil.

Então, toda a discussão aqui que o Senador abriu é justamente nesse sentido, e agradeço imensamente essa interação, que é muito positiva, Senador, porque nosso contato... O pesquisador, às vezes, fica isolado no laboratório, ou o médico, no hospital, muito focados nas demandas dos doentes e esquecem a complexidade, às vezes, de todo o contexto regulatório, e mercadológico, e de investimento, etc.

Agradeço, de público, a positiva interação que tivemos com a Anvisa em todo esse processo de experiência que tivemos até aqui, que sempre nos mostrou o norte e como seguir para fazer a pesquisa do jeito correto.

E fica aqui só uma provocação ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para facilitar o nosso trabalho, no sentido de que o marco regulatório de terapia celular avançada existe, é recente, dos últimos talvez três ou quatro anos, só que acaba sendo um investimento pesado, e a gente precisa de investimento não só público, mas também privado para viabilizar essas iniciativas e se ater a tudo que se precisa para a biossegurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME LEPSKI – E aí talvez uma facilitação de registro de patentes, de capitalizar recursos internacionais, etc., possa acelerar esse trâmite.

Era isso que eu tinha a comentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Agradecemos novamente ao Dr. Guilherme Lepski.

Passo, em seguida, a palavra ao Thiago de Mello Moraes, que é do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES (Para expor.) – Bom, mais uma vez gostaria de agradecer a participação de todos, agradecer ao Senador pela convocação da reunião. Como falei, é sempre prazeroso para a gente participar dessas discussões e ouvir novas ideias, ouvir novas considerações.

Respondendo especificamente à pergunta da Dra. Grace, a gente tem dois modelos com que a gente trabalha dentro do ministério. Prioritariamente, a gente trabalha com chamada pública, então seria lançada uma chamada pública para estabelecimento de centros de terapia celular no país. Acho que pode até ser uma recomendação desta audiência pública para o ministério, e aí a gente trabalharia junto com o Ministério da Saúde no estabelecimento dessa chamada pública, para selecionar centros. Um outro caminho seria emendas parlamentares. Poderia ser até uma emenda parlamentar de Comissão, da Comissão de Ciência e Tecnologia, para os ministérios – aí poderia ser tanto para o MCTI quanto para o Ministério da Saúde. A gente conseguiria executar essa emenda parlamentar para o estabelecimento desse centro de terapia celular.

Fica uma consideração também: se o Poder Judiciário tiver algum fundo que possa fomentar desenvolvimento científico e tecnológico, a gente está aberto para fazer essa discussão, para execução. Algum tempo atrás, a gente foi procurado, se eu não me engano, por um tribunal superior, que tinha um fundo específico para fomento a ações trabalhistas e que poderiam ser aplicadas em ciência e tecnologia. A gente tentou viabilizar, mas não foi possível. Mas o diálogo está sempre aberto .Talvez exista algum fundo dentro do Judiciário que arrecade de ações processuais e que tenha alguma interface com o tema. A gente conseguiria executar isso via ministério para contratar estabelecimento de centros de terapia celular.

Inicialmente, é isso – finalizando, na verdade; não inicialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço as perguntas enviadas e agradeço a participação de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Obrigado, Thiago de Mello Moraes, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Passo, em seguida, a palavra ao João Batista da Silva Júnior, que é da Anvisa.

O SR. JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR (Para expor.) – Gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui discutindo esse tema e mais uma vez dizer: para nós, da Anvisa, é muito importante isso.

A gente tem uma função social. Além das avaliações de riscos, benefícios e de garantir que os produtos sejam seguros e de qualidade e eficácia para a população, a gente tem uma função importante, que é induzir esse processo regulatório, trazer o conhecimento que a gente vai adquirindo com essas experiências intranacionais e internacionais para o desenvolvimento nacional, o desenvolvimento de pesquisadores nacionais. Estava falando com o Dr. Guilherme aqui: a gente está criando mecanismos regulatórios para aproximar a agência dos desenvolvedores. Então, eu quero deixar esse recado.

E a qualquer estrutura, discussão, a gente está aberto, para tentar construir junto esse caminho, para que o avanço aconteça, que as pesquisas cumpram o seu papel. É claro que pesquisa tem um papel, que é produzir resultados, dizer se é eficaz, seguro e de qualidade, então a gente acompanha esse processo. E, sendo resultados positivos, chegar a um processo de registro e, no futuro, então, ao Sistema Único de Saúde, para qualquer cidadão usar esses produtos.

Esse é o nosso papel.

Quero agradecer mais uma vez, em nome da Anvisa, e dizer que a gente está à disposição para colaborar no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Obrigado novamente, João Batista da Silva Júnior, da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, remotamente, novamente agradecendo, ao Dr. Evandro de Oliveira Lupatini, que é do Ministério da Saúde.

O SR. EVANDRO DE OLIVEIRA LUPATINI (Para expor.) – Mais uma vez também, Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo pelo requerimento e agradecer mais uma vez essa oportunidade do Ministério da Saúde para falar mais sobre pesquisa, desenvolvimento, inovação estratégica, do ponto de vista da saúde, para que a gente tenha ainda mais produtos com qualidade que cheguem à nossa população.

Deixo também um convite a todas as pesquisadoras e pesquisadores a acompanharem os canais tanto do Ministério da Saúde quanto do MCTI e das agências fomentadoras, quando novos editais, então, serão publicados, já que a gente tem uma comunidade científica tão competente para desenvolver pesquisa direcionada para melhorar a qualidade de vida da nossa população.

E, por fim, esses programas que citei há pouco na apresentação têm uma previsão de uma governança articulada e integrada com diversos outros ministérios e agências, incluindo a participação da comunidade científica e dos participantes de pesquisa. Como o Presidente Senador comentou no início, "nada para nós, sem nós". Este é um compromisso também do Ministério da Saúde: a inclusão da sociedade, de representantes, de participantes de pesquisa, da indústria e de diversos outros segmentos, para que possamos, juntos, trabalhar no aperfeiçoamento dessas ações direcionadas e estratégicas em ciência e tecnologia.

Muitíssimo obrigado.

Continuamos à disposição.

Devolvo-lhe a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - PR) – Agradeço também, novamente, ao Dr. Evandro de Oliveira Lupatini.

Esta tem sido sempre a nossa atitude também: em qualquer debate que se faça sobre medicamentos, doenças raras, a gente procura sempre escutar a pessoa que é portadora daquela dificuldade, necessidade ou doença, a família dessa pessoa e os profissionais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuam, seja na área médica, da assistência, da psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional... E a gente deve sempre dizer "nada sobre nós, sem nós", ou seja, vamos escutar a pessoa que tem a doença, ver a necessidade dela, a dificuldade, e a família dessa pessoa. Às vezes são coisas simples de serem resolvidas.

Lembro-me de um debate que houve aqui sobre doenças metabólicas, em que a pessoa tinha que tomar um leite especial. E o leite tinha gosto e cheiro de podre. A gente experimentou durante a audiência, e o gosto era simplesmente horrível. Então a mãe tinha que segurar a criança, porque ela tinha que tomar aquele leite – ou não tomaria leite nenhum. Daí, quando era possível misturava um pouco de chocolate, um pouco de morango, um pouco disso, um pouco daquilo...

Então, é preciso escutar a pessoa, escutar a família: "Olha, para onde eu levo?", "O que eu faço?", "Tem alguma perspectiva?", "Não, meu filho está com AME", "O que é AME?", "Qual é o remédio que tem?", "Tem que ir para a Justiça", "Tem que fazer isso, tem que fazer aquilo", "A pesquisa está evoluindo ou não"... Então, "nada sobre nós, sem nós". Isso acho que a Dra. Grace aqui... Além de juíza do tribunal, ela está aqui como paciente também. Isso é muito importante.

Quero novamente agradecer aos expositores e à Dra. Grace também; agradecer aos que estiveram aqui presentes e às perguntas e comentários que vieram.

Como já mencionei, o material vai ficar todo disponível no Portal da Comissão.

E agradeço aos meios de comunicação que levam essa mensagem para o Brasil todo – não só durante a realização dessa audiência pública, mas posteriormente em inúmeros horários –, porque é um assunto que interessa a toda a população.

Se há algo assim, que atinge todas as famílias, é justamente a questão da terapia, da terapia celular, problemas neurológicos e outras doenças, assim, que podem ser também abordadas, discutidas, para favorecer a população no seu enfrentamento.

Então, agradeço sobremaneira aqui à Secretaria da Comissão, e, nada mais havendo a tratar neste momento, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Cid Gomes, Eduardo Gomes, Hermes Klann, Leila Barros, Beto Faro, Jaques Wagner, Camilo Santana e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Otto Alencar, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3202, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; para possibilitar a realização de trabalho interno de reutilização e reciclagem por condenados mantidos em regime fechado ou semiaberto." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Lido ad hoc pelo Senador Confúcio Moura. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4786, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Revitalização e Diversificação dos Seringais Amazônicos (PNRDSA) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação com 5 emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2075, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.848, 25 de junho de 2019, para dispor sobre a articulação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do meio ambiente." **Autoria:** CPI DA BRASKEM. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Lido ad hoc pelo Senador Confúcio Moura. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2132, de 2025 - Terminativo -** que: "Disciplina a circularidade de baterias utilizadas em veículos elétricos e institui a Política Nacional de Circularidade das Baterias." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.132, de 2025, nos termos do substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1681, de 2026 - Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Institui a Semana Nacional de Economia Circular e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4794, de 2020 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para autorizar a União a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes de conversão de multas ambientais e para dispor sobre os procedimentos de conversão de multas." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5539, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui o serviço de Disque- Denúncia de Maus-Tratos e Abandono de Animais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4488, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação com 4 emendas que apresenta. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2761, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Governança Climática, estabelece diretrizes e mecanismos de implementação da governança climática e dá outras providências." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Adiado pela apovação do Req 3/2026-CMA que requer audiência pública de instrucãoi da matéria. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1787, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Fomento à Agricultura Regenerativa (PNFAR), com o objetivo de promover a adoção, o desenvolvimento e a articulação de práticas, conhecimentos e tecnologias voltadas à regeneração ativa dos ecossistemas agrícolas, à resiliência climática e à segurança alimentar e nutricional." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 3, de 2026** que: "Requer audiência pública sobre o PL 2761/2025, que institui a Política Nacional de Governança Climática, estabelece diretrizes e mecanismos de implementação da governança climática e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Zequinha Marinho. Foram incluídos os representantes da Rede de Governança Brasil e da Rede Governança Climática. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 6, de 2026** que: "Requer que seja incluído, na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026-CMA, convidado representante da Associação Nacional de Promoção e Inovação da Indústria de Biológicos (ANPII Bio)." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Fabiano Contarato. **ITEM 13 - Requerimento da**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Meio Ambiente n° 7, de 2026 que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que "Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE)"" **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Fabiano Contarato. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 8, de 2026** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026 seja incluído representante da CropLife do Brasil." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/06/09

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de junho de 2026.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício Circular nº 19, de 2026, da Abema, que congrega os órgãos estaduais de meio ambiente das 26 unidades federativas e do Distrito Federal, no qual apresenta manifestação técnica pela rejeição ao Projeto 5.082, originário do PL 10.273, da Câmara dos Deputados, que propõe alterações na Lei nº 6.938, de 1981, quanto à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. O documento será incluído na matéria, nos termos do inciso II do §2º do art. 261 do Regimento Interno do Senado Federal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Ofício da Rede Sul de Restauração Ecológica, que encaminha manifestação das Redes Biomáticas Brasileiras contra o Projeto de Lei nº 364, de 2019, que ainda tramita na Câmara dos Deputados, e solicita a rejeição da matéria para assegurar a proteção dos campos nativos e a coerência com a legislação ambiental vigente e os compromissos nacionais de conservação e restauração ecológica;

– Ofício da coalizão das organizações da sociedade civil socioambientalista e de instituições de ensino superior, que encaminha carta-compromisso firmada na audiência pública sobre mineração na Chapada dos Veadeiros e a revisão do plano de manejo da APA do Pouso Alto, realizada em 20 de maio de 2026, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás; solicitam acompanhamento legislativo institucional pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal;

– Ofício nº 358, de 2026, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, que encaminha cópia do relatório final da comissão especial instituída para acompanhar os casos de intoxicação por metanol em bebidas alcoólicas no Município de São Bernardo do Campo;

– Ofício nº 68, de 2026, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que encaminha a Moção nº 83, de 5 de maio de 2026, aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na 51ª Reunião Ordinária, que recomenda a recomposição do orçamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), de modo a assegurar que os recursos arrecadados nas bacias hidrográficas sejam integralmente aplicados nas respectivas bacias e na própria agência, possibilitando o fortalecimento dos entes do sistema, a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a operação e manutenção da Rede Hidrometeorológica Nacional.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação neste período.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de maio.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Anuncio o item 1... (*Pausa.*)

Desculpem. Anuncio o item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4786, DE 2024

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Revitalização e Diversificação dos Seringais Amazônicos (PNRDSA) e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação com 5 emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Beto Faro para leitura do seu relatório.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente e demais Senadores e Senadoras, este projeto já está amplamente divulgado, inclusive teve uma emenda do Senador Zequinha, com quem nós dialogamos. Conversamos com a FPA, dialogamos com a assessoria da Senadora Kátia Abreu para que a gente pudesse chegar a esse termo. Então vou ler a partir da análise do meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à Comissão, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre temas pertinentes a matéria de proteção do meio ambiente, incluindo uso de recursos naturais.

Entendemos que a matéria é meritória e aperfeiçoa a legislação ambiental. No campo da proteção do meio ambiente, alinha-se aos princípios e diretrizes da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional de Meio Ambiente), e de diversas outras normas. Destacamos o alinhamento com a Lei do Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021), que prevê a recuperação e a melhoria de condições ambientais como parte dos serviços ecossistêmicos. Essa lei reconhece as iniciativas individuais ou coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos, por meio de retribuição monetária ou não monetária, prestação de serviços ou outra forma de recompensa (art. 4º, VII).

As regras do projeto convergem ainda com uma das principais iniciativas para cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês) para proteção do regime climático no âmbito do Acordo de Paris: a restauração de 12 milhões de hectares degradados, por meio de diversos arranjos, inclusive arranjos que permitem a restauração de seringais nativos. Há regras específicas no projeto no sentido de harmonização com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg).

Concordamos com o autor da matéria ao justificar que a Amazônia precisa superar muitos desafios para a proteção ambiental conjugada com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Nesse aspecto, os seringais nativos têm grande importância para a economia regional. O declínio da atividade seringueira tradicional trouxe impactos negativos para as comunidades extrativistas e resultou na degradação ambiental. O projeto oferece uma resposta a esses desafios ao incentivar a recuperação e a revitalização dos seringais nativos, promover políticas sustentáveis de manejo e incentivar a diversificação do uso da borracha e de outros produtos florestais. Busca ainda o fomento a pequenas empresas ou unidades de processamento locais para o beneficiamento desses recursos de modo a conferir a eles maior valor agregado. Como resultado, pode-se aumentar a renda das comunidades extrativistas e evitar ciclos de desmatamento da floresta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propomos, entretanto, aperfeiçoar o projeto por meio de ajustes pontuais. Esses ajustes resultaram de consulta a órgãos do Governo Federal associados à matéria, como Advocacia-Geral da União, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os ajustes vão no sentido de aperfeiçoar a técnica legislativa e de alinhar as regras a leis e políticas vigentes, sem alterar o elevado mérito da proposição.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.786, de 2024, com as seguintes emendas que apresentamos.

EMENDA Nº - CMA
(ao PL nº 4.786, de 2024)
Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei (PL) nº 4.786, de 2024:
"Art. 1º .....
Parágrafo único. A PNRDSA será implementada de modo a agregar valor às cadeias produtivas, aumentar a renda das comunidades extrativistas e induzir a recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa, em consonância com a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG)."
EMENDA Nº - CMA
(ao PL nº 4.786, de 2024)
Alterem-se os incisos II e V e inclua-se o inciso VI ao art. 2º do Projeto de Lei (PL) nº 4.786, de 2024, com a seguinte redação:
"Art. 2º .....
.....
II - o desenvolvimento sustentável, integrando conservação ambiental e geração de emprego e renda;
.....
V - o alinhamento com as diretrizes e objetivos da Proveg e da Estratégia Nacional de Bioeconomia visando à recuperação e conservação da vegetação nativa; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI – a valorização dos serviços ambientais e ecossistêmicos associados aos seringais, com a adoção de mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), conforme previsto na Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021."

EMENDA Nº - CMA

(ao PL nº 4.786, de 2024)

Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Projeto de Lei (PL) nº 4.786, de 2024:

"Art. 4º .....

I - .....

a) oferecimento de cursos técnicos para seringueiros, povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais e produtores locais sobre o manejo sustentável e a industrialização de derivados da borracha e de outros insumos naturais; e

b) promoção de programas de educação ambiental alinhados às diretrizes da Proveg e da Estratégia Nacional de Bioeconomia.

II - centros de inovação e valor agregado, com promoção e fomento de:

a) centros regionais de inovação e desenvolvimento tecnológico, voltados para a pesquisa de novos usos da borracha natural e de outras matérias-primas, promovendo parcerias com universidades e institutos de pesquisa; e

b) laboratórios de pesquisa focados na recuperação de vegetação nativa em áreas de seringais degradados.

III- incentivo à produção local para:

a) o fomento à construção de fábricas e cooperativas locais de processamento da borracha e fabricação de produtos; e

b) o apoio à implementação de sistemas agroflorestais que integrem a produção de borracha com a recuperação da vegetação nativa.

IV - utilização de selos existentes que possam conferir valor agregado e garantia de origem dos produtos desenvolvidos a partir de seringais sustentáveis.

V - Mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), por meio de:

a) implementação de ações reconhecidas no âmbito do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais;

b) celebração de contratos com associações, cooperativas e organizações de base comunitária para remuneração pelos serviços ambientais prestados, conforme critérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definidos em regulamento e em consonância com a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021;

c) articulação com fontes públicas e privadas de financiamento, incluindo recursos de agências multilaterais e bilaterais de cooperação internacional, preferencialmente sob a forma de doações ou sem ônus para o Tesouro Nacional, exceto nos casos de contrapartidas de interesse das partes e outras iniciativas de pagamentos por resultados."

EMENDA Nº - CMA

(ao PL nº 4.786, de 2024)

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do Projeto de Lei (PL) nº 4.786, de 2024:

"Art. 5º O financiamento e os incentivos para a PNRDSA poderão ser realizados por meio de:

I - criação de linhas de crédito específicas para iniciativas de diversificação produtiva e industrialização local da borracha e de outros insumos extraídos dos seringais;

II - incentivos para empresas que investirem em fábricas e na industrialização de produtos de seringais sustentáveis na região amazônica;

III - apoio financeiro por meio de subvenções a projetos inovadores que promovam novos usos e tecnologias para a borracha amazônica e outros produtos locais;

IV - utilização dos instrumentos de financiamento e apoio previstos na Proveg para apoiar as iniciativas propostas na PNRDSA;

V - destinação de recursos públicos e privados para a implementação de pagamentos por serviços ambientais vinculados a conservação e manejo sustentável dos seringais nativos, conforme previsto na Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, com prioridade para ações conduzidas por comunidades extrativistas e agricultores familiares."

EMENDA Nº - CMA

(ao PL nº 4.786, de 2024)

Inclua-se o seguinte artigo ao Projeto de Lei (PL) nº 4.786, de 2024, renumerando-se o art. 9º como art. 10:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 9º A implementação da Política objeto desta lei observará a disponibilidade financeira e orçamentária."

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, era o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com Emendas 1 a 5-CMA.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Anuncio o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2132, DE 2025

- Terminativo -

Disciplina a circularidade de baterias utilizadas em veículos elétricos e institui a Política Nacional de Circularidade das Baterias.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.132, de 2025, nos termos do substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Observações:

1. Em 15/07/2025, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Esperidião Amin (PP/SC).

2. Em 8/6/2026, após publicação da pauta, novo relatório à matéria foi apresentado.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O relatório é pela aprovação do Projeto de Lei 2.132, de 2025, nos termos do substitutivo que apresenta e pelo acolhimento parcial da Emenda 1-T.

Em 8/6/2026, foi apresentado um novo relatório, já atualizado na pauta.

Solicitaria aos colegas Senadores e Senadoras... Claro, não tirando a prerrogativa de fala dos Senadores e Senadoras, mas para a gente otimizar o tempo, quando for ler e for aprovado, lendo o voto com as emendas que se apresentam, etc., para economizar tempo, esta Presidência dispensa a leitura das emendas, uma vez que já foram disponibilizadas. Se o Relator entender que quer efetivamente proceder à leitura de todas as emendas que ele está acolhendo ou as alterações, eu assim o concedo.

Por favor, não se sintam ofendidos ou que estamos tirando a prerrogativa do Senado; é só para a gente ganhar mais tempo mesmo.

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura, para a leitura de seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito.

Presidente, eu vou seguir sua orientação e vamos direto à análise, saltando alguns parágrafos que são repetitivos, com normas triviais. Vamos para a frente aqui.

Esse projeto é sobre circularidade de baterias de carros elétricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere ao mérito, a Política Nacional de Circularidade das Baterias é fundamental para acompanhar a evolução da mobilidade elétrica.

A despeito de seus inúmeros aspectos positivos, consideramos que o projeto merece alguns aprimoramentos, que foram condensados no substitutivo.

Inicialmente, propomos a reestruturação, de modo a aperfeiçoar a organização, especialmente porque o projeto dispõe sobre uma política pública.

Outrossim, procedeu-se à revisão técnica de algumas definições, a fim de assegurar maior precisão conceitual no cenário tecnológico atual, em exponente desenvolvimento.

Por fim, foi acatada parcialmente a Emenda 1-T.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 2.132, de 2025, de autoria de Senador Jaques Wagner, nos termos do substitutivo que segue, com o acolhimento parcial da Emenda 1-T.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei 2.132, de 2025, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Solicito aos Senadores que compõem esta Comissão que exerçam o direito de voto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu gostaria de informar apenas que, após essa votação, eu vou retornar para o item 1, cujo Relator é o Senador Alessandro Vieira, tendo em vista que o Senador Confúcio vai ser o Relator *ad hoc*, e aí mantendo com ele, posteriormente, para o item 3, também do Senador Alessandro. E aí prossigo com a pauta.

Tudo bem com os colegas? De forma bem rápida, para a gente produzir nesta Comissão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Não querendo subverter a decisão de V. Exa., mas não deve ter primazia os que estão aqui para relatar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Com o Relator Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Solicito a abertura do painel...

Está encerrada a votação.

Proceda à abertura do painel, por gentileza.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Proclamação do resultado.

Votaram SIM 8 Senadores. NÃO, nenhum.

Está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a Emenda nº 2, da CMA, Projeto de Lei nº 2.132. Fica prejudicado o projeto e a Emenda nº 1-T a ele apresentada, acolhida parcialmente pelo substitutivo.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno de suplementar, nos termos do dispositivo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – Há uma falha aí, não, Presidente? Porque, se tinham 9... A não ser que a abstenção seja 1 lá.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, é porque eu não voto, é porque eu registro a presença.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Ah, o.k., mas estavam registados nove votos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nove é o quórum com o Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k., está bom.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu vou reconsiderar a solicitação do Senador Cid, então vamos prestigiar os Senadores que aqui estão. Peço vênia ao Senador Confúcio.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anuncio o item 6.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4794, DE 2020

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para autorizar a União a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes de conversão de multas ambientais e para dispor sobre os procedimentos de conversão de multas.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Beto Faro para a leitura do seu relatório.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Como Relator.) – Nos termos do art. 102-F, incisos I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão opinar sobre essa matéria.

No que concerne à constitucionalidade, identificamos vício de iniciativa na instituição de uma Câmara Consultiva Nacional, nos termos do art. 76-F proposto pelo PL. Trata-se de criação de órgão da administração pública por parte do Poder Legislativo, violando o art. 61, §1º, II, "e", da Constituição Federal.

No restante, o projeto atende tanto aos requisitos formais quanto materiais, pois compete à União legislar concorrentemente sobre conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, conforme o disposto no art. 24, inciso VI, da Constituição. O PL também respeita as cláusulas pétreas e demais previsões constitucionais concernentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo sentido, o PL não apresenta vício de regimentalidade.

No tocante à juridicidade, o critério de inovação da matéria foi atendido pelo presente projeto, visto que inclui novas normas na legislação que pretende alterar.

No mérito, entendemos que a proposição merece guarida, pelos motivos a seguir expostos. Infelizmente, uma das principais sanções administrativas aplicadas contra infratores ambientais – a multa – não tem alcançado o objetivo de coibir os danos causados ao meio ambiente por descumprimento da legislação. No caso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, por exemplo, apenas um terço das multas aplicadas pela autarquia é efetivamente pago. Os valores arrecadados pela autarquia são ainda menores, o que indica que a inadimplência é ainda maior para multas de alto valor.

A maioria dos órgãos do Sisnama enfrenta sérias deficiências estruturais, incluindo falta de pessoal, processos físicos e controles ineficientes, o que compromete o andamento e a cobrança de multas ambientais.

Nada obstante os grandes méritos da proposição, entendemos que ela pode ser aprimorada. Por essa razão, apresentamos emenda substitutiva, com o intuito de sanar o vício de inconstitucionalidade mencionado, melhorar a técnica legislativa e fazer algumas alterações de mérito.

O primeiro ponto de adequação necessária remete a sanar o vício de inconstitucionalidade do art. 76-F mencionado. Para solucionar a questão do vício de iniciativa, o substitutivo remove as menções à Câmara Consultiva Nacional que teria a função de subsidiar a estratégia de implementação da conversão de multas.

Removemos, também, a sujeição do fundo privado e da instituição financeira gestora à realização de licitações públicas, prevista no art. 76-G da proposta inicial. A referida sujeição pública seria uma burocratização desmedida e incompatível com a própria solução de criação do fundo privado.

Além disso, propomos alteração de ordem redacional, a fim de retirar os dispositivos do interior da Lei de Crimes Ambientais. Pelo fato de os dispositivos de conversão de multas se limitarem ao âmbito da União, cabendo aos demais entes federativos produzirem suas legislações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o tema, não seria interessante mantê-los na legislação nacional responsável por disciplinar os crimes ambientais. Portanto, o substitutivo prevê a inserção dos dispositivos em lei autônoma voltada à União, ao invés de inseri-los na legislação nacional.

Ampliamos, também, as hipóteses em que não se admitem as conversões de multas ambientais. A proposta original considera apenas cinco hipóteses, todas contempladas em nosso substitutivo, o qual também afasta a possibilidade de conversão nos casos de infratores que usam trabalho infantil e danos decorrentes do descumprimento de obrigações do licenciamento ambiental.

Além disso, optamos pela garantia da aplicação do desconto sobre o valor da multa consolidada, nos termos da regra vigente à época do pleito.

Assim, em vista das necessárias adequações, propomos a emenda substitutiva a seguir e conclamamos todos os nobres pares a aprovar esse projeto.

O voto.

Ante todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.794, de 2020, na forma do substitutivo abaixo.

Quero só agradecer muito, aqui, a participação do Senador Zequinha e da Senadora Tereza, que fizeram emendas, que colocaram as suas assessorias à disposição, com que nós dialogamos para que a gente pudesse chegar a um termo que pudesse contemplar a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.794, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Determino a abertura para exercício do direito de voto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Encerrada a votação.

Determino a abertura do painel para a proclamação do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Votaram SIM, 8; NÃO, nenhum.

Está aprovada a Emenda 3, da CMA, substitutivo ao Projeto de Lei 4.794/2020.

Fica prejudicado o projeto.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar nos termos dispostos no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Anuncio o item 10.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Sr. Presidente, só peço permissão a V. Exa. para passar direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Deixe-me só anunciar aqui, porque tem que anunciar.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 1787, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui a Política Nacional de Fomento à Agricultura Regenerativa (PNFAR), com o objetivo de promover a adoção, o desenvolvimento e a articulação de práticas, conhecimentos e tecnologias voltadas à regeneração ativa dos ecossistemas agrícolas, à resiliência climática e à segurança alimentar e nutricional.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes para leitura do seu relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, um relatório resumido com a aquiescência de V. Exa.

À Comissão de Meio Ambiente compete, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, incisos I a IV, opinar sobre matérias pertinentes à proteção do meio ambiente, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, política nacional de meio ambiente, preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Deixamos para a Comissão de Agricultura, a quem cabe a decisão terminativa, a análise de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No mérito, destacamos que a agricultura regenerativa é um sistema de cultivo que melhora a saúde do solo, aumenta a biodiversidade, melhora o ciclo da água, e aumenta a resiliência às mudanças climáticas, ao passo que remove da atmosfera dióxido de carbono, gás de efeito estufa. O solo saudável é um dos pilares fundamentais da regeneração dos ecossistemas, pois está associado à vida microbiana, ao acúmulo de matéria orgânica e à produtividade. Além disso, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura regenerativa também propicia a restauração dos serviços ecossistêmicos, como o ciclo da água e a promoção da biodiversidade funcional.

Devido às razões acima, torna-se evidente que a proposição leva à preservação do meio ambiente, avança a legislação ambiental e agrícola brasileira, de modo que somos por sua aprovação.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.787, de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório é apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Anuncio o item 9. Desculpem, é o item 8, perdão.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4488, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com 4 emendas que apresenta

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama, para a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas Parlamentares, trata-se do Projeto de Lei nº 4.488, da minha querida amiga Deputada Maria do Rosário, que tem os meus cumprimentos e admiração, que institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios por Meio de Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão.

Presidente, com a permissão de V. Exa., vou direto à análise – está bem? – por economia processual, meu Líder.

Nos termos dos incisos I e IV do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre matérias pertinentes à proteção do meio ambiente e à conservação dos recursos hídricos.

O projeto de lei em exame cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, conforme estabelecido no inciso VI do art. 24 da Constituição Federal. Ainda no tocante à constitucionalidade, não há impedimentos quanto à iniciativa parlamentar, pois a matéria não se inclui entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme o art. 61 da Carta Magna.

Também é atendido o critério de juridicidade, uma vez que a proposição inova a ordem jurídica e apresenta as características de coercibilidade, generalidade, abstratividade e imperatividade. Ademais, a espécie legislativa adotada é adequada para regular o tema.

Em termos regimentais, não há colisão de normas ou conflitos de qualquer natureza. No tocante à técnica legislativa, a proposição segue os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

A proposição revela-se adequada e contemporânea ao propor soluções para os processos que comprometem a estabilidade do solo e dos sistemas hídricos. A política é meritória ao incorporar diretrizes voltadas à conservação desses recursos naturais sob perspectivas variadas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como recuperação de áreas degradadas, incentivo à pesquisa e à inovação, promoção da educação ambiental e estímulo a parcerias e a participação da sociedade civil.

Apesar da pertinência temática da proposição, são necessários aperfeiçoamentos em seu texto para manter a precisão técnica da proposta. Nesse sentido, propomos a revisão conceitual de algumas expressões, como a denominação da política com maior precisão. Ainda, a substituição do termo "mata ciliar" por "vegetação ripária", de modo a abranger todos os tipos de formações vegetais no entorno de corpos hídricos.

Além disso, sugerimos a reescritura do art. 3º, em atenção ao princípio da separação dos Poderes, e do art. 4º, de modo a adequar a regra proposta àquelas vigentes no ordenamento jurídico. Por fim, somos pela reformulação do cadastro nacional de áreas degradadas, de ravinas ou de voçorocas ou em processo de assoreamento, previsto no art. 5º do projeto de lei. A alteração reconhece a existência e a vigência dos instrumentos nacionais de proteção e defesa civil.

Diante do exposto, somos pela aprovação da proposição com emendas para realizar os ajustes apresentados.

Ante o exposto, votamos pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.488, de 2023, com as seguintes emendas que apresentamos.

EMENDA Nº - CMA

Alterem-se os seguintes termos no Projeto de Lei nº 4.488, de 2023: onde se lê "Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão" leia-se "Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios"; onde se lê "de matas ciliares" ou "das matas ciliares", leia-se "da vegetação ripária".

EMENDA Nº - CMA

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 4.488, de 2023:

"Art. 3º O poder público elaborará Plano Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios por meio da adoção de práticas conservacionistas, que conterá metas, prazos e ações específicos para a implementação da política prevista nesta Lei".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CMA

Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Projeto de Lei nº 4.488, de 2023:

"Art. 4º Poderão ser concedidas linhas de crédito especiais e outros incentivos financeiros e fiscais, visando à recomposição de vegetação ripária e a adoção de práticas de controle da erosão, aos proprietários, possuidores e titulares de direito real de uso de imóveis rurais ou urbanos cujas áreas contenham ou sejam contíguas a corpos d'água".

EMENDA Nº - CMA

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do Projeto de Lei nº 4.488, de 2023:

"Art. 5º Dados de áreas degradadas, ravinas e voçorocas serão incluídos no sistema de informações e monitoramento de desastres, na forma da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para fins de monitoramento e planejamento de ações de caráter conservacionista".

É esse o nosso parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

A matéria está em discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Este projeto é extraordinário, correto? Nós temos muita necessidade de ter uma política direcionada para isso. Eu sou lá do Pará, e a Amazônia tem um tipo de solo muito bom, e muito complicado por outro lado. A gente tem cidades que às vezes são ameaçadas pela erosão. Nós estamos hoje, com uma vila, que a gente chama de km 14 da BR-010, Município de Irituia, numa situação complicadíssima. Tivemos grandes problemas no Município de Rondon, no Pará, também e em outros municípios paraenses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero solicitar vista para ver se a gente ajuda a melhorar um pouco mais alguns pontos para poder, então, se Deus quiser, ter um projeto perfeito ou perto disso para atender a demanda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Vista concedida, vista coletiva concedida.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anuncio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Vista concedida.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3202, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; para possibilitar a realização de trabalho interno de reutilização e reciclagem por condenados mantidos em regime fechado ou semiaberto.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria *ad hoc*: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Neste momento, designo como Relator *ad hoc* o Senador Confúcio Moura.

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Nesse sentido, Sr. Presidente, devemos reconhecer que, pelo atual regramento jurídico, não há vedação alguma para a implantação de oficinas de reciclagem de resíduos sólidos nas unidades prisionais, já existindo, inclusive, experiência nesse segmento.

Outrossim consideramos oportuno aperfeiçoar a proposição e incluir um novo dispositivo. Assim, em vista das necessárias adequações, propomos uma emenda substitutiva.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto nº 3.202, de 2024, na forma do substitutivo.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao projeto nos termos da Emenda 1-CMA.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – O aperto aqui na agenda é muito grande.

Eu gostaria de subscrever o Requerimento nº 003, de 2026, que solicita audiência pública para esclarecimentos e para subsidiar o Projeto 2.761.

Gostaria de ter a compreensão de V. Exa. nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeitamente.

Anuncio o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2075, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.848, 25 de junho de 2019, para dispor sobre a articulação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do meio ambiente.

Autoria: CPI DA BRASKEM

Relatoria *ad hoc*: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação com 1 emenda que apresenta

Observações:

Neste momento, designo como Relator *ad hoc* o Senador Confúcio Moura para leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Inicialmente, precisamos contextualizar a gênese da proposição.

Como já mencionamos, advém de relatório final da CPI da Braskem. Para sanar esse problema, o PL altera o art. 33 da Lei 13.848, de 2019, para determinar que as agências reguladoras se articulem com os órgãos de defesa do meio ambiente.

Apesar do grande mérito da proposição, entendemos que a sua redação atual pode gerar obrigações desproporcionais em determinadas situações.

Por esse motivo, a fim de aprimorar o PL em discussão, proponho a emenda abaixo como forma de limitar a obrigatoriedade da articulação das agências reguladoras em órgãos de defesa do meio ambiente.

Voto.

Sr. Presidente, ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei com a seguinte emenda.

Aí está constando a emenda.

É esse, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir e parecer da Comissão, favorável, ao projeto com a Emenda 1-CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Anuncio o item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 3, DE 2026

- Não terminativo -

Requer audiência pública sobre o PL 2761/2025, que institui a Política Nacional de Governança Climática, estabelece diretrizes e mecanismos de implementação da governança climática e dá outras providências.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Concedo a palavra ao Senador.

Como o Senador não está aqui, o Senador Zequinha subscreveu.

É um requerimento de audiência pública sobre o PL 2.761, de 2025, que institui a Política Nacional de Governança Climática e estabelece diretrizes e mecanismos de implementação da governança climática e dá outras providências.

A votação do requerimento será simbólica.

Em votação, o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria sai de pauta.

Senador Zequinha, o senhor poderia fazer a gentileza de assumir a Presidência, porque, do item 5, eu sou o Relator; ou algum outro Senador que queira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, não tem problema nenhum.

Petecão, você pode presidir?

É o item 5.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, a má notícia é que eu não sou membro da Comissão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu vou presidir, então.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor preside e pede vista.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1681, DE 2026

- Terminativo -

Institui a Semana Nacional de Economia Circular e dá outras providências.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Fabiano para leitura do seu relatório e voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

Nos termos do disposto no art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à CMA a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimentais da proposição.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade encontram-se atendidos pelo projeto, tendo em vista a competência legislativa da União, as atribuições do Congresso Nacional e a legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como o meio adequado para veiculação da matéria.

No que concerne à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O mérito da proposta reside na sua capacidade de atuar como um instrumento catalisador de transformações estruturais profundas, transcendendo a dimensão comemorativa para fixar diretrizes práticas de governança e conscientização pública.

A instituição da Semana Nacional de Economia Circular fundamenta-se na necessidade premente de se construir uma sólida cultura circular no país, oferecendo resposta ao diagnóstico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnico de que o uso global de materiais triplicou desde a década de 1970, o que compromete severamente as metas climáticas e de biodiversidade.

Nesse sentido, o projeto promove de forma direta a integração curricular da circularidade e da educação ambiental, estimulando o desenvolvimento de novas habilidades pedagógicas e de competências nos sistemas de ensino.

A proposição também impulsiona significativamente a economia criativa através do estímulo ao *design* circular, de mutirões e oficinas de reuso, reparo e feiras de inovação, o que resulta na ressignificação completa da relação da sociedade civil e das empresas com a cadeia de produção e o consumo.

No que tange à data, o projeto fixa a semana que compreender o dia 27 de junho como o marco para essa mobilização, em harmonia com a data de publicação do Decreto nº 12.082, de 2024, que instituiu a Estratégia Nacional de Economia Circular.

A escolha também se justifica por sua estrita consonância com o panorama internacional, haja vista que diversos países e blocos econômicos já consagram semanas temáticas e campanhas consolidadas voltadas à mesma temática, as quais servem de referência global.

Dessa forma, ao alinhar o calendário oficial do país ao padrão mundial de mobilização e engajamento multissetorial, a medida busca internalizar experiências internacionais bem-sucedidas de estímulo à circularidade, chancelando o compromisso estratégico do Brasil com as agendas globais de transição ecológica, descarbonização e desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a instituição da Semana Nacional de Economia Circular configura-se como um mecanismo oportuno para a indução de políticas públicas integradas, promovendo uma mudança de paradigma comportamental e consolidando as diretrizes de desenvolvimento sustentável no território nacional, razão pela qual somos francamente favoráveis à proposta.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.681, de 2026.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Eu retorno à minha função e gostaria de avisar que pedirei vista do processo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – O senhor me permite 30 segundos só para eu fazer um agradecimento?

Eu não tinha chegado ainda na Comissão, e foi votado aqui um projeto que é de minha autoria. O Relator foi o colega Cid Gomes. É um projeto que trata sobre a recuperação de solos.

Hoje, no nosso entendimento, esse projeto é da maior importância, porque eu que moro na Amazônia, todos os dias nós nos deparamos com os órgãos ambientais pressionando, perseguindo. E nós entendemos que uma das melhores formas de nós preservarmos a nossa floresta é exatamente recuperando essas terras degradadas.

O Relator, o colega Senador Cid Gomes, foi favorável, e o projeto foi aprovado nesta Comissão, e eu já quero agradecer a V. Exa. também, está bom?

Obrigado, querido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Anuncio o item...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não, Senador Zequinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Eu solicito vista do item de nº 5, para que a gente possa, nesta semana dar uma trabalhada...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Vista concedida, vista coletiva.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anuncio o item 12.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 6, DE 2026

- Não terminativo -

Requer que seja incluído, na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026-CMA, convidado representante da Associação Nacional de Promoção e Inovação da Indústria de Biológicos (ANPII Bio).

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) (*Pausa.*)

Eu vou subscrever esse requerimento, tendo em vista que o Senador Luis Carlos Heinze não está aqui.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Anuncio o item 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 7, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que "Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE)"

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Observações:

1. Até a publicação desta pauta, o Projeto de Lei nº 2780, de 2024, aguardava despacho da presidência do Senado.

Como ele também não está aqui, esta Presidência subscreve o requerimento.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Anuncio o item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 8, DE 2026

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2026 seja incluído representante da CropLife do Brasil.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Esta Presidência também subscreve esse requerimento.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Anuncio que, no Requerimento nº 3, esta Presidência está incluindo os seguintes convidados: representantes da Rede Governança Brasil e da Rede de Governança Climática.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 3, DE 2026

- Não terminativo -

Requer audiência pública sobre o PL 2761/2025, que institui a Política Nacional de Governança Climática, estabelece diretrizes e mecanismos de implementação da governança climática e dá outras providências.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO))

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e doze minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Hermes Klann, Magno Malta, Wilder Morais, Carlos Portinho, Astronauta Marcos Pontes, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jaime Bagattoli e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Carlos Viana, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. A reunião é suspensa às onze horas e quarenta minutos e reaberta às onze horas e quarenta e oito minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1482, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre os crimes de furto e de roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, biocombustíveis e óleos lubrificantes removidos dos estabelecimentos de produção, de quaisquer instalações de armazenamento e de transporte de combustíveis, incluídos dutos e unidades de transporte em qualquer modal; e altera a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para tipificar novos crimes contra a ordem econômica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1482 de 2019, com as Emendas nºs 3-CSP, 4-CSP, 5-CSP e 6-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "Ad hoc" o Senador Sergio Moro. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3890, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto da Vítima; e altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Favorável ao projeto e às emendas nºs 1, 2, 3, e 5, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e contrário à emenda nº 4. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3890 de 2020 e às Emendas nºs 1-CSP, 2-CSP, 3-CSP e 5-CSP, contrário à Emenda nº 4, na forma da Emenda nº 6-CSP (Substitutivo). **Observação:** 1. Em razão da apresentação das Emendas nºs 1 a 5, foi recebida, durante a reunião,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementação de voto, apresentada pelo relator; 2. Aprovado requerimento de urgência da matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2214, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto Lei nº 2848 de 7, de dezembro, de 1940." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Wilder Morais (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2214 de 2023. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "Ad hoc" o Senador Wilder Morais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2170, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 121, 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a incitação ou o induzimento da prática dos crimes de homicídio, lesão corporal e ameaça em ambientes coletivos ou em outros locais que possam resultar perigo comum." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1103, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho Nacional de Proteção do Profissional de Segurança Pública." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Wilder Morais (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei nº 1103 de 2023. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "Ad hoc" o Senador Wilder Morais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4082, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Veda a concessão de liberdade provisória e aplicação de medidas cautelares diversas à prisão para presos em flagrante pela prática de crimes hediondos ou aqueles a ele equiparados." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Wilder Morais (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 4082 de 2024, na forma da Emenda nº 1-CSP (Substitutivo). **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "Ad hoc" o Senador Wilder Morais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3033, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 155, 157, 180 e 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para agravar as penas dos crimes de furto, roubo e receptação de câmeras de vigilância ou equipamentos de monitoramento eletrônico instalados por órgãos públicos ou empresas privadas, destinadas à segurança pública ou privada." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senador Wilder Morais (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3033 de 2025, com as Emendas nºs 1-CSP, 2-CSP, 3-CSP e 4-CSP. **Observação:** Durante a reunião, é designado relator "Ad hoc" o Senador Wilder Morais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3272, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar o porte de arma de fogo para as mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sob medida protetiva de urgência." **Autoria:** Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 2-CDH (Substitutivo), com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 11, de 2026** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3890/2020, que "institui o Estatuto da Vítima; e altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e a Lei nº12.340, de 1º de dezembro de 2010"." **Autoria:** Comissão de Segurança Pública. **Resultado:** Foi solicitada urgência para o PL 3890/2020. Incluído como extra-pauta, foi aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/07/14

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata das 10ª e 11ª Reuniões, realizadas em 7 de julho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nesta reunião, por ser realizada em modalidade semipresencial, as Senadoras e os Senadores poderão registrar presença e votar tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Com relação ao item 01 da pauta, temos o seguinte comunicado a ser feito.

> A Comissão de Segurança Pública do Senado Federal vem a público prestar esclarecimentos acerca da tramitação do PL nº 1.482, de 2019, diante de informações recentemente divulgadas por alguns segmentos da imprensa e compartilhadas por agentes políticos que não refletem o efetivo andamento da matéria no âmbito desta Comissão. Desde o recebimento da proposição, todos os atos praticados observaram rigorosamente o Regimento Interno do Senado Federal, os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como a regularidade do processo legislativo.
>
> Com o propósito de conferir absoluta transparência aos trabalhos desenvolvidos, apresenta-se a seguir a cronologia oficial da tramitação da matéria perante esta Comissão.
>
> Em 12 de junho do corrente ano, foi recebido o PL 1.482 pela Comissão. No mesmo dia, foi designado como Relator o Senador Flávio Bolsonaro. Em 9 de julho, foi concluído e entregue o relatório pelo Relator. No mesmo dia, foi disponibilizado o parecer aos membros da Comissão, assegurando conhecimento prévio do conteúdo da proposição e regular exercício da atividade parlamentar. No dia 10, convocação da reunião deliberativa da Comissão de Segurança Pública. E hoje, 14 de julho, inclusão do Projeto de Lei nº 1.482, de 2019, na pauta da reunião deliberativa para apreciação pelos membros da Comissão.
>
> Registre-se ainda que entre a distribuição da matéria ao Relator, em 12 de junho de 2026, e a conclusão do parecer, em 9 de julho de 2026, transcorreu o período de apenas 27 dias, compreendendo a análise técnica da proposição, o exame de sua compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente, a elaboração do relatório, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilização do parecer aos membros da Comissão e a subsequente convocação da reunião deliberativa e inclusão da matéria em pauta para apreciação.

A referida cronologia evidencia que o presente PL recebeu o tratamento prioritário e tramitação célere no âmbito desta Comissão, especialmente quando considerada a elevada complexidade da matéria que versa sobre mecanismos de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. Os atos praticados demonstram que a Presidência e a relatoria conduziram a instrução legislativa com eficiência, observando rigorosamente as etapas regimentais indispensáveis à elaboração de um parecer tecnicamente consistente e juridicamente seguro, circunstância que afasta de forma objetiva qualquer alegação de paralisação indevida, retenção ou retardamento deliberado da tramitação da proposta. A sequência cronológica dos atos praticados demonstra, portanto, que a matéria recebeu o tratamento compatível com sua relevância e complexidade, observando integralmente os procedimentos regimentais aplicáveis.

Importa destacar que a elaboração de parecer legislativo sobre matéria dessa natureza demanda a criteriosa análise jurídica e o exame da compatibilidade constitucional, a avaliação dos impactos sobre o Sistema nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, bem como a observância das normas regimentais que disciplinam o funcionamento das Comissões Permanentes do Senado Federal. Cumpre registrar ainda que o próprio Relator do PL 1.482 é autor do PL 828, de 2022, que trata de matéria correlata voltada ao fortalecimento dos mecanismos de prevenção e combate às fraudes e ilícitos no setor de combustíveis.

Conforme os registros oficiais do Senado Federal, o referido PL 828 foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e encontra-se aguardando aprovação pela CCJ desde 13 de abril de 2024. Esse dado demonstra que o tempo de tramitação das proposições legislativas pode variar conforme a fase procedimental, a pauta deliberativa e a dinâmica própria de cada Comissão Permanente, circunstância inerente ao processo legislativo bicameral.

Por essa razão, eventuais análises acerca da duração da tramitação de projetos de lei devem considerar as especificidades regimentais e procedimentais de cada proposição, não sendo tecnicamente adequado extrair conclusões exclusivamente a partir de marcos temporais isolados, sem a consideração dos atos efetivamente praticados durante sua instrução. A Comissão reafirma que a duração da tramitação de uma proposição legislativa não pode ser aferida exclusivamente pelo intervalo entre sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuição e sua deliberação, devendo ser considerados os atos instrutórios efetivamente realizados, a complexidade da matéria, reuniões e recebimento de estudos técnicos com vários representantes dos setores envolvidos, como o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), o Instituto Combustível Legal (ICL), o Instituto Livre Mercado, o Copa Energia; a elaboração do relatório legislativo e o cumprimento das etapas regimentais necessárias à formação do convencimento parlamentar.

A cronologia oficial demonstra, precisamente, que todas essas etapas foram cumpridas em prazo reduzido, permitindo que a matéria fosse regularmente submetida à deliberação da Comissão.

Esta Comissão reafirma que a credibilidade do processo legislativo repousa na fiel observância do Regimento Interno, na transparência dos atos praticados e na divulgação de informações objetivamente verificáveis. Por essa razão, reitera seu compromisso com a legalidade, a responsabilidade institucional e o respeito às competências constitucionais do Parlamento, colocando à disposição da sociedade todos os registros oficiais da tramitação do PL 1.482, de 2019, que demonstram de forma inequívoca a regularidade e a celeridade de sua apreciação no âmbito desta Comissão.

O debate público constitui elemento essencial do Estado democrático de direito e deve ser permanentemente incentivado. Entretanto, este debate deve estar alicerçado em fatos verificáveis, informações oficiais e registros constantes do processo legislativo, preservando-se o respeito às instituições, ao Parlamento e ao direito da sociedade brasileira de receber informações corretas, completas e contextualizadas acerca da atuação de seus representantes.

Assina o Senador Flávio Bolsonaro, Presidente desta Comissão.

Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1482, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre os crimes de furto e de roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, biocombustíveis e óleos lubrificantes removidos dos estabelecimentos de produção, de quaisquer instalações de armazenamento e de transporte de combustíveis, incluídos dutos e unidades de transporte em qualquer modal; e altera a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para tipificar novos crimes contra a ordem econômica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 09/06/2026, a matéria foi apreciada pela CI, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CI e nº 2-CI;

2. A matéria seguirá à CCJ.

A relatoria é do Senador Flávio Bolsonaro.

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Sergio Moro, que falará remotamente.

Senador Sergio Moro, a palavra com V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO) - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Mourão, eu o saúdo pela Presidência desta CSP.

Esse é um projeto extremamente importante e quero aqui registrar o meu elogio ao trabalho que foi feito pelo Senador Flávio Bolsonaro no seu exame, no tempo próprio do processo legislativo.

Como se verá a seguir no relatório, ele identificou a necessidade de ajustes redacionais. Esses ajustes redacionais são importantes e não impedem a aprovação, nesta Casa, deste projeto. Não haverá necessidade de retorno à Câmara porque são ajustes meramente de redação.

Vou ao relatório.

Vem ao exame deste Colegiado o Projeto de Lei nº 1.482, de 2019, de autoria do Deputado Juninho do Pneu, que pretende, nos termos do seu art. 2º, alterar os arts. 155 e 157 do Código

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penal para dispor sobre os crimes de furto e roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, biocombustíveis e óleos lubrificantes removidos dos estabelecimentos de produção, de quaisquer instalações de armazenamento e de transporte de combustíveis, incluídos dutos e unidades de transporte em qualquer modal.

Não se desconhece que há uma febre e que quadrilhas organizadas têm furtado combustíveis e equipamentos. Isso tem gerado problemas sérios para a atividade econômica nesse setor.

O projeto foi despachado à Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde foi aprovado o Parecer nº 11, de 2026, do Relator Senador Jaime Bagattoli, com duas emendas de redação.

Após análise da Comissão de Segurança Pública, o PL seguirá para a CCJ.

Vou à análise.

Ressaltamos, de início, que a competência para a análise da constitucionalidade da proposição, bem como de critérios próprios do direito penal, será feita na CCJ, cabendo a esta Comissão, portanto, a análise do PL no contexto da segurança pública e, notadamente, também de políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social, nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas "a" e "k", do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, entendemos que o projeto é conveniente e oportuno. A subtração de combustíveis em dutos e instalações, ativos estratégicos para o abastecimento energético do país, além de não raramente causar danos às respectivas estruturas de produção, podem comprometer a atividade de indústrias transportadoras, hospitais e serviços essenciais. Perfurações clandestinas em dutos e instalações de combustíveis podem provocar explosões, incêndios, vazamentos e acidentes de grandes proporções, colocando em risco trabalhadores, comunidades vizinhas e o meio ambiente.

Em geral, a subtração de combustíveis exige logística complexa, equipamentos especializados e canais clandestinos de comercialização, providos em sua maioria por organizações criminosas. Ademais, os combustíveis subtraídos costumam ingressar em mercados paralelos, sem controle de qualidade ou garantia de procedência, prejudicando o consumidor final desses produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, a comercialização ilegal de combustíveis gera perdas significativas de arrecadação tributária para a União, estados e municípios, atingindo receitas públicas destinadas a políticas sociais e investimentos públicos essenciais. Além disso, empresas que atuam legalmente suportam custos regulatórios, tributários e operacionais que não são observados por agentes do mercado clandestino, prejudicando a livre concorrência do setor. Dessa forma, os danos decorrentes à subtração de combustíveis ultrapassam o valor do bem subtraído, afetando o abastecimento, a arrecadação, a segurança pública e o meio ambiente, além da concorrência.

Com isso, de forma a preservar o interesse de toda a sociedade brasileira, a criminalização dessas condutas se impõe, nos termos preconizados pelo PL.

Não obstante essas considerações, apresentaremos, ao final, emendas de redação para corrigir erros formais do PL, assim como adequá-lo à legislação superveniente à sua apresentação.

O PL define o objeto material do crime que pretende justificar da seguinte forma: "petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado, carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, biocombustíveis e óleos lubrificantes".

Nos termos do Parecer SF 14, de 2024, que foi apresentado pelo Senador Alessandro Vieira na Comissão de Infraestrutura ao nosso PL 828, de 2022, que também visa a agravar a sanção penal para este tipo de conduta, "a opção pelo termo 'líquidos' em 'demais combustíveis líquidos carburantes', exclui do âmbito da proteção da norma 'demais combustíveis fluidos' (que engloba o estado líquido e gasoso)". Dessa forma, apresentaremos emendas de redação para, na ementa e nos arts. 1º a 3º do PL, modificar a expressão "demais combustíveis líquidos carburantes, biocombustíveis" por "demais combustíveis fluídos carburantes, inclusive biocombustíveis".

Aqui fica claro que – apenas para deixar óbvio – não são só os combustíveis líquidos, mas sim os líquidos e gasosos. Por isso a expressão "fluidos", e é uma emenda nitidamente de redação.

Outrossim, da mesma forma que o Parecer SF 11, de 2026, aprovado no âmbito da Comissão de Infraestrutura, apresentaremos emendas de redação para adequar o PL às recentes alterações promovidas pela Lei 15.358 e 15.397, de 2026, no Código Penal.

O voto, Presidente.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.482, com as seguintes emendas de redação – seguem as emendas de redação, conforme redação constante:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda CSP, que modifica a ementa do projeto de lei.
Emenda CSP, que modifica a redação do art. 1º do Projeto 1.482.
Emenda CSP, de redação: dê-se aos arts. 155 e 157 do Código Penal, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei, nº 1.482, 2019, a seguinte redação – segue a redação feita pelo Relator.
Emenda CSP, de redação: dê-se aos arts. 1º-A e 1º-B da Lei 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, de que trata o art. 3º do Projeto de Lei 1.482, a seguinte redação – segue a redação que já foi disponibilizada a todos publicamente no relatório.

Registro mais uma vez, Presidente, meu elogio ao trabalho do Senador Flávio Bolsonaro, que, como nós sabemos, mesmo estando em atividade, também, de pré-candidatura presidencial, com tudo que isso exige, tem mantido e realizado a sua atividade legislativa com mister, e esse projeto, em especial, é um projeto há muito reclamado pelo setor econômico para proteger não só o mercado de combustíveis, mas especialmente o consumidor desses combustíveis, dessas quadrilhas, dessas gangues, que se locupletam, não só furtando combustíveis e seus equipamentos, mas colocando em risco os indivíduos para os quais, depois, esse combustível fraudulento, muitas vezes, é revendido.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para discutir.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui o Presidente, neste momento, da CCJ, o Sr. Presidente Mourão, e dizer aos senhores que eu venho a esta Comissão de Segurança Pública para manifestar meu apoio integral e parabenizar o Senador Flávio Bolsonaro.

Lido *ad hoc* agora o relatório preciso do meu companheiro Senador Sergio Moro, apresentado ao Projeto de Lei nº 1.482, de 2019, e tive a oportunidade de relatar essa matéria na Comissão de Infraestrutura e vejo, com muita satisfação, que as principais contribuições técnicas do setor produtivo foram consolidadas neste parecer.

Destaco o acerto técnico do Relator ao colher a emenda que altera o termo de "combustíveis líquidos" para "combustíveis fluidos". Essa modificação é fundamental, pois corrige

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma lacuna do texto excedente ao rigor da lei também aos combustíveis gasosos, como o gás natural, GNV, que sofrem os mesmos impactos da atividade criminosa.

Os dados estatísticos apresentados pelas entidades do setor demonstram que o roubo e o furto de combustível deixaram de ser meros crimes patrimoniais ordinários, convertendo-se em graves ameaças logísticas e de segurança pública.

Conforme o Instituto Combustível Legal, o mercado clandestino e as fraudes geram uma perda anual de R$30 bilhões em tributos.

Na malha dutoviária da Transpetro, as ocorrências criminosas voltaram a crescer, registrando 31 casos em 2025, com um desvio estimado em 14,2 milhões de litros por ano, operados por meio de perfurações clandestinas de alta pressão.

Essa realidade impacta de forma severa os diferentes modais. No transporte rodoviário, que escoa a maior parte da produção nacional, o roubo de combustível encarece o frete e eleva diretamente o custo final de insumos e alimentos. Já no modal hidroviário, crítico para a Região Norte, o roubo de combustíveis responde por 70% de todo o prejuízo causado por piratas nos rios da Amazônia, totalizando mais de 7,4 milhões de litros roubados nas últimas duas décadas, o que coloca comunidades isoladas sob risco real de desabastecimento.

Ao ponto de vista ambiental, o parecer da Comissão é preciso, ao manter as majorantes por resultados de incêndio, poluição e morte. O manuseio criminoso e amador desses materiais sob alta pressão gera passivos graves de contaminação ao solo e de recursos hídricos, além de riscos iminentes de explorações.

O parecer foi cirúrgico ao preservar a alienação antecipada de bens, para descapitalizar as organizações criminosas, e ao manter o rigor sobre o crime de receptação, uma vez que a alta regulação do setor e a exigibilidade de documentação fiscal idônea tornam inadmissíveis a alegação de desconhecimento da procedência ilícita por parte do comércio irregular.

Esse projeto garante a segurança jurídica e a previsibilidade necessária para quem atua na legalidade, protege o consumidor e resguarda a soberania do abastecimento nacional.

Acompanho integralmente o voto do Relator, pela aprovação da matéria.

Sr. Presidente, essa situação de roubo, hoje, que nós temos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que mais de 70%, hoje, do transporte de combustível é feito por via rodoviária. O único que é mais seguro e que ainda não tem tanto desvio é o ferroviário, mas, no rodoviário e no hidroviário, que é feito através de balsas – e V. Exa. conhece –, pelo Rio Amazonas, é um absurdo o que acontece, os furtos de combustíveis. E, aí, foram além.

Sr. Presidente, o senhor imagine um bombeamento num duto, o que aconteceu outro dia aqui, passando nos bairros, inclusive numa favela. Eles têm a capacidade, em alta pressão, de furar um duto daquele para fazer o roubo, o desvio de combustível. É o maior absurdo o que nós estamos vendo como consequência, causando problemas ambientais, levando risco à população, principalmente essa situação dos dutos. Isso, além de causar prejuízos, tem até impacto ambiental.

Por isso, Sr. Presidente e quem estiver nos acompanhando pelo nosso Brasil, nós precisamos que essas pessoas tenham uma punição mais severa, porque, se nada for feito, essas organizações criminosas causarão muito mais impacto ainda nesse sistema. Por quê? Porque são produtos de altos valores.

Então, é muito simples, mas também precisamos olhar a impunidade e temos que agir com mais rigor para com os receptadores desses combustíveis, porque não existe corruptor, não existe alguém que roube algo se não tem alguém comprando na outra ponta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Na realidade, V. Exa. colocou muito claramente essa que é mais uma faceta da chaga que é o crime organizado violento que assola o nosso país.

Obviamente, esse combustível que é roubado não é vendido na esquina. Então, tem gente que faz a receptação do mesmo. E nós temos inúmeros casos aí em que a polícia consegue apurar devidamente esse processo todo.

E o senhor colocou muito bem a questão da Amazônia. Na Amazônia, a vulnerabilidade é enorme pelo transporte feito de forma fluvial e a grandes distâncias.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadores e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.482, de 2019, com as Emendas nºs 3, 4, 5 e 6, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Pausa.*)

Vamos suspender temporariamente a reunião, enquanto aguardamos o Senador Wilder Morais, Relator do próximo item.

(Suspensa às 11 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Está reaberta a reunião.

Dando as boas-vindas ao nosso Senador Wilder Morais, do grande Estado de Goiás, depósito de terras-raras aqui no Brasil entre outras riquezas.

Anuncio o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3890, DE 2020

- Não terminativo -

Institui o Estatuto da Vítima; e altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 8/10/2025, a matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto;

2. Em 13/7/2026, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Em 14/7/2026, foram recebidas as Emendas nºs 2,3,4 e 5, de autoria do Senador Alessandro Vieira;

4. A matéria seguirá à CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais, para a leitura do seu relatório e para se manifestar em relação às Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5.

Senador Wilder, V. Exa. tem a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, obrigado pela espera. Afinal de contas, a gente estava fazendo um relatório exatamente sobre terras-raras, lá na Comissão de Infraestrutura, minerais críticos e estratégicos. Uma matéria importante para o nosso país.

Eu peço autorização para que a gente vá direto à análise, tendo em vista que o nosso relatório já está à disposição dos membros desta Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Prossiga, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Compete à Comissão de Segurança Pública, nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas “a” e “n”, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública e à proteção a testemunhas, a vítimas de crime e a suas famílias.

No caso do PL nº 3.890, de 2020, a matéria relaciona-se diretamente à proteção das vítimas, à prevenção da revitimização e ao aperfeiçoamento da atuação dos órgãos públicos no atendimento às pessoas atingidas por infrações penais e atos infracionais.

Portanto, cabe a esta Comissão o exame de mérito, sob o prisma dos efeitos da proposição sobre a segurança pública, sobre os direitos das vítimas e quanto à conveniência e à oportunidade da medida.

A análise de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade caberá posteriormente à CCJ.

O problema enfrentado pela proposição é antigo e bem delimitado. O sistema de justiça criminal estruturou-se historicamente em torno do conflito entre o Estado e o autor do fato, relegando a vítima a um papel secundário, frequentemente reduzido à condição de mero meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prova. Desse arranjo decorre o fenômeno da revitimização, ou vitimização secundária, em que a pessoa já atingida pela violência volta a sofrer com a forma como é tratada ao longo da investigação e do processo.

A tutela das vítimas existe, no Brasil, mas de modo fragmentado. Encontra-se distribuída por dispositivos esparsos – como os arts. 201 e 387, IV, do Código de Processo Penal; também a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999; a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017; e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 –, além de ter sido objeto de regulamentação infralegal pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio das Resoluções nº 253, de 2018, e nº 225, de 2016.

No plano constitucional, o art. 245 da Constituição Federal prevê assistência aos dependentes de vítimas de crime doloso, comando cuja efetividade foi examinada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 62, em que se afastou a omissão inconstitucional ao se reconhecer a atuação por meio de políticas públicas já existentes.

Essa dispersão normativa, somada à ausência de um diploma que confira tratamento unitário à matéria, é precisamente o problema que o projeto pretende enfrentar. Ao instituir o Estatuto da Vítima, a proposição sistematiza em diploma próprio os direitos das vítimas, organiza-os em torno de eixos claros e os estende a hipóteses que extrapolam o crime, alcançando atos infracionais, calamidades públicas, desastres e epidemias.

Sob o prisma da segurança pública, a medida é conveniente e oportuna. O fortalecimento dos direitos das vítimas e a prevenção da revitimização institucional contribuem para restabelecer a confiança da população nas instituições de persecução, estimulam a notícia dos crimes e favorecem a cooperação da vítima ao longo da apuração, com reflexos positivos sobre a efetividade da resposta estatal à criminalidade.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados, contudo, apresenta limitações que recomendam o seu aperfeiçoamento. Com 57 artigos, a proposição original incorpora normas de marcado caráter programático, de difícil implementação, especialmente no que toca à arquitetura de serviços especializados de apoio. Apresenta, ainda, sobreposições internas e dispersão temática, além de promover alterações na Lei Complementar nº 79, de 1994, e na Lei nº 12.340, de 2010, que agregam complexidade de natureza orçamentária e financeira ao núcleo do diploma.

Por essas razões, entende-se que o melhor encaminhamento não é só a aprovação do texto na forma em que veio da Câmara, tampouco a sua correção por emendas pontuais, mas a apresentação de substitutivo. A extensão dos ajustes necessários – de sistematização, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depuração das normas inexequíveis e de reorganização temática – justifica a adoção dessa via, mais adequada do que um conjunto fragmentado de emendas.

Ademais, registro que, após a apresentação do relatório, foram protocoladas a Emenda nº 1, da CSP, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, e as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5, da CSP, de autoria do Senador Alessandro Vieira. As proposições aperfeiçoaram o substitutivo e conferem disciplina específica às vítimas de organização criminosa, reconhecendo a especial condição de vulnerabilidade, ou aos que estão submetidos em razão dos riscos de intimidação, represálias, coação e revitimização decorrente das ações dessas organizações.

Para tanto, as emendas incluem, entre os conceitos do estatuto, a definição de vítima de organização criminosa, e aprimoram o procedimento de avaliação individual das vítimas, determinando que nesta sejam considerados, de forma expressa, os riscos inerentes à criminalidade organizada, permitindo a adoção tempestiva de medidas de proteção cabíveis. Portanto, entendemos que as Emendas 1, 2, 3 e 5, da CSP, merecem acolhimento por promoverem aperfeiçoamento compatível com os objetivos do estatuto. Dessa forma, apresentamos complementação de voto para incorporar essas contribuições ao substitutivo, por entendermos que torna o texto mais completo e mais apto a assegurar a proteção integral das vítimas.

O substitutivo ora proposto resulta da análise do texto original e das contribuições técnicas reunidas ao longo da tramitação, e preserva integralmente a estrutura, os princípios e o conteúdo material da proposição.

Em relação ao texto da Câmara, é mais enxuto e exequível: retira as normas programáticas de difícil implementação; consolida em uma única seção os direitos a ser ouvida e a participar do processo; refina o regime da justiça restaurativa; e confere disciplina orgânica e estruturada ao Portal Integrado da Vítima. Retira, igualmente, as alterações à Lei Complementar nº 79, de 1994, e à Lei nº 12.340, de 2010, com a consequente adequação da ementa, afastando do diploma a complexidade orçamentária que delas decorria e concentrando-o em seu objeto próprio.

Assim aperfeiçoado, o Estatuto da Vítima reúne, a um só tempo, mérito e exequibilidade, mostrando-se apto a alcançar a finalidade a que se destina, razão pela qual merece aprovação na forma do substitutivo a seguir apresentado.

Com relação ao voto, diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 3.890, de 2020, e das Emendas 1, 2, 3 e 5, da CSP; e pela rejeição da Emenda 4, da CSP, na forma do seguinte substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, esse é o nosso relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Senador Wilder, uma vez que V. Exa. acatou quatro das emendas que foram apresentadas, há uma modificação no texto do seu substitutivo. Eu vou aguardar a chegada do texto da Consultoria, que está vindo já, e aí coloco em votação. E a votação é simbólica. Eu permaneço aqui, aguardo e coloco em votação, Senador Wilder. (*Pausa.*)

Senador Wilder, com a aquiescência de V. Exa., nós vamos passar para outro item, uma vez que V. Exa. se dispõe a ser Relator *ad hoc*, e aí, assim que chegar esse relatório que V. Exa. terminou por alterar, a gente o coloca em votação. V. Exa. concorda? (*Pausa.*)

Então, eu anuncio o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2214, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto Lei nº 2848 de 7, de dezembro, de 1940.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Flávio Bolsonaro, relatoria *ad hoc* do Senador Wilder Morais.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para a leitura do relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, como a matéria também já está disponível para os membros desta Comissão, peço a permissão para que a gente vá direto para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Positivo, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Inicialmente, cabe à CSP se pronunciar a respeito do mérito de matérias... (*Pausa.*)

É o item 2, não?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Item 3. (*Pausa.*)

Qual que o projeto que está em pauta? Não é o do Flávio? (*Pausa.*)

É esse?

Sr. Presidente, desculpe aí, é que a assessoria estava passando outro relatório aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Senador Wilder, o senhor fique tranquilo, porque nós estamos aqui batendo escanteio e correndo para a área para cabecear ao mesmo tempo. (*Risos.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Presidente, no mérito, consideramos o projeto valoroso.

A segurança pública no Brasil enfrenta desafios complexos, muitos deles relacionados à criminalidade envolvendo adolescentes. Um aspecto preocupante é o uso recorrente de menores de idade por criminosos adultos para a prática de delitos, aproveitando-se da inimputabilidade penal prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Frente a essa realidade, é pertinente defender a criação de uma agravante genérica no Código Penal para os casos em que o crime for cometido com a participação de menor de idade, como forma de fortalecer a proteção social e desencorajar essa prática.

O argumento central reside no princípio da prevenção geral e específica do direito penal. Ao estabelecer uma penalidade mais severa para aqueles que se valem de menores em suas ações criminosas, o Estado envia uma mensagem clara: explorar a vulnerabilidade jurídica e social de adolescentes não será tolerado. Essa agravante funcionaria não apenas como punição, mas também como medida preventiva, desincentivando adultos a envolverem jovens em atividades ilícitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, esta proposta busca corrigir um desequilíbrio do sistema. Hoje, observa-se que adultos envolvidos em organizações criminosas frequentemente recrutam menores para funções de transporte de drogas, armas ou para a prática de roubos, contando com a menor punição prevista para esses jovens. A criação da agravante responsabilizaria de forma mais justa o adulto que conscientemente se aproveita dessa brecha legal.

Outro ponto relevante é a proteção integral do menor, princípio consagrado na Constituição Federal. Ao penalizar com maior rigor quem corrompe e instrumentaliza o adolescente para fins criminosos, o legislador estaria, na prática, reforçando o dever do Estado de garantir a dignidade e o desenvolvimento pleno dos jovens, afastando-os de contextos de violência e ilegalidade.

Quanto à questão do voto, com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.214, de 2023, Presidente.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.214, de 2023.

E a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Pausa.*)

Anuncio o item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 1103, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cria, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho Nacional de Proteção do Profissional de Segurança Pública.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Flávio Bolsonaro, e o Relator *ad hoc* é o Senador Wilder Morais.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para a leitura do relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu peço também autorização para a gente ir direto à análise, tendo em vista que todo o relatório já está disponível a todos os membros desta Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. *Fora do microfone*.) – Prossiga, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – De acordo com a alínea "j" do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes às políticas de proteção das forças de segurança.

O objetivo do projeto é criar um órgão para cuidar da proteção e valorização de policiais, bombeiros militares etc.

O texto do projeto foi uma adequação dos arts. 35 a 41-C do Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (Lei do Susp). Tais dispositivos tratam do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Foram retirados vários membros e competências para torná-lo mais enxuto.

Ocorre, no entanto, que proposição de iniciativa de parlamentar federal que cria órgão no âmbito de ministério e confere atribuições a ministério e a autoridades federais pode ser considerada inconstitucional por vício de iniciativa, em razão da iniciativa privativa do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República (art. 61, §1º, II, e, da Constituição Federal) e da violação do princípio da separação entre os Poderes (art. 2º da Constituição Federal).

Diante do exposto, Presidente, com relação ao voto, o voto é pela rejeição do Projeto nº 1.103, de 2023.

É esse o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Agradeço, Senador Wilder.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao PL nº 1.103, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Anuncio o item meia dúzia da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 4082, DE 2024

- Não terminativo -

Veda a concessão de liberdade provisória e aplicação de medidas cautelares diversas à prisão para presos em flagrante pela prática de crimes hediondos ou aqueles a ele equiparados.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Wilder Morais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Marcio Bittar, e o Relator *ad hoc* é o Senador Wilder Morais.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para a leitura do seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO. Como Relator.) – Presidente, primeiro quero agradecer mais uma vez aí pela indicação de Relator *ad hoc* e também peço ao senhor que a gente possa também ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Prossiga, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Nos termos do art. 101, inciso I, "a", do RISF, compete à CSP opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à segurança pública. Ressaltamos que as considerações a respeito da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição fica a cargo da CCJ, nos termos regimentais.

No mérito, entendemos que o projeto é valoroso.

A Constituição Federal criou verdadeiro mandado de criminalização quando optou pelo termo "hediondo" para caracterizar certos delitos, na forma da lei. A opção não foi feita de modo irrefletido. A lei não contém expressões inúteis.

A hediondez, característica daquilo que tem ignomínia, perversão, torpeza e horrorosidade, deve ser tratada com a severidade devida, motivo pelo qual indivíduos que pratiquem delitos de tal natureza não devem ser agraciados com liberdade provisória, sendo por isso insuscetíveis de qualquer imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Criminosos que praticam crimes hediondos devem permanecer presos. Foi esse o objetivo do nosso constituinte originário e, em último caso, do próprio povo brasileiro, verdadeiro titular do poder constituinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, esta importante proposição tem o escopo de apenas reviver, porém em outra norma, a redação original da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990) que, em seu art. 2º, inciso II, vedava a concessão de liberdade provisória aos autores desses delitos.

O projeto também traz valorosa alteração no novo §2º-A do art. 310 do CPP: a impossibilidade de decretação de medidas cautelares diversas da prisão para os agentes que se encontram nas condições do §2º do mesmo artigo – reincidentes, integrantes de organização criminosa armada ou de milícia privada ou que tenham praticado crime hediondo ou equiparado.

Durante a tramitação deste importante projeto, houve a promulgação da Lei nº 15.272, de 26 de novembro de 2025, que promoveu alterações no art. 310 do CPP. De igual modo, ressaltamos a aprovação do PL 5.582, de 2025, denominado de "PL Antifacção", que deu origem à Lei nº 15.358, de 2026 (Lei Raul Jungmann), reforçando o combate às organizações criminosas, e que também alterou o art. 310 do CPP. Neste caso, referidas normas alteraram o *caput* do art. 310 do CPP, determinando que a audiência de custódia será feita por meio de videoconferência em tempo real.

Adicionalmente, notamos a tramitação do Projeto de Lei (PL) nº 714, de 2023, de autoria do Deputado Coronel Ulysses, que altera o art. 310 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal – CPP), para estabelecer hipóteses de denegação de liberdade provisória. Esse projeto se mostra absolutamente em compasso com o presente PL. Durante a tramitação da proposição na CCJ, foi apresentado relatório com emendas de redação, com as quais concordamos integralmente, motivo pelo qual fazemos as devidas alterações para que ambos os projetos se compatibilizem, dado que tratam do mesmo objeto.

Considerando a superveniência das referidas leis e da coexistência do PL 714, de 2023, conforme apontado, entendemos pela necessidade de ajuste na presente proposição. Reforçamos, no entanto, que sua aprovação produzirá ainda mais avanços à legislação processual penal vigente.

Diante do exposto, Presidente, o nosso voto é pela aprovação do PL nº 4.082, de 2024, na forma do seguinte substitutivo.

É esse o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Agradeço, Senador Wilder, pela relatoria *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

A votação será simbólica.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 4.082, de 2024, na forma da Emenda nº 1 desta Comissão, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Anuncio o item nº 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3033, DE 2025

- Não terminativo -

Altera os arts. 155, 157, 180 e 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para agravar as penas dos crimes de furto, roubo e receptação de câmeras de vigilância ou equipamentos de monitoramento eletrônico instalados por órgãos públicos ou empresas privadas, destinadas à segurança pública ou privada.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Relator *ad hoc* o Senador Wilder Morais.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para a leitura do seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, também peço que possa fazer a leitura do relatório a partir da análise,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendo em vista também que o projeto já está à disposição de todos há alguns dias, de todos os membros desta Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Prossiga, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Não observamos na proposição vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbices de natureza regimental.

A matéria versa sobre direito penal, inserindo-se no campo da competência legislativa privativa da União (Constituição Federal-CF, art. 22, inciso I), admitida a iniciativa de lei por membro do Congresso Nacional.

No mérito, consideramos a proposição conveniente e oportuna.

Conforme bem coloca o autor do PL, as câmeras de vigilância utilizadas por empresas privadas geralmente possuem infraestrutura conectada à rede elétrica, sistemas de armazenamento em nuvem e comunicação de dados em tempo real. Quando subtraídas, além da perda material, há comprometimento imediato da integridade dos dados coletados, da continuidade dos serviços de segurança e da resposta a ocorrências por elas registradas.

Imprescindível, portanto, a necessidade de endurecer a resposta penal para esse crime, como forma de prevenir o seu cometimento.

Não obstante, observamos que, supervenientemente à apresentação do PL, a Lei nº 15.181, de 28 de julho de 2025, bem como a Lei nº 15.397, de 30 de abril de 2026, modificaram todos os dispositivos sobre os quais incidiam as alterações almejadas pelo projeto.

No art. 155, §4º, do CP, foi acrescentado o inciso V, para qualificar o furto praticado contra quaisquer bens que comprometam o funcionamento de órgãos da União, dos estados, do Distrito Federal ou de município ou de estabelecimentos públicos ou privados que prestem serviços públicos essenciais.

Da mesma forma, no art. 157 do CP, foi inserido o §1º-A, para prever pena de reclusão de seis a doze anos e multa, quando a subtração for cometida contra quaisquer bens que comprometam o funcionamento de órgãos da União, de estado, do Distrito Federal ou de município ou de estabelecimentos públicos ou privados que prestem serviços públicos essenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 180 do CP, foram acrescentados o §7º, para qualificar a receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados no fornecimento ou transmissão de energia elétrica, telefonia, transferência de dados ou de cargas transportadas em modais logísticos ferroviários ou metroviários; e o §8º para aumentar em dois terços a pena, se o crime é cometido "por integrante de organização criminosa ultraviolenta, grupo paramilitar ou milícia privada, no contexto da atuação ou para a consecução das condutas previstas no art. 2º da lei que institui o marco legal do combate ao crime organizado no Brasil".

Por sua vez, no art. 266, modificou-se a redação do §2º, para estabelecer causa especial de aumento de pena, na hipótese de o crime ser cometido mediante a subtração, dano ou destruição de equipamentos utilizados na prestação de serviços de telecomunicações.

Dessa forma, o PL, sem que fosse sua intenção, acabaria por suprimir todas essas relevantes alterações recentemente introduzidas pelas Leis nº 15.181, de 2025, e nº 15.397, de 2026.

Mostra-se, portanto, necessária a apresentação de emendas destinadas a compatibilizar a proposição com o atual estado da legislação penal.

Nesse contexto, entende-se adequado que a alteração promovida no art. 155 do Código Penal opere-se mediante a criação de novo inciso VI no §4º, preservando-se integralmente a qualificadora já introduzida pela Lei nº 15.181, de 2025.

Da mesma forma, no art. 157 do Código Penal, a qualificadora proposta pelo projeto deve coexistir com a hipótese atualmente prevista no §1º-A, mediante a reorganização do dispositivo em incisos, de modo a preservar ambas as situações qualificadoras.

Quanto ao art. 180 do Código Penal, além da necessidade de redesignação do novo dispositivo para §9º, em razão da superveniência legislativa, entende-se conveniente promover aperfeiçoamento redacional na proposta.

A redação originalmente apresentada limita a incidência da causa especial de aumento de pena aos equipamentos instalados para vigilância de empresas ou condomínios. Todavia, a gravidade da conduta não decorre da natureza do espaço submetido à vigilância, mas da segurança proporcionada pelo sistema de segurança atingido.

Com efeito, equipamentos de monitoramento promovem a segurança de órgãos públicos, associações, fundações, instituições de ensino, entidades comunitárias, organizações religiosas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas privadas, condomínios ou outras entidades que demandam vigilância de áreas de interesse coletivo.

Por essa razão, mostra-se mais adequada a redação que concentre a proteção penal na destinação do equipamento, alcançando câmeras de vigilância e equipamentos de monitoramento eletrônico utilizados na segurança pública ou privada e destinados à vigilância de áreas públicas ou privadas de acesso comum.

A alteração preserva integralmente a finalidade da proposição, ao mesmo tempo em que amplia a proteção conferida aos sistemas de monitoramento.

No tocante ao art. 266 do Código Penal, entende-se igualmente necessária a adequação da redação proposta para que a nova causa especial de aumento de pena seja acrescida ao dispositivo sem prejuízo da hipótese já introduzida pela Lei nº 15.181, de 2025.

As emendas apresentadas preservam integralmente os objetivos do Projeto de Lei nº 3.033, de 2025, fortalecendo a proteção penal conferida aos equipamentos de vigilância e monitoramento eletrônico e assegurando a compatibilidade da proposição com as recentes alterações promovidas no ordenamento jurídico.

Quanto ao voto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 3.033, de 2025, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CSP

Redesigne-se, como inciso VI, o inciso V do § 4º do art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 3.033, de 2025.

EMENDA Nº - CSP

Dê-se ao § 1º-A do art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, na forma do art. 3º do Projeto de Lei nº 3.033, de 2025, a seguinte redação:

"Art. 157 .....

"§ 1º-A. A pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa, se a subtração for:

I – cometida contra quaisquer bens que comprometam o funcionamento de órgãos da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município ou de estabelecimentos públicos ou privados que prestem serviços públicos essenciais;

II – de câmeras de vigilância ou equipamentos de monitoramento eletrônico instalados em vias públicas ou áreas privadas com acesso ao público."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

.....(NR)

E também as emendas:

EMENDA Nº -CSP

Redesigne-se, como § 9º, o § 7º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal na forma do art. 4º do Projeto de Lei nº 3.033, de 2025 e conferindo-lhe a seguinte redação:

"Art.180 .....

§ 9º Se a receptação for de câmeras de vigilância ou equipamentos de monitoramento eletrônico, de qualquer espécie, utilizados na segurança pública ou privada e destinados à vigilância de áreas públicas ou privadas de acesso comum, aplicam-se em dobro as penas previstas no caput ou no § 1º deste artigo, conforme o caso." (NR)

EMENDA Nº -CSP

Dê-se ao § 2º do art. 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, na forma do art. 5º do Projeto de Lei nº 3.033, de 2025, a seguinte redação:

"Art. 266 .....

"§ 2º Aplicam-se as penas em dobro se o crime é cometido:

I – por ocasião de calamidade pública; ou

II – mediante subtração, dano ou destruição de equipamentos:

a) utilizados na prestação de serviços de telecomunicações;

b) de videomonitoramento ou sistemas de segurança instalados para proteção da população ou do patrimônio."

.....

.....(NR)

Essas são as emendas, Presidente. Esse é o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Agradeço, mais uma vez, ao Senador Wilder pela disponibilidade de realizar a leitura *ad hoc* dos relatórios.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica. Em votação, o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.033, de 2025, com as Emendas 1, 2, 3 e 4 desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (*Pausa.*)

Estamos aguardando a chegada do relatório. Está chegando o relatório. (*Pausa.*)

Retornando ao item 2 da pauta, o Senador Wilder Morais fez a leitura do seu relatório, acatando as Emendas nºs 1, 2, 3 e 5.

O novo relatório está disponível.

Em consequência, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 3.890, de 2020, e às Emendas nºs 1, 2, 3 e 5 desta Comissão, contrário à Emenda nº 4, na forma da Emenda nº 6 da Comissão, que é o novo Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agradeço ao Senador Wilder Morais pelo trabalho aqui realizado.

O senhor tem a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Sr. Presidente, eu queria pedir para o senhor a urgência desse projeto para que a gente possa dar celeridade a ele, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Ele vai para à CCJ, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Vai à CCJ. Não vai ao Plenário, não?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Não, não vai ao Plenário. Vai à CCJ.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Está o.k. (*Pausa.*)

Ah, se pedir a urgência não precisa ir à CCJ? (*Pausa.*)

Presidente, mas, com o pedido de urgência, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – O.k.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - GO) – Eu estou pedindo a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Em votação o pedido de urgência para o PL 3.880, de 2020. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

A Comissão de Segurança Pública realizou, neste primeiro semestre, 12 reuniões, incluindo esta. Foram deliberados 31 projetos. A Comissão realizou duas audiências públicas com o objetivo de avaliar a política pública do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita). Para o próximo semestre ainda estão previstas mais duas audiências, no escopo da avaliação dessa política pública.

Nada mais havendo a tratar, considero encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0C47E47B007C5063.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.